las forças de Suleyman-Pachá, que atravessou os Balkans com 65:000 homens.

Athenas, 12, ás 12 h. e 56 m. t. — Os christãos de Creta refugiam-se nas montanhas.

Vienna, 12, ás 9 h. e 10 m. t. — Está livre a importante praça de Sillistria. Numerosas tropas occupam a Dubroutcha. Está imminente uma batalha em Plewna com 95:000 russos. Tomarão n'ella parte os rumaicos.

Constantinopla, 11, ás 5 h. da t. — Desmentem-se as noticias que têem circulado de os russos terem entrado em Plewna.

Cavallaria 3. — No dia 18 chega a Coimbra o regimento de cavallaria 3, de passagem para Almeida. Substitue todos os destacamentos de cavallaria 8, que vae para Tancos.

ANNUNCIOS

COMPANHIA
EDIFICADORA E INDUSTRIAL
DE
COIMBRA,

1 A ASSEMBLEIA GERAL d'esta companhia, em sessão de hoje, deliberou que sejam cancelladas todas as acções de que só estiverem pagas as rectificações.

Egualmente deliberou que aos accionistas em divida de algumas prestações se concedesse moratoria até 31 de Dezembro proximo, para pagarem aquellas prestações; depois do que serão tambem cancelladas as acções que não estiverem ao abrigo dos estatutos, independente de qualquer aviso geral ou individual.

Coimbra, 13 de Agosto de 1877.

Os directores

Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Francisco Pedro da Silva.
José Maria de Moura Barata Feio Terenas.

VINHO DA BAIRRADA

2 VENDE-SE a prompto pagamento ou a prazo, 40 a 50 pipas de vinho tinto velho beneficiado, e algum novo com algum beneficio, assim como aguardente fina genuina da Beira.

Tambem alli se vende porção de pipas e cento e tantos barris de 5.º, tudo novo, proprios de embarque, arcados de pau e ferro com a maior segurança.

Presta-se a qualquer comprador por algum tempo o armazem, que accommoda seiscentas e tantas pipas.

Podem dirigir-se ao logar d'Antes, ao poente da estação da Mealhada, distante um kilometro, a Francisco Marques Pereira, encarregado da venda, ou a seu dono Luiz Raivo de Figueiredo, de Coimbra, rua da Sophia, n.º 19 a 23.

Aos consumidores de illuminação a gaz em Coimbra

3 JOSÉ MARQUES LADEIRA incumbe-se de canalisar qualquer casa a gaz; concerta, galvanisa a prata, e bronzea candieiros. Tem para vender 4 braços de crystal, tubos novos e usados, e 2 contadores; tudo muito em conta. — Rua das Covas, n.º 18.

EMPREGADO

4 UM RAPAZ, com 20 annos de edade e longa pratica de commercio, possuindo excellente calligraphia, offerece-se como empregado (ou para administrar) algum estabelecimento, ou fabrica de qualquer ramo de negocio na provincia ou Lisboa.

Tem pratica de cobrança e tambem se offerece para este mister.

Presta todas as abonações que se exijam.

Carta a F. M. Araujo, rua das Flores, n.º 61. — Porto.

QUESTÃO RORIZ

IMPORTANTE JULGAMENTO DO EX-BANQUEIRO

JOSÉ IGNACIO FERREIRA RORIZ
NO
TRIBUNAL CRIMINAL
DO
PRIMEIRO DISTRICTO
EM
AUDIENCIA DE 16 E 17 DE JULHO

6 JÁ SE ACHA á venda na rua do Calvario, n.º 60, um volume de duzentas e tantas paginas, contendo:

Peças que dizem respeito aos tres processos, depoimentos de 52 testemunhas de accusação e defeza, interrogatorio do réu, discursos dos srs. drs. delegado, Alexandre Braga e Vasques de Mesquita, relatorio do juiz, quesitos, sentença, etc., etc.

Este importante julgamento é publicado na integra, sendo stenographado por quatro tachygraphos da camara dos deputados, que o *Jornal da Manhã* mandou vir expressamente da capital, para esse fim.

Cada volume contem o retrato do sr. José Ignacio Ferreira Roriz, trabalho da **Photographia União.**

PREÇO 800 RÉIS

Remette-se para as provincias sem augmento de preço, podendo a remessa ser feita em estampilhas.

A correspondencia deve ser dirigida ao *Jornal da Manhã*, Porto.

5 ANTONIO IGNACIO TORREIRA, da Pocariça, tem para vender um tonel de 6 pipas de vinho tinto puro e muito bom, e d'elle só vende 4 pipas e o dá por preço rasoavel.

Substituições a militares

8 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

NOVO HOTEL DA CAROLINA
EM LUSO
AO MEIO DA RUA
COSTA SIMÕES

PREÇOS COMMODOS

9 TAMBEM fornece jantares para o Bussaco.

DECLARAÇÃO

10 O ACTUAL vice-presidente da camara de Cantanhede, constando-lhe que algumas pessoas se têem já servido do seu nome para as futuras eleições, declara por este meio que não auctorisou nem auctorisa pessoa alguma a fazer este uso.

MUITA ATTENÇÃO

11 NA LADEIRA do Seminario vendem-se por junto ou em separado os seguintes objectos: guarda vestidos de cedro de Italia; toillete do mesmo pau com pedra marmore; dous lavatorios com pedra marmore e espelho; mesa para jantar; dita de jogo; sofá e 14 cadeiras de mogno; 12 de nogueira; guarda-louças; um serviço de porcelana; outro de Sacavem; um espelho de sala; e outros objectos, que se poderão ver das 10 horas ao meio dia. Note-se que tudo está completamente novo.

DILIGENCIA

12 JOSE DOS SANTOS PIRES, estabelece carreira, em diligencia, entre Penella e Coimbra, ás segundas, quartas e sabbados, a começar em 20 de Agosto; mais tarde será diaria.

Sahe de Penella ás 4 horas e meia da manhã; de Condeixa ás 6 e meia da tarde; chega a Coimbra ás 8 e um quarto. Sahe de Coimbra ás 3 e meia da tarde; de Condeixa ás 5 e meia; chega a Penella ás 7 e um quarto.

Preço de ida, ou volta 500 réis. Bagagem 15 kilos gratuitos; o mais a 20 réis o kilo. Os passageiros que não estiverem á hora perdem os bilhetes, os quaes se vendem, em Penella, em casa do sr. Urbano Pereira; e em Coimbra, Ernesto Lopes de Moraes, Calçada, n.º 197 a 199.

13 ARRENDA-SE uma casa acabada de novo com muitos commodos na rua das Padeiras, n.º 34.

14 ARRENDA-SE a casa da rua do Loureiro, n.º 57, do S. Miguel em diante. Trata-se na rua do Corvo, n.º 54.

RAPAZ

15 PRECISA-SE de um com alguma pratica de mercearia. N'esta redacção se diz.

ARRENDAMENTO

16 SEGUNDA FEIRA, 20 do corrente, pelas onze horas da manhã, na imprensa da Universidade, hão de arrendar-se por tempo de um anno, a começar no proximo S. Miguel, as casas contiguas á dita imprensa e á mesma pertencentes, sitas na rua do Norte e rua da Ilha.

Coimbra, 10 de Agosto de 1877.

O administrador da imprensa

Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

FIGUEIRA DA FOZ
HOTEL DO MONDEGO

17 OS PREÇOS DIARIOS, por cada pessoa, são:

1.ª classe, 1$000 e 1$200;
2.ª classe, 800 réis,

tendo almoço de garfo, com tres pratos variados, jantar á mesa redonda e chá á noite. As creanças até 8 annos pagam metade dos preços, assim como os criados de qualquer familia.

Salas independentes e outras exigencias são de ajuste particular.

O jantar na mesa redonda começa ás 3 horas da tarde e acaba ás 4 e meia, podendo ser servido tambem a esta hora qualquer hospede externo, sendo o preço de cada jantar: — 1.ª classe 500 réis. — Ha tambem uma casa de mesa, onde se pode comer por lista a toda a hora do dia, havendo ceias na mesma casa até ás 11 horas da noite. O serviço do almoço começa ás 8 horas e termina ás 10, o chá será servido das 8 ás 10 da noite.

No Hotel encontrará o hospede vinhos de differentes qualidades, nacionaes e estrangeiros, por preços rasoaveis, como licôres, cervejas, etc.

Recebem-se encommendas de jantares, lunchs, pic-nics, chás e ceias extraordinarias, prevenindo-se anteriormente para serem servidas no Hotel ou fóra d'elle.

Previne-se o publico de que, para melhor serviço dos hospedes, o Hotel fez ultimamente acquisição de um dos primeiros cozinheiros de Lisboa.

N. B. — As pessoas que desejarem tomar quartos poderão fazel-o com antecedencia, por haver já alguns tomados, designando o numero e a época em que os querem. Podem para isso dirigir-se ao proprietario:

Joaquim Pedro Nogueira, na Figueira da Foz.

O Hotel abre-se no dia 15 do corrente.

18 PADRE RICARDO SIMÕES DOS REIS recebe estudantes em sua casa, na Couraça dos Apostolos, n.º 35; ficando sua responsabilidade dependente das instrucções que receber dos paes ou tutores, que lhe confiarem a direcção de seus filhos ou pupillos. O mesmo dá lições de francez e portuguez a alumnos internos e externos, e coadjuva os primeiros, até onde saiba e possa, em qualquer outra disciplina, que estudarem.

LECCIONISTA
DE
MATHEMATICA ELEMENTAR
(1.ª E 2.ª PARTE)

19 MANOEL ALVES BRANCO, continua a leccionar para os exames em Outubro.

Rua do Borralho, n.º 22.

Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

20 SAE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes: em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

UNICO DEPOSITO
DAS
VERDADEIRAS MACHINAS DE COSTURA
SINGER
PARA FAMILIA, ALFAIATE, SAPATEIRO E CORREEIRO

21 ACABA de chegar pela primeira vez a nova machina de braço com pé vibrante para sapateiro. A sua construcção é admiravel na solidez. Os primorosos trabalhos que executa em obra fina até á de maior grossura, e a facilidade no aprender convidam o comprador ao deposito.

SINGER

As melhores machinas que se conhecem para familia e alfaiate, que cosem em toda a qualidade de costura e que servem para trabalhar quer á mão quer de pé.

SINGER

São as que têm sido mais premiadas, as que offerecem mais duração, as mais faceis para aprender, as que fazem mais perfeito trabalho sem complicação de apparelhos.

SINGER

São as mais rapidas no trabalho, e que embainham, bordam a trancinha e a fios de seda, franzem, mettem cordões, guarnecem, fazem prégas, tudo a dois pespontos sem alinhavar.

Vendem-se a prestações semanaes de 100 réis, segundo a classe da machina, e a prompto pagamento menos 10 por cento.

Os preços são eguaes aos de Lisboa e Porto. Ensino gratis no deposito ou em casa do comprador, sendo na cidade. Reducção de preço nas agulhas e torçaes.

JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA
32, RUA DO VISCONDE DA LUZ, 36
COIMBRA

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA
Por anno .... 3$200
Por semestre .... 1$600
Por trimestre 800

Annuncios por cada linha 40 réis.
Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno .... 3$460
Por semestre .... 1$730
Por trimestre 865

Numero 3136 | Sabbado 18 de Agosto de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Temos ha annos tornado bem publico no *Conimbricense*, em numerosissimos artigos, as altas traficancias, e as iniquidades revoltantes praticadas n'este districto, no importante ramo do recrutamento.

Havemos largamente feito ver, quanto os mandões d'esta cidade e districto se têm valido de arma tão formidavel para trazerem subjugados os eleitores.

Houve tempo em que quasi nos achámos *sós* na imprensa, n'esta tenaz lucta contra a prepotencia local; e comtudo não recuámos, não hesitámos na guerra sem treguas contra os auctores de tanta injustiça, de tão grandes desaforos.

O nosso estimavel collega do *Tribuno Popular* publica no seu ultimo numero uma nota, pela qual se vê o estado do recrutamento nos concelhos de Cantanhede e Montemór o Velho.

Nos 6 annos de 1870 a 1875 foram distribuidas ao concelho de Cantanhede 335 recrutas. D'estas só foram dadas 89, e ficaram por isso em divida nada menos de 246!

Nos mesmos annos foram distribuidas ao concelho de Montemór o Velho 279 recrutas; das quaes apenas foram dadas 32; ficando por isso em divida 248!

Assim, só n'estes dois concelhos houve o seguinte resultado: — Recrutas distribuidas 614; dadas para o exercito 121; e ficaram em divida 493!

O escarneo chegou a ponto de que, por exemplo, no anno de 1875 não deu *nem um unico* recruta o concelho de Montemór; e o concelho de Cantanhede deu apenas 3!

Nos dois annos de 1874 e 1875 ficaram os concelhos de Cantanhede e Montemór a dever 204 das 219 recrutas, que lhes foram distribuidas!

Que tal está o quadro!

Falta ainda para ver até onde chegou o desaforo, com respeito áquelles dois concelhos, o verificar qual o numero dos isentados pela commissão districtal, e que variedade e qualidade de tranquibernias para isso se praticaram.

E ainda ha quem pugne pela conservação dos administradores, nos concelhos em que impera tão infrene devassidão!

Mas não é só n'estes: egualmente no concelho de Coimbra, e em outros concelhos do districto se têm praticado escandalos numerosissimos no recrutamento.

Ainda ha pouco soubemos de mais tranquibernias, que se tem praticado n'este districto.

Quando os administradores do concelho, combinados com os mandões das respectivas localidades, queriam proteger um recruta, davam-lhe uma chamada *guia provisoria*.

Apresentava-se o recruta no governo civil, e sem que alli ficasse registado o tal papel, era inspeccionado. Se os cirurgiões o approvavam, retirava-se elle, e ficava livre até nova ordem.

Decorridos alguns dias, voltava com outra guia provisoria, e assim successivamente, até que alguma vez apparecessem cirurgiões que o rejeitassem. Só então se registava a guia.

Acontecia, que os recrutas muitas vezes eram taes, que apezar das protecções dos mandões dos concelhos, não podiam ser rejeitados, mas valiam-se sempre das guias provisorias, e iam vivendo á sombra d'ellas!

As traficancias, a corrupção, e a acção torpe em objectos de recrutamento, têm chegado ao maior auge!

E admiram-se que os mandões ponham e disponham das eleições?!

Junte-se a isto a dadiva dos empregos, que quasi todos têm estado á sua disposição; as numerosas dependencias das camaras municipaes, e confrarias, e veja-se até onde chegou o dominio dos potentados politicos!

E' mister fallar com toda a franqueza. Uma das principaes causas do descredito dos partidos está em não seguirem sempre uma estrada recta no seu proceder.

Torna-se claro, que quem transija com a immoralidade fica tambem manchado.

Entendemos a conveniencia da conservação da auctoridade, que tem sabido adquirir a estima dos seus administrados, pela honestidade do seu caracter e justiça imparcial dos seus actos.

O que, porém, se não póde admittir, sem indignação, é que se tolere a auctoridade desconceituada; aquella que se presta a tudo quanto os mandões querem, justo ou injusto; que não respeita as leis; que se torna indigno do logar que occupa.

A conservação de taes auctoridades não é tolerancia — é immoralidade.

E advirta-se, que não entendemos que se substitua uma auctoridade indi-

FOLHETIM

MISCELLANEA
MCXXXIV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

O outro caso notavel, que já acima indiquei, e que felizmente não teve resultado algum, e que talvez fosse bem fatal para mim, foi o seguinte:

Depois dos grandes dias de Julho de 1830 em que Carlos X perdeu o throno, pretendeu o general hespanhol *Mina*, com outros seus compatriotas, que estavam em Inglaterra, fazer uma entrada em Hespanha pelo lado dos Pyrineus, afim de verem se na sua patria excitavam algum movimento contra o governo de Fernando VII, que cruelmente a opprimia. Mas como sempre acontece em taes empresas houve falta de união entre os parceres como se devia executar aquella entrada.

Mina, tinha emulos e invejosos, entre elles um nome tambem celebre, que era o coronel *Valdez*. Este com a gente do seu partido, não combinando com os planos de Mina, vendo-se sem o apoio de muitos dos seus collegas, e que tambem lá tinha entrado com os homens da sua opinião, viu-se na necessidade de retroceder, e apenas poude ajudar os seus emulos a egualmente retrocederem, e a não ficarem alli mortos ou prisioneiros.

O general Saldanha, vendo este projecto dos hespanhoes, e lembrando-se que se fizessemos causa commum com elles podiamos tambem dar um grande impulso á nossa triste situação, quando podessemos entrar pela Galliza até ás fronteiras do norte de Portugal, resolveu com os mais portuguezes, que estavam em França, e com especialidade o brigadeiro Joaquim Pizarro, tentar esta atrevida empresa. Era porém preciso para ella dinheiro, e para isso foi a Londres para ver se obtinha alguma cousa dos nossos governantes, e particularmente de D. Thomaz Mascarenhas, que na época era o *caixa* de todos os subsidios, que pagava o Brazil.

Não podendo conseguir senão desculpas, e apenas algumas boas palavras, recorreu a outra fonte mais segura, e sempre prompta a gastar o seu dinheiro a favor da liberdade. Esta fonte foi o meu bom amigo Custodio Pereira de Carvalho, que logo, sem hesitar lhe offereceu uma boa somma de dinheiro para se arriscar esta empresa que muito approvou. Poz porém logo uma condição, que *eu havia de ser o thesoureiro! e que ninguem havia de levar o dinheiro senão eu!*

Ora eis-me aqui na triste alternativa, ou de prestar-me a fazer parte da expedição, ou a fazer com que ella se mallograsse por falta de dinheiro! Em tal posição, bem que perigosa, que devia eu fazer?

Fiz o que me parecia ser o meu dever, e o que me pedia o caracter, que sempre tinha mostrado! arrostar tudo pela liberdade, que até alli sempre tinha defendido sem contemplações, nem recursos. Acceitei a commissão, e preparei-me para tudo o que podesse acontecer.

Por desgraça para a causa, e felicidade talvez para mim, soube-se do mau fim que teve a tentativa de Mina, e do coronel Valdez, e o nosso projecto ficou em cousa nenhuma. Era porém tal o enthusiasmo da nossa gente, que estava em França, para entrar n'essa empresa, que muitos individuos já tinham passado para Bayona, e á frente d'elles o sempre incansavel e honrado brigadeiro Joaquim Pizarro.

Da verdade d'este facto, se estas minhas memorias se chegarem a imprimir, e ainda for vivo o actual duque de Saldanha, poderá elle dar um testemunho irrefragavel.

Assim mesmo o general Mina não desanimou: como sempre conservava em Hespanha intimas relações com os seus amigos, quiz continuar a animal-os, prestando-lhes auxilios de dinheiro. Para isto foi ter com o meu amigo Custodio Pereira de Carvalho, que sempre tinha a bolsa aberta para todas as empresas a favor da causa da liberdade, e conseguiu d'elle um emprestimo de algumas *mil libras esterlinas* em nome dos futuros governos hespanhoes, promettendo-lhe elle ser o seu advogado n'este negocio, no qual esperava que a honra hespanhola não havia de pôr duvida alguma.

N'este emprestimo fui eu parte como testemunha; porém morreu Mina, e com a sua morte perdeu aquelle emprestimo a sua melhor garantia. Comtudo para tratar d'este negocio foi o sobrinho do meu amigo, Custodio Rebello de Carvalho, a Madrid, e alli conseguiu que o governo reconhecesse aquella divida, e promettesse pagal-a quando podesse; mas creio que até hoje essa promessa se não realisou.

No processo d'essa liquidação de divida lá anda tambem annexo o *meu nome*, porque estando já aqui em Lisboa passei attestado legal da verdade do emprestimo de que fôra testemunha em Londres.

A regencia nomeada pelo imperador, que parecia não estar muito disposta a ir para a ilha Terceira, embarcou emfim para lá no dia 3 de Março d'este anno de 1830. O que a obrigou a partir foi a chegada do Rio de Janeiro, de D. Thomaz Mascarenhas, que vinha como já disse para ser o *caixa* dos dinheiros que se distribuiam aos emigrados, e todas as mais despezas.

Segundo o que escrevi nos meus Annaes, e se acha em uma nota a pag. 75 do livro 3.º, trazia elle ordem para lhe não pagar o seu ordenado se não quizesse ir para o seu destino.

Em quanto os emigrados estavam quasi a morrer de fome, e se dizia que não havia dinheiro para lhes pagar a bem pequena pitança, que se lhes havia promettido, mandava D. Pedro dar aos membros da regencia o exorbitante e escandaloso ordenado seguinte: — ao presidente 9:600$000 réis; a cada um dos 7 membros 7:200$000 réis, e ao secretario 4:800$000 réis. O ordenado de D. Thomaz, como agente imperial, não lhe ficava atraz, porque era de 4:000$000 réis, a começar desde o dia que largasse o porto do Rio de Janeiro, e ainda com o appendice de seis mezes do seu mesmo ordenado para ajuda de custo e passagem!

O marquez de Valença, honra seja á sua memoria! não quiz ir para a ilha Terceira,

gua, por outra egual, embora de parcialidade diversa.

Para nós o vicio é sempre vicio, e a injustiça sempre injustiça, partam de onde partirem.

Uma auctoridade de comportamento torpe, que se presta a servir de instrumento de todos os mandões, de todos os partidos e de todos os governos, em toda a qualidade de escandalo que d'ella exigem, está abaixo da menor consideração.

E os partidos que com ella transigem incorrem no merecido desprezo dos homens de bem.

Se querem sinceramente combater a immoralidade, alcançarão o bom conceito publico.

No caso contrario descerão ao nivel dos seus adversarios.

Escolham!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A missão do parocho na sociedade é importantissima. Acompanha o homem desde o berço até ao tumulo; na felicidade e na desgraça; na saude e na doença; em fim em todas as phases da vida.

Na sua freguezia é o anjo da paz, que concilia as divergencias nas familias, que aconselha os seus parochianos, que os auxilia quando a desventura lhes bate á porta.

N'estas circumstancias nada é mais repugnante, nada mais opposto á doutrina do evangelho, do que ver os parochos tornados activos agentes politicos, percorrer de porta em porta os seus freguezes, empregar para com elles a influencia que adquiriram pelo seu trato na confissão, intrigar, usar de meios improprios da sua posição social, tornar-se finalmente chefe de bando.

Não ha duvida que se nota por parte de certos individuos uma manifesta má vontade contra os parochos; reconhece-se que muitas vezes ha exaggeração no que se propala; mas tambem é evidente, que ha muitos motivos de justa queixa contra alguns d'elles.

O parocho transformado em galopim eleitoral é uma das figuras mais repugnantes que conhecemos.

E collocados, como felizmente estamos, em posição de todo independente, e desligados completamente de todos os partidos e centros politicos, temos a franqueza de censurar esses abusos escandalosos, a qualquer parcialidade ou grupo, que pertençam taes parochos.

Sabemos que o exm.º sr. bispo conde é pronunciadamente opposto a semelhantes procedimentos dos parochos seus subordinados; e por isso bom era que se informasse do que por ahi se está praticando em desabono e descredito da classe ecclesiastica.

O parocho é um cidadão livre; tem todo o direito do seu voto; não ha mesmo lei escripta que lhe prohiba o ser galopim eleitoral; mas acima de tudo está o decoro e a dignidade ecclesiastica, e os deveres parochiaes a cumprir, que impedem que o guia do rebanho se torne o incitador de odios, o fomentador de desordens entre os membros da mesma religião.

N'este genero tem-se visto factos altamente censuraveis e dignos da mais severa repressão.

Continuem assim e depois queixem-se de censuras injustas para o clero.

Chamâmos a attenção do exm.º sr. bispo conde para o que n'este assumpto se está praticando n'este concelho.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Temos hoje um documento da extraordinaria presteza no serviço do tribunal de contas!

Isto vae tudo ás mil maravilhas!

No *Diario do Governo* de 13 do corrente, vem publicado um accordão d'aquelle tribunal, datado de 18 de Maio ultimo.

Versa sobre a conta do collegio dos orphãos de S. Caetano da cidade de Braga, no periodo decorrido desde 1 de Julho de 1864 até 30 de Junho de 1865; isto é, ha 12 annos!

Talvez se supponha que o accordão do tribunal de contas esteve demorado, por circumstancias independentes da vontade dos seus membros. Pois não é isso.

Os nossos leitores vão ver em que o tribunal de contas gastou 12 annos!

Declara no seu accordão que, comquanto o rendimento total do collegio de S. Caetano se achasse calculado no referido anno economico, em os respectivos orçamentos, na quantia de réis 22:526$815, é comtudo certo que excluidas as verbas de 914$916 réis e 16:703$567 réis, que segundo o disposto no n.º 3.º do artigo 14 do regimento do tribunal em vigor não podem ser tomadas em conta para determinar a sua competencia, fica esse rendimento reduzido á quantia de réis 4:908$333, e por tanto inferior ao rendimento que se exige para constituir a competencia do mesmo tribunal; o qual na conformidade do disposto no artigo 1.º do decreto de 10 de Fevereiro de 1869, só é competente para julgar em primeira e unica instancia as contas dos estabelecimentos da natureza d'aquelle de que se trata, e outras semelhantes, quando os seus rendimentos annuaes sejam superiores a 10:000$000 réis.

Concluia, portanto, o tribunal de contas, que o processo fosse devolvido ao governador civil respectivo para os effeitos legaes.

E' pasmoso! Empregou o tribunal de contas nada menos de 12 annos, só para no fim d'elles se declarar incompetente para examinar a conta do collegio de S. Caetano em Braga!

Eis ahi o estado a que se acha reduzida a administração publica n'este reino! Eis ahi para que a nação paga altos ordenados aos membros d'este e identicos tribunaes!

Que paiz este, onde tudo isto se pratica impunemente!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Temos recebido repetidas queixas ácerca de uma casa de jogo, que ha ao fundo da rua do Corvo, para baixo do largo da Fornalhinha.

A auctoridade precisa de ser incansavel n'este objecto.

Andam por ahi grande numero de vadios que não querem trabalhar, e que entendem que hão de viver exclusivamente do jogo.

Os roubos que têm havido n'esta cidade, em regra procedem d'aquelle vicio.

De certo a auctoridade sabe bem qual é a casa de que se trata, assim como outras que ha no bairro baixo e bairro alto; e por isso cumpre-lhe tornar responsaveis os seus donos pelas consequencias dos factos puniveis que n'ellas se praticam.

O attentado altamente criminoso succedido ha pouco em Cellas, consequencia do jogo, deve fazer com que haja a maior severidade com as casas em que elle se dá.

Não estamos resolvidos a deixar em silencio o que relativamente ao jogo se pratica n'esta cidade.

Por maior que seja o vicio dos jogadores, de certo não será mais forte do que a nossa tenacidade em desmascarar e pôr bem patente o que por ahi vae a esse respeito.

Contem comnosco.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

COMMUNICADO

Permitta, senhor redactor, que eu venha hoje pedir-lhe o obsequio de me ceder um cantinho sequer do seu muito lido e acreditado jornal, a fim de dar á minha alma o descanço e a tranquillidade que ella tanto carece.

Tive sempre no maior apreço a — honra, a dignidade e o credito; e tenho graças ao meu assiduo trabalho conservado illesas estas nobres qualidades, as unicas sem duvida que formam e constituem o homem probo e de bem, para as poder transmittir um dia, sem pejo nem vergonha, a meus filhos, já que infelizmente outro legado lhes não posso deixar. Por tanto não posso deixar, repito, de vir a esta elevada tribuna para arrancar com mão firme e segura a mascara d'aquelles, que encobertos nas espessas sombras de noute invernosa, procuram com afan lançar um labeo infame no meu nome e credito, e por consequencia no de minha familia, que eu muito prezo e estimo.

Vou expor minuciosamente e com clareza os factos, para que o publico conscienciosamente os commente e aprecie.

Na qualidade de proposto do thesoureiro pagador o sr. Luiz Monteiro Soares d'Albergaria, geri o cofre central d'este districto, desde 2 de Dezembro de 1876 até 4 d'Agosto corrente, periodo em que o movimento do mesmo foi de 1.393:784$996 réis.

Foi precisamente n'este dia que eu suspeitei e depois conheci a cilada, que me estava armada pelo mesmo sr. Luiz Monteiro, mancommunado com o immortal delegado do thesouro Antonio Joaquim de Vasconcellos; o que me obrigou desde logo a despedir do serviço do mesmo sr., fazendo-lhe entrega por balanço dado no dia 6, o qual mostra um saldo a favor do cofre de 4$141 réis como claramente se conhecerá pela copia junta.

(Continua).

Coimbra 16 de Agosto de 1877.

ELIZEU.

COPIA

Resultado do balanço particular dado ao cofre central pela occasião da sahida do sr. Elyzeu em 6 de Agosto de 1877, com referencia ás operações realisadas no mesmo cofre até o dia 4 do dito mez.

5	Caixas contendo cada uma em libras 4:500$000 réis..		22:500$000
1	Caixa contendo em libras..........................		9:000$000
1 caixa	177 peças de 8$000 reis ouro..................	1:416$000	
	4 » de 16$000 » »	64$000	
	5 » de 30$000 » »	150$000	
	12 » de 8$000 » »	96$000	
			1:726$000
1	Caixa contendo em »		1:690$000
1	Dita » prata..................		222$250
1	Dita » » antiga..................		323$040
1	Dita » » »		483$540
1	Caixote com depositos..................		53$600
2	Massos com notas..................		1:550$000
	Cobre..................		319$367
	» e alguma prata n'uma bolsinha..................		$500
	Direitos de mercê..................		15$146
	Ditos » e algum dinheiro..................		9$342
	Supprimento para as operações d'este dia 6..................		3:800$000
			41:692$785
	Documentos pagos		
	Expediente..................	163$695	
	Diversos..................	81$100	
	Ditos..................	28:947$946	
			29:192$741
	Juros de inscripções na junta..................	33:009$000	
	» de coupons »..................	1:437$000	
			34:446$000
8	Recibos do Monte-Pio official..................		89$753
5	Ditos de restituição de depositos..................		1:874$278
1	Documento para legalisar..................		13$333
1	Dito » »..................		33$330
			107:342$220
	Saldo em 5 de Agosto de 1877..................		107:337$779
	Crescimo..................		4$441

Ora com estes auxilios, e com os dos governos de França e Inglaterra, quem poderá duvidar que a usurpação se ia consummar? Mas a Providencia fez com que cahissem os dois governos nossos inimigos, o de Polignac em França, e os dos Lords Wellinghton e Aberdeen em Inglaterra, e com a quéda d'elles tambem o emprestimo se tornou em fumo.

renunciou o seu emprego e este avultado ordenado, achando-se na penuria, e provavelmente porque não quiz ter parte n'esta escandalosa dissipação, e não se conformava com a politica dos seus collegas. E bem parece que tinha razão, porque a regencia, chegando á ilha, e tomando por collega o conde de Villa-Flor, na primeira proclamação que fez, nem *com uma só palavra fallou em Carta!* fallou mui desembaraçadamente em *Instituições Patrias!* (a) e só com estas expressões equivocas deu a saber o logar, que ia occupar. Bem se vê, que ella ainda não desesperava de vir a ser humilde subdita de D. Miguel! Para ella, que entrava nos segredos de D. Pedro, e dos ministerios francez e inglez, a *Carta* ainda era um problema!...

Quem o resolveu foram os grandes dias de Julho de Paris, porque foram estes portentosos dias que prophetisaram o desabamento do usurpador. Quem até alli tinha sustentado a nossa vacilante causa haviam sido dois grandes nomes, o do brigadeiro Joaquim Pizarro, que salvára as reliquias da nossa força contra o usurpador, salvando-as do poder d'este pela atrevida retirada pela Galliza; e o do general Diocleciano Cabreira, pela sua heroica resolução de desembarcar na Terceira. E o que firmou as esperanças do bom exito da nossa lucta contra a tyrannia e a escravidão foram aquelles portentosos dias.

Estas estavam a ponto de se realisarem n'aquella feliz época, porque D. Miguel debaixo da protecção e talvez da garantia do governo de Carlos X, acabava de fazer um grande emprestimo em Paris de *cincoenta milhões* de francos com a casa de Orr Goldsmid e companhia.

Em 28 de Junho d'este anno tinha D. Miguel já assignado o decreto para o auctorisar; em 30 dito o conde da Louzã, seu ministro, havia assignado o contracto, e em 2 de Julho havia elle sido ratificado. Em 16 de Agosto futuro, vendeu o contractador todos os direitos que a elle tinha a Mr. Hullin de Chaussane; e as pessoas que foram actorisadas para assignar as obrigações do contracto foram o conde da Ponte, e Joaquim Leocadio da Costa.

(a) É exacto o que diz José Liberato, da regencia da Terceira na sua proclamação não fallar em parte nenhuma da Carta Constitucional.

O termo vago de *instituições patrias*, a que se refere José Liberato, é empregado no seguinte periodo:

«A regencia do reino, decidida a conservar illeso o sagrado deposito, que lhe foi confiado, dos direitos legitimos da rainha, e das instituições patrias, espera que todos os portuguezes reunam seus esforços para auxilial-a, e lhes traz á memoria o exemplo ainda recente da Hespanha, a Grecia reduzida a um só e ultimo baluarte, e conseguindo comtudo triumphar do poder de seus oppressores; tanta força tem a perseverança na sustentação da justiça e independencia nacional.»

Esta proclamação da regencia é datada de Angra em 20 de Março de 1830, assignada pelo marquez de Palmella, conde de Villa Flor, José Antonio Guerreiro, e Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, e foi publicada em o n.º 1 da *Chronica da Terceira*, de 17 d'Abril d'aquelle anno.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A tudo isto parece que não era estranho o governo do Brazil, porque em Junho d'este mesmo anno havia mandado D. Pedro á Europa o marquez de Santo Amaro, que chegou a França logo depois dos notaveis dias de Julho; e com a sua chegada se espalharam sinistros boatos ácerca da sua missão; e taes foram elles, que da parte dos portuguezes se fizeram *protestos* (1) contra qualquer accommodação que se fizesse com o usurpador.

Os dias de Julho lhes haviam dado motivos bem justos para os fazerem, e com especialidade a medida *barbara* e *atroz* que tinha tomado o governo do Brazil contra os emigrados. Esta medida, que com razão chamo *barbara* e *atroz*, foi a ordem positiva aos agentes brazileiros de *suspenderem aos emigrados* os subsidios mensaes, que lhes estavam arbitrados. Parecia que o seu fim não era outro senão obrigal-os a capitular pela fome! e a se sujeitarem ao cutelo feroz de D. Miguel!

Sim, que outro motivo senão este, motivo horroroso, podia obrigar D. Pedro a assignar uma ordem verdadeiramente *selvagem contra os desgraçados portuguezes?!* Mas se elle era o mesmo homem, que já antes tinha mandado *açoutar com varas* soldados portuguezes, e não sei se tambem paisanos, quando estava rasgando o seio da *patria*, em que nascêra, e estava roubando á corôa de nossos reis a sua melhor joia!

E ainda muito menos desculpavel era esta insolita e odiosa medida, quando o dinheiro, com que arbitrariamente, e até, sem coração, nem ao menos signal algum de simples humanidade, se roubava o pão de cada dia a tantos desgraçados, não era d'elle, nem do Brazil, mas uma divida sagrada, que este se obrigára a pagar aos reis legitimos de Portugal! Por tal medida até parecia, que o pae já não reconhecia a filha como rainha!

Medite-se bem agora no que acabo de dizer, e vejam, a que perigo estivemos expostos, perigo de que nos livraram os grandes dias de Julho de 1830!

Nem espero que me accusem das expressões de que tenho usado para expor acontecimentos em que fui parte como emigrado. Como individuo não devo favores, nem maus procedimentos para comigo ao duque de Bragança D. Pedro, *que reconheci como rei;* porém como portuguez que sou e sempre fui declaro, que me ferve o sangue, que não fico em mim, quando me recordo de muitos dos seus actos, com que manchou o seu nome como *portuguez*, nome honroso, de que nunca se devia esquecer, porque nascêra portuguez, e foram portuguezes, os que pozeram no throno a sua dynastia!... (2)

(Continuar-se-ha.)

(1) Um d'elles entreguei eu, e José Fernandes Thomaz, ao marquez de Santo Amaro.

(2) Podem levantar-lhe estatuas, mas estes factos hão-de durar mais do que ellas.

NOTICIARIO

Chegada. — Deve chegar ámanhã a esta cidade o regimento de cavallaria 3. Como aqui não ha quartel para tão grande força, são os cavallos distribuidos por diversas cavalhariças.

Este regimento parte d'esta cidade além de ámanhã a noute.

Feira de S. Bartholomeu. — Tem n'esta semana estado em construcção as barracas para a feira de S. Bartholomeu, no caes d'esta cidade.

Romaria. — Na quarta feira houve a costumada romaria de Nossa Senhora da Nazareth da Ribeira.

Concurso. — Estão a concurso, pelo espaço de 30 dias, a contar de 13 do corrente, as egrejas de Nossa Senhora das Neves de Cadafaz, concelho de Goes; Santo Estevão de Pussos, concelho de Alvaiazere; e Santa Eulalia de Ferreira a Nova, concelho de Figueira da Foz; todas do bispado de Coimbra.

Cesar Cantu. — Está concluido o 6.º volume da *Historia universal de Cesar Cantu*, traduzida pelo sr. Manoel Bernardes Branco.

O editor o sr. Francisco Arthur da Silva é digno de muitos os louvores, por tratar activamente de levar a effeito a traducção de um livro tão interessante a todos os respeitos.

Agradecemos a continuação do costumado favor.

Annullação. — Consta que a relação do Porto annullára todo o processo, desde os embargos do sr. Francisco Lopes Gavicho Tavares de Carvalho, contrariando a fallencia que lhe fôra aberta no tribunal commercial n'esta cidade. Foi condemnado o banco do Douro em todas as custas do dito processo, e se mandou proceder a novo julgamento dos embargos.

Passagem. — Esteve n'esta semana alguns dias em Coimbra, de passagem para banhos, o sr. ministro de estado honorario, Joaquim Filippe de Soure.

Mercado de Coimbra. — No mercado do dia 17 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 540 — Dito branco 540 — Dito de Celorico meudo 580 — Dito graudo 540 — Milho branco 320 — Dito amarello 320 — Feijão vermelho 600 — Dito branco da marinha 540 — Dito da terra 500 — Dito rajado 450 — Dito frade 450 — Centeio 320 — Cevada 230 — Grão de bico meudo 480 — Dito graudo 550 — Favas 350 — Tremoços 330 — Batatas, 15 kilos, 320 — Azeite reis 1$580 — Vinho da Beira 1$100 — Dito do Bairro 1$100 — Dito da Bairrada 1$300 réis.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 13 de Agosto de 1877.

Houve nova reunião da Associação Vinicola do Alemtejo para nomear a commissão que tem de rever os estatutos.

S. M. el-rei deve regressar de Vidago no dia 28 para assistir á recepção de SS. MM. os imperadores do Brazil.

O sr. conselheiro Heredia reassumiu hoje as funcções do seu cargo.

O sr. Anselmo Braamcamp parte hoje para a Granja.

Participou-se á direcção dos telegraphos que o governo russo communicara que o Brazil annuira á convenção telegraphia internacional de S. Petersburgo.

O consul portuguez em Berlim participou que fôra encontrado nos suburbios de Mulheim, sobre o Rheno, o insecto denominado *escarbot colorade*, que se julga ser o agente principal de muitas doenças agricolas.

El-rei no regresso de Vidago irá ao Bussaco, vindo depois com S. M. a rainha e os principes.

Fazem-se preparativos no paço para a recepção dos imperadores do Brazil.

Os jornaes publicam a acta do duelo entre o conhecido poeta o sr. Gonçalves Crespo e o sr. Moreno Fernandes, collaborador da *Nação*. O sr. Crespo recebeu dois ferimentos: um na mão e outro no braço.

O tempo está excellente.

O arsenal da marinha espera brevemente o novo apparelho, de moderno systema, para applicar no ouvido das peças Krupps, com o que é evitado o perigo a que está exposta a pessoa que lhes dá fogo. Quando vier esse apparelho, o couraçado *Vasco da Gama* irá fazer uma experiencia de tiro ao alvo, empregando, além do travador automatico, os compressores destinados a moderar o recuo das peças.

Foi capturado, e já entrou no Limoeiro, o trabalhador Antonio José de Carvalho ou Antonio José Carneiro, que estava ha tempo pronunciado como auctor do roubo de 4:000 kilogrammas de azeite e grande porção de sabão, commettido com escalamento dentro dos armazens de azeite, sabão e petroleo que as sr.as viuva Macieira & Filhos possuem no Beato Antonio. O preso era alli empregado e mandára fazer uma chave falsa para praticar o roubo mais á vontade.

Cabaz das compras. — Lê-se no *Commercio Portuguez* do Porto, o seguinte:

«A economia domestica é um dos principios de educação que toda a mulher devia ter.

Uma nossa leitora que não se dedigna de percorrer, um ou outro dia, os nossos mercados do Anjo e do Bolhão, envia-nos umas informações que julgamos da maior utilidade para o bom arranjo de uma casa.

Diz assim a boa governanta:

As carnes que são a base de toda a cozinha conservavam hontem os seguintes preços:

Vacca 1.ª qualidade, kilo	....	320 réis
» 2.ª »	»	260 »
» 3.ª »	»	220 »
Vitella 1.ª »	»	380 »
» 2.ª »	»	260 »
Carneiro 1.ª »	»	240 »
» 2.ª »	»	200 »
Ossos de vacca	»	120 »

A cauda do boi, com a qual se faz excellente sopa, regula cada kilo 200 a 220 réis.

Uma cabeça de vitella regular, com a respectiva lingua e miolos, perfeitamente rapada, propria para sopa e para se estufar, custa réis 1$000 nos talhos da Companhia, onde apparecem muito limpas.

A mesma Companhia offerece á venda mãosinhas de carneiro, já limpas; as mãosinhas de carneiro constituem em Lisboa um pitéo magnifico e o seu uso principia a introduzir-se no Porto, graças aos marchantes que de lá nos vieram.

Custam 10 e 20 réis cada uma. Recommendo ás cozinheiras inexperientes que rachem a unha até ao osso, até encontrarem um deposito de lã que ellas costumam ter. Precisam ser tambem muito lavadas, por causa do fartum.

Estamos no tempo da novidade das hortaliças, dos vegetaes que traçam o fastio, que abrem o apetite e auxiliam poderosamente a nossa economia: os mercados, porem, estão sempre pouco sortidos; pequena quantidade e menos variedade.

As hortaliceiras do mercado do Anjo pediam hontem estes preços:

Betarrabas, o molho.............	60 réis
Espinafres »	120 »
Asedas »	5 »
Vagens, o arratel.............	20 »
Pimentos, o cento.............	80 »
Batata nova, o arratel.............	20 »
Couve penca, um pé.............	25 »
» marciana, um pé.............	20 »
» gallega, um pé.............	10 »

O feijão verde, da novidade, que serve para guisar, já simplesmente, já com unhas de porco, já para misturar no caldo, regula:

Branco, o quartilho.............	30 réis
Vermelho »	60 »
Rajado »	25 »

Quem quizer um desenjoativo, uma conserva barata, já pode fazel-a em casa porque encontra no mercado o necessario, como cebolinho, vagens tenras, pepinos meudos, pimentos e cenoura franceza.

Os tomates que fazem ricas e boas todas as cozinheiras, não abundam este anno; cada um regular custa 20 réis por em quanto.

Apparece agora no mercado um fructo novo para muita gente: as hortaliceiras chamam-lhe *machicho*; come-se em salada ou cozido com carne.

De fructos o anno vae pobrissimo; o inverno derrubou tudo.

A uva regula desde 50 a 80 réis o arratel; ha uma branca viuda d'Elvas, muito saborosa.

A pera de Christo custa 20 réis, cada fructo regular.

Um pecego grande e bom não se tira por menos de 60 réis; uma laranja custa o mesmo e a pera de Amorim está a 1$000 réis o cento.

A ameixa rainha claudia não se aparta por menos de 20 reis cada uma!

Já temos melões de Coimbra que valem 160 e 240 réis cada um; os de Aveiro, chamados *casca de carvalho* variam segundo o tamanho, mas por ora os pobres não lhes podem chegar.

Quem tiver pouco dinheiro que se vá contentando com as melancias que principiam a affluir em grande quantidade; d'esses pobres fructos a que os hespanhoes chamam *sandias*, havia hontem á porta do Anjo 13 carros, não contando com os que são importados pelo Douro.

Os preços que marquei não são firmes e a boa caseira, com mais paciencia e tempo, poderá comprar talvez mais barato.

Até á semana.»

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario de Noticias* o seguinte:

O *Golos* diz que o chamamento geral dos soldados na Russia mostra a determinação do czar em continuar a guerra e assegurar o plano projectado.

Grande numero de tropas continua a chegar diariamente a Bucharest com destino á Bulgaria.

Os russos preparam quarteis para as tropas na Rumania durante o inverno.

O exercito russo na Bulgaria, sob o commando do Czarowitch, dividido em duas columnas, ameaçava com a direita o corpo de exercito de Mehemet-Ali, em Osman Bazar, e com a esquerda o corpo de exercito de Eyoub-Pachá, em Rasgrad.

Alguns habitantes mussulmanos de Kezanlick informaram Suleyman-Pachá de que, na occasião da derrota dos russos em Eski-Saghra, o gran-duque Nicolau fugira precipitadamente com 14 canhões para Shipka.

O quartel general do gran-duque Nicolau fôra transferido para Bulgareni na Osma, a meio caminho entre Biela e Plewna.

A vinte kilometros de Nikopolis estão

acampados 20:000 homens de tropas rumaicas.

A Russia concluiu um novo tratado com a Rumania pelo qual promette organisar o exercito rumaico, segundo a forma do exercito italiano na campanha de 1859, e o principe da Rumania ficará com o absoluto commando das suas tropas, mas devendo operar em cooperação com as da Russia.

Bucharest, 13. — O gran-duque Nicolau aguarda reforços que devem elevar ao numero de 250:000 homens o exercito do seu commando. Espera retomar a offensiva em tres semanas e terminar a campanha no outono. O general Gourko occupa fortemente os desfiladeiros de Tchipka e Hain-koe, nos Balkans. Chegaram ao acampamento de Tirnova duas novas divisões russas. O gran-duque anda inspeccionando os differentes corpos de exercito. O quartel general foi estabelecido em Gornistadent, perto de Kausmaliala. Proseguem as operações contra Rustschuk.

Londres, 13. — Um despacho publicado pelo *Times* annuncia que o general turco condemnou á morte todos os christãos masculinos de Eski-Saghra.

Constantinopla, 15. — Consta que os russos foram novamente batidos em Osman-Bazar, perdendo 6 peças de artilheria.

Constantinopla, 15. — Solein-pachá atravessou os Balkans.

Vienna, 15. — Corre aqui como certo que foi demittido o principe Gortschakoff.

Paris, 15. — Nos circulos politicos d'esta capital e nos de Londres falla-se muito acerca da demissão de Gortschakoff. Aguardam-se explicações d'este importante facto.

Athenas, 15. — O governo mandou preparar a esquadra.

Noticias de Figueiró dos Vinhos. — Em data de hontem, 17, nos communicam de Figueiró dos Vinhos o seguinte:

«O regimento de cavallaria 3, vindo de Estremoz em direcção a Almeida, chegou a esta villa no dia de hontem, pelas 10 horas da manhã. Vinham 250 cavallos, e toda a força foi convenientemente aboletada.

«Á sua chegada achava-se reunido um grande numero de pessoas de todas as classes, e até de fóra do concelho, que desejosos correram a esta villa, a fim de verem uma força como aqui não ha lembrança.

«Creio que todos foram bem hospedados, e gostosos d'estes sitios.

«Hontem, pelas 10 horas da noute, sairam em direcção a Miranda do Corvo, e d'alli para essa cidade.»

Recrutamento. — O supremo tribunal administrativo julgou favoravelmente o recurso de Anna Rodrigues Romeira, viuva, por seu filho Manoel, da freguezia de Verride, concelho de Monte-Mór o Velho; — Luiz, filho de Rosaria de Jesus, viuva de Estevão Simões, da freguezia da Varzea, concelho de Goes; — e Manoel Domingues, por seu filho Manoel, da freguezia de Villa Secca, concelho de Condeixa.

ANNUNCIOS

1 V. PINTO BASTO & PLACIDOS, respondem ás reclamações que lhes tem sido feitas por parte de muitos seus consumidores, em Coimbra e outros pontos do reino, que só podem garantir os tabacos da sua fabrica — *Fidelidade Portuense* — que forem vendidos nos seus depositos, no Porto, e declaram que os *Cigarros Havanos*, de que especialmente se queixam, não são da sua fabrica, mas *sim imitações* produzidas por outras fabricas.

Procurem, pois, os srs. consumidores os nossos tabacos em casas de confiança e incapazes de praticarem os muitos abusos e falsificações, que se fazem com os tabacos da Fabrica Fidelidade Portuense.

Porto, 14 de Agosto de 1877.

V. Pinto Basto & Placidos.

ARRENDAMENTO

2 JOSÉ MARIA D'OLIVEIRA E SÁ, arrenda o seu quintal com casas, telheiro, e agua para regar, que possue na rua das Parreiras em S. Francisco: quem o pretender dirija-se á rua de Joaquim Antonio d'Aguiar, n.º 94.

Bons vinhos e petiscos

3 NA CASA MANHOLLA, arco de S. Thiago, vendem-se bons vinhos a 30, 35 e 40 réis, branco e tinto, vinagre branco e tinto, aguardente, azeite, jeropiga; e faz-se qualquer petisco que encommendem para o que tem por cima da mesma venda uma casa soffrivel, e tudo com muito aceio.

O vinho sendo por almude, na mesma ou no armazem, largo da Freiria, n.º 10, vende-se mais em conta.

VINHO DA BAIRRADA

4 VENDE-SE a prompto pagamento ou a prazo, 40 a 50 pipas de vinho tinto velho beneficiado, e algum novo com algum beneficio, assim como aguardente fina genuina da Beira.

Tambem alli se vende porção de pipas e cento e tantos barris de 5.º, tudo novo, proprios de embarque, arcados de pau e ferro com a maior segurança.

Presta-se a qualquer comprador por algum tempo o armazem, que accommoda seiscentas e tantas pipas.

Podem dirigir-se ao logar d'Antes, ao poente da estação da Mealhada, distante um kilometro, a Francisco Marques Pereira, encarregado da venda, ou a seu dono Luiz Ruivo de Figueiredo, de Coimbra, rua da Sophia, n.º 19 a 23.

CONVITE

5 JOSÉ MARIA DUARTE, pede ás pessoas de sua amisade e de sua infeliz e sempre chorada esposa Maria Adelaide dos Santos Duarte, o favor de assistirem a uma missa que por alma da finada se hade rezar na egreja de S. Bartholomeu, no dia 21 do corrente, pelas 7 horas da manhã.

ATTENÇÃO

6 NA COURAÇA DE LISBOA, n.º 17, do lado do collegio da Estrella, recebem-se estudantes.

LECCIONISTA DE MATHEMATICA ELEMENTAR

(1.ª E 2.ª PARTE)

7 MANOEL ALVES BRANCO, continua a leccionar para os exames em Outubro.

Rua do Borralho, n.º 22.

8 O ABAIXO ASSIGNADO, correspondente do *Jornal da Noite* n'esta villa, declara que n'uma correspondencia sua publicada no n.º 2:000 do referido jornal, aonde se lê: — *como me chama um dos mais abalisados e celeberrimos artistas d'esta terra* — deve lêr-se: — *como me chama um dos mais abalisados e celeberrimos estylistas d'esta terra*. A palavra *estylista*, foi adulterada na redacção.

Pombal, 16 d'Agosto de 1877.

Antonio José de Sousa Junior.

FIGUEIRA DA FOZ

9 MONSIEUR FÉLIX GUICHARD prévient les personnes qui désirent se perfectionner en français pour aller à l'exposition universelle de Paris, qu'elles peuvent s'adresser rue Fresca, 8.

DEPOSITO DAS VERDADEIRAS MACHINAS AMERICANAS DE COSER DE



V. H. LEBRE

108, rua da Calçada, 110

COIMBRA

10 SÃO estas sem contestação as melhores machinas de costura, tanto para familia, como para industriaes. São as que menos cançam no trabalho, e as que fazem todos os trabalhos sem alinhavar. São as que fazem menos ruido, e as que têm merecido os melhores premios em todas as exposições, sendo os ultimos na de Philadelphia em 1876.

Continua a vender a prestações, á vontade do comprador; ensino gratis; preços resumidos. Torçal, algodão, agulhas, oleo, e accessorios. Concertam-se machinas de todos os systemas.

AGRADECIMENTO

11 FREDERICO FERREIRA, summamente grato para com todas as pessoas que durante a sua doença tanto se interessaram pelas suas melhoras; vem por este meio significar-lhes o seu reconhecimento.

RAPAZ

12 PRECISA-SE d'um com alguma pratica de barbeiro.

N'esta redacção se dão os esclarecimentos.

Aos consumidores de illuminação a gaz em Coimbra

13 JOSÉ MARQUES LADEIRA incumbe-se de canalisar qualquer casa a gaz; concerta, galvanisa a prata, e bronzea candieiros. Tem tubos de chumbo novos e usados; tudo muito em conta. — Rua das Covas, n.º 18.

RAPAZ

14 PRECISA-SE de um com alguma pratica de mercearia. N'esta redacção se diz.

ARREMATAÇÃO DE VASOS

15 NO DIA 25 d'Agosto do corrente anno, pelas onze horas da manhã, no claustro do edificio de S. Bento, — no Jardim Botanico — se hade arrematar se o preço convier, uma porção de vasos de barro de differentes tamanhos.

BOA MADEIRA DE CASTANHO

16 HA PARA VENDER uma grande porção de couceiras de differentes larguras, tendo algumas mais de 2 palmos e meio de largo.

Largo da Sé Velha, n.º 21.

ALTO AQUI!!

17 PREVINO a todos os amadores do **Alto aqui**, da rua de S. João, que faço a minha transferencia durante a feira de S. Bartholomeu, para o Caes das Ameias, junto aos Caldeireiros.

Andre Godinho & Bastos.

EMPREGADO

18 UM RAPAZ, com 20 annos de edade e longa pratica de commercio, possuindo excellente calligraphia, offerece-se como empregado (ou para administrar) algum estabelecimento, ou fabrica de qualquer ramo de negocio na provincia ou Lisboa.

Tem pratica de cobrança e tambem se offerece para este mister.

Presta todas as abonações que se exijam.

Carta a F. M. Araujo, rua das Flores, n.º 61. — Porto.

DILIGENCIA

19 JOSÉ DOS SANTOS PIRES, estabelece carreira, em diligencia, entre Penella e Coimbra, ás segundas, quartas e sabbados, a começar em 20 de Agosto: mais tarde será diaria.

Sahe de Penella ás 4 horas e meia da manhã; de Condeixa ás 6 e meia da manhã; chega a Coimbra ás 8 e um quarto. Sahe de Coimbra ás 3 e meia da tarde; de Condeixa ás 5 e meia; chega a Penella ás 7 e um quarto.

Preço de ida, ou volta 500 réis. Bagagem 15 kilos gratuitos; o mais a 20 réis o kilo. Os passageiros que não estiverem á hora perdem os bilhetes, os quaes se vendem, em Penella, em casa do sr. Urbano Peres; e em Coimbra, Ernesto Lopes de Moraes, Calçada, n.º 197 a 199.

20 QUEM pretender comprar a casa sita no largo de S. João, n.º 5, falle com o solicitador Abilio Maria Ladeiro, que está encarregado da venda.

EM COIMBRA

21 PRETENDE-SE ALUGAR para o proximo anno de 1877-78 uma casa pequena situada n'esta cidade, mas perto do lyceu, ou nos Arcos do Jardim, proximidades ou nas immediações do Seminario. Tambem serve um andar d'uma casa que tenha uma sala, dois quartos, e cozinha. N'esta redacção se aceitam informações e propostas.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

22 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 32.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3137 | Terça feira 21 de Agosto de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Expozémos em o numero passado o que tem sido o recrutamento nos concelhos de Cantanhede e Montemór o Velho.

Por estes se póde avaliar o que se tem praticado em outros concelhos do districto.

E' mister que o actual governador civil de Coimbra dê um grande exemplo de moralidade, procedendo a um rigoroso inquerito ácerca d'estes factos, e fazendo que se cumpra a lei.

Os desvalidos estão servindo no exercito, em razão dos mandões e administradores do concelho haverem feito com que os seus afilhados se livrem escandalosamente.

Isto não póde continuar assim. Cumpre investigar quaes os mancebos que contra lei se têm evadido ao recrutamento. E n'este negocio não deve haver hesitações.

Toda a auctoridade que tem concorrido para essas immoralidades não póde continuar no seu cargo, sem que sobre o chefe superior do districto recaia uma grave responsabilidade.

Quem está indevidamente fóra das fileiras do exercito, deve ser obrigado a entrar n'ellas.

N'este assumpto não teremos contemplações, seja com quem fôr.

E' egualmente necessario que cesse por uma vez uma pratica torpe e infame, que tem havido n'este districto.

Certos individuos, que dispõem de meia duzia de votos, offerecem-se a pol-os á disposição dos mandões eleitoraes, logo que lhes livrem do serviço do exercito, um filho ou neto, que tenham n'essas circumstancias.

Essa arma é a mais forte de que têm usado os potentados politicos; mas é um dever de honra o quebral-a por uma vez.

A lei é que deve isentar os mancebos e não o patronato. A veniaga da compra dos votos, pelo livramento dos mancebos, é a maior das immoralidades.

Nada pareceria mais natural do que voltar essa arma contra aquelles, que d'ella têm torpissimamente usado.

Pois nem assim admittimos por caso nenhum o emprego d'ella. Antes os mandões vençam todas as eleições, em resultado dos meios torpes que ha muitos annos têm empregado, e de muitos dos quaes ainda dispõem — do que haja quem as vença contra elles adoptando o mesmo systema.

Chame-se embora a isto boa fé de que os inimigos se riem; mas o que se não ha de chamar é contradicção, versatilidade e falta de caracter.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Abstraindo das irregularidades, abusos, e má administração de qualquer camara municipal, bastaria para se dever reprovar as successivas reeleições dos seus membros, o principio demonstrado pela experiencia, de que é prejudicialissima a permanente conservação dos mesmos individuos nos corpos gerentes de qualquer corporação, ou instituto.

E' claro que o servir cargos publicos gratuitos é um onus para quem os exerce; e portanto, que a solicitação para continuar nos mesmos cargos dá justificado motivo de suspeitar, que quem pratica essa solicitação, é a isso levado para fins alheios ao bem publico.

A conservação dos membros das camaras municipaes, a qual é sem duvida originada no desejo de manter um poderio politico e pessoal; traz como consequencia necessaria o augmento sempre progressivo dos abusos.

Esse poderio é adquirido pelos favoritismos nas obras do concelho, injustiças relativas, patronatos, e anichamento de numeroso pessoal; tudo á custa da administração e da boa gerencia do municipio.

Resolva-se o actual chefe do districto a proceder a um rigoroso inquerito ás camaras municipaes, e verá o que em muitas d'ellas encontra.

E' por isso, que os vereadores empregam todos os meios, e toda a influencia adquirida pelo recrutamento, pelos empregos, e pelas dependencias das rendas do municipio, para se conservarem permanentemente nas cadeiras da vereação!

Bem sabem elles o nojento sudario que appareceria, se um dia chegassem a sair d'alli; e se uma nova administração fizesse patente ao publico, como era seu estricto dever, os numerosos abusos praticados, e a pessima gerencia do dinheiro dos cidadãos.

Não deve, portanto, admirar, que se façam tantos esforços para *continuar a beneficiar o municipio.*

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Queixámo-nos em o numero passado do procedimento de alguns parochos d'este concelho no objecto da eleição municipal.

Vem a proposito referirmo-nos a uma circular, de que podémos obter uma copia, que o exm.º sr. vigario geral, dr. Manoel Augusto de Sousa Pires de Lima, dirigiu em 3 de Julho ultimo aos parochos do concelho de Aveiro.

Depois de negar da maneira a mais formal e explicita a sua interferencia directa ou indirecta na eleição da camara de Aveiro, com o que se tem tentado induzir alguns clerigos, termina o sr. Lima declarando n'essa circular aos parochos, que deseja que os clerigos do concelho se entenderem que lhes corre, como cidadãos, o dever de cooperarem com a sua influencia para a escolha da futura vereação, se hajam em suas diligencias com prudencia e moderação, como cumpre á sua dignidade de homens e ministros do altar.

E acrescenta, que ha de castigar asperamente as demasias e abusos, offensivos das leis canonicas, se infelizmente os houver, commettidos por causa da luta eleitoral pelos ecclesiasticos sujei-

---

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXXV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Em quanto todos estes successos que acabo de referir se estavam passando, continuava eu a viver em Londres já muito mais esperançado no futuro, porque os acontecimentos de Julho em França, e os da ilha Terceira me davam motivo para isso.

Era já o anno de 1831, e tinham chegado a Londres os mais intimos amigos de D. Pedro, *Rocha Pinto*, e *Francisco Gomes*, precursores da proxima desgraça do imperador, porque vinham de lá como expulsos, ou fugitivos; tal era o odio que havia contra elles!

Eu occupava-me em escrever os meus dois Ensaios, o das causas da usurpação de D. Miguel, e o que trata da antiga constituição de Portugal, e é um resumo da sua historia, colligindo ao mesmo tempo factos e documentos para os meus Annaes, que já tinha em vista escrever. E quando andava entretido n'estes meus trabalhos litterarios chegou um paquete do Rio de Janeiro com a extraordinaria noticia de que o imperador D. Pedro havia sido forçado a abdicar no dia 7 de Abril d'este anno de 1831, e que no dia 13 do mesmo mez havia partido para a Europa.

Acabava de se realisar a profecia que eu lhe havia feito no meu *Campeão de Lisboa*, com data de 3 de Agosto de 1822. E a profecia tinha sido, que sendo elle então um mero instrumento das ambições dos brazileiros, estes mais dia menos dia, o haviam de quebrar, porque os instrumentos, uma vez que já não servem, ou *se põem para o lado, ou se quebram*. Assim a profecia do anno de 1822 se cumpriu no anno de 1831!... (a)

(a) É na verdade admiravel como se realisou em 1831, o que José Liberato tinha dito a D. Pedro, na 2.ª carta, que lhe dirigiu, e que publicou em o n.º 18 de seu *Campeão Portuguez em Lisboa*, de 3 de Agosto de 1822. Vem a proposito transcrever os se-

No dia 26 de Junho chegou a Londres o ex-imperador, e parecendo que a primeira cousa que faria, seria chamar para seu lado homens que por seu caracter e conhecida probidade o podessem bem aconselhar sobre o que se tinha passado, não o fez assim.

guintes periodos da referida carta, já que não podemos transcrevel-a toda por falta de espaço.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Mas esta preparatoria medida era absolutamente necessaria; porque em quanto no Rio de Janeiro se conservassem soldados portuguezes europeus, dos quaes V. A. R. tinha dito nas suas cartas de 9 de Outubro, e 10 de Dezembro do anno passado: *que eram afferrados á constituição, e á causa nacional, e d'elles necessitava para conter os facciosos;* não era possivel que o plano começasse a ter o grande desenvolvimento que depois d'isso já começou a ter com desdouro e vergonha para todo o homem que ainda sabe conservar o antigo brio portuguez.

«Assim, em quanto V. A. R. por esta fórma se comportava, commettendo actos, verdadeiramente hostis, contra a sua patria, contra seu pae, e o seu rei; vimos aqui dentro

Os seus antigos conselheiros do Brazil, Rocha Pinto, e Francisco Gomes, pela amisade que o primeiro tinha com José da Silva Carvalho, tinham-se associado com elle, e assim

do supremo congresso homens altamente declamando contra a permanencia de tropas europeas no Brazil, ao mesmo passo que da Bahia se recebiam as noticias de que os habitantes leaes e pacificos d'aquella populosa cidade exigiam o auxilio d'essas mesmas tropas, por V. A. R. e por outros tão notavelmente calumniadas.

«E não é este um signal mui demonstrativo e mui claro de que V. A. R., desservindo tão inconsideradamente a sua patria, seu pae, e seu rei; está inconsideradamente servindo de instrumento a um bando de facciosos, que, sem ainda conhecerem a vontade geral do Brazil, ja levantam o estandarte da revolta; e até por sua minoridade, usurpam sem pejo ao mesmo Brazil essa soberania, que dizem que elle tem, ainda unido com Portugal?

«Uma verdade direi eu pois agora a V. A. R.; e attenda, meu principe, mui sisudamente para ella. *Os instrumentos só prestam para concluir qualquer obra: depois d'ella acabada, ou se põem para o lado, ou se quebram.*»

tos á sua jurisdicção, qualquer que seja o partido politico a que estes pertençam.

São estas as recommendações que o sr. dr. Lima julgou dever dirigir aos parochos do concelho de Aveiro.

Pela nossa parte diremos, que seria muito para louvar que os parochos se tornassem totalmente extranhos a todas as lutas politicas; mas sobretudo, passar de uma pacifica e moderada manifestação do seu voto a tornarem-se chefes de bando, e activos galopins eleitoraes, com todas as suas paixões, odios e intrigas, é um facto altamente reprehensivel, e que os exautora perante a sociedade.

A missão do parocho deve ser toda de paz; pelo que lhe cumpre promover a harmonia entre os parochianos, em vez de fomentar as suas inimizades, o que necessariamente resulta das renhidas contendas eleitoraes.

Bem procedeu, portanto, o sr. Pires de Lima na recommendação que dirigiu aos parochos do concelho de Aveiro; e o seu exemplo é digno de ser imitado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Viram os nossos leitores as numerosas vezes que protestámos contra o attentado praticado pela camara municipal d'esta cidade, em grave prejuizo da saude publica, e notavel incommodo dos cidadãos, de fazer o deposito das immundicies no cerco dos Jesuitas, local em proximo contacto com a cidade, e junto a uma estrada concorridissima.

Reclamâmos uma e muitas vezes, e respondiam-nos com o costumado desprezo; e até se chegou á torpe impudencia, de se negar o incommodo que d'alli vinha aos cidadãos!

O que, porém, não poderam conseguir os nossos protestos e queixas, obteve-o a aproximação das eleições camararias.

Lá se anda a fazer a mudança do celebre deposito.

A lucta eleitoral não só já fez este milagre; mas tem feito muitos outros, alguns dos quaes não causam pouca admiração.

Por toda a parte se promettem estradas, pontes e fontes. Se fossem serias todas essas promessas, e se as quizessem realisar, não chegava para ellas o rendimento da camara de Lisboa!

Ha todo o motivo para suppôr, que se os illustres vereadores fossem substituidos nas cadeiras do municipio — a camara que os substituisse ficaria pelo menos durante meio anno sem ter um real para gastar em obras, por se haver a actual camara antecipado nas despezas do anno economico.

Vamos! Continuem!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Devemos ser justos: a nossa camara não é tão má como a fazem.

Queixámo-nos ha dias dos vigias municipaes não terem multado os vereadores, como era sua rigorosa obrigação, por estarem a infringir o artigo 97 das posturas, occupando uma parte do largo 8 de Maio, com grande numero de carradas de pedra, sem o resguardo do tapume de madeira, determinado no mencionado artigo.

Ou fosse pelo receio de serem multados, ou por qualquer outro motivo, é certo que aquella porção de pedra já d'alli foi mandada mudar pelos benemeritos vereadores.

E ainda ha quem se queixe dos illustres edis conimbricenses! E' na verdade ser muito difficil de contentar!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. governador civil de Vianna dirigiu ha dias uma circular aos administradores de concelho do seu districto, a qual vem mais uma vez provar que as leis n'este paiz são em regra letra morta.

Por aviso de 20 de Setembro e portaria de 12 de Novembro de 1833 foram prohibidas as sepulturas dentro das egrejas, nos seus atrios e claustros dos conventos.

Os decretos de 21 de Setembro e 8 de Outubro de 1835 ordenaram a immediata construcção de cemiterios publicos em todos os concelhos do reino, em numero e grandeza correspondentes á densidade da população, e ás distancias do logar.

Os decretos de 21 de Setembro de 1835 e 3 de Janeiro de 1837 ordenaram ás auctoridades administrativas que não consentissem enterramentos fóra dos cemiterios publicos.

O decreto de 8 de Outubro de 1835 creou a receita para a construcção, reparos, e custeamento dos cemiterios publicos. As despezas para fim identico foram, pelo n.º 6 do artigo 133 do codigo administrativo, declaradas obrigatorias das camaras municipaes.

O artigo 246 do codigo penal, e o artigo 83 do regulamento de 3 de Dezembro de 1868, punem aquelles que tiverem feito enterrar individuos, contravindo as leis e regulamentos do reino, em relação ao tempo, ao logar e mais formalidades prescriptas sobre inhumações.

Muitas outras providencias se têm tomado sobre este objecto; sendo o ultimo documento official a portaria de 29 de Maio d'este anno.

Agora vejâmos como no districto de Vianna se tem dado execução a todas essas providencias.

Compõe-se aquelle districto de 10 concelhos, 288 freguezias, com 57:148 fogos, e 212:636 habitantes.

Pois d'essas 288 freguezias apenas 13 é que têm cemiterios, faltando em nada menos de 275, nas quaes os enterramentos ainda são effectuados nas egrejas!

Eis ahi o caso que se tem feito de tantas determinações ha 44 annos!

E' esta uma leve amostra do que tem sido a administração publica em Portugal!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Foram ultimamente construidas duas praças de touros: uma na cidade de Aveiro e outra na villa de Pombal.

Presta-se a bem tristes reflexões este facto!

Em logar de se crearem novos institutos de caridade ou de instrucção popular; quando tantos melhoramentos se carecem nas differentes povoações do reino; é então que se levantam mais dois circos para o brutal e sanguinario *divertimento* dos touros!

Não podemos deixar de lamentar a tendencia que ha para estes espectaculos barbaros e crueis, em que o homem não só se expõe sem necessidade a ser morto, ou gravemente maltratado; mas em que o povo se acostuma a ser cruel em vista das atrocidades, que com applauso geral vê praticar!

Quanto melhor não seria que em logar d'essas duas praças de touros ouvissemos dizer, que se tinham creado mais duas escolas, dois asylos, ou dois hospitaes?

Com isso tinha tudo a ganhar a infancia, a velhice, ou a enfermidade; quando das praças de touros não resulta senão a desgraça!

Cada um póde até certo ponto fazer o uso que quizer do seu dinheiro; mas não passará sem as nossas queixas e protestos a construcção de mais duas praças de touros em Portugal.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

COMMUNICADOS

A QUESTÃO DA SOLICITAÇÃO

Suppomos que é um nosso antigo amigo, cuja honestidade e honradez muito respeitamos, o que no *Conimbricense* de 31 de Julho acode em defeza do sr. Francisco Manuel Martins Manso. Se lhe louvamos os esforços de s. ex.ª em pretender levantar no conceito publico uma auctoridade, que não merece a sua defeza, magoa-nos todavia ver um cavalheiro seriissimo e d'uma probidade immaculada, ao lado do governador do bispado da Guarda, cuja desgraçada administração tem concitado contra si a indignação do clero independente e honrado e a animadversão de todos os homens serios da diocese. Respeitando as intenções do illustrado articulista da Guarda, e não concordando com a doutrina do seu artigo, vamos responder-lhe.

Não foram só cinco as accusações que fizemos ao sr. Manso; fizemos-lhe mais, e muitas mais lhe fariamos hoje, se esta polemica não viesse abrir um parenthesis entre nós e o sr. governador do bispado da Guarda, com quem temos muito que conversar.

Como porém o illustrado articulista, por motivos que não descortinamos, mas que respeitamos, se quiz responder a cinco, acompanhal-o-hemos na ordem por que as inscreveu, assegurando ao sr. Manso que nada perderá com a demora.

Estamos convencidos por doutores de muitissimo bom nome, como são o sr. dr. Mexia, cardeaes Soglia e Gousset, Domingos Cavallario, e outros que é inutil enumerar, de que o sr. Manso não podia acceitar das mãos de seu tio bispo a nomeação de seu vigario geral.

Todos os canonistas citados affirmam, que é prohibido aos bispos nomearem seus vigarios geraes os seus consanguineos, e em nenhum dos livros de direito ecclesiastico que temos lido, vemos impugnada a existencia e authenticidade das declarações da sagrada congregação dos bispos, que regulam o caso presente, declarações que o articulista só admitte por favor, não apresentando no entanto as razões que tem para não acreditar os canonistas que as citam e fazem d'ellas a base das suas asserções na materia sujeita.

Nós, confessamos, ainda não lemos as taes disposições legislativas, ou antes com força de lei; mas nem por isso a logica nos manda rejeitar a sua existencia e authenticidade, quando as vemos citadas por canonistas insuspeitos e de optima reputação. Não precisamos ver para crer, assim como o estimavel articulista não precisa ir ver o Egypto com os seus proprios olhos para acreditar na existencia da terra de Cleopatra.

Mas s. ex.ª que sabe isto perfeitamente, abandona rapidamente o seu gratuito argumento, e fugindo d'elle como d'um escolho que ameaça partir-lhe e aniquilar-lhe a defeza, muda habilmente de rumo, negando que o sr. Manso tivesse sido vigario geral antes da doença de seu tio, ou o seja depois d'ella: antes, porque não exercia a jurisdicção voluntaria e contenciosa; depois, porque ficou sendo simples governador do bispado, cargo que não tem a estabilidade e permanencia do de vigario geral.

Aqui o illustrado articulista é d'uma infelicidade que sinceramente lastimamos; se não conhecessemos a sua seriedade, acreditavamos que nos estava disfructando.

Se o sr. Manso não foi antes, nem é depois da doença de seu tio vigario geral, então o que foi e o que é? «O vigario geral, — diz o sr. dr. Bernardino Carneiro no seu livro de *Direito ecclesiastico*, paragrapho 487 — é da escolha e nomeação do bispo, em nome do qual e por seu mandado revogavel, exerce a jurisdicção episcopal que lhe conferem as lettras que o nomeam.»

Esta é a essencial noção de vigario geral, que dão todos os canonistas, por mais, ou menos differente forma; sendo tambem corrente em direito, que pódem os bispos nomear o numero de vigarios geraes que as necessidades do serviço exigirem, dando a todos a jurisdicção voluntaria e contenciosa, ou a uns esta e a outros aquella.

Vê-se, pois, que vigario geral é o clerigo livremente escolhido pelo bispo para fazer as suas vezes no exercicio da jurisdicção ordinaria episcopal. Ora ninguem dirá que o que trata apenas da parte contenciosa, não exerce jurisdicção ordinaria, como o que trata só da parte voluntaria, ou espiritual.

Portanto ninguem dirá tambem que não são ambos vigarios geraes, visto que a jurisdicção ordinaria comprehende os dois ramos de administração ecclesiastica, voluntario, ou espiritual e contencioso, os quaes o bispo, para facilidade do expediente póde dividir, sem que o encarregado da parte espiritual ou voluntaria monopolise a denominação de vigario geral.

O provisor não é entidade canonica, nunca o foi; mas simples denominação com que em Portugal se costuma designar o vigario geral encarregado da administração voluntaria ou espiritual, para distinguir este official ecclesiastico do vigario geral encarregado da parte contenciosa.

Isto corre sem contestação em direito. Não póde por tanto o articulista dizer que o sr. Manso antes da doença de seu tio não foi verdadeiro vigario geral, porque só exerceu a parte contenciosa, assim como seriamente não póde contestar, que, estando hoje, depois da doença, tratando da parte espiritual e contenciosa, o seja.

Ainda que podesse admittir-se que o officio de vigario geral não é transitorio como o de governador do bispado, o que seria absolutamente contra direito, porque quer um, quer outro é de nomeação livre e revogavel do respectivo bispo, e por tanto ambos transitorios, não seria de certo o caracter de mais, ou menos permanencia, de mais ou menos transição, que auctorisaria o sr. Manso a acceitar a nomeação.

Desde que a lei estabelece que os bispos não possam nomear os seus parentes por consanguinidade, estes não pódem acceitar a nepotica nomeação, nem por um anno, nem por um dia, nem por um segundo sequer. E, como muito bem diz o sr. dr. Mexia, na nota *m*. ao paragrapho 160, este impedimento é justissimo — «*Rationabile quidem videtur impedimentum hoc: dummodo tamen haud ultra episcoporum patronos, avunculos, fratres, et horum filios vel nepotes protrahatur.*»

A lei estabeleceu-o por muitas razões que são obvias, e sobre tudo, parece-nos, para que as relações de proximo parentesco não prejudicassem o andamento regular da justiça, ou na parte voluntaria e espiritual, ou na parte contenciosa, e para que a administração ecclesiastica, que deve ser abnegada e desprendida, não seja, ou pareça ser, como actualmente está senão sendo, ao menos parecendo na diocese da Guarda, uma fonte perenne de receita para fartar a cubiça da familia dos bispos.

E não se diga que as declarações da sagrada congregação dos bispos não são disposição legislativa.

Os decretos de qualquer congregação romana, como dizem os canonistas e nomeadamente o cardeal Gousset na sua *Exposition des principes du droit canonique*, que temos sobre a banca, têem força de lei em todo o orbe catholico, porque são publicados por ordem do soberano pontifice, a quem o nobre articulista de certo não nega o poder de legislar.

Mas passemos a outro assumpto, que já vae sendo tempo.

Damos a s. ex.ª sinceros parabens por não ter visto o sr. Manso a cantar e a resar por essas ruas com os jesuitas e com um rapazio, que tinha mais força pulmonar que educação moral e religiosa, fazendo um barulho atrozmente incommodo e uma desharmonia tão estrepitosa, que fazia contrair os nervos menos delicados.

Seguramente, se o tivesse visto tel-o-ia ouvido, e conseguintemente ter-se-ia incommodado, e, ousamos dizel-o, até indignado.

Não queremos roubar ao sr. Manso a liberdade de resar e cantar. Deus nos defenda de tal attentado; mas desejariamos que resasse e cantasse de modo que nos não incommodasse e não expozesse n'estas procissões meio sagradas e meio profanas, e em completa desordem, a dignidade do prelado no ridiculo.

Não temos duvida em admittir que o sr. Manso seja um homem de profundas convicções religiosas; temos porém invencivel repugnancia em acreditar que as suas manifestações em questão devam ser imitadas e tenham precedentes louvaveis na historia.

Além de não serem legaes os actos religiosos d'esta natureza, têem na forma um certo ruido pharisaico, que desgosta os que acatam a seriedade das coisas divinas. E parece-nos que nem a illegalidade, nem o pharisaismo são muito para imitar e louvar.

O nosso supposto amigo parece concordar que o sr. Manso teria prostituido a auctoridade do prelado, se por ventura elle tivesse collocado á testa da educação moral da mocidade que se dedica ao sacerdocio, seu primo, e se estivesse provado que este seu parente é um padre inintelligente, ignorantissimo e rude. Muito bem.

Se o sr. Manso não tem a responsabilidade da nomeação, o que de boa vontade concedemos, tem com certeza a de o não ter despedido para interesse da moralidade, e esta responsabilidade não é incontestavelmente inferior áquella.

Consentindo-o em tal logar confia-lhe a importantissima missão da educação da mocidade seminarista, como lha confiou aquelle que o nomeou. Mas quer s. ex.ª saber se o primo do sr. Manso é inintelligente e ignorantissimo? Falle com elle uma vez só e no assumpto o mais commum e ficará convencido, affirmamos-lhe, de que o homem não é, nem póde ser um educador de padres. E, se quizer convencer-se de que elle é rude e cousa peior do que isso, toda a gente séria da Guarda e todos os ecclesiasticos que têem vivido no seminario, tendo semilhante padre por superior, lhe poderão satisfazer a sua justificadissima curiosidade.

Nós não diremos mais nada, e pedimos ao illustrado articulista que nos dispense de tratar detidamente na imprensa d'um assumpto que nos repugna.

No entanto se a sua reconhecida obsequiosidade nos não dispensar, talvez façamos esforços para vencer a nossa justa repugnancia. Como o illustrado articulista poz em duvida a sciencia e a probidade com que affirmámos que o sr. Manso officiára, antes de ter procedido a investigações judiciaes, ao seu delegado na Covilhã, recommendando-lhe que tranquillisasse o padre accusado, (o padre Grainha) assegurando-lhe da sua parte que estava convencido da sua innocencia e de que a mulher o accusava por influencia de algum inimigo, aqui lhe transcrevemos não só um trecho do officio com que o delegado do sr. governador do bispado da Guarda intima ao sr. Grainha as ordens do seu prelado, mas um outro trecho do officio do sr. Manso e a resposta publica do sr. Alçada.

O sr. arcipreste: «Fiz sentir ao exm.º e revm.º sr. governador d'este bispado a necessidade de abafar a questão vergonhosa, (abafar, note bem o articulista) que se dava entre v. s.ª....... Remetto por copia a resposta.......» Este officio tem a data de 17 de Setembro de 1876.

O sr. governador do bispado da Guarda em 15 de Setembro de 1876: — «O proprio padre Alçada me disse que não acreditava nas calumnias que a tal mulher espalhava contra o padre Grainha, e que a suppunha instigada por algum inimigo d'este para o desacreditar.......»

Depois do sr. Grainha ter publicado em sua defeza este trecho em varios jornaes; appareceu o sr. Alçada no *Conimbricense*, n.º 3084, de 17 de Fevereiro de 1877, a protestar contra a indifferença do tribunal ecclesiastico da Guarda e a desmentir redondamente o sr. Manso, dizendo entre outras coisas o seguinte: «Nunca reconheci a innocencia do sr. Grainha, nem tenho por incriveis as revelações importantes que a mulher faz contra s. s.ª a todos que a ouvem. E se em Agosto de 1876 eu declarei que antes queria suppôr e desejaria acreditar que ella cedia a influencias de algum inimigo do sr. Grainha, não fiz mais do que responder a uma instancia que n'este sentido me foi feita pelo exm.º sr. governador do bispado da Guarda, querendo apenas significar a s. ex.ª que me seria mais grato que na discussão judicial, a que, havia e ha ainda, obrigação de se proceder, se provasse aquella supposição, do que a accusação grave e torpissima que lhe é feita.»

Não commentamos, commente o publico.

Transcrevemos para demonstrar ao correspondente que não foi sem sciencia e sem probidade que fizemos a accusação, e que a sua insinuação não é digna do seu cavalheirismo.

Um escripto anonymo, que tem um responsavel que póde facilmente ser procurado pelos meios que o articulista de certo bem conhece, não significa uma cobardia, ou menos probidade, mas um motivo qualquer rasoavel e digno como o que actuou no animo do nosso estimavel contradictor para não assignar o seu artigo.

Quanto ás irregularidades do processo fallaremos e muito de espaço, quando chegar a occasião annunciada pelo nobre articulista e então o publico pensador julgará de que lado está a razão.

Guarda, 5 d'Agosto de 1877.

Luso 15 d'Agosto de 1877. — Sr. redactor. — Com respeito ao communicado, assignado por — *Um banhista de Luso* — e inserto no n.º 3:135 do seu acreditado jornal temos a declarar o seguinte:

1.º — Que fomos os iniciadores do pic-nic que se realisou no dia 10 do corrente, no Bussaco, no sitio denominado *Portas de Coimbra*.

2.º — Que fomos nós na qualidade de delegados da commissão executora d'essa festa pedir a S. M. a rainha licença para mandarmos armar uma mesa; e que por S. M. foi dito que não queria que na mais pequena cousa se alterassem os antigos usos e regalias que n'aquella matta costumavam gozar as pessoas que a frequentam.

3.º — Que foi por nós escolhido aquelle local á sombra de frondosas arvores, como o que melhor se prestava pelo lindo e vasto panorama que d'alli se disfructa, e isto a contento das setenta pessoas que assistiram ao jantar.

4.º — Que são inteiramente destituidas de fundamento as prohibições que, n'este ponto, se attribuem a S. M., e tanto assim que S. M. mandou pôr á nossa disposição a casa que está junta ás *Portas de Coimbra*, a fim que d'ella fizessemos o uso que nos conviesse.

5.º — Que assumimos toda a responsabilidade ácêrca da verdade do que deixâmos escripto.

Pela inserção d'estas linhas lhe ficarão muito obrigados os

De v. attentos veneradores
Frederico Augusto da Silva Pires.
Jayme Arthur da Costa Pinto.

Hotel Serra — Luso.

NOTICIARIO

Antonio Ribeiro Saraiva. — Recebemos de Londres uma carta do sr. Antonio Ribeiro Saraiva.

Inseril-a-hemos n'este jornal, com a brevidade que nos permittirem algumas publicações, a que estamos compromettidos.

Antecipâmo-nos, porém, a transcrever da carta do sr. Ribeiro Saraiva os seguintes periodos:

«Agora tenho que agradecer á infatigavel industria do sr. J. M. de Carvalho, informações que não tinha senão imperfeitas a meu proprio respeito, como por exemplo os nomes de meus padrinho e madrinha, que só sabia serem marquez e marqueza de Castello Melhor. Creio, porém, que ha inexactidão n'uma cousa: isto é, que o *dia 10 de Junho de* 1800, deve ser provavelmente o do meu baptismo.

«A minha razão para pensar assim é, que sempre na familia foi tido o ultimo dia do mez de *Maio* por ser o do meu nascimento; e creio que a minha familia não se enganava.»

Pois estava enganada. O sr. Antonio Ribeiro Saraiva nasceu, não em 31 de Maio, como suppõe, mas sim, como dissemos, em 10 de Junho de 1800.

Ahi vae o seu assento de baptismo:

«Aos 18 dias do mez de Junho de 1800, baptizou de minha licença o reverendo abbade da villa da Ponte, Antonio José Saraiva de Lucena, Antonio, que nasceu em os 10 do sobredito mez e anno, filho legitimo do doutor desembargador José Ribeiro Saraiva, natural da freguezia de S. Miguel de Paços, bispado de Coimbra, e de D. Francisca Xavier Constantina de Moraes e Macedo, natural d'esta villa, bem que nascida, e baptizada na villa do Mogadouro, arcebispado de Braga, neto pela parte paterna de José Ribeiro Saraiva, e de Josepha Maria, naturaes da sobredita freguezia de S. Miguel de Paços, e do bispado de Coimbra, neto pela parte materna do doutor Francisco Xavier de Moraes e Figueiredo, natural desta villa, e de D. Anna Joaquina de Moura e Macedo, natural da villa do Mogadouro, arcebispado de Braga.

Foram padrinhos o exm.º sr. Antonio José de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, marquez de Castello Melhor, e por seu procurador o doutor Francisco Xavier de Moraes e Figueiredo, e madrinha a exm.ª sr.ª D. Maria José de Assis Mascarenhas, marqueza de Castello Melhor, e condessa da Calheta, e por seu procurador o doutor Sebastião José Rebello de Gouveia Osorio, da villa da Ponte.

Foram testemunhas José da Cunha de Almeida, e Antonio Rebello Telles, d'esta villa. E para constar fiz este que assignei. — O vigario Antonio de Almeida. — Antonio Rebello Telles — José da Cunha de Almeida.»

Ponte da Portella. — No dia 18 do corrente foi arrematado pelo sr. José de Mattos Cairutas, o imposto do transito na ponte da Portella. Foi por tres annos, a réis 2:136$660 cada anno.

Está, porém, esta arrematação ainda dependente do ministerio da fazenda.

Concurso. — Estão a concurso duas substituições vagas na faculdade de Direito.

Mais promenores. — Informam-nos, que o roubo a que ha tempo nos referimos, feito ao sr. Antonio Maria Barata Lopes de Carvalho, na sua casa da Costeira, freguezia da Varzea de Goes, por alguns operarios que alli andavam a trabalhar, é calculado em 4:000$000 réis, segundo communicações de Mangualde.

---

assentaram para comsigo, que se devia fazer um mysterio da vinda de D. Pedro, e em consequencia deste plano só alguns escolhidos é que foram convidadas para o irem comprimentar na sua chegada. Para se avaliar a escolha basta dizer, que um delles foi o barão de Rendufe, antigo intendente da policia no governo dos *inauferiveis*, instalados em Villa-Franca, e o *unico individuo*, que, sendo D. Pedro rei temporario, tinha por um decreto, assignado no Brazil, *demittido* de todos os seus empregados! Foi portanto este um dos seus primeiros conselheiros!

Passados oito dias, deu a saber que se faria visivel aos portuguezes, porque em todo este tempo só o foi aos seus escolhidos. Muitos concorreram a ir visital-o, e eu não fui em o numero delles. Disse-me porém algum dos que lá foram, que nem uma só palavra lhes dera de agradecimento ao muito que tinham feito por elle e por sua filha: e que mostrando-se como envergonhado diante de portuguezes, a quem tantas affrontas tinha feito, precipitadamente se havia retirado, depois de ter representado de *mudo* n'esta sua primeira apparição.

Com perto de 95 dias de viagem chegou a Brest a rainha, que tinha sahido do Brazil depois delle. Neste intervallo passou seu pae, que havia tomado o titulo de *Duque de Bragança*, os dias em divertimentos, e em frequentar os theatros.

Constou logo, que os seus conselheiros o chegaram a persuadir que annullasse a sua abdicação, e tornasse a assumir o titulo de rei. Ao menos isto me foi certificado pelo general Valdez, hoje conde do *Bomfim*, que me certificou têl-o ouvido dizer a um dos ajudantes d'el-rei; e o *Courier*, gazeta *quasi* ministerial, tambem o deu a entender, porque escreveu, que D. Pedro na sua chegada a Londres tinha *falhado* na sua primeira negociação por circumstancias ponderosas. E o caso era, que em casa do principe Taillerand, então embaixador francez, estando alli presente algum dos ministros inglezes, se havia tratado esta questão, e lá se havia decidido, que já não tinham cabimento as pretensões de D. Pedro, para não excitar novas questões.

Que D. Pedro já vinha do Brazil com essas idéas, parece muito crivel, porque ha um facto positivo, que me foi communicado por José Aleixo Falcão, homem de uma probidade, reconhecida por todos os que o trataram, e facto, que o dá bem a entender.

Foi elle, que lembrando-se algumas pessoas, que vinham com a rainha, que seria bom que ella desembarcasse na Terceira para alegrar, e consolar os emigrados, o capitão do navio apresentára uma ordem, escripta por D. Pedro, na qual positivamente lhe ordenava, que não *consentisse que a rainha desembarcasse em terra occupada por portuguezes*. José Aleixo, contando-me isto, citou-me uma das primeiras pessoas, que acompanhavam a rainha.

No dia 24 do mez de Julho deste anno sahiu D. Pedro de Londres para ir buscar sua mulher e sua filha, que estavam em França; e como lhe dissessem que o novo rei Luiz Filippe levaria muito a mal se não fosse a Paris, lá foi, e escolheu para sua morada a casa da Legação Brazileira.

El-rei tratou-o com a maior affabilidade, e além d'esta com todas as demonstrações do grande interesse que tomava pela sua causa. José Balbino, homem que entrava então em todos os segredos da politica com que se tratavam os nossos negocios, porque até havia servido de nosso agente diplomatico perante o governo inglez, e a quem só elle reconhecia por tal, porque a sua nomeação de secretario de embaixada era ainda de D. João VI, disse-me confidencialmente: — que o rei Luiz Filippe, de accordo com o seu conselho, offerecêra a D. Pedro reconhecer promptamente sua filha como rainha de Portugal, e collocal-a no throno, se a trouxesse para Paris, e alli a deixasse residir. Não lhe deu porém conveniente resposta, ou antes uma que muito desagradou ao gabinete francez; e por este modo se expoz a perder a causa de sua filha e dos emigrados, e pelo menos a retardal-a, e a sujeital-a a mil duvidosos azares. Dizia-se, que Luiz Filippe tinha então ideias de ver, se casava um dos filhos com a nossa rainha.

Attribuiu-se esta repulsa de D. Pedro, que depois se fez publica, a elle ter ainda esperanças de ser acclamado rei, quando chegasse ás ilhas ou a Portugal; e que estas esperanças, tendo-lhe falhado o apoio de Inglaterra e de França para este fim, lhe eram suggeridas pelos seus conselheiros intimos, ou antes aduladores.

Como recusasse a offerta de Luiz Filippe, veiu para Londres com a imperatriz e sua filha, e foi alojar-se em *Clarendon Hotel*, onde já tinha estado. E fez isto sem dar parte ao governo inglez da chegada de sua filha, como rainha de Portugal, o que todos muito estranharam; e com mais admiração, e até escandalo, porque tomando para si e para a imperatriz o andar nobre do hotel, deixou para sua filha, *a rainha de Portugal*, uma especie de *sobre-lojas*, que ao subir da escada principal ficavam á mão direita com uma pequena porta da entrada.

(Continuar-se-ha.)

Queixam-se-nos de que n'este importante objecto não tem havido o devido zelo por parte do sr. delegado de Arganil, de que resultará a impunidade dos criminosos.

Desastre. — O sr. Antonio Dias Themido, negociante, recebeu hontem uma pipa de alcool, que despejou.

Hoje de manhã foi um empregado da camara examinar a pipa para a cobrança dos respectivos direitos.

Como o sitio em que a pipa estava era escuro, teve o sr. Themido de accender um phosphoro. Ao chegar com elle ao batoque, incendiou-se a evaporação, e rebentou a pipa por um dos lados com um estrondo espantoso.

Felizmente do lado da explosão não estava ninguem, mas ainda assim não deixou o sr. Themido de ficar bastante queimado na mão esquerda.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Maria Candida de Vasconcellos, filha de Joaquim Duarte e Theresa Maria, de Farinha Podre, de 60 annos, fallecida em 13 d'Agosto de 1877.

Maria da Conceição, filha de João Vasco Girão e Maria José, de Coimbra, de 5 annos, fallecida em 13.

Virginia Libia Pessoa, filha de Antonio da Cruz Pessoa e Capitolina Pessoa, de Coimbra, de 21 annos, fallecida em 13.

Maria da Assumpção, filha de José Matheus de Campos e Margarida da Conceição, de Coimbra, de 15 mezes, fallecida em 13.

Guiomar de Jesus, filha de Adelino Borges e Maria de Jesus, de Coimbra, de 6 mezes, fallecida em 15.

Antonio, filho de pae incognito e Maria Luiza, de Coimbra, de 13 mezes, fallecido em 17.

Recemnascida, filha de pae incognito e Maria da Conceição, de Coimbra, de 8 horas, fallecida em 16.

Julia Alves Teixeira, filha de Luiz Teixeira e Joanna Veiga, de Villa Real, de 25 annos, fallecida em 17.

Raul, filho de pae incognito e Marianna da Conceição, de Coimbra, de 7 mezes, fallecido em 17.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:212.

Banco commercial de Vianna. — No logar competente se annuncia haver requerido o Banco commercial de Vianna, outro anno de moratoria.

Não póde deixar de produzir semelhante noticia penosa impressão nos muitos interessados n'este Banco.

Viajantes reaes. — Sua magestade a rainha chegou hontem ao Porto, levando em sua companhia o principe real D. Carlos e o infante D. Affonso.

Sua magestade el-rei sáe de Vidago no dia 23 e chega ao Porto no dia 25.

Chegada. — E' esperado hoje em Lisboa, vindo de Paris, o sr. Mendes Leal.

Navios de guerra portuguezes. — De uma carta do nosso correspondente de Lisboa, o sr. Pedro José Conceição, extrahimos a seguinte interessante noticia:

«Publicou-se ha pouco a lista dos navios de guerra e mercantes da marinha portugueza, que actualmente existem. Dar-lhe-hei aqui a relação dos navios de guerra, pela julgar curiosa. São os seguintes:

Hiate, *Algarve*; vapor de helice, *Argus*, 79 cavallos, e 2 bôcas de fogo; transporte de vapor de helice, *Africa*, 260 cavallos e 2 bôcas de fogo; corveta de vapor, *Bartholomeu Dias*, 400 cavallos e 17 bôcas de fogo; hiate *Bissau*, uma bôca de fogo; canhoneira de vapor, *Douro*, 100 cavallos e 2 bôcas de fogo; fragata, *D. Fernando*, 19 bôcas de fogo; corveta *Duque de Palmella*, 6 bôcas de fogo; corveta de vapor *Duque da Terceira*, 220 cavallos e 5 bôcas de fogo; corveta de vapor *Estephania*, 400 cavallos e 19 bôcas de fogo; transporte de vapor de helice, *India*, 160 cavallos e 2 bôcas de fogo.

Corveta de vapor, *Infante D. Henrique*, 200 cavallos e 10 bôcas de fogo; corveta de vapor, *Infante D. João*, 150 cavallos e 6 bôcas de fogo; cuter *Ligeiro*, uma bôca de fogo; barco transporte *Martinho de Mello*, 2 bôcas de fogo; corveta de vapor *Mindello*, 150 cavallos e 8 bôcas de fogo; canhoneira de vapor (em construcção) *Quanza*; vapor de helice *Quelimane*, 40 cavallos e uma bôca de fogo; corveta de vapor, *Rainha de Portugal*, 150 cavallos e 8 bôcas de fogo; vapor de rodas *Rebocador*, 75 cavallos.

Canhoneira de vapor *Rio Minho*, 60 cavallos e uma bôca de fogo; idem, *Rio Lima*, 100 cavallos e 5 bôcas de fogo; idem, *Sado*, 100 cavallos e 5 bôcas de fogo; idem, *Tamega*, 100 cavallos e 5 bôcas de fogo; corveta de vapor *Sá da Bandeira*, 200 cavallos e 13 bôcas de fogo; idem, *Sagres*, 300 cavallos e 4 bôcas de fogo; vapor de rodas, *Sena*, 35 cavallos e uma bôca de fogo; canhoneira de vapor *Tejo*, 100 cavallos e 2 bôcas de fogo; vapor de rodas *Tete*, 35 cavallos e uma bôca de fogo; corveta couraçada *Vasco da Gama*, 500 cavallos e 7 bôcas de fogo.

São ao todo 30 navios, representando a força de 3:505 cavallos, com 156 bôcas de fogo.

Seria para desejar que nas listas subsequentes se indicassem as estações ou portos onde se encontram estes navios, como se pratica com os mercantes.

E a proposito de navios de guerra, convém dizer, que a nossa visinha Hespanha conta actualmente 144 navios de guerra, com 778 canhões. Não entram n'este numero tres fragatas couraçadas, que ainda se acham em construcção.

O nosso paiz, com relação a este ramo, como em todos os mais, está atrazadissimo. Mas em compensação tem um exercito de terra, cujos medalhões absorvem centenas de contos, e legiões de empregados publicos, verdadeiros parasitas do orçamento, que absorvem tres partes do rendimento do estado. Vae bem!»

Guerra do Oriente. — *Bucharest*, 18.—Oito vapores turcos desembarcaram tropas na Dobradscha, proximo de Sulina. Numerosas forças russas marcham ao encontro dos egypcios, que parece quererem atacar Toultscha.

Bucharest, 18.—Tornou-se critica a posição de Osman-pachá em frente de Plewna. A cavallaria russa cortou-lhe as communicações com Sofia, para apprehender os comboios de provisões que lhe são destinados. São muito fortes as posições do exercito russo desde o Danubio até os Balkans.

Constantinopla, 17.—Aleko-Pachá, embaixador turco em Vienna, foi chamado a Constantinopla. Foram transportados para Creta, em couraçados, 2:300 homens. Corre o boato de que o governo pretende contrair um novo emprestimo.

Londres, 18. — Suleyman-Pachá está a duas horas de Tirnova. A séde do governo russo da Bulgaria foi transferida para Sistova. Diz o «Times» que Hassan, filho do khediva, avança rapidamente a fim de cortar as communicações dos russos com a Bessarabia. O «Standard» insere um telegramma de Belgrado, dizendo que Ristitch informou os diplomatas extrangeiros de que a Servia guardará neutralidade.

Vienna, 20. — Moukhtar-Pachá repelliu o ataque dos russos contra Zervin. Os russos teriam perdido 1:200 homens. Suleyman-Pachá continua acampado em Stain Boghar.

O czar permanece na Bulgaria para animar as suas tropas.

ANNUNCIOS

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1 DESDE O DIA 26 do corrente até 25 do proximo mez de Setembro está aberto o cofre d'estes hopitaes para cobrança dos fóros em divida. Findo este prazo proceder-se-ha contra os devedores na conformidade das disposições do regulamento geral da administração da fazenda publica de 4 de Janeiro de 1870.

E para que chegue ao conhecimento de todos se mandou publicar este em todos os jornaes d'esta cidade.

Administração dos hospitaes da Universide de Coimbra, 17 de Agosto de 1870.

O administrador
Costa Simões,

2 TENDO O BANCO COMMERCIAL de Vianna, requerido ao tribunal competente a prorogação, por mais um anno, da moratoria que o anno passado lhe foi concedida, o sr. juiz commissario designou o dia 24 do corrente, pelas 11 horas da manhã, para a reunião dos credores do mesmo banco, cuja reunião terá logar no edificio, rua de S. Sebastião, n.º 180.

A direcção convida pois a todos os srs. credores do banco a comparecerem n'esta reunião, para deliberarem conforme os artigos n.os 1275 e 1276 do codigo commercial.

Banco Commercial de Vianna, em Vianna do Castello, 17 de Agosto de 1877.

Os directores
José Antonio Loureiro.
José Alves de Sousa Ferreira.

3 V. PINTO BASTO & PLACIDOS, respondem ás reclamações que lhes tem sido feitas por parte de muitos seus consumidores, em Coimbra e outros pontos do reino, que só podem garantir os tabacos da sua fabrica — *Fidelidade Portuense* — que forem vendidos nos seus depositos, no Porto, e declaram que os *Cigarros Havanos*, de que especialmente se queixam, não são da sua fabrica, mas *sim imitações* produzidas por outras fabricas.

Procurem, pois, os srs. consumidores os nossos tabacos em casas de confiança e incapazes de praticarem os muitos abusos e falsificações, que se fazem com os tabacos da Fabrica Fidelidade Portuense.

Porto, 14 de Agosto de 1877.
V. Pinto Basto & Placidos.

NOVA HOSPEDARIA EM LUSO (vulgo da Carolina)

4 AS PESSOAS que pretenderem quartos para o mez de Setembro podem dirigir-se desde já por carta ao proprietario do hotel.

5 JOSÉ CORREIA LEMOS, na rua da Calçada, arrenda um casal ao Cidral, e casas e quintal nas Lages.

Tambem vende muito barato uma grande porção de roupa feita para homem, e por estar a estação adiantada faz uma grande reducção nos preços.

DILIGENCIA

6 JOSÉ DOS SANTOS PIRES, estabelece carreira, em diligencia, entre Penella e Coimbra, ás segundas, quartas e sabbados, a começar em 20 de Agosto: mais tarde será diaria.

Sahe de Penella ás 4 horas e meia da manhã; de Condeixa ás 6 e meia da manhã; chega a Coimbra ás 8 e um quarto. Sahe de Coimbra ás 3 e meia da tarde; de Condeixa ás 5 e meia; chega a Penella ás 7 e um quarto.

Preço de ida, ou volta 500 réis. Bagagem 15 kilos gratuitos; o mais a 20 réis o kilo. Os passageiros que não estiverem á hora perdem os bilhetes, os quaes se vendem, em Penella, em casa do sr. Urbano Peres; e em Coimbra, Ernesto Lopes de Moraes, Calçada, n.º 197 a 199.

7 ARRENDA-SE a casa da rua do Loureiro, n.º 57, do S. Miguel em diante. Trata-se na rua do Corvo, n. 54.

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

8 RECEBEM-SE requerimentos para os logares de praticantes de enfermaria, d'ambos os sexos.

Administração do hospitaes da Universidade de Coimbra 20 de Agosto de 1877.

O administrador
Costa Simões.

VENDA DE PROPRIEDADE

9 D. MARIA FRANCISCA DE SOUSA TAVARES, e irmã, solteiras, residentes na Figueira da Foz, annunciam a venda da sua quinta do Martilongo, proximo a Verride, que se compõe de casa de habitação, adega, celleiro, curraes, palheiro, cavalhariças, eira, terra de semeadura de trigo e milho, arvores de fructo e olival. Tem agua nativa e póde regar se parte do terreno. Paga de fôro ao visconde da Bahia 30 alqueires de milho e 3/4 de trigo. Quem as pretender dirija-se ás annunciantes.

10 ARRENDA-SE uma casa acabada de novo com muitos commodos na rua das Padeiras, n.º 34.

EM COIMBRA

11 PRETENDE-SE ALUGAR para o proximo anno de 1877-78 uma casa pequena situada n'esta cidade, mas perto do lyceu, ou nos Arcos do Jardim, proximidades, ou nas immediações do Seminario. Tambem serve um andar d'uma casa que tenha uma sala, dois quartos, e cozinha. N'esta redacção se aceitam informações e propostas.

ARRENDAMENTO

12 JOSÉ MARIA D'OLIVEIRA E SÁ, arrenda o seu quintal com casas, telheiro, e agua para regar, que possue na rua das Parreiras em S. Francisco: quem o pretender dirija-se á rua de Joaquim Antonio d'Aguiar, n.º 94.

ALTO AQUI!!

13 PREVINO a todos os amadores do **Alto aqui.** da rua de S. João, que fiço a minha transferencia durante a feira de S. Bartholomeu, para o Caes das Ameias, junto aos Caldeireiros.

André Godinho & Bastos.

RAPAZ

14 PRECISA-SE d'um com alguma pratica de barbeiro.

N'esta redacção se dão os esclarecimentos.

Aos consumidores de Illuminação a gaz em Coimbra

15 JOSÉ MARQUES LADEIRA incumbe-se de canalisar qualquer casa a gaz; concerta, galvanisa a prata, e bronzea candieiros. Tem tubos de chumbo novos e usados; tudo muito em conta. — Rua das Covas, n.º 18.

BOA MADEIRA DE CASTANHO

16 HA PARA VENDER uma grande porção de couceiras de differentes larguras, tendo algumas mais de 2 palmos e meio de largo.

Largo da Sé Velha, n.º 21.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA

Por anno .... 3$200
Por semestre .... 1$600
Por trimestre 800

Annuncios por cada linha 40 réis.
Correspondencia por linha 30 reis. — Numero avulso 40 réis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA

Por anno .... 3$460
Por semestre .... 1$730
Por trimestre 865

Numero 3138 | Sabbado 25 de Agosto de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Consta-nos que chegára ao governo civil d'este districto um officio do ministerio do reino, com a nota de *urgentissimo*, requisitando um mappa demonstrativo do estado do recrutamento no districto de Coimbra até ao fim do ultimo anno economico.

Estimaremos que os nossos incessantes brados no *Conimbricense* possam fazer acordar o governo n'este importante ramo de serviço publico.

Os enormes escandalos, que tem havido nos concelhos de Coimbra, Cantanhede, Montemór o Velho, e outros do districto, não podem ficar sem um correctivo severo.

E' mister impôr a responsabilidade a quem tem praticado esses desafóros e iniquidades; é indispensavel obrigar ao serviço do exercito os afilhados dos mandões politicos, que com a maior injustiça, e aggravo dos desvalidos, estão contra lei sem satisfazer á contribuição de sangue.

As auctoridades a quem se devem taes torpezas, não podem, nem devem estar mais a exercer os seus cargos.

A não ser assim, continuariam algumas das administrações do concelho a ser uma especie de pinhal d'Azambuja, onde se roubam os direitos e a justiça, e se calcam aos pés a honra e a dignidade.

O governo terá agora occasião de ver, em presença do mappa que acaba de requisitar, e por outras informações, que deve pedir, a verdade de tudo o que aqui temos dito n'este jornal.

Reconhecerá a maneira indecentissima como se tem abafado processos, e isentado mancebos contra lei.

Verá que aquelles mesmos recrutas, que não tem sido possivel livrar, apesar de todas as tranquibernias, na commissão districtal e na junta de revisão, deixam de ser chamados ao serviço, logo que tenham a protecção dos mandões locaes.

Ficará inteirado de que as auctoridades, combinadas com esses mandões e potentados politicos, têm ha mais de 6 annos feito um jogo torpissimo do recrutamento, para suffocarem a liberdade eleitoral.

Saberá, em fim, que essa infame pressão exercida ha longos annos, tem-se tornado a deshonra do systema liberal!

E consentirá o governo na continuação d'esse estado aviltante e indigno de um povo livre?

Tolerará que para satisfazer a um certo equilibrio politico, se não ponha um termo a tão inaudita desorganisação administrativa, a tão infrene immoralidade, e a tão impudente torpeza?

Permittirá que taes auctoridades se conservem á frente de uma situação local indignissima?

Esperaremos o procedimento do governo para o julgar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Continuam os negociantes d'esta cidade a serem roubados nas fazendas, que lhes são enviadas pelo caminho de ferro.

Ha dias os acreditados negociantes de Lisboa, os srs. Anjos & C.ª, remetteram ao nosso amigo o sr. Manoel Gonçalves Pereira Guimarães, negociante na rua do Corvo d'esta cidade, entre outras fazendas, 18 cintas; mas o sr. Guimarães só achou no pacote 12. Em quanto ás 6 restantes houve quem no caminho de ferro entendesse dever ficar com ellas!

Dando o destinatario noticia d'este facto aos srs. Anjos & C.ª, foi-lhe por estes respondido: — «Estas *continuas* faltas de fazenda na *linha do norte* levanos a crer a existencia d'uma *quadrilha de ratoneiros*, do entroncamento para cima; e bom seria que vv. ahi tomassem providencias.»

Os factos estão mostrando que os ladrões, empregados ou não empregados da companhia, andam ou estão na linha do norte; pois que na de leste não ha semelhantes queixas.

Os srs. Anjos & C.ª, que pelo seu grande commercio estão bem em circumstancias de o saber, dizem o seguinte: — «Nas fazendas remettidas pela *linha de leste* passam-se mezes que não ha uma unica falta.»

Logo a direcção da companhia fica sabendo para onde deve de preferencia dirigir as suas attenções.

Se se tivessem dado castigos exemplares nos empregados infieis, já elles se não atreveriam a continuar nos seus infames roubos, que são o descredito do serviço do caminho de ferro.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso estimavel amigo o sr. José Julio Rodrigues teve a bondade de nos offerecer um exemplar de um *Fac simile obtido pelos processos da secção photographica ou artistica da direcção geral dos trabalhos geodesicos*.

São 10 paginas fidelissimamente reproduzidas, do *Tractado da esphera*, etc., do celebre cosmographo Pedro Nunes, impresso em Lisboa em 1537, por Germão Galharde.

E' surprehendente como se obtem a reproducção tão exacta das mais meudas partes da impressão, a ponto de parecer estar á vista um exemplar impresso!

Este processo póde ser de um grande auxilio para a reproducção de livros e documentos tornados rarissimos, como é por exemplo este livro de Pedro Nunes, do qual possue um exemplar a Academia Real das Sciencias, offerecido á mesma Academia por João Pedro Ribeiro.

O sr. José Julio Rodrigues é incansavel nos seus trabalhos photographicos. Já no anno passado recebemos uma sua interessantissima memoria, acompanhada de 12 muito apreciaveis specimens, que mostravam o desenvolvimento e perfeição a que tinha sido levada a photographia na respectiva secção dos trabalhos geodesicos.

A proporção que se tornar conhecida a rapidez, exactidão e economia d'este processo de reproducção, não ha de faltar quem se queira utilisar d'elle.

O nosso amigo o sr. Annibal Pippa

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXXVI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

A rainha logo poucos dias depois da sua chegada, foi visitada por todos os portuguezes, entre os quaes não deixei eu de me achar. Esta recepção foi formal, porque todos a reconhecemos como rainha, beijando-lhe a mão, e ella nos recebeu affavelmente como tal. N'esse dia até seu pae, collocando-se á esquerda d'ella, se mostrou mui polido e com modos assás agradaveis.

Estranhavam porém todos que tendo a rainha, na sua primeira vinda a Inglaterra, sido recebida por George IV com todas as honras de soberana, agora o governo inglez não fizesse caso d'ella, e nem ao menos lhe desse uma guarda de honra!

Perguntando eu a José Balbino, de quem sabia muitas particularidades, os motivos d'este modo de proceder do governo inglez, respondeu-me elle: — «E como quer que assim não seja? O duque de Bragança não fez as participações do estilo; tem a rainha mettida em um canto do hotel, e o governo responde, que não sabe *officialmente* que aqui esteja a rainha de Portugal! e diz a quem lhe nota esta differença de tratamento: — *Se ella é hospeda de seu pae*, o duque de Bragança!...»

Por este modo a rainha de Portugal foi tratada em Inglaterra, como se fosse a simples filha de um grande senhor, que a trazia na sua companhia a viajar!... Tal era a ideia fixa que os aduladores lhe fortificavam na cabeça, de ainda tornar a ser rei de Portugal, que fez passar por taes desprezos a nossa rainha!

Em consequencia d'isto não consentia que os portuguezes a fossem comprimentar; e bem forte era o ciume que d'isto tinha como se vae ver pela anecdota seguinte.

Contou-me o mesmo José Balbino, «que indo um dia procurar D. Pedro, ao subir a escada se abrira a portinha de que já fallei, e lhe apparecêra a rainha, como quem espreitava a pessoa que subia. Elle tanto que a viu, comprimentou-a, e estando a beijar-lhe a mão appareceu a dama que a servia, e disse-lhe em tom austero: «*Não sabe, minha senhora, que seu pae não quer que falle com os portuguezes!*»

Eis-aqui pois a que estado tinha reduzido D. Pedro a rainha sua filha, e a quem assim tratava, porque lhe invejava o throno, que tão indiscretamente tão cedo tinha largado.

Talvez que se tão precipitadamente o não tivese feito, não houvesse sido obrigado a abdicar tambem o throno do Brazil: é natural que os brazileiros o tivessem respeitado mais.

D. Pedro, vendo que não achava no governo inglez o que esperava, e por mais alguns desgostos que teve, e d'elles dei noticia no meu livro 4.º dos Annaes, sahiu de Londres, e partiu para Paris com sua mulher e filha no dia 16 de Agosto.

No dia antecedente, 15, uma commissão de alguns portuguezes tinha indo entregar em nome de todos um rico *sceptro de ouro*, e um magnifico exemplar da Carta Constitucional á rainha.

Havia mais de dois annos que os emigrados, residentes nas diversas partes de Inglaterra tinham feito uma subscripção *voluntaria* para lhe darem aquelle presente, quando pela primeira vez estivera em Londres; porém não *lho consentiu* o marquez de Palmella, que n'aquelle tempo figurava de secretario d'estado da rainha. Para elle, assim como para os que lhe faziam côrte n'aquella época, a *Carta* como já disse, *ainda era um problema!* e o mesmo marquez bem mostrava ainda, como já o tinha mostrado em 1827, que não tinha duvida em ser subdito, quero dizer, humilde vassallo, de D. Miguel!

Sim, como eu já o escrevi no meu *Ensaio das causas da usurpação* em pag. 105, tinha este bom marquez e afamado diplomatico declarado a Saldanha (1) que era elle quem *havia aconselhado* o infante D. Miguel a não cumprir as ordens de seu irmão, porque não devia haver *dois senhores*; e que tambem d'elle Palmella dimanara a primeira ideia de ir o infante governar Portugal; porque a *instancias*

(1) Officio de 5 de Janeiro de 1828 que Saldanha fez, e mandou a D. Pedro. Eu o vi, e li: e por isso posso affirmar.

Fernandes Thomaz, da Louzã, já apresentou nas suas *Cartas bibliographicas* os *fac-similes*, feitos na secção photographica, do *Livro do infante D. Pedro de Portugal*, e da *Historia de el abbad dõ Juan*, edições da maior raridade.

Os trabalhos da secção photographica, dirigidos pelo sr. José Julio Rodrigues, têm sido no estrangeiro altamente apreciados, e ao nosso amigo se deve em grande parte o credito que Portugal está gozando n'esta especialidade.

Resta-nos agradecer o exemplar com que fomos brindados.

Joaquim Martins de Carvalho.

Em o nosso collega do *Progresso*, de Lisboa, de 20 do corrente, lê-se o seguinte:

«Pela *Revolução de Setembro* viemos no conhecimento de que o sr. José Duarte de Carvalho, o esforçado official que commandou em Coimbra as cargas de bayoneta e o fogo de fusilaria contra um grupo de rapazes e de pessoas inoffensivas, fez publicar n'uma folha da capital a seguinte peremptoria intimação:

«Só hoje chegou ao meu conhecimento um artigo do jornal o *Progresso*, de 14 do mez corrente, no qual cita o meu nome, tornando-o responsavel, por uma carta que o mesmo jornal diz ter sido dirigida para Coimbra, e na qual affirma conterem-se phrases tendentes a descobrirem uma manifestação, em que toma parte activa o signatario d'estas linhas. Querendo acreditar que, não por espirito acintoso, mas por inexacta informação, o *Progresso* publicou a allusão a que me refiro, venho, confiado no cavalheirismo d'aquella redacção, pedir-lhe para comprovar devidamente as asserções que fez relativamente á minha pessoa, ou não o fazendo, publicar um desmentido á noticia, que inserira no jornal do referido dia.

«Aguardo a resposta terminante do *Progresso*, para poder tomar a devida deliberação.

«Lisboa, 17 de Agosto de 1877. — *José Duarte de Carvalho*.»

Poderiamos não fazer caso da intimação, por não nos ser dirigida directamente e a recebermos por intermedio de uma folha estranha á pendencia. O sr. tenente Carvalho, que se queixa de um artigo do *Progresso* e que pede de nós um desmentido, deveria ter dirigido a esta folha a sua reclamação. Assim, poderia succeder que a sua intimação nos passasse desapercebida, como realmente teria acontecido se a *Revolução de Setembro* a não transcrevesse. Mas querendo acreditar que esta omissão não foi devida a espirito de pouca cortezia, e só a ignorancia das praxes, responderemos ao sr. Carvalho como se a sua carta tivesse sido dirigida a esta redacção.

O sr. Carvalho pede-nos as provas da nossa affirmativa. E uma esperteza parecida com ingenuidade. A prova real está na propria carta, e essa é clara que a não podemos exhibir, porque não nos será confiada pelo destinatario, que é um irmão do sr. tenente Carvalho e empregado addido ao governo civil de Coimbra.

Podemos, porém, soccorrer-nos a outro genero de demonstração, na impossibilidade de recorrer áquelle. O *Conimbricense* foi quem primeiro deu noticia da tal carta; por isso, e por outros motivos particulares, devemos suppôr que o digno redactor d'aquella folha a viu, ou d'ella teve noticia por pessoas fidedignas. Por nossa parte, affirmamos sobre nossa palavra de honra, que sob tal assumpto nenhumas informações recebemos, quer directa quer indirectamente, da redacção do *Conimbricense*. E, posta assim a questão, nós louvamo-nos na declaração d'aquella folha.

Se o sr. Joaquim Martins de Carvalho, redactor do *Conimbricense*, declarar que não é do sr. tenente José Duarte de Carvalho a carta, a que aquelle jornal se referiu em um dos seus ultimos artigos, transcripto no *Progresso* com a indicação do nome do signatario, nós acceitaremos a declaração, e faremos sem demora a rectificação, que nos é pedida, não tendo duvida em confessar que caimos em erro por falsas informações. Se, porém, o *Conimbricense* não fizer essa declaração, manteremos a nossa anterior affirmativa, a despeito de quaesquer negativas ou *deliberações* do sr. tenente Carvalho. E ousamos dizer que entre os dois Carvalhos, o Joaquim Martins e o José Duarte, ninguem hesitará. Aquelle testemunho bastar-nos-ha para descargo da consciencia e da consideração que devemos aos nossos leitores e amigos.

Chamamos, pois, á barra o *Conimbricense*, appellando para a sua lealdade e cavalheirismo.»

Ao appello do collega cumpre-nos dizer o seguinte:

Quando escrevemos o artigo que deu origem a esta questão, não dissémos quem era o official do exercito que tinha dirigido a carta de Lisboa para Coimbra; e isto por dois motivos.

O primeiro, porque o nosso unico intento era patentear ao publico, que na capital se projectava uma manifestação ruidosa com fins politicos, por occasião da chegada do sr. Fontes; sendo para nós de todo indifferente qual o official do exercito, que tinha para Coimbra feito esta communicação.

O segundo, porque estando a prova real do que escreviamos na propria carta, não a poderiamos apresentar sendo-nos exigida.

A nossa questão, repetimol-o, não era de pessoas, mas sim de uma demonstração, que podia actuar na estabilidade de um poder executivo, legalmente constituido.

Se tivessemos querido tornar a questão pessoal não deixariamos, sem duvida, de nos referir a umas certas bravatas e *catanadas!...*

No estado, porém, das cousas parece-nos dever ser convidado o sr. tenente José Duarte de Carvalho a declarar, sob sua palavra de honra e de cavalheiro, se foi ou não o auctor da mencionada carta.

Joaquim Martins de Carvalho.

Recebemos da freguezia de Santo Antonio dos Olivaes a circumstanciada narração, que abaixo publicámos, do crime ha dias praticado em Cellas.

Consta-nos que no logar de Cellas se têm ha tempo tornado frequentes os crimes; e por isso chamâmos para taes factos toda a attenção das auctoridades.

Joaquim Martins de Carvalho.

«Sr. redactor do *Conimbricense*. — Para não perder o habito do meu costumado passeio a Santo Antonio dos Olivaes, e a fim de esclarecer devidamente o publico ácêrca do lamentavel successo no logar de Cellas, em a noute de 11 do corrente, entre Francisco Fernandes Salles casado, serralheiro, e Francisco Maria Dias, casado, pedreiro, ambos do mesmo logar, fui informado no dito logar, por pessoa que merece todo o credito, que em uma das tabernas que ha em Santo Antonio dos Olivaes, estes jogaram o chincalhão, travaram-se de razões, passando a vias de facto.

Obrigados a sahir da venda, Francisco Fernandes Salles disse a Francisco Maria Dias, que lhas havia de pagar.

Este ultimo foi para a venda da Cairutas em Cellas; em quanto que o primeiro foi a sua casa buscar um rewolver de seis tiros; e como lhe faltassem as capsulas, ou espoletas, com a velocidade do raio vae a Coimbra compral-as, dizendo-se que não mediou um quarto de hora, que não estivesse de volta.

Uma filha da Cairutas disse para a mãe, que estava um homem estendido no chão a pouca distancia da sua porta (prova evidente que alli esperava a sua victima).

A mãe abre o postigo da loja, ou da venda para verificar, e no mesmo instante levanta-se Francisco Fernandes Salles, chega ao postigo, dispara para dentro quatro tiros contra Francisco Maria Dias, mettendo-lhe uma bala em uma das coxas; outra varou a frente do mostrador, e no dia seguinte, acharam-se dentro da loja as outras duas balas; escapando por milagre a Cairutas de não ser varada com uma bala na testa.

Grita-se, — prendam o Salles — este foge, e ao passar a toda a brida na rua das Parreiras, perseguido já por muitos, lhe sae ao encontro Manoel Lopes, casado, trabalhador; dá-lhe a voz de preso, e Salles desfecha os outros dois tiros contra elle, os quaes felizmente o não feriram, indo as balas quebrar os vidros da casa de João Chrysostomo Chaves, casado, estudante, que poucos dias antes havia sahido para ferias.

Seguido por bastante gente até Coimbra, foi preso n'uma casa, escondido debaixo da cama do pae, criado de servir.

E ficará impune este revoltante attentado? Os patronos assim o esperam, contentando o ferido com meia duzia de libras; o resto fica por conta d'elles.

Eis aqui tem v. uma narração fiel do acontecido em aquella horrivel noute.

O povo da localidade está indignado, e confia na integridade dos srs. juiz de direito, e delegado. Levante v. no seu acreditado jornal a sua voz; clame, não cesse; e de tudo o que fôr occorrendo informarei, e levarei ao seu conhecimento. 17 de Agosto de 1877.»

COMMUNICADOS

(Continuado do n.º 3136)

Eu nunca deveria ter aceitado o logar de proposto do thesoureiro pagador, o sr. Luiz Monteiro Soares de Albergaria, porque tinha a meu ver certa obrigação de conhecer a pouca franqueza e nenhuma lealdade, que se encontram nas suas doces e estudadas palavras, e se traduzem em seus actos, bem como a sua diminuta e pequena firmeza de caracter.

Devia saber, que o empregado que quizesse viver em perfeita harmonia com o sr. Luiz Monteiro, havia de ter em pouca, ou nenhuma consideração o amor da dignidade, a religião e a nobreza de sentimentos, porque já ha 24 annos que eu havia gerido o cofre na qualidade de proposto do mesmo sr. Luiz Monteiro, recebendo ultimamente como recompensa da minha fidelidade, tão só, — aleives e insidias.

O sr. Luiz Monteiro entendeu, e muito bem, que eu não era homem que transigisse com um certo numero de factos, e por isso tornava-se-lhe precisa e necessaria a minha sahida do cofre; mas como não tinha razão alguma em que baseasse a minha despedida; como se não sentisse com coragem e energia bastante para de vis-à-vis me communicar a sua vontade, eil-o que se retira para Midões, e d'ahi escreveu então ao delegado do thesouro que aqui existia, Segismundo Joaquim Gomes da Costa, auctorisando-o a procurar debaixo de todo o segredo um novo proposto para me substituir!

E tudo isto porque?

Por não ter posto á disposição do sr. Luiz Monteiro Soares d'Albergaria todo o dinheiro existente no cofre, que se achava sob a minha guarda e responsabilidade.

Queria estar mezes e annos em debito ao cofre de avultadas quantias, sem que o pagamento das mesmas lhe fosse exigido.

Por muitas vezes se esgotou o cofre por ordem do governo, e eu me vi na ardua necessidade de pedir aos meus amigos, dinheiro emprestado para ir substituir as quantias de que o sr. Luiz Monteiro se achava em debito.

Cancei, como era de esperar, com as repetições frequentes d'estas scenas, que me podiam trazer consequencias bastante funestas; e por isso entendi, que para meu socego e descanso, e mesmo para maior regularidade do serviço, devia exigir o pagamento d'aquellas dividas ao sr. Luiz Monteiro, o que me custou bastante a conseguir.

Apesar das minhas reiteradas instancias, ficou ainda em debito ao cofre em 11 de Janeiro de 1853 da quantia de 347$110 reis, dia em que dei balanço e fiz entrega.

(*Continua*).

Coimbra 21 de Agosto de 1877.

Elyzeu.

Luso, 22 de Agosto de 1877. — Sr. redactor do *Conimbricense*. — Na minha correspondencia de 11 de Agosto dei conta aos leitores do seu jornal de alguns factos occorridos no Bussaco, factos que produziram desagradavel impressão em muitas das pessoas, que actualmente estão em Luso.

No numero do *Conimbricense*, que hoje recebi, leio uma declaração de dois cavalheiros, que vem com pretensões a desmentir-me. Ora as minhas asserções eram todas muito exactas, como mesmo se conclue do modo por que os dois cavalheiros me querem desmentir.

1.º — Dissemos, que algumas das familias expulsas do Bussaco pelo sr. Barros e Cunha se queixavam amargamente. — Esta asserção não foi, nem podia ser desmentida por ninguem. As familias expulsas, podiam, querendo, reivindicar pela imprensa e pelos tribunaes, o direito de que foram esbulhadas. De algumas sabemos que o não fizeram em attenção a sua magestade; porque o ministro, pelo seu comportamento, na fórma por que levou a effeito aquella expulsão, não merecia contemplação alguma.

2.º — Dissemos, que uma sentinella á entrada do adro do convento, e uma outra á entrada do jardim prohibiam o accesso áquelles logares, que sempre tinham estado francos aos visitantes do Bussaco. — Esta segunda asserção era verdadeira até ao dia 10 de Agosto, porque n'esse dia a mim, e á minha familia, e a outras pessoas nos foi recusada a licença para alli entrarmos. Depois d'este dia não sabemos o que se fazia alli, porque perdemos o gosto e a vontade de visitar o Bussaco, onde nos era formalmente prohibido contemplar aquellas famosas imagens de Pedro e Magdalena, que são o maior attractivo d'aquelle sanctuario.

3.º — Dissemos, *que nos afirmaram* ter logar o *pic-nic* fóra da matta, porque não houvera licença de elle ser dentro. — Esta asserção não podia ser desmentida. Todavia não temos duvida de confessar, depois da declaração dos dois cavalheiros, *que fomos mal informados, no unico ponto da nossa correspondencia, em que fallámos por informação*.

Assim pois, sr. redactor, espero que v., e o publico estarão agora bem certos, de que a sua boa fé não foi explorada por mim. V. conhece-me bastante para me fazer justiça; e os illustres cavalheiros, que quizeram desmentir as minhas asserções, podem saber o nome do *banhista de Luso*, logo que *pessoalmente* se dirijam a v. Estou certo que elles me hão de fazer justiça.

Sua magestade já sahiu do Bussaco, e muito antes do que se esperava; por isso já vem tarde qualquer polemica relativamente ao assumpto; assim terminaremos dizendo apenas, que o desmentido dos dois cavalheiros é a confirmação plena da parte mais importante da nossa correspondencia.

Pois se s. ex.as obtiveram de sua magestade, não só permissão de jantar na matta, mas até a faculdade de se utilisarem da casa das portas de Coimbra; se sua magestade deu ordem para que se franqueasse a matta, como dantes era uso; então n'este caso é sua magestade a dona effectiva, que póde, por um acto da sua regia munificencia, prohibir ou franquear o Bussaco aos curiosos, do mesmo modo por que se franqueia a visita aos outros paços e quintas regias.

Se assim é, nós repetimos de novo, como fizemos na nossa ultima correspondencia — «... pelo que se vae vendo, o Bussaco, propriedade nacional, verdadeiro logradoiro publico, logar franco, que attrahia nacionaes e estrangeiros, vae ser transformado em apanagio da casa de Bragança.»

Um banhista de Luso.

Eu continuava a viver em Londres presenciando todos estes acontecimentos. Na ilha Terceira se iam reunindo pouco a pouco muitos emigrados, e a regencia que lá estava já parecia outra depois dos dias de Julho em França, porque já não tinha medo de fallar em Carta, e até tinha restabelecido as côres da nossa liberdade, *azul e branca!* Assim findou o anno de 1831, e começou o de 1832 com uma nova questão, que fez muita bulha, e creou grandes inimisades, em que eu tambem fui parte.

D. Pedro, pelas contradicções que tinha encontrado em muitos portuguezes, e com especialidade nos gabinetes estrangeiros para tornar a ser rei de Portugal, quiz ser regente na menoridade de sua filha. Como, por assim dizer, não podéra ser juiz de Vintena na sua freguezia, queria ao menos ser sachristão de parochia; e a esta sua nova ambição deu calor um folheto que se imprimiu em Paris com o titulo de: — *Parecer sobre os meios de restaurar o governo representativo em Portugal, por dois conselheiros da corôa Constitucional, Filippe Ferreira de Araujo e Castro, e Silvestre Pinheiro Ferreira*, com a data de 15 de Novembro de 1831, e que só se publicou no principio do anno seguinte.

Contra este folheto escreveu, e publicou logo outro o coronel Rodrigo Pinto Pizarro com o titulo de *Norma das regencias de Portugal*. D'elle é que nasceram immediatamente todas vinganças futuras, pequenas, indiscretas, e até inconstitucionaes, e verdadeiramente *despoticas* de D. Pedro.

Seu coração pequeno não lhe consentiu tardança em suas vinganças, porque pelo seu intimo confidente Candido José Xavier mandou significar em data de 6 de Janeiro ao mesmo coronel, que seria *preso, processado, e julgado*, porque provocava á rebellião! Tão chegado ao pé da boca tinha D. Pedro seu pequeno coração!

Este Candido José Xavier era o mesmo de que já fallei, e aquelle, que mais trabalhára para que os emigrados fossem para o Brazil, segundo o que me tinha affirmado D. Luiz de Noronha. D. Pedro logo que chegou a Londres o mandou chamar a França para vir estar a seu lado, prova dos bons serviços que já lhe tinha querido prestar.

Nem por isso este procedimento, tão arbitrario como estulto, de D. Pedro, atemorisou os homens independentes que estavam na emigração, porque além do coronel Pizarro escreveram outros no mesmo sentido, que foram José Ferreira Borges, Leonel Tavares Cabral, e os dois irmãos Passos.

Eu que estava em Londres tambem os acompanhei; escrevendo um pequeno folheto, com o titulo abaixo nomeado; (2) mas contra nenhum de nós houve precedimento hostil; houve sim odios, mas estes não fazem mal, quando são injustos, e não são acompanhados da força, que repousa — *no quero e posso* dos despotas.

Eu não tinha duvida em que D. Pedro governasse na menoridade de sua filha; o que não podia approvar é que fosse *regente* como elle queria, em conformidade do artigo constitucional da Carta, que era o 92, e em que elle se firmava, para dizer que a regencia lhe pertencia. A minha opinião era, que tomasse o nome de *tutor*, de *protector* de sua filha, ou qualquer outro, mas não o de regente, porque sendo elle quem dera a Carta, não devia ser o primeiro em lhe rasgar uma pagina.

(*Continuar-se-ha.*)

(2) Reflexões sobre um paragrapho do manifesto do senhor D. Pedro a bordo da fragata Rainha de Portugal.

suas fóra, que Mr. Canning se tinha dirigido á côrte de Vienna para este fim; e que de ter feito tudo isto *muito se gloriava!...*

Eis-aqui pois o que era o marquez de Palmella, amante de D. Miguel, e reverente servo dos inglezes, que lhe preparavam a usurpação, como bons amigos. Os homens devem ser avaliados pela historia, não pelo nome, dignidades, e empregos que tiveram, mas pelos seus actos; *e é por elles* que hoje aqui avalio o então marquez de Palmella, e não pela sua fidalguia, e empregos que teve.

D. Pedro recordando-se dos offerecimentos que Luiz Filippe lhe havia feito, e tão mal avisado recusára, resolvendo-se emfim a sahir precipitadamente de Londres, foi magnificamente recebido em Paris, e a rainha teve as distincções como tal, e que não tivera em Londres por culpa de seu pae, ou antes por suas indiscretas ambições. O rei Filippe deu-lhe para sua residencia o palacio de *Meudon*, perto de Paris, e lá sua filha foi tratada e respeitada como uma verdadeira rainha.

O governo francez tinha então interesses mais nobres do que tinha o governo britannico, e todo o mal esteve em que D. Pedro, e seus conselheiros os não conhecessem, e d'elles não tirassem o proveito que podiam.

NOTICIARIO

Horroroso assassinato. — Da Louzã nos communicam a noticia de um gravissimo crime, commettido n'aquelle concelho.

Confiamos que todas as auctoridades se empenharão, como é seu rigoroso dever, em descobrir os auctores de tão grande attentado, para que recebam o merecido castigo.

Eis ahi o que nos communicam:

«No dia 20 foi barbaramente assassinado Adelino Fernandes Cortez, de Silvares, freguezia de Serpins, d'esta comarca da Louzã. Os auctores do crime praticaram-no com a mais revoltante crueldade.

Diz-se que junto á noute, quando voltaram da feira de Serpins — Francisco, filho do Barbeiro — José, filho do Berniz, ambos de Silvares, e Joaquim Pedroso de Oliveira, vulgo o *Luiz Dança*, da Briga, foram beber bastante vinho com o infeliz á venda de Antonio Carriço, da Feira dos Bois, saindo d'ahi todos quatro já de noute.

Mais tarde appareceu outra vez na venda a sua victima, a comprar mais uma garrafa de vinho para beber com os seus bons companheiros, de mandado d'elles. Talvez ainda fosse necessario adiantal-o mais na bebida para melhor se assenhorearem d'elle; e seguindo a estrada de Silvares foram assassinal-o junto ao logar do Pinheiro, á pancada e facada, dando-lhe uma enorme quantidade de facadas no ventre, deixando a sua victima estirada na estrada.

Diz-se que isto fôra presenciado por Caetano de Mattos e sua familia, do Pinheiro, que ainda ouviram dizer ao infeliz — *deixem-me que já não posso mais!* Mas as feras sequiosas pelo sangue da sua victima não o deixaram em quanto se não certificaram de que elle era cadaver.

Temos bastante confiança nas auctoridades da comarca de que farão punir os criminosos; aproveitando esta occasião para declararmos que o representante do ministerio publico, o sr. Joaquim Antonio Coelho da Rocha, no cumprimento das suas obrigações ninguem haverá que o exceda, tornando-se por isso digno dos maiores elogios.»

A Associação Liberal. — Por iniciativa da Associação Liberal foi hontem festejado n'esta cidade o 57.º anniversario da revolução liberal no Porto, no dia 24 d'Agosto de 1820.

Fallecimento repentino. — Na quinta feira de tarde, estava na loja do sr. Natividade, na rua da Sophia, um soldado, que viera de Lisboa, com baixa da junta de saude, e que pretendia ir na diligencia para a sua naturalidade, no concelho de Oliveira do Hospital.

Alli mesmo se começou a sentir muito afflicto; lançou muito sangue pela bôca; e dentro em pouco falleceu.

As silveiras. — Informam-nos de que as silvas atravessam as estradas e asinhagas em volta de Coimbra.

Cumpre intimar os proprietarios ou arrendatarios para as cortarem.

Despacho. — O sr. Francisco Gaspar foi nomeado para o logar de continuo da secretaria da Universidade.

Escriptos catholicos de hontem. — Com este titulo recebemos um livro do sr. Padre Senna Freitas, editado pelo sr. Teixeira de Freitas, de Guimarães.

Os *Escriptos catholicos de hontem* são uma extensa serie de artigos muito interessantes, que o sr. padre Senna Freitas publicou em varios jornaes, e que o editor agora colleccionou.

O sr. Teixeira de Freitas fez um bom serviço com esta publicação, porque assim acham os curiosos reunido o que muito difficilmente poderiam obter.

E um volume de 312 paginas, nitidamente impresso, que se vende por 500 réis.

Quem o pretender póde remetter o importe em um vale ou estampilhas, ao editor em Guimarães, o qual enviará o volume franco de porte.

Alem d'esta obra tem o sr. Teixeira de Freitas publicado mais — *A maçonaria desmascarada — O matrimonio — Duas obras de misericordia — O liberalismo desmascarado — A doutrina catholica e a escola liberal* — e *A maçonaria e os jesuitas.* — De todos estes livros temos sido obsequiados com um exemplar.

Pio IX em miniatura. — O sr. padre Luiz Pacheco, incansavel escriptor de assumptos moraes e religiosos, publicou ultimamente um livro de 329 paginas, com o titulo de — *Pio IX em miniatura, ou resumo da historia de Pio IX para o povo.*

Fórma a 17.ª publicação da *Bibliotheca do jornal Leituras Populares.*

O livro *Pio IX em miniatura* é uma curiosissima collecção de noticias e anecdotas relativas ao actual pontifice.

Vem alem d'isso embellezado com o retrato de Pio IX.

Vende-se pela modica quantia de 300 rs., e póde ser pedido para Lisboa ao sr. padre Luiz Pacheco, na redacção das *Leituras Populares*, calçada do Carmo, 6, 1.º, direita.

O sr. padre Luiz Pacheco tem-nos obsequiado com a offerta do seu muito apreciavel jornal — *Leituras Populares*, de que havemos recebido 6 volumes do 2.º decenio, a começar em 1871. Do 1.º decenio é que nada temos.

Tambem nos tem offerecido da bibliotheca annexa ás *Leituras Populares* os 8 primeiros livrinhos. Depois do 8.º, que é a *Herança de Francisca*, nenhum mais recebemos, e só agora fomos obsequiados com o 17.º — *Pio IX em miniatura*. Faltam-nos, por isso, os restantes.

Todas as publicações do sr. padre Luiz Pacheco tornam-se muito dignas de serem vulgarisadas, não só pela sua boa doutrina, como pela extrema modicidade dos preços.

N'esta collecção ha livrinhos desde o minimo de 30 réis, até ao maximo de 300 réis.

Tambem em separado tem publicado o sr. padre Luiz Pacheco — *A egreja triumphante no caminho do Vaticano* (600 réis) — *Amar a Deus é a minha vida* (240 réis) — *A infallibilidade pontificia* (160 réis) — e *Memorial das virgens christãs* (200 réis) — D'estas quatro publicações ainda não vimos nenhuma.

Recrutamento. — O supremo tribunal administrativo julgou favoravelmente os seguintes recursos, a fim de que os respectivos mancebos fiquem isentos do serviço do exercito:

Concelho de Coimbra

Freguezia de Sernache. — Joaquim da Costa, pelo filho José.

Freguezia de S. Martinho de Arvore. — Francisco Alves Leitão, pelo filho Antonio.

Freguezia de S. Martinho do Bispo. — Maria Simões, viuva, pelo neto Manoel, filho de José Barroca.

Freguezia de Ribeira de Frades. — Abilio, filho de Joaquim Rodrigues Goes.

Concelho da Figueira da Foz.

Freguezia de Buarcos. — Maria Baptista, viuva de Francisco Antonio de Abreu, pelo filho Francisco.

Freguezia de Paião. — Manoel, filho de Joaquim da Silva e de Anna da Silva.

Concelho de Montemór o Velho

Freguezia da Carapinheira. — Joaquina Pires Soares, viuva de José Rama Cadima, pelo filho José.

Concelho de Tabua

Freguezia de S. João. — Miguel da Costa, pelo filho Antonio.

Concelho de Cantanhede

Foi dado provimento ao recurso de Manoel Baptista Leitão, filho de Francisco Pereira Leitão, da freguezia de Bolho, por ter sido o recorrente recenseado fóra do seu domicilio legal.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 23 de Agosto de 1877.

Como eu hontem disse já estão em Lisboa os diplomas e medalhas para os expositores portuguezes premiados na exposição internacional de Philadelphia.

Os diplomas são em numero de 1:008 e as medalhas 812.

Os diplomas são de uma verdadeira belleza typographica e de gravura.

Veiu hontem no vapor hespanhol *Carpio*, chegado de Marrocos, um cavallo arabe para ser entregue ao sr. conselheiro Moraes Soares, director da repartição do commercio e industria. E' destinado ao instituto geral de agricultura.

Prosegue em Alemquer o processo contra o que matou barbaramente o empreiteiro hespanhol em Otta. As auctoridades judiciaes têem procedido com actividade. Tem havido grande numero de depoimentos no summario. Não appareceram as 50 libras, que se dizia o hespanhol trazia comsigo, porque ao indicado auctor do homicidio apenas se encontraram 50$000 reis; mas parece averiguado que o fim da morte foi o roubo.

O sr. vereador Pequito propoz que se levasse a effeito a construcção da avenida e que se deitassem abaixo as grades do Passeio Publico.

O sr. ministro da guerra visitou o hospital militar e deu ordem para se fazer alguns melhoramentos na fabrica de polvora em Barcarena.

Houve em Moçambique um conflicto grave entre dous empregados, ficando um mortalmente ferido.

Noticias do Brazil dizem ter sido nomeado commandante do encouraçado «Independencia», que ainda está em Inglaterra, o capitão de mar e guerra o sr. Silveira da Matta.

O sr. barão de Cotegipe esteve perigosamente enfermo com uma congestão de figado, porém ia melhor.

Falleceu a sr. marqueza de Valença.

Emilia Adelaide está restabelecida e percorre as provincias. Tenciona regressar a Portugal no mez de Outubro.

A princeza imperial do Brazil, mandou um telegramma á commissão de soccorros para as victimas da secca no Ceará, agradecendo-lhe o generoso brinde que lhes foi feito.

Ha pouca animação commercial em Loanda.

As noticias agricolas da provincia são regulares. Os trabalhos de obras publicas continuam bem.

Está em Lisboa o professor de architectura francez, o sr. Pascal. Vem estudar os monumentos manuelinos por causa da exposição.

O centro eleitoral democratico festeja ámanhã o anniversario da revolução de 1820.

O eclipse da lua principiou ás 8 horas e meia da noute.

A guerra do Oriente. — *Constantinopla*, 21. — O exercito ottomano avança no Montenegro pelo Dobrinack.

Londres, 21. — Consta que o general Makondje está operando na região de Kars. Mouktar-Pachá atacou ahi novamente as forças russas e derrotou-as, perdendo estas 1:000 homens e material.

Vienna, 22. — Parece que os montenegrinos se apoderaram de Tcha javica, que é a chave da fortaleza de Nksitch. Julgam que brevemente darão assalto.

Vienna, 22. — O jornal *Frendem'ladt* diz que na conferencia entre o imperador da Austria e o da Allemanha se fallou dos negocios do Oriente e foi combinado entre elles que, na primeira grande batalha em que a sorte das armas seja desfavoravel aos russos, pedirão um armisticio aos belligerantes.

Malta, 21. — Partiu para Besika a fragata ingleza, *Azincourt*, conduzindo materia para construir fortificações.

Constantinopla, 21. — Um telegramma de Suleyman-pachá confirma a reoccupação da aldeia de Schipka pelas tropas turcas. A Porta forma as reservas na Bulgaria e na Anatolia.

Bucharest, 23. — O exercito de Osman-Pachá foi envolvido pelas tropas russas. A sua situação é critica. Está imminente o ataque. Mallogrou-se o ataque de Suleyman-Pachá contra os desfiladeiros de Techipk. Suleyman foi repellido com grandes perdas. Os russos conservam as suas posições.

Constantinopla, 22. — Diversos despachos

e entre elles um de Osman Pacha dão noticias de varias escaramuças.

Athenas, 22. — Rebentou a insurreição grega na Thessalia; 500 insurgentes percorrem a provincia.

Chegada. — Chegaram hontem a Lisboa o imperador e a imperatriz do Brazil.

ANNUNCIOS

NOVO RESTAURANTE EM BUARCOS

1 O CASTELLA vae alli abrir no dia 26 do corrente um restaurante; e acha-se preparado para dar jantares e lunches e fornecer bailes em qualquer parte. Recebe todas as encommendas que lhe sejam feitas.

João Miranda Castella.

2 A ANTIGA LUVEIRA, que todos os annos costuma vir á feira de S. Bartholomeu, tambem já alli se acha em uma das barracas do lado do rio, proximo ás barracas dos linheiros de Guimarães.

N. B. — Tem algumas luvas com algum defeito, para vender a 300 e 360 reis.

CONCURSO

3 A CAMARA MUNICIPAL do concelho de Soure abre concurso por espaço de trinta dias, a contar da publicação do presente annuncio no *Diario do Governo*, para o provimento do partido de medicina, vago pela exoneração concedida ao bacharel Leonel Ferreira da Portella, com o ordenado annual de 280$000 réis e o rendimento de uma porção de terreno (tres peões e doze quinhões ou vassadouros) no campo da Velha, sujeito a uma tabella fixa e mais condições com que foi creado o partido.

Os concorrentes devem ter formatura em medicina pela Universidade de Coimbra, e apresentarão seus documentos, dentro do referido prazo, na secretaria da camara, onde desde já estão patentes as demais condições.

Soure, 20 de Agosto de 1877.

O presidente da camara
José Francisco Rodrigues.

VERDADEIRO BORDA D'AGUA
AVISO AO POVO

4 MANOEL TEIXEIRA proprietario do mais antigo e acreditado repertorio BORDA D'AGUA, previne as pessoas que costumam comprar este repertorio, de que este anno appareceu um outro quasi semelhante, impresso em outra imprensa, e com o nome de Manoel Gaspar da Silva. Acautelem-se os leitores do BORDA D'AGUA, que só é verdadeiro o impresso na

Imprensa da Universidade

Bom vinho de Torres Novas

5 BRANCO, ao quartilho.....30 réis.
Tinto « « .....40 «

No antigo estabelecimento de João do Estanco, que passou a Miguel Rodrigues, rua das Solas, n.º 7 — Coimbra.

GRANDE VARIEDADE
PAPEL PARA FORRAR CASAS
CASA MINERVA
151, RUA DA CALÇADA, 155
COIMBRA

AVISO AO PUBLICO
VERDADEIRO E ACREDITADO BORDA D'AGUA
POR
MANOEL GASPAR DA SILVA

7 CONSTANDO que se diz que só o Borda d'Agua sahido da imprensa da Universidade é verdadeiro e todos os mais são **falsos**, previne-se o publico de que esta asserção é inexacta.

A sciencia de fazer repertorios não é privilegio de ninguem, e nenhuns são **falsos**, porque todos saem da mesma fonte que é o *Lunario Perpetuo*. O merito d'elles está na intelligencia com que este é applicado, na utilidade das observações e nos accessorios, no que nenhum é comparavel com o **Borda d'Agua de Manoel Gaspar**, que além de indicar com precisão as estações, luas, tempo, epocha de sementeiras, etc., contém *preciosas instrucções sobre o recrutamento*, o que o distingue e põe acima de outro qualquer.

8 PRECISA-SE DE UM PRATICANTE para a pharmacia da Santa Casa da Misericordia d'esta villa da Figueira da Foz, e que tenha 3 annos de pratica. Além de cama e mesa, terá ordenado correspondente ao estado de seu adiantamento.

Quem pretender dirija-se ao annunciante na Figueira da Foz.

O provedor,
Antonio dos Santos Rocha.

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

9 DESDE O DIA 26 do corrente até 25 do proximo mez de Setembro está aberto o cofre d'estes hopitaes para cobrança dos fóros em divida. Findo este prazo proceder-se-ha contra os devedores na conformidade das disposições do regulamento geral da administração da fazenda publica de 4 de Janeiro de 1870.

E para que chegue ao conhecimento de todos se mandou publicar este em todos os jornaes d'esta cidade.

Administração dos hospitaes da Universide de Coimbra, 17 de Agosto de 1870.

O administrador
Costa Simões,

NOVA HOSPEDARIA EM LUSO
(vulgo da Carolina)

10 AS PESSOAS que pretenderem quartos para o mez de Setembro podem dirigir-se desde já por carta ao proprietario do hotel.

11 ARRENDA-SE a casa da rua do Loureiro, n.º 57, do S. Miguel em diante. Trata-se na rua do Corvo, n. 54.

12 ARRENDA-SE uma casa acabada de novo com muitos commodos na rua das Padeiras, n.º 34.

VENDA DE PROPRIEDADE

13 D. MARIA FRANCISCA DE SOUSA TAVARES, e irmã, solteiras, residentes na Figueira da Foz, annunciam a venda da sua quinta do Martilongo, proximo a Verride, que se compõe de casa de habitação, adega, celleiro, curraes, palheiro, cavallariças, eira, terra de semeadura de trigo e milho, arvores de fructo e olival. Tem agua nativa e póde regar-se parte do terreno. Paga de fôro ao visconde da Bahia 30 alqueires de milho e 3/4 de trigo. Quem as pretender dirija-se ás annunciantes.

14 V. PINTO BASTO & PLACIDOS, respondem ás reclamações que lhes tem sido feitas por parte de muitos seus consumidores, em Coimbra e outros pontos do reino, que só podem garantir os tabacos da sua fabrica — *Fidelidade Portuense* — que forem vendidos nos seus depositos, no Porto, e declaram que os *Cigarros Havanos*, de que especialmente se queixam, não são da sua fabrica, mas *sim imitações* produzidas por outras fabricas.

Procurem, pois, os srs. consumidores os nossos tabacos em casas de confiança e incapazes de praticarem os muitos abusos e falsificações, que se fazem com os tabacos da Fabrica Fidelidade Portuense.

Porto, 14 de Agosto de 1877.
V. Pinto Basto & Placidos.

EM COIMBRA

15 PRETENDE-SE ALUGAR para o proximo anno de 1877-78 uma casa pequena situada n'esta cidade, mas perto do lyceu, ou nos Arcos do Jardim, proximidades, ou nas immediações do Seminario. Tambem serve um andar d'uma casa que tenha uma sala, dois quartos, e cozinha. N'esta redacção se aceitam informações e propostas.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

16 SAE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes: em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

FIGUEIRA DA FOZ

17 MONSIEUR FÉLIX GUICHARD prévient les personnes qui désirent se perfectionner en français pour aller à l'exposition universelle de Paris, qu'elles peuvent s'adresser rue Fresca, 8.

Monte-pio Conimbricense

18 É CONVOCADA a assembleia geral para o dia 26 do corrente, pelas 10 horas da manhã, se reunir na casa da Associação Commercial d'esta cidade.

Ordem do dia.

1.º A apresentação das contas e relatorio da commissão administrativa.

2.º Nomear a commissão que tem de dar o parecer sobre as mesmas.

Coimbra, 25 de Agosto de 1877.

O secretario servindo de presidente da assembleia geral.
A. J. Gonçalves da Cunha.

RAPAZ

19 PRECISA-SE d'um que queira aprender a arte typographica. N'esta redacção se diz.

AGRADECIMENTO

20 JOSÉ DE OLIVEIRA E SILVA e sua cunhada D. Maria Augusta de Oliveira, vem por este meio agradecer a todas as pessoas, que se interessaram pela filha do primeiro e sobrinha do segundo, Josepha de Oliveira e Silva, tanto na sua doença como por occasião do seu enterro.

A todos se confessam summamente reconhecidos.

ARRENDAMENTO DE CASAS

21 QUINTA FEIRA, 30 do corrente, ás onze horas da manhã, na imprensa da Universidade, hão de ser arrendadas em praça, por tempo de um anno, a começar no proximo S. Miguel, as casas na rua do Norte, contiguas á dita imprensa, e á mesma pertencente.

Coimbra, 23 de Agosto de 1877.

O administrador,
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

LECCIONISTA DE MATHEMATICA ELEMENTAR
(1.ª E 2.ª PARTE)

22 MANOEL ALVES BRANCO, continua a leccionar para os exames em Outubro.

Rua do Borralho, n.º 22.

Substituições a militares

23 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

AVISO

24 HONORIO DA COSTA, estabelecido com loja de calçado, na rua do Infante D. Augusto, previne os seus freguezes, que ninguem pague o que dever ao seu estabelecimento, senão a elle, ou a pessoa por si auctorisada.

25 ARRENDA-SE na Figueira, rua Fresca, n.º 24, cavallariça para tres ou quatro cavallos, e que póde recolher duas carruagens.

ATTENÇÃO

26 PERDEU-SE um cordão de ouro, desde o Arco da Traição, pela rua de S. Pedro, até á rua do Infante D. Augusto. A quem o achasse e o queira entregar, pede-se o obsequio de se dirigir á rua de S. João, n.º 18, que se darão alviçaras.

27 ZULMIRA ADELAIDE BANDEIRA, como cessionaria das dividas á massa de Francisco Borges Gonçalves, pede a todos os devedores o favor de lhe mandarem pagar os seus debitos, na rua do Corpo de Deus, n.º 18

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno..... 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno..... 3$460
Por semestre..... 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre..... 1$730
Por trimestre..... 800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por trimestre..... 865
	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	

Numero 3139 | Terça feira 28 de Agosto de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Muitas auctoridades costumam incorrer em justo motivo de censura, por motivos oppostos. Umas vezes é pela relaxação no cumprimento dos seus deveres, e outras por excesso de jurisdicção e infracção de lei. Ambos os extremos são condemnaveis.

Quando impera o patronato trata-se de abafar os crimes, e deixam-se impunes os criminosos.

Sobretudo intervindo n'esse objecto influencias eleitoraes é então que a impunidade se torna quasi certa. E o exemplo d'essa impunidade habilita os homens de má indole a praticar crimes identicos áquelles que viram ficar impunes.

Numerosissimos são os factos que n'este jornal têm sido indicados, de protecção a criminosos, reconhecidos como taes, e que seriam castigados se as auctoridades fossem zelozas no cumprimento das suas obrigações, tractando de procurar as provas dos crimes, em vez de sophismar a lei para lançar um véu sobre actos puniveis.

Até aqui a relaxação das auctoridades. Agora os actos arbitrarios.

Sendo nós propugnadores incansaveis da segurança publica, não o somos menos do respeito pela lei; e por isso não podemos deixar de severamente condemnar os excessos praticados por muitas auctoridades, prendendo nos casos em que a lei os não auctorisa.

Não só os administradores de concelho, mas qualquer regedor e cabo de policia se julga com poderes para prender os cidadãos, á menor phantasia que para isso tenham. Não se quer saber se o facto praticado é crime publico, ou d'aquelles em que só é admittida a acção particular. Não se hesita em fazer a prisão sem ser em flagrante delicto, e nos casos exceptuados na lei. Prende-se por tudo, em todas as occasiões e circumstancias.

Ainda ha tempo foi presa e mettida na cadeia d'esta cidade, e ahi detida entre facinorosos, por 8 dias, uma creança de 13 annos, por ter furtado tres pequenas cebolas, avaliadas pelos peritos em menos de 3 réis!

Outro excesso commettido frequentemente pelos administradores de concelho, é a facilidade com que prendem, mettem na cadeia, e depois mandam soltar.

Isto cheira aos antigos capitães mores!

O attentado praticado ha poucos dias pelo administrador do concelho da Lagôa, no Algarve, é dos factos mais dignos de castigo.

Julgou-se auctorisado a invadir a casa de um cidadão, chefe de familia, e professor de instrucção primaria, acompanhado de dois medicos municipaes, do seu escrivão e testemunhas.

Chama o mesmo cidadão, diz-lhe que vae alli para inspeccionar sua filha, suspeita de gravidez, cujo estado se attribue a seu proprio pae!

Em seguida aproveitando o espanto em que ficou a honesta familia na presença de tão inaudita accusação, faz inspeccionar a filha do professor, a qual os medicos declaram não ter signaes de gravidez!

Abstrahimos dos preliminares que se contam em relação com este facto. O que agora nos importa é avaliar o procedimento da auctoridade.

Pois uma familia hadé assim ficar exposta a tão torpe infamia, e a semelhante labeu que lhe lança o administrador de concelho?

Isto é horrivel; e se attentados d'esta ordem ficassem impunes por parte do governo, seria mister abandonar um tal paiz.

Se não queremos que os criminosos fiquem impunes, tambem não admittimos que as auctoridades se julguem com direito de dispôr da honra e da liberdade dos cidadãos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na sessão da junta geral do districto de Vianna, de 1 de Março de 1872, procedendo-se á eleição dos doze candidados a vogaes do conselho de districto, o sr. Jacome Borges Pacheco Pereira protestou n'esse acto contra a eleição, não só por ser feita por onze procuradores, cinco dos quaes não se achavam legalmente funccionando, em razão de haver contra a eleição d'elles protestos que ainda não tinham sido resolvidos pelo conselho de districto, mas mesmo porque um dos ditos candidatos não podia ser eleito por falta de domicilio no districto.

A junta geral não recebeu estes protestos, pelo que foi o referido procurador renoval-os perante o administrador de concelho, tendo já antes protestado perante um tabellião contra a illegalidade com que se achava funccionando aquella corporação.

Em 22 do mesmo mez de Março, não estando ainda resolvidos pelo conselho de districto os mencionados protestos, mas funccionando já novos vogaes do conselho de districto, nomeados d'entre a lista proposta pela junta e cuja legalidade fôra contestada, foi apresentada ao conselho de districto um requerimento em que foram averbados de suspeitos todos os vogaes de novo nomeados e em exercicio, com o fundamento de serem juizes e partes n'este recurso.

O conselho de districto, por accordão de 19 de Abril do mesmo anno de 1872 rejeitou a suspeição opposta a todos os seus vogaes.

D'este accordão recorreu o já mencionado procurador para o supremo tribunal administrativo; o qual, depois de ter decorrido o resto do anno de 1872, assim como os annos de 1873, 1874, 1875, e 1876, resolveu-se só em 17 de Janeiro de 1877 a annullar o referido accordão!

Quer dizer: funccionou em 1872 e 1873 o conselho de districto contra que se protestava; funccionou outro conselho de districto nos annos de 1874 e 1875; e funccionou ainda outro no anno de 1876; e depois de tudo é que se decidiu uma questão, apenas incidente, do protesto feito em Março de 1872!

Sim senhores! Vae a tempo a decisão!

Agora note-se mais, que sendo o accordão do supremo tribunal administrativo de 17 de Janeiro de 1877, levou para ser mandado publicar no *Diario do Governo* mais de 6 mezes, pois que só foi publicado no *Diario* de 24 do Agosto corrente!

Seis mezes de demora, simplesmente

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXXVII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Vendo-se a opposição que havia em França contra a legitimidade da regencia de D. Pedro, passou-se a tentar em Londres uma especie de *esperteza*, para ver se a ideia da regencia projectada era alli mais bem recebida.

No dia 24 de Janeiro appareceu na casa da legação portugueza uma especie de requerimento em nome de alguns emigrados para se pedir a D. Pedro, que antes de partir para a Terceira, para alli formar a expedição que já se tentava contra Portugal, se declarasse regente do reino. Mas para que este requerimento tivesse algum valor, fosse preciso que houvesse muitas assignaturas, tomou para si José da Silva Carvalho o cuidado de as procurar.

Assim n'esta obra o nosso antigo regenerador do Porto tomou, ou quiz representar a mesma figura, que já no anno de 1828 havia representado um tal *Manoel Cypriano*, para ganhar assignaturas a favor do reinado de D. Miguel.

Muito mal succedidos porém foram José da Silva Carvalho e seus amigos; porque em Londres poucos assignaram; em Plymouth ainda menos; e em Paris, como se visse o que succedia em Inglaterra, houve a prudencia de se não tentar este ridiculo manejo, porque sabia-se ao mesmo tempo que haveria lá mais protestos do que assignaturas.

No entanto preparava-se a expedição que se havia de organisar na ilha Terceira; havia já para ella recrutados muitos estrangeiros, ao passo que dos emigrados só se escolhiam aquelles que se mostravam adherentes a todas as pretensões de D. Pedro e com especialidade áquella que ainda tinha de ser acclamado rei na Terceira.

Por este motivo, com o maior descaramento e escandalo não se consentiu que Saldanha e outros generaes fossem da expedição. Convidaram-se só individuos de serviço *pessoal*, isto é, os aduladores servis de D. Pedro.

Contra Saldanha ainda houve maior escandalo, porque tendo-lhe D. Pedro promettido que o levaria comsigo, falseou depois a sua palavra. Saldanha, vendo-se então ludibriado por elle, fez, e mandou imprimir uma especie de circular aos seus amigos com data de 13 de Janeiro, na qual expoz as razões por que era excluido da nobre empresa de concorrer para a restauração do throno legitimo, e da liberdade constitucional da sua patria.

Os generaes Stubbs, Diocleciano Cabreira, e José Maria de Moura, que residiam em Dunkerque, como vissem que tambem eram excluidos de tomar parte na restauração da patria, e que esta exclusão poderia dar motivos a falsas conjecturas, fizeram tambem pela imprensa uma declaração solemne da injustiça que se lhes fazia.

Depois de tamanhas, e tão ridiculas exclusões e preferencias, D. Pedro embarcou a bordo da fragata da Rainha de Portugal, que estava em Belle-Isle, no dia 2 de Fevereiro, e no dia 10 do mesmo mez sahiu d'aquelle porto, levando por companheiros Candido José Xavier, Palmella, Agostinho José Freire, e outras notabilidades, que o rodeavam, e estes como seus conselheiros politicos, porque para os negocios de consciencia levava tambem comsigo um *exemplar* ecclesiastico, o bem conhecido padre Marcos.

Não foi direito á Terceira, mas á ilha de S. Miguel, aonde chegou no dia 22, e alli se demorou até o dia 2 de Março. Foi só no dia 3 que chegou á ilha Terceira; mas esta demora em S. Miguel foi de proposito, porque queria que *antes d'elle* chegasse a esta ultima ilha a sua vanguarda, que lá chegou no dia 21 do mez passado, e levava os seus exploradores para verem se alli podiam *macaquear a accla-*

para dar publicidade á decisão de um tribunal!

Que actividade ha nas secretarias em Lisboa! Que bem applicado dinheiro que a taes empregados dá a nação!

E este facto não é singular. No mesmo *Diario* de 24 de Agosto vêm publicados accordãos do referido tribunal, de 17 e 31 de Janeiro, 17 e 24 de Fevereiro, sendo o accordão mais moderno de 26 de Abril. Todo este tempo, desde então até agora foi mister para se publicarem os accordãos na folha official!

A proposito. Quando se resolve o supremo tribunal administrativo a decidir o recurso feito em Agosto de 1874 contra o famigerado accordão do conselho de districto de Coimbra, que annullou a eleição da mesa da Misericordia?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos de Londres um livro, que acaba de publicar o sr. Ribeiro Saraiva. E' como que a continuação do bem conhecido livro — *Saraiva e Castilho a proposito de Ovidio.*

Este que agora recebemos, e que nos offerece seu esclarecido auctor, tem por titulo — *Saraiva e Castilho (Segunda parte). A proposito de muita cousa. Miscellaneas prosaicas e poeticas; com os quatro poemetes: — O Natal — O San João — A Semana Santa — O Entrudo na minha terra.*

Tem a seguinte epigraphe, que define bem a indole do livro: — *De omnis rebus et quibusdam aliis. — De tudo quanto ha, e de mais alguma cousa.*

O sr. Saraiva, depois da delicada dedicatoria que escreveu no exemplar que nos offereceu, acrescenta: — «*O sr. Joaquim Martins de Carvalho ha de encontrar n'este excentrico volume muita cousa que lhe desagrade, mas talvez nem tudo. O crear-se entre espinhos não tira o cheiro á rosa.—Londres, 20 d'Agosto, 1877. — Antonio Ribeiro Saraiva.*»

De certo que nas apreciações politicas muitas vezes discordamos; mas pondo isso de parte, damos o maior apreço á recente publicação do sr. Saraiva.

Alli se encontram muitas noticias e anecdotas, que tornam esta publicação do maior interesse.

São tantos os assumptos de que trata, que seria difficil dar noticia de todos n'um artigo de jornal.

Muito prazer tivemos na leitura das cartas entre os srs. Antonio Feliciano de Castilho e Antonio Ribeiro Saraiva.

Sente-se uma grande satisfação em ver dois homens de ideias politicas oppostas, manterem uma convivencia tão amena, uma correspondencia tão agradavel, apezar de todas as vicissitudes da vida, como se ainda fossem condiscipulos na Universidade. Infelizmente um d'elles, o nosso prezado amigo, o sr. Castilho, já não vive!

O sr. Saraiva tratando dos costumes e das cousas de hoje, parece levar com a penna couro e cabello. Muitas vezes tem razão; n'outras entra um pouco a paixão politica; mas não deixâmos de ler tudo sem enfado.

Se quizessemos dar conta de todas as impressões que nos deixou a leitura do livro do sr. Ribeiro Saraiva teriamos de encher muitas columnas do jornal.

Este livro não é d'aquelles de que se possa fallar em poucas palavras. Ainda havemos de ter occasião de nos occupar d'elle mais vezes.

Summamente apreciámos o desenho topographico da residencia do sr. Ribeiro Saraiva, e a meuda descripção dos seus costumes e systema de vida, que vem em uma das cartas dirigidas ao nosso chorado amigo Antonio Feliciano de Castilho. Note-se que lhe não chamâmos *visconde*, porque este illustre escriptor era o proprio que avaliava, merecidamente, esse e identicos titulos em uma das cartas dirigidas ao sr. Saraiva; e nunca se assignou com elle. O nome de Castilho valia bem mais do que todos os titulos de *visconde!*

Compara o sr. Saraiva o arranjo dos seus livros e papeis na sua casa, com os do bom padre Fernandes (vem a ser o padre José Fernandes de Oliveira Leitão) no seu quarto em que residia, na casa de D. Maria Telles, na rua de Subripas, d'esta cidade.

O sr. Saraiva ainda tem a crença, muito vulgarisada, de que D. Maria Telles fôra assassinada n'aquella casa. Se ha mais tempo tivesse lido o *Conimbricense* alli acharia comprovado, sem replica, que aquelle crime não foi alli commettido.

São do maior interesse os poemetes: — *O Natal — O San João — A Semana Santa* — e *O Entrudo na minha terra.*

Alli estão descriptos muitos dos nossos costumes patriarchaes e verdadeiramente portuguezes. As notas que os acompanham illustram differentes pontos do texto, e dão conhecimento de muitos usos do nosso povo das provincias.

Além d'esses poemetos ha espalhadas no livro algumas poesias politicas.

Safa! Essas têm pimenta aos montes!

Brevemente deve estar á venda n'esta cidade, na loja do sr. Melchiades, este interessantissimo livro, que de certo será muito apreciado, qualquer que seja a differença de opiniões politicas dos leitores.

Logo que chegem os exemplares faremos o respectivo annuncio.

Resta-nos por hoje agradecer ao sr. Antonio Ribeiro Saraiva a sua delicada e para nós muito valiosa offerta.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na quinta feira, 30 do corrente, fez 87 annos o nosso particular amigo o sr. tenente general Bernardo José de Abreu.

D'aqui cordealmente felicitâmos o bravo militar e perfeito cavalheiro, que justamente é por todos muito considerado pelos seus relevantes serviços e nobilissimas qualidades.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LONDRES

Londres, 12 de Agosto de 1877.—O sr. Joaquim Martins de Carvalho está pensando, supponho eu, que me enfadei, por elle não publicar uma assás longa tirada, escripta mui á pressa (como a maior parte do que escrevo para jornaes), e que por isso deixei ha tanto de dirigir-me ao *Conimbricense* — pelo qual tenho a maior affeição, por sua franqueza, espirito de justiça, consciencioas exacidão nas informações, etc.

Engana-se porém, se crê que o meu silencio teve outra causa que a muito assidua occupação que tenho tido ha tempos, com cousas minhas e alheias; de sorte que tinha posto de parte, e nem rompido as faixas, a varios papeis portuguezes, que desde antehontem comecei a examinar.

Só esta manhã mesmo chegou a vez de ler o *Conimbricense* de 4 do corrente, e com gosto alli encontrei o meu nome, ligado a memorias de um tempo sempre para mim saudoso, o de Coimbra.

Antes de ir mais longe, convinha dizer, que nas longas e apimentadas reflexões que o *Conimbricense* fez bem de supprimir em Maio, enganou-se o sr. Joaquim Martins em ver n'ellas resposta a um artigo seu antecedente de mais antiga data que os de 8 de Maio, no monumental *Conimbricense* d'esse dia, celebrando a entrada de Villa-Flor e a sua tropa polyglota em nossa Lusa Athenas.

A comparação dos annuncios e promessas d'esse dia, com os feitos e procedimentos dos bastardos portuguezes da tropa de Villa-Flor, é que me fez escrever como escrevo. Convido todo portuguez que não esteja eivado pelo *liberalismo* (que fez de Portugal a ultima nação da Europa), a comparar as promessas de então com o cumprimento d'ellas até hoje. — Mas não é este o objecto agora da minha carta, e sim o que respeita á do sr. José Bernardo Pinto de Beja, cujas noticias me deram gosto em mais de um sentido.

Primeiramente estimei muito saber que ainda vivia, pois que seu pae conheci, e a sua familia eram da amisade da minha, assim como tratei muito e conheci seu irmão. O que porém mais me alegrou foi ver como agora julga como eu da tal philosophia franceza (a que eu escrevo com z), e que foi precisamente o que em Coimbra me tornava muitas vezes penosa e pesada a sua companhia então.

Dou graças a Deus, e mais as deve elle dar, de ver hoje, como parece, a tal philosophia em sua verdadeira luz; e lhe faz muita honra o confessão do desengano. Pois então saiba, que essa sua predilecção pela tal philosophia, e o que me tornava pesada a sua companhia; tanto mais que, deslumbrado como então se achava pelo falso brilho das allegações da escola de Rousseau, Voltaire e companhia, desejava naturalmente fazer em favor da mesma uma especie de propaganda; e de um modo ou de outro, vinha sempre á carga com o que então julgava sciencia e illustração superior.

Eu não sabia que lhe responder, joven e ignorante; mas como havia ouvido a meu pae condemnar e tratar de falsa tal *philosophia*, isso me bastava para desconfiar d'ella — e as pessoas que tivessem noticia do caracter de meu pae, moral e intellectual, creio admittirão, que em minha propria ignorancia, as opiniões e doutrina d'elle me deviam prevalecer em peso ás de um simples estudante do 3.º ou 4.º anno juridico.

O sr. João Bernardo poderá lembrar-se — eu disso me recordo perfeitamente, de quanto um dia me instou com doutrinas ou dizeres do *Emilio* de Rousseau. Era quando habitava no fundo da *Couraça de Lisboa*, defronte, ou quasi, do collegio da *Estrella*. Eu respondi como pude, bem ou mal; da argumento não me lembra, mas apoiando-me não só como na revelação, e doutrinas do christianismo.

Nós passeavamos de pé na sala; e no responder eu com algum argumento fundado na revelação ou no sobrenatural, o meu amigo chegou-se á janella, pegou n'um dos batentes da mesma, olhou examinando-o de uma e outra face, apalpou-o, e proferiu emphaticamente: — «*Isto é pau?*» — Querendo dizer, já se sabe, que se devia crer o que se via e palpava — *Ver e crer como S. Thomé*, diz o proverbio; mas se nos não devessemos acreditar senão o que vissemos e apalpassemos, imagine-se até que ponto chegariam os nossos conhecimentos!

Esta e outras semelhantes me tornavam na verdade pesada muitas vezes a companhia do amigo, especialmente por entrar logo em argumentos que me aborreciam da tal controversia *philozophica* e anti-religiosa. Muito e muito me alegra ver que o sr. João Bernardo a abandonou, e muita honra lhe faz confessal-o.

Agora quanto á historia do jantar na rua do Correio, devo distinguir entre o que referi, porque o vi eu proprio, e o que ouvi e correu — pois de certo eu nada inventei.

O que eu disse e se passou na rua do Correio é a verdade — meu irmão, que tambem vive ainda, o poderia confirmar, se lhe não tiver esquecido. Assim, repito que o irvestido de *futrica* (na phrase academica) do meu condiscipulo Gomes Brandão, e o seu capote escossez, é exacto inteiramente. Quanto á historia das gallinhas, só a ouvi contar, e correu de certo no tempo, mas um tanto reservada; de resto, ella nada tem com o meu caso, nem é cousa que passasse de uma estudantada — e nem sempre estas eram de bom gosto.

O sr. João Bernardo, honra lhe seja, confessa que estava «*allucinado com o philozophismo francez.*» Exactamente; e era isso o que a mim tanto me aborrecia. Eu não quero recriminar, porem; quizera saber que sociedade era aquella para que elle me desejava inclinar, quando, um dia, em occasião de festa, n'um claustro da Sé, me fallava e persuadia a conveniencia de entrar, «não na maçonaria», dizia, mas em alguma outra sociedade, que eu fiquei entendendo depois, ou creendo, era a dos Jardineiros?

Eu tenho sufficiente memoria, e conservo bem a do enfado que me causavam os philozophismos tão favoritos então do sr. João Bernardo. E póde estar certo que me deram o mais verdadeiro prazer aquellas suas expressões — «pela razão de estar allucinado com o philozophismo francez»; pois temia muito, e sentia, que aquella allucinação, de que eu guardava lembrança desagradavel, não tivesse tido cura, como felizmente teve.

Dá-me gosto ao mesmo tempo saber, que vivem ainda alguns amigos meus do tempo antigo.

Fez o sr. João Bernardo uma allusão a *favoritismo*, que não sei se quer alludir a me terem mandado para Londres.

Está enganado, se crê que tal foi devido a favoritismo; pois eu nem pedi, nem pensava em emprego publico algum. Mandaram-me para aqui, porque, pedindo o visconde d'Asseca alguem que podesse responder aqui a razões contra nós, entendeu o governo que convinha mandar-me a mim; isto em razão dos pequenos escriptos que eu publicara em França.

Agora tenho que agradecer á infatigavel industria do sr. Joaquim Martins de Carvalho, informações que não tinha senão imperfeitas a meu proprio respeito, como por exemplo os nomes de meu padrinho e madrinha, que só sabia serem marquez e marqueza de Castello Melhor. Creio porém que ha inexactidão n'uma cousa: isto é, que o dia 10 *de Junho de* 1800, deve ser, provavelmente o do meu baptismo.

A minha razão para pensar assim é, que sempre na familia foi tido o ultimo do mez de *Maio* por ser o do meu nascimento; e creio que a minha familia não se enganava. Castello-Melhores foram meus padrinhos, porque quando chegou a noticia de ter eu nascido, estava meu pae em Lisboa, em casa do marquez, que o tinha vindo buscar á celebre antiga estalagem *dos Caldas*; por agradecimento a ter meu pae, quando juiz de fóra de Soure, feito pôr ordem nos bens e rendimentos da casa de Castello-Melhor na Labruja, perto de Pombal, etc.: isto a pedido do principal Castro, então reitor da Universidade, e grande amigo de meu pae desde estudantes em Coimbra.

Ao chegar a noticia de ter eu nascido, e meu pae communical-a aos marquezes (e creio que pedindo-lhe fossem meus padrinhos), disse a marqueza, «sim, e hade ser *Antonio* o afilhado, por ser agora a trezena do nosso santo». — Isto ouvi a meus paes mais de uma vez.

O sr. Joaquim Martins fará ou não, como lhe parecer, uso do que ahi vae escripto bem á pressa.

A. R. SARAIVA.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 26 de Agosto de 1877.

Lisboa está em plena folia. As romarias succedem-se; e.. ainda bem, que o povo se diverte. Hoje tem logar a festança do Senhor Jesus da Serra, em Bellas, no outeiro da quinta do sr. marquez do mesmo titulo. E de costume haver danças, descantes, e, em ultimo *ratio*, a sua bordoada á mistura. Cinco leguas em circumferencia de Lisboa não fica um vehiculo por alugar, e desde a madrugada de sabbado, que os romeiros partem para aquelle sitio, que não lhe posso dizer se é pittoresco, porque... nunca lá me perdi.

— Os imperadores do Brazil, que se acham entre nós ha tres dias, continuam viajando... em Lisboa. Jámais testa coroada foi tão madrugadora. Quando o publico menos o espera, sua magestade apparece na egreja de S. Roque, passeia no aterro, vae ao passeio publico, á Sé, a S. Vicente, admira o arco da rua Augusta, mette-se pelas encruzilhadas do bairro de Alfama, passa por Santa Engracia, pela calçada de Santo André, pela Mouraria, volta ao Rocio, e de resto — oh! aristocratas! — entra no Martinho, e... pede refrescos! Depois, ouvimos dizer, que o despretencioso imperador está... em Cintra! Tem o dom da ubiquidade, o sr. D. Pedro II!

—Emilia Adelaide, a actriz aventurosa, não morreu, como se disse. Continua na sua excursão artistica, e, ás ultimas noticias, ia para Campinas. Que as auras lhe bafejem propicias, é o que os amadores do seu peregrino talento lhe desejam.

— Contraiu hontem os laços nupciaes, o sr. Alfredo dos Santos Tavares, typographo da imprensa nacional. A ceremonia teve logar na parochial egreja de Santa Isabel, á qual assistiram os proximos parentes dos noivos, e um limitado numero de convidados. A noiva é uma gentil senhora, e seu marido um moço de apreciaveis qualidades. Que a prole se lhes augmente, e que as bençãos lhes cubram o lar domestico.

— Foram hontem capturados tres sujeitos, pae e dois filhos, por se dedicarem *em demasia* á industria lucrativa, mas nem sempre salvaguardada pela policia, de roubarem o proximo. Foram-lhes encontrados differentes objectos, que provam a profissão que exerciam.

— Está publicado o almanach de Luiz de Araujo para 1878. Dizem que faz rir... as pedras, o que não posso asseverar, porque o não li. Entretanto, a veia humoristica e satyrica do auctor, dá-nos direito a esperar que será verdade tudo o que a imprensa tem dito com relação ao alludido almanach.

— Foi preso hontem na rua de Pedro Dias, o sr. José Roque. Este sr. Roque assassinou dois hespanhoes junto á Alfandega da Fé, e veiu para este *deserto* de Lisboa a fim de escapar á vigilancia da policia. Ainda ha pouco viera de cumprir degredo em S. Thomé, por ter dado um tiro no patrão. Tem bons precedentes, e será conveniente que se lhe dê um destino qualquer.

— Lisboa banha-se... no salso elemento. Eu não me recordo se Camões chamou *salso* ao mar alteroso da costa, que se vem quebrar nos rochedos, espreguiçando-se depois languidamente por de sobre a areia da praia, ou se ao rio, que deslisa placido e socegado no seu leito ordinario. O que sei é que n'esta nobre e leal cidade, o lisboeta chama mar ao Tejo, e isto por uma simples rasão: é que o mar, propriamente, dista cinco leguas de Lisboa, e elle, o lisboeta, só vê o mar... por um oculo!

Mas não farei questão se é rio. O que lhe digo, amigo Martins, é que Lisboa banha-se... nos residuos que ejaculou na pia no dia anterior. Os medicos n'esta quadra do anno, têm menos que fazer. A população que trabalha não tem tempo para estar doente, e a que vive no ocio, parte d'ella sáe de Lisboa, e a outra parte que fica, a essa receita-se-lhe... banhos.

Uns por necessidade, outros por distracção, o caso é que tres partes de Lisboa chafurda, e... suja-se. *Se fores a Roma segue os costumes romanos.* Não posso, porém, com relação a este assumpto, seguir os costumes de Lisboa, indo tomar banho no Tejo de calçotas, em corpo nú, especie de gladiador de circo. Isso, meu amigo, é de uma discordancia para a minha respeitavel honestidade, que me repugna, e a cujo systema nunca me sujeitaria. Prefiro a cachexia, o nervoso, a nevralgia, porque... não posso ir a Cascaes. *Ridendo castigat mores.*

— Ha actualmente 614 navios mercantes nacionaes, que navegam no alto mar. Ahi vae ás suas qualidades, e as praças a que pertencem:

Galeras, 43; barcas, 73; chalupas, 14; hiates, 268; brigues, 59; lugres, 22; escunas, 42; patachos, 83; cuters, 3; vapores, 37.

A praça de Lisboa pertencem 133; á do Porto, 148; á de Aveiro, 22; á de Vianna do Castello, 17; á da Figueira da Fóz, 12; á de Setubal, 44; á de Caminha, 23; á de Olhão, 4; á de Villa Nova de Mil Fontes, 4; á de Faro, 4; á de Lagos, 2; á de S. Martinho, 3; á de Odemira, 2; á de Villa Real de Santo Antonio, 8; á de Villa Nova de Portimão, 24; á de Tavira, 13; á da Ericeira, 9; á de Esposende, 9; á de Villa do Conde, 14; á de Angra do Heroismo, 8; á do Funchal, 13; á de Ponta Delgada, 19; á da Horta, 3; á de Goa, 3; á de Damão, 5; á de Diu, 3; á de Bissau, 1; á de Moçambique, 12; á de Macau, 4; e á de Loanda, 26. — Total, 614 navios.

— Vae fazer-se a remessa das medalhas e diplomas com que foram agraciados os expositores portuguezes na exposição de Philadelphia, os quaes serão distribuidos nas capitaes dos districtos. Caras medalhas e caros diplomas são estes que se conferem, a troco do descaminho de muitos objectos que os industriaes do Porto e d'essa cidade mandaram á exposição! Que resultado tiveram as representações ao governo com relação a este assumpto? É de crer que estejam dormindo o somno do olvido na respectiva secretaria. Pois curem-se os expositores da sua boa fé. Não concorram a exposição alguma, sem que no caso de extravio, sejam indemnisados da perda ou avaria dos objectos que se expõe.

Até á seguinte.

P. J. CONCEIÇÃO.

NOTICIARIO

Prisões importantes. — Recebemos de um nosso amigo do concelho da Louzã a carta que abaixo publicamos, noticiando-nos o horroroso assassinato de que já demos conhecimento em o numero passado.

Ha alli de novo e de importante a participação que nos faz, de estarem já presos os auctores d'este grande attentado.

É um valioso serviço que acabam de prestar as auctoridades locaes e da comarca da Louzã.

Se não costumamos poupar censuras ás auctoridades relaxadas, tambem não deixamos, como agora, de elogiar aquellas que sabem cumprir os seus deveres, tratando de fazer punir os criminosos.

Eis ahi a carta:

«Na noute do dia 20 para 21 do corrente, appareceu morto, perto da sua casa, Adelino Fernandes Cortez, do logar de Silvares, freguezia de Serpins.

O morto foi acompanhado da feira que alli se faz, por tres individuos, já, certamente, com o proposito de matal-o.

O crime foi commettido, mesmo na estrada, em sitio pouco ermo, rodeado de povoações e logo ao anoitecer.

A morte d'aquelle desgraçado, devia ser affrontosissima e lenta; porque a cabeça não tinha ferida nem contusão: mas a perna direita e um braço estavam partidos por dois lados, perfurando os ossos d'aquella o lado inverso d'ella! No resto de todo o corpo, dezenas de graves contusões e buracos no abdomen, costas e nadegas, feitas com choupa e paus ferrados: estava todo azul e machucado, sem grande esvaiamento de sangue!

As auctoridades locaes e da comarca da Louzã, houveram-se com tanto tino, actividade e zelo n'este horroroso crime, que logo no dia 22 deram entrada na cadeia do concelho dois dos assassinos; e o terceiro que já se tinha evadido para a Figueira, alli já foi preso.»

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

D. Josepha de Oliveira e Silva, filha de José de Oliveira e Silva e D. Maria Ferreira Alves de Sousa, de Guimarães, de 25 annos, fallecida em 18 de Agosto de 1877.

Virginia da Conceição, filha de Antonio da Cruz Pinto e Maria da Conceição, de Coimbra, de 14 mezes, fallecida em 18.

Adelino Henriques Farinha da Conceição, filho de Acurcio Henriques da Conceição, e D. Maria Suzana Silva Farinha, de Pedrogão Grande, de 11 annos, fallecido em 19.

Verissimo, filho de Sebastião Garcia e Mauricia Martinho, de S. Francisco, de 9 mezes, fallecido em 21.

Manoel Antonio, filho de Domingos Ribeiro e Jacintha Castanheira, de Coimbra, de 19 mezes, fallecido em 22.

Bacharel Daniel da Veiga Saraiva, filho de Francisco Bernardes Saraiva e D. Veridianna Amalia Saraiva, de Coimbra, de 47 annos, fallecido em 24.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:222.

Continua o jogo. — Informam-nos de que na feira de S. Bartholomeu, em duas barracas de bebidas, pertencentes a uns individuos, chamados Germano e Amancio, se estão explorando ao jogo os inexperientes homens das aldeias.

Chamamos a attenção da auctoridade administrativa para este facto.

O liberalismo desmascarado. — Demos conta em o numero passado de haver recebido de Guimarães, offerecido pelo editor o sr. Teixeira de Freitas, o livro — *Escriptos catholicos de hontem;* e já n'este numero temos de annunciar haver recebido outro, com o titulo de — *O liberalismo desmascarado (continuação da Maçonaria desmascarada), por um jesuita, o rev.º padre Henri Ramière, por varios auctores e pelos proprios liberaes. Obra traduzida, compilada e annotada por um Vimaranense.*

É um grosso volume de 499 paginas, que apenas tivemos tempo de abrir.

Divide-se nos seguintes pontos: — 1.º A banca-rota do liberalismo. — 2.º O liberalismo catholico. — 3.º O liberalismo e o cesarismo. — 4.º O liberalismo desmascarado por si mesmo ou por suas obras. — 5.º A escola do direito das gentes e a da reforma social.

Este é o volume primeiro. A obra constará de dois volumes, custando ambos 1$200 réis.

Está em publicação o 2.º volume.

Cumpre-nos agradecer ao sr. Teixeira de Freitas a continuação dos seus favores.

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Commercio do Porto* o seguinte:

«Não se confirma estar cercado o exercito de Osman-Pachá, nem se sabe ainda o resultado definitivo do ataque das tropas de Suleyman-Pachá contra as posições russas de Chipka. O que positivamente se sabe é que os turcos tomaram a offensiva contra Chipka, onde ainda ha poucos dias uma brigada russa se fortificava a toda a pressa e tinha á sua disposição 28 peças de artilheria; que Osman atacára simultaneamente os russos nos arredores de Selvi; e que os turcos estavam perto de Tirnova. Esta ultima noticia é dada por um telegramma official russo, que diz ter-se travado um combate de artilheria na linha de Tirnova.

Ainda não temos, porém, noticias do resultado definitivo da serie de combates que os ottomanos estavam dando aos invasores, e os quaes se tornavam inevitaveis, por isso que os movimentos dos primeiros tinham evidentemente por objectivo as posições dos segundos.

Quanto á incommunicação das forças de Osman-Pachá com Sofia, o boato teve origem na noticia de os russos haverem apparecido perto de Archaina (ou Orchania, não longe de Etropol, perto dos Balkans, entre Plewna e Sofia). Todavia a Sublime Porta desmentiu cathegoricamente a noticia, bem como a de que Osman-Pachá estivesse cercado.

Que os russos têem procurado cortar as communicações entre Plewna e Sofia é fóra de duvida.

Que, pela sua parte, Fazli-Pachá e Dervinch-Pachá, chamados da Circassia, operam ao norte de Varna e para os lados das bôcas do Danubio, para interromper, pelo menos momentaneamente, as communicações dos rus-

---

...nação de Ourique! que alguem lhe tinha prognosticado... A vanguarda, de que acabo de fallar, era a fragata D. Maria II, que levava a seu bordo os condes de Paraty, de Lumiares, de Villa-Real, e da Taipa, marquez de Fronteira, barão de Rendufe, D. Thomaz de Mascarenhas, generaes Saraiva, Vasconcellos, Azevedo, e por fim José da Silva Carvalho, os quaes todos, segundo era fama geral, eram os precursores, que lhe iam dispor o caminho para uma entrada feliz...

Logo que desembarcou na Terceira promulgou alguns decretos, e o mais notavel d'elles, *referendado* pelo marquez de Palmella, foi o da data de 13, em que, sem hesitação nem rebuço se annunciou como regente, titulo, *que de direito lhe pertencia* pelo artigo 92 da Carta Constitucional. Ora a Carta diz expressamente n'aquelle artigo, que a regencia pertencerá ao parente mais chegado do rei *segundo a ordem da successão*. Que tal foi então a logica de D. Pedro, que se deu por successor de sua filha? E como por tão boa logica creou um *direito publico novo*, dizendo desaffrontadamente, que *um pae succede ao filho ou á filha?*

Mas não admira que esta fosse a logica de D. Pedro, logica ambiciosa, e ambiciosa sem caracter, mas que tambem a fosse do marquez de Palmella é o que mais deve admirar, não a mim, que o tratei de perto, e o conheci a fundo!...

Entretanto os arautos que lhe proclamavam a regencia, e que ainda lhe preparavam *uma nova experiencia*, a da sua entrada em terras de Portugal, quando o chegasse a conseguir, diziam ufanos e em voz alta: — *Não queremos rei mulher!* Entre todos estes vociferadores dizia-se, que aquelle que gritava mais alto era *Manoel Gonçalves de Miranda!* homem que muito figurou entre nós. E apesar d'isto, nem elle nem os da sua *severa* opinião tiveram depois escrupulos de servirem *o rei mulher!* Esta os admittiu ao seu serviço como servos, que se alugam para todos os misteres...

Eu sempre me conservava em Londres. A expedição tinha sahido da Terceira, e com toda a felicidade tinha chegado á praia do Mindello no dia 8 de Julho, e alli desembarcou sem difficuldade: começando o desembarque ás tres horas da tarde, quando foi noite, já todas as tropas estavam em terra; e no dia 9 entraram no Porto. D. Pedro foi apear-se aos *paços do concelho* (1) *da Praça Nova!*

D'alli se foi recolher á casa que já lhe estava preparada, seguido por muito povo, que ia dando vivas á rainha D. Maria II, á Carta Constitucional e ao restaurador das liberdades portuguezas! Mas nem *um só viva* ao rei D. Pedro IV! vivas e acclamações, que seus *chamados amigos* lhe haviam promettido, dizendo-lhe, *que uma das suas botas*, como a do antigo rei da Suecia Carlos XII, bastava, uma vez que pisasse terra portugueza, para ser acclamado *novo rei* de Portugal! Acabaram porém lá todas as profecias da lisonja; e D. Pedro só cuidou, d'alli em diante, em se encostar *ao abrigo* da regencia; e foi unicamente o recurso, que restou ao proscripto do Brazil!...

Estavamos em Novembro do anno de 1832, quando chegou a Londres o conde de Saldanha, que ia tratar negocios particulares. Foi logo visitar o meu bom amigo Custodio Pereira de Carvalho, que o recebeu muito bem, já esquecido da tristissima figura, que havia feito no Porto, e a qual lhe havia quasi perdoado pela que depois tinha feito em França, parecendo-lhe sinceramente arrependido do mal que tinha praticado com tanto desdouro seu, e perigo para a liberdade.

Depois de concluir os seus negocios pediu-me muito que fosse com elle para Paris, porque alli estavam muitos amigos meus que me desejavam ver, e com particularidade José Aleixo Falcão. Eu muito desejava acompanhal-o, mas n'esse tempo os meus meios estavam muito diminutos, e não me atrevia a ir com elle. O meu amigo que o percebeu, disse-me logo que não hesitasse em o acompanhar, e que até me pedia que o fizesse, porque alli tinha dinheiro para fazer a viagem, e para tudo o mais que quizesse. Eu que lhe conhecia muito bem o coração e a sinceridade da sua offerta, acceitei sem difficuldade o seu favor, e parti com Saldanha para Paris: era isto nos fins de Novembro de 1832.

(Continuar-se-ha.)

(1) Foi apear-se aos *paços do concelho*, porque alli esperava a *ovação*, que lhe haviam prophetisado. Não foi porem tão feliz como o irmão no senado da camara de Lisboa!

ses com a Bessarabia, sabemol-o pelas noticias postaes, vindas hontem. É evidente, pois, que, de parte a parte, ha empenho de cortar ao inimigo as communicações com os pontos d'onde pódem abastecer-se de munições de guerra e de mantimentos, sobretudo. Mas d'ahi á realisação do plano vae a distancia que a consummação dos factos lhe interpõe.

Entretanto, a falta de noticias do exercito de Osman-Pachá, annunciada de Constantinopla ao *Times*, já não colhe contra a situação boa ou má d'aquelle exercito, porque já acima dissemos que havia tomado a offensiva em Selvi e porque no mesmo numero da folha britannica, era inserto, por outro lado, um telegramma de Constantinopla, o qual referindo-se a outro do general ottomano, dizia que um destacamento de circassianos, pertencentes ao exercito turco, enviado a um reconhecimento, derrotára dois esquadrões de cavallaria russa, e ao observar a chegada de reforços de infanteria voltára ao seu acampamento.

Quanto ao exercito de Mehemet-Ali, que se dissera (sem se haver confirmado) ter feito juncção com o de Suleyman, um telegramma d'aquelle general, datado de 19, annuncia um combate favoravel aos turcos em Yaghiseler.

Um telegramma de Bucharest annuncia em data de 20, que o principe Mirsky fôra nomeado commandante de todas as forças russas estabelecidas entre Tirnova e o desfiladeiro de Chipka, em substituição do general Gurko, que como já dissemos, fôra tomar o commando da guarda imperial. O duque de Leuchtemberg estava, com grandes forças russas, perto de Elena. Finalmente, segundo o mesmo telegramma, os russos occuparam posições entre Loftcha ou Lowatz e Silvi; e dois monitores turcos estavam bombardeando Kalarash, juntamente com os fortes de Silistria.

Uma corespondencia dirigida de Sistova ao «*Daily News*» dá circumstanciada conta dos acontecimentos que determinaram a retirada das forças que até ha pouco estiveram sob o commando do general Gurko.»

Madrid, 26. — Segunda feira larga para o Oriente a corveta de guerra hespanhola *Maria Molina*.

Vienna, 26. — Consta que em Andrinopolis ha mais de 10:000 mulheres e creanças com fome.

Constantinopla, 26. — Está confirmada a victoria de Mehemet-Ali em Eski-Djurna. Sabe-se que Suleyman-Pachá vae atacar de novo o desfiladeiro de Opda. Os exercitos ottomanos no Danubio vão tomar a offensiva em todas as partes.

Londres, 26. — O *Daily Telegraph* insere um telegramma de Belgrado, annunciando que a Servia vae mobilisar 50:000 homens.

Gambetta nos tribunaes. — Por noticias de Paris consta a importante noticia de que o conselho de ministros resolvera entregar Gambetta aos tribunaes, pelos discursos que pronunciára em Lille, atacando Mac-Mahon.

Chegada. — Do Porto communicam o seguinte ao *Diario de Noticias*:

Porto, 26, ás 10 h. e 45 m. da m. — Acaba de chegar el-rei. Era esperado na estação de Campanhã pela rainha, principes, bispo, camara municipal, auctoridades civis e militares, titulares e outras pessoas. O prestito compunha-se de mais de 130 carruagens. N'um carro adiante do da familia real iam os dois rapazes que el-rei trouxe de Vidago para os mandar educar em Lisboa. A recepção foi brilhantissima. As ruas do transito, com especialidade as do Heroismo, Entre-Paredes, Batalha, Santo Antonio, praça de D. Pedro e Clerigos, estão vistosamente adornadas; o povo n'ellas apinhoado. Em Campanhã fazia a guarda de honra infanteria 10.

Porto, 26, ás 7 h. e 55 m. da t. — A familia real foi de manhã ouvir missa á capella de Carlos Alberto, situada no palacio de crystal. De tarde não saiu. Logo vae ao theatro do Principe Real assistir a um espectaculo dado por amadores em beneficio da associação de soccorros Maria Pia. Os edificios publicos e muitos particulares estão illuminados. No edificio da camara ha illuminação a gaz.

Fallecimento. — O sr. Joaquim Pedro Nogueira, estabelecido no hotel Mondego, na Figueira, teve a infelicidade de lhe fallecer sua esposa a sr.ª D. Carolina de Jesus Nogueira, apesar de todos os meios que empregou para a salvar. A fallecida estava n'uma casa pertencente á companhia edificadora no bairro de Santa Catharina, e foi enterrada no cemiterio de Buarcos.

Damos os sentimentos ao sr. Nogueira pela grande perda que acaba de soffrer.

Casa Lisbonense. — Chamâmos a attenção dos nossos leitores para o annuncio da Casa Lisbonense, que vae no logar competente d'este jornal.

Despachos. — Acabamos de saber, que por decreto de 11 do corrente foi nomeado administrador do concelho de Coimbra o sr. bacharel Manoel José da Cunha Novaes Junior, que já hoje tomou posse do seu cargo.

Egualmente nos consta que foram nomeados novos administradores para os concelhos da Louzã, Mira e Oliveira do Hospital.

Esperam-se brevemente mais algumas alterações administrativas.

Passagem. — Chegaram hoje á estação d'esta cidade, de passagem para Lisboa, sua magestade el-rei, sua magestade a rainha, o principe real e o infante.

Eram alli esperados por todas as auctoridades, força militar, e um numeroso concurso de cidadãos de todas as classes.

ANNUNCIOS

Venda de casas

1 VENDE-SE a casa sita na rua das Fangas, com os n.os 60 e 62.

Quem a desejar póde dirigir-se á mesma rua n.º 61, onde se trata do ajuste.

CASA LISBONENSE

96 - RUA DO VISCONDE DA LUZ - 100

COIMBRA

Liquidação da estação de verão durante o mez de Setembro

2 FAZENDAS claras de lã para vestido. Chapeus de novidade para senhoras.

Saldo de córtes de vestido em caixa, para campo e praia, que liquidâmos por 7 e 8 mil réis.

Saias de precale para campo e praia que liquidâmos baratas.

Grande saldo de chitas muito finas, e desenhos modernos, que vendemos por 135 réis o metro, e 90 réis o covado.

Sombrinhas modernas para campo e praia, que liquidâmos baratas; e muitos mais artigos.

CONCURSO

3 A CAMARA MUNICIPAL do concelho de Soure abre concurso por espaço de trinta dias, a contar da publicação do presente annuncio no *Diario do Governo*, para o provimento do partido de medicina, vago pela exoneração concedida ao bacharel Leonel Ferreira da Portella, com o ordenado annual de 280$000 réis e o rendimento de uma porção de terreno (tres peões e doze quinhões ou vassadouros) no campo da Velha, sujeito a uma tabella fixa e mais condições com que foi creado o partido.

Os concorrentes devem ter formatura em medicina pela Universidade de Coimbra, e apresentarão seus documentos, dentro do referido prazo, na secretaria da camara, onde desde já estão patentes as demais condições.

Soure, 20 de Agosto de 1877.

O presidente da camara
José Francisco Rodrigues.

Explicação e agradecimento

4 TENDO LIDO no jornal a *Correspondencia de Coimbra*, n.º 66, uma noticia, que diz respeito á minha humilde pessoa, referindo-se á festividade, que mandei celebrar á veneranda imagem do Senhor dos Passos da Graça, d'esta cidade, tenho a dizer o seguinte:

Pouco ou nada informado esteve o redactor de mim, ou dos promenores que me forçaram ao cumprimento de minha promessa: mas para rectificar a noticia, e esclarecimento da verdade, é necessario vir ás columnas do seu acreditado jornal, relatar os factos tal qual elles são.

Em quanto a eu estar pelo espaço de doze annos afastado da minha terra natal, é verdade...; mas sim só forçado pelo espaço de tres annos, e os restantes vivendo no commercio, com honra, e liberdade, como qualquer cidadão.

Eu justa, ou injustamente, fui forçado por tres annos, os quaes cumpri sempre, idolatrado por aquelles, que me conheceram; e os restantes nove annos, com as utilidades civis d'outro qualquer cidadão; e com a minha costumada honradez, negociei na costa do Zaire, onde em viagem para o cabo de Palmas, a bordo do paquete inglez, naufraguei.

Lembrando-me da veneranda imagem, fiz e cumpri, esta promessa, a *festividade*.

Já vê o sr. redactor que não foi o cumprimento do degredo; tanto que agora deveria cumprir outra promessa, por essa praxe; visto eu voltar outra vez para lá.

E ao correr da penna, aproveito a occasião para agradecer do fundo d'alma, ás pessoas que tanto me obsequiaram com os seus serviços, para o maior explendor, especificando o revm.º sr. padre Ricardo da Silva, encarregado do culto ecclesiastico, e aos seus acolitos dr. Bernardino Pinto e padre Luiz José Maria de Almeida, e mestre de cerimonias dr. Antonio Coelho, e padre Joaquim dos Santos Gonçalves, e ao revm.º sr. prior de Santa Cruz, pela promptidão, com que prestou todos os necessarios, que estavam ao seu alcance, e a todas as outras pessoas, notando os fogueteiros todos d'esta cidade, que me obsequiaram com seus brindes na vespera; ás quaes pessoas juro eterna gratidão.

Coimbra 2 de Agosto de 1877.

José da Silva Martins.

LECCIONISTA DE MATHEMATICA ELEMENTAR

(1.ª E 2.ª PARTE)

5 A. IGNACIO SIMÕES, continua a leccionar estas disciplinas.

Arco d'Almedina, n.º 20

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

6 RECEBEM-SE requerimentos para os logares de praticantes de enfermaria, d'ambos os sexos.

Administração do hospitaes da Universidade de Coimbra 20 de Agosto de 1877.

O administrador
Costa Simões.

7 A ANTIGA LUVEIRA, que todos os annos costuma vir á feira de S. Bartholomeu, tambem já alli se acha em uma das barracas do lado do rio, proximo ás barracas dos linheiros de Guimarães.

N. B. — Tem algumas luvas com algum defeito, para vender a 300 e 360 réis.

EM COIMBRA

8 PRETENDE-SE ALUGAR para o proximo anno de 1877-78 uma casa pequena situada n'esta cidade, mas perto do lyceu, ou nos Arcos do Jardim, proximidades, ou nas immediações do Seminario. Tambem serve um andar d'uma casa que tenha uma sala, dois quartos, e cozinha. N'esta redacção se aceitam informações e propostas.

Monte-pio Conimbricense

9 É CONVOCADA a assembleia geral para no dia 2 de Setembro, pelas 10 horas da manhã, se reunir na casa da Associação Commercial d'esta cidade.

Ordem do dia.

1.º Leitura do parecer da commissão que foi nomeada para examinar as contas.

2.º Proceder ás eleições para a gerencia do novo anno economico de 1877-1878.

Coimbra, 28 de Agosto de 1877.

O secretario servindo de presidente da assembleia geral,
A. J. Gonçalves da Cunha.

Bom vinho de Torres Novas

10 BRANCO, ao quartilho.....30 réis.
Tinto « « .....40 «

No antigo estabelecimento de João do Estanco, que passou a Miguel Rodrigues, rua das Solas, n.º 7 — Coimbra.

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

11 DESDE O DIA 26 do corrente até 25 do proximo mez de Setembro está aberto o cofre d'estes hospitaes para cobrança dos fóros em divida. Findo este prazo proceder-se-ha contra os devedores na conformidade das disposições do regulamento geral da administração da fazenda publica de 4 de Janeiro de 1870.

E para que chegue ao conhecimento de todos se mandou publicar este em todos os jornaes d'esta cidade.

Administração dos hospitaes da Universidade de Coimbra, 17 de Agosto de 1877.

O administrador
Costa Simões.

VENDA DE PROPRIEDADE

12 D. MARIA FRANCISCA DE SOUSA TAVARES, e irmã, solteiras, residentes na Figueira da Foz, annunciam a venda da sua quinta do Martilongo, proximo a Verride, que se compõe de casa de habitação, adega, celleiro, curraes, palheiro, cavalhariças, eira, terra de semeadura de trigo e milho, arvores de fructo e olival. Tem agua nativa e póde regar se parte do terreno. Paga de fôro ao visconde da Bahia 30 alqueires de milho e $^{3}/_{4}$ de trigo. Quem as pretender dirija-se ás annunciantes.

13 V. PINTO BASTO & PLACIDOS, respondem ás reclamações que lhes tem sido feitas por parte de muitos seus consumidores, em Coimbra e outros pontos do reino, que só podem garantir os tabacos da sua fabrica — *Fidelidade Portuense* — que forem vendidos nos seus depositos, no Porto, e declaram que os *Cigarros Havanos*, de que especialmente se queixam, não são da sua fabrica, mas *sim imitações* produzidas por outras fabricas.

Procurem, pois, os srs. consumidores os nossos tabacos em casas de confiança e incapazes de praticarem os muitos abusos e falsificações, que se fazem com os tabacos da Fabrica Fidelidade Portuense.

Porto, 14 de Agosto de 1877.

V. Pinto Basto & Placidos.

RAPAZ

14 PRECISA-SE d'um que queira aprender a arte typographica. N'esta redacção se diz.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno.......... 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno.......... 3$460
Por semestre.......... 1$600	Correspondencia por linha 30 reis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre.......... 1$730
Por trimestre.......... 800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre.......... 865

Numero 3140 | Sabbado 1 de Setembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Se alguem duvidasse do que é capaz a actual camara municipal de Coimbra, não tinha mais do que chegar ao fundo da praça do Commercio d'esta cidade, e ver o que ahi se está a praticar.

Incendiara-se um grande predio á entrada da rua dos Sapateiros, local estreitissimo, e que se torna altamente incommodo pela grande passagem de povo e vehiculos que alli ha constantemente.

E' tão estreita a rua n'aquella parte, que a muito custo passa um carro. Na occasião das procissões da Cinza e do Senhor dos Passos, é muito difficil fazer alli passar os andores.

Finalmente, escusamos de fallar d'aquella parte da cidade, porque é bem conhecida.

Um proprietario comprou o terreno das casas incendiadas, e actualmente está alli a edificar um grande predio.

Não havia ninguem de boa fé que não esperasse, que fosse agora mandada recuar a frente, para tornar menos difficil a passagem; aproveitando-se assim uma occasião muito apropriada, em logar de um dia se ver a camara obrigada a pagar grandes expropriações.

Quem assim pensava é porque não conhecia a nossa camara municipal; e agora se vae desenganar, vendo edificar o predio no mesmo local, e até de um dos lados saindo um cunhal para fóra do que existia!

E não é unico este facto n'aquella rua. Já em tempo a camara consentiu exactamente ao mesmo proprietario, o edificar umas casas na rua dos Sapateiros, sem as fazer recuar quanto era preciso. Essas casas ficam por traz das do sr. commendador Manoel dos Santos Junior; e semelhante edificação tornará no futuro muito mais difficil o alargamento da rua por aquelle lado.

Reclamámos e protestámos então, mas tudo foi inutil.

Agora para que melhor se possa avaliar e conhecer o alcance do procedimento da camara diremos que, em quanto se consente que se faça uma tal edificação á entrada da rua dos Sapateiros, com gravissimo incommodo do publico; a mesma camara mandou intimar o sr. João Alves de Aveiro, para recuar o predio que está edificando ao fundo da rua da Fornalhinha, em frente para o largo do mesmo nome.

Assim, permitte-se uma edificação, sem recuar, em um sitio apertadissimo, e de um transito immenso; e manda-se recuar um predio n'um sitio largo, e de insignificantissima passagem!

Ajuize quem quizer dos fins que se têm em mira com estes factos revoltantes.

Vamos, senhores! Aproximam-se as eleições camararias e é mister saltar por cima de todas as considerações: é necessario fazer todas as vontades, embora seja á custa da commodidade do publico!

Este grande desaforo não é mais do que a repetição d'aquillo que se está praticando em todo o concelho.

Em regra não se encontra um eleitor, que reconheça que a camara deve ser reeleita pelos seus merecimentos.

Diz um: Livraram-me um filho do recrutamento, sem haver motivo legal para ser isento; e eu não posso deixar de votar em quem interveio para se me fazer esse favor, que foi prejudicar alguem, mas que a mim me utilisou.

Acrescenta outro: Fizeram vir a estrada para a proximidade da minha propriedade e adega, porque assim me convinha, não obstante com isso ser prejudicado o povo.

Vem outro e diz: Consentiram que eu levantasse o meu predio sem o recuar: perdem com isso os transeuntes, mas ganho eu.

Apparece outro dizendo: Não quero que se edifique nenhuma casa em frente da minha propriedade: é isso o que me interessa, e o que me prometem.

Diz mais outro: Fui classificado em ultimo logar n'um concurso, e comtudo fizeram com que eu fosse despachado, preterindo todos os que eram mais habilitados.

Segue-se outro dizendo: A camara tem um pessoal tão numeroso, que metade já seria de mais para bem satisfazer ás necessidades do municipio; mas nomearam-me apontador, vigia, ou outra qualquer entidade, com o que me obsequiaram, embora com prejuizo das rendas do concelho.

Prosegue outro dizendo: Abafaram as multas ao meu gado pela infracção das posturas; e estou nas circumstancias, se votar contra a camara, de me poderem exigir essas e outras multas.

Diz outro: Consegui que fosse construida uma ponte para minha commodidade pessoal, desprezando-se a utilidade publica, que a exigia n'outro sitio; e eu não hei de ser ingrato com a parcialidade a quem devo esse favor.

Vem outro e diz: E' verdade tudo o que se allega relativamente á vereação; mas receio as vinganças d'esta gente, porque pela experiencia minha e alheia sei do que são capazes.

Em fim seria nunca acabar se quizessemos indicar todos os torpissimos meios, os ajustes, as transacções, tudo de que se tem lançado mão para manter n'este concelho o poderio dos mandões politicos — tudo o que desde muito tempo se tem feito para conservar por mais dois annos a camara que ahi existe!

Andem! Aproveitem-se emquanto é tempo!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Vamos continuar a cumprir o nosso dever, mostrando qual o desleixo que ha em muitos dos nossos tribunaes e secretarias.

Em o numero passado occupámo-nos do supremo tribunal administrativo. Hoje caberá a sua vez ao tribunal de contas.

No *Diario do Governo* de 27 de Agosto findo, vem o accordão do tribunal de contas, relativo ao processo do julgamento da conta da camara municipal do concelho de Torres Vedras, no periodo desde 1 de Julho de 1871 a 30 de Junho de 1872.

Decorreu o segundo semestre de 1872; seguiram-se os annos de 1873, 1874, 1875 e 1876, e ainda o primeiro semestre de 1877; e no dia 30 de Junho d'este anno, depois de *laboriosos* estudos, investigações e exames, saiu-se o tribunal de contas declarando — que sendo inferior a 10:000$000 réis a receita computada no orçamento, excluidos os saldos, receitas extraordinarias e dividas activas, não competia áquelle

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXXVIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Chegados a Dover, Saldanha sentiu-se um pouco incommodado, e pediu-me que fosse para diante para socegar sua mulher que o esperava, porque elle queria descançar alli um ou dois dias. Assim o fiz, dei as desculpas, que me pareceram plausiveis á condessa para a socegar, e fui immediatamente apresentar-me á policia, onde disse que vinha de Londres com Saldanha, mas que elle por algum incommodo tinha ficado em Dover, e não tardaria muito em chegar.

O nome de Saldanha foi para mim o mais legal passaporte que podia levar, porque logo me disseram que eu devia ter subsidios como os mais portuguezes. Apesar de lhes dizer que não vinha residir em França, e só tinha vindo para acompanhar o meu amigo general Saldanha, responderam-me, que isso não importava, e que o meu nome alli ficava na lista dos emigrados. O caso foi que assim succedeu, porque me pagaram, sem eu o solicitar, subsidios pelo tempo que residi em Paris.

Os francezes trataram-nos com bizarria, e generosidade pasmosa; porque até nas diligencias pagavamos muito menos do que os nacionaes, e os outros estrangeiros. Não fomos assim hospedados pelo egoismo e mesquinhez do governo inglez; porque, mentindo, em dizerem que os portuguezes eram os seus melhores amigos e alliados, nunca nos deram um só real, antes ganharam comnosco, porque ficaram com aquillo que lá gastámos.

Eu fiquei alojado em casa do meu amigo Ailland, que morava no Quai Voltaire, que logo me convidou para ir estar com elle, e comecei a viver muito bem em Paris, onde já duas vezes tinha estado, e bem conhecia. Visitei todos os amigos, e com especialidade Manoel Alves do Rio, e José Aleixo Falcão, com quem ia frequentemente jantar. Saldanha chegou a Paris passados dois dias, e o seu incommodo que parecia ligeiro, tornou-se mui grave.

N'este tempo porém começavam a correr noticias do Porto pouco favoraveis; e a ultima, que deu a saber o desastre de *Souto Redondo*, fez grande impressão nos emigrados. Nem D. Pedro, nem algum dos militares, que estavam com elle, mostravam aptidão: havia sim valor e dedicação na tropa, e povo da cidade, porém não havia quem soubesse dirigir, como convinha, as operações militares.

Esta falta chegou emfim a conhecer não só o duque de Bragança, mas os seus conselheiros, porque vendo que nada faziam, nem cousa alguma conseguiam com a gente que tinham a seu lado, sahiram emfim com a portaria de 3 de Novembro d'este anno, pela qual se mandavam chamar para o Porto todos os officiaes emigrados, que ainda se achavam espalhados pela Europa.

Não se chamava alguem em particular, foi um convite *geral*, e era uma medida forçada, porque tambem era a consequencia do *grito* do exercito libertador, unido ás vozes do povo. Mas para que n'esta medida não deixasse de apparecer um resto d'essa mesquinha vingança de D. Pedro, um só individuo foi excluido d'este chamamento; e o individuo excluido foi o coronel Rodrigo Pinto Pizarro por uma nova portaria da mesma data de 3 de Novembro, e assignada por Agostinho José Freire!

Saldanha tanto que teve noticia d'esta portaria, pareceu ganhar forças e começar a melhorar de repente da grave enfermidade que soffria, e preparou-se logo para ser dos primeiros que partissem para o Porto. O meu bom amigo Custodio Pereira de Carvalho, que estava em Londres, mal teve a noticia da portaria, escreveu-me logo para Paris dizendo-me que participasse a Saldanha, que era preciso que partisse sem se demorar um momento, e que para a sua viagem tinha prompto todo o di-

tribunal o julgamento da referida conta, pelo que mandavam que o processo fosse devolvido ao respectivo governador civil, para os devidos effeitos!

Foram necessarios nada menos de 5 annos, unicamente para o tribunal de contas *resolver*, que *não podia resolver* aquelle processo!!!

Convém que o povo saiba a applicação que têm as suas contribuições. E' necessario que fique avaliando o emprego que tem o dinheiro, que tanto lhe custa a agenciar, para ser entregue a quem dá tal expediente aos negocios publicos!

E' pasmosa a relaxação, a inercia e a indolencia, que ha na maior parte das repartições do estado!

Ao menos saiba o publico o que por ahi vae, já que lhe não vemos remedio.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso amigo o sr. Annibal Pippa Fernandes Thomaz, da Louzã, acaba de fazer imprimir a *segunda serie* das suas *Cartas Bibliographicas*. A edição foi apenas de 100 exemplares, e não se expõe á venda.

Fomos obsequiados pelo seu esclarecido auctor com um exemplar, que muito agradecemos e apreciámos.

Consta esta segunda serie de 7 cartas, todas muito curiosas e de muito interesse para a bibliographia.

Uma das cousas que mais chamou a nossa attenção foi o facto que se dá com respeito á *Benedictina Lusitana* do illustre conimbricense Fr. Leão de S. Thomaz.

Esta chronica religiosa consta, como é sabido, de dois volumes, ambos impressos em Coimbra. O primeiro foi na imprensa de Diogo Gomes de Loureiro em 1644, e o segundo na imprensa de Manoel de Carvalho em 1651.

Em os nossos *Apontamentos para a historia da imprensa em Coimbra*, que publicámos em uma extensa serie de folhetins no *Conimbricense*, nos annos de 1867 e 1868, demos conta da impressão da *Benedictina Lusitana*, quando nos occupámos dos mencionados impressores.

Achámos, segundo os exemplares de que nos servimos, que o primeiro volume, impresso por Diogo Gomes de Loureiro em 1644, era dedicado por Fr. Leão de S. Thomaz a el-rei D. João IV; e que o segundo volume, impresso por Manoel de Carvalho em 1651, era offerecido a S. Bento.

Agora, porém, segundo as informações do sr. Fernandes Thomaz, em vista dos differentes exemplares que possue se reconhece, que depois de impressos os volumes, houve alteração nos frontespicios de alguns exemplares, por quanto se acha que n'uns a dedicatoria é tanto no primeiro como no segundo volume dirigida a D. João IV, e n'outros é em ambos os volumes dirigida a S. Bento.

As alterações não se notam senão no frontespicio e nas folhas preliminares; em tudo o mais são eguaes.

Porque se fez e quando foi feita esta variante? Foi a alteração feita em ambos os volumes ao mesmo tempo ou por duas vezes?

Qual seria a causa que levaria Fr. Leão de S. Thomaz a dedicar a sua *Benedictina Lusitana* de uma vez a D. João IV, e de outra a S. Bento?

Não o sabemos. Se por acaso o primeiro volume fosse impresso antes da restauração do reino em 1640, entendia-se que fosse dedicado a S. Bento, e que o segundo fosse dedicado a D. João IV depois da sua acclamação. Mas ambos os volumes foram impressos depois da restauração do reino; e por isso não podemos explicar o facto.

E quando foi feita a alteração no frontespicio e dedicatoria? Foi em ambos os volumes ao mesmo tempo; ou em épochas diversas?

O impressor Diogo Gomes de Loureiro falleceu no principio do anno de 1650, e é por isso que o segundo volume foi impresso por Manoel de Carvalho em 1651.

Logo, havendo sido o primeiro volume impresso por Diogo Gomes de Loureiro em 1644, segue-se que o novo frontespicio d'esse volume deve ter sido feito antes do seu fallecimento em 1650.

E', porém, possivel que se tenha dado a circumstancia de que o impressor Manoel de Carvalho, que imprimiu o segundo volume em 1651, haja posteriormente feito o novo frontespicio, não só para esse volume, mas até para o primeiro, pondo n'este o nome do impressor Diogo Gomes de Loureiro, embora a alteração em ambos os volumes fosse toda feita na sua imprensa.

Mas temos ainda outra duvida que mais vem embaraçar este caso.

O impressor Manoel de Carvalho imprimiu o segundo volume da *Benedictina Lusitana* no anno de 1651. Porém Fr. Leão de S. Thomaz falleceu em 6 de Junho d'esse mesmo anno de 1651; o que nos leva a suppor que parte da edição do segundo volume, que é em folio de XII - 519 paginas, fosse feita já depois do auctor haver fallecido.

Como é, portanto, que Fr. Leão de S. Thomaz, o qual havia fallecido em 6 de Junho do anno em que se imprimiu o segundo volume da *Benedictina Lusitana*, poude posteriormente fazer-lhe alterar a dedicatoria e parte das folhas preliminares?

Seria algum outro que depois do seu fallecimento fizesse essa alteração? Mas como, se ambas as dedicatorias estão assignadas por elle?

Deixamos essas duvidas a quem possa resolvel-as.

O sr. Fernandes Thomaz embellezou as suas *Cartas Bibliographicas* com o retrato de Fr. Leão de S. Thomaz, muito bem gravado em Lisboa pelo sr. J. Ribeiro, filho do fallecido e acreditado pintor Christino.

O retrato de Fr. Leão de S. Thomaz está na sala das conferencias da imprensa da Universidade. O nosso amigo o sr. Seabra de Albuquerque fez em tempo tirar varias copias photographicas d'este apreciavel retrato, de que nos fez obsequio de offerecer um exemplar, que possuimos. Uma d'essas photographias é que agora serviu para se fazer a gravura em Lisboa.

Egualmente o sr. Fernandes Thomaz mandou tirar pelo processo da heliogravura, o *fac-simile* do frontespicio de um *Flos sanctorum* rarissimo, impresso em Lisboa por João Pedro Bonhomini em 1513, de que possue um exemplar.

A heliogravura está sendo um magnifico auxiliar para estas investigações.

Tambem nas *Cartas Bibliographicas* vem reproduzido um valioso manuscripto, contendo as instrucções dadas por el-rei D. Manoel a sua filha D. Beatriz, quando foi em 9 de Agosto de 1521 para casar com o duque de Saboya, Carlos III.

O original existe actualmente em Turim, no archivo geral do reino de Italia, onde o conde de Alte, quando alli se achava na qualidade de nosso ministro junto do rei Victor Manoel, fez em 1856 tirar uma copia photographica das alludidas instrucções, cujos exemplares foram distribuidos de presente por algumas pessoas das relações do referido diplomata.

O exemplar que possue o sr. Fernandes Thomaz foi adquirido no leilão da bibliotheca do conde de Lavradio.

Falta-nos o espaço para nos continuarmos a occupar das interessantes *Cartas Bibliographicas*; mas esperamos ainda voltar ao assumpto.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Abaixo publicamos um communicado que nos enviou um nosso estimavel amigo do concelho de Villa Nova de Ourem.

Por elle se vê os attentados que n'aquelle concelho se têm commettido, sem que o respectivo administrador faça a menor diligencia para lhes obstar, ou ao menos para fazer punir os criminosos.

O logar de administrador do concelho não é um beneficio simples. A auctoridade tem mais alguma cousa que fazer do que receber o ordenado.

Chamamos a attenção do sr. ministro do reino e do sr. governador civil de Santarem para o estado da segurança publica no mencionado concelho.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Villa Nova d'Ourem, 28 de Agosto de 1877. — São já conhecidos do publico os attentados commettidos contra a ordem na romaria de Rio de Couros na noite de 14 para 15 do corrente. O *Progresso* já fallou d'elles.

No tempo em que n'este concelho havia administradores, mantinham elles a segurança com a sua presença, acompanhados de força militar e cabos de policia, e d'alli não saiam sem terminar a funcção e se levantar o arraial.

Hoje o sr. Gregorio José Ribeiro de Freitas não quer saber d'isso, nem alli foi, nem se fez representar, nem providenciar cousa alguma.

Um bando de maltezes, muito conhecidos do sr. Gregorio, insultaram e espancaram alli os cidadãos pacificos, quebraram os tabuleiros e commetteram toda a qualidade de attentados contra as mulheres na presença dos maridos, e contra as filhas no meio das proprias familias.

No domingo, 26, na feira das Cavarias, a rapaziada fina fez proezas, atropellou o povo com os cavallos, e espancou individuos indefensivos, um dos quaes lá ficou estendido, e poucos dias sobrevivirá, se o seu estado ainda se póde chamar viver.

E o que fez o sr. Gregorio? Come tranquillamente até á meia noite, e deixa correr.

Bem empregados oitocentos mil réis, que o concelho paga ao pessoal da administração!

Não tem o chefe do districto conhecimento do que por aqui se passa?

Será para viver á mercê da força bruta e da immoralidade, que este concelho contribue para os cofres do estado com mais de trinta contos de réis?

Chamamos a attenção do nobre marquez d'Avila e de Bolama para este concelho.

Um amigo da ordem.

---

nheiro de que precisasse. E depois accrescentava, que eu *infallivelmente* o havia de acompanhar; e que para mim tambem tudo estava prompto, e nada me havia de faltar em qualquer parte em que estivesse.

Ora eis-me outra vez mettido em vesperas de uma expedição arriscada como aquella em que estive a ponto de entrar na empresa do general hespanhol Mina! Mas que devia eu fazer quando me tinha votado já ao serviço da liberdade, e serviço, que um amigo, como Custodio Pereira de Carvalho, me pedia que não desamparasse? Não me neguei a elle, e dispuz-me a acompanhar Saldanha.

Entretanto D. Pedro que via que não se podia escapar á influencia dos novos officiaes, que naturalmente haviam de correr ao Porto, e com especialidade á do general Saldanha, procurou neutralisal-a, ou pelo menos diminuil-a, procurando um *general estrangeiro*, que fosse dirigir as operações militares. Procurou-se em França, e se bateram a muitas portas, mas não havia general de nome, que quizesse acceitar o convite, e expor-se a perder as vantagens que tinha na sua patria.

Achou-se emfim um *subalterno*, d'esses muitos, que havia em França, e que só tinham por si o terem servido sem nota nem deshonra militar; o qual foi *Solignac*, que já tinha estado em Portugal na expedição de Junot. O que se procurou logo foi que apparecesse no Porto antes de lá chegar algum dos nossos, e com particularidade Saldanha.

Eu, e Saldanha, que tambem muito desejava que o acompanhasse, estavamos já em vesperas de partir, quando elle teve a renovação da offerta de um grande soccorro que se nos offerecia em Paris para ir para o Porto. Esta offerta foi feita por um chamado Mr. *Herertauld*, que se dizia intimamente ligado com o duque de Orleans, e o marechal Soult, e consistia em um emprestimo de 50 milhões, e de *dez mil homens*, tanto de infanteria como de cavallaria, os quaes se promettia fazer sahir para o Porto dentro de 30 dias depois da assignatura do contracto. Porém por mais diligencias que fez Saldanha não poude conseguir que fosse aceite pelos agentes de D. Pedro que tinha em França e Inglaterra, que eram em Paris D. Francisco d'Almeida, e em Londres a esse tempo o marquez de Palmella.

N'esta offerta andavam ainda envoltos os projectos de Luiz Filippe para nos desligar de Inglaterra, e unirmo-nos a elle; porque como acabo de referir, quem a fazia era um homem ligado com o duque de Orleans, e o marechal Soult. Porém D. Pedro continuava sempre a andar enfeitiçado com a politica ingleza, e engolia, sem nausea nem difficuldade, todas as injurias que d'ella recebia.

O tal Mr. Herertauld ainda veiu apresentar a sua offerta a Saldanha antes de partirmos para o Porto, para que lá a apresentasse a D. Pedro, pedindo-lhe que fizesse com que ella fosse tambem assignada por alguns portuguezes, que servissem como de testemunhas, e procuradores da mesma offerta.

As pessoas que a assignaram em Paris foram o conde de Saldanha, Margiochi, Solano Constancio, Leonel Tavares, e eu que escrevo estas linhas. Com o contracto foi a offerta com effeito apresentada a D. Pedro, mas foi rejeitada não só por ser franceza, mas pelas assignaturas que tinha, e mais que tudo porque se não queria dinheiro senão de *Mendizabal*, que quando o dava, dizia-se, não sei se com verdade, que deixava as *mãos untadas*. O que era *Mendizabal*, e o resultado dos seus emprestimos, mui claramente se veiu a conhecer, e bem á nossa custa...

No dia 1.º de Janeiro do anno de 1833 sahimos de Paris para Londres, dia mui brusco e em que fomos encontrar muita neve no caminho até Calais. Chegados a Londres com felicidade, achámos um dia bellissimo com sol e atmosphera mui limpa. O meu bom amigo Custodio Pereira veiu logo ter comnosco ao hotel em que pousámos, e depois de nos desejar boa viagem nos forneceu com generosidade *amplissima* tudo o que precisavamos para a fazer com toda a commodidade. Eu ainda tive mais uma prova d'esta sua generosidade, porque me deu uma ordem para o Porto para alli receber quanto mais precisasse. Era este o seu generoso costume: nunca me deu ordens *limitadas*, quer estivesse em França, quer em Hespanha, quer em Portugal! sempre eram para quanto eu precisasse, ou quizesse!

(Continuar-se-ha.)

O JOGO

Illustrado confrade. — Fallou ultimamente o meu amigo, no seu *Conimbricense*, acêrca do escandalo com que se joga, sobretudo nas praias do mar, aonde vão de proposito estabelecer tabolagem muitos jogadores de profissão.

Dias depois de ler o seu *Conimbricense*, e abrindo casualmente o nosso *Francisco de Sá de Miranda*, achei-me de frente com estas estrophes que lhe transcrevo:

«Jogareis, ó gente cega!
«Sempre o jogo foi defezo;
«Que tem todo o dia prezo
«O triste, que n'elle emprega
«O seu tempo todo em pezo.

«E desde o grou té á folosa,
«Homens de séiscentas cores
«Só no jogo não têm grosa,
«Conversação perigosa,
«Missa d'arrenegadores.

«Mal sem emenda é o jogo,
«Entre seus males maiores,
«Um rei de grandes louvores
«Mandou que puzessem fogo
«A casa e aos jogadores.

«Das leis antigas imigo,
«Desprezador das modernas,
«Continuador do perigo,
«Penas sempre aqui comsigo,
«Vae caminho das eternas.»

Acham-se estas estrophes na *Carta segunda*, endereçada a Antonio Pereira, senhor de Basto — um dos intimos de Francisco de Sá de Miranda, nos seus convivios da casa e quinta da *Tapada*, proxima do incendiado mosteiro benedictino de *Rendufe*, em 29 de Julho findo.

São as estrophes XXXVII, XXXVIII, XXXIX e XL — carmes altamente sentenciosos, como costumam ser os d'este filho egregio de Coimbra, de que nós temos a ossada veneranda em terras do nosso districto de Braga, na egreja de *S. Martinho de Carrazedo*, no concelho de Amares — egreja do antigo concelho d'*Entre Homem e Cavado*.

Alli está esta ossada com a de seus cunhados, e com a de sua mulher *D. Briolanja d'Azevedo*, filha de Francisco Machado, senhor da Louzã — a que herdaram com Villarinho e Pedregal os senhores d'*Entre Homem e Cávado*, em virtude do casamento de D. Ignez de Goes com Pedro Machado.

Faço-lhe menção d'esta circumstancia, para despertar em nosso amigo *Annibal Fernandes Thomaz*, ornamento litterario da Louzã, a curiosidade d'esmiuçar alli algumas particularidades a este respeito, de modo a ampliar estas noticias genealogicas: — noticias, em que se allia em certo ponto, o que diz respeito á familia do nosso *Francisco de Sá de Miranda*. Digne-se communicar-lhe isto.

Far-lhe-hei menção tambem aqui, em elucidação da estrophe XXXIX do nosso *Séneca Portuguez*, do trecho correlativo do nosso *Garcia de Resende*, na *Chronica d'el-rei D. João II*, cap. CX:

«N'este anno de 1490, estando el-rei em Evora, antes da vinda da princeza, lhe foi dicto que em Lisboa, em casa d'um cavalleiro que se chamava *Diogo Pires do Pé*, e vivia juncto da Praça da Palha, se jogavam dados e outros jogos, com que Deus era desservido e seu santo nome renegado, e o de Nossa Senhora e dos Santos — blasphemados. — E como el-rei era mui catholico, devoto, e amigo de Deus, por atalhar e evitar tamanho mal, e por castigo do que nas dictas casas se fazia, pelo mesmo caso na metade do dia, com pregão de justiça, as mandou queimar no *primeiro dia* de Junho do dicto anno. — Do que na cidade foi grande espanto; e alguns homens, que em suas casas tinham jogos e tabolagens, com muito grande receio se tiraram logo d'isso».

A quem houver um dia d'annotar o nosso *Francisco de Sá de Miranda*, não será de certo desacceita esta minha indicação. — Nem o será tambem do meu amigo, que sem duvida não deixará de voltar de novo ao assumpto do jogo: — e poderá lembrar aos leitores do *Conimbricense*, como é que n'outros tempos se castigavam com severidade os jogadores de profissão.

Se o meu amigo quizer, transcreva tambem os bellos trechos do nosso *padre Antonio Vieira*, ornamento da companhia de Jesus, em relação ao mesmo assumpto do jogo. — Achal-os-ha nos *Sermões*, tom. VIII, *Sermão* V, especialmente no cap. II, pag. 253 a pag. 256.

Disponha sempre do que se assigna
Confrade respeitador

Braga, 20 de Agosto de 1877.

PEREIRA-CALDAS.

COMMUNICADOS

(Continuado do n.º 3138)

Vinte e quatro annos decorridos me fizeram completamente esquecer das traições covardes, enredos infames e vinganças mesquinhas de que já outr'ora havia sido vilmente victima; por isso não admira, que eu mais uma vez me deixasse enganar e iludir, pelas fingidas lagrimas e falsas promessas do *inimitavel* sr. Luiz Monteiro Soares d'Albergaria.

Acreditei serem sinceras as suas palavras, as suas promessas, porque julgava que outenta primaveras não podiam, nem sabiam mentir.

Imaginava que os cabellos brancos como a prata, que em sua fronte se divisam e alvejam, davam testemunho de — franqueza, prudencia e discrição.

Pensava finalmente, que a consciencia d'um octogenario, pois que se acha chegado quasi no ultimo quartel da vida, era — innocente e pura.

Que não podia mentir a ninguem, — muito menos a si proprio, porque tinha tido a patria por eschola e por preceptores o — tempo e a experiencia. Que não podia em conclusão, ser para mim qual lava candente, que devora tudo o que encontra, quando medonho vulcão a vomita.

Não se supponha que estou fazendo estylo para assim mais entreter os meus conspicuos leitores.

Não. Conto para desaffronta do meu pobre nome uma historia desataviada de flores e de aromas de oratoria; mas conscienciosa e sincera, baseada em documentos e na qual fui victima sacrificada: e o *inimitavel* sr. Luiz Monteiro, com o immortal delegado do thesouro Antonio Joaquim de Vasconcellos foram os... nem eu sei o que.

Classifiquem-se suas senhorias, que eu não encontro na nossa lingua portugueza, termo proprio para o fazer com justiça.

Aquelle homem que tira o trabalho a um empregado, e por consequencia o pão de que elle carece e sua familia, só por elle não querer transigir com um certo numero d'actos, que inevitavelmente o compromettiam na sua dignidade e honra, como se chama?!...

Responda por mim o publico honesto e sensato.

O sr. Luiz Monteiro, a ter consciencia hade necessariamente sentir remorsos pelos incommodos e desgostos que trouxe ao recesso d'uma familia.

Responda-me o sr. Luiz Monteiro:

Fui eu por ventura a sua casa, offerecer-me ao seu serviço?

Não estava eu socegado e tranquillo no meu emprego, e não ia o senhor á minha repartição todos os dias instar comigo para que lhe inculcasse um homem probo e honrado?...

Porque não acceitou os que lhe indiquei?!...

Quem foi pedir ao exm.º sr. dr. Lourenço d'Almeida Azevedo, para consentir na minha saida do emprego de fiscal dos impostos indirectos da camara?

Responda sem rebuço, senhor Luiz Monteiro.

Não se lembra de me haver promettido, que haviamos de morrer ambos no serviço do cofre?...

Não fui eu sempre fiel ao sr. Luiz Monteiro, cumprindo com precisão as importantes obrigações do meu cargo, sem todavia enlutar, ou comprometter o seu nome e credito?...

Não é tudo isto verdade, sr. Luiz Monteiro?

Quaes as causas ou razões que teve então, para segunda vez me victimar, querendo tão cobardemente deturpár a minha reputação e nome?...

Responda, sr. Luiz Monteiro, e diga sob a sua palavra d'honra, se tudo quanto deixo exarado nas columnas d'este acreditado e respeitavel jornal, não são a pura e fiel expressão da verdade.

Estou intimamente convicto, de que o sr. Luiz Monteiro nunca poderá negar com consciencia facto algum dos que deixo expostos. Poderá com o seu muito *talento, engenho e perspicacia*, tudo destruir, tudo refutar; mas lembre-se s. s.ª que a verdade, como dimanação de Deus, hade afastar sempre com energia e força, as negras e espessas cortinas com que tentar cobril-a, e mostrar-se por de sobre ellas radiosa e triumphante.

Continuarei na exposição dos factos.

Coimbra 26 de Agosto de 1877.

ELYZEU.

Sr. redactor do *Conimbricense*. — Guarda, 27 de Agosto de 1877. — Como v. tem publicado no seu periodico uns communicados em que sou aggredido, rogo a v. a fineza de publicar tambem a seguinte declaração:

Eu, não obstante o sincero desejo de acertar, tenho erros e faltas. Quem as não tem? Estou prompto a responder pelos meus actos perante os meus superiores legitimos. Na imprensa periodica, por mais que me diffamem, não respondo; porque não é juiz competente para decidir questões pessoaes. Levadas a este terreno são interminaveis, porque cada uma das partes quer ter razão, ou pelo menos não quer reconhecel-a na parte contraria, e raras vezes fallam desapaixonadamente e sem offensa da caridade. Agradeço aos amigos que têm procurado defender-me, e peço-lhes que se não incommodem mais por minha causa.

Sou com toda a consideração

De v. mt.º att.º e venerador
FRANCISCO MANOEL MARTINS MANSO,
governador do bispado.

X Sr. redactor do *Conimbricense*. — Coimbra, 29 de Agosto de 1877. — N'um dos numeros da sua illustrada folha referiu-se v. a uma pendencia havida entre nossos filhos Crispulo Alpoim de Cerqueira Borges Cabral e José de Mello Borges Junior, e o sr. Manoel Augusto Rodrigues da Silva, de Coimbra.

Parecendo-nos que v., ou o seu informador exaggerou o successo, pois que nossos filhos não são discolos nem espancadores, e o que succedeu teve origem n'uma d'essas acções filhas da pequena prudencia e do pouco pensar de rapazes, — queremos, não obstante, dever-lhe o favor de declarar no seu primeiro numero que hoje, nós ambos, e tambem em nome de nossos filhos, demos no tribunal plena satisfação ao queixoso, e aqui vimos certificar-lhe o nosso reconhecimento por ter acceitado esse nosso testemunho da grande consideração, que elle nos merece, e do muito que nos vexou o procedimento de nossos filhos, o qual nós, por forma alguma, podiamos deixar de censurar-lhes, castigando-os tanto quanto foi grande o desgosto que nos causaram.

Somos com a devida consideração

De v. mt.º attentos veneradores
FRANCISCO ALPOIM DE CERQUEIRA BORGES CABRAL.
JOSÉ DE MELLO BORGES DE CASTRO.

NOTICIARIO

Despachos. — Além do despacho do sr. bacharel Manoel José da Cunha Novaes Junior para administrador d'este concelho, foram mais despachados, o sr. bacharel José Elydio da Gama Regalão para administrador do concelho de Oliveira do Hospital, o sr. bacharel Luiz Carlos Simões Ferreira para administrador do concelho da Louzã, e o sr. Pedro Simões Affonso Barjona para administrador do concelho de Mira.

Fallecimento. — Por noticias que recebemos da Varzea de Goes sabemos, que o nosso amigo o sr. Antonio Maria Barata Lopes de Carvalho acaba de passar por uma grande provação com o fallecimento de sua respeitavel mãe.

Apesar d'esta senhora estar na avançada edade de mais de 80 annos, faz muita falta a seu extremoso filho, porque ainda gosava de todas as suas faculdades intellectuaes e governava a casa como se tivesse 30 ou 40 annos.

Damos sentidos pezames ao nosso amigo.

Catalogo. — Recebemos o *Catalogo da copiosa bibliotheca do fallecido Innocencio Francisco da Silva, illustre e erudito auctor do Diccionario Bibliographico*. O que agora recebemos é apenas a primeira parte do catalogo.

Constará da—1.ª *Parte*. Livros escolhidos, raros, classicos e curiosos (muitas preciosidades bibliographicas). — 2.ª *Parte*. Lotes e restantes livros curiosos e estimados.—3.ª *Parte*. Manuscriptos e retratos, estampas e gravuras.

Muito seria para desejar que o estado adquirisse esta magnifica livraria, fructo das preseverantes diligencias do sr. Innocencio Francisco da Silva durante toda a sua vida.

Livrarias semelhantes rarissimas vezes se organisarão; e com rasão se lamentaria que ella se dispersasse e fosse cair em mãos de quem a não estimasse como merece.

Chegada. — Os imperadores do Brazil chegaram a Evora ás 10 horas da manhã do dia 30. Esperavam-os na estação o general da divisão, com o estado-maior, auctoridades, regimento de cavallaria 5 e o destacamento de caçadores n.º 8. O imperador ficou muito contrariado por estas homenagens; correu pela estação entrando no primeiro carro que encontrou aberto. A tropa retirou, o imperador sahiu e visitou o museu, a bibliotheca, as ruinas, e edificios publicos, tomando um *lunch* no palacio do arcebispo.

Bellezas das touradas. — Na tourada que no domingo houve em Lisboa, no campo de Santa Anna, foi apanhado pelo touro Foguete o bandarilheiro Roberto da Fonseca, e partiu-lhe uma costella.

Apprehensão de moeda falsa. — Dizem de Tavira, que foram alli presos dois falsificadores de moeda, apprehendendo-se-lhes as machinas e os materiaes, de que se serviam para cunhar libras esterlinas, de cavallinho e data de 1872.

Fallecimento. — Falleceu em Luso o sr. conselheiro José Cancio Freire de Lima, juiz aposentado da relação de Lisboa.

Instrumentos de lavoura. — Diz o correspondente da *Actualidade*, que ja embarcou em Londres e deve chegar brevemente a Lisboa o material de lavoura aperfeiçoado, que o governo mandou comprar para a quinta regional da Granja. Consta de duas locomoveis e dos apparelhos especiaes da lavoura.

As locomoveis podem andar por si pelas estradas ordinarias, quaesquer que sejam as rampas e os declives.

Parece que estas machinas serão conduzidas por si proprias de Lisboa para a Granja, devendo atravessar as ruas da cidade de noite, quando tiver cessado o movimento dos trens; diz-se que são muito doceis em dar voltas e que param facilmente.

Consta que um particular encommendou uma locomovel semelhante.

Volta de viagem. — No dia 29 do mez findo foi despachada na alfandega de Lisboa a custodia pertencente á egreja de Rio de Mouro, que alguem pretendeu vender illegalmente, e que o sr. visconde de Mouserrate levou *por engano* para Londres. E uma peça rica, obra da edade-media, que tem um grande valor artistico e que constitue um dos bons specimens da ourivesaria nacional.

Partida. — Hontem partiram para a Figueira, a uso de banhos, o sr. bacharel Augusto Cesar de Sousa, administrador central do correio de Coimbra, e o primeiro official, chefe da secção da contabilidade, o sr. Augusto José Gonçalves Fino.

Ficou exercendo o logar de administrador interino, o primeiro official, o sr. Eduardo Maximo Gaspar da Cunha Serrão; e de chefe da contabilidade, o praticante o sr. Annibal Xavier de Almeida.

COMMUNICADOS

O que vae na freguezia de S. Bartholomeu

Sr. redactor. — Denunciar ao publico os actos em que avulta o excesso de *poder*, é dever duplamente evangelico e social.

O que se está passando por parte do parocho da freguezia de S. Bartholomeu d'esta cidade, bem mostra que este pastor excede attribuições, que não estão confiadas á sua auctoridade parochial. Este levita do Senhor, verdadeiro defensor da politica *Baldomera*, só porque alguns dos mesarios da irmandade do S. Sacramento da sua freguezia, não lhe são *obedientes*, deixando de votar com elle nas proximas eleições camararias; vinga-se por isso, apoderando-se illegalmente das chaves dos depositos em que se acham encerrados alguns paramentos, alfaias e outros utensilios, relativos a esta confraria.

Isto passa-se em Coimbra, por assim dizer ás portas do paço episcopal; e sua ex.ª rev.ma o sr. bispo conde, desde que tenha conhecimento d'este facto, poderá consentir que continue tão escandaloso abuso de poder, que nenhuma lei auctorisa?.. Como é que se esbulha da investidura de seus direitos uma corporação d'esta ordem? Em que bases se assenta a praxe posta em pratica pelo sr. prior?! Isto não é sério; parece não ser procedente d'um parocho d'uma das freguezias da terceira cidade do reino.

O parocho não tem a responsabilidade dos actos exercidos pela mesa da irmandade; e dada a circumstancia que faltem alguns d'esses paramentos, alfaias ou utensilios, durante a conservação das chaves em seu poder, de quem fica sendo essa responsabilidade — do prior ou dos mesarios?... Responda-nos quem poder, para d'esse modo ficarmos desilludidos.

E' com este e outros factos, que se vae estabelecendo na freguezia de S. Bartholomeu um certo schisma, com o qual não lucra a religião, e menos ainda o parocho, contra quem se vae vulgarisando uma indisposição que já agora lhe não será facil extinguir.

A mesa da irmandade do S. Sacramento de S. Bartholomeu não tem dado contas da sua gerencia; e o que é mais censuravel, é que não fez ainda a eleição da mesa que tinha por obrigação gerir os negocios d'esta confraria, desde 1 de Julho ultimo, até 30 de Junho do proximo anno, devido isto, segundo me informaram, aos conselhos do proprio parocho!... Que exemplos e que moralidade!!..

Para que estas faltas sejam corrigidas, chamamos a séria attenção do sr. administrador do concelho, a quem corre o indeclinavel dever de fazer manter a lei por que se regula a indicada irmandade.

Sr. redactor, pela inserção d'estas linhas em seu illustrado e independente jornal, mais uma vez obrigará o seu constante leitor e assignante

Coimbra, 1 de Setembro de 1877.

Um irmão da irmandade.

Sr. redactor. — Queira v. obsequiar-me publicando no seu jornal o seguinte communicado.

O chefe de familia que no dia 30 d'Agosto entrou no comboio das 3 horas em a estação de Pombal, com direcção a Coimbra, agradece ao sr. chefe d'aquella estação a cordura e civismo que s. s.ª por essa occasião lhe dispensára. Não é o favor que me leva a este acto de gratidão e sim o criterio equitativo e civismo de s. s.ª

Assim faz quem tem por divisa de distincção a esmerada educação.

Agradeço pois por este meio e com tanto maior empenho quanto, sendo reciprocamente desconhecidos, só traduz este meu communicado o puro reconhecimento á cavalheirosa equidade e desinteressada cortezia de s. s.ª

Nós nos congratulamos que sejam dotados de taes virtudes civicas aquelles que como s. s.ª têm de tratar com o publico incognito os viajores, a quem sobremodo muito penhoram taes dotes de proceder.

Peza-nos não nos ter sido possivel pela brevidade do sequito ligar a estas linhas o nome do generoso cavalheiro, o sr. chefe d'estação de Pombal, para conhecimento do publico de cujas affeições é digno.

Em publicando no seu jornal estas linhas presta v. um agradavel serviço ao publico, e a mim um grato obsequio, pois cumpro, embora em não equivalente quilate ao serviço prestado, uma homenagem devida ao merito, e sou

De v. att.º ven. cr.º
Dr. M. d'Arriaga Nunes

ANNUNCIOS

EDITAL

O delegado do thesouro no districto de Coimbra,

1 FAZ SABER, que no dia 15 de Setembro proximo futuro, ás 11 horas da manhã, e em uma das salas da repartição de fazenda, se ha de abrir nova praça, sob os lanços já offerecidos e condições acceites em 18 do corrente, para a definitiva arrematação dos direitos de portagem da ponte da Portella sobre o rio Mondego, cujo rendimento será adjudicado pelo governo, ao licitante do maior lanço, ou a quem por ventura, ainda, melhor preço offerecer — quer por um ou por tres annos.

E para constar se mandou passar o presente e outros de egual theor, que serão afixados nos logares mais publicos d'esta cidade, em todos os concelhos do districto, e publicados nos periodicos da terra.

Repartição de fazenda do districto de Coimbra, 30 d'Agosto de 1877.

Antonio Joaquim de Vasconcellos.

COLLEGIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

RUA DA ESPERANÇA, 224

LISBOA

Director geral — *J. L. Carreira de Mello*
Director gerente — *J. B. Ferreira*

2 COM o desejo de melhorar sempre o ensino no nosso collegio, e que elle se conserve na sua verdadeira altura, acabamos de mandar vir d'Allemanha um professor d'esta nação, muito acreditado por suas qualidades, instrucção e pratica nos collegios de sua nação, da França e Inglaterra.

O novo professor vem estar interno no collegio e dirigir os estudos n'elle, professando algumas cadeiras nas linguas ou nas sciencias, como melhor convier ao bom regimen das aulas.

Esta noticia deve ser agradavel ás familias que tem n'este collegio os seus filhos, pupilos, ou recommendados, e bem assim áquelles que tenham tencionado mandal-os.

Lisboa 26 de Agosto de 1877.

O director proprietario
Joaquim Lopes Carreira de Mello.

---

3 LUIZ MENDES MARGARIDO, da Torre de Valle de Todos, concelho de Ancião, faz publico, que tem boa madeira de carvalho para vender, das medições que forem precisas, caixal, fechal, e vigas.

Quem pretender póde procurar em Santa Clara d'esta cidade, em casa de José Maria do Casal.

PREVENÇÃO

4 JOAQUIM ANTONIO DE ALMEIDA, carpinteiro, morador na rua do Cabido, previne a auctoridade administrativa e o publico, de que tem sido ameaçado por um seu visinho, individuo desordeiro, bem conhecido n'esta cidade; pelo que se alguma cousa lhe acontecer a elle torna responsavel.

CONCURSO

5 A CAMARA MUNICIPAL do concelho de Soure abre concurso por espaço de trinta dias, a contar da publicação do presente annuncio no *Diario do Governo*, para o provimento do partido de medicina, vago pela exoneração concedida ao bacharel Leonel Ferreira da Portella, com o ordenado annual de 280$000 réis e o rendimento de uma porção de terreno (tres peões e doze quinhões ou vassadouros) no campo da Velha, sujeito a uma tabella fixa e mais condições com que foi creado o partido.

Os concorrentes devem ter formatura em medicina pela Universidade de Coimbra, e apresentarão seus documentos, dentro do referido prazo, na secretaria da camara, onde desde já estão patentes as demais condições.

Soure, 20 de Agosto de 1877.

O presidente da camara
José Francisco Rodrigues.

Substituições a militares

6 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

EM COIMBRA

7 PRETENDE-SE ALUGAR para o proximo anno de 1877-78 uma casa pequena situada n'esta cidade, mas perto do lyceu, ou nos Arcos do Jardim, proximidades, ou nas immediações do Seminario. Tambem serve um andar d'uma casa que tenha uma sala, dois quartos, e cozinha. N'esta redacção se aceitam informações e propostas.

---

8 NO DIA 9 do corrente ao meio dia, perante a mesa da Santa Casa da Misericordia d'esta cidade, hão de arrendar-se a quem mais dér, convindo, — uma morada de casas sita na rua dos Coutinhos, — uma insua, chama da Larancha, no campo de Lavarrabos, — oito aguilhadas de terra no campo do Ameal, — uma casa na Ribeira de Coselhas, com um quintal junto á mesma casa, e umas costeiras proximas.

Coimbra, e secretaria da Santa Casa da Misericordia, 1.º de Setembro de 1877.

O Cartorario, — *Acacio Hipolyto.*

LEILÃO

9 DOMINGO, 2 de Setembro, ás 9 horas da manhã, na rua do Visconde da Luz, n.os 104 a 106, serão vendidos todos os generos de mercearia, moveis e utensilios da loja pertencentes a José Lucas Caleiras.

---

10 ARRENDA-SE na Figueira, rua Fresca, n.º 24, cavalhariça para tres ou quatro cavallos, e que póde recolher duas carruagens.

COMPANHIA EDIFICADORA E INDUSTRIAL DE COIMBRA

11 PARA os devidos effeitos annuncia-se que em virtude do que determina o art. 34.º dos estatutos, e por deliberação da assembleia geral de 13 d'Agosto de 187[illegible] foram cancelladas no respectivo registo as seguintes acções:

Titulos de 10 acções n.os 27 — 43 — [illegible] — 63.

Titulos de 5 acções n.os 32 — 33 — [illegible] — 49 — 50 — 140.

Titulos d'uma acção n.os 40 — 41 — [illegible] — 69 — 71 — 73 — 74 — 75 — 107 — [illegible] — 109 — 124 — 125 — 154 — 155 — [illegible] — 157 — 158 — 164 — 165 — 166 — [illegible] — 197 — 198 — 199 — 200 — 204 — 205 — 208 — 209 — 210 — 211 — 212 — 213 — 214 — 233 — 234.

Os directores
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Francisco Pedro da Silva.
José Maria de Moura Barata Feio Terenas.

EM COIMBRA

12 PRECISA-SE de um caixeiro para negocio de quinquilherias. N'esta redacção se dirá quem o pretende



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

13 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes: em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

AGRADECIMENTO

14 ANTONIO DIAS THEMIDO agradece a todas as pessoas que tanto se interessaram pelas suas melhoras, nas consequencias do desastre que soffreu na manhã do dia 21 de Agosto, na sua loja, n.º 47, na praça do Commercio; e em especial ao illm.º sr. Antonio Joaquim Valente, que compareceu logo no logar do sinistro, e que tão pontual foi em promover, como agente da companhia — *A União Hespanhola*, o pagamento dos prejuizos que teve.

CASA LISBONENSE

96 - RUA DO VISCONDE DA LUZ - 100

COIMBRA

Liquidação da estação de verão durante o mez de Setembro

15 FAZENDAS claras de lã para vestidos. Chapeus de novidade para senhoras.

Saldo de córtes de vestido em caixa, para campo e praia, que liquidâmos por 7 e 8 mil réis.

Saias de precale para campo e praia que liquidâmos baratas.

Grande saldo de chitas muito finas, e desenhos modernos, que vendemos por 135 réis o metro, e 90 réis o covado.

Sombrinhas modernas para campo e praia, que liquidâmos baratas; e muitos mais artigos.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3141 | Terça feira 4 de Setembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Ainda até hoje continuam os expositores do Porto sem receberem o producto dos objectos que mandaram para a exposição de Philadelphia, e que alli se venderam.

E' mais um documento do zelo que ha nas secretarias de estado pelos negocios publicos!

Quando ha dias esteve no Porto o sr. Barros e Cunha, foi procurado por um dos expositores, o sr. Francisco Augusto Vaz Cerquinho, o qual em seu nome e dos mais expositores, se lhe queixou de semelhante procedimento, não só pelo que tinha de revoltame em si, mas pelas consequencias que d'alli haviam de provir para a proxima exposição de Paris.

Desculpou-se o sr. ministro das obras publicas dizendo, que o actual governo não era culpado nas irregularidades que se tinham dado n'este serviço; que a culpa tem sido dos commissarios, os quaes haviam sido nomeados pelo governo transacto; que por isso os mandara recolher e lhes retirara as gratificações; e que os expositores não estavam ainda embolçados da importancia dos seus productos, por se ter estado á espera de um dos commissarios para se liquidarem as contas.

Respondeu o sr. Cerquinho, que isto não devia ter sido motivo para se prolongar por tanto tempo o pagamento do que se devia aos expositores, não só porque o commissario, o sr. Malheiro, por quem se esperava, tinha chegado ha mais de dois mezes, mas porque já em 6 de Maio ultimo tinha sido remettida pelo ministerio das obras publicas uma conta corrente a cada um dos expositores, e por isso já o governo n'essa data estava habilitado a saber o que tinha de pagar — do contrario não podia ter organisado tal conta.

O sr. ministro das obras publicas prometteu tomar em toda a consideração o pedido dos expositores, e providenciar para que quanto antes fossem embolçados da importancia da venda dos seus productos.

Veremos se d'esta vez se realisam essas promessas.

Tem sido uma grande vergonha o desprezo a que se têm lançado as repetidas representações dos expositores.

Cousas como estas de certo só se presenceiam em Portugal!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Continua a transgressão das posturas municipaes.

No artigo 58, n.º 15 do *Codigo de posturas municipaes do concelho de Coimbra*, se prohibe aos carreiros e carroceiros, sob pena de 250 a 1$000 réis de multa — «*tratar o gado com crueldade e fazel-o conduzir excessivo peso, que o faça ajoelhar ou cair.*»

E comtudo essa disposição é infringida constantemente, sem que se faça punir os barbaros carreiros, que tratam cruelmente os animaes.

Ainda ha dias era conduzido na rua do Visconde da Luz um carro, por uma fraca junta de bois, levando um excessivo peso. Como os bois não podiam fazer subir o carro, eram espancados e aguilhoados pelo carreiro sem compaixão nenhuma, e sem que os empregados da policia tratassem de cohibir este facto revoltante.

E já que fallámos em posturas municipaes, vão agora saber os nossos leitores até onde a actual camara municipal leva o desprezo das suas proprias posturas, as quaes ella mesma não póde só por si alterar, visto terem sido superiormente confirmadas pelo conselho de districto.

Tem-se visto as numerosas vezes, que n'este jornal havemos protestado contra o procedimento da camara municipal, permittindo que os carros passem pelo passeio lateral do Jardim Botanico, e pelo Caes das Ameias, de que resulta não só o incommodo dos transeuntes, mas a ruina d'esses passeios, que são dos mais frequentados.

Talvez muitas pessoas supponham que a camara está no seu direito de fazer essa permissão. Pois nós os vamos desenganar, mostrando como a camara executa as disposições legalmente approvadas.

Diz o referido *Codigo de posturas municipaes*, em o n.º 5 do artigo 58, que é prohibido aos carreiros e carroceiros, com a multa de 250 a 1$000 réis, conduzir os carros — «*pelo passeio lateral do Jardim e ao longo de todo o Caes.*»

Estas posturas foram feitas pela camara municipal do biennio de 1872 a 1873, e estão assignadas pelo presidente que então era, e agora novamente é, o sr. dr. Lourenço d'Almeida e Azevedo; e foram approvadas pelo conselho de districto na sua sessão de 25 de Junho de 1874.

De que valem, porém, para a actual camara as suas proprias posturas, e a confirmação superior do conselho do districto?

A vontade e o capricho da camara de Coimbra estão acima de todas as considerações e de todas as disposições legaes.

Tambem o mesmo *Codigo das posturas municipaes* determina no artigo 97, que o terreno destinado para deposito de materiaes, e todo o logar onde se fizerem obras de edificação e reedificação d'algum predio confinante com a rua publica, *será defendido na sua frente com um tapume de madeira, e collocado na distancia que a repartição technica da camara indicar na respectiva licença; sob pena de 1$000 a 2$000 réis.*

E apesar d'isso, quem quizer póde ver como a camara cumpre e faz cumprir essa postura. Pela sua parte, nas suas proprias obras, rasga e calca aos pés as posturas municipaes; e emquanto áquelles dos particulares, a quem precisa de lisonjear e favorecer para fins de todos bem conhecidos, permitte, como se póde verificar ao fundo da praça do Commercio, que alli se faça sem o devido resguardo, um extenso deposito de

---

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXXIX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Partimos para Falmouth para d'alli embarcarmos para o Porto no primeiro paquete; e lá nos encontrámos com os generaes Stubbs, e Diocleciano Cabreira, que tambem iam para o Porto.

Chegando a Falmouth na madrugada do dia, em que partia um paquete para Lisboa, fomos logo saber se nos recebia a bordo, com a condição de nos lançar no Porto; mas achámos no capitão tão maus modos, e má vontade, dizendo-nos que não tinha viveres, nem camas para nos dar, que nos fez desconfiar do seu extraordinario comportamento. O que porem de todo nos desenganou foi dizer-nos a final, que não promettia lançar-nos no Porto, e que isto dependia do tempo que estivesse. Esta ultima resposta nos desenganou de que o capitão não nos queria receber, e que para isso tinha motivos, que não eram os que dava...

Tinha-me esquecido dizer, que as pessoas que tinham sahido de Londres, como nossos companheiros de viagem, e com o mesmo destino do nosso, eram Domingos de Saldanha, irmão do general, Margiochi, e o joven D. Francisco de Menezes de Brito do Rio. Juntando-nos então em Falmouth com os dois generaes, que já mencionei, fizemos todos conselho sobre o que fariamos; e a resolução que tomámos foi não insistir mais com o capitão do paquete, não nos entregarmos nas suas mãos, e esperarmos pelo paquete seguinte.

N'este intervallo disse-me o general Saldanha que fossemos a casa do capitão *King*, commandante do porto, para vermos se nos segurava passagem no paquete seguinte, uma vez que a não tinhamos podido ter no passado segundo lhe contámos. Sabiamos que o paquete futuro era um grande vapor do governo, e por isso era que lhe iamos pedir aquelle esclarecimento.

O capitão tratou-nos com muita cortezia e urbanidade, mas com grande admiração nossa nos disse, que tinha uma ordem do *almirantado* para n'elle não receber passageiros; e ao mesmo tempo teve a condescendencia de nol-a mostrar. D'esta resposta e ordem entendemos, que o governo inglez ia feito com D. Pedro, e que o desejo d'este era que Saldanha não chegasse ao Porto antes de lá estar instaurado Solignac no seu commando, porque para alli havia partido ainda não eram passados muitos dias.

Como não havia que replicar, despedimo-nos d'elle, e vimos que era preciso tomarmos outras medidas para sahirmos de Falmouth, onde nos achavamos como emprazados.

A primeira foi ver se n'aquelle porto havia algum navio que podessemos fretar; porém desgraçadamente não havia alli nenhum. Então o general Saldanha que tinha sahido de Paris ainda não bem restabelecido da grave enfermidade que havia tido, e se achava já completamente em bom estado de saude, e com todo o seu vigor e agilidade, disse; pois eu vou já partir para Portsmouth, que é um grande porto de mar, e ver se alli encontro algum navio que possamos fretar, e que nos quebre o encanto com que a politica aqui nos tem presos.

Assim immediatamente o fez; e felizmente logo alli encontrou um navio americano, que em lastro estava a partir para Gibraltar. Arranjou-se logo com o capitão, e este não teve difficuldade alguma em nos levar ao Porto.

No dia 15 d'este mez de Janeiro tinha Saldanha partido para Portsmouth, no dia 16 fretou o navio, e no dia 17 já estava em Falmouth, e nós embarcados n'elle. O ajuste foi tão favoravel, que apesar de mettermos a bordo muitos viveres, ainda assim mesmo a passagem nos custou menos do que se a fizessemos nos paquetes.

O navio chamava-se *Hyperion*, nome de bom agoiro, e tinha par capitão um homem excellente, que era o honrado capitão *Garene*, que em nada faltou ao que tinha ajustado.

As pessoas que n'elle embarcámos foram — general Saldanha; os generaes Stubbs, e Diocleciano Cabreira; Domingos de Saldanha, irmão do general; Margiochi; D. Francisco de Menezes de Brito do Rio; Villete, ajudante do general Stubbs, e José Liberato Freire de Carvalho, que acaba de escrever estas linhas. E ainda por philantropia e generosidade demos passagem ao capitão de atiradores de Lisboa João Miguel Smith, e a sua mulher com tres filhos creanças. Juntou-se ainda a nós Mr. de *Varene*, que por casualidade nos veiu encon

cantaria, e outros materiaes, estando obstruido todo aquelle grande espaço.

A camara, em relação aos particulares, rasga ou deixa de rasgar as posturas, conforme interessa aos seus intuitos pessoaes e politicos.

Ha tempo, todos podiam ver no largo ao fundo da rua de S. João, um grande tapume de madeira, dentro do qual estavam os materiaes para as obras que o sr. Raphael Rodrigues de Oliveira, faria nas suas casas proximas. O mesmo se exige aos mais proprietarios, que não estão nas graças da camara.

Muda, porém, o caso de figura, quando o proprietario dispõe de meia duzia ou uma duzia de votos, e os põe á disposição da camara para a sua tão almejada reeleição.

Aqui em Coimbra quem se prestar a concorrer para a reeleição da actual e benemerita camara, tem ampla liberdade de fazer quanto quizer, embora com incommodo do publico e escarneo das disposições legaes.

Que exemplar administração publica!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

No *Diario do Governo* de 1 do corrente vem publicado o decreto de 25 de Agosto, pelo qual é auctorisada a camara municipal de Coimbra a contractar com a companhia geral do credito predial portuguez um emprestimo de 25:000$000 réis, cujo producto será exclusivamente applicado á continuação das obras da edificação dos paços do concelho.

Para a amortisação da importancia do emprestimo, que deverá effectuar-se no prazo de 60 annos, e para o pagamento dos respectivos juros, a camara inscreverá successivamente nos seus orçamentos annuaes as verbas necessarias, garantidas pelos rendimentos do imposto de 2 réis em litro de vinho, deduzido do producto total d'aquelle imposto, que constitue receita geral do concelho.

Continuam por esta fórma as antecipações das rendas do municipio de Coimbra!

Vão-se accumulando emprestimos sobre emprestimos, para satisfazer os caprichos e velleidades da illustre vereação; e as camaras futuras achar-se-hão com quasi todas as rendas captivas, sem poder attender ás numerosas necessidades do concelho.

Essa monstruosidade de pedra, com o nome de paços do concelho, que ahi se está a construir, ha de ser a voragem das rendas do municipio de Coimbra.

Até se concluir toda a obra tem de se gastar sommas enormes.

O remedio, porém, é facil para os illustres vereadores. Preparem-se os contribuintes para satisfazerem ao forçado e indispensavel augmento de impostos.

E' soffrer e calar!

Que excellente camara municipal!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Vamos apresentar outra amostra de como a nossa benemerita camara municipal executa as suas proprias posturas.

Prohibe o *Codigo das posturas municipaes do concelho de Coimbra*, no artigo 58, n.º 4, aos carreiros e carroceiros, sob pena de 250 a 1$000 réis — «*conduzir carro ou carroça tirado a bois ou cavalgaduras, sem guia na dianteira, sem o carroceiro ir a pé na frente do carro, a distancia de 1m,50 o maximo, e o carroceiro ao lado, ou adeante da carroça, não excedendo egual distancia, conduzindo o gado pela arreata, excepto indo o carroceiro no logar proprio do vehiculo.*»

Vejâmos agora como a camara executa esta postura.

Os carros da limpeza, em logar de levarem o guia na dianteira, são acompanhados apenas por um rapaz, que vae levantando o estrume das ruas. O boi segue no entanto sem guia, porque o rapaz não póde estar occupado ao mesmo tempo em dois serviços.

No sabbado se viu o resultado d'esta infracção, que a camara manda fazer ás suas mesmas posturas.

Um dos carros, caminhando sem guia, na rua do Corvo, resvalou para a valleta, e foi de encontro a uma mesa que estava á porta de uma das lojas.

Seguiu-se d'ahi o entornar-se uma porção de petroleo, que se achava n'uma vasilha, o qual estragou o arroz que estava proximo e alguns lenços das amostras.

Queixaram-se d'este facto alguns cidadãos a um vigia que alli appareceu; mas este não fez caso nenhum, porque a infracção da postura não era de qualquer particular, mas sim da camara municipal, nossa senhora!

Tudo assim vae n'este municipio!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ahi vae mais um facto que se deverá juntar aos muitos que estão immortalisando a actual camara de Coimbra, e que mostram quaes os meios de que se lança mão para fazer reeleger a illustre e digna corporação municipal.

Haverá um mez foram intimados os proprietarios da freguezia de Botão, d'este concelho, pelo respectivo guarda rural, por um aviso afixado em varios pontos da freguezia, a fim de cortarem as silveiras que obstruiam os caminhos.

A maior parte dos proprietarios não cumpriram esta ordem, pelo que foram intimados os desobedientes, em numero de perto de 40, para virem a Coimbra pagar a multa.

Como um ecclesiastico d'esta cidade tivesse ido dias antes áquella freguezia, e alli andára de porta em porta a solicitar votos para a reeleição da camara, aproveitaram-se os multados d'essa circumstancia, para por meio de dois d'elles lhe virem declarar, que no caso de se effectuar a multa votariam contra a camara.

Diz-nos pessoa fidedigna, que depois de competentemente auctorisado o dito ecclesiastico, respondera aos referidos agentes, que podiam estar todos descansados, porque se punha pedra em cima d'este negocio, e até segunda ordem não pagavam nada!

Eis ahi como se joga com as posturas municipaes!

Esperem, porém, os eleitores até depois das eleições, que a camara, se por acaso for reeleita, tomará então ampla desforra!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Protestámos ha dias n'este jornal contra o grande attentado praticado pelo administrador do concelho da Lagôa, no Algarve, o qual invadira com dois medicos municipaes, o seu secretario e testemunhas, a casa de um cidadão, professor de instrucção primaria, a fim de proceder ao exame de uma sua filha, suspeita de gravidez, cujo estado se attribuia a seu proprio pae!

O governo acaba de dar uma satisfação á opinião publica, revoltada contra o inaudito arrojo d'aquelle administrador do concelho, demittindo-o do seu cargo.

Folgâmos com este acto do governo, o qual muito applaudimos.

E' mister corrigir severamente os auctores dos numerosos attentados, que se praticam; aliás ninguem terá seguros os seus direitos, a sua honra e a sua liberdade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A voz publica accusava ha muito o sr. delegado do thesouro d'este districto de Coimbra, de praticar numerosos abusos no exercicio do seu cargo.

De alguns já em tempo nos queixámos.

Agora o sr. Manoel José das Neves Elyseu, cuja probidade e competencia ninguem póde contestar, está n'este jornal dando conhecimento de muitos outros.

E' bom que estas cousas se saibam, para que o publico conheça o que vae em algumas das repartições publicas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Communica-nos em 2 do corrente um professor de instrucção primaria do concelho da Figueira, que ainda até áquella data não tinha chegado ordem para os professores receberem o seu ordenado do mez de Julho.

Chamamos a attenção das pessoas a quem compete para este facto.

Em Lisboa permitte-se frequentemente o abuso a muitos empregados das secretarias, de receberem adiantados alguns mezes do ordenado; e os infelizes professores de instrucção primaria nem ao menos recebem pontualmente o seu.

E' tão mesquinha a paga do seu trabalho, que qualquer atrazo se lhes torna altamente sensivel.

Desejaremos não ser preciso voltar a este assumpto, para repetir a queixa e reclamação.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

trar em Falmouth, e era portador de cartas particulares para D. Pedro, enviadas por Mr. Herertauld, e relativas ao emprestimo de que já fallei.

Na tarde do dia 26 chegámos á vista da Foz com muito boa viagem, e alli encontrámos alguns dos nossos navios de guerra, o seu commandante *Sartorius*, e muitos outros navios que estavam á capa, e esperando occasião de desembarcar as provisões que levavam para a cidade. O nosso capitão participou logo a Sartorius quaes eram os passageiros que trazia, e com especialidade, que entre elles vinham os generaes Saldanha, Stubbs, e Cabreira.

O commandante para d'isto se certificar mandou-nos a bordo um guarda-marinha, e um piloto, que alli só deixou sem o mais pequeno offerecimento para nos receber a seu bordo, ou para nos facilitar o desembarque.

Apesar d'isto Saldanha e Stubbs foram na mesma noite ter com elle, porém form mui friamente recebidos, sem que cousa alguma lhes offerecesse. Contentou-se com lhes dizer, que Palmella, e seus dois collegas, *ambos os Mouzinhos*, haviam sido demittidos, e em seus logares, para ministros, havia D. Pedro nomeado Candido José Xavier, José da Silva Carvalho, Joaquim Antonio de Magalhães, conservando os dois antigos que eram Agostinho José Freire, e Bernardo de Sá Nogueira. E para melhor nos consolar accrescentou, que se tinha declarado no Porto a *cholera-morbus*, que *Solignac* já estava reconhecido general, e para alli havia levado alguns belgas, alistados para o nosso serviço.

Recolheram-se a bordo os dois generaes, bem pouco contentes com a recepção de Sartorius, e começámos a nos preparar para o desembarque no dia 27. Mas o tempo tornou-se mau, não tinhamos noticias de terra, e o nosso ajuste com o capitão americano estava findo.

Sem querermos pedir obsequios alguns a Sartorius, ajustámos com o nosso capitão pagar-lhe mais dois ou tres dias de demora, e no entanto veriamos se alli haveria algum navio para o qual podessemos passar, em quanto não arranjavamos modo de ir para terra.

Felizmente havia alli um d'aquelles em que Saldanha tinha ido para a ilha Terceira na sua desgraçada e infructuosa expedição, cujo capitão, mal soube que o general alli estava, nos offereceu o seu navio, e já estávamos a passar para elle, quando, sem o esperarmos, nos vimos livres do embaraço em que estavamos.

Amanheceu o dia 28, uma segunda feira de Janeiro, e dia mui bonançoso e sereno, quando vimos chegar a bordo do navio americano em que ainda estavamos duas catraias, e n'ellas o piloto-mór *Joaquim Luiz*, que nos vinha buscar. Este bom homem, que era particularmente affeiçoado a Saldanha, disse-nos, que só em a noite antecedente havia sabido que alli estavamos, porque Sartorius nenhum aviso da nossa vinda tinha feito, e provavelmente só a fizera em particular a D. Pedro, e por isso só por sua *espontanea* vontade nos vinha buscar, o que não fizera mais cedo pelo não ter sabido antes.

Desembarcámos emfim na manhã d'este mesmo dia com toda a commodidade e socego na pequena praia chamada dos *Inglezes*. Não recebemos bala nem bomba das baterias inimigas, e tivemos um mar excellente, e tão manso como se fosse um rio pacifico.

Dirigimo-nos logo ao castello onde estava de governador o brigadeiro *Fonseca*, o qual com toda a guarnição nos recebeu com a maior alegria, sentimentos estes, que não tardaram em se manifestar em toda a gente da Foz. Tanto homens como mulheres todos queriam ver e conhecer Saldanha, objecto de todas as esperanças.

Pouco tempo nos demoramos dentro do castello, e só o preciso para o desembarque das nossas bagagens; e tambem só então fomos saudados pelos miguelistas com duas balas de artilheria, uma das quaes, sem offender ninguem, caiu dentro da praça. Queria o governador que alli nos demorassemos, mas tivemos por melhor passarmos á cidade. Tambem nos quiz dar cavalgaduras, mas preferimos ir a pé.

Já no Porto se tinha espalhado a noticia da chegada de Saldanha, e ainda bem não tinhamos sahido da villa, quando começámos a encontrar muitos officiaes e muito povo, que nos vinham esperar. Todos nos obrigaram a montar a cavallo, e a procissão cada vez foi crescendo á medida que iamos andando.

Quando entrámos na cidade, sem que pelo caminho fossemos saudados com uma só bala ou bomba da parte dos miguelistas, foi que recebemos um verdadeiro triumpho. As ruas estavam apinhadas de povo, as janellas cheias de gente de todos os sexos, e não se ouviam senão acclamações de alegria, e vivas a Saldanha e a seus companheiros.

Homens e mulheres do povo chegavam-se a Saldanha, todos o queriam ver de perto, e muitos e muitos o abraçavam. E o que mais era para admirar era tambem estarem afixados pelas esquinas editaes para se não darem vivas de qualidade alguma! Porém a voz publica, o instincto do povo tinham mais força do que as ordens e os editaes da auctoridade que os havia mando afixar. A opinião, quando é geral, escarnece da estupidez dos governos, que julgam ser mais poderosos do que ella...

(Continuar-se-ha.)

Escreve-nos um nosso amigo do concelho da Louzã, a proposito do que temos publicado ácerca dos grandes abusos que em materia de recrutamento tem havido nos concelhos de Coimbra, Cantanhede e Montemór o Velho; e diz-nos que tambem no concelho da Louzã têm havido numerosos abusos e patronatos n'esse ramo de administração publica.

Na mesma carta se nos relatam varios factos escandalosos no recrutamento alli praticados.

Com effeito, não é só nos concelhos de Coimbra, Cantanhede e Montemór o Velho, que têm havido muitos abusos, injustiças e alicantinas no objecto do recrutamento. Desgraçadamente em outros concelhos do districto se tem transgredido a lei, com a maxima impunidade.

A narração de todas as tranquibernias no recrutamento daria para encher grossos volumes.

Além do concelho da Louzã, tambem o concelho de Soure não é d'aquelles onde menos escandalos se tem praticado.

Este objecto carece de uma rigorosa syndicancia em todo o districto.

E' essa uma das maiores obrigações da auctoridade superior, para não ficarem sem castigo os auctores de tantos attentados.

Não póde, nem deve continuar um semelhante estado de cousas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTAS BIBLIOGRAPHICAS

Meu bom amigo e sr. Martins de Carvalho. — Portalegre 1 de Setembro de 1877. — Fui contemplado pelo sr. Annibal Fernandes Thomaz com um exemplar das suas *Cartas Bibliographicas, segunda serie.*

Agradeci este distincto obsequio em carta datada de hoje, que desejava fosse publicada no *Conimbricense*, se me podesse fazer esta fineza; e para este fim remetto copia.

Se forem por qualquer circumstancia contrariados os meus desejos, nem por isso deixarei de me confessar

De v. amigo e servo muito obrigado

F. A. RODRIGUES DE GUSMÃO.

Illm.º e exm.º amigo e sr. — Portalegre 1 de Setembro de 1877. — Bem haja v. ex.ª pelo inefavel prazer, que me deu, offerecendo-me a opportunidade de ler a segunda serie das suas *Cartas Bibliographicas.*

Estimo sobremaneira este mimo, que agradeço com o mais profundo reconhecimento, não só porque demonstra que ha ainda em Portugal quem cultive com esmero este genero de estudos, que são o meu enlevo, mas porque dilata os horisontes da Bibliographia Portugueza ainda tão acanhados.

Quem emprega tão utilmente o seu tempo e dinheiro tem direito á estima e gratidão de todo o amante das boas lettras.

Não entibie, porém, a vontade de v. ex.ª em proseguir nas suas proveitosas lucubrações a indifferença dos que as menosprezam, por lhes desconhecerem a valia.

Tendem a desenvolver-se e a propagar-se estes amenos estudos, e não pequena gloria deve caber a quem os promove com seus escriptos.

Se alguma preponderancia podesse ter no animo de v. ex.ª a manifestação dos meus desejos, seriam os meus mais fervorosos, que v. ex.ª continuasse nas suas tarefas; porque (sem a minima sombra de cumprimento o declaro) ninguem conheço hoje no paiz, que das de egual genero se desempenhe com mais intelligente e discreta solercia.

Alto e bom som o affirmarei em toda a parte, assim como que sou com a mais affectuosa e agradecida estima

De v. ex.ª

sincero admirador, e muito obrigado

servo e amigo

FRANCISCO ANTONIO RODRIGUES DE GUSMÃO.

COMMUNICADO

(Continuado do n.º 3140)

O balanço dado no primeiro de Agosto findo, deu um resultado contra o cofre de 66$692 réis. Eu ao ver uma falha tão grande disse que inevitavelmente havia engano nas contas (como realmente existia, segundo mostra o balanço d'entrega do dia 6) no que não queria concordar o sr. Luiz Monteiro, — porque precisava d'uma razão, d'uma causa com que fundamentasse o nefando projecto, que já de ha muito trazia albergado em sua desconcertada mente.

Este balanço deu-se sem a assistencia do ex.mo sr. governador civil.

Na occasião em que s. ex.ª foi mandado chamar para assistir ás contas, o sr. Luiz Monteiro, pediu-me do dinheiro retirado e contado para pagamentos do dia os 66$692 réis, para tornarem a servir de credito segunda vez.

Apenas chegou o sr. governador civil, o sr. Luiz Monteiro com um desembaraço extraordinario disse-lhe: — Havia contra o cofre uma differença de 66$692 réis, que eu puz da minha algibeira, e que aqui estão; não quero aqui falhas: agora está tudo exacto.

Apenas saiu o sr. governador civil, diz-me o sr. Luiz Monteiro: — Ahi ficam os réis 66$692; e eu nada devo ao cofre.

Factos d'estes, tão degradantes e miseraveis, não se commentam. S. ex.ª o sr. Fernandes Vaz, que lhe agradeça com todas as veras da sua alma a lealdade d'amigo, que a mim só me tocou soffrer a vergonha de ver praticar um acto tão vil.

O homem probo e de bem, não póde hoje sem quebra de sua dignidade e honra, sustentar-se um mez sequer, no logar de proposto do thesoureiro pagador o sr. Luiz Monteiro Soares d'Albergaria.

Não póde: porque a não querer soffrer uma guerra medonha, accintosa e sem treguas, que poderia acarretar consequencias muito funestas, tem necessariamente de ser um vil e ignobil instrumento do sr. Luiz Monteiro e do delegado do thesouro, Antonio Joaquim de Vasconcellos: tem, com mil vontades de abrir o cofre, e pôr todo o dinheiro alli existente, que se acha debaixo da sua guarda e responsabilidade, á livre disposição e alvedrio d'estes dois *benemeritos cavalheiros.*

O sr. delegado do thesouro tem levado as suas arbitrariedades até ao escandalo.

Chega inclusivè a ordenar imperiosamente, na qualidade de chefe, — que no mesmo cofre se lhe paguem promptamente as importancias de — carne, batatas, cebolas, carvão, gallinhas, frangos e outros muitos objectos, que manda vir dos diversos concelhos do districto, por intervenção dos recebedores e escrivães de fazenda.

Factos d'estes tão degradantes e miseraveis, não deprimem, elevam: não rebaixam, nobilitam.

Póde-se tornar mais saliente e conhecida a honradez e probidade do sr. delegado do thesouro, nas folhas do expediente da secretaria, onde se vê a grande economia feita para a fazenda, na compra de objectos e algumas transferencias de fundos, feitas por seu filho Juvenal, comparativamente com as que fizeram outros empregados.

Ainda mais.

Em 7 de Dezembro de 1876 fez por ordem do governo, transferencia de 80:000$000 réis, para as caixas do ministerio da fazenda, cuja quantia foi pelo caminho de ferro, acompanhada de dois empregados da secretaria, a quem o *immortal* delegado do thesouro recommendou na minha presença, que simplesmente manifestassem 3:000$0000 réis.

O engano que o sr. delegado do thesouro pretendia fazer á companhia do caminho de ferro não teve o feliz exito que se esperava. Na estação de Lisboa o dinheiro foi embargado, e diz-se que o governo para o receber, teve não só de pagar os devidos direitos á companhia, senão tambem a multa competente.

Como este facto vergonhoso e nefando desgostasse horrivelmente o ministro o ex.mo sr. Serpa, eis que o immortal delegado do thesouro corre a Lisboa, veloz como a seta, lançar-se de rojo aos pés do ministro, pedindo misericordia; e lançando n'essa occasião todo o odioso a cargo dos empregados, quando elles haviam tão sómente cumprido as ordens que lhes tinham sido dadas.

(Continua).

Coimbra 3 de Setembro de 1877.

ELYZEU.

NOTICIARIO

Catalogo. — Recebemos o *Catalogo dos livros do revm.º sr. Francisco da Fonseca Correia Torres, doutor na antiga faculdade de Canones, conego thesoureiro mór da Sé de Coimbra, e socio effectivo do Instituto, fallecido em 11 de Dezembro de 1874, os quaes se hão de vender na mesma cidade no dia 20 de Novembro de 1877.*

O nosso prezado e fallecido amigo, o sr. dr. Fonseca, tinha reunido com infatigavel diligencia uma escolhida livraria, que conheciamos muito de perto, e decerto não faltarão amadores a adquirir os bons livros de que ella se compõe.

Festividade. — No domingo houve em Cellas a costumada festa de Nossa Senhora da Piedade.

Foram d'esta cidade muitas pessoas assistir á procissão da tarde.

Fazia a guarda de honra uma força de infanteria 9, e tocava á sua frente a philarmonica *Boa-União.*

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Maria Clementina, filha de Francisco Antunes Mendes e Victoria Maria, de Canas de Senhorim, de 21 annos, fallecida em 28 de Agosto de 1877.

João, filho do bacharel José Alberto Corte Real e D. Emilia Doria Corte Real, de Coimbra, de 3 mezes, fallecido em 28.

D. Leocadia Jesuina Pereira de Senna, filha de Joaquim Pereira de Senna e D. Theresa Perpetua, de Coimbra, de 60 annos, fallecida em 29.

Silvina Faria, filha de Antonio d'Almeida Machado e Marianna Emilia da Purificação, de Coimbra, de 10 mezes, fallecida em 29.

José de Figueiredo Lima, filho de Seraphim Gomes de Abreu Lima e D. Clementina dos Prazeres Lima, de Coimbra, de 11 mezes, fallecido em 29.

Virginia, filha de Francisco Correia e Clementina de Jesus, de S. Francisco, de 1 anno, fallecida em 30.

Vicente dos Santos, filho de Thomaz dos Santos e Maria de Jesus, de Coimbra, de 10 annos, fallecido em 29.

Rosa de Jesus Arriscado, filha de Ayres Maria da Cunha Arriscado e Anna de Jesus Sousa Arriscado, de Coimbra, de 2 annos, fallecida em 31.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:234.

Augmento de ordenado. — O sr. dr. Antonio Bernardino de Menezes foi agraciado com o augmento do terço do ordenado, por diuturnidade do serviço.

Aposentação. — O sr. José Augusto Mendes Diniz, professor vitalicio da cadeira de ensino primario de Trouxemil, foi aposentado com o vencimento annual de 51$000 réis.

Curiosidade. — Como curiosidade publicamos em seguida o officio do mestre regio de instrucção primaria de Tancos, dirigido á directoria geral dos estudos, acompanhando o mappa do movimento annual da sua escola.

Não tem data; mas é manifestamente de 1821, depois que D. João VI regressou do Brazil a Lisboa.

Vãe fielmente copiado do original, que possuimos.

Senhor. — Com quanto prazer, e respeito, eu vou aos pes d'V. Mg.de pella Regia Meza d'Directoria Geral dos Estudos, e Escollas d'Reyno, e seus Senhorios, offerecer o Mapa dos meus discipulos, e cumprir com os deveres, q. amesma tem decretado em nome d'V. Mg.de, e se athe agora a saudade opremia os nossos corações na ausencia d'V. Mg.de; quanta satisfação nos assiste d'conciderar a V. Mg.de no Tronno d'Capital dos seus Reynos, derramando nos nossos Corações inchentes de alegria, por vermos a V. Mg.de gozar a felecid.e de paz, e socego na amavel companhia d'Nossa Soberana, e Augusta Prolle; o N. Bom D.s derrame hum orvalho Celleste q. faça renascer no Tronno o brilhantismo d'verd.e, e aquelle monstro cruel, d'addulação, e inveja, q. vá illudir espiritos venáes comrronpidos pello vil interece; esta felecid.e he q. eu e os meus educandos imploramos p.a V. Mg.de e seus fieis vassallos, entre os quais se concidera o mais inutil.

O Mestre Regio d'Tancos.

Francisco Thomaz de Olivr.ª

Noticias de Mesão Frio. — De uma carta de 27 de Agosto, dirigida ao *Commercio do Porto*, extractamos o seguinte:

«Estão ha dias hospedados na casa das Quintas, pertencente ao sr. barão de Fornellos, os distinctos lentes das faculdades de Mathematica e Philosophia da Universidade de Coimbra, os srs. Raymundo Venancio Rodrigues e Bernardino Machado Guimarães. Pelo seu trato jovial e mais qualidades pessoaes que os distinguem, têm merecido as sympathias de todos que com elles hão convivido. Em seu obsequio deu o sr. barão de Fornellos na passada quinta-feira um opiparo jantar, para que foram convidadas muitas pessoas, tendo o digno decano da faculdade de Mathematica o prazer de ver-se rodeado dos seus distinctos discipulos Aguilar e Vargas, engenheiros da 5.ª secção da linha ferrea do Douro; Monterroso, medico do partido d'esta villa, e do mesmo sr. dr. Bernardino Machado, hoje seu collega universitario. Reinou a maior animação; recordaram-se saudosos passados entre o venerando mestre e os bons filhos da sciencia.»

Moscas venenosas. — Diz o *Commercio do Porto*, que ha tempos que este malefico insecto começou em Castro-Daire a série de effeitos desastrosos produzidos pela sua perigosa mordedura. Depois, apparecendo em algumas povoações do sul, lançou panico geral entre os habitantes. Muitas pessoas o julgam ainda como creação phantastica.

Sabe-se, porém, que este animal damninho existe effectivamente. Em Vieira mordeu duas pobres mulheres e um homem; a morte sobreveiu-lhes dias depois. Além d'estas victimas chegou ainda a trespassar com o seu agudo ferrão o lenço e o collete que velavam o peito de uma camponeza; o seio inflammou-se-lhe immediatamente, e a não ser os promptos soccorros de um pharmaceutico, seria tambem victima da malefica mordedura.

Affirmam testemunhas oculares que este insecto maligno é branco e mede pouco mais ou menos uma pollegada de comprimento; o ferrão, cuja picadela tem motivado já a morte de algumas pessoas, é em fórma de rôsca.

Ora, aquelle pharmaceutico que salvou a vida á camponeza forneceu já gratuitamente para uma localidade sita entre Basto e Vieira certa quantidade de um liquido, que considera de bom effeito para obstar á consequencia desastrosa do mal, e do qual se serviu n'aquelle caso.

A medicação consiste em friccionar a parte affectada com amoniaco liquido. Sendo assim, é caso de agradecer a receita, mas ainda é mais de desejar que elle não seja necessaria.

Não é certamente d'estas moscas que falla o illustre chimico inglez Carmerson, demonstrando que ellas são muito uteis á humanidade, porque se alimentam exclusivamente da grande multidão de insectosinhos microscopicos que vivem no ar, limpando assim a atmosphera d'esta praga.

A guerra do Oriente. — *Constantinopla*, 1. — Um telegramma de Soleyman-Pachá, datado de quinta feira e recebido hoje, não refere facto algum de novo. Continua o combate de artilheria e fusilaria em

Shipka. Os turcos conservam as suas posições.

Londres, 1 pela manhã. — Um correspondente do *Times*, que acompanha o exercito turco, enviou-lhe um telegramma noticiando-lhe um grande combate perto de Razgrad, o qual durou todo o dia d'hontem e terminou pela retirada geral dos russos.

Exonerações e despachos. — O sr. Fernando de Gamboa Vasconcellos Aylla foi exonerado de administrador do concelho de Taboa; sendo nomeado para o substituir o sr. bacharel Alexandrino Mendes da Costa Fragoso.

O sr. José Godinho de Sousa Mattos foi exonerado de administrador do concelho de Poiares; e em seu logar foi nomeado o sr. Francisco Antonio de Carvalho Montenegro.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 2 de Setembro de 1877.

Acaba o governo de tomar uma medida de utilidade, mas o prazo é demasiadamente restricto. É a livre importação de cereaes estrangeiros, de qualquer especie, em grão ou farinha, pelos portos das ilhas dos Açores. O prazo é de trinta dias, apenas. É limitado, e poucos serão os carregamentos que se façam, talvez, com destino áquellas ilhas.

— A camara municipal d'essa cidade foi auctorisada a contratar um emprestimo de réis 25:000$000 com destino á continuação das obras dos seus paços do concelho. A transacção é feita com a companhia geral de credito predial portuguez.

— É caso para graves e serios commentarios, não saber se em que se entretem hoje o sr. D. Pedro II. Os jornaes de hoje não dizem, porque já fizeram patente dias antes, que iria ás corridas de cavallos no hypodromo em Belem. Mas hoje? Em que se entretêm sua magestade até ás 3 horas da tarde, quando principiam as corridas? A que horas se deitou sua magestade? A que horas se levantou sua magestade? Onde vae sua magestade? Não se sabe.

O que é certo é que sua magestade, segundo um telegramma, esteve hontem em D. Maria as 9 horas da noite; e que envergava... sobrecasa e collete branco, e sua imperial esposa vestia de seda amarella, muito clara, e... de mais a mais, mostravam-se muito satisfeitos! Segundo os *reporters* (mecheriqueiros) suas magestades vão ámanhã á imprensa nacional, á escola do exercito, á escola polytechnica, etc., etc., e... talvez o sr. Martins de Carvalho, não saiba, porque não se emprega em futilidades, mas os leitores do seu jornal talvez gostem de saber que sua magestade imperial.... pesou-se! É o termo.

Sua magestade foi a Evora..... visitar tudo, e dispensou recepções. Á volta — julgo que foi á volta, — em quanto esperava que um seu camarista calçasse as botas, de que se havia de lembrar sua magestade? Encafua-se nas balanças de pesar as mercadorias no caminho de ferro, manda deitar kilogrammas, e... *foram bastantes* 103 ditos para que sua magestade fizesse equilibrar o peso real com o peso... bruto! já é!... Veremos o que sua magestade faz ámanhã, durante o dia, antes de ir á sociedade de geographia.

— Foi demittido o administrador de concelho de Lagôa, no Algarve, por haver commettido, diz uma folha, um abuso inqualificavel no exercicio das suas funcções, vexando uma familia honesta e laboriosa, e menoscabando a honra de uma donzella. É de pouco rigor o castigo, se consiste unicamente na demisão dada, e mais além devia ir para escarmento de futuros exemplos.

— Alguns membros da commissão central encarregada da secção industrial para a exposição de Paris, vão, peregrinos encostados ao seu bordão, dar um passeio pelos centros industriaes, a fim de fazerem acquisição de alguns productos, para serem enviados áquella exposição.

Está provado — diz um jornal — que muito poucos são os industriaes que mandam objectos, sem que lh'os vão pedir á porta. A razão não convence. Ha outros motivos, e o jornal alludido sabe-o perfeitamente, e o publico... tambem. Este assumpto de exposições dava margem a largos commentarios, os quaes se não podem pôr por obra n'uma correspondencia de jornal.

O que é certo, porém, é que os expositores portuguezes, pouco ou cousa alguma têem obtido em mandar os seus productos aos diversos certamens industriaes que se têm feito.

— Assevera-se que o sr. Mendes Leal entregou ao sr. ministro dos negocios estrangeiros uma importante collecção de documentos com relação á questão de emprestimo de D. Miguel. Acrescenta-se que esses documentos vão ser impressos, a fim de illucidar esta questão.

— Temos o mal nas apetitosas *sardinhas da costa*. Até este contratempo vem reflectir nas classes pobres, que saboreiam este bife do mar com galhardo apetite... á falta de meios para adquirirem apetite mais substancial. E o caso é que, um correspondente de Grandola para um jornal d'aqui, já ha perto de um mez que deu a noticia, e ainda officialmente se não fez publico, se com effeito a sardinha está atacada ou não do mal que se lhe attribue. Mas como ellas ainda se vendem, e não ha muito ainda um jornalista as comeu... *ergo*, estão boas!

— Como sabe, sua magestade o sr. D. Luiz trouxe de Vidago dois rapazes, que no sitio de Oura andavam pastoreando o gado. Vão para Mafra, a fim de serem entregues á direcção do professor da escola alli instituida por el-rei D. Pedro V, e se mostrarem intelligencia, seguirão um curso scientifico; ao contrario, se para cousa alguma servirem, ficarão para criados da casa de sua magestade. Um dos rapazes é orphão de pae; o pae do outro é ferreiro, e vive dos parcos proventos de umas territas que possue.

Mais nada.

P. J. Conceição.

ANNUNCIOS

EDITAL

Dr. José Joaquim Fernandes Vaz, lente cathedratico da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, governador civil d'este districto:

Em cumprimento d'ordem superior faço publico, que na doação feita pelo ex.^mo^ barão de Castello de Paiva das suas inscripções a varios estabelecimentos de caridade e d'instrucção do reino, para usufruirem sómente depois da sua morte, foram contemplados n'este districto os estabelecimentos e corporações seguintes:

Hospital da Figueira da Foz, com a inscripção n.º 13:084 de 1:000$000 réis nominal. — Hospital de Coimbra, com a inscripção n.º 15:455 de 1:000$000 réis nominal. — Hospital da Misericordia de Soure, com a inscripção n.º 16:068 de 500$000 réis nominaes. — Hospital d'Arganil, com a inscripção n.º 66:082 de 500$000 réis nominaes. — Hospital da Louzã, com a inscripção n.º 65:128 de 500$000 réis nominaes. — Hospital de Cantanhede, com a inscripção n.º 66:074 de 500$000 réis nominaes. — Asylo d'infancia desvalida de Coimbra, com a inscripção n.º 42:998 de 1:000$000 réis nominal. — Asylo de mendicidade de Coimbra, com as inscripções n.^os^ 14:328 e 15:144 de 300$000 réis nominaes cada uma. — Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, com a inscripção n.º 34:017 de réis 1:000$000 nominal. — Diocese de Coimbra, com a inscripção n.º 80:783 de 1:000$000 réis nominal, para a festividade annual do mez (Maio) da Virgem Maria.

Governo civil de Coimbra, 1 de Setembro de 1877.

José Joaquim Fernandes Vaz.

LEILÃO

2 NÃO SE TENDO effectuado o leilão no dia 2 do corrente em casa de José Lucas Caleiras, na rua do Visconde da Luz, n.º 104 a 106, previne-se por este meio que terá logar na quinta feira, 6 do corrente, pelas 9 horas da manhã, o annunciado leilão, que constará das fazendas e moveis que pertenciam ao mesmo Caleiras.

3 FAÇO PUBLICO, que o bacharel Antonio Gomes da Silva Sanches vae para Loanda, despachado secretario geral da provincia de Angola, depois de ter requerido desquitar-se no juizo de Arganil, de sua esposa; o que não poude conseguir, por não provar o que allegava.

Este procedimento é causado por uma mulher de Coimbra, com quem vive ha tres annos, de pessimas qualidades, abandonando por ella mulher e filhos, e que agora o acompanha para Loanda a titulo de criada.

Faço esta declaração para que se saiba que essa má mulher me roubou o coração de meu marido e com ella a fortuna de meus innocentes filhos.

Coimbra, 2 de Agosto de 1877.

Maria Augusta Caldeira Pina.

AGRADECIMENTO

4 JOSÉ RIBEIRO ROSADO e suas irmãs e sobrinhos agradecem a todas as pessoas, que tomaram parte no seu sentimento pela morte de seu muito chorado irmão e tio Antonio Ribeiro Rosado, fallecido no Rio de Janeiro; e com quanto pessoalmente tenham procurado cumprir o seu dever de gratidão por este favor, todavia como involuntariamente possam ter incorrido n'alguma falta, por isso fazem por este meio publico o seu agradecimento e o seu protesto de gratidão pelos obsequios recebidos.

ARRENDAMENTO DE INSUA

No domingo, 16 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na rua do Visconde da Luz, n.º 16, arrendar-se-ha em praça publica, por junto, ou aos lotes, a insua do Almegue, pertencente á massa fallida do exm.º sr. Francisco Lopes Gavicho Tavares de Carvalho.

O curador fiscal provisorio

Antonio Duarte Arrosa

6 LUIZ DE CARVALHO DAUN E LORENA e sua mulher, tendo visto no *Diario do Governo*, n.º 195, de 30 de Agosto do corrente anno, que pela 2.ª repartição dos proprios nacionaes em a lista n.º 1080 e sob o numero 17, se annuncia que no dia 1 de Outubro, perante o governador civil de Coimbra, se ha de pôr em praça um fôro de 50^l^,220 de azeite ás safras, imposto no seu olival chamado — a Manguinha — no sitio de Villa Franca, de que se diz serem senhorios directos as religiosas do convento de Semide; renovam o protesto que têem feito no jornal o *Conimbricense*, sempre que tal supposto fôro tem sido mettido em lista. O referido olival é livre, como consta dos titulos que os annunciantes têem no seu cartorio, e a casa do sr. Antonio de Brito nunca pagou fôro algum ao convento de Semide.

CASA EM VENDA

7 VENDE-SE o predio situado á rua dos Militares, n.^os^ 72 e 74. Os interessados pódem dirigir-se á rua da Calçada, n.º 93 — altos.

Leccionista de pharmacia

8 JOAQUIM DOS SANTOS E SILVA, chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico da Universidade, continua a habilitar os aspirantes de pharmacia para os seus exames finaes.

Bom vinho de Torres Novas

9 BRANCO, ao quartilho.....50 réis.
Tinto « « .....40 «

No antigo estabelecimento de João do Estanco, que passou a Miguel Rodrigues, rua das Solas, n.º 7 — Coimbra.

10 V. PINTO BASTO & PLACIDOS, respondem ás reclamações que lhes tem sido feitas por parte de muitos seus consumidores, em Coimbra e outros pontos do reino, que só podem garantir os tabacos da sua fabrica — *Fidelidade Portuense* — que forem vendidos nos seus depositos, no Porto, e declaram que os *Cigarros Havanos*, de que especialmente se queixam, não são da sua fabrica, mas sim imitações produzidas por outras fabricas.

Procurem, pois, os srs. consumidores os nossos tabacos em casas de confiança e incapazes de praticarem os muitos abusos e falsificações, que se fazem com os tabacos da Fabrica Fidelidade Portuense.

Porto, 14 de Agosto de 1877.

V. Pinto Basto & Placidos.

EM COIMBRA

11 PRECISA-SE de um caixeiro para negocio de quinquilherias. N'esta redacção se dirá quem o pretende

Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

12 SÁE de Coimbra ás 4 horas e meia da manhã, e da Figueira ás 2 da tarde.

Venda de bilhetes: em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

13 RECEBEM-SE requerimentos para os logares de praticantes de enfermaria, d'ambos os sexos.

Administração do hospitaes da Universidade de Coimbra 20 de Agosto de 1877.

O administrador

Costa Simões.

CASA LISBONENSE

96 - Rua do Visconde da Luz - 100

COIMBRA

Liquidação da estação de verão durante o mez de Setembro

14 FAZENDAS claras de lã para vestido. Chapeus de novidade para senhoras.

Saldo de córtes de vestido em caixa, para campo e praia, que liquidâmos por 7 e 8 mil réis.

Saias de precale para campo e praia que liquidâmos baratas.

Grande saldo de chitas muito finas, e desenhos modernos, que vendemos por 135 réis o metro, e 90 réis o covado.

Sombrinhas modernas para campo e praia, que liquidâmos baratas; e muitos mais artigos.

Substituições a militares

15 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno........ 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno........ 3$460
Por semestre........ 1$600	Correspondencia por linha 30 reis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre........ 1$730
Por trimestre........ 800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre........ 865

Numero 3142 | Sabbado 8 de Setembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Falleceu Mr. Thiers! A noticia d'este fatal acontecimento causou profunda sensação em todo o partido liberal.

Não é só á França que este celebre estadista faz uma grande falta; é a todos os povos onde chegava a sua vasta influencia.

Jornalista de acção; escriptor distincto e popular; orador sensato e consciencioso; ministro que sabia conciliar os direitos do povo com as regalias da corôa; presidente da republica, que levantara o seu paiz do abysmo em que o havia lançado a invasão prussiana — Mr. Thiers era d'estes homens raros, que apparecem de seculos em seculos, e que resumem em si uma epocha e vinculam o seu nome ás grandes ideias.

Liberal de convicções profundas, combate sem treguas o ministerio absolutista de Polignac; e no dia 27 de Julho de 1830 redige, e assigna como um dos redactores que era do *National*, conjunctamente com 44 outros jornalistas liberaes de Paris, o celebre protesto contra as petulantes e provocadoras ordenanças de Carlos X.

Da mesma fórma em Fevereiro de 1848 combate a tenaz resistencia de Mr. Guizot á reforma eleitoral; e com quanto o seu desejo não fosse que a opposição chegasse até á republica, não deixou por isso de se afastar de Luiz Filippe e dos seus ministros, desde que viu que a sua cegueira os levava a lançar a França em uma conflagração.

Como liberal que era mereceu que Luiz Bonaparte o deportasse em 1851, quando deu o golpe de estado de 2 de Dezembro; e entrando posteriormente de novo na vida publica houve-se sempre com independencia no seu posto da opposição.

Foi Mr. Thiers o unico orador parlamentar, que em 1870 protestou altamente contra a louca invasão dos exercitos francezes no territorio da Prussia; e infelizmente os factos vieram confirmar todas as suas previsões.

Chamado á presidencia da republica, exerceu esse cargo com uma prudencia, que fez admirar os proprios inimigos da França.

Na mesma occasião em que tinha de pagar uma imposição de guerra avultadissima, sabia pelas suas intelligentes medidas elevar a França, desenvolvendo o seu commercio, agricultura, e industria; e reorganisando o exercito, que ficára desmantelado com os desastres da grande campanha.

Na actualidade era em Mr. Thiers que o partido liberal moderado depositava a sua maior confiança.

A marcha reaccionaria do presidente Mac-Mahon tem feito revoltar toda a opinião liberal em França. A imprensa está sendo perseguida sem tréguas; prohibem-se quasi todas as manifestações do pensamento; lança-se a luva a todos os homens livres na pessoa de Mr. Gambetta, o illustre caudilho da opposição, que é chamado aos tribunaes, a pretexto de um seu discurso pronunciado em Lille, só com o fim de ver se se aterram os eleitores independentes.

Mac-Mahon parece desconhecer a historia da sua propria nação. Os Polignacs só conseguem fazer cahir as dynastias, que pretendem assegurar. Veremos agora o resultado que hão de dar os actos dos Broglies e Fourtous.

Em 18 de Março de 1830 os deputados da opposição, em numero de 221, tiveram a franqueza e coragem de dizer em resposta á ameaçadora falla do throno de Carlos X: — «A carta tem feito do concurso permanente das vistas politicas do vosso governo com os votos do vosso povo a condição indispensavel da marcha dos negocios publicos. Senhor, a nossa lealdade, a nossa dedicação nos condemnam a dizer-vos, *que esse concurso não existe.*»

Carlos X, como agora fez Mac-Mahon, prorogou no dia seguinte as camaras, e em 13 de Junho dissolveu a camara dos deputados; mas a França soube repellir a affronta, reelegendo os membros da opposição.

Em 25 de Julho é pelas famosas ordenanças d'essa data dissolvida segunda vez a camara; supprime-se a liberdade de imprensa; e escarnece-se torpemente do direito eleitoral!

Sabe-se bem qual a resposta que a França deu a Carlos X! A dynastia dos Bourbons nunca mais voltou áquelle paiz.

Factos quasi identicos se deram successivamente com Luiz Filippe e Napoleão Bonaparte. E' porque da opinião publica não se zomba impunemente.

Que a causa liberal ha de triumphar de toda a reacção de Mac-Mahon, para nós não offerece a menor duvida. Póde a contenda ser mais ou menos demorada; mas por fim o absolutismo tem de succumbir.

A differença está em que, se fosse vivo Mr. Thiers, tinham n'elle as ideias liberaes moderadas um seguro apoio; e este illustre estadista daria com o seu bom senso e longa pratica dos negocios publicos uma solida garantia de estabilidade no governo e boa ordem na administração; em quanto que a sua falta fará com que a luta liberal vá mais além do que a prudencia pediria.

E' por essa e outras causas, que o fallecimento de Mr. Thiers é muito lamentado.

Joaquim Martins de Carvalho.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXL

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(Continuação)

Entre estes applausos e alegria publica nos dirigimos á residencia de D. Pedro, que não estava em casa, e por isso passámos ao quartel do novo general Solignac. Este recebeu-nos mui polida e cortezmente, e com toda a especialidade ao conde de Saldanha, e aos dois generaes Stubbs, e Cabreira; e n'esta mesma occasião, depois de ter feito a cada um comprimentos particulares, como quem já estava instruido das pessoas que eram, e da figura que representavam, convidou-nos a todos para irmos jantar com elle no dia seguinte.

Passado algum tempo tornámos a ir procurar D. Pedro, que já estava em casa, o qual nos recebeu, *não tão exactamente* como diz o historiador *Tacito* que o imperador Domiciano recebêra o general *Agricola* na sua volta de governar a Bretanha, isto é, *de noite e quasi ás escondidas;* mas de um modo *um pouco semelhante;* porque poucas palavras deu, e estas insignificantes, sem ao menos dizer aos generaes — *sejam bem vindos!* E tudo isto praticado em poucos minutos, e com essa compostura de physionomia *indefinivel*, que mostram todos os que são forçados a receber visitas de que não gostam.

Tinha-se determinado que n'essa noite houvesse theatro, e n'elle se queria dar ao conde uma esplendida prova do muito que era desejada a sua vinda; porém motivos de *prudencia* fizeram com que nem elle nem nenhum dos seus companheiros lá fossem. Apesar d'isto houve grande enchente, muitos *vivas!* e um enthusiasmo civico, como D. Pedro nunca alli recebêra, ainda mesmo quando entrou no Porto.

O conde foi alojar-se no sitio chamado da *Batalha*, em uma casa de pasto, que para lá o convidou, um dos seus mais especiaes admiradores, o dono d'ella, o patriota Estanislau. E eu fui para casa de um antigo amigo, *Manoel Antonio do Soveral*, que com sua mulher a senhora D. Carlota, me tinham ido esperar ao caminho da Foz, e alli me tinham convidado para ir viver em sua companhia. Com elle estive todo o tempo que residi no Porto, e lá recebi tantas finezas, e demonstrações de amisade de toda a sua familia, que passaria por ingrato, o que nunca fui, se não mencionasse aqui seus nomes.

Todos os chamados amigos de D. Pedro, isto é, os que não queriam *rei mulher*, trataram-nos com a mesma indifferença, se não era com o mesmo odio politico; e eu muito o experimentei, porque toda essa gente, com quem já familiarmente tinha vivido, nem uma só palavra de boas vindas me deu. No dia 19 fomos jantar com Solignac, que nos tratou com a mesma affabilidade do dia antecedente, e com toda a polidez e delicadeza franceza.

O estado em que achámos a cidade não era agradavel; havia a *cholera-morbus*, *fome*, e grande difficuldade de obter o necessario para a vida. Quanto á segurança, tambem a cidade estava em muito perigo, porque todos os que até alli tinham dirigido os negocios da guerra haviam mostrado uma ignorancia crassa: o que só havia de sobejo era valor na tropa, e extraordinaria coragem nos habitantes da cidade.

Solignac, apenas tomára o commando, mostrou, que tinha mais bom olho militar, porque logo viu a importancia de uma grande posição, que até alli ninguem tinha visto, e era por assim dizer a chave da cidade, porque era a verdadeira defeza da Foz, a unica porta por onde o Porto podia ser soccorrido. Esta importante posição era o monte chamado do *Crasto*. Quiz o novo general occupal-a logo, e assim o fez; mas tendo capacidade para lhe conhecer a importancia, não a teve para segural-a, porque tão depressa a ganhou como depressa a perdeu. Os militares miguelistas tão, ou ainda mais ignorantes do que os nossos, tambem lhe conheceram só o valor depois que viram que os nossos a queriam segurar.

Logo depois da nossa chegada, Solignac dividiu o exercito em tres divisões, que tiveram por commandantes Villa-Flor, Saldanha, e Stubbs; Cabreira ficou inspector da artilheria. O commando de Saldanha, o mais importante e arriscado, estendia-se desde Lordello até o mar, incluindo o castello da Foz. Como visse a importancia do monte do *Crasto*, e a gravissima falta de o não terem occupado, procurou logo remedial-a, escolhendo duas importantissimas posições, em que fez construir, sem perda de tempo, dois fortes *reductos*, chamados do *Pasteleiro*, e do *Pinhal*.

Mas já estavamos no principio de Fevereiro, e se começou a sentir o mal que mais se temia — a *fome;* porque o tempo foi cada vez a peior, e os desembarques se tornaram quasi impraticaveis. N'este apuro de circumstancias D. Pedro chamou a conselho os generaes dos tres commandos, e o general Solignac. N'elle se mostrou que não havia mantimentos para mais de *dez dias!* que a força inimiga era, pelo menos, de vinte e quatro mil homens; e que a nossa não chegava *a sete mil e setecentos homens*, capazes de romper por entre os inimigos. Em vista deste quadro exigia, que os generaes dessem francamente a sua opinião.

Saldanha deu a sua por escripto, e em francez, para que Solignac bem a entendesse. Reduzia-se ella: que não tendo os miguelistas ao sul por Villa-Nova mais de sete mil homens, a sua direita podia ser facilmente tomada; e que havendo segredo a manobra era infallivel. Que pela sua parte elle promettia executal-a; e que dado este passo se podia ir manobrar na Beira, ou lançar-se na Estrema-

Em consequencia da sua deterioração está sendo demolida a praça de touros d'esta cidade.

Já que por semelhante motivo vae desapparecer d'entre nós esse recinto onde houve tantos espectaculos brutaes e de selvageria; folgaremos que nunca mais n'esta cidade se construa nenhum outro.

Os povos cultos pódem ter muitos entretenimentos adequados á sua indole, em vez de espectaculos barbaros e sanguinarios, só proprios de selvagens.

Este jornal gloria-se de ser em toda a sua já longa existencia da mais perfeita coherencia n'este objecto.

Foi aqui sempre severamente condemnado o estupido e feroz *divertimento* dos touros.

Tornaram-se notaveis dois artigos publicados no mez de Junho de 1850, escriptos por um nosso estimavel amigo, que ainda hoje é um dos ornamentos da Universidade.

Construira-se na horta de Santa Cruz, onde hoje se acha o mercado de D. Pedro V, uma praça de touros.

O nosso amigo levantou um brado eloquentissimo contra esse facto, que vinha deslustrar esta cidade civilisada.

Agora que se está a demolir a praça de touros em Coimbra, folgámos de reproduzir algumas palavras do energico artigo aqui publicado em 8 de Junho de 1850:

«Reprovam-se os combates dos antigos gladiadores, olha-se com horror para esses espectaculos barbaros e sanguinarios da antiguidade, e hoje batem-se as palmas, dão-se applausos freneticos aos tormentos e martyrios d'um pobre animal, á coragem estupida, ao delirio e á demencia d'esses homens que saltam á arena, a affrontar a morte com um desprezo cynico, com uma serenidade selvagem!

«Que lição tão edificante, para ensinar o *homicidio*, e o *suicidio!*

«Que applicação da doutrina tão santa, e tão consoladora da *protecção aos animaes!*

«E é a Coimbra, a terra pacifica e de bons costumes, o alcaçar da sciencia e da moralidade, onde a mocidade portugueza se vem educar, que se traz um divertimento, tão brutal, tão feroz, e tão immoral!

«Os touros em Coimbra são um epigramma pungente, uma caricatura, uma affronta, um insulto, um desdoiro, um ludibrio, em face da Universidade, do clero, e da gente sisuda e honesta de todas as classes.»

E como não ha causa por peior que seja, que não tenha defensores, tambem appareceu n'essa occasião um folhetinista a querer metter a ridiculo as ideias nobilissimas d'aquelle artigo.

Ao folhetim publicado respondeu o nosso estimavel amigo com outro energico artigo, renovando os seus protestos contra as touradas em Coimbra, o qual foi publicado no jornal de 20 de Junho de 1850.

Ahi dizia:

«Lavradores portuguezes! Vinde ouvir um sabio e moralissimo conselho.

«Aperfeiçoae e melhorae a creação de vossas manadas tourinas, regenerae e reformae as raças de vossos gados, que tendes em Coimbra uma escola pratica, uma festa agricola, uma exposição publica, onde podeis ostentar a nobre e fidalguissima arte d'educação dos animaes.

«Se quereis os vossos touros, doceis, robustos, mansos e proprios para a lavoira, fortes para a reproducção, gordos, nedios e luzidios para os talhos, e commercio de couros; vinde a Coimbra! Cá ha quem vos explique e dirija na arte de os atormentar e destruir, de os domar á força e á pancada, de os derrear, de os perseguir, de os tornar manhosos, travessos, desinquietos, bravos, ferozes, optimos emfim para os trabalhos da economia rural!

«Vinde aos pés do nosso respeitavel concilio agronomico. Trocae a vara, o ferro, e a brussa, pela farpa, pelo aguilhão, pela garrocha e pela espada; despi as vestes humildes de camponezes, e vesti os trajes vistosos de capinhas, e de homens de forcado; largae a innocente cabana d'aldeão, os prazeres amenos de vossos campos e culturas, e vinde assistir ao magnifico espectaculo d'um circo de gladiadores, onde se ensina a astucia, a ferreza, e a valentia, mas uma valentia cobarde e traiçoeira.»

Estimamos muito de poder hoje reproduzir estes periodos publicados n'este jornal ha 27 annos, e que vem muito a proposito na occasião em que a cidade vê demolir-se aquelle circo, que ahi havia, para vergonha da civilisação.

Repetimos: Fazemos sinceros votos para que nunca mais se possa ver na cidade das lettras, na Lusa Athenas, um monumento tão degradante para esta terra.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Giram as bandeirolas por todo o concelho de Coimbra!

Riscam-se estradas, promettem-se caminhos, inventam-se fontes; é tudo um paraiso!

Abençoado empenho de continuar a gerir os negocios municipaes! Feliz o povo que tem taes administradores — o typo dos verdadeiros administradores das rendas do concelho!

D'esta vez todos os eleitores terão á sua porta uma excellente estrada. Não têm mais que pedir para serem promptamente servidos.

Ha só uma pequena condição a satisfazer. Basta que cada um prometta votar nos illustres mandões, que ahi estão gozando das maiores delicias nas cadeiras senatorias.

Mas fallando serio: ainda não vimos ridiculo semelhante.

Ahi vae uma amostra da comedia que se está a representar nas freguezias ruraes.

Em uma das freguezias ao norte d'este concelho era necessario conseguir, que um abastado proprietario promettesse a sua influencia, para serem reeleitos os benemeritos edis conimbricenses. A condição, porém, que elle estabelecia para isso, era que a camara mandasse fazer uma estrada na freguezia, seguindo, comtudo, tal direcção, que pozesse em contacto uma grande vinha que possue, com uma sua adega.

Não houve n'isso difficuldade; pelo que os bons dos vereadores mandaram logo medir, riscar, e pôr bandeirolas na direcção em que se pedia a estrada.

Caminhava tudo ás mil maravilhas, quando infelizmente a zizania se vem metter no contracto.

O reverendo parocho da freguezia e muitos outros habitantes da mesma, sabendo do caso, começaram a clamar contra a estrada promettida.

Diziam que ella não utilisava senão ao referido proprietario; e que o mais povo ficava altamente prejudicado.

Vem a Coimbra o reverendo parocho; dirige-se aos omnipotentes mandões aqui da terra, protesta, reclama, e em nome de muitos dos seus freguezes declara, que tudo se insurgirá contra a reeleição, se a estrada não fôr feita por outra direcção mais conveniente ao povo!

Como ha de ser isto? Que se ha de fazer no meio d'esta manifestação popular, tendo de mais a mais á sua frente um levita do Senhor?!

Não haja receio. Os sabios mandões para tudo têm expedientes.

Muito bem. Andaram as bandeirolas a attrahir um influente eleitoral; pois agora vão outras bandeirolas ao ponto exigido pelo parocho e outros eleitores para os attrahir egualmente.

Risquem-se duas estradas; e até, se fôr preciso, promettam-se ambas, o que é muito facil.

No entanto tomem um conselho. Acautelem-se. Exijam que se façam as duas estradas antes das eleições; quando não ficarão todos embaçados.

Que indecente patuscada!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Se n'este paiz se cumprisse a lei; se houvesse quem tornasse responsavel as camaras pelos seus desatinos, patronatos e desbarate das rendas municipaes, de certo o dinheiro dos cidadãos não estaria á mercê dos caprichos dos vereadores.

Seria um documento que assombraria os contribuintes do concelho de Coimbra, um mappa em que meuda e fielmente se descrevessem as obras do concelho, inuteis, desnecessarias, começadas e não acabadas, ou alteradas; em fim todas as velleidades senatorias de que tem sido victima o povo!

Não ha um plano, não ha um systema seguido. Fazem-se e desfazem-se obras, muitas das quaes só servem para fins eleitoraes, ou para commodidade pessoal dos proprios vereadores.

Ainda ha poucos annos ahi tiveram todos occasião de ver um magnifico *paço das Necessidades*, digno monumento elevado no Caes do Cerieiro ao bom senso municipal!

Foi pena, na verdade, que passado perto de dois annos houvesse quem mandasse arrazar aquella obra prima de criterio e apurado gosto!

No entanto foi o povo quem pagou a despeza da obra, feita e desfeita!

Tambem ha annos foi mandada fazer uma construcção nas Ameias, elevando-se o terreno, e formando-se uma especie de passeio, ou pequena praça, em continuação com o caes. Esse terreno foi revestido de grades collocadas sobre uma facha de cantaria.

Como a actual e nunca assás decantada camara municipal, anda agora por toda a parte, na proximidade da eleição, a mostrar-se, e mecher em tudo, tambem se lembrou de mandar continuar o gradeamento do caes ao longo do rio.

De que se hão de, porém, lembrar os illustrados vereadores?

Mandam arrancar as grades que estavam na construcção ás Ameias; derrubam-se os pilares e destroem-se as fachas de cantaria que alli haviam sido postas com grande despeza.

Póde-se dizer, que tudo aquillo que se gastou n'aquella elevação de terreno, o que de certo foi uma quantia muito avultada, está perdido!

O povo cá está para pagar isso, enquanto não houver quem imponha a devida responsabilidade aos estragadores do dinheiro dos contribuintes.

Se os membros da camara fizessem estas obras á sua custa, sem duvida haviam de proceder de um modo diverso; mas como é á custa do concelho fazem e destroem á sua vontade!

Continuem na sua boa gerencia!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. commendador Olympio Nicolau Ruy Fernandes diz na sua correspondencia d'esta cidade para o *Commercio do Porto*, em data de 2 do corrente o seguinte:

«Têem ultimamente apparecido publicado no *Diario do Governo* alguns accordãos novos sobre negocios velhos, que jaziam esquecidos ha longos periodos de tempo no supremo tribunal administrativo; o que faz alimentar a esperança de que ainda na vida de alguns dos interessados será decidido o recurso interposto para aquelle tribunal contra um celebre accordão do conselho d'este districto, que annullou as eleições da santa casa da Misericordia d'esta cidade; sendo para admirar que, sendo o sr. marquez de Avila presidente d'aquelle tribunal, e tendo sido substituido pelo sr. conselheiro Anselmo José Braamcamp, ss. ex.[as] hajam consentido que um ouvidor, ou o respectivo relator, pozessem pedra em cima d'aquelle processo, negando-se assim a justiça, que ha muito devera ter sido feita; e ainda com a circumstancia aggravante de se ter despachado nos autos que se fizesse o competente preparo, como com effeito se fez, o que parecia ser o preliminar do acto que devera seguir-se, e que ainda não appareceu.

Agora está servindo de presidente do referido tribunal o sr. conselheiro de estado extraordinario José Silvestre Ribeiro, caracter nobilissimo e de uma probidade incontestada: tambem lhe serão occultados factos d'esta ordem, como de certo o foram aos dois respeitaveis cavalheiros a que me referi, e com que tanto descredito se acarreta ás instituições politicas por que nos regemos?»

A historia do famoso accordão do conselho de districto de Coimbra de 25 de Julho de 1874, que annullou a eleição da mesa da Misericordia d'esta cidade, encheria longas paginas.

Como se não bastasse o inaudito facciosismo do conselho de districto, accresce a quasi invalidação do recurso para o supremo tribunal administrativo, pelo facto de serem até hoje inuteis todos os protestos e reclamações da imprensa periodica, para que este tribunal dê a decisão que lhe foi requerida.

Se é para resultados como este que se estabeleceu n'este reino o systema liberal; podiam ahi deixar estar o absolutismo, porque ao menos ganhava-se o não se ter derramado tanto sangue como custou a restauração da Carta.

Desejavamos mais obras e menos palavras; menos festas e mais justiça.

Apezar de não termos aprendido latim sempre diremos — *Latet anguis in herba!*

Não sabemos o que n'isto quer dizer Virgilio; mas havemos de pedir ao sr. Barjona de Freitas para nos fazer a traducção.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

COMMUNICADO

(Continuado do n.º 3141)

Parece incrivel, que á frente d'uma repartição de districto, se tenha conservado um empregado de tão baixas e deshonestas qualidades, como o sr. delegado do thesouro, Antonio Joaquim de Vasconcellos.

É na verdade para admirar, que o sr. ministro da fazenda não tenha já tido conhecimento dos nefandos e detestaveis actos, quotidianamente praticados por este *talentoso* empregado, a fim de severamente os punir e castigar, como é de lei e justiça.

É necessario e urgente acabar d'uma vez para sempre com as protecções e privilegios, que ordinariamente se dispensam a um certo numero de empregados ineptos, aliás seremos incansaveis e assiduos na publicação dos seus innumeraveis escandalos e abusos, para perpetua vergonha dos padrinhos e eterna deshonra dos afilhados.

É preciso, que o vicio e a immoralidade, em qualquer parte que se encontrem, sejam com rigor castigados, e que a virtude e honradez sejam tambem acatadas e recompensadas.

Fazer-se o contrario do que deixo exposto, é descer á mais vasta depravação.

O sr. Antonio Joaquim de Vasconcellos, não está, nem estará nunca na altura de devidamente poder exercer o logar de delegado do thesouro, attento o seu desleixo e nenhuns conhecimentos scientificos.

Ignora as cousas mais faceis e rudimentares da sua repartição.

Não pareça isto exaggero; tire-se da repartição o empregado, Nicolau Antonio da Cruz, e ver-se-ha immediatamente a veracidade de tudo quanto deixo exposto.

O sr. delegado do thesouro, cura mais dos seus interesses e conveniencias, do que trata de trabalhar e estudar para seguramente cumprir com os deveres e obrigações a seu cargo, na qualidade de empregado publico.

Examinemos minuciosamente os actos d'este *insigne cavalheiro*.

Pouco tempo depois da sahida do proposto, Antonio José d'Oliveira, o sr. delegado do thesouro escreveu ao ministro da fazenda, dizendo-lhe: — que as operações do cofre iam agora muito bem, e que já não havia n'elle agiotagem.

Qual seria a razão, porque o sr. delegado do thesouro me fez n'essa occasião um tão honroso elogio, lançando uma nodoa tão vergonhosa no nome do proposto, Antonio José d'Oliveira?!...

O movimento e fiscalisação dos dinheiros da fazenda, no cofre central, ou nas recebedorias, não pertencem por ventura ao sr. delegado do thesouro?

Necessariamente pertencem.

Então como poderia o proposto Antonio José agiotar com os dinheiros do cofre, sem que o sr. delegado o soubesse?

Expliquem-nos o mysterio, sr. delegado do thesouro.

Expliquem-o, mesmo para desaffronta do nome e dignidade do proposto.

(Continua).

Coimbra 6 de Setembro de 1877.

ELYZEU.

NOTICIARIO

O juiz do povo de Coimbra, José Pedro de Jesus. — Vamos hoje publicar dois documentos ineditos, relativos ao celebre José Pedro de Jesus, que por muitos annos foi juiz do povo n'esta cidade, no principio d'este seculo.

São dois avisos do intendente geral da policia dirigidos em 7 de Março de 1801 ao corregedor da comarca de Coimbra e juiz do crime da mesma cidade.

Tornam-se notaveis estes documentos pela consideração em que eram tidos n'aquella epocha os juizes do povo.

Já assim não procedia o marechal Beresford, o qual em Abril de 1809 dirigiu de Thomar um officio para esta cidade (o qual em tempo publicamos n'este jornal) reprehendendo severamente o mesmo juiz do povo, por se atrever a indagar do coronel Trant as cousas da guerra, por occasião em que os francezes occupavam a cidade do Porto, e se tratava de os expulsar d'alli.

Do serviço do principe regente N. S. — Ao dr. juiz do crime da cidade de Coimbra — Do intendente geral da policia — Aviso.

V. m.cê suspenderá todo e qualquer procedimento contra José Pedro de Jesus, actual juiz do povo d'essa cidade, que foi ordenado por esta intendencia, ignorando-se o cargo que occupava: e por isso mesmo que nas ordens expedidas a v. m.cê se não declarava esta circumstancia tão attendivel, e somente se mandava proceder contra José Pedro de Jesus, tanoeiro, d'essa cidade, pedia a prudencia que v. m.cê antes de dar principio á execução das ditas ordens me informasse pelo correio extraordinario, de que o dito José Pedro de Jesus se achava servindo o respeitavel emprego de juiz do povo: esperando a minha resolução para d'este modo se poupar ás consequencias desagradaveis, que se seguiram d'esta inadvertencia reprehensivel, e ainda podem seguir-se, se v. m.cê se não revestir da prudencia e imparcialidade, que são necessarias, e indispensaveis a todo o magistrado.

Suspenderá v. m.cê egualmente todo o procedimento, que tiver principiado contra Maria da Piedade, mulher do dito juiz do povo, a quem mandei soltar por ordem expedida ao dr. corregedor d'essa comarca, para prevenir qualquer duvida, que v. m.cê possa suscitar impellido por algum resentimento pessoal. E no caso que sobre esta materia haja alguma circumstancia digna de attenção, v. m.cê, suspenso todo o dito procedimento, me fará presente por escripto para eu lhe ordenar o mais que deva praticar.

Deus guarde a v. m.cê Lisboa 7 de Março de 1801. — *Diogo Ignacio de Pina Manique.* — Sr. dr. juiz do crime da cidade de Coimbra.

Do serviço do principe regente — Ao dr. corregedor da comarca de Coimbra — Do intendente geral da policia — Aviso.

Remetto a v. m.cê o requerimento incluso de José Pedro de Jesus, actual juiz do povo d'essa cidade, para que v. m.cê faça suspender todo e qualquer procedimento, que por esta intendencia tenha sido ordenado contra o supplicante, por se ignorar que occupava o cargo de juiz do povo; e mande soltar immediatamente Maria da Piedade, mulher do mesmo juiz do povo; ainda mesmo quando se ache com assento aberto á ordem do dr. juiz do crime d'essa cidade, a quem escrevo na data de hoje para suspender todo e qualquer procedimento que tenha ordenado contra o mesmo supplicante e sua mulher. E logo que v. m.cê praticar esta diligencia me dará parte por escripto para eu ficar na certeza da sua execução.

Lisboa 7 de Março de 1801. — *Diogo Ignacio de Pina Manique.* — Sr. dr. corregedor da comarca de Coimbra.

Exonerações. — Foram exonerados, os srs. bacharel Elysio Freire de Abreu Pessoa, de administrador do concelho de Monte-Mór o Velho; e o sr. David Ubaldo da Silva Leitão, de administrador do concelho de Penacova.

Transferencias. — O sr. bacharel Antonio Simões dos Reis, que era administrador do concelho de Figueiró dos Vinhos, foi transferido para Monte Mór o Velho; e o sr. bacharel Antonio Honorato Marques Perdigão, administrador do concelho de Cantanhede, foi transferido para Penacova.

Despacho. — O sr. bacharel João Monteiro Gil Roldão foi nomeado administrador do concelho de Cantanhede.

Exames e distribuição de premios na escola da Atadôa. — Tendo o professor da escola da Atadôa, freguezia de Condeixa a Velha, destinado dar aula até ao sabbado, 1.º do corrente mez de Setembro, designou a commissão promotora da instrucção pupular este mesmo dia, para proceder aos exames dos alumnos, e achando-se reunidos os membros da commissão e o professor da escola o sr. José Simões Cravo, passou a commissão a ver os livros do — Registro da matricula — e Registro das faltas, e achou que no 1.º de Outubro de 1876 estavam matriculados 93 alumnos e presentemente 109, que deixaram de frequentar a escola por terem completado o curso e por causas diversas 16, vindo a ficar para a matricula do anno lectivo de 1877 a 1878 — 86 alumnos.

A frequencia do ultimo mez do anno lectivo findo foi de 45 alumnos o minimo e o maximo 56.

O professor procedeu á chamada dos alumnos e verificou que estavam presentes 56, numero egual ao do maximo da frequencia.

E procedendo-se aos exames, interrogando-se aquelles alumnos que em cada uma das tres classes o professor julgava mais habilitados para serem examinados, resultou d'este exame e da confrontação das escriptas, que tinham sido presentes nos exames e distribuição de premios de 28 de Agosto de 1875 e 30 de Agosto de 1876, serem julgados dignos de premios pelo seu merito em escripta e tambem alguns pelo seu aproveitamento na leitura em pouco tempo, 18 alumnos, sendo 4 da 3.ª classe, 5 da 2.ª e 9 da 1.ª

Findos os exames procedeu-se á distribuição dos premios que tinham sido offerecidos pelo presidente da commissão o reverendo prior o sr. Antonio Nunes da Costa, e pelo secretario o sr. Wenceslau Martins de Carvalho.

A commissão reconheceu aproveitamento nos alumnos, e que o professor o sr. José Simões Cravo tem sido zeloso no exercicio das suas funcções, tanto na aula diurna, como no curso nocturno, que regeu gratuitamente desde o principio do mez de Novembro de 1876, até 23 de Março do corrente anno, no qual se matricularam 37 adultos.

Assim deu a commissão por concluidos os exames e distribuição de premios aos alumnos, e de tudo lavrou a competente acta.

Festividade. — Por falta de espaço não podemos publicar a extensa descripção de uma festa ao Senhor da Paciencia, que ha de haver no domingo, 16 do corrente, na egreja de S. Salvador de Maiorca.

Diremos, porém, que no sabbado antecedente, á noite, haverá a trasladação da imagem, acompanhada da philarmonica da terra, da sua capella para a egreja matriz, onde se recitará um sermão. No domingo de manhã haverá missa solemne com exposição do Santissimo Sacramento e sermão; de tarde leilão de foga-

---

dura, *e ir morrer ás portas de Lisboa!* Eu vi e li este voto, e por isso posso affirmar que é verdadeiro.

A isto respondeu Solignac, que para esta operação não havia n'aquella occasião munições sufficientes, porque para cada soldado apenas poderia haver *oitenta cartuxos!* Assim a cousa nenhuma ficou reduzido este ousado projecto.

Foram-se porém recebendo com o maior risco e difficuldade alguns mantimentos, munições, e cousa de 200 soldados estrangeiros: começou-se a dar á gente pobre, por meio de subcripções, uma sopa economica diaria, porque havia abundancia de arroz, e por este modo nos podémos ir sustentando. (1) No emtanto Saldanha apressava com a maior diligencia a obra de um dos reductos, o *Pasteleiro*, e no dia 4 de Março já elle estava em termos de bem receber, como recebeu, os miguelistas.

Estes, suppondo ainda apenas começado o reducto, porque Saldanha tinha procurado encobrir as obras o mais que era possivel, presumpçosos, e como certos da victoria, chegaram-se a elle, e foram recebidos quasi, como se diz, á *queima roupa* com descargas de metralha, e uma mortandade espantosa. O valente regimento 10 que, occulto, estava prompto para os receber, caiu sobre elles á baioneta, e completou a victoria, pondo-os em completa confusão. Saldanha estava preparado para os receber, porque de antemão sabia que n'aquelle dia ia ser atacado, e isto sabia por um espia fiel, que tinha no campo inimigo, e sempre o avisava dos movimentos que alli se faziam.

Esta victoria deu grande nome a Saldanha, animou a tropa, e habitantes da cidade, e até desde logo fez crer aos estrangeiros, particularmente inglezes, que tinham embarcações no rio, que no Porto havia homem capaz de o salvar.

N'este mez de Março o tempo melhorou, foram mais abundantes os viveres, que se iam recebendo, assim como o que era preciso para affrontar as balas e bombas inimigas, e tambem entraram mais alguns soldados estrangeiros, que se iam recrutando em França.

Eu n'este meio tempo passava a minha vida, tomando e recolhendo notas para os meus *Annaes*, onde se acham muito mais desenvolvidos os muitos e importantes successos d'este cerco memoravel. N'elle me aconteceram cousas notaveis; e uma d'ellas, bem extraordinaria, foi a seguinte.

Passando um dia por uma rua vi á porta do major David, que veiu morrer no Algarve depois do desembarque que alli houve, uns cavallos que me pareceram ser os do conde de Saldanha. Dirigi-me a casa, sube que eram d'elle, que tinha vindo da Foz, onde tinha o seu quartel, e como lá tivesse toda a confiança fui entrando, e fui dar com o conde em um quarto, conversando com um homem que eu não conhecia. Comprimentei-o, dizendo-lhe, que estimava muito vêl-o em boa saude, e sem ter até alli soffrido algum perigo, e despedi-me, porque pensei que estava tratando algum negocio importante.

Eu já vinha no meio de um grande corredor que tinha a casa, quando vi que o conde corria atraz de mim, e me chamava. Chegando-se a mim disse-me formaes palavras: — *Meu Liberato! se eu for assassinado são FF...... os meus assassinos! Fique certo d'isso e os amigos.* Fiquei pasmado, e elle accrescentou: — *Aquelle homem, que alli está comigo, veiu avisar-me, que me acautelasse.*

Eu respondi-lhe: pois n'esse caso, de que tambem não duvido, é precisso tomar todas as cautelas; e d'isto já vou avisar os amigos.

Boas razões tinha eu para não duvidar desta infame cobardia, porque nunca me tinha esquecido de uma carta que elle me tinha escripto de Paris para Londres, quando ainda não lhe era permittido ir para o Porto. A carta é a seguinte, palavra por palavra: — «... Sabe o canal por onde me chegam as noticias da rua de *Corcelles*. (2) A unica pessoa, que alli tem alguma commiseração de mim é a imperatriz. Todos os outros só me concedem que tenho sido causa de não terem morrido de fome os emigrados; mas ainda agora continuam a dizer, que se eu me fosse apresentar no Porto era *indispensavel dar cabo de mim por todos os modos!* Não repito isto porque me importem taes ameaças, mas só para que calcule a boa vontade com que D. Pedro me veria alli apparecer.»

Esta carta recebi eu nos fins do anno de 1832; e estando em Pariz em 24 de Novembro do mesmo anno, e em casa de Saldanha, disse diante de mim, e d'elle Saldanha, o doutor Francisco Solano Constancio, o que ainda vou transcrever com toda a exactidão, e é o seguinte: — «No anno de 1829 houve uma reunião em Paris, composta, entre outros, do marquez de Palmella, D. Francisco d'Almeida, Candido José Xavier, e o visconde de Pedra-branca, cidadão brazileiro, na qual se assentou: que no caso de Saldanha tomar a resolução de ir para a ilha Terceira, se devia buscar meio, ou pretexto de lhe fazer um conselho de guerra, e n'elle se decidir que fosse asperamente punido. Não se podendo porém isto conseguir, se lhe devia obstar *por qualquer modo que fosse!*» E acrescentou o mesmo doutor Constancio, que tinha ouvido isto, *tal e qual*, da propria boca do visconde de Pedra-branca.

Agora advirtam os que chegarem a ler estas minhas Memorias, que eu não estou escrevendo um romance, mas como homem verdadeiro, de que me prezo ter sido em toda a minha vida, só escrevo o que fui, vi, e ouvi no longo periodo da minha existencia no mundo, E é bem que a historia pinte com verdade os que viveram e figuraram em nosso tempo, e que a lisonja sempre costuma desfigurar...

(Continuar-se-ha.)

(1) Houve dia em que se chegaram a distribuir seis a sete mil rações, e a individuos de todas as classes, porque a fome ia chegando a todos.

(2) Rua de Paris, onde morou D. Pedro com a imperatriz, e a rainha.

ças e *Te-Deum*; e á noite a procissão, saindo e recolhendo á matriz, havendo em seguida outro sermão. Na segunda feira, finalmente, a ultima procissão, regressando a imagem á sua capella.

Serão prégadores os srs. padre Julio da Silva Carvalho, e José Manoel Pereira.

Servirá de mestre de cerimonias o sr. padre Augusto Pereira Cardote, com a assistencia de seis sacerdotes.

A orchestra irá de Coimbra, e será regida pelo sr. Augusto Paes.

Companhia edificadora Figueirense. — Recebemos e muito agradecemos o *Relatorio da direcção, balanço do activo e passivo, e outros documentos relativos ao anno economico que findou em 30 de Junho de* 1877.

Homenagem a Thiers. — Lê-se na *Democracia* de Lisboa, do dia 6, o seguinte:

«O Centro eleitoral republicano democratico reuniu hontem em sessão extraordinaria, e resolveu unanimemente lançar na acta das suas sessões um voto de profundo sentimento pela morte do grande cidadão Thiers, bem como enviar o seguinte telegramma, que foi hoje expedido:

«*A madame Thiers. — Paris.* — Le comité eleitoral republicain democratique de Lisbonne, profondement ému par la mort de mr. Thiers, partage le deuil de la France et se associe, madame, à votre douleur. — (Assignado) ANTONIO DE OLIVEIRA MARRECA, presidente.»

Noticias agricolas. — Lê-se no *Jornal do Commercio* de Lisboa o seguinte:

«Os gafanhotos já têem feito consideraveis estragos nos campos do concelho da Golegã.

No paul de Boquilobo, concelho de Santarem, tambem têem apparecido consideravel numero d'acridios; alli, de um dia para o outro, destruiram completamente mil molhos de palha de milho.

Nos campos de Vallada, concelho do Cartaxo, da mesma sorte têem apparecido alguns gafanhotos, que se alimentam das searas, que em parte vão destruindo.

O governador civil de Santarem representou ao governo ácêrca da necessidade de providencias officiaes para combater esta praga. Provavelmente as providencias irão depois dos gafanhotos terem devorado tudo.

Em data de ante-hontem, participam de Portalegre que o estado sanitario dos gados existentes n'aquelle districto tem sido geralmente satisfatorio.

As differentes especies pecuarias tambem se conservam em bom estado de gordura, em virtude da abundancia do milho grosso e outras forragens que o anno tem produzido em abundancia.

São desanimadoras as noticias agricolas recebidas hontem de Leiria. Só no concelho de Leiria se encontram bons milhos. Completa escacez de fructas em todo o districto. Espera-se pouca safra de azeite.

As videiras estão muito atacadas de oidium.

Nos concelhos de Porto de Moz e Caldas da Rainha é escassissima a producção vinicola.

Em vista do mal dos vinhedos subiu o preço do vinho.

O que se vendia por 600 réis o almude, agora está a 1$200 réis.

Em breve sairá da alfandega um grande apparelho de lavoura para a quinta regional da Granja.

A camara concedeu que se realise o transito d'elle por algumas ruas, tomando-se providencias para evitar quaesquer desastres.»

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario de Noticias* o seguinte:

Um telegramma de Shmula, datado de 31, diz que o exercito ottomano tomára a offensiva em todas as direcções.

No dia 30 tres columnas turcas partiram de Eski-Djuma para atacar as linhas russas no Lom de cima.

A columna direita, composta de uma divisão, que tinha vindo de Adakeny, perto de Rasgrad, marchou sobre Karashasanhoi, emquanto as outras duas columnas avançavam, a primeira sobre Haydarkoi e a segunda sobre Yaslar.

As forças ottomanas compunham-se de 3 brigadas de infanteria, 2 baterias de artilheria, 2 esquadrões de cavallaria, e uma brigada de infanteria de reserva, sob o commando de Mehemet-Ali, sendo acompanhado pelo principe Hassan.

Ás 9 horas da manhã do dia 31, as baterias russas collocadas na rectaguarda de Sadina e em frente da villa de Kutcheles, tendo observado a avançada dos turcos rompeu fogo, e apesar de uma resistencia tenaz, Nidjil-Pachá entrou em Sadina, fugindo os russos precipitadamente para Karashasanhoi, depois de lançarem fogo á villa.

Em Karashasanhoi os russos fizeram uma tenaz resistencia e o combate durou até ás 4 horas da tarde, sendo os russos completamente derrotados.

Como em Sadina, Karashasanhoi foi incendiada pelos russos.

N'esses combates os russos perderam cerca de 4:000 homens, uma peça de artilheria, 4 wagons com munições de guerra, 30 wagons com mantimentos, 2:000 cavallos e grande quantidade de roupa e equipamentos militares.

Nos ultimos dez dias os russos perderam duas importantes posições, Lom e Kara Lom.

O *Times* julga que os turcos estão agora em posição de atacar os melhores entrincheiramentos dos seus inimigos.

Suleima-Pacha annuncia de Shipka, em data de 30 de Agosto, que as suas perdas tem sido relativamente pequenas. Já entrára em Agatch, ao sul de Grabrova.

Mehemet-Ali avançava pelos estados de Osman-Bazar em direcção a Tirnova e parece que deseja estabelecer a sua linha entre Osman-Bazar e Lom superior.

Os russos consideram as suas forças em frente de Plewna muito inferiores ao presente para tentarem atacar de novo aquella praça, mas consideram-se fortes para se defenderem dos ottomanos.

Conforme noticias authenticas, os russos tem apenas em frente de Plewna uma força inferior a 55:000 homens de todas as armas, incluindo a divisão rumaica que se compõe de 6:000 homens.

As forças rumaicas que até agora têem atravessado o Danubio não excedem 18:000 homens; 8:000 estão entre Nikopolis e Plewna, e 10:000 á esquerda da rectaguarda do corpo do exercito de Osman-Pachá.

O principe Carlos da Rumania partiu de Corabia para o quartel general russo em Goruy Studene, a fim de negociar as condições com que o exercito rumaico deve entrar na campanha.

Vienna, 4. — Os turcos evacuaram Soukhoum Kalé e todo o Caucaso.

Bucharest, 4. — Loftcha (Lowatz) foi tomada no assalto pelos generaes russos principe Imeretinsky e Socobeloff. Os russos retomaram Soukhoum Kalé no dia 1 do corrente.

ANNUNCIOS

AGRADECIMENTO

1 SERAPHIM GOMES DE ABREU E LIMA e sua mulher Clementina dos Prazeres Figueiredo Lima, summamente penhorados pelas provas de amizade, que lhes dispensaram muitas pessoas por occasião do fallecimento do seu sempre chorado filhinho José de Figueiredo Lima, já em sua casa, já acompanhando-o ao cemiterio da Conchada, a todos protestam indelevel reconhecimento e infinda gratidão.

Coimbra 6 de Setembro de 1877.

Seraphim Gomes de Abreu e Lima.
Clementina dos Prazeres Figueiredo Lima.

BANDEIRAS
PARA ALUGAR

2 HA GRANDE PORÇÃO, muito em em conta, em casa de Francisco de Oliveira Serrano, rua dos Esteireiros, 20.

PREVENÇÃO

3 TENDO ENCONTRADO sempre a maior exactidão e pontualidade na partida das diligencias do sr. Natividade para a Figueira, sinto dizer-lhe, que não se observa outro tanto em seu regresso da Figueira para Coimbra.

Por quanto tendo comprado bilhete para sair d'aquella villa no dia 30 d'Agosto, na diligencia do sr. Albano, das duas horas e meia, e apresentando-me na sua estação ás 2 e 25 minutos, como marcava o meu relogio, certo pelo da Universidade, o da matriz e o da estação telegraphica (que depois conferi), ja a diligencia tinha partido.

Queixando-me ao 2.º caixeiro, por não estar o 1.º, nem o patrão, respondeu-me que nada era com elle: teria de ficar para o outro dia, ou queixar-me á auctoridade, se não achasse bilhete no correio, que partiu ás 3 horas e 5 minutos, quando o da estação do sr. Albano marcava 3 horas e 20 m., adiantamento de um quarto.

Sube depois, por observação de pessoa *fidedigna*, que no dia 31 a mesma diligencia do sr. Albano partiu ás 2 horas e 35 minutos, no relogio da estação telegraphica, isto é, 20 minutos depois da hora, que o relogio do sr. Albano marcava no dia antecedente.

Reconheceu-se o proposito ou engano, mas não se reparou devidamente.

Coimbra, 3 de Setembro de 1877.

Antonio José Marques.

---

4 V. PINTO BASTO & PLACIDOS, respondem ás reclamações que lhes tem sido feitas por parte de muitos seus consumidores, em Coimbra e outros pontos do reino, que só podem garantir os tabacos da sua fabrica — *Fidelidade Portuense* — que forem vendidos nos seus depositos, no Porto, e declaram que os *Cigarros Havanos*, de que especialmente se queixam, não são da sua fabrica, mas *sim imitações* produzidas por outras fabricas.

Procurem, pois, os srs. consumidores os nossos tabacos em casas de confiança e incapazes de praticarem os muitos abusos e falsificações, que se fazem com os tabacos da Fabrica Fidelidade Portuense.

Porto, 14 de Agosto de 1877.

V. Pinto Basto & Placidos.

VENDA DE PROPRIEDADE

5 SERAPHIM GOMES DE ABREU E LIMA vende a sua propriedade de terra no campo do Bolão, sitio do Carreirinho (pegado com Pinto Bastos), toda ou em lotes conforme melhor convier. Faz praça sobre o lanço já offerecido, a qual será no dia 9 de Setembro corrente, na Praça do Commercio, n.ºs 15 a 18, das 11 horas do dia em diante.

Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

6 SAE de Coimbra ás 4 horas e meia da manhã, e da Figueira ás 2 da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

RAPAZ

7 PRECISA-SE d'um que queira aprender a arte typographica. N'esta redacção se diz.

ARRENDAMENTO DE INSUA

8 NO DIA 16 do corrente mez de Setembro, pelas 11 horas da manhã, se ha de arrendar (se o preço convier) a insua de S. Domingos dos exm.ºs srs. Ferreiras Pintos Bastos. Tracta-se na rua da Sophia, n.º 171, com Francisco Lopes do Valle.

LECCIONISTA

9 O PADRE Joaquim dos Santos Gonçalves lecciona Instrucção Primaria, Portuguez e Rhetorica, em sua casa na rua da Calçada, n.º 110.

CASA EM VENDA

10 VENDE-SE o predio situado á rua dos Militares, n.ºs 72 e 74. Os interessados pódem dirigir-se á rua da Calçada, n.º 93 — altos.

Leccionista de pharmacia

11 JOAQUIM DOS SANTOS E SILVA, chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico da Universidade, continua a habilitar os aspirantes de pharmacia para os seus exames finaes.

EM COIMBRA

12 PRECISA-SE de um caixeiro para negocio de quinquilherias. N'esta redacção se dirá quem o pretende

DESPEDIDA

13 ELYSIO Garrido, não podendo, por causa do seu mau estado de saude, despedir-se de todas as pessoas das suas relações, n'esta cidade, o faz por este meio, offerecendo-lhes o seu limitado prestimo em Lisboa, para onde muda a sua residencia.

LEILÃO

14 DOMINGO 16, do corrente, no beco do Cabido, casa n.º 8, ha de haver leilão de mobilia e mais objectos.

CASA LISBONENSE

96 - RUA DO VISCONDE DA LUZ - 100
COIMBRA

Liquidação da estação de verão durante o mez de Setembro

15 FAZENDAS claras de lã para vestido. Chapeus de novidade para senhoras.

Saldo de córtes de vestido em caixa, para campo e praia, que liquidâmos por 7 e 8 mil réis.

Saias de precale para campo e praia que liquidâmos baratas.

Grande saldo de chitas muito finas, e desenhos modernos, que vendemos por 135 réis o metro, e 90 réis o covado.

Sombrinhas modernas para campo e praia, que liquidâmos baratas; e muitos mais artigos.

Substituições a militares

16 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

Venda de casas

17 VENDE-SE a casa sita na rua das Fangas, com os n.ºs 60 e 62. Quem a desejar póde dirigir-se á mesma rua n.º 61, onde se trata do ajuste.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3143 | Terça feira 11 de Setembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

OS BONS HOMENS

Ha uma qualidade de individuos a quem geralmente se dá o nome de *bons homens*, mas que bem avaliados os seus actos são *homens pessimos*.

Um membro de qualquer camara municipal, que se presta a tudo quanto quer o seu presidente; que não indaga, não investiga aquillo que mais convém ao municipio; que em fim vota cegamente em tudo o que lhe é indicado; falta com esse seu procedimento á missão de que o encarregaram os seus eleitores; — mas comtudo, para certa gente — é um *bom homem!*

Um mesario de qualquer misericordia, que na escolha de uma donzella para ser dotada; uma entrevada para ser incluida na lista das beneficiadas pela santa casa; um orphão para entrar no respectivo collegio; ou em todos os mais actos a que o chamam a decidir o compromisso e o regulamento, não se guia pelos dictames do justo e do honesto, mas segue exclusivamente o parecer do provedor, ou se deixa levar por empenhos; calca, é certo, com isso aos pés os deveres do seu cargo; commette com essas condescendencias gravissimas injustiças; — mas não deixa por isso de passar — por um *bom homem!*

Um vogal do jury, que tem de dar o seu *veredictum* sobre um acto altamente criminoso; que é responsavel para com Deus, a sua consciencia e a sociedade pela decisão que dér; que póde com a sua mentirosa resposta aos quesitos dar em resultado o animarem-se os malfeitores, vista aquella impunidade, a praticar outros crimes; e que foi levado a essa deliberação por influencias que n'elle actuaram; — falta, é inegavel, ao solemne juramento que prestou; — mas porque cedeu aos empenhos e concorreu para absolver um seu protegido — é um *bom homem!*

Um parocho que se presta a passar um attestado falso ou caviloso, a favor de um mancebo, em objecto de recrutamento, para satisfazer ao empenho d'algum mandão, ou influente eleitoral; pratica com isso um acto reprehensivel e criminoso; vae prejudicar um outro mancebo, que não ficaria sujeito ao recrutamento, se aquelle attestado tivesse sido passado conforme a verdade dos factos; — mas como beneficiou um protegido, embora á custa de um infeliz desamparado — é um *bom homem!*

Um membro da commissão districtal, ou da junta de revisão, que contra a manifesta verdade livra do serviço do exercito um mancebo, para satisfazer ás exigencias dos corrilhos e dos potentados eleitoraes; commette, é certo, uma flagrante injustiça, porque vae sacrificar outro mancebo, que sem essa iniquidade não seria chamado ao serviço do exercito; — mas como fez um favor que se lhe pediu — é um *bom homem!*

Um vogal de qualquer mesa de exames no Lyceu, ou dos actos na Universidade, que approva um examinando que quasi nada sabe; que pratica ainda maior escandalo, quando decide com desegualdade as suas classificações; que atraiçoa com isso os seus deveres; mas que satisfaz aos empenhos que de toda a parte se lhe dirigem, é havido por — um *bom homem!*

Um individuo que na sua vida particular é um traficante; que contrata de má fé e falta indignamente á sua palavra; ao mesmo tempo que em publico se apresenta sendo um grande hypocrita e santanario — é com effeito um mau cidadão; mas como aquellas apparencias de falso religioso encobrem a podridão que lhe vae por dentro, fica sendo — um *bom homem!*

Um professor do Lyceu, ou lente da Universidade, que pela sua relaxação dá com a maior facilidade todos os feriados que lhe pedem os seus discipulos, e que tolera todos os desatinos que elles praticam; causa com isso, é certo, um grave prejuizo ao ensino, e dá motivo a que os alumnos sejam uns ignorantes e desordeiros; mas como é condescendente e faz todos os favores — é um *bom homem!*

Um bedel de qualquer faculdade, que se presta a occultar as faltas dos respectivos alumnos, mediante uma gratificação pecuniaria — é inegavelmente um indigno empregado, merecedor de severo castigo; mas porque protege os cabulas e os discolos, é por estes apregoado, ainda que pensem o contrario, por — um *bom homem!*

Uma auctoridade administrativa ou judicial, que concorre para que os criminosos não sejam punidos, deixando de obter as provas necessarias; que torce as disposições legaes em favor dos malfeitores; que abafa quanto póde os processos, e prepara tudo para a impunidade dos mesmos criminosos, só porque deseja satisfazer a um alto empenho; commette, não ha duvida, com isso um gravissimo abuso no exercicio do seu cargo; mas como serviu a quem interveiu n'este negocio — é um *bom homem!*

Um jornalista que está sempre prompto a defender toda a qualidade de desaforo, e que se promptifica a auxiliar todas as tranquibernias; — falseia, certamente, a sua nobre missão; mas para com os cynicos e devassos que elle coadjuva, em natural e sympatica camaradagem — é um *bom homem!*

Um chefe de familia, duro e deshumano para com sua mulher e filhos, intolerante e cruel para com os seus familiares; mas que no publico alardeia de muito liberal, e clama sempre contra o despotismo — é com effeito um mau cidadão; mas como a sociedade só em regra tem conhecimento da linguagem que elle emprega, e ignora o que pratica para com a sua familia — tem-o na conta de — um *bom homem!*

Um avarento usurario, que sem dó nem compaixão nada perdoa aos seus caseiros nos annos em que a agricultura é desgraçada, e que exige um juro exorbitante do dinheiro que empresta; mas que uma ou outra vez manda distribuir meia duzia de libras pelos asylos de infancia e mendicidade, ou outro qualquer estabelecimento de beneficencia; e ao mesmo tempo pede nas diversas redacções dos jornaes para espalharem a todos os ventos da publicidade a noticia d'aquelle seu donativo — é, por certo, um homem de mau coração; porém, como o publico só sabe das libras por elle ostentosamente offerecidas,

---

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXLI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

O marquez de Louté tambem chegou a entrar no ministerio; e foi elle o *unico* que deu signaes de saber que eu alli estava, porque por via de D. Luiz de Vasconcellos, pae do primeiro conde das Alcaçovas, me mandou offerecer o primeiro logar na sua secretaria dos negocios estrangeiros.

Agradecendo-lhe muito a sua attenção, e o bom conceito que fazia de mim no mesmo tempo em que todos os amigos de D. Pedro evitavam fallar-me, e até de se encontrarem comigo, rejeitei a offerta que me fez; e não dou aqui a razão principal, porque a recusei; porque talvez desagradasse a alguem ainda vivo, e eu não quero, sem ser preciso, dizer cousa, que possa offender o melindre de quem quer que seja. Se tenho escripto cousas que possam desagradar a alguem, é porque para isso me vejo muitas vezes obrigado para contar com verdade factos que julgo, bom é, que se saibam.

No dia 19 de Maio d'este mesmo anno, por um d'esses acasos felizes, que uma ou outra vez se encontram na vida, escapei de morrer pelo choque de uma bomba, que ás 5 horas e meia da tarde caiu na casa em que morava na rua do Pombal, n.º 16. E este acaso, ou o que lhe queriam chamar, foi bem extraordinario, porque achando-me bem incommodado, estava para me deitar sobre um canapé que tinha no quarto. Ouvindo porém tocar a campainha da porta da rua, e a voz de uma pessoa conhecida, abri immediatamente a porta do quarto em que estava, e ao pôr o pé fóra d'ella ouvi o estampido de uma bomba, que caia na casa d'onde saia, e que rebentando alli havia quebrado portas e janellas, e quanto n'ella havia!

Felizmente não fez mal a pessoa alguma, porque entrou por um lado da casa, onde n'aquelle momento não estava pessoa alguma.

Em quanto esta boa fortuna assim me acontecia, um emigrado meu conhecido, natural de Coimbra, e que fazia todas as diligencias para se livrar das bombas, *depois de ter feito tudo o contrario do que costumava fazer, para d'ellas se escapar*, indo uma noite, por este motivo metter-se mui cedo na cama, e no logar mais baixo da casa onde morava, apenas se tinha deitado, foi esmagado e morto por uma, que passando ao lado de alguns companheiros, que moravam com elle, sem lhes tocar, foi procurar o medroso e o matou! (a)

Diogam agora os philsophos, o que é isto que se chama destino, acaso, ou fortuna, que tem certos homens na vida!... Porque morrera aquelle homem, que tanto procurava evitar a morte, e esta o foi buscar, *como de proposito*, e me poupou a mim para escrever estas linhas?...

No meio do mez de Julho recebi no Porto a triste noticia da morte de meu irmão Luiz Antonio Freire de Carvalho, que morreu na idade de 67 annos, depois de ver confiscados, perdidos, e devorados todos os seus bens desde o anno de 1828, e que foi emfim preso em 1832, e acabou a vida na prisão de Thomar, depois de transferido para ella da de Coimbra. Uma d'essas victimas do baixo tyranno D. Miguel, a quem, como a novo *Moloch* ainda hoje tributam incensos homens, que se dão por creaturas intelligentes, feitas á imagem do Deus!!... monstro estupido! perjuro! e cruel!... O crime de meu irmão foi o que os miguelistas hoje chamam virtude; preferia D. Pedro a D. Miguel, a quem nunca injuriou, nem offendeu!...

Melhorou consideravelmente o tempo, houve abundancia de viveres e munições; e as victorias se succederam umas apóz outras, dirigidas já por Saldanha, e que até fez murchar os louros do marechal francez *Bourmont*, o ven-

(a) Este emigrado de Coimbra, de quem aqui falla José Liberato, e que tão desastradamente morreu no Porto, era o medico Paulino de Nolla Dias Carrero.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

fica acreditando que é — um *bom homem!*

Um cidadão de qualquer classe da sociedade, que sendo chamado a exercer os direitos eleitoraes estabelecidos na lei, se deixa levar por influencias poderosas, e se promptifica a sustentar os mandões, que querem conservar o seu dominio á custa dos povos — atraiçoa sem duvida a sua consciencia; desce da posição de homem livre á do submisso escravo; mas porque não creou attritos a esses mandões, antes lhes aplanou o caminho para conseguirem os seus fins — é um *bom homem!*

Um membro de qualquer tribunal superior, que se presta, para satisfazer altos empenhos, ás vezes até d'um ministro de estado, a demorar indefinidamente a decisão de um recurso—commette com isso uma desaforada e revoltante denegação de justiça; mas comtudo não deixa de ser, na opinião de quem ignora as molas occultas que produzem estes resultados — um *bom homem!*

De modo que, sendo estes os *bons homens*, vem a ser os *maus homens* aquelles que sem contemplações, nem olharem a contrariedades e a prejuizos, cumprem rigorosamente os seus deveres; aquelles que se oppõem aos abusos e arbitrariedades, e não se prestam a praticar actos injustos e indecorosos.

E' este o resultado de uma certa escola immoral que se tem desenvolvido.

Segundo as theorias d'essa escola, é *bom homem* o que pratica todos os escandalos, ou condescende com elles; e *mau homem* o que segue um caminho diametralmente opposto.

Pois apezar d'isso diremos, que os taes *bons homens* (entidade muito diversa dos *homens de bem*), são a praga da sociedade, os fomentadores da corrupção, e os protectores de todos os devassos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Continuam na ordem do dia os roubos no caminho de ferro! Acham-se os negociantes á mercê dos ladrões, que estão sendo uma especie de quinto poder do estado!

N'este paiz, quem roubou, roubou; e quem não roubou, roubasse! O tempo só vae bom para os tratantes; para os que querem viver á custa da propriedade alheia.

Em o numero d'este jornal de 25 de Agosto ultimo demos conta do roubo de 6 cintas, tiradas de um pacote onde vinham 18, para o sr. Manoel Gonçalves Pereira Guimarães, negociante na rua do Corvo d'esta cidade.

Alli diziamos, que o pacote onde vinham aquelles e outros objectos, havia sido mandado pela acreditada casa commercial de Lisboa, dos srs. Anjos & C.ª, os quaes em carta de que publicámos alguns extractos, se queixavam de numerosos roubos praticados na linha do caminho de ferro do norte.

Agora na sexta feira passada aconteceu mais um caso curioso.

N'aquelle dia recebeu o sr. Guimarães outro pacote, mandado egualmente pelos srs. Anjos & C.ª

Poucas horas depois de lhe ter entrado na loja o mencionado pacote, apparece-lhe o inspector d'esta secção do caminho de ferro, dizendo, que lhe constára que elle se havia queixado de roubos de fazendas, e ia indagar o que havia a esse respeito.

O sr. Guimarães começou a contar-lhe todo o occorrido, mostrando-lhe as facturas e correspondencia, e explicando como lhe appareciam os pacotes, os quaes mostravam ser descosidos, e tornados a coser, mas de modo diverso do que era costume na casa dos srs. Anjos & C.ª

N'esta occasião dirigiu-se o sr. Guimarães para o pacote, que pouco antes havia chegado, a fim de fazer a comparação, e n'esse acto repara em que este tambem havia sido aberto!

Descose-se o pacote e encontra-se a falta de 12 cintas!

Eis o que o inspector do caminho de ferro encontrou, na occasião em que vinha indagar o que havia ácerca dos roubos! Além dos anteriores veiu elle proprio ser testemunha de mais outro!

E' a este estado que se acha reduzido o caminho de ferro!

Pratica-se alli o que fazem quasi todos os barqueiros, que conduzem pipas de vinho para a Figueira. Por mais diligencias que façam os donos do vinho, por mais ameaças que dirijam aos barqueiros, não evitam que elles furem as pipas, tirem o vinho que querem, e o substituam por agua.

No caminho de ferro é o mesmo. A ladroeira alli tornou-se molestia quasi sem cura.

E' necessario que os negociantes quando fizerem as requisições, recommendem aos seus correspondentes, que mandem mais uma porção para o roubo d'aquelles empregados, que são no caminho de ferro a vergonha dos seus collegas honestos.

Aquillo é um tributo a que elles já se reconhecem com direito. Não ha meio de o evitar.

Está no caminho de ferro o roubo na ordem do dia!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A grande runa, que vindo do lado do mercado d'esta cidade, atravessa o largo 8 de Maio, e segue por entre as ruas da Moeda e Direita até ao rio, está quasi completamente entulhada.

Além de ser um foco de infecção, acontece que á menor cheia que haja, a agua como não tem expedição, recua, vindo inundar a egreja de Santa Cruz.

Na sexta feira de manhã, a chuva que houve foi sufficiente para se inundar o adro da egreja, e difficultar a entrada do povo, que queria ir ouvir missa.

Quando isto agora acontece com as primeiras aguas, o que será no inverno! Teremos sem duvida a repetição das tristes scenas do inverno passado.

Numerosas vezes temos pedido e instado para que a camara mande desentulhar aquella runa; mas tudo tem sido inutil!

Se a runa existisse em qualquer das freguezias ruraes, e algum influente exigisse para promover a reeleição da camara, que ella fosse limpa, estava já ha muito servido.

Como é dentro da cidade tudo se despreza, embora com isso soffra gravemente o publico.

E' este o modo como a camara cumpre as suas obrigações, e o caso que faz das justificadas queixas que se lhe dirigem.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Vão successivamente apparecendo provas da actividade em alguns dos nossos tribunaes superiores.

No *Diario do Governo* de 8 do corrente vem publicado o accordão do tribunal de contas, decidindo o processo do julgamento de Fernando Antonio de Oliveira Brandão, na qualidade de recebedor da comarca de Rio Maior, no periodo decorrido desde 3 de Outubro de 1845 até 18 de Setembro de 1852!!!

Por esse accordão é o referido recebedor julgado devedor á fazenda da quantia de 20$355 réis, e condemnado no pagamento d'essa verba, assim como no dos respectivos juros, a contar do ultimo dia da sua gerencia.

Deve-se concordar, que não é demasiado o tempo que levou o tribunal de contas a dar esta decisão.

Foram apenas 25 annos!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 9 de Setembro de 1877.

Correram hontem boatos de crise ministerial, ou pelo menos da saida do sr. ministro da fazenda. Aponta-se como causa o desgosto do sr. Carlos Bento para com o seu collega das obras publicas, em relação ao caminho de ferro do Douro. O *Progresso* de hontem, orgão do actual governo, e que se diz *sempre bem informado*, nega que tal haja, e affirma que *reina a doce paz na santa egreja ministerial*. Não sei o que ha de verdade em tudo o que se diz, mas o que é verdade é que o sr. Barros e Cunha tem commettido despropositos de todo o quilate, e que a situação está enferma, apesar dos seus arautos d'ella a darem robusta e sadia. Veremos.

A este respeito dizia o *Jornal da Noite* de hontem.

«Confirma-se a crise ministerial. Segundo parece, o sr. Carlos Bento sae do ministerio. Os ministros foram hoje ao paço. Nada mais se sabe até á hora em que escrevemos estas linhas.»

O *Diario Popular* de hoje apenas diz, mui laconicamente:

«Hontem correu novamente com insistencia o boato de que o sr. Carlos Bento pedira a demissão e que o substituiria na pasta da fazenda o sr. Mello Gouveia, conservando a da marinha.»

Se tal succede, vamos de mal a peor.

— Não esquecem os afilhados. O sr. Luiz Maria de Mello Gouveia foi nomeado aspirante da alfandega do consumo. O nomeado é filho do sr. ministro da marinha.

— De ha muito corre mal a época para a

---

cedor d'Argel, esse famoso traidor a Napoleão, e a quem se tinha procurado em vão disfarçar esta infamia, incumbindo-o d'aquella conquista em que fôra feliz.

Solignac, por desgostos, e talvez por ver que já não podia fazer boa figura a par de Saldanha, havia pedido a sua demisão, e tinha partido para França. Estando pois os nossos negocios já tão bem figurados, entrou-se a pensar em fazer uma diversão ao inimigo, indo atacal-o em alguma parte do reino: escolheu-se o Algarve.

Quem n'isto muito se interessava eram os que em Inglaterra nos tinham emprestado dinheiro, e que não o podiam recobrar se não com o triumpho da causa da rainha. D. Pedro, e o mesmo Solignac, em quanto foi commandante da nossa tropa, eram de diversa opinião, e queriam a todo o custo atacar os miguelistas pelo norte do Porto; mas Saldanha e os officiaes de bom juizo eram de voto contrario, por lhes parecer, que era uma temeridade muito arriscada, o que depois se viu que podia ter sido fatal.

Assim entre esta lucta de opiniões venceu a do ataque pelo Algarve; e para isso se arranjou um novo emprestimo. Comtudo para elle se verificar pozeram os emprestadores por condição absoluta, que não entregavam o dinheiro a D. Pedro, nem ao seu governo, com receio de que o applicassem para outra expedição. Escolheram então para ser caixa do dinheiro, e acompanhar a projectada tentativa de ataque, o *marquez de Palmella*, que estava na desgraça de D. Pedro, do seu governo, e de todos *os que não queriam rei mulher*, e homem, que havia pouco tempo, a gazeta ministerial, a *Chronica*, tinha annunciado ao *publico como traidor!!*

Conseguido o dinheiro, e organisada a expedição maritima, que devia ser commandada pelo novo commandante Napier, chegaram á barra do Porto os navios que deviam transportar a tropa, que ia ás ordens do duque da Terceira. Depois de metade d'ella já estar a bordo, entrou D. Pedro com o seu governo a querer impedir que tomasse aquelle destino, mas foi tal a força da opinião publica, que tanto elle como o governo foram forçados a desistir da sua louca teima; e até o governo *votou por fim* contra seu amo! O que então correu, e ouvi repetir, foi:—que os ministros tinham sido a isto obrigados pelas reflexões sérias e muito terminantes de tres homens, que foram, o coronel Pacheco, official de um superior merecimento, e que lá morreu no Porto de uma bala; José Jorge Loureiro; e Mouzinho de Albuquerque.

Eu que sabia a indisposição que tinha Saldanha contra Palmella, porque, além do desafio que lhe havia feito em Londres, lhe tinha mandado dizer por escripto no anno de 1830, e com data de 3 de Abril — «que rompia para sempre com todas as relações de amisade, e sómente admittiria aquellas que fossem convenientes para o bom serviço da rainha,» escrevi-lhe n'estes mesmos dias á Foz, onde conservava o seu quartel, pedindo-lhe, que recebesse bem Palmella, e se esquecesse, pelo menos, n'aquella occasião, quanto até ahi se havia passado entre ambos.

Na minha carta dizia-lhe o seguinte: — «que em politica não havia senão interesses, que não ligavam nem pelo passado nem pelo futuro; e que, em uma palavra, quando esses interesses eram, com especialidade, a bem da patria, os sentimentos do coração se deviam sacrificar aos raciocinios da cabeça; porque sempre era honroso e heroico sacrificar ao bem do paiz os resentimentos pessoaes, quaesquer que elles fossem. E que elle teria quem lhe desse exemplo, porque havendo annos que não visitava Palmella, por me haver separado d'elle *politicamente*, o iria logo cumprimentar assim que chegasse ao Porto.» Isto cumpri eu, indo deixar-lhe um bilhete por o não ter encontrado em casa.

Saldanha houve-se n'este caso como cavalheiro, porque o recebeu na Foz com a antiga familiaridade; e tão satisfeito deixou Palmella, que este disse em tom que todos ouviram — *agora que na minha entrada começo tão bem, já não posso augurar mal da causa da patria*. Esta reconciliação politica entre dois homens, que pareciam irreconciliaveis, assombrou D. Pedro, e seu ministerio, e lhes transtornou todas as combinações; e as vozes, que sahiram de suas casas, e dos clubs ministeriaes, foram, que Palmella devia ser preso e processado por tratar, e concluir negocios sem auctorisação do governo.

Este acto estulto já não estava ao alcance de D. Pedro, nem de seu ministerio, nem dos seus clubs; a opinião publica teve mais força do que elles, e a expedição se fez, e foi bem succedida. Na minha opinião foi este heroico acto de Palmella o *unico*, que na sua vida fez em proveito da patria, e muito folgo de o relatar.

(Continuar-se-ha.)

desgraçada ilha das Flores, que se vê a braços com a falta de recursos de todo o genero. O governo não tem dado pelos lamentos dos pobres habitantes d'aquella nossa ilha, e elles perecem á mingua, sem que a metropole, que tinha obrigação de os soccorrer, lhes mande o obulo que dispensa aos habitantes do Ceará, a braços com a secca.

Em quanto outras ilhas do mesmo archipelago, como a de S. Miguel, que não é demasiadamente desprovida de recursos, tem recebido protecção e soccorros do governo, com abundantes remessas de cereaes, a desditosa ilha das Flores vegeta na miseria, morrendo os seus habitantes á mingua, sem que mão amiga se estenda para lhes dar conforto.

Em que se entretem o sr. ministro do reino? Acaso não lê os jornaes? Não terá chegado ao seu conhecimento a leitura de muitas cartas particulares, que pintam com horriveis e negras côres a situação horrivel e desesperada d'aquella ilha? Não terá s. ex.ª dispensado dez minutos, apenas, para lêr a *Democracia*, na qual, em diversos trechos de cartas d'aquella ilha, se diz o bastante, para que se avalie da situação d'ella?

— Sua magestade imperial despediu-se de nós. Mas — cruel! — antes de deixar as praias lusitanas fez da tia Vicencia *uma cascata*, qual antigo Neptuno do chafariz do Loreto!

A tia Vicencia, amigo Martins, — é preciso que lh'o diga, e para que tambem os seus leitores fiquem ao correntio do personagem de que se trata — a tia Vicencia é uma respeitavel matrona dos seus oitenta annos bem puchados, com duas filhas, e... uma explendida barraca de fructas na praça da Figueira. Pois sua magestade imperial já da primeira vez que nos visitou — que visitou Lisboa — houvera feito conhecimento com ella, e d'esta vez — a democracia sempre a bailar! — d'esta vez, uma bella madrugada, apresenta-se na barraca, e pede... figos de *capa rota* para comer com pão! E almoçou sua magestade imperial figos com pão!

Depois seguiu seu destino, e Vicencia ficou orgulhosa, e sentiu-se animada, porque sua magestade imperial lhe dissera, referindo-se a edades, que a sr.ª Vicencia poderia viver ainda mais dez ou doze annos. Palavra de sybilla macho, que póde muito bem vir a realisar-se, e que a fez rir. Mas agora, nos transes amargos da despedida, sua magestade imperial querendo brindar quem tão bem o havia recebido, envia-lhe o seu retrato d'elle, luxuosamente emmoldurado.

Não foi preciso mais, resam os *reporters*, para que, tomada de uma sensibilidade que causa lastima, a tia Vicencia se assentasse, e, tomada de uma paixão que faria desconfiar se aos vinte annos se désse, lhe marejassem as lagrimas dos olhos, e por muito tempo não podesse estancar o pranto!

Vá, pois, sua magestade imperial... fazer chorar os seus subditos, e esqueça-se de nós que o amamos, e da... tia Vicencia, que o ama tambem!

— Aproximamo-nos do inverno, e Lisboa tem sido estes ultimos dias açoitada por grossas chuvas e fortissimas trovoadas. Será o prenuncio de um inverno como o passado? Deus queira que não, que bastantes prejuizos e estragos causou, os quaes ainda se fazem sentir na agricultura.

E, a proposito de inverno, se o tempo o permittir, o que duvidamos, será hoje o beneficio do *Gremio popular* no *passeio publico*. O meu amigo sabe que o *Gremio* educa um sem numero de creanças pobres, ministrando fatos e livros aos que mais se distinguem pela sua applicação nas lides escolares.

Foi seu fundador, e é actualmente presidente de tão benefica instituição o meu collega José Maria da Silva e Albuquerque, homem desinteressado no seu trabalhar indefesso pelo principio social, que advoga como nenhum. Mas d'aqui os desgostos que lhe tem resultado, e não ha muitos dias que soffreu uma cilada por parte d'aquelles a quem mais tem protegido, a fim de o apearem da cadeira de presidente, o que não conseguiram, porque os individuos eleitos rejeitaram com nobre independencia, os cargos para que haviam sido nomeados.

É assim, e por esta forma, que se retribuem os serviços prestados, e se desgosta os que mais trabalham por um principio que tão bons fructos tem dado, e que muito melhores poderia dar, se da parte de todos houvesse a prudencia e o senso necessarios para caminharem a um *desideratum* que é irremediavel que se attinja, mais ou menos remotamente.

— Não ha cousa alguma resolvida com relação ao mal que affecta as sardinhas. O conselho de saude ainda não pronunciou a sua ultima palavra sobre tão importante assumpto. Falla-se n'um relatorio que o sr. Heitor está escrevendo, e que, é de crer, verá a luz publica para as kalendas gregas, porque o sr. Heitor... dorme.

Até á seguinte.

P. J. CONCEIÇÃO.

COMMUNICADOS

(Continuado do n.º 3142)

A serie de escandalos e arbitrariedades praticados pelo sr. delegado do thesouro, Antonio Joaquim de Vasconcellos, no exercicio de suas funcções de empregado publico, é interminavel.

Vou succinta e claramente expôr um certo numero de factos, que inevitavelmente hão de comprovar e auctorisar de sobejo esta minha asserção.

Não receio que me venham contrariar, porque são baseados tão sómente na verdade, e não na paixão.

Têm alicerces solidos e firmes, por consequencia não poderão ser facilmente derribados, pelo simples bafejo da brisa fagueira.

No dia 12 de Junho ultimo, o sr. Antonio Joaquim Doria, entrou com a quantia de reis 2:100$995 no cofre central (recebendo-se um terço em cobre) para esta quantia ser recebida na alfandega da Figueira.

Até 9 de Julho não foi esta somma alli satisfeita; e n'esse mesmo dia ordenou-se-me, que a restituisse em prata e ouro, o que fiz.

Perguntei a razão de tal operação, e respondeu-se-me: — que na Figueira não havia dinheiro. A restituição d'aquella quantia pela forma que foi feita, deu em resultado, o ter de se rasparem as contas dos competentes livros, ficando o saldo do cofre exarado no termo do balanço do 1.º de Julho, em completa desharmonia com os outros livros e mais papeis officiaes.

Mas, se não havia dinheiro na alfandega, até 9 de Julho de tarde, para pagamento d'aquella quantia, como o houve no dia 10 de manhã para se passar uma ordem ao sr. commendador Santos Junior, para lhe ser paga na mesma alfandega?

O sr. delegado, poder-me-ha responder — que esta era para pagamento de direitos de bacalhau; e a outra?

Não tem o sr. delegado do thesouro restricta obrigação de saber o dinheiro que existe na alfandega, bem com a sua especie, para assim fazer os saques, que por ventura appareçam sobre a mesma?!

Tem.

Então para que vae fazer saques sobre quem não tem dinheiro?

Factos d'estes ennobrecem o sr. Antonio Joaquim de Vasconcellos.

Não tem por ventura o sr. delegado do thesouro obrigação de cumprir as ordens do governo, mandando pagar com promptidão a todos os interessados, que se apresentem com documentos legaes, e na especie de moeda que exista no cofre?! Inevitavelmente tem.

Então para que negou durante tres a quatro dias, o pagamento ao sr. Leiria, digno director das obras publicas, só com o fim de procurar cobre pelas lojas da cidade baixa, e não lhe pagar em prata e ouro, moeda que existia no cofre?

As razões que levaram o sr. delegado do thesouro a praticar estes inqualificaveis procedimentos, pertencem á historia. Um dia mais tarde nos explicará o sr. delegado, com mais vagar, este mysterio.

Se o sr. delegado do thesouro tivesse algum zelo, pelos serviços a seu cargo, como poderia um proposto achar-se alcançado de quantias extraordinarias, quando o governo manda transferir o saldo em dinheiro, que no cofre deve existir?

Não tem o sr. delegado obrigação de dar e assistir ao balanço do primeiro dia de cada mez?

De certo.

Tem, ou não obrigação de assistir ao balancete diario, e fazer entrar no cofre o dinheiro recebido e crescimo do retirado para pagamentos do dia?

Tem.

Então, como podiam andar fora do cofre contos de reis, como é voz publica?!

A resposta é obvia: porque o sr. delegado não cumpria devidamente com os seus deveres e obrigações, como empregado publico.

Não se diga nunca serem fins politicos os que me trouxeram a este campo.

Todos os que me conhecem, sabem que não sou, nem nunca fui politico.

Venho tão somente apresentar um sudario de miserias e escandalos; e venho accusar um certo numero d'actos abjectos e miseraveis, praticados pelo sr. Antonio Joaquim de Vasconsellos, no exercicio de suas funcções de empregado, para que o publico sensato tenha um preciso conhecimento do que se pratica quotidianamente n'aquella repartição, e o sr. ministro da fazenda dê em harmonia com a lei providencias energicas, a fim de se obstar á continuação dos mesmo actos.

(Continua).

Coimbra 10 de Setembro de 1877.

ELYZEU.

Meu prezadissimo amigo e sr. — Outra vez voltou á arena o illustrado correspondente d'esta cidade. Porém d'esta vez, em seu communicado inserto no *Conimbricense* de 21 do corrente, procurou s. ex.ª dirigir a sua argumentação contra o que dissemos em nosso communicado, que v. se dignou publicar no mesmo excellente jornal de 31 do proximo passado mez.

Não lhe levamos isso a mal. Porém, já que deseja o prolongamento d'esta lucta em nada gloriosa, talvez mais prudente fosse, que no campo entrasse de rosto não velado. Para quem escreve o illustre articulista senão para o publico consciencioso e pensador, que deve dizer a ultima palavra?

Ora, posto que seja sobre a firmeza das provas que descança a justiça da causa, é todavia incontestavel, que o publico não se contenta só com isso, quer conhecer da authenticidade da accusação para d'ahi mais seguramente concluir a veracidade d'ella ou a sua falsidade. É por isso que nós dissemos que o publico em regra, não faz obra por um escripto anonymo. Deseja conhecer o seu auctor; porque sem esse conhecimento elle não póde concluir, se a probidade e a sciencia de facto presidiram ou não á construcção do edificio.

Parece-nos que assim fallando não caimos em erro, nem offendemos o illustrado correspondente, o qual respeitamos, embora não tenhamos a honra de o conhecer senão por seus escriptos.

Passemos agora a ver o que de mais notavel nos apparece n'essa refutação. Colloquemol-o na balança da justiça imparcial. Procuremos saber a quantidade de peso que em si contém.

Dissemos nós, que o sr. Manso havia sido *legalmente* nomeado vigario geral por seu tio o ex.mo e rev.mo prelado diocesano. E nos assim fallámos, porque haviamos consultado um dos mais auctorisados canonistas modernos (D. Bouix, *Tract. de Judic.*, tom 1.º pag. 396), e elle nos respondêra: *nullus affertur conciliorum aut pontificalium decretalium textus jus universale respiciens, quo vel apertes vel etiam ambiguis terminis prohibeatur episcopus* nepotem *fratremve aut avunculum in vicarium generale sibi assumere.*

Ora como responde o illustrado correspondente a esta nossa assersão tão bem fundamentada? Apenas cita um decreto do concilio romano de 1725, appella para varias declarações da sagrada congregação dos bispos citados por Ferraris em sua *Prompta Bibliotheca*, e nomeia alguns canonistas, dois dos quaes lentes da Universidade de Coimbra de saudosa memoria. Porém sabe o illustre articulista como a isto responde o mesmo canonista que nomeamos?

Diz, que esse decreto derivára de um concilio provincial, e, como tal, não póde constituir direito commum; que essas declarações não pódem merecer fé, porque ellas não apparecem authenticamente publicadas em parte nenhuma; e que portanto os canonistas, que as citam como authenticas, não pódem sobre este assumpto ser invocados.

É pois concludente, que a nossa assersão continua de pé. Os argumentos da refutação nem sequer a fizeram abalar em seus fundamentos.

Porém continua dizendo o illustrado correspondente: que o sr. Manso não devia ter aceitado esta nomeação para que nunca ninguem podesse dizer, que o nepotismo fôra origem d'ella. Mas quem o assevera?

Quem ignorasse as qualidades do nomeado, e todavia assim fallasse, fallaria temerariamente. O sr. Manso como cidadão, e como ecclesiastico, é digno de ser imitado; e as suas virtudes moraes, civis e religiosas têem apparecido em todo o seu magnifico esplendor no modo como tem governado e governa ainda o bispado.

A sua nomeação não teve pois a sua origem no nepotismo, mas sim no conhecimento certo, que o prelado diocesano tinha de suas virtudes.

E não pense o illustre articulista, que o sr. Manso se julga feliz governando o bispado. Muitas vezes lhe tenho ouvido, que aceitára o governo do bispado por obediencia e por força maior, e para s. ex.ª será um dia feliz aquelle, em que já não sentir sobre seus hombros tão pesado e espinhoso encargo, e do qual lhe não resulta nenhum interesse material.

Tambem não merece censura o sr. Manso por não ter demittido seu primo de vice-reitor d'este seminario. É inintelligente, é ignorante, é rude este ecclesiastico? Mas o illustre articulista ainda não provou a sua these em nenhum dos seus communicados, de que temos conhecimento; ainda não produziu factos, dos quaes bem ponderados podesse resultar seguramente a veracidade de sua affirmação. Logo, em quanto os não produzir, continuaremos na convicção de que esse ecclesiastico tem feito bom serviço no governo do seminario, e que o sr. Manso, conservando-o no exercicio do mesmo officio, longe de merecer censura, merece louvor.

Tambem merece louvor o ex.mo governador pelo modo como procedeu para com o rev.º Grainha da Covilhã. S. ex.ª procedeu como procederia o illustre correspondente.

Logo que pela imprensa lhe constou o que se dizia d'este ecclesiastico, procedeu extra-judicialmente a averiguações; e como d'ellas nenhuma sombra de criminalidade apparecesse sequer contra elle, entendeu não o dever punir.

O processo ulterior veiu justificar o procedimento do sr. Manso. As unicas provas que appareceram contra o rev.º accusado foram as revelações da mulher, e o depoimento do rev.º padre Alçada, que repetiu o que a ella tinha ouvido fora da confissão. E todas as outras pessoas, que foram interrogadas, declararam, que nenhum credito mereciam essas revelações.

Devia, não obstante isto, o sr. Manso pronunciar o dicto ecclesiastico? Aonde estava a lei, que a isso o auctorisava? E quando mesmo a houvesse, ella não podia ser invocada na hypothese occorrente, a qual era incrivel. Donde partiam essas revelações? De uma mulher, de quem todas as testemunhas e a opinião publica fallavam desfavoravelmente. De uma mulher, cuja vida corrupta e devassa fôra legalmente declarada por uma junta de medicos. De uma mulher, que, havendo sido (disse ella) solicitada (havia oito annos) por elle ecclesiastico, continuára, não obstante isso, a ser confessada d'elle, e isto n'uma terra, como a Covilhã, aonde tantos sacerdotes havia, que a podiam confessar. De uma mulher emfim, que dizendo-se solicitada nunca déra parte d'isso á auctoridade competente, não quizéra ser parte no processo, nem ao tribunal quizera subministrar elemento nenhum de prova.

E devia o sr. governador pronunciar esse ecclesiastico? Se o fizesse, o que resultaria?

Os outros sacerdotes com violencia continuariam a ser confessores. Não tardaria que se vissem irremediavelmente no mesmo abysmo, com a sua dignidade arrastada pela lama, e não tendo por si a auctoridade, que os continuaria a opprimir baseada sómente nas revelações de uma accusação, muitas vezes, falsa, e até incrivel.

Mas, continua o illustre articulista, o sr. Manso pretendeu *abafar* a pendencia Alçada-Grainha. E como prova esta sua assersão? Com os dois documentos que cita? O que se conclue d'esses dois documentos é sómente

i-to: que o sr. governador procurára atar as relações de confraternidade, que existiam quebradas entre os dois ecclesiasticos, e as quaes assim quebradas eram um pasto continuo para as linguas viperinas, uma fonte perenne de escandalo, uma desordem continua n'essa egreja da Covilhã. É de vêr, que o illustre articulista procederia do mesmo modo.

Parece-nos que respondemos á refutação constante do communicado do estimavel correspondente. Sobre este assumpto observaremos de hoje em diante completo silencio. Concluimos por agradecer o modo benevolo, com que por s. ex.ª fomos tractados, e o qual revela qualidades susperiores, que desejamos vel-as consagradas a outros assumptos.

Guarda, 26 de Agosto de 1877.

NOTICIARIO

Investigação administrativa. — Por ordem do sr. governador civil d'este districto procedeu-se no real mosteiro de Lorvão a uma investigação, ácêrca de extravios que constava terem alli sido praticados, de objectos pertencentes ao mesmo mosteiro.

Consta que se verificára, que effectivamente se tinham distraido alguns ornamentos da egreja e alguma mobilia.

Este facto acha-se affecto ao poder judicial de Penacova.

Destacamento. — Sahiu d'esta cidade o destacamento, que aqui estava de infanteria 9; sendo substituido por outro de infanteria 14.

Sahida. — Foi estabelecer a sua residencia em Lisboa o sr. Elysio Garrido, que estava ha annos em Coimbra para educar seus filhos, e que agora se acham todos formados.

Sentimos que o sr. Garrido deixasse esta cidade, por que era um cavalheiro distinctissimo pela sua educação e excellentes qualidades.

Festividade. — No sabbado houve na egreja de Santa Clara a festa de Nossa Senhora de Campos. De tarde orou o sr. vigario de Taveiro, Antonio Mendes Ribeiro.

Despacho. — O sr. José Marques Velloso foi provido por tres annos na cadeira de Trouxemil, concelho de Coimbra.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

D. Maria Clementina Adelaide, filha de Albano Antonio da Fonseca e Maria dos Prazeres, de Bemfeita, de 35 annos, fallecida em 1 de Setembro de 1877.

Perpetua da Conceição, filha de Antonio Joaquim Pinto Madeira e Joaquina da Conceição, de Coimbra, de 17 mezes, fallecida em 3.

Joaquina Maria, filha de Manoel Simões e Maria Joaquina, da Cova de Ouro, de 56 annos, fallecida em 4.

Antonio da Costa, filho de Antonio da Costa, do Pocinho, freguezia da Certã, de 25 annos, fallecido em 5.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:248.

Baptisado. — Realisou-se na quinta feira, 6 do corrente, em Mogofores, o baptisado d'um filhinho do sr. Antonio Luiz Maria Sobral, e da exm.ª sr.ª D. Maria Benedicta d'Albuquerque e Castro Sobral. Foi madrinha a exm.ª sr.ª D. Maria Victoria Ribeiro Sobral, tocando por procuração a exm.ª sr.ª D. Maria Luiza Adelaide de Sousa Cerveira d'Albuquerque e Castro, e padrinho o sr. Feliciano José Sobral, tocando por procuração seu tio o sr. Joaquim Basilio Cerveira de Sousa d'Albuquerque e Castre.

Assistiram tambem ao baptisado as exm.as sr.as D. Marianna Christina d'Albuquerque, D. Camilla Candida da Silva Reis, D. Carlota Sophia d'Albuquerque, e o sr. Antonio d'Albuquerque e Castro.

Exames. — Nos primeiros oito dias do mez de Outubro serão admittidos a exames em qualquer das cidades de Lisboa, Coimbra e Porto os alumnos aos quaes, além do desenho, faltar um ou dois exames finaes de instrucção secundaria para a matricula nos cursos de ensino superior ou especial existentes nas referidas cidades.

Ministro da fazenda. — Tendo pedido o sr. Carlos Bento a demissão de ministro da fazenda, foi nomeado para o substituir interinamente o sr. Mello Gouveia.

Alexandre Herculano. — Este illustre escriptor esteve gravemente doente. Felizmente as ultimas noticias são animadoras, com o que todos folgam.

Mercado de Coimbra. — No mercado do dia 10 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 560 — Dito branco 580 — Dito de Celorico mendo 560 — Dito graudo 520 — Milho branco 320 — Dito amarello 320 — Feijão vermelho 680 — Dito branco da marinha 600 — Dito da terra 520 — Dito rajado 460 — Dito frade 460 — Centeio 380 — Cevada 240 — Grão de bico meudo 460 — Dito grando 550 — Favas 360 — Tremoços 300 — Batatas, 15 kilos, 280 — Azeite réis 1$600 — Vinho da Beira, inferior 1$000 — Dito superior 1$200.

Remessa de milho. — Sahiu de Lisboa o vapor *India* para as ilhas dos Açores com carregamento de milho.

As exequias de Thiers. — *Paris, 8 de Setembro, á tarde.* — As exequias de Thiers, realisam-se ámanhã ao meio dia na egreja de N. Senhora do Loreto. A ordem do prestito, determinada pela familia de Thiers, comprehende os senadores e antigos deputados, os academicos e as diversas deputações enviadas para assistirem ao funeral. No cemiterio serão pronunciados varios discursos, um d'elles por Grévy. As auctoridades tomaram medidas de precaução.

Paris, 9, á tarde. — Realisaram-se os funeraes de Thiers. Um cortejo immenso formava o prestito. O carro funerario, que era seguido por madame Thiers, ia coberto de corôas e bouquets. A enorme multidão, que ia augmentando durante o trajecto, conservou-se em attitude respeitosa e perfeitamente socegada. Soltaram-se varios gritos de: — Viva a republica! — mas as pessoas que faziam parte do cortejo impunham silencio. No cemiterio foram pronunciados alguns discursos.

A guerra do Oriente. — *Eznovits, 6.* — As operações militares russas vão ser accelaradas a fim de concluir a campanha em consequencia de razões financeiras e politicas.

Londres, 8. — O «*Times*» affirma ser falsa a asserção do «*Daily Thelegraph*» acerca de ter Gladstone incitado os gregos para atacarem os turcos.

Um telegramma de Belgrado assegura que a Allemanha approva que a Servia tome parte na guerra.

Ragusa, 8. — Hoje, ás 3 horas, a praça de Nicbsik rendeu-se á discrição dos montenegrinos.

Bucharest, 8. — Os russos preparam um grande ataque contra Plewna.

Paris, 8. — Um despacho official russo datado de Bucharest em 7, assegura que os ataques dos turcos nos dias 4 e 5 contra Lofteh e outras posições russas perto de Elena, foram repellidos, como tambem foi repellido o ataque geral dos turcos contra o exercito russo de Roustschouk. N'outro ataque parcial, um destacamento russo manteve as suas posições. A lucta tem sido encarniçada em toda a parte. Os turcos estão atacando ou fazendo demonstrações contra Kadikoi. Ignoram-se ainda os resultados.

ANNUNCIOS

GRAVADOR

EM TODAS AS ESPECIALIDADES

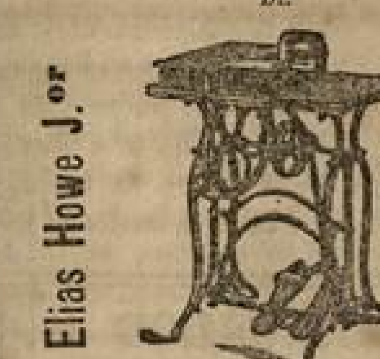
1 CHEGOU a esta cidade, onde tenciona demorar-se alguns dias, Frederico Varella, gravador em todas as especialidades, em latão, aço e madeira, para carimbos, chancellas, fac-similes, medalhas, brazões, sellos para marcar roupa, para o que fornece tinta especial franceza, etc. Para todos estes trabalhos vem acompanhado de prensas de todos os tamanhos e tintas de differentes côres.

As pessoas que precisarem dos seus serviços procurem no largo da Fornalhinha, casa de João de Aveiro.

MACHINAS AMERICANAS DE COSER

DE

Elias Howe J.or



Weeler & Wilson

RUA DAS FLORES, N.º 7 — A

FIGUEIRA DA FOZ

2 V. H. LEBRE estabeleceu n'esta villa durante o mez de Setembro e Outubro, um deposito d'estas acreditadas machinas, que tanta aceitação têm tido em toda a parte onde são conhecidas, principalmente em Coimbra, onde tem o deposito principal na

Rua da Calçada, 108, 110

COIMBRA

Tambem tem torçaes, agulhas, oleo, carros de algodão, lançadeiras e mais accessorios.

CASA LISBONENSE

96 - RUA DO VISCONDE DA LUZ - 100

COIMBRA

Liquidação das fazendas da estação de verão durante o mez de Setembro

3 FAZENDAS claras de lã para vestido. Chapeus de novidade para senhoras.

Saldo de córtes de vestido em caixa, para campo e praia, que liquidâmos por 7 e 8 mil réis.

Saias de precale para campo e praia que liquidâmos baratas.

Grande saldo de chitas muito finas, e desenhos modernos, que vendemos por 135 réis o metro, e 90 reis o covado.

Sombrinhas modernas para campo e praia, que liquidâmos baratas.

Sombrinhas de seda para senhora, que vendemos por 1$000 réis e 1$200 réis.

Uma linda collecção de leques para senhora, que liquidamos baratos; e outros muitos artigos.

LECCIONISTA DE MATHEMATICA ELEMENTAR

(1.ª E 2.ª PARTE)

4 A. IGNACIO SIMÕES, continua a leccionar estas disciplinas.

Arco d'Almedina, n.º 20

5 NO DIA 16 do corrente, ao meio dia perante a mesa da Misericordia d'esta cidade, volta á praça para se arrendar a quem mais der, convindo, uma casa na Ribeira de Coselhas, com um quintal junto á mesma casa, e umas costeiras proximas.

Coimbra, e secretaria da Santa Casa da Misericordia, 10 de Setembro de 1877.

O cartorario
A. Hipolyto

Venda de debulhador de milho

6 VENDE-SE UM muito bom na rua da Sophia, n.º 171.

AJUDANTE DE PHARMACIA

7 N'ESTA REDACÇÃO se diz quem precisa d'um de 3 a 4 annos de pratica.

HISTORIA UNIVERSAL DA EGREJA

PELO

DR. J. ALZOG

2 grossos volumes — 2$200 réis

8 Á VENDA na Imprensa Litteraria e em todas ás livrarias de Coimbra.

9 VENDE-SE uma morada de casas no largo do Romal, com tres andares, loja e agua furtada. A porta da entrada é n.º 12, e a porta da loja é do lado do beco com o n.º 30.

Quem as pretender comprar póde dirigir-se a Manoel de Jesus Cardoso, morador em Fora de Portas, pois que se acha auctorisado para effectuar aquella venda, cuja propriedade venderá logo que o preço lhe convenha.

10 V. PINTO BASTO & PLACIDOS, respondem ás reclamações que lhes tem sido feitas por parte de muitos seus consumidores, em Coimbra e outros pontos do reino, que só podem garantir os tabacos da sua fabrica — *Fidelidade Portuense* — que forem vendidos nos seus depositos, no Porto, e declaram que os *Cigarros Havanos*, de que especialmente se queixam, não são da sua fabrica, mas *sim imitações* produzidas por outras fabricas.

Procurem, pois, os srs. consumidores os nossos tabacos em casas de confiança e incapazes de praticarem os muitos abusos e falsificações, que se fazem com os tabacos da Fabrica Fidelidade Portuense.

Porto, 14 de Agosto de 1877.

V. Pinto Basto & Placidos.

ARRENDAMENTO DE INSUA

11 NO DOMINGO, 16 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na rua do Visconde da Luz, n.º 16, arrendar-se-ha em praça publica, por junto, ou aos lotes, a insua do Almegue, pertencente á massa fallida do exm.º sr. Francisco Lopes Gavicho Tavares de Carvalho.

O curador fiscal provisorio
Antonio Duarte Areosa

12 A CAMARA MUNICIPAL do concelho de Mação faz saber, que no dia 30 do corrente mez, pelas 2 horas da tarde, se ha de arrematar e ser entregue a quem por menos o fizer, a construcção dos paços municipaes e tribunal judicial d'este concelho e comarca.

Até este dia, das 10 horas da manhã ás 3 da tarde, estarão patentes na secretaria da camara as plantas e alçado, onde poderão ser vistos e dados quaesquer esclarecimentos.

Mação, 5 de Setembro de 1877.

O presidente da camara
Antonio Eugenio Bello Neto

EM COIMBRA

13 PRECISA-SE de um caixeiro para negocio de quinquilherias. N'esta redacção se dirá quem o pretende

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$160
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	863

Numero 3144 | Sabbado 15 de Setembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A nação portugueza acaba de soffrer uma perda irreparavel!

Falleceu o sr. Alexandre Herculano de Carvalho!

Este nome diz tudo; e depois delle seria quasi escusado acrescentar cousa alguma.

Historiador profundo e consciencioso, foi elle que teve a independencia e o desassombro de escrever uma verdadeira historia dos primeiros seculos da monarchia portugueza.

A sua *Historia de Portugal* ficará sendo um livro classico e um monumento perduravel, emquanto n'este paiz houver quem saiba avaliar os bons escriptos.

Como romancista, o seu *Monasticon* é o typo do bello na litteratura.

Como sincero liberal que era, prestou um relevantissimo serviço publicando a sua *Historia da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal.*

Como jornalista, o *Panorama* servirá de norma para quem quizer fazer publicações uteis e proveitosas.

E se na polemica, a que deu rebate, o — *Eu e o clero* — póde parecer violento o caracter do sr. Alexandre Herculano; é mister reflectir, que o illustre escriptor havia sido altamente provocado até no pulpito.

Além d'isso, tinha sido o sr. Alexandre Herculano aquelle que havia no *Panorama*, alguns annos depois da extincção das ordens religiosas, bradado bem alto contra a destruição e selvageria com que eram tratadas muitas das nossas recordações nacionaes; e contra o desamparo a que haviam sido deixados os egressos.

A famosa carta do sr. Alexandre Herculano, protestando contra o estado lamentavel em que viviam as religiosas do mosteiro de Lorvão, ainda hoje é lembrada como um documento do seu coração bondoso.

E se houvesse quem duvidasse do seu modo de pensar, poderia facilmente desenganar-se em vista de varias cartas *originaes* do distinctissimo escriptor, que possuimos e aqui temos presentes.

Em uma de 27 de Julho de 1838 dizia o sr. Alexandre Herculano:

«A digressão de v. fará apparecer e conservar, e conservará para a eternidade memorias do nosso velho Portugal, d'este Portugal tão illustre, tão formoso, tão poetico, e que tão caido e arrastado anda por mãos de homens, sem virtude, sem saber, e sem pudor.

«Salve-me v. o passado, que o presente, esse perdido vae; e oxalá que o abysmo não engula tambem o futuro.

«Se eu podesse ajudal-o-hia melhor do que o faço....

«Apesar de peias de mais de uma sorte, lá irá para o mez de Agosto um brado bem alto, no *Panorama*, a favor dos nossos monumentos, que vandalos diariamente derrubam e consomem.

«Não poupe v. estes destruidores; seja salvador e castigador. Peço isto em nome da gloria da patria.»

Eis ahi bem caracterisado este excellente portuguez!

O sr. Alexandre Herculano, desprendido de todas as vaidades, resistiu sempre ás maiores instancias, até do seu intimo amigo o chorado rei o sr. D. Pedro V, para aceitar as mais elevadas distincções.

Homens d'esta tempera são hoje rarissimos, e por isso tanto mais apreciados e respeitados devem ser.

O fallecimento do insigne escriptor é de luto nacional!

Em frente do seu feretro descobrem-se respeitosos todos os portuguezes, a qualquer parcialidade que elles pertençam.

Paz ás cinzas do prestantissimo cidadão, do ornamento de Portugal, o sr. Alexandre Herculano!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um dos ramos de administração em que n'este reino tem havido mais desperdicios e esbanjamentos é sem duvida o das obras publicas.

Tem sido um sorvedouro dos dinheiros dos contribuintes as obras que, bem ou mal, se têm feito.

Se as estradas fossem construidas na direcção mais conveniente aos povos, e se n'ellas se gastasse só o indispensavel, de certo ninguem choraria a despeza ahi empregada.

O que, porém, se tem visto é uma serie interminavel de escandalos, de patronatos, e de irregularidades. Parece que muitas vezes se tem mais em vista anichar engenheiros, e outros empregados, do que melhorar os caminhos e facilitar as communicações.

A verdadeira historia das nossas obras publicas ainda não está feita. Alguma cousa appareceu em 1868 e 1869, mas ficou muito por dizer.

O mal não está principalmente nos operarios e nos pequenos empregados; mas sim em muitos engenheiros e altos directores das obras publicas, que accumulam commissões sobre commissões, gratificações sobre gratificações, e devoram boa parte do dinheiro do paiz.

As obras publicas tornaram-se uma potencia que assoberba tudo. Nada chega para ellas.

Uma rigorosa syndicancia feita a este serviço viria revelar factos geralmente ignorados; mas essa syndicancia será muito difficil de levar á exactidão por motivos que são obvios.

Os caminhos de ferro, começados em 1854 para 1855, têm engulido sommas enormes. Houve pontos em que se estragou e malbarateou o dobro do que era necessario.

Esse cancro dos esbanjamentos ainda não acabou e nem será facil acabar.

Bastaria o que se tem praticado no districto de Coimbra, desde muitos annos a esta parte, para se fazer um juizo aproximado do que tem sido e o que tem custado este serviço.

De tanto dinheiro mal gasto em toda a nação; de tantas obras pessimamente dirigidas; de tantas sommas empregadas, sem se querer saber se o paiz tem forças para as satisfazer, tem resultado esses avultadissimos emprestimos, que estão sendo o principal embaraço das finanças.

O poco póde e deve pagar mais: é esta a regra de quem não quer saber do dia seguinte; de quem não indaga as circumstancias em que muitas vezes se vêem os agricultores; não sendo raro que as suas propriedades lhes não cubram a despeza dos amanhos.

O poco póde e deve pagar mais: dizem isto os fidalgos do orçamento, que vivem em Lisboa regaladamente, e que

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXLII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Com o feliz desembarque no Algarve, e com a entrada, ainda mais feliz da nossa gente em Lisboa, desassombrou-se o Porto, e em poucos dias ficou logo livre do apertado cerco que tivera. Saldanha completou esta grande obra em 24 d'Agosto d'este anno, porque arrojou os miguelistas tanto do lado do sul como do norte do Douro para tão longe, que não poderam tornal-o nem sequer a ver.

O bem combinado e melhor executado ataque que lhes fez no dia 24, levou os miguelistas da parte do norte em plena debandada até ás alturas de Valongo, onde ainda não se poderam manter com 5,500 homens, apesar de occuparem uma tão forte posição. Os cobardes foram levados adiante das pontas das nossas espadas até ás alturas de Ponte Ferreira, onde os nossos os deixaram para poderem fugir á sua vontade.

D. Pedro tanto que soube da entrada de Lisboa partiu logo para lá; e Saldanha completada a obra do grande dia 24, não havendo já que recear da sorte do Porto, ainda mesmo antes de ser chamado por D. Pedro, tomou o mesmo caminho, para alli dar principio a novas victorias, com que tornou seu nome *illustre* como militar.

Eu fiquei ainda alguns dias no Porto, e pude presenciar a execução do acto mais brutal e selvagem que se póde imaginar, que foi o lançar-se fogo aos armazens de vinho da companhia, por ordem expressa de D. Miguel, communicada ao duque de Lafões para a mandar executar.

D'estes armazens, assim como de outros que estavam proximos, com um estampido horroroso das explosões, começaram logo a subir rolos de fumo e de fogo, e por entre elles a correr torrentes não de vinho e agua-ardente, mas de vivissimo fogo, porque sendo todos aquelles vinhos finissimos e cobertos de superior agua-ardente, corriam inflammados, e pareciam grossas levadas de metaes derretidos. As aguas do Douro chegaram a tingir-se de vermelho, e até a recuar das suas margens, impellidas pela força dos vinhos e aguas-ardentes que n'ellas se precipitavam

O povo do Porto, e bem assim os mesmos, que seguiam as bandeiras do usurpador, estavam vendo este espectaculo atroz cortados de espanto e horror, porque nunca tinham pensado que no coração humano podessem caber excessos de tão brutal perversidade.

O executor d'esta ordem de eterna infamia, e de inaudita ferocidade foi, segundo uns, o brigadeiro Gouveia Osorio, e segundo outros, o brigadeiro Lemos: fosse porém qual fosse o monstro, que a executou, o seu nome, e a sua memoria serão sempre detestaveis.

O duque de Lafões, que a mandou executar, transmittiu tambem á sua familia uma nodoa bem negra, indelevel... E ao monstro D. Miguel, por mais que seus aduladores queiram exaltar seu nome, nunca poderão apagar a *marca de Caïn*, que este acto, com os muitos mais que praticou, lhe tem gravado para sempre na corôa tão brutalmente manchada!...

O consul inglez Mr. Sourel, e o francez Mr. João Mallen protestaram contra este acto selvagem. A perda que houve n'esta execravel medida foi avaliada, segundo ouvi lá dizer, em 17:327 pipas de vinho, e 523 de agua-ardente.

Fim do anno de 1833 até 25 de Fevereiro de 1840

No dia 15 de Setembro sahi do Porto, e n'esse mesmo dia cheguei a Lisboa embarcado em um vapor. Encontrei lá a mesma recepção por parte do governo, e d'aquelles que o apoiavam, tal e qual até alli a tinha recebido.

consideram os contribuintes como servos da gleba, que hão de trabalhar para os seus senhores gozarem.

O povo não se tem negado a fazer os sacrificios compativeis com as suas limitadas posses; mas tem direito a exigir, que se encurtem as despezas ao indispensavel, e que na gerencia das obras publicas se obste a todos os excessos que escandalosamente alli se praticam.

A não ser assim, sujeitam-se os ministros e os deputados a que se lhes diga — *O povo não póde nem deve pagar mais.*

Joaquim Martins de Carvalho.

ESBANJAMENTOS MUNICIPAES

I

Para que se veja a voragem em que a actual camara municipal vae lançar as rendas do concelho, nos 60 annos que hão de decorrer d'este em deante, bastará indicar o seguinte facto.

Está a camara auctorisada a contrair um emprestimo com a companhia geral do credito predial portuguez, de 25:000$000 réis, applicados aos novos paços do concelho.

Supponde que seja de 7 por cento a annuidade para a amortisação e juro d'aquelle capital, temos que no fim de 60 annos o municipio haverá gasto a quantia de 105:000$000 réis!!!

Isto só tratando d'estes 25:000$000 réis.

Mas os paços do concelho estão orçados em 80:000$000 réis, deduzido o valor material aproveitavel. Logo: sendo a annuidade d'este capital da mesma fórma a 7 por cento, em 60 annos, temos que vêm os paços do concelho de Coimbra a custar a espantosa somma de 336:000$000!!!!! Mais de 4 vezes o seu custo orçado!

E é ainda, admittindo-se que o orçamento de 80:000$000 réis fosse exacto, e ao mesmo tempo que não fosse esta obra um immenso sorvedouro, para encobrir despezas illegaes e collocar bandeirolas, a fim d'angariar os eleitores incautos.

Havemos de continuar n'este e outros assumptos, que se prestam a largas reflexões.

Joaquim Martins de Carvalho.

Têm varios jornaes annunciado haver sido concedida ao banco commercial de Vianna a prorogação da moratoria.

Tal noticia é falsa, por quanto o processo que baixou da relação do Porto ao tribunal do commercio de Vianna, para o fim da convocação de credores, a que a lei manda proceder, ainda ha tres dias não tinha regressado á relação.

Se os noticiaristas se fundam na falsa apregoação, em varias correspondencias de Vianna, de que os credores na reunião convocada consultaram a favor da moratoria; podemos asseverar, que esses credores, pelo contrario, reconhecendo as miseraveis circumstancias d'aquelle estabelecimento, em vista das explicações dadas pelo director o sr. Rocha Páris, opinaram que a unica solução possivel era o banco entrar desde já na liquidação, a que o obriga a lei de 22 de Julho de 1867.

Passaram-se cousas n'esta reunião, segundo ouvimos a pessoas de todo o credito, que bem mostram o estado de degradação a que chegou a nossa sociedade.

Declarou-se que os devedores ao banco, em grande numero, nada têm de seu para garantir suas dividas, se exceptuarmos as acções de bancos e companhias com que garantiram os seus debitos, representando um valor nominal egual ao mesmo debito!

Além d'isso foi declarado mais, que o banco tinha compromettida nas fallencias do Porto, uma somma superior a 300 contos, de que poderá apenas liquidar 10 por cento!

Vejam a que está reduzido o activo d'aquelle desgraçado banco, que se tirarmos o desconto d'aquella papelada, a qual em grande parte não tem já cotação no mercado, e provavelmente tarde ou nunca a virá a ter; devemos reputar o seu capital, se não todo, na maxima parte perdido!

Será possivel n'estas condições, que os tribunaes lhe concedam prorogação de moratoria, para acabar de se consumir o resto em despezas improductivas de administração?

Estamos para ver.

Joaquim Martins de Carvalho.

Informam-nos de Montemór o Velho, que em razão do augmento de doenças, tem o hospital d'aquella villa 24, ou 25 doentes, numero superior ao permittido no regulamento.

Está reconhecido por experiencia, que em havendo sementeira de arroz no paul do Taipal, terreno que é quasi junto da villa, apparecem sempre doenças d'uma certa gravidade e de caracter epidemico n'aquella povoação.

Não ha licença para a sementeira do arroz no Taipal; a qual, segundo nos dizem, foi até feita de noite.

O administrador do concelho mandou intimar o feitor para apresentar a licença; e este não só a não apresentou, mas ameaçou de resistir pela força a quem por parte da auctoridade quizesse arrazar a sementeira.

Em vez de se fazer obedecer em cumprimento da lei, o administrador do concelho cruzou os braços; e por isso os povos ficaram soffrendo as consequencias da insalubridade d'aquella sementeira.

E' como vae a administração n'este paiz.

Joaquim Martins de Carvalho.

O MERCURIO BRITANNICO

Nas muitas noticias que têm sido dadas n'este e n'outros jornaes, por varios curiosos investigadores, ácerca dos periodicos publicados na lingua portugueza no seculo passado, ainda não vimos mencionado um periodico que possuimos; o que parece mostrar que não têm conhecimento d'elle.

E' o *Mercurio Britannico, ou noticias historicas e criticas sobre os negocios actuaes, por J. Mallet du Pan, traduzido em portuguez.*

Foi impresso em 1798, e consta de cadernos numerados, umas vezes publicados mensalmente, e outras dois em cada mez. Temos tambem um que abrange dois mezes.

Onde foi impresso o *Mercurio Britannico?* Em Londres, ou em Lisboa?

A favor da opinião de ser em Londres ha as seguintes razões:

1.ª Ter na frente dos cadernos — *Londres*, 1798.

2.ª Declarar o traductor portuguez no prologo, que estava em Londres.

3.ª Dizer-se nas erratas do 3.º caderno — «Apezar da nossa vigilancia ainda escaparam alguns erros, desculpaveis por ser a obra *impressa em paiz estrangeiro.*»

4.ª Ler-se nas capas de alguns dos cadernos: — «Todos os quinze dias sairá um numero (*não havendo demora na saida dos paquetes para Lisboa*).

Pois apezar de todas estas fortes razões estamos convencidos de que a impressão foi feita em Lisboa.

O typo, papel, tudo finalmente mostra que a impressão é portugueza. As impressões inglezas são muito differentes, e conhecem-se bem.

Qual seria, porém, o motivo por que se fingiu a impressão em Londres, sendo aliás em a nossa capital?

A explicação que achâmos é a seguinte. A linguagem usada por Mallet du Pan no *Mercurio Britannico* é violentissima contra o *Directorio executivo*, de França, e contra todos os actos da republica franceza. E apezar da má vontade que o governo de Portugal tinha ao governo d'aquelle paiz, não quereria tomar a responsabilidade official de consentir que a censura previa approvasse uma tal publicação.

Nenhum dos cadernos tem a designação da imprensa. Esta occultação é uma das estrategias muito usadas em Portugal durante o governo absoluto.

Alli deixâmos indicados estes pontos para os curiosos resolverem, se não concordarem com a nossa opinião.

Joaquim Martins de Carvalho.

COMMUNICADO

Ainda o que vae na freguezia de S. Bartholomeu

Sr. redactor. — Não foi a burra de Balaam que fallou, foi a *Correspondencia de Coimbra*, em seu n.º 72, de 11 do corrente, pela bocca *auctorisada* dos srs. Antonio Maria da Costa e Francisco Marques, o primeiro escrivão e o segundo procurador da mesa da irmandade do S. Sacramento da freguezia de S. Bartholomeu d'esta cidade, em que procuram responder ao meu communicado, exarado em o n.º 3140 do seu sympathico jornal.

Vamos retorquir, replicando ás allegações produzidas pelos signatarios do escripto, n'aquelle jornal publicado, e temos para nós que a intitulada — *verdade contra a falsidade* do communicado no n.º 3140 do *Conimbricense*, que tem a epigraphe — *O que vae na freguezia de S. Bartholomeu*, hade ser inteiramente

rechaçada pelo seu fundamento. Entremos no assumpto.

As arguições que fizemos, em o citado numero d'este jornal, ao parocho de S. Bartholomeu; são de todo o ponto verdadeiras, e nem nós eramos capazes de as expôr se não tivessemos a prova inconcussa d'ellas.

A nossa questão principal versa toda sobre a illegalidade com que se houve o sr. prior, apoderando-se das chaves em que se acham depositados os paramentos e alfaias pertencentes á irmandade, quer fosse por iniciativa sua, quer pela dos sujeitos que intentam agora desaffrontal-o!...

Os srs. Costa e Marques, se é que não fica nas trevas o seu principal auctor, com quanto pretendam, *por conveniencia propria*, torcer agora o bico ao prego, poderão provar ante uma reunião da irmandade, em que lei se baseou o parocho para receber de suas mãos aquellas chaves; ou com que direito, vós-outros, dictadores, membros em minoria da mesa da confraria, accordastes em que ellas fossem depositadas em seu poder? Pois concedendo mesmo que assim fosse, não vos pesa na consciencia a resolução que tomastes, em minoria de vossos collegas na mesa? Como haveis de, ex-cathedra, libertar-vos d'esse vosso estulto procedimento? Tereis de confessar em reunião da irmandade, que não tinheis confiança em vossas creditorias pessoas, para poderdes conservar as chaves em vosso poder?

Chama-se a isto ir á lã e ficar tosquеado.

Senhores de quero, posso e mando—quando em publico se affirma uma verdade, diz-se inteira e sem rodeios, para que se não venha a ficar sujeito a contradicções.

Assim como agora intentaes irrogar *censura* ao probo juiz da irmandade, por ter a *infelicidade*, de, pela vez primeira, segundo dizeis, pretender emprestar quatro vestes, pertencentes a esta corporação, porque não tendes a franqueza de confessar os vossos erros, — de que, sem previa auctorisação da mesa, e até sem ouvirdes a elle juiz, emprestastes esses mesmos paramentos? Pois o sr. Costa será capaz de negar que não emprestou tambem em um dos mezes findos, para a festividade das Torres, 7 vestes, e o sr. Marques uma?

Com estes actos assim praticados, não se póde ser juiz com semelhantes mordomos.

Porque não fostes dizer então ao prior, que investido na instituição canonica da egreja da nossa freguezia, estava no seu *direito* de vos dizer: — Não se emprestam para as aldeias? E vindes agora a publico, farçantes, procurando desconceituar o juiz, esquecendo-vos dos vossos abusos e faltas commettidas, sem vos envergonhardes do vosso leviano procedimento?

O juiz está muito superior ás vossas ephemeras vinganças, que se desfazem mais promptamente, do que o fumo em dia de grande temporal...

O juiz ao menos teve a delicadeza de vos consultar, e vós sem attenção alguma pela sua posição de juiz, cedieis das vestes a vosso talante!

Os nossos confrades, filiados na irmandade, que avaliem do vosso atrevimento. É preciso que vos fiquem conhecendo.

São elles, escrivão e procurador, que vem agora n'estas criticas circumstancias tornar desculpavel o procedimento do parocho!

Defensores d'estes, mais servem para compromettеr, que para desaffrontar aquelle, que a final é sómente victima das vossas tolices.

Com que então, o capitulo 1.º do compromisso não deixa incurso o prior na vossa leviandade? Dae ao publico a copia fiel d'elle, para que se fique sabendo quem se engana e quem são os enganados.

Não contém em parte alguma o compromisso ensejo para vos salvardes. Em que logar confere elle ao prior a faculdade de poder conservar em seu poder as chaves do local em que se acham arrecadadas as alfaias e paramentos da irmandade? Como lhe concedestes então essa permissão sem previa auctorisação de vossos collegas na mesa? Ou sendo vós a minoria d'ella, pensastes como antigamente os de Fafe, quando diziam: — «Nós e el rei, queremos, governamos e mandamos, etc.»?...

Sabemos de mais as attribuições estatuidas no compromisso, relativamente ao prior. O capitulo 3.º trata da eleição da mesa, e faculta ao parocho o direito de ajuramentar os irmãos para poderem votar n'ella. O capitulo 5.º, trata das obrigações do juiz, e com relação ao prior diz — «...*E, quando assim admoestados, segunda vez, continuem em ser remissos, dará d'isso conta ao reverendo prior para que com a sua auctoridade os reprehenda com a brandura, e respeito, que da sua prudencia se espera, etc.*»

Em nosso humilde entender, a instituição canonica do parocho, em relação á irmandade, limita-se simplesmente a esse fallado juramento e admoestação para com os irmãos da irmandade. De mais o seu unico dever é tratar da egreja que lhe foi confiada, deixando de esbulhar de seus direitos, outros individuos a quem por eleição foram distribuidos certos e determinados encargos.

O prior, com respeito á irmandade, poderá ser seu fiscal nato *a latere*, somente para obter d'ella dinheiro a juro, por preço mais modico do que podia dar-se a outro qualquer pretendente?!

Neguem isto se são capazes.

Ahi tem os leitores, e sobre tudo os irmãos da irmandade, a jurisdicção que o compromisso dispensa ao sr. prior. Não comporta elle mais cousa alguma a seu respeito.

Os srs. Costa e Marques, soccorrem-se ainda ao termo ou acta de 27 de Julho de 1851, a qual se encontra lavrada no livro em que está escripto o compromisso, afigurando-se-lhes que nós o ignoravamos, procurando tornar saliente a occorrencia havida sobre emprestimo de vestes!

Antes de tudo é mister deixar aqui bem patente, que essa acta é improcedente; em quanto não fôr approvada pelos poderes competentes. Mas ahi accordou-se n'aquelle dia, em reunião da irmandade, na terceira parte d'uma proposta que n'ella se encontra, o seguinte — «*Que o juiz da irmandade defira em mesa aos requerimentos que se lhe apresentarem nos termos do compromisso e deliberações da irmandade, devendo ter em seu poder uma das chaves da arrecadação, o escrivão outra, e outra o procurador, devendo o thesoureiro ter o dinheiro contado pelo procurador, etc.*» Se esta acta, sem a approvação superior, tem para os vossos intentos validade, fica evidentemente provado, que o prior, conservando em si as chaves pertencentes ás arrecadações da irmandade, commette um *abuso* de poder, que por essa acta não lhe é permittido, porque temos para nós, — não foi elle eleito juiz, escrivão ou procurador da mesa da nossa confraria. Escolheram essa arma para defeza, agora dêem-nos fogo com ella!...

O que desejamos ver em tudo, é que se respeitem mutuamente as attribuições de cada um dos funccionarios, sejam de que ordem fôr. Não quizeramos ver que se vá intrometter o parocho em assumptos que lhe devem ser completamente estranhos, por não serem da sua competencia. D'este amalgama, em deveres a cumprir, resulta a desordem.

Affiançamos aos nossos adversarios que para estes pequenos escriptos não carecemos de collaborador; por tanto, creiam que o *mestre* não errou. Não lhes levamos a mal se não se convencerem d'esta nossa ingenua confissão.

Segundo se diz, o sr. Costa e Marques, em relação ao escripto que firmaram, é que talvez não precisassem collaborar n'elle, porque consta foram meros copistas!... O estilo que n'elle se emprega, revela bem o dedo do *sabio bacharel* que o redigiu. Voz do povo, voz de Deus.

O que lhes pesa, e não nos pódem levar a bem, é que *compromettessemos* o sr. juiz da irmandade! A este *pediremos* perdão d'essa *culpa*, se antes não nos arrependermos d'isso. Mas agora serio: em que o compromettemos? Digam e não se envergonhem.

Os parochos podem votar em quem quizerem; mas o que não lhes fica bem é envolverem-se nas eleições, pedindo votos para este ou aquelle grupo politico. Com esse procedimento provocam entre seus parochianos uma desunião tal; que muitas vezes não os chegam a ver conciliados. O prior de S. Bartholomeu está n'este caso. O futuro o desenganará do que dizemos.

O nosso communicado só poderia ser mal recebido pela grey *Baldomera*, que com quanto se considere numerosa, ainda assim é a menos importante e significativa.

Outra circumstancia que me ia esquecendo. O sr. Antonio Maria da Costa, como escrivão que é da mesa da irmandade, tem manifestado *um zêlo* inimitavel por tudo quanto a ella pertence! A prova incontroversa para isto, está em os nossos confrades saberem, que tendo recebido 12$000 réis do sr. João da Moura, semestre da renda d'uma loja pertencente á irmandade, conservou essa quantia por alguns mezes em seu poder, e para a restituir, não empregaram para isso o thesoureiro e juiz poucas instancias. Serviços d'esta ordem *dão-lhe incontestavel direito* a exigir de seus confrades, para que na proxima eleição para a mesa da irmandade, votem n'elle para thesoureiro, porque emfim, é um grande amigalhaço de dinheiro; não esquecendo tambem para juiz da mesma irmandade o sr. Marques, porque d'esse modo fica a mesa liberta de ineptos. Dos pobres de espirito é o reino do céu.

Sr. redactor, pela publicação d'estas linhas, em seu mui lido e sympatico jornal, lhe ficará agradecido o seu constante leitor e assignante.

Coimbra, 14 de Setembro de 1877.

Um irmão da irmandade.

NECROLOGIO

Á MORTE DE MEU AMIGO

ARTHUR HENRIQUE DE MORAES PIMENTEL

Memento homo quia pulvis es.

No tempo risonho da mocidade, na quadra mais illusoria da vida, quando o mundo te sorria; eis que o sopro gelido da morte te suffocou as esperanças que concebias na mente ingenua, e te enlutou o horisonte do futuro que vias alem brilhar.

Ah! parece um sonho o que vejo: teu rosto meigo e sympathico, inda ha pouco tão cheio de vida, já hoje se vê macilento e livido (pelo martyrio cruciante da dôr que te dilacerou o peito) envolto em funebre mortalha e deposto nos humbraes da tumba!

No momento afflictivo em que exalastes o derradeiro suspiro, no auge do soffrimento atroz que te arrastou o corpo lento á sepultura, ainda se divisava em teus labios, carminados e ardentes pelo calor da febre, um sorriso de jubilo, uma expressão jovial.

Fostes arrebatado da terra quando trilhavas a escabrosa vereda da sciencia e deixaste immersos em profunda tristeza os que te sabiam prezar como amigos! Tua alma voou aos pés do Eterno, teu corpo descança na campa gelada, e eu fico triste a carpir a saudade.

Ah! sôe o echo d'estas palavras, (escriptas na vehemencia da angustia), na lousa em que jazes; e dorme amigo, em repouso, o somno da eternidade!

Coimbra, 13 de Setembro de 1877.

Abilio Albano de Lima Duque.

NOTICIARIO

Os ninhos das aves. — Quão admiravel, diz Chateaubriand, se manifesta a Providencia em os ninhos das aves! Quem póde contemplar, sem enternecer-se, a bondade divina que dá industria ao mais fraco, e previdencia ao mais descuidado?..

Logo que as arvores brotam as suas primeiras flores, milheiros de pequeninos artifices começam por toda a parte os seus trabalhos: uns conduzem palhinhas compridas ás tocas dos muros velhos, outros cimentam seus edificios sobre as janellas dos templos; alguns ha que para egual intento arrebatam a clina do cavallo, ou o fio de lã que a ovelha deixou preso nos abrolhos: ha matteiros que encruzam raminhos na summidade movediça das arvores; ha tecelões que dos cardos colhem seda.

Levantam-se milhares de palacios e cada um é um ninho; e cada ninho é testemunha de lindas metamorphoses: — um ovo nitido, e apoz, um novelinho de penugem.

A tenra cria empenna, e a mãe lhe ensina gradualmente a erguer-se do colchão: não tarda que não vá empoleirar-se na borda do berço, d'onde lança a primeira vista para a natureza.

Timido e absorto cahe em meio de seus irmãos, que ainda não viram tão grandioso espectaculo; chamado porém pela voz de seus experientes paes, saê do leito segunda vez, e o noviço rei dos ares, que ainda cinge a cabeça com a corôa infantil, já se atreve a contemplar a vastidão do céu, a copa ondeante dos pinheiros, e os abysmos de verdura sob o carvalho paternal. Animado por sua mãe, ousa saltar ao ramo; e dado este passo, o mundo é d'elle.

E todavia em quanto se regosijam as florestas, vendo seu hospede novato tentar o primeiro vôo cruzando os ares, uma avesinha envelhecida, que sente desfallecerem-lhe as azas, vae descahir ao pé do regato, e ahi resignada e solitaria, aguarda tranquilla a morte, á beira do mesmo arroio, onde em tempos que são idos descantou seus amores, onde as arvores ainda sustem seu ninho e sua harmoniosa posteridade!

Os dois mundos. — Está publicado o 1.º numero do periodico illustrado — *Os dois mundos* — que ha tempo annunciámos.

Corresponde perfeitamente ao programma. E um magnifico periodico.

Gravuras abundantes e perfeitissimas; impressão primorosa; papel da mais superior qualidade; artigos de accordo com a importancia da publicação; e em tudo excellente este periodico, e digno da maior protecção.

Não é hyperbolico o que dizemos. Quem vir o numero publicado reconhecerá que em nada exaggeramos.

O 1.º numero tem as seguintes gravuras: — Julio Michelet. — Nicolau Nicolaievitch. — Abdul Kerim. — Cossacos do Don atravessando o Danubio. — Uma novella interessante. — Inscripções de tres por cento (no banco de Inglaterra). — O Judas de sabbado de Alleluia. — Typos populares inglezes: O mineiro.

A publicação d'este periodico é mensal: Custará por semestre 1$500 réis; trimestre 800 réis; por mez, ou numero avulso 300 réis.

É director e proprietario em Paris o sr. Salomão Saragga; e gerente em Portugal o sr. David Corazzi, na rua da Atalaya, n.º 12, em Lisboa.

As assignaturas pódem fazer-se nas principaes livrarias do reino, ilhas e ultramar, e em casa de todos os correspondentes das *Horas Romanticas.*

Deshumanidade. — Communicam-nos o seguinte facto acontecido ha dias no hospicio d'esta cidade:

«No sabbado foi apresentada no hospicio d'esta cidade uma creança recemnascida, a quem morrera a mãe poucos momentos depois do seu nascimento. Porém o sr. official mais graduado n'esta repartição entendeu, que a creança não devia ser admittida aos cuidados do hospicio, postoque lhe evidenciassem não ter ella parente ou pessoa a quem, para já, ou talvez de futuro, se incumbisse a sua alimentação e guarda, de que tão urgentemente carecia; visto que a infeliz mãe, Constança de Jesus, solteira, natural de Miranda do Corvo, perdendo a vida, lhe perdera tambem toda a sua fortuna e a deixára só, e entregue á caridade publica.

Em presença d'um tal procedimento appareceu no hospicio pessoa idonea, que se prestava a assignar o deposito provisorio e tomar sobre si qualquer responsabilidade que lhe podesse advir d'este deposito, no intuito de poupar o infeliz innocente ás funestas consequencias da fome e desabrigo, e de procurar allivio á sua orphandade e desamparo.

Mas, vergonha é confessal-o: aquelle empregado, refractario a todos os principios da humanidade, do alto da sua prosapia *harto dicto*, e cumpriu-se: e a infeliz creança, depois d'algumas horas de demora no hospicio, foi posta pela porta fóra, em demanda da mão bemfazeja, que instinctos de selvageria lhe haviam negado na sua propria casa.»

Queixas. — O sr. bacharel Affonso Pinto de Mesquita escreve-nos do Porto, em carta escripta na casa de saude do medico Ferreira, e datada de 11 do corrente, queixando-se de alli estar detido violentamente, e sendo aggravada sua situação pelo modo como o tratam!

Se estivessemos no Porto de certo não deixariamos de verificar pessoalmente os factos allegados, para os podermos expôr com perfeito conhecimento de causa ao publico.

Na impossibilidade em que nos achamos só nos resta fazer esta referencia, para ver-se

---

Passava por saldanhista, e era isto bastante para ser odiado.

Fui espectador de todas as victorias que se seguiram; e em todo esse tempo, o que é notavel, fui mui particularmente cortejado por Palmella, que suppunha ser eu n'aquella época muito influente no partido chamado opposição, porque n'elle Saldanha representava de chefe. É verdade que elle então dava muito que cuidar a D. Pedro e ao seu governo pela força e consideração das suas victorias.

N'esse tempo tanto elle como os seus amigos queriam publicar um periodico, que rebatesse a marcha do governo, e quizeram incumbir-me da sua redacção; mas eu tinha n'isso grande repugnancia, porque apesar de se dizer, que estavamos no regimen da Carta, não havia liberdade de imprensa, havia censura!...

Apertado para isto, como se diz, por todos os lados, eu que não queria desagradar aos meus amigos, cedi emfim, dizendo-lhes, que tentaria a empresa com tanto que o governo me nomeasse um censor particular de bom juizo, para que a publicação não tivesse as difficuldades e demoras que causam os muitos censores. Comtudo fiz uma declaração, que eu ia pedir ao governo um só censor; mas que na mesma petição havia de *protestar* contra a censura, como inconstitucional. Concordou-se n'isso, e fiquei muito satisfeito de me ver livre da empresa, que queriam que tomasse, porque logo vi, que não teria bom despacho. Assim aconteceu, e eu fiquei livre da palavra que tinha dado.

Saldanha, apesar das suas victorias, nem sempre era bem tratado por D. Pedro e o seu governo: umas vezes lhe faziam mimos, outras lhe davam grandes desgostos; e n'estas alternativas os amigos, que o rodeavam, levaram-no a ponto de querer deitar abaixo o ministerio, e formar outro com a ponta da espada. Começou-se a tratar isto com grande empenho, e quem mais influia n'esta pequena revolução era o irmão do general, Domingos de Saldanha. Mas a difficuldade era a escolha da nova gente, que devia entrar na scena politica. Havia ambições como sempre ha para estes empregos, e não se podia vir a uma combinação, que agradasse aos que tentavam fazer essa mudança ministerial.

N'esta hesitação veiu ter comigo Domingos de Saldanha, que era um designado para membro do tal ministerio, e disse-me que *necessariamente* eu havia de entrar n'elle. Recusei, e recusei deveras; mas passado pouco tempo tornou a fallar-me, e disse-me, que eu não tinha remedio senão acceitar uma pasta: que sem mim não se podia formar ministerio, que agradasse; e que se eu me recusava era faltar aos amigos em uma conjunctura das mais importantes. Eu não sabia que fizesse; hesitava, e hesitava por intima convicção, de que não podia nem me convinha acceitar tal emprego.

Por fim apertado por todos os modos, respondi: acceito pois; mas já daqui lhe declaro, que *dentro de oito dias vou dar a minha demissão;* e acceito, ou dou o meu nome só porque me diz, *que sem elle* se não póde formar a administração; mas formada que ella seja demitto-me; fique certo d'isso... Ficámos n'esta resolução, e felizmente todos os planos se transtornaram; nada foi a effeito, porque a *volubilidade* de Saldanha me livrou do embaraço em que me achava, embaraço que era verdadeiro.

D. Pedro e o seu ministerio que aventaram este golpe, para o desviarem, recorreram ás caricias. D. Pedro e o seu ministro Agostinho José Freire correram apressados no Cartaxo, onde estava Saldanha, e lhe lançaram o *anzol* com uma d'essas iscas tentadoras com que depois os seus successores o agarraram deveras...

Olhem agora os meus leitores, se estas memorias se chegarem a ler, que não conto isto por vaidade; é só para mostrar o que passei no meu tempo. Confesso como homem verdadeiro, que nunca tive ambição de ser ministro, nem de figurar em *fantasmagoria* alguma politica. Por caracter fui sempre avesso a essas representações. Nem n'isso tive merecimento, porque nasci com uma repugnancia invencivel para todo o emprego de *apparato*; e esta minha repugnancia, a minha razão, que tive mui clara e desassombrada, com o tempo e conhecimento do mundo cada vez mais a fortificou. Senão fosse esta natural repugnancia, que occasiões tive para figurar em mais alta esphera do que figurei! Pois bem sabia eu com que artes os altos empregos se alcançam! Não usei d'ellas...

(Continuar-se-ha.)

lo quem apure a verdade, e se faça a devida justiça ao queixoso.

Ordenação. — Para evitar aos ordenandos o incommodo e despeza de virem, no meio das ferias a esta cidade receber ordens, o exm.º sr. bispo conde pediu e obteve auctorisação apostolica para as conferir no mez de Outubro; e em virtude d'esta conferirá as ordens de presbytero no domingo 7, e todas as outras no domingo 28 do referido mez, não só aos ordenandos d'esta diocese, mas a todos os outros que para isso se apresentem habilitados.

Monte-Pio da imprensa da Universidade. — Recebemos e muito apreciamos o *Relatorio e contas do Monte-Pio da imprensa da Universidade no anno de* 1876-1877.

Apesar das grandes despezas a que foi obrigada a direcção, durante o anno da sua gerencia, ainda poude deixar a differença de 27$420 réis a favor do cofre.

O relatorio é um documento muito bem redigido, e que lemos com todo o prazer. Honra a classe typographica.

O fallecimento do estimado typographo Antonio do Espirito Santo, e o enlouquecimento de outro não menos estimado, Fortunato da Costa Neves, são alli descriptos com palavras muito sentidas e commoventes.

Entendemos dever aqui registar os nomes dos zelosos directores. Foram os srs. Pantaleão Augusto da Costa, presidente; Julio Monteiro da Silva, secretario; Manoel Ilydio dos Santos, thesoureiro; e Manoel Baptista, vogal.

O Monte-Pio da imprensa da Universidade já existe ha 28 annos, pois que começou no dia 8 de Setembro de 1849; e durante esse tempo tem prestado relevantes serviços aos associados.

Oxalá que por longos annos continue este instituto a produzir tão bons resultados como até aqui.

Alexandre Herculano. — Este illustre escriptor falleceu na sua quinta de Valle de Lobos, ás 10 horas da noute de 13 do corrente.

Tinha 67 annos, os quaes havia completado em 28 de Março ultimo.

O finado seria depositado na egreja de Azoia debaixo, indo d'alli para o jazigo do sr. brigadeiro Gorjão, hoje, ás 2 horas da tarde.

Pelo ministerio das obras publicas foram avisadas as redacções dos diversos jornaes da capital, de que hoje, ás 9 e um quarto da manhã, deveria partir da estação dos caminhos de ferro de leste e norte, por conta do mesmo ministerio, um comboio especial que conduziria a Santarem, e depois reconduziria a Lisboa, os individuos que fazem parte das referidas redacções, e mais pessoas que desejassem assistir ao enterro do distincto historiador portuguez.

O sr. Alexandre Herculano fez testamento. Instituiu universal herdeira sua esposa D. Marianna Meira. Nomeou testamenteiros os srs. Bastos, primeiro official da Torre do Tombo, e Galhardo, lente da escola naval. Ao primeiro legou a sua livraria de Valle de Lobos, e ao segundo o direito de imprimir os opusculos e escriptos avulsos. Legou os seus manuscriptos á bibliotheca d'Ajuda.

Aos seus irmãos deixou a propriedade das obras: *Historia de Portugal, Historia da origem e estabelecimento da Inquisição, Lendas, Monasticon*, etc.

Determinou que a divida da Academia, proveniente do Diccionario de Ramalho, fosse dividida em partes eguaes pela sua mulher e irmãos.

Gratificou um criado com 150$000 rs., e outro com 100$000 rs.

Processo de Gambetta. — Lê-se no *Diario da Manhã* o seguinte:

«O telegramma que abaixo publicamos, não deve surprehender ninguem, porque infelizmente em França os tribunaes nem sempre estão isentos da influencia dos governos.

A instauração do processo é que já tinha admirado a todo o mundo.

Para a popularidade de Gambetta não podia haver nada melhor.

«*Paris*, 11. — Gambetta não compareceu na audiencia do tribunal correccional constituido para o seu julgamento. Gambetta allegou que não comparecia por estar doente o seu advogado.

O tribunal condemnou Gambetta, á revelia, em 3 mezes de prisão e 2:000 francos de multa.

ANNUNCIOS

HOTEL SERRA EM LUSO

1 ESTE MUITO ACREDITADO HOTEL, situado no sitio mais aprazivel de Luso, torna-se recommendavel a todas as pessoas que frequentam os banhos do Luso, pela abundancia e perfeição das comidas, assim como pela limpeza e aceio.

Os seus proprietarios, lhanos e francos, esmeram-se em que nada falte a satisfazer ás exigencias do hospede.

O proprietario do hotel Serra acaba de construir um novo edificio, onde tem abundancia de quartos e salas, que aluga a familias que queiram viver isoladas dos mais hospedes; podendo ser servidas nos seus aposentos, sem que n'isso o hospede seja muito sobrecarregado, porque alem do bom serviço da casa, reune a barateza, pelas condições que tem em ser excepção dos mais hoteis.

Os passageiros têm além de outras garantias, o ser alli o ponto de partida das diligencias para a Mealhada e Bussaco, e estar em communicação directa com a estrada real de Vizeu, Porto, etc.

2 V. PINTO BASTO & PLACIDOS, respondem ás reclamações que lhes tem sido feitas por parte de muitos seus consumidores, em Coimbra e outros pontos do reino, que só podem garantir os tabacos da sua fabrica — *Fidelidade Portuense* — que forem vendidos nos seus depositos, no Porto, e declaram que os *Cigarros Havanos*, de que especialmente se queixam, não são da sua fabrica, mas *sim imitações* produzidas por outras fabricas.

Procurem, pois, os srs. consumidores os nossos tabacos em casas de confiança e incapazes de praticarem os muitos abusos e falsificações, que se fazem com os tabacos da Fabrica Fidelidade Portuense.

Porto, 14 de Agosto de 1877.

V. Pinto Basto & Placidos.

APRENDIZ

3 OFFERECE-SE um para continuar em negocio de fazendas brancas, ou ferragens, de que já tem alguma pratica, com boas qualidades e afiançado. N'esta redacção se diz.

4 ANTONIO SIMÕES FERREIRA, na rua dos Sapateiros, n.º 47, está auctorisado pela exm.ª sr.ª viscondessa do Espinhal para modificar o preço até agora pedido pela renda das suas casas no arco de D. Jacintha. Quem as pretender, por um ou mais annos, póde dirigir-se ao annunciante, ou a s. ex.ª na sua casa da Louzã.

Estão reparadas de novo.

ARRENDAMENTO DE INSUA

5 NO DOMINGO, 16 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na rua do Visconde da Luz, n.º 16, arrendar-se-ha em praça publica, por junto, ou aos lotes, a insua do Almegue, pertencente á massa fallida do exm.º sr. Francisco Lopes Gavicho Tavares de Carvalho.

O curador fiscal provisorio
Antonio Duarte Areosa

AVISO ÁS SOCIAS DA ASSOCIAÇÃO CONIMBRICENSE DO SEXO FEMININO

6 ALLUDINDO ao annuncio ha tempo publicado n'este jornal, e sabendo-se não só que algumas socias pagaram desde logo o augmento da quota illegalmente arbitrada pelo *conselho director*, mas tambem que outras já foram victimas de ainda mais illegaes e despoticas deliberações do mesmo *conselho*; cumpre-nos declarar, e levar ao conhecimento de todas, que se se não apresentou ainda o — protesto — de recurso para a assembleia geral, cujas bases já indicámos, foi o sabermos da ausencia do exm.ª sr.ª presidente da associação, e querermos aguardar a sua vinda.

Coimbra, 15 de Setembro de 1877.

Uma socia em nome de muitas.

Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

7 SÁE de Coimbra ás 4 horas e meia da manhã, e da Figueira ás 2 da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 32.

ATTENÇÃO

8 NA RUA DOS MILITARES, ao arco da Traição, n.º 3, uma senhora de toda a confiança recebe estudantes de todas as edades, por preços commodos.

9 QUEM QUIZER comprar doze pipas de vinho bom e puro dirija-se a José Augusto de Freitas, na villa de Soure.

10 VENDE-SE uma morada de casas no largo do Romal, com tres andares, loja e agua furtada. A porta da entrada é n.º 12, e a porta da loja é do lado do beco com o n.º 30.

Quem as pretender comprar póde dirigir-se a Manoel de Jesus Cardoso, morador em Fora de Portas, pois que se acha auctorisado para effectuar aquella venda, cuja propriedade venderá logo que o preço lhe convenha.

CELLEIROS

11 ARRENDAM-SE os celleiros pertencentes á casa da Covilhã. Quem os pretender dirija-se a Anselmo Maria Urbano de Sampaio, em Coimbra, na rua dos Militares, n.º 20.

Leccionista de pharmacia

12 JOAQUIM DOS SANTOS E SILVA, chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico da Universidade, continua a habilitar os aspirantes de pharmacia para os seus exames finaes.

Venda de casas

13 VENDE-SE a casa sita na rua das Fangas, com os n.ºs 60 e 62.

Quem a desejar póde dirigir-se á mesma rua n.º 61, onde se trata do ajuste.

14 PELA REPARTIÇÃO de fazenda do districto de Coimbra se faz saber, que no dia 1.º d'Outubro proximo futuro, verificar-se-ha no cofre central d'este districto e no ministerio da fazenda, o pagamento dos juros das obrigações do emprestimo para a acquisição dos navios de guerra, relativo ao presente semestre.

As respectivas relações, quer das obrigações de assentamento, quer de coupons, serão organisadas e apresentadas em duplicado nos termos do edital que se acha patente na porta do cofre central d'este districto.

Repartição de fazenda do districto de Coimbra, aos 13 de Setembro de 1877.

O delegado do thesouro,
Antonio Joaquim de Vasconcellos.

15 VENDE-SE, ou arrenda-se uma boa quinta, no sitio da Baleeira, freguezia de Santa Clara.

Compõe-se de grande casa de habitação, adega, celleiro, casa com bom lagar de vinho, curraes para gados, casa de forno, pateos, eira, engenho para agua etc.

Tem muita agua nativa, pomar de laranja, tangerina, muita arvore de fructo, terras de semeadura, vinhas, bacelladas novas, grandes poisios para plantação de videiras, matta etc.

Confina do norte com estrada publica, sul e nascente com a quinta da Bica.

Trate-se na Praça do Commercio n.º 15 — 18, Coimbra.

AMASSADOR DE PÃO

16 VENDE-SE um em bom uso, no largo de S. Salvador, n.º 31, por preço commodo.

CASA LISBONENSE

96 - RUA DO VISCONDE DA LUZ - 100

COIMBRA

Liquidação das fazendas da estação de verão durante o mez de Setembro

17 FAZENDAS claras de lã para vestido. Chapeus de novidade para senhoras.

Saldo de córtes de vestido em caixa, para campo e praia, que liquidâmos por 7 e 8 mil réis.

Saias de precale para campo e praia que liquidâmos baratas.

Grande saldo de chitas muito finas, e desenhos modernos, que vendemos por 135 réis o metro, e 90 réis o covado.

Sombrinhas modernas para campo e praia, que liquidâmos baratas.

Sombrinhas de seda para senhora, que vendemos por 1$000 réis e 1$200 réis.

Uma linda collecção de leques para senhora, que liquidamos baratos; e outros muitos artigos.

Substituições a militares

18 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos

BANDEIRAS PARA ALUGAR

19 HA GRANDE PORÇÃO, muito em conta, em casa de Francisco de Oliveira Serrano, rua dos Esteireiros, 20.

Venda de debulhador de milho

20 VENDE-SE UM muito bom na rua da Sophia, n.º 171.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 reis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3145 | Terça feira 18 de Setembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

ESBANJAMENTOS MUNICIPAES

II

Vamos mostrar aos habitantes d'este concelho até onde está elevada a despeza com o pessoal da camara.

Poderiamos ir buscar a comparação com o orçamento de 1856 e 1857, que temos presente, e outros, para fazer o parallelo mais sensivel.

Bastará, porém, mencionar a despeza do orçamento de 1870 a 1871. N'este anno, com o pessoal da camara gastava-se a somma total de 4:631$920 rs.

Não possuimos ainda o orçamento que agora regula de 1877 a 1878; mas servir-nos-hemos do orçamento do anno anterior — 1876 a 1877.

A despeza ahi orçada com os empregados municipaes e a viação municipal, importa na quantia de 8:314$100 réis.

E' portanto a differença a maior do anno economico de 1876 a 1877, comparado com o de 1870 a 1871, a *bagatella* de 3:682$180 réis!

Tornam-se, por exemplo, notaveis n'este augmento as seguintes verbas:

Fiel de ferramentas e inspector das calçadas a 500 réis diarios. Esta entidade não existia n'aquelle anno e nos anteriores; porque o encargo de fiel de ferramentas era annexo aos encargos do guarda da camara; e o de inspector das calçadas pertencia ao mestre das obras. Porém as ultimas camaras julgaram *proveitoso* ao municipio não só tirar o respectivo encargo ao dito guarda; mas em remuneração de tal allivio, augmentar na seu ordenado 40$000 réis!

Os zeladores municipaes, que n'aquellas épochas tinham a diaria de 240 réis, recebem agora 300 réis. Além d'isso o numero d'elles foi elevado de 10 a 20, sem que o publico tenha sentido melhoramento algum na policia municipal.

O ordenado de inspector dos incendios, que era de 36$000 réis, foi elevado a 150$000 réis.

Esta quantia é destinada a um engenheiro, que pela dotação da viação municipal tem o ordenado de 600$000 réis; ficando assim com 750$000 réis annuaes — verba superior ao que recebe o architecto da camara municipal de Lisboa!

E creou-se uma nova entidade, com o titulo de patrão das bombas dos incendios, com o ordenado de 48$000 réis.

O quadro da secretaria da camara, que era de um escrivão, um official maior e tres officiaes, no total de cinco; é actualmente composto de seis empregados; escrivão, official maior, dois primeiros officiaes, um segundo dito, e um amanuense.

Aquelles cinco empregados eram remunerados com a quantia de 1:040$ réis; emquanto que os seis actuaes recebem 1:340$000 réis. Differença contra o municipio, 300$000 réis.

Deve-se advertir ao mesmo tempo, que tendo augmentado o pessoal da secretaria, subsistem no orçamento todas as verbas votadas para o expediente da secretaria, recrutamento, commissão recenseadora, e recenseamento de jurados.

E apezar d'isso o serviço terá corrido melhor? Que o diga uma censura á camara de Coimbra, publicada no *Diario do Governo*, em relação á remessa de contas. Que o diga o atrazo illegal da organisação do orçamento de 1876 a 1877, etc., etc.

N'este orçamento de 1876 a 1877, apparece na verba de despeza, n.º 49, 9:000$000 réis de emprestimo para as obras de reconstrucção dos paços municipaes, e *expropriação da casa contigua, pertencente á junta de parochia de Santa Cruz.*

Esta expropriação ainda não está feita; e comtudo os 9:000$000 réis já se acham devorados nas obras dos celebres paços do concelho!

Quem auctorisou a camara a distrair d'aquelles 9:000$000 réis, a parte destinada á mencionada expropriação?

Vejam os eleitores, n'este e n'outros quadros que iremos apresentando, qual a applicação que se dá ás suas contribuições.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O fallecimento do sr. Alexandre Herculano tem sido n'estes ultimos dias o assumpto quasi exclusivo da imprensa periodica.

Como que se paralisaram todos os negocios para só se attender e considerar na falta immensa que deixa o illustre cidadão portuguez.

O jornalismo prestou as maiores homenagens ao sr. Alexandre Herculano.

Honrou-se com isso a imprensa, honraram-se os partidos, honrou-se finalmente o paiz inteiro.

Esse facto é uma prova da nossa boa indole; e de que perante o tumulo cessam todas as discordias politicas, para só se prestar o justo tributo ao verdadeiro merecimento.

Perdeu Portugal os seus tres grandes escriptores d'este seculo — Garrett, Castilho, e Herculano. Tem sido bem cruel a morte para com os nossos primeiros homens!

Sentimos, porém, ter de o dizer. O funeral do sr. Alexandre Herculano não foi tão concorrido como havia direito a esperar.

Merecia muito mais o insigne escriptor, que tinha gasto toda a sua vida no estudo da historia, e havia largamente divulgado os seus conhecimentos e o resultado das suas investigações.

De Lisboa, apezar do governo ter offerecido comboio gratuito, apenas foram 60 pessoas assistir ao funeral do primeiro historiador portuguez d'este seculo! E admiram-se de Luiz de Camões, o principe dos nossos poetas, ter fallecido n'um hospital!

Se se annunciasse uma corrida de

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXLIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Em quanto se tecia esta conspiração contra o ministerio, tive occasião de ratificar o conceito que já fazia de um dos nossos notaveis homens d'estado, o então marquez de Palmella.

Já disse como elle me festejava muito n'aquella época. Tive uma conferencia com elle em casa de Joaquim José da Costa de Macedo, hoje secretario geral da *nova* Academia Real das Sciencias, e que então morava junto do alto de Santa Catharina, em que me disse, formaes palavras: — «Escreva a Saldanha, e diga-lhe — que estou prompto para o servir em tudo... *o que quero é que me não desprezem!*... Bem sei que não posso nem devo agora figurar, mas o que só pretendo é que façam bom conceito de mim, porque os hei-de servir lealmente como cavalheiro que sou!»

Eis-aqui o que era o duque de Palmella, e o que sempre foi: não tinha caracter politico firme; havia de servir tão bem um governo republicano como aristocratico, ou monarchico, com tanto que n'elle figurasse em grau superior, e o distinguissem como elle desejava: era esta a sua ambição; queria figurar em todos os partidos politicos; o que não tolerava era o *desprezo*.

Dizia no anno de 1828 a Saldanha que d'elle dimanára a primeira ideia de vir o infante governar Portugal, porque a *instancias suas* fôra que Mr. Canning tinha escripto á côrte de Vienna para este fim; e que de o ter feito *muito se gloriava*. Póde-se logo concluir, sem levantar-lhe um falso testemunho, que se contra D. Miguel se declarou, foi porque na vinda do infante para Portugal, em que passou por Londres, não o convidou para vir ser seu ministro; e então seguiu a traiçoeira politica ingleza.

Quando Palmella me disse o que acabo de referir estava no *desagrado* de D. Pedro e do seu governo por ter entrado, como pessoa principal, na expedição do Algarve. E tambem já o tinham dado como *traidor* em uma das *Chronicas* do Porto, segundo me parece, já escrevi.

Não conto historias, como vulgarmente se diz; refiro com verdade o que passei na vida, a qual muitos hão de ter pensado que foi bem insignificante. E além de tudo o que acabo de dizer, não escrevi eu já, que Palmella fizera todos os esforços para enviar para o Brazil todos os emigrados que estavam em França? Que por causa d'isto tratára tão desabridamente Saldanha? Então bem se deixa ver, que mais queria sustentar o throno de D. Miguel, do que o da rainha D. Maria II! E não só isto; mas que não tinha repugnancia alguma em servir o usurpador...

As continuas victorias levaram emfim D. Miguel a Evora-monte, já vacillante no throno desde o Porto; e nem podia ser de outra sorte, porque sustentado em um throno, *ensopado em sangue*, forçoso era que mais dia menos dia d'elle escorregasse.

Seguiu-se a convocação de côrtes, segundo a Carta; e então D. Pedro, que queria a todo o custo ser regente, e como elle dizia, por ser *successor de sua filha*, fez tudo quanto poude, e poderam os seus ministros e aduladores, para ser por ellas nomeado. Inventaram-se todas as manobras, e assacaram-se todos os defeitos aos que se julgavam contrarios á sua eleição; e eu, entre muitas cousas, fui tachado de *Palmellista!*

Por uma das felicidades da minha vida, estando eu n'essa época reduzido á classe de *proletario*, como hoje estou, por não ter *alguns reaes*, que dão direito e *intelligencia* para ser deputado, tive comtudo alguns amigos, que por uma *escriptura publica* me constituiram uma renda sufficiente para poder ser eleito.

Muito sinto ter-se-me extraviado, não sei como, essa honrosa escriptura, porque queria aqui nomear as pessoas, que me fizeram este obsequio, e tão distinctamente me honraram n'aquella occasião; acceitem porém elles, se forem ainda vivos, os meus sinceros agradecimentos, porque nunca fui ingrato e sempre fui verdadeiramente sensivel tanto aos favores que recebi, como ao mal que tambem em alguns individuos encontrei, quando achei que não lho merecia.

Lendo então em uma gazeta, que era a *Chronica*, papel do governo, algumas allusões, que me pareceram se dirigiam a mim, desconceituavam o meu caracter, e me chamavam por accrescimo *Palmellista*, respondi com vigor na mesma gazeta, e sobre este ultimo artigo lembro-me dizer: «que eu não era nem nunca fôra *Palmellista; mas Palmellistas eram*

tonros, despovoava-se a capital para ir assistir a este *civilisador* espectaculo. Tratava-se, porém, de ir prestar as ultimas honras ao insigne escriptor Alexandre Herculano, e por isso entenderam quasi todos dever ficar muito bem descançados em suas casas.

Seja ainda assim como fôr, a sociedade de hoje tem muito que aprender no sr. Alexandre Herculano, tanto no que respeita aos seus escriptos, como ao seu caracter.

Oxalá que este benemerito cidadão tenha muito quem o imite em a nobreza de sentimentos, já que quasi impossivel será egualal-o na intelligencia.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega da *Nação* estranhou o que dissemos relativamente a Mr. Gambetta, no artigo que ha dias publicámos, commemorando o fallecimento do distincto estadista Mr. Thiers.

E' mister que nos entendâmos. Não tomámos a responsabilidade de todas as doutrinas que se propaguem no campo liberal. Em tudo póde haver exaggeração e excesso.

Como é, porém, que poderiamos ver impassiveis, que o presidente Mac-Mahon, á imitação de Polignac, ministro de Carlos X, persiga atrozmente a imprensa periodica, coaja por todas as fórmas a liberdade dos cidadãos, arraste perante os tribunaes Mr. Gambetta, e empregue os meios mais atrabiliarios para fazer com que a nova camara dos deputados seja tão *independente* como foi a dos famosos — *tresentos de Villele*?

Gosta a *Nação* d'esta marcha politica de Mac-Mahon? Pois não lhe invejâmos o gosto.

Dissemos, repetimos, e ampliâmos: — Apezar de todos os meios violentos e de oppressão, não evitaram Carlos X, Luiz Filippe e Luiz Napoleão de serem expulsos do throno de França; e o mesmo aconteceu a D. Miguel em Portugal.

E não esteve muito longe de acontecer o mesmo a D. Maria II em 4 de Novembro de 1836, por occasião da celebre *Belemsada*, e desembarque d'uma força ingleza na praia da Junqueira, para a auxiliar na sua contra-revolução; o que se realisaria, se não fosse a protecção dos patriotas Manoel Passos e Sá da Bandeira; — assim como em 1847, por querer sustentar no poder, contra a vontade nacional, um ministerio geralmente detestado; o que sem duvida aconteceria, se não fosse a intervenção de tres nações estrangeiras.

O mesmo que dizemos com relação aos reis, dizemol-o com respeito ao povo.

Se a oppressão dos reis os não livra de serem expulsos dos thronos; tambem os excessos dos governos populares não impedem que se dissolvam por si mesmo e vão cair nos braços de algum dictador, com o seu consequente despotismo.

Em Portugal o que reina é uma grande indifferença politica, proveniente do descredito dos partidos.

O povo não acredita no partido miguelista, porque viu por triste e larga experiencia de 6 annos, o que podia esperar de um systema politico, que tinha como norma de governo a perseguição em todas as suas fórmas mais exaggeradas e tyrannicas.

Não acredita nos diversos partidos do systema representativo, porque se tem visto escandalosamente burlado por todos elles.

E não acredita no partido republicano, porque julga impossivel que elle venha a ser cousa séria n'um paiz, em que ha mais viscondes, barões, commendadores e conselheiros do que tortulhos no monte; — n'um paiz em que se não vê por toda a parte senão o mais abjecto servilismo monarchico.

E' este o estado em que nos achâmos; e para elle, por emquanto não vemos remedio.

Poderão não agradar estas nossas reflexões ao collega; mas o que lhe asseguràmos é que são ditas com a franqueza de que nos prezâmos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Informam-nos que na villa da Figueira da Foz ha nada menos de tres *roletas*, além de outras casas de jogo do monte.

Todo este jogo prohibido pela lei é plenamente franco e patente para quem quer; sem que haja o menor embaraço.

Chamâmos a attenção do sr. governador civil d'este districto para tão desaforado escandalo.

Precisâmos saber se a lei se fez para ser cumprida, ou para se zombar d'ella.

E' assim que muitos chefes e filhos de familia, em vez de obterem a sua saude nos banhos, perdem ao jogo o fructo das suas economias, e até muitas vezes totalmente se arruinam.

Torna-se intoleravel, que os jogadores por tal modo escarneçam das disposições legaes, e das auctoridades incubidas de as executar; e ainda mais intoleravel é que essas auctoridades se deixem ludibriar por semelhante fórma.

Se é para um resultado semelhante, são inuteis as auctoridades, e bem mal applicado é o ordenado que lhes dão o estado e as camaras municipaes.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

AO PUBLICO

Em o numero d'este jornal de 11 de Agosto ultimo demos noticia de haver fallecido n'esta cidade, na edade de perto de 91 annos, o sr. José Maria Teixeira, servente da bibliotheca da Universidade, e um dos valentes da guerra peninsular, que foi com o exercito anglo-luso até Tolosa em França, onde recebeu um grave ferimento.

Dissemos egualmente, que o sr. José Maria Teixeira deixára na viuvez e no maior desamparo sua mulher Maria Rosa, na avançada edade de 90 annos, que fizera em 10 de Maio ultimo.

Esta infeliz está effectivamente soffrendo as maiores privações, sem ter absolutamente nada para a mais parca subsistencia.

Seu marido recebia 300 réis do serviço na bibliotheca, e por morte d'elle desappareceu de todo esse soccorro, que era o unico que tinham.

O sr. dr. Bernardo de Serpa Pimentel, director da bibliotheca, houve-se muito louvavelmente, permittindo que aquella desgraçada viuva continuasse a residir no collegio dos Paulistas, onde sempre vivera com seu marido, o qual alli esteve por muito tempo encarregado da guarda dos livros do deposito dos conventos.

Emquanto á habitação está remediada a falta; mas que ha de ser relativamente á subsistencia, para quem totalmente nada tem, nem d'onde o haver?

E permittir-se-ha que morra alli á fome e ao desamparo, uma mulher de mais de 90 annos, viuva de um veterano da guerra da peninsula?

Esperamos que assim não acontecerá, porque ainda n'esta cidade e n'este paiz ha muitas pessoas de coração bem formado, que não consentirão que se dê tão horroroso facto.

Appellâmos, por isso, para o patriotismo dos nossos concidadãos. Quem quizer fazer essa obra de caridade póde enviar as suas esmolas directamente á referida viuva, no collegio dos Paulistas, na rua do Infante D. Augusto. E quem não quizer ter esse incommodo póde mandar-nos os seus soccorros, porque nos promptificâmos a entregal-os áquella desgraçada.

Confiâmos em que não será debalde que appellâmos para o patriotismo e animo caridoso do publico.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

DICCIONARIO UNIVERSAL PORTUGUEZ

Annuncia-se a publicação de uma obra interessante. E' o *Diccionario Universal Portuguez*, editado pela acreditada casa de Lisboa — Bertrand. Está já vulgarisado o prospecto e specimen; vendo-se por elles que este *Diccionario* deve ser uma das mais importantes publicações d'este paiz.

No prospecto dizem os editores:

«Pelo que diz respeito á copiosissima compilação de termos com que em qualquer das cinco grandes divisões fundamentaes, scientifico-positivistas, procurâmos enriquecer o *Diccionario Universal Portuguez*, limitar-nos-hemos a convidar o publico illustrado que confronte com o nosso, os melhores trabalhos d'este genero. Não lhes cede em numero, com certeza, a nomenclatura comprehendida n'esta obra; e só a que resulta da parte propriamente portugueza, começando pela lingua e percorrendo todas as espheras da vitalidade patria nos seus sete seculos de duração, é tal que com orgulho nos ufanamos de a recommendar como seguro repositorio da historia de Portugal, conciso, é certo, attentas as condições da publicação, mas perfeito e completissimo quanto se póde rigorosamente exigir.

Não foram menos bem cuidadas todas as mais especialidades, por forma que se o favor publico nos secundar, como temos direito a esperar, será o *Diccionario Universal Portuguez* encyclopedia, que não temerá collocar-se a par dos tres maiores monumentos conhecidos d'este genero: a Encyclopedia Britannica, a Encyclopedia Allemã e o Grande Diccionario do Seculo XIX.»

O *Diccionario Universal Portuguez* será illustrado com grande numero de gravuras e vinhetas, desenhadas pelo sr. Manoel Macedo e gravadas pelo sr. C. Alberto.

Será publicado ás folhas de 16 paginas em folio, em superior papel assetinado, typos novos de gravura moderna, encommendados especialmente para esta edição. A typographia que tomou o encargo da obra é a dos srs. Castro Irmão.

O preço da assignatura é de 120 rs. por cada folha de 16 paginas, francos de porte, para todo o continente do reino e ilhas. Para o ultramar e estrangeiro acresce o importe do correio.

O pagamento das assignaturas será sempre adiantado; entretanto, em Lisboa poderá effectuar-se no acto da entrega. Para as provincias só se expedem as folhas que forem pagas adiantadamente, para o que póde a sua importancia ser remettida em estampilhas ou em vales do correio á ordem de Viuva Bertrand & C.ª, successores Carvalho & C.ª

Esta publicação, que constará de tres volumes, começará regularmente no proximo mez de Janeiro, podendo desde já a importancia das assignaturas e toda a correspondencia ser dirigida á Livraria Bertrand — Chiado — Lisboa.

O *Diccionario Universal Portuguez* por si se recommenda.

E' de crer que o publico, tanto de Portugal como do Brazil, auxiliará uma tão valiosa empreza.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

aquelles, "que eu tinha visto um dia beijar-lhe os pés, e no outro escarrar-lhe na cara...»

A allusão era frisante; e tive em resposta grandes encomios ao meu caracter. O caso foi que não sahi deputado por Lisboa.

Quando isto assim passava tive ainda a boa fortuna de ver, que se alguem procurava desconceituar-me no publico, tinha apesar d'isso nobres caracteres, que melhor me avaliavam.

Um dia, sem sequer o suspeitar, veiu ter comigo, não me lembra bem se foi o conde de Lumiares, ou de Paraty, que me disse, vinha propor-me da parte da camara dos Pares, se n'ella queria acceitar o emprego de *Archivista*, porque todos muito o estimariam, e ficariam contentes. Acceitei immediatamente, e agradeci ao conde a offerta que me fazia em nome da camara, não tanto pelo que ella valia, mas pelo modo delicado e honroso por que me era feita.

Em consequencia d'isto tomei posse d'este emprego, e me achei archivista da camara dos Pares. Era a segunda offerta, que, sem a solicitar, havia tido; a primeira, segundo já disse, feita no Porto pelo marquez de Loulé para ir para a secretaria dos negocios estrangeiros, que não acceitei; e esta, que agora com todo o gosto e a maior satisfação recebia pelas circumstancias que a acompanhavam.

Feitas as eleições, as côrtes se haviam reunido em 15 de Agosto d'este anno de 1834, e eu não tinha pena alguma de não lhe pertencer. Satisfeito com o meu emprego nada mais desejava, porque vivia socegado, tinha uma honrada independencia, e as minhas ambições não iam mui longe.

Desde Agosto até Outubro fui frequentando a minha repartição, sem que nada occorresse que perturbasse os meus trabalhos; e só no intervallo d'elles fui algumas vezes assistir á discussão que havia sobre a eleição de Rodrigo Pinto Pizarro, que se achava preso por um d'esses despotismos do regente D. Pedro, e a quem se queria excluir da camara, como se excluiu, só para agradar ao seu perseguidor, que apenas poude gosar d'este triumpho, porque para seu socego e nosso logo morreu. Digo para *seu socego e nosso*, e isto sem rancor, mas é, porque estou intimamente persuadido, de que se vivesse mais tempo havia de passar por grandes desgostos, e que nós tambem os haviamos de ter; porque havia de ser em Portugal o que havia sido no Brazil; e d'isso já tinha dado tristes provas. Portanto, digo, e repito sem odio algum, que morreu a tempo para seu socego e nosso...

Emfim, os meus destinos ainda não estavam cumpridos; eu devia fazer outra figura além de archivista da camara dos pares.

Lembra-me que estando um dia de manhã ainda na cama, e parece-me ter sido no 1.º de Outubro de 1834, me vieram entregar um masso de papeis, e que abrindo-os, vi que era a procuração dos habitantes da ilha da Madeira, pela qual me nomeavam seu representante nas côrtes. E bem de crer, que fiquei admirado, porque não tinha dado passo algum para aquella nomeação, assim como nunca o dei para as quatro vezes que fui nomeado deputado; e isto digo debaixo de palavra de honra.

Lembrei-me então que isto era obra de muitos habitantes da Madeira, que tinha conhecido e tratado em Londres no tempo da emigração, dos quaes todos havia recebido muitas provas de affeição e amisade. E egualmente me lembrei de que o meu constante e honrado amigo José Aleixo Falcão teria egualmente feito lembrar o meu nome, porque tinha muitos conhecimentos na Madeira, e tinha visto a guerra que se me havia feito para não ser nomeado por Lisboa.

Não me enganei n'esta ultima conjectura, porque perguntando-lhe se tinha dado alguns passos para esta minha nomeação, respondeu-me que sim; mas que tendo-me recommendado, a resposta que tivera, fôra que era escusada a sua recomendação, porque eu tinha na Madeira muitos amigos que se lembravam do meu nome. Eis-aqui pois como me achei deputado pela Madeira quando menos o imaginava.

Tomei posse de deputado em 3 de Outubro, e entrei na camara em companhia de outro deputado pela Madeira, Jervis d'Atouguia, hoje visconde d'Atouguia. Ambos fomos sentar-nos na esquerda da camara, e em duas unicas cadeiras, que estavam desoccupadas, porque n'aquella epoca a opposição era numerosa.

Eu não podia tomar outro logar que não fosse aquelle: havia sido deputado na Constituição do anno de 20, e nas côrtes ordinarias; havia tomado n'ellas a mesma posição; havia, alem d'isto, sido um dos deputados que tinha *protestado* contra a violencia, infamemente revolucionaria, d'aquella fatal epoca; e faltaria aos meus principios se tomasse outro logar.

Podem a este respeito fazer de mim o conceito que quizerem, mas ao menos hão de confessar, que foi *constante* e *invariavel* a minha marcha politica. Se errei, o que não creio, foi só por uma vez; porque nunca me desviei uma linha do caminho que uma vez tomei, apesar de ver em torno de mim esvoaçar muitas aves famintas, que voavam de ramo em ramo sem o mais pequeno embaraço a buscar quem lhes offerecia bom engodo... e o acharam...

(Continuar-se-ha.)

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 16 de Setembro de 1877.

Effectivamente desabou uma columna da caranguejola ministerial. E, aqui para nós, era o sustentaculo mais firme e mais intelligente d'aquelle podre edificio, que se vae desmoronando a pouco e pouco, sendo motivo para dar graças a Deus, se na sua queda total não causar algumas victimas e fizer desgraças.

Diz-se que o sr. Barros e Cunha — o democrata da 1852, e actualmente aulico do paço — desejava empolgar a pasta da fazenda. Que desgraça, amigo Martins! Todos se julgam homens indispensaveis para gerir os destinos do paiz, e... vão-nos conduzindo no abysmo da immoralidade e das economias mal entendidas.

O meu amigo já deve ter conhecimento da portaria, na qual se louva o engenheiro director das linhas ferreas do Minho e Douro, pela maneira como se houve na execução das instrucções dadas para apresentar uma proposta, a fim de reduzir a organisação permanente do serviço de via e obras, a qual proposta foi approvada. A celebre portaria ordena tambem — o espirito de economia á moda do meu amigo, o sr. bispo de Vizeu! — que seja reduzido o numero de carregadores, assentadores, e outras classes.

Por esta medida, assás pensada e *bem calculada* no craneo do sr. ministro das obras publicas, — em cujo craneo é de fé que não existe um cerebro —, foram despedidos 86 operarios, que representam 86 familias que ficaram sem pão! Isto serão economias lucrativas para o thesouro, ou será desorganisação de serviços, sem vantagens reaes para o mesmo? Opto pela segunda hypothese.

Diz-se que o ministerio trata de reconstruir-se ou completar-se, o que será difficil, porque, cavalheiros intelligentes, raro se quererão associar a meia duzia de homens que serão muito aptos para outros mesteres, menos para conselheiros da corôa.

— Chega a Lisboa no dia 20 ou 21 o sr. Fontes Pereira de Mello. Prepara-se-lhe uma recepção condigna ao alto merito e talento do illustre estadista, mas sem caracter nem feição politica.

— Confundem-se os partidos e amalgamam-se as opiniões politicas. O *Ecco do Lima* diz-nos que os grupos miguelista e progressista se propõem de commum accordo a começar os seus trabalhos eleitoraes! É caso! É a fabula do leão em parceria com a vacca, a cabra e a ovelha! O que sairá d'aqui?

— Ainda ha pouco soube — e isto pelo *Jornal do Commercio* — que tem estado bastante enfermo o sr. dr. José Ribeiro Guimarães, redactor effectivo do mesmo jornal, ao qual sou devedor de alguns favores. Alguns jornaes deram a noticia do estado desesperado do enfermo, mas taes noticias são inexactas, e, segundo o mesmo jornal, as melhoras de s. ex.ª vão em progressivo augmento. Folgo com a noticia, e desejo o completo restabelecimento de s. ex.ª

— Realisou-se a dolorosa noticia. Alexandre Herculano já não é d'este mundo. Os esforços da sciencia foram inuteis para salvar a preciosa existencia do illustre enfermo, e o paiz acha-se de luto pelo passamento d'aquelle vulto grandioso nas letras patrias. O funeral teve hontem logar, e o ministerio das obras publicas poz á disposição das redacções dos diversos jornaes um comboio especial para conduzir os individuos que fazem parte das mesmas e mais pessoas que desejassem assistir ao enterro do illustre historiador.

Os jornaes de hoje trazem a descripção do enterro.

— Suas magestades foram hontem para Cascaes, a bordo da corveta *Rainha de Portugal*.

A' chegada de suas magestades subiram ao ar muitas girandolas de foguetes. As casas da villa illuminaram-se. Hoje ha baile no club, ao qual assistem SS. MM., e ámanhã tem logar a regata, indo S. M. el-rei como *commodoro*.

— Tem o sr. dr. Baldy publicado no *Diario de Noticias* uns folhetins com o titulo — *Estudos moraes*, que são dignos de ler-se. As classes populares têm alli muito que aprender, e seria muito para desejar que aquellas lucubrações do illustre medico passassem a folheto, que fosse vendido por preço modico, a fim de se lhe dar maior publicidade, e que todos o possuissem. Temos falta de publicações scientificas baratas, e ao alcance das classes populares, que, — seja dito aqui muito á puridade — estão em via de uma desmoralisação que repugna.

— Na semana finda em 8 de Setembro falleceram em Lisboa 105 pessoas; 56 do sexo masculino e 49 do feminino. As doenças que predominaram foram as das vias digestivas; 14 falleceram de tuberculos.

— O beneficio que teve logar em 6 do corrente para as victimas da secca no Ceará, no theatro de D. Maria II, produziu liquido 364$625 réis.

— Está doente o... leão da Estrella. É seu... veterinario assistente, o sr. Antunes, do Instituto.

— Fecho esta dizendo-lhe que se promoveu um beneficio para os desgraçados habitantes da ilha das Flores, o qual tem hoje logar no passeio publico.

Mais nada.

P. J. CONCEIÇÃO.

COMMUNICADO

(Continuado do n.º 3143)

Estou intimamente convicto, de que o sr. delegado do thesouro, Antonio Joaquim de Vasconcellos, no momento em que pratica um abuso, uma arbitrariedade no exercicio de suas funcções de empregado publico, sente em sua alma um indisivel e extraordinario prazer, que não póde, nem poderá nunca definir-se.

Os factos degradantes e miseraveis praticados por este *insigne e benemerito cavalheiro*, na qualidade de empregado, attestam de modo irrefragavel o que deixo citado, n'este independente jornal.

Continuo franca e singelamente na exposição de mais alguns factos, na convicção firme e inabalavel de que a sua divulgação, creará evidentemente um nome respeitavel e grande, ao *ill.mo exm.o sr. Antonio Joaquim de Vasconcellos, dignissimo, fidelissimo e respeitabilissimo* delegado do thesouro do districto de Coimbra, etc., etc.

Na recepção dos fundos e mais haveres do cofre, foram-me entregues em 2 de Dezembro de 1876, além dos sellos que alli existiam como deposito para fornecimento das recebedorias, mais 26$080 réis n'estes papeis, que eu de alguma maneira hesitei em receber.

Perguntei a razão da existencia d'aquelles papeis alli, e foi-me respondido: — que eram sellos que vinham dos differentes concelhos, remettidos ao sr. delegado do thesouro, em pagamento da quantia de 100 réis de registro de cada carta de arrematação, de bens das corporações, os quaes o sr. delegado do thesouro levava ao cofre, a fim de alli lhe serem trocados em dinheiro.

O sr. delegado do thesouro chamava a estas arbitrariedades, operações de facilidade.

Não duvido que o fossem, mas só para elle, e para o recebedor remettente, porque este ganhava a quota da venda de estampilhas, ou sellos consumidos, quando elles ficavam em ser, e em poder da fazenda; e elle tinha uma via sem despeza, nem incommodo para receber taes emolumentos.

Supponhamos (como muitas vezes tem succedido), que o governo mandava transferir o saldo do cofre, ou este se esgotava em pagamento das suas ordens; quem, pergunto, havia de entrar no mesmo cofre com a precisa importancia d'aquelles sellos?!...

Que queria o sr. delegado do thesouro, que o proposto do thesoureiro pagador d'elles fizesse?!...

Responda, sr. delegado, e diga com franqueza e sinceridade se as suas pretensões não eram realmente injustas e illegaes?

Eu para acabar com aquellas irregularidades, vi-me na ardua necessidade de pedir ao sr. Antonio Fernandes da Piedade, que me ficasse com os sellos, e lhe paguei desde logo á minha custa, a percentagem que elle me pediu.

Parece realmente incrivel, que o chefe d'uma repartição de districto, no exercicio de suas funcções, que deve ser o primeiro a praticar actos nobres e grandes, para assim merecer a estima e consideração de todo o homem de bem, e o amor e respeito de seus subordinados, desça á pratica de actos tão abjectos e degradantes, como os que tenho conscienciosamente referido.

Jamais se duvide da veracidade d'elles. Em meu poder existem documentos, que satisfatoriamente os comprovam, e que fallarão sempre mais alto do que as minhas pobres e humildes palavras.

Desejaria com todas as veras da minha alma, poder continuar na exposição fiel e sincera dos abusos escandalosos praticados pelo sr. delegado, como funccionario publico; mas negocios particulares me obrigam a sair alguns dias d'esta cidade, e por isso na terrivel necessidade de por alguns dias interromper este meu trabalho; mas apezar d'isso, creia o sr. delegado, assim como o sr. Luiz Monteiro, que nada perderão com a demora.

Termino pois, fazendo um pedido ao exm.º sr. dr. Fernandes Vaz, como mui digno e respeitavel chefe de districto, que se digne fiscalisar minuciosamente todas as contas do cofre, a fim do escandalo, o abuso e o arbitrio terem um termo, e um severo castigo.

(Continua).

Coimbra 14 de Setembro de 1877.

ELYZEU.

NOTICIARIO

Festa no Bussaco. — No proximo domingo, 23 do corrente, celebrar-se-ha na capella das Almas do Encarnadouro uma pomposa solemnidade, dedicada a Nossa Senhora da Victoria, em acção de graças pelos triumphos que as nossas armas alcançaram nas campanhas da guerra peninsular.

Será a primeira festividade que se celebra na capella-monumento da batalha do Bussaco, depois da sua benção solemne.

Esta festividade era mais bem cabida no dia 27, anniversario da celebre batalha do Bussaco; mas por não ser domingo este dia, houve conveniencia em a fazer no dia 23.

A funcção constará de missa cantada e sermão. Haverá tambem arraial com musica e illuminação na frente da capella.

Doença. — Está perigosamente doente o nosso amigo o sr. bacharel Adelino Antonio das Neves e Mello. Sentimol-o muito.

O sr. Neves foi sempre um infatigavel collecionador de bons livros, pinturas estimaveis, e outras curiosidades.

A sua livraria, apesar de não ser excessivamente numerosa, é sem duvida uma das de mais merecimento de todo o reino.

Em raridades não conhecemos nada egual. Ha alli muitos livros, principalmente dos primeiros annos da introducção da imprensa em Coimbra, que não possue a bibliotheca da Universidade, nem outra qualquer livraria d'esta terra.

Policia nos templos. — O magestoso templo da Sé Cathedral está carecendo muito de um guarda para o policiar. O que alli aconteceu domingo, pelas 11 horas, na occasião da missa, e que fez envergonhar todos os fieis presentes, deve servir de aviso.

A unica egreja em Coimbra que tem guarda para a sua policia é a de Santa Cruz. Pois a Sé Cathedral não o carece menos.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Antonio Paes de Moura, filho de Hypolito Paes e Joaquina da Conceição, de Coimbra, de 8 mezes e meio, fallecido em 9 de Setembro de 1877.

Arthur Henriques de Moraes Pimentel, filho de Francisco Verissimo de Moraes Pimentel e D. Theresa Juvita de Moraes Pimentel, de Almalaguez, de 17 annos, fallecido em 11.

Rita Ricardina Ligeira, filha de Luiz Paula Ligeiro e Maria Amalia de Freitas, de Coimbra, de 62 annos, fallecida em 12.

Clotilde, filha de Manoel Pessoa Leitão e Ludovina Theresa, de Coimbra, de 10 mezes, fallecida em 13.

Jayme Serra, filho de Joaquim Serra e Maria Joaquina, de Coimbra, de 18 annos, fallecido em 13.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:261.

Nova queixa. — Recebemos outra carta do sr. bacharel Affonso Pinto de Mesquita, em que nos participa constar-lhe, que se premedita, para fins que minuciosamente nos refere, o transferil-o da casa de saude do medico Ferreira, no Porto, em que se acha, para o hospital de Rilhafolles.

Diz-nos que vae n'isto um plano para o prejudicar mais livremente na sua propriedade.

Teremos aqui repetidas as scenas da prisão do sr. Lupi em Lisboa?

O conde de Oxenstirn e o governador da praça de Elvas. — Dirigindo-se a Portugal o conde de Oxenstirn, entrou pela praça d'Elvas n'este paiz, com cartas de recommendação do nosso enviado na côrte de Hespanha para o governador d'aquella praça.

Fazia um calor excessivo, e fôra o viajante em pessoa entregar as cartas, sendo acolhido pelo modo que descreve nos seguintes termos:

«Como a recepção que me fez esta personagem n'um costume exquisito é mui curiosa, não me dispensarei de a referir.

«Recebeu-me á porta da sala, de camizolla branca desabotoada, em chinellas de chanqueta, sem gravata, e os cabellos puxados para traz da cabeça com um pente. Os calções eram de uma especie de gaze, as meias estavam soltas, cahindo-lhe sobre os calcanhares. Tinha em uma das mãos a caixa do tabaco e o lenço, n'outra umas camandulas, que tocavam no chão.

«Recebeu-me com gravidade, levando-me em direitura á sua bibliotheca, onde nos sen-

timos, e, tomando o seu chocolate, foi-me entretendo sobre o prazer da leitura.

«Era bella na realidade a bibliotheca, rica de muitos e curiosissimos livros em diversas linguas, ainda que me confessou o dono que apenas sabia o portuguez e o hespanhol.

«Foi curta a visita. Depois de haver regressado á hospedaria, onde me havia apeado, recebi um mimo de caramellos e duas bilhas de excellente agua fresca, rara em Elvas, que me offerecia o governador, com os seus comprimentos e a promessa de me pagar a visita de tarde. Não esperei por essa honra, porque uma hora depois sahi da praça.»

Lê-se esta anecdota no *Tomo 1, pag.* 278 (Edição da Haya de 1749) da obra *Pensées de monsieur le comte de Oxenstirn*, appellidado por antonomasia o Montaigne do Norte, em contraposição ao Montaigne de França.

Lei natural deduzida da côr dos ovos. — Na classe dos passarinhos, diz Chateaubriand, os ovos são de ordinario pintados de uma das côres dominantes do macho.

O pisco aninha nos espinheiros, groselheiros, e moutas de nossos jardins; seus ovos são de azul de lousa ou ardosia, como a fita de seu dorso. Lembra-nos ter achado um d'estes ninhos n'um rosal; parecia uma madreperola com quatro perolas azuladas; pendia por cima uma rosa, toda rociada; o pisco pae mantinha-se immovel n'um proximo arbusto, como uma flôr de purpura azul; estes objectos reflectiam-se na agua d'um pêgo, sombreado por uma nogueira annosa, que era o panno de fundo da scena, no momento em que para além d'ella surgia a aurora. Deus nos apresentou n'este pequeno quadro uma ideia das graças de que adornou a natureza.

Entre os volateis de maior corpo, varia a lei da côr dos ovos; tem harmonias mais graves em razão do individuo mais vigoroso a que se refere.

Suspeitamos que, em geral, é branco o ovo das aves, que não acasalam par a par, e d'aquellas que não tem côr de plumagem fixa para a especie: nas classes aquateis e florestaes, que fazem seus ninhos, umas nos mares, outras nos cimos das arvores altas, o ovo é pelo commum de côr verde tirante a azul, e para assim dizer tinto dos elementos que o rodeiam.

Certas que se aquartellam nas ruinas de torres elevadas, ou em campanarios abandonados, põem os ovos verdes como as heras, ou ruivos como as alvenarias velhas em que habitam.

Portanto é lei que póde passar por constante, que o passaro ostenta nos ovos a libré da epocha de seus amores e o symbolo de seus costumes e destinos.

Póde-se, ao simples aspecto d'esse monumento fragil, declarar, o povo a que pertenceu, o como vestia, e quaes seus habitos e inclinações: se passava os dias em perigo sobre o occeano, ou se mais feliz, desfructava a vida campesina, se era civilisado ou selvagem, habitante das serras, ou dos valles.

O antiquario dos bosques progride com menos equivoca sciencia que o antiquario das cidades: o carvalho desfolhado, com todos os seus musgos, declara muito melhor quem o fez crescer do que uma columna arruinada indica o architecto que a inaugurou.

Os tumulos, entre os homens, são as folhas da sua historia; a natureza, ao contrario, só imprime sobre paginas da vida; não ha mister granito, nem marmore, para eternisar o que escreve: o tempo roeu os fastos dos réis de Memphis em uma de suas pyramides funebres; mas quem apagará uma só lettra da historia que a ibis (1) egypciaca traz estampada na casca de seus ovos?...

Museu Technologico. — Recebemos os n.os 2 e 3 d'este muito interessante jornal.

Occupam-se ambos largamente com a industria do sal.

O n.º 2 traz uma gravura representando — *Aveiro e suas marinhas de sal.* E o 3.º traz uma gravura representando a — *Disposição dos compartimentos n'uma salina de Aveiro, e seus trabalhos de colheita.*

(1) A ibis é pouco menor que a cegonha; tanto a veneravam os egypcios, pela destruição que fazia nos reptis, que lhe embalsamavam o cadaver, e a sua imagem nos jerogliphicos designava o Egypto: ainda hoje lhe chamam a ave de Pharaó.

Este periodico é muito instructivo, e merecedor por isso de toda a protecção publica.

Medico na Figueira. — Communicam-nos o seguinte:

«Está a banhos na Figueira da Foz o sr. dr. Raymundo Francisco da Gama, distincto medico de Coimbra e amigo nosso muito conhecido e estimado pelos seus conhecimentos medicos e affabilidade de caracter.

Durante a sua estada na Figueira muito devem lucrar os banhistas que de todos os pontos do paiz alli affluem, porque o sr. dr. Gama, embora só fosse áquella villa para tomar banhos, nunca recusa a qualquer enfermo os soccorros da sciencia e os bons serviços medicos que a sua longa pratica lhe permitte dispensar.»

Guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario de Noticias* o seguinte:

«Não ha nenhum facto novo na luta em Plewna. Os pormenores encontrados nas folhas de hontem, se exactos, são todavia incompletos para podermos formar juizo seguro. Os telegrammas de hoje affirmam que os russos perderam com effeito algumas das posições já conquistadas e acham-se em situação difficil tanto em Plewna, como em Schipka.

Constantinopla, 16. — Os turcos recuperaram dois reductos dos tres que os russos haviam tomado na terça feira com enormes perdas em frente de Plewna.

Vienna, 16. — As forças de Czarowitz foram obrigadas a retirar da margem do rio Jantra, com receio de sortida da guarnição de Rustchuck.

Bucharest, 16. — Appareceram varios navios em frente de Giurgevo. Ha alli terror panico.

Paris, 15. — Segundo affirmam despachos de origem russa, na ultima acção que houve no dia 12, os russos tiveram 6:000 homens feridos. Suppõe-se que os russos serão obrigados a evacuar Schipka.

Paris, 15. — Os russos conservam ainda o reducto de Gravitta, que está sendo fortemente canhoneado pelos turcos.

Justissima censura. — O correspondente em Lisboa do nosso collega da *Luta* diz o seguinte:

«O comboio expresso posto pelo governo á disposição dos membros da imprensa, e de quaesquer outras pessoas que quizessem ir a Valle de Lobos assistir ao funeral de Alexandre Herculano, conduziu de Lisboa apenas 60 ou 70 pessoas. Isto é; pelo acompanhamento, o enterro do primeiro talento d'este paiz teve menos significação do que qualquer d'esses bacalhoeiros, que, se não deixam obras esplendidas, deixam comtudo herdeiros ricos.

Deixe-me dizer uma verdade á Cassagnac, mas inspirada simplesmente n'um impulso de indignação generosa.

O *desprendimento* pelas letras, n'este paiz, é tão profundo, que não parece que entre 4 milhões de portuguezes haja 4:000 que tenham lido Alexandre Herculano, ou saibam a significação das suas obras. E é por isso que assistimos a este facto estranho, que só para os espiritos superficiaes póde passar desappercebido.

Lá fóra ha um ou outro mariolão; isto é, um ou outro Cassagnac, capaz d'arremessar meia duzia d'insultos ao tumulo d'um homem illustre. Mas tambem ha uma cidade, uma nação inteira, para acompanhar á sua ultima morada os cadaveres dos grandes homens e depôr-lhes em cima do tumulo uma montanha de flores. A França não fez só isto a Thiers, chefe d'um grande partido: fel-o a Beranger, um simples cancioneiro, que morreu n'uma agua-furtada; fel-o a Michelet, e a muitos outros, em todos os tempos e em todas as occasiões.

Aqui ninguem se atreve, é verdade, a discutir a personalidade d'Alexandre Herculano morto: em compensação a cidade de Lisboa, a cidade do Porto, e as outras todas não se fazem representar no funeral, pelo mais insignificante membro dos seus municipios, historiados por Herculano.

Se as referidas cidades, se o pequenito mundo portuguez entende que no concerto da civilisação póde passar sem Herculano, então muito bem: vá vivendo com o seu Pedro d'Alcantara, e tenha saude.

E depois tambem, porque havemos de nós imitar em tudo a França, e seguir-lhe todos os exemplos? Basta que lhe sigamos o *can-can!*»

ANNUNCIOS

AGRADECIMENTO

1 O DR. AVELINO CESAR AUGUSTO CALLISTO agradece penhoradissimo a todas as pessoas, que se dignaram interessar-se pela sua saude, durante a enfermidade que soffreu. Usa d'este meio, em quanto pessoalmente não poder cumprir com o seu dever, e para prevenir qualquer falta involuntaria.

APRENDIZ

2 OFFERECE-SE um para continuar em negocio de fazendas brancas, ou ferragens, de que já tem alguma pratica, com boas qualidades e afiançado. N'esta redacção se diz.

ATTENÇÃO

3 NA RUA DOS MILITARES, ao arco da Traição, n.º 3, uma senhora de toda a confiança recebe estudantes de todas as edades, por preços commodos.

AGRADECIMENTO

4 JOAQUIM SERRA, summamente penhorado para com todas as pessoas que o obsequiaram durante a enfermidade de seu filho Jayme Serra, e que tomaram parte no funeral, acompanhando-o á sua ultima morada, a todos protesta o seu profundo reconhecimento.

CELLEIROS

5 ARRENDAM-SE os celleiros de Tentugal pertencentes á casa da Covilhã. Quem os pretender dirija-se a Anselmo Maria Urbano de Sampaio, em Coimbra, na rua dos Militares, n.º 20.

Leccionista de pharmacia

6 JOAQUIM DOS SANTOS E SILVA, chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico da Universidade, continua a habilitar os aspirantes de pharmacia para os seus exames finaes.

7 ANTONIO SIMÕES FERREIRA, na rua dos Sapateiros, n.º 47, está auctorisado pela exm.ª sr.ª viscondessa do Espinhal para modificar o preço até agora pedido pela renda das suas casas ao arco de D. Jacintha. Quem as pretender, por um ou mais annos, póde dirigir-se ao annunciante, ou a s. ex.ª na sua casa da Louzã.

Estão reparadas de novo.

PHARMACIA

8 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar e testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Anciães, que é o dono da dita pharmacia.

9 NA RUA DA MOEDA, n.º 19, recebem-se dois estudantes, convindo nas condições e preço.

AGUAS PURGATIVAS DE

HUNYADI JÁNOS

10 A AGUA **Hunyadi János**, é a mais efficaz de todas as aguas que conheço, sem exceptuar a de Frederikshall, que gosa da grande reputação. — Seu grande valor não consiste somente no poder laxativo, ponto sobre o qual outras aguas podem rivalisar com ella (como por exemplo a de Pullna), mas sobre tudo, em rasão de seu immenso merito, graças ao qual ella nem sequer nullamente ataca os orgãos digestivos, nem os fatiga. Por consequencia ella pode ser empregada com grande successo e durante assas longo tempo, contra: Congestões do peito e da cabeça, constipações habituaes, estasis do figado (mesmo quando tenham por causa molestias do coração, obesidades, hemorrhoides, plethora abdominal). Em taes molestias tenho empregado esta agua durante mezes inteiros, duas vezes por dia, na modesta dose de 2 a 4 onças com o maior successo, sem jamais constar fadiga nem sobre excitação do estomago, nem essa saturação que é logo seguida de desgosto invencivel, o que acontece quasi sempre com o emprego d'outras aguas amargas.

Attribuo estas grandes vantagens da **Hunyadi János**, não somente á sua composição chimica tão felizmente proporcionada, mas sobretudo á quantidade de ferro que contem, por mais pequena que possa ser.

Deposito na pharmacia
DE
BARATA DINIZ
EM
COIMBRA

AMASSADOR DE PÃO

11 VENDE-SE um em bom uso, no largo de S. Salvador, n.º 31, por preço commodo.

CASA LISBONENSE

96 - RUA DO VISCONDE DA LUZ - 100
COIMBRA

Liquidação das fazendas da estação de verão durante o mez de Setembro

12 FAZENDAS claras de lã para vestido. Chapeus de novidade para senhoras.

Saldo de côrtes de vestido em caixa, para campo e praia, que liquidâmos por 7 e 8 mil réis.

Saias de precale para campo e praia que liquidâmos baratas.

Grande saldo de chitas muito finas, e desenhos modernos, que vendemos por 133 réis o metro, e 90 réis o covado.

Sombrinhas modernas para campo e praia, que liquidâmos baratas.

Sombrinhas de seda para senhora, que vendemos por 1$000 réis e 1$200 réis.

Uma linda collecção de leques para senhora, que liquidamos baratos; e outros muitos artigos.

Venda de casas

13 VENDE-SE a casa sita na rua das Fangas, com os n.os 60 e 62.

Quem a desejar póde dirigir-se á mesma rua n.º 61, onde se trata do ajuste.

EM COIMBRA

14 PRECISA-SE de um caixeiro para negocio de quinquilherias. N'esta redacção se dirá quem o pretende

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$480
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3146 | Sabbado 22 de Setembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

ESBANJAMENTOS MUNICIPAES

III

Em quanto as camaras que geriram os negocios municipaes desde 1858 até 1867; isto é, durante 10 annos, contrairam dois emprestimos na importancia de 36:996$000 réis, para a abertura da antiga rua da Coruche, e para a construcção do novo mercado — as camaras que têm gerido o municipio sob a influencia do partido, chamado regenerador, desde 1872 até 1877; isto é, em 6 annos — têm contraido os seguintes emprestimos:

1.º Em 31 de Janeiro de 1873, para a construcção da casa da escola e para subsidiar as obras de defeza da cidade contra as inundações do Mondego	8:892$000
2.º Em 23 de Outubro d'esse anno, para a conclusão das mesmas obras de defeza, e obras do alargamento e melhoramento do largo da Portagem	6:000$000
3.º Em 26 de Dezembro do mesmo anno, para as obras das estradas municipaes	40:000$000
	54:892$000
Transporte	54:892$000
4.º Em 17 de Novembro de 1874, para a continuação do mencionado alargamento	10:000$000
5.º Em 12 de Junho de 1875, ainda para a mesma obra	5:000$000
6.º Para a reconstrucção dos paços municipaes e expropriação da casa contigua, pertencente á junta de parochia de Santa Cruz (orçamento de 1876 a 1877)	9:000$000
7.º Por decreto de 25 de Agosto de 1877, para a continuação da mesma obra	25:000$000
	103:892$000

Vejam os eleitores do concelho de Coimbra, n'este quadro, a avultada divida a que os obrigaram as tres ultimas gerencias; sendo duas do sr. dr. Lourenço de Almeida e Azevedo e uma do sr. dr. Fernando de Mello!

Note-se que estando quasi a totalidade d'estes emprestimos já despendida, ainda até hoje o publico ignora absolutamente, *em que*, e *como* foram gastas tão avultadas quantias; em quanto que o emprego dos emprestimos feitos para a rua do Visconde da Luz e para o novo mercado, está amplamente desenvolvido nos relatorios das respectivas camaras!

Ainda note mais o publico, que nenhuma das obras para que foram levantados aquelles emprestimos está concluida; com a unica excepção da defeza da cidade contra as inundações do rio, e esta porque não foi a camara municipal que a administrou, mas sim a repartição das obras do Mondego; aliás alli teriamos essa obra no mesmo estado em que se acha o largo da Portagem, e na paralisação em que se vêem as estradas do municipio; salvo alguns remendos, e a collocação de bandeirolas, para fins eleitoraes.

Além d'isso, em quanto as camaras dos 10 annos de 1858 a 1867, já mencionadas, pagavam uma annuidade de 3:551$880 réis, amortisando o emprestimo para a rua do Visconde da Luz em 22 annos; e o do novo mercado em 10 annos — o encargo *annual* dos emprestimos contraidos n'estes ultimos 6 annos, é nada menos do que a espantosa quantia de 9:442$360 réis!!!.....

Os algarismos em que se baseiam estas contas são tirados do proprio orçamento municipal de 1876 a 1877, organisado pelo actual presidente da camara d'esta cidade, o sr. dr. Lourenço d'Almeida e Azevedo; com a unica excepção da annuidade correspondente ao ultimo emprestimo dos 25:000$000 rs., que calculámos a razão de 7 por cento.

Advirta-se mais, que tendo aquelle enorme encargo annual de 9:442$360 réis, de se repetir por espaço de 60 annos — têm os habitantes do municipio de Coimbra de pagar para o satisfazer, até á completa extincção dos 103:892$ réis de capitaes mutuados, a avultadissima quantia de 565:541$600 rs!!!

A esta quantia ha ainda a juntar outro importante capital, que a camara tem de levantar, para a conclusão dos celebrados paços do concelho.

Para os 80:000$000 em que esta obra está orçada faltam ainda 46:000$ réis; que trarão o encargo annual, pelo menos, de 3:220$000 réis, o que no fim de 60 annos faz o total de 192:000$000 réis.

Juntando esta somma aos réis 565:541$600, acima referidos, completa-se o encargo e responsabilidade total para o concelho de Coimbra, de réis 757:541$600!!!!!!

Que vos parece, eleitores do concelho de Coimbra, esta gerencia municipal?

Não achaes que as camaras d'estes ultimos 6 annos, são dignas e zelosas administradoras do vosso dinheiro?

Será ainda pouco tudo isto, para lhes satisfazer os caprichos e velleidades?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Vão apparecendo os documentos officiaes para provar, se são verdadeiros ou calumniosos os protestos que repetidas vezes temos feito n'este jornal, contra os altos desafôros praticados no districto de Coimbra, no objecto de recrutamento.

Em portaria assignada pelo sr. marquez de Avila e de Bolama, com data de 19 do corrente, e dirigida ao sr. go-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXLIV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Na sessão do dia 4 requeri, que se lançasse na acta, que renunciava o subsidio, por ter um ordenado como archivista e thesoureiro da camara dos pares, e não approvar a pluralidade de ordenados na mesma pessoa. E isto tal e qual n'ella se lançou como aqui deixo escripto.

Na sessão do dia 29 apresentei e mandei para a mesa uma indicação em que propuz, que para dar toda a solemnidade á exclusão do ex-infante D. Miguel, do throno portuguez, fosse esta resolução assignada por todos os membros da camara, a qual indicação foi approvada.

Na sessão de 5 de Novembro decidiu-se, que a exautoração e perpetua exclusão do ex-infante D. Miguel, e *todos os seus descendentes*, do throno de Portugal, sanccionada pela camara, e que na fórma da minha proposta devia ser assignada por todos os membros d'ella, se consignasse em um *auto separado*, cuja redacção me fosse encarregada.

Na sessão do dia 8 d'este mesmo mez apresentei, e mandei para a mesa o auto acima indicado. Este *auto*, assignado por todos os membros da camara, foi por ordem d'ella mandado guardar no seu archivo, e remettido para a Torre do Tombo, e secretaria dos negocios do reino, para em ambos estes archivos tambem se conservar e guardar.

Como tive uma parte tão distincta n'este negocio, direi tambem aqui como elle principiou. É um facto historico de grande importancia, e bem é que seja bem conhecido.

Na sessão de 2 de Setembro, em que eu ainda não estava na camara, passou-se o seguinte, litteralmente copiado das actas:

«Fez-se a segunda leitura das seguintes propostas: 1.ª do sr. deputado barão de Renduſe a respeito de ser banido de Portugal, e privado da prestação annual de 60 contos de réis o ex-infante D. Miguel; 2.ª do mesmo sr. deputado a respeito da declaração do começo da linha collateral (de que trata o art. 88 da Carta) na pessoa da senhora infanta D. Januaria, e sua descendencia legitima; 3.ª do sr. deputado Silva Sanches sobre a desnaturalisação do dito ex-infante, sobre as penas em que deve incorrer no caso de voltar a Portugal e sobre o modo porque deve ser processado e julgado; 4.ª do sr. Barreto Ferraz sobre a cessação da prestação ao sobredito ex-infante D. Miguel, e sobre a sua exclusiva applicação. Todas estas propostas, relativas ao ex-infante D. Miguel, foram admittidas á discussão, e por indicação do sr. ministro da guerra se approvou, que fossem todas remettidas á commissão de legislação, logo que fosse nomeada, afim de as refundir, tomar em consideração, e dar o seu parecer.»

Na sessão de 29 de Outubro se leu o projecto da commissão de legislação sobre a exautoração do ex-infante D. Miguel, concebido em seis artigos; e como se não movesse discussão alguma sobre elle em geral, foi unanimemente approvado por todos os deputados presentes.

Passou-se logo á discussão particular segundo o desejo da camara. Leram-se em consequencia os dois 1.º e 2.º artigos, relativos á exclusão perpetua d'elle, e seus descendentes do throno portuguez, que sem discussão foram *unanimemente* approvados.

Seguiu-se o art. 3.º, relativo ás penas que lhe impunha a lei, se quebrantasse o que ella determinava, e entre muitos additamentos e substituições, adoptou-se a do deputado *Bandeira de Lemos*, concebida n'estes termos:

«No caso em que o ex-infante D. Miguel, *ou algum dos seus descendentes* para o futuro ousem entrar em territorio portuguez contra a defeza do art. 2.º da presente lei, elles, e quem os acompanhar, ou se lhes unir, ou lhes der asylo e protecção, serão todos por este facto havidos como reus de alta traição; e sendo julgados em conselho presidido pelo commandante militar mais graduado, do logar em que tiverem sido presos, ou do mais proximo, na falta do primeiro, e composto de quatro vogaes militares por este commandante nomeados, sem dependencia de ordem superior, *serão immediatamente arcabusados:* o processo será verbal e summarissimo, e deverá em 24 horas ultimar-se, e ter logar a execução dos reus.»

Julgada a materia sufficientemente discutida, decidiu-se que se votasse sobre o artigo, redigido pelo sr. Bandeira de Lemos. E divi-

vernador civil de Coimbra, na qual severamente é censurado o serviço do recrutamento, se lê alli o seguinte, com respeito ao mappa demonstrativo do serviço do recrutamento no districto de Coimbra, relativo aos annos de 1870 a 1876 e referido ao dia 30 de Junho ultimo.

Por esse mappa se vê, que tendo sido distribuidos nos 7 indicados annos, aos 17 concelhos d'este districto, 4:521 recrutas, apenas contribuiu o mesmo districto, para preenchimento dos respectivos contingentes, com 1:929 recrutas, isto é, com 42 por cento sómente do que lhe coubera, havendo concelhos que se tornaram notaveis pelo excessivo atrazo no pagamento dos seus debitos, e taes são, o de Montemór o Velho, que apenas tem contribuido com 10 por cento dos contingentes distribuidos, o de Cantanhede com 22 por cento, e o de Soure com 28 por cento; sendo tambem para notar que, ainda até á data a que o mappa se refere, não tivesse algum concelho contribuido com um só recruta por conta do contingente de 1876, do qual a primeira parte foi mandada distribuir por decreto de 25 de Julho de 1876 e a outra por decreto de 9 de Maio de 1877.

Isto que indica a mencionada portaria do ministerio do reino, é apenas uma ponta levantada do véu, que tem encoberto os inauditos escandalos praticados no districto de Coimbra.

Para a historia ser completa seria mister enumerar todas as tranquibernias, falsidades e injustiças praticadas pelos regedores, parochos, administradores de concelho, governadores civis, commissões districtaes, juntas de revisão, e todos os mais individuos ou corporações, que têm intervindo em os numerosissimos desaforos do recrutamento.

Este serviço é uma das maiores vergonhas, e a burla mais impudente que tem tido entre nós a administração publica, e que tem feito do systema representativo uma mentira torpissima!

JOAUIM MARTINS DE CARVALHO.

Continuam em toda a sua liberdade de acção os ladrões no caminho de ferro!

Na quinta feira, o sr. Antonio Diniz de Carvalho, negociante n'esta cidade, recebeu um fardo de fazendas vindas de Lisboa, o qual, na fórma do costume, tinha sido descosido e roubado.

Os ladrões fizeram todos os esforços para tirar as cintas que vinham no fardo; mas como se achavam no centro das fazendas, e muito apertadas, só poderam roubar duas, deixando todas as outras amarrotadas com a força que lhes haviam feito!

Então os senhores directores do caminho de ferro continuam impassivelmente a ouvir estas queixas? Que providencias têm tomado?

Bem dissemos nós ha dias. Os negociantes de Coimbra, nas suas requisições para Lisboa, devem pedir sempre uma porção de fazendas a maior, para satisfazer aos ladrões! Isto já é fóro!

E não constam estas repetidas ladroeiras ao governo?

Pois nós lhas faremos saber. Estejam certos d'isso.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. ministro das obras publicas praticou ha dias um facto, que merece ser severamente censurado.

Ao mesmo tempo que louvavelmente poz, por conta do governo, um comboio á disposição da imprensa periodica e de todas as mais pessoas que se quizessem utilisar d'elle, para irem assistir ao funeral do illustre escriptor o sr. Alexandre Herculano, excluiu d'esse convite dois periodicos, o *Diario Illustrado* e a *Correspondencia de Portugal*.

Este acto é repugnante e improprio de qualquer cidadão, quanto mais d'um ministro d'estado.

Se o sr. Barros e Cunha se julga aggravado com as censuras que lhe tem sido feitas n'aquelles jornaes, de certo não podia achar ensejo mais deploravel para lhes mostrar o seu desagrado.

A affronta era feita á imprensa periodica, na pessoa de dois de seus membros; e a occasião escolhida era nada menos do que aquella em que se tratava de prestar as ultimas homenagens a um distinctissimo cidadão portuguez.

Os ministros precisam de estar muito superiores a todos os despeitos; porque a não ser assim têm de passar por graves desgostos.

O sr. Barros e Cunha tinha muito que aprender, em quanto á grandeza de animo, com o distincto estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Quando na primeira regeneração era presidente do conselho o duque de Saldanha, e ministro do reino Rodrigo da Fonseca, representou-se no theatro do Gymnasio uma *Revista do anno*, em que o presidente do conselho era violentamente maltratado.

Sabendo isto Rodrigo da Fonseca, mandou chamar o emprezario do theatro e disse-lhe, que era de crer que o duque de Saldanha se magoasse com ser por tal modo vituperado na scena; e por isso lhe pedia para poupar aquelle ancião, a quem a causa da liberdade devia importantes serviços.

Acrescentou, porem, Rodrigo da Fonseca, que como não desejava ser causa do theatro ter prejuizos, o que poderia acontecer em vista d'aquellas suppressões; pedia que em logar das allusões e satyras a Saldanha, as substituissem com relação a elle Rodrigo; porque isso não o mortificava, em quanto que era natural que não succedesse o mesmo ao presidente do conselho.

E' assim que procede quem tem elevação de animo.

De fórma muito diversa procedeu agora o sr. Barros e Cunha, o que não só muito sentimos, mas não devemos deixar de censurar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ahi vae um dos muitos serviços prestados por Alexandre Herculano, com os seus escriptos, a este paiz.

Informa-nos o nosso amigo o sr. Telles de Mattos, que a fundação da Caixa de Credito Eborense, hoje Banco Eborense, foi devida á reimpressão do artigo intitulado — *Da instituição das caixas economicas* — que vem no tomo 1.º dos opusculos — *Questões publicas*.

A Caixa começou com 33 contos, e hoje tem mais de 700; e supposto se intitule Banco, ainda conserva uma Caixa economica.

O outro Banco que ha na cidade de Evora, o Banco do Alemtejo, foi installado para hombrear com o primeiro.

A leitura do opusculo promoveu um gyro de milhares de contos em Evora!

Que influencia a do genio!

Porque não ha de o governo dar logar em S. Vicente de Fóra aos restos mortaes de Alexandre Herculano?

Não batalhou elle tanto, já com as armas na mão, já com a penna a favor da liberdade?

Esteja, porém, onde estiver não lhe acontecerá jámais o que elle diz no Eurico: — «*Para o que ahi* (no tumulo) *repousa sei eu que ha na terra o esquecimento.*»

Não é possivel esquecer um homem, que deixou apoz si um rastro de luz immorredouro. O historiador — o philosopho — o pamphletista — o diplomata — o archeologo — todos os homens a qualquer genero de estudos que se dediquem têm n'elle um guia seguro. A sua critica cortava sempre pelo são.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um abastado proprietario, nosso amigo, que ha annos reside fóra de Coimbra, veiu em auxilio da pobre velha de 90 annos, Maria Rosa, para quem implorámos a caridade publica em o numero passado.

O nosso amigo deu-nos na sua carta uma prova de tanta franqueza e cavalheirismo, que muito nos penhorou.

Ainda bem que as nossas palavras não serão baldadas, e que podemos ter fundadas esperanças de que a viuva do veterano da guerra peninsular não morrerá á fome e ao mais completo desamparo.

Este nobre procedimento de certo não deixará de ter imitadores.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

ADELINO ANTONIO DAS NEVES E MELLO

Realisou-se infelizmente o que se receiava. Na terça feira falleceu n'esta cidade o nosso estimavel amigo o sr. bacharel Adelino Antonio das Neves e Mello.

Era o sr. Neves filho do dr. Antonio José das Neves e Mello, lente de Philosophia, e de D. Maria Isabel de Lima das Neves e Mello. Nasceu em Coimbra aos 26 de Abril de 1810.

Destinando-o seu pae á carreira das letras, seguiu com aproveitamento os estudos necessarios para se poder matricular n'um curso superior.

---

dindo-se nas suas differentes partes, e submettendo-se á votação n'esta conformidade, *foi approvado em todas as suas partes.*

O additamento que propunha a permissão a qualquer cidadão portuguez de matar o ex-infante D. Miguel não foi approvado. (Extracto fiel das actas).

Passou-se ao art. 4.º que tambem foi approvado com algumas pequenas emendas. O art. 5.º approvou-se sem discussão. O art. 6.º foi egualmente approvado, salvas algumas emendas. O additamento emfim a este artigo, e o mais notavel, que tambem foi *unanimemente* approvado, era assignado pelos deputados *Magalhães*, e *Aguilar*, que propozeram o premio de *dez contos de réis* por uma vez sómente, e pagos pelo thesouro, á pessoa que prendesse o ex-infante D. Miguel, e o entregasse á auctoridade respectiva.

Talvez que em nenhum tempo, e em nenhum paiz se fizesse uma lei como esta para excluir do throno um tyranno; e porque é tão famosa e terminante quero aqui mencionar os nomes dos homens que a assignaram, assim como o auto de que já fallei, e fui auctor. São elles os seguintes, copiados fielmente das actas.

«Srs. Freire; Serpa Pinto; Jervis d'Atouguia; Fonseca Moniz; Camello Fortes; Geão; Dias d'Oliveira; Ferreira Borralho; Mimoso Guerra; Cavolla; Barjona; d'Avila; Alheira; Vieira de Castro; Seabra; Antonio Maria d'Albuquerque; Couceiro; Carneiro Canavarro; Vasconcellos Abranches; barão de Rendufe; Teixeira de Queiroz; Pereira do Carmo; Canto Machado; Bernardo Joaquim Pinto; Vieira da Motta; Augusto de S. Paio; Duarte Borges; Pereira Ferraz; Chaves e Mello; Almeida Pessanha; Francisco Antonio de Campos; Botto Pimentel; Bettencourt; Paula Azeredo; Rebello Leitão; Costa Refoios; Soares Caldeira; Baeta; Vicente Camacho; João Bernardo de Sousa; João Elias da Costa; Ferreira Sarmento; Pina Cabral; Quevedo Pizarro; Soares Luna; Joaquim Antonio d'Aguiar; Costa Sobrinho; Joaquim Antonio de Magalhães; Filippe de Soure; Queiroz; Larcher; Galvão Palma; Velloso da Cruz; Avillez Zuzarte; José Alexandre de Campos; Braklamy; Sousa e Azevedo; Mourão; Teixeira de Moraes; José Caetano de Campos; Pinto Basto; Ferreira Pestana; Ferreira de Castro; Henriques Ferreira; Figueiredo Freire; José Joaquim dos Reis; Silva Pereira; *Liberato Freire;* Sá Vargas; José Joaquim da Rosa; Rojão; Almeida Amaral; Mascarenhas e Mello; Campeão; Santos Valle; Silva Carvalho; Teixeira Aguilar; Bandeira de Lemos; Barreto Feio; Mouzinho da Silveira; Silva Sanches; Tavares Cabral; Lourenço José Moniz; Coelho de Magalhães; Sousa Saraiva; Tavares de Carvalho; Macario de Castro; Gonçalves de Miranda; Cardoso Castello-Branco; Azevedo Loureiro; Sousa Raivoso; Fonseca Magalhães; Sousa Castello Branco; Thomaz Norton; visconde de Fonte Arcada; Mariano de Azevedo; Soares de Azevedo; Queiroga.»

Agora se poderá conjecturar se fui indiscreto quando antes disse, que D. Pedro havia morrido a tempo para seu e nosso socego. Que diria, e que faria se fosse vivo quando se fez esta lei? Approval-a-ia? Não sei... e no caso de a não approvar que succederia tambem? Não sei... julgue-o quem desapaixonadamente me ler...

Estou certo que os portuguezes, a quem ainda as feridas de fresco gotejavam sangue, e sangue derramado por ordem de D. Miguel, haviam de querer manter a lei; e se a isso se oppozesse D. Pedro que succederia? É facil de imaginar; e não será isso mui difficil para quem se lembrar do desgosto que já tivera no theatro de S. Carlos, quando *imprudentemente* alli foi annunciar, como uma grande façanha, as condições com que fizera sahir do reino o irmão, a quem dava, para não ir com as *mãos vazias*, e por premio do bem com que nos tinha tratado, a pensão annual de *sessenta contos de réis!* Com um homem de tal juizo como seriamos felizes!...

Ainda hoje com muita satisfação me honro de haver tido uma parte mui activa n'este negocio: sempre detestei os tyrannos; e uma das occupações mais agradaveis, que tive na minha vida, foi a de traduzir os *Annaes* de Tacito, o meu livro mimoso.

Como me consolava quando via o auctor ir dissecando com o seu afiado escalpelo fibra a fibra o coração corrupto dos monstros, que tinham governado Roma! Parecia-me estar ainda vendo seus cadaveres expostos á execração do mundo!

E não era isso por ter mau coração, porque nunca o tive, antes mui sensivel ás desgraças humanas, que sempre, como pude alliviei; mas porque sempre detestei o abuso da força, que o homem faz contra o seu semelhante mais fraco do que elle. Nasci com o espirito de rectidão e de justiça; e se me tivesse cabido em sorte o encargo de a administrar, havia de ser sempre compassivo e moderado no julgamento das fraquezas humanas; porem severissimo e inexoravel nos grandes crimes, e nos grandes attentados, quer fossem contra a vida, quer contra a liberdade de meus semelhantes.

(Continuar-se-ha.)

Em 1828 frequentava o 1.º anno mathematico, manifestando já n'este tempo as suas ideias liberaes.

Posteriormente quando os dois partidos liberal e absolutista se degladiavam com as armas na mão, e sendo perseguido em Coimbra, fugiu em 4 de Outubro de 1833, na companhia do estudante Antonio Sanches Goulão e outros academicos, que pretendiam entrar no Porto, estando as linhas fechadas, o que o sr. Neves conseguiu realisar incolume.

Os outros companheiros, exceptuando Goulão, que depois veiu a ser lente de Philosophia, foram presos e maltratados por um piquete de cavallaria de Chaves, proximo a Albergaria.

No dia 7 do mesmo mez de Outubro assentou praça no Porto, na companhia de artilheiros academicos.

Assistiu á batalha de Almoster em 18 de Fevereiro de 1834, e foi condecorado com o habito de Torre e Espada.

Do batalhão academico passou em alferes para o batalhão de caçadores n.º 2, em 31 de Março de 1834, por effeito do decreto de 26 do dicto mez; e com a mesma patente passou para o regimento d'infanteria n.º 2, em 8 de Agosto do mesmo anno, por effeito do decreto de 24 de Julho antecedente.

Por aviso do ministerio da guerra de 7 de Outubro d'esse anno teve licença para continuar os estudos da Universidade, que tinha deixado no 3.º anno de Mathematica.

Passou a addido ao batalhão d'infanteria n.º 13, de Lisboa, em 1 de Maio de 1837; sendo despachado tenente do mesmo batalhão por decreto de 20 de Março de 1838.

Em 1839, sendo tenente do 13 de infanteria, requereu a sua passagem para a 3.ª secção, em quanto frequentasse estudos, que não fossem proprios da arma.

No dia 18 de Junho d'esse anno tomou o grau de bacharel em Medicina, e em 28 de Outubro foi despachado medico do districto de Rio de Senna, na provincia de Moçambique.

Dando-se pessimamente com o clima da Africa, sahiu de Quilimane em 1841, e passou a Goa, exercendo ahi a clinica alguns mezes; e em seguida dirigiu-se a Macau, onde estabeleceu a sua residencia.

Sendo medico de partido do Leal Senado d'aquella cidade, cedia annualmente 400 *taes* a beneficio da fazenda publica, pelo que mereceu os louvores, que devem constar das actas do mesmo Senado.

Tendo casado em Macau, com a exm.ª sr.ª D. Domingas Carneiro, filha de D. Bernardo Estevão Carneiro, natural de Manilla, nas Philippinas, regressou a Portugal, fixando desde 1847 a sua residencia em Coimbra.

N'esta cidade casou em segundas nupcias, com a exm.ª sr.ª D. Anna Ludovina Machado e Neves; e aqui passou sempre uma vida retirada e modesta; entregando-se á esmerada educação de seus filhos, e ao seu prazer favorito da leitura.

Juntou uma valiosa collecção de livros raros e estimados; e um importante monetario.

O sr. Neves era homem de toda a probidade, e geralmente benquisto; sendo a sua falta muito sentida pelos seus amigos sinceros e dedicados.

No seu enterro teve as honras militares, que lhe eram devidas pela sua patente e condecoração.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O illustrado escriptor de Braga, o sr. Pereira Caldas, enviou-nos os esclarecimentos que abaixo publicâmos, a proposito do nosso artigo ácerca do periodico o *Mercurio Britannico*.

Concorda plenamente o sr. Pereira Caldas com a nossa opinião, de que este periodico foi impresso em Lisboa e não em Londres, como se quer fazer acreditar nas varias declarações que alli se lêem.

Vê-se pela noticia que nos dá o sr. Pereira Caldas, em vista da sua collecção, que o mesmo periodico foi publicado nos dois annos de 1798 e 1799.

Nós temos só parte da collecção, que não passa do anno de 1798, e por isso nos limitámos a indicar essa data.

Eis ahi o que nos diz o sr. Pereira Caldas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Illustrado amigo. — No seu *Conimbricense* do dia 15 d'este mez, n.º 3144, dá o confrade uma indicação noticiosa do *Mercurio Britannico*, periodico historico dos fins do seculo passado.

Diz o collega com razão, que não o tem visto mencionado nas noticias bibliographicas do jornalismo da nossa lingua: — e suppõe com justificada sensatez, que é suppositicia de Londres, mas realmente de Lisboa, a impressão do alludido *Mercurio Britannico*.

N'esta convicção bibliographica, deixei eu de o mencionar na *Borboleta*, semanario litterario d'esta cidade de Braga, quando me occupei succintamente do jornalismo da nossa lingua no estrangeiro. — Refiro-me a dois artigos meus, com o titulo *Jornalismo na emigração*, insertos nos n.ºs 16 e 17 do volume 2.º

No que não ha — da parte do meu amigo — indicação completa de data e d'existencia, é na supposição de ser só de 1798 a publicação do *Mercurio Britannico*.

A collecção periodica, da que possuo 4 volumes encadernados, veiu á luz em 1798 e 1799: — e como a encadernação é da epocha, supponho terminada a publicação no que tenho (1).

No 1.º volume, ha 8 n.ºs, com 380 paginas, além de 12 preliminares, e 1 final de erratas. — No 2.º volume, ha outros 8 n.ºs, com 524 paginas. — São ambos os volumes de 1798; e findam ambos o texto com a indicação: *Fim do primeiro volume*, e *Fim do segundo volume*.

No 3.º volume, ha tambem 8 n.ºs, com 524 paginas, findando o texto com a indicação: — *Fim do terceiro tomo.* — No 4.º volume, ha sómente os n.ºs 25 e 26 com 122 paginas. — São ambos os volumes de 1799, havendo expresso no rosto d'este ultimo a indicação: — *Segundo anno.*

Com a publicação d'estas linhas no seu *Conimbricense*, complementa o meu amigo a noticia do *Mercurio Britannico*, em auxilio litterario dos que se derem a averiguações jornalisticas entre nós.

Fallece-me a opportunidade, para mais individuações a este respeito n'esta occasião. — Aqui fica no entanto a *noticia* da existencia da minha collecção, ficando *com ella* a offerta da minha boa vontade, em a franquear a quem desejar manuseal-a.

Disponha sempre do amigo antigo

Braga, 17 de Setembro de 1877.

Pereira-Caldas.

Está sendo muito discutido na imprensa d'Aveiro, e d'outras localidades, o accordão da relação do Porto, que mandou reintegrar no beneficio de parocho de Cacia, d'aquelle bispado, um sacerdote manifestamente impossibilitado, por incommodos physicos, de desempenhar as principaes obrigações do seu sagrado ministerio.

A este respeito nos enviam o seguinte communicado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O ACCORDÃO
SOBRE A QUESTÃO DE CACIA

Quando nos tribunaes judiciaes ha magistrados, que no desempenho da missão elevada, que a sociedade lhes confiou, se mostram esquecidos dos seus deveres, ou eivados de paixões ruins, torna-se necessario que a imprensa os faça conhecidos, e os exponha á execração do publico, senão para conseguir d'elles no futuro mais imparcialidade, rectidão, e justiça, pelo menos para que todos saibam o que ha a esperar da administração da justiça, e na solução dos pleitos, em que elles tenham de ser juizes.

E por isso que nunca será de mais, nem extemporaneo, o fallar-se do accordão de 31 de Agosto, em que os juizes da relação do Porto, mandando restituir ao exercicio das suas funcções parochiaes um padre que, ha annos, como agora, não póde exercel-as, affrontaram todas as considerações do justo, para se submetterem ás suggestões, e subscreverem ás exigencias d'um titular, que, por honra e dignidade propria, nunca devera ter interferido n'um tal julgado.

Foram os juizes Mendes Affonso, Ribeiro Abranches, e Aguiar que, sobre materia de que não podiam tomar conhecimento, firmaram esse famigerado accordão, contradictorio, destituido de bom senso, insanavelmente nullo, e com que tiveram só por fim favorecer o filho d'um collega seu na magistratura, e acceder ás exigencias interesseiras, que este lhes fazia. Se tivessem querido fazer justiça, ter-se-hiam declarado sem competencia, como em questão semelhante já o haviam feito os juizes Caldeira Pinto, Pimenta, Geraldes, Rocha, e Leitão, em accordão de 28 de Novembro de 1873; não teriam arrogado a si o direito de decidir em materia espiritual e canonica, sobre que legislam o Concilio de Trento na sessão 7.ª, e as Constituições do bispado de Coimbra em vigor na diocese, onde se levantou a pendencia, que deu causa ao recurso.

Era simples, muito simples, a questão sobre que o parocho de Cacia interpoz recurso á corôa. Impossibilitado physicamente de exercer as funcções de pastor d'almas, não podendo dar cumprimento ás obrigações a seu cargo, por isso que uma doença dolorosa lhe não permitte, ha annos, sahir de casa, como é publico e notorio fora da sua freguezia e dentro d'ella, onde ha muitos freguezes, que ainda não conhecem o seu parocho, porque o rheumatismo lhe não permitte sahir á rua, era necessario que fosse substituido no munus pastoral por um outro sacerdote competente, digno, e da escolha do prelado.

Foi em virtude d'isto nomeado por este um encommendado com todas as prescripções, que a lei canonica em vigor no seu bispado ordena.

Este direito de nomeação não lhe póde ser contestado; os proprios julgadores o reconhecem no mencionado accordão, assim como n'este tambem confessam, que o parocho recorrente está physicamente impossibilitado de exercer as funcções do seu ministerio.

Pois, apesar d'isto, não se pejam de, em julgado contradictorio, darem provimento ao recurso interposto por causa d'esta nomeação, e decidirem que o prelado fez violencia e gravame ao recorrente; e mandam restituir este ao pleno goso do seu beneficio e direitos parochiaes, sem se lembrarem de que no mesmo accordão tinham reconhecido no recorrido o direito, de que usou, e declarado que o recorrente padece molestia, que só lhe permitte satisfazer as obrigações parochiaes, para as quaes não tenha de ir á egreja!

Que ideia formam das obrigações d'um pastor d'almas estes juizes?! Não manifestaram assim d'ellas a maxima ignorancia?! Como concebem que um parocho sempre recolhido em casa, e que não póde ir á egreja exercer suas funcções, possa ser restituido ao goso do seu beneficio, e cumpra por si, sem encommendado, aquillo para que o julgam impossibilitado? Permittirá tambem a lei que administre justiça aos povos, e exerça as funcções de julgador, um juiz, que atacado de paralysia não possa ir ao tribunal? Responderiam affirmativamente aquelles juizes, que, com o seu celebre accordão, decidiram que um parocho póde curar o seu beneficio, sem o auxilio d'outro sacerdote, ainda que esteja sempre prostrado no leito com rheumatismo pertinaz.

Na verdade causa riso e lastima um tal julgado, cujos effeitos só poderão ter duração ephemera; porque n'elle os juizes d'um tribunal superior, que tinham obrigação de ser serios, imparciaes, honestos e justiceiros, mandam restituir ao exercicio das funcções parochiaes um padre, que não póde exercel-as!

Dado á execução, ficarão novamente os fieis de Cacia com parocho *in nomine;* mas sem pastor, que lhes administre os sacramentos, e visite os enfermos; cure do culto sagrado na egreja, e ensine a doutrina; pregue n'ella com a palavra, e a todos mostre os caminhos da virtude, que conduz á felicidade eterna.

Terá por conseguinte o prelado da diocese de nomear novamente um encommendado, porque não póde permittir que uma porção do seu rebanho viva sem pastor, que lhe offereça os pastos da salvação. Assim lh'o ordenam as leis da egreja, no Concilio de Trento, e Constituições do bispado, e o reconhecem as leis de 20 de Julho de 1839, e 8 de Novembro de 1841.

Para manifestarem ao nobre visconde de Seabra, que, em pró do seu filho entrevado, não duvidou descer do logar de juiz no supremo tribunal de justiça, e ir ao Porto exercer pressão sobre a consciencia dos julgadores, entenderam estes que era necessario maior escandalo, e por isso condemnam em custas e sellos o recorrido!

Em que lei se fundaram estes sabios juizes para assim condemnarem um prelado, de que, em caso de simples e mera administração canonica e espiritual, e por isso só da competencia do poder ecclesiastico, indevidamente se interpoz recurso á corôa? Não foi por certo para isto considerado como parte, porque, dispondo a lei do processo que nos recursos á corôa interpostos dos bispos conheça a relação em segunda instancia, é evidente que considera estes como juizes de primeira instancia. E, se assim é, o que não póde negar-se, quem os auctorisou a condemnar o prelado recorrido, que na questão não podia deixar de ser considerado como juiz? Decidiu por ventura este contra lei expressa, como, para poder ser condemnado, se exige no artigo 118 do codigo de processo civil? Por certo que não. Era porém necessario que o favor feito ao protegido fosse completo, e nada lhe deixassem a desejar. E assim se fez.

Precisando fundamentar o accordão, em que deram provimento ao recurso, allegam falta de processo para a nomeação do encommendado, apesar de ter o dignissimo prelado na sua resposta, brilhantemente elaborada, demonstrado que em tal nomeação tinha o dignissimo substituto feito o que em taes casos costumou fazer-se sempre na diocese em circumstancias identicas; e de ter provado que se seguiram todas as prescripções do Concilio Tridentino, e que as Constituições do bispado em vigor na diocese d'Aveiro exigem.

Queriam que tivesse havido um outro processo, que só existe na imaginação de taes juizes; mas processo que não indicam, nem podem indicar, porque o não ha. Querem, umas vezes, que se tivesse precedido a exame de peritos, que reconhecessem se effectivamente o parocho de Cacia estava impossibilitado de exercer suas funcções parochiaes, e que viessem depois declarar o que já por todos era sabido, e o proprio recorrente confessa: querem, outras vezes, que se tivessem seguido as Constituições do bispado do Porto, que não exigem um tal exame e se contentam com prova testemunhal.

Não provaram porém os sabios juizes que estas Constituições tenham força obrigatoria no bispado d'Aveiro, e que o recorrido tivesse obrigação de as seguir. — Para que ainda alguem acreditasse ao menos na erudição dos signatarios de tão celebre julgado, deveriam estes ter citado algumas outras Constituições, embora de nações estranhas, se por ventura d'ellas tinham algum conhecimento.

Foi na verdade em tudo o mencionado accordão um primor da sciencia juridica, e cujo merecimento é grande, porque nos fez conhecer a justiça e estado de moralidade, em que se acham alguns dos juizes dos nossos tribunaes.

***

NOTICIARIO

Passagem. — Esteve n'esta cidade, vindo d'Aveiro, o reverendo conego José Gonçalves da Cruz Viva. Demorou-se aqui tres dias e partiu para Lisboa, a fim de embarcar

---

(1) O nosso amigo, o sr. Telles de Mattos, escreveu-nos de Evora dizendo-nos, que possue o 2.º, 3.º e 4.º volumes do *Mercurio Britannico*; mas que lhe falta o 1.º E nós temos o 1.º e faltam-nos aquelles tres. N'este caso havemos de vir a algum accordo.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

alli no vapor *Gomes 2.º*, para ir continuar, no Lyceu nacional de Faro, onde é professor, as funcções do magisterio.

O sr. Cruz Viva é professor de francez e inglez n'aquelle Lyceu, e auctor de varios opusculos instructivos e humoristicos e d'outras obras interessantes.

Explicação. — A pedido de um nosso amigo declarâmos, que não diz respeito ao actual administrador do concelho de Monte Mór o Velho, o facto da cultura do arroz no paul do Taipal, de que ha dias nos occupámos n'este jornal. Era até quasi escusado dizer isto.

Homenagem a Alexandre Herculano. — Lê-se no *Jornal do Porto* de sexta feira o seguinte:

«No templo de Santo Antonio dos Congregados celebrou-se hontem, das nove ás dez horas da manhã, a missa que mandou rezar a redacção do *Commercio Portuguez*, em homenagem á memoria do sr. Alexandre Herculano.

Foi celebrante o reverendo João Baptista de Lima, capellão de infanteria 10 e redactor do alludido periodico.

Terminada a missa veiu o referido sacerdote rezar o respectivo responso, junto do sarcophago que se erguia no centro do templo.

Concluida esta ceremonia fez em phrase levantada e digna a apologia do insigne historiador portuguez, o sr. dr. Garcia, de Coimbra.

Assistiram bastantes pessoas, entre as quaes notamos o irmão do illustre finado, diversos negociantes e capitalistas, actores do theatro Baquet, representantes da imprensa politica, litteraria e horticula portuense.

O templo estava guarnecido de crepes e de crepes estava velada tambem a bandeira portugueza, que cobria o modesto sarcophago, erecto a breve distancia do arco cruzeiro.

Chegada. — Chegou hontem a Lisboa o sr. Fontes Pereira de Mello.

O comboio do correio descendente soffreu um descarrillamento perto da estação de Matto de Miranda.

Villa Nova de Ourem. — Em data de 19 do corrente nos communica um nosso amigo de Villa Nova de Ourem o seguinte:

«Foi bem aceeite aqui a noticia da vinda do sr. Xavier de Lima para juiz d'esta comarca. Precede-o uma boa reputação d'homem illustrado, de magistrado trabalhador, e de caracter recto e independente.

Deus o traga quanto antes, que bem preciso cá é. Avalial-o-hemos pelos seus actos.

A administração da justiça nas comarcas que como esta sahiram ha pouco do imperio dos juizes ordinarios, é muito mais difficil.

Precisa-se um certo rigor, que já se dispensa nas outras, e assim mesmo será necessario o decurso de muitos annos para as cousas entrarem nos seus verdadeiros eixos.

O governo se não tomar isto em consideração, no acto de fazer os despachos para estas comarcas, nunca attingirá ao fim principal da creação d'ellas.

Nem todos os magistrados servem para aqui. Confiamos muito no sr. Xavier de Lima, que sendo secundado pelo delegado que temos, e por um administrador do concelho, que saiba e possa cumprir com os deveres do seu cargo, e não seja como o actual, que é um homem com perto de oitenta annos e que não passa de ser um santo varão, hade dentro em pouco acabar com a anarchia, que tem havido e de que os cidadãos pacificos d'este concelho estão sendo victimas.»

Camara municipal de Lisboa. — A camara municipal de Lisboa lançou na acta do dia 19 do corrente um voto de sentimento pela morte do sr. Alexandre Herculano. Resolveu mais que o busto do illustre fallecido fosse collocado na sala das sessões, e que se subscrevesse para a creação de um instituto litterario, proposto ha dias na reunião dos jornalistas da capital.

Guerra do Oriente. — *S. Petersburgo*, 20. — O exercito russo está resolvido a manter-se no reducto em frente de Plewna, reconcentrando todas as suas forças contra Mehemet-Ali. Foi recuperado o forte de S. Nicolau pelos russos, que recebem reforços.

Constantinopla, 20. — Corre que dois gran-duques, commandantes de corpos do exercito russo, por desintelligencia com o estado maior general, tinham pedido a exoneração d'esses commandos.

Vienna, 20. — Hontem, o conde Andrassy e o principe de Bismark celebraram conferencia. Por emquanto não se sabe o resultado.

Pera, 19. — Um telegramma de Suleyman-Pachá, datado de hontem, annuncia que os russos, tendo recebido reforços, retomaram a posição de S. Nicolau, obrigando os turcos a retirarem para os seus anteriores entrincheiramentos.

Vienna, 19. — Andrassy e Bismark chegaram hontem a Salzbourg. Andrassy partirá hoje. Bismark retira ámanhã. Não é provavel a mediação.

Constantinopla, 19. — A guarda avançada de Mehemet-Ali-Pachá chegou a Burumli. Os russos fortificam a estrada que de Biela conduz a Plewna. A artilheria turca impede aos russos os trabalhos de reparação das fortificações de Shipka.

ANNUNCIOS

DILIGENCIA

1 JOSÉ DOS SANTOS PIRES, estabelece carreira diaria em diligencia, entre Penella e Coimbra, a começar em 24 do corrente.

Sahe de Penella ás 4 horas e meia da manhã; de Condeixa ás 6 e meia; chega a Coimbra ás 8 e um quarto. Sahe de Coimbra ás 3 e meia da tarde; de Condeixa ás 5 e meia; chega a Penella ás 7 e um quarto.

Preço de ida, ou volta, 500 réis. Bagagem 15 kilos gratuitos; o mais a 20 réis o kilo. Os passageiros que não estiverem á hora perdem os seus bilhetes, os quaes se vendem em Penella, em casa do sr. Urbano Peres; e em Coimbra, o sr. Ernesto Lopes de Moraes, Calçada, 197 a 199.

CASA LISBONENSE

96 - Rua do Visconde da Luz - 100

COIMBRA

Liquidação das fazendas da estação de verão durante o mez de Setembro

2 FAZENDAS claras de lã para vestido. Chapeus de novidade para senhoras.

Saldo de córtes de vestido em caixa, para campo e praia, que liquidâmos por 7 e 8 mil réis.

Saias de precale para campo e praia que liquidâmos baratas.

Grande saldo de chitas muito finas, e desenhos modernos, que vendemos por 135 réis o metro, e 90 réis o covado.

Sombrinhas modernas para campo e praia, que liquidâmos baratas.

Sombrinhas de seda para senhora, que vendemos por 1$000 réis e 1$200 réis.

Uma linda collecção de leques para senhora, que liquidamos baratos; e outros muitos artigos.

Aos pharmaceuticos ou droguistas

3 EM UMA VILLA proximo a esta cidade, ha uma pharmacia que se vende ou arrenda por modico preço. Está em bom local, rasoavelmente sortida, e o que se quizer alli estabelecer auferirá magnificos interesses. Trata-se com Francisco Borja dos Santos, adro de baixo, n.º 10 a 13. Coimbra.

Venda de casas

4 VENDE-SE a casa sita na rua das Fangas, com os n.os 60 e 62.

Quem a desejar póde dirigir-se á mesma rua n.º 61, onde se trata do ajuste.

CHEGOU HOJE O NOVO ALMANACH DE LEMBRANÇAS LUSO-BRAZILEIRO

PARA O ANNO DE 1878

5 Á VENDA na livraria de J. Diogo Pires. — Preço br. 240 réis, cart. 300 réis.

ARRENDAMENTO

6 NO DIA 1 de Novembro de 1877, ás 10 horas da manhã, na rua do Corpo de Deus, n.º 7, Amadeu Fructuoso da Silva Rocha, d'ordem da exm.ª sr.ª condessa de Condeixa, arrenda pelo tempo de um ou mais annos, a principiar no 1.º de Janeiro de 1878, os predios seguintes:

Insua denominada dos Collaços no choupal do Bispo.

Insua da Remolha, junta ao choupal do rio velho.

Um terreno areal no alveo do rio velho.

Prazo no sitio do Reguengo, proximo a Lavarrabos.

30 aguilhadas de terra no campo da Pedrulha.

10 aguilhadas no campo de S. Martinho do Bispo.

10 aguilhadas no campo da Ribeira.

6 aguilhadas no campo de Ourique.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

7 SÁE de Coimbra ás 4 horas e meia da manhã, e da Figueira ás 2 da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

Na rua dos Loyos n.º 2

8 SE CONTINUA a vender batinas novas por preços os mais reduzidos possivel.

PHARMACIA

9 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar e testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

10 ANTONIO SIMÕES FERREIRA, na rua dos Sapateiros, n.º 47, está auctorisado pela exm.ª sr.ª viscondessa do Espinhal para modificar o preço até agora pedido pela renda das suas casas no arco de D. Jacintha. Quem as pretender, por um ou mais annos, póde dirigir-se ao annunciante, ou a s. ex.ª na sua casa da Louzã.

Estão reparadas de novo.

11 NA RUA DA MOEDA, n.º 19, recebem-se dois estudantes, convindo nas condições e preço.

DILIGENCIA

12 JOAQUIM AUGUSTO DOS SANTOS NATIVIDADE faz publico, que no dia 1.º inclusivè d'Outubro, vae mudar para trabalhar de dia, a diligencia que tem entre Coimbra e Gouveia; sahindo de Coimbra ás 5 horas da manhã, e de Gouveia ás 2 horas da noute; e chega a Coimbra antes da sahida do comboio para o norte e para o sul.

Tambem continua a ter as diligencias para a Figueira, e para a Louzã, a sahirem uma de manhã e outra de tarde.

Egualmente participa aos seus amigos e freguezes, que continua a ter bons caléches, coupés, e char-á-bancs, que aluga por preços commodos, e para viagens.

Coimbra 20 de Setembro de 1877.

Joaquim A. S. Natividade.

SEMINARIO EPISCOPAL DE COIMBRA

13 ABRE-SE no dia 1 de Outubro para admissão de alumnos internos e matriculas de externos. Os que pretenderem ser admittidos gratuitamente, sendo d'esta diocese, e destinando-se á vida ecclesiastica, devem entregar na secretaria do seminario os seus requerimentos, com os documentos do estilo, até ao dia 15 do referido mez em que termina o prazo do concurso que se abre para esta admissão.

As aulas de ensino primario e secundario principiam no dia 5, e as de ensino superior no dia 15.

Seminario de Coimbra, 17 de Setembro de 1877.

O vice-reitor do Seminario
Antonio José da Silva.

AGRADECIMENTO

14 O ABAIXO ASSIGNADO, José de Mattos Vicente, tendo um filho e uma filha a educar em casa da exm.ª sr.ª D. Maria Augusta de Abreu Castanheira, na Couraça de Lisboa, n.º 13, d'esta cidade; e reconhecido ao muito zelo e boa direcção que esta senhora tem dado á educação e ensino de seus filhos; o que egualmente tem presenceado com relação a outras meninas, internas e externas, e especialmente a duas meninas, alli educadas, uma de 7 e outra de 8 annos, ambas as quaes já tocam piano; julga cumprir um dever, agradecendo publicamente a esta senhora os seus favores e cuidados.

José de Mattos Vicente.

Substituições a militares

15 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

Leccionista de pharmacia

16 JOAQUIM DOS SANTOS E SILVA, chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico da Universidade, continua a habilitar os aspirantes de pharmacia para os seus exames finaes.

ATTENÇÃO

17 NA RUA DOS MILITARES, no arco da Traição, n.º 3, uma senhora de toda a confiança recebe estudantes de todas as edades, por preços commodos.

AMASSADOR DE PÃO

18 VENDE-SE um em bom uso, no largo de S. Salvador, n.º 31, por preço commodo.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$160
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	863

Numero 3147 | Terça feira 25 de Setembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

ESBANJAMENTOS MUNICIPAES

IV

Dissémos em o n.º 2 d'estes artigos, que as ultimas camaras do concelho de Coimbra haviam elevado annualmente os ordenados dos empregados municipaes, na importancia de 3:682$180 réis, creando entidades novas, e duplicando o numero dos zeladores.

Ao mesmo tempo que aquellas camaras assim têm procedido, cortando á larga na receita municipal, *sem que o serviço publico haja melhorado*, o que de todos é bem sabido; a instrucção primaria tem sido completamente descurada.

Por exemplo, em quanto as referidas camaras *augmentavam annualmente* ao administrador do concelho 100$000 réis, ao escrivão da administração réis 40$000, ao official maior da secretaria da camara 50$000 réis, ao advogado municipal 40$000 réis, ao procurador agente 14$000 réis, a cada um dos 20 zeladores municipaes 21$900 réis, ao guarda da camara 40$000 réis, etc.; as mesmas camaras só eram economicas e até mesquinhas, para com uma das classes mais importantes da sociedade — a dos professores de instrucção primaria.

No ramo da instrucção popular, em que ninguem censuraria as camaras por uma remuneração condigna ao professorado; é alli exactamente que ellas têm mostrado a sua miseria e o seu obscurantismo.

Façamos uma comparação. Ao mesmo tempo que um zelador municipal recebe annualmente 109$500 réis, tendo além d'isso uma importante parte das multas, e o fardamento, para o que bastará dizer, que no orçamento de 1876-1877 está consignada a verba de 500$000 réis para elle; o desgraçado professor de instrucção primaria apenas recebe 110$000 réis; notando-se que a camara só contribue para esta quantia com réis 20$000!

E para o contraste ser mais sensivel acresce, que têm os professores de se vestir á sua custa; habilitar-se para o concurso, quasi sempre triennal; e viver com decencia; no que têm de gastar quantias muito superiores ao seu mesquinho ordenado: e comtudo entenderam as camaras de Coimbra, que não deviam auxilial-os nos seus penosos encargos.

Compare-se este procedimento com o da actual camara de Lisboa, a qual por proposta de um de seus membros, o sr. dr. Luiz Jardim, augmentou a quantia de 100$000 réis annuaes a cada um dos professores de instrucção primaria da capital!

Agora para que se veja a miseria da camara municipal de Coimbra diremos, que no orçamento de 1876 a 1877, vem consignada a *enorme* verba de réis 50$000 para fornecimento de *livros, pennas, tinta, papel*, etc., aos alumnos pobres, que frequentam as 23 escolas de instrucção primaria, que tem este concelho!!!!

Isto é, para *livros, pennas, tinta, papel*, etc. de cada escola, fornece a *illustrada* e *zelosa* camara municipal de Coimbra, a *importante* quantia *annual* de 2$174 réis!!!

E' até onde póde chegar o desprezo pela instrucção primaria!

E isto pratica-se na terceira cidade do reino, e por uma camara, cujos presidente e vice-presidente são lentes da Universidade!

Assim, para aggravo da sua nefasta administração, a camara municipal de Coimbra reune em si dois *admiraveis* dotes — ser perdularia na administração dos redditos municipaes para a sua afilhadagem, e ao mesmo tempo mesquinha e miseravel para com a instrucção do povo!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em o numero passado censurámos o sr. ministro das obras publicas, por um acto que praticou com relação a dois dos nossos collegas da capital, excluindo-os do convite para irem no comboio, a fim de assistirem ao funeral do distincto escriptor Alexandre Herculano.

Hoje folgâmos de ter um motivo de elogiar o mesmo ministro, por um acto de alta moralidade que acaba de praticar.

Durante a ultima situação politica, chamada por escarneo *regeneradora*, a qual foi sem contestação uma das mais torpes e devassas que tem havido em Portugal desde que n'este paiz se estabeleceu o systema representativo; o sr. Antonio de Macedo Mengo, praticante effectivo da administração do correio de Lisboa, veiu revelar ao publico numerosissimos roubos, abusos e tranquibernias, que desde muito se praticavam na referida administração.

Os elevados protectores dos traficantes quizeram por muito tempo ver se conseguiam que elles ficassem impunes; mas o sr. Mengo houve-se com tal independencia, e os factos eram tão claros e revoltantes, que não foi possivel deixar de proceder contra os seus auctores.

Era, porém, mister tirar a desforra, e por isso foi tambem demittido o sr. Mengo do seu emprego!

Que *regeneração* e que *regeneradores!*

Assim se castigava o empregado honesto e independente, que tinha louvavelmente revelado os numerosos crimes que se commettiam no correio!

Ficavam por esta fórma inteirados todos os empregados publicos da sorte que os esperava, se não quizessem transigir com as ladroeiras.

Assim se têm conservado as cousas, até que por decreto de 19 de Setembro corrente, referendado pelo actual sr. ministro das obras publicas, Barros e Cunha, foi o sr. Antonio de Macedo Mengo *reintegrado no logar de praticante da administração do correio de Lisboa.*

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXLV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Ainda n'esta sessão legislativa tive que representar uma figura curiosa. N'esse tempo Saldanha era o chefe da opposição, e se conservava em uma d'essas posições *tão variadas* que tem tido na vida. A opposição era constantemente accusada de impedir a marcha do governo no bem que desejava fazer ao paiz, quando esta marcha era a mais ruinosa pelos desnecessarios e pesados emprestimos estrangeiros, que fazia, tendo a audacia e temeridade de dizer que com elles *se augmentara o nosso credito!* Ao mesmo tempo a fazenda publica, e essa avultada somma de bens nacionaes, producto dos bens dos frades, tanto moveis como de raiz, passava de mão em mão para delapidadores de todas as classes, e que eram os amigos do ministerio.

Em taes circumstancias assentou a opposição não continuar a fazer parte de uma camara, que apoiava estes desacertos, e nem passar por cumplice n'elles.

Um dia de manhã, antes de irmos para a camara, juntando-se o maior numero dos membros da opposição, e com elles Saldanha, e se bem me lembro em uma casa ao fundo da travessa da Arrochella, que faz esquina para a rua de S. Bento, e pertencia a um dos nossos amigos, alli se decidiu, que n'esse mesmo dia propozessemos que nos iamos despedir da camara, porque não queriamos estorvar a marcha do governo, nem que este continuasse a dizer, que a opposição era a causa d'elle não executar as medidas que queria tomar para organisar o paiz. Isto assim decidido, faltava porém determinar quem havia de fazer a moção. Todos disseram que *fosse eu*, como homem, que julgavam mais proprio, porque não havia antipathias contra mim.

Muito me custou a incumbir-me d'este negocio, porque receava que désse causa a algum barulho; mas que devia fazer? Acceitei o sacrificio.

Fomos emfim para a camara, e fiz a proposta que se reduziu a poucas palavras, não só porque por genio fui sempre pouco fallador, mas sempre me enfastiaram os grandes discursos, porque de ordinario não passam de uma enchente de palavras, e quasi de ordinario escusadas, e so para que o vulgo diga, *que fallou muito!*

Reduziu-se o meu pequeno discurso a dizer: «que uma vez que o governo se queixava da opposição por o impedir de tomar medidas salvadoras para o paiz, não queria ella prival-o de tanto bem, nem tomar sobre si tamanha responsabilidade. E n'este caso estava resolvida a sair toda da camara, renunciar ao seu mandato, e deixal-a livre e o governo, para que elegessem outros deputados de seu gosto. Que os membros da opposição votavam porque assim o entendiam, e não podiam mudar de politica; e que tal era seu desinteresse, que sem constrangimento algum deixavam as suas cadeiras, para que fossem occupadas por quem melhor desempenhasse obrigações, que ella na sua fé tinha julgado bem cumprir.»

E como o ministerio tinha praticado alguns actos contra um, ou dois deputados, actos, que violavam a independencia da camara, accrescentei a final: «Que a opposição julgava a camara *violada* por alguns excessos commettidos pelo governo contra dois dos seus membros, e em tal estado era da sua honra, e da sua independencia não continuar a pertencer-lhe.»

Foi isto ouvido no maior silencio, e com a maior attenção; e logo vi que a minha proposta, pela sua singularidade, tinha produzido sensação na camara; e que longe de se revoltar contra ella me pareceu um pouco aterrada e confusa. Logo se levantaram alguns membros, e com palavras muito macias e cortezes, procuraram desviar-nos do nosso proposito.

Nós satisfeitos com o bom exito da nossa ousada tentativa, e não querendo passar por homens tumultuosos, e que só queriamos fazer barulho e desordens, e que esta lição seria de proveito não só para o resto da camara, mas para o ministerio, cedemos ás instancias que nos fizeram, dizendo, que não esperavamos d'alli em diante ser tratados como até alli, e não queriamos que o ministerio tornasse a culpar-nos de lhe prendermos as mãos por não fazerem o que cumprira que fizessem.

O nosso procedimento teve com effeito resultados felizes, porque a camara recobrou vida, e a opposição, em vez de diminuir, foi gradualmente crescendo, o que bem depressa verificou com o que depois se seguiu, e lhe mereceu a honra de uma dissolução violenta, e talvez inaudita. Porém este successo, que

Um acto semelhante satisfaz plenamente a opinião publica, por ser uma desaffronta da iniquidade e torpeza praticada pelo ultimo ministerio.

Nós que não somos nada faceis em elogios, entendemos que faltariamos aos nossos deveres de jornalista independente e amante da justiça, se não louvassemos francamente o sr. ministro das obras publicas pelo acto de moralidade que praticou.

Joaquim Martins de Carvalho.

Acabámos de elogiar o sr. ministro das obras publicas, e já nos vemos na necessidade de censurar o sr. ministro do reino.

Por decreto de 15 do corrente mez de Setembro foi provisoriamente estabelecido, junto ao curso superior de letras, um curso de lingua e litteratura sãoskrita, vedica e classica; e se determinou que o vencimento do professor que reger este curso fosse de 600$000 réis por anno.

Folgâmos com tudo quanto seja desenvolver a instrucção; vemos o que allega o ministro no seu relatorio, que em quanto esta disposição não for approvada pelas côrtes poderão os referidos 600$000 réis ser pagos extraordinariamente pela verba das despezas eventuaes de instrucção publica; mas entendemos que acima de tudo está o respeito pela lei.

A creação de um novo emprego é uma exorbitancia para que o governo não se acha auctorisado.

O nomeado, o sr. Guilherme Augusto de Vasconcellos Abreu, é nosso patricio e amigo, e reconhecido por muito competente para bem desempenhar aquelle cargo; e comtudo nada disso nos impede, que protestemos contra este excesso de poder praticado pelo governo.

Se as côrtes não servem para isto, é melhor prescindir d'ellas para tudo.

Joaquim Martins de Carvalho.

DISSERTAÇÕES INAUGURAES

O decreto com força de lei de 20 de Setembro de 1844, na parte que diz respeito á Universidade de Coimbra, dispõe o seguinte:

«Artigo 101. As *dissertações inauguraes* do acto de conclusões magnas, terão por argumento, em logar das leis do Digesto, ou capitulos das Decretaes, um programma sobre materia importante, escolhida pelo conselho da Faculdade.

«§ 1.º Estas dissertações serão *impressas* á custa dos alumnos, e publicadas previamente ao acto de repetição.

«§ 2.º As mesmas dissertações só poderão ser escriptas em lingua latina ou portugueza; devendo sempre escrever-se em linguagem latina as dissertações concernentes ao Direito Romano, ao Direito Canonico, e á historia e analyse de cada um d'elles.»

Antes do anno de 1844 ficavam sempre as dissertações inauguraes em manuscripto. Iam para a bibliotheca da Universidade, onde se acham.

Comtudo nem todas as Faculdades começaram logo a dar cumprimento á mencionada disposição do decreto de 20 de Setembro d'aquelle anno.

A Faculdade de Direito principiou em 1845, a de Theologia em 1854, a de Medicina em 1858, a de Philosophia em 1859, e a de Mathematica em 1862.

Em todas as Faculdades estão até hoje publicadas 117 *dissertações inauguraes*.

Possuimos toda a collecção completa, graças ás mais perseverantes diligencias; pois que é já hoje objecto da mais alta difficuldade o reunir toda a collecção. Na propria bibliotheca da Universidade não está completa a collecção das *dissertações inauguraes* impressas.

Em beneficio dos curiosos daremos aqui as seguintes informações.

FACULDADE DE THEOLOGIA

Tem-se publicado 23 dissertações inauguraes n'esta Faculdade. Começaram em 1854, publicando-as n'esse anno os srs. drs. José Maximo Lopes da Silva Rebello, Damasio Jacintho Fragoso, Joaquim Maria de Sousa, e Manoel Eduardo da Motta Veiga. A ultima dissertação que até agora ha impressa n'esta Faculdade é a do sr. dr. Manoel de Jesus Lino em 1873.

A faculdade de Theologia é a unica das cinco Faculdades em que as dissertações têm sido escriptas em latim; e mesmo n'esta ha tres em portuguez, que foram em 1865 as dos srs. drs. José Ferreira Garcia Diniz e Custodio Nunes Borges de Carvalho, e em 1866 a do sr. dr. Luiz Maria da Silva Ramos.

FACULDADE DE DIREITO

São 50 as dissertações inauguraes impressas d'esta Faculdade. As primeiras foram no anno de 1845 a do sr. dr. Manoel Marques Pires e a do sr. José de Araujo Vasconcellos e Alvim; e a ultima é a do sr. dr. José Frederico Laranjo no corrente anno de 1877.

Não demos ao sr. Alvim o tratamento de doutor, porque não obstante ter publicado a dissertação e defendido theses, falleceu antes de se doutorar; e egualmente ha mais n'esta Faculdade outra dissertação de um academico, que tambem se não doutorou. E' a do sr. Manoel da Maia Alcoforado, de Ilhavo, actual redactor do *Museu Technologico*.

Assim como na Faculdade de Direito existem estas duas dissertações, sem os seus auctores se terem doutorado; ha tambem tres doutores, que não imprimiram as dissertações, apezar de já nos annos anteriores haverem outros academicos impresso as suas. São os srs. drs. Luiz Caetano Lobo e Adriano de Abreu Cardoso Machado em 1851; e D. Antonio do Santissimo Sacramento Thomaz de Almeida e Silva Saldanha em 1852.

FACULDADE DE MEDICINA

Têm sido impressas 22 dissertações inauguraes n'esta Faculdade. Começaram a imprimil-as os srs. drs. Lourenço de Almeida e Azevedo e Antonio d'Oliveira e Silva Gaio em 1858; e a ultima dissertação até agora foi a do sr. dr. Daniel Ferreira de Mattos Junior em 1876.

FACULDADE DE MATHEMATICA

Ha n'esta Faculdade 11 dissertações. Foi o primeiro que imprimiu a sua o sr. dr. Luiz da Costa e Almeida em 1862; e os ultimos os srs. drs. Francisco da Costa Pessoa, Antonio Zeferino Candido e Francisco Gomes Teixeira em 1875.

FACULDADE DE PHILOSOPHIA

Tem a Faculdade de Philosophia, exactamente como a de Medicina, 11 dissertações. Foram os primeiros a imprimil-as os srs. drs. Antonio dos Santos Viegas e Albino Augusto Giraldes; e o ultimo foi o sr. dr. Bernardino Luiz Machado Guimarães.

Além das 117 *dissertações inauguraes*, que começaram em 1845, ha mais 40 *dissertações de concurso*, que principiaram em 1866.

Egualmente temos a collecção completa d'estas ultimas *dissertações*, de que daremos noticia em outra occasião — o que hoje não fazemos para não tornar este artigo em demasia extenso.

Joaquim Martins de Carvalho.

Um nosso assignante communica-nos o seguinte:

«N'uma *livraria d'aldeia*, deparei em tempos com varios numeros avulsos de jornaes antigos, e a proposito da leitura do penultimo numero do seu jornal, vou indicar-lhe os numeros que encontrei do *Mercurio Britannico*, e são os seguintes — 2, 5, 7, 11, 13, 14, 16 e 18.

Os que conservam a capa, que em todos é de papel azulado e grosso, têm n'ella os seguintes dizeres — *Mercurio Britannico, ou noticias historicas sobre os negocios actuaes, por J. Mallet du Pan, traduzido em portuguez*; — designação do volume, dia do mez, e numero do jornal — *Londres* — e finalmente o anno da impressão (1798-1799) sem designação de imprensa.

Publicou-se tambem nos fins do seculo passado um outro *Mercurio*, de que encontrei um exemplar: intitula-se *Mercurio historico, politico e literario de Lisboa, publicado com privilegio de sua magestade*. Tem a data de Junho de 1797, e foi impresso na officina de Simão Thadeu Ferreira.

Não tem designação de numero, e o que é notavel, traz no final da pagina que forma o frontespicio uma outra data em letra romana em opposição com a enunciada antes: a de algarismos romanos é de 1793 e a anterior é de 1797.

Existem tambem na mesma livraria alguns numeros do *Mercure historique et politique*.

Desappareceu em virtude d'um emprestimo o mais notavel, ou antes o unico d'algum valor: creio que era o numero 29, de 17 de Julho de 1784. Lê-se n'este numero uma carta do marquez Nicolini, ou de Guichardin, amigo de Galileu, combatendo a calumnia então nascente, mas ainda hoje em voga, dos grandes tormentos infligidos aquelle sabio pela inquisição romana.

Julgo que do conteudo d'esta carta se deprehende, que Galileu não foi preso pelas descobertas que tornaram o seu nome immortal, mas por ser um detestavel theologo, e que não soffreu os tormentos infligidos d'ordinario ás victimas d'aquelle tribunal de nefasta memoria; pelo contrario gosou *grande liberdade*, por ter estado apenas recluso nas salas do prefeito ou guarda das prisões.

Existem tambem uns 2 annos da *Gazeta de Portugal* de 1813-1814: — quasi um anno do *Telegrapho Portuguez*, e um anno, creio eu, do *Courrier de l'Europe* de 1773; e ha exemplares do *Jornal Encyclopedico* de Lisboa, *Jornal de Coimbra* (redigido por um reitor da Sé; falta apenas um numero, para ficarem completos os 2 tomos); *Mnemosine Lusitana* — *Velho economico*, e outros, que me não lembram, porque estou citando de cór e com muita pressa.

Cá estão á disposição de v. querendo ver algum exemplar.

Um assignante do Conimbricense.»

Enobrecia a opposição, deu-lhe bem depressa um grande desertor, que foi Saldanha! *Vendeu* a sua honrada posição pela embaixada de Vienna d'Austria!

Desde aquella época, de deserções em deserções, chegou á situação em que hoje está, desprezado por todos os partidos, porque se algum ainda lhe faz festa não é porque o estime, é por ser um *tronco velho*, sobre o qual ainda alguem se sustenta...

Na sessão do anno de 1836 a camara parecia ter aberto os olhos e conhecer já os erros do ministerio, se é que não eram mais que erros.

Entrando-se no exame do orçamento, suscitou-se logo a questão do modo por que convinha discutil-o. Os ministros, costumados á obediencia passiva, e não querendo expor aos olhos do publico os defeitos, que n'elle havia, quer por ignorancia, quer talvez de proposito, ou por malicia, queriam que fosse discutido em globo, ou ao menos por ministerios, ou capitulos; a camara porém resolveu que o fosse por artigos.

Um dos ministros, que estava presente, encheu-se de raiva a que era propenso, e em um excesso de *demencia ministerial*, que muitas vezes ataca aquelles senhores, saiu de foguete pela casa fóra, correu ás Necessidades, e voltou logo com o decreto da *dissolução!*

A camara, apenas ouviu ler o decreto, levantou-se, e dando vivas á rainha e á Carta, saiu pela porta fóra. Não nomeio o ministro, porque d'elle havia já alguns actos que lhe faziam honra, não por serem a *favor da liberdade*, mas porque eram e tinham sido a favor de uma boa administração, e a bem da futura prosperidade do paiz...

Dissolvida a camara, necessario era, que se mandasse eleger outra. Assim aconteceu; e o ministerio fez todas as diligencias para ter uma do seu gosto e feição.

Foi bem succedido em todo o reino, mas falharam-lhe os calculos no Porto. Todos os deputados, eleitos por aquella cidade, traziam a marca da opposição, e apenas chegados a Lisboa foram recebidos como em triumpho, e grandes festas pelo povo, que se não esquecia do modo por que a camara passada havia sido despedida com a maior sem-cerimonia.

Aqui o ministerio, por outro acto de ainda maior demencia, quiz impedir estas demonstrações de regosijo popular, e o resultado foi, indo-nos deitar na cama á sombra da Carta, acordarmos no dia 9 de Setembro de 1836 debaixo das leis da *Constituição dada pelo povo* na revolução do anno de 1820!

Todos esfregavam os olhos, e perguntavam se era um sonho o que ouviam! mas era, com effeito, uma realidade; porque nem em Lisboa, nem em parte alguma do reino se manifestou opposição alguma a esta rapida trasfiguração politica. A Constituição de 20 era a filha do povo, e o povo abraçava a filha que lhe tinham roubado...

Á vista do que acabava de succeder qual era a posição que eu devia tomar? Não tinha outra, a não faltar ao meu caracter e honra, se não tomar a que tomei.

Eu era deputado na camara do anno de 1823; tinha n'ella *protestado* contra a violencia, e modo iniquo com que aquella Constituição, obra da nação, se roubava á nação; a camara, em que funccionava, nem mesmo *havia sido dissolvida pelo poder da espada*; haviamos sido *simplesmente adiados* pelo nosso presidente; achando-me agora novamente debaixo da protecção da mesma lei *que tinha jurado*, havia de recusar o alistar-me em suas nobres bandeiras?

Não; isso não era nem do caracter, nem da integridade de principios de José Liberato Freire de Carvalho. Acceitei-a de muito boa vontade e contente; acto de que muito me honro, porque não a promovi, e quando menos o pensava me vieram lançar nos braços.

Acceita geralmente a nova Constituição, seguiu-se a convocação de côrtes constituintes para fazerem as alterações que o tempo mostrara era de utilidade e prudencia que se fizessem. Fui pela *terceira vez* nomeado deputado pelo meu paiz, e livre vontade d'elle, porque lhe não pedi os votos, e n'isso muito me honravam, porque estavam persuadidos de que eu era um verdadeiro amigo da liberdade, e de mim ja tinham provas.

Como era de esperar de mim fui sentar-me nas cadeiras da opposição, bem que não fosse avesso ao governo, mas por ser a minha opinião, que todo o homem independente deve tomar aquelle logar, porque está sempre livre para poder dar ou negar os seus votos ao ministerio, sem se achar ligado a compromisso algum mais do que o seu juizo, e da sua consciencia.

Fui nomeado um dos membros da commissão para o projecto da nova Constituição reformada, e o meu voto foi, que houvesse duas camaras, ambas electivas, e que a primeira fosse a dos deputados, e a segunda composta de membros vitalicios. Foi este o voto, que se adoptou não só pela maioria da commissão, mas pela generalidade dos votos do congresso.

(Continuar-se-ha.)

A carta do sr. Pereira Caldas, publicada em o ultimo numero, já deixou o assumpto do *Mercurio Britannico* perfeitamente esclarecido.

Devemos advertir, que nos parece haver engano da parte do nosso assignante; no titulo de *Gazeta de Portugal*, jornal que nos diz publicado de 1813 a 1814; devendo aliás ser *Gazeta de Lisboa*.

Em quanto ao *Jornal de Coimbra*, não foi, como suppõe, redigido *por um reitor da Sé*. Os redactores eram os tres lentes de Medicina, Angelo Ferreira Diniz, José Feliciano de Castilho, e Jeronymo Joaquim de Figueiredo. Era escripto em Coimbra, mas impresso em Lisboa. Principiou em 1812 e acabou em 1820.

O reitor da Sé, a que se quer referir, era o padre Manoel Nunes da Fonseca, que teve uma imprensa na rua dos Coutinhos, desde o principio do anno de 1823 até 1826 em que falleceu.

Na sua imprensa, que teve os nomes de *typographia Nova — imprensa da rua dos Coutinhos — imprensa Christã da rua dos Coutinhos* — e *typographia Christã da rua dos Coutinhos* — se imprimiram os seguintes 7 periodicos: — *Minerva Constitucional — Publicola — Amigo do Povo — Brasileiro em Coimbra — Noticiador Conciso — Verdade em Triumpho* — e *Archivos da Religião Christã*.

Todos elles começaram e acabaram em 1823, com a unica excepção dos *Archivos da Religião Christã*, que ainda continuaram em 1824.

O padre Manoel Nunes da Fonseca teve iniciativa na publicação do *Noticiador Conciso*, e foi collaborador dos *Archivos da Religião Christã*, juntamente com Fr. Fortunato de S. Boaventura.

A *Mnemosine Lusitana*, de que nos falla o nosso assignante, foi publicada em Lisboa nos annos de 1816 e 1817; sendo seu redactor Pedro Alexandre Cavroé.

Do *Telegrapho Portuguez*, a que tambem se refere, era seu redactor Luiz de Sequeira Oliva e Sousa, e publicado em Lisboa. Começou em Novembro de 1808, com o titulo de *Lagarde Portuguez, ou Gazeta para depois de jantar*. Mudou depois o titulo para *Telegrapho Portuguez, ou Gazeta anti-franceza*, no mez de Dezembro immediato. Publicou-se até Junho de 1809. Interrompeu-se a publicação desde então até Janeiro de 1812, em que saiu outra vez á luz; e proseguiu até Dezembro de 1814 em que terminou de todo.

O *Jornal Encyclopedico*, a que egualmente allude, foi publicado em Lisboa em 1820, e redigido pelo padre José Agostinho de Macedo e Joaquim José Pedro Lopes.

Em quanto ao marquez *Nicolini*, ou de *Guichardin*, a que nos diz se refere o n.º 29 do *Mercure historique et politique* de 17 de Julho de 1784, com respeito á condemnação de *Galileu*, temos a dizer, que não se trata, como parece dar a entender, de um unico individuo, mas sim de dois; e não só de uma, mas de duas cartas.

Uma é de *Guichardin*, e outra do marquez *Francisco Nicolini*, ambos embaixadores em Roma, e amigos, discipulos e protectores de *Galileu*.

A esse respeito póde ver-se o *Serão XX*, com o titulo — *A verdade a respeito de Galileu* — no excellente livro do nosso estimavel amigo e distincto escriptor o sr. João de Lemos — *Serões de Aldeia* — impresso no Porto em 1876.

Joaquim Martins de Carvalho.

SOCIEDADE PROTECTORA DOS ANIMAES

Recebemos de Lisboa o n.º 4 do *Boletim da Sociedade protectora dos animaes*.

Lemol-o com a attenção que nos inspiram os fins justissimos d'esta sociedade, com a qual muito sympathisâmos.

O relatorio das actas da gerencia da direcção no anno de 1876 a 1877, apresentado na sessão da assembleia geral de 22 de Julho ultimo, é muito interessante.

Alli vimos a incansavel perseverança da direcção em lutar com fortes embaraços e difficuldades, assim como o muito que, apezar d'isso, tinha feito em beneficio d'esta benefica e louvavel instituição.

Tem ate havido periodicos, que ridiculisam a *Sociedade protectora dos animaes*, e ao mesmo tempo elogiam e exaltam as *civilisadoras* corridas de touros! Que progresso este!

Pois é por isso mesmo que mais louvaveis se tornam todos os corpos gerentes da sociedade, no muito que tem feito para satisfazer aos fins dos seus estatutos.

Pela nossa parte, coherentes com a doutrina sempre aqui propagada n'este jornal, durante os 30 annos da sua existencia, offerecemo-nos para tudo aquillo em que podermos ser de alguma utilidade á benemerita *Sociedade protectora dos animaes*.

Joaquim Martins de Carvalho.

Temos no *Conimbricense* reclamado numerosas vezes contra a sementeira do arroz n'este concelho, mas tudo tem sido inutil!

As potencias eleitoraes valem mais do que a saude dos povos.

Ha tempo queixámo-nos do que ia pela freguezia da Ribeira de Frades. Agora vão ver os nossos leitores o tristissimo quadro que se presenceia em algumas freguezias ao norte d'este concelho.

E' horroroso.

Joaquim Martins de Carvalho.

«Parece incrivel, que haja pessoas que não se condoam de que o seu similhante soffra incommodos, trabalhos, e até a morte! E o que se observa nas freguezias ruraes ao norte da cidade de Coimbra, como são Antuzede, Lavarrabos, Vil de Mattos, etc.

Os habitantes d'aquellas freguezias estão soffrendo muito com as sezões; pois na maior parte das casas esta molestia accommette a todos; n'umas todos juntos, e n'outras um ou dois. Finalmente poucas são as casas, em que não tenha sido visitada pela molestia a familia toda.

Acontece em muitas, não haver uma pessoa da casa que chegue aos doentes um pucaro de agua para mitigar a sede!

Mas como não hade isto succeder, pois se semeia arroz por toda a parte, só porque se obtem mais lucro do que com a sementeira do milho!

Por via d'aquelle lucro sacrifica-se a humanidade. Pessoas que obram d'esta maneira, não tem em vista as palavras de Jesus Christo, *amai-vos uns aos outros*, — *o que não queres para ti não o faças aos outros*.

Faltam os principios religiosos, e por isso não admira que isto assim succeda.

Em certo tempo dizia-se que a falta da limpeza das vallas era causa de haver muitos pantanos, mas estes acabaram com a limpeza d'ellas (honra seja ao ex.^{mo} sr. Espergueira, que tanto se esforçou para levar ao cabo a limpeza das vallas); porém para substituir os pantanos ficaram os arrozaes, e aquelles que deviam pôr um dique a estes males, que se estão soffrendo por causa dos arrozaes, permanecem de braços cruzados!

Talvez que os que vão degredados para as costas d'Africa lá não soffram tanto como os habitantes d'aquellas freguezias.

Bom é, sr. redactor, que isto se saiba ao longe, para se mostrar o quanto n'este cantinho de Portugal se aprecia a existencia do nosso proximo.

Todos querem para si, não se embaraçando com os outros.

Peço por isso que dê um cabimento no seu jornal, a este desafogo do meu coração, para ver se ha quem se compadeça d'este estado lastimoso em que por aqui se vive.

Sou um seu constante leitor — *A. S. C.*»

COMMUNICADO

MONTEMÓR O VELHO

PEDIDO ATTENDIVEL

Roga-se ao ex.^{mo} chefe administrativo do districto se sirva perguntar á *zelosa* camara municipal de Montemor o Velho, que destino deu ella, ou em que obras do municipio empregou, uma valiosa porção de pedra que foi depositada entre a valla da villa e a tapada do ex.^{mo} sr. D. João d'Alarcão, a qual pedra não existe ahi.

Essa pedra era a da demolição d'uma casa onde foi edificada a da aula do conde Ferreira, e valia para cima de duzentos mil réis, pelos quaes a camara terá de responder.

Tambem será bom saber-se se a reforma feita ha mezes no tribunal judicial, que importou em alguns centos de mil reis, foi auctorisada, — e se não seria melhor ter-se aberto praça para a feitura das obras, ou se d'isso é dispensada á camara.

Continuar-se-ha.

* *

NOTICIARIO

Festividade em Santa Combadão. — Um nosso amigo nos communica o seguinte:

«No dia 17 do corrente celebrou-se na egreja matriz de Santa Combadão a festa do Santissimo, feita por conta da respectiva irmandade. Foi celebrante á missa o muito reverendo conego da Sé de Braga Alves Matheus, digno filho d'aquella terra, sendo um dos acolitos o muito reverendo conego da Sé de Lamego, amigo e hospede d'aquelle, os quaes se dignaram abrilhantar a funcção exercendo n'ella o seu ministerio sagrado

Orou ao evangelho o reverendo Luiz Augusto Correia da Silva Cardoso, parocho encommendado da mesma egreja, o qual n'um substancioso e eloquente discurso manteve os seus creditos de bom pregador.

De tarde houve procissão, de que faziam parte os meninos que este anno haviam feito a sua primeira communhão, celebrada n'outra festividade, que anteriormente tinha tido logar, funcção nova n'esta freguezia, e que era devida ao fervor religioso do reverendo parocho encommendado.

A philarmonica da terra desempenhou a parte oral e instrumental d'esta festividade; correndo tudo com muita regularidade, devido principalmente ao zelo do reverendo parocho, e digno juiz da irmandade José de Lima e Silva, o qual pela sua administração desvelada e desinteressada tem elevado essa irmandade ao estado de prosperidade em que se acha.

Mas commemorando aquella solemnidade nós não podemos deixar de prestar aqui um testemunho especial, sincero e imparcial do quanto esta freguezia é devedora ao reverendo Luiz Augusto Correia, e do quanto este digno sacerdote bem merece da religião e da sociedade pelos seus serviços á egreja.

Ha dois annos que elle tem a administração espiritual d'esta freguezia, por encommendação do illustre prelado da diocese, mas já anteriormente era o mesmo reverendo sacerdote quem desempenhava a parte mais onerosa do serviço parochial da freguezia, pela decrepitude e molestias do parocho respectivo, que fizeram com que elle pedisse a sua exoneração.

Dominado de verdadeiro sentimento religioso, o reverendo parocho encommendado se tem dedicado todo á egreja, com um zelo e fervor religioso inexcedivel, de que é uma prova manifesta o desempenho dos seus deveres parochiaes, e os serviços prestados no regimen espiritual e temporal d'esta egreja.

O aceio e decencia do templo, a regularidade e esplendor das funcções religiosas, a cathequese e doutrinação christã, a promptidão em administração dos sacramentos, o desinteresse na percepção dos direitos parochiaes, são factos publicos que fallam bem alto em prol do sagrado levita.

Tambem os parochianos lhe correspondem em amor e dedicação, anciando por o ver confirmado no ministerio parochial, de que lhe deram uma prova bem decisiva, obrigando-o pelas suas instancias a concorrer á egreja, e dirigindo a S. Magestade uma representação a pedir a sua apresentação n'esta egreja.

O reverendo parocho mereceu a confiança do digno prelado da diocese na encommendação da egreja, e torna-se merecedor d'esta graça pelo exame que fez para o concurso, em que obteve a approvação que lhe garantiam tambem os seus serviços prestados á egreja no decurso de muitos annos. E quanto os interesses da religião e da sociedade se ligam com a vontade dos povos no provimento definitivo de uma egreja, na pessoa de um ministro da religião, tudo concorre para que se attendam os votos de uma freguezia, que pede e insta para que lhe confirmem o parocho em quem tem confiança, e que mais que nenhum outro póde satisfazer aos seus sentimentos religiosos, e desempenhar a augusta missão do parocho, porque o viu nascer, porque tem experimentado as suas boas qualidades, e finalmente porque os serviços que elle tem prestado á egreja e em beneficio dos seus concidadãos lhe dão a auctoridade que garante a efficacia de um bom regimen parochial.

Seria além d'isso um triste precedente que se remunerassem os arduos e laboriosos serviços de um sacerdote, que por dedicação está servindo uma egreja, dando-lhe a desconsideração de o preterir quando se trata de prover definitivamente essa egreja; com o que não era ainda elle o mais prejudicado, senão a causa da religião, que hoje mais que nunca deve merecer toda a attenção dos poderes publicos.

Confiamos que os votos do povo de Santa Combadão serão satisfeitos, esperando que muito concorrerá para esse resultado a valiosa recommendação do venerando e digno prelado da diocese.»

Suffragios. — Celebrou-se hontem na sé cathedral a missa por alma do duque de Bragança.

Poucas auctoridades compareceram, e quasi ninguem do povo. Da camara nem um unico membro.

Se não fosse a força da guarnição, estaria quasi totalmente deserta a egreja.

Desgraça. — No domingo, 23 do corrente, seria meia hora depois do meio dia, foi encontrado morto dentro de um balceiro, contendo vinho e bagaço, Manoel dos Santos

Malva, casado, de Anç̃ã. A morte foi por asphyxia produzida pelo vapor do vinho em estado de fermentação.

Ignora-se por quanto tempo o desgraçado esteve morto dentro do balceiro. Ás 9 horas e meia da manhã ainda elle foi visto ir caminho da adega. Só depois do meio dia, e quando alguem da familia despejava para dentro do balceiro mais algumas uvas, é que depararam com o morto, e clamaram por soccorro.

Chegada. — Regressou ha dias a esta cidade, da sua digressão á Suissa, o digno lente da Faculdade de Philosophia, o sr. dr. Manoel Paulino d'Oliveira, que tinha ido em commissão assistir á conferencia que se realisou em Berne, e onde se discutiu a natureza e meios de combater a *polyxera*, terrivel molestia das vinhas.

Prosegue o escandalo. — Continua com a maior impunidade o jogo de monte e roleta na villa da Figueira da Foz!

Novamente chamamos a attenção do sr. governador civil do districto para este escandalo, que se está a praticar n'aquella villa, sem que a auctoridade local trate de o cohibir.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Recem-nascido, filho de Joaquim Ignacio da Silva e Anna Candida da Silva, de Coimbra, de 2 horas, fallecido em 13 de Setembro de 1877.

Julia de Sousa, filha de Antonio Ignacio de Sousa e Maria da Conceição, de Coimbra, de 16 mezes, fallecida em 16.

Abel, filho de Francisco Henriques Franco e Maria da Encarnação Natividade, de Coimbra, de 18 mezes, fallecido em 16.

Domingos de Almeida, filho de Manoel José, de Oliveira de Azemeis, de 78 annos, fallecido em 16.

Adelino Antonio das Neves e Mello, filho do dr. Antonio José das Neves e Mello e D. Maria Isabel Lima das Neves e Mello, de Coimbra, de 67 annos, fallecido em 18.

Maria dos Anjos, filha de Anna de Abreu, de Coimbra, de 8 mezes, fallecida em 19.

José Maria, filho de João Pinheiro e Maria da Gloria, de Coimbra, de 3 annos, fallecido em 20.

Adrião Nogueira, filho de Joaquim Pedro, e Maria Alves, de Coimbra, de 2 annos, fallecido em 21.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:272.

Novas publicações. — Recebemos e muito agradecemos as seguintes publicações:

— *Gomes Leal. — Á morte de Alexandre Herculano.*

«Lisboa — David Corazzi, editor — Empreza Horas Romanticas, rua da Atalaya, 40 a 52 — 1877.»

— *Curso elementar de moral e direito natural, segundo o systema de Math. Liberatore da Companhia de Jesus. Coordenado para uso dos Seminarios, por Eugenio Vicente Dias, antigo professor de Theologia e Direito Natural no Seminario do Patriarchado, habilitado com o curso superior quinquennal do mesmo Seminario, e actualmente prior da freguezia de S. Jorge da cidade de Lisboa.*

«Lisboa, livraria Catholica, Praça de D. Pedro — 1877.»

Noticias de Lisboa. — Por falta de espaço limitamo-nos a extractar da correspondencia de Lisboa, do nosso amigo o sr. Pedro José Conceição, o seguinte:

«A commissão central de soccorros organisada por sua magestade a rainha, lembra ás pessoas que tenham direito a reclamar o auxilio extraordinario de 30 por cento, que o prazo para a recepção das suas petições termina a 30 do corrente mez. Não se descuidem, pois, aquelles que têm de enviar petições á mesma commissão.

— Hontem foi lançada á agua a canhoneira *Quanza*. Uma força do corpo de marinheiros com a respectiva charanga fazia a guarda de honra.

Assistiram á ceremonia el-rei o sr. D. Luiz, os srs. marquez de Avila, ministros da guerra, da marinha e justiça, almirante Soares Franco, e grande numero de espectadores, no qual se contavam algumas senhoras. Ao signal dado, a canhoneira deslisou do estaleiro sem accidente, e os navios de guerra salvaram. A sua guarnição compôr-se-ha de 100 praças. Levou quatro annos a construir, e é de um modello elegantissimo.

— A camara municipal dispendeu com os seus operarios na semana finda hontem, a quantia de 3:194$157 réis. Não é muito, attendendo ás obras que precisa o municipio de Lisboa, cujos rendimentos não estão em proporção ás suas necessidades.

— A 21 do corrente completaram-se 371 annos, que Diogo da Azambuja conquistou a cidade de Çafim, na costa do mar atlantico. N'aquelle tempo era uma povoação de 4:000 habitantes, e 400 casas de judeus, ricas, e fortes, e cercada de grossas muralhas, sobre as quaes se viam 87 torres. Tinha meia legua de circumferencia e grande numero de aldeias. Desculpe-me esta recordação historica porque eu finaliso.»

Provocação. — Tendo sido publicado em um jornal de Lisboa um communicado anonymo da Guarda, em que era violentamente atacado o sr. bacharel José Pereira Monteiro, este cavalheiro, que então se achava na praia de Espinho, fez publicar no *Jornal da Guarda* o seguinte emprazamento:

«Em o n.º 203 do *Progresso* vem uma local da Guarda, onde o seu auctor, que não teve a coragem de assignar-se, fez as insinuações mais perfidas e calumniosas que um espirito obsecado pode imaginar.

Com quanto essas insinuações, que se dirigem á minha humilde pessoa, sejam destituidas de fundamento, e em nada fossem prejudicar a minha honra e dignidade perante aquelles que me conhecem e que têem presenceado os meus actos; — é certo todavia que eu não devo nem quero ficar silencioso diante de tamanha infamia.

Não é, porém, hoje intuito meu justificar-me das aleivosias que a um homem, acobertado pela mascara do anonymo e arvorado em verdugo cobarde e infame da minha reputação aprouve imputar-me, prostituindo d'uma maneira vergonhosa e indecente a missão da imprensa, e calcando aos pés a verdade, sómente para satisfazer a paixões mesquinhas.

Desejo apenas, por agora, emprazar por este meio o auctor da referida local para immediatamente declarar o seu nome e se sim ou não toma a responsabilidade do que escreveu.

O homem que não receou perante a dignidade propria ao cravar-me o punhal traiçoeiro, por certo não será tão cobarde que não possa encarar-me de frente ao cair-lhe aos pés a mascara de bandido e do assassino da reputação alheia.

Rasgue pois a mascara, e em seguida verá como, sem trepidar, se desaffronta um homem de bem.

Praia d'Espinho, 12 de Setembro de 1877. — *José Pereira Monteiro.*»

Noticias da França. — *Paris*, 22, *pela manhã*. — O *Jornal Official* publica hoje dois decretos: um convocando para 14 de Outubro os eleitores da França a fim de elegerem os seus deputados; e outro convocando o senado e a camara dos deputados para se reunirem em 7 de Dezembro em sessão extraordinaria.

Paris, 22. — A imprensa ingleza censura severamente o manifesto do marechal Mac-Mahon.

Paris, 22. — O tribunal confirmou a primeira sentença de Gambetta. A decisão causou sensação.

Paris, 22. — O tribunal indeferiu o requerimento de incompetencia apresentado pelo advogado. Manteve a confirmação.

Guerra do Oriente. — *Constantinopla*, 22, *pela manhã*. — Mehemet Ali-Pachá bateu hontem os russos, que perderam 4:000 mortos e outros tantos feridos.

Vienna, 22. — Ha boatos de grande derrota, sexta feira passada, dos russos, em Riela, ficando victorioso no campo Mehemet-Ali; porém esta noticia carece de confirmação.

Constantinopla, 22. — O governo ottomano negar-se-ha a qualquer proposta de armisticio que exceda a dez dias.

Paris, 23. — Mehemet-Ali derrotou os russos em Riela, causando-lhes milhares de baixas.

ANNUNCIOS

EDITAL

1 PELA REPARTIÇÃO de fazenda do districto de Coimbra se faz saber, que se acha aberto concurso para o provimento de um logar de escripturario de fazenda do concelho de Soure do mesmo districto.

Finda o concurso no dia 13 de Outubro proximo futuro.

Repartição de fazenda do districto de Coimbra 24 de Setembro de 1877.

O delegado do thesouro
Antonio Joaquim de Vasconcellos.

DILIGENCIA

2 JOAQUIM AUGUSTO DOS SANTOS NATIVIDADE faz publico, que no d'a 1.º inclusivè d'Outubro, vae mudar para trabalhar de dia, a diligencia que tem entre Coimbra e Gouveia; sahindo de Coimbra ás 3 horas da manhã, e de Gouveia ás 2 horas da noute; e chega a Coimbra antes da sahida do comboio para o norte e para o sul.

Tambem continua a ter as diligencias para a Figueira, e para a Louzã, a sahirem uma de manhã e outra de tarde.

Egualmente participa aos seus amigos e freguezes, que continua a ter bons calèches, coupés, e char-à-bancs, que aluga por preços commodos, e para viagens.

Coimbra 20 de Setembro de 1877.
Joaquim A. S. Natividade.

ARRENDAMENTO

3 ARRENDA-SE a parte da quinta do Calhabé, da estrada da Beira para o norte, com boa casa de habitação para familia decente, com muitos commodos tanto para familias como para gados. Quem a pretender queira dirigir-se á quinta da Portella, onde se trata do ajuste com o feitor.

ATTENÇÃO

4 JOSÉ MANOEL DOS SANTOS, distribuidor e cobrador do jornal *O Progressista*, Asylo da Infancia, e outros particulares, participa a todos, que se acha doente no hospital d'esta cidade, e como responsavel de todas as cobranças de que é encarregado, continua a cumprir fielmente como até aqui; pois que anda a fazer as suas vezes seu filho José Maria dos Santos, a quem pódem entregar toda e qualquer quantia.

Agradece penhoradissimo a todas as pessoas que se têm interessado pela sua saude, e o têm visitado no hospital, o que faz por este meio em quanto o não póde fazer pessoalmente.

ATTENÇÃO

5 NA RUA DOS MILITARES, ao arco da Traição, n.º 3, uma senhora de toda a confiança recebe estudantes de todas as edades, por preços commodos.

Leccionista de pharmacia

6 JOAQUIM DOS SANTOS E SILVA, chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico da Universidade, continua a habilitar os aspirantes de pharmacia para os seus exames finaes.

7 ANTONIO SIMÕES FERREIRA, na rua dos Sapateiros, n.º 47, está auctorisado pela exm.ª sr.ª viscondessa do Espinhal para modificar o preço até agora pedido pela renda das suas casas ao arco de D. Jacintha. Quem as pretender, por um ou mais annos, póde dirigir-se ao annunciante, ou a s. ex.ª na sua casa da Louzã.

Estão reparadas de novo.

FESTIVIDADE

8 NO DOMINGO proximo, 30 do corrente, terá logar a costumada festa de Nossa Senhora da Conceição do *Rangel*, em Coselhas, a qual se ha de celebrar com mais augmento do que nos annos anteriores.

9 NO DIA 7 do proximo mez de Outubro, pelo meio dia, na rua da Calçada, n.º 85 a 91, vender-se-hão em praça particular, convindo os lanços a que chegarem, as seguintes propriedades:

Um chão na Ribeira de Coselhas, que parte com a sr.ª Maria Violante, d'alli.

Uma quinta ao Almegue, com casa de habitação, olival, vinha, arvores de fructo, sobreiros e terras de semeadura, a qual parte com os exm.ºs srs. dr. Senna, Francisco d'Ornellas e Antonio Correia de Lemos.

Presta esclarecimentos Basilio Augusto Xavier de Andrade, no dito local da Calçada, n.º 85 a 91.

PHARMACIA

10 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar á testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

Na rua dos Loyos n.º 2

11 SE CONTINUA a vender batinas novas por preços os mais reduzidos possivel.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

12 SÁE de Coimbra ás 4 horas e meia da manhã, e da Figueira ás 2 da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 32.

Aos pharmaceuticos ou droguistas

13 EM UMA VILLA proximo a esta cidade, ha uma pharmacia que se vende ou arrenda por modico preço. Está em bom local, rasoavelmente sortida, e o que se quizer alli estabelecer auferirá magnificos interesses. Trata-se com Francisco Borja dos Santos, adro de baixo, n.º 10 a 13. Coimbra.

14 VENDE-SE, ou arrenda-se uma boa quinta, no sitio da Balceira, freguezia de Santa Clara.

Compõe-se de grande casa de habitação, adega, celleiro, casa com bom lagar de vinho, curraes para gados, casa de forno, pateos, eira, engenho para agua etc.

Tem muita agua nativa, pomar de laranja, tangerina, muita arvore de fructo, terras de semeadura, vinhas, bacelladas novas, grandes poisios para plantação de videiras, matta etc.

Confina do norte com estrada publica, sul e nascente com a quinta da Bica.

Trate-se na Praça do Commercio n.º 15 — 18. Coimbra.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3148 — Sabbado 29 de Setembro de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

ESBANJAMENTOS MUNICIPAES

V

Ainda não terminou a nossa tarefa sobre o assumpto de que nos temos occupado. A outras considerações se prestam as gerencias municipaes dos ultimos 6 annos, moralmente solidarias nos esbanjamentos que temos indicado e indicaremos.

Estas camaras, que têm gasto á custa do municipio avultadissimas sommas, em obras de que uma pequena parte é de utilidade publica, e a maior de phantasia, para satisfazer a caprichos e commodidades particulares, e angariar influencias politicas; entenderam não dever até hoje dar conhecimento ao concelho da maneira *como* e *em que* têm despendido não só os redditos ordinarios, mas tambem os extraordinarios.

Não se póde calcular em menos de 45:000$000 réis annuaes os rendimentos do municipio; o que é ainda assim muito inferior ás quantias apresentadas nos orçamentos de 1875 a 1876, e 1876 a 1877.

Portanto nos 6 annos das gerencias presididas pelos srs. drs. Lourenço de Almeida e Azevedo e Fernando de Mello, foi despendida, pelo menos, a quantia total de receita ordinaria, de réis 270:000$000!!!

Nos mesmos 6 annos, as ditas gerencias levantaram de emprestimo a quantia de 78:892$000 réis; notando-se que não incluimos aqui o ultimo emprestimo de 25:000$000 réis, auctorisado por decreto de 25 de Agosto passado; por ignorarmos se este já foi effectuado, ou achando-se effectuado, se está parte ou todo elle consumido.

Por esta fórma têm despendido as referidas camaras, a avultadissima quantia de 348:829$000; o que corresponde em numeros redondos a réis 58:000$000 annuaes!!!

Saibam agora os contribuintes d'este concelho, que nenhuma d'aquellas tres camaras tem até hoje apresentado ao publico, como era seu dever moral, algum relatorio e contas do emprego que deram a tão importante quantia!

No systema de publicidade como aquelle em que vivemos, é obrigação moral dos corpos collectivos dar conta aos seus administrados, não só de como applicaram os rendimentos ordinarios, mas sobretudo dos extraordinarios, provenientes de emprestimos que trazem um grande encargo aos contribuintes por longo espaço de tempo.

E se isto assim é em geral, e mesmo em limitadas gerencias, quanto não devem respeitar tão bons principios as camaras municipaes, que, como a de Coimbra, além da avultada receita e despeza annual de 45:000$000 réis, têm creado um encargo tambem annual de 9:442$000 réis, para amortisação e juros de emprestimos?

Este municipio não estava acostumado a ser tratado com semelhante desprezo; principalmente com relação a contas de emprestimos.

As camaras municipaes de Coimbra, do biennio de 1856 e 1857; dos biennios decorridos de 1858 a 1861 inclusivè; e finalmente a do biennio de 1866 e 1867; as quaes levantaram varios emprestimos para a construcção do cemiterio, reconstrucção da rua do Coruche, e construcção do mercado, na importancia total de 43:914$000 réis, todas ahi vieram perante o publico dar minuciosa conta da applicação que haviam feito d'aquella somma.

Desprezando estes bons e louvaveis precedentes, as ultimas tres camaras municipaes do concelho de Coimbra têm lançado ao mais completo desprezo os contribuintes, occultando-lhes o emprego dos emprestimos que têm contraido.

A camara do biennio de 1872 e 1873, presidida pelo sr. dr. Lourenço de Almeida e Azevedo, começou a fazer publicar em alguns jornaes d'esta cidade, o extracto das suas sessões; ao que esses jornaes se prestavam gratuitamente.

Poucos mezes, porém, lhe durou esse amor pela publicidade; e desde então, tanto essa camara como as duas subsequentes, nunca mais fizeram publicar o extracto das suas actas; nem relatorio ou conta alguma!

Porque é que se receiam tanto da publicidade?

Quem tem a consciencia tranquilla não duvida fazer bem patente os seus actos.

E é com estes predicados, inherentes á actual vereação — esbanjamentos das rendas das camaras municipaes, e occultação do emprego dado a importantes capitaes mutuados — que a camara se esforça, por todos os meios, para ser reeleita!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTICIAS AGRICOLAS

São pessimas as noticias que por varias vias, e das mais insuspeitas e fidedignas, nos têm chegado em relação ás colheitas dos campos d'este districto.

O milho das terras mais altas que, por ter sido temporã a sementeira, escapára ao bicho e promettia excellente producção, foi posteriormente atacado, já em espiga, por grande quantidade de lagarta; e por fim por cardumes de gafanhotos, que nem a palha lhe deixaram incolume!

Corta o coração o ver nas eiras as espigas das melhores terras do campo da Carapinheira e das circumvisinhas. Nem uma só apparece que não tenha tres e mais lagartas a roer-lhe o grão, deixando-a n'um estado verdadeiramente asqueroso. Faz-se ideia da funda do milho em tão tristes circumstancias!

A maior parte do grão, furado e roido, vae-se ao vento na limpeza.

Nas terras baixas, que só tarde poderam ser semeadas, em razão das continuas cheias do inverno e primavera, é muito maior ainda a desgraça.

As primeiras sementeiras desappareceram com o bicho, propriamente dito, e com a lagarta. As segundas foram tambem, em grande parte, destruidas pelos mesmos inimigos. Alguns milheiros, é verdade, rebentaram dos troços roidos, mas esses ficaram tão enfezados, que pouca ou nenhuma esperança deixam aos lavradores. E se a colheita não fôr favorecida por tempo perfeita-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXLVI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

A côrte, como era bem de conjectuar, assim como todos os que respiravam o ar do palacio, e tinham vivido das suas boas graças, não amavam a nova ordem politica; e quando se não gosta de uma cousa, busca-se destruil-a se ha meios, ou se julga havel-os para impunemente o fazer. Assim aconteceu com o movimento chamado a *belemzada*, emprehendido no mez de Novembro do anno de 1836.

Começou a gente, de que acabo de fallar, a fugir para Belem, a postar-se á roda do palacio, pensando que não só Lisboa, mas o reino todo para alli corria em procissão. Mas as *firmas* que para lá tinham dado principio a este grande rasgo de monarchismo, não eram tentadoras; em uma palavra, não tinham a sympathia popular.

A procissão foi pequena, e deu motivo a que o espirito da capital se reanimasse, e com especialidade que a guarda nacional se pozesse logo em armas, apresentando uma vontade decisiva de se oppor áquelle estulto attentado. Foi preciso que a côrte, vendo falhar a tentativa, entrasse em negociações, que terminaram só com a perda *de uma vida*, que imprudentemente se foi aventurar entre as paixões exaltadas.

Seguiu-se outro movimento revolucionario muito mais serio, que foi o chamado dos *marechaes*, que eram duque da Terceira e Saldanha; e digo mais serio, porque tinham por apoio alguns regimentos. Tinham porém contra si a vontade da nação, que livremente havia acceitado as consequencias da revolução de 9 de Setembro, e estava disposta a defendel-as.

Succedeu, portanto, o que devia succeder; a estrella dos marechaes começou a se ennevoar no *Chão da Feira*, e se escureceu em *Ruivães*.

Começaram então a progredir socegadamente os trabalhos parlamentares.

N'esta época se deu a conhecer mui conspicuamente um caracter politico, que dos bancos da revolução se levantou para ser o seu maior perseguidor, e para dar o triste exemplo de quão perigosos são os desertores politicos, que debaixo da capa de *tribunos do povo* passam a ser os seus maiores inimigos, alistando-se nas bandeiras das côrtes, das quaes se constituem cegos instrumentos, e *seides* da liberdade! Este foi Antonio Bernardo da Costa Cabral, hoje conde de Thomar, e o grande valido da rainha D. Maria II.

A paz, que se tinha firmado no Chão da Feira e Ruivães, bem de pressa se quebrou por desacertos, e mais que tudo por intrigas, ou antes por ambições, já calculadas, para as quaes se começava a abrir caminho.

Para dar maior clareza ao que escrevo, é preciso que diga, que Costa Cabral havia sido nomeado pelo congresso para ir, como seu commissario, vigiar o movimento das nossas tropas na contenda dos dois marechaes; e depois em recompensa d'este seu serviço havia sido escolhido para intendente geral da policia, isto é, governador civil, e estava no primeiro degrau das suas futuras ambições. Tambem entre os fingidos adherentes á revolução de Setembro se ia formando uma nova seita dos chamados *moderados, ordeiros, doutrinarios, e conservadores*, que queriam que a revolução marchasse a *compasso*, e não sabisse do nivel, que as suas imaginações, e mais que tudo a sua hypocrisia politica lhes tinham traçado.

Para esta seita se intitular *conservadora* e *ordeira*, com certo ar de necessidade e de justiça, serviam-lhe de pretexto algumas demasias e imprudentes exigencias de alguns batalhões de voluntarios, e guarda nacional; e coberta com esta capa pretendia justificar quaesquer medidas de rigor, que lhe fosse possivel tomar. Porque é sempre inalteravel maxima d'esta seita, exaggerar os excessos de liberdade, e diminuir e desculpar os do absolutismo, ou do excesso de poder; quando os primeiros são faceis de reprimir quando ha prudencia e boa fé, e pelo contrario os ultimos, uma vez tolerados, se arreigam, se fortificam,

mente secco, será então total o prejuizo.

Pelo que respeita a feijão e batata, tudo foi devorado, tanto nas terras altas como nas baixas. O mesmo succedeu, na quasi totalidade, com o trigo e cevada.

Que será dos pobres arrendatarios, que tomaram terras *sem quita nem vista*, não podendo contar com desastre tamanho, se d'elles se não compadecerem os proprietarios ?!

Chamâmos a sua attenção para o que deixâmos exposto; e pedimos-lhes que, informando-se da verdade d'estes factos, o que lhes não será difficil, e escutando menos a voz dos seus interesses, do que o impulso dos seus nobres corações, tenham contemplação com os arrendatarios; e não queiram com exigencias, sustentaveis, sem duvida, em presença da lei, mas contrarias aos dictames da equidade, causar a desgraça e ruina d'esses homens, que tantas despezas fizeram com a lavoura, sementeira e amanho das suas terras.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Corre magnifico o serviço no caminho de ferro! A direcção da companhia merece uma portaria de louvor por tão zelosamente fiscalisar os seus subordinados!

Ahi vae mais um documento do que está sendo este ramo do serviço publico.

O sr. Antonio José Lopes Guimarães, negociante de ferragens n'esta cidade, queria ir á feira de S. Matheus, na villa de Soure; e para o seu sortimento mandou vir dois caixotes de ferragens de Ovar.

Foram essas fazendas despachadas na estação do caminho de ferro d'aquella villa, no dia 15 do corrente.

Segundo a tabella da companhia, pertencem as ferragens á primeira classe, pelo que o maximo que se concede são 4 dias de intervallo entre a remessa e a entrega. N'esta conformidade as ferragens deviam ser recebidas n'esta cidade o mais tarde até ao dia 18.

Chegou, porém, esse dia sem apparecerem as fazendas; em vista do que o sr. Guimarães telegraphou para o chefe da estação de Ovar, queixando-se da falta da encommenda, e no dia 19 repetiu o telegramma; mas como apezar de tudo não appareciam as fazendas teve de partir sem ellas para Soure.

Só no dia 21 é que deram entrada na estação de Coimbra; e sendo d'aqui expedidas, confórme a sua recommendação, para Soure, chegaram áquella villa no dia 22; isto é, depois de ter acabado a feira, a qual é no dia 21.

Acresce a circumstancia de terem ido debalde a Soure alguns dos freguezes do sr. Guimarães; para quem tinham sido encommendadas as ferragens de Ovar, e ser preciso fazel-as voltar outra vez de Soure para Coimbra.

Eis ahi as consequencias da relaxação do serviço do caminho de ferro! Eis ahi o resultado da companhia não obrigar os seus empregados a cumprir as suas obrigações; nem haver governo que imponha a devida responsabilidade á mesma companhia.

Os contratadores do tabaco eram antigamente n'este reino uma especie de estado no estado, a quem tudo se subordinava. Foi extincto o odioso monopolio, e parecia que nunca mais se veria entre nós um egual potentado; mas enganou-se quem o esperava.

Ficou em seu logar, para dignamente substituir os contratadores, a companhia dos caminhos de ferro portuguezes, a quem os differentes governos tudo têm tolerado, embora com gravissimo prejuizo dos cidadãos.

Que paiz é este, onde uma companhia faz impunemente tudo quanto quer, sem que haja quem a torne responsavel pelos seus actos?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Já estava composto o artigo antecedente, quando se nos vieram queixar de outro facto acontecido no caminho de ferro, e que mostra como o serviço alli se faz.

O sr. Joaquim Gonçalves, fabricante de fitas e elasticos no Porto, saiu d'aquella cidade no dia 26, no comboio da manhã, trazendo comsigo um bahu, para em Coimbra vir tratar dos seus negocios.

Chegando á estação d'esta cidade, apresentou a guia para receber o bahu; mas este não foi encontrado. Disseram os empregados que fôra para Lisboa.

O dito fabricante teve de se conservar todo esse dia em Coimbra, assim como os dias 27 e 28, á espera de que regressasse o bahu; e tivesse de estar hoje no Porto, viu-se obrigado a regressar, havendo feito em Coimbra despezas inuteis, pois que não poude realisar nenhum dos negocios que o trouxeram a esta cidade.

E' este o estado em que se acha o serviço no caminho de ferro!

Ao governo não consta isto? Ou haverá algum interesse, que o faça fechar os olhos a estes desaforos?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Quando as auctoridades administrativas têm zelo e sincera vontade de cumprir os seus deveres, sabem facilmente resolver todas as difficuldades; mas quando n'ellas impera a relaxação e a indolencia tudo são duvidas e embaraços.

Alguns dos actos do actual sr. governador civil de Vianna podiam e deviam servir de norma para as outras terras do reino.

De parte d'elles já havemos tido occasião de fallar; e hoje referir-nos-hemos a mais dois.

Diz um correspondente de Vianna para um nosso collega do Porto, que já nas duas praias d'aquella localidade os banheiros collocaram as competentes boias, e não se presenceia o repugnante espectaculo de se verem homens e mulheres nús, ou mal resguardados, tomarem banhos. As praias são hoje policiadas, e os que transgridem o edital do governador civil de Vianna, são presos e autuados.

Referindo-se o mesmo correspondente á praia de Gontenhães, entre Vianna e Caminha, diz que lá houve no Club uma animada *soirée*, que foi muito concorrida. Uns hespanhoes, colligados com alguem de Vianna, tinham estabelecido a *roleta*; mas o governador civil do districto, sabedor do caso, mandou alli o respectivo administrador, e prohibiu aquelle jogo.

Acrescenta o correspondente, que hoje já alli não ha jogo de azar, com satisfação de todas as familias que estanceiam n'aquella excellente praia.

E' com factos d'esta ordem que respondemos áquelles que nos dizem que se não póde impedir o jogo de parar.

De certo que não é possivel extinguil-o de todo; mas póde restringir-se muito, e evitar-se o grande escandalo de se verem as auctoridades transigir com os jogadores, com desprezo da lei e de todo o principio de ordem.

Pela nossa parte é que de certo não achará tréguas o jogo prohibido; assim como as auctoridades que não empregarem todos os meios que estiverem ao seu alcance para o reprimir.

N'este ponto, e em todos os mais que importem infracção de lei, não temos contemplações com pessoa alguma.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ha dias publicámos umas informações, que nos enviaram de Montemór o Velho ácerca da sementeira do arroz no paul do Taipal.

Agora o feitor da mesma propriedade, o sr. Emygdio Damião Carvalho, dirigiu-nos a esse respeito a carta que abaixo publicâmos.

Pelo que vemos o negocio ainda é mais grave do que suppunhamos.

O feitor queixa-se do nosso informador, por se referir á sementeira no Taipal, e não fallar tambem de outras que existem proximo de Montemór.

O que se segue é que são ainda mais do que julgavamos as proprietades que infeccionam aquella villa com sementeira de arroz.

Nega que fosse intimado pelo administrador do concelho.

Dá-nos com isso uma novidade. Julgavamos que a auctoridade se teria interessado pela saude publica; mas em vista do que nos diz o feitor do Taipal, ficâmos sabendo que nada ella fez em beneficio dos povos; faltando assim aos seus deveres.

Segundo nos diz o mesmo feitor, que aliás é insuspeito, em razão das suas particulares relações com o ex-administrador do concelho, apenas uma *pequena parte* dos arrozaes tem licença.

Acrescenta mais, que o referido administrador do concelho de Montemór, quando foi instado, ou para fazer intimar o feitor do Taipal, ou para lhe mandar arrazar o arrozal, respondera, que a ser intimado o feitor, o haviam de ser todos os donos dos arrozaes em identicas circumstancias, visto que a lei é egual.

Então porque é que o administrador não cumpriu a lei para com todos? Foi por não se querer comprometter com os poderosos?

O administrador cortou a difficuldade, consentindo a infracção a todos os proprietarios. E' a egualdade no abuso!

E finalmente diz que não é verdade o semear o arroz de noute, mas que o semeou de dia.

Para nós é inteiramente indifferente, que fosse semeado á luz do sol, ou da lua; o que nos importa é a barbaridade com que os proprietarios desprezam a saude dos seus concidadãos, só porque querem locupletar-se com os lucros da sementeira do arroz.

Não pretendemos saber das questões, ou gracejos entre o feitor do Taipal e o nosso informador. O que temos em mira é advogar os interesses publicos, e protestar bem alto n'este jornal contra a pessima administração que tem havido n'este districto, e contra aquella que por acaso continue a haver.

Não vemos deante de nós proprietarios ricos, que nos assombrem com o seu poderio; mas sim vemos os pobres e desamparados, de que nos condoemos.

A rica proprietaria do paul do Taipal, e todos os proprietarios que estiverem nas mesmas circumstancias, gostariam que ao pé das suas habitações fossem collocar focos de infecção, que lhes arruinassem a saude?

Pois o que não queremos para nós, não o devemos desejar para os outros.

Eis ahi a carta a que nos referimos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sr. redactor. — No n.º 3144 do *Conimbricense* li um artigo em que sou injustamente arguido.

Como se trata de informações — tenho a dizer que o informador é miope e mal intencionado.

Viu apenas o arroz, que tenho no paul do Taipal, que são 8 aguilhadas, ou 4:320 metros quadrados de semeadura, que, ha muito tempo, já não tem agua, e por consequencia não póde ser nocivo á salubridade publica, e não viu (!!!) os arrozaes semeados em terrenos dos ex.mos srs. D. João d'Alarcão, dr. José Galvão, e herdeiros de José Caetano Peixoto, que são em muito maior escala, que estão, como o meu, ao norte da villa, e alguns até mais proximos, e só uma pequena parte com licença!!!

Estes não se vêem, nem são nocivos á saude dos habitantes d'esta terra!!!

Coisas d'este mundo! Só o meu arroz é contrario á hygiene!

Talvez que até seja a causa d'um defeito que tenho na espinha dorsal, que me não deixa *abaixar* nem curvar a cabeça a algumas pessoas, que muito *respeito*.

Já me lembrou se o meu arroz tambem será a causa das muitas sezões que tem grassado por todas as povoações d'aquem e d'além do Mondego — ?! — e especialmente da Figueira da Foz, terra regularmente saudavel!! Se o mal é o mesmo, talvez a causa seja a mesma.

Quanto á intimação que recebi do administrador d'este concelho, é mais uma torpe calumnia para mim e para elle. Nunca recebi intimação alguma, o que póde attestar a administração, onde (a ser verdadeira a informação) deve existir documento pelo qual se mostre que fui intimado. E não fui porque o illustre cavalheiro que então dignamente administrava este concelho, quando instado, ou para me fazer intimar ou para mandar arrazar o arrozal, respondeu que a ser eu intimado, o haviam de ser todos os donos dos arrozaes em identicas circumstancias, visto que a lei era egual.

E ainda vil calumnia dizer-se que eu ameacei de resistir pela força a quem, de mandado da auctoridade, quizesse arrazar a sementeira.

O ex-administrador d'este concelho dignou-se sempre honrar-me e a toda a minha familia com a sua amisade, honra que ainda recebo; — titulo este que me bastava, para que, apenas s. ex.ª me ordenasse a destruição da sementeira, eu a destruisse, sem que para isso fosse necessario impor a sua auctoridade.

A sementeira foi feita de noite!!!

Outra tolice. Talvez que sendo feita de noite ficasse escondida aos olhos dos moradores d'esta villa!!!

Não é por me aleijarem as pedradas, atiradas por mão occulta, nem para responder ao *consciencioso* informador, que escrevi estas poucas linhas, mas para que o meu silencio não vá confirmar a desconsideração allusiva ao então, administrador d'este concelho, pois que o tal informador, collocou-se muito abaixo do meu desprezo.

A v., sr. redactor, cujo caracter recto e imparcial é bem conhecido, rogo a fineza de, a bem da justiça, e desaggravo meu, dar publicidade a estas linhas no seu acreditado jornal.

De v., attento venerador criado

Montemór o Velho 23 de Setembro de 1877.

O feitor do Taipal
EMYGDIO DAMIÃO CARVALHO.

COMMUNICADO

Sr. redactor do *Conimbricense*. — Monte-Mór o Velho, 27 de Setembro de 1877. — Não respondo ao auctor do communicado a que v. deu publicidade na sua folha de terça feira; porque esse cobardesito, que não ousou apresentar-se descoberto, se é, como inculca, d'esta villa, tem perfeito conhecimento das coisas que pergunta.

Mas pretendo mostrar ao publico, como são insidiosas e perfidas as insinuações que se fazem á camara da minha presidencia em todas as trez perguntas do communicado.

E para isso conto com a imparcialidade e benevolencia de v.

Na primeira pergunta insinua-se que a camara distraiu das obras municipaes uma porção de pedra, ha annos depositada junto da valla d'esta villa. Mas toda a gente da terra sabe que a maior parte d'aquella pedra está empregada nas alvenarias da mesma valla, nas fontes e muros da ponte da Lagoa e do Martyr Santo, e nas obras d'arte da estrada da ponte do Paço a Pereira. E sabe-se egualmente que alguma d'ella *ia desapparecendo á surdina*, e que para evitar que a roubassem toda emprestei algumas carradas a proprietarios da villa, com auctorisação da camara e mediante documento que assegura a restituição do emprestimo, logo que a camara possa fazer a obra para que a destina.

Na segunda pergunta contem-se a insinuação de que a camara no reparo que fez no tribunal judicial gastou alguns centos de mil réis sem auctorisação. Pois nem gastou *alguns centos de mil réis*, nem excedeu as auctorisações legaes. O tribunal competente apreciará a gerencia da camara como for de justiça.

Na terceira pergunta emfim pretende mostrar-se que a camara é avessa a dar as obras municipaes por empreitada e em hasta publica.

É reconhecidamente malevola semelhante insinuação a uma corporação, que sem apontadores nem *mestres d'obras* tem construido alguns kilometros d'estradas municipaes e tem realisado outros melhoramentos.

Todos sabem aqui que a regra é darem-se por arrematação as obras municipaes e que, se houve uma excepção no reparo do tribunal, foi por ser uma pequena reforma em casa velha e não poder calcular-se precisamente até onde as demolições indispensaveis levariam a obra, que aliás era preciso aprompter a tempo de se abrirem as audiencias geraes.

A camara de Montemór não se inculca por *zelosa*. Contenta-se de ser honesta. E folga de que os adversarios lhe dêem occasião de o *parecer*; mostrando por escavações no passado, que, se é grande e boa a vontade d'accusar, não é menor a carencia de factos em que possam recahir as accusações.

Continuem pois as suas escavações; cubram-se bem de lama; porque nós não os seguiremos n'essa senda indigna de homens que se prezam.

Agradeço desde já a publicação d'estas linhas e subscrevo-me

De v. antigo leitor e amigo obr.
M. DE MACEDO SOUTO MAIOR.

NOTICIARIO

Taborda e os alumnos da Santa Casa da Misericordia de Coimbra. — Communicam-nos da Figueira o seguinte:

«Mais um facto que caracterisa e realça a bondade e desinteresse d'aquella alma de artista insigne, do homem eminentemente popular e sympathico, que nós amamos, para quem sorrimos, que nos excita sempre um sentimento d'alegria, apenas entra em scena, com um simples gesto, sem mesmo pronunciar uma palavra! Homem generoso, cujo coração está sempre prestes a abrir-se aos impulsos da caridade e do bem, cuja mão se estende sempre aos humildes, cujos labios têm sempre palavras de conforto e alegria para os opprimidos e desvalidos.

Mas o que nem todos saberão é que elle é tambem o amigo dos pequeninos. E; e já o vimos chorar d'enternecimento ao receber, cheio de enlevo e arroubamento, a corôa de flores, que no *theatro Academico* lhe offertava uma tenra creança, n'uma noute de beneficio para seu pae.

Adora a innocencia, como todos os corações bem formados; e gosta de misturar-se nos seus brinquedos, e de associar-se ás scenas infantis.

É o alegre amigo dos pequeninos. Prova-o tambem o facto singelo, que vamos narrar.

Ha dias os actores Taborda e Antonio Pedro, encontraram na praia de Buarcos, brincando á beira mar os pequenos alumnos do collegio da Misericordia de Coimbra, que em numero de 50 aproximadamente estão a banhos n'aquella praia, desde o principio d'este mez.

Os innocentes brinquedos das louras creanças não podiam ser indifferentes aquelles dois genios sympathicos e privilegiados, aquelles corações magnanimos e bem formados.

Durante muito tempo se quedaram observando-os, sorrindo-lhes, afagando-os. E tão esquecidos estavam na contemplação d'aquelle quadro arrebatador, que por vezes as vagas travessas, espreguiçando-se na areia, vieram lamber e embaciar o brilho irreprehensivel da bota do enamorado inglez do *Amor londrino*.

O interesse, porém, que tomavam por aquellas creanças foi mais longe.

Passados poucos momentos procuravam elles os dignos directores do collegio, para lhes offerecerem o theatro de D. Carlos, a fim de que todos os alumnos lá fossem todas as vezes que quizessem! E' este um procedimento digno e nobre, que não carece de commentarios.

Os collegiaes já foram a alguns espectaculos, acompanhados de seus solicitos directores, a quem a companhia offereceu os mais distinctos logares da plateia.

Dias depois, aquelles sympaticos artistas, encontrando no passeio as meninas, alumnas d'outro collegio da mesma santa casa, fizeram ás senhoras, que as acompanhavam, o mesmo offerecimento que haviam feito aos orphãos.

Actos taes, ao passo que tornam altamente sympatica a illustre *Companhia lisbonense*, que actualmente funcciona no theatro da Figueira, captivam e penhoram a quem, como nós, se interessa por aquella casa, e estima e aprecia subidamente os favores á infancia, e muito principalmente aos filhos da Misericordia de Coimbra, que nos habituámos a estimar durante alguns annos alli passados, e que ainda hoje amamos com subido affecto.

Pelo que quasi que tomamos, como feitos á nós, os beneficios que lhes fazem.

Por isso o acto, que no correr da penna ahi deixamos narrado, afervora cada vez mais o nosso enthusiasmo por aquelles cavalheirosos e bemfazejos artistas; a quem acompanharão sempre os sorrisos meigos d'essas louras creanças, e a gratidão das tristes mães, que as adoram, e que se julgam ditosas vendo felizes os filhos do seu amor.

Espero, sr. redactor, que v. me desculpará este meu desejo de dar no seu jornal um publico testemunho da minha admiração por aquelles artistas, e d'enthusiasmo pelo acto que praticaram e que deixo exposto.

De v. attento venerador

Figueira, 23 de Setembro de 1877. — *Albino Coelho*.»

Fallecimento. — Falleceu na quinta feira n'esta cidade, a ex.ma sr.ª D. Maria José Pinto Vieira da Motta, viuva do sr. conselheiro João de Saude Magalhães Mexia Salema.

Damos sinceros pezames a toda a familia d'esta respeitavel senhora.

Scena comica. — O nosso patricio o sr. Adelino Veiga, acaba de publicar uma scena comica original, intitulada — *Um olho junior* — a qual foi representada pelo auctor, com geraes applausos, no theatro de D. Luiz I.

O sr. Adelino Veiga é um artista d'esta cidade muito estudioso, e com uma decidida vocação para a scena; e não só é actor muito applaudido, mas até tem producções suas originaes, entre as quaes ha a que annunciamos, e que em Coimbra tem sido muito apreciada.

Estimámos que o sr. Adelino Veiga imprimisse a sua scena comica, a qual se vende em casa do auctor, na rua Nova da Rainha, n.º 7.

Monumento a Alexandre Herculano. — O *Jornal do Commercio* de Lisboa abriu uma subscripção para um monumento ao distincto escriptor Alexandre Herculano.

O sr. conselheiro Vicente Ferrer assignou com 400$000 réis, acompanhando a sua briosa offerta com a seguinte carta:

Meu caro amigo. — Se a imprensa periodica abrir, como espero que abra, subscripção publica para um monumento grandioso, com que a nação manifeste a estimação em que tem a memoria de Alexandre Herculano, o primeiro portuguez do seculo pelos grandes e variados talentos de historiador, philosopho, litterato e poeta, pelos serviços litterarios e militares a favor da liberdade do paiz, pela luminosa cooperação nos debates e redacção do projecto do Codigo Civil, que hoje rege a nação, e pelo valioso exemplo que nos deixou da rigidez de caracter de tempera antiga, peço-lhe que me inscreva no seu jornal com quatrocentos mil réis.

Entre os varões benemeritos que plantaram a liberdade n'este paiz, os quaes se acham quasi extinctos, muitos se elevaram a grande altura, uns pelas armas, outros pelas lettras; mas nenhum accumulou tão variados meritos, como este eminente cidadão.

Ainda hoje me honro da benevolencia effectiva com que sempre me tratou; e a minha affeição para com elle não era sómente o sentimento da amisade, era o sentimento de veneração e quasi d'um culto. Apesar da immensa altura em que com relação a mim se achava este filho do povo, desprezador das condecorações nobres, ninguem dirá com verdade que, no juizo que faço, ha illusão optica da minha parte; nem que me deixo arrastar pelos sentimentos de saudade e gratidão, que na verdade vão até ás lagrimas.

De v. etc.

Quinta do Freixo, 20 de Setembro de 1877. — *Vicente Ferrer Netto Paiva*.

Festa em acção de graças. — Do concelho de Oliveira do Hospital nos pedem a publicação do communicado, que abaixo inserimos.

Trata-se de uma festa em acção de graças pelas melhoras do digno juiz de direito d'aquella comarca, e nosso amigo, o sr. bacharel João Ignacio da Costa Brandão; pelo que nos associamos tambem ao prazer que a todos causou esse acontecimento.

«O balsamo consolador do afflicto, a aureola mais brilhante do christianismo é, sem duvida, a fé.

---

e quasi sempre só com muito sangue se extirpam.

Tinham chegado as cousas a este ponto, e havia certa commoção nos espiritos, quando no dia 12 de Março pela manhã recebi a carta seguinte que conservo, e litteralmente aqui passo a copiar:

«Ill.mo e ex.mo sr. — Considerando a patria em perigo convidamos a v. ex.ª para se reunir no palacio das Necessidades ás oito horas da manhã do dia treze do corrente. — Deus guarde a v. ex.ª. Palacio das Necessidades 12 de Março de 1838. — Ill.mo e ex.mo sr. José Liberato Freire de Carvalho. — José Caetano de Campos. — Sá da Bandeira. — A. B. da Costa Cabral.»

Cartas eguaes se tinham dirigido a todos os deputados.

Recebi a carta um pouco tarde; fiquei muito admirado, porque não esperava uma tal noticia, e cuidando logo em me aprompter puz-me a caminho para as Necessidades. Ia porém já subindo a calçada do Marquez d'Abrantes quando encontrei alguns dos meus collegas, que vinham de volta, e me disseram que a reunião era em S. Bento na sala do congresso.

Tinha havido alli alguem de bom juizo, que tinha ponderado, que seria uma cousa insolita e illegal, que o congresso fizesse a sua sessão no palacio da rainha; e tinha sido esta judiciosa ponderação que havia feito mudar o logar do convite.

Fui por conseguinte para a camara, onde assisti a uma d'essas tumultuosas discussões, proprias de semelhantes assumptos. O caso foi, que o resultado de toda esta indiscreta scena, e de proposito preparada para dar um golpe na Constituição que se estava a ponto de promulgar, foi haver n'esse mesmo dia fatal, 13 de Março, a tristissima *batalha civica* no Rocio, onde correu sangue portuguez, e sangue, que uma *imprudente* rainha portugueza foi no dia seguinte calcar, no seu passeio, com os pés dos cavallos inglezes!...

Os *ordeiros, conservadores*, que folgaram com a victoria, para que ella tivesse as consequencias que o *poder* muito desejava, havia já tempo que tinham chamado grande força de tropa de linha para com ella tirarem toda a influencia á guarda nacional e aos batalhões civicos, e debaixo d'este estado politico é que se promulgou a nova Constituição.

Esta, sem o apoio da sua natural defeza, achou-se desde logo como uma fragil planta, collocada no meio de uma larga campina, sem resguardo algum que a defendesse dos ventos, dos furacões, e tempestades das malquerenças, que não queriam que crescesse e vigorasse.

Entre os inimigos da Constituição creio muito bem, que havia gente, que lhe não queria mal, mas eram intelligencias fracas, que não viam uma linha alem do presente; intelligencias apoucadas, que quasi sempre vi nos nossos homens politicos.

Entretanto a nova Constituição se publicou a contento geral do povo; e foi elle tão positivo e visivel, que os mesmos seus inimigos a vieram jurar, e a reconheceram como lei e unico codigo nacional. Pareceu, que as paixões se tinham acalmado, continuou o socego; as côrtes constituintes deram por acabados os seus trabalhos, e passou-se logo a novas eleições para uma camara ordinaria.

Em quanto se ia passando o que acabo de referir, houve mudança na minha vida publica. Como deixasse de existir a camara dos pares, caducou a forma da repartição em que eu estava. Deram-lhe uma nova, na minha ausencia, como deputado, os empregados que lá serviam, e sem me consultarem deram por escusado o meu logar.

Nunca me queixei d'esta falta, que pelo menos foi uma falta de cortezia; calei-me, porque vi que procedimentos taes eram mui ordinarios no mundo, e porque de alguns d'elles já tinha participado.

Mas quando por este lado era tão sem ceremonia tratado, encontrei um amigo, que sem eu me fazer lembrado, se recordou do meu nome; e este amigo, que ainda hoje, 15 de Maio de 1854, reconheço por tal, foi o então ministro Manoel da Silva Passos, homem *sem mancha* na sua vida publica, assim como seu irmão José da Silva Passos, homens verdadeiramente amigos da liberdade da sua patria.

Acceitei sem hesitar um logar proprio da minha mediania, e limitadas ambições, e porque não ia desapossar ninguem do seu emprego, pois que quem o occupava se havia d'elle demittido por escrupulos politicos, que a muitos n'aquelle tempo tinham amedrontado as consciencias. Alem de tudo isto, eu já conhecia muito bem a repartição para a qual o ministro me nomeava com o titulo de administrador, que era a imprensa Nacional, pois que alli tinha sido presidente de uma commissão, que tempos antes se havia nomeado para examinar o seu estado.

(*Continuar-se-ha.*)

Sem este ponto de crença viva não ha verdadeira felicidade. Não se alcança o allivio para o soffrimento, nem os gosos da bemaventurança...

Assim o ensinam os livros santos; assim o deve crer o verdadeiro christão.

Quem, sem o apoio da fé, póde implorar e alcançar as graças da Providencia, não tendo confiança na munificencia divina?!

Felizmente vemos que este dogma santo se acha cada vez mais radicado no coração dos fieis, e que são grandiosos os beneficios e dons que d'elle dimanam.

Que jubilo não sentimos nós, quando torturados n'este mar procelloso da vida, encontramos linitivo para nossos males?!

Quando, cheios de fé, corremos aos templos para fazer votos aos santos a fim de intercederem por um parente ou amigo, a quem o infortunio bateu á porta, que expansões de alegria não brotam de nossos corações ao cumprir a promessa votada, e dar graças ao Todo Poderoso?!

Foi no dia 23 do corrente que assistimos a um acto religioso, o mais commovente, celebrado na capella de S. Paulo, nas Caldas da Rapada, situada na margem esquerda do rio Alva, concelho de Oliveira do Hospital.

O digno e integerrimo juiz de direito da comarca, o ex.^{mo} sr. dr. João Ignacio da Costa Brandão, que ha annos soffre de fortes ataques rheumaticos, manifestados por occasião ou incidente da lua foi, por conselho da medicina, experimentar as aguas das Caldas, a que já nos referimos, das quaes, apezar de pouco conhecidas ao longe, comtudo muita gente d'estes sitios têm tirado proficuos resultados.

Depois de ter tomado alguns banhos, as melhoras são manifestas de dia para dia; e muito consideraveis em relação ao pouco ou nenhum partido que tirou d'outras aguas de que por differentes vezes tem feito uso.

Estas noticias satisfatorias chegam ao conhecimento dos banhistas, que n'esta quadra tambem habitam aquella pittoresca encosta do Alva. Reunem-se todos, e, como que á porfia deliberam mandar cantar uma missa na dita capella de S. Paulo, em acção de graças pelas melhoras de tão benemerito juiz, o primeiro que a nossa comarca d'Oliveira do Hospital teve a fortuna de possuir.

Foi na verdade um acto de summa alegria.

Á missa assistiu s. ex.ª por convite dos festeiros, que tambem concorreram com suas familias; e muita gente das povoações circumvisinhas alli affluiu para assistir a tão edificante cerimonia.

Subiram ao ar muitos foguetes, e de tarde veiu a philarmonica de S. Gião tocar ricas peças de musica, que desempenhou cabalmente, pelo que se torna credora de elogios.

A capella achava-se decorada com damascos de seda.

Bem hajam, pois, os devotos banhistas que, com tanta espontaneidade e desinteresse, deram, ao seu recto e imparcial juiz, por um meio que tanto os honra, um testemunho authentico de quanto prezam e avaliam seus ricos dotes e egregias virtudes.

Ribeira d'Alva, 24 de Setembro de 1877.

— * * *. ?

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario de Noticias* o seguinte:

«Parece confirmar-se a noticia da victoria alcançada por Mehemet-Ali nos arredores de Biela. O combate deu-se effectivamente, no dia 21, como dissemos hontem. A luta verificou-se em Tscharkoi. Os russos perderam 12:000 homens.

Mehemet-Ali, tendo tomado a offensiva, avançou sobre a linha de Jantra, atacando os russos em diversas posições.

Osman-Pachá continuava a resistir aos ataques diarios dos russos em frente de Plewna. No dia 21 doze batalhões russos atacaram uma das posições turcas, sendo repellidos com grandes perdas.

As communicações de Osman-Pachá com Sofia e Orkanie continuavam sem obstaculo algum.

No dia 21 houve pequeno combate nos desfiladeiros de Shipka e ficou interrompido em consequencia do mau tempo.

O quartel general do gran-duque Nicolau vae ser transferido para Sistova.

Erzerum, 25. — A attitude de Khan de Bokhara é contraria á Russia, e está imminente o rompimento das hostilidades.

Vienna, 26. — A terça parte das baixas no exercito bulgaro procede de enfermidades.

Bucharest, 26. — A indecisão do governo servio em entrar em campanha tem desgostado muito o czar, que insta para que se lhe dê immediata cooperação.

Vienna, 26. — Eis o que consta aqui do resultado da batalha de Tchernowa. Os turcos, em consecutivos ataques nas alas direita e esquerda, e no centro, tiveram alli 4:000 baixas.

Vienna, 26. — Continua a chegar grande numero de reforços aos turcos em Plewna.

Constantinopla, 26. — O principe herdeiro da Dinamarca vae para o quartel general russo, na Bulgaria, observar as operações da guerra.

Vienna, 26. — Os generaes russos attribuem a causa das derrotas soffridas ultimamente á presença do czar no acampamento.

ANNUNCIOS

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS
DE
COIMBRA

1 A MATRICULA para as aulas d'esta associação começa no 1.º de Outubro proximo, ás sete horas da tarde.

Coimbra, 28 de Setembro de 1877.

O presidente
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

CHEGOU
AO
ESTABELECIMENTO
DE
MANOEL DA SILVA GONZAGA
51 — SOPHIA — 55
COIMBRA

2 **SUPERIOR queijo flamengo. — Superior azeitona de Sevilha. — Delicioso salame de Italia.**

ARRENDAMENTO

3 NO DIA 1 de Novembro de 1877, ás 10 horas da manhã, na rua do Corpo de Deus, n.º 7, Amadeu Fructuoso da Silva Rocha, d'ordem da exm.ª sr.ª condessa de Condeixa, arrenda pelo tempo de um ou mais annos, a principiar no 1.º de Janeiro de 1878, os predios seguintes:

Insua denominada dos Collaços no choupal do Bispo.

Insua da Remolha, junta ao choupal do rio velho.

Um terreno areal no alveo do rio velho.

Prazo no sitio do Reguengo, proximo a Lavarrabos.

39 aguilhadas de terra no campo da Pedrulha.

10 aguilhadas no campo de S. Martinho do Bispo.

10 aguilhadas no campo da Ribeira.

6 aguilhadas no campo de Ourique.

4 QUEM PRETENDER dois grandes dormentes de carvalho, com mais de 60 palmos d'alto, e algumas outras carvalhas que servem para barrotes, pode fallar na quinta do Chão do Milho, ao cimo da Lomba do Chão do Bispo, onde poderá ver os referidos paus e tratar do seu ajuste.

Na rua dos Loyos n.º 2

5 SE CONTINUA a vender batinas novas por preços os mais reduzidos possivel.

SUBSTITUIÇÕES A MILITARES

JOÃO DE PINHO
RUA DA CALÇADA, 221
COIMBRA

6 ENCARREGA-SE de entregar aos interessados, bons substitutos com bons documentos para substituições no governo civil de Coimbra, tirando guias nas administrações dos concelhos. Faz substituições nos corpos das guarnições de Lisboa, Porto, Elvas e outras terras. Tambem obtem transferencias d'uns corpos para outros; e licenças para dois mezes.

Preços baratissimos

Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

7 SAE de Coimbra ás 4 horas e meia da manhã, e da Figueira ás 2 da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

MARÇANO

8 PRECISA-SE D'UM para mercearia. Tendo alguma pratica melhor será. Prefere-se da provincia, dando boas informações.

Quem pretender dirija-se a esta redacção.

Aos pharmaceuticos ou droguistas

9 EM UMA VILLA proximo a esta cidade, ha uma pharmacia que se vende ou arrenda por modico preço. Está em bom local, rasoavelmente sortida, e o que se quizer alli estabelecer auferirá magnificos interesses. Trata-se com Francisco Borja dos Santos, adro de baixo, n.º 10 a 13. Coimbra.

10 VENDE-SE, ou arrenda-se uma boa quinta, no sitio da Balceira, freguezia de Santa Clara.

Compõe-se de grande casa de habitação, adega, celleiro, casa com bom lagar de vinho, curraes para gados, casa de forno, pateos, eira, engenho para agua etc.

Tem muita agua nativa, pomar de laranja, tangerina, muita arvore de fructo, terras de semeadura, vinhas, bacelladas novas, grandes poisios para plantação de videiras, matta etc.

Confina do norte com estrada publica, sul e nascente com a quinta da Bica.

Trata-se na Praça do Commercio n.º 15 — 18. Coimbra.

ATTENÇÃO

11 NA RUA DOS MILITARES, ao arco da Traição, n.º 3, uma senhora de toda a confiança recebe estudantes de todas as edades, por preços commodos.

Leccionista de pharmacia

12 JOAQUIM DOS SANTOS E SILVA, chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico da Universidade, continua a habilitar os aspirantes de pharmacia para os seus exames finaes.

OBRAS PUBLICAS DO DISTRICTO
DE
COIMBRA

Estrada real n.º 52 de Foz d'Arouce a Castello Branco

Lanço de Villarinho á Portella de Albergaria

13 NO DIA 6 de Outubro proximo, pelas 10 horas da manhã, na administração do concelho da Louzã, recebem-se lanços para a arrematação do fornecimento de 2301me.,14 de pedra britada para empedramento, entre os perfis 4 e 59 — 234 e 367.

Este fornecimento é dividido em oito tarefas.

Para ser admittido a licitar, é preciso ter feito o deposito provisorio indicado nas condições, as quaes, assim como o mappa de divisão de tarefas, estão patentes na referida administração de concelho e no quartel da secção.

Ponte do Sotão 26 de Setembro de 1877.

João Lopes Xavier
chefe de secção.

PHARMACIA

14 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar á testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

15 AS FRAQUEZAS DE UMA MULHER BONITA, interessante romance por Luiz de Valliéres, ornado de estampas. Remette-se para as provincias, franco de porte, a quem enviar o seu custo, 300 réis, em estampilhas á livraria de J. J. Bordalo, travessa da Victoria, 42, 1.º andar. — Lisboa.

N'este estabelecimento ha um variado sortimento de Almanachs para 1878, e faz-se abatimento para negocio.

DILIGENCIA

16 JOAQUIM AUGUSTO DOS SANTOS NATIVIDADE faz publico, que no dia 1.º inclusivè d'Outubro, vae mudar para trabalhar de dia, a diligencia que tem entre Coimbra e Gouveia; sahindo de Coimbra as 5 horas da manhã, e de Gouveia ás 2 horas da noute; e chega a Coimbra antes da sahida do comboio para o norte e para o sul.

Tambem continua a ter as diligencias para a Figueira, e para a Louzã, a sahirem uma de manhã e outra de tarde.

Egualmente participa aos seus amigos e freguezes, que continua a ter bons caleches, coupés, e char-à-bancs, que aluga por preços commodos, e para viagens.

Coimbra 20 de Setembro de 1877.

Joaquim A. S. Natividade.

MUITA ATTENÇÃO

17 VENDE-SE uma excellente cama de pau-setim com embutidos de pau preto, quasi nova.

N'esta typographia se dão esclarecimentos.

18 ANTONIO SIMÕES FERREIRA, da rua dos Sapateiros, n.º 47, está auctorisado pela exm.ª sr.ª viscondessa do Espinhal para modificar o preço até agora pedido pela renda das suas casas ao arco de D. Jacintha. Quem as pretender, por um ou mais annos, póde dirigir-se ao annunciante, ou a s. ex.ª na sua casa da Louzã.

Estão reparadas de novo.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno .... 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno .... 3$460
Por semestre .... 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na lója do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre .... 1$730
Por trimestre 800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre 865

Numero 3149 | Terça feira 2 de Outubro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Celebrou-se hontem a missa solemne do Espirito Santo na real capella da Universidade; e da mesma fórma prestou o juramento costumado o corpo docente.

Vão em breve começar os estudos do novo anno lectivo. Depois do descanço das ferias segue-se a renovação dos trabalhos academicos.

Em boa hora principie esse tirocinio litterario. Oxalá que não tenhâmos senão motivos para louvar professores, alumnos, e empregados da Universidade.

A todos cumpre, na esphera que lhes pertence, concorrer para que o ensino seja proveitoso, e que reine em tudo a boa ordem de que tanto se precisa.

Será muito para desejar, que se não repita este anno o facto censuravel que se deu no ultimo anno lectivo, de ser necessario fechar algumas aulas, pela ausencia dos respectivos professores.

Tambem convirá que se não renovem os abusos que n'outros annos têm havido na concessão de feriados.

Já não são poucos os dias em que não ha aula, a pretexto de anniversarios de nascimentos e fallecimentos de reis e rainhas. Acrescentar a esses dias, outros feriados sob qualquer pretexto, ás vezes bem futil, é querer que augmente a relaxação da disciplina academica.

Os professores podem e devem concorrer muito para o progresso das sciencias e para a exacta disciplina escolar.

Incumbe tambem ao sr. reitor empregar os meios que os regulamentos e a prudencia indicam, para que não haja attrictos e se mantenha em tudo a devida regularidade.

Os academicos, em quem a patria deposita fundadas esperanças; esses mancebos, que um dia hão de vir a desempenhar cargos importantes n'este paiz, de certo hão de pela sua parte contribuir para o feliz resultado de todos os esforços; correspondendo dignamente aos sacrificios que para a sua educação litteraria fazem as suas familias, e mostrando pelos seus actos, que não foi debalde que vieram cursar o primeiro estabelecimento scientifico de Portugal.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A *Secção de Archeologia* do *Instituto de Coimbra*, reunida em sessão de sabbado ultimo, deliberou mandar celebrar uma missa, na egreja de Santa Cruz, por alma do socio honorario do mesmo *Instituto*, e distinctissimo escriptor, o sr. Alexandre Herculano. Ainda não ficou designado o dia em que se ha de effectuar este acto religioso.

Egualmente se decidiu lançar um voto de sentimento no livro das actas, e que o presidente da *Secção d'Archeologia* officiasse á viuva do illustre escriptor, participando-lhe estas deliberações.

Em quanto aquella corporação assim se desempenha dignamente dos seus deveres; a camara municipal de Coimbra ainda até hoje não deu a mais insignificante demonstração de sentimento pela grande perda que a nação soffreu!

A actual camara de Coimbra tinha ao menos no procedimento de uma das suas antecessoras, a norma que lhe cumpria seguir em pontos de delicadeza.

Quando o sr. Alexandre Herculano veiu a Coimbra no anno de 1853, em digressão ás provincias do norte, deliberou a camara municipal d'esta cidade na sua sessão de 4 de Junho, que fosse uma commissão dos seus membros felicitar o illustre auctor da *Historia de Portugal*, e pôr á sua disposição o archivo da mesma camara, se por acaso o quizesse examinar.

O sr. Alexandre Herculano mostrou-se muito penhorado por esta deferencia, e foi á camara agradecel-a.

Compunha-se então a camara municipal dos srs. Cesario Augusto d'Azevedo Pereira, presidente, Raymundo Venancio Rodrigues, João Correia Ayres de Campos, Adriano José Jacob, João Lopes de Sousa, Fructuoso José da Silva, e Antonio de Oliveira.

Abra a actual camara o respectivo livro das actas, se é que não tem aversão a taes *velharias*, e na sessão do dia que acima indicámos encontrará a mencionada deliberação.

Agora nem uma palavra, nem o mais leve signal de sentimento!

E' que Alexandre Herculano não era nenhum potentado politico, que tivesse dado empregos ou influencias!

Era apenas o *primeiro historiador portuguez!*

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Estava já composto o artigo antecedente quando soubemos, que a corporação universitaria que hontem se reuniu pela primeira vez n'este anno lectivo, deliberára, logo em seguida ao acto do juramento, mandar celebrar uma missa, suffragando a alma do sr. Alexandre Herculano.

Esta resolução foi tomada em conselho de decanos; o qual egualmente resolveu, que se lançasse na acta um voto de sentimento pela grande perda de tão distincto escriptor, e que se désse conhecimento d'esta deliberação á ex.^{ma} viuva do fallecido.

Para que o acto funebre possa ser devidamente concorrido resolveu mais o conselho de decanos, que se celebrasse a missa só depois da abertura das aulas.

Muito folgamos que a Universidade désse este solemne testemunho da muita consideração em que tem a memoria do sr. Alexandre Herculano.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ahi vae mais um exemplo d'aquillo a que estão sujeitos os pobres contribuintes.

No anno de 1872 a 1873 foi collectado Francisco Rodrigues, de Coen-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXLVII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Quando, ha pouco, fallei dos successos de 13 de Março, esqueceu-me uma anecdota, relativa a um homem, que nem sempre foi avaliado como devia ser. E como fui sempre seu amigo, quero referil-a, porque pinta o seu verdadeiro caracter, que muita gente pretendeu desfigurar. Este homem foi Leonel Tavares Cabral.

Sentava-me eu no congresso em uma cadeira junto á d'elle, e um dia disse-me: Vamos sair por pouco tempo da sala, e não diga nada a ninguem, e venha comigo, porque tenho alli uma sege á nossa espera.

É preciso que se saiba que o dia 13 de Março teve vesperas, que já annunciavam algum futuro barulho. Desde o principio do mez os ares politicos denunciavam tempestade, e d'ella, ou de suas consequencias tremiam os verdadeiros amigos da liberdade; porque a guarda nacional começava a ter exigencias pouco judiciosas, era auxiliada por outra potencia popular, o batalhão do Arsenal da Marinha, e havia para lhe oppor outra força, a *tropa de linha*, que o ministro, conde de Bomfim, tinha chamado para Lisboa com o ridiculo pretexto de se vir fardar! Á frente dos batalhões da guarda nacional estava tambem um homem, *Soares Caldeira*, excellente e seguro patriota, mas com cabeça pouco propria para dirigir e cohibir-lhe os excessos. Na vida politica nem sempre convém fazer, assim como nos mais estados da vida, aquillo a que se julga ter bom direito; é preciso ver se é conveniente; e a *conveniencia faz adormecer o direito:* porém era isto que Soares Caldeira não era capaz de conhecer... N'este estado estavam as cousas quando Leonel Tavares me fez sair com elle para fóra da sala.

Apenas entrámos na sege, disse-me: Sabe onde vamos? a casa de Soares Caldeira; quero ver se o dissuadimos de excitar os batalhões da guarda a que commettam algum exceso, que póde ser perigoso, e que egualmente não vá com a sua presença incendiar, mais do que está, o batalhão do Arsenal, commandado pelo *França*, tanto ou mais exaltado do que elle, bem que homem puro e de bellos sentimentos a favor da liberdade.

Achei-lhe muita razão, porque receava os mesmos perigos e via que em tudo o que estava succedendo havia muita imprudencia, e se estavam ajudando os nossos inimigos.

Fizemos quanto podémos para trazer á razão Soares Caldeira, expondo-lhe os perigos de qualquer imprudencia, que podia trazer comsigo fataes consequencias. Achámol-o porem muito renitente e sempre apegado ás falsas ideias que o dominavam; e a final o que mais d'elle podémos conseguir foi, que não fosse aquella noite ao Arsenal, que era a vespera do triste dia 13, que deu o primeiro golpe na revolução de Setembro.

Apesar porém de nos ter dado a sua palavra de lá não ir, faltou a ella, porque indo logo na manhã seguinte procural-o, não o encontrámos, e soubemos que não tinha dormido em casa...

Eis-aqui o que era Leonel Tavares, a quem n'esse tempo vi accusar de ser um excitador das desordens, de as promover com os seus discursos e influencia que tinha no povo: o que sempre desmenti, contando o que havia acontecido comigo.

Jurada a Constituição e dissolvido o congresso constituinte, seguiu-se o tempo necessario para as eleições da camara ordinaria. Eu occupava o meu emprego de administrador da imprensa Nacional desde 1836, e estavamos chegados ao anno de 1839.

N'este emprego sempre me tinha dado muito bem com todos os meus empregados, e tambem elles se tinham dado comigo; tinha procurado dar o aperfeiçoamento possivel aquelle estabelecimento segundo os rendimentos da casa, que não eram sufficientes para lhe dar a perfeição de que necessitava; mas assim mesmo lhe deixei uma bella machina *lithographica*, com muitas pedras lithographicas que não tinha; e a augmentei e enriqueci de muitos e variados typos e ornatos que n'ella não havia, o que consta de um grande catalogo impresso no tempo da minha curta administração.

Não lhe deixei dividas, e senão fiz grandes obras, é porque o meu systema sempre foi não gastar mais do que a renda de que se póde dispor; e andar ou caminhar sem parar

ços, freguezia de Ceira, concelho de Coimbra, na quantia de 47 réis de contribuição directa de repartição d'este municipio. Em tempo competente veiu satisfazer essa contribuição.

Exactamente no mesmo anno foi mais collectado em outra verba de 9 réis, a qual não pagou por não lh'a pedirem na mesma occasião d'aquella.

Agora tendo sido intimado administrativamente para satisfazer estes 9 réis, teve de pagar 800 réis de custas e sellos!

Aqui temos presentes ambos os conhecimentos e recibos.

Infelizes contribuintes!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. dr. Manoel Augusto de Sousa Pires de Lima, digno vigario geral e governador do bispado de Aveiro, acaba de publicar uma pastoral, de que temos presente um exemplar.

N'ella dá conta o sr. Lima, de que nas duas freguezias d'aquelle bispado — Branca e Ribeira de Fraguas — se tenta illudir os fieis, induzindo-os a trocarem pelas doutrinas erroneas do protestantismo as crenças santas da nossa divina religião. E a proposito dirige-se aos seus diocesanos, e lhes mostra as vantagens da religião catholica, e trata de os precaver contra as ciladas que lhes pretendem armar.

Uma excellente providencia vemos nós na pastoral. E' o determinar o sr. dr. Lima, que nos proximos mezes de Novembro e Dezembro vão áquellas freguezias fazer conferencias sobre os artigos da nossa fé, que mais tem sido impugnados pelo protestantismo, os reverendos parochos de S. Paio de Arcos, Nossa Senhora de Assumpção de Lamas, e S. Thomé do Mira.

E' sem duvida da cathequese e da palavra evangelica ensinada aos povos, que se póde tirar muito proveito.

A's machinações do protestantismo, cumpre responder com o ensinamento da verdadeira doutrina.

A *mudez* do episcopado, quando o dever e as circumstancias pedem que se falle, seria summamente para extranhar; e por isso muito louvavelmente procedeu o sr. vigario geral e governador do bispado de Aveiro.

Termina o sr. dr. Lima por mandar fazer preces publicas por tres dias em todo o bispado, para que sejam efficazes as pregações nas freguezias da Branca e Ribeiro de Fraguas.

Dando noticia d'este documento, é de toda a justiça louvar o seu esclarecido auctor.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Está annunciada uma nova exposição horticola, que se deve realisar no palacio de crystal portuense, nos dias 7 a 14 do corrente mez.

Tomaram a iniciativa n'esta exposição, assim com nas tres que já houve este anno, a direcção do palacio de crystal, e a commissão executiva das exposições horticolo-agricolas.

Os productos para a proxima exposição dividem-se nas seguintes secções — Fructos — Fructos seccos — Doces seccos — Conservas — Legumes e fructos de cozinha — Cereaes — Cereaes manipulados — Queijo, manteiga e mel.

E' delegado em Coimbra o sr. dr. Julio Augusto Henriques, lente de philosophia, e director do jardim botanico.

São bem reconhecidas as vantagens d'estas exposições, e por isso é de esperar que os nossos agricultores se não recusarão a concorrer áquella que agora está annunciada.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NUMISMATICA

O nosso prezado amigo o sr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, acaba de publicar o 2.° tomo da sua magnifica obra — *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal.* — E' um volume de xv-476 paginas em 4.° grande francez; tendo além d'isso 33 estampas de gravura lithographica.

O sr. Aragão, continuando os favores com que nos tem sempre honrado, dignou-se egualmente offerecer-nos o tomo 2.° d'esta sua importantissima obra; no que muito nos penhora, não só pelo seu valor e alto merecimento, como por sabermos que n'isso nos distingue particularmente, attenta a extrema raridade das pessoas a quem a offerece.

Sem lisonja nem hyperbole diremos, que esta publicação é um verdadeiro monumento elevado pelo sr. Aragão ao estudo da numismatica; e que nas proporções em que se acha, pareceria só poder ser levada a effeito pela paciencia investigadora de um benedictino. Tudo, porém, poude vencer o nosso amigo.

O 1.° tomo chegou até ao fim da épocha dos Filippes em Portugal; e este 2.°, agora publicado, começa com a Casa de Bragança em 1640, e segue até ao actual reinado do sr. D. Luiz I.

Todos os reinados começam por uma noticia historica dos respectivos reis; a que se segue a correcta descripção de todas as moedas que se cunharam durante os seus governos; concluindo por uma minuciosa noticia da legislação, providencias e factos que dizem respeito ás moedas que se acabam de descrever.

E' admiravel a paciencia, pertinacia e força de vontade que foi mister para reunir e descriminar tantas e tão interessantes informações!

N'uma épocha, como a actual, em que a tendencia é toda para as futilidades litterarias, torna-se duplamente louvavel o homem que, como o sr. Aragão, se entrega a um estudo tão aturado e perseverante, para dotar o seu paiz com uma obra utilissima, e com que, além de honrar a patria de que é digno filho, ficará illustre o nome do seu auctor.

Vêem depois colleccionados na integra, 198 documentos comprobativos, com relação á especialidade da moeda em todos os reinados da Casa de Bragança; e além d'isso alli se acham diversos mappas e tabellas da maior curiosidade, e fructo de longas vigilias.

As numerosissimas moedas gravadas nas 33 estampas do fim do volume, manifestam não só o enorme trabalho do sr. Aragão, mas egualmente o merito artistico dos operarios lithographicos da imprensa Nacional.

Sobretudo as duas estampas, representando exemplares do *papel moeda*, são primorosissimas. E' até onde póde chegar o esmero e a perfeição!

Em alguns dos reinados intercalla o sr. Aragão a descripção e gravuras das medalhas ineditas.

E para mostrarmos ao nosso amigo, que prestámos a devida attenção á sua obra, vamos contribuir para esclarecer um ponto d'ella.

No reinado de D. João VI dá noticia o sr. Aragão dos monumentos mandados elevar em Lisboa e no Porto para commemorar a regeneração politica, inaugurada em 24 de Agosto de 1820 — monumentos de que foram demolidos os alicerces, logo que se restabeleceu o governo absoluto em Junho de 1823.

Depois de fallar do monumento de Lisboa prosegue o sr. Aragão dizendo:

«Na cidade do Porto foi mandado levantar outro monumento, em portaria de 23 de Dezembro de 1820, recommendado depois pelas côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza em 11 de Julho de 1821, e pela portaria do governo do mesmo mez e anno. Ao concurso apresentou-se um projecto de João Francisco Guimarães, e dois de Joaquim Raphael, sendo approvado um d'este habil pintor, que havia tido a cooperação do entalhador Manoel Moreira e do insigne modelador em barro João José Braga.

«A inauguração fez-se na praça da Constituição, no dia 24 de Agosto de 1822, deitando-se no alicerce um cofre de prata contendo as moedas então correntes e duas medalhas allegoricas.

«Destruidos os alicerces que se haviam lançado para os dois monumentos, as moedas e medalhas foram mandadas recolher á casa da moeda, para serem fundidas, e aproveitados os metaes na cunhagem.»

Segue-se, portanto, que as referidas medalhas já hoje não existem.

O sr. Aragão tem apenas conhecimento de uma d'ellas, por um exemplar, como amostra, que existe no gabinete da Ajuda.

O nosso amigo apresenta a gravura d'essa medalha, dizendo ao mesmo tempo o seguinte:

«Não encontrámos descriptas as medalhas que foram depois destruidas; mas este exemplar do gabinete d'Ajuda, com as maiores probabilidades, póde ser considerado uma amostra submettida á apreciação do soberano, e que o acaso salvou das iras politicas.

—PORTO XXIV D'AGOSTO DE MDCCCXX — CORTES GERAES, E POR ELLAS A

---

porém lentamente e de vagar, conforme o judicioso proverbio latino — *festina lente.*

Apesar de não ter queixas algumas contra os meus principaes empregados, nos quaes achei sempre muito zelo e intelligencia, via-me muitas vezes desgostoso por lhes não poder pagar regularmente, como era o meu desejo, por falta de meios, e porque sempre tive repugnancia em mandar trabalhar a quem não podia pagar.

A isto accresceu o descobrir-se um grande roubo em um empregado, que até alli merecia toda a confiança, e tinha debaixo da sua inspecção os armazens do papel e cartas de jogar. Este empregado, de combinação com um criado, ia lentamente roubando resmas de papel e massos de cartas de jogar, sem que se podesse dar pelo roubo, até que, sendo preciso papel de uma certa qualidade, e de que, havia pouco tempo, se tinha comprado avultada porção, se deu n'aquelle consideravel roubo, e logo depois no das cartas de jogar.

Confesso que isto me desgostou muito; porque eu sempre dizia, que perdoaria todas as faltas, *menos as de roubo*, porque para mim a infidelidade de um empregado n'este ponto era um crime imperdoavel.

Mostrando então um dia o desgosto que me dera este roubo, e o quasi desejo de não continuar no meu emprego, e isto na presença do meu bom amigo Pedro Paes da Costa, disse-me elle: — Pois se algum dia se resolver a não querer continuar na administração da imprensa Nacional, não a largue senão a favor de um seu antigo amigo, José Frederico Marecos, que não está em boa fortuna, assim como a sua familia; e estimará muito poder entrar no seu logar.

Esse dito fez-me logo tomar a resolução de desistir do logar que occupava, e sem hesitar, respondi-lhe: — Estou prompto, e diga-lhe, se elle é capaz de arranjar este negocio com o ministro, com tanto que me não obrigue a entrar em requerimentos, para que não tenho geito, e de o concluir com a certeza do meu consentimento, cuide desde já d'isso, e não perca tempo.

A unica cousa que peço é, que se julgarem que eu posso ser aposentado com alguma cousa que me ajude a viver o resto de meus dias, porque nada tenho, e nada até agora tenho recebido do governo, bem que a favor da liberdade da minha patria alguma cousa, e com proveito, tenha trabalhado, lhe ficarei muito agradecido. Não proponho, nem designo quantia: deixo isso ao seu arbitrio e do ministro do reino, que então era *Fernandes Coelho*. Assim se concluiu da minha parte este negocio, e eu, pedindo uma licença, parti para Coimbra a fim de ver a minha familia, que havia annos não tinha visto, e deixando por procuradores, Marecos, e o meu bom amigo Pedro Paes.

Estando em Coimbra fizeram-se as eleições do anno de 1839, e eu fui eleito deputado por Lisboa: era a *quarta* vez que o meu paiz, sem nunca lho requerer, me fazia esta honra, que mais prezo do que todas as condecorações e titulos que por ahi vejo assoalhados, que nunca requeri, nem tão pouco invejei.

A primeira vez fui eleito por Vizeu no anno de 1822; a segunda em 34 pela Madeira; e as ultimas duas vezes por Lisboa.

Quando ainda estava em Coimbra, recebi a noticia de estar concluido o meu negocio da imprensa; que José Frederico havia sido nomeado administrador em meu logar, e que me tinham aposentado com 350$000 réis de ordenado annual, metade do que tinha como administrador; o que se me participou por portaria de 9 de Outubro de 1838, e é do teor seguinte:

«Por decreto de S. M. de 24 de Agosto de 1838. — Sua magestade a rainha, attendendo ao que lhe representou o administrador da imprensa Nacional, José Liberato Freire de Carvalho, e a que pela sua avançada edade e quebrantada saude não podia continuar a desempenhar os deveres de seu cargo com aquella assiduidade e efficacia que exige a direcção de um semelhante estabelecimento; e tomando outrosim em consideração *seus distinctos serviços e merecimentos*, assim como *sua constante fidelidade á causa das liberdades patrias*; houve por bem aposentar o referido José Liberato Freire de Carvalho no mesmo logar de administrador da imprensa Nacional, com o vencimento de metade do respectivo ordenado, o qual perceberá pela folha dos empregados d'aquella repartição, ficando todavia esta graça dependente da approvação das côrtes. E para sua salva e guarda se lhe passou a presente portaria. Palacio das Necessidades em 9 de Outubro de 1838. — Antonio Fernandes Coelho.»

As côrtes ordinarias de 1839 approvaram o ordenado de 350$000 réis, unica recompensa de todos os meus trabalhos até este dia 17 de Maio de 1854, em que estou escrevendo estas linhas com quasi 82 annos de edade, que completarei, se lá chegar, no dia 20 de Julho proximo futuro.

(Continuar-se-ha.)

CONSTITUIÇÃO. A Liberdade em pé, segurando sobre a lança o bonnet, e calcando duas manoplas; com a mão direita sustem um livro aberto sobre um pedestal, tendo escripto: MANTIDA A RELIG. CATHOL. E A DYNASTIA DA CAZA DE BRAGANÇA. No pedestal tem, em outo linhas — NA PRAÇA ONDE SOOU O PRIMEIRO BRADO DA REGENER. PORTUG. SE LEVANTE HUM MONUMENTO: PORTARIA DA J. PROV. DE 23 DE XBR. DE 1820.»

Segue-se no livro do sr. Aragão a gravura do anverso da medalha, e depois a do reverso, precedida da descripção seguinte:

«ℛ. NO ANNO DO SENHOR MDCCCXXII, XXIII DO PONTIFICADO DE PIO VII, REINANDO D. JOÃO VI, PRIMEIRO REI CONSTITUCIONAL DO REINO UNIDO DE PORTUG., BRASIL, E ALGARVES, ANNO II.° DA I.ª LEGISLATURA EM XXIV D'AGOSTO FOI LANÇADA ESTA PRIMEIRA PEDRA. — Escripto em nove linhas. Esta medalha foi fundida e depois aperfeiçoada com o buril.»

Até aqui o sr. Aragão. Agora vamos apresentar um documento, que não só contém a descripção da mencionada medalha allegorica, ainda que, sem a rigorosa precisão dos termos do sr. Aragão; mas além d'isso a da outra medalha a que se refere, e que diz ainda não ter visto descripta.

E' o auto da camara do Porto de 30 de Junho de 1823, por occasião de se demolirem os alicerces do monumento liberal.

Esse auto deve existir na secretaria da camara do Porto, e foi publicado em o supplemento ao n.° 155 do *Correio do Porto*, de 2 de Julho de 1823:

«Vereação extraordinaria de 30 de Junho de 1823 n'esta cidade do Porto, e casa do illustrissimo senado da camara d'ella, onde foram vindos o doutor juiz de fóra do crime, servindo de civel; e bem assim os vereadores do mesmo senado, com a assistencia do procurador da cidade, todos abaixo assignados.

E logo n'esta vereação, que teve logar para dar-se o prompto e devido cumprimento á portaria do governo de 23 do corrente mez e anno, expedida pela secretaria de estado dos negocios do reino, que foi recebida pela illustrissima camara no dia sabbado 28 do corrente, e é do teor seguinte:

«Sua magestade ordena que a illustrissima camara da cidade do Porto mande demolir inteiramente o monumento, que n'essa cidade se começára a erigir, consagrado ao anterior, e extincto systema, dando a mesma camara conta de assim o haver executado. Deus guarde a v. s.ª Palacio da Bemposta em 23 de Junho de 1823. — *Joaquim Pedro Gomes de Oliveira.* — Juiz, vereadores, e mais officiaes da illustrissima camara da cidade do Porto.»

Tendo dado a mesma illustrissima camara d'antemão as necessarias providencias para se verificar a demolição do alicerce do monumento, decretada na dita portaria; com effeito se procedeu a esta obra ás 5 horas e meia da manhã com assistencia da mesma illustrissima camara, e architecto da cidade; cercando o logar do mesmo alicerce um piquete de cavallaria da policia, para evitar que o povo espectador não estorvasse os trabalhadores.

Deu-se principio a esta obra, e chegando-se á primeira pedra, que servia de tampa, se mandou fazer em pedaços, bem como a pia sobre que estava depositada, para não haver em tempo algum vestigios, nem se encontrar os mais diminutos restos das mesmas, com a fórma que tinham.

Entre uma e outra, cobrindo a pia, se achava uma pedra d'Ançã, e n'ella gravada a inscripção seguinte: PORTO 24 DE AGOSTO DE 1820; levantada esta, se encontrou debaixo um caixão de prata quadrilongo abaulado, o qual, assim como a pedra com a inscripção foi acompanhado para os paços do concelho pela illustrissima camara, e conduzido por dois officiaes de justiça. N'este mesmo acto da conducção, por ser aquelle que precedia a inteira, e immediata demolição, e aniquilação do mesmo alicerce, foi lançada ao ar grande porção de foguetes.

Collocada sobre a mesa da vereação a pedra mencionada, e o referido caixão de prata, ahi com a porta da sala aberta, uma porção de povo presenciou a abertura do mesmo, a qual se effectuou com uma chave de prata, que se achava na casa da camara, e que foi apresentada n'este mesmo acto pelo guarda da mesma.

Dentro d'elle se achou o seguinte: — Um pergaminho putrido em razão da muita agua que se achou dentro do caixão, que devia conter o auto de que ha copia no livro das vereações do anno passado, existente no archivo da camara, o qual não poude ser lido por se desfazer por si mesmo no acto de ser tirado, em consequencia da sua mesma podridão: tinha este o sello das armas da cidade pendente de uma fita, que mal se via ser branca e azul.

Debaixo do dito auto se achou uma medalha grande de prata, em cuja circumferencia no inverso d'ella se lê a seguinte inscripção: PORTO 24 DE AGOSTO DE 1820. CORTES GERAES, E POR ELLAS A CONSTITUIÇÃO. No centro tem uma figura com corôa civica, que segundo a informação dada, significa o governo constitucional, tendo na mão esquerda uma alabarda, e sobre ella o pileo, aos pés um jugo quebrado, insignias respectivas á mesma figura; e com a direita apresenta sobre uma lapide um livro, e n'elle escripto o seguinte: — MANTIDA A RELIGIÃO CATHOLICA, E A DYNASTIA DA CASA DE BRAGANÇA. — E na lapide o seguinte: — NA PRAÇA ONDE SOOU O PRIMEIRO BRADO DA REGENERAÇÃO PORTUGUEZA SE LEVANTE UM MONUMENTO. PORTARIA DA JUNTA POVISORIA DE 23 DE DEZEMBRO DE 1820. — No reverso tem a inscripção seguinte: — NO ANNO DO SENHOR MDCCCXXII, XXIII DO PONTIFICADO DE PIO VII, REINANDO D. JOÃO VI, PRIMEIRO REI CONSTITUCIONAL DO REYNO UNIDO DE PORTUGAL, BRAZIL, E ALGARVES, ANNO II.° DA I.ª LEGISLATURA EM XXIV D'AGOSTO FOI LANÇADA ESTA PRIMEIRA PEDRA.

Junto com esta medalha se achou outra, que tem uma figura, que pela informação dada significa o AMOR DA PATRIA, com as quinas portuguezas gravadas no peito; tem na mão esquerda uma vara, e o pileo na extremidade da mesma, insignias do governo constitucional proclamado em 24 d'Agosto de 1820: na mão direita tem raios na acção d'abrazar um jugo, e um turbante, que tem aos pés, insignias representativas d'esta figura: na circumferencia d'esta medalha tem a seguinte legenda — POR AMOR DA PATRIA, EM 24 D'AGOSTO DE 1820. — No reverso tem a seguinte inscripção — O PORTO DEU NOME AO REINO EM 1139, RESTAUROU-O EM 1808, REGENEROU-O EM 1820.

Achou-se mais uma collecção de moedas todas do reinado d'el-rei o sr. D. João VI, cunhadas no anno de 1822; a saber: uma de ouro do valor outr'ora de 6$400 réis, hoje de 7$500 réis, outra dita d'ametade d'aquelle valor, 6 moedas de prata, uma de 480 réis, outra de 240 réis, outra de 120 réis, outra de 100 réis, outra de 60 réis, outra de 50; uma moeda de bronze de 40 réis; e finalmente uma de cobre de 10 réis.

N'este mesmo acto foi apresentada uma condeça, que n'esta mesma manhã foi entregue ao guarda da camara por um homem que nem disse quem era, nem declarou quem a remettia, e nem elle guarda conheceu, a qual sendo tambem aberta continha o seguinte: — *uma trolha de prata, um martello de prata, com cabo de pau buxo, uma esquadria de prata, uma regoa de prata, e uma vassoura de fios de prata, com annel da mesma.* — O que tudo foi guardado em um dos cofres da camara, á excepção do pergaminho, por não se achar em estado senão de ser lançado fóra, até que sua magestade se digne declarar o destino que se lhe deve dar.

Ultimamente passou a illustrissima camara as suas ordens ao architecto da cidade para que fizesse trabalhar os operarios até que pozessem aquelle local justamente no estado em que antes se achava, sem que ficasse o mais leve vestigio do fundamento do mesmo monumento.

D'este modo houveram por cumprida a portaria do governo acima transcripta; e por esta fórma houveram por linda esta vereação, de que se fez este auto, que eu *João Joaquim de Oliveira Castro*, pelo respectivo escrivão o escrevi. — *Cochado, Couto, Souto, Freire d'Andrade, Cirne, Lima.*»

Ainda vamos dar um esclarecimento sobre outro ponto.

O sr. Aragão dá conta no reinado de D. Maria II, da remessa feita em 15 de Setembro de 1834 para a casa da moeda, de 22 caixotes de prata amoedada (61:392 onças, peso inglez). Entre elles se acharam 4 caixotes, contendo 17:073 *cruzados novos*, semelhantes no typo aos fabricados n'aquella casa, mas que os ensaiadores e abridores declararam não terem sido alli cunhados.

A este respeito diz o sr. Aragão:

«Seriam estas moedas provenientes de uma falsificação apprehendida pelas auctoridades, ou uma cunhagem feita fóra do reino por conta e ordem do governo?... A maneira como foram enviadas para a casa da moeda e a sua procedencia da Inglaterra, onde se havia contractado em 1830 a factura de uma porção de moedas de cobre, são indicios que muito nos fazem inclinar á segunda supposição.»

O facto não se deu em nenhuma das duas hypotheses indicadas pelo sr. Aragão. Não houve apprehensão; e comquanto o dinheiro fosse effectivamente cunhado fóra do reino, não foi por ordem ou auctorisação do governo portuguez.

A cunhagem dos referidos *cruzados novos* foi acto expontaneo, e da exclusiva responsabilidade do nosso agente financeiro em Inglaterra, Juan Alvarez y Mendizabal, o qual directamente requereu auctorisação ao governo inglez, para na casa da moeda de Londres se cunhar o referido dinheiro; sendo depois por elle enviado para o governo de Portugal.

Este negocio deu logar a tempestuosas discussões, primeiro na camara dos deputados e em seguida na dos pares. Póde o sr. Aragão ver a esse respeito a *Gazeta Official do Governo* de 24 e 30 de Setembro, e 8 e 9 de Outubro de 1834; e em especial na sessão da camara dos pares de 6 de Outubro o officio do ministro da fazenda, José da Silva Carvalho, satisfazendo ao requerimento do conde da Taipa.

Ahi se declara, que não permittindo as leis a emissão de moeda portugueza cunhada em paiz estrangeiro, fóra, quando aquella chegou de Inglaterra, mandada para a casa da moeda, a fim de se fundir e cunhar em moedas de 480 réis.

A prata dos outros 18 caixotes, vinda tambem de Inglaterra, não foi mandada fundir, porque era moeda estrangeira.

Todo este dinheiro tinha sido remettido por Mendizabal, a fim de ser applicado á extincção do papel moeda.

José da Silva Carvalho, no seu officio de 4 de Outubro de 1834, refere-se ao agente financeiro do governo em Inglaterra, sem lhe mencionar o nome; e egualmente na discussão não foi elle mencionado; mas evidentemente o nosso agente financeiro era n'essa épocha o celebre Mendizabal.

Vamos terminar dizendo que o 3.° tomo d'esta obra do sr. Aragão já se acha na imprensa. N'elle se descreverão as moedas das colonias portuguezas; Brazil até 1825, India e Africa oriental e occidental, e conterá os documentos e desenhos gravados de todas as moedas alli descriptas.

O 1.° tomo custa 6$000 réis, e o 2.° agora publicado custa egual quantia.

Vende-se em Lisboa, nas lojas dos srs. Antonio Maria Tavares, rua Bella da Rainha (vulgò rua da Prata) n.os 135 e 137; e Baptista Micallef, rua da Magdalena, n.° 38 (em frente da rua dos Capellistas).

O sr. Aragão roga aos collectores de moedas portuguezas, que possuam algum exemplar não descripto, pertencente aos reinados incluidos nos dois volumes, o favor de remetterem ao auctor (rua do Salitre, 329) o fac-simile, e bem assim quaesquer esclarecimentos que possam servir a estes estudos, para serem publicados no supplemento.

Resta-nos agradecer ao sr. Aragão a fineza da offerta do seu excellente livro, que muito apreciámos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A pedido publicamos a seguinte:

DECLARAÇÃO

Estamos auctorisados a declarar, que é *falso e calumnioso* o que a *Correspondencia de Coimbra* diz no seu numero de 29 do corrente, quando noticia que o sr. governador civil de Coimbra *fóra pessoalmente a Sernache e promettera a um eleitor livrar-lhe um filho se votasse com elle.*

S. ex.ª nem sequer saiu de Coimbra a pedir votos a eleitores; e menos podia portanto fazer em Sernache a referida promessa.

Provae o contrario, calumniadores!

CARTA DE LONDRES

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Londres, 22 de Setembro de 1877.

Recebo o seu *Conimbricense* de 15 do corrente, e n'elle vejo confirmada a triste noticia da morte de Alexandre Herculano; perda que todo o portuguez que o queira ser, hade mui de coração deplorar, como v. e como eu mesmo.

Não li do nosso lamentado e illustre compatriota as composições que tenho visto exaltadas e louvadas como de mui grande merito, que estou certo possuem, e que v. mesmo cita, o *Monasticon*, a *Historia da Inquisição*, etc.; porém, para o apreciar altamente, bastava-me até a leitura da *Historia* antiga de Portugal, que li, tive, e me desappareceu quando estive cego. Tendo visto, além d'isso, varios artigos seus destacados, em diversas publicações.

A minha mui distincta apreciação de seu talento, porém, data de muito antes de elle ter adquirido a celebridade que veiu a ganhar; e o que eu logo lhe assegurei, assim que vi, creio que em 1843 ou 1844, na *Revista Universal Lisbonense* (então presidida por outro genio distincto, o meu amigo Castilho), os primeiros ensaios de Herculano. Esse joven, cujo talento e genio superior immediatamente percebi, começava a desabrochar, e lhe augurei futuro brilhante, e o mesmo Alexandre Herculano, que veiu a dar no escriptor eminente que hoje deploramos.

Como o meu condiscipulo Almeida Garrett, errou, por circumstancias, em parte o caminho que, sem ellas, ambos haviam de seguir em politica — aquelle que eu segui (despido, já se entende, o mesmo systema, dos podres, e corrupções, e loucuras que nem elles dois, nem eu podiamos senão condemnar e desapprovar). De Garrett tenho eu testemunho em como assim havia de ser, se não fossem as circumstancias fataes que ar-

ruinaram Portugal, e o hade aniquilar como nação independente antes do fim d'este seculo. De Herculano estou ainda mais persuadido que tal havia de ser o seu caminho, em circumstancias diversas d'essas — de toda especie — que reduziram Portugal a uma casa de orates, e de orates furiosos, sem *camisa de força*, e sem peias, a destruirem, profanarem, sujarem, estragarem tudo a que chegam ou tocam.

É impossivel que Herculano, com a sua perspicacia, com o seu genio, com a sua apreciação do que era grande, veneravel, respeitavel, bello, não se aborrecesse e desgostasse d'esse tolo mundo que lá voga em nossa patria; e por isso, sem duvida, fugiu d'elle para o campo, para o retiro, d'onde a morte nol-o veiu roubar.

A. R. Saraiva.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 30 de Setembro de 1877.

Encontramo-nos n'uma épocha de politica equivoca. Nas regiões do poder ensaia-se a melhor forma de completar o ministerio. Os boatos propalam-se, e são elles tantos, que não vale a pena mencional-os. Dispunhâmos do espaço para outros assumptos.

— Lisboa está altamente indignada e até certo ponto aterrada com os crimes — que de mais a mais ficam impunes! — que se commettem, á face de uma policia, que serve unicamente para lançar multas e vexar a população. O *Diario de Noticias* de hoje, justamente indignado, dá noticia de um outro crime praticado na rua da Atalaya, cuja victima foi uma mulher de 34 annos, natural das Caldas, filha de Caetano Lino e de Lucia Maria, a qual vivia com Manoel Antonio, trabalhador. Do auto a que se procedeu declararam os peritos, que a morte teve logar por effeito do corte da carotida direita. O cadaver apresentava dois golpes profundos na trachêa, algumas echymoses na cabeça, proximo do olho esquerdo e nos pulsos. O que fará a policia? Deixará impune este crime, para audacia a novos commettimentos da mesma especie?

— A empreza Biester despediu do quadro dos actores do theatro de D. Maria II o actor Amaro, que sempre alli esteve escripturado fazendo papeis que a sua intelligencia podia desempenhar. D'esta vez porem atiraram com aquelle homem á margem e teria sido bem negra a sua vida futura, rodeado de filhos e de mulher, se a caridade, *que muitas vezes se esconde na sombra*, não valesse ao infeliz. Acção digna de registrar-se! Os seus collegas do theatro tiveram a lembrança de quotisar-se, cedendo 1 por cento dos seus vencimentos, a fim de por esta fórma perfazerem o ordenado do actor Amaro. É eloquente o procedimento dos actores do theatro de D. Maria II para com o seu collega, que reflecte muito desairosamente na resolução tomada pela empreza Biester. Honra lhes seja!

— Deram-se hontem á sepultura os restos mortaes do sr. Francisco José da Silva Franco, typographo do *Diario do Governo*. Falleceu depois de atroz e prolongado padecimento, para debellar o qual foram improficuos os esforços da sciencia. O finado era um homem de bem, e collega estimavel pelas suas qualidades pessoaes. Era casado com uma irmã do sr. Mauricio José Dias, actual director das officinas de composição typographica da imprensa nacional, e cunhado tambem do sr. commendador Olympio Nicolau Ruy Fernandes. A estes cavalheiros, bem como ao consternado pae do fallecido, e demais familia, damos os nossos sinceros pezames.

— Acham-se em Lisboa seis companhias estrangeiras de canto e declamação, que representam 400 artistas, e as quaes vão funccionar nos nossos theatros. Em contraposição, mais de 50 actores e actrizes portuguezes encontram-se actualmente sem collocação.

— Eis-aqui alguns nomes, que não são de todo feios, de alguns navios mercantes:

Senhora Angot, escuna; *Adelina Patti*, lugre; *Adonis*, vapor de helice; *Alcides*, hiate; *Aljofar*, hiate, *Amazona*, barca; *Andorinha*, hiate; *Ary Passa*, brigue; *Bedmar*, barca; *Chica*, chalupa; *Conde de Cavour*, hiate; *Coquette*, escuna; *Córa*, patacho; *Cotete*, brigue; *Cunga*, vapor de helice; *Delicia*, barca; *Delmira*, barca; *Duas meninas*, hiate; *Fafel*, patacho; *Fate Mubarca*, hiate; *Fate Irrilamo*, hiate; *Fate Remane*, brigue; *Hersilia*, barca; *Ristori*, barca; *Rocambole*, hiate. Ha mais dez navios com os nomes de *Flor*, e são: *Flor de Landana*, de *Lima*, de *Lisboa*, de *Loanda*, de *Maio*, de *Mar*, de *Minho*, da *Mocidade*, do *Porto*, e de *Setubal*.

— É posta hoje á exploração publica a linha americana de Santos a Alcantara pelo novo Aterro. Hontem teve logar a experiencia da linha, que deu bons resultados.

— A côrte ainda se conserva em Cascaes.

— A associação typographica reune hoje para a discussão do projecto de reforma dos seus estatutos. Fallaremos detidamente d'esta associação.

P. J. Conceição.

NOTICIARIO

Policia. — Em a noute de sabbado para domingo, pelas duas horas, o sr. administrador do concelho capturou em flagrante os donos e socios da casa de jogo, estabelecida ao fundo da rua do Corvo, para a qual já ha tempo chamámos a attenção das auctoridades.

Na mesma noute deu as providencias precisas para se evitarem as continuas desordens e orgias que costumam praticar-se nos conhecidos botequins, e outras casas suspeitas.

N'este importante ramo de policia ha muito que fazer. Todos sabemos os males que esta cidade tem soffrido pelo desleixo das auctoridades, senão proposito de fechar os olhos aos numerosos abusos que por ahi se praticam.

Os elementos para a policia são poucos, e ao sr. governador civil cumpre auxiliar em tudo quanto lhe seja possivel os seus subordinados.

Não largaremos mão d'este objecto, esperando que a auctoridade administrativa não desanime no cumprimento dos seus deveres.

Ponte da Portella. — Foi segunda vez posto em praça o rendimento da ponte da Portella, sendo arrematada por um anno, pela quantia de 2:300$000 réis. O arrematante foi o sr. Joaquim Canas Castelhano, das Carvalhosas.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Recem-nascido, filho de José Alves Moreira e Belarmina da Conceição Moreira, de Coimbra, de 2 horas, fallecido em 22 de Setembro de 1877.

Maria de Jesus Costa Neves, filha de Manoel José da Costa Neves e Anna Maria Pires de Lima, de Carção, de 15 annos, fallecida em 24.

D. Maria José Pinto Vieira da Motta, filha do conselheiro Bernardo José Vieira da Motta e D. Maria do Carmo Vieira da Motta, do Juncal, concelho de Marco de Canavezes, de 57 annos, fallecida em 27.

Mabilia da Conceição, filha de Izaac Torres Veiga e Januaria da Conceição Torres, de Coimbra, de 11 mezes, fallecida em 27.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:282.

Comutação. — Foi comutada a pena de morte ao soldado Antonio Coelho.

Guerra do Oriente. — Por noticias de Bucharest do dia 30 consta, que os rumaicos se apoderaram do novo comboio que ia para Plewna.

A Russia vae obrigar a Servia a entrar em campanha, parece que com assentimento da Austria. A Italia entrará na triplice alliança imperial.

Klapka, chefe da conspiração da Hungria, é esperado em Constantinopla.

Os temporaes continuam a difficultar as operações da guerra.

ANNUNCIOS

Na rua dos Loyos n.º 2

1 SE CONTINUA a vender batinas novas por preços os mais reduzidos possivel.

AOS ESTUDANTES DE MEDICINA

2 NESTA REDACÇÃO se diz quem vende as seguintes obras:

Medicina operatoria, por Malgaigne. — Materia medica, por Vavasseur. — Pathologia geral, por Chomel. — Dois tractados de pathologia interna; um de Jaccoud e outro de Grisolle.

Estas duas ultimas obras ainda não serviram e são da ultima edição.

Tambem se vende uma capa e batina com pouco uso.

LOTERIA

Extracção em 9 de Outubro

6:000$000

JOÃO ANTONIO CARDOSO

219, RUA DA CALÇADA, 225

(CASA AZUL)

3 TEM Á VENDA no seu estabelecimento grande sortimento de bilhetes a 5$000 rs., meios a 2$500 rs., quartos a 1$300 rs., oitavos a 650 rs.; cautelas de todos os preços desde 560 até 30 rs. Grande sortimento de chá de differentes preços e qualidades, assim como chá preto de ponta branca e todo preto. Grande e variado sortimento de ponteiras de espuma e cereijeira, tanto para charutos como para cigarros. Grande sortimento de tabacos, tanto nacionaes como estrangeiros, e grande variação em charutos. Rapé de differentes fabricas, tudo se vende em conta.

MARÇANO

4 PRECISA-SE D'UM para mercearia. Tendo alguma pratica melhor será. Prefere-se da provincia, dando boas informações.

Quem pretender dirija-se a esta redacção.

5 VENDE-SE, ou arrenda-se uma boa quinta, no sitio da Balceira, freguezia de Santa Clara.

Compõe-se de grande casa de habitação, adega, celleiro, casa com bom lagar de vinho, curraes para gados, casa de forno, pateos, eira, engenho para agua etc.

Tem muita agua nativa, pomar de laranja, tangerina, muita arvore de fructo, terras de semeadura, vinhas, bacelladas novas, grandes poisios para plantação de videiras, matta etc.

Confina do norte com estrada publica, sul e nascente com a quinta da Bica.

Trata-se na Praça do Commercio n.º 15 — 18. Coimbra.

ESTABELECIMENTO DE ALFAIATE

35, RUA DO BORRALHO, 37

COIMBRA

6 N'ESTE ESTABELECIMENTO se encontram bons pannos pretos para batinas, as quaes dá promptas para vestir por 13$500 réis, e d'ahi para cima.

7 ANTONIO SIMÕES FERREIRA, na rua dos Sapateiros, n.º 47, está auctorisado pela exm.ª sr.ª viscondessa do Espinhal para modificar o preço até agora pedido pela renda das suas casas ao arco de D. Jacintha. Quem as pretender, por um ou mais annos, póde dirigir-se ao annunciante, ou a s. ex.ª na sua casa da Louzã.

Estão reparadas de novo.

8 NA rua da Calçada, n.º 128, ha para vender uma béca d'angolina em muito bom uso.

PECHINCHA!

9 VENDE-SE uma excellente cama de pau-setim com embutidos de pau preto, quasi nova.

N'esta typographia se dão esclarecimentos.

AGRADECIMENTO

10 ISAAC TORRES VEIGA, penhoradissimo para com todas as pessoas que acompanharam o funeral de sua prezada filhinha, especialisando a philarmonica *Boa-União*, agradece por este meio emquanto o não faz pessoalmente.

11 NO DIA 7 do proximo mez de Outubro, pelo meio dia, na rua da Calçada, n.º 85 a 91, vender-se-hão em praça particular, convindo os lanços a que chegarem, as seguintes propriedades:

Um chão na Ribeira de Cosêlhas, que parte com a sr.ª Maria Violante, d'alli.

Uma quinta ao Almegue, com casa de habitação, olival, vinha, arvores de fructo, sobreiros e terras de semeadura, a qual parte com os exm.os srs. dr. Senna, Francisco d'Ornellas e Antonio Correia de Lemos.

Presta esclarecimentos Basilio Augusto Xavier de Andrade, no dito local da Calçada, n.º 85 a 91.

PHARMACIA

13 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar á testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

Acaba de publicar-se o

14 CURSO DE THEMAS GRADUADOS, portuguezes-latinos, accommodados ás regras da *Grammatica Elementar da Lingua Latina*, 3.ª edição, por Joaquim Alves de Sousa, professor do lyceu nacional de Coimbra.

Vende-se em Coimbra. Preço, broch. — 500 réis.

PORTUGUEZ E LATIM

15 AGOSTINHO RODRIGUES DE ANDRADE, bacharel formado em Theologia, faz publico, que as aulas dos cursos completos de Portuguez e Latim começam este anno no dia 22 do corrente, em sua casa na rua do Loureiro, 41, perto na egreja do Salvador. Continua tambem a ir a casas particulares.

OBRAS PUBLICAS DO DISTRICTO DE COIMBRA

Estrada real n.º 52 de Foz d'Arouce a Castello Branco

Lanço de Villarinho á Portella de Albergaria

16 NO DIA 6 de Outubro proximo, pelas 10 horas da manhã, na administração do concelho da Louzã, recebem-se lanços para a arrematação do fornecimento de 2301mc.,14 de pedra britada para empedramento, entre os perfis 4 e 59 — 234 e 367.

Este fornecimento é dividido em oito tarefas.

Para ser admittido a licitar, é preciso ter feito o deposito provisorio indicado nas condições, as quaes, assim como o mappa de divisão de tarefas, estão patentes na referida administração do concelho e no quartel da secção.

Ponte do Sotão 26 de Setembro de 1877.

João Lopes Xavier
chefe de secção.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3150 | Sabbado 6 de Outubro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O terrivel e prejudicialissimo vicio do jogo, que tão propagado está, vae produzindo os seus naturaes resultados.

Arruinam-se familias, praticam-se crimes e dissolvem-se todos os vinculos sociaes em consequencia do jogo de parar.

Não conhecemos vicio que mais fatal possa ser! E comtudo, tal é a cegueira, a força do habito e a ambição de enriquecer sem trabalhar, que não ha reflexão, ou exemplo que faça dissuadir os jogadores do seu nefasto proposito.

Vêem-se individuos bem collocados na sociedade, descer a sentar-se nas casas de jogo ao lado de grandes traficantes e devassos, sem lhes subir com isso o rubor ás faces!

A par d'essa falta de decoro e exautoração pessoal, vão-se successivamente praticando os crimes originados no jogo.

Acaba agora de ser capturada uma quadrilha de sete ladrões no concelho de Louzada, implicados em muitos crimes praticados entre a estação de Cahide e as povoações visinhas, accommettendo os viandantes e assaltando as propriedades.

Segundo informações que dão a um jornal do Porto, a origem d'estes attentados está no jogo forte que ha em Cahide, e no qual tomam parte hespanhoes e portuguezes. Os que perdem querem indemnisar-se, roubando.

E tal tem sido a indolencia das auctoridades, que foi mister para serem capturados os ladrões, que estes assaltassem um dos carros que transitam para Amarante, onde ia o administrador do concelho de Felgueiras, e o sr. Ricardino, da Lixa; tendo até este de se defender com um tiro de rewolver contra um hespanhol, que lhe apontára uma clavina.

Passando agora a outro ponto diremos que, segundo nos informa um nosso amigo, tem havido na villa de Santa Combadão duas tabernas onde se reunem os jogadores. Ha tempo, um filho de familia que alli ia, recolhendo-se para casa muito tarde, foi reprehendido por seu pae; e o mau filho não só lhe faltou ao respeito, mas espancou-o, chegando a feril-o, e egualmente espancou suas irmãs.

Em Thomar, em consequencia de questões de jogo, um cocheiro deu ha dias uma facada em um conductor de carretas, causando-lhe a morte.

Na praia do Espinho joga-se com o maior desaforo. Tem alli havido prejuizos importantes. Varios individuos têmse visto obrigados a ir a suas casas buscar dinheiro em porções avultadas para continuar o jogo.

Tudo isto se pratica com a maxima publicidade, e com escandalo das pessoas de bem.

O sr. governador civil de Aveiro não sabe d'estes factos, e dos deveres que as leis lhe incumbem?

A respeito do que vae na villa da Figueira temos aqui fallado repetidas vezes.

As auctoridades protectoras do jogo de parar costumam desculpar-se dizendo, que não é possivel perseguir os jogadores, porquanto elles se fecham em casas onde se não póde entrar.

Isto não passa de um subterfugio. A auctoridade que verdadeiramente quer tem muitos meios á sua disposição, directos e indirectos, se não de extinguir de todo o jogo, pelo menos de o diminuir consideravelmente.

E para se ver que essa desculpa não é senão capciosa, bastará notar o escandalo com que na villa da Figueira está patente e publico o jogo da *roleta* e todo o mais jogo de parar, sem que a auctoridade local intime os donos d'esses funestos e criminosos estabelecimentos, para cessarem com elles, sob pena de procedimento.

Tambem esse jogo está occulto? Não está bem á vista de todos? Logo se elle não é prohibido, é porque a auctoridade quer ter contemplações com os jogadores.

Sr. governador civil de Coimbra! V. ex.ª goza do credito de ser um caracter honesto. E' mister que mantenha esse credito pela rectidão dos seus actos e pelo zelo no cumprimento da lei.

Numerosas vezes censurámos n'este jornal alguns dos antecessores de v. ex.ª pela sua culpavel tolerancia com o jogo prohibido. Protestámos contra elles, por não fazerem cohibir o jogo de parar em Coimbra e na villa da Figueira.

Ora se assim procedemos com aquelles governadores civis — que nos cumpre fazer, no caso que agora continue a mesma relaxação?

Havemos de ficar silenciosos, quando anteriormente fallavamos bem alto?

Não! E' incapaz d'isso o redactor do *Conimbricense*.

Qualquer que seja a deferencia pessoal que tenhâmos com a auctoridade superior do districto, não impedirá isso que aqui reclamemos, e bem energicamente nos queixemos desde que virmos que se praticam na administração publica actos em desaccordo com a lei.

Pois a auctoridade administrativa da villa da Figueira falta ao cumprimento dos seus deveres; e não ha de haver força da parte do chefe superior do districto, que a obrigue a cumpril-os?

Por ventura a administração publica declara-se inpotente? Faltar-nos-hia ver isso!

Receia o sr. administrador do concelho da Figueira compromettêr-se com os jogadores, por entre elles haver individuos de posição elevada na sociedade?

Pois isso é motivo que faça recuar a auctoridade? Se assim fosse seguia-se que só podiam ser punidos os pobres, ficando impunes os ricos e poderosos.

N'esse caso onde ficaria o principio da Carta Constitucional, que determina que *a lei será egual para todos?*

Vamos entrar no inverno, épocha em que o jogo se desenvolve em Coimbra, com gravissimo prejuizo das pessoas imprudentes, que se deixam explorar e roubar pelos espelunqueiros.

Vamos entrar na epocha em que os ladrões costumam assaltar com uma pasmosa audacia as casas particulares.

E' mister, portanto, que as auctoridades empreguem toda a vigilancia e diligencia, para reprimir os transgressores da lei e fazer punir os malfeitores.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXLVIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(continuação)

Na volta a Lisboa entreguei, e dei posse ao novo administrador da imprensa do emprego que largava, e fui tomar assento em a nova camara dos deputados. Tinham-se feito as eleições em geral com muito socego, e foram reeleitos os principaes deputados que tinham figurado na constituinte.

Tanto a camara ordinaria como a nova dos senadores, marcharam no sentido da revolução, e bem mostraram que a queriam sustentar. Para melhor realisarem este pensamento, formou-se um novo ministerio, que teve á sua frente um homem até alli não avaliado como merecia; e este foi Rodrigo Pinto Pizarro, barão da Ribeira de Sabrosa. Homem independente, energico e de superiores talentos, era elle bem capaz de regular o nosso systema politico, de lhe dar força, e de o fazer respeitar tanto dentro como fóra do reino; mas estas mesmas raras qualidades foram as que fizeram que não agradasse á côrte, e tão pouco ao governo inglez, que por uma das *suas costumadas e sempre toleradas insultuosas exigencias*, pediu a sua demissão, servindo-se de injustas e incompetentes ameaças.

O resultado foi, que a côrte *servilmente* obedeceu, enxovalhou-se, sacrificou, sem honra, a sua independencia, e demittiu o ministerio *Sabrosa!*

E como? Visitando eu um dia o barão, depois de demittido, e que então morava na *rua nova da Piedade* á praça das Flores, e fallando-lhe na sua demissão, respondeu-me:

— *Fomos despedidos com mais sem-ceremonia do que eu costumo despedir os meus criados!*...

Ainda alguem, não contente com a demissão do barão, folgou muito com a sua morte, que teve *quasi de repente* na sua casa de Traz-os-Montes, e foi annunciada para Lisboa pelo telegrapho um ou dois dias antes de acontecer!... Signal este de que era muito desejada, e já se esperava!...

O que eu posso affirmar como testemunha de vista é, que, conhecendo muito bem um camarada do barão, *que estava com elle*, e de sargento o levára a official, o encontrei um dia no Chiado a cavallo em um rabão inglez, que nunca tivera na sua vida, e que depois desappareceu... Tantas circumstancias tornam bem historica a morte do barão da Ribeira de Sabrosa, Rodrigo Pinto Pizarro!... e é por isso que d'ella faço menção.

Demittido o ministerio Sabrosa, era preciso nomear-se um que fosse de *molde* para bem executar as exigencias, que havia dentro e fóra do paiz; e este ministerio se compoz dos seguintes individuos: — Conde de Bomfim; Rodrigo da Fonseca Magalhães; visconde da Carreira, que não chegou a tomar posse; Conde de Villa-Real; Costa Cabral; e Florido.

Foi o ministerio de 26 de Novembro de 1839; e tão prasenteiro se houve com o ministerio inglez, que interrogado na camara pelas exigencias d'aquelle ministerio, respondeu um dos ministros, o *mais jovial*, e com toda a indifferença, *que todas ellas se limitavam a alguns saccos d'oiro!*...

A opposição não se contentou com a *jovialidade* do ministro; e porque tinha energia, era bastantemente sizuda e circumspecta, entrou a vigiar toda a administração. Não houve em toda a sessão do anno de 1839 cousa memoravel, mas não foi assim na do anno de 1840.

Começou logo ella a ser importante, e os debates sobre a resposta ao discurso da corôa deram occasião a que o ministerio começasse a ter serios desgostos, e de tamanho vulto, que já havia uma accusação formal feita ao ministro da guerra. Passados os debates sobre a resposta ao discurso da corôa, que duraram até ao principio de Fevereiro, seguiram-se os do orçamento.

Folgaremos muito de achar occasiões de louvar o chefe superior do districto e a auctoridade administrativa d'este concelho, pelas acertadas providencias que derem n'este importante ramo do serviço publico; na certeza de que nada nos demoverá de nos queixarmos e protestarmos n'este jornal, se virmos que se não empregam os meios possiveis de obstar a essas malfeitorias, e que não só os jogadores continuam impunemente a zombar das leis na villa da Figueira, mas que o mesmo succede n'esta cidade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega do *Tribuno Popular* veiu no seu ultimo numero reclamar contra a interminavel demora que tem havido na decisão do recurso, que alguns irmãos da Santa Casa da Misericordia d'esta cidade levaram em Agosto de 1874 para o supremo tribunal administrativo, contra o famigerado accordão do conselho de districto do dia 25 de Julho antecedente, que annullára a eleição da mesa.

Temo-nos egualmente queixado repetidas vezes n'este jornal por causa d'aquella demora, que corresponde a uma denegação de justiça.

Pois ha mais de tres annos ainda o supremo tribunal administrativo não teve tempo para resolver semelhante recurso?

O *Tribuno Popular* pede a intercessão do sr. marquez de Avila e de Bolama para que se resolva este negocio.

Nós não pedimos nada, porque nada esperamos. Bem lhe importa o governo com isso!

Em todo o caso não deixaremos de protestar uma e muitas vezes contra este facto, que nem no tempo do governo absoluto se praticaria; porque desejâmos que a nação saiba o que por ahi vae.

Já em tempo um jornalista da capital nos dizia ácerca do recrutamento, que se havia injustiças na commissão districtal, recorressem os aggravados, porque lá estava o supremo tribunal administrativo para as reparar.

Agora applicando o caso á questão de que tratâmos, diremos: — De que serve haver tribunaes superiores, se não decidem os recursos, ou pelo menos é com demora de tantos annos, que se tornam quasi inuteis as suas resoluções?

Se foi para este resultado que se extinguiram a casa da supplicação e o desembargo do paço, podiam ahi deixar ficar esses tribunaes, visto não ganharmos nada com a mudança.

Mas apezar de tudo repetiremos: — Quando é que se resolve o supremo tribunal administrativo a decidir o recurso ácerca da eleição da Misericordia de Coimbra?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Foram ha dias publicadas por collegas nossos d'esta cidade duas circulares do sr. governador civil de Coimbra ácerca do serviço do recrutamento.

Os abusos que se têm praticado n'este objecto são immensos.

Tem-se posto em jogo toda a chicana, todos os elementos de corrupção para invalidar as disposições das leis.

E' mister que se ponha um termo em taes torpezas. N'esse ponto não transigiremos com pessoa alguma, nem sob qualquer pretexto, por mais especioso que possa ser.

Combatemos os escandalos que se fizeram na situação passada; e combatel-os-hiamos da mesma fórma, se agora se praticassem.

Hoje como hontem estamos no nosso posto de sentinella vigilante dos direitos dos cidadãos, e censor intransigente de todos os abusos e illegalidades.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Até que finalmente foi uma vez multada a companhia do caminho de ferro!

Foi na quantia de 100$000 réis, por ter chegado a Elvas, no dia 11 de Fevereiro ultimo, em atrazo de 10 horas e 47 minutos o comboio n.º 51.

E quando chegará a vez do governo tornar a companhia responsavel pelos frequentes roubos que se estão praticando nas encommendas e mercadorias, que são conduzidas no caminho de ferro?

Em um jornal do Porto vemos uma queixa pelo roubo de alguns objectos que iam em um caixão.

A espertesa dos ladrões chegou a ponto de que um negociante de Coimbra, que ha dias devia receber do Porto um certo numero de paus de campeche, recebeu maior numero do que a remessa, mas com menos peso! Isto é, os empregados furtaram alguns dos paus, e racharam alguns outros para prefazer a conta; e a fim de fazerem de generosos racharam mais do que os necessarios.

E' assim que augmentou o numero dos paus e diminuiu o peso.

Até lhes servem os paus de campeche!

Hontem o academico o sr. Diogo Gomes Paulo recebeu n'esta cidade umas ceiras de figo do Algarve, que despachára em Lisboa para Coimbra, na occasião que vinha para os seus estudos.

As ceiras tinham sido roubadas. Depois do roubo, os empregados ladrões coseram outra vez as ceiras com guita, em logar de fio de palma, como é costume, e para encobrir o sitio por onde haviam tirado os figos, pozeram n'esse logar o bilhete de expedição.

Fóra ladrões!

E que fazem a companhia e o governo?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Não estamos aqui na imprensa para defendermos arbitrariedades e abusos, ou para guardarmos silencio em presença d'elles.

Por decreto de 8 de Setembro ultimo foi determinado, que no presente Outubro podessem ser admittidos a exame aquelles alumnos a quem, além de desenho, faltasse até dois exames para poderem entrar nos estudos superiores.

Agora, porém, o sr. ministro do reino, para favorecer um filho do sr. conde de Villa Franca, o qual havia sido em Julho reprovado em portuguez, determinou á commissão de Lisboa, que de novo o admittisse a exame.

Não devemos deixar passar este facto sem merecida censura, por ser escandaloso e uma excepção odiosa, que vae de encontro ao decreto referendado pelo proprio sr. ministro do reino.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Foi ha dias impresso um protesto, de que recebemos um exemplar, assignado por 75 socias da Associação Conimbricense do sexo feminino, contra a deliberação tomada pelo conselho director, augmentando as quotas semanaes.

As socias entendem que foi uma exorbitancia de attribuições do conselho, pois que tal decisão era das attribuições da assembleia geral.

Em vista d'este protesto lemos detidamente os estatutos, e parece-nos que combinando os artigos 18, 19 e 47 tem o conselho director poder para a resolução que tomou.

Mas o que nós diremos com franqueza, é que andaria muito melhor o conselho, se em negocio tão grave, convocasse primeiro a assembleia geral para a consultar.

Tratava-se do augmento de quotas, o que sempre repugna a quem as tem de pagar, e assim, ouvindo todas as associadas, ficava o conselho livre de responsabilidade, se não legal, ao menos moral.

As circumstancias em que se acha esta Associação são filhas do defeito com que têm sido fundadas quasi todas as associações de soccorros mutuos em Portugal; e do que até já está affectado o Monte-Pio official de Lisboa.

Quando as sociedades se organisam é costume, para chamar muitos associados, offerecerem-se nos estatutos grandes vantagens, que estão em manifesta desharmonia com as quotas que se exigem dos socios.

E' uma illusão que no futuro se paga bem cara.

O Monte-Pio Conimbricense, de que fomos em 1850 um dos primeiros iniciadores, e que é de todos o que está mais prospero n'esta cidade, foi o unico que teve uma organisação muito prudente e cautelosa; e d'ahi vem o importante capital que hoje possue. E ainda assim já nos ultimos tempos tem parado o successivo augmento de capital, que teve por muitos annos; devido isso á imprudencia com que em assembleia geral se resolveu conceder, além dos costumados soccorros, mais os de cirurgião e botica, para o que a sociedade não estava preparada na sua primitiva organisação.

Voltando a fallar da Associação Conimbricense do sexo feminino entendemos conveniente, que seja convocada a assembleia geral, e ahi se examina se ha outros meios mais convenientes de que lançar mão em face do *deficit* que ultimamente começou a apparecer; e no caso de não haver outro recurso devem as socias sujeitar-se ao augmento das quotas.

E a proposito perguntaremos, não se terão dado mais garantias ás associadas do que as que estão marcadas nos estatutos?

Parece-nos que sim; e segundo vemos do protesto e dos relatorios da sociedade, que temos em as nossas collecções, foi culpada d'isso a propria assembleia geral.

Na épocha da prosperidade só se trata de gastar á larga, e não se quer saber do dia seguinte.

Pois se o mal está feito, o recurso que resta é emendal-o.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ainda não tinha havido uma camara que apresentasse uma opposição d'esta ordem, e que tivesse trazido ás questões de finanças a uma evidencia e clareza tal, que fez estremecer os ministros, dois dos quaes, o da *justiça* e *fazenda*, já estavam formalmente accusados por abuso de poder, como o seu collega o da guerra. N'estes termos o ministerio que não podia airosamente defender-se, recorreu á *ultima razão* do poder real, á *força*, e dissolveu a camara no dia 25 de Fevereiro do anno de 1840.

Ora eis-me aqui exonerado de deputado, depois de haver passado nas luctas parlamentares perto de seis annos, isto é, desde 1834 até 1840 com bem poucos intervallos. E não só exonerado d'esta legislatura, porém para sempre; porque achando-me reduzido pelo meu modico ordenado de 350$000 *réis* a *meio-proletario*, por me faltarem 50$000 réis de intelligencia para tornar a ser representante do meu paiz, de *boa mente* fui pendurar este meu direito politico dentro do templo de *Jano*, que nunca mais se havia de tornar a abrir para mim no resto da vida.

Desembaraçado tambem, como já disse, do meu emprego da imprensa Nacional, que deixei sem dividas, e com uma escripturação correcta, limpa, e regular, como ainda hoje se póde ir ver e examinar, achei-me, por assim dizer, em uma nova vida, que tenho procurado levar socegada. Sem fatigar o poder com os meus requerimentos, e como occulto na minha mediania, com que sempre me tenho consolado, sou mais feliz do que muitas grandezas, que tenho conhecido, e ainda conheço.

Fevereiro de 1840 *até Junho de* 1854

Concluida a minha vida publica em 25 de Fevereiro do anno de 1840, entreguei-me todo ao descanço, e á total separação de todos os negocios politicos, e fiquei no verdadeiro remanso da vida. Sem ter occupação alguma forçada para a qual nunca pendeu o meu estado tanto physico como moral, achava-me contente, e parecia-me que o *far niente* dos italianos era a maior doçura da nossa existencia. Estranho a todas as commoções politicas, considerava-me como um simples espectador que está olhando da praia para o vago ondear das ondas, e os diversos navios, que sobre ellas luctam, e muitos dos quaes ou d'ellas zombam, ou se vão despedaçar nos recifes, ou nos bancos de areia.

Não tinha obrigações que cumprir, e apenas ia ás quartas feiras á Academia Real das Sciencias mais, como se diz, por devoção, do que por obrigação. Tambem me tinha esquecido dizer, que tinha devido uma mui distincta consideração á Academia das Bellas-Artes de Lisboa, creação do ministro *Passos*, a qual me honrou com o seu diploma de *socio honorario* com a data de 19 de Maio de 1837, honra, que sem lha pedir, me concedeu, no que muito me penhorou.

Como o meu *Ensaio historico-politico* havia sido pela primeira vez impresso em Paris, e n'elle havia uma noticia importante ácerca dos proveitos que nos tem dado a nossa velha alliança com Inglaterra, houve curiosidade de alli o traduzirem em francez, com que o meu nome foi um pouco conhecido. Em razão d'isto, sendo como eram n'aquella época os francezes pouco affectos aos inglezes, houve quem egualmente me quiz honrar, e foi o *Instituto Historico* de Paris, que espontaneamente me mandou o diploma de *membro correspondente* da 1.ª classe, (Historia geral), o qual diploma tem a data de 20 de Março de 1835; e foi assignado pelo secretario perpetuo Mr. Eugenio de Monglave. Faço menção agora d'estes factos, que me tinha esquecido apontar, como pertencentes á minha vida, não por motivos de vaidade, mas porque não se deve levar a mal, que qualquer procure deixar boa memoria no mundo, e mostre haver merecido tal ou qual consideração aos seu contemporaneos. O presidente d'este Instituto era então Mr. Michaud da Academia Franceza, o qual tambem está assignado no diploma que recebi.

Para mostrar que nunca procurei vangloriar-me no mundo d'estes titulos honrosos, nunca os juntei aos meus escriptos, como certa gente costuma fazer; contentei-me com os ter, sem nunca ter tenção de fazer alarde d'elles; porque sempre estive persuadido de que, se o simples nome do individuo não o honra, por mais taboletas que lhe dependure, não lhe acrescentam uma linha ao seu verdadeiro merecimento.

(Continuar-se-ha.)

Ácerca das portarias do sr. ministro do reino, relativamente ao recrutamento, diz o illustrado correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto*, o seguinte:

«Veiu hontem na folha official o mappa do estado do recrutamento no dia 30 de Junho ultimo, relativo aos annos de 1870-1876 a que se referiram as portarias datadas de 19, 20 e 21 do corrente mez, expedidas aos governadores civis dos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes e já publicadas no *Diario do Governo*.

É curioso esse mappa, mas não é completo. Para bem se julgar da imparcialidade e rectidão com que procederam as auctoridades administrativas, convinha que viessem nos mappas mencionadas as freguezias de cada concelho.

Não se julgue isso indifferente.

Ha governadores civis, que parecendo, pelo total dos mappas, que foram muito zelosos e muito imparciaes no serviço do recrutamento, examinados os mappas das freguezias ver-se-hia que tinham commettido as maiores arbitrariedades, escandalos, abusos e violencias simplesmente por espirito faccioso, fazendo do recrutamento uma arma politica.

Eu me explico. Em um concelho, na freguezia A, por exemplo, os influentes eleitoraes são amigos do governador civil e na freguezia B os influentes são seus adversarios.

O que faz a auctoridade?

Os mancebos da freguezia A são todos ou a grande maioria d'elles julgados incapazes do serviço e os da freguezia B são todos considerados aptos.

Não se pense que ha n'isto falsidade ou exaggeração. Publiquem-se os mappas relativos ás freguezias e encontrar-se-ha o que fica dito; mas como por fim os contingentes são preenchidos, o snr. ministro do reino que ignora aquellas tranquibernias louva o governador civil que as pratica, quando devia censural-o e demittil-o até.

Desenganem-se os srs. minitros: o serviço do recrutamento não melhora com portarias de louvor. O que é preciso é que a lei seja reformada, que o systema seja outro e que se arranque por uma vez a arma politica da distribuição do mais pesado imposto ás mãos das auctoridades, que d'ella abusam para fins politicos com offensa a principios, ataque a direitos e prejuizo publico.»

E' exactissima a apreciação do correspondente.

Os ministros parece darem a entender, que a questão está só em haver muitos recrutas; sem se importarem do modo como elles são obtidos.

E as injustiças, as tranquibernias e arbitrariedades que se praticam por todo esse reino não valem nada?

Tratam por ventura de indagar como o serviço do recrutamento é effectuado; quaes as tropelias das auctoridades administrativas, commissões districtaes, juntas de revisão, e todas as mais entidades que intervêem n'esta contribuição de sangue?

Os mappas officiaes apenas representam os recrutas distribuidos aos diversos concelhos e o numero d'aquelles que têm sido dados para satisfazer os contingentes. Isso é apenas uma pequena parte do quadro; o mais importante, e que fica occulto, seria a historia verdadeira das torpezas que se têm praticado n'esse serviço publico.

D'isso não querem saber os ministros. Haja recrutas, embora seja á custa das lagrimas das infelizes viuvas desamparadas, que vêem ir seus filhos para o exercito, a fim de preencher o logar dos afilhados dos poderosos que ficam livres.

O sr. marquez de Avila e de Bolama, ou qualquer outro ministro do reino, já indagou isto?

Não, porque lhes não faz conta.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

JOÃO DE LEMOS

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Quinta d'Anta 3 d'Outubro de 1877.

Está de luto a sciencia. *Le Verrier*, o grande mathematico, o grande astronomo, o sabio, que illuminou a terra com a luz do seu genio, e que, com o poder de sua maravilhosa intelligencia, chegou a accender um novo astro no céu, morreu, ha pouco, em França.

Não é, porém, para lhe dar esta noticia, que já para v. não será novidade, que eu entro agora em sua casa, aproveitando-me dos direitos de visinhança, que mé concedeu, e do antigo favor da sua benevolencia para comigo.

É só para chamar a sua attenção sobre as circumstancias da vida e da morte d'este homem, um dos maiores, sem duvida, do nosso seculo, offerecendo a v. occasião de uteis reflexões, principalmente n'essa cidade, que é séde da sciencia, entre nós, e ponto de reunião da mocidade estudiosa.

Pareceu-me que este era um exemplo de provavel fecundidade, se por mãos habeis, como as de v., fôr espalhado em nossa terra, para beneficio d'ella e de nós todos.

Le Verrier não pertencia sómente á França, pertencia ao mundo inteiro, que é a patria dos raros homens de tão elevada estatura. Foi por isso que os mais nobres delegados de todas as nações civilisadas se grupavam em volta de sua sepultura, acompanhando a dor de toda a França, e preludiando o juizo da posteridade.

Le Verrier dedicou-se, desde o começo da sua vida, a cultivar a sciencia pura; e achando jacente a herança de *Laplace*, entrou de posse d'ella ousadamente.

Estreiou-se, tornando evidentes as condições da estabilidade geral do systema solar, pela discussão desenvolvida das leis, que regulam os movimentos de *Jupiter*, de *Saturno* e d'*Uranus*, com o que fez logo comprehender a todos a presença de um grande astronomo.

Pouco depois fazia ao mundo, absorto e espantado, a mais brilhante demonstração do poder da sciencia. O ultimo planeta do nosso systema, *Uranus*, tinha em seu curso irregularidades, que a theoria não havia previsto, e que não chegava a explicar. O systema concebido por *Newton*, e até então vencedor de todas as objecções, estava em risco de se mostrar impotente e defeituoso nos confins do nosso systema solar. O genio de *Le Verrier* veiu em seu auxilio. Acceitando resolutamente as leis da atracção como verdadeiras, deduziu-lhes todas as consequencias. E assim, por uma analyse admiravel e de profunda convicção, descobriu no espaço um planeta desconhecido, que elle pesou, como se o tivesse em suas mãos; a quem traçou o caminho nos ceus e posição que devia occupar no 1.º de Janeiro de 1847, como se o proprio *Le Verrier* lhe dirigisse o seu carro de fogo.

Partindo do movimento mesmo, que era preciso explicar por sua influencia, chegou, por meio de equações, a determinar a massa, a orbita, e a posição do astro desconhecido, perturbador dos movimentos de *Uranus*, e, no 1.º de Junho de 1846, annunciou publicamente á academia das sciencias de Pariz qual seria no ceu, com dez graus de differença approximadamente, o logar d'esse planeta no 1.º de Janeiro do anno seguinte. E o calculo era exactissimo; porque, no dia e no logar do ceu d'antemão prescripto, um astronomo de Berlim descobriu o astro annunciado! Rebentou então um grito de admiração em toda Europa; e os echos do mundo civilisado repetiram o nome do astronomo illustre, que assim acabava de o gravar para sempre nos ceus estrellados.

Tenho seguido os intendidos — era escusado dizel-o; — o abalisado *Dumas*, no seu discurso junto da sepultura de *Le Verrier*, como vice-presidente do conselho superior de instrucção publica, commissionado pelo governo, para alli representar a universidade e a França; e tambem *B. Chauvelot*, no seu breve artigo necrologico, publicado n'uma folha franceza de 25 de Setembro ultimo, que tenho diante dos olhos.

Mas vamos agora ao ponto de maior interesse e importancia.

Este espirito gigante, esta desmesurada intelligencia, que, por um trabalho perseverante, sem interrupção durante trinta annos, deu successivamente á sciencia o codigo definitivo e completo dos calculos astronomicos, as taboas dos planetas, assim interiores como exteriores, abrangendo o systema solar em seu conjuncto; esta potencia de abstracção verdadeiramente extraordinaria, que por meio de uma geometria flexivel e penetrante, e com os recursos do calculo infinitesimal, conseguiu levar a bom termo essa obra immensa e enorme que legou aos sabios, e para que talvez não bastassem os esforços reunidos de toda uma academia, este homem, emfim, que tanto se elevou, que chegou quasi a converter-se n'um astro, no astro, a que se deu o seu nome, este homem, digo, *era profunda e declaradamente catholico*. N'elle, a sciencia e a fé esclareciam-se mutuamente.

Quando, por noites bellas e claras, *Le Verrier* mergulhava o seu telescopio nas profundidades do ceu, via então Deus demasiado perto para o negar; quando seus calculos prodigiosos o levavam ao descobrimento d'um novo planeta, lembrava-se logo d'esta palavra da Escriptura Santa — *Que Deus tudo fez com numero, peso e medida*. Longe, pois, de dissimular, como muitos de meia sciencia, comprazia-se em confessar sempre a sua crença catholica, da qual via a demonstração e confirmação na sciencia sublime a que se consagrava toda a vida.

Assim, só depois de haver pedido e recebido os soccorros supremos da religião, é que *Le Verrier* entregou a sua grande alma ao seu grande Deus no domingo, 23 de Setembro ultimo, pelas sete horas da manhã, na edade de sessenta e seis annos, porque nascera em *Saint-Malo*, a 11 de Março de 1811.

E, a proposito de *Le Verrier*, não virá a pello pergunta aos sabichões, que nos presenteam com *origem macaca*: — se a distancia que vae d'um orangotango trepando pelos ramos das arvores, ao sublime *Le Verrier*, saudando a obra de Deus, lendo no infinito, e achando a nota que parecia faltar na harmonia dos mundos, se essa distancia, repito, em vez de fazer do homem um macaco aperfeiçoado, não é mais propria para nos tentar a fazer do homem quasi um Deus?

Le Verrier, porém, não quiz ser nem macaco nem Deus: contentou-se com o logar que Deus lhe marcou, e foi simplesmente *homem* e *christão*.

Por isso o illustre *Dumas* terminou o seu discurso, á beira da sepultura de *Le Verrier*, com estas eloquentes palavras:

«Essa verdade, que elle procurára com «tanta paixão durante a sua passagem na ter«ra, atravez de tantas perturbações e agita«ções, conhece-a em fim agora toda inteira, na «serenidade da vida eterna e na paz do tu«mulo; e ninguem foi mais digno do que elle «de lhe contemplar os esplendores infinitos.»

JOÃO DE LEMOS.

NOTICIARIO

Suffragios. — Pela carta que publicamos em seguida se vê, que é o dia 9 do corrente o destinado para se celebrar na egreja de Santa Cruz a missa por alma do sr. Alexandre Herculano, em conformidade da deliberação da Secção de Archeologia do Instituto.

Sr. redactor do *Conimbricense*. — Rogo a v. o obsequio de annunciar no seu jornal, que é no dia 9 do corrente, terça feira proxima, pelas 9 horas da manhã, na egreja de Sancta Cruz, que tem logar a missa por alma do sr. Alexandre Herculano, mandada celebrar pela *Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra*. Por este meio ficam avisadas todas as pessoas que quizerem concorrer a este acto solemne.

Sou com estima

De v. attento venerador e amigo obrigadissimo.

Coimbra, 6 de Outubro de 1877.

Pelo secretario da direcção
Abilio Augusto da Fonseca Pinto.

Posto medico conimbricense. — Vae estabelecer-se n'esta cidade, no largo da Sé Velha, n.º 3, um posto medico, de que serão facultativos os srs. Filomeno da Camara Mello Cabral, Augusto Rocha e José Antonio de Sousa Nazareth.

Este posto será largamente annunciado ao publico, por distribuição de prospectos impressos, onde se verão as condições da assignatura e as vantagens que proporciona.

É uma instituição nova em Coimbra, e que nos parece da maior vantagem para a cidade.

Bulla da cruzada. — Foi approvada a proposta da junta geral da bulla da cruzada, para ser applicada a quantia de reis 38:960$600 a supprir o *deficit*, que apresentam os orçamentos dos seminarios, aulas dos cursos ecclesiasticos e collegio das missões ultramarinas nos annos de 1876 a 1877.

A referida junta não apresenta no seu relatorio as contas do seminario de Coimbra, porque este seminario já ha annos não é subsidiado pelo cofre da bulla da cruzada.

E apesar d'isso sabemos, que n'esta diocese de Coimbra tem progressivamente augmentado o rendimento da bulla.

Bastará dizer, que tendo no anno de 1860 a 1861 rendido 1:793$090 reis, no anno de 1876 a 1877 subiu á importante quantia de 5:360$493 reis.

Leccionação. — No logar competente publicamos um annuncio de leccionação de geometria, rhetorica, logica, geographia, historia e introducção, pelos srs. padre João Gonçalves Lage, padre Luiz José Dias, João José da Silva e Leopoldo Alves Martins.

Alguns d'estes leccionistas têm já muita pratica do ensino, e com creditos estabelecidos em Lisboa e Braga; e o sr. Alves Martins foi um estudante muito distincto na Universidade, pelo que dão as necessarias garantias de que hão de aproveitar muito os alumnos que frequentarem as suas aulas.

Mais leccionação. — Pelo annuncio que vae n'este jornal, se vê que continua este anno a exercer a leccionação o sr. Domingos Rodrigues Ramos.

Os premios que distribue no fim do anno aos seus discipulos são-lhes poderoso incentivo ao trabalho; e o cuidado e esmero que tem pelo adiantamento d'elles revelam-se claramente em não ter ficado algum dos seus discipulos reprovado nas disciplinas em que os habilitou.

Alexandre Herculano. — O sr. Rodrigues Pequito apresentou á approvação da camara municipal de Lisboa, a seguinte proposta:

1.º Que a installação do busto de Alexandre Herculano na sala das sessões da camara se faça com a maior solemnidade;

2.º Que sejam especialmente convidados a assistir a ella: o chefe do estado, os membros do governo, o presidente da camara dos dignos pares, o presidente da camara dos senhores deputados, as associações scientificas, as escolas superiores e a imprensa da capital;

3.º Que sejam egualmente convidados a mandar os seus representantes: as camaras municipaes, as associações scientificas, as escolas superiores e a imprensa do resto do paiz;

5.º Que, além da allocução da presidencia, seja pronunciado por um dos vereadores o discurso inaugural.

Subscreveram depois esta proposta os srs. Serzedello e Camara Manoel, e a camara approvou-a unanimemente.

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Commercio do Porto* o seguinte:

Londres, 2. — O *Standart* insere um telegramma de Bucharest, noticiando que no conselho de guerra reunido em Gorny-Studieni, foi discutida a invernagem do exercito, na Bulgaria ou na Roumania, mas que se ignora o que foi resolvido. O *Times* publica um despacho de S. Petersburgo, declarando ser falsa a noticia das petições para o regresso do czar e a offerta da mediação estrangeira considerada um insulto nacional.

Paris, 2. — Mouktar-Pachá bateu completamente, proximo de Nedjerum, 10:000 russos, os quaes refugiados na fronteira perderam 400 homens e muitas armas. A batalha entre Ismail e Tergukassoff está imminente.

Paris, 2. — A Russia cessará de insistir com a Servia para a sua entrada em campanha. Provavelmente a Servia e a Grecia permanecerão neutraes. Os russos occuparam Kalarach a fim de obstar a que os turcos de Silistria operem um desembarque na margem roumanica do Danubio. O exercito russo do commando do general Zimmerman que está em Dubroudscha foi reforçado e vae tomar a offensiva.

Constantinopla, 4 á tarde. — Hontem, 2, houve grande batalha para os lados de Kars. Os russos foram completamente batidos, soffrendo perdas enormes. Dois generaes e muitos officiaes russos mortos.

Vienna, 4 pela manhã. — Em consequencia da descoberta da tentativa de conspiração para cortar os caminhos de ferro roumaicos, fizeram-se numerosas prisões, que levantaram excitação na Hungria, havendo conflictos com a policia. Foram apprehendidos caixotes de armas destinadas á Polonia russa. É provavel que seja proclamado o estado de sitio na Transylvania.

Bucharest, 4 á tarde. — Atravessou Bucharest, dirigindo-se para a Bulgaria, um corpo de exercito russo, na força de 20:000 homens. Os russos enviaram forças na direcção de Orkhante, para interceptar as communicações entre Osman e Chevket-pachá.

ANNUNCIOS

PORTUGUEZ E FRANCEZ

1 DOMINGOS RODRIGUES RAMOS, continua a leccionar em sua casa, na Couraça de Lisbôa, o curso completo de portuguez e francez.

AOS QUINTANISTAS DE TODAS AS FACULDADES

2 PASTAS DE VELLUDO, chagrin, marroquim, e percalina.

OFFICINA DE ENCADERNAÇÃO DE ABILIO SEVERO

Rua das Fangas

COIMBRA

Praticante de pharmacia

3 ANTONIO BELLO DA SILVA BRAZÃO, pharmaceutico de 1.ª classe pela Universidade de Coimbra, com pharmacia assente na villa de Midões, admitte um praticante com alguma pratica na sua pharmacia, dando-lhe cama e mesa e leccionando-o em todos os preparatorios que são exigidos para fazer o exame de pharmacia.

LECCIONAÇÃO

4 NA TRAVESSA da rua do Norte, n.º 4, hão de ser leccionadas no presente anno lectivo as seguintes disciplinas.

Latim e rhetorica pelo padre José Gonçalves Lage.

Logica e geometria pelo padre Luiz José Dias.

Geographia e historia por João José da Silva.

Introducção por Leopoldo Alves Martins.

ESTABELECIMENTO DE ALFAIATE

35, RUA DO BORRALHO, 37

COIMBRA

5 N'ESTE ESTABELECIMENTO se encontram bons pannos pretos para batinas, as quaes dá promptas para vestir por 13$500 réis, e d'ahi para cima.

6 RELOGIOS para pendurar, de 1$200 a 2$800 réis, espertadores para pendurar a 1$700 réis, relogios para dois dias de corda com horas de campainha 2$700 réis, ditos com bordão 2$800 réis.

Pastas para escriptorio, todos os artigos para desenho, reguas, esquadros, estojos, tinta, canetas, lapis, livros em branco de todos os formatos, cartão branco, dito de côr, variedade de almanachs para 1877.

JOSÉ SEVERO

61, ARCO DE ALMEDINA, 63

COIMBRA

MUDANÇA DE RESIDENCIA

7 O DELEGADO de saude mudou-se para a rua das Covas, n.º 15.

Na rua dos Loyos n.º 2

8 SE CONTINUA a vender batinas novas por preços os mais reduzidos possivel.

MARÇANO

9 PRECISA-SE D'UM para mercearia. Tendo alguma pratica melhor será. Prefere-se da provincia, dando boas informações.

Quem pretender dirija-se a esta redacção.

ATTENÇÃO

10 FRANCISCO DE SOUSA ARAUJO, na rua da Calçada, n.º 41 a 45, arrenda a sua insua ao logar do Cerieiro n'esta cidade, tanto d'um lado como d'outro da estrada nova da Beira.

LECCIONISTA

11 ANTONIO AUGUSTO DE SÁ VABELLA, estudante do 5.º anno juridico, continua a leccionar portuguez (curso completo). Admitte alumnos de reconhecida pobreza, gratis. Abre a aula no dia 16 do corrente.

Falla-se na travessa de S. Pedro, n.º 5.

LECCIONISTA

12 ANTONIO BELLO DA SILVA BRAZÃO, pharmaceutico de 1.ª classe pela Universidade de Coimbra, lecciona na villa de Midões os seguintes preparatorios: instrucção primaria, francez, portuguez e desenho, por preços commodos.

AGRADECIMENTO

13 FLORINDA AUGUSTA DA FONSECA SARAIVA, Maria Amalia da Fonseca Saraiva, Maria Augusta da Fonseca Saraiva, Maria Viridiana da Fonseca Saraiva, agradecem penhoradissimas a todas as pessoas, que se interessaram durante a doença, a que infelizmente sucumbiu seu prezado esposo e pae Daniel da Veiga Saraiva, e bem assim ás que se dignaram acompanhal-o á sua ultima morada.

14 ANTONIO SIMÕES FERREIRA, na rua dos Sapateiros, n.º 47, está auctorisado pela exm.ª sr.ª viscondessa do Espinhal para modificar o preço até agora pedido pela renda das suas casas ao arco de D. Jacintha. Quem as pretender, por um ou mais annos, póde dirigir-se ao annunciante, ou a s. ex.ª na sua casa da Louzã.

Estão reparadas de novo.

PHARMACIA

15 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar á testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

Acaba de publicar-se o

16 CURSO DE THEMAS GRADUADOS, portuguezes-latinos, accommodados ás regras da *Grammatica Elementar da Lingua Latina*, 3.ª edição, por Joaquim Alves de Sousa, professor do lyceu nacional de Coimbra.

Vende-se em Coimbra. Preço, broch. — 500 réis.

ARRENDAMENTO

17 NO DIA 4 de Novembro de 1877, ás 10 horas da manhã, na rua do Corpo de Deus, n.º 7, Amadeu Fructuoso da Silva Rocha, d'ordem da exm.ª sr.ª condessa de Condeixa, arrenda pelo tempo de um ou mais annos, a principiar no 1.º de Janeiro de 1878, os predios seguintes:

Insua denominada dos Collaços no choupal do Bispo.

Insua da Remolha, junta ao choupal do rio velho.

Um terreno areal no alveo do rio velho.

Prazo no sitio do Reguengo, proximo a Lavarrabos.

39 aguilhadas de terra no campo da Pedrulha.

10 aguilhadas no campo de S. Martinho do Bispo.

10 aguilhadas no campo da Ribeira.

6 aguilhadas no campo de Ourique.

SUBSTITUIÇÕES A MILITARES

JOÃO DE PINHO

RUA DA CALÇADA, 221

COIMBRA

18 ENCARREGA-SE de entregar aos interessados, bons substitutos com bons documentos para substituições no governo civil de Coimbra, tirando guias nas administrações dos concelhos. Faz substituições nos corpos das guarnições de Lisboa, Porto, Elvas e outras terras. Tambem obtem transferencias d'uns corpos para outros; e licenças para dois mezes.

Preços baratissimos

19 VENDE-SE ou arrenda-se uma quinta no alto do Chão do Bispo, fronteira ao convento de Santa Theresa, que tem uma casa nobre e bella reedificada ha pouco, com capella, pateos, palheiro, telheiro e casas de recolhimento de fructos; e consta de terras de milho, videiras de cordão e vinha, laranjal novo, que começa a produzir: tem duas mattas de pinheiros velhos e novos e cerca de 300 pés de oliveira com agua de bica e poço.

N'esta redacção se diz quem vende.

AGRADECIMENTO

20 OS ABAIXO ASSIGNADOS, agradecem extremamente penhorados a todos os cavalheiros que se dignaram acompanhar á ultima morada o seu aprendiz Cesario João de Mello, e especialmente áquelles que espontaneamente concorreram com os seus donativos para que o funeral fosse feito com a devida decencia. A todos em geral protestam a sua maior gratidão.

Coimbra, 5 de Outubro de 1877.

Henrique de Mello.
Augusto Freitas.

21 QUEM QUIZER comprar alguma mobilia de casa póde dirigir-se á rua de Joaquim Antonio d'Aguiar, n.º 9, (antiga rua do Correio) a casa da sr.ª D. Rosa.

O UNIVERSO ILLUSTRADO

Semanario d'instrucção e recreio

CADA NUMERO 30 RÉIS

22 PUBLICOU-SE o n.º 39 d'este semanario; contém variedade d'artigos e duas gravuras, sendo a primeira, de pagina completa: representa — a Praça dos Romulares e o

MONUMENTO DO DUQUE DA TERCEIRA

O Universo Illustrado publica-se com a maxima regularidade. — Assigna-se e vende-se nas lojas já annunciadas.

Roga-se a todos os senhores cuja assignatura termina com este numero, queiram mandal-a renovar, a fim de não haver interrupção nas remessas.

Com o fim de tornar mais facil a acquisição d'este semanario, a empreza previne todas as pessoas que queiram assignar, que o podem fazer, recebendo semanalmente as folhas que lhes convier, evitando assim o desembolso, d'uma só vez, das folhas já publicadas.

A correspondencia, dirigida (*porte franco*) a João de Campos Silva, rua de S. José, 15, 3.º andar.

AGRADECIMENTO

23 JOAQUIM MACHADO, penhoradissimo para com todas as pessoas que acompanharam á ultima morada sua prezada mulher Josepha de Jesus, e para com aquellas que durante a sua penosa enfermidade por ella se interessaram, vem por este meio agradecer-lhes, protestando a todas o seu eterno reconhecimento.

Agradece tambem ao exm.º sr. dr. Lourenço de Almeida e Azevedo, por ser incansavel em procurar todos os meios para salvar sua prezada mulher, não se poupando a trabalho, o que lhe agradece de todo o coração.

CONVITE

24 O CONEGO MANOEL MARQUES PEREIRA RIBEIRO convida todos os seus amigos para assistirem a uma missa, por alma de sua presada irmã, D. Maria dos Anjos Marques Pereira Ribeiro, a qual se ha de celebrar na capella do Cemiterio, na terça feira, 9 do corrente, ás 9 horas da manhã.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3151 | Terça feira 9 de Outubro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Ha quem classifique de intolerancia a demissão das auctoridades devassas e indignas de se consentirem nos seus cargos.

A conservação d'essas auctoridades seria na verdade tolerancia, mas tolerancia com a torpeza, tolerancia com o crime. E a não querer nivelar-se com taes auctoridades e tomar a responsabilidade dos seus actos, nenhum governo as póde ou deve deixar permanecer no exercicio dos seus empregos.

Se ha, portanto, motivo para extranheza; se ha causa para censuras e censuras severas é, não nas demissões das auctoridades indignas, mas sim na conservação de outras que estejam no mesmo caso d'aquellas.

Estabelecida uma regra é mister tirar d'ella todas as suas legitimas consequencias.

Expedir qualquer ministro uma portaria em que censura asperamente os administradores de concelho, que faltaram ao cumprimento dos seus deveres no grave objecto do recrutamento; demittir, ou transferir o mesmo ministro alguns d'esses administradores; e ao mesmo tempo conservar outros em identicas circumstancias, é praticar uma injustiça relativa, é desconceituar os seus proprios actos.

Não ha duvida que os ministros têm o direito legal de conservar, ou deixar de conservar as auctoridades que lhes mereçam ou não confiança; mas não impede isso que n'um systema de discussão e publicidade como é o representativo, a imprensa, orgão da opinião publica, avalie essas contradicções e procure saber as causas d'ellas.

Se os ministros de estado querem conservar administradores de concelho, para os recompensar de lhes haverem dado apoio nas suas proprias candidaturas, embora elles tenham sido uns tranquiberneiros no objecto do recrutamento, e em todos os mais actos da administração — incorrem no stygma da opinião publica imparcial, e mostram que a palavra *moralidade*, inscripta no seu programma, não é senão uma impostura.

Posto tudo isto segue-se outra consequencia.

Se se trata de moralisar a administração é mister, não só expulsar d'ella, sem contemplação alguma, aquelles que a têm deshonrado; mas é egualmente indispensavel, que as substituições sejam feitas com todo o criterio, de fórma que os substitutos não vão imitar os substituidos.

A não ser assim nada se teria ganhado nas reformas; limitando-se tudo a mudança de homens ou de influencias.

O que queremos, o que temos todo o direito a reclamar é a verdadeira moralidade na administração.

Ha muitos annos tem visto este districto indignado praticar nos diversos ramos da administração publica toda a qualidade de torpeza; escarnecer da lei, do decoro, da opinião, de tudo emfim.

Sem descanso, sem treguas temos clamado n'este jornal contra tão inauditos escandalos, contra a infrene devassidão que por ahi tem reinado.

Prezâmo-nos de não ser d'aquelles que menos têm concorrido para pôr bem patente todos os attentados, que se tem praticado com a protecção do governo e da auctoridade superior do districto.

Coherentes com a nossa marcha invariavel, é do nosso dever exigir, que as reformas na administração tendam directamente a cortar os enormes abusos que se haviam introduzido em todo o serviço publico; e que não haja justo motivo para notar, que nem todas as reformas, nem todas as mudanças sejam moldadas pelo espirito de justiça, que deve ser a norma constante da administração publica.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

☞ A absoluta falta de espaço impediu-nos de satisfazer em o numero passado ao delicado convite, que nos dirigiu o sr. João de Lemos, por occasião de considerar o sabio *Le Verrier*, como astronomo e como christão.

Com effeito não só não ha incompatibilidade, mas perfeitamente se harmonisa a sciencia com a religião.

Os homens mais distinctos nas letras não se têm envergonhado, antes pelo contrario têm feito nobre e franca confissão publica dos seus sentimentos religiosos e da sua crença nas verdades catholicas.

Chateaubriand, com a sua publicação do *Genio do Christianismo*, no principio d'este seculo — em uma epocha em que a França acabava de passar por espantoso cataclismo social, e quando ainda dominava a philosophia e o scepticismo dos encyclopedistas — fez á religião catholica um beneficio incalculavel.

O illustre escriptor não receou affrontar os sarcasmos dos descrentes e voltairianos. Tinha convicções profundas, e não hesitou patenteal-as francamente no seu precioso livro.

Dentro do nosso Portugal achâmos exemplos semelhantes.

Bastaria citar o illustre escriptor e nosso amigo o sr. visconde de Castilho, que não só em muitos dos seus artigos na *Revista Universal Lisbonense*, mas sobretudo no memoravel artigo, que acompanha o quadro de *S. Bruno*, de Sequeira, no *Jornal de Bellas Artes*, entendeu que se não rebaixava, antes cumpria o seu dever, com a manifestação dos seus sentimentos religiosos.

O bondoso medico d'esta cidade, Francisco Antonio de Mello, traduzindo as *Minhas Prisões*, de Silvio Pellico, esse livro tão cheio de resignação e uncção evangelica, dava com isso uma prova das suas crenças religiosas, e prestava

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXLIX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Achando-me agora sómente com a minha modica pensão de 350$000 réis, sujeita ás decimas e mais impostos a que era obrigada, tinha, é verdade, com que viver parcamente, mas não me sobejava para algumas decentes commodidades que a velhice sempre precisa. Para isto procurei tirar dos meus proprios recursos mais alguma cousa com que podesse viver mais á larga, sem que fosse pesado a quem sabia tinha sempre os olhos sobre mim, e tinha sua mão constantemente aberta para que não tivesse a mais pequena privação. Esta mão, sempre aberta, é e tem sido a do meu incomparavel e rarissimo amigo Custodio Pereira de Carvalho, de Londres.

Como tivesse a minha cabeça, bem que na phrase moderna, velha e *fossil*, ainda em muito bom estado, e que felizmente ainda tenho com perto de 82 annos, e que assim mesmo ainda não troco por muitas juvenis, que por ahi assoalham sua grande capacidade, deitei-me a escrever cousas que me dessem algum dinheiro. E este, e sempre foi, um trabalho que nunca me enfastiou; que facilmente faço, e do qual muito me tenho servido para viver commoda e honradamente.

Conclui o meu *Ensaio politico sobre as causas da usurpação*, e depois passei a fazer o mesmo do que me faltava para completar os meus *Annaes da usurpação*, obra, que se d'ella se conservar algum exemplar, ha de ser de proveito para a historia do tempo, porque quanto n'ella digo é verdade, ou ao menos o escrevi como tal, sem nunca faltar a ella de proposito.

Uma prova de que não escrevi mentiras, é que até ao dia de hoje ninguem me accusou de o ter feito, e nenhuma reclamação se me fez para emendar os meus erros. Póde ser que tenha sido severo na avaliação de alguns factos, póde ser que nem todos sejam tão exactos como os percebi, ou me foram referidos; porém o que posso afirmar é, que não inventei nenhum: escrevi sempre o que vi, e o que pessoas, que me pareciam de credito, muitas vezes me certificaram.

Passei depois a traduzir alguns romances. O primeiro foi o dos *Mysterios de Londres*, do qual muito gostei, por me recordar dos melhores tempos da minha vida, e serem a historia de um povo em que comecei a ser homem, completamente livre de laços que me *forçaram* a quebrar, e com que me prendi como creança de 15 annos, e para os quaes depois sempre senti uma repugnancia invencivel.

O segundo que traduzi foram os *Amores de Paris*, romance em que não puz o meu nome por delicadeza, porque talvez parecesse a alguem que não convinha aos meus annos occupar-me com assumptos taes. Emprehendi porém a traducção por tratar de successos, dados como acontecidos em Paris, que eu muito bem conhecia, e onde já tinha estado por tres vezes, nos annos de 1819, 21, e 23. Foi impresso na imprensa *Nevesiana* da rua do Loureiro, no anno de 1849.

O terceiro foi — o Rapazinho *Piquillo Alliaga*, impresso na mesma officina no anno de 1850.

O quarto emfim foi — *Antonia ou a menina das Montanhas*, em 1851, impresso na mesma officina. Não traduzi mais romance algum, e declaro não ser meu qualquer outro que possa apparecer com o meu nome. Na mesma officina reimprimi tambem o meu *Ensaio historico-politico* sobre a constituição e governo do reino de Portugal, e tem a data de 1843. Esquecia-me dizer: traduzi ainda a *Historia da Bastilha*, e o *Mascara de Ferro*, que saíram com muitos erros de imprensa. (1)

Em todo este tempo fui estranho a todas as commoções politicas por onde passâmos, e só em 1848 é que dei signal de que ainda politicamente vivia, porque tive tentações de me apresentar ao publico, escrevendo um pequeno folheto intitulado — *A Carta e os seus vinte e dois annos de edade*. Fallava-se então muito na reforma da Carta, e a minha opinião era, já enfastiado de tantos barulhos e projectos, que por uma vez politicamente socegassemos. E para o conseguirmos seria um passo acertado que se revisse a Carta com toda a boa fé e boa razão, e se lhe désse uma existencia verdadeiramente legal e inquestionavel. Ella já estava baptisada com muito

(1) Esta foi a de *Aguiar Vianna*, rua da Atalaia, n.º 31. E por signal, que o tal Aguiar nunca me pagou o manuscripto do *Mascara de Ferro*.

homenagem á solida doutrina christã (a).

O sabio Silvestre Pinheiro Ferreira, esse portuguez, cujo nome é respeitado em todos os povos cultos, não duvidou vir associar-se aos escriptores que redigiam o *Christianismo*, n'esta cidade, em 1843.

Em o n.º 2 d'esse jornal a redacção festejava o auxilio do sr. Pinheiro Ferreira; e fazia votos para que tão brioso exemplo abrisse caminho a outros engenhos distinctos e zelosos da religião; acrescentando, que já tinha a promessa da coadjuvação de dois abalisados campeões litterarios, os srs. Antonio Feliciano de Castilho e Alexandre Herculano de Carvalho.

O duque de Saldanha, cujo valor e bravura ninguem contestará; com a mesma mão que empunhava valentemente a espada nos campos de batalha, pegava na penna para escrever a *Concordancia das sciencias naturaes com o Genesis*,—e a *Voz da natureza, ou o poder, sabedoria e bondade de Deus, manifestados na creação*.

O sr. D. Antonio da Costa, escriptor liberal, que tem empregado grande parte da sua vida na propagação da instrucção popular, publicou o seu mimoso livro — *O Christianismo e o Progresso* — de que já ha duas edições, e no qual mostra a harmonia que existe entre a liberdade e o christianismo.

Ahi diz o distincto escriptor: — «Sciencia, liberdade, principio religioso, são as bases necessarias do progresso humano, e na harmonia d'estas bases consistiria, cremol-o, a resolução do problema humanitario... A perfectibilidade pela liberdade tem defronte de si, ou não ha logica, a possibilidade do desvio na proporção da liberdade do bem. Logo a perfectibilidade pela liberdade carece de um fundamento, que é a lei moral, e a lei moral mais pura é a do christianismo. Confessou-o o proprio materialista Lanfrey.»

O excellente poeta Soares de Passos, desviando-se de uma certa escola, que tem deturpado a poesia, fazendo-a servir ao elogio das paixões mais ignobeis, escreveu o hymno sublime — *O Firmamento*. Logo nos primeiros versos se eleva Soares de Passos a toda a altura da sua poesia:

Gloria a Deus! eis aberto o livro immenso,
O livro do infinito,
Onde em mil letras de fulgor intenso
Seu nome adoro escripto!
Eis de seu tabernaculo corrida
Uma ponta do veu mysterioso:
Desprende as azas, remontando á vida,
Alma que anceias pelo eterno goso.

Limitamo-nos, por motivos que são obvios, aos homens da escola liberal; pois que se passassemos d'ahi achariamos no primeiro volume da *Revista Academica*, de Coimbra, um Gomes de Abreu escrevendo — *A religião christã e a philosophia* — e um Bruschy, a — *Influencia do christianismo sobre a legislação*; — encontrariamos um João de Lemos escrevendo em os n.ºs 1 e 2 do já mencionado *Christianismo*, a — *Influencia do christianismo na civilisação*; — encontrariamos um conselheiro José Joaquim Rodrigues de Bastos escrevendo as *Meditações e discursos religiosos*, e a *Virgem da Polonia*; — encontrariamos.... seria interminavel a lista se tentassemos dar conta de tudo.

São estes os exemplos que deveriam servir de norma á mocidade que vem frequentar os estudos em Coimbra.

Em tão bons mestres tinham os mancebos muito que aprender e que imitar. Era essa estrada recta aquella que deviam seguir, e não a tortuosa da falta de respeito ás doutrinas de seus paes e ás dos homens virtuosos e notaveis na republica das letras, que harmonisaram sempre — o que é facillimo — a sciencia com a religião.

Em vez d'isso temos desgraçadamente visto muitas vezes, que a mocidade dá todas as largas ás aberrações do espirito, e á desordenada satisfação das suas paixões, a que chamam o exercicio da liberdade; quando não é senão a relaxação dos vinculos sociaes, e a negação de todos os deveres moraes e religiosos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

(a) Por uma coincidencia notavel foi as *Minhas Prisões*, de Silvio Pellico, o unico livro com que nos achámos em Fevereiro de 1847, no segredo da casa forte dos condemnados á morte no Limoeiro, em Lisboa.

Julgue-se que impressões sentiriamos ao ler, em sitio tão lugubre, a descripção que Silvio Pellico faz da sua prisão nos *chumbos* de Veneza e nos carceres de Spielberg!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

✝ Estamos no mez de Outubro. Faz agora exactamente 5 annos, depois que a Universidade de Coimbra festejou o centenario da sua reforma pelo marquez de Pombal.

Uma das resoluções que tomou o primeiro estabelecimento scientifico de Portugal para commemorar aquelle fausto acontecimento, foi a publicação das suas memorias — uma das quaes, a de Philosophia — estava prompta na occasião dos festejos, e tres outras — as de Mathematica, Theologia e Medicina—foram sendo successivamente publicadas.

A memoria de Direito foi incumbida ao decano da Faculdade o sr. conselheiro João de Sande Magalhães Mexia Salema, o qual pelo seu estado de saude, de que infelizmente lhe veiu a resultar a morte, não poude dar cumprimento a essa missão.

Em vista d'isso a Faculdade de Direito encarregou o sr. dr. Bernardo de Serpa Pimentel, lente de prima jubilado, de redigir aquella memoria.

O sr. Serpa é muito competente para bem se desempenhar d'esta incumbencia; mas a verdade é que tem já decorrido muito tempo, e não apparece resultado algum do seu trabalho.

Seria muito para sentir, que as memorias do centenario da Universidade ficassem incompletas, e que faltasse exactamente uma das que devia ser mais importante, que é a da Faculdade de Direito, que em si reune hoje as duas antigas de Canones e Leis.

E' por isso que fazemos sinceros votos para que o sr. Serpa leve a effeito a memoria da sua Faculdade, no que não só se honrará a si, mas á corporação a que pertence.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Já nos não admira que o governo tolere os attentados que repetidas vezes se praticam no caminho de ferro, em vista da escandalosa concessão que o sr. ministro das obras publicas acaba de fazer á companhia real dos caminhos de ferro portuguezes, em portaria de 2 do corrente; sendo para isso necessario transgredir a lei de 26 de Fevereiro de 1875, o contracto da mesma data celebrado entre o governo e a companhia, e o decreto de 8 de Março immediato.

O sr. ministro das obras publicas praticou não só a semcerimonia de tomar esta resolução por uma simples portaria, sem ao menos fazer com que fosse por um decreto de dictadura, com a assignatura de todos os ministros, e a declaração de se sujeitarem á decisão das côrtes; mas nem ao menos se referiu á lei, contracto e decreto, que tão gravemente offendia.

A companhia faltou ao cumprimento do seu contrato, deixando de effectuar no prazo estipulado as obras na 5.ª secção do caminho de ferro; e fica apesar d'isso a receber os rendimentos do imposto do transito, e a gosar de outras vantagens que lhe foram concedidas, e que caducavam logo que deixasse de satisfazer ao contrato a que se tinha obrigado.

Pela nossa parte cumprimos o nosso dever protestando, formal e energicamente, contra este audacioso arbitrio e grande attentado contra a lei.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega da *Lucta* queixa-se da camara do Porto não ter dado a menor demonstração de sentimento, pelo fallecimento do distincto escriptor o sr. Alexandre Herculano.

Console-se o collega, porque a camara de Coimbra tem da mesma fórma lançado ao desprezo esse objecto.

A camara d'esta cidade parece viver em um sertão, onde nunca ouvisse fallar do alto merecimento do illustre historiador portuguez!

Já o dissemos e repetimos: Alexandre Herculano nunca deu empregos, nem concedeu influencias politicas, ou tolerou abusos a auctoridades, corporações e individuos em particular; e é por isso que a camara de Coimbra nenhuma demonstração deu com respeito á sua memoria.

Se assim não fosse, o que ahi não teria feito a camara!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

sangue portuguez derramado á sua sombra, em nome da liberdade, o que lhe tinha dado uma especie de sancção; restava-lhe porém, que fosse bem recebida e acceita pelos nossos dissidentes politicos.

Para conseguir este fim era consequencia necessaria, que se convocassem umas côrtes constituintes; e para ellas fossem chamados os homens de todas as opiniões, porque eram portuguezes; e por fim fosse acceita por todos como lei do paiz. Com esta medida justa e regular me parecia que mais facilmente se conseguiria a nossa paz interna, e ficariamos sendo desde aquelle momento um povo unico, amigo, e concorde sem mais termos motivo para nos odiarmos, ou andarmos em guerra fratricida.

Fundado n'estes principios, que me pareciam não só politicos, porém justos, é que escrevi aquelle pequeno folheto. Quiz mostrar que a Carta não era mais do que um papel de circumstancias, que, a não serem ellas nunca ou só forçadamente se teria dado; e isto o disse e ainda digo, porque não sou lisonjeiro, nunca o fui, e não muito á minha consciencia, como quasi todos os dias vejo que lisonjeiros sem pudor estão mentindo.

A Carta tinha já sido tantas vezes violada, e d'ella o absolutismo se tinha tão descaradamente servido para ir aos seus fins, que não era possivel acredital-a de maneira, que servisse de unica bandeira para a sombra d'ella se abrigarem todos os portuguezes, sem se lhe dar o sacramento da *confirmação*.

O meu escripto não agradou: então algumas cabeças, que ainda hoje não sabem o que querem, sonhavam *republicas*, outras por adulação não queriam que se tocasse em um symbolo, que nada significava senão o que muita gente ainda chama o *poder real*; e a maioria emfim, indifferente a tudo, uma vez que lhe dêem pão e espectaculos, não se lhe importava com Carta, nem com cousa que com ella tivesse relações. É assim que de ordinario se tratam as cousas mais sérias, e como as avalia esse animal, chamado *homem*, que em geral é menos pensante e menos judicioso e providente do que uma sociedade de *castores*, aos quaes chamam *irracionaes*.

O caso foi que senão fez caso do escripto, ninguem fallou n'elle, foi desprezado, e eu mettendo a mão na consciencia, disse comigo, como alguem já dissera, annunciando uma grande verdade: — *Diria alguma asneira?*... O meu folheto tem a data de 1848, e foi impresso na typographia da *Revolução de Setembro*.

Entre as minhas lidas politicas e litterarias soffri uma ingratidão de um homem, que se chamava meu amigo, e que a essa ingratidão accrescentou o modo de a executar de caracter de tal rudeza e baixo engano, que não era possivel imaginar que fosse praticado por um homem que costuma trazer um lenço ao pescoço.

O individuo, de quem vou fallar, era meu conhecido, e dava-se por meu amigo havia mais de 40 annos. Passado largo tempo, sem nos vermos, vim encontrar-me com elle em Lisboa no anno de 1821, e corrido outro intervallo, tivemos o mesmo encontro em 1827, tempo, que ainda como antes, morava junto a S. Pedro d'Alcantara no palacio chamado do Frederico, sempre mui contentes de nos havermos encontrado, e sempre no ar e maneiras de antigos amigos.

Persuadido de que era verdadeira a sua amisade pedi-lhe que me quizesse occultar em sua casa para me escapar de ser preso, do que estava ameaçado em consequencia dos acontecimentos que houve em Lisboa pouco antes da vinda de D. Miguel. Recebeu-me com toda a boa vontade, ao menos segundo o que me pareceu: e em sua casa fui tratado com todo o carinho, especialmente por sua *virtuosa mãe*, que estava cega, mas apesar d'isso não houve distincção que me não fizesse, e me tratou sempre não como hospede, mas como se fosse seu filho, pelo que sempre fui grato á sua memoria.

Depois de alli estar algum tempo, como receasse que houvesse alguma visita domiciliaria na casa, o que depois com effeito aconteceu, porque já estavamos debaixo do poder de D. Miguel, sahi de lá e fui homisiar-me em outra casa, deixando parte de algumas roupas e trastes que tinha na casa d'onde sahia. N'esta nova habitação estive escondido até que a desgraçada solução dos negocios do Porto me obrigou a partir para Inglaterra.

Na vespera da partida voltei á primeira casa d'onde tinha sahido, para me despedir do dono d'ella, e da *respeitabilissima mãe*, que constantemente me dizia, que nunca desamparasse seu filho, e deixasse de ser seu amigo; e parti emfim para Inglaterra, sempre penhorado, e nunca esquecido do bom acolhimento e trato que havia tido n'aquelle asylo. (2)

(Continuar-se-ha.)

(2) Peço que se me desculpe esta talvez escusada repetição, mas...

Consta-nos que fôra demittido um regedor do concelho da Figueira, contra o qual levantámos muitas vezes n'este jornal fortes queixas.

Já não vae sem tempo!

Resta agora que na sua substituição, assim como nas mais que se effectuem, se proceda com toda a circumspecção.

Se é um acto de moralidade despedir dos cargos publicos os individuos indignos; esse acto ficaria desvirtuado, se para os substituir fossem nomeados outros egualmente indignos.

N'esse caso tinhamos apenas a substituição de um immoral por outro de egual jaez; e a administração continuava a ser torpemente conspurcada.

A nossa questão principal não é de troca de auctoridades; mas sim de reforma no serviço publico, estabelecendo-se n'elle a moralidade, e fazendo-se cumprir fielmente a lei.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. escrivão de fazenda d'este concelho mandou ha dias dar um varejo na loja de um negociante d'esta cidade; e já depois d'isto continuou em procedimento official com relação ao mesmo negociante.

Diz-se que têm havido muitos abusos no pagamento dos direitos devidos á fazenda.

Se assim é está no seu direito, e cumpre o seu dever, o sr. escrivão de fazenda, tratando de os cohibir.

E', porém, mister evitar que se justifique o que se espalha, de que o procedimento é exclusivamente contra este negociante.

A ser assim tomaria esse acto, aliás legal, as proporções de um acinte que o desvirtuaria e tornaria odioso; e contra elle nos insurgiriamos do modo mais formal e energico.

E' este um objecto melindroso, e a respeito do qual é mister andar não só com muita egualdade, mas tambem com toda a prudencia.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na corrida de touros, que houve ha dias em Lisboa, um dos homens de forcado, quando fez uma pega a um touro desmanchou um dos braços!

Os apaixonados do *divertimento* deviam sem duvida ficar satisfeitos com isso.

N'aquella corrida continuou a praticar-se a selvageria de serem torturados os animaes quando saltam á trincheira, puxando-se-lhes pelas farpas, e dando-se-lhes com bengalas.

Isto não é senão a consequencia dos habitos de ferocidade que se adquirem n'aquelle espectaculo brutal e sanguinario.

Postas as causas as consequencias são certas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 7 de Outubro de 1877.

Não ha politica, e o ministerio sabe-se que existe, unicamente, pelos disparates de um dos seus membros.

O sr. Barros e Cunha acaba de tomar uma providencia arbitraria, invadindo as attribuições do poder legislativo com uma portaria, na qual proroga o prazo para a conclusão da ultima secção do caminho de ferro do norte, a qual devia ser posta á circulação publica no dia 6 do mez passado.

A *Correspondencia de Portugal* publicou hontem um supplemento com relação a este assumpto, no qual stygmatisa o acto impensado do sr. ministro, que tão levianamente tem andado com relação a todos os negocios da sua repartição, dizendo que a portaria compromette o chefe do estado, e é um attentado contra a constituição.

Póde o sr. marquez d'Avila jactar-se de ter feito uma boa escolha na pessoa do sr. Barros e Cunha para seu collega no ministerio. Que a lição lhe aproveite, se, no futuro, — o que Deus afaste, — fôr chamado a formar novos gabinetes.

— Ámanhã pelas 11 horas tem logar na parada do quartel de infanteria n.º 1, na Ajuda, a entrega do bastão do marechal Saldanha, ao mesmo regimento. Assiste o sr. ministro da guerra, generaes, officiaes e contingentes de diversos corpos.

— Vem na ordem do exercito publicada hontem o decreto que comuta a pena de morte, em que foi condemnado o soldado Antonio Coelho, na de prisão cellular perpetua.

— Lisboa tem mais um mercado. Era-lhe bem preciso, e não só este, mas alguns mais. Abriu-se hoje á concorrencia publica o novo mercado do campo de Santa Clara, o qual occupa uma area de 1:250 metros quadrados. A nave central está apoiada em 20 columnas de ferro fundido; tem 48 lojas. Entre as já occupadas ha talhos, padarias, mercearias, peixe, salchicharia, gallinhas, fructa e hortaliça, botequins, etc. O terrado comprehende 14 taboleiros. Ha retratos no mercado e agua canalisada para todas as lojas, sendo a nave illuminada por quatro lampadas de gaz.

— Existem actualmente nas cadeias do Limoeiro 649 presos.

— Um telegramma do Porto para o *Diario de Noticias* diz, que foi julgada em 1.ª instancia n'aquella cidade, a causa em que é auctor o consul brazileiro, na qualidade de mandatario do mordomo-mór da casa imperial do Brazil, e ré D. Maria Alvellos, proprietaria do hotel do Louvre, n'aquella cidade. O juiz absolveu a ré, condemnando o auctor nas custas. O auctor appellou para a relação.

Esta questão prende-se com a hospedagem do imperador do Brazil, da primeira vez que sua magestade veiu á Europa, e que esteve hospedado no referido hotel, cujas contas o consul se negou a pagar. E' uma questão mesquinha, e que enoja, que nunca deveria ser suscitada.

— Pela secretaria da guerra ordenou o respectivo ministro, que não sejam admittidos na escola do exercito alumnos que não tenham o curso de todas as disciplinas que a lei exige para frequentar a mesma escola. Com relação a geometria, era raro o alumno que alli entrava que tivesse feito exame d'aquella disciplina, e o escandalo chegava ao ponto de muitos pedirem escusa do exame de mathematica.

O que resta saber é se a ordem será cumprida com relação a todos, ou se dirá respeito sómente aos desprotegidos, que não tenham um padrinho para revogarem a ordem. Não sei, mas sabel-o-hei. Egualdade para todos é o que é preciso, — mais nada.

— Ainda se ignora quem foi que degolou a infeliz mulher da rua da Atalaya. Desencovaram o Canarim do governo civil, e atiraram com elle ás ruas de Lisboa, a fim de dar conta do assassino; porém o antigo policia nada tem conseguido, a não ser... encerrar no Carmo alguns individuos por suspeitos. Em pouco tempo, seis d'aquellas infelizes tem sido victimadas pela navalha do malfeitor, sem que a policia tenha podido descobrir, ao menos, o rastro do assassino, circumstancia esta que nada abona a sua actividade e energia. Entretanto, as investigações procedem.

— Publicaram-se as decima quinta e decima sexta conferencia sobre vinhos, pelo sr. Antonio Augusto de Aguiar. Diz s. ex.ª, com muito espirito, em relação aos vinhos de Bordeus:

«... Têem um aroma, um perfume, um flavor enebriantes. Que admiravel *bouquet!* Uma côr de rubi que nunca perdem. Alcool e tannino em proporções typicas, e saes de ferro que os mudam, em certos casos, n'uma bebida medicinal. Ingerem-se em alta dóse sem prejudicar a saude. Não revoltam o estomago, nem excitam o systema nervoso. Vivem muito tempo, vinte annos e mais! Supportam longas viagens, e voltam d'ellas mais perfeitos em todas as suas partes constituintes. O orador que os bebe torna-se humoristico nos seus discursos, o philantropo mais generoso, o artista melhor inventor, o soldado mais valente, e até o malvado menos cruel! Excitam a alegria, dissipam os maus pensamentos, estreitam os laços da amizade, e suavisam as cadeias do amor! Predispõem para a justiça. Não embriagam á traição. Provocam agradaveis sonhos e somno tranquillo. Nunca o alcool d'elles se eleva acima de 11 por cento, e desce em alguns até 7, por onde claramente se vê que a força só não é belleza, como o menino gordo nunca foi Hercules. São os unicos de que podemos ainda dizer:

«Se o vinho bebido á ceia,
De noite te causar tedio,
Madruga de copo á boca,
Que não ha melhor remedio.»

Vejam lá se com taes qualidades, e tão discretamente enumeradas, se deve desprezar este vinho, que ainda tem mais attractivos, do que os que os que ficam mencionado!

— A 13 do corrente completam-se 703 annos que chegou a essa cidade el-rei D. Sebastião, onde, segundo as chronicas, foi recebido com toda a pompa, entre vivas e acclamações. Recitou a oração do estylo o dr. Jorge de Sá, lente de vespera de Medicina.

Por essa occasião houve ahi grandes festas, e a infeliz magestade demorou-se n'esta cidade até Janeiro seguinte. Ia muitas vezes ás aulas ouvir os lentes, e foi visitado por Fr. Bartholomeu dos Martyres, a quem o infeliz monarcha pediu para que prégasse um sermão no mosteiro de Santa Clara, sobre o evangelho da terceira dominga depois da Epiphania, a que o eminente prelado accedeu, discorrendo sobre estas palavras do Evangelho: «*Non inveni tantam fidem in Israel, etc....*» «*Em verdade vos affirmo que não achei tamanha fé em Israel...*»

Desculpe-me recordar estes factos historicos; porém eu não posso esquivar-me a esta mania, com a qual, nas minhas horas de ocio deleito o meu espirito, cansado por um trabalho improbo e fastidioso.

Adeus.

P. J. CONCEIÇÃO.

NOTICIARIO

Gazeta de Coimbra. — Com este titulo annunciamos hoje a publicação de um novo jornal noticioso e litterario, n'esta cidade, o qual se publicará ás quintas feiras e domingos.

Folgamos com a apparição do novo collega na imprensa, e lhe desejamos todas as prosperidades.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Eduardo, filho de Antonio Pereira Mendes e Rita da Costa, de Coimbra, de 15 mezes, fallecido em 29 de Setembro de 1877.

Maria, filha de Alfredo Moreira da Camara e Magdalena de Jesus, do Theodoro, de 11 mezes, fallecida em 30.

Josepha de Jesus, filha de José Lopes e Bernarda Joaquina, de Penacova, de 58 annos, fallecida em 2 de Outubro.

Joanna da Silva, filha de Manoel dos Santos e Theresa de Jesus, de Coimbra, de 80 annos, fallecida em 2.

Raul, filho de José Marques Manso e Maria José Miranda, de Coimbra, de 30 mezes, fallecido em 2.

Nicolau, filho de Francisco Lino de Oliveira Vaz e Maria da Costa, de Mira, de 19 annos, fallecido em 3.

Cesario João de Mello, filho de Joaquina Simões e pae incognito, de Coimbra, de 16 annos, fallecido em 2.

Recem-nascido, filho de Maria Emilia e pae incognito, de Coimbra, de 12 dias, fallecido em 4.

Maria do Nascimento, filha de Manoel da Silva Caldeireiro e Joanna Maria, de Coimbra, de 64 annos, fallecida em 5.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:294.

Mercado de Coimbra. — No mercado do dia 8 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 620 — Dito branco 600 — Dito de Celorico meudo 600 — Dito graudo 560 — Milho branco 350 — Dito amarello 350 — Feijão vermelho 650 — Dito branco da marinha 550 — Dito da terra 500 — Dito rajado 460 — Dito frade 460 — Centeio 400 — Cevada 280 — Grão de bico meudo 460 — Dito graudo 550 — Favas 400 — Tremoços 300 — Batatas, 15 kilos, 280 — Azeite réis 1$650 — Vinho velho de Torres Novas réis 1$500 — Dito novo do Bairro 1$000 a 1$100 réis.

Dissertação de concurso. — Recebemos a seguinte publicação, que muito agradecemos ao seu illustrado auctor:

«*Linhas geodesicas. Dissertação de concurso para uma substituição de mathematica na escola polytechnica, por João Ignacio do Patrocinio da Costa, doutor em Mathematica e bacharel formado em Philosophia.*

«Coimbra, imprensa da Universidade — 1877.»

Horas Romanticas. — Recebemos d'esta acreditada empreza e muito agradecemos as seguintes publicações:

— «*Viagens maravilhosas. — Julio Verne. — O paiz das pelles. — Traducção de Marianno Cyrillo de Carvalho, lente de mathematica da escola polytechnica.*

«Lisboa, bibliotheca illustrada de instrucção e recreio — empreza das Horas Romanticas, rua da Atalaya, n.º 42, 1.º — 1877.»

— «*Fernandez y Gonzalez. — Os filhos do Monf. — Traducção de A. M. da Cunha e Sá. — Volume III.*

«Lisboa, typographia das Horas Romanticas, rua da Atalaya, 40 a 52 — 1877.»

Arithmetica. — Fomos obsequiados com a seguinte publicação, que devidamente agradecemos:

— «*A arithmetica dos lyceus, redigida em harmonia com o programma official, por Elias Fernandes Pereira, medico cirurgião pela escola medico-cirurgica do Porto, professor de mathematica e introducção no lyceu nacional do Porto.*

«Porto, livraria universal de Magalhães & Moniz, editor, largo dos Loyos, 12 a 14 — 1877.»

Incendio. — Lê-se no *Commercio do Porto* de sabbado, o seguinte:

«Hoje, pela 1 hora da madrugada, declarou-se incendio na fabrica de louça dos srs. Sá Lima & Irmão, a Massarellos.

Quando as torres deram signal, o incendio lavrava ja com tal intensidade, que era impossivel atalhar-lhe os progressos.

O fogo principiou na parte da fabrica que serve de deposito da lenha, deixando-lhe apenas as paredes, e d'ahi ateou-se á casa n.º 110 da rua da Restauração, em que mora a sr.ª viuva Lima, mãe dos proprietarios da fabrica.

A maior parte da mobilia poude ser salva, ainda que com bastante damno; alguma, porém, que estava na parte do predio a que se communicou o incendio, foi devorada pelas chammas.

Os prejuizos na fabrica e na casa devem ter sido importantes. A segunda achava-se segura na Companhia Bonança.

Houve sensivel falta de agua, não deixando talvez isto de ser causa de que o sinistro tomasse maiores proporções.

Entre as pessoas que primeiro acudiram, merece ser mencionado um preto, marinheiro de uma das embarcações surtas no Douro, proximo d'aquelle sitio, o qual prestou relevantes serviços, trabalhando com extraordinario ardor em salvar a mobilia e dar agua. Ao vel-o tressuado, cheio de affan e fadiga, dir-se-hia que elle trabalhava para salvar os proprios haveres.

Honrosa e honrada dedicação!

As primeiras bombas que chegaram ao local do sinistro foram, segundo o que a esta hora podemos averiguar, a do Palacio de Crys-

tal pelo lado da rua da Restauração e a de S. João Novo (4.ª estação) pelo lado da estrada marginal da Foz.

Ha pouco tempo que na mesma fabrica se tinha declarado outro incendio, que não teve consequencias tão graves como aquelle de que acabamos de fazer menção.»

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario da Manhã* o seguinte:

«A neve começa a accumular-se nas alturas de Schipka, onde tanto russos como turcos se dispoem a passar o inverno, ao que parece.

O general Totleblen, o celebre engenheiro russo, chegou a Plewna, emittindo logo o parecer de que se deve quanto antes dar o maior impulso ás operações.

Um despacho dirigido de Bucharest, em data de 29, annuncia que um destacamento formado de cavallaria roumaica e de dragões russos, apprehendeu, no caminho de Rahovo a Plewna, um comboio turco de provisões, composto de 84 carros, dos quaes 50 de cevada e trinta de trigo.

Esta noticia já o telegrapho nos tinha transmittido ha mais tempo, dando lhe proporções mais epicas do que realmente mereciam umas modestas carradas de cereaes.

Diz-se que mais de 100:000 bulgaros, homens, mulheres e crianças, atulham as linhas occupadas pelos russos. Estes desgraçados contavam com o successo, mas sendo a sorte adversa ás armas moscovitas, tiveram de renunciar ao socego dos lares. As columnas dos fugitivos augmentam todos os dias; a sua miseria é grande; e os seus soffrimentos de toda a ordem indiscriptiveis.

Parece que o plano de campanha dos turcos ficou desorganisado com desobediencia de Suleyman pachá, que intentou á viva força tomar posse de Schipka, em logar de se dirigir a Elena. Suleyman pachá acarretou sobre si uma grande responsabilidade, e não são já poucas as accusações que sobre elle pesam, entre outras a de ter introduzido a desordem nas fileiras do seu exercito.

Veremos o que o general turco faz agora no commando do exercito que estava confiado a Mehemet Ali.

Não tardará muito, porem, que o inverno mais feliz de que os chancelleres da Allemanha e da Austria, imponha um armisticio de alguns mezes aos exercitos contendores.»

Paris, 5, pela manhã. — Marcham para a fronteira varios corpos de milicia servios. A Allemanha protestou de novo e energicamente contra as barbaridades commettidas pelos turcos na Bulgaria. O bombardeamento russo produziu grandes destroços em Roustschouk. Mais de 150 edificios estão destruidos. As fortificações conservam-se intactas. Os turcos começaram movimentos offensivos nas proximidades de Osman-Bazar e entre Kazelevo e Kadikoi.

Paris, 5, á tarde. — Um despacho official russo, datado de Karajal em 4 diz que no dia 2 os russos occuparam e destruiram as posições fortificadas turcas da ala esquerda de Moukutar pachá. No dia 3 repelliram os ataques dos turcos, mas em seguida viram-se, por falta d'agua, na necessidade de evacuar as posições conquistadas.

S. Petersburgo, 5, á tarde. — A ala esquerda de Moukhtar-pachá, reunida á guarnição de Kars, atacou vivamente, em 4 do corrente, a ala direita dos russos. Os turcos foram repellidos com grandes perdas. As 4 horas renovaram o ataque, mas infructuosamente, porque os russos mantiveram as suas posições. Um despacho official, datado de em frente de Plewna, annuncia que, depois da retirada de Mehemet-Ali-pachá, um corpo de exercito russo operou um movimento de avanço para Roustschouk.

Constantinopla, 4, á tarde. — (Official) Os russos tendo atacado Moukhtar-pachá, occuparam momentaneamente algumas posições, mas depois de 12 horas de combate, foram finalmente compellidos com perdas enormes.

Roma, 5, á tarde. — O nuncio do papa em Vienna foi auctorisado a desmentir os boatos de que o Vaticano approva a agitação na Polonia.

Theatro de D. Luiz I. — A companhia de zarzuela, de que é director o sr. Molina, bem conhecido do publico de Coimbra, pelas excellentes noites que lhes proporcionaram Williams, Maldonado, Baracochea, Rivara e outros, e a qual agora está deliciando os amadores de Lisboa, vem a esta cidade dar tres recitas, com as melhores peças do seu reportorio.

O sr. Correia de Almeida, a quem, sem favores, nós devemos as melhores noutes, que, nos ultimos annos, se têm gosado no nosso theatro, é um penhor seguro do muito que ha a esperar. Na sua loja acha-se aberta já a assignatura para aquelles espectaculos, e podemos afirmar que já se acham alguns camarotes com assignatura.

Quem não quizer arrepender-se procure a tempo.

Alexandre Herculano. — Hoje, pelas 9 horas da manhã, celebrou-se na egreja de Santa Cruz, com assistencia dos membros da secção de Archeologia do Instituto, e outros cidadãos, a missa por alma do distincto escriptor Alexandre Herculano.

ANNUNCIOS

AGRADECIMENTO

1 O ABAIXO ASSIGNADO vem por este meio agradecer ao ex.mo sr. dr. Manoel da Costa Allemão as provas de dedicação, que lhe prestou no tratamento da longa doença que soffreu sua mulher Maria da Luz Pereira, e tributar-lhe o seu eterno reconhecimento.

Não póde tambem deixar de mencionar os nomes dos srs. Antonio Ignacio Rodrigues e sua mulher Antonia da Conceição, e Augusto Teixeira e sua familia, que lhe dispensaram os maiores obsequios; a quem do coração agradece e protesta a sua eterna gratidão, e bem assim ás mais pessoas que se interessaram pelo seu restabelecimento.

Coimbra 8 de Outubro de 1877.

Adriano Pereira.

AOS CONSUMIDORES DE

ILLUMINAÇÃO A GAZ EM COIMBRA

2 JOSÉ MARQUES LADEIRA incumbe-se de canalisar a gaz qualquer casa. Tambem bronzeia e galvanisa a prata quaesquer candieiros. Tem tubos novos que vende por preços commodos. Encarrega-se de qualquer encommenda de tubos para agua, bombas, etc., de Lisboa ou Porto. — Rua das Covas, 18.

Praticante de pharmacia

3 ANTONIO BELLO DA SILVA BRAZÃO, pharmaceutico de 1.ª classe pela Universidade de Coimbra, com pharmacia assente na villa de Midões, admitte um praticante com alguma pratica na sua pharmacia, dando-lhe cama e mesa e leccionando-o em todos os preparatorios que são exigidos para fazer o exame de pharmacia.

LECCIONAÇÃO

4 NA TRAVESSA da rua do Norte, n.º 4, hão de ser leccionadas no presente anno lectivo as seguintes disciplinas.

Latim e rhetorica pelo padre José Gonçalves Lage.

Logica e geometria pelo padre Luiz José Dias.

Geographia e historia por João José da Silva.

Introducção por Leopoldo Alves Martins.

MATHEMATICA E INTRODUCÇÃO

5 DR. FRANCISCO DA COSTA PESSOA continua a explicar as lições do primeiro anno mathematico, assim como a mathemathica elementar (1.ª e 2.ª parte) e introducção, na rua das Fangas, 83.

SEMINARIO DE COIMBRA

Horario das aulas de instrucção secundaria

DISCIPLINAS	HORAS
Latim (principios)	7 1/2 ás 9 1/2
Latim (curso especial)	7 1/2 » 9 1/2
Latim (curso completo)	10 » 12
Philosophia	7 3/4 » 9 1/4
Geometria (uma aula)	10 1/2 » 12
» (outra aula)	12 1/2 » 2
Introducção (uma aula)	10 1/2 » 12
» (outra aula)	12 » 1 1/2
Historia (uma aula)	8 » 9 1/2
» (outra aula)	10 » 11 1/2
Francez	11 » 12 1/2
Mathematica (curso completo)	12 1/2 » 2
Portuguez	12 1/2 » 2 1/2
Desenho	2 » 4
Rhetorica	2 1/2 » 4
Inglez	(a)

(a) A hora da aula de inglez ha de ser marcada conforme convier ao maior numero dos que pretenderem estudar esta lingua.

MONTEMÓR O VELHO

7 VENDEM-SE 16 aguilhadas de terra no Campo d'Ourique, que partem do norte com a estrada de Mondeguinha, sul com o rio velho, nascente com o exm.º sr. Lemos, de Condeixa, e poente com Simões Lapas, de Formoselha.

A praça é em Montemór, em casa de Paulo Coelho Sampaio, no dia 14 do corrente — domingo.

Esta propriedade tem andado arrendada a Aniceto Ramos, de Formoselha.

GAZETA DE COIMBRA

JORNAL LITTERARIO E NOTICIOSO

Publicar-se-ha ás quintas feiras e domingos

8 ESTE novo jornal conterá e tractará dos assumptos seguintes: — Revista local — Noticiario (interior e exterior) — artigos de historia, geographia, viagens, historia natural, bellas artes, industria etc. A poesia e o romance, originaes ou traduzidos, adornarão as suas columnas.

A redacção promette empregar todos os esforços por corresponder dignamente á empreza que toma sob seus hombros, contando com o auxilio e collaboração de pessoas competentes n'estes assumptos.

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Preços para Coimbra

Por anno	2$400
Por semestre	1$200
Por trimestre	600

Para as outras terras do reino

Por anno	2$660
Por semestre	1$330
Por trimestre	665

Os srs. assignantes, tanto de Coimbra como de qualquer outra terra, pagarão os seus annuncios ou correspondencias na razão de 10 e 20 réis a linha.

Toda a correspondencia de redacção e administração deve ser dirigida á *Casa Minerva*, rua da Calçada, n.os 151 a 155.

Na rua dos Loyos n.º 2

9 SE CONTINUA a vender batinas novas por preços os mais reduzidos possivel.

AGRADECIMENTO

10 JOÃO MIRANDA, e seus filhos Maria José Miranda e José Marques Manso, não podendo ir, como era de seu dever, agradecer a todas as pessoas que os foram animar nos ultimos soffrimentos de seu querido neto e filhinho, e depois do fallecimento, vêem por este meio agradecer a todos, e aos que expontaneamente se serviram acompanhal-o até á sua ultima morada, patenteando o mais vivo reconhecimento em quanto o não fazem pessoalmente, offerecendo-lhes o seu limitadissimo prestimo.

Coimbra 9 de Outubro de 1877.

João Miranda.
Maria José Miranda.
José Marques Manso.

LECCIONAÇÃO

Largo da Feira, n.º 11

Curso dos principios de Physica, Chimica e introducção á Historia natural.

Aula de Physica e Chimica pelo dr. Filomeno da Camara Cabral, lente de Medicina.

Aula de Historia natural pelo dr. Daniel Ferreira de Mattos Junior, preparador de anatomia pathologica.

Uma só mensalidade

As duas aulas, que começam a 18 d'Outubro, serão em seguida uma da outra, durando ambas uma hora e meia, e tem a vantagem de tornar o ensino mais regular e proficuo.

Curso de Francez

O dr. Filomeno da Camara lecciona tambem Francez.

Recebem-se desde já os nomes dos alumnos no estabelecimento do sr. José Maria Simões Leite, no largo da Feira, ou nas casas de cada um dos leccionistas.

ATTENÇÃO

11 NA RUA DOS MILITARES, ao arco da Traição, n.º 3, uma senhora de toda a confiança recebe estudantes de todas as edades, por preços commodos.

LECCIONISTA

12 ANTONIO AUGUSTO DE SÁ VARELLA, estudante do 5.º anno juridico, continua a leccionar portuguez (curso completo). Admitte alumnos de reconhecida pobreza, gratis. Abre a aula no dia 16 do corrente.

Falla-se na travessa de S. Pedro, n.º 5.

LECCIONISTA

13 ANTONIO BELLO DA SILVA BRAZÃO, pharmaceutico de 1.ª classe pela Universidade de Coimbra, lecciona na villa de Midões os seguintes preparatorios: instrucção primaria, francez, portuguez e desenho, por preços commodos.

PHARMACIA

14 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar á testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

Acaba de publicar-se o

15 CURSO DE THEMAS GRADUADOS, portuguezes-latinos, accommodados ás regras da *Grammatica Elementar da Lingua Latina*, 3.ª edição, por Joaquim Alves de Sousa, professor do lyceu nacional de Coimbra.

Vende-se em Coimbra. Preço, broch. — 500 réis.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno ... 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno ... 3$460
Por semestre ... 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,	Por semestre ... 1$730
Por trimestre ... 800	e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre ... 865

Numero 3152 | Sabbado 13 de Outubro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Tem-nos causado penosa impressão um facto, que está succedendo em Lisboa.

Um dos mais importantes jornaes do paiz, o *Jornal do Commercio*, abriu uma subscripção para se levantar um monumento ao nosso distinctissimo escriptor o sr. Alexandre Herculano; e tendo decorrido muitos dias está a subscripção em uma verba insignificantissima, logo que d'ella se descontem os 400$000 réis com que subscreveu o sr. Vicente Ferrer.

Este e outros factos demonstram claramente quanto entre nós está esmorecido o espirito publico.

Nem um cidadão tão illustrado, nem um escriptor de merito excepcionalissimo, poude chamar á vida, á actividade, á expansão de reconhecimento os filhos d'este paiz, para se lhe levantar um monumento!

Digamol-o sem hesitação, porque é a exacta verdade. O verdadeiro amor da patria, os grandes rasgos de generosidade e franqueza encontram-se de preferencia em os nossos concidadãos do Brazil.

A não serem elles ainda hoje não se teria levantado um monumento ao principe dos poetas portuguezes, Luiz de Camões; e pesaria sobre nós todos o stygma lançado por Almeida Garrett no seu patriotico poema — *Camões*.

A não serem elles ainda se não teria dado principio, e provavelmente nunca se daria, ao monumento á memoria dos restauradores de 1 de Dezembro de 1640.

E egualmente se não fôr o seu valioso auxilio ficará sem se effectuar o projectado monumento ao sr. Alexandre Herculano.

Cousas nossas!

Se hoje se vê levantado um modesto monumento a José Xavier Mousinho da Silveira, na sua terra natal, no Alemtejo, deve-se á redacção do *Jornal do Commercio*, que teve para isso de vencer difficuldades que no futuro custarão a acreditar!

Falleceu em 6 de Janeiro de 1876 o benemerito portuguez, marquez de Sá da Bandeira.

Immediatamente veiu á imprensa o sr. conselheiro Simão José da Luz Soriano offerecer a importante quantia de 500$000 réis, para um mausoleu levantado á memoria d'aquelle illustre militar, liberal e patriota.

Abriu-se a subscripção, para a qual algumas pessoas concorreram; disse-se que se esperava que da Inglaterra viria um auxilio pecuniario, attendendo ás sympathias de que gozava Sá da Bandeira n'aquelle paiz, em razão dos seus perseverantes esforços para a extincção do trafico da escravatura; mas o certo é que até agora nada mais soubemos d'essa tentativa.

Quando em Dezembro de 1875 vieram trasladados para Coimbra, os restos mortaes dos nossos patricios os srs. Joaquim Antonio de Aguiar e Manoel Maria de Aguiar, installou-se na capital uma commissão, encarregada de promover os meios de levantar um monumento ao primeiro d'aquelles dois conimbricenses.

Essa commissão ficou composta dos srs. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, Antonio Rodrigues Sampaio, Augusto Cesar Cau da Costa, Antonio José Duarte Nazareth, Augusto Gomes de Araujo, e Vicente Ferreira de Novaes.

Todos os membros d'esta commissão eram não só correligionarios politicos do sr. Aguiar, mas seus amigos pessoaes; e apezar d'isso absolutamente nada fizeram até ao presente.

O proprio monumento nacional, levantado na serra do Bussaco, em memoria da brilhante defeza que alli fez o exercito anglo-luso em 27 de Setembro de 1810, deve-se quasi exclusivamente ao benemerito sr. general Joaquim da Costa Cascaes, o qual teve de superar as maiores difficuldades e embaraços para alli collocar aquella recordação patriotica; e a elle se deverá a reparação dos estragos que lhe causou um raio.

Tudo isto fórma um quadro bem triste, mas verdadeiro, do nosso indifferentismo politico.

D'onde provirá este estado? Não será do egoismo, que é o elemento que mais predomina actualmente, e da descrença geral nos diversos partidos?

Sem duvida. E' d'essas duas causas que provém este torpor em que quasi todos se acham.

Foi a esta situação que nos levaram as facções, e os ambiciosos de que ellas se compõem!

Que abatimento moral e politico este!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Como se fôra pouco o mal que causa ao paiz o engajamento de homens para o Brazil, vem ainda acrescer a isso o engajamento de mulheres para os prostibulos do Rio de Janeiro.

O sr. Gomes Percheiro tem denunciado os manejos infames de uma mulher perdida que tem vindo da capital do Brazil a este reino, a fim de aqui seduzir e angariar filhas de familia, com lisonjeiras promessas de interesses vantajosos, e leval-as comsigo para aquelle imperio.

Não ha duvida que todo o portuguez tem a liberdade de mudar de residencia; mas o que se não póde tolerar por caso nenhum é, que se ande a seduzir mulheres inexperientes, para as levar para a prostituição no Brazil.

Uma tal liberdade só servirá para a desmoralisação das familias, e para a dissolução dos vinculos sociaes.

Sejam mulheres ou homens, que em qualquer parte da nação se apresentem a promover taes engajamentos, é rigoroso dever de todas as auctoridades perseguil-os sem piedade.

Então já Portugal estará reduzido a taes condições?

Tolerar-se-ha impunemente que se deixem seduzir as filhas d'esta bella nação, para irem lançar-se na ultima desgraça, além do Atlantico?

E' mister haver toda a vigilancia com tão vis agentes, e impor-lhes sem contemplação as penas da lei.

O sr. Percheiro diz que na papelada que possue a respeito da emigração clandestina, guarda documentos curio-

---

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXLX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Como d'alli conservei sempre correspondencia com Lisboa, nunca me esqueci de mandar saber d'esta familia, e de lhe mandar recommendações. Chegando a Lisboa fui apear-me a casa de meu irmão Bento Freire, que morava defronte do Correio, e tinha vindo da Ericeira depois da morte de sua mulher, e se achava muito triste e doente. A segunda a que me dirigi foi á d'este supposto amigo, que morava então na travessa da Estrella, junto a S. Pedro d'Alcantara, e cuja *respeitavel mãe* sabia ter morrido. Não o encontrei, porque sendo major ou tenente coronel de um batalhão de voluntarios, estava nas linhas e em um reducto perto de S. Sebastião da Pedreira, uma das posições militares a mais perigosa, porque alli se dirigiam com especialidade os ataques dos miguelistas. Não descansei até que o fosse ver, e lá fui acompanhado pelo meu bom amigo Pedro Paes da Costa. Abraçámo-nos como verdadeiros amigos, que havia muitos annos nos não tinhamos visto. Passados dias sabendo que se havia recolhido a casa por doente fui visital-o.

N'esta occasião mostrando-me toda a sua casa, levou-me a uns quartos, e disse-me, formaes palavras: — *aqui ninguem vem habitar senão o sr. Liberato, porque é recommendação que me deixou minha mãe, que eu tenho como seu testamento; e por isso rogo-lhe que venha já habitar para estes quartos, e viver comigo...* A isto lhe repliquei, que o não podia por ora fazer, porque meu irmão Bento se achava mui doente, e eu lhe havia promettido ir com elle para a Ericeira, e até o desejava, para ver se o distrahia da grande melancolia em que estava.

Respondeu-me que ia fallar com meu irmão, de quem tambem era antigo conhecido, e se dava por amigo, e que com elle trataria este negocio, mas que infallivelmente havia de vir tomar posse, e viver na casa que me estava destinada pela recommendação de sua mãe.

Á vista de tantas instancias, e que pareciam filhas de uma sincera amisade, eu e meu irmão cedemos aos seus rogos, e vim viver com elle na travessa da Estrella.

Agora já vêem os meus leitores, que não foi *por necessidade*, nem por lho pedir, que fiz o sacrificio de não acompanhar meu irmão, que tanto desejava que fosse viver com elle na Ericeira. Mas os factos seguintes agora me mostram, que não era por amisade, porém por uma *baixa hypocrisia* que me fazia tão fortes instancias, para que viesse viver com elle; e para lhes dar mais peso invocava o nome de sua mãe, que bem sabia eu muito respeitava. Queria livrar-se com honra das balas dos miguelistas, e persuadia-se que eu podia ser instrumento seguro para assim cobrir a sua timidez, e ver-se livre não só dos perigos que actualmente corria, mas dos que ainda estava exposto a correr no futuro.

O caso foi, que a sua doença, verdadeira ou fingida, aproveitou-lhe; e eu pude tiral-o do reducto de S. Sebastião da Pedreira, e livral-o de todas as mais consequencias da guerra, que durou até á convenção de Evora-monte.

N'esse tempo vivia eu em melhores termos com o marechal Saldanha, do que hoje vivo depois das suas reptidas *apostasias politicas*; conhecia-o desde 1827, em que politicamente o servi com todas as consequencias que ao depois me iam sendo bem caras; encontrei-o depois em Londres e Paris, onde estreitámos as relações de amisade e politica; acompanhei-o ao Porto, e emfim achava-me com elle em Lisboa, vivendo na mais perfeita harmonia.

Exigiu de mim o homem de quem estou fallando, que pedisse ao marechal o livrasse da situação em que estava, allegando o seu mau estado de saude, e o collocasse em outro posto em que podesse servir, pois que não parecia airoso pedir a sua demissão em tempo que havia guerra, e na qual tanta gente voluntariamente servia.

Eu que na boa fé acreditava então na amisade de tal individuo, e que sinceramente era grato á muita affeição que tinha devido á sua *respeitavel mãe*, não me recusei a fazer-lhe a vontade, e alcancei do marechal um

sissimos de accusações contra auctoridades d'este paiz, por descurarem do assumpto, e o que é mais, por estarem coniventes com os alliciadores.

De fórma que as auctoridades que tem os tido n'este paiz, e de certo muitas das que temos, só servem para praticar abusos ou toleral-os!

Pois declaramol-o francamente — quem não merecer plena confiança n'este objecto, não deve ser nomeado auctoridade, ou delegado d'ella; e quando por inadvertencia, ou má informação, o tenha sido, não deve ser conservado.

N'este ramo de serviço, no do recrutamento, e em outros muitos, tem havido factos inauditos.

Repetimos: carece-se de vigilancia em tão grave assumpto, porque é altamente importante para a sociedade.

Pela nossa parte nunca o descurámos n'este jornal, nem descuraremos.

Joaquim Martins de Carvalho.

Ouvimos dizer, que o sr. governador civil d'este districto officiou, ou vae officiar aos administradores de concelho, para fazerem intimar os proprietarios que têm semeado arroz sem licença, a fim de que o não continuem a semear, com pena de se proceder contra elles.

Louvamos esse acto; e será para desejar que as diversas auctoridades procedam em tão momentoso objecto, que affecta a saude publica, sem patronato, nem contemplações.

E em quanto aos proprietarios que têm licença, não haverá meio de se mandar proceder a um novo exame por peritos de toda a independencia, que verifiquem se as condições em que foi concedida a licença estão já alteradas, e se hoje se não terá reconhecido que essas sementeiras são prejudiciaes aos povos?

N'este negocio é mister que a auctoridade superior do districto obrigue terminantemente os administradores do concelho a cumprirem os seus deveres. Os cultivadores do arroz auferem d'esta sementeira lucros avultadissimos, e por isso empregam toda a sua influencia para que os não impeçam de continuar n'ella.

As auctoridades em regra cedem aos seus empenhos, tanto pelas relações pessoaes que têm com os referidos lavradores, como por motivos eleitoraes.

Quem no meio d'esta devassidão fica gemendo é o povo, que, como se presenceia em quasi todas as terras proximas do campo do Mondego, está sendo victima de febres intermittentes de mau caracter.

Portanto, se o sr. governador civil conseguir o quasi milagre dos seus subordinados executarem pontualmente as suas ordens, terá prestado um optimo serviço aos seus administrados.

Joaquim Martins de Carvalho.

O nosso collega de *Districto de Aveiro* publicou a conta da receita e despeza da camara municipal d'aquelle concelho, relativa ao anno economico de 1876 a 1877.

Em Aveiro, onde a receita e despeza é de 18:802$044 réis, julga a camara dever prestar homenagem aos seus concidadãos, apresentando-lhes a conta da sua gerencia.

Aqui em Coimbra, onde as camaras dos ultimos seis annos tem despendido a avultadissima quantia de réis 348:829$090, o que corresponde em numeros redondos a 58:000$000 réis annuaes, entenderam as vereações que não deviam dar nenhuma satisfação ao municipio!

Que amor pela publicidade!

Joaquim Martins de Carvalho.

NOTICIARIO

A loucura da rainha D. Maria I e o governo e regencia do principe D. João. — A rainha D. Maria I começou a sentir alguns prenuncios da sua loucura em Novembro de 1791; mas a formal declaração da molestia, que nunca mais a deixou, foi no dia 1 de Fevereiro de 1792, quando sahia do theatro, no palacio de Salvaterra, onde se achava.

Começamos hoje a publicar varios documentos muito interessantes, relativos a este acontecimento, e ao governo e posterior regencia do reino por seu filho o principe D. João.

Quesitos e respostas dos professores sobre a saude de sua magestade a rainha D. Maria I no estado em que se acha.

1.º — Se a sua molestia dá esperança proxima de melhorar.

2.º — Se haverá demora no perfeito restabelecimento.

3.º — Se é compativel com o restabelecimento alguma applicação de sua magestade aos negocios do governo.

4.º — Se actualmente será prudente tocar a sua magestade n'estas coisas sem risco de alteração ao regresso do seu restabelecimento.

Resposta

Nós os medicos abaixo assignados, em conferencia respondemos ao primeiro quesito d'esta proposta — negativamente; — ao segundo — affirmativamente; — ao terceiro e quarto — negativamente.

Paço de Lisboa 10 de Fevereiro de 1792. — O dr. Antonio José Pereira — Manoel de Moraes Soares — Antonio Lares de Macedo Lobo — Joaquim Xavier da Silva — Mauricio José Alves de Sá — José Vicente Borzão — José Martins da Cunha Pessoa — O dr. José Correia Picanço — Feliciano Antonio de Almeida — Francisco José de Aguiar — Francisco José Pereira — José Pereira da Cruz — Manoel Dias Baptista — Manoel Luiz Alves de Carvalho — Ignacio Tamagnini — Francisco de Mello Franco — José Alves da Silva — José de Seabra da Silva.

Os quatro ministros de despacho do gabinete, marquez de Ponte do Lima, mordomo mór, ministro da fazenda e presidente do real erario; Martinho de Mello e Castro, ministro e secretario d'estado da marinha e ultramar; José de Seabra da Silva, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino; Luiz Pinto de Sousa, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros e da guerra; unicos membros do conselho d'estado segundo a sua ultima e actual composição, representaram com o mais profundo respeito á sua alteza o principe nosso senhor, movidos pela sua honra e fidelidade, e pela obrigação dos seus cargos, que nas presentes circumstancias de notorio impedimento da rainha nossa senhora, para expedir os negocios do governo, da triste situação (de que attestam os professores no documento authentico e original a este junto) de não poder a mesma senhora nem ouvir agora, nem applicar-se antes de passar muito e indefinivel tempo a coisas tão embaraçadas e ponderosas, desejado e esperado o restabelecimento da urgente necessidade de acudir á dita expedição, que não póde estar mais perplexa e suspensa, sem arriscar ao damno irreparavel as dependencias externas, a execução fundada no respeito, veneração, e ternura que tem, e sempre teve de sua augusta mãe a rainha nossa senhora, por ser tambem esta indubitavel e constante vontade da mesma senhora, a quem a molestia não permittiu opportunamente, nem permitte o publical-a e authentical-a com a real assignatura, como se desejava por decóro, decencia e dignidade de sua magestade e alteza; devia sua alteza ser servido que o exercicio da administração fosse por elle mesmo supprido em nome da rainha nossa senhora, continuando assim o despacho sem a minima alteração de chancellaria, commettendo-se os despachos em nome de sua magestade, e assignando-se sua alteza em quanto durar o impedimento de sua magestade e ella não alterar esta disposição provencional: para guarda e firmeza do sobredito formaram este assento por memoria que assignaram e impetraram de sua alteza, e que para constar de sua devida, justa, necessaria e real condescendencia o authenticasse com a sua real assignatura, ficando este assento servindo de base ás ordens competentes, que devem expedir-se pelas partes a quo toca para legitima e legal observancia das reaes resoluções e mandados.

Palacio da Praça do Commercio 10 de Fevereiro de 1792.

Com a rubrica do principe nosso senhor — marquez mordomo mór, ministro da fazenda e presidente do real erario — José de Seabra da Silva, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, o escrevi e assignei — Martinho de Mello e Castro, ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e dominios ultramarinos — Luiz Pinto de Sousa, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros e da guerra — José de Seabra da Silva.

Deferindo-se-me ao exercicio da administração pelo notorio impedimento da molestia da rainha minha senhora e mãe, a quem pela decisão dos professores seria nociva a applicação a negocios e o cuidado da expedição d'elles, cedendo ás circumstancias que constituem n'uma necessidade publica, e é constante vontade da mesma senhora opportunamente assignada: resolvi assistir, e prover ao despacho em nome de sua magestade e assignar por ella, sem que na ordem, normas e chancellaria se faça alteração, tudo emquanto durar, ou houver impedimento de sua magestade, ou não for servida outra cousa ordenar. — José de Seabra da Silva, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino o tenha assim entendido e o faça executar, expedindo-se este por copias ás partes a quem tocar.

Palacio de Lisboa em 10 de Fevereiro de 1792. — Com a rubrica do principe nosso senhor — José de Seabra da Silva.

Illm.º e exm.º sr. — O principe nosso senhor fazendo sacrificio dos seus votos á presente urgencia da causa publica, e cedendo á obrigação em que o constitue o direito proprio e a vontade constante da rainha nossa senhora, em quem a molestia não permitte authentical-a, nem permitte em beneficio do seu restabelecimento a menor applicação a negocios, segundo a decisão dos professores: hade assistir e correr com o despacho em nome de sua magestade e assignar por ella, sem que na ordem, normas e chancellaria haja alteração, tudo em quanto durar o impedimento de sua magestade, ou não for servida outra cousa ordenar, como constará a v. ex.ª do decreto que remetto por copia para intelligencia de v. ex.ª, o que fará presente no conselho da fazenda.

Deus guarde a v. ex.ª — Paço 11 de Fevereiro de 1792. — José de Seabra da Silva — Sr. marquez mordomo mór.»

Até aqui são os actos officiaes praticados no anno de 1792, relativos ao governo do principe D. João em nome de sua mãe D. Maria I.

Seguir-se-ha a publicação dos outros actos officiaes do anno de 1799, em que o mesmo principe D. João, por seu motu proprio, e sem convocação dos tres estados, entendeu dever assumir a regencia do reino.

O Dr. Fr. Antonio José da Rocha. — Do afamado pregador, Dr. Fr. Antonio José da Rocha, o *Rochinha*, lente de Theologia na Universidade, possuimos as tres seguintes publicações:

1.ª As theses para o seu doutoramento, impressas em 1790, e formando um volume de 56 paginas.

2.ª A oração funebre do bispo e reitor D. Francisco de Lemos, recitada em 24 de Maio de 1822 na sé cathedral d'esta cidade.

3.ª A oração academica de acção de graças pela feliz restauração da monarchia independente, recitada no dia 25 de Fevereiro de 1824, na capella da Universidade.

Quem lêr esta ultima oração ha de formar o conceito de que o Dr. Fr. Antonio José da Rocha era absolutista.

Em o nosso livro — *Apontamentos para a historia contemporanea*, a paginas 74, explicamos as causas por que elle prégou esse sermão.

Ainda vamos apresentar mais um documento, por onde se podem deduzir os seus sentimentos liberaes, embora por aquelle sermão se supponha o contrario.

Alem das mencionadas publicações escreveu o Dr. Fr. Antonio José da Rocha uma memoria violenta contra a Inglaterra.

Este escripto foi, segundo consta, feito por elle entre os annos de 1799 a 1802, e portanto quando já a França começava a provocar Portugal, influindo fortemente para a invasão dos hespanhoes em 1801, preludio da invasão franceza de 1807.

Sabe-se que eram alcunhados de *Jacobinos* os partidarios dos francezes e inimigos da Inglaterra, e que n'esses *Jacobinos* estava o germen do partido liberal entre nós, porque esperavam que da invasão franceza proviesse o desenvolvimento das ideias liberaes e o estabelecimento do systema representativo n'este reino.

D'esse escripto do Dr. Fr. Antonio José da Rocha tiraram-se nos primeiros annos d'este seculo algumas copias manuscriptas, com o titulo de — *Ensaio politico dos crimes de Inglaterra para com Portugal*; mas depois foi impresso duas vezes em Londres. A primeira foi no periodico *Microscopio de verdades*, e a segunda no outro periodico, o *Investigador portuguez em Inglaterra*, com o titulo de *Compendio chronologico, ou Ensaio politico sobre o desamor e ingratidão que a Inglaterra tem tido para com Portugal*.

Vê-se que na impressão em Londres modificaram o titulo do opusculo, tornando-o menos violento.

De uma copia manuscripta vamos transcrever o preambulo.

Ensaio politico dos crimes de Inglaterra para com Portugal, pelo Dr. Fr. A. J. da Rocha.

> Pour se faire des amis, la cour de Lisbonne fit des traités contraires à ses intérêts.
>
> Mably — *Droit publ. de l'Europe.*

... *Animus meminisse horrit, luctuque refugit.*

A Inglaterra é uma potencia, que ha mais d'um seculo tem sido hydropica de sangue e ouro. A sua politica atroz consiste na horrenda alternativa de derramar sangue para haver ouro, e de ganhar ouro para haver sangue.

Portugal, tratado a este monstro tem concorrido para quasi todos os seus crimes, não como complice, mas como victima, nutrindo esta fera do seu sangue para a tornar mais desoladora.

É tempo de escaparmos ás suas garras, para recobrarmos o nosso sangue: hoje que a Europa se conspira para a sua morte, aproveitemos este instante. Á vista dos males passados evitemos novas desgraças.

Importa geralmente que todos vejam o que lhes convem, contemplemos os nossos prejuizos como existentes em outro povo, e aprenderemos melhor.

Mas os factos n'este ponto dizem mais que a especulação.

E' com factos que eu vou desenganar a minha patria da escravidão em que a tem a Inglaterra. Que gloria, se eu posso concorrer para livral-a dos ferros dos inglezes!

Julguei sufficiente formar uma analyse dos factos que apresento desde a feliz acclamação de D. João IV.»

Seguem-se as analyses dos tratados de 1642, 1654, 1661, 1703, 1704, e 1794, analyse muito ligeira e que apenas comprehende 7 a 8 folhas em 4.º manuscripto, onde se encontram varios factos historicos.

Theatro de D. Luiz I. — Acompanhia de zarzuella hespanhola, de que é director o sr. Molina, abre os seus espectaculos em a noite de 16 com a *Conquista de Madrid*, em que ao apparato do scenario se juncta a mimosa musica. Nas noite seguintes representa-se o *Robinson* e os *Diamantes da corôa*.

Acha-se aberta a assignatura na loja do sr. Correia d'Almeida, na rua do Visconde da Luz.

Suffragios. — Na terça feira, pelas 9 horas da manhã, celebrou-se na capella do cemiterio da Conchada uma missa por alma da ex.ma sr.ª D. Maria dos Anjos Pereira Ribeiro, irmã do nosso antigo amigo o sr. conego Manoel Marques Pereira Ribeiro.

Assistiram a este acto religioso grande numero de amigos do sr. padre Manoel Marques, não só como testemunho das virtudes da fallecida, mas como prova da estima em que tem seu irmão.

Sentimos não ter podido tomar parte n'este acto funebre, em razão de termos necessariamente de assistir na egreja de Santa Cruz, exactamente á mesma hora, á missa por alma do sr. Alexandre Herculano, mandada celebrar pela *Secção de Archeologia do Instituto*, de que fazemos parte na qualidade de socio correspondente.

Fallecimento. — O nosso amigo o sr. dr. Antonio Zeferino Candido acaba de soffrer um duro golpe pelo fallecimento de um seu prezado irmão. Acompanhamos o nosso amigo na sua justa dor.

Musica. — Amanhã vae tocar para a alameda da estrada nova da Beira, das 4 ás 6 horas da tarde, a philarmonica *Boa-União*.

É de crer que haja grande concorrencia pela boa escolha do local.

Instrucção primaria. — Para o districto de Coimbra foram feitos os seguintes despachos:

Antonio Maria Antunes, professor temporario na villa de Mira — mudado, pelo requerer, para a cadeira de Souzellas, concelho de Coimbra, até concluir o seu actual provimento.

José Joaquim da Cruz — conservado na propriedade da cadeira do Ameiro, concelho de Montemór o Velho, ficando de nenhum effeito o despacho de 7 de Abril ultimo, pelo qual fôra concedida transferencia para a villa da Figueira da Foz.

José Maria Fernandes Thomaz, da villa da Figueira da Foz — provido, por tres annos, na cadeira da mesma villa.

Manoel Rodrigues Nogueira — provido, por tres annos, na cadeira de Algaça, concelho de Poiares.

Estada. — Esteve esta semana em Coimbra o nosso honrado amigo o sr. Antonio Luiz Maria Sobral, abastado proprietario de Lisboa e cavalheiro muito respeitavel pela nobreza do seu caracter.

Sua ex.ª reside actualmente em Mogofores, onde tem passado o verão em companhia de sua ex.ma esposa.

Diccionario Popular. — Publicou-se o fasciculo n.º 71 d'este curiosissimo *Diccionario*.

Contém este fasciculo interessantes artigos, tornando-se muito apreciavel o do marechal Beresford. Vê-se que é escripto por pessoa muito competente.

Em todo elle não notámos senão o equivoco de se dizer, que o ministro dos estrangeiros em 1827, D. Francisco de Almeida, fora depois *marquez* do Lavradio.

D. Francisco de Almeida foi só *conde* do Lavradio, e nomeado em 1 de Dezembro de 1834.

O *marquez* do Lavradio foi o irmão d'elle, mais velho, D. Antonio de Almeida Portugal.

Lembramos a necessidade de haver no *Diccionario Popular* o possivel cuidado com a revisão das provas, principalmente nas datas. Temos reparado em alguns erros de datas em varios fasciculos; e por exemplo n'este artigo do marechal Beresford achámos o manifesto erro de imprensa de se dizer, que elle foi nomeado commandante em chefe do exercito portuguez em 7 de Março de 1807, quando foi em 7 de Março de 1809.

D. Quixote de la Mancha. — O sr. Francisco Arthur da Silva, a quem já devemos a publicação da *Historia Universal de Cesar Cantu*, e outras obras egualmente importantes, acaba de emprehender a publicação do popularissimo *D. Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes Saavedra.

Ha tempo começou a fazer-se no Porto uma publicação luxuosa do *D. Quixote*; mas uma serie de contratempos parece ter impedido a continuação de publicação tão valiosa.

Agora o sr. Francisco Arthur da Silva veiu supprir essa falta, publicando o *D. Quixote* em formato mais commodo para a leitura, e illustrado com 30 gravuras; sendo os desenhos do sr. Manoel de Macedo e as gravuras do sr. D. José Severini.

É traduzido pelo sr. visconde de Benalcanfor, o que já por si seria uma segura garantia do apuro da traducção; mas a que acresce o ser coadjuvado para a mais facil interpretação do texto pelo sr. D. Luiz Breton y Vedra.

As duas cadernetas que já recebemos são de bom papel, typo elegante, e em tudo uma publicação primorosa.

De certo não lhe faltará o favor do publico illustrado.

Bibliotheca do Jornal das Senhoras. — A empreza do *Jornal das Senhoras*, do Porto, o qual tanta aceitação ha merecido, e de que é prova os numerosos assignantes que lhe tem affluido progressivamente — alem do periodico tem publicado já tres romances, os quaes vende por metade dos seus preços, a quem se inscrever como assignante do *Jornal das Senhoras*, por mais de um trimestre.

O primeiro romance foi *Pupillo Alliaga*, em 2 volumes; — seguiu-se a *Historia de uma mulher*, em 2 volumes, com que fômos obsequiados; e agora o *Filho do Czar Alexis Petrowitch*, por A. Arnould e N. Fournier, com que tambem fomos brindados, e que é traduzido pelo nosso estimavel amigo o sr. A. de Castro Neves.

Desejamos á empreza do *Jornal das Senhoras* todas as venturas de que é digna.

O Universo Illustrado. — Este interessante semanario, que com toda a regularidade se tem publicado em Lisboa, deu no seu ultimo numero o retrato do distincto escriptor Alexandre Herculano, acompanhado de varios artigos e poesias a elle dedicados.

Costumes religiosos, civis e militares entre os romanos. — Com este titulo publicou ultimamente um opusculo o sr. Francisco Martins de Andrade, conservador da repartição dos manuscriptos e antiguidades da bibliotheca nacional de Lisboa e lente de numismatica grega e romana.

É em fórma dialogal, e por isso muito conveniente para o ensino; e foram colligidos os elementos para esta publicação dos melhores escriptos sobre esta materia, para facilitar a intelligencia dos auctores classicos aos estudantes de latinidade.

Foi approvada pela junta consultiva de instrucção publica.

É seu editor o sr. Francisco Arthur da Silva, de Lisboa, e vende-se por 200 rs.

Museu Technologico. — Publicou-se o n.º 4 do *Museu Technologico*, a que já por varias vezes nos temos referido n'este jornal.

Continua os estudos sobre as marinhas, e traz uma gravura representando o *Pessoal e instrumentos nas marinhas de Aveiro*.

Merecidos louvores. — Communicam-nos da freguezia de Ferreira, concelho da Figueira da Foz, o seguinte:

«Esta freguezia acaba de soffrer um grande desgosto, pela sahida do seu estimavel parocho, o sr. Manoel Ferreira Pessoa.

Para toda ella foi um dia de lagrimas o da despedida d'este bom pastor.

E com muita razão; porque se ha parochos, que no desempenho do seu sagrado ministerio, sobremaneira agradam, e no trato com seus parochianos, se tornam credores das maiores sympathias, este é um d'elles.

O seu illustre nome ficará aqui para sempre estampado em letras de ouro.

Que tão esclarecido sacerdote seja infinitamente feliz na sua nova freguezia, são os ardentes desejos de um seu amigo e ex-parochiano.

Ferreira, 8 de Outubro de 1877. — * * *

Noticia musical. — Communicam-nos o seguinte:

«*Alegria das Elegantes.* — Sob esta epigraphe vae sahir á luz uma linda polka devida ao genio musical de nosso amigo o sr. Feliciano José Sobral, de Lisboa, o qual offerece á sociedade das crêches todo o producto d'esta obra.

Em vista do merito do auctor, já por todos conhecido, não duvidamos da prompta extracção d'esta composição musical.

Para provar o que deixamos escripto temos já no conhecimento do publico as mimosas musicas de que vemos fazer menção, o *Direito*, *Civilisação Popular*, e *Medea*.»

(Folhetim)

favor, que n'aquellas circumstancias era de um valor extraordinario. Porque não só o tirou das balas dos miguelistas, mas o collocou em um posto, ao qual não podia aspirar não sendo official de linha: deu-lhe o logar de ajudante de ordens do general das armas da capital, com serviço no quartel general no beco do Carrasco, despacho, que até D. Pedro estranhou que Saldanha lho tivesse dado.

Assim mesmo a protecção do marechal, que n'esse tempo podia quanto queria, lhe serviu de escudo, e o meu homem não tornou a cheirar em toda a guerra o fumo da polvora, nem a sentir o sibilar das balas e das bombas, que de certo muito temia...

Seguiu-se ser eu deputado nas côrtes de 34, e nas constituintes, em que era visitado por muitos collegas, e com quem o meu dono da casa tomou conhecimento. Lembrou-se então de ter algum emprego lucrativo, e recorreu ainda a mim.

Era então ministro Passos Manoel, e eu lhe pedi quizesse dar um, de que me não lembra o nome, ao meu protegido, narrando-lhe os factos, que me obrigavam a protegel-o, e a mostrar-me grato aos obsequios que d'elle tinha recebido, suppondo que eram verdadeiros e sinceros. Mas o tal emprego tinha parecido desnecessario, tinha-se abolido, e por consequencia o ministro não o poude dar.

Passado tempo recebi um bilhete de José Balbino, que foi visconde de Tilheiras, e n'aquelle tempo era official-maior dos negocios do reino, em que me dizia, — que não podendo o ministro servir o meu afilhado no emprego que pedia, ao menos o queria *enfeitar*, e dar-lhe uma commenda, visto que já tinha servido na guerra contra os francezes, e na ultima contra D. Miguel. Que lhe declarasse em um papel os annos de serviço, e das época em que tinha servido, e lhe *pozesse o meu nome*, porque o despacho estava certo.

Assim aconteceu: o meu homem viu-se em pouco tempo não só livre das balas por meu respeito, porém enfeitado com uma commenda!...

Ainda aqui não ficou o caso: as côrtes constituintes crearam a *junta do credito publico*, e a camara devia nomear para ella dois membros; e eis-aqui uma nova exigencia. Por minha influencia, e dos meus amigos foi nomeado para um d'elles; e não só d'esta vez o foi, porém ainda nas segundas eleições o foi pelos juristas, em consequencia do muito que para isso trabalhei com meus irmãos Bento Freire, Francisco Freire, e Pedro Paes da Costa; logar que ainda hoje occupa em 24 de Maio de 1854.

Em virtude das minhas amisades, e de eu estar em sua casa, e ser por meu respeito conhecido por pessoas que nenhum caso d'elle fariam a não ser esta circumstancia, passou ainda depois a ter *carta de conselho*. Se bem me lembro ainda chegou a ter cócegas de ser barão! mas dissuadido d'isso, dizendo-lhe, que se expunha a perder n'aquella época a popularidade para com os juristas, que o não tornariam a eleger, accommodou-se... mas julgou, que d'alli por diante já lhe não era necessario...

O que a final aconteceu bem o prova. Era o dia, segundo me recordo, o primeiro de Agosto de 1847; indo eu para almoçar reparei que, sendo fóra de tempo, houvesse escriptos na casa. Peguntei o motivo, e disse-me a criada *Narcisa*, que o senhor estava *ameaçado de uma penhora* em consequencia de uma divida antiga de seu pae; que estava bastantemente afflicto, e que por cautela se iam esconder alguns trastes de maior valor. E não sei se n'essa mesma occasião vi já que saiam algumas trouxas e moveis, ou se foi no dia seguinte, pela porta fóra.

Fiquei realmente triste, e logo comigo assentei, que lhe não havia de ser pesado, e me resolvi a sair de sua casa.

Quando veiu para o jantar perguntei-lhe como era o caso que o punha n'aquelle embaraço; e elle me contou a historia de uma divida antiga e da penhora com que o ameaçavam, historia de que hoje me não lembro.

Realmente magoado como estava com aquelle acontecimento, respondi-lhe que muito sentia a sua penosa situação, mas que, ao menos, eu não a queria tornar mais pesada; que pelo que via ia mudar de casa, e tomar outra mais pequena, e por isso estava resolvido a deixar a sua companhia, o que muito me custava; porém que esse era o meu dever, ficando-lhe sempre muito agradecido pelo bem que me tinha tratado, e pela amisade que sempre me mostrára.

Elle a isto pouco respondeu: e mostrando-me desde logo que não sentia muito ou nada a nossa separação, contentou-se com a minha resposta, e eu cuidei logo em me arranjar para sair de sua casa, que era na travessa da Cruz, junto á rua Formosa.

(Continuar-se-ha.)

ANNUNCIOS

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRICTO DE COIMBRA

1 São convidados os possuidores de divida publica fundada interna com assentamento, que quizerem receber os juros do presente semestre pelo cofre central d'este districto, a apresentar n'esta repartição relações de suas inscripções, conforme se tem praticado nos ultimos semestres; advertindo que só se acceitarão as relações, cujas inscripções venham descriptas por ordem numerica. Egualmente se recebem, desde já, convindo aos interessados, as relações dos coupons, acompanhadas d'estes.

Coimbra 12 d'Outubro de 1877.

O delegado do thesouro
Antonio Joaquim de Vasconcellos.

NOVO ESTABELECIMENTO DE FORMEIRO
RUA DIREITA
COIMBRA

2 Antonio da Cunha Leitão, faz toda a qualidade de fórmas, paus para botas, encospias, e todas as mais ferramentas de madeira, pertencentes ao officio de sapateiro.

---

3 Elementos de trigonometria rectilinea, para uso dos lyceus, por Antonio Zeferino Candido da Piedade, doutor em Mathematica. Segunda edição, correcta e augmentada.

Está á venda nas principaes livrarias.

---

4 O doutor Antonio Zeferino Candido abre as suas aulas de Mathematica, no dia 15 do corrente, Rua dos Coutinhos, n.º 22.

Na rua dos Loyos n.º 2

5 Se continua a vender batinas novas por preços os mais reduzidos possivel.

ANSELMO DE SOUSA

37—RUA DAS FLORES—37

LISBOA

6 ENCARREGA-SE da compra e venda á commissão de productos agricolas, industriaes, mechanicos e scientificos.

Praticante de pharmacia

7 ANTONIO BELLO DA SILVA BRAZÃO, pharmaceutico de 1.ª classe pela Universidade de Coimbra, com pharmacia assente na villa de Midões, admitte um praticante com alguma pratica na sua pharmacia, dando-lhe cama e mesa e leccionando-o em todos os preparatorios que são exigidos para fazer o exame de pharmacia.

LECCIONAÇÃO

8 NA TRAVESSA da rua do Norte, n.º 4, hão de ser leccionadas no presente anno lectivo as seguintes disciplinas.

Latim e rhetorica pelo padre José Gonçalves Lage.

Logica e geometria pelo padre Luiz José Dias.

Geographia e historia por João José da Silva.

Introducção por Leopoldo Alves Martins.

MATHEMATICA E INTRODUCÇÃO

9 DR. FRANCISCO DA COSTA PESSOA continua a explicar as lições do primeiro anno mathematico, assim como a mathemathica elementar (1.ª e 2.ª parte) e introducção, na rua das Fangas, 83.

LOTERIA

Extracção em 18 de Outubro

6:000$000

JOÃO CORREIA D'ALMEIDA

RUA DO VISCONDE DA LUZ, 11

COIMBRA

10 TEM Á VENDA um variado sortimento de bilhetes, e cautellas, dos cambistas mais acreditados de Lisboa, que vende pelos seguintes preços:

Bilhetes a 5$000 réis, meios a 2$500 réis, quartos a 1$250 réis, oitavos a 650 réis, cautellas de 560 até 30 réis.

Tambem tem bom sortimento de chá de todas as qualidades, que vende de 2$000 réis o kilo até 3$400.

MONTEMÓR O VELHO

11 VENDEM-SE 16 aguilhadas de terra no Campo d'Ourique, que partem do norte com a estrada de Mondeguinha, sul com o rio velho, nascente com o exm.º sr. Lemos, de Condeixa, e poente com Simões Lapas, de Formoselha.

A praça é em Montemór, em casa de Paulo Coelho Sampaio, no dia 14 do corrente — domingo.

Esta propriedade tem andado arrendada a Aniceto Ramos, de Formoselha.

LECCIONISTA

12 ANTONIO AUGUSTO DE SÁ VARELLA, estudante do 5.º anno juridico, continua a leccionar portuguez (curso completo). Admitte alumnos de reconhecida pobreza, grátis. Abre a aula no dia 16 do corrente.

Falla-se na travessa de S. Pedro, n.º 5.

COMPANHIA LISBONENSE DE TABACOS

FABRICA DE TABACOS EM SANTA APOLONIA

LISBOA

UNICA PREMIADA NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PHILADELPHIA

13 A DIRECÇÃO d'esta companhia lembra novamente aos seus compradores e ao publico em geral, a conveniencia de examinarem com a maior attenção os rotulos dos tabacos que comprarem, a fim de que não se illudam recebendo como tabacos de Santa Apolonia, outros de qualidades inferiores, devido isto á constante imitação que outras fabricas do paiz tem feito da nossa marca, rotulos, envolucros e empapelos.

A direcção faz tambem publico, que em virtude da perfeição de seu fabrico, bom aroma, e boa qualidade dos tabacos que emprega, foi esta fabrica a unica ultimamente premiada com a grande medalha de honra na exposição universal de Philadelphia.

SUBSTITUIÇÕES A MILITARES

JOÃO DE PINHO

RUA DA CALÇADA, 221

COIMBRA

14 ENCARREGA-SE de entregar aos interessados, bons substitutos com bons documentos para substituições no governo civil de Coimbra, tirando guias nas administrações dos concelhos. Faz substituições nos corpos das guarnições de Lisboa, Porto, Elvas e outras terras. Tambem obtem transferencias d'uns corpos para outros; e licenças para dois mezes.

Preços baratissimos

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

15 NO DIA 23 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na secretaria d'administração d'estes hospitaes, hão de dar-se de arrendamento pelo tempo d'um anno, a começar no primeiro de Novembro proximo e findar em 31 d'Outubro de 1878, as terras que os mesmos hospitaes possuem nos campos d'Ourique, Borralha e Ancos, concelho de Soure e Montemór o Velho; e bem assim uma terra no sitio da Carreira larga, proximo ao Dianteiro, freguezia de Santo Antonio dos Olivaes, e dois olivaes, um no sitio da Relvinha e outro no da Pedreira, no quarto de Pedro Feio, freguezia d'Eiras, concelho de Coimbra.

Administração dos Hospitaes da Universidade de Coimbra 10 de Outubro de 1877.

O administrador
Costa Simões.

PORTUGUEZ E FRANCEZ

16 DOMINGOS RODRIGUES RAMOS, continua a leccionar em sua casa, na Couraça de Lisboa, o curso completo de portuguez e francez.

PRAÇA 8 DE MAIO

17 NO ESTABELECIMENTO de ferragens de Joaquim José Duarte, precisa-se d'um marçano, que tenha alguma practica do mesmo genero.

ELEMENTOS DE ARITHMETICA

18 COMPOSTOS segundo o programma dos exames d'instrucção primaria, para uso dos concorrentes ao magisterio primario e dos que pretendem habilitar-se para o exame de admissão nos lyceus, por

J. M. PESSOA

2.ª EDIÇÃO

Vende-se em Coimbra. Preço—160 réis.

ATTENÇÃO

19 NA RUA DOS MILITARES, ao arco da Traição, n.º 3, uma senhora de toda a confiança recebe estudantes de todas as edades, por preços commodos.

LECCIONISTA

20 ANTONIO BELLO DA SILVA BRAZÃO, pharmaceutico de 1.ª classe pela Universidade de Coimbra, lecciona na villa de Midões os seguintes preparatorios: instrucção primaria, francez, portuguez e desenho, por preços commodos.

PHARMACIA

21 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar e testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

ESTABELECIMENTO DE ALFAIATE

35, RUA DO BORRALHO, 37

COIMBRA

22 N'ESTE ESTABELECIMENTO se encontram bons pannos pretos para batinas, as quaes dá promptas para vestir por 13$500 réis, e d'ahi para cima.

ATTENÇÃO

23 FRANCISCO DE SOUSA ARAUJO, na rua da Calçada, n.º 41 a 45, arrenda a sua insua ao logar do Cerieiro n'esta cidade, tanto d'um lado como d'outro da estrada nova da Beira.

HISTORIA UNIVERSAL DA EGREJA

24 PELO dr. Alzog. — 2 vol. 2$200 réis. A' venda na

IMPRENSA LITTERARIA

COIMBRA

ARRENDAMENTO

25 NO DIA 4 de Novembro de 1877, ás 10 horas da manhã, na rua do Corpo de Deus, n.º 7, Amadeu Fructuoso da Silva Rocha, d'ordem da exm.ª sr.ª condessa de Condeixa, arrenda pelo tempo de um ou mais annos, a principiar no 1.º de Janeiro de 1878, os predios seguintes:

Insua denominada dos Collaços no choupal do Bispo.

Insua da Remolha, junta ao choupal do rio velho.

Um terreno areal no alveo do rio velho.

Prazo no sitio do Reguengo, proximo a Lavarrabos.

39 aguilhadas de terra no campo da Pedrulha.

10 aguilhadas no campo de S. Martinho do Bispo.

10 aguilhadas no campo da Ribeira.

6 aguilhadas no campo de Ourique.

OBRAS PUBLICAS

2.ª SECÇÃO

26 A DIRECÇÃO das obras publicas do districto de Coimbra, faz publico, que no dia 17 do corrente, ao meio dia, se ha-de proceder na casa da administração do concelho em Taboa, á arrematação de duas tarefas de terraplenagens, e fornecimento da pedra para alvenaria e lagedo para a construcção da parte do lanço da estrada real n.º 46, comprehendido entre as Barras e Gallizes.

A divisão das tarefas e condições da arrematação, achar-se-hão patentes n'aquelle acto, e até lá nas casas da secretaria da secção.

Lourosa 8 de Outubro de 1877.

José Augusto Fragoso.

INSTRUCÇÃO POPULAR

Tinhamos já no prelo a 2.ª e 3.ª paginas d'este jornal, quando obtivemos o numero dos alumnos que ficaram até hontem matriculados nas aulas da Associação dos Artistas d'esta cidade; e por isso aqui mesmo quizemos dar essa agradavel noticia, sem a adiar para o numero seguinte.

É promettedor o começo do actual anno lectivo.

Nas aulas de instrucção primaria, calligraphia, e desenho estão já matriculados 126 alumnos, continuando ainda aberta a matricula.

Ha bastantes alumnos adultos; e maior devêra ser o numero, havendo por ahi tantos operarios analphabetos, que se envergonham a si, á sua classe, e a esta terra, que devera dar de si melhores exemplos n'esta e n'outras cousas, em que deixa sobrepujar-se por povoações mais insignificantes a todos os respeitos.

Os alumnos estão divididos em classes ou turmas, para poderem ser aproveitados muitos exemplares de alguns livros de instrucção, existentes nas estantes da bibliotheca, e que o sr. presidente da associação tem gratuitamente distribuido pelos alumnos. Entre aquelles livros figura o do *Operario*, que encerra uma leitura agradavel, e contém boas doutrinas, pelo que mereceu ser premiado em uma das exposições especiaes estrangeiras.

Oxalá que os que mais interessam se aproveitem e adquiram a instrucção de que precisam.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3153 | Terça feira 16 de Outubro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O nosso collega da *Nação*, dando conta do assassinato de um preso, ha dias praticado em Thomar, extranha que a imprensa liberal, não obstante ser inimiga da pena de morte, nada tenha dito de censura a este facto.

Tem muita razão o collega. Uma parte da nossa imprensa periodica occupa-se de preferencia em questiunculas e polemicas pessoaes, e por isso não têm tempo nem espaço para condemnar os attentados praticados pela força publica, assassinando cobardemente os presos que foram entregues á sua guarda.

Pela nossa parte aqui nos tem ao seu lado o collega, stygmatisando severamente o assassinato do referido preso; e n'isso não só cumprimos o nosso dever de jornalista independente e amante da justiça; mas egualmente mantemos as honradas tradições d'este jornal durante os 30 annos da sua existencia.

Nas columnas d'este periodico foram constantemente fulminados os assassinos e as auctoridades e potentados que os protegiam; e da mesma fórma, segundo os principios de justiça que sempre seguimos, foram accusados sem piedade as auctoridades e força publica, que collocando-se a cima da lei, assassinavam ou mandavam assassinar os presos.

Esta provincia tem sido uma d'aquellas em que mais crimes tem havido, não só praticados por paizanos, mas pela propria força militar. Contra os crimes de todo o genero e particularmente contra os effectuados pela força publica nos temos sempre insurgido com uma inergia e audacia, que não terá tido muitos imitadores na imprensa periodica portugueza.

Em 1835 teve esta cidade um subprefeito, Francisco de Carvalho, que tolerava impassivelmente, se é que mesmo não auctorisava, que aqui se praticassem os maiores attentados.

E' assim que na segunda feira, 30 de Março d'aquelle anno, depois de chegar a noticia de haver fallecido em Lisboa o principe D. Augusto, primeiro esposo da rainha, presenceou a cidade de Coimbra aterrada, que um numeroso bando de assassinos matavam e apunhalavam impunemente, em pleno dia, cidadãos inermes. Começaram por matar o padre Antonio de Almeida, homem muito pacifico, no bairro de Santa Anna, e terminaram o grande numero das suas atrocidades, indo assassinar ás Ameias o marceneiro Manoel Teixeira, apunhalando-o mesmo em cima de um telhado para onde havia fugido!!!

E' assim tambem que no sabbado, 30 de Maio do mesmo anno de 1835, foi cobardemente assassinado no largo da Feira, d'esta cidade, o antigo capitão de milicias, Antonio Leite; e que no dia immediato, 31 de Maio, foi assassinado na estrada da Volta das Calçadas, quando vinha preso de Condeixa para esta cidade, Raymundo Gomes da Silva — mais conhecido pelo nome de *Raymundo da Theodora*. Este ultimo crime foi commettido por um bando de assassinos, que sairam de Coimbra para ir esperar o preso, e o mataram de accordo com o commandante da escolta que o trazia!

E como se fosse pouco, que o subprefeito visse impassivel estes crimes; praticou a torpeza, o corregedor d'esta cidade, de inventar e participar ao ministro das justiças, Manoel Antonio de Carvalho, que os referidos assassinados Antonio Leite e Raymundo Gomes da Silva, eram suspeitos de complices no crime de roubo e assassinatos praticados em a noite de 28 para 29 do mesmo mez de Maio, em casa de Manoel Joaquim, no Valle da Laranjeira; tratando assim, calumniosamente, de atenuar os attentados praticados em Coimbra!

Prescindindo de numerosissimos assassinatos, por motivo de roubos e vinganças particulares, que não mencionámos, por não ser esse o fim d'este artigo; tem aqui logar o assassinato, no dia 12 de Março de 1838, do padre Antonio Nunes de Almeida e de um outro seu companheiro, na ladeira do Senhor da Serra, e sitio do Paraiso, por um destacamento saido de Coimbra, composto de 25 soldados de caçadores 2. As mortes foram effectuadas quando os conduziam presos da cadeia da Louzã para esta cidade.

Posteriormente, em 1843 e 1844, teve a cidade de Coimbra por seu governador civil, o celebre José Joaquim Lopes de Lima, o qual, com o maior cynismo, recommendava á força publica o assassinato dos presos!

Em consequencia d'essas suas recommendações é que foi assassinado nas Torres, o Coronheiro, pela força militar, que o trazia para Coimbra; e foi ainda em resultado d'essas recommendações, que foram assassinados pela escolta militar, proximo da Ega, dois presos que de Soure vinham conduzidos para esta cidade!

Se este governador civil, o *protector* da rainha de Sunda, mandava por crueldade assassinar os presos, embora criminosos, mas entregues á acção da lei; houve outros, que eram protectores dos maiores facinorosos por motivos politicos.

Teve mais este districto em 1850, outro governador civil, Thomaz d'Aquino Martins da Cruz, que não duvidou encobrir e proteger o auctor de um crime horrorosissimo praticado na Beira.

O auctor d'esse crime, era João Brandão, o qual com os seus sicarios, assassinára no dia 8 de Janeiro de 1850, junto a Lourosa, ao infeliz Estanislau Pinto de Abranches e Pina, de Varzea de Meruge, quando este ia em companhia do escrivão Passos, executar o despacho do juiz ordinario respectivo para tirar uma sua neta da companhia de sua filha, por motivos de decoro.

O administrador do concelho de Avô prestou-se a fazer um officio, com antedata, requisitando de João Brandão uma força do batalhão de S. João de Areias,

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Fiz as minhas despedidas, e sahi no dia 5 da casa onde por muitos annos tinha vivido, com mais magoa do que deixava nas pessoas que n'ella moravam, porque sinceramente estava persuadido que deixava um velho amigo em consequencia de um grande transtorno que ia ter no fim da vida.

A minha credulidade porém em bem poucos dias se desvaneceu; e depressa vim a conhecer como por tantos annos tinha andado enganado, e como podessem haver individuos, que tão descaradamente, e com tamanha hypocrisia se atrevessem a manchar-se. Ainda não eram *bem passados oito dias*, vi que os escriptos se tinham tirado da casa; que não tinha havido o mais pequeno signal de penhora; que o meu homem *fingindo-se pobre* conservava a sua antiga habitação, e que tão mal de fortuna então se achava, que ainda hoje, 24 de Maio de 1854, a conserva, e com o mesmo trem que tinha em 1847!

Então quem julgam os meus leitores que seria este homem?... Não menciono o seu nome; porque ainda respeito a memoria de sua mãe, a quem fui muito obrigado; e de quem conservo egualmente saudosa e agradecida lembrança...

Não posso attribuir este procedimento senão a um caracter de miseravel egoismo, e que só teve em mira obsequiar-me em quanto precisou de mim. Não lhe fui mais preciso, tornou-se o homem que na realidade era, isto é, sem coração nem decencia... Estou bem certo, que se ainda fosse vivo meu irmão Bento Freire, não ousaria praticar para comigo acto tão feio; porque, conhecendo-lhe o caracter havia de ver, que lhe não deixaria impune tão pouco nobre acção.

Não perdi nada, antes ganhei, sahindo da sua casa, porque ainda que n'ella fui sempre bem tratado como *hospede*, ninguem vive tanto a seu commodo, como quando está com sua propria casa.

Eu, conhecendo o que era e sempre foi o mundo, não estava desprevenido para este meu lance da vida; tinha já feito meus arranjos para o que podesse succeder, e os ia pouco a pouco depositando em casa de uma boa afilhada, com quem ainda hoje vivo, e para a casa da qual fui logo viver.

Hoje sou feliz com o pouco que tenho, porque, *na falta de um ingrato*, já contava com a verdadeira amisade, que nunca me faltou na vida, e até me quer acompanhar na morte, dando todas as providencias para que, quando chegar o meu dia de partida, tenha quem me conduza ao jazigo que a sua beneficente bondade me manda antecipadamente erigir no grande salão funebre dos Prazeres... Esta verdadeira amisade, de quem fallo, é filha do nobre coração do meu incomparavel amigo Custodio Pereira de Carvalho, portuguez ha muitos annos residente em Londres, e uma d'essas almas raras, que honram a especie humana.

N'estes ultimos periodos da minha vida fui successivamente perdendo os meus melhores parentes. No anno de 1833, e em 8 de Julho, ás 9 horas da manhã, morreu na cadeia de Thomar meu irmão mais velho, Luiz Antonio Freire de Carvalho, alli preso por ordem do tyranno D. Miguel.

Em 7 de Fevereiro de 1843 morreu minha irmã D. Maria Amalia, a quem tinham dado por marido um homem, que a não fez feliz... Deixou dois filhos, um que morreu moço, e uma filha, que vive e a quem tambem deram por marido outro homem, no qual não achou fortuna nem felicidade... Ainda hoje existe, com o nome de D. Maria José Freire de Carvalho, e tem um unico filho de pouca edade.

Em 31 de Março de 1846 morreu na sua casa da Ericeira meu irmão Bento Freire, e lhe assisti á sua morte com meu irmão Francisco.

Em 9 de Outubro de 1851 morreu meu sobrinho Augusto, filho de minha irmã Maria. Era doutor de capello em mathematica; e a esta dignidade o levaram seus tres tios, José Liberato, Bento Freire, e Francisco Freire, porque seu pae lhe havia consumido toda a fortuna. Estava professor de geometria, applicada ás artes na secção occidental do lyceu de Lisboa, e tinha 29 annos de edade.

Em 28 de Abril de 1852 morreu solteira minha irmã D. Catharina, a unica, que morrendo se lembrou de mim, porque me deixou usufructuario da renda de quatro inscripções da junta do credito publico, no valor de cem mil réis cada uma, e com o juro de cinco por cento, que hoje está reduzido a tres por cento.

de que elle era capitão, para ir bater uma supposta guerrilha miguelista, commandada pelo Estanislau, de Varzea de Meruge; e isto quando elle já estava assassinado, e só a fim de justificar o attentado que João Brandão praticára!

Pela sua parte o governador civil de Coimbra, Thomaz d'Aquino Martins da Cruz, seguindo a marcha do seu administrador do concelho de Avô, expede em 15 do mesmo mez de Janeiro de 1850 um officio a João Brandão, em que o louva *pelo valor e denodo com que batera e dispersára o bando de homens armados que se formára n'essas visinhanças, deixando ficar morto no campo o seu cabeça.*

E não satisfeito o governador civil com esta torpeza, fingindo ter existido uma guerrilha e um tiroteio, sem nenhuma d'essas cousas ter havido, acrescentava no seu officio — *que se este governo civil sente satisfação em ter occasião de louvar a v. s.ª* (a João Brandão, o cobarde assassino do infeliz Estanislau!) *mais ainda a teve em levar ao conhecimento de sua magestade o BOM SERVIÇO que v. s.ª acaba de prestar, o que não póde deixar de ser decididamente apreciado!!!*

Terminava o governador civil louvando os soldados do batalhão de S. João d'Areias, que haviam acompanhado João Brandão na sua diligencia; quando nem tal diligencia, nem taes soldados tinha havido!

Este jornal, que então tinha o titulo de *Observador*, começou logo em o seu numero de 19 de Janeiro de 1850, a levantar a sua voz contra tão horroroso attentado, e a arrancar a mascara ás auctoridades coniventes no crime; resultando d'isso, que na sessão da camara dos pares de 28 de Janeiro o conde do Lavradio fizesse uma interpellação ao governo; interpellação que se repetiu no dia 1 de Fevereiro, e em que tambem tomou parte o conde da Taipa, o qual no seu discurso calculava em 300 o numero dos crimes que se haviam praticado só na provincia da Beira desde 1833, e que haviam ficado impunes.

De nada valeram todos esses esforços, porque o ministro do reino conde de Thomar, serviu-se dos mentirosos officios das auctoridades, para annullar o effeito da interpellação; e assim ficou impune o auctor de tão grande crime!

D'essa impunidade e protecção das auctoridades aos criminosos foram-se seguindo as suas naturaes consequencias.

Em 1854 era governador civil de Coimbra o brigadeiro Jeronymo Maldonado, o qual entendeu que *para moralisar a Beira*, devia nomear para administrador do concelho de Taboa, o particular amigo de João Brandão, Francisco Augusto da Costa Amaral, de Covas!

O resultado que se esperava de tão inqualificavel nomeação realisou-se logo. Este administrador entrega a força publica a João Brandão, para prender o seu fidagal inimigo João Nunes Ferreiro, da Varzea de Candosa; e com o apoio d'essa força, João Brandão, e o sicario seu companheiro José Ramos Anjinho, do Casal da Senhora, assassinam cobardemente o Ferreiro em a noite de 9 para 10 de Novembro do referido anno de 1854.

O crime praticou-se com tal publicidade, que os assassinos lançaram o cadaver do Ferreiro sobre uma cavalgadura, e andaram com elle pelas estradas publicas, apregoando por escarneo — *marrã fresca!* — e terminaram por o encostarem a uma arvore, e fazendo d'elle alvo, lhe dispararam muitos tiros!

Depois d'este heroico feito o administrador do concelho de Taboa, e o seu particular amigo João Brandão, vêm apresentar-se em Coimbra, no edificio dos Loyos, ao governador civil Maldonado, para lhe darem a noticia de que estava a Beira livre do malvado Ferreiro; com a clarissima impostura de que a morte havia sido feita em acto de resistencia! Deve notar-se, que o attentado tinha sido praticado de 9 para 10 de Novembro; e o administrador do concelho e João Brandão appareceram em Coimbra no dia 15, e portanto já 5 dias depois do crime, em que no governo civil devia haver conhecimento d'elle.

O governador civil, em logar de proceder immediatamente tanto contra o assassino, como contra o seu protector e amigo, recebeu-os com o maior carinho e na mais particular intimidade; chegando a dizer-lhes, *que serviços tão valiosos não podiam deixar de ser devidamente considerados pelo governo de sua magestade!*

Para melhor entender isto é mister saber-se, que 18 dias depois, em 3 de Dezembro, tinha de haver a disputadissima eleição de um deputado no circulo da Louzã, de que então fazia parte o concelho de Taboa. A alta influencia d'aquelles dois honrados cidadãos, parecia á auctoridade absolutamente necessaria para a victoria eleitoral.

Logo que nos constou o horroroso attentado, levantámos n'este jornal o *Conimbricense* um brado bem alto contra os assassinos; e começámos a desmascarar os auctores dos grandes crimes que se estavam praticando na Beira, assim como quem os protegia; forçando por este modo a auctoridade superior do districto a suspender o administrador do concelho de Taboa, e a proceder contra os malfeitores.

Ainda limitando-nos aos assassinatos praticados pela força militar, ou com o seu auxilio, seriamos interminaveis se quizessemos narrar tudo.

Em todo o caso indicaremos os seguintes:

O assassinato no dia 21 de Abril de 1840, em Lagares, concelho de Oliveira do Hospital, de José Godinho — José Fernandes, vulgo o Moleiro, de Laceiras — José Borges, por alcunha o Frazão, de Villa Franca da Beira — e mais dois outros — pela tropa, constante de cinco destacamentos de infanteria 1, 6 e 9, em serviço nas povoações de Oliveira do Conde, Oliveira do Hospital, Ervedal, Céa, e Casal de Travancinha; conjunctamente com diversos paizanos armados; todos sob o commando do capitão Guedes, de infanteria 6. — Tres foram mortos no acto da fuga, e dois depois de estarem tranquillamente presos entre a força.

O assassinato do juiz de direito de Midões, Nicolau Baptista de Figueiredo Telles, em 28 de Agosto de 1842, por um sargento de infanteria 9, com um seu camarada, de accordo com João Brandão.

O assassinato de 8 paizanos, e entre elles o juiz do direito Joaquim Rodrigues de Campos, em Villa Nova de Monsarros, no dia 25 de Fevereiro de 1847, por uma força de infanteria 4 e infanteria 3, e alguns soldados de um corpo de guias. A malvadez chegou a ponto de que havendo podido evadir-se um hespanhol, já gravemente ferido, e indo acoutar-se em uma casa no logar do Oquilho, ahi foi procurado pela força militar, e cobarde, vil e infamissimamente morto. A força militar assassina tinha partido de Coimbra.

O assassinato no dia 2 de Junho de 1847, na villa de Sandomil, por uma força de infanteria 4 e 16, e cavallaria 3, commandada pelo major Eugenio e capitão Freire, ambos de infanteria 4, conjunctamente com outros officiaes — de Alexandre de Campos Freire de Figueiredo Abreu e Castro, de Nogueira do Cravo — Joaquim Rodrigues, do mesmo logar — José de Abrantes, de Santa Ovaia — José Joaquim Nunes Marques, academico, do Casal do Abbade — e Manoel Madeira, de Anseris. — Estes desgraçados foram presos pela força militar no dia 1 de Junho, e no dia 2, de madrugada, foram pela mesma força publica tirados da cadeia, entregues a tres escoltas diversas, e infamissimamente assassinados nas avenidas da villa de Sandomil — dois nos sitios das Carvalhas, dois no caminho dos Carros, e o ultimo no sitio dos Pombaes. O commandante da força, major Eugenio, depois d'este inaudito attentado, officiou para Coimbra, dizendo que aquelles infelizes tinham sido mortos em combate de força militar contra guerrilhas, commandadas pelo administrador do concelho de Villa Pouca; quando nem tal administrador, nem concelho existia, pois que Villa Pouca não era cabeça de concelho!!!

O assassinato de Christiano Augusto da Fonseca, do Ervedal, em 6 de Agosto de 1855, por uma força de infanteria 12, no povo de Villa Verde, concelho de Cêa.

Além d'estes temos aqui presente a lista de mais outros 35 assassinatos praticados pela força militar em differentes épochas e logares na provincia da Beira, os quaes não enumeramos para evitar que este artigo seja mais extenso.

O que dizemos é que sempre temos protestado n'este jornal contra essas e todas as mais atrocidades, e que é nossa opinião, que a morte dos individuos capturados, praticada pela força militar, a pretexto de resistencia e tentativa de fuga, não é em regra senão uma desculpa para encobrir um crime cobarde e infame.

Quando constarem estes factos proceda-se a uma rigorosa indagação, e achar-se-ha que esta é a verdade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Morreu emfim em 20 de Abril d'este anno meu irmão o conselheiro Francisco Freire de Carvalho, conego da Sé patriarchal de Lisboa. E eu, ainda com saude e vida, estou escrevendo e mencionando estas mortes da minha familia no dia 26 de Maio de 1854 com 81 annos, dez mezes, e seis dias!!!

Ainda ha pouco mencionei o pouco ou nenhum *trato urbano*, que encontrei em um individuo, de quem menos o esperava: estava-me guardado outro por uma sociedade á qual por muitos annos pertenci. Faço menção d'estes casos, porque tendo sido muito bem tratado em toda a minha longa vida com as maiores attenções pelas pessoas da mais alta jerarchia, com quem tive relações, e que sempre muito me respeitaram, porque tambem sube sempre respeitar-me, mui natural é, que estranhasse procedimentos que não esperava.

Pela morte de meu irmão D. Antonio da Visitação Freire de Carvalho, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e que morreu em 4 de Março de 1804, fui eu, sem o requerer, e por um acto da mais attenciosa cortezia, nomeado para o substituir por carta, que conservo, e tem a data de 22 de Novembro do mesmo anno de 1804. Vê-se logo, que havia já desde 1804 até aos fins do anno de 1851, em que se reformou a Academia actual com novos estatutos, 47 annos que eu pertencia á velha Academia.

Na sua reforma, á qual nunca tive pretenções de pertencer, parecia que era melhor excluir-me d'ella, *por velho, fossil*, ou por qualquer motivo que fosse, do que dar-me lá um logar *inferior* ao que eu occupava; porque isto, nem mais nem menos, era aviltar-me e tratar-me com um desprezo, que nenhum homem honrado deve soffrer, venha elle d'onde vier. Este desprezo achei eu na carta seguinte que me escreveu o actual secretario geral da nova Academia, e que foi nos termos seguintes:

«Tenho a honra de remetter a v. s.ª um exemplar dos estatutos da Academia Real das Sciencias, afim de que v. s.ª, na conformidade do § 2.º do artigo 2.º do regulamento Academico, se sirva escolher a secção, a que quer pertencer. Deus guarde &c. &c. Lisboa, 14 de Janeiro de 1853. — Joaquim José da Costa de Macedo, secretario geral.»

Fui examinar o artigo e § indicados, e n'elles vi, que aos antigos socios effectivos, que não faziam actualmente parte das secções, de que ella se compunha, eram considerados socios effectivos *supranumerarios*, na conformidade do artigo 23.º do decreto de 13 de Dezembro de 1851. Passei logo a ver o que havia no tal artigo, e li n'elle exactamente o que determinava o artigo já citado do regulamento.

Quiz ainda ver a figura que na nova Academia faziam os socios chamados *supranumerarios*, e então ainda li no artigo 40.º o seguinte: — *Nas questões economicas não tem voto os socios effectivos supranumerarios, nem os correspondentes.* Conhecendo então que só por *irrisão*, ou por uma *ironia* de desprezo se podiam reduzir á classe de *correspondentes* os antigos e velhos socios effectivos, escrevi em resposta ao secretario geral a carta seguinte:

«Tive a honra de ser socio da velha Academia desde o anno de 1804, isto é pelo espaço de perto de cincoenta annos; n'ella passei a socio effectivo, e n'esta cathegoria exerci os cargos de chefe de classe, de membro do conselho, e tive ainda a honrosa distincção de presidir por muitas vezes a esta mesma velha e distincta Academia. E seria então hoje para mim cousa decente ou airosa acceitar o nome e collocação que a nova Academia me quer dar? Não, senhor: um tal acto me degradaria aos olhos de quantos me conhecem.

Perdendo o titulo e as honras de socio effectivo ordinario, ou de socio effectivo do numero, e sendo excluido como tal, de ter parte em todas as deliberações da mesma nova Academia, segundo o que leio no artigo 40.º dos seus estatutos, participo por isso a v. s.ª que não posso acceitar, por *indecoroso*, o convite que me fazem, e que desde hoje em diante me dou por completamente desligado de tal Academia. Se assim o não fizesse, ficava eu d'esta feita com um titulo irrisorio, reduzido a classe de simples *correspondente* da antiga Academia, e voltava ao ponto d'onde parti quando entrei na carreira academica. Ora esta triste e ridicula figura nunca eu seria capaz de fazer, porque ainda não tive a infelicidade de perder o juizo e a vergonha; e sei, como sempre tenho sabido, avaliar o que é honra e brio.

Tenho procurado na minha longa vida, de mais de 80 annos, conservar um nome honroso, e não serei eu agora quem no fim d'ella o deshonre, ou deslustre os meus cabellos brancos. Nenhum cuidado me dá o não ter merecido a estimação da Academia; tenho merecido a do meu paiz, e com ella me dou por pago e satisfeito. Devolvo o exemplar dos estatutos, porque, rejeitando o titulo de supranumerario, não me dou por auctorisado para o conservar. Deus guarde &c. &c. Lisboa em 21 de Janeiro de 1853. — José Liberato Freire de Carvalho.»

(Continuar-se-ha.)

NOTICIARIO

A loucura da rainha D. Maria I e o governo e regencia do principe D. João. — Publicamos hoje os documentos relativos ao facto de assumir em 15 de Julho de 1799, a regencia do reino, o principe D. João, que desde 10 de Fevereiro de 1792 o governava em nome de sua mãe.

O ministro do reino José de Seabra da Silva, que concordára em 1792 que o principe D. João se encarregasse do governo sem a convocação dos tres estados; agora em 1799 oppozera-se no conselho de estado a que o mesmo principe assumisse a regencia, sem aquella convocação.

Resultou d'esse seu voto, que o regente D. João o demittisse do logar de ministro e de todos os mais empregos que exercia, mandando-o deportado para a sua quinta do Canal.

Eis os documentos:

Decreto

Tendo consideração a que em virtude das leis fundamentaes da monarchia portugueza, todos os direitos da soberania se devolveram na minha pessoa por occasião da funesta, verificada, e assás notoria enfermidade que infelizmente poz a rainha minha senhora e mãe na impossibilidade de os continuar a exercer; e achando-me pela dilatada experiencia de sete annos, em que o cuidado e assistencia dos medicos mais acreditados tem sido inteiramente inuteis; convencido de que a mesma enfermidade, humanamente fallando, se deve reputar incuravel, me pareceu que nas actuaes circumstancias dos negocios publicos, assim pelo que respeita ás relações exteriores, como á administração interna do reino, o bem dos meus vassallos portuguezes, e o meu pessoal decoro, se acham egualmente interessados em que eu revogando o meu decreto de 10 de Fevereiro de 1792, o qual sómente me foi dictado pelos sentimentos de respeito e amor filial, de que sempre desejei e desejo dar á rainha minha senhora e mãe as mais exuberantes provas, continue de hoje em deante o governo d'estes reinos e seus dominios debaixo do meu proprio nome e suprema auctoridade.

Pelo que sem separar-me dos expressados sentimentos, mas reconhecendo que elles de sua natureza devem ser subordinados ao bem dos povos e ao decoro da soberania; tenho resolvido que da data do presente decreto em diante todas as leis, alvarás, decretos, resoluções e ordens, que deveriam ser expedidas em nome da rainha minha senhora e mãe, se esta se achasse effectivamente governando esta monarchia, sejam lavrados e expedidos em meu nome como principe regente que sou, durante o seu actual impedimento; e que semelhantemente sejam a mim expressamente dirigidas todas as consultas, requerimentos, supplicas e representações, que para o futuro houverem de subir á minha presença. — José de Seabra da Silva, do conselho d'estado, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, o tenha assim intendido e faça executar, expedindo este por copia ás partes a que tocar.

Palacio de Queluz 15 de Julho de 1799. — Com a rubrica do principe nosso senhor.

Aviso aos tribunaes com o decreto retro

O principe nosso senhor pelo decreto da copia junta, que vae por mim assignada, foi servido que da data d'elle em diante, na continuação da sua regencia se lhe dirigissem todas as consultas, requerimentos, supplicas e representações, que para o futuro houverem de subir á sua real presença, e em seu nome se expedirem todas as leis, alvarás, decretos, resoluções e ordens, revogando o decreto de 10 de Fevereiro de 1792, ditado n'esta parte accidental pelos sentimentos de veneração, respeito e amor filial que sempre tributou, e sempre guardara a sua augusta mãe e rainha nossa senhora: o que v. s.ª fará presente na mesa da consciencia e ordens para a sua intelligencia e cumprimento.

Deus guarde a v. s.ª — Lisboa 15 de Julho de 1799. — José de Seabra da Silva.

Aviso para o beijamão

Exm.º e revm.º sr. — O principe nosso senhor houve por bem determinar, que o dia de terça feira, 23 do corrente, fosse dia de côrte e beijamão, para receber os tribunaes e a côrte n'esta occasião em que declarou pelo real decreto de 15 do corrente a continuação da sua regencia: concedendo sua alteza em determinar o dito dia para este obsequioso e respeitoso acto com os socios dos mesmos tribunaes e côrte. O que participo a v. ex.ª para sua intelligencia e da junta da bulla da cruzada.

Deus guarde a v. ex.ª — Palacio de Queluz 20 de Julho de 1799. — José de Seabra da Silva. — Sr. principal Castro.

Aviso a respeito do secretario d'estado José de Seabra da Silva

Havendo dado a José de Seabra da Silva a demissão do meu real serviço em todos os cargos e empregos que d'antes occupava, por justos e attendiveis motivos que a isso me moveram: hei por bem encarregar interinamente ao marquez mordomo mór o expediente da secretaria d'estado dos negocios do reino, das secretarias d'estado da rainha, da do estado e casa de Bragança, e dos mais cargos e empregos que occupava o mesmo José de Seabra da Silva. A mesa do desembargo do paço assim o tenha entendido.

Palacio de Queluz 5 de Agosto de 1799. — Principe.

Edital

O principe nosso senhor mandou expedir á mesa do desembargo do paço o decreto do theor seguinte:

Tomando em consideração esta faustissima occasião do meu real decreto de 15 de Julho do presente anno, e desejando corresponder com os effeitos da minha real benignidade no que póde ser compativel com a justiça, ao amor que todos os vassallos portuguezes tem manifestado ao meu real serviço, nas demonstrações com que applaudiram o motivo do referido meu real decreto de 15 de Julho do presente anno: hei por bem fazer mercê aos presos que estiverem por causas crimes nas cadeias publicas, dos districtos da relação de Lisboa e da do Porto, não tendo parte mais que a justiça, de lhes perdoar livremente por esta vez todos e quaesquer crimes pelos quaes assim estiverem presos, exceptuando os seguintes pela gravidade d'elles e convir ao serviço de Deus e dos seus santos — inconfidencia — moeda falsa — testemunho falso — matar ou ferir sendo de proposito, sendo com arcabuz ou espingarda, e dar peçonha ainda que morte se não siga — morte commettida atraiçoadamente — quebrantar prisões por força — pôr fogo accintemente — forçar mulheres — soltar presos a carcereiros por vontade ou peita — ferimento de qualquer juiz, ou pancadas, posto que pedaneo ou vintaneiro seja, sendo sobre seu officio — ferir alguma pessoa tomada ás mãos — furto que passe de um marco de prata — ferida pelo rosto com tenção de a dar, se com effeito se deu em carcereiro; e outrosim ladrão formigueiro á terceira vez; nem condemnação de açoites sendo por furto. É minha vontade e mente que excepto estes crimes aqui declarados, que ficam nos termos ordinarios da justiça, todos os mais fiquem perdoados, e as pessoas que por elles estiverem presas não tendo parte mais do que a justiça, o que se entenderá tendo perdão d'ellas que os não accusem ou não apparecendo, por constar que os não ha para poderem accusar, ficando sempre o seu direito salvo ás ditas partes n'este segundo caso para accusarem os reus perdoados, quando apparecerem e o queiram fazer, porque a minha intenção é perdoar sómente aos ditos reus a satisfação da justiça e não prejudicar as ditas partes no direito que lhes pertencer. Para serem os ditos criminosos perdoados serão vistas as culpas pelos juizes a que tocar, para haver este perdão por conforme a ellas na fórma ordinaria.

Pela mesa do desembargo do paço se dêm as ordens necessarias para este meu decreto se publicar e vir á noticia de todos, e se executar como n'elle se contém.

Palacio de Queluz 16 de Agosto de 1799. — Com a rubrica do principe nosso senhor. — Para que chegue á noticia de todos se mandou afixar este edital. Lisboa 27 de Agosto de 1799. — José Frederico Ludovice.»

Alexandre Herculano. — Temos diligenciado colligir todos os periodicos portuguezes, do continente do reino, ilhas dos Açores e ilha da Madeira, que commemoraram o fallecimento do nosso illustre escriptor o sr. Alexandre Herculano.

Já temos reunidos 87 periodicos, sendo 67 do continente e 20 das ilhas dos Açores.

Faltam-nos ainda 5 ou 6 do continente, 3 ou 4 dos Açores, e os da ilha da Madeira, todos os quaes esperamos obter.

Por esta occasião damos como curiosidade a noticia dos 24 periodicos, que actualmente se publicam nos Açores:

S. MIGUEL. — Açoriano Oriental — Artista — Civilisação — Ecco da Liberdade — Ecco Michaelense — Estrella Oriental — Melrinho — Partido Popular — Persuasão, (semanaes). — Correio de Lisboa, (quinzenal). — Diario dos Açores, (bi-semanal). — Gazeta da Relação, (3 vezes por semana).

TERCEIRA. — Angrense — Callidico — Ideia Nova — Progresso — Terceira, (semanaes). — Album, (quinzenal). — Gabinete de Estudos, (mensal). Este já ha tempo que falta. Não sabemos se continua.

S. JORGE. — Jorgense, (quinzenal).

FAYAL. — Fayalense — Atlantico — Gazeta Judicial, (semanaes). — Ecco Litterario, (quinzenal).

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

D. Maria dos Anjos Marques Pereira Ribeiro, filha de Anselmo Marques Pereira Ribeiro e Maria Luiza Pereira, de Passos, concelho de Gouveia, de 55 annos, fallecida em 5 de Outubro de 1877.

Belarmina da Conceição Ribeiro, filha de José Paulo Ribeiro e Benedicta Emilia, de Coimbra, de 23 annos, fallecida em 6.

Julio, filho de Albino Ferreira e Rosa da Conceição, de Coimbra, de 13 mezes, fallecido em 7.

Palmira, filha de Manoel Joaquim Figueira e Anna de Sant'Iago, de Coimbra, de 1 anno, fallecida em 7.

Maria Sant'Anna, filha de Joaquim Maria Torres e Maria Martins Soares, da Varzea de Goes, de 74 annos, fallecida em 8.

Antonio Maria da Silva, filho de Antonio da Silva e Anna Maria, de Tonda, de 85 annos, fallecido em 10.

José, filho de Joaquim Simões Mendes e Emilia, de S. Francisco da Ponte, de 4 annos, fallecido em 11.

Alexandrina Rosa Dias, filha de Antonio Bernardes e Libania Antunes Dias, de Coimbra, de 18 annos, fallecida em 12.

Antonio Valle da Encarnação, filho de Fortunato da Valle da Encarnação e Josepha de Jesus, de Coimbra, de 17 annos, fallecido em 12.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:311.

Transferencias. — O sr. Antonio Carvalho da Silva, professor vitalicio da cadeira de ensino primario da freguezia das Meãs, concelho de Montemór o Velho, foi transferido para a de Tentugal no mesmo concelho, por troca com o respectivo professor.

O sr. José Alexandrino Beja da Silva, professor vitalicio da cadeira de ensino primario de Tentugal, concelho de Montemór o Velho, foi transferido para a das Meãs, por troca com o antecedente.

Prodigio. — É assim que póde designar-se o que tem succedido com a sr.ª Anna da Gloria, socia da Associação Conimbricense do sexo feminino, e criada do nosso amigo o sr. Olympio.

Adoeceu na Figueira em Setembro do anno passado, com uma pneumonia aguda. Quando foi possivel, veiu para Coimbra, onde recaiu varias vezes, tornando-se dupla a pneumonia, e complicando-se com outros padecimentos chronicos, que tornaram gravissimo o seu estado durante muitos mezes.

Desde o primeiro dia de tão longa doença foi seu medico assistente o sr. Dr. Augusto Rocha, que para a doente não foi só medico, foi enfermeiro, foi um dedicado amigo, alliando a sciencia com a caridade.

Para o illustre clinico não havia horas de visita: de dia ou de noite, ás horas mais incommodas e durante um rigoroso inverno, era frequente em suas visitas, permanecendo junto do leito da doente, dirigindo as applicações, e tomando em tudo um interesse, que só póde ser inspirado por um animo generoso.

Relataram-nos isto quando ha dias vimos a doente; e ella mesmo nos pediu que fizessemos publico o generoso procedimento do sr. Dr. Rocha, ao que com muita satisfação annuimos; porque factos taes são honrosos para uma classe em geral, e em especial para o individuo que os pratica; e porque vemos n'elles uma garantia de que o Posto Medico Conimbricense, de que o sr. Dr. Rocha é um dos medicos, será em Coimbra uma instituição digna do bom nome de seus iniciadores.

Necrologio. — Pedem-nos a publicação do seguinte:

«A vida e a morte completam a grande missão da humanidade na terra que são a lei principal da natureza. Desempenhar a primeira com virtude, e aguardar a segunda com resignação é merecer a palma da gloria com o amor de Deus.

Mais um ente querido entrou no pelago da eternidade.

Alexandrina Rosa Dias, pessoa apreciavel pelas suas elevadas qualidades e bons sentimentos, entregou a alma ao eterno no dia 12 do corrente.

Curta foi a passagem da sua alma na terra para voltar a resplandecer no ceu!

Aos parentes inconsolaveis e a nós que a amavamos viva, contemple ella ao lado de Deus chorando a saudade e respeitando a sua memoria.

Coimbra, 14 de Outubro de 1877. — J. * * * *.

Noticias de França. — *Paris 12, pela manhã.* — Mac-Mahon dirigiu um novo manifesto ao povo francez. Declara que a constituição republicana não está em perigo. O governo respeita a religião, mas não obedece a pretendidas influencias clericaes. Coisa alguma poderá leval-o a uma politica que possa compromettter a paz. A lucta é entre a ordem e a desordem. «Respondei ao meu appello, accrescenta o manifesto, e eu, collocado pela constituição n'um posto que o dever me prohibe abandonar, respondo pela ordem e pela paz.»

O marquez de Molins, embaixador hespanhol, desmentiu que tenham sido impostos os sêllos no palacio Basilewski, residencia da ex-rainha Isabel em Paris.

Paris, 12, á tarde. — Gambetta foi novamente condemnado á revelia a trez mezes de cadeia e 4:000 francos de multa. Lefèvre, o impressor, foi condemnado a quinze dias de cadeia e 2:000 francos de multa.

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Jornal da Noite* o seguinte:

Londres, 12 pela manhã. — Segundo annuncia um despacho de Belgrado, publicado pelo *Times*, as tropas servias dirigem-se para as fronteiras. O *Morning-Post* crê que a Austria não permittirá que a guerra toque nas suas fronteiras.

O *Standard* informa, de origem auctorisada, que as chuvas causam grande mortalidade nos exercitos belligerantes, faltos de vestimentas de inverno.

Pesth, 12 á tarde. — Os russos tem na Bulgaria 240 mil homens. O exercito do czarewitch conta 100:000 homens, e conservar-se-ha na defensiva durante o ataque de Plewna, que os russos contam tomar antes do inverno.

Eleição em França. — *Paris*, 14, *á noite*. — O escrutinio em Paris foi encerrado ás 7 horas da noite. A cidade permanece tranquilla. Durante a noite iremos enviando os resultados.

(Ás 9 e meia da noite). No departamento do Sena, que comprehende 25 deputados, sendo 25 de Paris, foram eleitos os deputados republicanos, com excepção de um no 8.º districto de Paris, o antigo prefeito de Saint-Quentin, Anatole de la Forge, que foi batido pelo vice-almirante Touchard, orleanista, candidato official. Os deputados republicanos eleitos no departamento do Sena, são: Jules Grèvy, Gambetta, coronel Denfert-Rochereau, Benjamin Raspail, Germain Casse, Marmottan, Pascal Duprat, e Bamberger, com oppositores governamentaes; Tirard, Brelay, Spuller, Barodet, Louis Blanc, Frébault, Henri-Brisson, Floquet, Greppo, Gantagrel, Farcy, Clemenceau, Allain Target, Camile Sée, Deschanel, e Talandier, sem opposição.

Já se conhecem 150 resultados. Sabe-se que treze dos 363 foram batidos pelos conservadores, e dos 168 conservadores da camara dissolvida ha já conhecimento de cinco que foram vencidos pelos candidatos republicanos.

Paris, 15. — Calcula-se que a camara dos deputados compôr-se-ha aproximadamente de 320 republicanos e 210 conservadores. O governo sabe que dos candidatos officiaes são eleitos 195. Ha 11 empates, 10 dos quaes os conservadores julgam ser-lhes favoravel. Falta ainda conhecer o resultado de 12 eleições.

Paris, 15. — Os resultados do escrutinio conhecidos até agora são em numero de 300. Obtiveram a maioria 196 republicanos, dos quaes 180 pertencentes á camara dissolvida e 99 conservadores, 64 dos quaes faziam parte da antiga minoria. Houve 4 empates. Os republicanos têm perdido em 27 districtos e os conservadores em 13.

Decazes foi derrotado no districto de Libourne (Gironde) pelo republicano Lalamme, um dos 363, mas foi eleito pelo districto de Puget-Theniers. O ministro do interior Fourthou foi reeleito por 4:000 votos de maioria em Rebeirac (Dardogne) contra Leonce Claverie.

O barão Haussman, candidato por Ajaccio (Corsega) contra o principe Jeronymo Napoleão, um dos 363 da camara dissolvida, tambem foi eleito.

Concerto. — Acha-se n'esta cidade, de passagem para Badajoz, o sr. D. Ramon Moias, cantor celebre hespanhol, e que tantos applausos tem recebido em todos os theatros onde tem cantado.

O sr. Moias tenciona dar um concerto no theatro Academico, e é de crer que tenha bastantes ouvintes, porque Coimbra é apreciadora dos bons artistas.

Despacho. — O presbytero Francisco Augusto Certo foi apresentado na egreja parochial de Nossa Senhora da Assumpção, de Santa Comba Dão, diocese de Coimbra.

Transferencia. — O sr. Bartholomeu de Moraes Bingre, professor vitalicio da cadeira de ensino primario do bairro baixo da cidade de Coimbra, foi transferido, pelo requerer, para a da villa e concelho de Mira.

Concurso. — Está aberto concurso, pelo espaço de 30 dias, cujo prazo terminará no dia 15 do proximo Novembro, para a admissão aos exames de candidatos ao magisterio primario de ambos os sexos.

Noticias de Lisboa. — Acha-se doente em Lisboa o sr. Antonio Cabral de Sá Nogueira; e está moribundo em Cascaes o sr. deputado Luiz de Campos.

ANNUNCIOS

LECCIONISTA

1 ANTONIO BELLO DA SILVA BRAZÃO, pharmaceutico de 1.ª classe pela Universidade de Coimbra, lecciona na villa de Midões os seguintes preparatorios: instrucção primaria, francez, portuguez e desenho, por preços commodos.

2 VENDE-SE um fogão de cozinha para familia pouco numerosa.
Arcos de S. Bento, 6.

COMPANHIA LISBONENSE DE TABACOS

FABRICA DE TABACOS EM SANTA APOLONIA

LISBOA

UNICA PREMIADA NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PHILADELPHIA

3 A DIRECÇÃO d'esta companhia lembra novamente aos seus compradores e ao publico em geral, a conveniencia de examinarem com a maior attenção os rotulos dos tabacos que comprarem, a fim de que não se illudam recebendo como tabacos de Santa Apolonia, outros de qualidades inferiores, devido isto á constante imitação que outras fabricas do paiz tem feito da nossa marca, rotulos, envolucros e empapelos.

A direcção faz tambem publico, que em virtude da perfeição do seu fabrico, bom aroma, e boa qualidade dos tabacos que emprega, foi esta fabrica a unica ultimamente premiada com a grande medalha de honra na exposição universal de Philadelphia.

THEATRO DE D. LUIZ I.

GRANDE COMPANHIA ZARZUELLA HESPANHOLA

Hoje, terça feira 16
SUBIRÁ Á SCENA A LINDA ZARZUELLA
CONQUISTA DE MADRID

Quarta-feira 17
A LINDA ZARZUELLA
ROBINSON

Quinta-feira 18
A LINDA ZARZUELLA
LA CAMPANHE DE LA HERMITE

4 OS BILHETES de camarotes e plateia já se acham á venda na Livraria Popular rua do Visconde da Luz.

5 JOÃO TORQUATO COELHO ROCHA, estudante do 2.º anno de Direito, lecciona Francez e Inglez na rua do Norte, n.º 37.

MONTEMÓR O VELHO

6 VENDEM-SE 16 aguilhadas de terra no Campo d'Ourique, que partem do norte com a estrada de Mondeguinha, sul com o rio velho, nascente com o exm.º sr. Lemos, de Condeixa, e poente com Simões Lapas, de Formoselha.

A praça é em Montemór, em casa de Paulo Coelho Sampaio, no dia 21 do corrente — domingo.

Esta propriedade tem andado arrendada a Aniceto Ramos, de Formoselha.

7 CONVOCO a irmandade Santissimo Sacramento da freguezia de S. Christovão (Sé Velha) para se reunir no proximo domingo, 21 do corrente, pelas dez horas da manhã, a fim de deliberar sobre assumptos de maior interesse para a irmandade e sobre as escusas apresentadas por alguns dos mesarios ultimamente eleitos.

Coimbra, 15 de Outubro de 1877.
O juiz
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

CENTRO PROMOTOR DE INSTRUCÇÃO POPULAR

8 ESTÁ ABERTA a matricula para as aulas nocturnas de *francez* e *inglez*, que começarão no dia 5 de Novembro proximo.

Por deliberação tomada em direcção, alem dos socios e seus familiares, serão admittidos á matricula sob proposta d'um socio, os individuos extranhos á associação, que por falta de meios ou por não terem a edade requerida nos estatutos, não estejam nas condições de ser admittidos como socios.

Dias d'aula.

Francez. — Segundas, quartas e sextas feiras.
Inglez. — Terças feiras e sabbados.

Horas d'aula.

Nos mezes de inverno ás 6 horas da noute.
Coimbra, 14 de Outubro de 1877.
O director bibliothecario servindo de secretario,
Francisco Lopes de Jesus Coelho.

AGRADECIMENTO

9 AUGUSTO DA SILVA TEIXEIRA e sua mulher Maria Augusta da Piedade Silva, não podendo como desejavam agradecer a todas as pessoas que os animaram durante os ultimos soffrimentos de seu prezado sogro e pae Antonio Maria da Silva, e depois do fallecimento, vêem por este meio agradecer a todos, e aos que se dignaram acompanhal-o á sua ultima morada, protestando eterno reconhecimento.

Coimbra, 16 de Outubro de 1877.

AGRADECIMENTO

10 FORTUNATO VALLE DA ENCARNAÇÃO, E SUA FAMILIA, penhoradissimos para com todas as pessoas, que tanto na enfermidade de seu prezado filho Antonio Valle da Encarnação se interessaram com os mais attenciosos cuidados, como tambem aos que nas honras funebres, que tiveram logar no dia 13 do corrente, lhe dispensaram dedicados obsequios, e bem assim aos que de qualquer forma tomaram parte na sua dôr; a todos do fundo d'alma agradecem d'esta forma, pela impossibilidade de o fazerem pessoalmente como desejavam, e protestam o seu profundo e indelevel reconhecimento.

Coimbra, 16 de Outubro de 1877.

ESCOLA NORMAL E GRADUAL DE INSTRUCÇÃO PRIMARIA E INSTITUTO CALLIGRAPHICO EM COIMBRA

FUNDADA EM 18 D'OUTUBRO DE 1875
RUA DE QUEBRA COSTAS, N.º 49

Relação dos alumnos d'esta escola, approvados no Lyceu Nacional de Coimbra em Maio de 1877.

INSTRUCÇÃO PRIMARIA

Alexandre Augusto de Sousa Duarte.
Alfredo Thomaz de Brito.
Bemjámin Craveiro.
Cesar Augusto Pereira Caldeira.
Domingos Gomes Moraes Sarmento.
Francisco Lopes Correia.
José Victorino Parada da Silva Leitão.
José Maria Cypriano Pereira da Silva.
Joaquim Antonio Pedro.
Joaquim do Espirito Santo Ferreira Junior.
Joaquim dos Santos Figueiredo.
Manoel Marques Cardoso.

Resumo dos valores de suas approvações

3 com 14 valores
2 com 12 »
4 com 11 »
3 com 10 »

MAGISTERIO PRIMARIO

D. Anna da Conceição Quaresma.
D. Augusta dos Santos Fonseca Paiva.
Leonardo Correia Pessoa.
Antonio Maria Antunes.

INSTRUCÇÃO SECUNDARIA

LINGUA FRANCEZA

Antonio Augusto Vieira d'Almeida.

Os alumnos Joaquim dos Santos Figueiredo e Joaquim Antonio Pedro frequentaram a aula da Associação dos Artistas.

Tem sido progressivo, e mais lisonjeiro do que no anno lectivo de 1875-1876, o desenvolvimento dos discipulos d'esta escola Normal e Gradual, como se evidenceia do mencionado resumo.

São admittidos tambem a cursarem as disciplinas da mesma escola as filhas de familia, que se queiram aproveitar do futuro das lições ensinadas n'este estabelecimento, onde já se acham muitas a habilitar-se para os exames de instrucção primaria, que têm logar em Maio de 1878.

Os professores deliberaram aproveitar o *Methodo de João de Deus* no ensino da leitura; e, empenhados na causa da instrucção, resolveram abrir no dia 18 do corrente uma *aula nocturna* para os alumnos que não poderem frequentar as aulas diarias.

Coimbra, 12 de Outubro de 1877.
O director e professor,
Luiz Adelino Lopes da Cruz.

LECCIONISTA

12 ANTONIO AUGUSTO DE SÁ VARELLA, estudante do 5.º anno juridico, continua a leccionar portuguez (curso completo). Admitte alumnos de reconhecida pobreza, gratis. Abre a aula no dia 16 do corrente.

Falla-se na travessa de S. Pedro, n.º 5.

LECCIONAÇÃO

13 A LECCIONAÇÃO annunciada na travessa da rua do Norte, n.º 4, deverá começam no sabbado, 20 do corrente, na rua de Mathematica, n.º 6.

Alves Martins.

ATTENÇÃO

14 NA RUA DOS MILITARES, ao arco da Traição, n.º 3, uma senhora de toda a confiança recebe estudantes de todas as edades, por preços commodos.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3154 — Sabbado 20 de Outubro de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

O resultado das eleições em França causou verdadeiro enthusiasmo em todo o partido liberal.

O marechal Mac-Mahon lançára a luva áquelle grande paiz, e os cidadãos livres responderam dignamente á sua provocação.

O presidente da republica franceza tinha-se alliado a todos os elementos reaccionarios; aos bonapartistas, aos orleanistas, e aos partidarios do conde de Chambord; havia perseguido a imprensa, prohibido as reuniões politicas, mandado fechar os clubs, arrastado aos tribunaes por duas vezes Mr. Gambetta; havia proclamado á França, tornando a questão quasi pessoal; em fim os seus ministros, imitadores dos Villeles e dos Polignacs, tinham exercido uma pressão violentissima sobre os eleitores: e comtudo — cousa admiravel! — a França levanta-se indignada, e faz triumphar uma grande maioria contra o governo pessoal e odiento de Mac-Mahon!

Diga-se o que se disser; excogitem-se quaesquer desculpas para atenuar o effeito moral d'esta victoria — é evidentissimo que um resultado tão extraordinario e significativo não se obtem sem que a opinião publica esteja fortemente manifestada contra o governo oppressor, que pretende dominar n'aquelle paiz.

Não desejâmos, nem approvâmos excessos por parte do partido liberal, quer em França, quer em qualquer outro paiz; mas egualmente não podemos ver a sangue frio, que no seculo XIX se tente governar os povos com a força da espada.

Assim o quizeram praticar o primeiro e o terceiro Napoleão; mas ambos tiveram em consequencia d'isso de sair do territorio francez.

Mac-Mahon, com a dissolução da camara dos deputados de certo pretendeu imitar a Carlos X.

Ha até uma coincidencia, que ainda não vimos notar a jornal algum.

A celebre carta dirigida por Mac-Mahon a Jules Simon, e que foi o ponto de partida para todos os actos de reacção que se têm praticado em França, era datada de 16 de Maio de 1877; e o decreto pelo qual Carlos X dissolveu a camara dos deputados, foi datado de 16 de Maio de 1830.

Tambem nos parece curioso apresentar aqui em parallelo as proclamações de Mac-Mahon e de Carlos X, nas vesperas das eleições de deputados.

Disse agora Mac-Mahon no corrente mez de Outubro:

«Francezes! — Ides votar.

As violencias da opposição dissiparam todas as illusões. Já nenhuma calumnia póde alterar a verdade.

Não, a constituição republicana não corre perigo.

Não, o governo, por mais respeitoso que seja para com a religião, não obedece ás pretendidas influencias clericaes, e nada poderá arrastal-o a uma politica compromettedora da paz.

Não, vós não estaes ameaçados de qualquer volta ao passado.

A lucta é entre a ordem e a desordem.

Vós já vos pronunciastes.

Vós não quereis, por eleições hostis, lançar o paiz n'um futuro prenhe de crises e de conflictos.

Vós quereis a tranquillidade firmada tanto no interior como no exterior, o accordo dos poderes politicos, a segurança do trabalho e dos negocios.

Vós votareis pelos candidatos que eu recommendo aos vossos livres suffragios.

Francezes.

É chegada a hora.

Marchae sem temor ao escrutinio. Acudi ao meu chamamento, e eu, collocado pela constituição no posto que o dever me impede de abandonar, respondo pela ordem e pela paz.

O presidente da republica — MARECHAL DE MAC-MAHON, *duque de Magenta*.»

E tinha dito Carlos X no mez de Junho de 1830:

«Carlos pela graça de Deus rei de França e de Navarra.

A todos que a presente virem, saude.

Francezes! — A ultima camara dos deputados desconheceu as minhas intenções. Eu tinha direito de contar com o seu auxilio para fazer o bem que meditava; ella recusou-mo! Como pae do meu povo o meu coração affligiu-se; como rei offendi-me. Pronunciei a dissolução d'esta camara.

Francezes! A vossa prosperidade faz a minha gloria; a vossa felicidade é a minha. No momento em que os collegios eleitoraes vão abrir-se em todos os pontos do meu reino, vós escutareis a voz do vosso rei.

Manter a Carta Constitucional, e as instituições, que ella fundou, foi e será sempre o alvo dos meus esforços.

Mas para chegar a este alvo devo exercer livremente, e fazer respeitar os direitos, que são o apanagio da minha corôa.

É n'elles que está a garantia do socego publico, e das vossas liberdades. A natureza do governo seria alterada, se tentativas culpaveis enfraquecessem as minhas prerogativas, e eu trahiria os meus juramentos, se tal consentisse.

Ao abrigo d'este governo, a França tem-se tornado florescente, e livre. Ella lhe deve as suas regalias, o seu credito, e a sua industria. A França nada tem a invejar aos outros estados, e não póde aspirar senão á conservação das vantagens de que gosa.

Tranquillisae-vos a respeito dos vossos direitos. Eu confundo-os com os meus, e hei de protegel-os com egual solicitude.

Não vos deixeis illudir pela linguagem insidiosa dos inimigos do vosso socego. Repelli suspeitas indignas, e falsos temores, que podem abalar a confiança publica, e excitar graves desordens.

Os designios d'aquelles, que propagam estes temores hão de falhar, quaesquer que elles sejam perante a minha immutavel resolução. A vossa segurança, vossos interesses, assim como as vossas liberdades não serão compromettidas; vigio tanto sobre uns como sobre as outras.

Eleitores, correi a reunir-vos nos vossos collegios: não os prive da vossa presença uma negligencia reprehensivel! Que um mesmo sentimento vos anime, que uma mesma bandeira vos una!

É o vosso rei que vol-o pede; é um pae que vos chama. Cumpri os vossos deveres; eu saberei cumprir os meus.

Dada no nosso palacio das Tulherias em 13 de Junho de 1830, e sexto do nosso reinado.

CARLOS. — Pelo rei, *o presidente do conselho dos ministros — principe de Polignac.*»

Tanto Carlos X como Mac-Mahon se mostravam nas suas proclamações muito amigos da liberdade e da constituição, para ver se illudiam os eleitores. Estes, porém, tanto então como agora tiveram na devida conta aquellas proclamações.

Vejâmos o resultado nas duas épochas.

Agora em 14 de Outubro de 1877, governando Mac-Mahon, foram eleitos 314 republicanos — 201 conservadores — e houve 14 empates. — Total 529. —

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Eu nem o mais leve desgosto tinha de ser excluido do numero das novas firmas, que se tinham escolhido para dar fama e lustre ao maravilhoso candelabro scientifico, que se ia accender debaixo das abobadas dos velhos claustros do convento de Jesus; porque, a fallar a verdade, examinado tudo bem imparcialmente, não lhe pozeram novas luzes que espantem! Não pude porém tolerar na minha mediania, que tão mesquinha e descortezmente se quizessem enxovalhar individuos, que lhe entregavam uma Academia reconhecida e respeitada por todo o nosso mundo scientifico!

Querer dentro do seu paiz aviltar nomes respeitados pelas Academias estrangeiras, era um acto para o qual não acho um nome decente: ao menos, despedindo-os, devia-se-lhes dar *um nome*, que não os aviltasse, nem os degradasse das cathegorias em que estavam; e o nome ridiculo de *supranumerarios*, egual ao dos *correspondentes da velha e nova Academia*, era um signal não de honra, mas de um grosseiro desprezo, sempre mal cabido em gente bem creada, e que sabe guardar as conveniencias da boa sociedade. Era preciso honrar os homens que lhe entregavam uma Academia honrada pelas primeiras capacidades do nosso mundo litterario; e como isto se não fez, foi a razão porque me despedi...

Sempre fui respeitado pela velha Academia, e tanto assim, que não a podendo frequentar por muito tempo, em consequencia dos diversos transtornos da minha vida, e achando-me por muitos annos ausente em Inglaterra, sempre o meu nome se conservou inscripto no catalogo dos Academicos: ao menos os meus velhos consocios guardaram sempre para comigo aquella delicada deferencia, que nunca fica mal a quem a faz. Emfim o que mais me admirou foi, que aquelle celebre decreto, que creou esta nova Academia, fosse assignado, como presidente do ministerio, pelo marechal duque de Saldanha, homem verdadeiramente cavalheiro, e que tão bem sabia avaliar as conveniencias, que todos os homens de gravata *bem lavada* costumam guardar na sociedade uns para com os outros...

Eis-me pois chegado ao termo de resumir qual foi a minha vida, começada por um modo que parecia viria a ser bem pouco, ou nada sabida, e que nunca sahiria debaixo das abobadas de um claustro; e que uma enfiada de circumstancias, ligadas umas com outras, a fizeram depois um pouco conhecida, não por honras e riqueza, mas por um *certo nome*, que não me deshonrou, e que lhe mereceu alguma consideração no meu paiz.

Estou no fim d'ella, e entre mil casos notaveis, que a tem tornado tão variada, ainda agora se vae fechar com um bem raro, e de pouco uso no mundo. É um desses rasgos de amisade que honram a natureza humana, e que um amigo, quasi de 40 annos, acaba de praticar para comigo. Este amigo é aquelle homem generoso, Custodio Pereira de Carvalho, (1) de quem já por muitas vezes tenho fallado, e cuja mão generosa sempre tenho encontrado ao meu lado, para me servir de apoio em todos os contratempos que tenho podido ter; e que não contente de me vigiar na vida, ainda me quer conduzir *com honra* á minha ultima morada, da qual se não estou proximo, não estou muito distante.

No dia 16 de Março passado recebi a carta seguinte:

«Ill.mo sr. José Liberato Freire de Carvalho. — Lisboa, 16 de Março de 1854. — Amigo e sr. — Em consequencia da positiva ordem, que recebi do nosso mutuo amigo o sr. Custodio Pereira de Carvalho, de Londres, cumpre-me fazer sciente a v. s.ª, que fica depositada em meu poder a quantia de duzentos mil réis em moeda metalica, cuja importancia (segundo as ordens do dito amigo) é para ser applicada á despeza que se houver de fazer

(1) Morreu em Londres em 20 de Setembro de 1854 com 76 annos de edade.

Falta saber o resultado de 9 deputados das colonias.

E em 23 de Junho, 3, 12 e 19 de Julho de 1830, governando Carlos X, foram eleitos 264 constitucionaes — 138 ministeriaes — e 18 duvidosos. — Total 420. — A camara compunha-se de 430 membros, 10 dos quaes não se chegaram a eleger.

Falta ainda que aconteça um facto, para que o parallelo seja perfeito e completo.

Carlos X, apezar de vencido nas eleições de Junho e Julho de 1830, atreveu-se a dissolver novamente as camaras, ainda antes d'ellas se reunirem, por uma ordenança datada de 25 de Julho.

E' verdade que a esse desprezo pela opinião publica se seguiu a memoravel revolução de Paris de 27, 28 e 29 de Julho, a qual levou Carlos X a ter de embarcar no dia 16 de Agosto no porto de Cherbourg, a fim de emigrar para Inglaterra.

Agora veremos se o presidente Mac-Mahon se aventura a dissolver outra vez a camara dos deputados, e qual a resposta que lhe dará a França.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na quarta feira á noute, uma grande parte da academia percorreu as ruas da cidade, com a philarmonica *Conimbricense*, festejando enthusiasticamente a victoria do partido republicano em França.

Consta-nos que em seguida a academia resolvera dirigir uma mensagem de felicitação a Mr. Gambetta, como representante do partido republicano francez.

Parece-nos vir a proposito publicar n'esta occasião um documento feito pela academia de Coimbra em 1848, e que de certo é hoje geralmente ignorado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

OS ESTUDANTES
DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
AOS
ESTUDANTES
DE
PARIS, ITALIA, BERLIN E VIENNA

IRMÃOS! Os estudantes da Universidade de Coimbra não podiam ficar silenciosos diante dos vossos feitos d'extremado valor, do vosso amor pela liberdade, e da vossa dedicação pela causa dos povos.

Quebrastes os grilhões da França, preparastes a unidade d'Italia e d'Allemanha, emancipastes a Austria, concorrestes para a revolução da Polonia, apressastes a quéda do absolutismo na Europa, apontastes aos povos a estrada do progresso, creastes-lhes um futuro glorioso, e nós de longe faziamos votos pelo triumpho da santa causa que defendieis, que é a nossa tambem, a da Peninsula, a das nações, a de toda a humanidade.

Está começada a regeneração do mundo, porque destes principio á grande cruzada dos povos contra os tyrannos. Travou-se uma lucta cruenta, e n'este combate de vida ou de morte entre o absolutismo embuçado e a democracia descoberta, é a democracia que vae triumphando sobre os cadaveres de nossos irmãos!

Mas que importa esse sangue? É o sello d'uma obra grandiosa; legaremos aos nossos filhos a LIBERDADE, que não herdámos de nossos paes. Sobre os nossos campos de batalha levanta-se um magestoso porvir, porque n'elles se proclama entre os ultimos arrancos da tyrannia vencida — **LIBERDADE, EGUALDADE E FRATERNIDADE** — para todos os homens.

Irmãos! por nossos avós nos foi legada uma nobre missão. Á mocidade pertence o preparar os novos destinos das nações; salvemol-as pois e Deus abençoará os nossos esforços.

Tambem nós levantámos já o brado da emancipação; tambem nós empunhámos as armas em Março de 1844, em Maio e Outubro de 1846; tambem nós derramámos o nosso sangue no campo da batalha; tambem nós seriamos vencedores se a *santa* alliança dos reis não viesse ingerir-se na nossa causa, arrancar-nos as armas e atar o pobre Portugal ao poste dos vencidos para continuar a escarnecel-o.

Fomos sacrificados, irmãos, mas não o seremos mais. A *santa* alliança morreu, e nos nossos corações existe cada vez mais vivo o amor da liberdade. Por ella correremos de novo ás armas, se fôr necessario, e ao empunhal-as bradaremos:

VIVA A PENINSULA!

VIVA A LIBERDADE DE TODOS OS POVOS!

VIVAM OS NOSSOS IRMÃOS DE PARIS, ITALIA, BERLIN E VIENNA!

Coimbra 9 d'Abril de 1848.

(Seguem-se **406** assignaturas).

A relação do Porto, por accordão de 12 do corrente, attendendo a que na reunião dos crédores do banco commercial de Vianna, não se tomou deliberação explicita com respeito á concessão ou negação da prorogação da moratoria, unico fim da reunião; e que para essa reunião se marcou um prazo tão limitado, que nem todos os crédores poderam comparecer á mesma; — mandou que o processo descesse ao tribunal do commercio de Vianna, para se ordenar nova reunião de crédores, marcando-se um prazo sufficiente para que a maior parte d'elles possa comparecer.

Eis ahi confirmado o que dissémos no artigo que publicámos n'este jornal de 15 de Setembro; e desmentidas as affirmativas que pela imprensa se tinham espalhado, de que os crédores haviam concedido a prorogação da moratoria.

Não concederam, nem de certo concedem, por mais diligencias que se façam para isso; porque elles bem sabem o que lhes convém. Não precisam de mais administradores do seu dinheiro.

Ainda não seria bastante a experiencia do passado?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Continua o mau fado a perseguir a escola de instrucção primaria do bairro baixo d'esta cidade.

Foi nomeado professor d'esta escola o sr. José Maria da Graça Afreixo; mas ainda antes de vir tomar posse requereu um anno de licença, que lhe foi concedida.

Terminado o anno pediu a demissão do seu cargo; e assim continuou a escola sem professor effectivo, e como que abandonada, pois que os professores interinos não davam, como era de esperar, quasi nenhum resultado.

Decorrido tempo foi transferido, a pedido seu, para esta cidade, o sr. Bartholomeu de Moraes Bingre. Veiu tomar posse e começou a reger a sua cadeira; mas dentro em pouco se desgostou do logar, e requereu e obteve ser novamente transferido para Mira.

Ahi está, portanto, outra vez sem professor uma escola, que tão necessaria é para esta cidade!

O motivo que allegam os nomeados para não virem para Coimbra, ou se ausentarem, é a absoluta impossibilidade de aqui viverem com tão mesquinho ordenado.

Em toda a parte é insignificante o ordenado para os professores; mas em Coimbra torna-se mais sensivel essa exiguidade, attendendo á avultada renda de casas que ha a pagar, e á maior carestia dos generos, ainda os de primeira necessidade.

A questão acha-se posta n'estes termos: — Ou a camara municipal quer ou não que funccione a escola. Se quer é indispensavel que vote no seu orçamento uma gratificação sufficiente para a subsistencia dos professores; se não quer, deixe estar as cousas como se acham, porque ficará fechada a escola para sempre.

A camara de Lisboa soube cumprir a sua missão, votando uma gratificação de 100$000 réis a cada um dos professores do municipio, a qual já foi approvada pelo conselho de districto.

E' mister que a camara de Coimbra, seguindo tão illustrado exemplo, estabeleça uma gratificação aos professores, adequada ás circumstancias da cidade.

Dizemos isto levados pela dedicação que temos pela instrucção do povo.

Havemos de insistir por esta nossa reclamação, quer para com a actual camara, se por acaso ficar reeleita; quer para com outra qualquer que a substitua.

O que pretendemos é que se diffunda a instrucção pelas classes desvalidas; e para isso não pouparemos diligencias.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Temos assistido com muita satisfação ás aulas nocturnas da Associação dos Artistas de Coimbra.

São muitas as creanças que alli vemos aprender a primeira instrucção; o mesmo com muito prazer notámos a concorrencia de alguns adultos. Estes ainda assim não são tantos quanto havia direito a esperar.

Porque é que tantos operarios que por ahi ha, completamente analphabetos, não se aproveitam das escolas nocturnas da associação?

Seja como fôr, torna-se-nos muito agradavel ver os filhos do povo, que já se acham matriculados, ir á noite receber a instrucção que tão util lhes ha de ser.

---

com o seu funeral e mausoleu, sendo os meus desejos que Deus permitta que v. s.ª gose vida e saude por dilatados annos, antes de ter logar aquella applicação. Muito me obsequiará v. s.ª de accusar-me a recepção d'esta carta, e acreditar-me que sou — de v. s.ª — amigo e obediente criado — Antonio Joaquim d'Oliveira.»

O que deu motivo a este extemporaneo rasgo de excessiva amisade foi o seguinte. Como o meu amigo constantemente nas suas cartas, e nas que escrevia ao seu correspondente, o nosso commum amigo Antonio Joaquim d'Oliveira, não cessava de perguntar se eu precisava de alguma cousa, porque não queria que no fim da vida nada me faltasse, disse-lhe eu um dia, que achando-me só no mundo quasi sem parentes, e sem ninguem que cobrisse o meu cadaver com alguns torrões de terra, lhe pedia por fim, quizesse recommendar ao seu bom correspondente, que por sua ordem me fizesse esse ultimo serviço, e que uma vez que tinha sido comigo tão generoso amigo na vida, me désse este ultimo signal de amisade na morte. A resposta que deu a este meu pedido foi a ordem que deu logo ao seu correspondente, e que acabo de transcrever.

Estou chegado ao fim das memorias da vida que parece estar quasi completa, e que no pouco que d'ella resta já não haverá cousa que contar, e que interessante seja. Assim em resumo direi o que fui.

Nasci felizmente com um caracter forte, energico, e resoluto. Sem ter recebido extraordinarios talentos, tive uma razão clara, intelligencia sufficiente, e talvez mais do que ordinaria para comprehender quaesquer estudos a que me applicasse, e mais facilidade em exprimir com clareza as minhas ideias, escrevendo-as do que fallando-as: a penna, que muito manejei, corria-me sempre mais ligeira do que a lingua.

Aos doze annos de edade já eu sabia todo o latim, que foi o que me poude ensinar o mestre que tive com meus irmãos em casa de meu pae. Dos doze até aos quinze, por minha propria curiosidade, cuidei em me aperfeiçoar quanto podia na intelligencia dos auctores latinos de que tinha noticia, porque sempre tive muita propensão para me instruir em todos os generos de litteratura; e a este estudo juntei os primeiros conhecimentos das linguas franceza e italiana.

Entrei na congregação dos conegos regulares de Santo Agostinho aos quinze annos de edade, e fiz o meu exame de latim com todo o desembaraço. Passado o anno de noviciado, entrei no estudo da rhetorica, e passei pelo melhor estudante. Findo este, passei para o collegio, onde tive tres annos dos estudos philosophicos, e tres theologicos com os das linguas grega e hebraica. Então se começou a desenvolver a minha intelligencia, e para isto concorreram muito aquellas lições, que n'aquelle tempo eram das melhores que se ensinavam nos claustros dos principaes conventos do reino.

A mesma sciencia theologica não foi para mim indifferente; e nem o é para quem a natureza deu uma razão clara, um juizo recto, e um verdadeiro desejo de n'ella se instruir. Esta sciencia, ou o que lhe queiram chamar, quando é ajudada por um profundo estudo da historia ecclesiastica, dá campo para que o entendimento tire d'ella grandes proveitos, o que nem todos os entendimentos são capazes de tirar; porque em geral lêem superficialmente nos livros o que deviam ler com a mais profunda attenção.

Era no anno de 1789 que começaram estes meus estudos, em que tambem começou a revolução franceza, e d'elles e dos extraordinarios acontecimentos que aquella revolução foi produzindo, tambem na minha cabeça se operou uma revolução completa.

Com summo desejo de ler tudo o que se ia passando, li quanto pude haver á mão; e com esta leitura se entrou a desenvolver em mim um odio profundo a tudo o que eram abusos, excessos de poder, absolutismo, tyrannia... A revolução começava a justificar-se, expondo ao mundo debaixo de todas as fórmas, e debaixo de todas as figuras, representadas pela imprensa, os motivos, as razões, e a justiça por que sobre o velho edificio social, cheio de abusos e de crimes, se pretendia elevar outro que emancipasse a raça humana do estado de infancia em que até alli se tinha procurado conservar.

Estas ideias regalavam-me, consolavam-me, como se diz, a alma; e foram as que depois se foram tambem cada dia mais desenvolvendo em mim. Não que o meu coração fosse sanguinario, porque nunca para isso propendeu, nem desejei que pela espada se estabelecesse a liberdade, assim como pela espada se havia estabelecido a servidão humana; queria sim que aquella dominasse no mundo, mas só por effeito da instrucção, e que se não tolhessem os meios de a propagar.

(Continuar-se-ha.)

E' lisonjeiro que andem na aula de desenho 26 alumnos, e muitos d'elles com verdadeira vocação para esta utilissima arte. Oxalá que esse numero vá crescendo.

Nas aulas de leitura e calligraphia, além das creanças, temos notado que em geral os alumnos adultos têm decidida vontade de aprender.

Porque é que tão bom exemplo não é imitado por maior numero?

Muitos operarios que não sabem ler, desculpam-se com a edade para não se irem matricular.

Pois envergonham-se de aprender; e não lhes repugna a figura indecente que fazem na sociedade, não sabendo ler um livro, escrever uma carta, ou fazer a mais simples conta?

A vergonha não está em aprender sendo já adulto, mas sim em ser voluntariamente ignorante.

Não podemos n'esta occasião deixar de fazer um penoso reparo.

De uma sociedade, que conta mais de 500 socios, não temos encontrado nas aulas nocturnas nem um unico d'elles, se exceptuarmos o sr. presidente da associação e o sr. secretario da mesa; nem ao menos qualquer membro do conselho!

Então como querem que prospere o ensino, não indo alli vigiar como elle é dirigido, e interessar-se pelo progresso d'aquelle instituto?

Temos ouvido dizer, que a grande maioria dos socios vêem com aversão a existencia das aulas nocturnas, porque não querem saber de ensino, mas sim que a Associação dos Artistas de Coimbra seja apenas uma sociedade de soccorro mutuo!

E' até onde póde chegar o obscurantismo!

De fórma que nem sabem, nem querem que os mais aprendam!

Tencionámos em breve ir aqui registando n'este jornal o nome de alguns dos alumnos, que mais se distinguirem, para galardão seu, e incitamento e emulação dos seus condiscipulos.

Aprendam; tornem-se cidadãos uteis á sociedade; já que tantos por ahi ha, que lhes é indifferente o papel ridiculo que representam pela sua crassa ignorancia!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um nosso estimavel amigo da Covilhã, que no mez passado esteve nos banhos de Unhaes da Serra, enviou-nos as informações que abaixo publicámos, ácerca do estado em que elles se acham.

Diz-nos o nosso amigo em carta que nos dirige, acompanhando aquellas informações:

«Apesar da sua muita erudição, que eu admiro, e do conhecimento que tem das cousas do nosso paiz, talvez o meu amigo não conheça, por muito obscuros que têm estado, os excellentes banhos de Unhaes da Serra. Escrevo-lhe pois (e n'isto creio dar-lhe prazer) essa succinta noticia d'elles.»

Engana-se o nosso bom amigo. Não nos são tão desconhecidos os banhos de Unhaes da Serra, como lhe parece.

No tomo XI das *Resoluções do Conselho de Estado na secção do contencioso administrativo*, colligidas e explicadas pelo nosso amigo o sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro, impresso esse tomo em 1862, se vêem desde paginas 224 até 234 interessantes noticias ácerca dos banhos de Unhaes da Serra.

Ahi se acha transcripto o que ácerca d'estes banhos disse o dr. Francisco da Fonseca Henriques no seu *Aquilegio medicinal*; o dr. Francisco Tavares nas suas *Instrucções e cautellas*; João Baptista de Castro no seu *Mappa de Portugal*; o sr. Ricardo Fernandes Vidal na sua correspondencia, publicada no tomo 3.º da *Revista Universal Lisbonense*; e mais especialmente a *Noticia ácerca dos banhos de Unhaes da Serra*, pelo empregado do governo civil de Castello Branco, o sr. José Lopes da Silva, e datado de 5 de Junho de 1860.

A essa memoria acrescentava o sr. José Silvestre Ribeiro, que tendo o governador civil de Castello Branco, o sr. José Pedro de Barros Lima, visitado os banhos em Outubro do referido anno de 1860, e encontrando o estabelecimento em um estado lamentavel, o entregára por um seu alvará á administração da camara da Covilhã.

E' só para sentir, que segundo as informações que abaixo publicâmos, o facto de ter passado a administração d'aquelles banhos para a mencionada camara, não haja dado o resultado que o sr. José Silvestre Ribeiro esperava.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Unhaes da Serra, 29 Setembro de 1877. — Amigo e sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Escrevo-lhe d'esta aldeia, aonde vim visitar os banhos e aguas thermaes, que de ha muito me apregoavam como das melhores do nosso paiz.

Mora esta pequena povoação a 2 horas e meia da Covilhã.... Não cuide v., por este modo de dizer, que já por aqui ha viação accelerada; podia e devia havel-a, se os gerentes da nação fizessem menos politica, e mais administração. Mas eu imaginava-me agora n'um paiz que sabe governar-se, e escrevi ao modo das nações civilisadas, que o mesmo é dizer — bem administradas....

Mora, dizia eu esta pequena povoação a 2 horas e meia da Covilhã, d'onde parti em diligencia, que diariamente transporta banhistas e amadores d'este sitio dos mais aprasiveis que visitei na famosa serra da Estrella.

Fui logo ver a casa dos banhos e a fonte das aguas a que pozeram o nome de — fonte do Cortiço.

A casa é um pequeno edificio retangular, cujo frontispicio é encimado pelas armas episcopaes da Guarda, que attestam ser obra mandada fazer pelo bispo D. Jeronymo nos fins do seculo passado. É dividido por parede-mestra em dois compartimentos eguaes; e em cada um d'estes ha um tanque, que encosta á mesma parede e accommoda 5 pessoas, mas onde, pela muito concorrencia, chegam a banhar-se 10 e 12!

E ainda dos dois tanques está inutilisado um por a muita agua commum que se lhe infiltra do ribeiro, que lhe corre superior, e dos terrenos adjacentes que são cultivados e regados.

É escusado dizer (visto que escrevo em Portugal e em terras desherdadas da civilisação) que estas aguas não estão analysadas: vê-se porém que abundam em enxofre, que bem se denuncia pelo cheiro que exhalam ao contacto do ar, pelos flocos esbranquiçados de *glarina* que boiam á superficie, e pelos excellentes resultados que alli colhem os doentes, especialmente os de molestias herpeticas.

Á vista de tanto desprezo votado a uma riqueza natural tão notavel, fica-se tristemente surprendido; e occorre logo perguntar a quem incumbe a administração d'aquelle estabelecimento.

Informando-me sobre o caso, responderam-me o seguinte: que, por mal gerido pela confraria do SS.mo do logar, á qual fôra doado pelo bispo fundador, passou a ser administrado pela camara municipal da Covilhã.

Vê-se portanto que não melhorou de sorte o malfadado estabelecimento. E porque o biennio da camara actual vae quasi passado, não importunarei agora a tal proposito os illustres vereadores. Fio porém da futura camara que tomará a seu cuidado aquellas aguas (que bem se podem pôr a par das thermas dos Pyrineus) e que as porá em condições de certificarem a quem as visita o interesse que merecem, e é de razão que mereçam, a homens illustrados.

Se na lista dos futuros vereadores entrarem nomes como os de Gregorio Giraldes, José Maria Campos Mello, Marcellino Veiga, Pessoa d'Amorim, Alfredo Carvalho Nunes de Sousa, Antonio Pedroso, e tantos outros que seria longo enumerar, persuado-me que alem d'outros melhoramentos, como a abertura da nova rua, a continuação das estradas municipaes e a reconstrucção dos caminhos vicinaes, não hão-de descurar os modestos (mas que bem podem ser famosos) banhos d'Unhaes. Nem outra coisa se póde esperar da competencia d'aquelles cavalheiros, da longa practica dos negocios em alguns e do patriotismo de todos.

Creia-me, meu caro sr. Martins de Carvalho,

De v. muito amigo e muito apreciador

V.

NOTICIARIO

Theatro de D. Luiz I. — Na quarta feira estreiou-se n'esta cidade a companhia de zarzuella hespanhola com a *Conquista de Madrid*, que tem muito bonita musica, e que no segundo acto especialmente ao mimo da partitura junctou uma excellente execução. N'este acto sobresairam o dueto da tiple e contralto, o terceto com o barytono, e o quinteto final. Póde-se dizer, sem medo de errar, que este acto é excellente em tudo.

A companhia traz um *ensemble* mais egual, do que nas restantes vezes que aqui veiu. Se não traz uma Maldonado, é certo que Celimendi tem agudos bons, especialmente em cinco notas. Excede-se talvez em trinados muito repetidos. Bricba é o melhor contralto, que aqui tem vindo. Canta bem e com arte. O sr. Lacarra é um bom barytono e á voz sã e agradavel juncta uma acção tambem boa. Monjardim é um tenor bom e com qualidades aproveitaveis. Destoa do resto da companhia em ás vezes se lhe tornar a voz um pouco metallica. Baracochea já por vezes o temos dito, é o melhor tenor de zarzuella, que tem apparecido. No quinteto final teve a nota *si-bemol* que sobrepujou todos os restantes. Pena é para nós os amadores que elle se poupe tanto. Riva é o baixo de voz mais agradavel que se tem ouvido aqui. Já temos exposto por outras vezes a muita sympathia que, sem favor, nos merece.

A recita correu bem até nos coros. A orchestra é sustentada pelo regente, pelo violoncelo e primeira rebeca.

Na noite seguinte representou-se o *Robinson*, que é muito conhecido, e de que hoje nada dizemos por falta de espaço.

Socio correspondente. — A Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra nomeou seu socio correspondente o nosso antigo amigo o sr. Francisco Maria Supico, administrador da pharmacia do hospital da misericordia de Ponta Delgada.

O sr. Supico é natural da Louzã, e veiu para Coimbra ha 30 annos aprender a pharmacia na botica do sr. Joaquim Simões de Carvalho, e hoje do sr. Manoel Abilio Simões de Carvalho.

Aqui começou a mostrar a sua vocação para as lettras; mas ainda assim, suppunhamol-o bem longe d'aquillo a que veiu a chegar. O que póde a força de vontade!

Indo para Ponta Delgada ahi se tornou um escriptor distincto, e um dos investigadores mais incansaveis que ha no archipelago dos Açores.

Tem sido o fundador de alguns periodicos, e além d'esses tem collaborado em outros muitos.

Os seus *Almanachs do archipelago dos Açores* são um vastissimo repositorio de noticias, que debalde se encontrariam em outra parte.

Em fim o sr. Supico tem sido um obreiro incansavel das lettras, e é muito credor, por todos os titulos, da distincção com que acaba de o galardoar a Secção de Archeologia do Instituto.

Melhoras. — O sr. Joaquim Antonio Simões acreditadissimo negociante e abastado capitalista da Figueira da Foz acha-se, segundo as ultimas noticias que temos d'aquella villa, em plena convalescença da febre remittente de que fôra atacado pelos fins do mez passado.

Foi grande o sentimento pela sua doença; porque todos quantos conhecem o sr. Simões apreciam as eminentes qualidades, que em subido grau o adornam.

É por isso grande tambem, e mui sincero, o regosijo pela sua melhora.

Felicitamos por tão fausto motivo a sua exm.ª esposa e familia; e muito especialmente a seu exm.º sogro, o honrado e respeitabilissimo veterano da liberdade, conselheiro Antonio Fernandes Coelho, ministro d'estado honorario e juiz aposentado do supremo tribunal de justiça.

Companhia Vinicola da Bairrada. — As acções da Companhia Vinicola da Bairrada tiveram na ultima cotação do Porto **48$000 a 50$000** réis, isto é, venderam-se ao par.

O credito d'esta importante instituição augmenta, e é de esperar que o seu futuro desenvolvimento seja mui grande.

A Democracia. — O nosso estimavel collega de Lisboa, a *Democracia*, completou o 4.º anno da sua publicação.

Os seus redactores reuniram-se em uma das salas do hotel Borges, para em um jantar commemorarem este fausto acontecimento.

Pela nossa parte damos sinceros parabens aos collegas, desejando-lhes todas as prosperidades.

Errata. — Em o artigo de fundo do numero passado d'este jornal, 2.ª pagina, 4.ª columna, onde se lê em a noticia dos assassinatos praticados em Villa de Monsarros, no dia 25 de Fevereiro de 1847, que os assassinos foram uma força de infanteria 4 e *infanteria* 3, e alguns soldados de um corpo de guias — deve lêr-se — uma força de infanteria 4 e *cavallaria* 3, e alguns soldados de um corpo de guias.

Grande attentado. — Da Carapinheira, concelho de Montemór o Velho, communicam-nos em data de 18 do corrente, o seguinte:

«Na noite de 25 de Julho proximo passado tentou-se contra a vida de Francisco Gonçalves Rama, d'esta freguezia, disparando-lhe um tiro de quartos, que bateram na hombreira da porta a que elle estava encostado.

A pouca actividade que as sr.as auctoridades mostraram em diligenciar saber quem foram os auctores do attentado, deu causa a que de hontem para hoje, seriam 8 horas da noite, effectuassem nova tentativa contra o mesmo individuo, esperando-o no sitio do Casal do Meio, e descarregando-lhe um tiro de bala, que o atravessou d'um lado para o outro.

Este facto aconteceu no centro da freguezia, proximo de varias moradas de casas: e o pobre fuzilado gritou que lhe acudissem, chamando pelo sr. Joaquim Vaz ou seu filho; porem o ferimento era mortal, e por isso acabou hoje as 4 horas da madrugada, fallando ainda algum tempo até áquella hora, mas nada disse com respeito áquelle terrivel conhecimento que soffreu.

Consta-me que a esta hora, 9 da manhã, já aqui está o sr. administrador do concelho, empregando todos os meios ao seu alcance para saber quem tão reservadamente conservava tal odio contra um homem, que ha annos estava reduzido ao socego, vivendo em companhia de uma criada. Deus queira que se descubra a verdade.»

Eleições em França. — *Paris, 16, á tarde.* — São conhecidos os resultados completos das eleições, incluindo a Corsega e a Algeria.

Republicanos	314
Conservadores	201
Empates	14
	529

Faltam só as colonias, d'onde vem 9 deputados. Domingo, 23, realisam-se as eleições de desempate. Julga-se que os conservadores perderam 17 dos seus antigos 158, e que os republicanos apenas trazem á camara os 297 dos antigos 363. Paris reassumiu a sua physonomia ordinaria. Apenas se nota certa anima-

ção. Os resultados das eleições são muito commentados.

Os fundos francezes tem subido 45 centimos desde domingo.

COMMUNICADO

Sr. redactor: — As tão lisonjeiras, posto que immerecidas, expressões, que v. por sua conta fez estampar na seu *Conimbricense* de sabbado ultimo, bem como as do meu ex-parochiano de Ferreira, concelho da Figueira da Foz, obrigam-me a endereçar a v. e a elle cordeaes agradecimentos.

Ainda que bem não saiba, quem é o informador de v., todavia como elle se declara, e creio-o, meu amigo; secundo-lho por isso, e a todos os meus bons amigos d'aquella freguezia esse abraço de saudosa despedida, que lhes dei no dia 7 do corrente. E por este meio volto a pedir-lhes, que me chamem sempre *seu*.

Carapinheira, 19 de Outubro de 1877.

O prior, *Manoel F. Pessoa.*

ANNUNCIOS

EDITAL

1 A CAMARA MUNICIPAL do concelho da Louzã, manda annunciar, que no dia 27 do corrente, pelas 9 horas da manhã, vae proceder á vistoria para medição, confrontação e avaliação das seguintes porções de terrenos já arroteados, pertencentes aos baldios do Arneiro, d'este concelho, a saber: uma no sitio do Cabeço das Pedras, limite do logar do Espinheiro, pretendido de aforamento por Manoel Rodrigues Miguel, da Ponte do Areal; outra no sitio do Porto Balcão, outro no da Cavada, outra no de Valle de Nespares, outra no de Valle de Forno, limite do mesmo logar, pretendidos de aforamento por Felix Francisco, d'este logar; outra no referido sitio do Porto Balcão, e outra no sitio da Alagôa, limite tambem do Espinheiro, pretendidos de aforamento por Manoel de Jesus, d'este logar; o que as reclamações que qualquer interessado tenha por conveniente fazer contra estes aforamentos devem ser apresentadas até ao acto da vistoria.

Louzã, secretaria da camara, 11 de Outubro de 1877.

O escrivão
Adelino Correia da Costa.

ELEMENTOS DE ARITHMETICA

2 COMPOSTOS segundo o programma dos exames d'instrucção primaria, para uso dos concorrentes ao magisterio primario e dos que pretendem habilitar-se para o exame de admissão nos lyceus, por

J. M. PESSOA
2.ª EDIÇÃO

Vende-se em Coimbra. Preço — 160 réis.

ARRENDAMENTO

3 NO DIA 4 de Novembro de 1877, ás 10 horas da manhã, na rua do Corpo de Deus, n.º 7, Amadeu Fructuoso da Silva Rocha, d'ordem da exm.ª sr.ª condessa de Condeixa, arrenda pelo tempo de um ou mais annos, a principiar no 1.º de Janeiro de 1878, os predios seguintes:

Insua denominada dos Collaços no choupal do Bispo.

Insua da Remolha, junta ao choupal do rio velho.

Um terreno areal no alveo do rio velho.

Prazo no sitio do Reguengo, proximo a Lavarrabos.

39 aguilhadas de terra no campo da Pedrulha.

10 aguilhadas no campo de S. Martinho do Bispo.

10 aguilhadas no campo da Ribeira.

6 aguilhadas no campo de Ourique.

CASA LISBONENSE

RUA DO VISCONDE DA LUZ
COIMBRA

4 ACABAMOS de receber o sortimento de malhas de lã.

Camisolas brancas e de côr.
Ceroulas.
Jaquetões para homem e creança.
Casacos para creança.
Capas, vestidinhos e saias.
Lenços de malha, diversos tamanhos.
Chales proprios para theatro.
Chapeus de seda e alpaca para homem.
Pannos para piano e mesa.
Tapetes para sala e quarto.
Regalos e platinas.
Colarinhos e punhos de bretanha.
Camisas brancas e de côr.

E outras mais fazendas, que todas são vendidas pelos preços mais baratos, segundo nosso systema, preço fixo.

Vamos despachar o sortido das fazendas de lã para vestido proprio para inverno.

ATTENÇÃO

5 NA RUA DOS MILITARES, ao arco da Traição, n.º 3, uma senhora de toda a confiança recebe estudantes de todas as edades, por preços commodos.

MATHEMATICA E INTRODUCÇÃO

6 DR. FRANCISCO DA COSTA PESSOA continua a explicar as lições do primeiro anno mathematico, assim como a mathemathica elementar (1.ª e 2.ª parte) e introducção, na rua das Fangas, 83.

Na rua dos Loyos n.º 2

7 SE CONTINUA a vender batinas novas por preços os mais reduzidos possivel.

ESTABELECIMENTO DE ALFAIATE

35, RUA DO BORRALHO, 37
COIMBRA

8 N'ESTE ESTABELECIMENTO se encontram bons pannos pretos para batinas, as quaes dá promptas para vestir por 13$500 réis, e d'ahi para cima.

SUBSTITUIÇÕES A MILITARES

JOÃO DE PINHO
RUA DA CALÇADA, 221
COIMBRA

10 ENCARREGA-SE de entregar aos interessados, bons substitutos com bons documentos para substituições no governo civil de Coimbra, tirando guias nas administrações dos concelhos. Faz substituições nos corpos das guarnições de Lisboa, Porto, Elvas e outras terras. Tambem obtem transferencias d'uns corpos para outros; e licenças para dois mezes.

Preços baratissimos

PHARMACIA

11 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar á testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

LECCIONISTA

12 PADRE RICARDO SIMÕES DOS REIS recebe estudantes em sua casa, Couraça dos Apostolos, n.º 35, sendo sua responsablidade limitada pelas instrucções que receber dos paes ou tutores dos mesmos.

Tambem lecciona Francez.

ARRENDAMENTO

13 ARRENDA-SE uma boa casa decente com muitos commodos, com seu terreno ou em separado, na quinta do Calhabé, junto á estrada da Beira. Trata-se de ajuste com o feitor da quinta da Portella.

ATTENÇÃO

14 VENDE-SE por preço rasoavel um excellente piano horisontal de Schroder, auctor allemão, de 7 outavas, e d'uma solidez extraordinaria, o qual tem a propriedade de conservar muito mais a afinação, do que alguns verticaes. Quem o pretender pode dirigir-se a esta redacção, onde se darão os esclarecimentos.

COMPANHIA LISBONENSE DE TABACOS

FABRICA DE TABACOS EM SANTA APOLONIA
LISBOA
UNICA PREMIADA NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PHILADELPHIA

9 A DIRECÇÃO d'esta companhia lembra novamente aos seus compradores e ao publico em geral, a conveniencia de examinarem com a maior attenção os rotulos dos tabacos que comprarem, a fim de que não se illudam recebendo como tabacos de Santa Apolonia, outros de qualidades inferiores, devido isto á constante imitação que outras fabricas do paiz tem feito da nossa marca, rotulos, envolucros e empapelos.

A direcção faz tambem publico, que em virtude da perfeição do seu fabrico, bom aroma, e boa qualidade dos tabacos que emprega, foi esta fabrica a unica ultimamente premiada com a grande medalha de honra na exposição universal de Philadelphia.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE COIMBRA

15 A DIRECÇÃO d'esta companhia, em conformidade com o parecer do conselho fiscal e resolução d'assembleia geral de 17 de Junho proximo passado, previne os srs. accionistas, que deverão effectuar o pagamento da 4.ª e ultima prestação de 25 % sobre o nominal das suas acções até ao dia 31 do corrente.

No Porto, deverá effectuar-se este pagamento na Caixa Filial do Banco Lusitano, em Lisboa, no Banco Lusitano, e em Coimbra em casa do ill.mo sr. José Marques Manso, na rua do Cego.

Coimbra 19 de Outubro de 1877.

Os directores

J. J. de Mendonça Cortez.
Adelino Antonio das Neves e Mello.
José Matheus dos Santos.

MONTEMÓR O VELHO

16 VENDEM-SE 16 aguilhadas de terra no Campo d'Ourique, que partem do norte com a estrada de Mondeguinha, sul com o rio velho, nascente com o exm.º sr. Lemos, de Condeixa, e poente com Simões Lapas, de Formoselha.

A praça é em Montemór, em casa de Paulo Coelho Sampaio, no dia 21 do corrente — domingo.

Esta propriedade tem andado arrendada a Aniceto Ramos, de Formoselha.

17 ANTONIO BELLO DA SILVA BRAZÃO, pharmaceutico de 1.ª classe pela Universidade de Coimbra, lecciona na villa de Midões os seguintes preparatorios: instrucção primaria, francez, portuguez e desenho, por preços commodos.

18 VENDE-SE um fogão de cozinha para familia pouco numerosa. Arcos de S Bento, 6.

20 JOÃO TORQUATO COELHO ROCHA, estudante do 2.º anno de Direito, lecciona Francez e Inglez na rua do Norte, n.º 37.

GRANDES NOVIDADES

21 Á CASA BOLSSON & POMBAR acaba de chegar um grande sortido dos objectos seguintes:

Regallos para senhoras, ditos para os pés, com cabeça de raposa, platinas, abafadores, mantas, punhos, pelles para guarnição de casacos de todas as côres; dictas inteiras para coletes, e uma grande quantidade de camisas brancas e de côres de todas as medidas, punhos e colares de bretanha de linho, lenços, e meias, tudo mais barato possivel.

Pianos de todos os auctores do preço das casas de Paris e Londres, que se vendem a prazo, e 10 % de prompto pagamento, caixas de musica, orgãos, etc.

Escusado é lembrar as mais fazendas que se vendem n'este estabelecimento porque já é muito conhecido.

Coimbra, 17 de Outubro de 1877.

Bolsson & Pombar.

LECCIONISTA

22 ABEL CARVALHÃO NOVAES lecciona latim, primeira e segunda parte, e grego primeira parte.

Couraça de Lisboa, n.º 113.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3155 — Terça feira 23 de Outubro de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

Continua a ser o exclusivo assumpto de todos os commentarios, o resultado da eleição dos deputados em França.

E' porque todos vêem que d'este acontecimento provirão consequencias de grande alcance, não só para aquelle paiz, mas para outros onde a sua politica póde influir.

Resta saber, se se realisará a affirmativa de Mr. Gambetta, e que lhe valeu duas condemnações nos tribunaes.

O presidente Mac-Mahon *submette-se*, ou *demitte-se?*

Dissemos em o numero passado, fazendo o parallelo entre Carlos X e Mac-Mahon, que para os factos serem perfeitamente eguaes é mister que o actual presidente da republica, desprezando a significativa manifestação da França, novamente dissolva a camara dos deputados.

Póde, portanto, haver uma terceira hypothese — um *golpe de estado.*

E dada essa hypothese, resignar-se-ha aquelle paiz a ver as suas liberdades escarnecidas, e que a espada de um militar imponha as condições a todos os cidadãos independentes?

De certo não. A França não está costumada a deixar-se subjugar por um poder discricionario.

A historia é a mestra da vida; e por ella nos podemos regular para os acontecimentos futuros.

Carlos X, levado pelo ministerio reaccionario, presidido pelo principe de Polignac, não se quiz dar por vencido com a victoria do partido liberal nas eleições; pelo que publicou no dia 25 de Julho de 1830 as famosas ordenanças, acto de vertiginoso absolutismo, e que lhe fez perder a corôa.

Eram as ordenanças precedidas de um extenso relatorio, que fora redigido pelo ministro das justiças, Mr. de Chantelauze.

Com um simples traço de penna, entenderam Carlos X e o seu ministerio dever annullar todos os effeitos da revolução de 1789.

No celebre relatorio das ordenanças era especialmente contra a imprensa periodica, que se dirigiam as objurgatorias dos ministros.

Assim como em França a imprensa periodica fez ultimamente questão da reeleição dos 363 deputados, que approvaram o voto de censura ao governo de Mac-Mahon; tambem a imprensa periodica de 1830 tinha feito questão de se reelegerem os 221 deputados, que haviam approvado a resposta ao discurso da corôa, onde ia uma manifesta censura ao ministerio de Carlos X.

Agora, Mac-Mahon chama aos tribunaes a *Republique Française*, e persegue e faz suspender outros periodicos por aquelle motivo; imitando assim a doutrina dos ministros de Carlos X no relatorio das ordenanças.

N'esse relatorio diziam elles, depois de dirigirem as maiores accusações e affrontas á imprensa:

«Não se póde qualificar em termos menos severos o procedimento dos jornaes da opposição nas circumstancias mais recentes. Depois d'elles mesmos terem provocado uma resposta attentatoria das prerogativas da corôa, não duvidaram erigir em principio a reeleição dos 221 deputados de que ella é a obra.

«E todavia vossa magestade havia repellido esta resposta como offensiva, tinha publicamente censurado uma recusa de concurso que n'ella era expressa; tinha annunciado a sua resolução immutavel de defender os direitos da sua corôa tão abertamente compromettidos; e as folhas periodicas não só não tiveram isto em nenhuma conta, mas tomaram a tarefa de renovar, de perpetuar e de aggravar a offensa.

«Vossa magestade decidirá se este ataque deve ficar mais tempo impune.»

Parece ver-se claramente inspirada n'esta doutrina intolerante de 1830, a perseguição feita ultimamente á imprensa periodica franceza por Mac-Mahon e seu governo!

Bem viam os ministros de Carlos X, que suffocada que fosse a imprensa periodica, tinham firmado o governo absoluto em França; e d'ahi vinha o dirigirem todas as suas armas contra esta instituição liberal.

E' porisso que Mr. de Chantelauze empregou mais de dois terços do extenso relatorio que redigiu, em vituperios contra a imprensa, não havendo accusação que lhe não dirigisse, e pretexto de que não lançasse mão para a desacreditar.

Segundo o seu parecer, as leis eram impotentes contra a imprensa. Tornava-se necessario supprimil-a. Cortava-se assim o mal pela raiz!

Como a acção dos tribunaes parecia morosa e ineficaz para reprimir a imprensa, dizia a esse respeito o famoso relatorio:

«Os costumes judiciarios prestam-se difficilmente a uma repressão efficaz. Esta verdade de observação tinha ha muito tempo sido notada pelos bons espiritos; e adquiriu novamente um caracter mais pronunciado de evidencia. Para satisfazer ás necessidades que a fizeram instituir, a repressão deveria ter sido prompta e forte: mas ella ficou lenta, fraca, e quasi nulla. Quando intervem, o damno está commettido; longe de o reparar a punição ajunta o escandalo do debate.

«A perseguição juridica cansa-se, a imprensa sediciosa não se cansa nunca. Uma detem-se, porque ha muito a castigar; a outra multiplica as suas forças, multiplicando os seus delictos.

«Em circumstancias diversas, a perseguição tem tido seus periodos de actividade ou de tibieza. Mas zelo ou tibieza da parte do ministerio publico, que importa á imprensa? Ella procura no augmento dos seus excessos a garantia da sua impunidade.

«A insufficiencia, ou antes a inutilidade das precauções estabelecidas nas leis em vigor, está demonstrada pelos factos. O que é egualmente demonstrado pelos factos é que a segurança publica está compromettida pela licença da imprensa. É tempo, é mais que tempo de lhe deter as devastações.»

Na actual situação da França, em que o presidente Mac-Mahon foi vencido pelo partido liberal, e em que se deve esperar acontecimentos extraordinarios n'aquelle paiz, é conveniente re-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Acabados os meus estudos, estive por alguns annos como em um deserto, em um pequeno convento do Minho, Refoyos do Lima, para onde pedi me deixassem ir, porque o meu desejo era estar em logar onde houvesse menos deveres claustraes que cumprir, porque os ares do claustro começavam a pesar fortemente sobre mim.

Alli passei esse tempo um pouco socegado, porque tambem tinha poucos deveres internos que satisfazer, e passei o meu tempo em ler muitos livros que um amigo me mandava do Porto, e a rabiscar muitas folhas de papel sobre diversos objectos que tinha lido, e que depois todos queimei, como filhos *mal creados*, e que não davam grande honra a seu pae. Foi n'este retiro, que pela primeira vez conheci S. Luiz, que morreu patriarcha de Lisboa, e era natural de Ponte do Lima.

Meu irmão D. Antonio, como já disse, achava-se em Lisboa em S. Vicente de Fóra, professor de historia e geographia, e fez com que eu tambem para lá fosse chamado em Janeiro de 1800, onde tambem exerci o ensino das cadeiras de logica, de rhetorica e de bellas-lettras. Então alli o meu horisonte, que havia sido mui limitado, se alongou muito, e me achei em companhia de muitos conhecidos e amigos que já o eram de meu irmão.

Li quanto bom e mau se tinha escripto em historia, politica, philosophia, e sciencias moraes no seculo passado, assim como o que se ia escrevendo no seculo que principiava; e a minha cabeça muito se enriqueceu com estes thesouros dos conhecimentos humanos. Mas esta tal ou qual reputação que principiavamos a ter suscitou-nos invejosos, e por fim perseguições, ás quaes meu irmão escapou, morrendo cedo; eu d'ellas fiquei herdeiro.

No anno de 1805 fui mandado sahir de Lisboa para um desterro, dentro de tres ou quatro horas, e n'elle estive sem saber porque, pelo espaço de dois annos, até que voltei a Lisboa na entrada dos francezes, e fugida d'el-rei D. João VI para o Brazil.

Na minha curta estada em Lisboa presenciei as horrorosas prisões que se fizeram na Semana Santa de 1809 a muitos honrados individuos, que foram lançados na masmorra da inquisição, e bem pouco depois fui ter noticia em Coimbra d'essa ainda mais horrorosa *setembrisada*, pela qual os mesmos já indicados presos com outros muitos foram arremeçados para ilhas, sem processo nem sentença, por esses homens torpes sem coração, e sem juizo que se denominavam *governo de Lisboa.*

Eu, que tinha escapado a estas duas ultimas tempestades, não pude escapar á que me envolveu no anno de 1811 depois da minha fugida do exercito invasor de Massena, onde estivera como um dos refens da cidade de Coimbra; e foi então que estive preso n'esta cidade, ora em um local, ora n'outro por espaço de dois annos, segundo já relatei.

N'este longo espaço de tempo em que estive preso foi que tentei e conclui a minha traducção dos *Annaes* de Tacito, com que passei toleravelmente meus dias, expondo á luz em portuguez, lingua em que ainda não tinham apparecido, os crimes e os castigos d'esses monstros humanos, que enxovalharam Roma, a rainha do mundo!...

Arrastado pela mão de ferro da tyrannia a cumprir meus destinos, achei-me, sem nunca o pensar, e o ter mesmo imaginado, como de um salto, em uma grande cidade, e no vasto campo da imprensa para o qual o meu genio parecia insensivelmente levar-me. Achei-me sim, jornalista, sem o ter pedido, nem requerido, e só por effeito de um d'esses acasos, que o homem encontra na vida quando menos está para elles preparado. Era para mim um grande lance de fortuna, porque me ia pôr independente em um paiz estrangeiro, sem ser pesado a pessoa alguma, e em uma situação decente.

Como esta occupação não me impunha obrigações algumas, e me deixava as mãos livres para usar do meu juizo conforme o que melhor me parecesse, e a prudencia me ditasse nas circumstancias em que me achava, aceitei o emprego, e vi aberta diante dos olhos uma carreira, em que já muitos homens tinham illustrado seu nome, quando n'ella tem sabido regular os seu passos com desinteresse e honra.

Ora é bem de ver como o meu coração,

gistrar aqui os seguintes periodos do relatorio das ordenanças de Carlos X:

«É mister não nos enganarmos. Não estamos nas condições ordinarias do governo representativo. Os principios sobre os quaes foi estabelecido não tem podido ficar intactos, no meio das vicissitudes politicas. Uma democracia turbulenta, que tem penetrado até nas leis, tende a substituir-se ao poder legitimo. Dispõe da maioria das eleições por meio dos seus jornaes e o concurso de filiações numerosas. Tem paralysado, tanto quanto d'ella dependia, o exercicio regular da mais essencial prerogativa da corôa, a de dissolver a camara electiva. Por isso mesmo a constituição do estado está abalada: só vossa magestade conserva a força de a manter e de a firmar sobre as suas bases.

«O direito, assim como o dever, de lhe assegurar a existencia, é o attributo inseparavel da soberania. Nenhum governo sobre a terra ficaria em pé, se não tivesse direito de prover á sua segurança. Este poder é preexistente ás leis, porque está na natureza das cousas. São essas, senhor, as maximas que tem por si a sancção do tempo, e a approvação de todos os publicistas da Europa.»

Esta doutrina absolutista é a mesma que agora quer manter o governo francez.

Diz Mr. Gambetta: — O presidente da republica ha de *submetter-se*, ou *demittir-se*. E a resposta que Mac-Mahon dá a esta proposição eminentemente constitucional, é fazer por duas vezes arrastar o seu auctor aos tribunaes; é collocar-se, como Carlos X, acima da propria constituição!

O relatorio das ordenanças de 25 de Julho de 1830 era assignado pelo presidente do conselho, *principe de Polignac* — ministro das justiças, *Chantelauze* — ministro da marinha e das colonias, *barão de Haussez* — ministro do interior, *conde de Peyronnet* — ministro das finanças, *Montebel* — ministro dos ecclesiasticos e instrucção publica, *conde de Guernon-Ranville* — ministro das obras publicas, *barão Capelle*.

Faltava no relatorio a assignatura do ministro da guerra, *Bourmont*, porque se achava n'essa occasião a commandar o exercito francez na conquista de Argel.

Ao famoso relatorio seguiam-se quatro ordenanças, não menos famosas.

Pela primeira era suspensa a liberdade de imprensa periodica.

Nenhum jornal e escripto periodico ou semi-periodico, estabelecido ou a estabelecer, sem distincção das materias que alli fossem tratadas, poderia apparecer, quer em Paris, quer nos departamentos, senão em virtude da auctorisação obtida do governo, separadamente, os auctores e o impressor.

Esta auctorisação deveria ser renovada todos os tres mezes, e podia ser revogada.

Muitas outras medidas oppressoras se estabeleciam contra a imprensa. Limitamo-nos por isso só a dizer que, por exemplo, nenhum escripto abaixo de vinte folhas de impressão poderia ser publicado senão com auctorisação do ministro do interior em Paris, e dos prefeitos nos departamentos.

Pela segunda ordenança, Carlos X e os seus ministros dissolviam a camara dos deputados que acabava de ser eleita, e antes mesmo d'ella se reunir!

Essa inaudita medida era pretextada *nas manobras que haviam sido praticadas em muitos pontos do reino, para enganar e desvairar os eleitores durante as ultimas operações dos collegios eleitoraes.*

Pela terceira ordenança se mandava proceder a novas eleições, por um processo em que a liberdade de voto ficava de todo comprimida.

O acto eleitoral era regulado de tal modo, que os presidentes das secções dos collegios eleitoraes de districto, não eram escolhidos pelos eleitores, mas sim nomeados pelos prefeitos!

A lista dos eleitores era egualmente organisada pelos prefeitos em conselho de prefeitura!

Todas as mais disposições eram n'este teor.

A quarta ordenança mandava reunir os collegios eleitoraes de districto em 6 de Setembro, e os collegios eleitoraes de departamento em 18. As camaras eram convocadas para o dia 28.

A França, porém, não deu tempo a Carlos X e aos seus ministros para executarem a suppressão da liberdade de imprensa e proceder a novas eleições.

Poucos dias depois das celebres ordenanças achava-se Carlos X emigrado em Inglaterra; e os seus ex-ministros Polignac, de Peyronnet, de Guernon-Ranville, e Chantelauze, estavam presos no castello de Vincenes; sendo julgados pela camara dos pares, e custando o maior trabalho ao ministerio de Luiz Filippe a salval-os do furor popular.

Esta é a historia do passado. A do futuro, a julgar pela linguagem dos periodicos reaccionarios e ministeriaes francezes, já depois das eleições do dia 14 do corrente, parece-nos que será a repetição da de Carlos X em 1830.

O *Français*, orgão de Mr. de Broglie, quer que Mac-Mahon *prosiga no caminho que emprehendeu em 16 de Maio.*

O periodico ministerial *La Defense* diz, que o perigo é grande, e exige *grandes resoluções.*

Tem a audacia de dizer, como se estivesse a parodiar o relatorio das ordenanças de Carlos X, que não hade ser a nova camara que julgará o marechal, *mas o marechal e o senado que hão de julgar a nova camara.*

O *Soir*, o *Paris-Journal* e o *Soleil* afinam no mesmo tom.

O *Pays*, de Paulo de Cassagnac, vae mais adeante: queixa-se de Mac-Mahon não ter lançado mão dos meios extremos para vencer as eleições. — «Nós bem tinhamos pedido, bem tinhamos reclamado (diz o energumeno), o *estado de sitio*, que era o unico expediente que podia salvar a sociedade e refrear as paixões perversas... *Continue o marechal a luta, apoiado pelos homens dedicados, que o acompanharam no dia 16 de Maio.*»

Pede-se, portanto, o *estado de sitio*. Isto é, pede-se a dictadura para suffocar a vontade nacional.

Se tal resolução se tomar, será a renovação das ordenanças de Carlos X.

Pois se tanto ousarem Mac-Mahon e o seu governo, não deixarão os jornalistas liberaes da actualidade, de imitar os redactores dos periodicos liberaes de Paris em 27 de Julho de 1830, dizendo como elles no seu protesto d'essa data, perante o paiz: — «O governo perdeu hoje o caracter de legalidade que impõe a obediencia. Pela parte que nos diz respeito *nós lhe resistimos*: a França julgará até onde deve estender a sua propria resistencia.»

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Quando as camaras municipaes têm sincera vontade de promover a instrucção popular, não acham difficuldades que não resolvam. Se, porém, lhes é indifferente que o povo permaneça na ignorancia, em tudo encontram embaraços.

A camara municipal de Lisboa está dando um louvavel exemplo ás outras camaras do reino, em varios assumptos, mas sobretudo no que respeita á instrucção primaria.

Bem sabemos que os recursos da vereação da capital lhe proporcionam o poder tomar deliberações a que não podem chegar as outras do paiz; mas não exigiriamos, que fossem por ellas perfeitamente imitada na quantia pecuniaria d'essas deliberações. Bastar-nos-hia que cada camara fizesse o que estivesse no alcance das posses dos respectivos municipios.

A camara de Lisboa gratificou os professores de instrucção primaria do concelho com a verba annual de réis 100$000. Se, pois, as outras vereações não podem dar uma tal quantia, dêem uma outra mais limitada; mas em todo o caso concorram com alguma cousa para auxilio dos professores, e por consequencia para a propagação da instrucção das classes desvalidas.

Aos contribuintes repugna o satisfazer as quotas que lhes lançam, quando vêem que são para applicar a obras desnecessarias, e mal dirigidas, ou para satisfazer afilhados. Não haverá, porém, contribuinte algum, que dê por mal empregado aquillo que se destinar ao ensino popular.

E' um objecto de tão palpavel interesse, que de certo todos estarão promptos a concorrer para elle.

O sr. dr. Luiz Jardim, a quem se deve a iniciativa da gratificação concedida pela camara de Lisboa aos professores d'aquelle municipio, entendeu não dever ficar alli no seu amor pela instrucção.

Apresentou na sessão do dia 17 do corrente as seguintes propostas, precedidas de um bem fundamentado relatorio:

1.º Que se reabrisse desde já a escola municipal da rua da Boa Vista, e que se fundasse egualmente uma terceira escola municipal no bairro central; ficando d'este modo providos de tres escolas, cada uma com tres professores e uma professora.

2.º Que se creassem mais 15 escolas centraes, formando com as tres primeiras, 18 escolas em 9 edificios destinados ao ensino do sexo feminino e do sexo masculino. Para fazer face a todas estas despezas propõe que se solicite o auxilio do governo, na conformidade das leis vigentes, e que a camara venda todos os bens proprios e fóros, convertendo o producto em titulos da divida publica, etc.

3.º Que se creasse na camara a repartição correspondente ao pelouro da instrucção, organisando-se festas das escolas nos dias 1 de Abril e 30 de Agosto, e creando-se medalhas de ouro para distinguir os bemfeitores da escola primaria.

Folgâmos muito, que assim se vá cuidando do momentoso objecto do ensino.

Até aqui esperava-se tudo dos governos. Bom é que tambem as camaras, como representantes do povo, vão em beneficio d'elle fazendo tudo quanto lhes seja possivel.

As vereações que verdadeiramente se interessarem pela instrucção popular, serão n'essa parte dignas dos louvores dos seus concidadãos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um dos objectos que n'esta cidade e concelho mais se descura é a saude publica.

Semeia-se arroz sem licença, com grave prejuizo dos povos. Na cidade deixa-se estar por muitos annos sem serem limpas as ruinas do bairro baixo, creando alli prejudicialissimos focos de infecção. E se ultimamente foi transferido o deposito de immundicies que havia no cerco dos Jesuitas, tornou-se para isso necessario que a imprensa periodica reclamasse incessantemente contra aquelle deposito, e que a opinião publica se revoltasse indignada contra o procedimento da camara.

Agora alli se está practicando outro abuso intoleravel, com manifesta infracção das posturas municipaes, e damno da saude dos cidadãos.

Prohibe o *Codigo das posturas municipaes* em o n.º 2.º do artigo 31, o expor á venda vinho novo, ou misturado, antes do dia 11 de Novembro de cada anno, sem licença da camara, que será concedida gratuitamente depois de verificada a qualidade do vinho pelo sub-delegado de saude; sob pena da multa de 2$000 réis a 4$000 réis.

Ora está-se vendendo francamente em quasi todas as tabernas vinho novo; e por ventura foi verificada a qualidade do referido vinho pelo sub-delegado de saude, e obtiveram os vendeiros que o vendem a necessaria licença da camara?

Eis ahi como são cumpridas as posturas municipaes, e o caso que se faz da saude do povo.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 21 de Outubro de 1877.

Não ha novidade alguma politica. Prepara-se a abertura do parlamento, a fim de ver os acontecimentos que se succedem, e se os srs. ministros continuam a gerir as respectivas pastas.

O sr. Fontes deu hontem um jantar aos seus collegas no ministerio transacto. Ha quem queira ver entre a sopa e o *dessert* d'este jantar, combinações politicas, a que não é de todo extranho o sr. marquez d'Avila. Não sei.

— Embarcou hontem o 3.º batalhão do ultramar no vapor *Africa*. A força ia em ordem de marcha, vestindo calças, casacos e barretes de linhagem. O batalhão leva 228 praças, mas em Macau deve receber parte das que alli se acham e que não regressam ainda ao reino.

Por occasião do embarque deu-se um facto curioso. Pela 6.ª vara civel ordenou-se que se procedesse a arresto nas bagagens dos barões do Cercal, em consequencia d'estes deverem ao sr. dr. Mattos os seus honorarios. Este sr. porém, para não transtornar a viagem do barão, desistiu do embargo, satisfazendo-se com uma declaração assignada pelo dito, na qual se obriga a pagar a divida dentro de um anno.

— Não foi concedida moratoria á caixa de credito industrial, apesar de que ha quem diga que lhe será concedida na terça feira. O que é certo é que com a interrupção das operações d'aquella caixa já foram despedidos muitos operarios de algumas obras, que tiravam d'alli capitães para o seu custeio.

— Temos uma policia activa e vigilante, como será raro encontrar nos paizes onde esta instituição é uma cousa séria. Ha dias no largo do Terreirinho houve grande apparato policial por causa do enterramento de uma creança, que a familia queria enterrar a seu modo, e a auctoridade parochial de outro, invadindo assim a vontade expressa da familia. No fim de contas, venceu o regedor a batalha, mas por causa d'estes *dixe tu, dixei eu*, esteve a creança insepulta por espaço de quarenta e oito horas. Para estas cousas temos policia, o que não acontece para casos graves, que não se vê... nem meio!

— Tem ámanhã logar a abertura solemne das aulas do curso superior de letras, pelas 10 horas da manhã.

— A ponte provisoria de madeira que a companhia dos carros americanos, mandou construir em Alcantara importa em 1:150$130 réis.

— Foram apprehendidos hontem e inutilisados pelo fiscal da Ribeira Nova, por se encontrarem em pessimo estado, 750 cachuchos e 280 gorazes. É para louvar a zelosa vigilancia do fiscal.

Entretanto, o que é para notar, é que se fiscalise o peixe á sua chegada ao mercado, e não haja egual fiscalisação quando elle é vendido no dia seguinte pelas ruas de Lisboa, porque, não sei se sabe, que o peixe não se vende na occasião da chegada; é arrecadado para o dia seguinte, em que pode apodrecer á vontade, e ser vendido ainda mais á vontade, porque a alçada da policia não se intromette com essas ninharias.

— O Porto vae vestir galas. No dia 4 do proximo mez tem logar n'aquella cidade a inauguração da ponte do caminho de ferro sobre o Douro. Assistem suas magestades, e ha de queimar-se um bello fogo de artificio, cujo custo se elevou a 2:000$000 réis. A partida d'aqui é no dia 3, e o regresso no dia 5, custando a passagem de ida e volta 4$500 réis para homens, sendo o preço para senhoras mais modico.

Hontem já partiu para aquella cidade o sr. Mathias Ferrari, que foi encarregado de fornecer o *lunch* que a companhia real dos caminhos de ferro tenciona offerecer a suas magestades, e ás pessoas da sua comitiva.

Deve ser uma festa explendida como o Porto as sabe fazer, e explendido será... o *lunch*, preparado por tão notavel cozinheiro como é Mathias Ferrari.

— Dizem que são boas as noticias vinicolas do centro da Beira Alta e Beira Baixa, sendo a vindima mais abundante do que a do anno passado. Não acontece o mesmo em Monsão, que regula por metade da do anno passado. Em Moncorvo tambem foi abundantissima. Entretanto, o vinho tende para a alta, o que não admira, emquanto os lavradores, tiverem vasilhas para o armazenarem.

— Termino, dizendo-lhe que se acham no Tejo duas escunas inglezas á especulação do commercio, com 5:330 quintaes de bacalhau.

Não é má noticia para os pobres, visto que os talhos municipaes vão ser abolidos, e não podem alimentar-se com carne barata.

Em compensação vão-se deitar abaixo as grades do passeio publico, a fim do mesmo povo poder entrar, engordar e sair... mais á vontade!

Adeus.

P. J. CONCEIÇÃO.

NOTICIARIO

Theatro de D. Luiz I. — No domingo foi a ultima recita da companhia hespanhola. Como nas antecedentes, principalmente nas tres ultimas, a partitura era melodiosa e a execução foi excellente por todos, inclusivamente dos coros. Esta companhia tem a vantagem de ser muito egual, e ter bons cantores.

Celimendi tem agudos bons e é correcta no recitativo. Brieba é o melhor contralto que aqui tem vindo. A Baracochea, Lacarra, Riva, e Monjardino não faltaram applausos merecidos. São cantores em que muito ha que louvar.

Ao passo que as recitas se succediam e mais convidativas se tornavam, menor era a concorrencia, principalmente nos camarotes. O mau fado que persegue Coimbra até nas manifestações do *bello* fez effeito. E esta uma terra excepcional. Se não ha theatros, queixamo-nos d'umas grandes noites d'inverno passadas ao fogão, fazendo *paciencias*. Se os ha, vamos uma vez por descargo de consciencia e no fim do segundo acto appetecemos o socego de nossas casas, receiamos os descuidos das criadas, tememos que o contador não esteja bem fechado, e affirmamos a nós mesmos que foi uma leviandade ir ao theatro, porque os sons passaram, as meias cordas ficaram de menos, e perdemos algumas horas, que podiam representar outras tantas boas direcções dos negocios caseiros, e mais alguns metros de croché para as filhinhas.

E isto um engano; da protecção a todas as industrias vêem a actividade para o commercio, a emulação, o amor ao estudo, por que lá está o incentivo, que é o bom acolhimento publico.

Desenganemo-nos tambem, que a maior parte d'aquelle dinheiro, que alli se vae dar, torna a ficar n'esta terra. Da concorrencia publica vem a demora dos artistas e d'esta nasce a circulação do numerario. As grandes cidades reconheceram esta verdade e colhem hoje os fructos d'ella.

Ámanhã é a primeira recita da companhia de canto do nosso patricio Portugal. Façamos a elle o que acabamos agora de fazer, e depois o receio d'esta terra será como outr'ora o de Cabo das Tormentas.

Canta-se a *Senhora Angot*, que conta centenas d'enchentes em cada terra que a tem visto.

Coimbra será a unica em que o theatro se não encha? Duvidamos, porque a popularidade d'Offenbach chegou ás aldeias e ás fogueiras de S. João.

Para melhor exito d'esta recita o scenario vem tambem do Baquet, e quem não viu os ouros e veludos do Directorio francez é aproveitar agora.

Nas noites seguintes é a lindissima zarzuella *O Segredo d'uma Dama* e o *Sargento Frederico*.

Animem e compensem agora o sr. Correia d'Almeida dos grandes esforços que empregou para nos mostrar o que de bom tem vindo a esta terra. É elle o unico homem incansavel em trazer aqui boas companhias. Na sua loja se acha aberta a assignatura.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

D. Ignacia Adelaide Coelho, filha de Izidoro José da Costa e D. Luiza Marques, da Figueira da Foz, de 68 annos, fallecida em 13 de Outubro de 1877.

Theresa de Jesus Pires Cardona, filha de José Bernardo Roque e Maria de Jesus Pires, da Covilhã, de 57 annos, fallecida em 14.

Maria, filha de Francisco Girão e Maria Loba, de Pereira, de 6 annos, fallecida em 15.

Agostinho Jorge da Conceição, filho de José Jorge e Rosa da Conceição, de Coimbra, de 25 mezes e 2 dias, fallecido em 16.

Albino Ferreira, filho de Antonio Antunes e Joaquina de Jesus, das Contenças, freguezia de Sazes, de 46 annos, fallecido em 17.

Alberto Teixeira de Castro, filho de Maria José da Silva Ribeiro, de Coimbra, de 2 annos e 10 mezes, fallecido no dia 19.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:322.

Publicações. — No logar competente d'este jornal vae o annuncio de varias publicações, do popular e acreditado escriptor o sr. padre José Gonçalves da Cruz Viva, conego da Sé de Faro, com o pseudonymo de *Abdiel, o Algarvio*.

São todas instructivas e tem merecido geral acceitação. Agora que ellas se expõe á venda em Coimbra, é de esperar que nesta localidade sejam lidas com egual empenho.

O collegio de Nossa Senhora da Conceição, em Lisboa. — No dia 1, pelas 11 horas, reunido o corpo cathedratico e alumnos d'este collegio, passaram a ouvir a missa do Espirito Santo na elegante e espaçosa capella do collegio, como determinam os estatutos.

Em seguida houve a sessão solemne da abertura, o que se effectuou na aula geral, por se achar em obras a grande sala dos actos academicos.

Tomando a presidencia o director geral o sr. Carreira de Mello, disse estas breves palavras inauguraes:

«Senhores, e jovens alumnos. — A educação da mocidade, que occupa os cuidados de todos os homens que amam de coração a civilisação tem sido os meus cuidados de ha trinta annos. Tinha eu então aqui a meu lado e por mestre o nosso respeitabilissimo tio o sr. Martins Bastos, de tão saudosas recordações.

«Durante este longo periodo tem este estabelecimento preparado a carreira brilhante a muitos jovens, que já hoje são ornamento da patria.

«Fallar do collegio de Nossa Senhora da Conceição, encarecel-o e elogial-o, dizer o que todos sabem, é trabalho bem desnecessario, porque o paiz o conhece por seus honrosos titulos.

«A vós, jovens alumnos, me dirijo e vos recommendo a disciplina, o estudo, a morigeração e religião.

«Lembrae-vos que sem disciplina não póde haver ordem, sem estudo não podereis conseguir bom resultado nos vossos exames, sem morigeração não se alcança o bom nome que todos nos precisamos, e sem religião não se pode esperar o auxilio de Deus nos nossos desgostos.

«A obediencia, a applicação, a moralidade, e o temor de Deus são as bazes necessarias para poderdes alcançar uma posição futura, que vos colloque na esphera que vossos paes hoje vos preparam, e que vós dentro em pouco desejareis ter.

«Eu continuarei a dirigir vossos actos, a ser vosso protector; sede vós dignos de todos os nossos cuidados, que os tereis sempre.

«Coadjuvado ha cinco annos na direcção e gerencia pelo sr. Baptista Ferreira, nosso estimavel sobrinho, o collegio não só tem sustentado seus creditos, mas melhorado consideravelmente as suas condições geraes.

«Hoje esperamos que a entrada do sr. Edmundo Schofer no internato auxiliará a direcção escolar, como nós esperamos, o que será mais um elemento para a segurança do bom resultado dos estudos dos nossos jovens alumnos.

«Assim o regimen interno estará bem assegurado, e contando com a dedicação dos distinctos professores que me cercam esperamos que os exames continuarão a ser brilhantes, sem favor, e só pelo merito.

«Estão abertas as aulas para o anno lectivo de 1877 a 1878.»

Terminando, o sr. padre Almeida Carvalho, professor de latim, recitou a oração de sapiencia, que foi brilhante, em todas as suas phases. Com verdadeira energia disse que quer a sociedade nos limites da educação religiosa, e combateu nobremente as ideias materialistas do tempo.

O collegio de Nossa Senhora da Conceição, tem sido, é, e hade ser sempre catholico, desprezando tanto a hypocrisia, como a licença libertina.

Estamos certos d'isso, porque conhecemos o caracter do sr. Carreira de Mello.

---

ainda tão de fresco ulcerado pelas perseguições, que tinha soffrido, e tinha visto soffrer a tantas victimas da tyrannia como eu, estaria disposto para as estigmatisar, e expol-as em toda a sua nudez á execração publica; mas primeiro que tudo era preciso toda a prudencia para me servir da arma que manejava quando fosse tempo, e eu podesse ter já ganhado alguma auctoridade para me servir d'ella á minha vontade: foi exactamente o que fiz.

Eu recebia o jornal de dois cortezãos, que mais haviam tido em mira assentar pedestaes em que se podessem collocar á sua vontade, do que em crear uma tribuna d'onde podessem disparar golpes decisivos contra os crimes que faziam a desgraça do meu paiz; e os collegas que me davam, e não podia deixar de acceitar, eram homens da mesma crença, e com quem devia no principio ter certas contemplações.

Felizmente porém, não tinham actividade, nem mesmo caracter e intelligencia propria para dirigir a obra em que eram trabalhadores; e por conseguinte era eu que, por fim de contas, havia de ser, sem contradicção, chefe da empreza.

Com estes conhecimentos previos fiz o meu plano, e determinei-me a dar ao jornal — o *Investigador Portuguez*, o caracter de mais litterario e historico, do que politico; mas de ir ao mesmo tempo lançando aqui e alli, quando a occasião o permittisse, ideias politicas, que indicassem o que eu era, e o que seria capaz de fazer.

O tempo, que era nos principios do anno de 1814, era tambem favoravel para a execução d'este meu plano, porque os successos da guerra contra Napoleão não só dentro da nossa peninsula, porém no resto da Europa, apenas davam logar para publicar cousas que não pertencessem á guerra, das quaes aquelle jornal é um copioso e rico deposito.

Concluidos todos os grandes combates, e com elles todos os officios dos campos de batalha, e as notas diplomaticas, que terminaram com as duas abdicações de Napoleão, seguiu-se a paz geral, e então só as noticias internas dos diversos paizes enchiam as paginas dos jornaes. Portugal e o Brazil começaram a dar abundante alimento para o meu, e n'este caso não era possivel deixar de mencionar o que n'elles ia succedendo. E como em ambos as injustiças e arbitrariedades iam crescendo, e as queixas de Portugal iam sendo mais altas, como se podia esperar que deixasse de fallar n'ellas um jornalista portuguez, e lhes désse a importancia que mereciam?

A occasião era favoravel, aproveitei-a, e o *Investigador*, ainda que sempre moderadamente, começou a ter outro caracter: foi o advogado da causa de Portugal, e entrou a fazer sentir a injustiça com que o governo do Brazil o tratava.

Porém não bastava mencionar o mau e ingrato comportamento que o Brazil tinha com Portugal, nem era sufficiente publicar as queixas que este fazia contra o seu oppressor; era necessario que, além das queixas que fazia, pedisse remedio, e este efficaz contra ellas.

Convinha para isso animal-o, dirigil-o, porque a um povo, costumado por longos annos á servidão, muito lhe custa a tomar a resolução de romper os laços que o prendem. Era preciso, primeiro que tudo, instruil-o, e mostrar-lhe os direitos que tinha para ser ouvido, e attendido nas suas queixas. E foi isto o que eu fiz, e o que nenhum escriptor moderno, antes de mim, havia tido a audacia de fazer.

Disse-lhe mui clara e francamente, que a nossa monarchia não era absoluta e despotica; era em todo o rigor *constitucional*, e para isso fui desenterrar dos nossos velhos livros, assim como do archivo da nossa Academia Real das Sciencias, onde estavam escondidas, as primeiras côrtes portuguezas, que deram leis ao rei e ao povo, e crearam o governo que se chama constitucional.

Principiei por publicar as côrtes chamadas de *Lamego* com todas as suas consequencias, e logo depois as de Coimbra, que deram o reinado a D. João I, e das quaes até hoje ninguem duvidou, sem medo nem receio de me chamarem *revolucionario*. Pois isto é, nem mais nem menos, o que eu fiz perante um governo, que, segundo as maximas, que tinha aprendido do marquez de Pombal, estava persuadido, que havia recebido immediatamente de Deus a faculdade de comer lautamente á custa do povo, e depois o governar como seu estomago, sua vontade, e seus caprichos lho pedissem. O certo é, que os portuguezes ouviram-me, não desprezaram as minhas lições, e não apedrejaram o missionario...

Tudo isto lá está escripto no *Investigador Portuguez* em Londres, e publicado ainda em tempos, em que o fallar em côrtes era como crime de lesa-magestade! E quem foi o homem que isto fez? de quem tinha aprendido esta linguagem? e quem nos tempos modernos a tinha empregado?... Fui eu!...

(*Continuar-se-ha.*)

Escola de Eiras. — Na escola da freguezia d'Eiras, concelho de Coimbra, matricularam-se no proximo findo anno lectivo, 83 alumnos. D'estes tiveram frequencia regular 53.

Consta-nos que é muito raro o dia em que esta escola não seja frequentada por 60 alumnos, havendo dias de 74.

Alem dos matriculados andaram alguns que, attendendo á sua pouca edade, os não matriculou o professor o sr. Leonardo Correia Pessoa.

Folgamos muito de poder dar tão agradaveis noticias em relação a esta escola.

Ainda o assassinato na Carapinheira. — A respeito d'este acontecimento nos pedem a publicação do seguinte:

«Sr. redactor. — Não tinha tenção de voltar á imprensa a fallar de cousas que dissessem respeito á freguezia da Carapinheira, concelho de Montemor o Velho; mas hoje não posso deixar de o fazer, visto que d'aquella terra lhe dão parte do assassinato de Francisco Gonçalves Rama, por alcunha o Canhoto, onde se accusam as auctoridades de terem sido pouco activas para descobrirem o auctor, ou auctores do attentado, que teve logar no dia 24 de Julho proximo passado, contra a vida do agora assassinado.

Não era minha tenção, como já disse, voltar a fallar de cousas da Carapinheira; porém agora são tres as circumstancias que me fazem mudar d'esse proposito; sendo a primeira mostrar que não fui eu o auctor d'essa noticia; — segundo, dizer-lhe que as auctoridades d'aquella terra fazem sempre mais do que os deixam; e a terceira finalmente, é dizer que o auctor da noticia já podia dizer sobre quem recaem as suspeitas, porque na Carapinheira é voz unisona, apontando o malvado; o que me parece é que o auctor da noticia teme a resolução do drama.

Sinto não estar, agora, na Carapinheira, porque o facto havia ser bem decantado, (como já o tenho feito por muitas vezes).

Ainda assim, prometto-lhe, sr. redactor, tornar a fallar-lhe d'este terrivel acontecimento.

Como seu assignante e amigo lhe peço a publicação d'estas linhas, que só tendem a mostrar que não fui eu o auctor da noticia.

Eiras, 22 de Outubro de 1877. — *Leonardo Correia Pessoa.*»

Á ULTIMA HORA

Já se acha descoberto e entregue á acção da lei o assassino de Francisco Gonçalves Rama, da Carapinheira.

Cousa horrivel! O assassino foi seu proprio filho!

Um parricidio!

Os srs. administrador do concelho e delegado de Monte Mór o Velho são dignos de todos os louvores, pelo modo como tem procedido n'esta importante diligencia.

Estimaremos que ninguem tente impedir, ou annullar a acção da justiça; mas se tal acontecer, tomaremos este assumpto, como sempre temos feito em casos identicos, a nosso cuidado.

Contem comnosco.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

PARRICIDIO

Montemór-o-Velho, 20 d'Outubro de 1877.

Acaba de practicar-se n'esta comarca o crime mais horroroso de que ha memoria nos fastos judiciaes do nosso paiz. Um parricidio precedido d'uma premeditação de tres mezes e realisado covarde e aleivosamente enluctou de todo em todo as paginas da historia da Carapinheira, uma das mais ridentes povoações d'esta comarca; mas que tem sido theatro de crimes atrozes, á custa dos quaes conquistou a merecida fama d'incorregivel.

Joaquim Gonçalves Rama, d'aquelle logar, que em Julho ultimo tentara assassinar seu pae Francisco Gonçalves Rama, velho de cerca de 70 annos, levado pelo damnado desejo d'herdar a minguada herança do velho inoffensivo: aquelle desnaturado filho realisou a sua nefanda pretensão no dia 17 do corrente mez, por 8 horas da tarde, assassinando seu malfadado pae com um tiro que lhe disparou no sitio do Casal do Meio, na occasião que o pobre velho se arrastava tranquillo para sua casa.

O parricida insidioso veiu n'aquelle dia com seu pae ao mercado d'esta villa: acompanhou-o para a Carapinheira, montando ambos na mesma cavalgadura: convidou-o para sua casa aonde lhe deu de merendar: seguiu d'alli com elle para uma taberna do Alhastro aonde beberam na melhor camaradagem; encaminhou-o d'alli em direcção ao Casal do Meio, aonde vivia o infeliz velho; e abandonou-o em seguida, e voltando a casa aonde tinha a arma foi esperal-o na encruzilhada aonde o fusilou!

Os dignos administrador d'este concelho e delegado d'esta comarca os srs. Antonio Simões dos Reis e Antonio das Neves Oliveira e Sousa acudiram immediatamente ao logar em que se perpetrou o crime, e tendo-se aquelle apoderado do criminoso, que todos alli temiam, levantaram logo alli a investigação e o corpo de delicto; e com tal rigor o fizeram, e tão prudentemente procederam, que supposto não encontrassem testemunhas de vista, todavia, segundo consta, descobriram, aproveitaram e relacionaram uma serie d'indicios, que constituem uma prova segura da criminalidade do reu.

Deus permitta que tão louvaveis esforços sejám secundados por o illustrado jury d'esta comarca, que tão nobremente procedeu no momentoso julgamento do reu Salema, condemnado a trabalhos publicos nas audiencias de Julho ultimo.

Oxalá que os homens honrados da Carapinheira (que ainda alli os ha) se empenhem quanto em si seja para aplanarem o caminho aberto por aquelles zelosos magistrados.

Fazemos votos por que os homens preponderantes d'este concelho não tentem por qualquer forma embaraçar a punição de tão infame criminoso; e finalmente bom será que o digno juiz de direito d'esta comarca (que não acudiu a levantar o corpo de delicto, deixando ao cuidado do insignificante juiz ordinario serviço tão melindroso) tome na devida consideração a gravidade d'um crime que tanto a merece e reclama.

V.

ANNUNCIOS

ATTENÇÃO

1 PARA os fins convenientes publico os dois documentos seguintes.

Coimbra, 20 de Outubro de 1877.

Antonio da Costa.

Declaro que o sr. Antonio da Costa, com estabelecimento de calçado na rua Larga d'esta cidade, nunca me pediu para que eu ou pessoa alguma de minha familia nos afreguezassemos com elle.

Coimbra, 20 de Outubro de 1877.

Filippe do Quental.

Eu abaixo assignado, declaro ser menos verdade que o sr. Antonio da Costa me convidasse para seu official ou serviço seu, mas sim fui eu que solicitei trabalho a este sr. quando saí da loja aonde estava.

Coimbra, 20 de Outubro de 1877.

Cypriano Leal.

Arrematação d'azeitona

2 NO DIA 27 do corrente mez de Outubro, pelas onze horas da manhã, no extincto collegio de S. Bento — no Jardim Botanico — se ha de arrendar, se o preço convier, a azeitona da Cerca de S. Bento.

TRASPASSA-SE

3 O ESTABELECIMENTO de mercearia na Praça do Commercio, n.° 9 e 10. A quem convier dirija-se ao mesmo.

ABDIEL, O ALGARVIO

PUBLICAÇÕES

Considerações geraes sobre a manifestação do pensamento e da palavra, ou **Devaneio** psychologico e grammatical com um **Additamento**, contendo: uma apreciação e um juizo critico e scientifico.

É uma questão de mui subido interesse, discutida hoje em conferencias e reuniões scientificas, celebradas na Europa culta, e bem assim na imprensa publica das nações mais adiantadas em conhecimentos uteis.

O auctor d'esta publicação é tão imparcial e tão evidentemente mostra que o seu unico intuito é instruir-se, que apresenta no seu Opusculo ambas as opiniões — a dos **philosophos** e a dos **theologos** — *sobre a* **origem do homem:** *todavia não deixaram de ser envenenadas as suas rectas e sinceras intenções.*

FOLHETINS, VARIEDADES E DEVANEIOS

1.° OPUSCULO

Summario

	Pag.
Poucas palavras	III
Cavaco	XIII
I — Saudade e esperança da primavera	1
II — Pensamentos sobre as ruinas do inverno	24
III — Revoluções!... do nosso globo	32
IV — Retrospecto de nossas vidas	51
V — Emigração e arribação das aves	59
VI — Microscopio e suas descobertas	83
Palavras animadoras	88

2.° OPUSCULO

Summario

	Pag.
Apreciações da imprensa	III
Preliminares	V
I — O nascimento do sol	3
II — Posição do sol	20
III — Jardim de flores	27
IV — Origem das fontes	37
V — Motivos de contentamento	47
VI — O frio	50
VII — Devaneio addicional e analogo ao frio do inverno	58
VIII — A neve	66
IX — Curta duração da neve	70
X — A neve fertilisa a terra	74
XI — Sonhos	79
XII — Morte	91

3.° OPUSCULO

Summario

	Pag.
Introducção	III
Apreciações da imprensa	VII
I — Meditação sobre as obras da natureza	1
II — Obras da natureza e da arte — sua differença	9
III — A Fortuna et reliqua	16
IV — Instabilidade das coisas terrestres	50
V — Ao Alfaqueque d'outr'ora que é o mesmo Abdiel de hoje	63
VI — Periodo da vida humana	67
VII — 1.° Appendiculo — **A Brutalidade**	77
VIII — 2.° Appendiculo — **A Mentira**	83

Bastam os titulos d'estes instructivos e importantes tratados para chamarem, captivarem e prenderem a attenção do curioso e discreto leitor, que preza e aprecia os conhecimentos uteis e amenos.

Vendem-se nas principaes livrarias de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga. Em Faro, nas casas dos srs. Gago Coutinho; Coelho d'Oliveira, (com loja de fazendas na Praça); Baptista Cabeça, (com loja de modas). Em Loulé, na pharmacia de José Nobre da Silva. Em Olhão, em casa de Feliciano José Alves Braga. Em Silves, em casa de Joaquim Alberto Ferreira Pinto Bastos. Em Portimão, na loja de José Mora Sanches.

O conego José Gonçalves da Cruz Viva, de Faro, remette para toda a parte estes **opusculos**, juntos ou separados, estampilhados e nitidamente impressos, a quem lhe mandar **200** réis, preço de cada um, em estampilhas.

Remettem-se egualmente e vendem-se nas mesmas casas as obras seguintes:

Biographia de Voltaire *com 84 notas instructivas e importantes.* Preço primitivo 400 réis: os poucos exemplares que restam remettem-se cintados e estampilhados por 300 réis.

Cartas escolhidas, sobre a mais perfeita educação, 2.ª edição augmentada com 27 *notas interessantes e um juizo critico.* Preço primitivo 360 réis. O auctor mencionado remette de Faro para toda a parte cada exemplar por 200 réis em estampilhas.

Oração funebre de Luiz XVIII *(é um quadro historico e politico de subido interesse para o leitor critico, imparcial e desapaixonado).* Preço primitivo 240 réis. Remette-se hoje cada exemplar (resto) por 4 estampilhas!

AGRADECIMENTO

5 JOAQUIM GOMES RIBEIRO e Abilio Alves Barata, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas, que concorreram para ajuda do enterro de Christovão Martins, sapateiro; assim como ás pessoas que contribuiram para se vestir a familia do fallecido, a qual ficou em deploraveis circumstancias.

OUTONO DE 1877

6 RAIZES de rainunculos, jacinthos, tulipas, anemones e d'outras flores, vindas recentemente de Hollanda.

Sementes d'hortalices — arbustos para jardins — plantas para salas — arvores d'ornamento e florestaes — eucalyptos em vazos a 4$500 réis o cento.

Estabelecimento d'horticultura, rua do Visconde da Luz, n.° 12. — *Antonio Mendes Simões de Castro.*

7 RICARDO ANTUNES DE MACEDO acaba de receber um sortimento de café flor, de uma das fabricas mais acreditadas do Porto; em pacotes de 114, 228, e 459 grammas, que vende por conta da fabrica, e preços marcados nos mesmos, sendo para revender.

500$000 RS.

8 SE EMPRESTAM sobre hypotheca. Rua do Visconde da Luz, loja do sr. A. Henrique de Carvalho, se diz.

9 VENDE-SE, ou arrenda-se uma boa quinta, no sitio da Balceira, freguezia de Santa Clara.

Compõe-se de grande casa de habitação, adega, celleiro, casa com bom lagar de vinho, curraes, para gados, casa de forno, pateos, eira, engenho para agua etc.

Tem muita agua nativa, pomar de laranja, tangerina, muita arvore de fructo, terras de semeadura, vinhas, bacelladas novas, grandes poisios para planta de videiras, matta etc.

Confina do norte com estrada publica, sul e nascente com a quinta da Bica.

Trata-se na Praça do Commercio n.° 15 — 18. Coimbra.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 10 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 10 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, é na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$180
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3156 | Sabbado 27 de Outubro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

PORTUGAL E AS SUAS ALLIANÇAS

Tem sido em varias épochas objecto de severas apreciações, as consequencias que para Portugal tem resultado da nossa alliança com a Inglaterra.

Um dos escriptos que acerca d'esse assumpto se têm publicado, e que causou mais impressão, foi o artigo do sr. Thomaz Ribeiro, assignado com o pseudonymo de *Thomé de Dia.*

A cathegoria social do auctor d'esse celebrado artigo, e a sua reconhecida illustração, davam muita importancia á doutrina que alli se expendia contra a nossa alliança com aquelle paiz.

Muitas outras publicações se têm feito adversas á Inglaterra. Uma das mais violentas é sem duvida o livro impresso no Porto em 1840, com o titulo de — *Memoria historica ácerca da perfida e traiçoeira amizade ingleza,* o qual era dedicado ao ministro de estado honorario e deputado, Manoel da Silva Passos, e escripto por F. A. de S. C.

Estas iniciaes encobriam o nome do auctor d'esse livro, que com todo o fundamento se suppõe ser o bacharel Francisco de Assis Castro e Mendonça; o mesmo que publicou em Coimbra n'esse anno de 1840 o famoso periodico o *Tira Teimas;* e o não menos famoso livro — *A Dynastia e a Revolução de Setembro, ou nova exposição da questão portugueza da successão* — livro que n'esta cidade foi julgado no jury, e ahi absolvido em 29 de Abril de 1840.

Ao inverso d'essas hostilidades contra a Inglaterra tem havido partidarios declarados das allianças estrangeiras, divergindo só á qual é paiz a que se deve dar a preferencia.

O systema d'essas allianças, e das nações esperarem tudo do apoio externo, foi entre nós já tão seguido, que até em 1824 preponderavam no ministerio dois elementos oppostos, mas ambos advogados de influencias estranhas. O marquez de Palmella era partidario da alliança ingleza; e o conde de Subserra da franceza.

Parece-nos que nos dois extremos ha exaggeração.

Portugal não póde recusar completamente a alliança com alguma nação poderosa; mas tambem não deve esperar todo o soccorro d'essa nação.

Não devemos ter uma presumpção de valor patriotico levada a excesso, que toque as raias de uma ridicula jactancia; nem nos é permittido cruzar os braços, prescindindo de toda a nossa organisação militar, por julgarmos que somos tão pequenos e impotentes, que se tornaria totalmente inutil qualquer tentativa de resistencia, desajudada do auxilio estrangeiro.

Os paizes, que se collocam na absoluta dependencia dos seus auxiliares, estão muito perto de perderem a autonomia.

Pelo contrario as nações que, embora numericamente fracas, sejam valentes nos campos de batalha, e que saibam e queiram aproveitar os seus modestos recursos; tornam-se respeitadas perante o mundo civilisado; e quando por infelicidade succumbem; são acompanhadas na adversidade pela sympathia de todos os povos.

A Dinamarca vencida em 1864 pela Austria e Prussia colligadas; mas vencida depois de uma defeza que tocou as raias do heroismo, ficou engrandecida moralmente no seu proprio desastre.

Presentemente a Turquia, muito inferior em territorio e em população á Russia; defendendo-se com uma tenacidade e valentia admiraveis da invasão do collosso do norte, tem-se elevado no conceito de todas as nações; e quando por ventura fosse vencida até ao ponto dos russos entrarem em Constantinopla, cahia com honra, fazendo pagar cara aos vencedores a sua empreza.

Póde-se odiar o systema de governo da Turquia, sem recusar a sympathia que merece uma nação, que sabe defender tenazmente o seu territorio das invasões estranhas.

Já vimos o resultado que alcançámos da absoluta confiança na alliança ingleza. Que o diga a affronta que soffremos em 1858 com o aprisionamento da barca *Charles et Georges* nas aguas do Tejo, sem que a Inglaterra nos livrasse d'essa humilhação.

O auxilio que nos deu a Inglaterra durante a guerra peninsular, não deve servir de norma. Os inglezes não vieram a este paiz exclusivamente para livrar Portugal do poder dos francezes; mas sim, porque bem sabiam que a nossa submissão á Napoleão Bonaparte era um golpe fatal na sua ilha — essa *eterna inimiga do continente* — na phrase favorita do imperador dos francezes e do seu general Junot.

É para provar a má fé do governo inglez para com Portugal, durante a guerra peninsular, bastaria apontar o acto de verdadeira pirataria com que o major general Beresford, á frente de uma força ingleza, se apoderou da ilha da Madeira em Dezembro de 1807; o que aliás não era mais do que a repetição do que os inglezes anteriormente tinham feito, apoderando-se perfidamente das nossas possessões de Gôa, Diu e Damão.

Convém, portanto, mantermos a alliança com alguma nação poderosa; mas sem que confiemos, demasiado n'esse apoio.

Contentos comnosco primeiro que tudo.

Em o numero do *Conimbricense* de 13 do corrente, demos noticia do *Ensaio politico dos crimes de Inglaterra para com Portugal,* pelo celebre prégador d'esta cidade, da ordem de S. Do-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLIV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Ainda não eram passados muitos annos, quando só o nome de côrtes, e a temeridade de as invocar tinham sido pretexto para dar um severo castigo a um dos nossos notaveis homens d'estado.

Tratava-se de dar a regencia ao principe D. João no impedimento da rainha D. Maria I, e José de Seabra, que era um dos seus ministros, propôz, que se convocassem os estados geraes para este fim, porque segundo as leis do reino, e o que se tinha praticado em 1668, só pela auctoridade das côrtes d'este anno se havia dado a regencia ao principe D. Pedro para governar no impedimento de seu irmão D. Affonso VI.

Esta proposta causou tamanho pavor ao governo absoluto, que José de Seabra foi demittido; e, como em desterro, passou segundo creio, os seus ultimos dias na sua casa e quinta de S. Sebastião da Pedreira, onde ainda estava no anno de 1808, e onde eu lhe fallei.

O desprezo e delapidação com que o governo do Brazil tratava Portugal, junto com a oppressão que soffria pela administração interna de quatro ou cinco homens, chamados regentes, e administração que a carniceria do Campo de Santa Anna e da Torre tinha tornado horrorosa e insupportavel, fizeram com que eu acabasse de todo com as minhas contemplações, e fizesse do *Investigador* um grande campo para n'elle expôr á vista do mundo, os desacertos, todas as injustiças, e todas as maldades que o pobre Portugal ia cada dia, e sempre em augmento, padecendo.

O que então escrevi lá está; e o denodo com que defendi a minha patria, tambem lá se póde ver, e por elle ajuizar do caracter e independencia que tinha o homem que assim escrevia... Pois não me era muito difficil exigir, e alcançar grandes premios, se quizesse defender o *governo monstro,* que n'essa época nos tyrannisava!...

Já não posso dar por testemunha a quem pedras do sepulchro agora cobrem o cadaver; mas pode-se bem crer, que quem tão destemidamente defendia a liberdade e os interesses do seu paiz, não havia de ser mesquinhamente recompensado, se tivesse o descaramento de advogar a causa do absolutismo e tyrannia...

Nas circumstancias em que me achava, e na determinação em que estava, não podia continuar com a minha lucta, *decisiva e irrevogavel,* no *Investigador,* porque não era d'elle só o proprietario, tinha dois socios, acanhados, timidos, e até mesmo mui afastados das minhas ideias, e por isso não os querendo sacrificar, nem que perdessem os interesses do jornal, que eu, em verdade, só sustentava, resolvi despedir-me da sociedade, entregar-lhes todos os lucros e direcção, e pôr-me só em campo e á minha custa em frente do inimigo, que eu estava resolvido a combater até á ultima extremidade.

Assim o fiz, e fiz a minha despedida no mesmo *Investigador* no principio do anno de 1819, fazendo contas com os meus socios, e deixando-os senhores absolutos do jornal.

Este, passado um ou dois mezes, morreu, e nem podia deixar de morrer, porque ficava em mãos inhabeis, e tinha por collaboradores dois individuos, que nem tinham actividade, nem a intelligencia sufficiente para o dirigirem em qualquer sentido que fosse. A prova foi, que nem sequer os tentaram, como a mim, para romper lanças a favor do despotismo!...

Procurei dar principio á minha obra sem auxilio de ninguem, e só fiado em que não havia de ser desamparado por aquelles, cuja causa ia firmemente defender. Não me enganei; porque fui recompensado pelos meus compatriotas muito alem do que podia desejar. Em Julho do anno de 1819 dei principio ao meu jornal com o titulo de *Campeão Portuguez, o amigo do rei e do povo;* e dei-lhe este titulo para mostrar, que eu não era um *incendiario politico,* que quizesse com minhas palavras lançar o fogo da discordia no paiz, porem um homem, que queria aconselhar *um rei a ser justo,* e um povo a ter resolução *para pedir justiça.*

No meu prospecto dei logo a saber o que pretendia; porque n'elle disse: — «E será possivel que não haja um portuguez, amigo do rei e do povo, que ouse levantar a voz a favor de tão nobre, e tão illustre patria, na hora da sua infelicidade?... Ao menos a historia dirá, que ainda houve um, refugiado em terras estranhas, que se lembrou da patria, e por ella alçou uma voz livre, independente, e energica, sem curar de quantas perseguições lhe póde attrahir esta nobre defeza. Sua divisa será sempre a seguinte: — *Fais ce que dois, advienne que pourra:* isto é, *cumpre com o teu dever, e não te assuste o futuro; prosegue...*»

(Continuar-se-ha.)

mingos, o dr. Antonio José da Rocha, o *Rochinha*, escripto, segundo se suppõe, de 1799 a 1802; e publicámos o preambulo d'esse *Ensaio*.

Vamos hoje publicar a ligeira apreciação que o mesmo escriptor faz dos diversos tratados de Portugal com a Inglaterra.

Refere-se o dr. Antonio José da Rocha a 6 tratados — 1643 — 1654 — 1661 — 1703 — 1704 — 1794.

Como, porém, não desejámos deixar passar erros, que podem depois propagar-se indefinidamente; devemos dizer, que o dr. Rocha se enganou na data de tres d'esses tratados — o primeiro, e os dois ultimos.

O primeiro não é de 1643; mas sim de 29 de Janeiro de 1642. Era um tratado de paz e commercio: foi feito entre el-rei D. João IV e Carlos I, rei da Gran-Bretanha; e assignado em Londres n'aquella data.

O segundo está exacto no anno de 1654, que indica o dr. Rocha. Foi feito entre el-rei D. João IV e Cromwell, protector da Gran-Bretanha; sendo assignado em Westminster a 10 de Julho do mencionado anno.

O terceiro está tambem exacto. Foi effectivamente em 1661. Era não só tratado de paz e alliança entre D. Affonso VI de Portugal e Carlos II da Gran-Bretanha; mas tambem de casamento d'este monarcha com a infanta portugueza D. Catharina, e foi assignado em Whitehall (Londres) a 23 de Junho do referido anno.

O quarto tratado foi, como diz o dr. Rocha, em 1703. E' o tratado de liga defensiva entre el-rei D. Pedro II e Anna, rainha da Gran-Bretanha, e os Estados Geraes dos Paizes Baixos. Foi assignado em Lisboa em 16 de Maio d'aquelle anno.

O quinto tratado não foi, como diz o dr. Rocha, em 1704; mas tinha sido assignado em Lisboa, em 27 de Dezembro do já referido anno de 1703. Este é o famoso tratado de commercio entre el-rei D. Pedro II e Anna, rainha da Gran-Bretanha; o qual ficou conhecido pelo nome de *tratado de Methuen*, em razão de ser o embaixador inglez, *João Methuen*, que o assignou em Lisboa.

O sexto tratado não foi em 1794, como diz o dr. Rocha; mas sim em 26 de Setembro de 1793. Esse tratado foi entre a rainha D. Maria I e Jorge III, rei da Gran-Bretanha, sobre o mutuo auxilio e reciproca protecção do commercio de ambas as nações contra a França; sendo assignado em Londres.

Todos esses tratados se podem ver por extenso, na importantissima *Collecção dos tratados, convenções, contractos e actos publicos, celebrados entre a corôa de Portugal e mais potencias, desde* 1640 *até ao presente, compilados, coordenados e annotados por José Ferreira Borges de Castro* (posteriormente visconde de Borges de Castro).

Feitas estas rectificações necessarias, vamos publicar as reflexões do dr. Antonio José da Rocha.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

1.º TRATADO DE 1643

As vantagens de Portugal n'este tratado foram reconhecer em Inglaterra uma independencia, que lhe não podia impedir.

Foram as de Inglaterra: 1.º satisfazer-se dos ciumes da França por terra, 2.º da Hollanda por mar, 3.º vingar-se da Hespanha, 4.º augmentar o seu commercio.

Não durou muito tempo a boa harmonia, que nos procurava este tratado com os inglezes. Passados nove annos (segundo La Clede foi em 1650) bloqueou o almirante Blake o porto de Lisboa, e quiz entral-o por força.

Tomaram-nos todavia 15 navios carregados d'assucar vindos do Brazil, por darmos asylo a dois principes infelizes — Roberto e Mauricio, principes palatinos — sem nos embaraçarmos com a revolução de Inglaterra.

Dois annos depois — 1653 — degolaram em publico cadafalso a Pantaleão de Sá, irmão do conde de Penaguião, camareiro mór, e nosso embaixador então em Londres, crime que ultrajou o direito publico das gentes, como diz seu mesmo historiador David Hume.

2.º TRATADO DE 1654

Não obstante isto, fizemos logo outro tratado com o protector Cromwell.

As nossas vantagens foram as nossas esperanças; prometteu-se-nos muito, para nada se cumprir; pois tanto pelo famoso acto de navegação de 1660, como por um acto do parlamento se determinou inteiramente o contrario da letra do tratado.

As vantagens dos inglezes foram, entre outras, estipularem a nossa diversão contra os hespanhoes para lhes fazerem uma guerra cruel, em que muito se enriqueceram, sem passarem pelo perigo de expulsarem os hollandezes do Brazil; lograrem o commercio d'aquelle immenso paiz, aproveitando-se de todos os nossos recursos, sem nos darem soccorro nem por terra, nem por mar.

Obtiveram não sómente a faculdade de só elles entre os estrangeiros carregarem em nossos portos para o Brazil, e navegarem directamente para os nossos dominios d'Asia e Africa, mas tambem alcançaram commerciarem livremente no nosso paiz, terem n'elle um juiz conservador, e não pagarem mais de 23 °/₀ das suas fazendas e mercadorias, em quanto as nossas ficavam a pagar os direitos usados na Inglaterra.

3.º TRATADO DE 1661

As nossas vantagens foram a gloria de casar uma princeza de Portugal com um rei de Inglaterra (D. Catharina e Carlos II) que a tratou com toda a indifferença, assim como a nação lhe deu os maiores desgostos. Tivemos depois vãs promessas, e nada mais.

As dos inglezes foi tirarem-nos em tempos para nós tão calamitosos dois milhões de cruzados pelo dote da senhora D. Catharina, fazer alienar de Portugal, Tanger, e a importante colonia de Bombaim, que de tanto interesse era para o nosso commercio da India, e com o titulo de parentesco da familia real começar a Inglaterra não só a monopolisar o nosso commercio, mas a dirigir as nossas negociações politicas sobre os seus interesses.

Apesar d'isto fizeram mil intrigas n'este mesmo anno de 1661 para embaraçar o nosso tratado de paz com a Hollanda, a fim de facilitar que se nos tomasse Cochim e Cananor, como succedeu em 1663.

Devendo soccorrer-nos ao menos na India, nunca o fizeram, ainda mesmo quando ahi conduziram o nosso governador de estado, Antonio de Mello e Castro, e iam destinados a isso, pois sendo requeridos para nos auxiliarem na defeza de Cochim, de nenhuma sorte o fizeram: o que mostra que as suas ordens particulares eram em contradição com as que tinha a côrte de Londres manifestado á nossa.

D'esta sorte o governador Mello e Castro lhes não quiz entregar Bombaim, de que iam para apoderar-se, segundo o tratado (a).

Depois de terem feito horriveis cabálas a este governador honrado, alcançaram tomar posse de Bombaim, d'onde inteiramente despojaram todos os portuguezes, quebrantando tudo quanto a este respeito prometteram no tratado de 1661.

Foram sempre tão constantes os inglezes em nunca cumprirem os tratados feitos, senão os que lhes eram vantajosos, que no anno de 1666 ainda o marquez de Sande implorava em Paris a mediação da França, para que o tratado se cumprisse, e nada assim mesmo se conseguiu da Inglaterra.

Em 1668 concorreram os inglezes para que os hespanhoes fizessem a paz comnosco, não pelo nosso interesse, porque perdemos Ceuta e Cananor, mas pelo d'elles; pois ficaram assim os hespanhoes mais desembaraçados para acudirem aos Paizes-Baixos, que Luiz XIV invadia a titulo de herança de sua mulher. O que se manifesta por haver a França offerecido tres annos antes a sua mediação para a nossa paz ao marquez de Sande; mas este fidalgo, que era um pouco medroso, de tal modo foi aterrado pelos inglezes, que não quiz intervir n'isso.

Desde esse tempo até ao fim do seculo não houve transacção alguma importante entre as duas nações.

A Inglaterra não cessava todavia de augmentar actos do parlamento, inteiramente oppostos aos nossos direitos, como foi: 1.º prohibir que nossos navios entrassem nos portos inglezes, 2.º augmentar os direitos de todos os generos de nova exportação, 3.º não consentir que nós podessemos carregar para Inglaterra os generos estrangeiros, 4.º empregar todo o genero de vexações contra os portuguezes, que por causa do commercio viviam em Inglaterra. Os inglezes encheram ao mesmo tempo as nossas praças de commercio, e tinham em tudo uma liberdade sem limites.

4.º TRATADO DE 1703

Portugal não teve n'este tratado mais do que as promessas do costume, e nada de realidade.

Os inglezes fizeram em grande parte á nossa custa a guerra da grande alliança: por elles pelejámos 11 annos, arruinámos povoação, industria, lavoira, e finanças; e sendo elles arbitros da paz de Utrecht, negavam-nos as poucas praças que nos tinham promettido.

Os seus soccorros de gente e dinheiro nunca chegaram, e as diligencias que o conde de Tarouca fez em Londres, foram perdidas.

5.º TRATADO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1704

Esta negociação seguiu-se ao precedente tratado, que foi politico, e este de commercio.

Repetiram-se as mesmas promessas e com os mesmos effeitos. Os inglezes se achavam esbulhados de parte do seu commercio de manufacturas: souberam tomar a seu cargo vestir-nos, e indirectamente alimentar-nos, pois ajustaram tomar o nosso vinho, que elles começaram a comprar por alto preço.

As terras de pão se converteram em vinhas, o que servia de abater o preço do vinho: as terras perderam muito o seu valor; foi impossivel tornar as terras de lavoira a pão: um povo sem manufacturas não póde fazer avanços na terra.

Os inglezes, a fim de perpetuarem a nossa miseria, traziam o pão mais barato do que podesse vender-se pela cultura do paiz.

Tudo isto junto aos males da superstição, fizeram do mais bello terreno e clima do mundo, dos senhores das mais ricas minas de oiro, um paiz desgraçado, um povo miseravel.

Ah! minha patria! é o que deves aos inglezes! Não ha um tratado mais perfido na historia das nações.

No anno de 1711 a França propoz-nos a paz pelo marquez de Bay: os inglezes disseram que a rejeitassemos, ao mesmo tempo que ajustavam a sua.

É provavel que elles soubessem do desembarque de Dugay-Trouin a saquear o Rio de Janeiro, e que o consentissem.

Na paz de Utrecht os ministros inglezes não só alteraram as minutas de nossos ministros, porém a rainha Anna fez em o seu conselho um novo tratado de paz, convencionou-o com a França, mandou-o a Versailles, e apresentou-o ao senhor rei D. João V, quando era de necessidade que elle o assignasse.

Como a Inglaterra foi em Utrecht a arbitra da Europa, impunemente nos fez todas as injustiças, que desejou.

Privou-nos das praças promettidas, e deixando indecisa entre nós e a Hespanha a colonia do Sacramento, pretendeu que nas duas nações ficasse um fermento de guerra para utilidade sua.

No congresso de Cambray não só impediram se terminassem alli nossas negociações com a Hespanha, mas nem quizeram que os nossos ministros fossem alli admittidos. — V. officios da nossa côrte de 1722 por D. Luiz da Cunha.

Nas desavenças, que em 1735 tivemos com os hespanhoes, pedimos soccorros maritimos á Inglaterra, que apesar das instancias dos nossos ministros só nos mandaram uma esquadra quando já a não precisavamos. — V. carta do conde de Tarouca para Marco Antonio.

Vendo os inglezes que não cessavamos de instal-os por falta de fé aos tratados, em 1740 passaram tambem a dar-nos culpas por não havermos admittido nas nossas colonias casas de commercio inglezas, o que além de ser falso, pois algumas se tinham estabelecido, foram elles os que não quizeram prosistir, por lhes ser isso mais conveniente.

O marquez de Pombal foi enviado a Londres por esta causa; os inglezes não o podendo comprar, o fizeram logo chamar a Lisboa.

Em todo o reinado do sr. D. João V trataram-nos sempre como uma colonia miseravel.

O oiro sahiu em barra e em moeda sem embaraço. Introduziu-se o abominavel uso dos paquetes, e assim desde o principio do seculo precedente até ao fim do reinado do dito senhor sahiu de Portugal uma immensa quantidade de milhões. A divida nacional era de 28 milhões de cruzados.

Lord. . . . ., ministro de Inglaterra, e que governava a côrte n'esse tempo, como um Bachá póde fazer a uma provincia do Sultão, dizia dos portuguezes — que se póde esperar d'uma nação, cuja metade espera pelo Messias, e metade por el-rei D. Sebastião? !

Em 1760 havendo-se alguns negociantes do Porto estabelecido em Guernesey para facilitar o commercio dos vinhos, os inglezes contra a fé dos tratados obrigaram a desfazer aquelle estabelecimento.

Ainda que o marquez de Pombal, assim como todos os bons politicos, entre os quaes deve ter um distincto logar o conde de Tarouca, conheceram as intrigas dos inglezes, e as suas escandalosas perfidias, não as poderam remediar todas.

Em 1774 nos maquinaram as costumadas traições nas desavenças com Hespanha, para nos abaterem com a guerra.

Em 1781 souberam frustar-nos a accessão á neutralidade.

Em 1786 unidos com os hespanhoes impediram uma tregoa com Argel.

Em 1794 a fizeram em nosso nome sem nos consultarem, e quando nos não convinha; e no mesmo anno abusando da bondade de um ministro, que viveu com elles sem os conhecer, extorquiram um novo tratado de alliança.

6.º TRATADO DE 1794

As vantagens d'este tratado estão manifestas aos olhos da nação inteira.

As perdas que o commercio tem soffrido, e as calamidades dos preparos de uma guerra dizem mais do que eu posso dizer.

Emquanto que os inglezes gosam de uma entrada franca nos nossos portos, evitam com isso a sua ruina, introduzem-nos mais de seis milhões de contrabandos annualmente, e julgam ainda fazer-nos favor.

Fim.

(a) O Dr. Antonio José da Rocha, refere-se aqui á patriotica resistencia, que por muito tempo offereceu o governador da India, Antonio de Mello e Castro, a entregar Bombaim aos inglezes.

Pódem ver-se os interessantes officios do referido governador, e outros documentos a esse respeito, no *Supplemento á Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a corôa de Portugal e as mais potencias desde* 1640, *compilados, coordenados pelo visconde de Borges de Castro, e continuado por Julio Firmino Judice Biker, primeiro official, chefe de repartição, archivista e bibliothecario do ministerio dos negocios estrangeiros* — tomo IX, desde paginas 229 até 269.

A *Collecção* do sr. visconde de Borges de Castro, consta de VIII tomos. E o *Supplemento* organisado pelo nosso estimavel amigo o sr. Biker, consta de mais III tomos, sendo o ultimo dividido em duas partes.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Estão n'esta cidade os srs. Alves e Loureiro, directores do banco commercial de Vianna, que vieram para fechar a caixa filial que o mesmo banco tem em Coimbra, e recolher a Vianna os effeitos d'ella e sua escripturação.

Logo que isto constou, alguns credores requereram ao sr. juiz de direito para serem intimados os administradores da caixa filial, a fim de não entregarem valores alguns, nem a escripturação, por isso que, pela lei do processo, tem direito a demandar os referidos administradores pelos seus creditos, cujas garantias seriam cerceadas se por ventura fosse supprimida a caixa d'esta cidade.

O sr. juiz de direito deferiu; e a esta hora devem ter sido intimados d'este despacho os administradores da caixa filial.

Ninguem póde perceber o que pretende a direcção d'este desgraçado banco.

A relação mandou, como já dissémos, convocar novamente os credores. O processo saiu do Porto no dia 16 para Vianna, e acha-se agasalhado na mão da auctoridade a quem foi dirigido; pois que ainda no dia 20 não tinha sido entregue no cartorio do escrivão competente.

Terão receio de nova reunião dos credores?

Com effeito, o protesto que elles juntaram ao processo bem lho denuncia.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Dissémos ha dias que o nosso collega o *Districto de Aveiro* havia publicado as contas d'aquelle concelho, relativas ao ultimo anno economico.

Agora temos a acrescentar, que o nosso collega a *Correspondencia da Figueira* publicou as contas da camara d'aquelle concelho, relativas á mesma épocha.

As referidas camaras entendem que lhes cumpre dar conta aos seus administrados de como geriram as contribuições com que elles concorreram para o municipio.

Em Coimbra, porém, pensa de modo contrario a nossa camara. Aqui a actual vereação procura por todos os modos eternisar-se na administração do municipio; mas guarda completo silencio sobre os seus actos.

E' este o respeito que ella tem pela opinião publica.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um nosso illustrado amigo, cavalheiro eminentemente liberal, nos enviou o seguinte communicado, a proposito da manifestação que ha dias fez a academia d'esta cidade, por causa da victoria eleitoral do partido republicano em França.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Ericeira, 22 de Outubro de 1877.

Meu prezado amigo. — Li com inteiro prazer no *Conimbricense* de sabbado 20 do corrente, a noticia da manifestação da academia de Coimbra por a victoria da democracia franceza.

Apezar de sentir já arrefecer-me o calor da juventude que arde n'aquellas almas juvenis, onde encarna o nosso porvir, não se me apagou, nem apagará jamais, o fogo do enthusiasmo por a causa santa do progresso humano.

E o meu enthusiasmo agora é tanto mais legitimo, quanto já previra o desfecho que tiveram as eleições na França, em carta que escrevi ao nosso amigo G. poucos dias depois da morte de Thiers.

Não que me eu tenha por isso na conta de propheta; pois no que então escrevi não fiz mais do que servir-me da minha logica para tirar as consequencias das premissas estabelecidas.

Ora as premissas estavam: nos repetidos erros dos realistas de todas as *nuances*; nas caturrices de Mac-Mahon que, pelo dizer de suas proclamações, parecia julgar-se ainda no tempo em que o rei arengava ao *seu* povo; como *pae* a seus filhos (era a linguagem ferrugenta de Carlos X no documento que v. cita); estavam finalmente as premissas na selvageria com que os imperialistas (que ainda ha d'esta familia depois da fanfarronada de 70 e da vergonha de Sedan) tripudiaram sobre o cadaver do homem cuja morte pranteou todo o mundo civilisado.

Era portanto necessaria a consequencia: uma lição severissima dada por homens livres ao governo pessoal de Mac-Mahon.

Assim succedeu: e agora ponham alli os olhos os governos das nações, para que se não julguem senhores dos povos, mas unicamente gerentes das associações politicas que, por differentes meios, os elegem seus mandatarios.

Esta linguagem politica parecerá extranha a alguns dos que ainda choram pelo passado: e creia v. que á hora em que lhe escrevo, esses taes esfregarão as mãos de contentes contando já com a victoria dos russos, onde vêm a esperança d'uma pretendida restauração.

Como se enganam! O mundo não volta a traz, os grandes factos da historia não se repetem, e o progresso humano caminha de estadio em estadio; não descança, não pára: é o Ashaverus da lenda.

Se esses homens despindo-se de seus preconceitos, attentassem no estado actual do mundo, veriam que a victoria, na presente guerra, nem hade pertencer á Russia, nem caberá tão pouco á Turquia.

A guerra longa e feroz, como promette ser, não fará senão enfraquecer ambas as partes contendoras; e a Europa liberal será o *tertius gaudet*, que hade impor a ambas a solução unica que haja a dar-se á questão do Oriente, a saber: — a formação d'uma federação de todos os estados do Oriente, tendo cada um a sua autonomia propria, e todos um governo central em Constantinopla, onde serão proporcionalmente representados.

Assim, qualquer que seja o azar das armas na actual guerra do Oriente, o resultado final será mais uma victoria para a democracia.

De v. — muito respeitador e amigo agradecido. — *G.*

O sr. commendador Manoel Joaquim Fernandes Thomaz, secretario da Universidade, enviou-nos a seguinte carta.

. . . Sr. — Dizendo-se em o n.º 84 da *Correspondencia de Coimbra* — que aquella redacção recebera do secretario da Universidade uma communicação ácerca da missa de *requiem*, que, em vista da resolução do conselho dos decanos, deve ser resada na real capella da Universidade no dia de ámanhã, 25 do corrente, por alma de Alexandre Herculano, previno a v. de que aquella communicação foi apenas dirigida pela secretaria a meu cargo aos lentes da Universidade e aos professores do Lyceu; e que quando houvesse de ser feita ás redacções dos jornaes, não deixariam de ser contempladas as de todos aquelles que se publicam n'esta cidade.

. . . Sr. redactor do *Conimbricense*.

De v., etc.

Manoel Joaquim Fernandes Thomaz.

Coimbra, 24 de Outubro de 1877.

NOTICIARIO

Theatro de D. Luiz I. — Na noite de 24 representou a companhia do Baquet do Porto a zarzuela — *Amar sem conhecer* — e na noite seguinte a opereta — *A filha da senhora Angot*.

Após as melodias de Barbieri, a musica alegre e palpitante de Lecoq! Depois das canções apaixonadas da *Condessa do Prado* e de *D. Alvaro*, a gargalhada franca de *Clarinha* e *Pomponet!* Noites diversas para paladares tambem diversos.

Na zarzuela foram muito applaudidos Josepha, Portugal, Firmino, Foito e Samuel. Os dois ultimos tiveram a plateia em constante riso, e receberam em recompensa muitas palmas. Além de cantarem bem, são bons actores. Portugal canta com muito mimo, e depois que está no Porto tem melhorado muito. Em companhias portuguezas e d'esta ordem é o melhor cantor. Felicitamol-o e felicitamo-nos a nós os conimbricenses por ser filho d'esta terra. A avaliarmos pelos progressos que tem feito, espera-o um bom futuro.

É muito para admirar que, n'uma companhia, em que quasi a totalidade desconhece uma nota de musica, se execute uma zarzuela, onde ha segredos da arte, sómente d'ouvido.

Bem sabemos que, ha dias ainda, e no mesmo theatro, echoaram os trinados de Gelimendi, Baracochea, Lacarra e outros. Mas estes são cantores de profissão, estudaram annos e precede-os a fama de bons cantores de zarzuela.

Com a companhia do Baquet não succede assim. Dedicaram-se á arte dramatica, e n'isso, só para isso gastaram tempo. Mais tarde quando a corrente virou, quando se conheceu que começava nova epocha para os theatros, a necessidade levou-os a trocar a declamação pelas notas de musica. Elles os filhos da arte, não recuaram ante o perigo, esperando que o publico sciente das difficuldades da empreza, e conhecedor dos motivos da mudança, seria generoso. E tem-no sido. Por isso o theatro de D. Luiz era cheio n'estas duas noites e os applausos se repetiam.

Na opereta a execução geralmente foi boa, exceptuando algumas falhas, sem duvida originadas pela orchestra, que caprichava em desafinar, apesar dos esforços que o regente Landó, primeira flauta e poucos mais faziam para a chamar a compasso.

No 1.º acto agradou o solo de Clarinha e o dueto d'esta com Portugal. No 2.º sobresahiu o dueto de Lange e Clarinha, o terceto d'estas com Firmino e Gama, e o côro dos conspiradores. Fabricio interpreta bem o pequeno papel de policia e agrada sem cair no exaggero. No 3.º acto finalmente são bem cantados os duetos de Larivaudier e Pomponet, de Lange e Pitou, e o final.

Hoje representa-se o *Segredo d'uma dama*, que tem feito furor no Porto, pela bonita musica e bem executada. Amanhã é a ultima recita e agourámos ao sr. Correia d'Almeida mais duas enchentes, do que é bem merecedor.

Quintanistas. — Ouvimos dizer que o sr. alferes Freitas Barros já leu á commissão executiva do 5.º anno de Direito o primeiro acto da peça, que anda compondo, para a costumada recita de despedida d'aquelle curso. De certo hade corresponder ao bom nome que no theatro tem alcançado o sr. Freitas, a quem não falta competencia para aquelle genero de trabalho.

Secção de Archeologia do Instituto. — Na quarta feira foram nomeados socios correspondentes da secção de Archeologia do Instituto os srs. Annibal Pippa Fernandes Thomaz, da Louzã; Leovigildo Antonio da Cunha, negociante d'esta cidade; e Luiz de Figueiredo Guerra, estudante do 4.º anno de Direito, de Vianna do Castello.

Foram tres excellentes nomeações.

O sr. Fernandes Thomaz é incansavel e intelligente bibliographo, já bem conhecido pelas suas eruditas *Cartas bibliographicas*.

O sr. Leovigildo tem feito um estudo particular da lingua portugueza, em que é muito erudito. Se a sua modestia lho permittisse podia publicar importantes trabalhos, que dariam prova dos seus muitos conhecimentos.

O sr. Figueiredo Guerra é um distincto e muito applicado acheologo, e de quem já ha publicações apreciaveis.

Tremores de terra. — Na quinta feira, ás 7 horas, menos 10 minutos da manhã, sentiram-se n'esta cidade, com pouco intervallo, dois fortes tremores de terra. Felizmente não causaram damno nenhum.

Alexandre Herculano. — Na quinta feira, pelas 10 horas da manhã, celebrou-se na real capella da Universidade, a missa mandada dizer pelo conselho de decanos, por alma do illustre escriptor o sr. Alexandre Herculano.

Explicações. — Em uma correspondencia da Carapinheira, que ha dias publicámos, dizia-se que quando em 25 de Julho se dispararam uns tiros contra Francisco Gonçalves Rama, as auctoridades locaes não trataram de averiguar quem foi o auctor d'esse crime.

Escreve-nos, porem, um nosso amigo dizendo-nos, que essa censura não é justa, porquanto as auctoridades trataram logo de proceder a exame de corpo de delicto; e por mais diligencias que fizessem nada se poude saber.

O exame foi enviado para o juiz de direito da comarca, e pouco depois, a requerimento do ministerio publico, se procedeu a exame indirecto, e apezar de serem inquiridas muitas testemunhas e inclusivé o mesmo Rama, ficou ignorado quem foi o auctor do crime.

Mais explicações. — Já depois de estar composta a noticia antecedente recebemos mais duas cartas, uma d'ellas muito extensa, acerca do parricidio na Carapinheira, as quaes não podemos publicar na integra por absoluta falta de espaço. Por isso as resumiremos.

A primeira do sr. E., datada de Monte Mór o Velho, diz que era esperada a força militar para conduzir para Coimbra o parricida Joaquim Gonçalves Rama.

Elogia os importantes serviços prestados pelos srs. administrador e delegado de Monte Mór o Velho n'esta diligencia.

Diz que se o digno juiz de direito da comarca não assistiu á diligencia, foi por motivos justificados; e que essa falta estava sanada com a presença d'aquelles zelosos magistrados.

Trata de justificar as auctoridades no seu procedimento na tentativa de Julho. São as mesmas rasões que já ficam expostas em a noticia precedente.

Termina fazendo votos para que nas aldeias acabem os protectores dos criminosos, e que se estabeleça o reinado da moralidade.

A segunda carta é do sr. Joaquim Antonio Simões Pessoa, primeiro substituto de juiz ordinario da Carapinheira, o qual trata de mostrar que são infundadas e injustas as accusações, que se têem dirigido ás auctoridades d'aquella localidade.

Despachos. — O sr. Julio Maria de Andrade foi promovido á propriedade da cadeira da Tocha, concelho de Cantanhede.

Egualmente foram promovidos, o sr. Leonardo Correia Pessoa á propriedade da cadeira de Eiras, concelho de Coimbra; e o sr. José Maria das Neves á propriedade da da cadeira de Oliveirinha, concelho de Taboa.

Fallecimento. — Falleceu o sr. José Ribeiro Guimarães, antigo redactor do *Jornal do Commercio* de Lisboa.

Era escriptor muito liberal, e investigador incansavel; tendo feito publicações interessantes e de muito valor para a nossa historia.

Damos os sentimentos aos nossos collegas por este fatal acontecimento.

Academia Real das Sciencias. — Reuniu-se no dia 25 a Academia Real das Sciencias para prestar homenagem á memoria de Alexandre Herculano. O sr. Aguiar propoz que se participasse este facto a todas as academias da Europa, publicando-se um livro a respeito do illustre finado. Pediu-se que fossem trasladados os restos mortaes de Herculano para Lisboa, empenhando-se até para este fim, com a viuva, el-rei D. Fernando, como presidente, el-rei D. Luiz, como socio protector da Academia.

Guerra do Oriente. — *Alexandropol*, 23. — Em consequencia da grande quantidade de viveres apprehendidos aos turcos depois da victoria alcançada contra elles em Aladjadagh, foram suspensas provisoriamente as provisões para o exercito russo, na Asia.

Constantinopla, 24. — Ismail-Pachá, tendo reunido os destroços dispersos do exercito de Moukhtar, chegou a Kaghysmam, na margem do rio Aral; a juncção d'estes dous generaes

está imminente, pois Moukhtar occupa Zenro, para onde avança Ismail.

Os russos continuam bombardeando os fortes de Kars, que respondem ao fogo do inimigo.

Recita e concerto. — Quarta feira, 31 do corrente, realisa-se no theatro Academico uma recita e concerto em beneficio do intelligente maestro violoncellista, Cazella.

Alem de muitos academicos, que tomam parte no espectaculo, um dos quaes é o sr. Ferreirinha, discipulo de Cazella, vem tambem do Porto um dos filhos do sr. visconde de Alen, o qual cantará uma aria juntamente com o barytono D. Ramon Móres, que se acha ha dias n'esta cidade e de quem fallámos n'outro numero. Desejâmos feliz festa ao distincto artista.

ANNUNCIOS

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1 NO DIA 10 do proximo mez de Novembro, pelas 10 horas da manhã, na secretaria da administração dos hospitaes da Universidade, voltam á praça para se darem de arrendamento, em globo ou em separado, segundo convier, pelo tempo que decorre até 31 de Outubro de 1878, as terras que os mesmos hospitaes possuem nos campos d'Ourique, Borralha e Ancos, concelhos de Soure e Montemór; e bem assim dois olivaes, um no sitio da Relvinha e outro no da Pedreira, no quarto de Pedro Feio, freguezia de Eiras, concelho de Coimbra.

Administração dos hospitaes da Universidade, 26 de Outubro de 1877.

O administrador
Costa Simões.

2 NA NOVA FABRICA de louça branca, que se estabeleceu em Alcobaça, precisa-se de operarios, que são rodistas e pintores; paga-se-lhes por mais preço do que se paga em Coimbra. O seu administrador é José dos Reis dos Santos. Quem quizer e estiver nas condições, póde dirigir-se ao mesmo administrador da fabrica.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE COIMBRA

3 A DIRECÇÃO d'esta companhia, em conformidade com o parecer do conselho fiscal e resolução d'assembleia geral de 17 de Junho proximo passado, previne os srs. accionistas, que deverão effectuar o pagamento da 4.ª e ultima prestação de 25 °/₀ sobre o nominal das suas acções até ao dia 31 do corrente.

No Porto, deverá effectuar-se este pagamento na Caixa Filial do Banco Lusitano, em Lisboa, no Banco Lusitano, e em Coimbra em casa do ill.^mo sr. José Marques Manso, na rua do Cego.

Coimbra 19 de Outubro de 1877.

Os directores
J. J. de Mendonça Cortez.
Adelino Antonio das Neves e Mello.
José Matheus dos Santos.

4 VENDE-SE um fogão de cozinha para familia pouco numerosa. Arcos de S Bento, 6.

AGRADECIMENTO

5 LUIZ RODRIGUES DE ALMEIDA, Maria José de Almeida Soares, José Maria de Oliveira e Sá e Jacintho Nunes Soares, agradecem a todas as pessoas que acompanharam os restos mortaes de sua prezada mãe e sogra Maria Luiza de Almeida, á sua ultima morada, e pedem desculpa de qualquer falta que houvesse, devida ao estado em que os deixou tão grande perda; a todos protestam eterna gratidão, e tomam este expediente visto a impossibilidade de o fazerem a todos pessoalmente.

Não podem tambem deixar de agradecer penhoradissimos á sociedade philarmonica *Conimbricense*, que expontaneamente se prestou a ir tocar durante a missa, que teve logar no dia 26 do corrente, tributando-lhes o seu eterno reconhecimento.

LECCIONISTA

6 PADRE RICARDO SIMÕES DOS REIS recebe estudantes em sua casa, Couraça dos Apostolos, n.º 35, sendo sua responsabilidade limitada pelas instrucções que receber dos paes ou tutores dos mesmos.

Tambem lecciona Francez.

QUEIJO FLAMENGO

MERCEARIA DE JOÃO CORREIA D'ALMEIDA
RUA DO VISCONDE DA LUZ, 11
COIMBRA

7 ACABA de receber bom sortimento de queijo flamengo novo.

8 RICARDO ANTUNES DE MACEDO acaba de receber um sortimento de café flor, de uma das fabricas mais acreditadas do Porto; em pacotes de 114, 228, e 459 grammas, que vende por conta da fabrica, e preços marcados nos mesmos, sendo para revender.

9 VENDE-SE, ou arrenda-se uma boa quinta, no sitio da Balceira, freguezia de Santa Clara.

Compõe-se de grande casa de habitação, adega, celleiro, casa com bom lagar de vinho, currraes, para gados, casa de forno, pateos, eira, engenho para agua etc.

Tem muita agua nativa, pomar de laranja, tangerina, muita arvore de fructo, terras de semeadura, vinhas, bacelladas novas, grandes poisios para planta de videiras, matta etc.

Confina do norte com estrada publica, sul e nascente com a quinta da Rica.

Trata-se na Praça do Commercio n.º 15 — 18. Coimbra.

Y. H. LEBRE

108, RUA DA CALÇADA, 110
COIMBRA

10 DEPOSITO de molduras douradas e pretas, galerias de bonitos gostos, passe-partouts, espelhos de differentes tamanhos em moldura e sem ella, estampas differentes para quadros, officina de fazer caixilhos por medida em moldura dourada ou preta de diversos gostos, e objectos da ilha da Madeira, em verga.

11 CURSO DE DESENHO LINEAR regido em harmonia com os programmas dos lyceus por

JOSÉ MIGUEL D'ABREU
Professor da Universidade.

Horario — segundas, quartas, e sextas, das 9 e meia ás 11 e meia da manhã.

Couraça de Lisboa, 57.

MODISTA

12 NO ACREDITADO ATELIER DE COSTURA, largo das Tanoarias n.º 2, proximo das Ameias, em Coimbra, continuam a receber-se encommendas de vestidos, casacos, capas e chapeus para senhoras e meninas; tudo feito pelos figurinos, com brevidade, perfeição, bom gosto, e preços muito commodos.

Tambem se fazem flores.

ARRENDAMENTO

13 NO DIA 4 de Novembro de 1877, ás 10 horas da manhã, na rua do Corpo de Deus, n.º 7, Amadeu Fructuoso da Silva Rocha, d'ordem da exm.ª sr.ª condessa de Condeixa, arrenda pelo tempo de um ou mais annos, a principiar no 1.º de Janeiro de 1878, os predios seguintes:

Insua denominada dos Collaços no choupal do Bispo.

Insua da Remollia, junto ao choupal do rio velho.

Um terreno areal no alveo do rio velho.

Prazo no sitio do Reguengo, proximo a Lavarrabos.

39 aguilhadas de terra no campo da Pedrulha.

10 aguilhadas no campo de S. Martinho do Bispo.

10 aguilhadas no campo da Ribeira.

8 aguilhadas no campo de Ourique.

CASA LISBONENSE

RUA DO VISCONDE DA LUZ
COIMBRA

14 ACABAMOS de receber o sortimento de malhas de lã.

Camisolas brancas e de côr.
Ceroulas.
Jaquetões para homem e creança.
Casacos para creança.
Capas, vestidinhos e saias.
Lenços de malha, diversos tamanhos.
Chales proprios para theatro.
Chapeus de seda e alpaca para homem.
Pannos para piano e mesa.
Tapetes para sala e quarto.
Regalos e platinas.
Colarinhos e punhos de bretanha.
Camisas brancas e de côr.

E outras mais fazendas, que todas são vendidas pelos preços mais baratos, segundo nosso systema, preço fixo.

Vamos despachar o sortido das fazendas de lã para vestido proprio para inverno.

LECCIONISTA

15 ABEL CARVALHO NOVAES lecciona latim, primeira e segunda parte, e grego primeira parte.

Couraça de Lisboa, n.º 113.

RESTAURANTE POPULAR

16 ISCAS Á LISBOA e mais petiscos todos os dias das 4 á meia noite. Praça do Commercio, n.os 73 a 74.

João Godinho.

Arrendamento d'insua

17 ARRENDA-SE a denominada *Insua de S. Domingos* do exm.º sr. Anselmo Ferreira Pinto Basto, que confina com a capella do Senhor do Arnado: quem a pretender, falle com o abaixo assignado, na rua da Sophia, n.º 171.

Coimbra, 27 de Outubro de 1877.

Francisco Lopes do Valle.

MUDANÇA D'AULA

18 O ANTIGO professor d'instrucção primaria, Francisco da Cunha Mello e Silva, mudou a sua aula para a rua da Moeda, n.º 21, onde continua a leccionar, encarregando-se tambem de lições particulares.

Os chefes de familia que queiram confiar-lhe a educação de seus filhos podem dirigir-se á morada acima declarada.

MATHEMATICA E INTRODUCÇÃO

19 DR. FRANCISCO DA COSTA PESSOA continua a explicar as lições do primeiro anno mathematico, assim como a mathemathica elementar (1.ª e 2.ª parte) e introducção, na rua das Fangas, 83.

Na rua dos Loyos n.º 2

20 SE CONTINUA a vender batinas novas por preços os mais reduzidos possivel.

PHARMACIA

21 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar á testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, pode dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

PHARMACIA

22 VENDE-SE uma na provincia da Beira, n'um magnifico local, e muito acreditada e afreguezada. Quem pretender dirija-se a A. A. Mendes Borges — Torrozello.

LIVRARIA ACADEMICA

23 JOÃO DE DEUS — Cartilha maternal — Primeiras leituras — Leituras correntes.

Amalia de Carvalho, *Serões no campo*, 500 réis. — Guerra Junqueiro, *A fome no Ceará*, 100 réis. — Lobato, *A amante do ministro*, 500 réis. — A. de Moraes Silva, *Diccionario da lingua portugueza*, publicados 4 fasciculos a 500 réis.

Obras de Garrett, Herculano, Thomaz Ribeiro, P. Chagas, J. C. Machado, Rebello da Silva, A. Corvo, Amorim, Camillo C. Branco, etc.

OUTONO DE 1877

24 RAIZES de ranunculos, jacinthos, tulipas, anemones e d'outras flores, vindas recentemente de Hollanda.

Sementes d'hortaliças — arbustos para jardins — plantas para salas — arvores d'ornamento e florestaes — eucalyptos em vazos a 1$500 réis o cento.

Estabelecimento d'horticultura, rua do Visconde da Luz, n.º 12. — *Antonio Mendes Simões de Castro.*

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 reis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 reis. — Numero avulso 40 reis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3157 — Terça feira 30 de Outubro de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

Em desprezo das disposições legaes ainda se fazem os enterramentos em muitas egrejas d'este districto. E esse facto dá-se até em algumas freguezias do concelho de Coimbra.

Ha dias, um nosso amigo, tendo de visitar uma das egrejas ruraes d'este concelho, verificou que não só dentro d'ella se faziam os enterramentos, mas que das sepulturas se exhalava um cheiro nauseabundo e insupportavel.

Este objecto carece de toda a attenção do sr. governador civil, camara municipal, e respectivas juntas de parochia.

Pouco depois de estabelecido o governo liberal entre nós reconheceu-se que não podia por mais tempo tolerar-se os enterramentos nas egrejas. E' facil de ver o quanto essa pratica prejudicava a hygiene publica, e o que tinham de repugnante as sepulturas dos cadaveres na casa destinada á diaria reunião dos fieis.

Foi por isso que se publicou o decreto de 21 de Setembro de 1835, o qual no artigo 1.º determinava, que em todas as povoações seriam estabelecidos cemiterios publicos para n'elles se enterrarem os mortos.

Dispunha o artigo 6.º, que as camaras municipaes designariam os terrenos nas requeridas circumstancias para n'elles se estabelecerem os cemiterios, e indicariam egualmente o numero d'elles que conviria estabelecer em cada concelho.

E segundo o artigo 12 ficavam as despezas do primeiro estabelecimento dos cemiterios a cargo dos concelhos, ou das povoações que os fundassem para uso particular dos seus habitantes; e bem assim as da sua manutenção, as quaes entrariam no orçamento ordinario.

No decreto regulamentar de 8 de Outubro do mesmo anno de 1835, se declarou no artigo 1.º, que a conservação, reparos e serviço profano dos cemiterios ficavam ao cuidado das municipalidades e juntas de parochia.

Em conformidade do artigo 11 incumbia aos administradores de concelho por si, e por seus delegados, vigiar em que a policia dos cemiterios se observasse rigorosamente, e os enterros se effectuassem como era determinado no decreto de 21 de Setembro antecedente; em que a segurança e guarda d'estes logares não ficasse sujeita ao desleixo dos encarregados d'ellas; e em que os fundos não tivessem applicação differente da que estava marcada.

Desde então tem havido diversas disposições, todas tendentes a promover e regularisar o serviço dos cemiterios; pois que todos os governos têm reconhecido a necessidade que havia de terminar os enterramentos nas egrejas.

Apesar d'isso, ainda estâmos muito longe de serem levadas á completa realisação as determinações legaes a este respeito.

Em regra têm-se contentado as municipalidades de fazerem os cemiterios nas cabeças dos concelhos; e quando muito algumas juntas de parochia mais zelosas tem provido á construcção de cemiterios nas freguezias ruraes. Aquellas, porém, que não são inspiradas no cumprimento dos seus deveres, tem-se conservado em inacção, sem que as demova a repugnante exhalação dos cadaveres nas egrejas, e o grave prejuizo que isso causa á saude do povo.

Ao mesmo tempo que na capital tem havido renhidas questões ácerca dos enterramentos civis ou não civis; nas provincias são numerosas as freguezias em que não ha cemiterios, em que por um outro modo se podessem enterrar os cadaveres dos fallecidos.

Este importante assumpto tem ultimamente merecido a particular attenção dos srs. governadores civis de Vianna e Bragança; e carece-se que o sr. governador civil d'este districto de Coimbra applique ao mesmo respeito os seus cuidados.

Não falta a que attender e providenciar nos differentes ramos da administração publica.

Muitas camaras e juntas de parochia são inertes, e só sáem da sua indolencia para fazerem alguma obra de capricho.

Cumpre, por isso, que o sr. governador civil, como chefe superior da administração do districto, estimule aquellas corporações a que façam acabar os enterramentos nas egrejas, nas parochias aonde ainda se pratica essa irregularidade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Estão-se já renovando este anno lectivo os mesmos factos, que no anno passado foram motivo de repetidas queixas na Faculdade de Direito, por não haver professores que rejam algumas cadeiras.

Consta-nos que se reunira na sexta feira o conselho de decanos, e que resolvera pedir providencias ao governo, ácerca d'esta falta de professores.

Essa falta está sendo muito prejudicial aos respectivos estudantes, por terem de passar de uns aos outros annos sem os elementos necessarios para entenderem as materias que posteriormente se ensinam.

Egualmente decidiu o conselho de decanos representar ácerca dos seguintes objectos:

1.º Contra a recepção cumulativa dos seus ordenados e retribuições, por parte dos lentes da Universidade, que estão a exercer commissões retribuidas em Lisboa, sem que lhes seja possivel exercer ao mesmo tempo o seu emprego em Coimbra.

2.º Que não possa ser dado aos professores, que não servem o magisterio, o acrescimo do terço do ordenado, concedido segundo o espirito da lei áquelles que têm 20 annos de serviço.

Todos estes e outros assumptos da Universidade estão chamando a attenção publica.

O sr. commendador Olympio Nicolau Ruy Fernandes disse a esse respeito na sua ultima correspondencia para o *Commercio do Porto* o seguinte:

«Abriu-se a Universidade, e estão ainda fechadas algumas das suas aulas! Proferiu-se a costumada oração de *sapientia*, mas não ha quem ensine a sciencia! Faltam alguns lentes, especialmente na faculdade de Direito, n'um dos annos da qual, de tres cadeiras só funcciona uma! E para isto que os cofres da nação

---

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Assim o executei. Escrevi logo a el-rei um memorial com a data do 1.º de Julho de 1819, no qual, com todo o acatamento e cortezia lhe expuz o que soffria Portugal, e a necessidade urgente que havia de lhe dar remedio. Depois d'esta minha demonstração de respeito escrevi em os n.os seguintes aos governadores do reino em estilo egualmente cortez, e logo em seguida ao povo portuguez, mostrando, quaes eram as minhas pretensões, e como não tinha outros desejos mais do que ver melhorado o estado da minha patria, e para esse fim concorrer com o pouco cabedal que possuia, no que estava determinado a me empregar *todo* com fidelidade e constancia.

Em 16 de Agosto do mesmo anno dirigi novo memorial a el-rei, e já mais explicito; e n'elle com toda a liberdade lhe disse o seguinte; o que *nenhum portuguez* até alli lhe tinha dito, nem talvez nenhum dos seus antepassados, desde que a Casa de Bragança principiou a reinar, tivesse ainda ouvido de um seu subdito.

Os termos em que lhe fallei foram, nem mais nem menos: — «que não duvidava que os seus cortezãos por muitas vezes lhe tivessem dito, que os *direitos da sua corôa* não prescreviam, porém que era bem natural, que nunca tambem lhe dissessem, que os *direitos do povo* nunca prescrevem; e que estes são mais antigos do que os outros, porque os povos são mais velhos do que os reis. Que seus antepassados, e elle mesmo traziam usurpados os *direitos do povo portuguez*: e por isso era preciso restituir-lhos; o que estava obrigado a fazer como homem, como rei, e até como christão. O roubo em qualquer parte, ou em quaesquer mãos que se encontrasse, devia voltar a seu dono; e era o caso em que se achavam os portuguezes para com os seus ultimos monarchas. Que lhe aconselhava isto não só para lhe lembrar um acto de *dever*, mas um acto de *prudencia*. E emfim, que se o não fizesse, attendendo ao estado de desgosto em que estava Portugal, e ás ideias que, em geral, prevaleciam na Europa, talvez se visse bem cedo forçado a *receber do povo uma lei*, que lhe havia de parecer mais dura do que qualquer outra que voluntariamente lhe désse.»

Esta ultima reflexão não sei se está bem explicita n'esta carta, o que agora não tenho pachorra para ir examinar; mas sei muito bem que está estampada em alguma parte no meu *Campeão* (1) Tudo o que acabo de apontar em resumo está mui extensamente desenvolvido com muitos outros argumentos nesta carta, que se póde ir examinar; porque póde ser que algum exemplar do *Campeão* escape á traça do tempo.

Dediquei-me depois todo a dizer grandes verdades ao povo portuguez, e não fiquei só em lhe dar lições theoricas de liberdade, mas mostrei-lhe com exemplos, tirados da nossa historia, o que tinhamos sido e o que actualmente eramos.

Dei-lhe um catalogo mui extenso das côrtes que haviamos tido, e dos trabalhos em que se tinham occupado, e a isto lhe juntei não a esteril lista dos *direitos do homem* como os francezes fizeram na sua revolução de 1789, mas apontei-lhe quaes eram as *principaes garantias do cidadão*, nas quaes está só a verdadeira liberdade; porque sem ellas tudo a que se dá o nome de *direitos politicos*, não é mais do que dar uma ou outra feição, ou nomes aos governos, que se as não sanccionam, ou não guardam, podem ser o mais absolutos do mundo.

O povo inglez, que até ha bem poucos annos tinha bem restrictos direitos politicos, era o mais livre, como ainda hoje é, de toda a Europa. E porque? Tinha, e tem amplos direitos civis, que todos se fundam nas garantias individuaes, que estes lhe dão.

O que eu tinha prognosticado a el-rei D. João VI, que se não désse a Portugal outra lei, pela qual melhor fosse governado, havia

(1) Veja-se vol. 2.º, pag. 308.

gastam quasi uma centena de contos de réis com a Universidade e suas dependencias.

As escolas superiores do nosso paiz são o estado no estado: os lentes comparecem n'ellas quando querem, acobertados com os pretextos de commissões de serviço, doenças, convalescenças, lutos, viagens, ou ainda sem pretexto algum, e sempre com o seu vencimento, e contando-se-lhes a diuturnidade de serviço para terem direito ao augmento do terço de ordenado! E nenhum governo olha sériamente para isto, para fazer cessar tantos abusos; antes, de dia para dia, augmentam, e com elles a despeza publica e o encargo dos contribuintes.

Ao passo que taes escandalos se dão na instrucção superior, vem no *Diario do Governo* de 19 do corrente, differentes despachos concedendo licenças a nove professores e professoras de instrucção primaria, para estarem ausentes do serviço do magisterio por dous, tres ou quatro mezes, sem vencimento, ou devendo substituir-se, á sua custa, por pessoa indonea, e pagando ainda o emolumento de 4$500, 6$000 e 7$500 réis!

Aquell'outros que vencem 700$000, 800$ ou 1:066$660 réis, os que têm o augmento do terço do ordenado, abandonam o serviço sem prejuizo algum de seus interesses; estes, que têm o mesquinho ordenado de 90$000 réis, pela remuneração de serviço de 11 mezes do anno lectivo, perdem o vencimento e ainda pagam o emolumento pela concessão da licença!

Ha quem supponha que o remedio a estas e outras injustiças só poderá vir com uma nova *janeirinha;* eu não penso assim, parecendo-me que o governo actual, ou outro qualquer, que tenha por norma a moralidade, justiça e economia, póde e deve obstar á continuação de taes irregularidades, se não quer deixar que se arreigue no povo o preconceito de que para taes males são indispensaveis remedios mais heroicos.»

E' mister que o governo acorde do seu lethargo e preste alguma attenção para estes objectos.

Isto não póde, nem deve caminhar como vae.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Tem continuado o nosso collega de Lisboa, o *Progresso*, com as curiosas *ephemerides* que já ha muito alli são publicadas com toda a regularidade.

O esclarecido auctor d'este muito interessante trabalho de investigação historica, tem conseguido organisar uma collecção de uma variedade admiravel.

E' sem contestação uma das melhores cousas que n'este genero se tem publicado em Portugal.

Não admira que em uma tal multiplicidade de factos escape um ou outro lapso; e por isso entendemos não merecer a pena notar de vez em quando algum leve descuido.

Comtudo, em o numero de sabbado ultimo appareceu um engano, que não podemos deixar de rectificar.

Diz-se alli:

— 1495, nasce em Lisboa o insigne poeta Francisco de Sá de Miranda, o *Platão Portuguez.*»

Não é a cidade de Lisboa, que tem a gloria de ser a terra natal d'este celebre escriptor do seculo XVI. Foi em Coimbra que nasceu o illustre Francisco de Sá de Miranda.

No grande numero dos filhos notaveis d'esta cidade é sem duvida um dos principaes este distincto poeta.

A carta que na lingua hespanhola, e em tercetos, lhe dirigiu o poeta Jorge de Monte Mayor, natural de Montemór o Velho, respondeu Francisco de Sá de Miranda na mesma lingua, e na mesma fórma poetica outra carta, em que se lê:

«Vezino aaquel tu monte do has nascido,
Cogi este ayre de vida, y del Mondego
Tan clara y tan sabrosa agoa he beuido.

Assiento de las Musas, tras el ciego
Niño que buela, perdi el tiempo andando
Vno de los sus locos, no lo niego.

Y aun aora, la memoria quando
Bueluo por las pisadas que atras dexo,
Lo que me hago no se, si ando, o desando.»

Na *Fabula do Mondego*, estancia 7, fallando de Coimbra, lê-se em algumas edições:

«Mas sobre todo que la enriquecio
A la noble ciudad, es el thesoro
Del santo cuerpo de su Rey primero,»

E n'outras edições lê-se assim:

«Mas sobre todo lo que enriqueciò
L'antigua tierra mia, es el thesoro
Del santo cuerpo de su Rey primero.»

Finalmente na carta a Pero de Carvalho diz Sá de Miranda:

«O qu'eu por parcialidade,
Nem outro respeito digo:
Da antigua e nobre cidade
Sou natural, sou amigo,
Sou porem mais da verdade.»

E qual é essa cidade diz Sá de Miranda:

«Cidade rica do santo
Corpo do seu Rey primeiro,
Qu'inda vimos com espanto
Ha tão pouco, todo inteiro
Dos annos que podem tanto.»

Refere-se aqui Sá de Miranda á abertura do tumulo de D. Affonso Henriques, na egreja de Santa Cruz, mandada fazer por el-rei D. Manoel.

E já que se nos offereceu ensejo diremos, que é muito para sentir que em Coimbra não haja uma rua, uma praça que pelo seu nome recorde que foi na poetica cidade do Mondego que nasceu Sá de Miranda.

Parece incrivel, que nenhum dos antigos senados e das modernas camaras municipaes se tenha lembrado de pagar o menor tributo á memoria do poeta conimbricense, conhecido pelo nome de *Seneca Portuguez*, e não de *Platão Portuguez*, como lhe chama o illustrado auctor das *ephemerides* do *Progresso.*

Oxalá que esta lembrança que aqui deixâmos sirva de incentivo a que se pague o tributo devido a tão illustre filho de Coimbra.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos de Barcouço, concelho da Mealhada, uma extensa carta, em que o seu auctor se nos queixa da falta de educação que por alli se observa em muitos filhos de familia.

Diz-nos que as creanças e os mancebos usam publicamente palavras as mais obscenas, e praticam os actos mais desenvoltos, sem que os seus superiores tratem de os corrigir.

Refere-nos varios factos comprobativos d'esta queixa.

Egualmente nos informa de que havendo alli professor publico, o qual se tem offerecido muitas vezes a dar escola nocturna aos adultos, que não podem frequentar a diurna; entendem elles e seus paes, que é mais conveniente andarem em grupos de noute pelas ruas, fazendo troças e praticando acções dignas de toda a censura.

Este estado da educação que se nota em Barcouço, observa-se infelizmente em muitas outras partes.

Os paes é que tem a principal culpa dos desatinos que praticam seus filhos.

Não só os não educam, reprimem e castigam, mas chegam á desgraça de praticarem elles mesmo más acções, dando-lhes pessimos exemplos, com o que se julgam os filhos auctorisados a fazer o mesmo.

Pois procedam assim e esperem-lhe as consequencias!

Está todo este districto horrorisado com um parricidio que ha poucos dias se commetteu na Carapinheira.

Olhem para este facto os paes de familia. Advirtam que da relaxação nos costumes, das condescendencias com as turbulencias e desregramentos de seus filhos, póde vir a resultar no futuro que elles sejam uns grandes malvados.

E de quem é a responsabilidade? E' de quem lhes não dá a devida educação; de quem lhes não ensina os deveres moraes e religiosos; de quem os não obriga a frequentar a egreja e a escola; preferindo vel-os nas tabernas e nos lupanares.

Tratem emquanto é tempo de torcer o tenro arbusto; porque quando elle fôr já arvore completa, poderá quebrar, mas endireitar não.

Lembrem-se da responsabilidade que têm de dar a Deus e aos seus concidadãos da educação dos seus filhos.

Façam d'elles homens virtuosos e bons cidadãos; e não discolos, devassos e deshonra da sociedade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega do *Commercio do Minho*, de Braga, publica no seu ultimo numero uma carta de Coimbra, em que se fazem judiciosas reflexões ácerca da instrucção secundaria n'esta cidade.

E' uma vergonha o que alli se relata, com respeito ao lyceu d'esta cidade.

Chamámos toda a attenção do sr. reitor da Universidade, para que na qualidade de reitor que tambem é do lyceu, indague o que ha ácerca de taes factos, e trate de lhes pôr termo; fazendo, se tanto fôr preciso, punir severamente os recalcitrantes.

E isto no caso de se não querer que passemos por ser uma terra de selvagens.

Revolta um tal desfaçamento!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

d'elle recebel-a, e tal, que muito lhe havia de desagradar, vi verificado, como prophecia, no dia 24 de Agosto de 1820, e muita satisfação tive em ver o quanto tinha cooperado para esta revolução.

Parece que o destino me tinha designado para ser o propheta, que annunciasse ao pae e ao filho verdades, ás quaes elles, como *Balthasar*, apesar de as verem escriptas, haviam de fechar os olhos!...

Ao pae disse-lhe, que havia de receber do povo portuguez a lei, uma vez que lha não désse; e ao filho, que ainda o haviam de expulsar do Brazil! Realisaram-se ambas as prophecias!...

As verdades que disse a el-rei e ao povo portuguez produziram em pouco tempo o que costumam produzir nos governos absolutos, por sua natureza timidos, desconfiados, violentos.

O *Campeão Portuguez, amigo do rei e do povo*, foi prohibido no Rio de Janeiro por um edital com data de 15 de Novembro de 1819, asssignado pelo ministro Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal; documento notavel, que os governadores do reino simplesmente mandaram pregar pelas esquinas das ruas de Lisboa, sem o enriquecerem com acrescimo algum da sua lavra.

Foi para dar mais voga e fama ao jornal, o que sempre fazem as prohibições; e eu fiz tambem o que em taes casos se costuma fazer: dei mais força ás minha palavras, e com ellas acreditei mais a minha missão. Não deixei porém impune a demente colera do ministro Villa-Nova Portugal; porque lhe escrevi uma carta bem curiosa com data de 11 de Abril de 1820, e que publiquei no volume 2.º do *Campeão*, n.º 20, e pag. 267.

Realisada a revolução, que eu animei, e posso dizer que ajudei a aplanar, estava a minha missão acabada; mas assim mesmo ainda trabalhei perto de um anno, dando todo o impulso que pude á obra em que tinha trabalhado: o meu *Campeão* cessou no fim de Junho de 1821.

Então comecei a ter saudades da patria, e quiz vir regalar-me de ver de perto os seus progressos. Sahi de Londres para Portugal no 1.º de Agosto de 1821, mas não sem sahir penhorado do mais honroso testemunho de estimação que me deram os portuguezes, que residiam n'esse tempo n'aquella capital. Premiaram a boa vontade e intrepidez com que defendi a causa da patria; e em premio, além de todas as demonstrações de amisade e respeito, me mimosearam com uma *rica caixa de ouro*, que ainda conservo, como *medalha de honra*, e que já destinei deixar no poder da familia do meu amigo, para que a conserve em memoria do meu nome, e dos mais nomes que n'ella estão gravados; entre os quaes brilha o do generoso, sempre constante amigo, que o quer ser na vida e na morte.

Parece-me que ninguem me deve accusar de vaidoso por noticiar esta honra que me fizeram os meus compatriotas; é um dever de gratidão; e esta não deve censurar-se no jornalista que talvez fosse o primeiro, que em Portugal merecesse tamanha distincção.

Chegado que fui a Lisboa fui mui cordialmente recebido por todas as elevadas potencias, que então governavam, e eram filhas da revolução; mas por quem mais *sinceramente* fui obsequiado foi por pessoas, que só me conheciam pelos meus escriptos.

Passado algum tempo, e não muito, logo vi, que os comprimentos que do alto me tinham vindo, não eram sinceros, e o que de mim se pretendia era, que fosse um instrumento docil do governo, que tivesse uma fé explicita em todas as suas medidas governativas, e que fechando os olhos os apoiasse e defendesse.

Então tive uma nova prova, de que todo o homem que governa, qualquer que seja o nome politico que tome, quer ser absoluto, incapaz de errar, e que não quer lições de ninguem, e só *uma obediencia passiva*. Não era eu homem para entrar em tal facto de politica; recusei-me... appareceram logo os odios...

Não fiz caso d'elles; e no mesmo momento determinei não ter outra politica que não fosse a minha; não sujeitar as minhas opiniões a ninguem; e a expressal-as por minha conta, segundo a minha razão e consciencia me dictassem. Puz-me a escrever o *Campeão Portuguez em Lisboa*, ficando assim livre, e procurando viver á custa da minha industria, sem procurar favores de ninguem, nem aviltar-me para os receber.

(Continuar-se-ha).

NA FIGUEIRA

Pois nem aqui, ó sibyllino mundo, dentro d'esta diligencia que de Coimbra me conduz, e em que o dono, para não se metterem saccos de noite debaixo dos bancos, sentenceia o genero humano a ficar sem pernas, deixarás de ser o mundo dos enigmas? Pergunto innocentemente qual é o melhor hotel da Figueira, e oiço tres vozes atirarem-me á cara tres hoteis ao mesmo tempo:

— O hotel do Reis.
— O hotel do Mondego.
— A casa das Gaiatas.

A *casa das Gaiatas* sahira dos labios adocicados de uma frescalhona viuva minha companheira do banco, provavelmente pelo gostinho de dar aquelle titulo de guerra a senhoras respeitaveis da Figueira. — *Hotel do Reis* gritára um moço que já vinha rouco de travar desafio com o barulho da arca de Noé, que trazia sobre as nossas cabeças um mundo de bahus. — *Hotel do Mondego* pronunciára um burlesco velho, que não se me afigurava deitar para a viuva olhares inteiramente innocentes. Lá se avenham todos tres.

E effectivamente lá se engalfinharam todos tres na discussão dos hoteis, affrontando heroicos a bulha do carro, e deixando de bocca aberta o seu docil companheiro, porque, a ser verdade o que a viuva jurava, o que dizia o seu velho adonis, e o que affirmava o palrador beirense, o *Grande Hotel de Paris* ficava a perder de vista do hotel do Reis, do hotel do Mondego e da casa das senhoras Gaiatas.

Chegada a diligencia á Praça Nova, já de noite, a sessão tumultuosa da arca de Noé foi substituida por um verdadeiro tumulto feminino. Imaginei, por aquella tempestade n'um copo de agua, o que no campo da batalha virá a ser, nos vindouros tempos da emancipação feminina, a guerra do sexo ardente. Um enxame de mulheres rodeava o carro, e entre amaveis empurrões seduzia os viajantes para lhes transportar as bagagens. Dispensa-me o leitor de lhe enfeitiçar os ouvidos transcrevendo as sonoras expressões com que as esforçadas amasonas se mimoseavam simultaneamente. Digo esforçadas, porque, mal tinha posto pé em terra, não sei porque artes magicas vi a minha robusta mala á cabeça de uma esbelta rapariga, que n'um pulo me poz á porta do hotel do senhor Reis.

Até ao dia do Juizo provavelmente não chegarei ao conhecimento da candida virgem, cuja doce voz me disse, logo á minha entrada no hotel Reis:

— Sim, senhor, temos quarto, fica muito bem accommodado, faz-se-lhe uma cama na sala onde tambem ficam mais três senhores, e são muito capazes.

Capaz és tu de me metter no inferno com o teu quarto de quatro camas para quatro almas que nunca se encontraram n'este mundo. E achei-me, sem saber como, no meio da rua com a minha joven Hercula, que parecia conduzir apenas uma bilha á cabeça.

— Para as senhoras Gaiatas, rapariga.

A rapariga, uma bella mocetona com uns olhos á portugueza de lei, deitou quasi a correr. Proximo ao chegar, pára, e diz-me com toda a tranquillidade:

— Mas olhe que as senhoras Gaiatas têm tudo cheio. Já hoje levei lá um hospede, e não achou logar.

— Ó demonio! Pois no fim d'esta caminhada é que te lembras de me dar um tal desengano! Ficarei na rua.

Puz-me a deitar contas á minha vida, com a rapariga embasbacada defronte de mim, abençoando o meu mal pelo jus a maior gratificação (ó santo amor da fraternidade humana!), quando se me depára o meu prezado amigo, Dr. Gama, de Coimbra. Abraçámo-nos. Conto-lhe a aventura em que andava na Figueira áquellas horas da noite, nem Paris no tempo da Exposição.

— Venha para o hotel do Mondego; eu o encaminho por ahi fóra, até ao Bairro Novo.

— Não se canse, doutor; estou condemnado. Decerto está cheio tambem, e não ha mais nenhum recurso.

Andámos, andámos. O hotel do Mondego!

— Um quarto para este meu amigo.

— Tenho muito pezar, mas não ha nenhum. Está tudo cheio.

— Não lhe dizia eu?

Mas a este tempo achava-me eu já rodeado de amigos que me tinham conhecido a voz. Eram os hospedes. Ia rebentar uma revolução.... não se assustem — de amizade. O Dr. Gama invadira já o segundo andar. O sr. Nogueira, dono do hotel, metteu agulhas por alfinetes, e fez como as senhoras quando lhes pedem amores: dizem sempre que já não têm coração, mas sempre vão dando um bocadinho. O sr. Nogueira inventou mais um quarto, não sei como, e eu, conquistando dos tres hoteis o primeiro, achei confirmado o proverbio da minha terra: o melhor guarda-se para o fim.

Sonhei com a rapariga e com a barafunda dos hoteis. Do sonho moribundo na cama passei para o sonho acordado na praia.

Esplendida! Impressão agradabilissima! Tive a felicidade de que amanhecesse um dos dias mais formosos do mundo, um dia de oiro. Fica sobranceiro á praia o caminho que para ella conduz. Portanto é do alto que se admira o quadro sumptuoso... Ouvia a toda a gente, que me fallava da Figueira, uns *ahs!* uns *ohs!* uns *ihs!* que me davam que scismar. Tinha razão a fama. A praia-banho da Figueira é uma cidadesinha, a *Paris-banho* de Portugal. Uma extensão immensa e uma largura proporcional á extensão; para além da praia aquelle vasto lençol azul, desinquieto, parecendo ter debaixo d'elle milhões de creanças, que, saltitando, o estão baloiçando em ondas de neve. Duzentas barracas, brancas de jaspe, todas ellas terminando em fórma pyramidal, similhando barracas de campanha, formam um gracioso acampamento em que predominam as gentis combatentes, balas nos olhos, polvora nos corações: guerra mais pavorosa que a da Allemanha ou a da Russia, porque ficam sempre vencedoras aquellas tropas feiticeiras, e nós, leitor amigo, prisioneiros sempre sem remissão nem desaffronta.

Aquelle grande numero de barracas não representa uma familia, como nas outras praias, mas grupos diversos, em posições variadas, com certa poesia, já pela disposição phantasiosa, já porque a diversidade d'essa disposição origina a diversidade da posição dos grupos. Não é uma linha recta que se passe em revista, mas uma variedade de sociedadesinhas matisando a extensão. Como as barracas, pertencentes a companhas differentes, estão dispostas em successivos quadrados, especie de praçasinhas, com suas ruas artificiaes, o curioso viajante segue o feminino acampamento de surpresa em surpresa pelas variadas sociedades dos banhistas, que já depois do banho, ou á espera d'elle, se acham conversando, rindo, discutindo o serão da vespera, ou — quantas! — no curto silencio, mais significativo do que a linguagem para quem tão calado tambem alli se concentra como a scismadora silenciosa.

Em tal extensão, com tão grande numero de barracas, com aquella vozeria entre as aguas, com o bulicio extraordinario do *vae e vem*, imagine-se quanto movimento, quantas peripecias, quantos quadros n'aquella tela esplendissima! Para a esquerda, o recortado castello, escura sentinella dos seculos narrando em segredo a historia do passado a toda aquella mocidade que palpita de esperanças; para a direita, no sitio onde o mar descreve a immensa bahia, espreguiça-se pittoresca a formosa povoação de Buarcos, á beira-mar, n'uma planicie, que, estendendo-se para o interior, é ao longe coroada pela cordilheira cinzenta. Vendo assim a alvissima povoação de Buarcos, parece que um pedaço da Figueira se amuou, e que amuada fugiu para alli. Quando a gente está a olhar para ella, faz vontade de a ir lá buscar, mettel-a na algibeira e trazel-a para a Figueira outra vez.

Não deixes em todo o caso de ir alli, a Buarcos, e de lá ao Cabo Mondego. Proximo do Cabo levanta-se o pharol e aos pés sepulta-se a grande mina do carvão. Sobe ao pharol, viajante, se te queres extasiar perante a immensidade do ceu; desce á mina se nas profundas escuridões queres entreadvinhar o segredo dos abysmos. Não deixes de ir alli admirar o magico enigma dos contrastes, espirito que sorris e que choras.

A villa fica um tanto distanciada da praia, mas sobranceira a esta, e onde ha oito annos havia apenas algumas casas abarracadas, surgiu como por encanto, e ostenta-se esplendido o *Bairro Novo*, de predios formosos, construcções de formas caprichosas, de côres variadas, a rir-se para o velho mar, velho sempre moço, que, alcatifando se lhe desdobra aos pés, vê n'aquelle *Bairro Novo*, cemiterio em tres estações, desabrocharem na quadra dos banhos as flores vivas que o convertem n'um jardim de juventude e de belleza. Deve-se aquelle grande progresso á companhia edificadora da localidade.

Não é já a villa no seu todo a Figueira tradicional. Construcções successivas, um dos mais lindos e elegantes theatros de provincia, junto a elle a abertura de um *boulevard* que enceta a estrada para Coimbra, a linha dos caes que liga a villa com o *Bairro Novo*, os passeios no rio até á margem fronteira, d'onde a vista da povoação é panorama encantador, tudo isto surprehende o viajante. Um traço, um não sei quê de povoação ingleza dá-lhe certo ar de originalidade, e, quando a noite esconde aquellas vistas, não menos de duas assembleias, a *Figueirense* na villa, a dos banhistas no *Bairro Novo*, abrem as salas á dança, ao canto, aos risos francos, aos segredos do coração. Vê-se a elegante que fascina, a graciosa no doudejar da valsa, o talento recusando manifestar-se, os olhos portuguezes, a que os das outras nações precisam pedir licença para traduzir affectos ou exprimirem bondade, a morbida pallidez retratando a dor que de amores sorri docemente; mas não esperem de mim nomes, nem iniciaes, nem clarões, n'essa não caio eu, bem sei o que me esperava.

Por defronte da Figueira, o Mondego, o doce Mondego, alli quasi mar, já com a grandeza do oceano a confundir-se com as ternas aguas dos amores de Ignez, traz á lembrança a edade dos vinte annos, em que a donzella, já senhora, reflecte ainda aquella transparencia que se está despedindo da infantilidade para se lançar, serena, mas vigorosa nas procellas da vida.

Corre, meigo Mondego; aqui vens morrer; vens aqui, deixando a tua individualidade, entregar as tuas aguas á vastidão dos mares, como o ente humano restitue a alma ao infinito. Quantos suspiros não se têm submergido nas tuas ondas! quantos amores não têm sido jurados nas tuas margens! Os teus queixumes, que se vem quebrar na praia, que outra coisa exprimem do que os echos gementes de tantos desgraçados! Quantas saudades não representam as tuas pontes! de quantas alegrias não são documentos as tuas pedras! Testemunha fiel de tantas scenas, rio que banhas *Santa Cruz* e a *Fonte dos Amores*, com as tuas recordações poderias escrever a narrativa das glorias nacionaes, e com as tuas aguas a historia das lagrimas humanas. Ignez, a martyr do amor, completa Affonso, o heroe da nacionalidade. Representante da patria, symbolo do amor, imagem és da alma portugueza, a um tempo faterna e affectuosa.

Morres aqui, disse eu? Não. Lançando-te na immensidade do oceano, vae narrar ao mundo como é que a terra, que banhas, foi admiravel no progresso das eras passadas, e é grande na esperança das epochas vindouras.

D. ANTONIO DA COSTA.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 28 de Outubro de 1877.

Os jornaes da capital não fazem politica. Entretem-se com diversos assumptos, mais ou menos uteis, e assim nos vamos aproximando da abertura do parlamento, que nos deve pôr patentes grandes successos.

— Foi accusado n'um jornal d'aqui o sr. ministro das obras publicas de querer tentar contra o pudor de uma senhora casada. O ministro pediu judicialmente a responsabilidade do escripto ao marido, e conferiu procuração ao sr. Dr. Valle, a fim de tratar do processo.

— O sr. Manoel Gomes da Silva, um dos directores da caixa de credito industrial, fechou os seus estabelecimentos de calçado, despedindo todos os empregados e artistas, cujo numero não era inferior a 150.

— A subscripção aberta pelo *Jornal do Commercio*, com destino ao monumento de Alexandre Herculano, está na *importantissima* quantia de 705$620 réis. Deduzindo d'esta somma 400$000 réis, com que subscreveu o sr. Vicente Ferrer, temos 305$620 réis, com que a população de Lisboa tem concorrido para a inauguração do projectado monumento. Já é!

E, a proposito de monumentos: ha muito tempo já, que se acha fundida a estatua de José Estevão; o pedestal está concluido no largo das côrtes, e ainda até hoje se não tem tratado da erecção d'aquelle monumento. O que obstará á conclusão de tal obra? O desleixo e a negligencia de quem superintende n'ella.

— Trabalha-se activamente em eleições municipaes. Os partidos dividem-se, e não sei se se fará obra que geito tenha. Não teriamos duvida em aconselhar a reeleição da actual camara, que, no pouco tempo que tem gerido os negocios municipaes, tem dado provas de que lhe não é indifferente o bem estar dos seus municipes. Os actuaes vereadores são todos cavalheiros de distincta illustração, e um municipio como o de Lisboa, o primeiro do reino, não deve ser administrado por imbecis e ineptos, como tem succedido a maior parte das vezes. Nas mãos dos eleitores está fazer justiça, e não se deixarem embalar e illudir com promettimentos de grande alcance, que nunca são cumpridos. Reeleja-se, pois, a camara actual, que é um bom serviço que o povo de Lisboa faz a si proprio.

— O sr. Silva Tullio está escrevendo um livro com o titulo: *Alexandre Herculano. Factos memoraveis da sua vida litteraria e politica, referidos e confirmados com cartas ineditas, por uma testemunha de vista.* Diz-se que deve ser obra extremamente importante e curiosa, porque o distincto academico viveu muitos annos com o historiador e teve com elle desenvolvida correspondencia. Será este um dos verdadeiros monumentos que se levantem á memoria d'aquelle benemerito portuguez, visto que os meios pecuniarios para a erecção do monumento em bronze, escaceiam, e impossivel será leval-o a effeito.

— Foi pronunciado o sr. commissario da 2.ª divisão policial, Antonio Vaz de Mascarenhas, por abuso de auctoridade no exercicio das suas funcções, por occasião do conflicto no passeio publico, onde se acutilou o povo inerme e inoffensivo. O juiz do 2.º districto criminal, por onde foi pronunciado o sr. Mascarenhas, deu-lhe fiança, porém foi suspenso das suas funcções até final julgamento, sendo substituido pelo sr. administrador do bairro central.

— Está em Lisboa o sr. dr. João de Paiva, administrador do concelho de Braga, suspenso ultimamente pelo sr. marquez de Vallada.

— Falleceu após doloroso e cruel padecimento da larynge, o sr. José Ribeiro Guimarães. O finado era bacharel em direito, e official bibliographo da bibliotheca nacional de Lisboa. Jornalista distincto, militou na imprensa periodica lisbonense quasi trinta annos, onde combateu o clericalismo com todas as convicções de um espirito illustrado e esclarecido. Foi redactor do *Jornal do Commercio* desde a sua fundação, no qual publicou artigos historicos, bibliographicos e archeologicos. D'estes, que andava colleccionando, tinha publicado alguns volumes sob o titulo de *Summario de varia historia*, os quaes possuimos, devidos á benevolencia do finado, com o qual nos avistámos uma vez, apenas. Era encarregado da secção de noticias internas, e foi elle que ampliou e renovou a fórma rachitica do noticiario antigo. O finado contava 59 annos. O seu funeral foi concorridissimo, notando-se, entre outros membros da imprensa, todos os redactores do *Jornal do Commercio*, do *Diario Illustrado*, do *Diario Popular*, do *Jornal da Noite*, da *Democracia*, e o sr. Tito de Carvalho, correspondente do *Jornal do Porto*.

Além d'estes cavalheiros, que representaram a imprensa periodica lisbonense, da qual o finado fôra distinctissimo membro, muitos outros foram prestar a derradeira homenagem aos restos mortaes do fallecido. Na occasião do corpo descer á terra, fallaram das qualidades do finado os srs. Theophilo Ferreira, Paulo Midozi e Mackonelt.

— Com relação á molestia da sardinha, escreveu no *Diario Popular* o sr. Brito Capello, naturalista adjunto ao museu de Lisboa, o seguinte:

«O parasita da sardinha parece ser um

crustaceo da ordem *Lerneidos*, porém não pode incluir-se em nenhum dos generos actuaes, nem mesmo das familias conhecidas d'esta ordem. Aproxima-se do genero *Lerneonema*, mas não tem a cabeça distincta do corpo, e este, ao contrario de todos os *Lerneidos*, está encravado no peixe, n'um dos flancos, a um terço proximamente do seu comprimento a contar da ponta do focinho. O corpo da femea (ainda não vi o macho), é cylindrico, adelgaçado para as extremidades. A unica parte do parasita que se acha fóra do corpo do peixe são dois cylindros delgados, que constituem os appendices oviperos. No estado de deformação em que se apresenta a femea nos exemplares obtidos não lhe descubro nenhuns outros appendices. Está mettido em um canal ou estojo aberto no peixe e forrado pela substancia prateada que reveste a pelle por baixo da escama.»

Diz-se que a descoberta do parasita pelos pescadores data já de alguns annos; porem estes guardaram segredo, como é bem de prever, em seu interesse proprio. Resta saber, se a sardinha, assim affectada, influirá na saude publica, assumpto importante, que por emquanto se não tem decidido.

— Foi preso, á saida da secretaria da guerra, o continuo J. M. do Espirito Santo, por ter subtrahido alguns volumes das obras do sr. Simão José da Luz Soriano, vendendo-os aos livreiros, onde foram surprehendidos.

Até á seguinte.

P. J. Conceição.

NOTICIARIO

Theatro de D. Luiz I. — No sabbado representou-se o *Segredo de uma dama*, e no domingo o *Sargento Frederico*.

Em ambas as noutes foram os actores muito applaudidos, e houve completa enchente.

Por absoluta falta de espaço não podemos dar hoje circumstanciada descripção d'estes espectaculos.

Chegada. — Chegou hontem a esta cidade vindo de Monte Mór o Velho, o parricida Joaquim Gonçalves Rama.

Commemoração funebre. — No dia 2 do proximo mez de Novembro, pelas 7 horas prefixas da manhã, haverá na egreja da Graça, uma missa de *requiem*, que a mesa da irmandade do Senhor dos Passos resolveu mandar celebrar, suffragando as almas dos irmãos fallecidos; seguindo-se áquelle acto o *libera-me* e absolvição.

Consta-nos que a irmandade vae ser convidada para assistir a este acto.

Seminario episcopal. — Principiam na proxima quinta feira e continuam em todos os domingos do anno lectivo, ao meio dia, as missas cantadas, catheqeses e homilias para os alumnos, conforme o que se acha estabelecido e em pratica já no ultimo anno.

Na proxima quinta feira faz a homilia o professor da cadeira de Theologia Pastoral o sr. Dr. Francisco Antonio Rodrigues d'Azevedo.

Noticia ecclesiastica. — Foi adoptado para o ensino de direito canonico no Seminario de Coimbra a obra do sr. conego Monteiro, que tem por titulo — *Compendium juris canonici Seminariorum Lusitaniae studiis adcomodatum*, editada pela imprensa da Universidade.

Exoneração. — O sr. bacharel Antonio Honorato Marques Perdigão foi exonerado de administrador do concelho de Penacova, em razão de haver sido despachado delegado do procurador regio.

Despachos. — O sr. bacharel Agostinho Abranches Teixeira Fazenda Viegas foi nomeado administrador do concelho de Penacova; e o sr. Manoel José Simões Coimbra foi nomeado administrador substituto de Poiares.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Custodio Martins Velindro, filho de Manoel Ferreira e Maria Fortunata, de Coimbra, de 36 annos, fallecido em 21 de Outubro de 1877.

Maria Luiza, ignora-se a sua filiação, de Lorvão, de 66 annos, fallecida em 22.

Jacinta da Conceição, filha de José Braz e Rosa da Conceição, do Sobral, freguezia de Ceira, de 25 annos, fallecida em 25.

José Adelino, filho de Manoel Antunes e Joaquina de Jesus, do Cidral, de 3 annos, fallecido em 26.

João Pedro da Silva Costa, filho de Bartholomeu Alexandrino da Silva Costa e D. Leonor Costa, de Lisboa, de 57 annos, fallecido em 26.

Sara Augusta, filha de Manoel de Jesus Carvalho e Theresa da Conceição, de Coimbra, de 24 annos, fallecida em 26.

Fernando Celestino de Azevedo Bartholo, filho de Manoel Rodrigues Bartholo e Isabel Alves, da Estufa, de 30 annos, fallecido em 26.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:334.

Noticias de França. — *Paris, 29 de Outubro.* — Eleições de desempate, hontem. Eram 15, triumpharam 11 conservadores e 4 republicanos; 3 dos candidatos republicanos que se consideravam eleitos em 14 retiraram as suas candidaturas.

Total na camara 320 republicanos e 210 conservadores.

Á ULTIMA HORA

Estava já o nosso jornal a imprimir-se quando recebemos a seguinte communicação:

Sr. redactor do *Conimbricense* — A commissão executiva do centro eleitoral do concelho de Coimbra roga a v. o favor de publicar no seu muito acreditado jornal a lista dos cavalheiros, que, por parte do mesmo centro, julgou dever recommendar aos suffragios dos seus concidadãos, para constituirem a vereação municipal, que ha de servir no biennio de 1878 a 1879.

A lista é composta dos seguintes cidadãos:

Conselheiro *Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco*, lente da Universidade e um dos quarenta maiores contribuintes.

Adriano da Cunha e Sousa, proprietario, de Souzellas.

Antonio de Almeida e Silva, negociante e proprietario.

Antonio Correia Lemos, proprietario e um dos quarenta maiores contribuintes.

Bacharel *Constantino Antonio Alves da Silva*, advogado e proprietario.

Francisco Pedro da Silva, negociante e proprietario.

Francisco de Sousa Araujo, negociante, e um dos quarenta maiores contribuintes.

Coimbra, 29 de Outubro de 1877.

De v. attentos veneradores e obrigadissimos.

Miguel Osorio Cabral de Castro, presidente da commissão executiva do centro eleitoral do concelho de Coimbra.

Luiz da Costa e Almeida, 1.º secretario.

Manoel de Oliveira Chaves e Castro, 2.º secretario.

ANNUNCIOS

BANCO COMMERCIAL DE VIANNA

SOCIEDADE ANONYMA
DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA
(EM MORATORIA)

1 TENDO sido resolvida em assembleia geral dos srs. accionistas a suppressão da caixa filial em Coimbra, a direcção, d'accordo com o conselho fiscal e srs. credores fiscaes, resolveu tornar effectiva essa suppressão desde o dia 22 do corrente, ficando os negocios do banco n'aquella cidade a cargo do sr. Joaquim José Rodrigues de Sousa, na Praça do Commercio.

Vianna do Castello, 20 de Outubro de 1877.

Os directores
José Alves de Sousa Ferreira.
José Antonio Loureiro.

JOSÉ TAVARES DA COSTA

225—RUA DA CALÇADA—231
(PROXIMO Á PORTAGEM)

2 RECEBEU:
Passa de Malaga, nova, muito superior.
Dita de figo, nova, comadre.
Queijo flamengo, novo, boa qualidade.
Tem tambem chocolate — hespanhol e da Suissa.

O chocolate suisso **Suchard** é o melhor que ha, pois não contem mais que o puro cacau e assucar.

Ha egualmente pastilhas d'este excellente chocolate em caixinhas. Quem tem conhecimente d'este *chocolate* não quer outro.

Os preços por que são vendidos os generos n'este estabelecimento e o aceio que n'elle se encontra é já bem conhecido do publico.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE COIMBRA

3 A DIRECÇÃO d'esta companhia, em conformidade com o parecer do conselho fiscal e resolução d'assembleia geral de 17 de Junho proximo passado, previne os srs. accionistas, que deverão effectuar o pagamento da 4.ª e ultima prestação de 25 % sobre o nominal das suas acções até ao dia 31 do corrente.

No Porto, deverá effectuar-se este pagamento na Caixa Filial do Banco Lusitano, em Lisboa, no Banco Lusitano, e em Coimbra em casa do ill.mo sr. José Marques Manso, na rua do Cego.

Coimbra 19 de Outubro de 1877.

Os directores
J. J. de Mendonça Cortez.
Adelino Antonio das Neves e Mello.
José Matheus dos Santos.

ELEMENTOS DE GEOMETRIA

Para uso dos lyceus, redigidos em harmonia com o programma official
POR
ANTONIO ZEFERINO CANDIDO
Doutor em Mathematica
Bacharel formado em Philosophia

PREÇO 1$200 RS.

4 Á VENDA em casa do editor José Diogo Pires, e outras livrarias. Acham-se egualmente á venda a Algebra elementar e Trigonometria rectilinia do mesmo auctor.

AGRADECIMENTO

5 A FAMILIA DO FALLECIDO ESTUDANTE Antonio Dias de Mattos Viegas agradece a delicadeza e illustres sentimentos do nobre curso do 2.º anno juridico, e summamente penhorada por tão honrosa consideração faz votos pela vida e prosperidade de seus dedicados e amantes condiscipulos.

Maria Dias da Encarnação.
Joaquim Ignacio Dias.

6 FEZ-SE a rifa do tapete, e sahiu no n.º 18, á exm.ª sr.ª D. Maria Hypolita de Sousa Horta.

Aos srs. estudantes

7 NA rua dos Militares, n.º 3, se dão por preços commodos, almoço, jantar e ceia, e tambem se recebem estudantes, sendo a dona da casa de toda a confiança.

8 ARRENDA-SE a azeitona dos olivaes da quinta do Rangel, quinta da Nora, quinta do Casal do Frade, prazo de Antanhol, e dois lagares do Rangel e Antanhol, pertencentes á ex.ma viscondessa de Maiorca, no largo 8 de Maio (Sansão), no domingo, 4 de Novembro, ás 10 horas da manhã.

ATTENÇÃO

9 VENDE-SE por preço rasoavel um excellente piano horisontal de Schrader, auctor allemão, de 7 oitavas, e d'uma solidez extraordinaria, o qual tem a propriedade de conservar muito mais afinação, do que alguns verticaes. Quem o pretender pode dirigir-se a esta redacção, onde se darão os esclarecimentos.

Arrematação d'azeitona

10 NO DIA 3 de Novembro, pelas 11 horas da manhã, no collegio de S. Bento—do Jardim Botanico — se ha de arrematar, se o preço convier, a azeitona da cerca de S. Bento.

PALETOT

11 QUEM ACHASSE UM desde o theatro de D. Luiz até á praça velha, queira entregal-o n'esta redacção, que ahi se diz quem é o dono d'elle, e se dão boas alviçaras.

DILIGENCIA

12 FRANCISCO PEREIRA SERRANO, avisa os seus freguezes, que do dia 2 de Novembro em deante, suspende uma das suas carreiras entre Coimbra e Figueira da Foz; continuando com a que sae de Coimbra ás 4 horas e tres quartos da manhã, e parte da Figueira ás 2 da tarde.

ATTENÇÃO

13 QUEM PERDESSE cinco chaves de gavetas póde dirigir-se á egreja de Santa Cruz, que lhe serão entregues pagando este annuncio.

PHARMACIA

14 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar á testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

PHARMACIA

15 VENDE-SE uma na provincia da Beira, n'um magnifico local, e muito acreditada e afreguezada. Quem pretender dirija-se a A. A. Mendes Borges — Torrozello.

LECCIONISTA

16 ABEL CARVALHO NOVAES lecciona latim, primeira e segunda parte, e grego primeira parte.

Couraça de Lisboa, n.º 113.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3158 | Sabbado 3 de Novembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A' hora em que tivemos de publicar em o numero passado a lista da camara, recommendada pelo centro eleitoral d'esta cidade, não nos foi possivel acompanhal-a com algumas reflexões, o que hoje fazemos.

Para se avaliar bem a presente disputa eleitoral é mister estar ao facto da historia politica da cidade e districto n'estes ultimos seis annos.

Os directores do partido, a que chamam regenerador, prevendo a possibilidade de um dia estarem fóra do poder, foram preparando desde longa data todos os elementos necessarios para porem e disporem das eleições á sua vontade.

O recrutamento foi a sua arma favorita. A administração do concelho, e sobretudo o governo civil, tornaram-se dois focos da mais torpe devassidão.

O livramento dos recrutas poz-se em franca almoeda; e só eram attendidos os que tinham paes, ou parentes que pagassem o deferimento da pretensão, com a franca e positiva promessa de porem os seus votos e dos seus amigos á disposição dos influentes politicos.

Imagine-se o que se podia obter com um tal elemento, manejado sem escrupulo algum durante seis annos!

Aquelles cidadãos, que por dignidade propria queriam manter a sua independencia; mas que presenceavam que os seus visinhos conseguiam o livramento de seus filhos ou dependentes, em resultado da sua degradação e subserviencia; viam-se em regra forçados a sujeitar-se á mesma abjecção.

Assim se iam constantemente desenvolvendo os effeitos d'esta arma terrivel; e a desmoralisação crescendo cada vez mais.

A estes manejos torpissimos acresciam outros tambem do maior alcance.

Os ministros de estado, dignos chefes de tal situação, estabeleceram uma pratica desconhecida nos fastos da mais corruptora politica.

Nem um só despacho se fazia, ainda para o mais insignificante emprego, sem que primeiro os directores da politica local dissessem qual o individuo que queriam que fosse despachado.

Dirigia-se qualquer pretendente a um ministro de estado em Lisboa com os seus documentos em fórma, que o habilitavam a obter favoravel despacho. Nada conseguia com isso, pois que recebia invariavelmente a resposta de que era indispensavel vir a Coimbra buscar o beneplacito dos principaes influentes.

Tinha assim o requerente de voltar para esta terra, e ir submetter-se cegamente ás condições que aqui lhe eram impostas; e só depois d'essa humilhação, e venda da consciencia, é que alcançava o seu despacho!

Avalie-se o alcance que tinha um systema tão devasso e torpe!

A menor dependencia; a mais simples pretensão era explorada para se conseguir desenvolver um poder sempre crescente.

Por outro lado sabe-se o que póde e vale a gerencia de uma camara municipal, que tem disposto, termo medio, ha seis annos, de 58 contos annuaes, quando se faz exclusivamente jogo politico com tal somma.

Não se emprehendia qualquer obra, nem se fazia o menor reparo, sem um fim de influencia pessoal. Do que menos se queria saber era da utilidade publica.

Estes e outros muitos elementos foram com admiravel constancia aproveitados para crear uma influencia, fundada na pratica dos maiores abusos e das maiores illegalidades.

Inclusivamente se quiz fazer da irmandade da Misericordia uma potencia politica.

Não tiveram duvida de introduzir alli a intolerancia partidaria, admittindo só irmãos de que podessem dispor os potentados da cidade; e excluindo acintosamente todos aquelles com quem não podiam contar.

Na mesma base organisaram o conselho de districto, commissão districtal, junta geral, commissão de recenseamento, e todas as corporações ainda as mais insignificantes.

Foi uma vasta rede lançada ao concelho e districto, para annullar a independencia do voto.

E dizem-se opposição! Sel-o-hão embora; mas dispondo das molas ha longos annos preparadas com o exclusivo apoio do poder.

Serão opposição, mas dispondo de quasi todas as repartições publicas de Coimbra, umas directa e outras indirectamente; e trabalhando algumas com a maior actividade a seu favor.

Serão opposição, mas tendo ás suas ordens parochos, que em tempo algum deixaram de estar ao lado da auctoridade; achando-se a explicação de um facto tão excepcional e extraordinario nos registos da administração do concelho e do governo civil.

Serão opposição, mas estando a servir-se escandalosamente, como desde ha seis annos, de toda a acção municipal, para sustentar a sua influencia e importancia pessoal e politica.

Serão opposição, mas dispondo de numerosos meios officiaes para conseguirem os seus fins.

Que opposição esta! No dia em que lhes faltassem semelhantes elementos ver-se-hia a que ficavam reduzidos os taes politicos.

E ainda se no meio de tudo isto as rendas municipaes tivessem sido bem administradas; se os futuros orçamentos viessem a estar desaffrontados! Mas não: — já aqui demonstrámos em uma serie de artigos, sem replica, qual a enorme responsabilidade em que ficam

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLVI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Os odios, que alli ainda eram disfarçados, descobriram-se acres, pungentes, e até algumas vezes ridiculos. Mas se por um lado era maltratado por aquelles a quem tinha ajudado a aplanar o caminho para virem mais desassombradamente do Porto para Lisboa, não o foi pelo povo portuguez. Este acolheu os meus escriptos com uma avidez e generosidade extraordinarias. Houve n.º do *Campeão*, que d'elle ao meio dia já se tinham extrahido *mil exemplares!* Foi-me preciso reimprimir muitos numeros. Os meus adversarios politicos lançaram contra mim a sua imprensa, mas esta não poude luctar comigo nem com a generosidade do povo; porque as minhas doutrinas eram todas de verdadeira liberdade, e as que me oppunham só representavam interesses particulares, — miserias...

Excitaram outra guerra contra mim, e foi nas eleições para deputado. Inventaram-se mentiras, calumnias, e até despropositos risiveis; porém de tudo sahi vencedor. Com especialidade nas provincias do norte não houve urna, que não recebesse o meu nome; por muitos circulos sahi substituto, e por Vizeu sahi eleito deputado. Ainda que por alli não tivesse sido eleito, havia de entrar na camara, porque foram muitos os logares vagos em razão de haverem muitas eleições duplas.

Como deputado fiz o meu dever, e me oppuz com coragem contra um contracto oneroso, que se deu a um afilhado de certo ministro. N'esta grave questão luctei contra a maioria do congresso, que o approvou; mas não me importou esta derrota; que por fim me honrou, pois que o tal afilhado nem sequer foi capaz de satisfazer as condições do contracto, que lhe mettia na algibeira alguns mil cruzados.

Assignei com a grande maioria dos meus collegas o *protesto*, (1) que fizemos contra o golpe que se deu na Constituição, destruindo-a; e conservei a minha cadeira, sem a desamparar, até ao ultimo momento em que o presidente, levantando a sessão nos *adiou* para melhores tempos...

Em quanto parte dos meus collegas fugia, e alguns d'elles iam offerecer serviços ao despotismo, que os acabava de derrubar da nobre altura em que estavam, eu nem o cortejei, nem lhe acceitei as offertas; conservei-me tal como era; e só lhe *acceitei* o desterro, que soffri por dois annos...

Passados elles, voltei a Lisboa, protegido pela Carta que tinha chegado do Rio de Janeiro; mas fui alli tratado pelos chamados amigos, como já o tinha sido antes pelos que me davam o mesmo nome, bem que tanto uns como outros formassem os governos de ambas as épocas. Quando menos o pensava achei-me de novo envolvido nas politicas, que me deram em resultado estar proximo a ser preso, e talvez, se me não retirasse de Lisboa a tempo, o *ser enforcado pelo paternal governo* de D. Miguel, pelo qual ainda muita gente chora, ou finge que chora; porque é preciso deixar de ter intelligencia e entranhas de homem para elogiar o grande confiscador e enforcador portuguez!...

Achei em Londres nos fins do anno de 1828 a mesma segurança, que já lá tinha encontrado nos fins do anno de 1813, e agora de mais a hospitalidade do meu bom amigo Custodio Pereira de Carvalho.

Mas antes que passe adiante, vou dar alguns passos atraz para mencionar dois factos importantes, que se me varreram da memoria em quanto escrevia e que passei na época em que fui deputado, e publicava o meu *Campeão* em Lisboa. Os leitores devem desculpar estas *intermittencias* de velho, a quem vae lentamente fugindo a memoria. Quanto mais, que são, ou podem ser as *memorias* da vida de um homem? São recordações, que nem sempre se apresentam ao bico da penna.

No tempo de que agora torno a fallar agitavam-se duas mui graves questões; a da separação do Brazil, e o que n'este negocio estava praticando o principe D. Pedro, herdeiro do throno portuguez, cousa maudita, talvez incrivel na posteridade! porque, *como Nero politico*, rasgava o ventre de sua mãe!... A elle escrevi eu duas cartas, pelas quaes parece-me que não ficou *muito meu amigo*; mas eu era portuguez, e escrevi-lhe como portuguez, quando via que estava fazendo em pedaços o rico e nobre berço em que tinha nascido e fôra educado.

Apesar do que acabo de dizer não devia D. Pedro levar a mal o que o *Campeão* lhe escreveu n'aquellas duas cartas no anno de 1822, e que se acham publicadas no meu *Campeão* de Lisboa, a 1.ª no volume 1.º, n.º

(1) Em 2 de Junho de 1823.

as rendas do municipio em todos os 60 annos que se vão seguir.

Emprestimos e mais emprestimos só para satisfazer caprichos e fazer obras monstruosas.

São o monumento que têm levantado á sua gloria!

E no entanto guardam um pertinaz silencio ácerca da sua gerencia!

Desligados completamente de todos os partidos e parcialidades politicas podemos aqui dizer com toda a franqueza o nosso sentimento.

Se nos fosse permittido abstrair do principio da moralidade, affirmamol-o positivamente, que a maior satisfação que podiamos ter era que ficasse reeleita a mesma camara que alli está!

Queriamos ver que tal era a sua gerencia nos seguintes annos, em vista do estado a que levaram as rendas municipaes!

Já que crearam uma tal situação era justo que a resolvessem.

E a proposito, porque é que nunca publicaram um relatorio, ou uma conta da sua administração?

Porque é tanto afan, tanta diligencia para se eternisarem na camara, desprezando ao mesmo tempo os contribuintes que pagam para satisfazer as suas velleidades?

E' por não serem obrigados a prestar contas senão ao respectivo tribunal em Lisboa?

Pois além da disposição legal, não ha moralidade que os obrigue a expôr aos seus municipes como e em quê têm gerido o dinheiro d'elles?

Quanto differente parecer tinham as suas antigas antecessoras, que ahi apresentaram minuciosos relatorios, e bem documentados, da maneira como haviam gerido os negocios camararios!

Nós já por nossas diligencias publicámos uma parte d'essas contas e do estado em que se acha o municipio; mas desejavamos ver tudo bem explicado, para que o publico ficasse sabendo qual a sorte que o aguarda.

Conjecture-se o que vae acontecer com as rendas do municipio em grande parte hypothecadas por espaço de 60 annos; e quando estamos n'um anno desgraçado de colheita de vinho, que é o principal rendimento da camara!

Que lisonjeiro futuro está preparado para o municipio de Coimbra!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos o *Resumo da historia portugueza para uso das escolas de instrucção primaria*, pelo sr. A. M. Gomes — exemplar que nos foi offerecido pela casa editora do Porto — a livraria Portuense.

Agradecemos o obsequio da offerta, mas ao mesmo tempo pedimos licença para fazer uns breves reparos a alguns lapsos e erros que alli encontrámos, a fim de que possam ser corrigidos em segunda edição.

D. Affonso II não falleceu em 1123, como por manifesto erro typographico se lê no *Resumo*, mas sim em 1223.

E' altamente improvavel a data de 1202 que se assignala para o nascimento de D. Sancho II. A mais exacta chronologia marca os fins do anno de 1209, ou principios de 1210.

E' exacto, como se diz no *Resumo*, que foi no anno de 1338 que D. Affonso IV mudou a Universidade de Coimbra para Lisboa. Não foi, porém, no anno de 1345, que o mesmo rei transferiu novamente a Universidade de Lisboa para Coimbra; mas sim em 1354.

Quando no reinado de D. Fernando se falla no *Resumo* da mudança, que fez este rei da Universidade de Coimbra para Lisboa, vem repetida a já mencionada data errada de 1345, com referencia ao reinado de D. Affonso IV.

D. João II não falleceu em 1494, mas sim em 25 de Outubro de 1495. Veja-se a *Chronica d'el-rei D. João II*, por Garcia de Rezende, e outros auctores.

Diz-se no *Resumo*, que el-rei D. Manoel, pretendendo casar com D. Isabel, *viuva de D. Affonso, rei de Castella*, por quem sentia uma viva paixão, e sendo-lhe imposta por aquella senhora a condição de expulsar de Portugal os judeus, não hesitou em decretar lei tão barbara como prejudicial, e ordenou que os judeus que não quizessem abraçar a religião christã saissem de Portugal n'um determinado prazo.

Nas palavras do *Resumo*, que sublinhámos em o periodo antecedente, ha um erro deploravel. — D. Isabel, primeira esposa de el-rei D. Manoel, não era *viuva de D. Affonso, rei de Castella* (nem tal rei tinha havido!); mas sim era *viuva do principe D. Affonso, filho do rei de Portugal D. João II*, o qual fallecera de um lamentavel desastre proximo de Santarem, em 13 de Julho de 1491, na edade de 16 annos e 20 dias.

Veja-se a *Chronica de el-rei D. João II*, por Garcia de Rezende; a *Chronica de el-rei D. Manoel*, por Damião de Goes; e *Da vida e feitos de el-rei D. Manoel*, por Jeronymo Osorio, traducção de Francisco Manoel do Nascimento.

A matança dos christãos novos em Lisboa, no reinado de el-rei D. Manoel, não foi no anno de 1507, mas sim no de 1506.

A rainha D. Catharina, esposa de el-rei D. João III, não era *filha* do imperador Carlos V, mas sim *irmã*.

Não é exacto que Domingos Leite disparasse um tiro em D. João IV, no dia da procissão do Corpo de Deus em 1647.

Domingos Leite alugou tres moradas de casas no principio da rua dos Torneiros, por onde havia de passar a procissão no dia 20 de Junho; ficando uma das ditas casas com a porta para rua differente, a fim de por ahi se poder escapar depois de commettido o crime. O assassino esperava a procissão, estando armado de uma espingarda, apontada por um buraco que tinha feito na parede; mas qualquer que fosse o motivo é certo, que Domingos Leite não se atreveu a disparar quando na procissão avistou a el-rei D. João IV.

A sentença de 12 de Agosto de 1647 condemnou-o a ser *enforcado de morte cruel*, depois de lhe serem decepadas as mãos; não por ter disparado o tiro, mas unicamente pela tentativa.

Egualmente não foi Domingos Leite, como se diz no *Resumo* — *logo preso e justiçado*. Depois da tentativa, que não levou a effeito, voltou para Castella. D'alli tornou a vir para Portugal, e antes de entrar em Lisboa, foi preso por denuncia no dia 31 de Julho do mesmo anno de 1647, no logar da Povoa de S. Martinho.

Não foi em 22 de Dezembro de 1748, que o papa Benedicto XIV concedeu a D. João V o titulo de *fidelissimo*. Explicaremos isso em artigo separado.

Tambem não foi, como se lê no *Resumo*, no dia 12 de Fevereiro de 1759 a execução do duque de Aveiro e mais accusados de tentativa de assassinio em el-rei D. José; mas sim no dia 13 de Janeiro d'esse anno. Além d'isso falta mencionar um d'elles. E' Antonio Alvares Ferreira, aquelle que teve morte mais affrontosa, sendo queimado vivo.

Os jesuitas não foram expulsos de Portugal em resultado do breve de Clemente XIV de 1773, que extinguiu a companhia de Jesus; mas já estavam expulsos pela lei de 3 de Setembro de 1759.

A revolução do Porto contra Junot não foi em *Agosto* de 1808, mas em *Junho* d'esse anno.

A ultima batalha dada contra as tropas francezas de Junot em 1808, não se chama do *Vimieiro*, mas sim do *Vimeiro*. Foi em 21 de Agosto.

Massena, retirando-se de Portugal com o exercito francez em Março de 1811, não foi, como se diz no *Resumo*, perseguido pelo exercito alliado até á cidade franceza de Tolosa. Depois de chegar a Hespanha foi Massena substituido no dia 12 de Maio, no commando do exercito francez, chamado de Portugal, pelo marechal Marmont, duque de Ragusa; e só depois de uma prolongada luta é que o exercito alliado chegou a França, dando-se a batalha de Tolosa em 10 de Abril de 1814.

Quando D. João VI chegou a Lisboa em Julho de 1821, vindo do Brazil, não jurou a *constituição*, nem podia jurar, porque ainda não estava feita. Jurou as *bases* da constituição.

Não é correcta a expressão usada no *Resumo*, dizendo-se que D. João VI nomeou D. Isabel Maria regente do reino. Nomeou um conselho de regencia, de que fazia parte a referida infanta, a qual tinha voto decisivo, mas só no caso de empate.

9, pag. 129, e a 2.ª no mesmo volume, n.º 18, pag. 203; porque o *Campeão* de Londres já o tinha defendido no anno de 1819, publicando em pag. 130 do 1.º volume uma correspondencia do Rio de Janeiro. E então era claro, que se nas duas épocas a sua linguagem foi diversa, é porque a pessoa d'elle tinha mudado, e os seus sentimentos, como principe, se tinham alterado. Eu, como escriptor imparcial, fiz o que devia; cumpri com a justiça em ambos os casos.

Na questão da separação do Brazil oppuz-me sempre a que houvesse guerra entre a mãe patria e os filhos que se queriam emancipar, porque a separação já de facto estava feita desde o momento em que o rei, *para agradar aos inglezes*, havia aberto os portos ao commercio de toda a Europa. Agora não havia outro remedio senão fazer a partilha como bons irmãos e amigos, para que não restassem odios de familia como ficaram entre a America do Norte e Inglaterra.

Os nossos grandes politicos e os interessados no antigo monopolio, quizeram guerra, sem a saberem fazer a tempo; não me quizeram ouvir, e tem visto os resultados. As muitas razões em que fundei a minha opinião lá estão estampadas em um artigo que escrevi no meu *Campeão* de Lisboa; e ainda se podem ler no n.º 46 do 2.º volume em pag. 305.

Chegado a Londres passei a vida, quasi concentrado comigo só; e no que mais me occupei foi em colligir factos para a historia da emigração, tanto dos que a prepararam, como dos que a dirigiram e a levaram ao seu fim; entre os quaes ha muitos assás curiosos, e dignos de se estudarem.

N'esta época tambem assisti ao grande drama do cerco do Porto, em que se representou o primeiro acto, que foi o primeiro indicio da catastrophe que o devia finalisar, e o levar ao ultimo, em que cahiu o panno, e se viu a tyrannia absurda estendida sem vida no glorioso campo de Evora-Monte.

De volta a Lisboa, achei-me rodeado da mesma atmosphera politica, que sempre tinha pesado sobre mim em toda a minha vida; mas felizmente ainda pude romper pela nevoa grossa que se apresentava diante de mim, e me achei ainda de novo involvido no turbilhão das politicas.

Fui tres vezes deputado, em 1834, 36, e 39, e em todas estas trez épocas nunca desmenti os meus principios. Nas primeiras côrtes de 34 lá está entre outras opiniões minhas o *Assento*, que propuz e foi adoptado, para que por elle constasse em todo o tempo como D. Miguel fôra para sempre expulso do paiz, que havia coberto de prisões, desterros, confiscos, e espectaculos de força; *Assento*, que todos os meus collegas assignaram, e se mandou guardar nos archivos do reino.

Nas segundas, *Constituintes*, tomei assento como quem vinha occupar a cadeira que fôra forçado a largar no anno de 1822 no palacio das Necessidades, e como homem, a quem seu antigo presidente tinha *adiado* para uma nova convocação. N'ellas assignei a Constituição, que era prima co-irmã com aquella que já tinha jurado, e era filha do mesmo pae — o *Povo*...

Nas terceiras, nas quaes votei sempre leal aos meus juramentos, não pude proseguir, porque nem eu nem os meus collegas serviamos de instrumentos para realisar projectos liberticidas que, se ainda não estavam de todo formados, pelo menos é de crer já se estivessem preparando para o futuro que os realisou... fomos dissolvidos...

Foi este o ultimo termo da minha vida politica; e depois d'elle não tenho sido mais do que espectador do variado *panorama* que até agora se tem representado com vistas diversas; e *panorama*, que ainda não acabou, e que Deus sabe o que dará ainda a ver, e que qualidade de novas vistas terá... Para elle tem havido, e ainda ha de haver novos compositores; mas se forem tão habeis como os que até aqui o tem apresentado ao publico, não sei o que se póde esperar d'elles. Comtudo, não serei eu quem no fim da vida augure mal do meu paiz; a nova geração tem tido um grande livro, em que tem podido estudar, e este livro é o da experiencia. Consulte-o, e veja o que n'elle tem havido de bom e de mau; evite este, e siga o primeiro, que assim faz quem é prudente e sizudo.

FIM.

ADVERTENCIA

Quando começámos a inserir n'este jornal as *Memorias* de José Liberato Freire de Carvalho, não era nossa intenção publical-as todas, mas só a parte que dizia respeito ao seu *Campeão Portuguez em Londres*, como elemento para a historia do jornalismo na emigração, que estavamos publicando.

Os nossos leitores, porém, apreciaram-nas de tal modo, que as fomos continuando até ao fim.

Agora para que fiquem completas estas curiosas *Memorias* no *Conimbricense*, iremos em o proximo numero começar a publicação desde o seu principio, até as ligarmos com o ponto donde partimos, que foi quasi pelo meio d'ellas.

Essa parte que vamos publicar não é menos interessante do que até aqui.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Por manifesto erro typographico se diz no *Resumo*, que D. Pedro IV nasceu em 1728. Foi em 1798.

Tambem não é exacto o que se diz no *Resumo*, que D. Pedro abdicou em sua filha D. Maria da Gloria, declarando que tal abdicação só se tornaria effectiva, quando esta senhora *chegasse á sua maioridade*. Os termos não foram esses. Declarou D. Pedro que a abdicação se não verificaria, sem que lhe constasse officialmente que a constituição havia sido jurada em Portugal, e que os esponsaes com o infante D. Miguel estivessem feitos e o casamento concluido.

Ha egualmente incorrecção e até um absurdo, dizendo-se, que *depois* da abdicação outhorgou D. Pedro a Carta Constitucional. Foi o inverso d'isso. A Carta foi outhorgada em 29 de Abril de 1826, e a abdicação foi decretada em 2 de Maio immediato.

D. Miguel não *aboliu*, como se diz, a Carta em 13 de Março de 1828. Dissolveu n'esse dia a camara dos deputados, sem mandar novamente convocar outra como determina a Carta; mas isso ainda não era *abolil-a*. Se transgredir qualquer artigo da Carta fosse *abolil-a*, tinha ella já sido *abolida* centenares de vezes pelos governos liberaes.

Os chefes militares liberaes em 1828, não se retiraram da Galliza, uns por terra com o exercito, e outros por mar para Inglaterra. Em tudo isto ha uma grande confusão.

A maior parte dos chefes embarcaram no Porto a bordo do vapor *Belfast* para Inglaterra, e outros acompanharam por terra o exercito para a Galliza, e d'alli embarcaram para aquelle paiz.

Quando D. Pedro desembarcou com a expedição liberal nas praias do Mindello, ou Arnosa de Pampellido, em 8 de Julho de 1832, e entrou no dia 9 immediato no Porto, não estava esta cidade *sitiada pelos miguelistas*. Estes haviam d'alli fugido, á noticia do desembarque, e só posteriormente é que a foram sitiar.

Não foi na cidade da Guarda que em 1840 se revoltou o corpo de infanteria 6, instigado pelo coronel (aliás *tenente coronel*) do mesmo corpo. Foi em Castello Branco, que o tenente coronel do batalhão 6 de infanteria, Miguel Augusto de Sousa, se revoltou contra o governo, em a noite de 25 para 26 de Agosto de 1840. Vendo-se desajudado das forças com que contava, teve de se dirigir para Hespanha; mas os seus soldados não quizeram ahi entrar: pediram-lhe a bandeira, e como elle se recusasse a entregar-lh'a, assassinaram-n'o.

Quando em Maio de 1846 houve a revolução popular começada no Minho, não era, como se diz no *Resumo*, o ministerio *presidido* pelo conde de Thomar, mas sim pelo duque da Terceira. O conde de Thomar era simplesmente ministro do reino. O mesmo conde de Thomar só veiu a ser presidente do conselho de ministros no ministerio de 18 de Junho de 1849 a 26 de Abril de 1851.

Entendemos dever fazer todas estas rectificações, porque tratando-se de um *Resumo da historia portugueza para uso das escolas de instrucção primaria*, é muito conveniente que a mocidade não comece por aprender erros, que depois terá muito trabalho em corrigir.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

É muito frequente escrever-se a historia, limitando-se o escriptor a consultar o primeiro livro que lhe apparece á mão, sem tratar de verificar por outros meios se o que ahi se diz é ou não exacto.

Vamos mostrar mais um exemplo do cuidado que deve haver e que é indispensavel n'este assumpto.

No já mencionado *Resumo da historia portugueza para o uso das escolas de instrucção primaria*, pelo sr. A. M. Gomes, diz-se que o papa Benedicto XIV concedera a D. João V o titulo de *fidelissimo* em 22 de Dezembro de 1748.

O sr. conselheiro Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco em os *Novos elogios historicos dos reis de Portugal para uso das escolas*, diz que foi em 23 de Dezembro de 1748.

Ferdinand Denis, no seu *Portugal*, diz que foi em 28 de Dezembro de 1748.

O cardeal patriarcha D. Fr. Francisco de S. Luiz, nos *Estudos historicos e chronologicos*, diz que foi pelo *Motu proprio* de Benedicto XIV em 21 de Abril de 1749.

O sr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, nos *Contemporains portugais, espagnols et brasiliens*, diz egualmente que foi em 21 de Abril de 1749.

O sr. Antonio Francisco Barata, no *Resumo da historia de Portugal para uso das escolas*, diz que foi em 21 de Outubro de 1749.

Que variedade aqui vae!

Vamos, portanto, ver a data em fonte segura.

O *Magnum Bullarium Romanum*, edição de Luxemburgo de 1754, feita sobre um exemplar de Roma de 1753, traz a bulla de Benedicto XIV de 23 de Dezembro de 1748 — *Super honorifico Fidelissimi Tit. Joanni V Portugaliae, etc.* — sendo a allocução feita no consistorio secreto de 21 de Abril de 1749.

Eis as datas exactas com respeito a este documento.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO ECCLESIASTICO

O sr. dr. Manoel de Oliveira Chaves e Castro, distincto lente substituto da cadeira de direito ecclesiastico geral na Universidade, acaba de nos brindar com a offerta do tomo I das *Instituições de direito ecclesiastico do padre Amaro de Schenkl*.

É um grosso volume de 8.º grande, contendo 757 paginas.

O sr. dr. Chaves foi o traductor d'esta muito acreditada obra; e com quanto nada possamos dizer do merecimento da traducção, temos segura garantia da perfeição d'este difficil trabalho, na reconhecida illustração e competencia do digno professor da Faculdade de Direito.

Além d'isso o sr. dr. Chaves foi coadjuvado na revisão do texto latino pelo sr. dr. José Joaquim Fernandes Vaz e sr. Joaquim Alves de Sousa, e na traducção do texto allemão pelos srs. drs. João José de Mendonça Cortez, José Joaquim Pereira Falcão e Antonio dos Santos Viegas.

Escusado será acrescentar mais nada a taes nomes, para se ver qual será o merito d'esta traducção.

Pela parte que nos pertence diremos, que já hoje podemos satisfazer o desejo que ha muito tinhamos de ler as afamadas *Instituições de direito ecclesiastico* de Schenkl; e por isso duplicadamente apreciámos a offerta que nos fez o sr. dr. Chaves, a qual muito lhe agradecemos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

De Monte Mór ó Velho nos communicam o seguinte:

Sr. redactor. — Monte Mór o Velho, 29 de Outubro de 1877.

Chegou tambem a minha vez de lhe pedir um cantinho do seu muito acreditado jornal, para com a maior imparcialidade me occupar das coisas d'este concelho.

Tem sido increpadas de pouco zelosas no cumprimento dos seus deveres, as auctoridades d'esta comarca, por não haverem procedido como lhes cumpria, pelo crime de tentativa de homicidio commettido em 25 de Julho ultimo, no logar da Carapinheira, contra o infeliz Francisco Gonçalves Rama.

Para restabelecimento da verdade é necessario, sr. redactor, que se saiba, que não houve desleixo da parte das auctoridades judiciaes d'esta comarca, que desde logo instauraram o competente processo, a que deram o andamento devido: houve-o é verdade e grande, da parte do ex-administrador d'este concelho, (que de tudo tratava menos dos negocios de administração) que se não deu ao trabalho de levantar o respectivo auto d'investigação e fornecer á justiça os esclarecimentos de que ella carecia, e que nem ao menos, segundo me asseveram, mandou para o poder judicial o auto de noticia de tal crime.

Se esta auctoridade tivesse procedido como lhe competia, não lhe teria sido muito difficil descobrir o criminoso, e talvez tivesse evitado o crime perpetrado na noite de 17 do corrente mez.

Na tarde do dia 22 do corrente foi o digno administrador d'este concelho á Carapinheira, aonde apprehendeu o cano da clavina com que foi morto o infeliz Rama: o cano estava enterrado por detraz d'um telheiro, no cerrado contiguo á casa d'habitação do parricida, sendo a sogra d'este quem indicou o local aonde o havia escondido.

Hoje foi removido para as cadeias d'essa cidade o parricida Joaquim Gonçalves Rama, que como tal já foi pronunciado pelo digno juiz de direito d'esta comarca.

Com a vinda do sr. Simões para este concelho vão os negocios publicos tomando uma nova face.

S. s.ª é um empregado zeloso e trabalhador. Os baldomeras cá da terra não gostam d'elle, porque lhes vae acabando com a chuchadeira.

Os abusos que se praticaram com o recrutamento, vão dando em resultado grandes clamores: os paes que tinham ficado *sem o bezerro, sem o azeite, sem o assucar, e sem o chá*, para que seus filhos não fossem para o exercito, e a quem diziam que estavam livres, clamam por ver que foram illudidos, e maldizem a sua sorte quando o official da administração lhes apparece á porta para intimar o filho, que seus protectores lhes asseveravam estar livre.

Brevemente me occuparei mais detidamente d'este assumpto.

* *

NOTICIARIO

Mais um additamento para a historia da imprensa em Coimbra. — Quando n'este jornal, nos annos de 1867 e 1868, e em o nosso livro — *Apontamentos para a historia contemporanea*, publicamos a historia da imprensa em Coimbra, demos noticia dos impressores Antonio Simões Ferreira, pae, desde 1729 a 1751; e Antonio Simões Ferreira, filho, desde 1751 a 1761 — estabelecidos successivamente no becco chamado da Imprensa, ao fundo da rua de Quebra-Costas.

Encontrámos agora uma noticia ácerca d'esta imprensa, que até aqui não sabiamos, e que é muito digna de se registrar.

Lê-se na *Gazeta de Lisboa* de 7 de Janeiro de 1749 o seguinte:

«Na noute de 16 do proprio (provavelmente queria-se dizer *proximo*) pegou fogo nas casas de Antonio Simões Ferreira, impressor da Universidade de Coimbra, e ateiou com tanta violencia, que não bastou toda a actividade e cuidado dos ministros d'aquella cidade, que com os seus officiaes concorreram a extinguil-o, para deixar de perecer uma pessoa, salvando-se toda a mais familia com trabalho, e se fez tão voraz o incendio, que em pouco espaço reduziu a cinzas a casa com todo o seu movel; a sua livraria, e preciosidades, que n'ella havia, avaliando-se em mais de 20 mil cruzados esta perda.»

Sendo este incendio em 16 de Dezembro de 1748, foi portanto na imprensa de Antonio Simões Ferreira, pae, o qual falleceu em 1751. Segue-se, pois, que o filho teve de reedificar a casa e fazer nova typographia. Essa casa ainda existe no becco da Imprensa.

Catalogo. — Recebemos a terceira parte do catalogo da rica livraria do nosso fallecido amigo o sr. Innocencio Francisco da Silva.

Consta esta terceira parte de manuscriptos, retratos e estampas.

Notamos dizer-se ácerca da sentença da revolução de Angola de 1763 — que nunca fora impressa.

Enganou-se a esse respeito o illustrado organisador do catalogo.

Já está publicada por nós essa sentença ha mais de 8 annos, em os numeros do *Conimbricense* de 24, 28 e 31 de Agosto de 1869, com titulo de *Tentativa de revolução no reino de Angola, no anno de 1763 — Sentença, até hoje inédita, condemnando á morte 21 réus, implicados n'essa tentativa; sendo o principal d'elles rompido vivo e depois queimado.*

Chegada. — Na quarta feira, á noute chegou a esta cidade, vindo de Vizeu, o sr. commandante da divisão, para fazer as honras a sua magestade el-rei, na sua passagem para o Porto.

Advogado. — O nosso amigo e patricio o sr. bacharel Bernardino Henrique Coelho Pinto foi advogar nas audiencias geraes do Cartaxo.

É de esperar que o nosso amigo corresponda alli ao seu merecimento e illustração.

Aposentação. — O sr. conselheiro Eduardo Leça foi aposentado no seu emprego de director geral dos correios.

Furto e apprehensão. — Do archivo do ministerio da guerra foram furtados muitos volumes da *Historia da guerra civil*, escriptas pelo sr. conselheiro Simão José da Luz Soriano.

Em uma mercearia foram achados 48 livros completos e 33 kilogrammas de volumes truncados.

Foram mais apprehendidos em diversas tendas e em dois alfarrabistas 287 volumes completos e 331 kilogrammas de volumes truncados.

Acham-se presos dois serventes do ministerio como suspeitos de auctores do furto.

Ponte sobre o Douro. — Lê-se no *Commercio do Porto* de 1 do corrente o seguinte:

«Começaram hontem as experiencias definitivas na ponte que se acha construida entre a Serra do Pilar e o Seminario.

O sr. ministro das obras publicas devia ter chegado de manhã para assistir a ellas; porém, em consequencia de se ter achado doente, segundo ouvimos, não veiu.

No comboyo do correio, comtudo, vieram diversos membros da direcção da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes, os quaes, conjunctamente com os srs. Eiffel, Colin, Espergueira, Pedro Lopes, Eduardo Soveral, chefe da estação das Devezas e outros engenheiros e varias pessoas, tomaram logar em uma carruagem-salão, que cerca das 9 horas da manhã atravessou a ponte em direcção á estação do Pinheiro. Além da referida carruagem ia tambem um *fourgon*.

O pequeno comboyo, ao chegar ao meio da ponte, parou, e ahi foi festejada pelas pessoas que iam n'elle a passagem da primeira locomotiva, no meio de libações de Champagne, que regou depois tambem, como em baptismo festival, parte da grandiosa obra que foi terminada com tanta felicidade.

Cerca das 10 horas partiu da estação das Devezas, em direcção á de Campanhã, outro comboyo composto de 18 wagons de mercadorias carregados de cal destinada ás obras d'esta ultima estação. O peso do comboyo foi calculado em 300:000 kilos aproximadamente e a passagem d'elle pela noute fez-se a grande velocidade e com a maior felicidade.

Ás 11 e meia regressou do Pinheiro a machina que havia sahido das Devezas, e á meia hora da tarde começaram as manobras da experiencia.

Entre o primeiro e segundo pegão, do lado do Seminario, permaneceram por espaço de duas horas duas locomotivas, um *fourgon* e um carro de gado, carregado de carvão, e em seguida avançaram até ao vão que existe entre o terceiro pilar e o arco e alli se conservaram por algum tempo. Para substituir o logar que estas locomotivas haviam deixado vago, vieram mais duas machinas e um wagon.

Por volta das 4 horas e meia as duas machinas que se achavam entre o terceiro pilar e o arco, dirigiram-se para o lado de Villa Nova de Gaya, ficando comtudo entre os primeiros pegões as outras locomotivas.

O peso correspondia a 4:100 kilos por metro corrente.

Hoje devem principiar as experiencias no centro do arco e nos vãos existentes entre este e os pegões que se acham proximos.

Com relação a festejos para o dia da inauguração, já os leitores sabem que elles são em tudo dignos da grandiosidade da obra que se inaugura. Além dos que temos mencionado, acrescentaremos que nos paços do concelho já se tracta da canalisação do gaz, a fim da fachada d'aquelle edificio ser convenientemente illuminada.

O que seria de grande utilidade prevenir, é o perigo que offerece a escabrosa montanha do Seminario, para os curiosos que na noute de domingo alli devem affluir para presencear o fogo de artificio que se queimará na serra de Quebrantões. No monte do Seminario um leve descuido póde produzir a morte de algum imprudente.

Por isso seria de conveniencia resguardar aquelle abysmo com algumas guardas de madeira, no que não haveria grande dispendio.

Hontem, como no dia anterior, estiveram alli, além dos constructores da ponte, os srs. Espergueira, Mattos, João Chrysostomo de Abreu e Sousa, Pedro Lopes, Xavier Cordeiro, Carneiro Basto, Allão, Montenegro, Macedo, bem como os srs. Nogueira Soares, Victoria e outros.

Os curiosos nas eminencias das margens eram em grande numero.»

Mais um triumpho para a religião. —Um nosso amigo nos communica o seguinte:

«Assistimos no domingo, 21 do passado mez de Outubro, na egreja de Podentes, á primeira missa, ou *missa nova* do sr. padre Joaquim Fernandes Falcão, filho do sr. Luciano Fernandes Falcão, proprietario da fabrica de papel da Ribeira de Podentes, proximo da villa de Penella.

A nossa religião conta mais um novo e digno ministro, que de certo saberá comprehender a alta missão a que foi elevado; pois que a sua muita vocação para o estado sacerdotal que sempre manifestou, e ultimamente quando cursou o Seminario de Coimbra, nos dão jus a assim o asseverarmos.

Foi esta festividade religiosa feita com toda a solemnidade. A egreja, além de ricamente reformada a instancias do seu antigo prior o sr. padre Alcantara, e a expensas da sr.ª condessa de Podentes, estava vistosamente decorada. A concorrencia do povo era immensa, sobresaindo muitas familias de varias localidades, que por convite do sr. Luciano Falcão tinham vindo assistir a toda a festa.

Aos sons harmoniosos da musica vocal e instrumental, começou o novo levita a celebração do santo sacrificio da missa, acompanhado dos dois assistentes e mestre de cerimonias; ao evangelho houve sermão, em que o orador espargindo tambem por sobre o celebrante as flores de uma eloquente e edificante exhortação, lhe inaugurou a sua bem encetada carreira.

Cantada a missa teve logar a cerimonia do beijamão; seguindo-se a este acto tão tocante a procissão por todo o logar e o encerramento do SS. Sacramento, cantando a musica o *Tantum ergo*.

Foi geralmente sentido que não assistisse o reverendo parocho por se achar doente.

Acabada a funcção religiosa todas as pessoas convidadas pelo sr. Luciano, conjunctamente com a philarmonica de Miranda do Corvo, se dirigiram para sua casa, que ainda dista mais d'um kilometro, onde foi servido um magnifico e abundante jantar. Durante todo o transito, na ida e volta, subiram ao ar muitas girandolas de foguetes.

Damos pois sinceros parabens ao sr. Luciano e a toda a sua estimavel familia por tão justo regosijo, e pelas espontaneas demonstrações de sympathia e estima que do numeroso concurso dos seus amigos, e do povo, receberam em occasião tão solemne.

O sr. Luciano tambem na segunda feira immediata deu um abundante e bem servido almoço a todos os operarios da sua fabrica, e bem assim o competente meio dia de descanço. Honra lhe seja.»

Guerra do Oriente. — *Londres*, 31. O *Globo* publica um telegramma de Constantinopla, annunciando correr alli o boato de que Orkhanie fôra tomada pelos russos, que teriam feito prisioneiros a Chevket-pachá e a milhares de turcos. Outro telegramma de Schumla, publicado pelo *Times*, diz que o ultimo combate em Kadik foi mais importante do que se annunciára. Uma divisão russa atacou a ala direita turca, mas foi completamente repellida do Lom.

Madrid, 1.— Sabe-se que os russos atravessaram os Balkans a um movimento envolvente de Schipka, e que por causa d'isto ha terror em Constantinopla.

Vienna, 1.— A Inglaterra é encarregada de propor a paz logo que sejam confirmadas as victorias dos russos.

S. Petersburgo, 31. — Foi cercada a guarda avançada de Mouhktar-Pacha. Os russos avançam sobre Erzerum. A guarnição de Kars recusou entregar-se. Julga-se a fortaleza aprovisionada.

Chegada.—Sua magestade el-rei acaba de chegar á estação d'esta cidade, de passagem para o Porto.

ANNUNCIOS

1 ANTONIO AUGUSTO DA SILVA FERREIRA, cirurgião habilitado pela Universidade de Coimbra, cirurgião do Monte-Pio Conimbricense, clinico n'esta cidade.

Faz publico, que acceita partidos annuaes, de familias, dentro da area d'esta cidade, para as tratar nas suas doenças pela seguinte retribuição: até tres pessoas de familia, 3$600 réis — e d'este numero para cima, numero illimitado, 5$000 réis. A admissão da familia associada considera-se desde o dia em que der o seu nome a gozar dos seus direitos, seja qual for a época em que se effectue, pagando no fim do anno os preços acima estipulados.

O annunciante, faz constar, que durante a sua longa pratica de 28 annos successivos, tanto nas localidades onde já esteve, como n'esta cidade, onde reside ha muitos annos, tem colhido optimos resultados no tratamento de varias molestias de pelle, de que possue especifico suave e seguro.

Da tinha, formidavel e asquerosa molestia, que se tem tornado estacionaria e impotente a muitas e variadas therapeuticas, tem ha tempos tratado uns poucos de casos radicalmente, sendo alguns d'elles antigos e inveterados, sem até hoje terem reproduzido, o que se póde provar por existirem os exemplares n'esta cidade.

A todas as pessoas que precisarem do seu prestimo, promptifica-se como sempre costuma e com especialidade a toda a hora da noite, podendo ser procurado ao fundo da rua do Corpo de Deus, n.º 6, — 2.º andar.

2 BARTHOLOMEU DE MORAES BINGRE, professor primario do bairro baixo, da cidade de Coimbra, tendo brevemente de se retirar d'esta cidade para Mira, aonde vae exercer egual cargo, vem por este meio despedir-se de todos os seus amigos, e pela mesma fórma agradecer o tratamento cordeal e affectuoso, que recebeu d'aquelles com quem conviveu e tratou.

Coimbra 3 de Novembro de 1877.

Bartholomeu de Moraes Bingre.

PIAS PARA AZEITE

4 NA IMPRENSA da Universidade arrenda-se um armazem com pias, que levam proximamente 1:000 alqueires. O arrendamento será feito no dia 7 de Novembro proximo, ás onze horas da manhã.

Coimbra, 30 de Outubro de 1877.

O administrador da Imprensa,
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

Aos amadores de bons livros

5 NO DIA 20 de Novembro, no Instituto, rua do Infante D. Augusto, far-se-ha leilão da copiosa livraria do fallecido dr. Francisco da Fonseca Correia Torres, conego da Sé d'esta cidade. Compõe-se das seguintes obras:

Em portuguez	600
Em francez	450
Em latim	128
Em hespanhol	15

As condições constam do respectivo catalogo que se dará a quem o pedir na redacção do *Conimbricense*, ou em casa do sr. bacharel A. M. Simões de Castro, na rua do Visconde da Luz, n.º 15.

BANCO COMMERCIAL DE VIANNA

SOCIEDADE ANONYMA
DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA
(EM MORATORIA)

6 TENDO sido resolvida em assembleia geral dos srs. accionistas a suppressão da caixa filial em Coimbra, a direcção, d'accordo com o conselho fiscal e srs. credores fiscaes, resolveu tornar effectiva essa suppressão desde o dia 22 do corrente, ficando os negocios do banco n'aquella cidade a cargo do sr. Joaquim José Rodrigues de Sousa, na Praça do Commercio.

Vianna do Castello, 20 de Outubro de 1877.

Os directores
José Alves de Sousa Ferreira.
José Antonio Loureiro.

SUBSTITUTOS

7 JOÃO ALVES MADEIRA, rua das Covas, 39, Coimbra. Preços commodos.

Venda d'uma propriedade

8 NO SITIO DO CHAFARIZ, em S. Martinho do Bispo, a confinar com Manoel Abilio Simões de Carvalho, e estrada que vae do Chafariz para Falla. Compõe-se de olival, vinha, e alguma terra de semeadura.

O illm.º sr. Augusto Cesar dos Santos, na Calçada, recebe lanços até ao fim do mez.

Aos srs. estudantes

9 NA rua dos Militares, n.º 3, se dão por preços commodos, almoço, jantar e ceia, e tambem se recebem estudantes, sendo a dona da casa de toda a confiança.

DILIGENCIA

10 FRANCISCO PEREIRA SERRANO, avisa os seus freguezes, que do dia 2 de Novembro em deante, suspende uma das suas carreiras entre Coimbra e Figueira da Foz; continuando com a que sae de Coimbra ás 4 horas e tres quartos da manhã, e parte da Figueira ás 2 da tarde.

PHARMACIA

11 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.º 28 e 30, proximo ao Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar e testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

12 QUEM QUIZER arrendar dois andares de uma casa na rua da Galla, dirija-se á rua das Figueirinhas, n.º 24, 3.º, para se tratar.

AGRADECIMENTO

13 A. M. SEABRA D'ALBUQUERQUE agradece por este meio a todas as pessoas que lhe fizeram a honra de o procurar durante a sua doença, em quanto não tem forças para o fazer pessoalmente.

ATTENÇÃO

14 ARRENDA-SE uma loja com armação propria para negocio, n'um dos melhores sitios do bairro alto. Para tractar, Livraria Popular, rua do Visconde da Luz.

FRANCEZ E CALLIGRAPHIA

15 UMA SENHORA habilitada promptifica-se a dar lições a meninas nos domicilios. N'esta redacção se diz.

LECCIONISTA

16 ABEL CARVALHO NOVAES lecciona latim, primeira e segunda parte, e grego primeira parte.

Couraça de Lisboa, n.º 113.

SUBSTITUIÇÕES A MILITARES

JOÃO DE PINHO
221, RUA DA CALÇADA, 221
COIMBRA

17 ENCARREGA-SE de entregar aos interessados, bons substitutos com bons documentos para substituições no governo civil de Coimbra, tirando guias nas administrações dos concelhos. Faz substituições nos corpos das guarnições de Lisboa, Porto, Elvas e outras terras. Tambem obtem transferencias d'uns corpos para outros; e licenças para dois mezes.

Preços baratissimos

LECCIONISTA

18 PADRE RICARDO SIMÕES DOS REIS recebe estudantes em sua casa, Couraça dos Apostolos, n.º 35, sendo sua responsabildade limitada pelas instrucções que receber dos paes ou tutores dos mesmos.

Tambem lecciona Francez.

19 VENDE-SE, ou arrenda-se uma boa quinta, no sitio da Balceira, freguezia de Santa Clara.

Compõe-se de grande casa de habitação, adega, celleiro, casa com bom lagar de vinho, curraes, para gados, casa de forno, pateos, eira, engenho para agua etc.

Tem muita agua nativa, pomar de laranja, tangerina, muita arvore de fructo, terras de semeadura, vinhas, bacelladas novas, grandes poisios para planta de videiras, matto etc.

Confina do norte com estrada publica, sul e nascente com a quinta da Bica.

Trata-se na Praça do Commercio n.º 15 — 18. Coimbra.

RESTAURANTE POPULAR

20 ISCAS Á LISBOA e mais petiscos todos os dias das 4 á meia noite. Praça do Commercio, n.ºs 73 a 74.

João Godinho.

Na rua dos Loyos n.º 2

21 SE CONTINUA a vender batinas novas por preços os mais reduzidos possivel.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3159 | Terça feira 6 de Novembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

N'estes ultimos dias tem a attenção publica estado exclusivamente voltada para a inauguração da ponte do caminho de ferro no Porto, e ás festas esplendidas feitas para commemorar este fausto acontecimento.

Bem justificadas são essas demonstrações, porque o melhoramento é importantissimo e de muita vantagem para o publico.

A companhia do caminho de ferro estava obrigada ha muitos annos a fazer esta ponte; mas evadiu-se sempre a cumprir o seu contracto, exigindo successivamente valiosas concessões, que todas lhe foram dispensadas; de modo que a ponte do Douro fica á nação por uma somma enorme. E deve-se notar, que se o publico ganha com esta construcção, a companhia é a que mais utilisa por todos os motivos.

Seja, porém, como fôr; embora tarde, e por um preço elevadissimo, está finalmente construida a ponte que liga as duas margens do Douro, e que permitte o trajecto sem baldeação de passageiros e mercadorias.

A cidade do Porto e em geral todo o paiz festejam a conclusão d'esta obra.

Um concurso numerosissimo affluiu de toda a parte para assistir áquellas festas, que têm sido esplendidas.

N'estas manifestações não ha divergencias. Todos os portuguezes amantes do progresso nacional se associam a essas expansões de alegria e a essa glorificação do trabalho.

Unimos, por isso, os nossos vivas áquelles que n'estes dias se soltaram na invicta cidade do Porto, essa terra d'onde quasi sempre tem partido a acção para todas as grandes reformas d'este paiz.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Pelo annuncio de despedida, que publicámos em o numero passado, do sr. Bartholomeu de Moraes Bingre, professor da cadeira de instrucção primaria do bairro baixo d'esta cidade, se vê que vamos ficar sem este habil professor; e por isso torna a permanecer como que abandonada esta escola.

O referido professor, na impossibilidade de viver em Coimbra com o insignificantissimo ordenado que se dá aos mais professores, dirigiu um requerimento á camara municipal, dizendo que, constando-lhe que a mesma camara havia votado uma verba para um curso nocturno para instrucção dos filhos do povo, pedia ser para elle nomeado, em harmonia com o decreto regulamentar dos cursos nocturnos de 28 de Novembro de 1867, e debaixo da inspecção da vereação municipal.

Teve por despacho o requerimento: — «*A camara não tem no seu orçamento verba alguma destinada para tal fim. — Coimbra em sessão de 6 de Setembro de 1877. — L. de Almeida e Azevedo.*»

Foi muito bem feito que obtivesse este despacho o professor!

Pois não devia saber desde logo, que era necessariamente errada a informação que lhe haviam dado ácerca do curso nocturno?

Então esperava alguma cousa á respeito do ensino popular, por parte de uma camara, que tem no seu orçamento a *importantissima* quantia de 50$000 réis, para fornecimento de *livros, pennas, tinta, papel, etc.*, aos alumnos pobres que frequentam as 23 escolas de instrucção primaria d'este concelho — isto é, 2$174 réis para cada escola?!

Já houve tempo em que se cuidava d'estes negocios de instrucção primaria com todo o zelo. Agora estamos na épocha do obscurantismo.

Quando o sr. visconde de Monte-São foi presidente da camara d'esta cidade, nos annos de 1866 e 1867, não achou difficuldades que não resolvesse a favor dos professores de instrucção primaria do concelho, e em geral do ensino popular.

Logo no principio da sua administração, tendo préviamente consultado o sr. commissario dos estudos, metteu no orçamento municipal a quantia de réis 561$000 para as mais urgentes necessidades do ensino.

Em 10 de Maio de 1866 mandou prover as escolas de mobilia e mais utensilios, papel, tinta, abecedarios, etc., para creanças pobres.

Achando-se a escola de ensino mutuo no edificio da Graça em condições deploraveis, fel-a transferir para uma das principaes salas dos paços do concelho, em quanto se não arranjava outra collocação.

Estando tambem a casa da escola do sexo feminino, na rua do Corpo de Deus, em pessimas condições, allugou outra em boas circumstancias para o ensino.

Tratou de melhorar as casas da escola da freguezia de S. Martinho do Bispo e de Cellas.

Convocou por varias vezes os professores na casa da camara, sendo uma d'ellas presidida pelo sr. governador civil, para os ouvir sobre as necessidades do ensino.

No anno de 1867, segundo da sua gerencia, tomou muitas outras providencias a favor da instrucção popular, as quaes se podem ver nas actas das sessões de 18 de Janeiro, 8 de Fevereiro, 17 de Julho, 26 de Outubro, e 7 de Novembro d'aquelle anno.

Proveu finalmente ás despezas necessarias dos cursos nocturnos, e gratificou os professores pelo seu excesso de trabalho.

E' assim que procede quem tem amor pela instrucção do povo.

A actual camara de nada d'isso quer saber, descurando completamente a instrucção popular, o que tem provado por factos numerosos.

Se d'ahi lhe viesse alguma importancia politica, o seu procedimento seria muito diverso. Trata-se, porém, dos desgraçados professores de instrucção primaria; trata-se das infelizes creanças, que não podem dar votos nas eleições

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLVII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

MEMORIAS DA MINHA VIDA

A MINHA INFANCIA E JUVENTUDE: ANNOS DE 1772 ATÉ 1787

CONTEMPORANEO de dois seculos, nasci em 20 de Julho do anno de 1772 na quinta de Montesão, suburbios de Coimbra, (1) em casa de minha mãe, D. Maria Joaquina Sequeira de Carvalho. Alli, e na quinta da Tapada, a uma legua acima de Coimbra, casa dos antepassados de meu pae, o doutor Ayres Antonio Antunes Freire, fui educado com meus irmãos nos primeiros rudimentos das lettras e lingua latina por um mestre particular hespanhol, que se chamava padre Sebastião Martial, e que se conservou em nossa casa por mais de 12 annos até depois da morte de meu pae, e ainda em vida de meu irmão mais velho Luiz, e que só d'ella sahiu, por sua propria vontade, para mestre de outras familias, porque entre nós já era tratado como pessoa da casa.

Aos 12 annos de edade já eu sabia todo o latim, que o padre podia ensinar, e então houve um caso, que pareceu firmar os destinos da minha vida. Meu segundo irmão Antonio, mais velho do que eu tres annos, achando-se tambem já prompto no latim, e com principios de rhetorica, casualmente veiu a ser conhecido de um conego regrante de Santo Agostinho, que se dava por nosso contraparente, e por elle foi convidado, ou antes insinuado a entrar tambem na ordem dos mesmos conegos regrantes. Tinha por casualidade vindo a Coimbra aquelle padre, porque tinha a sua moradia no convento de Mafra; e foi elle quem egualmente resolveu meu irmão a ir para lá, e alli tomar o habito.

N'esse tempo eramos nós já cinco irmãos, e duas irmãs, Luiz, Antonio, José, Bento, e Francisco; e minhas irmãs eram D. Catharina, e D. Maria, dos quaes todos fallarei no decurso d'estas memorias.

Meu irmão cedeu ás insinuações que se lhe fizeram, e foi com effeito fazer-se conego regrante em Mafra. Alli professou, e teve os seus primeiros estudos de rhetorica e philosophia, com grande aproveitamento e boa opinião de seus mestres, que o eram tambem de um collegio de nobres, que el-rei D. José, ou antes o primeiro marquez de Pombal, alli havia estabelecido, quando de lá tinha removido os frades arrabidos, e os tinha substituido pelos conegos regrantes de Santo Agostinho.

Eu, mais moço do que elle tres annos, como já disse, influido pela resolução de meu irmão, que se mostrava mui contente com o seu estado, e como rapaz, que o que mais deseja é ver-se livre da sujeição paterna, especialmente quando vive em uma aldeia como nós viviamos na quinta chamada da Tapada, perto de Coimbra, a verdadeira casa de meu pae, comecei tambem a ter logo desejos de lhe seguir o exemplo.

Nem isto era para admirar, porque com um mestre sempre á vista, com bem poucas ou nenhumas communicações externas, e levado da magnifica pintura, que me fazia meu pae da fortuna e regalos que acharia no estado de cruzio, na companhia de meu irmão Antonio, pois que aquella congregação era a mais nobre e rica de Portugal, sem difficuldade abracei aquelle modo de vida.

Devo porém declarar que nunca meu pae me fez violencia alguma para tomar este estado, bem que elle desejasse que seus filhos tomassem todos o estado ecclesiastico, quer fosse secular, ou regular; fazia-nos, sim, pinturas muito lisonjeiras da vida ecclesiastica, porém nunca nos constrangeu a tomal-a; e é bem, que em honra da sua memoria aqui consigne esta verdade, bem que pelo tempo adiante achasse mui pesada, e quasi insupportavel a vida que tomára; foi isto uma consequencia do caracter com que nasci, e da minha intelligencia, á proporção que se foi desenvolvendo com o estudo, e com a leitura, de que comecei a ser logo muito apaixonado, e d'ella tenho feito o maior prazer da minha vida.

TOMEI O HABITO DE CRUZIO EM 1787: O QUE PASSEI ATÉ AO ANNO DE 1794

Em 20 de Julho do anno de 1787 fui fazer o meu exame de latim ao convento de

(1) Freguezia de S. Martinho do Bispo.

camararias; e por isso lança ao maior desprezo este valiosissimo objecto.

N'isto está bem caracterisada a camara que ahi existe, e que se pretende perpetuar nas cadeiras municipaes.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O que se relata em a correspondencia de Montemór o Velho, que publicámos em o numero passado, ácerca dos actos escandalosos anteriormente praticados n'aquelle concelho, com respeito ao recrutamento, é a imitação do que se praticava nos concelhos de Coimbra, Cantanhede, Condeixa, Soure, e outros.

Cada vez se vae vendo melhor, que taes eram as trapaças, as injustiças e transgressões de lei, que havia, para satisfazer aos empenhos dos mandões e influentes eleitoraes.

Quando não podiam livrar alguns dos mancebos, traziam enganados os paes, com a promessa de que os haviam de fazer isentar; e com esse manejo conseguiam ter ás suas ordens os eleitores.

Outras vezes promettiam nunca chamar os mancebos para o serviço do exercito. Adiavam assim indefinidamente o cumprimento da lei; mas agora vêem-se surprehendidos os recrutados e suas familias, reconhecendo que foram illudidos nas suas esperanças e que de nada lhes valeu tantos enganos e burlas que com elles se praticaram; e que egualmente perderam o valor dos presentes com que brindaram e corromperam as auctoridades e os influentes politicos.

Em fim é mister que saiba toda a nação, para que se veja qual era n'este districto de Coimbra o desaforo e impudencia no assumpto do recrutamento, *que havia administrações de concelho, onde nos proprios livros do recrutamento se escrevia á margem dos nomes dos mancebos, o nome dos mandões, protectores e influentes politicos, que tinham recommendado o livramento d'elles!!!*

Esses livros existem para documento e eterno stygma da administração chamada por escarneo *regeneradora!*

E' o extremo da torpeza e da devassidão administrativa!

Com taes meios é que se sustentaram n'este districto; é com o resultado d'esses elementos que pretendem conservar-se nas camaras municipaes; é assim que procuram manter um poderio immoral, mas de que precisam, para conseguir os seus fins.

Bem sabem elles o que aconteceria se novos vereadores podessem examinar a sua gerencia e expôl-a exacta e francamente ao conhecimento do publico!

Têm, portanto, muita razão em impedir por todos os modos, que olhos prescrutadores possam entrar nos archivos e secretarias municipaes.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

E' de urgencia que o governo trate de providenciar ácerca do facto prejudicialissimo para o ensino, de estarem fechadas algumas aulas da Universidade, por falta de professores.

Este acontecimento está-se repetindo todos os annos, sem que se lhe ponha um termo.

Carece-se que o governo tenha inergia, e procure sériamente dar remedio a esta relaxação.

Como hão de os estudantes comprehender bem as materias dos annos posteriores, sem primeiro estarem dispostos com os preparatorios para ellas?

A nação gasta grandes sommas com o ensino superior, e é mister que ellas não fiquem inutilisadas.

A proposito referir-nos-hemos a outro assumpto, de que têm fallado alguns jornaes.

São numerosas as queixas pela falta de juizes no supremo tribunal de justiça. Uns por doença, outros por ausencia, e outros impossibilitados pela edade, sem que se queiram aposentar, fazem com que não haja o numero indispensavel para funccionar.

Os processos demoram-se indefinidamente n'aquelle tribunal, e as partes soffrem com isso gravissimos prejuizos.

Cumpre ao sr. ministro das justiças tomar esse negocio a seu cuidado, porque ao referido tribunal está entregue a decisão de importantes fortunas, que não devem ser victimas do desleixo e incuria.

Egualmente no supremo tribunal administrativo se protrae a resolução de negocios, como por exemplo o recurso ácerca da eleição da Misericordia de Coimbra, sem que até hoje tenha sido possivel conseguir que aquelle tribunal decida esta pendencia. Como esta ha muitas outras.

Os tribunaes não foram creados para serem simples sinecuras, mas para n'elles se fazer justiça, e não só isso, mas para ser feita a tempo.

Desgraçados dos pretendentes, que se vêem obrigados a andar mezes e annos a solicitar debalde o despacho dos seus negocios!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A demasiada extensão dos reparos que fizemos em o numero passado ácerca do *Resumo da historia portugueza para uso das escolas de instrucção primaria, pelo sr. A. M. Gomes,* não nos permittiu dizer tudo o que desejavamos a esse respeito.

Desgraçadamente não é só o livro do sr. A. M. Gomes aquelle que anda na mão das creanças contendo numerosos erros. Muitos outros livros elementares os têm.

O *Resumo da historia moderna de Portugal*, pelo sr. dr. Manoel Eduardo da Motta Veiga, tambem tem erros indesculpaveis, apesar de estar já na *decima edição, mais correcta e melhorada*, e ter sido *approvada pelo conselho geral de instrucção publica.*

Por exemplo, a respeito da Universidade de Coimbra é esse *Resumo* uma lastima. E será por ignorancia do sr. Motta Veiga? Não, porque este distincto lente de Theologia é bem conhecido pelos seus vastos conhecimentos. Attribuimos isto á infelicidade que acompanha uma grande parte dos livros que se escrevem para as escolas de instrucção primaria.

Vamos apresentar uma prova d'isso, com o que de certo hão de ficar admirados os nossos leitores.

Diz o sr. Motta Veiga no seu *Resumo da historia moderna*, que D. Diniz fundára a Universidade em Lisboa em 1292; — que o mesmo rei a trasladara para Coimbra em 1308; — que D. Affonso IV a mudára para Lisboa em 1338; — que o mesmo rei novamente a transferira para Coimbra em 1345; — que D. Fernando a trasladára de Coimbra para Lisboa (não diz a data, mas torna ahi a repetir o erro do anno de 1345, que dissera no reinado de D. Affonso IV); e finalmente, que D. João III a mudára definitivamente para Coimbra em 1538 — no que commette quasi tantos erros como datas escreve.

Pois o sr. Motta Veiga que diz isto em todas as edições, desde a *primeira* em 1851, até á *decima* do actual anno de 1877, é o proprio que no seu *Esboço historico-litterario da Faculdade de Theologia*, impresso em 1872, dizia o contrario, escrevendo textualmente o seguinte, que pedimos se compare bem com as datas antecedentes:

«A Universidade, fundada por D. Diniz em Lisboa no anno de 1290, e pelo mesmo rei trasladada para Coimbra em 1306; tornada a mudar para Lisboa em 1338 por D. Affonso IV, e pelo mesmo transferida para Coimbra em 1354; tornada a mudar ainda para Lisboa em 1377 por D. Fernando I, foi em 1537 trasladada por D. João III para Coimbra, onde ainda se conserva.»

N'estas datas seguiu exactamente o sr. Motta Veiga o que diz o auctorisado escriptor o sr. José Silvestre Ribeiro, no tomo I da sua *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, impresso no anno anterior de 1871, e que da mesma fórma para aqui textualmente transcrevemos:

«Para bem orientarmos os leitores, no que *respeita á collocação da Universidade*, lançaremos aqui a seguinte nota chronologica:

Fundação em Lisboa, anno de 1290; reinado de D. Diniz.

Trasladação de Lisboa para Coimbra, anno de 1306; reinado de D. Diniz.

» de Coimbra para Lisboa, anno de 1338; reinado de D. Affonso IV.

» de Lisboa para Coimbra, anno de 1354; reinado de D. Affonso IV.

» de Coimbra para Lisboa, anno de 1377; reinado de D. Fernando I.

» de Lisboa para Coimbra, anno de 1537; reinado de D. João III.»

Ora se o sr. Motta Veiga entendeu que devia seguir na sua Memoria da Faculdade de Theologia em 1872, a chronologia da Universidade pelo sr.

Santa Cruz de Coimbra, o que era indispensavel para ser admittido na congregação, e n'elle fiquei approvado. Em consequencia d'isto alli tomei o habito em 12 de Outubro do mesmo anno.

Não fui para Mafra para estar na companhia de meu irmão Antonio, o que muito queria, porque quiz ceder aos rogos e lagrimas de minha boa mãe, de quem fui sempre mui especialmente amado, a qual, já muito saudosa pela ausencia de seu filho Antonio, queria ao menos que eu ficasse mais perto d'ella, e onde me podesse ver.

Professei passado o anno de noviço, e o fiz com boa vontade, porque até alli o meu novo estado me pareceu bem. Mas logo no anno seguinte passei por um grande desgosto; morreu minha boa e excellente mãe. Para ter occasião de assistir á minha profissão, e poder ver-me por algum tempo, tinha vindo para Coimbra, e vivia em casa de uma minha tia, irmã de meu pae, tambem uma excellente senhora, e que sempre tratou os sobrinhos, filhos de seu irmão, com todos os carinhos de mãe, e com especialidade meus irmãos, e irmãs, depois que perderam seu pae e sua mãe, que ambos morreram cedo, e ambos, por assim dizer, ainda na flor da edade.

Minha mãe foi uma verdadeira senhora, dotada de todas as prendas e qualidades de uma mulher respeitavel, e digna de toda a estimação; e com a sua morte muito perderam meus irmãos, e irmãs mais novas que ficaram em casa.

Pouco tempo depois morreu minha avó paterna na edade de 89 annos, e se chamava D. Catharina.

No anno que se seguiu ao meu noviciado fizeram-me aprender rhetorica no mesmo convento de Santa Cruz, e passei pelo melhor estudante dos meus companheiros. Acabava então um dos cursos de estudo no Collegio Novo, chamado da Sapiencia, que os padres tinham tambem em Coimbra; e ainda que separado do convento, e com rendas particulares, se communica internamente com elle.

Fomos todos, os que no anno antecedente tinhamos estudado rhetorica, passados para elle para alli entrarmos nos estudos de philosophia e de theologia. E como para o dito collegio vinham aprender philosophia ou theologia todos os conegos moços da ordem, vieram tambem para elle, e para aprenderem theologia, muitos do convento de Mafra, onde já tinham completado o seu curso philosophico. Entre elles veiu meu irmão Antonio.

Meu irmão, que fôra dotado de grandes talentos, e já vinha com luzes superiores ás que eu tinha, porque além dos estudos philosophicos, que se ensinavam em Mafra, e esses muito bons para aquelle tempo, tinha muito desejo de saber, e já tinha lido muitos livros, de que eu não tinha noticia, começou a ser o meu verdadeiro mestre, e a dar-me luzes que me abriram um novo caminho, para mim até alli desconhecido.

Entrei nos meus estudos philosophicos do tempo, que consistiam em principios de logica, geometria, physica geral e particular, e na ethica, ou o que se chamava moral.

Ainda que o professor, particularmente de geometria e de physica, não fosse muito apto para taes ensinos, era um brazileiro de curta esphera, e sem os conhecimentos verdadeiros da sciencia, que o mandavam ensinar, as suas lições sempre produziram bom fructo em mim, porque tinha desejos de saber; meu irmão m'os auxiliava, e a minha intelligencia gradualmente se desenvolvia.

N'estes estudos passei tres annos, estudos, que eram acompanhados de lições de grego, estas dadas por um professor menos mau. Em todos esses tres annos sempre fui approvado com louvor, e em um d'elles fui nomeado para defender theses publicas, o que n'aquelle tempo era de invariavel costume.

Foi n'este tres annos, em que a minha razão e intelligencia se começaram verdadeiramente a desenvolver, e a dar-me conhecimento do que era, e do que melhor era que fosse. Em uma palavra, comecei a achar pesado o meu estado, e a ver que a natureza não me havia formado para elle.

Não culpei a Deus, culpei os homens, por haverem creado instituições, e deixarem entrar n'ellas creanças, a quem o mesmo Deus só permittiu, que sua intelligencia se desenvolvesse mais tarde. E tanto mais os culpei, por serem inconsequentes; porque por suas leis não permittiam que o homem podesse usar livremente de seus bens, senão em uma edade já bem crescida, quando permittiam, que, apenas nos 15 annos, podesse dispor de sua liberdade.

Apesar d'isto fui levando com constancia e paciencia o meu estado, porque felizmente a natureza me dotou de um caracter firme, soffredor, e muitas vezes quasi impassivel aos muitos revezes da fortuna, por que tenho passado.

(Continuar-se-ha).

José Silvestre Ribeiro, publicada em 1871; porque é que se não serviu d'ella para corrigir os muitos erros que acerca do mesmo objecto se liam nas diversas edições do seu *Resumo da historia moderna* até 1872, e que apesar d'isso continuaram ainda em a *nona* edição de 1875, e na *decima* do presente anno de 1877?

Será porque as creanças que lêem o seu *Resumo* nas escolas, não tenham direito e não precisem de saber a historia com a mesma exactidão, que os adultos que tiverem de ler a sua Memoria da Faculdade de Theologia?

Então será ou não infelicidade da infancia, como acima dissémos?

Quem ler o *Resumo da historia moderna* do sr. Motta Veiga, e o seu *Esboço historico-litterario*, que diametralmente se contradizem, onde ha de suppôr que está a verdade?

Muitos outros reparos podiamos fazer ao *Resumo da historia moderna* do sr. Motta Veiga; mas por brevidade limitamo-nos a notar — porque é erro indesculpavel — o dizer que el-rei D. Manoel casára a primeira vez com D. Isabel, viuva de *D. Affonso, rei de Castella!* E' o mesmo erro que notámos em o numero passado no *Resumo* do sr. A. M. Gomes!

Parece incrivel que tal cousa se escrevesse, e se tenha repetido em *dez* edições; e mais é para extranhar, que os membros do conselho geral de instrucção publica, *approvando* o *Resumo da historia moderna*, onde isto se diz, mostrem ignorar os factos mais triviaes da historia patria.

Por menos motivo tem sido reprovadas algumas creanças em instrucção primaria.

Se o sr. Motta Veiga e os vogaes do conselho geral de instrucção publica lessem o que diz o sabio Jeronymo Osorio, bispo de Silves, traduzido por Francisco Manoel do Nascimento—*(Da vida e feitos de el-rei D. Manoel):*

«Começou el-rei n'este anno a tractar do seu tão desejado casamento com a princeza D. Isabel, viuva que era do *principe Affonso, filho de el-rei D. João*, casamento que muito cobiçava pela grande affeição que lhe penhoravam a prudencia e bons costumes d'aquella senhora.»

Se o sr. Motta Veiga e os vogaes do conselho geral de instrucção publica lessem o que diz Damião de Goes, na *Chronica do serenissimo senhor rei D. Emanuel*, fallando do primeiro casamento do mesmo rei:

«...... Houverão mais hos reis de Castella quatro filhas, ha saber ha infante dona Isabel, *que casou com ho principe dom Affonso, filho de el rei dom Ioão segundo de Portugal*, ho qual principe pouco tempo depois de ser casado falleceu em Santarem de huma queda que deu indo correndo acavallo, de que logo morreu, sem deixar filhos, e ha princeza dona Isabel se tornou viuva pera Castella.......... D'estas quatro filhas ha com que el rei dom Emanuel mais desejava casar, foi ha infante dona Isabel, *viuva do principe dom Affonso*.....»

Se, finalmente, o sr. Motta Veiga e os vogaes do conselho geral de instrucção publica lessem estes e outros bons livros, nem o primeiro escreveria, nem os segundos approvariam tal erro e outros muitos que mancham o *Resumo da historia moderna de Portugal.*

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 4 de Novembro de 1877.

Não promette ser fecundo em medidas de publica utilidade o periodo legislativo que está prestes a inaugurar-se, — dizem os jornaes, mais ou menos bem informados, e cujos redactores se acotovellam pelas altas regiões politicas. Mas deve ser fecundo em opposição declarada e franca ao actual gabinete, que, despido de energia, baldo de pensamento politico, sem ideias propriamente suas, tem arrastado uma vida mesquinha e precaria, contemporisando com todos os escandalos, quando partem do alto, e sendo severo e arrogante como os desherdados de influencias partidarias, e collocados em posições inferiores.

Succedem-se as situações, e nós, sempre com a esperança de ver melhor gerida a fazenda publica, ainda vamos acreditando n'estas transições, que não fazem mais do que desauctorisar-nos aos olhos do mundo sensato.

Não cremos que o gabinete actual tenha longa vida. A interinidade é o forte d'este ministerio. Interinidade na fazenda, interinidade na guerra, nos governadores civis, e até... na sciencia! Na sciencia, e aqui estão os escandalos a que me refiro acima, e com os quaes o governo contemporisa. Ahi, na Universidade, acham-se sem professores duas cadeiras da faculdade de Direito; e, apezar das ferias judiciaes terem terminado ha muito, não ha juizes para poder funccionar o supremo tribunal de justiça!!

E isto acontece n'uma epocha em que se acha á frente dos negocios publicos um governo que se appellida de *moral*. Vae bem.

— Foi aposentado o sr. Eduardo Lessa, director do correio, e nomeado para o substituir o sr. Guilhermino de Barros, antigo deputado, e que não ha muito ainda fôra governador civil de Lisboa. A nomeação vinha no *Diario* de hontem.

— Falleceu em Montevideu um dos sete ocarinistas portuguezes, Luiz Dalhunty. Contava apenas vinte annos, e succumbiu a uma angina aguda.

— O sr. João Lupi Esteves de Carvalho, volta de novo á imprensa, a fim de tratar da questão dos seus dois indevidos encerros em Rilhafolles. O sr. Lupi appella agora para o sr. ministro do reino, marquez d'Avila, porque, segundo aquelle senhor, este lhe dissera em tempo: «*se fosse ministro mandava suspender immediatamente esses senhores e entregava-os ao poder judicial; como não sou apresente o sr. Lupi ao ministro do reino representação contra elles.*» Tem sido uma questão lastimosa esta, em que se tem pretendido dar por maniaco um homem que está em seu perfeito juizo!

— Já não se realisa o exercicio da 1.ª brigada. Na ultima ordem do exercito mandou-se cessar o ensaio das instrucções tacticas adoptadas em Tancos e no exercicio de Cacem. Apesar d'isso, na mesma ordem, recommenda-se expressamente á commissão de tactica que active a conclusão dos seus trabalhos para que a instrucção da infanteria se faça segundo as modernas exigencias da arte da guerra.

— Dizem de Portimão, que já alli se não vêem navios á carga de figos, tendo sido a exportação pequena, em consequencia da qualidade do genero e da elevação dos preços.

— Está mettido em processo o prior da Graça da Abrigada, por furtar alguns paramentos da sua egreja, no valor de 18$000 réis!!! Assim diz o *Ribatejo*, jornal que se publica em Villa Franca.

— A associação de soccorros mutuos o *Pelicano*, teve de receita no mez findo a quantia de 1:293$029 réis. A despeza foi de 835$707 réis, havendo por conseguinte um saldo de 457$322 réis. Conta actualmente 1:940 socios. Possue em inscripções réis 24:000$000, e em metal 7:076$729 réis.

E uma das melhores, mais bem geridas, e mais prospera associação de soccorro mutuos, não fallando no monte pio da imprensa nacional, que tem uma organisação especial, onde não ha quotas em atrazo, e para a prosperidade da qual contribue bastante e efficazmente o digno administrador geral da mesma imprensa.

— Foi preso hontem, quando embarcava para o Porto no comboio das 8 horas da manhã, José Joaquim da Silva, auctor do roubo feito a um carvoeiro da Junqueira. Encontraram-se-lhe diversos objectos de prata e ouro, e 15$820 réis em dinheiro, assim como tambem differentes peças de fato. Levava vestidos dois pares de calças, como prevendo o frio que o devia esperar na segunda cidade do reino. Triste visita da policia, que lhe transtornou o prazer de assistir á inauguração da ponte sobre o Douro!

— A alfandega de Lisboa rendeu hontem 21:331$289 réis, entre geral e tabacos.

— Tem sido grande a concorrencia d'aqui de visitantes ao Porto. O tempo porem, parece não estar seguro, e mostra-se carrancudo. Será pena, se a chuva transtornar os festejos que alli se projectam.

Adeus.

P. J. CONCEIÇÃO.

NOTICIARIO

Os estudantes da Universidade de Coimbra e as eleições de deputados em 1820. — Nas primeiras eleições liberaes, em Dezembro de 1820, levantou-se uma gravissima questão na academia.

Queriam os estudantes que lhes fosse permittido votar nas eleições primarias de parochia d'esta cidade; e como a camara não annuia a essa sua pretensão, faziam reuniões, discursos e representações para sustentarem os seus pretendidos direitos.

Chegaram a ir em grande numero á casa da camara requerer para serem admittidos a votar.

Vamos hoje publicar varios documentos curiosos, relativos a este assumpto, os quaes são muito importantes para a historia d'aquella epocha.

Proclamação feita pelos estudantes da Universidade em 1820, por lhes constar que não eram admittidos a votar nas eleições parochiaes.

«Academicos. — Sois offendidos no mais vivo d'alma: faz-se-vos a maior e mais vergonhosa affronta que se póde fazer a um portuguez.

Vós reputados não como filhos da patria, não como cidadãos, sois demittidos do seu mais nobre direito, o de eleger vossos representantes.

Que! a parte mais bella da nação, as esperanças d'ella, negar-se-lhe o que se concede a um simples mecanico?!!

Oh! nunca, nunca tão injurioso ferrete macculará vossa honra, e vossos fóros! Antes mil mortes que tal affronta!!!»

Outra

«Academicos. — Basta de soffrer! É muito á mocidade portugueza! Os ferros que se quebraram á nação só ficaram nos nossos pulsos.

Uma trama odiosa triumphou da justiça e da verdade. Haveis de soffrel-o? Haveis de levar a sangue frio o nome de escravos, o opprobrio d'elles, e na geral felicidade, na liberdade geral arrastar grilhões, e contentar-vos de gemer?

Não, não o fareis. Bejam os nossos passos a prudencia, mas se fôr preciso mais que ella, empregue-se tudo, sejamos livres, embora mortos.»

Requerimento que os estudantes fizeram ao governo supremo provisorio do reino, a fim de votarem nas eleições parochiaes de 1820.

Illm.os e exm.os srs. — A representação nacional que pelo espirito da constituição hespanhola, que hoje é nossa, não só pelo seu espirito, mas pela sua letra nunca póde ser legitima senão quando ella é instalada pelo voto geral da nação, ou para nos exprimirmos assim, quando as particulas da magestade de todos os individuos se acham reunidas n'aquelles que estes individuos elegeram; esta representação intenta fazer-se illegitimamente nas parochias de Coimbra, defraudando mil cidadãos do primeiro de seus direitos de voto.

A escolha da mocidade portugueza se acha altamente offendida; ella protestou contra a injuria, ella clama contra a offensa, e tendo dado por embargadas e nullas estas eleições, participa a v. ex.as um tal passo, e por todos os principios da razão e da justiça á face da nação, e perante os ceus e a terra clamam e pedem a v. ex.as a justiça, aliás, exm.os srs., nós deixaremos de ser estudantes; é muito vil o preço das letras para pagar os foros de cidadão. — *Alma academica.*»

Aviso do governo supremo e provisorio ao bispo conde reformador reitor a respeito do requerimento supra.

Exm.º e revm.º sr. — A junta provisional do governo supremo do reino havendo visto o protesto que lhe dirigiu o corpo dos estudantes que frequentam as aulas da Universidade de Coimbra, em data do corrente mez, tendente a desvanecer a falsa ideia que se pretendeu insinuar ao governo de que entre os mesmos estudantes havia alguns que meditavam certo projecto, contrario á ordem actual estabelecida e firmada por unanime consentimento, e com geral approvação da nação: havendo no mesmo protesto a expressão energica do ardente patriotismo, da incontrastavel fidelidade e do zelo pela causa publica, em que aquella escolhida porção da mocidade portugueza se tem havido em todas as epochas a bem da salvação da patria, e da manutenção e defeza da sua independencia, da sua liberdade e da sua gloria: não póde deixar de mandar por este modo agradecer á mocidade academica um tão authentico testemunho dos seus nobres e honrados sentimentos, assegurando-a ao mesmo tempo, que ainda que o governo julgou não desprezar de todo as circumstancias tão melindrosas, o rumor que chegou aos seus ouvidos, nunca todavia em sua opinião soffreu a mais leve mancha ou sombra a reputação e credito da mocidade estudiosa, tão altamente firmado em factos repetidos e notorios, que a historia da presente epocha transmittirá com gloriosa distincção ás gerações futuras.

E sendo ao mesmo tempo presente ao governo a outra representação do referido corpo de estudantes em data de 6 do corrente em que pretendem ser admittidos ás juntas parochiaes da cidade de Coimbra, com o fundamento de constituirem um numero consideravel de cidadãos, que não podendo votar nos logares dos seus habituaes domicilios ficariam privados d'este importante direito: manda o governo declarar, que não podendo ser da sua approvação os factos com que a mocidade academica, aliás tão benemerita da patria, se houve a este respeito, devendo antes em tempo opportuno fazer presente ao mesmo governo as suas pretensões, e esperar a resolução que sobre ellas deliberadamente se tomasse, e que não cabendo já no tempo transmittir á cidade de Coimbra qualquer decisão do governo sobre as mesmas pretensões, fica reservado ás côrtes nacionaes determinar o que convier.

O que de ordem do governo participo a v. ex.ª para que chamando á sua presença o numero de estudantes de cada Faculdade que lhe parecer conveniente, lhes faça constar o contheudo d'este aviso.

Deus guarde a v. ex.ª — Palacio do governo 9 de Dezembro de 1820. — *Manoel Fernandes Thomaz.* — Sr. bispo conde de Arganil reformador reitor da Universidade de Coimbra.»

Ferimento. — No dia 2 do corrente, Augusto Jorge, de Alcarraques, levou uma fouçada em uma das faces, dada por Manoel Maria, casado, de Villela, á saida dos Fornos, freguezia de Trouxemil, d'este concelho.

O ferido acha-se em perigo de vida.

É mister que as auctoridades providenceiem para que este crime não fique impune.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Maria da Conceição, filha de Joaquim Bento e Ignez Maria, de Friumes, de 49 annos, fallecida em 29 de Outubro de 1877.

Recem-nascido, filho de José Fernandes Tavares e Maria da Conceição Deolinda de Carvalho, de Coja, hoje em Coimbra, de meia hora, fallecido em 31.

Recem-nascido, filho de José Fernandes Tavares e Maria da Conceição Deolinda de Carvalho, de Coja, hoje em Coimbra, de 32 horas, fallecido em 1 de Novembro.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:341.

Theatro Academico. — O conselho da Academia Dramatica tenciona este anno escripturar duas actrizes, devendo começar as suas recitas com a parodia á opera, a *Lucrecia Borgia*, do sr. José Romano, que subirá á scena no dia 10 de Dezembro.

Pão. — Subiu em Coimbra o preço do pão. Assim se vão encarecendo todas as subsistencias.

Communicado. — De Barcouço nos pedem a publicação do seguinte.

«Sr. redactor do *Conimbricense*. — Peço-lhe a publicação das seguintes linhas.

Foi para mim um momento da maior alegria e satisfação que se pode imaginar, quando hontem, ao lêr o *Conimbricense* do dia 27 do proximo mez passado, encontrei o despacho vitalicio de dois meus collegas e intimos amigos, professores d'instrucção primaria, os srs. Leonardo Correia Pessoa e Julio Maria d'Andrade, aquelle professor em Eiras e este na Tocha. Por tão fausto acontecimento e bem merecidos despachos, lhes envio os mais sinceros parabens e ás suas prezadas familias, assim como tambem aos seus discipulos, por terem a felicidade de encontrarem professores tão bem habilitados e de tão boas qualidades pessoaes, zelosos no cumprimento da sua humanitaria missão, para bem lhes ministrarem uma excellente educação moral e intellectual, formando-os assim cidadãos uteis a si e á sociedade.

Os srs. Leonardo Correia Pessoa e Julio Maria d'Andrade são dignos de todo o elogio pelos esforços que têm feito, a fim de conseguirem o melhor adeantamento dos seus alumnos.

Pela publicação d'estas linhas lhe ficará summamente agradecido o que é—De v. cr.° att.° e venerador. — Barcouço, 2 de Novembro de 1877. — *J. C. P.*»

Despacho. — O sr. Joaquim da Cruz Picanço, habil professor de Barcouço, dá no communicado antecedente os parabens aos seus illustrados collegas de Eiras e Tocha, por haverem sido despachados professores proprietarios.

Cabe tambem darmos ao sr. Picanço os parabens, por ter chegado hoje a noticia de haver sido egualmente nomeado professor proprietario.

Noticias agricolas e commerciaes. — Das margens do Dão, nos communicam em 30 de Outubro o seguinte:

«As colheitas do vinho estão feitas e as do milho e feijão estão a terminar. De milho e feijão ha uma colheita abundante, achando-se bem satisfeitas as esperanças dos agricultores. Houve pouca bolota, e pouca castanha. De azeitona haverá colheita escassa.

A colheita do vinho foi muito irregular: houve proprietarios que tiveram mais do que no anno passado, outros o mesmo, e alguns menos. Mas geralmente haveria mais alguma cousa, e é de melhor qualidade.

Ha boas hortaliças, e optimos nabaes, e abundantes pastagens para os gados.

Regulam actualmente os generos pelos preços seguintes: — Milho de 360 a 440 rs. o alqueire — Feijão das diversas qualidades de 500 a 700 rs. — Batata de 160 a 240 rs. — Azeite de 4$500 a 6$000 rs. — Aguardente redonda de 20 a 22 graus de 3$000 a 3$200 rs., o que corresponde de 6$000 a 7$000 rs. a pipa. — Vinho de queima de 1$100 a 1$200 rs. — Dicto de consumo de 1$200 a 1$150 rs. — Dicto superior para exportação de 1$450 a 1$600 rs., preços que correspondem de 29$000 a 33$000 rs. a pipa.

Tem-se porém realisado poucas transacções, porque os lavradores aspiram a mais elevados preços, em attenção á boa qualidade e requente procura do vinho.»

Noticias de França. — *Paris 4 de Novembro ás 7 horas e 55 minutos da tarde.*

O ministerio apresentou a sua demissão. Está decidida a organisação do gabinete de expediente, tendo Du Barail no ministerio da guerra.

As esquerdas estão em lucta e divididas.

O embaixador francez em Allemanha foi demittido e substituido pelo duque Decazes.

A PONTE NO DOURO

PARTE TELEGRAPHICA

Á redacção do *Conimbricense*. — Porto, 5 de Novembro, ás 4 horas e 50 minutos da tarde.

Festas esplendidas. As ruas das Flores, Clerigos e Santo Antonio estão brilhantemente decoradas.

O Porto tinha hontem dentro dos seus muros 50:000 visitantes. As hospedarias desde sabbado não recebiam hospedes.

Hontem, ás 2 horas, depois da cerimonia da benção, atravessou a ponte o primeiro comboio, conduzindo suas magestades e altezas, ministros e outros personagens importantes.

A multidão compacta do povo que se apinhava em ambas as margens do rio, saudou com enthusiasticos vivas o comboio real, a que suas magestades e altezas corresponderam, acenando com lenços brancos.

No fim da inauguração houve um *lunch*, a que assistiram suas magestades e altezas.

O brinde mais enthusiasticamente correspondido foi o de Carlos Borges, em nome da imprensa, a el-rei e á rainha, a que respondeu sua magestade el-rei.

Á noute houve illuminações em todas as ruas da cidade. O fogo preso principiou ás 10 horas, e não correspondeu aos reclames que lhe foram feitos. Posso affirmar, que no Porto já se tem queimado outros mais vistosos.

Hoje realisa-se a recita no theatro de Gil Vicente em beneficio dos pobres do Ceará. A familia real assiste.

Á inauguração assistiram de Coimbra os srs. Miguel Osorio, conselheiro Henriques Secco, secretario da Universidade, e Dr. Fernandes Vaz.

E. M.

ANNUNCIOS

Arrendamento de propriedades

1 NO DOMINGO, 11 do corrente, pelas 10 horas da manhã, arrendar-se-hão em praça publica na villa de Tentugal, as propriedades do *monte* e campo pertencentes á massa fallida do ex.mo sr. Francisco Lopes Gavicho Tavares de Carvalho.

Coimbra, 6 de Novembro de 1877.

O curador fiscal provisorio
Antonio Duarte Arcosa.

ESTUDANTES

2 NA RUA do Loureiro, n.° 52, ha quartos para 4 ou 6 estudantes.

Fornece-se comida, roupa lavada e engommada e até se proporciona leccionação, em casa, d'alguns preparatorios, tudo por preço rasoavel.

Afiança-se o bom tractamento.

BANCO COMMERCIAL DE VIANNA

SOCIEDADE ANONYMA
DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA
(EM MORATORIA)

3 TENDO sido resolvida em assembleia geral dos srs. accionistas a suppressão da caixa filial em Coimbra, a direcção, d'accordo com o conselho fiscal e srs. credores fiscaes, resolveu tornar effectiva essa suppressão desde o dia 22 do corrente, ficando os negocios do banco n'aquella cidade a cargo do sr. Joaquim José Rodrigues de Sousa, na Praça do Commercio.

Vianna do Castello, 20 de Outubro de 1877.

Os directores
José Alves de Sousa Ferreira.
José Antonio Loureiro.

REGRESSO DA FIGUEIRA

DENTISTA
CEREGHETTI DOMINIQUE
CIRURGIÃO DENTISTA
SUISSO

4 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas, que extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fundo da rua das Figueirinhas, n.° 32.

AVISO

5 ABRE-SE o cofre da recebedoria do concelho de Coimbra para o pagamento voluntario das contribuições directas do corrente anno, no dia 15 d'este mez de Novembro, e fecha-se no dia 14 de Dezembro seguinte. Os contribuintes, que não pagarem n'aquelle prazo, pagam mais 3 °/ₒ de quota fixa até 15 de Janeiro de 1878, e depois mais 6 °/ₒ de juro de mora.

Coimbra, 6 de Novembro de 1877.

O recebedor — *Jardim.*

FRANCEZ E CALLIGRAPHIA

6 UMA SENHORA habilitada promptifica-se a dar lições a meninas nos domicilios. N'esta redacção se diz.

DÁ-FUNDO

7 AMANCIO ANNIBAL DA COSTA PESSOA, proprietario d'este estabelecimento, sito no largo das Olarias, participa aos seus amigos e freguezes, que tem á venda optimo vinho velho do Alemtejo a preço de 40 réis o quartilho. Na mesma casa se encontram magnificos petiscos, iscas á ingleza, etc., tudo por preços commodos.

FORMOZELHA

8 NO DIA 11 do corrente mez de Novembro, pelo meio dia, em casa de Antonio Pimentel Rolim, vender-se-hão em praça particular, convindo os lanços a que chegarem, as seguintes propriedades:

5 aguilhadas de terra com uma oliveira no monte de Formozelha, sitas nas Moleiras.

20 aguilhadas no mesmo monte, sitas na Leziria, que confinam com José Gonçalves Ramos, e viuva do sr. Rochanes, de Coimbra. Esta propriedade tem nove oliveiras, mas sete estão na terra do confinante José Gonçalves Ramos, que se extremam por meio d'um cruz que têm no tronco.

Um cerrado, denominado o Picoto, tambem na Leziria, que confina com Carlos Pimentel Girão, e Joaquim Antonio Pereira, de Coimbra. Este cerrado tem treze oliveiras.

6 aguilhadas e dois covados nas Escoladas, sitas no topo, que confinam com os exm.os srs. Lemos, de Condeixa, Rochanes, e Antonio Rodrigues Pinto, de Coimbra.

5 ditas logo ahi, que confinam com os exm.os srs. Lemos, e Antonio Rodrigues Pinto.

4 ditas logo ahi, que confinam com o sr. Pinto.

3 ditas logo ahi, que confinam com os exm.os srs. Lemos, e D. Maria Guilhermina, de Semide.

3 ditas no monte de Pereira, sitas no Traveiro.

Venda de pinheiros

9 LUIZ AUGUSTO DE MANCELLOS FERRAZ vende nos seus pinhaes de Pombal, exceptuando o de Furadouro, 1832 pinheiros que tenham de diametro no pé de vinte e dois a trinta e tres centimetros, e que estão marcados. Quem os quizer comprar, em globo, ou por cada um dos pinhaes, póde dirigir a sua proposta até ao meio dia de 23 de Novembro, em carta fechada ao cunhado do annunciante o exm.° sr. Vasco Vasques da Cunha, residente na villa de Pombal, o qual abrirá as propostas, e convindo algum dos preços offerecidos, effectuará a venda a prompto pagamento, no indicado dia e hora, em globo ou separado, como entender mais vantajoso.

Tambem se vendem 48 carvalhos, que já estão marcados e se mostrarão a quem os pretender.

UNICO DEPOSITO
DAS
VERDADEIRAS MACHINAS DE COSTURA
SINGER
PARA FAMILIA, ALFAIATE, SAPATEIRO E CORREEIRO

10 ACABA de chegar pela primeira vez a nova machina de braço com pé vibrante para sapateiro. A sua construcção é admiravel na solidez. Os primorosos trabalhos que executa em obra fina até á de maior grossura, e a facilidade no aprender convidam o comprador ao deposito.

SINGER

As melhores machinas que se conhecem para familia e alfaiate, que cosem em toda a qualidade de costura e que servem para trabalhar quer á mão quer de pé.

SINGER

São as que têm sido mais premiadas, as que offerecem mais duração, as mais faceis para aprender, as que fazem mais perfeito trabalho sem complicação de apparelhos.

SINGER

São as mais rapidas no trabalho, e que embainham, bordam a trancinha e a fios de seda, franzem, mettem cordões, guarnecem, fazem prégas, tudo a dois pespontos sem alinhavar.

Vendem-se a prestações semanaes de 400 réis, segundo a classe da machina, e a prompto pagamento menos 10 por cento.

Os preços são eguaes aos de Lisboa e Porto. Ensino gratis no deposito ou em casa do comprador, sendo na cidade. Reducção de preço nas agulhas e torçaes.

JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA
32, RUA DO VISCONDE DA LUZ, 36
COIMBRA

CONVITE

11 ANTONIO DA SILVA ROCHA, sua mulher e filha, e D. Maria José Coelho da Rocha, participam por este meio a todos os seus parentes e pessoas das suas relações, que na proxima quinta feira, 8 do corrente mez, 1.° anniversario do fallecimento de seu prezado filho, irmão e marido, o bacharel Manoel Antonio da Silva Rocha, mandam celebrar uma missa na egreja de Santa Cruz, pelas 7 horas da manhã, suffragando a sua alma, e desde já testemunham o seu reconhecimento a todas as pessoas que se dignarem assistir a este acto religioso.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200
Por semestre	1$600
Por trimestre	800

Annuncios por cada linha 40 réis.
Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$460
Por semestre	1$730
Por trimestre	865

Numero 3160 | Sabbado 10 de Novembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O nosso collega da *Nação* faz algumas reflexões a proposito de nós termos dito ha dias, que era *eminentemente constitucional* a resposta dada por Gambetta a Mac-Mahon — «*Ha de submetter-se, ou demittir-se.*»

Diz o collega, que o presidente da republica foi nomeado por 7 annos por uma camara *constituinte*; que essas cortes decretaram que o presidente, ouvido o senado, poderia dissolver as vezes que julgasse necessario a camara dos deputados; e que as actuaes camaras são ordinarias, e portanto não pódem desfazer o que fizeram as constituintes.

Ninguem nega o direito ao presidente de republica de consultar a nação, em circumstancias extraordinarias. E' um expediente permittido na constituição franceza e em todas as constituições; mas o que se contesta é que a Mac-Mahon seja permittido crear um governo pessoal, e oppor-se tenazmente á opinião do paiz, claramente manifestada pelo voto na urna.

A successiva dissolução da camara dos deputados, feita pelo presidente da republica, de accordo com um faccioso senado, levava necessariamente á incompatibilidade absoluta entre a nação e o mesmo presidente.

Por exemplo, Mac-Mahon, durante os 7 annos da sua presidencia dissolvia tantas vezes a camara dos deputados, quantas ella se não prestasse a ser docil instrumento da sua politica intolerante. Quem havia de decidir a pendencia? Não podia deixar de ser o paiz por meio do direito incontestavel da insurreição.

Logo para evitar essa energica manifestação nacional, não resta ao presidente da republica, senão *submetter-se* ao voto eleitoral, ou *demittir-se*; a não querer lançar mão do terceiro meio, o golpe de estado, e soffrer-lhe depois as consequencias.

Diz a *Nação* que seria mostrar fraqueza, e que não foi para isso que as cortes o elegeram.

Não era fraqueza, era bom senso, era prudencia, era amor do bem publico.

Essas teimosias é que levaram Carlos X e outros imperantes ao exilio.

A Carta franceza, dada por Luiz XVIII, consignava ao monarcha o direito da dissolução. Usando d'essa disposição dissolveu Carlos X a camara. A nação reelegeu os mesmos deputados; e o rei, não se querendo dar por vencido, dissolveu segunda vez as cortes, acompanhando essa medida da suppressão da liberdade de imprensa e da liberdade do voto.

E note a *Nação*, que Carlos X atacava o voto e a liberdade nacional, servindo-se hypocritamente da Carta. Argumentava com o celebre artigo 14 da constituição, para a rasgar.

De modo que o rei só sabia que havia Carta, quando tratava de a atacar pela base.

Mac-Mahon tambem só sabe dos artigos da constituição, quando procura suffocar o voto popular.

A *Nação* entende que se Carlos X cahiu do throno foi exactamente por elle e os seus ministros serem liberaes!

De modo que Carlos X demitte o ministerio Martignac por ser moderado; chama ao poder o ministerio intransigente do principe de Polignac, o qual era inimigo figadal do liberalismo; e ainda parece ao collega, que essa situação não era sufficientemente inimiga das ideias liberaes!

Desejava então, que fosse abolida a Carta; e que a França voltasse em tudo ao estado anterior a 1789? Seria isso que salvaria Carlos X?

Que cegueira!

Já não estamos no tempo em que os povos toleravam uma illimitada compressão.

Isso mesmo está em opposição ao que varias vezes o collega tem dito; que reprova muitos excessos que se praticavam no governo de D. Miguel.

E na verdade, se em Portugal por acaso se estabelecesse uma fórma de governo da opinião politica do collega, desejaria que se restabelecesse tudo quanto havia de vexatorio e oppressivo nos antigos tempos?

Sem duvida nos dirá que não. Pois seria essa transigencia, mais ou menos larga, uma contemporisação com o liberalismo; e portanto, applicando a essa modificação o seu parecer a respeito do liberalismo de Carlos X e dos seus ministros, traria ella como consequencia a queda do systema absoluto em Portugal.

A *Nação* tem assim de girar n'um circulo vicioso. Ou admittia o antigo absolutismo, com todo o seu apparato vexatorio; o que de certo o collega recusa, e já hoje ninguem supportava: ou admittindo a mais pequena transacção com as ideias liberaes, alli tinhamos; applicando a theoria do collega, a queda do seu governo e systema, como aconteceu a Carlos X, por não ser sufficientemente absoluto.

Pois queiram, ou não, os reis e os presidentes das republicas, têm de se *submetter* á vontade nacional, a não quererem ter de *demittir-se*, ou serem *demittidos* pelo povo.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega do *Progressista* tem publicado varias correspondencias, contendo gravissimas accusações contra o actual sr. administrador do concelho de Soure, do tempo em que elle foi administrador do concelho de Condeixa.

Conservar auctoridades que tem praticado semelhantes factos, é zombar da moral, do decoro e da opinião publica.

Não entendemos, nem comprehendemos semelhante administração.

Se ha no ministerio quem lhe deve favores particulares, pague-lh'os pessoalmente, mas não á custa da moralidade e da boa gerencia dos negocios publicos.

Nos ultimos seis annos estabeleceu-se n'este districto uma torpissima administração, em que iam feitas não só as differentes auctoridades, mas os mandões politicos, que de combinação com ellas tratavam de desenvolver a sua acção e poderio.

A maior parte dos elementos creados durante essa epocha ainda permanecem com geral escandalo.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLVIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Acabados que foram os meus tres annos dos estudos philosophicos, passei aos tres que me restavam dos estudos theologicos. Meu irmão Antonio tinha acabado os ultimos com grande applauso de seus mestres, e em consequencia d'isto foi escolhido para ser um dos professores d'aquelle collegio.

Era costume de no fim dos cursos theologicos escolher sempre algum dos estudantes mais notaveis para serem depois mestres dos novos alumnos, e no emtanto servirem de substitutos das diversas cadeiras. A approvação final se fazia porém no anno seguinte, no qual o escolhido, que ficava por emtanto no collegio, devia defender certas theses, tanto philosophicas como theologicas, que lhes serviam de uma ultima prova para confirmar a primeira nomeação que d'elle se fizera.

No anno seguinte entrei nos meus estudos theologicos, que constavam de quatro aulas, theologia dogmatica, moral, exegetica, ou interpretação das escripturas sagradas, e historia ecclesiastica, com um supplemento, que era uma aula de hebraico.

Os professores, todos moços, eram homens habeis, e imbuidos em boas doutrinas, menos um, o da profissão mais importante, a exegetica. Era com effeito a cabeça mais ôca, e de menos capacidade, que tenho conhecido; apesar d'isso, teve boa fortuna no mundo, porque conseguiu ser bispo, encetou esta carreira em Moçambique, e veiu acabar em prelado de Villa-Viçosa. Comtudo o seu fim, não foi dos mais agradaveis, porque não me lembro bem, se morreu preso, porque a sua curta capacidade o levou a querer oppor-se á revolução do anno vinte. Isto não obstante, comecei logo a observar; e as observações, que tive por mais vezes de fazer na minha vida foram, que para ser alguma cousa importante no mundo, muito serve o ser ignorante e tolo, e especialmente adulador servil, e baixo, e sempre adorador do poder dominante, quer seja, como vulgarmente se diz, mouro ou christão.

Durante este anno em quanto me occupava nos meus novos estudos, meu irmão Antonio se occupava em organisar e estudar as suas theses, que devia defender no fim d'esse anno lectivo, para se verificar a nomeação anterior, e elle ser declarado habil para ser um dos futuros professores do collegio. Feito porém este acto de habilitação, foi *reprovado* por bem poucos votos; e não por insufficiencia de estudos, porém mais por *superabundancia de sciencia*.

A escola velha do collegio tinha-lhe descoberto ideias e estudos, que não convinham ao systema *de meia sciencia*, que se queria perpetuar no collegio, porque não pode haver *obediencia passiva* sem ignorancia total, ou pelo menos sem esta *meia sciencia*, que é peior do que a ignorancia absoluta.

Causou escandalo geral não só entre os que haviam sido seus mestres, mas entre todos os que haviam sido seus condiscipulos, esta escandalosa reprovação; e para ella se verificar, foi necessario convidar para seus juizes todos os professores velhos e aposentados, que se achavam não só no collegio, mas no convento de Santa Cruz, o que não era costume.

Depois d'esta injustiça, que elle soffreu com todo o bom juizo que tinha, era preciso dar-lhe um destino: deu-se-lhe moradia no convento de Grijó, perto do Porto. Requereu então ao reitor do collegio, bom homem, e honrado, que antes de partir para o seu novo destino o deixasse ir despedir-se de seu pae. Concedeu-lhe este benemerito reitor, que se chamava D. Agostinho, e era da familia dos Sarafanas de Alpedrinha, o que lhe havia pedido; e eu e elle fomos passar um mez das ferias na casa paterna, chamada a quinta da Tapada, distante a uma legua de Coimbra, e situada entre o Mondego e o Ceira. Creio que, se bem me lembro, aconteceu isto em Agosto do anno de 1793.

Ainda não eram passados muitos dias de alli estarmos, tivemos que passar por um

Demittir auctoridades pelo seu reprehensivel procedimento, e tolerar outras eguaes, ou ainda peiores, é praticar uma injustiça relativa e que desacredita o governo que assim procede.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

ALMANACH MILITAR

Fomos obsequiados com um exemplar do *Almanach militar para* 1878. São os seus auctores os officiaes do exercito os srs. Manoel de Azevedo Coutinho, José Victorino de Sande e Lemos e Casimiro Augusto Vanez Dantas.

E' um *Almanach* curiosissimo, e fructo de muito trabalho e investigação.

Contém muitas noticias relativas ao nosso exercito, e será por certo consultado não só pelos officiaes militares, mas por muitas outras pessoas.

Abstemo-nos de aqui indicar as differentes especies de que trata o *Almanach militar*, porque se acharão mencionadas no annuncio que vae no logar respectivo d'este jornal.

Acresce a tudo a nitidez da impressão, o que torna muito elegante este *Almanach*. Nem outra cousa era de esperar saindo da casa Lallemant, de Lisboa.

Como este é o primeiro anno do *Almanach militar*, e é de esperar que com a boa aceitação do publico, tenham de continuar os seus auctores a publical-o nos annos seguintes, ousâmos aqui fazer algumas advertencias para, no caso de quererem, se utilisarem d'ellas nas subsequentes edições.

No principio do *Almanach militar* vêm umas *ephemerides de acções militares portuguezas*, divididas pelos dias e mezes do anno.

Nas *ephemerides* do *Almanach militar* lê-se: — Dia 20 de Setembro de 1217 — *Tomada de Alcacer*. — E passada apenas uma folha lê-se outra vez: — Dia 19 de Outubro de 1217 — *Tomada de Alcacer do Sal aos mouros*.

E' o mesmo facto, por um notavel descuido repetido em differente mez e differente dia. Em uma das partes está portanto errado, se é que o não está em ambas.

Segundo a chronica contemporanea de Godofredo, a praça de Alcacer, *cerca da festividade de Santa Ursula*, (que cahe a 21 de Outubro) *se rendeu á discrição*. E as nossas chronicas referem communmente a entrega da praça no dia de S. Lucas, que é a 18 de Outubro. —Fr. Francisco de S. Luiz julga que se póde harmonisar a chronica de Godofredo com os nossos chronistas, em razão d'elle dizer, não no dia, mas apenas *cerca da festividade de Santa Ursula* (santa da devoção dos allemães, que os ajudaram a tomar Alcacer); podendo portanto o facto verificar-se dois ou tres dias antes, isto é, como dizem os chronistas portuguezes — 18 de Outubro de 1217.

Lê-se no *Almanach*: — Dia 16 de Maio de 1644 — *Batalha de Montijo*. — E novamente se lê mais abaixo na mesma pagina: — Dia 26 de Maio de 1646 — *Batalha de Montijo*.

Temos outra vez duplicação de um facto, divergindo no dia e anno. A batalha de Montijo, entre o exercito portuguez commandado por Mathias de Albuquerque, e o hespanhol pelo barão de Molinguen, foi em 16 de Maio de 1644.

Nos factos historicos do mez de Junho lê-se, que a batalha de Vittoria foi em 21 de Junho de 1813; e no mez de Julho torna a repetir-se a noticia da mesma batalha, dizendo-se que foi em 21 de Julho d'esse anno. E' outra duplicação de um facto, e com data diversa.—A batalha de Vittoria foi em 21 de Junho de 1813.

Em relação á batalha de Almoster temos a mesma duplicação. Diz-se no *Almanach*, que esta batalha foi em 18 de Fevereiro de 1834; e passadas algumas paginas diz-se que foi em 30 de Agosto d'esse anno. Isto é, quando a guerra civil já havia acabado tres mezes antes. — A batalha de Almoster foi na primeira d'aquellas datas.

Quinta vez encontrâmos duplicação de datas no *Almanach*. Diz-se n'uma parte que a acção de Valle Passos foi em 16 de Outubro de 1846; e n'outra que fôra em 16 de Novembro d'esse anno. — Não foi n'aquella, mas n'esta ultima data, que houve a acção de Valle Passos, entre as forças populares commandadas pelo visconde de Sá da Bandeira, e as cabralistas commandadas pelo barão do Casal.

Incorrectamente se diz no *Almanach*, relativamente ao dia 19 de Novembro de 1807: — «Entrada pela *primeira vez* do exercito de Junot». — O exercito de Junot não entrou senão uma vez em Portugal. Provavelmente quiz-se dizer, que foi essa a primeira invasão franceza. — Junot, é certo, tornou a vir a Portugal na terceira invasão em 1810; mas apenas commandava um dos corpos do exercito ás ordens do marechal Massena.

Os francezes de Junot não evacuaram Lisboa em 10 de Setembro de 1808, como se diz no *Almanach*.—Foi em 15 de Setembro d'esse anno.

Na segunda invasão dos francezes, a entrada dos alliados no Porto, expulsando as forças do marechal Soult, não foi em 11 de Maio de 1809. — Foi em 12 d'esse mez.

O combate do Bussaco não foi em 26 de Setembro de 1810.—E' bem sabido que foi no dia 27.

A batalha de Tolosa, em França, não foi em 12 de Abril de 1814; mas em 10 d'esse mez e anno.

Não foi no dia 8, como se diz no *Almanach*, mas sim no dia 9 de Janeiro de 1827 a acção de Coruche, em que o conde de Villa Flor commandava as forças liberaes contra as dos absolutistas.

Diz-se no *Almanach*, que o reconhecimento de Vallongo fôra em 22 de Junho de 1832. Facilmente se vê que isto era impossivel, porque ainda então não estava o exercito libertador em Portugal.—O reconhecimento de Vallongo foi em 22 de Julho d'aquelle anno.

A sortida, no cerco do Porto, de que falla o *Almanach*, em 28 de Novembro de 1832, não foi no Padrão da *Lagôa*. Foi no Padrão da *Legoa*. A tropa formou-se toda no Carvalhido, e dividiu-se em duas columnas. A da esquerda commandada pelo general Brito, saiu pela estrada de Ramalde de baixo, e a da direita, commandada pelo coronel Queiroz, seguiu o caminho do Padrão da Legoa.

A convenção de Evora Monte não foi em 27 de Maio de 1834; mas em 26 d'esse mez.

Foi assignada por parte do exercito liberal, pelo duque da Terceira e conde de Saldanha; e por parte do exercito miguelista, por José Antonio d'Azevedo e Lemos. O conde de Saldanha foi nomeado marquez, logo no dia seguinte á convenção de Evora Monte; isto é, em 27 de Maio de 1834.

Notámos mais, que nas *ephemerides* se deixam de mencionar alguns factos dos mais importantes das nossas lutas civis.

Bastará indicar a revolução liberal no Porto em 16 de Maio de 1828 — a batalha da Cruz dos Morouços em 24 de Junho do mesmo anno — o famoso assalto ao Porto em 29 de Setembro de 1832, commandado o exercito miguelista por Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, visconde do Peso da Regoa — a brilhante victoria naval no Cabo de S. Vicente, no Algarve, em 5 de Julho de 1833, commandada a esquadra liberal pelo vice-almirante e major general, Carlos de Ponza (Napier) — e o grande assalto ao Porto, em 25 do mesmo mez de Julho, commandado o exercito miguelista pelo marechal Bourmont.

Tambem não deveria ter esquecido a notavel victoria das linhas de Elvas contra os hespanhoes, em 14 de Janeiro de 1659.

Nenhum d'estes factos se commemora no *Almanach*, quando alli se vêem outros de muito menos importancia.

E' para desejar que um *Almanach* tão interessante se aperfeiçoe progressivamente; e para isso aqui deixamos estas rectificações e lembranças.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O MONGE DE CISTER

Acabamos de ser brindados de Madrid com — *El Monasticon* — (*Segunda parte*) *El Monje del Cister, por Alejandro Herculano.*

Foi traduzido da terceira edição portugueza e addicionado com algumas notas pelo sr. Salustiano Rodriguez-Bermejo.

Do *Eurico* ha já duas traducções em hespanhol — uma feita em Barcelona em 1845, e outra em 1874 pelo sr. Bermejo.

Do *Monge de Cister* tambem já tinha sido feita uma edição em Madrid, sendo esta agora a segunda.

E' muito para estimar ver que em Hespanha se tornam conhecidas e se vulgarisam as obras do illustre escriptor portuguez.

grande desgosto; morreu meu pae, e por assim dizer quasi de repente, porque estando em boa saude, forte e robusto, e na edade pouco mais ou menos de 50 annos, morreu depois de uma operação que se lhe fez sobre um tumor, que havia muitos annos tinha nas costas, e se lhe havia ultimamente muito augmentado. Quem lhe fez esta operação foi o cirurgião Aguiar, que expressamente, para lha fazer, se lhe tinha mandado de Coimbra pelo primeiro cirurgião d'aquelle hospital. Este Aguiar foi o pae de outro Aguiar, que muito representou no seu paiz, e teve entre outras honras a de ser um dos ministros e secretarios d'estado da rainha D. Maria II.

Meu pae teve ao menos a consolação de ver á roda de seu leito de dor todos os seus filhos, menos um que foi meu irmão Bento, que se achava em Lisboa em casa do patriarcha Mendonça, que o havia chamado para si para o educar, e preparar para ser, talvez, uma das dignidades do clero portuguez, o que se não verificou por ter mudado de carreira e destinos, o que mais adiante darei a saber.

Todos meus irmãos, menos o mais velho, Luiz, que já frequentava a Universidade na Faculdade de Direito, se achavam em menoridade. Meu irmão Francisco, que tinha por padrinho o bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos, foi por elle mandado ir para o Seminario de Coimbra, para alli começar a sua primeira educação, e as minhas duas irmãs foram para casa de sua tia, irmã de meu pae, de quem já fallei, a mais nova das quaes, Maria, foi depois educar-se no collegio das Ursulinas de Pereira, e minha irmã mais velha, Catharina, ficou em casa de sua tia.

As relações, que meus paes tiveram com os dois insignes prelados, dos quaes acabo de fallar, e o primeiro foi padrinho de minha Maria, e o segundo de meu irmão Francisco, deveram-se ao acaso.

Junto da casa de minha mãe, e que se chamava a quinta de Montesão, situada na freguezia de S. Martinho do Bispo, perto de Coimbra, tinham os reitores da Universidade uma quinta em que no verão vinham passar algum tempo; mas esta quinta não chegava ás margens do rio Mondego, como a nossa; e como desejassem nas tardes passear até lá, pediam licença para por ella irem até ao rio. D'aqui nasceu a amisade, e até familiaridade que houve com a minha familia.

Alem d'isto, ainda houve outra circumstancia para fazer conhecimento com o patriarcha Mendonça, da casa de Val de Reis. Este, quando reitor e reformador da Universidade, havia tomado por confessor um meu terceiro tio, frade capucho de grande distincção na sua ordem; e como este era irmão de minha avó materna, e estava quasi sempre em casa, indicou ao seu confessado, reitor Mendonça, o bom passeio que podia sempre dar pela nossa quinta. Este muito folgou com isso, servia-se d'ella quasi todos os dias, e familiarisou-se tanto comnosco, que não só foi padrinho de minha irmã Maria, como já disse, porém nomeou meu pae para um emprego, que então se considerava de grande distincção, que foi o de um dos quatro mordomos da Universidade. Este emprego teve meu pae até á morte; e apenas elle morreu, foi logo tão apressadamente solicitado, e conseguido, por Sebastião de Brito, da quinta da Portela, que não deu tempo a meu irmão mais velho para o requerer.

Passados poucos dias depois da morte de meu pae, nos recolhemos ao collegio: meu irmão seguiu o seu destino para o convento de Grijó, e eu fiquei continuando nos meus estudos theologicos.

Devo porém aqui declarar com verdade, que muito me enfastiavam, e que comecei a ter muitas duvidas sobre as doutrinas que me ensinavam. Entre os quatro mestres, de quem ouvia as lições, havia um que era homem de merecimento, e de bom juizo, e a este fazia eu, de vez em quando, certas perguntas, e lhe expunha algumas objecções, quando lhe ouvia as lições; mas este, como prudente, dizia-me em particular, *não me faça perguntas como costuma fazer-me na aula; nem alli me exponha as suas objecções, porque vejo que entre os seus companheiros não ha cabeça nem para as ouvir, nem para comprehender, e menos avaliar, as minhas respostas.*

Isto me fez mais discreto; guardava para comigo as duvidas, que tinha, e o resultado que tirei a final foi que muito mal os theologos costumavam defender a sua causa, ou fosse por systema, ou porque a muitas das suas doutrinas não tivessem verdadeiras e concludentes respostas que dar, e por isso as davam ou obscuras, ou evasivas.

(Continuar-se-ha).

Havendo ainda hontem recebido de Madrid o *Monge de Cister*, não tivemos tempo para o ler, e apenas podemos ler algumas das notas com que o traductor acompanha o texto.

No entanto encontrámos no fim do segundo volume uma carta do sr. Alexandre Herculano, em que elle dava o seu parecer ácerca da traducção do *Eurico* pelo sr. Bermejo (a qual sentimos ainda não ter visto); e por ahi podemos desde já avaliar muito lisonjeiramente o *Monge de Cister*, pelo mesmo escriptor hespanhol agora traduzido.

Essa carta é a seguinte:

«Illm.º sr. Salustiano Rodriguez-Bermejo. —Valle de Lobos (Santarem), 9 de Fevereiro de 1875. — Peço desculpa a v. s.ª da minha demora em responder á sua estimada carta de 19 de Dezembro passado e em agradecer o exemplar da traducção do *Eurico*, com que fez mercê de honrar-me.

Remiu v. s.ª a culpa do auctor de uma traducção que ha annos se publicou em Barcellona, e em que o pobre *Eurico* foi asperamente maltractado. Pareceu-me o livro agora melhor em castelhano do que em portuguez. N'isto digo tudo.

É verdade que de todos os meus filhos litterarios foi este sempre, apezar de primogenito, aquelle a quem tenho tido menos affecto, porque lhe conheço os defeitos, e não o supponho innocente em certas más tendencias que ás vezes se revelam no estylo de alguns escriptos dos nossos moços litterarios.

Quanto á *Historia da Inquisição*, é verdade que foi escripta com intenção politica confessada na advertencia preliminar, e que a introducção até o reinado de D. Manoel é superficial, porque tudo isso era apenas o prego em que eu queria pendurar o meu quadro. D'ahi por deante posso affirmar a v. s.ª que tudo foi escripto com o maior escrupulo e com a mão sobre a consciencia.

Aquella Illiada de atrocidades e torpezas seria inacreditavel se não existissem os documentos em que estribei a narrativa, e que felizmente foram em grande parte impressos depois no *Corpo Diplomatico*, publicado debaixo da inspecção de Rebello da Silva por ordem da Academia de Lisboa. D'estes documentos poderia v. s.ª talvez ajunctar alguns mais notaveis á sua traducção, que não vejo inconveniente em ser publicada debaixo do titulo generico de *Paginas de Iberia*. Não ficará por isso o livro mais *iberico* do que o auctor.

V. s.ª é liberal, porque *só* um liberal traduziria a *Historia do Estabelecimento da Inquisição*, que tão profundamente affligiu e escandalisou os reaccionarios d'aqui. Não sei se é prudente vulgarisar em Hespanha esse livro, porque me parece que elles tem mais poder lá do que em Portugal. Todavia n'esse ponto v. s.ª é melhor juiz do que eu.

Disponha v. s.ª do fraco prestimo de quem é

De v. s.ª venerador e criado
A. Herculano.»

A proposito da traducção do *Eurico* e do *Monge de Cister* para a lingua hespanhola diremos, que muito é para sentir que tão limitadas sejam as relações litterarias que ha entre as duas nações peninsulares.

Pois não podia a nação portugueza ser zelosa da sua independencia, e ao mesmo tempo augmentar progressivamente as suas relações commerciaes e litterarias com a Hespanha?

Haverá, porventura, alguma vantagem em existir, áquelle respeito, como que uma muralha da China em as nossas fronteiras, desde o Algarve até Traz os Montes e Minho?

Digamol-o francamente, porque se deve sempre dizer a verdade. Em Coimbra ha muito limitado conhecimento dos livros publicados em Hespanha. E se a bibliotheca da Universidade começou desde alguns annos a possuir algumas das obras mais importantes d'aquelle paiz, deve-se isso ás espontaneas diligencias do sr. conselheiro Vicente Ferrer, em resultado das relações que adquiriu em Madrid com os principaes escriptores hespanhoes.

Tambem em 1871 o sr. Fernandes de los Rios deu um valioso presente de livros hespanhoes á sociedade *Terpsichore*, hoje *Centro promotor*; mas infelizmente esses livros é como que se não existissem; pois que desde que esta associação se mudou para a praça do Commercio, estão todos os livros n'uma confusão enorme e vergonhosa; e até por fim — e n'isso fizeram bem, para encobrir semelhante miseria — está a casa onde se acham os livros fechada ha muitos mezes.

Nas lojas de livros raro é o livro hespanhol que apparece á venda. Quasi se não encontram alli senão livros francezes. Parece que Portugal é uma colonia de França.

De livros allemães não fallemos. São quasi tão raros como os chinezes. Mas que ha de ser, se em Coimbra muito poucos são os individuos, mesmo do corpo universitario, que sabem allemão, ou pelo menos que, sabendo-o, façam uso d'elle, sendo aliás n'esta lingua que estão publicados os melhores livros?

Se alguma cousa se sabe n'esta cidade das obras allemãs, é quasi exclusivamente por intervenção das traducções francezas, na maior parte infieis, e sem que reproduzam as bellezas do original.

Muito longe levariamos as nossas reflexões se tivessemos tempo e espaço.

Terminamos agradecendo ao sr. Bermejo o obsequio da delicada offerta da sua traducção do *Monge de Cister*; e, visto haver quem vulgarise em hespanhol as obras do nosso illustre escriptor portuguez, fazemos votos para que os bons auctores hespanhoes, onde ha muito que aprender, vão sendo entre nós mais conhecidos do que até aqui.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Publicámos o seguinte communicado, que é mais um documento da boa administração d'este municipio.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Obras sem fim na estrada de Coimbra a Monte Mor o Velho

Na mal fadada variante, entre o Ribeiro das Poldras e a quinta do Freixo, proximo á Bemcanta, em que anda empregado Manoel Mano Ribeiro, tem havido o mais escandaloso desleixo.

Em Agosto de 1876 já o sr. engenheiro municipal, não podendo tolerar tão desleixado trabalho, despediu o dito Manoel Mano, e mandou para lá um outro individuo, para que o trabalho fosse acabado breve, o que era muito possivel em Setembro do mesmo anno.

A camara, porém, mandou parar o trabalho; e este anno, logo na primavera, para lá foi mandado o dito Manoel Mano, a fim de se entreter; pois que tem havido dias de andar alli um só calceteiro, abrindo valletas no terreno, e calçando outras, e sem mais gente de serviço, só quem dê serventia. Ao mesmo tempo Manoel Mano ora por alli está encostado, ora anda a passeiar por onde quer.

Este beneficio lhe fez o sr. presidente da camara, para elle andar a alliciar votos a seu favor.

Os povos queixam-se de tão má administração em tal trabalho, e por verem que assim se desperdiça o dinheiro do municipio.

Já não haverá commissão de viação, ou conselho de districto, que peçam contas á camara?

* * *

COMMUNICADO

Ainda a questão de solicitação

Desde que o sr. governador do bispado da Guarda veiu dizer nas paginas do *Conimbricense*, que têm faltas e erros administrativos, porque os outros as têm, e que não reconhece competencia na imprensa para o apreciar na sua vida publica, depozemos immediatamente a penna para acompanharmos até á morada dos mortos o homem, que acabava de suicidar-se.

Se destruir a propria existencia é um attentado enorme contra a natureza, contra as leis divinas e humanas, não é menos grave o suicidio moral. Não vertemos lagrimas de saudade sobre a sepultura que se abriu para receber o suicida, vertemol-as porem de compaixão e lamentamos o tempo preciosissimo que consumimos, quando vivo, em o accusar, e o illustrado correspondente da Guarda em o defender. Mas senão é de christão perturbar a paz dos tumulos e o repouso dos mortos, é christianissimo acudir aos vivos que carecem do nosso soccorro.

Maria Rita, que se diz victima da sacrilega lascivia do sr. padre Grainha, não é mulher corrupta e devassa, como o illustre articulista da Guarda, seguramente por mal informado assevera. Nem a sua corrupção e devassidão foi legalmente declarada por uma junta de medicos, como sem escrupulo se declara na imprensa.

Oiça o nobre correspondente da Guarda e o publico o que os muito reverendos parochos das freguezias em que esta desgraçada tem vivido, dizem a respeito da sua moralidade.

—«Abilio Joaquim Pinto da Silva, bacharel formado na sagrada Theologia pela Universidade de Coimbra, e prior collado na freguezia de Santa Maria Maior da Covilhã, bispado da Guarda.

Attesto que sempre tive a Maria Rita, filha de José Carlos e de Maria Profetiza, durante o tempo em que residiu na minha freguezia, na conta de mulher honesta e de bons costumes, nada me constando em desabono da sua boa conducta e vendo-a frequentar os sacramento; e é certo que, ha bastantes annos influi para que a dita Maria Rita sahisse da casa paterna, onde, segundo ella me fez ver, corria perigo a sua honestidade.

E por ser verdade passo o presente que assigno.

Covilhã, 9 de Outubro de 1877. — O prior, Abilio Joaquim Pinto da Silva.»

—«Gregorio José Paes, conego honorario da Sé da Guarda e prior da freguezia da Nossa Senhora da Conceição d'esta cidade da Covilhã.

Attesto que emquanto Maria Rita, filha de José Carlos e Maria Profetiza residiu n'esta minha freguezia, não me constou que fosse mulher devassa ou escandalosa; e mandei passar este que assigno.

Covilhã, 9 de Outubro de 1877. — O prior Gregorio José Paes.»

—«Francisco Rodrigues Antunes, coadjuctor da freguezia de Nossa Senhora da Conceição d'esta cidade.

Attesto que Maria Rita, filha de José Carlos e de Maria Profetiza, viveu n'esta freguezia até Agosto de 1876, e não me constou que fosse mulher corrupta, devassa e de maus costumes, e outrosim a vi frequentar os sacramentos.

E por ser verdade passo este que assigno.

Covilhã, 9 de Outubro de 1877.—O coadjuctor Francisco Rodrigues Antunes.»

Eis o que é na opinião dos unicos parochos, que tem tido, a mulher que o illustrado articulista da Guarda apresenta ás turbas para ser corrida como leprosa.

(Continua).

NOTICIARIO

Saida. — O exm.º prelado d'esta diocese saiu na madrugada de hontem em direcção a Mouronho, para d'ahi ir visitar as duas freguezias da Bemfeita e Cerdeira, unicas d'esse arciprestado, que não visitara na ultima excursão, em consequencia de incommodos de saude.

Roubo. — Em a noite de quarta para quinta feira, os ladrões abriram uma das portas da loja do sr. Joaquim José Rodrigues de Sousa, com estabelecimento de louças e vidros ao cimo da praça do Commercio d'esta cidade.

Arrombaram um armario e uma gaveta; mas não encontraram dinheiro algum, porque o sr. Sousa ha muito adoptou o costume de levar diariamente o dinheiro para a sua habitação.

A falta de dinheiro levaram um jarro dourado, e por em quanto não se sabe se levaram mais algum objecto.

A porta appareceu cerrada sem damnificação nenhuma na fechadura.

Aproxima-se o inverno, e ahi temos os ladrões a repetir as proezas dos annos anteriores.

A actriz Pezzana. — Esta celebre actriz representou no theatro Baquet do Porto a Dama das Camelias, sendo calorosa e merecidamente applaudida.

Ha esperanças de que esta insigne actriz venha a Coimbra dar algumas recitas.

Doença. — Tem estado doente em Lisboa o sr. conde de Fornos, membro do supremo tribunal de justiça. S. ex.ª pediu a aposentação com as honras de conselheiro de estado.

Noticia militar. — Pelo ministerio da guerra foi determinado, que só se conservem destacadas dos corpos a que pertencem as forças de caçadores e infanteria, que forem julgadas indispensaveis para o serviço de policia, de modo que os corpos façam o maior numero de exercicios que lhes for possivel, com a maior força de que possam dispor.

Em virtude d'esta ordem as auctoridades militares só fornecerão ás auctoridades administrativas os destacamentos que estas requesitarem, quando as requisições forem justificadas pela necessidade de se manter a segurança publica.

O cholera em Damão. — Cartas de Damão dizem que tinha alli augmentado o cholera. Entre as victimas d'esta epidemia, contavam-se os srs. Mecejano, administrador dos predios nacionaes; J. Alleluia de Sousa e sua esposa, e Joaquim Maria de Sant'Anna. As povoações mais atacadas do cholera eram Doler, Bramontino, Campo de Remedios e Praça, além de Carivary e Catria. Tinham-se reunido as commissões de soccorros para evitar o outro flagello — a fome. Os campos de arroz estavam em pessimo estado.

Talhos municipaes. — Tendo-se opposto o conselho de districto de Lisboa aos talhos estabelecidos pela camara da capital; a mesma camara dirigiu-se pessoalmente ao sr. ministro do reino, e lhe entregou uma representação em que pede que seja conservada a verba destinada á manutenção dos mesmos talhos, como reguladores do preço da carne de vacca, que, de outra forma continuará abandonada ao conluio dos marchantes.

O sr. marquez de Avila prometteu estudar o assumpto, e resolvel-o com a maior brevidade.

Os Dois Mundos. — Publicou-se o n.º 2 d'este magnifico periodico illustrado.

Além de outras gravuras primorosas traz este mais um excellente retrato do distincto escriptor Alexandre Herculano.

D'este periodico impresso em Paris é agente em Portugal a empreza das Horas Romanticas.

Africa Portugueza. — Com este titulo começou a publicar-se em Lisboa um novo periodico, de que é proprietario e redactor principal o sr. Caetano de Magalhães.

A *Africa Portugueza* é destinada a advogar os interesses das nossas colonias.

Muitos serviços póde com isso prestar o novo periodico, ao qual damos as boas vindas.

Noticias de França. — *Paris*, 6. — Falhou a combinação ministerial de Quarfier. É provavel que se apresente na camara o mesmo ministerio de 17 de Maio.

Paris, 6. — Confirma-se a permanencia no ministerio de Broglie e Fortout. N'uma reunião dos deputados da direita, celebrada hontem, foi decidido fazer instancias junto do marechal, convidando-o a proseguir na politica de resistencia. Este convite foi feito hoje. Os deputados da direita celebraram esta noute nova reunião.

Paris, 7, *á tarde*. — Ao abrir a camara

dos deputados, assumiu a presidencia o decano, Desseaux, o qual disse que devia a honra da presidencia á indisposição de Raspail e á morte de Thiers, de quem fez o elogio, declarando que Thiers bem merecera da patria (vivos applausos). Accrescentou que a camara actual, como a que a precedeu, saberia trabalhar no fortalecimento da republica, defendendo-a contra qualquer ataque, venha d'onde vier. E terminou gritando: «Viva a republica! Viva a paz!» (Grandes applausos). Em seguida procedeu-se ao escrutinio para a mesa provisoria: Jules Grevy foi eleito presidente provisorio por 290 votos contra 170 listas brancas. Para vice-presidentes foram eleitos Bameau e Lepère.

Ao tomar assento na cadeira presidencial, Grevy agradeceu á camara, declarando que conta com a sua benevolencia.

Logo depois foi levantada a sessão.

O senado teve uma sessão insignificante, e que foi levantada sem incidente algum.

Guerra do Oriente. — *Vienna*, 6. — Estão concentrados em Timok 25:000 servios. Os periodicos do principado sustentam uma linguagem bellicosa. A população mostra, porém, pouco enthusiasmo.

Constantinopla, 6. — Foram presos numerosos dignatarios turcos. Crê-se que foi descoberta uma conspiração do partido de Mourad.

N'um reconhecimento operado pelas tropas turcas em Rabowa os russos foram repellidos até Elena, perdendo varios reductos e munições.

Tiflis, 6. — A batalha de hontem nas proximidades de Erzeroum foi derrota geral para os turcos. Os russos occuparam Devi Boyan. Moukhtar-Pachá teve tenção de defender-se em Erzeroum, mas os habitantes oppozeram-se com receio do bombardeamento. Moukhtar-Pachá teve, portanto, que se retirar para Trebizonda.

Constantinopla, 6.—Suleyman-Pachá concentrou 83:000 homens em Rasgrad e reforçou a guarnição de Silistria.

Fallecimento. — Falleceu hontem n'esta cidade o nosso antigo amigo o sr. Manoel José da Cunha Novaes, em resultado de um desastre que tivera ha dias.

Acompanhamos a seus filhos e irmão na sua dor por este infausto acontecimento.

Passagem.—Ao meio dia de hoje chegaram suas magestades e altezas á estação d'esta cidade, de passagem para Lisboa.

ANNUNCIOS

OBRAS PUBLICAS DO DISTRICTO DE COIMBRA

Estrada districtal n.º 57 (A) do Porto de Louredo a Galizes por Arganil

Lanço do porto de Louredo á estrada real n.º 12, proximo a Valle de Vaz

1 NO DIA 22 do corrente mez de Novembro, pelas 10 horas da manhã, nas casas da administração do concelho de Santo André de Poiares, se hade proceder á arrematação em hasta publica de 3 tarefas de terraplenagens entre os perfis n.os 34 a 259—269 a 294—295 a 350, assim como se arrematará tambem 20mc,00 de cal viva para as obras d'arte entre os perfis n.os 234 e 350.

O mappa do trabalho a executar e condições respectivas estão patentes na repartição das obras publicas d'este districto e na supradita administração do concelho de Santo André de Poiares.

Para ser admittido a licitar é preciso fazer o deposito da quantia mencionada nas condições.

Coimbra, 9 de Novembro de 1877.

O director
Julio Augusto Leiria.

MACHINA DE COSTURA

2 NO LARGO da Fornalhinha, n.º 2, vende-se uma machina de **Singer**, quasi nova, por sua dono não poder fazer uso d'ella pelo seu mau estado de saude.

Acabam de chegar ao

ESTABELECIMENTO DE MERCEARIA
DE
MARIA MAXIMINA P. DE FIGUEIREDO
14, PRAÇA 8 DE MAIO, 17
COIMBRA

3 OS COSTUMADOS almanachs ecclesiasticos da diocese de Coimbra, dictos familiares cm livros, dictos para porta, e tambem missas novas de S. Bonifacio.

Preços do costume

LOTERIA
Extracção em 14 de Novembro
6:000$000

JOÃO ANTONIO CARDOSO
249, RUA DA CALÇADA, 225
(CASA AZUL)

4 TEM Á VENDA bilhetes, meios, quartos, oitavos e cautellas de todos os preços para esta loteria. Tambem recebeu novas remessas de chá para os seguintes preços:

Chá do custo de cada um kilo	3$500 réis
»	3$400 »
»	3$300 »
»	3$000 »
»	2$800 »
»	2$600 »
»	2$000 »

Tambem ha chá preto de ponta branca de muito boa qualidade, de 3$000 réis cada um kilo.

AVISO

5 ABRE-SE o cofre da recebedoria do concelho de Coimbra para o pagamento voluntario das contribuições directas do corrente anno, no dia 15 d'este mez de Novembro, e fecha-se no dia 14 de Dezembro seguinte. Os contribuintes, que não pagarem n'aquelle prazo, pagam mais 3 % de quota fixa até 15 de Janeiro de 1878, e depois mais 6 % de juro de mora.

Coimbra, 6 de Novembro de 1877.
O recebedor — *Jardim*.

6 AUGUSTO CESAR CORTEZ, não podendo despedir-se pessoalmente e ao mesmo tempo agradecer a todos os cavalheiros que o visitaram durante a grave enfermidade que o accommetteu na villa de Taboa, o faz por este meio, não podendo nunca esquecer as muitas provas de consideração que pela mesma occasião recebeu, sendo seu rigoroso dever especialisar o ex.mo sr. dr. José Ramos Nogueira, dignissimo juiz de direito d'aquella comarca, e um dos mais brilhantes ornamentos da magistratura judicial portugueza, e bem assim o ex.mo sr. dr. Fortunato Vieira das Neves pelo zelo e pericia com que o tratou. A todos pois protesta um eterno reconhecimento e offerece o seu limitado prestimo na Varzea de Goes. 6 de Novembro de 1878.

ATTENÇÃO

7 HA QUEM se encarregue de fazer ou dirigir a escripta de qualquer casa de commercio ou particular, pelo systema de partidas dobradas, mixtas ou simples, á vontade do negociante.

No caso de ter só de dirigir a escripturação, promptifica-se a habilitar o escrevente a continual-a.

Para esclarecimentos n'esta redacção.

OBRAS PUBLICAS DO DISTRICTO DE COIMBRA

Estrada municipal de 1.ª classe de Villarinho á estrada real n.º 12

Lanço do Covão á ponte de Serpins

8 NO DIA 13 do corrente mez de Novembro, ás 10 horas da manhã, nas casas da camara da Louzã, se ha de proceder á arrematação em hasta publica, de tres tarefas de terraplenagem entre os perfis, 122, a 158, 158 a 176, a 205.

Assim como de tres tarefas de pedra britada para empedramento na dita estrada, entre os perfis, 000 a 41, 41 a 79, 79 a 96.

O mappa do trabalho a executar e condições respectivas, estão patentes na repartição da camara do concelho da Louzã.

Para ser admittido a licitar é preciso fazer o deposito da quantia mencionada nas condições.

Louzã, 2 de Novembro de 1877.
O presidente
Adelino Justiniano de Mesquita

9 ALIPIO AUGUSTO DOS SANTOS participa a seus amigos e freguezes, que tendo dissolvido de commum accordo a sociedade que ha annos tinha com o sr. Bazilio Augusto Xavier d'Andrade, acaba de abrir um novo estabelecimento dos mesmos artigos, mercearia, tabacos, cera e muitos outros generos. Rua do Visconde da Luz, n.º 35 a 41.

MONTE-PIO CONIMBRICENSE

10 POR ORDEM do ex.mo presidente, é convocada a assembléa geral para o dia 11 do presente mez, pelas 11 horas da manhã, na sala da Associação Commercial.

Ordem do dia:

Continuação dos trabalhos da sessão anterior.

Coimbra, 9 de Novembro de 1877.
O secretario
Miguel dos Santos e Silva.

DÁ-FUNDO

11 AMANCIO ANNIBAL DA COSTA PESSOA, proprietario d'este estabelecimento, sito no largo das Olarias, participa aos seus amigos e freguezes, que tem á venda optimo vinho velho do Alemtejo a preço de 40 réis o quartilho. Na mesma casa se encontram magnificos petiscos, iscas á ingleza, etc., tudo por preços commodos.

12 PESSOA bem conceituada e arrumada necessita de 600$000 réis a juro de 6 %, para pagar no fim de dois annos, dando fiador. Carta á direcção d'este periodico com as iniciaes — *P. S.*

13 ALUGAM-SE quartos em casa particular por 10$000 réis, com comida. Na rua dos Militares, n.º 67, 1.º andar se diz.

PHARMACIA

14 VENDE-SE uma na provincia da Beira, n'um magnifico local, e muito acreditada e afreguezada. Quem pretender dirija-se a A. A. Mendes Borges — Torrozello.

FRANCEZ E CALLIGRAPHIA

15 UMA SENHORA habilitada promptifica-se a dar lições a meninas nos domicilios. N'esta redacção se diz.

ALMANACH MILITAR PARA 1878

O VERDADEIRO GUIA
PARA UM
OFFICIAL EM MARCHA
PELOS OFFICIAES DO EXERCITO

Manoel d'Azevedo Coutinho — José Victorino de Sousa e Lemos — Casimiro Augusto Vaz Dantas.

CASA EDITORA — LIVRARIA
DE MADAME
MARIE FRANÇOIS LALLEMANT
RUA DO THESOURO VELHO, 22
LISBOA

Um volume encadernado, de 232 paginas, em fórma de carteira, com lapis e elastico, preço 360 réis, para os assignantes — Avulso 400 réis. Franco de porte para as provincias e ilhas.

16 ESTE INTERESSANTISSIMO ALMANACH, primeiro e unico no seu genero, contem um desenvolvido kalendario com as ephemerides das acções militares portuguezas e uma folha em branco correspondente aos dias da semana de cada mez para apontamentos chronologicos. Todas as explicações com referencia á secretaria d'estado dos negocios da guerra. Divisões militares. Estado maior general. Corpo d'estado maior. Estado maior d'engenheria. Forças dos tres regimentos d'artilheria e dos oito de cavallaria. Infanteria, estado dos aquartelamentos. Quadro da força do exercito. Escola do exercito. Real collegio militar. Delictos e penas comprehendidas no codigo penal militar. Alguns pontos do regulamento disciplinar. Reforma dos officiaes do exercito. Tabella da reforma dos officiaes. Reforma das praças de pret. Tabella das pensões para os officiaes e praças de pret. Tabella de vencimentos. Tabella das rações e forragens que em tempo de paz competem aos officiaes militares e empregados com graduação militar. Vencimentos das praças dos quadros municipaes. Pagamento de direitos de mercê, e condecorações estrangeiras, e muitos mais artigos de interesse particular, horarios dos caminhos de ferro portuguezes, etc. etc.

A venda: na livraria de Madame Marie François Lallemant, Lisboa—22, Rua do Thesouro Velho, 22—Lisboa.

PHARMACIA

17 VENDE-SE uma na rua de S. Paulo, n.os 28 e 30, proximo do Arco Grande, em Lisboa, paga de prompto, ou a pagamentos, por seu dono não poder estar á testa d'ella, e ter outra na provincia aonde reside. A pessoa a quem convier, póde dirigir-se por carta a José Luiz de Macedo, da villa de Ancião, que é o dono da dita pharmacia.

Na rua dos Loyos n.º 2

18 SE CONTINUA a vender batinas novas por preços os mais reduzidos possivel.

SUBSTITUTOS

19 JOÃO ALVES MADEIRA, rua das Covas, 39, Coimbra. Preços commodos.

20 MONSIEUR FÉLIX GUICHARD, rua da Trindade, 17, continue ses leçons particulières, sa classe por les étudiants qui veulent faire examen, et son cours de conversation.

Il s'offre également pour servir de cicerone à toute personne qui désire aller à l'exposition de Paris.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3161 | Terca feira 13 de Novembro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A reforma postal do emprego da estampilha nas cartas e nos periodicos, foi de um alcance extraordinario, porque facilitou immenso a correspondencia pelo correio.

Desde então as cartas e jornaes têm augmentado de um modo prodigioso; e a diminuição dos portes não causou o damno que algumas pessoas timoratas receavam que houvesse no rendimento do correio. A Inglaterra tinha dado o exemplo. Á proporção que diminuia n'aquelle paiz o porte da correspondencia, a receita geral, em vez de diminuir, subia sempre.

O mesmo aconteceu em Portugal. O rendimento do correio tem crescido successivamente.

Era, porém, mister não parar no caminho das reformas. O serviço do correio estava em Portugal muito atrazado em relação ao que se pratica nos paizes estrangeiros.

Na Australia, Allemanha, Inglaterra, Belgica e França, foram já ha annos estabelecidos os bilhetes postaes, nos quaes se escreve, sendo remettidos sem o envoltorio das cartas, e por um porte barato.

Em Portugal instava-se tambem por esta reforma; mas tem-se hesitado pelos mesmos motivos que em tempo fizeram recear o emprego da estampilha, com diminuição de porte.

Tomou, porém, essa resolução o actual ministro das obras publicas, servindo-se para isso da auctorisação concedida pela carta de lei de 10 de Fevereiro de 1876.

Por decreto de 31 de Outubro é permittido o uso dos bilhetes postaes, e auctorisada a sua circulação pelo correio a contar de 1 de Janeiro de 1878.

«Os bilhetes postaes serão de dois typos. O primeiro da taxa de 15 réis, destinados unicamente á circulação no continente do reino, ilhas adjacentes e Hespanha. E o segundo de taxa de 25 réis, destinados ás communicações dirigidas aos paizes da união geral dos correios (excepto Hespanha) ou ás provincias ultramarinas portuguezas.

Desejariamos que o porte dos bilhetes postaes fosse ainda mais reduzido. Os de 15 réis deveriam ser de 10 réis; e ao mesmo tempo entendemos que se devia tambem diminuir o porte das cartas, do actual de 25 para 20 réis. Até por coherencia se devia fazer essa reducção, visto o porte dos jornaes ter sido diminuido de 5 réis para 2 ½ réis.

Em todo o caso, como tentativa já é uma importante reforma a effectuada pelo ministro das obras publicas, e deve facilitar e fazer augmentar muito a correspondencia.»

Tambem por outro decreto da mesma data se fez outra reforma ha muito reclamada.

Serão estabelecidas repartições postaes ambulantes nas linhas ferreas de leste (Lisboa a Badajoz), do norte (Lisboa ao Porto), e do sul (Barreiro a Casevel). Estas repartições serão centro de permutação das correspondencias de ou para as localidades, que directamente ou por intermedio de outras, se acham em communicação com as ditas linhas.

Egualmente serão estabelecidas repartições postaes ambulantes na linha ferrea do Minho, logo que essa linha esteja aberta á circulação até Valença.

Segundo expõe o ministro no seu relatorio, até agora as cartas passavam em malas fechadas pelo ponto a que eram destinadas; e em logar de ficarem logo ahi, eram obrigadas a percorrer 150 ou 200 kilometros para voltarem ao seu destino um ou dois dias depois.

Por exemplo a correspondencia de França ou de Inglaterra para Elvas ou Portalegre, podendo ser entregue aos destinatarios no dia em que atravessava a fronteira, ia a Lisboa, onde permanecia um dia inteiro, era expedida para Elvas ou Portalegre no correio do norte, e chegava ás mãos dos destinatarios com demora de 36 horas.

Estabelecidas as repartições ambulantes desapparecem esses inconvenientes, os trabalhos serão feitos emquanto os comboios estiverem em movimento, e as correspondencias serão expedidas para os diversos correios á medida que os comboios passarem pelas estações, de fórma que aos pontos extremos das linhas ferreas só irá a correspondencia para ahi destinada.

E' de esperar que se obtenham bons resultados das medidas agora decretadas.

Ha, porém, ainda muito que fazer no importante ramo do serviço do correio. N'isto como em quasi tudo temos andado em grande atrazo. E já que desgraçadamente temos imitado muito do que ha de mau nos paizes estrangeiros, será para desejar que imitemos o que ha n'elles de util e proveitoso.

Joaquim Martins de Carvalho.

Quando principiou o actual anno lectivo publicámos um artigo n'este jornal, contendo algumas reflexões adequadas ás circumstancias, e ahi faziamos votos para que não tivessemos senão motivos para louvar, tanto no aproveitamento do ensino, como na disciplina academica.

Infelizmente o anno começa mal e muito mal a todos os respeitos.

Têm estado algumas aulas fechadas por falta dos devidos professores.

Os feriados geraes succedem-se quasi sem interrupção nenhuma; e diga-se a verdade toda—n'isto é culpado o sr. governador civil do districto; são culpados os ministros de estado; e no caso de não offendermos algum dos artigos da Carta Constitucional diremos, que tambem é culpado sua magestade el-rei, por conceder esses feriados; pois que nos parece que os reis n'este paiz deviam servir para mais alguma cousa do que para permittir e pessoalmente approvar taes abusos e relaxação nos estudos e disciplina academica.

Mas não fica só n'isso o que succede em Coimbra. Factos da maior gravidade aqui se estão praticando.

No dia 3 de Maio de 1873, pelas 8 horas e meia da noute, junto ao Castello, d'esta cidade, um grupo de estudantes desordeiros cortaram á força com uma tesoura o cabello a um estudante; e este logo que se poude ver livre dos ag-

FOLHETIM

MISCELLANEA
MCLIX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Meu irmão Antonio foi muito bem recebido em Grijó, porque a todos era conhecida a grave injustiça, que lhe haviam feito.

Entre as pessoas estranhas que frequentavam o convento, havia um homem notavel, que sem educação litteraria, e apenas sabendo a sua lingua, tinha summo desejo de se instruir, e de saber o que se passava pelo mundo. Como tivesse por amigos alguns homens intelligentes, a estes pedia que lhe indicassem livros de que podesse tirar instrucção, mandava-os comprar, e, se eram em lingua estrangeira, pedia que lhos lessem. Tinha por tanto boa copia d'elles, e bons, e além d'isso era assignante de uma gazeta franceza, então muito lida em Portugal, que era o *Correio da Europa*.

Este homem, de quem fallo, era escrivão na villa da Feira, e chamava-se Manoel Gomes; e como encontrasse em meu irmão pessoa da qualidade d'aquellas com quem folgava de tratar, estreitou com elle amisade, franqueou-lhe os livros que tinha, e dava-lhe a ler o *Correio da Europa*, do qual meu irmão lhe traduzia as noticias mais importantes da época.

É de saber, que então era o tempo da maior efervescencia da revolução franceza, e que tudo o que alli se passava era do maior interesse para o mundo, particularmente d'aquella parte que se interessava pela liberdade, e pela emancipação futura do genero humano. Meu irmão achou alli, como vulgarmente se diz, uma mina riquissima de que podia tirar conhecimentos não só para si, mas para os outros. E assim não só communicava ao seu novo amigo as noticias mais importantes que lia, porém d'ellas fazia egualmente uma especie de boletim, que me mandava quasi todos os correios para Coimbra.

Além d'este boletim semanal, ou quasi semanal, me mandou tambem meu irmão alguns livros, então raros, de que eu não tinha noticia; e com ambas estas leituras, a minha intelligencia muito mais se começou a desenvolver, e a minha razão entrou a fortificar-me, cada vez mais, no amor da liberdade, e no horror que já tinha a tudo que era tyrannia e poder absoluto; ideias, que gradualmente profundaram raizes em meu coração, e sempre conservei, ainda conservo, e conservarei em quanto tiver vida.

Com esta diversão de leituras o meu espirito se tranquillisava, tornava-se-me menos pesado o meu estado claustral, e se modificava o dissabor que sentia com os estudos obscuros, inintelligiveis, e enfadonhos da theologia.

Quasi porém no fim d'elles houve grandes, e sérios disturbios no collegio, nos quaes figuraram alguns dos meus condiscipulos. Este acontecimento, junto com o descontentamento que a escola velha do collegio começava a ter das novas doutrinas que os professores novos começavam a ensinar a seus discipulos, e até recebiam, com avidez, doutrinas, que particularmente eram avessas ao velho dogma da infallibilidade do papa, e do poder d'este sobre o governo temporal das nações, fizeram com que essa velha escola, que ainda se conservava com suas ideias puras, e incorregiveis, procurasse um meio que cortasse o mal pela raiz.

O meio que mais efficaz lhe pareceu, para obstar aos males que suas imaginações decrepitas lhes suggeriram, foi o darem por findo mais cedo aquelle curso de estudos, e fazer sahir quanto antes os alumnos que alli estavam com os professores de quem não faziam bom conceito por suas opiniões, e em logar d'elles povoar o collegio tanto de novos discipulos como de novos mestres, e taes, que podessem ensinar doutrinas, que só conviessem a essa educação mesquinha e servil, que pretendiam dar aos nossos educandos.

Executou-se este projecto, e como fosse costume distribuir pelos conventos da congregação os estudantes que acabavam os seus estudos, tocava-me tambem a mim escolher um, ou pedir que me nomeassem o que eu

gressores, arremessou uma pedra contra o grupo, e com tal fatalidade, que foi ferir gravemente um d'elles, o estudante do 2.° anno de Direito, Antonio de Barros Coelho de Campos, de Farminhão, districto de Vizeu; resultando d'isso o fallecer no dia 5.

Esta morte produziu uma profunda sensação na parte séria da academia; e 33 academicos nos dirigiram um protesto, que publicámos no dia 10 do mesmo mez de Maio, contra o barbaro uso das *troças*.

Esse protesto terminava com as seguintes palavras:

«Um governo lembrou-se de fazer uma *reforma*, acabando com as tradições solemnes do dia 8 de Dezembro: porque se não lembraram ainda de acabar com esta tradição funesta — *a troça*?

«Alguma policia e alguma memoria, e essa tradição desappareceria. A dignidade humana offendida faz cadaveres.

«Lembre-se d'isto a academia, e lembrem-se os poderes publicos.

«Coimbra, 7 de Maio de 1873.»

Hoje já isto não lembra, e renovam-se os factos, que podem produzir cadaveres!

No sabbado, 20 de Outubro ultimo, depois de anoutecer, um grupo de academicos encontrando um estudante do 1.° anno de Direito proximo ao Jardim Botanico, investiram-n'o para lhe cortar o cabello. O estudante caiu no chão, e ahi lhe deu um ataque nervoso. N'esse mesmo estado, e no chão em que se achava lhe cortaram o cabello.

Depois d'isso poude o aggredido levantar-se e tratou de fugir. Não contentes os aggressores com o que tinham feito, perseguem o estudante e batem-lhe na cabeça com uma moca, a qual resvala e lhe bate fortemente na clavicula do hombro direito, deixando-o em estado, que se suppõe ficará aleijado do braço d'aquelle lado.

Impressionado com este acontecimento, outro estudante do 1.° anno de Direito, o sr. Tito Vespasiano Castello Branco, escreveu e fez lithographar n'uma das lições do seu anno, que costuma organisar, a seguinte:

«CONVOCAÇÃO

«Convida-se em nome da fraternidade, o curso do 1.° anno de Direito para uma reunião, onde se discutirão cousas que aproveitam á segurança e inviolabilidade de cada um de nós.

«Pessoalmente se dirá ámanhã o logar da reunião.»

O sr. Tito Vespasiano, não só pela sua edade, mas por ter sido redactor de alguns jornaes de Vizeu, e correspondente de outros, tinha até então passado incolume das aggressões dos trocistas. Desde, porém, que appareceu aquelle convite, começou a ser aggredido.

Foi, por isso, que o mesmo academico veiu á imprensa, publicando no *Tribuno Popular* de quarta feira ultima uma carta, em que tratava de explicar os factos e o motivo e fins d'aquella sua convocação.

Passados tres dias, no sabbado ultimo, o sr. Tito Vespasiano, que mora aos Palacios Confusos, teve á noite de ir ao cimo da rua da Esperança entregar a um seu amigo um livro, que lhe havia sido encommendado e que queria remetter para Vizeu.

O sr. Tito ia de chapeu, e á paizana. Ao chegar ao cimo da rua da Esperança encontrou um grupo de estudantes com os rostos cobertos. Faziam mascaras dos gorros, enfiados pela cabeça até ao pescoço, e com buracos na direcção dos olhos e nariz.

Hesitou o sr. Tito no que faria; mas por fim animou-se a caminhar.

Os desordeiros dirigem-se a elle, agarram-n'o, cortam-lhe o cabello, dão-lhe murros, e um bate-lhe fortemente com um *box* na face direita.

A isto o sr. Tito grita — *aqui d'el-rei!* — e segura pela capa um dos principaes aggressores. N'essa occasião outro estudante descarrega-lhe uma forte pancada na testa, e com tal violencia, que se lhe dá um pouco mais para a direita era o sr. Tito infallivelmente assassinado.

A esse tempo desciam um bedel e um continuo da Universidade, da Couraça dos Apostolos para a rua da Esperança, e ouvindo os gritos correram na direcção dos desordeiros, que depois de praticarem aquellas proezas tratavam de se retirar.

Procuram os referidos empregados verificar quem eram os desordeiros; mas dois d'elles atravessam-se-lhes deante, e arrancando ambos por espadas que traziam debaixo das capas, ameaçam de os matar com ellas, se se lhes aproximam. Em vista d'este facto, os empregados nada poderam fazer e os desordeiros evadiram-se impunemente.

Coincidiu com isso, que o sr. vice-reitor da Universidade, actualmente em exercicio, o sr. conselheiro Francisco de Castro Freire, caminhava a essa hora do lado da botica da Misericordia, em direcção ao arco de D. Jacintha; e ahi mesmo se lhe apresentou o sr. Tito Vespasiano todo ensanguentado, expondo-lhe o attentado de que acabava de ser victima.

D'ahi dirigiu-se o sr. Tito á botica da Misericordia, onde o administrador d'ella, o sr. Pereira, lhe fez os primeiros curativos.

Nada mais precisamos de acrescentar a esta singella narração dos factos.

Expomol-os a todo o paiz, para que se saiba a segurança que se gosa em Coimbra, e o que está impunemente praticando um bando de discolos e desordeiros, imitadores da antiga e famosa *Republica do Carmo*; — discolos e desordeiros, que não recuam deante do horror que a todos os homens de bem devem inspirar tão audaciosos crimes, aggravados com a circumstancia odiosissima de serem praticados contra mancebos inoffensivos e pertencentes á sua mesma classe social!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Depois da interrupção de alguns mezes publicou-se n'esta cidade o 6.° numero da *Revista de Theologia*.

Traz este numero — *O sermão do monte ou o codigo civil dos christãos* (continuação) pelo sr. dr. Motta Veiga. — *Liturgia — O clero catholico* (continuação) pelo sr. dr. Menezes. — *Monotheismo — Falta de clero*, pelo sr. dr. Lino.

Chamaram particularmente a nossa attenção as reflexões que faz o sr. dr. Lino ácerca do clero.

O illustrado escriptor lamenta a falta, que ha annos a esta parte se vae sentindo de clerigos em todas as dioceses de Portugal.

Diz que ha seminarios que não são frequentados talvez por meia duzia de alumnos.

A vida do padre, diz o sr. dr. Lino, é cheia de amarguras; o caminho que trilha está semeado de espinhos. Não agrada, pois, o sacerdocio a quem no goso material vê o fim unico da sua estada na terra.

Compara o enthusiasmo que antigamente havia pelo estado ecclesiastico, o qual chegava desde a choupana humilde do pastor até ao palacio dourado da magestade; com a épocha actual, em que quasi se julga uma deshonra o ser ministro de uma religião, que é toda de amor e caridade, porque é divina.

N'este sentido faz outras considerações o sr. dr. Lino.

Tem muita razão o esclarecido redactor da *Revista de Theologia*. Concorre muito para esse afastamento da vida ecclesiastica a má vontade que se manifesta por parte de muitos individuos contra o clero.

Devemos, porém, ser justos, e dizer toda a verdade — muitos ecclesiasticos dão pelo seu irregular procedimento motivo a essa má vontade e indisposição contra elles.

Quando se vê um padre — que, como muito bem diz o sr. dr. Lino, é ministro de uma religião, *toda d'amor e caridade* — largar a egreja, e a missão de paz que lhe foi incumbida, para se entregar á politica facciosa e intolerante; quando se vê o padre, que devia harmonisar quanto podesse as desintelligencias entre os fieis confiados ao seu cuidado, ser o proprio que intriga uns contra os outros, que irrita as paixões, e que exacerba os animos — nada se póde extranhar, que ao amor que elle devia merecer, se fosse um bom sacerdote, seja substituida a animadversão dos seus parochianos.

Não vê o sr. dr. Lino o que se está praticando n'este concelho? Não sabe, que alguns parochos, não se contentando com serem activos agentes e galopins eleitoraes nas suas freguezias, saem d'ellas para irem a outras parochias estranhas semear intrigas, fazer ameaças, e proceder em tudo de um modo indigno de qualquer cidadão, quanto mais de um ecclesiastico?

Que espera, portanto, o sr. dr. Lino? Acaso não concorrem esses maus padres, para que os individuos que são naturalmente desaffectos á classe ecclesiastica, confundam o joio com o trigo? Não pesa sobre esses parochos uma grave responsabilidade, não só pelos actos altamente censuraveis que praticam, mas por contribuirem para se generalisar cada vez mais essa indisposição para com o clero?

O exm.° sr. bispo conde, apesar dos seus incommodos de saude, não duvida ir ás partes mais remotas da diocese, aos montes mais elevados e invios, para verificar pessoalmente o que alli se pratica, qual o estado das egrejas e o procedimento dos parochos, a fim de providenciar e tratar de remediar quanto possivel os males existentes.

Pois não era preciso que o exm.° prelado fosse a taes distancias para achar que corrigir. Bastava que visitasse algumas das egrejas d'este concelho, e se informasse de qual o procedimento dos respectivos parochos, para achar motivo para as mais severas reprehensões e para as mais asperas censuras.

Seria para desejar, que antes de partir para tão longe attendesse ao que se pratica aqui bem perto. Estamos certos que o zeloso prelado sairia d'essas parochias justamente indignado do irregularissimo proceder de taes parochos.

O sr. dr. Lino, no seu artigo publicado na *Revista de Theologia*, encarou a questão só por um lado. E' mister que a encare por todos elles.

Se nos devemos revoltar contra aquelles individuos, que systematicamente accusam o clero; tambem nos cumpre stygmatisar os sacerdotes, que pelos seus actos facciosos e intolerantes merecem a geral reprovação.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

mais desejava. E como os meus desejos eram o occupar-me o menos que fosse possivel com a diaria, monótona, e fastidiosa tarefa das cantorias e rezas do côro, para as quaes nunca tive geito, e que no tempo do collegio as ultimas eram insignificantes e toleraveis, fiz logo tenção de pedir moradia para o convento onde ellas fossem menores e menos impertinentes.

Entre os conventos, que então havia, era o de Refoyos do Lima o mais distante, e que tinha menos gente, e por consequencia aquelle em que haveria menos festas, e portanto menos incommodos para mim. Revelando eu esta minha intenção a um dos meus companheiros de quem era amigo mais particular, achei que tinha os mesmos sentimentos, e que desejava ser meu companheiro. Este meu antigo collega era moço honrado e de juizo; pertencia a uma familia nobre de Canas de Senhorim, chamava-se D. João, e teve depois grande emprego na congregação, e chegou a ser meu prior em S. Vicente, onde se mostrou meu verdadeiro amigo, prestando-me serviços dos quaes ainda fallarei.

——

ANNO DE 1794 ATÉ 1800

Como fossemos despachados como desejavamos, preparamo-nos para a viagem, e só ambos nos puzemos a caminho para o convento de Refoyos do Lima, porque para alli ninguem mais pediu. Fizemos uma viagem muito agradavel. Vimos terras que nunca tinhamos visto; estivemos no Porto e em Braga, e ao mesmo tempo fomos ver o grande convento de Tibães, pertencente aos frades benedictinos, no qual conheci pela primeira vez Fr. Francisco de S. Luiz, que morreu vice-presidente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, de quem sempre fui amigo até á morte, sendo seu collega na Academia. De Braga passámos á Ponte do Lima, e d'alli finalmente ao nosso convento de Refoyos, que distava uma pequena legua d'esta villa

Fomos alli muito bem recebidos, e logo vimos, que tinhamos acertado em nossa resolução, porque apenas constava d'uma duzia de moradores, e muitos d'elles velhos, circumstancia, que nos fez crer, que não teriamos alli grande trabalho, e que com effeito assim aconteceu

Quando alli cheguei tinha 23 annos, e sómente tinha ordens menores; e bem cuidava eu que não passaria d'alli, e que me deixariam assim ficar, ao menos, por muito tempo; mas não o pude conseguir, e a fallar a verdade não era facil nem possivel, porque me tornava um membro absolutamente inutil para trabalhar, como se diz, na vinha do Senhor. Foi, portanto, necessario ordenar-me de missa, e passar por esse grau ecclesiastico para o qual eu já via que não tinha vocação.

Para me ordenar, era preciso ir a Braga, onde então era arcebispo o homem mais respeitavel que tenho conhecido em toda a minha vida. Este homem extraordinario era D. Fr. Caetano Brandão, um verdadeiro apostolo, e que de bispo do Pará havia passado para Braga. Como fosse muito affeiçoado aos padres de Refoyos, tratou-me ás mil maravilhas logo desde a primeira vez que me viu, e sem me examinar, segundo o costume, deu-me as primeiras ordens, denominadas *Sacras*, e ficou meu amigo.

Faltavam-me ainda as duas ordens de diacono, e de missa, e foi elle tambem quem mas conferiu, tornando-se, pelas tres vezes que me ordenou, cada vez mais meu affeiçoado, e mostrando-se comigo não só amigo, mas tratando-me com a maior franqueza e familiaridade.

E como sou pois obrigado a fallar n'elle, porque não podia deixar de fazer menção d'esta circumstancia da minha vida, digo, que tendo este respeitavel prelado succedido a um principe, D. Gaspar, um dos filhos bastardos de el-rei D. João V, e que tinha em Braga uma verdadeira côrte com todos os atavios e momices da realeza, longe de lhe seguir exemplo foi um extraordinario modelo de singeleza e até de pobreza voluntaria.

Carruagem, e cavallos, mobilia rica de casa, como baixela de prata e ouro, tudo vendeu, e distribuiu pelos pobres; despediu camaristas, moços da camara, e toda a mais criadagem, que seu antecessor sustentava na côrte, que tinha, e ficou vivendo como um pobre ecclesiastico. O seu palacio, até alli centro da etiqueta e do luxo, converteu-se na residencia do mais parco e honesto abbade do seu arcebispado; em uma palavra tornou-se em um verdadeiro discipulo d'aquelle de quem fazia as vezes; era um apostolo.

(Continuar-se-ha).

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 11 de Novembro de 1877.

O governo levou mais um cheque. O processo da penitenciaria foi mandado archivar por não haver fundamento judicial contra os individuos denunciados. Depois d'isto, para um ministerio que prezasse a sua dignidade, o que devia elle fazer? A resposta é obvia e está ao alcance dos menos entendidos n'estas cousas politicas.

Entretanto elle vae *son train*, impellido por ventos que não lhe correm de feição, sem norte, sem rumo, á mercê do acaso, sem um ponto de apoio em que se firme, unicamente esperançado em adhesões ficticias com as quaes pretende governar, mas pelas quaes ha de cair.

— Chegou hontem ás 6 horas e meia a familia real. Foi esperada na estação pelo sr. D. Fernando, presidente do conselho, ministro da marinha, commandantes dos corpos e outros funccionarios. Sua magestade mandou entregar ao governador civil do Porto réis 300$000 para distribuir por pessoas necessitadas da Povoa de Varzim e do Porto.

— O sr. Antonio José Henriques, machinista da imprensa nacional, e moço intelligente, publica no *Diario de Noticias* o itinerario em verso, para o dia de S. Martinho, cujo dia é hoje. Têm pilheria e graça.

— Os marchantes entregaram no ministerio do reino uma representação contra a existencia dos talhos municipaes, porém a camara de Lisboa continua alargando a área d'esse melhoramento de incontestavel vantagem e utilidade para os habitantes do municipio. É a da venda de carne de vacca nos carros ambulantes em diversos districtos.

A camara, no seu orçamento para o anno economico de 1877-1878, consignou uma verba para a continuação do serviço dos talhos municipaes. O conselho de districto, porém, consultou o governo a respeito da verba orçamental com relação aos mesmos.

A camara representou ao governo, sendo já ha dias entregue ao sr. ministro do reino, pelo sr. Daun e Lorena, seu presidente, a representação. O sr. marquez d'Avila, ao recebel-a, disse que a questão da alimentação era da mais alta importancia, e que, depois de a examinar e a estudar, resolveria com brevidade.

E, pois de esperar que o sr. ministro do reino confirme as deliberações da vereação, concedendo-lhe os meios para a conservação dos talhos municipaes, tanto mais que a verba auctorisada para os referidos talhos tem sido sempre approvada pelo conselho de districto e por todos os governos.

A venda de carnes, pelo systema que a actual camara municipal tem posto em pratica, é de summa vantagem e de utilidade real para o povo. Não ha alli monopolio de especie alguma, e os consumidores são mais bem servidos do que nos talhos particulares.

— Com relação a pão, temos tambem a fabrica *Progresso*, inaugurada ha pouco, que faz percorrer diariamente algumas carroças, onde o povo se fornece de pão mais barato, melhor fabricado e com o competente peso. Não ha muitos annos ainda que a policia era cuidadosa e vigilante com relação a este genero de consumo. Hoje, os padeiros fabricam pessimamente, roubam com inaudito descaro e a seu salvo; e o povo geme... sem poder esperar providencias.

São de incontestavel vantagem estes melhoramentos. Hoje, que o povo se vê a braços com a carestia dos generos de primeira necessidade, que mal aufere um salario rasoavel para se alimentar e sustentar o capricho dos senhorios, que de semestre a semestre elevam as rendas das casas, seria para desejar que todos auxiliassem o industrial sincero, que, sem fazer monopolio, trata dos seus negocios com lisura, auferindo resultados comparativamente maiores do que os que traficam infamemente com a miseria publica.

Com relação ao vinho, é pessimo e de um gosto nauseabundo. E, entretanto, cada garrafa que mal comporta 7 decilitros, paga-se por 100 réis. Chamam-lhe Cartaxo, Torres, Termo, Bucellas, Carcavellos, e, de todas estas partes nem gota de vinho possuem. A fiscalisação para este genero é nenhuma, e o povo envenena-se lentamente, e paga este veneno por um preço exorbitante. O que faz o sr. delegado de saude? O que fazem as auctoridade sanitarias, que não olham por estas cousas? Não ha varejo, não ha fiscalisação, não ha nada, que possa conter os traficantes na sua sede de ganhar dinheiro, seja por que modo fôr.

O que lhe digo, amigo Martins, é que a vida está carissima em Lisboa. Uma casa com tres quartos rende actualmente oito a dez moedas, mal arejada, com as pias no interior, exhalando um fetido insupportavel. Junte a isto tudo, para quem aufere poucos meios, a insufficiencia da alimentação, e diga-me se é para admirar que a estatisca mortuaria augmente dia a dia, em proporções horrorosas! Na semana finda em 3 do corrente falleceram em Lisboa 118 pessoas, 61 do sexo masculino, e 57 do feminino. É muito! E tudo isto em consequencia das pessimas condições hygienicas d'esta terra, que influem na saude da população, que não tem os commodos precisos, que vive uma vida rachitica, mal alimentada, e... apparentemente bem vestida!

— Diz-se que se descobriu em fim o assassino da infeliz da rua da Atalaia. Ás diligencias do Canarim e do policia Castello Branco, se deve o bom resultado da empreza. O assassino foi o proprio amante da infeliz, por alcunha o *Damas*.

— Deixe-me concluir com a seguinte recordação historica:

Completam-se a 20 do corrente 312 annos que foram lançados os primeiros fundamentos á fortaleza de Diu, theatro das façanhas dos portuguezes no Oriente. O seu primeiro governador foi Nuno da Cunha. Passado tempo trouxe Diogo Botelho a noticia de que tinhamos uma fortaleza em Diu, vindo da India a Lisboa n'uma embarcação de vinte e sete palmos de comprido e nove de largo! Que patriotismo e que dedicação dos portuguezes d'aquella épocha! Mas não ficou inferior a Diogo Botelho, Manoel de Oliveira Nobre, que, duzentos setenta e dois annos depois, em 1808, embarcando n'um pequeno cahique, levou á America a D. João VI a noticia da restauração do Algarve.

Adeus.

P. J. CONCEIÇÃO.

COMMUNICADO

Ainda a questão de solicitação

(Continuado do n.° 3160)

A opinião publica não falla, nem fallou nunca desfavoravelmente da mulher, como assevera o estimavel articulista. Se por opinião publica se deve entender a somma de opiniões de certa parcialidade religiosa, especie de phariseismo, que repugna pela sua hypocrisia e pela sua devassidão, se opinião publica é a de meia duzia de mulheres de infima condição, que se reunem todas as noites e todas as madrugadas, isto é, das 7 ás 10 da noite e das 3 ás 6 da manhã, n'uma capellinha mal illuminada, propriedade do sr. padre Grainha, então sim, perante tal opinião, a mulher é corrupta e devassa, porque o são todas as que por fóra não forem a estatua viva da penitencia e por dentro um cemiterio de ossadas e podridão.

E o tribunal ecclesiastico da Guarda teve o cuidado de chamar a depor sobre a moralidade de Maria Rita, as companheiras de todos os dias do sr. padre Grainha; e de não se lembrar das pessoas que mais competencia tinham no caso, — dos parochos da que se diz solicitada.

Não, a vida de Maria Rita não foi legalmente declarada corrupta e devassa por uma junta de medicos.

Que se aproveita em illudir o publico? Não existia semelhante junta, mas ainda que existisse, todo o mundo sabe que não tinha competencia legal para decidir sobre casos de moralidade, mas sim, para decidir questões submettidas á sua apreciação clinica.

Não se chama um advogado para fazer uma autopsia, um exame de sanidade, compor uma perna fracturada, ou um medico para defender um reu. Cada classe tem a sua esphera de acção legal, para fóra da qual não póde sahir.

Admittida a existencia do facto criminoso da seducção no confessionario, achamos naturalissimo que Maria Rita continuasse a ser confessada do que accusa de seductor. Dado tal facto, nascia o interesse em que não se revelasse, e só não se confessando a outro padre, que em conformidade com a lei, que regula os casos de solicitação, a obrigaria sob pena de excommunhão a denunciar o seductor á auctoridade, conseguiu que o crime ficasse nas trévas. O padre seductor tem todo o interesse em fazer crer á sua victima que a pode absolver.

Quem macula o sacramento da penitencia, seduzindo uma penitente, não trepida perante o crime da absolvição do cumplice. O argumento por tanto do articulista só prova que póde haver dois crimes.

As razões expostas explicam perfeitamente o silencio da mulher, não denunciando o facto, que fazia tambem a sua vergonha, e põe bem ás claras a causa determinativa da sua adhesão por oito annos ao confessor que accusa de seductor.

Mas, continua o articulista, não forneceu elemento nenhum de prova ao tribunal e nem quiz ser parte no processo.

A desgraçada offereceu as suas declarações, não era obrigada a mais pela lei, que não exige em taes casos mais que as declarações da pessoa queixosa, e as de pessoa que a tenha ouvido a tal respeito e leves indicios.

O padre impio e perverso, que attente contra o pudor das suas penitentes no confessionario, tem o cuidado de não chamar testemunhas que assistam ao seu crime. É na emboscada, nas trevas e no silencio que elle o realisa. Por isso a lei não exige prova testemunhal por impossivel, e manda receber como prova bastante as declarações da parte queixosa, se ella fôr digna de credito. Devendo ser parte n'estes processos o promotor das justiças ecclesiasticas, não se deve accusar a mulher de o não ter querido ser. Sel-o importaria despezas que ella não está habilitada a fazer, e com isso não conseguiria mais, do que conseguiu o muito reverendo promotor.

Não conhecemos lei que obrigue o aggredido a perseguir nos tribunaes o aggressor. Quando o crime é publico, ha em todos os tribunaes judiciaes um funccionario encarregado de promover a justiça contra o criminoso e a integridade d'este magistrado dispensa sempre as partes offendidas de se inscreverem como parte no processo.

Não desejavamos que o sr. padre Grainha fosse condemnado, se estivesse innocente, já o dissemos; mas queriamos que o tribunal ecclesiastico da Guarda discutisse a questão regular e não tumultuariamente, porque só assim ficaria bem manifesta aos olhos de todos a justiça, e o accusado salvo perante o direito e perante a opinião.

A sentença de absolvição, que, sem ter havido pronuncia o tribunal ecclesiastico lavrou em favor do accusado, nada vale para o publico, porque é o maior attentado forense de que temos conhecimento. Não tendo o sr. Grainha sido pronunciado, de que é que o tribunal o absolve?

Guarda, Outubro de 1877.

NOTICIARIO

Notavel acontecimento na sala dos capellos da Universidade em 1803. — No dia 31 de Julho de 1803 tomou o grau de doutor na Faculdade de Leis, Miguel de Sousa Borges Leal, filho de Felix de Sousa Nogueira, natural de Campo Maior, comarca do Maranhão.

Tinha elle recebido um *R* no seu exame privado, com o que se julgava muito offendido; e assim, no acto do doutoramento na sala grande dos actos, em presença do vice-reitor e de todo o corpo cathedratico, no costumado discurso de agradecimento, dirigiu severas censuras ao lente que assim o aggravára; e no fim de tomar o grau de doutor agradeceu sómente a Deus e á Virgem Maria, excluindo assim o vice-reitor e todos os lentes, contra a pratica sempre usada.

Em consequencia d'isso, o vice-reitor determinou que a corporação universitaria o não acompanhasse; e egualmente, logo que elle se recolheu a sua casa, o mandou prender.

Inteirado d'isso o ministro do reino, visconde de Balsemão, ordenou que ficasse annullado o grau de doutor que elle havia recebido, e que fosse obrigado a sair de Coimbra dentro em tres dias.

Vamos publicar todos os documentos a esse respeito. Devemos, porém, dizer, que segundo a pratica costumada, a oração de Borges Leal foi recitada em latim, e na mesma lingua foi escripta a sua pequena despedida quando saiu da cidade; mas tudo isso publicamos em portuguez.

Oração recitada por Miguel de Sousa Borges Leal, no acto de tomar o grau de doutor em Leis.

«Benevolos ouvintes e academicos. — Os meus trabalhos e estudos de que alcancei sempre victoria e exito feliz n'esta nobre academia, durante os cinco annos, só pelos meus merecimentos e sem o auxilio dos homens, e o modo de dirigir os meus negocios na vida civil imperaram finalmente no meu animo para que eu viesse hoje a este logar. E ainda que no ultimo curso do sexto anno eu tivesse obtido, na votação do meu exame privado, oito letras d'approvação, e me vexasse e desgostasse uma só letra de reprovação, lançada por um meu antigo professor (não sei quem verdadeiramente, mas tenho suspeitas); desprezados inteiramente os direitos adquiridos nos cinco annos do meu curso universitario; inteiramente desprezado o cuidado e solicitude dos meus estudos; inteiramente desprezada a sanctidade do juramento prestado; completamente desprezados os deveres da civilidade e cortesia, que nunca são esquecidos pelos homens de bem; inteiramente desprezados os sagrados principios do direito natural, tendo em fome da equidade e da egualdade; e finalmente, preclarissimo vice-reitor, o que é mais ainda, e peor que tudo, desprezado completamente o summo respeito e temor de Deus, a quem se deverá dar conta exacta de todas as nossas acções: que mais direi eu pois?

E ainda que, dil-o-hei segunda vez, no ultimo curso dos meus estudos eu tivesse obtido na votação do meu exame privado oito letras d'approvação, e só uma letra de reprovação me vexasse, e... Mas não o repetirei mais; não obstante venho hoje a este logar, para que o fim corôe a obra infausta, infeliz e sinistra. Disse.»

Oração do mesmo, em acção de graças, no fim do grau de doutor.

«Resta-me agora dar graças *tão sómente* a Deus de infinita bondade e grandeza, e á Virgem Mãe Santissima.»

Aviso regio para Miguel de Sousa Borges Leal ser riscado da Universidade e das honras de doutor.

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor. — Sendo levado á real presença do Principe Regente Nosso Senhor a conta, que v. ex.ª me dirigiu em data de seis do corrente mez de Agosto, com a outra conta, n'ella inclusa, e que a v. ex.ª deu o vice-reitor da Universidade, referindo os insultantes excessos, a que, na solemne acção de se conferir o grau de dr. na Faculdade de Leis a Miguel de Sousa Borges Leal, se havia elle mesmo arrojado, com ousadia temeraria, e nunca acontecida, a insultar, com palavras, e gestos de arrogancia, não só aos lentes, e doutores da referida Faculdade, mas á Universidade toda, e Faculdades d'ella, que na forma do costume, assistia áquelle acto, injuriando assim aquelle respeitavel corpo, como em despique de ter levado um *R* no seu exame privado, e haver sido, por este motivo approvado *simpliciter*, como o são todos os que não tem a absoluta approvação *nemine discrepante;* e dando por este, e outros criminosos absurdos a justissima causa, de tomar o sobredito vice-reitor a prudente, e circumspecta resolução, de que o corpo da Universidade não o acompanhasse, e de que, depois de recolhido a sua casa, fosse d'ella conduzido á cadeia; dando-se d'isto conta a Sua Alteza, para o mesmo senhor se servir de tomar, a este respeito, a ulterior resolução, que mais justa, e conveniente lhe parecer: E havendo S. A. R. tomado em consideração tudo o referido na conta de v. ex.ª, e na do vice-reitor da Universidade; e visto, com grande desprazer seu, os insultos, e excessos a que se arrojou o sobredito Miguel de Sousa Borges Leal, ultrajando com elles o respeitavel corpo da Universidade, e mais ainda a Faculdade de Leis, a que, pelo grau, ficava incorporado: Querendo dar ao referido corpo, e Faculdade, a justa satisfação de um aggravo, de que não ha, nem houve ainda exemplo; é servido, como soberano, e como immediato protector da Universidade, de haver por nullo, e de nenhum valor, e effeito, o grau de doutor, que se conferiu ao sobredito Miguel de Sousa, para não ser havido por incorporado na respectiva Faculdade de Leis, nem gosar das honras, graças, direitos, liberdades, e isenções concedidas aos doutores da dicta Universidade; riscando-se, e trancando-se o assento, que se fez nos livros academicos, da recepção do grau que tomou; e que o sobredito vice-reitor da Universidade lhe mande assignar, da cadeia, um termo de sahir dentro de tres dias, da Universidade, e cidade de Coimbra, para nunca mais tornar a ella; e isto debaixo da comminação das penas, que mais proprias, e ajustadas parecerem, á vista da gravidade dos seus delictos. O que, de ordem do Principe Regente Nosso Senhor, participo a v. ex.ª, para que assim o fique entendendo e faça executar. — Deus guarde a v. ex.ª Palacio de Queluz, em vinte e nove de Agosto de mil oitocentos e tres. — Visconde de Balsemão — Senhor Bispo Conde de Arganil, Reformador Reitor da Universidade de Coimbra.

Cumpra-se e registe-se. Lisboa sete de Setembro de mil oitocentos e tres. — Bispo Conde Reitor Reformador.

Portaria para o vice-conservador mandar á cadeia intimar a Miguel de Sousa Borges Leal o aviso antecedente.

O dr. vice-conservador faça por um de seus escrivães intimar a Miguel de Sousa Borges Leal, preso na cadeia da Universidade, que se prepare para sair d'ella e em direitura para fóra da Universidade e cidade de Coimbra, assignando logo termo de assim o cumprir dentro em tres dias, e de nunca mais tornar a ella, com as penas de seis mezes de cadeia, e de ser degredado para os logares d'Africa por toda a vida: e outrosim que foi Sua Alteza Real servido haver por nullo e de nenhum valor o grau de doutor em Leis conferido ao mesmo Miguel de Sousa Borges Leal no dia 31 de Julho antecedente, e que por tanto fica privado das honras, graças, direitos, liberdades, e isenções concedidas aos doutores da Universidade, e que não poderá nomear-se doutor nem acceitar de ninguem essa denominação, debaixo das penas estabelecidas contra os que se nomeiam em grau que não tem. — Coimbra 12 de Setembro de 1803. — Vice-reitor.

Cumpra-se na fórma d'esta determinação, registrando-se no livro competente. — Coimbra 12 de Setembro de 1803.

Despedida de Miguel de Sousa Borges Leal aos academicos na saida de Coimbra.

O que disse, disse, o que escrevi foi o que aconteceu. Valha-me porém a minha felicidade. Deus estará sempre comigo. Adeus academicos amigos. — *Miguel de Sousa Borges Leal Castello Branco.*

Boa nova. — O sr. conselheiro Simão José da Luz Soriano já começou a escrever o primeiro volume da terceira épocha da *Historia da guerra civil em Portugal.*

Está agora tractando do celebre congresso de Vienna, no qual figuraram condignamente os nossos tres plenipotenciarios, desempenhando-se dos seus deveres com honra, intelligencia e patriotismo.

Foi o congresso de Vienna o primeiro acontecimento importante depois da terminação da guerra da Peninsula.

O mesmo benemerito e infatigavel historiador se propõe ainda mandar para a imprensa, por todo este mez ou principio do proximo futuro, os documentos relativos á primeira épocha da *Historia da guerra civil em Portugal.*

Livraria. — Está annunciada para o dia 20 e seguintes a venda da livraria que pertenceu ao fallecido sr. dr. Francisco da Fonseca Correia Torres, conego thesoureiro-mór da sé d'esta cidade. Vimos já o catalogo d'esta livraria, que entre as de particulares d'esta cidade se póde dizer copiosa. O catalogo comprehende 1:193 obras, as quaes constarão talvez de 2:500 volumes.

Entre os livros portuguezes encontram-se dos nossos classicos e escriptores de boa nota mais estimados. Ha alli obras de Fr. Luiz de Sousa, Padre Manoel Bernardes, Fr. Antonio das Chagas, Fr. João de Ceita, Fr. Heitor Pinto, Padre Antonio Vieira, Fr. Bernardo de Brito, Cenaculo, Francisco Alexandre Lobo, Manoel Severim de Faria, Viterbo, João Pedro Ribeiro, D. Luiz de Menezes, Francisco Manoel de Mello, Diogo do Couto, Ruy de Pina, Garcia de Rezende, Francisco d'Andrade, Damião de Goes, Fr. Francisco de S. Luiz, Antonio Tenreiro, Fr. Thomé de Jesus, Antonio de Carvalho da Costa, Jacintho Freire d'Andrade, e outros muitos dos que na nossa litteratura são mais apreciados.

Encontram-se tambem algumas Constituições de bispados, e muitos livros relativos ás antigas ordens religiosas. Livros de archeologia e bellas artes ha tambem alguns muito apreciaveis, principalmente francezes.

Em summa é esta uma bibliotheca muito escolhida e abundante de obras estimaveis. Recommendamos pois aos amadores de bons livros que não percam esta occasião de os obter. O leilão é no edificio do Instituto, rua do Infante D. Augusto, n.º 50.

Desgraça. — No dia 6 do corrente, das 6 para as 7 horas da tarde, foi calcado pelos bois de Francisco Picão, do logar do Lavarrabos, d'este concelho, Joaquim, criado do mesmo Picão, morrendo instantaneamente.

O carro que os bois conduziam ia carregado de aboboras. Quando caminhava na ponte da Cidreira para baixo, vinha uma diligencia da Figueira para cima. Os bois espantaram-se e calcaram o rapaz.

É necessario que os conductores da diligencia tenham mais cautella, para não succederem desgraças como esta.

Outra. — O nosso amigo o sr. Joaquim Duarte Arcosa, negociante d'esta cidade, teve a infelicidade de quebrar uma perna, no largo 8 de Maio, em a noite de sabbado ultimo. Sentimos muito este desastre e desejamos o breve restabelecimento do sr. Arcosa.

Nova publicação. — O sr. Augusto Pereira de Moura, habil professor da cadeira de Cellas, d'este concelho, acaba de publicar um *Catecismo popular, contendo o summario da doutrina christã para uso das escolas.* Agradecemos o exemplar que nos offereceu, e no logar competente vae o respectivo annuncio.

O sr. Moura, além d'este *Catecismo*, já publicou um *Compendio de systema metrico decimal*, que se vende em Coimbra e Aveiro, por 200 réis; e uma *Nova taboada explicativa*, que se vende n'esta cidade na loja do sr. Severo, por 60 réis.

Jury de exames. — Foi nomeado o seguinte jury para o exame dos candidatos ao magisterio primario n'este districto de Coimbra.

Presidente — Dr. Francisco Antonio Diniz, commissario dos estudos.

Vice-presidente — Manoel Simões Dias Cardoso, professor do lyceu.

Gaspar Alves de Frias d'Eça Ribeiro.
Hermano José Ferreira de Carvalho.
João da Costa Mello Junior.
Luiz Augusto Pereira Basto.
Augusto Pereira de Moura.
Perpetua Felicidade Candida Serra.
Elvira Augusta das Neves Elysea.
Dulla Olympia.

Noticias de França. — *Paris, 11 de Novembro, de manhã.* — Os ministros irão ámanhã á camara onde provavelmente será discutida a marcha politica do gabinete. Até que se realise essa discussão o ministerio não pensa em demittir-se.

A camara dos deputados elegeu presidente a Jules Grevy, por 299 votos contra 159 listas brancas.

Guerra do Oriente. — *Constantinopla, 10 de Novembro á tarde.* — Desde hontem que lavra grande desanimo em consequencia dos ultimos revezes. A derrota em frente de Erzeroum foi um verdadeiro panico. Osman-pachá tentará em breve sair de Plewna para retirar sobre Sofia. O sultão mandou reforçar as guardas em volta do seu palacio.

ANNUNCIOS

1 LUIZ DE CARVALHO DAUN E LORENA e sua mulher, tendo visto no *Diario do Governo*, n.º 254, de oito de Novembro do corrente anno, que pela 2.ª repartição dos proprios nacionaes em a lista n.º 1195 e sob o n.º 12, se annuncia que no dia dez de Dezembro, perante o governador civil de Coimbra se ha de pôr em praça um fôro de 50¹,220 de azeite ás safras, imposto no seu olival chamado — a Manguinha — no sitio de Villa Franca, de que se diz serem senhorias directas as religiosas do convento de Semide, renovam o protesto que têm feito no jornal o *Conimbricense*, sempre que tal supposto fôro tem sido mettido em lista. O referido olival é livre, como consta dos titulos que os annunciantes têm no seu cartorio, e a casa do sr. Antonio de Brito nunca pagou fôro algum ao convento de Semide.

COMPANHIA
DE
FIAÇÃO E TECIDOS
DE
COIMBRA

2 SÃO CONVIDADOS os srs. accionistas d'esta companhia, para se reunirem no edificio da fabrica de S. Francisco da Ponte, no dia 18 do corrente, pelas 11 horas da manhã, a fim de se tratar de varios assumptos concernentes á fabrica e particularmente sobre a immediata applicação do artigo 12 e §§ dos estatutos, áquelles dos srs. accionistas que não têm satisfeito as suas entradas.

Coimbra 12 de Novembro de 1877.
Os directores
J. J. de Mendonça Cortez.
Adelino Antonio das Neves e Mello.
José Matheus dos Santos.

CATECISMO POPULAR
POR
AUGUSTO PEREIRA DE MOURA

3 CONTENDO o summario da doutrina christã, coordenado em harmonia com os programmas para os exames de admissão ao professorado e aos lyceus.

Á venda em casa do editor José Correia d'Almeida, Livraria Popular, rua do Visconde da Luz, 58 a 62.

Preço 100 réis.

4 NO DIA 18 do corrente vendem-se em praça umas casas, situadas em Luso, pertencentes a Francisco Baptista, do mesmo logar, cuja praça hade ser á porta do tribunal em Anadia.

SUBSTITUIÇÕES A MILITARES

JOÃO DE PINHO
221, RUA DA CALÇADA, 221
COIMBRA

5 ENCARREGA-SE de entregar aos interessados, bons substitutos com bons documentos para substituições no governo civil de Coimbra, tirando guias nas administrações dos concelhos. Faz substituições nos corpos das guarnições de Lisboa, Porto, Elvas e outras terras. Tambem obtem transferencias d'uns corpos para outros; e licenças para dois mezes.

Preços baratissimos

Venda de uma morada de casas em praça particular

6 PARA dar cumprimento aos legados expressos no testamento com que falleceu Francisco Fabiano Pereira, morador que foi no largo da Sotta, d'esta cidade, se ha de vender em praça particular, se o preço convier, uma morada de casas que pertenceram ao mesmo fallecido, sitas no largo da Sotta, d'esta cidade, propriedade designada pelo fallecido, em seu alludido testamento, para ser vendida, e do seu producto se pagarem os diversos legados constantes do mesmo.

A praça terá logar no dia 28 do corrente, pelas 12 horas do dia, na rua da Calçada, á porta do testamenteiro, o illm.º sr. Paulo José da Silva Neves.

Por esta forma fica convidada a exm.ª direcção do Asylo de Mendicidade, d'esta cidade, na qualidade de legatario *eventual*, a fazer-se representar no acto da praça, querendo. Presta quaesquer esclarecimentos até ao dia da praça o solicitador Abilio Maria Ladeiro, na rua da Calçada, n.º 39, 2.º andar.

OBRAS PUBLICAS DO DISTRICTO
DE
COIMBRA
Estrada districtal n.º 57 (á) do Porto de Louredo a Galizes por Arganil

Lanço do porto de Louredo á estrada real n.º 12, proximo a Valle de Vaz

7 NO DIA 22 do corrente mez de Novembro, pelas 10 horas da manhã, nas casas da administração do concelho de Santo André de Poiares, se hade proceder á arrematação em hasta publica de 3 tarefas de terraplenagens entre os perfis n.º 31 a 259 — 269 a 294 — 295 a 350, assim como se arrematará tambem 20mc.,00 de cal viva para as obras d'arte entre os perfis n.ºs 231 e 350.

O mappa do trabalho a executar e condições repectivas estão patentes na repartição das obras publicas d'este districto e na supradita administração do concelho de Santo André de Poiares.

Para ser admittido a licitar é preciso fazer o deposito da quantia mencionada nas condicções.

Coimbra, 9 de Novembro de 1877.
O director
Julio Augusto Leiria.

8 ALIPIO AUGUSTO DOS SANTOS participa a seus amigos e freguezes, que tendo dissolvido de commum accordo a sociedade que ha annos tinha com o sr. Bazilio Augusto Xavier d'Andrade, acaba de abrir um novo estabelecimento dos mesmos artigos, mercearia, tabacos, cera e muitos outros generos. Rua do Visconde da Luz, n.º 35 a 41.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3162 | Sabbado 17 de Novembro de 1877 | Anno XXXI

O CONIMBRICENSE
(XXXI ANNO)

Mais um anno podemos contar n'esta nossa carreira da imprensa periodica. Entra hoje este jornal no XXXI anno da sua publicação.

Os serviços que tem prestado este periodico, já com o primitivo nome de *Observador*, já com o de *Conimbricense*, não somos nós os competentes para os avaliar.

Os nossos leitores são os verdadeiros juizes; e, felizmente, a julgarmos pelos favores que temos recebido do publico, parece-nos não haver motivo para desanimar.

Reconhecemos que muito nos falta para que a redacção do jornal agrade plenamente, tanto pela variedade dos assumptos, como pela proficiencia com que devem ser tratados aquelles de que regularmente nos occupâmos.

Esperamos, porém, que a benevolencia dos nossos leitores nos desculpe, em attenção á carencia que temos de muitos dos conhecimentos para isso indispensaveis, e á circumstancia de que sobre nós pesa exclusivamente todo o trabalho do jornal — artigos, noticiario, revisão, e administração — além de outras occupações, que nos roubam muito tempo.

Temos feito o que nos é possivel; e diligenciaremos ir melhorando o jornal quanto estiver ao nosso alcance.

Cumpre-nos pagar a divida de gratidão para com os nossos bons assignantes, que nos têm coadjuvado n'esta empreza, e sem cujo auxilio o *Conimbricense* não podia existir.

E egualmente nos cumpre agradecer aos nossos collegas da imprensa periodica a deferencia e attenções que lhes temos merecido, e com o que nos penhoram cada vez mais.

Satisfeitos estes deveres vamos entrar em o novo anno do nosso trabalho jornalistico.

Joaquim Martins de Carvalho.

Por falta de espaço não podémos acrescentar algumas reflexões á noticia que démos no ultimo numero d'este jornal, dos factos praticados n'esta cidade.

Queremo-nos particularmente referir á circumstancia dos desordeiros, auctores dos crimes que alli narrámos, andarem francamente armados e mascarados pelas ruas publicas.

Poder-nos-hão dizer, que não é facto novo as troças academicas; e que em todas as épochas houve mais ou menos excessos. Assim será; mas o que é novo, o que antigamente se não presenceava, é que os discolos ousassem percorrer as ruas da cidade com o rosto coberto, achando-se assim habilitados a praticar todos os crimes, sem que seja facil saber quem são os auctores d'elles.

A famosa *Republica do Carmo*, a que nos referimos no ultimo numero, era um bando de desordeiros, que residiam no collegio do Carmo, da Sophia, e que alli estiveram desde 1836 em deante.

Não havia desordem e attentado que não praticassem; mas deve-se ter em conta, que era em seguida a uma guerra civil, em que todos os vinculos sociaes se tinham dissolvido; em quanto que agora nada póde desculpar os excessos que se praticam. E além d'isso esses discolos tinham a franqueza de se apresentar de rosto descoberto, sujeitando-se ás consequencias dos seus actos criminosos.

Assim foi, que quando em Julho de 1839 alguns d'esses maus estudantes deram uns tiros no sr. dr. Cesario Augusto de Azevedo Pereira, lente de Medicina, a auctoridade academica achou-se habilitada a saber quem eram os auctores das desordens que diariamente havia em Coimbra, e poude riscar muitos d'elles da Universidade.

Actualmente os desordeiros cobrem o rosto, armam-se com muitos instrumentos mortiferos, e assim percorrem livremente as ruas da cidade.

Pois o simples facto de andarem em grupos, mascarados, e armados, não importa uma transgressão do regulamento de policia, e não é uma forte presumpção, se não certeza, de que tratam de praticar algum excesso, ou mesmo crime?

Então como é que se tem consentido um tão escandaloso abuso?

E' muito para sentir, que este reprehensivel procedimento parta de mancebos, que pela sua edade, illustração e posição social deviam ser generosos e cavalheiros.

Passar de uma simples troça, a ataques pessoaes, de que inclusivamente póde resultar a morte, é proceder d'um modo improprio de quem recebeu de seus paes esmerada educação, que infelizmente tão breve desprezam.

Tambem nos dirão, que os desordeiros são uma pequena parte da academia, e que a grande maioria não póde ser accusada pelos actos culpaveis dos discolos.

Concordâmos plenamente, que esses maus estudantes são a parte minima; mas parecia-nos que a grande maioria, prudente e illustrada, podia concorrer pela sua influencia moral para que os discolos não praticassem actos indignos, os quaes vão reflectir sobre toda a classe.

Seja como fôr, o que não póde nem deve tolerar-se, é que se pratiquem impunemente taes excessos; e sobretudo, que se deixem andar armados e mascarados bandos de individuos, que assim ficam habilitados a fazer tudo quanto a sua má indole lhes permitta, esperançados em que ficarão livres de todo o castigo.

Sobre as auctoridades academica e administrativa pesa uma grave responsabilidade se não providenciarem sériamente a este respeito.

E dizemos sériamente, porque estamos muito costumados a ver phantasmagorias sem resultado algum pratico.

Lembrem-se que os paes d'esses mancebos estão em suas casas descansados, confiando em que as auctoridades a quem em Coimbra se acha entregue a segurança publica, vigiarão pelo comportamento de seus filhos; e que achando-se illudidos na sua confiança, lhes exigirão severas contas se um dia lhes constar, que deram azo pelo seu desleixo a que elles se achem envolvidos em algum processo criminal.

Vale mais prevenir a tempo do que punir depois.

Joaquim Martins de Carvalho.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

A pobreza de Braga, de que muito abundava a cidade, e que até alli tinha vivido, e comido dos empregos e honras da côrte do anterior arcebispo, unida com muitos conegos da Sé, á frente dos quaes figurava o Deão, D. Luiz, bastardo da casa de Barbacena, e que creio morreu prior-mór de Christo, altamente gritavam contra o respeitavel arcebispo, e não houve injurias que não dissessem contra elle e até espalhassem em um papel manuscripto, intitulado *Gazeta de Braga*; porém as bençãos do povo sempre soaram mais alto; e se muitas foram as maldições que teve no principio do seu ministerio, muito maiores foram depois as bençãos e lagrimas que se ouviram e correram, quando morreu.

Seus mesmos inimigos, entre elles, como principal o Deão, foram os primeiros que fizeram justiça á santidade da sua vida. E com razão, porque fundou seminarios, hospicios de caridade, não só para pobres, porém para velhos, animou as sciencias n'aquella terra, estabelecendo escolas não só de lettras, mas de musica; e não sei se chegou a mandar, como premeditava, e á sua custa, alguns dos alumnos para a Universidade de Coimbra. E ainda fazia mais; animava a industria e a agricultura, dando, por exemplo, premios a quem plantava oliveiras, porque eram arvores que muito faltavam na provincia do Minho.

Quando mais conheci o coração, intelligencia, e espirito d'este raro prelado, foi em uma das visitas do arcebispado em que esteve, por alguns dias, hospede no convento de Refoyos. Porque foi elle o primeiro, depois de Fr. Bartholomeu dos Martyres, de quem era a imagem e exemplo, que fez a visita do seu extenso arcebispado. E como a fazia elle? A pé, vestido como um simples ecclesiastico, e como sempre andava em Braga, quando visitava os pobres, os doentes, e os seus estabelecimentos, porque só se distinguia d'um simples clerigo por sua magestosa e nobre figura, e pela cruz que trazia ao peito.

Eu o vi entrar no convento de Refoyos a pé, acompanhado de dois padres que empregava em pregar quando se achava fatigado, d'um criado, que particularmente o servia, e d'um moço que lhe trazia á mão um cavallinho, que montava quando se sentia cançado.

Foi recebido com todas as honras e respeito devido á sua dignidade e pessoa, o que elle muito agradeceu. Depois de estar no convento pediu então que queria ser tratado como um conego da casa, que queria ir ao refeitorio com a communidade, e que não lhe fizessem distincção alguma especial, porque a não acceitaria: em summa disse, que em quanto alli estivesse não queria ser mais do que um simples morador d'aquella casa, que muito respeitava. E tanto respeito por ella mostrou, que pediu licença ao prior para alli crismar, e elle e seus padres poderem prégar. Teve esta attenção porque o convento, e duas freguezias a elle annexas, eram o que se chamava *Isento*, ou districto fóra da jurisdicção ecclesiastica do arcebispado de Braga, honra, de que gosavam muitos antigos conventos das diversas ordens em Portugal.

Em todos os dias que alli esteve, crismou e prégou; e confesso que nunca ouvi homem no pulpito mais eloquente, e de mais nobre presença. Os seus sermões eram todos de improviso; porém que eloquencia, que força de raciocinio, que clareza e fogo não tinham as suas palavras! Eu que não quiz nunca prégar, e nunca gostei de sermões, sentia em mim alguma cousa que me arrebatava; e por muitas vezes figurava-se-me ouvir um apostolo, prégando ás gentes! por exemplo, S. Paulo, prégando em Epheso ou Corintho!

LES LUSIADES DE CAMÕES

TRADUCTION EN VERS FRANÇAIS

DE

A. DE COOL

Rio de Janeiro — Typ. de G. Leuzinger & Filhos

Ainda ha dias recebemos de Madrid o *Monge de Cister*, do nosso illustrado escriptor Alexandre Herculano, traduzido em hespanhol pelo sr. Salustiano Rodriguez-Bermejo; e já hoje temos de noticiar uma traducção dos *Lusiadas* em francez, feita no Rio de Janeiro por Mr. A. de Cool, que teve a bondade de nos offerecer um exemplar d'ella.

E' muito satisfatorio ver que as obras dos nossos primeiros escriptores são consideradas pelos estrangeiros.

Apezar da opinião apaixonada de José Agostinho de Macedo contra os *Lusiadas* — o principe dos poetas portuguezes continua a ser muito estimado em todos os paizes cultos.

Além d'esta traducção em francez, está annunciada para breve uma nova traducção em inglez.

E' extraordinario o numero de traducções dos *Lusiadas*. São já 13 os idiomas em que se tem feito as traducções totaes, ou parciaes d'este magnifico poema. — Esses idiomas são: — latim — hespanhol — italiano — francez — inglez — allemão — hollandez — sueco — dinamarquez — hungaro — bohemio — polaco — e russo.

Em francez ha traducções em prosa, e diversos fragmentos em verso.

O fallecido duque de Palmella, D. Pedro de Sousa e Holstein, apreciador do nosso distincto poeta, traduziu os *Lusiadas* em francez, quasi até ao fim do canto V. Parte da traducção foi publicada no *Investigador* de Londres, e reproduzida nos volumes 4.º, 5.º e 6.º do *Instituto* d'esta cidade. Esse trabalho litterario do duque de Palmella é muito apreciado.

Mr. A. de Cool, auctor da traducção dos *Lusiadas*, que acabâmos de receber, dedicou a sua traducção ao imperador do Brazil.

No prefacio diz Mr. A. de Cool:

«Uma traducção em verso, strophe por strophe, de Camões, em nossa lingua (a franceza), não tem sido feita, que eu saiba, e tratei de supprir essa lacuna da nossa litteratura.

«Consegui reproduzir as numerosas bellezas dos *Lusiadas?* Fiz o que pude, e se se não acharem na traducção, será unicamente minha a falta.

«Segui o auctor passo a passo, e se não o traduzi palavra por palavra, é porque isso é impossivel a quem deve sujeitar-se ao numero e á rima.»

Com effeito, é mister uma grande força de vontade, e uma competencia como manifesta Mr. A. de Cool, para traduzir satisfatoriamente os *Lusiadas*.

A lingua franceza é frouxa, e não é possivel n'ella reproduzir fielmente a energia e belleza dos *Lusiadas*. O traductor que se approximar ao original já não tem conseguido pouco.

Vamos habilitar os nossos leitores a avaliar essa difficuldade, apresentando-lhes um agrupamento que ainda não vimos fazer até hoje.

Poremos em parallelo a strophe 135 do canto III do episodio de Ignez de Castro, traduzido em verso francez por 6 differentes traductores. São elles o duque de Palmella — J. A. Escodeca de Boisse — Florian — Parseval Grand-maison — Sulpice Gaubier de Barrault — e por ultimo Mr. A. de Cool, o traductor de que nos estamos a occupar.

LUSIADAS, CANTO III, STROPHE 135

As filhas do Mondego a morte escura
Longo tempo chorando memoraram;
E, por memoria eterna, em fonte pura
As lagrimas choradas transformaram:
O nome lhe pozeram, que inda dura,
Dos amores de Ignez, que alli passaram.
Vede que fresca fonte rega as flores,
Que lagrimas são a agua, e o nome amores.

TRADUCÇÃO DO DUQUE DE PALMELLA

Aux bords du Mondégo, berceau de ses amours,
Les Naïades en pleurs longtemps les célébrèrent,
Et près de ces rochers on voit couler toujours,
La source qui naquit des pleurs qu'elles versèrent:
Un ruisseau transparent garde jusqu'à nos jours
Encor le nom d'Inès que leurs voix consacrèrent;
Et ces bosquets touffus, ces rives et ces fleurs
Sont au nom des amours arrosés par des pleurs.

TRADUCÇÃO DE J. A. D'ESCODECA DE BOISSE

Du triste Mondégo les filles éplorées
Virent changer leurs yeux en larmoyants ruisseaux;
Une source jaillit de leurs pleurs, et ses eaux
Parlent incessamment d'Inès à ces contrées:
Son nom, ces flots pieux le murmurent toujours!
Passant, vois cette source, et respecte ses charmes;
Elle arrose des fleurs, et ses eaux sont des larmes.
Apprends qu'on la nomma: Fontaine des Amours.

TRADUCÇÃO DE FLORIAN

Le Mondégo, dans sa course lointaine,
N'entend partout que de tristes regrets;
Tout est en deuil; des nymphes des forêts
Les pleurs bientôt se changent en fontaine.
Ce monument dure jusqu'à ce jour;
Dans tous les temps mille fleurs l'environnent;
Et ce beau lieu que des myrtes couronnent,
S'appelle encor la Fontaine d'Amour.

TRADUCÇÃO DE PARSEVAL GRAND-MAISON

Du triste Mondégo les nymphes désolées,
De leurs cris douloureux remplirent ses vallées,
Et pour éterniser leurs profondes douleurs,
En sources dans ces lieux convertirent leurs pleurs,
Y gravèrent d'Inès l'histoire déplorable;
Elle est de leurs regrets le monument durable,
Et chère à tous les coeurs des bergers d'alentour,
Elle s'appelle encor la fontaine d'Amour.

TRADUCÇÃO DE SULPICE GAUBIER DE BARRAULT

Nymphes du Mondégo, des larmes les plus tendres
Vos tristes yeux longtemps ont arrosé ses cendres;
Et pour éterniser vos profondes douleurs,
L'amour même en fontaine a transformé vos pleurs.
Le nom d'Amours d'Inès, qu'elle conserve encore,
Lui fut donné par vous, qui les vîtes éclore:
Et vous dites sans cesse en regardant son cours:
Nos larmes sont ses eaux, et son nom les amours.

TRADUCÇÃO DE A. DE COOL

Nymphes du Mondégo qui l'avez tant pleurée!
Vos larmes, s'épandant au sein de la contrée,
Ont formé ce ruisseau qui court, en gemissant,
A l'ombre des cyprès, sous les pieds du passant!
Un pierre! C'est là d'elle tout ce qui reste;
Un filet d'eau, roulant dans la campagne agreste!
Deux noms qui dans le temps seront unis toujours:
La Fontaine des Pleurs! Le Ruisseau des Amours!...

Como facilmente se póde ver, nenhuma das 6 traducções reproduz totalmente a belleza e suavidade da strophe portugueza. Ainda assim, segundo o nosso parecer, o traductor que melhor n'esta parte imitou Camões foi o 5.º, que acima mencionámos, Sulpice Gaubier de Barrault.

Apresentâmos aqui este exemplo como curiosidade, e não porque por elle se possa avaliar a traducção de Mr. A. de Cool. Para um juizo completo era mister que as 6 traducções francezas fossem de todo o poema, circumstancia que se não dá, porque em quanto Mr. A. de Cool traduziu o poema desde o principio até ao fim; os outros escriptores limitaram-se a uma parte d'elle.

Sentimos que as dimensões do nosso jornal não permittam aqui apresentar diversas strophes dos *Lusiadas*, traduzidas por Mr. A. de Cool, para se ver as muitas bellezas que essa traducção contém.

O que dizemos é que se torna digna de todo o apreço, e que não póde deixar de fazer parte das livrarias escolhidas.

Resta-nos agradecer a Mr. A. de Cool a attenção que lhe merecemos, e dar-lhe os mais sinceros parabens pela sua estimavel e valiosa traducção dos *Lusiadas*.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Foi muito familiar com todos, mas particularmente comigo, que havia sido seu ordinando; e conversando muitas vezes sobre as novidades do tempo, e as mais notaveis as da revolução franceza, de que conhecia toda a marcha, porque tinha o *Correio da Europa*, dizia-me com toda a franqueza: «Sabe que mais! Sinto um certo prazer ao lembrar-me que os francezes entraram em Roma. (Era isto quando o general Berthier, commandante das tropas francezas alli entrava, e invocava a sombra de Bruto, que bem depressa lhe esqueceu). Sim. Roma precisava d'um grande castigo, por que d'ella tem sahido grandes escandalos para a christandade. E ainda, infelizmente elles duram, porque não cessa de levar para lá os bens dos pobres das egrejas catholicas, debaixo do nome de *annatas*, e outros mais que não digo; e tudo isso para alli se gastar, sabe Deus como!»

Este exemplar prelado era homem de grandes e variados conhecimentos, e d'elle já se imprimiram, creio eu em um antigo jornal de Coimbra, algumas das viagens que fez no interior dos desertos do Pará em tempo que alli foi bispo e os visitou; o que creio ninguem antes d'elle e depois tornou a fazer.

Fallando-me d'estas viagens, disse-me uma vez: — Ha de ter ouvido ou lido nos philosophos e theologos, que não ha ninguem no mundo civilisado ou selvagem, que não tenha ideia de Deus; mas eu digo, e assevero-lhe, que encontrei creaturas humanas, que nenhuma ideia tinham de Deus, nem sabiam o que isso fosse!...

Fallando-me a final dos conegos da sua Sé, disse-me ainda: «Bem poucos tenho que não comprassem as renuncias por grandes sommas de dinheiro; e esta escandalosa simonia não só é tolerada, se não approvada em Roma! Conhece, por exemplo, o conego Silvestre (pessoa que eu muito bem conhecia), pois saiba que para alcançar a renuncia d'um canonicato que lhe fez um dos conegos da minha Sé, deu-lhe muitos mil cruzados! Quanto a mim, sempre lamento a annata, ou renda d'um anno, que me levou Roma, e eu podia ter distribuido pelos pobresinhos do meu arcebispado.» A tudo o que dizia a respeito de Roma sempre acrescentava: — *E será peccado o que penso, e o que digo?*... Eu respondia-lhe o que bem se póde imaginar.

Este varão venerando demorou-se alguns dias no convento, e indo-se embora deixou-nos a todos cheios de respeito e saudade. Eu nunca mais o tornei a ver.

A minha vida, apesar de monotona, e quasi sem sabor, ia-se alli consumindo com bem poucas distracções, apesar de que tinhamos repetidas visitas dos cavalheiros das visinhanças, e até algumas quotidianas dos poucos, e insignificantes, que moravam na aldeia em que estava situado o convento. Todavia alguma cousa sempre tinha em que me entretivesse, porque tendo de lá sahido para o convento da Serra do Porto o meu antigo companheiro de viagem, e achando-se já em Lisboa meu irmão Antonio, chamado para professor de historia e geographia nas escolas de S. Vicente de Fóra, tanto um como outro me mandavam alguns livros novos, e me davam as noticias mais importantes da época.

Tambem em mim se começou a revelar o instincto de escriptor, e com elle, bem que não tivesse ainda assumptos em que o podesse empregar, lembrei-me de me recordar do que já tinha estudado e lido, e comecei a escrever não só as duvidas que me haviam causado as antigas leituras, se não ainda as minhas opiniões sobre ellas, que confesso já eram bem notaveis. Escrevi um grosso volume, que depois queimei como obra de rapaz, e por não me parecer digna de a conservar.

A aurora d'este instincto já me tinha apparecido no collegio de Coimbra, ainda estando lá meu irmão, e alli traduzi a *Arte de pensar* de Condillac, que meu irmão me corrigia. Esta obra vendeu-se toda e a edição consumiu-se.

Nem sempre comtudo foram desagradaveis os dias, que passei n'aquella solidão; tive occasião de ver uma parte da provincia do Minho, de que muito gostei. Subi o rio Lima até Ponte da Barca, e Arcos de Val de Vez, e depois desci por elle de Ponte do Lima até Vianna do Castello. Admirei a linda e deliciosa veiga, que vae desde a primeira d'estas duas ultimas villas até á foz ou quasi foz do rio em que a ultima está situada. Muito me agradou Vianna não só pela sua posição, mas pela polidez, e nobre trato das pessoas de distincção que n'ella viviam; d'isto ainda heide mais particularmente fallar.

De Vianna, seguindo a ourela do mar, e era em uma bella manhã de Maio, manhã deliciosa, em que se via romper o sol com toda a sua magestade, e lançar seus raios sobre o mar sereno e limpido como um cristal, cheguei ao forte da Insua, e a Caminha, já na foz do rio Minho, e costeando este rio, limite dos dois reinos, atravessei Villa Nova da Cerveira, e entrei na praça de Valença.

Fica esta praça em frente de Tuy, cidade da Galliza, entre as quaes só medeia o rio com bem pouca largura, e tambem lá passei, e a fui ver, não podendo então vir, sequer, ao meu pensamento, que alli ainda havia de voltar em outros habitos, e em bem notaveis circumstancias.

Subindo ainda um pouco a Ganfei, aonde negocios da casa me levavam, desci por *Bouro*, convento de frades bernardos, e estive em Rendufe, convento de benedictinos, havendo sido hospedado e meu companheiro em ambos os conventos com a maior distincção. Terminados os negocios a que imos, passámos por Braga e por Prado, viemos a Ponte do Lima, e nos recolhemos a casa.

(Continuar-se-ha).

Temos recebido queixas de alguns contribuintes, relativamente ao sr. escrivão de fazenda d'este concelho, Severino Augusto Bizarro.

Dizem-nos, que dirigindo-se alli a pedir-lhe esclarecimentos com respeito a algumas irregularidades nas contribuições do anno corrente, se recusa terminantemente a dar essas informações, apesar de serem pedidas nos termos mais urbanos; declarando que só as dá por certidão.

Este facto é novo em Coimbra! Nenhum dos anteriores escrivães de fazenda se recusava a prestar quaesquer esclarecimentos que ácerca de taes objectos se lhe pedissem.

O novo escrivão de fazenda anda pessimamente em se tornar duro com os contribuintes.

Como se fosse pouco o que se soffre em pagar as avultadissimas contribuições, que se estão a principiar a receber; ainda os infelizes contribuintes hão de supportar as maneiras altivas do sr. escrivão de fazenda, e o vexame da exigencia de certidões, completamente desnecessarias!

Lembre-se o sr. escrivão de fazenda que está em Coimbra, e que esta terra não é alguma aldeia de Paio Pires.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

No dia 15 do corrente houve em Vianna do Castello a reunião da assembleia geral do banco commercial de Vianna.

Realisou-se o que temos aqui dito por mais de uma vez. A direcção vendo a repugnancia que havia por parte dos credores em conceder nova moratoria, propoz a liquidação do banco, o que foi approvado pela assembleia.

E' o que deviam ter feito desde o principio.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTICIARIO

Policia academica em 1792. — Publicamos hoje um edital do reformador reitor da Universidade, D. Francisco Raphael de Castro, dando conhecimento e mandando pôr em execução uma carta regia, que lhe fôra dirigida acêrca da policia academica.

A proposito diremos, que o Principal Castro foi nomeado reformador reitor da Universidade por tres annos, por decreto de 3 e carta regia de 30 de Dezembro de 1785; que foi reconduzido por aviso regio de 4 de Dezembro de 1788; e segunda vez por carta regia de 6 de Dezembro de 1791; sendo exonerado em Maio de 1799.

D. Francisco Raphael de Castro, reitor reformador d'esta Universidade, etc. Faço saber a todos os estudantes da mesma Universidade, que por justos motivos que a sua magestade foram presentes, houve a mesma senhora por bem resolver e ordenar o que se contém na carta regia, cujo theor é o seguinte:

«D. Francisco Raphael de Castro, do meu conselho, principal da santa egreja de Lisboa e reformador reitor da Universidade de Coimbra. Eu a rainha vos envio muito saudar.

«Tendo confiado das vossas luzes e prudencia o regulamento da legislação academica, quanto á economia e policia d'ella, a que se não proveu nos estatutos novos da Universidade; as circumstancias que tem occorrido, fazem indispensavel adiantar algumas providencias, ainda d'aquellas que deveram incluir-se no regulamento, para prover desde já ás irregularidades presentes e precaver que haja outras, ou que se augmentem, retardando-se as providencias; e como é constante que os estudantes que frequentam a Universidade para cultivar os estudos, têem dado largos passos para a corrupção, fazendo-se capital de distracções improprias e puniveis, precipitando-se em desordens, sem consideração a si mesmos, ao que são, e ao que pódem ser pelo caminho das letras, que ahi foram buscar, e sem respeito, e subordinação que devem para seu bem aos mestres e a vós, e á Universidade; é sobre este artigo, que primeiro e sem perda de tempo se deve prover.

«Devereis fazer entender aos estudantes; que para merecerem este nome devem frequentar as aulas, e devem entender que depende o seu adiantamento e o premio dos seus estudos dos professores seus mestres, os quaes a vós sómente como seu reitor tem por fiscal para cumprirem as suas obrigações como lentes.

«Que praticando os ditos estudantes as distracções em que se têem precipitado, e não sendo frequentes nas aulas, ou ainda que as frequentem, não mostrando applicação, de que devem ser fiscaes os seus lentes, para vol-o representarem, deverão ser irremediavelmente punidos a vosso arbitrio, sendo a menor pena a perda de um anno no tempo academico.

«Que os estudantes conhecidos por turbulentos e discolos sejam irremissivelmente riscados da Universidade, para mais n'ella não serem admittidos, ficando a vosso arbitrio depois de riscados, fazel-os sair da cidade, para exemplo, prendel-os, se a ella voltarem, e dar conta quando vos parecer que alguns merecem castigo mais severo.

«E porque a esta classe pertencem os estudantes, que se acham na cadeia da Universidade, como fautores de um chamado *oiteiro*, que se pretendia fazer nos suburbios da cidade ha mais de um anno, a que se seguiu a perturbação que causaram n'esta mesma noite dentro da cidade, com o que se fizeram merecedores de mais severa demonstração; sou servida por graça, que sejam sómente riscados da Universidade para mais não voltarem.

«Constando notoriamente entre as estranhas distracções dos estudantes, o abuso que fazem nos passeios, e no logar em que por fim descançam, fazendo intertenimento de insultar de facto e verbalmente, com termos proprios de gente mal creada e baixa, fazendo n'isto ostentação miseravel da sua discrição e talento; deveis sobre isto prover para o corrigir, prohibindo-lhes esses passeios aos taes logares, prendendo, multando e riscando os que vos parecer.

«Havendo entendido que a liberdade com que grassam n'essa cidade muitos ociosos, com pouco, ou nenhum modo de vida, e a falta de vigilancia sobre contrabandos, e contrabandistas, que ahi se introduzem, tem influido muito n'estas desordens, vos encarrego o proverdes sobre isto, e tenho dado ordens aos magistrados e justiças para vos ajudarem e cumprirem n'esta parte o que por vós lhes for mandado.

«O que me pareceu participar-vos para que assim o tenhaes entendido e façaes executar. Palacio de Queluz 31 de Maio de 1792. — *Principe.*»

E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei afixar o presente. Paços reaes das escolas 8 de Junho de 1792. — Gaspar Honorato da Motta e Silva, que sirvo de secretario da mesma Universidade, o subscrevi. — *Francisco, Principal Castro, Reformador Reitor.*

Grande incendio. — Na quinta feira, pelas 6 horas da noute, deram as torres da cidade signal de incendio.

Era na casa da quinta das Varandas, aros d'esta cidade, pertencente á ex.ma sr.a D. Rita de Albuquerque.

Acudiram logo as bombas; mas apezar de todas as diligencias não foi possivel salvar a casa do pavoroso incendio.

Assim ficou destruida aquella bem conhecida e antiga residencia.

Este acontecimento tem sido geralmente muito sentido, e todos lamentam tão fatal desastre.

Fallecimento. — Na quinta feira falleceu o sr. Justiniano Antonio Rodrigues, pae do sr. conselheiro Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo, lente de prima jubilado da Faculdade de Theologia.

O sr. Justiniano era já de avançada edade; tendo aproximadamente 86 annos.

Fazia parte do regimento milicias de Coimbra, quando este e outros corpos entraram n'esta cidade em 7 de Outubro de 1810, sob o commando de Nicolau Trant, e aprisionaram os francezes que haviam aqui ficado de guarnição, ou doentes, depois da saida do exercito de Massena sobre Lisboa.

Das milicias de Coimbra d'esse tempo já hoje não fica restando n'esta cidade senão um individuo; e desgraçadamente anda a pedir esmola!

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

João, filho de José Antunes e Rosa de Jesus, de S. Francisco, de 15 dias, fallecido em 3 de Novembro de 1877.

Clementina, filha de Joaquim Monteiro e Maria da Conceição, de Coimbra, de 4 annos, fallecida em 3.

Maria da Boa-Morte, filha de Patricio José Moreira e Maria de Jesus, de Coimbra, de 91 annos, fallecida em 6.

Maria Julia, filha de Miguel Rocha e Maria da Conceição, de Coimbra, de 21 mezes, fallecida em 6.

Maria Angelica, filha de pae incognito, e Marianna de Figueiredo, de Pinheiro de Papizios, de 20 annos, fallecida em 9.

Manoel José da Cunha Novaes, filho de Custodio José da Cunha e Marianna Theresa Novaes, de S. Martinho do Campo, de 74 annos, fallecido em 9.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:355.

Transferencias. — O sr. bacharel Matheus de Sousa Fino, juiz da relação dos Açores, foi transferido para a relação do Porto.

E o sr. bacharel Antonio José de Carvalho Montenegro, juiz de direito de Gouveia, foi transferido para Angra, comarca de 1.ª classe.

Empreza — Serões Romanticos. — Esta acreditada empreza vae agora encetar uma nova bibliotheca, intitulada — *Luso Brasileira*, com o romance — 18:000$ *de recompensa* — de Jules Lermina.

Esta empreza continua a distribuir os seus brindes com a maior pontualidade, e os que vae offerecer na sua nova bibliotheca, são muito vantajosos.

Na secção competente vae o respectivo annuncio.

Novo jornal. — Recebemos de Lisboa o primeiro numero do *Diario de Portugal*.

Damos as boas vindas ao novo collega na imprensa, e desejamo-lhe longa vida e todas as prosperidades.

Exequias. — Communicam do Porto, que se realisaram no dia 13 as exequias por alma do distincto escriptor Alexandre Herculano.

A ceremonia foi imponente. Assistiram a ella auctoridades civis e militares, direcção da associação commercial, directores de bancos, altos funcionarios, consules, homens de letras, jornalistas, titulares, direcções de associações de soccorros, alumnos da escola medico cirurgica, da academia polytechnica, muitos collegios particulares, commerciantes, proprietarios, artistas, e muitas senhoras.

O sr. dr. Antonio Candido fez, em uma brilhante oração, o elogio do grande historiador. Na orchestra as vozes executaram magistralmente a missa de Cherubini e *Libera-me* de Francisco Eduardo. Á porta do templo fazia a guarda de honra uma força de infanteria n.º 10 com musica. Em demonstração de sentimento muitas casas de commercio tiveram fechadas uma das portas.

O corpo commercial do Porto honrou de modo digno a memoria d'aquelle que pelo seu sublime talento e pelas suas virtudes civicas foi, e será perennemente a gloria do seu paiz e o orgulho dos seus concidadãos.

Guerra do Oriente. — *Bucharest*, 13 — Aos addidos militares no quartel general russo, declarou o czar que ha de pactuar directamente com a Turquia, quando a occasião seja favoravel. Os turcos fizeram uma sortida em Plewna, mas foram repellidos, e os russos apoderaram-se de um reducto. O general Leonoff tomou Urtia.

Bucharest, 12. — A tomada de Montvedre fechou a ultima saida de Plewna. Estão concentrados em Tirnowa 60:000 russos, que vão passar os Balkans.

Gorny-studen, 13. — Os turcos intentaram, aproveitando a escuridão da noite, reconquistar o reducto perdido, mas foram novamente repellidos pelo general Skobeleff.

Vienna, 13. — O imperador da Austria-Hungria presidiu a um conselho de ministros, no qual foi discutida a mobilisação de tres corpos de exercito para vigiar as fronteiras da Transylvania, Esclavonia e Dalmacia.

Noticias de França. — *Paris*, 12. — *Sessão da camara dos deputados.* — Depois de agradecer á camara, Grévy disse que a sua reeleição lhe impõe um grande encargo de responsabilidade, á altura da qual se esforçará por conservar-se, assim como a camara, pela sua moderação e firmeza, saberá manter-se á altura da sua, inspirando-se na admiravel prudencia e vontade do paiz, que está com a camara. *(Applausos á esquerda).*

Em seguida foi approvada a urgencia de uma proposta da esquerda, tendente a modificar o regulamento da camara, a fim do presidente poder reprimir efficazmente as desordens que possam surgir durante as discussões.

Foi tambem approvada a urgencia de outra proposta de Alberto Grévy, da esquerda, para que seja nomeada uma commissão incumbida de inquirir dos abusos commettidos durante o periodo eleitoral. Broglie, em nome do governo, apoiou a urgencia.

Na reunião das commissões, Gambetta, respondendo a uma pergunta, disse que a proposta de Alberto Grévy visa unicamente os agentes cuja responsabilidade é reconhecida pela constituição, e não o marechal presidente, que é irresponsavel. A proposta não contende com o artigo 9.º da constituição, em que só se trata da responsabilidade do presidente da republica.

Paris, 13. — Causou grande agitação nos circulos parlamentares a proposta de Alberto Grévy, cujo texto é muito energico. Os orgãos conservadores qualificam a proposta de acto revolucionario.

Versailles, 13. — Foi approvada a proposta de Leblond, da esquerda, tendente a augmentar a severidade do regulamento. A proposta foi combatida por Cassagnac e Mitcheli, bonapartistas.

Paris, 13. — Na sessão de hoje, em Versailles é provavel que seja decidida a situação politica. A extrema esquerda está impaciente pela attitude que tomará o marechal n'esta conjuntura.

Paris, 13. — Mac-Mahon declarou hontem aos ministros actuaes que, diante das accusações violentas de que foram objecto na camara dos deputados, accusações que são applicaveis a todo o governo, não pode acceitar-lhes a demissão, e por tanto pedia-lhes que permanecessem no seu posto.

Paris, 14. — Na camara dos deputados Fourtou disse que o principio de intervenção do governo na luta eleitoral foi sempre criticado pela opposição, e sempre praticado pelo poder. O governo não podia permanecer desarmado em frente da imprensa e das reuniões da opposição, organisando os seus ataques. Apontou o perigo do radicalismo.

Rejeitou o inquerito como sendo uma invasão ás attribuições dos outros poderes. Terminou, dizendo que a França quer governo de ordem, ou de estabilidade.

Ferry, respondendo a Fourtou, affirmou que os republicanos tiveram razão em julgar ameaçada a existencia da republica. Enumerou os actos de pressão praticados pelo governo; disse que é inacceitavel a theoria de dous poderes, tendo razão contra um terceiro. Concluiu declarando que a França não soffrerá segunda dissolução.

A sessão terminou por um energico incidente de desmentidos trocados entre Alaim Targecke, Mitchell e Gambetta.

ANNUNCIOS

ATTENÇÃO

1 MEDIDAS para secco, pelo novo systema metrico decimal, ha-as á venda desde 10 litros até 1 decilitro, de nogueira e muito bem construidas, na rua da Sophia, na officina de carruagens, n.º 143.

LOJA DA SOPHIA

2 ESTE ESTABELECIMENTO já recebeu o seu costumado sortido em fazendas para a presente estação, taes como, chapens para senhoras e creanças— lãs para vestidos — etc. etc. etc.

Tem para liquidar

Um saldo de lãs para vestidos proprias da estação, que se vendem com uma **grandissima** reducção dos seus preços primitivos, e **outros** mais artigos para vender nas mesmas condições.

M. AUGUSTO DE PAIVA
50, RUA DA SOPHIA, 54
COIMBRA

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

3 ATÉ AO DIA 30 do corrente mez, recebem-se, na rouparia d'estes hospitaes, propostas para o fornecimento de 180 peças de pannos crus com as competentes amostras.

Administração do hospitaes da Universidade de Coimbra 16 de Novembro de 1877.

O administrador
Costa Simões.

Administração geral das matas do reino

4 POR ordem superior faz-se publico, que se recebem propostas para a venda do arvoredo do pinhal da Carvalha (cêrca de 14 hectares) situado na freguezia de Canellas, concelho d'Estarreja. As condições estão patentes no gabinete da administração das matas no ministerio das obras publicas e na administração do concelho d'Estarreja.

As propostas recebem-se no gabinete da administração no ministerio das obras publicas e devem ser entregues até ao dia 25 do corrente mez.

Lisboa, 13 de Novembro de 1877. — O engenheiro chefe da direcção do norte, Pedro Roberto da Cunha e Silva.

DEPOSITO DAS VERDADEIRAS E SILENCIOSAS MACHINAS AMERICANAS DE COSER

Elias Howe J.or



Weeler & Wilson

e de Raymond

As melhores machinas para familia, modistas, costureiras, alfaiates, sapateiros e chapeleiros. Vendem-se a prompto pagamento e a prestações mensaes ou semanaes á vontade do comprador. Ensino gratis, preços de Lisboa e Porto. Concertam-se machinas de todos os systemas. Grande sortido em torçaes, algodão em carrinhos, oleo e differentes accessorios para as mesmas machinas de costura.

V. H. LEBRE
Rua da Calçada, 108, 110
COIMBRA

SERÕES ROMANTICOS

Empreza editora Belem & C.ª
Rua da Cruz de Pau, 26. Lisboa

NOVA BIBLIOTHECA ILLUSTRADA LUSO-BRAZILEIRA

Vae ser brevemente inaugurada esta bibliotheca com o romance

18:000$000 DE RECOMPENSA
POR
JULES LERMINA
1 VOLUME ILLUSTRADO
COM
4 MAGNIFICAS ESTAMPAS
DESENHOS DE
BORDALLO PINHEIRO
GRAVURAS DE
HEITOR

A *todos* os srs. assignantes d'esta nova bibliotheca, offerecerá a empreza como *brinde*, em cada dois volumes, um album cartonado, contendo 6 photographias dos principaes monumentos, cidades e paizagens de Portugal, Brazil, França, Hespanha, Inglaterra, Allemanha, Suissa, Italia, etc.

Em Coimbra recebe assignaturas Jacintho Nunes Soares, na typographia do *Conimbricense.*

LOTERIA

Extracção em 22 de Novembro

6:000$000

JOÃO ANTONIO CARDOSO
219, RUA DA CALÇADA, 223
(CASA AZUL)

7 TEM á venda bilhetes a 5$000 rs., meios a 2$500 rs., quartos a 1$300 rs., oitavos a 650 rs., e cautellas de todos os preços até 20 rs.

D'esta vez foram vendidos n'esta casa em differentes preços os seguintes premios:

1817 cautellas de 40 rs.......	6:000$000
1113 de 480 e de 60 rs.......	1:000$000
3808 de 120 rs...............	100$000
1102 em oitavos.............	100$000
2209 em cautellas de 240 rs..	100$000

8 A PESSOA que se julgar habilitada para mestre de uma fabrica de papel se pode dirigir para Goes a Manoel Ignacio Dias, dando conhecimento e fiança se tanto fôr preciso; assim como tambem a pessoa que se achar habilitada para guarda livros se pode dirigir ao mesmo senhor.

Goes, 13 de Novembro de 1877.

ARRENDAMENTO DE CASAS

9 ARRENDAM-SE umas compostas de lojas e cinco andares, sitas na rua dos Sapateiros, n.º 40 e 42. Quem as pretender dirija-se á mesma casa.

10 LEILÃO DE MOBILIA e outros objectos no primeiro andar das casas n.º 13, na rua da Calçada.

11 FORAM ENTREGUES no Asylo de Mendicidade, por um anonymo, dez gallinhas e seis patos, offerta que a direcção muito agradece.

CASA LISBONENSE

RUA DO VISCONDE DA LUZ
COIMBRA

12 HOJE PRINCIPIAMOS a receber as fazendas de novidade para a estação.

Lindos cortes de fazenda de lã e seda para vestido.

Fazendas de lã para vestido que se vendem ao metro.

Chapeus para senhora.

Ditos de muito gosto para creança.

Aderesses bordados para senhora.

Ditos de differentes feitios e modelos.

Guardas-chuva para homem e senhora.

Saias de casemira com folho.

Regalos e pelles de differentes feitios e tamanhos.

Cobertores para carroagem.

Pannos para piano e mesas.

Chales e capas.

Camisollas de malha e ceroulas.

Sortimento de malhas para senhora e creança.

Flanella de lã branca e de côr.

E muitas outras fazendas do nosso commercio, que todas são vendidas pelos preços mais baratos, conforme o seu systema.

RAPAZ A GANHAR

13 NO CAFÉ POPULAR precisa-se de um rapaz com pratica de tabacos. Sophia, 24 a 30.

PHARMACIA

14 VENDE-SE uma na provincia da Beira, n'um magnifico local, e muito acreditada e afreguezada. Quem pretender dirija-se a A. A. Mendes Borges — Torrozello.

SUBSTITUTOS

15 JOÃO ALVES MADEIRA, rua das Covas, 39, Coimbra. Preços commodos.

Venda de uma morada de casas em praça particular

16 PARA dar cumprimento aos legados expressos no testamento com que falleceu Francisco Fabiano Pereira, morador que foi ne largo da Sotta, d'esta cidade, se ha de vender em praça particular, se o preço convier, uma morada de casas que pertenceram ao mesmo fallecido, sitas no largo da Sotta, d'esta cidade, propriedade designada pelo fallecido, em seu alludido testamento, para ser vendida, e do seu producto se pagarem os diversos legados constantes do mesmo.

A praça terá logar no dia 28 do corrente, pelas 12 horas do dia, na rua da Calçada, á porta do testamenteiro, o illm.º sr. Paulo José da Silva Neves.

Por esta forma fica convidada a exm.ª direcção do Asylo de Mendicidade, d'esta cidade, na qualidade de legatario *eventual*, a fazer-se representar no acto da praça, querendo. Presta quaesquer esclarecimentos até ao dia da praça o solicitador Abilio Maria Ladeiro, na rua da Calçada, n.º 39, 2.º andar.

MARÇANO

17 PERCISA-SE d'um para loja de mercearia: prefere-se com alguma pratica. Sophia 53.

18 VENDEM-SE potes de lata para azeite em muito bom estado. Preços commodos.

Quem precisar dirija-se ao Adro de Baixo, n.º 3.

DANTAS GUIMARÃES

24 — Rua do Visconde da Luz — 30
COIMBRA

19 ACABA DE RECEBER este estabelecimento um lindo sortido de lãs para vestido, de 180, 200, 240 até 600 rs. o metro; flanellas de lã a 180 rs. o metro; cobertas de algodão a 600 rs.; cobertores de lã a 1$500 rs.; camisollas de algodão para homem a 240 rs. e mais preços; capas de casemira para senhora, de 2$800 rs. para cima; chales de casemira a 1$500 e 2$000 rs; saias de casemira com barras para senhora, de 1$300 até 4$000 rs.; lenços de malha de lã para senhora a 300 rs; muito bom panno famoso a 90 rs. o metro e superior a 2$000 rs. a peça!

Venda de pinheiros

20 LUIZ AUGUSTO DE MANCELLOS FERRAZ vende nos seus pinhaes de Pombal, exceptuando o do Furadouro, 1832 pinheiros, que tenham de diametro no pé de 22 a 33 centimetros para mais, e que já estão marcados. Quem os quizer comprar, em globo, ou por cada um dos pinhaes, pode dirigir a sua proposta até ao meio dia de 23 do corrente Novembro, em carta fechada ao cunhado do annunciante o exm.º sr. Vasco Vasques da Cunha, residente na villa de Pombal; o qual abrirá as propostas, e convindo algum dos preços offerecidos, effectuará a venda a prompto pagamento, no indicado dia e hora, em globo ou separado, como entender mais vantajoso.

Tambem se vendem 48 carvalhos, que já estão marcados, e se mostrarão a quem os pretender, bem como os ditos 1832 pinheiros.

ATTENÇÃO

21 FRANCISCO RIBEIRO DOS SANTOS, com estabelecimento de ferragens na rua da Calçada, n.os 50 a 52, recebeu um grande sortimento de molduras pretas e douradas, que vende ao metro, e se encarrega de encaixilhar qualquer estampa com muita perfeição. Tambem recebeu lindas collecções de estampas, que tudo vende por preços muito reduzidos.

Além d'isto tem grande sortimento de ferragens, pregagens, oleo de linhaça, alvaiade fino, e todas as mais tintas proprias para pinturas, gesso francez para estuques, cimento hydraulico, que tudo vende pelos preços de Lisboa e Porto; assim como, vidros para vidraças, candieiros para azeite e petroleo, chaminés de vidro para os ditas, bandejas, faqueiros, rewolveres, oleos, seringas, jarras, papel e envelopes, e outros muitos artigos, que vende por preços muito convenientes.

Acabam de chegar ao

ESTABELECIMENTO DE MERCEARIA

DE
MARIA MAXIMINA P. DE FIGUEIREDO
14, PRAÇA 8 DE MAIO, 17
COIMBRA

22 OS COSTUMADOS almanachs ecclesiasticos da diocese de Coimbra, dictos familiares em livros, dictos para porta, e tambem missas novas de S. Bonifacio.

Preços do costume

23 MONSIEUR FÉLIX GUICHARD, rua da Trindade, 14, continue ses leçons particulières, sa classe por les étudiants qui veulent faire examen, et son cours de conversation.

Il s'offre également pour servir de cicerone à toute personne qui désire aller à l'exposition de Paris.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno........	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno........	3$460
Por semestre........	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa;	Por semestre........	1$730
Por trimestre........	800	e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre........	865

Numero 3163 | Terça feira 20 de Novembro de 1877 | Anno XXXI

COIMBRA

ELEIÇÃO MUNICIPAL

Está marcado o dia 25 do corrente para a eleição das camaras municipaes d'este districto.

Especialmente da camara de Coimbra temos largamente aqui fallado.

Havemos enumerado os abusos por ella praticados; as infracções das suas proprias posturas; e os desperdicios dos dinheiros do municipio.

Com o titulo de *Esbanjamentos municipaes* publicámos uma serie de artigos, em que mostrámos os desatinos na administração municipal, e qual o estado lastimoso em que se acham as rendas do concelho, em razão dos encargos com os emprestimos contraidos para obras em boa parte desnecessarias ou de menor urgencia, sendo em regra mal dirigidas e para satisfação dos caprichos dos vereadores, e não poucas para sua utilidade pessoal e dos seus amigos e alliados politicos.

Mostrámos que a celebre monstruosidade de pedra, que ahi se anda a construir, chamada paços municipaes, estando orçada em 80:000$000 réis, deduzido o valor aproveitavel, e sendo a annuidade dos emprestimos durante 60 annos a 7 por cento, vem a custar ao municipio a grande somma de réis 336:000$000; mais de 4 vezes o seu custo orçado!!! E isto quando o orçamento estivesse exacto, e não muito áquem da realidade.

Egualmente mostrámos que, sendo no orçamento de 1870 a 1871 a somma total do pessoal da camara a quantia de 4:631$920 réis, estava hoje elevada essa despeza á quantia de réis 8:314$100; havendo, portanto, um excesso de 3:682$180 réis!

Mostrámos tambem, que as camaras dos ultimos 6 annos, pertencentes ao chamado partido regenerador, têm contraido 7 emprestimos, na importancia total de 103:892$000 réis.

Tambem demonstrámos, que em quanto as camaras dos 10 annos de 1858 a 1867, pagavam uma annuidade de 3:551$880 réis, amortisando o emprestimo para a rua do Visconde da Luz em 22 annos; e o do novo mercado em 10 annos — o encargo *annual* dos emprestimos contraidos n'estes ultimos 6 annos é nada menos da avultada somma de 9:442$360 réis.

Devendo advertir-se mais, que havendo aquelle encargo annual de repetir-se por espaço de 60 annos — têm os habitantes do municipio de Coimbra de pagar para o satisfazer até á completa extincção dos 103:892$000 réis, a quantia de 565:541$600 réis. E como para os 80:000$000 réis em que estão orçados os paços municipaes ainda faltam réis 46:000$000, que trarão o encargo annual, pelo menos, de 3:220$000 réis, o que no fim de 60 annos faz 192:000$; segue-se que, juntando-se essa quantia á já mencionada de 565:541$600 réis, vem a completar-se o encargo e responsabilidade total para o concelho de Coimbra, da espantosa somma de réis 757:541$600!!!!

Não é este um quadro muito lisonjeiro do estado a que levaram este municipio as camaras *regeneradoras*, ou antes *esbanjadoras*?!

E em quanto assim se desperdiçam sommas enormes mostrámos tambem, que se despreza totalmente e da maneira a mais vergonhosa a instrucção primaria, que aliás devia merecer todos os cuidados de quem soubesse comprehender as suas obrigações.

Agora para que se veja até onde as ultimas camaras de Coimbra têm levado o desprezo pelos deveres moraes do seu cargo deve saber-se, que havendo despendido n'estes 6 annos a quantia total de 348:829$000 réis, a razão de 58:000$000 réis annuaes, numeros redondos, nenhuma d'essas camaras se dignou dar a menor conta dos seus actos ao municipio; nenhuma publicou, como faziam as suas antecessoras, relatorio ou conta alguma demonstrativa da applicação que deram dos dinheiros que lhes foram confiados pelos contribuintes!

Houve, por exemplo, ultimamente em Aveiro uma renhida luta eleitoral. Alli, apresentaram-se contas, analysaram-se e tratou-se de justificar ou combater as verbas despendidas.

Aqui em Coimbra a camara lança ao mais completo desprezo os seus administrados; gasta e torna a gastar; desbarata e torna a desbaratar as rendas do municipio, empregadas, não com o fim de beneficiar o publico, mas para manter um poderio pessoal e politico; e da nada se dá conta, e nenhum respeito se tem pelos municipes!

Nunca se viu menos dignidade!

Temos tambem ha longo tempo historiado n'este jornal quaes os excessos, illegalidades e attentados que se praticaram n'este concelho, para crear e sustentar uma situação obnoxia e desmoralisadora.

Seria interminavel este artigo se quizessemos mesmo de leve recapitular tudo quanto se fez na nomeação de empregos, no objecto do recrutamento, e em todos os ramos da administração, para conservar essa situação nefasta e odiosa.

Os nossos leitores estão bem inteirados de tudo, para que aqui precisemos de lhes apresentar de novo esse indecoroso e torpe quadro de indignidades, injustiças, patronatos e vinganças pessoaes.

No domingo vae proceder-se á eleição da camara municipal n'este concelho; e qualquer que seja o resultado da votação aqui nos conservaremos no nosso posto, advogando os interesses publicos, desligados como nos achámos das diversas parcialidades.

Ficará reeleita a camara?

Se assim fôr, continuaremos da mesma fórma a zelar os interesses publicos, combatendo os esbanjamentos municipaes e pondo bem patente, como até agora, os abusos e illegalidades, que se praticarem.

Ficará eleita uma nova camara?

Apezar de reconhecermos as graves difficuldades em que se ha de ver para administrar o municipio, em resultado do grande empenho em que achará as rendas do concelho, gastas em boa parte para crear clientella á actual camara, não deixaremos de zelar os interesses publicos, reclamando para que a camara faça tudo quanto lhe fôr possivel em beneficio do concelho.

E seria, n'esse caso, a primeira exi-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLXI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Apesar de que estas e outras mais pequenas distracções alliviavam a minha situação, e bem que meu irmão me começasse a dar esperanças de que tambem seria chamado para as escolas de S. Vicente, a minha demora n'aquella casa, onde não tinha livros que me fartassem, porque a livraria do convento era miseravel em numero e qualidade de livros, começou a tornar-se-me insupportavel. Entrei a achar-me doente, atacado de muita frouxidão e languidez; e para isto me receitavam banhos frescos do Lima, que tomei com proveito, assim como os de mar, que por duas vezes fui tomar a Vianna do Castello.

N'esta linda villa, que hoje é cidade, passei bellos dias nas duas vezes em que lá fui tomar banhos. Os conegos de Refoyos do Lima, quando alli iam, eram sempre recebidos com a maior distincção e cortezia. Não sei se isto era devido ao *Dom*, que acompanhava nossos nomes, ou serem todos, em geral, pessoas bem educadas, e só levadas para esta congregação de casas nobres de paes e avós.

N'aquella agradavel terra por sua posição na foz de um rio delicioso, havia então muita nobreza, e toda ella nos mandava logo comprimentar; e não só os donos de casa o faziam, mas as mesmas senhoras, em particular, mandavam seus escudeiros fazer-nos eguaes comprimentos. Havia alli muitas casas de companhia, e em todas ellas eramos recebidos com toda a affabilidade e cortezania.

Alli foi que pela primeira vez conheci Luiz do Rego, que morreu visconde, depois de muito se ter illustrado pelas armas. Conheci-o ainda simples cadete, e depois já alferes, posto a que subiu depois da primeira vez casado com uma filha, creio que foi, do major do regimento que alli estava, senhora de muito merecimento, e das mais bellas que tenho conhecido na minha vida, e a quem devi muitas attenções.

Tambem frequentei muitas vezes a casa da Carreira, d'onde existe hoje o visconde do mesmo nome, e lá fui sempre tratado com toda a affabilidade por duas lindas senhoras, que julgo eram irmãs do actual visconde.

Farei ainda menção de outro individuo, que era um official velho, chamado *Miron*, natural da Suissa, e que me parece tinha vindo para Portugal com o conde de Lippe. Era official de artilheria, e se bem me recordo, tendo formado uma escola d'esta sciencia na praça de Valença, entre os discipulos d'ella sahira o nosso bem conhecido José Anastasio da Cunha, não só por seus talentos, se não ainda por lhe terem aberto as portas da Inquisição, que nos velhos tempos sempre estavam abertas para receber os que tinham, e mostravam possuir luzes superiores ás do tempo, e manifestavam ideias liberaes.

Em 11 de Outubro do anno de 1778, sendo inquisidor-mór o cardeal da Cunha, figurou elle com dez companheiros em um *auto da fé* que se celebrou em Lisboa, e creio foi o ultimo. Foi preso na praça de Valença do Minho com os seus socios, entre os quaes havia um allemão e um francez, e portuguezes, além de José Anastasio, Manoel do Espirito Santo, e João Manoel de Abreu, os quaes me parece foram lentes na Academia da Marinha.

Os inquisidores, já mais mansos pelas peias que lhes havia deitado o marquez de Pombal, contentaram-se em os dar em espectaculo ao povo com todas as insignias competentes, e em lhes dar por castigo alguns desterros, como foram Lamego, Vizeu, Evora, e outras terras do reino, prohibindo-os expressamente de voltarem a Valença.

ANNOS DE 1800 ATÉ 1802

Verificou-se finalmente a minha ida para Lisboa, devida á protecção de meu irmão, em consequencia de ser nomeado substituto de logica nas escolas de S. Vicente. Alli encontrei nos principios de 1800 meu irmão, esti-

gencia que fariamos á nova camara o apresentar, immediatamente que tomasse posse, um minucioso relatorio dos encargos que ficam onerando o municipio, e pondo bem patente quaes os esbanjamentos e o estado em que a actual camara deixa as rendas e a administração municipal.

Era esse o primeiro dever da nova camara; e instariamos para que o cumprisse desde logo.

Ao silencio pertinaz e indecoroso dos actuaes vereadores, devia a nova camara responder em tudo com a maxima publicidade.

Seja, porém, como fôr, e em qualquer das hypotheses, visto não serem os nossos fins satisfazer interesses partidarios, mas unicamente advogar o bem publico, aqui continuaremos em a nossa missão.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

EURICO EL PRESBITERO

POR

ALEJANDRO HERCULANO

Traducido de la sexta edicion portuguesa y adicionado con algunas notas y un plano de las cercanias del Calpe, por Salustiano Rodriguez-Bermejo.

MADRID — IMPRENTA DE T. FORTANET — 1875

Quando em o numero 3160 d'este jornal démos conta de nos haver o sr. Bermejo offerecido os dois volumes do *Monge de Cister*, dissémos que sentiamos ainda não ter visto o *Eurico*, egualmente traduzido pelo mesmo escriptor.

O sr. Bermejo logo que isto leu houve-se briosamente comnosco, enviando-nos um exemplar do *Eurico*, acompanhado de expressões para nós tão agradaveis, que muito nos penhoraram.

Temos lido gostosamente a traducção do *Eurico* e do *Monge de Cister*; e tanto quanto póde valer a nossa opinião a este respeito diremos, que o sr. Bermejo interpretou muito bem o *Monasticon* do nosso illustre escriptor Alexandre Herculano.

O sr. Bermejo diz modestamente, que acompanha a traducção com algumas notas. Não são apenas algumas, mas muito numerosas e instructivas as notas com que o traductor esclarece muitos pontos do texto.

O sr. Alexandre Herculano dizia em uma sua nota ao *Eurico*, que se decidira a conservar os nomes primitivos, porque podiam facilmente achar-se em qualquer tratado de geographia antiga.

Não era tão facil como parecia ao illustre escriptor; e é por isso que o sr. Bermejo se deu ao trabalho de illucidar com as suas interessantes notas os logares que podiam offerecer duvida ao geral dos leitores.

No *Eurico* são os factos succedidos em Hespanha; e portanto não era muito difficil ao traductor hespanhol o organisar as notas geographicas e historicas do seu proprio paiz; porém é motivo para admirar, que podesse com tanta exactidão e minuciosidade escrever as notas do *Monge de Cister*, que todo diz respeito a Portugal.

Apenas encontrámos tres ou quatro leves equivocos, que nem merece a pena mencionar, com respeito á nossa historia, geographia, legislação e costumes.

De modo que vamos encontrar mais exactidão em um estrangeiro do que vemos em muitos dos escriptores do nosso paiz. E' isso muito honroso para o sr. Bermejo.

Cumpre-nos agradecer ao illustrado traductor do *Eurico* e do *Monge de Cister* a fineza das suas offertas, que summamente apreciámos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

BIBLIOGRAPHIA

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOS ANNOS DE 1872 E 1873

Coimbra: Imprensa da Universidade: 1874

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOS ANNOS DE 1874 E 1875

Coimbra: Imprensa da Universidade: 1876

I

Estampando ha annos na *Revista Litteraria* do Porto alguns *Apontamentos para a continuação da Bibliotheca Lusitana*, lamentavamos, com verdadeiro pezar, que se não proseguisse na descripção de todas as obras publicadas, depois que sahira á luz a monumental do Abbade Barbosa.

«Seria para desejar, diziamos nós, que ao menos se fizesse annualmente uma memoria, que comprehendesse os productos das diversas typographias do reino. Um trabalho d'esta natureza era bem digno de um amante da litteratura patria; porque, constituindo um dos elementos absolutamente necessarios para a historia litteraria e typographica da nação, era ao mesmo tempo interessantissimo subsidio para a continuação da *Bibliotheca Lusitana*.»

Previamos, n'essa épocha, os graves embaraços, a summa difficuldade que deveria encontrar o escriptor, que ousasse metter hombros a tamanha empreza. Commetteu-a, e venceu, felizmente, estes embaraços e difficuldades o nunca assás chorado Innocencio Francisco da Silva, publicando o seu *Diccionario Bibliographico Portuguez*.

Era, na verdade, o eximio Academico o mais habilitado para tratar similhante assumpto. Possuia dotes singulares, condições especialissimas para escrever sobre elle com intelligente criterio e incontestavel competencia. Á grande contenção de espirito reunia memoria prodigiosa de nomes, datas, successos, anecdotas, de um sem numero de especies varias e curiosas, grangeadas em vasta e aturada leitura, emprehendida com o particular fim que se propozera desde muitos annos.

É certo que para o aperfeiçoamento do *Diccionario* tambem encontrou franca e leal coadjuvação em alguns dos nossos homens de lettras, que generosamente lhe prestaram importantes subsidios. Reconheceu o illustre bibliographo a prestancia d'estes subsidios, referindo-os opportunamente nos differentes volumes da sua obra.

Cento e cincoenta e nove vezes n'ella se menciona o nome de quem escreve estas linhas, para rectificação e esclarecimento de factos, acrescentamento ou ampliação de noticias. Folgamos de haver concorrido com as nossas lucubrações para o desempenho e lustre de um monumento de tanta honra e credito para a litteratura nacional.

II

Teve a publicação do *Diccionario Bibliographico* poderosa influencia na cultura das nossas lettras; despertou o amor pelos classicos, ensinando a apreciar a valia das suas edições, e o merito dos auctores; promoveu o estudo dos antigos monumentos da imprensa portugueza, dirigindo a attenção para os aperfeiçoamentos successivos dos seus productos; creou, finalmente, outros bibliographos, que por diversas investigações, a que têm procedido, hão de facilitar a continuação d'aquella famosa obra, quando surgir o successor de tão inclito mestre.

Occupa entre os nossos bibliographos logar distincto um escriptor laborioso e modesto, já vantajosamente conhecido na republica das lettras, que póde com justiça considerar-se um dos mais conspicuos discipulos d'aquelle grande mestre, o sr. Antonio Maria Seabra d'Albuquerque.

Comprovam esta verdade as Bibliographias de que reza a epigraphe. Comprehende a primeira a descripção de cento e quarenta e cinco obras sahidas da Imprensa da Universide nos annos de 1872 e 1873, e a noticia biographica dos auctores, em que se referem os factos principaes de sua vida, e se expõem os motivos da composição das obras, quando são conhecidos e merecem especial menção.

Excitam pela sua curiosidade a attenção do leitor os artigos sobre os *Annuarios da Universidade de Coimbra*, *Ephemerides Astronomicas*, e *Instituto* (O).

Comprehende a segunda Bibliographia a descripção de cento e cincoenta e tres obras, sahidas da Imprensa da Universidade nos annos de 1874 e 1875, e a noticia biographica de seus auctores.

Sobresahe entre os differentes artigos um importantissimo, o *Esboço historico sobre os Estatutos dados á Universidade desde a fundação pelo senhor D. Diniz até á sua reforma pelo senhor D. José em 1772*.

É tambem digno de ler-se o que o auctor diz ácerca da nobreza dos pharmaceuticos, ao descrever uma obra destinada a esta classe, e o que refere ácerca da historia do *Observatorio Astronomico da Universidade* (ao tractar da sua *Ephemeride*), exornando-a com tres gravuras.

Para demonstrar a singular aptidão do sr. Seabra para este genero de trabalhos, bastaria unicamente o *Esboço historico sobre os Estatutos*. É um trabalho consciencioso, resultado de pacientes investigações, a que presidiu uma vontade forte e desejo ardente de o organisar tão completo e cabal, quanto o permittiam os recursos de que podia dispôr.

Amenisou o sr. Seabra a aridez dos assumptos bibliographicos, enxerindo-lhes as curiosidades, que por qualquer modo se lhes podiam referir.

É a Imprensa Nacional da Universidade um dos estabelecimentos do reino, em que mais obras scientificas se têm dado á estampa. Quem consultar as Bibliographias, de que acabamos de dar noticia, conhecerá não só quantas e quaes são estas obras nos quatro annos referidos, mas poderá avaliar approximadamente o nosso tal ou qual movimento scientifico e litterario, que, graças a Deus, não é tão minguado, como poderia suppôr a escassez do consumo.

Com estes seus inestimaveis trabalhos prestou o sr. Seabra valiosos serviços á litteratura patria, e subsidios preciosos para a continuação do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, que deve mais cedo ou mais tarde realisar-se.

Portalegre, 29 de Setembro de 1877.

F. A. RODRIGUES DE GUSMÃO.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 18 de Novembro de 1877.

Começo esta carta por lhe dizer... que a nossa camara municipal se entretem da melhor forma de... enterrar os mortos, não tratando das commodidades dos vivos!

As sessões da camara municipal de hontem e antehontem estiveram curiosissimas. Discutia-se a proposta do sr. Rodrigues da Camara, a fim de se dar cumprimento á portaria de 24 de Janeiro de 1872, que manda estabelecer nos cemiterios publicos espaços separados por um muro para se sepultarem os individuos que não professem a religião catholica.

A galeria da sala das sessões conservou-se durante os dois dias repleta de espectadores. Fallaram diversos vereadores, tornando-se mais notavel, entre elles, o sr. Pequito, que tratou a questão sob diversos aspectos, *sentindo que se tratasse dos mortos quando tanto havia que tratar dos vivos.*

O sr. dr. Jardim opinou que o meio de evitar conflictos era proceder-se á creação de um novo cemiterio, com o titulo «*Cemiterio não catholico*», onde fossem sepultados os individuos que não professassem a religião catholica.

Replicou ao sr. dr. Jardim o illustre medico, dr. Alves Branco, sustentando que o alvitre d'aquelle cavalheiro não resolvia a questão pendente, dando causa a muitos outros conflictos, ignorando-se o destino que se devia dar aos cadaveres de pessoas desconhecidas, taes como os que o mar lança á praia, e aos dos suicidas.

No fim de tudo, depois de acalorada e instructiva discussão, foi posta á votação a proposta do sr. dr. Jardim, que foi approvada, para que a camara estabeleça um novo cemiterio para os enterros das pessoas que não professarem o culto catholico. A denominação do cemiterio será a do local em que o mesmo for situado.

E aqui tem o meu amigo este *grave* assumpto sanado, e... protestantes e catholicos todos de braço dado, e em boa camaradagem.

Era coherente a camara, se depois de dar sepultura aos mortos, tratasse de ver se poderia construir predios para alojar os vivos. Disse-o o sr. Pequito, reconhecendo s. ex.ª que se tratava mais d'aquelles do que d'estes. Se vamos n'este caminhar, se não se põe um dique á usura vil dos senhorios, fazendo novas construcções, pois que de semestre a semestre augmentam as rendas das casas, d'aqui a pouco o proletario, o homem de parcos haveres não terá tecto sob o qual se abrigue.

— Amanhã tem a camara municipal uma conferencia com o sr. ministro do reino. Suppõe-se que terá relação com a questão dos talhos municipaes.

— A imprensa continua a occupar-se do processo da penitenciaria. Um jornal d'aqui diz que o processo se transformou em arma politica, asseverando a *Revolução de Setembro* que o absolutismo campeia desenfreado. Não direi que seja o absolutismo, mas que voltámos aos tempos cabralinos, é certo.

Põe-se por obra as deportações e as transferencias dos funccionarios, quando estes não fazem *salamaleks* ao governo, e são uns *passivos* capachos... — porque ha capachos *activos* — sujeitando-se ás normas que lhes pretendem pautar.

Julgavamos estar arredados de 1846 uns bons trinta e um annos, mas de repente achâmo-nos na épocha... em que a Maria da Fonte fez proezas. A geração d'aquelle tempo declina, mas temos ahi a geração nova, que, tendo filiado as ideias liberaes da épocha, ha de saber manter integerrima, como em 1846, os seus fóros e regalias populares. *Arcades ambo*.

O sr. ministro da justiça, de braço dado com o seu collega das obras publicas, e de mutuo accordo, acaba de transferir o delegado da 4.ª vara de Lisboa, Mendes Cavalleiro, para a comarca de Montemór o Novo!

Sabe o meu amigo a que se attribue esta vingança mesquinha, este castigo inflingido ao magistrado que se não deixou torcer, e que seguiu linha recta a estrada dos seus deveres? A não ter promovido querella contra as pessoas que no processo respeitante ás obras da penitenciaria eram por algumas testemunhas indicadas como auctoras de extravio de materiaes!

Queria o governo que o delegado pronunciasse, sem haver motivo para querella. Pois a vingança seguiu de perto as rectas intenções do magistrado! Nem ao menos tiveram a coragem de esperar algum tempo para saciarem a sua sede de vingança! Agradecemos-lhe ao menos, porque são francos, e denunciam-se, para que os possamos combater de viseira erguida.

— Vae ser publicada brevemente mais uma comedia de Caetano Dias, que se intitula: *Amor acaba por casamento*. Deve ser bem escripta, como tudo o que sáe da penna d'aquelle meu desaventurado collega, ao qual a infelicidade não se cansa de perseguir. Mancebo de provado talento, Caetano Dias se fosse de uma constituição robusta e alheio a superstições, que o prostraram, estava agora no vigor da sua explendida intelligencia e poderia prestar serviços sérios ás letras, ao estudo das quaes, com indefesso ardor se dedicava.

— Ha dias que chegou a Lisboa, regressando do estrangeiro, o sr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, redactor principal e director do *Jornal da Noite*. Damos a s. ex.ª as boas vindas, e que regressasse á patria de perfeita saude.

— Têm sido commentados desfavoravelmente os acontecimentos de Coimbra, dados entre individuos da mesma classe social. E' certamente para lastimar que mancebos, que deviam ter uma educação mais que mediocre pratiquem excessos que os condemnam aos olhos das pessoas sensatas. Cumpre, em ultima instancia, ao sr. ministro do reino, — se de alguma cousa é capaz, e se olha attentamente pelos negocios publicos — dar providencias serias mantendo na ordem os discolos, para que a academia sensata aproveite nos seus estudos, e passeie livremente, sem que o *box*, ou o punhal a intimide. E' preciso, torna-se de indiscutivel necessidade, que as denominadas *troças* tenham um termo de uma vez para sempre.

O meu amigo tem ahi presenceado actos de uma malvadez repugnante. Em 1873 deu-se a morte de um estudante. A academia protestou. Quatro annos passados, Tito Vespasiano ia sendo victima dos desordeiros de batina, que a deshonram, que a prostituem, que infamam as familias, quando deviam honrar aquella e respeitar e honrar estas!

— Dou-lhe uma boa nova litteraria. Está em via de impressão, e já se acha bastante adiantado, na imprensa nacional, o *Cancioneiro portuguez da Bibliotheca do Vaticano*. É coordenado pelo sr. dr. Theophilo Braga, professor de litteratura portugueza no curso superior de letras. O *Cancioneiro portuguez*, é, pela sua importancia historica, philologica, artistica e tradicional, o monumento principal da litteratura portugueza. Pertence aos seculos XIII e XIV, e consta de mil duzentas e cinco canções que as côrtes de D. Affonso III, D. Diniz e D. Affonso IV, ouviram echoar nos seus salões. Alli se encontram imitadas as varias escolas poeticas do fim da edade media, os cantos trovadorescos da côrte de S. Luiz, os cantares de segrel das côrtes peninsulares, os dizeres gallegos, e os lais bretões.

Esta edição, nitida, como todas as que sáem dos prélos da imprensa nacional, consta de uma longa introducção sobre a historia da poesia provençal portugueza, deduzida do texto do *Cancioneiro*, e de um estudo de historia externa sobre a filiação dos differentes *Cancioneiros* dos seculos XIII e XIV, com os quaes o *Cancioneiro do Vaticano* tem intima relação.

Trará tambem o texto de mil duzentas e cinco canções restituido em quanto á lingua, á da épocha em que foi escripto o *Cancioneiro*, pelos processos criticos mais rigorosos; em quanto á poetica, fixando-lhes a sua justa metrificação e a forma estrophica, segundo os dados comparativos da poetica provençal.

Além d'isso conterá um glossario de todas as palavras archaicas empregadas no *Cancioneiro*, e noticias biographicas dos trovadores portuguezes. Tudo isto é escripto pelo distincto professor a quem alludimos acima, o qual pelo seu amor ás letras, contribue d'esta fórma para arrancar ao olvido aquelle precioso monumento da litteratura portugueza, visto que a nossa academia real das sciencias nada faz que se veja.

Ao meu amigo dou-lhe esta noticia, com a qual ha de folgar, visto que é amador dos bons livros, como este é indubitavelmente.

— Está publicada a 17.ª conferencia relativa aos *Vinhos*, pelo sr. Antonio Augusto de Aguiar. É a penultima, e trata da *phylloxera*.

Até á seguinte.

P. J. CONCEIÇÃO.

mado por todos, rodeado de bons amigos, que tambem logo foram os meus, e já socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Para entrar n'esta sociedade concorreu a amisade que mereceu ao presidente da Academia, o duque de Lafões.

Como esta amisade principiou e se firmou, vou dizel-o em poucas palavras. Entre os individuos, que visitavam meu irmão, havia o desembargador *Batalha*, que tinha acompanhado o duque na sua infeliz campanha do Alemtejo, como inspector de viveres ou transportes. Tratava-se n'esse tempo no ministerio uma importante questão, qual era a alliança que mais convinha a Portugal nas disputas que havia entre a França republicana, e Inglaterra. O duque inclinava-se pela da primeira, e desejava quem lhe escrevesse alguma cousa n'esse sentido, e mostrasse o pouco que podiamos esperar de Inglaterra, que nunca nos tinha auxiliado, nem cumprido para comnosco os tratados, que havia entre ambas as nações.

Ora o desembargador Batalha era um homem, como se diz, folgasão e astucioso, mas tinha mais trêtas do que lettras, e como não podesse satisfazer os desejos do duque, nem lhe quizesse mostrar a sua insufficiencia, recorreu a uma astucia, a uma mentira. Disse-lhe que tinha em S. Vicente um primo conego, e professor nas escolas, que era homem de lettras, e de muito talento, o qual julgava mui capaz de lhe satisfazer os desejos, e muito a seu contento.

O duque muito estimou a noticia que lhe deu, quiz conhecer meu irmão, tratou-o, e o incumbiu da obra, que desejava para com ella fortificar a sua opinião para com o principe regente D. João, que depois foi rei, e perante o ministerio de que fazia parte. Meu irmão o satisfez completamente e escreveu uma pequena memoria, em que mostrou a pouca fé e lealdade com que os inglezes se tinham havido sempre comnosco. Esta memoria, que foi dada ao duque, e da qual meu irmão não deixou copia, perdeu-se. Abriu-lhe porém a porta da Academia.

Meu irmão deu-se logo a conhecer na Academia por uma interessante memoria, *Sobre a divindade que os lusitanos conheceram debaixo da denominação de Endovelico*. E depois d'ella escreveu algumas mais, como a vida de Fr. Bernardo de Brito, que anda impressa em a nova edição da Monarchia Portugueza, mandada imprimir pela Academia.

Tanto esta vida de Fr. Bernardo de Brito, como as memorias que depois escreveu, foram pela primeira vez impressas em Londres no *Investigador Portuguez* nos principios do anno de 1814, jornal, que eu principiei a dirigir como principal redactor, e assim continuei até 1819 em que aquelle jornal acabou.

Quando voltei a Portugal, entreguei os autographos na Academia; e na sessão litteraria da mesma do dia 22 de Maio de 1849, presidida pelo primeiro duque de Palmella, como seu vice-presidente, fiz menção d'ellas na noticia biographica que li com o titulo de — *Breve noticia biographica do antigo socio correspondente da academia, D. Antonio da Visitação Freire de Carvalho, conego regular de Santo Agostinho*. Foi impressa esta noticia na collecção das actas da Academia, n.º 3.º, no anno de 1849.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois primeiro conde de Linhares, e era então ministro da marinha, como viesse tambem a conhecer o merecimento de meu irmão, o fez nomear socio da sociedade real maritima de Lisboa, na qual leu uma memoria em que — *Se mostram as vantagens do estudo da geographia nautica nas reaes aulas da Marinha, e o plano do seu ensino.*

Esta memoria tambem está impressa no *Investigador Portuguez*, e egualmente a entreguei na Academia das siencias; porém de todos estes seus trabalhos, só a Academia até agora tem impresso a vida de Fr. Bernardo de Brito, e a memoria sobre o Deus Endovelico.

A esse tempo já meus irmãos Bento e Francisco tinham tomado destino; este ultimo, não sei porque insinuações, havia tomado o habito de frade graciano, e o primeiro, que não gostava do estado ecclesiastico, tinha sahido da casa do patriarcha, e estava na marinha. Meu irmão D. Antonio tinha-lhe inculcado este modo de vida honroso, e que então parecia mais vantajoso do que o de militar de terra, porque n'aquella época a marinha estava mais prospera do que hoje está.

Já elle tinha completado o seu primeiro anno de estudos como aspirante, e tinha embarcado para o Pará a fim de com esta viagem se mostrar apto para ter o posto de guarda-marinha; o que com effeito alcançou na volta, vindo na nova fragata *Perola*, que no Pará se havia construido.

(Continuar-se-ha).

NECROLOGIO

No profundo abysmo da minha dôr immensa, e como que sepultado na mais triste solidão, ainda a este exulado recinto chegam os echos dos gritos pungentes, soluçados por pessoas amigas, em cujas magoas somos sempre associado...

A exm.ª sr.ª D. Maria Emilia Pinto de Mello está de rigoroso luto, porque lhe falta a fiel companheira de toda a sua vida, a irmã carinhosa, com quem repartiu sempre as suas magoas e alegrias; aquelle symbolo de candura e lealdade, junto de quem os annos lhe pareciam dias, e os dias instantes...

É morta a exm.ª sr.ª D. Anna Clementina Pinto de Mello! Inscreveu-se no livro infinito dos finados mais um respeitavel nome, que por si só é a forte expressão de grandioso e elevado merecimento, firmado em acrisoladas virtudes!...

Era a illustre octogenaria dotada de todas as qualidades, que devem adornar uma senhora; ella sabia sempre alegre e jovial conservar-se dentro dos limites que o decóro ensina, e a gravidade aconselha.

Modesta e affavel para com todas as pessoas, era o seu tracto d'uma urbanidade inexcedivel; e com o seu porte exemplar, ajuntavam-se o recato e honestidade, que eram d'esperar do seu bom senso, e illustrada intelligencia.

Com taes predicados escusado é dizer-se, que os seus sentimentos religiosos eram tão puros e santos, como a doutrina do Redemptor da humanidade.

No seu estado celibatario perdeu-se uma boa mãe de familia.

Ainda nos lembram com respeitoso e grato reconhecimento os bons dias, que em muitos annos passamos na sua casa de Villa Cova á Coelheira — uma das mais bem postas d'estes sitios, aonde a par da grandeza e asseio sem ostentação, se notava a melhor ordem no arranjo e boa disposição de todas as cousas: e quem alli fosse, mesmo pela primeira vez, via logo, que tudo era dirigido por cabeças bem organisadas.

E que nos resta... clausurados aqui, n'este oratorio do nosso supplicio?!... Enviar a nossa suspirosa gratidão, ajoelhar junto da campa que se abre para guardar tão venerandas cinzas, entoando alli o eterno *requiescat in pace*.

Sandomil 16 de Novembro de 1877.

F. M. DE G. E C.

NOTICIARIO

Portaria para que os estudantes da Universidade não podessem escrever nas aulas. — Publicamos hoje a portaria ou edital, prohibindo aos estudantes escreverem nas aulas, e usarem dos cadernos manuscriptos.

A copia de que nos servimos não tem data, nem assignatura; mas suppomos com todo o fundamento ser do reformador reitor, D. Francisco Raphael de Castro, e portanto ser dos ultimos annos do seculo passado.

«Havendo respeito aos graves prejuizos que resultam do intoleravel abuso, que de tempos a esta parte tem infelizmente grassado entre os estudantes d'esta Universidade, que ou pela reprehensivel ambição de se pouparem ao trabalho necessario para o seu aproveitamento, ou pelo excessivo desejo de não perderem coisa alguma da explicação de seus mestres, consomem todo o seu tempo em escrever nas aulas e em suas proprias casas as lições que mais proveitosamente aprenderiam nos livros approvados por sua magestade para uso das mesmas aulas, e de cujas doutrinas são obrigados a dar uma exacta e inteira conta por todo o decurso do anno lectivo, e muito particularmente nos seus respectivos exames e actos.

E sendo tambem informado de que a fatal aluvião de cadernos manuscriptos, cheios de erros grosseiros e miserias, que trazem sempre entre mãos, tem desterrado d'entre os mesmos estudantes o uso familiar dos livros impressos e o habito de os ler e manusear; de tal maneira, que ha muitos que nem os mesmos compendios das aulas que são obrigados a frequentar, já compram, e fazem todo o seu estudo pelos referidos cadernos, que além de serem prejudiciaes pela multidão de erros de orthographia, de linguagem, de methodo, e até de doutrina, em que todos elles abundam, são tambem injuriosos aos auctores a que a ignorancia ou a malevolencia livremente os attribue.

E para de uma vez pôr termo ao progresso de um tão intoleravel abuso mando, que d'agora e para sempre se desterre e proscreva d'esta Universidade o pernicioso costume de escrever nas aulas; e que os mestres mais não consintam, que os seus discipulos debaixo de qualquer pretexto que seja o continuem a praticar.

E ordeno outro sim aos bedeis, que vigiem muito cuidadosamente pela exacta observancia d'esta importante providencia; e que tenham a maior vigilancia em apontar todos aquelles estudantes, que por qualquer modo a pretenderem illudir. Os quaes pela primeira vez serão multados em 1$600 réis para os mesmos bedeis que os apontarem, pela segunda pagarão a mesma multa em dobro, que terá a mesma applicação, e incorrerão além d'isso na pena de dois mezes de prisão, e de lhes serem havidas por sem causa as faltas que n'aquelle tempo fizerem nas suas respectivas aulas: e pela terceira finalmente ficarão incursos na perda irremissivel do anno. E para que chegue á noticia de todos, etc., etc.»

Chegada. — S. ex.ª o sr. bispo conde regressou da visita que fez á Bemfeita e Cerdeira.

Consta-nos que o illustre prelado foi recebido n'estas duas freguezias com as mesmas demonstrações de regosijo com que o tem sido em todas as outras. Todo o clero do arciprestado de Mouronho, e parte do de Arganil e Oliveira do Hospital, se apresentou a s. ex.ª, apesar do pessimo tempo, e das grandes distancias que teve de atravessar.

O digno prelado mostrou-se por extremo sensivel a esta prova de consideração e amor, que lhe deram os seus cooperadores, e cordealmente lh'a agradeceu.

Livros raros. — Na copiosa livraria do fallecido sr. dr. Francisco da Fonseca Correia Torres, da qual se começa hoje a fazer leilão no edificio do Instituto, ha alguns livros de notavel raridade.

Encontra-se por exemplo alli uma collecção do *Antiquario Conimbricense*, publicação curiosissima de que apenas se publicaram nove numeros em 1841 e 1842.

Em Coimbra não sabemos de outras collecções a não serem a nossa, as que possuem os srs. dr. Augusto Filippe Simões, Antonio Maria Seabra d'Albuquerque, João Correia Ayres de Campos e Augusto Mendes Simões de Castro, e tambem a da imprensa da Universidade.

É de tal estimação e raridade o *Antiquario Conimbricense*, que quatro individuos de Lisboa, na impossibilidade de obterem uma collecção para cada um, e tendo alguns numeros, os reuniram, conseguindo formar uma collecção da qual são comproprietarios.

O proprio sr. padre Manoel da Cruz Pereira Coutinho, prior da Sé Velha, auctor d'esta publicação, não a possue completa.

— Ha na mesma livraria um exemplar da 1.ª parte da *Imagem da Vida Christã* de Fr. Heitor Pinto, edição do anno de 1572. O sr. Innocencio Francisco da Silva no corpo do *Diccionario Bibliographico* não mencionou esta edição por lhe ser desconhecida. Só nos additamentos deu noticia d'ella, e é este exemplar o proprio ahi mencionado pelo sr. Innocencio.

— Além d'estas obras, outras muitas existem n'aquella livraria, que são difficeis de encontrar no mercado.

Photographias. — O sr. José Maria dos Santos, habil photographo, foi encarregado pelo sr. visconde de Villa Maior, de tirar as vistas photographicas de todos os estabelecimentos da Universidade, para irem para a exposição de Paris.

Estas photographias serão acompanhadas das respectivas memorias, elaboradas pelos lentes directores d'esses estabelecimentos.

Obras. — Continuam as obras no laboratorio chimico, tendentes a elevar este estabelecimento á altura dos progressos da sciencia.

Assassinato. — No dia 3 do corrente deu entrada no hospital d'esta cidade, Joanna Eufrasia, solteira, de 60 annos de edade, da freguezia de S. Martinho do Bispo, fallecendo no dia 9.

A morte foi resultado de espancamento, dizendo-se geralmente que os auctores do crime foram Joaquim dos Santos Rosa Mena, vulgo o *Orphão*, e Maria Alfaiate, vulgo a *Má*—ambos da mesma freguezia.

Fez-se autopsia no dia 10, e procedeu-se a exame de corpo delicto.

Informam-nos que se tem tratado de intimidar as testemunhas, para occultarem a verdade; mas temos plena confiança de que os srs. juiz de direito e delegado do procurador regio empregarão todos os meios para serem punidos os criminosos.

Morte. — No sabbado á noute andavam tres creanças a atirar pedradas umas ás outras na rua das Cozinhas; e tão desastradamente, que d'uma das pedradas dada na cabeça de uma d'essas creanças, resultou o ella morrer.

Memoria. — Consta-nos que o sr. dr. Bernardo de Serpa Pimentel trabalha activamente na conclusão da Memoria da Faculdade de Direito.

Muito estimamos isso, porque era para sentir que ficasse incompleta a collecção das Memorias do Centenario da Universidade.

Policia academica. — Por deliberação tomada pelos srs. vice-reitor da Universidade e governador civil do districto, tem sido policiada a cidade alta n'estas ultimas noites, a fim de impedir a continuação das perturbações da ordem e attentados, que com geral indignação ahi se tem praticado.

A policia é feita pelos archeiros, regedores e cabos.

É para desejar que estas medidas produzam a manutenção da tranquillidade publica.

Calendario. — Por parte da imprensa Commercial d'esta cidade, de que é proprietario o sr. José Correia de Almeida, foi-nos offerecido um *Calendario para o anno de* 1878.

É um trabalho, que manifesta muita aptidão nos artistas a quem se deve.

Folgamos de ver progredir a arte typographica, e que a imprensa do sr. Almeida, assim como as outras de Coimbra se acreditem pela perfeição das suas obras.

Cumpre-nos agradecer o exemplar com que fomos brindados.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Maria Candida, filha de Adelino Correia e Julia Ferreira, de Coimbra, de 35 dias, fallecida em 11.

Maria, filha de Manoel dos Reis e Carlota de Jesus Soares, das Lages, de 1 anno, fallecida em 11.

Joaquina Mimosa, filha de João Mimoso e Francisca Isabel Mimosa, de Figueiró dos Vinhos, de 53 annos, fallecida em 14.

Justiniano Antonio Rodrigues, filho de Francisco Rodrigues e Benta de Jesus, de Coimbra, de 85 annos, 10 mezes e 4 dias, fallecido em 15.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:361.

Bibliographia.—Reproduzimos hoje n'este jornal o artigo bibliographico, publicado pelo sr. bacharel Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão no *Instituto*, ácêrca da bibliographia da imprensa da Universidade, devida ás incansaveis diligencias do nosso estimavel amigo o sr. Antonio Maria Seabra de Albuquerque.

Estimamos que um escriptor tão competente como é o sr. Gusmão venha prestar esta homenagem ao sr. Seabra.

O sr. Gusmão felizmente não segue uma certa escola muito generalisada, que só sabe negar o merito a quem o tem.

Despacho. — O sr. bacharel José Albino da Silva Carvalho foi nomeado para o logar de administrador substituto do concelho de Coimbra, em logar do sr. bacharel José Maria de Sequeira, que pediu a exoneração do mesmo cargo.

Outro. — Foi nomeado administrador do concelho de Mira, o sr. João Augusto de Oliveira e Silva, por haver sido exonerado o sr. José Calveto Pimentel.

Nova cadeira. — Foi creada uma cadeira de ensino primario, para o sexo feminino, na freguezia de Alfarellos, concelho de Soure, com o subsidio de casa e mobilia pela camara municipal.

Concursos.—No proximo mez devem ter logar os concursos das duas vagas de substitutos da Faculdade de Direito.

Consta-nos que serão concorrentes os srs. drs. Alves de Sá, Julio de Vilhena, Hyntze Ribeiro, Assis Teixeira, e Frederico Laranjo.

Inscripções. — Em Lisboa estavam hontem as inscripções grandes a 51,10.

Noticias de França. — *Paris* 18, *á noite.* — O *Français* diz que na recepção de hontem á noite no Elyseu o marechal exprimiu a sua firme resolução de permanecer fiel no seu posto para a defeza social, mas com a condição de que o senado lhe dará o seu concurso.

O *Moniteur* dá como certo que a folha official annunciará na terça feira que Mac-Mahon acceita a demissão do ministerio.

O mesmo jornal diz que o grupo constitucional do senado, sempre hesitante, quereria que o marechal se dirigisse ao centro esquerdo para a composição do futuro ministerio, mas que o marechal não parece disposto a seguir o conselho.

Guerra do Oriente. — *Paris*, 18 *á noite.* — Um despacho official russo annuncia que os russos tomaram de assalto a praça de Kars.

O combate começou hontem ás 8 horas da noite e terminou hoje ás 8 horas da manhã.

Os turcos desalojaram a cavallaria russa que havia occupado Berkowatz.

Depois de ter inspeccionado Nisch e Charkeni, Mehemet-Ali-pachá regressou a Sofia na sexta feira.

ANNUNCIOS

Venda de casa em Thomar

1 NO DIA 4 de Dezembro proximo, por 10 horas da manhã, se ha de vender em praça particular, se o preço convier, uma morada de casas, com seu quintal e logradouros, sita na rua da Corredoura, da cidade de Thomar; cuja casa pertenceu ao fallecido João d'Almeida, e hoje pertence a seu irmão Antonio d'Almeida e Silva, residente em Coimbra, a quem os pretendentes se podem dirigir para esclarecimentos.

A praça terá logar na sobredita casa.

Administração geral das matas do reino

2 POR ordem superior faz-se publico, que se recebem propostas para a venda do arvoredo do pinhal da Carvalha (cêrca de 14 hectares) situado na freguezia de Canellas, concelho d'Estarreja. As condições estão patentes no gabinete da administração das matas no ministerio das obras publicas e na administração do concelho d'Estarreja.

As propostas recebem-se no gabinete da administração no ministerio das obras publicas e devem ser entregues até ao dia 25 do corrente mez.

Lisboa, 13 de Novembro de 1877. — O engenheiro chefe da direcção do norte, Pedro Rebertó da Cunha e Silva.

3 VENDEM-SE potes de lata para azeite em muito bom estado. Preços commodos.

Quem precisar dirija-se ao Adro de Baixo, n.º 3.

SUBSTITUTOS

4 JOÃO ALVES MADEIRA, rua das Covas, 39, Coimbra. Preços commodos.

EDITAL

O Dr. Francisco Antonio Diniz, commendador da Ordem de Christo, commissario dos estudos do districto de Coimbra.

5 FAÇO saber que o jury dos exames dos candidatos ás cadeiras de ensino primario n'este districto, na segunda epocha do corrente anno, reunido em sessão de hoje, tendo examinado os requerimentos dos mesmos candidatos e os documentos que os acompanhavam, resolveu dar como habilitados os que constam da primeira lista abaixo publicada, por se acharem aquelles requerimentos e documentos nos termos legaes; não considerando habilitados os que constam da segunda lista, ou porque não appareceu reconhecida a assignatura dos seus requerimentos, ou por que estes não vinham instruidos com todos os documentos que exige o artigo 4.º do decreto de 30 de Outubro de 1869, ou, finalmente, porque alguns d'esses documentos não se achavam devidamente reconhecidos.

Os candidatos inscriptos na segunda lista são convidados a reparar as alludidas faltas dentro do prazo de 10 dias, a contar de amanhã; entendendo-se, não o fazendo, que desistem do concurso.

1.ª LISTA

Adelino Boto
Antonio da Fonseca e Sousa
Cesar Ramos Pereira
João Henriques de Campos
Lucio d'Aguiar
Manoel d'Almeida e Cruz
Maria Amelia Paes da Silva Mamede
Maria da Gloria Leal Callisto
Rosa Emilia da Costa.

2.ª LISTA

Antonio Gonçalves Curado
Antonio Moreira Marques
Antonio Pereira de Moura
Guilherme Gomes Thomé
Joaquim Rodrigues Matheus
José Augusto Ayres Castello Branco
José Joaquim Alves Sequeira
Manoel Constantino
Manoel Diogo dos Reis
Manoel Quaresma Caldeira
Maria Adelaide Moniz de Mendonça
Maria Germana Baptista da Cunha
Maria da Nazareth e Silva.

E para que chegue á noticia de todos mandei publicar este edital.

Coimbra, 19 de Novembro de 1877.

O presidente do jury,
Dr. Francisco Antonio Diniz

6 A PESSOA que se julgar habilitada para mestre de uma fabrica de papel se pode dirigir para Goes a Manoel Ignacio Dias, dando conhecimento e fiança se tanto fôr preciso; assim como tambem a pessoa que se achar habilitada para guarda livros se pode dirigir ao mesmo senhor.

Goes, 13 de Novembro de 1877.

ATTENÇÃO

7 FRANCISCO RIBEIRO DOS SANTOS, com estabelecimento de ferragens na rua da Calçada, n.ºs 50 a 52, recebeu um grande sortimento de molduras pretas e douradas, que vende ao metro, e se encarrega de encaixilhar qualquer estampa com muita perfeição. Tambem recebeu lindas collecções de estampas, que tudo vende por preços muito reduzidos.

Além d'isto tem grande sortimento de ferragens, pregagens, oleo de linhaça, alvaiade fino, e todas as mais tintas proprias para pinturas, gesso francez para estuques, cimento hydraulico, que tudo vende pelos preços de Lisboa e Porto; assim como, vidros para vidraças, candieiros para azeite e petroleo, chaminés de vidro para os ditos, bandejas, faqueiros, rewolveres, oleados, seringas, jarras, papel e envelopes, e outros muitos artigos, que vende por preços muito convenientes.

BRINDES

OFFERECIDOS PELA EMPREZA EDITORA DO

JORNAL DAS SENHORAS

O 1.º BRINDE sorteia-se em Dezembro proximo com a 2.ª loteria d'esse mesmo mez, entregando-se um

PIANO DE BOM AUCTOR

ou o seu valor em dinheiro, segundo o premiado escolher, contando por elle

300$000 RÉIS

Tem entrada n'este sorteio, que se fará infallivelmente com a 2.ª loteria de Dezembro proximo, — todas as pessoas, que assignarem desde já o JORNAL DAS SENHORAS por seis mezes.

O JORNAL DAS SENHORAS é uma folha diaria, contendo artigos de familia, grande noticiario do dia, mais de 100 paginas de romance em cada mez, figurinos, moldes, etc. Custa 500 réis por mez fóra o porte do correio, e assigna-se na rua da Flores, 178. — Porto.

Venda de uma morada de casas em praça particular

9 PARA dar cumprimento aos legados expressos no testamento com que falleceu Francisco Fabiano Pereira, morador que foi no largo da Sotta, d'esta cidade, se ha de vender em praça particular, se o preço convier, uma morada de casas que pertenceram ao mesmo fallecido, sitas no largo da Sotta, d'esta cidade, propriedade designada pelo fallecido, em seu alludido testamento, para ser vendida, e do seu producto se pagarem os diversos legados constantes do mesmo.

A praça terá logar no dia 28 do corrente, pelas 12 horas do dia, na rua da Calçada, á porta do testamenteiro, o illm.º sr. Paulo José da Silva Neves.

Por esta forma fica convidada a exm.ª direcção do Asylo de Mendicidade, d'esta cidade, na qualidade de legatario *eventual*, a fazer-se representar no acto da praça, querendo. Presta quaesquer esclarecimentos até ao dia da praça o solicitador Abilio Maria Ladeiro, na rua da Calçada, n.º 39, 2.º andar.

Acabam de chegar ao

ESTABELECIMENTO DE MERCEARIA

DE

MARIA MAXIMINA P. DE FIGUEIREDO

14, PRAÇA 8 DE MAIO, 17

COIMBRA

16 OS COSTUMADOS almanachs ecclesiasticos da diocese de Coimbra, dictos familiares em livros, dictos para porta, e tambem missas novas de S. Bonifacio.

Preços do costume

LOJA DA SOPHIA

11 ESTE ESTABELECIMENTO já recebeu o seu costumado sortido em fazendas para a presente estação, taes como, chapeus para senhoras e creanças—lãs para vestidos — etc. etc. etc.

Tem para liquidar

Um saldo de lãs para vestidos proprias da estação, que se vendem com uma **grandissima** reducção dos seus preços primitivos, e **outros** mais artigos para vender nas mesmas condições.

M. AUGUSTO DE PAIVA

50, RUA DA SOPHIA, 54

COIMBRA

SUPPLEMENTO AO CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA
Por anno........ 3$200
Por semestre........ 1$600
Por trimestre........ 800

Annuncios por cada linha 40 réis.
Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno........ 3$460
Por semestre........ 1$730
Por trimestre........ 865

Numero 3163 | Terça feira 20 de Novembro de 1877 | Anno XXXI

COIMBRA

ELEIÇÃO MUNICIPAL

Está marcado o dia 25 do corrente para a eleição das camaras municipaes d'este districto.

Especialmente da camara de Coimbra temos largamente aqui fallado.

Havemos enumerado os abusos por ella praticados; as infracções das suas proprias posturas; e os desperdicios dos dinheiros do municipio.

Com o titulo de *Esbanjamentos municipaes* publicámos uma serie de artigos, em que mostrámos os desatinos na administração municipal, e qual o estado lastimoso em que se acham as rendas do concelho, em razão dos encargos com os emprestimos contraidos para obras em boa parte desnecessarias ou de menor urgencia, sendo em regra mal dirigidas e para satisfação dos caprichos dos vereadores, e não poucas para sua utilidade pessoal e dos seus amigos e alliados politicos.

Mostrámos que a celebre monstruosidade de pedra, que ahi se anda a construir, chamada paços municipaes, estando orçada em 80:000$000 réis, deduzido o valor aproveitavel, e sendo a annuidade dos emprestimos durante 60 annos a 7 por cento, vem a custar ao municipio a grande somma de réis 336:000$000; mais de 4 vezes o seu custo orçado!!! E isto quando o orçamento estivesse exacto, e não muito áquem da realidade.

Egualmente mostrámos que, sendo no orçamento de 1870 a 1871 a somma total do pessoal da camara a quantia de 4:631$920 réis, estava hoje elevada essa despeza á quantia de réis 8:314$100; havendo, portanto, um excesso de 3:682$180 réis!

Mostrámos tambem, que as camaras dos ultimos 6 annos, pertencentes ao chamado partido regenerador, têm contraido 7 emprestimos, na importancia total de 103:892$000 réis.

Tambem demonstrámos, que em quanto as camaras dos 10 annos de 1858 a 1867, pagavam uma annuidade de 3:551$880 réis, amortisando o emprestimo para a rua do Visconde da Luz em 22 annos; e o do novo mercado em 10 annos — o encargo *annual* dos emprestimos contraidos n'estes ultimos 6 annos é nada menos da avultada somma de 9:442$360 réis.

Devendo advertir-se mais, que havendo aquelle encargo annual de repetir-se por espaço de 60 annos — têm os habitantes do municipio de Coimbra de pagar para o satisfazer até á completa extincção dos 103:892$000 réis, a quantia de 565:541$600 réis. E como para os 80:000$000 réis em que estão orçados os paços municipaes ainda faltam réis 46:000$000, que trarão o encargo annual, pelo menos, de 3:220$000 *réis*, o que no fim de 60 annos faz 192:000$; segue-se que, juntando-se essa quantia á já mencionada de 565:541$600 réis, vem a completar-se o encargo e responsabilidade total para o concelho de Coimbra, da espantosa somma de réis 757:541$600!!!!

Não é este um quadro muito lisonjeiro do estado a que levaram este municipio as camaras *regeneradoras*, ou antes *esbanjadoras?!*

E em quanto assim se desperdiçam sommas enormes mostrámos tambem, que se despreza totalmente e da maneira a mais vergonhosa a instrucção primaria, que aliás devia merecer todos os cuidados de quem soubesse comprehender as suas obrigações.

Agora para que se veja até onde as ultimas camaras de Coimbra têm levado o desprezo pelos deveres moraes do seu cargo deve saber-se, que havendo despendido n'estes 6 annos a quantia total de 348:829$000 réis, a razão de 58:000$000 réis annuaes, numeros redondos; nenhuma d'essas camaras se dignou dar a menor conta dos seus actos ao municipio; nenhuma publicou, como faziam as suas antecessoras, relatorio ou conta alguma demonstrativa da applicação que deram dos dinheiros que lhes foram confiados pelos contribuintes!

Houve, por exemplo, ultimamente em Aveiro uma renhida luta eleitoral. Alli, apresentaram-se contas, analysaram-se e tratou-se de justificar ou combater as verbas despendidas.

Aqui em Coimbra a camara lança ao mais completo desprezo os seus administrados; gasta e torna a gastar; desbarata e torna a desbaratar as rendas do municipio, empregadas, não com o fim de beneficiar o publico, mas para manter um poderio pessoal e politico; e de nada se dá conta, e nenhum respeito se tem pelos municipes!

Nunca se viu menos dignidade!

Temos tambem ha longo tempo historiado n'este jornal quaes os excessos, illegalidades e attentados que se praticaram n'este concelho, para crear e sustentar uma situação obnoxia e desmoralisadora.

Seria interminavel este artigo se quizessemos mesmo de leve recapitular tudo quanto se fez na nomeação de empregos, no objecto do recrutamento, e em todos os ramos da administração, para conservar essa situação nefasta e odiosa.

Os nossos leitores estão bem inteirados de tudo, para que aqui precisemos de lhes apresentar de novo esse indecoroso e torpe quadro de indignidades, injustiças, patronatos e vinganças pessoaes.

No domingo vae proceder-se á eleição da camara municipal n'este concelho; e qualquer que seja o resultado da votação aqui nos conservaremos no nosso posto, advogando os interesses publicos, desligados como nos achámos das diversas parcialidades.

Ficará reeleita a camara?

Se assim fôr, continuaremos da mesma fórma a zelar os interesses publicos, combatendo os esbanjamentos municipaes e pondo bem patente, como até agora, os abusos e illegalidades, que se praticarem.

Ficará eleita uma nova camara?

Apezar de reconhecermos as graves difficuldades em que se ha de ver para administrar o municipio, em resultado do grande empenho em que achará as rendas do concelho, gastas em boa parte para crear clientella á actual camara, não deixaremos de zelar os interesses publicos, reclamando para que a camara faça tudo quanto lhe fôr possivel em beneficio do concelho.

E seria, n'esse caso, a primeira exigencia que fariamos á nova camara o apresentar, immediatamente que tomasse posse, um minucioso relatorio dos encargos que ficam onerando o municipio, e pondo bem patente quaes os esbanjamentos e o estado em que a actual camara deixa as rendas e a administração municipal.

Era esse o primeiro dever da nova camara; e instariamos para que o cumprisse desde logo.

Ao silencio pertinaz e indecoroso dos actuaes vereadores, devia a nova camara responder em tudo com a maxima publicidade.

Seja, porém, como fôr, e em qualquer das hypotheses, visto não serem os nossos fins satisfazer interesses partidarios, mas unicamente advogar o bem publico, aqui continuaremos em a nossa missão.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA

Por anno	3$200
Por semestre	1$600
Por trimestre	800

Annuncios por cada linha 40 reis.
Correspondencia por linha 30 reis. — Numero avulso 40 reis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA

Por anno	3$460
Por semestre	1$730
Por trimestre	865

Numero 3164 | Sabbado 24 de Novembro de 1877 | Anno XXXI

COIMBRA

Está chegado o dia da eleição municipal. Aos cidadãos do concelho cumpre dar o seu voto n'esta importante questão.

Entendem que é digna de ahi se conservar a gerir os negocios do municipio a actual camara?

Approvam os desperdicios enormes que ella tem feito?

Approvam os encargos pesadissimos que a vereação tem imposto aos contribuintes, e que elles têm de satisfazer por uma longa serie d'annos?

Approvam que os dinheiros municipaes sejam gastos em obras da utilidade pessoal dos proprios vereadores, ou de seus agentes e protectores eleitoraes?

Approvam que a camara prefira comprometter as rendas publicas em obras monstruosas e de nenhuma urgencia, em prejuizo das de utilidade geral e da maxima necessidade?

Approvam que se colloque o concelho nas circumstancias de ter de pagar ainda mais pesadas contribuições do que as actuaes?

Approvam que o pessoal da camara tenha sido elevado extraordinariamente, achando-se a despeza com elle feita no duplo do que era ha sete annos?

Approvam que a camara faça obras com tal leviandade, que ainda antes de concluidas, já haja necessidade de serem desmanchadas, tendo o municipio de pagar tanto a construcção como a demolição?

Approvam que a vereação seja a propria que transgrida constantemente as suas posturas, quando isso lhe convém para fins eleitoraes?

Approvam que a camara requeira a renovação do odioso imposto dos carros, que estava abolido desde 1861; só para applicar o seu rendimento á construcção dos celebres paços municipaes, monumento levantado para perpetua memoria dos actuaes vereadores?

Approvam essa administração nefasta e esbanjadora dos dinheiros dos contribuintes?

N'esse caso reelejam a actual camara.

Se pelo contrario entendem que já é tempo de pôr um termo a taes desordens e devassidões, sabem bem o que lhes cumpre fazer.

Procedam, portanto, conforme lhes dictar a sua consciencia.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em uma correspondencia d'esta cidade para um jornal do Porto disse-se ha dias, que durante a situação regeneradora não houve violencias eleitoraes n'esta cidade.

Vamos reduzir isto a meudos.

O partido chamado regenerador voltou ao poder em 13 de Setembro de 1871.

No mez de Novembro d'esse mesmo anno houve a eleição municipal d'este concelho, patrocinada pela auctoridade, e sem opposição alguma, ficando eleita a vereação presidida pelo sr. dr. Lourenço de Almeida e Azevedo.

Então que necessidade havia d'empregar violencias, visto não existir luta eleitoral?

No mez de Novembro de 1873 houve nova eleição da camara, tambem patrocinada pela auctoridade, e a tal ponto sem opposição, que a urna esteve quasi de todo abandonada. Ficou eleito presidente o sr. dr. Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Mello.

Se pois da mesma fórma não houve opposição alguma, como é que precisava a auctoridade de empregar a violencia?

No mez de Novembro de 1875 procedeu-se ainda a outra nova eleição da camara, egualmente patrocinada pela auctoridade, e sem a menor opposição, ficando eleito presidente o sr. dr. Lourenço de Almeida e Azevedo.

Como é, portanto, que havia logar a empregar violencias?

Eis ahi qual a virtude que houve por parte das auctoridades regeneradoras de Coimbra em não empregarem violencias nas eleições! Pois se nunca tiveram luta eleitoral nas eleições da camara, que merecimento tinham ellas em não empregarem violencias para vencer a lista camararia?

Agora para que se veja que honestidade tinha a tal situação regeneradora, que com um desassombro incrivel se quer elogiar e exaltar, examinemos ainda outros factos.

Os individuos que ha 7 annos se têm apossado do mando politico n'esta cidade, reconhecendo que havia de chegar um dia em que não teriam o poder e todas as auctoridades ás suas ordens, trataram de antecipadamente se preparar para que quando se achassem na opposição podessem ter os eleitores na sua dependencia.

Para os auxiliar n'esse intento, os membros do governo regenerador, dignos chefes d'essa situação immoralissima, não despachavam nenhum pretendente a qualquer emprego, sem que primeiro levasse o beneplacito d'esses influentes politicos aqui de Coimbra; e da mesma fórma nenhum dos pretendentes obtinha a approvação dos referidos influentes, sem que se compromettesse a ser um seu satelite e cego instrumento politico.

Avalie-se o resultado que podia dar uma arma assim manejada pelo espaço de 7 annos, e qual a influencia que com esses meios torpes se podia obter!

O recrutamento foi outra arma formidavel empregada pelos mesmos directores politicos.

A commissão districtal estava plenamente ás suas ordens; e o mesmo acontecia com a junta de revisão, camara municipal, administrador do concelho, regedores e muitos parochos.

Com esta vasta rêde veja-se que numerosissimas dependencias se creariam durante tão longo espaço de tempo!

A devassidão chegou a taes termos, que o governador civil, visconde de Villa Mendo, que estava ás ordens dos taes chefes politicos, tendo condescendido com os outros membros da commissão districtal em livrar no anno de 1875 a 103 mancebos; posteriormente,

---

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLXII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Além do desembargador Batalha de quem já fallei, e nos fez a mercê de *primos*, muita gente nos visitava, e á noite davamos chá, uma semana no quarto de meu irmão, outra no meu. Entre os individuos, que mais constantemente vinham estar comnosco, nomearei alguns, entre os quaes, pelo tempo adiante, houve mais do que um, que chegou a ser homem notavel, e a ter grandes postos na nossa terra.

Entre todos os que se mostravam nossos amigos, nomearei em primeiro logar José Aleixo Falcão Wanzeller, homem raro por sua probidade, singeleza, patriotismo, e generosidade, e de quem fui amigo constante até á sua morte, e depois d'ella.

Sendo um cavalheiro rico e com filhos, netos, e mais parentes egualmente ricos, não houve um entre elles, que lhe mandassse levantar uma pedra sobre a sepultura em que jaz no cemiterio dos Prazeres. Foram os seus amigos que lhe fizeram esta honra por meio de uma subscripção; e entre elles figuraram em primeiro logar Filippe Ferreira de Araujo e Castro, Anselmo Braamcamp, filho do barão do mesmo nome, e eu, e meu irmão Francisco Freire de Carvalho, com mais outras pessoas, das quaes agora me não recordo.

Nomearei mais dois respeitaveis priores de Lisboa, o dos Anjos, Ferrão, e o de S. Jorge, Rodrigues; Filipe Ferreira, de quem acabo de fallar, e foi na revolução do anno de 1820 secretario d'estado; Bento Pereira do Carmo, que tambem foi secretario de estado no governo de D. Pedro; Hermano Braamcamp, que o foi egualmente na regencia da infanta D. Isabel, e que morreu conde do Sobral; e em fim para não fazer uma lista de nomes que occuparia muitas paginas, o nosso visinho cavalheiro Napeon, inspector da fundição e a quem D. Rodrigo tinha convidado para vir a Portugal. Era piemontez, tinha feito a guerra contra os francezes, havia entrado na batalha de Novi que os republicanos perderam; e era homem assás conhecido pelos seus conhecimentos sobre metalurgia, sciencia, de que fez um compendio muito estimado no seu paiz. Foi morrer ao Brazil para onde acompanhou D. João VI.

Não era só está a qualidade de pessoas, que nos visitavam, havia outra de mais alta jerarquia, que então fraquentava S. Vicente: era a de fidalgos titulares que habitualmente se juntavam no quarto de outro morador da casa; e constava ella de ordinario dos velhos conde de Lavradio, marquez de Penalva, D. Lourenço de Lima, que foi conde de Mafra, e de outros que taes.

E para se fazer ideia da diversidade de gente, que alli ia quasi todos os dias, e lá passava parte da noite, referirei o dito de um dos habitantes da casa, e que era irmão d'aquelle que recebia os fidalgos. Este homem que na apparencia parecia ter coração de pomba, mas que no interior occultava o veneno da serpente, costumando divertir a companhia com seus contos e ditos engraçados, costumava dizer com a maior singeleza — *Temos aqui tres sociedades bem celebres; a primeira, que se junta no quarto de meu irmão, é a dos fidalgos: a de D. Antonio Carneiro* é a dos brejeiros, porque alli é que se joga; e a dos *Freires é a dos philosophos!* Ora aqui debaixo de todo este gracejo ia a malicia de nos desacreditar; porque n'esse tempo o nome de philosopho era um titulo de perseguição, que lentamente se nos ia preparando pelo ciume e inveja que causava a geral estimação, que mereciamos a muita gente do nome.

Vivendo, isto não obstante, muito bem com todos os companheiros, só com tres ou quatro é que tinhamos mais particulares communicações. A causa de sermos mais procurados, e de termos mais relações com gente de certa illustração, nascia tambem de ser meu irmão bibliothecario. A livraria de S. Vicente n'essa época era uma das mais nomeadas em Lisboa, não só porque tinha um fundo de excellentes livros, mas que estes todos os dias se augmentavam com os que de novo se publicavam nos paizes estrangeiros, e que o livreiro Rey, do Chiado, tinha incumbencia de para lá mandar.

(Continuar-se-ha).

para encobrir a parte que tomava n'esse escandalo, assignou *vencido* em 74 das reclamações d'aquelles mancebos.

E como a junta de revisão ainda tinha dentro de si um membro independente, o digno delegado de saude, o sr. bacharel José Simões de Carvalho, expulsaram d'ella esse obstaculo ás suas tranquibernias. D'ahi em deante ficaram á sua vontade, e tornou-se aquella junta uma especie de feira. Era unicamente livre quem tinha pae ou protector, que se prestasse a abdicar da sua dignidade e independencia, ficando para tudo ás ordens dos taes directores da politica; e era apurado quem se achava de todo desvalido, ou tinha pae ou protector, que não queria entregar-se á discrição dos mencionados influentes.

Tambem é facil de ver que resultados daria uma devassidão tão torpe no recrutamento, e usada por tantos annos!

Acrescente-se a isso o desafôro com que se apossaram da mesa da Misericordia, não recuando para o conseguir, perante o inaudito escandalo de annullarem pelos seus agentes do conselho de districto a primeira eleição da mesa, a fim de darem logar a violentar e corromper os irmãos da irmandade em a nova eleição.

E aqui a proposito desejariamos que o correspondente d'esta cidade para o jornal do Porto, a que nos estamos a referir, nos dissésse, se tambem ignora quaes as infamias que então se praticaram por parte da auctoridade e dos directores politicos regeneradores para vencer a eleição da Misericordia! Contentámo-nos em invocar o seu testemunho, porque teve bem particulares motivos para saber quaes as torpezas então empregadas n'essa eleição pela situação regeneradora de Coimbra.

Como é, portanto, que agora vem dizer, que essa situação nunca empregou violencias nas eleições, quem viu e foi testemunha presencial *e muito particular* das torpezas praticadas n'esta cidade por essa situação em 1874?

Então quem exerceu actos tão torpes na eleição da Misericordia d'aquelle anno, *a unica eleição disputada que aqui houve*, não os praticaria em egual ou maior escala, em qualquer das tres eleições camararias, que houve em 1871, 1873 e 1875, se em todas, ou em qualquer d'ellas apparecesse opposição?

Junte-se a tudo isto a corrupção exercida pelos meios vastissimos e da maior importancia, que dava uma camara que dispoz de 58:000$000 réis em cada anno, e quando para isso não havia escrupulo nem dignidade; e venha depois allegar-se, que a situação regeneradora nunca usou em Coimbra de violencias nas eleições!

Para onde se escreverá isto? De certo não é para Coimbra, porque aqui estão vivas as testemunhas da historia politica d'esta cidade e districto, e egualmente aqui estámos nós para a escrever.

Pois não se contentam com a torpissima devassidão que alli houve durante tantos annos, ainda se atrevem a fazer gala do sambenito?

E' muito, na verdade!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A proposito das queixas que aqui temos feito n'este jornal, em razão do censuravel procedimento de alguns parochos d'este concelho na presente luta eleitoral, nos escreve um digno ecclesiastico e nosso amigo as reflexões que abaixo inserimos.

Ha muito que não vimos nada mais verdadeiro e sensato.

Eis ahi esse communicado, que é muito digno de ler-se.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sr. redactor.—Com quanto saiba as muitas e varias occupações de v., apraz-me comtudo dirigir-lhe algumas linhas, na certeza de que v. me relevará este meu atrevimento.

É sempre com o maior interesse que leio os artigos do *Conimbricense*, porque no seu digno redactor, o sr. Martins, vejo o typo do homem amante da boa moral e do liberal honrado e independente, cousas hoje mui raras, e por isso mais dignas d'apreço.

Entre os muitos e variados artigos, em que v. costuma dizer verdades *nuas e cruas*, tenho visto alguns, em que com toda a rasão tem mostrado os inconvenientes, que resultam do systema que muitos padres e principalmente parochos seguem, tornando-se agentes e influentes eleitoraes.

Tem o sr. Martins toda a rasão.

Ora pois, como eu tambem sou padre, ainda que destituido dos necessarios conhecimentos, não duvidarei fazer algumas reflexões ácerca d'este objecto, tendo em vista chamar a minha classe á meditação d'algumas verdades, que com quanto sejam desprezadas por muitos dos meus collegas, todavia nem por isso deixarão de ser verdades as mais claras e evidentes.

Pelo que vejo em um dos ultimos numeros do *Conimbricense* lamenta o sr. dr. Lino na *Revista de Theologia* a falta de padres, que se nota geralmente, e allega como uma das causas de tal falta a pouca consideração, que hoje se tributa ao padre, cuja vida é cheia de amarguras, e o caminho que trilha está semeado d'espinhos.

Tem toda a rasão o sr. dr. Lino. É a lamentação propria d'um homem, que em tão verdes annos pela sua sciencia e virtudes moraes sabe fazer honra á classe ecclesiastica, a que pertence. Realmente vae-se sentindo muito a falta de padres, concorrendo para isto o pouco ou nenhum apreço, que hoje se dá aos valiosos e prestantes serviços que o padre presta á religião e ao bem da sociedade.

O sr. Martins allega tambem como causa d'esta desconsideração o procedimento pouco regular de muitos ecclesiasticos; e para isso apresenta alguns casos succedidos no concelho de Coimbra.

Tambem, em parte, tem o sr. Martins muita rasão.

O clero, como regra geral, tem-se desviado muito d'aquella senda, que devia trilhar para bem conseguir a sua missão. É uma triste verdade, que vemos e não podemos deixar de confessar.

Mas quaes são as principaes causas d'este grande mal? É o que rapidamente vamos examinar.

A educação religiosa é hoje mui descurada. Os paes de familia fazem muitas vezes esforços estraordinarios para promoverem a educação dos seus filhos, e assim lhes alcançarem uma brilhante posição na sociedade: mas esta educação ordinariamente limita-se ao scientifico, sendo desacompanhada do disvelo que deviam empregar em lhes enfiltrar desde os tenros annos os sentimentos religiosos, acompanhados do temor de Deus, base e fundamento da verdadeira sabedoria.

Neste deploravel estado d'educação são os filhos enviados para frequentar os estudos dos lyceus, onde vão corromper-se e encher-se de vicios os mais degradantes, sem que os mestres tomem conta pelo seu proceder moral, e sem mesmo as leis lho incumbirem!

Se alguns d'estes filhos assim educados, são enviados para os seminarios com tenção de seguir a vida ecclesiastica, já elles alli chegam estragados e corrompidos na moral, dedicando-se, d'este modo, ao estado ecclesiastico por um modo de vida todo mundano, e sem aquella vocação, que se requer para no estado sacerdotal bem cumprirem a sua missão.

Não sei, se nos seminarios se trata de lhes inculcar a devida vocação. O que sei é, que males inveterados difficultosamente se curam radicalmente, como bem experimentado disse o desterrado do Ponto, e o confirma a triste experiencia.

Conseguida, n'estes termos, a ordem de presbytero, sae finalmente do seminario o padre. Mas que é o que sae? Como regra geral não sae, não póde sair o bom padre revestido d'aquellas virtudes, que o tornam agradavel a Deus e digno de respeito aos homens. Mas sim, como as suas vistas foram todas mundanas, eil-o ahi dando um salto para o mundo, onde principia logo a empregar os meios para conseguir os fins intentados.

Passemos agora em silencio o muito que havia a dizer, e vamos só ao nosso ponto.

Um dos meios mais aptos, que o padre hoje tem para conseguir altos empregos e fazer brilhante figura na sociedade é, sem questão, prestar grandes serviços eleitoraes. Na consciencia dos respectivos ministros tem mais imperio os serviços eleitoraes, que o padre tenha prestado, ou haja de prestar para o futuro, do que os serviços proprios do padre e que os canones exigem para a sua collocação.

Convencido o padre d'estas idéias, que a experiencia lhe tem mostrado serem verdadeiras, e ambicionando o despacho para qualquer egreja, ou segundo e terceiro despacho mais vantajoso, elle não só esquece os deveres da sua missão, mas, saltando por cima de todas as regras do decoro e do homem honesto, torna-se um verdadeiro galopim eleitoral, praticando as acções mais indignas: elle semeia a intriga, promove as discordias, inventa calumnias, faz ameaças, e, em uma palavra emprega todos os meios para conseguir os seus fins, ainda que para isso seja preciso abusar da sua auctoridade e calcar aos pés as leis mais sagradas.

As consequencias são faceis de prever. Povos os mais bem unidos são logo levados á mais ateada discordia: os amigos os mais intimos vivem em desunião, e até os proprios membros das familias se collocam na mais completa desharmonia: finalmente rompem-se todos os laços da sociedade.

Basta.

Quando o padre, que devia ser o anjo da paz, quando o parocho, que devia chamar a todos os seus freguezes para a união e concordia, é pelo contrario o pomo da discordia, tornando-se a causa primaria e principal de todos estes males, elle de certo perdeu todo o direito, que, como ministro da religião, tinha á sua consideração e respeito. N'elle não respira então o caracter de pastor, mas sim o de lobo devorador.......

Quem tem ouvidos, ouça. Ouçam os padres por honra e dignidade da sua classe; ouçam os ministros por honra das suas pastas, e ouçam tambem os senhores bispos para atalharem estes males, que, não sendo cortados, acabarão de precipitar a sociedade no mais horroroso abysmo, completando-se assim os ardentes desejos d'esses espiritos desvairados, que imaginam formar uma sociedade desprendida de Deus e de todos os laços religiosos.

Sou com a maior consideração
De v. amigo attento venerador
e criado obrigadissimo
17 de Novembro de 1877.
Um padre.

Motivado pela queixa que ha dias fizemos do sr. escrivão de fazenda d'este concelho, recebemos o communicado que abaixo publicâmos.

E' na verdade singular, que ao mesmo tempo que se nega a dar informações, a não ser por certidão, adie indefinidamente o passar as certidões que lhe são requeridas!

Eis ahi o communicado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sr. redactor do *Conimbricense*. — Diz v. no seu jornal de 17 do corrente, que tem recebido queixas contra o sr. escrivão de fazenda d'este concelho, Severino Augusto Bizarro, por se negar a deixar ver as matrizes, declarando que se precisarem de esclarecimentos os peçam por certidão.

O sr. escrivão de fazenda o que de certo pretende é caçoar com os contribuintes, porque a uns diz-lhes que requeiram certidão, e aos que a requerem não lhas passa; o que succede comigo, pois que lhe pedi uma em 9 de Outubro proximo passado, e até hoje a não pude obter; e o que é mais, quando mando saber se está passada, dá respostas, que se não devem dar n'uma repartição do estado.

Coimbra 19 de Novembro de 1877.
Um seu assignante.

Ácerca dos novos bilhetes postaes dá o illustrado correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto*, as informações que abaixo transcrevemos.

Vê-se que o mesmo correspondente concorda com a opinião que ha dias emittimos, de que os cartões em logar de serem pelo porto de 15 réis, devem ser apenas de 10 réis.

Quanto mais baratos forem, mais uso se fará d'elles, e maior será o rendimento do correio.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Já foram apresentadas ao sr. ministro das publicas as provas dos bilhetes postaes, que começam a circular no primeiro do proximo janeiro.

É um cartão de 12 centimetros de comprido por 8 de largo.

De um lado tem o preço da importancia da estampilha (15 réis) e a estampilha do outro lado.

A que eu vi era para Portugal e Hespanha e tem os seguintes dizeres: — «Bilhete postal para Portugal e Hespanha. — D'este lado o nome da pessoa a qual se escreve, terra, rua e numero da porta; do outro lado o que se quer escrever.»

O modêlo é inglez.

Para os bilhetes postaes que têem de circular no paiz e podem ser expedidos para Hespanha; o preço é, como acima disse, de 15 réis; para o estrangeiro creio que será de 25 réis.

O primeiro preço é excessivo e de certo o esclarecido e zeloso director geral dos correios o fará sentir ao sr. ministro das obras publicas, que naturalmente accederá ás suas considerações.

O bilhete postal não deve custar mais de 10 réis, e acontecerá sem duvida aqui o que se tem dado nos outros paizes, isto é, em vez de diminuir augmentará o rendimento do correio.»

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 22 de Novembro de 1877.

Tem corrido boatos de que a caranguejola ministerial está prestes a desabar. Uns affirmam que o governo pretende provocar uma manifestação politica na camara electiva, a fim de saber os meios com que conta para poder governar. Affirmam outros que, por causa da lista municipal, que agradava ao sr. ministro do reino, alguns grupos politicos deixariam de apoiar o actual gabinete, e que este dará a sua demissão logo que as camaras comecem a funccionar.

Ha comtudo quem assevere que todas estas difficuldades foram removidas, e que, emfim, se chegou a um accordo, e que *a paz reina na santa egreja.*

— A respeito do portão da penitenciaria, com o qual os jornaes se têm entretido, publicava hontem o *Diario do Governo* a seguinte portaria:

«Foi presente a sua magestade el-rei a representação que em 9 de Junho dirigiu á direcção da penitenciaria central Mariano Augusto Choque, da firma Ferraz & Choque, estabelecida n'esta cidade, na qual pede lhe seja paga a importancia do frete desde Manchester, direitos de alfandega e carreto para as obras de uma machina de lavar, que lhe foi comprada em Abril ultimo pelo ex-director d'aquellas obras, Ricardo Julio Ferraz; e porque do processo se mostra que, na factura do mesmo Mariano Augusto Choque, de 18 de Abril proximo passado, no valor de 4:398$420 réis, se declara que a machina já foi paga, despachada e posta na obra: ha sua magestade el-rei por bem desattender á reclamação de Mariano Augusto Choque.»

É de um laconismo atroz a portaria, mas mostra-se por ella que o sr. Mariano Augusto Choque não andou muito bem exigindo duas vezes o pagamento da alludida machina.

— Succedem se ha tempo a esta parte as bibliothecas de romances, traduzidos a maior parte, vertendo em linguagem que só de portugueza tem o nome, romances de auctores, collaborados por amanuenses a tantos réis por pagina. Lisboa é a terra das publicações e traducções mascavadas. Deve por isso recommendar-se uma empreza que se afoita a publicações de vulto, e portuguezas de lei.

Poucos editores têm a audacia de arcar de frente com as despezas de impressão, e mais accessorios correlativos, que demanda uma empreza de tal genero. É por isso que louvores devem ser dados aos editores da *Tribuna romantica*, rapazes amigos da arte — que é o mesmo que dizer do bello — que vão encetar a publicação de romances escolhidos, preferindo os originaes de auctores portuguezes aos romances francezes, que os editores de além dos Pyrineus nos estão exportando diariamente, como figurino mensal.

A escolha foi acertada. *A mulher do proximo*, com que a *Tribuna romantica* vae encetar o seu tyrocinio, é um romance em dois volumes, devido á penna de um escriptor novel, mas sisudo, que tem conquistado um logar proeminente ao lado dos nossos primeiros romancistas. Attestam-o a *Amante do ministro*, a *Queda de um gigante*, o *Estandarte real*, os *Fidalgos do coração de oiro*, *A baroneza de la Puebla*.

Como dramaturgo, Pereira Lobato, exhibiu as suas provas publicas no theatro do Gymnasio, com a comedia — *A vida alheia*, que as plateias applaudiram, e do qual o nosso excellente amigo, o sr. Teixeira de Vasconcellos, fallou com applauso e largamente no *Jornal da Noite*, dando os emboras pela sua feliz estreia ao dramaturgo.

Tudo augura á *Tribuna romantica* bons auspicios, e nós cremos que os editores se não arrependerão da tentativa que vão pôr por obra, porque o publico lhe hade compensar os sacrificios. A correspondencia deve ser dirigida a J. B. David, ou a A. J. E. de Macedo, na imprensa nacional de Lisboa; a assignatura para a provincia é paga adiantada, na razão de 200 réis por cada fasciculo de dez folhas.

— Continuam os trabalhos para a eleição da camara municipal, que se hade verificar no proximo domingo. A diversidade de listas é immensa, e cada grupo faz comicios, convida os seus amigos a eleições, e... incampa-lhes a lista mais da sua feição. Não ha comtudo probabilidade de victoria em nenhum dos grupos que se degladiam, porque as opiniões descentralisam-se, e por conseguinte não póde haver accordo possivel. Veremos.

— Deram-se á sepultura na terça feira os restos mortaes da esposa do meu collega Sebastião José Rodrigue da Silva, typographo na imprensa nacional. Era senhora de 42 annos, que succumbia em poucos dias a uma anasarca. Ao meu amigo dou sentidos pezames.

— Como disse na minha anterior, o sr. ministro do reino recebeu na segunda feira a deputação da camara municipal, apresentando-lhe uma longa e bem redigida representação, na qual se pede ao governo que faça reverter para o cofre municipal o saldo dos impostos municipaes que lhe pertence, na importancia de, aproximadamente, 500 contos de réis. O sr. ministro do reino disse que o assumpto de que se tratava não lhe pertencia unicamente a elle resolvel-o, mas tambem ao seu collega da fazenda, podendo, comtudo, a camara ter a certeza de que o governo faria tudo o que estivesse ao seu alcance para lhe ser util. Se não é canto de sereia, são palavras doces e melifluas, que não será mau que se traduzam em factos correntes, e praticos.

— Assevera-se que o governo vae preparar algumas modificações na tabella dos direitos parochiaes, sendo uma d'ellas acabar com a differença de direitos *entre caixão á cova e corpo á terra*. Não será mau que tão boas intenções se realisem, para acabar com essas odiosas praxes que rebaixam e polluem as crenças religiosas.

— Falleceu na terça feira, e deu-se hontem á sepultura o sr. Rodrigo José de Lima Felner. Contava perto de 69 annos. O finado era primeiro official do thesouro publico, e socio da academia real das sciencias. Assistiu ao cerco do Porto em 1832, no qual prestou relevantes serviços. Collaborou em diversos periodicos litterarios, de camaradagem com Alexandre Herculano, Mendes Leal, Rebello da Silva, e com especialidade no *Panorama*. Foi auctor dramatico, escrevendo para o theatro do Salitre e D. Maria II algumas peças, que mereceram a geral approvação. Era cavalheiro estimavel, e de muita erudição.

—O numero de wagons e machinas actualmente em movimento nas linhas do norte e leste consta de 951 vehiculos, pela forma seguinte: 53 machinas; 220 carruagens; 678 wagons de mercadorias e gado; além d'isso ha mais quatro carruagens com compartimentos de coupé, as quaes já se acham em serviço.

— Correu o boato de que o governo ia mandar para o Fayal um regimento de infanteria. Não é verdade, porque não ha motivo para que se lance mão de tal medida.

—No dia 10 do proximo mez ha no theatro da rua dos Condes um espectaculo em homenagem á memoria de Garrett, em cujo dia se completam vinte e tres annos que foi o seu passamento. Sobe á scena o drama *Filippa de Vilhena*, e *Fallar verdade a mentir*, delicadas producções d'aquelle illustre portuguez.

Até á seguinte.

P. J. CONCEIÇÃO.

NOTICIARIO

Livros. — Tem sido muito concorrido o leilão dos livros, que ficaram por fallecimento do sr. dr. Francisco da Fonseca Correia Torres.

Ha pretendentes de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Louzã, Portalegre, ilha de S. Miguel, ilha Terceira e muitas outras localidades.

Os livros de merecimento tem sido vendidos por preço elevado.

Tem-se desenvolvido o gosto pelos bons livros, e diga-se a verdade, para isso muito concorreu o sr. Innocencio Francisco da Silva com o seu *Diccionario Bibliographico*.

Entre alguns livros que alli comprámos para nós, foi um dos que mais estimamos e em que mais tinhamos empenho, a *Vida de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres*, por Fr. Luiz de Sousa, primeira edição, feita em 1619 em Vianna, por conta d'aquella então villa.

Para a impressão d'este apreciavel livro foi de Coimbra a Vianna o impressor Nicolau Carvalho.

Esta edição consta só de um volume, em 4.º grande; tem o frontespicio gravado a buril, e além d'isso tem o retrato de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres.

Veja-se o que ácerca da impressão d'este livro em Vianna dissemos no *Conimbricense*, n.º 2094, de 20 de Agosto de 1867; e em o nosso livro — *Apontamentos para a historia contemporanea*, a paginas 294.

A proposito de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres diremos, que em as nossas collecções de autographos temos alguns documentos da propria letra d'este illustre arcebispo de Braga.

Manoel Fernandes Thomaz. — Recebemos pelo correio de quinta feira uma carta contendo dentro o retrato photographado do celebre regenerador liberal, o desembargador Manoel Fernandes Thomaz, tendo por baixo o *fac-simile* da sua assignatura.

A carta nada mais continha do que o retrato; mas pela lettra do sobrescripto conhecemos quem foi o nosso amigo que nos fez esta delicada offerta, a que damos muito apreço, e que devidamente agradecemos.

E visto termos de nos referir ao patriota Manoel Fernandes Thomaz, publicaremos aqui um convite feito em Coimbra depois d'elle fallecer na capital em 19 de Novembro de 1822.

Era o desenvolvimento da subscripção aberta em Lisboa a favor da sua viuva e filhos, pelos caixas do contrato do tabaco, e a que se referem as memorias de José Liberato Freire de Carvalho, conforme já tiveram occasião de ver os nossos leitores.

O convite está impresso em meia folha de papel, em grandes caracteres typographicos.

Não sabemos a razão da raridade d'esse papel; mas é certo que ainda não vimos senão o que temos em as nossas collecções, e outro existente n'uma miscellanea da bibliotheca da Universidade.

«Manoel Joaquim Pereira Valente, administrador do contrato do tabaco n'esta cidade, faz saber ao publico, que nas casas de sua residencia se acha aberta a subscripção annunciada no *Diario do Governo*, n.º 276, a favor da viuva e filhos do illustre cidadão MANOEL FERNANDES THOMAZ.

«Coimbra 1 de Dezembro de 1822.»

Theatro de D. Luiz I. — Damos ao publico conimbricense a boa nova de que é agora a occasião de admirar o grande talento italiano, que por onde tem passado, como astro luminoso, tem deixado apoz de si um brilhante rasto. É que Pezanna, levada pela corrente do seculo, substituiu á escola *romantica* a interpretação da moderna escola *realista*. Mostrou-nos que, se aquella arrancava soluços e lagrimas, e fazia arquejar o coração do espectador pelo combate de sensações oppostas, esta não era menos acceitavel e tinha segredos espantosos, que produziam os mesmos effeitos e com mais verdade.

Pezanna vem a Coimbra dar trez recitas, sendo a primeira hoje com o conhecido drama em 5 actos de Dumas filho, a *Dama das Camelias*, e ámanhã a *Soror Theresa*. Lisboa e Porto tem sido unanimes, pelos seus jornaes, em a acclamarem rainha da scena, e em se confessarem absortos pelas delicadas concepções d'aquelle talento privilegiado.

É ainda á incansavel vontade do sr. Corrêa d'Almeida, que se deve a vinda d'esta companhia a Coimbra. Corresponda o publico a este trabalho, e poderemos de vez em quando admirar n'esta cidade alguma coisa de bom que vem a Portugal.

A assignatura é no theatro de D. Luiz e na loja do sr. Almeida na rua do Visconde da Luz.

ANNUNCIOS

SOCIEDADE PHILARMONICA BOA-UNIÃO

1 A DIRECÇÃO deliberou, em sessão de quinta feira ultima, que a mesma sociedade não intervenha em qualquer demonstração pelo resultado das eleições, que hão de ter logar no proximo domingo, — sejam quaes forem as commissões ou pessoas, que façam o convite ou pedido, e as condições com que possa ser feito.

Coimbra, 23 de Novembro de 1877.
Olympio Nicolau Ruy Fernandes, presidente.
Jacintho Nunes Soares, secretario.
Daniel Guedes Coelho, thesoureiro.
José da Cunha, vogal.

PURGAÇÕES

2 A INJECÇÃO AFRICANA DE PERATOSDÁ cura em 24 horas qualquer purgação antiga ou moderna, flores brancas e apertos d'uretra: 35:000 curas provam a sua efficacia. Só se garante a venda em Lisboa, na Ph. travessa da Victoria, 92; e rua da Prata, 177; e em Coimbra na Ph. Carvalho, P. do Commercio, 59, 61.

(Agencia Valadin — Lisboa.)

ELIXIR DE JOPEMÁ

3 DEBELLA em poucos dias as inflamações das gengivas; e é o unica que cura instantaneamente as dores de dentes sem causar o menor damno á sua conservação. Só se garante o que se vende na Ph. Raspail, travessa da Victoria, 92, Lisboa, e na Ph. Carvalho, P. do Commercio, 59, 61 em Coimbra.

(Agencia Valadin — Lisboa.)

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

4 ATÉ AO DIA 10 do proximo mez de Dezembro recebem-se propostas para o fornecimento de cobertores de lã, servindo de base o preço do ultimo fornecimento, que foi de 951 réis por cada kilogramma.

Administração do hospitaes da Universidade de Coimbra 21 de Novembro de 1877.
O administrador
Costa Simões.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE COIMBRA

5 A DIRECÇÃO d'esta companhia participa aos srs. accionistas que, em consequencia de não se ter verificado sessão no dia 18 do corrente por falta de numero, é de novo convocada a assembléia geral, nos termos do artigo 22 dos estatutos, para o dia 5 de Dezembro proximo, ás 5 horas da tarde, em casa do sr. vogal do conselho fiscal, o sr. Antonio Duarte Areosa, na rua do Visconde da Luz, n.º 16 e 18; para tractar de assumptos relativos ás disposições do artigo 12 dos estatutos e eleição de alguns cargos.

Coimbra 21 de Novembro de 1877.
Os directores
J. J. de Mendonça Cortez.
Adelino Antonio das Neves e Mello.
José Matheus dos Santos.

6 DECLARA-SE para quem convier, que ha para vender uma porção d'estrume nas cavalhariças do destacamento de cavallaria estacionado n'esta cidade.

Quartel em Coimbra, 20 de Novembro de 1877.

O commandante do destacamento — *Antonio Baptista Lobo* — tenente de cavallaria n.º 8.

CENTRO PROMOTOR DE INSTRUCÇÃO POPULAR

7 A DIRECÇÃO do Centro Promotor de instrucção popular, a fim de solemnisar o dia 1.º de Dezembro proximo futuro, anniversario da nossa independencia nacional, deliberou em sua sessão de 17 do corrente, que a reunião ordinaria que se costuma dar no primeiro domingo de cada mez fosse transferida para a noute d'aquelle dia, devendo principiar ás 7 horas da tarde.

Coimbra, 19 de Novembro de 1877.
O director servindo de secretario
Francisco Lopes de Jesus Coelho.

ESTABELECIMENTO DE MANOEL DA SILVA GONZAGA
51 — SOPHIA — 55
COIMBRA

8 QUEIJO FLAMENGO SUPERIOR.
Conservas diversas.
Passa de Malaga nova.
Dita de figo superior em caixas de 16, 8 e 4 arrateis.
Chocolates de Madrid.
Dito Suisso.
Pastilhas Suchard.
Ditas inglezas d'hortelã pimenta.
Salame de Italia.
Ostras e lagostas.
Savel e salmão.
Massa de tomate.
Genebra, vinhos do Porto, Setubal, Bucellas, Colares a Carcavellos.

9 O LEILÃO da livraria do sr. dr. F. F. Correia Torres, a que se está procedendo no edificio do Instituto, interromper-se-ha no domingo 25 e na segunda feira 26 de Novembro.

Recomeçará na terça feira 27 á uma hora da tarde, e á mesma hora nos dias seguintes.

LIVRARIA
DE
JOSÉ SEVERO
ARCO DE ALMEDINA

10 COMPENDIO de desenho linear elementar para uso dos alumnos de instrucção primaria por José Miguel d'Abreu. Preço 300 rs.

Remette-se pelo correio a quem mandar esta importancia em estampilhas.

CASA LISBONENSE

RUA DO VISCONDE DA LUZ

COIMBRA

11 HOJE PRINCIPIAMOS a receber as fazendas de novidade para a estação.

Lindos cortes de fazenda de lã e seda para vestido.

Fazendas de lã para vestido que se vendem ao metro.

Chapeus para senhora.

Ditos de muito gosto para creança.

Aderesses bordados para senhora.

Ditos de differentes feitios e modelos.

Guardas-chuva para homem e senhora.

Saias de casemira com folho.

Regalos e pelles de differentes feitios e tamanhos.

Cobertores para carroagem.

Pannos para piano e mesas.

Chales e capas.

Camisollas de malha e ceroulas.

Sortimento de malhas para senhora e creança.

Flanella de lã branca e de côr.

E muitas outras fazendas do nosso commercio, que todas são vendidas pelos preços mais baratos, conforme o seu systema.

12 A PESSOA que se julgar habilitada para mestre de uma fabrica de papel se pode dirigir para Goes a Manoel Ignacio Dias, dando conhecimento e fiança se tanto fôr preciso; assim como tambem a pessoa que se achar habilitada para guarda livros se póde dirigir ao mesmo senhor.

Goes, 13 de Novembro de 1877.

LIVRARIA
DE
JOSÉ SEVERO
ARCO DE ALMEDINA

13 RELOGIOS a 1$000 rs., 1$600 rs., 2$700 rs., 6$000 rs., 8$000 rs. e 10$000 rs.

Estampas de oleographias a 650 rs., 700 rs. e 800 rs.

Photographias da ponte do Douro a 360 rs., 440 rs. e 650 rs.

VENDA DE CASA

14 VENDE-SE a casa n.º 1 da rua da Esperança, cujo rendimento annual é de 104$000 réis. Póde ver-se todos os dias das 9 ás 12 horas da manhã, e na mesma casa se diz a quem dirigir-se até 20 de Dezembro para tratar.

ANTONIO AUGUSTO DA PAIXÃO JUNIOR



ESTABELECIMENTO
DE
ALFAIATE

8-R. DO INFANTE D. AUGUSTO-10
COIMBRA

15 PREMIADO com a medalha de prata na exposição districtal de Coimbra, e com o diploma de merito na de Vienna d'Austria participa aos seus numerosos freguezes e mais pessoas que costumam frequentar o seu estabelecimento, que lhe chegaram as fazendas proprias da presente estação, encontrando-se os mais apurados e modernos gostos, boas qualidades e sobre tudo a modicidade no desempenho das obras.

Vende tambem: lenços para assoar, e de seda para o pescoço; collares e punhos, chapeus de seda e bengalas, luvas de casemira, mantas de varias qualidades para o pescoço, e muitas outras bijouterias.

Venda de casa em Thomar

16 NO DIA 1 de Dezembro proximo, por 10 horas da manhã, se ha de vender em praça particular, se o preço convier, uma morada de casas, com seu quintal e logradouros, sita na rua da Corredoura, da cidade de Thomar; cuja casa pertenceu ao fallecido João d'Almeida, e hoje pertence a seu irmão Antonio d'Almeida e Silva, residente em Coimbra, a quem os pretendentes se podem dirigir para esclarecimentos.

A praça terá logar na sobredita casa.

Administração geral das matas do reino

17 POR ordem superior faz-se publico, que se recebem propostas para a venda do arvoredo do pinhal da Carvalha (cêrca de 14 hectares) situado na freguezia de Canellas, concelho d'Estarreja. As condições estão patentes no gabinete da administração das matas no ministerio das obras publicas e na administração do concelho d'Estarreja.

As propostas recebem-se no gabinete da administração no ministerio das obras publicas e devem ser entregues até ao dia 25 do corrente mez.

Lisboa, 13 de Novembro de 1877. — O engenheiro chefe da direcção do norte, Pedro Roberto da Cunha e Silva.

DILIGENCIA

18 JOSÉ DOS SANTOS PIRES faz publico, que para commodidade dos passageiros vae mudar a hora da saida e chegada da diligencia que tem entre Penella e Coimbra; principiando no dia 26 do corrente tres vezes por semana, saindo todas as segundas, quartas, e sextas de Coimbra ás 6 horas da manhã; chega a Condeixa ás 8, e a Penella ás 10; sae de Penella no mesmo dia ás 2 horas da tarde e chega a Coimbra ás 7.

Continua a venda dos bilhetes em Coimbra em casa do sr. Ernesto Lopes Moraes e em Penella em casa do sr. Urbano Peres.

Coimbra, 24 de Novembro de 1877.

BANCO COMMERCIAL DE VIANNA

SOCIEDADE ANONYMA
DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA
(EM MORATORIA)

19 TENDO sido designado pelo sr. juiz commissario o dia 19 de Dezembro para a reunião dos credores do banco, a fim de serem ouvidos sobre a prorogração da moratoria, são estes convocados a reunir-se no referido dia, pelas 12 horas da manhã, na casa do mesmo banco em Vianna do Castello, rua de S. Sebastião, n.º 180.

Pelo Banco Commercial de Vianna
Os directores
A. Alberto da Rocha Paris.
J. Alves de Sousa Ferreira.

BOLSSON & POMBAR
BANQUEIROS

COIMBRA — Rua da Calçada, 86
PORTO — Rua de Santo Antonio, 173

20 TOMAM e sacam letras, e dão cartas de credito sobre as principaes praças do reino e estrangeiro.

Emprestam dinheiro sobre penhores de ouro, ou prata, e papeis de credito.

Compram e vendem acções de bancos e companhias.

Finalmente fazem todas as operações d'este ramo de commercio.

Coimbra 19 de Novembro de 1877.

Bolsson & Pombar.

TRIBUNA ROMANTICA
Empreza de Publicações Litterarias

A MULHER DO PROXIMO
POR
MANOEL PEREIRA LOBATO

21 A ASSIGNATURA para a provincia será paga adiantada na rasão de 200 réis por cada fasciculo de 10 folhas, franco de porte. Toda a correspondencia será dirigida a J. B. David ou a A. J. E. Macedo, na imprensa Nacional de Lisboa, aos quaes podem ser remettidos os prospectos com assignaturas. Podem tambem remetter-se os prospectos ás seguintes localidades: a J. M. Cruz, rua de S. Felix, n.º 8, 3.º, á typographia Nova Minerva, rua Nova da Palma, 150 a 152; á tabacaria Dias, largo do Loreto, 11; a Anselmo de Jesus, campo de Santa Clara, 98.

N. B. Não serão satisfeitas as requisições que não forem acompanhadas da sua importancia em estampilhas ou vales do correio, para J. B. David ou a A. J. E. Macedo.

ALVIÇARAS

22 QUEM ACHASSE um porco e uma porca, na feira de 23 do corrente, e os queira restituir, pode dirigir-se á praça 8 de Maio, em casa do sr. Ricardo Antunes de Macedo, que dirá quem é seu dono, e dará alviçaras.

Coimbra, 23 de Novembro de 1877.

É CASAR O FIM DE AMOR

COMEDIA ORIGINAL EM 1 ACTO
POR
CAETANO DIAS

23 VENDE-SE na livraria do sr. Antonio Maria Pereira, rua Augusta, n.º 50. — Preço 100 réis.

UNICO DEPOSITO
DAS
VERDADEIRAS MACHINAS DE COSTURA
SINGER
PARA FAMILIA, ALFAIATE, SAPATEIRO E CORREEIRO

24 ACABA de chegar pela primeira vez a nova machina de braço com pé vibrante para sapateiro. A sua construcção é admiravel na solidez. Os primorosos trabalhos que executa em obra fina até á de maior grossura, e a facilidade no aprender convidam o comprador ao deposito.

SINGER

As melhores machinas que se conhecem para familia e alfaiate, que cosem em toda a qualidade de costura e que servem para trabalhar quer á mão quer de pé.

SINGER

São as que têm sido mais premiadas, as que offerecem mais duração, as mais faceis para aprender, as que fazem mais perfeito trabalho sem complicação de apparelhos.

SINGER

São as mais rapidas no trabalho, e que embainham, bordam a trancinha e a fios de seda, franzem, mettem cordões, guarnecem, fazem prégas, tudo a dois pespontos sem alinhavar.

Vendem-se a prestações semanaes de 100 réis, segundo a classe da machina, e a prompto pagamento menos 10 por cento.

Os preços são eguaes aos de Lisboa e Porto. Ensino gratis no deposito ou em casa do comprador, sendo na cidade. Reducção de preço nas agulhas e torçaes.

JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA
32, RUA DO VISCONDE DA LUZ, 36
COIMBRA

25 ANTONIO AUGUSTO DA SILVA FERREIRA, cirurgião habilitado pela Universidade de Coimbra, cirurgião do Monte-Pio Conimbricense, clinico n'esta cidade.

Faz publico, que acceita partidos annuaes, de familias, dentro da area d'esta cidade, para as tratar nas suas doenças pela seguinte retribuição: até tres pessoas de familia, 3$600 réis — e d'este numero para cima, numero illimitado, 5$000 réis. A admissão da familia associada considera-se desde o dia em que der o seu nome a gozar dos seus direitos, seja qual for a épocha em que se effectue, pagando no fim do anno os preços acima estipulados.

O annunciante, faz constar, que durante a sua longa pratica de 28 annos successivos, tanto nas localidades onde já esteve, como n'esta cidade, onde reside ha muitos annos, tem colhido optimos resultados no tratamento de varias molestias de pelle, de que possue especifico suave e seguro.

Da tinha, formidavel e asquerosa molestia, que se tem tornado estacionaria e impotente a muitas e variadas therapeuticas, tem ha tempos tratado uns poucos de casos radicalmente, sendo alguns d'elles antigos e inveterados, sem até hoje terem reproduzido, o que se pode provar por existirem os exemplares n'esta cidade.

A todas as pessoas que precisarem do seu prestimo, promptifica-se como sempre costuma e com especialidade a toda a hora da noite, podendo ser procurado ao fundo da rua do Corpo de Deus, n.º 6, — 2.º andar.

26 VENDEM-SE potes de lata para azeite em muito bom estado. Preços commodos.

Quem precisar dirija-se ao Adro de Baixo, n.º 3.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pita d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3165 | Terça feira 27 de Novembro de 1877 | Anno XXXI

COIMBRA

Ha n'este paiz uma certa escola, ou parcialidade politica, que tem como norma dos seus actos o gastar á larga dos dinheiros publicos.

Como se aos contribuintes não custasse o pagar os tributos — não só quando está no poder augmenta successivamente os encargos; mas não escrupulisa em ser perdularia do dinheiro alheio, e gastar nas obras publicas e em todos os outros ramos de serviço quantias muito superiores ao que era necessario.

Ninguem nega a conveniencia de se disciplinar e organisar convenientemente o exercito; é por todos reconhecido que as grandes manobras não se podem effectuar, senão em campos devidamente preparados; porém só quem não duvida desbaratar a receita do estado é que não diligenceia empregar n'isso, como em tudo o mais, a possivel economia.

O que aconteceu no primeiro acampamento de Tancos é um dos muitos documentos que se podem apresentar de como se dissipa o dinheiro dos contribuintes.

Gastaram-se alli sommas quasi fabulosas. Parecia que ainda estavamos na épocha em que para Portugal vinha do Brazil a nau dos quintos; e como se não fosse bastante os esbanjamentos indecentes que então houve, nunca foi possivel conseguir, que o ministerio désse contas das despezas enormes que fizera com esse celebre campo de manobras.

Nos caminhos de ferro egualmente se gastavam sommas incalculaveis, e muito além do que seria necessario em qualquer outra nação. Em aclarações, concessões e patronatos de todo o genero perdeu a nação valores immensos.

Seriamos interminaveis se quizessemos mencionar tudo o que se tem praticado sobre tal objecto n'este paiz.

Ainda ultimamente ahi se tem ventilado o negocio da penitenciaria de Lisboa. Reconhecemos que nas questões debatidas, entra de uma e outra parte a politica; mas quem desapaixonadamente vir os depoimentos das testemunhas, que se têm publicado, não póde deixar de reconhecer que houve n'aquella obra muito abuso, muito compadrio, e muita despeza mal fiscalisada.

O ministro das obras publicas mandou proceder judicialmente n'este objecto; e o respectivo delegado do procurador regio parece com o seu procedimento ter sido mais advogado dos individuos suspeitos do que do estado.

N'este ponto sentimos ter de divergir da opinião do nosso esclarecido correspondente da capital.

O governo póde verdadeiramente ser accusado, mas é por se limitar a transferir o delegado de Lisboa para Montemór o Novo.

Pois o agente do ministerio publico era mau empregado na capital, e póde ser bom em outra qualquer localidade?

Os esbanjamentos na construcção das penitenciarias parecem molestia contagiosa.

Por muitas vezes temos fallado da penitenciaria que ahi está ha muito em projecto.

Ultimamente o nosso collega do *Progressista* apresentou a conta da despeza que se fez com a compra do collegio e cerca de Thomar, nos arrabaldes d'esta cidade, e com a demolição d'aquelle magestoso collegio.

Compra do collegio e cerca 6:200$ réis — Escriptura 11$000 réis — Demolição do collegio 3:698$000 réis — Fiscalisação da demolição 69$500 réis — Com a arrumação de materiaes réis 163$000 — Com um muro para resguardo 31$120 réis — Jornaes a trabalhadores, guarda, apparelhador e custo de alguns materiaes 2:602$270 rs. — Gratificações aos directores da demolição, Heitor e Loureiro, 1:347$000 réis. Total 14:091$080 réis!!!

Note-se que isto é apenas até á demolição do magnifico edificio!

Além d'isso tendo sido justa por empreitada a demolição, e sendo obrigação dos empreiteiros o apear, levantar, e separar os materiaes aproveitaveis; deu-se-lhes o contracto por concluido, deixando elles tudo n'um montão de ruinas, e ficando portanto á conta do districto a grande despeza a fazer com esse serviço!

Para tudo resumirmos bastará dizer, que segundo o primeiro projecto, que custou 600$000 réis, era orçada a penitenciaria em 60 a 70 contos; e sendo esse projecto abandonado, foi o sr. Adolpho Loureiro encarregado de fazer outro, a execução do qual está por este engenheiro orçada em 220 contos de réis!

O que deixâmos indicado é apenas uma leve amostra de como são zelados e dirigidos os dinheiros publicos.

Cá está o povo para pagar esses desperdicios.

Joaquim Martins de Carvalho.

ELEIÇÃO MUNICIPAL

Está reeleita a camara municipal de Coimbra.

Mais dois annos gosará este concelho a inapreciavel felicidade de ter a gerir os seus negocios tão bons vereadores.

Se alguem duvidasse d'aquillo que ha longo tempo aqui temos dito n'este periodico, acharia agora a confirmação da nossa verdade.

Perto de 7 annos estiveram ahi os directores da politica local a empregar todos os meios de que podiam dispor, para alcançar um poderio, que os habilitasse a dispôr das eleições ainda depois de não terem por auxiliares o governo e as auctoridades districtaes e concelhias.

Nas paginas do *Conimbricense* está largamente relatado tudo quanto de indecente, de injusto, de escandaloso e de iniquo se praticou no importante ramo do recrutamento — no que esses directores da politica eram francamente auxiliados pelas diversas corporações e auctoridades administrativas.

Os empregos ainda os mais insignificantes, que durante todo esse longo espaço de tempo se déram, foi com a sua previa approvação, e ao mesmo tempo com a formal promessa por parte dos agraciados de ficarem na sua absoluta dependencia.

Este systema corruptor, desenvolvido na mais vasta escala, e um machinismo assim organisado tinham de dar os seus naturaes resultados.

Dispondo além d'isso dos vastos recursos de uma camara, que tem dispendido ha 6 an-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLXIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(continuação)

A este respeito contarei agora uma anecdota então succedida. Creio que o primeiro exemplar das *Ruinas de Volney* appareceu em a nossa livraria; e como fosse para alli remettido, foi posto de manhã sobre uma das mesas antes que meu irmão lá apparecesse.

Era então prior da casa aquelle mesmo individuo de quem já fallei, e admittia a companhia dos fidalgos. Passando por lá por acaso viu aquelle livro novo, que o criado lhe disse acabava de ser remettido pelo livreiro, e tendo curiosidade de ver o que era, abriu-o, e leu algumas paginas. Parecendo-lhe então que era um livro perigosissimo, o expediente que tomou foi ir immediatamente denuncial-o como tal, e accusar o livreiro que o tinha mandado para a livraria, como homem que recebia taes obras, e era possivel que tivesse muitas eguaes para distribuir.

Custou muito ao innocente livreiro Rey a defender-se; e só provando que era o unico exemplar que havia recebido, e que mesmo sem o ler o tinha mandado para a livraria, foi que se livrou de graves incommodos. Tal era o homem que, como prior da casa, então nos governava!

Como já fallei no desembargador Batalha, referirei outra anecdota curiosa acontecida n'esta época. Batalha, como já disse, tinha toda a intimidade com o duque de Lafões; e este, muito mal succedido com a sua guerra do Alemtejo, havia sido obrigado a retirar-se diante dos hespanhoes até Gavião, onde então se achava. Seus inimigos fortes com o desastre da campanha, e já antes seus inimigos, buscavam agora todos os meios de o perder, e arredar da côrte, na qual tinha grande influencia como *parente*, e homem, que n'essa qualidade fallava francamente ao regente D. João.

O Batalha, que d'isto particularmente teve noticia porque era admittido na casa de alguns do governo, e frequentava as mais altas sociedades, veiu um dia ter comnosco, e disse-nos: «o bom velho está perdido: qualquer dia perde o commando do exercito; é chamado a Lisboa, e o mandam descançar para o Grillo. Como havemos dar-lhe parte do perigo que corre, e advertil-o que procure quanto antes evital-o?».

Depois de algumas reflexões, disse meu irmão: vamos já escrever-lhe uma carta, e ha de ser, José, pela tua lettra, porque é menos conhecida. A carta é a que eu agora imaginei, e seja a seguinte.

«Senhor, um general allemão, depois de perder uma batalha, ao recolher-se ao seu quartel, achou pintado na porta d'elle um *tambor* com esta inscripção: — *Batem-se por ambos os lados*. Assim agora acontece a v. ex.ª, que foi batido no campo, e é batido na côrte. Se não volta quanto antes a Lisboa, está perdido; corra depressa, não perca um momento. — Um verdadeiro amigo de v. ex.ª.»

O duque recebeu a carta, porque constou, que estando á mesa dissera diante de todos: acabo de receber pelo correio uma carta bem curiosa, e é do certo do *Cathrinão* para me assustar; e n'esta persuasão não fez caso d'ella. Alludia á celebre D. Catharina Balsemão, mulher do ministro, que não era amigo do duque.

O *caso* foi que lhe succedeu o que se lhe havia prognosticado; foi chamado a Lisboa, e o regente com palavras mui doces, disse-lhe: — que estando o povo muito mal contente com a campanha, e podendo por alguma fórma desattendel-o, e faltar-lhe ao respeito devido á sua pessoa, era prudente que se recolhesse á casa do Grillo. O velho entendeu o comprimento que se lhe fazia, retirou-se para casa, nunca mais foi á côrte, e não sahiu do Grillo se não para a sepultura.

Estive em duvida se faria menção de um passo que dei na minha vida, relativo a um objecto do qual então se dizia muito mal e muito bem. Tratava-se n'esse tempo de organisar em Lisboa a *maçonaria*, ou a sociedade dos pedreiros-livres. Para ella era eu convidado por pessoas mui respeitaveis, e de quem fazia o melhor conceito; todavia duvidava, e ao mesmo tempo tinha grande curiosidade de saber o que aquillo era.

Procurei informar-me, e sube que na tropa franceza, composta de emigrados que os in-

nos, termo medio, 58:000$000 réis annuaes; fazendo applicação de boa parte d'esse dinheiro em obras de favoritismo, tendentes a lisonjear e angariar os influentes eleitoraes; e sustentando uma clientella desnecessaria para o concelho, mas de toda a utilidade e vantagem para os directores politicos — póde-se só por ahi avaliar qual a preponderancia que, directa e indirectamente exerceriam sobre numerosos eleitores.

Acrescente-se a isto um facto nunca visto nas maiores lutas eleitoraes.

Além do numeroso pessoal da camara em Coimbra e em todo o concelho, que trabalhava com uma actividade extraordinaria na reeleição dos vereadores; viram-se ahi com assombro, a quasi totalidade dos empregados publicos, não só votando na reeleição da camara, no que aliás exerciam um direito que ninguem lhes podia contestar; mas muitos d'elles, no dia da eleição, e já desde mezes antes, arvorados nos mais activos e incansaveis agentes eleitoraes, excedendo tudo quanto se possa imaginar n'este genero!

E dizem-se opposição! Excellente opposição esta, que dispõe de taes meios, e que consegue ter como seus galopins eleitoraes, muitos dos empregados publicos, chegando alguns a prestar-se a praticar actos, bem repugnantes e indecorosos.

É insignificantissimo o numero d'aquelles individuos, que votaram na reeleição por lealdade ao partido regenerador, e considerando a votação com essa exclusiva significação politica.

Regeneradores! Então onde estavam esses individuos nas épochas das grandes lutas d'esse partido?

Onde se achava essa gente quando, por exemplo, aqui veiu a Coimbra em Dezembro de 1864, o sr. Fontes Pereira de Mello e o sr. Casal Ribeiro, como chefes do partido regenerador?

Estavam, principiando pelo actual presidente da camara, entre os mais declarados e figadaes inimigos da regeneração; estavam entre aquelles que classificavam de *enterro* o acto de attenção e civilidade que praticaram muitos membros do partido regenerador, vindo acompanhar a pé aquelles estadistas desde a estação até esta cidade.

Esses *regeneradores* improvisados, reunidos em um amalgama hybrido por motivos pessoaes, que todos aqui podiamos enumerar, achámol-os sempre entre as fileiras dos adversarios mais intransigentes do partido regenerador.

Podemos aqui dizer de rosto levantado e com todo o conhecimento dos factos o que affirmamos, porque desgraçadamente tivemos de soffrer, com todo o partido regenerador, por muitos annos, a guerra tenaz e declarada que esses taes *regeneradores* por todos os modos nos fizeram.

Que regeneradores! Bem sabem elles o que isso é!

Seja como for. Está reeleita a camara municipal.

Muito antes da eleição o dissemos e tornamol-o hoje a repetir. Como não temos feito opposição á vereação actual para fins partidarios, mas unicamente pelos principios de moralidade e de boa administração, nada nos contraria politicamente a sua conservação nas cadeiras municipaes.

Alem d'isso os encargos com que está onerado o municipio são de tal ordem, que hão de tornar muito difficil a gerencia do concelho, a não se querer lançar mão do meio vexatorio do augmento dos impostos, no que a julgarmos pelo passado não tem escrupulo nenhum a actual camara.

N'estas circumstancias é de justiça que aquelles que levaram as cousas a este estado, sejam os mesmos que hajam de resolver as difficuldades.

Da mesma forma que até agora, aqui continuaremos a fiscalisar a administração municipal e a advogar os interesses publicos.

Havemos de exigir, como sempre temos feito, a execução das posturas municipaes — d'essas posturas que ahi tem sido escandalosamente desprezadas e rasgadas em prejuizo do publico, e só para satisfazer interesse illicitos, ou para commetter abusos, quando isso convem para intuitos politicos.

Não cessaremos de pugnar como até ao presente pela instrucção popular, a qual tem sido inteiramente desprezada pela actual camara.

Combateremos os desperdicios dos dinheiros dos contribuintes, gastos em obras de luxo, em prejuiso das de urgente necessidade; e para satisfazer a esclusiva utilidade dos influentes eleitoraes.

Em fim estaremos sempre no nosso posto de sentinella vigilante contra os abusos, as illegalidades e a má administração dos rendimentos municipaes.

É essa a nossa missão, e havemos fielmente desempenhal-a.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

OS REGIMENTOS DA INQUISIÇÃO
EM
PORTUGAL

O nosso amigo e infatigavel investigador, o sr. bacharel José Joaquim da Silva Pereira Caldas, de Braga, começou a publicar no *Academico*, d'aquella cidade, uma interessante noticia ácerca dos differentes regimentos que teve a inquisição em Portugal.

Este trabalho é feito com a bem conhecida competencia do erudito escriptor.

Menciona o sr. Caldas os regimentos de 1552 e 1570, que nunca se imprimiram; e os de 1613, 1640 e 1774, todos tres impressos.

Diz o sr. Pereira Caldas, que de nenhum dos dois referidos regimentos manuscriptos dá noticia o sr. Innocencio Francisco da Silva, no artigo — *Regimentos do Santo Officio do reino de Portugal* — sem deixar entrever, que suspeitasse ao menos a existencia dos anteriores.

Ácerca dos *Regimentos da Inquisição de Portugal* já publicámos uma serie de 9 extensos artigos no *Conimbricense*, desde o n.º 2317 de 9 de Outubro de 1869, até ao n.º 2325 de 6 de Novembro immediato.

Alli mencionámos não só todos os 5 regimentos indicados pelo sr. Pereira Caldas; mas fizemos dos 3 impressos uma analyse comparativa das suas disposições.

Além d'isso démos ainda conta de um projecto de regimento, de que não sabemos se o sr. Pereira Caldas terá noticia, pois que não vemos que a elle alluda.

Depois do regimento da inquisição de 1774, fez no reinado de D. Maria I o sabio Pascoal José de Mello Freire, por incumbencia do inquisidor geral e arcebispo titular de Thessalonica, D. Fr. Ignacio de S. Caetano, o — *Projecto de um novo Regimento para o Santo Officio, por Pascoal José de Mello.* (E' este exactamente o titulo).

Este regimento ficou sempre em projecto, sem ser approvado nas estações superiores, e nem tem data.

Existe manuscripto, em lettra elegante, e encadernado n'um volume, na bibliotheca da Universidade.

Pascoal José de Mello fazia no seu projecto muitas alterações na fórma do processo. Estabelecia a publicidade para os actos do julgamento, a prohibição de toda a qualidade de tormentos, e a cessação da incommunicabilidade dos presos.

No regimento do cardeal da Cunha, ou mais verdadeiramente do marquez de Pombal, de 1774, tinha-se modificado muito a fórma do processo dos anteriores regimentos; mas comtudo, apezar de se limitarem os casos dos *tormentos* e da *infamia* nos descendentes, ainda se deixavam subsistir essas iniquidades em muitas circumstancias.

Pelo contrario Pascoal José de Mello determinava que os ministros *em nenhum caso usariam de força, medo e ameaças, e muito menos de tratos ou tormentos, por mais leves que fossem, e usando d'elles seriam removidos do seu logar com ignominia.*

E' verdade que Pascoal José de Mello conservava a pena de infamia nos crimes infamantes por direito; mas em relação aos descendentes dizia o seguinte: — «A culpa do pae não lhes póde obstar para conservarem, ou haverem de novo quaesquer logares, e occupações, assim ecclesiasticos como seculares, sendo innocentes e benemeritos.»

Inteiramente ao contrario do que determinavam os anteriores regimentos, estabelecia Pascoal José de Mello: — «As prisões do Santo Officio serão *publicas* e *patentes*, e por todos poderão ser vistas: e abolimos para sempre o nome de *carceres perpetuos* e outros *mysteriosos*. E todos poderão ver, visitar e fallar aos presos, que n'elles estiverem; sendo pessoas de virtude e probidade, e incapazes de os corromper e perverter, ou seduzir, com licença dos inquisidores.»

Estabelecia mais Pascoal José de Mello a seguinte restricção ás accusações: — «A denuncia do crime occulto, ainda que seja legalmente provada, só serve para o reu poder ser chamado, e se admoestar e corrigir em segredo em ordem á sua conversão e penitencia. Não haverá portanto no Santo Officio pronuncia, accusação, ou processo publico e judicial, senão por crime publico e escandaloso, na fórma que n'este titulo se declara.»

O regimento de 1774 tinha, é certo, abolido os *autos publicos de fé*, mas havia conservado os autos particulares celebrados nas salas da inquisição. Pascoal José de Mello, porem, nem isto conservava.

Determinava elle: — «Portanto ficará de hoje para sempre abolida a ceremonia dos autos de fé, não só nas egrejas, praças e logares publicos, *mas nas mesmas casas e salas da inquisição*. Não haverá consequentemente listas dos culpados; não se imprimirão as suas sentenças, nem se passarão d'ellas certidões sem licença do conselho geral, que só a poderá dar sendo de absolvição.»

Por brevidade não fazemos muitas outras transcripções de identica natureza.

E' claro que o regimento feito por Pascoal José de Mello, introduzindo na fórma do processo da inquisição ideias tão humanitarias, a fim de diminuir o odio que havia contra esse tribunal e o horror que elle inspirava, não podia ser approvado na épocha do absolutismo, e estava irremissivelmente condemnado a ficar no esquecimento.

Para semelhante tribunal não havia reforma possivel. Tinha mais cedo, ou mais tarde de ser extincto; e a gloria da sua extincção se deve ás côrtes liberaes de 1821.

Parece-nos, portanto, de toda a justiça, até em homenagem aos principios humanitarios de Pascoal José de Mello, que o sr. Pereira Caldas complete a sua curiosa noticia ácerca dos regimentos da inquisição, com a indicação do projecto de regimento d'aquelle sabio jurisconsulto.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

glezes tinham a seu soldo, e estavam em Lisboa, e depois foram para o Egypto, havia muitos *maçons*, não só entre os officiaes, ainda da maior graduação, mas entre os ecclesiasticos, que o acompanhavam. Ora estes emigrados fugiam de França, porque eram os defensores do *throno e do altar*, dos quaes se dizia que os pedreiros-livres eram inimigos declarados.

Li tambem por esse tempo uma carta, ou o quer que fosse, do devoto Bernardin de St. Pierre, na qual contando como dois corsarios inimigos, depois de se haverem fortemente batido, se haviam tornado amigos, e o vencedor tinha entregado a presa ao vencido, exclamava: — Que religião santa é esta! ou que associação milagrosa é essa, que produz tão raras maravilhas!

Confesso então, que todas as minha duvidas cessaram, acceitei o convite que se me fazia, e entrei na sociedade, e em uma loja denominada a *Fortaleza*, com o nome symbolico *Spartacus*.

Devo portanto declarar como homem franco, e que sempre desejei viver no mundo sem nota que injuriasse o meu caracter, que encontrando alli não só homens honestos, mas até virtuosos, e de costumes os mais puros, profundamente me convenci da injustiça, que a hypocrisia, e as systematicas mentiras faziam a uma sociedade, na minha opinião a mais bem imaginada, e a mais util para a humanidade de quantas se tem formado no mundo.

Dizem que d'ella tem sahido revolucionarios e conspiradores, e que por isso é má, deve ser aniquilada, e seus socios perseguidos. O argumento, sobre falso, é ridiculo; porque n'esse caso tambem a religião christã e catholica devia ser destruida, porque dos membros d'ella tem sahido os maiores conspiradores revolucionarios, e os maiores scelerados. Não é pelos crimes dos individuos, que se deve avaliar uma sociedade, é pelas leis, que a constituem, e formaram. As leis maçonicas são conhecidas, porque seus cathecismos, e constituições são publicas.

A *maçonaria* é toda humanitaria, e philantropica; é toda de caridade, e a sua caridade é universal, porque se estende a todas as crenças, e a todos os povos do mundo, e em todas as partes d'elle, ainda as mais remotas, póde um pedreiro-livre encontrar um amigo, que o soccorra, e que lhe dê a mão na desgraça, o que tem por obrigação e dever.

Ninguem melhor que D. Pedro, em a nossa terra, poude avaliar o que eram os pedreiros-livres; porque, sendo imperador do Brazil e rei de Portugal, os conheceu bem de perto, e quaes eram as suas leis, e as suas intenções. Foi recebido *maçon* no Rio de Janeiro em 5 de Agosto do anno de 1822, e nomeado grão-mestre em 27 de Setembro do mesmo anno.

É falso o que o impudente e preverso hypocrita padre José Agostinho de Macedo escreveu quando disse: — *Que a loja mãe estava estabelecida no pedreiral mosteiro dos exemplares conegos regrantes.* Nunca alli esteve.

Um caso semelhante, ou quasi semelhante ao referido por Bernardin de St. Pierre, aconteceu, segundo tenho lembrança, ao nosso distincto official de marinha Quintella.

Ninguem n'ella abjura a sua religião; pelo contrario, a sociedade pergunta sempre ao iniciado qual é a religião que professa, e exige d'elle que a cumpra, e observe como homem de bem e de caracter honrado. Em uma palavra, o pedreiro-livre é obrigado a cumprir exemplarmente tanto os seus deveres civis como religiosos. Se muitos, como homens, faltam a elles não é d'isso culpada a sociedade, que lho estranha, e muitas vezes os expulsa de si como indignos irmãos.

Eu e meu irmão continuámos a viver muito estimados dos nossos amigos, e eu comecei a ser egualmente tratado pelo duque de Lafões com a maior affabilidade; porque disse a meu irmão, que me levasse comsigo ás sessões litterarias da Academia, em quanto eu n'ella não era admittido. A algumas d'ellas assisti e sempre ahi fui distinctamente tratado pelo presidente, e mais socios.

Eu passei n'esse tempo de substituto de logica para professor proprietario da cadeira de rhetorica e de eloquencia. Meu irmão Bento, já de volta da sua primeira viagem do Pará, e com a patente de guarda-marinha, continuava nos seus estudos, que completou; e vivia perto de nós no Campo de Santa Clara. Meu irmão Francisco tambem já tinha ido para o collegio de Coimbra, e andava nos seus estudos.

Entretanto, nas horas vagas das nossas obrigações ainda nos occupavamos em pequenos trabalhos literarios. Escrevemos um pequeno jornal de recreio, intitulado as *Variedades*, que era muito bem recebido. D'este jornal não tenho exemplar algum; talvez poucos ou nenhuns d'elle existam.

(Continuar-se-ha).

CELEBRE PUBLICAÇÃO

Acabâmos de receber do Porto um livro, que está necessariamente destinado a fazer grande barulho.

Tem por titulo: — *Verdades de sangue, por Henrique José dos Santos Cardoso. — Com dois juizos criticos pelos exm.os srs. drs. Ayres da Veiga e Pedro Amorim Vianna. — Volume I.* — Porto, typographia Occidental, Picaria, 50 a 54.

E' natural que o auctor deseje uma apreciação lisonjeira do seu livro. Devemos, porém, dizer, que a par de algumas verdades que alli se lêem, e ditas com uma coragem não vulgar; ha muitos erros, exaggerações, asserções inexactas, e doutrinas com que por fórma nenhuma podemos concordar.

Parece-nos que livros assim formulados, em logar de fazerem bem ás ideias liberaes, lhes são prejudiciaes em alto grau.

Não pretendemos fazer um juizo critico das *Verdades de sangue*, nem é objecto para um simples artigo de jornal; mas parece-nos impossivel, que em Portugal não haja mais de um escriptor catholico, que desde já sáia a campo e analyse devidamente semelhante livro.

No entanto agradecemos o exemplar com que fomos obsequiados.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Algumas pessoas hão de talvez classificar de impertinencia da nossa parte o rectificar muitas publicações, que apparecem completamente cheias de erros.

Mas, na verdade, falta a paciencia para ver a semcerimonia com que se enchameiam certos livros de inexactidões tão numerosas, que parece que só de proposito é que se poderiam assim accumular.

Valia mais nada escrever, do que contribuir para propagar tantos erros, e erros tão grosseiros entre os leitores.

Entendemos que é uma obra de caridade ver se é possivel fazer com que haja algum cuidado em as noticias historicas.

Ahi vae hoje mais uma prova de como se fazem certas publicações, que são mesmo uma vergonha!

O nosso amigo o sr. Telles de Mattos, muito esclarecido investigador de Evora, enviou-nos o communicado que abaixo publicâmos.

Veja-se o que elle diz relativamente ao que se lê, com respeito a Evora, em uma obra portugueza *premiada no congresso universal de geographia de Paris em 1875!!!*

Ainda não vimos a tal *Chorographia*; pois que se nos tivesse chegado á mão, esteja certo o sr. Telles de Mattos, que já lhe teriamos feito as necessarias rectificações em relação ao que dissésse de Coimbra.

Nunca as mãos doam ao nosso amigo.

Ahi vão as interessantes rectificações do sr. Telles de Mattos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Amigo e sr. Martins. — Costuma o meu amigo dar noticia de algumas obras e apontar as incorrecções d'ellas: não me recordo porém de ter visto mencionada a *Chrorographia Moderna de Portugal*, por João Maria Baptista (e seu filho) obra premiada no Congresso universal de geographia de Paris em 1875. Se no que diz respeito a Coimbra tem erros, não sei; no que toca á cidade de Evora notei eu que até havia parcialidade, pois que dizendo quaes eram os predios rusticos de Eugenio de Almeida e filhos, não os menciona de qualquer outra pessoa, e até quando aquelle não é o maior proprietario; ás vezes mesmo figura só em terceiro ou quarto logar. De nomes das herdades, quintas, hortas, etc. faltam muitos, e outros vêm trocados, confundindo, ou trocando o que é herdade pelo que é horta ou quinta e vice-versa.

Diz que a Sé de Evora é de marmore de cores e obra do seculo XII. Note-se porém que só a capella-mór é de marmore de cores, e que foi construida no seculo passado: o resto do edificio é provavelmente do seculo XII; é porém de alvenaria, e silharia, e só algumas columnas pequenas e figuras de santos do portal e do claustro são de marmore.

Diz tambem que S. Francisco tem a frente toda de marmore. Será bom porém que se saiba, que só o frontespicio da capella-mór o é. Errou o numero das capellas, pois são realmente — seis de cada lado no corpo da egreja — quatro altares no cruzeiro, e a capella-mór; — a pia do baptismo na primeira da esquerda quando se entra na egreja pela porta principal. Cita como unica do seu genero na Europa a capella de ossos (annexa a esta egreja); parece-me porém ter visto citadas algumas na Sicilia.

Fallando de S. Domingos diz que a egreja é propriedade particular. Ha mais de 30 annos que foi arrazada, e no local fizeram a praça de D. Pedro, que o povo ainda chama largo de S. Domingos. Do convento resta pequena parte do claustro.

Em quanto ao convento das Mercês ainda a egreja serve ao culto; e a do convento de Santo Antonio já está profanada.

Diz tambem que o convento de Valverde serviu de seminario: é engano. Esta eschola ecclesiastica nunca esteve fóra da cidade; hoje é em Rilhafolles, e antes foi no extincto convento do Carmo.

Fallando do convento da Cartuxa dá-lhe os nomes de *Ara Cœli* e *Scala Cœli*: só teve este e jámais aquelle.

Falla em Santa Margarida, que dista uma legua de Evora, e diz que lá estão as repartições do concelho e eschola regia. Enganou-se, pois que estão no centro da cidade no antigo collegio de S. Paulo, fundado em 1578, supposto na *Chorographia* se attribua ao seculo XVIII. Nem era de presumir que uma cidade tivesse repartições tão importantes a uma legua fóra de muralhas.

Diz que a Ordem Terceira do Carmo está nos Loyos. Enganou-se, porquanto é no Carmo.

Chama de Castres ao convento de freiras de S. Bento, quando é de Castris, porque se julga ter lá sido um acampamento militar dos romanos.

Fallando do convento do Calvario diz que não achou d'elle noticia no *Mappa* de João Baptista de Castro. Apezar d'isso vem n'esta obra, tomo 2.º, paginas 128, linha 6.ª, edição de 1763.

Diz que o Salvador se fundára em 1606. Se acaso se refere á casa actual assim é: note-se porem que o convento sob a mesma invocação já existia n'outro local da cidade desde o meado do seculo XVI.

Emquanto aos mosteiros de freiras ainda continuam todos.

O collegio dos meninos orphãos foi de instituição particular; tanto este collegio como o dos meninos do coro já foram extinctos.

Fallando a paginas 222 do 5.º volume da *Chorographia*, no collegio do Espirito Santo, diz, que estava n'elle o seminario. Enganou-se. Nunca lá esteve; é no collegio da Purificação, vulgo Rilhafolles. Accrescenta que na *Sala dos actos* se fazem exames. Direi apenas que ha mais de um quarto de seculo que tal cousa é impossivel: as bancadas estão deterioradas e por muito tempo o tecto era o céu, porque do telhado restavam rarissimos esteios, e ainda que ha pouco tempo foi o telhado renovado, comtudo não está a casa capaz de cousa alguma.

Diz ainda o sr. Baptista, que a bibliotheca e museu archiepiscopal estão no templo de Diana. É verdade que a bibliotheca apenas está separada do templo por um pequeno largo, e do museu, algumas lapides e objectos de pedra de grandes dimensões estiveram no templo de Diana e hoje estão no Passeio Publico, e não no palacio archiepiscopal como diz n'um additamento. — Emquanto a chamar archiepiscopal ao museu e bibliotheca é novo descuido, por quanto desde a morte do arcebispo Cenaculo, em que tudo foi adjudicado á nação, não me consta que tornassse nos arcebispos, antes é o governo que sustenta as obras de reparação, compra os livros, etc., etc.

Fallando das portas da cidade, diz que na *Evora Gloriosa, etc.* as portas de Aviz e Piedade têm nome diverso dos que traz o padre Carvalho. Ora deve notar-se, que a *Evora Gloriosa* (no extracto do sr. Baptista) não traz a de Aviz; emquanto que a obra tral-a no logar competente; e a porta da *Piedade* no padre Carvalho é a que a *Evora Gloriosa* intitula da *Mesquita*.

Diz que ao aqueducto serve de mãe de agua uma torre ou pavilhão de elegante architectura....... tendo tambem outra egual junto a S. Francisco.

Notaremos que o tal pavilhão a S. Francisco já foi derrubado ha annos; não servia senão para divisão de canos de agua para os paços e convento de S. Francisco; não teve jámais capacidade na pia, para mais de meio almude de agua: a isto não se póde chamar mãe d'agua. Emquanto ao outro pavilhão egual, que muitos phantasiaram, é apenas um engano de Murphy, que muitos tem seguido.

Acrescenta que o chafariz estava debaixo do arco triumphal de Sertorio. É outro engano: não consta que o municipio de Evora erigisse outro arco triumphal senão o de Cesar.

Diz que os lados S. E. e O. dos castellos deitam para o campo. Notarei que os lados E. e O. deitam para a cidade, bem como o do N. — emquanto ao do S. tem em seguida a rua do Picadeiro, e depois a muralha do seculo XVII; esta porém está n'um plano muito mais baixo, ficando o sobpé dos castellos superior ao cimo da muralha do seculo XVII. Cito o seculo porque os castellos são fundados sobre a muralha do seculo XIV, no local do *castello* d'esta épocha.

Diz tambem que ha marmores finissimos nos terrenos que cercam Evora. Estão muitissimo mais perto de Estremoz e Borba do que de Evora as pedreiras de marmore.

Diz-nos tambem o sr. Baptista na sua *Chorographia*, que tem Evora feira em 12 de Outubro, e dia de S. João. Esqueceu-se das que ha em dia de S. Braz e vespera de Ramos. Ha poucas semanas determinaram-se uns mercados mensaes de gado, cereaes, etc., na primeira terça feira de cada mez. — Ainda se esqueceu tambem o sr. Baptista dos famosos mercados de porcos — desde Dezembro até Fevereiro em todas as terças feiras. Tem havido épochas de apparecerem 36:000 porcos nos ditos mercados. — A épocha é de Dezembro a Fevereiro, tempo de virem da engorda nos montados, entrando porém n'aquelle numero o gado de creação.

Diz que a cidade de Evora fora fundada pelos Eburones, povo da Peninsula. Creio porém que era indigena da Gallia.

Accrescenta que foram celebradas côrtes em Evora quatro vezes. Eu direi com João Pedro Ribeiro, que foram treze vezes. — D. Affonso IV uma vez, D. João I duas, D. Duarte duas, D. Affonso V sete, e D. João III uma vez.

Diz que a porta de Aviz fôra alargada em 1804 pela vinda da familia real. Creio que ha engano n'esta visita real; a porta foi mudada n'aquelle anno, e tambem ficou mais larga, e muito mais alta do que era. — Falla tambem na visita de D. Pedro V a Evora em 1850, e não diz que esta cidade tem sido visitada por 24 ou 25 reis e rainhas reinantes.

Diz que se achára a lapide sepulchral de Sertorio nos alicerces da egreja de S. Luiz. Devia dizer de S. João Evangelista de frades Loyos, como vulgarmente lhe chamavam.

De S. Luiz não ha orago em Evora, supposto tenha cerca de meio cento de egrejas e ermidas, etc.

A torre de Geraldo, já não existe d'ella o menor vestigio ao cimo da terra.

A paginas 231 do 5.º volume da *Chorographia* vem como inedita uma inscripção, que foi publicada em 1869; isto é *sete* annos antes do sr. Baptista a dar como inedita.

Ao mencionar a freguezia de S. Bento do Matto (concelho de Evora) diz que se vê no mappa geodesico a egreja sem casaes ao pé. De facto assim tinha de ser, porque a parochia está isolada — a ella pertence a Villa Nova do Principe (vulgo Azarujá) de que o sr. Baptista se esqueceu, posto venha no tal mappa geodesico, na mesma carta e na immediata, porquanto calhou mesmo na divisão.

Na freguezia da Ourega (Tourega é o nome vulgar) menciona uma *anta*, o que poderia fazer em todas as freguezias do districto de Evora, pois que me parece faltarem em poucas.

Desculpe o meu amigo a grande massada e dê ao aranzel o destino que lhe aprouver. Disponha do meu fraco prestimo.

Seu amigo e obrigado

Evora 22 de Novembro de 1877.

Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 25 de Novembro de 1877.

Meu amigo. — Escrevo-lhe n'um dia nefasto para a maioria dos habitantes da capital. Dia nefasto, quasi egual a um tremor de terra, a uma erupção do Vesuvio, a uma inundação, a uma calamidade publica, emfim, que é uma calamidade publica em Lisboa os dias 25 de Novembro e 25 de Maio.

Eu não me posso forrar a transcrever para aqui o artigo do *Diario de Noticias* de hoje, com relação ao assumpto. Trata-se alli com mão de mestre, de tamanha, mas remediavel desgraça. Transcreva-o o meu amigo, para que nas provincias se saiba como os pobres vivem n'uma capital que se diz civilisada (*a*).

— Alguns professores de instrucção primaria já hontem receberam a primeira prestação (50$000 réis) dos 100$000 réis que a camara municipal arbitrou aos mesmos professores. Deve-se este importante serviço á instrucção primaria ao sr. dr. Jardim.

— Está doente o sr. Francisco Gomes de Amorim.

— Acha-se em Lisboa a viuva do sr. Alexandre Herculano.

— Dá-se hoje a batalha municipal. Os galopins cruzam-se em todas as direcções, e pedem, e rogam, e supplicam até para que lhes acceitem as listas, que os candidatos ás ca-

(*a*) O estar muito adiantada a composição do jornal impede-nos de satisfazer ao desejo do nosso amigo transcrevendo o artigo mencionado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

deiras ruraes lhes impingiram com a condição de favores futuros.

Á hora em que lhe escrevo, cousa alguma de positivo se sabe. A eleição tem sido disputada e renhida. As opiniões desencontram-se, e n'este desaccordo, todos querem cantar victoria. Veremos o que sáe d'este armazem de listas, e, na seguinte carta, dar-lhe-hei noticia do resultado.

— Parte no dia 5 do proximo mez para S. Thomé e Principe a expedição das obras publicas d'aquella provincia.

— A alfandega de Lisboa rendeu até hontem 161:906$585 réis.

— Não ha cousa alguma importante de que se faça menção.

Até á seguinte.

P. J. Conceição.

NOTICIARIO

Opinião eleitoral do sr. Fontes Pereira de Mello. — Sendo o sr. conselheiro Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello o chefe do partido *regenerador*, devem ser de muito peso as suas opiniões politicas. Vamos ouvir o pensar do illustre estadista ácêrca do voto dos empregados publicos.

Por occasião das eleições de deputados de 1852 foram dirigidas pelos chefes das diversas repartições aos seus subordinados circulares eleitoraes.

Para amostra da sua doutrina bastará aqui transcrever o final da circular do sub-inspector geral dos correios.

Lia-se ahi:

«Aos funccionarios que servem debaixo das suas ordens convém que v. s.ª faça saber, *confidencialmente*, e pelo modo que julgar melhor, *que o governo de sua magestade não está disposto a* **consentir** *que os* **empregados publicos** *trabalhem nas eleições para deputados em* **sentido opposto** *aquelle que o ministerio julga conveniente seguir*.

«O que de *ordem superior* levo ao conhecimento de v. s.ª, que deve ficar na intelligencia de que esta sincera cooperação que o governo **exige**, se deve entender salvos sempre os deveres especiaes do seu cargo.— 1852, Novembro 22.—De v. s.ª mais attento venerador — *João de Sousa Pinto Magalhães*.»

Note-se que esta, e as outras circulares, por ordem do governo *regenerador*, não eram exclusivas para os empregados de confiança, mas para todos os *empregados publicos*.

Na sessão preparatoria da camara dos deputados de 21 de Janeiro de 1853, sendo interpellado o ministerio acêrca d'esta circular pelo sr. Cunha Sotto-Maior, o ministro da fazenda o sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, não só não negou a auctorisação para ella, mas ampliou-a aos outros ministerios.

Disse o sr. Fontes:

«Essa circular que o nobre deputado leu, e que é assignada pelo sr. João de Sousa Pinto de Magalhães, *foi insinuação do governo*; o governo fez a mesma insinuação *por todos os ministerios*; o governo *aceita essa responsabilidade*.»

E ainda como retaliação ao sr. Cunha Sotto-Maior disse o sr. Fontes:

«*Era commodo para a opposição* ganhar as eleições com os empregados do governo.»

Grande crime. — Communicam-nos de Pinhel, que no dia 19 do corrente, ás 7 horas da manhã, se commettera um crime horrivel no sitio do Mijateiro, freguezia de Valle de Madeira, a distancia de 4 kilometros da cabeça do concelho.

Um pobre homem inoffensivo, que das proximidades de Trancoso se dirigia á raia a comprar novilhos, chegando alli foi barbara e atrozmente assassinado a golpes de machado, sendo um talvez o primeiro nas costas, que logo lhe cortou litteralmente duas costellas; e tres golpes na cabeça.

Em seguida o assassino e ladrão arrasta o cadaver para fóra do caminho, encosta-o estendido de traz de uma parede, e saqueia-o, roubando-lhe coisa de 40 libras.

Os srs. juiz, delegado e administrador do concelho correram logo a desempenhar o seu dever, e desde então têm sido incansaveis no descobrimento do malvado; mas por emquanto nada tem conseguido.

Antonio Francisco Barata. — Este nosso estimavel amigo nunca está ocioso no seu lidar com as boas letras.

Acabámos agora de receber os — *Quadros historicos das tres dynastias, por Antonio Francisco Barata — I — A tomada de Ceuta.*

Excellente escolha fez o sr. Barata da *tomada de Ceuta* para o primeiro dos seus *Quadros historicos*.

E soube descrever o nosso amigo esse feito memoravel com aquella belleza de linguagem, que tão conhecida é já dos leitores das variadas e mimosas publicações do erudito escriptor.

Diz o sr. Barata na offerta que fez dos *Quadros historicos* ao sr. dr. Manoel Augusto Pires de Lima, que talvez sejam elles o seu ultimo trabalho litterario.

Temos fé que assim não acontecerá, e que o nosso amigo continuará a publicar os fructos das suas lucubrações, que muito estimadas são sempre.

Damos os parabens ao sr. Barata pelo primeiro dos seus *Quadros historicos*, sendo de esperar que os restantes egualem a este em merecimento.

Novena. — Na proxima quinta feira começa a novena de N. Senhora da Conceição, na egreja de Santa Cruz.

Fallecimento. — Recebemos a noticia de haver fallecido o juiz ordinario da comarca de Ancião, o sr. bacharel Adelino Cesar Lopes Vieira, que era dotado das melhores qualidades e um excellente amigo. Foi victima de um ataque cerebral.

Alexandre Herculano. — Recebemos e muito agradecemos a seguinte publicação.

Bibliotheca Nacional — Alexandre Herculano e o clero reaccionario. Antes e depois da sua morte. Por Sousa Moreira, socio correspondente do Instituto Litterario do Rio de Janeiro.

«Porto, escriptorio da empreza, rua do Almada, 209, 1.º — 1877.

Museu Technologico. — Recebemos o 3.º numero d'este periodico illustrado, de que é director o sr. bacharel M. da Maia Alcoforado.

Este numero trata das marinhas da Figueira e de Setubal; e traz uma gravura representando os *Compartimentos das marinhas de Setubal, seus trabalhos de colheita, e pessoal nas mesmas empregado*.

Noticias de França. — São graves as noticias de França. Eis ahi os ultimos telegramas:

Paris 23 de Novembro, ao meio dia. — Ficou definitivamente constituido assim o novo gabinete, que é de mera administração: o general Rochebouet, guerra e presidente do conselho; Boneville, estrangeiros; Welche, interior; Lepelletier, justiça; Dutilleul, finanças; Ozenne, commercio; Graeff, obras publicas; Faye, instrucção. O ministro da marinha não está ainda nomeado.

Paris 23, á tarde. — O *Moniteur* diz que o programma do gabinete consiste em pôr absolutamente de parte as preoccupações e debates politicos para se consagrar unicamente á administração dos negocios publicos, e que exporá a imperiosa necessidade para a camara de discutir immediatamente o orçamento para tranquillisar os interesses inquietos e compromettidos.

Versailles, 24, á tarde. — Camara dos Deputados. — Mercere fez uma interpellação com referencia á formação do gabinete; respondeu-lhe o ministro do interior.

Ferry desenvolveu a seguinte ordem do dia: — «A camara dos deputados considerando que pela composição e organisação do ministerio de 23 de Novembro é elle a negação dos direitos parlamentares e não pode senão aggravar a crise que pesa tão cruelmente nos negocios desde 16 de Maio: — declara não poder entrar em relações com elle e passa á ordem do dia.»

A camara depois de rejeitar a ordem do dia pura e simples, votou a ordem do dia de Ferry por 323 votos contra 208.

Paris, 25, á tarde. — O *Moniteur* diz que na recepção de hontem, no Elyseu, o marechal pronunciou-se diversas vezes acêrca da sua resolução em seguir novamente a politica de resistencia. Affirmou que, constituindo o novo gabinete, estava animado de intenções conciliadoras, e, sem querer submetter-se, praticara um acto que era uma concessão. O marechal resumindo o seu pensamento, disse: «Offereci um armisticio que permittia preparar o tratado de paz. A camara respondeu pelo desejo de declaração de guerra, que o chefe de estado não póde acceitar. Qualquer concessão seria uma capitulação. Portanto é para elle um dever de dignidade e de honra de assumir o seu posto de combate e resistencia.»

No conselho de ministros, celebrado hoje de manhã, o marechal exprimia a resolução em que estava, e que é conforme ás informações do *Moniteur*. Foi decidido que o ministerio continuará a apresentar-se na camara e no senado. Crê-se mesmo que o governo pedirá ámanhã na camara a votação do orçamento. Julga-se provavel que o senado seja levado a pronunciar-se ácêrca da constitucionalidade da resolução da camara, que o governo tem como illegal e contraria ao direito constitucional. Acredita-se que na camara dos deputados a direita tomará ámanhã a iniciativa de propor o exame e votação do orçamento sem a intervenção do ministerio.

Guerra do Oriente. — *Constantinopla, 24 á tarde.* — Está formando-se em Constantinopla um exercito de reserva da força de 100:000 homens. Os christãos farão parte da guarda civica. Foram 17:000 turcos que os russos fizeram prisioneiros em Kars.

Bogot, 25, pela manhã. — (Official). Depois de dois dias de combate, os russos tomaram ante-hontem, 23, a posição fortificada de Pravetz, entre Etrobol e Orkhanie. A posição era defendida por dez batalhões turcos, que foram completamente derrotados.

ANNUNCIOS

1 Á MANHÃ, 28 do corrente e dias a seguir, á 1 hora da tarde, continua o leilão dos livros do sr. dr. Correia Torres no edificio do Instituto.

2 PELA REPARTIÇÃO DE FAZENDA do districto de Coimbra se faz saber, que no dia 31 de Dezembro proximo futuro se pagarão no cofre central os juros do proximo semestre, das obrigações das primeiras quatro series do emprestimo para os caminhos de ferro do Minho e Douro.

As relações quer de assentamento quer de coupons, deverão, como nos semestres anteriores, ser apresentadas em duplicado; cumprindo-se tudo o mais que se acha determinado no edital d'esta data affixado na porta do referido cofre.

Coimbra, 24 de Novembro de 1877.

O delegado do thesouro,

Antonio Joaquim de Vasconcellos.

CASA LISBONENSE

RUA DO VISCONDE DA LUZ

COIMBRA

3 HOJE PRINCIPIAMOS a receber as fazendas de novidade para a estação.

Lindos cortes de fazenda de lã e seda para vestido.

Fazendas de lã para vestido que se vendem ao metro.

Chapeus para senhora.

Ditos de muito gosto para creança.

Aderesses bordados para senhora.

Ditos de differentes feitios e modelos.

Guardas-chuva para homem e senhora.

Saias de casemira com folho.

Regalos e pelles de differentes feitios e tamanhos.

Cobertores para carruagem.

Pannos para piano e mesas.

Chales e capas.

Camisollas de malha e ceroulas.

Sortimento de malhas para senhora e creança.

Flanella de lã branca e de côr.

E muitas outras fazendas do nosso commercio, que todas são vendidas pelos preços mais baratos, conforme o seu systema.

4 ELISA DA PIEDADE FERREIRA ROCHA, com auctorisação de seu marido declara que trespassou o seu estabelecimento de tabacos sito na rua do Visconde da Luz, n.º 108, armação e utensilios pertencentes ao dito estabelecimento, ao sr. Luiz Manoel dos Reis, como consta da escriptura publica lavrada no tabellião Santos, em 16 de Outubro proximo passado.

A rogo de minha mulher — *José Maria Ferreira da Rocha.*

ATTENÇÃO

5 UMA PESSOA que possue varios conhecimentos theoricos e praticos de escripturação mercantil e contabilidade em geral, encarrega-se de todo e qualquer trabalho n'este genero por embaraçoso que se ache.

Dirigir carta a esta redacção sob as iniciaes T. M. J. A.

QUEIJO

6 DE NOVO ACABA DE CHEGAR bom queijo Flamengo, á mercearia de João Correia d'Almeida, na rua do Visconde da Luz, n.º 11. — Coimbra.

DILIGENCIA

7 JOSÉ DOS SANTOS PIRES faz publico, que para commodidade dos passageiros vae mudar a hora da saida e chegada da diligencia que tem entre Penella e Coimbra; principiando no dia 26 do corrente tres vezes por semana, saindo todas as segundas, quartas, e sextas de Coimbra ás 6 horas da manhã; chega a Condeixa ás 8, e a Penella ás 10; sae de Penella no mesmo dia ás 2 horas da tarde e chega a Coimbra ás 7.

Continua a venda dos bilhetes em Coimbra em casa do sr. Ernesto Lopes Moraes e em Penella em casa do sr. Urbano Peres.

Coimbra, 24 de Novembro de 1877.

Empresta-se

8 DE 100$000 réis a 600$000 réis a juros, sobre hypotheca. N'esta redacção se diz.

BANCO COMMERCIAL DE VIANNA

SOCIEDADE ANONYMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

(EM MORATORIA)

9 TENDO sido designado pelo sr. juiz commissario o dia 19 de Dezembro para a reunião dos credores do banco, a fim de serem ouvidos sobre a prorogação da moratoria, são estes convocados a reunir-se no referido dia, pelas 12 horas da manhã, na casa do mesmo banco em Vianna do Castello, rua de S. Sebastião, n.º 180.

Pelo Banco Commercial de Vianna

Os directores

A. Alberto da Rocha Paris.

J. Alves de Sousa Ferreira.

SUBSTITUIÇÕES A MILITARES

JOÃO DE PINHO

221, RUA DA CALÇADA, 221

10 ENCARREGA-SE de entregar aos interessados, bons substitutos com bons documentos para substituições no governo civil de Coimbra, tirando guias nas administrações dos concelhos. Faz substituições nos corpos das guarnições de Lisboa, Porto, Elvas e outras terras. Tambem obtem transferencias d'uns corpos para outros; e licenças para dois mezes.

Preços baratissimos

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno .... 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno .... 3$460
Por semestre .... 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre .... 1$730
Por trimestre 800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre 865

Numero 3166 | Sabbado 1 de Dezembro de 1877 | Anno XXXI

COIMBRA

O resultado das eleições municipaes em muitos concelhos do reino é a consequencia necessaria da acção corruptora exercida pela politica, que dominou n'este paiz por muitos annos, e não menos pela posição dubia, ou peor do que isso, do presente ministerio.

O que se dá em Coimbra, repete-se na maior parte das localidades.

Em quasi todos os concelhos do reino as camaras pertencem ao chamado partido regenerador, porque foram eleitas quando esse partido estava no poder.

A acção e influencia que as vereações exercem é immensa. Não é só os dinheiros publicos por ellas applicados como lhes faz conta, para satisfazer os seus fins politicos; é o escandaloso abuso que se tolera, e até auctorisa na transgressão de muitos artigos das posturas municipaes, em que são prejudicadas as rendas do concelho e muitos particulares; mas em que interessam grande numero de influentes eleitoraes, que é o que convém ás camaras.

Especialmente em um municipio como o de Coimbra, em que a camara dispõe, termo medio, de 58:000$000 réis annuaes, e em que se trata exclusivamente de crear partido com a applicação de grande parte d'essa somma; os resultados eleitoraes que d'ahi se obtêm são incalculaveis.

Tanto aqui, como nos diversos concelhos do reino, os empregados publicos, judiciaes, das obras publicas, da fazenda, e de outros diversos ramos, foram pela maior parte nomeados pela situação regeneradora, e tendo por base essas nomeações o systema de transacção e dependencia eleitoral, que por muitas vezes aqui temos manifestado e descripto.

Veja-se o que póde fazer tão numeroso pessoal, empregando sem escrupulo e sem o menor embaraço a acção e influencia de que dispõe.

Ao mesmo tempo que isto assim acontece, o governo parece trabalhar de accordo com a supposta opposição regeneradora. E não se chame a isto um paradoxo. São os factos que o provam.

Houve, é certo, em algumas localidades a mudança nas auctoridades administrativas; mas em outras conservaram-se auctoridades indignas, e altamente accusadas de haverem praticado as maiores torpezas durante a situação passada.

Além d'isso as mudanças que se fizeram foi depois das maiores hesitações do governo e sem pensamento fixo e determinado.

Em vista d'estes factos, diga-se quaes eram as consequencias que se podiam esperar de umas eleições effectuadas quando permaneciam as mesmas camaras, os mesmos conselhos de districto, e em geral todas as corporações filhas da situação regeneradora!

Assim os partidarios das camaras municipaes apresentavam-se na luta chamando-se opposição; mas tendo quasi todas as vantagens de ministeriaes.

Logo que deixassem de dispôr de tão numerosos e importantes elementos ver-se-hia qual a nullidade a que ficavam reduzidos.

O ministerio, repetimos, parece trabalhar a favor da chamada opposição regeneradora.

Pois que quer dizer uma situação em que o governo voluntariamente quer perder toda a força politica, conservando interinas algumas das pastas, incluindo a da fazenda, uma das mais importantes; — em que prima pelas suas contradicções, por exemplo, hostilisando ainda ha poucos mezes alguns vereadores da camara de Lisboa, e favorecendo-os agora na ultima eleição; e praticando muitos outros actos de egual versatilidade?

Então isto é serio?

A não ser o sr. ministro das obras publicas — apezar de alguns actos com que não concordámos, mas que em todo o caso é o unico que tem mostrado acção e energia, e a prova está na guerra descabellada que lhe fazem os regeneradores — os mais ministros estão em permanente pasmaceira.

Estão sendo como uns delegados dos regeneradores, para lhes entregarem as pastas quando se abrirem as camaras!

Se não é esse o seu intento, declarámos que não sabemos explicar os seus actos.

Emquanto a nós, dizemol-o com o desassombro com que costumámos fallar: preferimos um adversario declarado, a um ministerio hesitante.

Desde que entrámos nas lutas partidarias temos estado muitas vezes na opposição, e em épochas em que estar n'esse campo, não era, como agora, em que a chamada opposição tem o apoio de quasi todos os empregados publicos; mas importava o risco da propria vida, como tivemos occasião de experimentar; e comtudo nunca isso nos intimidou.

Creados assim n'essa escola nada nos incommoda estar em opposição a qualquer situação politica.

Estimaremos, portanto, que se delimitem bem claramente os campos; porque pela parte que nos pertence sabemos bem como havemos de proceder.

Tudo se tolerará, menos que um partido ouse chamar-se opposição, dispondo ao mesmo tempo de quasi todos os meios do poder.

Um governo que prepara semelhante situação, só póde ser comparado ao ministerio *Primavera* de 1847!

Joaquim Martins de Carvalho.

Ha muitos annos que esta cidade e concelho não estavam acostumados a presencear scenas como as que ahi houve por varios dias, desde domingo ultimo por deante.

Em differentes épochas, no fim das eleições, se tem mais ou menos visto algumas manifestações de alegria por parte dos vencedores; mas o que desde as nossas lutas civis se não presenceava em Coimbra, é que essas manifestações passassem, como agora, a uma verdadeira orgia, acompanhada de provocações e insultos grosseiros a muitos dos individuos de opinião contraria á conservação da actual camara; — o que se não via era darem-se como n'esta occasião morras ao governo, aos candidatos da

---

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLXIV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Entre os discipulos que tive, quando regi a nova cadeira, tive dois que depois se distinguiram com altos empregos. O primeiro foi D. Manoel de Portugal, irmão do marquez de Valença, (1) e o segundo Manoel Telles, filho do marquez de Penalva, que chegou a ser prior-mór de uma das ordens militares. Ambos frequentaram a Universidade de Coimbra com distincção.

Por esse tempo meu irmão mais velho, Luiz, depois de ter acabado os estudos da Universidade, e sendo bacharel formado em Direito, foi viver para a casa de seu pae, intitulada a quinta da Tapada, a uma legua distante de Coimbra, e situada entre o Mondego e o Ceira.

Meu irmão Antonio, que até alli havia sempre gosado boa saude, foi de repente atacado de uma fatal pneumonia, porque do setimo para o oitavo dia expirou, não tendo ainda completado 25 annos. Todos lamentaram a sua morte, á excepção de alguns invejosos entre os seus companheiros do convento.

O nosso grande poeta Bocage, que muitas vezes nos visitava, e a quem sempre ouvimos com a maior admiração os extraordinarios improvisos de seu estro sublime, chorou a sua morte em um dos sonetos que andam impressos nas suas obras; e d'este soneto aqui copio o seguinte terceto:

«As artes, as sciencias enlutadas,
«As delicias de Ontanio, e seus amores,
«Depois que o viram mudo, estão caladas.

Na manhã do dia em que morreu esteve largamente fallando comigo, porque esteve sempre em seu juizo perfeito até ao momento em que morreu. Estava ainda com tanto vigor, que se sentou na cama, e encostado ao travesseiro, comeu algumas colhéres de geleia.

Bem que eu já estivesse certo de que a sua morte estava proxima, porque na noite antecedente já tambem lhe tinha ouvido os soluços repetidos, indicio de gangrena formada; perguntei-lhe o que sentia, se tinha dores, e a pontada ainda o maguava; respondeu-me: «nada me dóe, nada sinto que me incommode, mas estou bem certo, que não chego á noite.»

Isso é imaginação, lhe respondi eu; tem animo, a natureza póde ainda fazer milagres.

«Não, não, continuou elle, vae examinar as minhas gavetas, tira d'ellas todas as cartas que lá estiverem, e rasga-as; quanto a papeis importantes, creio que nenhum alli ha, á excepção das memorias que já li na Academia, e que tu lá entregarás.»

Assim o fiz e depois me fez algumas recommendações, que eu religiosamente cumpri. Pediu, e já no dia antecedente tinha tomado todos os sacramentos da egreja, e mostrava-se tão resignado e resoluto a morrer, como homem que se dispõe para uma viagem de prazer.

Junto d'elle estava sempre um enfermeiro, que era o criado que servia na livraria, e nos era muito affeiçoado; e como as minhas obrigações me impediam de estar fazendo-lhe companhia, era elle que especialmente fazia as minhas vezes. Depois de jantar, e a horas em que eu estava ausente, dormiu socegado um pequeno somno, e abrindo os olhos disse para o criado: — Onde está meu irmão? Ditas estas poucas palavras expirou... (2) sem dar sequer um gemido, nem fazer o mais pequeno movimento que indicasse dor.

Eu que sabia a gente com quem vivia, assim que o criado me veiu dar a noticia, disse-lhe: feche immediatamente a porta do quarto, e leve a chave ao prior, com a noticia de que tem menos um subdito.

É bem de imaginar qual foi a minha afflicção, e a minha saudade; mas eu, que sempre tive um caracter firme e resoluto, tomei aquelle

(1) Morreu quasi de repente no anno de 1854.

(2) Em 4 de Março de 1804.

lista opposta á camara, e a proprietarios independentes d'este concelho.

Deploravelmente procedem os individuos que incitam os desordeiros a praticar esses factos altamente condemnaveis! Grande responsabilidade sobre elles fica pesando!

Veja-se o que faria semelhante gente, se em logar de se chamar opposição, estivessem officialmente no poder!

E veja o governo como procedem aquelles que n'umas partes se fingem seus alliados e n'outras assim provocam á desordem.

Com a tolerancia illimitada que havia para esses desatinos já se julgavam os discolos auctorisados para tudo.

Na quarta feira á noite, um grupo de individuos, a maior parte da freguezia de Santo Antonio dos Olivaes, em continuação aos factos dos dias anteriores, vieram á cidade, trazendo um tambor e uma gaita de folles, que deixaram aos arcos de S. Sebastião.

Dirigiram-se na fórma costumada á casa do sr. presidente da camara, e ahi fizeram as manifestações que foi da sua vontade.

Voltaram em seguida para o sitio d'onde tinham vindo, e chegando ao largo do Castello, começaram a dar vivas ao sr. presidente da camara, entremeados de morras ao governo, e a todas as pessoas que lhes parecia.

Seguiram em direcção a Cellas, e á porta do sr. dr. Manso repetiram os vivas e morras, fazendo grande assuada.

Isto não era senão a repetição de outros factos identicos. Ainda na vespera se tinha feito o mesmo a um respeitavel cavalheiro e proprietario, residente nos suburbios d'esta cidade.

Emfim, a auctoridade entendeu em vista do procedimento que os desordeiros estavam praticando na quarta feira á noite, que era mister pôr um termo a semelhantes transtornos da ordem publica.

Logo que o sr. administrador do concelho foi avisado do que se passava, saiu da cidade com uma força de 12 soldados de cavallaria, seguindo para Cellas.

Os desordeiros, depois dos insultos alli praticados, haviam continuado na direcção do Tovim, com a gaita de folles e tambor, fazendo a mesma algazarra.

Ahi o sr. administrador do concelho poude capturar 6 d'elles, os quaes conduziu para a cadeia de Santa Cruz.

Os factos praticados em Coimbra e seu concelho desde domingo ultimo, não são senão a consequencia natural d'essa situação nefasta, que alli esteve a dominar o districto durante 7 annos.

Basta expol-os. Não é necessario commental-os.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

AS TOUPEIRAS MUNICIPAES

Em Novembro de 1869 tratava-se de se proceder á eleição da camara municipal d'esta cidade.

Distribuiu-se por essa occasião uma especie de manifesto, combatendo a conservação da maioria da camara, e ao mesmo tempo pugnando pela reeleição de um unico dos seus membros.

Um dos muitos serviços que se allegavam, feitos por esse membro da camara, para justificar a sua reeleição, era a proposta que logo no principio da sessão apresentára, e que repetira por varias vezes, para que as actas das sessões camararias fossem publicadas nos jornaes da terra, *como a primeira e a mais solida garantia que aos administrados podiam dar os seus representantes.*

Do resultado que haviam tido essas propostas dava conta pela seguinte fórma o referido manifesto ou exposição:

«A proposta foi uma e muitas vezes rejeitada e repellida com indignação pelas *toupeiras municipaes*.—E que *as trevas favorecem os planos occultos e só para a verdade e para a justiça é que Deus fez a luz.*»

Diga-se a verdade. Essa proposta era eminentemente justa e liberal; porque uma das primeiras obrigações moraes das camaras é a publicidade dos seus actos, para que possam ser avaliados pelos habitantes do concelho.

Ora a actual camara, desde que tomou posse do seu cargo, ha quasi dois annos, ainda não publicou nem uma só acta das suas sessões.

Logo: os vereadores que compõem a mesma camara, segundo o sensato e liberal parecer acima emittido, são umas — *toupeiras municipaes.*

Bello predicado para a sua reeleição!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A illustre camara municipal de Coimbra começa já a castigar aquelles eleitores, que se não quizeram sujeitar a votar na lista da sua reeleição.

Ao mesmo tempo que se têm consentido as mais escandalosas transgressões das posturas municipaes, sendo algumas das transgressões com gravissimo prejuizo do publico, e outras em notavel damno das rendas do concelho; só para beneficiar os eleitores, que se prestassem a coadjuvar a camara na sua reeleição — são castigados aquelles que tiveram dignidade bastante para proceder com a devida independencia.

O sr. Albino José dos Santos Marques, que tem botequim ha 16 annos, primeiro na rua do Infante D. Augusto, e nos ultimos annos no largo da Feira, sempre teve taboleta á sua porta, indicadora de ser alli loja de bebidas.

Nunca foi intimado para tirar a taboleta; mas como agora resistiu á pressão sobre elle exercida para votar na reeleição, foi mandado multar pela mesma camara, depois da eleição, por usar da taboleta!

Parece-nos que basta expor o facto sem mais reflexões.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Publicaram-se os fasciculo 74 e 75 do *Diccionario Popular.*

Especialmente este ultimo vem muito interessante. Os artigos ácêrca da *biblia*, e outros relativos ás *bibliothecas* portuguezas e estrangeiras são curiosissimos.

No artigo — *Bibliothecas de Lisboa* — quando se trata da bibliotheca nacional encontramos uma especie que nos surprehendeu.

Fallando-se das preciosidades bibliographicas alli existentes menciona-se — um exemplar da *biblia* em latim, impressa pelo proprio Guttemberg em Moguncia em 1454 (2 vol. in-folio).

A duvida que temos é a seguinte. Aquella *biblia* tem impressa a mencionada data de 1454, ou suppõe apenas o auctor do artigo que seria impressa n'esse anno?

Apezar de nunca termos visto semelhante edição da *biblia*, pois que em Coimbra só ha a de Moguncia de 1462; julgamos com todo o fundamento, que a *biblia* existente na bibliotheca nacional de Lisboa não tem data.

Pelo menos é o que temos achado nas melhores historias da arte typographica; e foi por isso que quando no *Conimbricense* de 2 de Julho de 1867 precedemos as nossas investigações ácêrca da imprensa em Coimbra por uma breve historia da invenção da typographia, dissemos ahi:

«João Guttemberg, auxiliado por João Fust e Pedro Schoeffer inventam em Moguncia todas as partes que constituem a arte typographica. N'essa cidade se imprimiu entre os annos de 1453 e 1455 a primeira biblia, *sem data.*»

E n'uma extensa nota em que minuciosamente descrevemos o magnifico exemplar da *biblia de Moguncia* de 1462, em dois volumes, existente na bibliotheca da Universidade, diziamos mais:

«A *biblia de Moguncia* de 1462 deve a sua celebridade á preciosa vantagem de ser, entre todas as biblias, *a primeira que foi datada.*»

Portanto até novo esclarecimento ficamos conservando a opinião que temos, de que a *biblia* existente na bibliotheca nacional de Lisboa não tem data, com quanto se attribua a data da sua impressão entre os annos de 1453 a 1455.

E ainda mais. Não deve ter o nome do impressor; porque não nos consta que Guttemberg pozesse o seu nome em nenhum dos livros que imprimiu.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Tudo quanto diz respeito á typographia tem para nós o maior interesse; e de certo o terá egualmente para todas as pessoas que apreciam este poderoso auxiliar da manifestação do pensamento.

Por termos em o artigo antecedente fallado de um assumpto da arte typographica, lembrou-nos aqui indicar outro.

O padre Antonio Pereira de Figueiredo, na sua celebre *Tentativa Theologica*, de que temos presente uma das duas primeiras edições de 1766, trata na *parte I, principio V*, de mostrar, que certas palavras do evangelho da correcção fraterna, na missa de terça feira depois da terceira dominga da quaresma, existentes nos antigos missaes, tinham sido supprimidas nos missaes modernos, por assim fazer conta á curia romana, a fim de provar a supremacia pontificia sobre os concilios geraes.

Para confirmar o que dizia, mencionava o padre Antonio Pereira de Figueiredo, 7 missaes, pertencentes á bibliotheca da Congregação do Oratorio de Lisboa, sendo o mais antigo, impresso em Paris em 1492.

Depois de mencionar o segundo missal continuava dizendo:

«O terceiro é o missal da diocese de Braga (*Missale juxta usum Almae Bracarensis Ecclesiae*) tambem em folha de pergaminho, impresso em Leão no anno de 1538. *Sumptibus Joan. à Burgundia Bibliopolae Regis Lusitaniorum.* — Donde tambem aprendemos, que n'aquelles tempos tinham os nossos reis impressor proprio no reino de França.»

Que motivo haveria para o rei de Portugal ter em Leão um impressor exclusivo, e para se fazer n'essa cidade a impressão de livros de escriptores portuguezes, como se fizeram, tanto no seculo XVI como no XVII, quando já a typographia estava muito desenvolvida em Portugal?

---

partido, porque sabia, que já se dizia que no quarto de meu irmão se haviam de encontrar papeis, ou correspondencias importantes. O prior, que talvez viu por este meu procedimento, que não era provavel encontrar os thesouros, que imaginava, ou porque por este modo cortez quiz affectar certa contemplação para comigo, pois que pelas leis da congregação todo o espolio do morto pertencia desde logo ao convento, mandou ao criado que me entregasse a chave para que tomasse conta do que havia no quarto.

Eu não a acceitei; tornei a mandar-lha, dizendo, que eu não tomava conta d'aquillo que me não pertencia; e só lhe rogava que me entregasse quaesquer papeis que pertencessem á Academia, da qual meu irmão fôra socio. E fui prudente, porque se assim o não fizesse, estava certo de que haviam de dizer, que eu tinha occultado os grandes mysterios, que suppunha meu irmão guardava. Ao menos, roubei-lhes esse instrumento de calumnia.

A dor e saudade que me causou a morte de meu irmão foram mui profundas. Estive gravemente doente, e tanto que já se dizia em meia voz, que eu não tardaria a seguir meu irmão.

Ordenaram os medicos que sahisse do convento, e fosse para alguma quinta: fui para a de Bemfica. Alli ainda estive por muito tempo doente, mas em fim fui melhorando, e os medicos me aconselharam os banhos do mar. O prior continuando com as suas attenções para comigo, deu-me licença para ir estar em Coimbra alguns mezes, e ir tomar os banhos á Figueira.

Assim o fiz, e achei minhas irmãs em casa de sua e minha tia D. Theresa, que sempre nos tratou não como sobrinhos mas como filhos, e filhos muito queridos. Minha irmã mais nova, Maria, tinha acabado a sua educação no collegio das Ursulinas de Pereira, e minha irmã Catharina, sempre se tinha conservado em casa de sua tia desde a morte de meu pae.

Fizeram-me muito bem os banhos do mar; e estando alli recebi a noticia de que se tinha organisado em Lisboa a sociedade dos maçons, e que nomeando-se a primeira grande Loja, que teve Portugal, eu fôra nomeado para um dos membros d'ella com o titulo de grande orador. Foi isto no verão de 1804.

Recolhi-me a S. Vicente nos principios de Outubro d'aquelle anno, e comecei os meus trabalhos de professor. Continuava a ser visitado por todas as pessoas que antes nos visitavam, e só conheci duas de mais, que foram — o infeliz e martyr Gomes Freire, e Rodrigo Pinto Guedes, que foi morrer no Brazil em vice-almirante, segundo me recordo.

Era quasi no fim do mez de Novembro d'este anno, quando me vieram dizer, que alli estava uma pessoa que me procurava. Entrou, e achei-me, quando menos o pensava, com o vice-secretario da Academia Real das Sciencias, Antonio Caetano d'Amaral, de quem ha excellentes memorias na collecção d'Academia, o qual me disse: que da parte do duque presidente, e da Academia me vinha fazer os meus comprimentos, e dar-me egualmente os pezames pela morte de meu irmão. E tendo um papel na mão, accrescentou: — que tanto o presidente como a Academia julgavam não se poderem consolar da perda de tão benemerito socio, senão dando-me o logar que elle alli occupava. E dizendo isto me entregou a carta de socio, datada do dia 21 do mez de Novembro de 1804.

É bem de ver, quanto fiquei penhorado d'este acto, com o qual não só me honravam, mas me tratavam com tamanha delicadeza e cortezia. Com as melhores expressões que pude, agradeci a distincção com que era tratado, e promettí ir, quanto antes, agradecer a honra que me acabavam de fazer.

Os moradores da casa, que souberam quem era a pessoa que me tinha procurado, estavam na maior curiosidade de saber qual tinha sido o objecto da visita; porém por isso mesmo não o disse a ninguem, e os deixei conjecturar quanto quizessem. Chegada porém que foi a primeira quarta feira, cheguei-me ao prior, e disse-lhe, que acabando de ser nomeado socio da Academia, queria ir n'aquelle dia apresentar-me alli, e agradecer a honra que me havia feito. Elle olhou para mim com uns olhos que a penna não póde expressar, e balbuciando comprimentos de etiqueta, respondeu-me, que podia ir quando quizesse, e as vezes que julgasse necessarias. *(Continuar-se-ha).*

A proposito da *Tentativa Theologica* do padre Antonio Pereira de Figueiredo devemos dizer, que ás doutrinas expendidas em todo esse tão fallado livro, respondeu o Supremo Conselho de Castella em uma *Consulta*, que foi traduzida para portuguez, e impressa na imprensa da Universidade em 1832.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

PAN Y TOROS

Perdôe-nos a memoria do Santo Padre Pio V, se, em nossa humildade, nos atrevemos a julgar menos bem pensada, ou antes menos bem sentida a sua celebre Bulla de 1 de Novembro de 1567.

Entendeu S. Santidade que *de accommetter touros provinham muitas vezes mortes a homens, mutilações a corpos, e perigos a almas.* Sob a influencia d'esta convicção, considerou alheias da piedade e caridade christã as corridas d'aquellas bestas feras, e formalmente prohibiu, com pena de excommunhão e anathema, esses espectaculos em todas as provincias, cidades, senhorios, villas e logares.

O Santo Padre acabava assim com um divertimento attrahente e sympathico, em que o homem, fazendo ostentação de força e destreza, entra em luta com alimarias montezes, que embora sejam dotadas de sensibilidade, nenhum direito têm á benevolencia e bom trato.

O Santo Padre Pio V esqueceu-se das sensações deliciosas, do arrebatamento de extasis dos espectadores de ambos os sexos e de todas as edades, ao verem um touro feroz, já d'antemão espicaçado, entrar desatinado na praça, e dar occasião á perspectiva graciosa de um nobre duello entre o rei da creação e um vil refugo da natureza.

¿Como se vedou aos racionaes um meio de recreação, que tão innocentemente alegra algumas horas da vida?

Vê-se manar sangue das rasgadas carnes dos brutos, corre perigo a vida dos nobres lutadores; mas é precisamente isso o que ao esplendido torneio dá realce, interesse, e um sabor appetitoso sem egual.

¿Quaes outros modos de completo desenfado ficaram no mundo, depois de apagadas as fogueiras da Inquisição, que proprios sejam para inflammar a alma?

Oh! Como são insipidos os passatempos ordinarios, em comparação das espectaculosas, quanto civilisadoras touradas!... Só aborrimento e insupportavel enfado produzem os theatros diversos, a musica, a dança, a leitura, as festividades de vario genero, as viagens, as reuniões de familias amigas, os passeios, e mil outras distracções que só aprazem ás almas vulgares!

—Digamol-o affoutamente. No seculo XVI sobresaem dois grandes vultos, Filippe II, e Gregorio XIII. O primeiro solicitou com ardor e paternal desvelo a restauração das corridas de touros; o segundo levantou as excommunhões que Pio V impozera aos apaixonados da tauromachia.

Não é muito conhecida a carta sublime que Filippe II endereçou a Gregorio XIII, supplicando a revogação das determinações de Pio V. Regalaremos, pois, os leitores com esse documento de sabedoria e de amor, que todos devemos beijar enternecidos:

«A Su Santidad. Muy Sancto Padre. A Don Juan de Çuniga mi Embaxador y del mio consejo escribo, que de mi parte hable a Vuestra Sanctidad sobre el *proprio motu* que dió la buena memoria de nuestro Sancto Padre Pio Quinto à causa del correr de los toros, y por ser de la importancia que es à causa de los daños é incombenientes, que de no se correr en estos Reynos se sigue, como mas largo informará el dicho Embaxador, humilmente supplico à Vuestra Sanctidad que dandole credito à lo que de mi parte le dixere, aquello mande conceder, que en ello recibiré singular gracia y beneficio de V. B., cuya sancta persona nuestro Señor guarde à bueno y prospero regimiento de su Universal Yglesia. De Sant Lorenzo el real, à quince de Junio de MDLXXV. — De Vuestra Sanctidad Muy humilde y devoto hijo DON PHELIPE, por la gracia de Dios, Rey de las Españas, de las dos Sicilias, de Hier., que sus sanctos piés y manos besa. — YO EL REY. — Antonio de Grasso.»

Quero mal a um escriptor, que a proposito d'este pedido applicou a Filippe II aquillo de Tacito: *et civile rebatur misceri voluntatibus vulgi.* Não; Filippe II não era semelhante ao imperador romano, que julgava ser de boa politica, e meio de popularidade, quinhoar os divertimentos da gentalha. A verdadeira explicação está na rija tempera do seu animo varonil. Eram para elle um manancial de delicias as scenas que a muitos repugnariam, por violentas, e acaso inhumanas. Tinha força bastante para fazer calar os affectos de pae, a ponto de se mostrar disposto a accender a fogueira em que houvesse de ser queimado seu filho, se este fosse eivado de heresia.

Eis o homem que me enche as medidas. Abençoada seja a sua memoria!

JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO.

N'esta cidade e districto ficaram compromettidos mais de 400 contos com a suspensão de pagamentos do banco commercial de Vianna.

Nada, portanto, mais natural, que tantos accionistas e credores que ahi empregaram os seus capitaes, desejem saber como correm os negocios d'este desgraçado banco e tratem de apreciar a sua administração.

A esse respeito recebemos de um nosso amigo o seguinte communicado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sr. redactor. — Vi na *Aurora do Lima* de 23 do corrente, o relatorio apresentado á assembleia extraordinaria dos accionistas do Banco Commercial de Vianna, pela direcção do mesmo banco, e se não tivesse conhecimento da maior parte das causas que pozeram aquelle estabelecimento na espinha, e do modo como foi gerido durante a moratoria que lhe foi concedida e já depois d'ella terminar, diria que a direcção tinha feito milagres, e que estava até salvo o capital dos accionistas, e diria *amen* ao voto de louvor que lhe foi dado pela referida assembleia.

Sr. redactor! O relatorio é de um artificio assombroso, e não inferior aquelle com que desappareceram no debito do banco réis 1.015:552$394; mas não concordo em que a diminuição no credito acompanhasse a diminuição do debito em resultado da activa cobrança.

Se assim fosse melhor seria a condição dos verdadeiros accionistas, isto é, d'aquelles que despejaram as suas algibeiras para possuir acções d'aquelle banco, porque os ha, (diz o publico) que figuram na lista de accionistas, e que para possuir as acções, não desembolçaram um real. Ficaram no banco essas acções, ou para lá entraram em garantia do seu custo, ou da sua importancia levantada, para a compra d'ellas, e das de outros muitos estabelecimentos d'esta ordem, que a baldomeria portugueza andou a instituir ás dezenas por todo o paiz.

Quem tem feito a cobrança são os credores, aos quaes se não dá um real em dinheiro, e tem sido collocados na necessidade de receber acções de diversos bancos pelo valor nominal, na presença do dilemma — *ou recebes estes papeis, ou nada; e se te reservas para final pouco ou nada receberás.*

Esta é a logica empregada pelos agentes do banco; e o receio de perder tudo que tem influido nas mais timoratos, os tem feito sujeitar a receber a papelada, que passa da conta saldada ao devedor, para o pagamento do pobre credor.

Eis aqui, sr. redactor, como se tem activado a cobrança.

Os devedores têm a protecção decidida da direcção; e ella lá sabe as razões; e a ponto de ainda nem credores nem accionistas, nas diversas reuniões, terem podido conseguir se lhes diga os nomes d'elles.

Estão ainda por dar as contas dos accionistas, segundo se diz; e tão somente para isso se pediu a prorogração da moratoria; mas como se lhe tem apertado as correias, e não ha grandes apparencias d'ella lhe ser concedida, lá appareceu a proposta na assembleia de accionistas para auctorisar a direcção, o conselho fiscal e credores fiscaes, a transigir com os devedores, para lhes saldar as contas; e é notavel que tal proposta fosse approvada.

Estamos para ver se se lhe dá execução, porque nem o banco está habilitado para isso, nem os accionistas no direito de tomar resoluções de tal ordem, que affectam os interesses dos credores, e dos verdadeiros accionistas.

Para lhe não tomar mais espaço ficarei hoje por aqui, protestando continuar a analyse do relatorio, se v. me quizer aturar, do que não duvido, porque o vejo sempre disposto a zurzir a immoralidade.

Coimbra, 28 de Novembro de 1877.

Um credor.

NOTICIAS DA FIGUEIRA

Em data de 28 nos diz o seguinte o nosso correspondente:

«Effectuou-se no domingo ultimo a eleição municipal, ficando a nova camara constituida, sem opposição, pela seguinte fórma:

Dr. Antonio dos Santos Rocha, Bernardo Augusto Lopes, e José de Sousa Broa, da Figueira; Vasco J. Antunes, de Maiorca; Frederico Nobreza, de Quiaios; Manoel Pinto Curado e José J. de Carvalho, de Lavos.

Pelos elementos de que se compõe, vê-se que continuará as tradicções politicas das ultimas vereações: esperam muitos, porém, que alguns fructos se tirarão da nova presidencia, visto que, desempenhando-a quem nunca occupou tal logar, se achará muito mais desaffrontado de compromissos proprios, e por certo quererá deixar de si bom nome. Demais, o ultimo codigo de posturas foi coordenado pelo sr. dr. Rocha, e por certo terá rigorosa execução durante a gerencia municipal d'este cavalheiro — e n'isso já o municipio ganhará muito.

— Pequeno movimento apresenta a actual épocha d'audiencias geraes. Ha apenas quatro processos, um por furto e tres por ferimentos. Na audiencia d'abertura, na segunda feira, alludiu a esta circumstancia o digno juiz, dr. José Maria da Costa, attribuindo-a á rectidão com que os jurys d'esta comarca sabem conhecer dos casos que se lhes offerecem para resolver.

Acrescentaremos pela nossa parte que, aos excellentes juizes que a Figueira tem tido a fortuna de possuir ultimamente, se deve, na maior parte, a elevação moral da comarca. Tal resultado começou a preparal-o o dr. Ferraz de Pontes, proseguiu-o o dr. Araujo Taveira, e continua-o o actual juiz. Nas primeiras audiencias, agora, foram absolvidos os reus.

— Tem-se faltado abertamente á verdade em noticias d'aqui enviadas para um periodico de Coimbra, a respeito do estado da barra e porto da Figueira. Os ultimos temporaes tornaram difficil o ingresso n'este porto, como sempre succede em conjuncturas analogas e que desviam a barra para o sul.

O caso é, porém, que no dia em que um *veridico* correspondente dizia ter visto (!!) um homem passar a vau a barra, na baixa-mar, sairam d'aqui dois palhabotes para o Porto, e um cahique para Peniche. Como se explica aquella affirmativa? E' porque o correspondente não sabe onde é a barra, e julgou que a atravessára a vau um pescador que passou um rego d'agua, que existe entre o paredão da secretaria e uma restinga do meio da foz do rio, e onde costumam armar as redes para apanhar o robalo!!

E aqui está como se inventam noticias *frescas*, que desacreditam o porto e barra, entorpecem o commercio e vão affectar os interesses de centenas de individuos que vivem do trafico maritimo d'esta terra!

Sondada em meia maré apresentou a barra, em 26 do corrente, profundidade superior a 14 palmos.

— O mau tempo veiu embaraçar a grande pesca de ruivos em toda a costa. Na da Cova até de noute pescavam; e algumas vezes foram ao mar com risco de vida. Calcula-se em dezenas de milhares o numero de ruivos apanhados, que renderam contos de réis para os miseros pescadores.

— Está nomeada pela Assembleia Figueirense a commissão destinada a vigiar a construcção da casa que manda fazer em o novo caes, mesmo sobre o Mondego. Vae alli ficar de futuro um dos sitios mais agradaveis da Figueira, não só pelo magnifico passeio á beira do rio, de 30 metros de largura, mas por se encontrarem n'aquelle ponto edificios notaveis, como são já hoje o theatro Principe D. Carlos, e a magnifica e apparatosa casa do sr. José Rodrigues de Carvalho e a do sr. Joaquim Manoel da Costa Pereira, e em breve futuro os paços municipaes, a Assembleia Figueirense, e outras edificações que se projectam.»

NOTICIARIO

Theatro de D. Luiz I. — Depois das grandes commoções, cheias de sublime verdade, que só um talento tambem sublime, como o de Pezanna, podia patentear, segue-se a vez ás notas folgazãs das operetas populares.

É ainda á Italia, esse paiz privilegiado para as grandiosas manifestações do *bello*, que nos manda d'esta vez os seus artistas para nos deliciar nas longas noites d'inverno.

Em Lisboa as enchentes foram successivas, e os jornaes teceram elogios á variedade das peças, á sua boa execução e ao excellente *mise-en-scene*. E são estes em verdade os tres requisitos exigidos pelo espectador, para o bom acolhimento d'uma companhia. Com estes predicados, que raramente se junctam em companhias estrangeiras, podemos já assegurar que em Coimbra a sorte não ha de ser menos prodiga em concurrencia e applausos, do que foi na capital.

Parece-nos que este é até o gosto mais pronunciado das familias conimbricenses, a ajuizarmos pela animadora concurrencia ao theatro de D. Luiz, por occasião das recitas da companhia do theatro Baquet do Porto.

Pois agora o genero é o mesmo, mas em vez d'actores que desconheciam uma nota de musica, como succedia á maior parte d'aquelles, os da companhia italiana sabem-a com todo o segredo dos que nasceram n'aquelle abençoado paiz.

O sr. Correia de Almeida, que este anno não tem sido feliz com a escolha da occasião em que têm vindo as diversas companhias a esta terra, merece, por o seu genio trabalhador, de ver agora compensados os seus esforços. Compete a Coimbra animal-o, coadjuvando o unico homem, que tem tido a constancia d'arrostar com grandes despezas, muitas contingencias e ainda maior fama de ser terra pouco inclinada a theatros.

A companhia dá sete recitas, sendo hoje a primeira com a parodia Ruy-Blas e ámanhã a segunda.

Ha abatimento para quem assignar para todos os espectaculos.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Maria Victoria, filha de Manoel Simões e Maria Francisca, do logar da Zibreira, concelho de Castello Branco, de 77 annos, fallecida em 18 de Novembro de 1877.

Manoel, filho de José Nunes Rendeiro e Emilia de Jesus, da Cruz dos Morouços, de 3 e meio annos, fallecido em 18.

Antonio Agostinho, filho de Agostinho José e Josepha de Almeida, de Castellães, bispado de Vizeu, de 76 annos, fallecido em 18.

Rosa, filha de Joaquim Marques e Theresa Leite, da Pedrulha, de 10 dias, fallecida em 19.

D. Maria José da Silva Rocha, filha de Manoel da Silva Rocha, de Coimbra, de 55 annos, fallecida em 20.

Antonio Tinoco da Silva, filho de Antonio Tinoco Junior e Maria Augusta da Silva, da Figueira da Foz, de 5 annos, fallecido em 20.

Maria da Conceição, exposta na roda de Coimbra, de 35 annos, fallecida em 21.

Maria da Assumpção, filha de Francisco da Cunha e Albertina Augusta Espingarda, de Coimbra, de 7 mezes, fallecida em 21.

Accacio, filho de Antonio Moraes e Gertrudes da Conceição, de Coimbra, de 4 annos, fallecido em 21.

Carlos Pereira, filho de Adriano Pereira e Maria da Luz Pereira, de Coimbra, de 5 annos, fallecido em 22.

Fernando da Silva Figueiredo, filho de Joaquim da Silva Gaardado e D. Marianna

Cardosa de Figueiredo, de Verride, de 10 annos, fallecido em 22.

Luiz Antonio, filho de Domingos Antonio e Rosa Maria, de Coimbra, de 58 annos, fallecido em 22.

Maria da Conceição, filha de Bernardo Simões e Maria Theresa, de Santa Marinha, de 35 annos, fallecida em 23.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:381.

O 1.º de Dezembro. — Commemora hoje a nação portugueza um dos seus dias mais assignalados.

Faz 237 annos que na cidade de Lisboa se deu o grito da independencia nacional.

Ainda depois de decorridos tantos annos não esqueceu um tão heroico feito.

N'este objecto felizmente não ha partidos. Todos se felicitam por um tal acontecimento, e por havermos conservado a nossa independencia.

Historia Universal. — Está concluido o volume VII da *Historia Universal de Cesar Cantu*, traduzida pelo sr. Manoel Bernardes Branco, e já começou o volume VIII.

Esta interessante e valiosa historia tem sido publicada com a maior regularidade.

O editor o sr. Francisco Arthur da Silva tem plenamente satisfeito a todos os seus compromissos, e é digno de muito louvor por concorrer para se vulgarisar em Portugal uma obra de tanto merecimento.

De certo que o favor publico não deixará de recompensar o seu importante serviço.

D. Quixote de la Mancha. — Recebemos o 6.º fasciculo do *D. Quixote de la Mancha*, traducção do sr. visconde de Benalcanfor.

Cada um dos fasciculos é acompanhado de uma gravura.

E tambem o sr. Francisco Arthur da Silva o editor a quem se deve a publicação da afamada obra de Miguel de Cervantes e Saavedra.

Cumpre-nos agradecer-lhe a continuação dos seus favores.

Queixa. — Um nosso amigo se nos queixa de que ha mais de dois mezes não tenha havido illuminação nas ruas da Mealhada, soffrendo com isso o publico.

Pescaria. — Diz a *Correspondencia da Figueira*, que a pesca que estes dias se tem effectuado na costa da Cova tem sido abundantissima em ruivos. Ao mercado tem vindo bastantes d'estes peixes, e tantos que nos dias de quinta e sexta feira se poderiam contar por milhares. Muita gente tem-se aproveitado da abundancia, salgando-os para guardar para o inverno, quando falta o pescado. A duzia de ruivos tem sido vendida de 750 a 1$100 réis. Em Quiaios dizem-nos que n'um lanço de rede veiu tão grande quantidade de ruivos, que aquellas rebentaram: e para contraste na costa de Buarcos pouco ou nada se tem colhido.

Noticias da India. — Diz o correspondente da *Actualidade*, que cartas particulares da India dizem estar terminado o scisma levantado no Oriente por causa da questão do padroado portuguez. O patriarcha de Babylonia ordenava em carta pastoral aos dois bispos Mellus e Jacob, que haviam estabelecido o scisma na costa do Malabar, que retirassem d'alli, levando comsigo todos os padres e religiosos do rito cyriaco. Refere a carta acima mencionada, que Pio IX enviou uma encyclica ao patriarca de Babylonia, ordenando-lhe que fizesse retirar da India os dois bispos de que se trata e ameaçando com a excommunhão maior se não obedecessem. Eleva-se a 200 o numero de egrejas pertencentes ao padroado na costa do Malabar. O arcebispo de Góa tem andado em visita á diocese; ultimamente chrismou em Cochim 9:561 pessoas. Nas ultimas temporas conferiu o mesmo prelado ordens menores a 314 individuos — sendo 79 de subdiacono e 44 de diacono.

Trigo. — O governo russo prohibiu a exportação de cereaes pelos portos do Mar Negro e do Mar d'Azoff. Esta determinação tem uma grande importancia, porque é d'alli que uma parte da Europa costuma tirar o trigo necessario para supprir o *deficit* das suas colheitas.

A Portugal pouco transtorno causa esta medida, porque a maior parte do trigo que importamos é procedente dos Estados-Unidos, mas á França, á Inglaterra e á Italia deve prejudicar bastante o ter de mandar vir da America Septentrional o genero que podia ser obtido com menor despeza em Odessa ou n'outro ponto do Mar Negro.

Vapores. — Foram encommendados pelo ministerio da fazenda aos proprietarios do *Thames Iron Works*, os planos de tres vapores para o serviço da fiscalisação aduaneira. O maior será destinado á costa do norte, e aos Açores e Madeira, quando alli fôr necessario. Os dois mais pequenos farão serviço na costa do Algarve.

O primeiro d'estes terá 108 pés de comprimento, lotação de 158 tonelladas e machina com força de 285 cavallos. O segundo terá 95 pés de comprido, lotação de 116 tonelladas e força de 200 cavallos. O terceiro terá de comprimento 76 pés, lotação de 80 tonelladas e força de 125 cavallos.

ANNUNCIOS

EXPEDIENTE

Rogâmos aos srs. assignantes do *Conimbricense*, que estejam em divida das suas assignaturas, o obsequio de nos mandarem a sua importancia, o que desde já muito lhes agradecemos.

CASA MINERVA

151, RUA DA CALÇADA, 155

COIMBRA

2 IMPRESSÕES RAPIDAS em todos os generos com a maior nitidez e perfeição.

Cartas funebres, ditas de aviso, circulares, facturas, aderesses de estabelecimentos, bilhetes para diligencias, prospectos, rotulos para pharmacia, bilhetes de visita, etc., etc.

Tintas de impressão e escripta, objectos de escriptorio, estojos para desenho, papelaria, vinhos do Porto e chás.

Lindo e variado sortido em papeis para forrar casas. Preços razoaveis.

Esta casa se encarrega de enviar com promptidão qualquer encommenda que pelo correio lhe seja feita.

AVISO

3 A MESA da irmandade de Nossa Senhora da Conceição, erecta na egreja de Santa Cruz, previne, que não lhe sendo possivel receber, como de costume, os annuaes de todos os irmãos em virtude da proxima festividade, por isso pede a todos os srs. que se acharem em debito dos mesmos, que se dignem ir pagar á egreja de Santa Cruz, durante os nove dias de novena.

Coimbra, 28 de Novembro de 1877.

O escrivão da mesa,
Annibal Augusto Pereira.

4 NO DIA 31 do corrente mez de Dezembro, ao meio dia, haverá sessão especial da mesa do governo da Santa Casa da Misericordia, para se receberem as petições de dotes, as quaes devem ser entregues, *pessoalmente*, pelas proprias orphãs, que pretenderem ser dotadas; tudo na conformidade do edital, d'esta data, que se acha afixado á porta da respectiva secretaria. Coimbra, e secretaria da Santa Casa da Misericordia, 1.º de Dezembro de 1877.

O 2.º cartorario,
Acacio Haypolito.

ATTENÇÃO

5 UMA PESSOA que possue vastos conhecimentos theoricos e praticos de escripturação mercantil e contabilidade em geral, encarrega-se de todo e qualquer trabalho n'este genero por embaraçoso que se ache.

Dirigir carta a esta redacção sob as iniciaes T. M. J. A.

AGRADECIMENTO

6 D. RITA DE BOURBON DA SILVA ALBUQUERQUE e seus filhos, extremamente penhorados para com as innumeras pessoas, que por qualquer fórma mostraram a parte que tomaram no desgosto por que passaram no dia 15 de Novembro, na impossibilidade de irem pessoalmente agradecer, vêm por este meio testemunhar seu profundo reconhecimento e eterna gratidão para com todos e muito expecialmente para com as exm.as auctoridades e membros da academia pelos importantes serviços que lhes prestaram.

ALMANACH POPULAR PARA 1878

7 ACABA de sahir á luz este almanach, contendo a tabella d'incendios, bençãos, temporas, feriados, um calendario historico e á collaboração dos nossos mais distinctos homens de letras.

Á venda na livraria Melchiades.

Preço 100 réis.

DILIGENCIA

8 JOSÉ DOS SANTOS PIRES faz publico, que para commodidade dos passageiros vae mudar a hora da saida e chegada da diligencia que tem entre Penella e Coimbra; principiando no dia 26 do corrente tres vezes por semana, saindo todas as segundas, quartas, e sextas de Coimbra ás 6 horas da manhã; chega a Condeixa ás 8, e a Penella ás 10; sae de Penella no mesmo dia ás 2 horas da tarde e chega a Coimbra ás 7.

Continua a venda dos bilhetes em Coimbra em casa do sr. Ernesto Lopes Moraes e em Penella em casa do sr. Urbano Peres.

Coimbra, 24 de Novembro de 1877.

VENDA DE CASAS

9 QUEM QUIZER comprar duas moradas com os n.os 75, 77, 79, e 81, na rua da Alegria, freguezia de S. Christovão, pode dirigir-se a seu dono na mesma casa, que as vende convindo-lhe o preço, ou faz praça particular no dia, que lhe parecer, e que annunciará.

CASAS

10 VENDE-SE uma morada na rua do Loureiro, n.os 18 a 20.

Paga um foro de 10$000 réis ao sr. dr. Gonçalves, e outro de 400 réis ao Seminario.

Rende annualmente 75$000.

Quem pretenda ajustar pode dirigir-se a Joaquim Maria d'Almeida, rua da Sophia, 59—61.

MARÇANO

11 NA RUA da Sophia, 59—61, precisa-se de um com pratica de mercearia.

DECLARAÇÃO

12 FRANCISCO JOSÉ D'OLIVEIRA, do concelho de Vieira, declara que não se responsabilisa por quaesquer dividas ou contractos que seu filho Domingos Manoel d'Oliveira (estudante de preparatorios) possa fazer, protestando desde já pela sua nullidade.

Vieira, 25 de Novembro de 1877.

Francisco José d'Oliveira.

ATTENÇÃO

13 A ALVORADA, que alguns individuos tencionavam fazer hoje, 1.º de Dezembro, ficou transferida para o dia de Anno Bom, em razão do mau tempo. E todas as pessoas que deram alguma cousa para o fogo, e o queiram receber, podem-se dirigir á rua das Figueirinhas, n.º 28.

CASA LISBONENSE

RUA DO VISCONDE DA LUZ

COIMBRA

14 ACABAMOS de receber bonitos chapeus para senhora e creança.

Fazendas de lã para vestido proprias para a estação.

Casacos francezes para senhora.

E outras mais fazendas que vendemos por preços baratos.

AGENCIA DE LEILÕES

EM

COIMBRA

86, PRAÇA DO COMMERCIO, 88

15 TEM logar o primeiro leilão no domingo, 2 de Dezembro, a principiar ás 10 horas da manhã até ás 3 da tarde, e das 5 ás 9 da noite, continuando para o futuro nos dias de terça, quinta, sabbado e domingo, ás mesmas horas.

N'esta mesma agencia recebem-se fazendas em todos em generos.

Constando já os primeiros leilões de fazendas brancas, capelaria, estamparia, molduras, jarras, castiçaes, e outras muitas fazendas, que tudo será posto em praça com grande reducção de preço.

BANCO COMMERCIAL DE VIANNA

SOCIEDADE ANONYMA

DE

RESPONSABILIDADE LIMITADA

(EM MORATORIA)

16 TENDO sido designado pelo sr. juiz commissario o dia 19 de Dezembro para a reunião dos credores do banco, a fim de serem ouvidos sobre a prorogração da moratoria, são estes convocados a reunir-se no referido dia, pelas 12 horas da manhã, na casa do mesmo banco em Vianna do Castello, rua de S. Sebastião, n.º 180.

Pelo Banco Commercial de Vianna

Os directores

A. Alberto da Rocha Paris.
J. Alves de Sousa Ferreira.

PAUPERIOS

Biscoutos da Moda

17 ESTES BISCOUTOS tornam-se recommendaveis pela sua boa qualidade, e o medico preço por que são vendidos.

Vendem-se no estabelecimento de

JOSÉ TAVARES DA COSTA

225, RUA DA CALÇADA, 231

(Á PORTAGEM)

COIMBRA

18 A PESSOA que se julgar habilitada para mestre de uma fabrica de papel se póde dirigir para Goes a Manoel Ignacio Dias, dando conhecimento e fiança se tanto fôr preciso.

Goes, 13 de Novembro de 1877.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 reis. — Numero avulso 40 reis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$720
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3167 — Terça feira 4 de Dezembro de 1877 — Anno XXXI

COIMBRA

E' já tempo do governo acordar do torpor em que tem vivido.

A questão principal para nós não é de homens, é de boa ou má administração. Os governos devem ter o apoio dos partidos honestos em quanto forem dignos d'isso; e devem perdel-o no caso contrario. A inercia não é governo.

Aproxima-se a abertura das camaras, e alli tem o ministerio de dar conta dos seus actos.

Está elle resolvido a tomar uma posição definida; ou quer continuar n'esta especie de maromba politica com que se tem sustentado no poder?

Posições semelhantes são difficeis de mais para que durem por muito tempo.

Os ministros resolvem-se a governar, e sobretudo a governar com proveito da nação? Muito bem. Se assim fôr não lhes faltarão auxiliares.

Pretendem continuar as suas falsas manobras por entre os diversos partidos? Vão caminho errado. Só alcançarão com isso ver-se desamparados de todos.

Se estão dispostos a ter acção sua propria; se se apresentam no parlamento com medidas de reconhecida utilidade; e se mostram iniciativa — ainda poderão atravessar a crise difficil em que se collocaram.

No caso contrario terão desde logo de abdicar o poder.

Precisa-se de administração; carece-se que o governo seja uma cousa séria; é indispensavel que entre os ministros haja uniformidade de vistas e de pensamento politico.

Se não podem, ou não querem, então larguem as pastas, e entreguem-n'as seja aos progressistas, seja aos regeneradores; mas por qualquer fórma a quem tenha força e vontade para governar.

Fallâmos assim, porque entendemos que não póde continuar por muito mais tempo uma situação tão hesitante e versatil.

Os partidos que se dizem alliados do governo reconhecem tudo isto; mas duvidam dizel-o com esta franqueza para se não prejudicarem.

Pois nós é que não temos melindre em o expôr.

Repetimos. O ministerio quer definir a sua posição? Quer administrar e governar?

Apesar de todos os seus erros politicos e administrativos ainda poderá resolver as difficuldades da sua situação.

Pretende, em vez d'isso, continuar como até agora, fazendo segunda edição do ministerio *Primavera?*

Soffrer-lhe-ha as consequencias e terá de abandonar o poder pouco depois da abertura do parlamento.

Veremos qual dos alvitres adopta.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Publicâmos hoje a circular que o exm.º sr. bispo conde acaba de dirigir aos arciprestes d'este bispado, para se informar do fundamento das queixas que se levantaram contra varios parochos, por occasião das ultimas eleições municipaes.

Não sabemos se, como diz s. ex.ª na sua circular, algumas vezes terá sido por interesse de partido que se levantassem os clamores contra o irregular procedimento de alguns parochos; — o que podemos dizer pela parte que nos toca é que, na presença dos inauditos escandalos praticados por differentes parochos d'este concelho de Coimbra, por occasião da eleição municipal, levámos a moderação a ponto de não fazer accusação nenhuma pessoal e directa; e não fazendo excepção de partido, censurámos sempre em geral o procedimento de taes parochos, no que iam necessariamente incluidos tanto aquelles que trabalhassem a favor da reeleição da camara, como os que a combatessem.

Além de quê, ao illustre prelado da diocese o que cumpre é indagar a verdade dos factos, abstraindo das causas que motivassem as queixas; tanto mais quanto a s. ex.ª não assiste direito algum de entrar no fôro intimo da consciencia alheia.

O exm.º sr. bispo conde, sem a menor duvida está largamente inteirado dos escandalos praticados, para que precise de muitas informações a esse respeito.

Ninguem ignora essas indignidades; e nenhuma pessoa prudente e religiosa tem deixado de se revoltar contra os seus auctores.

Ha parochos que se tornaram chefes de bando, com uma deshonestidade de procedimento tal, que só poderia agradar áquelles individuos que folgam com ver o clero desconsiderado, e arrastando com o seu descredito o da religião.

Depois das correrias nas proprias parochias, passavam a fazer o mesmo nas freguezias estranhas, assistindo publicamente e tomando parte em verdadeiras saturnaes politicas!

Houve até parochos de concelhos estranhos ao de Coimbra, que largando as suas egrejas, vieram para algumas freguezias d'este concelho ser galopins eleitoraes!

Não seria nada difficil, sem entrar indevidamente no fôro intimo da consciencia alheia, mas pelo contrario provando-o com documentos officiaes, o mostrar qual o movel de tão inaudita devassidão.

Já o dissémos, e tornamol-o hoje a repetir. Da mesma fórma que o illustre prelado diocesano, com a mais louvavel dedicação pelo bem estar das ovelhas confiadas aos seus cuidados evangelicos, vae ás partes mais afastadas da diocese, com grave incommodo da sua saude, inquirir das necessidades das egrejas e do procedimento dos respectivos parochos; era de toda a justiça que assim procedesse nas freguezias d'este e dos proximos concelhos, onde egualmente encontraria muito e muito que indagar, que corrigir e que reprimir.

Os fieis das freguezias do centro do bispado não têm menos direito a serem

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLXV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Fui logo n'esse dia apresentar-me na Academia, onde me receberam com as maiores demonstrações de respeito. Logo depois d'este meu primeiro acto de posse, não sei se ainda no fim d'esse anno, ou já no principio do de 1805, houve uma sessão publica em que assistiu o principe regente com o seu ministerio, e grande parte da côrte, e n'ella li um pequeno discurso como o de recepção, de que não deixei copia, por ser de méro apparato, e de nenhum interesse litterario.

N'essa época a Academia começou a ter menor importancia, porque o duque presidente estava em meia desgraça, deixou de a frequentar regularmente como costumava, e ella ficou quasi reduzida ao padre Foyos da congregação do oratorio, e mais alguns padres da sua ordem; e muitos socios deixaram de a frequentar, porque principiou alli a apparecer certa intolerancia de principios, o que fez afugentar d'ella as pessoas mais notaveis que lhe pertenciam.

Eu não só por esta causa, mas porque não tardou muito a minha perseguição, e o exilio, que se lhe seguiu, tambem fui d'aquelles que deixei de comparecer nas suas sessões.

Esquecia-me dizer que o duque presidente não só me distinguiu com a nomeação de socio, sem exigir de mim prova litteraria, como era costume, porém logo depois da morte de meu irmão se houve comigo com todas as mostras de amisade. Mandou-me comprimentar e dar os pezames pelo doutor Batalha; e sabendo que estava gravemente doente, mandou-me offerecer a sua quinta de Alpreate para ir alli tomar ares, e por-me fóra da cidade. E ao mesmo tempo me pedia que logo que podesse, fosse em algum domingo jantar com elle ao Grillo.

Eu não acceitei a offerta da quinta, mas, estando já em Bemfica, fui algumas vezes jantar com elle, que sempre me tratou com a maior delicadeza, conversando comigo com a maior familiaridade. Foi sempre em companhia do Batalha, que era um dos seus commensaes ordinarios, e a quem o duque sempre tratava com muita amisade.

Por este tempo aconteceu um caso notavel em Lisboa, e como em seus resultados eu fui parte, e não pequena, darei d'elle uma breve noticia.

Por negocios estava a partir para Inglaterra *Hypolito*, que depois alli foi auctor do *Correio Braziliense*, periodico bem conhecido; e como d'isto soubesse D. Rodrigo, que foi 1.º conde de Linhares, e que então era ministro d'estado, o incumbiu de certas compras para o estabelecimento do Arco do Cego, que alli havia formado, e para o qual tinha chamado de Italia o celebre gravador Bertolozzi.

Hypolito partiu para o seu destino, e indo para Londres, além dos negocios a que ia, entrou a ter relações mais publicas com as lojas maçonicas d'aquella capital. Gente, que lhe não era affeiçoada, assim como ao ministro, de quem se sabia levava commissões, mandou lá espreitar-lhe os passos. E como soubesse que parte de seus negocios era o tratar com os pedreiros-livres inglezes, entraram a espalhar os inimigos do ministro, que este o havia para lá mandado só para este fim.

N'esse mesmo tempo o prior dos Anjos, Ferrão, costumava fazer frequentes visitas a D. Rodrigo, e em uma d'ellas disse-lhe o ministro: — estou muito mal com Hypolito, porque me tem compromettido com esta gente. Sei que o que mais tem feito em Londres é frequentar as lojas maçonicas; heide mandal-o prender assim que chegue a Lisboa. Ora isto dito a Ferrão, que era amigo de Hypolito, o que D. Rodrigo muito bem sabia, era o mesmo que dizer-lhe, que o avisasse das suas intenções.

Ferrão visitava-me todos os dias, e tomava á noute chá comigo: e como tivesse ouvido o que acabo de referir, veiu logo fallar-me, e disse-me: — Sabe o que se passa? e contou-me tudo o que tinha passado com D. Rodrigo. N'este caso o que me parece se deva fazer, é escrevermos aqui já uma carta a Hypolito para Falmouth, onde supponho ainda estará, a fim de o avisarmos do que se passa, e para que se acautele, e não se compromettia a si nem a D. Rodrigo. Mas como a minha lettra é muito conhecida na intendencia, irá a carta escripta pela sua lettra. Ferrão tinha estado muito tempo em casa de Manique, e

bem pastoreados do que os das serranias das extremidades d'elle.

E é quando as crenças religiosas estão sendo tão atacadas por gente prevertida; quando era mister, mais do que nunca, que os parochos fossem exemplares em tudo—que vemos muitos rebanhos de fieis christãos entregues a verdadeiros lobos devoradores, os quaes com o seu exemplo, já não dizemos justificam, mas pelo menos dão motivo a que os inimigos do clero ataquem esta classe sem contemplação alguma; envolvendo de mais a mais a todos na responsabilidade que pertence só a alguns!

Vejam o que vae por este concelho! Ha parochos que pelo seu procedimento crearam grandes odios e inimizades nas freguezias. Como é possivel que possam continuar com proveito a administrar as parochias, os que se collocaram n'essa posição desgraçada?

Como ha de um parochiano ajoelhar na proxima quaresma aos pés de um parocho, que se tornou seu inimigo declarado e irreconciliavel, porque não quiz pertencer ao seu bando politico e satisfazer ás suas exigencias? E quando haja parochiano que se preste a isso, como ha de esse parocho aconselhar ao penitente a caridade, tão recommendada pelo evangelho, se elle proprio lhe dá tão revoltante e condemnavel exemplo?

Quaes são os resultados de uma situação tão deploravel?

As cousas chegaram a termos de que, segundo somos competentemente informados, varios parochianos tencionam requerer ao illustre prelado da diocese, na immediata quaresma, para os auctorisar a irem desobrigar-se dos seus deveres religiosos em freguezias diversas das suas, por incompatibilidade absoluta que se dá entre elles e os seus parochos!

Não é isto magnifico?!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CIRCULAR

Desde que temos a honra de presidir ao governo d'esta Sancta Egreja de Coimbra, havemos recommendado sempre com o exemplo e com a palavra a todos os RR. Parochos e Clerigos do nosso Bispado que se abstenham de luctas eleitoraes e dissensões politicas; porque não tendo estas por fim o bem da Religião e da Egreja, caso em que pódem tornar-se necessarias para o Clero, mas os caprichos pessoaes e as paixões ardentes dos partidos politicos, como acontece quasi sempre, a experiencia e os factos de todos os dias mostram bem que similhantes luctas, alem de prejudicarem e comprometterem muito o bom desempenho e fructo do ministerio parochial e sacerdotal, não se comnadecem nem com o decoro e compostura dos Ministros de Jesus Christo, nem com a paz e harmonia sempre tão necessaria entre o Parocho e seus freguezes, e nem ainda com o interesse e consideração pessoal dos proprios Parochos e Clerigos, porque não poucos n'este Bispado têm deixado de ser collocados em beneficios ecclesiasticos unicamente pelo motivo de se tornarem salientes em taes luctas.

Felizmente os nossos RR. Parochos e Clerigos, com satisfação o confessamos, vão-se em geral convencendo de que lhes convem seguir as recommendações e conselhos do seu pastor ainda que indigno, e não é rara a resistencia offerecida por alguns ás solicitações dos partidos com uma força que algumas vezes temos sabido e admirado; mas não obstante isto são infelizmente ainda frequentes os clamores que na occasião das luctas eleitoraes se levantam contra alguns Parochos e Clerigos do nosso Bispado, e algumas vezes não tanto porque haja para isso fundamento bastante, como para os intimidarem e tirarem vingança d'elles fazerem aos seus adversarios aquillo que quereriam que fizessem a elles proprios ou muito mais ainda.

Em todo o caso contristam-nos e doem-nos profundamente estas queixas e clamores pelo mal que fazem aos nossos Amados Irmãos e ao seu credito e reputação, que nós zelamos tanto como a nossa propria. E porque a lucta que a ultima eleição das Camaras Municipaes suscitou em alguns concelhos do nosso Bispado, deu logar a algumas d'estas queixas e clamores, convém que nós saibamos com toda a exactidão e imparcialidade o que n'estes ha de verdade, ou para desaffrontarmos uns de imputações injustas e calumniosas, ou para cohibirmos em outros os excessos, que porventura tenham practicado, quer por um, quer por outro lado, a fim de evitarmos a sua repetição no futuro.

Cumpre portanto que os MM. RR. Arciprestes, em cujos Arciprestados tenha havido luctas eleitoraes, nos informem circunstanciadamente do modo como nellas se comportou cada um dos RR. Parochos e Clerigos dependentes da sua jurisdicção; e que nos diga tambem directamente cada um d'estes se tomou ou não parte n'estas luctas e por que maneira; se pediu votos aos eleitores e onde, se na propria freguezia ou fóra d'ella, e se só ou acompanhado; se para obter maior votação se serviu do seu ministerio, e fez promessas ou ameaças: e finalmente se foi ou não solicitado, rogado e instado por um ou por ambos os partidos para intervir na lucta, declarando-nos sobre este ponto, querendo, aquillo que intender que póde declarar-nos, e que por ventura se tenha dado, e do que nós, seja o que fôr faremos uso prudente e cauteloso.

E esperamos que todos, reconhecendo como reconhecem a verdade e obediencia que devem ao seu Prelado, e a confiança que em nós devem depositar, nos darão estas informações com toda a franqueza e verdade, na certeza de que nos magoará mais a falta de verdade nas suas informações, do que os excessos que por ventura tenham practicado.

Paço Episcopal de Coimbra, 28 de Novembro de 1877.

Manoel, Bispo Conde.

Têm continuado as aulas nocturnas de leitura, calligraphia e desenho da Associação dos Artistas.

A concorrencia tem sido regular; mas podia ser muito maior, se todos os paes de familia, e muitos artistas e individuos de diversas classes se convencessem da necessidade e utilidade da instrucção.

Tem havido sensivel aproveitamento nos alumnos, e com especialidade nos adultos.

Os professores, de instrucção primaria, o sr. João da Costa Mello Junior; de calligraphia, o sr. Luiz Adelino Lopes da Cruz; e de desenho, o sr. Antonio Augusto Gonçalves Neves, têm dirigido com muito zelo e intelligencia as aulas de que estão incumbidos.

Emquanto á escola official do bairro baixo continuam as cousas na fórma do costume.

E' uma vergonha que parte da cidade de Coimbra esteja a este respeito peior de que a mais reles aldeia.

Desenganem-se, que emquanto a camara municipal se não resolver a dar ao professor uma gratificação, não se consegue haver no bairro baixo da cidade um professor permanente e nas condições necessarias.

O exemplo dado pela vereação de Lisboa devia ser imitado em Coimbra.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

E' muito para lamentar a publicação de livros de pessimas ideias, que ultimamente se têm impresso em Portugal.

Proclama-se n'elles o puro atheismo; nega-se a crença em toda a divindade; em fim usa se de uma linguagem repugnante e dissolvente de todos os vinculos sociaes.

Que pretendem com isso os auctores d'esses livros? Que aconteceria se as suas doutrinas se propagassem por todas as camadas da sociedade?

Pois não acham bastante as consequencias que se estão soffrendo, pela má educação dos filhos, pela falta de sentimentos e crenças religiosas; ainda querem apagar de todo algum resto da moralidade que exista?

Como hão de evitar os crimes; como hão de manter os laços na familia; como hão de obrigar os homens á pratica dos deveres, sem os quaes não póde haver sociedade?

Ao contrario de todos os livros impios e perniciosissimos, que n'este reino se têm publicado, quão salutar, quão proveitosa não seria a divulgação de livros como por exemplo as *Meditações e discursos religiosos*, pelo conselheiro José Joaquim Rodrigues de Bastos?

E como nem todos os nossos leitores possuirão este precioso livro, permittam-nos que para aqui transcrevámos alguns periodos d'elle.

No capitulo ácerca do *Sentimento religioso* diz este escriptor:

«O Senhor gravou em nós o lume do seu rosto, diz o poeta inspirado (Psalm. 4. v. 7). E com effeito mui pouco proporcionado ao seu destino seria o homem, se o Creador, ao formal-o, não imprimisse n'elle o sentimento da divindade.

«D'ahi vem que qualquer não precisa senão de se recolher em si mesmo, de consultar seu coração, para se convencer de que ha n'elle, de que ha em nós um principio religioso, um instincto, ou um sentimento intimo, independente de nós, que nos eleva acima de nós.

«Este principio, este instincto, ou este sentimento, não é portanto circumscripto a certos tempos, logares, pessoas, ou circumstancias. Encontra-se em todas as nações civilisadas, sejam quaes forem as suas tradições, as suas leis, os seus costumes; encontra-se nas tribus errantes dos desertos; e até nos selvagens, que vivem nos bosques, á maneira das feras.»

Fallando do *Amor de Deus* diz:

«Em vão se cansam os legisladores dos povos em multiplicar suas leis. Se a moral e a religião, se o amor de Deus e o dos homens por causa de Deus existem nos corações, poucas leis são necessarias: se não existem, todas as leis são impotentes. Cuidem pois os que presidem aos destinos das nações em assentar o regimen d'ellas na sua verdadeira base, e em restabelecer a cadeia que une a terra com o ceu: de outra sorte os seus esforços serão como o do piloto inexperto, cujas erradas manobras augmentam o perigo, e acceleram o naufragio.»

A'cerca do *Amor do proximo* diz Rodrigues de Bastos:

«A philantropia e a caridade formam na moral dois polos oppostos. A primeira tem os seus motivos na terra, a segunda no ceu. A philantropia para chegar á altura da caridade precisa de impregnar-se do sentimento religioso que lhe falta, de confundir-se, de transformar-se n'elle; a caridade, para apropriar-se tudo o que a philantropia tem de bom, não precisa de saír da sua esphera, nem de perder cousa alguma do seu caracter celeste.

«A philantropia, que um escriptor judicioso chama a falsa moeda da caridade, se quer o bem é por considerações terrestres, sem enthusiasmo, sem paixão, sem verdadeiro sacrificio: a caridade inflamma-se, vive da abnegação e dos sacrificios; e o sentido que ella contem é de uma immensa sublimidade, é o amor da creatura como obra e como imagem do Creador, e uma especie de culto, uma especie de adoração.

«Depois da palavra Deus, diz um philosopho, a palavra caridade deve occupar o primeiro logar em todas as linguas humanas.»

Do capitulo ácerca da *Justiça* extractámos os seguintes periodos:

«A justiça é a maior necessidade dos povos, seja qual fôr a região em que a Providencia os tenha collocado: e é a maior necessidade dos governos, seja qual fôr a sua politica organisação. A cadeia, que entre si os póde ligar, é ella. Se alguma outra se vos figurar solida e segura, não tardareis a desenganar-vos, quando virdes que qualquer abalo a quebra, que a aniquila qualquer esforço.

«Uma grande coragem, junta a grandes meios, ou ainda a audacia, favorecida pela fortuna, póde levar o ferro e o fogo ao coração dos imperios, vencel-os, subjugal-os: porém capaz de regel-os e de felicital-os é só a justiça. Só ella tem o poder de fazer succeder as doçuras da paz ás perturbações e ás violencias da guerra; o espirito de obediencia ás ideias de revolta; a firmeza á instabilidade.

«Com a justiça tudo prospera; faltando ella, definha tudo. A agricultura, o commercio, a liberdade crescem e fructificam á sua vista: desapparecendo ella, o commercio acaba, a agricultura expira, a liberdade morre. E delineae então bellas estradas: mas quem as frequentará? Esmerae-vos em abrir canaes: mas quem navegará por elles? Levantae soberbas pyramides: mas para que servirão ellas senão para monumentos de vaidade, ou para tumulos?»

Para abreviarmos limitar-nos-hemos a transcrever apenas o seguinte periodo do capitulo ácerca do *Suicidio:*

«Em um só acto o suicidio contém tres grandes injustiças: uma para com os outros homens, a quem aquelle que assim deserta da vida, priva dos exemplos, e dos serviços que lhe deve; outra para comsigo, a quem rouba o maior dos bens que póde roubar, e faz o maior mal que lhe é possivel fazer; outra para com Deus, dispondo arbitrariamente de um deposito, de que só elle tem direito de dispôr.»

Terminámos aqui por falta de espaço, e porque seria necessario transcrever todo o livro.

São com estas e identicas doutrinas que utilisam os povos; são livros como este que convinha vulgarisar; e não aquelles que cheios de impiedades estão saindo á luz n'este paiz.

Proclamem o atheismo, e depois queixem-se do augmento dos crimes e das desordens sociaes!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

havia sido o mestre ou pedagogo dos filhos.

Escrevemos-lhe com effeito a carta, porque o paquete estava a partir, e Hypolito a recebeu em Falmouth. Por uma leveza porém incomprehensivel, não fez caso do aviso, suppoz que era só para lhe metter medo, e com toda a papelada, que trazia ás claras, apresentou-se em Lisboa. D. Rodrigo cumpriu o que tinha dito, porque antes que desembarcasse foi preso a bordo do paquete.

Foi conduzido ao Limoeiro com todo o corpo de delicto, e só passados alguns dias foi transferido para a inquisição, como por favor, porque se esperava, que alli o processo fosse mais rapido, e a soltura mais facil. A inquisição n'essa época, se ainda tinha unhas para arranhar, já não tinha dentes para morder.

Depois d'este caso, que se não poude evitar, era preciso dar traça como se poderia abrir correspondencia com elle. Ferrão, sempre incansavel e activo, teve artes para descobrir um empregado subalterno da inquisição, e de o comprar. A compra foi feliz, porque o homem foi sempre fiel, e cumpriu á risca o seu mandado.

Entrou-se em uma correspondencia regular com o preso, e era eu quem a escrevia, pela razão que já dei de ser mui conhecida a letra de Ferrão. Nós o animavamos com as esperanças de não ser longa a sua prisão, e de que o seu castigo seria leve, porque os seus amigos se não esqueciam d'elle.

Entre os que forte e descobertamente advogavam a sua causa era o duque de Sussex, que seu pae, George 3.º, tinha mandado para Portugal para o desviar de uma união muito abaixo da sua jerarchia.

Devo tambem dizer, que o principe regente não era avesso a Hypolito, porque sempre o tinha protegido e ao irmão, e tinha concorrido para irem frequentar a Universidade de Coimbra. Nem D. Rodrigo era tambem seu inimigo, e lhe queria mal. Se foi causa de o prenderem, teve por motivo o arredar de si suspeitas de ser seu cumplice nas indiscripções que tinha commettido em Londres.

Depois das mil instancias que seus amigos tinham feito para que fosse salvo, e se lhe désse por acabado o castigo que já tinha soffrido, foram os seus amigos avisados de que em breve seria solto, e que apenas iria estar alguns dias em Rilhafolles, porque então este edificio não era casa de orates como hoje, e servia de casa de correcção para aquelles que os padres tristes, chamados inquisidores, para alli mandavam para aprenderem doutrina christã, quando eram forçados a tratal-os *com amor*. A hypocrita e estupida inquisição sempre suppunha que os individuos, que prendia, não sabiam o cathecismo.

Todos estes planos ficaram frustrados por uma casualidade que nem o preso nem os seus amigos podiam prever. A inquisição, que segundo a phrase da escriptura, bem se podia chamar o *Lago dos Leões*, estava n'esta epoca quasi vasia, porque, segundo me lembra, só tinha então alli por inquilinos Hypolito, e um seu patricio brazileiro, cujo nome me não lembra.

Esta circumstancia fazia com que os dois presos já alli não fossem tratados com rigor, ou com grandes cauteias; e já era tanta a liberdade que lá tinham, que Hypolito sabia todos os cantos á casa, e até havia tido a facilidade de tirar d'ella dois exemplares dos dois regimentos, o velho e o novo, dado pelo marquez de Pombal, pelo qual a moderna inquisição se regia.

A casualidade de que acima fallei, foi a seguinte: — O principal guarda da casa, assustado, como depois constou, de ser preso por dividas, tinha desapparecido uma noite da casa, e n'ella só tinha ficado um guarda inferior para dar a ceia aos presos, e fechar as portas. Como viesse dar a ceia a Hypolito, e este soubesse d'elle que estava só, e que o guarda principal não tinha apparecido, concebeu logo a ideia da probabilidade de fugir n'aquella mesma noite. Fingiu-se muito incommodado com uma forte dor de barriga, e pediu ao guarda lhe fosse aquecer uma pouca de agua, e lha trouxesse. Este não teve difficuldade em lhe fazer a vontade, e partiu logo para lha ir buscar, deixando alli o molho de chaves com que fechava as portas.

Tanto que o viu ausente por alguns momentos, Hypolito, descalçando as botas, e enfiando-as nos braços, pegou nas chaves, e com ellas foi abrindo as portas, que já bem conhecia, e chegou são e salvo até á da rua, porque a cozinha estava longe, e não podia ser percebido pelo guarda.

Alli é que esteve por um momento arriscada a sua fuga, porque mettendo a chave na fechadura da porta da rua, e vendo que não dava volta, ficou na maior anciedade e susto. Succedeu porém, e sem saber como, que tocou no fecho da porta, e esta se abriu. Deu um salto de alegria no Rocio, e se achou respirando o ar livre; e calçando as botas, que levava enfiadas nos braços, se poz a andar.

(Continuar-se-ha).

Referimo-nos em o numero passado aos artigos ácerca de *bibliothecas* portuguezas e estrangeiras, publicados no fasciculo 75 do *Diccionario Popular*.

Cumpre-nos hoje fazer duas importantes advertencias com respeito ao artigo relativo á *Bibliotheca de Evora*.

Lê-se n'esse artigo:

«Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, que foi por muitos annos bibliothecario d'esta importantissima livraria e que lhe prestou grandes serviços (como tambem os prestou o seu illustrissimo successor João Raphael de Lemos, um dos eborenses mais eruditos d'estes ultimos annos e já fallecido), publicou em 1850 o 1.º volume do *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense*; infelizmente *não progrediu além esta tão util publicação*, que longe de ser uma simples e banal enumeração de volumes e de papeis, significa antes um repositorio claro e methodico das preciosidades litterarias encontradas n'aquella livraria, e pelos elementos bibliographicos, historicos e criticos, em si contidos, constitue um poderoso auxilio a quem alli quizer estudar; pena foi que ao tomo 1.º (que abrange os codices e documentos relativos á Asia, Africa e America) *se não seguisse a continuação que devia occupar-se dos manuscriptos concernentes á Europa.*»

Ha aqui um *erro* e uma *falta* muito para extranhar.

Em quanto ao *erro e erro deploravel*, é o dizer-se, que depois do 1.º volume do *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica de Evora*, publicado em 1850 pelo sr. Rivara, *não progredira além esta tão util publicação*; quando pelo contrario o sr. Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos, por simples curiosidade e amor das lettras, se deu ao trabalho insano de coordenar mais dois grossos volumes do *Catalogo dos manuscriptos*; sendo o 1.º d'elles e 2.º da collecção, em 1869, que comprehende a *litteratura*; e o 2.º, e portanto o 3.º da collecção, em 1871, que comprehende a *historia*. Ambos estes dois volumes, assim como o tinha sido o 1.º do sr. Rivara, foram impressos por conta do estado, na imprensa nacional de Lisboa.

O 1.º volume do sr. Rivara, e os 2.º e 3.º do sr. Mattos, aqui os temos na nossa modesta livraria.

E tanto mais injusta é esta omissão no *Diccionario Popular*, quanto o importantissimo serviço prestado pelo sr. Telles de Mattos foi inteiramente gratuito, pelo que recebeu pelo ministerio do reino uma portaria de louvor, que veiu publicada no *Diario do Governo*.

Em quanto á *falta* e tambem *falta deploravel*, é deixar-se absolutamente de mencionar o nome do dignissimo bibliothecario, que foi desde 1863 até 1873, o sr. dr. Augusto Filippe Simões—a quem se deve o ter-se ampliado o edificio da bibliotheca, pela concessão de casas que pertenciam á mitra; o ter-se começado a patentear ao publico regularmente, no seu tempo, a bibliotheca; a classificação de muitos livros e de objectos do museu; a reforma de quasi todas as salas; a collecção de lapides e objectos antigos, que hoje estão no passeio publico; o ter salvado o templo romano de completa ruina; e finalmente o ter conseguido a elevação do ordenado do continuo de 50$000 réis annuaes a 180$000 réis, e a creação do logar de official com 250$000 réis, sem solicitar o augmento do seu ordenado, que continuou a ser de 100$000 réis annuaes, e que sómente foi elevado a 300$000 réis, para o bibliothecario que lhe succedeu.

Não podemos, portanto, deixar sem a devida correcção, tanto o dizer-se que não progredira a organisação do *Catalogo dos manuscriptos*, depois do 1.º volume do sr. Rivara, publicado em 1850, quando ha mais dois, publicados em 1869 e 1871, os quaes aqui temos á vista, e foram devidos ao sr. Telles de Mattos; como não se fazer menção nenhuma do nome do bibliothecario, o sr. dr. Augusto Filippe Simões, que prestou á bibliotheca publica de Evora, nos 10 annos que exerceu aquelle cargo, os mais relevantes serviços.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 2 de Dezembro de 1877.

Não occorre novidade importante na nossa politica externa. Os partidos preparam-se para as luctas pacificas do parlamento, e o governo vae gerindo, bem ou mal, os negocios do paiz, a contento de uns e com desprazer de outros. Em face das camaras é que se ha de definir a politica dos diversos grupos politicos, e só assim poderemos saber se o ministerio continuará á frente dos negocios publicos, ou se desistirá de gerir os mesmos, com desvantagem patente dos seus administrados.

As eleições municipaes em differentes pontos do reino definiram de um modo clarissimo a posição do partido regenerador em frente do actual gabinete. O governo, se ganhou as eleições em diversos pontos do paiz, levou-lhe vantagem, comtudo, a politica regeneradora. Não sei, se, dado o caso do actual gabinete largar o poder, lhe succederá a situação politica que o antecedeu. Para mim a politica, amigo Martins, não é de facção, nem systematica, nem tão pouco de homens. Chamem-se os homens que subirem ao poder, Pedros ou Antonios, a questão é de gerir e administrar os negocios publicos, e de pôr por obra as economias precisas, sem comtudo matar á mingua os servidores do estado, nem tão pouco olvidar os melhoramentos de que precisa a classe proletaria.

— Para despezas com a viação districtal, foi auctorisada a junta geral do districto a contrahir um emprestimo de 200:000$000 réis, sendo o encargo annual de 3 por cento d'amortisação e de 6 por cento de juro, inserido em uma verba especial do orçamento ordinario do districto.

—N'um estabelecimento da rua Augusta lê-se o seguinte letreiro: «Muda-se este estabelecimento para defronte, em consequencia do elevado augmento na renda, QUE ERA DE 300$000 RÉIS, E QUE PASSOU A SER DE 1:000$000 réis.» Avalie o meu amigo até que ponto vae chegando a ambição d'estes Harpagões modernos, que se chamam senhorios.

— Correu desanimado o dia de hontem, anniversario da independencia nacional, em 1640. O patriotismo vae arrefecendo, e não é mau que assim succeda, para não despertar susceptibilidades. Mais obras e menos patriotismo sobre posse, é o que nos desejâmos. Tratemos de nos fortificar, de nos mantermos em verdadeiro pé de guerra, sem grandes despezas.

As illuminações nas casas particulares foram em pequeno numero. Houve *Te-Deum* na Sé. Algumas philarmonicas percorreram as ruas, tocando o hymno da restauração; o theatro da rua dos Condes deu-nos a *Filippa de Vilhena*, e assim acabou a commemoração d'aquelle grande dia.

— Hoje partiu para o Algarve o sr. capitão de mar e guerra Silva Bastos, nomeado superintendente do districto maritimo do sul.

— N'uma das ultimas sessões da camara municipal foi nomeada uma commissão composta dos srs. Serzedello, Pequito e Tedeschi, para preparar todos os elementos indispensaveis, a fim de remediar o mal que mais afflige a população da capital — a falta de casas apropriadas e baratas para as classes pobres. A camara avaliará o parecer dos tres dignos vereadores, e tomará as medidas necessarias para resolver um dos mais sérios problemas economicos que jámais camara alguma tem estudado.

É de um alcance importante para a população da capital a solução d'este problema. Se a camara estudar com sincero interesse este assumpto, poderá dar-lhe remedio, e as classes proletarias e desvalidas, que são as que soffrem com a usura desmedida dos senhorios, bemdirão os individuos que levarem ao cabo tal commettimento.

— Para concluir esta carta, fecharei com a seguinte commemoração historica de um portuguez benemerito:

A 8 da corrente completam-se 189 annos que falleceu Pedro Jacques de Magalhães, primeiro senhor e visconde da Fonte Arcada. Pedro Jacques seguiu desde a mais tenra edade a vida militar. Depois da restauração de Portugal occupou os mais grados postos no exercito, distinguindo-se pelo seu valor e coragem na victoria das linhas de Elvas, Ameixial e Montes-Claros. Foi governador das armas na provincia da Beira, e general da armada de Portugal. Foi elle que em Pernambuco acabou de expulsar os hollandezes. Com o maior denodo e valentia soccorreu a praça de Oran, que se achava sitiada pelos mouros, contribuindo por esta fórma para que os hespanhoes triumphassem d'elles. Cheio de acções heroicas e virtudes moraes falleceu em Lisboa, e está sepultado na egréja do convento de Jesus, da ordem Terceira de S. Francisco.

O conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, escreve as acções de Pedro Jacques de Magalhães no bello soneto que em seguida publicámos:

Fiel, soffre um tormento aspero e duro;
Livra o Brazil da escravidão extranha;
De Badajoz triumpha na campanha,
D'Elvas foi o seu peito um firme muro.

No canal o Trophéu deixou seguro;
Em Castello-Rodrigo vence a Hespanha;
E fez de Montes-Claros na façanha,
Seu nome claro, até no tempo escuro!

Sempre adquiriu na Beira immortal gloria,
No mar lhe foge o mouro temeroso,
Oran deve a seu ecco uma victoria.

Italia o viu prudente e generoso;
E o que mais é, morreu santo; esta é a historia
De Pedro Jacques, luso heroe famoso.

Desculpe o amigo Martins, mas é bom rememorar a historia dos grandes homens, para incitamentos aproveitaveis á mocidade de hoje.

Até á seguinte.

P. J. CONCEIÇÃO.

NOTICIARIO

Fallecimento. — No domingo falleceu n'esta cidade, na edade de 77 annos, a exm.ª sr.ª D. Maria Rachel Xavier de Aguiar, irmã do fallecido conselheiro Joaquim Antonio de Aguiar.

A suas duas irmãs damos os sentimentos por esta dolorosa perda.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Elvira Rosa, filha de Joaquim Gomes e Adelaide dos Santos, de Coimbra, de 21 mez, fallecida em 28 de Novembro de 1877.

Recemnascido, filho de Adriano Augusto Pereira e Maria da Piedade, de Coimbra, de 40 dias, fallecido em 30.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:386.

Almanach. — Recebemos e devidamente agradecemos o *Almanach dos artigões para* 1878. — *Estudos humoristicos. — Perfis diversos. — Satyras da actualidade. Por Urbano Loureiro.* Custa 200 réis.

O ultimo acto. — Lê-se na *Lucta*, do Porto, de sexta feira ultima, o seguinte:

«Teve hontem logar no tribunal criminal do 2.º districto o desenlace da tragedia, de que fôra theatro o navio *Maria Claudina*, e de que os leitores habituaes d'esta folha tiveram larga informação.

Joaquim Pereira Necho, accusado de, no dia 11 de Fevereiro d'este anno, ter assassinado a bordo d'um navio que saiu d'este porto em 21 de Janeiro, com destino á cidade do Rio de Janeiro, o capitão do mesmo navio Francisco Alves Vianna, por este attentar contra o pudor de uma sua irmã que com o reu fazia viagem para aquella cidade, foi por fim julgado.

Era juiz n'este processo o sr. dr. Castro e Sola, delegado o sr. dr. Claro da Fonseca, advogado de defeza o sr. dr. Alexandre Braga, e escrivão o sr. Victorino Magro.

Depozeram 17 testemunhas de accusação, sendo apenas quatro inquiridas no tribunal (uma das quaes fazia, na occasião do atten-

tado, parte da tripulação do navio e actualmente se acha presa na cadeia da Relação accusada de furto), 8 por deprecada, na comarca de Villa do Conde, que pertenceram tambem á tripulação do navio, e 3 em Alijó, d'onde o reu é natural.

As testemunhas produzidas pela defeza foram em numero de quatro.

Dos depoimentos das testemunhas presenciaes do facto, concluia-se que a morte do capitão fôra motivada pelas circumstancias, que extraordinariamente atenuam o delicto, e por certo modo se evidenciava que tão desgraçado successo se havia passado como o reu confessára.

O sr. Alexandre Braga, patrono do reu, noticia um nosso collega da manhã, foi como sempre, eloquentissimo na sua oração, vigoroso no modo de argumentar, e sobre-modo feliz na riqueza e elevação das imagens com que abrilhantou o seu notavel discurso, deixando profundamente impressionado o auditorio.

O jury deu o crime por provado com a circumstancia atenuante de ser praticado em legitima defeza e sem exceder os limites d'ella, sendo por tal motivo o reu absolvido do facto, mas condemnado em 30 dias de prisão correccional, aggravados com a multa correspondente á razão de 200 réis por dia, por uso e porte de armas prohibidas, taes como o rewolver com que desfechou sobre o capitão.»

Noticias de França. — *Paris* 2, *á noite.* — Em uma reunião particular de 1.500 commerciantes e industriaes foram combinados os termos d'uma petição ao presidente da republica, solicitando-lhe que defira aos desejos da França.

A esquerda da camara verificou uma reunião, estando presentes 120 deputados, que decidiram por unanimidade recusar absolutamente a votação do orçamento emquanto o governo não tenha entrado nas vias parlamentares.

Foram eleitos senadores Massot, republicano, em Perpignan, e Arnaudeau, conservador, em Poitiers.

Houve um duello á pistola entre os deputados Laisant, republicano, e La Rochette, legitimista. La Rochette teve a côxa atravessada por uma bala.

Uma carta de Krantz, director da exposição, lida na reunião dos 1.500 commerciantes e industriaes, diz que, aconteça o que acontecer, a exposição universal inaugurar-se-ha no dia 1.º de Maio de 1878, não sendo demorada nem um dia. A França está n'isso empenhada para com o mundo, e as suas difficuldades internas, por maiores que sejam, não a auctorisam de forma alguma a faltar á palavra dada solemnemente a todas as nações.

Paris, 30, *á tarde.* — A camara validou a eleição de Rouher. Nos circulos parlamentares corre o boato de que a esquerda exige que a Constituição seja modificada no sentido de que a dissolução da camara sómente pela maioria de dois terços do senado possa ser votada.

O senado procedeu á eleição da commissão de inquerito sobre a crise industrial. Deve compor-se de 18 membros, mas apenas foram eleitos 14, sendo 11 da direita.

Guerra do Oriente. — *Londres*, 30, *á tarde.* Os montenegrinos forçaram a retirar-se os couraçados turcos que estavam em Antivari. A Turquia proclamou o bloqueio d'aquella parte da costa, incluindo Sanitza e Dulcigno.

Vienna, 1, *pela manhã.* — Recomeçou vigorosamente em toda a linha o bombardeamento contra Plewna.

A *Gazeta Allemã* diz que os turcos retomaram as posições que o general Gourko occupou em 23 de Novembro.

Kars, 1, *á tarde.* (Official) — Os russos occuparam a posição de Khatsouobania, apezar do fogo de cinco couraçados turcos.

Bucharest, 1, *á tarde.* — Os turcos evacuaram Lom-Palanka depois de seis dias de bombardeamento.

Ignatieff é esperado no quartel general russo.

Noticias da Italia. — *Roma* 1, *á tarde.* — O papa soffre um ligeiro rheumatismo. As dôres nas pernas augmentam.

Foi exaggerado o caso da apprehensão dos navios italianos. A Porta prometteu satisfação.

Opera comica. — Sempre incansavel no trabalho, infatigavel nas lides, o sr. Correia d'Almeida apresentou no corrente anno lectivo, no theatro de D. Luiz I, uma companhia de zarzuela hespanhola, depois a companhia do Baquet, ainda ha pouco a da illustre Pezzana, e agora uma companhia de opera comica, ou, como diriam os francezes, *Les Bouffes Italiens*.

Foi no dia 1.º a estreia da companhia.

Composta de artistas de merito, a companhia dirigida pelos srs. *Piccinini* e *Maurici* tem todas as condições para satisfazer a um publico que comprehenda o que é a *opera comica*, e que tenha senso bastante para reconhecer que não pode exigir-se em Coimbra uma companhia como a de S. Carlos ou dos principaes theatros do estrangeiro.

No dia 1.º levou á scena uma parodia do *Ruy-Blas*, a comedia o *Tigre de Bengala*, e a comedia a *Ceia Infernal*.

O desempenho da parodia foi muito regular, sendo por vezes applaudidas as sr.as *Papadopoli* e *Berti*, bem como o tenor *Maurici*.

A comedia o *Tigre de Bengala* foi ouvida com agrado, ainda que pelo pouco conhecimento do idioma italiano grande parte do publico não comprehendesse logo o enredo.

A *Ceia Infernal* foi applaudida, tendo o terceto da sr.ª *Bissi* e dos srs. *Piccinini* e *Maurici* as honras de *bis*.

No dia 2 representou-se a parodia da *Traviata*, que não tem o mesmo merecimento que a de *Ruy Blas*, mas de que a companhia tirou todo o partido possivel, merecendo os applausos dos espectadores as sr.as *Papadopoli*, *Bissi* e *Berti*, bem como o tenor *Maurici*.

Os 7 artigos de um testamento extravagante é uma engraçada comedia em que a sr.ª *Papadopoli* desempenha um papel variado e importante com habilidade notavel, mostrando que não é só cantora mas actriz.

Os *Estudantes de Coimbra* é uma opereta agradavel, baseada n'uma d'aquellas extravagancias que lembram a boa epocha da vida academica de Coimbra, ou nos transportam ás Universidades da Allemanha.

Foi bem desempenhada.

Egreja de Santa Cruz. — Este magestoso templo acha-se ricamente adornado para a festa de Nossa Senhora da Conceição, que terá logar no proximo sabbado, 8 do corrente.

As novenas têm sido muito concorridas. A musica do côro é regida pelo sr. Vasconcellos.

No dia da festa prega de manhã, o sr. padre José Joaquim dos Santos, e de tarde o sr. padre Augusto Eduardo Nunes.

Os abaixo assignados, agradecem aos seus concidadãos os votos com que os honraram na eleição que teve logar no dia 25 do corrente.

Coimbra, 29 de Novembro de 1877.

Adriano da Cunha e Sousa.
Antonio d'Almeida e Silva.
Antonio Correia Lemos.
Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco.
Constantino Antonio Alves da Silva.
Francisco Pedro da Silva.
Francisco de Sousa Araujo.

ANNUNCIOS

EXPEDIENTE

Rogâmos aos srs. assignantes do *Conimbricense*, que estejam em divida das suas assignaturas, o obsequio de nos mandarem a sua importancia, o que desde já muito lhes agradecemos.

MARÇANO

1 NA RUA da Sophia, 59—61, precisa-se de um com pratica de mercearia.

CAIXEIRO

2 NA LIVRARIA ACADEMICA precisa-se de um rapaz de 14 ou 15 annos. Exige-se que escreva com boa forma de letra, sendo preferido o que tiver noções de francez e dê abonações.

ALVIÇARAS

3 DÃO-SE ALVIÇARAS a quem entregar no Marco da Feira, n.º 28, a J. M. Arantes, uma medalha de ouro, das modernas, perdida no dia 27 de Novembro.

---

4 NOVO ESTABELECIMENTO de tabacos com grande variedade, assim como genebra e vinhos do Porto; variedade de objectos — tudo por preços commodos.

Rua do Infante D. Augusto, 28 a 30.

EDITAL

O Dr. Francisco Antonio Diniz, commendador da Ordem de Christo, commissario dos estudos do districto de Coimbra, etc.

5 FAÇO SABER que o jury dos exames dos concurrentes ás cadeiras de ensino primario, n'este districto, reunido em sessão de hoje, designou o dia 5 do corrente mez para as provas escriptas dos concurrentes; e os dias 7, 10, 11 e 12 para as provas oraes dos mesmos: — o dia 13 para as provas escriptas das concurrentes; e os dias 14 e 15 para as oraes, tudo pelas 10 horas da manhã.

E para que chegue á noticia dos interessados, mandei publicar este edital.

Coimbra 3 de Dezembro de 1877.

O presidente do jury
Francisco Antonio Diniz.

ATTENÇÃO

6 UMA PESSOA que possue vastos conhecimentos theoricos e praticos de escripturação mercantil e contabilidade em geral, encarrega-se de todo e qualquer trabalho n'este genero por embaraçoso que se ache.

Dirigir carta a esta redacção sob as iniciaes T. M. J. A.

VENDA DE CASAS

7 QUEM QUIZER comprar duas moradas com os n.os 75, 77, 79, e 81, na rua da Alegria, freguezia de S. Christovão, pode dirigir-se a seu dono na mesma casa, que as vende convindo-lhe o preço, ou faz praça particular no dia, que lhe parecer, e que annunciará.

CASAS

8 VENDE-SE uma morada na rua do Loureiro, n.os 18 a 20.

Paga um foro de 10$000 réis ao sr. dr. Gonçalves, e outro de 400 réis ao Seminario.

Rende annualmente 75$000.

Quem pretenda ajustar pode dirigir-se a Joaquim Maria d'Almeida, rua da Sophia, 59—61.

---

9 A MESA da irmandade de Nossa Senhora da Conceição, de Santa Cruz, roga a todas as pessoas da respectiva freguezia, que tiverem devoção, se dignem illuminar as janellas das suas casas, na vespera da festa da mesma Senhora.

VENDEM-SE

RAIZES DE RAINUNCULOS DE DIVERSAS CORES

RUA DO VISCONDE DA LUZ, 12
COIMBRA

DECLARAÇÃO

11 FRANCISCO JOSÉ D'OLIVEIRA, do concelho de Vieira, declara que não se responsabilisa por quaesquer dividas ou contractos que seu filho Domingos Manuel d'Oliveira (estudante de preparatorios) possa fazer, protestando desde já pela sua nullidade.

Vieira, 25 de Novembro de 1877.
Francisco José d'Oliveira.

CASA LISBONENSE

RUA DO VISCONDE DA LUZ
COIMBRA

12 ACABAMOS de receber bonitos chapeus para senhora e creança.

Fazendas de lã para vestido proprias para a estação.

Casacos francezes para senhora.

E outras mais fazendas que vendemos por preços baratos.

AGENCIA DE LEILÕES EM COIMBRA

86, PRAÇA DO COMMERCIO, 88

13 TEM logar o primeiro leilão no domingo, 2 de Dezembro, a principiar ás 10 horas da manhã até ás 3 da tarde, e das 5 ás 9 da noite, continuando para o futuro nos dias de terça, quinta, sabbado e domingo, ás mesmas horas.

N'esta mesma agencia recebem-se fazendas em todos em generos.

Constando já os primeiros leilões de fazendas brancas, capelaria, estamparia, molduras, jarras, castiçaes, e outras muitas fazendas, que tudo será posto em praça com grande reducção de preço.

AGRADECIMENTO

14 FRANCISCO MARIA IGNACIO e seu cunhado Manoel Mendes de Campos e mais familia, não podendo, como desejavam, agradecer a todas as pessoas que os animaram durante os ultimos soffrimentos da sua sempre chorada mãe e sogra Maria Victoria, e depois do fallecimento, vêem por este meio agradecer a todos, e aos que se dignaram acompanhal-a á sua ultima morada, protestando eterno reconhecimento.

Coimbra, 1 de Dezembro de 1877.

---

15 A PESSOA que se julgar habilitada para mestre de uma fabrica de papel se póde dirigir para Goes a Manoel Ignacio Dias, dando conhecimento e fiança se tanto fôr preciso.

Goes, 13 de Novembro de 1877.

RAPAZ A GANHAR

16 NO CAFÉ POPULAR precisa-se de um rapaz com pratica de tabacos. Sophia, 24 a 30.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3168 — Sexta feira 7 de Dezembro de 1877 — Anno XXXI

COIMBRA

Os partidos no systema constitucional vivem da luta que entre elles se estabelece, para sustentarem as ideias e os principios, que cada um julga os melhores.

E' portanto muito para folgar, que com frequencia se reunam os comicios, onde se discutam os grandes interesses publicos, se defendam as boas doutrinas, se combatam os abusos e se animem os partidarios para o conseguimento dos fins que se tem em vista.

Do isolamento vem a morte dos partidos; e pelo contrario do contacto intimo, da fraternisação entre todos os seus membros nasce a força e o enthusiasmo que leva ás grandes dedicações e aos maiores sacrificios.

E' por isso que muito estimamos ver, que o centro do partido progressista d'esta cidade convocasse uma grande reunião dos seus correligionarios e de outros cidadãos liberaes, embora não estivessem fazendo parte do seu partido.

Na quarta feira á noute, houve no collegio da Estrella, d'esta cidade, uma reunião numerosa de cidadãos de todas as classes, sendo sem duvida uma das mais importantes que aqui tem havido.

Além do grande concurso presente, foram apresentadas numerosas adhesões por parte de muitas pessoas da cidade e das freguezias ruraes, que por differentes motivos declaravam não podiam comparecer.

Presidiu á assembleia o digno par do reino Miguel Osorio Cabral.

S. ex.ª n'um extenso discurso descreveu largamente o que tem havido com respeito ao partido progressista; as suas relações com o actual governo; a sua organisação especial em Coimbra; os justos motivos que levaram o mesmo partido a combater a reeleição da camara municipal d'esta cidade; os elementos de que dispunha a mesma camara e que lhe davam toda a probabilidade de vencimento; e a necessidade e vantagens para o partido progressista d'aquella e identicas reuniões.

Seguiu-se a fallar o sr. dr. Antonio Egypcio Quaresma Lopes de Vasconcellos, que se congratulou com os cidadãos que compunham reunião tão numerosa e respeitavel; deu varias explicações ácêrca dos actos praticados pelo centro progressista d'esta cidade; repelliu algumas insinuações que tinham apparecido contra o presidente do mesmo centro o sr. Miguel Osorio; e fez largas considerações com respeito áquelle comicio popular, as quaes pela sua extensão nem resumidamente aqui podemos enumerar.

O sr. Quaresma foi repetidas vezes muito applaudido pela assembleia.

Usou em seguida da palavra o sr. Alexandre da Conceição, que affirmou a sua filiação no partido progressista, a que sempre havia pertencido; mas declarou que pela sua posição especial se abstinha n'esta cidade das questões locaes.

Orou depois o sr. dr. José Frederico Laranjo.

No seu longo discurso tratou de mostrar a differença que separava o partido progressista do regenerador.

Fez muitas e desenvolvidas considerações, tanto com relação ás obras publicas, como ás finanças, aos impostos, á instrucção publica, ás penitenciarias, ao militarismo, e ao chamado *partido do rei*, pelo qual pretendem os regeneradores mostrar que só elles são dedicados ao monarcha, a fim de fazerem d'elle escudo para a satisfação das suas ambições.

Tambem o sr. dr. Laranjo teve muitos applausos no seu discurso.

A proposito do militarismo pediu a palavra o sr. Antonio da Campos Baptista Lobo, tenente de cavallaria, o qual n'um vehemente discurso, declarando-se dedicado do coração ao partido progressista, tratou de mostrar que era inteiramente falso que os officiaes do exercito devessem a menor protecção ao partido regenerador; para o que historiou o que tem havido a esse respeito, principiando pela monstruosa promoção feita em 1851 pelo marechal Saldanha, chegando-se até a nomear alferes quem nem era militar; com o que foram prejudicados grande numero de officiaes do exercito.

Mostrou os desperdicios enormes que tem havido na fazenda publica, augmentando-se de uma maneira espantosa a divida fluctuante e consolidada, de modo que não será de admirar, que n'uma epocha não muito remota comece o atrazo no pagamento aos militares e mais empregados publicos.

Referiu-se aos abusos e vexames que tem havido no recrutamento; e alludiu aos factos altamente indignos e revoltantes que elle sabia se tem praticado n'esse importante ramo da administração publica.

O sr. Lobo foi por vezes calorosa e enthusiasticamente applaudido pela assembleia.

Por fim resumiu o sr. Miguel Osorio os pontos principaes para que havia sido convocada aquella reunião, os quaes foram postos a votos e approvados.

Foram convidados os cidadãos presentes, que quizessem, a assignar o seu nome n'um livro que estava em cima da mesa da presidencia.

Ficou reconduzido o centro progressista, addicionando-se-lhe muitos outros cidadãos, cujos nomes foram lidos e approvados.

Tudo correu na melhor ordem, mostrando-se todas as pessoas muito animadas e resolvidas a dedicar-se para combater essa situação nefasta que ahi esteve por muitos annos a dominar o paiz e em especial este districto.

Pela parte que nos diz respeito, continuando na nossa posição independente como até aqui, dâmo-nos por bem pagos dos nossos trabalhos e das incessantes perseguições que temos soffrido, com as demonstrações altamente lisonjeiras e significativas, que toda a numerosa assembleia se dignou dar-nos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Consta por noticias de Lisboa, que o governo prepara diversos projectos para apresentar ao parlamento.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLXVI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Achou-se tambem logo em nova difficuldade. Os seus amigos ingnoravam esta fuga não esperada, e era-lhe necessario recolher-se em casa de alguem que o não trahisse. A primeira pessoa que lhe lembrou foi Sebastião de S. Paio, neto do grande marquez de Pombal, e n'esta ideia se dirigiu ás Janellas Verdes, mas não estava lá, achava-se em Oeiras. Lembrou-se de outros amigos, mas todos se tinham mudado, e já não viviam nas casas em que os tinha deixado.

Na maior confusão de ideias, poz-se a andar ao acaso, sem felizmente ser encontrado pela policia; e já fatigado metteu-se, para descançar, em uma d'essas barracas de vendedeiras, que antigamente estavam ao longo da Ribeira Velha.

Uma lembrança feliz então o salvou; lembrou-se da casa de um antigo amigo, o advogado *Barradas*, sobrinho do que foi depois ministro d'estado, e sendo já quasi manhã foi bater-lhe á porta. Por sua ventura não se tinha elle mudado; recebeu-o como era de esperar; e assim que foram horas, foi dar parte do que acontecia ás pessoas que convinha que o soubessem.

O primeiro cuidado que houve foi em occultar o logar em que estava, porque espalhando-se a noticia entre os amigos de que elle havia fugido, todos o queriam ver, e abraçar o *martyr* que tinha escapado aos algozes. Essas visitas tornavam-se muito perigosas; porque uma indiscrição podia muito bem fazer perder o que o acaso tinha facilitado!

Espalhou-se, portanto, entre todos os amigos, que não era possivel vel-o, porque ia sahir n'esse mesmo dia de Lisboa. Acreditou-se isto, e foi uma excellente resolução que se tomou para evitar qualquer accidente funesto. Esteve por alguns dias em diversas partes, até dentro do convento de S. Vicente de Fóra.

O que foi notavel é que nem os inquisidores, nem o governo deram a conhecer por actos externos que a sua victima lhes havia escapado; porem soube-se logo que faziam todas as diligencias occultas para verem se davam com o rasto do fugitivo. Só passados alguns tempos se espalhou por entre os particulares, que tinha fugido um preso da inquisição, comprando um guarda principal, que fugira com elle.

Este boato se acreditou, e deu muita reputação á *maçonaria*, porque se dizia ao mesmo tempo, que era ella quem tinha feito este milagre, que se suppunha ser obra de grande dinheiro, e de grande influencia. A verdade é, que não havia custado um real, e tudo havia sido obra do acaso.

Para fazer geralmente acreditar, que o fugitivo já não estava em Lisboa, empregou-se um meio o mais verosimil, que se podia encontrar. Estava a partir para o Mediterraneo uma fragata commandada por um amigo, Rodrigo Lamar, e então pediu-se a Hypolito que escrevesse a seu irmão, que estavavá em Lisboa, uma carta com data de Gibraltar, na qual lhe dissesse que fosse com ella ao principe regente, e da sua parte lhe pedisse perdão de ter fugido, o que fizera por estar já cançado de estar tantos mezes preso. Emfim que lhe désse todas as desculpas, e lhe pedisse mil perdões.

Esta carta fez-se, foi lançada no correio de Gibraltar, e chegando aqui foi levada ao regente, que se não mostrou muito indisposto contra o fugitivo; e com esta boa lembrança ficaram persuadidos de que o nosso homem estava fóra do reino.

Apesar d'isto pareceu conveniente, que se deixasse ainda estar em Lisboa por alguns mezes, até que de todo esquecesse aquelle caso que tanto havia dado em que fallar. Mas nem por isso se diminuiram as cautelas que a prudencia pedia que se tomassem.

O cuidado do fugitivo incumbiu-se só a duas pessoas, com recommendação de que a ninguem, fosse quem fosse, revelassem a sua permanencia em Lisboa; e foram ellas José

Diz-se que está prompto o que transforma a contribuição predial em contribuição de quota; e estão sendo elaborados os que modificam os impostos do real d'agua, sello e registo.

Acrescenta-se mais, que as propostas da fazenda serão precedidas de um desenvolvido relatorio, expondo o estado da situação financeira.

Por emquanto, sem mais esclarecimentos, não podemos avaliar o alcance d'essas propostas.

Diz-se mais, que o projecto de reforma eleitoral eleva o numero de circulos a 116, coincidindo a divisão dos circulos, com a circumscripção comarcã.

E' ampliado o suffragio, dando-se voto, sem dependencia de censo, aos chefes de familia e a todos os individuos maiores de 21 annos que souberem ler e escrever.

O sr. bispo de Vizeu, quando esteve no ministerio, reduziu muito, a pretexto de economias, o numero de circulos eleitoraes, o que era em beneficio do governo; porque em regra quanto maiores são os circulos mais difficil é para as opposições o vencerem os seus candidatos.

O chamado partido regenerador, quando n'essa epocha se achava na opposição, protestou altamente contra essa reforma eleitoral; mas para dar mais uma prova da sua costumada coherencia, quando subiu de novo ao poder conservou a mesma divisão de circulos contra o que tanto havia clamado.

Não lhe servia quando era opposição, mas faz-lhe depois conta quando governo!

Vejamos o que agora sae da annunciada reforma.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Segundo noticias da capital para um jornal do Porto consta, que se tem perguntado de França, de Inglaterra, da Allemanha, do Brazil e dos Estados Unidos, quando se verifica em Lisboa o leilão da importante livraria do illustre bibliographo o sr. Innocencio Francisco da Silva, auctor do *Diccionario Bibliographico Portuguez*.

Em cartas de Londres e Boston se pedia que fosse indicado o dia do começo do leilão, para virem a Lisboa commissarios especiaes, encarregados de concorrer á praça.

Egualmente de differentes partes do paiz e do Brazil se tem manifestado egual interesse pelas preciosidades d'esta livraria.

No meio de tudo isto, que aliás é muito lisonjeiro para a memoria do nosso amigo o sr. Innocencio Francisco da Silva, sentimos profundamente que uma livraria de tal importancia se vá dispersar pelos paizes estrangeiros, e que Portugal fique privado de collecções e raridades sem egual, e que talvez nunca mais serão substituidas por outras.

Estâmos plenamente convencidos de que se fosse ministro do reino, o distincto estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães, não se daria semelhante facto.

Rodrigo da Fonseca era apaixonado pelas boas lettras, de que deu provas numerosas.

Uma d'ellas foi a acquisição que fez para o estado em 1852, da importantissima livraria, que ficou pelo fallecimento de D. Francisco de Mello da Camara, pelo preço de 10:000$000 réis, e o titulo de conde da Silvã para o seu herdeiro, D. João de Mello Manoel da Camara.

Essa riquissima livraria faz hoje parte da bibliotheca nacional de Lisboa; e alli se acham agora as maiores raridades bibliographicas, que sem aquelle contracto teriam ido para os reinos estrangeiros.

Collecções como as do sr. Innocencio hão de passar-se gerações inteiras sem se organisarem de novo.

E' por isso indispensavel que os governos aproveitem a occasião em que ellas apparecem á venda, a fim de as adquirir para o estado. Assim utilisa com ellas a nação inteira; e vendidas a particulares, só a poucas pessoas ellas servem.

Muito antes de Rodrigo da Fonseca já assim o entendiam os proprios governos absolutos.

Por provisão regia de 31 de Outubro de 1716 foi approvada a compra que a Universidade havia feito para a sua bibliotheca, da livraria que fôra de Francisco Barreto, pela quantia de réis 5:600$000, somma muito importante para aquella época.

Depois foi mandada comprar em Paris para a mesma bibliotheca, parte da livraria do padre *La Rue*, que falleceu em 1725.

Durante a direcção do bibliothecario, o sabio Antonio Ribeiro dos Santos, foram compradas varias partidas de livros, na somma total de 6:713$587 réis, em que se incluiam á *Borel Borel & C.ª*, mercadores de livros em Lisboa, réis 4:428$120, e ao lente jubilado na cadeira de physica experimental, João Antonio Dallabella, a sua livraria por 619$607 réis.

Uma das compras mais importantes para a bibliotheca da Universidade foi a de *monsenhor* Hasse por 6:000$000 réis. O pagamento foi feito em prestações aos seus herdeiros, sendo a primeira em 27 de Dezembro de 1806, e a ultima em 30 de Dezembro de 1811.

Grande parte das valiosissimas collecções e livros rarissimos que hoje possue a bibliotheca da Universidade, devem-se á compra da livraria de *monsenhor* Hasse.

A não ser ella, a bibliotheca do primeiro estabelecimento do paiz seria a esse respeito de insignificante merecimento.

E só o bibliothecario dr. Joaquim dos Reis e o vice reitor dr. Manoel Paes de Aragão Trigoso, não tomassem a deliberação de effectuar em Lisboa esta compra, que sentimento não teriam os amantes dos livros raros e estimaveis, de ver a bibliotheca da Universidade tão minguada d'elles?

E' portanto dever dos governos e de quem dirige semelhantes estabelecimentos, saber aproveitar as occasiões; pois que perdidas ellas, tarde voltam.

E teremos de ver a magnifica livraria do sr. Innocencio ir para Inglaterra, onde já existem muitos dos melhores quadros que possuiam as nossas ordens religiosas; ou para outro paiz, com grave prejuizo e desdouro para Portugal?

Não haverá n'esta nação um governo que sinta tão grande perda?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A villa da Figueira da Foz tem-se desenvolvido de um modo notavel n'estes ultimos annos.

As suas edificações não são já as de uma terra mediocre; excedem em importancia ás de muitas das cidades do paiz.

O seu commercio e o movimento do seu porto maritimo são consideraveis.

A concorrencia de numerosas familias a tomar banhos na sua bella praia, dá todos os annos extraordinaria animação áquella villa, já por si muito valiosa.

Alli ha um bom theatro; ha associações de recreio e de soccorros mutuos; criam-se novos bairros; em fim nota-se em tudo muito progresso.

A imprensa periodica está alli representada pelo nosso collega da *Correspondencia da Figueira*, que se tem esforçado por advogar os interesses da localidade. E sendo em regra pouco duradouros os jornaes nas terras da provincia; este já se tem conservado bastante tempo, o que é um bom symptoma.

N'estas circumstancias entendemos dever tambem pela nossa parte concorrer para se tornar ainda mais conhecida a importante villa da Figueira da Foz, para o que se prestou um nosso amigo a escrever para o *Conimbricense* uma correspondencia semanal, em que além das noticias d'aquella villa, se advoguem os seus interesses e o seu bem estar; e tudo com a circumspecção e criterio que é de esperar da illustração e prudencia do nosso correspondente.

Já na semana passada publicámos a primeira correspondencia, e hoje vae a segunda.

Esperâmos que será bem aceito do publico este melhoramento em o nosso jornal.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Por um convite que recebemos do sr. presidente da camara de Montemór o Velho, viemos no conhecimento de que se acha estabelecida no edificio da escola publica d'aquella villa uma bibliotheca popular, com alguns livros concedidos pelo governo, e outros a expensas do municipio ou doados pelos vereadores.

Muito folgâmos com isso; e oxalá que todas as camaras imitassem tão bom exemplo.

Annuindo á solicitação do sr. presidente da camara de Montemór o Velho, remettemos á sua disposição, para aquella bibliotheca, um exemplar do nosso livro—*Apontamentos para a historia contemporanea*.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Já depois de termos publicado o numero passado d'este jornal, em que inserimos a circular do exm.º bispo conde ácerca da intervenção do clero nas eleições municipaes, a qual precedemos das considerações que os nossos leitores viram; recebemos de Faro o *Commercio do Sul* de 2 do corrente.

Ahi encontrámos um artigo, que apezar do pseudonymo com que se encobre o seu auctor, não receamos dizer que é do já bem conhecido escriptor o sr. padre José Gonçalves da Cruz Viva, conego da sé cathedral d'aquella cidade.

Entre outros objectos de que se occupa o distincto escriptor, um d'elles é a intervenção do clero nas eleições, a qual elle condemna asperamente.

Comparando o antigo com o moderno clero diz o escriptor:

«Aquelle (o velho clero) era cégo; este vê de mais, até mesmo aquillo que nunca deveria ver; aquelle não lia, este lê, relê, treslê e delira; aquelle errava e *abusava*, talvez por superstição, culto falso e frivolo, ou por mal entendida piedade; este (o moderno clero eleitoral ou elegante) cégo d'ambições e d'avareza, imaginando popularisar-se, julgando representar na sociedade brilhante papel, arroja-se, qual rio caudaloso e soberbo, sae fóra, muito fóra dos seus limites prescriptos e da sua respeitavel e santa missão. Dá ao povo, pasmado, mas religioso e sensato, minucioso, espirituoso e, muitas vezes, desconfiado e maligno commentador d'actos e espectaculos publicos... dá-lhe, digo, pernicioso, deplorabilissimo exemplo com grave damno da moral religiosa, seriedade e bons costumes publicos: e adeus crenças!...»

Eis ahi a que se sujeita o tal clero moderno, *eleitoral*, ou *elegante*. E' a ouvir verdades como estas que lhe diz um seu collega, o digno conego da sé de Faro.

Acrescenta mais:

«O clero da actualidade, com muitas e, felizmente, mui respeitaveis excepções, o clero de fresca data, buliçoso e, se queres, vertiginoso, sonhando, noite e dia, com o despachito que hade descer lá do alto, atropella decencia, honestidade e sisudez proprias do seu estado, assoberba tudo; e em vez de metter no céu com affabilidade, doçura e amor santo, as almas dos seus parochianos, parentes, amigos, visinhos e conhecidos, as mette no inferno, em confusões e perturbações deploraveis e compromettedoras, trucidando-lhes a liberdade, e confundindo a ordem com sophismas, ameaças e promettimentos insidiosos, illusorios, fallazes; com promessas sonoras de tal ou qual despacho e mercê, de taes ou quaes interesses e lucros futuros, immoraes, ignominiosos.»

Não ha duvida que muitos dos reverendos parochos d'este paiz foram despachados simplesmente pelo seu merecimento e virtudes; mas a par d'elles, quantos e quantos não devem a sua apresentação nas egrejas a influencias politicas e á satisfação de compromissos eleitoraes?

O sr. Cruz Viva pede a intervenção dos prelados para reprimir os abusos do clero nas eleições, e diz a esse respeito:

«Diz o publico que a culpa é dos prelados. Façam, pois, estes com que o seu clero vote, querendo, porque além de padre é cidadão, mas sempre, decente, modesta e honestamente, e nunca, nunca represente o immoral, escandaloso papel de beleguim de votantes ou (vulgo) galopim d'eleições, perturbando assim as consciencias, opprimindo e vexando a humanidade, esmagando a liberdade legal e, quantas vezes? alterando a ordem publica e a santa paz das familias e das consciencias.»

Prosegue o escriptor nos seus conselhos ao clero dizendo-lhe:

«Mudem os sacerdotes de rumo, se não quizerem cair na desconsideração da gente séria e, tarde ou cedo, na indignação do povo. Olhem pela sua dignidade. As lutas politicas de hoje são altamente offensivas da moralidade e ordem publicas: não lhes convêm.»

O sr. Cruz Viva termina as suas reflexões a este respeito dizendo o seguinte:

«Caro amigo! tolera-me isto; não leves a mal este desafogo innocente, porque, em particular, a ninguem offende. As excepções respeitaveis ficam sempre resalvadas, além do que falla-se em actos e factos tão publicos que até os rapazes os commentam, e muito bem sabes o que a este respeito se tem passado, passa e ha de, infelizmente, passar em todo este desmoralisado paiz, quando e onde se trata de qualquer eleição. Tal desmoralisação não póde continuar; tal escandalo deve acabar em uma classe aliás tão respeitavel.»

Estas considerações que foram escriptas com relação ao Algarve, têm toda a applicação aos factos que se presencearam nas ultimas eleições n'este concelho de Coimbra.

Não é suspeito o seu auctor, porque pertence á classe ecclesiastica; mas por isso mesmo não deseja que ella se desconsidere pelos seus actos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Temos hoje a dar uma noticia muito agradavel.

Acaba de ser construida, e já se acha applicada ao seu destino, uma excellente casa de escola na freguezia de Celavisa, concelho de Arganil.

Todos os louvores são poucos ás pessoas que concorreram para esta utilissima obra.

E' por isso que com a maior satisfação publicâmos a seguinte carta, que a esse respeito nos dirigiu o digno professor d'aquella freguezia o sr. Abilio Nunes Duarte Gaspar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sr. Martins de Carvalho. — Julgo dar uma agradavel nova a v., noticiando-lhe que mais uma boa casa de escola acaba de ser construida no concelho de Arganil por iniciativa particular.

Muito se fazia sentir a falta de uma casa de educação para a mocidade da freguezia de Celavisa; mas tal falta parecia insuperavel, visto que a respectiva junta de parochia não tinha recursos para poder offerecer a competente casa e mobilia, que o governo requer para conceder a creação da cadeira de instrucção primaria.

Então o ill.mo sr. Joaquim Augusto de Mendonça, constituindo-se em commissão com o exm.º sr. dr. Luiz José Dias, e seus prezados manos, e o sr. Joaquim Nunes, requereram a creação d'ella, a qual lhes foi concedida em Julho de 1875.

O sr. Mendonça apresentou logo uma boa mobilia, que á sua custa tinha já mandado fazer pelo modelo da que existe na casa de escola do nobre conde de Ferreira, em Arganil, e forneceu provisoriamente para a aula uma das melhores salas das suas casas, capaz de satisfazer ás auctoridades que a inspeccionaram e em que a escola esteve funccionando por dois annos.

Entretanto, auxiliado pela mesa da irmandade do SS. d'esta freguezia, e outros cavalheiros, tratou da construcção do novo edificio apropriado, que hoje apresenta ao goso do publico, e é de certo uma das melhores casas do concelho.

No dia 25 do corrente, na occasião em que os meus alumnos iam estrear a nova casa, alli compareceram por meu convite a junta de parochia, a commissão promotora, os paes dos meus alumnos e mais pessoas a quem não são indifferentes os progressos moraes e materiaes d'esta freguezia, a fim de presenciarem um acto, que a todos foi muito agradavel.

Pela minha parte regosijei-me de ter tão commodo ensejo de encarecer perante os paes de familia a instrucção e educação de seus filhos, dotes os mais apreciaveis, e que hoje lhes ficam mais ao seu alcance, vindo como que procural-os junto de seus lares a escola, bem convidativa em tão magnifica casa, que bem póde commemorar o patriotismo de tão benemeritos concidadãos.

N'essa mesma occasião apresentei um donativo de livros, papel e tinta com que a meritissima camara municipal, presidida pelo exm.º sr. dr. José da Costa Vasconcellos Delgado, veiu tambem em auxilio da instrucção d'este povo.

E é justo, como a causa é de todos, que todos se interessem pelo bom exito d'ella.

Sr. redactor, sendo o *Conimbricense* um constante evangelisador da boa moral e educação do povo, me animo a pedir-lhe a publicação d'estas modestas linhas, favor com que muito me lisonjeará e que será mais um motivo para me dizer por honra e dever.

De v. att.º venerador e criado obrigado

Celavisa, 29 de Novembro de 1877.

Abilio Nunes Duarte Gaspar.

NOTICIAS DA FIGUEIRA

Em data de 4 nos diz o nosso correspondente o seguinte:

«Passou aqui desapercebido o anniversario glorioso da nossa independencia nacional! De particulares ninguem mostrou lembrar-se que, 237 annos antes, os nossos antepassados sacudiam o jugo odioso da dominação estrangeira, affirmando depois, até nos campos de batalha, o seu amor pela liberdade da patria; as manifestações officiaes brilharam pela ausencia... Perdão! embandeirou o escaler da alfandega...

Nem sequer se desfraldou aos ventos, sobre o meio derrocado forte de Santa Catharina, a bandeira nacional! Aquellas muralhas, ennegrecidas pelos annos e pelos vendavaes, nem ao menos se vêm já coroadas pelas Quinas em dias festivos — ellas que outr'ora as saudavam com o troar dos seus canhões!

Parece-me tudo isto um pouco triste e desanimador.

— Bem triste espectaculo nos ia offerecendo o dia anterior, 30 de Novembro. Pelas duas horas e meia da tarde manifestou-se intenso incendio na tanoaria do conhecido industrial e negociante d'esta villa, Abilio Aguas; e se não foram as circumstancias favoraveis de haver calma completa e ser de dia, talvez houvessemos de lamentar grandes prejuizos e por ventura serias desgraças. Contiguo áquelle estabelecimento era o armazem de vinhos e aguas-ardentes, e a pouco mais de tres metros, ao lado, ficava n'outra casa um deposito analogo. Felizmente, graças aos promptos soccorros, atalhou-se á propagação do fogo, sendo o prejuizo avaliado em 250$000 a 350$000 réis. O fogo, que proviera da fogueira feita para o fecho d'uma pipa, e que se conservára mortiço n'uma porção de serradura, deteriorou bastante materia prima da officina, e chegou a lavrar com intensidade no madeiramento do telhado.

— Muito poucas familias restam por esta praia, embora ainda se armem barracas para banhos. A concorrencia este anno foi menor em familias da sociedade mais abastada, mas foi muito mais numerosa nas dos lavradores. Muitos d'estes vieram antes das colheitas, e, depois d'ellas terminadas, appareceu a costumada affluencia dos *banhistas d'alforge*, como os appellidam aqui.

Começa a notar-se pronunciada tendencia para aproveitar a estação de banhos que decorre desde o S. João até começo de Setembro. N'outro tempo eram raros os banhistas n'aquella epocha, imbuidos, como estavam, de que não davam bom resultado os banhos em taes mezes; agora vão-se desenganando do prejuizo de tal ideia, e, quando aqui apparecem em meiados de Julho, já encontram, tomando excellentes banhos e quasi sempre em magnifico tempo, o conselheiro dr. Macedo Pinto e sua familia.

— Com o tempo regular dos ultimos dias vae-se a barra encostando ao norte, ponto o mais favoravel para a entrada e saida de navios. Vento e mar acalmaram pela tarde de 1 do corrente; mas ás 10 horas da manhã d'esse dia ainda era tanto, que a escuna *Aguas 1.º*, tendo-se aproximado de mais da costa, não poude deixar de investir com a barra, apezar dos dois tiros com que do forte a avisaram do perigo da entrada, especialmente não estando a maré feita. Foi, porém, feliz, e acha-se ancorada recebendo carga para a ilha de S. Miguel.

Não succedeu o mesmo ao lugre *Travellas*, que, pilotado desde 6 de Novembro, aguentou sobre a costa dois temporaes, e teve afinal de arribar a Lisboa, hontem, com alguma avaria e falta de mantimento. Trazia bacalhau á casa Rendell & C.ª, para a qual vem tambem uma escuna que se espera entrar hoje, se o mar se conservar favoravel.

A barra sondada hontem, em meia maré, deu 10 palmos. Em preamar de hoje deve ter mais de 14.

— Com a presença de navios estrangeiros liga-se um commercio importante d'esta villa, o do sal. A producção d'este anno foi insignificante — menos do terço do anno passado; os armazens e depositos, porém, achavam-se abarrotados com o genero dos ultimos annos, e a todos iria mal, a proprietarios e marnoteiros, se as marinhas produzissem tanto como em 1876. O caso é que, tendo chegado a vender-se por cinco e sete tostões cada moio de sal (60 alqueires) n'aquelle anno, actualmente regula entre 1$500 e 1$700 réis, sem tendencia para baixa.

— A' entrada da villa, do lado de Maiorca, existem grandes agglomerações de madeira destinada a embarque, e que alli se conserva em pilhas até que seja mettida a bordo — o que ás vezes se demora mezes. O mesmo é dizer que a rapaziada faz d'alli circo acrobatico, e que não são raros os accidentes desgraçados que se tem dado. Hontem coube a vez a uma creança, filho de Manoel Peralta, que n'uma queda de uma das pilhas quebrou a perna direita.

Mostra este caso, e semelhantes, que se torna necessaria uma camara que, fazendo cumprir as posturas municipaes, termine aquelle pejamento de terreno publico, hoje menos do que nunca desculpavel na bonita entrada que a Figueira tem n'aquelle sitio.

— Effectua-se hoje o pagamento ás amas dos expostos do concelho, relativamente ao terceiro trimestre do corrente anno. Está limitado a pouco mais de vinte o numero d'aquelles pequenos infelizes, e o concelho vae tambem auferindo já os resultados economicos e moraes da suppressão da roda. Bastará dizer-se que a verba respectiva, com que contribuimos para a despeza dos expostos se acha reduzida a pouco mais de dois terços do que era ha annos (orça por 1:800$000 réis,) e que os infanticidios não têm augmentado.

— A ultima hora, 2 e meia da tarde

Sulca o mar largo um hiate que saiu a barra na maré da tarde, e acaba de fundear no ancoradouro a escuna *Spinaway*, que traz 2800 quintaes de bacalhau da Terra Nova á casa Rendell & C.ª. Ambos os navios passaram a barra ao sul, a reboque (está calma completa), e sem ao menos roçarem pela areia.

Os factos estão demonstrando a veracidade d'umas certas noticias enviadas d'esta villa, e que davam a barra transformada em areal!»

NOTICIARIO

Fallecimento. — Na segunda feira falleceu em casa do nosso amigo o sr. dr. Antonio Zeferino Candido, o sr. Victorino Antonio Ferraz Fortes, estudante do 3.º anno de Medicina, e natural da provincia do Rio de Janeiro.

O fallecido era dotado das mais nobres qualidades, merecendo a estima e amisade de todas as pessoas que o conheciam.

O sr. dr. Zeferino dedicava-lhe a mais sincera affeição, de que elle era digno por todos os titulos.

Ao seu enterro concorreram numerosas pessoas das diversas classes da sociedade, notando-se a presença de toda a Faculdade de Medicina.

E, caso talvez sem precedente, houve por esse motivo feriado geral em todas as aulas d'aquella Faculdade.

No cemiterio fallaram os srs. dr. Daniel Ferreira de Mattos, Eduardo Burnay, condis-

---

Aleixo Falcão Wanzeller, e Rodrigo Pinto Guedes, que cumpriram á risca o que se lhes havia recommendado.

Passados alguns mezes, tendo que ir em uma commissão ao Alemtejo Filippe Ferreira de Araujo e Castro, o levou comsigo a titulo de criado, e de lá passou a Hespanha, e depois a Gibraltar, d'onde partiu para Londres, e ahi escreveu o bem conhecido *Correio Braziliense*.

O modo por que se escapou da inquisição é tal e qual, como m'o referiu nos dias em que esteve escondido em S. Vicente. Na sua *narrativa*, que escreveu em Inglaterra, e á qual ajuntou os dois regimentos da inquisição, não mencionou as particularidades que tenho referido: não quiz comprometter ninguem; e por isso foi mui parco no que escreveu.

Eu ia vivendo em S. Vicente menos mal, sempre estimado, e visitado pelos antigos amigos, sem comtudo nunca me poder esquecer da falta que me fazia meu irmão. Bem que morresse tão cedo, talvez fosse uma fortuna para elle, porque eu fui o herdeiro das perseguições, que lhe estavam preparadas; e elle não tinha a força de caracter, nem a inabalavel constancia para soffrer as que depois me couberam em sorte, e que eu sempre supportei corajosamente sem desmaiar.

Muito tambem me serviu, para se me tornar toleravel a minha vida claustral n'aquella época, o ser prior da casa o meu antigo amigo e collega D. João, com quem, ao sahir do collegio de Coimbra, fui para Refoyos do Lima. Com elle vivia familiarmente, e com elle passava momentos menos tristes.

Estavamos já quasi no fim do anno de 1805, quado o meu bom amigo prior, apenas eu tinha acabado de jantar, veiu ter comigo, e abraçando-me com as lagrimas nos olhos disse-me: — sabes, meu bom amigo, que já hoje não pódes dormir em Lisboa? Acabo de receber uma ordem da intendencia, que me manda fazer-te sahir immediatamente d'aqui, dando-te a escolher o convento da tua residencia, menos o de Coimbra, e da Serra do Porto.

Eu, bem que um pouco sobresaltado, não pela ordem que recebia, porém pela pressa com que a mandavam executar, respondi-lhe, já completamente socegado: não te affligas por isso, meu amigo; pódes já responder tambem, que estou prompto a cumprir o que se me ordena, e que escolho para minha habitação o convento de Grijó. Bem podemos conjecturar d'onde vem este golpe, porém como não é mortal, o tempo o ha de curar. Eu tenho valor bastante para soffrer esta perseguição, que estou bem certo de que não ha de ser a ultima. Eu vou já preparar-me para partir.

Esta noticia inesperada, e tão positiva, admirou a todos de casa, e consternou os que eram meus particulares amigos. Alguem se regosijou, porém foi pouco applaudido, e não muito tempo depois saboreou o mesmo manjar, que me tinha preparado. Quem com ferro mata com ferro morre; succedeu-lhe o mesmo; assim o diz um nosso velho ditado.

ANNOS DE 1806 ATÉ AO FIM DE 1807

Nessa mesma tarde sahi de Lisboa, e fui dormir á quinta do Tojal. D'alli segui viagem feliz sem quebrar perna nem braço, e cheguei a Grijó, meu destino.

Fui alli recebido com a maior affabilidade e carinho, não só pelo prior da casa, porém por todos os seus moradores sem excepção. Eram então estes pela maior parte individuos muito mais moços do que eu, e que muito depois de mim tinham sahido do collegio, e não obstante nunca terem tratado comigo, não havia obsequios que me não fizessem: parecia-me assistir a uma grande festa que me queriam dar.

O mesmo prior, com quem nunca tinha vivido e apenas conhecia de nome, tratava-me com a maior delicadeza, que eu podia imaginar. E tanto isto era mais para me admirar, porque logo sube que não vivia bem com os seus subditos; e mais tarde o vim a conhecer pelas desordens serias que alli houve, e que o obrigaram a sahir do convento como fugitivo, e a estar muitos mezes ausente d'elle.

Eu estava felicissimo, porque não tendo obrigação alguma de côro, pois me tinham conservado as honras, e privilegios de professor das escolas de S. Vicente, vivia alli como hospede, e hospede mui estimado por todos. Para mim o não ter que ser chamado pelo que se dizia, á corda do sino, era a maior das venturas que podia gosar debaixo do tecto claustral; e dessas venturas gosava eu completamente no meu desterro.

(Continuar-se-ha).

cipulo do fallecido, e dr. João Jacintho da Silva Correia, que era seu professor.

Todos fizeram os maiores elogios das qualidades moraes do sr. Ferraz Fortes, e era geral o sentimento manifestado por tão sensivel perda.

Sermão. — Está-se imprimindo na imprensa da Universidade o sermão pregado no Porto pelo sr. bacharel Antonio Candido Ribeiro da Costa, nas exequias do distincto escriptor Alexandre Herculano.

A tiragem é do avultado numero de 6:000 exemplares.

Prisão importante. — Acabamos de receber de Pinhel a seguinte noticia:

«No dia 2 do corrente entrou na cadeia d'esta comarca um dos assassinos e ladrões do infeliz Manoel João Anselmo, dos Falachos, que no dia 19 do mez findo mataram com machada e roubaram no sitio do Mijateiro, de que lhe dei noticia.

«Metade da cidade se despovoou a admirar a fera; e á porta da cadeia o povo agglomerou-se compacto em volta do criminoso, dando-lhe gritos de *morra!*, e resolvido a fazer alli mesmo justiça por suas proprias mãos, o que de certo teria conseguido, se os srs. administrador e delegado o não cobrissem com o corpo.

«Era horrivel e imponente ver assim o povo enraivecido.

«O malvado chama-se Julio, é casado e natural dos Tamanhos, comarca de Trancoso.

«Nas perguntas confessou tudo. O assassinado era seu primo!!!

«O sr. delegado que foi ao caminho de Trancoso, para acompanhar o preso a esta cidade, logo que o metteu na cadeia, partiu para a raia a perseguir o outro companheiro no crime; mas por ora ainda não tem podido conseguir a sua captura.

E' digno de elogio este sr. pela actividade que tem desenvolvido para a captura dos dois criminosos. Honra lhe seja.»

Inscripções. — As inscripções estão em Lisboa a 51,12.

Noticias de Lisboa. — Em data de 4 do corrente communica de Lisboa o correspondente do *Commercio do Porto* o seguinte:

«As noticias do Brazil trazidas pelo paquete francez *Equateur*, que hoje entrou no Tejo, nada offerecem de maior interesse.

Continuava progressivamente a migração russa.

O governo brazileiro auctorisou o director dos correios a contractar com uma casa de New-York a navegação regular em 24 dias para o Rio de Janeiro.

No Paraguay foi invadida a cadeia onde estavam presos politicos, sendo alguns d'elles assasinados.

Consta que o governador civil do districto de Portalegre vae ser transferido para o de Santarem e o d'este para aquelle.

Falleceram hoje o sr. visconde de Santa Justa e a esposa do sr. Moraes Carvalho.

Parte ámanhã a expedição das obras publicas para Cabo Verde.

Foram pagas na thesouraria do ministerio da fazenda 6:100 libras ao engenheiro Gotto, pelos estudos do saneamento da capital.

O conductor o sr. Pedro Maria Ferraz Lima foi transferido da primeira secção do caminho de ferro do Minho para a direcção das obras publicas de Bragança.

Está aqui organisada uma associação de estudantes das escholas superiores.

O espectaculo no theatro de D. Maria, dado em homenagem á memoria de Alexandre Herculano, esteve muito concorrido.

Apresentou-se no supremo tribunal o sr. conselheiro Aguilar.»

Prisões importantes. — Diz a *Actualidade* do Porto, que ha dias a policia capturou um individuo italiano que se dizia chamar-se umas vezes Luiz Alexandre Prandy, outras Antonio Machado Borba, e ainda outras Luiz Antonio Bastos. Conta 36 annos de edade, tem domicilio em Lisboa e é casado. Com a prisão d'este individuo coincide a d'um outro, Agostinho Labrador, hespanhol, de 26 annos e casado. Ambos estes personagens são conhecidos dos registos da policia, tanto da capital como do Porto.

Quasi que ha certeza, pelas averiguações a que se tem procedido, de terem sido elles os auctores d'um roubo feito ao sr. Antonio José da Costa, negociante da Regoa, de quantia superior a 2:000$000 réis; d'outro feito ao sr. Luiz José Ferreira Paes, ourives da rua das Flores, em objectos de ouro, no valor de mais de 4:000$000 réis; e d'uma tentativa de terceiro em casa do sr. Azuil Maria Simões, ourives do Corpo da Guarda, empreza que não realisaram por serem presentidos, tendo n'essa occasião um official d'aquelle senhor levado cinco facadas.

O italiano foi preso na praça da Batalha pelo guarda civil n.º 3 Francisco Duarte, e encontraram-se-lhe 738$500 réis em libras, e objectos de ouro na importancia de 231$750 réis, além de fatos novos no valor aproximadamente de 30$000 réis.

Noticias de Villa Real. — Em data de 2 do corrente communicam de Villa Real o seguinte:

«Acaba de ter logar aqui um escandalo monumental, cujas funestas consequencias não se demoraram infelizmente a manifestar-se.

Em audiencia de hontem foram absolvidos pelo nosso jury, quatro réus, accusados de homicidio voluntario, perpetrado em um pastor da Beira Alta chamado Gabriel Antunes, e revestido das mais aggravantes circumstancias.

Como corollario de tão inaudito procedimento, aggravado pelos precedentes que o antecederam e circumstancias que acompanharam, um dos espectadores, que saiu do tribunal quando findou a audiencia, pelas sete horas da tarde, o primeiro facto que praticou foi o de matar um seu visinho, cujo filho lhe devia uns 1$200 ou 1$300 réis!

O cadaver do desgraçado está depositado no *profundo* do hospital da Divina Providencia. Amanhã deve-se-lhe fazer a autopsia. Villa Real está indignada e commovida.»

Noticias de Angola. — Na correspondencia da *Actualidade*, de sabbado, lê-se o seguinte:

«Chegou hontem o paquete *La Plata*. As noticias de Angola não são animadoras; a situação commercial continuava má e os embaraços da maioria dos negociantes não tinham diminuido. Uma carta de Loanda dá as seguintes informações:

«Continua do mesmo modo quasi paralysado o commercio aqui; ha porém toda a esperança que as proximas colheitas sejam bastante abundantes, porque tem sido muito satisfactorias as ultimas noticias agricolas vindas do interior.

«Os colonos aqui estão da mesma maneira ainda em que se encontravam depois da saida do ultimo paquete; reuniu-se a associação commercial por iniciativa do seu presidente, o sr. Prazeres, e decidiu soccorrer com 300 réis diarios os colonos que não têm ainda trabalho; devem brevemente partir para Benguella e Mossamedes aquelles que quizerem, e que julgo são bastantes. Pensa-se já na maneira de se remediar os que ainda aqui são esperados e devem chegar brevemente; todavia julgo bem que é quasi impossivel fazer qualquer cousa regular se o governo não tomar providencias energicas, cumprindo o que a estes homens se prometteu no Rio de Janeiro; grande numero d'elles retiram n'este paquete e se todos o não fazem creia o meu amigo que é porque não pódem.

«Partiu d'aqui o illustre explorador Henry Stanley n'uma canhoneira ingleza; vae pelo Cabo deixar os negros que o acompanharam de Zanzibar e segue depois para Londres.

«Do pessoal que está estudando no interior o traçado no caminho de ferro não ha novidade alguma; apenas sei que estão bons.

«O pessoal das obras publicas continuá trabalhando activamente em todas as tres circumscripções; todavia *obra importante não ha nenhuma ainda começada*, porque me parece que o governo começa fraquejando com o capital necessario.

«O major de engenheiros Henriques Rosa, que foi ao sul estabelecer as differentes circumscripções, começou a publicar o seu relatorio, que bem demonstrará o estado em que se acha a provincia. Das circumscripções de Benguella e Mossamedes têm já chegado alguns trabalhos importantes; a boa vontade e actividade ainda não enfraqueceram. Oxalá porém que não fique tudo em projectos.

«Os nossos exploradores saem sabbado para o sul; o sr. Serpa Pinto está em Benguella onde tem já todos os carregadores.»

Começára em Loanda, a bordo da corveta *Sá Bandeira*, o conselho de investigação contra os officiaes de marinha que tentaram espancar o redactor do *Mercantil*, por causa de um artigo publicado contra elles.

Fallecera em Loanda, victima de uma tuberculose, o sr. João Silvestre da Fonseca, director da alfandega.

Consta por outras cartas particulares que a expedição scientifica portugueza devia internar-se no sertão no dia 25 de Novembro, tendo conseguido o sr. Serpa Pinto obter cerca de 100 carregadores para transporte de bagagens. A expedição segue por terra directamente de Benguella para as margens do Cunene, porque os negros têm grande repugnancia em embarcar; tendo-se por isso posto de parte o primitivo plano de seguir por mar até á foz do Cunene. Os carregadores vão contratados só até ao Bihé; ahi será arranjado novo grupo com gente d'ahi e do Bailundo, para seguir a expedição até ao Muata Yavo. Serpa Pinto, Ivens e Brito Capello estavam de perfeita saude.»

Noticias de França. — *Paris* 4, *á tarde.*—Ferry leu na camara uma declaração da commissão do orçamento, dizendo que sómente concederá as quatro contribuições a um ministerio parlamentar. Se o orçamento não fôr votado antes do 1.º de Janeiro, a responsabilidade caberá áquelles que prolongam indevidamente a crise. Por consequencia a commissão do orçamento não apresentará nenhum parecer até nova ordem.

Guerra do Oriente. — *Constantinopla*, 5, *á tarde.* — Está imminente a queda do granvizir. O parlamento turco será aberto no dia 12 do corrente, lendo-se o discurso do sultão. Um telegramma de Mehemet-Ali annuncia que nos dias 3 e 4 foram repellidos os ataques dos russos contra Kamarli. Os russos recuaram as suas linhas. Um despacho de Chumla diz que os turcos apoderaram-se hontem de Elena, depois de violento combate, tomando alguns canhões e aprisionando muitos russos.

ANNUNCIOS

EXPEDIENTE

Rogâmos aos srs. assignantes do *Conimbricense*, que estejam em divida das suas assignaturas, o obsequio de nos mandarem a sua importancia, o que desde já muito lhes agradecemos.

2 NOVO ESTABELECIMENTO de tabacos com grande variedade, assim como genebra e vinhos do Porto; variedade de objectos — tudo por preços commodos.

Rua do Infante D. Augusto, 28 a 30.

3 FRANCISCO EDUARDO PEIXOTO, estudante do 2.º anno de Mathematica, lecciona mathematica elementar. Rua de S. Salvador, n.º 11.

SUBSTITUIÇÕES A MILITARES

JOÃO DE PINHO

221, RUA DA CALÇADA, 221

1 ENCARREGA-SE de entregar aos interessados, bons substitutos com bons documentos para substituições no governo civil de Coimbra, tirando guias nas administrações dos concelhos. Faz substituições nos corpos das guarnições de Lisboa, Porto, Elvas e outras terras. Tambem obtem transferencias d'uns corpos para outros; e licenças para dois mezes.

Preços baratissimos

ATTENÇÃO

5 ANTONIO LOUREIRO GASPAR falleceu no Brazil. Dizia ser de Coimbra, proximo a Santa Clara, e que era casado. Pretende-se saber a quem pertence algum dinheiro que alli deixou.—José Henriques d'Oliveira, de Avelans de Caminho, no concelho de Anadia, incumbe-se de o fazer transportar para Portugal e entregar a quem pertencer.

VENDA DE BENS

6 NO dia 16 do corrente, pelas onze horas da manhã, se hão de vender em praça particular, se o preço convier, na villa de Montemór-o-Velho, os bens abaixo designados:

Campo da Borralha

18 aguilhadas de terra no sitio da Saveira.
3 ditas no sitio do Burel.
6 ditas no sitio da Contenda.

O dominio directo de 50 alqueires de milho e duas gallinhas, impostos nas terras seguintes: 2 aguilhadas de terra no sitio do Redondinho, freguezia da Carapinheira; 16 ditas no sitio das Gafanhas, limite do Val Camora, freguezia das Meãs; 3 e meia ditas a que chamam a Ribeira em Valle de Negro, freguezia da Carapinheira; de que são emphyteutas Joaquim Pardal o irmão Antonio Pardal, do Casal do Matto, freguezia da Carapinheira.

20 aguilhadas nas Direiras no Campo da Borralha.
10 ditas no sitio da Saveira.
3 ditas na Travessa.
20 ditas no Alcarnachal.
10 ditas ao Porto de Verride.
10 ditas no mesmo Campo de Verride.
14 ditas que viram no Reguengo da Coroa.
3 ditas na Saveira.
5 ditas nas Retortas.
36 ditas nas Arroteas.
8 ditas na Carreira de Montemór.
3 ditas ao pé do rio, proximo á Ereira.
Um celleiro em Montemor-o-Velho.

Campo da Povoa

24 aguilhadas de terra no sitio das Eiras.

Campo de S. Silvestre

16 aguilhadas de terra no sitio da Torre.
12 ditas no sitio dos Besteiros.
10 ditas no sitio dos Padrões.

Para esclarecimentos podem dirigir-se ao solicitador Abilio Maria Ladeiro, que está encarregado da venda das alludidas propriedades.

CASAS

7 VENDE-SE uma morada na rua do Loureiro, n.ºs 18 a 20.

Paga um foro de 10$000 réis ao sr. dr. Gonçalves, e outro de 100 réis ao Seminario.

Rende annualmente 75$000.

Quem pretenda ajustar pode dirigir-se a Joaquim Maria d'Almeida, rua da Sophia, 59—61.

CASA LISBONENSE

RUA DO VISCONDE DA LUZ

COIMBRA

8 ACABAMOS de receber bonitos chapeus para senhora e creança.

Fazendas de lã para vestido proprias para a estação.

Casacos francezes para senhora.

E outras mais fazendas que vendemos por preços baratos.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3169 | Terça feira 11 de Dezembro de 1877 | Anno XXXI

COIMBRA

A convite do sr. governador civil d'este districto houve no sabbado ultimo, no edificio dos Loyos, uma reunião de varios lentes da Universidade, proprietarios, negociantes e artistas, com o fim de promover que do districto de Coimbra sejam remettidos para a exposição de Paris, o maior numero que fôr possivel de productos agricolas e industriaes, e todos os mais que possam dignamente fazer representar esta parte do paiz no grande certame universal.

O sr. governador civil expoz á assembleia o motivo da reunião; deu conta das instrucções que havia recebido do governo; informou os cidadãos presentes das suas diligencias para facilitar os trabalhos; sendo uma d'ellas o conseguir que o sr. Adolpho Ferreira de Loureiro, director das obras do Mondego, se prestasse a encarregar-se de tomar a seu cargo o promover nos diversos concelhos a remessa de productos para a exposição, attendendo a que o sr. Loureiro estava para isso muito habilitado pelo particular conhecimento que tem do districto.

Disse o sr. governador civil, que segundo as instrucções do governo, tinham de se organisar duas commissões, uma agricola e outra industrial; e por isso convidava cada um dos cavalheiros que alli se achavam a escolher aquella das commissões em que entendesse poder prestar melhores serviços.

Pediram alguns dos cidadãos presentes varias explicações, a que o sr. governador civil satisfez.

Em seguida organisaram-se as duas commissões, e separadas ellas, procederam á eleição dos respectivos presidentes e secretarios.

Da commissão agricola ficou presidente o sr. dr. Julio Augusto Henriques, lente de Philosophia e director do Jardim Botanico; e secretarios os srs. dr. Augusto Filippe Simões, lente de Medicina, e Joaquim Augusto Rodrigues, intendente de pecuaria.

E da commissão industrial ficou presidente o sr. dr. Albino Augusto Giraldes, lente de Philosophia; e secretarios os srs. Joaquim dos Santos e Silva, chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico, e Luiz Augusto Pereira Bastos, professor de desenho do Lyceu.

Ambas as commissões se installaram logo, e começaram a discutir alguns assumptos relativos ao importante objecto de que estavam encarregadas.

O tempo é muito limitado, e por isso é indispensavel que todas as pessoas, que desejem concorrer com os seus productos á grande exposição universal, não se demorem no arranjo d'elles.

Por parte da Universidade sabemos que ha trabalhos especiaes, e que os seus diversos estabelecimentos darão conhecimento do estado de progresso em que se acham.

As outras corporações e as diversas classes da sociedade sem duvida tambem se não recusarão a concorrer com o que estiver ao seu alcance.

A quantia de 300$000 réis, destinada pelo governo para as despezas a fazer n'este districto é na verdade muito mesquinha, e não chega nem para o mais urgente; mas o sr. governador civil prometteu á assembleia que havia de expôr ao mesmo governo a necessidade de augmentar essa verba, o que não seria por esse motivo que o districto deixaria de fazer as convenientes remessas.

Bem sabemos que o ministro das obras publicas tem de se limitar á verba votada pelas côrtes para este fim; mas de certo não haverá camara que se negue a approvar o mais que fôr indispensavel.

Segundo o relatorio do governo, de que se deu conhecimento na reunião do governo civil, das despezas que Portugal tem feito com as diversas exposições universaes, desde a primeira em 1851, divididas pelos differentes annos até hoje, vem a caber 12:000$000 a cada um dos annos.

Quantas vezes 12:000$000 réis não terá alcançado este paiz com o progresso e desenvolvimento agricola, commercial e industrial, proveniente do conhecimento que no estrangeiro se tem adquirido dos nossos productos n'essas exposições?

O governo é o proprio que o reconhece no convite para a proxima exposição.

Em fim é de esperar do patriotismo dos cidadãos d'este districto, que se prestem a coadjuvar a boa vontade e diligencias das duas commissões que acabam de se organisar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Quem quizer bem avaliar o que tem sido a administração n'este paiz, não precisa mais do que ler uma correspondencia ultimamente publicada pelo nosso collega do *Progressista*, com respeito ao actual administrador do concelho de Soure, o qual para alli foi transferido do concelho de Condeixa.

Aquella lista de crimes e indignidades caracterisa bem a situação torpissima, que ahi esteve dirigindo o paiz, e particularmente este districto de Coimbra, por mais de 6 annos!

E chamava-se a isso *regeneração!*

Pois *regenera-se* um paiz fomentando, protegendo e sustentando por todas as fórmas a maior devassidão de que ha memoria nos fastos da mais baixa orgia politica?

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLXVII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Eu tinha alguns amigos no Porto, e estes, tanto que souberam que tinha chegado a Grijó, me vieram logo visitar. Entre elles adquiri um de novo, que não conhecia, nem d'elle tinha noticia; era amigo de meu irmão Luiz Antonio, e havia sido seu visinho, e da quinta da Tapada, porque perto d'alli tinha estado desterrado por negocios de familia. Chamava-se Jeronymo José Rodrigues, era arcediago de Barroso, e irmão de José Maria Carneiro, que morreu director da alfandega de Lisboa.

Achei n'este novo conhecimento os extremos de amisade, porque com a sua franqueza ordinaria me disse, que a sua casa do Porto sempre estava aberta para mim, e esperava que nunca fosse áquella cidade, sem lhe bater á porta. Assim lho prometti, e cumpri, achando sempre n'elle o mesmo carinho, e a mesma franca e amigavel hospitalidade. E em verdade esta era tão sincera, que o criado tinha ordem constante para me receber quando elle estivesse ausente, e tratar-me como dono da casa.

Outro individuo com quem alli tomei conhecimento e amisade, foi outro amigo de meu irmão D. Antonio, e do qual já fallei, que foi Manoel Gomes, da villa da Feira. Este tambem me franqueou a sua casa, da qual algumas vezes me aproveitei, assim como de todos os livros e gazetas que tinha, o que para mim foi um offerecimento de muito preço.

Ao mesmo tempo em que todos os meus novos companheiros me tratavam como bom amigo, o prior da casa cada vez usava comigo das maiores attenções. É de saber que este prior de Grijó ainda era uma imagem de um antigo senhor feudal; tinha uma jurisdicção ecclesiastica e civil separadas das do Porto; porque o convento sendo mui antigo, e anterior á monarchia, tinha muitos privilegios. Era como bispo de uma extensa diocese; tinha justiça, e cadeia como senhor; era commendatario; e até conservava ainda o titulo de monteiro-mór; o seu territorio era um *Couto*.

A sua jurisdicção, quasi episcopal, exercia-se sobre sete freguezias, cinco no bispado do Porto, e duas no de Aveiro, cujos prelados reconheciam a jurisdicção que elle tinha n'estas freguezias. Assim n'esta posse antiga lembrou-se de as mandar visitar, e quiz absolutamente que eu fosse o visitador em seu nome. Para este fim nomeou-me seu provisor e vigario geral, e obrigou-me pelos seus bons modos a ir fazer a visita, como realmente fiz de todas as sete freguezias, sem comtudo molestar ninguem, porque sempre fui tolerante, e nunca perseguidor.

Eu que nunca quiz, em quanto estive no claustro, ter emprego algum, alem do litterario, e que para me livrar d'elles nunca me quiz habilitar para prégar e confessar, preliminares que eram necessarios, não tive remedio senão contrafazer a minha decidida vontade; porque, confesso que não tive força para resistir a tamanhas demonstrações de attenção e amisade: foi porém um dos grandes sacrificios, que fiz na minha vida.

Não contente com estas dignidades que me conferiu, quiz ainda dar-me outra prova da estima que fazia de mim. Deu-me o emprego de *carturario*, que foi mais do meu gosto, e que consistia em receber os foros da casa, que eram muitos, e quasi a renda principal; em renovar os prazos que andavam, havia muito tempo, como esquecidos, e em mãos alheias; e finalmente em cuidar nas demandas que por esses objectos não eram poucas.

Ora esta occupação fazia-me andar quasi sempre pela porta fóra, e era o mesmo prior quem mais queria que eu andasse em viagem. Eu tinha ás minhas ordens duas bestas sempre promptas, e um criado para me acompanhar; muitas vezes sahia só, e quando era preciso levava comigo o escrivão da camara ecclesiastica, que era ao mesmo tempo tabellião privativo da casa, e servia para lavrar as escripturas e autos dos prazos que se renovavam. Confesso, que nunca tive vida mais alegre, e folgada em todo o tempo em que estive debaixo das telhas do claustro.

N'este meio tempo o meu bom amigo prior de S. Vicente não se esquecia de mim, e fazia todas as diligencias para abbreviar o meu desterro. N'este seu empenho tinha uma pessoa poderosa, que o axiliava, minha affeiçoada, que era o intendente da policia Lucas de Seabra, irmão do ex-ministro José de Seabra.

Elle constantemente o animava, e lhe dizia que tambem me animasse, porque o meu negocio não era desesperado, nem havia de durar sempre. Repetia-lhe: o mal que soffre o seu amigo D. José, tem origem dentro dos mesmos muros de S. Vicente; a inveja e os ciumes não é a primeira vez que dão taes resultados. Quando fallar ao principe regente toque-lhe n'este assumpto, se o achar de bom humor, do que elle nem sempre está.

Cheio d'estes conselhos indo uma vez o meu amigo a Mafra, onde estava o regente, achando-o alegre, e querendo fallar com elle familiarmente, resolveu-se a tocar-lhe no meu

Regenerar é reformar, é caminhar para o bem e para o justo; — e quem põe a administração publica em tal degradação, não só não *regenera*, mas pelo contrario desmoralisa cada vez mais, e auxilia todos os vicios, todas as injustiças e os attentados de toda a ordem.

Quando o duque de Saldanha entrou em Coimbra no sabbado, 12 de Abril de 1851, pondo-se á frente do movimento contra o ministerio, personalisado pelo conde de Thomar, fez immediatamente imprimir na imprensa da Universidade, e espalhar com profusão, uma carta que elle havia dirigido de Leiria, no dia 11, ao presidente do conselho, duque da Terceira.

Ahi lhe dizia o marechal revolucionario:

«A insurreição não será uma luta de partidarios, os interesses d'estes serão extranhos a ella; o seu fim será mais grave, *será provar á Europa, que a nação portugueza não consente que um systema de corrupção, de concussões e de inconstitucionalidades se eleve á altura de meio de governo, de doutrina politica.*

«O movimento deve representar pura e simplesmente a resistencia da nação *á morte moral, que lhe prepararam depois de dilatada agonia.*»

Effectuada a revolução no Porto, e entrando ahi o marechal Saldanha, depois de já ter emigrado para a Galliza, dirigiu d'aquella cidade uma circular aos governadores civis, com data de 29 de Abril, na qual lhes dizia:

«*Da moralidade do governo depende sem duvida a moralidade dos povos;* é pois indispensavel que ella se patenteie, desde *o ministerio responsavel até á ultima das auctoridades,* e que cesse de uma vez para sempre *esse funesto systema de patronato e corrupção, que até agora tem sido praticado em toda a escala da cadeia go natica.*»

D'essas promessas de regeneração politica é que veiu chamar-se *regenerador* ao partido que saiu da revolução de 1851.

Compare-se agora aquella doutrina, com a torpissima immoralidade que ali vimos campear infrene n'estes ultimos annos, e digam-nos que tal é semelhante *regeneração!*

E passando d'essa degradante situação politica para a actual, de que é chefe o sr. marquez d'Avila e de Bolama, perguntaremos a s. ex.ª—onde está o programma de *moralidade* que apresentou quando subiu ao poder?

Está na conservação de auctoridades accusadas publicamente de crimes e de actos immoralissimos?

Tenciona cumpril-o da mesma fórma que o do duque de Saldanha, que acima transcrevemos?

Já era tempo de haver seriedade nos governos, e de se não escarnecer da moralidade e da administração publica!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Trata-se de crear n'esta cidade um periodico, destinado á classe artistica, a fim de se promover a instrucção que lhe é tão util e necessaria.

Esse pensamento não é só de agora. Em 1851 fomos convidados pelo academico o sr. Carlos Ramiro Coutinho, hoje visconde de Ouguella, a fim de em Coimbra fundarmos um jornal para os operarios, sendo n'esta cidade o orgão do Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas, estabelecido em Lisboa, e pelo mesmo Centro auxiliado.

Appareceram, porém, graves embaraços que nos impossibilitaram a realisação de um tão civilisador intento. Mas ainda assim, fundámos, com outros amigos, a *Sociedade de instrucção dos operarios*, uma das associações mais populares e proveitosas que tem havido n'esta cidade.

Temos presente o prospecto da — *LUCERNA, folha quinzenal, especialmente destinada ás officinas, ás artes e aos artistas de Coimbra.*

No programma d'essa publicação se diz:

«O desprezo votado á questão do ensino das artes do desenho entre nós tem obstado ao seu natural desenvolvimento; deturpado o gosto publico; produzido a indifferença geral; impedido todo o nosso progresso artistico e industrial e, finalmente, ferido a reputação e os interesses do paiz. Pedir um remedio urgente para esta paralysia moral, incitar os artistas de todas as classes ao estudo e ao aperfeiçoamento dos seus artefactos — tal é, se não o completo programma, ao menos o simples prospecto d'esta publicação exclusivamente popular.»

Por muitas vezes temos no *Conimbricense* incitado os artistas a aprender o desenho, que é uma das prendas que mais lhes interessam.

O operario não póde ser perfeito em arte nenhuma sem saber desenho. E' esta uma verdade geralmente reconhecida.

Pois se assim é, porque tem estado em tão grande abandono entre nós e tão descurado esse ensino? Por ventura o pouco que se tem obtido com a aula de desenho da Associação dos Artistas, é o que se devia esperar em uma cidade como Coimbra?

A LUCERNA tem muito em que se occupar, não só n'esse assumpto, mas em muitos outros que interessam ás classes operarias.

Á frente d'esta publicação sabemos que está um mancebo muito illustrado e trabalhador, e que deve tudo o que é nas artes e nas lettras aos seus perseverantes esforços.

E' o sr. Antonio Augusto Gonçalves Neves, o qual já collaborou no *Zephyro*, jornal litterario d'esta cidade, onde mostrou muita aptidão.

No prospecto da LUCERNA vemos uma bonita gravura, representando diversos objectos e instrumentos pertencentes ás artes.

O desenho é do sr. Gonçalves, e a gravura é de um outro mancebo, de quem aqui temos por varias vezes fallado com o merecido louvor, o sr. Albino Caetano da Silva, que reune ao seu amor pela arte, uma modestia não vulgar.

O novo periodico augmentaria muito em importancia, se de vez em quando fosse illustrado com algumas lithographias ou gravuras, com applicação ás artes.

E' verdade que isso só se poderá realisar se o numero das assignaturas cobrir a despeza.

Ora sendo a assignatura por cada trimestre a insignificante quantia de 240 réis, é de esperar que os artistas e todas as mais pessoas amantes do progresso, da industria e da illustração popular se prestem a coadjuvar o novo periodico.

O nosso nome desde já o offerecemos para a lista dos seus assignantes.

Convém tirar esta terra de um certo marasmo, bem improprio de uma cidade, que quer ser classificada a terceira do reino.

Terminâmos desejando as maiores prosperidades á annunciada publicação.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A escandalosa intervenção nas ultimas eleições municipaes, por parte de varios parochos d'este e outros concelhos, ainda é o thema obrigado das reflexões de muitas pessoas, que não podem deixar de censurar um semelhante desvio dos deveres religiosos.

Ácerca d'esse objecto recebemos de um nosso amigo, do concelho de Cantanhede, o communicado que abaixo publicâmos.

Nada mais temos que acrescentar ás suas sensatas considerações.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

I

Assignante effectivo do *Conimbricense* desde 1864, a sua leitura nos tem por muitas vezes enthusiasmado e incitado á vontade de lançar mão da penna, para manifestarmos ao seu intelligente redactor o prazer que nos causa a sua doutrina imparcial e constante, quer elogiando, quer impugnando, e sem extremar, em qualquer dos casos, o amigo do adversario.

É necessario, para assim obrar como o redactor do *Conimbricense*, possuir uma grande força de vontade em acção, um caracter intransigente do bem para o mal.

Agora, porém, em presença dos ultimos numeros do jornal, principalmente os artigos de fundo insertos nos n.ºs 3:166 e 3:167, apreciando a inercia politica do actual governo, os actos altamente façanhudos das ultimas eleições camararias e a circular do meritissimo prelado diocesano baixada aos arcyprestes do bispado, não podemos suffocar em nós a vontade irresistivel de dizer poucas palavras que o assumpto nos suggere.

Estranho que temos sido a todas as luctas partidarias, ouviamos sempre fallar em politica com a indifferença do homem que nunca soube o que era tal viver. Mas fosse filho do acaso, ou porque a curiosidade nos convidasse um dia a sahir de semelhante apathia em que vivimmos, é certo, que ha dias, e pouco antes da eleição camararia d'este concelho, acompanhamos alguns amigos que desejavam apoiar uma lista escolhida.

Triste desengano nos esperava, a nós e aos amigos com quem acompanhámos!

É porque nenhum de nós era experimentado em *galopinadas eleitoraes*, nem na seducção do *bem* para o *mal*.

Nós fomos testemunhas oculares de scenas de tal corrupção, que só vendo-se se pódem acreditar. Nós vimos eleitores, que depois de haverem promettido o seu voto de confiança, serem miseravelmente seduzidos por certa gente avesada á corrupção das consciencias incautas, e arrastados a urna sem a consciencia da acção negra que iam praticar. Nós vimos os padres, (salvo pequenissimas, mas honrosas excepções), abusarem do alto poder do seu sagrado ministerio, aconselhando publicamente aos parochianos a faltarem á sua palavra, ao sentimento moral do homem de bem. Viu-se tambem o padre cantar os louros da *victoria*, dando vivas ao sr. fulano e aos eleitores que o reelegeram.

E é com taes manifestações que o padre, sentinella vigilante da verdadeira moral do evangelho de Jesus, julga guindar-se á altura da sua nobre missão na terra?!

E é elogiando uns para hostilisar o merecimento dos outros, que o padre—a quem aliás é restricta a obrigação sobre a terra, de pregar a moral do DIVINO MESTRE, e unir as familias em uma só familia — ha de com exemplos *tão edificantes* de dissensões politicas, bem dirigir ao verdadeiro aprisco o rebanho das ovelhas, que Jesus Christo confiou á sua guarda?!

Caminho errado!!!

Desenganemo-nos. Por tal fórma não é que se educa religiosamente o povo. A missão do padre é mais sublime, é toda de amor e de paz — é essa que lhe ordena o EVANGELHO.

Não se pense que exaggeramos, nem que nutrimos pelo padre animadversão. Respeitamos essa respeitavel classe pelo que ella deve ser, e principalmente pela muita veneração que tributamos á nossa religião christã. E é por assim pensarmos, que desejavamos e desejamos ver o nosso clero estranho a todas as lutas partidarias.

O illustre prelado conimbricense escreveu a sua circular de 28 de Novembro findo ao arcyprestado da sua diocese, a fim de ser informado circumstanciadamente sobre a maneira como todo o clero do bispado se comportou por occasião das ultimas lutas eleitoraes, isto é, se algum ou alguns padres intervieram pedindo votos e fizeram alguma promessa; porque *profundamente o contrista e lhe doe as queixas e clamores* que lhe têm sido dirigidos, ou se tem levantado contra uma parte do mesmo clero. Louvemos a boa intenção de s. ex.ª

Porém, com verdadeiro presentimento, se não fundamento do que lhe acontecerá, diz s. ex.ª: *que o magoará mais a falta de verdade nas informações* que os arcyprestes lhe derem, *do que os excessos que porventura tenham praticado.*

Pois poder-se-ha acaso acreditar, que todos os arcyprestes informarão integralmente o seu dignissimo prelado, ácerca de todos os excessos praticados por alguns ecclesiasticos na luta eleitoral recentemente passada? Não acreditâmos, desculpe-se-nos a incredulidade.

Houve ecclesiasticos que não só andaram em continuada correria pedindo votos, principalmente para uma das assembleias do concelho de Cantanhede, mas, o que é mais, tambem o publico os viu feitos chefes de bando, á frente da sua *escolta* de eleitores, quando estes iam caminho da assembleia!

Alguem viu certo padre *abraçar e beijar* um eleitor só porque este se deixou cahir no laço que lhe armaram para não poder, como effectivamente não poude, comparecer no dia da votação na assembleia eleitoral para dar o seu voto!

E informarão de tudo isto e de muito mais o illustre prelado conimbricense?

Nós vimos.... Basta por hoje.

Voltaremos mais tarde ao assumpto; e reservamo-nos para então a narração de factos, que ora calamos, para que se não diga que a paixão nos domina; e conhecer-se-ha então pela exposição d'esses factos contados na sua singeleza, que tal foi a intervenção indigna que uma parte do clero teve na ultima luta eleitoral. — *J.*»

---

nome: foi porém uma nuvem escura, que de repente fez mudar a physionomia do principe, que sem lhe dizer uma palavra, lhe voltou as costas, e retirou-se. O meu bom prior, bem que naturalmente carajoso, ficou como pasmado, e como é bem de crer, muito pouco contente, e até receioso do que poderia acontecer.

Voltando a Lisboa, foi logo contar ao Seabra o que lhe havia acontecido. Elle disse-lhe: — que se não assustasse, porque o caso não havia ir mais adiante do que tinha sido. Que era provavel que o principe estivesse então de mau humor, e agitado por ideias dolorosas, mas que toda aquella borrasca havia de passar.

Com effeito o principe regente havia passado n'aquella época por grandes desgostos domesticos; andou por muito tempo melancolico, foi metter-se no Alfeite, e correram boatos de que tinha enlouquecido. Esteve quasi determinado a fazer publicos os seus desgostos, que em verdade eram graves; mas constou, que D. Rodrigo, então ministro, o dissuadira de dar a saber a Portugal e ao mundo os tristes mysterios do palacio...

O que tambem constou n'esse tempo foi, que a princeza Carlota pretendêra pela primeira vez desfazer-se politicamente do marido, e quizera assumir a regencia, razão porque se tinham espalhado sinistros boatos sobre o estado mental do regente.

A verdade é, que sempre houve tentativa, tal ou qual, para aquella conspiração, porque alguns fidalgos foram desterrados; descobriram-se papeis importantes em uma casa que em Arroios pertencia á condessa d'Alorna, que depois foi marqueza do mesmo nome; a condessa sahiu de Lisboa para Inglaterra; e em Mafra morreu de repente, ou quasi de repente, José Anastasio, ajudante do intendente geral da policia, e segundo se disse, com *veneno*, por ser cumplice, ou ter descoberto o segredo.

Outra descoberta, não menos notavel, se fez na mesma época, que mostrava ter a princeza Carlota amigos com quem contava, e estes eram da roda da alta fidalgaria. Esta descoberta fez-se pela maneira seguinte.

Estava em Lisboa um padre benedictino, chamado Fr. Francisco do Rosario, parente dos Mellos Ficalhos, e que depois secularisado, morreu deputado ás côrtes constituintes do anno 20. Tinha elle um parente, ainda moço, de quem o nome me não lembra, e que o tratava com toda a franqueza. Este disse-lhe um dia, que havia sido convidado para uma sociedade de fidalgos, sociedade que já tinha estatutos, e estava recrutando gente. Accrescentou que desejava saber a fundo o seu fim, e que por isso acceitava o convite; mas que já lhe parecia constar ella dos amigos da princeza.

O Rosario respondeu-lhe que fazia bem em querer indagar o negocio; e como tivesse por amigo fiel o prior dos Anjos, Ferrão, contou-lhe logo o que acabava de saber; e como tambem Ferrão tivesse muita entrada em casa de D. Rodrigo, que era seu freguez, e apesar de ser taxado de pedreiro-livre era mais amigo do throno e do altar do que aquelles que o julgavam injuriar com aquelle nome, contou a D. Rodrigo o que lhe tinham communicado. Esta revelação creio que foi uma das causas de se dar com um dos fios d'aquella conspiração, á qual se seguiram as prisões, e desterros de que já fallei.

D'esta tentativa da princeza Carlota para tirar a regencia ao marido sempre eu me persuadi tinha nascido o meu desterro, não só pela má ideia que de mim tinha D. João, que depois mudou para bem; mas por outra circumstancia que vou mencionar.

Já disse antes como entre os meus companheiros de S. Vicente havia um que pretendia passar por engraçado, e dizia com todo o ar de innocencia, que alli havia tres sociedades muito notaveis, e as duas principaes eram a dos *fidalgos*, e a dos *philosophos*. Ora é de saber, que a dos fidalgos constava de individuos, que pertenciam á nova sociedade de que ha pouco fallei, e como é bem natural quizessem attribuir á dos philosophos, o que exclusivamente pertencia á d'elles; e como tambem fosse mui facil fazer a transição da palavra philosophos, (palavra extraordinaria da *época*) para a de *conspiradores*, attribuiu-se-me, e ás pessoas que me visitavam, as intenções dos verdadeiros conspiradores.

Entre os muitos espiões da policia, que havia n'este tempo, um muito conspicuo era José Agostinho de Macedo; e d'esta sua prenda já eu estava avisado. Declarou-se elle meu inimigo, não só porque lhe pagavam para isso, porem porque não lhe quiz dar entrada comigo.

Um dia me veiu procurar; e tomando por pretexto o desejar frequentar a nossa livraria, pediu-me que o quizesse n'ella introduzir. Eu recebi-o com a mais escrupulosa e delicada cortezia, porém respondi-lhe: — que a livraria era como publica, e que todos alli eram admittidos, ou a podiam frequentar; que alli havia sempre um criado intelligente; e que este não só o havia de receber como convinha, mas lhe havia de ministrar todos os livros que quizesse ver. Por tanto rogava-lhe, que não tivesse o incommodo de me procurar por esse motivo.

Elle que ouviu a minha resposta, e o ar serio e cerimonioso com que o recebi e lhe fallei, entendeu-me perfeitamente, e nunca mais me procurou. Despediu-se, e eu com todo o cerimonial da etiqueta o acompanhei até á porta. Vingou-se depois em desacreditar S. Vicente, e em nunca poupar o meu nome, quando lhe vinha a pello.

(Continuar-se-ha).

Um nosso amigo do concelho de Mezão Frio nos enviou a seguinte noticia biographica do egresso Antonio Ribeiro de Azevedo Bastos, que falleceu em 23 de Novembro ultimo.

Apenas temos a acrescentar pela nossa parte a essa noticia, que o nome do referido religioso egresso, quando estava na sua ordem, era o de Fr. Antonio da Conceição de Maria Bastos.

E' assim que o vemos mencionado na relação dos presos de estado, que estiveram na torre de S. Julião da Barra; onde se diz que era natural de Mezão Frio, que fôra preso em 21 d'Abril de 1829, e que entrara na torre em 12 de Novembro de 1830.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«No dia 23 de Novembro falleceu na casa de Legocem, Antonio Ribeiro d'Azevedo Bastos, presbytero egresso da extincta provincia de S. Francisco dos Algarves, confessor e pregador da mesma provincia, que tinha nascido na freguezia de S. Pedro da Teixeira, concelho de Baião, a 3 de Abril de 1791; filho legitimo de Manoel Ribeiro e de D. Quiteria Maria d'Azevedo, moradores na mesma freguezia.

Seus paes eram modestos lavradores e desde a infancia destinaram para frade este filho, cuja vocação era muito differente. Apenas entrou para o convento logo mostrou que a sua natureza viva e agitada se não conformava com a vida dos claustros.

Sectario ardente dos principios proclamados pela revolução de 1789, foi talvez com demasiada liberdade que applaudiu a revolução de 1820, o que escandalisou os seus collegas, e por mais tarde se declarar contra o partido protegido pelos frades e que elle detestava, o de D. Miguel.

Denunciado como constitucional pelo fallecido José Ignacio Roquete, que com elle vivia no mesmo convento de S. Francisco de Xabregas, por occasião da entrada do marquez de Chaves em Lisboa, em virtude de se oppor ás luminarias decretadas pelo superior, foi preso, e depois de estar alguns dias encerrado na fortaleza de Peniche, foi transferido para as ilhas Berlengas, aonde o tiveram 9 mezes, sendo depois transportado para uma das casas mattas da torre de S. Julião da Barra, aonde se demorou 5 annos 2 mezes e 9 dias, sahindo d'alli no sempre memoravel dia 24 de Julho de 1833, em que o duque da Terceira entrou em Lisboa.

Sem recursos, lançou mão das armas, e depois de ter servido alguns mezes como soldado raso, requereu a prestação concedida aos egressos, sendo em Novembro de 1833 nomeado para parochiar a egreja de N. Senhora da Conceição da Benedicta, nos coutos de Alcobaça, aonde se demorou até 19 d'Agosto de 1834, sahindo d'alli por já não poder parochiar em virtude dos seus incommodos.

Em 19 d'Agosto de 1836 foi nomeado praticante da direcção de contabilidade da secretaria do governo civil de Lisboa, e em 14 de Novembro do mesmo anno, 2.º official da mesma secretaria, aonde esteve até 15 de Maio de 1838 em que foi demittido, por não querer passar para uma classe inferior, em virtude de se ter preenchido o quadro da mesma secretaria.

D'ahi por deante occupou o logar de secretario do collegio de Nossa Senhora da Conceição para clerigos pobres, até á data da sua extincção.

A 27 de Novembro de 1848 foi deputado por Baião á *Liga promotora de interesses materiaes do paiz*; em 16 de Agosto de 1854 nomeado para um dos beneficios da collegiada de S. João Baptista, de Coruche; em 3 de Outubro conego prebendado da sé metropolitana d'Evora; e em 12 de Janeiro de 1861 vigario capitular da metropole de Gôa, primacial do Oriente.

Para este ultimo cargo, como para alguns dos outros não concorreu de modo algum. O decreto da sua nomeação para conego d'Evora levou-lho a casa o sempre chorado José Estevão, e a sua nomeação para vigario capitular de Gôa deveu-a aos seus intimos amigos visconde de Torres Novas, governador geral da India Portugueza, e ao exm.º sr. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, ex-secretario geral do mesmo governo.

Amigo intimo dos maiores homens politicos do regimen constitucional, nunca se lhes dependuron ás abas da casaca para obter honras e dignidades.

Morreria pobre se se não lembrassem d'elle. Das suas economias poupou alguns mil cruzados que legou a seus filhos, com a recommendação especial de trilharem sempre como elle os caminhos da honra e da virtude.»

Publicâmos hoje a descripção que nos enviaram da visita, que o exm.º sr. bispo conde fez ha pouco tempo á freguezia da Bemfeita, a qual, e a da Cerdeira, eram as ultimas que lhe restavam do arcyprestado de Arganil.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Sr. redactor. — Estes nossos dias são d'amargura para os clerigos catholicos, não só por verem suas leis e dogmas aviltados, mas egualmente por se verem desprezados d'aquelles, que deviam ser o espelho, onde as outras pessoas se vissem. Porem no meio d'aquelles dias, ainda ha alguns, que são de conforto e regosijo; e se não que o digam aquellas pessoas que acompanharam s. ex.ª o sr. bispo conde, na visita que fez este anno ao arcyprestado d'Arganil. Pois não foi elle em todas as freguezias recebido com o maior enthusiasmo e alegria de suas ovelhas espirituaes, que já havia muito anhelavam ver o seu digno pastor?!

Quando a religião de Jesus Christo se acha infiltrada nos corações dos individuos; — não admira, que isto assim succeda.

Não podendo aquelle pae espiritual e carinhoso, por incommodo de saude concluir a visita a todas as freguezias do referido arcyprestado; o fez no mez de Novembro findo, indo no dia 12 ás duas parochias da Bemfeita e Cerdeira, que eram as que lhe restavam da visita.

O bom pastor dá a vida pelas suas ovelhas (S. João, c. 10), tal é o que fez o nosso pastor espiritual, que nem a longitude, nem os maus caminhos, nem o calor e frio lhe impediram subir ás serranias e descer aos valles, para ir levar ás suas ovelhas o balsamo da consolação!! E que cousa mais digna do que esta, reanimar a fé divina, que em muitas pessoas se acha amortecida!

Aquellas duas parochias, não quizeram deixar de lhe mostrar tambem o seu contentamento e satisfação, em verem entre si o seu venerando prelado, dando-lhe todos os signaes de alegria e enthusiasmo.

Logo, que entrou na Drêa, povoação da freguezia da Bemfeita, foi coberto de flores, bem como o rocio cobre o campo no mez de Junho; passando ao mesmo tempo por baixo d'arcos de verdura, que os moradores d'aquelle logar lhe haviam preparado.

Antes d'entrar na Bemfeita era esperado em distancia d'um kilometro por mais de duas mil pessoas, além de 17 clerigos, que tambem alli o esperavam, e até muitos de fóra do arcyprestado, assim como a orchestra d'Arganil, que rompeu a tanger, subindo ao mesmo tempo ao ar muito fogo.

As ruas por onde havia de passar estavam com arcos de flores, causando admiração apparecerem em tal tempo tantas flores.

Na egreja era tanto o povo, que tinham de estar em pé, e assim mesmo não cabiam.

Disse missa o rev.º parocho Joaquim Florindo Correia, á qual assistiu s. ex.ª

Finalmente aquelle dia foi de grande satisfação para todos os habitantes d'aquella parochia.

E quanta não seria a alegria e satisfação para aquelle pastor espiritual, tão cheio de piedade e virtude, por ver que a zizania espalhada pelos impios de nossos dias, não tem produzido n'aquelles corações verdadeiramente crentes nas doutrinas da nossa santa religião!!

Felizes são aquelles, que ouvem a palavra de Jesus Christo pela bocca de seus ministros e a guardam.

Quem ouve os seus ministros ouve a Jesus Christo; quem os despreza, despreza a Jesus Christo.

E por isso, moradores da freguezia da Bemfeita, continuae a conservar em vossas almas a religião, que recebestes no berço, porque d'ella não vos vem senão proveito, tanto para esta vida como para a outra. — *A. C.*»

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 9 de Dezembro de 1877.

O governo continua vivendo dos favores dos amigos, mas estorcendo-se nas vascas da agonia. Dizem os seus poucos defensores que tem tenções de apresentar ao parlamento o *orçamento equilibrado* e a *reforma da lei eleitoral*. Dois assumptos importantes estes, nos quaes trabalham dia e noite os respectivos ministros. Note-se que o sr. Mello Gouveia é ministro da marinha, e interino da fazenda, para cuja repartição o atirou o sr. marquez d'Avila, contra vontade d'aquelle. E diz-se isto ao povo com um desplante e uma desfaçatez que enoja e causa tedio.

Equilibrar a receita com a despeza! Ah! padres mestres da politica, que em tão pouca conta tendes o bom senso publico. E d'ahi, — quem sabe? — talvez esteja reservada para o sr. Mello Gouveia, *financeiro distincto á...* ultima hora, esta gloria, que immortalisaria o ministro que tal conseguisse.

Com relação á lei eleitoral, é outro absurdo, que orça pelo do equilibrio do orçamento. O sr. marquez de Avila nada faz, porque tem tenções de largar o poder em breve, depositando-o nas mãos de quem ha pouco o recebeu. Se não cahir em frente das camaras, cahirá depois de feitas as eleições, porque estamos persuadidos de que a futura camara de 1879 será puramente regeneradora, por obra e graça do sr. marquez de Avila e dos seus amigos do grupo regenerador. E assim se dá tempo a que se preparem as cousas com uma diplomacia que nada tem de mysterio, e que todos que tem senso apreciam e avaliam.

Perguntava o meu amigo no seu jornal de 4 do corrente: «Está elle (o governo) resolvido a tomar uma posição definida; ou quer continuar n'esta especie de maromba politica com que se têm sustentado no poder? Os ministros resolvem-se o governar, e sobretudo a governar com proveito da nação?»

Nem uma cousa nem outra. Nem tomam uma posição definida, porque não têm força para isso, nem governam com proveito da nação, porque se julgam por favor administrando os negocios da mesma. E um ministerio de transição, mas de transição impossivel, que, sendo conservador, desorganisa comtudo os serviços da administração publica. E ainda nos fallam na reforma da lei eleitoral, e no equilibrio do orçamento! *Puff!*

— Foi determinado aos generaes commandantes das divisões, que passem guia para a reserva a todas as praças de pret ás quaes competir baixa definitiva até 30 de Junho de 1881.

— Amanhã ha recita no theatro da rua dos Condes, em homenagem á memoria de Garrett, o qual faz hoje 23 annos que falleceu, na edade de 55 annos. Representam-se duas comedias d'aquelle portuguez benemerito, que prestou relevantes serviços á litteratura nacional.

— Ha 144 concorrentes aos logares de praticantes do correio de Lisboa. Os logares são apenas 10, mas rendosos e com accesso.

— Continua fazendo as delicias dos frequentadores dos recreios Wittoyne, miss Luoline, a *Rainha das aguas*. Ha dias realisou ella o seu beneficio, com uma casa a trasbordar de espectadores. A companhia italiana representou a opereta *Il Pompon*. No intervallo do 2.º ao 3.º acto, a beneficiada executou os

seus trabalhos no *aquarium*, sendo freneticamente applaudida. Além de muitos *bouquets*, foi-lhe offerecida uma rica pulseira de ouro.

A gentil *ondina*, além dos trabalhos já vistos, executou um novo, accendendo um charuto, e, mergulhando com elle na agua, fumou e voltou acima, sem que se lhe apagasse. No fim dos trabalhos recebeu ruidosa ovação. É, com effeito, digna de vêr-se.

Hontem tivemos baile de mascaras no salão da Trindade, bem como hoje tambem. Têm sido concorridos.

— Partiu para Roma o sr. conde de Thomar, nosso embaixador junto ao Vaticano. O nuncio de sua santidade, antes da partida de s. ex.ª offereceu-lhe um jantar, que foi explendido, concorrendo a elle os ministros da Belgica, da Inglaterra, do Brazil, da Hespanha, da Austria, e varios outros cavalheiros politicos. O jantar durou duas horas, começando ás 7 e terminando ás 9.

— Continuam em abandono em frente da camara dos deputados as pedras para o monumento destinado a José Estevão. E' um desleixo imperdoavel que não póde ter attenuante possivel.

Mais nada, por hoje.

P. J. Conceição.

NOTICIARIO

Festividade. — Os mesarios da irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz esmeraram-se em fazer este anno, com toda a pompa, a festa da mesma Senhora.

Na vespera á noite os moradores da freguezia illuminaram as suas casas; e no largo 8 de Maio tocou por algum tempo a philarmonica *Conimbricense*.

Em todo o dia da festividade foi a egreja de Santa Cruz extraordinariamente concorrida de fieis. E diga-se a verdade, a devoção pela Immaculada Conceição de Nossa Senhora é cada vez maior.

O templo estava primorosamente ornado e fazendo uma vista muito agradavel; sendo isso devido ao activo armador d'esta cidade, o sr. Manoel José Pereira, e seu filho o sr. Antonio José Pereira.

A musica foi habilmente regida pelo sr. Adriano Lemos e Vasconcellos; e nem outra cousa era de esperar da sua muita competencia.

Tanto o orador de manhã, o sr. padre José Joaquim dos Santos, como o de tarde, o sr. padre Augusto Eduardo Nunes, corresponderam aos seus merecidos creditos. Ambos os sermões foram de excellente doutrina e optimamente recitados.

A festa de tarde assistiu o exm.º sr. bispo conde, que ficou muito satisfeito com a grandeza com que foi effectuado aquelle acto religioso.

Depois de uma certa decadencia em que tinha estado a irmandade de Nossa Senhora da Conceição, é muito satisfatorio ver tornar ao seu antigo explendor a festa á Virgem Santissima.

O templo de Santa Cruz foi sempre afamado pelas suas festividades a Nossa Senhora da Conceição; e felizmente vemos que não acabaram tradições tão louvaveis.

Seriamos injustos se terminassemos esta noticia sem aqui registrarmos os nomes dos dignos mesarios a quem se deve festa tão brilhante.

Foram os srs. bacharel Antonio Augusto Coelho, juiz; Annibal Augusto Pereira, escrivão; Leonardo Antonio da Veiga, thesoureiro; e Antonio Maria Martins, procurador.

Todos são merecedores dos maiores elogios; e muito estimaremos que se animem a continuar nos seus serviços á irmandade de Nossa Senhora da Conceição.

Doença. — Tem estado gravemente doente o nosso estimavel amigo o sr. commendador Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

Em a noite de sexta feira para sabbado ultimo teve uma sessão perniciosa, que fez dar os mais serios cuidados.

Poude felizmente escapar d'essa perigosa crise, graças á inexcedivel dedicação do seu medico assistente o sr. dr. Augusto Rocha.

Quando ás 4 horas da madrugada, a seu pedido, se reuniu uma conferencia de clinicos, foi por elles unanimemente approvada a applicação da medicina que o sr. dr. Rocha tinha feito.

Depois d'isso tem diminuido a intensidade da molestia, mas em todo o caso o estado do doente ainda é melindroso.

Toda a cidade de Coimbra se tem vivamente interessado pelo sr. Olympio, fazendo ardentes votos pelo seu restabelecimento.

Suffragios. — Na quinta feira, 13 do corrente, pelas 9 horas da manhã, celebrar-se-ha na capella da Universidade uma missa, suffragando a alma do fallecido estudante de Medicina, Victorino Antonio Ferraz Fortes.

Fallecimento. — Na sexta feira falleceu na avançada edade de mais de 89 annos, a extremosa mãe dos srs. João Matheus dos Santos e José Matheus dos Santos, proprietarios e negociantes n'esta cidade.

Sabendo o affecto que os filhos da virtuosa fallecida lhe tributavam, acompanhamol-os na sua justa dor e lhes damos os mais sentidos pezames.

Ordens. — O exm.º sr. bispo conde confere ordens no dia 22 do corrente.

Theatro academico. — Amanhã, quarta feira, haverá a primeira recita de assignatura, na qual tomam parte com os academicos que formam a companhia dramatica algumas actrizes do theatro Baquet do Porto.

O espectaculo compõe-se da zarzuella em 2 actos, o *Granadeiro* — *A moda*, cançoneta, e o *Thio Torquato*.

Na secretaria do conselho recebem-se assignaturas para as recitas mensaes até ás 4 horas da tarde.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

José, filho de Joanna de Assumpção, e pae incognito, de Coimbra, de 15 mezes, fallecido em 2 de Dezembro de 1877.

D. Maria Rachel Xavier de Aguiar, filha de Xavier Antonio de Aguiar e D. Theresa Angelica Xavier de Aguiar, de Coimbra, de 77 annos, fallecida em 2.

Victorino Antonio Ferraz Fortes, filho de Fernando Ferraz Fortes, do imperio do Brazil, Rio Tinto, Herdade de S. Mathias, de 25 annos, fallecido em 3.

Florencia Rita, filha de Antonio Rodrigues e Maria Joaquina, de Coimbra, de 67 annos, fallecida em 4.

Recemnascido, filho de Ludgero Augusto Moreira e Maxima Norberta Soares Mendes Moreira, de Coimbra, de 19 horas, fallecido em 5.

Emilia da Cruz, filha de José da Costa e Maria da Cruz, do Casal do Lobo, de 56 annos, fallecido em 6.

Maria Santa, filha de Diogo Simões e Theresa Santa, de Sernache dos Alhos, de 89 annos, fallecida em 6.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:398.

O Ensino. — Recebemos do Porto o 5.º numero do *Ensino*.

Traz este numero — *A Cartilha Portugueza e em especial a do sr. João de Deus*, pela sr.ª D. Carolina Michaelis de Vasconcellos, e — *Questões de logica* — *Dois methodos*, pelo sr. Julio de Mattos.

O primeiro d'estes artigos é a continuação de um interessantissimo estudo sobre os methodos de ensino, especialmente o moderno do sr. João de Deus. E um trabalho, que revela vastissimos conhecimentos por parte da sua illustrada auctora.

Ao mesmo tempo que exalta o methodo do sr. João de Deus, tambem lhe nota os defeitos, e com uma competencia admiravel.

Artigos assim é que são do mais alto merecimento. Quanto não valem elles em comparação das futilidades que frequentemente vemos na imprensa periodica?

O *Ensino* está sendo um utilissimo periodico, e digno de toda protecção publica.

Collegio de Nossa Senhora da Conceição. — Um dos estabelecimentos de educação que muito se torna recommendavel no nosso paiz é sem duvida o de Nossa Senhora da Conceição, em Lisboa.

Temos noticia de que no dia 8 se verificou a solemnidade religiosa na egreja do collegio, e que depois se fez a distribuição dos premios aos seus numerosos alumnos.

O director e nosso amigo o sr. Carreira de Mello não se poupa a diligencias para o desenvolvimento do seu collegio e boa educação dos alumnos. É por isso digno de todos os louvores.

Doença. — Sua magestade a rainha tem passado estes ultimos dias incommodada.

Noticias de França. — Continuam a ser graves as noticias de França. O marechal Mac-Mahon está arrastando o paiz para uma conflagração, que ninguem pode prever aonde chegará.

Encarregou Dufaure de organisar um ministerio, mas impoz-lhe logo a condição impossivel, de se conservarem os ministros dos estrangeiros, guerra e marinha.

Não poude, portanto, Dufaure satisfazer a sua missão.

Diz-se que fôra depois encarregado Bathie de organisar o ministerio; mas nada se espera de satisfatorio d'essa incumbencia.

Approxima-se pois um conflicto entre o marechal e a camara dos deputados.

Noticias de Roma. — Aggrava-se a doença do pontifice Pio IX. Por noticias de Roma do dia 8 consta, que reappareceu a inchação das pernas.

Guerra do Oriente. — Um despacho russo do dia 8 confirma o revez soffrido pelos russos em Elena, perdendo 50 officiaes, 1:800 soldados e 11 canhões.

ANNUNCIOS

VENDA DE CHOUPOS

1 VENDEM-SE 150 choupos de boas dimensões, e cernosos, na insua chamada dos Bentos, no logar do Cerieiro. Trata-se com seu dono na rua da Calçada n.º 41 a 45, Coimbra.

Tambem se vendem na mesma insua differentes vigas, travessas e barrotes da mesma madeira.

NOVO ESTABELECIMENTO

2 GUALDINO CARLOS DE CARVALHO, annuncia ao publico, que abriu o seu novo estabelecimento de mercearia, vinhos finos engarrafados, licores diversos, toda a qualidade de bolacha nacional e estrangeira, boa passa de Malaga e figo do Algarve, e cereaes; e tambem tenciona vender tabacos de Janeiro em deante.

Rua dos Sapateiros, 8 e 10.

AGRADECIMENTO

3 JOAQUIM JOSÉ DA CUNHA NOVAES, Manoel José da Cunha Novaes Junior e Justino da Cunha Novaes, vem por este meio agradecer a todas as pessoas que se interessaram na occasião da doença e pelo fallecimento de seu irmão e pae, o sr. Manoel José da Cunha Novaes; protestando a todos o seu eterno reconhecimento.

ARAUJO

41 — RUA DA CALÇADA — 45

COIMBRA

4 RECEBEU armas de 2 canos Lafuchet, (de carregar pela culatra), bem como rewolvers e bombas para jardins, e muitos outros artigos; tudo por preços commodos.

VENDA DE LARANJA

5 NA TERÇA feira, 18 do corrente mez de Dezembro, pelo meio dia, na alameda do Jardim Botanico, se hade arrematar, se o preço convier, a laranja da Cerca de S. Bento e a tangerina e laranja do Jardim Botanico.

SAUDE E ECONOMIA

6 ACIDO salicylico, cuja introducção em França como conservador dos alimentos e das bebidas, é ainda tão recente, já dotou a medicina do melhor de todos os medicamentos contra o rheumatismo e gotta.

Uma communicação á academia de Paris, pelo sr. Germain See, primeiro medico do hospital Hotel Dieu de Paris, diz o seguinte: as curas pelo salicylato de soda não se podem negar, sobre 58 experiencias apenas uma não deu resultado; as dôres desappareceram o mais tardar depois de 3 dias, quasi sempre depois de 24 horas: em 21 experiencias contra a gotta, 7 de gotta aguda e 6 de gotta chronica tiveram uma cura rapida, os outros doentes sentiram-se notavelmente alliviados.

Em summa um methodo que dá 95 p. c. de curas é preferivel a quaesquer outros até agora conhecidos, que quasi sempre não dão resultado senão depois de 36 dias de tratamento.

O salicylato de soda *Schlumberger*, acido salicylico, salicylico de zinco, dito de potassa, caixas de pastilhas, pós e agua de salicylato para os dentes, frascos de pillulas, vinho, glycerina, agua hygienica e pillulas de salicylato de Lithinia:

DEPOSITO EM COIMBRA

FREDERICO FERREIRA

46 — RUA DA CALÇADA — 48

COIMBRA

VENDA DE BENS

7 NO dia 16 do corrente, pelas onze horas da manhã, se hão de vender em praça particular, se o preço convier, na villa de Montemór-o-Velho, os bens abaixo designados:

Campo da Borralha

18 aguilhadas de terra no sitio da Saveira.
3 ditas no sitio do Burel.
6 ditas no sitio da Contenda.

O dominio directo de 50 alqueires de milho e duas gallinhas, impostos nas terras seguintes: 2 aguilhadas de terra no sitio do Redondinho, freguezia da Carapinheira; 16 ditas no sitio das Gafanhas, limite do Val Camora, freguezia das Meãs; 5 e meia ditas a que chamam á Ribeira em Valle de Negro, freguezia da Carapinheira; de que são emphyteutas Joaquim Pardal o irmão Antonio Pardal, do Casal do Matto, freguezia da Carapinheira.

20 aguilhadas nas Direiras no Campo da Borralha.
10 ditas no sitio da Saveira.
3 ditas na Travessa.
20 ditas no Alcarnachal.
10 ditas ao Porto de Verride.
10 ditas no mesmo Campo de Verride.
14 ditas que viram no Reguengo da Corôa.
3 ditas na Saveira.
5 ditas nas Retortas.
36 ditas nas Arroteas.
8 ditas na Carreira de Montemór.
3 ditas ao pé do rio, proximo á Ereira.
Um celleiro em Montemor-o-Velho.

Campo da Povoa

24 aguilhadas de terra no sitio das Eiras.

Campo de S. Silvestre

16 aguilhadas de terra no sitio da Torre.
12 ditas no sitio dos Besteiros.
10 ditas no sitio dos Padrões.

Para esclarecimentos pódem dirigir-se ao solicitador Abilio Maria Ladeiro, que está encarregado da venda das alludidas propriedades.

8 NOVO ESTABELECIMENTO de tabacos com grande variedade, assim como genebra e vinhos do Porto; variedade de objectos — tudo por preços commodos.

Rua do Infante D. Augusto, 28 a 30.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3170 | Sabbado 15 de Dezembro de 1877 | Anno XXXI

COIMBRA

E' muito grave a situação da Europa. Se não fosse bastante um só ponto negro, apparecem nada menos de tres para intimidar os menos pessimistas.

Mac-Mahon tem posto até agora muitos embaraços na organisação d'um ministerio que satisfaça á maioria da camara dos deputados, e portanto á vontade nacional, de que ella é representante.

Se esse accordo se não realisar, grande conflagração haverá n'aquelle paiz, o qual não é dos que podem pela sua insignificancia deixar de actuar nas outras nações.

Os effeitos de uma guerra civil hão de reflectir-se muito longe.

Ao mesmo tempo a guerra no Oriente vae caminhando para o seu desfecho.

A Inglaterra desamparou cobardemente a Turquia, ganhando com isso o odio mortal que hoje lhe votam os turcos.

Tem-se defendido heroicamente o imperio ottomano, e mostrado o que póde uma nação quando possue verdadeiro amor nacional.

O que succedeu á Turquia deve servir de exemplo ás outras nações. Cada uma conte só comsigo, e escusa de esperar na hora do perigo com o auxilio das chamadas nações alliadas.

Veja-se o que aconteceu em 1864 á Dinamarca, e agora á Turquia.

Apezar da brilhantissima defeza de Osman-pachá, os russos apoderaram-se de Plewna, essa chave dos Balkans, e portanto do caminho de Constantinopla.

Estão em vesperas os russos de impôr as condições á Turquia; e é tal a irritação dos turcos contra a Inglaterra pelos abandonar, que preferirão entrar em transacção directa com os inimigos, do que admittir a intervenção de qualquer outra potencia.

A tudo isto acresce o estado melindroso da saude do pontifice Pio IX. A sua avançada edade e as molestias que soffre fazem receear pela sua existencia.

Do fallecimento do pontifice sem duvida hão de resultar sérias complicações.

Apezar de nos acharmos afastados dos paizes onde se estão dando, ou se receiam essas difficuldades, será motivo de nos felicitarmos, se podermos atravessar essas crises, sem n'ellas nos vermos envolvidos, directa, ou indirectamente.

Joaquim Martins de Carvalho.

Relativamente ao gado cabrum determina o *Codigo das posturas municipaes do concelho de Coimbra*, no artigo 26.º, o seguinte:

«Para qualquer individuo ter gado cabrum é necessario:

1.º Apascental-o em terrenos de sua propriedade, ou n'aquelles de cujo dono tiver obtido licença, por escripto, com especificação dos respectivos limites;

2.º Trazer o gado preso, a não ser propriedade completamente vedada, e não o apascentar de noite;

3.º Não o deixar sair do local a que se referem os numeros anteriores, sem ser açaimado e tambem preso;

4.º Haver conductores para o gado, não podendo cada um conduzir mais que seis cabeças;

5.º Prestar perante a camara fiança idonea ao pagamento das multas e dos prejuizos que o gado possa causar;

6.º Obter licença da camara, que só será concedida satisfazendo o impetrante os requisitos exigidos n'este artigo;

7.º Andarem sempre os conductores munidos da licença e certificado da fiança.

§ 1.º Para o transito de gado de fóra do concelho é preciso:

1.º Ser preso e açaimado, não podendo nenhum conductor guardar mais de seis cabeças;

2.º Virem os conductores munidos de guia da auctoridade local, onde se mencionem o numero de cabeças e os dias por que é valida a mesma guia.

§ 2.º A falta de cumprimento de qualquer das disposições d'este artigo será punida com a multa de 500 a 1$000 réis.»

Estas disposições das posturas têm a execução de quasi todas as mais. São inteiramente como se não existissem.

Da freguezia de Eiras, d'este concelho, temos recebido repetidas queixas dos attentados praticados pelos cabreiros, com a maior impunidade.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLXVIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(continuação)

Em quanto tudo isto se passava em Lisboa, continuava eu a viver em Grijó na maior tranquillidadade possivel, e no melhor commodo que me podia dar o meu estado. Porém o horisonte politico cada vez mais se ennevoava.

O ministerio portuguez, e o regente, collocados entre duas forças, egualmente oppressoras, que eram as de França e Inglaterra, não sabiam decidir-se, e pensavam que trapasseando, e ganhando tempo, impediam o golpe que se estava a descarregar sobre elles. Junot á frente do exercito francez entrava pelas nossas fronteiras, e já estava quasi ás portas de Lisboa, sem que os estupidos governantes déssem fé da sua marcha.

D. João, principe regente, toda a sua côrte, e muita mais gente, que quiz seguir-lhe a sorte, corriam espavoridos a metter-se nos navios como homens que, vendo a casa incendiada, saltam pelas janellas. Um feliz golpe de vento salvou todo este rebanho desordenado e timido, e fez com que não cahisse no poder dos francezes.

O regente, fugindo, só teve boca para nomear uma regencia, e pedir aos portuguezes, que cobardemente desamparava, recebessem *como amigos* os seus conquistadores; recommendação, que ao depois serviu de titulo para perseguir os que a tinham cumprido!

Meu irmão Bento, que por ser official de marinha, já estava embarcado em uma embarcação de guerra, não poude seguir a procissão, porque o navio não estava ainda em estado de navegar. Tudo isto aconteceu nos fins do anno de 1807.

Anno de 1808 a 1810

O meu poderoso protector, de quem já fallei, Lucas de Seabra, não se esqueceu de mim, e creio que a primeira ordem, que fez passar á regencia, foi a da minha restituição. Esta me foi immediatamente communicada, e eu parti para Lisboa no principio de 1808, deixando com saudades os meus novos companheiros, que tão amigavelmente me haviam sempre tratado.

Já não fiz a viagem a Lisboa como a tinha feito na primeira vez que para lá fui, isto é, na *diligencia*, que poucos annos durou: porque entre nós o que não ha, ou nunca houve é o que se chama *Providencia*, pois que ainda quando se faz uma cousa boa, não se sabe conservar.

Fui recebido pelos meus velhos companheiros com as maiores demonstrações de amisade, e o abraço que recebi do meu amigo prior, foi sincero. Todos, ainda os mesmos, que eu suspeitava haviam sido causadores do meu desterro, não faltaram a este signal de etiqueta, que eu tomei mais por veracidade do seu crime do que pelo prazer de me verem restituido.

Achei a casa toda occupada por francezes, officiaes, e soldados de artilheria vivendo todos na melhor harmonia, e confessando os estrangeiros que nunca em parte alguma haviam sido tão bem tratados.

O prior era homem mui polido, como cavalheiro que era, e fazia as honras da casa com toda a bizarria, de maneira, que toda a officialidade franceza, tanto a que tinhamos em casa, como a que estava alojada por outras partes, dizia abertamente, que era digno de ser *bispo*, e que o havia de ser.

Faltava-lhe porém um requisito, para poder ainda ser mais bem avaliado; não sabia fallar uma palavra franceza, e por consequencia, vendo-se com esta falta, ao passo que tinha negocios tão importantes que tratar com a nova gente, desde logo me disse, que eu havia de ser só o seu lingua, e o unico que soubesse do que fosse preciso tratar. É bem de ver que eu nada lhe podia recusar, e me offereci para tudo o que fosse necessario. Eis-aqui collocado eu nas circumstancias de andar sempre com elle pela porta fóra.

O negocio mais grave que então tinhamos que tratar era o pagamento da quota que nos havia de caber para satisfação da estulta e impolitica contribuição de guerra, que nos havia imposto Napoleão em uma das suas horas de delirio, porque nem foi a ultima, nem a mais fatal e perigosa que teve.

Bem que muitos dos officiaes mais influentes nos diziam, que haviamos de ser mui benignamente tratados em attenção aos bons serviços que prestavamos ao exercito francez, todas estas boas palavras não nos bastavam; era preciso entrar mais no fundo do negocio, e tratal-o com quem elle directamente devia ser decidido. N'estes termos procuravamos todas as altas estações onde podia ser melhor discutido, e achar-se quem o advogasse. Ora iamos a casa de um general ou outro, como Tiebau, Laborde, Loison, &c. ora ao thesouro, ás audiencias do ministro das finanças Herman.

Quando andavamos n'estas continuas corridas sem ainda apparecer luz alguma, que nos guiasse ou désse esperanças, se nos abriu um caminho, que teve os melhores resultados.

Havia um official que, sem estar alojado em S. Vicente, ia comtudo lá frequentes vezes visitar os seus amigos. Este official, por nome Vidal, e que dizia ser parente de um nosso desembargador do mesmo nome, era um dos ajudantes do general Tiebau, chefe do estado-maior de Junot, e que passava por homem generoso, e de excellente caracter. Fiz as diligencias para ter mais intimidade com elle, e o consegui.

Uma vez em conversação ácerca da contribuição que nos seria lançada, deu-me logo a entender que por meio do seu general poderiamos conseguir muito. Dei parte d'isto ao prior, e este me incumbiu, que entrasse com elle, se possivel fosse, em negociação, e que sendo necessario estipulasse, ou offerecesse premio até á quantia que alli logo calculámos que se podia dar.

O negocio até alli tratado, por assim dizer, com todo o disfarce, chegou em fim ao ponto de me dizer o tal Vidal sem rebuço, que o seu general faria tudo, mas que era preciso dar-lhe um *presente*. Foi isto o que eu quiz ouvir.

Em consequencia lhe fallei tambem com todo o desembaraço, e lhe disse: — Bem está; estamos de accordo; porém o presente ha de ser na proporção da quantia de que formos alliviados.

Concordou nisto o meu homem, porém já hoje me não lembra a quantia de que fomos alliviados; porque nunca esperei chegar a tempo de escrever as minhas memorias, e mencionar o que me aconteceu na minha longa vida, que então parecia ser bem diversa do que tem sido. Lembra-me, porém, muito bem o que demos ao general Tiebau.

(Continuar-se-ha).

Em manifesto desprezo das posturas municipaes lançam o gado cabrum para as propriedades alheias, destruindo as sementeiras e as vinhas.

Os cabreiros são em regra homens destemidos e com altas protecções, e por isso julgam-se habilitados a fazer tudo o que querem, porque sabem que as multas lhes não hão de ser applicadas.

Queixam-se os proprietarios e tornam a queixar-se, mas tudo debalde!

E admiram-se da decadencia da agricultura em certas localidades!

Pois que hão de fazer os proprietarios, vendo que não ha garantias nenhumas para as suas propriedades, e que a camara municipal totalmente despreza as suas proprias posturas, logo que isso lhe convenha para fins eleitoraes?

E' assim que se administra o concelho de Coimbra.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A AFRICA PORTUGUEZA

Estão já publicados 4 numeros da *Africa Portugueza*, novo e muito interessante periodico de Lisboa; sendo alternadamente um numero em portuguez e outro em francez. E' seu proprietario e redactor principal o sr. Caetano de Magalhães.

Começou alli a publicar-se uma valiosa revista de bibliographia, relativa á Africa. E' por ordem alphabetica, e vae no principio da lettra D.

O erudito investigador teve necessariamente um trabalho insano para organisar um catalogo tão desenvolvido de livros, opusculos, mappas geographicos, periodicos, artigos e outras especialidades que se têm occupado da Africa.

Ficará sendo um indicador muito util para quem quizer saber tudo o que ha a esse respeito.

Basta dizer que só das publicações principiadas pelas tres lettras, A, B e C, que é as que estão concluidas, menciona 79. Por ahi se póde ver o que ainda falta nas restantes, e a extensão que terá esta lista.

A redacção da *Africa Portugueza* pede a quem tiver conhecimento de mais algumas publicações, além das que vão sendo mencionadas, lh'as indique, para tornar aquella noticia bibliographica o mais completa que fôr possivel.

Annuindo a esse pedido, em seguida mencionamos hoje mais 27, que alli não vemos, e que pertencem exclusivamente ás das tres lettras alphabeticas, A, B e C, já catalogadas.

São estas:

— *Affonso Africano, poema heroico da presa d'Arzilla, e Tanger, dirigido a D. Alvaro de Sousa, capitão da guarda alemãa de sua magestade, etc. Autor Vasco Mausinho de Quebedo, natural de Setubal. Nova edição.* — Lisboa, na typographia Rollandiana — 1844.»

— *Africa. Extrahido do Atlas ms., feito por Diogo Homem em* 1558, *existente no Museu Britannico. Publicado pelo conde de Lavradio em* 1860. — Lithographia da imprensa nacional de Lisboa.»

— *Africa Central* — Artigo publicado em os numeros do *Panorama* de 24 de Abril e 1 de Maio de 1858, acompanhado de duas gravuras.»

— *Africa Portugueza.*—*Jornada pelo sertão em* 1839. — Artigo publicado em os numeros do *Panorama* de 24 de Fevereiro e 3 de Março de 1841.»

— *Afrique selon les relations les plus nouvelles, pour P. Coronelli, cosmographe de la republique de Venise.* — Carta geographica feita em 1689.»

— *Algumas considerações sobre o estado da Companhia União Mercantil.* — Lisboa, typographia Universal — 1861.»

— *Algumas reflexões sobre a questão do trabalho nas possessões portuguezas d'Africa, por A. de Oliveira Pires.* — Lisboa, typographia Progresso — 1874.»

— *Analyse de la Dissertation pour prouver que les anciens ont fait le tour d'Afrique, et connu ses côtes meridionales.* — (Memoires de l'Academie des Inscriptions.— Histoire, t. VII, p. 79).

— *Anecdotes Africanes depuis l'origine, ou la decouverte des differentes royaumes qui composent l'Afrique jusqu'a nos jours.* — Paris, 1775, em 8.°

— *Angola. Mappa coordenado pelo marquez de Sá da Bandeira e Fernando da Costa Leal.* — 3.ª edição. Lisboa — 1870.»

— *Anna Ginga, rainha de Matamba.* — Artigo publicado em o *Panorama* de 29 de Agosto de 1840; e continuado com esse titulo e acrescentado com o de *Restauração de Angola — Ultimos annos d'esta rainha* — em o numero de 19 de Setembro immediato.»

— *Apontamentos apresentados á commissão encarregada dos melhoramentos da provincia de Cabo Verde, por Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, ex-governador geral da mesma provincia.* — Lisboa, imprensa nacional — 1866.»

— *O Archipelago de Cabo Verde.* — Artigo com gravura, publicado em os numeros 25 e 26 do *Archivo Pittoresco* de 1861.»

— *Bahia de Lourenço Marques. Questão entre Portugal e a Gran-Bretanha, sujeita á arbitragem do presidente da republica franceza. Segunda memoria do governo portuguez. (Replica á memoria ingleza).* — Lisboa, imprensa nacional — 1874.» *(a)*

— *Bases para a reorganisação da Real Companhia União Mercantil, approvadas pelo governo de sua magestade. Esclarecimentos respectivos.* — Lisboa, typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza — 1864.»

— *Boletim official da provincia de Moçambique.*»

— *O Cabo da Boa Esperança.* — Artigo, acompanhado da respectiva gravura, no *Panorama* de 15 de Julho de 1837.»

— *Carta ácêrca do trafico dos escravos na provincia de Angola, dirigida ao ministro dos negocios da marinha e ultramar, pelo presidente da camara municipal de Loanda, A. A. Teixeira de Vasconcellos.* — Lisboa, typographia de José Justino de Andrade e Silva — 1853.»

— *Cercos de Moçambique, defendidos por D. Estevão de Athayde, general e governador d'aquella praça*, por Antonio Durão. — Madrid, 1633, em 4.°»

— *Chronica dos valorosos e insignes feitos d'el-rei D. João II*, por Garcia de Rezende. — Coimbra, na real officina da Universidade — 1798.»

— *Cidade do Cabo da Boa Esperança.* — Artigo com gravura, publicado em os numeros 31 e 32 do *Archivo Pittoresco* de 1862.»

— *A Colonia Portugueza de Mossamedes.* — Extenso artigo, com uma gravura, que se póde ver a paginas 20, 39, 45, 63, 91, 104 e 111 do *Archivo Pittoresco* de 1867. — Tem as iniciaes *B. A.*, provavelmente o sr. Brito Aranha. — Já em o numero 20 do *Archivo Pittoresco*, de 1861, se havia publicado outro artigo, com o titulo — *Mossamedes* — com uma gravura, e com a inicial — *P.*»

— *Colonisação da Africa Oriental.* — Artigo assignado por *Gamitto*, e publicado no *Archivo Pittoresco*, numero 19, de Novembro de 1857.»

— *O Congo.* — Artigo ácêrca do *Congo*, ou *Manicongo*, escripto pelo sr. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, e publicado em o numero do *Panorama* de 4 de Abril de 1840.»

— *Considerações sobre o transporte dos pretos entre as colonias portuguezas d'Africa, escripto do sr. Dr. José Barbosa Leão, publicado no Jornal do Commercio de Lisboa, de* 27 *de Fevereiro,* 1, 4 *e* 9 *de Março de* 1864. *Seguido de duas portarias do ministerio da marinha a que se allude no texto, e de dois additamentos ao mesmo escripto, publicados no Jornal do Commercio de* 3 *e* 8 *de Abril do mesmo anno.* — Lisboa, typographia Universal — 1864.»

— *Continente Africano, etc. Extrahido de um Mappamundi existente no Museu Britannico, por ordem do conde de Lavradio em* 1860. — Lithographia da imprensa nacional de Lisboa.»

— *Costumes supersticiosos nas ilhas de Cabo Verde.* — Artigo no *Panorama* de 21 de Março de 1840.»

Ahi deixâmos indicadas essas 27 publicações relativas á Africa, as quaes se podem addicionar ás 79 já mencionadas pelo periodico a *Africa Portugueza*, nas lettras A, B e C.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

(a) No periodico a *Africa Portugueza* apenas se dá conta da primeira *Memoria apresentada pelo governo portuguez*, e com a data errada. É de 1873 e não de 1875, como alli se lê. Depois da primeira *Memoria* houve em 1874 a *replica* que acima mencionamos.

E ainda ácêrca do mesmo assumpto aqui damos conhecimento da seguinte publicação:

— *Documentos sobre a occupação da bahia de Lourenço Marques na costa oriental de Africa, que na* 1.ª *metade do seculo XVIII fizeram, ou tentaram algumas nações da Europa, especialmente a hollandeza, extrahidos do archivo do governo geral da India portugueza.* — Nova Goa, imprensa nacional — 1873. — 8.° de 29 paginas, de que se tiraram poucos exemplares.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. bacharel José Alberto Corte Real foi nomeado secretario geral da provincia de Macau e Timor.

A escolha para este cargo foi acertadissima, porque o sr. Corte Real tem a aptidão e competencia necessarias para bem e dignamente o desempenhar.

Comquanto seja muito sensivel a falta que ha de fazer o nosso collega na imprensa periodica d'esta terra, não podemos deixar de o felicitar pelo seu despacho, convencidos como estamos de que póde e ha de prestar optimos serviços n'aquellas importantes possessões portuguezas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Tendo nós ha dias reparado a injustiça que se havia feito ao sr. Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos, no artigo *Bibliotheca de Evora*, publicado no *Diccionario Popular*, por se deixar de n'elle mencionar os seus relevantes serviços; dirigiu-nos o nosso amigo a carta que abaixo publicâmos.

Ahi nos diz o sr. Telles de Mattos, que além dos seus dois volumes do *Catalogo dos manuscriptos* d'aquella bibliotheca já publicados, chegaram a imprimir-se mais 272 paginas de outro volume, que vinha ser o 4.°, contando com o 1.° do sr. Rivara. Deixou, porém, de continuar esse trabalho, por dissabores que teve.

Console-se o sr. Telles de Mattos, pois que tambem soffreu dissabores o sr. Rivara, quando em Dezembro de 1844 foi a Lisboa solicitar do ministro do reino Antonio Bernardo da Costa Cabral, a impressão do 1.° volume do *Catalogo*. Conseguiu, é certo, a impressão d'elle, a qual se concluiu em 1850; mas como se fosse um grande favor que lhe fizessem! Era essa a paga que lhe davam de um trabalho enorme, que tinha tido para a coordenação do *Catalogo*.

Póde ver-se a esse respeito e d'outras injustiças que foram feitas ao sr. Rivara, no seu logar de bibliothecario da bibliotheca de Evora, o que se diz em umas curiosas notas que acompanham a *Noção de alguns filhos distinctos da India Portugueza, que se illustraram fóra da patria*, coordenado pelo sr. Miguel Vicente de Abreu, e impresso na imprensa nacional de Nova Goa em 1874.

O sr. Telles de Mattos fez reparo em nós, a respeito do sr. dr. Augusto Filippe Simões, não mencionarmos o seu *Relatorio ácerca do museu Cenaculo.*

Cumpre-nos dizer, que possuimos não só esse *Relatorio*, mas egualmente temos sem excepção alguma todos os livros e opusculos que tem publicado o sr. Filippe Simões.

O nosso fim era notar a injustiça que se havia feito no *Diccionario Popular*, em se não mencionar o nome d'aquelle dignissimo bibliothecario da bibliotheca publica de Evora, para o que indicámos apenas alguns dos seus trabalhos. Se quizessemos fallar de tudo teriamos de escrever não só um, mas muitos artigos, e não era esse o nosso intento.

E a proposito diremos, que no mez de Abril de 1870 publicámos no *Conimbricense* tres artigos do sr. Filippe Simões, com o titulo de—*Noticia de alguns serviços prestados em Coimbra e em Evora á historia e á diplomacia* — no terceiro dos quaes elle tornava saliente os serviços muito distinctos dos srs. Rivara e Telles de Mattos, na organisação do mencionado *Catalogo* dos manuscriptos da bibliotheca de Evora.

Tanto o que ahi disse o sr. Filippe Simões com respeito ao sr. Rivara, como ao sr. Telles de Mattos, foi reproduzido em as notas ao já referido opusculo, *Noção de alguns filhos distinctos, etc.* — impresso em Nova Gôa em 1874.

Eis ahi a carta do sr. Telles de Mattos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Amigo e sr. Martins. — No seu artigo relativo á bibliotheca de Evora e catalogo dos manuscriptos d'ella não mencionou que o digno ex-bibliothecario Dr. Augusto Filippe Simões, tão incansavel pelo augmento d'ella, foi quem fez um catalogo de muitas antiguidades dos tempos pre-historicos, romanas, arabes, godas e portuguezas, n'um folheto intitulado: — *Relatorio ácerca do museu Cenaculo*, publicado em 1869. N'elle a paginas 38 vem uma inscripção que a tal *Chorographia* de Baptista dá como inedita em 1876.

Foi por muitos empenhos do meu amigo o sr. Dr. Simões, que fui contemplado com duas portarias de louvor por ter feito o catalogo, de que ha tambem publicada parte do 4.° volume com 272 paginas, contendo noticia de manuscriptos relativos á Theologia, Jurisprudencia, Economia Politica, Philosophia e alguns de Physica e Chimica. — O resto fica para qualquer outra pessoa.

Eu deixei-me de tratar de tal por muitos e graves motivos de que nem eu me quero lembrar. O mesmo aconteceu com o catalogo dos paleotypos, que tambem coordenei. São cerca de 600 obras em latim quasi todas, algumas em hespanhol e italiano, grego, e portuguez, havendo uma em latim e francez simultaneamente.— D'estas, tres são impressas em Portugal. E notarei que só chamo paleotypos aos livros impressos no seculo XV, e digo isto por haver bibliographos que dão aquelle nome a livros impressos até 1530.

É notavel o numero de edições de Veneza, de que ha desde 1472 a 1500, faltando apenas os annos de 1473, 1474, 1475 e 1488. De Paris ha edições de 14 annos, de Roma de 11, Bale 10, Lyon 9, Milão 7, Salamanca 5, Nuremberg 5, Argentina 4, Padua, Barcelona, Sevilha e Treviso, de cada uma 3, e de Florença, Bononia, Burgos, Pavia e Brescia, de cada uma 2; ha 2 de Lisboa e 1 de Leiria.

De Bisuntium, Colonia, Genova, Heidelberg, Lubeca, Modena, Pamplona, Parma, Placencia, Saragoça, Senis, Spira, Toledo, Tolosa, Tubingen, Valença, Valladolid, Villa maior de Mondonedo e Zamora, de cada uma 1 anno.

De todo o seculo XV ha impressos, excepto unicamente o anno de 1474, e os que haja antes de 1470.

Addiccionarei ainda, que tem a bibliotheca paleotypos sem data nem logar, que não é facil attribuir sem duvidas a esta ou áquella localidade e data.

Em quanto ás edições que acima nomeei, notarei que me refiro só aos annos, pois que de algumas, apezar de haver apenas de um anno, ha algumas vezes trez e quatro obras d'esse unico anno.

Por ultimo não posso deixar de agradecer ao meu amigo Martins o modo benevolo com que sempre me tem favorecido e de que eu estou bem longe de ser merecedor. — Creia porém na minha gratidão e disponha de quem é de v. amigo obrigadissimo

Evora, 8 de Dezembro de 1877.

Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos.

P. S. — Do que falta do catalogo dos manuscriptos, a parte mais importante é Medicina, de que ha um tratado de letra do seculo XV, e outros de apolygraphia, e alguns de jurisprudencia, etc., que foram adquiridos posteriormente á impressão da respectiva secção.

No meu fraco entender a parte mais importante é a de *Historia internacional*, onde ha subsidios ineditos e authenticos para a diplomacia e em especial ácêrca do infante D. Duarte, que não foram consultados quando imprimiram um livro sobre este desditoso principe portuguez.

Telles.»

O nosso estimavel amigo o sr. visconde de Ouguella enviou-nos a carta que abaixo publicâmos, a proposito da referencia que fizemos ao seu nome, no artigo inserido em o numero passado, recommendando o jornal que se projecta publicar n'esta cidade, a—*Lucerna*.

As cartas do nosso amigo o sr. visconde de Ouguella são sempre bem vindas.

Que recordações! Que saudades nos causa a lembrança d'aquelles tempos de ha 26 annos, em que nós, os operarios de Coimbra, na mais amigavel fraternisação com os academicos, fundavamos escolas, promoviamos a instrucção gratuita pelo povo!

Aqui temos á vista a *propria minuta* feita pelo sr. Carlos Ramiro Coutinho em Outubro de 1851, do *Relatorio da commissão encarregada de promover a instrucção.*

Que enthusiasmo, e que crenças vivissimas ahi se manifestavam! Que amor pelos principios liberaes e pela instrucção popular!

N'esse relatorio está o plano dos cursos, assim como o nome dos academicos que se prestavam a regel-os: — Albino Augusto Giraldes, Antonio José Teixeira, Carlos Ramiro Coutinho, Filippe do Quental, Jacintho Antonio Perdigão, João Antonio dos Santos e Silva e José Affonso Botelho de Andrade.

N'aquelles tempos havia uma verdadeira fraternisação entre nós os operarios, e os academicos.

Hoje, caro amigo, está isto por cá muito mudado. Os operarios são desprezados como os judeus na edade media!

E' este o progresso da actualidade!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Meu caro amigo. — Lisboa 13 de Dezembro de 1877.

Recebo agora o n.° 3:169 do *Conimbricense*. Sinto-me viver quando me chegam as publicações d'essa minha terra adoptiva.

E v., meu caro amigo, que eu conheci sempre tão enthusiasta, ardendo em crenças, e operario sem descanço n'estas lutas pela instrucção lembra-se ainda de mim?..

Agradeço-lhe do fundo da minha alma a convicção que tem ainda na sinceridade dos meus desejos, e das minhas aspirações... talvez infinitas.

Nós lidâmos e moirejâmos n'esta luta pela educação. Os estadistas, os *sabichões*, os milagreiros, esses, querem muros divisorios nos cemiterios; querem refórmas na camara dos pares, e querem não sei que mais bagatellas com que pretendem illudir-se a si mesmos.

Eu, louvado Deus, assisto de braços cruzados a estas agonias do cyclo fatal d'actual evolução sociologica, e riu-me sósinho das intenções ingenuas com que elles — elles os reaccionarios—pretendem oppor-se á corrente do seculo.

É engraçada a ignorancia profunda dos homens que nos governam. Ignoram que a vida social tem leis tão graves, e tão implacaveis como a vida physica.

Suppõem que quando elogiam o Fontes ou quando incensam o marquez de Avila, que a humanidade fica absorta, e que as leis providenciaes, que dirigem o universo vão parar como Josué fez parar o sol.

É triste que este cantinho do occidente pense assim. Mas pensa — porque Lisboa é a patria dos funccionarios publicos, e vive do orçamento, e não lê, nem quer lêr.

Escreva v. para as provincias do norte, admire-as e respeite-as; é lá que está o movimento, a acção, a energia, e a vida. Nós, não. Somos africanos. Aqui ha a miseria, a falta de vida, e a podridão.

Espero tudo do norte do nosso Portugal. Creio vivamente nas provincias, que nos deram a nossa autonomia. Sei que se lê muito, e que se sabe muito no norte de Portugal.

Espero tudo dos habitantes das nossas montanhas. Com elles conto eu, que sou *portuguez* como elles.

Quero assignar para o jornal. Conte comigo.

Sou o seu do coração.

Visconde de Ouguella.

FIGUEIRA DA FOZ

(CORRESP. PART. DO CONIMBRICENSE)

13 de Dezembro de 1877.

Desde a minha ultima, de 4, têm decorrido um periodo que offereceu commoções a todos os paladares — desde os dias explendidos até o temporal desfeito, desde as harmonias de Bellini e de Verdi até os gritos angustiosos dos naufragos! Sigamos, porém, a ordem chronologica dos factos; e como anteriormente fizemos referencia ás causas que entravam em julgamento, diremos que os reus, nas duas ultimas das quatro unicas audiencias, tiveram sorte adversa dos das primeiras, sendo condemnados por attentarem contra a inviolabilidade da pessoa do cidadão. E a tão pouco se limitou o movimento do tribunal n'esta epocha, e ainda bem!

— Em uma das noutes da semana passada deu uma queda o sr. dr. Lucas Fernandes das Neves, quando sahia de casa de seu enteado, o dr. Elysio, morador no Bairro Novo. Ficou bastante magoado n'uma perna, tendo estado obrigado a não sair por causa de tal accidente.

O que admira é que não tenham acontecido n'aquelle bairro maiores desgraças, pois em noutes escuras os raios beneficos da illuminação municipal não dissipam as trevas que o envolvem. Mas ha mais ainda! Ha mezes que não accendem alguns candieiros, poucos, disseminados por lá, e os banhistas chegaram a perguntar se era *para os obsequiar* que a camara municipal os deixava ás escuras. Se não merece facil desculpa a ausencia de candieiros em local tão concorrido durante o verão, é digno de censura o deixarem apagados aquelles que alli se encontram.

É de esperar que no projectado augmento da illuminação o Bairro Novo seja favorecido com alguns candieiros.

— Ainda na ultima semana baixou do governo civil ordem, para que o administrador do concelho informasse sobre o requerimento de um socio da Assembleia Figueirense, que denunciou a alteração d'alguns artigos dos estatutos, os quaes se executavam como se houvessem a approvação superior depois d'alterados.

Successivamente se têm modificado algumas disposições dos estatutos conforme a conveniencia que se vae reconhecendo em tal operação, e, em todo o caso, cumprindo sempre as formalidades nos mesmos estatutos prescriptas para tal fim, sem que jamais houvesse reclamação de qualidade alguma. Agora, elevando-se as quotas mensaes com o intuito d'augmentar a receita da sociedade, para mais desafogadamente se proceder á construcção de uma casa sua, um socio queixou-se do facto, como illegal, levando até o governador civil a sua reclamação, que aliás podera ter sido feita nas repetidas assembleias geraes que têm havido.

Dividem-se aqui as opiniões a respeito do assumpto. Opinam uns que se deve fazer approvar qualquer alteração dos estatutos, aliás poder-se-ia modifical-os totalmente, sem que a auctoridade competente podesse ter conhecimento de tal; dizem outros que o decreto que os approvou declarava formalmente que lhes seria retirada a regia approvação no caso da sociedade se distrahir dos fins a que se propunha; e que não tendo acontecido isso, e constituindo as alterações effectuadas verdadeiro objecto regulamentar, embora (talvez indevidamente) incluido nos estatutos, não lhes é indispensavel a sancção da auctoridade. E acrescentam que tanto isto foi sempre entendido assim, que o socio que agora reclama, entrou para a Assembleia prevalecendo-se de uma das alterações contra as quaes protesta — qual foi a reducção da joia de 4$500 réis a 800 réis — e que, se as modificações são illegaes, o dicto reclamante não é legalmente socio, porque não se cumpriram com a sua admissão as formalidades dos estatutos primitivos.

Veremos como se resolve esta questão, que prende com o viver intimo da Assembleia n'estes ultimos tempos, e do qual mais de uma vez terei de occupar-me, por importante para esta terra.

— A companhia de Opera Comica Italiana veiu dar tres recitas no theatro Principe D. Carlos, em as noutes de 8, 9 e 10. Houve regular concorrencia, á excepção da ultima recita, durante a qual continuou o vendaval que reinara por todo o dia e que certamente afugentou os dilettantes. A companhia foi geralmente bem recebida, e agradou bastante.

— Foi durante o dia 10 que se experimentou aqui o tempo mais desabrido e o vento mais furioso, que ha muito nos lembra ver. Como era de esperar, causou bastantes estragos nos campos e povoações, derrubando arvores e cearas, destelhando casas, e fazendo avarias semelhantes.

Corrido pelo tempo e com agua aberta e avaria no panno, veiu encalhar na praia, adeante da Fonte dos Soldados, o hiate *Aurora Odemirense*, que a 7 sahira de Lisboa para Vianna, com carga diversa, 7 pessoas de tripulação e 1 passageiro, rapazito de 11 annos d'edade. O sinistro deu-se pouco depois das 6 horas da tarde. Quando o navio encalhou, atravessando-se, a tripulação começou a gritar, e por esta fórma chamou á praia muitos dos pescadores que habitam proximo, os quaes poderam segurar a ponta de um cabo lançado de bordo, e pelo qual se salvou a tripulação.

Deu-se, porém, a fatalidade que o pobre rapaz passageiro tinha sido mandado para a camara, cuja porta e escotilha haviam sido fechadas; e, como ao abandonar a tripulação o navio o mar salvava o casco frequentes vezes, por este motivo ou por esquecimento talvez desculpavel n'aquelle caso, lá deixaram a creança fechada.

Por felicidade ás 10 horas poderam ir a bordo, e encontraram-o deitado no beliche, sem ao menos desconfiar do perigo que correra durante aquellas quatro horas em que, sem o saber, esteve entregue ao furor do mar embravecido sósinho e abandonado dentro do navio! Foi grande o seu espanto quando se achou em terra, no meio de tanta gente estranha; e não foi menor a satisfação d'este, e de quantos mais julgavam que se não encontraria alli senão um cadaver, vendo desvanecidas as suas justissimas apprehensões.

No local do sinistro appareceram de prompto as auctoridades competentes, providenciando convenientemente. Na maré seguinte o mar despedaçou o navio, e a carga começou a ser arrojada á praia, pela qual depois andava muita gente a apanhar café, como outr'ora apanhava conchas. A carga era valiosa, e constava de café, assucar, sabão, azeite, velas de cebo, etc.

Hontem effectuou-se por parte da alfandega a venda, em hasta publica, dos pedaços do casco do navio dispersos pela praia. Renderam uma insignificancia, existindo depositados varios objectos de mais valor, como ferros, correntes, retrancas, etc., assim como alguma parte da carga, mas insignificante — barris d'azeite, chumbo em barra, etc.

A perda foi total, assim se póde dizer; e assevera-se que navio e carga não estavam no seguro.

— Antehontem appareceu, meio coberto d'areia, e proximo da secretaria das obras da barra, o cadaver de uma creança recemnascida, que se diz não ser de tempo. As auctoridades procedem a averiguações sobre se houve, ou não, um crime denunciado pelo apparecimento do cadaver.

— A crescente importancia commercial da Figueira, e o resultado das obras emprehendidas para melhorar a sua barra, deprehendem-se bem do movimento do porto que tem successivamente augmentado, muito especialmente em relação á qualidade de navios que o frequentam e tonellagem que medem.

Nos periodos abaixo indicados em annos economicos encontra-se a media annual seguinte:

1864-69	nav. entr.,	365,6	tonel.,	23.700 mc.
1869-74	»	349	»	26.008
1874-77	»	489,3	»	34.941

N'estes tres ultimos annos o numero de navios redondos (escunas, patachos, lugres, brigues, etc.) foi respectivamente de 90, 76 e 72, sendo estrangeiros 89, 67 e 60; o que prova tambem o desenvolvimento que aqui vae tendo a navegação nacional, n'outro tempo tão importante, e que tanto decahira. Para isso concorrem muito as relações directas que se têm estabelecido ha pouco com o Brazil, para onde se recomeçou a fazer a exportação dos acreditados vinhos da Figueira em navios sahidos d'aqui em direitura.

Mais tarde (que esta vae demasiado longa) publicaremos uma estatistica sobre o assumpto, que é importante.»

COMMUNICADO

Sr. Martins de Carvalho. — Taboa 12 de Dezembro de 1877. — Remetto n'esta data para o *Progressista* d'essa cidade o artigo abaixo transcripto, o qual tambem desejava ver publicado no *Conimbricense*, de que sou assignante ha uns poucos de annos. Por este favor se confessará muito agradecido o

De v. mt.° att.° venerador e obrigado cr.°.

José Ramos Nogueira.

Acaba de me ser mostrado o n.° 627 do jornal o *Progressista* em data de 6 do corrente, onde no artigo principal se encontra o seguinte periodo que me diz respeito: — *Em Taboa o juiz, alem do mais que fez, esteve a guardar a urna durante a noite na companhia dos chefes regeneradores.*

Assistindo-me o direito de defeza e invocando a garantia que me concede o art. 9.° da carta de lei de 17 de Maio de 1866, espero que v. se dignará transcrever em o numero immediato do seu jornal o que vou dizer em resposta á accusação.

Declaro mui terminantemente que não tomei parte directa nem indirecta na luta eleitoral, que ha pouco se feriu n'este concelho,

e provoco os srs. influentes de uma e outra parcialidade a demonstrarem o contrario.

Não estive tão pouco a guardar a urna na egreja durante a noite, porque ella foi guardada por tropa de linha e vigiada tambem pelos influentes das duas parcialidades, ou pessoas de sua confiança. É verdade que fui n'essa noite á egreja e alli estive algum tempo, não a guardar a urna como já disse, mas a conversar com alguns amigos meus, do partido regenerador, que lá se achavam; porém quando eram horas de recolher-me, sahi para minha casa, dizendo até na despedida, que me não demorava mais, para que ninguem se lembrasse de dizer que eu estava alli a vigiar a urna.

Bem longe estava eu de acreditar que houvesse alguem tão apaixonado e de animo tão intriguista e miseravel, que fosse levar a v. a insidiosa informação de que o juiz de Taboa, além do mais que fez, estivera a guardar a urna durante a noite!

Eu, que não tinha voto na assembleia, por estar recenseado n'outro concelho; que não fallei a eleitor algum, para votar ou deixar de votar na eleição, como todos bem sabem n'esta comarca (e pago a 1$500 réis todos os votos que demonstrarem que eu arranjei, ou tentei arranjar para esta eleição) havia de limitar os meus serviços ao partido da opposição, a ir guardar a urna, que se achava guardada por soldados?!

E não trabalhei n'esta eleição, como não tenho trabalhado em eleição alguma desde que entrei para a vida da magistratura, para não me desviar de certos principios que impuz a mim mesmo e que conto guardar em quanto podér; mas se tivesse trabalhado na eleição, creia, v., sr. redactor, que não duvidava dizer-lh'o d'este logar, pois não me mettiam medo as iras dos adversarios, e creia tambem que havia de arranjar alguns votos, que era isso serviço de mais valia, do que ir vigiar a urna, quando a guardavam soldados.

Digam pois tudo o que eu fiz; não occultem cousa alguma, que estou morto por ver isso que deixaram no tinteiro — o mais que fiz! — Do vago, do indefinido, é que ninguem póde gostar; nem esse modo de accusar é proprio das pessoas de bem.

De v. muito venerador — *José Ramos Nogueira.*

NOTICIARIO

Jury commercial. — Na quarta feira dedidiu o jury commercial d'esta cidade, não haver logar para a abertura da fallencia do sr. Francisco Lopes Gavicho Tavares de Carvalho, em rasão de não ter havido cessão de pagamentos, e do seu activo ser maior do que o passivo, segundo o inventario apresentado pelo curador fiscal.

Foi advogado por parte do banco do Douro o sr. bacharel Miguel Moreira da Fonseca e por parte do sr. Gavicho o sr. dr. Avelino Cesar Augusto Maria Calisto.

Roubo. — Renovam-se outra vez os roubos n'esta cidade.

Em a noute de quinta para a sexta feira abriram a porta da loja do sr. Joaquim Maria de Almeida, com deposito de sabão na rua da Sophia, entraram dentro, foram ao interior da loja, arrombaram uma gaveta, e d'ella roubaram perto de 200$000 réis, que alli se achavam.

Fizeram isto os ladrões muito descansadamente, apezar da Sophia ser uma das ruas de maior concorrencia da cidade; da porta da loja ter uma fechadura muito forte; e de estar a pouca distancia de duas guardas — a do quartel da Graça, e a de Santa Cruz!

Fallecimento. — Na quinta feira de madrugada falleceu n'esta cidade o sr. bacharel Manoel José da Costa Guimarães, de Figueiró dos Vinhos.

Tinha ido para a Figueira a fim de ver se se restabelecia dos seus incommodos. Como o não conseguisse veiu para esta cidade, onde infelizmente terminou seus dias.

Sentimos o seu fallecimento, e damos os pezames á sua familia, que aqui veiu para lhe minorar os soffrimentos.

Outro. — Na quinta feira falleceu de um ataque apopletico, na sua casa de Cascouha, freguezia de Sernache, e na avançada edade de 87 annos, o sr. bacharel Adriano José Jacob.

Acompanhâmos a seu filho e nosso amigo o sr. bacharel José Maria Jacob, no seu profundo pezar por este infausto acontecimento.

Os Dois Mundos. — Recebemos o 3.º numero d'este magnifico periodico illustrado.

Traz como em os numeros anteriores primorosas gravuras. São a da imperatriz d'Austria, D. Isabel Maria Eugenia; — as plantas carnivoras do Jardim Botanico de Kew, em Londres; — um pic-nic na Russia; — o boticario da edade media; — a fome na India; — e as sentinellas nocturnas dos turcos em Chipka no Oriente. As gravuras vem acompanhadas dos artigos competentes.

Todos os elogios serão poucos para uma publicação tão importante e de tão elevado merecimento.

O procurador de si mesmo. — Com este titulo publicou-se em Lisboa uma *Guia indicadora das diligencias a seguir em todos os tribunaes e instancias do fôro commercial, civel, criminal, ecclesiastico ou administrativo, e nas secretarias de estado, comprehendendo formulas de petições, tabellas de salarios e mais esclarecimentos necessarios ao pleiteador e ao requerente, pelo dr. Narciso Monte Leão & Costa Pereira.*

A publicação é feita em tres partes separadas. A 1.ª tem aquelle titulo geral; a 2.ª trata do *processo commercial*; e a 3.ª do *processo civel.*

Cada uma parte custa 160 réis.

Esta publicação é de um uso quasi geral, e indispensavel á maior parte das pessoas.

Quem a quizer toda, ou as partes em separado, póde dirigir-se ao sr. Costa Pereira, rua dos Lagares, n.º 44, 3.º andar, em Lisboa; enviando a importancia em estampilhas.

Noticias de França. — *Paris*, 13, *á noute.* — Está constituido o gabinete Dufaure. Os decretos da sua nomeação devem apparecer ámanhã na folha official. É composto da forma seguinte:

Dufaure, presidencia e justiça — Marcère, interior — Waddington, estrangeiros — Bardoux, instrucção — General Borel, guerra — Almirante Pothuau, marinha — Léon Say, finanças — Teisserene de Bort, commercio — Freycinet, obras publicas.

Guerra do Oriente. — *Bucharest*, 13 *á tarde.* — Pormenores da rendição de Plewna. Na noite precedente os turcos evacuaram o reducto de Krischina e todas as posições de Monteverde, que Skobeleff occupou ás 4 horas da manhã. Os turcos atravessaram o Vid, atacaram furiosamente e quasi aniquilaram o regimento de granadeiros de Siberski, e apoderaram-se de uma bateria, ficando então expostos ao fogo de cem canhões da segunda linha e aos ataques simultaneos dos granadeiros. Os turcos apezar de repellidos, continuaram a bater-se entrincheirados na margem do Vid até ás 12 e meia horas. Cessou então o fogo e Osman-pachá enviou o parlamentario. As perdas dos russos são avaliadas em 1:500 homens.

Desde hontem que está travada grande batalha entre Suleyman-pachá e o czarwitch.

ANNUNCIOS

Venda de casas aos Arcos do Jardim

1 NO DOMINGO, 23 do corrente, pelas 11 horas da manhã, hão de vender-se em praça particular, se o preço convier, uma morada de casas de um andar, lojas e sobre-lojas, sitas aos Arcos do Jardim, onde morou a fallecida Maria Victoria, as quaes se vendem para partilhas entre maiores.

A praça effectuar-se-ha nas mesmas casas.
Coimbra 11 de Dezembro de 1877.
Isaac Torres Veiga.

2 NA LIVRARIA do sr. Manoel d'Almeida Cabral e na confeitaria de Innocencia Maria da Conceição, estão á venda — Tabellas dos preços dos liquidos por litro, seus multiplos e submultiplos, comparados com os de quartilho, não só necessarias aos vendedores, como tembem aos compradores. Preço de cada uma 30 réis.

ATTENÇÃO

3 FRANCISCO MARIA IGNACIO, solteiro, d'esta cidade, previne o publico de que não compre ou faça qualquer contracto com Manoel Mendes de Campos, Isaac Torres Veiga e José Matheus de Campos, a respeito de umas casas sitas aos arcos de S. Bento, n.º 18 e 19, sem o annunciante ser ouvido, porquanto é elle o cabeça de casal da herança que ficou por obito de sua mãe, e ainda se não procedeu a inventario ou partilha amigavel dos bens da mesma herança, pelo que está *pro indiviso*, e sujeita a pagamento de dividas.

COMPENDIO DE DOUTRINA CHRISTÃ

COORDENADO

Segundo o programma official e destinado ao uso dos alumnos de instrucção primaria

POR

JOÃO DA COSTA MELLO JUNIOR

4 VENDE-SE nas principaes livrarias.

Preço........ 100 réis

Ajudante de pharmacia

5 PRECISA-SE n'esta cidade d'um que tenha pelo menos 22 annos de edade e 4 annos de pratica, concedendo-se-lhe cama, mesa e licença para estudos. O que estiver neste caso e apresentar boas abonações, póde dirigir-se a esta redacção, onde se darão os esclarecimentos.

6 ARRENDA-SE por 30$000 réis até ao S. João seguinte de 1878, umas casas com duas portas, e cinco andares, na rua dos Sapateiros, pertencentes ao sr. José Areosa. Quem as pretender póde dirigir-se á loja de mercearia, n.º 8 e 10, na mesma rua dos Sapateiros, n'esta cidade.

AGRADECIMENTO

7 D. MARIA RITA FREIRE SALTER DE SOUSA CID e D. Maria das Dores Pedro Carvão, agradecem, summamente penhoradas, a todas as pessoas que se dignaram acompanhal-as na sua dôr profunda, pelo fallecimento de seu filho e esposo, o bacharel Manoel José da Costa Guimarães; protestando a todos eterno reconhecimento: e em especial ao Illm.º sr. Augusto Cesar dos Santos, d'esta cidade, que não se poupou a trabalhos e desvellos, na occasião do triste passamento do fallecido.

O MESTRE POPULAR

(O FRANCEZ SEM MESTRE)

8 DESCOBERTA inapreciavel para toda a pessoa que quizer aprender só, com pouca despeza e no mais curto espaço de tempo a lingua franceza. Traduzido do inglez, para uso dos portuguezes, por Joaquim Gonçalves Pereira. Um numero por semana a 60 réis. Curso completo ou 52 numeros, 3$120 réis.

Recebem-se assignaturas em casa do editor Joaquim Gonçalves Pereira, rua das Flores, 15 — Figueira da Foz, e nas principaes livrarias do reino.

HERANÇA

9 ROGA-SE a todos os parentes, herdeiros de Antonio Gomes de Mendonça, fallecido no Rio de Janeiro, em Outubro proximo passado, que não façam venda do que lhes possa caber por herança do mesmo fallecido, pois que consta que para aqui vieram especuladores, porquanto a fortuna arrecadada no consulado do Rio de Janeiro monta já a mais de setecentos contos, e não vão ser usurpados os mesmos herdeiros.

10 QUEM QUIZER comprar uma morada de casas de 3 andares na rua dos Estudos, n.º 38, na mesma casa se dirá com quem se trata.

VENDA DE BENS

11 NO dia 16 do corrente, pelas onze horas da manhã, se hão de vender em praça particular, se o preço convier, na villa de Montemor-o-Velho, os bens abaixo designados:

Campo da Borralha

18 aguilhadas de terra no sitio da Saveira.
3 ditas no sitio do Burel.
6 ditas no sitio da Contenda.

O dominio directo de 50 alqueires de milho e duas gallinhas, impostos nas terras seguintes: 2 aguilhadas de terra no sitio do Redondinho, freguezia da Carapinheira; 16 ditas no sitio das Gafanhas, limite do Val Camora, freguezia das Meãs; 5 e meia ditas a que chamam a Ribeira em Valle de Negro, freguezia da Carapinheira; de que são emphyteutas Joaquim Pardal o irmão Antonio Pardal, do Casal do Matto, freguezia da Carapinheira.

20 aguilhadas nas Direiras no Campo da Borralha.
10 ditas no sitio da Saveira.
3 ditas na Travessa.
20 ditas no Alcarnachal.
10 ditas ao Porto de Verride,
10 ditas no mesmo Campo de Verride.
14 ditas que viram no Reguengo da Corôa.
3 ditas na Saveira.
5 ditas nas Retortas.
36 ditas nas Arroteas.
8 ditas na Carreira de Montemór.
3 ditas ao pé do rio, proximo á Ereira.
Um celleiro em Montemor-o-Velho.

Campo da Povoa

24 aguilhadas de terra no sitio das Eiras.

Campo de S. Silvestre

16 aguilhadas de terra no sitio da Torre.
12 ditas no sitio dos Besteiros.
10 ditas no sitio dos Padrões.

Para esclarecimentos pódem dirigir-se ao solicitador Abilio Maria Ladeiro, que está encarregado da venda das alludidas propriedades.

NOVO ESTABELECIMENTO

12 GUALDINO CARLOS DE CARVALHO, annuncia ao publico, que abriu o seu novo estabelecimento de mercearia, vinhos finos engarrafados, licores diversos, toda a qualidade de bolacha nacional e estrangeira, boa passa de Malaga e figo do Algarve, e cereaes; e tambem tenciona vender tabacos de Janeiro em deante.

Rua dos Sapateiros, 8 e 10.

13 NOVO ESTABELECIMENTO de tabacos com grande variedade, assim como genebra e vinhos do Porto; variedade de objectos — tudo por preços commodos.

Rua do Infante D. Augusto, 28 a 30.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno........ 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno........ 3$160
Por semestre........ 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre........ 1$730
Por trimestre........ 800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre........ 865

Numero 3171 | Terça feira 18 de Dezembro de 1877 | Anno XXXI

COIMBRA

Começou em Lisboa, com o titulo de *Contemporaneos illustres*, uma publicação muito interessante. E' seu auctor o sr. F. J. Pinto Coelho.

O primeiro livro contém a biographia do sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Vasto campo se offerecia ao biographo, pois que o sr. Fontes tem um largo tirocinio na vida publica, e os seus actos como ministro e como parlamentar, apezar dos erros commettidos, são numerosos e de alta valia.

O defeito principal do sr. Fontes, devemos dizel-o por ser a verdade, é de gastar mais do que a nação póde; e muitas vezes não empregar a rigorosa e necessaria fiscalisação no emprego dos dinheiros do estado.

A celebre expressão usada por s. ex.ª n'uma das sessões do primeiro ministerio regenerador — *A nação póde e deve pagar mais* — fez irritar muito os animos dos contribuintes, que já se viam sobrecarregados com impostos, os quaes têm successivamente ido em augmento de um modo tão prodigioso, que hoje a propriedade pouco rende; resultando d'ahi, que o capital procura de preferencia os fundos publicos.

A par, porém, d'esses defeitos, o sr. Fontes tem prestado incontestaveis serviços á nação; e ainda que muitos melhoramentos se haviam necessariamente de effectuar pela ordem natural do progresso, viriam comtudo demasiado tarde, e Portugal continuaria por longos annos muito áquem das outras nações.

O sr. Pinto Coelho publica desenvolvidos extractos dos discursos do sr. Fontes, e com effeito é n'elles que mais e melhor se póde apreciar o illustre estadista.

Na épocha em que s. ex.ª se via obrigado a defender na tribuna os actos da sua administração, tinha por adversarios intransigentes, especialmente n'esta cidade, muitos d'aquelles individuos, que por especulação pessoal hoje se declaram seus parciaes.

E é outro defeito do sr. Fontes — ter muitas vezes em menos conta aquelles de seus partidarios, que entendem dever conciliar a sua dedicação com a necessaria independencia de caracter; dando de preferencia accesso a aventureiros, que são incapazes de ter crenças politicas.

Ainda não esqueceu o que esta cidade presenceou, quando em Julho de 1876 aqui veiu s. ex.ª servir de padrinho em um doutoramento. Foram postos de lado e desconsiderados antigos e dedicados partidarios, para se dar importancia a adventicios, que ninguem tinha visto senão em guerra aberta com o partido regenerador.

Não ha, portanto, que admirar na reacção operada por varios cidadãos do partido regenerador d'esta cidade, em desaffronta da estulta marcha politica que ahi houve nos ultimos seis annos.

E podemos pela nossa parte fallar desassombradamente; porque, apezar de tudo o que tem havido, nos conservámos afastados dos partidos militantes, sem que as inauditas e incessantes injurias e perseguições que temos soffrido, hajam sido sufficientes para nos fazer passar para as fileiras de qualquer partido, alheio áquelle a que sempre pertencemos.

Mas nem todos podem ter a nossa paciencia. Nem todos supportarão impassivelmente as affrontas, as villanias, as infamias sem nome que se arremessam a cidadãos encanecidos nos trabalhos, e na dedicação ao partido regenerador. Soffre-se a guerra dos adversarios, mas não se póde supportar com indifferença as torpezas e malevolencia dos chamados correligionarios politicos.

São, na verdade, *insignificantes* aquelles que estiveram por mais de 20 annos a prestar relevantissimos serviços ao partido regenerador; — aquelles que não recuaram nunca deante dos maiores sacrificios, para serem leaes ao partido em que se haviam alistado!

E ainda que esses cidadãos fizessem alguma falta ao partido regenerador, era ella larga e amplamente compensada pela substituição de outros muito mais dignos a todos os respeitos! A superioridade d'estes prova-se magnificamente pelos factos, entre os quaes bastará mencionar um só, tanto para sua honra, como para gloria da *actual regeneração.*

No dia 19 de Dezembro de 1864 deu o partido regenerador d'esta cidade um explendido jantar, na quinta de Santa Cruz, aos distinctos estadistas, chefes da opposição, os srs. Fontes Pereira de Mello e José Maria do Casal Ribeiro, hoje conde do Casal Ribeiro.

Para esse acto altamente politico tiveram de se vencer grandes difficuldades, e de differente genero. O partido regenerador esteve em risco de passar em Coimbra pela grande vergonha de não poder effectuar essa importante manifestação.

Quem é, porém, que resolveu esses graves embaraços? Foram exactamente aquelles *insignificantes* agora ridiculisados, insultados e affrontados por um modo torpissimo!

No dia immediato ao do referido jantar, recebemos um convite dos srs. Fontes Pereira de Mello e Casal Ribeiro, para lhes irmos fallar ao hotel do Mondego, ás Ameias, onde se achavam hospedados. Tractava-se de desfazer certos attritos que havia em Coimbra entre alguns membros do partido regenerador.

Dirigimo-nos logo ao dito hotel, e encontrámos ss. ex.as a almoçar.

Deu-nos o sr. Fontes n'essa occasião as provas da maior estima, o que para nós não era caso novo, pois que outras eguaes tinhamos recebido de s. ex.ª durante as nossas antigas relações pessoaes e politicas; — e o mesmo praticou para comnosco o sr. Casal Ribeiro, nosso antigo amigo e companheiro de trabalhos — tanto em Coimbra, na revolução popular de 1846, como em Lisboa, em 1847, quando presos no Limoeiro.

Depois das necessarias explicações, motivo do convite que nos havia sido feito, notamos que muitos dos nossos amigos que alli estavam, se achavam altamente indignados. Fomos logo informados da causa d'isso.

Varios individuos, adversarios politicos do partido regenerador, haviam tido o arrojo de subir ao hotel do Mondego; e proximo á casa em que se achavam os illustres estadistas, tinham praticado toda a qualidade de desproposito e insolencia, dando gargalhadas, dirigindo provocações e insultos ao partido regenerador e em particular aos seus chefes. E tinha custado muito a contel-os e afastal-os d'alli.

Ora os *insignificantes* de hoje eram aquelles que então soffriam estas inju-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLXIX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Fui eu quem lhe entregou o presente. Morava elle no palacio do marquez de Pombal, na rua Formosa, em frente do chafariz. Bem é que se saiba, que tanto eu como o prior tinhamos sempre entrada franca em casa de todas as auctoridades francezas, quer militares, quer civis.

Fui um dia procurar o general, e apenas me annunciei, disseram-me que estava indisposto, e de cama, mas que naturalmente me desejaria fallar, e que lhe iam dar parte de que eu alli estava. Apenas se passaram alguns segundos, fui introduzido no quarto da cama do general, que com effeito encontrei deitado.

Depois dos comprimentos do costume, elle me respondeu, que apenas tinha uma leve indisposição; desejei-lhe um breve restabelecimento; e sem mais cerimonia, disse-lhe: — que o meu prior lhe mandava pedir licença para lhe dar um pequeno signal de reconhecimento da sua gratidão; e ao mesmo tempo lhe puz sobre uma mesa, que estava proxima, um *cartucho de cento e tantas peças!* Sem esperar mais resposta, levantei-me, apertei-lhe a mão, e despedi-me, desejando-lhe tudo o que se costuma dizer que se deseja em similhantes circumstancias.

Confesso porém, que tive mais vergonha em lhe dar aquelle dinheiro do que elle em o aceitar. Mas era assim que os generaes francezes se enriqueciam, e juntavam milhões. Napoleão tinha-os ensinado a todos a *conjugar* o verbo *roubar.*

Não parou ainda aqui o fim d'esta negociação. Poucos dias depois me veiu procurar o ajudante Vidal, perguntei-lhe se o general ficára contente, e disse-me que sim, mas logo accrescentou, que tambem merecia alguma recompensa pela parte que havia tido em toda a negociação. Não havia que replicar. Recebeu tambem uma quantia, que hoje me não lembra, porém, já se entende, muito inferior á que recebêra o seu general.

Entre esta chusma de espoliadores vorazes, encontrei, comtudo, um homem honesto. Vou dizer como isto foi.

Estando eu um dia só no meu quarto, o criado da livraria me veiu dizer, que alli estava um francez, que desejava fallar ao bibliothecario; mas como este alli não estivesse, pedia-me que visse o que elle queria.

Disse-lhe, que o mandasse entrar, e acheime com um homem mui polido, que me deu mil desculpas de talvez me incommodar, e accrescentou, que tendo ouvido fallar em a nossa livraria, como homem curioso, e estrangeiro, a desejava ver.

Respondi-lhe, que ella toda estava ás suas ordens, e bem que eu não fosse o bibliothecario, podia vel-a quando quizessse, porque havia de ser sempre bem recebido. Como já fosse perto da noite, disse-me, que isso ficaria para outro dia.

Fallámos em cousas indifferentes, e despedindo-se, disse-me, que um favor me queria pedir, e era que quando voltasse, permittisse que me procurasse, pois que já tinha feito conhecimento comigo. Com todo o bom modo lhe respondi que sim, e o acompanhei com toda a civilidade por algum tempo, até que elle não consentiu que eu passasse mais adiante.

Alguns dias depois veiu procurar-me, e então me declarou francamente o motivo da sua visita. Disse-me, formaes palavras, que eu o tinha recebido tão bem na primeira vez, que senão atrevera a declarar-me a sua missão, porém que não podia deixar agora de a declarar, e era ella: — Que a livraria

rias; e os auctores d'ellas passaram, decorridos annos, a ser dos mais activos e dedicados agentes do *actual* partido *regenerador* de Coimbra.

Já se vê que aquelles *insignificantes* não fazem nenhuma falta ao seu antigo partido, porque foram substituidos por estes bons cidadãos, e por outros tão dignos e benemeritos como elles!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Tem ultimamente havido n'esta cidade febres intermittentes.

Coimbra era uma terra muito saudavel, mas parece ter perdido de ha tempo a esta parte tão boa qualidade.

O motivo d'essa alteração na salubridade é manifestamente a extagnação das immundicies nos canos das ruas, assim como a falta de limpeza das vallas de escoante ao sair da cidade, exhalando-se d'ellas miasmas deleterios, que vêm inficcionar a povoação.

A primeira necessidade para os povos é a saude; e por consequencia a primeira obrigação das camaras municipaes é providenciar para que haja a possivel limpeza, sem a qual as molestias são infalliveis.

E' isso de que menos se trata em Coimbra, com grave damno dos seus habitantes.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos o Relatorio e contas da Sociedade Philantropico-Academica de Coimbra no anno de 1876 a 1877.

Vemos pela exposição que faz a direcção da sociedade as grandes difficuldades com que teve a luctar durante a sua gerencia.

E' muito para sentir, que uma instituição tão util não tenha sido mais protegida.

Ainda assim, e apezar de todas as difficuldades, têm sido subsidiados 10 academicos, o que com outras despezas importou, desde 4 de Dezembro de 1876 a 30 de Novembro de 1877, na quantia de 1:023$000 réis.

Nota-se não só n'esta, mas em quasi todas as sociedades uma certa desanimação.

Pois a Sociedade Philantropico-Academica não é ainda a mesma instituição que com verdadeiro enthusiasmo foi creada em 1849 e 1850?

A academia de hoje não se compõe de mancebos generosos como os d'aquelle tempo?

Quer saber a actual mocidade academica, como se pensava ha 28 annos na sua classe?

Iremos reproduzir um documento quasi completamente desconhecido, pois nos parece que nem a propria secretaria da Sociedade Philantropico-Academica o possue.

E' o relatorio, que precedia o *Projecto para as bases dos estatutos por que tem de reger-se a sociedade de beneficencia a favor de academicos descalidos.*

Tem a data de 7 de Janeiro de 1850, e foi redigido pelo distincto academico, relator da commissão, o sr. Antonio Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu.

«Senhores!—Quando uma ideia grandiosa desponta pela primeira vez no seio da sociedade, e com seu clarão bemfazejo afugenta espessas e antigas trevas, como a alampada dos ceus no 4.º dia da creação; quando um pensamento sublime, pairando na cupula da egreja christã, é saudado por um brado instantaneo e unisono de approvação, não pergunteis donde nasceu aquella ideia, aquelle pensamento, aquella saudação fervorosa. A corações quasi gastos por seu diturno pulsar quem irá pedir o vigor energico e vivo da religião do amor puro e sancto? De cerebros gelados pelo inverno dos cabellos brancos quem póde esperar o fervor sobre-humano da abnegação evangelica?

E' preciso ser mancebo para sentir o coração a inflammar-se pela contemplação dos mysterios da cruz; é preciso todo o vigor da edade para arrojar o pensamento além das barreiras mesquinhas, em que procuram encerral-o os calculos frios do egoismo dos homens; é precisa toda a pureza do coração virgem para comprehender a santidade de acções generosas, como o sacrificio do Calvario.

E uma d'essas ideias grandiosas, um d'esses pensamentos sublimes surgiu agora de entre vós. E' que as lições da desgraça não são perdidas para a humanidade, quando as recebe uma alma tão joven, como nobre.

Essa alma não aprende para si só, não se entrincheira nas barreiras do egoismo, não se enlamea no charco de sordidos interesses, não fecha logo as azas de suas crenças e pensamentos elevados para descer até rojar no pó do scepticismo: crê e espera; e porque tragou até ás fezes o calix da desventura, é o sonho de sua existencia procurar para os infelizes o balsamo de consolação, que não achou em quanto pertencera áquelle numero.

A quem se refiram estas expressões, bem o sabeis, senhores: permitti-me que eu passe adeante sem aqui proclamar um nome, porque não me atrevo a offender a modestia.

Mas se a principal gloria cabe ao que primeiro concebeu a ideia de fundar uma sociedade de beneficencia para academicos desvalidos, não é pequena a que vos pertence a vós todos, que de um brado unanime approvastes o pensamento, e vos promptificastes para prestar vossos auxilios aquelle empenho grandioso.

A commissão que nomeastes para apresentar as bases dos estatutos, por que a sociedade tem de reger-se, vem hoje perante vós dar conta de seus trabalhos.

A commissão teve em vista dar toda a amplitude á ideia patriotica e ao mesmo tempo eminentemente evangelica de crear um estabelecimento proprio para não morrerem á mingua de auxilios talentos elevados, de quem o paiz que os produziu póde e deve esperar valiosos serviços. Esta ideia que deverá ter occupado um dos principaes logares entre os cuidados de nossos governos, para que nos não collocassemos áquem da civilisação de Constantinopla, pareceu á commissão, que poderia vir a realisar-se convenientemente pelo modo que vos propõe.

Auxilios aos jovens, para quem a fortuna não consiste senão em virtudes e talentos; soccorros aos que de seus serviços ás letras não houveram outro galardão que a pobreza e honra — eis o fim da associação.

Solicitar meios para prestar estes soccorros, e distribuil-os por quem melhor os merecer, sem que nem um só real passe pelas mãos da direcção administrativa — eis o modo por que a commissão entende que deverá organisar-se o regimen da sociedade. Ninguem melhor do que vós poderá avaliar as vantagens de um systema de administração de dinheiro baseado em taes principios.

As bases dos estatutos reduzem-se verdadeiramente a esses dous pontos que manifestam bem qual o fim da sociedade, e qual o meio de chegar a esse fim. Mas a commissão ainda quiz fazer mais: entendeu que na confecção de um projecto de estatutos, e discussão d'elles, ia gastar-se ainda muito tempo: e desejando que a sociedade se achasse quanto antes constituida regularmente, para ver com toda a brevidade realisados vossos desejos, deu a seus trabalhos maior amplitude, formulou as bases dos estatutos, depois desenvolveu-as de fórma que emquanto os estatutos se não concluirem definitivamente, póde a sociedade constituir-se e reger-se por essas bases, caso que sejam dignas de vossa approvação.

Se com o que fizemos conseguimos corresponder á confiança, que em nós depositastes, por de sobejo pagos nos daremos de nossos trabalhos e fadigas.

Coimbra, sala das sessões da commissão 7 de Janeiro de 1850.

José Ferreira de Macedo Pinto, presidente.

Feliciano Augusto de Brito Correia, vogal.
João Carlos Massa, vogal.
Francisco Antonio de Miranda, vogal.
Antonio Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu, secretario e relator.»

A academia de hoje quererá ter menos virtudes christãs, menos amor da sua classe do que aquella que frequentava a Universidade quando se fundou a Sociedade Philantropico-Academica?

Inspirem-se os mancebos da actualidade na doutrina do relatorio que deixâmos transcripto, e de certo a sua associação ha de prosperar e produzir optimos resultados.

Resta-nos como acto de justiça aqui registar os nomes dos academicos que fizeram parte da ultima direcção, e que tantos embaraços tiveram que vencer.

São os srs. João Pereira Forjaz de Sampaio, presidente — José Joaquim de Miranda Branco, secretario — e João Baptista Correia da Silva, vogal.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Aproxima-se o acto importante do recenseamento geral da população do reino.

Convém que se afaste do povo todo o preconceito, que possa fazer com que esta estatistica não represente a perfeita verdade dos factos.

Em todas as nações se comprehende ha muito o que vale o recenseamento da população. Entre nós, porém, é esse serviço pouco conhecido, e ainda menos avaliada a sua utilidade.

O povo póde receiar que o recenseamento recaia em seu prejuizo, e lhe não convenha dizer toda a verdade.

Aos parochos cumpre, portanto, pela sua parte, mais do que a ninguem, concorrer efficazmente para afastar todas as desconfianças que possam apparecer.

E' por isso que o exm.º sr. bispo conde acaba de se dirigir aos parochos, recommendando-lhes todo o auxilio na organisação do recenseamento.

Em razão do contacto constante com o povo, estão em circumstancias especiaes de o persuadir ao cumprimento dos seus deveres, coadjuvando em tudo o mais as auctoridades e os seus delegados n'este objecto.

E' dever dos cidadãos de todas as classes ser perfeitamente exactos nas suas declarações, a fim de que o resultado de tantas fadigas e despezas seja uma estatistica verdadeira e não uma phantasmagoria.

Eis ahi a circular do exm.º sr. bispo conde a que nos temos referido.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

do convento de S. Vicente havia sido denunciada ao imperador como uma das principaes de Lisboa, e que elle fôra encarregado pelo imperador para vir examinal-a, e levar d'ella os livros que julgasse mais interessantes. Que a sua missão era bem desagradavel, mas que era preciso cumpril-a...

Eu immediatamente lhe respondi, que nenhuma difficuldade tinhamos em lha franquear; que desde já a poderia ir ver, e que eu lhe mostraria todos os livros mais raros, que tinhamos, e d'elles poderia escolher os que quizesse.

O homem, que eu ainda não sabia quem fosse, olhou para mim, como admirado da minha franqueza, e respondeu-me: — pois vamos agora lá, já que vos mostraes tão liberal comigo.

Entrámos na livraria, e depois de lhe fazer ver as casas principaes, levei-o a um gabinete reservado que n'ella havia, e comecei a mostrar-lhe e a indicar-lhe muitos manuscriptos, e livros mais raros que alli estavam, tanto em portuguez como em linguas estrangeiras.

Elle mostrou-se mais interessado em ouvir ler os titulos dos livros portuguezes, e quando lhe nomeei um que tratava das nossas cousas do Brazil, e cujo titulo me não lembra, disse-me: ponde por ora esse de parte; e depois veremos se escolherei mais algum; basta por hoje a escolha que fiz; e já no ar de se despedir, ficando a obra escolhida sobre uma mesa, disse-lhe: — se tendes a bondade de me indicar a vossa morada, eu ámanhã de manhã vol-a mandarei entregar.

Não, não é preciso; conservae-a em vosso poder até que eu me retire para Paris. Como é preciso, que eu leve alguma cousa da vossa livraria não levarei mais; porque me basta ella, e o modo cortez e bizarro com que me tendes tratado. E n'isto se retirou, acompanhando-o eu, como da primeira vez, até á porta da livraria, além da qual não permittiu que eu desse um só passo.

E quem seria este homem honesto, de quem tenho fallado? Era o bem conhecido sabio francez, *Geofroi de Saint-Hilaire*. Para não desmentir a veracidade do seu caracter, visitou-me algumas vezes, e na ultima da retirada, em consequencia da mallograda expedição, disse-me: — mui contente vou por não ser obrigado a levar-vos essa vossa pequena propriedade; dae-me o vosso nome, nome, que nunca esquecerei, e que será sempre para mim respeitavel. Agora vejo que a vossa corporação está muito acima das muitas que tenho conhecido. Sêde feliz, e muito desejo que não torneis a ter visitas como as nossas...

O horisonte se ia toldando cada vez mais para os francezes; a insurreição ia-se tornando geral, e os inglezes, que tinham desembarcado na Figueira, acabavam de lhe dar força.

Em Agosto de 1808 tinha eu com alguns dos meus companheiros ido passar o primeiro mez de ferias na quinta dos Cadafaes, perto de Alemquer, e como o dia 17 do mesmo mez fosse vespera do patriarcha Santo Agostinho, a quem se fazia grande festa, e em que antigamente assistia a familia real com toda a côrte, eram todos obrigados a assistir a ella.

N'esta conformidade sahi eu com alguns companheiros da quinta, com tenção de irmos jantar á quinta do Tojal, e á noite dormir a Lisboa. Passando pela Alhandra encontrei lá um dos meus collegas, D. José Palmeiro, o qual, vendo-nos, disse-nos: aonde vão? parece-me que já se não póde ir hoje a Lisboa. Não sabem o que se passa?

Com effeito nada sabiamos, porque mettidos n'aquelle deserto ignoravamos tudo o que havia acontecido. — Os francezes, depois de um grande combate que tiveram na Roliça, perderam a batalha do Vimeiro, e tendo-se retirado occupam todas as alturas do Tojal, e creio que a ninguem deixam passar além da linha que tomaram de defeza.

Com effeito ficámos pasmados de ouvir taes noticias, que não esperavamos, e ficámos por um pouco indecisos sobre o que fizessemos.

Entre muitas cousas que nos disse o Palmeiro foi, que muita gente tinha morrido e ficado ferida na batalha, e que entre os mortos fôra o general *Laborde*, o segundo commandante, depois de Junot, o qual havia sido enterrado no Carmo. *(Continuar-se-ha).*

CIRCULAR

«Pelos respectivos administradores do concelho e regedores de parochia terão sido já solicitados os RR. parochos da nossa diocese para auxiliarem os trabalhos do recenseamento geral da população do paiz, a que tem de proceder-se no dia 31 do corrente, na conformidade do decreto de 6 de Junho ultimo e instrucções annexas; e do zêlo dos mesmos RR. parochos pelo bem do serviço publico, e das recommendações que por tantas vezes lhes temos feito para que auxiliem as auctoridades civis em tudo o que poderem, e não se oppozer ao nosso sancto ministerio, nós esperamos que elles da melhor vontade prestarão toda a coadjuvação, que lhes fôr possivel, n'aquelles trabalhos; e que estreitando tambem por esta fórma cada vez mais a harmonia que deve haver entre elles e as mesmas auctoridades, mostrarão praticamente os muitos beneficios, que a todos os respeitos presta e póde prestar á sociedade a respeitavel classe parochial.

Todavia é tal o nosso empenho e desejo de que assim aconteça que não podemos deixar de recommendar, como muito recommendamos a todos os RR. parochos, nossos diocesanos que, tendo em vista as determinações do mesmo decreto que lhes será presente, cumpram fielmente pela sua parte as que lhes dizem respeito; que expliquem aos seus freguezes, julgando-o necessario, o fim, importancia e utilidade d'esta medida, desvanecendo-lhes quaesquer apprehensões que por ventura possam ter a respeito d'ella; e que finalmente empreguem todos os meios ao seu alcance para que n'estes trabalhos haja o rigor e exactidão devida, como é de absoluta necessidade; na certeza de que seremos promptos em louvar tanto os que se distinguirem pelo seu zêlo e intelligencia n'este serviço, como em estranhar e censurar os que forem negligentes, e derem motivos a queixas por parte das referidas auctoridades.

Os M. RR. arciprestes darão conhecimento d'esta nossa circular, a todos os RR. parochos dos seus respectivos arciprestados.

Paço Episcopal de Coimbra, 5 de Dezembro de 1877.

Manoel, Bispo Conde.

Trata-se n'este bispado e districto de distribuir os soccorros ás pessoas prejudicadas com as inundações e rigores do inverno passado.

Para que a distribuição seja feita com toda a justiça e equidade, dirigiu o exm.º sr. bispo conde a seguinte circular aos reverendos parochos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Não tendo a commissão de soccorros d'este bispado e districto podido distribuir ainda o generoso subsidio, que recebeu da commissão central do Porto, por não reputar sufficientes os documentos e esclarecimentos existentes para fazer a mesma distribuição com a justiça e acerto que deseja, resolveu que os RR. parochos dos individuos que não podem reparar os prejuizos que soffreram com as inundações e rigores do ultimo inverno sem o auxilio da caridade publica, e que foram já dados como taes nas respectivas relações aqui existentes, avisem os mesmos individuos, logo que esta recebam, para que até ao fim de Janeiro proximo futuro entreguem na camara ecclesiastica os seus requerimentos em papel não sellado com attestado do R. parocho e regedor de parochia respectivos, sobre o valor do prejuizo causado e sobre a justiça com que pedem os auxilios da caridade para o repararem; e os mesmos RR. parochos a quem esta disser respeito enviarão para a camara ecclesiastica declaração de terem feito este aviso.

Paço Episcopal de Coimbra, 10 de Dezembro de 1877.

Manoel, Bispo Conde.

Já depois de havermos escripto o nosso artigo de fundo do numero passado, soubemos dos extraordinarios acontecimentos de França.

Mac-Mahon, na phrase de Gambetta, *submetteu-se*, não só admittindo o ministerio organisado por Dufaure, mas dirigindo ás camaras a submissa mensagem que abaixo transcrevemos.

Que grande lição!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«*Paris, 15, á tarde.* — A mensagem de Mac-Mahon ás camaras diz que as eleições de 14 de Outubro affirmaram novamente a confiança do paiz nas instituições republicanas. Para obedecer ás regras parlamentares formou-se um gabinete de membros das duas camaras e composto de homens resolvidos a defender e manterem essas instituições pela pratica sincera das leis constitucionaes. O interesse do paiz exige que seja acalmada a crise que atravessamos, e reclama com força não menor que o exercicio do direito de dissolução não seja renovado, pois que esse direito não é effectivamente outra cousa senão uma consulta suprema d'um juiz sem appellação, não podendo por isso ser arvorado em systema de governo. Julguei dever usar esse direito, e conformo-me com a resposta do paiz.

A constituição de 1875 fundou a republica parlamentar, estabelecendo a minha irresponsabilidade ao mesmo tempo que instituia a responsabilidade solidaria e individual dos ministros. Estão assim determinados os nossos respectivos direitos e deveres. A independencia dos ministros é a condição da sua responsabilidade. Os principios tirados da constituição são os do meu governo. O fim da crise será o ponto de partida de uma nova era de prosperidade. Todos os poderes publicos concorrerão para favorecer o desenvolvimento do accordo estabelecido entre o senado e a camara, certa d'aqui em deante de chegar regularmente ao termo do seu mandato, o que lhe permittirá acabar os grandes trabalhos legislativos que o interesse publico reclama.

Vae abrir-se a exposição universal, o commercio e a industria vão adquirir nova energia, e nós offereceremos ao mundo novo testemunho de vitalidade do nosso paiz, que sempre se levantou das suas crises pelo trabalho, pela economia e pelo seu profundo apêgo ás idêas de conservação, ordem e liberdade. — (Assignados) Mac-Mahon, Marcère, Dufaure.»

NOTICIARIO

Sociedade dos Estudos Medicos de Coimbra. — No sabbado, 15 do corrente, pelas 7 horas e meia da noute, celebrou-se na sala das conferencias do Instituto, a sessão solemne de inauguração da Sociedade dos Estudos Medicos de Coimbra.

Presidiu á sessão o digno lente de prima da Faculdade de Medicina, o sr. dr. Antonio Egypcio Quaresma Lopes de Vasconcellos; e achavam-se presentes o sr. conselheiro vice-reitor da Universidade, governador civil e seu secretario, juiz de direito, delegado do procurador regio, direcção do Instituto, quasi todos os professores e estudantes da Faculdade de Medicina, muitos professores e estudantes das outras Faculdades, e uma commissão de tres membros, deputados em nome dos estudantes da Escola Medico Cirurgica do Porto.

Aberta a sessão, o sr. presidente leu um breve mas substancioso discurso, em que depois de louvar e exaltar condignamente os estudantes da Faculdade de Medicina, que a despeito dos muitos estudos a que os obriga a frequencia da Faculdade, se iam entregar voluntariamente a mais este novo trabalho, lhes poz em relevo as muitas difficuldades que sem duvida terão a vencer, para poderem levar a cabo a sua empreza; animando-os todavia, e terminando o seu discurso com o bem conhecido aphorismo — *Improbus labor omnia vincit.*

Seguiu-se o sr. Bornay, estudante do 3.º anno de Medicina, e um dos membros da commissão installadora.

O orador começou por agradecer a todas as pessoas presentes a sua assistencia áquella festa; e dirigiu-se especialmente aos illustres membros da Faculdade de Medicina, em quem os iniciadores da sociedade sempre haviam encontrado a melhor coadjuvação, e aos membros commissionados pela Escola Medico Cirurgica do Porto, que não obstante a grande distancia que os separava, tinham tido a amabilidade de vir aqui compartilhar com os academicos de Coimbra nas alegrias d'esta festa.

O sr. Barnay expoz largamente os fins da sociedade, e desenvolveu em rapido esboço os principaes trabalhos em que no seu entender esta se deverá empenhar.

Acrescentou ainda, que com quanto esta sessão fosse toda festiva e alegre, elle não podia deixar de alli commemorar a perda de um amigo e condiscipulo, já este anno fallecido, a quem se referiu em phrases muito sentidas.

Pediu depois a palavra o estudante do 4.º anno de Medicina, o sr. Antonio Dias de Gouveia, um dos socios fundadores.

O sr. Gouveia apresentou a historia da medicina, e das sciencias em geral, desde os tempos mais remotos até aos nossos dias.

Apreciou a influencia deleteria e oppressora, que em todos os estados havia exercido o tribunal do santo officio.

Fez a comparação do medico de hoje, verdadeiro homem de sciencia, com os physicos de outro tempo, perfeitos charlatães.

E mostrou finalmente a muita consideração, de que em geral é digna a classe medica, pelos esforços que emprega em bem da humanidade, e pelos immensos sacrificios a que constantemente tem de sujeitar-se.

O orador mostrou-se enthusiasta pela nova Sociedade dos Estudos Medicos, á qual disse havia de prestar quanto coubesse em suas debeis forças.

Seguiu-se no uso da palavra o sr. dr. Antonio Maria de Senna, o qual, como professor que é da Faculdade de Medicina, começou por agradecer á commissão installadora a distincção com que esta havia honrado os membros do professorado medico, que pelos estatutos da sociedade são considerados socios profissionaes, e cujo decano é seu presidente nato.

O sr. Senna fez um rapido esboço dos progressos da sciencia medica principalmente desde o meado do seculo XVI até hoje.

E depois de haver mostrado a immensidade d'esses progressos, fez notar que o nome do medico portuguez se não achava vinculado a nenhum d'elles.

Attribuiu este facto ao methodo entre nós por muito tempo seguido, de o estudo das sciencias naturaes se fazer exclusivamente pelos livros (pela maior parte de auctores francezes).

Esse methodo, disse o orador, póde servir, e effectivamente serve para fazer eruditos, mas nunca para crear verdadeiros homens de sciencia; por isso, acrescentou, os alumnos que aspirarem a que um dia a historia registe os seus nomes, como dos benemeritos da sciencia, deverão habilitar-se desde os seus primeiros estudos a fazer por si as experiencias e observações, para assim poderem verificar a exactidão dos resultados do que lhes fallam os livros, e se habilitarem elles mesmos a fazerem novas descubertas.

O sr. Senna dirigiu ainda aos alumnos muitos outros conselhos salutares; e o seu discurso foi devidamente apreciado pela assembléa.

A este orador seguiu-se o sr. José Augusto Vieira, estudante do 3.º anno da Escola Medico Cirurgica do Porto, que em mui conceituosas phrases agradeceu o convite dos estudantes de Coimbra, com quem se congratulou por aquella festa de inauguração.

Fechou a sessão o sr. dr. Augusto Antonio da Rocha, o qual depois de apresentar uma breve mas eloquente resenha do estado actual das principaes nações da Europa, muitas das quaes hoje se agitam em commoções violentas por motivos muito diversos; concluiu dizendo que havia um ponto em que todas se harmonisavam. Este ponto era a importancia da sciencia.

Alludindo á sociedade de geographia, recentemente creada em Lisboa, disse que assim como esta, embora modestamente nascida, já hoje estava prestando importantes serviços ás sciencias geographicas; assim tambem a sociedade que alli se inaugurava, podia e devia prestar valiosos serviços ás sciencias medicas.

Felicitou os estudantes de Medicina pela sua nova empresa, e terminou protestando-lhes a sua sympatia.

Eram quasi 10 horas quando a sessão se levantou.

Pela nossa parte agradecendo o honroso convite que nos foi dirigido para assistir a esta sessão, felicitamos os iniciadores de tão util empresa, á qual auguramos um futuro prospero, que muito do coração lhes apetecemos.

Melhoras. — O nosso amigo o sr. commendador Olympio Nicolau Ruy Fernandes têm experimentado consideraveis melhoras, com o que muito folgamos.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Anna de Jesus, filha de Pedro Leitão e Justina da Costa, de Coja, de 65 annos, fallecida em 9 de Dezembro de 1877.

Manoel José da Costa Guimarães de Sousa Cid, filho de Manoel José da Costa Guimarães e D. Maria Rita Ferreira Salter de Sousa Cid, de Figueiró dos Vinhos, de 37 annos, fallecido em 13.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:403.

Jornal de sciencias mathematicas. — Recebemos o n.º 7 do *Jornal de sciencias mathematicas e astronomicas*, publicado n'esta cidade pelo distincto lente de Mathematica o sr. dr. Francisco Gomes Teixeira.

Apezar de não podermos avaliar esta publicação, sabemos que tem sido altamente apreciada pelas pessoas competentes, tanto n'este paiz como nos estrangeiros.

La Naturaleza. — Recebemos de Madrid o n.º 2 de *La Naturaleza*, elegante publicação com gravuras destinada a vulgarisar as sciencias naturaes. O summario é o seguinte:

«O monte Branco — Novo hygrometro de condensação — O Darwinismo: O que ha de certo e de falso n'esta theoria — O ferro-carril Millan (Inglaterra) — Nova valvula de segurança de M. Klotz — As margens do Sena em Tancarville — Exposição geologica e paleontologica do Havre — Sociedade helvetica de sciencias naturaes: LX sessão celebrada em Bex — Deformidade notavel dos dentes nos habitantes das ilhas do Almirantado — Micellanea. — O navio de guerra no seculo XVII.»

As gravuras n'este numero são 17 e notabilissimas: — O monte Branco — O retrato de S. Thiago Balmat — O novo hygrometro de condensação — O retrato de Darwin — Seis prespectivas do ferro carril Millan, e outros varios desenhos devidos aos melhores artistas da Europa.

As illustrações d'esta revista são sem duvida o melhor que se conhece, e competem com as publicações exclusivamente artisticas.

Apesar do luxo de *La Naturaleza*, e de publicar-se todos os sabbados, a sua subscripção só custa 80 reales por anno em toda a Hespanha.

Quem quizer um numero para ver detidamente as suas condições, póde pedil-o pelo correio á administração — Pisarro, 16, Madrid, porque lhe será remettido *gratis*.

Horas Romanticas. — Uma das emprezas mais perseverantes nos seus trabalhos é sem duvida a das Horas Romanticas da rua da Atalaia, 12, em Lisboa.

Agora devemos ao seu favor mais as seguintes publicações, que muito lhe agradecemos.

— *Viagens maravilhosas aos mundos conhecidos e desconhecidos, por Julio Verne. — O Paiz das Pelles. — Traducção de Mariano Cyrillo de Carvalho, lente de Mathematica da escola polytechnica.*»

— *Aventuras da terra e mar, pelo capitão Mayne-Reide, — Os jovens escravos — volume II.*»

Fernandes y Gonzalez — Os filhos da Monfi, traducção de A. M. da Cunha e Sá. Quarto volume.»

Aves de arribação. — Com o titulo de *Aves de arribação, lendas e canções sertanejas*, pelo sr. José Leão, acaba de nos ser offerecido pelo seu auctor, e intervenção do nosso amigo o sr. Antonio Maria Pereira, um livro de poesias ha pouco tempo publicado no Rio de Janeiro.

O producto da venda será applicado em beneficio das victimas da secca do Rio Grande do Norte.

Muito agradecemos a delicada offerta d'esta publicação.

Rumores vulcanicos. — Egualmente recebemos e devidamente agradecemos a publicação seguinte:

— *Teixeira Bastos—Rumores vulcanicos.*

«Lisboa typographia da Bibliotheca Universal de Lucas & Filho.»

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto*, diz em data de 17 do corrente o seguinte:

«O sr. João José Vaz Prete Giraldes foi nomeado recebedor do bairro central de Lisboa.

Consta que o governo trabalha activamente para a collocação do resto do ultimo emprestimo.

Parece que a final fizeram accordo o banco Lisboa & Açores e a casa Stern de Londres.

O resto do emprestimo importa em libras 2.600:000. As condições são, titulos de 50, comprehendido o coupon de Janeiro, e 1 e meio por cento de commissão.

Já começou a distribuição dos bilhetes postaes.

Para melhorar as escholas regimentaes foi nomeada uma commissão, composta dos seguintes senhores: José Maria Lobo de Avila, Eduardo Diniz Lopes de Sousa e José Estevão de Moraes Sarmento.

Foram nomeados: inspector de engenharia da 2.ª divisão militar o sr. José Maria Alincourt Braga; e da 3.ª o sr. José Maria Correia da Silva.

O director das alfandegas d'esta cidade adoptou diversas providencias, a fim de evitar falsificações nos pertences. Foram encarregados d'este serviço tres empregados.

Falleceu na ilha da Madeira o sr. Antonio Joaquim Abreu.

Está doente o sr. marquez de Sousa.

Partiu hoje para Hespanha o ministro encarregado aqui dos negocios da nação visinha, o sr. Valero, em consequencia de ter alli seu pae gravemente doente.

O vapor *Rio Tejo*, entrado hoje, trauxe a seu bordo para aqui 36 contos em mercadorias.

Fizeram-se hontem novas experiencias do telephono.

Foram ellas dirigidas pelo distincto telegraphista o sr. Bromão.

Os resultados foram explendidos.

A primeira experiencia fez-se em um circuito de 300 kilometros, e a segunda de 500 kilometros. Ambas satisfizeram plenamente.

Projecta-se uma experiencia de Lisboa para o Porto, mas não se sabe ainda quando ella se verificará, por isso que é preciso tomarem-se algumas providencias a fim de não se interromper o serviço e ao mesmo tempo collocar a linha em estado de funccionar com a devida regularidade.

Brevemente irão para a estação do Porto os telephonos que se estão a acabar nas officinas da direcção geral dos telegraphos.»

Noticias de Hespanha. — *Madrid*, 14, *á noite*. — A municipalidade de Madrid resolveu celebrar festas durante quatro dias por occasião do casamento do rei. Projecta illuminações *a giorno*, fogo de artificio, corridas de touros, espectaculos publicos em todos os theatros, *soirée* de gala no theatro italiano, donativos de 750 pesetas a cada uma das creanças nascidas em 23 de Janeiro, e distribuir aos pobres 50:000 bonds de uma peseta. Enviará 40 operarios e 10 artistas á exposição universal de Paris, e pagará os graus universitarios a dez estudantes pobres.

Noticias de França. — *Paris*, 15, *á tarde*. — A *Republique française* approva completamente a mensagem presidencial, cuja linguagem é a expressão e a verdadeira doutrina da soberania nacional. A camara dos deputados votou os dois duodecimos e as quatro contribuições. Os legimitistas e os bonapartistas declararam que votarão o orçamento, mas que o seu voto não significa que tênham confiança no ministerio.

ANNUNCIOS

1 ARRENDA-SE por 30$000 réis até ao S. João seguinte de 1878, umas casas com duas portas, e cinco andares, na rua dos Sapateiros, pertencentes ao sr. José Areosa. Quem as pretender póde dirigir-se á loja de mercearia, n.º 8 e 10, na mesma rua dos Sapateiros, n'esta cidade.

A. M. DE FONTES PEREIRA DE MELLO

2 É O TITULO do primeiro volume dos *Contemporaneos illustres*, e que em poucos dias vae apparecer á venda nas principaes livrarias do reino.

O livro têm trezentas e oitenta e sete paginas, é ornado com um magnifico retrato photographico do illustre estadista, e contém tudo quanto o paiz deve ao partido regenerador desde 1851 até hoje; os discursos parlamentares de Fontes Pereira de Mello, uns por extracto e outros na integra, como deputado, par do reino e ministro da corôa, na gerencia das pastas das obras publicas, fazenda, guerra, marinha e reino nos ministerios de que têm feito parte, a saber:

Ministerio da regeneração — 7 de Julho de 1851 a 6 de Julho de 1856 — ou quatro annos, onze mezes e vinte e nove dias.

Ministerio Terceira-Fontes — 16 de Março de 1859 a 4 de Julho de 1860 — ou um anno, tres mezes e dezenove dias.

Ministerio da *fusão* — 14 de Setembro de 1865 a 4 de Janeiro de 1868 — ou dois annos e quatro mezes.

Ministerio *regenerador* — 13 de Setembro de 1871 a 3 de Março de 1877 — ou cinco annos, cinco mezes e vinte dias.

A. M. de Fontes Pereira de Mello têm estado nos conselhos da corôa por quatro vezes e pelo largo espaço de quatorze annos, um mez e oito dias. E o estadista portuguez que sob o regimen constitucional e em tres reinados successivos — D. Maria II, D. Pedro V e D Luiz I — se tem sabido sustentar no poder por mais tempo, e que maiores commettimentos tem levado á realisação.

O segundo volume dos *Contemporaneos illustres*, que dentro em pouco vae entrar no prelo, porque já está escripto, tem por titulo — D. Fernando II de Portugal. — Terá tambem cerca de trezentas paginas.

O preço de cada volume, oitavo francez, optimo papel, nitida impressão, é em Lisboa de 600 reis. Nas provincias, ilhas e no estrangeiro tem o augmento do porte.

Escriptorio, Lisboa, rua da Escola Polytechnica, 83, 1.º e 2.º Toda a correspondencia, franca de porte, dirigida a F. J. Pinto Coelho.

AGRADECIMENTO

3 D. ANTONIA AUGUSTA XAVIER DE AGUIAR e sua irmã, agradecem a todas as pessoas que se dignaram comprimental-as por occasião do fallecimento de sua chorada irmã D. Maria Rachel Xavier de Aguiar; e tambem áquellas que assistiram ás honras funebres, que se lhe prestaram no dia 3 do corrente, protestando-lhes o seu sincero reconhecimento, e pedindo desculpa de qualquer falta involuntaria, devida ao seu estado de consternação.

4 QUEM QUIZER comprar uma morada de casas de 3 andares na rua dos Estudos, n.º 38, na mesma casa se dirá com quem se trata.

NOVO ESTABELECIMENTO

5 GUALDINO CARLOS DE CARVALHO, annuncia ao publico, que abriu o seu novo estabelecimento de mercearia, vinhos finos engarrafados, licores diversos, toda a qualidade de bolacha nacional e estrangeira, boa passa de Malaga e figo do Algarve, e cereaes; e tambem tenciona vender tabacos de Janeiro em deante.

Rua dos Sapateiros, 8 e 10.

PIA PARA AZEITE

6 VENDE-SE UMA que leva 150 alqueires. Quem a pretender dirija-se á rua das Figueirinhas, n.º 6.

CASA LISBONENSE

RUA DO VISCONDE DA LUZ

COIMBRA

7 ACABA de receber a ultima moda de chapeus de feltro, e velludo, para senhora e creanças.

Casacos francezes, para senhora.

Sedas e setins, diversas cores.

Failes pretos.

Lenços de malha.

Saias, capas, e casacos, para creança.

Fitas, cores modernas, e galões.

Plumas, e flores francezas.

Meias de lã em cores, para todas as medidas.

Um saldo grande de fazendas de lã para vestido, vende-se por 240 réis o metro.

Saias de casemira.

Calçado para inverno.

Tapetes para sala e quarto.

FESTIVIDADE

8 A MESA da Confraria dos Santos Martyres de Marrocos, de Santa Cruz, deliberou adiar a festividade dos mesmos Santos, que devia ter logar no dia 16 de Janeiro proximo, para o dia 20 do mesmo mez; dia em que na mesma egreja se festeja o martyr S. Sebastião.

Coimbra, 17 de Dezembro de 1877.

O escrivão da mesa

Antonio Fernandes.

DENTISTA

CEREGHETTI DOMINIQUE

CIRURGIÃO DENTISTA

SUISSO

9 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas, que extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fendo da rua das Figueirinhas, n.º 52.

Ajudante de pharmacia

10 PRECISA-SE n'esta cidade d'um que tenha pelo menos 22 annos de edade e 4 annos de pratica, concedendo-se-lhe cama, mesa e licença para estudos. O que estiver neste caso e apresentar boas abonações, póde dirigir-se a esta redacção, onde se darão os esclarecimentos.

MASSA FALLIDA

DE

ANTONIO CORREIA D'ARAUJO

11 SÃO CONVOCADOS todos os crédores para se reunirem no dia 22 do corrente, pelas 10 horas da manhã, em casa do illm.º sr. juiz commissario Manoel José da Costa Soares Junior, (Praça do Commercio, n.º 8), a fim de se proceder á verificação de todos os creditos.

Coimbra, 16 de Dezembro de 1877.

O curador fiscal provisorio

Joaquim José Rodrigues de Sousa.

OBRAS PUBLICAS

2.ª SECÇÃO

Estrada districtal n.º 57 (a) do porto de Louredo a Gallizes

12 A DIRECÇÃO das obras publicas do districto de Coimbra, faz publico, que no dia 28 do corrente, ás onze horas da manhã, se ha de proceder na casa da administração do concelho em Arganil, á arrematação de duas tarefas de terraplenagens e fornecimento de pedra para alvenaria e lagedo, para a construcção da parte do lanço da estrada districtal n.º 57 (a), comprehendido entre Coja e Arganil.

A divisão das tarefas e condições da arrematação, achar-se-hão patentes n'aquelle acto, e até lá nas casas de secretaria da secção.

Avô, 14 de Dezembro de 1877.

O chefe de secção

José Augusto Frayoso.

CONTRA-ANNUNCIO

13 MANOEL MENDES DE CAMPOS, Isaac Torres Veiga e José Matheus de Campos, respondem ao annuncio de Francisco Maria Ignacio, publicado no *Conimbricense*, n.º 3170, prevenindo o publico de que o mandaram citar na qualidade de cabeça de casal da herança deixada por sua fallecida sogra Maria Victoria, para proceder a inventario, nos termos da legislação vigente, e por esta razão não pode fazer qualquer contracto sem auctorisação de todos os mais herdeiros.

COMPANHIA

DE

FIAÇÃO E TECIDOS

DE

COIMBRA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

14 A DIRECÇÃO d'esta companhia annuncia a quem interessar, que em conformidade com a disposição do artigo 12 dos seus estatutos, 30 dias depois da data d'este fará vender em hasta publica na praça de Lisboa, e por intermedio de correctores os titulos provisorios n.ºs 3, 4, 6, 11, 13, 14, 43, 48, 55, 56, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 95, 96, 97, 101, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 120, 122, 134, 136, 141, 148, 151, e 152, (de duas entradas) aos quaes falta o pagamento da 3.ª e 4.ª prestações já vencidas.

Coimbra 17 de Dezembro de 1877.

Os directores

J. J. de Mendonça Cortez.

Adelino Antonio das Neves e Mello.

José Matheus dos Santos.

15 AO SUL DE COIMBRA contracta-se uma propriedade que mede em circumferencia 1600 metros, que se compõe de terra de milho, vinha e algum azeite, e arvores de fructo de varias qualidades; sendo 20 dias de lavoura pouco mais ou menos e o resto de vinha.

N'esta redacção se diz com quem se contracta.

MISSA

16 CONVIDAM-SE os amigos do fallecido Manoel Rodrigues Pratas, a assistir á missa que no dia 22 do presente mez, se hade celebrar por sua alma na egreja de Santa Cruz, pelas 8 horas da manhã.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno .... 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno .... 3$460
Por semestre .... 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre .... 1$730
Por trimestre 800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre 865

Numero 3172 | Sabbado 22 de Dezembro de 1877 | Anno XXXI

COIMBRA

E' pasmosa a facilidade com que muitos estabelecimentos de credito têm burlado os seus accionistas e mais crédores.

O publico depositando nas respectivas direcções toda a confiança entregou-lhes os seus capitaes; e quando esperava d'alli tiral-os, acrescentados com os respectivos juros e dividendos, achou-se sem uma e outra cousa.

A cessação de pagamentos do banco Commercial de Vianna causou em Coimbra prejuizos consideraveis; e muitas familias perderam aquillo com que contavam para a administração da sua casa.

Apregoou-se n'esta cidade a grande segurança que offerecia a caixa filial; solicitou-se até importunamente de muitos individuos que fossem depositar na caixa o fructo das suas economias, chegando um negociante e proprietario a depositar alli a avultada quantia de 30 contos de réis; e n'um dia recebem todos a noticia de que tinham sido illudidos nas suas esperanças; perdendo os accionistas, segundo se suppõe com todo o fundamento, o total das suas acções, e os depositantes grande parte das quantias depositadas.

E' assim que corresponderam á confiança publica os differentes individuos que tinham a seu cargo a gerencia de tão avultados capitaes!

Esse facto é não só deploravel em si, pela perda que causa ás pessoas interessadas no banco Commercial de Vianna; mas porque foi pôr em desconfiança quem quer que por acaso seja convidado a entrar em outra qualquer empreza.

Da mesma fórma o procedimento que houve n'esta cidade, por parte dos individuos que trataram de fundar a Companhia de Fiação e Tecidos, está dando os seus naturaes resultados.

Sem que se tivesse primeiro prevenido o publico ácerca da famosa compra do edificio de S. Francisco da Ponte, pela fabulosa quantia de 30 contos de réis, diligenciou-se emittir as acções.

Era geral o desejo de que n'esta terra se fundassem essa e identicas companhias industriaes, com o que todos utilisavam, directa ou indirectamente; e por isso affluiram no dia designado numerosas pessoas a tomar acções; porque se presumia que seria uma empreza muito vantajosa.

Logo, porém, que se soube da celebre compra do edificio, e se viu que os iniciadores tinham faltado á necessaria e devida franqueza, desappareceu toda a confiança n'elles, espalhou-se uma especie de terror panico na cidade, e a grande maioria dos subscriptores correram a revogar as suas declarações.

E ainda que alguns sustentaram o numero de acções que haviam tomado — passado tempo deixaram de satisfazer as prestações devidas, pelo que agora lhes são mandadas vender em Lisboa, em cumprimento dos estatutos.

Sentimos isto, porque ninguem estimava mais do que nós, que esta empreza e outras identicas aqui prosperassem.

E', porém, certo que com o crédito não se brinca impunemente.

Por toda a parte se levantam altos clamores contra as malversações nos estabelecimentos bancarios.

O que n'alguns se tem praticado não se acreditaria se os factos claros e evidentes o não viessem provar.

Julgâmos conveniente transcrever para este jornal o que diz o nosso collega do *Jornal do Commercio* de Lisboa, ácerca do que tem havido com respeito á Caixa de Credito Industrial e ao Credito Predial.

E' conveniente que todos saibam o que se tem praticado por falta da devida fiscalisação, e pelas contemplações com os corpos gerentes d'esses e outros muitos estabelecimentos.

Os accionistas nas companhias, e os socios nas associações de soccorros mutuos, e outras, deixam correr tudo á lei da natureza; e depois quando querem já lhe não podem dar remedio.

Vejam os nossos leitores que negro, mas verdadeiro quadro, apresenta o nosso collega da capital.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«O publico conhece os factos de má e deshonesta administração, que recentemente produziram a estrondosa queda da Caixa de Credito Industrial.

Este estabelecimento de credito, confiado á suprema vigilancia de homens pouco habilitados, e entregue, sem defeza, á cubiça pouco escrupulosa de alguns especuladores, não só poz em risco consideraveis valores dos depositantes desprecavidos, mas sacrificou, talvez, irremediavelmente, os avultados capitaes dos accionistas.

Não é caso extraordinario que um banco ou uma grande associação de credito desabe. Desastres imprevistos, ou os erros de uma desacertada gerencia, conduzem frequentemente taes instituições á ruina. O que, porém, parece menos vulgar é que estabelecimentos d'esta ordem succumbam d'este modo, em resultado de malversação, audaz, diuturna e mal dissimulada.

Este facto deploravel está claramente attestando a impotencia das prevenções legaes para acautelar contra a perversão e inepcia das direcções. Mas, o que ainda é mais lastimoso, n'esse mesmo facto estamos vendo a desleixada desattenção com que os accionistas, os mais directamente interessados na regularidade da gerencia d'estas instituições, vigiam e inspeccionam os actos das direcções a quem confiam os seus interesses.

É evidente que, se as assembleias geraes se mostrassem menos levianamente confiantes em relatorios mentirosos e fraudulentos; se as commissões fiscaes, mais escrupulosas no seu exame, fossem mais verdadeiras e menos condescendentes; se, emfim, uma salutar desconfiança, que indaga e estuda antes de julgar, animasse todos os interessados, abusos d'esta fórma escandalosos teriam sido completamente impossiveis.

Mas, favorecidos pela indolencia culposa dos interessados n'aquelle banco, abusos de ordem mais grave tornaram-se possiveis. Os accionistas e depositantes da Caixa Industrial foram imprevistamente advertidos de que a sua confiança fôra illudida, e avultadas quantias fraudulentamente distrahidas.

Parecia que ao menos este golpe havia de despertar os somnolentos, e que o amargor do

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLXX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Apesar d'estas noticias sempre quizemos tentar fortuna, e nos pozemos a caminho. Pela estrada não encontrámos senão alguns dragões que rondavam por ella, mas quando já estavamos á vista da quinta, vimos nas alturas muitos cavalheiros, e um, que se dirigia para nós: era um official francez.

Perguntou-nos quem eramos, d'onde vinhamos, e que gente haviamos encontrado pelo caminho. Dissemos-lhe o que sabiamos, e em resposta nos disse: — está muito bem, mas é preciso que venhaes fallar ao general *Laborde*, que alli está em cima.

Ficámos todos pasmados, porque acabavamos de ouvir que tinha morrido, e fôra enterrado no Cormo. Eis-aqui que vamos fallar a um defunto, disse eu comigo; seja esta a primeira apparição que tenho de uma alma do outro mundo!

Com effeito encontrámos o general em pessoa debaixo de umas oliveiras no meio do seu estado-maior, e por signal que era um dia de um calor excessivo. Elle tinha ficado ferido, mas levemente, de uma bala, que lhe roçou pela parte detraz do pescoço.

Fez-nos as mesmas, e ainda mais miudas, perguntas; demos-lhe as mesmas respostas, e depois disse-nos: — Sinto muito dar-vos um pequeno incommodo, mas as leis da guerra assim o fazem preciso. Não podeis ficar na vossa casa, é necessario passar já para diante, porque mais tarde as minhas sentinellas não vos deixariam passar, e não irieis festejar o vosso patriarcha: adeus! recommendações ao prior!

Eis-aqui como pela primeira vez me vi prisioneiro de guerra, porém, como dizem os italianos, suavemente, isto é, *con amore*.

Cumprimos com a ordem que acabavamos de receber, e chegando ao largo do Tojal, alli encontrámos muitos officiaes de artilheria dos que estavam aquartelados em S. Vicente, e delles soubemos as particularidades da batalha, e como nenhum dos nossos conhecidos tinha morrido, e só um ficára ferido, que já lá estava no convento. Todos nos queriam levar para os seus quarteis, e repartir comnosco dos seus jantares, porem só lhes acceitámos alguns refrescos, e nos pozemos logo a caminho, porque quizemos evitar algum encontro, egual ao primeiro, que por acaso podesse acontecer.

Chegámos a S. Vicente, sim cançados, e cheios de calor, porém sem mais outro incommodo. No outro dia houve a festa do costume, esplendida e brilhante, porque o prior, como homem bizarro, queria que os francezes ficassem fazendo bom conceito da casa.

Seguiu-se, como é sabido, a convenção de Cintra, e os vencidos sahiram, e embarcaram com todas as honras de guerra, e levando quanto quizeram, ou poderam, para França.

Os inglezes pouco ou nenhum caso fizeram dos nossos interesses; o que queriam, era verem-se livres dos inimigos para ficarem senhores á sua vontade de Portugal, e o governarem como seu; o que á risca depois executaram, *levantando por algum tempo as suas bandeiras sobre as nossas fortalezas, apenas os francezes embarcaram*, para que não ficassemos em duvida de que elles eram os nossos verdadeiros conquistadores!

A artilheria ingleza veiu tomar em S. Vicente os mesmos quarteis dos francezes, mas não encontrámos nos seus officiaes a mesma urbanidade de nossos antigos hospedes.

Ácerca d'estes é preciso dizer com verdade, que nunca tivemos offensa; porque tanto officiaes como soldados nos trataram e respeitaram como se fossemos da sua mesma nação. E tão polidos e agradecidos se mostraram os officiaes para comnosco, que não houve um só individuo dos donos da casa de quem pessoalmente se não fossem despedir. Entregaram fielmente os livros que tinham da livraria, e nos seus quartos não faltou o mais pequeno traste que tinham para seu uso.

Arvoraram-se logo as palavras exterminadoras — *amigos dos francezes!* termos significativos de vinganças e de perseguições, que ao principio surdamente se diziam ao ouvido, e depois se pronunciaram nas praças!

Os que mais os tinham servido, e haviam sido seus aduladores, tornaram-se nos mais acerbos e furiosos perseguidores; em uma palavra, a ordem expressa que tinha dado o regente de bem os tratarem, foi interpretada como crime. Porém o que foi notavel é que em quanto o povo resistia ao poder inimigo, os fidalgos, e nobres pediam a Napoleão que lhes desse um rei da sua familia,

fructo da sua indesculpavel desattenção ou indolencia devera provocar mais actividade, e mais viva intervenção em negocios tão desastrada e fraudulentamente geridos pelos agentes de sua confiança.

Pois, em vez da excitação que tal facto devera suscitar, em vez da indignação dos illudidos e prejudicados, vimos a mais stricta indifferença, ou antes a mais estupida inercia em face dos prejuisos soffridos, e dos crimes que os tinham motivado. Entregue o facto e os auctores d'elle a todas as morosidades de que um processo judicial é susceptivel, tudo cahiu em breve no esquecimento, victimas uns da sua abjecta tolerancia, e estulta confiança, e outros regosijando-se com a impunidade da sua fraudulencia e petulancia. Que duvida póde haver em repetir actos de egual protervia quando a impunidade está d'este modo assegurada?

O que póde constituir e consolidar o credito de instituições d'esta ordem quando os interessados assim absolvem pelo seu desleixo os mais revoltantes escandalos?

E ao passo que os interesses individuaes se mostram pouco activos e diligentes em se prevenirem contra o roubo, e em perseguir os delinquentes; o governo apraz-se na mesma inercia em face das mais vehementes suspeitas, de factos severamente punidos pelo codigo penal.

Chama-se benevolamente *brandura de costumes* a esta indecente tolerancia, a esta ignobil transigencia com a fraude, com o roubo, e com o abuso perverso de confiança! Mas entre nós é esta a moral estabelecida, e, até diremos, glorificada. Ao passo que todos os dias os tribunaes fulminam as suas penas contra delictos insignificantes, ficam impunes os mais monstruosos roubos, quando os ladrões sabem disfarçar o seu crime nos complicados artificios de uma escripturação falsificada. Em quanto a auctoridade administrativa anda esquadrinhando qual o enterro que se não faz seguir de um tonsurado, ouve indifferente a narração de delapidações, com abuso de confiança, commettidas em estabelecimentos publicos, e entende que não é ahi chamada.

Em poucos annos, dois factos da maior gravidade foram divulgados, mas inultos e esquecidos em breve. Ninguem teve d'elles responsabilidade perante a justiça, nem perante as exigencias da mais trivial moralidade.

O primeiro d'estes casos foi o acontecido no Credito Predial. Uma direcção, qualificadamente inepta, enganou por muitos annos as assembleias geraes, desconhecendo roubos consideraveis, cuja existencia devera perceber, mas tornados invisiveis á sua perspicacia. O crime vem por fim á luz do dia. Mas os accionistas, com a mais injustificavel indifferença, reconduzem nos mesmos cargos de confiança os proprios homens que haviam dado as mais concludentes provas da sua incapacidade administrativa! Prevenindo a acção da justiça, e pagando voluntariamente á sociedade a indemnisação a que não podiam negar-se, e a que seriam constrangidos, pareceu que estes homens haviam assim resgatado a perdida reputação de administradores zelosos e vigilantes.

E sendo o banco de credito hypothecario uma instituição privilegiada, e sob a immediata inspecção do governo, qual foi a interferencia administrativa n'esta occasião, que désse ao publico a ideia de que o governo effectivamente inspeccionava e velava pelos grandissimos interesses que estão consubstanciados n'aquella instituição? Se os accionistas foram indifferentes ás provas cabaes de incapacidade dos seus directores, se não usaram dos poderes que a lei lhes confere para arredar da suprema gerencia os que eram para ella tão inhabeis, o que fez por sua parte o governo, como unico representante dos vastos interesses dos portadores das obrigações prediaes? Nada. Todos pareciam combinados para que se não punisse, nem sequer se indagasse o crime. Ainda hoje os accionistas e o publico ignoram quaes os encargos mais ou menos disfarçados que este grandissimo escandalo lhes trouxe!

O que se praticou no banco hypothecario não foi sómente um facto criminoso que passou impune e quasi dissimulado, assumiu necessariamente a grandeza e a generalidade de um principio. Roubar uma instituição de credito não é crime: os prejudicados não fazem mais que soltar alguns brandos e innocentes queixumes: os poderes publicos mostram-se estranhos ao facto, porque não se atrevem a offender os implicados. A administração d'estes estabelecimentos não dá pois garantias de fidelidade, nem de boa gerencia. O que se passou com o credito predial vae-se repetindo com a caixa de credito. Malversação, grandes prejuizos, e impunidade. No primeiro caso as perdas immediatas foram resarcidas pela responsabilidade material dos gerentes; mas o triste exemplo ficou e fructifica. No segundo caso não ha quem indemnise: pagam os accionistas.

Esta escola de desmoralisação nas instituições de credito fundou-se no banco hypothecario: se a não reprimirmos promptamente, tristes irão sendo os resultados.»

Houve ha dias n'esta cidade o exame dos candidatos ao professorado primario.

Na quasi totalidade apresentaram-se muito deficientes nas differentes materias do exame.

A sua incompetencia era manifesta, e indicadora de que ha uma decadencia notavel nas habilitações para o professorado.

Devemos, porém, ser justos. Do ordenado que recebem os professores não se póde esperar outra cousa.

Quem procúra esta occupação é porque absolutamente não tem outro modo de viver.

Os candidatos em regra limitam-se a vir leccionar-se por alguns dias em Coimbra com um professor; e por mais habil que este seja, não póde fazer com que elles saibam ao menos o indispensavel.

A permanencia n'esta cidade obriga os candidatos a grandes despezas; e sendo, como na verdade são, quasi todos elles inteiramente destituidos de meios, limitam o seu tirocinio a muito pouco tempo.

Em 15 dias não se póde aprender as materias exigidas no programma.

Assim vae diminuindo a competencia dos professores, e com ella a proficuidade no ensino primario.

Reformem e tornem a reformar; gastem dias e mezes os nossos illustres legisladores a fazer bonitos discursos ácêrca da instrucção primaria; — em quanto os professores tiverem um ordenado tão ridiculo é completamente inutil tudo quanto resolverem.

Deixem-se de phantasias. Desçam para a parte pratica, se querem saber o que é necessario á instrucção publica.

Dêm aos professores uma sufficiente remuneração, e depois d'isso sejam rigorosos com elles.

Em quanto assim não procederem tudo irá de mal a peior, e terão de ser approvados muitos candidatos que n'outras circumstancias o não deviam ser.

Estava já composto este artigo quando recebemos a *Liberdade* de Vizeu.

Vemos pelo que diz o collega, que n'aquella cidade se estranhou egualmente a deficiencia dos exames para o professorado. De 22 candidatos, 3 foram excluidos nas provas escriptas e 3 nas provas oraes; e dos 16 restantes, apenas 2 tiveram classificação de *bons*, e 14 de *sufficientes!*

O resultado do exame das professoras foi mais regular; mas acrescenta o collega, que o jury abandonára um pouco o principio do rigor auctoritario, adoptando uma branda equidade.

O collega faz a respeito dos ultimos exames em Vizeu algumas considerações. Falta, porém, acrescentar — a quasi impossibilidade de bons professores, em quanto o seu ordenado fôr tão insignificante.

A justiça é — pagar-lhes condignamente, e depois d'isso ser com elles rigorosos.

Antes d'isso escusam de esperar um bom pessoal para o ensino.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em varios concelhos d'este districto estão-se agora a sentir as tristes consequencias da immoralidade que houve no recrutamento, nos ultimos seis annos.

Por motivos eleitoraes e de influencia pessoal fez-se um jogo indecentissimo com este importante ramo do serviço publico.

Aquelles mancebos que de todo não era possivel livrar, apezar da mais decidida protecção, foram sendo illudidos com promessas por muitos annos.

Com esse engano, e fiados em falazes promessas, grande numero d'elles casaram, e têm filhos.

Agora, porém, são chamados ao serviço do exercito para se cumprir a lei; e o que lhes seria facil no estado de solteiros, torna-se-lhes uma verdadeira calamidade com o pesado encargo da familia!

E quem é o culpado de tudo isto? São os potentados politicos, que não duvidaram sacrificar tantos mancebos, só para manterem um poderio immoral.

Vençam-se as eleições; conserve-se o predominio nefasto; embora á custa dos desgraçados!

Que escola de devassidão!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Continúa o mau fado a perseguir a escola de instrucção primaria do bairro baixo de Coimbra!

---

e iam em pessoa pedir-lho. Mudando porém de senhores, foi punido o povo, que resistiu, e premiado quem adorou, e beijou a bandeira estrangeira.

Quem mais se distinguiu n'estas infames baixezas foi o cruel perseguidor dos dois honrados patriotas *Mariz*, e *Luiz Candido*, os primeiros que levantaram no Porto o grito da liberdade; e este perseguidor, adulador vil, e hypocrita, era o que então occupava a cadeira de bispo do Porto, e que se assignava — «Antonio, bispo do Porto.»

No folheto n.º 5, e volume 1.º do meu *Campeão* em Londres, achará o leitor curioso a pag. 175 a carta que elle escreveu a Napoleão, assim como achará na mesma obra, tom. 2.º, pag. 87, a correspondencia que o mesmo bispo teve com o general francez *Quesnel*.

E em quanto perseguia os chamados amigos dos francezes, e estes eram ora mettidos nos carceres da inquisição, ora desterrados, era elle, vil hypocrita, nomeado patriarcha de Lisboa, e um dos regentes do reino! Temos dado, com effeito, digo eu agora, como Tacito, uma grande prova de paciencia!

Para desaggravar uma sociedade, á qual muito me honro de ter pertencido, a *Maçonaria*, direi com a verdade como a diria diante de Deus se m'a pedisse: que em quanto, um dos regentes do reino, o patriarcha eleito, bispo do Porto, de accordo com os seus collegas, mandava prender nos carceres da inquisição e depois *setembrisara* homens honestos e honrados, como *pedreiros-livres*, a auctoridade, que os representava em Portugal, chamada *Grande Loja*, negava briosamente ao general Junot a dignidade superior de *Grão-Mestre!*

A esta sessão honrosa e notavel assisti eu como um dos membros d'ella; na qual depois de se deliberar que não era da honra e fidelidade portugueza conferir tão alta dignidade a um estrangeiro, e nosso conquistador, assentou-se, que com razões especiosas e decentes se lhe negasse este pedido, e que essas mesmas razões se escrevessem na acta da sessão, para que podesse apparecer no caso de se nos agarrarem os papeis. Determinou-se porém, que se fizesse outra acta particular, denominada *volante*, para que a todo o tempo constasse o que tinhamos decidido.

Mais tarde sube o que foi feito d'esse papel importante, porque sendo obrigado a sahir de Lisboa, d'onde estive ausente muitos annos, muito tempo não tive noticia d'elle. O que sei, porque o assignei, é que em quanto os amigos do throno e do altar pediam um rei a um conquistador estrangeiro, os que eram calumniados, como inimigos do mesmo throno e altar, negavam uma alta dignidade a um dos seus soldados, que em seu nome governava, e era o general de um grande exercito.

Todos os papeis da *Grande Loja* foram agarrados a um dos presos de 1809, que em dia de quinta feira santa foram mettidos na inquisição. Por elles soube o governo o que eram os Maçons portuguezes, que continuou a perseguir.

O prior, e eu, como tenho dito, haviamos tido muitas e frequentes communicações com as auctoridades francezas, e em virtude d'ellas muito proveito tinha recebido a casa, porque não só havia sido sempre muito respeitada, mas fôra alliviada de uma grande parte da contribuição, que se lhe havia lançado.

Não obstante porém estes bons serviços, viemos a saber que pela bôcca pequena começavamos a ser qualificados com a nota de *francezes*, epitheto preparatorio de alguma perseguição. N'estes termos cuidámos logo em ver se podiamos evitar o perigo que nos ameaçava.

O meu amigo prior, como tivesse acabado o seu tempo de governo, e houvesse já outro nomeado, e com posse, cuidou logo em pedir mudança de domicilio, e o pediu para o convento da Serra do Porto, o que sem difficuldade lhe foi concedido. Mas eu estava em peiores circumstancias, porque era professor publico, regia uma cadeira, e precisava motivos, que justificassem a minha sahida da casa, que talvez em pouco m'a ordenassem sem a querer, nem a pedir.

Comecei a mostrar-me muito incommodado, e falto de saude; e como por um acaso feliz o novo prior tinha sido meu companheiro de collegio, e sempre tinha vivido com elle em boa harmonia, disse-lhe, que sentindo-me bastante doente, me deixasse ir passar algum tempo em Coimbra com a minha familia, para de lá ir tomar banhos do mar na Figueira, que esperava me fizessem muito bem, como já me tinham feito, quando alli os fui tomar depois da morte de meu irmão. Que para isso tinha agora boa occasião, porque iria com meu irmão Bento Freire, que casado de ha pouco estava a partir para Coimbra.

Quanto a reger a minha cadeira, o meu substituto, que era meu amigo, de muito boa vontade se me offerecia para ficar no meu logar. E que por este favor pedia, que lhe désse o ordenado que me pertencia da cadeira.

Não teve difficuldade o novo prior em me conceder o que lhe pedi; fiz a jornada com meu irmão, sem pensar que nunca mais entraria em S. Vicente como conego regrante, e morador d'aquella casa.

(Continuar-se-ha).

Já depois de a deixar o sr. Bartholomeu de Moraes Bingre, foi por decreto de 8 de Novembro ultimo nomeado para a mesma cadeira o sr. José Ribeiro Chaves.

Até agora, porém, ainda não appareceu, nem ha noticias d'elle!

E chegaram as cousas a termos de não haver em Coimbra quem queira aceitar o ser substituto d'aquella cadeira, na ausencia do proprietario.

O motivo de tudo isto é claro, e temol-o dito muitas vezes. O ordenado dos professores em toda a parte é mesquinho; mas para uma terra como Coimbra, onde a renda de casas e as subsistencias são carissimas, suppôr que póde viver um professor com tal ordenado, é crer no impossivel.

Quer ou não a camara municipal d'esta cidade que no bairro baixo haja uma escola official de instrucção primaria?

Se quer tem de votar no orçamento uma rasoavel gratificação para o professor; — se não quer deixe continuar as cousas como vão.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O asylo de mendicidade recebeu ultimamente dois donativos.

Um d'elles foi de 50$000 réis pelo exm.º sr. bispo conde, no dia 12 do corrente, por occasião de se dignar fazer a visita ao mesmo asylo.

E o outro foi por mão do mesmo illustre prelado, da quantia de 85$700 réis, — sobejos de 143$700 réis, com que as corporações da Universidade e Lyceu subscreveram para os innundados, deduzidos 58$000 réis que se deram á freguezia da Nazareth da Ribeira.

Os mencionados sobejos deliberou a respectiva commissão dar ao referido asylo.

Estimâmos que o exm.º bispo conde, e a commissão de soccorros se lembrassem de beneficiar um estabelecimento tão util e que tanto protege a pobreza.

A direcção do asylo de mendicidade adquiriu uma casa muito importante para o mesmo asylo — o collegio de S. Pedro da Terceira Ordem na rua da Sophia.

Ao mesmo tempo, porém, que ganhou muito com isso, porque assim póde desenvolver o estabelecimento, o que anteriormente não lhe era permittido na casa em Mont'arroio; achou-se embaraçada, porque teve de applicar para aquella compra quasi todas as suas inscripções, com o juro das quaes suppria em grande parte as despezas diarias.

E' por isso muito justo, que as pessoas caridosas auxiliem o asylo de mendicidade, no que praticarão uma acção digna de todos os louvores.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Não nos cançaremos em mostrar a necessidade que ha em empregar todo o escrupulo nas noticias historicas. Cada dia se nos apresentam novos factos que mais nos convencem do extremo cuidado que deve haver n'esse ramo de estudos.

Sendo o *Diccionario Popular*, que se está imprimindo em Lisboa, uma das publicações mais curiosas e importantes, que se têm feito n'este paiz, é ahi que se carece mais do que em qualquer outra publicação da maior vigilancia, para que se não misturem erros, entre artigos correctos e de muito merecimento.

Bem sabemos que é impossivel chegar á perfeição nas cousas humanas; mas pelo menos façam-se todas as diligencias para que aquillo que se publica seja a exacta expressão da verdade.

Foram-nos estas reflexões suscitadas por lermos a paginas 354 do 3.º volume do *Diccionario Popular* o seguinte:

«**Biheron:** n. em Paris em 1730 e m. em 1815. Muito moço ainda viu algumas reproducções do corpo humano em cera, que lhe despertaram um vehemente desejo por aquelle genero de trabalho. Este extravagante gosto o levou insensivelmente ao estudo da anatomia. Com muita economia e trabalho conseguiu haver alguns livros de anatomia; mas a imperfeição das gravuras não lhe davam uma idéa perfeita dos multiplices orgãos do corpo humano. Os biographos não nos dizem os meios que elle empregou para assistir ás dissecações dos cadaveres. Sabe-se que n'uma edade avançada, Biheron mandava roubar os cadaveres dos soldados, que elle proprio dissecava. D'este modo conseguiu imitar em cera o corpo humano e produzir modelos muito bellos.»

Este artigo é manifestamente um resumido extracto do artigo correspondente do *Grand Dictionnaire Universel du XIX siècle*, de M. Pierre Larousse.

A paginas 730 do 2.º tomo d'esse diccionario vem o artigo relativo á celebre *Biheron (mademoiselle)*, nascida em Paris em 1730, e fallecida na mesma cidade em 1815.

Ora não sabemos se a falta é de quem fez o extracto, ou se foi descuido na revisão. O certo é, porém, que uma mulher notavel pelos seus trabalhos anatomicos, foi transformada em homem no *Diccionario Popular*.

Repetimos — todo o cuidado é pouco.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

FIGUEIRA DA FOZ

(CORRESP. PART. DO CONIMBRICENSE)

20 de Dezembro de 1877.

Corre-nos a estação fria como ha muito não estavamos habituados a sentir; e quando pelas proximidades d'esta villa se encontra já, de madrugada, a agua empoçada coberta por espessa camada de gelo, imagine-se o que não acontecerá em Coimbra e demais localidades, onde a temperatura é, durante o inverno, muito mais baixa do que a da Figueira. Porque ainda n'este ponto a villa, que demora na foz do Mondego, sobreleva em vantagem muitas povoações, até das que lhe ficam ao sul — taes como Lisboa, Evora, Beja, etc.; em quanto que durante o estio a atmosphera é aqui muito mais temperada, refrescando-a quasi constantemente os ventos do quadrante do norte, que são os dominantes.

Todavia os dias explendidos que havemos tido favorecem os trabalhos proprios da estação, que vão correndo com regularidade. No mar os pescadores do sul aproveitam as blandicias do oceano para continuarem a pesca dos ruivos, que o mau tempo havia interrompido — e tão favorecidos de fortuna têm sido os lanços de rede, que o mercado está quasi todo o dia abastecido d'aquelle saboroso peixe, actualmente no seu melhor periodo d'engorda. Tem chegado a vender-se a duzia de ruivos, medianos, a 360 réis! É uma fortuna para os pobres, e de que muitos se têm sabido aproveitar, escalando e salgando aquelle peixe, para mais tarde ser consumido.

Dá-se, porém, aqui uma circumstancia notavel. Em quanto que ao sul do Mondego os ruivos morrem aos milhares, os pescadores do norte — Praia, Buarcos, Quiaios — estão infelicissimos; porque, não só não pescam ruivo, mas falta-lhes a sardinha, cuja temporada de matança vae passando. A rara que apparece é tão magra e pouco saborosa, que não desafia o appetite.

Por outro lado a navegação fluvial tem dado facil e economico transporte aos vinhos comprados na Beira por conta das casas exportadoras d'aqui, as quaes vão recolhendo aos seus armazens numerosas pipas do generoso liquido, uma das riquezas do nosso paiz.

E, pois que descahi n'este assumpto, cumprirei a promessa da minha ultima correspondencia, referindo-me á navegação que ultimamente se restabeleceu entre este porto e o Brazil. Que antigamente havia relações directas entre o imperio e o nosso porto é sabido de todos, e os afamados vinhos da Figueira não iam mendigar frete a outros portos. Varias circumstancias, porem, enfraqueceram taes relações, e por ultimo quasi de todo as interrompeu o pessimo estado da barra. Ou por via de mar ou pelo caminho de ferro, estação de Formozelha, eram annualmente dirigidas a Lisboa milhares de pipas, que seguiam para o Brazil nos paquetes ou em navios de vela.

Os inconvenientes d'esta pratica — transportes e baldeações repetidas, roubos e deterioração do genero pelos liquidos que lhes junctavam para disfarçar as subtracções, mau acondicionamento na estação e wagons do caminho de ferro — tudo fez renascer a ideia do transporte directo, facilitado pelas soffriveis condições da barra. É assim que o movimento maritimo d'este porto com o Brazil, nos ultimos dez annos, se traduz pela fórma seguinte:

1867	— nav. said.	1	— arqueação	240 mc.
1868	»	2	»	297
1871	»	1	»	124
1873	»	1	»	167
1875	»	8	»	1.261
1876	»	4	»	764
1877 (até hoje)		11	»	2.072

Em 1868 carregou mais uma barca fóra da barra; em 1870 e 1871 sahiram dois patachos com escala por outros portos; e no corrente anno carregou uma outra barca, tambem fóra da barra. Dos navios acima indicados eram 7 escunas, 12 patachos, 1 lugre, 1 brigue e 2 barcos, e apenas um estrangeiro.

Estes algarismos dispensam commentarios, e demonstram a corrente que volve a tomar o commercio da Figueira com o Brazil, favorecido pela barra que, innegavelmente, deve as suas boas condições ás obras que se têm effectuado n'ella, e que melhores resultados darão quando continuadas em conformidade com os projectos começados a executar, e com alguns que ainda não foram approvados.

E, porém, forçoso confessar que veiu dar extrema animação ao porto a companhia de reboques, aqui formada em 1876, e sem a qual se não effectuariam muitas entradas e sahidas de navios por falta absoluta de vento, ou por este lhes ser contrario.

O vaporsinho aqui existente tem prestado bons serviços; mas ao mesmo tempo começa a reconhecer-se que, pela sua pouca força e pela sua construcção, mais apropriada a barras e rios de maior profundidade que o nosso, elle deixa d'auxiliar, tanto quanto podia e devia, os interesses do commercio — que são tambem os da companhia.

Facil de remover é este inconveniente; e, quando o proprio desejo de lucro o não aconselhasse, deverão actuar na companhia a lembrança do pesado imposto que onera o commercio, constituindo subsidio a ella concedido, e o amor proprio dos filhos d'esta terra, para cujo engrandecimento e prosperidade a empreza tanto contribue.

De obras municipaes alguma cousa nos lega a actual vereação na villa. Macadamisou a nova rua Principe D. Carlos, e prolongamento d'ella para a do Rio Tinto, abrindo assim ao publico uma excellente entrada na villa; calçou todo o caes até o largo do Carvão; e anda procedendo aos reparos exigidos pela deterioração de muitas ruas, e pela do pavimento da Praça do Commercio. Pena é que esta ultima obra não caminhe com mais celeridade, tornando-se por isso menos incommodo para o publico, que não acha muito do seu agrado aquelle terrivel piso que lá existe por emquanto.

(Concluir-se-ha.)

NOTICIARIO

Concurso. — Na terça feira terminou o concurso para o provimento de duas cadeiras de substitutos extraordinarios na Faculdade de Direito.

Foram approvados na ordem de antiguidade os dois concorrentes os srs. dr. Antonio de Assis Teixeira de Magalhães, e dr. José Frederico Laranjo.

Universo Illustrado. — Concluiu-se o primeiro anno d'este interessante periodico, publicado em Lisboa por uma sociedade, e impresso na typographia dos srs. Mattos Moreira & C.ª

A sua publicação tem sido de uma pontualidade não vulgar; e a empreza tem feito o que lhe é possivel para tornar o periodico muito apreciavel.

Além d'isso tem-se esforçado em apresentar gravuras contendo assumptos nacionaes; e é de esperar que vá augmentando o seu numero quanto lhe for possivel.

A norma a seguir é a do *Archivo Pittoresco*, um dos melhores periodicos illustrados que tem tido este paiz.

Museu Technologico. — Publicou-se o 6.º numero do *Museu Technologico*.

Occupa-se das marinhas de Aveiro, Setubal e Lisboa.

Traz uma gravura representando as salinas de Rio Maior, seus trabalhos de colheita, e pessoal que os executa.

Esta gravura é a ultima que o illustrado auctor do *Museu Technologico* tencionava dar ácêrca da nossa industria salifera.

Reformas no correio. — Diz o correspondente do *Commercio do Porto*, que começou a distribuição de bilhetes postaes para as administrações centraes e direcções de correio. A primeira remessa foi de 8:000, mas deve fazer-se de 24:000 até ao fim do mez, para poderem estar á venda no primeiro do anno. De certo serão n'esse dia muito procurados para as boas festas e os comprimentos que em tal dia é uso.

N'esse dia começará tambem o serviço das ambulancias, como foi decretado.

Parece que será expedido um edital, lembrando que não é permittido remetter dentro das cartas dinheiro ou objectos de valor.

Este edital será não só afixado nas esquinas das ruas, como lido em todas as missas do dia, nas freguezias ruraes.

É uma providencia acertada esta, porque muita gente, por ignorancia dos regulamentos, pratica aquelle abuso, perdendo os valores que remettem.

Na administração geral do correio de Lisboa ha perto de 800$000 réis em dinheiro, encontrado dentro de cartas, e uma grande quantidade de anneis e cordões de ouro, que vão ser vendidos em leilão.

Tambem no mesmo edital se recommendará que os sobrescriptos das cartas sejam feitos de um modo intelligivel, para que não succeda o que está acontecendo constantemente, de ficarem muitas cartas retidas por ser inteiramente impossivel descobrir a direcção e o nome das pessoas para quem são dirigidas.

Nas officinas do caminho de ferro do sul e sueste estão a completar tres carroagens para as ambulancias do correio e um salão. Para o serviço do norte, deu aquella direcção quatro carroagens de teca e oito ambulancias de ferro.

No serviço do correio serão, pois, empregadas dezeseis carroagens, porque para o sul hão de aprompter mais uma.

Mercado de Londres. — Noticias particulares de Londres dizem que a convocação extraordinaria do parlamento causara profundo abalo no mercado financeiro, havendo baixa na cotação de todos os titulos de divida estrangeira; os proprios consolidados inglezes desceram meio por cento.

Caminho de ferro. — A companhia dos caminhos de ferro do norte e léste decidiu estabelecer bilhetes de ida e volta, a preços reduzidos, entre Lisboa, Porto e Madrid, por occasião das festas que se projectem alli em consequencia do casamento de D. Affonso.

Reunião. — No dia 27 d'este mez haverá na capital a reunião da assembleia geral do partido progressista, a fim de se proceder á eleição da nova commissão executiva. Estão convidados para esta reunião não só os membros do centro de Lisboa, mas tambem os delegados dos centros da provincia.

Separação. — Consta que vae ser decretada a separação de Timor do governo de Macau, sendo nomeado governador d'aquella colonia o major sr. Hugo Lacerda.

Noticias de Italia. — Diz o *Jornal da Noite*, que os telegrammas de Roma, datados de 15, repetem que, em consequencia do estado actual de saude do Papa, o consistorio não se realisará no dia 21, mas sim a 28.

Accrescentam que n'aquelle dia o Papa estava ainda muito fraco, mas que o estado geral da sua saude tinha melhorado.

Diz-se porém que muitos cardeaes trabalham para que o consistorio se reuna unicamente no dia 30.

Noticias de França. — Consta por um telegramma de Paris, que o presidente do conselho, mr. Dufaure, lera na camara dos deputados um decreto, declarando terminada a legislatura de 1877. Em seguida o presidente da camara declarou que as sessões ficavam adiadas até ao dia 2 do proximo mez de Janeiro.

Guerra do Oriente. — *Paris, 20, pela manhã.* — Diz um periodico, que é incontestavel que o governo inglez sonda sériamente as potencias a fim de saber se não é possivel organisar uma acção diplomatica commum. Um despacho de Vienna, publicado pelo *Times* diz, que a Porta tenciona submetter ao parlamento turco a questão de recomeçar ou cessar as negociações.

ANNUNCIOS

Venda de casa em Coimbra

1 NO DIA 6 de Janeiro, ás 10 horas da manhã, vender-se-ha em hasta publica, se o preço convier, na sala do tribunal, a casa que foi do fallecido dr. João Doria, em Mont'Arroio.

Tem accommodações para uma numerosa familia, ou collegio: um grande quintal, com muitas arvores de fructo, parreiras e jardim; palheiro, cavalharice, curral para porcos, etc., e está avaliada em 3:200$000 rs.

A casa póde ser vista todos os dias desde o meio dia até as duas horas.

Na mesma occasião se venderá, convindo, a propriedade de um olival, com terra de semeadura, arvores fructiferas, poço etc., sito no Grijó, proximo ao Arieiro, aros d'esta cidade, avaliado em 752$000 rs.

LARANJEIRAS

2 IGNACIO DA SILVA FERREIRA CAMARINHA, tem os melhores canteiros de laranjeiras de 5, 6 e 7 annos, que vende por juncto e a escolher, por preços muito baratos. Tem boas tangerinas, laranjeira branca e d'outras qualidades, tudo enxertado, que vende já pegadas em poceiros e sem elles. Quem pretender, póde dirigir-se a Augusto Cesar dos Santos, pharmaceutico, na rua da Calçada, n.os 141 a 143, ou ao annunciante em Santa Clara.

CONVITE

3 JOSÉ CORREIA DE MELLO, residente na Covilhã, recebe officiaes de alfaiate, pagando-lhes o serviço pelos preços de Coimbra e dando-lhes trabalho effectivo e continuo. Mandará abonar aos que offerecerem garantia a importancia de que carecerem para se transportarem.

COLLECÇÃO PEDRO CORRÊA

Volumes de 240 a 320 paginas em 8.° francez

A 220 RÉIS!

Romances publicados:

G. Kobb. Os dramas de Nova York...	220
Montepin. Os elegantes d'outro tempo.	220
Mery. Um carnaval de Paris........	220
A. Dumas. O capitão Paulo.........	220
M. Gentilhomme. As castellãs de Nesle	220
Chardall. Os abutres de Paris, 2 vol..	440
A. Achard. Os descendentes de Lovelace.....................	220

GRANDE SORTIMENTO

De livros proprios para presentes de Natal e Anno Bom, assim como variedade em artigos de Paris.

CAIXAS
COM
12 GARRAFAS DE VINHO
DA
COMPANHIA V. DA BAIRRADA
TINTOS E BRANCOS

Bussaco	—garrafa	200—	caixa	2$700
Bairrada	— »	200—	»	2$700
Bairrada superior	»	320—	»	4$000
Secco	— »	320—	»	4$000
Superior	— »	500—	»	6$000
Boal	— »	600—	»	7$000
Malvasia	— »	1$000—	»	10$000

LIVRARIA ACADEMICA
183 - RUA DA CALÇADA - 185
COIMBRA

JOSÉ TAVARES DA COSTA
225 - RUA DA CALÇADA - 231
(Proximo á Portagem)
COIMBRA

5 RECEBEU o delicioso queijo suisso, do cantão de Zurich, dito flamengo muito frescal, passa de Malaga, figos, macarrão de Italia, arenques fumados, e outras muitas especiarias, tudo superior qualidade.

Recebeu tambem novo sortimento de chocolate suisso, Suchard.

Continua a ter á venda os excellentes biscoutos da moda (Pauperios) sendo no seu estabelecimento a unica parte aonde elles se vendem verdadeiros.

CASA LISBONENSE
RUA DO VISCONDE DA LUZ
COIMBRA

6 ACABA de receber a ultima moda de chapeus de feltro, e velludo, para senhora e creanças.

Casacos francezes, para senhora.
Sedas e setins, diversas cores.
Failes pretos.
Lenços de malha.
Saias, capas, e casacos, para creança.
Fitas, cores modernas, e galões.
Plumas, e flores francezas.
Meias de lã em cores, para todas as medidas.
Um saldo grande de fazendas de lã para vestido, vende-se por 240 réis o metro.
Saias de casemira.
Calçado para inverno.
Tapetes para sala e quarto.

ATTENÇÃO

7 ANNA BARBARA, residente em Coimbra, pede ao exm.° sr. Luiz Ribeiro Bacellar, do concelho de Cêa, lhe pague o legado com que a agraciou a exm.ª sr.ª D. Emilia Ribeiro.

De s. ex.ª o não ter feito, como devo, resulta que a supplicante passa necessidades, e tem por pagar parte dos direitos de transmissão a vencer juros por conta da mesma.

COMPANHIA
DE
FIAÇÃO E TECIDOS
DE
COIMBRA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

8 A DIRECÇÃO d'esta companhia annuncia a quem interessar, que em conformidade com a disposição do artigo 12 dos seus estatutos, 30 dias depois da data d'este fará vender em hasta publica na praça de Lisboa, e por intermedio de correctores os titulos provisorios n.os 3, 4, 6, 11, 13, 14, 43, 48, 55, 56, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 95, 96, 97, 101, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 120, 122, 134, 136, 141, 148, 151, e 152, (de duas entradas) aos quaes falta o pagamento da 3.ª e 4.ª prestações já vencidas.

Coimbra 17 de Dezembro de 1877.

Os directores
J. J. de Mendonça Cortez.
Adelino Antonio das Neves e Mello.
José Matheus dos Santos.

DEPOSITO
DAS
VERDADEIRAS
E
SILENCIOSAS MACHINAS AMERICANAS
DE
COSER



e de Raymond

As melhores machinas para familia, modistas, costureiras, alfaiates, sapateiros e chapeleiros. Vendem-se a prompto pagamento e a prestações mensaes ou semanaes á vontade do comprador. Ensino gratis, preços de Lisboa e Porto. Concertam-se machinas de todos os systemas. Grande sortido em torçaes, algodão em carrinhos, oleo e differentes accessorios para as mesmas machinas de costura.

V. H. LEBRE
Rua da Calçada, 108, 110
COIMBRA

10 VENDE-SE muito em conta um grande e bom guarda-vento para uma egreja. N'esta redacção se diz aonde se vende.

11 NA RUA DO INFANTE D. AUGUSTO, n.° 12 a 20, se vendem 10 acções da Companhia Edificadora e Industrial de Coimbra, já completas, e com algum abatimento.

UNICO DEPOSITO
DAS
VERDADEIRAS MACHINAS DE COSTURA
SINGER
PARA FAMILIA, ALFAIATE, SAPATEIRO E CORREEIRO

12 ACABA de chegar pela primeira vez a nova machina de braço com pé vibrante para sapateiro. A sua construcção é admiravel na solidez. Os primorosos trabalhos que executa em obra fina até á de maior grossura, e a facilidade no aprender convidam o comprador ao deposito.

SINGER

As melhores machinas que se conhecem para familia e alfaiate, que cosem em toda a qualidade de costura e que servem para trabalhar quer á mão quer de pé.

SINGER

São as que têm sido mais premiadas, as que offerecem mais duração, as mais faceis para aprender, as que fazem mais perfeito trabalho sem complicação de apparelhos.

SINGER

São as mais rapidas no trabalho, e que embainham, bordam a trancinha e a fios de seda, franzem, mettem cordões, guarnecem, fazem prégas, tudo a dois pespontos sem alinhavar.

Vendem-se a prestações semanaes de 400 réis, segundo a classe da machina, e a prompto pagamento menos 10 por cento.

Os preços são eguaes aos de Lisboa e Porto. Ensino gratis no deposito ou em casa do comprador, sendo na cidade. Reducção de preço nas agulhas e torçaes.

JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA
32, RUA DO VISCONDE DA LUZ, 36
COIMBRA

13 A FABRICA de sabão, na Guarda Ingleza, ao Almegue, de José Correia Lemos, morador na rua da Calçada, n.° 13, continua a ter boas qualidades de sabão alli fabricado, que vende por preço rasoavel.

Acções da Companhia de Fiação e Tecidos de Coimbra

14 VENDEM-SE muitas acções d'esta companhia, ou trocam-se por acções d'outras companhias ou bancos.

N'esta redacção se diz com quem se trata.

15 ACHA-SE aberto no cofre central d'este districto, o pagamento dos juros de divida publica fundada, respectivos ao 2.° semestre de 1877.

Repartição de fazenda do districto de Coimbra aos 18 de Dezembro de 1877.

O delegado do thesouro,
Antonio Joaquim de Vasconcellos.

NOVO ESTABELECIMENTO

16 GUALDINO CARLOS DE CARVALHO, annuncia ao publico, que abriu o seu novo estabelecimento de mercearia, vinhos finos engarrafados, licores diversos, toda a qualidade de bolacha nacional e estrangeira, boa passa de Malaga e figo do Algarve, e cereaes; e tambem tenciona vender tabacos de Janeiro em deante.

Rua dos Sapateiros, 8 e 10.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno..................	3$200	Por anno..................	3$460
Por semestre..............	1$600	Por semestre..............	1$780
Por trimestre.............	800	Por trimestre.............	865

Annuncios por cada linha 40 réis.
Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

Numero 3173 | Segunda feira 24 de Dezembro de 1877 | Anno XXXI

COIMBRA

Vamos hoje publicar uma portaria do sr. ministro do reino dirigida ao sr. governador civil do districto de Braga, a qual é digna de se registar.

Trata-se da irregularissima gerencia da mesa da misericordia d'aquella cidade, que foi dissolvida pelo sr. marquez de Vallada, e substituida por uma commissão administrativa.

O sr. marquez d'Avila e de Bolama approva as providencias tomadas pelo sr. governador civil e pela commissão, e determina o que cumpre fazer para impôr a responsabilidade aos membros da mesa dissolvida.

Chamâmos para este valioso documento a attenção do publico, e em especial do sr. governador civil d'este districto de Coimbra.

Convém que s. ex.ª veja a energia e força de vontade do chefe do districto de Braga, contra os auctores d'estes e outros abusos.

Sentimos dizel-o; mas por emquanto não temos visto toda a acção administrativa n'este districto, que era para desejar.

Sabemos que s. ex.ª, para certos actos da administração, se acha lutando com a falta de pessoal que o coadjuve; mas o que isso mostra é a necessidade de tomar deliberações decisivas, que estão dentro das suas attribuições.

Pois um governador civil deve soffrer impunemente, que haja administradores de concelho que tenham em nenhuma conta as suas ordens, e nem respondam aos seus officios?

Durante seis annos estabeleceu-se por toda a parte do districto uma vasta rede de corrupção, no recrutamento, nas camaras municipaes, nas irmandades e confrarias, e em quasi todos os corpos administrativos e auctoridades dos diversos concelhos.

Os interessados n'essa torpe corrupção auxiliavam-se, e ainda hoje se auxiliam mutuamente, porque a utilidade é commum.

Continuam pela maior parte as cousas como estavam, e por isso os auctores d'esses abusos e escandalosa relaxação dispõem de tudo como até agora.

Por ventura já se dissolveu alguma das muitas mesas das confrarias que tem este districto, que estão sem dar contas ha 5, 10 e até 20 annos?

Já se impoz a devida responsabilidade aos delapidadores dos capitaes e rendimentos d'essas confrarias?

Já se mandou syndicar da gerencia de algumas das camaras municipaes, accusadas de esbanjamentos, de illegalidades e abusos de todo o genero?

Já se fez chamar perante os tribunaes os grandes traficantes e criminosos no recrutamento?

Já se procedeu ás necessarias investigações com respeito á gerencia de outros ramos da administração publica do districto, contra que se têm levantado altos clamores?

Bem sabemos que os interessados nos abusos e comedellas haviam de barafustar por todos os modos; mas por isso mesmo é que mais meritoria seria a auctoridade que tivesse a vontade de cumprir energicamente os seus deveres, arcando com os devassos.

Tambem contra o sr. governador civil de Braga se têm insurgido os individuos a quem affectaram as suas medidas; e comtudo as resoluções tomadas vão por deante, em beneficio da moralidade e da boa administração publica.

O ponto está em que a auctoridade superior tenha a consciencia dos seus actos, e que procure reformar a administração que lhe foi confiada, fazendo com que cessem por uma vez as malversações, os abusos e os actos illegaes.

As auctoridades que, como as de Braga e Coimbra, encontram os respectivos districtos na mais completa desordem na administração, precisam de saber vencer todos os embaraços e difficuldades; pois que a conservação d'esse estado anormal só póde ser agradavel aos interessados na devassidão e nas torpezas.

Em quanto ao sr. governador civil de Braga podemos hoje publicar a honrosa portaria que se vae ler; e relativamente ao sr. governador civil de Coimbra muito desejaremos que em resultado dos seus actos possamos aqui registar um documento de egual alcance.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Ministerio do reino — direcção geral de administração politica e civil — 2.ª repartição — livro 35 — numero 1:094. — Foi presente a sua magestade el-rei o relatorio em que a commissão administrativa da Misericordia de Braga dá conta do estado em que encontrou a administração d'este estabelecimento e do hospital de S. Marcos, e menciona as providencias que tem tomado para pôr termo aos graves abusos a que a falta de zêlo e de cuidado das mesas da Misericordia dêra logar; e sua magestade louvando a commissão pelo acerto das suas providencias e pelo cuidado e diligencia, que tem empregado para melhorar as más condições em que encontrou aquella casa, quer que o governador civil do districto transmitta á commissão este testemunho da sua approvação.

Foram tambem approvadas por sua magestade as deliberações do governador civil e as medidas por elle adoptadas para tornar regular a administração da Misericordia e para fazer cessar os desperdicios que, pela sua activa fiscalisação sobre o importante assumpto da beneficencia publica conseguiu conhecer; e sem prejuizo de outras providencias que haja a tomar, determina sua magestade que desde já se proceda nos termos seguintes:

Com relação ás dividas activas da Misericordia, informa a commissão que no numero de devedores se encontram foreiros que não pagam foros ha mais de cinco, dez, quinze e vinte annos, notando-se mesmo que a alguns se receberam os foros dos ultimos annos, deixando-se em divida os atrazados. Estes foros devem na maior parte considerar-se perdidos para a Misericordia, por effeito das disposições dos artigos 543 e 1:684 do Codigo Civil. Como porém o damno que a Misericordia soffre é proveniente de negligencia dos seus administradores; e d'esta negligencia resulta a responsabilidade civil, e a obrigação de pagar os prejuizos por ella causados — Codigo Civil — artigos 1:335, 2:361 e

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCLXXI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Como fallei n'este meu irmão, e que tinha casado, direi, que por uma das muitas singularidades da minha vida fui eu que lhe pedi a noiva para casar; porque tanto ella como elle exigiram de mim que lhes fizesse essa vontade. Tinha elle com effeito casado com uma virtuosa e amavel menina D. Anna, filha do *doutor Caminha*, que morava na rua larga de S. Roque.

E agora já que fallei n'este meu irmão, direi como estavam os outros n'essa época. Meu irmão mais velho Luiz conservava-se solteiro na sua casa da Tapada; meu irmão mais novo Francisco, tinha acabado os seus estudos no collegio da Graça de Coimbra, havia sido nomeado para ser um dos mestres da ordem, e depois tinha ido na qualidade de prior para um seu convento em Castello-branco, emprego, que foi forçado a largar antes de tempo, pelos estragos que soffreu o convento na entrada dos francezes, commandados por Junot.

Notarei aqui de passagem qual era o caracter dos frades a quem pertencia. Desejando frequentar na Universidade a faculdade philosophica, e tendo já dois annos de frequencia, foi impedido por elles de continuar... tal era o amor que tinham pelas sciencias!

Minha irmã mais nova D. Maria Amalia, menina muito bem educada, formosa, e amavel, casou n'esse tempo, e suppunha-se ter feito fortuna, porem infelizmente não a fez... foi mal afortunada... Minha irmã D. Catharina conservava-se em casa da nossa boa tia, irmã de meu pae, que sempre nos tratou mais como filhos do que sobrinhos.

Uma das causas que mais concorreu para que apressasse a minha sahida de Lisboa, foi, que apparecendo no alto Minho o marechal Soult com um grande exercito nos principios de Fevereiro de 1809, e dirigindo-se logo ao Porto, onde entrou, os governadores do reino, como para conjurar aquella invasão, não acharam outro meio mais proprio do que mandar immediatamente prender um grande numero de pessoas, que fizeram encarcerar nas prisões, e segredos da inquisição.

Eram todas estas pessoas individuos de todas as jerarchias, porem ao mesmo tempo conhecidos por todo o mundo como homens pacificos, honestos, e até virtuosos, e taes como um José Aleixo Falcão, de uma virtude e honradez conhecidas. Accrescia mais o terem-se feito estas tão extraordinarias prisões em um dia tão sagrado, como era o de *quinta feira santa!* 30 de Maio de 1809, e mandadas fazer por homens, entre os quaes entrava um alto ecclesiastico, como era o ex-bispo do Porto, patriarcha eleito, de quem já mencionei n'estas memorias a infame hypocrisia, e baixa e vil lisonja com que tinha servido os francezes. (1)

Não me era, portanto, nem me podia ser indifferente tão inaudito procedimento. O que eu mais admirava era o ter escapado a este acto de tão audaz brutalidade. Assim cuidei logo em ver se sahia o mais promptamente de Lisboa, o que felizmente consegui como já disse.

Cheguei a Coimbra com meu irmão e cunhada, e alli mais longe das garras dos tigres do Rocio, que se denominavam governadores do reino, fui passando os dias tranquillo até Outubro do mesmo anno de 1809. Era esta a época de me recolher a Lisboa,

Os presos estiveram nove mezes incommunicaveis nos segredos da inquisição; e sendo depois soltos foram mandados para differentes desterros. Seus tyrannos queriam sempre tel-os debaixo de mão para depois poderem *setembrisal-os*, como fizeram no memoravel dia 10 de Setembro do anno 1810, perseguição, de que ainda fallarei.

Nas mãos de um dos presos encontrou Lobo todo o archivo da Grande Loja Maçonica, porém nenhum d'estes papeis se lhes apresentou como crime; prova sem réplica, que elles eram mais amigos do throno do que elle Lobo, traidor. — Veja-se o tom. 3.° do meu *Campeão* em Londres.

(1) Quem influia muito para estas prisões, e até as fez sem ter ordem positiva para isso, foi Jeronymo Francisco Lobo, ajudante da intendencia, e que já tinha exercido o mesmo officio com o intendente *Lagardè*, que ao sahir de Portugal disse, formaes palavras, *que era o unico portuguez que ficava em todo o Portugal, digno de merecer as graças do imperador!*

2:862, é consequencia que os mesarios que regiam a Misericordia no tempo em que a prescripção se completou, devem ser demandados pela importancia dos foros que deixaram perder. Não podendo porém a prescripção ser attendida pelos juizes sem ser allegada pelas partes, é mister demandar os foreiros que se acham em divida; e absolvidos elles em virtude da prescripção, demandar depois os mesarios negligentes, pela importancia dos foros, e pelas custas dos processos.

Com relação aos emprestimos de dinheiro a juro, cujos contractos se fizeram, sem as garantias e seguranças estabelecidas no compromisso da casa, regem os mesmos principios; com a differença porém de que os mesarios responsaveis, e que devem ser demandados por aquillo que a Misericordia tiver deixado de receber, pela fallencia dos devedores, e de seus fiadores, são os que fizeram os emprestimos, e assignaram os respectivos contractos.

Com relação ao alcance do thesoureiro da Misericordia, alcance que a mesa da Misericordia lhe deu a juro pela escriptura de 10 de Agosto ultimo, vê-se d'esta, que não só se não observaram n'este contracto os preceitos do compromisso, mas que se acceitaram como hypotheca bens cujo valor foi fixado pelo devedor—que se não verificou previamente se esses bens estavam livres e desembaraçados de encargos: e que se acceitaram como hypotheca bemfeitorias em bens taes (dois contos de réis) que não pódem ser objecto de hypotheca, não sendo como não é a propriedade onde ellas existem do dominio do devedor.

O fim evidente d'este contracto foi illudir a responsabilidade que para a mesa provinha do alcance do thesoureiro, fazendo correr a Misericordia o risco da perda de capitaes avultados (7:170$925 réis). Sendo porém necessario assegurar os fundos do estabelecimento e evitar as consequencias que podem resultar do abusivo procedimento da mesa; e dispondo-se no artigo 1:641 do Codigo Civil que quando no contracto de usura se não tiver estipulado prazo de tempo para o destrate, como se não estipulou na escriptura de 10 de Agosto, o credor possa exigir o pagamento, prevenindo o devedor com antecedencia de 30 dias: deve este ser intimado judicialmente para no prazo de 30 dias, a contar da intimação, satisfazer o seu debito, sendo em seguida demandado por elle se não satisfazer a intimação, e chamando-se, n'este caso, tambem a juizo a mesa que fez o contracto, como responsavel por qualquer falta do devedor.

Sua magestade recommenda que estas providencias se executem com toda a brevidade, como pede o interesse do importante estabelecimento de caridade de que se trata. O que participa ao governador civil de Braga para os devidos effeitos. — Paço em 14 de Dezembro de 1877. — *Marquez d'Avila e de Bolama.*»

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NA

EXPOSIÇÃO DE PARIS

Por iniciativa do sr. reitor da Universidade, visconde de Villa Maior, serão remettidos para a exposição universal de Paris:

Os *Estatutos da Universidade.*

O *Compendio historico do estado da Universidade no tempo da invasão dos chamados jesuitas.*

Algumas das ultimas *Dissertações inauguraes* das 5 Faculdades.

As *Memorias historicas* das Faculdades de Theologia, Medicina, Mathematica e Philosophia, publicadas por occasião e em seguida ás festas do centenario.

Os *Annuarios da Universidade* desde 1866.

Além d'isso, pela sua parte o sr. reitor, visconde de Villa Maior, escreveu uma extensa memoria, com o titulo de —*Exposição succinta da organisação actual da Universidade de Coimbra, precedida de uma breve noticia d'este estabelecimento.*

Estão já impressas 304 paginas d'essa memoria.

Pela rapida leitura que podémos fazer do que se acha impresso, vemos que o sr. visconde de Villa Maior procurou para escrever a sua memoria as fontes mais auctorisadas. E nem outra cousa era de esperar da illustração e competencia do distincto escriptor.

Á memoria do sr. reitor irão addicionados varios relatorios ácerca dos gabinetes de sciencias naturaes.

Tambem se andam a tirar as vistas photographicas de todos os estabelecimentos da Universidade.

Estão já tiradas 5 do Jardim Botanico.

As vistas são primorosas e devidas ao habil e acreditado photographo o sr. José Maria dos Santos.

Egualmente são remettidas com as vistas photographicas, as plantas dos edificios, copiadas da rica collecção que existe na secretaria da Universidade, mandada fazer pelo marquez de Pombal. A copia é feita pelo professor de desenho da Universidade o sr. José Miguel de Abreu.

Devemos fazer os merecidos elogios ao sr. Abilio Severo, que é o artista que tem encadernado os livros da Universidade que vão para a exposição de Paris.

Não admirava que tão bellas encadernações fossem feitas n'aquella grande capital, onde ha os mais apurados machinismos para todo o trabalho do encadernador; o que, porém, causa admiração, é que se possam fazer em Coimbra encadernações tão apuradas com os limitados recursos d'esta terra.

E' de razão não concluir esta noticia sem dizer, que o nosso amigo o sr. Antonio Maria Seabra de Albuquerque, fiel thesoureiro da imprensa da Universidade, tambem manda á exposição os dois volumes da sua interessantissima *Bibliographia da imprensa da Universidade*, com relação aos annos de 1872 a 1875.

Vão ornados com os retratos dos srs. reitor, visconde de Villa Maior; e ministro do reino, marquez de Avila e de Bolama—aos quaes havia dedicado os dois volumes da *Bibliographia.*

E' isto o que por emquanto sabemos com respeito á Universidade.

Se mais alguma cousa soubermos o noticiaremos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

OS LUSIADAS

Agora que se está a publicar em Lisboa uma esmerada traducção do — *Engenhoso Fidalgo D. Quichote de la Mancha*, por iniciativa do editor o sr. Francisco Arthur da Silva, sendo muito nitida a impressão, e acompanhada de bellas gravuras illustrativas do texto; seria para sentir que se não praticasse o mesmo, e ainda com mais grandeza, relativamente aos nossos *Lusiadas.*

Cervantes e Camões personalisam litterariamente as duas nações hespanhola e portugueza; e é de justiça que as suas obras monumentaes— *D. Quichote* e *Lusiadas*, ornem juntas todas as livrarias.

Tem sido numerosissimas as edições portuguezas e estrangeiras dos *Lusiadas;* mas este poema admiravel é merecedor de que seja reproduzido luxuosamente segundo o progresso da typographia e da gravura.

Já se desempenhou brilhantemente d'esse encargo o morgado de Matheus, mandando fazer em Paris no anno de 1817, na typographia Didot, a famosa edição dos *Lusiados*, acompanhada de magnificas gravuras.

Essa edição, porém, não foi feita para se expôr á venda; mas fez d'ella brioso donativo o seu editor ás corporações e estabelecimentos que foi da sua vontade, e aos amigos que quiz obsequiar.

D'ahi vem a raridade d'essa edição, que só muito poucas vezes tem vindo ao mercado, e por preço em extremo subido, fóra das posses de quasi todas as pessoas.

Bastará dizer que em uma cidade como Coimbra não ha senão tres exemplares d'essa edição; estando um em poder do negociante e proprietario o sr. Antonio José Alves Borges, e dois na bibliotheca da Universidade. Um d'estes foi directamente offerecido á bibliotheca pelo morgado de Matheus, e o outro pertencia ao collegio dos Militares, ao qual fóra offerecido pelo seu antigo collegial Antonio José Guião.

N'estas circumstancias era muito desejada uma edição dos *Lusiadas*, que sendo luxuosa, fosse ao mesmo tempo accessivel ás modestas fortunas.

Felizmente tomaram sobre si essa empreza em Lisboa os srs. Aristides Abranches e Duarte dos Santos.

Vae começar com toda a brevidade uma elegante edição dos *Lusiadas*, em grande formato, impressa em papel de superior qualidade, expressamente encommendado para este fim, e préviamente calandrado e assetinado.

Formará um grosso volume de mais de 400 paginas, dividido em 11 cadernetas capilhadas, de que se distribuirá uma por mez.

Cada caderneta conterá, além das vinhetas impressas com o texto, uma estampa em folha separada. Cada caderneta custará 600 réis.

Será a edição dos *Lusiadas* precedida da biographia do poeta e apreciação critica da obra, pelo distincto escriptor o sr. Thomaz Ribeiro; e além d'isso o texto portuguez será acompanhado da correspondente traducção franceza pelo sr. Fournier e Desaules.

Os desenhos serão do sr. Soares dos Reis, e as gravuras do sr. José Severini.

Esta primorosa edição dos *Lusiadas* será dedicada a sua magestade el-rei o sr. D. Luiz I.

Já se vê que uma tão arrojada empreza só se póde levar a effeito com a coadjuvação do publico; e essa, estâmos certos, não faltará aos editores.

Toda a correspondencia, franca de porte, deve ser dirigida aos *Editores dos Lusiadas* — Praça de D. Pedro — Livraria Real de Silva Junior, 22 a 25 — Lisboa.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Além das reformas já effectuadas no serviço do correio projectam-se muitas outras.

O sr. ministro das obras publicas dirigiu em data de 4 do corrente umas extensas instrucções, em fórma de consulta, ao sr. director geral dos correios, ácerca de muitas reformas que é mister estudar antes de se pôrem em execução.

1.° Annuario postal — 2.° Diccionario geographico postal — 3.° Mappa geographico dos correios — 4.° Estatistica postal — 5.° Posta dos centros populosos e ruraes, bilhetes postaes com resposta paga, cartas com valores declarados, e vales ao portador — taes são os assumptos para que o sr. ministro das obras publicas chama a attenção do sr. director geral dos correios.

Quando por decreto de 31 de Outubro ultimo foi permittido o curso dos bilhetes postaes, fizemos no *Conimbricense* a esse respeito algumas considerações, e entre ellas dissémos o seguinte:

«Os bilhetes postaes serão de dois typos. O primeiro da taxa de 15 réis, destinados unicamente á circulação no continete do reino, ilhas adjacentes e Hespanha. E o segundo de 25 réis, destinados ás communicações dirigidas aos paizes da união geral dos correios (excepto Hespanha) ou ás provincias ultramarinas portuguezas.

Desejariamos que o porte dos bilhetes postaes fosse ainda mais reduzido. Os de 15 réis deveriam ser de 10 réis; e ao mesmo tempo entendemos que se devia tambem diminuir o porte das cartas, do actual de 25 para 20 réis. Até por coherencia se devia fazer essa reducção, visto o porte dos jornaes ter sido diminuido de 5 réis para 2 ½ réis.

Em todo o caso, como tentativa já é uma importante reforma a effectuada pelo ministro das obras publicas, e deve facilitar e fazer augmentar muito a correspondencia.»

O sr. ministro das obras publicas, nas suas instrucções de 4 do corrente occupa-se do mesmo assumpto; e o sr. director geral dos correios, Guilhermino Augusto de Barros, respondendo-lhe em officio do dia 21 diz o que em seguida extractâmos:

«Quanto, porém, á diminuição no preço da estampilha do bilhete postal, como parece rasoavel, acho que convem esperar o resultado da medida, para então assentarmos na opinião segura, sendo certo que esta questão é mais grave do que parece, e não menos é uma outra, a reducção do preço da estampilha de 25 réis a 20 réis, embora, substituindo o estampado ao relevo, venhamos a fazer no serviço da casa da moeda alguma economia.

A diminuição da receita ascenderá a 60:000$000 réis; juntando isto ao desfalque que nos trouxe a substituição da estampilha da taxa de 5 réis pela de 2 ½, cumpre sermos previdentes e cautelosos.

É certo que o seguinte quadro nos dá bastantes esperanças de um augmento futuro de receitas:

Sellos vendidos

ANNOS	IMPORTANCIAS
1870-1871..............	292:921$906
1871-1872..............	318:776$619
1872-1873..............	345:430$205
1873-1874..............	362:863$802
1874-1875..............	395:261$234
1875-1876..............	416:732$218
1876-1877..............	402:082$658

Vê-se que em seis annos o augmento da venda de sellos subiu 110:000$000 réis, e posto que as reformas acima indicadas reduziram esta receita de 416:732$218 réis em 1875-1876 a 402:082$658 réis no anno seguinte, succede que nos cinco mezes do actual anno economico de 1877 a 1878, de Julho a Novembro, já se venderam 176:412$551 réis de sellos, sendo certo que no fim do mez deve attingir a cifra de 210:000$000 réis, vencendo o desfalque do ultimo anno e excedendo o anterior.

Estes dados e a inconcussa verdade dos principios economicos, asseguram-nos de que, quanto mais alargarmos as conveniencias postaes e as acompanharmos de prudentes reducções nas taxas, tanto mais crescerão as receitas.

Apesar de tudo o que fica exposto, julgo que a sabedoria pratica nos aconselha a esperar o resultado das reformas que vamos emprehender para amiudar os golpes ás fontes das receitas postaes.»

Temos, portanto, bem fundadas esperanças de que em um prazo não muito longo se poderá sem inconveniente diminuir o porte das cartas e dos bilhetes postaes.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

FIGUEIRA DA FOZ

(CORRESP. PART. DO CONIMBRICENSE)

(CONCLUSÃO)

No principio do mez corrente representou a Associação Commercial da Figueira ao governo sobre a necessidade de fazer approvar, e em seguida executar, os projectos relativos ao porto e barra d'esta villa, assegurando a estes as melhores condições que seja possivel. Em particular se refere aquella respeitavel corporação aos projectos datados de 2 de Dezembro de 1870, 2 de Fevereiro de 1873, e 2 de Março de 1876.

O primeiro é relativo ao *molhe do sul*, que o engenheiro e director d'estas obras classificou como a *principal para a manutenção da barra e entrada livre do porto.* E realmente os factos o têm demonstrado; pois, sem a parte do projecto executada, certamente os ultimos invernos teriam reduzido a barra ao lastimoso estado em que ella se achou em 1858 e 1859. Todavia o projecto ainda não foi approvado (!), e apenas auctorisado o começo da sua execução... E essa pequena parte é que tem impedido que a barra se desviasse para o sul, fixando-lhe d'aquelle lado os limites.

O segundo aconselha a construcção de *molhes interiores*, destinados a dirigir as correntes tanto do Mondego como do rio de Lavos, cuja foz é deslocada para um ponto superior da margem do Mondego, de modo a que as aguas dos dois rios reunam a sua força de vasão n'uma direcção commum, cujo primeiro effeito será a desobstrucção do porto. Das muitas partes, de que se compõe este projecto, nem uma só foi encetada ainda!!

No projecto de 2 de Março de 1876 propõe-se uma serie de obras concernentes ao melhoramento do rio do Pranto e Esteiro de Lavos, importantes pela facilidade de relações que conserva entre a Figueira e a parte mais rica do concelho, e pelo bom regimen das aguas que d'alli affluem ao Mondego, e que vem a ficar melhor regulado.

A execução dos dois primeiros projectos é indispensavel ao melhoramento e conservação de um bom porto e barra, ainda assim sujeitos ás contingencias das barras d'areia (e agora mesmo lá está o Porto a não permittir entrada ou saida de navios que demandem mais de 15 palmos d'agua). O que é certo, porém, é que se executa especialmente o caes da docka (projecto de 24 de Abril de 1869), e que os demais ainda existem na secretaria do ministerio das obras publicas, á espera da competente approvação.

Foi o que a Associação Commercial agora pediu, fazendo-se interprete dos desejos da grande maioria não só de seus membros como dos habitantes d'esta villa.

— A *Correspondencia da Figueira* começou a publicar novamente o movimento do porto. Com isso presta um bom serviço a esta villa, mostrando que a navegação continua regularmente.

NECROLOGIO

Non revertur ultra in domum suam, neque cognoscet eum amplius locus ejus.

Não voltará mais para sua casa, nem o reconhecerá já o logar em que habitava no mundo.

JOB — CAP. 7, V. 10.

Que será isto, que continuamente faz deixar a habitação, para jámais voltar a ella, e ao mesmo tempo cobre de luto as familias, e os amigos!

Ah! sim, é a morte, que nos legaram nossos progenitores, effeito da desobediencia que tiveram para com o seu Creador.

Deus creou o homem á sua imagem. — Genesis, cap. 1, v. 27.

Pois se assim não fosse, a humanidade não pagaria aquelle tributo, deixando suas casas e logares, familia e amigos, para nunca mais voltar a vêl-os.

Foi pois o que succedeu no logar e freguezia da Bemfeita, concelho d'Arganil, em o dia 29 de Novembro findo, ás 9 horas da manhã. A exm.ª sr.ª D. Maria Maxima de Figueiredo, irmã do exm.° sr. Luiz Antonio de Figueiredo, juiz de direito na Covilhã, deixou familia, pessoas de sua amisade, e a casa que a viu nascer, para jámais tornar a voltar.

Contava apenas 36 annos de edade.

Esgotados por tres mezes os recursos da clinica, ella baixou á fria terra para não ser mais vista de todos os seus parentes, nem voltar á casa que possuiu durante aquelle tempo.

Munida dos soccorros espirituaes, assim se elevou á mansão dos justos, que ha muito lhe estava designada, em vista das virtudes christãs que a adornavam.

Ah! sim, a tua mãe, irmãos, e a mim, cobertos de luto e saudades, nos deixastes; mas ao menos tenho como certo, que estás junto d'Aquelle que tanto amaste em toda a tua vida n'este valle de lagrimas; e por isso no meio d'esta magua que opprime meu coração, resta-me esse allivio.

Um teu parente — *A. S. C.*

NOTICIARIO

Prisão importante. — Poude ha dias ser capturado o celebre e destemido cabreiro, da freguezia d'Eiras, José Breda.

Ha muito diligenciava o sr. governador civil d'este districto a captura d'este criminoso; mas tinham sido inuteis todos os seus esforços.

Ultimamente incumbiu directamente essa captura ao sr. Antonio José Lopes Guimarães, activo regedor de Santa Cruz, o qual se desempenhou perfeitamente d'essa commissão. Saindo d'esta cidade, levando uma escolta occulta dentro de um carro, poude capturar o criminoso, apezar da sua valentia, quando elle seguia na estrada em direcção á Pedrulha.

Esta prisão é muito importante, porque todos se receiavam do referido cabreiro, e a seu exemplo se animavam outros a fazer toda a qualidade de malefícios.

Ferimento grave. — No domingo de tarde entrou um homem, na loja de ferragens do sr. Antonio José Lopes Guimarães, ao fundo da rua do Visconde da Luz, e pediu capsulas para experimentar uma pistola que levava comsigo.

No acto em que a experimentava, e apezar de advertido pelo sr. Guimarães, de que tivesse cuidado com ella, disparou-se a pistola, e tão desastradamente, que a bala dirigindo-se á queima roupa contra o braço esquerdo do mesmo sr. Guimarães, lh'o esmigalhou.

O homem foi logo preso. É aqui desconhecido, e diz que vinha para ser criado de servir n'esta cidade.

O estado do sr. Guimarães é muito grave.

As auctoridades de certo não deixarão de empregar todas as diligencias para apurar bem este facto.

Desastre. — No dia 19 do corrente, no logar dos Carvalhaes de Baixo, freguezia de Assafarge, d'este concelho, andando á caça Manoel de Jesus Mesquita, com dois outros individuos, teve a infelicidade de se lhe disparar a arma contra a cabeça, deixando-o logo morto.

Principio de incendio. — No dia 21 começou o incendio nas casas de Manoel da Costa, de Antuzede, d'este concelho. Foi, porém, promptamente atalhado.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Francisco Antonio Leite, filho de Luiz Antonio Leite e Theresa Joaquina, de Coimbra, de 80 annos, fallecido em 14 de Dezembro de 1877.

Emilia, filha de José Nunes Rendeiro e Emilia de Jesus, da Cruz dos Morouços, de 3 annos, fallecida em 17.

Antonino Horta, filho de Christovão Horta e Michaella de Jesus, de Coimbra, de 27 annos, fallecido em 17.

Marianna de Jesus Ruiva, filha de Joaquim Paiva e Maria Luiza, de Coimbra, de 88 annos, fallecida em 18.

Emilia Albertina, filha de Antonio Francisco dos Santos e Maria Carolina, de Coimbra, de 1 mez, fallecida em 19.

Recemnascido, filho de José Theotonio Cesar Maia e Maria Augusta, de Coimbra, de 5 mezes, fallecido em 20.

Theresa Ricardina de Jesus, filha de Ignacio da Costa Brandão e Rita da Piedade, de Coimbra, de 53 annos, fallecida em 20.

Manoel de Jesus Mesquita, filho de José Ricardo Mesquita e Anna de Jesus, de Miranda do Corvo, de 36 annos, fallecido em 21.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:413.

Doença. — Tem estado muito doente em Lisboa o sr. José Ribeiro da Cunha.

S. ex.ª gosa, com toda a justiça, da estima geral, e por isso a sua doença tem inspirado o maior cuidado.

Felizmente o sr. José Ribeiro da Cunha tem alcançado sensiveis melhoras, com o que todos muito folgam.

As crianças. — O nosso patricio e amigo o sr. bacharel José Maria Pereira de Lima acaba de publicar em folheto a mimosa poesia —*As crianças*— do distincto poeta o sr. Candido de Figueiredo.

Esta poesia já havia sido publicada pelo sr. Pereira de Lima, no seu interessante jornal a *Revista de Lisboa*, sendo então muito apreciada.

Fez, portanto, o nosso amigo um bom serviço em dar agora nova edição d'ella, a fim de ser ainda mais conhecida do publico.

La Naturaleza. — Recebemos de Madrid o n.° 3 de *La Naturaleza*, valiosa publicação destinada a vulgarisar as sciencias naturaes. O summario é o seguinte:

«Las cavernas. — La máquina de coser. — El café y el cafetero. — Excavaciones de Saint-Nazaire: La edad de bronce. — El estudio de los fenómenos fonéticos por el método gráfico. — Hucha americana. — Miscelánea.»

Contém este numero primorosas gravuras, entre ellas: Las cavernas de Gailenrustz. — La primeira máquina de coser. — Fenómenos fonéticos. — Hucha americana.

Já o dissemos e tornamos a repetir. Apeza

...ém não me atrevia a dar esse passo, que a mim podia ser perigoso.

O horisonte politico continuava a estar muito nublado; eu via bem, que Napoleão não era homem que, depois de duas expedições malogradas, se deixasse ficar socegado. Pretextei, por tanto, novo motivos de doença, e felizmente o meu novo prior esteve por elles, e não exigiu a minha volta a Lisboa. É de presumir, que houvesse gente, que não folgasse de alli me ver.

Passei socegado até ao fim do anno, assim como quasi todo o seguinte de 1810; mas já para o fim d'este se começava a fallar em uma nova expedição franceza, que vinha lavar a afronta das duas passadas.

Estava eu então mui contente em casa de meu irmão Luiz Antonio em a nossa casa da Tapada, quando em um domingo de Setembro um dos amigos de Coimbra, que alli vinha ver-nos muitas vezes, e jantar comnosco, nos deu a extraordinaria noticia das novas prisões do fatal dia 10 d'aquelle mez, e como todas essas victimas haviam sido levadas para as ilhas na fragata *Amasona*, esta escoltada por outro vaso de guerra inglez!

É facil de conjecturar como fiquei, sabendo, além d'isso, que entre os deportados iam dois collegas meus, e esses os da minha particular amisade!

Não foi só isto o que me fez bem pensar no caso, porém o saber pouco tempo depois que eu havia sido procurado, que se haviam arrombado as gavetas do meu quarto, e que d'ellas tinham levado os papeis que lá estavam.

Esta ultima circumstancia não me assustou, porque eu não tinha alli deixado cousa de importancia, nem que me servisse de corpo de delicto. O que admirei foi, como a minha boa fortuna me tinha livrado de entrar em aquella redada, não tinha sido mandado prender em Coimbra até áquelle dia, pois que entre os presos não só havia os que já tinham estado em carceres da inquisição, mas ainda outros, como o prior dos Anjos, Ferrão, que lá não estivera, mas que já, como eu, havia gosado das honras de um desterro.

Foi, com effeito, maravilha o eu ter escapado! De certo a Providencia guardava-me para um dia expor ao publico esta, e outras monstruosidades de abuso de poder, como depois o fiz no meu *Campeão Portuguez em Londres!*

Mas não satisfeito por ter escapado até áquelle dia, não me deixei adormecer sobre o caso; cuidei logo em sahir de casa de meu irmão, e de me pôr em cautela. Os estultos e ferozes esbirros do Rocio, chamados governadores do reino, o que em todo o seu infausto governo a mais insigne figura, que representaram, foi a de *esbirros* e *algozes*, quizeram tambem d'esta vez conjurar com prisões a nova invasão, que já estava ás portas de Almeida, que em breve tomou.

Por estes mesmos dias passava por Coimbra na sua viagem para o Porto o meu bom e incomparavel amigo José Ferreira Pinto Bastos, pae da honradissima familia que hoje existe, familia decente, a mais briosa, a mais respeitavel, e a mais util das que tem Portugal, e fallando com elle, disse-me: — Porque se conserva ainda aqui? Não tem que esperar n'esta terra senão perseguições e desgostos! venha comigo para o Porto, e de lá embarque para Inglaterra, onde está meu irmão João, e onde nada lhe hade faltar.

Este generoso amigo era depois de muitos annos tambem um verdadeiro amigo da minha familia, e as sua rasões, na presença da minha posição, não deixavam de me abalar; mas eu estava então em Coimbra em casa de minha tia D. Theresa, e esta junta com minhas irmãs e primas fizeram todas as diligencias para me desviarem d'esta ideia, dizendo-me que estando já entrados em Portugal os francezes, não tinha que receiar.

Estas razões me fizeram algum peso, e de mais a lembrança de ser forçado a sahir da patria no meu estado, sem poder advinhar o que seria o meu futuro, fez-me rejeitar a offerta d'aquelle excellente amigo.

Os successos, que depois teve a minha vida, me fizeram ver que ainda não tinha chegado o tempo de se cumprir o meu destino! tinha ainda que passar por muitos e variados trabalhos antes que elle se cumprisse! *Massena*, o velho anjo da victoria, chegou emfim á serra do Bussaco, e por uma vaidosa temeridade, quiz escalar aquella montanha, podendo-a ter torneado; e esta temeridade foi o primeiro annuncio dos seus revezes.

Achando emfim o verdadeiro caminho, que primeiro devia ter procurado, aproximava-se de Coimbra, e cousa rara! toda esta cidade se viu sem um só dos seus habitantes dentro do curto espaço de 24 horas!

Era preciso fugir, e a minha familia se dividiu em duas, por assim dizer, grandes divisões; porque era muito numerosa. Minha irmã casada seguindo seu marido, e a familia d'elle, foi para um lado; e minha tia com a sua foi para outro, querendo que a acompanhasse. Retiramo-nos para a casa de meu irmão na Tapada, e depois minha tia ainda foi mais para diante com suas filhas, e meu irmão Bento e sua mulher.

(Continuar-se-ha).

do luxo da *Naturaleza*, e de se publicar todos os sabbados, a sua subscripção só custa 80 reales por anno em toda a Hespanha.—Quem quizer um numero para ver detidamente as suas condições, póde pedil-o pelo correio á administração, Pizarro, 15, Madrid, que se remetterá gratis.

Rendimento aduaneiro de Inglaterra em 1876. — As alfandegas d'este paiz renderam n'aquelle anno 907:237 contos, que, em virtude da reducção causada pela restituição de direitos de drawbacks, avarias, etc., ficaram em 902:444 contos, ainda assim mais 6:750 do que no anno antecedente.

A pauta é muito limitada, e os quatro principaes artigos tributados renderam o seguinte: tabaco, 332:708 contos; liquidos espirituosos estrangeiros, 268:227; chá, 167:771; vinho, 79:386.

Os direitos lançados sobre fructos seccos produziram 24:080 contos, sendo 9:381 do café, 2:830 de chicorea, e 1:955 do cacau.

Navios de guerra.—Segundo uma estatistica publicada em Allemanha, o numero de navios de guerra de todas as potencias maritimas ascendia, em 1876, a 2:039, dos quaes eram couraçados 209. O seu armamento compunha-se de 280:000 homens e 15:000 peças, e durante o anno achavam-se em construcção 110 navios, incluindo 56 couraçados.

O remedio peior que o achaque. — Com o fim de espantar das searas os animaes damninhos, e de extirpar dos pastos as ervas ruins, introduziram ha annos na Australia, em um navio, grande porção de coelhos. Ora todos sabem a fecundidade de que são dotados estes animaes, e por isso não admira que elles se hajam lá tornado n'um verdadeiro flagello dos lavradores e creadores de gado.

Para o combater estão agora importando em abundancia as doninhas, que talvez a seu turno tenham de ser perseguidas.

Guerra do Oriente. — *Berlim*, 22. — A *Gazeta Nacional* publica um telegramma de Constantinopla, em 21, dizendo que a Porta ordenou a evacuação de Sophia, e corria o boato de que a cidade fôra incendiada. Suleyman-pachá recebeu ordem de retirar sobre Andrinopla.

Constantinopla, 21. — O sultão, reunidas as tropas de Constantinopla, exprimiu a esperança de que, em caso de necessidade, a guarda civica mostrará tanto patriotismo como o exercito.

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 23 de Dezembro de 1877.

Aproxima-se a abertura do parlamento, e os boatos propalam-se e circulam, forjados consoante as opiniões dos individuos, mais ou menos afeiçoados ao actual estado de cousas.

Diz-se que o governo não faz questão politica da presidencia da camara dos deputados e que deixa livre a escolha á sua maioria (?)

Assevera-se que o sr. presidente do conselho não tenciona propôr a dissolução da camara, e que as cousas estão encaminhadas de modo a que não seja preciso lançar mão de tão extremo recurso. Para fazer estranho contraste a esta noticia, um correspondente d'aqui para um jornal de provincia dizia que o sr. marquez de Avila já estava auctorisado pelo chefe do estado *(sic)* para dissolver a camara se lhe empecerem a marcha politica. Vejam lá no que ficam.

Affirma-se que tem havido algumas conferencias entre os diversos chefes do partido para definir a verdadeira situação e o pé de guerra ou de paz, em que devem collocar-se; e de todas estas combinações nada surge, e o *fiat lux* está em embrião, até que um Deus *ex-machina* diga aos seus amigos — opposição ou governo — *surge!*

O que é certo é que o ministerio prepara-se para se apresentar, tal qual está, ao parlamento, diz-se que munido de muitas propostas de grande alcance administrativo, entre as quaes uma, que tem por fim tributar os titulos da divida publica portugueza. Muito bem!

—Diz-se que estão ultimadas as negociações com relação á collocação do resto do emprestimo. O contrato foi feito com a casa Stern e pelo banco de Lisboa e Açores. O resto do emprestimo é de 2.600:000 libras.

Nas propostas do governo ha uma que eleva o real de agua, cujo augmento, assegura-se, renderá a mais de 800 contos. Apresentará tambem uma proposta sobre a reforma pautal, e tudo o mais que fôr compativel com os interesses do thesouro, em desfavor do pobre proletario, que está aqui... está sem camisa. E viva o governo do sr. marquez de Avila e de Bolama.

— Publicava hontem a folha official algumas desenvolvidas instrucções ácerca das reformas que o sr. ministro tenciona realisar no correio. As instrucções tratam do annuario postal, do diccionario geographico postal, do mappa geographico dos correios, e da estatistica e do seu desenvolvimento, da posta dos centros populosos e da posta rural, a fim de que a correspondencia seja entregue nas aldeias mais afastadas, dos sobrescriptos e cintas estampilhadas, dos bilhetes postaes com resposta paga, dos valores declarados, e dos vales ao portador, do relatorio annual, dos regulamentos das repartições, do methodo de regular as despezas e da bibliotheca, museu e da imprensa. São importantes todas estas reformas; parece-nos porém, que o respectivo ministro não terá tempo de as levar á realisação.

— Diz-se que já foram despachados os praticantes para os dez logares vagos na administração central do correio de Lisboa.

— Não são satisfactorias as noticias recebidas dos diversos concelhos do districto de Faro. Os trabalhos agricolas estão demasiadamente atrazados. Ha falta de pastos e o gado está geralmente debilitado e magro. As transacções em gado que se realisaram nas duas ultimas feiras n'aquelle districto, foram de pequena importancia.

— Falleceu hontem repentinamente, pelas 8 horas da manhã, o sr. Firmo Augusto Pereira Marecos, administrador geral da imprensa nacional de Lisboa. Contava 75 annos, e desde 1844 que estava á frente d'aquelle importante estabelecimento. O seu funeral teve logar hoje pelas 11 horas da manhã, sendo concorridissimo pelos empregados do estabelecimento e por outras pessoas das relações do finado. Está desempenhando as funcções de administrador o sr. Angelo Raphael Vecchiato, contador da mesma imprensa, e cavalheiro aliás distincto, ao qual o governo não fazia favor se lhe conferisse a effectividade do cargo.

— Parece que habitamos nas serranias da Guarda, ou nas faldas do Marão, ou que Lisboa foi transportada ao extremo norte de Portugal. Gela-se de frio, e muitos... de frio e de fome, o que é mais alguma cousa.

Não ha mais nada que se diga. Até á seguinte.

P. J. Conceição.

ANNUNCIOS

COMPANHIA EDIFICADORA E INDUSTRIAL DE COIMBRA
Sociedade anonyma de responsabilidade limitada
CAPITAL — 200:000$000

1 TERMINANDO no proximo 31 o prazo da moratoria concedido pela assembleia geral aos srs. accionistas, que não tivessem pago algumas prestações, previne-se que, passado aquelle dia serão cancellados os titulos não liberados, revertendo as entradas effectuadas em favor da companhia, na conformidade do art. 34 dos estatutos.

Outrosim se previne, que os srs. accionistas têem direito a receber o dividendo de 5 %, depois de pagar todas as prestações, pagando o juro da móra das mesmas.

Acceitam-se propostas para venda de cal parda, e telha.

Os directores
Francisco Pedro da Silva.
José Maria de Moura Barata Feio Terenas.

2 NO DIA 31 do corrente, na casa n.º 72, junto á egreja de Santa Justa, se ha de proceder a um leilão dos seguintes objectos: — 14 quadros sacros antigos a oleo: ha uns proprios para altar de egreja, com imagens, de tamanho natural, e outros de diversos tamanhos — 3 banquetas completas, novas, douradas e prateadas, com os competentes ramos seccos, e vasos de madeira dourados e das restantes jarras de porcellana.— Frontaes novos, brancos e encarnados, lisos e bordados. — Panno de pulpito — 10 pares de cortinas novas, com galão entrefino, de differentes tamanhos, com as competentes sanefas, sendo algumas de damasco assetinado, e outras bordadas a ouro. — 3 trapejados de setim cor de rosa, azul e amarello — 2 bambinellas para janellas de nobreza encarnada. — Vestimentas roxas 2, encarnadas 2, e branca 1. — Véus para cobrir altares debruados de espiguilha larga — Uma sacra escripta em tella de prata — Um reposteiro de panno verde, novo, proprio para porta principal, com emblema da paixão; e outros diversos objectos proprios para egreja.

NOVO ESTABELECIMENTO DE MADEIRA

3 ABRE-SE na quarta feira, 26 do corrente Dezembro, este novo estabelecimento de madeira, na rua do Paço do Conde, n.º 15.

Grande sortimento de solho, forro, caixal, barrotes, ripas de differentes larguras e comprimentos. E quem quizer madeira para panilhado tambem se vende.

Toda esta madeira se vende por preços mais commodos do que n'outra qualquer parte.

Toma-se entrega de todo e qualquer trabalho, pertencente á arte de carpinteiro.

CASA LISBONENSE
RUA DO VISCONDE DA LUZ
COIMBRA

4 ACABA de receber a ultima moda de chapeus de feltro, e velludo, para senhora e creanças.
Casacos francezes, para senhora.
Sedas e setins, diversas cores.
Failes pretos.
Lenços de malha.
Saias, capas, e casacos, para creança.
Fitas, cores modernas, e galões.
Plumas, e flores francezas.
Meias de lã em cores, para todas as medidas.
Um saldo grande de fazendas de lã para vestido, vende-se por 240 réis o metro.
Saias de casemira.
Calçado para inverno.
Tapetes para sala e quarto.

PIA PARA AZEITE

5 VENDE-SE UMA que leva 150 alqueires. Quem a pretender dirija-se á rua das Figueirinhas, n.º 6.

Ajudante de pharmacia

6 PRECISA-SE n'esta cidade d'um que tenha pelo menos 22 annos de edade e 4 annos de pratica, concedendo-se-lhe cama, mesa e licença para estudos. O que estiver neste caso e apresentar boas abonações, póde dirigir-se a esta redacção, onde se darão os esclarecimentos.

7 ARRENDA-SE por 30$000 réis até ao S. João seguinte de 1878, umas casas com duas portas, e cinco andares, na rua dos Sapateiros, pertencentes ao sr. José Arcosa. Quem as pretender póde dirigir-se á loja de mercearia, n.º 8 e 10, na mesma rua dos Sapateiros, n'esta cidade.

8 AO SUL DE COIMBRA contracta-se uma propriedade que mede em circumferencia 1600 metros, que se compõe de terra de milho, vinha e algum azeite, e arvores de fructo de varias qualidades; sendo 20 dias de lavoura pouco mais ou menos e o resto de vinha.

N'esta redacção se diz com quem se contracta.

AGRADECIMENTO

9 O ABAIXO ASSIGNADO extremamente penhorado para com a sociedade philarmonica *Conimbricense*, pela maneira benevola com que se prestou a ir tocar por seu pedido a uma missa na egreja de S. Thiago, no dia 24 do corrente, vem por este meio agradecer-lhe e tributar-lhe a sua eterna gratidão.

Coimbra 24 de Dezembro de 1877.
Francisco de Campos.

CAIXEIRO

10 PRECISA-SE de um rapaz com pratica de mercearia e que dê abonação. Rua dos Sapateiros, n.º 90 a 94.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE COIMBRA
Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

11 A DIRECÇÃO d'esta companhia annuncia a quem interessar, que em conformidade com a disposição do artigo 12 dos seus estatutos, 30 dias depois da data d'este fará vender em hasta publica na praça de Lisboa, e por intermedio de corretores os titulos provisorios n.os 3, 4, 6, 11, 13, 11, 43, 48, 55, 56, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 95, 96, 97, 101, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 120, 122, 134, 136, 141, 143, 151, e 152, (de duas entradas) nos quaes falta o pagamento da 3.ª e 4.ª prestações já vencidas.

Coimbra 17 de Dezembro de 1877.

Os directores
J. J. de Mendonça Cortez.
Adelino Antonio das Neves e Mello.
José Matheus dos Santos.

12 NA RUA DO INFANTE D. AUGUSTO, n.º 12 a 20, se vendem 10 acções da Companhia Edificadora e Industrial de Coimbra, já completas, e com algum abatimento.

CONVITE

13 JOSÉ CORREIA DE MELLO, residente na Covilhã, recebe officiaes de alfaiate, pagando-lhes o serviço pelos preços de Coimbra e dando-lhes trabalho effectivo e continuo. Mandará abonar aos que offerecerem garantia a importancia de que carecerem para se transportarem.

ATTENÇÃO

14 ANNA BARBARA, residente em Coimbra, pede ao exm.º sr. Luiz Ribeiro Bacellar, de Santa Eulalia, do concelho de Cêa, lhe pague o legado com que a agraciou a exm.ª sr.ª D. Emilia Ribeiro.

De s. ex.ª o não ter feito, como deve, resulta que a supplicante passa necessidades, e tem por pagar parte dos direitos de transmissão a vencer juros por conta da mesma.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno .... 3$200 Por semestre .... 1$600 Por trimestre 800	Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por anno .... 3$460 Por semestre .... 1$730 Por trimestre 865

Numero 3174 | Sabbado 29 de Dezembro de 1877 | Anno XXXI

COIMBRA

O collega da *Nação* occupa-se largamente a nosso respeito, em o seu numero de 23 do corrente, n'um artigo com o titulo — *Enigmas e mais enigmas — A proposito do «Conimbricense», de «Abdiel-o-Algarcio», de José Liberato, de Soberania popular e das maiorias em França e na Italia, etc.*

Diremos, por isso, algumas palavras em resposta ao collega.

Estranha a *Nação* que nós ha dias citassemos com louvor o nome do sr. padre José Gonçalves da Cruz Viva *(Abdiel-o-Algarcio)*, conego da sé de Faro—quando aliás esse escriptor se tem mostrado sceptico em religião, e poz em duvida a creação do homem á imagem e semelhança de Deus, etc., etc.

Ora o sr. conego da sé de Faro escreveu um artigo, em que severa e merecidamente censurava os padres que se tornam activos agentes politicos nas lutas eleitoraes. E porque essas ideias concordavam com as nossas, e com as expendidas pelo exm.º sr. bispo conde em uma circular dirigida aos arciprestes d'este bispado, extractámos para o *Conimbricense* alguns periodos d'esse artigo.

Que temos nós, portanto, com o que o sr. Cruz Viva haja escripto a respeito de qualquer outro assumpto?

Quantas vezes não tem a *Nação* citado alguns auctores, n'aquillo que lhe faz conta — não a estorvando de assim proceder, o elles haverem apresentado n'outros pontos doutrinas contrarias ás suas?

E para não irmos mais longe. Quantas vezes a *Nação* nos tem citado em seu abono, nas occasiões em que as nossas opiniões lhe agradam; ao mesmo tempo que muitas vezes discorda de nós, e combate o que havemos escripto?

Então o collega quer ter um direito que nos nega a nós?!

Tambem estranha a *Nação*, que tenhamos publicado, sem commentarios, a parte das memorias de José Liberato Freire de Carvalho, em que elle faz elogios á maçonaria.

Vejam como são as cousas! A *Nação* nota isso; mas passa em claro o facto de termos publicado, sem a menor atenuação da nossa parte, o que José Liberato diz nas suas memorias contra D. Pedro!

Ao collega serviu o nosso silencio a esse respeito, porque transcreveu para o seu jornal essas accusações ao duque de Bragança, nas quaes não achou commentario nosso. Agora, porém, estranha que nada dissessemos quando José Liberato exalta a maçonaria!

Nós publicámos, sem correctivo, essas violentas accusações contra D. Pedro; e desejariamos que nos dissésse o collega, se por acaso publicaria no seu jornal, sem commentario algum, qualquer diatribe contra D. Miguel.

Por exemplo, aqui temos presente o *Paquete de Portugal*, periodico publicado por alguns emigrados em Londres, de 1829 a 1831, e ahi se vê uma serie de cartas, assignadas com o pseudonymo de *Philopœmen*, em que se fazem as mais atrozes accusações a D. Miguel; algumas verdadeiras, e muitas outras manifestamente apaixonadas e falsas.

Damos um dôce ao collega se fôr capaz de as transcrever para o seu jornal, sem a mais leve atenuação!

Pois nós somos mais francos: publicámos sem commentarios o que contra D. Pedro disse José Liberato; e o mesmo tinhamos feito quando em tempo publicámos as violentas accusações de Rodrigo Pinto Pizarro (depois barão da Ribeira de Sabrosa) contra o referido principe.

E para que o collega não supponha que nós nos evadimos á questão diremos que, segundo o largo conhecimento que temos da historia da maçonaria, esta, abstrahindo do ponto capital das prohibições pontificias, não é a reunião exclusiva de homens virtuosos como tem querido fazer acreditar — a *Causa dos frades e dos pedreiros livres no tribunal da prudencia*, Porto, 1821; o *Cidadão Lusitano*, pelo abbade de Medrões, Innocencio Antonio de Miranda, Lisboa, 1822; a *Analyse de todos os cathecismos maçonicos que na epocha presente têm saido á luz*, Lisboa, 1822; a *Venus Maçona*, Lisboa, 1822; a *Maçonaria e a Reacção*, Coimbra, 1871; e outras muitas publicações; — assim como não é composta exclusivamente de preversos, como tem pretendido mostrar — José Agostinho de Macedo na *Refutação dos principios metaphysicos e moraes dos pedreiros livres illuminados*, Lisboa, 1816, e no jornal *Espectador Portuguez*, Lisboa, 1817; Joaquim José Pedro Lopes, na *Atalaia contra os pedreiros livres*, Lisboa, 1817; a *Historia certa dos franc-maçons, sua origem, doutrina e maximas*, Lisboa, 1817; a *Palmatoria contra pedreiros livres, etc.*, por o *Censor profano* (pseudonymo do professor de grego da capital, Antonio Maria do Couto), Lisboa, 1821; o beneficiado João Duarte Beltrão, na *Collecção das leis dos hereges pedreiros livres*, Coimbra, 1823; as *Figas aos mações, ou a mascara rasgada*, Coimbra, 1823; o *Antidoto salutifero contra o Despertador Constitucional*, Lisboa, 1827; o *Documento original da maçonaria portugueza*, por Fr. Fortunato de S. Boaventura, Lisboa, 1829; a *Influencia das sociedades secretas nas revoluções da Europa*, por Ayres Pinto de Sousa, Lisboa, 1850; os *Franc-mações, o que são, o que fazem, o que querem*, por Mons. de Ségur, Porto, 1867; a *Maçonaria Desmascarada*, Porto, 1872; a *Franc-Maçonaria e a revolução*, pelo padre Francisco Xavier Gautrelet, Porto, 1873 e 1874; a *Maçonaria e os Jesuitas, instrucção pastoral do bispo de Olinda aos seus diocesanos*, Porto, 1876; — e muitas outras publicações, que por brevidade deixâmos de citar, e que aqui temos á vista em a nossa livraria, em numero de mais de 160, a *favor* e *contra* a maçonaria e outras sociedades secretas.

A maçonaria tem contado dentro de si muito homem de bem; assim como tem tido outros altamente indignos de pertencerem a qualquer instituição.

FOLHETIM
MISCELLANEA
MCLXXII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Pensei eu n'essa occasião, que estariamos seguros n'aquelles logares, situados quasi em um deserto entre o Mondego e o Ceira, e a mais de uma legua de Coimbra. Nunca me passou pela lembrança que *Massena* se deixasse ficar em Coimbra pelo espaço de tres dias, que não corresse sobre o exercito inglez e o nosso, sempre com a espada sobre os rins, como é expressão de guerra. Enganei-me tambem d'esta vez; o anjo da victoria perdeu-se pela sua louca vaidade, e pela demasiada confiança na sua fortuna.

O caso foi, que quando menos o pensámos, os nossos dois acampamentos, o que estava na casa de meu irmão Luiz, outro no sitio em que estava minha tia, foram ao mesmo tempo atacados, e por assim dizer, levados de assalto, por grande numero de soldados francezes, que andavam espalhados em busca de viveres. É escusado dizer, como fomos roubados, e tratados por esta tropa faminta, e sem officiaes que a podessem conter.

Comigo, e meu irmão Luiz estava tambem um nosso antigo amigo, Manoel Antonio do Soveral, da villa da Pesqueira, que estando como official de milicias em Ameida, depois que esta ficou em poder dos francezes se havia de lá escapado, e vinha fugido d'elles. Todos tres vimo-nos de repente cercados, roubaram-nos quanto sobre nós traziamos; e n'este barulho meu irmão ficou nas mãos de um magote d'elles, e eu e o Soveral nas mãos de outro, sem comtudo termos recebido offensa pessoal, mas sem sabermos o que tinha acontecido a meu irmão.

Aqui quero agora referir um dos casos notaveis, que me tem succedido na minha vida, e que mostram, que ella tinha ainda diante de si um grande espaço para decorrer, tal, como o de chegar a 81 annos, e 10 dias, que hoje conto (1) ao escrever estas linhas.

(1) 30 de Julho de 1853.

Do meu lado nunca se arredava um soldado, e constantemente me pedia, que despisse a minha camisa, e lha désse, porque a sua estava rôta, e muito suja. Ora elle, como soldado, e inimigo, para quem todo o mundo era seu, tinha razão; mas eu tambem a tinha para lha não dar; não estava aqui porém o caso. Tambem sempre junto de mim estava outro soldado, que m'o desviava, e lhe dizia, que me deixasse, pois que já tinha dado quanto tinha, e parecia homem de bem. Não contente com isto, quando eu estava de costas para elle dirigiu-me um tiro, que o outro soldado, que me protegia, lhe desviou com a mão, que lhe ficou levemente ferida.

Não parou ainda aqui o caso; como se fosse fazendo tarde, pozeram-se em retirada para Coimbra, levando-me, e ao Soveral entre elles. Era porém um dia de grande calor, e não tendo ainda andado muito, fizeram alto á sombra de umas oliveiras, e pozeram-se a comer e a beber. Então, o bom soldado que sempre me tinha protegido, chegou-se a mim, e disse-me ao ouvido: — *fugi, e depressa!*

Fiquei pasmado, e respondi-lhe: — mas esse vosso camarada!... não póde atirar-me um tiro, vendo-me fugir!... Não tenhaes medo; ide-vos embora... Assim o fiz, escapei-me; ao passo que o meu amigo Soveral não tinha encontrado um anjo que o livrasse das unhas de Satanás, e foi indo com a chusma até ao Mondego, onde só á noite se poude escapar.

Ao anoitecer d'esse dia fatal, ambas as familias se juntaram em casa de meu irmão, que emfim tambem appareceu com o Soveral, sem que ambos tivessem soffrido injuria, além do roubo.

Houve um grande conselho, e o meu voto, que todos adoptaram, foi que na manhã seguinte partissemos immediatamente para Coimbra, e fossemos pedir protecção ás auctoridades francezas, porque para mim era evidente, que tornariamos a ter nova visita não só dos que já nol-a tinham feito, porém dos amigos, a quem haviam de ter contado a boa fortuna que tiveram no dia antecedente. Além disso como se dizia que entre o exercito vinham portuguezes, tambem era provavel, que encontrassemos algum que nos désse protecção.

Chegou emfim a manhã, e meu irmão e o Soveral tomaram outro destino, não nos quizeram acompanhar, dizendo que nem pintados queriam tornar a ver os francezes.

Teriamos andado ainda menos do que um mau quarto de legua, quando lá ao longe descobrimos um forte troço de francezes, á frente dos quaes vinha um official; parámos

Dá-se alli o mesmo que na sociedade publica. Ha liberaes sinceros e honrados; do mesmo modo que ha individuos que alardeiam de liberaes, mas que na pratica são tão liberaes como os mais intransigentes absolutistas.

Esta é a inteira verdade, dita com toda a franqueza de que nos prezámos.

A *Nação* para diminuir o effeito do que nós dissémos com relação a Mac-Mahon diz, que em França, na ultima eleição votaram pela *esquerda*, ou pelos *gambetteiros*, 4.273:195; e pela *direita*, ou pelo governo de Mac-Mahon, 3.571:478; sendo portanto a differença a favor dos *gambetteiros* apenas 701:717.

O collega quer atenuar assim a importancia da maioria da *esquerda* que venceu; mas falta-lhe acrescentar uma reflexão essencialissima.

Essa maioria que triumphou, teve de luctar contra toda a pressão de Mac-Mahon e do seu governo; a desenfreada perseguição á imprensa; o chamamento de Gambetta aos tribunaes: todo o numerosissimo pessoal administrativo da França; as ameaças das proclamações do presidente da republica; e um quasi estado de sitio em que foi posto aquelle paiz.

Depois d'isso considerado é que se deve avaliar a importancia da maioria.

Em França quasi sempre o voto eleitoral tem sido favoravel aos governos. Porque é que agora succedeu o contrario?

O collega chama ao voto das *maiorias* o direito da força.

Esse argumento apresentado em absoluto é violento de mais.

Ainda assim, não temos as maiorias por infalliveis; mas a verdade é que todos os partidos se servem d'ellas.

O collega nota o termos stygmatisado a Mac-Mahon, por haver perseguido o jornalismo, chamando alguns periodicos aos tribunaes.

Pois que tem o collega que estranhar a isso? Onde ha de ir buscar a justificação do presidente da republica franceza, que, havendo chamado aos tribunaes a *Gambetta*, por este ter publicado, que elle se havia de *demittir*, ou *submetter*; agora aceita uma das pontas do dilemma, *submettendo-se* á esquerda republicana?

Diz a *Nação* que *Gambetta*, a quem temos recentemente tecido elogios, e por cujo triumpho politico fazemos ardentes votos, é um impio e inimigo do catholicismo.

E' necessario que nos entendâmos. Em Gambetta não considerâmos senão a personalisação do partido liberal perseguido e espesinhado por Mac-Mahon.

Quando vemos opprimidos e oppressores, nunca hesitâmos; pômo-nos sempre do lado d'aquelles.

E com isso não nos compromettemos em todas doutrinas que elles sigam. Approvâmos as boas e rejeitâmos as más.

Reprovâmos os excessos e violencias de Carlos X, de Luiz Filippe, de Luiz Napoleão, e de Mac-Mahon. Reprovâmos egualmente os delirios e crimes da communa de Paris; e haviamos de reprovar com a mesma energia todo o acto oppressor, que praticasse *Gambetta* se um dia fosse ao poder.

Do mesmo modo como temos censurado as violencias e tyrannias do governo de D. Miguel; com egual desassombro havemos procedido em relação ás illegalidades, desperdicios, perseguições e desatinos que se têm praticado durante o governo liberal.

E' essa a estrada recta que temos seguido, e na qual esperâmos sempre continuar.

Poderão todos dizer o mesmo?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. Arthur Alvaro da Silva Lebre, alumno que foi da escola medico-cirurgica do Porto, publicou ha tempo uma dissertação, com o titulo de *Serviço medico militar da 1.ª linha sanitaria*.

Como o sr. Lebre censurava o atrazo em que se acha aquelle serviço, saiu em defeza d'elle o sr. Cunha Belem, publicando tres artigos a esse respeito em os n.os 18, 19, e 20 da *Gazeta dos hospitaes militares*.

Entendeu, por isso, o auctor da dissertação dever defender o que havia escripto, para o que acaba de publicar um opusculo, com o titulo de — *Breves considerações a proposito da nossa dissertação — Serviço medico-militar da 1.ª linha sanitaria. — Cartas ao illm.º exm.º sr. dr. Cunha Belem, por Arthur Alvaro da Silva Lebre, cirurgião-medico.*

Esta publicação é muito instructiva, porque mostra o que têm sido entre nós certas reformas.

Todos alli viram os altos elogios ás reformas no exercito e na marinha, durante os ultimos sete annos.

Vão agora apreciar os nossos leitores que reformas essas foram, e o quanto se tem zombado d'esta nação.

Lê-se nas *Breves considerações* a que nos estámos referindo, de paginas 24 a 28 o seguinte:

«O nosso exercito tinha umas carabinas de carregar pela bocca, quizeram melhorar o armamento e mandaram comprar á Belgica uma grande porção de espingardas velhas — refugo dos arsenaes francezes, com que foram armados os *franc-tireurs* e que depois da guerra franco-prussiana foram vendidas a um especulador por um preço diminuto. — Essas espingardas velhas, defeituosas e pouco seguras foram transformadas nos nossos arsenaes para o systema *Albini-Snider* (e note-se, e d'isso lembramo-nos bem, depois da commissão nomeada as rejeitar), gastando-se cerca de 6$400 réis na transformação de cada arma, que não obstante o custo é um dos armamentos mais ordinarios que existem nos exercitos europeus.

Na artilheria succedeu cousa parecida. Primeiro organisou-se o armamento pelo systema francez, depois mandou-se comprar artilheria do systema allemão, armando-se um dos regimentos com canhões Krupp e outros com baterias francezas. É facil calcular que embaraços nos havia de causar a variedade de munições, se essas forças tivessem de entrar em campanha.

Organisou-se a defeza de Lisboa, traçou-se um plano de fortificações ao norte do Tejo e deixou-se fóra da linha de defeza a margem do sul do rio, cujos montes escarpados dominam a cidade. Fez-se mais ainda. Portugal possue uma unica fabrica de polvora para o exercito; pois essa fabrica, situada em Barcarena, ficou fóra da linha de defeza, de fórma que não só se deixa a praça sem meios para fabrico da polvora necessaria aos sitiados, mas colloca-se o material de fabrico em condições de poder ser aproveitado pelo inimigo.

Esta fabrica de polvora é outra curiosidade da nossa administração militar; é um verdadeiro museu archeologico de machinismos do seu genero. Tudo que alli ha é respeitavel, funcciona mal, é verdade, produz polvora de má qualidade e insufficiente para o consumo em *tempo de paz*, mas em compensação guardam-se alli todas as tradições fabris, todos os processos venerandos do seculo passado; embora quando se queira polvora de primeira qualidade, por exemplo, polvora cubica, se tenha de mandar vir de Inglaterra.

Mandamos vir artilheria aperfeiçoada, canhões Krupp, peças Armstrong, etc.; mas como não importamos os processos para preparar as munições, mandamos vir de fóra polvora cubica, os projectis, etc., assim como mandamos vir os canhões e os reparos.

Com o armamento de infanteria succede cousa parecida. Montou-se no arsenal uma officina para o fabrico do cartuchame, vieram machinas do estrangeiro, construiram-se outras cá, industriaram-se os operarios na preparação dos cartuchos. Mas em primeiro logar a officina fica dependente do mercado inglez para o fornecimento da materia para o fabrico; em segundo logar todas as machinas actualmente existentes em Portugal, mal chegam para produzir o cartuchame necessario *em tempo de paz*.

Na armada succede cousa semelhante.

Arma-se um navio com peças do novo systema, completamente desconhecidas para os nossos marinheiros, mas não se faz exercicio, porque os tiros são caros. Uma unica vez que se faz experiencia com os canhões Krupp, recommenda a secretaria de marinha que não se faça muito fogo... por economia.

O commandante do navio manda disparar só tres tiros com bala, e o resultado do zelo pela economia é que de cada uma das tres vezes fica ferido o chefe da peça; as guarnições não tinham a necessaria instrucção para o manejo d'aquelle systema d'artilheria, pouco conhecido entre nós. Além d'isso o navio foi construido em Inglaterra e só lá pode ser concertado, o que é realmente uma vantagem em tempo de guerra. O *Vasco da Gama*, que na primitiva devia ser armado com canhões Armstrong, recebeu depois peças Krupp, mas não se lhes applicou o reparo do systema allemão; assentaram-se nos reparos do systema inglez. O resultado foi o que se viu das ultimas experiencias: as peças tem um recuo a que o machinismo não póde resistir, nem as barras de travamento são sufficientes para o evitar.

Por occasião do processo relativo ao abalroamento do *City of Mecca* com o *Insulano*, foram inquiridos diversos officiaes de marinha para darem o seu parecer acerca da significação de certo artigo dos regulamentos navaes, que diz que o navio *que avistar outro por estibordo* deverá desviar-se para o deixar passar.

Dous officiaes superiores sustentaram que a phrase — *avistar outro por estibordo* — queria dizer *avistar o estibordo do outro* — e pretenderam demonstrar ao tribunal que sempre assim se tinha entendido a bordo.

Pouco tempo depois publicava o *Diario* uma portaria em que se dizia exactamente o contrario, e em que se declarava que não só era essa a interpretação genuina, mas que *nunca o regulamento fôra interpretado de semelhante fórma!* E depois d'uma lição d'estas, dada aos dous officiaes, sendo um, capitão do porto e por isso superintendente da marinha mercante, ambos continuaram nas respectivas commissões, como se o caso não fosse com elles! Um dos officiaes até, lembra-nos bem, foi nomeado depois d'isso para a commissão de exame aos guardas marinhas.»

Em vista d'este quadro, digam os nossos leitores o que são e o que valem os ministros que fizeram essas *reformas*, e que assim desbarataram os dinheiros do paiz!

Muito têm aturado os contribuintes!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso amigo e esclarecido escriptor, o sr. bacharel José Joaquim da Silva Pereira Caldas, de Braga, tendo concluido no *Jornal Academico* d'aquella cidade, a serie de artigos com o titulo de — *Os regimentos da inquisição em Portugal* — fel-os agora imprimir em papel separado e favoreceu-nos com um exemplar.

Este trabalho é muito erudito, como é tudo o que escreve o sr. Pereira Caldas.

Consta-nos que este incançavel investigador tem reunido importantes elementos com respeito aos sermões dos autos de fé, sentenças da inquisição, e listas dos condemnados.

Já que principiou com os estudos ácerca os *Regimentos da inquisição*, seria um optimo serviço que o sr. Pereira Caldas proseguisse na publicação do mais que diz respeito ao santo officio.

Ninguem mais competente para isso; pelo que esse trabalho será merecidamente muito apreciado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A importancia litteraria de Alexandre Herculano não é avaliada só em Portugal. O alto merito d'este distincto escriptor é geralmente considerado nos paizes estrangeiros.

Acabamos de receber de Madrid a seguinte publicação — *Á la memoria del insigne historiador y poeta portugues Alejandro Herculano, por Gaspar Nuñez de Arce.*

É uma primorosa poesia, em tercetos rimados, na qual se paga o devido tributo á memoria do illustre fallecido.

Muito estimaremos que cada vez mais se vão estreitando entre as duas nações visinhas esta communidade litteraria.

O sr. Nuñes de Arce vem com a sua poesia concorrer para isso; e oxalá que tenha muitos imitadores.

Pela nossa parte cumpre-nos agradecer ao esclarecido poeta hespanhol a sua delicada offerta, que muito apreciamos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um nosso amigo e muito illustrado escriptor nos escreve o seguinte:

«Meu bom amigo do coração. — Veja que se empenha em corrigir os erros e inexactidões que se encontram nos differentes livros de historia, que se vão publicando, e nomeadamente no *Diccionario Popular*, de que ultimamente tractou.

As emprezas confiam nos redactores, e estes distrahidos por outras occupações, prestam menos attenção, do que deviam, ao que vão escrevendo, ás vezes sobre o joelho.

É geralmente sabido, que o principe D. Affonso, filho d'el-rei D. João, teve morte desastrosa, pela queda de um cavallo, em Santarem, fallecendo na pobre cabana de um pescador no bairro denominado Alfange.

Assevera-o um chronista contemporaneo, Garcia de Rezende, e tambem o affirma Ruy de Pina.

E, todavia, no *Diccionario Popular* diz-se que este successo fatal occorrera em Almeirim, e a mesma asserção já se havia repetido no romance historico *Um conflicto na côrte*.

São frequentes erros d'este genero em taes publicações, os quaes afastam os leitores sisudos da acquisição de obras tão superficialmente escriptas.

Não levante mão da sua tarefa; continue a mencionar estes erros, que faz um importante serviço ás nossas lettras.

Mencionei aquelle erro, por ser muito notavel; outros, porém, encontrei em uma leitura rapida, que fiz aos dois primeiros volumes d'aquelle *Diccionario*, que arguem pouco esmero de quem os escreveu.

Pede, porém, a justiça que diga que alguns artigos estão bem escriptos, e me encheram as medidas.

P. 24 de Dezembro de 1877.

Sou de v. verdadeiro amigo e muito obrigado — *G*.

FIGUEIRA DA FOZ

(CORRESP. PART. DO CONIMBRICENSE)

27 de Dezembro de 1877.

Sem grande alteração do viver commum têm decorrido estes dias, desde a minha ultima. Os lavradores começam a queixar-se do tempo secco e anormal, e os pescadores não estão contentes, porque lhes não vae o trabalho remunerador: em compensação os tanoeiros não descançam, e o trafego dos armazens de vinho anima-se gradualmente. A par d'isto os artistas representam n'um *Presepe*, na rua das Rosas, dando o producto do divertimento ao Monte-Pio; e alguns rapazes da mocidade dourada (que basta a edade para lhes dourar a vida!) preparam-nos uma ou mais recitas em o nosso lindo theatro.

— Estamos na epocha em que começam as construcções novas, mas por emquanto não abundam ellas, ao contrario do que costuma acontecer.

Apenas no Bairro Novo se edificam já duas casas; uma das quaes, e a mais importante, é feita pela Companhia Edificadora por conta do dr. Luiz Augusto Mancellos, da Crugeira. Pela posição em que fica situada é a que mais se aproxima de Buarcos, pois está quasi a egual distancia do moinho de pedra do Viso e da casa pertencente ao dr. Paes. Parecendo afastar-se muito da Figueira, tal não succede, porque a companhia está abrindo uma rua que, partindo de um dos cunhaes d'esta casa, vae dar ao cimo, quasi, da rua da Fonte.

Em breve começará alli a executar-se um plano altamente louvavel, qual é o de edificações baratas, encetando-se elle com a construcção de tres casas n'estas condições.

É necessario, porém, que as camaras municipaes não desprezem de todo aquelle bairro, que pouco e pouco se vae povoando, não só durante a epocha de banhos, mas até permanentemente. Não ha alli uma unica rua calçada, ou macadamisada; não ha canalisação, e os despejos atravessam a descoberto as ruas e terrenos; não ha illuminação, e os habitantes d'aquelles sitios têm de andar de lanterna na mão, pelas noutes escuras, para não torcerem os pés, como já aconteceu a mais de uma pessoa.

Dá-se ainda uma cousa notavel com aquella parte da villa. Uma grande porção da rua dos Banhos e todo o Bairro Novo pertencem á freguezia de Buarcos, que lhes fica a mais de dois kilometros; de modo que, em casos que muitas vezes se darão, nem o regedor da Figueira alli póde exercer a sua jurisdicção, nem o parocho ministrar os soccorros espirituaes, quantas vezes requeridos com urgencia! Isto não deve continuar assim, sob pena de se poder perguntar se em o nosso paiz não ha seriedade, e se aqui não haverá quem se interesse por obrigação ou por devoção civica, pelo bem-estar dos seus concidadãos.

— Foi definitivamente nomeado capitão do porto, na Figueira, o capitão-tenente da armada José Joaquim Borja de Moraes, que interinamente exercia aquelle logar. Com o anachronico regulamento das capitanias dos portos, e com a falta absoluta de meios de acção, parece que taes logares são antes sinecuras do que egide e protecção á navegação e commercio. E assim pensaram aqui alguns capitães do porto. Da esteira que elles deixaram se tem desviado o sr. Borja de Moraes, que, continuando, bem merecerá de nós todos.

— Já saiu curado do hospital da Misericordia o rapazinho, ao qual amputaram o braço esquerdo, tornando-se necessaria esta mutilação por se estabelecer n'aquelle membro a gangrena, consecutivamente a um apparelho de fractura mal collocado. O que produziu a queda d'um burro abaixo!

Tambem sairá em breve a creança que ha tempos foi esmagada, n'uma perna, por um dos carros americanos. Foi-lhe amputada a côxa; e parece que a demora no hospital tem sido devida á má cicatrisação do osso, do qual se destacou um fragmento, como é frequente acontecer no topo dos ossos serrados.

— Ouvi que pela administração do concelho vae executar-se a lei de saude, que não auctorisa enterramento algum sem prévia certidão de obito passada pelo facultativo assistente ou por um verificador.

— Entrou hontem a barra, na maré da manhã, o hiate *Maria Christina*, que trouxe de Lisboa parte do bacalhau que o lugre *Travellos* carregou na Terra Nova para a casa Rendell & C.ª, d'esta villa. Como se sabe, o lugre não poude entrar n'este porto e arribou no Tejo; mas o caso é que ainda com o hiate succedeu cousa digna de menção, e que tem dado margem a largos commentarios. Chegou aqui no domingo, e só lhe promettiam entrada para hoje (quinta feira), embora as marés de quarto sejam agora sempre fracas. O capitão, porém, parece que veiu a terra, e teve occasião de ver a direcção da barra; e hoje, não contando que o chamassem, investiu apoz uma chalupa, a que tambem não deram signal d'entrada franca, e entrou a barra com toda a felicidade, e sem ao menos roçar na areia o navio que elle governava, e que calava 12 palmos d'agua!!

Do forte ainda lhe deram o tiro d'aviso, para não tentar a entrada; mas o murrão a principio apagou-se, e, quando o tiro partiu, já o hiate havia passado o banco, e se podia dizer sulcando as aguas do Mondego.

Como disse, este successo deu occasião a que se fizessem largos, e alguns bem azedos commentarios, a respeito do serviço de pilotagem.

Não os seguiremos agora; mas, descrevendo circumstanciadamente o que se deu com o hiate, não podemos deixar de admittir, e comnosco os leitores, que os pilotos ignoravam a profundidade da barra — ou então que muito de proposito deixavam fóra um navio, que de um momento para outro podia ser obrigado a deixar estas paragens, com grave prejuizo d'esta praça e descredito do porto, correndo ainda o risco de se perder.

Somos pela primeira hypothese, e confirma este pensar a serie de factos analogos que se têm presenciado aqui: navios que se não chamavam á barra, ou porque *esta não tinha agua (!)* ou porque, *estando manso o mar, podiam ficar para a maré seguinte (!!...)*, investiam, e entravam a barra, fundeando com toda a segurança cá dentro, havendo dispensado a pilotagem.

Todavia o que parece incrivel é que, n'um porto de mar onde ha uma capitania de porto, uma corporação de pilotos, e uma direcção d'obras da barra, não haja estabelecida uma sondagem regular e digna de fé, que a todos se afigura poder effectuar-se com os elementos reunidos que acima apontámos, e que seria o unico meio de se saber a verdade a respeito da nossa barra. E como é assumpto vital para a Figueira, voltaremos a elle mais tarde.

— Nota-se pouca influencia para que a exposição de Paris represente dignamente este concelho. Os expositores ainda ha pouco, por assim dizer, trabalharam para a de Philadelphia (onde aliás fizeram brilhante figura) e já são de novo incitados a concorrerem a outra. Isto fal-os sair dos seus habitos de descanço, o que lhes não sorri demasiado. Ainda assim é d'esperar que não concorra menor numero de expositores, preparando-se já alguns para isso.

NECROLOGIO

A morte do meu chorado amigo

ALEXANDRE ANTONIO SOARES

C'est à nous déffeuiller
de roses sur tes cendres.
V. Hugo.

Ha deveres sagrados que o homem tem a cumprir.

Tomado por esse sentimento, venho hoje sobre a lousa d'um amigo desfolhar rosas, regadas por sentido pranto.

Triste dever!

Na madrugada do dia 25 de Dezembro, em que seculos antes o céu festejava o Natal do Homem Deus, subia á presença do Eterno a alma d'um martyr.

Alexandre Antonio Soares, no alvorecer da vida, cheio d'esperanças, antevendo um futuro risonho, deixou a vida apóz um longo martyrio!

Quão cruel devia ser o teu passamento, com a lembrança da esposa e da filha estremecida que abandonaras?!

Morreste? Não. O teu nome por mim será sempre lembrado.

Lá do Throno do Eterno onde junto estás, lembra-te, amigo, das saudades que me deixaste.

Amigos. De joelhos entoemos uma prece por sua alma.

Coimbra 27 de Dezembro de 1877.

. . . .

NOTICIARIO

Annuario da Universidade. — Recebemos o *Annuario da Universidade de Coimbra* — 1877 - 1878. — Esta publicação continua a ser muito curiosa, graças ás diligencias que para isso empreza o sr. commendador Manoel Joaquim Fernandes Thomaz, secretario da Universidade.

Traz o *Annuario* recentemente publicado a gravura do Laboratorio chimico, como devia ficar se se executasse o plano do marquez de Pombal.

Tambem apresenta o *fac-simile* de um documento, assignado pelo arcebispo de Braga, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres.

Publica a oração da *Sapientia* recitada pelo sr. Dr. Raymundo Venancio Rodrigues, decano de Mathematica, a allocução do sr. reitor da Universidade, o regulamento para os concursos, o movimento da bibliotheca e da imprensa da Universidade, a continuação das *Memorias da Universidade de Coimbra*, por Francisco Carneiro Figueiroa, varias estatisticas, etc.

A collecção d'estes *Annuarios* está sendo muito apreciada; porque da simples lista dos estudantes, que era antigamente, passou a ser um curioso reportorio de noticias com respeito á instrucção publica, e em especial á Universidade.

Agradecemos o exemplar com que fomos brindados.

Movimento da Universidade. — Segundo o mappa comparativo dos estudantes matriculados na Universidade no anno lectivo de 1877 a 1878, com os que se haviam matriculado no anno lectivo de 1876 a 1877, vê-se que nas ultimas matriculas houve para menos o numero de 49. Apenas a Faculdade de Theologia é que teve o augmento de 4. Todas as mais soffreram diminuição.

Bibliotheca da Universidade. — Segundo a estatistica de 1876 a 1877, tinha a bibliotheca da Universidade 27:217 obras, compostas de 81:290 volumes.

N'esse anno fez a acquisição de 394 obras, em 616 volumes.

No mesmo anno lectivo houve 31:917 leitores, que consultaram 42:043 obras.

Bilhetes postaes. — Já chegaram á administração do correio d'esta cidade, 12:000 bilhetes postaes, para se porem á venda de 1.º de Janeiro em deante.

Tem sido requisitados grande numero d'estes bilhetes para as diversas direcções do correio.

Diminuição de preço. — Segundo um annuncio que hoje publicâmos, de 1 de Janeiro em deante voltará n'esta cidade, o carvão *coke* ao antigo preço de 160 reis por cada 14 kilos.

Desgraça. — O nosso amigo e patricio, o sr. Antonio José da Cruz, ha muitos annos estabelecido de Vizeu, teve a infelicidade de na segunda feira quebrar uma perna junto ao artelho.

Muito sentimos este fatal acontecimento, e desejaremos o breve restabelecimento do nosso amigo.

Par do reino. — Foi nomeado par do reino o sr. ministro da guerra.

---

até que chegassem a nós. Fui a elle, e achei um homem mui polido e affavel, o qual, depois de lhe contar o que nos tinha acontecido nos dias antecedentes, segurou-nos que ficavamos debaixo da sua protecção, e que não tornariamos a ser incommodados.

Pediu-nos, que se ainda não estavamos longe de nossa casa, voltassemos a ella, porque queria dar descanço a seus soldados, e trazia ordem para levar algum gado, que encontrasse.

Voltámos para traz, e o official cumpriu com a sua palavra, porque sempre nos tratou bem, assim como aos moradores de um povo nosso visinho, para quem lhe pedimos egual protecção.

Estivemos em casa até á tarde, os soldados comeram, e descançaram sempre na melhor disciplina, e prepararam-nos para partir para Coimbra.

A nossa familia se haviam juntado outras, que se tinham vindo refugiar n'aquelles sitios, e como alli os francezes tinham encontrado duas juntas de bois, e dois carros, consentiram, que n'elles levassemos alguma roupa, e alguns colchões. Egualmente permittiu o bom official, que minha tia, como senhora de edade, e mais algumas senhoras no mesmo estado, fossem nos carros para lhes poupar a fadiga do caminho.

Eu que vi tudo isto, e tinha escondido algum dinheiro, tive a boa fortuna, que sempre me protegeu nos lances arriscados da minha vida, de o ir buscar; e como era em ouro, de o metter mui apertado no bolço do relogio. Lembrando-me que tinhamos de passar o Mondego, e que era provavel o atravessassemos a vau, porque alli não estaria barco algum, e como elle n'essa época fosse facilmente vadeavel, descalcei as botas, e calcei uns sapatos para estar mais prompto para o que podesse succeder.

Ora n'este tempo tinha eu uma pequena preciosidade, que, ao menos julgava como tal, e esta preciosidade (não se riam os meus leitores) era um livro latino do formato 24, que continha todas as obras de Tacito, e da edição de Amsterdam do anno 1734, livrinho, que ainda hoje conservo. Junto d'elle, que me era inseparavel, trazia eu já um pequeno manuscripto da traducção de todo ou a maior parte do primeiro capitulo dos *Annaes*, traducção feita, por assim dizer a esmo, sem a mais pequena lembrança de que um dia mais castigada, appareceria no mundo. Assim mesmo eu já lhe tinha muito amor, e ainda direi como escapou d'este naufragio, e passados muitos mezes me veiu ter á mão, quando eu menos o imaginava. Metti esta minha preciosidade dentro de uma das botas, e pedi que m'as levassem em um dos carros.

Como veiu a pello o fallar d'este pequeno incidente, direi ainda como se originou em mim a ideia de traduzir os *Annaes* de Tacito.

Estando eu em Coimbra, depois da minha sahida de Lisboa como já disse, passou por alli José Ferreira de Moura, que tambem vinha fugindo de alguma perseguição que lhe estivesse preparada. Disse-me: — meu amigo, não estamos em estado de tratar de politica; eu vou para a minha terra, mas seria bom que os amigos se correspondessem por alguma maneira.

Eu respondi-lhe, estou por isso; e lembra-me, que cada um de nós traduza um capitulo de Tacito, principiando pelo primeiro dos *Annaes*, e o remetta um ao outro, para que cada um o corrija, e sobre a traducção faça imparcialmente as suas observações. Concordámos n'esta correspondencia, e d'aqui nasceu ter eu já o manuscripto de que ha pouco fallei.

É preciso que diga, que eu tive sempre uma grande paixão pelas obras de Tacito, porque n'ellas achava estampados os meus proprios sentimentos.

Fui sempre, como ainda sou, inimigo irreconciliavel de tudo o que é tyrannia, absolutismo, e abuso de poder; e com este caracter que recebi da natureza, e pelo muito que tenho soffrido pelos abusos d'esse mesmo poder, me abalancei a traduzir todos os *Annaes*, que senão é obra perfeita, ao menos, foi uma porta que abri para melhores traductores, e com este trabalho satisfiz o meu espirito, consolando-me de pôr em portuguez os crimes dos tyrannos, que do coração aborreço.

Acabarei este incidente, dizendo, que José Ferreira de Moura, foi homem de muitos talentos, brilhou como orador, bem que um pouco tardo na falla, nas côrtes constituintes e ordinarias do anno de 20, nas ultimas das quaes foi meu collega; e muito senti, que manchasse no fim de tão bella carreira o caracter de homem energico, forte, e resoluto, e o deslustrasse com actos de summa baixeza; effeito de uma incomprehensivel timidez!

(Continuar-se-ha).

Transferencias. — O sr. João de Figueiredo, professor temporario da cadeira de ensino primario de Covas, concelho de Taboa, foi mudado, pelo requerer, para a cadeira de Pomares, concelho de Arganil, até concluir o seu provimento triennal.

— O sr. Luiz José Serra Pinto, professor temporario da cadeira de Pomares, concelho de Arganil, foi mudado, pelo requerer, para a cadeira de Avô, concelho de Oliveira de Hospital.

Promoção. — O sr. padre Joaquim Nunes Nogueira da Silva, foi promovido á propriedade da cadeira de Alqueidão, freguezia de Paião, concelho da Figueira da Foz.

Guerra do Oriente. — *Paris*, 27 *á tarde.* — Um corpo de exercito russo-servio marcha sobre Sófia. Os montegrinos foram batidos por um corpo de tropas turcas nos arredores de Dulcigno.

Buckarest, 27. — Estão suspensas as operações, excepto no valle Maritza. Consta que o governo ottomano expediu uma circular aos representantes do estrangeiro, annunciando que declarára desthronado o principe Milans, da Servia.

Londres, 27. — Estão-se organisando manifestações na Inglaterra contra a intervenção.

Belgrado, 26. (Official). — Tres batalhões servios, depois de encarniçado combate, apoderaram-se de Kurschumlje, que era defendida por 400 nizams e 2:000 irregulares turcos.

Paris, 27. — O governo russo ordenou trabalhos de defeza nas costas da Russia logo que teve noticia da convocação antecipada do parlamento inglez.

Noticias de Hespanha. — *Madrid 27 á noite.* — O pretendente D. Carlos foi convidado a sair de França Devia ter partido hoje de manhã. Simultaneamente receberam varios hespanhoes ordem para sair de Paris.

Chegou a Madrid Posada Herrera.

Um tigre da collecção de feras em exposição no Prado conseguiu escapar-se da jaula, para onde, passados alguns minutos, o domador o obrigou a regressar. Não foi ferida pessoa alguma.

Madrid, 27, *á noute.* — Estão já depositados em Paris e Londres os fundos necessarios para o pagamento dos coupons consolidados amortisaveis. Cánovas demorar-se-ha em Sevilha uma semana. Orovio está redigindo o orçamento. São esperados em Madrid para meiados de Janeiro a ex-rainha Isabel e seu marido D. Francisco de Assis.

Noticias de França. — *Paris*, 27. — O *Moniteur* diz que o general Bressols fôra collocado na inactividade por haver feito observações ácêrca das instrucções ministeriaes que recebera, considerando-as como preludio de medidas extra-legaes, e para as quaes elle não podia concorrer. O capitão Labordère fôra demittido pelo mesmo motivo. Todo o gabinete, acrescenta o *Moniteur*, approvára as resoluções do governo.

ANNUNCIOS

Eleição do jury commercial

1 SÃO CONVIDADOS os srs. commerciantes para no dia 31 do corrente, pelas 10 horas da manhã, comparecerem no tribunal do commercio no edificio da Trindade, a fim de proceder-se á eleição do jury commercial, que tem de funcionar no futuro anno de 1878.

Coimbra, 26 de Dezembro de 1877.

O secretario do tribunal do commercio
Abel Pereira do Valle.

COMPANHIA CONIMBRICENSE
DE
ILLUMINAÇÃO A GAZ

2 DO 1.º de Janeiro de 1878 em deante fica reduzido o preço do carvão *coke* de 200 réis para 160 réis cada 14 kilos.

Pelos directores
Antonio Doria.

CASA MINERVA
RUA DA CALÇADA
COIMBRA

3 ACABA de receber de Paris — variado sortido em estojos para desenho, pastas, bibliografiles, tinteiros, e outros objectos para escriptorio.

Pedido

4 AOS ACTUAES directores da companhia Fiação e Tecidos de Coimbra, para me pagarem quatro mezes (de Fevereiro a Junho) que me deve a dita companhia, de meu ordenado como director até ao dia da minha demissão.

O ex-director
José Correia de Lemos.

PHARMACIA

5 VENDE-SE uma muito bem fornecida na Beira-Alta. Para esclarecimentos dirigir ao sr. padre Antonio José Marques, Seminario de Coimbra.

BREVES CONSIDERAÇÕES
A PROPOSITO DA NOSSA DISSERTAÇÃO
SERVIÇO MEDICO-MILITAR
DA
1.ª LINHA SANITARIA

CARTAS
Ao ill.^mo e ex.^mo sr. dr.
ANTONIO MANOEL DA CUNHA BELLEM

CARTA I — Haverá necessidade de escolas especiaes para os facultativos militares?

CARTA II — O nosso pessoal e material de saude estará á altura do que deve ser?

CARTA III — Ultimas considerações — A cama de campanha do sr. Lopes Sousa e a sua apreciação para o ministerio da guerra.

1 VOLUME DE 133 PAGINAS
POR
ARTHUR ALVARO DA SILVA LEBRE
Cirurgião-medico

6 Á VENDA nas livrarias de Moré e Chardron no Porto, e de Bordallo, travessa da Victoria, em Lisboa. Em Coimbra e Vizeu.

AGRADECIMENTO

7 BRIGIDA PRATAS, Maria Ermelinda Pratas e Isabel Nobre Soares, agradecem reconhecidas a todas as pessoas que se dignaram assistir á missa, que teve logar no dia 21 do corrente, na egreja de Santa Cruz, pela alma de seu marido, pae e avô. Agradecendo em especial ao sr. Antonio Diniz Carvalho a quem se confessam eternamente gratas.

Coimbra, 28 de Dezembro de 1877.

PIA PARA AZEITE

8 VENDE-SE UMA que leva 150 alqueires. Quem a pretender dirija-se á rua das Figueirinhas, n.º 6.

9 VENDE-SE uma commoda de pau preto e um bahu grande no becco das Canivetas, n.º 13, 2.º andar.

10 PRECISA-SE de um official de sapateiro, que saiba ler e escrever, a quem se pagará o seu merecimento. Quem estiver nas circumstancias póde dirigir-se á rua do Infante D. Augusto, n.º 48.

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE
DE
COIMBRA

11 NO DIA 13 do proximo mez de Janeiro, pelas 10 horas da manhã, no claustro de S. Jeronymo, ha de dar-se de arrematação o fornecimento da seguinte mobilia: 8 guarda-roupas, 10 commodas, 8 lavatorios, 20 mesas de quarto, 10 caixas de retrete, tudo de cerejeira, e uma cadeira de rodas, de nogueira.

Os modelos e condições acham-se desde já patentes no estabelecimento.

Administração dos hospitaes da Universidade de Coimbra 26 de Dezembro de 1877.

O administrador
Costa Simões.

SUBSTITUIÇÕES A MILITARES

JOÃO DE PINHO
221, RUA DA CALÇADA, 221
COIMBRA

12 ENCARREGA-SE de entregar aos interessados, bons substitutos com bons documentos para substituições no governo civil de Coimbra, tirando guias nas administrações dos concelhos. Faz substituições nos corpos das guarnições de Lisboa, Porto, Elvas e outras terras. Tambem obtem transferencias d'uns corpos para outros; e licenças para dois mezes.

Preços baratissimos

13 QUEM QUIZER comprar uma morada de casas de 3 andares na rua dos Estudos, n.º 38, na mesma casa se dirá com quem se trata.

AVISO

14 A JUNTA DE PAROCHIA da freguezia da Sé Cathedral, faz publico, que no dia 1 de Janeiro, pela uma hora da tarde, na casa das suas sessões, na egreja de S. Salvador, hade arrendar por 1 ou 2 annos, o antigo cemiterio da egreja de S. Pedro, uma casa junto á Egreja de S. Salvador, o antigo cemiterio da mesma e um casarão no mesmo cemiterio, tudo na freguezia da Sé.

CORTIÇA

15 SE ALGUNS fabricantes de cortiça desejarem communicações em Dinamarca, queiram dirigir-se ao *Consul Hornemann*, em *Copenhague.*

AGRADECIMENTO

16 FRANCISCO DE SOUSA PINTO, Pulcheria Maxima de Jesus, e Pulcheria Maxima d'Andrade, penhoradissimos pelas muitas provas d'amizade que receberam das pessoas que visitaram no leito da dôr, e acompanharam á ultima morada seu afilhado e esposo, Alexandre Antonio Soares, vêm por por este modo provar-lhes o seu eterno reconhecimento e gratidão.

17 JOSÉ CORREIA LEMOS, na rua Calçada, em Coimbra, **vende** — muito barato — **cento e dezenove acções** da Companhia Fiação e Tecidos de Coimbra, que lhe pertencem porque as comprou, e foram dos exm.^os senhores e senhoras:

D. Clara da Conceição Ariosa, de Coimbra — 3 acções — com o numero 4.
Joaquim Duarte Ariosa, de Coimbra — 3 acções — n.º 5.
Manoel Duarte Ariosa Junior, de Coimbra — 3 acções — n.º 6.
Miguel Braga, de Coimbra — 3 acções — n.º 9.
Antonio Rodrigues Braga, de Coimbra — 5 acções — n.º 12.
D. Maria do Carmo dos Santos Jardim, de Coimbra — 1 acção — n.º 17.
Dr. Antonio dos Santos Pereira Jardim, de Coimbra — 4 acções — n.º 19.
Francisco Gonçalves Lemos Junior, de Coimbra — 2 acções — n.º 24.
Miguel José de Sousa Ferreira, do Porto — 10 acções — n.º 52.
Miguel José de Sousa Ferreira, do Porto — 10 acções — n.º 53.
Miguel José de Sousa Ferreira, do Porto — 10 acções — n.º 54.
Miguel José de Sousa Ferreira, do Porto — 5 acções — n.º 56.
Miguel José de Sousa Ferreira, do Porto — 5 acções — n.º 57.
Miguel José de Sousa Ferreira, do Porto — 10 acções — n.º 58.
João Rodrigues Braga, de Coimbra — 4 acções — n.º 113.
Innocencio Peixoto Quaresma, de Coimbra — 5 acções — n.º 137.
José Antonio da Costa Braga Junior, de Coimbra — 5 acções — n.º 142.
Dr. Adelino Antonio das Neves e Mello, Filho, de Coimbra — 5 acções — n.º 11.
José Correia Lemos, de Coimbra — 8 acções — n.º 3.
José Correia Lemos, de Coimbra — 12 acções — n.º 75.
José Correia Lemos, de Coimbra — 5 acções — n.º 76.
José Correia Lemos, de Coimbra — 1 acção — n.º 1.

18 ARRENDA-SE um armazem com um grande sotão, e dois quartos, na rua das Solas, n.º 60. Quem os pretender póde dirigir-se a seu dono José de Sousa Gonzaga, na rua do Sargento-mór, n.º 10. Os quartos arrendam-se em separado do armazem, ou juntos, conforme convier aos arrendatarios.

CONVITE

19 JOSÉ CORREIA DE MELLO, residente na Covilhã, recebe officiaes de alfaiate, pagando-lhes o serviço pelos preços de Coimbra e dando-lhes trabalho effectivo e continuo. Mandará abonar aos que offerecerem garantia a importancia de que carecerem para se transportarem.

20 AO SUL DE COIMBRA contracta-se uma propriedade que mede em circumferencia 1600 metros, que se compõe de terra de milho, vinha e algum azeite, e arvores de fructo de varias qualidades; sendo 20 dias de lavoura pouco mais ou menos e o resto de vinha.

N'esta redacção se diz com quem se contracta.

CAIXEIRO

21 PRECISA-SE de um rapaz com pratica de mercearia e que dê abonação. Rua dos Sapateiros, n.º 90 a 94.

22 NA RUA DO INFANTE D. AUGUSTO, n.º 12 a 20, se vendem 10 acções da Companhia Edificadora e Industrial de Coimbra, já completas, e com algum abatimento.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO



ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3071 | Quarta feira 3 de Janeiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Para a funda desmoralisação que lavra na sociedade concorrem muitos e variados elementos. Não podia ter uma só origem tão grande relaxação nos vinculos da familia, tanta falta de probidade, tão frequente quebra na fé dos contractos, e tão pronunciada negação ao trabalho.

Entre muitas causas, é sem duvida uma das mais graves, a do vicio do jogo; e entre a variedade infinita de jogos, o mais torpe e immoral é evidentemente o da loteria.

Póde ser indifferente a qualquer jogador o estar n'uma espelunca a perder aquillo que lhe era indispensavel para se sustentar e á sua familia; póde haver perdido todos os sentimentos da propria dignidade, não hesitando em se nivelar á banca com o mais indecente cavalheiro de industria; mas em todo o caso sabe que está praticando um acto condemnado pelas leis, e que se sujeita ás penas que ellas impõem.

Aos jogadores da loteria já nada d'isso acontece, porque sabem que esse vicio é legalmente auctorisado, e até mesmo incitado pelos poderes publicos. Entendem que não é muito que aventurem os seus haveres, que se arruinem, que se reduzam á miseria com suas mulheres e filhos, quando é a propria lei, o governo e as diversas auctoridades, que os convidam a entrar n'esse jogo immoral!

Sabem os legisladores, sabe o governo, e ninguem o ignora, que a loteria é a causa de se praticarem numerosissimas infidelidades. Vêem que para tomar parte n'este jogo, não duvidam muitos subordinados roubar os seus superiores, os criados a seus amos, os caixeiros a seus patrões, e assim progressivamente. Vêem que a loteria é um estimulo para os operarios abandonarem o seu trabalho, e se entregarem a todas as consequencias da vadiagem. E comtudo não recuam perante esta degradação social, e continuam a promover um tão prejudicial vicio!

Dizia o ministro da fazenda em um relatorio apresentado na sessão da camara dos deputados de 9 de Fevereiro de 1867, tratando das loterias: — «Seria para desejar, *no interesse da moral e da administração*, que acabassemos com este jogo que os habitos inveterados perpetuam *e que a razão condemna.*»

Parecia natural que entendendo um ministro, que *no interesse da moral e da administração* devia acabar o jogo da loteria, a qual a propria *razão condemna*, se apressaria a propôr a sua abolição.

Pois não aconteceu assim; porque acima da moral estão os principios utilitarios.

Os interesses que o estado e alguns estabelecimentos pios tiram do jogo da loteria, têem sido motivo para fazer com que aquelle ministro, e todos os mais que se lhe seguiram, hajam continuado a conservar essa *immoralidade*.

Que juizo esperam que o povo faça dos governos, quando os vêem por uma parte reprimir o jogo de parar; e pela outra a promover por todas as fórmas imaginaveis o immoral jogo da loteria!

Em logar de se diffundir a instrucção, de se excitar o amor do trabalho honesto, e de se diligenciar efficazmente que os cidadãos sejam morigerados e virtuosos, são elles convidados a entregar-se ao jogo da loteria, que tanto mais tem de perigoso, quanto é franco, livre e por todas as maneiras promovido!

Por outra parte os jogadores da loteria, cegamente attraidos a este vicio pelo engodo de verem que a certos individuos saiu algum premio, lançam-se com todo o frenesi n'esse caminho de perdição, não se lembrando que para haver um que receba alguma quantia de dinheiro, embora avultada, ha centos e milhares de outros, que tudo, ou quasi tudo perdem. Desconhecem que nada póde egualar á vantagem do dinheiro adquirido com uma assidua applicação e um trabalho constante, porque só sabe poupar e economisar, quem praticamente reconhece o que custa a obter por meios licitos o necessario para a subsistencia; e que pelo contrario rarissimo será aquelle a quem tenha saido um premio, o não dissipe com a mesma promptidão com que o alcançou.

Sabemos que o jogo da loteria está de tal modo desenvolvido, que será de todo inutil quanto dissermos a esse respeito; mas não obsta isso a que deixemos de cumprir a nossa missão. Ainda que corressemos o risco de ficar de todo isolados, não deixariamos de expôr o o nosso parecer com toda a franqueza.

Quando pegâmos na penna para escrever, não nos deixâmos dirigir senão pelos dictames da nossa consciencia.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O monumento elevado no Bussaco, para commemorar a famosa batalha que alli se déra em 27 de Setembro de 1810 entre o exercito anglo-luso e o exercito francez, foi quasi totalmente destruido por uma faisca electrica em um dos dias de grande temporal que houve ultimamente.

Assim ficaram inutilisadas tantas fadigas do sr. general Joaquim da Costa Cascaes, e se perdeu uma das mais populares commemorações que se têm feito entre nós, pois que esta não era para lembrar as nossas discordias civis, mas sim o mais nobre esforço que póde praticar qualquer nação — o de defender a patria dos estrangeiros invasores.

Este facto deploravel deve chamar a attenção dos diversos directores dos estabelecimentos da Universidade para a circumstancia que muito facilmente se póde dar, de alguma faisca electrica causar n'elles graves prejuisos; e portanto da necessidade que existe de os fazer resguardar com para-raios.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXII

NORMA DAS REGENCIAS DE PORTUGAL

(CONTINUAÇÃO)

Ha portuguezes, tão saciados do egoismo, e da nullidade das regencias que temos supportado, que não veriam de mau grado, que a qualidade de tutor, que temos respeitado na pessoa de S. M. o senhor D. Pedro, fosse titulo bastante para que S. M. assumisse *in solidum* o governo do reino, durante a menoridade da senhora D. Maria II.

Ninguem tributa mais respeito do que eu ao muito excellente pae, e tutor da minha soberana; a sua briosa resolução de combater em pessoa para arrancar das mãos do usurpador o sceptro da senhora D. Maria II, sua dilecta filha, é um feito digno de immortal louvor, um arrojo de amor paternal, que deve penhorar o coração de todo o subdito fiel da rainha de Portugal; mas afoutamente o digo, á vista da Carta, e dos arestos que nos deixou aquella portugueza representação nacional, que em cinco seculos elegeu tres réis, semelhante combinação não póde ter logar, sem expor a causa da senhora D. Maria II aos maiores inconvenientes, e as intenções do senhor D. Pedro, puras, e leaes como são, a differentes interpretações. O senhor D. Pedro é muito generoso; tem desprezado corôas com mui nobre independencia, para levar a mal, para ver com sobresenho, que um subdito leal de Maria II, e zeloso partidario da Carta outorgada por Pedro IV, sujeite a uma discussão publica este artigo importante de doutrina constitucional.

Tutor e regente, são duas coisas distinctas; a qualidade do primeiro não envolve as attribuições do segundo; e nunca se lhe deu tal amplidão em paiz algum constitucional.

«*Tutor personæ, non rei datur.*» Logo a educação e o cuidado da preciosa vida da senhora D. Maria II, póde por este principio competir ao senhor D. Pedro, se uma decisão de côrtes fundada em motivos de importante transcendencia, outro tutor não designasse. É um principio rigoroso de direito politico «*que o rei menor não tem tutor natural.*» Ninguem tem direito de nomeal-o, ou de confirmal-o, senão os representantes da nação. Assim o entenderam nossas antigas côrtes; assim o entenderam sempre os estados geraes em França, assim o entende o parlamento britannico. Um dos primeiros actos do governo actual foi reclamar um *bill*, que designasse tutor para a princeza Victoria, herdeira presumptiva da corôa, e o modo de prover ao regimento do reino, se Guilherme IV viesse a faltar durante a menoridade d'aquella princeza, sua augusta sobrinha; ainda que está confiada, e vive a cargo da duqueza de Kent, sua mãe, uma das princezas mais respeitadas da Europa.

Todos sabem que o tutor deve prestar juramento; que deve dar contas (1), e que o menor tem hypotheca nos bens do tutor. Quem será o privado que julgue decoroso aconselhar a um principe, que mostrou tão nobre indifferença por duas corôas brilhantes, a que entre obrepticiamente no governo do reino de Portugal, sob o peso de toda a responsabilidade inherente ás funcções de um tutor ordinario?

Da mesma sorte o regente deve prestar juramento; como ha de S. M. prestal-o na qualidade de estrangeiro?

Mas se os emigrados reconheceram já na pessoa do senhor D. Pedro o direito de nomear a junta da Terceira, não pódem negar-lhe o direito de reassumir as attribuições que delegou áquelle *pro tutor*, áquella regencia, quando S. M. se apresenta para exercel-as. Assim tenho ouvido discursar; mas as premissas d'este raciocinio não são exactas. Os emigrados nunca reconheceram na junta da Terceira outro principio de auctoridade, que o consentimento tacito dos habitantes, e da guarnição d'aquella ilha. Obedeceram á regencia, ou junta actual, da mesma sorte que tinham obedecido á primeira junta, e ao capitão general que foi *matal-a*. Cheios de respeito para com o augusto pae da senhora D. Maria II; isolados sobre um rochedo no meio do Oceano; ameaçados por toda a casta de usurpadores, e por toda a casta de privações, *os nobres e leaes guerreiros dos Açores* deixaram dormir o direito, e fecharam os olhos ao ultrage politico, e mesmo individual (2).

---

(1) Quando o duque de Coimbra, tutor do senhor D. Affonso V, e regedor do reino, por decisão de côrtes, entregou o governo áquelle principe, deante das côrtes de Lisboa, em 1446, deu meuda conta da sua administração, e pediu perdão ao rei, *e ao povo*, dos erros que podesse ter commettido. É de esperar que a junta da Terceira, e o excellentissimo marquez de Palmella, pelo tempo do seu *soberano ministerio*, não percam de lembrança um tão brioso exemplo.

(2) Porque alguns que foram regel-os e mandal-os, não eram, por modo algum, superiores aos benemeritos que sustentaram a ilha

Ha na bibliotheca, no museu, e no observatorio collecções preciosas, fructo de longos annos de perseverantes diligencias, e que se fossem destruidas de certo não tornavam a ser substituidas por outras equivalentes.

No dia 26 de Fevereiro de 1833 uma faisca electrica derrocou parte da frontaria da sé cathedral d'esta cidade. O mesmo póde acontecer agora com respeito aos estabelecimentos da Universidade.

É bom acautelar a tempo, para não ver perdido instantaneamente o fructo de um trabalho immenso, e preciosidades de um valor incalculavel.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

No dia 31 do mez de Dezembro completou o sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro 69 annos de edade, pois nasceu em egual dia de 1807.

Felicitâmos o nosso respeitavel amigo por haver chegado áquelle dia, desejando ao mesmo tempo que ainda veja renovado muitas vezes o seu anniversario; e egualmente felicitâmos o paiz, por ter um filho tão benemerito.

O sr. José Silvestre Ribeiro é um dos maiores exemplos que se podem apresentar para o amor do trabalho.

Que vida tão bem aproveitada! Quanto póde o methodo no estudo, e a perseverança no lidar diario e constante, para adquirir conhecimentos e transmittil-os aos seus concidadãos!

Temos lido todas, ou quasi todas as publicações d'este illustre escriptor, e nunca as havemos lido sem assombro, por nos parecer da mais alta difficuldade que se possa fazer tanto.

Bastaria a obra em 18 volumes — *Resoluções do conselho de estado na secção do contencioso administrativo*, e a outra obra, que já vae no 5.° volume, e nos consta que em breve se publicará o 6.°—*Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, para serem um monumento perduravel á honrada memoria do sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro.

Quando lemos e tornamos a ler estas e outras obras, tão cheias e abundantes de noticias, de esclarecimentos e de pareceres, dados com um inexcedivel bom senso — quão pequenos nos achâmos perante tão enorme trabalho! Quão insignificante fica sendo alguma cousa que tenhâmos feito em a nossa vida!

Repetindo ultimamente a leitura das *Resoluções do conselho de estado* — tomâmos nota do seguinte periodo da advertencia aos leitores, no principio do tomo XIV:

«Não me illudo. A politica militante de cada dia absorve a attenção do maior numero dos leitores; e, por outro lado, o meu escripto não é brilhante, nem attractivo. Não posso, portanto, aspirar a ser acolhido com vivo interesse; contento-me com a esperança de que, no retiro do gabinete, um ou outro estudioso diga comsigo: «Este homem possue o amor do trabalho, e, dentro dos seus limitados recursos, esforça-se por ser prestavel nos seus conterraneos.»

O que diz o sr. José Silvestre Ribeiro na primeira parte é filho da sua modestia. No remate do periodo diz, porém, uma verdade evidente, que não carece de demonstração.

Ahi se acham para o provar tantos livros, todos tão proveitosos; ahi são bem sabidos os numerosos alvitres propostos pelo nosso bom amigo, em que se vê sempre caracterisado o seu excellente coração.

Oxalá que cidadãos como este tivessem muitos imitadores, e que o seu exemplo servisse de incitamento a que todos nos applicassemos ao trabalho, fugindo da ociosidade, que é a mãe de todos os vicios.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em o numero do *Conimbricense* de 24 de Outubro publicámos uma noticia que o nosso amigo o sr. Antonio Francisco Barata nos mandára de Evora, com respeito ao periodico publicado no seculo passado em Lisboa, intitulado— *O occulto instruido*. D'esse periodico não tinhamos nenhum conhecimento.

O sr. José Joaquim da Silva Pereira Caldas, erudito escriptor de Braga, escreveu em seguida na *Borboleta* da mesma cidade, um interessante artigo, dando minuciosa noticia ácerca do mesmo *Occulto instruido*. Reproduzimos hoje no *Conimbricense* esse artigo.

Por esta fórma vão os operarios investigadores concorrendo cada um, na esphera das suas faculdades, para se chegar, quanto possivel, ao conhecimento da verdade.

Ninguem póde fazer tudo; mas da reunião de todos os esforços e diligencias resulta a emenda de muitos erros, e a publicação de muitos factos geralmente ignorados.

O sr. Henrique de Carvalho Prostes, infatigavel investigador da historia do jornalismo, escreveu-nos de Lisboa, dizendo-nos, que não tinha conhecimento do periodico o *Anonymo*, publicado em Lisboa em 1753, de que no *Conimbricense* de 23 de Dezembro ultimo deu larga noticia o sr. Antonio Martins Leorne, não menos assiduo investigador da mesma especialidade.

Ácerca dos periodicos litterarios publicados em Lisboa no seculo XVIII diz-nos o sr. Prostes o seguinte:

«Do seculo passado, se a memoria me não atraiçôa n'este momento, só me recordo de conhecer os seguintes periodicos litterarios: — *Expresso da côrte* — *Occulto instruido* — *Miscellanea curiosa e proveitosa* — *Jornal encyclopedico* — *Café jocoso* (de que não sei precisamente a data) — *Paladio Portuguez* — *Mercurio historico* — *Correio mercantil e economico*, e as publicações de José Daniel.»

Parece-nos que a estes periodicos se deve acrescentar a *Gazeta Litteraria*, escripta pelo padre Francisco Bernardo de Lima, conego secular de S. João Evangelista, e publicada nos annos de 1761 e 1762.

É verdade que os numeros do anno de 1761 foram impressos no Porto, na officina de Francisco Mendes Lima; mas os do anno de 1762 foram impressos em Lisboa na officina de Miguel Rodrigues.

Portanto esta *Gazeta Litteraria* deve ser mencionada nas duas cidades do Porto e Lisboa.

O já mencionado artigo do sr. Pereira Caldas é o seguinte:

O OCCULTO INSTRUIDO

N'um artigo com o titulo *Curiosidades Bibliographicas*, lêem-se no *Conimbricense* do sr. Martins de Carvalho — n.° 3051 de 24 d'Outubro de 1876, anno XXIX — estas linhas do sr. Barata, d'Evora:

«Entre uns opusculos ultimamente adquiridos em Evora, tenho em primeiro logar o seguinte periodico:

«*O occulto instruido que para lisito divertimento e onesta recreasam se a-de publicar dividido em differentes partes.*

«É em 4.°, com 8 paginas d'impressão em cada numero. — O 1.° é um *prospecto*. — Só no fim do 1.° n.°, é que se sabe ter sido impresso em Lisboa em 1756, na officina de Domingos Rodrigues. — São 18 n.os, medindo 144 paginas.

«Não acho que o fallecido Innocencio Francisco da Silva, dê conhecimento de tal publicação no *Diccionario Bibliographico*.»

A estas linhas do sr. Barata, adduz est'outras seguintes o sr. Martins de Carvalho:

«O periodico — *O Occulto Instruido* — nunca o vimos, nem d'elle tinhamos a menor noticia.»

Com estas indicações d'estes dois estudiosos bibliographicos — e do ultimo sobretudo, manuseador indefesso d'escriptos d'esta especie — ficam sabendo os amadores, que não é publicação vulgar entre nós *O Occulto Instruido*.

A indole litteraria no entanto — manifestada n'este periodico — não a ficam sabendo os mesmos amadores, visto que o sr. Barata não descera a especialisal-a ao sr. Martins de Carvalho.

O professor Pereira-Caldas do lyceu de Braga, entre numerosos escriptos analogos, possue um bom exemplar do *Occulto Instruido* —unico visto e manuseado por elle, no meio de milhares de publicações periodicas do paiz, folheadas desde muitos annos atégora.

É impresso com pouca regularidade, e não foi composto n'um só corpo de typo.

O n.° 2, por exemplo, tem por titulo: — *O Occulto | Instruido, | que para licito divertimento, e | honesta recreação se publica dividido em | differentes partes.* — O n.° 13, por exemplo, tem por titulo: — *O Occulto | Instruido, | que para licito divertimento, | e honesta recreação se publica dividido | em differentes partes.*

Tem ambos estes numeros differenças *orthographicas*, e differenças *compaginativas*: — e dão-se differenças analogas nos encerramentos dos n.os da mesma publicação.

No fim do n.° 4, dá-se-lhe esta compaginação: —LISBOA, | Na Offic. de DOMINGOS RODRIGUES. | MDCCLVI. | *Com todas as licenças necessarias.*—No fim do n.° 5, dá-se-lhe esta compaginação: — LISBOA: Na Officina de Domingos Rodrigues | *Com as licenças necessarias.* Anno 1756 — No fim do n.° 6, dá-se-lhe esta compaginação—Na Offic. de DOMINGOS RODRIGUES. | *Com todas as licenças necessarias.* 1757. — No fim do n.° 7, dá-se-lhe esta compaginação:—LISBOA: | Na Offic. de DOMINGOS RODRIGUES. | *Com todas as licenças necessarias.* 1757.

Nos n.os 9 e 10, não ha—por exemplo— encerramento de compaginação, com indicações de *local* e *data* de typographia.

O n.° 13, por exemplo, é impresso em typo differente dos n.os anteriores. — É em corpo um pouco inferior.

Vê-se d'estas indicações bibliologicas, que não foi impresso *O Occulto Instruido* em 1756 apenas — como deixa suspeitar a indicação succintissima do sr. Barata — cultor fervoroso das nossas lettras, e averiguador prestimoso das nossas curiosidades.

O assumpto especial d'esta publicação periodica — rara na sua especie — cifra-se em descripções geographicas e narrações historicas — noticias de reinos e cidades, e successões de reis e pontifices.

No n.° 6, por exemplo, dá-nos uma exposição geral do reino de Sardenha, e seus soberanos; situação da Europa, numero e nome das suas cidades principaes. — No n.° 8, por exemplo, dá-nos uma exposição geographica e chronologica de Roma, com a indicação dos seus soberanos — exposição ao depois continuada em numeros successivos.

Attenta a raridade do *Occulto Instruido*, e a curiosidade do seu assumpto na sua épocha, não serão de certo mal acolhidas dos bibliophilos estas linhas — como subsidios que são para a nossa bibliothecographia nacional: — obra iniciada pelo nosso abbade Barbosa Machado, e de ninguem ainda complementada atégora.

Braga. — PEREIRA CALDAS.»

Com effeito a bibliographia portugueza não tem sido completada até agora, e de certo nunca o será. Mas não póde sem injustiça occultar-se o nome do sr. Innocencio Francisco da Silva, que tem todo o direito a ser mencionado logo depois do abbade Diogo Barbosa Machado, como um d'aquelles que n'esse ramo mais lidou, e mais serviços fez ás lettras patrias.

Errou muito Barbosa Machado, frequentes vezes errou o sr. Innocencio Francisco da Silva, e de certo não se tem por isento de defeitos o sr. conselheiro Jorge Cesar de Figanière; mas apesar d'esses erros e defeitos, a não serem estes escriptores, e outros que têm sido incansaveis nas suas investigações, o que se saberia hoje dos livros publicados em Portugal?

Prestemos, pois, a todos esses illustres operarios das lettras o tributo da nossa veneração, que n'isso praticamos um acto da maior justiça, e animamos outros nossos concidadãos a seguir a estrada que elles tão nobremente traçaram.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Mas este silencio, aquella resignação em tão novas e peculiares circumstancias, póde ter sido tudo, menos approvação.

Não é pois sobre este fragil precedente que a pretensão do senhor D. Pedro á regencia poderia sustentar-se: pois tudo quanto se tem feito, faz, ou fizer na Terceira, é provisorio, é sujeito á confirmação do governo permanente, *que só a Carta e as côrtes podem instituir em Portugal*.

Abra-se a historia de França, e ver-se-ha como os chronistas da primeira raça distinguiram logo a tutela da regencia. Quando fallam d'esta, usam da expressão latina: — *Gubernatores regni*. E quando querem designar a nomeação d'um tutor, dizem: «*Filium sub tutela, et custodia relinquit.*» Carlos V, por exemplo, nomeou a rainha tutora dos filhos, e para regentes, ou governadores do reino, os duques de Borgonha, e de Bourbon. Carlos VI nomeou para a tutoria de seus filhos, sua mulher, e para o governo do reino, o duque de Orleans, seu irmão. Emfim, o tutor tinha a seu cuidado a pessoa do menor, e o regente o governo do estado. Nossas antigas côrtes, onde brilhou tantas vezes profundo saber, e o mais elevado patriotismo, professáram a mesma doutrina, distinguindo (sempre que lhes pareceu conveniente) os deveres de tutor d'aquelles de regente.

leal e denodadamente em 1828, nem aos bravos que a defenderam com tanta valentia, em 1829, no glorioso combate do porto da Praia.

Fica por tanto demonstrado que a qualidade de tutor, ainda mesmo na accepção mais lata, não involve a qualidade de regente.

Admittindo que por effeito de officiosas diligencias, e da isolação, desterro, e outras circumstancias em que estamos collocados, se accordasse em offerecer a regencia ao senhor D. Pedro, é minha firme opinião, que S. M. devia, *por decoro, e politica* rejeital-a. Se S. M. assumisse (não sendo por uma decisão de côrtes) ou se aceitasse a regencia de Portugal, tal aceitação serviria de pretexto á malevolencia de todos os partidos, inimigos da legitima causa da senhora D. Maria II e da Carta Constitucional. Os pensamentos mais generosos do senhor D. Pedro seriam suspeitados, as medidas mais populares desfiguradas, e os partidarios da facção vencida inventariam mil fórmas e figuras para infiltrar nos corações suspeitosos, para recordar aos genios desconfiados, que abundam sempre depois das grandes commoções politicas, que a regencia foi o degrau pelo qual principiou a usurpação.

O senhor D. Pedro disse em uma occasião solemne, que os brasileiros tinham mal interpretado as suas intenções soberanas, e eu assim o creio: mas se esta indevida interpretação foi possivel no Brasil, onde o nome mesmo do imperio, e da Constituição, attestavam os principios e a lealdade de S. M., com mais forte rasão será provavel em Portugal, e certa em Madrid, ao menor indicio d'um plano reservado, que nossos inimigos possam escrutar, ou descobrir. A razão, e o patriotismo, n'este caso, mandam evitar o escôlho conhecido. Portugal tem muito homem vendavel, capaz de repetir a saturnal do senado de Lisboa, contra a vontade mesmo do senhor D. Pedro; se a esperança d'uma commenda, muito ennobrecedora, ou d'uma pasta que afidalga (3), se mostrar, ainda que longe, no horisonte de qualquer prevaricação politica. E por muito infortunio para a causa da senhora D. Maria II e ferrete da emigração, os sycophantas d'este typo não estão todos em Portugal. Por ahi anda muito Gracho do congresso e das Côrtes de quem poderia dizer-se: «*Fortis in armis Cæsaris Labienus erat, nunc transfuga vilis.*»

Esta degeneração d'alguns homens de talento, que a tribuna tirou da obscuridade, e que desertaram a causa do povo para o campo contrario, tem concorrido tanto para desacreditar em nossa patria o systema constitucional, como os agentes do despotismo. A baixeza, e a inconsequencia dos primeiros tem dado força aos argumentos dos segundos.

Déserteurs de vos monts, de vos fils, de vos femmes,
Vous qui n'avez des bras, vous qui n'avez des ames,
Que pour les vendre...

(Continuar-se-ha).

(3) Mr. Peel, farto e cansado de ser ministro do *Interior* n'um imperio como o da Gran-Bretanha, nem é commendador, nem tem sequer *as honras de secretario de estado*. He Mr., ou Sir Robert Peel, como dantes.

M. Laffite acabou de ser primeiro ministro em França, ficou M. Laffite: Dupont, e Odilon-Barrot, desceram sem pejo dos bancos do ministerio, e do conselho d'estado para os bancos dos letrados, onde os seus brilhantes talentos se fazem admirar, e não abandonaram a sua nobre e antiga profissão, porque uma combinação politica lhes havia franqueado, por um tempo, o gabinete real. Entre nós influem outras camenas. O primeiro cuidado d'um ministro é segurar *as honras* da retirada, e se exercia uma nobre profissão perde-a, abandona-a, e, á força de fidalguia, torna-se inutil a si e á sociedade, ou devora humildemente um pensão de quatro mil cruzados, etc., etc.

COMMUNICADO

Sr. Redactor — Foi transferido de Arganil para Trancoso o delegado do procurador regio, o sr. Dr. Herculano Pinto.

Na qualidade de delegado em Arganil prestou o sr. Dr. Herculano relevantes serviços á sociedade, fazendo prender e condemnar assassinos e ladrões: entre elles nota-se a captura, julgamento e condemnação de Antonio Rosa, de Fonte Limpa, pronunciado pelo crime de homicidio frustrado, o qual já ha muito se andava evadindo á acção da justiça; e a captura dos auctores do roubo e barbaro assassinato commettido na pessoa de Justina Maria, d'esta villa, na noite de 29 para 30 de Junho de 1876, os quaes se acham presos nas cadeias de Arganil.

Ainda que o sr. Dr. Herculano na perseguição dos criminosos, a longas distancias da cabeça da comarca, foi auxiliado pela pericia e boa vontade dos officiaes de diligencia do juizo, Anes e Martins, os quaes tiveram educação militar e sabem cumprir fielmente as ordens dos seus superiores, é todavia certo que a iniciativa e plano partiram sempre do sr. delegado.

O sr. Dr. Herculano, além de ser um jurista distincto, é versado nos classicos latinos e portuguezes; e possue outros conhecimentos, que sobejamente o habilitam para bem desempenhar os cargos da magistratura.

Desejamos ao sr. Dr. Herculano um futuro feliz, e damos parabens aos habitantes da comarca de Trancoso por terem um delegado habil, activo e de sentimentos de rectidão e justiça.

Pela inserção d'estas linhas lhe ficará muito obrigado,

Goes, 28 de Dezembro de 1876.

O seu constante leitor.

***

NOTICIARIO

Jurados criminaes. — Publicamos em seguida a pauta dos jurados em materia crime no semestre de 1877, n'esta comarca de Coimbra:

Francisco Baptista d'Azevedo
Anthero Augusto d'Almeida Araujo Pinto
Francisco Manso Preto
Francisco Antonio Marques
Simão Maria d'Almeida
Ruben Augusto d'Almeida Araujo Pinto
Manoel Lopes Quaresma
Manoel Barata de Lima Tovar
José Maria Pereira Coutinho
Joaquim Ignacio Roxanes
Francisco A. A. Abranches do Amaral Guerra
Antonio Simões dos Reis
Antonio Teixeira Pereira Figueiredo
João Maria Correia Ayres de Campos
Miguel Osorio Cabral de Castro
Gonçallo Christovão Meirelles
Adelino Antonio das Neves e Mello Junior
Augusto Cesar da Cruz Ferreira
José de Mattos Cairutas
Antonio José de Sousa
José d'Oliveira Guimarães
Antonio de Pina
Amadeu Fructuoso da Silva Rocha
Joaquim Augusto da Silva
Antonio Roxanes de Carvalho
Manoel José Vieira Braga
João Silverio dos Santos Alturas
Antonio Maria d'Oliveira Padua
José da Rosa Pimenta
João Ferreira Maia
Antonio Salgado Gomes
Antonio Rodrigues Pinto
João Ferreira de Carvalho
José Simões de Moura e Sá
Antonio Joaquim da Silveira
Visconde de Taveiro.

Sarau theatral.—Assistimos em a noute de domingo, em casa do nosso amigo o sr. José de Mello Alves Brandão, negociante na rua dos Sapateiros, a uma outra recita no theatro alli improvisado por algumas pessoas de sua familia, e por outras apaixonadas por tão recommendaveis diversões.

Estes alegres entretenimentos fazem-nos lembrar com saudade a epocha em que em Coimbra havia muitos curiosos, que em casas particulares davam espectaculos, a que assistiam as familias da sua amisade. Infelizmente essa convivencia intima tem-se tornado muito rara n'esta cidade.

Ha agora theatros com um desenvolvimento e proporções muito diversas do que eram outr'ora os modestos theatros, improvisados por mancebos curiosos e amigos do estudo; mas estão sujeitas essas novas casas de espectaculo ás algazarras, troças, e indecencias, que n'ellas se presenceiam quasi sempre, e que fazem sair envergonhadas as familias que alli vão, assim como todas as mais pessoas que não estão resolvidas a ser testemunhas de scenas tão repugnantes.

Na recita a que nos referimos, dada no domingo em casa do sr. Alves Brandão, representaram-se varias comedias e scenas comicas, que foram muito bem desempenhadas, e tiveram as pessoas presentes em frequente hilaridade.

Representaram a sr.ª D. Maria da Conceição Mello, filha do sr. Alves Brandão, e a sr.ª D. Elysa Adelaide Brandão, filha do sr. Manoel José Brandão; e os srs. Adelino Veiga, Albino José Brandão, João Francisco dos Santos Junior, José Augusto Brandão, José Luiz de Andrade, e Antonio Francisco dos Santos.

O sr. Adelino Veiga, artista muito illustrado, e com uma extraordinaria vocação para a scena, de que tem dado numerosas provas em Coimbra, fez elle mesmo expressamente para esta recita uma scena comica, que representou, com a sua costumada e não vulgar habilidade.

Se não fosse a sua pertinaz doença, o sr. Veiga tinha de certo uma collocação distincta nos theatros de Lisboa.

Quando acabou de representar passou-se uma scena que muito commoveu a todos. A sr.ª D. Adelaide Beatriz e Mello, filha do sr. Alves Brandão, acompanhada de sua irmã mais nova, entrou no palco, e entregou ao sr. Veiga uma mimosa corôa, acompanhando essa offerta das expressões mais lisonjeiras, mas justas, ao eximio actor.

Em seguida, o sr. Antonio Francisco dos Santos, recitou da plateia, com o enthusiasmo que lhe causava o incontestavel merecimento do sr. Veiga, uma linda poesia a elle dedicada.

Esta reunião em familia passou-se no meio da mais agradavel convivencia, dando todos as provas da mais esmerada educação.

Escusado seria dizer que o sr. Alves Brandão e a sua excellente familia se não pouparam a diligencias para que todos os seus hospedes saissem de sua casa penhorados com as suas delicadas attenções.

Consorcio. — A ex.ma sr.ª D. Alzira Eduarda de Araujo, filha do nosso amigo o sr. Francisco de Sousa Araujo, negociante e proprietario n'esta cidade, casou com o sr. bacharel em Medicina, Antonio de Jesus Lopes, filho do nosso amigo e proprietario d'esta cidade o sr. Manoel de Jesus Lopes.

Felicitamos ambos os esposos, e damos sinceros parabens ás suas familias.

Azeite — Regula o preço do azeite n'esta cidade, a 1$570 réis o novo, e 1$590 a 1$600 réis o velho.

Concurso — Está a concurso, pelo espaço de 30 dias, a contar de 30 de Dezembro, a egreja parochial de Nossa Senhora da Conceição de Ancião, diocese de Coimbra.

Anniversarios. — Os nossos estimaveis collegas o *Districto de Aveiro* e *Primeiro de Janeiro* começaram agora novo anno da sua publicação. O *Districto de Aveiro* encetou o 6.° anno, e o *Primeiro de Janeiro* o 9.°

Felicitamos cordealmente os nossos illustrados collegas por esse feliz acontecimento, e desejamos-lhes as maiores prosperidades, para continuarem a honrar a imprensa portugueza.

Novo jornal. — Possue já a villa de Pombal um periodico. É o *Progresso Pombalense*, de que acabâmos de receber o primeiro numero.

Damos as boas vindas ao esclarecido collega, fazendo votos pela sua boa fortuna.

D. Antonio José de Freitas Honorato. — Aos apontamentos biographicos, que apresentamos em uma nota ao folhetim do *Conimbricense* do dia 27 de Dezembro findo, com relação ao nosso respeitavel amigo e patricio o ex.mo sr. D. Antonio, arcebispo de Mytilene e vigario geral do patriarchado, devemos acrescentar, que s. ex.ª foi examinador synodal do bispado de Coimbra, conego honorario da sé da mesma cidade, e professor de theologia no seminario episcopal d'esta cidade e diocese.

A nomeação de conego honorario foi para galardoar os serviços que s. ex.ª havia feito á egreja como parocho que fora na freguezia de Santa Cruz, e examinador synodal que continuava sendo.

Aproveitamos esta occasião para rectificar uma data. A elevação de s. ex.ª á dignidade de arcebispo de Mytilene não foi, como dissemos, em Agosto de 1873, mas tinha sido em 25 de Julho.

Louvor ao trabalho. — Temos á vista alguns exemplares de gravura em pedra litographica, devidos ao nosso patricio o sr. Clemente José Brandão, que ha annos se acha na capital.

É digno dos maiores elogios este artista, pelo primor dos seus trabalhos, que estão rivalisando com o melhor dos estrangeiros.

O sr. Clemente honra o nosso paiz e deve servir de estimulo aos seus collegas na arte.

Festa maçonica.—Pedem-nos a publicação do seguinte:

«A R.·. L.·. *Perseverança* em o Vall.·. de Coimbra, celebrou no dia 27 de Dezembro ultimo a festa solsticial da Ord.·., correspondente ao S. João do inverno.

Pelas 8 horas da noite, achando-se reunidos os Ir.·. no seu Templ.·., vistosamente decorado e illuminado, abriu os trab.·. o Ir.·. *Lafayette*, Ven.·. da L.·.

Depois do expediente teve logar a regularisação d'um M.·. M.·., cujo regresso ao seio da Maç.·. foi justamente applaudido.

Seguiu-se o ceremonial e orações laudatorias.

Estando todos os Ir.·. de pé e á ord.·., subiu o Ir. secret.·. ao 2.° degrau do altar, e virado para o Ven.·. disse:

«Nós vimos do Orient.·., onde a estrella da manhã nos annunciou que o Sol vae renascer: vimos juntar-nos a vós para dar graças ao Gr.·. Arch.·. do U.·. pela posição actual do brilhante astro que nos prepára um futuro feliz.»

Descuberto o Sol, e accesa a urna dos perfumes, proferiu o Ven.·. a seguinte oração:

«Os nossos campos acham-se dominados pelo mais rigoroso inverno; a sua verdura está pela maior parte submergida!

«Tempestades variadas e repetidas nos tem conservado em continuo sobresalto!

«Temos visto proximamente, o escarceu e a escarcha, quasi unidos em perseguição da humanidade!

«Famoso espectaculo temos presenciado, meus Ir.·.!

«A natureza costuma mostrar aos nossos olhos estes transtornos em maior ou menor grau, para melhor nos fazer sentir os doces effeitos da nova luz.

«Ser infinitamente bom! Permitti que a verdadeira luz dissipe as trevas do erro, como o Sol dissipa as sombras da noite.

«O Gr.·. Arch.·. do Un.·. se digne cobrir a terra de beneficios e espalhe sua benção do Or.·. ao Occid.·. e do Sul ao Norte!

«Digna-te, ó Gr.·. Arch.·. do U.·., acolher as nossas homenagens de respeito e veneração, e illuminar o nosso espirito para a pratica e afirmação de todas as nossas virtudes. Amen.»

Todos responderam: «Assim seja.»

Cantos e hymno Maç.·.

1.°

Cem mil annos, talvez antes,
Do primeiro anno christão,
Figura entre os Maçons
Este nosso S. João.
Filhos da Viuva uni-vos,
Ame o Irmão seu Irmão;
Seja preto, branco ou pardo,
Sancho, Martinho, ou João.

2.°

É mister ser virtuosa,
E pura a instituição;
Para ainda festejarmos
Este nosso S. João.
Filhos da Viuva etc.

3.°

Para sêr feliz o mundo,
Bastava haver união,
N'esses que por todo o Orbe
Louvam nosso S. João.
Filhos da Viuva etc.

4.°

Pelo trabalho a virtude,
Por genio a dedicação,
Pela firmeza o augmento,
Por modelo a S. João.
Filhos da Viuva etc.

5.°

Fraternidade, egualdade,
Liberdade, e devoção,
Eis sempre o que proclama
Este nosso S. João.
Filhos da Viuva uni-vos
Ame o Irmão seu Irmão,
Seja preto, branco ou pardo,
Sancho, Martinho, ou João.

Cemiterio da Conchada. — Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

Manoel dos Santos Rodrigues, filho de paes incognitos, de Arganil, de 22 annos, fallecido em 23 de Dezembro de 1876.

Manoel Duarte Ariosa, filho de João Antonio Duarte e Angelica Maria da Paz Duarte, do Casal de João Bom, de 74 annos, fallecido em 23.

Joaquina Rita, filha de Manoel Francisco, e Josefa do Macario, de Travanca de Lagos, de 79 annos, fallecida em 26.

Manoel Carlos Gomes de Almendra, filho de Manoel Carlos Gomes de Almendra e Felicissima da Silva, de Vinhaes, de 25 annos, fallecido em 27.

Anna Joaquina do Rosario Gonçalves, filha de Jacintho Gonçalves Vigario e Anna Joaquina Gonçalves, de Villa Nova de Ourem, de 74 annos, fallecido em 28.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada —6:894.

Desgraça. — Hontem, uma rapariga d'esta cidade, de 12 a 14 annos, indo ao rio Mondego fazer um despejo, caiu á agua, e desappareceu.

Innocencio Francisco da Silva. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto*, diz em data de 21 de Dezembro o seguinte:

«Como disse em telegramma, foi com effeito collocada a lapide commemorativa na frente do predio, que era do illustre bibliographo Innocencio Francisco da Silva, e onde elle falleceu, na rua de S. Filippe Nery, n.º 26.

A lapide tem 93 c. de comprimento e 51 c. de largura.

Figura um quadro emmoldurado, tendo na parte superior a inscripção relativa ao fallecido; e na parte inferior, dentro de um livro, com a forma de album, a inscripção da dedicatoria em caracteres elzevirianos, como tambem uma homenagem a quem tanto honrou a imprensa.

O trabalho foi feito segundo o desenho, e sob a direcção da pessoa que mandou collocar a pedra, amigo nosso muito prezado.

A inscripção principal diz:

Falleceu n'esta casa
de que era proprietario
ás 9 h. da m. de 27 de Junho de 1876
Innocencio Francisco da Silva
O auctor do «Diccionario bibliographico»
um dos mais eruditos e benemeritos escriptores portuguezes.

Nas duas paginas abertas do livro lê-se:

Brito Aranha, em nome dos filhos e herdeiros do illustre finado, mandando levantar esta lapide commemorativa, rende sincero e respeitoso preito ás altas virtudes civicas, e ao incansavel trabalho, digno de exemplo, de quem tanto honrou a patria e as letras.—29—7—76.

Como vêm, pela data acima, a lapide esteve prompta um mez depois da lastimavel perda do insigne bibliographo, mas o tempo não tinha dado licença para que fosse collocada antes.»

Discurso da corôa

Dignos pares do reino e senhores deputados da nação portugueza:

«Cumprido o preceito constitucional, venho abrir a presente sessão legislativa, e com prazer me vejo rodeado dos representantes do paiz.

Continuam felizmente as nossas relações de boa harmonia com todas as potencias estrangeiras.

Depois de encerrada a ultima sessão recebi a visita do principe de Galles, que se demorou alguns dias n'esta capital. Foi agradavel para mim, e tel-o-ha sido tambem para todos os portuguezes, que o illustre primogenito de sua magestade a rainha da Gran-Bretanha, á qual me ligam, bem como á sua familia, tantos laços de parentesco e antiga amisade, viesse reconhecer por si proprio como é viva e constante a sympathia que ha seculos existe entre as duas nações alliadas.

Uma crise bancaria, que affectou sensivelmente alguns dos nossos principaes estabelecimentos de credito, e ameaçou de tomar proporções assustadoras, obrigou o meu governo a publicar medidas extraordinarias, de que vos dará conta devidamente. Algumas propostas de lei tendentes a evitar, quanto possivel, a repetição de taes acontecimentos, egualmente vos serão apresentadas.

Estou certo de que as examinareis todas com a madureza que vos é propria, e folgarei de que possam merecer a vossa approvação.

As inundações produzidas pelas ultimas chuvas, se por um lado vieram fertilisar as terras, por outro causaram estragos, a que é preciso acudir com remedio prompto. A fim de suavisar os males de natureza particular tem-se desenvolvido amplamente o espirito da caridade, para que nunca se appella em vão entre nós; para reparar prejuizos e damnos nas obras e edificios publicos proporá o meu governo, se assim fôr indispensavel, os necessarios creditos.

Ficaram pendentes do vosso exame na ultima sessão legislativa algumas importantes propostas de lei de geral interesse: para estas e para outras que o meu governo vos apresentará pelos differentes ministerios chamo a vossa esclarecida attenção, mencionando especialmente a reforma da instrucção secundaria e do recrutamento, e a que tem por objecto habilitar o ministerio das obras publicas a proceder á construcção do caminho de ferro da Beira Alta.

As provincias ultramarinas têm continuado a merecer a attenção do meu governo, e pelo ministerio competente se vos dará conta das medidas decretadas, e vos serão apresentadas propostas para melhorar differentes ramos de serviço e desenvolver a prosperidade n'aquellas vastas possessões. Confio que tudo examinareis maduramente, e promovereis, quanto possivel, os melhoramentos que as ditas provincias justamente reclamam.

A situação da fazenda merece, como sempre, a mais seria attenção dos poderes publicos, e o meu ministro n'aquella repartição vos apresentará o orçamento da receita e despeza do estado para o anno economico de 1877-1878, e algumas propostas de lei que tendem a aperfeiçoar a fiscalisação e a contabilidade, e a melhorar successivamente as condições do thesouro sem affectar os contribuintes. Estou certo de que vos occupareis de tão importante assumpto com especial solicitude.

Dignos pares do reino e senhores deputados da nação portugueza:

Chamando á vossa illustrada attenção para tão diversos e importantes negocios, conto inteiramente com o zelo e patriotismo de que tendes dado tantas provas no exercicio das vossas elevadas funcções, e confio que, com o auxilio da Divina Providencia, continuaremos todos no empenho de contribuir para a felicidade publica.

Está aberta a sessão.»

Á ULTIMA HORA

Chuva e inundação extraordinarias

Tem chuvido hoje torrencialmente em Coimbra. Sobretudo na direcção de Montarroio e Cellas, choveu de manhã de um modo espantoso.

A agua vinda d'aquelle lado invadiu a egreja de Santa Cruz e o largo 8 de Maio, cubrindo tudo, e enchendo as lojas de agua em bastante altura.

Era tanta a agua, que as quatro ruas Direita, da Moeda, Tinjerodilhas e do Corvo, com difficuldade lhe davam vasão.

Nunca vimos, nem ha memoria n'esta cidade de cousa semelhante.

Não se ouviam senão gritos das familias que viam as suas casas invadidas pela agua, e soffrendo muitas d'ellas bastantes prejuizos.

Esta inundação durou mais de uma hora.

Parecia um grande rio que tinha entrado na cidade!

Foi superior á famosa trovoada de terça feira do Espirito Santo, em 29 de Maio de 1849.

No interior da egreja de Santa Cruz ha graves prejuizos.

— O sr. administrador do concelho de Coimbra, acaba de receber uma parte telegraphica do sr. administrador do concelho de Fondella, prevenindo-o de que no valle de Besteiros está passando uma grande inundação.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

ANNUNCIOS

MASSA FALLIDA
DE
Francisco Borges Gonçalves

1 NO DIA 7 do corrente, pelas 10 horas da manhã, e domingos immediatos, na rua da Sophia, n.º 147, continuar-se-ha com o leilão dos moveis, ouro e outros objectos que pertenciam ao fallido.

O administrador da massa,
Antonio d'Almeida e Silva.

COMPANHIA
COMMERCIAL & VINICOLA
DA
BAIRRADA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

CAPITAL RS. 5.000:000$000
1.ª SERIE RS. 500:000$000

2 SÃO prevenidos os srs. accionistas a entrar com a 8.ª prestação de 10 %, ou 5$000 réis por acção, desde o dia 12 até 25 do presente mez.

Os pagamentos effectuam-se nos escriptorios da companhia, na Mealhada; Lisboa, rua da Esperança, 224; Porto, rua de D. Maria II, 40.

Mealhada 2 de Janeiro de 1877.

O presidente da direcção
Joaquim Lopes Carreira de Mello.

3 SEMENTE de repolho, vinda recentemente d'Hollanda; outras sementes de hortaliça, e eucalyptos em vazos a 4$500 réis o cento.

Rua do Visconde da Luz, 12.

4 LEOPOLDO RIBEIRO GUIMARÃES, declara que tendo na cidade do Rio de Janeiro, imperio do Brasil, firmado em Março de 1875 um contracto com Augusto Pinto & C.ª, ou Antonio Augusto Pinto, em que estes se obrigaram n'esse época virem a Guimarães, n'este reino, liquidar e receber a importancia do que ao annunciante pertence do espolio de Josépha Emilia Ribeiro, e não tendo os ditos Augusto Pinho & C.ª cumprido as estipulações d'aquelle contracto, acha-se elle revogado e o annunciante no Brasil já tem em juizo acção para rescindil-o; e assim faz publico para que ninguem, nem judicial, nem estra-judicialmente faça qualquer pagamento, ou transacção, com fundamento n'aquelle contracto, que está caduco, e não póde obrigar o annunciante a cousa alguma.

DILIGENCIA

5 FRANCISCO PEREIRA SERRANO faz publico, que a contar do dia 1 de Janeiro em deante mudou a hora da partida da sua diligencia, que faz carreira entre Coimbra e a Figueira da Foz, a saber:

Partirá de Coimbra á 1 hora da tarde, e da Figueira ás 5 horas da manhã.

Os bilhetes encontram-se á venda nos escriptorios da mesma diligencia — Coimbra, sr. Ricardo Antunes, praça 8 de Maio; e na Figueira, os srs. J. Martins d'Almeida & C.ª

TINTURARIA
26 - Rua das Solas - 26
COIMBRA

6 JOSÉ MARIA DOS SANTOS participa aos seus amigos e freguezes, que mudou o seu estabelecimento que tinha na rua do Paço do Conde, para a rua das Solas, continuando a tingir com perfeição e brevidade qualquer obra alli entregue.

Preços commodos

EDITAL

7 A CAMARA MUNICIPAL do concelho da Louzã faz publico, que se acha aberto por espaço de 30 dias, a contar da data d'este, o concurso para o provimento do partido de medicina, com o ordenado annual de 350$000 réis, e pulso sujeito á tabella camararia.

Louzã 28 de Dezembro de 1876.

O presidente
Adelino Justiniano de Mesquita.

Pedido

8 ESTANDO um operario do officio de roda de oleiro, natural de Coimbra, a trabalhar n'uma fabrica d'esta cidade, e sendo devedor ao mestre de certa quantia avultada, tanto por falta de louças, como de emprestimos por differentes vezes; e vindo a esta terra seu irmão, hoje estabelecido com officina de serralheiro no Porto, desencaminhou o referido operario, e levou-o em sua companhia.

Roga-se, por isso, ao devedor, ou a seu irmão, como causador da sua saida, que mande pagar, pois que se recebe em qualquer prestação que vá mandando, para assim evitar a publicação do seu nome.

ESSENCIA
DE
SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

9 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

VENDA DE BENS

10 ANTONIO FERNANDES DE MATTOS, residente em Santa Comba Dão, está encarregado de vender algumas propriedades muito boas, sitas n'aquelle concelho.

Fará praça no dia 6 do proximo Janeiro, e dá esclarecimentos desde já.

LEILÃO
31, Rua do Visconde da Luz, 33

11 VENTURA DE CASTRO participa a todos os seus freguezes e amigos, e ao publico em geral, que vae liquidar todos os artigos do seu estabelecimento, por não poder continuar á testa do mesmo, em vista do seu melindroso estado de saude.

Principiou no dia 1 de Janeiro de 1877 e seguirá todos os outros dias até completa liquidação, das 3 horas da tarde ás 9 da noite.

Fazem-se vendas particulares com grande reducção de preços.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3072 — Sabbado 6 de Janeiro de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

Em Maio de 1875 protestámos por varias vezes n'este jornal, e chamámos a attenção do publico, para a resolução em que se dizia estar o sr. ministro das obras publicas, de mudar o entroncamento do caminho de ferro da Beira para a Pampilhosa, tirando-o de Coimbra, onde por lei estava determinado que se fizesse.

Para annullar o effeito das nossas reclamações, e da grave apprehensão, que se apoderou dos habitantes d'esta cidade, o governo não teve duvida de nos mandar desmentir por um dos seus orgãos da imprensa, em nome do deputado d'este circulo, e do mesmo governo que a isso o auctorisava.

Este desmentido foi o seguinte:

Entroncamento do caminho de ferro da Beira

O sr. conselheiro Joaquim Gonçalves Mamede, sempre solicito em promover os melhoramentos d'esta cidade, auctorisa-nos para declarar o seguinte:

«Que o *sr. ministro das obras publicas* «ficou surprehendido com o boato propalado «n'esta cidade ácerca do entroncamento do ca«minho de ferro da Beira, no sitio da Pampi«lhosa, *pois que nenhum fundamento tem, por«que da parte do governo houve sempre a re«solução de fazer o entroncamento em Coimbra, «e n'esta conformidade mandou proceder aos «estudos definitivos.*

«E quando na lei se escrevia—*immediações «de Coimbra,* foi para ser exacta a redacção. «As estações do Porto, a actual de Coimbra e «mesmo outras em muitos paizes são nas im«mediações das cidades ou nos arrabaldes, «*pela inconveniencia de collocar as estações no «centro das grandes populações.*»

Aquelles que de proposito propalaram o boato, para fazer politica e arma ao effeito, *recebam agora mais este desmentido.*»

Fiquem prevenidos os incautos com os manejos da opposição, que não podendo destruir pela base os melhoramentos ultimamente promovidos n'esta cidade pelas benemeritas vereações d'estes ultimos dois biennios, poderosamente auxiliadas pelo deputado por este circulo e pelo actual governo, com tudo especula para *illudir* a sinceridade e boa fé d'este bom povo de Coimbra.»

Saiba-se agora, que o governo acaba de resolver, que o entroncamento do caminho de ferro da Beira seja feito na Pampilhosa, faltando por este modo á determinação da lei, ás suas promessas, e á palavra solemnemente empenhada por via do sr. conselheiro Mamede com esta cidade!

Veja-se se tinhamos ou não motivo para em Maio de 1875 chamar a attenção publica para os intuitos do governo!

A burla agora consummada, premeditava-se então; mas para a encobrir se fizeram as falsas declarações de que acabamos de dar conhecimento ao publico.

Como, porém, esta resolução póde levantar as irritações, que então se temiam, e conseguiram adormecer, apparece em scena nova burla. O governo promette em substituição do entroncamento um ramal entre esta cidade e a estação actual do caminho de ferro, pela margem do Mondego; e para o escarneo ser completo e rapido, já as bandeirolas e as medições percorrem as immediações da cidade.

Illuda-se quem quizer. Coimbra está sacrificada n'esta questão. O ramal, quando mesmo viesse a ser uma realidade, não compensava, nem de leve, a perda do entroncamento; e podia estragar a cidade na sua parte mais formosa, e prejudicar o seu commercio com o rio; não passando em ultimo caso de um concorrente ao caminho de ferro americano.

Que fazem agora os que representaram ao governo, e se contentaram com as suas promessas evidentemente cavilosas?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, auctor do diccionario — *Portugal antigo e moderno* — que se está publicando em Lisboa desde 1874, dirigiu ao nosso estimavel collega do *Tribuno Popular* uma carta, que elle publicou na quarta feira ultima.

N'essa carta escreve o sr. Pinho Leal o seguinte, que transcrevemos, por nos dizer particularmente respeito:

«No principio da publicação da minha obra, fui aggredido por alguns periodicos liberaes (felizmente os menos conceituados), mas nenhum se atreveu a desmentir-me.

«O unico que o fez foi o *Conimbricense*, um dos mais auctorisados de Portugal. O sr. doutor Martins de Carvalho, um dos cavalheiros que mais se tem distinguido pelas suas investigações historicas e archeologicas, e que por isso mesmo, mais do que ninguem, póde avaliar os obstaculos com que tenho arcado para architectar (mal ou bem) a minha obra, aggrediu-me ferozmente, por eu escrever que D. Maria Telles de Menezes foi assassinada no palacio de *Subripas;* sem se lembrar que segui a opinião de varios escriptores antigos, de muito credito, e nunca até hoje desmentidos — e a tradição geral de quasi 500 annos, que ainda hoje presiste em Coimbra.

«Ainda com mais ferocidade me aggrediu em outro logar, por eu dizer que os liberaes perderam as acções da Cruz dos Morouços e do Vouga. *D'ahi a poucos dias publicou, na sua integra, uma ordem do dia, do exercito liberal, que manda metter em conselho de guerra, varios officiaes superiores, por se deixarem bater n'aquelles dois combates! — Veja a quanto nos obriga o espirito de partido.*»

Em primeiro logar cumpre-nos dizer, que não podemos aceitar o grau de *doutor*, que nos confere o sr. Pinho Leal, pois que nem ao menos possuimos o mais insignificante exame de instrucção primaria. Se a intelligencia e os conhecimentos só se obtêm nos lyceus e na Universidade, temos o sentimento de nos confessar completamente ignorantes de tudo.

Parecerá a quem ler o que diz o sr. Pinho Leal, que nós apenas lhe notámos os dois erros, de dar como local do assassinato de D. Maria Telles o palacio da rua de Subripas; e o classificar de derrotas para os liberaes as acções da Cruz dos Morouços e do Vouga; quando nós publicámos cinco extensos artigos, numerados e a seguir, desde o n.º 2784 do *Conimbricense* de 31 de Março de 1874, até ao n.º 2788 de 14 de Abril do mesmo anno, além de outros artigos subsequentes, em que notámos um numero extraordinario de erros e até deploraveis contradicções, que se liam no artigo ácerca de *Coimbra*, publicado no referido diccionario.

Eram tantos esses erros, e ficou aquelle artigo do *Portugal antigo e moderno* tão deturpado e cheio de inexactidões, que só lembraria ao sr. Pinho Leal o classificar de *ferocidade* o facto de indicarmos esses erros, para não os deixar passar á revelia, e ficarem enganados aquelles que os lessem.

Ferocidade! Tem graça a tal classificação!

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXIII

NORMA DAS REGENCIAS DE PORTUGAL

(CONTINUAÇÃO)

Se as razões, que venho de allegar, contra a candidatura de S. M. o senhor D. Pedro, são justas, e apropriadas, é tambem evidente, que só as côrtes, *e ninguem mais*, sem prejurio, crime e usurpação, póde, ou tem direito, para conferir-lhe a regencia de Portugal.

Esta soberania das côrtes, em materia de tutela e regencias, foi reconhecida, e exercida sempre, não só pelas côrtes de Portugal e Castella, mas pelos estados geraes em França, e pelo parlamento em Inglaterra. O testamento d'el-rei D. Duarte foi annullado pelas côrtes de 1439; e a regencia do reino, e a tutoria do senhor D. Affonso V foi transferida das mãos da rainha D. Leonor, para o infante D. Pedro.

Foi no auto das côrtes do dia 12 de Dezembro de 1562, que o Dr. Antonio Pinheiro leu em nome, e por ordem da rainha D. Catharina uma exposição do modo, e dos motivos que a tinham obrigado a tomar a seu cargo o regimento do reino, e a tutela d'el-rei D. Sebastião, quando Deus chamára a melhor vida o senhor D. João III; acrescentando, que a ultima vontade, e determinação d'el-rei, que lhe impozera o governo do reino, e tutoria do rei menor, tinha sido *approvada, e ratificada* pelo cardeal D. Henrique, e pelos grandes do reino. Todo este importante discurso do sabio orador demonstra, que a rainha reconhecia, que o testamento do fallecido monarcha não era titulo bastante para legitimar o seu governo, se todo o reino não tivesse approvado, e com muita razão, e justiça, a sua administração.

Finalmente, foi no seio d'estas mesmas côrtes que a rainha renunciou a regencia; e que por consentimento d'ellas, o cardeal D. Henrique foi nomeado regedor do reino; mas as côrtes reclamaram, e conseguiram, que a rainha continuasse no exercicio da tutoria do senhor D. Sebastião.

Da mesma sorte foi nas côrtes de Lisboa de 1579, e nas de Almeirim de 1580, que se tratou d'essa fatal regencia (1), que vendeu Portugal aos hespanhoes.

Este soberano direito das nossas antigas côrtes em materias de tanta substancia, como successão, regencia, e tutela, apparece novamente em todo o seu vigor depois da acclamação do senhor D. João IV.

Quando um tendeiro, obscuro favorito do senhor D. Affonso VI, deu causa por suas violencias, e depravações, á deposição d'este monarcha, foi a regencia do reino conferida pelas côrtes de 1668 ao infante D. Pedro. E para terminar tanta citação, desnecessaria ao escriptor acreditado, mas precisa a quem, como eu, não tem auctoridade, farei observar sómente, que foi ás côrtes que o senhor D. Pedro II recorreu para fazer propôr, e sanccionar a carta de lei de 23 de Novembro de

(1) Estes cobardes, e traidores foram o arcebispo de Lisboa D. Jorge d'Almeida, D. Francisco de Sá, D. João Tello, e até o campeão de Diu, D. João de Mascarenhas. O clero, e a nobreza accommodou-se facilmente com a usurpação; mas Diogo de Salema, e Febo Moniz, á frente dos procuradores dos povos, mostráram brios, e amor da patria, dignos do tempo do senhor D. João I. Se nas côrtes de 1827 tivesse havido um deputado imitador d'estes patriotas sublimes, nunca o decreto de 3 de Julho teria sido cumprido sem grandes precauções, ou a patria fôra declarada em perigo antes do decreto de 13 de Março. O plano do primeiro ministro do usurpador era já manifesto, e toda a nação tem direito de munir-se, e precaver-se, em quanto é tempo, contra toda e qualquer tentativa, ou projecto do principe que tender á destruição da independencia, ou liberdade d'ella.

Como o sr. Pinho Leal guarda completo silencio sobre toda a *trapalhada* que escreveu no seu artigo ácerca de *Coimbra*, e que largamente indicámos no *Conimbricense;* e se limita a referir-se aos dois factos acima mencionados; tambem nos limitaremos a fallar só d'elles.

Visto que grande numero de escriptores têm dito, que D. Maria Telles fôra assassinada no palacio da rua de Subripas, entende o sr. Pinho Leal, que commettemos um acto de *ferocidade* em rectificar essa asserção, apesar de ser manifestamente errada. Parecia-lhe que deviamos ficar silenciosos, respeitando a auctoridade de taes escriptores, e a do sr. Pinho Leal que os seguiu, muito embora fosse um erro claro e manifesto o que diziam.

Pois tenha paciencia o sr. Pinho Leal. Por muita que seja a respeitabilidade dos alludidos auctores, e a do sr. Pinho Leal que os seguiu, permitta-nos que não admittamos a absurda narrativa de todos elles, pelo muito simples motivo do referido palacio da rua de *Subripas*, onde dizem fôra assassinada D. Maria Telles, ser construido nos reinados de D. Manoel e D. João III, e portanto, pelo menos seculo e meio depois d'esse assassinato. Não fallando n'outros argumentos decisivos, que por brevidade não apresentámos aqui.

A historia deve ser verdadeira, e não um asservo de erros e inexactidões.

Passando agora ás acções da Cruz dos Morouços e do Vouga, diz o sr. Pinho Leal, para provar a nossa má fé, que tendo nós contestado a sua asserção de que os liberaes foram n'ellas derrotados — *d'ahi a poucos dias, publicámos na sua integra, uma ordem do dia do exercito liberal, que mandava metter em conselho de guerra varios officiaes superiores, por se deixarem bater n'aquelles dois combates!*

Esta asserção do sr. Pinho Leal é nem mais nem menos do que uma manifesta e arrojada *falsidade*. A expressão é dura, mas não achámos outra condigna para o escriptor, que tem o atrevimento de vir, para nos accusar de contraditorios, inventar um facto que nunca existiu!

É falso, completamente falso, que publicassemos tal ordem do dia; e não a podiamos publicar, pela evidente rasão d'ella nunca ter existido!

E para que se veja se poderia ter havido semelhante ordem do dia, vamos ouvir a opinião dos membros da junta provisoria do Porto; assim como a do commandante do exercito liberal em Coimbra, o brigadeiro Francisco Saraiva da Costa Refoios, e a do general Saldanha, ácerca do procedimento do mesmo exercito.

Tendo os membros da junta provisoria do Porto chegado a Londres, depois de se haver mallogrado a revolusão liberal, dirigiram d'aquelle cidade, em data de 5 de Agosto de 1828, uma exposição a D. Pedro, que se achava no Brasil, para lhe explicar os motivos do fim desastroso que tivera a mesma revolução.

N'essa exposição dizia a junta:

«*O valor e energia da tropa leal, e a fidelidade dos seus chefes*, sem duvida alcançariam que o inimigo não conseguisse ao principio vantagens: os encontros da Ega, da Cruz dos Morouços, do Vouga, da Tobosa, e de Guimarães *o mostraram em toda a sua evidencia.*»

Esta exposição da junta provisoria do Porto póde ler-se no *Paquete de Portugal*, periodico publicado em Londres, em o seu n.º 8 de terça feira 13 de Outubro de 1829.

Ouçamos agora o parecer do commandante do exercito liberal em Coimbra, o brigadeiro Francisco Saraiva da Costa Refoios.

Em 1835 imprimiu em Lisboa o brigadeiro Saraiva os — *Esclarecimentos sobre alguns factos referidos na Apologia do coronel Jeronymo Pereira de Vasconcellos, impressa e publicada em Lisboa com data do 1.º de Fevereiro de* 1835.

Vae o brigadeiro Saraiva analysando a *Apologia* do coronel Vasconcellos, depois barão e visconde da Ponte da Barca, e chegando ao ponto em que elle se referia ao combate da Cruz dos Morouços, diz Saraiva:

«*Na manhã do dia* 24 (diz a Apologia a pag. 18) *a columna que estava defronte de Condeixa poz-se em movimento, rompendo o fogo que só acabou com a aproximação da noute.*»—Como se explicará o laconismo, com que n'estas palavras se toca tão passageiramente na *gloriosa e memoravel batalha* do dia 24 de Junho de 1828, na qual as armas da honra e da probidade, *praticaram prodigios de valor, repellindo denodadamente os repetidos ataques do inimigo, tanto no centro, como nos flancos da nossa linha, e disputando a victoria até á noute,* ALCANÇARAM COMPLETO TRIUMPHO *sobre as tropas rebeldes, que abandonaram o campo, deixando-o coberto de mortos e feridos; e ficando em nosso poder grande numero de prisioneiros?*»

Vejâmos agora o que diz o mesmo brigadeiro Saraiva ácerca do combate do Vouga:

«As tropas fieis, para quem são poucos todos os elogios, eram capazes de arrostar todos os perigos, e de praticar os mais gloriosos feitos d'armas, e por sua *disciplina, valor, enthusiasmo e fidelidade* ao rei e á carta, haviam de triumphar sempre dos rebeldes, *como triumpharam logo depois no dia 28 na defeza do Vouga;* pois que tentando os rebeldes forçar por differentes vezes a ponte do Marnel, e posições visinhas que occupavam junto do Vouga, *foram repellidos com grande perda pelas tropas leaes, que bivacaram no campo de batalha.*»

Eis ahi, que taes foram as derrotas de que nos falla o sr. Pinho Leal no *Portugal antigo e moderno;* — eis ahi a opinião da junta provisoria do Porto, e do commandante do exercito liberal em Coimbra, o brigadeiro Francisco Saraiva, ácerca do procedimento do mesmo exercito. Por essa opinião se verá como era possivel ter sido expedida a tal ordem do dia, inventada pelo sr. Pinho Leal, chegando até á audacia de dizer que a tinhamos publicado na integra!

Quê! Pois eram militares que merecessem ser mettidos em conselho de guerra, por cobardemente se deixarem bater, os valentes entre os mais valentes, Francisco José Pereira (barão de Villar Torpim), João Schwalbach (visconde de Setubal), Bernardo de Sá Nogueira (marquez de Sá da Bandeira), João Nepomuceno de Macedo (barão de S. Cosme), José Baptista da Silva Lopes (barão de Monte Pedral), Francisco Xavier da Silva Pereira (conde das Antas), Henrique da Silva da Fonseca (visconde de Alcobaça), Manoel Joaquim de Menezes (barão do Cabo da Praia), D. Bartholomeu Salazar Moscoso (visconde de Estremoz), Miguel Correia de Mesquita Pimentel (barão de Mesquita), Antonio José Joaquim de Miranda, José Julio de Carvalho, D. Fernando Xavier de Almeida, José Maria de Sá Camello, José da Silva Serrão, Narciso de Sá Nogueira, D. Antonio José de Mello, Bernardo José do Abreu (hoje tenente general reformado), e outros tão bravos militares como estes?!

Vamos ainda ouvir uma auctoridade competentissima, o general Saldanha, ácerca da valentia, ou cobardia dos commandantes dos corpos e mais officiaes, que tomaram parte nas acções da Cruz dos Morouços e Vouga, onde segundo diz o sr. Pinho Leal, o exercito liberal foi derrotado, sendo até por uma ordem do dia mandados metter em conselho de guerra varios officiaes superiores, por n'ellas se deixarem bater!

A junta do Porto, que tão mal tinha aproveitado a bravura do exercito liberal, e os elementos de que podia dispôr para combater D. Miguel, vendo por fim o exercito em retirada sobre o Porto, e a mesma cidade ameaçada por forças miguelistas muito numerosas, tanto pelo sul como pelo norte, resolveu dissolver-se e embarcar para Inglaterra, com alguns generaes que d'alli tinham vindo poucos dias antes; e á ultima hora, estando a causa quasi perdida, quiz encarregar o general Saldanha do commando do exercito liberal, sendo de voto que em ultimo caso se retirasse para a Galliza.

No dia 2 de Julho de 1828, quando o exercito liberal se achava já perto do Porto, sae d'esta cidade o general Saldanha para vir consultar os commandantes dos corpos; tendo porém o cuidado de lhes occultar, para não aterrar o exercito, a resolução da junta de embarcar para Inglaterra.

Ouçamos o que diz o general Saldanha, em uma sua carta datada de Paris em 13 de Novembro de 1829:

«Era quasi noite; parti para o campo, e tendo-me feito alguma impressão as ultimas reflexões do marquez em casa do barão de Rendufe; tendo o major Bernardo de Sá manifestado egualmente a opinião de ser necessario convocar os commandantes dos corpos, e não duvidando eu da necessidade de os prevenir ácerca da retirada, ideia affligidora para todos, e inesperada para muitos; resolvido, porém, a occultar-lhes ainda, como tinha muito imprudentemente promettido, a dissolução da junta, e a retirada dos outros generaes; mandei-os convocar logo que cheguei ao campo; e quando estiveram reunidos disse-lhes, que, segundo noticias obtidas pelo governo, era muito perigoso arriscar uma batalha na esquerda do Douro; que perdida ella, tudo ficava exposto; que a vontade da junta era fazer retirar o exercito para a Galliza, onde se esperariam novas ordens d'el-rei; que eu não os abandonaria n'aquelle movimento; mas que pedia me dissessem, se contavam com a subordinação dos seus corpos, depois de tantas retiradas.

«*Todos os chefes*, assombrados d'uma tal proposta, responderam, *que para a Hespanha não iam de modo algum;* e o tenente coronel Schwalbach acrescentou, *que em tal caso dividiria o seu corpo em guerrilhas, e se conservaria por onde podesse, preferindo todos morrer em Portugal a depor as armas em Hespanha.*

«Aqui principia o meu embaraço, e talvez os meus erros... Declarar aos commandantes dos corpos a dissolução da junta, e a retirada dos outros generaes, seria não só faltar immediatamente ao que lhes havia promettido, mas immobilal-os sem duvida alguma, e começar eu mesmo as scenas de confusão e vingança, que era preciso evitar.

«A BRAVURA E A CORAJOSA LEALDADE DE TODOS OS CHEFES ERA POR MIM BEM CONHECIDA, e pensei que depois da sua resposta tão unanime, nem mesmo uma revelação mais ampla os abalaria. Condescender com elles, occultar tudo, se possivel fosse, e ficar nas mesmas posições, era por extremo arriscado; bastava que os rebeldes evitassem bater-se na madrugada seguinte, para que o Porto conhecesse toda a extenção da sua desgraça, para que os chefes dos rebeldes atacassem por differentes direcções, e para que a cidade fosse o theatro de carnagem, que a junta não quiz consentir.

«N'esta perplexidade pensei que os chefes e officiaes do estado maior, a quem fallava, duvidariam declarar por escripto a sua desapprovação a uma ordem que eu lhes intimava, mas cada um d'elles *(render-lhes-hei sempre esta justiça)* ESTAVA ANIMADO DE UM ESPIRITO TÃO CORAJOSO, FIEL E PATRIOTICO, QUE PROMPTAMENTE ASSIGNARAM UMA DECLARAÇÃO DE QUE SE NÃO RETIRAVAM PARA HESPANHA.»

Eis ahi na auctorisada opinião do general Saldanha, que tal era a *cobardia* de que o sr. Pinho Leal accusa os officiaes do exercito, e o conselho de guerra em que elles foram mettidos, por se deixarem bater nas acções da Cruz dos Morouços e do Vouga!

O artigo do sr. Pinho Leal, no seu *Portugal antigo e moderno*, ácerca da acção da *Cruz dos Morouços* tem apenas 17 linhas, e comtudo acham-se alli nada menos de cinco erros.

1.º Diz que tendo-se revolucionado contra o governo de D. Miguel varios generaes e corpos de linha, e formado uma junta provisoria na cidade do Porto, *o general Saldanha marchou com a flor das tropas revolucionarias sobre Lisboa.*

Ora o general Saldanha estava na Inglaterra quando houve no Porto a revolução liberal no dia 16 de Maio. D'alli veiu com outros generaes e officiaes do exercito a bordo do vapor *Belfast*, desembarcando na praia de Matosinhos no dia 26 de Junho; isto é, dois dias depois de ter havido a acção da Cruz dos Morouços, e exactamente no dia em que o exercito liberal saía em retirada de Coimbra para o Porto. Eis aqui a verdade da asserção do sr. Pinho Leal, do general Saldanha *marchar com a flor das tropas revolucionadas sobre Lisboa.*

2.º Que o general realista Povoas esperava os liberaes na Ega, proximo a Condeixa, onde houvera uma escaramuça a 23 de Junho de 1828.

N'este pequeno periodo notam-se dois erros. — Primeiro: nem o general Povoas, nem qualquer outro general miguelista, commandava ás forças de D. Miguel na Ega. — Segundo: a escaramuça ou surpreza da Ega, não foi no dia 23 de Junho, mas sim no dia 20.

3.º Que os liberaes retiraram por Sernache até á Cruz dos Morouços, onde no dia seguinte houve um combate, no qual elles foram derrotados.

Ora os liberaes foram atacados no dia 24 de Junho na Cruz dos Morouços pelo general Povoas, durando o combate todo o dia, e sendo repellido sempre o exercito miguelista. — Ficaram alli os liberaes toda a noute seguinte, e todo o dia 25; e só retiraram por ordem superior expedida de Coimbra em a noute do mesmo dia 25, sendo essa resolução tomada em um conselho que houve n'esta cidade, e motivada pela noticia que correra, dos miguelistas tentarem atravessar o Mondego em Pereira para o norte.

4.º Que os liberaes foram de novo derrotados e dispersos na batalha da ponte do Vouga.

Chama derrota o sr. Pinho Leal a um combate, que durou 9 horas no dia 28 de Junho, repellindo o exercito liberal todos os ataques, causando ao inimigo grandes perdas, e bivacando no campo de batalha.

Limitámo-nos a estes pontos, em rasão de apenas a elles se referir o sr. Pinho Leal; porque se fôr da sua vontade, desfiar-lhe-hemos no mesmo gosto quasi tudo o mais que escreveu no seu artigo ácerca de *Coimbra.*

E haviamos de ler esses numerosos erros, e guardar silencio! E chama-se *ferocidade* da nossa parte, o desejarmos que se restabeleça a verdade! E finalmente tem o sr. Pinho Leal o inaudito arrojo de dizer que, em contradicção da nossa propria negativa, de ter sido derrotado o exercito liberal nas acções da Cruz dos Morouços e do Vouga, publicámos na integra, poucos dias depois do que escreveramos, uma ordem do dia do exercito liberal, que mandava metter em conselho de guerra varios officiaes superiores, por se deixarem bater nas duas referidas acções; quando tal ordem do dia nunca publicámos, nem jámais existiu!

É muito!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTICIARIO

A egreja de Santa Cruz. — Foi espantosa na quarta feira a inundação na egreja de Santa Cruz! Nunca se tinha visto tão grande invasão d'aguas, proveniente de cheias do Mondego, quanto mais de chuvas vindo pelo interior do templo.

Para quem conhece a egreja de Santa Cruz bastará dizer, que na capella mór chegou a cobrir as figuras de D. Affonso Henriques, e D. Sancho I, em cima dos seus tumulos! Cousa assombrosa!

Na grande sacristia nunca tinha entrado a agua; mas d'esta vez não só la entrou, mas subiu alli á altura de um metro!

A agua vindo do claustro do Silencio entrava no sacristia e na egreja com uma extraordinaria violencia.

Uma grande mesa que estava na sacristia veiu conduzida pela agua para o corpo da egreja, conservando em cima o tinteiro que alli estava!

Alguns santos foram derrubados dos altares pela agua.

Os prejuizos são muito grandes. Paramentos estragados, armações muito damnificadas; em fim causa tristeza ver tanta destruição.

O Sacramento esteve em imminente risco de ser levado pela inundação. Todos receavam correr o risco de vida para o salvar; porém um carpinteiro chamado Francisco Pinheiro, vendo a afflicção em que se achava o reverendo prior, desceu do coro para a sacristia; arrostou ahi com a grande força da agua; entrou na capella mór; e lançando-se corajosamente a nado, foi pelo corpo da egreja entrar na capella do Sacramento. D'ahi foi a sagrada hostia içada dentro de uma condeça pelo reverendo prior, para a claraboia, que se acha no cimo da capella, e conduzida com toda a reverencia para o santuario da egreja. O brioso carpinteiro voltou a nado por onde tinha ido.

Tem estado na egreja uma bomba dos incendios, e muitas mulheres e homens a proceder á limpeza. O lodo que alli ficou é immenso.

Foi uma verdadeira calamidade para este magestoso templo!

Temporal. — As continuadas e fortes chuvas de quarta feira fizeram subir extraordinariamente o rio Mondego.

Em a noute d'aquelle dia para a quinta feira houve nova enchente no bairro baixo da cidade.

Esta presistencia nas cheias tem incommodado seriamente os habitantes da parte da cidade accessivel ao rio.

De toda a parte chegam noticias dos prejuizos causados pelos temporaes.

Na quarta feira interrompeu-se em dois pontos o caminho de ferro entre Soure e Pombal.

No mesmo dia, em o sitio da Milhariça, entre Soure e Condeixa, por muito pouco que não succedeu uma grande desgraça.

Ao chegarem á ponte que alli ha, dois carros com differentes cavalheiros, que vinham de Soure para Condeixa, a fim de assistirem a um jantar em casa do sr. Dr. Quaresma, desabou a mesma ponte á vista dos passageiros, e desfez-se parte do aterro ainda debaixo das patas dos cavallos. A poucos passos mais tinham uma morte certa.

Nas Casas Novas, da freguezia de S. Martinho do Bispo, d'este concelho de Coimbra, desabaram duas casas.

Fallecimento. — Falleceu hontem n'esta cidade quasi repentinamente, o nosso amigo o sr. Adrião Maria de Miranda, filho do antigo negociante d'esta cidade o sr. José Dias de Miranda.

Damos os sentimentos á sua familia.

Camara dos deputados. — Ficou constituida a camara dos deputados, sendo presidente o sr. Mamede, vice-presidente o sr. Costa e Silva, e secretarios os srs. Moita e Vasconcellos e Ferreira de Mesquita.

Foi approvado um voto de sentimento pelo fallecimento do marechal Saldanha e outro pelo fallecimento do deputado Moura Lampreia.

O Campeão das Provincias. — O nosso estimavel collega do *Campeão das Provincias* entrou no 27.º anno da sua publicação.

Este jornal é uma prova das mais evidentes de quanto póde a força de vontade e o amor do trabalho. O seu digno proprietario tem sido verdadeiramente incansavel.

O *Campeão das Provincias* é não só um dos maiores, senão o maior jornal do paiz; e está sendo muito considerado.

Desejamos ao esclarecido collega todas as venturas.

O Commercio do Minho. — Este nosso illustrado collega de Braga encetou o 5.º anno da sua publicação.

Ainda que militamos em campos politicos diversos, fazemos plena justiça ás intenções do estimavel collega, pelo que cordealmente o felicitamos por occasião do seu anniversario, e lhe desejamos todas as prosperidades.

1674, que fixou o modo de proceder, em quanto a regencias, e tutorias na familia reinante, até o dia da promulgação e juramento da Carta Constitucional (2).

Em Inglaterra esta soberania parlamentar é um dogma politico: Jorge II e Jorge III pediram auctoridade ao parlamento para o fim de nomearem tutores para seus filhos e netos, se estes fossem menores quando aquelles fallecessem. M. Pitt sustentou triumphantemente esta omnipotencia parlamentar, quando se tratou de dar a regencia ao principe de Galles em 1788.

Em quanto á França, ninguem ignora de que modo o parlamento annullou todas as disposições testamentarias de Luiz XIII, e de Luiz XIV. Luiz XIII nomeou a rainha Anna d'Austria para regente do reino, o duque de Orleans para tutor e logar-tenente do rei menor, e um conselho de regencia para limitar a auctoridade do tutor, e do regente: apenas o rei expirou, o parlamento annullou todas as disposições do rei defunto, e conferiu á rainha só todo o poder e auctoridade. O mesmo aconteceu ao testamento de Luiz XIV. Este principe nomeou um conselho de regencia, de que o duque de Orleans devia ser o presidente, para o governo do reino durante a menoridade de Luiz XV: assim que o rei falleceu, o parlamento alterou o testamento, e nomeou o duque de Orleans regente *in solidum.*

Em Hespanha bastará recordar, que o imperioso Carlos V, desejando passar á Allemanha, não poude dispensar-se de convocar côrtes (3) para confirmarem o cardeal Adriano na dignidade de regente, que o imperador lhe conferia.

É portanto evidente que toda, e qualquer fórma de governo, estabelecido, ou a estabelecer fóra, ou dentro de Portugal, será tanto menos legal, regular e adequada, quanto mais se afastar dos artigos 92, 93 e 94 da Carta Constitucional. Se estes carecem de alguma nova interpretação, o que eu não presumo, nenhum poder sobre a terra tem direito para glosal-os, senão as côrtes geraes, legal, e regularmente convocadas.

Não será esta a primeira vez que o exercicio d'um direito, o de expender francamente minha opinião, attraia sobre mim o clamor systematico d'aquelles a cujos olhos é legal e santo, tudo aquillo que lhes convém, e sedicioso, tudo quanto contraria seus pensamentos e principios: não importa; nem por isso deixarei de apresentar-me com a corda ao pescoço, não para pedir a abolição da lei, mas a conservação d'ella.

A desejada presença de S. M. o senhor D. Pedro na ilha Terceira, torna indispensavel, penso eu, a dissolução da junta de 29 de Junho; porque nomeada por S. M., na capacidade de tutor da senhora D. Maria II, tem a natureza de um pro-tutor, que S. M. póde supprimir *ad libitum.*

N'este caso, e estando o senhor D. Pedro, como briosamente está, determinado a mandar em chefe a expedição dos leaes subditos da senhora D. Maria II contra o governo de Portugal, é minha muito humilde opinião, que o governo mais legal, possivel, influente, e facil de estabelecer immediatamente na ilha Terceira, é aquelle previsto, e indicado no artigo 94 da Carta Constitucional.

Na emigração ha muitos antigos conselheiros, e ministros d'estado, em plena fruição das prerogativas honorarias inherentes áquella dignidade: é mais regular, e plausivel constituir esta regencia, do que conservar por mais tempo o governo da Terceira, que, por mil considerações, não tem influencia alguma moral, ou politica, nem fóra, nem dentro de Portugal. Toda a irregularidade que fôr preciso sanar no estabelecimento d'esta regencia, por não haver ministros effectivos do reino e da justiça, é muito menos consideravel, que outras muitas irregularidades, que, ha tres annos, têm sido praticadas: o ministerio, por exemplo, de 2 de Janeiro de 1829. A nomeação d'esta regencia, por si só, bastaria para desmentir as proclamações dos agentes do governo do usurpador, que não cessam de repetir em todo o reino, que a Carta Constitucional não entra no numero das armas com que S. M. o senhor D. Pedro deseja conquistar o throno de sua augusta filha.

É indubitavel que este governo daria ás medidas que adoptasse, ás promessas que fizesse, e ás severidades que indicasse, uma auctoridade infinitamente maior que a junta da Terceira.

Taes são as minhas ideias: *si j'ai tort, réfutez-moi.*

Eu não presumo fazer um tratado completo sobre regencias; ninguem de mim espera, leigo como sou, trabalho tão importante: cabe aos sabedores portuguezes tarefa tão nobre e necessaria. É possivel que algum dos meus principios possa ser combatido; se o for, eu serei o primeiro a reconhecer, a confessar meus erros, apenas demonstrados. Eu não tenho outro fim, outro desejo, que o de sujeitar á madura reflexão dos conselheiros de S. M. o senhor D. Pedro, e á de meus companheiros na emigração, e nos principios, esta materia que, a meus olhos, é da mais alta importancia, antes que o senhor D. Pedro, em seu manifesto, tome uma resolução final.

Eu não sou dotado de intendimento tão obtuso, que não preveja a serie de contrariedades que esta discussão póde suscitar-me...; mas se eu tive firmeza para me expatriar, e ver condemnar á morte por o crime de lealdade á minha soberana, e á Carta, porque não terei valor de dedicar-me ainda a uma e outra, quando minha consciencia me diz, que minha devoção não será talvez, nem intempestiva, nem inutil a meus concidadãos: «*Principiis obsta, serò medicina paratur.*»

Como entre nós ha o costume infeliz, apesar do que estamos vendo praticar aqui, e na Gran-Bretanha, de tachar de ousado e revoltoso (4) todo o homem que se consagra ao penoso ministerio de examinar, com respeito sim, mas conscienciosamente, os direitos, actos, ou prerogativas das personagens que exercem, ou podem vir a exercer, a suprema auctoridade, peço desde já respeitosa licença aos amigos, ou adversarios da minha polemica, para observar, que M. de Cormenin, um dos mais eruditos e patrioticos deputados da camara actual em França, sustenta em seus escriptos, onde brilha uma logica irresistivel, que a camara de que elle faz parte *é illegal, obra sem mandato, e deve ser dissolvida;* e ninguem por esta doutrina atrevida lhe chama, nem inimigo do throno, que elle deseja consolidar, nem mau cidadão, nem mau deputado. É esta tolerancia que eu invoco, porque em meu conceito, é um dos primeiros penhores da liberdade constitucional.

Em summa, temos rei: a senhora D. Maria II; temos lei fundamental, clara, expressa. Qual é pois o nosso dever? Como leaes portuguezes, defender a primeira, e executar a segunda. N'este duplicado empenho, cabe ao senhor D. Pedro a gloria de ser o protector de sua augusta filha, e o chefe, e libertador dos leaes subditos d'ella.

Paris, 25 de Dezembro de 1831.

(Concluir-se-ha).

(2) José de Seabra cahiu no desagrado do principe D. João, por haver exigido no conselho d'este principe a convocação das côrtes, que deviam verificar o impedimento moral da rainha, antes de elle assumir a regencia.

(3) Foi n'esta épocha (1520) que o immortal Padilha, procurador da cidade de Toledo ás côrtes de Castella, recusou conceder mais subsidios ao imperador, e principiou aquella famosa guerra dos conselhos (communes, donde vem os communeros) que esteve a ponto de emancipar a Hespanha. O povo n'esta guerra patriotica bateu muitas vezes as tropas reaes, e não teria succumbido, se a nobreza não desertasse aquella santa causa.

(4) Sob a influencia dos ministros de estado que abusaram da generosa confiança de S. A. S. a senhora infanta D. Isabel Maria, nos ultimos sete mezes do seu governo, padeceram morte e paixão nas enxovias do Limoeiro, ou perderam seus empregos, os senhores Liberato, Garrett, Midosi, Larcher, e outros, que pensando que a Carta era uma verdade, se tinham permittido, como generosos publicistas, ligeiras, e respeitosas observações sobre alguns actos do governo.

E que não tenho eu soffrido, só porque Deus me negou aquella graça efficaz, aquella fé robusta que era necessaria para acreditar nos ministerios do marquez de Barbacena, e nos milagres que obrou com aquella bulla de composição, falsa decretal, ou carta regia de 2 de Janeiro de 1829!

Quem sabe se a honra de combater por a liberdade de minha patria, e pelos direitos de minha soberana, me será negada por causa d'aquella, e outras opiniões (não feitos, ou acções) ruins: *Intelligo quid loquar...*

Despacho. — O sr. José Maria Alves Junior foi promovido á propriedade da cadeira de ensino primario de Cabril, concelho da Pampilhosa.

Orçamento do estado. — O orçamento da receita e despeza do estado para o exercicio de 1877-1878, que acaba de ser apresentado na camara electiva, mostra os seguintes resultados:

Despeza	26.418:017$362
Receita	25.262:124$000
Deficit	1.155:923$362

Centro progressista em Lisboa. — Constituiu-se no dia 3 o centro progressista de Lisboa. Procedendo á eleição da sua mesa, foram eleitos presidente, o sr. Anselmo Braamcamp; vice-presidentes, os srs. José Luciano de Castro e D. Luiz de Carvalho Daun e Lorena; secretarios, os srs. Ignacio Francisco Silveira da Motta, Joaquim de Vasconcellos Gusmão, Henrique de Macedo Pereira Coutinho, e Domingos Pinheiro Borges.

Tambem foi eleita a commissão administrativa.

Foram apresentadas algumas adhesões novas ao partido.

Por proposta do sr. Castilho e Mello resolveu-se que o retrato do sr. marquez de Sá da Bandeira fosse collocado na sala ao lado do sr. duque de Loulé.

Tambem se deliberou que o centro tivesse reuniões regulares de quinze em quinze dias.

Fallou largamente ácerca da situação politica o sr. visconde de S. Januario, sendo o seu discurso muito applaudido.

Resolveu-se que na proxima sessão se trate de eleger e constituir uma commissão eleitoral para cuidar de vigiar os recenseamentos e dirigir quaesquer trabalhos eleitoraes na capital.

Camara dos pares. — No dia 3 ficou constituida a camara dos pares, sendo secretarios os srs. Soares Franco e Montufar Barreiros, e vice-secretarios os srs. conde da Ribeira e Jayme Larcher.

O sr. marquez de Avila e de Bolama, presidente, commemorou os serviços, talentos e qualidades dos seis pares fallecidos no intervallo parlamentar: conde de Campanhã, Sá Vargas, Correia Caldeira, arcebispo de Braga, duque de Saldanha e conde de Sobral. A camara associou-se a esta demonstração de sentimento.

O Progresso. — O nosso esclarecido collega de Lisboa, o *Paiz*, foi substituido pelo *Progresso*.

O novo jornal é de maior formato, e de variada redacção. Fica sendo o orgão principal do partido progressista.

Desejamos-lhe muitas felicidades.

Diccionario popular. — Continua a publicar-se com a maior regularidade este interessantissimo diccionario. Recebemos agora o fasciculo 38.

É incontestavelmente o trabalho mais vasto, mais curioso e mais instructivo que n'este genero se tem publicado em Portugal.

Noticias de Eiras. — A freguezia d'Eiras, d'este concelho de Coimbra, soffreu muito com as chuvas torrenciaes de quarta feira. Eis o que d'alli nos communica um nosso amigo:

«Seriam hoje 11 horas da manhã quando entrou n'esta freguezia uma cheia como de egual não ha lembrança. Quasi que entrou na rua, chamada em tempo do Conego.

São grandes os prejuizos causados por esta inundação. Por ora não se sabem todos; mas os que mais soffreram são o sr. Dr. Antonio José Paes da Silva, o sr. Soares e o sr. juiz de Penacova.

Por espaço de tres quartos de hora não se podia passar para os casaes. A cheia subiu quatro degraus da casa da menina Bezerra. Tudo se salvou d'esta casa: só teve muitos estragos no quintal.

Os moradores da azenha do sr. Paes estiveram em perigo de vida; mas foram salvos. No meio d'este terror panico salvou-se um porco gordo, por um modo admiravel: subiu para cima de um muro, e depois a agua arrebatou-o para o quintal do sr. Dr. Joaquim Paes, onde o foram tirar.

Agora, na occasião em que lhe escrevo, continua chovendo, mas a agua está já muito abatida.

Ha muitos prejuizos nas estradas entre Eiras e Brasfemias.»

Noticias de Sernache. — Foram tambem muito grandes os prejuizos na freguezia de Sernache, d'este concelho de Coimbra.

A esse respeito nos communicam d'alli o seguinte:

«Na quarta feira, 3 do corrente, ás 10 horas da manhã, caiu tanta agua na freguezia de Sernache, pelo espaço de uma hora, que inundou tudo. Nos altos e nos baixos era um perfeito mar.

A agua tomou uma altura acima de todas as cheias desde que ha memoria, 1m,50 no sitio do Batureu. Alli levou ao proprietario o sr. Antonio dos Santos Machado uma morada de moinhos, e entrou no seu lagar a um ponto tal, que lhe cobriu todas as tarefas de azeite e grandes porções de azeitona, que estavam dentro do lagar para ser fabricada.

Teve grandes prejuizos, e maiores seriam, se a agua entrasse dentro dos potes de azeite que estavam dentro do lagar; mas desconfia-se que o lagar se acha em estado de ruina, por estar junto dos moinhos que desappareceram.

Os prejuizos em Sernache são incalculaveis. Caiu alli um dos melhores predios De tres partes da casa ficariam duas. Era a do sr. José Ferreira Pinto, que ha 4 annos tinha sido feita.

Cairam umas casas da sr.ª Maria dos Anjos, do Coice. Ao sr. Adriano José Jacob, em Casconha, cairam-lhe quasi todos as paredes do seu quintal, e foi arrancado todo o pomar de espinho. Tem muitos prejuizos, assim como o sr. José Ferreira Pinto.

A cheia entrou em casa do sr. padre cura, e estragou-lhe tudo que alli tinha.

Em fim não é possivel fazer a descripção dos prejuizos causados aos pobres moleiros.

São incalculaveis as perdas nos pinhaes e olivaes, muros e barreiras.»

Informações. — Um nosso amigo nos diz da Guarda o seguinte:

«Em um communicado da Covilhã, inserto no seu excellente jornal de 30 do proximo passado mez, é accusado o ex.mo governador d'este bispado de não ter cumprido o seu dever, na pendencia que ha trez mezes teve logar entre os rev.dos padres Grainha e Alçada. Parece-me, porém, que o auctor d'esse communicado fallando assim não se mostra bem informado.

Quando rebentou essa escandalosa pendencia, cujo objecto é do dominio do publico, o ex.mo governador procedeu logo a averiguações por intermedio do respectivo arcypreste. É sabido qual foi o resultado d'essas averiguações. Foi todo elle favoravel ao rev.º padre Grainha. Devia pois o ex.mo governador punir este ecclesiastico, não tendo apparecido contra elle prova nenhuma, forte ou mesmo fraca, de criminalidade? De certo que não.

Em quanto ao rev.º padre Alçada tambem nenhum crime commetteu. Elle calumniaria, se tivesse affirmado o facto. Porém elle não só não o affirmou, mas até sempre o teve por incrivel. No que elle obrou sem critica foi em repetir na imprensa o que essa mulher dissera. Elle devia guardar a tal respeito o mais profundo silencio; e, quando tivesse por verdadeiro o facto affirmado por ella, devia participal-o ao ex.mo governador, ou ao promotor das justiças ecclesiasticas sómente.

Parece-me, repito, que não foi bem informado o auctor d'esse communicado. Entretanto se s. ex.ª entende, que das averiguações feitas não resultou ainda a necessaria luz, deve então fazer uma participação ao ex.mo prelado, ou ao promotor, deduzindo n'ella o crime ou crimes que diz praticados, e nomeando n'ella as competentes testemunhas. Este tribunal, assim habilitado, procederá contra o culpado.»

ANNUNCIOS

AO PUBLICO

1 JOÃO MARIA faz publico, que vae abrir Fóra de Portas d'esta cidade, o seu estabelecimento de vinho, tabaco e outros generos.

Dirigirá o mesmo estabelecimento a sua criada Joanna da Conceição.

Hospitaes da Universidade de Coimbra

2 ESTÃO VAGOS 4 logares de praticantes d'enfermarias do sexo feminino. Aceitam-se mulheres de 15 a 40 annos, ainda mesmo que sejam de fóra do districto de Coimbra. Têm casa e cama do hospital. O primeiro vencimento é de 160 réis diarios, passando em seguida a 200 e a 280 réis, quando substituem as ajudantes e enfermeiras nos seus impedimentos, ou quando são promovidas a estes logares. Basta que saibam ler soffrivelmente. Tambem se aceitam criados e criadas. Os requerimentos devem ser dirigidos a esta administração.

Administração dos hospitaes da Universidade de Coimbra, 2 de Janeiro de 1877.

O administrador
Costa Simões.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

3 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

NOVA AGENCIA
DE
SUBSTITUIÇÕES MILITARES
MIGUEL LOPES DO VALLE J.OR

4 TEM sempre homens promptos para substituir mancebos recrutados, no governo civil de Coimbra, e nas mais terras aonde estiverem os corpos do exercito.

Trata-se na Couraça de Lisboa, n.º 75. — Coimbra.

Preços rasoaveis.

Substituições a militares

5 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

MASSA FALLIDA
DE
Francisco Borges Gonçalves

6 NO DIA 7 do corrente, pelas 10 horas da manhã, e domingos immediatos, na rua da Sophia, n.º 147, continuar-se-ha com o leilão dos moveis, ouro e outros objectos que pertenciam ao fallido.

O administrador da massa,
Antonio d'Almeida e Silva.

EDITAL

7 A CAMARA MUNICIPAL do concelho da Louzã faz publico, que se acha aberto por espaço de 30 dias, a contar da data d'este, o concurso para o provimento do partido de medicina, com o ordenado annual de 350$000 réis, e pulso sujeito á tabella camararia.

Louzã 28 de Dezembro de 1876.

O presidente
Adelino Justiniano de Mesquita.

LEILÃO

31, Rua do Visconde da Luz, 33

8 VENTURA DE CASTRO participa a todos os seus freguezes e amigos, e ao publico em geral, que vae liquidar todos os artigos do seu estabelecimento, por não poder continuar á testa do mesmo, em vista do seu melindroso estado de saude.

Principiou no dia 1 de Janeiro de 1877 e seguirá todos os outros dias até completa liquidação, das 3 horas da tarde ás 9 da noite.

Fazem-se vendas particulares com grande reducção de preços.

AGENCIA EM LISBOA

9 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico, incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.º

10 CORRESPONDENCIA de artigos entre a edição precursora e a primeira edição official do Codigo do Processo Civil.

Obra destinada a facilitar o uso da edição precursora e sua notas.

Vende-se nas principaes livrarias de Lisboa, Porto e Coimbra.

Preço 200 réis

11 SEMENTE de repolho, vinda recentemente d'Hollanda; outras sementes de hortaliça, e eucalyptos em vazos a 4$500 réis o cento.

Rua do Visconde da Luz, 12.

HONORIO & FILHO

12 PARTICIPAM a todos os seus freguezes e amigos, que lhes chegaram sapatos forrados, com palmilhas estufadas, á franceza, tanto para homem como para senhora, os quaes vendem pelo preço mais em conta possivel.

Tambem ha para creanças.

13 CASA DE PROFESSOR com bons commodos para alumnos internos (só meninos).

Francisco Mendes Pinheiro
Marco da Feira, n.º 28
COIMBRA

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3073 | Terça feira 9 de Janeiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O sr. João de Lemos Seixas Castello Branco dirigiu-nos da sua quinta d'Anta, freguezia de Maiorca, a carta que abaixo publicamos.

O illustrado redactor dos antigos periodicos de Coimbra, o *Christianismo*, o *Trovador* e a *Revista Academica*; o mimoso cantor d'esta *Coimbra, terra de incanto*, não podia deixar de ter franca entrada n'esta *casa* do *Conimbricense*, sobretudo quando se trata de assumptos do mais alto interesse para a sociedade.

Os campos politicos em que militâmos são diversos; mas em pontos de moralidade não ha, nem póde haver entre nós divergencias.

Que os laços da familia se afrouxam cada vez mais, temol-o aqui proclamado bem alto repetidas vezes. E a essa relaxação se segue como consequencia immediata a falta de educação dos filhos; e por fim o augmento da criminalidade.

São inuteis, e podem até ser prejudiciaes as reformas, que não tiverem por base a moral.

O divorcio está sendo um cancro social dos mais graves. A esse respeito diz verdades incontestaveis o sr. João de Lemos.

Contrae-se o casamento por especulação pecuniaria, ou por afeição momentanea; e com a mesma leviandade com que se fez um contracto, que tão pensado devia ser, com a mesma se dissolve.

Á falta de principios religiosos, que deviam estreitar os laços do matrimonio, acresce a facilidade com que a lei permitte os divorcios, que vão tomando proporções assustadoras.

Este objecto é mais sério e importante do que geralmente se julga.

A familia é a sociedade em miniatura; pelo que da desmoralisação d'aquella provirá fatalmente a desmoralisação d'esta. Se os alicerces da sociedade forem edificados sobre areia movediça, será debalde que a quererão amparar.

Esta materia é muito vasta. O sr. João de Lemos occupa-se mais particularmente do divorcio, e da diminuição dos nascimentos. Ha, porém, um ponto, que não pode tambem deixar de chamar a attenção dos homens pensadores. Queremos fallar da degeneração physica da actual mocidade.

Onde estão os mancebos robustos, fortes para as armas, para a agricultura, para a industria, e para todo o trabalho? Onde se acham as mulheres bem constituidas, que possam transmittir a saude e o necessario desenvolvimento physico a seus filhos?

Que a raça latina tem degenerado é uma verdade demonstrada.

A par, portanto, da educação moral, carece-se de tratar da educação physica. Uma deve andar estreitamente ligada com a outra.

As mães tratam em regra apenas de fazer de suas filhas uma especie de bonecas, cheias de toda a affectação do luxo, da presumpção e da arte de agradar. Ficam de parte as qualidades mais indispensaveis e uteis a uma senhora. D'essa pessima direcção provém no futuro, quando casadas, o desgosto pelo matrimonio, e a tendencia para a separação e divorcio.

Dos filhos é escusado fallar. Todos sabem como em geral se trata da sua educação; das liberdades que se lhes toleram e até approvam. Quando muito são mandados para qualquer collegio, menos para se tratar do seu ensino, do que para os paes se verem livres d'elles.

Por isso nunca será de mais tudo o que se dissér para mostrar aos conjuges os graves deveres que tem a cumprir, e a rigorosa obrigação que lhes empende de dar esmerada educação a seus filhos.

Que grande responsabilidade pésa sobre os paes, a quem é indifferente a marcha que seguem seus filhos; e que mesmo não tremem de os ajudar a corromper com os seus maus exemplos!

Se todos pensassem sériamente n'isto não viria tanto mal á sociedade.

Deixemos agora fallar o esclarecido escriptor, que tão delicadamente nos pede entrada em nossa casa.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sr. *Joaquim Martins de Carvalho*. — Quinta d'Anta, 3 de Janeiro de 1877. — Pois sem embargo de nossas divergencias em politica, nos encontramos e damos amigavelmente as mãos em outros pontos fundamentaes de toda sociedade — a religião e a moral; permitta que, sendo eu agora quasi seu visinho de ao pé da porta, me assente no limiar da sua casa — *O Conimbricense* — a conversar com v. sobre aquelles graves pontos, e em beneficio por ventura da nossa terra, á qual ambos nós, cada um na sua medida e segundo sua opinião, lealmente professada, temos sempre pago a divida do nosso fervoroso amor e da nossa desinteressada dedicação.

Com rasão se tem v. assustado, e outros homens e jornaes sesudos do nosso paiz, vendo a espantosa alluvião de divorcios, que ahi nos tem trazido a corrente impetuosa da irreligião e da immoralidade, sob a sombra protectora do Codigo Civil.

De França, donde nos vem tudo, donde tudo acceitamos e copiamos sem reflexão nem criterio, de França, nos tem vindo tambem o contagio d'essa peste das familias. E podemos ainda dar graças a Deus por não ser, por ora,

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXIV

NORMA DAS REGENCIAS DE PORTUGAL

ADDITAMENTO

D'où vient que son ministre avec impunité
Ose porter les mains sur notre liberté!!!...
Vêpres Siciliennes.

Eis aqui a *Norma das Regencias*, refutada já, *e muito constitucionalmente*, pelo ex.mo sr. Candido José Xavier.

«Levei á presença de sua magestade imperial o senhor duque de Bragança em seu devido tempo, a carta que v. s.ª me escreveu em data de 26 (1) de Dezembro proximo passado, e bem assim a outra que de v. s.ª recebi, em data do 1.º do corrente (2): em resposta a ambas ellas sua magestade imperial me ordena que eu communique a v. s.ª, que o mesmo augusto senhor não tem ordens algumas que lhe dar; por quanto não só tem resolvido não empregar a v. s.ª na expedição que se prepara; mas na data d'este mandou remetter á regencia um exemplar do escripto que v. s.ª acaba de publicar, com o titulo de *Norma das Regencias de Portugal*, afim de que, no caso de v. s.ª se apresente em qualquer parte do territorio em que se acha estabelecida a auctoridade de sua magestade fidelissima a senhora D. Maria II, seja preso, processado e julgado; servindo de corpo de delicto o mencionado escripto, não porque trata de opiniões politicas, cuja discussão deve ser a cada um inteiramente livre; mas porque provoca á rebellião as tropas leaes da mesma augusta senhora. O que, por ordem expressa de sua magestade imperial participo a v. s.ª para sua intelligencia.

Deus guarde a v. s.ª Paris em 6 de Janeiro de 1832. — *Candido José Xavier*. — Sr. Rodrigo Pinto Pizarro.»

(1) *Copia.* — Ill.mo e ex.mo sr. — S. M. o senhor D. Pedro, duque de Bragança, augusto pae e tutor da rainha senhora D. Maria II, fez-me hontem a honra *de ordenar-me*, que eu fizesse saber a v. ex.ª, que não só por dever rigoroso, como militar, mas por desejo commum a todos os leaes subditos da senhora D. Maria II, eu esperava, e pedia ser contemplado com um logar em uma das primeiras embarcações que conduzissem officiaes á ilha Terceira; pois é minha intenção, e vontade, unir-me como soldado a qualquer dos batalhões, que possa vir a ser empregado contra o governo de Portugal.

Em virtude da faculdade vocal, que S. M. me deu hontem, de poder esperar as suas determinações, a este respeito, onde melhor me conviesse, tenho a honra de prevenir a v. ex.ª, que tenho tenção de partir para Nantes no dia 25 do corrente, para onde v. ex.ª me obrigaria infinitamente communicando-me, se o julgar proprio, qualquer deliberação de S. M. Não me é possivel ir pessoalmente fazer a v. ex.ª esta communicação vocal por incommodo accidental. — Deus guarde a v. ex.ª — Paris 20 de Dezembro de 1831. — Ill.mo e ex.mo sr. Candido José Xavier. — *Rodrigo Pinto Pizarro*. — Este officio é do dia 20, e não 26, como está no texto.

(2) *Copia.* — Ill.mo e ex.mo sr. — Não me tendo sido possivel realisar, como desejava, e como tinha tido a honra de annunciar a v. ex.ª, a minha viagem para Nantes, julgo ser do meu dever communicar a v. ex.ª, não só para evitar qualquer equivocação, mas por coherencia até, que é em Paris que eu continuarei a esperar qualquer determinação de S. M. o senhor D. Pedro, pae e tutor de S. M. a rainha, relativa ao meu embarque para a ilha Terceira, ou a outro qualquer destino no serviço de S. M. a rainha de Portugal. — Deus guarde á v. ex.ª — Paris 1 de Janeiro de 1832. — Ill.mo e ex.mo sr. Candido José Xavier. — *Rodrigo Pinto Pizarro*.

O amor da minha patria, e o respeito que tributo, por educação, e principios, ao real tutor, e pae da senhora D. Maria II, minha unica soberana, não permittem que eu analyse já, e pulverise, como podia, a curiosa peça que deixo transcripta. Reservo minha justificação, não disse bem, reservo minha accusação, para quando houver um governo, que, obedecendo ao *firman* do ex.mo sr. Candido José Xavier, secretario particular do principe D. Pedro d'Alcantara, tenha assaz de abnegação da sua propria dignidade para mandar *prender, processar, e julgar*, um portuguez, subdito leal da senhora D. Maria II, por ordem do secretario do senhor D. Pedro d'Alcantara, ex-imperador do Brasil!....

Pois já a regencia da Terceira, tão illimitada, tão soberana em suas attribuições, está reduzida á baixa condição de receber ordens tão imperativas de quem não tem caracter algum politico, reconhecido ou proclamado entre portuguezes? Contra quem chamo eu as tropas á rebellião (3)? Contra a rainha, parece-me que não. Contra a regencia, não vejo aonde. Contra o tutor, e pae da senhora D. Maria II, a ultima linha do meu pobre escripto desmente tal asserção. Então contra quem? Contra os Gracchos corrompidos, que andam por ahi incensando toda a divindade que o sacerdocio lhes offerece?

Saibam esses Mirabeaus degenerados, que quando eu entender dever pedir ao céu que lhes falte, e á terra que os não sustente, não heide usar de metaphoras; não heide comparal-os aos *sauveurs du lendemain*, que os francezes stigmatisam; o modelo d'elles heide achal-o em nossa patria, nos falsos trez estados de 11 de Julho de 1828, e nos tres traidores que foram a Ayamonte vender o reino de Portugal ao rei de Hespanha!

Paris, 8 de Janeiro de 1832. — *Rodrigo Pinto Pizarro*. — Coronel do exercito da rainha de Portugal.

(3) O senhor Candido José Xavier terá lido a ultima brochura de M. de Chateaubriand? Pobre d'elle, se escrevesse em portuguez....

entre nós, tão extenso e profundo o mal como n'aquelle desventurado reino. Por não ser ainda tão extenso e profundo o mal?! Quem sabe?!....

Em França, a estadistica é uma coisa seria, que merece a solicitude escrupulosa do governo, e os ministros occupam-se nos seus relatorios de varios quadros estadisticos comparativos, que são como o espelho onde a nação se póde mirar, e que habilitam os publicistas, para assentarem com segurança o seu juizo.

O que acho de França, a tal respeito, é assombroso; e é provavel que, assim como de perto a seguimos nos principios, de perto a tenhamos tambem seguido nas consequencias.

Alli, o ministro das justiças dirigiu, ha pouco, ao chefe do estado um relatorio sobre a administração da justiça civil e commercial, durante o anno de 1874, no qual, os processos de divorcio intentados, sómente n'aquelle anno, ascendem a 8:194, e os que foram effectivamente julgados pelos tribunaes, a 2:884!!

Que imaginação, por mais ousada, poderá sondar o abysmo de desgraças, de miserias, de males de todo genero, que abriram n'aquelle povo *dois mil oitocentos e oitenta e quatro divorcios?!*

Com effeito, 2:884 casas, em que marido e mulher não hesitaram diante do ruido de um processo para se pôr termo á sua vida em commum; 2:884 familias, que ficaram sem filhos, ou estes serão divididos entre o pae e a mãe!!....

E ha quem chame a isto civilisação e progresso!

Se, n'este capitulo, quizermos ver o verdadeiro progresso e verdadeira civilisação, temos de olhar para traz.

Ha cincoenta annos, os processos de separação intentados, em França, entre conjuges, não chegavam a 400; dez annos depois só se elevavam a 600; e passados vinte e cinco annos já subiam a 1:500.

Entre aquelles dois pontos extremos tinham passado duas revoluções; um ensino sem crenças; a liberdade illimitada de imprensa; a licença abominavel dos theatros; e mais que tudo as doutrinas e praticas irreligiosas. A familia foi acompanhando o estado, ambos enfermos do mal revolucionario. Perturbações publicas na praça; discordias domesticas nas habitações. E cada anno os algarismos são mais assustadores! E o mesmo acontece nos crimes, como attesta egualmente a inexoravel estadistica!

Donde vem este mal? Como acontece isto n'uma épocha tão gabada pelos seus meios de illustração e moralisação?

Progresso de sciencias; diffusão de luzes; escholas aos centos; theatros aos milhares; jornaes aos milhões; livros; muitos livros; o pensamento manifestado por todos os modos; a rasão desenvolvida e posta em acção por todas as fórmas; e todas estas maravilhas inuteis para os costumes!!! Porque é isto?

Para mim e para muitos outros homens, que respeito, e em cujo numero me comprazo e honro de contar a v., a rasão d'isto não está senão na falta de base.

Não é a civilisação, que é má; não são as peras do tempo de Adão que eram muito grandes; mas falta a estas o sol que as amadurecia, e áquella o espirito que a fecundava.

Desde a antiguidade até agora sempre a historia attestou que quando a repressão interior baixa, no thermometro dos povos, a repressão exterior se vê forçada a elevar-se, pelo augmento excessivo dos crimes e males publicos de todo genero. Quando a fé diminue ou se extingue, as nações degeneram; porque a virtude religiosa produz a virtude civica, e os cidadãos crentes, e d'olhos fitos na immortalidade, são simples, laboriosos, valentes, sobrios, morigerados e dedicados á patria.

Já, ha muitos annos, do alto da tribuna hespanhola, demonstrava e proclamava estas verdades a voz eloquentissima de *Donoso Cortès* (marquez de Valdegamas).

A religião é incontestavelmente o fundamento e a vida de todas as virtudes, e de todas as prosperidades, mesmo d'este mundo. Todos os dias vemos confirmadas as sabidas e profundas palavras de *Montesquieu* a este respeito. *Chose admirable!* (dizia elle). *La religion chrétienne, qui ne semble avoir d'object que la félicité de l'autre vie, fait encore notre bonheur dans celle-çi.*

E as consequencias d'esta descrença geral são numerosas e gravissimas. A proporção que a ordem christã desapparece, o numero dos crimes, dos suicidios, dos divorcios, ou das separações eleva-se cada anno! O progresso, é só progresso do mal.

O relatorio do ministro das justiças em França, a que já me referi, ainda, na estadistica das separações, consigna outro facto de grande importancia, que eu attribuo á mesma origem. *A esterilidade dos casamentos.* Em 2:884 casamentos, 1:081 não produziram filhos; e a união, em 558, tinha durado de um a cinco annos; em 774, de cinco a dez annos; em 985, de dez a vinte annos; e em 517, durou a união mais de vinte annos.

Entretanto, os economistas, que se têm occupado das causas do decrescimento da população em França, accusam, como ainda não ha muito, o jornal *Rapel*, os conventos, e *M. de Lavergne*, as guerras; mas não vêem nem querem ver a esterilidade dos casamentos.

Note-se, porém, que se não casa hoje menos que n'outro tempo, antes mais; o que o casamento produz hoje, é menos filhos. Mas porque é isto? Pela mesma rasão por que ha mais crimes, mais suicidios e mais divorcios. Porque o mal social é muito grande; porque o progresso é progresso de más doutrinas e perda de bons costumes.

O que vae por França, vae entre nós, guardadas as proporções. Por qualquer lado que se considere a sociedade, só se observa uma espantosa desordem moral. Tanto de casa como da rua saem hoje com frequencia vicios e crimes inauditos.

Aonde tem levado já, e aonde levará ainda a França, e as nações, que a imitam, este profundo enfraquecimento de forças moraes e physicas?! Vejamos, pelas estatisticas em relação á França.

Em 1817 a Confederação Germanica e a França tinham quasi egual numero de habitantes, cerca de 30 milhões; cincoenta annos depois, a Confederação tinha ganho sobre a França dez milhões de almas. Em 1817, a Prussia só contava dez milhões e meio de habitantes; em 1865 tinha já perto de vinte milhões; e, depois das annexações, anda aproximadamente por trinta milhões!

A extensão de territorio do imperio d'Allemanha apenas tem mais que a França 16:000 kilometros quadrados, e o solo francez, como mais fertil, sustentaria mais facilmente uma população mais densa; e comtudo a Allemanha já em 1871 tinha quarenta e um milhões d'almas; depois d'esta épocha, tendo crescido a sua população quatrocentas e vinte e cinco mil almas por anno, conta agora cerca de quarenta e tres milhões. Se continuar n'este augmento, o imperio germanico terá, em quinze annos, quarenta e nove milhões de habitantes, e, ao mesmo tempo, a França só terá então trinta e nove milhões.

Na Allemanha actual, está verificado que ha 1.600:000 nascimentos por anno; e em França, 960:000, o que quer dizer que, em vinte annos, a Allemanha terá 500:000 recrutas e a França apenas 300:000. Como é cruel a eloquencia d'estes algarismos! D'onde procede esta crescente debilidade? Da rebellião contra a lei divina; da *voluntaria* esterilidade dos casamentos; da corrupção geral; n'uma palavra, do esquecimento e desprezo da lei christã.

Faltam-me dados estadisticos para me referir ao nosso paiz; mas, como temos seguido a França nas ideias, creio que não andaremos tambem longe d'ella, proporcionalmente, n'estes factos desconsoladores.

Importa, pois, que os povos como os individuos, que se têm apartado do viver christão, dando assim causa inegavel aos horriveis males, que affligem as familias e a sociedade, se apressem a voltar suas vistas para o céu, como unico remedio, assustados, ao menos, deante do temeroso futuro, que seus desvarios têm preparado, e que lhes apparece no horisonte como voragem sinistra.

Lide v., lidemos todos, na proficua empreza de clamar pela religião como ancora segura, n'este naufragio, que ameaça o mundo, que seremos, por isso, um dia abençoados por Deus e pela posteridade.

J. DE LEMOS.

Em o numero do *Conimbricense* de 3 do corrente dissémos que nos constava, que em breve se publicaria o 6.º tomo da *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, pelo sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro.

Eram apenas passados tres dias, quando em 6 do corrente recebemos o referido tomo, graças á muito obsequiosa deferencia que comnosco se digna ter sempre o seu esclarecido auctor. Consta este tomo agora publicado de 474 paginas.

Do elevado merecimento d'esta obra temos fallado por muitas vezes. Ficará ella sendo um repositorio vastissimo de documentos e noticias ácerca das sciencias, da litteratura e das artes em Portugal; e ahi achará todo o homem estudioso um indicador seguro para se instruir no muito que n'esses ramos tem havido em Portugal.

E intencionalmente dissemos um *indicador seguro;* porque é para nós esse o maior valor que tem esta obra.

O sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro procura na legislação e documentos officiaes, e em memorias e monographias escriptas em geral por pessoas muito competentes e auctorisadas, os elementos para o seu trabalho.

Em uma tão grande variedade de factos é possivel que appareça alguma ligeira inexactidão, e nem isso seria de admirar; mas além de serem esses lapsos muito raros, tem o sr. José Silvestre Ribeiro a não vulgar modestia de os confessar, logo que d'elles é advertido, como agora fez no prologo do 6.º tomo.

O merito de um escriptor não está em escrever muito, mas em escrever bem. Se nos não merecesse plena confiança o trabalho do sr. José Silvestre Ribeiro, não nos entregavamos á leitura dos seus escriptos; porque entendemos que é indesculpavel o perder o tempo em ler maus livros. Em quanto, porém, á obra que agora está publicando este illustrado escriptor, e em geral ás outras que tem publicado, nunca será de mais o convite que façamos ao publico, para que as leia; porque encontrará alli não só muito, mas muito bom que aprender.

Dizemos isto sem espirito de lisonja; dizemol-o porque assim o sentimos e temos largamente verificado; pois que em pontos de investigação historica não somos nada faceis de satisfazer.

No 6.º tomo da *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, occupa-se o sr. José Silvestre Ribeiro de tudo o que diz respeito á regencia da ilha Terceira, desde 15 de Março de 1830 até 3 de Março de 1832; — á regencia do duque de Bragança, desde 3 de Março de 1832 até 19 de Setembro de 1834; — e ao reinado de D. Maria II, desde 19 de Setembro de 1834 em que assumiu o governo do reino, até ao seu fallecimento em 15 de Novembro de 1853.

Os assumptos de que trata o sr. José Silvestre Ribeiro n'este 6.º tomo são tão variados, que nem de leve os podemos indicar.

Falta n'este volume o capitulo especial relativo á Universidade de Coimbra, de que o esclarecido escriptor largamente se occupará no 7.º volume, que brevemente vae entrar no prélo.

Tambem para não interromper o seguimento das noticias em cada reinado, tenciona consagrar, no decurso da mesma obra, capitulos especiaes aos *estudos nas ordens religiosas*, ás *bibliothecas*, e aos *theatros*.

Só nos resta desejar que o sr. José Silvestre Ribeiro goze vigorosa saude, que o habilite a levar á sua conclusão uma historia tão proveitosa, e em que não só se honra o seu auctor, mas se exalta a nação portugueza, perante nacionaes e estrangeiros.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ainda ha pouco tempo annunciámos o *Compendium juris canonici*, do sr. conego Antonio Xavier de Sousa Monteiro; e já hoje encontrámos a apreciação da mesma obra feita pela imprensa estrangeira, por um modo muito lisonjeiro para o seu esclarecido auctor.

Temos presente a *Revista Catholica*, jornal da faculdade de Theologia de Louvain (Belgica), a qual no fasciculo de 15 de Dezembro ultimo publica um artigo em que faz o merecido elogio ao livro do sr. Sousa Monteiro.

Vamos dar publicidade no *Conimbricense* a esse artigo, porque entendemos conveniente que se saiba a justiça que se faz nos paizes estranhos aos bons escriptores portuguezes.

Eis o artigo da *Revista Catholica.*

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Compendium juris canonici, seminariorum Lusitaniae studiis accommodatum, auctore Antonio Xaverio de Sousa Monteiro, Conimbricensis cathedralis canonico, juris canonici in seminario Conimbricensi professore, etc. Conimbricae, ex typis academiae, 1876, in -8.º de 630 paginas.

Ainda não demos a conhecer aos leitores da *Revista* o sr. conego de Sousa Monteiro. Todavia, o sabio professor de Coimbra não está em seu principio na carreira das lettras ecclesiasticas. Já se tornou notavel por uma série de escriptos, nos quaes se revéla uma sciencia sólida, uma grande segurança d'opinião, e conhecimentos praticos pouco vulgares.

Enumeramos particularmente o *Manual de direito ecclesiastico parochial*, — o *Manual de direito administrativo parochial*, — *Das confrarias*, — *A sepultura ecclesiastica*. O auctor mostra-se n'elles egualmente versado no direito civil e no direito canonico.

É fortuna para uma diocese ter padres que, como o sr. de Sousa Monteiro, estejam vigorosamente iniciados na theoria e pratica das leis do seu paiz. Servem do maior auxilio ao seu Bispo na administração diocesana, que ás exigencias da burocracia civil complicam cada vez mais diariamente; e podem tambem, sendo necessario, chamar a attenção publica para as lacunas e faltas das leis, para as invasões e abusos dos poderes politicos no dominio ecclesiastico.

Homem d'experiencia, o honroso professor exprime tambem o desejo de que o clero de Portugal não despreze o estudo da legislação civil, e felicita, de passagem, a faculdade de theologia da Universidade de Louvain, por ter obrigado a este estudo os aspirantes aos graus em direito canonico. Elle mesmo ajunta o exemplo ao conselho: pondo suas obras perfeitamente em relação com as leis de Portugal, e nunca deixa passar occasião de defender os direitos catholicos contra as pretenções do liberalismo (1), egualmente invasor e centralisador por toda a parte, na peninsula Iberica, bem como entre nós.

O sr. de Sousa Monteiro, além d'isto, é o redactor principal da *Revista das sciencias ecclesiasticas*, que se publica em Coimbra, revista interessantissima, d'uma doutrina pura e firme.

Estes trabalhos não absorvem toda a actividade d'este digno ecclesiastico. Nomeado, em 1872, pela confiança do Bispo de Coimbra para ensinar direito canonico no seminario da diocese, teve a feliz ideia de pôr nas mãos de seus discipulos o resumo impresso de suas lições. É um excellente *Compendium juris canonici*, que temos verdadeira satisfação em recommendar áquelles de nossos leitores, que se interessam por este genero d'estudo.

Este manual conta pouco mais de 600 paginas, pouco compactas, e todavia comprehende TODO o direito canonico. Os principios da sciencia estão n'elle expostos do modo o mais methodico; seria difficil ser mais completo, mais breve e mais claro. Por outro lado, por meio de muitas notas, em que as fontes são abundantemente indicadas, o auctor ministra a seus leitores a facilidade de fazerem um estudo mais profundo das questões, que elle apenas póde assentar e resolver.

O livro está dividido em duas grandes partes: a primeira trata do governo interno da Egreja; a segunda das suas relações com a sociedade e poder civil. Para expor o direito interno, o sr. de Sousa Monteiro seguiu o methodo usado no seculo XVI, por Lancelot, nas Institutas de Justiniano, e que outros canonistas de grande merito, como por exemplo Devoti, tambem empregaram com fructo. Analysa e resume as leis ecclesiasticas, ligando-as ás *pessoas*, *cousas*, e *acções e penas*. Esta primeira parte é muito mais extensa, e comprehende quasi a totalidade do livro.

A segunda tem unicamente 15 paginas; o auctor permittirá que lhe digamos, que é muito pouco; o direito publico da Egreja adquiriu hoje uma tal importancia, que é indispensavel dar á juvenil clerezia noções sufficientemente completas. E em 15 paginas, será custoso poderem-se indicar todas as questões, que o liberalismo moderno levanta. Exprimimos o desejo de que o sabio auctor entre em os necessarios desenvolvimentos na proxima edição.

Comtudo succede com os seus principios de direito publico o mesmo do que com os de direito interno; são extrahidos das melhores fontes, são o reflexo das doutrinas romanas as mais puras. N'este *Compendium* o sr. de Sousa Monteiro abandonou a lingua portugueza; pelo que o felicitamos; adoptando a lingua propria da Egreja, abriu horisontes mais vastos á sua obra, que tão bem merece ser conhecida no estrangeiro.

(1) É claro que a *Revista Catholica* se refere aqui ao *liberalismo* dogmatico somente.

NOTICIARIO

Effeitos do temporal! — Estão sendo graves as apprehensões por causa da prolongação das chuvas e repetição dos temporaes.

Quasi todos os proprietarios e lavradores tem soffrido prejuizos avultados, e muitos d'elles tarde poderão reparar os transtornos que soffreram nas suas propriedades.

Os trabalhos agricolas estão-se atrazando consideravelmente, o que fará depois accumular todos os serviços, sem que se possam effectuar por falta de braços.

Os trabalhadores, e em geral as classes pobres estão soffrendo dolorosas privações. Falta o trabalho, sem o que não podem obter os meios de subsistencia.

Se a Providencia nos não acode temos em prespectiva um anno de miseria.

Bairro de Santa Clara. — Os moradores do bairro de Santa Clara, e principalmente da rua das Parreiras, têm soffrido muito com as repetidas inundações. Muitos d'elles têm-se visto obrigados a viver fóra de suas casas e a dormir no alpendre da antiga egreja do convento de S. Francisco.

Correio. — N'estes ultimos dias têm vindo muito atrazados os correios de Lisboa e do Porto. A causa d'isso é o achar-se a linha do caminho de ferro destruida em varios pontos.

Cão damnado. — No domingo um cão damnado mordeu uma creança proximo ao Collegio Novo e outra na rua da Sophia.

Foi perseguido e morto perto da estação do caminho de ferro.

Jury commercial — Ficou constituido pela seguinte fórma o jury commercial d'esta cidade.

Proprietarios

José da Costa Braga Junior
José Melchiades Ferreira Santos
José Marques Manso
Antonio José Dantas Guimarães
Joaquim José Rodrigues de Sousa
João Lopes de Moraes Silvano
Antonio Duarte Areosa
Manoel José da Costa Soares Junior

Substitutos

João Antonio Cardoso
José Apparicio dos Santos
José Simões de Moura e Sá
João Correia d'Almeida.

Mercado de Coimbra. — No mercado do dia 8 regularam os seguintes preços:

Trigo tremez 320 — Dito branco 490 — Dito de Celorico meudo 550 — Dito grando 450 — Milho branco 360 — Dito amarello 370 — Feijão vermelho 780 — Dito branco da marinha 700 — Dito da terra 640 — Dito rajado 600 — Dito frade 500 — Centeio 360 — Cevada 240 — Grão de bico 700 — Tremoços 300 — Chicharos 280 — Favas 360 — Batatas 280 por 15 kilos — Azeite novo 1$560 — Dito velho 1$590 — Vinho da Beira 800 — Dito da Bairrada 900 — Dito do bairro 700.

Vinho da Beira. — Communicam-nos da Beira alta, que o vinho, em attenção á differença da medida, regula alli a 850 réis.

Baptismo e festividade — Um reverendo parocho, nosso assignante, nos communica em data de 7 do corrente o seguinte:

«Aproveito esta occasião para lhe participar, que, hoje no concelho de Ceia, foram, ou são baptisados dois pretos, que estão á direcção do reverendo Luiz Augusto Martins, natural da Folgosa do Salvador, freguezia de S. Thiago, e digno professor d'aquella freguezia.

Faz-se uma festa brilhante, sendo pregador o bacharel Luiz Henriques Cunhal. São padrinhos, d'um o reverendo Luiz Augusto Martins e Rita Augusta Martins da Cunha, e do outro João Augusto Martins e D. Maria Isabel Filomena Martins da Cunha.

Consta-me que ha bastante concorrencia a ver a recepção d'este sacramento, tanto d'aquella freguezia, como das circumvisinhas.

Ao referido professor, o padre Luiz Augusto Martins, é devida a instrucção dos dois neophitos, e o trazel-os ao gremio da Egreja catholica; pelo que se torna digno de todos os elogios.»

Faisca electrica. — Cerca das 7 horas da noite do dia 3 rebentaram em Lisboa 3 enormes trovões, seguidos de grandes cordas d'agua.

Caíram duas faiscas, uma no arco da rua Augusta e outra no pateo do edificio do correio geral. A que caiu no arco foi para o lado da rua Augusta, proximo ao edificio do supremo tribunal de justiça, quebrando parte da cimalha, alguns vidros das janellas da secretaria da procuradoria da corôa e do supremo tribunal, e apagando os dois candieiros que estão debaixo das arcadas e ficam proximos ao arco. A sentinella que estava no banco Lusitano, e um cocheiro que estava abrigado debaixo do arco perderam os sentidos. O soldado foi conduzido ao hospital da Estrella. A faisca que caiu no correio foi attrahida pelo pára-raios, não causando prejuizos.

Carestia. — Diz o *Diario de Noticias* que a carne bovina está em Lisboa a 320 rs.; o carneiro a 280 e a de porco a 400 réis. Os generos de primeira necessidade augmentam de preço, ainda que não haja d'elles escassez, pois o monopolio tudo aproveita para os seus fins condemnaveis, até a miseria do povo, cuja situação penosa elle se compraz em aggravar.

Prejuizos. — Os prejuizos causados pelos temporaes de Dezembro, em todo o districto de Braga, sobem a 233:600$000 réis. O concelho que mais padeceu foi o de Barcellos, cujas perdas são avaliadas em réis 70:000$000.

Vinhos da Bairrada. — Diz o *Campeão das Provincias*, que têm tido grande consumo os vinhos d'esta provincia, dando por isso bons preços, pois que se tem vendido a 30 e 33$000 réis a pipa, havendo ainda tendencias para alta. Se a procura continuar, é muito provavel que os preços subam muito mais, approximando-se de 40$000 réis a pipa.

Inundação na Vallada — Diz o *Jornal da Noite*, que a povoação da Vallada, inundada de novo, pediu soccorro.

O governo mandou immediatamente que fossem alugados barcos em Almeirim ou Salvaterra, e se preparassem vapores e rações. Pela manhã foram hontem remettidas pela linha ferrea 2:000 rações preparadas no arsenal da marinha. O vapor *Bom Successo*, do serviço da repartição de saude do porto de Lisboa, foi mandado partir para Villa Franca, conduzindo o sr. D. Antonio de Almeida, director das obras do Tejo e seus affluentes. Foi a reboque do vapor um lanchão com 2:000 rações para os pobres habitantes de Vallada. Sua magestade el-rei D. Luiz mandou novamente partir para o Ribatejo o seu pequeno vapor. Tambem foi mandado apromptar um dos rebocadores do arsenal.

O Instituto. — Recebemos o numero d'esta revista scientifica e litteraria, correspondente a Dezembro de 1876.

Contém as seguintes materias: — Boletim do *Instituto* — *Memoria historica sobre a fundação da sé de Evora e suas antiguidades*, por Antonio Francisco Barata — *A theologia e a sciencia da natureza*, por Augusto Eduardo Nunes — *Mélanges entomologiques sur les insectes du Portugal*, por Manoel Paulino d'Oliveira — *As aguas thermaes das Caldas da Rainha*, por Joaquim dos Santos e Silva — *Mémoire de géométrie descriptive*, por Alfredo Augusto Schiappa Monteiro de Carvalho — *Bibliographia da imprensa da Universidade de Coimbra nos annos de 1874 e 1875*, por A. M. Seabra de Albuquerque.

Dissertação. — Recebemos a seguinte publicação, que muito agradecemos ao seu illustrado auctor.

«*Dissertação de concurso.* — *Delirio nas molestias agudas, por Antonio Maria de Senna, doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra.*

«Coimbra, imprensa da Universidade — 1876.»

Noticias do norte. — Communicam do Porto ao *Diario de Noticias* o seguinte:

«*Porto*, 4. — Estão novamente interrompidas as communicações telegraphicas. Volto, pois, a servir-me do correio para noticiar o que ha de mais interessante.

A invernia prosegue quasi sem interrupção, causando innumeros estragos e levando a fome ao seio de muitas familias.

Hontem houve temporal desfeito; a chuva caía a torrentes e o vento SW. soprava com tal violencia, que difficilmente se podia transitar pelas ruas. Os beiraes dos telhados e o arvoredo soffrem muito com a ventania. O tempo hoje está um tanto melhor.

O rio Douro continua a augmentar de volume; hoje de manhã estava dois metros e meio fóra do seu leito ordinario. Em alguns pontos, a agua chega já ao caes; as ruas de Miragaya e da Fonte Taurina estão inundadas.

Presume-se que a cheia tome grandes proporções, em consequencia da muita chuva que tem caído n'estes ultimos dias e de estarem cobertos de neve os montes sobranceiros ao rio.

— Caíu uma ponte que havia sobre o rio Ave, nas proximidades de Santo Thyrso; na occasião da quéda passavam na referida ponte 6 pessoas, das quaes 2 desappareceram na corrente.

— De diversas localidades do norte do paiz chegam-nos noticias de novas inundações.

— O *Commercio do Porto* principiou hontem de tarde a publicar uma folha supplementar, que conterá, além de outras materias o extracto das sessões das camaras, correspondencia de Lisboa, etc. Esta folha durará emquanto estiver aberto o parlamento.

— A empreza do theatro Baquet não esperou que lhe pedissem a sua cooperação para as victimas das inundações, pois offereceu espontaneamente um espectaculo, que se effectuará brevemente.

— A officialidade inferior de infanteria 6, estacionada em Penafiel, deu domingo uma recita, sendo o producto em beneficio dos inundados. A recita rendeu 59$430 réis, que já foram entregues ao sr. bispo d'esta diocese.

— O *Commercio do Porto* recebeu para distribuir pelos pobres, por occasião do Natal, a quantia de 480$200 réis.

— Para o ultimo emprestimo á camara municipal de Lisboa foram subscriptos n'esta cidade 53:000$000 réis, e não 5:300$000 réis, como erradamente foi publicado.

— Na alfandega tem havido pouco movimento.

— Parte ámanhã para Lisboa, onde vae residir algum tempo, o sr. Bernardo Luiz Fernandes Alves, chefe de serviço, aposentado, da alfandega d'aqui.

— Falleceu ultimamente a sr.ª D. Beatriz de Paula Correia Santa Barbara, esposa do habilissimo cinzelador lisbonense, o sr. Augusto Luiz Santa Barbara.

— A alfandega rendeu hontem 5:933$790 réis.

Lamentavel desastre. — O *Mercantil* de Pelotas (Brasil) descreve o seguinte successo que alli se déra:

«Ha dias sairam d'esta freguezia, para uma caçada nas mattas do Malta, nas proximidades da ponte da Olaria, José Francisco Coelho, Pedro Fructuoso Pontes e mais 8 companheiros. Alli chegando, dispersaram-se pela mata em procura do passaro macuco.

Pedro Fructuoso Pontes piava o macuco e Coelho respondia ao pio, suppondo que fosse o referido passaro que perto já se achava. Pontes continuava a piar e Coelho cada vez aproximava-se mais, sem nunca suppor, nem um nem outro, que ambos respondiam ao pio de uma creatura racional e não de uma ave.

A cerração era grande: Pontes ouviu um barulho na ramagem, ao pé de si, julgou que fosse a ave que tinha vindo seguindo o pio; arma a espingarda e faz fogo. Pelo barulho da quéda desconfiou que não tinha sido o macuco: aproxima-se logo do logar e viu que desgraçadamente tinha atirado ao seu velho companheiro José Francisco Coelho.

A carga acertou na testa. Pontes horrorisado gritou por seus companheiros, e quando estes chegaram viram o desgraçado Coelho nos braços de Pontes, sem poder dar uma palavra, e pouco depois expirou.»

Reunião — Lê-se no *Jornal da Manhã*, do Porto, o seguinte:

«A convite dos snrs. Adriano Machado, Pinto Bessa, Pereira Cardoso e Oliveira Lobo, teve hoje logar no salão da Porta do Sol uma reunião publica, para a qual foram convidadas todas as pessoas que adherissem ao programma do partido progressista organisado ultimamente em Lisboa.

O sr. Adriano Machado expoz o fim da reunião.

Constituiu-se a mesa debaixo da presidencia do sr. Adriano Machado, servindo de secretarios os srs. Thomaz Lobo e dr. Pereira Cardoso.

O sr. presidente agradeceu a honra que o partido progressista lhe fez nomeando-o presidente d'este partido no Porto.

Fallou o snr. dr. Antonio Candido Ribeiro da Costa sobre o progresso e estado das nações, comparando-as com Portugal, referindo-se tambem ás vantagens que podem advir do novo partido, acrescentando que a organisação d'elle é um solemne protesto contra a rotina da actual administração.

Disse que o inimigo extrangeiro não bate ás portas da patria, e que a monarchia está segurissima.

Referindo-se ás camaras, disse que a popularidade das mesmas era só para bem de seus membros, allegando serem conservadores quando são justamente o contrario.

Que a lei é violada a todo o tranze, alludindo a ter sido espingardeado o povo nas ruas de Coimbra.

Referindo-se a outros muitos assumptos, tocou tambem no absolutismo, dizendo que o maior estorvo do partido progressista é a indifferença do povo, sendo necessario combater a apathia geral.

Concluiu dizendo que o Porto sabe quanto custa a liberdade e que talvez n'elle não haja pedra que não tenha sido martyr.

O orador fallou com muita felicidade, sendo applaudido pela assembléa e abraçado no final do seu discurso.

Seguiu-se o sr. dr. Delphim de Oliveira Maia, que se referiu ás vantagens do novo partido, propondo que se approvasse o procedimento que tomou a opposição na ultima legislatura. Esta proposta foi approvada sem discussão.

Depois fallou o sr. dr. Vasques de Mesquita, dizendo que quem combate quer vencer, embora tenha a luctar com o poderio do adversario.

Disse que depois de terem tirado o dinheiro ao commercio lhe concederam uma moratoria; que se dão empregos aos que ainda hontem foram condemnados por ladrões; que se faz escala do crime e do cynismo,

accrescentando que um ministro, esquecendo-se de tudo, arrastou á infamia uma familia inteira.

Disse que o governo não reformou a Carta apesar de o prometter solemnemente na camara. Que é necessario a reforma; e referindo-se aos professores de instrucção primaria, disse que elles quasi estendem a mão á caridade publica. Que no exercito introduziu o governo a espionagem.

Ainda se referiu ao collegio militar e a outros muitos assumptos, verberando a administração actual.

O orador foi muito applaudido.

Por proposta do sr. dr. Vasques de Mesquita, ficou assim composta a mesa provisoria do centro:

Presidente, Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães, vice-presidentes Adriano Machado e Pinto Bessa.

Vogaes: dr. Pereira Cardoso, Machado Lima, Thomaz Lobo e Delphim Maia.

Foram approvadas as seguintes bases, propostas pelo sr. dr. Vasques:

Que o centro se componha de todos os cidadãos que queiram adherir ao programma; que os membros de fóra do Porto, possam tomar parte na assembleia geral; que a assembleia geral se reuna em Novembro de todos os annos; que a assembleia seja representada pela direcção; que haja uma commissão para examinar os negocios do centro;

Que haja um regulamento interno, redigido pela mesa provisoria; que a direcção se encarregue de organisar commissões em todas as freguezias.

Foram levantados vivas ao partido progressista e á familia real.

Estiveram presentes os representantes do partido progressista do Marco de Canavezes, Amarante, Penafiel, Villa do Conde e outras terras.

A reunião esteve regularmente concorrida, notando-se bastantes membros do partido progressista.

Assistiu o sr. dr. Jalles, administrador do bairro oriental.

O adeantado da hora não nos permitte ser mais prolixos.»

Os mezes defezos em Coimbra. — Um nosso amigo nos pede a publicação do seguinte:

«As caçadas mais divertidas e mais abundantes dos suburbios de Coimbra são sem duvida as que se fazem aos coelhos. Porém estes têm diminuido a ponto, que não admirará se os virmos em breve todos extinctos.

As causas principaes d'esta diminuição, são, não só a falta de matto, tão abundante n'outro tempo, e a de pinheiraes novos, onde os coelhos tinham abrigo seguro contra os seus inimigos, mas tambem o não se guardar o mez de Fevereiro, em que as coelhas ou têm filhos ou estão proximas a tel-os; e n'estas circumstancias é facillimo o matal-as.

O mez de Fevereiro foi sempre em Coimbra aquelle em que os coelhos padecem mais, é mais barbaramente.

Lembramos á camara municipal de Coimbra, que o primeiro mez defezo deve ser o de Fevereiro, e o de Junho ou de Julho seja o ultimo.

Julgamos isto proveitoso para Coimbra, e para os caçadores; unico meio de haver para o futuro abundancia de caça, e poderem-se fazer caçadas abundantes. — *Um caçador jubilado sem o terço.*»

Coimbra e a burla no caminho de ferro da Beira

Um cavalheiro, nosso amigo, do concelho de Oliveira do Hospital, nos diz em carta que hoje recebemos o seguinte:

Amigo e sr. Martins de Carvalho. — Li o seu artigo de sabbado, 6 do corrente, a respeito do malfadado negocio do caminho de ferro da Beira. Assim é que é dar! Que dirão agora os homens que enganaram essa cidade, e que desforço tirará ella?

Creia, meu amigo, que eu por vingança (desculpe a phrase, e perdoe os sentimentos de certo pouco nobres, mas que são filhos de uma paixão) folgo hoje que se faça a vontade aos que querem que o caminho de ferro parta da tal Pampilhosa. E folgo porque Coimbra vae ficar sem o entroncamento; e folgo, porque essa cidade se recusou sempre a tomar a posição inergica, que lhe competia, e em que tinha obrigação de collocar-se, para repellir esse gravissimo mal, que eu segundo as minhas poucas forças e saber combati.

Agora recebe, Coimbra, a paga da tua inercia, e pasma assombrada diante d'essas irrisorias bandeirolas, que te levantam diante dos olhos, que te deslumbram, para te não deixarem vêr os teus primeiros interesses e da provincia, de que és capital, os quaes tinhas obrigação de advogar. Querem cloroformisar-te, para melhor te fazerem essa dolorosa amputação!

Faça-se pois muito embora a vontade soberana de quem manda; mas não deixe de com a sua voz auctorisada e independente fazer sentir novamente o quanto soffre Coimbra e toda esta provincia, que se tornou indifferente n'esta questão, a primeira e a mais importante para o seu engrandecimento futuro, para ficar esse protesto escripto por essas eras além, a fim de que depois se diga que houve um homem independente, que soube prevêr, que o traçado do Norte se deveria ter preferido ao do Sul, pois que fique certo que, antes de poucos annos, esta grande verdade por todos será reconhecida.

E sirva de castigo para essa cidade e districto a sua culpavel inercia, e o remorso que a ambos atormentará de terem desprezado e abandonado questão tão vital, que a boa vontade e a justiça da causa deveriam vencer.

Desculpe-me este ultimo desabafo.»

Effectivamente Coimbra tem muita culpa nas indecentes burlas que lhe fazem.

Lavra ha muito n'esta cidade o convencimento de que não valem cousa alguma as suas reclamações e protestos, e que por fim se ha de fazer quanto quizer o governo e os potentados politicos aqui da terra; e por isso deixam correr tudo á revelia.

Se, porém, houvesse energia e boa vontade; se se unissem todos — a muito despotismo, a muita injustiça e a muita burla se podia obstar.

Não o tem querido assim a cidade, e o resultado é que quem tem o poder, como acha molle, carrega cada vez mais.

Coimbra assim o quer, assim o tenha. A quem dorme, dorme-lhe a fazenda.

Ao menos pela nossa parte temos a consciencia tranquilla, pois que havemos cumprido os nossos deveres. Vá a responsabilidade a quem toca.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

ANNUNCIOS

DENTISTA
CEREGHETTI DOMINIQUE
CIRURGIÃO DENTISTA
SUISSO

1 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas que, extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fundo da rua das Figueirinhas, n.° 52.

VENDA DE PROPRIEDADES

2 ALFREDO DO AMARAL OSORIO E SOUSA faz publico, que vende as propriedades que possue no concelho de Pombal. A quem convier póde comparecer desde o dia 13 do corrente na mesma villa de Pombal, onde se acha o annunciante.

Venda de pinheiros mansos

3 QUEM PRETENDER comprar pinheiros mansos, de grandes grossuras, póde dirigir-se á quinta da Portella do Mondego, para tratar do ajuste com o feitor.

ESSENCIA
DE
SALSA PARRILHA E CAROBA
GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

4 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Canceres de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestados de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

PREVENÇÃO

5 NINGUEM contracte com José Marques Diniz Junior, de Lagares, ácerca de bens do mesmo ou que possam pertencer-lhe; porque é devedor a Antonio Rodrigues Lucas & C.ª, d'esta cidade, por titulo particular e por uma letra de cambio vencida e protestada, pela qual lhe vae mover execução n'este juizo.

Coimbra 9 de Janeiro de 1877.

Antonio Rodrigues Lucas & C.ª

6 NA RUA DAS SOLAS, n.° 7, se vendem em leilão 4 barras de pau preto, 2 bufetes, 2 contadores, 4 mesas, sendo 3 do mesmo pau e uma grande de vinhatico com 2 aparadores, 1 armario grande do mesmo pau, e uma cadeira de braços. Tem logar esta venda no dia 14 do corrente, das 9 horas da manhã em deante.

PREVENÇÃO

7 O ABAIXO ASSIGNADO pede ás pessoas que lhe estão em debitos, o especial obsequio de lhe satisfazerem com a maior brevidade possivel; e quando o não façam tornará este annuncio mais explicito.

Coimbra, 8 de Janeiro de 1877.

Jorge da Silveira Moraes.

Feira de Março em Aveiro

8 POR ORDEM da camara municipal do concelho d'Aveiro se faz publico, que todos os negociantes que quizerem concorrer á dita feira farão ao arrematante do abarracamento, Manoel Antonio Loureiro de Mesquita, d'esta cidade, até ao dia 15 de Fevereiro futuro, a necessaria requisição da barraca, designando os lanços que pretendem, sob pena de que, não o fazendo até ao indicado dia, não pode o mesmo arrematante ser obrigado a construil-os.

Aveiro e Secretaria da Camara 15 de Janeiro de 1877.

O escrivão da camara,
Francisco de Pinho Guedes Pinto.

Aproveitae a occasião

9 CHEGAE ao largo da Sé Velha, n.° 21, e vereis um bom Crucifixo de marfim, por um preço muito rasoavel.

LEILÃO
31, Rua do Visconde da Luz, 33

10 VENTURA DE CASTRO participa a todos os seus freguezes e amigos, e ao publico em geral, que vae liquidar todos os artigos do seu estabelecimento, por não poder continuar á testa do mesmo, em vista do seu melindroso estado de saude.

Principiou no dia 1 de Janeiro de 1877 e seguirá todos os outros dias até completa liquidação, das 3 horas da tarde ás 9 da noite.

Fazem-se vendas particulares com grande reducção de preços.

Substituições a militares

11 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.° 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

Pedido

12 O PROPRIETARIO do estabelecimento — *Casa Xadrez*, — não tendo cobrador, pede a todas as pessoas que estão em divida áquelle estabelecimento, a fineza de mandarem satisfazer os seus debitos até ao fim d'este mez, por estar em liquidação geral.

Coimbra 8 de Janeiro de 1877.

Ventura de Castro.

Lenha de pinheiros

13 A COMPANHIA EDIFICADORA tem para vender uma porção de lenha proveniente de córte de pinhal, e existente na parte superior dos seus terrenos em Mont'arroio; e effectuará a venda no seu escriptorio á Sé Velha, na proxima quarta feira, 10 do corrente, do meio dia á uma hora da tarde, se convier o preço que se offerecer.

14 SEMENTE de repolho, vinda recentemente d'Hollanda; outras sementes de hortaliça, e eucalyptos em vazos a 1$500 réis o cento.

Rua do Visconde da Luz, 12.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3074 | Sabbado 13 de Janeiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O sr. ministro das obras publicas apresentou na camara dos deputados uma proposta de lei, para ser o governo auctorisado a mandar construir por conta do estado o caminho de ferro da Beira Alta, *sendo o entroncamento na Pampilhosa*.

Este facto não nos vem surprehender. Se havia quem se deixasse illudir, era porque não tinha reflectido na marcha que este negocio tem seguido. A cidade de Coimbra foi pouco a pouco sendo sacrificada pelo governo, até chegar ao resultado que agora se vê.

Os ministros das obras publicas e fazenda, na sua proposta de 20 de Fevereiro de 1874, declaravam que a empreza adjudicataria ficaria obrigada — «a construir um caminho de ferro, que parta do ponto *que os projectos designarem*, na linha do norte, siga pela Beira Alta e termine na fronteira de Hespanha, ligando-se ao caminho de ferro de Salamanca.»

Esta proposta foi approvada pelas commissões de obras publicas e fazenda em 14 de Março, com a modificação de — *uma só via* — mas não chegou a ser discutida na sessão de 1874.

No anno immediato tornaram os mesmos ministros a apresentar outra proposta, datada de 22 de Janeiro de 1875.

Não tinha sido na primeira proposta designado o local para o entroncamento; e o motivo porque assim haviam procedido declaravam-no os ministros na segunda proposta de 22 de Janeiro de 1875: — «Quando na ultima sessão da legislatura passada o governo apresentou na camara dos srs. deputados a proposta de lei para a construcção dos caminhos de ferro da Beira Baixa e Beira Alta, ainda não eram concluidos os estudos technicos d'estas linhas, e por isso não foram designados, na do norte e na de leste, os pontos d'onde deviam partir aquelles caminhos.»

Achavam-se, porém, ultimamente os ministros habilitados com os estudos necessarios; pelo que na segunda proposta diziam que ficaria obrigada a empreza — «a construir um caminho de ferro, *que parta da estação de Coimbra*, na linha do norte, siga pela Beira Alta, e termine na fronteira de Hespanha, ligando-se ao caminho de ferro de Salamanca.»

Parecia estar assim assegurado o entroncamento n'esta cidade; mas d'aqui em deante começa a desmascarar-se a má vontade contra Coimbra.

O governo que havia feito esta proposta, é o mesmo que *concorda* com as commissões de obras publicas e fazenda, no parecer que estas deram em 1 de Março de 1875, para o mesmo governo ser auctorisado a mandar proceder — «á construcção de um caminho de ferro, que parta da estação de Coimbra, *ou das suas proximidades*, na linha do norte; siga pela Beira Alta, e termine na fronteira de Hespanha, ligando-se ao caminho de Salamanca.»

De fórma que o governo, que em 22 de Janeiro de 1875 se declarava habilitado com os necessarios estudos a marcar a *estação de Coimbra* como ponto forçado do entroncamento; passa a si mesmo carta de ignorante em 1 de Março immediato, e admitte as cavilosas palavras — *ou das suas proximidades*.

Em quanto, porém, a cidade de Coimbra era assim abandonada, não tendo em córtes um unico deputado que advogasse os seus interesses; o sr. Thomaz Ribeiro, deputado ministerial, consegue que o artigo fosse addicionado pelo seguinte modo: — «A construcção de um caminho de ferro, que parta da estação de Coimbra, ou suas proximidades; na linha do norte; siga por Santa Combadão, ou suas proximidades, e termine na fronteira de Hespanha, ligando-se ao caminho de Salamanca.»

Assim, em quanto Coimbra perdia a certeza de ser ponto forçado para o entroncamento do caminho de ferro, sendo em córtes completamente desprezados os seus interesses; o sr. Thomaz Ribeiro obtinha o que pretendia em relação ao ponto intermedio no decurso da linha!

Em Maio de 1875 fomos informados por pessoas auctorisadas, que a cidade de Coimbra ia ser de todo sacrificada, sendo preferida a Pampilhosa para o entroncamento.

Démos logo rebate no *Conimbricense*; e chamámos a attenção dos nossos concidadãos para o que se premeditava, a fim de que se trataasse de reclamar contra a grave injustiça que se pretendia fazer a esta terra.

Com effeito reuniu-se a associação commercial, e resolveu representar contra o intentado desvio do entroncamento do caminho de ferro d'esta cidade; e como n'essa occasião chegava o sr. ministro das obras publicas á estação do caminho de ferro de Coimbra, em companhia de suas magestades, el-rei e rainha; foi alli a direcção da associação commercial entregar-lhe pessoalmente a referida representação.

Preparava-se ao mesmo tempo n'esta cidade uma grande reunião popular para se tractar d'este assumpto; e tudo isso começava a assustar o governo e os potentados de Coimbra; pelo que veiu o deputado por esta cidade o sr. Mamede, dizendo-se auctorisado pelo sr. ministro das obras publicas, fazer a declaração, que os nossos leitores viram no *Conimbricense* de 6 do corrente, assegurando positivamente a resolução do mesmo ministro de *fazer o entroncamento em Coimbra*.

Não nos deixámos illudir com essa declaração do deputado de Coimbra; e analysando-a em o *Conimbricense* de 25 de Maio de 1875, diziamos nós: — «Todos os factos e documentos destroem completamente as declarações graciosas, que se digam feitas pelo sr. ministro

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

Durante a emigração liberal publicaram os emigrados diversos jornaes em França, Inglaterra, e um na ilha Terceira.

Temos conhecimento dos seguintes: — *Paquete de Portugal — Chaveco Liberal — Independente — Aurora — Precursor — Pelourinho — Padre Amaro — Tezoura — Palinuro — Chronica da Terceira* (todos estes em portuguez) — *Le Courrier des émigrés portugais* (em francez) — e o *Portuguez emigrado* (em duas columnas, uma em inglez e a outra em portuguez).

Estes jornaes tinham dois differentes fins politicos. Uns atacavam violentamente D. Miguel e o seu governo; mas nas duas parcialidades em que se achavam divididos os emigrados, seguiam a parte do marquez de Palmella e da regencia da Terceira. Isto é, podiam ser classificados como os ministeriaes ou governamentaes da emigração. E os outros, com quanto fossem adversarios de D. Miguel, não aggrediam menos fortemente os directores da emigração liberal. Eram a opposição, e ás vezes bem desabrida! O chefe reconhecido d'essa parcialidade era o general Saldanha.

O mais intransigente na opposição era o *Pelourinho*, jornal de formato pequenissimo, aproximadamente do tamanho de uma mortalha de cigarro, e com 16 paginas em cada numero, em typo muito meudo.

A sua impressão era em França, em 1830; mas para satyrisar a regencia da ilha Terceira, fingia-se impresso n'aquella ilha, tendo alguns numeros no fim — *Angra, na real typographia do Divan* — e outros — *Angra, na real typographia da Regencia*.

A essa parcialidade da opposição pertenciam Saldanha, Pinto Pizarro, Manoel e José Passos, Leonel Tavares Cabral, Julio Gomes da Silva Sanches, Antonio Joaquim Barjona, José Liberato Freire de Carvalho, e muitos outros.

O homem de D. Pedro, que elles mais odiavam era Candido José Xavier, a quem não poupavam o epitheto de traidor á patria, por ter andado durante a guerra peninsular ao serviço de Napoleão.

Principiamos hoje por dar a amostra do jornal mais moderado da opposição — *Le Courrier des émigrés portugais*.

Em seguida, para habilitar o publico a julgar da linguagem exaltada das duas parcialidades na emigração, publicaremos um numero do *Pelourinho* e outro da *Aurora*.

Como os nossos leitores terão occasião de ver, o *Pelourinho* era na linguagem mais violenta possivel. Os directores da emigração liberal eram ahi tratados sem piedade! A redacção do *Pelourinho* é attribuida ao bacharel em Medicina, José Pinto Rebello de Carvalho, o qual quando no anno lectivo de 1822 a 1823 frequentava o 5.° anno na Universidade, redigira em Coimbra o *Censor Provinciano*.

Depois d'esse numero do *Pelourinho* publicaremos, como já dissemos, um numero da *Aurora*, periodico governamental, e de politica diametralmente opposta á do *Pelourinho*.

A *Aurora* publicou-se em Londres, de 1831 a 1832, e era redigida pelo bem conhecido Rodrigo da Fonseca Magalhães, o qual, juntamente com o não menos conhecido padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto, havia redigido o *Paquete de Portugal*, tambem publicado em Londres.

Em seguida a estes daremos amostras de outros jornaes da emigração liberal — os quaes são presentemente muito raros.

Eis ahi hoje o n.° 1 do *Courrier des émigrés portugais*, que traduzimos do francez. Não tem localidade de impressão; mas é manifestamente impresso em França.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O CORREIO
DOS
EMIGRADOS PORTUGUEZES

N.° 1

25 de Setembro de 1831.

O sr. Candido José Xavier acaba de ser nomeado secretario do duque de Bragança, como tutor da rainha de Portugal.

Esta escolha é tão significativa, que os portuguezes não se apressarão demais em preparar antecipadamente os meios necessarios para desfazer a conspiração que se trama, *e talvez contra a vontade do proprio D. Pedro*, contra os seus votos e opiniões as mais caras, a rainha Maria II e a Carta Constitucional.

Os portuguezes tem o costume de *esperar sempre:* grave erro! Nas crises politicas é necessario fallar, é necessario obrar; o partido que se cala está perdido. A paciencia e o silencio timido já sacrificaram Portugal e os portuguezes nas côrtes em 1827, e no Porto e em Plimouth em 1828.

Quando a regente Isabel Maria, deslumbrada e attrahida pelos diplomatas estrangei-

das obras publicas; *e muito justificam os receios que a cidade tem de ser ludibriada e ferida nos seus mais vitaes interesses.*»

Em todo o caso muitas pessoas se deixaram enganar por uma tão formal declaração; pelo que a projectada reunião popular não se chegou a levar a effeito.

Tinham conseguido os auctores de toda esta trama o que pretendiam. Havia Coimbra adormecido.

Agora, porém, passado anno e meio, acorda a cidade para ser inteirada de que fôra completamente escarnecida pelo governo; desprezados os seus interesses; e collocada em importancia abaixo da *Pampilhosa!*

Sejamos francos. A cidade de Coimbra tem em grande parte a culpa do que lhe fazem!

O governo atrever-se-hia a affrontar por um modo tão indigno a cidade do Porto?! De certo não!

É que os seus habitantes não se deixam embair com promessas fallazes. Alli ha espirito publico muito energico: e os governos bem sabem por amarga experiencia o que lhes acontece quando ludibriam o Porto.

E em Coimbra? Digam-no os factos!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Terminámos a leitura do interessante tomo 6.º da *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, pelo sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro.

Desde paginas 209 até 220 publica o illustrado escriptor o catalogo dos 39 *guardas-móres da Torre do Tombo*, que tem havido, a principiar em *João Annes* — na era de 1416, até ao actual — o sr. *Antonio de Oliveira Marreca*. Esse catalogo é acompanhado de abundantes esclarecimentos ácerca da maior parte dos individuos que exerceram aquelle cargo.

Do mesmo modo publica o sr. José Silvestre Ribeiro, desde paginas 298 até 307 o catalogo dos *chronistas móres do reino*, a começar em *Fernão Lopes*, até *Almeida Garrett*; a que acrescenta os *chronistas móres de Portugal na lingua latina*, e os *chronistas do ultramar*.

Como o sr. José Silvestre Ribeiro aceita de tão boa vontade qualquer reparo que se faça ao seu valiosissimo trabalho, tomâmos a liberdade de lhe dizer, que falta um *chronista mór do reino* no seu catalogo.

O esclarecido escriptor, depois de mencionar o *chronista mór do reino*—*Fr. Antonio da Motta*, da ordem de Cister, nomeado por D. Maria I, passa ao anno de 1835, e ahi diz:

«A regencia constitucional do anno de 1820 nomeou chronista mór do reino o bacharel João Bernardo da Rocha Loureiro, em recompensa dos serviços que elle tinha feito á causa da liberdade, como jornalista.

«É muito notavel que o decreto da sua nomeação fosse referendado por Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, que então servia com a regencia, — e que este mesmo, mudando inteiramente de politica, referendasse depois (em 1823) o decreto da exoneração de João Bernardo da Rocha, como ministro dos negocios do reino, quando já o soberano (D. João VI), que tambem deixára de ser constitucional, era rei absoluto.

«João Bernardo da Rocha foi reintregado pelo decreto de 5 de Maio de 1835 no logar de chronista do reino, de que fôra exonerado pelo decreto de 2 de Julho de 1823. Ficou, pela restituição do emprego em 1835, restrictamente obrigado ao cumprimento das condições da sua primeira nomeação.»

Ha aqui uma lacuna. Falta o *chronista mór do reino*, que substituiu a João Bernardo da Rocha, depois da sua demissão em 2 de Julho de 1823.

Foi *Fr. Claudio da Conceição*, nomeado em 3 do mesmo mez de Julho.

Na *Memoria*, que elle imprimiu na imprensa da Universidade em 1828, ácerca dos 9 estudantes enforcados no dia 20 de Junho em Lisboa, pelo attentado praticado no dia 18 de Março, proximo de Condeixa, ahi se intitula Fr. Claudio da Conceição — «ex-definidor, examinador synodal do patriarchado de Lisboa, prégador regio, chronista e padre de Santa Maria da Arrabida, e *chronista do reino*.»

Tendo sido João Bernardo da Rocha reintegrado por decreto de 5 de Maio de 1835, no seu emprego de chronista mór do reino, e havendo sido accusado por um deputado nas côrtes constituintes de 1837 a 1838, de nada ter feito no desempenho do seu emprego de chronista, fallando-se até em dever ser supprimido esse cargo, publicou o accusado, em Coimbra, na imprensa da Universidade, com a data de 8 de Dezembro de 1838, a — *Apologia do chronista do reino João Bernardo da Rocha* — em que largamente se justificava, e relatava os seus serviços prestados desde longos annos.

Vamos transcrever o que elle ahi dizia ácerca da sua nomeação de chronista em 1821 e demissão em 1823, devendo fazer notar a semcerimonia com que João Bernardo da Rocha chamava ao chronista que o substituiu — «fradalhão Arrabido, o padre mestre *Frei Antonio*, não sei de quê» — quando era — *Fr. Claudio da Conceição!*

«Em tempos de João III houve um chronista e guarda mór da Torre de Tombo, Fernão de Pina, o qual n'esses officios tinha succedido a Ruy de Pina, seu pae: ora acontecendo a Fernão de Pina prevaricar n'esses cargos (que era por extremo cobiçoso, como o fôra o pae) tiraram-lhe os officios por sentença de justiça, como refere Damião de Goes; mas não os aboliram; que os passaram a mais limpas mãos, sendo providos depois em sujeitos sufficientes.

«Tambem não lembrou ao ministro, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, o abolir esse officio, ainda offerecendo-se-lhe para isso opportuna occasião.

«Tinha-me esse desembargador, como secretario da regencia do anno de 21, passado diploma do officio de chronista, *como pessoa grave, douta, e mui capaz para o servir:* succedeu depois a revolução de Villa Franca, e tornar o desembargador ao ministerio, já com libré azul e encarnada: cuidou logo em me deitar fóra do officio, *como incapaz de o servir;* mas não teve a lembrança de o abolir, e antes o proveu n'um fradalhão Arrabido, o padre mestre Frei Antonio, não sei de quê.

«Isso posso eu entender: é certo que houve ahi injustiça a meus longos trabalhos e serviços, que mereciam outro galardão; mas não houve ahi vandalismo. Nem a esse Oliveira passou pela imaginação abolir o chronista; estava guardada essa infamia para um deputado ás côrtes do nosso tempo!

«Não fôra tamanho o escandalo, se o deputado propozesse, que se me tirasse a mim o officio, para se prover n'outra pessoa, ainda que fosse n'algum Arrabido, como o outro: estou costumado a ver ainda maiores injustiças, não sómente do nosso governo, mas até no de Inglaterra, aonde ao cavalleiro *Christovão Wren*, architecto do templo de S. Paulo, quando tocava a edade de 80 annos, tiraram o officio de intendente das obras publicas, para o darem a um mestre d'obras, que não passava d'um pobre alvanéo.

«E como se não bastassem esses meus collegas em côrtes, ainda tem feito côro com elles os escriptores de alguns Diarios, outros antigos collegas meus na imprensa! *Tambem tu, ó Bruto!*....

«Tenho soffrido, de ha muito tempo a esta parte, o rude peso da gymnastica dos jornaes: uns me culpam de preguiçoso, e em posse de pingue ordenado, que é beneficio simples; outros, como a *Revista Estrangeira*, adeantam-se até a dar-me por patarata e alrotador, homem que tinha promettido sair do prelo com o cerco do Porto, e não dera ainda obra ao cumprir d'essa promessa.

«Em meio de tanta matinada, que bastaria para confundir e envergonhar um Catão, nem uma só voz se levanta para acudir ao innocente e pugnar por minha justiça e rasão!

«Vejo-me só em campo, desamparado (e mais agora que me roubou a morte toda a minha consolação na pessoa de um virtuoso e verdadeiro amigo), por modo que não posso esperar, com quanto eu me defenda bem, o alcançar melhor sorte que a do conde de Avranches na Alfarrobeira. Parece desatino, ou desavergonhamento o querer eu ainda resistir a tamanha tempestade como vejo conjurada contra mim; e talvez fôra melhor deixar-me cair de cansado, como esse cavalleiro; e *fartar, fartar, villanage.*»

João Bernardo da Rocha, como se acaba de ver, lamentava-se n'esta sua *Apologia* de 8 de Dezembro de 1838, de haver fallecido um seu *virtuoso e verdadeiro amigo*. Queria-se referir a Francisco Rebello Leitão Castello Branco, administrador geral de Coimbra, que fallecera repentinamente de um ataque apopletico, no dia 11 de Outubro de 1838, no convento de Santa Cruz, onde então estava a secretaria da administração geral.

Tinha vindo João Bernardo da Rocha viver n'aquelle anno para esta cidade, profundamente desgostoso dos homens e das cousas politicas.

Havia sido elle um dos que mais serviços tinham feito á causa liberal, publicando por muitos annos em Londres o famoso jornal o *Portuguez;* e via que se estavam falsificando os principios liberaes por que tanto pugnara.

Dotado de caracter austero e independente no ultimo ponto, não duvidava até romper com os seus amigos politicos.

O ministro do reino Manoel da Silva Passos, em decreto dictatorial de 10 de Novembro de 1836, por elle referendado, declarou habeis para serem eleitos deputados os secretarios de estado.

Ora isto era uma infracção da constituição de 1822, que então interinamente vigorava, a qual em o n.º IV do artigo 34, declarava *absolutamente inelegiveis* os *secretarios* e conselheiros de estado.

Foi eleito Manoel Passos, e egualmente foram eleitos os outros seus collegas no ministerio, Vieira de Castro e visconde de Sá da Bandeira, em resultado do mencionado decreto de 10 de Novembro.

Reuniram-se as côrtes, e na sessão preparatoria de 21 de Janeiro de 1837 foi largamente debatida a legalidade, ou illegalidade da eleição dos ministros. Por fim posto a votos o parecer da respectiva commissão, foi approvado que estavam legalmente eleitos por 44 votos contra 17. Um dos que votaram contra foi João Bernardo da Rocha.

Desgostoso com este mau principio da legislatura, dirigiu João Bernardo da Rocha ao presidente das côrtes um officio, que foi lido na sessão de 27 de Janeiro, em que pedia que lhe fosse aceita a escusa do logar de deputado, allegando motivo de molestia.

Em Coimbra residia João Bernardo da Rocha na estalagem do Paço do Conde, e era conhecido pelas suas excentricidades. Por exemplo, quando saía e passava pelo terreiro de Samsão, hoje praça 8 de Maio, encontrava quasi sempre alli um grande cão, que fôra do convento de Santa Cruz, e que andava abandonado, por não ter dono.

Logo que João Bernardo da Rocha o via, comprava um pão dos que se vendiam no mesmo terreiro, e lho dava, dizendo — *tambem tu padeceste, pobre egresso!*

Vamos concluir, pois que já temos divagado de mais.

Ahi deixamos indicado esse reparo ao tomo 6.º da obra do sr. José Silvestre Ribeiro; e parece-nos que não podiamos fazer maior elogio ao infatigavel e esclarecido escriptor, do que não acharmos senão um unico lapso para indicar, entre tão numerosos factos mencionados n'esse tomo.

Ainda podiamos acrescentar tres ou quatro datas erradas; mas não é preciso, porque são erros typographicos, que se conhecem á simples leitura.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

ros e nacionaes, e pelo grupo das mulheres (1) que a rodeavam, forçou o bispo do Algarve e o general Saldanha a retirar-se do ministerio, todos os patriotas esclarecidos, todos os jornalistas independentes, tiveram a coragem de publicar: — «*Finis Poloniae!* o rei está traido, a Carta está rasgada.» Os optimistas, por egoismo, interesse ou fraqueza, responderam a este grito patriotico — *Esperemos*. Muito bem! elles estão quasi todos nos calabouços, ou no exilio.

Quando D. Miguel formou o seu ministerio do duque de Cadaval, do conde de Villa Real e do traidor e famelico visconde de Santarem, todos os verdadeiros patriotas exclamaram: — *Eis a usurpação!* Apesar d'esta advertencia solemne, apesar da mascarada na cathedral, apesar das bachanaes nocturnas do palacio d'Ajuda, que o conde de Villa Real não se dignou reprimir, nem punir; a parte liberal e fiel das duas camaras, e os chefes do exercito, que ainda poderiam tudo emprehender, se calaram até á hora undecima, repetindo muito baixo o estribilho: — *Esperemos*. Pois bem! trinta dias depois, o conde de Villa Flor estava escondido em casa do general Clinton; o exercito estava desorganisado; as camaras, ainda que negligentes, dissolvidas, e a usurpação triumphava.

Quando o imperador do Brasil, desvairado sem duvida pelos conselhos dos Barbacenas e e dos Itabayanas, e pelos agentes assalariados do marquez de Palmella, tomou a funesta resolução de conservar este marquez, odiado e desprezado, á frente dos negocios de Portugal, todos os emigrados protestaram contra a cabala que tinha surprehendido a religião do principe, e profetisaram que a causa da patria seria compromettida em mãos tão fracas e impuras.

O *club dos mercenarios* teve-se firme; o principe presistiu na sua cega parcialidade.... e qual tem sido o resultado? As mais felizes occasiões mallogradas, a mais escandalosa delapidação, a mais sombria desanimação em Portugal, e o mais profundo descontentamento na ilha Terceira. A feliz apparição do duque de Bragança salvou a corôa de sua filha; mas este acontecimento não entrava no seu calculo quando nomeou a regencia.

Na occasião em que Carlos X elevou Mr. de Polignac ao ministerio, a França inteira reconheceu que um só homem representava todo um systema, e presentiu as ordenanças: onze mezes depois liam-se ellas no *Moniteur!*

É porque os homens representam os systemas; é recordando-nos de todos os precedentes anti-patrioticos de Candido José Xavier, que sustentamos, desde hoje, 25 de Setembro de 1831, que a nomeação de Candido José Xavier para o emprego de secretario, ou primeiro ministro do tutor da rainha de Portugal, compromette a causa da patria e da rainha; desanima os seus mais generosos e mais numerosos defensores; enfraquece o impulso dos constitucionaes em Portugal, e insulta a opinião de tudo o que ha de mais nobre e de mais independente na emigração.

Sim, se os generosos patriotas de 1820 trabalharam em proveito do seu maior inimigo, do traidor europeu, do conde de Subserra; os patriotas de 1831 não levantarão sobre os seus escudos o candidato de um bando de mercenarios.

O exercito nunca o viu senão nas alas de seus inimigos; e a nação se recorda que o ministro do governo constitucional em 1822, se tornara no gabinete do conde de Subserra o instrumento do poder absoluto em 1823. O exercito recorda-se de ter visto, elle, o ministro de Pedro IV, encher os regimentos de rebeldes, e reorganisar a policia para D. Miguel. Os emigrados recordam-se que elle foi membro da junta do Porto, e commandante em Plimouth.

Se o duque de Bragança quer perdoar tudo isto, ha inconsequencia, ha injustiça em se mostrar tão severo, tão desdenhoso e duro para todos aquelles que tem sustentado os direitos de D. Pedro IV com coragem, a corôa de Maria II com constancia, e a causa sagrada da patria com um dedicamento que não é commum.

Será possivel que o duque de Bragança não tenha um amigo corajoso e dedicado, que ouse dizer-lhe que todo o sentimento de gratidão se resfriará no coração dos emigrados, se a camarilha dos mercenarios se obstina a querel-os forçar a reconhecer na pessoa de Candido José Xavier um homem de lealdade politica, um portuguez patriota?

Mude o duque de Bragança de conselheiros; de todos aquelles que elle chamou ao ultimo conselho, ainda que n'elle se não tenha tratado de negocios, por ter o marquez de Rezende esquecido os papeis; escute o duque de Bragança sómente o conde de Funchal e Philippe Ferreira, *e ninguem se queixará*.

O duque de Bragança, que foi chamado a representar na Europa um tão bello papel, não se deixe deslumbrar pela ambição e pela avidez da criadagem que o rodeia. Ouça os portuguezes que não se deixaram jámais corromper pelos cavalheiros de industria da antecamara.

Afaste os vampiros, que desde 1820 tem representado todos os papeis; os adventicios sobretudo, que entrados uma vez nos salões, esquecem de repente os seus compromissos, se enchem de todos os vicios e decorações da aristocracia, e se tornam mais ridiculos que todos os marquezes de Molière.

Saiba o duque de Bragança, que a escolha de Candido José Xavier gelou o enthusiasmo que a sua presença tinha inspirado, e que este desengano será ainda mais sensivel na ilha Terceira, aonde se acham os voluntarios e os estudantes, que tem tantos motivos de queixa de Candido José Xavier.

A desconfiança que elle inspira é já tão grande, que os militares que estão em França se julgam, desde este momento, sacrificados ás suas vinganças particulares. Os protegidos por Candido José Xavier annunciam por toda a parte listas de proscripção.... Publiquem-nas, e um protesto solemne fará conhecer os seus auctores e o seu fim.....»

(1) Estas mulheres, que tinham o costume de vender as graças, não podiam tolerar senão ministros condescendentes.

Recebemos do Porto uma carta do sr. Antonio Martins Leorne, em que acrescenta o *Jornal de modinhas* (jornal de musica), publicado em Lisboa de 1792 a 1793, aos jornaes publicados n'aquella cidade no seculo passado, de que fazia menção o sr. Henrique de Carvalho Prestes n'uns periodos de uma sua carta, que inserimos no artigo que publicámos no *Conimbricense* de 3 do corrente.

Como hoje começamos a publicar uma serie de folhetins ácerca do *jornalismo na emigração*, não podemos desde já publicar a carta do sr. Leorne, a qual é muito curiosa. Reservamol-a para occasião opportuna.

Parece-nos que o *Jornal de modinhas* será uma novidade para o nosso amigo o sr. Joaquim de Vasconcellos, pois que na sua interessantissima obra — *Os musicos portuguezes* — o não menciona na *Bibliographia musical*, que vem no fim do volume II.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em rasão do grande atrazo dos correios, não chegou a tempo a carta do nosso estimavel correspondente da capital, para poder ser publicada no *Conimbricense* de terça feira. É essa a rasão porque a publicamos hoje.

Lisboa, 7 de Janeiro de 1877.

Não lhe tenho escripto porque um ataque de rheumatismo me tem impedido de tal fazer. Hoje, que as caprichosas dores me permittem escrever, continuarei na missão que me impuz.

Abriu-se o parlamento. Depois da tempestade, é a maior, e a mais importante novidade do dia. Teve logar este acontecimento em dia de feira da ladra! Epygramma pungente! O dia estava medonhamente triste. O vento sul soprava com violencia; os beiraes dos telhados atravessavam o espaço fazendo-se em bastilhas; o sr. Burnay dava ordem para serem suspensas as carreiras dos seus provectos vapores entre Lisboa e Cacilhas, entre Belem e Lisboa; o Tejo, alteroso e opulento de magestade, galgava as muralhas do Atterro, que no anno de 2:000, quando nós dormirmos o somno dos justos, ha de ser um passeio agradavel, principalmente quando o sol descae no occidente, as aguas estão em baixa-mar, e se respira alli o perfume embalsamado que se ejacula dos canos que no Tejo desaguam....; e apesar de tudo isto eccoava no recinto augusto, onde se *fazem leis*, a voz sonora e firme do monarcha liberal e constitucional, lendo aos representantes do seu povo o discurso da corôa.

O discurso diz... pouco. Quasi estiveram a ser espartanos os ministros, e faziam bem se o fossem, porque, como o meu amigo diz n'um seu artigo do *Conimbricense* de 27 de Dezembro do anno passado, com relação ao novo partido progressista: «*antigamente bastariam as palavras; agora é mister mais do que isso, porque o publico já se não deixa levar por espectaculos mais ou menos apparatosos.*»

O caso é que o parlamento está aberto, e que na camara dos deputados se fazem zumbaias a sua magestade a rainha, por parte de um deputado eclectico, e por outro do novo partido progressista, que propozeram que uma deputação fosse agradecer a sua magestade a rainha a iniciativa que havia tomado, creando uma commissão de soccorros em favor das victimas da inundação.

Isto é um insulto á rainha pelo seguinte motivo. Ainda me lembra,—porque o facto não vae longe—a grita que os jornaes desaffectos ao governo fizeram condemnando o procedimento do gabinete, por conferir a Torre e Espada a sua magestade por occasião de salvar os principes. Pois isto pratica-se? Pois o governo põe em duvida os sentimentos de mãe, de que sua magestade é dotada?—Diziam elles. Isto é um insulto á rainha. Agora duvidaram elles, que são os proprios a proporem que se vá agradecer a sua magestade a sua iniciativa n'uma obra de caridade, quando se sabe que a sr.ª D. Maria Pia é dotada dos sentimentos mais generosos e philantropicos, os quaes nunca nenhuma rainha portugueza excedeu.

Olhe que eu não defendo o governo, nem accuso a opposição d'esse tempo, que não sei se é a mesma de hoje—tantas reconsiderações têem havido. É para notar unicamente que todos nós erramos e que nenhum pode atirar a primeira pedra. Diz o meu amigo no artigo a que acima alludo, *que é indispensavel que desçam ao povo, ás differentes classes da sociedade, e que ouçam a todos, convivendo não só com os abastados e poderosos, mas tambem com os cidadãos de mediana fortuna, e mesmo com os pobres....*» Isso seria deslustrar a prosapia de tão altos senhores, que unicamente seguem em theoria as palavras de Passos Manoel. Veja o meu amigo se elles invocam o concurso da associação para alguma cousa. Isso sim! O parvo do Odillon Barrot é que aconselhava o governo em 1848, na assembleia franceza, a que lançasse mão do concurso da associação. Dizia elle, que era preciso juntar todos os elementos como auxiliares para o governo bem obrar. E o governo francez aproveitou o conselho d'aquelle parvo, e o meu amigo sabe que fez bem.

Iria longe se escrevesse todas as considerações que me occorrem a tal proposito. Eu deixo-os em paz, pagando-lhes os impostos directos e indirectos, e tratarei de outro assumpto.

—Continua a tempestade. Os jornaes dão-nos a descripção de desabamentos, e inundações por toda a parte do reino. É triste. A iniciativa particular e official tem muitos famintos e muitas desgraças a soccorrer e muita lagrima a enchugar. E ainda bem, que o animo philantropico dos abastados se patentêa por toda a parte n'esta crise assoladora. O mal é geralmente sentido. O amanho dos campos estacionou; a vegetação está perdida e os operarios que trabalhavam ao ar, não tem podido exercer os seus mesteres, e vêem-se reduzidos á penuria. Denunciar-se-ha a fome, com todas as suas horriveis consequencias, e será preciso que todos nós, ricos e pobres, contribuamos com o nosso obolo.

O *Diario de Noticias*, diz hoje, e muito bem, a tal respeito:

«A subscripção tão nobremente inaugurada pela esposa do chefe do estado, e correspondida com tão boa vontade por grande numero de pessoas, não pode attingir a uma somma sufficientemente avultada para valer e acudir ás primeiras necessidades das victimas d'esta grande calamidade publica, n'uma proporção equivalente aos seus soffrimentos, senão se generalisar, *se não se lhe imprimir o caracter de uma subscripção nacional*, senão vierem todos auxilial-a com o seu obolo, trazer-lhe o seu contingente, cada qual segundo as suas posses. Que ninguem se envergonhe de corresponder ao appêllo da rainha.»

—No dia 5 havia em caixa para ser entregue á commissão de soccorros ás victimas das inundações a quantia de 16:983$865 reis.

—Realisa-se hoje na eschola real das Necessidades a distribuição dos premios aos alumnos que mais se distinguiram no anno findo. A direcção d'este estabelecimento está confiada ao sr. Matta.

—Amanhã é esperado em Lisboa o sr. bispo de Vizeu; que, segundo os boatos, vem tomar parte nos trabalhos da camara dos pares, e propor reformas como só s. ex.ª reverendissima *as sabe fazer*. É um forte esteio do novo partido progressista. Damos as boas vindas a s. ex.ª e nosso amigo; e desejamos-lhe que venha mais forte em grammatica, e em boas intenções. Tambem hoje é esperado aqui o reverendo arcebispo de Braga.

—Está em Lisboa o sr. dr. Bicudo Correia, redactor do *Diario dos Açores*.

—A revista do anno na rua dos Condes, tem dado enchentes reaes áquella theatro. Dizem-me que é digna de ser vista, e que tem ditos e *calembourgs* a proposito.

—Partiu para essa cidade o sr. engenheiro Eça. Vae incumbido de levantar a planta de um ramal de via ferrea, que, do caes das Ameias, vá entroncar com a estação do caminho de ferro do norte.

Até á seguinte.

P. J. CONCEIÇÃO.

NOTICIARIO

Caridade—Quando em o numero passado noticiámos os soffrimentos de muitos dos habitantes do bairro de Santa Clara, principalmente da rua das Parreiras, que tem tido com frequencia as suas habitações cheias d'agua, não sabiamos de um acto de caridade do ex.mo sr. Bispo Conde.

Este exemplar prelado, tendo noticia da deploravel situação da pobreza d'aquelle bairro, foi alli, a fim de pessoalmente se inteirar d'essas necessidades, e de accordo com as informações do reverendo parocho fazer distribuir esmolas por todos os que d'ellas careciam.

O ex.mo sr. Bispo Conde nunca se esquece de repartir com os pobres dos seus modestos rendimentos, satisfazendo assim á primeira das virtudes christãs.

—Já depois de estar composta esta noticia recebemos de S. Martinho do Bispo as seguintes informações, pelas quaes se vê que a muita parte se estende a protecção caridosa do digno prelado d'esta diocese:

«Na proxima terça feira, 9 do corrente Janeiro, foi o ex.mo e rev.mo sr. bispo conde visitar os infelizes habitantes da freguezia da Ribeira de Frades, vêr os estragos e ruinas causados pelas extraordinarias inundações, e consolar com palavras d'unção aquelles desgraçados, que têem estado a braços com a fome, e com os rigores da estação, privados dos meios de subsistencia, e sem tectos para se albergarem com seus filhos.

«Na sahida entregou o virtuoso prelado uma avultadissima esmola ao reverendo parocho da freguezia, para repartir por seus parochianos pobres.

«Estou certo que se offenderá s. ex.ª rev.ma com a publicação d'esta noticia, porque tem sempre todo o cuidado por occultar á esquerda o que faz com a direita, quando trata d'alliviar a miseria de seus diocesanos; ha porém acções tão nobres e virtuosas, que seria ingratidão indesculpavel da parte dos que d'ellas são testemunhas, o deixal-as ficar occultas.

«Mil louvores sejam dados ao ex.mo e virtuosissimo prelado.»

—Temos ainda mais a acrescentar, que na quarta feira o ex.mo sr. Bispo Conde incumbiu os respectivos parochos de distribuir esmolas aos pobres das freguezias de Santa Cruz e S. Bartholomeu d'esta cidade, que têm soffrido pelas chuvas e inundações.

Preces. — Fazem-se preces n'esta cidade, para implorar da Providencia Divina a cessação do mau tempo, que tantos males está causando.

O ex.mo prelado da diocese dirigiu a esse respeito aos reverendos parochos a seguinte circular.

«As excessivas e continuadas chuvas e inundações, que estamos soffrendo e que tantos estragos, privações e miserias tem causado, mais devem ser tidas pelos fieis como castigos com que o Senhor Todo Poderoso pune os nossos peccados, do que como effeito proprio da presente estação.

«Cumpre, por isso, que todos peçamos a Deus Nosso Senhor, que se digne de usar para comnosco, não da sua Omnipotencia, punindo-nos, mas da sua Divina Misericordia perdoando-nos, e moderando o rigor das estações.

«Pelo que ordenamos que para este fim se façam preces publicas nas egrejas parochiaes e nas dos conventos do nosso bispado, em que ainda se não tiverem feito, e que nas missas se dê a oração *ad petendam serenitatem*, em quanto não formos attendidos.

«Paço episcopal de Coimbra, 10 de Janeiro de 1877. — *Manoel, Bispo Conde.*»

Soccorros. — Na quarta feira houve reunião dos academicos no seu Club. Deliberaram promover uma recita, um concerto e uma subscripção em favor dos inundados.

Foi nomeada uma grande commissão, encarregada de promover este acto caritativo.

Essa commissão, depois de instalada, resolveu abrir uma subscripção pelos differentes cursos, dar uma recita no theatro Academico, e um concerto nos salões do Club.

Para todos estes trabalhos nomeou a commissão entre si commissões parciaes, que ficaram organisadas da seguinte forma:

Recita — D. Antonio de Mello, Freitas Barros, Pina Callado, Arthur Martiniano e Alberto Navarro.

Concerto — Henrique Pinto, D. Antonio de Mello, Ferreira, Wenceslau de Lima, Possolo, Annibal e Porto Carrero.

Subscripção — Novaes, Hora, João Leal, João dos Santos, e outros.

A iniciativa d'esta excellente resolução, e

a que toda a academia accedeu enthusiasticamente, é devida aos srs. Pina Callado, D. Antonio de Mello, Freitas Barros, Possolo e Porto Carrero.

Azeite.—Tem continuado a subir o preço do azeite n'esta cidade.

Regula a 1$600 reis o novo, e a 1$620 e 1$640 reis o velho.

Festividade.—No domingo proximo, pelas 11 horas da manhã, haverá na real capella da Misericordia d'esta cidade, a festa do Santo Nome de Jesus.

Pregará o sr. padre Augusto Eduardo Nunes.

Theatro Academico.—O sr. Moura Barata Feio Terenas contratou a companhia lyrica franceza, que actualmente trabalha em Lisboa, para vir ao theatro Academico dar espectaculos com as operas mais escolhidas do seu reportorio, como são *La Perichole*—*La Timbale d'argent*—*Les Brigands*—*La Petite mariée*, e outras; sendo uma das condições do contracto apresentarem-se os principaes artistas da companhia, taes como *Margarite Preciosi*—*Marie Denis*, etc.

O maestro ensaiador chegou ha dias a esta cidade com alguns musicos, primeiras partes, para reforçarem a orchestra do theatro Academico, a fim de principiarem os ensaios.

Deverá ser o primeiro espectaculo no dia 17 do corrente.

Para a venda de bilhetes, tanto de plateia, como de camarotes, recebem-se já pedidos na secretaria do Club Academico, a fim de serem tomados em consideração, depois de salvar os interesses dos socios e accionistas da academia dramatica.

O sr. Terenas é digno de toda a protecção do publico, por se animar a fazer vir a Coimbra esta companhia, a mais cara que aqui tem entrado, e de elevado merecimento, já manifestado por ella em Lisboa no theatro do Principe Real.

Musica.—A philarmonica *Conimbricense* irá ámanhã tocar durante a missa conventual da freguezia de Santa Cruz, que, em rasão de estar impedida esta egreja, se celebra interinamente em Santa Justa.

Tabacos.—São incontestaveis as grandes vantagens que da abolição do monopolio dos tabacos tem resultado para o publico.

Com a ampla liberdade d'este importantissimo ramo de commercio tem tido entre nós um desenvolvimento espantoso o fabrico dos tabacos, que tem attingido grande perfeição. Tem sido creadas muitas fabricas, que pelo principio da concorrencia não podem deixar de aperfeiçoar os seus productos em beneficio dos consumidores. D'esta concorrencia resultam pois para o publico as vantagens de poder obter productos melhores e mais baratos.

Ainda ha poucos mezes se creou em Lisboa uma nova fabrica—a *Nova Companhia Lusitana*, que apparece no mercado com muito bons auspicios. Presentemente acha-se em Coimbra o sr. Gaspar Alfredo Pereira de Castro Soromenho, cavalheiro de fino tracto, representante da mesma companhia, o qual vem entabolar negociações commerciaes a fim de que o mercado d'esta cidade seja abastecido dos productos manufacturados na casa que representa.

Nomeação.—O sr. dr. Diogo Forjaz foi nomeado lente de prima, decano e director da Faculdade de Direito.

Promoção.—O sr. dr. José Braz de Mendonça Furtado foi promovido a lente proprietario da mesma Faculdade.

Apresentação.—O presbytero Joaquim Maria Mendes Laranjeiro foi apresentado na egreja parochial de S. Miguel de Liceia, diocese de Coimbra.

Exoneração e despacho—O sr. João Herculano Sarmento foi exonerado, a seu pedido, do logar de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Coimbra.

Para o substituir foi nomeado o sr. José Lourenço da Costa, que já ha muito era ajudante do sr. Herculano.

Soccorro importante.—O nosso benemerito compatriota, o sr. visconde de Mathosinhos, communicou telegraphicamente do Rio de Janeiro á associação commercial de Lisboa, que acabavam de ser enviadas para Portugal 5:000 libras, producto de uma subscripção alli promovida, a fim de serem distribuidas em partes eguaes para Lisboa e Porto.

Por uma forma tão briosa vem os nossos concidadãos do Brazil, acudir aos prejudicados pelas inundações. São poucos todos os louvores para quem procede tão caritativamente.

Novo jornal.—Recebemos de Lisboa o n.º 1 do *Universo Illustrado*.

A julgar por este numero é um excellente jornal, que vem dignamente substituir o popular *Archivo Pittoresco*.

Desejamos-lhe longa duração e todas as venturas.

Dissertação.—Fomos obsequiados com a seguinte dissertação, que muito agradecemos ao seu illustrado auctor:

«*Dissertação de concurso.—Das injecções intra-venosas de chloral, no tratamento do tetano, por Augusto Antonio da Rocha, doutor em Medicina, socio effectivo do Instituto.*»

Commissão.—A commissão da resposta ao discurso da corôa ficou composta dos srs. Dias Ferreira, Mexia, Thomaz Ribeiro, Teixeira de Vasconcellos, Camara Leme e Manoel d'Assumpção.

Resignação de cadeira.—O sr. Francisco Mendes resignou o seu logar de deputado.

Novas publicações.—Recebemos e muito agradecemos as seguintes publicações:

—«*A secção photographica ou artistica da direcção geral dos trabalhos geodesicos, no dia 1 de Dezembro de 1876. Breve noticia acompanhada de 12 specimens, por José Julio Rodrigues.*

«Lisboa, typographia da Academia Real das Sciencias—1876.»

—«*Relatorio dos trabalhos geodesicos, topographicos, hydrographicos e geologicos do reino, pertencente ao anno de 1875.*

«Lisboa, imprensa Nacional—1876.»

—«*Bibliotheca da Actualidade—Bocage, sua vida e epocha litteraria, por Theophilo Braga—Volume VIII.*

«Porto, imprensa Portugueza, editora—1876.

—«*Camillo Castello Branco—Novellas do Minho, publicação mensal.—VIII—Maria Moysés—Segunda parte.*

«Lisboa, livraria editora de Mattos Moreira & C.ª—Praça de D. Pedro, 68—1877.

—«*Oração sacro-gratulatoria em acção de graças pelo restabelecimento da saude do ex.mo e rev.mo sr bispo de Bragança e Miranda, D. José Maria da Silva Ferrão de Carvalho Martens, recitada no templo de S. Thiago, de Portalegre, na festiva solemnidade, que, por tão fausto motivo, mandaram celebrar os seus mais dedicados amigos, no dia 13 de Fevereiro de 1876, pelo presbytero Francisco Martins, professor no real collegio das Missões Ultramarinas.*

«Typographia Portalegrense—1876.»

ANNUNCIOS

1 NO DIA 21 do corrente, pelas 11 horas da manhã, terá logar na administração do concelho da Louzã, a arrematação de differentes tarefas de terraplenagem, lagedo e pedra para alvenaria para a estrada districtal de Miranda do Corvo á Louzã.

As condições e mais esclarecimentos estão patentes todos os dias não santificados, na referida administração e na direcção das obras publicas do districto.

Coimbra 9 de Janeiro de 1877.

O director
Julio Augusto Leiria.

PEDIDO

2 ROGA-SE ao ill.mo sr. José Alexandrino de Lemos Trigueiros e Brito, de Povoa do Mosqueiro, o obsequio especial, de em harmonia com os compromissos de suas cartas, mandar pagar quanto antes a Antonio Rodrigues Lucas & C.ª, d'esta cidade, os debitos dos seus afiançados, Luiz Rodrigues Malhão, e João Lourenço Paes, d'Azere. Em quanto o não fizer continuará este annuncio.

Coimbra, 12 de Janeiro de 1877.

Antonio Rodrigues Lucas & C.ª

RAPAZ

3 PRECISA-SE de um para caixeiro na Livraria Popular, rua do Visconde da Luz, Coimbra. Quem estiver no caso dirija-se á mesma livraria.

Venda de milho

4 NO DIA 18 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na praça 8 de Maio, n.º 45, antigo largo de Samsão d'esta cidade de Coimbra, se ha de proceder á venda de 1:320 alqueires de milho branco, e 680 alqueires de milho amarello, pertencentes á massa fallida do ex.mo Francisco Lopes Gavicho Tavares de Carvalho, de Tentugal.

Coimbra 13 de Janeiro de 1877.

O curador fiscal provisorio
Antonio Duarte Areosa.

LEILÃO
31, Rua do Visconde da Luz, 33

5 VENTURA DE CASTRO participa a todos os seus freguezes e amigos, e ao publico em geral, que vae liquidar todos os artigos do seu estabelecimento, por não poder continuar á testa do mesmo, em vista do seu melindroso estado de saude.

Principiou no dia 1 de Janeiro de 1877 e seguirá todos os outros dias até completa liquidação, das 3 horas da tarde ás 9 da noite.

Fazem-se vendas particulares com grande reducção de preços.

PIANO

6 NA TRAVESSA DO CABIDO, n.º 1, se vende um piano proprio para ensino.

Substituições a militares

7 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

Feira de Março em Aveiro

8 POR ORDEM da camara municipal do concelho d'Aveiro se faz publico, que todos os negociantes que quizerem concorrer á dita feira farão ao arrematante do abarracamento, Manoel Antonio Loureiro de Mesquita, d'esta cidade, até ao dia 15 de Fevereiro futuro, a necessaria requisição da barraca, designando os lanços que pretendem, sob pena de que, não o fazendo até ao indicado dia, não pode o mesmo arrematante ser obrigado a construil-os.

Aveiro e Secretaria da Camara 15 de Janeiro de 1877.

O escrivão da camara,
Francisco de Pinho Guedes Pinto.

VENDA DE PROPRIEDADES

9 ALFREDO DO AMARAL OSORIO E SOUSA faz publico, que vende as propriedades que possue no concelho de Pombal. A quem convier póde comparecer desde o dia 13 do corrente na mesma villa de Pombal, onde se acha o annunciante.

10 QUEM PRECISAR de cavalgaduras tosquiadas á machina, póde dirigir-se, ou mandar procurar o tosquiador na estação do caminho de ferro americano, na rua da Sophia, o qual trabalha com perfeição.

CENTRO PROMOTOR DE INSTRUCÇÃO POPULAR

11 EM OBSERVANCIA do § unico do artigo 39 dos estatutos, a direcção convida os dignos associados a examinar as contas da gerencia, relativa ao periodo decorrido de 2 de Julho a 31 de Dezembro de 1876, as quaes, a começar de ámanhã, estarão patentes por 8 dias, na secretaria d'esta associação, desde as 3 até ás 7 horas da tarde.

Coimbra, 13 de Janeiro de 1877.

O 1.º secretario
Augusto José Gonçalves Fino.

Hospitaes da Universidade de Coimbra

12 ESTÃO VAGOS 4 logares de praticantes d'enfermarias do sexo feminino. Aceitam-se mulheres de 15 a 40 annos, ainda mesmo que sejam de fóra do districto de Coimbra. Têem casa e cama do hospital. O primeiro vencimento é de 160 réis diarios, passando em seguida a 200 e a 280 réis, quando substituem as ajudantes e enfermeiras nos seus impedimentos, ou quando são promovidas a estes logares. Basta que saibam lêr soffrivelmente. Tambem se aceitam criados e criadas. Os requerimentos devem ser dirigidos a esta administração.

Administração dos hospitaes da Universidade de Coimbra, 2 de Janeiro de 1877.

O administrador
Costa Simões.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

13 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contêm a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

Venda de cedros

14 NA QUINTA da casa de Espariz, pertencente aos herdeiros do ex.mo sr. Antonio Joaquim, ha para vender dois cedros, que o vento derribou; os quaes têm 80 palmos de comprido e 4 em circumferencia. Quem os pretender póde dirigir-se ao padre José Francisco Martins, residente em Rego Travesso.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$160
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis.—Numero avulso 40 réis.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3075 — Terça feira 16 de Janeiro de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

Chegou a occasião de se pôr a descoberto o estado da fazenda publica. Apesar de todas as nigromancias do governo, e do seu jogo de cifras, vê-se que as antecipações e successivos augmentos de encargos vão sendo de tal ordem, que só para satisfazer os juros da divida publica são já necessarios annualmente 12:866 contos, isto é, *metade* da receita do estado! É assombroso!

Aonde iremos parar com uma tal administração?! Que sorte espera ao paiz no futuro?!

Annunciou-se em tempo um emprestimo para consolidar a divida fluctuante. Contraiu-se effectivamente esse emprestimo; e parecia que iam entrar as finanças em caminho regular. Foi uma illusão!

Passados poucos annos apparece outra divida fluctuante tão avultada como a antecedente, pelo que se trata agora de contrair novo emprestimo. Pede-se auctorisação para emittir titulos de divida externa de 3 %, no valor de 6.500:000 £ nominaes, para pagamento da actual divida fluctuante!

As rendas do estado cáem n'um sorvedouro immenso, e as victimas são os pobres contribuintes. Corta-se á larga nas despezas; não se quer saber se ha meios para ellas. Quando se não elevam as contribuições directas, aggravam-se os tributos indirectos; suppondo-se que assim não haverá tantas queixas do publico, como se não fosse elle que da mesma fórma os pagasse!

Para supprir o *deficit* annual contraem-se successivos emprestimos, e assim se vae elevando sem limites a divida publica.

Todos os annos vem o ministro da fazenda prometter a diminuição do *deficit*; e não obstante isso elle augmenta sempre!

Promettia-se no orçamento de 1872 a 1873 um *saldo positivo* de 27 contos; e os factos vieram mostrar o espantoso *deficit* de 2.978:346$051 réis.

Dizia-se que no anno de 1873 a 1874 não excederia o *deficit* a quantia de 1.054:992$758 réis; e pelo contrario subiu a 2.300:300$352 réis.

No orçamento de 1874 a 1875 promettia o sr. Serpa, que o augmento já realisado nas receitas aduaneiras sobre as calculadas no orçamento, junto com as vacaturas nos quadros e accumulação nos diversos serviços, davam todo o fundamento para calcular que o *deficit* de 965:552$440 réis seria completamente extincto na gerencia futura; — e o modo como se extinguiu o *deficit*, foi eleval-o n'esse anno a 2:841:958$730 réis!

Repetimos: aonde nos conduzirá um tal esbanjamento dos dinheiros publicos?!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso estimavel collega do *Tribuno Popular* tem stygmatisado, com a severidade que o facto merece, o desaforado procedimento do governo, com respeito ao entroncamento do caminho de ferro da Beira Alta.

O collega é de parecer que se não deve representar de novo ao governo, mas sim ás camaras, visto o desprezo a que elle tem lançado as representações da associação commercial de Coimbra e de outras corporações d'este districto.

O *Tribuno Popular* ainda está de boa fé, pois suppõe que as camaras attenderão ás representações que lhes dirijam! Quanto se illude!

Pois os deputados fazem alguma cousa que não seja da vontade do governo? Não sabe o collega, que em geral, se elles se assentam nas cadeiras do parlamento, é porque os ministros os mandaram eleger pelas suas auctoridades e dependentes; e que no momento em que tivessem a velleidade de ser independentes, não voltavam ás côrtes?

Se o governo quizer que o entroncamento seja em Coimbra, approvam; e com a mesma consciencia o approvarão na Pampilhosa, ou em outra qualquer parte. Mestre manda, marinheiro faz!

Custa tanto a perder os divertimentos da capital! E' tão difficil largar aquella escala para as commissões e para os empregos rendosos!

Bem lhes importa a elles com as representações! Só estão promptos para obedecer á manobra do commandante, que é o governo.

Experimente o collega do *Tribuno Popular*, e verá o caso que os taes *paes da patria* fazem das suas reclamações!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ainda ha poucos dias começaram as sessões da camara electiva, e já os deputados estão cançados de trabalhar!

Reunem-se ás *duas horas e meia da tarde*, e apesar d'isso, na sessão de sexta feira, quando se procedia á eleição das commissões de legislação civil e penal, verificou-se que já não havia na sala numero sufficiente de deputados!

Que grande patuscada!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na *Borboleta* de Braga publica o esclarecido escriptor o sr. Pereira Caldas um artigo, com o titulo de — *Tres periodicos lisbonenses no seculo XVIII.*

Transcreve ahi o sr. Pereira Caldas o que dissémos no *Conimbricense* de 3 do corrente ácerca dos periodicos publicados no seculo passado em Lisboa, e acrescenta mais—a *Academia dos humildes e ignorantes*—a *Historia universal antiga e moderna de todos os imperios, reinos e cidades que tem havido e ha presentemente no mundo*—e o *Folheto de ambas Lisboas.*

Chamámos a attenção dos srs. Henrique de Carvalho Prostes e Antonio Martins Leorne para este erudito artigo do sr. Pereira Caldas.

Concorra quem soubér com os elementos de que podér dispôr para a historia do jornalismo em Portugal, que n'isso fará um bom serviço.

D'essa fórma se ella não sair completa e perfeita, ficará ao menos sem grandes deficiencias, que lhe tirariam parte do merecimento.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXVI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O PELOURINHO

N.º 5

Carta de M. Scevola, offerecida á contemplação da Rainha, a senhora D. Maria II.

Os portuguezes são naturalmente soffredores e pacientes: e muito arrochada hade estar a corda com que de mãos e pés os atam seus oppressores, antes que rompam em um só gemido os desgraçados. Um murmurio, uma queixa.... nem talvez no cadafalso a soltarão. Vendem-nos, resignadas ovelhas! vendem-nos os desleaes pegureiros de quem nos deixamos governar; vendem-nos, enxotam-nos para a feira a cajado, e a latido, e mordedella de seus mastins; e nós vamos, e nem gememos. Se um clamor de queixume, se uma voz de desconfiança acaso surde dentre o paciente rebanho, aqui os clamores de rebeldes, as alcunhas de demagogos.... e a nação (*o rebanho* direi antes) que se resigna e soffre, e continua a caminhar para seu exicio! Tal é, com as sós differenças de variados nomes, e datas, a historia de Portugal quasi desde que a revolução ou restauração (restauração seria?) de 1640 fez da nação portugueza o patrimonio de meia duzia de familias privilegiadas, e de seus satelites, e parasitos.

Mas não sopremos a poeira dos annos de sobre as vergonhosas paginas de nossa historia de ha dois seculos. Basta a presente infamia, e deshonra, em que estamos, e que nem dos outros nem de nós proprios podemos esconder. Ha mais de dois annos que uma consideravel porção portugueza peregrina no desterro, e vaga, como raça proscripta, e estigmatisada da maldição de Deus, por quasi todos os paizes da terra — ludibrio dos povos, escarneo dos reis, objectos do geral desprezo. E quem nos trouxe a tanta baixeza e vergonha? Quem nos poz de proverbio na bocca das gentes como raça envilecida e bastarda, aberração da especie humana, que somos o asco, o enjôo, a deshonra dos nossos semelhantes? Os chefes de quem nos confiámos; a *multifaria* aristocracia de todas as especies, que por suas artes *veneficas* adormeceu a nação em um somno lethargico, e se lhe poz sobre o peito como pesadello mortal, que a vexa, a afoga, e a tem no desespero da agonia, sem resolução para acordar, sem forças para se erguer, sem deliberação e energia para acabar ao menos em um derradeiro e nobre arrojo de desesperação.

Fugimos, aos milheiros, da nossa patria, sacrificamos tudo pela ingrata *Realeza*, que a taes chefes nos entregára; viemos curtir no exilio as magoas, as penurias, os desgostos, a fome.... e porque se não ha de dizer a verdade? a *fome* tambem.... ou quando a matámos, foi com o pão das lagrimas e da vergonha — foi com as choradas migalhas que dos sobejos de seu lauto banquete nos lança, como a cães, a arrogante compaixão de nossos oppressores!.... E quem diria que nem assim haviamos de escarmentar; que de nossas proprias, de nossas tantas desgraças nada haviamos de aprender! Quem diria que a fatal boa fé, a *teimosa* paciencia dos portuguezes, nem assim se acabaria?

Viemos cobertos de lagrimas, muitos de sangue, todos de opprobrio, viemos padecer e gemer na terra estrangeira; e nem a terra estrangeira nos poude ser refugio contra a dominação odiosa da aristocracia, por quem perdemos a patria. Secca de olhos, e sã de corpo, sem vergonha de suas infamias, nem remorso de seus crimes, atraz de nós veiu a toda a pressa, para que lhe não escapasse uma hora de oppressão, para que nem nas miserias do desterro, aos fadados portuguezes coubesse um dia de liberdade. Por artes, por astucia, por manha, por seducções dos incautos, por compra dos abjectos e venaes, eil-a que se instaura na dominação — e nos domina, maltrata, e insulta, e corrompe como dantes: e nós a soffrer. Que mais ou que menos do que isto nos tem feito os Palmellas, os Guerreiros, os Candidos, os Balbinos, os Franciscos d'Almeida, os Carvalhos, os Magalhães? Esta liga de aristocratas, e parasitos, de privilegiados, e privilegiandos, foi, é, e será a nossa perda e ruina se em fim não acordamos para nos *libertarmos*, e os *punirmos*.

Recebêmos do sr. Antonio Ribeiro Saraiva a seguinte carta:

Sr. Joaquim Martins de Carvalho.—Londres, 3 de Janeiro de 1877.

Ha mais de 15 dias tinha feita a copia inclusa da minha segunda carta ao *Commercio do Porto*, fazendo a continuação da outra (que v. teve a bondade de publicar) para que o mesmo jornal não teve espaço. Tal porém tem sido as condições da minha posição—tendo de attender á objectos urgentes e de que depende em grande parte a minha subsistencia,—que me não fôra, até este serão, possivel acabar de rever a copia que lhe envio, para acompanhar, no seu interessante *Conimbricense*, esta minha carta, se n'elle lhe conceder logar.

Hoje recebi o *Conimbricense* de 27 de Dezembro ultimo, que v. fez o favor de mandar-me. Só agora lhe pude lançar os olhos, e nem ainda li a carta do *padre Bozin*, que muito agradeço a v. a lembrança de enviar-m'a—ámanhã a lerei, com o vivo interesse que naturalmente deve excitar-me a carta de um de «*meus filhos*». Uso esta expressão confirmativa da parte principal que eu tive no chamamento dos Jesuitas, para os fins que na minha primeira carta declarei; e eis aqui o motivo:

Quando d'aqui fui a Lisboa, em 1830 (e cheguei ao Tejo, fará depois d'ámanhã 47 annos), veiu visitar-me logo o padre José Delvaux, o superior; e convidou-me ao mesmo tempo, a mim e a meu pae (com quem já tinham os Jesuitas feito conhecimento e amisade, até por amor de mim), para irmos assistir á ceremonia de elle fazer o ultimo voto da ordem.

Fomos, pois, a Marvilla, (onde, como v. bem nota) os Jesuitas habitavam então, na casa que foi do marquez de Marialva—com prazer prestada para isso pelo duque de Lafões. Alli encontrámos já varias pessoas respeitaveis, que vieram egualmente assistir á ceremonia; depois da qual, vindo o padre Delvaux ao salão, onde estavam juntos os assistentes, agradecer a attenção que com elle tiveram na solemne occasião; fez um breve discurso obsequioso e jovial, agradecendo aos circumstantes, alludindo a obsequios e attenções que elle e sua breve communidade haviam recebido de varios dos assistentes. E concluiu sua breve allocução com estas palavras: —«Devo aqui muito especialmente testemunhar em publico os agradecimentos d'esta pequena colonia e da companhia, áquelle senhor» (apontando para mim), «como actualmente o *pae d'ella* em Portugal; e por consequencia, tambem áquelle senhor» (apontando para meu pae) «como nosso avô.»—O que fez sorrir os circumstantes, com elle proprio e nós mesmos.

O livro que contém a correspondencia do *padre Delvaux*, e a historia da sua colonia dos Jesuitas em Portugal, (tão infame e tolamente expulsos), só se publicou para circulação privada, e creio não está ainda no commercio geral; eu porém vou tratar de obter um exemplar, de que com prazer farei presente a v. logo que o obtenha; em troca da sua muito interessante contribuição para a nossa historia—da qual ainda só li parte, e que muito, muito já me interessou.

Grande prazer me deu lêr no seu papel hoje recebido, o merecido elogio do sr. doutor Diniz, que conto como meu muito estimado amigo, e que aqui tratei e sube apreciar. Elle, e v. mesmo, e a Universidade e seus discipulos d'elles tambem me deviam agradecer a mim o ter contribuido indirectamente para suas boas qualidades, tanto quanto sem duvida, dependeram em boa parte d'essa *perigosa* educação jesuitica, (na phrase dos tolos).

A. R. Saraiva.

Em rasão de não desejarmos interromper os folhetins ácerca do *jornalismo na emigração*, não publicámos hoje a carta que nos enviou o sr. Ribeiro Saraiva, e a que se refere n'aquella que acima se lê.

Publical-a-hemos, porém, com a possivel brevidade.

N'essa carta occupa-se particularmente o sr. Ribeiro Saraiva da revolução liberal de 1820, accusando os seus iniciadores do Porto de faltarem ás promessas da sua proclamação de 24 de Agosto, em que se limitavam a pedir o restabelecimento das antigas *côrtes nacionaes*, pois que as substituiram pela constituição de 1822, á imitação da de 1812 de Cadiz.

Parece-nos que o sr. Ribeiro Saraiva não tem rasão em toda a extensão do que diz. Tem-n'a em parte.

É certo que a resolução tomada em Lisboa, em Novembro de 1820, de convocar côrtes para fazerem uma constituição, que *tomasse por base a hespanhola*, foi um erro, de que provieram fataes consequencias á causa liberal; mas entendemos que não era o pensamento dos revolucionarios do Porto, pelo menos da sua grande maioria, limitar-se a querer os antigos *tres estados*.

A proclamação de 24 de Agosto de 1820, assignada pelos membros da junta do Porto, não é demasiado explicita; mas em todo o caso, depois dos seus auctores lamentarem a falta das antigas côrtes, concluem dizendo:

«Portuguezes! Vivei certos dos bons desejos, que nos animam. Escolhidos para vigiar sobre os vossos destinos, até ao dia memoravel, em que vós competentemente representados haveis de estabelecer *outra forma de governo*, empregaremos todas as nossas forças para corresponder á confiança, que se fez de nós: *e se o resultado fôr, como esperamos, uma Constituição, que segure solidamente os direitos da monarchia e os vossos*, podeis acreditar que será essa a maior e a mais gloriosa recompensa de nossos trabalhos e fadigas.»

Não se deduz d'aqui, que se tratava de uma constituição que se havia de fazer, e não simplesmente de restabelecer os antigos *tres estados*? Logo, os revolucionarios não faltaram ao que prometteram, no facto de convocar côrtes para fazerem uma constituição.

Diz o sr. Ribeiro Saraiva, que quando o presidente da junta do Porto, Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, depois visconde de Canellas, conheceu em Lisboa, que era enganado, quiz reagir, de accordo com Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda; mas que já era tarde, sendo por isso mandado preso e desterrado para Canellas.

Não foi só em Lisboa, como diz o sr. Ribeiro Saraiva, que Antonio da Silveira e Gaspar Teixeira quizeram reagir contra o progresso da revolução. Todo o seu desejo se limitava á expulsão dos officiaes inglezes, e a adquirirem importancia no exercito. Satisfeitos que fossem essas suas pretensões, nada queriam saber do systema liberal.

Quando a junta do Porto chegou a Coimbra, em marcha sobre Lisboa, recebeu aqui a noticia trazida pelo capitão de cavallaria Bernardo de Sá Nogueira, de que no dia 15 de Setembro se havia feito na capital a revolução em adherencia á do Porto; organisando-se n'esse mesmo dia uma junta de governo.

Apesar d'isso marchou a junta para Leiria, com os corpos do exercito que a acompanhavam; e alli pretendeu o presidente Antonio da Silveira fazer uma contra-revolução, por occasião de uma revista militar. Quiz, porem, sondar primeiro ao secretario da junta José da Silva Carvalho, para ver se podia contar com elle.

Chamou-o ao seu quarto e lhe disse, que havia sonhado n'aquella noute, ter chegado a Lisboa com as forças revolucionadas; e que alli proclamara os tres estados do reino, com el-rei D. João VI absoluto.

José da Silva Carvalho, que viu por essa sua declaração indirecta, confirmado o juizo que formava de Antonio da Silveira, respondeu-lhe logo com admiravel sangue frio, que tambem na mesma noute havia sonhado que elle Antonio da Silveira tinha praticado exactamente o que acabava de dizer; acrescendo, porém, que com a pistola que tinha presente, lhe havia feito saltar os miolos da cabeça!

Esta energia de José da Silva Carvalho, e a ordem que logo deu para apressarem a marcha sobre Leiria outras forças em que tinha confiança, fizeram n'essa occasião conter o contra-revolucionario.

Havia em Setembro de 1820 quatro parcialidades no reino.

A 1.ª dos que queriam o governo absoluto puro, sem mesmo a convocação dos tres estados. Eram os generaes conde de Amarante, Antonio Marcellino da Victoria, e outros intransigentes mantenedores de todos os privilegios.

A 2.ª dos que admittiam a convocação dos tres estados. Era a opinião do conde de Palmella, aceite forçadamente á ultima hora pelos governadores do reino.

A 3.ª dos que queriam uma constituição em que fossem representados o povo, o clero e a nobreza. Era a opinião do membro da junta do Porto, D. Fr. Francisco de S. Luiz, e outros liberaes moderados.

A 4.ª dos que queriam uma constituição democratica, tanto ou mais liberal do que a de Cadiz de 1812. Era o parecer de Manoel Borges Carneiro, José da Silva Carvalho, José Ferreira Borges, Bento Pereira do Carmo, e até certo ponto Manoel Fernandes Thomaz e outros.

Parece dever-se collocar Antonio da Silveira e Gaspar Teixeira na segunda parcialidade, se attendermos á sua posterior marcha politica. Mas como é que se ha de conciliar isso com o facto do proprio Gaspar Teixeira, sendo commandante da força armada em Lisboa, se pôr ahi á frente das tropas no dia 11 de Novembro de 1820, para fazer alterar o methodo de eleições decretado pelo supremo governo do reino, e se proceder á eleição pelo methodo hespanhol?

Como é que por um lado queria apenas os tres estados do reino, e pelo outro a democracia de Hespanha?

A explicação d'esse facto só a achamos no bem sabido principio, de que os extremos se tocam.

Em 11 de Novembro de 1820 appareciam liberaes, como era o capitão Bernardo de Sá Nogueira (depois marquez de Sá da Bandeira) e outros, a promoverem a revolução militar d'esse dia; e juntamente os retrogrados Gaspar Teixeira e Antonio da Silveira a lidar no mesmo sentido. Porquê? Era porque, emquanto alguns liberaes, embora exaltados, mas sinceros, queriam o progresso das reformas; Gaspar Teixeira, Antonio da Silveira, e outros, despeitados por lhes não darem a importancia a que se julgavam com direito, queriam transtornar tudo com os maiores excessos, e annullar assim a revolução.

Entre estes extremos estavam os liberaes prudentes, que não queriam precipitar as reformas, com receio de voltar ao antigo estado. Um d'esses era o membro do supremo governo, D. Fr. Francisco de S. Luiz.

E como o sr. Ribeiro Saraiva nos falla na sua carta, nos pareceres que o supremo governo pediu a pessoas de certo credito no reino, os quaes nunca publicou, aqui vamos transcrever alguns trechos de uma carta original que possuimos de D. Fr. Francisco de S. Luiz, datada de Lisboa de 30 de Outubro de 1820, e portanto antes da celebre e deploravel revolução de 11 de Novembro.

Ahi se verá qual era o parecer da Academia Real das Sciencias, assim como o d'aquelle illustre membro do governo.

«Como v. me toca no voto da Academia direi duas palavras a esse respeito com franqueza.

A Academia votou por 200 deputados em côrtes—150 nomeados em razão da povoação, cada 20:000 almas um deputado, e para conciliar os interesses de todas as classes, e não affrontar tanto os costumes antigos, votou que houvesse mais 30 deputados da nobreza e 20 do clero.

Confesso ingenuamente, que á excepção dos numeros, em que eu faria alguma modificação, na substancia não me desagradou o voto tanto como vejo ter desagradado a muita gente.

Estou persuadido que não são as theorias as que devem determinar-nos; mas sim o estado politico e moral da nação, e tambem o receio de cair na democracia; querendo evitar a aristocracia.

Que mal fariam 20 ou 30 deputados das classes privilegiadas entre 120, ou 150 do povo? Não se faria assim uma especie de opposição saudavel ás ideias demagogicas? Não se conciliariam aquellas duas classes numerosas? Não se evitariam extremos e exaggerações sempre perigosas?

É hoje assentado, que não póde haver monarchia sem nobreza heriditaria; e ha de ser uma base da constituição o manter a religião catholica. Logo a nobreza e o clero são classes reconhecidas, tem direitos, devem poder sustental-os.

Torno a repetir: não sei se isto é conforme com as theorias; mas não me parece contrario ao bom senso, nem opposto ás ideias justas, reguladas pela prudente modificação, e o meu genio inclina-me para estas.

É muito provavel que prevaleça o contrario parecer; mas eu ainda não ouvi razão solida que o apoiasse. Cuido que se v. visse o voto da Academia, quando o não approvasse, pelo menos não o julgaria insensato.

Eu não sei se o exemplo da Hespanha tem demasiada influencia nos animos. Tenho ouvido a alguns que os deveriamos seguir em tudo, usando só dos termos e phrases á portugueza. Embora pensem assim, e tragam para razão d'isto (como já ouvi) que Portugal em todos os tempos seguiu a Hespanha. Nunca esta rasão me agradará, nem o exemplo só me decidirá; e ainda veremos se a Hespanha se conserva com este governo, tendendo visivelmente á democracia.»

Assim discorria em 30 de Outubro de 1820 D. Fr. Francisco de S. Luiz, aquelle que pela quéda da constituição em 1823 foi deportado para o convento da Batalha, e em 1828 foi deportado para o convento da Serra d'Ossa, onde esteve até 1833.

Pelo contrario, Gaspar Teixeira, o futuro visconde do Peso da Regua, e commandante do exercito de D. Miguel, dizia no dia 11 de Novembro de 1820, no seu officio dirigido ao juiz e escrivão do povo de Lisboa:

«Isto bem ponderado, este exercito roga a vossas senhorias, como dignos representantes de tão illustre cidade, compareçam comnosco no paço do governo, ás 11 da manhã de hoje, para que se faça supprimir immediatamente essas parciaes instrucções, e immediatamente se mande publicar o *methodo hespanhol*, conforme a expressa vontade geral.»

E na proclamação que no mesmo dia dirigiu Gaspar Teixeira aos habitantes de Lisboa, dizia elle:

«Todos nós, todos soldados e todos cidadãos da mesma nação, advogamos os vossos direitos offendidos, e em união comvosco prestâmos o *juramento ás leis estabelecidas pela constituição de Hespanha*, com aquellas alterações *liberaes*, que houverem de fazer as nossas côrtes.»

Os nossos leitores que acabam de ver esta linguagem de Gaspar Teixeira, ficam habilitados a pesar a accusação que o sr. Ribeiro Saraiva faz na sua carta aos membros do governo liberal de Lisboa, — *de arranjarem um motim militar no Rocio, por um alferes ou tenente, e alguns cabos e sargentos, pedindo a constituição hespanhola*; quando o commandante que dirigiu essa sedição militar foi o proprio Gaspar Teixeira!

Muito mais tinhamos que dizer ácerca d'este importante assumpto, mas falta-nos o espaço.

A carta do sr. Ribeiro Saraiva publical-a-hemos com toda a brevidade que podérmos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

COMMUNICADO

Quando em Agosto de 1873 tomou posse do logar de juiz de direito d'esta comarca um filho d'essa terra, o sr. dr. Francisco Henriques de Sousa Secco, e disse do alto de sua cadeira judiciaria, em publico tribunal—*que não fazia programmas, porque no modo d'administrar justiça ha um só, de todos bem sabido, qual o de a distribuir e applicar com egualdade, para ser justo com todos, e que este era o seu caminho, do qual não se afastaria, appellando para os seus actos, pelos quaes esperava ser julgado*—n'estas poucas, mas muito significativas palavras, contrahiu elle um pesado compromisso, difficil d'executar, porque o seu programma foi simples na phrase, porém vasto na sua essencia e formula; e o cumpriu exactamente.

As provas estão na confiança e respeito, que desde logo conquistou, da parte dos seus administrados; estão nas repetidas e publicas demonstrações d'affecto e estima que, pequenos e grandes, todos sempre lhe prodigalisaram; estão nas attenções successivas, com que todos lhe manifestaram o seu interesse nas solemnes occasiões de contentamento e de tristeza e afflicção, em que sempre se viu cercado, não de seus administrados, mas de seus amigos, que todos o eram e são; estão no facto verdadeiramente espontaneo, de tudo quanto ha de bom em Thomar se acercar d'elle, para o acompanharem em luzido e crescido cortejo, a darem-lhe o ultimo abraço de despedida na estação do caminho de ferro, quando d'aqui se retirava, e já não era juiz de Thomar, por estar aposentado; estão em não deixar aqui um unico inimigo sequer, durante o espaço de quasi tres annos que aqui geriu a vara da justiça; e, como se isto tudo não bastasse, em prova do muito que mereceu como juiz, que soube administrar a todos justiça n'esta terra; a camara municipal, composta de cavalheiros escolhidos, d'entre os mais respeitaveis pela sua illustração, nobreza e independencia de caracter, e dos mais abastados da cidade e concelho, secundando o sentimento geral e unanime, pela saida do sr. Secco, como juiz de direito da comarca, conferiu-lhe o mais nobre, honroso e invejavel titulo, o melhor pergaminho, com que podia ser agraciado, como premio dos seus serviços judiciarios, ao deixar a carreira da magistratura pela sua aposentação, mandando lançar na acta de sua sessão de 22 de Dezembro ultimo a viva expressão d'esse sentimento pela forma seguinte:

«A camara, tendo conhecimento da aposentação do ex.^{mo} sr. dr. Francisco Henriques de Sousa Secco, que durante estes ultimos dois annos exerceu o cargo de juiz de direito n'esta comarca; e considerando que s. ex.ª deu sempre as mais exuberantes provas de sua illustração e probidade, na administração da justiça, alliando os principios da moderação e equidade com o respeito devido ás leis, pelo que se tornou um magistrado verdadeiramente querido dos povos d'esta comarca; por isso a camara, como fiel interprete dos seus municipes, deliberou manifestar por esta forma o seu profundo sentimento pela sahida de s. ex.ª d'esta comarca; e tanto mais quando por falta de saude deixou de pertencer á nobre classe da magistratura, a qual muito honrava pelo seu saber e distinctas qualidades.

E deliberou mais, que d'esta parte da acta se extrahisse copia para ser remettida a s. ex.ª, de quem, a par do muito respeito, lhe ficam as mais gratas recordações.»

Está esta acta assignada pelos respeitaveis e nobres vereadores, todos, com excepção d'um só, que não assistiu á sessão: são os ex.^{mos} srs.—dr. José Maria de Freitas, presidente—Francisco Alves Christovão Pinheiro—Francisco Gomes da Silva—Thomé d'Almeida e Silva—Aurelio Alfredo Nogueira—e Antonio Pereira Campeão, sobrinho.

Honra aos habitantes da comarca e cidade de Thomar, ao municipio e aos nobres cavalheiros que tão dignamente o representam.

Thomar, 12 de Janeiro de 1877.

Um Thomarense.

NOTICIARIO

Um cidadão benemerito.—Acha-se fundada uma bibliotheca publica nos paços do concelho da Praia da Victoria, na ilha Terceira, creada pelo sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro, denominada—*Bibliotheca Silvestre Ribeiro*—em signal de respeitoso preito ao nome de seu generoso fundador, que a tem enriquecido com importantes remessas de livros e mappas. Sobem já a 1:081 os volumes offerecidos, que aquelle cavalheiro promette augmentar successivamente.

O mesmo benemerito cidadão tem generosamente contemplado a eschola de instrucção primaria, existente na mesma villa, com varias offertas de livros, para nucleo da sua bibliotheca, e para serem distribuidos pelos alumnos.

Portanto, com toda a justiça foi em portaria do ministerio do reino de 13 do corrente, mandado louvar o sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro—*pelos relevantes serviços que d'esta forma tem prestado, e promette continuar a prestar, á santa causa da instrucção e educação popular, de que tem sido um dos mais devotados apostolos, tornando-se por isso credor da consideração e reconhecimento do paiz.*

Soccorros.—Grande numero de professores da Universidade e Lyceu, reunidos no domingo, a convite do sr. vice-reitor, resolveram que cada um concorresse com a importancia de um dia do seu respectivo ordenado, para ser applicado o seu producto ao soccorro das mais necessitadas victimas das extraordinarias chuvas e inundações, que ultimamente tem havido.

Commissão de recenseamento.—Ficou assim composta a commissão de recenseamento d'este concelho de Coimbra.

Proprietarios

Dr. Bernardo de Serpa Pimentel
Dr. Raymundo da Silva Motta
Dr. Francisco Augusto Correia Barata
Bazilio Augusto Xavier d'Andrade
Joaquim Ignacio Roxanes
Joaquim Martins da Cunha
Manoel d'Almeida Cabral.

Substitutos

Anthero Augusto d'Almeida Araujo Pinto
Daniel Ferreira de Campos
Francisco Maria de Sousa Nazareth
José Marques Manso
Arthur Manso Preto
Joaquim Soares de Campos
Francisco Pedro da Silva.

Conflicto.—Consta-nos que no sabbado ultimo se levantara um conflicto entre os estudantes do 3.º anno de Direito e o seu professor o sr. Dr. Ayres de Gouveia, por causa de uma publica reprehensão, por elle dada; e que o curso tomou como offensiva á sua dignidade.

Visita.—O ex.^{mo} sr. Bispo Conde foi hontem á egreja de Santa Cruz ver os estragos da cheia.

Cemiterio da Conchada.—Nas duas ultimas semanas enterraram-se os seguintes cadaveres:

Alberto Lopes, filho de Augusto Lopes, de Coimbra, de 2 annos, fallecido no dia 30 de Dezembro de 1876.

Adrião Maria de Miranda Oliveira, filho de José Dias de Miranda e D. Anna Clotilde d'Oliveira, de Coimbra, de 65 a 66 annos, fallecido no dia 4 de Janeiro de 1877.

João Maria da Silva, filho de Caetano da Silva e Theresa Michaela, de Coimbra, de 60 annos, fallecido no dia 5.

José Simões da Silva, filho de José Herdeiro e Josepha da Silva, de Friumes, de 79 annos, fallecido no dia 6.

D. Maria Adelaide das Neves e Mello, filha do Dr. Antonio José das Neves e Mello e D. Maria Isabel das Neves, de Coimbra, de 60 annos, fallecida no dia 6.

Francisca Rosa, filha de Thomaz Antonio da Silva e Jacintha Rosa Correia, de Arazede, de 60 annos, fallecida no dia 6.

D. Theresa Antonia d'Abreu Vaz, filha de José Antonio de Abreu e D. Maria da Conceição de Abreu, de Tavira, de 74 annos, fallecida no dia 7.

Maria Delfina, filha de Joaquim Antonio Marcelino de Moura e Delfina Rita Soares, de Santa Combadão, de 29 annos, fallecida no dia 8.

Anna Fagunda, ignora-se a sua filiação, de S. Silvestre, de 68 annos, fallecida no dia 9.

Maria Augusta, filha de Joaquim José Rodrigues e Maria da Ascensão, de Coimbra, de 16 mezes, fallecida no dia 10.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada—6:910.

Mercado de Coimbra.—No mercado do dia 15 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 520—Dito branco 500—Dito de Celorico meudo 520—Dito graudo 400—Milho branco 360—Dito amarello 370—Feijão vermelho 750—Dito branco da marinha 800—Dito da terra 660—Dito rajado 540—Dito frade 460—Centeio 280—Cevada 210—Favas 340—Tremoços 260—Grão de bico gallego 540—Dito graudo 650—Azeite 1$640—Vinho da Beira 850—Dito da Bairrada 950—Dito do Bairro 700.

Nova cadeira.—Foi creada uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino, na freguezia de Sernache, d'este concelho.

O Seculo.—Recebemos o n.º 3 do *Seculo, publicação de philosophia popular e de conhecimentos para todos.*

Vacaturas.—Foram declarados vagos os circulos de Cantanhede, Moura, Macau, Timor e Pombal.

Dois annos nos conduziram no deserto estes falsos profetas, com suas *columnas de fumo*; extraviando-nos por brenhas, despenhando-nos por fragas; colhendo só para si o *maná* do céu, dando-nos a nós o absyntho das gandras—ameaçando-nos todos os dias de quebrar as taboas da lei que a Providencia nos outorgára, se a elles sós não obedecessemos, e mais que a essa mesma lei não respeitassemos—alardeando a cada hora seus falsos serviços, que nunca nos aproveitáram, impedindo e desprezando os nossos para que não aproveitassem. E agora, agora quando por outro visivel favor da Providencia, pelos incontrastaveis progressos da civilisação da Europa, começamos a avistar de longe *a terra da promissão*, quaes são seus esforços agora, qual é seu empenho, aonde tendem suas maquinações todas? A arredar-nos, a embaraçar-nos, a semear a zizania entre nós, a desacreditar-nos, para ver se, ou nos embrenham outra vez pela esterilidade do deserto, ou nos vendem de novo ao Moabita.

E tudo temos soffrido com paciencia; e exceptuando um ou outro clamor, que logo se abafou, com um silencio e resignação que a nossos proprios oppressores devia encher de remorsos e vergonha, se de remorsos ou de vergonha fosse tal gente capaz. Temos soffrido oppressão, injuria, insulto, escarneo, calumnia—pela falsa ideia que seus mirmidões e sycofantas entre nós fizeram prevalecer, de que *era preciso calarmo-nos e ter paciencia para se ganhar a causa da patria.* A nossa paciencia não faltou: mas elles que fizeram? Devoráram esse resto da substancia publica que por acaso appareceu, dividiram-n'o entre si e seus parasitos, e os *ceitis*, que por muita mercê consentiram a nos arrojar, de vez em quando, foram chorados, e mal dados, e dados quando lhes aprouve, e dizimados pelas harpias, que elles engordam para nos devorar a nós.

E não bastará já de soffrimento; não nos desenganaremos em fim de que a nossa resignação só serve para os animar a novas prepotencias, e traições, e insultos? «Não será tempo em fim de que nos intendamos os portuguezes, e consultemos por nossa salvação; que nos libertemos d'este jugo de ferro, e salvemos, quando menos, a honra? Não será tempo em fim de que se forme aquelle *consensus bonnorum omnium*, que faça tremer e fugir estes flagiciosos Catilinas?

Sim: é tempo. Até aos portuguezes chegará a sua hora. Até nós, nós os mais sujeitos dos escravos da terra, até nós vâmos libertar-nos. É forçoso que n'esta hora solemne se diga a verdade, que se denuncie a impostura, e nos conheçamos, e intendamos uns aos outros, para que novas perfidias e nova cegueira nos não tornem a submergir na miseria de que o povo francez nos libertou.

E já que se não ergue outra vez em Israel, sôe a minha voz nas tendas de seus filhos. Já que outro profeta se não suscitou dentre o povo para lhe prégar a palavra da verdade e do desengano, eu tomarei em minha lingua o *calculo ardente* que a purifique, e soltarei a formidavel palavra JUSTIÇA. Meu estilo mal aparado e não affeito a coisas politicas, em que jámais pratiquei, correrá como o *calamo do que escreve veloz*, talvez sem arte, sem a deducção e compostura que a materia pedia: acaso, traçando os vivos sentimentos de um coração devorado de patriotismo, meu estilo perderá no grave e pausado das reflexões, pela poetica effervescencia das imagens. Embora! não o conterei.

Pela primeira vez, e tarde para meus annos, dou desafogo a sentimentos que nasceram com o meu coração e não envelheceram com o meu corpo, nem morrerão com a minha vida. Pela primeira vez confio dos *immortaes* caracteres da imprensa, os pensamentos de minha solidão: tão crus, e indigestos virão elles que a meus concidadãos não aprazam! Embora! não os sei elaborar melhor.

Pacifico e obscuro membro da sociedade, tenho vivido até á velhice como estrangeiro no meio da minha patria, calado e apparentemente indifferente em suas oscillações. Calado e resignado vim deshonrar as tristes cans no ignominioso desterro, para onde todos fugimos cobertos de sangue, e de infamia. Calado, e resignado tenho visto e soffrido, como os outros, a indecente arrogancia com que no lodo em que nos mergulharam, acinte nos tem calcado a desalmada aristocracia, e seus vis mirmidões. Tenho ouvido seus desprezos, os apupos de seus sycofantas; tem-me retinido nas orelhas, e chegado até os seios d'alma as descompostas risadas de seus parasitos, quando nas regaladas mesas de seus Amphitriões zombam dos farrapos que mal nos cobrem, e do pão *negro* da amargura que esmolamos pelas portas, e da pallidez de nossas faces esqualidas de miseria e fome.... Santo Deus! que mais nos resta ver, e ouvir!

(Concluir-se-ha).

A caridade publica.—Imploramos a caridade das almas bemfazejas, a favor de uma infeliz senhora, que mora na rua dos Anjos, n.º 17, 2.º andar, lado esquerdo.

Esta senhora, prendada e de esmerada educação, tem sido perseguida por atroz infortunio. Padece grave molestia chronica, que a impede absolutamente de trabalhar; e acha-se destituida de todos os meios de subsistencia, assim como um seu filho de 17 mezes de edade.

Deus abençoará os seus generosos bemfeitores.

Tabella auxiliar de escriptorio. — Recebemos esta publicação, na qual vem mencionados os preços das diversas impressões que se fazem na acreditada typographia do sr. Manoel Caetano da Silva, d'esta cidade.

É acompanhada com o kalendario para o corrente anno.

Na capa d'esta *Tabella* vêem-se duas gravuras, que vem mais uma vez mostrar a pericia dos nossos patricios o sr. Gonçalves, como desenhista, e do sr. Silva, como gravador.

São dois mancebos de muito merecimento. O primeiro é filho do acreditado pintor o sr. Gonçalves, e o segundo é filho do sr. Manoel Caetano da Silva, proprietario da typographia.

Queixa—Informam-nos de Eiras, que no dia 6 do corrente, pelas 6 horas da tarde, os cabreiros Antonio Galhardo e José Negro, introduziram os seus rebanhos de cabras n'uma propriedade de Francisco Marques Valença, destruindo-lhe as cearas, e encaminhando-as depois n'uma matta pertencente ao mesmo predio.

Os cabreiros estão em geral acostumados a praticar attentados como este, o que provem da impunidade em que ficam.

As auctoridades tambem agora não procederão, quando ha testemunhas de vista e houve gritos de aqui-d'el-rei?

Estamos para ver o que acontece.

COMMUNICADO

Sr. redactor.

Pedimos a v. a publicação da inclusa copia d'uma carta dirigida hoje pelos alumnos do 5.º anno juridico ao ex.^{mo} sr. Dr. Antonio Ayres de Gouveia, lente de Direito Ecclesiastico Portuguez, na Universidade.

Para illucidação de quem houver de julgar-nos n'esta pendencia narraremos em breves traços o acontecimento que lhe deu logar.

S. ex.ª marcou para *depois de férias de Natal* um exercicio escolar. Os alumnos do 5.º anno — talvez por uma errada interpretação das palavras de s. ex.ª — entregaram-n'o depois, não tendo a minima intenção de offender ou desconsiderar s. ex.ª, e julgando não faltarem aos seus deveres, nem contrariar a disciplina, porque a isso se não oppunham os usos universitarios e não tinha sido marcado *rigorosamente* o dia.

Esta pretendida falta foi da cadeira abaixo estygmatisada por s. ex.ª com phrases indicativas, de que o curso, que aliás sempre o respeitou, não tinha brios nem dignidade.

Foi isto o que deu logar a que o curso do 5.º anno juridico, para desaffrontar-se, quanto o comporta a sua situação de discipulos, dirigisse a s. ex.ª a carta que segue:

Ill.^{mo}, ex.^{mo} e rev.^{mo} sr.—Dirigindo-nos por este meio a v. ex.ª, depois do conflicto lamentavel, que hontem surgiu na aula de Direito Ecclesiastico Portuguez, temos em vista communicar-lhe o que em momento de occorrencia para nós tão desagradavel nos vedou de manifestar a disciplina academica.

Sem recordar a causa do conflicto, a que demos logar, não por deliberado proposito de contrariar as indicações de v. ex.ª, antes julgando interpretal-as, protestamos respeitosamente — como nos cumpre — contra as amargas recriminações, menos apropriadas a corrigir qualquer falta disciplinar nossa, havendo-a, e sobremodo offensivas da nossa dignidade de homens e de academicos.

Lembrando a v. ex.ª a publicidade do facto para os effeitos que a delicadeza certamente suggerirá ao espirito de v. ex.ª, temos a honra de subscrever-nos

De v. ex.ª — discipulos respeitosos

Coimbra, 14 de Janeiro de 1877.

Carlos Alberto Sá de Miranda
Roberto Alves de Sousa Ferreira
Joaquim Alves da Hora
Pedro Metello Corte-Real
Manoel Joaquim Gonçalves
Diamantino Sequeira Neves
Antonio Julio Pimentel Martins
Francisco da Motta Porto-Carrero
Manoel Pinheiro Guimarães
Francisco Maria Bordallo Andrade e Sá
Alfredo Arthur de Carvalho
Affonso Acacio Martins Velho
Antonio Carlos da Silva Mello Guimarães
Joaquim Pargana Neves
Manoel Paes de Sande e Castro
Antonio Ferreira Augusto Junior
Affonso Maria Diniz Sampaio
Antonio Alexandrino Pereira d'Andrade
José Osorio Mesquita Oliveira Homem
José Ferreira de Pina Callado
Augusto Soares Lobo
Avelino Augusto Dias
Manoel Rufino da Graça
Antonio Augusto Gomes d'Almendra
Bento Teixeira de Figueiredo Amaral
Felix Thomaz d'Azevedo
João Monteiro Vieira de Castro
Emilio Ribeiro de Castro
Francisco Fernandes Figueira
Pedro Bernardo Soares
Augusto Victor dos Santos
João Maria Ribeiro Callixto
Manoel Moreira Feio
Manoel Augusto Pereira e Cunha
José Pinto Dá Mesquita Gouveia
Antonio José de Barros
Arthur Martiniano d'Oliveira
José Pereira Cyrne de Castro da Silva Bezerra Fagundes
José Peixoto Pereira Saldanha
Arthur Antonio Manoel Sarafana
Constantino Ferreira d'Almeida
José Augusto Soares Ribeiro de Castro
Agostinho d'Abranches Teixeira Fazenda Viegas
Francisco Antonio da Veiga
Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão
Luiz Henriques Charters d'Azevedo
João Gonçalves de Medeiros
Eduardo Roseiro de Mattos Coelho
José Teixeira da Costa e Sousa
Antonio Simões de Carvalho Barbas
Ruy Couceiro da Costa.

ANNUNCIOS

1 LEOPOLDO RIBEIRO GUIMARÃES, declara que tendo na cidade do Rio de Janeiro, imperio do Brasil, firmado em Março de 1875 um contracto com Augusto Pinho & C.ª, ou Antonio Augusto Pinho, em que estes se obrigaram n'essa épocha virem a Guimarães, n'este reino, liquidar e receber a importancia do que ao annunciante pertence do espolio de Josepha Emilia Ribeiro, e não tendo os ditos Augusto Pinho & C.ª cumprido as estipulações d'aquelle contracto, acha-se elle revogado e o annunciante no Brasil já tem em juizo acção para rescindil-o; e assim faz publico para que ninguem, nem judicial, nem extra-judicialmente faça qualquer pagamento, ou transacção, com fundamento n'aquelle contracto, que está caduco, e não póde obrigar o annunciante a cousa alguma.

CENTRO PROMOTOR
DE
INSTRUCÇÃO POPULAR

2 PARA OS EFFEITOS de que tractam os artigos 26 e 40 dos respectivos estatutos, e d'ordem do ill.^{mo} sr. vice-presidente, servindo de presidente, são convidados por este meio os dignos associados a reunir em asssembleia geral, no dia 21 do corrente mez, pelas 10 horas da manhã.

As listas não deverão conter mais de 13 nomes, sendo nove para a direcção, com designação dos cargos de presidente, vice-presidente, e primeiro e segundo secretarios, e cinco vogaes; e trez para a commissão de contas.

Coimbra, 16 de Janeiro de 1877.

O 1.º secretario
Augusto José Gonçalves Fino.

LEILÃO
31, Rua do Visconde da Luz, 33

3 VENTURA DE CASTRO participa a todos os seus freguezes e amigos, e ao publico em geral, que vae liquidar todos os artigos do seu estabelecimento, por não poder continuar á testa do mesmo, em vista do seu melindroso estado de saude.

Principiou no dia 1 de Janeiro de 1877 e seguirá todos os outros dias até completa liquidação, das 3 horas da tarde ás 9 da noite.

Fazem-se vendas particulares com grande reducção de preços.

Venda de milho

4 NO DIA 18 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na praça 8 de Maio, n.º 45, antigo largo de Samsão d'esta cidade de Coimbra, se ha de proceder á venda de 1:320 alqueires de milho branco, e 680 alqueires de milho amarello, pertencentes á massa fallida do ex.^{mo} Francisco Lopes Gavicho Tavares de Carvalho, de Tentugal.

Coimbra 18 de Janeiro de 1877.

O curador fiscal provisorio
Antonio Duarte Areosa.

ESSENCIA
DE
SALSA PARRILHA E CAROBA
GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

5 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

Substituições a militares

6 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

PIANO

7 NA TRAVESSA DO CABIDO, n.º 1, se vende um piano proprio para ensino.

Feira de Março em Aveiro

8 POR ORDEM da camara municipal do concelho d'Aveiro se faz publico, que todos os negociantes que quizerem concorrer á dita feira farão ao arrematante do abarracamento, Manoel Antonio Loureiro de Mesquita, d'esta cidade, até ao dia 15 de Fevereiro futuro, a necessaria requisição da barraca, designando os lanços que pretendem, sob pena de que, não o fazendo até ao indicado dia, não pode o mesmo arrematante ser obrigado a construil-os.

Aveiro e Secretaria da Camara 15 de Janeiro de 1877.

O escrivão da camara,
Francisco de Pinho Guedes Pinto.

UNICO DEPOSITO
DAS
VERDADEIRAS MACHINAS DE COSER
DA
COMPANHIA FABRIL
SINGER
JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA
32, RUA DO VISCONDE DA LUZ, 36
COIMBRA

9 A ESTE DEPOSITO já chegaram machinas de mão, tambem do auctor «SINGER», tornando-se muito recommendaveis pela simplicidade do trabalho e pela perfeição com que cosem em toda a classe de costura; dividindo-se o pagamento em prestações de 400 réis por semana.

Além d'estas se encontram no mesmo deposito grande sortido de machinas para familia, alfaiate, sapateiro e correeiro, continuando-se a facilitar o pagamento em prestações semanaes de 400 e 600 réis, segundo a classe da machina; e quando o comprador quizer adiantar as suas prestações abate-se 10 %.

D'esta forma ainda os menos abastados conseguirão sem grande sacrificio comprar uma das melhores machinas, as que tem sido mais premiadas, as que offerecem mais duração, as mais faceis para aprender, e que fazem mais perfeito trabalho, sem complicação de apparelhos, e unicas que cosem na fazenda mais fina, e de maior grossura, e que embainham, bordam a trancinha e a fios de seda, franzem, mettem cordões, guarnecem, fazem pregas, tudo a dois pespontos e sem alinhavar.

Ensino gratis no deposito ou em casa do comprador, sendo na cidade. Os preços são eguaes aos de Lisboa e Porto.

DENTISTA
CEREGHETTI DOMINIQUE
CIRURGIÃO DENTISTA
SUISSO

10 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas que, extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fundo da rua das Figueirinhas, n.º 52.

RAPAZ

11 PRECISA-SE de um para caixeiro na Livraria Popular, rua do Visconde da Luz, Coimbra. Quem estiver no caso dirija-se á mesma livraria.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3076 | Sabbado 20 de Janeiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O desengano ácerca da marcha que segue o actual governo vae chegando a muitos d'aquelles que até aqui lhe davam apoio. Tem-se tornado assustador o nosso estado financeiro; e a não haver quem faça pôr um termo aos esbanjamentos que se estão praticando, chegará um dia em que seja quasi irremediavel uma tal situação.

Gasta-se dinheiro ás mãos largas; contraem-se successivos emprestimos, sem se reparar em que os juros vão crescendo annualmente de um modo incrivel; emfim o governo na sua administração financeira está procedendo como os antigos morgados, que não cuidavam do dia seguinte, e só tratavam de gozar, embora se arruinassem as suas propriedades.

Ha dias o sr. marquez de Avila e de Bolama, presidente da camara dos pares, convocou para sua casa uma reunião dos deputados seus amigos, e de alguns outros cavalheiros. Expoz-lhes que não podia continuar a dar apoio ao governo, porque este seguia principalmente na questão de fazenda um caminho errado, e que podia conduzir a grandes desastres.

Esta opinião do sr. marquez de Avila e de Bolama foi francamente apoiada pelos seus amigos politicos.

É significativo este facto. Não são unicamente os membros das opposições politicas que combatem o governo; agora são já aquelles que o haviam apoiado na esperança de que elle teria emenda nos seus desatinos; e que desilludidos, e reconhecendo que nada ha a esperar, lhe retiram a sua confiança.

Folgâmos com este procedimento, e tanto mais quanto n'esta épocha de corrupção e descrença não é vulgar.

Esta deliberação ha de necessariamente ter muitos imitadores.

Já basta de tanta devassidão, e de tanta desmoralisação na administração publica.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Succedem-se sem interrupção os escandalos praticados pelo governo.

O nosso esclarecido collega do *Progressista* relata no seu ultimo numero os factos que se deram, até terminar com a nomeação do sr. dr. Diogo Forjaz para decano e director da Faculdade de Direito.

É um sudario de miserias, caracteristicas da situação.

Que indecencia!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A falta de espaço impediu-nos de fazer, em o numero passado, todas as reflexões que desejavamos á carta de que nos pede a publicação o sr. Antonio Ribeiro Saraiva. Diremos, por isso, hoje mais alguma cousa.

Queixa-se o sr. Ribeiro Saraiva da junta do Porto, quando em Setembro de 1820 chegou a Coimbra, recusar-se a abrir os officios da regencia do reino, trazidos de Lisboa a esta cidade pelo marechal de campo, Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povoas.

É necessario sermos justos. Não se podiam estabelecer relações entre os governadores de Lisboa e a junta do Porto, desde que os mesmos governadores, na sua proclamação de 29 de Agosto, chamaram *preversos* aos directores da revolução do Porto.

E se os mesmos governadores do reino, na outra sua proclamação de 1 de Setembro, declaravam que haviam resolvido convocar côrtes, era isso unicamente devido ao progresso sempre crescente da revolução, e com o fim de verem se ainda a poderiam dominar, illudindo a nação com essa fallaz promessa.

Os governadores do reino, que na apparencia se mostravam tão brandos ultimamente, quando viam a revolução liberal triumphante, de certo, se podessem comprimir a mesma revolução, e haver ás mãos os seus chefes, não deixariam de lhes dar o mesmo tragico fim, que haviam dado em 1817 a Gomes Freire e seus companheiros de infortunio.

Ácerca d'essas censuras feitas pelo sr. Ribeiro Saraiva á junta do Porto, em rasão de se recusar a attender ao general Povoas, convidaremos a responder-lhe um illustrado escriptor, ainda hoje vivo. Queremos fallar do sr. José Maria de Sousa Monteiro, o qual no tomo II da sua *Historia de Portugal*, impressa em 1838, diz o seguinte, fallando dos intentos da regencia do reino:

«Esperançada em que a presença d'um official general no campo liberal podia seduzir e arrebatar-lhe alguns corpos, mandou no dia 13 o marechal de campo Alvaro Xavier Povoas a Coimbra, para, com a apparencia de ir entabolar negociações, *alliciar alguns dos commandantes dos corpos; porém o estratagema foi conhecido pela junta do Porto*, que recusou recebel-o na qualidade de parlamentario com que se apresentara, e o mandou sair da cidade, dando em resposta, que não se podia restabelecer negociação alguma com uma junta, cuja legitimidade era rejeitada.»

Eis ahi explicado o motivo do facto censurado pelo sr. Ribeiro Saraiva, da — *fatrica* do Porto, por orgão do *filho do armador* Ferreira Borges, não ter querido receber os officios do governo, trazidos a Coimbra pelo general Povoas.

E a proposito diremos, que muito sentimos e extranhâmos, que um cavalheiro tão esclarecido como é o sr. Ribeiro Saraiva, lance em rosto ao distincto jurisconsulto, José Ferreira Borges, o ter sido *filho de um armador!*

Como! Pois exercer o officio de armador é alguma deshonra? Pois agenciar por meios honestos a subsistencia para si e sua familia, não só infama quem assim procede, mas faz até transmittir essa infamia a seus filhos? Pois estas ideias ainda se sustentam no seculo XIX?!

O tal *armador* do Porto, de que nos falla o sr. Ribeiro Saraiva, deu a existencia ao illustre auctor do *codigo com-*

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXVII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O PELOURINHO

N.º 5

(CONCLUSÃO)

E tudo tenho visto e ouvido; e tudo tenho soffrido sem murmurar. Mas nem já cumpre, nem é honesto calar mais. Uma terrivel conjuração de indignos portuguezes se forma para nos perder, e empecer os esforços do patriotismo e inutilisal-os: de longa mão se preparam para trahir a liberdade e a patria, e nos entregar manietados nas mãos de nossos inimigos. É preciso denunciar esta conspiração, desmascaral-a, arrancar dos hombros infames dos escravos o manto do liberalismo com que se cobrem para nos enganar, mostrar-lhes as costas *verberadas* pelo latego de seus amos, e o callo da cerviz costumada ao jugo, e que elles diante de nós entonam como se foram homens livres. E o tempo urge. A liberdade triumphante no Sena, já escalla os Pyreneus, e talvez singra para o Tejo... E os parasitos, os venaes escravos da aristocracia começam a ensaiar suas artes para nos enganar, e desunir, e desvairar. A imprensa, a imprensa, que elles odeiam, e de que tremem, é em suas mãos como a espada que vacilla nas mãos do covarde assassino, symbolo da honra, arma do heroismo na mão do valente soldado, instrumento de maleficio nas do espadachim. Já pela imprensa nos propinam seus toxicos e venenos: eil-os desacreditando cidadãos benemeritos, fazendo o sordido panegyrico de seus amos, semeando entre os verdadeiros liberaes a zizanea das malquerenças.

E que outra coisa tem feito ha mais de um anno seus corruptos jornaes e insidiosos libellos? Para que fim se congregou essa junta de folicularios arregimentada e assoldadada pelos Palmellas, e Balbinos? E que bem os escolheu a torpe aristocracia para o torpe mester que lhes deram; clerigos devassos (1), e immoraes, cujo envilecido nome figura nas listas da espionagem de Paris, e de Lisboa; desertores e denunciantes; demagogos sediciosos e ignorantes, um que de sua obscuridade sahira por fingido liberalismo, e a quem a perda *de certos bahus*, e o servilismo com que lambeu os tijolos de South Audley-Street, deram vergonhosa celebridade (2); outro... Mas não enxovalharei mais a minha penna em tanta immundice e torpezas.

Mas impugnam o despotismo. Sim, o despotismo, que os não empregar. Invectivam contra D. Miguel. Porque D. Miguel os não quiz comprar. Facil se venderia a um despota coroado quem tão barato se vendeu a despotas emigrados. Negam? Pois neguem por obra e que se veja. Em vez de calumniar e insultar a seus opprimidos compatriotas, porque não ousam accusar os oppressores? Será por escassez de materia?

Mas não ousam, porque as larguezas da embaixada cessariam, as promessas de futuros empregos seriam retiradas; e aonde iria a gralha expulsa dentre os pavões?

Miseraveis enganadores, pois é D. Miguel porventura a *causa* de nossas desgraças; não será elle sómente *effeito*, mero effeito, um dos muitos effeitos que produziu a causa que vós defendeis? Foi D. Miguel que assassinou Gomes Freire, que fez o tratado de 1810, que inutilisou a revolução de 1820, que destruiu a liberdade em 1823, que fez quebrar a palavra real em 1824, que trahiu o rei e o povo em 1826? Seria D. Miguel quem da embai-

(1) O padre Marcos beberrão, espião, e desregrado: o padre Amaro, apostata, espião de Massena em Portugal, e periodista sempre assoldadado por alguem: Rodrigo de Magalhães, delator por officio, e por salario, deu juramento ao monstro de Portugal, e não emigrou, senão depois que o expulsaram da secretaria das justiças; taes são os panegyristas da regencia da ilha, e dos seus procuradores em Londres: todo o dinheiro tem sido para estes sevandijas, incensadores de D. Thomaz, quando deixa morrer de fome os subditos leaes, e briosos da senhora D. Maria II!

(2) Allude aos cofres publicos que o Dr. Magalhães, e Gama Lobo embarcaram no Porto nos bahus d'elles, que naufragaram depois em Londres e Paris!! Assim mesmo lá os aproveitou ambos a regencia para conselheiros... Lê com lê, crê com crê...! E a Terceira tudo aguenta...!!

mercial portuguez, ao sabio insigne, que honrou esta nação, e que se tornou conhecido em toda a Europa pelos seus escriptos de alto merecimento; em quanto que muitos *nobres* têm dado a existencia a vadios, ignorantes e até criminosos, que deshonram o paiz onde nasceram.

Por esta fórma, em quanto *plebeus* como aquelle *sobem*, *nobres* como estes *descem*.

Somos francamente latitudinarios com todas os opiniões; mas não podemos deixar de fazer este reparo a uma expressão que nos repugna profundamente.

Se o sr. Antonio Ribeiro Saraiva, em logar de ter a sorte de ser, como foi, filho do magistrado, e conselheiro da fazenda, José Ribeiro Saraiva, tivesse nascido de algum homem destituido de fortuna, mas que apesar d'isso grangeasse honradamente, pelo seu trabalho, os meios indispensaveis para lhe fazer dar aquella educação litteraria e scientifica, que veiu adquirir na Universidade de Coimbra, teria alguem direito a lançar-lhe em rosto a *baixeza do seu nascimento*, se é que ha nascimentos *baixos* ou *elevados*?!

Não! Pelo contrario muito mais louvores mereceria, quem com tão pouco fizesse tanto!

Não queremos aqui defender todo o procedimento das côrtes em 1822, relativo ao Brasil, de que as accusa o sr. Ribeiro Saraiva; mas para haver imparcialidade, e se avaliar as discussões n'essas côrtes, é mister estar bem ao facto e ter em conta os manejos que então se praticavam no Brasil, para o levar a separar-se de Portugal.

A junta da provincia de S. Paulo dirigiu ao principe real D. Pedro uma representação subversiva e toda tendente á revolta.

Esta representação veiu para Portugal, e foi presente ás côrtes, as quaes na sessão de 15 de Março de 1822 a remetteram a uma commissão, para dar o seu parecer ácerca do que convinha fazer em tal assumpto. Essa commissão foi de voto, que se esperasse por novas informações do Brasil, para então dar o seu parecer com segurança.

Levantou-se grande discussão por esse motivo, a qual durou as sessões de 22 e 23 de Março.

Foi na primeira d'estas sessões, que o deputado Fernandes Thomaz proferiu as expressões ácerca do Brasil, a que se refere o sr. Ribeiro Saraiva.

Convém, porém, saber, que Fernandes Thomaz partia do principio de que a opinião dos 13 membros da junta de S. Paulo não era a opinião geral do Brasil; porque se o fosse, entendia, pelos seus principios liberaes, que se não devia tratar de impedir a sua separação de Portugal.

É por isso que dizia Fernandes Thomaz:

«Consequentemente partindo d'estes principios digo, que é indecoroso ás côrtes e ao congresso deixar de decidir n'esta materia com o receio d'essa separação: primeiro, porque não ha factos conhecidos por onde se possa imaginar que existem taes desejos de separação: segundo, porque se existem taes factos, seria de justiça que se deixasse de legislar sobre o Brasil, visto que em tal hypothese é impossivel ao congresso fazer lá executar as suas leis.»

E ainda que não fosse a mais acertada a opinião de Fernandes Thomaz, de que se devia desde logo discutir aquelle assumpto, sem se esperar por mais noticias do Brasil; não sabemos com que justiça o sr. Ribeiro Saraiva ha de censurar aquellas côrtes, quando na sessão de 23 de Março foi approvado o parecer da commissão, pela grande maioria de 92 votos contra 22. E mesmo n'estes 22 da minoria appareciam nomes da maior respeitabilidade, um dos quaes era o deputado, ainda hoje vivo (unico d'aquellas côrtes), o sr. Basilio Alberto de Sousa Pinto, visconde de S. Jeronymo.

Diz o sr. Ribeiro Saraiva, fallando das expressões de Fernandes Thomaz ácerca do Brasil, que seu proprio pae—que era deputado pela Beira, voltou da camara indignado de loucura tão enorme e tão preversa.

Ha de-nos desculpar o sr. Ribeiro Saraiva em lhe dizermos, que se engana completamente. Seu pae, o sr. José Ribeiro Saraiva, não podia voltar das côrtes, depois d'essa discussão, pois que não assistiu a ella. E por isso não se poderá apresentar essa questão do Brasil como motivo da sua saida das côrtes.

A ultima sessão a que o sr. José Ribeiro Saraiva assistiu foi a de 20 de Março de 1822.

Na sessão do dia 18 tinham-se discutido os artigos da constituição, relativos ás camaras municipaes. O sr. José Ribeiro Saraiva não costumava fallar nas côrtes (e não dizemos isto para deprimir os seus conhecimentos, pois que bem sabio era Silvestre Pinheiro Ferreira, e fazia o mesmo, vindo para a *Restauração*, *Revolução de Setembro* e *Revista Universal Lisbonense* expender as suas opiniões); pelo que, na sessão do dia 20 apresentou, juntamente com o deputado Figueiredo, um voto em separado, o qual as côrtes não admittiram.

Em resultado d'isso o sr. José Ribeiro Saraiva não voltou ás côrtes no dia 21, e na sessão de 22 foi lida uma sua carta, em que por motivo de molestia pedia licença por alguns dias; a qual lhe foi concedida pelo seguinte officio:

«*Para José Ribeiro Saraiva*.—As côrtes geraes e extraordinarias da nação portugueza concedem a v. s.ª licença por tanto tempo, quanto seja necessario para tratar do restabelecimento da sua saude; esperando do seu conhecido zelo, e amor da patria, que apenas seja possivel, v. s.ª não deixará de vir logo continuar n'este soberano congresso as funcções de que tão dignamente se acha encarregado. O que participo a v. s.ª para sua intelligencia.

«Deus guarde a v. s.ª Paço das côrtes em 22 de Março de 1822.—*João Baptista Felgueiras*.»

Como é, portanto, que, conforme diz o sr. Antonio Ribeiro Saraiva, seu proprio pae saiu indignado da camara pelas expressões de Fernandes Thomaz, as quaes foram proferidas na sessão de 22 de Março de 1822, se n'esse mesmo dia lhe foi concedida pelas côrtes a dispensa, que por carta havia pedido, e não havia voltado ás sessões desde o dia 20?

Tinhamos muito mais que dizer; mas vemo-nos obrigados a parar, por nos faltar o espaço.

Eis ahi agora a carta do sr. Ribeiro Saraiva.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A redacção do *Commercio do Porto*.—Londres, 10 de Novembro de 1876.—Como me succede muitas vezes, quando ha dias dirigi ao *Commercio do Porto* a minha carta precedente, intentando tomar por texto do meu sermão algumas palavras do jornal em o n.º mencionado então, 252, logo me esqueci das palavras do mesmo texto, e deixei correr a penna por onde ella quiz, no vasto campo que a materia offerecia. O texto era o seguinte, que do *Commercio* copio:

«O estado lastimoso em que se acham as nossas colonias não é só devido áquelle procedimento (o procedimento dos inglezes). Nós pela nossa parte tambem temos concorrido poderosamente para elle, pela nossa indolencia e falta de patriotismo, pelo pouco interesse com que cuidamos d'aquellas joias da corôa portugueza, e pelo desprezo até em que, em geral, são tidos os negocios que dizem respeito a nossas possessões ultramarinas.»

O senhor redactor, ou quem quer que escreveu as palavras que acabo de copiar, está muito *innocente* n'este negocio; e attribue a simples desleixo ou desattenção, *o que é plano muito combinado e calculado, e ha muito, pelo protestantismo e maçonaria ingleza*; usando de nossos *illustres*, ou papalvos, ou traidores, ou tudo junto, que foram instrumentos da nossa ruina, para proveito só da Inglaterra.

E advirta-se, não me queixo dos inglezes, que jogam seu jogo; queixo-me, e abhorreço, e estigmatiso, a nossa papalvada infame e antipatriotica, que se deixa levar pelo nariz, ou melhor *pelo cabresto*, a reduzir uma patria que era nobre, respeitada e poderosa—o paiz, a nação, de todas as da Europa, que, bem aproveitadas suas proporções, melhor podia partilhar, pelo menos, com a Gran-Bretanha o dominio dos mares e commercio do mundo—á mais insignificante e ridicula que cobre a rosa do sol, n'esta mais pequena parte do mundo em extensão, e maior em poder e importancia.

Negue-me isto a infame liberangada pedreira, se pode!...

Como havia de poder justificar, primeiro o engano descarado que, logo de principio, fizeram ao reino ou povo portuguez, faltando á promessa solemne que continha o primeiro *Manifesto da junta do Porto*, depois da *revolução* (que a não devia ser, mas sim *restauração*—segundo prometteram e com direito) em 24 de Agosto de 1820? Prometteram côrtes, *as côrtes nacionaes*, que todo o mundo sabe não era a assembleia maçonica (no espirito e maioria) de 1821 e 22, *nas Necessidades*.

Foi por esse engano, que toda a nação abraçou o movimento, em que só não deu um tiro (excepto as salvas da polvora secca e regosijo), como cousa boa, legitima e necessaria. Mas a pedreirada enganosa não queria a *regeneração*, mas sim a revolução, e destruição do nobre imperio portuguez, a que desde 1817 se tinha dado o nome do *reino unido de Portugal, Brasil, e Algarves*, á imitação do *reino unido de Inglaterra, Irlanda e Escocia*—o que metteu medo e ciumes á Inglaterra.

Por isso que não queriam o que era justo, legitimo, e util á nação, e porque a nossa pedreirada, ou tola ou perfida, se deixou guiar pelas inspirações maçonicas inglezas e protestantes, rejeitaram logo o legitimo caminho que a regencia do reino consentiu e propôz, segundo as auctorisações que para isso tinha d'el-rei D. João VI (as quaes mesmo não eram precisas). Por isso, quando o general Povoas veiu de Lisboa a Coimbra com as judiciosas e legitimas propostas da regencia, para o legitimo arranjo da regeneração nacional; a futrica do Porto, por orgão do filho do armador, Ferreira Borges, não quiz abrir os officios do governo, respondeu petulantemente, e mandou a Povoas voltar immediatamente para Lisboa; fazendo-o acompanhar por um dos officiaes do Porto até certa distancia, para que não podesse communicar com mais pessoa alguma.

Foi, pois, continuando o préstito pedreiral para Lisboa, mascarando ainda a sua perfidia com a presidencia de Antonio da Silveira (depois visconde de Canellas), que não era pedreiro, e tinha sido angariado com fingidas e hypocritas protestações pelos Fernandes Thomazes, Silvas Carvalhos, e Ferreiras Borges & C.ª—Canellas era o homem feito como de proposito para semelhante papel; sanguineo, activo, ligeiro, patriota vaidoso d'essas qualidades, facilmente illudido (quem isto escreve o conheceu e tratou intimamente por tempo consideravel). Assim, pois, foi facillimo aos finorios illudil-o no Porto, e até que chegaram a Lisboa e ahi se apoderaram do governo; e então começaram a mostrar que já não precisavam d'elle para mascara. Abria elle então os olhos, quiz reagir, de accordo com Gaspar Teixeira; mas era tarde, e foi mandado em desterro para Canellas preso.

D'ahi para diante ficou a pedreirada sósinha dando as cartas; mas com a espinha da promessa que tinha feito no Porto distinctamente, das *côrtes verdadeiras*; tendo medo d'ellas, porque, tal era sua sabia organisação de eleições que não podia vir ás mesmas côrtes senão gente seria e patriotica; quizeram ver se palliavam sua tenção pedreira e revolucionaria, com opiniões de outra gente; e assim disfarçar a perfidia maçonica, que não queria reforma, nem restauração, mas destruição, revolução e roubo, e servir e contentar á maçonaria protestante ingleza, por quem a revolução era movida.

Mandou, pois, consultar, por todo o reino muitas pessoas de certo credito, perguntando-lhes: Se não conviria antes convocar uma representação nacional á moderna, pois que as côrtes era uma instituição antiquada, etc.? Tiveram cuidado de excluir n'esta consulta as pessoas que mais qualificadas eram para n'isso dar parecer; mas, assim mesmo, as opiniões que receberam, eram na maior parte contrarias a suas vistas revolucionarias, e não lhes agradaram portanto.

Discutiu a tal camarilha, que se erigira em governo absoluto, se publicariam ou não essas opiniões; mas como eram contrarias a seus desejos maçonicos supprimiram-'nas; arranjaram um motim militar no Rocio, por um alferes ou tenente e alguns cabos e sargentos, pedindo a *Constituição Hespanhola!* (de Cadiz de geração ingleza e maçonica). E assim lograram e ludibriáram a nação, *mandando-lhe* que jurasse uma cousa que ninguem ou quasi ninguem conhecia, e de que elles enviaram só com ordem de ser juradas por todo o reino, umas *bases* por elles mesmos feitas! E assim zombaram do reino, e o revolucionaram logo á vontade dos inglezes; que bem sabiam, prestar a constituição de Cadiz, e depois da ilha de Leão, só para fazer perder á Hespanha as Americas, assim como a sua cópia para nos fazer a nós perder a maior metade do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves—e preparar assim, para um pouco mais tarde, a perda das nossas bellas ilhas, e o melhor ou tudo, de nossas outras possessões ou colonias.

Os inglezes procediam como inglezes, puxavam a braza para a sua sardinha; mas, que diremos de uns pedreiros nossos, de proposito insultando na camara, em 1822, os deputados do Brasil?

Fernandes Thomaz, na mesma camara, quando elles se queixaram do mau tratamento, voltou-se para elles, estendendo a mão, e dizendo-lhes, sarcasticamente:—«Ah! querem-se ir embora, e separar-se com o Brasil? pois separem-se vão-se embora com elle.» E então, acenando com a mão para os mesmos deputados brasileiros (os mesmos que depois tanto concorreram e com razão para a separação), diz-lhes insultantemente:

«Adeus, senhor Brasil; passe por lá muito bem; não nos faz falta alguma; nada precisamos de vossa mercê!!»

Meu proprio pae, que era deputado pela Beira, voltou da camara indignado de loucura tão enorme e tão perversa. Não merecia, com effeito, Fernandes Thomaz e companhia uma estatua de cortiça—por não dizer de outra cousa—em recompensa de tal serviço!? E eu que assim fallo, conheci muito Fernandes Thomaz, desde quando era provedor em Coimbra, e lá me recommendou para meus exames de preparatorios, e depois em Lisboa, quando estava no governo; mas nem por isso posso perdoar-lhe o ter sido tal instrumento maçonico para reduzir á nullidade a minha patria, que foi tão nobre e grande e podia vir a hombrear com a Gran-Bretanha.

E para ver-se como tudo era obra da maçonaria, bastava reflectir, em como, ao mesmo tempo, mettiam o principe D. Pedro na mesma irmandade; como elle proprio escrevia a seu pae e rei, em 1824, impudentemente á maçonica; como eu tive a fortuna de descobrir, e ser instrumento para que se publicasse aquelle *honroso* documento do doidianas, que a revolução fez instrumento maçonico, para ruina de Portugal. Sobre este capitulo sei muito mais cousas importantes, mas o que fica dito é sufficiente por ora.

Querem saber o grande objecto da maçonaria, alliada, instrumento, do protestantismo inglez?... É descatholicizar Portugal e suas possessões; a fim de que as mesmas, com isso, vão gravitando mais e mais para o centro inglez; e preparando o advento do grande phenomeno politico que o grande orgão inglez, o *Times*, já deixou cahir, ha tempos, no fim de um de seus artigos principaes e oraculares:—«Que *no fim d'este seculo, a maior parte de toda a superficie do globo hade ser ingleza, com toda a probabilidade*.»

A respeito da união e fraternidade do protestantismo com a maçonaria, basta ver os relatorios authenticos que apparecem aqui frequentemente, de festas e solemnidades maçonicas, onde vem ás claras os nomes de clerigos, grandes dignatarios, bispos protestantes, etc., como membros activos e importantes da seita. Eis ahi o segredo dos esforços, agencias, etc., para protestantisar Portugal pela maçonaria, porque então hade gravitar mais e mais para o centro inglez, o nosso reino, com suas possessões.

Não tenho agora paciencia para mais; recommendo estes factos e considerações ao meu comprovinciano Thomaz Ribeiro.

A. R. Saraiva.

xada de Londres e das secretarias de Lisboa intrigou para se dar a regencia a D. Miguel? Foi D. Miguel que chamou lord Beresford a Lisboa para lhe entregar o exercito e destruir a Carta? Foi D. Miguel que formou, e que dissolveu a junta do Porto? Foi D. Miguel que para insultar as veneraveis cans do general Pizarro, para insultar tantas mil victimas da lealdade, e da liberdade, entregou o commando do deposito de Plymouth a um tenente-coronel, só conhecido no exercito por haver combatido nas fileiras inimigas, por haver trahido trez vezes o soberano e a patria? Seria elle que de Londres ao imperador enviou *uma deputação de imbecis e traidores* para tratar os mais importantes negocios do paiz? E quem a todos os emigrados quiz fazer embarcar como carga de escravatura para o Brasil, onde os poucos que se deixaram seduzir, encontraram o abrigo que é notorio? Quem desamparou a Madeira e a ilha Terceira, que só por milagre da Providencia, e pelo denodo do bravo Cabreira se salvou a ultima, não por nenhum esforço dos egoistas mandões? Seria D. Miguel ou a camarilha de South Audley-Street, que tudo isto fez (3)?

A posthuma, e mentirosa, e calumniosa representação da junta do Porto ao imperador do Brasil, as contas do sr. Balbino, as nunca averiguadas contas de Plymouth, as nomeações dos Magalhães e D. Francisco d'Almeida, as connivencias secretas com o principe de Polignac, a vergonhosa administração, e injusta distribuição da fazenda, serão obras de D. Miguel?

E para todas estas infamias se encobrirem e soffrerem, ha de se dar por banal razão, que os interesses da causa o pedem, que não convém desacreditar e desunir os emigrados? Mas essa immunidade é só para a camarilha, que dá dinheiro, e promette empregos. Esses são sagrados: ai de quem os toca! Erguem-se e ladram a ensurdecer, a cafila dos scribleros venaes, apenas de ss. ex.as se diga a minima palavra menos reverente: chovem calumnias, vituperios, desaba uma cataracta de insultos, não só sobre quem tal ousou, mas até sobre qualquer suspeito.

Indignos! e que vos fez o general Saldanha para o trazer no continuo remoinho de vossas farpadas linguas? Quantas vezes vós mesmos, que hoje o insultaes, beijastes o pó diante d'elle, e vos ajoelhastes ao idolo que então tinha templos e offerendas?

Commetteu triste falta em 1828: mas qual homem é impeccavel? E não foi elle o unico ministro constitucional (nem vós o ousaes negar) entre tantos que nos venderam e trahiram?

Mas a camarilha suspeitou (e não se enganará em suas suspeitas) que o bravo general não estava longe de ir lavar essas maculas no sangue dos inimigos da patria, e no seu proprio.... viu que as esperanças dos bons portuguezes se concentravam todas n'elle, que para elle, como para salvador, estendiam os braços os que em Portugal ainda gemem, os que pelo desterro peregrinamos, e até os que nas muralhas da forte Angra soffrem impacientes o jugo da mal rebuçada oligarchia: e eil-a que trata de desacreditar, e perder na opinião o unico homem, em torno do qual só se podem reunir os defensores de nossa liberdade.

Miseraveis! como vos cegou o odio proprio e a pitança alheia; vossos ridiculos esforços produzem o contrario effeito. O homem que Magalhães insultam, que Palmellas perseguem—basta-lhe o insulto e a perseguição para o purificar na opinião dos bons portuguezes.

A opinião dos portuguezes está formada ha muito: e a experiencia lh'o mostrará a seu tempo, a esses despreziveis servos, e a seus amos... Oh! e terrivelmente, e tremendamente para elles!

Londres, 4 de Outubro de 1830.

M. SCEVOLA.

Correspondencia

Londres, 30 de Junho.—Os Chalaças *calumniam*, de dia, e de noute, todos os emigrados que não estão *ajuramentados* na ord.. dos Myrmidões, de que é g.. m.. o marquez de P., princ... gener.. e caval.., a sua clientela, etc. Resposta—Que os Chalaças, *brancos fugidos*, calumniem, é proprio de todos os sevandijas de palacio; mas se o duque de Bragança escuta ainda Chalaças, Rezendes, Rochas, Itabayanas, e quejandos, a respeito de Portugal, e de portuguezes... então...!

Angra, na real typographia do Divan.

(3) Existindo entre os emigrados os senhores Silvestre Pinheiro, Solano Constancio, Margiochi, Saldanha, Philippe Ferreira, Cabreira, Liberato Freire, Stubbs, Henriques da Silva, Pizarro, Correia de Mello, Ferreira Borges, Manoel de Macedo, etc., etc., não é coisa bem estranha que o decoro da rainha, e a sorte dos seus subditos esteja exclusivamente confiada pelo tutor da rainha aquelles que por variados modos concorreram para a usurpação? D. Thomaz ainda a bordo da bombarda declarava que não gostava da Carta, e o conde de Villa Real dizia outro tanto.

COMMUNICADOS

Sr. redactor.—Em o n.º 3070 do seu periodico li um communicado d'esta cidade, com a data de 24 de Novembro ultimo, do qual a segunda parte me diz respeito como signatario, que fui, do attestado dos parochos da Covilhã sobre a pendencia que houve em 1871 entre o ex.mo sr. dr. Manoel Nunes Geraldes, e o revd.º sr. dr. Francisco Maria Rodrigues de Oliveira Grainha.

Os leitores do *Conimbricense* comprehenderão por certo a grande surpreza que me causou a leitura d'aquelle escripto, não tendo eu na minha já longa carreira publica (e d'isto podem dar testemunho todos os que me conhecem) um unico facto que deslustre o meu decoro de homem, e a minha dignidade de sacerdote.

Permitta-me pois, sr. redactor, que hoje occupe um pequeno espaço do seu periodico, para restabelecer a verdade dos factos, e assim acudir pela inteireza e inviolabilidade dos meus creditos de homem de bem.

Quando vieram a minha casa com o attestado, estava eu de cama bastante enfermo, e não tanto por isso, como pela confiança que tinha em quem me pedia a assignatura, subscrevi-o sem me dar ao trabalho de comparar o contheudo d'elle com a substancia do sermão que o sr. dr. Grainha publicára na sua primeira carta.

De então para cá estive sempre em inteira boa fé, e sei até que para muitas pessoas passou sem reparo a aliás notavel discrepancia entre os dois alludidos documentos, talvez porque, como eu, nunca os compararam.

Agora, porém, que me era forçoso confrontar o attestado que assignei com a palavra escripta do proprio sr. dr. Grainha, vejo que aquelle attestado não é a rigorosa expressão dos factos.

Portanto em homenagem á verdade e ao caracter do sr. dr. Geraldes, cumpre-me declarar que, com quanto tivesse por exaggeradas as informações dadas ao auctor do *Papa-Rei* a respeito do que o sr. dr. Grainha dissera do livro e do seu auctor no pulpito de Santa Maria Maior, nunca foi minha intenção o negar que o referido sr. dr. Grainha, tivesse injuriado o sr. dr. Geraldes, nomeadamente na palavra *descaramento* com que affrontára o seu caracter de cavalheiro e homem de bem; e na camaradagem que lhe attribuira com os impios, com o que muito offendera a sinceridade e a firmeza de suas crenças.

Sou, sr. redactor, de v.—att.º v.º e c.º obg.mo—O prior da Conceição, *Gregorio José Paes.*

Covilhã 9 de Janeiro de 1877.

O escandalo Grainha-Alçada e o sr. governador do bispado da Guarda.

Começo por declinar o papel que o aliás delicado correspondente da Guarda me distribue no final da sua informação; e a dignidade propria só me permitte responder: *Non est hic locus.*

Folgo de estar mal informado; e congratulo-me com os fieis da egreja covilhanense por se haver justificado o padre accusado.

Aqui porém não se sabe tal; e para que todos o saibam, e ninguem duvide, urge que o sr. governador do bispado dirija a sua voz auctorisada aos fieis d'esta egreja, dizendo-lhes: Tranquillisae-vos; o vosso padre está limpo; podeis ver n'elle o sal da terra.

Em quanto ao padre denunciante, tenho minha difficuldade para crêl-o isento de imputabilidade; além das rasões que são obvias, fundo-me em que o seu irmão lhe levantou a accusação nas palavras (se bem me recordo): «Aqui ha fumo de insidia que suffoca, e fogo de traição que devora».

Mas supponhamos que não accusou, e não fez mais do que repetir *sem critica* o que lhe fôra dito: bem sabe o nobre correspondente que este acto, ainda quando se prove filho de leviandade, constitue um delicto; e quando menos, deve ser infligida uma correcção ao auctor d'elle, e imposto o dever de dar ao offendido uma satisfação publica. O aggravo foi publico; a reparação deve sel-o tambem.

D'esta maneira será levantada a magestade das leis, e restituida a honra ao innocente.

Desculpe-nos o prelado da Guarda, se assim ousâmos indicar a s. s.ª rev.ma o que lhe cumpre fazer; porém acima de todas as considerações pomos o respeito e veneração que todos devemos á sua auctoridade mesma, á consciencia dos fieis e á santidade do caracter sacerdotal.

Covilhã 14 de Janeiro de 1877.

M.

NOTICIARIO

Ladrões em Goes.—Communicam-nos de Goes o seguinte:

«Na noite de 6 para 7 do corrente, a pouca distancia d'esta villa, entraram ladrões na estalagem de Francisco Simões Ferreira, da Ponte do Sotão; porém o roubo foi pouco importante, tanto em dinheiro como em outros objectos.

Em uma das noites seguintes appareceu uma pequena loja de negocio e officina de sapateiro roubada e com a porta aberta; porém o roubo em dinheiro e outros objectos não excedeu a 16$000 rs.

Na noite de 9 para 10, e de 10 para 11 appareceram ás portas de um rendeiro de impostos municipaes e de um abastado negociante na praça d'esta villa e de uma pharmacia no largo do Pombal da mesma villa, com as portas forçadas por meio de uma ou mais alavancas de ferro; porém felizmente não conseguiram effectuar o arrombamento.

Na noite de 13 para 14 do corrente foi encontrado um sujeito chamado Antunes, filho de Sebastião Antunes, dos Povoraes, d'esta freguezia, que nas audiencias geraes de Abril ultimo se tinha livrado no jury pelo crime de arrombamento de uns bahus, pertencentes a Marcelino de Almeida, do Soito, e sobre o qual recahiam graves suspeitas, deitado entre uns madeiros, junto á casa de um negociante de vinhos, e proprietario, o qual se evadiu, apesar de ser reconhecido pelos criados do mesmo.

O negociante tratou logo de avisar o dono da loja e officina de sapateiro, que tinha sido roubada, e seguiu para a administração do concelho dando parte do occorrido.

O sujeito que tinha sido roubado, com alguns parentes e amigos trataram de se emboscar na extremidade das avenidas da ponte do rio Ceira, que dá passagem para esta villa, a fim de surprehenderem o ladrão. Em seguida recebeu o regedor ordem da administração do concelho para mandar vigiar a ponte pela policia. Este aproveitou como devia o plano que estava formado, reforçou a emboscada com a policia, e ás 11 horas da noite entra o ladrão Antunes pela ponte adiante com um sacco e manta ás costas em direcção a esta villa.

O marceneiro e ex-official de diligencias do juizo Antonio Maria Torres, que supponho estava do lado de lá da ponte, fazendo parte da emboscada, acompanhou o homem, aproxima-se d'elle, e logo que o reconheceu, lança-lhe a mão e grita *cá está o ladrão*. Sahiram então os sujeitos da emboscada e conduziram o homem á administração do concelho.

O malandro logo que se viu surprehendido atirou com uma alavanca de ferro curva com um buraco no meio, para longe de si; e deixou cahir o sacco que trazia ás costas no chão, o que tudo foi conduzido á administração do concelho.

Alli a instancias do magistrado administrativo fez importantes revelações (a serem verdadeiras), encontrando-se-lhe ainda no sacco alguns objectos que tinha furtado na loja e officina de sapateiro.

Diz-se que este bandido vinha fazendo de criado de uma quadrilha de ladrões vindos com elle de Lisboa na vespora do dia de Reis, os quaes estavam a pequena distancia d'elle em um alto proximo á ponte denominado o Castello.

O sr. administrador expediu logo aviso aos povos do alto da serra, Esporão, Carvalhal, Mindo e Folgosa, para cobrirem a serra, os quaes sahiram todos em massa, e os habitantes d'esta villa sem distincção de classe subiram por differentes partes ao alto do Castello, batendo alguns pinhaes de madrugada até se juntarem com os outros povos; porém a noite esteve escura, acompanhada de uma nevoa densa e humida, e portanto não obstante as bem tomadas medidas os bandidos não foram encontrados.

Os cabos de policia e cidadãos tem feito patrulhas de noite e mettido guardas com armas caçadeiras. Nota-se porém falta de armas de fogo, chegando a sahir de casa um pobre homem com um cajado e uma faca de matar porcos na mão.

Segundo revelações do preso os malfeitores projectavam commetter crimes horrorosos, roubando, matando as pessoas roubadas e lançando o fogo ás casas, para se evadirem na occasião do incendio, o que tem feito estar algumas familias em sobresalto.

O sr. administrador do concelho expediu logo na noite do dia 13 para 14 officios para os administradores dos concelhos vizinhos, a fim de ahi serem presos os malfeitores se fossem encontrados, indicando os signaes que lhe foram dados pelo preso, mostrando grande actividade, pelo que é digno do maior elogio.

É tambem digno de elogio Antonio Maria Torres, não só por effectuar esta prisão, mas tambem por já ter effectuado com bastante pericia a de dois cumplices no roubo e assassinato de Justina Maria, d'esta villa.

São tambem dignos de louvor alguns cidadãos d'esta villa por se prestarem da melhor vontade e espontaneamente a toda a qualidade

de serviços e terem até feito algumas despezas á sua custa.

O preso foi já remettido para as cadeias de Arganil, acompanhado do official da administração e 4 homens armados.

Dizem que vem um destacamento dessa cidade.

Goes 18 de Janeiro de 1877.»

Theatro Academico. — Foi na quinta feira, 18 do corrente, a primeira recita dada pela companhia franceza de opera comica no theatro Academico.

Subiu á scena a opereta *Les Brigands* do celebre maestro Offenbach. A musica é bonita, especialmente no primeiro acto.

A plateia estava completamente cheia, e nos camarotes viam-se muitas das primeiras familias de Coimbra.

O desempenho foi bom por parte de todos os actores; e excellente o de Marie Denis.

Além d'uma cantora distincta é Denis uma actriz de primeira ordem.

Tem muita naturalidade e chega a admirar como d'um corpo tão franzino sáe uma voz tão extensa. As notas saidas d'aquella garganta parecem pesadas gotas d'agua, caindo, uma a uma, sobre a superficie lisa de silencioso lago. Repetimos aqui a phrase d'um distincto escriptor ácerca da actriz Bordeleze: «Marie Denis é uma *chanteuse et enchanteresse*».

Seria necessario outro espaço e muito mais tempo para darmos uma noticia completa da primeira actriz d'opera franceza, que pisou os palcos portuguezes.

Marguerite Preziozi teve n'esta noite um papel secundario. Agradou e houve-se bem no seu papel de *fermier*.

Todos os actores concorreram para o bom desempenho da opera.

Hontem foi a *Perichole*, onde Preziozi se achou mais no *seu genero*.

Hoje representa-se *La Petite Mariée*, obra prima de Lecocq, e onde de certo admiraremos Marie Denis.

Ponto. — Sahiram em ponto para a segunda lição dos concursos da faculdade de Philosophia, a qual se verificou no dia 18 do corrente, os seguintes assumptos:

Origem da terra — sua constituição em epochas geologicas — seu destino futuro.

Dunas — sua importancia como chronometros naturaes — modo de evitar a sua acção destruidora.

Na primeira parte argumentou o sr. visconde de Monte-São, e na segunda o sr. dr. Joaquim Augusto Simões de Carvalho.

Eleições. — Ámanhã, 21 do corrente, pelas 10 horas da manhã, ha de proceder-se ás eleições para os differentes cargos do Centro Promotor d'Instrucção Popular, que os respectivos estatutos determinam que se effectue no terceiro domingo em Janeiro de cada anno.

Consta-nos que a direcção, com o louvavel desejo de que aquelle acto não deixe de effectuar-se no dia proprio, circulou aos associados, pedindo-lhes que se dignem comparecêr a esta sessão, que não poderá ter logar se por ventura não reunir numero sufficiente para poder funccionar.

Aproveitando a occasião, cumpre-nos rectificar o annuncio que para esta sessão publicamos no nosso numero anterior, por isso que nas listas deve tambem ir a indicação d'um individuo para o cargo de thesoureiro.

Azeite. — Desceu o preço do azeite n'esta cidade. Chegou a vender-se a 1$690 reis, e hoje regula a 1$640

Noticias de Cantanhede — Acabamos de receber de Cantanhede a noticia de um horroroso assassinato no logar do Boeiro, freguezia das Febres, concelho do Cantanhede.

Informam-nos de outros acontecimentos n'aquelle concelho.

Á hora em que recebemos essas informações já não as podemos publicar n'este numero. Irão, porem, em o numero seguinte.

ANNUNCIOS

1 ESTÁ ABERTO no cofre central o pagamento dos coupons da Junta do Credito Publico do 2.º semestre de 1876.

Repartição de Fazenda 17 de Janeiro de 1877.

O Delegado do Thesouro,
Antonio J. de Vasconcellos.

VENDA DE QUINTA

2 VENDE-SE a quinta chamada de — Valle de Figueiras — a 4 kilometros d'esta cidade de Coimbra, que se compõe de terra lavradia, grande vinha e grande olival, muitas arvores de fructa, boa nascente d'agua e casas d'habitação: é livre de fóros e d'outros quaesquer encargos. Quem a pretender póde dirigir-se a Ignacio Sobral, rua do Correio, n.º 90, até ao fim do corrente mez de Janeiro, para tractar do seu ajuste e venda, para o que se acha auctorisado.

PREVENÇÃO

3 NINGUEM contracte com José Marques Diniz Junior, de Lagares, ácerca de bens do mesmo ou que possam pertencer-lhe; porque é devedor a Antonio Rodrigues Lucas & C.ª, d'esta cidade, por titulo particular e por uma letra de cambio vencida e protestada, pela qual lhe vae mover execução n'este juizo.

Coimbra 9 de Janeiro de 1877.

Antonio Rodrigues Lucas & C.ª

4 ANTONIO DOS SANTOS MACHADO, do logar de Villa Pouca, freguezia de Sernache, faz publico, que se retirou da sociedade que tinha com Joaquim Pereira da Fonseca, de Sernache, e com Joaquim dos Santos Jorge, de Villa Pouca, caixeiro que foi do sr. Manoel Leonardo, de Coimbra, e outros, do negocio que tinham em Sernache, de mercearia, cabedaes, ferragens e outros artigos; e por isso faz d'isto sciente a todos os seus correspondentes, e que ficou a cargo d'elles todo activo e passivo (isto para fins convenientes).

Assim como acabou com a sociedade que tinha com Joaquim Pereira da Fonseca, no negocio de gados, do qual elle era gerente; e declara que áquelle senhor nunca lhe pediu dinheiro, e nem favores, antes pelo contrario, aquelle senhor é que.... Visto sujar a agua, beba.

Antonio dos Santos Machado.

AVISO
AOS
SRS. ESTANQUEIROS

5 DECLARO QUE, tendo-me despedido do deposito do sr. Dr. Adriano Barbosa, d'esta cidade, sahi d'aquelle estabelecimento no dia 19 de Dezembro preterito; e que estou hoje á testa de um novo deposito de tabacos de todas as fabricas nacionaes e de charutos estrangeiros, situado na Portagem, onde se vendem, por grosso e miudo, todos os tabacos precisos aos srs. estanqueiros, que serão tratados como costuma o

Vieira.

6 PELO JUIZO DE DIREITO d'esta comarca e pelo cartorio do escrivão o sr. Cabral, correm editos de 30 dias, pelos quaes o bacharel Francisco Henriques de Sousa Secco, residente na sua quinta da Ponte, em Antuzede, cita e chama a todas as pessoas incertas, que tenham direito á quantia de reis 9:101$500, quantia esta consignada no deposito, producto de uma propriedade, que se compõe de uma insua, choupal, casas, curraes e mais pertenças, no porto de Montesão, que o annunciante arrematou em hasta publica, perante o ex.mo sr. juiz de direito d'esta comarca, na execução hypothecaria, que o sr. dr. delegado d'esta comarca, e a camara municipal moveram ao fallido João Francisco da Silva, depositario geral que foi n'esta comarca, e cujos 30 dias, começaram a correr em 15 do corrente mez de Janeiro, e para dentro d'aquelle prazo dos 30 dias virem deduzir o direito que tiverem áquella quantia, com pena de revelia, e de se julgar expurgada a dita propriedade arrematada.

MASSA FALLIDA
DE
João Francisco da Silva

7 POR DESPACHO do ex.mo sr. juiz de Direito, e presidente do tribunal de commercio d'esta cidade, e a requerimento do ill.mo sr. juiz commissario da referida massa fallida, têm de ser vendidos em praça publica, no dia 30 do corrente, pelas 10 horas da manhã, á porta do tribunal de justiça, todos os bens rusticos, urbanos e outros effeitos á mesma relativos, os quaes são situados n'este concelho, no da Louzã, Miranda do Corvo, Montemór-o-Velho e Soure.

Para mais informações podem os pretendentes ouvir os abaixo assignados.

Coimbra 15 de Janeiro de 1877.

Os curadores fiscaes da massa
Joaquim Martins da Cunha
Miguel dos Santos e Silva.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

8 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, cachaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

POMBOS

9 A SOCIEDADE do tiro dos pombos de Lisboa, compra pombos em partidas não inferiores a 50, pelo preço de 140 reis cada um, pagos no acto da entrega em qualquer estação dos caminhos de ferro do Norte e Leste e de Sueste. Os vendedores podem, para mais esclarecimentos, dirigir-se aos chefes de estação ou ao secretario da sociedade, Luiz de Sequeira Oliva, e espingardeiro Imberton, rua Aurea, n.º 76, Lisboa.

ATTENÇÃO

10 PEDE-SE á pessoa que no dia 18 do corrente mez de tarde levou um chapeu novo de séda castanha escura, de 12 varetas, da casa do sr. José Maria de Almeida, d'esta cidade, a bondade de o entregar, na mesma casa.

DECLARAÇÃO

11 ANTONIO MARIA FERREIRA LIBERIO, residente na villa da Figueira da Foz, declara que suspende o direito a qualquer procuração que seu cunhado Antonio dos Santos Azevedo, apresente em nome do declarante.

Figueira da Foz 19 de Janeiro de 1877.

Antonio Maria Ferreira Liberio.

AOS AMADORES

12 UMA BELLA FLAUTA, de bomba, com 8 chaves, vende-se na rua de Quebra Costas, n.º 60.

13 LEOPOLDO RIBEIRO GUIMARÃES, declara que tendo na cidade do Rio de Janeiro, imperio do Brasil, firmado em Março de 1875 um contracto com Augusto Pinho & C.ª, ou Antonio Augusto Pinho, em que estes se obrigaram n'essa epocha virem a Guimarães, n'este reino, liquidar e receber a importancia do que ao annunciante pertence do espolio de Josepha Emilia Ribeiro, e não tendo os ditos Augusto Pinho & C.ª cumprido as estipulações d'aquelle contracto, acha-se elle revogado e o annunciante no Brasil já tem em juizo acção para rescindil-o; e assim faz publico para que ninguem, nem judicial, nem extra-judicialmente faça qualquer pagamento, ou transacção, com fundamento n'aquelle contracto, que está caduco, e não póde obrigar o annunciante a cousa alguma.

LEILÃO
31, Rua do Visconde da Luz, 33

14 VENTURA DE CASTRO particip a todos os seus freguezes e amigos, e ao publico em geral, que vae liquidar todos os artigos do seu estabelecimento, por não poder continuar á testa do mesmo, em vista do seu melindroso estado de saude.

Principiou no dia 1 de Janeiro de 1877 e seguirá todos os outros dias até completa liquidação, das 3 horas da tarde ás 9 da noite.

Fazem-se vendas particulares com grande reducção de preços.

Substituições a militares

15 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

16 CORRESPONDENCIA de artigos entre a edição precursora e a primeira edição official do Codigo do Processo Civil.

Obra destinada a facilitar o uso da edição precursora e sua notas.

Vende-se nas principaes livrarias de Lisboa, Porto e Coimbra.

Preço 200 réis

AGENCIA EM LISBOA

17 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico, incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.º

HONORIO & FILHO

18 OARTICIPAM a todos os seus freguezes e amigos, que lhes chegaram sapatos forrados, com palmilhas estufadas, á franceza, tanto para homem como para senhora, os quaes vendem pelo preço mais em conta possivel.

Tambem ha para creanças.

19 CASA DE PROFESSOR com bons commodos para alumnos internos (só meninos).

Francisco Mendes Pinheiro
Marco da Feira, n.º 28
COIMBRA

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3077 | Terça feira 23 de Janeiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A affronta que se faz a Coimbra, tirando-lhe o entroncamento do caminho de ferro da Beira, continua a ser o thema das geraes discussões n'esta cidade.

E' agora que Coimbra deve reconhecer o mal que lhe resulta de uma certa indifferença que em geral aqui ha pelos negocios publicos.

Esta terra, pela sua população, pela sua posição local, e por ser a séde do primeiro estabelecimento scientifico, podia e tinha direito a ser uma das mais importantes do reino. E comtudo não acontece assim.

Provém isso da falta de accordo, do habito de deixar tudo entregue á acção governativa, e de confiar todos os negocios á protecção dos grandes potentados politicos.

Os cidadãos tornam-se assim indifferentes a tudo, e só lhes resta sentir o mal quando elle já não tem remedio.

Qualquer reunião que haja no Porto faz logo recuar o governo em alguma resolução que queira tomar, que possa prejudicar aquella cidade.

Reconhecemos que Coimbra nunca poderia adquirir a importancia do Porto, attenta a grande desegualdade da sua população; mas em todo o caso muito se poderia conseguir se houvesse energia, boa vontade e verdadeiro espirito publico.

E por esta occasião não podemos deixar de muito extranhar a pouca ou nenhuma acção que se nota por parte do centro progressista d'esta cidade, nos diversos interesses d'esta terra.

Respeitâmos muito individualmente, e temos a honra de merecer a amizade de muitos dos cavalheiros que compõem aquelle centro; mas isso não impedirá que digâmos com toda a franqueza de que nos prezâmos, que não têm correspondido ao que havia a esperar da sua illustração e patriotismo.

Está o centro progressista organisado n'esta cidade ha muitos annos; e comtudo, qual é a sua acção na vida publica? Quem sabe praticamente da sua existencia? Aonde se manifesta a sua propaganda politica?

E' pela publicação do seu jornal? Não é o bastante; porque o centro progressista abandona quasi todas as questões de interesse local; e deixem-nos dizel-o — não vem conviver com o povo, animal-o, congregal-o e conduzil-o á lucta e ao combate.

Diz-se para desculpar o centro progressista, que tem contra si a corrupção do poder, das auctoridades e dos seus potentados locaes, principalmente pelos meios do recrutamento e dadiva de empregos.

E certo; mas as opposições não têm obrigação de vencer, mas de combater.

O antigo partido progressista sabia por experiencia, que perdia quasi todas as eleições; que era vencido pelas fraudes, pelas violencias e pelos mais escandalosos desaforos das auctoridades. E por ventura retirava-se do campo de batalha? Não! Estava sempre na brecha a obrigar o poder a ser arbitrario, e a fazel-o adquirir cada vez mais a animadversação geral; e por fim conseguiu uma explendida victoria.

Um centro, que só se torna notavel pela obscuridade em que vive, será tudo o que quizerem, menos o representante condigno de um grande partido como é o progressista.

Extranhar-se-ha que vamos metter fouce em seara alheia; mas não podemos continuar a guardar silencio ácerca de um facto, que tão reparado se torna, é que parece haver receio de o trazer á imprensa.

Não o entendemos assim, porque a imprensa é a arena de todas as discussões. Para nós não ha mysterios.

Pois o partido progressista manifesta vida em toda a parte, e só em Coimbra parece completamente morto?

Porque será? Quaes serão as causas, as contemplações, os elementos deleterios, que fazem aniquillar esse nobre partido n'esta cidade?

Aqui ha vicio radical. Terão coragem de o extinguir, ou quererão continuar n'esta censuravel inacção?

Muito estimaremos que se resolvam a tomar a iniciativa que lhes compete. Os partidos vivem do combate e não da indolencia.

Não ha meio termo: ou ser ministerial, ou opposicionista. O que ahi se vê não é uma, nem outra cousa. A quasi indifferença por tudo, não mostra a existencia do partido.

Quem não quer batalhar retira-se da vida publica. Não luctar, e concorrer até indirectamente para que se não lucte, é um verdadeiro attentado politico.

Pedimos desculpa aos nossos amigos de aqui dizermos isto; mas não po-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXVIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

A AURORA

N.º XII (a)

21 de Fevereiro de 1832

Quanquam milite, quanquam
Classe valet, patria tamen est firmissimus ira.
OVIDIO.

A expedição

O duque de Bragança chegou a Belle-ile a 2 do corrente no barco de vapor o *Soberbo*, que esperara por elle em Nantes. Á sua chegada o vice-almirante Sertorio, commandante da armada, foi a bordo do *Soberbo*: e depois de saudar D. Pedro, o acompanhou para bordo da fragata *Rainha de Portugal*. Assim que puzeram os pés na tolda foi içado o pavilhão real com uma salva de 21 tiros, correspondida por todos os vasos da esquadra. O duque de Bragança foi recebido com vivas acclamações de todos os navios com a gente nas vergas.

No domingo, dia destinado para que a guarnição prestasse juramento de obediencia á rainha, o vice-almirante conduziu D. Pedro sobre a tolda, aonde se achava todo o corpo da officialidade da armada, é a tropa da guarnição em armas. O duque estava vestido de uniforme de general, e ornado com as insignias das ordens portuguezas. O vice-almirante com os officiaes em grande uniforme, e tendo nas mãos o estandarte portuguez proferiu o seguinte juramento — *Juro fidelidade e obediencia a Sua Magestade Fidelissima*, DONA MARIA II — *á Regencia, que governa em seu nome — á Carta Constitucional dada por Sua Magestade Imperial, D. PEDRO, durante todo o tempo em que permanecer no serviço de Sua Magestade Fidelissima — com a condição de que, em virtude d'esta obediencia eu nunca seja empregado contra os interesses da minha patria.*

Logo após o vice-almirante prestaram juramento os officiaes, cada um de persi: depois do que o primeiro entregou o estandarte ao commandante da tropa de marinha.

Quando deu fim a pomposa ceremonia, que acabou com uma salva de 21 tiros de canhão, D. Pedro acompanhado pelo vice-almirante, capitão de fragata, officiaes da guarnição, e grande numero de portuguezes, que estiveram presentes, se retirou á camara: alli o vice-almirante em seu nome, e no de todos os officiaes da esquadra fez uma nova falla ao duque, repetindo-lhe os protestos da sua firme obediencia e zelo em tudo quanto fosse do serviço de sua magestade fidelissima. — Acabado isto, deu a seguinte:

Ordem do dia

«O commandante em chefe da expedição se apressa em fazer saber aos marinheiros e soldados da divisão, que sua magestade imperial houve por bem confirmar o dom dos vestuarios que o vice-almirante, confiado na conhecida grandeza de animo do imperador, se abalançára a prometter. Sua magestade não sómente confirmou tambem a paga de 55 shellings por mez, porém, a fim de mostrar a alta estima em que tem os marinheiros e soldados inglezes, e com particularidade os que se acham ás ordens do vice-almirante, accrescentou ao dito soldo 5 shellings cada mez em quanto o pavilhão da rainha estiver arvorado nos seus navios.

«O vice-almirante espera que a sua gente se esforce por todos a modos em obter a victoria de uma causa que, depois da do seu rei e patria, é a mais nobre em que um inglez possa empenhar-se — causa cujo louvavel objecto é restaurar uma augusta princeza ao seu throno; abrir os carceres a milhares de victimas, cujo unico delicto ha consistido em serem fieis aos seus deveres, e a seus juramentos; e fazer com que Portugal ganhe de novo aquella liberdade constitucional, que tanto ha contribuido para dar á nossa patria a soberania dos mares, e collocar-nos entre as primeiras nações do mundo.

«As intenções de sua magestade são pacificas e conciliatorias; mas se forem desattendidas, então, com o auxilio da divina Providencia, nós provaremos como verdadeiros bretões, que não é baldada a confiança que se põe em nosso valor e nossas armas, quando se trata de soccorrer os opprimidos e de libertar os innocentes».

(*The Globe*).

Em algumas cartas temos visto mais extensa conta do acto do juramento prestado á rainha de Portugal pela tropa e guarnição da armada. O que em todas se particularisa como circumstancia notavel é que o jubilo de toda a gente fôra inexplicavel; que o enthusiasmo, que a presença do duque de Bragança causou, excede a quanto se podia esperar. No tempo da ceremonia do juramento, que, segundo fica dito, foi quão pomposa e solemne podia ser, todos os olhos estavam cravados no semblante do augusto principe de Bragança. Parece que ninguem deixava de avaliar a importancia da acção que se estava representando — a maior, a de mais momento, a mais gloriosa que por ventura jámais praticou nenhum dos mais famosos antepassados de s. magestade, com quanto entre elles se conte grande numero de heróes.

Consta-nos que antes de proceder-se ao juramento, o duque perguntára se haveria alli algum homem arrependido de seguir a sua fortuna, e desejoso de voltar á patria? affirmando que este receberia logo a sua paga, e seria transportado á custa do governo portuguez até ás praias de Inglaterra? A resposta foram gritos de enthusiasmo, e vozes que expressavam o ardor com que tão brava gente protestou que desejava mostrar ao mundo como sabia prezar a honra de ser mandada por tal principe.

Mais de uma carta vimos com a data de 6, escriptas em Belle-ile; e todas concordam em que o duque não estava menos satisfeito da marinhagem e tropa do que estas se mostravam d'elle. O desejo ardente de todos era

(a) A *Aurora* publicou-se em Londres nos annos de 1831 e 1832. Sairam á luz 45 numeros. Era seu redactor Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Advogava a *Aurora* a politica governamental da emigração.

demos continuar a guardar silencio sobre um tal assumpto. Primeiro que tudo está o cumprirmos com o nosso dever de jornalista imparcial e independente.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Discutiu-se e approvou-se na camara dos deputados a resposta ao discurso da corôa.

Os granadeiros da maioria estão firmes no seu posto, e tudo approvam. Quem os quizer bem avaliar leia o seguinte, que transcrevemos do nosso collega do *Diario da Manhã*:

«Para se ver o estado de degradação a que chegou o parlamento, basta citarmos a seguinte anecdota perfeitamente e absolutamente authentica da sessão de hontem.

O sr. Barros e Cunha fez uns calculos pelos quaes pretendia provar que o governo gastou a mais do que estava auctorisado, 18 mil contos de réis.

Levanta-se o sr. Antonio de Serpa e rectifica da seguinte maneira:

— Está enganado, foram 26 mil.

Gargalhada da maioria.

Quando um parlamento chega a este grau de cynismo, em que um ministro póde fazer gala do esbanjamento com applauso da maioria, revela um deploravel estado de aviltamento.»

E nós acrescentaremos, que uma tal camara de deputados está ainda abaixo dos celebres 300 *de Villele!*

São dignos representantes, não da nação que os não elegeu, mas do governo que os despachou!

Que abjecção!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos de Lisboa um pequeno opusculo com o titulo de — *Appello aos operarios e a todas as classes trabalhadoras da região portugueza.*

Lemol-o attentamente, porque é sempre com interesse que vemos os operarios procurarem a sua instrucção.

Á par de muitos conselhos aproveitaveis, notámos ahi outros que não têm justificação possivel.

Recommenda-se n'esse opusculo o amor do trabalho, da economia, e do estudo. São excellentes recommendações, mas que achâmos misturadas com asserções como esta, quando se refere aos *padres*: — «*É a classe mais prejudicial não só á familia, como á sociedade.*»

E não se acrescenta um unico argumento para provar uma opinião tão falsa e temeraria!

Diz o auctor d'este opusculo:

«É preciso ler e ler muito, e dou-me por muito feliz se todos os meus irmãos do trabalho se compenetrarem do dever de reconhecerem, que isto é uma necessidade que devemos satisfazer immediatamente, que cada um o fará como melhor possa, com tanto que não se deixe adormecer.»

Não ha duvida que é preciso *ler e ler muito*; mas ainda mais preciso é ler bem. A boa leitura conduz o homem á pratica de todas as virtudes, e a má leva-o a todos os vicios e até aos maiores crimes.

Lê-se no mesmo opusculo:

«Vale mais fundar boas escolas, e quintas para experiencias de agricultura, do que edificar sumptuosas prisões; atalhar o infortunio e a miseria, do que construir e manter luzidos hospitaes.»

Optima doutrina é essa; mas para se obterem taes resultados o que é mister? Para que não se tornem necessarias as prisões carece-se de que os homens sejam escrupulosos no cumprimento dos seus deveres e no exercicio das virtudes christãs; e da mesma fórma a miseria e o infortunio só se atalham, ou pelo menos minoram, em uma sociedade onde se exerça com vontade preseverante a primeira d'essas virtudes — a caridade.

Por outros termos, só a religião póde concorrer para a diminuição das estatisticas das prisões e dos hospitaes.

Este opusculo parece-nos ser de propaganda, e por isso julgâmos dever fazer estes reparos; o a muitos outros se prestava a sua leitura.

Folgâmos com o progresso dos operarios; mas devem-se elles lembrar, que a *instrucção* sem a *educação* de nada vale.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ha muito tempo se queixam os negociantes de Coimbra de receberem cerceados os seus fardos de fazendas, que lhes são remettidas pelo caminho de ferro.

Têm-se queixado d'esses furtos, mas nada têm conseguido.

Agora, porém, descobriu-se um dos ladrões, empregado na estação d'esta cidade, o qual foi apanhado em flagrante a vender uma porção de linho.

Chegará finalmente a occasião de se pôr um termo ao descredito em que está o caminho de ferro?

Veremos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Houve hontem uma reunião de muitos membros da classe commercial d'esta cidade, a qual esteve muito animada.

Em attenção ao profundo desprezo a que o governo e a camara dos deputados têm lançado a cidade de Coimbra no negocio do entroncamento do caminho de ferro da Beira, resolveu-se unanimemente não se lhes tornar a dirigir representação alguma ácerca de tal assumpto; e antes pelo contrario se lavrasse um solemne e energico protesto contra o mesmo governo e camara.

Deverá haver nova reunião para ser lido o protesto e assignado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um nosso amigo nos informa, que indo no dia 7 do corrente no comboyo do caminho de ferro para Lisboa; ao chegar á estação de Sant'Anna, recebeu o conductor ordem para fazer parar o trem, em consequencia da grande inundação que tinha havido, e estar interrompido o transito.

Ficaram alli os passageiros demorados 5 dias, sem recursos nenhuns.

Um dos passageiros dirigiu-se ao sr. administrador do concelho do Cartaxo, pedindo-lhe providencias; e elle respondeu, que não podia dar nenhumas, e unicamente permittia que pedissem na povoação.

N'estas circumstancias, um dos passageiros, o sr. Lopo Vaz de Sampaio, mandou preparar no Cartaxo 50 rações de pão, bacalhau e vinho, que foram distribuidas pelos passageiros de 3.ª classe, por serem os mais necessitados.

Ficaram todos muito penhorados por este acto; e o nosso amigo pede-nos para o fazermos publico em signal de justa gratidão.

Da melhor vontade nos prestâmos a satisfazer a este pedido, porque estâmos sempre promptos a louvar os actos de caridade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ha um ponto na carta do sr. Antonio Ribeiro Saraiva, que acabâmos de receber de Londres, e que abaixo publicâmos, a que carecemos de fazer alguns reparos.

---

o da sahida: a da primeira divisão se verificou em o dia 10, a favor de prospero vento, que breve a fez perder de vista. A segunda divisão ficava para fazer-se á vela a 14, segundo lemos em alguns jornaes. Na primeira foi s. magestade, e a bordo dos navios d'ella 1:500 homens de tropa ingleza, afóra os soldados de guarnição e marinharia.

Eis por ora quanto nos consta — por ventura antes da publicação d'este numero mais saberemos digno de communicar-se aos nossos leitores em Portugal, a quem desejamos dar exactas informações do negocio, que a todos e a cada um tanto interessa.

Finalmente lá vae já parte da armada, que leva comsigo os nossos destinos: lá vae o duque de Bragança á frente dos bravos, que ardem em desejos de pisar a terra, que o despotismo de um usurpador sanguinario infama ha quasi quatro annos. Este é um feito que levará o nome do senhor D. Pedro á immortalidade, a par dos maiores homens do seu seculo e dos antecedentes.

Nós vemos este feito muito de perto: estamos familiarisados, para assim dizer, com o seu auctor, e com obra; e por isso não podemos dar-lhe todo o valor que tem, que a posteridade lhe não negará; e que já hoje lhe dão aquelles que o observam de mais distancia.

Porém seja-nos permittido (longe adulações e baixas lisonjas!) seja-nos permittido olhar para o porte do duque, sem nada exaggerar do seu merito, mas tambem sem lhe roubar o preço que lhe pertence indisputavelmente.

S. magestade assim que chegou á Europa declarou que tomava o dignissimo caracter de advogado de sua augusta filha, e da oppressa nação portugueza. Para não dar logar a desfavoraveis interpretações de inimigos claros e occultos, fez patentes as suas opiniões sobre a abdicação da corôa de Portugal, fallando, e portando-se de modo que nenhuma duvida poude restar sobre a firmeza com que permanecia na ratificação da mesma abdicação.

Appareceu ás claras o motivo que impellia o duque a instar pelo resgate dos captivos portuguezes: a restauração do throno da rainha era uma empreza a que a sua honra o chamava; o soccorro aos subditos de sua augusta filha uma acção que os seus sentimentos de humanidade lhe tornavam indispensavel. E qual era o quinhão que podia caber a s. magestade no feliz resultado da heroica tentativa? — Honra e gloria. — Satisfação de vingar os ultrages feitos pelo usurpador ingrato; e de restituir ao povo de um reino a liberdade, que de suas mãos beneficas havia obtido. Além d'isto nada ha que tenha valor na mente de um principe como o duque de Bragança; — mas onde estão os principes, e os não principes, que se abalancem a emprezas perigosas só com o fito em resultados eguaes? A fabula alguns exemplos nos amostra de semelhante desinteresse; a historia talvez nenhum.

Até que appareceu o insigne manifesto de s. m. havia muitos e muitos homens, dos que se tem em conta de liberaes da *primeira agua*, os quaes, (que perspicacia!) viam em cada palavra do duque de Bragança um passo para a usurpação! Não fallamos de um ou dois miseraveis folicularios, a quem paga o partido de nossos claros inimigos: o estillo d'esses, e a indecencia de suas phrases são os melhores argumentos contra as doutrinas que derramam: se assim podem chamar-se os disparates que mandam imprimir.

Fallamos agora dos que se denominam *escriptores da opposição*. — Sob côr de que respeitam a pessoa augusta do nobre principe, e que só conservam a lança em ristre contra seus conselheiros, tem estes senhores a bondade de não achar medida que não seja um absurdo, deliberação que deixe de ser um crime. Em tudo resumbra a traição, a tendencia para o despotismo. O affastamento acintoso dos homens de merito; o bom gasalhado feito aos inimigos da patria e da liberdade — aos partidistas da sonhada usurpação, são o assumpto eterno de seus escriptos; ou por melhor dizer, era isto o que elles escreviam antes que o manifesto apparecesse. Em fim chegou-lhes este ás mãos; e ao primeiro golpe da sorpreza resoaram gabos ao principe — *Eis as nossas opiniões: D. Pedro as adopta*, ergo *D. Pedro triumphará: não ha que dizer: tudo é justo: tudo é legal: somos contentes.* Estes falsos arrobos de prazer passaram em breve; e assim era de esperar — porque as causas allegadas para o apparente desgosto nunca tinham sido verdadeiras.

O mal consiste em que o duque é esperado pelo exercito dos Açores com todo o alvoroço que póde suppor-se em soldados portuguezes, que desde a desventura de Alcacer Quivir nunca mais ouviram a voz de um de seus principes no campo de batalha. — Debalde esses pseudo-patriotas annunciam os fingidos receios, que dizem ter, de que as nossas tropas recebam friamente o duque; e que elle desgostado, desista da tentativa — Hypocritas! Estae certos de que hão sido vãs todas as diligencias que tendes feito para conseguir o fim que affectaes recear.

O duque de Bragança será recebido pelos portuguezes ainda, se é possivel, com maior jubilo do que o foi pela armada de Belle-ile. — Os valentes, que tem sustentado a patria na Terceira, que a tem accrescentando com as demais ilhas dos Açores, e que ardem por derribar o usurpador do throno, sentem nos corações um puro e verdadeiro patriotismo, não o patriotismo das phrases; mas aquelle que faz affrontar a morte com serenidade. Os homens d'esta tempera são os que avaliam a força que reside na augusta pessoa do immortal D. Pedro — elles sentem quanto val o penhor da sua real palavra, dada ás nações, aos governos, e aos nossos compatriotas — ainda aquelles que hão sido instrumentos do usurpador. Fieis como portuguezes, e como portuguezes amantes de seus principes, vêem no pae e augusto protector da rainha o idolo do exercito, aquelle contra o qual lhes parece que nenhum soldado das fileiras inimigas ousará disparar o arcabuz — aquelle que generoso deu a liberdade á sua patria — o principe independente, que nada quer, como protesta á face da Europa, mais do que verificar o dom que fizera a sua filha, e assegurar a liberdade á nação.

E podem quatro obscuros e presumidos descontentes crer que as suas manobras, os seus escriptos, as suas calumnias, destruirão nos animos de nossos fieis soldados as impressões que lhes causara a vista do duque de Bragança, do filho primogenito do chorado rei D. João VI? Creem elles que, embaraçando o intendimento de nossos poucos dialecticos militares com questões abstrusas, farão esfriar n'elles o affecto ao principe, vendo que até alguem lhe dá titulos desconhecidos em phrases peregrinas? Que enganados que estão! o duque de Bragança tem em sua pessoa todas as qualidades que o tornam amado dos soldados, e da nação portugueza.

Não vos canceis em buscar-lhe novos cargos para o privardes de reger o reino durante a menoridade de sua augusta filha. Qualquer que seja a denominação que lhe deis, a que elle tem é a de HOMEM — pelo HOMEM espera o exercito fiel — pelo HOMEM suspira o povo portuguez. — É-lhe necessario seu braço forte, e seu coração generoso para dar cabo dos tyrannos que flagellam Portugal.

Não cuideis que o povo se deixará illudir com certos encomios ficticios, que servem de capa, mas transparente, a designios tão miseraveis como perfidos; pois que o seu objecto, aquelle em que vos empenhaes, é a desunião dos portuguezes entre si, o desgosto do principe, e a sua desistencia da empreza. E qual seria o effeito de tudo isto? Ignoral-o-ha alguem? O triumpho infallivel do usurpador.

(Concluir-se-ha).

Insiste o sr. Ribeiro Saraiva em lançar a culpa aos representantes do systema liberal em 1821 e 1822, de serem a causa da separação do Brasil.

Que n'aquella épocha houvesse quem julgasse possivel a união de Portugal e Brasil, não admira; mas que o sr. Ribeiro Saraiva, passado mais de meio seculo, apresente essa opinião, é o que não tem desculpa.

Pois o sr. Ribeiro Saraiva entende, que um paiz tão vasto, tão fertil, tão florescente como é o Brasil, e situado a 2:000 leguas da antiga metropole, podia hoje ser dirigido e governado por nós?

Separaram-se da Inglaterra as suas colonias da America do norte; separaram-se da Hespanha as suas colonias da America central e do sul, e tem de por força de vir a separar-se do mesmo reino a ilha de Cuba; e havia de Portugal ser privilegiado, conservando ainda hoje o Brasil?!

Agora ahi vae uma opinião, que ha de sobresaltar o sr. Ribeiro Saraiva. Pois saiba que é parecer nosso, o qual não teremos nenhuma difficuldade de aqui cabalmente demonstrar se quizer, que Portugal ganhou mais com a separação do Brasil, do que se teimasse em o ter por colonia.

Acostumara-se Portugal nos reinados de D. Pedro II e D. João V a viver exclusivamente do ouro e diamantes vindos das minas do Brasil; pelo que se desprezava completamente o commercio, a agricultura e a industria.

Com o tempo essa situação mudou completamente. No principio do actual seculo não só estavam esgotadas aquellas minas, que pouco ou nada produziam para Portugal; mas até com a ida do principe regente e familia real para o Brasil, começaram a ser para alli remettidas avultadas quantias todos os mezes, com o que se ia empobrecendo o reino cada vez mais. Assim, Portugal em logar de ser metropole passava a ser colonia do Brasil.

E como o sr. Ribeiro Saraiva accusa os deputados das côrtes de 1821 e 1822 de serem os principaes causadores da separação do Brasil, dir-lhe-hemos que se engana. Quem preparou a separação d'aquelle estado foi o governo absoluto, com o celebre decreto de 28 de Janeiro de 1808, pelo qual foi permittido a todas as nações em paz com Portugal, o livre commercio com o Brasil.

E por isso é com toda a rasão, que a esse respeito diz o sr. José Maria de Sousa Monteiro na sua *Historia de Portugal*:

«Esta providencia devia infallivelmente ser fertil em acontecimentos para o Brasil: a sua independencia da mãe-patria *estava proclamada de facto*, e era da natureza das cousas que mais tarde este mesmo Brasil viesse a ter forças sufficientes para fazer reconhecer *de direito* essa mesma independencia.»

A vinda de D. João VI para Portugal em 1821 decidiu definitivamente a emancipação, que ninguem já podia impedir.

Diga-nos o sr. Ribeiro Saraiva: se o Brasil fosse ainda hoje colonia de Portugal, mandar-nos-hia as sommas enormes que d'alli nos vêem agora remettidas todos os annos pelos nossos compatriotas, enriquecidos com a prosperidade d'aquelle estado? Não temos nós ganho immenso com o commercio livre com o Brasil?

Deixemo-nos, por isso, de preconceitos. Fique certo o sr. Ribeiro Saraiva: — 1.º Que o Brasil se separaria de Portugal, mais cedo ou mais tarde, qualquer que fosse a fórma de governo que tivessemos: — 2.º Que Portugal não perdeu, antes ganhou com a sua separação.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sr. Joaquim Martins de Carvalho — Londres, 14 de Janeiro de 1877.

Lendo agora a copia inclusa, que um joven amigo teve a bondade de trasladar (da maquinal que reservo de quanto escrevo), da minha communicação n'aquella data, para o *Apostolo* do Rio de Janeiro; pareceu-me que a inserção da mesma carta no *Conimbricense*, poderia ter algum interesse. Ahi a remetto pois á mercê de v.

O que digo em relação ao Brasil e a Portugal é, infelizmente, de maior transcendencia do que se pensou ou pensa geralmente, entre a nossa gente; que parece haver perdido o senso commum, e ser de raça differente da que antes fez de nós tão grandes de espirito, d'enterpreza, e de juizo, quanto eramos breves em territorio. Hoje estamos, moral e politicamente, reduzidos quasi ao *Lilliput* imaginado por Swift.

A. R. Saraiva.

Á redacção do *Apostolo*. — Londres, 27 de Dezembro de 1876.

I. — Não me restou vagar, na minha ultima carta para noticiar o fallecimento, na noite de 11 para 12 do corrente, de um honrado e nobre brasileiro, o conde de Lages, que falleceu como um verdadeiro catholico, tendo recebido, com toda a piedade e devoção, os ultimos sacramentos e soccorros espirituaes da egreja, nos ultimos momentos da vida, e tendo-os, além d'isso, frequentado antes com verdadeira devoção christã.

Pouco tempo antes, eu tinha passado com elle um serão, conversando nas cousas de Portugal e Brasil, principalmente da epocha de 1821 a 1826; mencionando varias circumstancias historicas que me deu gosto e me interessou de ouvir; confirmando-me nas ideias que eu já tinha, da muito errada politica n'esse tempo inspirada pela maçonaria, e pelas insinuações e conselhos inglezes; desejando este paiz prevenir a contingencia, de que um imperio Lusitano de *Portugal, Brasil e Algarves*, com suas outras esplendidas e unicas proporções, viesse a imitar este, a rivalisar, eventualmente com o britannico de *Inglaterra, Irlanda e Escocia*.

A todo portuguez, ou brasileiro que simplesmente possua olhos e senso commum, é claro como a luz do dia o erro politicamente suicida — de quebrar e destruir um estado com proporções taes como tinham os nossos dois paizes unidos. Só preoccupação cega e ridicula, e ao mesmo tempo injusta é que pode contradizer tal verdade. E é por isso que Manoel Fernandes Thomaz e Companhia, deviam ser mais que açoitados, primeiro, e depois mettidos todos n'uma casa de orates, pelos insultos e desabrimentos com que, em 1822, trataram os deputados brasileiros ás *côrtes* de então.

Que direito tinham os ditos arrogantes patetas e pedreirada, de assim tratar e fallar a seus collegas da America? Não era o Brasil parte integrante, e a mais importante e rica, do *reino unido de Portugal, Brasil e Algarves?...* Porém a maçonaria, e o protestantismo inglez, queriam destruir um grande imperio catholico; o qual, posto que ainda muito em embrião, por assim dizer, tinha proporções, com juizo e cultura verdadeira (e favorecido pelas grandes invenções e desinvolvimentos do nosso tempo — o vapor, e a electricidade applicada), para vir mui breve a ser uma das grandes potencias do globo — em vez de estarem, Portugal chafurdado no charco da insignificancia e da abjecção; e o Brasil enriquecendo principalmente.... os inglezes!

Mas iam-me desmandando a força e peso d'estas considerações patrioticas Luso-Brasileiras, e apartando-me do funebre objecto que estava ponderando. Concluirei, pois, este, dizendo, que, no dia 15, teve logar, na capella franceza, ás 11 da manhã, o funeral do conde, a que assisti, mui digna e decorosamente conduzido e assistido, por compatriotas seus e por muitas outras pessoas. Não deixou de commover-me a dôr intensa e pranto da condessa viuva, no momento de remover-se o ataude, no fim do officio funerario, para ir ser depositado no cemiterio — d'onde dizem que se intenta remover para o Brasil os restos mortaes do conde, que em paz descance no Senhor.

II. — No *Times* de hoje vem um pequeno paragrapho que diz: — «O imperador do Brasil e comitiva chegaram hontem a Assouan pela manhã, para ver a primeira cataracta (do Nilo), e procederam pelo deserto Breve para Philae, onde embarcaram no vapor Nilo, pelos arranjos dos srs. Thomaz Cook e filho, para a segunda cataracta.»

Provavelmente muitos dos leitores saberão que estes srs. Cook têem organisado aqui um systema que é muito commodo para viajantes pela Europa e outras partes do mundo. Paga-se-lhes certa quantia, segundo as distancias, paizes, e mais circumstancias (e parece que não é exorbitante comparativamente); e elles dão um bilhete, que o viajante ou viajantes não têem mais que apresental-o nos hoteis e estações, vapores, ferrovias, etc, por onde vão; e todo o necessario se lhes fornece e promptifica, para alojamento, conducção, passadio, etc; e dizem-me que é cousa muito commoda o aproveitarem-se os viajantes e girantes de semelhantes meios. Parece que S. M. I. não desdenhou valer-se d'essas commodidades, que poupam muitos cuidados e attenções. Mostrando n'isso o mesmo senhor o seu bom senso.

III. — Lá terá, no Egypto, S. M. Imperial, sem duvida, de receber noticias e relações, segundo tinha recommendado, em Mycenas, do dr. Schliemann, do progresso e novas descobertas nas tão notaveis excavações que o homem continúa no Peloponeso.

Debaixo da mesma epigraphe *Tumulo de Agamemnon*, publica hoje o *Times* outra longa carta do dr. Schliemann, datada de Mycenas em 28 de Novembro, onde lhe dá conta de outra multiplicidade de objectos de ouro encontrados nos tumulos; que é pasmar a gente de ver quanto devia o precioso metal abundar n'aquelles tempos tão remotos, que o doutor conjectura, nem serem ainda então conhecidos na Grecia os carateres phenicios, ou a escripta. Diz tambem, como indicio da mui remota antiguidade, que, encontrando-se vasos e cacos de louça, até muito bem e finamente ornamentada, não se achou ainda uma só peça ou vaso, em que para a sua confecção se usasse já da roda de oleiro.

Á vista d'estas descobertas, parece que o ouro e o bronze eram os metaes predominantes do tempo d'aquella remotissima antiguidade.

IV. — Espera-se com o maior interesse o resultado das negociações da conferencia em Constantinopla. Os plenipotenciarios das diversas potencias tinham concordado nas propostas de reformas em favor dos christãos vassallos da Turquia, que a esta exigiam. Ella porém não tinha ainda dado resposta, e havia conjecturas diversas sobre o que o ministro turco, ou o governo responderia. Crê-se, que no caso de recusa da Porta ás propostas e requisições que lhe são feitas, de reformas em favor dos christãos, os ministros das potencias se retiram, e deixarão a Porta haver-se como possa com a Russia, salvo sempre que a Russia não queira occupar Constantinopla. É inutil dar conta de conjecturas incertas; dentro de 3 ou 4 dias provavelmente saberemos algo de positivo.

A. R. Saraiva.

Publicâmos hoje as noticias e informações, que recebemos de Cantanhede, e a que nos referimos em o numero passado.

Não carecemos de acrescentar da nossa parte nenhuma reflexão. A narração dos factos occorridos falla bem por si.

Veja-se que tal é a segurança no concelho de Cantanhede, e a punição que alli têm os criminosos!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A ordem de Varsovia na comarca de Cantanhede

Acaba de se praticar no logar do Boeiro, freguezia das Febres, comarca de Cantanhede, um horroroso crime. Na noite de 17 para 18 do corrente foi barbaramente assassinado na sua cama, a golpes de machado, Manoel da Cruz e Silva, cidadão inoffensivo e laborioso.

No dia 10 anterior já o assassinado havia sido espancado fortemente, e d'esses espancamentos todos tinham conhecimento nas Febres, menos a auctoridade administrativa, e a auctoridade judicial ordinaria, não obstante serem as Febres a séde de um dos julgados ordinarios da comarca.

Como, porém, os juizes ordinarios foram feitos á imagem e feição do governo, e a epocha é de desaforos, de illegalidades e de compadrices, o juiz ordinario das Febres, para se não incommodar mudou por sua conta e risco a séde do julgado, para a sua casa na Porcariça, aonde tem mais ensejo de fazer a justiça a seu modo.

O caso é que os espancamentos no infeliz Manoel da Cruz e Silva, e praticados no dia 10, occasionaram-lhe ferimentos graves, e que a auctoridade não procedeu, nascendo d'este desleixo criminoso, o assassinato na noite de 17.

Tambem na propria villa de Cantanhede ha poucos dias andaram diversos amigos do governo, e da auctoridade administrativa, de noite, em atroadoras vozerias, incommodando os cidadãos pacificos, parodiando vergonhosa e sacrilegamente os officios sagrados dos finados; passaram á porta do proprio administrador, mas como são amigalhaços, e o administrador de Cantanhede já ha muito que não representa a auctoridade publica, mas a auctoridade dos poderes occultos, e é servo obediente das suas indicações, não procedeu.

Tambem ha poucos dias houve uma seria desordem entre os mesmos amigalhaços, com grave desintelligencia, de que consta haver um ferimento; mas como é gente da egreja da situação, abafou-se o crime, e a auctoridade resona.

Ha tambem em Cantanhede uma casa, a que a maior parte da gente do povo chama a *casa do sal*, e talvez por que se acha na mesma posição em que se achava a chamada *antiga casa do sal* á ponte d'Agua de Maias, d'essa cidade. N'aquella casa costuma haver jogo, e grossa pancadaria, mas á policia do administrador do concelho ainda não chegou o barulho que alli costuma haver.

É um louvar a Deus! Na administração do concelho nem aos autos de investigação principiados se dá seguimento. Se o mestre manda, — marinheiro obedece. Quem tiver as boas graças do *poder occulto*, póde contar com a impunidade, porque aquelle poder absorve tudo, e se alguma auctoridade lhe reage, é guerra que ferve.

Com taes elementos bem póde dizer-se, que vae principiando a reinar em Cantanhede a celebre ordem de Varsovia.

Pois auctoridade que não tem independencia, não é auctoridade.

***

NOTICIARIO

O Diario de Noticias — Fomos obsequiados com o *Brinde aos senhores assignantes do Diario de Noticias em* 1876, o qual muito apreciamos e agradecemos.

Consta de — *A Lenda do Perú*, por Francisco de Almeida, — *Só*, por Brito Aranha — *A Mãe*, por Jayme Victor — *Abnegação de Mãe*, por Leite Bastos — *A Lenda do Romantismo*, por Gervasio Lobato.

Foi o *Diario de Noticias* fundado em 27 de Dezembro de 1864, e tem todos os annos dado um *Brinde* aos seus assignantes.

Com este que agora recebemos são já 12, todos os quaes possuimos e conservamos com a devida estimação, não só pelo seu merecimento litterario, como em rasão de serem um testimunho do muito que tem podido a vontade de um mancebo trabalhador, e trabalhador honesto e intelligente, o nosso prezado amigo e patricio o sr. Eduardo Coelho.

Quando estivemos preso no Limoeiro em 1847 com seu honrado pae, o liberal João

Gaspar Coelho, bem longe estavamos de suppor que aquella creança de então, aquelle Eduardo Coelho havia de vir a ser o fundador de um dos jornaes mais populares, mais acreditados, e o de maior circulação em todo o reino.

O sr. Eduardo Coelho tem para nós o alto merecimento de dever a si mesmo tudo o que é.

Por morte de seu pae ficou, juntamente com toda a sua familia, nas mais precarias circumstancias. E comtudo tanto lidou, tanto se esforçou por desenvolver os seus conhecimentos, que se tornou um escriptor muito estimado.

Ainda acima de tudo isso tem o sr. Eduardo Coelho a qualidade, para nós a mais apreciavel, do inexcedivel amor da familia, e do sentimento da propria dignidade.

O nosso prezado amigo é um dos exemplos mais notaveis que conhecemos, do que póde o homem quando se resolve a *querer*.

Quem toma essa resolução, caminha, affronta todas as difficuldades, torna-se superior ás maiores invejas e malquerenças, e por fim triumpha, conseguindo que lhe façam justiça até os proprios adversarios.

D'aqui felicitamos o nosso bom amigo e patricio, e lhe damos um sincero aperto de mão.

Prisões importantes. — Acabamos de saber, que o meritissimo juiz de direito de Cantanhede, indo ao local aonde foi assassinado Manoel da Cruz e Silva, do Boeiro, freguezia das Febres, para proceder ao corpo de delicto, prendeu o presumido assassino, o qual depois confessou perante a auctoridade o crime, denunciando mais como coniventes n'elle, a propria mulher e sogro do assassinado, que em seguida foram capturados.

Caridade — Recebemos de um nosso respeitavel amigo a quantia de 9$000 reis, para entregar a uma infeliz senhora, que ha dias recommendamos á caridade publica n'este jornal. Fizemos immediatamente entrega d'esta esmola do generoso bemfeitor.

Irmandade do Senhor dos Passos. — Foram hontem eleitos para compor a mesa da irmandade do Senhor dos Passos, cuja imagem se venera na egreja da Graça, d'esta cidade, os srs. padre Ricardo da Silva, escrivão; Augusto José Gonçalves Fino, procurador; e Antonio Dias Themido, thesoureiro.

Apresentação — O presbytero Joaquim José da Veiga foi apresentado na egreja parochial de S. Sebastião do Colmeal, diocese de Coimbra.

Festividade. — Da freguezia da Ribeira de Frades, d'este concelho, nos communicam o seguinte:

«Escuso de contar-lhe os estragos produzidos na Ribeira de Frades pelos desastrosos vendavaes e inundações: já v. sabe tambem que, chegando ao paço episcopal a nova d'estas desgraças, o ex.mo e virtuoso prelado, honra e modelo do episcopado portuguez, veiu immediatamente áquella pobre freguezia e deixou ao revd.º cura, padre Miguel de Brito, uma avultada esmola para este dividir pelos pobres que mais necessitassem; e ninguem melhor do que este sabe os que mais precisam, pois apesar de curar uma freguezia de mui parcos rendimentos, soccorre a mãos largas e muitas vezes á custa de suas economias a todos os pobres seus freguezes.

Além d'avultada esmola pecuniaria que deixou, espalhou s. ex.ª consolações espirituaes, que trouxeram a resignação áquelles infelizes.

O virtuoso cura, sabendo interpretrar os sentimentos de gratidão de todos os seus parochianos, determinou celebrar uma missa ao Santissimo Sacramento, rogando a conservação e bem estar do dignissimo successor dos apostolos.

O rev.º Antonio Maria Molha, natural d'aquella freguezia, pediu licença ao cura para convidar alguns musicos da philarmonica *Taveirense*, para irem ajudar a cantar a missa, ao que todos se prestaram da melhor vontade, concorrendo para abrilhantar a festa a boa garganta do sr. Narciso Simões.

O rev.º padre Molha subiu muito commovido á tribuna sagrada, e em poucas mas eloquentes phrases fez notar as virtudes do eximio prelado, fazendo-o sobresair com a virtude que mais o caracterisa — caridade espontanea — e terminou o seu improviso quasi suffocado com lagrimas de gratidão, pedindo uma Ave Maria pela vida e felicidades do exm.º bispo conde.

Assistiu toda a povoação e algumas pessoas de fóra, e correu tudo como é costume nas festas dirigidas pelo zeloso cura da Ribeira de Frades. — *S.*»

ANNUNCIOS

VENDA DE CASAS

1 VENDEM-SE as casas da rua da Louça, n.º 26, 28 e 30. Quem pretender falle nas mesmas até ao dia 10 do proximo Fevereiro.

SOCIEDADE DOS BANHOS DE LUSO

2 É CONVOCADA a assembleia geral para 28 do corrente, pelo meio dia, no edificio de S. Jeronymo, n.º 4, para apresentação do relatorio e contas da gerencia do anno findo, e eleição da mesa e commissão fiscal.

Coimbra 22 de Janeiro de 1877.

O presidente da assembleia geral,
Costa Simões.

MASSA FALLIDA DE João Francisco da Silva

3 POR DESPACHO do ex.mo sr. juiz de Direito, e presidente do tribunal de commercio d'esta cidade, e a requerimento do ill.mo sr. juiz commissario da referida massa fallida, têm de ser vendidos em praça publica, no dia 30 do corrente, pelas 10 horas da manhã, á porta do tribunal de justiça, todos os bens rusticos, urbanos e outros effeitos á mesma relativos, os quaes são situados n'este concelho, no da Louzã, Miranda do Corvo, Montemór-o-Velho e Soure.

Para mais informações podem os pretendentes ouvir os abaixo assignados.

Coimbra 15 de Janeiro de 1877.

Os curadores fiscaes da massa
Joaquim Martins da Cunha
Miguel dos Santos e Silva.

AGRADECIMENTO

4 ABILIO MARIA LADEIRO e sua esposa Josepha Augusta da Conceição e Sousa, profundamente reconhecidos para com todas as pessoas, que tomaram parte no incomparavel desgosto por que acabam de passar, pelo fallecimento de sua prezadissima sogra e mãe, a sr.ª D. Antonia Maria da Conceição, vêm por este meio (em quanto o seu estado de consternação lhes não permitte fazel-o pessoalmente), agradecer cordialmente a todos os cavalheiros que se dignaram assistir ás ceremonias funebres na egreja de S. Bartholomeu; aos que tiveram a extrema bondade de acompanhar os restos mortaes á sua ultima morada, e finalmente a todos que os comprimentaram pessoalmente, lhe enviaram seus aderesses de pezames, ou por qualquer fórma manifestaram o seu sentimento. A todos pois protestam o seu profundo reconhecimento e eterna gratidão.

PARA O CARNAVAL

5 MASCARAS SORTIDAS, por junto e a retalho, papelinhos, differentes qualidades de estallos, fitas, cris-cris, estampas, cartas diversas, pós para fazer comichão, serpentes de Pharaó, aranhas e outras miudezas. Vende-se no costumado estabelecimento de ferragens de Antonio José Lopes Guimarães, ao fundo da rua do Visconde da Luz, n.º 1, Coimbra.

CENTRO PROMOTOR DE INSTRUCÇÃO POPULAR

6 NÃO tendo hontem reunido numero legal de socios para a assembleia geral poder funccionar, deliberou a Direcção, em sua sessão de hoje, que os mesmos socios fossem, por este meio, novamente convidados a reunir no proximo domingo, 28 do corrente, pelas 11 horas da manhã, a fim de lhes serem presentes as contas, e proceder depois ás eleições.

Coimbra, 22 de Janeiro de 1877.

O primeiro secretario,
Augusto José Gonçalves Fino.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL.

7 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Canceros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

8 QUEM quizer comprar umas casas de tres andares na rua dos Estudos n.º 23, na mesma casa se diz quem as vende.

O FURIBUNDO

9 O BEM conhecido *Furibundo*, vendedor de jornaes em Lisboa, achando-se em Coimbra, esteve no hospital da Universidade; e tendo de regressar á capital, pede ás almas caridosas uma esmola para se transportar, pois se acha sem meios nenhuns.

Qualquer soccorro póde ser entregue n'esta redacção.

Substituições a militares

10 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

MOBILIA DE SALA

11 VENDE-SE UMA, toda de mogno, e moderna. Quem pretender, póde dirigir-se á rua do Correio, n.º 19.

12 NA ANTIGA LOJA de mercearia da viuva do Bento da Esquina, na Praça 8 de Maio, vende-se semente de repolho novo.

Na mesma loja se acha á venda vinho do Porto de differentes qualidades.

AVISO AOS SRS. ESTANQUEIROS

13 DECLARO QUE, tendo-me despedido do deposito do sr. Dr. Adriano Barbosa, d'esta cidade, sahi d'aquelle estabelecimento no dia 10 de Dezembro preterito; e que estou hoje á testa de um novo deposito de tabacos de todas as fabricas nacionaes e de charutos estrangeiros, situado na Portagem, onde se vendem, por grosso e miudo, todos os tabacos precisos aos srs. estanqueiros, que serão tratados como costuma o

Vieira.

14 LEOPOLDO RIBEIRO GUIMARÃES, declara que tendo na cidade do Rio de Janeiro, imperio do Brasil, firmado em Março de 1875 um contracto com Augusto Pinho & C.ª, ou Antonio Augusto Pinho, em que estes se obrigaram n'essa épocha virem a Guimarães, n'este reino, liquidar e receber a importancia do que ao annunciante pertence do espolio de Josepha Emilia Ribeiro, e não tendo os ditos Augusto Pinho & C.ª cumprido as estipulações d'aquelle contracto, acha-se elle revogado e o annunciante no Brasil já tem em juizo acção para rescindil-o; e assim faz publico para que ninguem, nem judicial, nem extra-judicialmente faça qualquer pagamento, ou transacção, com fundamento n'aquelle contracto, que está caduco, e não póde obrigar o annunciante a cousa alguma.

POMBOS

15 A SOCIEDADE do tiro dos pombos de Lisboa, compra pombos em partidas não inferiores a 50, pelo preço de 140 reis cada um, pagos no acto da entrega, em qualquer estação dos caminhos de ferro do Norte e Leste e de Sueste. Os vendedores podem, para mais esclarecimentos, dirigir-se aos chefes de estação ou ao secretario da sociedade, Luiz de Sequeira Oliva, e espingardeiro Imberton, rua Aurea, n.º 76, Lisboa.

AOS AMADORES

16 UMA BELLA FLAUTA, de bomba, com 8 chaves, vende-se na rua de Quebra Costas, n.º 60.

VENDA DE QUINTA

17 VENDE-SE a quinta chamada de — Valle de Figueiras — a 4 kilometros d'esta cidade de Coimbra, que se compõe de terra lavradia, grande vinha e grande olival, muitas arvores de fructa, boa nascente d'agua e casas d'habitação: é livre de foros e d'outros quaesquer encargos. Quem a pretender póde dirigir-se a Ignacio Sobral, rua do Correio, n.º 90, até ao fim do corrente mez de Janeiro, para tractar do seu ajuste e venda, para o que se acha auctorisado.

AGENCIA EM LISBOA

18 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.º

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno ... 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno ... 3$460
Por semestre ... 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre ... 1$730
Por trimestre ... 800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre ... 865

Numero 3078 — Sabbado 27 de Janeiro de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

Folgâmos de ver a animação que se tem desenvolvido em Coimbra, motivada pela affronta que lhe fez o governo em roubar a esta terra o entroncamento do caminho de ferro da Beira, que por lei lhe estava destinado.

Bem sabemos que já é tarde, e que ha mais tempo devia a cidade tomar esta attitude; mas ainda assim convém que os cidadãos não levem a bofetada do governo e da camara dos deputados, ficando cobardemente impassiveis.

O que é e o que vale o ministerio e a *sua* camara todos o sabem. Quem esperava outra cousa de tal gente tem agora o ensejo de se desenganar á sua custa.

Cuide o povo dos seus interesses e não espere por ninguem para o dirigir. A experiencia lhe está mostrando, que só póde contar comsigo mesmo.

Reunam-se os cidadãos, discutam, e resolvam entre si o que entenderem mais acertado. Se não tem oradores, se lhes faltam discursadores mais ou menos eruditos; sobeja-lhes o bom senso e o conhecimento das suas necessidades.

Se os habitantes de Coimbra não se entregassem a uma certa indolencia, esperançados no impulso partidario, de certo não passariam pela decepção que estão soffrendo.

O povo não tem pretensões ás cadeiras ministeriaes e do parlamento; na sua singeleza limita-se a desejar ser bem administrado, que se lhe faça justiça, e que se economise o dinheiro com que contribue para as despezas geraes do estado. N'estas circumstancias acha-se completamente livre para proceder como entender conveniente, sem estar subordinado a direcções mais, ou menos interesseiras. Dirija-se o povo por si. É o que basta.

Coimbra está sendo vilipendiada pelo governo; Coimbra está sendo ludibriada pela camara dos deputados; Coimbra, finalmente, não tem em côrtes quem empregue o seu valimento, para nem ao menos conseguir uma cousa tão justa, como era, que se cumprissem as solemnes promessas do ministro das obras publicas!

Os poderes publicos querem reduzir esta cidade á condição de um burgo podre!

E faz-se isto a Coimbra, áquella Coimbra, outr'ora tão energica, tão audaciosa, tão resoluta em combater as arbitrariedades e os despotismos!

Vamos! Levante-se esta nobre terra, e já que os miseraveis lhe atiraram a luva, lance mão d'ella, e proceda como povo livre que é!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em o numero ultimo do *Conimbricense* fizemos algumas reflexões a um opusculo que recebemos de Lisboa, com o titulo de — *Appello aos operarios e a todas as classes trabalhadoras da região portugueza.* Ainda hoje acrescentaremos mais alguma cousa ao que dissémos.

Condemna o auctor do opusculo ao principe regente D. João, por ter embarcado para o Brasil, quando em 1807 o general Junot invadiu o reino; em logar de se pôr á testa do povo, animando-o com a sua presença a fazer frente ao inimigo, conforme podesse, ou a soffrer com elle as consequencias d'um governo inepto e detestavel, que elle consentia.

Accusa-se o principe regente por um acto, que foi exactamente o maior golpe que soffreu Napoleão, e o commandante do seu exercito, Junot!

Não sabe o auctor do opusculo, da marcha accelerada que fazia o exercito invasor, e a desesperação em que ficou Junot quando entrando em Lisboa soube que o principe e toda a familia real acabavam de sair do Tejo? Não sabe que se pretendia fazer aos nossos principes o mesmo que se havia feito a Carlos IV de Hespanha, e toda a familia real d'aquelle paiz, que esteve prisioneira em França até á conclusão da guerra geral em 1814? Como havia em 1807 o principe regente resistir aos invasores, sem um exercito convenientemente organisado? Queria o auctor do opusculo que se vissem em Portugal repetidas as vergonhosas scenas da guerra de 1801?

Vamos mostrar ao auctor do opusculo uma opinião inteiramente diversa da sua ácerca d'esse assumpto.

No anno de 1819 imprimiu-se em Paris uma memoria, com o titulo de — *Les quatre coincidences de dates.* Apesar de ser anonyma diremos que seu auctor foi D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, conde de Funchal, que por muitos annos exerceu o cargo de embaixador de Portugal em Londres.

É dirigida esta memoria a *Madame...*, sem designar o nome. Julgámos, porém, com bom fundamento, que era a *Madame de Sousa*, esposa do morgado de Matheus, pae do conde de Villa Real.

Para o nosso intento limitar-nos-hemos a traduzir d'essa memoria a 2.ª, 3.ª e 4.ª *Coincidencias*. São as seguintes:

2.ª COINCIDENCIA FELIZ DE DATAS

«A resposta que deu sua alteza real (D. João) ás exigencias de Napoleão, me foi envia-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXIX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

A AURORA

N.º XII

21 de Fevereiro de 1832

Quanquam milite, quanquam
Classe valet, patria tamen est firmissimus ira.
OVIDIO.

(CONCLUSÃO)

Mas não supponham nossos leitores de Portugal, a quem exclusivamente destinamos este semanario, que haja que recear das maquinações dos poucos descontentes de que elles por certo devem ter noticia. — Estes homens, além de poucos, são de suas pessoas destituidos da grande importancia de que se julgam acompanhados. De mais d'isto, mui pequeno é o conhecimento que elles tem das cousas, se intendem que suas pretensões possam surtir effeito pelos meios que se propõem. Querem diminuir no conceito da nação a estima que ella sente pelo senhor D. Pedro — quando todos os actos d'este principe lhe conquistam o amor e o respeito dos portuguezes e estrangeiros — querem por meio de resistencias e discordias civis auctorisar-se a si e aos seus; e excluir aquelles que não são do partido que dizem seguir, que não é mais que o partido de si mesmos. E tratam de marchar pelo caminho das violencias quando a nação se acha esmagada com o peso d'ellas, e das tyrannias do reinado de D. Miguel; e só suspira por descanço, paz e liberdade, que está certa de obter das mãos do principe.

Porém é mui justo que os homens honrados se acautelem das insidias que lhes armam os inimigos da ordem publica, e da liberdade da nação, com apparencias de que a guarda d'essa liberdade é o objecto dos seus cuidados, e a causa dos seus queixumes. — Desprezem os vãos clamores d'aquelles que tanto zelo mostram nos perigos, que não existem; e tanto receio de que percamos as instituições, que o duque de Bragança quer, e só elle nos póde restituir.

Fallam-vos do risco de vermos usurpada de novo a corôa da rainha, quando seu augusto pae promette solemnemente á nação e á Europa, que não quer mais que effeituar a restauração da legitimidade na pessoa de sua amada filha, a rainha reinante! Que mais póde fazer o duque de Bragança? Deve acaso esperar-se d'elle que, ao passo em que fulmina o usurpador por suas falsidades e perjurios, o imite em sua hypocrisia e em seus outros delictos? Quem não vê no empenho de levantar tão feias suspeitas o detestavel objecto de seus auctores?

Haja união entre os homens verdadeiramente dignos do nome de portuguezes — confiem na honra e na magnanimidade do principe restaurador — acudam ás suas vozes — corram a ajudal-o na grande empreza — elle leva a paz e a liberdade á nação — e conduz ao throno a rainha, sua augusta filha. Os bens que S. M. nos póde fazer são incalculaveis, se a confiança da nação o rodear. O seu grande caracter está provado: a fé em suas promessas é inviolavel. Todas as sympathias da Europa são por elle. Ah! que se diria de nós, se em virtude das suggestões de alguns individuos despeitados nos manchassemos da feia nodoa da ingratidão para com o salvador da nossa patria e da nossa liberdade?

Ainda o repetimos, mais vezes o repetiremos: o empenho da subversão da ordem não está na emigração, nem em grande parte d'ella, nem no exercito, nem em seus chefes, nem em homens conhecidos por suas luzes e saber — está em poucos individuos, que desejam inquietar e mover discordias; suscitar questões e duvidas; emfim promover a desunião, o maior dos males que nos poderia acontecer. — Elles que o não temem, elles que não hesitam em procurar enfraquecer-nos, que pretenderão? Cuja querem que seja a victoria? Os partidistas do usurpador respondem claramente a esta ultima pergunta. Fazem votos por que a desintelligencia progrida; e da sua parte dão as mãos aos inimigos do duque de Bragança, e propagam as suas doutrinas.

A crise

Passou o tempo do terror sem que o emprestimo argelino de D. Miguel se effeituasse. Os ameaçados, que não satisfizeram dentro do *periodo do medo*, ganharam de novo os alentos, que muito haviam caido em desmaio ao fulminar do terrivel decreto. Depois da primeira respiração de recobro, viu-se que o poder ameaçador estava desconfiado de suas proprias forças; e que apesar das bravatas usuaes, mostrava o lado fraco por onde era vulneravel. Desde que isto se conheceu poude considerar-se terminado o emprestimo.

A miseria é geral e notoria: quando toda uma nação se queixa de extrema pobreza, havendo apenas diversidade de opiniões sobre as causas d'ella, não existe duvida alguma em que a mesma nação está indigente. O governo participa d'este estado de miseria. Por muito tempo a quiz encobrir, recorrendo a enganos e trapaças, proprias do caracter dos homens que o compõem, e de seus mandatarios. Exhauriram-se estes recursos: houve necessidade de lançar mão de violencias: o acto do emprestimo forçado foi a primeira *solemne*; e esperamos que seja tambem a ultima d'ellas.

O povo engana-se de ordinario tomando a ferocidade de um governo, ou de um chefe, por firmeza e força. Custa-lhe a crer que um covarde ouse desembainhar o punhal para ferir o inimigo mais forte; mas o facto é que aonde ha menos valor ha sempre mais crueldade, se é que o tyranno confia nos ministros de seus flagicios; e acredita que os sicarios

da com ordem de a communicar ao gabinete de Londres, e de lhe fazer certas propostas.

Esta ordem chegou-me a 26 do mesmo mez (Agosto de 1807); e depois de muitas conferencias com os ministros inglezes, obtive a sua resposta em data de 3 ou 4 de Setembro. Expedi-a immediatamente, e o vento, favoravel aos meus votos, levou-a a Lisboa a 15 de Setembro, quasi ao mesmo tempo que a primeira replica de Napoleão á resposta de sua alteza real chegou a Lisboa. A do governo inglez era tranquillisadora; dava esperanças de salvação, e servia muito a mitigar o effeito d'aquella que vinha de Paris, a qual era furiosa.

3.º Coincidencia feliz de datas

A discussão tornou-se cada vez mais viva. Sua alteza real, fiel á promessa que tinha feito ao gabinete de Londres, permittiu a quatro grandes comboios sair dos portos de Lisboa e Porto, carregados de todas as propriedades que os inglezes tinham em Portugal, acrescentando o favor de um prazo illimitado para o pagamento dos direitos de saida.

E depois da saida d'estes quatro comboios com todos os vassallos inglezes que quizeram deixar o reino, que sua alteza real publicou o seu decreto de 22 de Outubro de 1807 que fechava os portos a todo o navio inglez.

Napoleão tornou-se furioso apparentemente á noticia do favor concedido aos inglezes de sair com as suas propriedades. Declarou ao seu circulo, e deante de todo o corpo diplomatico, *que a casa de Bragança tinha cessado de reinar*.

O exercito de Bayonna poz-se em movimento. O embaixador de Portugal partiu de Paris em correio, e chegou a Lisboa em 31 de Outubro, ou 1 de Novembro. Era portador da promessa feita por....:

«Que as tropas francezas não entrariam «em Portugal, se sua alteza real mudasse de re«solução, e mettesse em sequestro as proprie«dades inglezas, etc., etc.»

No mesmo dia, ou na vespera, chegou a Lisboa o capitão Vasconcellos, portador da convenção, que eu havia tido a ordem de assignar com os ministros inglezes, a qual é datada de 22 de Outubro.

As duas missões obraram ainda aqui em sentido contrario.

4.º Coincidencia feliz de datas

A convenção que eu tinha assignado não concordava com o conselho trazido por M. de Lima; no entanto elle a annullou; e a 8 de Novembro foi decretado o sequestro de todas as propriedades inglezas, e a detenção de todos os vassallos inglezes, que se achavam em Portugal.

Ainda que o effeito d'este decreto foi em grande parte illusorio, se se attender ao que acima disse, o ministro de Inglaterra fez tirar as armas do seu soberano de cima da porta da sua residencia, e se retirou no dia 11, com todas as pessoas da sua legação, a bordo da esquadra de sir Sidney Smith, que cruzava na costa, e que, até então, se havia conformado com as instrucções que tinha de não apparecer deante de Lisboa.

Em consequencia da partida do ministro britannico, sir Sidney Smith ordenou o bloqueio do porto de Lisboa; o aprisionamento de navios portuguezes começaram então, e continuaram sem cessar nas quatro partes do mundo, mesmo depois da partida de sua alteza real para o Brasil.

Com este principio de hostilidades maritimas por parte dos inglezes, combinámos em Londres os avisos que tinhamos successivamente recebido das hostilidades commettidas em França, a começar pelo embargo dos navios portuguezes, que se achavam nos portos de França e da Hollanda; a ordem dada á embaixada portugueza em Paris, de sair da capital e do reino, em um tempo marcado; as noticias vagas ácerca do tractado de Fontainebleau; e emfim o *Moniteur* de 11 de Novembro, que repetia a phrase celebre, *que a casa de Bragança tinha cessado de reinar*, etc., etc.

O que, porem, nos acabou de consternar mais foram as noticias que nos chegaram dos portos de Hespanha, sobre a costa opposta, isto é, S. Sebastião, Bilbau e Santander, as quaes nos certificavam a marcha rapida, e, para assim dizer, ao galope, do exercito de Bayonna, na direcção de Portugal: e os discursos dos general Junot e os outros generaes e officiaes francezes, em Vittoria, Burgos e Valladolid, não deixavam nenhuma duvida ácerca das suas intenções.

A perda de sua alteza real, collocado entre dois fogos, pareceu-nos inevitavel, a menos que não interviesse algum milagre que o salvasse. Tinhamos tanta mais rasão para o temer, quanto, longe de o suppor, sua alteza real tinha desguarnecido as suas fronteiras de tropas, e as havia feito marchar todas para as costas, a fim de se oppor a alguma tentativa da parte dos inglezes; cousa impossivel n'aquelle momento.

Pedi aos ministros inglezes que me ajudassem a tentar um ultimo esforço, concedendo-me um navio veleiro e que deitasse sobre a costa de Portugal um correio, que eu enviaria com os meus despachos e uma carta dirigida a sua alteza real, para o advertir do perigo que o ameaçava. Vê-se bem que estando fechados os portos aos navios inglezes, não era seguro que o deixassem entrar como parlamentario, e importava muito ganhar tempo.

Os ministros inglezes prestaram-se ao meu pedido, e juntaram a M. Menil, meu correio, o correio de gabinete inglez, M. Silvestre. Foram expedidos em um navio ligeiro, dirigido ao almirante sir Sidney Smith, com ordem de reexpedir, immediatamente, M. Menil, e, se fosse possivel, fazel-o entrar em Lisboa como parlamentario; e se isto lhe não fosse possivel, tinha instrucções M. Menil de desembarcar em Cascaes.

M. Menil entrou como parlamentario em Lisboa em 24 de Novembro, e entregou os seus despachos a M. de Araujo, no proprio momento em que sua alteza real recebera de tres differentes pessoas, e principalmente do general Lecor, a noticia de que a guarda avançada franceza se achava já em Abrantes, isto é, a distancia de vinte leguas de Lisboa.

Foi reunido immediatamente um conselho de estado; e sua alteza real resolveu-se a embarcar para o Brasil, com o voto unanime de todos os membros do conselho.

Todas as medidas foram para este effeito tomadas sem demora; e no dia 26, sua alteza real annunciou por um decreto impresso, a regencia que deixava em Portugal, e as instrucções que lhe dava de receber as tropas francezas como amigas.

A 27 sua alteza real dormiu a bordo do seu navio almirante. A 28, o vento foi inteiramente contrario; a 29 de manhã, poz-se á vela com a esquadra portugueza, e muitos navios mercantes que se lhe juntaram.

No mesmo dia 29, á noute, o general Junot entrou em Lisboa com a guarda avançada do seu exercito. Todos os soldados cheios de fadiga, em andrajos, sem sapatos, e morrendo de frio e de fome, foram recebidos pelos habitantes de Lisboa da maneira a mais humana e a mais amigavel, conforme ás instrucções deixadas por sua alteza real.

Se os ventos tivessem retardado a chegada do meu correio, tres ou quatro dias, teria provavelmente sido inutil. É impossivel, pelo menos, de prever as condições que sua alteza real teria de aceitar do general Junot, logo que chegasse ás portas de Lisboa; sobretudo se se reflectir que sua alteza real não queria, em caso nenhum, sustentar a guerra contra os francezes, e que antes da chegada de M. Menil, elle temia estar em guerra com os inglezes.

M. Menil trazia-lhe pelo contrario a segurança official, que se a convenção de 22 de Outubro ultimo fosse ratificada, e que sua alteza real passasse ao Brasil, tudo seria esquecido, e que os inglezes o receberiam com os braços abertos, de qualquer modo que elle se apresentasse.

Levado por um lado, pelo muito justo temor de cair nas mãos de Junot, e por outro, animado pela certeza de ser bem acolhido dos inglezes, sua alteza real decidiu-se a embarcar, felizmente ainda a tempo.»

Por esta fórma, emquanto o auctor do opusculo — *Appello aos operarios* accusa o principe regente D. João de embarcar para o Brasil; o conde de Funchal, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, apresenta como um importante serviço o aviso que mandou ao principe regente, a fim de elle se apressar a sair do reino.

Devemos, porém, dizer, que o conde do Funchal se engana, quando diz na sua memoria, que Junot entrou em Lisboa com a guarda avançada do exercito francez no dia 29 de Novembro, pois que foi no dia 30.

Além d'isso, o sr. conselheiro Simão José da Luz Soriano, que cita esta memoria na sua historia da *Guerra civil*, mostra ahi claramente, que o aviso de D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho não podia chegar a tempo ao principe regente. Os fundamentos d'essa opinião do sr. Soriano pódem ver-se a paginas 669 e 670 da 2.ª épocha d'aquella interessante historia.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

que o servem podem mais que as victimas destinadas á morte.

Tal ha sido a condição de D. Miguel.— Nunca foi elle (como seus fraudulentos panegyristas se hão esforçado em fazer crer) o amado da nação; mas tendo um exercito de partidistas, capaz de impor silencio ao povo desarmado, este se calou—ouviram-se unicamente as acclamações dos traidores—e como não houve quem as contradissesse, passaram por acclamações nacionaes, quando só tinham de tal qualificação a de serem caramente pagas pelo povo.

Em quanto houve donde podessem tirar á custa de horrorosas violencias; em quanto tiveram esperanças de pingues logares, de brilhantes recompensas, não faltaram defensores, que protestavam dar a vida por D. Miguel: o que significava sómente a sua promptidão em tiral-a aos outros, como lhes tiravam seus bens. Mas esta illusão devia ter um termo. O povo, condemnado a pagar tantos premios a homens insaciaveis, depressa viu que a fidelidade miguelina era, em logar de bem, mais um flagello para Portugal. Rasgou o véu, que até certo tempo lhe vendára os olhos—viu os males reaes, que lhe trouxera a usurpação; e começou certa resistencia moral, que desde o seu principio tem sempre ido em progressivo crescimento.

Foram contemplados sómente os serviços dos primeiros traidores — um prior mór de Christo (1), um frei Fortunato, um Vicente de Azevedo, e alguns mais, que bem conspicuos se *hão tornado*, gosam do fructo dos seus crimes, e dos crimes de milhares de individuos, que julgando trabalhar para si, trabalharam para os outros. D'este desengano devia resultar frieza no affecto ao usurpador, e diminuição nos instrumentos de seus flagicios. Os delirios, e as continuas barbaridades d'esse governo, crescendo, hão feito crescer o numero de seus inimigos. — Ha mais de quatro annos que estão em acção: deve o dito numero ser hoje considerabilissimo; e de facto o é.

Em summa: os illudidos que acreditaram nas mil venturas promettidas pelos fautores da usurpação — os enganados em suas proprias esperanças de galardões pelos serviços que lhe prestaram — os invejosos das recompensas alheias, que intendem lhes deviam ser dadas — a fome — os continuados gemidos das victimas — o augmento das forças constitucionaes — e finalmente a FELICISSIMA volta á Europa do magnanimo DUQUE DE BRAGANÇA, chegaram as cousas de Portugal aos termos em que se acham; e breve tocarão o momento da crise politica mais importante.

Quando já haviam consideravelmente diminuido os meios da força d'esse governo de loucos, é que elle se viu na dura alternativa de parecer ou de recorrer a uma inaudita violencia. Abraçou o segundo partido com a insensatez que em todos os seus actos o tem fortemente caracterisado — porque nem previu que lhe falleciam meios para sustentar a dita violencia, nem que o effeito d'esta, ainda quando correspondesse, não podia ser efficaz e decisivo: antes pelo contrario, lhe acarretaria o ponderoso inconveniente de augmentar o numero de seus inimigos na classe proprietaria.

Fulminou o decreto do roubo publico — prescreveu o dia do preenchimento da somma que pretendia roubar — não lhe esqueceram formidaveis comminações.... mas passou o dia aprazado: antes d'elle os mais timidos satisfizeram a menor parte das competentes collectas. As comminações não tiveram effeito; porque depois de proferidas, os mandatarios do usurpador viram que lhes faltava a força de realisal-as. Os ameaçados, cujos olhos perspicazes viram a debilidade de seu inimigo, cobraram animo, e ás claras começaram a annunciar que não pagariam. — Soltas impunemente as primeiras vozes, ouviram-se os seus echos em toda a parte. E o governo usurpador, cujas despezas crescem prodigiosamente, está posto em terrivel embaraço para fazer-lhes face.

E será este governo amado da nação? Se o é, como não está rico do patriotismo dos governados? Como não abunda com os dons dos cidadãos, que torna ditosos por seu regimen? Como recorre a violencias insoffriveis, feitas aos que tem por seus amigos, de envolta com aquelles que reputa desaffeiçoados? E como, para realizar o effeito de taes violencias lhe faltam meios de força? Será tal comportamento prova de affecto nacional á pessoa do chefe que se denomina rei? E significarão publica prosperidade as banca-rotas dos seus mais zelosos servidores? Ah! como póde ainda haver quem desconheça que é inevitavelmente chegado o momento da dissolução d'esse monstruoso governo?

Ainda se espera um recurso.—O de partidas de soldados enviadas ás casas dos collectados.—Talvez que, quando d'este os ministros quizerem fazer uso, já não sejam obedecidos.—Os depositos que deviam ser mais sagrados hão sido invadidos, e postos a saque; o pret da tropa subiu dezoito contos mensaes a sessenta; as demais despezas marcham na mesma proporção — manda-se (segundo nos consta) á junta do commercio que obrigue os collectados—esta, em logar de obedecer, consulta que se deve dar a commissão ao intendente da policia. Oh Deus! em que estado se acha o desgraçado reino?....

Felizmente este estado terá breve o seu suspirado termo. Lá partiu já o duque de Bragança — o duas vezes libertador da patria:

Qual seta ao alvo pelo campo undoso,
com heroica firmeza,
A rematar correu o heroe famoso
A portentosa empreza.

O braço do Omnipotente o ajudará a derribar o monstro, cujos crimes infamam a nossa patria. De sobejo são suas forças; incomparaveis seus brios. O amor dos soldados, cujo capitão elle é (e quem se não elle o deveria ser de portuguezes, soldados da rainha e da liberdade?) este amor não reputará grandes trabalhos alguns, nem perigos achará que não arroste denodado. Além d'isto as nossas tropas são muitas em numero — são eminentemente disciplinadas — são affeitas á victoria. — Haverá entre inglezes e portuguezes aquella heroica rivalidade, que ambas as nações illustrou na guerra da peninsula. Outra vez acamparão nos mesmos arraiaes, ou antes, outra vez marcharão as tropas alliadas, ao lado umas de outras, á brilhante empreza de restaurar á rainha o seu throno, e a liberdade a Portugal — a Portugal que só no goso d'ella póde remediar os males da usurpação; florescer entre as nações civilisadas; e ser util a si e a seus alliados.

A um correspondente

Recebemos a missiva datada em Lisboa a de 25 de Janeiro com a relação das personagens mais notaveis por seus serviços ao usurpador. Muito agradecemos este valioso presente, assim como o louvor com que o nosso correspondente nos honra. Desejamos, como elle, a união mais estreita entre os portuguezes constitucionaes; e tomaramos que voltassem as suas armas contra os inimigos da patria. Esta doutrina ainda não cessámos, nem cessaremos de a prégar. E se combatemos as d'aquelles, que pretendem desvairar a opinião, é porque receamos que o effeito d'ellas sejam divisões e enfraquecimento; e porque finalmente o desgraçado povo portuguez, ha tantos annos illudido, merece que se lhe diga a verdade. Faremos uso da referida relação em tempo opportuno.

FIM DO NUMERO DUODECIMO.

(1) Affirmou-nos um correspondente que o prior mór de Christo morrera de apoplexia ao acabar de ouvir ler um violento artigo da *Aurora*, cuja descomedida phrase contra D. Miguel e os seus, e cujas noticias do duque de Bragança exaltaram sobre maneira a colera do veneravel prelado. Não ficamos em que tal fosse de persi só o motivo do tragico acontecimento; mas se algum artigo d'este semanario concorreu para livrar a terra de tamanho malvado, por pagos e compensados nos temos do trabalho em que nos empenhámos.

O correspondente em Lisboa para o jornal do Porto, a *Actualidade*, diz em data de 22 do corrente o seguinte:

«Já tive occasião de fallar mais d'uma vez do que se está passando nos theatros de Lisboa, e da manifesta tendencia que existe aqui para explorar o escandalo.

A *Revista do anno* que se representa no theatro da rua dos Condes é baixa e sem sabor, e por vezes de uma violencia e de uma exaggeração que aborrece. A *Revista* posta em scena no sabbado no theatro do Principe Real, sob o titulo *A Parvonia e a Lua*, excede tudo o que se póde imaginar de mais baixo, de mais vil e de mais degradante: não ha torpeza, não ha indignidade que alli se não diga ou se não insinue. O rei, a rainha, os ministros, a vida particular das pessoas mais conhecidas de Lisboa, as allusões transparentes a pessoas respeitaveis, tudo apparece em scena acompanhado de termos e gestos indignos de serem presenceados por um publico serio e que se preza. Os espectadores souberam fazer justiça; no sabbado houve n'aquelle theatro uma pateada como ha muito se não presenceia em Lisboa; dentro da sala parecia um verdadeiro inferno, tão grande eram a bulha, a gritaria, os assobios, etc. Houve bancos partidos, cadeiras escangalhadas, um barulho, emfim, como poucas vezes se faz nas nossas plateias.

Hontem, logo de manhã, correu voz de que a peça era um escandalo, que houvera manifestações ruidosas e que se esperava para a recita d'esta noite nova pateada. Não foi necessario tanto para aguçar a curiosidade publica. Os bilhetes desappareceram como por encanto e á noite já se pediam preços exorbitantes.

Á noite porém a auctoridade interveiu e prohibiu o espectaculo. Como é facil suppor, a empreza que contava com uma enchente, reagiu quanto poude, mas a recita não teve logar.»

Este facto não é mais do que a repetição de muitos outros, que se estão presenceando todos os dias nos theatros.

A tal chamada escola de moralidade, não passa da mais descarada escola de desmoralisação!

Nunca se desceu tão baixo na ostentação das maiores torpezas, no louvor de todos os vicios!

E o que é peor do que tudo, é ver como não só o publico em geral acode com avidez a ir presencear esses escandalos, mas que os proprios paes de familia não tenham pudor de levar comsigo suas filhas a ouvir a linguagem a mais desbragada, e a serem espectadoras das acções mais impudentes.

O que se vê frequentes vezes nos theatros custa a classificar.

É verdadeiramente infame!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

FRANCISCO GOMES DE AMORIM

FRUCTOS DE VARIO SABOR

Ha nomes que só por si valem pela melhor recommendação. N'esse caso está o do sr. Francisco Gomes de Amorim.

Poeta mimoso; escriptor fluente; ninguem melhor do que elle descreve a natureza; ninguem o excede na manifestação de ideias nobres e elevadas.

Aqui temos presente um livro do sr. Gomes de Amorim, o qual acaba de sair dos prelos da imprensa nacional de Lisboa. Tem por titulo — *Fructos de vario sabor*.

Consta de — *Os imperadores do Brasil em Portugal — As roseiras do amor — Angelo Cardoni — Saudades — Scenas da edade media — Salvador Rosa — Aventuras de um defunto.*

Como amostra do merecimento d'este livro transcreveremos alguns trechos d'elle.

O Brasil, que o sr. Amorim estima como sua segunda patria, porque alli passou a melhor parte da sua vida, é assim por elle avaliado:

«De todas as terras, que os portuguezes descobriram e povoaram, nenhuma lhes foi nunca tão querida como o Brasil. Se os erros successivos de uma administração ignorante apressaram a emancipação da colonia, nem depois da sua separação da metropole lhe perdemos a affeição, com que desde o seu descobrimento pretendemos crear n'ella uma segunda patria.

Proclamada e reconhecida por nós a sua independencia, a corrente da emigração portugueza não se desviou nem um momento do seu antigo curso. Em vez de ir fecundar os vastos dominios ultramarinos, que ainda possuimos, e que se finam á mingua de impulso protector, o nosso povo desampara os seus campos, a familia, o lar, e corre — não para as Indias, onde fomos tão grandes e ricos, nem para a Africa, onde poderiamos tornar a ser fortes e temidos — mas para o Brasil que é a terra dos seus sonhos doirados, o paiz da sua imaginosa phantasia!

E será só o desejo de ir procurar fortuna quem dirige esta corrente? O genio aventuroso dos portuguezes não se contenta unicamente com a perspectiva das riquezas: vamos para o Brasil porque lá temos todos — mais ou menos — um parente, um amigo, um conhecido; leva-nos, de envolta com o pensamento de melhor destino, a curiosidade, a vaga esperança de vermos além do Oceano reflorir-nos novos affectos, e talvez que tambem um presentimento remoto de que a patria, que deixámos, tendo visto sumir-se no occaso o sol da sua gloria, se cobre com a mortalha do opprobrio para desapparecer egualmente da lista das nações.

Teremos porventura n'este emigrar continuo do nosso povo a intuição de que os filhos do florescente imperio americano, apesar de serem nossos irmãos mais novos, se tornarão um dia os unicos depositarios das honradas tradições e da historia homerica dos nossos communs avós?! Oh! se os desvarios da politica ou as ambições desenfreadas e insaciaveis conseguirem apagar da carta do mundo o nome de Portugal, possam ao menos os restos do naufragio ir parar ás hospedeiras praias do paiz, que tanto amámos!

Já Garrett disse pela bocca de Camões moribundo:

«Soberbo Tejo, nem padrão ao menos
Ficará de tua gloria? Nem herdeiro
De teu renome?... Sim; recebe-o, guarda-o,
Generoso Amazonas, o legado
De honra, de fama e brio: não se acabe
A lingua, o nome portuguez na terra.»

Não acabarão jámais! As obras dos poetas sobrevivem ás nações; e o povo, que nós creámos além do Atlantico, não deixará nunca esquecer nem deshonrar a memoria de seus maiores, principalmente se tiver sempre a fortuna de ser governado por principes como o Senhor D. Pedro II.»

O sr. Gomes de Amorim, o auctor do *Ghigi*, dos *Odios de raça*, e do *Cedro vermelho*; o escriptor que presta um culto illimitado ao illustre Almeida Garrett, não podia, fallando do theatro, deixar de fortemente protestar contra o estado a que elle chegou entre nós.

Se o sr. Gomes de Amorim assistisse em tempo ás recitas explendidas do theatro Academico; se alli tivesse visto a representação de dramas originaes, devidos a distinctos academicos, verdadeiros amadores da arte dramatica; e comparasse essa épocha florescente, com a decadencia... não dizemos bem, com a nullidade a que actualmente está reduzido — teria motivo de sobejo para erguer ainda mais a sua voz auctorisada, e lamentar, e protestar contra uma tal degradação, um tal abaixamento do nivel moral e intellectual!

Muito folgámos, por isso, de ler os seguintes trechos, que servem de introducção ao artigo em que o sr. Gomes de Amorim aprecia o drama — *Salvador Rosa* — pelo sr. Bartholomeu de Oliveira Dias e Sousa:

«Ha trinta e tantos annos que no velho theatro da rua dos Condes foi saudado o drama *Um auto de Gil Vicente* como bandeira de reunião de todos os talentos da nova geração litteraria. A recente creação do conservatorio, o começo da edificação do theatro de D. Maria II, a manifestação e educação de actores excellentes, e, sobretudo, a efficaz iniciativa de Garrett, que a tudo isso amava do coração, justificavam o apparecimento das numerosas peças, com que os bons engenhos de então se empenhavam em corresponder aos desejos do mestre, auxiliando-o na formação de um repertorio nacional.

Hoje, porém, não ha nenhum incentivo que attraia para a scena portugueza os noveis talentos. Morreu o grande poeta, cujas obras primas tinham o poder portentoso de tornar indiscutivel a auctoridade do chefe: e após elle foram indo, lentamente, como que attrahidos pela sua sombra illustre, os grandes artistas que ajudou a fazer e que deram realce ás suas peças: Epiphanio, Soller, Sargedas, Tasso... genios gloriosos, substituidos depois, com rarissimas excepções, pela mediocridade empavezada e pela ignorancia vaidosa!...

Com os artistas desappareceram tambem os auctores. Os que não emmudeceram sob as lousas das sepulturas, sumiram-se nos campos das parcialidades politicas — sepulturas não menos reaes de tantas e tão viçosas vocações litterarias! Se algumas vezes se escuta ainda, de longe em longe, no palco profanado por traducções mascavadas, a voz imponente de um ou outro maniaco pelas glorias da scena nacional, raro acode alguem ao chamamento. Repete-se que não ha theatro portuguez, e consideram-se essas demonstrações de patriotismo incomprehendido como tentativas desesperadas, protesto inutil de soldados valentes, que depois da perda de uma batalha dão ao acaso os ultimos tiros antes de quebrar as armas!

Commemoremos o recente apparecimento de um d'esses poucos campeões generosos da desventurada causa da arte dramatica em Portugal; de um poeta, que não precisou de exemplo ou estimulo, e que sem saber até se ao menos lhe representariam a sua obra, a imprimiu em livro, para firmar as suas opiniões com mais solemnidade. A perspectiva do desdem ou da inveja, da calumnia e do odio, que a miude esmalta o caminho dos escriptores, não conseguiu intimidal-o, desviando-o do seu proposito.

Lastimemol-o, admirando-o.

É necessario que o amor das letras tenha penetrado bem fundo no coração d'esse homem: que uma vocação pronunciada, uma paixão das que cegam ás vezes os melhores espiritos, lhe tenham subjugado por tal modo as faculdades da alma que o prive de apreciar o tempo e a terra em que vive!... Saudemol-o, comtudo, esse novo Goetz de Berlinchingen, que tenta generosamente oppôr-se á torrente de decadencia, em que o theatro portuguez vae rolando para o abysmo. Vão esforço será o seu; mas nem por isso é menos digno de ser celebrado, n'esta quadra de indifferentismo e de inercia!»

Escusâmos de transcrever mais para que se fique avaliando o novo livro do sr. Gomes de Amorim.

Os leitores, que de certo serão muito numerosos, dirão se exaggerámos na recommendação que aqui fazemos de tão interessante publicação.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTICIARIO

Memoria historica.—Fomos obsequiados com um exemplar da *Memoria historica sobre a fundação da Sé de Evora e suas antiguidades, por Antonio Francisco Barata*.

Muito estimamos que o nosso amigo se resolvesse a imprimir esta *Memoria* em separado.

Do seu alto merecimento nada temos a acrescentar ao que dissémos quando o sr. Barata a imprimiu no *Instituto*.

Este trabalho valioso vem, se é possivel, acrescentar o credito de escriptor e investigador de que já gosava o nosso amigo.

Damos-lhe, porisso, os mais sinceros parabens.

Beneficencia. — Recebemos de um nosso amigo, e generoso bemfeitor, a esmola de 2$000 reis, para soccorrer uma infeliz senhora, que ha dias recommendamos n'este jornal.

Missa. — Uma familia d'esta cidade mandou celebrar uma missa na egreja da Sé Velha, assistindo a ella, em acção de graças pelo restabelecimento da saude do sr. Jovencio Pedroso d'Oliveira, delegado do thesouro de Portalegre.

Queixa. — Queixam-se-nos da facilidade com que em Condeixa se vende arsenico.

É pedido para matar ratos, mas póde d'elle abusar-se para algum crime.

Convem que haja providencias a este respeito.

Concurso.—Foi mandado abrir concurso, para o provimento da parochial egreja de Nossa Senhora da Assumpção de Santa Combadão, na diocese de Coimbra.

Companhia Vinicola da Bairrada.—Tomou assento no conselho fiscal effectivo d'esta companhia o sr. Adriano Joaquim da Silva Sereno, que já era substituto. Por morte do sr. Oliveira e Silva, que era presidente, passou o sr. Sousa Brandão a occupar aquelle logar, e o sr. Sereno o que vagou pela nova posição do sr. Sousa Brandão.

Cemiterio da Conchada.—Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

José Joaquim de Oliveira, filho de Joaquim de Oliveira, de Villa Pouca da Beira, de 14 annos, fallecido em 14 de Janeiro de 1877.

Maria José Duque, filha de José Francisco Duque e Luiza da Gloria, de Montemór-o-Velho, de 6 annos, fallecida em 14.

Fernando Saraiva, filho de João Carvalho Saraiva, da Figueira da Fóz, de 1 anno, fallecido em 17.

Antonio Maria da Conceição, ignora-se a sua filiação e naturalidade, de 70 annos, fallecido em 19.

Mabilia da Conceição, filha de Marciano Ramos de Vasconcellos e Rosa da Conceição, de Coimbra, de 22 annos, fallecida em 19.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada — 6:916.

Almanach da Agencia primitiva de annuncios.—O sr. Luiz Maria Pereira de Braun Peixoto teve a bondade de nos offerecer o seu Almanach da *Agencia Primitiva de Annuncios* para 1877.

É já o 7.º *Almanach* que publica esta acreditada *Agencia*, estabelecida na rua Augusta, n.º 270, em Lisboa, e este é da extraordinaria tiragem de 8:000 exemplares.!

Consta de 676 paginas; nas quaes se

achem numerosas indicações, necessarias a quem precisar de tractar negocios em Lisboa, e outras terras do reino, sendo mais de metade do *Almanach* occupado com variadissimos annuncios de estabelecimentos da capital e alguns das provincias.

E tudo isto pela modica quantia de 200 réis.

Calendario.—Tambem o sr. Luiz Maria Pereira de Braun Peixoto nos obsequiou com o seu *Calendario* para 1877. É um bello trabalho da typographia Universal, proprio para ser collocado em qualquer loja ou escriptorio.

Agradecemos ao sr. Braun Peixoto os seus favores.

Grande desgraça. — Diz a *Correspondencia da Figueira*, que na quarta feira, pelas 11 horas da noite, na occasião em que um barco de pesca entrava a barra, veiu-lhe tão grande volta de mar, que o virou, perecendo 14 pessoas da tripulação e salvando-se apenas 2 homens; um d'elles escapou agarrado a um remo.

Musica. — A philarmonica *Conimbricense* vae ámanhã tocar á missa conventual da freguezia de Santa Cruz, a qual por impedimento da egreja ainda se celebra na egreja de Santa Justa.

É digna de louvor tão briosa philarmonica.

Novas publicações—Recebemos e devidamente agradecemos as seguintes publicações:

—«*O seculo XIX em face da consciencia e da egreja. Conferencias pelo Rev. Padre Roux. Versão de D. Miguel Sotto-Maior.*

«Porto, livraria Portuense de Manoel Malheiro, editor, na rua do Almada, 121 a 123—1877.»

—«*Ortigões, por Urbano Loureiro.* N.º 8 de Dezembro de 1876.»

—«*O chapeu de tres bicos, historia verdadeira de um caso que anda em romance, escripta agora como em verdade se passou, por D. Pedro A. de Alarcon, bacharel em philosophia e theologia. Versão de Francisco Meyrelles do Canto e Castro. Illustrações de Manoel de Macedo.*

«Lisboa, livraria editora de Mattos Moreira & C.ª—Praça de D. Pedro, 68—1877.»

REUNIÃO POPULAR

Hontem á noute houve uma numerosa reunião popular na sala da Associação Commercial d'esta cidade, para lhe ser presente o protesto elaborado pela commissão eleita na reunião de terça feira, contra o vilipendio feito pelo governo a Coimbra, no negocio do entroncamento do caminho de ferro da Beira.

Foi eleito, por acclamação, presidente d'aquella assembleia popular, o cidadão Joaquim Martins de Carvalho; e em seguida foram nomeados secretarios os srs. Antonio Duarte Arcosa e Miguel dos Santos e Silva.

O sr. José Melchiades Ferreira Santos leu um bem deduzido protesto, que sabemos é devido á sua habil penna, o qual foi muito applaudido.

O sr. Joaquim José Rodrigues de Sousa, depois d'aquella leitura, foi vehemente no seu discurso, protestando contra a affronta feita pelo governo a Coimbra, e em especial contra a falta de dignidade do deputado por este circulo, o qual, tendo em tempo vindo á imprensa tornar-se fiador da formal promessa do sr. ministro das obras publicas, de que o entroncamento seria em Coimbra, ou suas immediações; agora vê indifferente e impassivel a burla que o governo faz a esta cidade.

O sr. Sousa foi calorosamente applaudido.

Fallaram mais alguns cidadãos presentes, e por fim foi approvado o protesto e nomeada uma commissão para proceder aos mais trabalhos.

Pela assembleia foi dado um voto de louvor ás redacções do *Conimbricense* e *Tribuno Popular*, pela maneira decisiva e energica como têm advogado os interesses d'esta localidade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

ANNUNCIOS

Francisco Gomes de Amorim

FRUCTOS DE VARIO SABOR

1 É UM formoso volume, impresso nitidamente, comprehendendo os seguintes escriptos: I *Os imperadores do Brasil em Portugal.* II *As roseiras do amor.* III *Angelo Cardoni.* IV *Saudades.* V *Scenas da idade media.* VI *Salvador Rosa.* VII *Aventuras de um defunto.*

Vende-se em Coimbra na livraria de Orcel: preço 500 réis.

LEILÃO

31, Rua do Visconde da Luz, 33

2 VENTURA DE CASTRO participa a todos os seus freguezes e amigos, e ao publico em geral, que vae liquidar todos os artigos do seu estabelecimento, por não poder continuar á testa do mesmo, em vista do seu melindroso estado de saude.

Principiou no dia 1 de Janeiro de 1877 e seguirá todos os outros dias até completa liquidação, das 3 horas da tarde ás 9 da noite.

Fazem-se vendas particulares com grande reducção de preços.

COMPANHIA COMMERCIAL & VINICOLA DA BAIRRADA

3 ESTA COMPANHIA é agente dos Bancos de Commercio e Industria do Porto, do Banco Mercantil de Braga e d'outros, e faz as operações de transferencia de dinheiros, de fundos e de todas as que são proprias d'estes estabelecimentos, não só directamente com os ditos bancos, como com suas agencias.

Mealhada 25 de Janeiro de 1877.

O presidente da direcção,
Joaquim Lopes Carreira de Mello.

VENDA DE CASAS

4 VENDEM-SE as casas da rua da Louça, n.º 26, 28 e 30. Quem pretender falle nas mesmas até ao dia 10 do proximo Fevereiro.

SOCIEDADE DOS BANHOS DE LUSO

5 É CONVOCADA a assembleia geral para 28 do corrente, pelo meio dia, no edificio de S. Jeronymo, n.º 4, para apresentação do relatorio e contas da gerencia do anno findo, e eleição da mesa e commissão fiscal.

Coimbra 22 de Janeiro de 1877.

O presidente da assembleia geral,
Costa Simões.

VENDA DE LARANJA

6 NA QUINTA FEIRA, 1.º de Fevereiro do corrente anno, pelo meio dia, na alameda do jardim botanico, se ha de arrematar, se o preço convier, a laranja da cerca de S. Bento e do jardim botanico.

Machina de coser

7 VENDE-SE uma em segunda mão, de braço para sapateiro e correeiro.

Póde ver-se em casa de Victorino Henriques Lebre, na rua da Calçada.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

8 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e forma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

Penitenciaria districtal DE COIMBRA

9 NO DIA 16 de Fevereiro proximo futuro, pelas 11 horas da manhã, na secretaria d'este Governo Civil, ha de arrematar-se o fornecimento de 200 metros cubicos de cal viva, para as obras da nova cadeia districtal penitenciaria.

As condições estarão patentes no acto da arrematação; podendo desde já ser examinadas n'esta secretaria, ou na da direcção das obras do Mondego, em todos os dias não sanctificados, desde as 10 horas da manhã até ás 3 da tarde.

Governo Civil de Coimbra 25 de Janeiro de 1877.

O Governador Civil,
Fernando A. A. P. de Mello.

MASSA FALLIDA DE João Francisco da Silva

10 POR DESPACHO do ex.mo sr. juiz de Direito, e presidente do tribunal de commercio d'esta cidade, e a requerimento do ill.mo sr. juiz commissario da referida massa fallida, têm de ser vendidos em praça publica, no dia 30 do corrente, pelas 10 horas da manhã, á porta do tribunal de justiça, todos os bens rusticos, urbanos e outros effeitos á mesma relativos, os quaes são situados n'este concelho, no da Louzã, Miranda do Corvo, Montemór-ô-Velho e Soure.

Para mais informações podem os pretendentes ouvir os abaixo assignados.

Coimbra 15 de Janeiro de 1877.

Os curadores fiscaes da massa
Joaquim Martins da Cunha
Miguel dos Santos e Silva.

11 PELO JUIZO de direito d'esta cidade e cartorio do escrivão Santos, se faz publico, que no dia 6 do proximo mez de Fevereiro, pelas 10 horas da manhã, á porta do tribunal judicial, se hão de vender a quem maior lanço offerecer as seguintes propriedades, em virtude d'execução que João Gonçalves de Lemos, da Louzã, move ao Dr. Raymundo Venancio Rodrigues, d'esta cidade.

Uma morada de casas e forno, sita ao arco do Collegio Novo, com os n.os 2 e 4.

Uma morada de casas sita na rua dos Anjos, com os n.os 30 e 32.

Outra morada de casas sita na rua do Norte, com os n.os 11 e 13.

Outra morada de casas, sita na rua do Guedes, que parte do Nascente e Norte com rua publica.

O solicitador,
Abilio Maria Ladeiro.

PARA O CARNAVAL

12 MASCARAS SORTIDAS, por junto e a retalho, papelinhos, differentes qualidades de estallos, fitas, cris-cris, estampas, cartas diversas, pós para fazer comichão, serpentes de Pharaó, aranhas e outras miudezas. Vende-se no costumado estabelecimento de ferragens de Antonio José Lopes Guimarães, ao fundo da rua do Visconde da Luz, n.º 1, Coimbra.

AVISO AOS SRS. ESTANQUEIROS

13 DECLARO QUE, tendo-me despedido do deposito do sr. Dr. Adriano Barbosa, d'esta cidade, sahi d'aquelle estabelecimento no dia 19 de Dezembro preterito; e que estou hoje á testa de um novo deposito de tabacos de todas as fabricas nacionaes e de charutos estrangeiros, situado na Portagem, onde se vendem, por grosso e miudo, todos os tabacos precisos aos srs. estanqueiros, que serão tratados como costuma o

Vieira.

MOBILIA DE SALA

14 VENDE-SE UMA, toda de mogno, e moderna. Quem pretender, póde dirigir-se á rua do Correio, n.º 19.

AOS AMADORES

15 UMA BELLA FLAUTA, de bomba, com 8 chaves, vende-se na rua de Quebra Costas, n.º 60.

Substituições a militares

16 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

17 QUEM quizer comprar umas casas de tres andares na rua dos Estudos n.º 23, na mesma casa se diz quem as vende.

AGENCIA EM LISBOA

18 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico, incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.º

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200
Por semestre	1$600
Por trimestre	800

Annuncios por cada linha 40 réis.
Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$460
Por semestre	1$730
Por trimestre	865

Numero 3079 | Terça feira 30 de Janeiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

É assombrosa a facilidade com que ha quem defenda o pró e o contra.

O projecto do sr. deputado Antonio José Teixeira, para o entroncamento do caminho de ferro da Beira partir de Thomar, era bom.

O traçado a seguir de Coimbra pela margem esquerda do Mondego, era melhor; e em recompensa da sua defeza se solicitaram manifestações de agradecimento, por parte das camaras municipaes dos pontos interessados n'essa directriz.

Na mesma conformidade se achou depois excellente o entroncamente na estação de Coimbra, a seguir pelo valle de Coselhas.

E como posteriormente se tornou mais incerto o ponto de partida, com o acrescentamento das palavras—de Coimbra, ou suas immediações; — tambem foram dignos de louvor os auctores d'essa alteração.

Finalmente a mudança do entroncamento para a Pampilhosa, que agora resolveu o governo, parece ser de todas a melhor, porque, por emquanto é a ultima deliberação tomada.

Se ámanhã o entroncamento fôr mudado para outro ponto, será esse necessariamente digno de toda a preferencia.

Mas ha mais do que isso, e que convém que se saiba, para que se veja a boa fé que ha n'este negocio. Anda-se por ahi a fazer persuadir, que o caminho de ferro é uma desgraça para Coimbra, e portanto que grande favor faz o governo a esta cidade, afastando para a Pampilhosa o entroncamento! Das conversações particulares já se vae passando a mais; pois que em uma reunião publica se quiz sustentar essa opinião!

Assim, se o entroncamento parte de Coimbra, muitos louvores merecem os directores da situação politica por esse beneficio prestado a esta terra; se parte da Pampilhosa tambem são dignos de elogio, por livrarem Coimbra da calamidade do caminho de ferro!

O que em tudo isto ha de mais grave é o facto da affirmativa, que o deputado por este circulo veiu fazer em Maio de 1875, de que o ministro das obras publicas estava firmemente resolvido a fazer com que o entroncamento do caminho de ferro partisse de Coimbra.

Muito bem: — ou isto não foi mais do que uma comedia passada entre o deputado e o ministro, o que nós por modo nenhum acreditámos; ou a promessa foi feita e agora se falta a ella. E n'este ultimo caso, que publica demonstração deu já o mesmo deputado, de que como bom representante d'este circulo se mostra resentido da affronta feita a esta cidade?

Este objecto é muito sério, porque os habitantes de Coimbra não estão costumados a soffrer impassiveis semelhantes burlas.

Eis o resultado dos deputados serem nomeados pelo governo, em logar de serem escolhidos pelos eleitores!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Os habitantes de Coimbra estão vendo a utilidade de se congregarem, de discutirem os seus interesses, de reclamarem e protestarem quando os poderes publicos praticam actos injustos e arbitrarios, e desprezam esta cidade.

Bastou as reuniões que ahi têm havido, sem nenhuma ligação partidaria, e só devidas a impulso espontaneo dos cidadãos, para fazer dar rebate ás auctoridades, aos potentados politicos, e aos seus agentes e dependentes, vendo-se em a necessidade de empregar todos os meios, a fim de por algum modo atenuar o effeito das manifestações populares.

Julgavam que a cidade de Coimbra havia de conservar-se sempre inerte, e sujeitar-se a tudo o que lhe quizessem fazer. Enganaram-se, sendo surprehendidos pela convocação dos comicios; o que os fez desatinar de um modo deploravel!

A toda a préssa foram chamados a capitulo os accessores do poder, para deliberar o que convinha fazer em caso tão momentoso.

De entre muitos alvitres resolveu-se que se empregasse toda a influencia da auctoridade superior do districto, para que se obtivesse o maior numero possivel de assignaturas para a seguinte:

Declaração

«Os abaixo assignados, negociantes de Coimbra, julgam de necessidade declarar para todos os effeitos, que declinam toda a responsabilidade dos actos *praticados pela Associação Commercial de Coimbra*, que não reputam, nem consideram como representando actualmente a maioria e o interesse collectivo do corpo do commercio d'esta praça.

«Coimbra, 26 de Janeiro de 1877.»

Não escrupulisaram em pedir assignaturas para uma declaração, que vae completamente de encontro á verdade

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O Padre Malagrida,

OU

A Tesoira,

PERIODICO POLITICO E LITTERARIO.

Quand l'absurd est outré, l'on lui fait trop d'honneur,
De vouloir, par raison, combatre son erreur.
....
Il en fait tous les jours de diverse maniere:
Je changerai de style, en changeant de matiere.
LA FONTAINE.

N.º I



NA TYPOGRAPHIA DE NETTLETON,
Impressor de S. A. R. o Duque de Clarence,
Whimple-Street, Plymouth.

1828.

EPISTOLA DEDICATORIA

Aos ill.mos e ex.mos srs. bispo de Vizeu, e Agostinho Luiz da Fonseca. (1)

Ex.mos srs.—A ideia de redigir este opusculo, e a de dedical-o a v.as ex.as foi uma e a mesma concepção. É na verdade de pouca monta uma *dédica periodiqueira*, mas acceitem v.as ex.as senão uma obra, digna de tão sublimes varões, ao menos uma boa vontade; quando reconheço e confesso que não tem v.as ex.as nada que me agradecer, n'aquillo que de direito se lhes deve: a quem iria eu offerecer uma *Tesoira* com mais propriedade que a um *alfaiate*? O *Padre Malagrida*, a quem se havia de dedicar senão a um *jesuita*? Digo mais: não é v. ex.ª rev.ma um verdadeiro Malagrida? Se a transmigração das almas fosse dogma de nossa crença, eu teria para mim que a d'aquelle fanatico tinha vindo habitar a carunchosa humanidade de v. rev.ma—E além da *apostolico-jesuitica* moral de v. rev.ma, fundamentada na hypocrisia, coroada pelo perjurio e pela traição, não consumma v. rev.ma a obra das mais torpissimas e barbaras maquinações, pelo assassinato civil d'um rei, de quem v. rev.ma se tinha reconhecido vassallo, a quem tinha jurado obediencia, de quem tinha acceitado honorificos empregos, em nome de quem tinha exercido importantissimas funcções?

Com quanta complacencia não verá hoje a jesuitica alma de v. rev.ma desolado todo Portugal, mortos, encarcerados, ou perseguidos cidadãos, que obedeceram como v. revm.ª a um rei, a um governo, de quem v. revm.ª foi ministro? Actos são todos do mais façanhoso apostolico, do resuscitado jesuitismo de que v. revm.ª é um tão digno confrade, e que devem encher de celeste jubilo o sensivel coração de v. revm.ª!! E se na verdade, v. revm.ª não é o mesmo Malagrida em carne e osso, não vale v. revm.ª meia duzia de Malagridas? Então a quem com mais jus devia eu dirigir-me? Que outro Mecenas deveria procurar para uma producção litteraria, mais apropriado, que o *director geral* das letras portuguezas no reinado de D. Miguel?

Possa o meu periodical trabalho ser tão grato a v. revm.ª quanto v. revm.ª é precioso ás Musas Lusitanas, a que promettem caranguejal andamento as profundas luzes de v. revm.ª, unidas por sua gloria ás suas incomparaveis virtudes civicas e religiosas, como bem evidentemente nos mostrou n'aquelle politico aranzel, recitado em Lisboa na brilhante *sucia* dos palhaços. Nem se offenda a modestia de v. revm.ª d'estes encomios, nunca alheios de litterarios offerecimentos; que, posto que eu tivesse camaleões eguaes a v. revm.ª na tragica farça em que v. revm.ª representou o papel de bufo, aos quaes podesse tambem dedicar o meu papeluxo, eu por irresistivel inclinação, apezar de alguns pareceres em contrario, decidi-me, sem hesitação, por v. revm.ª

Não quiz porém ex.mos srs., contentar-me com uma só especie de mecenaticos patronos em empreza, que me hade forçosamente ganhar desaffeiçoados — e é por isso que pretendi offerecer este papel a um campeão nas letras, a um campeão nas armas: e sendo elle *Tesoira* a quem melhor o dedicaria do que a v. ex.ª, sr. Agostinho Luiz? Nem eu pretendo sómente escudar-me contra os *zoilos* com o nome d'um *Ferrabraz* Miguelino, pois n'esse caso facil me fôra, perdôe v. ex.ª, encontrar outros, como v. ex.ª, desavergonhados, traidores, anarchistas, assassinos, perjuros—a esmo podia lançar mão de qualquer da *bellicante caterva*, desde o patarata *Rio Pardo*, até o imbecil *Bahia*, inclusos todos os façanhudos *Silveiras*, o bellicosissimo *Povoas*, o *Gabriel* d'egual estofa a v. ex.ª... n'uma palavra: dentre todas essas marciaes columnas do *throno* e do *altar*, que v.as ex.as escoram, fulgurando em armas e virtudes, como brilha,

(1) O redactor do hoje rarissimo periodico — *O Padre Malagrida, ou a Tesoira* — foi o bacharel em medicina José Pinto Rebello de Carvalho, o mesmo que redigiu o *Pelourinho*, de que ha dias transcrevemos o n.º 5, e que tinha redigido em Coimbra, de 1822 a 1823, o *Censor Provinciano.*

Da *Tesoira* publicaram-se só tres numeros. O 1.º e 2.º na Inglaterra, em Plymouth; e o 3.º em Paris, para onde Rebello de Carvalho foi applicar-se ás sciencias physicas e naturaes. Por fim doutorou-se em medicina na universidade de Lovaina, na Belgica.

O 1.º numero da *Tesoira* foi publicado em 1828; o 2.º não tem data; e o 3.º em Paris foi no anno de 1829.

Começamos hoje a publicar o 1.º numero da *Tesoira*, sendo o frontespicio com a mesma forma typographica do original. No verso do frontespicio lê-se mais o seguinte: — «DOUTRINA, e VERDADE» — Exodo, cap. xxviii, vers. 30—*A Santa Biblia, Traducção do P. A. P. de Figueiredo.*

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

dos factos! Não recuaram em comprometter os signatarios em uma asserção de todo o ponto inexacta!

O que tudo isso prova é que as assignaturas foram obtidas por surpreza ou mera condescendencia; pois que é absolutamente impossivel que os que as fizeram fossem capazes de asseverar uma falsidade, se tivessem conhecimento de que tal era a declaração que se lhes apresentou.

A Associação Commercial não foi convocada, nem, por isso, tomou deliberação alguma, ácerca da questão do entroncamento do caminho de ferro da Beira. Apenas foi concedida a casa da Associação Commercial, para n'ella se fazerem as reuniões populares, como tem sido concedida para muitas outras, alheias á mesma corporação. Ahi se achavam não só membros do commercio pertencentes á Associação, mas outros muitos que lhe são extranhos, e até artistas.

A declaração que acima deixâmos transcripta vae responder a mesa e direcção da Associação Commercial com a seguinte:

Declaração

A mesa da assembleia geral da Associação Commercial d'esta cidade, e a direcção da mesma Associação, declaram que as reuniões feitas ultimamente na sala das suas sessões, e que tiveram por fim a discussão sobre a mudança do ponto de partida do caminho de ferro da Beira Alta, não foram promovidas nem auctorisadas por um ou outro dos corpos gerentes da mesma Associação, concedendo-se tão sómente a respectiva licença a quem a solicitou para alli fazer as referidas reuniões.

O presidente da assembleia geral—*Manoel dos Santos Junior.*

O secretario—*José Apparicio dos Santos.*

O presidente da direcção—*José Melchiades Ferreira Santos.*

O secretario—*Frederico Ferreira.*

O thesoureiro — *Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.*

Os vogaes—*José Correia Lemos—e Antonio d'Almeida e Silva.*

A Associação Commercial estava e está no seu pleno direito de representar, como por outras vezes tem representado, ácerca do caminho de ferro da Beira; mas é conveniente que se saiba a boa fé com que se levou os signatarios da declaração, que por influencia superior se fez, a asseverarem um facto que nunca existiu! Ahi fica bem caracterisado um tal manejo.

Quem teve a *feliz* lembrança de sacrificar por tal fórma os signatarios da celebre declaração, sujeitando-os a semelhante desaire e um desmentido formal, não póde deixar de confessar que deu um grande *estenderete!*

Tratem de outra, porque n'esta foram infelizes.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Para que se fique por uma vez sabendo, o que vale e o que significa a declaração, que acima transcrevemos, promovida pela auctoridade superior d'este districto, bastará dizer, que n'ella está assignado o 2.º secretario da mesa da Associação Commercial, referindo-se a um acto praticado pela mesma Associação; sabendo elle perfeitamente, que assignava uma falsidade, por isso que não só é associado, mas pertence a um dos corpos gerentes d'aquella corporação.

Factos como este estão abaixo de todo o commentario.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega do *Progressista* parece achar da nossa parte contradicção, em nos queixarmos de não haver acção no centro progressista d'esta cidade; quando ao mesmo tempo notâmos ter havido por vezes uma certa indifferença nos habitantes d'esta terra, procedida da falta de accordo, do habito de se deixar tudo entregue á acção governativa e de se confiarem todos os negocios á protecção dos grandes potentados politicos.

Mas então — porque ha essa indolencia; porque ha muitos individuos que estão sempre promptos para o que lhes ditar quem manda; porque ha muitos dependentes das auctoridades; porque estas e os potentados politicos exercem uma forte pressão, forçando muitos cidadãos a praticar o contrario do que é da sua opinião e da sua vontade; ha de o centro do partido progressista desanimar, e para assim dizermos afastar-se da vida activa?

Quem diz ao centro progressista, que se lutasse, animasse, influisse, e encaminhasse os cidadãos, se não modificaria sensivelmente esse estado de cousas, e se annullaria em parte o poder da auctoridade?

E quando mesmo esse centro passasse por qualquer decepção, era isso algum acontecimento imprevisto, e que devesse fazer retirar do combate o mesmo centro?

Veja o collega o que está acontecendo n'esta cidade, só pela expontanea manifestação de muitos habitantes, sem organisação, sem impulso de nenhum centro organisado. Se houvesse uma direcção regular, o que se não poderia obter?!

Só as simples reuniões que tem havido, obrigaram já o actual governador civil — que quando foi presidente da camara d'esta cidade pugnava por actos publicos e officiaes para que o caminho de ferro da Beira seguisse de Coimbra pela margem esquerda do Mondego — a vir agora andar ahi pela cidade a instantemente pedir e influir para que se assigne uma declaração, tendente a elogiar o governo por fazer hoje exactamente o contrario do que elle pedira e elogiára no anno de 1874!

Então obrigar as auctoridades e os potentados politicos a praticar estes actos indecorosos, que os exautoram perante a opinião publica independente, não é uma victoria?

Repetimos o que já dissémos. As opposições não têm obrigação de vencer, mas de combater.

Se ha caracteres subservientes, que se prestam a tudo, bom e máu, que d'elles se exige; porque é bem sabido, que as grandes fortunas não são documento de independencia,—essas miserias não justificam a indolencia dos cidadãos honestos.

Cumpra cada um com o seu dever.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

PARA A HISTORIA

Tenho a honra de enviar a v. ex.ª copia de parte da acta da sessão de 11 do corrente mez, na qual a camara da minha presidencia registrou um *voto de agradecimento* á redacção da *Correspondencia de Coimbra*, pelos serviços valiosos e relevantes que a mesma dispensou em favor da *directriz do caminho de ferro da Beira, a partir d'esta cidade*.

Da acta referida vê-se que a camara foi *unanime* em votar os seus agradecimentos á redacção do jornal referido, pois que *unanime foi ella em solicitar dos poderes publicos que fosse adoptada aquella directriz, para o bem dos povos do seu concelho, da cidade de Coimbra em especial e de toda a provincia da Beira*.

Desempenhando-me assim de uma deliberação da camara, tenho a honra de declarar á v. ex.ª, *que o faço com a maior satisfação*, por isso que me apraz sempre manifestar os votos da corporação a que pertenço, quando em louvor d'aquelles que advogam *uma causa justa e a bem dos interesses dos povos, cuja administração nos foi confiada*.

Deus guarde a v. ex.ª — Coimbra, 16 de Julho de 1874. — Exm.º sr. redactor do jornal — *Correspondencia de Coimbra*. — O presidente, *Fernando A. de Mello*.

Acabam os nossos leitores de ver este documento do sr. presidente da camara de Coimbra em 1874. Agora saibam que o mesmo presidente, hoje governador civil d'este districto, anda a promover declarações tendentes a elogiar o actual governo, que tirou a Coimbra o entroncamento do caminho de ferro decretado por lei, *para o mudar para a Pampilhosa*, prejudicando assim não só esta cidade, mas o que é mais, prejudicando gravissimamente a propria naturalidade do sr. governador civil — *a villa de Penacova!*

Chegámos a esta desmoralisação politica!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A laboriosa tarefa que emprehendemos, de dar nos folhetins do *Conimbricense* uma amostra dos diversos periodicos que se publicaram no estrangeiro, durante a emigração liberal de 1828 a 1834, tem chamado a attenção dos curiosos n'esta especialidade, sendo

---

aqui em Londres, por essas chaminés, o fumo do carvão de pedra!

Mas eu ainda prescindindo das particulares obrigações, que devo a v. ex.ª, quando aos seus cães de fila v. ex.ª ordenava assassinar-me, depois de devastar a minha patria, destruir e roubar a minha casa (e de todos os meus), aquella onde v. ex.ª, e sua familia acharam algum dia guarida e acolhimento, depois que a sua impericia e cobardia, com a dos seus camaradas *Silveiras*, deixaram aos *francezes* aberta a passagem desde *Amarante* até o *Douro* em 1809!.... Além, digo de todas estas obrigações, e mais ainda.... gosto sempre achar nas cousas razão sufficiente, e não saltar naturaes analogias.... E assim como v. ex.ª foi tão a proposito escolhido para capitão dos *rotos*, na *Beira*, a quem tão elegantemente soube arremendar, direi melhor, vestir á custa alheia, desde os pés até á cabeça, não fazendo n'isso cousa estranha ao seu officio, da mesma sorte eu, julgo muito a proposito que a v. ex.ª devia offerecer a *Tesoira*.

Deus guarde a v. ex.ª para as recompensas de que se faz credor, etc.,

De v ex.ª—mt.º affeiçoado....

O REDACTOR.

17, Oxendon Street, Londres, 18 de Outubro, 1828.

PREFAÇÃO

Perdida em nossa infeliz patria a defeza dos direitos de nossa joven e augusta rainha com os inesperados, e assombrosos, successos de malfadadas armas.... desenfreados para advogarem a usurpação os insolentes colaboradores da insulsa *Gazeta*, e do estupido *Correio do Porto*, etc., a que ninguem póde responder senão pelo silencio.... termos visto intregues ao furor d'uma populaça cega e brutal mais de duas terças partes de uma nação desgraçada, que teve a má sorte de ser governada por seu maior inimigo.... perseguidos, e votados ao ferro dos assassinos todos os cidadãos, a quem um caracter honrado, e sentimentos de virtude vedavam applaudir a usurpação do tyranno, ou aggregar-se a suas salteadoras, e incendiarias hordas.... considerar inumeros carceres atulhados d'innocentes victimas, morrendo de miseria e de dor... ver roubadas as fazendas de tantos desgraçados por um governo tão atroz, e tão immoral, como nunca lá existiu outro.... demasiados motivos são todos para que nós, os que tivemos a fortuna de evadir-nos das garras do tigre, não percamos algum dos possiveis meios de pugnar por aquelles direitos, de chamar a attenção do mundo inteiro sobre o triste Portugal, advogar por todos os modos a justiça da causa, por a qual nos sacrificamos, e entregar á execração do universo os auctores perjuros, e inhumanos de tantos infortunios.

Varios opusculos tem já sido publicados em Inglaterra, que assás demonstram a falsidade das pretendidas razões, que assoalham todos os operadores da usurpação, e provam com toda a evidencia, que de nenhuma sorte podem ter logar as suppostas leis, que o não são, em que manhosamente parece querer fundar-se, com exterioridades legaes, quem não respeita alguma lei, divina, ou humana, quem só respira furores e sangue!

Nas intenções pois de ajudarmos o fim d'esses escriptores, e o triumpho de nossa causa com os nossos poucos cabedaes, é que vae ser redigido este periodico, que será consagrado a todos os assumptos portuguezes: um temos já em *Plymouth*, (2) que propondo-se como nós o mesmo triumpho da legitimidade, de que somos os martyres, como nos chamou a nossa augusta rainha, se faz apreciavel pelo espirito em que é concebido, pelas noticias que nos dá, etc. —Nosso papel porém tendendo ao mesmo *fim*, e revestindo a mesma fórma periodica, é redigido debaixo d'outro plano. Mas como este fim é o mesmo a que se dirigem os votos de todos os illustres emigrados portuguezes, estamos certos que de todos elles seremos auxiliados em nossa tarefa.

A cordeal união, que enlaça tantos, e tão honrados proscriptos, ao mesmo passo, que nos é de summa vantagem, é mais uma prova da honra, e do patriotismo que os ennobrece. Dando-nos todos as mãos, sacrificando mesmo, se existissem, particulares interesses, pequenas paixões, mesquinhos calculos, mostrando á generosa nação (3), que nos acolheu, o como somos dignos de suas attenções, é o mais seguro meio de triumpharmos.

Faremos sempre por escrever, senão em estylo elegante, com a decencia que ao publico se deve: mas se algumas phrases parecerem *acres*, pedimos indulgencia para o seu emprego, pois que d'outra sorte não sabemos designar os detestaveis auctores de nossas desditas. — E bem que serios, e mui serios são todos os assumptos relativos á usurpação, quem poderá deixar de lançar o possivel ridiculo sobre seus ridiculos colaboradores?

Et sermone opus est, modo tristi, sæpe jocoso,
. . . . . Ridiculum acri,
Fortius et melius magnas plerumque secat res.

HORATIUS.

(Continuar-se-ha).

(2) O outro periodico que tambem se publicava em Plymouth, em 1828, e a que se refere José Pinto Rebello de Carvalho, era o *Portuguez Emigrado*, de que n'estes folhetins do *Conimbricense* havemos de dar conhecimento aos nossos leitores.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

(3) São cousas muito diversas nação, e ministerio.

um dos principaes o erudito escriptor de Braga, o sr. Pereira Caldas.

Este infatigavel investigador principiou a publicar ácerca d'este assumpto um interessante artigo na *Borboleta* d'aquella cidade.

O sr. Pereira Caldas mostra desejar que principiassemos de mais longe estas investigações.

É possivel, que aceitando o parecer do esclarecido escriptor, ainda um dia venhâmos a ampliar este trabalho; mas o nosso amigo sabe melhor do que ninguem, que a tentativa de dar noticia da épocha de 1828 a 1834, que aliás é a mais interessante, é só por si uma verdadeira temeridade; sobretudo para quem como nós quasi nada achou publicado a esse respeito.

Anterior a 1828 temos os 15 primeiros volumes do *Correio Brasiliense*, de 1808 a 1815; e cousa singular, são exactamente os mesmos volumes que nos diz ter o sr. Pereira Caldas. Este periodico publicou-se em Londres até ao fim de 1822; mas os volumes que possuimos são os mais interessantes, porque chegam á batalha de Waterloo e ao fim do congresso de Vienna.

Tambem anterior a 1828 temos a collecção completa do *Correio Interceptado*, e varios numeros do *Investigador*, do *Portuguez*, do *Popular*, e do *Campeão Portuguez em Londres* (do *Campeão Portuguez em Lisboa* temos a collecção completa).

Egualmente temos o *Conciliador* citado pelo sr. Pereira Caldas, o qual foi publicado no Maranhão, começando em 1822. D'elle foi redactor Rodrigo Pinto Pizarro, o futuro barão da Ribeira de Sabrosa.

E fallando-se no *Conciliador* não póde deixar de se acrescentar outro periodico que temos, a *Idade d'Ouro do Brasil*, publicado em 1821 na Bahia.

Não possuimos o *Patriota do Rio de Janeiro*, de que trata o sr. Pereira Caldas; mas ha dois volumes d'esse periodico na bibliotheca (para a fundação da qual contribuimos efficazmente) da sociedade *Terpsychore Conimbricense*, hoje *Centro promotor da instrucção popular*.

Esta materia é quasi inexgotavel. Além das especies de que se occupa o sr. Pereira Caldas, ha uma outra, que não póde tambem deixar de se mencionar, mas que ha de ser difficil de tornar completa. Queremos fallar dos jornaes publicados no estrangeiro pelos emigrados miguelistas, depois de 1834.

Temos o *Contrabandista*, publicado em Londres em 1835. Pelo estylo parece-nos ser do sr. Antonio Ribeiro Saraiva. Tencionâmos publicar um numero d'este periodico, mas precisâmos primeiro mandar gravar a figura de um contrabandista, que vem na primeira pagina.

Tambem em Londres se publicou em 1836 a *Trombeta Lusitana*, continuação do periodico de egual nome, que em 1822 e 1823 se publicára em Lisboa. Na 2.ª série, em Londres, era um dos redactores o emigrado miguelista Duarte Gorjão da Cunha Coimbra Bottado.

No anno de 1840 publicou o sr. Ribeiro Saraiva em Londres o 1.º e o 2.º numero da *Peninsula*; e depois de 32 annos de interrupção, publicou em 8 de Maio de 1872 o 3.º numero do mesmo periodico.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

PROTESTO

EXCELLENTISSIMOS SENHORES E DIGNOS PARES DO REINO

Os habitantes de Coimbra, surprehendidos na sua boa fé pela resolução ultima do governo de Sua Magestade com respeito ao ponto de partida do caminho de ferro da Beira Alta, vêm hoje perante os dignos membros da camara hereditaria erguer a sua humilde mas poderosa voz. Poderosa pelo sentimento que a inspira e porque clama contra uma injustiça; poderosa porque, accusando o quebrantamento da palavra empenhada, pugna ao mesmo tempo pela sua dignidade de cidadãos; poderosa porque, não consentindo que se negue a Coimbra a primazia que lhe é devida, tambem se levanta contra a desattenção do governo com as corporações da cidade que representaram sobre o assumpto; e poderosa, finalmente, porque a voz do povo o é quando cheia de justiça, se desprende e lhe irrompe dos labios, energica, impetuosa e vibrante, ainda que digna e conveniente.

É singela a linguagem do povo, senhores, porque os circumloquios lhe são desconhecidos, figuras de rhetorica não as sabe, estylo guindado não o aprendeu, nem as imagens brilhantes lhe são familiares; reduz-se ella unicamente á expressão unica da verdade, e este o melhor dote para ser de vós escutada.

Se o povo de Coimbra, protestando como lhe cumpre contra o acto inqualificavel d'aquelles que foram chamados a reger os destinos da nação, e que manifestamente o illudiram, escolhe de preferencia esse e não outro tribunal, onde vae expôr o sentimento de que se acha possuido, é porque duvidas e incertezas já provadas o dominam, é porque vê incompleta ainda hoje a representação nacional, de cujo seio andam foragidos uma parte dos seus membros, é porque sabe não ter alli advogado de sua eleição espontanea, homem que represente os interesses da cidade e os tome a peito.

Vem pois só, e desacompanhado o povo de Coimbra, protestar de modo solemne perante a nação, no recinto d'esta camara, historiando succintamente a causa do seu aggravo.

O povo que apenas se queixa e protesta, não pode deixar de ser reputado um povo amigo da ordem; preza-a e não recorre a meios violentos, exerce o seu direito e usa da liberdade, sem a qual a justiça, o dever e o proprio direito não tem rasão de existir. Que seria do direito, se os cidadãos não tivessem a liberdade de pugnar pelos seus interesses mais caros, e de queixar-se erguendo a sua voz quando estes são desattendidos, menosprezados, ou quando, fingindo attendel-os, os poderes publicos são tão faceis em prometter como ainda mais faceis em esquecel-os e lançal-os ao desprezo?

Padece a dignidade humana, quando o homem, cahindo na abjecção troca de falso a sua propria palavra, e falta aos seus mais leaes compromissos, calcando assim aos pés esse sentimento de elevação que dimana de todos os habitos da vida, e que lhe serve de esteio nas circumstancias mais difficeis. Que se dirá porém de um corpo social, revestido do poder que manda e quer ser obedecido, que é o fiel executor da lei, e que ordena a applicação d'ella, quando leviano e á sombra do respeito que infunde a sua jerarchia e que lhe cumpre manter, promette com a firme tenção de faltar, e illude fazendo confirmar promessas fallazes pelos seus proprios delegados? Ao poder que assim procede foge-lhe a obediencia no mando, nem já é susceptivel de recuperar o respeito que alienou, nem de rehaver a consideração publica que trahiu. Os poderes do Estado não são uma investidura do direito de dispôr da sorte dos cidadãos ou do paiz, nem o povo lhes reconhece tão oppressivas garantias. Do mesmo modo o povo não comprehende que em politica se professe abertamente não haver senão factos, que o direito esteja da parte dos mais habeis, e que o proprio facto consummado valha mais que todos os escrupulos que dimanam da consciencia, do dever, da justiça e da rectidão. Sabe porém o povo pela experiencia propria, que as paixões costumam fallar mais alto do que a razão, e que se julga sempre mais acertado accusar o povo de capricho do que confessar-se um erro e procurar resgatal-o. Estas ideias estão consagradas entre o povo, arreigadas e fortalecidas n'elle pelo seu convivio politico e pela experiencia dos homens e das coisas; nem mudarão facilmente, porque as ideias do povo, alimentadas pelo seu simples discernimento, são a alma do proprio povo.

Dignos Pares do Reino, o governo actual, na sua proposta de 20 de Fevereiro de 1874, relativa ao caminho de ferro da Beira Alta, declarou que poria a concurso a construcção d'este, tomando como ponto de partida o que os projectos ulteriores designassem, na linha do norte, atravessando a Beira Alta, terminando na fronteira de Hespanha, e ligando-se ao caminho de ferro de Salamanca. Esta proposta, que foi approvada pelas commissões de obras publicas e fazenda, salvo uma ligeira modificação, a de determinar que fosse de uma só via o caminho, não chegou a ter as honras da discussão na sessão legislativa d'esse mesmo anno.

Em 22 de Janeiro de 1875, nova proposta foi apresentada no mesmo sentido, designando-se n'ella entretanto o ponto de partida do caminho de ferro de que se tracta, visto acharem-se já concluidos os estudos technicos d'esta linha e da do caminho de ferro da Beira Baixa, designando-se que o primeiro *partisse da estação de Coimbra*, na linha do norte, seguindo pela Beira Alta, terminando na fronteira de Hespanha, e ligando-se ao caminho de ferro de Salamanca.

Em 1 de Março de 1875, as commissões de obras publicas e de fazenda apresentaram um parecer em que auctorisavam o governo a mandar proceder á construcção do mesmo caminho de ferro, partindo da estação de Coimbra, *ou das suas proximidades*, seguindo, terminando e ligando-se de modo identico ao consignado nas anteriores propostas.

E o governo actual concordou n'esta ampliação, a qual não dizendo nada exprime muito, e abre vasto campo para satisfazer ao fim proposto.

Em seguida, um deputado affecto ao governo, e que vive na sua intimidade, ainda consegue mais, e sob proposta sua faz supprimir as palavras *Beira Alta* por *Santa Combadão*, dispondo assim as coisas para que o governo conseguisse fim mais azado, o de poder illudir a promessa feita na sua ultima proposta quando teve em vista os interesses de Coimbra.

Na actual sessão e depois de ter aberto concurso para o mencionado caminho de ferro, mallogrado entretanto no primeiro e segundo a que se procedeu, o governo despreza comtudo as offertas que em seguida lhe fazem, e entretanto mais favoraveis, pretendendo construir o mesmo caminho de ferro por conta do estado, e o ex.^{mo} sr. ministro das obras publicas apresenta na camara nova proposta, substituindo as palavras *Coimbra e suas proximidades*, pela de *Pampilhosa*, cuja localidade designa como ponto de partida do caminho de ferro da Beira Alta.

Contra estas constantes incertezas protesta o povo de Coimbra, ex.^{mos} senhores e dignos Pares do Reino; contra estas duvidas que se succederam umas após outras, protesta elle egualmente; contra o fim que as promoveu, protestam os habitantes d'esta cidade; contra a falta de boa fé que deve presidir a todos os governos serios e dignos, e que é manifesta, protestam finalmente os abaixo assignados, já que dentro dos limites da lei não poderá tomar outro desforço, se não mais solemne, mas cujos resultados lhes dêm satisfação condigna do aggravo feito a esta cidade.

Dignos Pares do Reino, o povo poderá ser severo nas suas apreciações, posto que justo no protesto que vos dirige, e que vae ser conhecido de todo o paiz pela imprensa periodica; mas quando affrontado, o povo nem sabe manejar a penna, nem póde conter os impulsos que o dominam; exprime-se com a sua franqueza rude habitual, e não desauctorisa a sua soberania se prescinde da etiqueta e das fórmas exigidas pelos usos sociaes. O povo desaggrava-se pacificamente, porque é este o seu dever de povo, e o paiz lhe ficará mais agradecido do que áquelles que o provocam a desaffrontar a sua dignidade offendida.

Coimbra, 26 de Janeiro de 1877, em reunião da commissão encarregada de lavrar o presente protesto.

O presidente—*José Luiz Ferreira Vieira.*

O secretario—*Joaquim José Rodrigues de Sousa.*

O relator—*José Melchiades Ferreira Santos.*

Os vogaes—*Antonio Duarte Areosa—Miguel dos Santos e Silva.*

NOTICIARIO

Banhos de Luso — No domingo reuniu-se a assembleia geral da sociedade para os melhoramentos dos banhos de Luso. A mesa d'essa assembleia ficou assim constituida:

Presidente—Dr. Antonio Augusto da Costa Simões.

Vice-presidente — Dr. Francisco Antonio Diniz.

Secretario—Joaquim Martins de Carvalho.

Vice-Secretario — José Antonio Ferreira Manso.

Foram lidos o relatorio e contas da gerencia de 1876.

A receita foi de.............	1:696$175
A despeza..................	974$920
Saldo.........	721$255

Deliberou-se que se pagasse o dividendo de 7 %, ou 840 reis por cada acção, com titulo de capitalisação; e que este pagamento se abrisse no dia 3 de Fevereiro proximo.

Procedendo-se á eleição da direcção para o corrente anno, ficou assim composta:

Presidente—Bacharel Manoel Correia de Mello.

Vice-presidente—Bacharel Alexandre de Assis e Leão.

Thesoureiro—Augusto Ferreira Brandão.

Vogaes —Conselheiro Francisco de Castro Freire—Bacharel Joaquim Alves de Sousa—e Francisco Pinto Henriques.

A commissão de contas ficou composta dos srs. Basilio Augusto Xavier de Andrade—Francisco de Sousa Araujo—e José Antonio Ferreira Manso.

Centro promotor de Instrucção Popular.—No domingo procedeu-se á eleição para os differentes cargos d'esta sociedade. Ficaram eleitos os seguintes senhores:

Direcção

Presidente—Bacharel Joaquim d'Almeida e Cunha.

Vice-presidente—Antonio José Gonçalves da Cunha.

1.º *secretario*—Augusto José Gonçalves Fino.

2.º *secretario*—Miguel Braga.

Thesoureiro—Manoel da Silva Gonzaga.

Directores—Justino da Cunha Novaes—Joaquim Duarte Areosa—Francisco Lopes de Jesus Coelho — Luiz Manoel dos Reis—José de Moura Barata Feio Terenas.

Commissão de contas

Adriano de Sousa Affonso
Zacharias Monteiro Guimarães
Alfredo Peres Furtado Galvão.

Fallecimento. — Falleceu na sua casa d'esta cidade o nosso bom e antigo amigo o sr. João Victorino de Moraes Duarte e Silva.

Sentimos profundamente o fallecimento d'este estimavel cavalheiro, não só pelas suas qualidades pessoaes, como pela maneira como sempre nos distinguiu.

O sr. Paulo de Moraes escreve-nos muito commovido, pedindo-nos que, em attenção a não lhe sobrar animo para agradecer pessoalmente a todas as pessoas d'esta cidade, as provas de interesse que mostraram por seu extremoso irmão, antes e depois do seu fallecimento, lhes significassemos em seu nome um eterno reconhecimento, confessando-se a todos eternamente grato.

Cumprimos por esta forma a dolorosa incumbencia do sr. Paulo de Moraes.

Cemiterio da Conchada. — Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

Emilia da Conceição Sousa, filha de Francisco Ignacio de Sousa, de Coimbra, de 13 annos, fallecida em 20 de Janeiro de 1877.

Manoel Joaquim Antonio, filho de Joaquim Mortagua e Maria de S. José, da Louzã, de 46 annos, fallecido em 20.

Maria Adelaide dos Santos Duarte, filha de Joaquim dos Santos e Maria Rita, de Coja, de 19 annos, fallecida em 21.

Julia da Piedade, filha de Antonio Antunes e Maria de Jesus, do Theodoro, de 2 annos e meio, fallecida em 23.

Esther da Encarnação, filha de José Nunes e Josepha da Conceição, de Coimbra, de 13 mezes, fallecida em 24.

Affonso, filho de Simão Gomes, e Maria da Boa-Morte, de Coimbra, de 2 mezes, fallecido em 25.

Manoel Tavares Cardona, filho de José Tavares Cardoza e Marianna Angelica, da Covilhã, de 53 annos, fallecido em 27.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada — 6:927.

Beneficio. — N'um dos proximos domingos irá tocar a philarmonica *Boa-União* ao Jardim Botanico, em beneficio de dois infelizes artistas.

É digna dos maiores elogios esta sociedade pela sua promptidão em praticar estes actos, para com os seus irmãos do trabalho.

Beneficencia. — De um nosso amigo recebemos a quantia de 500 réis, para soccorrer a infeliz senhora, que ha dias recommendámos á caridade publica n'este jornal.

Meeting. — No domingo houve no Porto um grande *meeting*, a fim de representar contra a proposta apresentada pelo governo á camara dos deputados, para a reorganisação do Banco de Portugal.

Patriotismo. — Temos a noticiar outro acto de muita caridade, praticado pelos nossos compatriotas residentes no Rio de Janeiro.

Recebeu-se em Lisboa um telegramma do sr. visconde de Mattosinhos, annunciando que pelo paquete que saiu no dia 16 haviam sido remettidas mais 5:000 libras para acudir aos inundados de Portugal.

São, portanto, já 45 contos de réis, que os nossos concidadãos residentes na capital do Brasil enviam para acudir aos seus irmãos que mais soffreram com os ultimos temporaes.

Acção nobilissima!

Camara dos deputados. — Na camara electiva compareceram no dia 27 os deputados do partido progressista. O sr. Braamcamp disse que os principaes motivos da volta dos mesmos deputados foram a questão financeira e a provocação do sr. Fontes, que disse na camara dos pares que o programma do partido progressista era revolucionario, ameaçador da liberdade e cheio de perigos.

O sr. Custodio José Vieira pronunciou um discurso vehemente, dizendo que os progressistas pretendiam illudir a camara e o paiz, allegando aquelles motivos, acrescentando que elles eram quasi intrusos e que estavam alli legalmente mas não legitimamente.

O sr. Pereira de Miranda propoz que a camara declarasse se os deputados progressistas estavam ou não alli legal e legitimamente.

O sr. Andrade Corvo fallou em sentido conciliador.

A camara resolveu que os referidos deputados estavam alli legal e legitimamente.

O sr. José Luciano provocou o sr. Andrade Corvo a apresentar os motivos por que o governo considerava o programma progressista, revolucionario e ameaçador da liberdade.

O sr. Andrade Corvo respondeu que era impossivel discutir immediatamente esse programma, mas que haveria occasiões para a discussão.

O sr. José Luciano insistiu.

O sr. Julio de Vilhena respondeu, apontando alguns periodos do manifesto que precede o programma, trocando-se por essa occasião algumas explicações entre ambos.

A sessão esteve bastante agitada, havendo muitos apartes e interrupções. As galerias estavam cheias.

Camara dos pares. — Foi n'esta camara largamente discutido o projecto de resposta ao discurso da corôa; sendo hontem approvado.

Noticias de Mogofores. — Em data de 28 do corrente nos communicam de Mogofores o seguinte:

«No dia 26 do corrente, surprehendeu-nos a visita inesperada do exm.º sr. Manoel Firmino d'Almeida Maia, cavalheiro que não conheciamos pessoalmente, não obstante termos relações de amizade havia annos. S. ex.ª veiu no comboyo n.º 2 d'Aveiro, e já o esperavam na gare do caminho de ferro sua exm.ª esposa, duas interessantes filhas e um filho.

Pouca demora aqui tiveram; mas n'esse pouco tempo tive o ensejo agradavel de fallar com o utilissimo filho d'Aveiro, com esse genio emprehendedor, com esse modelo de abnegação patria, de que tantas provas tem dado, pela sua vida publica, e particular; com essa alma franca e bondosa, com esse homem, que certamente dotou o paiz com o mais longo jornal em dimensões, que a Europa tem.

Como proprietario do *Campeão das Provincias*, tem sido incansavel como jornalista; sendo egualmente utilissimo como deputado, e respeitado como homem auxiliador na esphera de suas relações e poder economico.

No seu trem retiraram-se ss. ex.as para Aveiro, deixando aqui só saudades e indeleveis finezas a registrar na gratidão humana. — *Moraes Sarmento.*»

ANNUNCIOS

SOCIEDADE DOS BANHOS DE LUSO

1 POR DELIBERAÇÃO da assembleia geral dos accionistas, abre-se o pagamento do dividendo d'esta sociedade, relativo á gerencia de 1876, no dia 3 do proximo mez de Fevereiro, e fecha-se no fim do mesmo mez. A cada acção de 10$000 réis com o seu titulo de capitalisação de 2$000 réis, cabem 840 réis, correspondentes a um dividendo de 7 %. O pagamento terá logar na Mealhada, em casa do sr. Augusto Ferreira Brandão para os srs. accionistas dos concelhos da Mealhada, Anadia, Oliveira do Bairro, Cantanhede e Mortagua; e para todos os mais em Coimbra em casa do sr. Basilio Augusto Xavier de Andrade.

Coimbra 29 de Janeiro de 1877.

O presidente da assembleia geral,
Costa Simões.

AGRADECIMENTO

2 ANTONIO MARIA CARDOSO e seus irmãos, profundamente reconhecidos para com todas as pessoas, que tomaram parte no incomparavel desgosto por que acabam de passar, pelo fallecimento de sua prezadissima mãe, Maria José Duque, vêm por este meio (emquanto o seu estado de consternação lhes não permitte fazel-o pessoalmente), agradecer cordialmente a todos os cavalheiros que se dignaram assistir ás cerimonias funebres na egreja da Sé Velha; aos que tiveram a extrema bondade de acompanhar os restos mortaes á sua ultima morada, e finalmente a todos os que os comprimentaram pessoalmente, ou por qualquer fórma manifestaram o seu sentimento. A todos pois protestam o seu profundo reconhecimento e eterna gratidão.

3 VENDE-SE uma quinta no Chão do Bispo, que foi do Dr. Luiz Antonio Pessoa. Quem a quizer comprar dirija-se por carta a José Feliciano Pessoa, da Porcariça.

4 MANOEL DA SILVA e José Ramalho, residentes na villa d'Ancião, participam a todas as pessoas interessadas, que desde o dia 1.º de Fevereiro proximo futuro do corrente anno em diante, estabelecem carreira diaria d'Ancião para Pombal; saindo pontualmente d'Ancião, ás 8 horas da manhã; e de Pombal depois dos comboyos passarem: garantem todas as commodidades dos passageiros.

Preços de ida e volta, 800 réis por cada pessoa.

5 VIENNA E A EXPOSIÇÃO pelo visconde de Benalcanfor.

Vende-se por 500 réis nas principaes livrarias.

6 JOSÉ MARIA DO AMARAL, residente em Coimbrão, concelho de Leiria, faz publico, que vende duas propriedades, uma no sitio das Ferrãs, freguezia do Sebal, concelho de Condeixa, a qual consta de casas, olival, arvores de fructo, e terra de pão; — e outra ao fundo da Varzea do Pão Quente, denominada as Alagoas, na freguezia de Sernache, concelho de Coimbra, a qual consta de terra de pão e oliveiras. Esta ultima propriedade divide-se em duas, separadas por uma valla.

Quem as pretender póde dirigir-se ao sr. Bernardo José da Silva, na rua da Calçada, d'esta cidade, n.º 38, o qual dará os esclarecimentos necessarios.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

7 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

8 JOSÉ MATHEUS DOS SANTOS, morador na Ladeira do Seminario, d'esta cidade, recebe propostas para a venda que está encarregado de fazer das propriedades seguintes:

4 aguilhadas e meia de terra no sitio do Bajanco, freguezia de S. Martinho do Bispo.

20 aguilhadas no sitio da Larancha, da dita freguesia.

6 ditas no mesmo sitio.

3 aguilhadas no mesmo sitio.

4 ditas na Paúla.

1 e meia na Maracha.

2 e meia no Cabeço Longo.

Todas estas propriedades têem andado arrendadas ao illm.º sr. Antonio Roxanes de Carvalho, d'esta cidade.

PARA O CARNAVAL

9 MASCARAS SORTIDAS, por junto e a retalho, papelinhos, differentes qualidades de estallos, fitas, cris-cris, estampas, cartas diversas, pós para fazer comichão, serpentes de Pharao, aranhas e outras miudezas. Vende-se no costumado estabelecimento de ferragens de Antonio José Lopes Guimarães, ao fundo da rua do Visconde da Luz, n.º 1, Coimbra.

BOA ARMAÇÃO DE LOJA

10 HA PARA VENDER barata a que serviu no estabelecimento Barbosa á Portagem. Quem a pretender dirija-se a seu dono Joaquim Antonio Teixeira Barbosa, em Lisboa, rua Direita dos Anjos, 213.

Hospitaes da Universidade de Coimbra

11 ESTÃO VAGOS 4 logares de praticantes d'enfermarias do sexo feminino. Aceitam-se mulheres de 15 a 40 annos, ainda mesmo que sejam de fóra do districto de Coimbra. Têm casa e cama do hospital. O primeiro vencimento é de 160 réis diarios, passando em seguida a 200 e a 280 réis, quando substituem as ajudantes e enfermeiras nos seus impedimentos, ou quando são promovidas a estes logares. Basta que saibam ler soffrivelmente. Tambem se aceitam criados e criadas. Os requerimentos devem ser dirigidos a esta administração.

Administração dos hospitaes da Universidade de Coimbra, 2 de Janeiro de 1877.

O administrador
Costa Simões.

Substituições a militares

12 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

13 QUEM quizer comprar umas casas de tres andares na rua dos Estudos n.º 23, na mesma casa se diz quem as vende.

MOBILIA DE SALA

14 VENDE-SE UMA, toda de mogno, e moderna. Quem pretender, póde dirigir-se á rua do Correio, n.º 19.

DENTISTA CEREGHETTI DOMINIQUE

CIRURGIÃO DENTISTA

SUISSO

15 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas que, extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fundo da rua das Figueirinhas, n.º 52.

16 AUGUSTA DA CONCEIÇÃO, moradora ao Collegio Novo, avisa ás pessoas que tem objectos empenhados em sua casa, que os venham receber durante o espaço de 30 dias, a contar de hoje; e egualmente faz publico que não empresta mais sobre penhores.

Coimbra 30 de Janeiro de 1877.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 10 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, é na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3080 | Sabbado 3 de Fevereiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Os membros da opposição progressista, que no anno passado haviam saido da camara dos deputados, resolveram voltar a ella, o que effectuaram no dia 27 do mez findo.

O sr. Braamcamp, em nome de todos os deputados da opposição explicou por essa occasião os motivos que os haviam levado a novamente voltar á camara.

No systema representativo é sempre conveniente que a par da maioria haja uma opposição, que discuta e obste quanto for possivel aos actos do governo, que vão de encontro á justiça e aos interesses publicos.

Parecia, portanto, que este procedimento da opposição devia ser bem visto por todos; e bastava a circumstancia de serem minoria, para que ninguem recebesse mal os deputados que se apresentavam na respectiva camara.

Não aconteceu assim. O deputado Custodio José Vieira, arauto ministerial, entendeu que os deputados da opposição deviam ser recebidos nas pontas das bayonetas; pelo que lhes dirigiu uma violentissima abjurgatoria, que provocou prolongada discussão. E não contente com isso, na sessão immediata levantou outra questão, com que entreteve um tempo que devia ser empregado em interesse publico.

Com a imparcialidade de que nos prezâmos devemos dizer, que se deve, na primeira sessão ao sr. Andrade Corvo, e na segunda ao sr. Rodrigues Sampaio, o não se aggravar ainda mais esta discussão inconveniente.

Não ha inimigos peores para o governo do que uns certos individuos mais ministeriaes que o proprio ministerio.

O que acontece em Lisboa reproduz-se nas provincias. Não seria máu que o governo aconselhasse aos seus agentes e turibularios, que tivessem um pouco de menos zelo, o qual em logar de beneficiar a situação actual, não faz mais do que azedar os animos e justificar os actos da opposição.

Como esses agentes e defensores bem sabem que não possuem merito nenhum, e a prova a têm elles em que nunca lhes foi reconhecido por ninguem, a não ser o de servos de todos os poderes, querem-se ao menos tornar salientes pela falta de decoro e pela sua insolencia.

Era a individuos como estes, se ainda assim mesmo é possivel haver comparação, que o celebre mr. Talleyrand recommendava que o maior serviço que podiam prestar na carreira diplomatica, era terem pouco zelo.

Se no parlamento não houver a necessaria prudencia teremos de alli presencear scenas improprias d'aquella casa.

Irá, porem, a responsabilidade a quem pertencer.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Estava já composto o nosso primeiro artigo de hoje, quando recebemos a noticia de que na sessão da camara dos deputados de 30 do mez findo, o sr. Custodio José Vieira n'um discurso em que fallava muito excitado, em resposta a um deputado da opposição, teve um ataque apopletico, sendo conduzido para casa em estado grave.

Sentimos este acontecimento.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Além do parlamento e da imprensa tem o publico um outro meio para discutir os seus interesses, de que convém lançar mão todas as vezes que houver opportunidade.

Queremos fallar dos comicios populares, onde os cidadãos livremente advogam a sua justiça, e resolvem o que lhes convém fazer quando se vêem aggravados.

O que isso contraría o governo vê-se dos meios que elle emprega para que os comicios se não effectuem. Pelo que, quanto mais forem as intrigas do governo e seus agentes para que o povo se não reuna, tanto mais diligencias lhes devem oppôr os cidadãos independentes.

A cidade do Porto está incommodando sériamente o governo com as suas reuniões populares; em vista do que os ministros, á imitação do que fazia Costa Cabral, que se escudava para se sustentar no poder com a irresponsabilidade da rainha D. Maria II, diz-se que aconselharam agora el-rei e a rainha, para n'esta occasião irem áquella cidade, aproveitando-se das sympathias que alli gozam suas magestades, e particularmente na actualidade sua magestade a rainha. É sempre o governo a querer attribuir a si as manifestações feitas á realeza.

Todos estes esforços do governo em obstar aos comicios deve incitar aos cidadãos a promovel-os. Usam n'isso um

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXXI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O Padre Malagrida, ou A Tesoira,

PERIODICO POLITICO E LITTERARIO.

(CONTINUAÇÃO)

Rebellião de Portugal

Tristius haud illis monstrum nec sævior ulla,
Pestis et ira Deûm Stygiis sese extulit undis.

VIRGIL.

Considerar a rebellião de Portugal começada no famoso dia 25 d'Abril d'este anno, quando o senado de Lisboa, arrogando-se a soberania da nação, intimava ao tyranno, que se acclamasse rei absoluto (attribuição que elle ja exercia), é um erro manifesto, ainda que só d'esse tempo, e que, como traidor, o encarava o conselho militar do Porto, erigido para defender os direitos do legitimo rei. — Pondo de parte a sublevação dos *Silveiras* e *Magessis*, em 1826, supplantada no começo do anno seguinte pelas tropas leaes de sua magestade.... conheceu-se logo desde essa epocha que o governo de Lisboa era tão traidor como os *Silveiras*.... E se nos primeiros mezes, depois do juramento da CARTA CONSTITUCIONAL, se viu encaminhar na verdade á sua consolidação, arrependido parece d'este passo, a sua marcha retrograda assaz patenteava aos espiritos, ainda os menos penetrantes, a nova direcção, a que tendia. Suas manobras ao mesmo tempo que *admiraveis* por sua incoherencia, eram tão grosseiras, como é de suppor que fosse a sua origem.

Eu não sei se a pessoa, que occupava o primeiro logar do governo, em cujo nome se passavam os actos d'este, influia no ministerio, ou se o ministerio no chefe do governo; mas aquella marcha não era ambigua; e esse ministerio era composto pela maior parte de hypocritas, e traidores, que trabalhavam na desthronisação do rei, a quem haviam jurado obediencia, e em nome do qual tinham acceitado seus logares: elles figuram hoje como importantes actores na *farça* de Lisboa.

Os actos governativos d'esse tempo fallam altamente a favor d'esta asserção.... e uma *prompta amnistia*, concedida a todos os rebeldes, com excepção d'uma meia duzia, aos quaes ainda se conservavam titulos e cargos, e se pagavam, como foi voz constante, seus vencimentos, em cujos bens, parece que por irrisão, se haviam feito fantasticos sequestros.... uma amnistia em fim illimitada, e quando ainda estavam devastando Portugal com as armas na mão muitos d'aquelles, a quem se dava.... a maior parte dos empregos publicos nas mãos d'individuos conhecidamente inimigos das instituições, em nome das quaes o mesmo governo irrisoriamente fallava, outros restituidos aos traidores amnistiados, uma censura rigida, que vedava advogar a causa do rei e da carta.... eram bem sinistros preliminares d'um aziagado futuro!

Mas quando em Julho de 1827, este governo, insidioso, e inepto, lança mão de um incidente inesperado e de nenhum valor, como elle mesmo confessou nas participações feitas ás côrtes estrangeiras, antes de lembrar-se aproveital-o para suas perfidias, quando aproveita um incidente, digo, d'esta natureza, que não foi mais do que a manifestação do desgosto geral, que causou a demissão d'um ministro, em quem a nação tinha as suas esperanças, para d'elle tirar motivos de *planos de conspirações.... de republica*, para desacreditar, e perseguir os amigos do rei e da carta, em cujo nome ainda autúa as suas operações... então unindo o atroz com o ridiculo, não deixa a menor duvida ácerca do seu espirito, e do sentido em que trabalha.

Desde o dia, em que o ex.mo *Embarricador*, ex-republicano *Bastos*, sonha republicas, e que as suas torpes maquinações angariciam os *Raymundos*, os *Ribeiros*, os *Chaves*, e companhia, bem conhecidos por sua *probidade*, e suas habilidades de mãos, desde esse fatal dia, torno a repetir, não ha mais esperança de salvamento.

A rebellião pois é de antiga data: foi no palacio da Ajuda onde ella teve seu torpe nascimento, alli teve a sua coroação. E quando todos os actos d'aquelle governo, e do que lhe succedeu são a ella tendentes, podera negar-se que lá tenha começado a usurpação? Ora qual póde ser o motivo? A infanta na chegada da carta (que a carta é que illegitima D. Pedro IV) estava rodeada de pessoas indignas, affeitas ao servilismo e á rapina, e por consequencia inimigas da carta, e não de D. Pedro IV, em quanto rei absoluto, e apezar d'isso ella a faz publica e obedecida, accedendo ao voto geral da nação, que se enche de enthusiasmo por umas instituições, em que considera salvar-se da oppressão, em que a tem meio milhão de empregados publicos, desmoralisados e tyrannicos; — e só passados cinco, ou seis mezes é que no governo apparecem não equivocos symptomas d'uma morte mais ou menos proxima....

Deve rasoavelmente acreditar-se que de *Vienna d'Austria* vieram á *Mana* mais do que aquellas arrapazadas e insulsas *epistolas*, que vimos, escriptas sem estylo, sem dignidade.... E quando o *heroe da Chamusca*, entrando de novo o Tejo, d'onde o tinham levado seus horrorosos crimes, pronunciou com refalsado peito o fementido juramento.... mais da ametade da grande obra estava arranjada. Mas restava ainda fiel um exercito, era preciso corrompel-o: havia alguns empregados civis de caracter e virtude, era necessario demittil-os. Deliberavam duas CAMARAS, onde se viam mui distinctos membros, convinha dissolvel-as.

Dormia a nação, n'um estado de escravidão é certo, mas d'uma escravidão silenciosa — era do plano *Jesuitico-Apostolico* acordal-a com os tumultuosos trovões da anarchia. Tudo está preparado, disposto tudo.

(Continuar-se-ha).

direito que ninguem lhes póde contestar, e podem obter que sejam attendidos nas suas reclamações.

Nada ha peor do que a inercia. Com ella só ganha o governo, as auctoridades e os seus potentados politicos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na terça feira á noute recebemos de Londres, offerecido pelo sr. Antonio Ribeiro Saraiva, o livro — *Lettres inédites du R. P. Joseph Delvaux, sur le rétablissement des Jesuites en Portugal* (1829-1834), *publiées par le P. Auguste Carayon, de la Compagnie de Jésus.*

Este livro foi impresso em Poitiers, em 1866; e a sua acquisição deve ser muito difficil. Na advertencia preliminar diz o padre Augusto Carayon — «*A nossa publicação, unicamente destinada á familia do fallecido, como a seus irmãos em religião, é tirada a muito poucos exemplares.*»

É em 8.º grande francez, e consta de XVI-508 paginas, em magnifico papel.

O sr. Ribeiro Saraiva suppondo, no que por certo se não enganou, que n'isso nos podia ser agradavel, solicitou de França um exemplar, para com elle nos brindar. E com effeito logo que o recebemos interrompemos as leituras que traziamos entre mãos, para ler este interessantissimo livro.

As cartas do padre José Delvaux, o chefe da colonia dos jesuitas que em 1829 vieram para Portugal, têm o grande merecimento de haverem sido escriptas com toda a singeleza, pois que o auctor estava bem longe de pensar que as suas cartas, escriptas em familia para França, seriam um dia publicadas todas.

O que pela nossa parte attestâmos é que nos factos que o padre Delvaux refere, e a que podémos ser testemunhas presenceaes, é elle de todo o ponto exacto.

E folgâmos de ver alli plenamente confirmado o que dissémos a respeito dos jesuitas em o nosso livro — *Apontamentos para a historia contemporanea.*

Teremos occasião de fazer alguns extractos das cartas do padre Delvaux. Vamos hoje traduzir a descripção dos serviços pelos jesuitas prestados em Coimbra em 1833, por occasião da cholera morbus. Quem tiver os nossos *Apontamentos* poderá ver se fômos exaggerados no que alli dissémos a esse respeito.

«A cholera morbus exercia então entre nós as suas deploraveis devastações. Foi n'estas tristes circumstancias que conhecemos a confiança que sempre nos testemunharam.

De dia e de noute vinham chamar-nos. Em todos os pontos da cidade e quasi a toda a hora do dia se encontrava algum padre com seu companheiro e precedido de uma pessoa que o conduzia á cama de algum infeliz. Saiamos para um doente, e frequentemente visitavamos sete ou oito antes de nos recolhermos. Se nos encontravam quando os levavam ao hospital, confessavamol-os na rua. Chamavam-nos não sómente para os confessar, mas ainda para *ajudal-os a bem morrer*, segundo a sua linguagem verdadeiramente christã, isto é, para recitar as orações dos agonisantes, o que dobrava as nossas diligencias.

É verdade que iamos de boa vontade e com promptidão: e é sobretudo por esta razão, que desde que havia um doente vinham procurar os padres. Eram tantos os elogios á nossa passagem, que nos confundiam.

A caridade de algumas pessoas que nos confiavam esmolas para distribuir, segundo a exigencia das necessidades, nos habilitou a praticar mais o bem, porque a miseria era muito grande.

. . . .

Havia já dois mezes que o flagello nos castigava, e com rigor, quando aconteceu a retirada de Lisboa. Foi a 24 de Julho, isto é, no mais forte do calor, que em Portugal seguramente não é brando. Coimbra, tornada centro e habitação da familia real, foi como o campo de asylo.

Imaginae uma parte da população da capital, sobretudo das primeiras familias do reino, doze a quinze mil homens, que fugiam como atacados de uma sorte de estupor, sem nenhuma provisão, sem dinheiro, retirando-se em desordem, por uma estrada a maior parte do tempo deserta e desprovida por toda a parte dos meios de subsistencia.

Chegaram assim a Coimbra, cançados, fatigados, debilitados pelo calor, cheios de privações e de medo. Coimbra viu-se repentinamente cheia d'estes infelizes fugitivos, de cavallos, de carros, e em todas as casas se reclama hospitalidade. Os frades capuchos nol-a pediram e nós os recebemos e algumas outras pessoas voluntariamente, apezar da nossa pobreza.

Eis o recrudescimento da cholera na cidade e no exercito, que acampava nos arrabaldes. Os grandes do reino, assim como o povo lhe dão victimas, e em grande numero. (1)

Deitamo-nos de novo no campo de batalha. Foi mister correr ao mesmo tempo ás casas particulares, ás prisões, e sobretudo aos hospitaes, onde se deitavam os cholericos em multidão e onde morriam a toda a hora.

Era alli que a molestia se mostrava em todo o seu horror, havendo poucos ou quasi nenhuns recursos medicos, ainda menos cuidados, uma immundice a causar horror, vermes a cobrir todos os corpos, uma lentidão e uma inexperiencia deploravel, e, acima de tudo, frequentemente uma falta absoluta dos soccorros da religião. Tornava-se necessario assistir a estes infelizes, mettermo-nos com elles na immundice, ou deixal-os morrer sem sacramentos. Repetidas vezes era mister contentarmo-nos com o mais essencial na confissão; algumas vezes mesmo com um só signal de contricção, para correr a toda a pressa aos outros moribundos.

N'este tempo eis que chega o rei, com uma grande parte do seu exercito do Porto, para marchar sobre Lisboa. Transportam para Coimbra os hospitaes militares, que se enchem de uma maneira espantosa. A cholera complica-se com o typho, que leva todos os que ataca.

Foi então que nos rogaram de nos encarregarmos inteiramente d'estes tristes reductos. As nossas aulas tinham acabado; acceitámos sem hesitar.

Dois dos nossos padres foram habitar no hospital. No fim de quinze dias, outros dois os foram substituir, e assim em seguida, o que durou cinco a seis semanas.

O hospital era um antigo collegio de eremitas Agostinhos. (2) Os religiosos nos forneciam cama e comida.

Tinhamos habitualmente duzentos a trezentos cholericos. Com o tempo e em consequencia de reclamações, a sua sorte se melhorou sensivelmente. Os pobres doentes, quando nos viam servil-os e deitarmo-nos sobre seus leitos para os confessar, não cessavam no seu espanto. Vê-se bem, diziam elles, que sois *estrangeiros!*.. Não sabiam como testemunhar o seu reconhecimento. Alli eramos quasi curas, e não deixavamos os nossos doentes senão depois de os ter sepultado.

Onde estavam as santas Irmãs da Caridade! Quanto teriam ellas sido uteis então a Portugal!»

Não nos é possivel traduzir tudo o que desejavamos, porque nos falta o espaço. Do extraordinario trabalho dos jesuitas resultou que quasi todos adoeceram, não podendo resistir o padre Firmino Trancard, o qual falleceu.

Não deixaremos, porém, de traduzir mais alguns periodos, para confirmar o que dissémos em o nosso livro — *Apontamentos para a historia contemporanea* — da differença que havia entre os jesuitas, que absolutamente eram estranhos á politica; e certos frades, que do alto do pulpito e no confessionario se tornavam intolerantes contra o partido constitucional.

A proposito da consternação que houve em Coimbra, quando os jesuitas foram mandados sair do reino em Maio de 1834, diz-se nas — *Lettres inédites* — do padre Delvaux:

«Antes de ir mais longe, é mister por-vos mais ao facto das disposições da cidade a nosso respeito; porque de outro modo não me comprehenderieis.

O que nos tinha attrahido a confiança dos dois partidos, porque nós a tinhamos tanto quanto é possivel em unir os dois extremos, não era sómente o dedicamento que tinhamos mostrado no tempo da cholera, nem a boa vontade com a qual nos prestavamos a toda a sorte de ministerio; foi sobretudo a discrição com a qual, como nos foi possivel, nos comportavamos para com uns e outros.

Em as nossas aulas não havia distincção entre o filho de um realista e o de um constitucional; é assim que o queria sua magestade.

Em as nossas praticas contentavamo-nos de explicar o evangelho sem entrar na politica. Em quanto ao mais procuravamos egualmente ser uteis a todos, sem respeito ás opiniões, desde que não houvesse nada contra a consciencia e a honra da companhia.

Não era sempre assim, desgraçadamente, que n'outras partes se praticava. Fazia-se talvez tornar muito saliente a differença de opiniões; a politica não vinha a proposito nos sermões, e comtudo n'elles entrava ordinariamente com um certo azedume. Não havia sempre bastante indulgencia, nem mesmo caridade, para as pessoas de uma opinião differente.

Estas sortes de indiscripção, ou de inopportunidade, chamae-as como quizerdes, faziam ainda mais tristes effeitos em Portugal, do que em qualquer outro paiz. Como não queriamos senão a salvação de todos, condemnavamos egualmente todos os excessos.

Além d'isso é mister reconhecer que em Portugal, mais do que em qualquer outra parte, muitos homens abraçam uma opinião e a defendem innocentemente; seria porisso uma injustiça de os condemnar indifferentemente.

Estes bons portuguezes, qualquer que seja o partido que abraçam, não são de ordinario nem menos bons, nem mais maus christãos.

Em fim, para tudo dizer em uma palavra, evitavamos entrar em todas estas miserias de partido a partido, que não fazem bem a ninguem, e mal a muitas pessoas.

Assim todos confessavam, que nos restringiamos ás obrigações do nosso ministerio, e era verdade.»

Limitâmo-nos hoje a estas transcripções das *Lettres inédites du R. P. Joseph Delvaux*; não nos dispensando de voltar outras vezes a este assumpto.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

(1) Foi então que falleceram em Coimbra da cholera o conde de Basto, o marquez de Tancos, e outras pessoas qualificadas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

(2) Este hospital a que aqui se faz referencia era no collegio da Graça, na rua da Sophia.

Ao principio, os fallecidos da cholera n'este hospital eram enterrados em um quintal da mesma rua da Sophia, defronte do referido collegio da Graça. Depois de cheio, passaram os enterramentos para o cerco do convento de S. Francisco, além da ponte do Mondego. Os fallecidos eram para alli conduzidos em macas, e ás carradas.

Por fim tambem se iam enterrar proximo da quinta do Pio, á Conchada.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos do sr. presidente do *Monte-Pio Figueirense* o officio que abaixo publicâmos.

Entre os diplomas com que temos sido honrados, é este sem duvida um d'aquelles que mais apreciâmos; não só por vir de uma associação tão acreditada e que tantos serviços tem prestado, como pelos fundamentos que serviram de base ao diploma que nos foi conferido.

Resta-nos agradecer ao benemerito *Monte-Pio Figueirense* a sua distincção, e offerecermo-nos ao mesmo tempo para tudo aquillo em que lhe possâmos ser prestaveis.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«. . . . . . Sr. — A assembleia geral d'esta Monte-Pio deliberou, sob proposta da direcção, a que presido, conferir a v. o diploma de socio honorario d'elle, em attenção aos sentimentos de philantropia que a v. caracterisam, e aos relevantes serviços, que v. tem prestado e continua a prestar ao paiz com a publicação do illustrado jornal — *O Conimbricense*, que v. tão dignamente dirige.

Consinta, pois, v. que eu, no desempenho do meu cargo, cumpra o agradavel dever de solicitar de v. a honra da aceitação do referido diploma, que aqui junto, e dos exemplares dos estatutos e do regulamento interno, por que esta sociedade se rege, e que em separado vão.

Deus guarde a v. Figueira da Foz 31 de Dezembro de 1876.

. . . . . . Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Coimbra.

O presidente

Affonso Ernesto de Barros.

Abaixo publicâmos uma carta do sr. conselheiro Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco.

Ainda que s. ex.ª por modestia não diz tudo quanto tem havido no escandaloso objecto de que se occupa na sua carta, em todo o caso é conveniente ir archivando os diversos documentos para a historia das torpezas do actual governo e da *sua* camara.

Será possivel que não venha um dia em que se ponha termo a esta devassidão?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sr. redactor. — Digne-se v. conceder-me as columnas do seu jornal para dar ao publico as explicações que vão seguir-se, em satisfação aos meus amigos e á minha dignidade de homem.

É sabido de todos que, com data de 8 de Abril do anno ultimo, foi promulgada uma lei que auctorisou o governo a reintegrar na faculdade de Direito um aliás illustrado lente, que se achava já jubilado, desde alguns annos; e que o mesmo governo, julgando conveniente aceita a auctorisação, restituiu pelo recente decreto de 11 d'este mez á faculdade o alludido cathedratico.

Instavam comigo os meus amigos, desde que a pretensão se manifestou, para que eu procurasse defender o meu direito, pois era *um dos dois* directamente offendidos; se ella viesse a vingar, conseguira a lei de excepção, e o decreto de favor.

Não condescendi.

Sei que ninguem deixa de estimar a promoção na carreira publica, á qual consagra a sua vida, pois lhe traz *honra* e *proveito*. Está n'isso mesmo o maior penhor do melhor serviço.

Todavia, tenho adoptado como regra invariavel de conducta o proceder de modo que se não possam explicar os actos da minha vida pelo incentivo das conveniencias pessoaes, e não havia de desmentil-a agora, correndo atraz da maior graduação, com o perigo de crer-se que sómente mirava aos interesses materiaes.

Vagára nos fins de 1860 a cadeira de direito criminal; era eu então o 2.º *substituto ordinario* na escala descendente, e fui, não obstante, proposto para lente cathedratico, pelo sabio reitor o sr. visconde de S. Jeronymo, cuja tinha sido a cadeira a preencher.

Nos primeiros dias do mez de Janeiro de 1861, achava-me em Lisboa, para desempenho do mandato, que os honrados eleitores de um dos circulos da cidade de Coimbra me haviam conferido. Em uma das manhãs d'esse mez entretinha-me eu a ler, antes da abertura da sessão, o exemplar do *Diario do Governo*, que na respectiva sala me tinham distribuido; continha elle o meu despacho de lente cathedratico.

Com outro exemplar na mão aproximou-se de mim o meu respeitavel amigo, o sr. dr. Antonio Correia Caldeira, 1.º *substituto ordinario*, infelizmente ha pouco perdido para a patria, e interroga-me pela fórma seguinte:

Tu não és mais moderno na faculdade do que eu?

Exactamente o teu immediato, lhe redargui.

Como estás tu então cathedratico antes que eu o seja?

Não me julgo competente para te responder, porque sou *completamente estranho* (quem me conhece sabe que não costumo faltar á verdade nas minhas asserções), á proposta e promoção verificadas; mas, se desejas que te diga a minha opinião sobre o motivo que decerto determinou os srs. reitor e ministro do reino, eu t'a declaro, porque elle é obvio; não te consideram já lente, porque seguidamente tens acceitado dois cargos vitalicios na capital, que repugnam a que possas exercer um terceiro em Coimbra.

Não obstante, tomou o meu honrado collega, não consinto que me demittam por um modo indirecto; vou reclamar contra o teu despacho, porque devo ser eu o promovido, e peço-te que não tomes por isso posse por emquanto.

Vou adeante dos teus desejos, accrescentei eu; faz o teu requerimento, eu mesmo o assignarei, declarando que estou conforme, porque é mais grato para mim ser promovido sómente no momento em que ninguem tenha com isso a soffrer.

Dois ou tres dias depois, o sr. dr. Correia Caldeira, dirigindo-se a mim novamente, na mesma sala, disse-me que podia tomar posse quando me aprouvesse, porque abdicava definitivamente a vida do professorado.

Argumento com homem morto, é certo; mas alguns cavalheiros souberam no momento das conversas que refiro, e talvez possam ainda hoje prestar o seu testemunho.

Pergunto agora: — poderia hoje a minha consciencia determinar-me um procedimento diverso d'aquelle que observei então?

Parece-me que não podia, sem embargo de que eu tivesse n'esse tempo deante de mim um lente ainda inscripto no quadro, e hoje me embargasse o passo um verdadeiro intruso, comquanto muito respeitavel e douto cavalheiro.

Não me illudo sobre o resultado dos meus esforços se os envidasse, sob a pressão da atmosphera que nos suffoca!

Mas não me demoveria do meu proposito similhante consideração.

Se algumas vezes o combate é brio ou necessidade de situação, a victoria nunca foi encargo que possa impor-se como obrigação exigivel.

Procedendo d'este modo como homem, prescindo de avaliar os factos como cidadão, até por ser tarefa desnecessaria, pois creio que não está no animo de quem quer que seja, ainda dos proprios participantes, o sustentar a justiça d'elles.

E não obstante, ha na occorrencia um lado defensavel, com a condição porém de a tomarmos a serio, isto é, de lhe attribuirmos a virtude de franquear ao serviço effectivo da faculdade um professor benemerito. Entre dois, o sr. ministro do reino preferiu o competente. Eu mesmo louvo por isso a s. ex.ª.

Urge a conclusão.

Agradeço ao exm.º e honrado vice-reitor da Universidade o lembrar-se do meu humilde nome na proposta para a promoção ao logar vago de decano, de que sómente alguns dias depois, e ao acaso, eu tive conhecimento; e não menos aos exm.os e integros vogaes da junta consultiva de instrucção publica o haverem consultado a meu favor, se é verdade o que tambem posteriormente me foi referido.

Sou De v. etc.

Coimbra, 29 de Janeiro de 1877.

Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco.

NOTICIARIO

Ainda a questão Grainha-Alçada. — Um nosso amigo nos pede da Guarda a publicação do seguinte:

«Meu prezadissimo amigo e sr. — Começa o illustre correspondente da Covilhã por dizer, em seu communicado de 14 do corrente, e por v. publicado no seu muito lido jornal de 20 do mesmo mez, que a sua dignidade o impede de esclarecer o tribunal ecclesiastico d'este bispado com a prova testemunhal.

Respeitamos os motivos que a isso obrigam o illustre correspondente. Entretanto sempre diremos, que se isso pedimos a s. ex.ª em nossa informação, que démos, foi, por entendermos, que com isso a sua dignidade moral não soffreria quebra nenhuma, e mesmo porque s. ex.ª assim procedendo faria á causa da verdade e da justiça o maior bem, o serviço do mais subido valor.

Creia s. ex.ª que nós assim fallando não fallamos ironicamente, nem hyperbolicamente; mas diremos o que sentimos e só o que sentimos.

Receba pois s. ex.ª, como verdadeira e sincera, esta nossa protestação de respeitosa consideração, que d'aqui lhe enviamos, não obstante o não termos a honra de o conhecer senão pelos seus escriptos.

Mas se s. ex.ª não quer tomar sobre seus hombros essa tão ardua e difficil empreza, por a julgar offensiva da sua dignidade moral, então para que continua a consagrar o bello talento, que Deus lhe deu, a um assumpto, que hoje já devia estar fora da arena da imprensa? Ignora por ventura s. ex.ª, que este, e outros assumptos analogos, assim tractados, se tornam interminaveis, por carecerem de um juiz competente, que sobre elles dizer possa a ultima palavra? Não é certo, que o publico, pensador, para quem elles são escriptos, não tendo á mão a prova testemunhal ou a confissão do reu, não póde caminhar na indagação da verdade seguramente?

Ora se d'este, e d'outros assumptos, assim tractados, não póde brotar a luz, e só trevas espessas e profundas, quem não vê, que o illustre correspondente não deve proseguir n'esta empreza, de que nenhuma gloria lhe resulta, mas sim fazer convergir todos os recursos da sua esplendida intelligencia para o restabelecimento da boa ordem e harmonia da egreja a que pertence?

Creia s. ex.ª, que tomando sobre seus hombros esta missão tão sublime, legará sem duvida nenhuma á posteridade um nome sem mancha, o qual será por ella repetido entre bençãos de gratidão.

Aconselha o illustre correspondente ao ex.mo prelado, a que dirija uma pastoral á egreja da Covilhã, na qual diga aos membros d'ella: Tranquilisai-vos; o vosso padre está limpo; podeis vêr n'elle o *sal da terra*. — Porém estas palavras tão bellas como consoladoras não têm deixado ainda de resoar por toda essa egreja. Porventura o padre Grainha esteve algum tempo suspenso do exercicio de suas ordens sagradas? Não ha pois facto nenhum, sobre que recaia este conselho. E até é elle opposto ao que se costuma praticar em todos os bispados.

Quando um padre é accusado falsamente, e o prelado, conhecedor da falsidade da accusação, o não suspende, esse padre continua a ser na sua egreja a luz do mundo e o sal da terra; e quando um padre é justamente accusado, e o prelado, depois de provada a materia da accusação, lhe retira temporariamente o exercicio de suas ordens, esse padre, logo que termina o tempo de sua suspensão e por isso volta a ser o que d'antes era, tem tanto direito, desde esse momento, a ser tido na sua egreja por luz do mundo e sal da terra como aquelle, que nunca deixou de o ser. Em ambos os casos o padre não carece de nova rehabilitação. O exercicio de suas ordens é uma prova eloquente de que o padre é digno da alta posição social que occupa.

Continua dizendo o illustre correspondente, que se o padre Grainha foi julgado innocente, deve então ser punido como denunciante leviano o padre Alçada. Porém este argumento não nos parece de todo concludente. Este ecclesiastico, repetia, é verdade, o boato que circulava na Covilhã; porém ao passo que o publicava pela imprensa, tambem pela imprensa dizia, que lhe não prestava credito nenhum. Logo este ecclesiastico não desempenhou o papel de denunciante: elle fez o que costuma fazer qualquer chronista, o qual, embora publique o que na sua localidade se diz, não garante a sua veracidade.

Diz o illustre correspondente que esse ecclesiastico obrou levianamente. Quem põe isto em duvida? E não foi elle já punido por uma grande parte da imprensa? Para que tornar mais dura e penosa a sua posição social?

Não sabemos o que fará o ex.mo prelado. Porém, está-nos parecendo, que o illustre correspondente não tardará que preste attento ouvido ao seu coração generoso, o qual certamente lhe dirá, que, no caso do ex.mo prelado, não augmentava mais os dolorosos soffrimentos moraes d'esse ecclesiastico.

Repetimos o que dissemos na ultima parte da nossa informação que ha dias enviámos a v. O ex.mo prelado cumpriu o seu dever quando rebentou essa pendencia entre os padres Grainha e Alçada: não achou crime, que punisse, e por isso não puniu.

Entretanto se ha quem pense que das informações colhidas pelo ex.mo prelado não resultou a necessaria luz ainda, esclareça-se o tribunal ecclesiastico d'esta cidade com a prova por testemunhas. Esse tribunal, guiado por esta luz, caminhará firme no descobrimento da verdade. No cumprimento do seu dever não recuará, como o fez o ex.mo prelado, diante de qualquer obstaculo, que se lhe queira oppôr.

Sou com a maior estima e respeito

De v. — am.º cr.º e mt.º obr.º

Guarda 28 de Janeiro de 1877.

A.

Pedido. — Pedem-nos para chamar a attenção do sr. director das obras publicas para as arvores da estrada nova da Beira, algumas das quaes, com os seus ramos muito compridos, ferem os passageiros, que vão de carruagem. As que estão n'este caso precisam de ser podadas.

Francez, allemão e gymnastica. — O sr. Kellermann, Jeann Georges, ensina com a maior perfeição a fallar e escrever as linguas Franceza e Allemã; e egualmente todos os exercicios de gymnastica, em casa do sr. Francisco Mendes Pinheiro.

Roubo. — Em um dos dias da semana passada appareceu arrombado o cofre da delegação da alfandega de Faro, e uma secretaria que havia no gabinete do encarregado da delegação, e roubada a quantia de 600$000 reis que existia alli em prata, no cofre.

Embaixada. — No dia 30 chegou a Lisboa a embaixada da Birmania, sendo recebida na estação de Santa Apolonia pelo sr. conde de Sampaio, por ser o conde de mais moderna nomeação, como é de uso e estylo. A embaixada foi hospedar-se no hotel Gibraltar, onde tinham preparados aposentos para ella.

O sr. conselheiro Marçal José Ribeiro, ministro plenipotenciario em disponibilidade, foi nomeado para acompanhar os embaixadores birmans durante a sua estada n'esta côrte. A embaixada traz numeroso pessoal, e vem de Madrid onde teve brilhante recepção. Em França e Italia tambem foi recebida com grande pompa e solemnidade.

O primeiro embaixador vem com sua esposa, que trajava vestido de seda côr de laranja com ramos amarellos, justo ao corpo, casaco de sede preta, e na cabeça *fêz* branco.

O embaixador vestia á europea, mas trazia barrete turco. Os outros embaixadores trajavam á indiana, e na cabeça traziam *fêz* branco ou encarnado. Todos têm os cabellos apanhados no alto da cabeça.

O embaixador falla francez e vem acompanhado de um interprete hespanhol.

A Birmania é um estado da India Transgangetica.

Triste historia. — A *Correspondencia de Portugal* diz o seguinte:

«Os nossos leitores estão de certo lembrados do triste successo que tomou o nome de *crime de D. Joanna*, e que aqui lhes contamos.

D. Joanna está ainda presa para ser julgada, mas a justiça nada tem podido descobrir que prove d'um modo evidente, que houve crime na morte do infeliz Cypriano Soares. A historia, porém, da desgraçada familia de D. Joanna, tem mais uma pagina lugubre.

O juiz instructor do processo criminal, entendeu que o marido de D. Joanna tivera parte no supposto crime, e ordenou a sua prisão. Toda a cidade bradou contra esta iniquidade!

O juiz despachara como entendera, mas Lisboa toda sabia a vida infelicissima do Dr. José Caetano Pereira, medico distinctissimo e d'uma bondade extrema, e affirmava a sua innocencia. O tribunal superior declarou injusto o despacho do juiz e mandou pôr em liberdade o desgraçado Pereira. Mas quando a ordem de soltura chegou á cadeia, o doutor era quasi um cadaver. A dôr de se vêr iniquamente involvido em um crime, era já incuravel. O despacho da sua prisão fôra uma sentença de morte! O Dr. Pereira recolheu a casa, caiu prostrado no leito e tiraram-n'o d'alli para o cemiterio. Nada o poude consolar, e pela injustiça de que fôra victima, entendera que sua mulher jazia injustamente. Amava-a tanto ainda, que succumbiu á dupla angustia de se vêr separado d'ella e de ter elle, homem honrado, soffrido a suspeita de assassino!

O Dr. Pereira foi mais um martyr da incommensuravel lista dos martyres dos erros judiciarios!

Nos seus ultimos momentos o Dr. Pereira quiz vêr a esposa, quiz dizer-lhe o ultimo adeus. Concedeu-se-lhe isso, e negar-lh'o teria sido uma crueldade. Mas as formalidades necessarias para que o juiz auctorisasse D. Joanna a sair do carcere levaram tantas horas, que quando ella chegou a casa encontrou um cadaver. Triste fim.

Ha 15 annos o Dr. Pereira era admiravelmente favorecido da fortuna. Nunca ninguem a teve maior nem mais rapida. Indicado por uma pobre mulher do povo, que fôra ama de leite do sr. infante D. Augusto, para tractar este principe quando todos os medicos da côrte o julgaram completamente perdido, teve a ventura de o salvar, de o resuscitar, como se dizia então!

O Dr. Pereira viu-se de subito coberto de honras e de louvores, e cheio das mais generosas recompensas; de simples cirurgião militar, viu-se elevado á posição mais brilhante e honrosa que um homem de sciencia póde ambicionar; viu-se tambem rico, porque a sua fama como medico chegou onde nunca chegou tão rapidamente a de medico algum. O Dr. Pereira podia pesar a oiro todo o seu tempo! Não havia enfermo rico que o não solicitasse com empenho e fé. Chegado porém a este apogeu de proveito e gloria, quiz dar partilha na sua magna ventura á mulher que amava, e resistindo a todos os conselhos, ponderações e instancias dos seus mais intimos amigos, realisou o seu casamento com D. Joanna, e julgou então completa a sua felicidade! E arrependeu-se? Ninguem o sabe. Os ultimos mezes da existencia do Dr. Pereira foram atrocissimos de soffrimentos e angustias, mas nem uma só palavra de queixa da esposa se lhe ouvia! Se pronunciava o seu nome era unicamente para lamentar não a vêr junto de si. A allucinação d'esse desgraçado amor, conservou-a o Dr. Pereira até o derradeiro instante da sua vida!»

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz em data de 31 de Janeiro o seguinte:

«Na camara electiva estava-se hoje discutindo o projecto relativo ao modo de regular os creditos. Fallava o sr ministro da fazenda, Antonio de Serpa, e o sr. Custodio José Vieira fez uma observação ao sr. Pinheiro Chagas. Este respondeu: «Peça a palavra, que é melhor.» — «Deus o livre que eu peça a palavra» — respondeu o sr. Custodio. Houve hilaridade e o sr. Custodio pede a palavra.

Fallou em seguida o sr. Luciano de Castro sobre o projecto, e quando s. ex.ª acabou, teve a palavra o sr. Custodio José Vieira. S. ex.ª começou fazendo referencia ao sr. Pinheiro Chagas, mas repentinamente começa a descair para o lado direito. Todos cercam s. ex.ª e levanta-se a sessão, sendo o sr. Custodio José Vieira levado em braços para traz da presidencia. Acudiram os medicos e pouco depois foi s. ex.ª conduzido até á carruagem pelos srs. Telles de Vasconcellos e Illydio do Valle. A perna esquerda está completamente sem movimento, a voz muito tremula, e é grande a perturbação das ideias. Apresentam-se signaes de doença grave.

N'esta questão discutiu-se apenas a generalidade do projecto sobre creditos e mais nada.

É geral a consternação pelo que succedeu ao sr. Custodio.

S. M. a rainha veiu presidir á commissão de soccorros.

Na camara dos pares foi approvado o projecto, regulando as condições em que se podem dar passaportes para paizes estrangeiros a mancebos até á edade de 22 annos.

O sr. Miguel Osorio chamou a attenção do governo, relativamente aos maus tratos que soffrem os cidadãos no ultramar.

Nada mais houve de interesse.

A embaixada Birman foi hoje apresentada ao sr. ministro dos estrangeiros. Será brevemente recebida por el-rei. Traz ricos presentes para suas magestades. Será introductor o sr. conde de Lencastre.

Falleceu em Evora o sr. conselheiro Pedro Paulo de Vasconcellos.

Na camara dos deputados o sr. ministro da fazenda declarou que o governo fazia questão ministerial ácerca da construcção do caminho de ferro da Beira Alta, mas não disse qual o systema que adoptaria.»

— Lê-se no *Progresso:*

«Hontem ás 6 horas da tarde fez-se conferencia medica ao sr. Custodio José Vieira, e a ella assistiram os srs. Illydio do Valle, Barbosa, Cunha Vianna, Alves Branco e Agostinho Lucio. O insulto que soffreu o enfermo, foi capitulado como congestão cerebral, acompanhada de uma pequena hemorrhagia encephalica. Os conferentes deram o estado do enfermo como sendo de gravidade, mas não perigoso, e declararam que era provavel o restabelecimento.

Um grande numero de individuos, de todas as côres politicas, e estranhos á politica, têm ido saber noticias da saude do sr. Custodio Vieira, que inspira geral interesse.

O facto succedido ante hontem no parlamento têm infelizmente precedentes.

Na camara dos deputados foram atacados de apoplexia os srs. Albino de Figueiredo em uma sessão real, Antunes Pinto, e Mauricio Ferreri sendo ministro da guerra; e o sr. Venancio David foi accommettido d'um ataque de loucura.

Na camara dos pares houve tambem que lamentar o ataque, de que foi accommettido o sr. conde de Podentes por occasião da discussão da desamortisação.»

— Lê-se no *Diario da Manhã:*

«Falleceu hontem o sr. Francisco de Assis Rodrigues, artista distincto, esculptor que teve a sua hora de celebridade, escriptor em assumptos artisticos, que ministrou varios subsidios a Racksinski para o seu livro, e que ainda ha pouco tempo publicou um *Diccionario de Bellas-Artes*, de que démos aqui noticia. Fôra director por bastantes annos da Academia de Bellas-Artes. Tinha a carta de conselho.

O sr. conselheiro Francisco de Assis Rodrigues era bastante idoso, e luctava ha tempos com a enfermidade que o levára já ás portas da morte. Melhorou, tornou a peiorar, e morreu emfim ante-hontem, ás 10 e meia da noite, na sua casa da rua Nova dos Martyres, n.º 22.

Francisco de Assis Rodrigues era auctor da estatua que adorna a fonte, que se vê no Passeio Publico do lado do norte, e de algumas estatuas do paço da Ajuda»

Subscripção no Rio de Janeiro.—Refere o nosso collega do *Jornal do Commercio*, que a associação commercial de Lisboa recebeu um officio da commissão central de soccorros no Rio de Janeiro, firmado em 8 do mez findo, pelos srs. visconde de S. Salvador de Mattosinhos, presidente; Boaventura Gonçalves Roque, vice-presidente; José Joaquim Ferreira da Costa Braga, thesoureiro; Eduardo R. Cardoso de Lemos, Francisco de Moura Coutinho Basto, secretarios; enviando-lhe 2:500 libras, em letra sobre o banco de Portugal, pagavel em Londres, *como primeiro* obolo da subscripção promovida pela commissão central e por commissões especiaes compostas de brasileiros e portuguezes, na côrte e nas provincias do Rio Minas, S. Paulo e Espirito Santo.

A commissão central entrega á direcção da associação commercial de Lisboa a applicação e distribuição d'aquella quantia em soccorros para o sul do reino, como ella melhor entender.

Egual remessa, com applicação semelhante no norte do reino, envia á associação commercial do Porto.

Azeite.—No mercado de Coimbra tem regulado o azeite a 1$370 reis.

Espancamento e morte. — Foi ha dias espancado gravemente um carpinteiro em uma casa do bairro alto d'esta cidade, de que lhe veiu a resultar a morte.

Diz-se que por altas protecções se diligenceia que fiquem impunes os auctores d'este crime.

Teremos de ver em Coimbra mais um escandalo?

O Seculo.—Recebemos o 1.º numero do *Seculo*, periodico d'esta cidade.

ANNUNCIOS

AGRADECIMENTO

1 WENCESLAU MARTINS DE CARVALHO, extremamente penhorado pelas provas de affecto e consideração, que lhe têm sido dispensadas pelas pessoas da sua amizade e relações, fazendo-lhe a honra de ir e mandar a sua casa saber do estado de saude de seu filho mais novo, Joaquim Alberto Martins de Carvalho, durante a grave enfermidade que acaba de soffrer; vem por este meio, em quanto o não faz pessoalmente, agradecer-lhes cordealmente as suas delicadas attenções.

Tambem agradece a todas as mais pessoas que por diversos modos demonstraram interessar-se pelas melhoras de seu filho.

Egualmente agradece aos ex.^mos srs. dr. Antonio Egypcio Quaresma Lopes de Vasconcellos e bacharel Ignacio Rodrigues de Almeida, medico do partido de Condeixa, a dedicação com que trataram o doente.

A todos se confessa muito reconhecido.

Atadôa 1 de Fevereiro de 1877.

LOTERIA
DE
5:000$000
JOÃO CORREIA D'ALMEIDA
RUA DO VISCONDE DA LUZ, 11
COIMBRA

2 CONTEMPLOU mais uma vez uma parte de seus freguezes com os 5:000$000 réis em o n.º 346, em meio bilhete, cautellas de 480 e 100 réis, na extracção de 1 do corrente. Chama a attenção do publico para virem habilitar-se para 9 do corrente, que encontrarão um variado sortimento de bilhetes e cautellas de todos os preços.

VISCONDE DE BENALCANFOR

VIENNA E A EXPOSIÇÃO

(RESTO DA EDIÇÃO)

Descripções e paisagens da Belgica, do Rheno, e da Allemanha

3 VENDE-SE esta obra nas principaes livrarias de Coimbra.

PREÇO 500 RÉIS.

VENDA DE CASA

4 VENDE-SE a casa da rua das Colxas, n.º 5, com frente para o largo de S. João, e juntamente as pegadas, se o preço convier.

AGRADECIMENTO

5 JOSÉ MARIA DUARTE, profundamente reconhecido para com todas as pessoas que tomaram parte no incomparavel desgosto por que acaba de passar, pelo fallecimento de sua infeliz e sempre chorada esposa Maria Adelaide dos Santos Duarte, vem por este meio, (o que infelizmente não póde fazer pessoalmente), agradecer a todas as pessoas que se dignaram visital-o em sua casa soccorrendo-o, e bem assim ás que acompanharam a cerimonia funebre e concorreram para que fosse feita com tanta decencia na egreja de S. Bartholomeu, e aos que tiveram a extrema bondade de acompanhar os restos mortaes á sua ultima morada e subscreveram em beneficio de sua innocente filhinha.

Muito desejava publicar o nome de todos os cavalheiros que em tão criticas circumstancias lhe prestaram tantos soccorros, favores e provas de verdadeira amizade, o que não faz por ignorar o nome d'uns e ser-lhe prohibido por outros.

A todos protesta o seu profundo reconhecimento e eterna gratidão.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

6 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

MASSA FALLIDA

DE

Francisco Borges Gonçalves

7 NO DIA 4 de Fevereiro, por 10 horas da manhã, na rua da Sophia, n.º 147, e domingos immediatos, continuar-se-ha na venda em leilão de todos os objectos moveis pertencentes áquella massa.

O administrador da massa
Antonio d'Almeida e Silva.

8 NA QUINTA de Santa Cruz vende-se vinho almudado da colheita de 1866.

9 N'ESTA REPARTIÇÃO acha-se aberto concurso documental por 30 dias, para um logar d'escripturario da repartição de fazenda de Cantanhede, nos termos do edital afixado nos logares publicos de todos os concelhos do districto.

Coimbra 29 de Janeiro de 1877.

O delegado do thesouro
Antonio Joaquim de Vasconcellos.

10 JOSÉ MARIA DO AMARAL, residente em Coimbrão, concelho de Leiria, faz publico, que vende duas propriedades, uma no sitio das Ferrãs, freguezia do Sebal, concelho de Condeixa, a qual consta de casas, olival, arvores de fructo, e terra de pão; — e outra no fundo da Varzea do Pão Quente, denominada as Alagoas, na freguezia de Sernache, concelho de Coimbra, a qual consta de terra de pão e oliveiras. Esta ultima propriedade divide-se em duas, separadas por uma valla.

Quem as pretender póde dirigir-se ao sr. Bernardo José da Silva, na rua da Calçada, d'esta cidade, n.º 38, o qual dará os esclarecimentos necessarios.

ATTENÇÃO

11 QUEM QUIZER comprar uma grande porção de rama de oliveira propria para fornos, pertencente aos olivaes do sr. João Elydio de Carvalho, sitos no alto de Santa Clara, póde tratar com o sr. José Correia dos Santos, rua da Sophia.

12 JOSÉ MATHEUS DOS SANTOS, morador na Ladeira do Seminario, d'esta cidade, recebe propostas para a venda que está encarregado de fazer das propriedades seguintes:

4 aguilhadas e meia de terra no sitio do Bajanco, freguezia de S. Martinho do Bispo.

20 aguilhadas no sitio da Larancha, da dita freguesia.

6 ditas no mesmo sitio.

3 aguilhadas no mesmo sitio.

4 ditas na Paúla.

1 e meia na Maracha.

2 e meia no Cabeço Longo.

Todas estas propriedades têem andado arrendadas ao illm.º sr. Antonio Roxanes de Carvalho, d'esta cidade.

ATTENÇÃO

13 NO DIA 18 de Fevereiro, pelas 10 horas da manhã, vendem-se em Botão, em praça particular, junto á egreja, umas casas de habitação, com seu quintal, laranjal e terra para milho regadia, tendo annexas outras terras de producção de milho, vinha, olivaes e pinhaes. Quem quizer informações póde dirigir-se em Coimbra a Basilio Augusto Xavier de Andrade, negociante na rua da Calçada, e em Botão a Antonio Baptista.

BOA ARMAÇÃO DE LOJA

14 HA PARA VENDER barata a que serviu no estabelecimento Barbosa á Portagem. Quem a pretender dirija-se a seu dono Joaquim Antonio Teixeira Barbosa, em Lisboa, rua Direita dos Anjos, 213.

Substituições a militares

15 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

16 QUEM quizer comprar umas casas de tres andares na rua dos Estudos n.º 23, na mesma casa se diz quem as vende.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3081 | Terça feira 6 de Fevereiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O nosso collega do *Progressista* veiu tambem protestar contra o escandalo da falta de professor na escola do bairro baixo d'esta cidade.

Têm sido baldadas as queixas de toda a imprensa independente de Coimbra, contra o facto inaudito de estar esta escola sem professor effectivo ha longo tempo.

E diz-se que se deseja promover a instrucção popular; e falla-se em reformas do ensino primario!

Pois isto é sério? Pois diz-se que se quer desenvolver a instrucção, e deixa-se a principal escola d'esta cidade sem professor?

Foi nomeado para ella um individuo ha mais de anno e meio; mas logo se lhe concedeu licença por um anno, sem que nem ao menos viesse tomar posse do seu logar.

Mostrámos então que este negocio não era mais do que uma burla, pois que se houvesse seriedade n'esta nomeação, não se concedia uma licença de um anno em acto continuo ao despacho.

Disse-se em resposta ás nossas queixas, que a lei providenciava para casos semelhantes; pois que para substituir ao professor effectivo podia o respectivo commissario dos estudos nomear um interino.

Na verdade, têm sido nomeados varios professores interinos; mas o resultado tem-se visto no abandono quasi total de uma aula, que costumava ser frequentadissima com o professor effectivo.

Não ha casa para a escola; não ha professor; não ha cousa alguma das mais indispensaveis para o ensino.

E isto presenceia-se não em qualquer aldeia, mas na cidade de Coimbra, uma das mais importantes do reino!

Chega a desgraça a ponto de ser mister, que um preso dê lição na cadeia de Santa Cruz ás creanças pobres do bairro baixo!

Bem sabemos que são inuteis todas as nossas reclamações; não ignorâmos que ha mesmo o proposito de não prestar attenção alguma ás queixas da imprensa; mas não ha de ser isso que nos faça deter no cumprimento dos nossos deveres.

Fique ao menos o paiz sabendo o que se passa em Coimbra em um ramo tão importante como é o da instrucção primaria.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em 25 de Julho do anno passado presencearam os habitantes de Coimbra os attentados praticados pela força publica.

Foi assassinado um cidadão inerme; e feridos gravemente alguns academicos e outros individuos.

No inquerito judicial a que se procedeu apresentaram-se testemunhas de toda a respeitabilidade, que depozeram plenamente contra o tenente Carvalho; mas tudo foi inutil.

Clamava-se antigamente contra os privilegios que havia nas diversas classes da sociedade; porém apesar de se dizer que estâmos em um governo liberal, ainda restam muitos d'esses, ou identicos privilegios.

O commandante da divisão, valendo-se do celebre codigo de justiça militar ultimamente publicado, poz com o seu parecer um veto no processo, ficando assim sem progredir. Por esta fórma não poude fazer-se justiça, nem ao menos apurar-se na respectiva instancia a verdade dos factos.

Fica-se sabendo que se póde assassinar impunemente os cidadãos, logo que o auctor do crime esteja a coberto com o seu fôro privilegiado.

Em consequencia d'isto, o digno par do reino, Miguel Osorio Cabral, julgando necessaria a modificação dos artigos 246, § 2.º e 282, § 2.º do codigo de justiça militar, que na pratica não tem dado os resultados que se esperavam, e sendo necessario haver conhecimento dos factos; requereu na sessão da camara dos pares de 3 do corrente, que pelo ministerio da guerra seja remettido, com urgencia, o processo do corpo de delicto instaurado pelos actos praticados em Coimbra pelo tenente Carvalho, e bem assim a informação do general commandante da respectiva divisão, que deve ter sido remettida para o referido ministerio.

Bem andou o digno par em fazer este requerimento. Já que n'este paiz só impera a impunidade, ao menos bom é que se saibam os factos, e fique o publico conhecendo até onde chega a escandalosa protecção a certos individuos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Proseguem as investigações dos curiosos para a historia do jornalismo portuguez. Se continuar esta boa vontade, poderá vir a realisar-se uma publicação muito interessante, e sem os erros e deficiencias que lhe tirariam o merecimento.

Depois do *Diccionario bibliographico* do sr. Innocencio, nada achámos que n'esse genero seja mais curioso do que a historia do jornalismo.

Todos os dias estão a apparecer novidades n'este estudo.

O sr. Antonio Martins Leorne enviou-nos o extracto de uma carta, que dirigiu ao sr. Pereira Caldas, a proposito de um artigo que este erudito escriptor começou a publicar na *Borboleta* de Braga.

Aos jornaes que o sr. Pereira Caldas menciona, como publicados no Brasil, antes d'aquelle paiz se tornar independente, acrescenta outros mais o sr. Leorne, o que se póde ver da sua carta:

«Li o artigo de v. ex.ª do ultimo n.º da *Borboleta*, e subordinado á ideia de v. ex.ª, parece-me que se deviam incluir na lista de v. ex.ª os seguintes jornaes publicados no Brasil:

Rio de Janeiro	
Gazeta do Rio de Janeiro	1808
Diario do Rio de Janeiro	1821
Reverbero	»
Malagueta	»
Sabbatina familiar	»
Conciliador do Reino-Unido	»
Amigo do Rei e da Nação	»
Bahia	
Diario Constitucional	»
Idade de Ouro do Brasil	»
Pernambuco	
Segarrega	»

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXXII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O Padre Malagrida,
ou
A Tesoira,

PERIODICO POLITICO E LITTERARIO.

(CONCLUSÃO)

Os revolucionarios farçantes de 30 d'Abril de 1824 vão abrir a tragi-comedia. A ominosa *cabelleira* de José Antonio d'Oliveira Leite é o sanguineo *Cometa*, que aproximando-se aos corpos opacos de todo o mais systema ministerial de 26 de Fevereiro d'este anno, põe em horrorosa commoção toda a ordem social em nossa desgraçada patria.

Demittem-se os governadores das provincias, a maior parte dos commandantes de corpos do exercito, e officiaes de reconhecida lealdade: operação da primeira importancia; — substituem-se por traidores, reconhecidos tambem por sua incapacidade e baixeza. — Dissolve-se a camara dos deputados, em nome da carta para acabar a carta; despacham-se generaes, officiaes, e toda a sorte de empregados em nome d'el-rei para roubar el-rei! Tanta perfidia, tanta immoralidade estava reservada para abrilhantar as mais qualidades de D. Miguel, o *desejado!*

Todos estes emissarios do tyranno signalam o primeiro momento de sua chegada aos seus destinos, e o primeiro acto de suas funcções, como seu amo os havia signalado, pela traição e pelo perjurio! A anarchia com todos os seus horrores são os mimos que levam estes impios monstros ás terras onde chegam. Os individuos mais abjectos de seus districtos, todos os farrapões e facinorosos são convocados, armam-se, e insinua-se-lhes que insultem os cidadãos pacificos entre tumultuosos *morras*, que chegam a effectuar em muitas partes, crescendo as desordens diariamente e os crimes, perseguições, e prisões revolucionarias, roubos e assassinios.

Qual é o concelho, ou a aldeia ainda, onde se não viram estas atrocidades, presente do *amabilissimo anjo* dos apostolicos? D'aquelle que os mesmos concelhos, ou suas camaras, vão immediatamente acclamar seu rei, ou pedir-lhe que elle se digne acclamar; violentando-as pueril, e atrozmente a estas torpissimas representações por meio d'aquelles corruptos, e perversos empregados, como todos nós presenciámos!

Afogados por assim dizer todos os homens de bem no abysmo da anarchia; desenfreados e armados todos os farrapões, condecorados do nome de realistas, e perseguindo todos os que não eram de sua communidade, quem ousaria não acclamar para seu rei aquelle augustissimo sr.? E quantos se julgariam felizes se com este violento sacrificio podessem evitar os implacaveis furores de sua magestade?

Mas a perda de todos os homens, amigos da justiça, e da prosperidade nacional, estava decretada. Elles foram desde logo indicados á canalha para alvo de suas invectivas e de sua perversidade; e o resultado de atrocissimas devassas, depois de toda a qualidade de violencias populares, bem comprovam esta asserção.... Vê-se a latitude que dá aos agentes judiciaes da perseguição, pelo sanguinario decreto da creação da commissão, enviada ao Porto, composta d'abominaveis *pandectas*, da mais desmoralisada e rapinante classe de empregados publicos. N'elle com a mais insolente audacia, com a maior atrocidade de coração classifica os amigos, defensores d'uma lei, dada por um rei, que a nação, os governos da Europa, e elle mesmo, haviam reconhecido, a par da insurreição, ou como lhe queiram chamar, de 1820!

E não se contenta este sanguento tigre de perder todos os que *prestáram ajuda, conselho*, ou *favor* na mallograda reacção do Porto, senão, que seus perfidos e detestaveis *esbirros* trazem secretas instrucções para culpar todos aquelles que a canalha designar como amigos das instituições liberaes!! alem dos que D. João VI e D. Pedro IV haviam perdoado como implicados na constituição de 1822.

Eu não sei se a historia offerece exemplo de tamanha maldade; eu não me recordo d'elle. Aquelle nefando decreto, que deve ter sido parto da cabeça apostolica do Malagrida,

Ora, eu considero todos estes jornaes como portuguezes, visto que na epocha das suas publicações ainda o Brasil era colonia portugueza, e n'esta qualidade os tenho nos meus apontamentos.

Relativamente ao jornal da Bahia — *Idade de Ouro* — tenho a fazer as seguintes considerações.

O escriptor Francisco de Sousa Martins, no artigo offerecido ao *Instituto Historico do Rio de Janeiro*, intitulado — *Progresso do jornalismo do Brasil* — referindo-se á publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1808, diz: que na mesma epocha principiou a escrever-se na Bahia um periodico do mesmo formato da *Gazeta*, publicando-se duas vezes por semana, com o titulo de — *Idade de Ouro do Brasil*.

Mas, o sr. José Silvestre Ribeiro, reportando-se ao que leu no *Resumo da historia litteraria* do dr. Fernandes Pinheiro, que se auctorisa com as *Memorias historicas e politicas da provincia da Bahia*, pelo coronel Accioli, diz no tom. IV da sua curiosissima «*Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*», a pag. 338, o seguinte:

«Não deve ficar no esquecimento, que em Janeiro de 1811 concedeu o conde dos Arcos ao arcebispo da Bahia a faculdade de escolher censores entre as pessoas illustradas, começando desde logo a publicação de uma gazeta, intitulada «*A Edade de Ouro*».

D'esta fórma temos nada menos de tres jornaes com o mesmo titulo, e na mesma localidade, a saber:

Idade de Ouro do Brasil em 1808, citada por Francisco Sousa Martins.

A Edade de Ouro em 1811, citada pelo dr. Fernandes Pinheiro.

Idade de Ouro do Brasil em 1821, que é aquella que eu conheço, redigida pelo padre Ignacio José de Macedo, tendo o jornal por emblema — as armas reaes portuguezas do reinado de D. João VI, — e por epigraphe os seguintes versos de Sá de Miranda:

Fallas em tudo verdades
A quem em tudo as deves:

sendo impresso na typographia da viuva Serva, e Carvalho.

Em vista do exposto, serão 3 jornaes distinctos, ou é tudo o mesmo jornal? Não haverá confusão n'isto? São estes e identicos casos que tornam difficillima a historia do jornalismo portuguez.

Parece-nos, que ainda se podem accrescentar mais dois aos indicados pelo sr. Pereira Caldas, e agora pelo sr. Leorne. São o *Constitucional* e o *Regulador Brasileiro*, publicados ambos no Rio de Janeiro, no anno de 1821, segundo a referencia que d'elles faz o sr. conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, a paginas 436 do II tomo do seu *Resumo de historia litteraria*, obra que aqui temos presente, devida á briosa offerta que d'ella nos fez da capital do Brasil o seu illustre auctor.

Devemos, porém, fazer a este respeito uma advertencia. Os periodicos publicados no Brasil, desde 1808 até 1822, são portuguezes, e pertencem á historia geral do jornalismo n'este paiz. Comtudo, fazendo o sr. Pereira Caldas uma secção especial dos periodicos publicados na emigração, entendemos que não têm n'ella cabimento os publicados no Brasil, que mencionou na *Borboleta*, assim como aquelles que em additamento hoje indica o sr. Leorne.

E a não ser assim, como ha de, por exemplo, o sr. Pereira Caldas incluir n'esse catalogo o *Patriota do Rio de Janeiro*, deixando de fóra a *Gazeta* da mesma cidade?

Em quanto aos periodicos propriamente da emigração, parece-nos que se devem acrescentar mais dois á lista publicada pelo sr. Pereira Caldas, nos dois ultimos numeros da *Borboleta* de Braga. São o *Argus*, de que se publicaram em Londres quatro numeros, e o *Microscopico*, de que se publicaram sete ou nove. Ambos estes periodicos se seguiram ao *Correio Brasiliense*, começado a publicar-se em 1808.

Póde ver-se a este respeito, o que diz Adriano Balbi, a paginas CLXXXI do II tomo do *Essai statistique sur le royaume de Portugal et Algarve*, impresso em Paris em 1822.

Cumpre-nos chamar a attenção dos estudiosos, que se interessam na historia do jornalismo portuguez, para uma recentissima publicação, que se acaba de fazer nos estados da India, na imprensa nacional de Nova-Gôa, com o titulo de — *Breve noticia da imprensa nacional de Gôa, seguida de um catalogo das obras e escriptos publicados pela mesma imprensa, desde a sua fundação: por Francisco João Xavier, director da mesma imprensa nacional.*

Alli se encontra a minuciosa noticia de 36 periodicos, que têm sido impressos n'aquella typographia; sendo o primeiro, a *Gazeta de Gôa*, que começou em 22 de Dezembro de 1821, até findar em Setembro de 1826; e o ultimo, a *Cruz*, jornal religioso, quinzenal, que começou em 15 de Julho de 1876, e ainda continua.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Nas *Lettres inédites* do padre José Delvaux, a que nos referimos em o numero passado, achámos uma narração muito interessante de factos geralmente desconhecidos.

Os jesuitas estavam em 1833 estabelecidos no collegio das Artes de Coimbra, e no chamado Colleginho em Lisboa. Os de Coimbra aqui se conservaram até ao fim de Maio de 1834; mas os da capital tiveram de sair alguns dias depois de alli entrar o exercito libertador commandado pelo duque da Terceira, em 24 de Julho de 1833; tendo durante esses dias soffrido as maiores violencias, e escapando por milagre de serem assassinados por muitos individuos, deshonra do partido liberal, se é que tal qualidade de gente pertence a partido algum.

O padre José Delvaux, superior dos jesuitas, em seguida a uma conferencia que teve com o duque de Palmella e o duque da Terceira, dirigiu ao primeiro d'estes a seguinte carta e declaração, que lhe fôra exigida para a sua conservação em Lisboa:

«*O padre José Delvaux ao duque de Palmella, ministro do regente D. Pedro.* — Lisboa, 26 de Julho de 1833. — Senhor duque — Na audiencia com que v. ex.ª quiz honrar-me esta manhã, tomei a liberdade de lhe expôr as necessidades actuaes da companhia de Jesus, de que eu sou o superior. Dignou-se v. ex.ª tomal-as em consideração. S. ex.ª o sr. duque da Terceira, na mesma audiencia me ordenou de apresentar por escripto os meus pedidos. É, senhor, em consequencia d'essa ordem, que tenho a honra de lhe dirigir esta carta.

Os meus pedidos reduzem-se a dois. O primeiro, que o governo de sua magestade a rainha D. Maria II, se digne continuar a velar na conservação da casa do Collegiho, que occupámos, e dos effeitos que ahi deixámos sob a guarda de domesticos fieis. Esta conservação interessa tanto mais, quanto o Collegiho só nos era emprestado, e pertence ainda aos reverendos padres eremitas descalços de Santo Agostinho.

O segundo, que se digne o governo de sua magestade permittir, que o pequeno numero de padres da companhia de Jesus, residentes n'esta capital, e todos nascidos em paizes estrangeiros, continuem ainda algum tempo a gosar da hospitalidade, que lhes têm dado seus amigos, nos dias de effervescencia em que a acção do governo não podia ainda subtrail-os ao furor d'aquelles que se aproveitam das commoções politicas para satisfazerem ás suas paixões.

O resultado d'esta medida será, em primeiro logar, de poupar a v. ex.ª o embaraço de prover á nossa subsistencia, que estava inteiramente a cargo do thesouro, e, em segundo logar, de dar á v. ex.ª o tempo de prover, n'este reino, á nossa existencia, em harmonia com o governo de sua magestade, de que parece rasoavel, justo e respeitoso que os padres, actualmente fóra de seus ministerios e de sua casa, esperem a chegada e a real determinação, para nada prejudicar sobre a confirmação dos decretos, cartas reaes e avisos do governo precedente, a seu respeito.

Este comportamento, senhor duque, permitta v. ex.ª que o diga com franqueza, poderia parecer de uma precaução excessiva n'uma outra causa e n'outro paiz; mas na causa da companhia em Portugal, a historia faz fé que sob um dos ministros d'esta monarchia, sob o monarcha mais clemente, a companhia se viu de repente accusada, despojada, proscripta, sem ser legalmente julgada, nem admittida a defender-se; os seus membros, vassallos do rei, se viram amontoados em calabouços e exilados, e entre elles, os padres nascidos em paizes estrangeiros, tratados com o mesmo rigor, sem que servisse de nada áquelles que morreram nos ferros, ou que ahi jazeram dezoito annos, de ser reclamados por seu soberano respectivo.

Não acontecerá nada de semelhante sob o ministerio de v. ex.ª, nem sob uma legislação tal como nol-a promettem as vistas da politica actual; mas será sem rasão esperar que ella tenha tido o tempo, esta legislação, de tomar raizes e de destruir os prejuizos de que a companhia tem sido victima em tempos tão aproximados de nós?

Não me resta senão o lembrar a v. ex.ª que a companhia, sempre estranha, por principios, e pelo seu instituto, aos interesses politicos, continuará, sob o governo da rainha D. Maria II, a não procurar em tudo, a exemplo do seu divino Mestre, senão a maior gloria de Deus e a salvação das almas, seu unico fim e só titulo de que possa e queira prevalecer-se, para a confiança de todo o governo esclarecido.

Tenho a honra de ser, etc. — Lisboa, 26 de Julho de 1833 — *Filippe José Delvaux*.»

«*Copia da declaração dada ao sr. duque de Palmella, em data de 28 de Julho de* 1833, *e entregue sómente a* 29 — Senhor duque — Tenho a honra de fazer chegar a v. ex.ª a duplicada declaração por escripto que, por intermedio do meu illustre amigo, M. Yvers, se dignou pedir-me.

Obrigo-me, em primeiro logar, tanto em meu nome pessoal, como no pequeno numero de padres da companhia de Jesus que viviam sob a minha direcção n'esta companhia, não procurar retirar-nos para o interior do reino.

Obrigo-me, em segundo logar, a não entrar, nem eu, nem os da companhia que me estão sujeitos, em os negocios politicos; declaração tanto mais facil, quanto não é senão a expressão de todo o meu comportamento passado, assim como de todos os meus confrades, como é de notoriedade publica.

é uma obra prima de atrocidade e de estupidez. Elle é dirigido por *sua magestade* ao beca Victorino José, amigo de sua magestade; e por certo são dignos um do outro.

Sua magestade queixa-se que em 16 de Maio na cidade do Porto, e n'alguns pontos mais se manifestára uma formal rebellião contra a auctoridade que s. m. legitimamente exercia, mas s. m. não exercia senão a regencia do reino em virtude do decreto de 3 de Julho de 1827, e essa *rebellião* do Porto só tendia a manter os direitos do rei, que havia dado esse decreto, direitos que s. m. estava agigantadamente usurpando; por isso s. m. era *o rebelde*, e não os defensores do verdadeiro rei, como sabe todo o mundo, e só s. m. desconhece e mais os seus cães de fila.

Pondo de parte a patacuada *de exaltação ao throno*, que tem seu parenteseo com a exaltação de certo governador, exaltado á governança de certa ilha em terra firme.... diz sua *real magestade*, que esta rebellião foi *unicamente militar*, mas que n'ella se acham *cumplices muitas pessoas que não são* militares: é militar, e não é militar! — a logica jesuitica nunca foi outra coisa, mas deixemos este horroroso documento da iniquidade do Nero portuguez.

Foi em meio d'uma tumultuaria anarchia, por elle promovida, depois d'uma impia maquinação, tramada na perfidia, attraindo a si a parte corrompida do exercito, que fingindo inclinar-se á vontade da nação, quando era á sua propria vontade, e á sua perversa ambição, que elle se inclinava, que D. Miguel, contraditorio comsigo mesmo, com os seus principios, e com os do *systema europeu*, confessando-se regente, ordena soberano que a nação (os Aberdinos) como soberanos declarem que elle é o soberano.... tanta puerilidade não merece refutação!

Convocam-se os sediços *tres estados*, compostos da vil canalha, que assás conhecemos, que nunca tiveram voz activa, e são erigidos em *tribunal judicial* para decidirem uma questão entre dois pretendentes, sem que um d'elles tenha conhecimento da questão, nem dos consummados jurisconsultos... E como podemos denominar esta anomala quadrilha? Forma ella uma assembleia nacional, ou um tribunal de justiça. E tudo: ella é convocada para decidir *graves pontos de direito patrio*: e que pontos de direito patrio podem ser obscuros a Manoel Pereira, e José de Lemos, de Lamego? a Antonio Colmieiro, de Villa Real? ao barão de Tavarede e Antonio da Costa, de Trancoso, a um Mendes Papança, de Monsarás, sem esquecer o barão de Queluz, e os mais collegas? A taes doutores todos os pontos de direito são tão claros como vão sendo os dias em Londres.... Talvez que o ministro *Wellington* mande buscar alguns para a nova Universidade d'esta capital.

E ora, se esta estupida e perjura caterva fossem capazes, e autenticos juizes para decidirem tão aleivosa questão, por que maneira a poderiam elles decidir? Poderiam jámais dizer outra coisa differente do que disseram? Então para que os chamou D. Miguel? Se o resultado dos ôcos trabalhos d'estes imbecis nunca podia ser outra coisa, reunidos nos dominios do *mui alto e poderoso* rei, concluo que tanto sua magestade, como seus conselheiros não passaram de querer representar uma farça.... ou se taes instrucções trouxe já de.... os que lh'as deram juntavam á perversidade uma grosseira ignorancia. Fazerem-n'o representar de rei em tal comedia é o triumpho da estupidez.

Os comicos *Cadaval*, e mano, o *Patricio*, o *Leopardo*, os *Barbacenas*, e companhia, para se dobrarem aos pés de *Moloch*, não carecem de theatraes momices; e o *Agostinho*, o *Gabriel*, o *Gaspar*, o *Bahia*, inclusivè os irmãos d'armas, *Foguete*, *Cachapuz*, *Patife*, e toda a mais *rotaria*, não precisam de farcistas... a voz d'ordem, na confraria, de *mata e pilha* é mais eloquente que todos os hyperboreos discursos do *Lavradio* (novo), tem mais unção que todas as homilias do *Malagrida*. Era finalmente superflua essa momica cambada dos *palhaços*.... A maioria da nação, e a melhor parte d'ella, fiel a seus juramentos, até a seus interesses, expoliada de seus bens, sem segurança, e ameaçada, todos os momentos em sua existencia, viu com horror, com indignação em meio de repetidos e feios crimes, a serie de torpezas e os productos de ignorancia que tiveram logar.

Aos homens illustrados das nações da Europa não se imbutem puerilidades, e ridiculas apparencias, baseadas em mentiras e delictos, e que só poderiam illudir os *Hottentotes*; e se os impios confrades do *jesuitico-apostolismo* tivessem alguma sorte de pejo, e obrassem com alguma luz de razão, reconheceriam, que era mais airoso obrar abertamente no sentido de suas iniquidades, do que encobrir tão perfidas operações com grosseiras e vãs exterioridades, em que não acreditam os que estão ao alcance de entendel-as, e julgar....»

Ousaria, senhor, pedir a v. ex.ª o premio d'esta dobrada garantia que julgou dever exigir de mim? Seria em primeiro logar, que v. ex.ª se dignasse concorrer para que sua magestade imperial o regente do reino, n'esta qualidade, e em nome de sua magestade a rainha D. Maria II, houvesse por bem confirmar os decretos do antigo governo, que nos tinham dado a existencia civil n'este reino. Seria em segundo logar, que se dignasse v. ex.ª fazer dar ordens efficazes para que na tomada de Coimbra os nossos padres fossem immediatamente protegidos contra os effeitos da desordem.

Tenho a honra de ser, etc. — *Filippe José Delvaux*, antigo superior da companhia de Jesus em Portugal.»

O inglez M. Yvers, em uma carta dirigida para Londres á sua familia, datada de Lisboa em 27 de Julho, e continuada no mar a bordo do brigue sardo *Assumpção*, fazendo viagem para Genova; e o padre Delvaux, em carta dirigida para Paris ao padre Picot, e datada a bordo do mesmo brigue, no dia 15 de Agosto, narram circumstanciadamente as tentativas de assassinato que foram feitas aos jesuitas nos dias 24, 25 e 26 de Julho na sua habitação do Collegiho, de que a muito custo escaparam.

Dão conta da conferencia que primeiro teve M. Yvers com os duques de Palmella e Terceira; e em seguida da conferencia que com elles teve o padre Delvaux. Não se mostram aggravados de nenhum dos duques, mas queixam-se muito de D. Pedro, que havendo chegado a Lisboa no dia 28 de Julho, mandara logo no dia seguinte prender os jesuitas, com um apparato, e de um modo tão violento, como se fossem os maiores criminosos.

É digno de se notar o que diz M. Yvers, referindo-se aos factos do dia 29:

«Esquecia-me de vos dizer, que na manhã d'este mesmo dia, um agente de D. Pedro mostrou ao superior, *na minha presença*, um documento *assignado por D. Pedro* quando estava ainda no Porto, em que promettia *toda a sorte de favores aos jesuitas*.»

Na impossibilidade de transcrever na integra a narração do padre Delvaux, limitar-nos-hemos ao seguinte, em que por certo se encontrarão especies novas para a historia:

«D. Pedro chegava com o coração ulcerado com os aggravos, que nunca se perdoam. Elle tinha feito á companhia a honra de se lembrar d'ella e de a chamar a concorrer para o bom resultado da causa de D. Maria da Gloria. Havia feito mais: não se tinha dedignado, desde o mez de Março ultimo, *de lhe deputar um agente secreto* e de lhe fazer as mais magnificas promessas, contanto que ella empregasse a sua influencia para o fim tão desejado; e a attitude da companhia tinha de tal maneira gellado o referido agente, como me confessou depois da revolução consummada, que não havia ousado abrir-se com ella.

Era preciso tanto para incorrer n'um desagrado? Bem convencido de que o afastamento dos jesuitas da politica era apenas fingido, e que não recusavam servir a sua causa, senão em consequencia de uma perfeita dedicação á de seu augusto irmão, concebe-se que não lhe restasse já senão vingar-se, e o fez com tal precipitação, que este mesmo agente que se dizia e parecia com effeito seu confidente intimo, não podia justifical-o senão chamando-a *uma das loucuras do imperador*.

Este mesmo commissario da revolução, que tinha entrado em Lisboa com ella a 24, não estava na verdade tão desesperado como o seu senhor. Desde o dia 25, tinha fallado á regencia provisoria em favor dos jesuitas; e os tinha offerecido como o meio mais seguro para reduzir Coimbra.

O embaraço e o perigo em que se achava a companhia o animaram a pedir este serviço importante: offereceu passaportes e escolta para os padres encarregados d'esta commissão, entretanto que os seus confrades ficassem em Lisboa como refens do resultado, e ao mesmo tempo fazia brilhar aos seus olhos o mais bello futuro.

O arcebispado de Braga, a consciencia da joven rainha e milhões estavam desde muito tempo á sua disposição. Ter-se-ha difficuldade em crer, que se podesse dar tanta importancia a uns pobres religiosos, unicamente occupados em humildes ministerios, de uma vocação toda espiritual, e cujos membros actualmente, desde quatro mezes, de dia e de noute á cabeceira das victimas da cholera, enfraquecidos pelas vigilias e pelos trabalhos no meio d'este novo flagello, tinham como perdido de vista o da guerra.

Confesso que não podia persuadir-me que este agente me fallasse serio, antes de ter visto em suas mãos *a carta autographa do imperador*, pela qual, desde o mez de Março, elle offerecia á companhia, como regente em nome de sua filha, restabelecimento, protecção e favores, com a vergonhosa condição de desconhecer e trair o seu unico e real bemfeitor.

E que pretendia este agente em 29 de Julho, no momento preciso em que se preparava contra a companhia a execução violenta de que tenho fallado, por uma tão extranha communicação? Elle o insinuou claramente: era um ultimo esforço para levar o superior dos jesuitas a se prestar assim a fazer alguma cousa pela causa de D. Maria, seja perante o duque do Cadaval, seja perante o proprio rei, aos quaes era preciso entregar cartas de D. Pedro.

Constancia admiravel e digna de ser imitada por todos os defensores da legitimidade! O agente de que fallo era estrangeiro, commerciante e protestante; mas com tudo isto, parecia um dos principaes agentes da regeneração de Portugal.

Eu o vi tratar com uma familiaridade mais que republicana com os duques de Palmella e Villa Flor. Tinha em casa d'elles toda a entrada. Introduziu bruscamente o superior dos jesuitas até á sala de jantar, depois no gabinete mais secreto, e o forçou assim a ser testemunha, no dia 26, da missão tão essencialmente secreta que elle recebia, de ir corromper Mollelos e a divisão do Algarve.

Não parecia menos na intimidade do imperador, pois que no dia 29, quando o superior dos jesuitas se lhe queixava da violencia do seu senhor, elle se offerecia a lh'o apresentar, e lhe prometteu de tudo arranjar em uma entrevista. E com uma actividade incrivel elle atravessava o Tejo para triumphar de Mollelos; negociava a subtracção, em proveito de D. Pedro, do emprestimo feito ao rei; achava tempo de assistir a conferencia de tres horas entre alguns transfugas e Villa Flor; e no entanto parecia inteiramente no negocio dos jesuitas e protestava não querer outra recompensa de tantos trabalhos e perigos, que salval-os e conserval-os em Portugal.

Tanta dedicação não bastou para tranquillisar os padres. Condemnados no mesmo dia ao calabouço e já de alguma sorte executados em effigie, elles não julgavam prudente desafiar mais tempo e de tão perto semelhante tempestade.

A revolução os tinha tomado em Lisboa como em uma rede; todavia, estranhos por principios e pelo seu instituto á politica, elles não teriam jámais pensado em sair da capital, se ahi podessem exercer em paz os seus ministerios.

O superior o tinha declarado de viva voz a Palmella, e depois ao proprio imperador; mas elles tinham a prova que, n'estes primeiros tempos pelo menos, esta faculdade lhes era recusada: não podiam cuidar em juntar-se aos seus confrades de Coimbra, com os quaes toda a communicação estava interrompida, e não lhes restava senão sair momentaneamente do reino.

Quatro d'estes religiosos partiram a 31, dia de Santo Ignacio, para a Inglaterra. A expulsão do Nuncio offereceu aos outros a occasião mais favoravel de se dirigirem a Italia, e ao superior, a esperança de se juntar em breve aos seus padres de Coimbra.

Sua eminencia, com uma bondade paternal, recebeu a seu bordo, a 4 de Agosto, estes tristes restos de uma missão que não contava ainda quatro annos de duração. Os noviços tinham sido dispersos para casa de seus paes; mas tres d'elles, que conheceram a partida de seus padres, não quizeram separar-se, e vão com elles procurar uma outra patria.»

. . . .

São extensas estas transcripções; mas parece-nos que os nossos leitores se não terão enfadado com ellas.

Ainda, porém, não queremos terminar sem mencionar um facto muito honroso para Coimbra.

Em quanto na cidade de Lisboa, bandos de miseraveis praticavam nos ultimos dias de Julho de 1833 os maiores attentados contra cidadãos indefezos, procurando além d'isso assassinar em sua propria casa os jesuitas, que só se poderam livrar da morte pelas efficazes diligencias do inglez M. Yvers; em Coimbra, depois que aqui entraram os constitucionaes em 8 de Maio de 1834, até á partida dos jesuitas para Lisboa, em 30 do mesmo mez, foram elles tratados com as maiores attenções pelas pessoas de ambos os partidos, sendo a sua saida deplorada geralmente.

E para que se não duvide do que dizemos, ouçâmos o padre Alexandre Mallet, o qual em carta por elle escripta em Coimbra no dia 20 de Maio de 1834, e dirigida para o padre Delvaux, em Genova, dizia o seguinte:

«No dia d'Ascensão o duque da Terceira, senhor de Villa Flor, entrou em Coimbra, mas sem que a sua presença e a das suas tropas produzissem o mais ligeiro movimento. Jámais vencedores mostraram mais moderação; jámais a entrada de uma cidade se tinha operado com mais tranquillidade, ordem, harmonia e paz. Nem mesmo tivemos necessidade de fechar as nossas portas.

Como tinhamos começado o mez de Maria, não vimos razão de o interromper; tudo segue o seu caminho, á excepção das aulas, que teriamos podido continuar, não tendo recebido ainda nenhuma ordem, mas que julgámos mais prudente de fechar, attendendo a que a instrucção parece ser do dominio do governo, e que nós não estamos auctorisados para ensinar.

Quanto ao espiritual, não temos sido embaraçados até aqui, ainda que o reverendo bispo se tenha retirado. O provisor Miguel Ribeiro é de direito, *e de facto até agora*, administrador, conforme ás disposições das constituições do bispado de Coimbra.

Esperamos as ordens da Providencia. Muitos dos nossos amigos reclamam em nosso favor. Mas que se póde esperar? O bom Gonçalves nos tem prestado serviços sem numero. A condessa de Anadia tambem nos tem sido muito util.»

Registámos com muito prazer este digno procedimento dos habitantes de Coimbra. Os perseguidores são a deshonra dos partidos. Felizmente não os tiveram os jesuitas n'esta cidade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTICIARIO

Egreja de Santa Cruz. — Depois dos reparos indispensaveis poude já no domingo ultimo celebrar-se na egreja de Santa Cruz d'esta cidade os officios divinos.

Houve missa cantada, e depois d'ella foi o reverendo prior acompanhado da irmandade do Santissimo transladar a sagrada hostia, do santuario, onde se achava desde a inundação da egreja, para o altar mór.

Cantou-se em seguida um solemne *Te-Deum*, assistindo muitas pessoas a este acto religioso.

Era geral a satisfação de ver outra vez entregue ao culto divino uma egreja, por tantos titulos respeitavel.

Um bravo do Mindello. — Acaba de fallecer n'esta cidade o sr. Antonio Posselius, natural da Bretanha, antiga provincia de França. Contava 77 annos de edade.

Exerceu a profissão de pharmaceutico em Paris, e quando o duque de Bragança fez um recrutamento, do qual *formou o batalhão francez*, Antonio Posselius alistou-se como voluntario. De Paris foi para a ilha Terceira, onde se organisou o batalhão.

Foi um dos bravos do Mindello, e alferes do batalhão de atiradores portuguezes, chamado depois regimento d'infanteria de atiradores da Bainha. Entrou em differentes combates, e na batalha d'Asseiceira uma bala inimiga levou-lhe o olho esquerdo.

Foi boticario do hospital de sangue no Porto. E fez parte, como capitão, do estado maior do duque da Terceira, em recompensa da sua coragem e valentia.

Entrou em Coimbra no dia 8 de Maio de 1834.

O duque de Bragança, condecorou-o com o habito da Torre-Espada, no dia de S. Miguel, a 29 de Setembro de 1832. O respectivo diploma foi assignado pelo marquez de Palmella, então ministro interino do reino.

Depois do fim da guerra, com a convenção d'Evora Monte, regressou ao Porto, e ahi passou á 3.ª secção, para não ser obrigado a ir para Cabo Verde.

No Porto foi o primeiro administrador da livraria Moré. Tempo depois veiu para Coimbra, e era o administrador da livraria d'aquella casa, aqui estabelecida então.

Quando o seu estado de saude peorou, deixou a livraria, e ha 11 annos que se achava entrevado, e vivia, com sua esposa, em companhia do sr. Augusto José Gonçalves Fino e sua familia.

O seu funeral teve logar hontem pelas 4 horas da tarde, recebendo no cemiterio as honras funebres militares.

Concurso. — Estão a concurso pelo espaço de 30 dias, a contar de 3 do corrente, as egrejas parochiaes de Nossa Senhora das Neves de Pousaflores, concelho de Figueiró dos Vinhos; e de Nossa Senhora da Assumpção de Villa Nova do Casal, concelho de Gouveia — ambas do bispado de Coimbra.

Cemiterio da Conchada. — Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

João Victorino de Moraes Duarte e Silva, filho de João Victorino e D. Maria Emilia, de Lisboa, de 52 annos, fallecido em 27 de Janeiro de 1877.

Candida, filha de Joaquim dos Santos e Maria dos Santos, de S. Francisco, de 22 mezes, fallecida em 27.

Josephina Amelia, filha de paes incognitos, de Coimbra, de 6 annos, fallecida em 28.

D. Guilhermina Tavares Carvalho, filha de paes incognitos, de Coimbra, de 30 annos, fallecida em 29.

Isidoro Rodrigues, filho de Antonio Rodrigues e Luiza da Conceição, de Coimbra, de 44 annos, fallecido em 31.

Eduardo Augusto, filho de José de Almeida Carvalho e Bernarda Mimosa, de Coimbra, de 3 mezes, fallecido em 1 de Fevereiro.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada — 6:939.

Nomeação. — Por diploma passado pelo sr. commissario dos estudos d'este districto foi nomeado para reger interinamente a cadeira d'instrucção primaria d'Antuzede, o sr. Francisco dos Santos Malva, mancebo estudioso e que tem exercido a profissão de typographo em uma typographia recreativa em Ançã.

Nova publicação. — Recebemos de Lisboa, e muito agradecemos a seguinte publicação:

— «*Bento Moreno — Comedia do campo, scenas do Minho — Volume II — Amor divino (estudo pathologico de uma santa).*»

Acto de profanação. — Communicam-nos de Ançã em data de 3 do corrente o seguinte:

«Ainda ha pouco, no n.º 3:077 do *Conimbricense*, foi publicada uma correspondencia de Cantanhede, dando conta de uma serie de factos desagradaveis e puniveis, alli succedidos, entre os quaes merecidamente se stigmatisava o de alguns perturbadores andarem alta noite, *em atroadoras vozerias, incommodando os cidadãos pacificos, parodiando vergonhosa e sacrilegamente os officios sagrados dos finados.*» Pois saiba-se que de domingo para segunda feira passada se deu um egual

caso em Ançã, freguezia do mesmo concelho, mas este muito mais escandaloso e attentatorio da moral publica.»

Um magote de perturbadores nocturnos foram á casa da fabrica, aonde se acham depositados os caixões e ossadas dos finados (e é dentro do atrio da egreja matriz), tiraram um caixão e com elle percorreram as ruas do povo, cantando ou parodiando os sagrados officios dos finados, e por ultimo o depositaram e deixaram sobre o balcão da entrada da casa de Anna Godinha, viuva, aonde de manhã foi encontrado e visto de muitos habitantes, e ainda não satisfeitos com o caso, os perturbadores continuaram em uma das noites seguintes, a irem cantar á porta da mesma Anna Godinha, cantigas indecentes, e allusivas ao caixão, etc.!

Ahi fica narrado o caso sem commentarios.

Dizem-nos que o digno parocho da freguezia de Ançã, se mostrou muito sentido com aquelles actos indignamente irreverentes, e as auctoridades locaes procedem hoje, sabbado, ao exame de corpo de delicto.»

Beneficio.—A sociedade philarmonica *Boa-União* deliberou em sua sessão de hontem, ir tocar n'um dos domingos da quaresma ao Jardim Botanico, em beneficio dos inundados.

Exonerações. —O sr. conselheiro João José de Mendonça Cortez, lente da faculdade de Direito, foi exonerado de vogal da commissão encarregada de formular um projecto de nova circumscripção parochial, pela necessidade de serem por agora dispensados de commissões estranhas ao serviço escolar os lentes da Universidade de Coimbra.

Pelo mesmo motivo foram exonerados os srs. dr. Luiz Jardim, de vogal da commissão encarregada de formular um projecto de codigo do processo criminal, e o sr. dr. José Adolpho Trony, de vogal da commissão encarregada de rever a legislação commercial.

Despacho.—O ordinando Abilio Adolpho Guerra Osorio foi provido na thesouraria da egreja parochial de S. João Baptista de Santa Cruz, da cidade de Coimbra.

Sagração. — Verificou-se no dia 4 em Lisboa a ceremonia da sagração do reverendissimo bispo do Funchal, no monumental templo do Santissimo Coração de Jesus, vulgo Estrella. Foram sagrantes o reverendissimo arcebispo de Mytilene e assistentes os reverendissimos bispos resignatario de Angola e o de Bragança, Martens Ferrão. A ceremonia foi dirigida pelo mestre de ceremonias da sé patriarchal, o beneficiado Leitão, coadjuvado pelos reverendos Polycarpo e Fr. José da Pureza. Foi cantado o *Te-Deum* do maestro Pinto. Estiveram presentes o ministro da justiça, o conselheiro director geral dos negocios ecclesiasticos e outras pessoas de elevada posição e amigos do novo prelado.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz em data de 5 do corrente o seguinte:

O sr. conde de Valbom parte hoje para Madrid. A esposa de s. ex.ª partirá no dia 15.

O sr. Carlos Testa aceitou o encargo de ser relator do projecto sobre o caminho de ferro da Beira Alta.

Os srs. Dias Ferreira e visconde de Moreira de Rey assignaram com declarações o parecer sobre a proposta de lei, concedendo ao governo o bill de indemnidade.

Os srs. Heredia e Freitas Branco partiram hontem para o Porto no comboyo do correio.

No congresso socialista reunido aqui estiveram 18 delegados, sendo 3 do Porto. Foi approvado o programma do partido.

É esperado por estes dias o sr. marquez de Penafiel.

Suas magestades vão na quarta feira ao Ribatejo, e voltarão no mesmo dia. Irão a Santarem, Villa Franca, Almeirim e Vallada.

O concerto que no sabbado houve no Club em favor dos inundados foi uma festa brilhante. Estiveram perto de 600 pessoas. Sua magestade a rainha offereceu ricos ramos aos amadores, que tomaram parte no concerto.

Chegou do Brasil a segunda remessa de 5:000 libras para as victimas das inundações.

O sr. Barbosa, guarda-livros do Banco de Portugal, está gravissimamente doente.

O sr. Custodio José Vieira continua melhor.

Casa esta semana o sr. Sebastião de Bretiandos com a neta do sr. marquez de Penalva.

ANNUNCIOS

COMPANHIA EDIFICADORA E INDUSTRIAL DE COIMBRA

1 TENDO de se principiar a construcção das casas no sitio de Mont'arroio, pretende-se contractar 500m3,0 de alvenaria; 14:000 telhas; 310 pranchas, tendo 3m,5 por 0m,15 por 0m,04; 110 ditas de 4m,0 por 0m,08 por 0m,04; e taboas de solho de 2m,20, tudo de pinho.

As condições podem ser vistas no escriptorio da companhia, em todos os dias não santificados, desde o meio dia até ás duas horas da tarde.

A arrematação será effectuada no dia 18 do corrente, pelas onze horas da manhã, convindo os preços.

Coimbra, 2 de Fevereiro de 1877.

Os directores
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Francisco Pedro da Silva.
José Maria Moura Barata Feio Terenas.

DIARIO ILLUSTRADO
Folha diaria

A INDEPENDENCIA
Folha diaria

O GAJO
Semanario burlesco

2 Á VENDA na *Livraria Academica*, onde se recebem assignaturas e annuncios.

REPERTORIO DA LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA

EM VIGOR DESDE 1865 ATÉ 1875

COORDENADO POR

JOAQUIM D'ALMEIDA DA CUNHA

Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra
Empregado no Governo Civil

3 CONTINUA em publicação esta importante obra, que contém em administração aquella serie de disposições, que constituem a jurisprudencia do ministerio do reino, disposições independentes de todos os codigos e por elles respeitadas; e quanto a contribuições o que a tal respeito interessa não só ás repartições publicas e advogados, mas até aos particulares.

Sahiu a lume o fasciculo 10.º que comprehende o resto da letra D e o principio da letra E. Entrou no prelo o 11.º que comprehenderá os extractos da legislação relativa a emolumentos das secretarias d'estado, do thesouro publico, das administrações e das camaras; á fazenda publica, governadores civis, etc.

Assigna-se e vende-se na Livraria Popular, rua do Visconde da Luz. Remette-se pelo correio a quem enviar 2$400 réis, do que se acha publicado até hoje, em vale do correio, a José Correia d'Almeida Junior.

PEDIDO

4 ROGA-SE a um individuo, proprietario, residente na villa de Pombal, que foi, ou *ainda é*, empregado publico, o obsequio de satisfazer a um compromisso que tem para com uma casa commercial d'esta cidade. Quando o não faça, na seguinte publicação se declarará o nome e natureza do compromisso.

Coimbra, 5 de Fevereiro de 1877.

VENDA DE CASAS

5 VENDEM-SE as casas da rua da Louça, n.º 26, 28 e 30. Quem pretender falle nas mesmas até ao dia 10 do corrente Fevereiro.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

6 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

---

7 JOSÉ MARIA DO AMARAL, residente em Coimbrão, concelho de Leiria, faz publico, que vende duas propriedades, uma no sitio das Ferrãs, freguezia do Sebal, concelho de Condeixa, a qual consta de casas, olival, arvores de fructo, e terra de pão; — e outra ao fundo da Varzea do Pão Quente, denominada as Alagoas, na freguezia de Sernache, concelho de Coimbra, a qual consta de terra de pão e oliveiras. Esta ultima propriedade divide-se em duas, separadas por uma valla.

Vendem-se em praça particular no dia 18 do corrente, em casa do sr. Bernardo José da Silva, na rua da Calçada, d'esta cidade, n.º 38.

---

8 ROGA-SE ao sr. José da Costa Henriques, de Oliveira do Hospital, queira satisfazer a José Rodrigues da Cunha Junior, de Murcellão, 11$250 reis que lhe deve.

OPTIMA MOBILIA DE SALA

9 VENDE-SE, toda de mogno, e moderna.

Largo do Arco de Almedina.

VENDA DE CASA

10 VENDE-SE a casa da rua das Coltxas, n.º 5, com frente para o largo de S. João, e juntamente as pegadas, se o preço convier.

---

11 PELO JUIZO DE DIREITO de Coimbra, e cartorio do respectivo escrivão Ayres Tavares Cabral, correm editos de 30 dias, a contar de 5 do corrente mez de Fevereiro, pelos quaes são chamadas e citadas as pessoas incertas, que tiverem direito á justificação para averbamento de inscripções, e outros papeis de credito, que ficaram por fallecimento de Manoel Duarte Areosa, viuvo, proprietario, morador que foi n'esta cidade; em que são justificantes os filhos e genros do fallecido, moradores n'esta mesma cidade; e tendo que oppôr o façam até á segunda audiencia, depois de expirado o prazo dos referidos 30 dias, isto sob pena de lançamento.

Coimbra 5 de Fevereiro de 1877.

O procurador, *Francisco Baptista d'Azevedo.*

LEGITIMAS MACHINAS AMERICANAS DE COSER DE



Para familia, modista, alfaiate, sapateiro, correeiro e chapelleiro

UNICO AGENTE VICTORINO H. LEBRE

São já muito conhecidas as vantagens que offerecem estas acreditadas machinas, tanto para familia como para industrias. São as mais solidas e as que cosem com mais perfeição e segurança. São as unicas que se garantem por **5 annos !!**

Vendem-se pelos preços de Lisboa: ensino **gratis** todas as vezes que se torne necessario.

Machinas para mover á mão para familia — *Favorita das Damas* e *Canadiana*. Vendem-se a prompto pagamento, ou a prestações mensaes, á vontade do comprador. Torsaes, agulhas, oleo, algodão, fio de linho e accessorios para todas as machinas de coser.

Molduras para caixilhos
Objectos da ilha

Unico deposito em Coimbra, 108, rua da Calçada, 110

V. H. LEBRE

PREVENÇÃO

13 O ABAIXO ASSIGNADO constando-lhe, que João Miranda Castella, de Condeixa, pretende vender todas as propriedades, declara, que ellas lhe estão hypothecadas, e que a hypotheca está registrada na respectiva conservatoria.

Coimbra 4 de Fevereiro de 1877.

João Miranda.

---

14 QUALIDADE superior e fresco — **Queijo flamengo. Ostras e Lagostas.**

Estabelecimento de Manuel da Silva Gonzaga, rua da Sophia, n.º 55.

---

15 VENDE-SE uma quinta no Chão do Bispo, que foi do Dr. Luiz Antonio Pessoa. Quem a quizer comprar dirija-se por carta a José Feliciano Pessoa, da Porcariça.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 80 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	866

Numero 3082 | Sabbado 10 de Fevereiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

No domingo ultimo procedeu-se á eleição para preencher alguns logares vagos de deputados.

Foi um acto de todo abandonado pelos partidos politicos, saindo por isso exclusivamente eleitos os candidatos que tinham o carimbo governamental.

Para esta indifferença concorrem diversas causas.

Em primeiro logar é a descrença do povo, que tem sido illudido repetidas vezes; pelo que já hoje difficilmente acredita em promessas. Bastaria para isso o desengano que teve o partido popular com o actual ministro do reino, que foi praticar no governo exactamente o contrario do que advogara e proclamara quando opposição.

Segue-se em segundo logar a pressão e corrupção das auctoridades e potentados politicos, que fazem com que as eleições não passem de uma indecente burla. E depois d'isso não ha pejo em vir dizer pela imprensa, que os eleitores vão á urna dar uma demonstração a favor de qualquer candidato ministerial, sabendo esses turibularios de todos os poderes, que taes eleitores, pela dependencia em que estão dos governos, auctoridades e seus agentes, vão alli sem consciencia alguma do acto que praticam, e que votam indifferentemente um papel que lhes entregam, seja qual fôr o nome que n'elle vá escripto!

E em ultimo logar é o escandalo praticado pelo sr. bispo de Vizeu, quando ministro do reino, de tornar de uma área extraordinaria os circulos eleitoraes, resultando d'ahi que têm os governos n'essas circumscripções uma preponderancia illimitada sobre qualquer grupo de opposição, que se lembre de tentar uma lucta com a auctoridade.

Os actuaes ministros, que tanto protestaram contra o sr. bispo de Vizeu quando elle fez aquella retrograda divisão dos circulos; agora que estão no poder, já a acham excellente, e por ella vão fazendo obra para a comedia eleitoral que ahi se está representando.

É mister ter a coragem de dizer toda a verdade, e temol-a nós.

O systema representativo assim executado, é o maior escarneo que se póde fazer á nação.

Não seria melhor que os ministros nomeassem os deputados, sem incommodar os povos? Ao menos evitava-se a desmoralisação immensa que lavra por toda a parte; e que os liberaes honestos e de boa fé, se estejam a envergonhar das torpezas que em nome da liberdade se praticam.

Foi para isto que se batalhou na ilha Terceira, no Porto, em Almoster, e na Asseiceira?

Que devassidão!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O celebre explorador no continente africano, Cameron, em um banquete que lhe foi offerecido ha dias em Paris pela sociedade de geographia, referiu-se com pouca benevolencia á administração colonial portugueza, accusando as auctoridades da protecção que ainda hoje davam á escravatura.

Egualmente o tenente Young, chefe da missão de Livingstone, discursando na camara do commercio do Cabo da Boa Esperança, ácerca do leste da costa de Africa, censurou as auctoridades portuguezas, dizendo que ellas eram venaes, que o trafico da escravatura continuava com desassombro, e que ao regressar a Londres faria d'isso queixa ao seu governo em minucioso relatorio.

A estas accusações se têm referido os jornaes de Lisboa, mostrando a necessidade que ha de justificar a administração portugueza na Africa, e repellir o que existe de falso nas asserções d'aquelles exploradores inglezes!

Na verdade é de toda a justiça que se não deixe sem reparo essas graves accusações; mas é certo que não deixa de pesar sobre os nossos governos a responsabilidade do desleixo que vae nas nossas colonias da Africa.

A parte religiosa é dirigida pela fórma que se vê no excellente *Jornal das Colonias*, publicação semanal de Lisboa. Na impossibilidade de transcrevermos tudo o que diz este semanario no seu numero de 30 de Dezembro ultimo, limitar-nos-hemos aos seguintes periodos:

«Digamol-o ainda uma vez: não póde haver religião sem culto, nem culto sem clero.

Infelizmente no ultramar, para em tudo serem simulados os serviços publicos, até o são no que respeita á religião!

Quando se comparam aquellas formosissimas paginas da historia das missões com este abandono, sente-se na alma o mesmo resfriamento que nos faz estremecer ao aproximarmo-nos d'um tumulo entre-aberto.

É fatalmente certo que se vae transmudando em sudario a tunica de apostolo, em que se investia o nosso amor patrio, quando ia expandir-se em rasgos de nunca egualado heroismo, por aquellas infindas regiões de além-mar.

Povoadas quasi que só de feras, para alli corria então o clero mais esclarecido e virtuoso: como as legiões invenciveis dos Machabeus, dos Alexandres, de Simão de Monfort, de Bancicant, de Turenne, de Condé, voavam ao combate, em nome de Deus, em nome do futuro, que era a sua immortalidade, em nome da humanidade, que era a sua familia, em nome do mundo inteiro, que era a sua patria.

Hoje, quando as feras se tornaram homens, quando os climas abandonaram os seus rigores, quando as communicações se facilitaram, quando os perigos diminuiram, hoje o clero foge d'aquellas regiões ás quaes estão vinculadas as mais gloriosas tradições da sua historia!

Raciocinemos *á priori*, da causa para os effeitos, do mais para o menos.

O que hão de fazer os presbyteros, sem posição official, se os parochos descuram as suas obrigações? O que hão de fazer os parochos, se os bispos abandonam as suas dioceses?

Angola e Congo têm tres prelados. É como se nem um tivesse.

Os srs. D. Joaquim Moreira Reis, D. José Lino de Oliveira, D. Thomaz Gomes d'Almeida estão em Lisboa. Os dois primeiros são resignatarios, o ultimo vae resignar!

A diocese de Loanda está sendo dirigida por um conego indigena, o reverendo Timotheo Pinheiro Falcão. Os parochos de differentes freguezias são tambem indigenas, assim

---

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXXIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

A CHRONICA

SEMANARIO DA TERCEIRA (1)

26 DE JUNHO DE 1831

N.º 13

Os Reis (apesar seu) lições mais rectas
Tem de beber da fonte, que hoje mana
De erguida rocha, onde se assenta em França
Droiosa a Liberdade.

FILINT.

Angra 25 de Junho

Depois de completa a composição para a presente folha, recebemos a faustissima noticia da entrega do Fayal, que foi abandonado vergonhosamente pelo governador, e parte dos officiaes que compunham a sua guarnição, os quaes fugiram a bordo da corveta *Isabel Maria* que alli se achava fundeada. O commandante d'esta corveta havia ficado de responder, no prazo de tres dias, que findavam no dia 24 do corrente, aos artigos de capitulação que lhe foram propostos pelo exm.º general conde de Villa Flor: a resposta foi uma vil e clandestina fuga!!

O pouco espaço que nos resta, só nos dá logar para publicar a parte official do exm.º general; e do seu contexto verão os nossos leitores, que não é possivel mostrar-se mais covardia e fraqueza, do que a que tem patenteado os escravos do usurpador, que fogem sempre a um lampejar das armas liberaes, como as trevas na presença da luz.

A vinda de s. m. o imperador D. Pedro para a Europa, é confirmada pela carta que s. m. escreveu ao exm.º conde de Villa-Flor, a qual tambem publicamos. Esta carta havia sido remettida ao consul de s. m. b. no Fayal, para verificar a sua entrega na primeira opportunidade.

Este importante acontecimento é da maior transcendencia para a nossa situação politica. S. m. promette empenhar-se para o bom e prompto resultado da nossa causa, que é tambem a d'elle, e de sua augusta filha. Nós confiamos na sua promessa, e estamos certos que a sua presença na Europa fará decidir a nosso prol os gabinetes que tibiamente nos tinham abandonado.

O castello de S. João Baptista annunciou com uma salva esta faustissima noticia, e á noite toda a cidade se illuminou espontaneamente.

(1) Este periodico, cuja collecção é hoje rarissima, teve dois titulos: — *Chronica da Terceira*, e — *A Chronica, semanario da Terceira.*

Saiu á luz o n.º 1 em 17 de Abril de 1830, em formato de folio pequeno, e com o primeiro titulo de *Chronica da Terceira*, seguindo até ao n.º 44 de 27 de Março de 1831.

No dia 3 de Abril immediato augmentou o formato para folio maior, com o segundo titulo de — *A Chronica, semanario da Terceira.* N'esse dia 3 de Abril de 1831 interrompeu a numeração, principiando outra vez com o n.º 1. Publicou-se até Junho de 1832.

Foi o primeiro redactor da *Chronica da Terceira* o então voluntario academico, e actual sr. conselheiro Simão José da Luz Soriano, official maior aposentado do ministerio da marinha.

A iniciativa da publicação da *Chronica da Terceira* foi devida ao major de engenheiros Bernardo de Sá Nogueira (marquez de Sá da Bandeira), o qual convidou o sr. Soriano para redactor d'ella.

Passados, porém, tres ou quatro mezes, o sr. Soriano vendo-se contrariado pelo membro da regencia, marquez de Palmella, que o queria impedir de publicar na *Chronica* certos factos desfavoraveis á emigração, e a que era levado aquelle esclarecido escriptor, pelo seu bem reconhecido caracter independente, abandonou a redacção da *Chronica*, depois de ter uma forte contestação com o mesmo marquez de Palmella.

E é isto tanto mais honroso para o sr. Soriano, quanto sendo então completamente destituido de meios, perdia o interesse de quatro a cinco moedas por mez, que lhe rendia a *Chronica*.

Seguiram-se na redacção o hoje fallecido José Estevão Coelho de Magalhães, e o bacharel em medicina o sr. Elias José de Moraes, natural de Cellas, suburbios de Coimbra, o qual ha muitos annos reside na villa de Cantanhede.

O ultimo redactor foi o official do batalhão de voluntarios da rainha, João Eduardo de Abreu Tavares.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

a dos Remedios, que está a cargo do conego Moraes, etc.

Servem as Sés das nossas possessões para satisfazerem a ambição de honrarias; mas não se lembram os que as solicitam, de que a primeira, a maior grandeza consiste no cumprimento do dever, e que não ha posição por mais distincta, cujos esplendores passem d'ella para quem a exerce, quando aquelle que a exerce a desconsidera e abandona.

É tolerancia indesculpavel a que os governos costumam ter para com os bispos do ultramar, e tão indesculpavel que póde ser lançada á conta de descrença na efficacia dos principios religiosos.»

Da mesma fórma, sem marinha nenhuma nação póde ter colonias. E querem os nossos leitores saber o estado a que ella está reduzida? Veja-se o que a este respeito diz o esclarecido correspondente de Lisboa para a *Actualidade* do Porto:

«Vae de mal a peior a marinha de guerra portugueza: as noticias das diversas estações navaes referem que é desgraçado o estado de quasi todos os navios que as compõem. Emquanto o *Vasco da Gama* se escangalha nos cachopos da barra, n'uma curta viagem para Cascaes, as corvetas e as canhoneiras apodrecem na Africa, e vão ficando quasi inutilisadas.

Contei já o que succedeu á *Tejo*; vou dar alguns esclarecimentos mais ácerca do estado d'alguns outros navios.

Com o desastre succedido á *Tejo*, ficámos sem navio algum de guerra nos mares da China; o porto de Macau não possue hoje uma unica embarcação para repellir ou castigar qualquer demasia dos chins.

Na India não ha navio algum da marinha militar.

Em Moçambique existem as duas chatas *Tete* e *Sena* em muito mau estado, o vapor *Quilimane* condemnado, a corveta *Mindello* que sahiu de Lisboa fazendo agua, como a *Rainha de Portugal*. O unico navio soffrivel alli estacionado é a canhoneira *Douro*.

Em Angola estão as canhoneiras *Rio Lima* e *Tamega*, ambas em condições rasoaveis, e a *Sá da Bandeira* já atacada pelo *salalé* (bicho que destroe as madeiras). Este ultimo navio esteve cerca de dois annos fundeado no porto de Loanda, sem sahir d'alli um unico dia! Provavelmente terá de ser condemnada — se teimarem em lá a deixarem por muito tempo — servindo, quando muito, para pontão.

No Tejo estão reparadas ha pouco as corvetas *Bartholomeu Dias* e *Estephania*; a *Rainha de Portugal*, faz muita agua, o transporte *Martinho de Mello*, que necessita grandes reparações; o *Vasco da Gama* está encaixado no dique e lá se conservará por muito tempo.

Os melhores navios da esquadra têem-se estragado ou com o abandono no Tejo, ou com as prolongadas estações na Africa, em que o bicho ataca as madeiras com tão grande facilidade.»

Portanto, ao mesmo tempo que se deve protestar contra as falsas ou exageradas accusações que de nós façam os estrangeiros, tambem é dever da imprensa portugueza não occultar o desleixo e incuria que tem havido da parte do governo a respeito da administração das nossas colonias.

É mister que nos não cegue o amor e mesmo preconceitos nacionaes.

A verdade acima de tudo.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ahi vae um facto para que se veja como correm as cousas publicas em Coimbra.

No domingo appareceu em um dos vallados do choupal, o cadaver da rapariga que ha tempo se afogou no Mondego, caindo de uma das escadas do caes.

Na segunda feira de manhã, os empregados do choupal participaram este apparecimento ás auctoridades; pelo que de tarde foram alli o sr. juiz ordinario Camões, e dois facultativos, proceder ao competente exame, do qual não resultou nenhuma suspeita criminosa.

Terminado o exame, como o cadaver exhalava mau cheiro, lançaram-n'o de novo para a agua; e alli o deixaram, ficando completamente abandonado durante a noute e o dia seguinte, até ao fim da tarde.

Resultou d'este abandono, que os cães comeram de noute parte do cadaver, e devoral-o-hiam de todo, se os empregados do choupal, não tivessem mandado um trabalhador guardar o cadaver.

O terror era geral na gente que lidava por aquelles sitios, e a indignação espalhou-se rapida pela cidade, sem que nem assim mesmo as auctoridades tomassem alguma providencia.

Foi necessario, que o amo que tinha sido da fallecida, mandasse proceder ao enterramento.

Assim vae a administração em Coimbra.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O *Compendium juris canonici*, publicado no ultimo anno n'esta cidade, pelo sr. conego Antonio Xavier de Sousa Monteiro, tem merecido a approvação de muitas pessoas illustradas no estrangeiro.

Já aqui publicámos o parecer da *Revue Catholique* de Louvain, na Belgica; e hoje cabe-nos o ensejo de transcrever o que a respeito do livro do sr. Sousa Monteiro se lê no *Polybiblion, Revue Bibliographique Universelle*.

Esta interessante *Revista* mensal é publicada em Paris, sob os auspicios da Sociedade Bibliographica; sendo redigida pelos escriptores mais competentes nas differentes especialidades de que se occupa, tanto na parte litteraria, como na parte technica.

Eis o que se lê no *Polybiblion* pertencente ao mez de Janeiro findo.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Na maior parte dos seminarios, é destinado um só anno para estudo do direito canonico, e os livros que se põem nas mãos dos jovens theologos suppõem mais annos de estudo. D'aqui segue-se que este ramo tão consideravel da sciencia sagrada é muito pouco sabido, e que muitos d'aquelles que o deveriam conhecer a fundo, apenas lhe sabem os elementos.

Será possivel remediar este mal agora que as necessidades do ministerio sacerdotal obrigam a terminar os estudos dogmaticos, moraes, canonicos e lithurgicos em quatro annos e ás vezes em menos tempo ainda? Não será melhor dar aos estudantes um manual completo, para verem a fundo algumas questões que deverão mais tarde estudar parcialmente, para satisfazerem aos exames dos primeiros tempos do seu sacerdocio? Não terá o methodo contrario, o grave inconveniente de sómente apresentar uma arida nomenclatura, uma especie de indice das materias; não será tão vasta a sciencia canonica?

O sr. conego Sousa Monteiro, um dos membros mais eminentes da Universidade de Coimbra (1), provou-nos que podia fazer-se o que julgavamos impossivel. Condensou em um só volume todo o direito canonico; resumiu os livros dos canonistas francezes, Icard (que é o auctor seguido no seminario de Coimbra), Craisson, Huguenin e Bouix; serviu-se simplesmente dos canonistas italianos, Soglia, Ferrari e Tarquini; e conseguiu traçar cousa differente d'uma tabua synoptica. Escreveu um livro, um livro proprio, e, o que é melhor, um livro interessante.

O auctor absteve-se de desenvolvimentos theoricos. Comtudo toda a vez que uma questão é importante, pelas controversias que levantou entre os catholicos, quer pelos ataques dos hereges ou dos defensores fanaticos do poder civil, a trata com extensão, demonstra-lhe as theses principaes, recorda as definições ou o ensino authentico da Egreja. Uma grande parte da obra é consagrada á disciplina particular das egrejas de Portugal. Para nós francezes está ahi o lado verdadeiramente novo, e muitas vezes interessantissimo do livro.

A Egreja ainda tem n'este paiz uma elevada situação: os seus bispos, os seus padres, os seus bens gozam de alguns dos privilegios que os seculos passados reconheciam á sociedade religiosa. Mas tambem têm as leis mais extraordinarias ácerca dos pretendidos excessos dos homens de egreja, leis dignas de serem comparadas aos recentes decretos da Prussia ou da Italia.

Leia-se o artigo 137 do Codigo penal de Portugal, ver-se-ha ahi, entre outras disposições, que o ministro do culto que, no exercicio de suas funcções, põe em duvida os direitos da corôa ácerca das coisas sagradas, incorre na pena de prisão de um a tres annos. Para nós está explicada a prudencia com que o sr. de Sousa falla das relações da Egreja e do estado, e comprehendemos que para conhecer o seu pensamento é necessario ás vezes não olhar simplesmente para as lettras.

Ver-se-ha com mais espanto ainda as reservas e protestos que o governo de sua magestade fidelissima envia a cada nuncio, que de novo vem a Lisboa representar a Santa Sé. Deverá abster-se de todo o acto contrario ás leis, aos louvaveis costumes, aos privilegios de Portugal (p. 135).

O livro foi impresso pela Universidade de Coimbra, *typis academicis*: creio de boa mente, que a illustre academia tem o privilegio de não ter revisores, tão numerosos são os erros. O auctor acrescenta no seu livro sete paginas de *erratas*, e seguramente fica longe de ter emendado tudo. — E. POUSSET.»

(1) Não está bem informado o auctor do artigo; porque o sr. Monteiro não pertence á corporação Universitaria.

O sr. Antonio Ribeiro Saraiva, na carta que abaixo publicámos, promette responder ás reflexões que fizémos ás suas cartas que ha dias inserimos n'este jornal.

Diz o sr. Ribeiro Saraiva, que acha rasão em parte do que dissémos, e em outra parte não.

Esperaremos, por isso, pela sua resposta, e ácerca d'ella diremos o que se nos offerecer.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sr. Joaquim Martins de Carvalho—Londres, 2 de Fevereiro de 1877.

Desde o dia 23 do passado, em que remetti a v. o volume da correspondencia do padre *José Delvaux*, tenho tido occupações urgentes, de materias judiciaes, que me não deixaram attender a outro trabalho—e tambem é por essa rasão que não tenho respondido a varios pontos em que v. no *Conimbricense*, me reconvem, parte com rasão e parte sem ella.

Hoje, que tenho um pouco de vagar, vou primeiro fallar do livro do padre *Delvaux*, e notar-lhe, que o dito volume é de mais valor ainda do que eu imaginava, debaixo do ponto de vista de sua raridade—o que eu até agora não sabia.

Tendo eu escripto a um amigo e distincto escriptor em Paris (de quem eu primeiro tinha havido, ha 10 annos, o mesmo livro, quando acaso encontrei noticia d'elle no distincto periodico mensal inglez, *The Month*, para que me procurasse 2 exemplares mais da obra, a fim de remetter um a v.), recebi com effeito os exemplares. Escrevendo-lhe a lh'os agradecer, respondeu-me como segue:

«Paris, 24 Janvier 1877.—Ce n'est point à moi, mais au T. R. P. Mounier, provincial de la compagnie de Jésus, que vous devez le remerciment, que je vous invite à faire. Le volume n'a été tiré qu'à 120 exemplaires, et il se vend à un prix relativement élevé. Sur votre désir, j'ai été voir le T. R. Père, et lui ai dit: M. Saraiva a rendu de grands services à la compagnie. Il desire ces volumes. — Le T. R. Père m'a dit: «Notre premier devoir est la reconnaissanse; et les deux exemplaires seront envoyés.»

Á vista d'isto, já v. conhecerá, não só o valor do livro em si, mas o que lhe communica a raridade.

Combinadas essas correspondencias com as que o *Conimbricense* mesmo tem publicado, se póde ajuisar do que Portugal perdeu, pela estupidissima e perversissima expulsão brutal dos padres; que não só teriam dado a muita gente educação e instrucção sólida — em vez da nojenta superficialidade que se descobre em tanta da nossa gente actual, mas nos tiveram conquistado moralmente o melhor da Africa Oriental e Central.

Imagine-se o progresso que n'estes 44 annos teriam feito os missionarios jesuitas, n'aquellas regiões, onde então—e ainda por muito tempo depois, a opinião estabelecida em melhores tempos, do nosso poder e influencia, vogava quasi exclusivamente, pela isolação mesmo d'aquellas populações.

Um doutor allemão, que falleceu ha dois ou tres mezes sómente (ou ha menos ainda), já ha cousa de 30 annos, dava noticia, em relações que eu aqui li, em cartas d'elle, nos papeis inglezes, d'aquelles mesmos rios e cursos de agua, e da grande montanha equatorial Kilimanjaro, donde elles em grande parte descem; e dizendo, que sem duvida eram aquellas correntes que iam formar o Nilo. Dizia ao mesmo tempo, que os estrangeiros que n'aquellas paragens se encontravam, eram os negociantes portuguezes, que vinham de Tete, de Rio de Sena, e de Moçambique alli commerciar, com aquella gente, que já os conhecia, e com quem como que estavam afreguezados.

Hoje, nos papeis inglezes, nos *meetings*, nas sociedades missionarias aqui, só se falla das descobertas de Livingstone, e ultimamente das de Cameron, etc., como se mais ninguem antes houvesse penetrado n'aquellas regiões!

Em deputações ao governo aqui ou nos ministros, agora mesmo, se vêm sempre os egrejeiros e clerigos protestantes tomar a dianteira, pedindo ao governo toda especie de apoio e protestação, para elles irem verdadeiramente adquirir para a Inglaterra, e para o protestantismo aquellas immensas e riquissimas regiões, que hoje haviam de ser pela maior parte catholicas, e por assim dizer portuguezas, sem a raiva liberanga e tola contra o catholicismo, exhibida por esse maçonico e pernicioso systema, que a Inglaterra lá inoculou, para proveito seu, e nossa insignificancia e ruina! E «Viva a Carta! Venha o hymno!»

A. R. Saraiva.

Illm.º sr.—Transmitto a v. s.ª, para pôr na presença da regencia, a copia da carta que o augusto pae e tutor de s. m. f. me fez a honra de dirigir-me, ao passar por esta ilha, e me foi hontem entregue pelo consul britannico, e na qual se acha a confirmação do quanto annunciei nos meus antecedentes officios.—Deus guarde a v. s.ª—Quartel general da villa da Horta, 24 de Junho de 1831. —*Conde de Villa-Flor.*—Illm.º sr. João Ferreira Sarmento.

Meu caro conde e amigo. — Havendo eu, em consequencia de uma revolução de tropa, e povo, a qual teve logar na capital do imperio do Brasil, abdicado em meu dito filho o senhor D. Pedro II, a corôa, que os brasileiros me haviam tão espontaneamente offerecido, e eu defendi, em quanto a honra, e a constituição do mesmo imperio m'o permittiam, resolvi passar á Europa; e assim o faço a bordo da fragata ingleza *La Volage*.

As forças circumstancias de uma navegação de 47 dias me trouxeram á vista do porto da ilha do Fayal, e aqui me chega a mui fausta noticia, que v. ex.ª animado sempre dos puros sentimentos de fidelidade, e amor para com a sua patria, e a augusta pessoa da senhora D. Maria II, minha muito amada e prezada filha, acaba de fazer triumphar de novo a causa da justiça, e da razão, supplantando o partido usurpador nas ilhas de S. Jorge, e Pico, arrancadas pela virtude, e coragem ás garras da traição, e do despotismo.

Esta acção liberal, e nobre, engrandecerá mais (se he possivel) a gloria de v. ex.ª, quando a penna imparcial da historia indicar aos povos livres o nome dos heroes, seus defensores.

A rainha de Portugal, que partiu do Rio de Janeiro na mesma occasião em que eu, faz agora viagem para o Porto de *Brest*, na fragata *La Seine*, que os delegados da nação franceza n'augusta corte pozeram á disposição da mesma augusta senhora para seu transporte até aquelle porto.

Como natural tutor da minha filha, como verdadeiro constitucional, e antigo affeiçoado amigo de v. ex.ª, eu aproveito esta feliz occasião para dar-lhe um testemunho de meu respeito por tanto valor, e constancia; e de meu agradecimento por tão heroicos, e sustentados sentimentos de honra e fidelidade á soberana causa da liberdade legal; e em nome da minha filha fidelissima o auctoriso a que faça constar a todos os bravos defensores de seus imprescriptiveis direitos a alta consideração, em que a mesma augusta senhora terá estes relevantes, e gloriosos serviços.

Eu posso assegurar a v. ex.ª, e a todos os portuguezes honrados que, incansavel em promover na Europa os interesses de sua filha, o pae simples particular, se votará de todo o coração, como o fez soberano, em favor da causa da legitimidade, e da constituição. Se me não couber o prazer de mostrar de outra sorte a v. ex.ª minha satisfação, e estima, sirva esta carta da mais authentica prova da gratidão, e amisade, que a v. ex.ª conservará em quanto viva — D. PEDRO DE ALCANTARA DE BRAGANÇA E BOURBON.

Bordo da fragata *Volage* em 30 de Maio de 1831.

Não official

No livro de registo do governador de S. Jorge, se achava o seguinte officio e circular, que publicámos, para os nossos leitores verem o receio, e susto, que a revolução de França causou aos sectarios do usurpador.

Officio n.º 25

No dia 25 de Julho arrebentou uma revolução em Paris, em consequencia da qual sahiu da capital el-rei Carlos X, ficando a nação dividida em partidos. A punição de tão atroz delicto se seguirá de perto; mas entretanto os revolucionarios de todo o mundo se electrisáram com esta noticia; por tanto agora mais do que nunca se faz preciso que v. s.ª redobre a sua vigilancia, para que o socego d'essa ilha não seja alterado; e outrosim ordena sua magestade que nos portos dos seus dominios não sejam recebidas quaesquer embarcações com bandeira que não esteja reconhecida: o que communico a v. s.ª para sua intelligencia, e execução.—Deus guarde a v. s.ª—Ponta Delgada 12 de Setembro de 1830. —*Henrique da Fonseca de Sousa Prego.*— Sr. governador da ilha de S. Jorge.

Circular n.º 29

Em consequencia das reaes ordens de sua magestade el-rei *nosso* senhor, que me foram dirigidas em aviso n.º 118 de 20 de Setembro proximo passado, ordeno a v. s.ª que nos portos d'essa ilha se tolere a bandeira tricolor, de que actualmente usam os navios francezes: o que communico a v. s.ª para sua intelligencia e devida execução.—Deus guarde a v. s.ª — Ponta Delgada 4 de Outubro de 1830. —*Henrique da Fonseca de Sousa Prego.*—Sr. governador da ilha de S. Jorge.

(Concluir-se-ha).

NOTICIARIO

Irmandade do Senhor dos Passos.—Sabemos que a mesa d'esta respeitavel corporação, um pouco em decadencia, tenciona empregar todos os esforços para que ella readquira o seu antigo esplendor; mas como para o conseguir carece do auxilio e boa vontade dos membros da irmandade, tenciona a mesa convidal-os para que d'ora em deante se dignem comparecer aos actos publicos d'ella, taes como acompanhar os irmãos fallecidos, para evitar que sobre elles recaia a censura de pouco zêlo pelos seus deveres.

É certo que a irmandade tem por vezes deixado de sair por falta de comparecencia de irmãos; mas tambem é fóra de duvida que isso não é devido, como se póde suppôr, a haverem perdido os sentimentos religiosos de que são dotados.

Pela veneranda e sagrada imagem do Senhor dos Passos ha a maior devoção. A sua irmandade é composta de centenares de pessoas de todas as classes, — e porisso torna-se bastante reparado, que ella deixe de cumprir, como tem acontecido, o rigoroso dever de acompanhar os que fallecem.

Ouvimos dizer, que a sagrada imagem do Senhor dos Passos estará exposta á devoção dos fieis na proxima quarta feira de cinza, e nas sextas feiras da quaresma, das 6 ás 8 horas da manhã, e nos domingos tambem da quaresma, das 3 ás 6 horas da tarde. Nas sextas feiras haverá, ás 6 horas da manhã, missa, acompanhada a orgão, no altar do Senhor. E nos domingos, ás 7 horas.

Tambem nos consta, que a mesa tenciona fazer celebrar no segundo domingo de quaresma, que é o da procissão, uma missa, pelas 7 horas da manhã, na Sé Cathedral d'esta cidade, acompanhadada a instrumental.

As opas da irmandade, que se achavam muito damnificadas, estão sendo concertadas convenientemente, no que a mesa presta um bom serviço.

Emfim como são extraordinarias as despezas que a mesa se vê obrigada a fazer para o maior realce e explendor da irmandade e do culto, espera ella obter o auxilio pecuniario das exm.as sr.as e illustrados cavalheiros a quem vai dirigir-se, para a coadjuvarem em seu justo empenho, visto que esta antiga corporação não tem meios para satisfazer a taes encargos.

É louvavel o proceder da mesa; e estamos convencidos de que o seu desejo será coroado do resultado mais satisfatorio.

O Tribuno Popular.—O nosso estimavel collega d'esta cidade, o *Tribuno Popular*, commemorou no seu ultimo numero o haver completado no dia 5 do corrente mez de Fevereiro, 22 annos de existencia.

Felicitamos ao nosso collega por ter atravessado tão longo espaço de tempo, e achar-se gosando de merecidos creditos, graças á esclarecida redacção a quem está entregue.

Agora como curiosidade e como esclarecimento para a historia do jornalismo diremos, que o nosso collega se engana no *dia*, no *mez*, e no *anno* do seu anniversario. E por esta occasião diremos tambem, que o nosso collega do *Campeão das Provincias* (primitivamente *Campeão do Vouga*) egualmente anda enganado no *dia*, no *mez*, e no *anno* em que começou a publicar-se.

O *Tribuno Popular* é o resultado da fusão dos dois jornaes, o *Popular* e o *Tribuno*.

O *Popular* começou a publicar-se no dia 30 de Março de 1854; e portanto, se contar o seu anniversario d'esse dia, vem no dia 30 de Março proximo a completar 23 annos.

O *Tribuno* principiou no dia 30 de Janeiro de 1856; e por isso, querendo contar o seu anniversario desde essa data, fez no dia 30 de Janeiro ultimo, 21 annos.

E os dois jornaes reuniram-se em um só, com o titulo de *Tribuno Popular*, no dia 8 de Agosto de 1856; e se fôr essa data o ponto de partida para o anniversario, virá a completar 21 annos no dia 8 de Agosto do anno corrente.

Em nenhum dos tres casos ha a data de 5 de Fevereiro de 1855, que seria necessaria para no dia 5 do corrente ter completado 22 annos.

Seja como fôr, estimaremos que o nosso bom collega dure pelo menos outro tanto tempo; e aos seus redactores e nossos amigos desejamos todas as venturas.

Companhia edificadora.—Repetimos hoje a publicação do annuncio da Companhia edificadora e industrial d'esta cidade para o fornecimento de diversos materiaes que tem de servir nas construcções que vae effectuar.

Muito folgamos que esta companhia realise os fins de tão util instituição.

Producção litteraria na Allemanha, na Italia e na Inglaterra.—No imperio allemão publicam-se actualmente, segundo o *Catalogo da imprensa periodica*, apparecido recentemente, 1:591 jornaes, não comprehendendo as folhas officiaes, administrativas e de annuncios, e as consagradas aos estabelecimentos de aguas mineraes.

N'este numero de 1:591 jornaes, o contingente da Prussia é de 815; e o dos outros estados do imperio é de 776. Na Prussia é a provincia do Rheno que produz mais jornaes a saber 158; e o Hohenzollern que produz menos, isto é 4. A provincia de Brandeburgo vem em quarto logar, com 81 jornaes. Em Berlim mesmo apparecem 29.

Depois da Prussia é a Baviera que tem mais jornaes: são em numero de 200. Depois vem a Saxonia, 111; o Wurtemberg, 100; Bade, 88; Hesse, 58, etc.; e em fim os pequenos principados de Lippe Detmold, Schaunbourg-Lippe e Waldeck, em cada um dos quaes se publicam 2 jornaes. Alem d'estes se contam ainda 31 outros, que são folhas inteiramente especiaes.

Ao lado d'esta estatistica, pertencente ao imperio allemão, collocaremos outra ácerca do mesmo objecto, relativa á Italia, que acaba de ser publicada. Em Italia, o numero actual dos jornaes é de 1:126, sendo relativamente o maior numero na provincia de Milão, 138. Em vista da circulação d'estes jornaes tem-se calculado, que se publica na Italia um jornal para 32:000 almas, e 1 exemplar de jornal para 15 habitantes.

Segundo diz o *Publisher's Circular*, perto de 10:000 publicações (primeiras e novas edições de livros) appareceram na Inglaterra em 1876; mas deve-se n'esse numero incluir as importações. O ramo da theologia é superior a todos os outros.

Assim, appareceram 477 obras novas, e 216 obras reimpressas, tratando de discussões biblicas, de orações, e de sermões. A litteratura de imaginação não vem senão em segunda linha, com 352 obras novas e 205 reimpressas.

Venda de autographos.—Annuncia-se em Londres a venda de uma collecção de autographos, formada por um amador allemão de Dresde.

Entre as celebridades francezas que são representadas n'esta collecção, contam-se Luiz XI, Catharina de Medicis, Francisco I, Henrique IV, Maria-Antoinette, o almirante de Coligny, o principe de Condé, Richelieu, Mazarino, Turenne, Fouquier-Tinville, Carrier, Chenier, Danton, Robespierre, Mirabeau, Hebert, Luciano Bonaparte, Murat, Napoleão I, Beaumarchais, Chateaubriand, Voltaire, Buffon, Cuvier, etc.

Doença.—O nosso amigo o sr. D. José de Lacerda, deão da Sé de Lisboa, que tinha ido para Bellas, a fim de ver se obtinha algumas melhoras na doença de que soffre, teve de regressar para a capital, por se lhe haverem alli aggravado os seus padecimentos. Sentimos isso, e muito folgaremos que o sr. D. José de Lacerda consiga restabelecer-se.

Historia Universal—Publicaram-se os fasciculos 23 e 24 da importante *Historia Universal por Cesar Cantu*, traduzida pelo sr. Manoel Bernardes Branco, e editada pelo sr. Francisco Arthur da Silva. Completou-se o 4.º volume, e começou o 5.º.

Por esta forma vae seguindo com toda a regularidade esta obra, digna de muito apreço e de toda a protecção do publico.

Diccionario popular.—Publicou-se o fasciculo 42.º do *Diccionario popular*, dirigido pelo sr. Manoel Pinheiro Chagas.

N'este fasciculo, entre numerosos artigos muito interessantes, torna-se notavel a noticia biographica de D. Antonio, prior do Crato, que vem continuada do fasciculo antecedente.

Seria pouco tudo o que se dissesse em louvor d'este *Diccionario*, com toda a justiça chamada *popular*.

A publicação dos fasciculos vae agora continuando com mais brevidade do que ao principio, para o que se não tem poupado aos maiores esforços, o seu esclarecido e infatigavel director.

O *Diccionario popular* ficará sendo um vastissimo repositorio das noticias mais curiosos e instructivas.

O publico não tem pela sua parte sido ingrato para com a illustrada e benemerita empreza editora d'este excellente *Diccionario*.

Ameaças e ferimentos.—Da Bemfeita, concelho de Arganil, nos communicam o seguinte:

—Sr. Martins de Carvalho—Peço a v. o favor de publicar no seu mui lido jornal o seguinte communicado, a fim de prevenir as auctoridades, que devem quanto antes pôr em segurança Luiz Alves, ferreiro, casado e aqui estabelecido ha annos: por quanto este sujeito no dia 28 de Janeiro ultimo andou todo o dia para pegar com Francisco Nunes, tambem d'este logar, mas como este o temesse e se andasse sempre desviando, á noite, das 7 para as 8 horas cevou a sua ira em 5 individuos, que esfaqueou, ficando José da Fonseca, barbeiro, em perigo de vida, por ir acudir a seu irmão Antonio, que tambem ficou ferido, e isto simplesmente por este lhe dizer que apostava uma libra em como elle ferreiro já não comprava milho por menos de 440 reis na Cerdeira, e elle dizer que o havia comprar a 360 reis.

O dito José da Fonseca acha-se em perigo de vida, alem das dôres por que tem passado e está passando, pois levou 2 facadas na cara e uma facada no peito; e alli ficaria logo morto, se não fugisse com o corpo ao instrumento, pois que o collete está todo esfaqueado, e levou 3 facadas no braço esquerdo, que é ainda por onde mais periga a sua vida.

Tudo isto deve constar do exame feito pelo sr. juiz ordinario.

Ora as auctoridades devem buscar todos os meios possiveis de pôr em segurança quanto antes aquelle criminoso, que diz, mal lhe vae se é preso antes de fazer duas mortes, o que não causa admiração alguma a quem o conhece e sabe o mais que elle já tem praticado contra seu proprio pae e sua mulher.

Bemfeita, 7 de Fevereiro de 1877.

Um amante da ordem e socego.

Distincção merecida.—Diz o correspondente do *Commercio do Porto*, que a direcção da Associação Commercial lisbonense resolveu nomear seus socios honorarios os cinco cavalheiros que compõem a commissão que promoveu donativos no Rio de Janeiro para os inundados em Portugal.

Esta resolução só podia ser tomada em assembleia geral, mas como a direcção entendeu urgente dar uma prova de consideração áquelles benemeritos cidadãos, assumiu a responsabilidade da distincção que lhes confere e que de certo a assembleia confirmará quando fôr consultada mais tarde.

A communicação do que fica dito foi hontem feita em telegramma ao sr. visconde de Mathosinhos, presidente da commissão no Rio.

A sr.ª infanta D. Antonia, princeza de Saxe e irmã de el-rei D. Luiz subscreveu com 50 libras para os inundados.

A proposito da distincção conferida pela Associação Commercial de Lisboa, vem a pelo dizer, que os unicos individuos que a têm em Portugal são os srs. marquez d'Avila e de Bolama, Mendes Leal e conselheiro Nazareth.

O finado conselheiro Fradesso da Silveira tambem teve esta honra.

Noticias de Lisboa.—O correspondente do *Jornal da Manhã* diz em data de 8 do corrente o seguinte:

«Estavam hontem cheias as galerias da camara electiva. Entrou em discussão o projecto n.º 13, *bill* d'indemnidade. Fallou o sr. Dias Ferreira, fazendo um discurso moderado e declarando que votava o *bill*, visto que da sua rejeição podiam advir graves inconvenientes. Alludiu ás medidas da dictadura e referiu-se á de 1846, com relação ao *Banco de Lisboa*. Em seguida usaram da palavra os srs. Fontes e visconde de Moreira de Rey, continuando ámanhã a discussão d'este projecto.

—Suas magestades el-rei e a rainha chegaram hontem, ás seis e meia da tarde, da sua digressão caridosa ás povoações do Riba-Tejo.

Suas magestades estiveram em Santarem até ás 10 1/2, esperando os barcos que alli deviam estar para os conduzir a Vallada, mas como elles não appareceram, seguiram então para a estação de Torres Novas e Gollegã, e d'alli para Santarem, onde foram fazer oração no templo do Milagre e vêr os Capuchos e outros pontos interessantes da cidade. O comboio seguiu depois para o Carregado e Villa Franca.

No districto de Santarem entregaram suas magestades 1:280$000 réis para as victimas das inundações, e em Alemquer e Villa Franca 200$000 réis.

— Pelo paquete chegado dos Açores chegou noticia de ter fallecido o sr. Alexandre José Coelho de Abreu, juiz da relação.

— Vae commandar lanceiros da rainha, na

vaga do sr. Francisco Canavarro, que é promovido hoje a general, o sr. coronel Cunha Salgado.

— Em Macau era muito bom o estado sanitario da colonia, não se dando alteração na ordem publica. Tinha tomado posse do districto de Timor o sr. Joaquim Antonio da Silva Fernando. No districto havia completo socego, e o commercio tendia a melhorar.

— Foi hontem para Cintra o sr. infante D. Augusto.

— O sr. dr. Bernardino Antonio Gomes teve ante-hontem um gravissimo ataque de cabeça, e esteve em grande perigo de vida. Hontem achava-se muito melhor.

ANNUNCIOS

Expediente

O numero immediato do *Conimbricense* publicar-se-ha na quarta feira.

Obras publicas

1 PELA 2.ª SECÇÃO da direcção das obras publicas do districto de Coimbra se annuncia, que no dia 21 do corrente, pelas 11 horas da manhã, nas casas da administração do concelho em Arganil, se ha de proceder á arrematação em hasta publica de 5 tarefas de terraplenagem entre perfis 0 a 40 — 41 a 61 — 62 a 73 — 74 a 94, e 95 a 139, e dos materiaes precisos para a construcção de parte do primeiro lanço d'Arganil a Avô, na estrada districtal n.º 57 (a) do porto do Louredo a Gallizes.

O projecto e mais detalhes de serviço, bem como as condições d'arrematação, achar-se-hão patentes n'aquelle acto, e até lá na secretaria da secção.

Lourosa 10 de Fevereiro de 1877.

O chefe de secção

José Augusto Fragoso.

AGRADECIMENTO

2 THERESA DE JESUS CARDONA e seus filhos, vêm por este meio, com o maior respeito e attenção, já que infelizmente o não podem fazer pessoalmente, como tanto em sua alma anhelavam, em virtude do seu melindrosissimo estado sanitario, agradecer a todas as pessoas sem excepção, que se dignaram visital-os; já durante a terrivel doença de seu extremoso marido e pae, Manoel Tavares Cardona Rodrigues de Carvalho, já áquelles, que se dignaram acompanhal-o até á sua ultima morada; pois que receberam sempre de todos provas não equivocas d'um eterno reconhecimento, pela grandeza e excellencia de seus piedosos e sensiveis corações, que tanto cooperaram a minorar as suas tristes e lamentosas circumstancias.

Seria a seu ver faltar a um dever sagrado, se n'este momento deixassem de mencionar o nome do eximio medico o ex.mo dr. Julio de Sande Sacadura Bote, pelos relevantes e extraordinarios obsequios que receberam quotidianamente de s. ex.ª, pois que é quasi impossivel encontrar-se alguem que levado apenas pelos impulsos de seu coração, tratasse seu defunto marido e pae, com mais carinhos e disvelos durante a sua temporaria enfermidade; não se poupando jámais a fadigas e incommodos, comtanto que presentisse n'elles um pequeno alivio.

Receba pois s. ex.ª seus mais ardentes agradecimentos, como idos de corações gratos e reconhecidos.

VENDA DE BENS

3 VENDE-SE a casa, com sua cerca pegada, e todas as mais pertenças á mesma casa, na rua da Sophia, que foi do fallecido sr. João Victorino de Moraes Duarte e Silva.

Egualmente se vende a grande quinta da Zombaria, com suas casas de habitação, curraes, adegas, e mais pertenças; bem como as vinhas que o fallecido possuia junto a Villela.

Acha-se encarregado da venda, na qualidade de procurador dos herdeiros do fallecido, Manoel de Jesus Cardoso, d'esta cidade.

Quem pretender comprar estas propriedades póde dirigir-se em carta fechada, até ao fim do corrente mez, ao dito procurador, que effectuará a venda, se o preço convier, e se promptifica a dar todos os esclarecimentos necessarios.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

5 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

Cantigas do fado

8 NOVA collecção de cantigas, escriptas delicadamente para se cantarem á guitarra e ao piano, por Luiz d'Araujo, contendo 100 motes glosados, 1 vol. 800 réis.

Manual de dança

Methodo facil de aprender a dançar todas as danças modernas mais usadas nos bailes do carnaval, com a explicação das marcas, figuras, passos, etc., 1 vol. 120 réis.

Manual do charadista

Ou nova collecção de charadas, enigmas e advinhações dos melhores auctores, 1 vol. 160 réis.

Manual do fogueteiro

Collecção de processos pertencentes á arte Pyrotechnica, e modo de fazer differentes fogos de vistas, luzes de bengala, fachos luminosos, chuva de prata, etc., 1 vol. 160 réis.

Estas obras acham-se á venda em Lisboa, na livraria de J. J. Bordalo, travessa da Victoria, 42, 1.º andar, e remettem-se para as provincias francas de porte a quem enviar o seu importe em estampilhas do correio á loja acima.

ATTENÇÃO

6 QUEM ACHASSE um brinco de ouro, póde entregal-o na rua dos Loyos, n.º 4, onde receberá alguma cousa de alviçaras.

COMPANHIA EDIFICADORA E INDUSTRIAL DE COIMBRA

7 TENDO de se principiar a construcção das casas no sitio de Mont'arroio, pretende-se contractar 500m3,0 de alvenaria; 14:000 telhas; 310 pranchas, tendo 3m,5 por 0m,18 por 0m,04; 110 ditas de 4m,0 por 0m,08 por 0m,04; e taboas de solho de 2m,20, tudo de pinho.

As condições podem ser vistas no escriptorio da companhia, em todos os dias não santificados, desde o meio dia até ás duas horas da tarde.

A arrematação será effectuada no dia 18 do corrente, pelas onze horas da manhã, convindo os preços.

Coimbra, 2 de Fevereiro de 1877.

Os directores

Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Francisco Pedro da Silva.
José Maria Moura Barata Feio Terenas.

Declaração e venda

8 NÃO É VERDADE o que constou ao sr. João Miranda, proprietario em Coimbra, porque diz no seu annuncio de 4 do corrente, que eu vou vender tudo que tenho. Quem lh'o disse enganou-se. Vendo, sim, uma propriedade para pagamento do que devo ao dito sr., com quem ha tempos tratei isto mesmo. Essa venda será feita na sua presença.

No dia 28 do corrente, pelas 11 horas da manhã, vendo em praça particular, na minha casa em Condeixa, uma propriedade no sitio da Barreira, freguezia do Sebal, proximo a Condeixa-a-Nova.

Condeixa, 9 de Fevereiro de 1877.

João Miranda Castello.

9 NA QUINTA de Santa Cruz vende-se vinho almudado da colheita de 1876.

ATTENÇÃO

10 NO DIA 18 de Fevereiro, pelas 10 horas da manhã, vendem-se em Botão, em praça particular, junto á egreja, umas casas de habitação, com seu quintal, laranjal e terra para milho regadia, tendo annexas outras terras de producção de milho, vinha, olivaes e pinhaes. Quem quizer informações póde dirigir-se em Coimbra a Basilio Augusto Xavier de Andrade, negociante na rua da Calçada, e em Botão a Antonio Baptista.

AGRADECIMENTO

11 HONORIO E FILHOS, profundamente penhorados para com todas as pessoas que tomaram parte no grande desgosto que acabam de soffrer pelo fallecimento da sua sempre chorada esposa e mãe, Maxima Soares, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas, por não o poderem fazer pessoalmente, em virtude do estado de consternação em que se acham, e a todos protestam a sua eterna gratidão.

MARÇANO

12 PRECISA-SE de um para mercearia —rua da Sophia 24 a 30.

PREVENÇÃO

13 O ABAIXO assignado precisando saldar as suas contas, pede a todas as pessoas, que lhe estão em debito, lhe queiram satisfazer com a possivel brevidade, e não o fazendo por este meio usará d'outro mais conveniente.

Rua do Borralho, n.º 2.

José Manoel dos Santos.

14 NOVO MANUAL do Processo Civil nos tribunaes de 1.ª instancia, segundo o Codigo approvado por lei de 8 de Novembro de 1876; por *J. Sousa Duarte*— 1 vol. 8.º broxado 1$000 reis.

Vende-se na loja de J. A. Orcel em Coimbra.

Substituições a militares

15 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

AGENCIA EM LISBOA

16 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico, incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.º

DENTISTA CEREGHETTI DOMINIQUE CIRURGIÃO DENTISTA SUISSO

17 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas que, extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fundo da rua das Figueirinhas, n.º 52.

18 QUALIDADE superior e fresco — **Queijo flamengo. Ostras e Lagostas.**

Estabelecimento de Manuel da Silva Gonzaga, rua da Sophia, n.º 55.

VISCONDE DE BENALCANFOR

VIENNA E A EXPOSIÇÃO

(RESTO DA EDIÇÃO)

Descripções e paisagens da Belgica, do Rheno, e da Allemanha

19 VENDE-SE esta obra nas principaes livrarias de Coimbra.

PREÇO 500 RÉIS.

20 VENDE-SE uma quinta no Chão do Bispo, que foi do Dr. Luiz Antonio Pessoa. Quem a quizer comprar dirija-se por carta a José Feliciano Pessoa, da Perearica.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. —Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3083 — Quarta feira 14 de Fevereiro de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

PROGRESSO!

No seculo XIX — chamado o das *Luzes;* e no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1877; sendo:

Rei de Portugal e dos Algarves, sua magestade el-rei o sr. D. Luiz I;

Presidente do conselho de ministros, o ex.mo sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello;

Ministro e secretario de estado dos negocios do reino, o ex.mo sr. Antonio Rodrigues Sampaio, antigo presidente do *Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas;*

Governador civil do districto de Coimbra, o ex.mo sr. dr. Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Mello, lente cathedratico da Faculdade de Medicina;

Presidente da camara municipal da mesma cidade, o ex.mo sr. dr. Lourenço de Almeida e Azevedo, tambem lente cathedratico da Faculdade de Medicina;

Em épocha de tanta illustração, se os pobres filhos do povo da cidade de Coimbra, séde do primeiro estabelecimento scientifico do reino, querem aprender a instrucção primaria, têm de ir á cadeia de Santa Cruz receber o ensino de um dos presos, que alli se acham condemnados!

Progresso!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Todos os dias se estão repetindo os factos, que mostram o que é a administração publica em Coimbra.

Alguns individuos resolveram-se a fazer uma mascarada pelo carnaval, allusiva á *caixa filial do banco commercial de Vianna* n'esta cidade, por causa da suspensão de pagamentos que fez o mesmo banco.

Logo que isto constou ao sr. administrador do concelho, mandou chamar á administração os individuos que elle suppoz queriam tomar parte n'essa mascarada, e os intimou, com pena de procedimento criminal, para não levarem a effeito o seu intento.

Vendo, porém, as pessoas que tinham tomado essa deliberação, que a auctoridade exorbitava das suas attribuições, pois que aquillo que tinham projectado não estava prohibido por nenhuma lei, decreto, ou regulamento, não fizeram caso da intimação, e apesar d'ella saiu a mascarada, sendo por toda a parte acompanhada de uma multidão immensa de povo.

O sr. administrador quiz empregar a força, a fim de impedir a mascarada, para o que mandou a Santa Clara, donde ella devia vir, uma força de cavallaria e caçadores, a qual effectivamente para alli se dirigiu.

Felizmente o commandante da força evitou com a sua prudencia que não houvesse uma grande desordem, que era infallivel, se elle cumpre as ordens do sr. administrador do concelho.

Teriamos n'esse caso a repetição das scenas do bairro alto em Julho do anno passado.

Eis ahi a que ficou reduzida a auctoridade administrativa n'esta cidade!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

SENTENÇA CELEBRE

No capitulo IX do nosso livro — *Apontamentos para a historia contemporanea* — démos circumstanciada noticia do famoso *outeiro*, que houve na sala dos capellos da Universidade, em as noutes de 24, 25 e 26 de Fevereiro de 1824, promovido pelos partidarios do governo absoluto, para festejarem a proclamação dos *inauferiveis*, que tivera logar em Maio e Junho do anno antecedente. Além d'esses *outeiros* academicos, houve nos mesmos tres dias festa na capella da Universidade, prégando os drs. Fr. Antonio José da Rocha, Fr. Manoel do Espirito Santo, e Fr. José de Sacra Familia.

Démos conta das consequencias que provieram dos referidos *outeiros*, sendo esperado da uma para as duas horas da noute o conservador Manoel Lopes de Figueiredo, mais conhecido pela alcunha do *Cabaças*, junto ao Arco do Bispo, ficando feridos com uma descarga de bacamartes, o meirinho e alguns verdeaes, que acompanhavam o conservador para sua casa.

Egualmente fizemos menção da alçada mandada expressamente a Coimbra, para syndicar dos factos occorridos na sala dos capellos e especialmente dos tiros ao Arco do Bispo, e para julgar os criminosos.

Até hoje nunca tinhamos visto a sentença da alçada, a qual não se imprimiu, em rasão de ser mandada applicar aos réus n'ella condemnados, a amnistia de el-rei D. João VI, de 5 de Junho de 1824, concedida aos implicados em crimes politicos.

Alcançámos, porém, agora ver a copia, não de toda a sentença, mas em todo o caso do final d'ella, onde se mencionam os condemnados e as penas que lhes foram applicadas.

Achámos de tal interesse historico este documento, que o publicámos já hoje no corpo do jornal, não esperando que haja logar para elle nos folhetins.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXXIV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

A CHRONICA

SEMANARIO DA TERCEIRA

26 DE JUNHO DE 1831

N.º 13

Os Reis (apesar seu) lições mais rectas
Tem de beber da fonte, que hoje mana
De erguida rocha, onde se assenta em França
Briosa a Liberdade.

FILINT.

(CONCLUSÃO)

ADDITAMENTO Á PARTE OFFICIAL

Illm.º sr. — Tendo nos meus antecedentes officios exposto a v. s.ª, para o fazer presente á regencia, que estava reunindo os meios necessarios para atacar a ilha do Fayal, não obstante a presença da corveta Isabel Maria, na qual a guarnição d'aquella ilha, parecia ter posto a maior confiança, pois logo que ella pela primeira vez se lhe apresentou cessaram toda a correspondencia comigo, não obstante haverem proposto uma capitulação: tenho agora a noticiar-lhe, para o levar á presença da regencia, que no dia 22 do corrente, tendo eu decidido atacar a ilha, sem empregar no transporte de tropas senão barcos e lanchas, fiz marchar a força que julguei sufficiente para a ilha do Pico, e passei eu mesmo áquella ilha, chegando no dia 23 pela madrugada á villa da Magdalena, ponto que havia escolhido para d'alli dirigir o ataque sobre o Fayal.

Pouco depois da minha chegada ouvi alguns tiros de artilheria nos fortes da bahia da Horta, e dirigindo a attenção para aquelle lado, foram vistas grande numero de lanchas, navegando de terra para a corveta, e da corveta para a terra; e pouco depois a corveta começou a fazer-se de vela, apesar de soprar apenas uma aragem, mas fraca.

Em quanto nós observámos a manobra da corveta, sahia da bahia um brigue americano dirigindo-se para o N. Desejoso de saber o que se passava na terra, fiz immediatamente sahir um escaler com dois officiaes ao encontro da dita embarcação, a fim de se informarem do que se passava na terra, e por elles soube que a guarnição tentava evacuar a ilha, tendo mettido a maior parte da tropa em dois navios mercantes, que se achavam fundeados no porto. Immediatamente mandei proceder ao embarque de uma força sufficiente, não só para ir logo occupar os fortes, mas para obstar, sendo possivel, á sahida dos transportes; e atravessando o canal me dirigi com uma vanguarda de caçadores á praia de Santo Christo, em quanto a infanteria navegava para o caes da villa, e effeituei o meu desembarque ao fechar da noite no meio dos applausos, dos vivas d'este povo, que nos considerou como seus libertadores: ao entrar na villa, que se achava espontaneamente illuminada, fui informado de que ainda um dos transportes se achava fundeado, e bem depressa um official dos que n'elle se achavam embarcados, veiu trazer-me a submissão absoluta dos officiaes e soldados que se achavam a bordo d'esta embarcação.

Nada póde egualar a desordem, o terror, e a anarchia militar que presidiram á retirada, ou antes á vergonhosa fuga do governador, e parte da guarnição d'esta ilha, assim como do commandante da corveta, cujo dever era protegel-o, e cuja acção foi peior á condição d'estes individuos, a quem a generosidade do governo de sua magestade tinha proposto uma capitulação honrosa, a que elles antepozeram a mais vergonhosa fuga. Honra seja porém dada aos leaes, e até agora opprimidos habitantes d'esta ilha, que no meio da confusão, e desordem d'este dia, souberam unir o mais vivo enthusiasmo á mais exacta observancia da ordem publica.

A decisão do governador do Fayal, e do commandante da corveta de guerra, foi tão precipitada, que nem recolheram os destacamentos distantes do porto, nem poderam impedir que uma grande parte dos soldados, que do mau grado desde o anno de 1828 se vêm incorporados nas fileiras da usurpação, e da tyrannia, se acolhessem ás casas dos habitantes, e aos montes da ilha, donde se vem a cada momento apresentar; isto de tal sorte, que um cabo de esquadra do n.º 1 de infanteria sahiu armado em uma lancha a levar-me á Magdalena noticia do que se passava, quando ainda a corveta se achava a tiro de bala da boca da bahia. O inimigo encravou porém acceleradamente uma grande parte de artilheria, arrojou ao mar o balame e cartuxame, e até caixões de armas que o commandante de um dos transportes, americano de nação, não quiz receber a seu bordo, e que é o mesmo cujos passageiros se renderam hontem á noite, e que por conseguinte se acha ainda fundeado n'este porto.

Logo que conheça exactamente o numero dos bravos soldados, que correm a alistar-se de novo debaixo da legitima bandeira, e o dos prisioneiros de guerra, assim como o das munições, armas, e petrechos, que escaparam á estragação que o terror, e o despeito dictáram aos fugitivos, informarei por via de v. s.ª, á regencia; no entanto v. s.ª lhe fará presente a agradavel noticia de que a ilha do Fayal se acha libertada, e restituida á obediencia de s. m. a rainha, sem que uma só gota de sangue de um dos bravos soldados corresse n'estas praias; e sem que uma só violencia, uma só infracção leve da mais stricta disciplina manchasse a victoria, que a presença da bandeira nacional e real acaba de alcançar sobre seus inimigos.

Temos unicamente a lamentar o ferimento de um subdito britannico residente n'esta ilha, o qual foi praticado por um dos soldados inimigos no acto do embarque d'estes; espero porém que este ferimento, posto que grave, não seja mortal.

Se a prospera circumstancia que acabo de referir não deu logar ao desenvolvimento do denodo reconhecido, e sobejamente provado dos officiaes e soldados que tenho a satisfação de commandar, não me deixam por isso menos penhorado as suas disposições para correr ao ataque premeditado, nem a actividade, e zelo dos officiaes, e disciplina dos soldados, sem omittir a usada generosidade para aquelles que as armas submetteram ao nosso poder. — Deus guarde a v. s.ª — Quartel general da villa da Horta na ilha do Fayal, 24 de Junho de 1831. — *Conde de Villa-Flor.* — Illm.º sr. João Ferreira Sarmento.

ANGRA. NA IMPRENSA DO GOVERNO.

Não podemos deixar de notar a circumstancia importante, de não encontrarmos na sentença mencionado o nome do estudante, que com todo o fundamento suppomos foi o principal auctor da descarga dada no conservador *Cabaças*, meirinho e verdeaes; emquanto que alli vemos condemnados varios estudantes, que nada tiveram com esse crime, e que apenas podiam ser accusados pelos seus sentimentos liberaes, ou quando muito por terem tomado parte na *troça* da sala dos capellos.

Esse estudante a que nos referimos, é o celebre Francisco Cesario Rodrigues Moacho, de Campo Maior, aquelle mesmo, que frequentando depois no anno lectivo de 1827 a 1828 o sexto anno de Leis, para se doutorar n'essa Faculdade, era presidente da sociedade secreta dos *Divodignos*, que se reunia ao fundo da rua do Loureiro, d'onde sairam os estudantes que foram proximo de Condeixa, no dia 18 de Março de 1828, assaltar e assassinar dois lentes, e ferir outros membros da deputação da Universidade e cabido, que ia a Lisboa felicitar o infante regente D. Miguel pela sua chegada ao reino.

Em logar do Moacho que ahi falta, o qual soube encobrir-se de tal modo, que nenhuma pena lhe foi applicada, nem mesmo foi pronunciado; conhece-se pela gravidade da pena, que o estudante que a alçada principalmente tinha em vista, era José Ferreira Henriques de Carvalho.

Era este estudante natural de Albergaria Velha, e frequentava então o 5.º anno de Leis. E a proposito diremos, que veiu ultimamente a exercer o cargo de consul geral no Rio de Janeiro, depois de ter por muitos annos servido o emprego de consul em uma das cidades maritimas de Inglaterra.

Na sentença diz-se que José Ferreira Henriques de Carvalho estava ausente. Effectivamente, quando a policia o foi para prender em Março de 1824, na rua de S. Jeronymo, teve elle a habilidade de a illudir, saindo de casa com o chambre que trazia vestido. Só depois d'elle se haver evadido é que a policia reconheceu que tinha sido lograda.

O outro estudante mencionado na sentença, Francisco Rebello de Carvalho, era irmão do actual par do reino, Custodio Rebello de Carvalho, e morava na rua do Coruche, hoje do Visconde da Luz.

Felisberto de Sousa Ferreira, tambem condemnado na sentença, era pae do sr. Adolpho Ferreira de Loureiro, actualmente director das obras do Mondego, e tio da esposa do sr. dr. Manoel de Carvalho Coutinho e Vasconcellos.

José Eleuterio Barbosa de Lima veiu a ser professor no lyceu de Coimbra. José Albino Cardoso Casaldo Geraldes foi consul portuguez na cidade do Havre de Grace, em França, e publicou n'aquelle paiz a sua muito conhecida geographia.

De Julio Gomes da Silva Sanches é escusado fallar, pois que foi bem conhecido como juiz, deputado e ministro. Em quanto a Francisco Antonio Barral ninguem em Lisboa ignora a fama que elle alli teve como clinico.

Valentim Marcellino dos Santos frequentava então o 4.º anno de Leis; e seguindo depois a carreira judicial, entre varios logares da magistratura foi juiz de direito em Aveiro, sendo ahi um dos fundadores, e um dos primeiros redactores do *Campeão do Vouga* (hoje *Campeão das Provincias*) de que se publicou o primeiro numero em 14 de Fevereiro de 1852.

Leonel Estelita Fernandes de Paiva (a que se deve acrescentar mais o appellido, que tambem tinha, de *Manso*), era natural de Coimbra, e filho do negociante de pannos Manoel Fernandes Guimarães. Frequentava em 1823 a 1824 o 4.º anno de Medicina.

Livrou-se de cumprir a pena que lhe foi imposta na sentença da alçada, em rasão da amnistia de D. João VI; mas não se livrou de vir a ser preso em Lisboa durante o governo de D. Miguel, no dia 17 de Dezembro de 1828. Esteve na torre de S. Julião até 12 de Abril de 1829, saindo n'esse dia para ir cumprir em Cacheu, na costa de Africa, a pena de 3 annos de degredo. Depois de chegar ao degredo poude d'alli evadir-se, indo ter á ilha Terceira, onde falleceu, antes da expedição liberal.

Francisco Antonio de Mello era estudante do 2.º anno de Medicina, e sobrinho do lente de Mathematica, Manoel Pedro de Mello. Foi o traductor do excellente livro — *As minhas prisões*, de Silvio Pellico.

Fr. Francisco Freire, graciano, que na sentença é condemnado em suspensão perpetua do seu emprego de professor no Collegio das Artes; era Francisco Freire *de Carvalho*, irmão do bem conhecido escriptor liberal, José Liberato Freire de Carvalho.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Portanto, e pelo mais dos autos, condemnam o reu ausente José Henriques Ferreira de Carvalho, em degredo por toda a vida, para o presidio das Pedras de Engoche, com pena de morte se cá voltar.

O reu preso, José Joaquim Ferreira de Almeida, o condemnam em dez annos de degredo para Angola.

Os reus Antonio Joaquim Emygdio da Silva Quelhas e Sebastião da Costa Leitão, ambos ausentes, condemnam a cada um em 6 annos de degredo para Moçambique.

O reu ausente João Ignacio Juzarte, em 6 annos de degredo para Angola.

O reu ausente, José Callassans da Fonseca, em 5 annos de degredo para Angola.

Os reus presos José Eleuterio Barbosa de Lima, Francisco Maria de Freitas Jacome, e José Albino Cardoso Casado Geraldes, em attenção ao tempo de prisão que têm soffrido, condemnam a cada um em 5 annos de degredo para a ilha de S. Nicolau de Cabo Verde.

Os reus presos, Luiz Antonio Villar Pojote, e Felisberto de Sousa Ferreira, em attenção tambem ao tempo de prisão, condemnam a cada um em 5 annos de degredo para a ilha de S. Thiago de Cabo Verde.

O reu ausente Julio Gomes da Silva Sanches, em 4 annos de degredo para a ilha do Fogo de Cabo Verde.

Os reus presos João José Barbosa Marreca e Francisco Antonio de Mello, em attenção ao tempo de sua prisão, condemnam a cada um em 2 annos de degredo, o primeiro para a ilha de S. Thiago, e o segundo para a ilha Brava de Cabo Verde.

Os reus ausentes, Valentim Marcellino dos Santos e Theotonio José Juzarte, condemnam a cada um em 5 annos de degredo para Castro Marim.

Os reus presos Francisco Rebello de Carvalho, Bernardino José da Costa, e Leonel Estelita Fernandes de Paiva, condemnam a cada um, em attenção ao tempo de prisão que tem soffrido, em 4 annos de degredo para Castro Marim.

Os reus ausentes João Bernardo da Rocha Cardoso e João Teixeira Ribeiro, condemnam a cada um em 3 annos de degredo para Castro Marim.

Os reus presos, Estevão Antonio de Moura, Vital Jorge da Maia Canhão, Francisco Antonio Barral, attendendo tambem ao tempo da prisão que tem soffrido, condemnam cada um a 2 annos de degredo para Castro Marim.

E finalmente condemnam o reu Fr. Francisco Freire, graciano, professor de historia e antiguidades no Collegio das Artes, em suspensão perpetua do magisterio, e a que seja removido para o convento do Populo da cidade de Braga, aonde se conservará recluso por tempo de 3 annos.

E declaram banidos os reus ausentes, sómente para effeito de poderem ser presos por qualquer pessoa do povo, que os entregará logo ás justiças, para se executar a sentença na conformidade da lei.

Absolvem os reus ausentes, etc., etc. (São os que ficaram sem culpa formada.)

E mandam que o escrivão do crime Francisco Manoel de Campos intime este accordão aos reus presos, assim como ao curador nomeado; que sejam soltos e postos em liberdade os que são absoltos, e que este processo seja sem custas pelos reus, em attenção á carta regia a folhas 48 da devassa appensa, e sem sello, vista a portaria de 30 de Março de 1811.

Coimbra: na casa da camara, 7 de Agosto de 1824—Botelho—Almeida—Castro Henriques—Macedo Ferreira — Peixoto—Araujo—Sousa.»

Depois de inserirmos a seguinte carta, que acabâmos de receber do sr. Antonio Ribeiro Saraiva, far-lhe-hemos as convenientes reflexões.

Sr. Joaquim Martins de Carvalho—Londres, 3 de Fevereiro de 1877.

Agora que as occupações, as mais das vezes bastante enfadonhas, pelo pouco ou nenhum interesse que me inspiram, salvo o do dever e da necessidade de attender a meus debeis meios de subsistencia, me permittem um resfolgo; vou tomar a liberdade de dirigir ao *Conimbricense* (e a v.) algumas reflexões, principalmente suggeridas pela sua leitura.

Não professo aqui limitar-me a objecto particular ou em resposta a observações ou censuras de v. a pontos das minhas communicações precedentes, ainda que, necessariamente isso entrava naturalmente no escopo de minha escripta; não quero porem fazer polemica de dize tu direi eu, em que se perde tanto tempo na imprensa periodica portugueza, com tão pouco proveito publico.

Terei comtudo que rectificar preoccupações, não de intenção, mas de apreço ou juizo menos bem fundadas; e muitas das quaes deviam hoje ter-se desvanecido no animo de pessoas de coração justo e cabeça reflectida.

Logo no primeiro numero do seu papel com que v. me favoreceu, o 3070, de 30 de Dezembro ultimo, vejo a inserção do escripto *Norma das Regencias de Portugal*; escripto em que ha merecimento, assim elle não fosse eivado pela praga do *liberanguismo*, cousa mui diversa de *liberalismo*, entendendo-se por este o amor da justa e sensata *liberdade* (de que tanta gente falla sem saber o que diz ou poder definal-a).

Sem hoje entrar muito n'outros pontos, bem que muito essenciaes, como o sophisma, por exemplo, de chamar *«côrtes»* á patuscada de S. Bento, sem fazer caso de *Bluteau* ou de *Moraes*, ou da historia constante do reino por mais de 7 seculos; darei agora sómente uma novidade á maior parte da gente portugueza —e muita estrangeira tambem; eil-a aqui:

D. Pedro, o infiel á patria, á nação, ao pae, ao rei—e depois d'isso, e apesar d'isso, o idolo dos mesmos a quem eu proprio, com estes ouvidos, o ouvi accusar e vilipendiar da maneira a mais severa (1), *nem foi posto fóra do Brasil por uma revolução séria; nem veiu para a Europa com vistas a Portugal sómente relativas. Veiu* PARA SER IMPERADOR DA PENINSULA, *negocio que estava arranjado e combinado maçonicamente, e que falhou, pela decisão de Lisboa e do nosso povo, proclamando el-rei D. Miguel.*

Quando D. Pedro aqui chegou, e veiu encontrar tudo ás avessas d'aquillo com que contava, ficou *banzado* (perdôem-me a expressão vulgar); e então resolveu fazer-se capitão e campeão da causa da filha, para não ficar com cara não sei de quê (bem que Saldanha já podia emprestar-lhe uma das suas). Isto é cousa *positiva inteiramente*—não digo mais por ora, porque não quero.

Assim, pois, D. Pedro mesmo (e os poucos que estavam no segredo), pozeram então a mascara da falsa legitimidade de D. Maria; foi elle para França associar com aquelle honradissimo Luiz Philippe; foi para Belle-Ile; foi para a Terceira; veiu para o Porto; e ajudado principalmente pelas loucuras do *governo*, antes *roda*, d'el-rei D. Miguel, veiu arruinar Portugal, e trazel-o á *florecente* condição em que se encontra — no fundo da escala das nações Europeas! — mas com uma divida magnifica e gigantesca, maior (proporções guardadas) que a de Inglaterra, e promettendo crescer a olhos vistos.

Tal era porém a força da má fé, ou da ignorancia, ou de ambas as cousas, guiadas pela maçonaria, que os devotos da revolução se esforçavam por enxertar esta no tronco da legitimidade nacional.

D'ahi nasceram tantas allegações sophisticas, para inculcar como «legitima successora» no throno portuguez, a senhora *princeza do Grão-Pará* — a quem só esse titulo bastava, para manifestar que não podia ser a *rainha de Portugal*, salvo como esposa do rei legitimo, se com elle casasse.

A maçonaria porém, como instrumento da Inglaterra, e ambos servindo-se do ambicioso Palmella e do *camaleão parlapatanico* Saldanha, conseguiram degradar e abater a nação portugueza, e destruir-lhe seu verdadeiro caracter; afrancezal-a em tudo quanto podesse tornal-a ridicula e insignificante. Que era o *desideratum* do protestantismo e orgulho inglezes.

(*Heide continuar*).

A. R. Saraiva.

(1) Na loja d'aquelle honrado *Marcos José Gonçalves* (na esquina, á esquerda, ao entrar na *Calçada*, vindo do arco *d'Almedina*) um nos que v. registra aos seus interessantes *Apontamentos, etc.*, como tendo contribuido para o refresco mandado a Wellington pelos negociantes de Coimbra, ouvi eu a *José Pinto Rebello de Carvalho*, declamar da maneira a mais desbocada—bem que justa—contra D. Pedro; estando presentes seus amigos *Castros*, de Aveiro, etc. Depois foi o mesmo Pinto escrever o *Pelourinho*, em *Laval*.

O que ha de mais grave na carta do sr. Ribeiro Saraiva é a accusação feita a D. Pedro, de vir para a Europa em 1831, com o fim, não de defender os direitos de sua filha, mas de se tornar *imperador da Peninsula*.

Diz o sr. Saraiva, que quando D. Pedro chegou a Londres, e encontrou tudo *ás avessas* do que contava, se resolveu então *a fazer-se capitão e campeão da causa da filha*.

A esta accusação vae responder o proprio D. Pedro, para o que reproduziremos aqui a carta que elle escreveu a bordo da fragata *La Volage*, no mar dos Açores, em 30 de Maio de 1831.

Dizia D. Pedro, escrevendo ao conde de Villa Flor, muitos dias antes de chegar a Londres, e portanto sem saber se alli estava tudo ou não *ás avessas*:

«Meu caro conde e amigo. — Havendo eu, em consequencia de uma revolução de tropa, e povo, a qual teve logar na capital do imperio do Brasil, abdicado em meu filho, hoje o senhor D. Pedro II, a corôa, que os brasileiros me haviam tão espontaneamente offerecido, e eu defendi, em quanto a honra, e a constituição do mesmo imperio m'o permittiram, resolvi passar á Europa; e assim o faço a bordo da fragata ingleza *La Volage*.

As forçosas circumstancias de uma navegação de 47 dias me trouxeram á vista do porto da ilha do Faval, e aqui me chega a mui fausta noticia, que v. ex.ª animado sempre dos puros sentimentos de fidelidade, e amor para com a sua patria, **e a augusta pessoa da senhora D. Maria II**, minha muito amada e prezada filha, acaba de fazer triumphar de novo a causa da justiça, e da razão, supplantando o partido usurpador nas ilhas de S. Jorge, e Pico, arrancadas pela virtude, e coragem ás garras da traição, e do despotismo.

Esta acção liberal, e nobre, engrandecerá mais (se é possivel) a gloria de v. ex.ª, quando a pena imparcial da historia indicar aos povos livres o nome dos heroes, seus defensores.

A rainha de Portugal, que partiu do Rio de Janeiro na mesma occasião em que eu, faz agora viagem para o porto de *Brest*, na fragata *La Seine*, que os delegados da nação franceza n'aquella côrte pozeram á disposição da mesma augusta senhora para seu transporte até áquelle porto.

Como natural tutor da minha filha, como verdadeiro constitucional, e antigo affeiçoado amigo de v. ex.ª, eu aproveito esta feliz occasião para dar-lhe um testemunho de meu respeito por tanto valor, e constancia; e de meu agradecimento por tão heroicos, e sustentados sentimentos de honra e fidelidade á soberana causa da liberdade legal; **e em nome da rainha fidelissima** o auctoriso a que faça constar a todos os bravos defensores de seus imprescriptiveis direitos a alta consideração, **em que a mesma augusta senhora terá** estes relevantes e gloriosos serviços.

Eu posso assegurar a v. ex.ª, e a todos os portuguezes honrados que, **incansavel em promover na Europa os interesses da sua filha, o pae simples particular, se votará de todo o coração, como o fez soberano, em favor da causa da legitimidade, e da constituição.** Se me não couber o prazer de mostrar de outra sorte a v. ex.ª minha satisfação e estima, sirva esta carta da mais authentica prova de gratidão, e amisade, que a v. ex.ª conservará em quanto viva—D. PEDRO DE ALCANTARA DE BRAGANÇA E BOURBON.

Bordo da fragata *Volage* em 30 de Maio de 1831.»

Eis ahi qual a deliberação em que vinha D. Pedro. Em parte nenhuma da sua carta, escripta antes de chegar a Inglaterra, deixa de reconhecer os direitos de sua filha. Não duvida até prometter francamente de ir sustentar a causa d'ella. Como é, pois, que D. Pedro, segundo o que diz o sr. Ribeiro Saraiva, se deliberou a ser capitão e campeão de sua filha *em Londres*, por alli achar tudo *ás avessas* do que esperava?

Em quanto ás censuras feitas a D. Pedro, pelo estudante José Rebello Pinto de Carvalho, na loja de pannos de Marcos José Gonçalves, da rua da Calçada d'esta cidade, não nos dá n'isso novidade nenhuma o sr. Ribeiro Saraiva; pois que por mais que elle ahi dissésse, não podia ser peior do que publicamente escreveu no artigo com o titulo — *Imperio dos Botecudos* — inserto em o n.º 5 do *Censor Provinciano*, jornal publicado em Coimbra pelo mesmo Pinto de Carvalho, de 1822 a 1823.

Os liberaes estavam indignados com D. Pedro n'aquella épocha, por lhe attribuirem grande parte na separação do Brasil; e d'ahi vinham essas violencias na imprensa, e até nas côrtes contra elle. Que admira, porém, que posteriormente aceitassem a sua coadjuvação, para restabelecerem n'este reino o systema liberal, e expulsarem d'aqui um governo insupportavelmente perseguidor e tyrannico?

O sr. Ribeiro Saraiva chama *loucuras* a certos actos do *governo*, ou antes *roda* de D. Miguel. Effectivamente só *loucos* é que podem praticar o que elles fizeram; porque andaram a trabalhar activamente, de certo sem ser essa a sua intenção, a favor da causa liberal; fazendo com as suas incessantes perseguições, que passassem para o partido constitucional numerosos individuos, até então indifferentes em politica.

É, porém, necessario acrescentar, que muitos d'esses actos do *governo*, ou *roda* de D. Miguel, não manifestavam só *loucura*, mas *preversão de animo*.

Pois como se ha de, por exemplo, explicar de outra fórma o facto horrivel de se mandar enforcar em Lisboa, no caes do Sodré, um liberal, no dia 23 de Julho de 1833, na propria occasião do combate de Cacilhas, e quando tal atrocidade já de nada podia servir á causa de D. Miguel, pois que d'ahi a poucas horas tinha o duque de Cadaval de abandonar Lisboa com o exercito miguelista?

É *loucura*, não ha duvida, o procedimento do governo de D. Miguel e das suas auctoridades, em atulharem todas as cadeias do reino, de muitos milhares de presos politicos; pois que com isso, e com os sequestros dos seus bens, não faziam senão concitar contra o governo absoluto o odio de todos os perseguidos, suas familias, parentes, e amigos.

Será, porém, só *loucura* o consentimento do governo de D. Miguel, nas inauditas barbaridades praticadas na torre da S. Julião pelo odioso Telles Jordão, contra os numerosos presos que estavam sepultados nas masmorras d'aquella torre? Não era isso o requinte da *preversidade*?

Além de *loucura*, não será tambem um procedimento *cruelissimo*, a execução da pena capital em grande numero de liberaes, no Porto, em Vizeu e em Lisboa? De certo que os ministros de D. Miguel não se persuadiam que com essas mortes aniquillavam o partido liberal: logo era para satisfazer a sua indole *sanguinaria*, e não sómente resultado de *loucura*.

Para se avaliar o *governo* de D. Miguel, e a sua *roda*, não precisâmos de procurar a opinião de mais ninguem do que a do proprio sr. Antonio Ribeiro Saraiva.

Com o titulo de — *O passado, presente e futuro, ou guia da salvação publica em Portugal*, publicou-se no anno de 1835 um pequeno folheto em Londres, mas com a falsa declaração de ser impresso no — *Porto: officina miguelista-liberal*.

Supponos que esse folheto foi escripto pelo medico Gama, natural aqui de Coimbra, e que tinha sido physico mór de D. Miguel, o qual tambem publicou o bem conhecido livro — *O novo Principe*.

Tem esse folheto duas *notas* curiosas, escriptas pelo *editor*, que para nós não offerece duvida alguma que foi o sr. Antonio Ribeiro Saraiva. Uma d'essas notas é textualmente a seguinte:

«É de importancia capital o entender aqui bem a mente do auctor: o que elle quer dizer, o que elle deseja imprimir bem no espirito dos leitores, é a persuasão de não esperarem, ou, por melhor dizer, *não recearem*, que se tenha em vista fazer uma *restauração de abusos*, uma restauração do systema de *loucura sem exemplo*, por que desgraçadamente pessimos conselhos *fizeram distinguir os 6 primeiros annos do reinado de S. M.*

Não ha tenção (¡Deus nos defenda de tal!) de restituir ao «poder» *Gaudencios, Galvões, Padres Antonios, Padres Venancios, Padres Reis, Padres Manoeis, Rochas, Verissimos, Q—s, S—s, C—s, T—s, B—s*, e todo o mais alphabeto de *grandississimas* altas e baixas *sevandijas*, que *infestavam*, e *empestavam* todos os Paços, e todos os *passos*, do nosso augusto e amado soberano o senhor D. Miguel I, que Deus nos guarde para salvação do reino!

Não, senhores; — isto (dizemos nós como os Judeus) *erit novus error pejor priore*, «seria uma *asneira* maior que todas juntas as *milagrosas* praticadas pela *canalha acima citada*,» e que deram comnosco em Pantana (ou em Vasa-barris, que fica perto)!

Não pensem, tão pouco, os que nos lerem, que ha disposição de se resuscitar o *Conde de Basto*, para vir tolamente apadrinhar a *récua supra*. — ¡Apage!... Cahir-lhes uma vez debaixo dos mandamentos, ainda se permitte; mas uma segunda? ¡Irra! «*No es la burla para dos veces*»—¡Arre! Era preciso ser *mais asno do que elles!*...—Recapitulando: *Com o senhor D. Miguel, tudo; com elles, nada.— Nota do editor.*»

Ora quando o sr. Antonio Ribeiro Saraiva entende, que era preciso ser *mais asno* que os *ministros* e mais *roda* de D. Miguel, para lhes cair uma segunda vez *debaixo dos mandamentos*, que devemos dizer nós os liberaes?

Agora passando a outro ponto, diremos com a franqueza de que nos prezâmos, que tem o sr. Ribeiro Saraiva toda a rasão no que diz ácerca do estado das nossas finanças. Mas que quer, se é frequente o serem *despachados* pelo governo deputados, que nem têm casa para administrar? Como hão de elles, portanto, saber administrar a grande casa da nação?

Em quanto as côrtes forem só compostas de empregados publicos, é escusado esperar nenhum remedio á fazenda do paiz.

Pois de tal gente póde-se esperar alguma economia, ou uma severa repressão no governo pelos seus esbanjamentos?

O sr. Ribeiro Saraiva está fóra de Portugal ha perto de 50 annos, e por isso talvez não saiba da mudança que se operou em os nossos costumes.

Antigamente raro seria o ministro que chegasse a esse cargo, sem ter primeiro muita pratica dos negocios.

Agora qualquer estudante, de 16 a 17 annos de edade, que se matricule no primeiro anno de Direito, ou em outra das Faculdades, está logo a pensar, não como ha de adquirir conhecimentos, mas como ha de ser despachado para um rendoso emprego publico; tratando de ver se obtem em seguida ser *nomeado* deputado pelo governo, a fim de passar d'ahi a ministro de estado!

Aquelles que em outras épochas mal tinham habilitações para juizes da vintena, ou quando muito para juizes de fóra, julgam-se hoje aptos para representantes da nação, e para membros do governo!

O que se pretende é ir gozar os divertimentos da capital. Aqui é que está a origem do estado deploravel dos negocios publicos.

Quem não vê isto, não vê nada.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTICIARIO

Classificação.—Foram classificados pela seguinte forma, os candidatos a cadeiras de ensino primario, que fizeram exame n'esta cidade na segunda epocha do anno de 1876:

BONS

Jeronymo José Henriques, professor em Carvalho, concelho de Penacova.

João Rodrigues dos Santos, professor nas Febres, concelho de Cantanhede.

Leonardo Correia Pessoa, professor em Eiras, concelho de Coimbra.

Luiz Mendes Ferrão, professor na Guarita, concelho de S. João de Areias.

Antonio Ferreira de Campos, professor em Villa Nova de Monsarros, concelho de Anadia.

Diamantino José Henriques.

Joaquim da Cruz Picanso, professor em Barcouço, concelho da Mealhada.

Padre Joaquim Vaz dos Santos Junior, professor em Villa Nova de Tazem, concelho de Goureia.

José Marques Velloso.

SUFFICIENTES

Antonio Maria Antunes

João de Figueiredo

Antonio da Fonseca e Sousa, professor em Valle de Remigio, concelho de Mortagua.

João de Almeida Vidal, professor em Mamodeiro, concelho de Aveiro.

Anna da Conceição Quaresma

Augusta dos Santos Fonseca e Paiva.

Emilia Augusta Sousa de Carvalho

Auctorisação.—A Santa Casa da Misericordia d'esta cidade foi auctorisada a comprar o fôro de que é senhorio directo o sr. Bernardo José de Oliveira, imposto em um prazo que a mesma corporação possue na rua dos Coutinhos.

—Foi egualmente auctorisada a adquirir, por titulo oneroso, uns predios contiguos ao collegio dos orphãos e das orphãs, do Collegio Novo.

Cemiterio da Conchada.—Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

Antonio Posselius, filho de Francisco Posselius e de Maria Posselius, da provincia da Bretanha (França), de 77 annos, fallecido no dia 4 de Fevereiro de 1877.

José Maria Cardoso Alves, filho de Manoel Alves e Brites da Conceição, de Coimbra, de 37 annos, fallecido em 4.

Maxima Soares, filha de Antonio Soares, e Anna Carneira, da Varzea de Goes, de 61 annos, fallecida em 6.

Manoel da Costa Ventura Matoso da Camara, filho do bacharel Joaquim Gonçalves da Costa Ventura e D. Isabel Maria Matosa da Camara, de Folques, de 16 annos, fallecido em 22 de Janeiro, porém só deu entrada no cemiterio em 6 de Fevereiro, porque foi embalsamado, indo em caixão de chumbo.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada—6:949.

Mercado de Coimbra.—No mercado do dia 14 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 560 — Dito branco 560 — Dito de Celorico meudo 520 — Dito graudo 490 —Milho branco 370—Dito amarello 380 — Feijão vermelho 750 — Dito branco da marinha 750 — Dito da terra 660 — Dito rajado 540 — Dito frade 520—Centeio 300 —Cevada 220—Batatas 380 cada 15 kilos —Grão de bico meudo 560—Dio graudo 650 —Favas 330—Tremoços 280—Azeite reis 1$510—Vinho da Beira 720.

Collegio Aveirense.—Em um dos ultimos numeros do nosso illustrado collega o *Campeão das Provincias*, deparou-se-nos uma noticia curiosa e circumstanciada de um excellente collegio estabelecido ha pouco mais de 3 annos na cidade de Aveiro. Causou a nossa admiração esta noticia. Não sabiamos, nem pensavamos que n'aquella cidade tivesse sido fundado um estabelecimento d'instrucção nas condições em que está o collegio Aveirense.

O grande numero d'alumnos internos e externos que actualmente frequentam as aulas, regidas por illustrados professores, vantajosamente conhecidos pela sua proficiencia, e o bom resultado que os estudantes tem obtido nos seus exames finaes, é a mais eloquente prova da boa direcção, actividade e solicitude de seu fundador e proprietario o sr. bacharel Antonio José Rodrigues Soares.

Louve-se pois a dedicação de s. s.ª, e exforços; e ao mesmo tempo estigmatise-se a escandalosa incuria do governo, que tem condemnado ao ostracismo um dos mais importantes objectos da administração publica—a instrucção.

Novos jornaes.—Recebemos ultimamente, de Braga o *Amigo do Povo*, e do Porto o *Diario Portuguez*, e o *Libertador das almas do purgatorio*.

Damos as boas vindas aos novos collegas na imprensa, e lhes desejamos todas as prosperidades.

Archeologia.—O *Commercio do Minho* de Braga dá a seguinte noticia:

«Teve hontem logar, em casa do decano

dos jornalistas bracarenses, José Maria Dias da Costa, uma reunião litteraria com o fim de se procurar descobrir a casa natalicia de Gabriel Pereira de Castro, nascido em 7 de Fevereiro de 1571, ornamento litterario dos mais illustres d'esta cidade de Braga, afim de se erigir uma lapide commemorativa d'esta circumstancia.

Motivou esta reunião o convite que para isso fizera o professor do Lyceu, Pereira Caldas, ao director da *Borboleta*, Dias Ferreira.

Em virtude d'esta reunião, em que tomára a iniciativa a redacção da mesma *Borboleta*, accordou-se em nomear uma commissão pela fórma e maneira seguinte:

Presidente—o professor Pereira Caldas.

Vice-presidente—o bibliophilo Fernando Castiço.

1.° secretario—o director da *Borboleta*, Dias Ferreira.

2.° secretario—o decano dos correspondentes jornalisticos bracarenses, Antonio Maria da Fonseca.

Vogaes—Antonio José Pereira de Magalhães Junior, Alfredo Campos Cunha Vianna, João Luiz Correia Junior, José Maria Dias da Costa, dr. João Ignacio do Patrocinio da Costa.

Segurança publica em Coimbra!—Pedem-nos a publicação do seguinte:

«Já por varias vezes tem sido insultada n'esta cidade uma familia, por diversos individuos perturbadores do socego publico, a pontos de apagarem os candieiros para mais facilmente conseguirem os seus fins.

No dia 11 do corrente, ás 2 horas da noite, insultaram essa familia, moradora na rua do Corpo de Deus, havendo alem de palavras deshonestas, tambem factos, sendo até necessario que os donos da casa sahissem para os conhecer. Os seus nomes mais tarde se publicarão.

Não contentes os desordeiros com as suas proezas, ainda espancaram e feriram os donos da casa, os quaes indo pedir soccorro á guarda da cadeia, foi-lhes recusado; e queixando-se depois á auctoridade competente, esta não ligou a importancia devida a taes attentados, vendo-se por isso obrigados os cidadãos offendidos a armarem-se para defenderem sua casa e sua familia.

Em que estado de segurança se acha Coimbra !!!...»

Errata.—Em alguns exemplares d'este jornal saiu um erro na carta do sr. Antonio Ribeiro Saraiva, que convém emendar.

Na pagina 2.ª, columna 4.ª, linha 33, onde se lê—*doutos* da revolução, deve ler-se — *decotos*, etc.

Reunião em costumes.—Na segunda feira, o sr. Luiz Leite Ribeiro Freire, deu na sua casa da praça do Commercio, d'esta cidade, uma brilhante reunião em costumes. Concorreram muitas senhoras e cavalheiros, mascarados com gosto. Dançou-se com extraordinaria animação até ás 4 horas da madrugada, e recitou ao piano a ex.ma sr.ª D. Julia Ribeiro, que foi muito applaudida.

O serviço foi variado e abundantissimo, terminando por chocolate no fim da noute; e todas as pessoas sairam encantadas com os obsequios e afabilidade tanto do sr. Luiz Leite, como de sua ex.ma esposa e seus filhos.

A AUCTORIDADE PUBLICA EM PLENO CARNAVAL

Como ampliação ao que dizemos na primeira pagina d'este jornal ácerca do procedimento do sr. administrador do concelho de Coimbra, para prohibir uma mascarada, allusiva á *caixa filial do banco commercial de Vianna*, devemos acrescentar os seguintes promenores.

As honras do carnaval, no domingo, pertenceram inquestionavelmente á auctoridade administrativa, que se tornou o principal objecto da hilaridade e dos sarcasmos de toda a gente.

O sr. administrador do concelho, depois de empregar inutilmente os meios de intimação e de ameaças de prisão contra as pessoas que julgava influentes na mascarada, mandou chamar o chefe da policia municipal; e como se dispozesse de empregados seus, ordenou-lhe que fizesse prender *todos os mascaras que apparecessem com parodias*.

Valeu a isto o bom senso do sr. Salema, fiscal da camara, que se recusou terminantemente a que os policias municipaes fossem álem do que lhes está marcado nos respectivos regulamentos.

Outra circumstancia da memoravel campanha, emprehendida n'aquelle dia pela auctoridade contra as *parodias*, foi o andar já a mascarada passeando as ruas da cidade, ao tempo em que o sr. administrador tinha a ponte militarmente occupada, para obstar a que ella viesse de Santa Clara!

Vendo o mesmo administrador as suas providencias militares frustradas, deu ordem a um dos seus regedores, para immediatamente prender todos os mascaras da *parodia*; e ahi levou o sr. administrador outra lição do seu subordinado, que se recusou formalmente a executar aquella violencia, por poder occasionar consequencias muito graves.

De todas estas leviandades do sr. administrador do concelho, com cheiro a despotismo, riu toda a cidade; ao mesmo tempo que se revoltava do arbitrario e insensato do seu procedimento; bem como contra o ridiculo a que sujeitou a força armada.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

ANNUNCIOS

AGRADECIMENTO

1 GREGORIO NUNES GIRALDES, Manoel Nunes Giraldes, D. Maria Emilia da Silva Campos Mello Giraldes e D. Joanna Rita Rodrigues Valente agradecem, penhoradissimos, a todas as pessoas, que os acompanharam na sua grande dôr, e prestaram as ultimas homenagens a sua esposa, mãe e irmã, D. Rita Candida Rodrigues Valente Giraldes; ao rev.mo sr. prior da Conceição, e a todo o rev.mo clero a distincção de seus obsequios; ás sociedades philarmonicas *Covilhanense* e *Industrial*, a espontaneidade com que acompanharam o funeral; á imprensa periodica, e nomeadamente aos ex.mos srs. redactores da *Correspondencia de Coimbra*, *Diario da Manhã* e *Campeão das Provincias*, as nobres e sentidas palavras, com que honraram a memoria da finada: a todos vêm dar testemunho do seu reconhecimento e gratidão.

Covilhã, 9 de Fevereiro de 1877.

ELEMENTOS DE ARITHMETICA

COMPOSTOS
SEGUNDO O PROGRAMMA DOS EXAMES D'INSTRUCÇÃO PRIMARIA
PARA USO DOS CONCORRENTES AO MAGISTERIO PRIMARIO
E DOS QUE PRETENDEM HABILITAR-SE PARA O EXAME DE ADMISSÃO NOS LYCEUS

POR

J. M. PESSOA

2.ª edição

2 Á VENDA em quasi todas as livrarias de Coimbra.—Preço 160 réis.

PEDIDO

3 ROGA-SE ao sr. Fortunato Antonio de Freitas, da villa de Soure, queira responder ás repetidas e attenciosas cartas, que de Coimbra lhe têm sido dirigidas.

4 ANTONIO MENDES, vende toucinho ao miudo no seu estabelecimento, na rua da Moeda.

100$000 RÉIS A JUROS

5 DÃO-SE SOBRE HYPOTHECA. N'esta redacção se diz.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

6 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Canceros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

VENDA DE BENS

7 VENDE-SE a casa, com sua cerca pegada, e todas as mais pertenças á mesma casa, na rua da Sophia, que foi do fallecido sr. João Victorino de Moraes Duarte e Silva.

Egualmente se vende a grande quinta da Zombaria, com suas casas de habitação, curraes, adegas, e mais pertenças; bem como as vinhas que o fallecido possuia junto a Villela.

Acha-se encarregado da venda, na qualidade de procurador dos herdeiros do fallecido, Manoel de Jesus Cardoso, d'esta cidade.

Quem pretender comprar estas propriedades póde dirigir-se em carta fechada, até ao fim do corrente mez, ao dito procurador, que effectuará a venda, se o preço convier, e se promptifica a dar todos os esclarecimentos necessarios.

8 QUALIDADE superior e fresco — **Queijo flamengo. Ostras e Lagostas.**

Estabelecimento de Manuel da Silva Gonzaga, rua da Sophia, n.° 55.

9 NOVO MANUAL do Processo Civil nos tribunaes de 1.ª instancia, segundo o Codigo approvado por lei de 8 de Novembro de 1876; por *J. Sousa Duarte*—1 vol. 8.° broxado 1$000 reis.

Vende-se na loja de J. A. Orcel em Coimbra.

10 QUEM QUIZER comprar as casas, em que vivia em Cellas, o dr. Ave Maria, póde dirigir-se á rua d'Alegria, ao conego Manoel Marques Pereira Ribeiro, que está auctorisado pela herdeira para as vender.

PREVENÇÃO

11 O ABAIXO assignado precisando saldar as suas contas, pede a todas as pessoas, que lhe estão em debito, lhe queiram satisfazer com a possivel brevidade, e não o fazendo por este meio usará d'outro mais conveniente.

Rua do Borralho, n.° 2.

José Manoel dos Santos.

VENDA DE CASAS

12 VENDEM-SE umas casas grandes, ao fundo da rua de S. João, n.os 9, 11, 13 e 15.

Trata-se com seu dono Justiniano Antonio Rodrigues, rua da Esperança, n.° 58.

DINHEIRO A JUROS

13 N'ESTA redacção se diz quem aceita 600$000 réis a juro sobre hypotheca.

REPERTORIO DA LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA

EM VIGOR DESDE 1865 ATÉ 1873

COORDENADO

POR

JOAQUIM D'ALMEIDA DA CUNHA

Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra

Empregado no Governo Civil

14 CONTINUA em publicação esta importante obra, que contém em administração aquella serie de disposições, que constituem a jurisprudencia do ministerio do reino, disposições independentes de todos os codigos e por elles respeitadas; e quanto a contribuições o que a tal respeito interessa não só ás repartições publicas e advogados, mas até aos particulares.

Sahiu a lume o fasciculo 10.° que comprehende o resto da letra D e o principio da letra E. Entrou no prelo o 11.° que comprehenderá os extractos da legislação relativa a emolumentos das secretarias d'estado, do thesouro publico, das administrações e das camaras; á fazenda publica, governadores civis, etc.

Assigna-se e vende-se na Livraria Popular, rua do Visconde da Luz. Remette-se pelo correio a quem enviar 2$400 réis, do que se acha publicado até hoje, em vale do correio, a José Correia d'Almeida Junior.

Substituições a militares

15 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.° 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

16 NA QUINTA de Santa Cruz vende-se vinho almudado da colheita de 1876.

MARÇANO

17 PRECISA-SE de um para mercearia —rua da Sophia 24 a 30.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno .... 3$200	Annuncios por cada linha 10 réis.	Por anno .... 3$460
Por semestre .... 1$600	Correspondencia por linha 30 réis.—Numero avulso 40 réis.	Por semestre .... 1$730
Por trimestre 800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre 865

Numero 3084 | Sabbado 17 de Fevereiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Quem se recorda dos despotismos de muitas auctoridades durante o governo de D. Miguel, assim como das violencias que se praticavam na épocha do governo do conde de Thomar, duvida que hoje podésse haver quem se atrevesse a repetir os mesmos factos.

Pois é um engano. Dadas as mesmas circumstancias havia tyrannetes de sobejo para reproduzir eguaes scenas ás d'aquellas épochas.

Haja o ensejo, que ahi apparecerão logo em scena os antigos capitães móres com toda a sua acção arbitraria e despotica.

Tem a experiencia mostrado, que quanto mais certos individuos alardeam, quando cursam os estudos da Universidade, ideias e principios exaltadamente liberaes, tanto mais intolerantes e arbitrarios se tornam, se um dia chegam a ser auctoridades.

O republicano e o socialista da vespera, passa a ser o despota do dia seguinte. O grande prégador da liberdade, egualdade e fraternidade, é depois o perseguidor mais intransigente.

Os maiores inimigos que têm os governos são as suas auctoridades, quando em logar de se lembrarem de que lhes cumpre pelos seus actos adquirir a estima publica, pelo contrario fazem com o seu procedimento irritar contra o governo os cidadãos aggravados e offendidos.

E a rasão é clara. O publico vê que as auctoridades são delegadas dos ministros, e por isso a estes torna responsaveis pelas violencias que ellas praticam.

Os governos, e os chefes dos districtos têm rigorosa obrigação de se inteirarem dos actos dos seus subordinados. A indifferença com que em regra ouvem as queixas dos cidadãos dá a estes todo o direito de lhes lançar a culpa do que com o seu consentimento se pratica.

Que importa dizer-se que estámos em um systema liberal, se o publico está sujeito a toda a qualidade de exorbitancia e vexame?

Pois nós voltámos outra vez ao tempo dos capitães móres? Pois os cidadãos acham-se á mercê de quem os quer espesinhar?

Assim será, mas tambem terá de se renovar a energia para a resistencia á intolerancia e ao arbitrio.

Outros mandões, em tempos mais adequados, acharam em frente de si os cidadãos livres e independentes; e de certo não será hoje que elles soffrerão em silencio os novos tyrannetes.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em o numero passado, tratando da alçada que veiu a Coimbra em 1824, dissémos que a sentença que ella proferira, não teve execução, por haver sido applicada aos condemnados a amnistia de 5 de Junho de 1824.

Como temos em vista em as nossas investigações historicas, que seja da maior exactidão possivel tudo o que escrevermos, precisámos de rectificar e explicar este ponto.

No anno lectivo de 1823 a 1824 houve dois factos distinctos, que é mister não confundir.

O primeiro foi a creação, por carta regia de 5 de Dezembro de 1823, de uma *junta expurgatoria*, encarregada de representar a el-rei, depois de maduro exame, — «quaes os lentes, oppositores e empregados da Universidade, que deviam ser excluidos dos logares d'ella, ou pelo escandalo que suas doutrinas ou comportamento publico têm dado desde o tempo do extincto governo revolucionario; ou por falta de conhecimentos litterarios, necessarios para bem desempenhar o magisterio, ou por outras quaesquer causas attendiveis e notorias parecerem pouco proprios para continuarem a servir dignamente os seus logares.»

Esta *junta*, presidida pelo principal Mendoça, reformador reitor da Universidade; e composta dos drs. José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira, decano e lente de Leis; João José de Oliveira Vidal, lente de Canones; Joaquim de Seixas Diniz, lente de Leis; Bento Joaquim de Lemos, lente de Medicina; Sebastião de Andrade Corvo, lente de Mathematica; Thomé Rodrigues Sobral, lente jubilado de Philosophia; e Fr. Fortunato de S. Boaventura, oppositor de Theologia — teve a sua primeira sessão em 14 do mesmo mez de Dezembro e funccionou até 16 de Junho de 1824.

Ficaram, porém, annulladas as propostas de exclusão da Universidade, votadas pela *junta expurgatoria*, em virtude da seguinte disposição da já mencionada amnistia de 5 de Junho de 1824:

«Hei por bem e me praz conceder um perdão geral a todos aquelles, que tiverem sido arguidos, accusados, e ainda processados, ou poderem ser, como sectarios de perversas opiniões politicas até ao dia 5 de Junho do anno passado; e mando a todos os tribunaes, justiças, a quem o seu conhecimento pertencer, não procedam contra elles pelo sobredito motivo, e os hajam por absolvidos.»

D'esta amnistia eram comtudo exceptuados os que haviam promovido a revolução do Porto de 24 de Agosto de 1820; assim como varios membros das côrtes, e outros liberaes.

O segundo facto, distincto do antecedente, foi a expedição das cartas regias de 5 de Março e 7 de Abril de 1824, pelas quaes se mandou passar á cidade de Coimbra, o dr. Victorino José Cerveira Botelho do Amaral, desembargador dos aggravos da casa da supplicação e corregedor do crime da côrte — «a fim de conhecer dos enormes attentados ahi commettidos nas noites de 23, 24 e 25 de Fevereiro, proximo passado» — assim como a outra carta regia de 29 de Maio immediato, para que os réus pronunciados na devassa, fossem processados e sentenciados n'esta cidade, onde haviam commettido *tão enormes attentados*; devendo todos e cada um dos culpados ser na casa da camara sentenciados, breve e summariamente, nas penas que merecessem; sendo juiz relator o já referido desembargador Botelho do Amaral, e adjuntos os desembargadores que nomeasse o governador das justiças da relação e casa do Porto.

No caso de empate, de impedimento, ou falta de qualquer d'elles, seriam con-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXXV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O PALINURO

Espectata dies aderat.

LONDRES, 5 DE DEZEMBRO DE 1830

AOS PORTUGUEZES (1)

Quando nos ultimos dias de Julho observamos a valentia, e a prudencia, com que a

(1) O redactor do *Palinuro*, publicado em Londres, foi o jurisconsulto José Ferreira Borges.

França derribára o despotismo, e proclamára a liberdade, nós voamos a fazer-vol-o saber, e em 2 d'Agosto vos enviamos o primeiro numero d'esta publicação. Desde então vos apresentamos os formidaveis e transcendentes eventos, que uns a outros se tem succedido, com resultado vario: hoje uma nova crise tem suspensa a attenção do mundo: o presente prenhe do futuro dá a todo o homem que pensa uma tarefa, que só o tempo póde acclarar.

A revolução da França originou a queda do governo britannico, e d'esta vae necessariamente seguir-se a revolução da Inglaterra, isto é o conseguimento da sua suspirada e ha tanto necessitada *reforma*. — A crise em que a Inglaterra se acha, é nova: a face, que a Europa inteira apresenta, nunca antes existiu. —Começa pois uma *segunda* épocha, por ventura ainda mais notavel do que a primeira!

Sairam á luz 20 numeros, sendo o 1.° em 2 de Agosto de 1830, e o ultimo em 5 de Dezembro do mesmo anno.

Era de 8 paginas, em papel fino e formato muito pequeno, proprio para poder ser com facilidade introduzido em uma carta.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Eis ahi por tanto naturalmente cessada a nossa publicação, porque aqui termina a promessa, que em nosso numero primeiro vos fizemos. Nós a continuaremos, se assim cumprir, apesar de que objectos d'outra casta reclamam o nosso trabalho assiduo, e desembargado d'outros.

Fica n'esta épocha a França livre, restando-lhe sómente em complemento de seu edificio de liberdade a formação d'uma lei de eleições, que comprehenda a todos na representação, e que constitua a camara de seus deputados o orgão *verdadeiro* da vontade da nação *soberana*. Isto feito, nada mais lhe resta: a formação d'um governo *homogeneo*, — o exame e corte das superfluidades, que absorvem as rendas do estado, — a attenção strictissima aos melhoramentos do commercio, e das artes, — a liberdade da imprensa sem estorvos, nem abusos, — a administração inflexivel da justiça;—tudo n'uma palavra, que constitue a belleza do systema constitucional, tudo vem d'uma camara, que seja a expressão verdadeira da vontade da nação. — Se o fôr, a nação será feliz, a liberdade estavel, a paz duradoura, e a prosperidade eterna.

Fica n'esta épocha a Belgica independente, e desaffrontada d'um regulo, que em premio d'uma submissão de quinze annos a seus caprichos, lhe deu em paga o fogo, a metralha, e a morte:—d'um despota, que folgou, como Nero, de ver em cinzas uma das suas melhores cidades. As brazas d'Anvers ainda hoje mesmo não estão apagadas.

Fica n'esta épocha emfim a Inglaterra solta dos ferros d'uma oligarchia, que a tinha lançado nos interesses da santa-alliança; — que a tinha desconhecido *ilha*, — que a tinha involvido nos movimentos continentaes a que não pertence nem por politica nem por natureza;—fica em *fogos* ateados em todas as provincias,—individada por causa do bem só dos despotas continentaes, e apenas sustida nas bordas d'uma voragem, em que não tardava a soterrar-se.

D'estas tres potencias tem de reflectir os movimentos do mundo: n'estes movimentos ha de Portugal ser necessariamente involvido.

Ficam pois á vista o *direito divino* dos réis, e a *soberania legitima* dos povos. Eis aqui a guerra, as tregoas, ou a paz, que se prepara ás gerações futuras: eis aqui o problema a resolver pelos povos e pelos governos.

Quando a França proclamou a sua liber-

vocados o provedor e corregedor da comarca de Coimbra.

Foi esta alçada que proferiu a sentença de 7 de Agosto de 1824, de que fizemos menção em o numero passado d'este jornal; e que deixou de ter seu pleno effeito, não pela amnistia que acima citámos; mas pela outra amnistia do anno seguinte, de 24 de Junho de 1825.

N'esse decreto eram amnistiados os que tinham tomado parte na rebellião do infante D. Miguel em 30 de Abril de 1824, sendo d'ella comtudo exceptuados o marquez de Abrantes, D. José; o tenente de caçadores 6, Ignacio Antonio de Paiva Raposo; o advogado Antonio de Paiva Raposo; o tenente coronel de milicias de Trancoso, Carlos Antonio Gambôa; o intitulado physico mór do exercito, Manoel Pinto Costa Coelho de Araujo; o capitão mór de Albufeira, Sebastião Duarte da Ponte de Andrade Negrão; o sargento da policia, José Verissimo; e o sota cocheiro da casa real, Leonardo Joaquim Cordeiro.

Egualmente pelo mesmo decreto foram amnistiados os culpados no *tenebroso crime* (a morte do marquez de Loulé) commettido na noute de 28 para 29 de Fevereiro de 1824 em Salvaterra; e os que tinham sido envolvidos nos factos praticados em Lisboa na noute de 25 para 26 de Outubro do mesmo anno.

Finalmente (e é este o motivo por que citâmos este decreto de amnistia), ahi se determinava o seguinte:

«E para dar toda a amplitude compativel com a publica segurança a esta preeminente graça da minha alta benevolencia: sou, outrosim, servido comprehender no referido indulto e perdão *os reus implicados nos revoltosos crimes praticados em a cidade de Coimbra em o anno preterito e no presente*. Com declaração porém, que todos os que ficam agraciados deverão recolher-se ás terras da sua naturalidade, ou anterior residencia, não sendo nunca menos de dez leguas em distancia d'esta capital, e que tendo emprego civil, ou posto militar, não poderão reassumir o exercicio dos mesmos, sem que preceda nova graça minha.»

Ahi, deixâmos, portanto, bem descriminados os dois factos, com as duas amnistias de 5 de Junho de 1824 e 24 de Junho de 1825, que lhes são respectivamente relativas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO

Compunha-se o tribunal da inquisição de tres ordens de ministros — inquisidores — deputados ordinarios — e deputados extraordinarios.

Quando a inquisição foi extincta por decreto das côrtes de 31 de Março de 1821, existiam no tribunal de Coimbra os seguintes ministros:

Inquisidores — Bernardo de Vasconcellos da Fonseca Pinto Albuquerque — José Paes de Sá e Menezes — e Antonio de Albergaria Monteiro.

Deputados ordinarios — Fr. José do Rosario e Silva — Luiz Xavier de Napoles Tello — Joaquim Lopes de Calheiros — e Joaquim de Mello Guedes Coutinho.

Deputados extraordinarios — Ignacio Roberto de Vasconcellos — Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello — e Luiz Manoel Soares.

Vamos agora publicar, como curiosidade, a provisão de 9 de Novembro de 1819, pela qual foi nomeado o dr. Luiz Manoel Soares deputado extraordinario da inquisição de Coimbra. Copiamol-a do proprio original, que possuimos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo titular d'Elvas, do conselho de sua magestade, inquisidor geral n'estes reinos de Portugal e Algarves, etc.

Fazemos saber aos que esta nossa provisão virem, que confiando nós das letras, sã consciencia, e mais partes do doutor Luiz Manoel Soares, presbytero secular, natural da cidade de Coimbra, lente da faculdade de Theologia na Universidade da mesma cidade, conego magistral na sé de Faro, bispado do Algarve, e crendo d'elle, que fará bem, e fielmente, com toda a diligencia, verdade, e segredo tudo o que por nós lhe fôr commettido, e encommendado, o creamos, constituimos, e ordenamos deputado extraordinario da inquisição da dita cidade de Coimbra, e lhe damos poder, e faculdade para assistir ao despacho dos processos, e causas, que na dita inquisição se tratarem contra todas e quaesquer pessoas culpadas, suspeitas, ou infamadas no delicto e crime de heresia, e apostasia, ou em outro qualquer cujo conhecimento pertença ao santo officio da inquisição; e em todos os sobreditos processos e causas dar o seu parecer, e voto decisivo; e servirá em tudo o mais, que ao referido logar de deputado pertencer, assim, e da maneira, que o servem os mais deputados do santo officio, e para tudo o sobredito lhe damos cumprido e inteiro poder, e servirá este cargo em quanto o houvermos por bem, e não mandarmos o contrario.

Notificamol-o assim aos inquisidores, para que o admittam ao dito cargo, e lhe deixem servir conforme seu regimento, dando-lhe primeiro juramento, na forma do estylo, de que se fará termo, por elle assignado, no livro das creações da sobredita inquisição, d'onde esta se registará, tendo passado pela chancellaria do conselho geral.

Dada em Lisboa, sob nosso signal, e sello aos nove dias do mez de Novembro de mil oitocentos e dezenove annos. E eu João Baptista Rodrigues Leitão, escrivão da camara de sua magestade e secretario do conselho geral do santo officio o subscrevi.

Bispo inquisidor geral—Manoel Estanislau Fragoso, *gratis*.

Provisão por que vossa excellencia ha por bem crear deputado extraordinario da inquisição de Coimbra o doutor Luiz Manoel Soares, na forma acima declarada.

Registada a folhas 60 verso do livro 21 da creação dos ministros e officiaes d'esta inquisição — Coimbra, no santo officio 26 de Novembro de 1819 — Bernardo Antonio Pereira.

A absoluta falta de espaço impediunos de responder em o numero passado, a um outro ponto importante da carta do sr. Antonio Ribeiro Saraiva. É o seguinte:

«Tal era, porém, a força da má fé, ou da ignorancia, ou de ambas as cousas, guiadas pela maçonaria, que os devotos da revolução se esforçavam por enxertar esta no tronco da legitimidade nacional.

«D'ahi nasceram tantas allegações sophisticas para inculcar como *legitima successora* no throno portuguez a senhora *princeza do Grão Pará*—a quem só esse titulo bastava, para manifestar que não podia ser a *rainha de Portugal*, salvo como esposa do rei legitimo, se com elle casasse.»

A questão da legitimidade, ou não legitimidade de D. Maria II e D. Miguel, é materia já ha muito esgotada, depois que ácerca d'esse assumpto se fizeram de uma e outra parte centenares de publicações.

É mister, porém, não nos andarmos aqui a illudir uns aos outros. A questão principal não estava para qualquer dos partidos, absolutista e constitucional, em ser rei D. Miguel, ou D. Maria; mas sim no differente systema de governo. O ponto era este; tudo o mais servia só para fazer gemer os prelos e gastar muito papel.

E se não vejâmos se o partido absoluto achou sempre, que D. Pedro, e portanto D. Maria não tinham direito ao throno portuguez.

Morre D. João VI em 10 de Março de 1826, e é aceite D. Pedro por todo o reino, sem haver contra a sua acclamação o mais leve protesto de nenhuma classe da sociedade, ou partido politico.

Essas treguas têm facil explicação. O partido liberal esperava que com a mudança do reinado se estabeleceriam novas instituições, que lhe permittissem gozar de direitos que até ahi lhe tinham sido negados; e o partido absolutista esperava que D. Pedro conservasse todos os privilegios e regalias de que gozavam as classes do clero e nobreza, que era o fim principal, senão unico da sua politica.

Achava-se então o reino dirigido por uma regencia, composta da infanta D. Isabel Maria, do patriarcha eleito, D. Patricio, do duque de Cadaval, marquez de Vallada, conde dos Arcos, e dos ministros de estado das seis repartições.

Esta regencia mandou ao Rio de Janeiro uma deputação para prestar homenagem ao novo rei D. Pedro, a qual era composta do duque de Lafões, arcebispo de Lacedemonia, e Francisco Eleuterio de Faria e Mello.

Antes de mais nada é preciso dizer quaes eram as opiniões politicas, tanto dos membros da regencia, como da deputação, o que podemos avaliar não só por actos anteriores, mas principalmente pelo celebre assento dos chamados Tres Estados, de 11 de Julho de 1828, em que foram reconhecidos os direitos de D. Miguel.

Os tres membros da regencia, duque de Cadaval, marquez de Vallada e conde dos Arcos, ahi se acham assignados. Egualmente assignaram o mesmo auto, quatro dos seis ministros de estado que tambem faziam parte da regencia, os quaes foram o conde de Porto Santo, o conde de Murça, o conde de Barbacena, e o conselheiro Joaquim José Monteiro Torres. E da mesma fórma se acham assignados n'esse auto todos os tres membros da deputação que foi ao Rio de Janeiro prestar homenagem a D. Pedro, o duque de Lafões, o arcebispo de Lacedemonia, e Francisco Eleuterio de Faria e Mello. Devendo ainda acrescentar-se que foi em casa do proprio duque de Lafões, que no dia 25 de Abril de

---

dade, e em tres dias arrojou de si o *morgado* dos Bourbons, e alevantou um throno de sua escolha sobre a intrusão da liga de 1814, a rapidez e limpeza de tão alto e nobre feito abalou nos fundamentos a oligarchia britannica, e o meio de tranquillisar um povo, que conhece o seu poder, foi não demorar um dia o reconhecimento do novo monarcha dos francezes, e nem sequer dar tempo ao resto dos potentados europeus que soubessem da sua intenção, salvo pelo facto.

Metternich e *Nesselrode* ficaram estupefactos, por que souberam ao mesmo tempo do designio e do facto. — Evital-o era já impossivel: seguil-o seria uma contradição egual ao impossivel. — O gabinete inglez o previu, e folgou de dar um passo, que retirando-o da frente da guerra, e das despezas d'ella, com que não podia, o habilitava a um campo de manejo d'intriga, qual nunca egual tivera desde que é contada entre as nações a Inglaterra.

Era risonho o seu futuro, e quasi infallivel o seu poderio sobre todos: ella seria sempre mediadora; e o mediador uma vez reconhecido é juiz, pode tudo. — A França pois não inquietava Inglaterra: a sua revolução deu-lhe força: deu-lhe um poder que antes não tinha: ganhou uma preeminencia de que em 1814 tinha descido: tornou-se formidavel. França e Inglaterra de rivaes tornaram-se amigas pela sympathia das instituições; e não foram só os governos, foram os povos ambos, que se amigaram; e esta liga é mais valente e mais segura que os despachos dos gabinetes, e as phrases da diplomacia.

Mas a electricidade da liberdade, que nenhum antemural embarga, descarregou valente na Belgica, e a Belgica em seis dias egualou a França! Eis aqui o golpe, que a Inglaterra não esperava: eis aqui o pomo da discordia, que levou á desordem, á confusão, ás ameaças, ao medo, á incerteza, á oscillação, e ao espanto todos os gabinetes d'este velho mundo. Lord *Wellington* viu immediatamente desfa cellado o monumento de Waterloo: *Metternich* viu roidas quantas notas, protocolos, e tractados alinhavou para captivar os povos: *Nesselrode* viu derretido o gello, que havia derrotado o exercito dos bravos, que haviam penetrado afoutos, e formidaveis no coração do seu imperio. A Prussia como mais proxima correu logo ás armas, e esperou o signal.

Eram 2 de Novembro, e era necessario, que o monarcha da Grã-Bretanha dissesse ao mundo o que o mundo tinha a esperar de suas vistas politicas; eis aqui o ministerio de Guilherme IV no apuro para que não estava preparado. Certo da vontade dos despotas, que manteriam a todo o custo o arrojo da Belgica, que tinham sanccionado, e que era a grande escóra de seus proprios thronos, Lord *Wellington* louvou na *falla do throno* o governo da Hollanda, saltou por cima do throno da França, cuja legitimidade acabava de reconhecer, lamentou os Bourbons, protestou fazer cumprir os tractados, e para ter em segurança a peninsula prometteu o reconhecimento de D. Miguel. A Hespanha a quem não a Belgica senão a França inquietava, lançou-se nos braços de Wellington e de Nesselrode, e protestou um apoio e cooperação, que se por agora inefficaz podia ser de futuro ponderosa.

Entretanto o povo inglez tinha-se pronunciado, e o governo de Wellington já não podia recuar do passo que dera no reconhecimento da França. A *guerra* intimada appareceu n'um aspecto medonho no sanctuario do commercio: a *divida publica* bateu á porta de todos os seus accionistas: a *miseria do paiz* desdobrou uma face de requintada penuria: os incendios começaram de derramar-se pelas provincias: Londres alvorotou-se: o ministerio perguntado disse o contrario do que na falla se escrevera. Era já tarde. O ministerio cahiu, e todo o edificio da liga aristocratica contra a liberdade dos povos cahiu por terra.

Mas as ordens estavam dadas, e seguiram. A Prussia poz em movimento as suas forças, abasteceu as fortalezas, e assalariou Suissos. — A Austria accumulou na Italia quanta soldadesca tinha á mão, pediu outra, e recruta outra. A Russia vem descendo sobre a Polonia com duzentos mil homens e quatrocentas peças d'artilheria.—A Hespanha chega para os Pyreneus uma soldadesca fanatica, e de tropel.—Napoles... mas já o seu rei morreu; e o joven monarcha vae ceder inexperto á commoção geral dos seus parentes. Tudo soa guerra; tudo ameaça o terror e a morte da liberdade....

Como se illudiram os despotas! Quanto foi victima do seu engano o auctor dos tiros da Terceira! Esses movimentos que elle incitou de guerra, e de exterminio: esse apparato hostil d'uma cruzada de despotismo: esse apparelho enorme de mortes, e de ruinas, — ou vae evaporar-se, ou tem de descarregar-se sobre as mal avisadas corôas, que os capitaneiam.

(*Concluir-se-ha*).

1828, muitos membros da nobreza assignaram a representação, pedindo ao infante D. Miguel para se acclamar rei.

Como, porém, em Março de 1826 ainda esperavam que D. Pedro conservaria em Portugal o systema absoluto, com os seus immensos privilegios á nobreza e ao clero, não duvidaram então reconhecel-o como rei legitimo.

Chegada a deputação ao Rio de Janeiro ahi dirige a D. Pedro o seguinte discurso:

«Senhor—O governo interino de Portugal julgou do seu dever enviar esta deputação, que hoje tem a honra de vir á presença de V. M. I. e R., para dar testemunho do grande sentimento dos portuguezes na lamentavel perda do augusto pae de V. M. I. o senhor D. João VI, que Deus tem em gloria, e render em nome d'aquelle povo fiel a devida homenagem a V. M. **como nosso rei natural, e legitimo soberano.** Com effeito, senhor, toda a nação amava, e venerava o senhor D. João VI, rei piedoso, benigno para todos, sempre prompto a fazer os maiores sacrificios por bem do seu reino, emfim como verdadeiro pae dos portuguezes; e a falta de um bom pae nunca póde deixar de ser amargamente chorada por seus filhos. Nós somos testemunhas das fervorosas préces, com que todos á porfia, grandes e pequenos, pediam a Deus a conservação de tão preciosa vida, e dos extremos de sentimento, com que lamentaram sua morte.

«Tão grande dor necessitava lenitivo, e a Providencia, que visivelmente tem sempre protegido aquelle reino, lhe deparou o mais opportuno remedio na augusta pessoa de V. M., **felizmente chamado pela ordem da successão a occupar o throno de seus gloriosos antepassados.** A fama tinha já publicado por toda a redondeza da terra as altas qualidades de V. M., que no conceito de todos o constituem um principe sem egual; isto deu alento aos desconsolados portuguezes, que viam em V. M. o remediador dos seus males, e o restaurador da prosperidade e gloria da monarchia.

«Os portuguezes, senhor, sempre guardaram a seus monarchas exemplar lealdade, anum extremosamente á serenissima casa de Bragança, tem a maior veneração á pessoa de V. M., e ficaram certos de que V. M. com aquelle amor paternal, que sempre foi o timbre dos nossos reis, e com o grande talento e infatigavel actividade, que o ceu tão liberalmente lhe concedeu, havia de acudir prompta e opportunamente ao bom governo e necessidades do reino.

«Não merecia esta leal e briosa nação, que tão bem fundadas esperanças ficassem baldadas: e se não conseguiu, como sobre tudo desejava, que V. M. a fosse pessoalmente governar, alcança grande bem de que V. M. lhe mande para **rainha a primogenita de suas filhas a senhora D. Maria II, em que se vai continuar a excelsa dynastia da serenissima casa de Bragança.** A nação saberá estimar tão precioso thesouro; e na **nossa soberana** verá o mundo com exemplo raro reproduzidas as virtudes de sua avó, a senhora D. Maria I, e os talentos de seu augusto pae, cuja memoria será sempre abençoada pelos portuguezes.

«Sirva-se V. M. acolher benigno este testemunho da **fidelidade**, que a V. M. consagra o governo e a nação portugueza, **e aceitar d'esta deputação as mais respeitosas expressões de reconhecimento pela singular benevolencia, com que V. M. se dignou honral-a desde o momento que constou da sua chegada a esta capital.—Duque de Lafões—A. Arcebispo de Lacedemonia—Francisco Eleutherio de Faria Mello.**»

Até aqui reconhecia o partido absoluto a legitimidade de D. Pedro para rei de Portugal. Vamos, porém, ver como em breve mudam as opiniões, e D. Pedro perde para esse partido os direitos.

No dia 2 de Julho de 1826 chega a Lisboa, vindo do Rio de Janeiro, a corveta *Lealdade*, com a noticia de ter D. Pedro IV outorgado aos portuguezes a Carta Constitucional e abdicado em sua filha D. Maria da Gloria.

Reagem fortemente alguns membros da regencia contra a proclamação da Carta, a qual apezar d'isso é mandada jurar no dia 31 de Julho. E pela sua parte os militares, partidarios do absolutismo, que tinham estado tranquillos desde a morte de D. João VI, levantam desde logo o estandarte da revolução.

No dia 26 para 27 de Julho, e portanto antes do dia marcado para o juramento da Carta, subleva-se em Bragança o visconde de Montalegre com o regimento de infanteria 24, acclamando D. Miguel, rei de Portugal; e no dia 2 de Agosto subleva-se o brigadeiro Magessi em Estremoz com o 17 de infanteria.

Seguem-se outras muitas sublevações e uma campanha que dura até Março de 1827, porque os revoltosos recebiam um decidido apoio do governo absoluto em Hespanha.

Eis portanto demonstrado o que dissémos, que o partido absolutista reconheceu e achou legitimo a D. Pedro IV, e como consequencia á sua filha D. Maria da Gloria, emquanto julgou que receberia d'elle todo o apoio para os seus interesses e ideias politicas; e que deixou de lhe reconhecer esses direitos, passando a achal-os em D. Miguel, desde que viu frustradas as suas esperanças.

Para que é, portanto, que o sr. Antonio Ribeiro Saraiva nos vem ainda hoje fallar na illegitimidade dos direitos de D. Maria da Gloria?

Para o partido absoluto a illegitimidade d'ella não estava n'esta ou n'aquella lei offendida, n'este ou n'aquelle ponto de direito desprezado; mas sim na revolução politica que ella vinha causar no reino.

Esta é que é a questão.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

COMMUNICADO

Sr. redactor.—Posto que não seja a imprensa o campo legitimo para discussões da natureza d'aquella em que andam empenhados dois illustrados correspondentes do *Conimbricense* não posso todavia por motivos de honra e dignidade, e em homenagem á verdade, que muito respeito, deixar de restabelecer a inteireza dos factos, protestando contra a sua corrupção, e fazendo responsavel pela deslocação escandalosa da questão a quem, podendo, e devendo, a não tem submettido ao julgamento dos respectivos tribunaes.

O nobre correspondente da Guarda affirma que eu proprio reconheço a innocencia do sr. Grainha, tendo por incriveis os factos contra elle relatados por uma mulher que o accusa.

Nunca reconheci tal innocencia, nem tenho por incriveis as revelações importantes que a mulher faz contra s. s.ª a todos que a ouvem.

E se em Agosto de 1876, eu declarei, que antes queria suppor, e desejaria acreditar que ella cedia a influencias d'algum inimigo do sr. Grainha, não fiz mais do que responder a uma instancia, que n'este sentido me foi feita pelo exm.º governador do bispado da Guarda, querendo apenas significar a s. ex.ª, que me seria mais grato que na discussão judicial, a que havia, e ha ainda, obrigação de se proceder, se provasse aquella supposição do que a accusação grave e torpissima que lhe é feita.

Nem a legislação canonica me permitte no caso sujeito reconhecer a innocencia do sr. Grainha, condemnal-o ou absolvel-o.

Essa missão é ordenada positiva e terminantemente aos tribunaes ecclesiasticos.

Depois do sr. Grainha, não sei para que fins, ter trazido a publico esta questão, de fallar n'ella em uma pratica, na sua capellinha, e depois d'este padre ter açulado a minha reputação um grande numero de megeras e muitas saidas dos prostibulos, e das quaes algumas estão processadas no tribunal d'esta comarca por cabeças de motim, appareci eu na imprensa, *não levianamente sem critica* e a repetir o que ouvi á mulher denunciante, como diz o illustre correspondente da Guarda; mas a defender a minha honra ultrajada por esse homem que procurando fugir á acção dos tribunaes, imagina encontrar a sua justificação nos motins, e na poeira com que pretende cobrir a questão.

Respeitando a compaixão como sentimento nobre, não posso todavia acceitar a que o sr. A. pretende excitar em meu favor.

Não a mereço, nem preciso d'ella.

Se tenho soffrido, não é com certeza a expiação de culpas imaginarias; mas o desgosto de ver compromettidos n'esta questão os mais respeitaveis interesses religiosos, o decoro, e o prestigio do clero.

Grande serviço prestaria o illustre correspondente á causa da verdade e da justiça, á tranquillidade de tantas consciencias sobresaltadas com este escandalo, se em vez de chorar as minhas culpas, empregasse a sua influencia, e todo o seu valimento, para que se cumprissem as disposições canonicas, que regulam os casos de solicitação.

Covilhã, 10 de Fevereiro de 1877.

Francisco Mendes Alçada de Paiva.

NOTICIARIO

Procissão da Cinza.—Na quarta feira houve a costumada procissão da Cinza, feita pela Veneravel Ordem Terceira da Penitenciaria.

É esta uma das melhores procissões de Coimbra. N'este anno faziam parte d'ella, alem da Ordem Terceira, as irmandades da Senhora da Conceição da Ponte, Rainha Santa Isabel e Senhor dos Passos. Todas ellas levavam grande numero de irmãos.

Fazia a guarda de honra uma força de caçadores, levando á sua frente a philarmonica *Boa-União*, que desempenhou varias marchas proprias do acto, com a maior perfeição, e como ha muito não tinhamos ouvido.

Cartas bibliographicas. — O nosso amigo o sr. Annibal Pippa Fernandes Thomaz, da Louzã, acaba de fazer imprimir n'esta cidade uma collecção de cartas muito interessantes, com o titulo de—*Cartas bibliographicas*.

O sr. Fernandes Thomaz trata n'esta publicação de importantes assumptos bibliographicos, em que é muito competente.

Tal é o seu amor por esta especialidade, que mandou em Lisboa reproduzir pela heliogravura os frontespicios de dois dos muitos livros da maior raridade, que possue.

O primeiro é o *Livro do Infante D. Pedro de Portugal. O qual andou as sete partidas do mundo. Feyto por Gomes de Sancto Estevão, hum dos doze que foram em sua companhia.* — *Impresso com licença da Sancta Inquisição: Por Antonio Aluarez: Anno* 1602. 4.º de 16 folhas sem numeração.

E o segundo é a *Historia de el abbad dõ Juan.—Fue impresso el presente libro En casa de Francisco Fernandes de Cordoua impressor. Año de mil y quiñientos y sessenta y dos.* —4.º de 16 folhas sem numeração, em caratheres gothicos.

O sr. Fernandes Thomaz fez imprimir apenas 100 exemplares, sem serem postos á venda; e teve a bondade de nos brindar com um d'elles.

Cumpre-nos agradecer ao nosso amigo o seu obsequio, e fazer votos para que se resolva a tornar publicas mais curiosidades bibliographicas.

Progresso na ladroeira. — Diz um correspondente de Lisboa, que entre varias curiosidades descobertas pela syndicancia a que se procedeu na padaria militar, diz-se que se verificou terem sido extraviados 4:000 kilogrammas de farello e terem sido engordados á custa da padaria algumas varas de porcos, que de certo não eram para uso da administração militar. Parece que ha tambem grossa trapalhada nas contas com os fornecedores, e que houve alguem que conseguiu embolsar o preço de palha e de cevada que não entrou nos depositos. Veremos em que isto para.

Impunidade.—Diz o correspondente da *Actualidade*, que se occupa muito o publico do accordão do supremo tribunal de justiça, que deu provimento ao recurso interposto por D. Joanna Pereira e por seu filho, no processo relativo ao assassinato do professor de piano Cypriano Soares. O accordão só deve ser publicado na sexta feira; entretanto sabe-se já que o principal fundamento da annullação foi o não existir auto de corpo de delicto, nem se ter feito o exame directo dos peritos ao cadaver. Annullado por esta forma o processo, fica elle para todos os effeitos encerrado; a acção criminal dos tribunaes não póde recomeçar contra D. Joanna e seu filho, porque é hoje impossivel preencher as formalidades que a lei declarou *essenciaes* e *indispensaveis* para o poder judicial ter acção contra aquelles individuos.

Este accordão tem causado um certo ruido, porque ha muito quem o julgue consequencia de poderosas protecções, e resultado d'altas influencias, a que os magistrados não souberam ou não quizeram resistir. Vêem muitos no facto de ser posta em liberdade D. Joanna e seu filho um attentado contra a moral e uma violencia contra a lei. Appareceu morto um homem. Uma serie de indicios levaram a suppor que elle fôra assassinado; diversas averiguações posteriores fizeram nascer no animo dos magistrados e do publico a convicção de que havia sobejo motivo para proceder contra a viuva do medico Pereira e contra seu filho, os quaes foram por isso presos sem fiança. Annullado agora o processo, o publico vê n'esse acto um meio indirecto de evitar a averiguação da verdade e de furtar os criminosos—quaesquer que elles fossem—á acção da lei. Que lei e principios são estes, diz muita gente, que põem legalmente um reu a coberto das investigações judiciaes e deixam impunes crimes de similhante natureza?

Os Ortigões. — Recebemos e muito agradecemos, o n.º 4 das *Ortigões*, redigido no Porto pelo sr. Urbano Loureiro.

Noticias de Maiorca.—Communicam-nos o seguinte:

«Sr. redactor—Maiorca 14 de Fevereiro de 1877.

Vale pouco a pena dar noticias ao publico de theatros d'aldêa, aonde o desempenho das peças, que se representam, por curiosos, não pode, por forma alguma, ser perfeito pela falta de um bom ensaiador, de boa casa, e de muitos outros elementos indispensaveis.

Em Maiorca acontece assim, apesar de haver theatro, ha quasi trinta annos, e não obstante a aptidão dos curiosos, os srs. José Horta, Ramalho, Lucio e Antonio Duarte, que se distinguem pela propenção natural, que têem para a arte dramatica. Especialiso aqui o segundo, ainda que não seja superior ao primeiro; mas especialiso-o, louvando a sua vontade, a sua constancia e até a sua paixão.

Levou á scena, no sabbado, 10 do corrente, a companhia de curiosos do theatro de Maiorca —*O conde de Paragará*—*Não volto a Lisboa*—e *Raros sim, mas ainda os ha*, tornando-se distinctos aquelles senhores.

Não é pois para dizer isto, de nenhuma importancia, que venho incommodar a v., cedendo o espaço necessario do seu jornal, e muito menos o publico, que tambem menos interessa com esta noticia; é sim para expor á censura do publico um facto praticado n'este mesmo theatro e n'este mesmo dia por uma pessoa que devia ser a primeira a dar exemplo do melhor comportamento e da maior tranquillidade.

Foi um facto praticado pelo proprio regedor, estando-lhe confiada a policia da casa, por ser a primeira e unica auctoridade da terra.

Em consequencia de o sr. José Adelino de Freitas Cavalleiro ter simplesmente reprehendido um filho d'aquelle, que se entretinha, commettendo toda a casta de travessura, filha da sua má educação, sobre um seu proprio filho innocentinho, a ponto de o fazer chorar; o regedor, porque não quer admittir, que ninguem ouse reprehender o seu filho (os regedores d'aldeia arrogam-se esta importancia por mais pequenos que sejam, como este) levanta-se, cheio de orgulho da sua dignidade, ou antes descendo d'ella, por a não compre-

hender, dirige-se ao sr. José Adelino, que estava occupando na orchestra o seu logar de regente, e, sem se importar de interromper o espectaculo, estando-se a representar n'aquella mesma occasião, offerece-lhe duas bofetadas na cara.

Oh! A indignação foi geral desde o momento que o publico teve conhecimento d'esta affronta immerecida na pessoa do sr. José Adelino! E se não fosse a demasiada prudencia d'este pacifico cidadão, teria o *respeitavel* regedor occasião de ver quanto valia n'aquella occasião o seu prestigio.

Um regedor em tal logar, a offender um cidadão, offerecendo-lhe duas bofetadas! É assombroso!

Que bella lição de moralidade e respeito!....

E é em presença d'este e d'outros factos identicos, que se conserva, desde 1870, um regedor sem merecimentos, para escarneo de uma freguezia inteira!...

Que cegueira das auctoridades superiores!...

Não é cegueira, é capricho.

• • •

Concurso. — Estão a concurso, pelo espaço de 20 dias, a contar de 16 do corrente, as cadeiras de Antuzede, e bairro baixo de Coimbra, ambas n'este concelho; dos Covões (Camarneira), no concelho de Cantanhede; da Figueira da Fóz; e do Pecegueiro, no concelho da Pampilhosa.

As cadeiras de Antuzede e Pecegueiro podem ser requeridas por candidatos ou candidatas legalmente habilitadas.

No caso de recair o despacho em individuo do sexo masculino, as escolas funccionarão só com alumnos d'este sexo. No caso de recair o despacho em pessoa do sexo feminino, as escolas considerar-se-hão provisoriamente mixtas, sendo n'ellas admittidos alumnos de ambos os sexos, conforme as instrucções relativas a esta classe de escolas.

Sermões. — Nos domingos da actual quaresma, prégará pelas 4 horas da tarde, na egreja de Santa Cruz, o presbytero e distincto estudante do 4.º anno de Theologia, o sr. Augusto Eduardo Nunes.

Musica. — A'manhã tocará das 3 horas da tarde em deante no Jardim Botanico a philarmonica *Boa-União*, em beneficio de dois artistas, como já ha tempo annunciámos.

Noticias de Lisboa. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz em data de 15 o seguinte:

«Ás 5 horas da tarde de hoje começou a chover fortemente.

O embaixador birman foi agraciado com a gran-cruz da Conceição; o segundo embaixador com a commenda da Conceição; o terceiro com o habito de Christo; o quarto com o da Conceição; o secretario, o sr. marquez Durazzo, com a commenda da Conceição; e os srs. Anselmo Carlos, Nunes de Carvalho e Silva Lisboa, com o habito de Christo. Foram tambem concedidas outras graças a diversos estrangeiros.

Verificou-se hoje na camara electiva a interpellação annunciada pelo sr. deputado Teixeira de Vasconcellos a proposito das calumnias proferidas contra Portugal pelos tenentes e exploradores Cameron e Young. Sobre este assumpto fallaram os srs. Teixeira de Vasconcellos, visconde da Arriaga, Lencastre e Andrade Corvo, que desmentiu as calumnias attribuidas áquelles exploradores. A discussão continúa ámanhã. Houve extraordinaria concorrencia nas galerias.

O sr. Illydio do Valle demittiu-se de secretario da commissão de instrucção publica.

No dia 22 do corrente verifica-se o segundo julgamento, no tribunal do commercio, contra o vapor inglez «City of Meca», intentado pelas companhias de seguros francezes que seguraram o vapor «Insulano» em réis 49:000$000.»

A ESCOLA DO BAIRRO BAIXO DE COIMBRA

Finalmente depois de tanto pedirmos, e de tanto nos queixarmos, vem hoje no *Diario do Governo* posta a concurso a cadeira de instrucção primaria do bairro baixo d'esta cidade.

Vamos a ver se se repete agora a mesma comedia que ha dois annos, em que sendo nomeado para esta cadeira o sr. Affreixo, lhe foi logo em seguida concedida uma licença por um anno, dando em resultado que nunca veiu exercer o seu cargo, nem ao menos tomar posse d'elle!

E, não é só haver professor; é mister que haja os arranjos e commodidades indispensaveis para a escola e ensino. Da casa é escusado fallarmos, porque a não ha!

É necessario que se promova que os alumnos sejam naturalmente attrahidos para a escola, e não que fujam d'ella pelo desleixo do professor no cumprimento das suas obrigações, e por faltar até o mais indispensavel para o ensino.

Esperaremos, e depois havemos de fallar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

ANNUNCIOS

1 ABILIO MARIA LADEIRO, solicitador n'esta cidade, está encarregado de dar sobre hypothecas, em bens de raiz, alguns contos de réis a juro rasoavel.

As pessoas que pretenderem contrair qualquer emprestimo, ou seja em grande ou pequena escala, podem dirigir-se ao annunciante, á rua da Calçada, n.º 39, 3.º andar, ou ao sr. João Correia d'Almeida, na rua do Visconde da Luz, durante o tempo que o annunciante se achar em Lisboa, d'onde regressará em poucos dias; pois que este poderá indicar os documentos que são necessarios para a realisação do contrato.

Banco Commercial de Lisboa

2 ESTE acreditadissimo estabelecimento continua fazendo n'esta cidade as transacções do costume.

O agente
José Tavares da Costa.

Banco Nacional Insulano

Continua fazendo as transferencias costumadas.

O agente
José Tavares da Costa.

Companhia de Seguros Confiança Portuense

Esta companhia toma sobre si o risco de fogo, *incluindo o incendio que fôr occasionado pelo raio.*

O agente n'esta cidade
José Tavares da Costa.

Viuva Macieira & Filhos, de Lisboa

Continuam a vender n'esta cidade petroleo superior, pelo preço da capital.

O encarregado da venda
José Tavares da Costa.

CADELLA PERDIDA

3 PERDEU-SE na tarde do dia 16, n'esta cidade, uma cadella branca com a cauda e orelhas cortadas, olhos de côr differente, levando ao pescoço uma colleira encarnada, e que dá pelo nome de *Rabeta*. Pede-se á pessoa que a tenha ou que saiba onde ella está o favor de a entregar. N'esta redacção se diz quem é seu dono.

PREVENÇÃO

4 JOSÉ MANOEL DOS SANTOS, morador na rua do Borralho, n.º 2, pede a todas as pessoas, que lhe estão em debito, o favor de lhe irem satisfazer com a possivel brevidade; assim como tambem a todas aquellas a quem elle dever, o queiram procurar, que se promptifica a pagar com toda a promptidão.

Livros de Missa e da Confissão

5 GRANDE variedade, com capas de madreperola, marfim, tartaruga, bufalo, ebano, massa, veludo e chagrin, desde 900 a 12$000 réis cada um.

JOSÉ APPARICIO DOS SANTOS

101, RUA DO VISCONDE DE LUZ, 105

COIMBRA

REZINA DE JALAPA DA TERRA

6 PURGANTE *favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil*, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

OPTIMA MOBILIA DE SALA

7 VENDE-SE uma toda de mogno, e moderna.

Largo do arco de Almedina.

VENDA DE BENS

8 VENDE-SE a casa, com sua cerca pegada, e todas as mais pertenças á mesma casa, na rua da Sophia, que foi do fallecido sr. João Victorino de Moraes Duarte e Silva.

Egualmente se vende a grande quinta da Zombaria, com suas casas de habitação, curraes, adegas, e mais pertenças; bem como as vinhas que o fallecido possuia junto a Villela.

Acha-se encarregado da venda, na qualidade de procurador dos herdeiros do fallecido, Manoel de Jesus Cardoso, d'esta cidade.

Quem pretender comprar estas propriedades póde dirigir-se em carta fechada, até ao fim do corrente mez, ao dito procurador, que effectuará a venda, se o preço convier, e se promptifica a dar todos os esclarecimentos necessarios.

VENDA DE CASAS

9 VENDEM-SE umas casas grandes, ao fundo da rua de S. João, n.ºs 9, 11, 13 e 15.

Trata-se com seu dono Justiniano Antonio Rodrigues, rua da Esperança, n.º 58.

PHARMACEUTICO

10 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

11 A CAMARA MUNICIPAL do concelho de Ancião faz publico que, tendo o doutor Augusto José da Silva, renuncia á sua nomeação de medico do primeiro partido de medicina e cirurgia d'este concelho, agora novamente se acha a concurso o mesmo partido, pelo espaço de trinta dias, que findarão em 18 de Março proximo, com o ordenado annual de quatrocentos mil reis, pulso sujeito á tabella camararia e residencia na séde do concelho. Os pretendentes apresentarão até áquelle dia na secretaria da camara os seus requerimentos e mais documentos com que os tenham de instruir.

Ancião, 15 de Fevereiro de 1877.

O vice-presidente da camara,
Antonio José da Silva.

EDITAL

12 A COMMISSÃO REVISORA do recenseamento eleitoral d'este concelho de Coimbra faz publico que, desde o dia 19 até ao ultimo dia do corrente mez, receberá todas as reclamações que com relação ao dito recenseamento lhe forem apresentadas na casa das suas sessões no edificio de Santa Cruz, nos dias não sanctificados, desde as 9 horas da manhã ás 3 da tarde, achando-se tambem patente n'este local o livro original do mencionado recenseamento, na conformidade do decreto e carta de lei de 30 de Setembro de 1852 e 23 de Novembro de 1859.

Coimbra, sala da commissão, 15 de Fevereiro de 1877.

O presidente,
Bernardo de Serpa Pimentel.

13 A LA DEMANDE de plusieurs personnes, monsieur Félix Guichard ouvre un cours de français pratique. S'adresser pour les conditions rua dos Coutinhos, n.º 12.

100$000 RÉIS A JUROS

14 DÃO-SE SOBRE HYPOTHECA. N'esta redacção se diz.

15 ANTONIO MENDES, vende toucinho ao miudo no seu estabelecimento, na rua da Moeda.

Substituições a militares

16 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

17 NOVO MANUAL do Processo Civil nos tribunaes de 1.ª instancia, segundo o Codigo approvado por lei de 8 de Novembro de 1876; por *J. Sousa Duarte*—1 vol. 8.º broxado 1$000 reis.

Vende-se na loja de J. A. Orcel em Coimbra.

AGENCIA EM LISBOA

18 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico, incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.º

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3085 | Terça feira 20 de Fevereiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Nas ultimas sessões da camara dos deputados foi o assumpto de larga discussão, as affrontas dirigidas a Portugal pelos exploradores inglezes Cameron e Young, accusando-nos de consentirmos e até promovermos o trafico dos escravos nas nossas colonias de Africa.

Varios deputados e o sr. ministro da marinha protestaram energicamente contra essas falsas accusações, e trataram de livrar esta nação do insulto que publicamente lhe fôra dirigido.

Com effeito, quando é de todos sabido que nos ultimos 40 annos têm os diversos governos perseguido sem cessar o vil trafico da escravatura, tornando-se notavel o ministro Sá da Bandeira na perseverança com que diligenciou extinguir a escravidão; só com a maior injustiça é que se nos póde lançar em rosto o proteger aquelle infame trafico.

E ainda mesmo, quando por acaso houvesse alguma auctoridade, do que duvidâmos, que faltando aos seus sagrados deveres tolerasse ainda hoje o commercio de escravos; ninguem podia suppôr, sem a mais insigne má fé, que houvesse ministros que fossem coniventes n'esse horroroso attentado das auctoridades das nossas possessões.

Esta questão não é de partidos; é de honra nacional; e por isso folgâmos que o parlamento lavrasse um solemne protesto contra as injustas accusações d'aquelles dois estrangeiros.

Posto isto, é mister reconhecer, que se nos podemos livrar da affronta de protectores de negreiros, não estâmos isentos de ser accusados de descurarmos os interesses das nossas colonias.

Pretender ter possessões na Africa, como os antigos morgados tinham as propriedades, desprezadas e arruinadas, é expôr-nos a ser victimas das censuras e dos sarcasmos das nações, que se não poupam a diligencias para civilisar e fazer tornar a prosperar a todos os respeitos as suas colonias.

Se não tratarmos sériamente d'este importante objecto, havemos de repetidas vezes soffrer os vituperios dos paizes civilisados.

Poder-se-hiam apresentar numerosos documentos para provar a indesculpavel incuria dos nossos governos ácerca das colonias portuguezas.

Querem os leitores ver um quadro deploravel do estado de abandono a que são deixadas as nossas possessões do Africa? Ouçam a seguinte descripção do estado em que se acha a provincia de Angola, e em especial a cidade de Loanda, a qual foi feita pelo proprio governador geral, na abertura da sessão da junta geral da mesma provincia, em 30 de Dezembro ultimo:

«Do serviço ecclesiastico pouco direi.

Do saber e do exemplo do padre, nas sociedades primitivas, muito depende a instrucção e moralidade do povo.

No sertão principalmente, a vida do sacerdote deve ser um continuo sacrificio. Infelizmente, na actualidade, mesmo nos filhos da egreja, a dedicação não superabunda, e por isso ahi está uma enorme provincia immersa em um profundo obscurantismo, sem ainda sonhar com o dia em que ha de libertar-se das cadeias da mais estreita animalidade.

No que respeita a melhoramentos materiaes de que ha urgencia, é extensissimo o quadro.

Exceptuando o edificio da alfandega, que ainda assim não está completo nem isento de imperfeições, e o novo hospital militar em via de construcção, não vejo uma só cousa que seja obra dos modernos tempos; nem descortino que applicação se daria ás crescidas receitas provenientes do imposto de 3 por % *ad valorem* por tantos annos cobrado.

Os templos ou jazem derrubados, ou impendem a uma proxima ruina.

As fortalezas desmantelladas.

Os edificios do estado, onde funccionam as repartições publicas, acanhados, velhos, e pedindo área e renovação.

Os quarteis são infectos.

As prisões antros.

Os tribunaes quasi que convidam a justiça a fugir d'elles.

A illuminação publica ainda se descança na lua, que pelos serviços aceitos, póde bem n'esta vasta capital considerar-se como uma entidade municipal.

Caminhos, só os que o pé do homem imprime no chão que é forçado a pisar.

Salubrisação e higiene são epigraphes de capitulos que não passam das primeiras linhas.

Agua potavel é o sonho e o desejo nunca realisado de uma terra ardente e uma população sequiosa.

Eis a triste verdade.»

Que tal acham os nossos leitores esta descripção do proprio governador de Angola? Não é caso para nos envergonharmos perante o mundo culto?

E que querem que diga um viajante estrangeiro, que verifique pessoalmente este desmazello, esta incuria, este crime de lesa civilisação?

De nada, portanto, valerão todos esses patrioticos protestos lavrados no parlamento, se ao mesmo tempo deixarmos correr, como até aqui, os negocios do ultramar.

E que se tem feito para civilisar aquelles povos? Pois é bastante prohibir a escravatura? Que vale isso, se se continuar a deixar aquelles povos no mais completo estado de embrutecimento, sem nenhum conhecimento da religião, nem dos deveres a que todos estão obrigados?

É para este ponto que os governos deviam particularmente dirigir as suas attenções e cuidados; mas é exactamente o contrario o que se vê.

Pois se não mudarmos de rumo, não nos livrâmos de apparecerem outros exploradores estrangeiros, que deixando de nos fazer accusações calumniosas, as façam sobre pontos em que nos seja muito difficil, senão quasi impossivel, o defendermo-nos com vantagem.

Já é tempo de acordar de um tão grande lethargo, com relação ás nossas tão extensas, tão ricas, mas infelizmente tão desprezadas colonias.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Uma das maiores necessidades para as povoações é de que sejam salubres. As camaras municipaes, que sabem e querem cumprir os seus deveres, é para

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXXVI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O PALINURO

Espectata dies aderat.

LONDRES, 3 DE DEZEMBRO DE 1830

AOS PORTUGUEZES

(CONCLUSÃO)

A Belgica proclamou a sua liberdade, ella será livre. A Belgica alijou de si uma familia, que a insultava; essa familia nunca mais affrontará com a sua presença as virtudes dos Flamengos. A guerra hade suster seus passos.—Mas venha embora a guerra. A França não n'a teme. A Inglaterra não entrará n'ella, e Guilherme IV do alto do *monumento* terá occasião de observar na loucura dos monarchas europeus a sabedoria de seu governo; e de colher o fructo do mau aviso dos aulicos das monarchias velhas.

Berlin já teve commoções: teve-as a Dinamarca. Muitos dos reisetes d'Allemanha já alargaram a esphera das liberdades populares. As margens do Rheno estão mal seguras. A Suissa quer ser o que foi. O Piemonte e Napoles já gosaram um dia da liberdade: o seu estado é de compressão: a peninsula das Hespanhas hade ser livre no dia em que a França quizer dizer—*sê livre*—e Portugal *antes* que o diga. A França é guerreira até o fanatismo: está rica: não tem divida comparativa á sua riqueza: tem uma população, que sem desproporção lhe dá um exercito em dobro de qualquer outra potencia da Europa: fórma o coração d'ella: bate-se emfim pela LIBERDADE: que póde recear? Quem póde vencel-a? Qual é o despota, que não estremece á só ideia de tocal-a?

Eis o estado presente da Europa. Portuguezes! O ensejo é este. Eis ahi a épocha de libertar-vos. — Na exposição, que vos temos feito, nem ha exaggeração nem mentira. Podemos errar no raciocinio; porém somos todavia certos nos factos. Hoje nada tendes a temer. As *interferencias* acabaram. Se o *direito divino* dos reis as sanccionavam, o direito *divinissimo* dos povos as destruiram. Se uma liga alcunhada *sancta* as engendrára, uma alliança de povos verdadeiramente *sanctissima* acabou-as para sempre.

Lembraes-vos do dia 24 *d'Agosto de* 1820. — Esse dia não morreu: a sua morte foi apparente: chamae-o á vida. *Quasi* todos os que o proclamaram, e applaudiram vivem e são os mesmos. *Os inimigos d'elle são inimigos da liberdade.* — Aquelle dia foi *puro:* aquelle dia foi sancto. Vós todos a uma voz o reconhecestes, o applaudistes: reconheceram-n'o, applaudiram-n'o todos os que o blasfemam hoje por *egoismo* puro, por interesse *seu* á custa do interesse *vosso*. As difficuldades a vencer hoje são incomparavelmente menores do que as que então nos embargavam. Esses bravos que em cima d'um penedo guardam em deposito o cofre mistico da liberdade, não tardam a apromptar-se a arvorar entre vós as *cores*, symbolo da vossa alforria, e prosperidade. Preparae-lhes a estrada: derrocae o despota, proclamae-vos livres: o seu auxilio será immediato. Derrocae a usurpação: não temais a anarchia: nós temos uma *Carta:* temos uma *Rainha:* temos por tanto uma taboa de salvação, e muito caminho andado já em nossa revolução *moral*. Que resta a fazer pois para nós chegarmos a esse estado, aonde já hoje tantas nações se acham erguidas?

Eis ahi o que vou dizer-vos, e é esta por agora a minha despedida. Destruido o usurpador cumpre estabelecer praticamente a liberdade da imprensa: é necessario illustrar os povos: é necessario conter as auctoridades no abuso do seu poder e jurisdicção: é necessario illustrar, persuadir e manter as boas medidas do governo; sustental-o mesmo quando o mereça: tudo isto só a imprensa póde manejal-o, e mantel-o: mas a imprensa assim como é uma machina poderosissima para o bem, assim póde ser um instrumento violentissimo do mal; e assim, cumpre pôr em segurança os innocentes contra os ataques dos malvados: cumpre estabelecer-lhe logo ao lado um tribunal e um jury, que seja o baluarte dos bons, e o escolho dos maus. Vós já tivestes a lei, e a pratica d'esta instituição salutar: só resta revivel-a. — Cada um de nós é um cidadão, e cada um de nós tem obrigações a exequir, assim como direitos a guardar. Nenhuma sentinella d'estes direitos póde instituir-se com mais zello em sua guarda do que nós mesmos. Esta vigia não-paga é mais efficaz do que assalariada; tracta-se de guardar nossos direitos: e nosso interesse é estimulo sobejo á sua conservação intacta.

É logo da primeira necessidade alevantar

este importante objecto que dirigem particularmente as suas attenções e cuidados.

Em Coimbra, porém, entende-se de modo diverso a administração municipal. Em logar de se promover a salubridade, procura-se inficcionar os seus habitantes.

Ao fundo do cerco dos jesuitas, junto á estrada que communica o bairro baixo com o bairro de S. Bento, e que é frequentadissima, fez a camara o deposito das immundicies da cidade.

O cheiro que d'alli se exhala, é verdadeiramente insupportavel.

No domingo ultimo, em que a concorrencia por aquella estrada foi ainda mais do que a ordinaria, tiveram occasião todas as pessoas que por alli passavam de ver até onde chega o desmaselo, senão cousa peior da nossa camara.

Eram geraes as censuras á vereação por este procedimento, que se não acreditaria, se não fosse presenceado por tanta gente.

E não é só isto. Toleram-se escandalosamente dentro da cidade curraes de porcos, em completo desprezo das posturas municipaes, que só tem execução contra algum desgraçado.

Bem sabemos que a camara timbra em desprezar as reclamações da imprensa independente; mas não ha de ser isso que nos fará desviar do cumprimento dos nossos deveres.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega do *Progressista* queixa-se no seu ultimo numero dos estragos causados no caes das Ameias e na rua exterior do Jardim Botanico, em resultado da permissão que a camara fez de por alli passarem os carros.

Logo que a camara em tal consentiu, reclamámos n'este jornal contra um semelhante contrasenso; mas de nada se importou ella com isso. O resultado ahi se vê.

Póde, porém, estar descansado o collega, que das suas queixas só receberá em resposta a mais completa indifferença da camara.

Vá-se acostumando ao que constantemente nos tem acontecido, e que pela continuação já não extranhâmos.

O que seria para admirar era que a camara fizesse alguma cousa com acerto.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um dos maiores erros que póde commetter o clero é metter-se na politica activa, seja qual fôr o partido a que se dedique.

Infelizmente todos os partidos o comprommettem, incitando-o a satisfazer as suas paixões e os seus interesses.

A missão dos sacerdotes é toda de paz e de caridade; e deixarão de cumprir os seus deveres, e de servirem de elemento de conciliação entre os povos, se se tornarem chefes de bando.

Os partidos applaudem os ecclesiasticos que os coadjuvam, achando legitimo e regular o seu proceder; emquanto que censuram, stygmatisam e até perseguem aquelles que auxiliam os seus adversarios. D'isso ha numerosissimos exemplos.

No tempo do governo de D. Miguel ahi vimos sacerdotes pegar em armas, commandarem guerrilhas, e intervirem por muitos modos na politica; e da mesma fórma, quando em 1823 as côrtes mandaram crear as guardas civicas, para se opporem á revolução absolutista do general Silveira, tambem muitos padres se alistaram n'essas guardas a favor da causa liberal. Aqui temos, portanto, politicas diversas, a utilisarem-se e a comprommetterem o clero.

Abolida a constituição pela revolução absolutista de Villa Franca em Maio de 1823, começaram logo as perseguições contra os partidarios do systema liberal; tornando-se saliente na sua intolerancia o ministro das justiças, Manoel Marinho Falcão de Castro.

Por aviso de 12 de Setembro de 1823 fez elle suspender os parochos não collados, que se tivessem alistado nas guardas civicas.

Servia então de vigario geral n'este bispado de Coimbra, o padre Manoel Domingues de Gouveia; o qual desejando evitar os soffrimentos dos parochos suspensos, dirigiu ao ministro das justiças um officio, que deve servir de modelo para o verdadeiro ecclesiastico.

Vamos gostosamente archivar n'este jornal esse officio altamente conciliador; e vejam os diversos partidos quantas discordias e queixas se teriam evitado, se todas as auctoridades empregassem pela sua parte, como o padre Manoel Domingos de Gouveia, as possiveis diligencias para minorar o rigor das ordens superiores, muitas vezes expedidas sob a paixão do momento, em vez de as exacerbarem e tornarem mais violentas e crueis como muitos fazem.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Illm.º e exm.º sr.—Em cumprimento do real aviso, de 12 de Setembro passado, foram suspensos do officio parochial, todos os parochos, não collados, que constou, se tinham alistado nas guardas civicas, e os collados, e mais clerigos se andam livrando por esta culpa.

Estão alguns processos a final, e sendo o dever de qualquer juiz, o julgar segundo o entender de sua consciencia, vejo-me na necessidade de os absolver, pelas razões, que vou a ponderar:

Sua magestade manda, que sejam julgados segundo os canones, e segundo elles, não vejo pena, que lhes imponha. Não ignoro, que no Decreto de Graciano, *causa 23, questão 8.ª, can. 4, 5 e 6*, se impõe a privação de sepultura ecclesiastica, e a deposição aos clerigos, que morrerem, e pelejarem em sedições, e guerras: mas não tendo esta collecção auctoridade publica, e sendo estes canones de concilios particulares, e da antiga disciplina, parece não são applicaveis. E muito mais porque nas Decretaes não acho titulo, que sirva para tal culpa, antes vejo o 2.º *De Immunitate Ecclesiarum*, em que S. Gregorio o Grande declara, que os ecclesiasticos não gozam de immunidade, para deixarem de metter vigias em guarda da cidade: Dizendo

Fraternitas tua nullum per nostras, vel Ecclesiae suae nomen excusari a murorum vigiliis patiatur, sed omnes ad hoc generaliter compellantur.

Por isso Themudo, vigario geral de Lisboa, na decisão 93, faz differença de guerra defensiva, ou offensiva, e sustenta que n'aquella podem os clerigos pelejar, sem temor de irregularidade.

A historia de Portugal nos ensina, que para sustentar no throno a serenissima casa de Bragança em 1640 e seguintes, se armaram os clerigos; e o mesmo succedeu em nossos dias para lançar fóra de Portugal os francezes, que tinham invadido o reino.

Por estes exemplos, e por este direito podemos concluir com Themudo, que não é prohibido aos clerigos pelejar em defeza, e só sim em offensa. A lei porém da creação das guardas civicas, sanccionada por sua magestade em 22 de Março de 1823, declarou, que seu principal objecto era, defender a constituição (ideia d'esse tempo) e manter a segurança e tranquillidade publica: objecto, que parece nada tem de offensivo.

A isto accresce, que os ecclesiasticos d'este bispado, que se alistaram, nem pegaram em armas, nem se vestiram de farda.

E ainda mais, foram a isso obrigados, pelo temor de serem chamados corcundas (palavra então em voga para insultar) ou degradados pelo governo, como muitos tinham sido por vãs suspeitas, e falsas denuncias.

Nem se diga, que a lei não obrigava aos clerigos, e lhes permittiu o servirem este encargo publico: o supposto o odio, que o partido dominante nas côrtes tinha mostrado ao clero, o permittir, era o mesmo, que obrigar.

Se eu pois heide absolver aos ecclesiasticos, não tendo outro crime, parecia mais proprio da grande clemencia, e mesmo da piedade, com que sua magestade honra ao estado ecclesiastico, que o mesmo augusto senhor concedesse perdão geral, e mandasse suspender todo o procedimento, quanto ao clero d'este bispado. E este meio é muito proprio de sua magestade adquirir mais estima, e amor do mesmo clero: e elle se faz digno d'esta graça, porque, ordinariamente fallando, é pobre e venera, e respeita muito ao mesmo senhor, como eu posso attestar. E tal meio sempre foi proprio das almas grandes em crises tenebrosas, qual a passada, e todos reconhecem a grandeza da alma de sua magestade. Podia fazer-se excepção d'aquelles, que se tivessem externado em demazia; e mesmo obrigar a todos, a que assignem termo, de para o futuro promoverem a obediencia a sua magestade, e a conservação de seus reaes direitos pelos modos possiveis.

Se eu estou em erro, apezar do grande desejo, que tenho de acertar, e trabalho, que para isso tenho posto, sua magestade, principalmente ouvindo o seu ministerio, composto de sujeitos, notoriamente reconhecidos por eminentes na sciencia de direito, e politica, se dignará mandar-me instruir para minha direcção.

Digne-se pois v. ex.ª levar ao conhecimento de sua magestade estas reflexões com o meu mais profundo respeito, e participar-me a sua real determinação.

Deus guarde a v. ex.ª por muitos annos. Coimbra 5 de Janeiro de 1824.

Illm.º e exm.º sr. *Manoel Marinho Falcão de Castro*, conselheiro, ministro e secretario de estado dos negocios da justiça.

O vigario geral — *Manoel Domingues de Gouveia.*

---

as *guardas nacionaes*, entregar-lhes a preservação dos direitos sociaes, e a mantença da segurança interna. Esta medida, que em 1823 se começava, carece de completar-se: a lei está feita, suscitae a lei. Immediatamente os corpos de milicias serão desnecessitados. O desgraçado lavrador, o artifice, que enriquece a sociedade, mas que não póde deixar um só dia o emprego de que mantem a familia, nunca mais será arrancado para ir pegar nas armas abandonando tudo, — deixando inculto o campo, e na miseria os que tinha de alimentar.

Esses direitos, que a barbaridade dos tempos auferiu aos donos, e lançou nas mãos de ociosos: esses tributos, que apenas deixam ao agricultor as sementes, que lançára na terra, com perda inteira de seu trabalho: essa escravidão, que os foraes, e as doações arbitrarias sanccionaram, serão abolidas; e o trabalhador gosará de seus fructos, trabalhará para si. Vós já começastes a gozal-o, mas a mão impia do absolutismo, e as garras da usurpação vos tornaram á escravidão primeira.

A experiencia vos tem feito ver, que com uma administração de justiça á porta fechada, a corrupção presidia a quasi todos os julgados. Subornava-se o juiz, peitava-se o escrivão, compravam-se as testemunhas. Tinha justiça quem tinha mais dinheiro: tinha a favor a sentença quem tinha melhores empenhos. Esse é o estado de todos os juizos debaixo do despotismo. Vós o tendes visto: muitos d'entre vós tem sido victima da prepotencia. Com o governo da lei as portas d'essa hoje espelunca serão abertas de par em par; o processo será publico: o juiz estremecerá deante da opinião, que hade julgal-o, porque julga de tudo: o escrivão perderá toda a influencia, que lhe dá o segredo; e a testemunha interrogada pelo juiz, e instada pelo advogado, olhada d'um auditorio inteiro, e vendo que apanhada em perjurio será irremediavelmente condemnada, dirá a verdade e só a verdade. Então a administração da justiça será infallivel. D'isto goza a França, a Inglaterra, os Estados-Unidos d'America, a Belgica, os paizes livres emfim; d'isto mesmo já a ilha Terceira goza satisfeita; d'isto gozareis no imperio de lei.

Hoje que a mão d'um despota vos sopeza, se vos deitaes innocentes na cama não sabereis se no curso da noute não sereis arrancado do leito e dos braços da vossa familia sem culpa, e lançado n'uma masmorra ao arbitrio d'um beleguim, d'um scelerado, sem processo, e sem defeza. No imperio da lei a vossa casa será o vosso castello; só a lei vos prenderá culpado, e a vossa innocencia está certa, de que sereis absoluto, e indemnisado dos damnos que soffrerdes. —Hoje um ministro *enfatuado*, comprado por uma potencia estrangeira mais poderosa, subscreverá tractados, que tolham a exportação e concurso de vossas mercadorias, e façam a vossa ruina.

No imperio da lei um ministro patriota e *responsavel* só contrahirá estipulações uteis, e de reciprocidade effectiva; aliás responderá á nação pelos damnos, que tentava fazer-lhe, e ella não approvará seus feitos. —O absolutismo lança-vos contribuições a esmo, carrega-vos á proporção que desperdiça, e vos rouba: vós pagaes tributos, e não sabeis o seu emprego: — que se o soubesseis verieis que elles tinham por fim encher as algibeiras de validos, d'ociosos, de parasitas: verieis que prestavam a pagar os ferros, que vos algemam.

No governo da lei só pagareis os que as necessidades publicas exigem: os administradores porão as contas sobre uma mesa publica; — vós mesmos, a imprensa, os deputados fiscalisareis pelo seu emprego, e sua economia.

Que foi feito do vosso commercio, dos vossos navios, das vossas fabricas? Como quereis commercio em governo despotico? Como pode o commercio contar com direitos inalteraveis, ou annunciados com a necessaria noticia previa, no governo d'um despota, que os lança á proporção que as cargas chegaram aos portos? Aonde vistes vós commercio sem confiança? Como podereis ter navios se os estrangeiros são mais favorecidos pelo despota? Como querieis manter fabricas se se não protegem no concurso com as estrangeiras?—Quando reinar a lei, a scena será mudada; porque será a justiça e não o arbitrio que tem a dictar a decisão, e de regular os interesses.

Seria um nunca acabar o comparar os bens que produz o governo da lei sobre o governo do homem. Este rapido esboço contém apenas toques: e quando queiraes demorar-vos um instante sobre o vosso estado presente comparado com o que tendes a esperar, chorareis o haver acordado tão tarde. Eis portuguezes: uma nação que tem em si mesma muitos elementos de prosperidade, a que só falta dar direcção, é e será prospera logo que o queira ser.

O exemplo está á vista. França soffreu por quarenta annos guerras, que escurecem quanto de guerras se tem escripto, commoções intestinas, cuja narração horrorisa o homem menos sensivel: e a França é hoje a mais rica, a mais feliz das nações do mundo. Eis-ahi o milagre da liberdade. Procurae ser livres, e sereis felizes.

Valete.

Impresso por BINGHAM, 84, Mount Street, Grosvenor Square.

Para tornar mais completa a noticia ácerca da alçada mandada a Coimbra, para proceder contra os auctores dos factos aqui praticados nos dias 23, 24 e 25 de Fevereiro de 1824, nos *outeiros* da sala dos capellos, e tiros dirigidos contra o conservador Manoel Lopes de Figueiredo (*o Cabaças*), meirinho e verdeaes; vamos hoje publicar um aviso, um officio, e uma carta regia, que lhe dizem respeito.

E para que se veja a importancia da publicação que fizemos, de parte da sentença da mesma alçada; devemos notar, que o decreto de amnistia de 24 de Junho de 1825 mandou trancar e sellar, *de modo que mais não podessem apparecer*, o processo da mesma alçada, e os processos relativos á morte do marquez de Loulé, em a noute de 28 a 29 de Fevereiro de 1824, e á rebellião em Lisboa no dia 30 de Abril immediato.

Apesar d'isso ainda podemos habilitar os nossos leitores a saberem quaes foram os condemnados e as penas que lhes applicara a mesma alçada.

Eis alli os documentos a que nos referimos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sua magestade manda passar a essa cidade o dr. Victorino José Cerveira Botelho do Amaral, desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação e corregedor do crime da côrte, a fim de conhecer dos enormes attentados ahi commettidos nas noutes de 23, 24 e 25 de Fevereiro proximo passado. E o mesmo augusto senhor é servido, que vossa mercê, de accordo com a camara d'essa cidade, mande logo fazer promptas as casas em que se deve aposentar o dito ministro; e bem assim o bacharel Joaquim Manoel de Faria Salazar, a quem s. magestade tem nomeado para escrivão d'esta diligencia; e previno a vossa mercê, que o referido desembargador ha de ser acompanhado por alguma cavallaria.

Deus guarde a vossa mercê. Palacio da Bemposta em 6 de Março de 1824—*Manoel Marinho Falcão de Castro*—Sr. juiz de fóra do civel da cidade de Coimbra.

Illm.os srs.—Remetto a v. s.as uma copia authentica da carta regia, que el-rei nosso senhor foi servido expedir-me em data de 29 de Maio proximo passado, pela qual ordena que na casa da camara d'esta cidade sejam sentenciados, breve e summariamente, os reus pronunciados na devassa a que o mesmo augusto senhor me mandou proceder pelas cartas regias de 5 de Março e 7 de Abril do corrente anno, sendo eu juiz relator e presidente da commissão, e adjuntos os desembargadores que nomear o governador das justiças da relação e casa do Porto, que são 6, como consta de uma copia authentica da dita carta regia, que me foi remettida pela secretaria de estado dos negocios da justiça: o que participo a v. s.as para sua intelligencia e para tomarem as medidas necessarias para a sua execução.

Deus guarde a v. s.as muitos annos. Coimbra 5 de Junho de 1824—Illm.os srs. juiz de fóra, presidente, e vereadores e procurador da camara d'esta cidade.—O desembargador corregedor do crime da côrte, *Victorino José Cerveira Botelho do Amaral.*

Victorino José Cerveira Botelho do Amaral, desembargador dos aggravos da casa da supplicação, e corregedor do crime da côrte. Eu el-rei vos envio muito saudar.

Pela conta que fizestes subir á minha augusta presença em 22 do corrente mez, me foi presente achar-se concluida a devassa a que por especial ordem minha procedestes n'essa cidade de Coimbra, sobre os atrozes delictos e escandalosos factos, que ahi tiveram logar nas noutes de 23, 24 e 25 de Fevereiro do corrente anno.

E por quanto é muito conveniente ao meu real serviço, que os reus nella processados sejam sentenciados n'essa cidade, onde commetteram tão enormes attentados; hei por bem que na casa da camara d'ella sentencieis, breve e summariamente, a todos e a cada um dos culpados, nas penas que merecerem, sendo vos juiz relator, e adjuntos os desembargadores que nomear o governador das justiças da relação e casa do Porto, a quem assim o tenho ordenado por minha carta regia datada de hoje, cuja copia será com esta. Para o caso de empate, de impedimento, ou falta de qualquer d'elles, convocareis os actuaes provedor e corregedor d'essa comarca, para o que sou servido auctorisar-vos.

O que tudo executareis, sem embargo de quaesquer leis, ou disposições em contrario.

Escripta em o paço do Alfeite, aos 29 de Maio de 1824—*Rei*—Para Victorino José Cerveira Botelho do Amaral.



Falleceu hontem o nosso antigo amigo e negociante d'esta cidade o sr. Joaquim Mendes de Castro.

Sentimos vivamente este deploravel acontecimento, porque desde a nossa infancia nos ligavam ao sr. Mendes de Castro e á sua estimavel familia as mais particulares relações.

O sr. Joaquim Mendes de Castro padeceu muito pela causa liberal.

Tendo-se alistado com o posto de alferes, no batalhão de D. Pedro IV, creado em Coimbra, depois que n'esta cidade se fez a revolução liberal em 22 de Maio de 1828, em seguida á do Porto; teve depois de aqui entrarem as forças de D. Miguel sequestrada toda a sua casa, de sua mãe e irmãos.

Em rasão de se achar pronunciado viu-se obrigado por muitos annos a andar homisiado; ao mesmo tempo que seu irmão o sr. Dorico Mendes de Castro estava emigrado em Paris.

No anno de 1833 poude o sr. Joaquim Mendes de Castro ir para o cerco do Porto, e ahi fez serviço no seu antigo posto de alferes.

Voltando para Coimbra tomou a direcção do seu estabelecimento, e por essa occasião casou com a ex.ma sr.ª D. Anna Augusta Simões de Castro, senhora dotada de excellentes qualidades.

Por fim uma doença pertinaz, que resistiu aos maiores esforços da medicina, e ao mais cuidadoso tratamento, fez riscar o sr. Mendes de Castro do numero dos vivos.

Acompanhâmos na sua grande dôr a sua ex.ma viuva; a seus filhos e nossos intimos amigos, entre os quaes se conta o esclarecido escriptor o sr. bacharel Augusto Mendes Simões de Castro; a seus cunhados o sr. dr. Joaquim Augusto Simões de Carvalho e bacharel Manoel Abilio Simões de Carvalho, e a todos os mais parentes.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTICIARIO

Anniversario.—Hontem, 19 de Fevereiro, completaram-se 30 annos, depois que em egual dia de 1847 foram presos em Coimbra muitos cidadãos pertencentes ao partido popular, e remettidos n'esse mesmo dia para Lisboa.

Seguiram embarcados até á Figueira, acompanhados de uma grande força de infanteria n.º 4. Ficaram na cadeia d'aquella villa no mesmo dia 19; no dia seguinte foram removidos para o forte de Buarcos, e no dia 21 embarcaram no vapor de guerra *Terceira*, que expressamente tinha vindo da capital para os conduzir.

Ao anoutecer do dia 22 entrou o vapor *Terceira* a barra do Tejo. Ás 10 horas da mesma noute desembarcaram proximo ao arsenal da marinha, e foram para o Limoeiro, escoltados por uma companhia da guarda municipal de Lisboa.

Dentro d'aquella cadeia soffreram muitas violencias e vexames, sendo principalmente victima das maiores barbaridades o auctor d'estas linhas, que para isso ia especialmente recommendado de Coimbra.

Dos 28 presos que no dia 19 de Fevereiro de 1847 sairam de Coimbra para Lisboa, já hoje não existem n'esta cidade senão dois — o sr. Dr. Raymundo Venancio Rodrigues, lente de prima da Faculdade de Mathematica, e Joaquim Martins de Carvalho, redactor do *Conimbricense*.

Por isso, a fim de commemorar este acontecimento, e o acharem-se ainda hoje vivos, depois de tantos trabalhos e lutas politicas, jantaram hontem á mesma mesa, a convite do sr. Dr. Raymundo, os dois referidos perseguidos, pelo crime da sua independencia, amor da justiça, e inexcedivel dedicação á causa popular.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Philarmonica Boa-União. — Esta sociedade foi hontem tocar ao jardim botanico com o louvavel intuito de obter algumas quantias que revertessem a favor de dois infelizes rapazes, que se acham presos. As offertas recebidas ás portas produziram a quantia de 23$670 réis.

O publico acolheu benignamente aquella deliberação da philarmonica, e todos se retiraram satisfeitos do desempenho que deu a dita sociedade ás differentes peças, que escolheu para tocar, as quaes foram as seguintes:

Duetto da opera I Masnadieri — Verdi.

Ella ou Eu, valsa — C. Branco.

O anjo, preludio obrigado a clarinete — Cunha.

Os turbilhões, grande valsa.

Scena e aria do 2.º acto do Trovador — Verdi.

Rouxinol, polka (dos Apenninos), — * * *

Esperança, valsa — Supico.

Passo ordinario — Supico.

Quando a philarmonica recolhia á casa dos seus ensaios, e durante o tempo que esteve tocando á porta da mesma, muitas pessoas a felicitaram pelo acto que acabava de praticar e pela boa execução dada a todas aquellas peças.

Procissão do Senhor dos Passos. — Será este anno feita com todo o apparato e luzimento, a procissão do Senhor dos Passos.

Irão n'ella encorporadas a respectiva irmandade, a da Veneravel Ordem Terceira, e a da Rainha Santa Isabel.

A sagrada imagem será conduzida da Graça para a Cathedral, pelas 5 horas da tarde do dia 24, e no dia seguinte, 25, a solemne procissão sairá ás 3 horas da tarde da Cathedral, onde pregará o sr. padre Manoel Joaquim dos Santos Neves.

Na Graça será orador o sr. padre Manoel Martins, estudante da Faculdade de Direito, que pela primeira vez subirá ao pulpito n'esta cidade.

Tanto na procissão da Graça para a Sé, como na da Sé para a Graça, tocará a philarmonica *Conimbricense* escolhidas marchas funebres do seu vasto reportorio.

É de esperar que a concorrencia seja extraordinaria.

Fallecimento.—Falleceu na sua casa do Espinhal de Tamengos o sr. Padre Euzebio Gomes Rosmaninho.

Este exemplar ecclesiastico era egresso franciscano, do collegio da Pedreira d'esta cidade.

Em 1850 fundou de sociedade com o sr. dr. Manoel Xavier Pinto Homem o bem conhecido e acreditado collegio de educação no convento de S. Francisco da Ponte, o qual depois foi continuado pelo sr. dr. Xavier no collegio de S. Bento.

O sr. Rosmaninho foi por muito tempo prior encommendado na freguezia de Santa Cruz d'esta cidade, e ahi adquiriu geraes sympathias. Depois foi commissario da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia.

Era de um comportamento irreprehensivel, e deixou em Coimbra tantos amigos quantos tiveram com elle relações e poderam avaliar o seu excellente caracter, acrisoladas virtudes, e bondoso coração.

Seria pouco tudo o que dissessemos em louvor do sr. Rosmaninho.

Pela nossa parte sentimos muito o seu fallecimento, porque perdemos um sincero amigo.

Doença.—Tem estado bastante doente em Lisboa o digno professor do Lyceu de Coimbra, o sr. bacharel Joaquim Alves de Sousa, que alli se acha na commissão da reforma da instrucção secundaria.

Pelas ultimas noticias consta que o nosso particular amigo tem obtido algumas melhoras, o que muito estimamos, e comnosco todas as pessoas que avaliam o seu alto merecimento.

Outra.—Tem estado gravemente doente o sr. Francisco de Paula e Silva, zeloso e intelligente administrador da imprensa Litteraria, d'esta cidade. Desejamos-lhe promptas melhoras.

Anniversario.—O nosso estimavel amigo o sr. conego Manoel Marques Pereira Ribeiro fez na quinta feira 69 annos de edade.

N'esse dia reuniram-se em sua casa muitos dos seus amigos, que assim lhe quizeram dar uma prova de quanto o estimam e consideram.

De tudo é digno o sr. conego Manoel Marques.

Operação. — Na sexta feira, 16 do corrente, effectuou-se no hospital da Universidade a extracção d'um epulis sarcomatoso n'uma mulher; e no sabbado houve outra operação do mesmo genero, a qual foi praticada pelo alumno do 4.º anno, o sr. Julio Augusto d'Oliveira Baptista. Assistiram os alumnos do 4.º anno.

Cemiterio da Conchada. — Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

Alfredo, filho do dr. Antonio dos Santos Viegas e D. Maria Francisca Viegas, de Coimbra, de 22 mezes, fallecido em 11 de Fevereiro de 1877.

Manoel d'Asenha, filho de Joaquim d'Asenha e Maria d'Asenha, de 49 annos, fallecido em 12.

Maria Michelina, ignora-se a sua filiação, de Coimbra, de 72 annos, fallecida em 13.

Maria Joaquina Pereira de Magalhães, ignora-se a sua filiação, de Amarante, de 70 annos, fallecida em 15.

Dr. Francisco Raymundo da Silva Pereira, filho do dr. Antonio Xavier da Silva Pereira e D. Antonia Benedicta da Silva Pereira, da quinta do Remungão, freguezia de Brasfemes, de 66 annos, fallecido em 15.

Filippe Paes Esteves, filho de Miguel Paes Esteves e Rosa de Jesus, do Carregal do Sal, de 14 annos, fallecido em 16.

Antonio, filho de José Joaquim Borges, da Travessa das Alpenderadas, de 7 mezes e 24 dias, fallecido em 16.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada—6:957.

Recrutamento.—O supremo tribunal administrativo decidiu favoravelmente os seguintes recursos, a fim de que fiquem os respectivos mancebos livres do serviço do exercito:

CONCELHO DE SOURE

Freguezia de Soure — Manoel Rodrigues Serrolha, tambem conhecido por Manoel Varella, por seu filho Francisco.

José Antonio de Azevedo, por seu filho Luiz.

CONCELHO DE MONTEMÓR-O-VELHO

Freguezia de Villa Nova da Barca—Rita Gaspar da Silva, pelo irmão Antonio, filho de José da Silva Gaspar.

CONCELHO DA FIGUEIRA DA FÓZ

Freguezia de Quiaios—Joaquim, filho de José Martins de Abreu.

Novas publicações.—Recebemos e muito agradecemos as seguintes publicações:

—«*Discurso funebre pronunciado nas exequias de D. Pedro IV, na capella de Nossa Senhora da Lapa, na cidade do Porto, a 24 de Setembro de* 1876, *por Francisco de Moura Secco, R. da R. Dedicado á Associação Liberal Portuense.*

«Porto, typographia de Antonio José da Silva Teixeira, Cancella Velha, 62—1877.»

—«*As mulheres. Original de J. C. Cardoso. Refutação formal do folheto—Os Maridos—ultimamente publicado por uma sociedade de senhoras desilludidas.*

Porto, typographia de A. T. Vasconcellos, rua do Moinho de Vento, 29—1877.»

—«*Carta aos illm.os e exm.os srs., que por decreto de 17 Junho de 1870 foram e ainda estão encarregados da revisão do codigo commercial, que infelizmente ainda nos rege; na qual se indicam varios defeitos d'este codigo, e se apontam algumas providencias que a experiencia reclama em tão importante materia, por Domingos de Almeida Ribeiro, professor no Lyceu Nacional do Porto.*

«Porto, typographia de Antonio José da Silva Teixeira, rua de Cancella Velha, 62—1877.»

—«*Camillo Castello Branco—Novellas do Minho, publicação mensal—XI—O degredado.*

«Lisboa, livraria editora de Mattos Moreira & C.ª—Praça de D. Pedro, 68—1877.»

Montaria. — No domingo os povos da freguezia de Santo Antonio dos Olivaes fizeram montaria aos lobos, que têm infestado aquellas montanhas, devastando muitas cabeças de gado e assustando as povoações.

Reuniram-se mais de duzentos homens, mas a montaria foi mal dirigida, sendo por isso que appareceu sómente um lobo, que não poude ser morto apesar de tenazmente perseguido, e ter levado ainda dois tiros.

Andava nas proximidades da Mizarella.

São muitas as cabeças de gado devoradas já pelos lobos, que se apresentam com grande atrevimento, entrando no povoado de dia.

Na propria noite de domingo nos consta que appareceram em S. Paulo de Frades.

Beneficio. — A philarmonica *Conimbricense*, irá no domingo de Lazaros, 18 de Março, se o tempo o permittir, das 3 horas em deante tocar ao Jardim Botanico, em beneficio dos inundados pobres de Santa Clara.

Esta briosa philarmonica é digna dos maiores elogios, por tão louvavel iniciativa.

Musica.—No proximo domingo, 25 do corrente, tocará a philarmonica *Conimbricense*, durante a missa das 8 horas, que se hade celebrar na Sé Cathedral, d'esta cidade.

O Seculo.—Estão a sahir do prelo os n.os 5.° e 6.° d'este interessante jornal, que se publica n'esta cidade.

Entre outros artigos vem publicado um do sr. Dr. Zeferino sobre instrucção publica, em resposta a um outro publicado nas *Farpas* do sr. Ramalho Ortigo.

Ambos aquelles numeros vão ser distribuidos dentro em breve pelos assignantes

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz em data de 17 do corrente o seguinte:

«Na camara dos srs. deputados, o sr. Mamede apresentou a representação do gerente da Companhia Alliança do Porto, contra o projecto do governo, diminuindo os direitos sobre os tubos de ferro fundido.

Foram approvadas as eleições de deputados pelos circulos da Regoa, Pombal, Moura e Cantanhede.

Antes da ordem do dia discorreram sobre assumptos agricolas os srs. Osorio de Vasconcellos e Lourenço de Carvalho.

O sr. Marianno de Carvalho continuou na ordem do dia, a interpellação ácerca dos exploradores Cameron e Young, fallando depois os srs. Garrido, Carlos Testa e Teixeira de Vasconcellos.

O sr. Pires de Lima requereu para que se prorogasse a sessão até terminar este incidente.

O sr. Paula Medeiros requereu para que se julgasse a materia discutida.

Estes requerimentos foram approvados.

Foi tambem approvada a moção do sr. Pinheiro Chagas, depois de este declarar que só ficava satisfeito com as explicações dadas pelo sr. Andrade Corvo, refutando as calumnias de Cameron e Young.

Na sessão de segunda feira entra em discussão o projecto de lei da receita e depois o do caminho de ferro da Beira Alta.

Os srs. Joaquim Fructuoso Ayres de Gouveia e Guilherme Theodoro Rodrigues recomeçaram hoje, junto dos srs. deputados, nas diligencias relativas á restituição do subsidio ao Palacio de Crystal.

A embaixada da Birmania foi hoje visitar S. M. el-rei D. Fernando.»

ANNUNCIOS

AVISO

1 PELA secretaria da Universidade são prevenidos os oppositores ao logar de porteiro da referida secretaria, que se acha a concurso, de que o exame a que se deve proceder nos termos do respectivo programma, publicado no *Diario do Governo* n.° 283 de 13 de Dezembro ultimo, ha de ter logar no dia 1.° do proximo mez de Março, pelas 9 horas da manhã, em uma das salas da mesma secretaria.

LIVRARIA DE J. M. SEVERO

64—ARCO DE ALMEDINA—65

COIMBRA

2 SORTIMENTO de livros de missa e semana santa, registos e mais artigos religiosos, estampas para desenho, carteiras, papel, tinteiros, pennas, canetas e lapis, canivetes, livros em branco, pesa papeis, jogos de diversas qualidades e relogios de 1$200 a 1$800 réis para parede.

Agradecimento e declaração

3 OS ABAIXO ASSIGNADOS vêem por este meio agradecer ao exm.° sr. dr. Julio Augusto Henriques, dignissimo e illustrado director do Jardim Botanico, o grandioso favor que lhes fez, consentindo de tão bom grado que a benemerita philarmonica *Boa-União* fosse tocar ao mesmo estabelecimento em beneficio de dois infelizes artistas, presos actualmente na cadeia d'esta cidade; assim como da mesma fórma agradecem á benemerita philarmonica a maneira generosa como se prestou para tão caridoso fim.

Agradecem tambem aos illm.os srs. Manoel de Freitas Barros, Alberto Carlos Supico, Antonio Maria Canario, Antonio Ignacio Rodrigues, e Fructuoso da Silva o obsequio que prestaram, presidindo ás mesas onde se recebiam esmolas; e finalmente ao publico conimbricense, que foi dar o obolo da caridade, a fim de minorar a sorte dos dois desgraçados. Os signatarios aproveitam a occasião de declarar que o beneficio rendeu 23$670 réis, quantia que já entregaram aos beneficiados. Terminam, pois, agradecendo em seu nome e de seus infelizes collegas, protestando a todos uma gratidão sem limite.

Coimbra 20 de Fevereiro de 1877.

Francisco de Sousa Junior.
José Rodrigues.

4 A CAMARA MUNICIPAL do concelho de Ancião faz publico que, tendo o doutor Augusto José da Silva, renunciado á sua nomeação de medico do primeiro partido de medicina e cirurgia d'este concelho, agora novamente se acha a concurso o mesmo partido, pelo espaço de trinta dias, que findarão em 18 de Março proximo, com o ordenado annual de quatrocentos mil reis, pulso sujeito á tabella camararia e residencia na séde do concelho. Os pretendentes apresentarão até áquelle dia na secretaria da camara os seus requerimentos e mais documentos com que os tenham de instruir.

Ancião, 15 de Fevereiro de 1877.

O vice-presidente da camara,
Antonio José da Silva.

5 JOSÉ CORREIA LEMOS, na rua da Calçada, além do costumado sortimento de fazendas modernas, e de muita roupa feita que sempre tem, recebeu ultimamente muito boas fazendas pretas para roupa de homem; e muito boas sedas pretas failles para vestidos de madama.

6 ANTONIO MENDES, vende toucinho ao miudo no seu estabelecimento, na rua da Moeda.

MODISTA

7 CAROLINA DA PIEDADE TEIXEIRA, tendo estabelecido o seu atelier de costura na travessa de S. Christovão, n.° 8, convida, por isso, todas as senhoras, tanto de Coimbra como de fóra da cidade, a utilisarem-se do seu trabalho, o qual será desempenhado sob sua responsabilidade, com a maxima perfeição, urgencia e modicidade de preços.

A annunciante declara que, usando d'este meio, não pretende hostilisar, por fórma alguma, as exm.as sr.as D. Maria Julia Romana e D. Clotilde da Exaltação Cardoso, de quem foi discipula.

PHARMACEUTICO

8 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

9 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Canceros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestados de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

POMBOS

10 A SOCIEDADE do tiro dos pombos de Lisboa, compra pombos em partidas não inferiores a 50, pelo preço de 140 reis cada um; pagos no acto da entrega em qualquer estação dos caminhos de ferro do norte e leste e de sueste. Os vendedores podem, para mais esclarecimentos, dirigir-se aos chefes de estação ou ao secretario da sociedade, Luiz de Sequeira Oliva, e espingardeiro Imberton, rua Aurea, n.° 76, Lisboa.

11 JOSÉ VIEIRA DA CONCEIÇÃO E CUNHA, sabe de pessoa habilitada para cantar tenor ou baritono e mesmo para reger em qualquer semana Santa: tem responsorios modernos do Pinto e outros auctores para orgão ou instrumental.

Obras publicas do districto de Coimbra

Estrada real n.° 52 de Foz d'Arouce a Castello Branco

Lanço da Portella d'Albergaria á Catraia de Condeixa

12 NO DIA 2 de Março, proximo futuro, pelas 10 horas da manhã, na administração do concelho de Goes, recebem-se lanços para a arrematação de 66:649mc.,98 de terraplenagem entre os perfis 0 e 146; 183mc.,00 de cal em pedra e 5:321mc.,69 de pedra d'alvenaria para aqueductos, pontões e muros de supporte.

A terraplenagem é dividida em onze tarefas, a cal em duas e a pedra d'alvenaria em quatro.

O mappa do trabalho a executar e condições respectivas estão patentes na direcção das obras publicas d'este districto, na administração do concelho de Goes e na secretaria da secção.

Para ser admittido a licitar, é preciso fazer o deposito da quantia mencionada nas condições.

Golpelhares 16 de Fevereiro de 1877.

João Lopes Xavier
Chefe de secção.

CODIGO DE PROCESSO CIVIL

13 COM UM SUPPLEMENTO, contendo a organisação judicial em conformidade da reforma judicial e legislação posterior, designadamente a lei de 16 de Abril de 1874 e um minucioso indice alphabetico.

Um grosso volume 700 reis
Pelo correio 760 reis
Livraria de José Maria Severo.

14 PEDE-SE a uma senhora d'esta cidade, que é devedora em uma loja de fazendas brancas da quantia de 72$235 réis, o favor de mandar satisfazer no prazo de 8 dias: não o fazendo se publicará o seu nome.

15 NO ESCRIPTORIO d'esta redacção está depositada uma chave de segredo, de gaveta, que appareceu n'uma das ruas da cidade. Entrega-se a seu dono.

16 A LA DEMANDE de plusieurs personnes, monsieur Félix Guichard ouvre un cours de français pratique. S'adresser pour les conditions rua des Coutinhos, n.° 12.

17 QUEM QUIZER comprar as casas, em que vivia em Cellas, o dr. Ave Maria, póde dirigir-se á rua d'Alegria, ao conego Manoel Marques Pereira Ribeiro, que está auctorisado pela herdeira para as vender.

VENDA DE CASAS

18 VENDEM-SE umas casas grandes, ao fundo da rua de S. João, n.os 9, 11, 13 e 15.

Trata-se com seu dono Justiniano Antonio Rodrigues, rua da Esperança, n.° 58.

Substituições a militares

19 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.° 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

OPTIMA MOBILIA DE SALA

20 VENDE-SE uma toda de mogno, e moderna.

Largo do arco de Almedina.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3086 | Sabbado 24 de Fevereiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Quem profundar bem o estado da nossa sociedade actual achará ahi vicios repugnantes, e uma desorganisação quasi geral.

Sob uma falsa apparencia de prosperidade, e uma tranquillidade que não é senão o resultado do indifferentismo e scepticismo das mais fataes consequencias, existe de real uma assombrosa relaxação por parte dos poderes publicos no cumprimento dos seus deveres, uma tendencia pronunciada para o arbitrio, a mais completa falta de respeito pelos direitos dos cidadãos, e uma facilidade incrivel em proteger os que se prestam a tudo o que d'elles exige o poder e os seus delegados, embora á custa das mais graves injustiças feitas aos desamparados e infelizes.

O habito de ver praticar esses abusos, e de presencear uma tão grande falta de moralidade, quasi que já faz parecer como normal o que n'outra quadra seria condemnado asperamente, e até combatido da maneira mais energica e decisiva.

Ha dias o nosso esclarecido collega de Lisboa, o *Progresso*, pintou com verdadeiras côres esta situação. N'um artigo com o titulo de — *Traços negros* — depois de bem avaliar o que é o governo e o que significa o parlamento, caracterisa assim a falsa opinião que hoje se fórma dos homens e dos factos:

«Não pára aqui a opposição entre as formulas convencionaes d'esta decadencia e realidade dos factos.—A degradação intellectual chama-se adiantamento scientifico; a miseria, que leva á emigração e á morte muitos milhares de infelizes, chama-se bem estar das classes populares; o expediente de emprestimos successivos para saldar a enorme somma de muitos *deficits* accumulados, chama-se uso fecundante do credito; a importação, por muitos milhares de contos, dos primeiros generos necessarios á vida, sem a exportação correspondente para equilibrar o balanço, é augmento de riqueza nacional; a relaxação no cumprimento de todas as obrigações sociaes, é manifestação de praticas de liberdade e de brandura de costumes; as luminarias do primeiro de Dezembro e as mentiras officiaes, constituem o bom patriotismo; a agiotagem desalmada, denomina-se commercio respeitavel; os especuladores e exploradores dos soffrimentos populares, compõem a classe dos homens serios e que têem que perder; as veniagas, os desvios de fundos, os favoritismos odiosos, as delapidações, as violencias, as iniquidades, chamam-se politica. O servilismo palaciano, é dedicação monarchica. A feira parlamentar, é governo do povo pelo povo...»

São verdades estas ditas sem contemplação, nem ambiguidade; mas que ninguem com justiça poderá contestar.

Tal é a nossa presente situação!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Quando o governo teve a veleidade de encommendar em Inglaterra um couraçado, para defender a barra do Tejo, levantaram-se fortes censuras na imprensa contra essa acquisição, que custava ao paiz uma somma enorme, sem utilidade nenhuma, porque a sciencia mostrava que esse couraçado era completamente ineficaz para o fim que se tinha em vista.

Mais de pressa do que se esperava vieram os factos justificar a opposição; pois que bastou uma pequena digressão feita a Cascaes pelo couraçado, que já ha muito é conhecido pelo nome de *Pimpão*, para elle ficar logo gravemente damnificado, a ponto tal que não é possivel fazer-se-lhe o concerto n'este reino!

Lá vae, portanto, para Inglaterra, a fim ser concertado no estadeiro da casa Tames Iron Works, de que é engenheiro constructor Mr. Marcrow.

Ora se foi sufficiente aquella digressão a Cascaes para damnificar assim o couraçado; que seria se fosse atacado por uma esquadra devidamente equipada?!

Satisfaçam-se, porém, os caprichos dos ministros, muito embora para isso tenha a nação de pagar muitos centenares de contos de réis.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O *Diario do Governo* publicou o accordão do supremo tribunal de justiça, concedendo revista ao recurso interposto por D. Joanna Pereira e seus filhos, pronunciados e presos por iniciados no crime de homicidio na pessoa do afinador de pianos Cypriano Soares.

N'esse accordão lança o supremo tribunal de justiça uma especie de pena de excommunhão maior contra a imprensa periodica.

Começam, porisso, já os protestos da imprensa, que não podia, nem devia ficar silenciosa perante um facto de tal gravidade.

O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto*, diz a este respeito o seguinte:

«Diz assim um dos considerandos do veneradissimo accordão:

«Considerando finalmente que a decisão do

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXXVII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O CHAVECO LIBERAL

N.° 11. Vol. I.

O'er the glad waters of the dark blue sea,
Our thoughts as boundless, and our souls as free.

BYRON.

Quarta feira 19 de Novembro de 1829

D. MARIA E D. MIGUEL

ADJUDICAÇÃO DA CORÔA PORTUGUEZA PELOS SOBERANOS DA EUROPA (1)

I

Estado da questão.

Ha quasi tres annos que se agita a questão de Portugal, e as sombras de duvida que o espirito de partido tentou lançar sobre tão simples questão, desappareceram, mais pelas incoherencias e absurdos dos advogados d'esse partido, do que pelas contestações da parte contraria.

A mim parece-me ridiculo descer á arena para demonstrar que o primogenito de um soberano é o legitimo herdeiro de sua corôa ou corôas se elle mais que uma tinha; muito mais quando ainda em vida seu pae o declarou tal. Ninguem duvidou nunca dos direitos de D. Pedro: os que o disseram mentiram a seu proprio coração e consciencia, e de má fé o disseram.

N'este ponto de direito ninguem hesitou, —repito: e as batalhas que sôbre elle se brigaram foram *sham-fights* para ganhar tempo e distrahir a attenção dos objectos que a reclamavam toda.

D. Pedro não era estrangeiro por ter aceitado das mãos de seu pae (na Europa não se reconhece outro titulo do imperador do Brazil senão este) por doação *inter vivos*, uma das duas corôas que, ambas, devia herdar *mortis causa*. Se com effeito as leis de Lamego excluissem *todo estrangeiro* da corôa portugueza—n'este caso não seriam ainda assim applicaveis, porque D. Pedro não era estrangeiro. O que pedia a conveniencia, a justiça e a constituida independencia das duas corôas era que D. Pedro abdicasse em seu herdeiro portuguez a corôa europea, e que fizesse a bem de Portugal o sacrificio que seu pae fizera a bem do Brasil. Isso fez. D. Maria é portugueza por todas as leis de Portugal civis e politicas, por todas as leis da Europa; e como tal e como soberana de Portugal a reconheceu toda a Europa.

E quem se deixou seduzir d'essoutro argumento demagogico de que a «nação não queria senão o usurpador e repulsava o rei legitimo?» Ahi está uma emigração de dezoito a vinte mil homens espalhados pela Europa e pelo mundo, lá estão trinta a quarenta mil presos nos carceres de D. Miguel para responder a esse argumento, em um paiz onde escassamente se contam tres milhões de habitantes. Lá estão as forcas, os algozes, os assassinatos, as commissões prebostaes do usurpador para documentar essa asserção. E note-se que a mesma facção apostolica, que unica sustenta D. Miguel no throno, ainda assim não teve força para tirar a corôa a seu legitimo senhor e lh'a pôr na cabeça a elle. —A elle, a D. Miguel se confiou essa corôa; a suas mãos a deu a guardar a indulgente confiança de seu irmão e a mais que indulgente protecção dos gabinetes. Todas as grandes façanhas e proezas de D. Miguel e de sua facção foram pegar n'essa corôa que lhe confiaram, e pol-a na cabeça. Não conquistou como um usurpador ordinario, roubou o deposito que lhe deram a guardar.

Os esforços da facção de D. Miguel para lhe dar a corôa tinham sido vãos e nullos em Portugal. Não lhes valeu a aberta protecção de Hespanha, que lhes dava munições, quartel, viveres, auxiliares, refugio e toda a sorte de amparo em suas fronteiras. O exercito inglez não deu um tiro só para a destruir: aniquilou-a a força do partido legitimo, que sem questão, por aqui se vê, era o maior e mais poderoso. Presente D. Miguel em Portugal, nem assim a sua facção tinha forças para o acclamar. — *Elle é que se acclamou a si.* Protegido agora pelo exercito inglez, demittiu todas as auctoridades civis e militares em que não confiava; e com o governo na mão, impossivel ao partido legitimo toda a resistencia, fez elle a revolução, não o povo; elegeu-se elle a si, não a nação. Se a isto se chama o *voto popular*, como disse o duque de Wellington, seria para desejar que um vice-rei d'Irlanda, de intelligencia com os O'connells lhe désse uma demonstração caseira da bondade e perfeição de seus principios. E mais a paridade não fôra perfeita; não direi comtudo aqui as razões por quê.

Estes são os dois pontos da questão que a imprensa tem agitado: hoje os mais zelosos protectores de D. Miguel corariam de se apoiar em nenhum d'elles, porque bem conhecem, e sabem que todo o mundo conhece, que nenhum direito de successão lhe assiste, — e que o de eleição, além de repugnante aos principios europeus de hoje, não existiu e se desmente todos os dias pelo solemne ainda que tacito protesto da nação *pretendida-eleitora*, e pelas vinganças e tyrannias do *pretendido-eleito*.

Fechou-se pois toda a discussão e debate sobre a questão de justiça; e a unica que ja'gora se póde agitar é a de conveniencia: — i. é: — Convem á Europa que o estado de Portugal permaneça como se acha?

Nem a opinião publica e universal, nem os homens de estado de nenhum partido, nem os gabinetes, ninguem, por mais parcial, se

(1) O *Chaveco Liberal* era semanal e publicava-se em Londres.

Foi fundado por uma sociedade de emigrados portuguezes, para o unico fim de sustentar a legitima causa da Rainha e da Carta.

Era redigido por José Ferreira Borges, Almeida Garrett, e Midosi.

Publicaram-se 17 numeros, cada um de 24 paginas em 8.°, sendo o primeiro em 9 de Setembro de 1829, e o ultimo em 30 de Dezembro do mesmo anno.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

recurso pendente tem de regular-se sómente pela *lei escripta e applicavel ao estado do processo*, e não segundo a denominada opinião publica ou jornalistica, excitada pelo apparecimento de um cadaver em logar ermo, e publicada como mysteriosa em alguns periodicos noticiosos, e por fórma de ingerencia menos cabida e muito inconveniente, e até de influencia ousada e incompetente em actos de pura e impassivel administração de justiça, que compete ao poder judicial».

A ingerencia da imprensa n'este triste assumpto foi *menos cabida e muito inconveniente e até de influencia ousada e muito inconveniente*, mas no fim de tudo, sabe-se que appareceu em Mafra o cadaver de um homem que residia em Lisboa, sabe-se que esse cadaver foi transportado em uma carroça, sabe-se que essa carroça sahiu de casa de Joanna Pereira, sabe-se que o morto era da intimidade d'essa senhora, sabe-se que o carroceiro era individuo de sua confiança, suspeita-se de um crime atroz, como verificaram os tribunaes de 1.ª e 2.ª instancia; mas esse crime não póde ser apurado e os seus auctores ficaram impunes!

O que fez a imprensa? A imprensa narrou o que se passara, noticiou pormenores que elucidaram a justiça, e pediu uma e muitas vezes que se procedesse a certas formalidades que não foram observadas, pelo que o tribunal supremo de justiça d'este paiz entendeu que era nullo todo o processo!

Em que foi, pois, menos cabida e inconveniente a ingerencia da imprensa, e como foi ousada e inconveniente a sua influencia, segundo affirma o curioso accordão?

Qual foi o jornal que accusou Joanna Pereira e seus filhos de auctores d'aquelle crime? Qual o que pediu que lhes fosse applicada com toda a severidade a lei que pune os assassinos? Não sei de nenhum que a tal ousasse.

O que se pediu foi justiça, foi solicitude, foi desassombro e independencia ás auctoridades policiaes e judiciaes, e por mais extensos que sejam os accordãos do supremo tribunal de justiça e por mais crescido que seja o numero d'esses accordãos, a imprensa não prescindirá nunca de um direito sacratissimo, que é uma valiosa garantia em beneficio da sociedade e de uma regalia que ella não dispensará nunca.

Ninguem será tão imprudente que se atreva a dizer que o supremo tribunal errou no seu accordão, dando liberdade a Joanna Pereira e a seus filhos, mas o que a consciencia publica asseverará sempre é que Cypriano Soares foi assassinado e que as auctoridades d'este paiz, tão zelosas e tão promptas em encarcerar em umas pocilgas chamadas cadeias e em atirar para os sertões da Africa uns pobres diabos condemnados sabe Deus com que fundamento por crimes mal provados, não poderam e não souberam descobrir os assassinos do infeliz mestre de pianos!

Não foram Joanna Pereira nem seus filhos os assassinos de Cypriano Soares? Então quem foram? Era isso o que a imprensa queria saber, para o dizer ao publico.»

O nosso collega da *Nação* publica um artigo muito vigoroso, e á altura da dignidade da imprensa.

Esse artigo, que tem por titulo — *O supremo tribunal de justiça e a sua excommunhão latae sententiae contra a imprensa jornalistica!!!* — termina pelo seguinte modo:

«Todos pódem tudo; agora, porém, o supremo tribunal de justiça abre uma excepção para a imprensa periodica e condemna-a pela sua *ousada e inconveniente ingerencia* no negocio-morte de Cypriano Soares!

A *excommunhão* irrisoria do supremo tribunal não pésa sobre nós: fomos os ultimos a dar publicidade ao CRIME DE MAFRA, porque não queriamos pungir mais e mais o coração d'um esposo offendido; mas não podemos soffrer *aequo animo*, que o supremo tribunal pretenda ingerir-se na missão da imprensa!

Acceitamos a luva em nome dos nossos collegas ultrajados, repellimos com todas as forças o *anathema sit* de um tribunal incompetente.

Discordamos, uma e muitas vezes, dos nossos collegas no jornalismo; mas, quando os vemos menosprezados, enrolamos a bandeira legitimista, esquecemos as nossas dissidencias para nos collocarmos ao seu lado.

Ao ataque illustres collegas; aliás virá dentro em pouco a *lei das rolhas*; seremos amordaçados ao som dos gritos:

Viva a liberdade!!!.

Outros jornaes annunciaram já analyses ao accordão do supremo tribunal de justiça.

Na verdade não era possivel sem desdoiro ficar silencioso em vista de uma tal censura!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Os contribuintes têm direito a saber como o governo administra os dinheiros publicos.

Ácerca do que se ficou sabendo em uma das ultimas sessões da camara dos deputados diz o nosso collega do *Diario Popular* o seguinte:

«Soube-se que o governo emprestára ou garantira, sob pretexto de crise, a quantia de 150 contos a um banqueiro do Porto, seu favorito e actualmente fallido. E poderia dizer-se e saber-se que o mesmo virtuoso governo mandára offerecer emprestimos a diversos individuos do Porto, que desejava corromper e converter á sua politica. O sr. Serpa tentou acudir a este desafôro, allegando que o tal banqueiro garantira o emprestimo com penhor de papeis de credito. Apenas lhe ficou por dizer que os taes papeis eram papeluchos apenas, e tão papeluchos que o banco de Portugal, a despeito de toda a sua boa vontade, não os quiz aceitar como penhor de coisa nenhuma.

Soube-se que o governo tão bem tem administrado a construcção dos caminhos de ferro do Douro e Minho, que os engenheiros pedem para concluil-o quantias enormes, por fórma que o custo de cada kilometro excederá 40 contos de réis, embora a auctorisação legal fosse apenas para 30 contos.

Soube-se que a estação principal dos caminhos de ferro do Douro e Minho, cujo custo fôra avaliado em pouco mais de 200 contos, já em 31 de Outubro de 1875 tinha custado 359 contos, e hoje está em mais de 500 contos. Soube-se que estão devorados todos os emprestimos legaes para a construcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro, que estão despendidos mais de 8:200 contos, e que, comtudo, ainda são precisos mais de 2 annos, e quantias avultadissimas para se concluirem aquellas malfadadas linhas. Soube-se, pois, quanto é prudente conceder a este sabio governo qualquer auctorisação para fazer construcções por conta do estado. Cada auctorisação significa um sorvedouro de dinheiro, e o adiamento indefinido das obras.»

Este quadro deve necessariamente ser muito lisonjeiro para os contribuintes, que assim vêem tão bem administrado o seu dinheiro!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Publicámos ha dias a noticia de que, por iniciativa do muito esclarecido e infatigavel escriptor e investigador o sr. Pereira Caldas, houvera em Braga uma reunião de illustrados redactores e correspondentes de jornaes, a fim de se procurar descobrir a casa natalicia de Gabriel Pereira de Castro, ornamento litterario d'aquella cidade, e nascido em 7 de Fevereiro de 1571, a fim de se erigir uma lapide commemorativa d'esta circumstancia.

Effectuada a reunião referida foi n'ella nomeada uma commissão, composta de cavalheiros muito competentes, para tratar d'este objecto.

Com effeito, na parte scientifica e litteraria é muito digno Gabriel Pereira de Castro de todas as demonstrações. Sentimos, porém, que como magistrado a sua memoria esteja infamada n'uma das maiores crueldades, de que resam as chronicas dos tribunaes portuguezes. Queremos fallar da sentença altamente iniqua, proferida contra o infeliz Simão Pires Solis, a qual publicámos no *Conimbricense* de 27 de Março de 1869, precedendo-a do merecido stygma por nós lançado contra os seus auctores.

Foi Simão Pires Solis accusado de ser o auctor de um sacrilegio na egreja de Santa Engracia, na capital, em a noute de 15 para 16 de Janeiro de 1630.

Em virtude da sentença da relação de Lisboa, de 31 de Janeiro de 1631, foi Solis *arrastado, com baraço e pregão, pelas ruas publicas de Lisboa até o campo de Santa Clara, sendo-lhe ahi decepadas as mãos ambas, e queimadas á sua vista, collocado em um mastro alto, e queimado vivo!* Teve além d'isso os bens confiscados.

O sr. conselheiro Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco, distincto lente cathedratico da Faculdade de Direito, e que rege a cadeira de direito criminal, está a concluir a impressão de uma interessantissima e vasta monographia, ácerca das sentenças capitaes n'este reino, a qual ficará sendo, sem a menor duvida, o trabalho mais notavel, que entre nós se tem publicado a este respeito.

Permittiu-nos o sr. conselheiro Henriques Secco, que d'esta monographia, ainda inedita, transcrevessemos as seguintes reflexões, que em nota faz áquella iniqua sentença:

«Solis morreu innocente! Bastaria, para d'isso convencer, a leitura da propria sentença. Accresceu, porém, dois ou tres annos depois a prova provada, havendo-se dado como auctor do delicto um ladrão gallego de nação, condemnado por latrocinios na occasião de se aproximar da forca na cidade *Auriense*, em Hespanha, do que se fizeram instrumentos publicos, tanto pelo juizo ecclesiastico como pelo secular. Agostinho Barbosa, *in Add. ad Collect*, cap. *Afferte gladium de praesumptionibus*, n.º 4.

E não obstante tinha sido defendido por dois advogados, que arrazoaram em commum por tres vezes! Quem sabe se sómente *pro forma*, ou amedrontados com o respeito do tribunal!

Foram oppostos embargos á sentença; que a relação ou melhor a commissão (porque os juizes foram nomeados pelo rei) rejeitou no dia 3 de Fevereiro, soffrendo o desditoso o ultimo supplicio n'este proprio dia.

Semelhante condemnação será o eterno opprobrio dos juizes, que a *subscreveram*, e em especial do jurisconsulto Gabriel Pereira de Castro, *relator*, e que a *escreveu de sua letra!*

Attribue-se o procedimento d'este desvairado sabio a ciumes, por isso que, juiz e victima, requestavam ambos a mesma mulher, uma freira de Santa Clara!

Todavia o presentimento do sacrificio da justiça que ia consummar-se, devia ter assaltado muitos corações, e ao menos o de um illustre personagem: pois assim se exprime uma testemunha do caso:

Estava reunido o tribunal da relação para dar sentença contra Simão Pires Solis, indiciado auctor do sacrilegio; assistia ao acto D. Diogo de Castro, conde de Basto, que então era vice-rei d'estes reinos pelo intruso governo dos Philippes, e quando iam os juizes para dar a sentença, disse D. Diogo de Castro: Lembro a honra de Deus e a honra d'este homem.

Mas a vingança triumphou, supplantando a causa de Deus, e a causa d'esse homem desgraçado!

Não blasphememos! A causa de Deus não pode ser supplantada!

Um juiz prevaricou; mas a pena do crime do vivo expia-a a memoria do morto.

Um innocente foi victima da prevaricação; porque os homens que o julgaram, desprezaram a sua defeza; mas a posteridade tomou a si essa defeza, e a honra d'esse homem!

Triumphou pois a causa de Deus!

Manoel Alves Pegas publicou a sentença no seu *Tractado historico e juridico sobre o sacrilegio de Odivellas*, n.º 59, a que tocam tambem os n.ºs 60 e 355; reproduziu-a modernamente o *Conimbricense*, n.º 2261, de 27 de Março de 1869. Leia-se egualmente o *Jornal do Commercio*, n.º 4910, de 11 de Março de 1870.»

Repetimos, portanto, que é digno Gabriel Pereira de Castro de todas as demonstrações como jurisconsulto e poeta; mas como magistrado tem de pesar sobre a sua memoria um stygma indelevel.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

atreve a responder que *sim*. É concorde, unanime entre todos que Portugal não póde ficar como está.

É forçoso que o estado de coisas alli mude, que se restaure a tranquillidade e a ordem, que se remova dos olhos do mundo aquelle espectaculo escandaloso que desacredita a monarchia e subverte o principio da legitimidade. Este é um ponto decidido; mas como e porque modo? Aqui são as divergencias: e a isto se reduz hoje unicamente a questão de Portugal.

II

Que causas tem e que remedios póde ter o estado de Portugal.

É inegavel e inquestionavel que em Portugal existem dois partidos. Não darei epithetos a nenhum d'elles, não carregarei sobre um nem exaltarei sobre o outro: simples e nuamente repito o que todos sabem—que alli existem dois partidos (1). Um pelo governo legitimo do legitimo successor de João VI, outro pelo usurpador.

Em um paiz onde dois partidos estão em presença, a ponto de luctar e quebrar a ordem publica, não ha senão dois meios de restaurar a tranquillidade: — ou neutralisal-os e amalgamal-os por concessões reciprocas para que mutuamente se contenham — ou dar ascendente determinado a um sobre o outro para que o contenha.

A este axioma ajuntemos outro não menos evidente nem menos *axioma*: — Que todas as vezes que o primeiro d'estes dois meios for possivel, elle deve com preferencia adoptar-se.

E agora perguntarei: já se tentou o primeiro meio; i. é, já se procurou amalgamar os dois partidos por concessões reciprocas? (2).

E que resultados se obtiveram?

Já se tentou o segundo meio; i. é, já se deu ascendente a um dos partidos sobre outro?

E que resultou d'essa preferencia?

A estas perguntas simplices responderão simplicissimamente os factos.

III

Neutralisação dos partidos em Portugal por concessões reciprocas:—resultados que teve.

D. Pedro IV reconhecido em Portugal e por todos os governos da Europa, successor legitimo de seu pae D. João VI, foi o primeiro que tentou amalgamar os dois partidos que existiam em seus estados europeus.

A Carta não foi outra coisa senão um pacto de concordia celebrado pelo soberano entre os dois partidos. Mas não contente de transigir com os principios politicos d'elles, e de os congraçar por concessões reciprocas, D. Pedro foi mais generoso ainda, e transigiu até com as pretensões pessoaes de seu irmão e do partido d'elle pelo unico modo que, sem descer de sua dignidade, o podia fazer: abdicou em sua filha portugueza, desposou-a com D. Miguel e deu-lhe com a mão da joven princeza tudo o que sem offensa da justiça e decoro lhe podia dar, as honras, o titulo, a grandeza real. Não se contentou com isto o partido de D. Miguel e o apostolico, que é o mesmo; assolaram o paiz com facções, com disturbios, com a guerra civil aberta e declarada, emfim com todos os horrores d'ella. Tomaram, ou pareceram tomar, o alarme os gabinetes da Europa, e insistiram por mais amplas concessões para o partido que se não queria accommodar com nenhuma. D. Pedro, que resistiu ao principio, cedeu em fim a tanta instancia, e confiou nas promessas de garantia que se lhe fizeram para sua corôa e sua filha (4). D. Miguel foi por elle nomeado regente de Portugal e seu logar-tenente.

Ainda não bastou esta concessão! — não bastou tiral-o do exilio onde seu pae o mandára—toda a Europa sabe por que crimes—e pôl-o quasi sobre o throno: quiz-se mais, e mais se concedeu. A abdicação de D. Pedro, que prudentemente tinha *condição e dia*, se fez *pura e simples* para remover todo o ciume da independencia.

Era possivel conceder mais, — cabia em meios humanos fazer mais esforços e sacrificios para neutralisar e congraçar partidos?

E quaes foram os resultados?

D. Miguel apenas voltado do exilio, D. Miguel que tão solemnes juramentos e promessas havia feito em Vienna e em Londres e em toda a parte, D. Miguel perjurou sem remorso, trahiu seu augusto bemfeitor e tomou para si a corôa que elle confiára á sua guarda. Nenhuma revolução o elevou ao throno (5), foi elle que se sentou sobre o throno, a cujos degraus estava de guarda como primeiro sentinella e defensor. A facção apostolica pediu destituições e proscripções e confiscos ao novo rei; e o usurpador lh'os deu. Reagiu por fim o partido legitimo depois de tantos attentados; mas abandonado e ameaçado de toda a Europa, sua reacção nunca podia ser senão um *protesto armado e solemnissimo* da nação contra seus calumniadores estranhos e domesticos. Venceu, nem podia deixar de vencer então, o partido menor, porém muito apoiado. Correu muito sangue, dobraram as proscripções, as exacções, os tributos, os confiscos: —mas restaurou-se a ordem e tranquillisou-se o paiz?

Que o digam os carceres, as forcas e os carrascos de Portugal.

Logo, foi impracticavel amalgamar os dois partidos, e restabelecer a tranquillidade por este meio.

(Continuar-se-ha).

(2) Observe-se porém, que desde que um partido se arma, perturba a ordem publica e subverte o estado, deixa de ser unicamente partido e se converte em facção. O partido de D. Miguel é pois uma facção.

(3) O que o duque de Wellington e o conde de Aberdeen chamam em sua phrase jesuitica: *to conciliate conflicting interests.*

(4) De que estas promessas se fizeram—temos authenticos documentos nos protocollos de Vienna e Londres de 1827 e 28. — Além d'estes, muitos outros, que esperamos ver publicados em breve.

(5) Repisâmos esta asserção, porque é importante, inquestionavel, e destroe todos os sophismas dos pretendidos realistas que se não pejam de argumentar á *Robespierre*.

Satisfazendo ao pedido que nos faz o nosso amigo o sr. bacharel José Alberto Corte Real publicamos a seguinte carta.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«*Sr. redactor e meu amigo.*—Faz-me particular obsequio se publicar no seu excellente jornal a seguinte emenda a uma carta que ha dias publiquei no *Tribuno Popular*.

— Onde se lê 600$000 réis, deve lêr-se 400$000 réis.

Muito obrigado lhe fica o

De v. am.º att.º e cr.º obrg.º
José Alberto Corte Real.

Sua casa—23 de Fevereiro de 1877.

NOTICIARIO

Companhia edificadora Figueirense.—Progridem de um modo mui lisonjeiro as operações d'esta companhia, segundo as informações que ultimamente tivemos da Figueira da Foz.

Acham-se este anno em construcção cinco casas no *novo bairro de Santa Catharina*. Tem a companhia realisado a venda de algumas das anteriormente edificadas. E tem-lhe sido compradas importantes porções de terreno para novas construcções.

Está adiantado o grande estabelecimento de fundição do habil artista da Figueira, sr. Motta; e a companhia vae edificar casas pequenas para os operarios do mesmo estabelecimento.

Não são já sómente os banhistas que procuram o *bairro novo*: varias familias da Figueira tem n'elle já, ou alli preparam, a sua habitação.

N'estas circumstancias entende a illustrada e patriotica direcção da companhia ser chegado o tempo de dar dividendos aos seus accionistas.

Até aqui tem ella sempre proposto nas assembleas geraes que o saldo, que poderia distribuir-se em dividendos, fosse empregado em novas construcções; para d'esse modo chamar a attenção dos habitantes da Figueira e dos banhistas para o novo bairro, e para assim ir dando cada vez maior valor aos seus terrenos. E as assembleas geraes têm unanimemente approvado essas propostas.

Hoje que aquelle duplo fim está alcançado, vae a direcção propor, na proxima sessão que ha de ter logar em Setembro, que se dê aos accionistas um dividendo de 6 0/0, ficando o resto do saldo para *fundo de reserva*.

Do relatorio e contas, que hão de ser distribuidos, segundo os estatutos, antes d'aquella semana, constará qual o saldo total; e os accionistas resolverão se o dividendo deve ser o que a direcção propõe, ou maior.

Cremos que todos se conformarão com a proposta da direcção, fazendo justiça á prudencia e tino com que administra os negocios da companhia.

Fallecimento.—Na terça feira falleceu repentinamente n'esta cidade, na edade de 62 annos, o sr. José Alves de Faria, um dos empregados mais antigos da direcção das obras publicas d'este districto, d'onde passou para o serviço do municipio de Coimbra com licença do governo, na graduação de conductor de 4.ª classe.

O sr. José Alves de Faria pertencia a uma familia toda de ideias liberaes, e serviços distinctos á causa constitucional.

Nasceu em 19 de Dezembro de 1814 na freguezia de S. Thiago d'esta cidade, e era filho de Antonio Alves de Faria, vulgo—o alferes da praça—por ter sido alferes de ordenanças; e de Maria do Carmo Pinto, do logar da Pedrulha, freguezia de Santa Cruz.

O pae do fallecido foi negociante na praça de S. Bartholomeu até 1824, epocha em que foi despachado para escrivão publico do judicial e notas da villa de Monte-Mór o Velho, aonde foi residir com toda a sua familia, que constava de sua esposa, e 5 filhos—Joaquim, Antonio, José, João e Maria.

Em 1828 emigrou com os dois filhos mais velhos, Joaquim e Antonio; vindo depois, no anno de 1832, na expedição libertadora, que desembarcou na praia do Mindello.

O pae, Antonio Alves de Faria, foi sempre commissario de infanteria 9; o filho Joaquim era 1.º sargento do batalhão de voluntarios da rainha, e o Antonio, 2.º sargento do mesmo batalhão, e sempre encarregados do expediente da secretaria do corpo.

Fizeram toda a campanha até ao feliz resultado da batalha da Asseiceira; depois do que regressaram á cidade do Porto, onde pediram baixa do serviço, para virem descançar com a sua familia das fadigas de uma guerra tão prolongada, para a qual os filhos tinham ido na verdura dos annos, pois que o mais velho tinha 18 para 19 annos de edade, e o mais novo 17 para 18.

Vieram consolar a mãe infeliz e os outros seus irmãos sem abrigo, dos quaes o sr. João Alves de Faria, actualmente empregado na repartição das obras publicas d'esta cidade, senão podia recordar, por ter ficado de 3 annos de edade.

Em 1833 foram os dois voluntarios da rainha despachados escrivães de direito, o Joaquim para a comarca de Ceia, e o Antonio para a de Oliveira de Azemeis. E continuando n'estes empregos publicos, o Joaquim veiu a fallecer em Gouveia, em 1867, tendo 55 annos de edade; e o Antonio no anno de 1869, em S. Pedro do Sul; havendo ambos adquirido sympathias nas localidades onde serviram.

O pae d'elles, Antonio Alves de Faria, havia acompanhado a expedição ao Algarve, que veiu a entrar em Lisboa no dia 24 de Julho de 1833, e ahi se conservou até ser encarregado do fornecimento da divisão auxiliar de Hespanha, succumbindo a uma constipação, antes do regresso das forças portuguezas, e sendo sepultado em Astorga, aos 48 annos de edade.

Este acontecimento trouxe a consternação á mãe infeliz, e o infortunio aos filhos menores, José, Maria e João, que mais tarde foram ajudados pela Providencia.

O sr. José Alves de Faria, agora fallecido n'esta cidade, era dotado de excellentes qualidades, e estimado de todas as pessoas que com elle tinham relações.

Seguindo as tradições da sua familia, quando em 1846 se levantou quasi toda a nação para reargir contra o governo de Lisboa, creado pela celebre emboscada de 6 de Outubro, o sr. José Alves de Faria pegou em armas, alistando-se em um dos batalhões nacionaes, e serviu até ao fim da campanha a causa popular com a maior dedicação e bravura.

Actualmente já não ficam existindo senão os seus dois irmãos mais novos, o sr. João Alves de Faria, antigo empregado da direcção das obras publicas d'este districto, onde conta 26 annos de serviço, e a sr.ª D. Maria Maximiana de Faria, casada com o sr. director do correio de Ceia.

Consorcio.—O nosso amigo o sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar, negociante d'esta cidade, casou com a exm.ª sr.ª D. Maria Rita Henriques Serra Aguiar.

Damos os parabens, e desejamos todas as venturas aos novos conjuges.

Ordens.—O exm.º sr. bispo, conde confere ordens no dia 17 de Março proximo.

Despachos.—Foram nomeados lentes substitutos da Faculdade de Medicina, os srs. drs. Adriano Xavier Lopes Vieira e Antonio Maria de Senna.

Mercado de Coimbra.—No mercado do dia 23 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 530 — Dito branco 550 — Dito de Celorico meudo 520 — Dito graudo 480 — Milho branco 350 — Dito amarello 380 — Feijão vermelho 620 — Dito branco da marinha 740 — Dito da terra 660 — Dito rajado 540 — Dito frade 520 — Centeio 340 — Cevada 220 — Batatas 370 cada 15 kilos — Grão de bico meudo 550 — Dito graudo 650 — Favas 370 — Tremoços 300 — Azeite reis 1$520 — Vinho da Bairrada 900 — Dito do Bairro 700 a 750.

Noticias commerciaes e agricolas.—O preço do milho tem abatido em Coimbra alguma cousa, em rasão das entradas em Lisboa, vindo de Masagão, as quaes obstam á saida d'este cereal para o sul do reino, que era para onde tinha saida.

O feijão tem declinado de preço, e espera-se que decline mais, em consequencia dos grandes abastecimentos que ha em Lisboa, vindo do estrangeiro, e das poucas encommendas para o Brasil.

Os trigos brancos têem subido em rasão de se haverem estragado muitas sementeiras no Alemtejo, e não se poderem semear alguns no Ribatejo.

Fizeram-se por toda a parte, com bastante regularidade, e apresentam-se com aspecto promettedor, as ultimas sementeiras de trigo ribeiro e tremez.

Espera-se que este anno haja uma rica colheita de trigo nos campos do Mondego, que ficaram muito estrumados com as ultimas cheias.

Novo jornal.—Recebemos hontem o n.º 1 do *Jornal de sciencias mathematicas e astronomicas*, publicado n'esta cidade pelo sr. dr. Francisco Gomes Teixeira, distincto lente de Mathematica na Universidade de Coimbra e socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

A alta competencia do sr. dr. Francisco Gomes Teixeira nas sciencias mathematicas, é reconhecida desde que frequentou com a maior distincção os estudos na Universidade.

Temos, portanto, nos seus honrosissimos precedentes uma segura garantia, de que ha de continuar, na publicação do seu jornal, a ennobrecer o estabelecimento de que é digno filho.

Concurso.—Perante o exm.º sr. bispo de Coimbra se acha aberto, pelo prazo de trinta dias, a contar de 17 do corrente mez, o concurso por provas publicas, que para provimento da egreja parochial de Nossa Senhora da Assumpção de Santa Combadão se mandou abrir pela portaria de 23 de Janeiro ultimo.

Applausos.—O novo drama do sr. Antonio Ennes—*O Saltimbanco*—foi representado no theatro do Gymnasio de Lisboa, no meio dos mais calorosos applausos.

Os jornaes são conformes em fazer os maiores elogios ao drama, e á actriz Amelia Vieira, que desempenhou o papel principal.

Approvação.—Na camara dos deputados foi approvado o projecto que auctorisa o governo a rescindir o contracto com alguns bancos para pagamento das classes inactivas.

Recrutamento.—O supremo tribunal administrativo decidiu favoravelmente os seguintes recursos, a fim de que fiquem os respectivos mancebos livres do serviço do exercito:

CONCELHO DE ARGANIL

Freguezia de Paradella — José, filho de Fernando Martins.

CONCELHO DE COIMBRA

Freguezia de Santa Cruz — Maria Diniz, casada em segundas nupcias com Manoel Silvano, a favor de seu filho João, e de seu primeiro marido José de Castro Semide.

CONCELHO DE POIARES

Freguezia de Santo André—Manoel Henriques, pelo filho João.

CONCELHO DE CONDEIXA

Freguezia de Furadouro — Antonio Francisco Florencio, pelo filho Victorino.

Freguezia de Sebal — Miguel Gomes Tenente, por seu neto José, filho de Joaquim Gomes Tenente.

CONCELHO DE CANTANHEDE

Freguezia de Cordinhã—João Pinto, filho de José Pinto.

CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Freguezia de Lagiosa—Adriano Marques, filho de Antonio Marques.

CONCELHO DE MIRANDA DO CORVO

Freguezia de Semide—Francisco João, pelo filho Augusto.

Freguezia de Miranda do Corvo—Antonio Rodrigues de Deus, por seu filho Joaquim.—Joaquim Dias, pelo filho Joaquim. — Pedro Augusto, pelo filho José.

Freguezia de Rio de Vide—Antonio Marques Ferreira, pelo filho José.

CONCELHO DE MONTEMÓR-O-VELHO

Freguezia de Seixo — Antonio Gomes Cavalleiro, pelo filho Joaquim.

Desmentido.—Pedem-nos a publicação do seguinte:

«Sr. redactor.—Tem-se propalado a calumnia de que o povo de Villa Nova de Outil, concelho de Cantanhede, fôra auctor de um facto que não existiu; isto é, que apparecera um alguidar com uma faca e uma porção de sal dentro, á porta do reverendo capellão d'aquelle povo, e hoje parocho da freguezia.

E como tal boato pode recahir em desabono da povoação de Villa Nova de Outil, que sempre tractou bem os seus capellães: venho declarar solemnemente, que é completamente falso esse boato.

Um dos parochianos.

Protesto.—Foi hoje remettido para Lisboa o protesto de grande numero de habitantes de Coimbra, de todas as classes da sociedade, contra a alteração feita pelo governo no entroncamento do caminho de ferro da Beira Alta.

O protesto foi enviado ao sr. marquez de Avila e de Bolama, digno presidente da camara dos pares, a fim de o fazer presente á mesma camara.

Soccorros para os inundados.—Sabemos que o sr. vice reitor já entregou ao sr. bispo conde, para lhe dar o conveniente destino, a quantia de 143$700 réis, verba que até hoje tem sido recebida dos lentes da Universidade e professores do Lyceu, proveniente de um dia do vencimento dos que subscreveram em beneficio dos pobres, que soffreram com os ultimos temporaes que assolaram o paiz.

Febre amarella.—Diz-se que na Bahia tem havido alguns casos de febre amarella.

Recepção.—No dia 15 foi recebido solemnemente por el-rei de Hespanha o sr. conde de Valbom, nosso ministro junto a Madrid.

Soltura.—Diz um jornal de Lisboa que sairam já da cadeia D. Joanna Pereira, seu filho e o carroceiro, por lhes ter sido dada a ordem de soltura em virtude do accordão do supremo tribunal de justiça.

O que vae por Loanda.—Consta ao *Progresso*, que o estado da fazenda militar em Loanda é tão bom ou peior que a do continente.

Os soldados, ainda não ha muito que eram sustentados com farinha avariada, mas por isso o fornecedor faz *generosos* presentes aos commandantes, já se vê, em detrimento da bolsa e saude dos soldados.

O pret, além de insufficiente, é mal distribuido.

Pianos inglezes.—Ao governo e aos seus amoucos, patriotas das luminarias, que na camara se desfaziam em zumbaias ao governo inglez a proposito dos negocios de Africa, revelou hontem o sr. Barros e Cunha, diz o *Diario Popular*, a existencia d'uma circular d'aquelle governo, preparando a organisação d'uma confederação na Africa do sul, entre as colonias inglezas, a republica do Transwaal, a de Orange, tribus indigenas, etc., com o intuito formal de nos pôr fóra de Moçambique.

ANNUNCIOS

GUIA DAS

JUNTAS DE PAROCHIA

NA ORGANISAÇÃO DOS SEUS ORÇAMENTOS

POR

JOAQUIM D'ALMEIDA DA CUNHA

Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra

Empregado no Governo Civil

Auctor do GUIA DAS CAMARAS, e do REPERTORIO DA LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA DESDE 1865 ATÉ 1875

1 ESTA OBRA, além das disposições relativas á receita e despeza parochial, contém modelos para o orçamento—para simples acta de discussão—para actas de discussão de orçamento em que se collectem confrarias, em que se lance derrama, em que se peça auctorisação para demandar devedores,—requerimento á camara solicitando postura que auctorise a derrama; ao governador civil pedindo auctorisação para demandar devedores, etc., etc.

Remette-se, franco, a quem enviar 200 réis em estampilhas de 25 réis a José Correia de Almeida Junior—Livraria Popular—Coimbra.

ATTENÇÃO

2 MICHAELA ENGRACIA DE JESUS, parteira, moradora na rua das Fangas, n.º 69, participa ao publico, que continua a ir aos partos, a todas as pessoas que se quizerem utilisar do seu serviço.

MODISTA

3 CAROLINA DA PIEDADE TEIXEIRA, tendo estabelecido o seu atelier de costura na travessa de S. Christovão, n.º 8, convida, por isso, todas as senhoras, tanto de Coimbra como de fóra da cidade, a utilisarem-se do seu trabalho, o qual será desempenhado sob sua responsabilidade, com a maxima perfeição, urgencia e modicidade de preços.

A annunciante declara que, usando d'este meio, não pretende hostilisar, por fórma alguma, as exm.as sr.as D. Maria Julia Romana e D. Clotilde da Exaltação Cardoso, de quem foi discipula.

MUITA ATTENÇÃO

4 ALBERTO GOMES TINOCO, rua de Quebra Costas, está encarregado de fazer venda d'alguns pianos proprios para estudo; assim como tem alguns verticaes para alugar.

5 A CAMARA MUNICIPAL do concelho de Anciäo faz publico que, tendo o doutor Augusto José da Silva, renuncia á sua nomeação de medico do primeiro partido de medicina e cirurgia d'este concelho, agora novamente se acha a concurso o mesmo partido, pelo espaço de trinta dias, que findarão em 18 de Março proximo, com o ordenado annual de quatrocentos mil reis, pulso sujeito á tabella camararia e residencia na sède do concelho. Os pretendentes apresentarão até áquelle dia na secretaria da camara os seus requerimentos e mais documentos com que os tenham de instruir.

Anciäo, 15 de Fevereiro de 1877.

O vice-presidente da camara,
Antonio José da Silva.

GONÇALVES CRESPO

Miniaturas. 2.ª edição
1 volume 300 réis

6 Á VENDA na livraria do editor—Manoel d'Almeida Cabral, rua da Calçada, n.os 163 a 165, e em todas as livrarias de Lisboa e Porto.

Estampilhas estrangeiras

7 NA RUA DA CALÇADA, n.os 163 a 165, acaba de se receber de Paris um grande e variado sortimento de estampilhas estrangeiras, que se vendem por preços baratissimos.

ELEMENTOS DE ARITHMETICA

COMPOSTOS
SEGUNDO O PROGRAMMA DOS EXAMES D'INSTRUCÇÃO PRIMARIA
PARA USO DOS CONCORRENTES AO MAGISTERIO PRIMARIO
E DOS QUE PRETENDEM HABILITAR-SE PARA O EXAME DE ADMISSÃO NOS LYCEUS

POR

J. M. PESSOA

2.ª edição

8 Á VENDA em quasi todas as livrarias de Coimbra.—Preço 160 réis.

Antonio Maria Cardoso

9 ACABA de receber um grande sortimento de alpacas pretas, e merinos pretos, chales de merino pretos, tanto bordados como lisos; failes pretos para vestidos, que vende muito barato. Tambem tem mantas bordadas de seda pretas e de algodão para senhoras.

Sociedade philarmonica Boa-União

10 ESTA SOCIEDADE havia deliberado ir tocar para o Jardim Botanico, nos dias 4 e 18 do proximo mez de Março, sendo o dia 4 em beneficio dos inundados, e no dia 18 a beneficio do cofre do seu monte-pio, tendo pedido e obtido para este fim a competente auctorisação do exm.º sr. director do dito Jardim Botanico; e havendo outra sociedade manifestado desejo de ir tocar para o mesmo local em um dos referidos dias, em beneficio dos inundados, a sociedade philarmonica Boa-União deliberou ceder-lhe o dia 4, reservando para si o dia 18, domingo de Lazaro, indo tocar para o Jardim, das 3 horas em diante, para o fim acima mencionado.

Coimbra, 23 de Fevereiro de 1877.

O presidente,
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

11 PRETENDE-SE comprar umas casas com quintal, nas proximidades de Coimbra, ainda que seja em pequeno ponto.

Quem tiver uma n'estas condições, queira dirigir-se para tratar á rua da Calçada, n.º 108.

V. H. LEBRE

LOTERIA

EXTRACÇÃO EM 28 DE FEVEREIRO

5:000$000

12 JOÃO ANTONIO CARDOSO, rua da Calçada, n.º 219 a 223, casa azul, tem á venda bilhetes, meios, quartos, oitavos e cautellas de todos os preços desde 560 até 30 réis.

N. B.—Na mesma casa se vende muito bom chá de differentes preços, assim como chá preto de ponta branca, de especial qualidade.

13 MIGUEL DIAS BARATA tem na sua quinta de Coenços uma porção d'enxertos de laranjeira, de 4 a 6 annos, que vende. Quem os pretender póde dirigir-se á dita quinta, ou em sua casa ao Arco d'Almedina.

Substituições a militares

14 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

VENDA DE CHOUPOS

15 NO DOMINGO, 4 do proximo Março, pelo meio dia, na insua da fabrica, ao porto de Monte-São, faz-se venda, convindo o preço, de *mil e quinhentos choupos*, a mais, existentes no choupal da mesma insua; ou em globo, ou aos lotes, ou avulso, como melhor convier.

Tambem se recebem propostas até áquelle dia, na quinta da Ponte, em Antuzede.

16 QUEM QUIZER comprar as casas, em que vivia em Cellas, o dr. Ave Maria, póde dirigir-se á rua d'Alegria, ao conego Manoel Marques Pereira Ribeiro, que está auctorisado pela herdeira para as vender.

CONTRA A TOSSE

EXCELLENTES REBUÇADOS MYTILICOS DE LENGART

Caixa	240 réis
Meia dita	120 »

Á VENDA NA

LOJA DE VIDROS E LOUÇAS

100, PRAÇA DO COMMERCIO, 102

COIMBRA

REZINA DE JALAPA DA TERRA

18 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

OPTIMA MOBILIA DE SALA

19 VENDE-SE uma toda de mogno, e moderna.

Largo do arco de Almedina.

PHARMACEUTICO

20 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

AGENCIA EM LISBOA

21 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico, incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.º

22 JOSÉ CORREIA LEMOS, na rua da Calçada, além do costumado sortimento de fazendas modernas, e de muita roupa feita que sempre tem, recebeu ultimamente muito boas fazendas pretas para roupa de homem; e muito boas sedas pretas failles para vestidos de madama.

O CONIMBRICENSE



REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3087 | Terça feira 27 de Fevereiro de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Um nosso amigo, chegado ha poucos dias de Lisboa, e que teve occasião de examinar o edificio da prisão penitenciaria em construcção, dá-nos informações ácerca d'este estabelecimento, que estão perfeitamente de accordo com o que diz o esclarecido correspondente da *Actualidade*.

É a renovação dos carceres da antiga inquisição, de horrorosa memoria, e se é possivel ainda mais aggravados!

O preso fica para assim dizermos sepultado em vida. Não póde ver a luz do céu, e o pequeno cubiculo em que é mettido quasi não dá espaço para se deitar.

Não póde ver ninguem senão o guarda, e em certos casos o padre capellão. O edificio é construido de fórma, que os presos pódem dos seus cubiculos ouvir missa nos domingos, sem se verem uns aos outros.

Cada correnteza de cellas tem seu corredor, onde cada preso poderá passear por sua vez; porém como os condemnados não se devem ver uns aos outros, e será necessario tomar prevenções para que no corredor não exista mais de um, não poderá cada preso ter mais de duas horas de passeio por mez!

O isolamento absoluto, que conduz quasi sempre á loucura, e que está reprovado em as nações estrangeiras, é agora estabelecido em Portugal! E para isto vão-se gastar só na penitenciaria de Lisboa 1:000 contos de réis!

Aboliram a pena de morte, mas pelo que se vê, não houve n'isso senão uma miseravel hypocrisia.

Somos, e fomos sempre adversarios da pena de morte; porém não podemos deixar de reconhecer, que antes uma execução prompta do condemnado, do que este assassinato lento e cobarde.

Aqui em Coimbra tambem se trata de construir outra penitenciaria.

Teremos a inquisição, outr'ora na rua da Sophia, mudada para o local do antigo collegio de Thomar?

Muito boa gente tem tido Portugal a fazer as suas reformas! Se os taes reformadores fossem sepultados em a nova inquisição, que resolveram crear, queriamos ver o que diriam de semelhante estabelecimento!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

São geraes as queixas por causa de se acharem sem professores tres cadeiras na Faculdade de Direito da Universidade.

Pelo que vemos principiou o anno lectivo com a falta de professores, e assim continuará até ao fim, sem que os estudantes possam fazer acto das disciplinas que lhes não forem ensinadas.

Se essas disciplinas, como de certo ninguem se atreve a negar, são indispensaveis para a sciencia, é mister que o governo faça com que haja quem as ensine.

As providencias têm sido inefficazes. E ha de consentir-se este estado de relaxação, e um tão censuravel e prejudicial abandono das aulas?

Ha de continuar um semelhante escandalo, sem que haja meios de lhe fazer pôr um termo?

É assim que estão a maior parte dos serviços publicos no paiz!

Cada um faz o que quer, e têm rasão, porque a épocha é de pura patuscada.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A direcção do asylo de mendicidade de Coimbra acaba de fazer uma importante acquisição.

Quando em 16 de Setembro de 1855, dia da acclamação do sr. D. Pedro V, foi fundado o asylo, serviu para esse fim interinamente o edificio do collegio do Carmo.

Depois passou o asylo para a antiga casa da roda dos expostos em Mont'arroio, pertencente á junta geral.

Lutava, porém, ahi a direcção com falta de espaço para desenvolver aquelle estabelecimento. Agora, porém, está removida essa difficuldade.

A direcção do asylo comprou o collegio de S. Francisco da Terceira Ordem, mais conhecido por collegio dos Borras, na rua da Sophia, pela quantia de 10:200$000 réis.

Este edificio é vasto, e medeante alguns reparos internos póde accommodar grande numero de pobres.

Uma semelhante deliberação é arrojada, porque obriga a direcção a applicar uma boa parte dos seus fundos para a compra do edificio, faltando-lhe, portanto, o rendimento para o sustento dos asylados. É, porém, de esperar que o publico não deixará de auxiliar a direcção, habilitando-a a proseguir na caridosa empreza encetada.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Por noticia telegraphica, que no domingo nos enviou de Lisboa um nosso amigo, soubémos que pelas 4 horas da tarde d'esse dia havia fallecido o sr. D. José Maria de Almeida Araujo Correia de Lacerda.

Perdeu a patria um escriptor distincto, e nós um amigo a quem devemos numerosas provas de affecto.

O sr. D. José de Lacerda tinha perto de 77 annos de edade, havendo nascido em Villa Real no dia 23 de Maio de 1800. Era filho do conselheiro José Joaquim de Almeida Araujo Correia de Lacerda, ministro que foi de el-rei D. João VI.

Tinha o sr. D. José de Lacerda tomado o habito de conego regrante de Santo Agostinho em 1816. Secularisan-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MLXXXVIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O CHAVECO LIBERAL

N.º 11. Vol. I.

O'er the glad waters of the dark blue sea,
Our thoughts as boundless, and our souls as free.
BYRON.

Quarta feira 19 de Novembro de 1829

(CONTINUAÇÃO)

VI

Ascendencia dada a um partido sobre outro; com que resultado.

Viu-se a impractibilidade de restaurar a ordem em Portugal por concessões mutuas. Vejamos o que se obteve do segundo expediente, i. é, o da dar ascendencia completa a um dos partidos.

Inteira e absolutissima foi dada essa ascendencia ao partido de D. Miguel. Fingiram-se umas côrtes, uma assembleia nacional; declararam rei o usurpador; parte de seus actos (como bloqueios, etc.) foram reconhecidos por alguma potencia; debaixo de mão se lhe deu por muitas toda a protecção que era possivel sem quebrar inteiramente a apparencia de moralidade com que o principio legitimo obstava a uns, ou o da neutralidade a outros.

Por fim lançou-se a mascara: as armadas inglezas foram combater pelo usurpador nos mares da Terceira, e as bandeiras que tremularam em Trafalgar, no Nilo, (Crel-o-ha a posteridade!) foram proteger os corsarios de D. Miguel — mais: sairam a corso por elle!

D. Miguel proscreveu á larga, desde seu proprio soberano até o mais infimo dos subditos que lhe eram fieis; armou seus partidarios, deu-lhes a commetter todos os excessos: não houve em fim meio nenhum que humanamente se possa conceber para acabrunhar, destruir, aniquilar um partido, que D. Miguel não empregasse para acabar com o de seu irmão. Isto não são assersões vagas, são factos de notoriedade europeia e de que seus mais zelosos protectores convêm.

Podia ser maior e mais positiva a ascendencia de um partido sobre outro? Podia empregar-se mais decididamente o *segundo meio*?

E que resultado se colheu d'ahi?

As commoções continuaram; a emigração cresceu a um ponto de que não ha exemplo na historia moderna (1); correu mais sangue das mãos do algoz, as dissensões dos partidos augmentaram todos os dias, — e até no Paço e entre os membros da familia real lavrou a revolução, e se empregaram os punhaes bizantinos de que já estava esquecida a nossa Europa.—O reinado da usurpação veiu a ser emfim o que forçosamente havia de ser, um reinado de terror, em que todos tremem mas em que ninguem se aquieta apezar de tremer. De todos os escandalos que em nossos dias as revoluções têm dado ao mundo, ainda nenhum chegou a este.

Não aproveitou pois mais que o primeiro, o segundo meio de dar ascendencia determinada a um dos partidos sobre o outro.

V

Porque rasão falharam estes meios. Qual resta a empregar para restaurar a ordem em Portugal.

Como se hade pois remover dos olhos da Europa este escandalo que tão damnoso lhe é?

Fizeram-se concessões aos dois partidos; e aquelle para quem mais amplas eram, se não accommodou com ellas. Deu-se a este partido absoluta e completa ascendencia; e nem ainda assim se satisfez: abusou horrivelmente, devastou o paiz, e deu ao mundo uma prova irrefragavel de sua incapacidade para a supremacia. A monarchia fez os maiores sacrificios que podia fazer; a legitimidade transigiu e condescendeu com uma indulgencia que seus detractores não duvidaram chamar criminosa, mas que certo foi maior do que ninguem podia esperar d'ella. Seus principios, seus dogmas, seu codigo inteiro cedeu e dobrou covardemente diante dos *factos*. Mas são já *taes* esses factos que a condescendencia e o sacrificio possam continuar sem crime?

Tem-se recorrido a distincções jesuiticas entre facto e direito: mas a politica errada e machiavelica tentará em vão distinguir entre a justiça e a conveniencia. A fatal, a terrivel experiencia a desenganará sempre. Nem mais fatal, nem mais terrivel desengano levou nunca essa politica do que n'estas infelizes transacções de Portugal.

Nada convém senão o que é justo; conveniencia e justiça são a mesma coisa. O que é preciso fazer em Portugal? Seguir strictamente a *justiça*. Que *convém* adoptar a respeito de Portugal? O que for *justo*.

Se direitamente e sem tergiversar se houvesse seguido o *justo* (que só é *conveniente*)

(1) Nem se cuide que foi maior ou egual a emigração franceza: compare-se a população de Portugal com a de França, e ver-se-ha que nem a guilhotina de Robespierre afugentou, proporcionalmente, tanta gente como as forças e os elementos inquisitoriaes de D. Miguel.

do-se em 1826, foi nomeado thesoureiro mór da sé da Guarda. Ultimamente era deão da sé de Lisboa.

São numerosas as publicações que se devem á sua penna.

Tomando por muito tempo parte activa na politica, e membro dedicado do partido cartista, redigiu de 1838 em deante o *Director* e o *Correio de Lisboa*, em 1846 o *Telegrapho*, e em 1851 a *União*.

Entre as obras que publicou era sem duvida uma das mais notaveis o — *Exame das viagens do doutor Livingstone* — a qual possuimos, com outras suas diversas publicações, graças á briosa offerta de seu illustrado auctor.

O sr. D. José de Lacerda tinha a carta de conselho, era fidalgo da casa real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Foi por muitas vezes deputado ás côrtes.

Alguns ministros seus amigos instaram com o sr. D. José de Lacerda para aceitar a dignidade episcopal, instancias a que sempre resistiu.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega, o *Amigo do Povo*, de Braga, publica em o seu ultimo numero umas breves, mas curiosas indicações ácerca da typographia n'aquella cidade.

É na verdade muito para sentir, que até hoje não tenha havido quem escreva a historia da typographia em Braga.

O auctor d'aquella noticia, que parece ser pessoa muito competente, porque se não resolve a essa empreza?

Pela nossa parte lançámos em tempo os fundamentos para a historia da imprensa em Coimbra. Agora podia-se seguir a de Braga. Em Evora conhecemos dois escriptores, qualquer d'elles muito apto para escrever a historia da imprensa n'aquella cidade. São os srs. Antonio Francisco Barata e Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos.

Em Lisboa, Porto, Leiria, Vizeu, Setubal e nas mais terras onde ha, ou houve imprensa, de certo não faltaria quem se entregasse ao trabalho tão curioso e interessante, de escrever a historia da imprensa, ou apontamentos para ella, nas suas respectivas localidades.

D'essas varias monographias sairia depois a historia geral da imprensa portugueza.

A imprensa em Braga começou antes da de Coimbra; mas em quanto n'aquella cidade teve depois uma interrupção por longo espaço de tempo, em Coimbra desde o anno de 1530 em que ella aqui foi estabelecida, nunca mais, até hoje, deixou de existir imprensa.

No gabinete reservado da bibliotheca da Universidade existe um exemplar das Constituições do bispado de Coimbra, feitas pelo bispo D. Jorge de Almeida, e impressas em Braga por Pero Gonçalves Alcoforado (*Per p.º gllz alcoforado*) em 1521. Não sabemos da existencia de outro exemplar.

A impressão d'estas Constituições foi mandada fazer em Braga, porque ainda então não havia imprensa em Coimbra. Logo, porém, que ella foi estabelecida n'esta cidade, tomou tal desenvolvimento, que d'aqui sairam varios impressores para imprimirem em Braga, com muita probabilidade a convite dos arcebispos primazes. Apontaremos n'esse numero os impressores João de Barreira, João Alvares e Antonio de Mariz, no seculo XVI, e a viuva e filhos de Nicolau Carvalho no seculo XVII.

Sendo o seculo XVI aquelle em que em Coimbra foi introduzida a arte typographica, imprimindo-se o primeiro livro em 1530 no mosteiro de Santa Cruz por German Galharde, póde vêr-se que tal foi a importancia que tomou immediatamente n'esta cidade a typographia, comparando as impressões aqui feitas com as que sairam á luz nas outras terras do reino onde houve imprensa n'esse seculo.

O sr. Tito de Noronha tem obtido nota de 900 edições em Portugal no seculo XVI. Ahi as vamos enumerar segundo a ordem das terras em que foram feitas:

Lisboa	503
Coimbra	282
Evora	46
Braga	22
Ultramar	8
Porto	5
Vizeu	4
Alcobaça	2
Almeirim	2
Setubal	2
Sernache dos Alhos	1
Villa Verde	1
Sem indicação de logar	22
	900

Braga tem effectivamente a gloria de n'ella se haver introduzido a imprensa no seculo XV, o que não acontece a Coimbra; mas em compensação, no seculo immediato assumiu esta cidade, na arte typographica, uma importancia extraordinaria, excedida só pela cidade de Lisboa.

Passando agora do seculo XVI ao XVIII diremos, que chegou a typographia a ter tal incremento em Coimbra, que por exemplo no anno de 1731 havia aqui ao mesmo tempo 8 imprensas, ou pelo menos 7. Eram as imprensas—de João Antunes, ao primeiro arco de Almedina, á direita, subindo da Calçada; — de Brigida da Conceição, viuva de Antonio Simões, na rua das Fangas; — de José Antunes da Silva, na rua de Quebra-Costas; — de Bento Secco Ferreira, ao principio da rua das Fangas, nas casas que hoje pertencem ao proprietario do café central; — do Real Collegio das Artes, no mesmo Collegio, pertencente aos Jesuitas; — de Luiz Secco Ferreira, na rua de Quebra-Costas, na casa ao canto, á esquerda, quando se sobe, pegadas do lado de baixo com aquellas onde mora actualmente o sr. Antonio Bernardes Gallinha; — de Antonio Simões Ferreira (pae), no beco chamado por isso da Imprensa, á direita, ao subir a rua de Quebra-Costas; — e de Francisco de Oliveira, na rua das Fangas. E em logar de 8 imprensas vinham a ser 7, se por ventura esta de Francisco de Oliveira era, como presumimos, a de Brigida da Conceição, que n'esse anno de 1731 se ausentou de Coimbra para Lisboa.

Quer sejam 8, ou 7 as imprensas que trabalhavam ao mesmo tempo em Coimbra, em uma épocha de censura previa, e em que não havia o grande elemento do jornalismo, é cousa digna de se registar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Acabâmos de receber o *Compendio da historia de Portugal e dominios para as escolas de instrucção primaria complementar (2.º grau)*, pelo sr. Joaquim Lopes Carreira de Mello.

Abrindo-o quasi ao acaso ahi deparámos, ácerca da questão dynastica, com uma opinião, inteiramente egual áquella que ha dias apresentámos em resposta ao sr. Ribeiro Saraiva.

«A questão que se debatia entre os dois irmãos era mais de principios politicos e sociaes do que de pessoas e dynastia. D. Pedro representava a ideia nova, e D. Miguel a ideia velha. A ideia nova lavrava com cultura do apoio da França e da Inglaterra, e a velha cahia no matagal das inconveniencias do governo de D. Miguel, apoiado por Hespanha, Italia, Allemanha e Russia.»

Isto é exacto, devendo ainda assim acrescentar-se a restricção em quanto ao apoio da Inglaterra, pois que este só se principiou a manifestar depois da revolução de Julho de 1830 em França, e a quéda do ministerio inglez de Wellington. Até ahi o apoio que a Inglaterra dava á causa liberal era mandar metralhar nas aguas da ilha Terceira, os navios de emigrados que para alli se dirigiam.

Diz mais n'outra parte o sr. Carreira de Mello:

«Nada de notavel houve a bem do paiz durante este governo, que se viu na dura necessidade de estar sempre de espada em punho para esmagar os seus inimigos, que poderia ter desarmado com medidas cordatas e de conciliação, logo que venceu em 1828.»

Deveremos pela nossa parte ser mais justos do que aqui é o sr. Carreira de Mello. Abstraindo da marcha e tendencias politicas, não se póde com justiça lançar um tão duro anathema sobre o governo de D. Miguel. Mesmo apesar da luta constante em que esteve, algumas cousas fez dignas de louvor. O sr. Carreira de Mello póde ver o que a este respeito diz o erudito escriptor o sr. Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão, no seu curioso opusculo — *Uma pagina da nossa historia litteraria* — 1828-1834.

Em quanto á parte politica — D. Miguel poder-se-hia sustentar no throno com as medidas cordatas e de conciliação de que nos falla o sr. Carreira de Mello?

É duvidoso; porque o systema do governo d'aquelle principe era aquillo mesmo que foi, ou não era nada.

Logo que transigisse com os principios liberaes tinha de ir recuando até ser vencido pela revolução e pelas ideias do seculo.

Aquelles mesmos que o apoiavam, e que interessavam na conservação do systema absoluto, desamparariam D. Miguel desde que elle deixasse de ser exclusivista.

D. Miguel era a *ideia velha*, e D. Pedro a *ideia nova*. As duas ideias eram inconciliaveis entre si. Uma tinha de ceder o campo á outra.

Coube a sorte a D. Miguel; e ainda que não fosse em 1834, havia de ser depois. D. Miguel não podia já hoje ser rei de Portugal. O seu tempo tinha passado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos o *Discurso em applauso á gloriosa restauração de Portugal em 1640, prégado na sé cathedral de Lisboa em 1876, por occasião do Te-Deum em acção de graças, deante do em.mo sr. cardeal patriarca e do ex.mo sr. presidente do conselho de ministros*, pelo sr. padre Joaquim da Silva Serrano, prior de Bellas.

O seu auctor descreve com verdadeiro enthusiasmo a grandeza e a prosperidade de Portugal durante a épocha de D. Manoel, e passando depois ao reinado de D. Sebastião diz:

«Se a gloria ainda dura, senhores, a nossa riqueza, a nossa edade d'ouro, foi apenas um sonho; lindo sonho de felicidade. O despertar foi terrivel em Alcacer-Kibir, sentindo na garganta o estertor da morte e nos pulsos os ferros da escravidão.

A riqueza corrompera os costumes, os prazeres viciaram os corações e os caracteres. A fé ardente do moço monarcha, o valor incontestavel do seu braço e animo, não era guiado pela prudencia, nem secundado pela nobreza, então na maior parte effeminada e corrompida.

O dia 4 de Agosto de 1578, foi um dia de eterno lucto para os portuguezes; empanou-se o brilho da nossa gloria, eclipsou-se o sol da nossa liberdade—D. Sebastião sepultou comsigo nos areaes d'Africa a realeza e a independencia de Portugal!»

Com effeito, as riquezas adquiridas nas conquistas tinham enervado e feito degenerar o rigido caracter nacional.

O amor da patria, que no tempo de D. João I se havia manifestado de um modo admiravel, tinha-se notavelmente relaxado e enfraquecido. Nas mesmas ordens religiosas havia entrado a decadencia. A auctoridade e fervor religioso de um S. Francisco Xavier, fôra substituido por muitos abusos praticados nas possessões portuguezas.

A maior parte dos nossos guerreiros haviam-se transformado em chatins, e os religiosos das diversas ordens tinham-se deixado levar pelo espirito de rivalidade e de especulação.

Uma nação só póde ser forte quando ha n'ella verdadeiro patriotismo, e quando os cidadãos prézam e praticam a virtude.

O contrario d'isso produz desastres como os de Alcacer-Kibir, com a consequente sujeição de Portugal á Hespanha; e dissoluções sociaes como a da Polonia no seculo passado, com a sua desmembração pela Russia, Austria e Prussia.

A lição da historia deve servir de guia a todos. Dos males passados devemos tirar o proveito de saber prever o futuro.

De eguaes causas hão de necessariamente provir os mesmos resultados.

Estarão hoje em menos relaxação os nossos costumes? Haverá mais amor da patria? Predominará mais o sentimento religioso?

Diga-o a consciencia publica.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

nos negocios d'aquelle malfadado paiz, nunca a ordem alli fora alterada, e elle seria hoje exemplo e modelo, que não escandalo, á Europa.

Convém-se que D. Pedro é legitimo rei de Portugal. Só D. Pedro e sua legitima successão pódem reinar em Portugal. Não ha com quem transigir n'este artigo. Quando um principio é justo e reconhecido por tal, tergiversar na sua applicação, é desmoralisar os povos, tirar-lhes o prestigio da submissão e respeito, auctorisal-os á revolução. Do desprezo d'este axioma nasceram e nascem todas as calamidades de Portugal.

Não sabe todo o mundo que D. Miguel é criminoso dos maiores attentados? Quem ignora na Europa as tentativas parricidas da Bemposta? Não o exilou e amaldiçoou seu pae á face do mundo?—Foi ás escondidas que perdoado e amnistiado por seu irmão e soberano, lhe agradeceu roubando-lhe a corôa? O assassinato de Salvaterra, os muitos que se têm commettido nas prisões de Lisboa, o que ultimamente se perpetrou em Queluz, o conato de fratricidio, — podem ser contestados, disputados, e tal ceguira haverá que se neguem: mas os publicos do caes do Sodré, e do Porto não admittem disputa. Qual foi o crime d'essas recentes victimas de D. Miguel? Qual é o de sua irmã? Serem fieis ao rei legitimo. E a Europa legitima, os soberanos da alliança como hão-de chamar a este *crime* pretendido, que nome darão a quem os pune por elle?

Reu de lesa legitimidade, reu de crimes imperdoaveis, relapso e reincidente nos mesmos attentados, — com D. Miguel não póde transigir a *justiça*. Podel-o-ha a *conveniencia*?

O passado que responda pelo futuro: diga a experiencia, já que o não diz a razão, se *conveniencia* e *justiça* são separaveis.

VI

Conclusão forçosa e irrecusavel do exposto.

Não ha modo de concluir outra coisa d'estes principios, não é possivel estabelecer outra coisa n'estas circumstancias senão que o unico meio de pacificar Portugal é restabelecer a justiça, i. é, a successão, reconhecida pela Europa, de D. Pedro IV.

VII

Como se póde restabelecer a legitimidade em Portugal.

Hade estabelecer-se a legitimidade em Portugal; ou os soberanos da Europa se desauctoraram a si proprios, decretaram sua ruina e opprobrio, e se pozeram á mercê das facções — que lhes darão ou tirarão a corôa segundo capricharem.—Estabeleceria a diplomacia Europeia este precedente? Não parece provavel: o sacrificio custa; a predilecção era grande... Mas hade fazer-se em fim, porque o exige a força das coisas. Hade restaurar-se a legitimidade em Portugal.

Mas como?

D. Miguel ou é rei, ou reu. A Europa não conhece mais distincções. Se é rei, tardam a reconhecel-o; reconheçam-o; desauctorem D. Pedro, degradem e enxovalhem á face do mundo o maior benemerito da realeza, o *unico* fio que prende a Europa monarchica á America republicana; paguem assim a quem sustenta e mantem e faz amar (que é mais) em todo um continente o principio conservador da monarchia.

Fariam!.... Mas ha immoralidades que se não pódem fazer por muito que se desejem.

Mas se D. Miguel não é rei, é reu; deve ser esbulhado sem restricção do que roubou, e punido por que roubou. Prescindindo de todos seus outros crimes, este só é capital e o põe fóra da lei.

Se estes principios não admittem contestação de *justiça*, não é possivel tão pouco duvidar da *conveniencia* de sua applicação.

Não póde haver transacção entre a lei e o crime, entre o direito e seu offensor. No momento em que tal se fizer, o vinculo moral dos povos, o prestigio que os contém está quebrado. Se D. Miguel usurpador illegitimo for reconciliado com a legitimidade, a legitimidade será um termo vão, ouco e desprezivel não só em Portugal mas em toda a Europa: os que a amavam a aborrecerão, os que a temiam sem a amar, a desprezarão, e todos mofarão d'ella; as revoluções vão renascer, crescer, e não terão fim.

Pelo que respeita particularmente a Portugal, D. Miguel jurará outra vez, para outra vez perjurar, — prometterá para tornar a faltar, fingirá contricção e arrependimento (que pouco lhe custa) para se preparar a novos crimes. D'este futuro nem os mais latitudinarios duvidam, nem seus protectores e amigos: mettam a mão na consciencia e digam se crêm na conversão de seu protegido. Não: ninguem tal crê, ninguem o espera; e zombam dos reis e dos povos, mentem a Deus e á sua consciencia os que fingem acreditál-o.

Ainda hontem, o principio conservador da legitimidade sacrificou um homem grande, mas usurpador: o principio da legitimidade não hade sacrificar hoje um usurpador imbecil e carregado de crimes? A mão que prostrou o gigante não *poderá* esmagar o pygmeu? Faz vergonha juntar estes dois nomes: — D. Miguel e Bonaparte!....

(*Continuar-se-ha*).

O sr. Adolpho Ferreira de Loureiro, digno director das obras do Mondego, teve a bondade de nos offerecer a copia da carta regia de 5 de Março de 1824, que mandou vir a Coimbra a alçada, e a que se faz referencia no officio, que publicámos em o penultimo numero d'este jornal, dirigido á camara de Coimbra em 5 de Junho do mesmo anno, pelo desembargador Cerveira Botelho.

A copia da referida carta regia, que vamos publicar, achou-a o sr. Ferreira de Loureiro nos apontamentos particulares de seu fallecido pae o sr. Felisberto de Sousa Ferreira, que foi um dos involvidos n'aquella pendencia.

É documento inteiramente inedito, e muito interessante, porque é de todos aquelles que temos visto, o que mais minuciosamente explica as causas da devassa.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Joaquim Manoel de Faria Salazar, corregedor eleito da comarca de Penafiel, e escrivão nomeado por el-rei para a commissão de Coimbra.

Certifico que vendo a carta regia de 5 do corrente mez de Março achei ser o seu contheudo o seguinte:

Victorino José Cerveira Botelho do Amaral, desembargador dos aggravos da casa da supplicação, e corregedor do crime da corte. Eu el-rei vos envio muito saudar.

Tendo chegado ao meu real conhecimento, pelas partes que o desembargador conservador da Universidade de Coimbra, o provedor e juizes de fora do crime e do civel da mesma cidade dirigiram á minha real presença, e que serão com esta, que alguns estudantes da mesma Universidade, desmoralisados e esquecidos dos deveres que lhes impõem a religião e a lei, a honra e a civilidade, se arrojaram ao criminoso excesso de fazer perturbações e de emittir vozes sediciosas na sala grande dos actos, ao tempo que ahi se tocava o hymno real em a noite de 23 do mez proximo passado, sem attenção ao logar magestoso em que se achavam, ao respeito que lhe era devido, e ao objecto sagrado a que era dedicada aquella festividade, começada na capella real, e alli continuada:

Que na noite de 24, depois de fechado o pateo da mesma Universidade, passaram a escalal-o para ahi afixar e espalhar alguns pasquins revolucionarios, e para perpetrar o ultraje de destruir os pannos em que se achavam pintados alguns emblemas e disticos allusivos á realeza, parte dos quaes cortaram, e foram introduzir de baixo da porta da habitação do provedor, cuja total destruição não consummaram pelo susto, que precipitadamente os obrigou a retirar-se, occasionado pelo latido de um cão e pelas vozes subsequentes do sineiro, que habita proximo á torre:

Que na noite de 25 conceberam o nefando e barbaro projecto de assassinar o desembargador conservador, e procuraram executar depois de acabada a funcção d'aquelle ultimo dia, fazendo-lhe uma espera meditada e pensada ao Arco do Bispo, descarregando sobre elle tres tiros ao mesmo tempo, quando passava, os quaes se por ventura o não offenderam, ou mataram, como era a malevola intenção de tão crueis assassinos, feriram comtudo e maltrataram mui gravemente ao meirinho e a alguns officiaes que o acompanhavam, atrocidade tanto mais aggravante, quanto é certo que ella tinha por causa e por fim o desejo de vingança e de morte do meu ministro, por exercer com fidelidade as funcções de que se achava encarregado, como até desacordadamente se lhe annunciou em a carta anonyma, que posteriormente se lhe dirigiu pelo correio de Coimbra, cheia de novos ameaços a elle e a alguns dos outros ministros da mesma cidade, que egualmente se tem mostrado zellosos no meu real serviço:

E finalmente, que alguns dos sobreditos estudantes são impios e irreligiosos, inimigos de Deus e do throno, como verificam os escriptos infames, encontrados em suas casas ao tempo em que se lhes deram buscas domiciliares para os prender; e devendo eu occorrer com o castigo prompto a taes e tão atrozes delictos, que compromettem a honra da Universidade, escandalisam os meus fieis vassallos, e offendem o publico socego e o respeito, veneração e segurança devida aos magistrados, que em meu real nome fazem justiça nos meus povos; sou servido ordenar que immediatamente passeis á cidade de Coimbra, e ahi abrireis uma devassa sobre todos os referidos factos, sem limitação de tempo e sem determinado numero de testemunhas, avocando quaesquer processos que se tenham começado nos juizos d'aquella cidade, e que á mesma devassa appensareis, fazendo prender todos os reus pronunciados, de qualquer classe que sejam, e dando-me parte de tudo o que fordes descobrindo para occorrer com novas providencias, se necessarias forem.

E hei, outrosim, por bem nomear para escrivão d'esta diligencia ao bacharel Joaquim Manoel de Faria Salazar, que se acha por mim nomeado corregedor da comarca de Penafiel.

O que me pareceu participar-vos para assim o executardes, sem embargo de qualquer lei ou disposições em contrario. Escripta no Palacio de Bemposta em 5 de Março de 1824 —Rei—Para Victorino José Cerveira Botelho do Amaral—Logar do sello das armas reaes.

O esclarecido correspondente em Lisboa do nosso collega a *Lucta* diz o seguinte:

«Está na berlinda o supremo tribunal de justiça por causa do accordão que põe na rua os accusados de terem morto o pianista Cypriano. N'esse accordão, como já lhes disse, fulmina o concilio judicial a imprensa, que tem o desaforo de dar noticia do que succede, incitar as auctoridades na perseguição dos criminosos, e animar a policia nas suas diligencias.

O tal accordão cheira a cabralismo que tresanda, e dir-se-ia percursor da lei das rolhas se não fôra já um impossivel entre nós.

A imprensa toda se mostra contrariada por taes accusações, e até a *Nação* lhe pespega um par de rasões que são mesmo de deixar os queixos por desafinho.

O que se conclue de tudo isto, é que tudo está fóra dos eixos. Um accordão põe na rua uns criminosos, e dá ainda bordoada de crear bicho nos que tiveram o atrevimento de os accusar.

Este é o resumo da causa: de resto, nada entendo de rabulice.»

NOTICIARIO

Procissão dos Passos.—No domingo houve n'esta cidade a procissão do Senhor dos Passos, vindo na forma do costume da Sé Cathedral para a egreja da Graça.

O bom tempo que esteve, e as diligencias dos mesarios fizeram com que a procissão fosse das mais apparatosas e concorridas que aqui se tem visto.

Compunha-se da corporação dos meninos orphãos, irmandades da Rainha Santa Isabel, Senhor dos Passos, e Ordem Terceira da Penitencia. Seguiam os alumnos do Seminario e grande numero de ecclesiasticos paramentados. Adornavam a procissão cerca de 90 anjos.

Debaixo do pallio levava o Santo Lenho o reverendo reitor da Sé Cathedral, sendo acolytado pelos reverendos parochos de S. Bartholomeu e Santa Clara.

Atraz do pallio ia o exm.º sr. bispo conde, e depois os srs. governador civil, secretario geral, administrador do concelho, e commandante militar.

Fazia a guarda de honra todo o destacamento de caçadores 6, e cavallaria n.º 8, estacionados n'esta cidade; levando á sua frente a philarmonica *Conimbricense*, que perfeitamente executou brilhantes peças de musica.

Na Sé pregou o reverendo padre Manoel Joaquim dos Santos Neves, e na Graça o sr. padre Manoel Martins, estudante do primeiro anno de Direito, que pela primeira vez subiu ao pulpito n'esta cidade, e que muito agradou.

A egreja da Graça estava ornada com muito gosto, e differente dos annos anteriores.

Pelas ruas da cidade era extraordinaria a concorrencia de povo a ver a procissão.

Roubo.—Em a noite de domingo para hontem, foi roubado o estabelecimento do sr. José Tavares da Costa, á Portagem.

Entraram os ladrões na loja com chave falsa. Percorreram todas as gavetas, apparecendo numerosos pingos de cera sobre os papeis, e até um grande papel sobre o mostrador queimado, em risco de se poder incendiar o grande predio, que é do sr. bacharel José Maria Coutinho.

Levaram em cobre e prata meuda 30 e tantos mil reis. Escaparam 42$000 reis em prata em uma das gavetas que chegaram a abrir, mas cuja quantia não viram. E finalmente escapou o cofre de ferro, que se vê experimentado, e onde estavam mais de reis 7:000$000 em ouro, dinheiro não só do sr. Tavares da Costa, mas de alguns bancos, de que é agente.

Tudo isto se fez com o maior socego, e em um dos sitios mais publicos e frequentados de Coimbra!

Até ás 3 horas da noite tinha-se sentido grande troça de vadios no largo da Portagem, em frente d'aquella loja, sem que o sr. administrador do concelho, nem nenhuma outra auctoridade dispensasse para este desaforo um pouco do seu apregoado zello.

Escandalo. — No domingo presenceou a cidade de Coimbra indignada uma das maiores troças, que aqui se tem visto, de estudantes que iam atraz da procissão do Senhor dos Passos.

Sabemos que a parte prudente e sensata da academia tem fortemente reprovado este grande escandalo; mas é certo que aquelles que o praticaram incorreram, pelo seu indigno procedimento, em uma reprovação geral.

Tudo presencearam as auctoridades que iam na procissão, com a maior impassibilidade.

Cemiterio da Conchada.—Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

José Dias Correia, filho de Gabriel Dias e Joaquina Correia, de Ancião, de 46 annos, fallecido em 18 de Fevereiro de 1877.

Joaquim Mendes de Castro, filho de Antonio Mendes de Castro, e D. Joanna Balbina, de Coimbra, de 73 annos, fallecido em 19.

José Alves de Faria, filho de Antonio Alves de Faria e Maria do Carmo Pinto, da Pedrulha, de 62 annos, fallecido em 20.

Antonio Bento, filho de Bento José e Rosa da Conceição, de Torre de Bera, de 33 annos, fallecido em 23.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada—6:965.

O Seculo.—Recebemos os n.os 5 e 6 do *Seculo*, redigido pelos srs. drs. Francisco Augusto Correia Barata e Antonio Zeferino Candido.

As materias d'estes numeros constam do seguinte summario:—Sciencia e Catholicismo, pelo sr. Correia Barata—A Instrucção publica e o sr. Ramalho Ortigão, pelo sr. A. Zeferino —As escholas communs da União Americana, pelo sr. Correia Barata—e Variedades, pelo sr. Correia Barata.

Academia Real das Sciencias.—Ainda por causa das asserções dos exploradores inglezes Cameron e Young, resolveu a Academia Real das Sciencias que se fizessem varias conferencias publicas ácerca da escravatura, sendo a primeira feita pelo sr. marquez de Sousa Holstein, e ficando aberta a inscripção para os socios que desejarem fallar.

Despacho.—O presbytero Manoel Ferreira Pessoa, parocho collado na egreja de Santa Eulalia de Ferreira a Nova, diocese de Coimbra, foi apresentado na egreja parochial de Santa Suzana da Carrapinheira, da mesma diocese.

Centenario da Academia.—Resolveu a Academia Real das Sciencias de Lisboa festejar o seu centenario, e será brevemente apresentado á assembleia geral o seguinte programma, proposto pela commissão encarregada de estudar este assumpto:

Que se façam convites a todas as academias estrangeiras para se fazerem representar n'esta solemnidade.

Que se contracte com a companhia dos caminhos de ferro para dar passagem gratuita a esses sabios estrangeiros.

Que se lhes offereça um jantar e um passeio a Cintra.

Que no primeiro dia da festividade, depois de se saber se el-rei o sr. D. Luiz, protector da academia, ou de el-rei o sr. D. Fernando, seu presidente, desejam proferir algum discurso, o vice-presidente lhes responda e o secretario leia um relatorio, resumindo a historia da academia desde a sua fundação.

Que no segundo dia o presidente da classe—que não fôr vice-presidente da academia, faça um discurso, e que varios socios antecipadamente designados apresentem memorias sobre o estado das differentes sciencias e dos differentes ramos de litteratura.

O centenario deve celebrar-se em 1879 no mez de maio. A data da portaria que fundou essa corporação scientifica é de 24 de De-

zembro de 1779, mas para não ser no inverno a solemnidade, resolveu-se que se celebrasse simplesmente o anno e não o dia ou o mez da fundação.

Ainda o sr. D. José de Lacerda. — Vemos n'alguns jornaes de Lisboa, que o sr. D. José de Lacerda nascera em 1803. É isso effectivamente o que diz o sr. Innocencio Francisco da Silva no seu *Diccionario*, mas por engano, pois que foi em 1800.

Assim nol-o affirma o seu condiscipulo e amigo, o sr. Dr. D. Victorino da Conceição Teixeira Neves Rebello, lente de prima jubilado da Faculdade de Theologia, que tomou o habito de conego regrante em Agosto de 1816, tendo o sr. D. José de Lacerda tomado o habito em Junho do mesmo anno.

O habito não foi tomado em S. Vicente de Fóra como dizem, mas sim em Santa Cruz, pois que em S. Vicente de Fóra nunca houve noviciado.

Incendiarios. — Escrevem-nos de Verride participando-nos, que por malevolencia e vingança fôra ha dias incendiado um palheiro pertencente ao sr. Antonio Francisco Bispo, sendo o prejuizo avaliado em 30 moedas.

Em uma das seguintes noites foram vistos dois homens procurar outro palheiro do sr. Bispo, mas felizmente havia por precaução tirado d'elle a palha. Lançaram, porém, o fogo á palha pertencente aos srs. Guardados, que de sociedade com o sr. Bispo trazem este anno de arrendamento uma insua pertencente ao sr. commendador Francisco da Silva Oliveira, a qual até aqui era trazida por outro arrendatario.

Tambem nos dizem que na quinta da exm.ª sr.ª viscondessa de Maiorca fizeram o mesmo por vingança.

Ha grande receio em Verride de continuarem estes attentados, se os seus auctores não forem punidos; e por isso chamamos para elles toda a attenção das respectivas auctoridades.

Noticias de Lisboa.—O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz em data de 21 do corrente o seguinte:

«Na camara dos pares conversou-se a proposito das missões no ultramar. Na proxima semana verificar-se-ha a discussão do *bill* de indemnidade.

Na camara dos deputados foram nomeados os srs. Francisco Wanzeller e Julio de Vilhena para fazerem parte da commissão de verificação de poderes.

O sr. Illydio do Valle foi aggregado á commissão de fazenda.

O sr. Pires de Lima pediu informações relativas ao projecto dos surdos-mudos.

Na ordem do dia fallaram os srs. Marianno de Carvalho, Manoel d'Assumpção e Barros e Cunha. Este apresentou uma moção convidando o sr. ministro da fazenda a dizer que destino déra a 8:600 contos de inscripções que estão por justificar nos documentos officiaes. O sr. ministro da fazenda deve responder na segunda feira.

Consta que fôra expedida uma circular aos governadores civis para estes officiarem aos administradores de concelho, a fim d'estes pedirem aos viticultores que indiquem a adega mais acreditada da localidade, para se fazer uma exposição especial dos nossos vinhos na exposição de Paris. Calcula-se que se apurarão 120 typos differentes.

Ha noticias do Brasil. Vieram no paquete «Cotopaxi» chegado hoje, 5:000 libras para os inundados.

A colonia portugueza no Rio de Janeiro offereceu dois jantares e um baile de despedida ao sr. Mathias de Carvalho.

O governo brazileiro negociou com o Banco do Brasil 30:000 apolices a 97 por cento.

Falleceu em Paris D. Jayme Alvares de Mello da casa de Cadaval.

O couraçado «Vasco da Gama» sahe ámanhã para Londres, levando alguns operarios do arsenal.

A Associação Commercial recebeu hoje para os inundados 2:500 libras do Rio de Janeiro, e veiu egual quantia para a do Porto. De Santos vieram 284 libras, sendo metade tambem para o Porto.

Está reunida a assembleia geral do Banco União de Portugal e Brasil com 115 accionistas, tendo hoje chegado do Porto 40.

Foi approvado unanimemente o relatorio da direcção e o parecer do conselho fiscal com a seguinte alteração na terceira conclusão do referido parecer:

Que continuem os actuaes directores provisoriamente até á primeira assembleia geral, devendo então de accordo com o conselho fiscal propôr a reforma dos estatutos.

Procede-se agora á eleição dos cargos de directores substitutos e membro do conselho fiscal que se acham vagos.

ANNUNCIOS

A SOCIEDADE PHILARMONICA «CONIMBRICENSE»

1 LÊ-SE n'este jornal, no n.º 3086, na secção dos annuncios, com a epigraphe — Sociedade philarmonica *Boa-União* — o seguinte:

«Esta sociedade havia deliberado ir tocar para o Jardim Botanico, nos dias 4 e 18 do proximo mez de Março....... e havendo *outra* sociedade manifestado desejo de ir tocar para o mesmo local em um dos referidos dias, em beneficio dos inundados, a sociedade philarmonica *Boa-União* deliberou *ceder-lhe* o dia 4, etc.»

Se outra sociedade a quem o signatario do annuncio, ou a *Boa-União* se dirige, e faz a cedencia do Jardim Botanico, é a philarmonica *Conimbricense*, esta sociedade declara não ir tocar n'esse dia ao Jardim Botanico, nem ter manifestado desejo d'isso: manifestou desejo de ir tocar a esse local no dia de Lazaros, 18 do proximo mez, em beneficio dos inundados pobres da freguezia de Santa Clara, como annunciára no n.º 3085 d'este jornal.

O mestre da philarmonica
Abel Eliseu.

---

2 MIGUEL DIAS BARATA tem na sua quinta de Coenços uma porção d'enxertos de laranjeira, de 4 a 6 annos, que vende. Quem os pretender póde dirigir-se á dita quinta, ou em sua casa ao Arco d'Almedina.

Obras publicas do districto de Coimbra

Estrada districtal n.º 57-a, do porto do Lourêdo a Gallizes, por Arganil—Lanço do porto do Lourêdo á estrada real n.º 12, proximo a Valle de Vaz.

3 NO DIA 5 do proximo mez de Março, pelas 10 horas da manhã, nas casas da administração do concelho de Santo André de Poiares, se hade proceder á arrematação em hasta publica, de treze tarefas de terraplenagem entre os perfis n.os 1 a 20, 21 a 46, 47 a 75, 76 a 97, 98 a 115, 116 a 118, 119 a 125, 126 a 132, 133 a 137, 138 a 149, 150 a 174, 175 a 202 e 203 a 225; assim como, se arrematará tambem o fornecimento de 82mc.,00 de cal viva para as alvenarias a construir, entre os perfis n.os 1 e 225.

O mappa do trabalho a executar e condições respectivas estão patentes na repartição das obras publicas d'este districto, e na supradita administração do concelho de Santo André de Poiares.

Para ser admittido a licitar, é preciso fazer o deposito da quantia mencionada nas condições.

Coimbra 24 de Fevereiro de 1877.

O engenheiro director
Julio Augusto Leiria.

Venda de machina e alambique

4 VENDE-SE uma machina, e um grande alambique de destillar aguardente, tudo existente na casa denominada — a Fabrica — ao porto de Montesão. Dirigir a Manoel de Jesus Cardoso, residente em Coimbra, que está auctorisado.

PERDEU-SE

5 **Um brinco d'ouro. Quem o achou e o queira entregar, póde dirigir-se a esta redacção, que ahi se dirá a quem pertence.**

RAPAZ

6 NA rua do Visconde da Luz, n.º 12, precisa-se d'um para loja de ferragens.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

7 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Canceros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestados de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

Banco Commercial de Coimbra

Sociedade anonyma responsabilidade limitada

8 POR ORDEM do exm.º sr. presidente da assembleia geral é convidada a mesma para a sua reunião ordinaria no dia 28 do corrente, pelas 7 horas da noite, em conformidade com os artigos 38 e 39 dos estatutos d'este banco.

Coimbra, 13 de Fevereiro de 1877.

O secretario,
Arthur Eugenio d'Almeida e Silva.

PERGUNTA

9 SERÁ VERDADE que no dia 23 do corrente, em pleno dia, se deram uns tiros para dentro da fabrica de louça do sr. João Antonio da Cunha, dos quaes ia sendo ferido um official da mesma fabrica?

A auctoridade não terá conhecimento d'este escandaloso crime; ou haverá compadrio?

---

10 A VENDA de uma propriedade que annunciou o Castella, para o dia 28 do corrente, fica transferida para o dia 12 de Março, isto pelo motivo de ser testemunha no mesmo dia 28 de defeza em Coimbra.

Condeixa, 25 de Fevereiro de 1877.

PADRE SERRANO

O PULPITO
OU
SERMÕES DO PRIOR DE BELLAS

11 COM ESTE TITULO se vae publicar uma serie de discursos sobre varios assumptos religiosos, as mais importantes verdades moraes, e muitas questões sociaes do mais palpitante interesse da actualidade, e no gosto da epocha.

Esta publicação tem por fim derramar os conhecimentos religiosos e moraes, e applicar o seu producto á reconstrucção da capella de S. Sebastião da villa de Bellas.

Não é uma especulação, é um pensamento moral e religioso, que o auctor se propõe, para realisar o qual pede o auxilio das pessoas de fé e nobres sentimentos.

O primeiro da série está publicado — *Discurso em applauso á gloriosa restauração de Portugal em 1640, prégado na sé cathedral de Lisboa em 1876* — 2.ª edição.

Cada mez será publicado um sermão. Obtem-se por assignatura e avulso.

Cada série de 12 numeros para os srs. assignantes custa, paga adiantada.............. réis 1$200
Cada sermão avulso......... » $200

Os srs. que obtiverem 10 assignaturas têm uma gratuitamente.

Assignam-se e vendem-se os sermões na Livraria Catholica ao Rocio, calçada do Carmo, 6; na do sr. Rodrigues, rua do Ouro, 188; na do sr. Lavado, rua Augusta, e em casa do auctor em Bellas.

Substituições a militares

12 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

NOVIDADE

COSTUMES MADRILENOS
NOTAS DE UM VIAJANTE
POR
MAGALHÃES LIMA

13 LIVRARIA CENTRAL de J. Diogo Pires. — Preço 300 réis.

ATTENÇÃO

14 ANTONIO DOS SANTOS, com novo estabelecimento de esteireiro, nas escadas da rua de Quebra-Costas, acaba de lhe chegar do Porto um dos melhores artistas d'esta arte, o qual satisfaz com a maior promptidão qualquer encommenda que lhe seja feita, tanto na terra como para fóra, assim como se promptifica a esteirar salas, altares de egrejas, a branco, ou bordadas a côres.

---

15 JOSÉ VIEIRA DA CONCEIÇÃO E CUNHA, sabe de pessoa habilitada para cantar tenor ou baritono e mesmo para reger em qualquer semana Santa: tem responsorios modernos do Pinto e outros auctores para orgão ou instrumental.

---

16 NO domingo 4 de Março, ás 11 horas da manhã, se hão de vender no collegio dos Borras na rua da Sophia, uma porção de cortinas de damasco, e vestimentas de differentes côres.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno........ 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno........ 3$460
Por semestre........ 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,	Por semestre........ 1$730
Por trimestre........ 800	e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre........ 868

Numero 3088 | Sabbado 3 de Março de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A acquisição que a direcção do asylo de mendicidade acaba de fazer do collegio de S. Francisco da Terceira Ordem, na rua da Sophia, para n'elle se estabelecer um tão util e necessario instituto de caridade, é um facto muito importante para a existencia do asylo.

Até aqui não tinha o asylo de mendicidade casa sua; acrescendo que aquella onde ultimamente tem estado em Mont'arroio, era muito acanhada, o que impedia que se augmentasse o numero dos asylados.

O collegio agora comprado é muito vásto, e podem n'elle ser admittidos centenares de pobres; vindo até um dia a ser districtal o asylo.

O local é excellente, e por todos os motivos se torna a compra d'este collegio muito vantajosa.

No entanto a direcção do asylo de mendicidade, para effectuar esta transacção, teve de se desfazer de uma boa parte das inscripções que possuia; vendo por essa fórma diminuir o rendimento com que tem alimentado os asylados.

Assim, ao mesmo tempo que melhorou consideravelmente o asylo em quanto a casa, peorou em relação aos meios de subsistencia.

Seria para sentir, que na mesma occasião em que a direcção do asylo dá um tão grande impulso a este instituto de caridade, tivesse de reduzir o numero dos asylados, por falta dos meios indispensaveis; antes todas as diligencias e esforços devem tender a augmentar a admissão.

Esse resultado, porém, só se poderá conseguir com uma efficaz protecção do publico.

O asylo, que para muitos parecia uma temeridade quando elle teve principio em 16 de Setembro de 1855, ahi existe, passados mais de 21 annos; e não só se conserva, mas muito desenvolvido e augmentado.

Esse arrojo temerario está convertido em uma realidade. Mas para que prosiga é mister o devido apoio de todas as pessoas caridosas.

Faltar-lhe-ha elle? Estâmos convencidos de que não. Os nossos concidadãos são essencialmente beneficos e compadecidos da desgraça da pobreza; e por isso não será agora, em que está adquirida uma boa casa, que deixem de concorrer para que não só se conservem os asylados que existem, mas que se vá elevando o numero d'elles cada vez mais.

A velhice é digna de toda a protecção; e amparar no ultimo quartel da vida aquelles que pela sua edade avançada e pelas suas enfermidades já não podem trabalhar, é uma das maiores obras de misericordia.

Para um fim tão justo e humanitario, de certo ninguem se recusará a contribuir com o que lhe permittam as suas posses.

Não tenha receio a direcção do asylo de mendicidade, porque os seus louvaveis intentos têm a approvação, e de certo terão a coadjuvação de todas as pessoas caritativas.

Estâmos persuadidos de que a mesa da Santa Casa da Misericordia, que este anno fôr eleita, inteirada das circumstancias do asylo de mendicidade, não deixará de no futuro orçamento tornar a incluir a verba de 150$000 réis, que n'este anno supprimiu.

Havendo boa vontade e as necessarias diligencias, o capital agora diminuido virá a ser outra vez recuperado.

Não hesitâmos em assim o acreditar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em o nosso primeiro artigo do numero passado d'este jornal dissémos, que quando as prisões com isolamento absoluto e constante são condemnadas no estrangeiro, é então que os nossos reformadores as vêem estabelecer em Portugal.

Vamos extractar o que ao nosso proposito diz Jules Simon, no artigo — *Les prisons de Paris*, que se lê a paginas 1856 do *Paris guide, par les principaux écrivains et artistes de la France.*

Diz o celebre escriptor francez depois de descrever varias das prisões de Paris:

«Os calabouços solitarios tinham sempre passado, até á invenção do systema cellular, por uma aggravação de pena. Hoje mesmo em França, nas galés, um forçado, culpado de alguma falta, é *lançado nas areias*, isto é, fechado n'um calabouço solitario. A invenção propria dos philantropos consiste em ter imaginado que a prisão solitaria era uma diminuição de pena e um meio seguro de emenda.

Concedo tres cousas: a prisão cellular de noute é excellente; a prisão cellular de dia e de noute póde e deve ser applicada nas prisões preventivas; póde-se conceder o isolamento, em certos casos, dos condemnados que o preferem.

Fóra d'isso, o systema cellular não é senão o retrocesso, pela philantropia, a uma barbarie de uma especie particular. Dão a um preso luz, ar, limpeza e salubridade; eis o beneficio; mas tiram-lhe, além da liberdade, a humanidade: eis o erro.

Entrei uma vez n'uma cellula onde havia uma mesa, uma cadeira, um leito, quatro paredes muito brancas e quatro vidros despolidos, deixando coar luz e não deixando passar nenhuma imagem. Podia-se ahi dar oito passos em comprimento e trez e meio em largura; tenho visitado alojamentos muito mais miseraveis, occupados por artistas honrados.

Perguntei ao preso desde que tempo estava n'esta cellula. Respondeu-me:—«Ha dezesete annos» — Estava condemnado a estas quatro paredes perpetuamente.

FOLHETIM

MISCELLANEA
MLXXXIX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O CHAVECO LIBERAL

N.º 11. Vol. I.

O'er the glad waters of the dark blue sea,
Our thoughts as boundless, and our souls as free.
BYRON.

Quarta feira 19 de Novembro de 1829

(CONTINUAÇÃO)

VIII

Quaes seriam os resultados de se empregarem outros meios.

Supponhamos um momento que a legitimidade se abaixava, se envilecia e degradava a ponto de transigir com D. Miguel. Só por tres modos o póde fazer: —ou reconhecendo-o rei—ou fazendo-o participante da corôa com a legitima soberana — ou reconhecendo-o outra vez regente e obrigando-o a abdicar o titulo real.

No primeiro caso todas as ideias de legitimidade acabaram; mais exactamente, a legitimidade suicidava-se com suas proprias armas: sanccionava-se o principio revolucionario: e o cego odio á liberdade monarchica entregaria os monarchas á discrição da *licença* demagogica. Napoleão seria legitimo imperador dos francezes, e seu filho com o direito salvo de ir arvorar a tricolor no zimborio das Tuillerias a toda a vez e hora que podesse suscitar seu antigo partido em França. A Irlanda póde ámanhã fazer um rei para si (e ella que o deseja pouco!)—o infante D. Carlos tem direito a desthronisar seu irmão. O gran-duque Constantino póde retractar a abdicação, e expulsar seu irmão do imperio. Em fim tudo é licito, justo e legitimo se D. Miguel é rei de Portugal, — se por tal é reconhecido dos soberanos da Europa.

Nos dois segundos casos, e em qualquer d'elles, a mudança não era senão de *palavras*; coisas e pessoas ficavam as mesmas. A facção desorganisadora que ha cinco annos subverte Portugal ficaria com o mesmo predominio; as luctas dos partidos recomeçariam de novo; abrir-se-hia outra vez o cahos para tragar essa creação informe, inconsistente e ridicula. Quem garantiria a joven rainha do punhal (e porque não do veneno?) que attentou aos dias de seu avô João VI e de sua tia D. Isabel Maria, e que por muito favor se descarregou nos servidores mais fieis de ambos?

Uma occupação armada, tropas estrangeiras, quaesquer que sejam, além de não chegarem ao paço, não extinguirão o germe da discordia e da guerra civil, que ha de durar tão longamente em Portugal quanto a existencia de D. Miguel n'aquelle paiz. Não póde haver fé nem confiança no governo nem segurança em nada; a incerteza e inconsistencia do mesmo governo fará tudo incerto; os magistrados receiosos de se comprometter, não ousarão fazer sua obrigação; a auctoridade publica perderá toda a força; e a revolução, quando seja contida por meios artificiaes, que nunca podem ser permanentes, a revolução irá fermentando e medrando em segredo, e romperá mais horrivel e espantosa.

Se um só portuguez de ordinario sensocommum e que de boa fé esteja em qualquer dos partidos, asseverar o contrario, farei gala e gloria de me desdizer e retractar.

IX

Dos perigos da Carta

Mas diz-se que todos estes principios serão muito verdadeiros, certos todos esses resultados, muito para temer todos esses perigos; porém que destruir um partido para elevar outro corre eguaes senão maiores riscos e póde tambem ter muitas e talvez mais funestas consequencias. É certo, continuam, que o partido de D. Pedro é o legitimo e leal; mas n'esse partido ha demagogos e republicanos que á sombra da Carta subverteram tudo em Portugal, arriscaram a tranquillidade da peninsula, e por consequencia, a da Europa.

Não questionarei se ha ou não d'esses demagogos no partido leal portuguez, e quantos serão em numero, postoque seja essa uma accusação que faz rir a todo o mundo até aos mesmos que a fazem. Mas perguntarei sómente: — 1.º Que fizeram esses demagogos durante o regimen da Carta? 2.º Que pódem elles fazer restabelecido o governo legitimo?

Desde a morte de D. João VI, e proclamação da Carta, durante um longo periodo de disturbios, commoções, e guerras civis suscitadas pelo partido de D. Miguel, esses demagogos que se dizem existir no partido legitimo, não deram o menor signal de si; bem se bradou do outro lado por despotismo e inquisição, por sangue e por forcas, sem que elles bradassem por suas demagogias, nem pedissem nenhuma cabeça para a guilhotina republicana. O intendente da policia que em Julho de 1827 arranjou, por vendido a D. Miguel, uma commoção pretendida popular, mas só composta dos espiões e myrmidões da policia, não conseguiu, ainda assim fazer gritar alguns loucos senão pelo rei legitimo e contra a já premeditada e começada traição das auctoridades: nem um excesso, nem uma violencia, nada mais senão algumas vozes se poderam conseguir dos taes *demagogos*; e isto foi uma vez em dois annos que durou a guerra civil, unicamente excitada pela facção de D. Miguel, e sustentada pelas intrigas estrangeiras e debilidade de um governo ameaçado por todo o peso da Europa.

(Continuar-se-ha).

Pensem n'isto, porque é materia para meditação. Este homem não vê jamais ninguem, nem mesmo o seu guarda. Passa-se-lhe a comida por um buraco estreito, e acaso será que elle veja a mão que sustenta a escudella.

Esta barbarie não impressiona desde logo como os antigos calabouços, com a sua palha, as suas cadeias, a sua obscuridade e as suas immundicies. E necessario reflectir para a comprehender. E mister pensar que ha dezesete annos, nem um unico dos seus minutos differiu de outro.

A lei ingleza permitte a prisão cellular, e até a prescreve; mas limita a duração a nove mezes, mesmo para os condemnados perpetuamente.

Vi forçados partir de Petonville, depois dos seus nove mezes de cellula, para ir ás galés do Portland, que têm uma reputação terrivel e bem merecida; elles respiravam! Lia-se claramente em seus rostos que o silencio eterno e o trabalho eterno os aterravam menos, que estas implacaveis paredes de pedra, de que acabavam de sair ainda vivos.

Relativamente á emenda pela solidão, é uma illusão, uma contra-verdade. A solidão produz a hypocrisia frequentemente, o idiotismo com certeza, e a loucura n'um caso entre quatro. Conserva perfeitamente o odio e todos os instinctos viciosos. Este cubiculo, onde nada entra, e d'onde nada sae, assemelha-se a um frasco cuidadosamente fechado, e que contivesse a peste. É de algum modo ultrajar a natureza, esperar um progresso moral de uma situação contra a natureza.

Em muitas prisões cellulares no estrangeiro, e especialmente na do Gand, os presos trazem uma mascara todas as vezes que podem ser vistos. Dizia eu isto um dia deante de um grande poeta,—ou, como não tenho razão de o não nomear, — deante do nosso maior poeta. «É, diz elle, procurando uma desculpa, para salvar o futuro.» Mas os condemnados perpetuamente, que trazem tambem a mascara, não tem já futuro. Este costume, do qual se tem sabiamente renunciado quasi por toda a parte, era todavia logico. Esta mascara acabava e completava a prisão cellular. Acabava de sepultar, ou antes de destruir a pena.

Não se deve esconder o castigo, pois que assim não vale nada, nem para o que o inflige, nem para o que o soffre. Impor um castigo secreto, não é senão punir. Dar ao castigo, sem escandalo, a mesma publicidade que ao crime, é já rehabilitar.»

Acabam de ver os nossos leitores o que diz Jules Simon. Pois são essas mesmas prisões por elle, e por outros escriptores notaveis tão fortemente condemnadas, que os nossos reformadores vão agora estabelecer em Portugal.

Aqui é que se reconhece bem a grande differença entre a *philantropia* e a *caridade*.

Que *philantropos!*

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos do sr. Antonio Ribeiro Saraiva a seguinte carta:

Sr. Joaquim Martins de Carvalho — Londres, 22 de Fevereiro de 1877.

Casualmente, agora mesmo, (é um quarto depois da meia noite, e por tanto, olhando para o relogio, vejo que menti na data acima, pois é já 23), cae-me debaixo da mão esse farrapo de papel, que, como verá, era uma prova corrigida, para a imprensa, da especie de introducção que juntei ao documento a que se refere, ao inseril-o no *Miguelista em Londres*, que talvez v. visse em seu tempo.

Apraz-me transmittir-lh'o sem demora, ou mais ceremonia, tal e qual o encontro; pois poderá ir sendo em parte resposta a varias das censuras que v. faz, com pouca distincção, á nação, a que chamam *partido miguelista*—pois, só *de má fé* ou *por fatuidade*, se póde negar, que Portugal, em 1828 e 29, era na verdade *miguelista*, ou *legitimista* que era a mesma cousa.

Ninguem de boa fé, com senso commum póde justificar a conducta dos que foram entregar Portugal a D. Pedro, que o tinha renegado, insultado, perseguido. E se elle não tinha direito, tambem o não tinha, sua filha, princeza do Grão-Pará, e por tanto princeza estrangeira, como successora presumptiva á corôa do Brasil. E se ella podia ter direito, então mais verdadeiro e solido o tinha seu irmão, o actual imperador do Brasil, que já estava gerado, já existia (*conceptus pro nato habetur*) quando o Brasil *legalmente* se separou pelo tratado *imposto pela Inglaterra a D. João VI*. (E nisto fallo segundo o sentir vulgar—não o meu: pois *eu*, no meu modo de pensar e em *bom direito publico*, não admitto no rei o direito de dispor *elle*, sem a *nação*, de parte alguma da monarchia.

A. R. Saraiva.

Com esta carta vinham juntas duas tiras de papel, contendo umas provas de composição typographica.

O que n'ellas se lê não é novo para nós. Aqui temos presente o seu conteúdo, desde paginas 133 em deante do segundo dos opusculos publicados em 1870 em Londres pelo sr. Antonio Ribeiro Saraiva, com o titulo de — *O miguelista em Londres. Mistiforio politico, satyrico, litterario, historico, poetico, documentario, etc.*

Na parte d'esse opusculo, contida nas provas typographicas que agora nos mandou o sr. Ribeiro Saraiva, vê-se um preambulo, e um — *Projecto de solida pacificação de Portugal, suggerido no principio de Fevereiro de 1834*.

Isto é, n'aquelle mez e anno, quando os liberaes já estavam senhores do Porto e Lisboa, e D. Miguel se achava na defensiva em Santarem, havendo perdido toda a sua esquadra, lembrou-se o sr. Ribeiro Saraiva de redigir em Londres um projecto, para ser apresentado em Portugal ás pessoas influentes dos partidos, liberal e miguelista, em Lisboa e Santarem, a fim de se pôr termo á guerra por meio de um accordo.

Veiu de Inglaterra a Lisboa um portador com esse projecto; mas chegou á capital quando havia soffrido o exercito miguelista a grande derrota em Almoster no dia 18 do mesmo mez de Fevereiro, e por isso nem se atreveu a dar-lhe seguimento.

Propunha o sr. Ribeiro Saraiva o casamento de D. Maria II com D. Miguel — fazendo-se por esse mesmo acto uma fusão total e absoluta de quaesquer direitos e pretensões de ambos, a fim de assim se tirar todo o pretexto a ulterior disputa sobre isso.

Convocar-se-hiam as côrtes dos tres estados, para fazerem as reformas necessarias, trabalhando mesmo em reformar-se a si proprias, no que se julgasse a proposito alterar ou melhorar a fórma de representação nacional — fixando, por exemplo, periodos para a sua convocação, e cousas semelhantes.

Seriam chamados ao governo e ao commando do exercito os homens moderados e importantes, de ambos os partidos; mas D. Pedro ficava sem collocação, devendo sair do reino.

Eis o que se vinha propôr ao partido liberal, então triumphante por toda a parte!

Desappareciam as instituições liberaes, e a rainha D. Maria II, casando com D. Miguel, ficava fazendo o mesmo papel, que o sr. Ribeiro Saraiva no seu *Miguelista em Londres*, ridiculisa em el-rei D. Fernando, a quem por casar com a rainha D. Maria II, chama *rainho*. Ora que se ficaria chamando a D. Maria II, reconhecida pelos liberaes como legitima rainha, casando com D. Miguel, reconhecido pelos miguelistas, e que de facto ficaria governando o reino?

De soberana passava a ser vassalla! Era uma independente posição essa!

De fórma que tinha o partido liberal lutado durante seis annos com as armas na mão, levando de vencida em duros combates o partido adverso; havia soffrido as maiores violencias nas prisões, nos homisios e por todos os modos — para no fim, quando estava a terminar a campanha, cujo exito para ninguem já podia ser duvidoso, consentir D. Miguel no throno, e reconhecel-o como legitimo, só com o acrescentamento de casar com a rainha!

Que irrisão!

E estas mesmas propostas do sr. Ribeiro Saraiva, exclusivamente favoraveis a D. Miguel, quando tinha a sua causa perdida, eram ainda assim feitas com a maior repugnancia, o que nos será facil provar com os antecedentes.

Vamos lembrar ao sr. Ribeiro Saraiva umas outras propostas suas, feitas mais de um anno antes — em 12 de Dezembro de 1832.

Estando D. Miguel em Braga, e o seu exercito a cercar o Porto, escreveu de Londres o sr. Ribeiro Saraiva áquelle principe uma carta, incluindo n'ella o projecto de uma outra, que D. Miguel devia dirigir a D. Pedro.

Estes documentos do sr. Ribeiro Saraiva suppômos que foram encontrados em Lisboa na secretaria dos negocios estrangeiros, de que era ministro o visconde de Santarem, quando o duque da Terceira entrou n'aquella cidade com o exercito liberal em 24 de Julho de 1833.

Os homens politicos estrangeiros, partidarios de D. Miguel, aconselhavam-no a dar uma amnistia, embora restricta, para assim collocar em má posição a causa liberal. Era por isso, que o sr. Ribeiro Saraiva mandava a D. Miguel o projecto da carta que devia escrever a D. Pedro.

Não publicâmos esse projecto de carta, pela sua extensão; mas ahi vae a carta particular do sr. Ribeiro Saraiva para D. Miguel:

«Senhor. — Empregam-se algumas vezes os mais violentos remedios para salvar a vida a um individuo; para que o navio não soçobre se deita algumas vezes ao mar o mais valioso da carga. Julgue pois, quando se trata da salvação do estado, até que ponto se devem sacrificar as regras ordinarias. É d'esta sorte que dou a razão, porque me dirijo directamente a v. m., e por que mando esta carta pelo conde de Pombeiro, cujas representações verbaes a v. m. supprirão, o que a falta de tempo me obriga a omittir.

Da inclusa copia do officio, que remetti hontem para Berlim, verá v. m. para o que é a desejar que nos preparemos, *e qual o perigo, com que o governo d'este paiz, e o de França nos ameaçam.* Quanto ao governo hespanhol julgo não haver receio de que elle annua a taes propostas, porém para o acautelar cumpre que o coadjuvemos. Sobre tudo, pelo que toca a invasão de Portugal, *é necessario que os rebeldes sejam destroçados, e aniquilados*, antes que Canning chegue a Madrid. Todavia, na opinião de pessoas conspicuas aqui, que se interessam nos nossos negocios, e tambem na minha, o mais acertado é que v. m. immediatamente depois de receber esta *ordene as disposições militares necessarias para que se dê um ataque decisivo sobre o Porto, custe o que custar;* e ao mesmo tempo que v. m. escreva préviamente a D. Pedro, offerecendo-lhe reconciliação, etc., conforme as condições do plano que tenho a honra de submetter a v. m., e esperados tres dias depois da entrega da carta, proceda v. m. como se segue:

Se D. Pedro annuir ao que v. m. lhe propozer, tanto melhor; cessarão então as hostilidades, e começarão outros arranjos, e outras negociações. Se elle não responder, deve-se entender que não quer dar ouvidos a condições nenhumas; e n'esse caso *ordene v. m. o ataque, e tome-se o Porto sem mais demora.* Se elle responder, e rejeitar as propostas, *mande tambem v. m. atacar*, e remetta-me uma copia da resposta, que será sem duvida mui desarrazoada, para que eu possa mostrar aqui sobre quem deve recahir a accusação de loucura e pertinacia. D'esta sorte poremos a D. Pedro n'uma posição tão má, que toda a Europa, e até mesmo este governo, não deixará de declarar que v. m. tem o direito da sua parte, *e então será o jogo a nosso favor.*

Quando v. m. mandar a carta, será preciso annexar-lhe uma amnistia n'estes termos:

Que v. m. perdoará a todos, que tem tomado parte contra a sua pessoa, excepto áquelles, que tiverem sido condemnados a pena capital em Portugal, e os quaes, posto que essa pena tenha sido commutada, não podem entrar em Portugal, salvo se v. m. fosse para o futuro servido permittir-lhe essa faculdade; que v. m. por effeito de sua real generosidade determinará que as propriedades sequestradas ou confiscadas sejam entregues a esses individuos, porém sob condição que o Estado não será obrigado a fazer compensação pelas depredações, que possam ter soffrido, etc.; que esta amnistia os restituirá meramente á sua patria na qualidade de portuguezes, e lhes perdoará as penas, em que estiverem incursos, porém que se não deve entender que ficarão restituidos ás suas honras e empregos.

Eu nunca aconselharia este passo a v. m., nem tomaria tal liberdade, se nos não achassemos n'uma extremidade apurada, e n'um perigo imminente em que cumpre fazerem-se todos os sacrificios para a salvação da causa, e da monarchia.

O conde de Pombeiro, a quem mostro esta carta, bem como os outros papeis, explicará a v. m. os diversos pontos, nas particularidades dos quaes a falta de tempo me não permitte entrar; porém devo repetir a v. m., que d'elles depende o proximo triumpho da causa de v. m., da nação, e da realeza, ou a ruina d'ellas todas.

Com o mais profundo respeito beijo a augusta mão de v. m., e fico sendo de v. m. o mais humilde vassallo. — Londres, 12 de Dezembro de 1832. — *Antonio Ribeiro Saraiva.*»

Esta carta não carece de commentarios. Basta lel-a para se ver que tal era a amnistia que se propunha, os fins que se tinham em vista, e a expontaneidade que presidia a este negocio.

Voltando agora a tratar da carta do sr. Ribeiro Saraiva, que acabâmos de receber de Londres, e que acima publicâmos, lê-se ahi: — «Ninguem de boa fé, e com senso commum póde justificar a conducta dos que foram entregar Portugal a D. Pedro, que o tinha renegado, insultado, perseguido.»

Assim será, mas se essa conducta se não póde justificar, avenha-se o sr. Ribeiro Saraiva com os chefes do seu proprio partido, porque foram elles que entregaram Portugal a D. Pedro.

Pela morte de D. João VI ficou a regencia, e os seis ministros de estado, que tambem faziam parte d'ella, composta toda, apenas com excepção de um só membro, de partidarios decididos do systema absoluto. Pois foram elles que reconheceram a D. Pedro como rei de Portugal, e o mandaram reconhecer no Rio de Janeiro, por uma deputação composta dos mais declarados absolutistas, o duque de Lafões, o arcebispo de Lacedemonia, e o desembargador Francisco Eleuterio de Faria e Mello.

Então quem é que entregou Portugal a D. Pedro: foram os liberaes ou os absolutistas?

Mas dirá o sr. Ribeiro Saraiva: — É verdade isso; porém esses e todos os mais partidarios do systema absoluto, guerrearam depois fortemente a D. Pedro, e reconheceram a D. Miguel como legitimo rei de Portugal.

Responderemos que é exacto; mas que essa resistencia, e esse reconhecimento foi só depois de se receber em Portugal a noticia de D. Pedro ter outorgado umas instituições liberaes.

Antes d'isso era D. Pedro para elles um excellente principe e tinha todo o direito á corôa portugueza.

Eis ahi a coherencia do partido absoluto em Portugal.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos uma carta, relativa ao escandaloso procedimento, que tiveram no domingo passado muitos estudantes que n'esta cidade acompanhavam a procissão do Senhor dos Passos.

Não a publicâmos, porque se faz ahi um parallelo historico, que iria tornar responsavel por esses acontecimentos uma classe inteira.

A cidade de Coimbra presenceou com o maior assombro esses factos, que excederam tudo quanto em semelhante genero temos visto; mas é certo tambem, que os actos irregularissimos e dignos da mais severa reprovação, praticados por uma parte limitada da corporação academica, não pódem, nem devem recair sobre esta como classe. E dizemos isto, porque a muitos academicos sensatos temos ouvido condemnar fortemente o que praticaram alguns turbulentos.

Vá a responsabilidade áquelles a quem pertença, e só a esses.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega do *Jornal do Commercio* de Lisboa, analysando o celebre accordão do supremo tribunal de justiça, que annullou o processo crime de D. Joanna Pereira, diz o seguinte com respeito ás censuras que o mesmo tribunal dirige á imprensa periodica.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«O que não é admissivel é que n'um accordão do supremo tribunal de justiça, a imprensa seja invectivada, com grave offensa da lei, porque os juizes só julgam do que consta dos autos, com menoscabo de uma instituição que é o mais formidavel baluarte dos direitos dos cidadãos.

Ainda aqui os *prudentes juizes* deram mais uma prova dos seus intuitos em favorecer os indiciados. A imprensa havia censurado as attenções e favores havidos com os indiciados, attenções e favores que se não usam com outros accusados; a imprensa via n'esses factos a consequencia de altas protecções, e condemnava-os. Era preciso applicar uma correcção á ousada imprensa, que queria que a lei fosse egual para todos. Deram-lh'a os *prudentes* juizes do supremo tribunal; mas o raio desfez-se no ar; não feriu nenhum jornal, porque os censores não tinham auctoridade para a censura, e, ainda mais, desconsideravam-se, fazendo-a, porque violavam as suas attribuições.

Houve tempo em que se pretendeu pôr um freio á imprensa, com uma lei odiosa e iniqua, que ficou conhecida com o epitheto affrontoso da *lei das rolhas*. A imprensa só havia de publicar o que o governo quizesse, e os seus direitos estavam á mercê do arbitrio do governo pessoal. O exm.º relator do accordão teve parte na elaboração d'aquella celeberrima lei, e recordando-se de tão *felizes* tempos, estranhou que a imprensa usasse das liberdades que a lei lhe concede.

Em toda a parte a imprensa noticia os factos criminosos, e refere todas as circumstancias d'elles, que chegam ao seu conhecimento. E ninguem se lembra de censurar a imprensa de ousada ingerencia na administração da justiça.»

NECROLOGIO

Apenas vinte primaveras decorridas, e já a sua existencia despedaçada na fria lousa do tumulo!

Era ainda moço! Quando a vida principiava a sorrir-lhe, cheia de galas e louçanias, mal diria esse mancebo, a cuja memoria hoje vimos offerecer um tributo da nossa saudade infinda, que na quadra mais ridente (aos vinte annos de edade!) estava prestes a perder-se, e para sempre, nos abysmos d'uma sepultura!

Vicente José Pereira, estudante de preparatorios no Seminario d'esta cidade, já não existe!... morreu! A sua alma, candida como a flor do lyrio, desprendendo-se do nada para voar ao empyreo, dava-nos o derradeiro adeus, pelas onze horas da manhã do dia 24 do mez findo!

Era natural da Frasoeira. Soube soffrer com resignação inexcedivel até á hora do seu doloroso passamento, dando aos seus, nos actos da sua vida, a demonstração mais clara do seu amor filial! E foi talvez essa dedicação sem limites que o levou ao sacrificio da morte, legando-nos a sua memoria eterna na amizade de sincero amigo!

Já que tão cedo nos deixaste, Vicente, para ires gozar o premio de tuas sanctas virtudes, implora a Deus a sua misericordia para nós, que choramos a tua falta, e para os teus, que ficaram na triste soledade.

É esta a palma que depomos na tua ultima morada: iremos regal-a todos os dias com o pranto d'uma saudade eterna até que possamos abraçar-te no templo da eternidade!

Descança em paz, amigo.

Coimbra, 1 de Março de 1877.

F. G. Rebordão.

NOTICIARIO

Banco commercial de Coimbra. — Este banco publicou ultimamente o seu relatorio. Vê-se por elle, que apesar da grande crise do anno passado, as suas circumstancias são muito satisfactorias.

Lê-se no relatorio:

«Juncto encontrareis o balanço, e por elle conhecereis do activo e do passivo d'este banco, cujos documentos comprovativos se acham á disposição dos srs. accionistas.

Os lucros liquidos do anno proximo passado foram de.....	18:401$137
Percentagem distribuida por conta do dividendo no primeiro semestre de 1876.........	9:000$000
Saldo restante.......	9:401$137
Parece á gerencia, pois, que se faça a seguinte applicação:	
5 % dos lucros liquidos para fundo de reserva..........	920$055
10 % da importancia total de despezas de installação, de moveis e utensilios, para amortisação das mesmas d'estas contas..................	392$745
2 % sobre o valor nominal de 6:000 acções, para dividendo complementar............	6:000$000
Saldo para 1877, e para pagamento da decima industrial..	2:088$337
Somma egual réis.....	9:401$137

Até aqui o relatorio. Acrescentaremos agora, que na quarta feira, 28 de Fevereiro, ás 8 horas e meia da noute, houve reunião da assembleia geral do banco commercial de Coimbra, sendo presidida pelo sr. D. Luiz de Carvalho Daun e Lorena, que para esse fim veiu expressamente de Lisboa.

Foram approvadas as actas de gerencia do banco, e decidiu-se que se lhe lançasse na acta um voto de louvor.

Egualmente se concedeu um voto de louvor aos ex-administradores da caixa filial do banco em Mangualde, aos seus agentes e aos empregados que se esmeraram no cumprimento dos seus deveres.

Foram approvadas as propostas da direcção, em quanto ao fundo de reserva, dividendo, etc.

O sr. presidente chamou a attenção da assembleia para o que diz a direcção no seu relatorio, com respeito ao projecto de reconstituição do banco de Portugal, apresentado pelo ministro da fazenda na camara dos deputados, pelo qual se concede o exclusivo da emissão das notas do mesmo estabelecimento.

Depois de alguma discussão resolveu-se, que se devia representar a esse respeito, ficando d'isso encarregada a gerencia do banco.

Procedendo-se ás eleições, foram reeleitos os mesmos membros da mesa da assembleia geral e conselho fiscal, apenas com a alteração do ser eleito de novo o sr. Joaquim José Duarte.

O resultado da eleição é, portanto, o seguinte:

Mesa da assembleia geral

D. Luiz de Carvalho Daun e Lorena — *presidente*.

Arthur Eugenio de Almeida e Silva — 1.º *secretario*.

Miguel dos Santos e Silva — 2.º *secretario*.

Conselho fiscal

José Antonio Ferreira Manso — *presidente*.

Joaquim Justiniano Ferreira Lobo — *secretario*.

Antonio de Oliveira — *vogal*.

José Simões de Moura e Sá — *dito*.

Joaquim José Duarte — *dito*.

Lausperenne. — Como tem havido em todos os primeiros domingos de cada mez, assim no proximo, 4 de Março, ha de haver, na egreja de S. João d'Almedina, o Sagrado Lausperenne e sermão.

Policia civil. — O sr. ministro do reino apresentou uma proposta de lei na camara dos deputados, auctorisando o governo a subsidiar com a contribuição de tres contos de réis annuaes a creação e manutenção de um corpo de policia civil no districto de Coimbra, contribuindo a camara municipal da mesma cidade com egual quantia.

Precipicio. — A escada junto á egreja de S. Thiago, que dá communicação da Calçada para a praça do Commercio, acha-se em um estado deploravel.

Em rasão da extraordinaria passagem que por alli se faz, estão os degraus gastos a um ponto tal, que é perigoso descer a escada.

Tem-se reclamado á camara providencias a este respeito, mas tudo tem sido baldado. No entanto nos cumprimos o nosso dever registando aqui esse justificado motivo de queixa. Vá a responsabilidade a quem pertence.

Despacho. — O sr. dr. Bernardino Luiz Machado Guimarães foi nomeado substituto da Faculdade de Philosophia.

Outro. — O sr. dr. Antonio José Gonçalves Guimarães foi nomeado substituto da mesma Faculdade.

Outro. — O sr. arcebispo de Mytilene, vigario geral do patriarchado, foi nomeado administrador da capella de S. João Baptista, em S. Roque, logar vago pelo fallecimento do sr. D. José de Lacerda.

Outro. — O sr. Antonio José Viale foi nomeado vogal da junta consultiva de instrucção publica.

Recrutamento. — O supremo tribunal administrativo decidiu favoravelmente os seguintes recursos, a fim de que fiquem os respectivos mancebos livres do serviço do exercito:

CONCELHO DE GOES

Freguezia de Alvares — Maria Henriques, viuva, por seu filho Seraphim.

Freguezia de Cadafaz — Isabel da Trindade e Luiz das Neves, pelo filho José.

CONCELHO DE MIRANDA DO CORVO

Freguezia de Semide — Anna Justina, viuva de Joaquim Raposo, pelo filho Francisco.

CONCELHO DE PAMPILHOSA

Freguezia de Cabril — José Domingues, pelo filho José.

CONCELHO DE ARGANIL

Freguezia de Paradella — João Ferreira, pelo filho José.

Peste no gado bovino. — Está causando serios cuidados uma peste terrivel no gado bovino, que grassa por differentes partes da Europa.

Entrou em Londres, onde ultimamente se deram novos casos. Posto que se tenha desenvolvido grande energia para evitar a peste, ella espalha-se pela cidade.

Na Allemanha deram-se tambem novos casos em Dresde e em Emden, na embocadura do Ems, sobre a fronteira hollandeza.

A epidemia entrou na Prussia rhenana: o primeiro caso deu-se em Elberfed; foram por este motivo abatidas muitas cabeças de gado. Appareceu depois na cidade de Colonia, onde se tomaram as mesmas providencias. Fecharam-se os mercados.

A Belgica tem tomado as medidas necessarias para evitar o mesmo contagio.

Foram reforçados os pontos fiscaes nas fronteiras belgas e allemãs para a execução dos decretos prohibitivos da entrada de gado.

Commemoração. — Os voluntarios de Dumbarton déram um banquete para commemorar a data da creação do corpo. A imprensa ingleza, que deu relação d'esta festa, diz que entre os convidados estavam os srs. capitão-tenente Duarte Pedroso, primeiro tenente J. Dionisio Santa Barbara, commissario Silva Rodovalho, segundo tenente Carlos Candido dos Reis, dr. B. de S. Lima, e engenheiros Joaquim Antonio Ferreira da Costa e Carlos Augusto Pego de Faria Araujo, officiaes do transporte «India».

O major Denny propoz um brinde aos officiaes portuguezes e fallou em termos mui amaveis aos officiaes do transporte e da nação portugueza, agradecendo ao mesmo tempo a honra que os officiaes lhes faziam em concorrer a esta festa.

O sr. tenente Reis agradeceu em francez o brinde do major Denny e tambem fallou com muito acêrto e por modo lisonjeiro para as pessoas que offereciam o banquete.

A festa foi muito brilhante e animada, e a ella concorreu a primeira sociedade de Dumbarton.

Dumbarton pertence á Escossia. Está proximo de Clyde, a 20 kilometros NO. de Glasgow e 90 O. de Edimburgo. Tem excellente porto.

Soccorros aos inundados. — Na quarta feira reuniu na secretaria do reino a commissão de soccorros aos inundados, á qual presidiu S. M. a rainha.

Assistiram, além do sr. patriarcha, 16 membros, senhoras e cavalheiros, o sr. bispo do Porto, marquez de Monfalim e F. Pinto Bessa, da commissão do Porto. Tomou-se conhecimento de mais 75 requerimentos pedindo auxilios, e diversos officios. Votaram-se agradecimentos á commissão de Pernambuco e ao sr. bispo do Porto.

A importancia total cobrada pelo thesoureiro da commissão de soccorros até hoje é de 80:176$025 réis. Além de 7:789 libras —1—4, provindas da commissão de soccorros do Rio de Janeiro e do vice-consul de Santos, e uma inscripção de 1:000$000 réis nominal.

Funccionario intelligente. — Do *Campeão das Provincias* transcrevemos o seguinte:

«Acha-se em commissão na delegação da alfandega do Porto, n'esta cidade o sr. Joaquim Leite Pereira Jardim, illustre filho do sr. visconde de Montesão, e alli está desempenhando o encargo com a intelligencia e pericia, com que se tem havido na satisfação de outros encargos, de que tem sido incumbido, sempre a contento e com louvor dos funccionarios seus superiores.

Fez s. ex.ª por algum tempo serviço na alfandega da Figueira, sempre com applauso dos demais empregados d'aquella repartição, por quem sempre foi devidamente considerado.

Necessitando-se na alfandega do Porto de um empregado fiscal habil, e requisitando-o a referida direcção, foi para alli mandado o mencionado cavalheiro e logo se lhe entregou a direcção fiscal dos armazens mais importantes d'aquella cidade, dando por tal modo cumprimento ao serviço a seu cargo, que desde logo captou a confiança do presidente da direcção d'aquella alfandega, sendo que não

hesitou em o commissionar para a delegação da alfandega d'esta cidade.

É-nos agradavel dar aqui testemunho das subidas habilitações do illustre funccionario, e d'aqui felicitâmos pelo facto o seu illustrado progenitor, e nosso apreciavel amigo, o sr. visconde de **Montesão**.»

Ellas que chegam. — Um nosso amigo da freguezia de Santo Antonio dos Olivaes, d'este concelho, nos diz o seguinte:

«Ha muito que os periodicos não nos dão uma noticia agradavel! Parece que só sabem escrever sobre tempestades, inundações, furacões, propriedades arrazadas, fome e mizeria, bancos quebrados, arbitrariedades, roubos, troças, invasão de lobos, e outras coisas referidas no *novo methodo*. De sorte que não apparece n'elles uma boa nova que alegre a gente.

Satisfaçam-se hoje os leitores do *Conimbricense*. E fiquem sabendo que as andorinhas já chegaram a Coimbra no dia 1 do corrente mez de Março. *Venit, venit hirundo, pulchra tempora adducens et pulchros annos.*»

Concurso. — Está a concurso, pelo espaço de 30 dias, a contar de 2 do corrente, a egreja de Nossa Senhora da Assumpção de Tentugal, concelho de Montemór o Velho, diocese de Coimbra.

Á ULTIMA HORA

TELEGRAPHIA ELECTRICA

Lisboa, 2 de Março, ás 11 horas e 2 minutos da noute.

Á redacção do *Conimbricense*.

Caiu o ministerio. Succede-lhe o marquez de Avila.

* *

No *Commercio do Porto*, que acabâmos agora mesmo de receber, lê-se o seguinte:

Lisboa 2 de Março, ás 5 h. e 56 m. da tarde.

Corre com insistencia que o ministerio resolveu pedir a sua demissão em consequencia do sr. ministro da fazenda declarar que não queria continuar no ministerio.

Depois o sr. Fontes resolveu conservar o gabinete, ficando s. ex.ª com a pasta da fazenda.

Corre que haverá adiamento das camaras por 10 dias.

El-rei visitou o sr. Fontes. A visita foi demorada.

Idem 3, á 1 h. e 24 m. da manhã.

Confirma-se a demissão do ministerio.

O sr. marquez d'Avila será hoje encarregado de formar o gabinete.

Citam-se já alguns nomes e entre elles os seguintes:

Marquez d'Avila, estrangeiros e reino.
Barros e Cunha, obras publicas.
Cortez, justiça.
Conde de Valbom, fazenda.
Caula, guerra.
Carlos Bento, marinha.

É duvidosa a entrada do conde de Valbom.

ANNUNCIOS

AGRADECIMENTO

1 FRANCISCO DE PAULA E SILVA, extremamente grato aos seus amigos, e a todas as pessoas que o obsequiaram e tanto se interessaram pelo restabelecimento de sua saude, durante a dolorosa doença que soffreu; e achando-se já na convalescença, mas não podendo agradecer pessoalmente a todos, vem por este meio testemunhar o seu vivo reconhecimento, protestando-lhes verdadeira estima e dedicação.

COMPANHIA EDIFICADORA E INDUSTRIAL DE COIMBRA

Sociedade anonyma responsabilidade limitada

2 O CONSELHO FISCAL d'esta companhia deliberou, de accordo com a directoria, que se officiasse aos srs. accionistas, que se acham em debito de prestações de suas acções, para que se sirvam mandar satisfazer as prestações em divida, até ao dia 13 do proximo futuro mez de Março, e que se lhes fizesse constar que d'alli em diante será contado juro de mora aos que deixarem de effectuar aquelle pagamento, e applicado o disposto no artigo 31.º dos Estatutos.

Coimbra, 26 de Fevereiro de 1877.

Os directores
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Francisco Pedro da Silva.
José Maria Moura Barata Feio Terenas.

THEATRO ACADEMICO

3 VENDE-SE O CAMAROTE, n.º 28, da segunda ordem. Francisco Lopes do Valle, na rua da Sophia, n.º 171, recebe propostas por escripto, até o dia 18 de Março corrente, em que se fará a venda, se o preço convier.

BANCO COMMERCIAL DE COIMBRA

Sociedade anonyma responsabilidade limitada

4 A COMEÇAR no dia 5 do corrente, ás segundas, quartas e sextas feiras, pagar-se-ha aos srs. accionistas d'este banco nos locaes abaixo mencionados, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde, o dividendo relativo ao 2.º semestre de 1876, de 1$000 réis por acção.

COIMBRA — Séde do Banco.
MANGUALDE — Filial do Banco.
PORTO — Banco Nacional.
LISBOA — Correia & C.ª, rua dos Douradores, 178.
BRAGA — Jeronymo José Pereira Pinheiro & F.ºs
VIANNA — Elias Augusto Vieira d'Araujo.

Coimbra, 1 de Março de 1877.

Pelo Banco Commercial de Coimbra
Os gerentes
Manoel dos Santos Junior.
J. Melchiades Ferreira Santos.

CONVITE

5 UM amigo de Augusto Ferreira da Silva convida os seus parentes e amigos para assistirem na proxima sexta feira a uma missa, que se ha de resar na egreja de S. João d'Almedina, ás 6 horas da manhã, pelo eterno descanço de sua sempre chorada esposa.

6 VENDEM-SE 300 a 400 paus de castanho proprios para madeiramentos.

Na tanoaria da rua das Solas, em casa de Manoel Contente Pinto ahi se mostram.

CRIADO

7 N'ESTA REDACÇÃO se diz quem precisa d'um para uma quinta n'esta cidade, que saiba de agricultura.

PERDEU-SE

8 **UM brinco d'ouro. Quem o achou e o queira entregar, póde dirigir-se a esta redacção, que ahi se dirá a quem pertence.**

REZINA DE JALAPA DA TERRA

9 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, alem de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, canceros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

10 LUIZ DE CARVALHO DAUN E LORENA e sua mulher D. Maria Manoella de Brito Castro Figueiredo e Mello da Costa Lorena, protestam novamente contra o annuncio publicado pela 2.ª repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, no *Diario do Governo*, n.º 44, de 26 de Fevereiro do corrente anno, em a lista n.º 812, no qual se diz que «pela quarta forma se venderá em praça perante o governador civil d'este districto o fôro de 52l,220 de azeite ás safras, imposto em um olival com sua terra lavradia no sitio de Villa Franca, ou Quinta da Portella, chamado — o manguinha — prazo em vidas com laudemio de quarentena, de que são senhorias directas as religiosas do convento de Nossa Senhora d'Assumpção, de Semide, e emphyteutas os herdeiros de Antonio de Brito, da Quinta da Portella.»

O olival a que se refere o annuncio é livre, e nem a casa do sr. Antonio de Brito ou de seus antepassados pagou em tempo algum fôro áquelle convento.

Este protesto é a renovação dos que foram publicados no *Conimbricense* de 4 de Junho de 1867 e 16 de Fevereiro de 1869, e para que ninguem por ignorancia, arremate o mencionado e supposto fôro, será publicado todas as vezes que elle appareça mettido em lista para venda.

Quinta da Portella 3 de Março de 1877.

D. Maria Manoella de Brito e Castro Figueiredo e Mello da Costa Lorena.
Luiz de Carvalho Daun e Lorena.

11 ARRENDA-SE do proximo S. João para deante, uma ou duas lojas, com os n.ºs 104, 106 e 108 na rua do Visconde da Luz. Trata-se na rua da Calçada n.º 41 e 45,

12 NO domingo 4 de Março, ás 11 horas da manhã, se hão de vender no collegio dos Borrás na rua da Sophia, uma porção de cortinas de damasco, e vestimentas de differentes côres.

ATTENÇÃO

13 MICHAELA ENGRACIA DE JESUS, parteira, moradora na rua das Fangas, n.º 69, participa ao publico, que continua a ir aos partos, a todas as pessoas que se quizerem utilisar do seu serviço.

Arrendamento de casa

14 ARRENDA-SE o predio n.º 15 da rua da Sophia, recentemente reedificado e com commodidades para um grande hotel. Tambem se arrenda aos andares, cada um dos quaes tem excellentes accommodações para familia numerosa. Póde ver-se a qualquer hora.

MOBILIA ESTOFADA

15 VENDE-SE um sophá e 2 fauteils, estofo reps, e 12 cadeiras, tudo de mogno e inteiramente novo, por um preço muito rasoavel.

Largo do arco de Almedina.

Venda de pinheiros

16 ANTHERO DE AGUIAR FRAZÃO SOARES, residente na freguezia de Alfarellos, concelho de Soure, vende, no seu magnifico pinheiral da sua quinta da Pamça, limite da freguezia da Granja do Ulmeiro, e mui proximo da estação do caminho de ferro de Formozelha, sete mil pinheiros. Quem pretender, poderá contractar com seu dono até ao fim do mez de Março do corrente anno.

Substituições a militares

17 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

18 MIGUEL DIAS BARATA tem na sua quinta de Coenços uma porção d'enxertos de laranjeira, de 4 a 6 annos, que vende. Quem os pretender póde dirigir-se á dita quinta, ou em sua casa ao Arco d'Almedina.

AGENCIA EM LISBOA

19 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico, incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.º

20 VENDE-SE uma machina, e um grande alambique de destilar aguardente, tudo existente na casa denominada — a Fabrica — ao porto de Montesão. Dirigir a Manoel de Jesus Cardoso, residente em Coimbra, que está auctorisado.

VENDA DE CHOUPOS

21 NO DOMINGO, 4 do proximo Março, pelo meio dia, na insua da fabrica, ao porto de Monte-São, faz-se venda, convindo o preço, de *mil e quinhentos choupos*, a mais, existentes no choupal da mesma insua; ou em globo, ou aos lotes, ou avulso, como melhor convier.

Tambem se recebem propostas até áquelle dia, na quinta da Ponte, em Antuzede.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 reis. Correspondencia por linha 30 reis. — Numero avulso 40 reis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$160
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	866

Numero 3089 — Terça feira 6 de Março de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

Cessou de funccionar o ministerio, que mais celebre ficará n'este paiz pela sua desmoralisação politica.

Caiu essa situação corruptora, esse systema de viver á custa da transgressão das leis, da pratica das maiores injustiças, e do patronato mais escandaloso.

Largaram as cadeiras do poder os homens, que foram alli só para desmentir as doutrinas apregoadas outr'ora na imprensa e em todas as lutas partidarias.

Já não governam, ou antes desgovernam este paiz, aquelles que por si e seus delegados e agentes, fizeram do recrutamento uma arma terrivel de coacção e corrupção eleitoral, não duvidando sacrificar os desvalidos só para servir os seus numerosos afilhados.

Desabou de podre essa caranguejola politica, apesar de ter ainda no parlamento grande numero de cyrineus a ver se a amparavam.

Os esbanjadores dos dinheiros publicos, os desbaratadores da fazenda nacional, tiveram uma morte politica digna de tal vida!

O scepticismo e a descrença politica n'este paiz chegou a ponto, que foi possivel conservar-se por alguns annos uma situação tão devassa!

Tem havido governos que tomaram por base da sua norma de viver o despotismo e a violencia physica: este, porém, seguiu outra marcha, porque não precisou d'aquella. Desmoralisou, corrompeu, zombou das leis e dos direitos dos cidadãos.

Os *seus* deputados estavam atrelados ao carro do poder, em recompensa da satisfação de numerosas pretensões e empenhos, que é o movel que os leva ao parlamento.

Por fim cheirando a esses deputados já a defunto o governo, faziam de patos mudos, e guardavam profundo silencio perante as fortes accusações da opposição.

Despeitado com isso o ministro da fazenda, e vendo-se impossibilitado de se defender em ambas as camaras, declarou ao presidente do conselho que não continuava no ministerio. Foi o sufficiente para cair aquella machina politica.

Estâmos, portanto, livres de uma situação, que não deixa saudades senão áquelles que d'ella dependiam para os seus interesses pessoaes.

Resta agora ver qual a norma de proceder do novo ministerio.

Desligados completamente como estâmos de todo e qualquer partido politico, não nos importa que em a gerencia dos negocios publicos se achem os homens de uma ou outra parcialidade.

O que desejâmos e pretendemos é que a administração publica seja uma cousa séria, e que tenham um termo os grandes escandalos que diariamente ahi se praticam.

Temos direito a exigir escrupulosa applicação dos dinheiros publicos, respeito pela lei, e garantias para a liberdade eleitoral.

É mister proceder a uma rigorosa syndicancia aos actos do governo agora demittido; é necessario expôr á nação com toda franqueza qual o estado da fazenda publica, cessando por uma vez essas fantasmagorias de falsos e mentirosos orçamentos, que não servem mais do que para illudir aquelles que não estão ao facto da facilidade com que se joga com os algarismos para occultar o verdadeiro estado das finanças.

Ha tenção de seguir este caminho recto, ou trata-se apenas de mudança de nomes?

Veremos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Está organisado o ministerio. Ficou assim composto:

Presidencia, reino e estrangeiros — Marquez d'Avila e de Bolama.

Fazenda — Carlos Bento da Silva.

Guerra — Antonio Florencio de Sousa Pinto.

Justiça — José de Sande Magalhães Mexia Salema.

Obras publicas — João Gualberto de Barros e Cunha.

Marinha — José de Mello Gouveia.

Esperâmos pelos actos dos novos ministros para avaliar o seu procedimento.

Já o dissémos e repetimos: é-nos indifferente, que sejam estes, ou outros quaesquer os homens que estejam á frente dos negocios publicos. O que para nós não é indifferente, é que a marcha da administração seja a mesma que até aqui.

A nação está cansada de ser illudida nas suas esperanças e aspirações. Tem visto repetidas vezes os deputados combaterem na opposição os abusos do governo, e depois irem praticar nas cadeiras do poder o contrario do que apregoavam fóra d'elle.

E' preciso que o funccionalismo administrativo saiba e queira cumprir a lei, obrando em virtude d'ella com independencia.

É mister que se não ponham em almoeda os empregos, se não pratiquem injustiças flagrantes, principalmente em materia de recrutamento, pesado tributo de sangue, com o fim de dominar e corromper o corpo eleitoral.

Está o ministerio resolvido a governar por si, ou prefere tolerar a continuação d'essa escandalosa delegação de poderes, que com geral indignação se tem visto em Coimbra e em muitas outras partes do reino?

Resolve-se a pôr sériamente um termo a esses enormes desperdicios, que têm feito augmentar de um modo assustador a divida publica; ou limita-se a expedientes de occasião, que não impedem o aggravamento do estado deploravel das nossas finanças?

O paiz está sequioso de justiça. Tem-se de uma fórma inaudita escarnecido das leis, da moral e do proprio decoro. Tem-se praticado vinganças numerosas, e escandalos enormes. O voto eleitoral tem sido falsificado, e a opinião

FOLHETIM

MISCELLANEA

MXC

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O CHAVECO LIBERAL
N.º 11. Vol. I.

O'er the glad waters of the dark blue sea,
Our thoughts as boundless, and our souls as free.
BYRON.

Quarta feira 19 de Novembro de 1829

(CONTINUAÇÃO)

Eis aqui tudo o que fizeram os taes demagogos em Portugal; vejamos o que elles agitaram em Hespanha. É certo que os espiritos se commoveram n'aquelle reino vizinho com a outorga das instituições portuguezas; é certo que de alguns corpos de seu exercito houve deserções para Portugal; nem duvido que em Portugal alguem as desejasse e secretamente as applaudisse. Mas protegeu-a e fomentou-a acaso o governo portuguez? Promoveu-a de algum modo sensivel essa demagogia? Não parou a deserção quasi no momento em que começou? Não foi o procedimento do governo de Portugal antes severo e quasi duro para com os desertores? E todavia não lhe dera Hespanha exemplo e direito a bem diverso proceder? Não acolheu ella, não protegeu, não armou os nossos transfugas, não consentiu que entrassem em nosso territorio armados, commettendo hostilidades, fazendo depositos de nossos prisioneiros em seu territorio? Fez o governo de Portugal ou sequer tolerou que se lhe fizesse outro tanto? Não. Porquê? Porque o imaginario poder dos demagogos em Portugal é phantastico: — se existem, são bem desprezivel e nulla gente. Todo o governo legitimo modera e contém uma nação essencialmente leal e naturalmente docil. O unico governo inconsistente e impotente em Portugal é o illegitimo, porque desmoralisa, só com sua existencia, o povo; perde-se e perde-o.

Mas continuemos na «perigosa vizinhança» das instituições portuguezas para Hespanha. Durante o tempo que a Carta se observou tal-qualmente em Portugal e pareceu estabelecer-se, nenhuma commoção houve em toda a Hespanha: desde o momento que a facção apostolica começou a predominar em Portugal, as revoluções e a anarchia rebentaram como um vulcão na Catalunha e Navarra: e essas revoluções, foi a facção apostolica que as fez: n'essas ao menos creio que não entrariam os temiveis demagogos de Portugal.

Demagogos ha em Portugal assim como em Hespanha e por toda a Europa, temiveis e terriveis pela seita que formam e de que tarde se arrependerá a tolerancia dos reis que a consente. Esses são os demagogos apostolicos que tiraram a corôa a D. Pedro para a dar a D. Miguel, e tantas vezes têm tentado fazer o mesmo a Fernando em favor de seu irmão D. Carlos. D'esses se deve temer Hespanha e Fernando VII, que são esses os que o hãode perder.

Os factos, os factos sós responderam ao primeiro quesito. Responderei ao segundo com as probabilidades, que forçosamente se hãode tornar em factos apenas se verifiquem as condicções.

Estabelecido, seja porque modo for, o governo legitimo em Portugal, elle não póde adoptar outro systema de politica senão o diametralmente opposto ao do governo illegitimo que agora opprime a nação. «Diametralmente opposto» não quer dizer que caia nos oppostos excessos; que mude pessoas e nomes e conserve as coisas; que se brade por D. Maria II e pela Carta para roubar e assassinar, assim como agora lá se brada por D. Miguel e pela inquisição para assassinar e roubar; que haja tumultos, prisões arbitrarias, forcas, carrascos legitimos e constitucionaes, assim como agora os ha rebeldes e absolutistas. Não: isto é impossivel; ainda que se formasse um ministerio de descamizados, elle o não poderia fazer. Portugal não precisa, nem pede, nem quer senão paz; nem quer a Carta senão porque só a Carta lhe póde dar e garantir a paz. A Carta até é freio ás vinganças dos partidos. A Carta prohibe os confiscos, as prisões arbitrarias, os juizos de confidencia. E os excessos de poder que são concedidos — antes, pedidos e reclamados — por seu partido ao governo de D. Miguel, não poderiam ser tolerados no governo de D. Maria.

Do reflexo em Hespanha, tanto o póde fazer a Carta portugueza como a Carta franceza: a posição geographica é a mesma. Além de que, os estrangeiros que não residiram longamente em Portugal enganam-se muito com Portugal e suas relações com Hes-

publica independente tem sido desprezada. As vontades despoticas das auctoridades e seus agentes têm imperado a cima de tudo.

Alguns membros do novo ministerio combateram ainda ha pouco a marcha politica do nefasto governo, que acaba de sair do poder. Será acaso que vão desmentir no ministerio as suas doutrinas expostas no parlamento?

O tempo o dirá.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Vejâmos a maneira como o actual ministro das obras publicas o sr. Barros e Cunha, avaliava o governo que acaba de demittir-se.

Discutindo-se na sessão de 3 de Fevereiro ultimo a proposta de lei ácerca dos creditos extraordinarios, dizia o sr. Barros e Cunha:

«Vejo que o governo *não tem por fim senão manter os mesmos abusos*. Não sei o que ganhamos na realidade em votar esta lei, nem o que ganhamos em occupar tempo em combatel-a. Os factos mostram que quando os governos têm a tendencia, *que tem o governo actual*, para se não preoccuparem com o futuro do paiz, que depende da sua administração, *a ruina é inevitavel*.

Sr. presidente, pois a mudança de nome de uma cousa muda a sua essencia, a sua natureza, sequer a sua fórma?

Não tem o governo actual excedido as verbas previstas e votadas?

Pois os creditos supplementares são outra cousa, que não seja a regra, o modo, o meio legal de supprir e pagar a despeza ordinaria em casos previstos, mas a que se não póde destinar verba com rigorosa exactidão?

Pois a cruzada é contra os nomes dos creditos, ou contra o uso que d'elles se faz?

Sr. presidente, a camara devia merecer mais consideração ao sr. ministro, se não pelo conceito que d'ella fórma, ao menos pelo prestigio do governo representativo, e que lhe está confiado n'este alto logar de conselheiro responsavel da corôa.

Isto não illude ninguem, as despezas crescem, sejam quaes forem as peias e algemas que o parlamento pretenda lançar aos pulsos do governo; seja em leis, seja em recommendações ou admoestações como aquellas que foram feitas pela commissão de fazenda dos dignos pares e aquellas que todos os annos, segundo consta, lhe são feitas tambem na commissão de fazenda da camara dos senhores deputados!

O governo o que quer é gastar sem conta.

A comparação das administrações politicas, cada uma de per si, mostra que o defeito em que o governo cae, e que a sua tendencia para augmentar as despezas, *é na realidade um vicio da sua constituição*, e eu vou proval-o á camara.»

Na sessão de 20 de Janeiro dizia o sr. Barros e Cunha ao terminar um seu discurso:

«E, por ultimo, deploro ainda mais que o governo me considere hostil, acintosamente hostil, á permanencia de s. ex.^{as} nos conselhos da corôa, quando eu teria muita satisfação até em lhes dar o meu apoio, *se o modo porque s. ex.^{as} gerem e administram os negocios publicos me não impossibilitasse de poder deixar de lhes fazer a mais decidida e a mais energica opposição*.»

Ora o ministerio, presidido pelo sr. Fontes, caiu tendo grande maioria no parlamento, em quanto que em o novo governo ha membros que avaliavam pela fórma que se acaba de ver a sua gerencia.

Póde, portanto, esta situação considerar-se como a continuação da anterior?

Assim será, se houver ministros que se prestem a ir agora representar no poder o mesmo papel em que se tornou notavel o sr. Antonio Rodrigues Sampaio!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O ministerio que acaba de sair do poder tratou a camara dos deputados como ella merecia. Demittiu-se sem convocar os seus amigos, e explicar-lhes os motivos que os obrigavam a dar esse passo. O servilismo dos deputados foi assim dignamente recompensado.

Da mesma fórma que se dizia dos emigrados francezes, que voltaram com Luiz XVIII para França, em 1814, que nada tinham aprendido, nem esquecido, assim os homens da situação finda não se esqueceram de repetir agora o mesmo que praticaram em Julho de 1860, quando sairam do ministerio, sem nada communicarem aos seus amigos da camara dos deputados.

D'ahi veiu que o illustre orador José Estevão abandonou desde então o partido regenerador, e muitos deputados até ali fieis ao mesmo partido, stygmatisaram na sessão de 5 de Julho os ministros seus correligionarios, que haviam pedido a demissão.

Dizia na referida sessão o deputado D. Rodrigo de Menezes:

— «Não vem despedir-se dos ministros que sairam, porque ss. ex.^{as} o dispensaram d'essa formalidade *(apoiados)*; não vem fazer arguições, e não tem direito a fazel-as, porque nunca teve compromissos com elles. Mas que vem então fazer? Protestar alta e solemnemente pelos principios constitucionaes *(apoiados)*; pelas praxes parlamentares, que estão esquecidas, postergadas com grave prejuizo da causa publica *(apoiados)*.

«Não ha senão tres meios de cair um governo: quando perde a confiança da corôa; quando perde a confiança da camara; ou quando ha força occulta que predomina e domina sobre elles, e que os força a largar a sua posição com a consciencia de que não são capazes de levar ao fim o programma que adoptaram *(apoiados)*. A confiança da corôa e esclarecida e liberal *(apoiados)*, e a confiança da camara tambem a tinham *(apoiados)*.

«As questões ministeriaes, não são questões de *lana caprina*, questões de capricho pessoal, questões pequeninas e enfesadas que pódem atacar o amor proprio do ministro, mas não a marcha do governo. E em que se atacou a marcha do governo? Em que houvesse conservadores ou administradores de concelho para o registo das hypothecas, ou porque esta camara decidisse que estava empatada a ultima parte da substituição que mandou para a mesa o seu amigo e sempre amigo Martens Ferrão? As questões politicas não se formam assim.

«Houve pressão externa? Não sabe. Julgam ss. ex.^{as} que não podiam levar ao fim o plano que adoptaram? Não sabe. Mas fosse o que fosse, as praxes constitucionaes mandavam que reunisse os seus amigos, e que lhes dissesse que não podiam continuar *(apoiados)*; e a maioria d'esta casa, que tinha força, consciencia e cabeça, havia de dizer: «o todo ou parte retire-se,» porque ninguem os obrigou com pistola nos peitos a acceitar esses logares, que são logares de honra e postos avançados que se não abandonam assim.

«Acompanhou os ministros caidos até á ultima hora, e julga-se com direito de levantar a sua voz e exprobar-lhes a maneira como andaram; e mostrar como do procedimento de ss. ex.^{as} podem dar-se circumstancias muito graves. O que quer dizer nos governos constitucionaes governarem as minorias? Quer dizer violencia; e se as minorias hão de governar, acabemos com as eleições; basta que se procurem seis homens graves n'esta terra; e quando elles estiverem enfastiados do poder, entreguem-no aos seus contrarios.»

É assim que respondiam os deputados regeneradores á desconsideração que lhes fez o governo, que se demittiu sem os consultar em Julho de 1860.

Que farão os actuaes deputados?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega de Lisboa, o *Progresso*, publicou ha poucos dias dois artigos, que mostram até onde chegam as delapidações que se têm praticado em certos serviços publicos. Referem-se á administração da padaria militar.

A corrupção e devassidão é tão frequente, que parece já não causar extranheza.

Diz-se n'aquelles artigos, que se recebiam no acto da arrematação amostras de boa qualidade e entravam depois os generos nos depositos, sendo de muito peor condição. Os pesos da padaria estavam falsificados para a recepção dos generos e para a sua distribuição.

Emfim eram numerosas as alicantinas que se praticavam, com as quaes se prejudicava gravemente a fazenda publica.

De modo que fazem os contribuintes o sacrificio de pagar os impostos, para em logar de terem a devida applicação, irem cair na mão dos delapidadores!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso estimavel amigo e erudito escriptor o sr. Pereira Caldas, de Braga, a proposito do sentimento que ha dias mostrámos, de não ter até agora havido quem se deliberasse a escrever a historia da imprensa n'aquella cidade, dános, na carta que abaixo publicámos, a satisfatoria noticia de se ter entregado a esse trabalho, que tem já muito adeantado.

Muito folgâmos com isso; e sobretudo por ser o sr. Pereira Caldas o auctor d'essa historia, pois que não conhecemos ninguem que seja mais competente para a escrever.

Diz o sr. Pereira Caldas, que das 22 edições feitas em Braga no seculo XVI, apontadas pelo sr. Tito de Noronha, não tem por emquanto conhecimento senão de 20.

Lembra-nos de indicar ao sr. Pereira Caldas, como elemento de investigação, o *Breviarum secundum ordinem diui Augustini*, o qual foi impresso em 1514, sem designação de imprensa, mas que presumimos que foi impresso

---

panha. Não duvido que haja (fallo com sincera imparcialidade) quatro loucos em Portugal que sonhassem com reuniões a Hespanha; os homens de senso, de propriedade, de importancia social estremecem só com essa idéa; a massa da nação tem-lhe mais horror do que é possivel imaginar-se; o odio dos portuguezes a Hespanha só é vencido pelo odio a D. Miguel. E direi mais, que até a alguns dos que podiam ter concebido a possibilidade d'essa loucura, os ouvi confessar seu engano, e envergonhar-se de o haver pensado.

Só em dois casos será possivel que Portugal se reuna á Hespanha: ou pela coalisão e concorrencia das tres potencias vizinhas, i. é, de Hespanha, França e Inglaterra; ou pela longa permanencia do absolutismo em ambos os paizes.

No primeiro caso é evidente que Portugal difficilmente poderá resistir á invasão de Hespanha se um ou ambos aquelles dois estados a consentirem e ajudarem. Mas toda a guerra de Portugal contra Hespanha hade sempre ser guerra nacional; e onde a guerra é nacional qualquer auxilio estrangeiro fará com que uma potencia pequena resista a uma grande.

No segundo caso não vejo que humanamente se possa obstar á reunião de Portugal com Hespanha. Se Portugal não tiver instituições suas, firmes e *estabelecidas já* quando rebentar a revolução d'Hespanha — que hade rebentar, ponham-lhe as remoras que pozerem; Deus sabe o *quanto* e o *como* d'esse futuro, mas nós homens sabemos que elle *hade* vir — indispensavelmente Portugal hade entrar na conflagração geral das massas revolucionarias. Não sei até onde chegará a lava d'esse terrivel vulcão; mas o resultado certo é que a fusão geral hade confundir tudo quanto vae dos Pyrineus ao Athlantico, — e é provavel, que d'ahi brote uma nação nova que já não será Castelhana nem Portugueza, bem como nem Aragoneza nem Catalã, nem nada do que foi, mas um povo formidavel.... D'este futuro não se temem sómente os monarchistas puros e exclusivos; temem-n'o, temem-n'o muito os homens de todas as opiniões que têm olhos para o ver claro, e coração para lhe sentir todos os horrores.

D'essa explosão electrica só não será tocado Portugal se o houverem a tempo *isolado* por um meio proprio e não accessivel a seu influxo. Este *isolador* só podem ser instituições monarchicas representativas, com uma dynastia querida da nação, com leis, com legitimidade. Será D. Miguel e seu governo quem faça este milagre? A revolução liberal franceza abrazou toda a Europa. Onde é que não pegou esse fogo? Em Inglaterra que já era liberal. Mataram-se milhões de homens por amor de constituição em todos os paizes do continente; ninguem se matou em Inglaterra porque já lá a havia. A Inglaterra contente de suas instituições monarchicas, fortes, não quiz saber de innovações perigosas, nem fazer experiencias para melhor: todos os outros paizes, que eram despoticos, não hesitaram a correr o risco...... Se elles não tinham que perder!...... Um d'estes dois futuros espera Portugal: — é escolher.

X

Seria possivel estabelecer um governo legitimo em Portugal sem a Carta?

Se as considerações antecedentes não são bastantes para resolver a questão da Carta, apontarei algumas de outra natureza, porém não menos importantes.

A Carta Portugueza não foi arrancada á auctoridade real como a Magna-Carta britannica, ou formada pela força popular como as constituições proscriptas n'estes ultimos cincoenta annos; não foi tão pouco uma concessão da legitimidade para com um partido poderoso e temido, como a de França. Foi a Carta Portugueza a generosa outorga de um soberano legitimo, longe do minimo contacto e influencia de partido, fóra de toda a suspeita de coacção, que viu as necessidades de seus subditos e lhes proveu com o unico remedio que ellas podiam ter.

Acreditar-se-ha para com os povos a realeza invalidando este acto seu, proprio, unico, voluntario, espontaneo?

Não tem o principio monarchico na Europa inimigos, nem detractores, nem antagonistas? Que armas lhes não dará se assim se desarmar?

Os reis sanccionaram no congresso de Vienna que a todo o soberano era livre dar a seus povos as instituições que lhes aprouvesse.

Quem tornará a acreditar na boa fé dos soberanos se elles agora o negarem?

Mas deixemos estas considerações que para os verdadeiros realistas todavia pesam muito. Quem sustentará o throno de Maria II, o throno da legitimidade em Portugal? Será a facção de D. Miguel, i. é, a apostolica? E se a Carta for proscripta, que partido existirá alli senão esse?

(Continuar-se-ha).

em Braga. A impressão foi feita á custa de Dionisio Gonçalves de Sequeira, abbade de Santa Eulalia de Rio Covo.

Com auctorisação do então vice reitor da Universidade, o sr. conselheiro José Ernesto de Carvalho e Rego, trouxemos do grande deposito dos conventos, este e outros livros raros, para a exposição districtal que a associação dos artistas fez n'esta cidade em 1869. Acabada a exposição entregámol-os todos na bibliotheca da Universidade, onde ficaram em um dos gabinetes reservados; e a não ser isso teriam levado o mesmo caminho, que tantas preciosidades que foram desbaratadas no deposito dos conventos.

Será com effeito aquelle *Breviarium* de 1514 impresso em Braga?

Expozémos tambem um *Breviarium bracarense*, mandado imprimir em Braga no anno de 1549 pelo arcebispo D. Manoel de Sousa; mas n'esse declara-se que fôra impresso pelos impressores da Universidade de Coimbra, João Alvares e João de Barreira.

Eis ahi a carta do sr. Pereira Caldas:

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Illustrado confrade. — No seu *Conimbricense* de 27 do mez passado — n.º 3087, anno XXX — encomia o meu indefesso amigo uns *apontamentos* meus ácerca da historia da typographia em Braga: — apontamentos publicados no *Amigo do Povo* d'esta cidade, redigido pelo meu antigo alumno *Cunha Vianna*, um dos mais talentosos que tenho tido.

Por essa occasião, diz o meu illustrado confrade, o que passo a transcrever aqui:

«É na verdade muito para sentir, que até hoje não tenha havido quem escreva a historia da typographia em Braga.

«O auctor d'aquella noticia — inserta no *Amigo do Povo* — que parece ser pessoa muito competente, porque se não resolve a essa empreza?».....

Concordo com o meu amigo, em ser para lamentar — *não ter apparecido ainda á luz a historia da typographia em Braga*.

Quanto á hypothese figurada — de não ter sido ainda escripta; isso é que o meu illustrado confrade póde dar aos seus leitores como hypothese inexacta.

Está escripta por mim, á similhança da encetada pelo meu amigo em relação a Coimbra, no seu *Conimbricense* de 2 de Julho de 1867 — n.º 2080, anno XX.

Falta coordenar em seus logares, á similhança do que fizera o illustrado confrade, as *addições* com que o manuseamento de novas edições — achadas aqui e alli — me forçava a ampliar e illucidar os *apontamentos* anteriores. — É sempre d'este modo, que são architetadas as obras d'esta especie. — A coordenação definitiva, é sempre do trabalho complementar.

Preciso visitar as bibliothecas do Porto, Coimbra, Lisboa, e Evora, para dar ao meu trabalho a redacção final. — Conto deixar em breve a *corda do sino*, que me força á comparencia diaria no lyceu bracarense: — é darme-hei então a essa tarefa alludida.

Diz o meu illustrado amigo e confrade, que o nosso Tito de Noronha conhece de Braga, relativas ao seculo XVI, o numero de 22 edições. — Não conheço tantas: — tenho apenas a catalogação de 20. — Faltam-me *duas* como vê: — e não sei, se mais ainda me virão a faltar, em quanto não examinar as bibliothecas publicas de que fallo.

Ponho ponto aqui, assignando-me como sempre.

Braga, 1 de Março de 1877.

Confrade respeitador
Pereira-Caldas.

COMMUNICADO

Sr. redactor, — Peço a v. o obsequio de dar publicidade no seu acreditado jornal ao seguinte:

Alguns mezes antes do Natal proximo passado, deu-se parte perante o digno representante do ministerio publico do concelho da Figueira da Foz, do curandeiro Joaquim Gaspar Coelho, das Alhadas de Baixo, que desde longa data exerce a profissão de medico cirurgico, sem que tenha para esse fim a mais pequena habilitação, a não ser a simples pratica que teve com um cirurgião.

Devia ter sido julgado nas audiencias do Natal, mas não o foi, ignorando-se a rasão porquê, occasionando esta circumstancia que o dito curandeiro continue a usar abertamente da clinica, demonstrando por essa fórma o pouco receio que tem das auctoridades.

Esperâmos pelo cumprimento da lei e que as auctoridades tornem novamente responsavel o dito curandeiro pela nova infracção da lei.

Santo Varão 3 de Março de 1877.

A. J. de Barros.

NOTICIARIO

Um habil gravador. — A arte da gravura em madeira tem tido nos ultimos annos um extraordinario desenvolvimento n'este reino.

Foi á sociedade propagadora dos conhecimentos uteis, que se deve com a fundação do *Panorama* em 1837, o primeiro impulso dado a esta bella arte. Ainda assim as gravuras n'este jornal, e no *Archivo Popular*, que ao mesmo tempo se publicava, não primavam por demasiada perfeição.

Aos srs. Castro e Irmão, creadores do *Archivo Pittoresco*, com a protecção da sociedade madrepora do Rio de Janeiro, é que se deve a grande perfeição a que chegou a gravura em Portugal.

Desde então tem apparecido em Lisboa artistas muito perfeitos em gravura, os quaes tem manifestado os seus productos no *Diario Illustrado*, na *Gravura em madeira*, e nas illustrações de grande numero de romances e outras publicações.

É já hoje admiravel a variedade, a perfeição e a promptidão com que se executa a gravura em Lisboa.

No meio d'este grande progresso era para sentir, que a cidade de Coimbra não possuisse um bom artista gravador, e que para qualquer trabalho d'este genero fosse necessario ir á capital.

Felizmente o sr. Albino Caetano da Silva Pinto, filho do sr. Manoel Caetano da Silva, proprietario de uma acreditada typographia n'esta cidade, deliberou-se a ir aprender com bons mestres em Lisboa, e voltando passado tempo para Coimbra, acha-se hoje coadjuvando seu pae no estabelecimento typographico, que tem na praça do Commercio.

Depois que tivermos publicado nos folhetins do *Conimbricense*, um exemplar de cada um dos periodicos liberaes que sairam á luz no estrangeiro, durante a emigração liberal, tencionamos publicar amostras de outros jornaes, sendo um d'elles, o *Contrabandista*, jornal do partido miguelista, publicado em Londres pelo sr. Antonio Ribeiro Saraiva em 1835.

Tem este jornal a figura de um contrabandista, gravada em madeira, com o mimo e perfeição em que são eminentes os inglezes.

Como tinhamos visto trabalhos de gravura feitos pelo sr. Albino Caetano da Silva Pinto, animamo-nos a pedir-lhe para se incumbir de nos fazer uma egual figura para o *Contrabandista*; e apezar de já fazermos o melhor conceito do seu trabalho, a execução d'esta figura, feita com muita promptidão, excedeu tudo quanto imaginavamos. É um trabalho primoroso, e que absolutamente em nada se differença da gravura ingleza.

Votâmos uma sincera affeição a todos os mancebos dotados de habilidade e amigos do trabalho, e por isso não podiamos, sem injustiça, deixar de aqui dizer estas palavras em justo louvor d'este habil artista, que a tudo o mais reune uma modestia e um comportamento, que muito o acreditam.

Além do sr. Silva Pinto, tem Coimbra actualmente alguns mancebos muito habeis e dedicados ás artes; como por exemplo o sr. Francisco dos Santos, em estatuaria; o sr. Antonio Maria do Rego, em instrumentos de mechanica; os srs. Antonio Augusto Monteiro de Figueiredo e Antonio Augusto Gonçalves Neves, em desenho; e outros em diversas artes.

Oxalá que estes mancebos vão tendo muitos imitadores, para que se desvaneça o preconceito de que n'esta cidade não ha tendencia para a industria.

Notavel melhoramento. — No domingo tivemos occasião de ver na estação do caminho de ferro d'esta cidade, um wagon em miniatura, construido sobre a direcção do chefe d'aquella estação o sr. Joaquim Maria Alcantara.

Trata-se de uma reforma muito importante para a companhia do caminho de ferro, e em geral para o publico.

Actualmente usam-se de quatro qualidades de wagons para o transporte de gado e mercadorias.

O sr. Alcantara imaginou e fez executar um wagon, que só por si preenche o fim dos quatro diversos wagons, tendo além d'isso, pela sua engenhosa construcção, capacidade para levar o dobro do transporte de qualquer dos outros wagons.

A miniatura de wagon, a que nos referimos, vae hoje para Lisboa, por ordem da direcção da companhia do caminho de ferro, a fim de ser alli examinada pela mesma direcção; e se fôr, como se espera, approvado o novo systema, ficará sendo um serviço muito importante prestado pelo sr. Alcantara.

Governadores civis. — Consta que os governadores civis de Coimbra, Lisboa e Braga, pediram as suas demissões.

Administrador do concelho. — Consta que o sr. Medeiros, administrador d'este concelho de Coimbra, pedira a sua demissão.

Esta noticia tem causado grande tristeza na cidade, onde o sr. Medeiros tinha adquirido taes e tantas sympathias, que a sua administração era por todos abençoada, e ficará tão memoravel como as *cebolas* do Egypto.

Nomeação. — O nosso patricio o sr. bacharel Manoel Marques de Lima e Figueiredo, tendo concluido com honrosa distincção o curso de engenheria civil, alcançando nos 2 annos do curso os primeiros premios e o maior numero de valores entre os individuos que frequentaram os cursos de engenheria civil e militar, acaba de ser nomeado para o serviço do ministerio das obras publicas na qualidade de engenheiro civil.

Damos os parabens ao nosso patricio, e a seu thio, e nosso amigo, o sr. dr. Manoel Marques de Figueiredo, que viu reconhecer o merecimento de seu sobrinho, já pela consideração em que sempre foi tido pelos seus mestres, como pela sua nomeação para aquelle logar.

Cemiterio da Conchada. — Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

Vicente José Pereira, filho de José Maria Pereira, do Outeiro da Frazoeira, de 22 annos, fallecido em 24 de Fevereiro de 1877.

Carolina, filha de Joaquim Monteiro e Maria da Conceição, de Coimbra, de 10 annos, fallecida em 24.

Amancio de Jesus Oliveira da Motta, filho de Manoel Nunes da Motta e Theresa de Jesus, de Coimbra, de 45 annos, fallecido em 27.

Candida Maria da Conceição, filha de Francisco José da Cruz e Maria da Salvação, de Assafarja, de 64 annos, fallecida em 28.

Zilia da Costa, filha de Honorio da Costa e Maxima Soares, de Coimbra, de 25 annos, fallecida em 28.

Francisco, filho de José Marques Perdigão Donato e Ismenia Ermelinda de Macedo, de Coimbra, de 10 mezes e 8 dias, fallecido em 1 de Março.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada — 6:974.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz em data de 3 do corrente o seguinte:

«Já dei em telegrammas as noticias mais verdadeiras a respeito da crise ministerial e do seu seguimento e agora só poderei dizer alguma cousa a proposito dos pormenores que precederam esse importante acontecimento politico, que causou geral surpreza.

Não falta aqui como não faltará ahi quem revele a pretensão de ter previsto essa crise como successo immediato e proximo, mas o que é certo é que elle era completamente inesperado para pessoas aliás sempre bem informadas e até pela maior parte dos ministros, como se vai ver.

O sr. ministro da fazenda sahiu da camara electiva na terça feira ultima, bastante fatigado e aborrecido; fatigado de ter fallado umas seis ou sete vezes, e aborrecido por se vêr só e abandonado pelos collegas e da commissão de fazenda.

Aggredido com violencia pela opposição, interpellado constantemente por ella, ninguem se levantava para o defender, ninguem se erguia para responder pelo governo.

Na quarta feira foi para a camara dos pares e reconheceu que não tinha alli mais amigos dedicados do que na outra camara e que devia contar com egual abandono e com egual afastamento da maioria.

O caracter do sr. Serpa é condescendente e soffredor, mas a paciencia tem limites e acaba um dia.

Foi o que lhe succedeu.

Convencido de que tinha diante de si ainda uma pesada tarefa e que não encontraria ninguem que o ajudasse, e sentindo-se bastante incommodado em resultado do muito trabalho, já nas commissões, já nas camaras, resolveu demittir-se, e n'esse sentido escreveu ao sr. presidente do conselho, dando as razões da sua decisão, que eram as que ficam exaradas.

O sr. Fontes ainda tentou dissuadir o sr. Serpa do seu proposito, mas debalde. O sr. ministro da fazenda resistiu a todas as observações e manteve a sua resolução. Em vista d'isto reuniram-se os ministros e em attenção a serem inuteis quaesquer novas diligencias junto do sr. Serpa, e tomando em consideração as allegações do sr. Fontes de que desejava descançar, decidiram todos pedir a demissão.

Immediatamente o sr. presidente do conselho escreveu a el-rei dando conta a S. M. do que se tinha passado e pedindo a demissão do gabinete.

El-rei não respondeu a esta carta, mas indo ao paço os srs. ministros do reino e dos estrangeiros, S. M. disse-lhes que iria fallar com o sr. Fontes a sua casa.

Já a este tempo sabia o sr. ministro da fazenda da decisão dos seus collegas e mandava buscar os papeis que tinha na secretaria; e o das justiças declarava aos seus empregados, que não podia ir presidir aos exames dos concorrentes ao logar de delegados, porque já não era ministro.

Mas parece que houve uma mutação de scena depois de tudo isto, entendendo-se que para sustentar a situação, o sr. Fontes devia ficar interinamente com a pasta da fazenda e serem adiadas as côrtes por 15 dias, e até se diz que este alvitre foi suggerido pelo sr. Barjona de Freitas consultado ácerca da crise.

Foi acceite o expediente? Não foi acceite?

Parece que foi, pois os ministros do reino, da marinha, das obras publicas e dos estrangeiros estiveram nas camaras até ás 6 horas da tarde e em todas as suas palavras como membros do governo fallando no parlamento, como nas conversações particulares com muitos deputados amigos de toda a confiança, não revelaram o mais leve indicio do gabinete estar em crise. Ainda mais: a alguns deputados da maioria que perguntaram se tinham fundamento os boatos que corriam da proxima queda do ministerio asseveravam os ministros que não havia motivo para taes boatos e que a unica causa verdadeira era insistir o sr. Serpa pela sua demissão.

O que se passou n'esta *conferencia*? Apresentaria o sr. Fontes a ideia de evitar a queda do governo, e ella não agradaria a s. m.? Recusaria el-rei o adiamento de 15 dias? Ou insistiria o sr. Fontes simplesmente pela demissão do gabinete? Por ora não se sabe.

O que se sabe é que os ministros sahindo da camara foram a casa do sr. presidente do conselho que lhes deu a noticia de que havia pedido a demissão de todo o gabinete, que el-rei a acceitára e que provavelmente seria o sr. marquez de Avila e de Bolama encarregado de organisar nova situação.

Esta noticia surprehenderia tanto s. ex.^{as} como surprehendeu o publico e a maioria, quando mais tarde foi conhecida.

A queda do ministerio na situação em que se achava, segundo os principios constitucionaes, tendo forte maioria nas duas casas do parlamento seria um successo realmente ex-

traordinario em todo e qualquer paiz e não ser em Portugal.

Aqui já ninguem se admira d'estes absurdos e extravagancias constitucionaes, porque os ministerios nascendo inconstitucionalmente cahem tambem inconstitucionalmente. É já um costume do paiz, triste costume é certo, mas em todo o caso um costume.

A maior parte dos deputados ministeriaes não escondem o seu despeito e até a sua indignação contra o governo e especialmente contra o sr. presidente do conselho, por lhes ter occultado a sua resolução, por os não ter consultado e por os ter abandonado quando elles não haviam dado um unico motivo para tal desconsideração, taxando de desleal o procedimento de s. ex.ª

A ignorancia dos ministros até ás 6 horas da tarde do que se tinha passado entre el-rei e o sr. Fontes, condemna mais este cavalheiro, que expôz inutilmente os seus collegas e os seus amigos a representarem uma tristissima comedia, e a um grande ridiculo o sr. ministro das obras publicas, que com o maior calor e enthusiasmo discorreu largamente, defendendo a sua proposta para a construcção do caminho de ferro da Beira Alta, não sendo já ministro!»

Banco Commercial de Coimbra. — Devemos rectificar a noticia que demos das eleições do banco commercial de Coimbra.

Por inadvertencia se omittiu o nome do sr. commendador Olympio Nicolau Ruy Fernandes, que foi eleito vice-presidente da assembléa geral.

ULTIMAS NOTICIAS

Lisboa 5, ás 8 h. e 56 m. da tarde.

Consta que chegou o representante d'uma companhia franceza que propõe construir o caminho de ferro da Beira Alta por 24 contos de réis cada kilometro.

Chegou o sr. Mathias de Carvalho.

Diz-se que o sr. Joaquim Pedro Nogueira será nomeado governador civil de Lisboa.

No centro regenerador nada se resolveu, em consequencia de terem só comparecido 11 deputados.

O sr. Fontes fez saber á antiga maioria que logo que podesse daria explicações.

Idem ás 11 h. e 9 m. da noute.

Verificou-se esta noute a reunião da antiga maioria, estando presentes mais de 30 deputados. Fallaram diversos oradores, concluindo que devia votar-se a favor do novo governo, se este declarasse que seguia o programma do governo cahido.

O sr. ministro da guerra acceitou a pasta até ter quem o substitua.

O sr. general Paulino de Sá Carneiro pediu a exoneração de director do collegio militar.

Verificou-se hoje o julgamento do soldado Antonio Coelho. Foi condemnado á morte.

Consta que o vice-almirante da esquadra ingleza, na China, fôra cumprimentar o novo governador de Macau.

(Commercio do Porto).

ANNUNCIOS

MARIA
VALSA PARA PIANO
POR
A. PORTUGAL

1 Á VENDA nas principaes livrarias. — **Preço 100 réis.**

2 NA segunda feira, 12 do corrente, pelas 10 horas da manhã, em Tentúgal, proceder-se-ha á venda de dez pipas de vinho, algum vinagre e azeite, pertencente á massa fallida do exm.º sr. Francisco Lopes Gavicho Tavares de Carvalho.

O curador fiscal provisorio,
Antonio Duarte Areosa.

INSTRUCÇÃO PRIMARIA

PROGRAMMA
PARA OS
EXAMES DE ADMISSÃO
AOS
LYCEUS NACIONAES

3 VENDE-SE em todas as livrarias. Tambem se remette franco de porte a quem enviar o seu importe em estampilhas do correio a ESCOLA POPULAR, rua da Calçada, n.º 101, Coimbra.

PREÇO 40 RÉIS.

4 QUEM precisar d'um official de sapateiro, para trabalhar por dia em casas particulares, póde dirigir-se a esta redacção, que ahi se diz quem é.

O TIO E A SOBRINHA
COMEDIA N'UM ACTO
POR
CAETANO DIAS
AUCTOR DOS
PRELUDIOS LYRICOS

5 VENDE-SE na livraria de A. M. Pereira, rua Augusta, 52, e nas mais do costume. — **Preço 100 réis.**

6 VENDE-SE uma boa casa no terreiro da Erva, beco do Fanado, com um forno de poia e boa agua, que serve até para cozinhar e para todo o serviço. A casa tem quartos, salas e lojas, ao todo 28, todas de boa serventia.

A quem convier entenda-se com o senhorio Francisco Almeida Correia.

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE
DE
COIMBRA

7 NO DIA 11 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na rouparia d'estes hospitaes, hade abrir-se praça para a arrematação dos concertos do calçado dos doentes, pelo tempo que decorre até 30 de Junho d'este anno.

As condições serão presentes no acto da praça.

Administração dos hospitaes da Universidade de Coimbra, 5 de Março de 1877.

O administrador,
Costa Simões.

NOVIDADE
EM
LOUÇAS

8 CAIXAS prateadas para tabaco de	1$200 a 2$400
Charuteiras de	1$100 a 2$600
Tinteiros de	800 a 1$200
Cinzeiros de	400 a 700

J. SEVERO
61 — Arco de Almedina — 63

ATTENÇÃO

9 ANTONIO DOS SANTOS, com novo estabelecimento de esteireiro, nas escadas da rua de Quebra-Costas, acaba de lhe chegar do Porto um dos melhores artistas d'esta arte, o qual satisfaz com a maior promptidão qualquer encommenda que lhe seja feita, tanto na terra como para fóra, assim como se promptifica a esteirar salas, altares de egrejas, a branco, ou bordadas a cores.

CENTRO PROMOTOR
DE
INSTRUCÇÃO POPULAR

Joaquim d'Almeida da Cunha, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, socio correspondente da Associação *Humanitas* de Vienna d'Austria, socio honorario do *Fomento de las Artes* de Madrid e da *Associação promotora dos melhoramentos das classes laboriosas* de Lisboa, e presidente do *Centro promotor de instrucção popular*, etc.

10 FAÇO saber que em sessão de direcção de 1 do corrente foi deliberada a convocação da assembleia geral do *Centro promotor de instrucção popular* para o dia 10 do corrente mez, pelas 7 horas da noite, a fim de lhe ser presente uma proposta da direcção para a reforma dos estatutos, bem como o orçamento, pela mesma direcção organisado para decoração e ornamento da casa da associação, em virtude da deliberação da assembleia geral.

Quando no dia designado se não effectue a reunião por falta de comparencia da maioria dos socios, terá logar no dia 11 á mesma hora, com o numero de socios que se acharem presentes.

Coimbra e sala da direcção em 2 de Março de 1877.

Joaquim d'Almeida da Cunha.

ESSENCIA
DE
SALSA PARRILHA E CAROBA
GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

11 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Canceros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

RELOGIOS

12 NOVA remessa de relogios para pendurar a	1$100
Ditos a	1$200
Ditos a	1$300
Ditos a	1$700
Ditos com espertador a	1$600
Ditos » » a	2$700
Ditos dando horas a	2$200

J. SEVERO
61—Arco de Almedina—63

CAMARA MUNICIPAL
DA
LOUZÃ

13 A CAMARA manda annunciar que, no dia 17 do corrente, pelas 9 horas da manhã, vae proceder á vistoria para medição, confrontação e avaliação de uma porção de terreno baldio, no sitio da Democella, limite do logar e freguezia de Villarinho, que Manoel Lopes Coelho, d'este logar, pretende tomar de aforamento: no dia 20 do mesmo e á mesma hora, a egual vistoria n'outra porção de terreno baldio no sitio da Relva Longa, limite do logar do Cabo do Soito, freguezia da Louzã, que José Augusto do Rego, d'este logar pretende, tambem, tomar de aforamento: e no dia 27 tambem d'este mez e á mesma hora, a egual vistoria n'outras porções de terrenos baldios nos sitios do Cabeço do Calvo, e Oliveirinha, limite da Ponte Quadiz, freguezia da Louzã, que José Lopes Ferreira, Joaquim Rodrigues Matheus, da Louzã, D. Maria José Pereira com D. Anna Perpetua Pereira, da Povoa, e João Augusto da Costa, do Casal dos Rios, pretendem tambem tomar de aforamento; e que as reclamações, que qualquer interessado tenha por conveniente fazer contra estes aforamentos, devem ser apresentadas até aos respectivos actos das vistorias.

Louzã, secretaria da camara, 2 de Março de 1877.

O escrivão,
Adelino Correia da Costa.

BANCO COMMERCIAL
DE
COIMBRA
Sociedade anonyma
responsabilidade limitada

14 A COMEÇAR no dia 3 do corrente, ás segundas, quartas e sextas feiras, pagar-se-ha aos srs. accionistas d'este banco nos locaes abaixo mencionados, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde, o dividendo relativo ao 2.º semestre de 1876, de 1$000 réis por acção.

COIMBRA — Séde do Banco.
MANGUALDE — Filial do Banco.
PORTO — Banco Nacional.
LISBOA — Correia & C.ª, rua dos Douradores, 178.
BRAGA — Jeronymo José Pereira Pinheiro & F.ºs
VIANNA — Elias Augusto Vieira d'Araujo.

Coimbra, 1 de Março de 1877.

Pelo Banco Commercial de Coimbra
Os gerentes
Manoel dos Santos Junior.
J. Melchiades Ferreira Santos.

AGRADECIMENTO

15 HONORIO DA COSTA E FILHOS, summamente penhorados para com todas as pessoas que tomaram parte na curta doença e funeral de sua sempre chorada filha e irmã, Zilia da Costa, agradecem por este meio, pelo seu continuado estado de consternação lh'o não permittir d'outra fórma como era seu dever. A todos protestam a sua eterna gratidão.

PHARMACEUTICO

16 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

CRIADO

17 N'ESTA REDACÇÃO se diz quem precisa d'um para uma quinta n'esta cidade, que saiba de agricultura.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 20 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3090 | Sabbado 10 de Março de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O espectaculo dado pela camara dos deputados na sessão de terça feira, em que se apresentou o ministerio presidido pelo sr. marquez de Avila e de Bolama, dá a medida do rebaixamento a que em geral têm descido os homens publicos entre nós.

Era para ver o afan com que todos se apressavam a fazer os protestos do mais dedicado ministerialismo. Parecia que tinham acabado as parcialidades em Portugal, e que haviamos entrado na edade de ouro da politica.

Uns declaravam que eram ministeriaes, por ser o programma do novo governo a continuação do antecedente; outros faziam egual declaração por o programma ser diverso. E uns por um motivo, outros pelo opposto, todos pegavam no turibulo para incensar o novo astro que se levantava!

Não se ouviam senão hymnos de louvor!

O sr. Rodrigues Sampaio, o antigo revolucionario e conspirador emerito, uma das cabeças da celebre *hydra*, que em 1849 o duque de Saldanha queria esmagar com *mão de ferro;* declarava apoiar agora o gabinete Avila, em rasão de representar os principios de ordem e respeito ás leis!

Declarava mais o sr. Sampaio, que o novo ministerio era a significação politica do governo de que havia feito parte; quando se achavam nas cadeiras do poder ministros, que tinham fulminado como deputados no parlamento o sr. Sampaio e os seus collegas, fazendo-lhes a mais decidida e intransigente opposição!

Todos os mais deputados dos differentes partidos e grupos politicos, apenas com excepção de um só, o sr. visconde de Moreira de Rey, vieram trazer ao ministerio o tributo das suas homenagens.

O povo vê todas estas comedias, parte indecentes, parte ridiculas, e cada vez acha mais motivos para descrer dos nossos homens politicos; e — porque se não ha de dizer a verdade toda? — do systema, que elles fingem representar.

Não podem os homens sinceramente liberaes deixar de se intristecer, quando comparam as antigas épochas de dedicação, lealdade, abnegação e independencia partidarias, com o egoismo, má fé, degradação e subserviencia do tempo presente!

Tratam apenas de se sustentar no poder, ou empolgal-o; embora para isso seja mister haver a maior maleabilidade de caracter, e a mais indigna versatilidade de opiniões.

E querem que o povo tome tudo isto a serio!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na sessão da camara dos deputados em que se apresentou o novo ministerio, declarou o sr. José Dias Ferreira, que estava de accordo com o sr. ministro das obras publicas ácerca da grande necessidade de reformar a lei eleitoral. Pedia uma lei eleitoral ampla e como convém ao paiz, uma lei que quebre nas mãos das auctoridades as armas que têm.

Disse mais o sr. Dias Ferreira, que era preciso que o decreto de 18 de Março de 1869 desapparecesse de uma vez para sempre, e para isto contava muito com o apoio do sr. ministro das obras publicas, que tinha sido campeão incansavel da reforma da lei eleitoral. Era preciso mesmo a reforma d'essa lei, para que se não tornasse mais a ouvir dizer, que as maiorias quasi nunca são o ecco da vontade popular.

Então, com effeito, diz-se *que as maiorias quasi nunca são o ecco da vontade popular?* Pois se se diz, esteja certo o sr. Dias Ferreira, que se diz uma verdade quasi mathematica!

O auctor do tal celebre decreto de 18 de Março de 1869 foi o grande liberalão do sr. bispo de Vizeu, que procedeu como costumam fazer muitos dos tribunos do povo. Antes de subir ao poder queria muita liberdade eleitoral; e logo que se viu nas cadeiras ministeriaes fez um decreto eleitoral com extensos circulos, para fazer do governo um *grande eleitor!*

O chamado partido regenerador, que estava n'essa épocha em opposição ao governo, protestou altamente contra o attentatorio decreto eleitoral; mas tendo posteriormente esse partido subido ao poder, onde se conservou *seis annos*, serviu-se do mesmo decreto referendado pelo sr. bispo de Vizeu, que tanto havia combatido, sem nunca o fazer revogar!

Agora o sr. Dias Ferreira invoca as declarações do actual sr. ministro das obras publicas, para pedir a reforma da lei eleitoral. Procederá, porém, o novo governo de modo diverso dos anteriores? Duvidâmos muito.

E desenganemo-nos: é indispensavel a alteração da lei eleitoral; mas não é só isso.

Podem fazer quantas leis eleitoraes quizerem; em quanto, porém, os governos forem corruptores do voto eleitoral, nada lhes resiste.

Os governos sabem perfeitamente zombar das leis e de todas as disposições penaes.

E a proposito diremos, que estamos para ver como o governo monta a machina administrativa; e se vamos assistir a mais uma indecente burla, que é o que esperamos.

Quer as auctoridades sejam as mesmas que estão, ou outras novas, o que se torna mister é que tenham moralidade, sejam justas, imparciaes e respeitem as leis. É indispensavel que governem por si, sem estarem ás ordens de mandões e potentados politicos.

E declarâmos já, para que se não estranhe o nosso procedimento, que

FOLHETIM

MISCELLANEA

MXCI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O CHAVECO LIBERAL
N.º 11. Vol. I.

O'er the glad waters of the dark blue sea,
Our thoughts as boundless, and our souls as free.
BYRON.

Quarta feira 19 de Novembro de 1829

(CONTINUAÇÃO)

XI

Reconhecimento do usurpador por Fernando VII.

As considerações de justiça, algumas de conveniencia tambem impedem os gabinetes dos soberanos da Europa de reconhecer D. Miguel, apezar da forte sympathia de alguns governos com o de um principe apostolico e inimigo brutal de todas as instituições livres.

Este pejo, este resto de decoro que contém os gabinetes, não chega aó de Madrid. O odio ao systema representativo (que todavia só póde e *hade* salvar Hespanha) é tal na camarilha de Fernando, que sobrepuja e vence toda outra consideração. Este é o motivo que geralmente se dá ao impudente e escandaloso acto do reconhecimento do usurpador pela côrte de Hespanha. Tenho porém n'este ponto mui diversa opinião e não sigo o conceito geral. Estou que o odio á Carta é mui poderoso e efficiente n'este caso, o odio pessoal a D. Pedro não menor; mas a verdadeira causa da protecção que Fernando deu desde o começo aos partidarios da usurpação, e que agora, deposto todo o pejo e decoro, declarou dar ao usurpador, tem uma causa *mais forte, ainda*, que é o *arrière pensée* do gabinete de Madrid, o secreto, o não-confessado mas sabido motor de todos os actos do governo hespanhol a respeito de Portugal.

Este ponto fixo e constante na politica de Hespanha é, como já se disse em o numero antecedente d'este jornal — «Estender os braços e abraçar *em amplexo de morte* aquelle pequeno reino.» Ainda antes da reunião de todas as outras corôas da peninsula sobre as cabeças de Fernando e Isabel, se tentou por vezes. No tempo d'estes quasi effeituado esteve. Verificou-se no reinado de Philippe II. Insistiu-se n'elle depois de liberto Portugal, durante toda a duração da dynastia austriaca. Voltou-se ao mesmo projecto no principio d'este seculo. Instaurou-se de novo no tractado secreto com Napoleão. Na revolução de 1820 em muitas coisas e occasiões se revelou o mesmo pensamento secreto: e, conforme tambem já disse, o gabinete revolucionario de Madrid professava n'este ponto a mesma fé dos Philippes. — Desde então até hoje a facção castelhana em Portugal gradualmente tem despido a mascara, e abertamente declara, ou pelo menos, já não occulta seus projectos. É a rainha Carlota, irmã de Fernando, quem, sob o nome de Miguel governa Portugal e alli está á frente d'aquella facção. São os Silveiras, que em 1820 proclamaram em Lisboa a constituição de Hespanha, os que em 1826 proclamaram em Traz-os-Montes Fernando VII imperador da peninsula, e no Alemtejo o infante D. Sebastião (principe hespanhol) rei de Portugal — são os Silveiras os chefes militares d'esta facção. São as duas princezas portuguezas casadas em Hespanha as que em Madrid protegem e protegeram sempre os interesses d'este partido anti-nacional.

Que esta é a tenção fixa, o plano constante de Hespanha a respeito de Portugal, ninguem o ignora na Europa. E a melhor estrada de Madrid a Lisboa, que á invasão castelhana se póde abrir, é um governo fraco, tyrannico, anti-nacional como o de D. Miguel; o melhor exercito de Fernando o dos frades e da degenerada fidalguia portugueza, que assim vendem patria e honra para comprarem sua ruina (1). Que maravilha pois que a côrte de Madrid, que este estado de coisas promoveu com tanta ancia, se dê pressa a reconhecel-o, e sustental-o abertamente com quanta força tem e lhe consentirem empregar? O que admiro, o que pasma é que os governos, cujos interesses n'este ponto são diametralmente oppostos, se descuidem tanto e lhe dêm tanta larga. Hão de forçosamente arrepender-se; mas quando quizerem emendar o mal, hade custar-lhes dobrado.

É incrivel, é impossivel que este acto indecente e escandaloso da côrte de Madrid te-

(1) E quanto se enganam esses miseraveis em seus planos! As primeiras victimas hão de ser elles. Sem consideração, sem importancia, no meio da nobreza hespanhola, que em haveres e educação lhes é tão superior, esses Judas da sua patria e de seu rei, figurarão de vis e degradados *illotas*, com o remorso de seu crime e sem o salario que por elle esperavam.

pouco nos importa que a nova auctoridade superior, que vier para este districto, tenha a seu lado diversos mandões do que aquelles que até agora ahi tem havido.

Tanto havemos de combater essa ingerencia illegal, immoral e impolitica, como fizémos á anterior.

Pois não será possivel que chegue a occasião em que se não veja um governador civil prestar-se á indignidade de responder a quem o vae procurar para alguma pretensão, despacho, ou resolução de negocio, que não póde nada deliberar, em quanto primeiro não fôr ouvido o sr. *fulano*, ou o sr. *beltrano*?

Pois não ha de vir o tempo em que as commissões districtaes resolvam os recursos de recrutamento, não segundo a verdade e os documentos; mas segundo a lista dos recommendados pelos mandões politicos?

Teremos de ver continuadas as mesmas indecencias e injustiças? Pois estejam certos que tambem terão de ver continuada n'este jornal a mesma linguagem que sempre usámos.

Não somos instrumentos de corrilhos. Somos orgão da verdade.

Nada mais, e nada menos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A principal obrigação dos deputados; o fim que especialmente os deve levar ao parlamento, é o exame minucioso dos orçamentos da receita e despeza do estado, zelando por essa fórma os interesses dos seus constituintes.

Vejâmos, porém, como a actual camara electiva acaba de cumprir essa rigorosa obrigação.

Na sessão de quarta feira ultima apresenta-se á discussão o orçamento da despeza; e é todo approvado na mesma sessão, apenas com umas ligeiras observações de tres ou quatro deputados!

Quasi não houve tempo para ler o orçamento, quanto mais para se examinarem as differentes verbas de que elle se compõe!

Agora para que se veja a boa fé dos partidos saiba-se que antes de cair o governo passado, gastaram-se umas poucas de sessões para discutir o orçamento da receita; e hoje, porque ha novo ministerio, tanto a antiga maioria, como a opposição acham tudo excellente e tudo approvam no orçamento da despeza!

É assim que se zela o dinheiro da nação?! É para isto que os eleitores entregaram os diplomas áquelles deputados?!

E vem dizer o nosso collega do *Jornal do Commercio* de Lisboa, que a indifferença do povo desmoralisa os partidos e reduz a politica nacional a uma cousa mesquinha, a uma luta de pequenos interesses, na qual se amortecem os brios, os enthusiasmos, as aspirações generosas, que são a alma da vida dos povos!

Como! Pois accusa-se o povo pela sua indifferença?!

Então que queriam que fizesse o povo, quando vê a devassidão que lavra por toda a parte; quando presenceia esse espectaculo vergonhoso dos partidos e corrilhos, defenderem umas vezes o pró, outras o contra, conforme convém aos seus interesses partidarios?!

Continue uma semelhante falta de dignidade, e queixem-se depois da indifferença do povo!

Ainda acham poucas todas as decepções por que elle tem passado?!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O actual sr. ministro das obras publicas, Barros e Cunha, dizia na sessão da camara dos deputados de 5 de Fevereiro ultimo o seguinte:

«O governo, confundindo creditos complementares com creditos extraordinarios, trouxe a camara uma proposta para creditos complementares; depois substituiu-os por creditos extraordinarios, e diz que tudo isto é para obrigar o parlamento, com os artigos que a commissão lhe introduziu, a cumprir com o seu dever.

O parlamento não precisa de incitação para cumprir com o seu dever. *Os ministros é que precisam de responsabilidade que não têem.* (*Apoiados.*)

Desde que ha governo representativo ainda se não apresentou um exercicio n'esta camara. Ahi estão no actual conselho de ministros dois membros do tribunal de contas; tomem a palavra *e digam-nos por que não cumpriram o seu dever, em logar de nos accusarem a nós de não cumprirmos o nosso.*

Tomemos a questão na altura em que deve ser tomada.

A nossa questão, a questão do paiz, não está em termos um regulamento de contabilidade, redigido d'esta ou d'aquella fórma; *está na responsabilidade que deve ter o governo por dispor dos dinheiros publicos contra as leis e contra o voto do parlamento.*

E isto *tem-o feito o governo*, não o podem negar; *tem-o feito o governo actual*, fizeram-o os ministros passados, e *hão de fazel-o os ministros futuros*, **emquanto o povo portuguez não acordar um dia e não exigir a todos o exacto cumprimento dos seus deveres, no acto eleitoral, mandando ao parlamento deputados que obriguem o poder executivo a cumprir rigorosamente os seus deveres, e a tornar effectiva a responsabilidade por elles.**»

Eis ahi como um dos membros do actual ministerio avaliava o governo que ha pouco saiu do poder.

Accusava os ministros *de disporem dos dinheiros publicos contra as leis e contra o voto do parlamento!*

Mas não se limitava a isso o sr. Barros e Cunha; declarava que o mesmo haviam de fazer os *ministros futuros*, se os eleitores não mandassem ao parlamento deputados com a necessaria independencia.

Como ha de, porém, semelhante cousa acontecer, em quanto o voto eleitoral fôr sophismado, annullado e falsificado, pela corrupção, pela violencia e pelos inumeraveis meios de que dispõem os governos, as auctoridades e os potentados eleitoraes, a quem tudo se concede, só para fazerem triumphar a lista dos deputados subservientes?

Como hão de os eleitores *acordar um dia*, na phrase do actual ministro das obras publicas, se elles estão subjugados pelas dependencias do recrutamento, arma terrivel de que dispõem as auctoridades e todos os agentes do poder?

Como hão de os eleitores mandar ao parlamento esses deputados independentes, se a experiencia mostra, que nada póde obstar ás alicantinas, dadivas de empregos, e pressões de todo o genero, que se põem em jogo para suffocar o voto livre dos eleitores?

Estámos para ver se o sr. Barros e Cunha e os seus collegas no ministerio chegada a occasião não impedem que os eleitores *acordem!*

E como gostámos de seguir estrada direita declarâmos desde já terminantemente, que duvidâmos muito que em assumptos eleitoraes procedam de modo diverso dos seus antecessores.

Já nos não illudem as promessas dos deputados na opposição; porque a experiencia mostra, que em chegando ao poder, são com rarissimas excepções tão bons como os que de lá saíram.

Pois ainda seria necessario maior lição do que aquella que deu ao partido popular, o sr. Antonio Rodrigues Sampaio, o antigo redactor da *Revolução de Setembro*, do *Espectro*, e do *Estado da questão?*

Liberdade eleitoral mantida pelos governos só se fôr para as calendas gregas!

Muito se escarnece do povo!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Como para fins bem conhecidos se trata de fazer ver, que o actual ministerio é o continuador da politica do antecedente; é mister tornar bem publico, qual o modo como os membros d'este governo apreciavam a situação caida.

Na sessão de 19 de Janeiro ultimo dizia o sr. Barros e Cunha, hoje ministro das obras publicas:

«Tambem pedirei a s. ex.ª o sr. presidente do conselho e ministro da guerra, que tenha a bondade de me dizer se, durante a sua passagem pela pasta da guerra, o exercito obteve effectivamente a organisação que s. ex.ª desejava dar-lhe.

Até este momento, sr. presidente, não vejo senão as queixas constantes e repetidas do sr. ministro da fazenda contra a absorpção de recursos, que lhe é feita pelo ministerio da guerra.

O sr. ministro da fazenda diz-nos constantemente «nós não teriamos *deficit*, as circumstancias do thesouro seriam as mais prosperas, teriamos um saldo positivo; mas o sr. ministro da guerra está-nos absorvendo todos os recursos.»

E no ultimo relatorio, que se publicou, s. ex.ª diz-nos, que outras dividas ha, alem da divida do thesouro relativa aos recrutas; divida que eu não sei com que justiça o governo arrancou o dinheiro que a constitue áquelles que tinham direito a elle: porque esse dinheiro representava a isenção de recrutas, *e o governo absorveu-o.*

(*Aparte.*)

Absorveu-o por lei, de accordo; *mas aqui passam todas as leis*, **por mais iniquas que sejam,** *sem se considerar se ellas vão ou não vão contra o que está disposto nos artigos constitucionaes da carta; sem se considerar que o parlamento mesmo não tinha direito de as votar; sem se considerar se vão ou não affectar e espoliar a propriedade individual.*

O recruta veiu substituir-se; o recruta pagou o preço que o governo tinha fixado: o governo devia, portanto, substituir com esse dinheiro aquelle recruta, e não devia ir chamar o seu immediato; mas o parlamento por uma lei determinou que esse dinheiro fosse applicado á compra de material de guerra, e quem foi pagar o numero de recrutas que esse dinheiro representava foram os substitutos. *Foi uma verdadeira espoliação*, que nem o governo nem o parlamento podiam praticar.

Mas diz-nos o ultimo relatorio: «além d'esta divida do thesouro, alem dos reis 1.027:000$000, que representam a substituição de recrutas, ha umas sommas que perfazem na sua totalidade 3.514:000$000 reis». Eis como esta verba se divide:

Divida do thesouro ao cofre de remissão de recrutas, que foi applicada á compra de armamento e equipamento do exercito....	1.027:000$000
Despeza com a reserva do exercito:	
1873-1874.........	736:000$000
1874-1875.........	437:000$000
1875-1876.........	359:000$000
Despeza com praças de pret, alem de 18:000 fixadas no orçamento, e com outros serviços militares:	
1873-1874.........	92:000$000
1874-1875.........	209:000$000
1875-1876.........	624:000$000
	3.514:000$000

Além d'isso as verbas por legalisar ainda das despezas eventuaes do ministerio da guerra.

E, pergunto eu: está o exercito organisado? Temos o exercito em circumstancias de passar do pé de paz para o pé de guerra?...

Eu vejo diante de mim um cavalheiro illustre (*apontando o sr. D. Luiz da Camara Leme*), que se tem occupado com tanto aproveitamento e distincção, e com tanta utilidade para o paiz d'estes assumptos, que eu não teria duvida nenhuma de o tomar como arbitro e juiz, para que resolvesse entre mim e os factos, a duvida que eu tenho de que se encontre hoje em melhor estado do que anteriormente, *porque me parece que o exercito se acha hoje na mesma desorganisação em que esteve.*

E ainda não é isto só; o sr. ministro diz-nos que além d'essas verbas ha verbas a legalisar das despezas eventuaes do mesmo ministerio.

Sr. presidente, a camara já vê que o governo tem falhado no seu proposito, e que o seu programma ficou letra morta. *Em seis annos de governo!*»

Eis ahi como o actual ministro das obras publicas avaliava a administração do exercito, por parte do ministerio presidido pelo sr. Fontes!

Ha, porém, uma declaração do sr. Barros e Cunha, que não póde deixar de se fazer notar.

Saiba toda a nação, que o ministro das obras publicas do presente gabinete declara solemnemente, que no parlamento passam todas as leis, **por mais iniquas que sejam!**

Eis ahi qual é a independencia e dignidade dos deputados! Segundo a opinião do sr. ministro das obras publicas, descem elles á abjecção de approvar todas as leis, que forem da vontade do governo, ainda que encerrem em si a **maior iniquidade!**

Isto causaria admiração a quem não soubesse avaliar os deputados e o modo como elles são eleitos.

Pois que hão de elles fazer senão subscrever a tudo, como servos submissos, se sabem com evidencia, que não entravam na camara dos deputados senão *nomeados* pelos governos? Acaso querem elles suicidar-se politicamente?

Além d'isso, como hão de ter accesso a todas as secretarias; como hão de obter os numerosissimos favores que diariamente pedem aos ministros, para si e sua afilhadagem, se se não prestarem ainda aos actos mais indignos que d'elles se exigem?

Em vista de tudo isto já não deverá causar admiração, que o sr. ministro das obras publicas, Barros e Cunha, diga que na camara dos deputados *passam todas as leis*, **por mais iniquas que sejam,** *sem se considerar se ellas vão ou não vão contra o que está disposto nos artigos constitucionaes da carta; sem se considerar que o parlamento mesmo não tem direito de as votar; sem se considerar se vão ou não affectar e espoliar a propriedade.*

Queira o actual ministerio pedir aos deputados actos de subserviencia até á **iniquidade**, e verá como acha quem se presta a tudo.

Alli ha pau para toda a obra!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Continuâmos a receber queixas, por causa do desleixo a que o conselho de districto tem deixado chegar o exame das contas das confrarias.

Como se ha de exigir boa administração das irmandades, se o conselho de districto é o proprio que, em logar de fazer expedir com promptidão as contas, as retem por muitos annos?

É essa a rasão porque se encontram alcances nas confrarias, e porque muitas vezes se torna impossivel regularisar a sua administração.

Eis como vae entre nós a administração publica!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTICIAS DE LISBOA

Do nosso collega do *Commercio do Porto* transcrevemos o seguinte:

Lisboa 6 de Março, ás 6 h. e 14 m. da tarde.

Na camara electiva, o sr. marquez d'Avila e de Bolama resumiu o programma do governo, lembrando o seu passado e prometteu economias e equilibrio orçamental.

Fallaram os srs. Anselmo Braamcamp, Rodrigues Sampaio, Pinheiro Chagas, Osorio de Vasconcellos, Thomaz Ribeiro, Arrobas Dias Ferreira, Luciano de Castro, visconde de Moreira de Rey, Assumpção, e Julio de Vilhena. Todos declararam apoiar o governo, excepto o sr. visconde de Moreira de Rey, que se declarou em opposição franca e immediata.

O sr. Dias Ferreira prometteu apoiar o novo gabinete, com reserva, e pediu a reforma da lei eleitoral.

Entre os oradores dos partidos regenerador e progressista houve allusões directas, admirando-se reciprocamente de que uns e outros apoiem o actual ministerio, fundando-se os oradores dos dois partidos em que o governo acceitára os seus respectivos programmas.

O sr. visconde de Moreira de Rey disse não acreditar em nenhuns e censurou acremente o ministerio passado, pelo modo como cahiu. Respondeu-lhe o sr. Rodrigues Sampaio.

O sr. Luciano de Castro, respondendo ao sr. Thomaz Ribeiro, disse que os progressistas eram coherentes, acompanhando o gabinete, porque estavam alli seus antigos companheiros da opposição.

— Idem 7, ás 7 h. e 53 m. da tarde.

O ministerio apresentou-se na camara dos pares.

O sr. marquez d'Avila e de Bolama repetiu o programma que havia apresentado na camara electiva.

Fallaram os srs. Costa Lobo, bispo de Vizeu, Andrade Corvo, Miguel Osorio e Barjona de Freitas, offerecendo todos o seu apoio ao novo governo.

O sr. visconde de Fonte Arcada fez largas considerações, revelando certa reserva e pediu a reforma parlamentar.

O sr. conde do Cavalleiros declarou-se opposição.

Foi approvado o projecto da prorogação do registro dos foros.

Na camara electiva foi votado o orçamento da despeza, quasi sem discussão.

O sr. Illydio do Valle apresentou uma representação da companhia de reboques maritimos e fluviaes, pedindo um subsidio.

Foi apresentado o parecer da commissão de fazenda acêrca das emendas offerecidas ao orçamento. As emendas propostas foram rejeitadas, tendo o sr. ministro da fazenda declarado que em Janeiro apresentaria o orçamento rectificado.

A mesma commissão approvou a proposta do emprestimo destinado á consolidação da divida fluctuante, conforme a proposta do sr. Antonio de Serpa, declarando o sr. Carlos Bento, que usaria d'essa auctorisação quando entendesse opportuno.

Saiu de Roma o sr. visconde de Borges de Castro, ultimamente nomeado nosso ministro no Brasil.

A Associação promotora da industria fabril resolveu mandar cunhar medalhas para os expositores premiados na exposição de Philadelphia.

Estão gravemente enfermos os srs. Campos Valdez e actor Joaquim de Almeida.

O sr. infante D. Augusto foi hoje cumprimentar o sr. ministro da guerra.

Consta que será nomeado director do collegio militar o sr. general Francisco Craveiro Lopes.

Soube-se aqui que saiu do ministerio brasileiro o sr. José Bento de Figueiredo, entrando o antigo ministro o sr. Costa Pinto.

— Idem 8, ás 5 h. e 30 m. da tarde.

Os novos ministros foram hoje a despacho.

Foi nomeado aspirante da alfandega de Valença João Maria de Mello Junior, que vae provisoriamente servir na alfandega da Horta.

O sr. Mathias de Carvalho na vespera da saida do Rio de Janeiro foi agraciado com a gran-cruz da ordem de Christo pela princeza imperial do Brasil.

O sr. Mathias de Carvalho foi portador de dois contos de reis para os inundados, producto de beneficio promovido no theatro do Rio de Janeiro pelos actores Simões e Furtado Coelho.

Corre que será nomeado governador civil de Coimbra o sr. conde de Rio Maior.

— Idem 8, ás 10 h. e 24 m. da noite.

Foi confirmada a nomeação do sr. Andrade Corvo para vogal da commissão permanente de geographia.

O subdito inglez o sr. Daniel Currie pediu licença para estabelecer um cabo submarino entre Portugal e a Africa Occidental.

Sabe-se que os medicos que foram a Mafra conseguiram fazer a exhumação do cadaver do pianista Soares e que começaram o exame. Não consta ainda qual fosse o resultado.

NOTICIARIO

Brilhante estreia.—O nosso particular amigo o sr. Bernardino Henriques Coelho Pinto, estudante do quinto anno juridico, a convite de um seu amigo, acceitou a defeza dos dois reus Ismael da Silva e Antonio José da Silva, accusados do crime de espancamento, e que foram julgados no dia 7 do corrente.

A prudencia e mestria com que se houve o joven academico deixou a todos surprehendidos. Quando se pronunciou o veredictum dando por não provado o crime, toda a assembleia, que era numerosa, ficou satisfeita.

A maior parte do curso do quinto anno e grande numero de estudantes de outros cursos assistiram á discussão e patentearam um vivo interesse pelo seu condiscipulo e amigo.

Sentimos que o pae do illustre academico e nosso amigo o sr. José Maria Pinto, ha pouco fallecido, não chegasse a gozar o prazer de assistir á brilhante estreia do seu prezado filho.

O sr. Bernardino Pinto ha de progredir na sua carreira; porque além das suas boas maneiras, do seu talento e aturado estudo, tem muito amor ao trabalho.

A elle e á sua estimavel familia dirigimos os nossos sinceros parabens.

Posse.—Na quarta feira tomaram posse dos seus logares de lentes substitutos da Faculdade de Philosophia os srs. drs. Bernardino Luiz Machado Guimarães e Antonio José Gonçalves Guimarães.

Exame de licenciado.—Na quarta feira fez acto de licenciatura na Faculdade de Direito, o sr. Antonio Candido Ribeiro da Costa.

Tumulos antigos. — De Condeixa nos communica o sr. Antonio Rocha da Fonseca o seguinte:

«Appareceram n'umas escavações que ultimamente se fizeram junto á egreja de Condeixa a Velha e perto da antiga Conimbrica, hoje Almedina, alguns tumulos de pedra, tapados com lages, contendo cada um uma ossada humana.

Os tumulos são inteiriços e de lavor pouco apurado. Á primeira vista parecem romanos, tomando em consideração o sitio em que se acharam e o seu feitio; porém analysando-os minuciosamente são, sem duvida alguma de epocha muito posterior ao dominio d'aquelles povos, pois que alguns tem em relevo no lado da cabeceira a cruz de Aviz, o que nos leva a crer que depois da fundação da monarchia ainda existia nas ruinas de Almedina uma povoação importante, que pela aridez do sitio e pela falta de commodidades indispensaveis a um povo numeroso, abandonou, talvez, de pouco a pouco aquelle local.

Na area comprehendida entre as duas muralhas de Almedina e principalmente no logar em que esteve situada a cidade tem apparecido muitos objectos de valor historico, entre os quaes figura um vaso de vidro offerecido por um cidadão de Condeixa a sua magestade el-rei o senhor D. Pedro V, em 1860, alguns tanques de tijolo em que os romanos tomavam banho e uma porção grande de moedas, romanas, arabes e portuguezas até el-rei D. Sebastião.

Condeixa 8 de Março de 1877.—*Antonio Rocha da Fonseca.*

Communicado. — Pedem-nos a publicação do seguinte:

«Arganil 3 de Março.—Tem estado n'esta villa uma companhia hespanhola, de quadros vivos, de que é digno director o sr. Philippe de Casal.

Mostrou sempre ao publico magnificos quadros, cujas figuras tambem se apresentaram adornadas de ricos e elegantes vestuarios.

Em todas as noutes de espectaculo houve enorme concorrencia.

Retirou-se para Goes, onde, sabemos, já ter dado dois espectaculos que muito tem agradado aos habitantes d'essa villa.

O sr. Casal, que temos a honra de conhecer, é cavalheiro dotado de excellentes qualidades, e muito delicado no tracto. Desejamos pois, que este sr. continue adquirindo a sympathia de quantos o conhecerem. — *F. P. Campos.*»

Sociedade de geographia de Lisboa.—Diz o *Progresso* que esteve brilhante a sessão solemne realisada na quarta feira pela sociedade de geographia de Lisboa.

Foram lidos tres importantes discursos pelos srs. Rodrigo Pequito, 2.º secretario, Luciano Cordeiro, 1.º secretario, e visconde de S. Januario, em que se relatavam os diversos trabalhos da sociedade, a historia da sua organisação e existencia, o quanto temos feito

---

nha ligação, fosse feito de accôrdo com os outros gabinetes da Europa.

XII

Reconhecimento do usurpador por Inglaterra.

A convenção de 22 de Outubro de 1807 entre Portugal e Inglaterra diz assim: — His (Britannic) Majesty engages in his name and that of his successors, never to acknowledge as King of Portugal *any other than the heir and legitimate representative* of the Royal family of Braganza.» — S. Magestade (Britannica) se obriga em seu nome e em nome de seus successores a não reconhecer nunca como rei de Portugal nenhum outro senão o HERDEIRO E LEGITIMO REPRESENTANTE da real familia de Bragança.

Sem recorrer a nenhum outro documento ou argumento, este só basta para provar que a Inglaterra não póde reconhecer D. Miguel, e que seus tractados a não ligam (segundo a sophistica doutrina do duque de Wellington e de seus jornaes) a Portugal e ao *chefe do governo portuguez*, seja elle quem for, — mas formal e positivamente á casa de Bragança e ao legitimo soberano.

Os ministros inglezes disseram no parlamento, e fizeram clamar por seus venaes arautos, as folhas da capital, que a Inglaterra não estava ligada pelo principio da legitimidade que prendia as potencias continentaes; e que por tanto podia reconhecer o governo de D. Miguel assim como havia reconhecido os da America do Sul. Esta asserção é deshonestamente falsa. Se as potencias continentaes estão ligadas pelo acto geral chamado da Santa-alliança, a Inglaterra tambem o está, senão nos principios, em todas as *consequencias* d'elle, porque assim o estipulou, e é claro da celebrada nota de lord Castlereagh. Mas no caso especial de Portugal, Inglaterra tem uma obrigação *positiva* que não admitte a controversia das obrigações geraes. Ella obrigou-se a nunca reconhecer outro rei de Portugal senão o legitimo herdeiro e representante da casa de Bragança.

E agora uma de duas: ou D. Miguel é este herdeiro, e então já Inglaterra quebrou o tratado reconhecendo D. Pedro, e em sua abdicação D. Maria; —ou D. Maria é a legitima herdeira e representante da real familia de Bragança — e a Inglaterra não póde reconhecer D. Miguel.

Quando digo que *não póde* claro está que fallo moralmente. O duque de Wellington póde um dia, em algum accesso de loucura, quebrar todos os tractados, deshonrar a sua patria, envilecer o nome de seu amo e soberano; assim como póde mandar fazer fogo sobre o povo, ou cercar as camaras do parlamento pela sua nova *Gendarmeria*. *Póde* porque tem o poder na mão: a questão é *se* é licito, se o parlamento o soffrerá, se a nação ha de tolerar tal abuso de poder.

Apezar de sua cegueira, tal é a consciencia que os ministros inglezes têm do vinculo moral que os prende para nunca reconhecerem o usurpador, que seus constantes esforços têm sido sempre o induzir, seduzir, — direi mais, *forçar* o sr. D. Pedro a *transigir* com seu indigno irmão, e absolvel-os por este modo a elles do vinculo que os prende. Esta é a politica confessada (avouée) do ministerio inglez; e n'esta confissão está involvido o reconhecimento de D. Maria, e a excommunhão de D. Miguel.

Mas supponhamos que Inglaterra tinha *liberdade*, que não tem, para reconhecer D. Miguel. Devel-o-ia ella fazer? Convir-lhe-ia?

Uma opinião errada prevalece entre muitos inglezes—«que Portugal, miseravel, pobre e escravo, será mais submisso e fiel alliado da Gran-Bretanha e mais util a seu commercio e interesses politicos; e que livre e sob um regimen de lei e ordem, lhe não póde offerecer os mesmos interesses.» — Em quanto Portugal tinha o exclusivo do commercio do Brasil e era o unico emporio de suas importações todas, a opinião era exacta. Quanto mais nulla fosse a mãe patria, quanto menos industria tivesse, quanto mais precaria fosse sua existencia, quanto menos consumo podesse dar aos generos de sua colonia, quanto menos de seus productos para ella podesse exportar, — mais interessava Inglaterra, porque mais do seu mandava aos mercados portuguezes, e mais abarcava todo o proveito d'aquelle exclusivo.—Mas desde que este estado de coisas cessou, a proposição ficou pelo inverso. Portugal já não recebe do Brasil para dar a Inglaterra, e já não importa de Inglaterra, para fazer consumir no Brasil.

Agora é preciso que Portugal *produza* e *consuma* para poder ser util ao commercio inglez — e que saia da nullidade politica absoluta para não ser um alliado só de peso sem proveito. Se alguem de boa fé dentro ou fóra de Inglaterra se persuadir que as reformas e melhoramentos de que Portugal precisa para este fim, pódem ser feitos pelo governo de D. Miguel, só então me persuadirei que á Inglaterra convenha reconhecer D. Miguel.

Já fallei sobre a necessaria consequencia que a anarchia apostolica de Portugal ha de ter para a união d'aquelle reino com Hespanha. Tambem será da conveniencia de Inglaterra esta união? Nunca o pensou, ao menos, assim ministerio nenhum inglez, quer tory quer whig até o de lord Wellington.

(*Continuar-se-ha*).

em prol da civilisação de Africa, os importantes serviços do fallecido conselho o nobre marquez de Sá e o que cabe realisar acompanhando o movimento scientifico iniciado tão vantajosamente por outras nações cultas.

Fallecimento.—Falleceu em Aveiro no dia 2 do corrente a exm.ª sr.ª D. Maria da Guia da Silva Esteves, mãe do nosso amigo o sr. João Xavier Esteves, a quem enviamos sentidos e sinceros pezames.

Concurso. — Está aberto concurso pelo espaço de 30 dias, que terminarão em 10 de Abril proximo, para a admissão aos exames de candidatos ao magisterio primario de ambos os sexos.

ANNUNCIOS

TYPOGRAPHOS

1 NA IMPRENSA LITTERARIA, em Coimbra, precisam-se dois typographos habilitados, a quem se pagará por dia ou por obra, segundo a escolha dos interessados.

Quem quizer utilisar-se dirija-se ao administrador da mesma imprensa.

Amendoas de Lisboa

2 ACABA de chegar ao estabelecimento de José Tavares da Costa, um variadissimo sortimento da melhor qualidade, que vende a preços reduzidos.

LOTERIA

JOÃO CORREIA D'ALMEIDA

RUA DO VISCONDE DA LUZ, 11

COIMBRA

3 VENDEU no seu estabelecimento, no sorteio de 8 do corrente, os seguintes premios:

N.º 2:440	1:000$000
» 2:738	200$000
» 1:389	100$000
» 858	100$000
» 813	100$000

Convida ao publico para se virem habilitar para 17, que conta vender a **sorte grande.**

Aviso ao commercio

4 A FIRMA COMMERCIAL Fernandes dos Anjos & C.ª, com séde em Lisboa, proprietarios da casa de Drogas e productos chimicos, sita na rua da Sophia, n.ºs 43 e 45, n'esta cidade de Coimbra, participa a todas as pessoas que tenham contas em debito a esta casa, que as não satisfaçam senão mediante recibo da mesma firma, pois que tendo sido despedido da gerencia da dita casa o sr. Antonio Pacheco Moreira Lobo—este se apoderou da respectiva escripturação, podendo fazer d'ella mau uso.

Coimbra, 6 de Março de 1877.

Fernandes dos Anjos & C.ª

Antonio Maria Cardoso

5 ACABA DE RECEBER um lindo sortimento de veus de séda pretos a 2$000 — 2$400 — 3$000 — 3$600— 3$800—4$000—4$500; de algodão a 440 —500—600; alpacas pretas finas a 240—280 —320—360—400—440—500; merinos pretos finos e baratos de todos os preços; pannos abretanhados a 90—100—110—120—130 o metro; bretanhas cruas a 100—110—120 o metro. Tem bom sortimento de calçado e outras fazendas, que vende com differença de preços.

ESTABELECIMENTO DE

MANOEL DA SILVA GONZAGA

51, Rua da Sophia, 55

GRANDE VARIEDADE EM

AMENDOAS DE LISBOA E FRANCEZAS

VARIADO SORTIDO E GOSTOS MODERNOS EM

Cartonagens e condeças para amendoas

CHEGARAM

Superior qualidade

Cogumellos em latas
Lagostas » »
Ostras » »
Savel » »
Salmão » »

Superior qualidade

51, Sophia, 55.

LOTERIA

Extracção em 17 de Março

5:000$000

JOÃO ANTONIO CARDOSO

219, RUA DA CALÇADA, 223

COIMBRA

7 CONTINUA a ter á venda bilhetes a 5$000, meios a 2$500, quartos a 1$250, oitavos a 650, e cautellas de 560 até 30 réis.

Egualmente continua a ter á venda grandes sortimentos de chá para differentes preços, e muito boas qualidades, assim como bom chá preto.

N. B.—O mesmo vendeu na ultima loteria em cautellas de 400 réis:

N.º 1:676	5:000$000
» 1:841 em quartos	50$000

Associação Commercial DE COIMBRA

8 POR ORDEM do exm.º sr. presidente da assembleia geral d'esta associação é convidada a mesma para a proxima terça feira 13 do corrente, pelas 6 horas da noite.

Ordem do dia: apresentação de contas da direcção e eleições. Roga-se a comparencia de todos os associados por ser este o dia do anniversario da fundação da associação.

Coimbra, 9 de Março de 1877.

1.º secretario

José Apparicio dos Santos.

Pedido

9 PEDE-SE a um sujeito assistente na rua do Rego d'Agua, queira vir pagar a quantia de 32$000 réis a um negociante d'esta cidade. Dá-se o prazo de quinze dias; e não pagando ser-lhe-ha publicado o seu nome.

CRIADO

10 N'ESTA REDACÇÃO se diz quem precisa d'um para uma quinta n'esta cidade, que saiba de agricultura.

COMPANHIA

EDIFICADORA E INDUSTRIAL DE COIMBRA

11 ESTA COMPANHIA precisa de pedreiros e trabalhadores para as suas edificações: a quem convier prestar aquelles serviços, falle no escriptorio da mesma companhia, largo da Sé Velha.

Coimbra, 8 de Março de 1877.

Os directores

Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Francisco Pedro da Silva.
José Maria Moura Barata Feio Termas.

12 NA segunda feira, 12 do corrente, pelas 10 horas da manhã, em Tentugal, proceder-se-ha á venda de dez pipas de vinho, algum vinagre e azeite, pertencente á massa fallida do exm.º sr. Francisco Lopes Gavicho Tavares de Carvalho.

O curador fiscal provisorio,

Antonio Duarte Areosa.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

13 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, canceros syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

AGRADECIMENTO

14 JOSÉ CORREIA PESSOA VALENTE, profundamente reconhecido para com todas as pessoas, que tomaram parte no incomparavel desgosto por que acaba de passar, pelo fallecimento de sua prezadissima mulher, Maria Costa, vem por este meio (em quanto o não faz pessoalmente) agradecer cordialmente a todos os cavalheiros que se dignaram assistir ás ceremonias funebres na egreja de Santa Suzana da Carapinheira, e bem assim aos que tiveram a extrema bondade de acompanhar os restos mortaes á sua ultima morada; finalmente a todos os que lhe enviaram os seus pezames, ou por qualquer forma manifestaram o seu sentimento; sendo isso devido á grandeza e excellencia de seus piedosos e sensiveis corações, que tanto cooperaram a minorar as suas tristes e lamentosas circumstancias.

A todos pois protesta o seu profundo reconhecimento e eterna gratidão.

AGRADECIMENTO

15 O TERRIVEL DESASTRE de que fui victima em Novembro ultimo, deu occasião a que eu recebesse as mais significativas demonstrações de sentimento e de interesse pelo meu estado de saude, não só por parte das pessoas de minha amizade e relação, senão tambem de muitissimos outros cavalheiros e da illustrada imprensa periodica d'esta cidade.

Sinceramente penhorado por tão obsequiosas provas de estima e consideração, e não esquecendo o dever de a todos significar pessoalmente a minha eterna gratidão, logo que isso me seja possivel, antecipo-me a agradecer por esta forma a todos, e a pedir desculpa de qualquer falta, que por ventura commetta.

Permitta-se-me, porém, que desde já manifeste o meu especial reconhecimento ás pessoas que me valeram no momento doloroso da minha desastrada queda, e que foram os meus amigos os exm.os srs. drs. Manoel d'Oliveira Chaves e Castro, José Ribeiro Rosado, Francisco Pedro da Silva e seu caixeiro, e bem assim os bondosos e dedicados academicos os exm.os srs. Manoel Rufino da Graça, Bento Teixeira de Figueiredo Amaral, Manoel Moreira Aranha Furtado de Mendonça, Carlos Moreira Aranha Furtado de Mendonça, Alexandre Moreira Furtado de Mendonça, Manoel Fernandes da Silva Campos, e o sr. Manoel Baptista, typographo.

São favores que nunca poderei esquecer, pedindo me considerem seu dedicado amigo.

Egualmente agradeço aos meus amigos os exm.os srs. Manoel de Jesus Lopes e seu filho Antonio de Jesus Lopes, quintanista de medicina, os promptos soccorros que habilissimamente me prestaram como operadores e seus continuos cuidados no tractamento da minha prolongada enfermidade.

Constantino Antonio Alves da Silva.

BANCO COMMERCIAL DE COIMBRA

Sociedade anonyma responsabilidade limitada

16 A COMEÇAR no dia 5 do corrente, ás segundas, quartas e sextas feiras, pagar-se-ha aos srs. accionistas d'este banco nos locaes abaixo mencionados, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde, o dividendo relativo ao 2.º semestre de 1876, de 1$000 réis por acção.

COIMBRA — Séde do Banco.
MANGUALDE — Filial do Banco.
PORTO — Banco Nacional.
LISBOA — Correia & C.ª, rua dos Douradores, 178.
BRAGA — Jeronymo José Pereira Pinheiro & F.os
VIANNA — Elias Augusto Vieira d'Araujo.

Coimbra, 1 de Março de 1877.

Pelo Banco Commercial de Coimbra

Os gerentes

Manoel dos Santos Junior.
J. Melchiades Ferreira Santos.

Monte-pio Conimbricense

17 TENDO o sr. Francisco d'Almeida Correia, annunciado no *Conimbricense* de 6 do corrente a venda das suas casas com forno no beco do Fanado, freguezia de Santa Cruz, que têm os n.os 42, 44 e 46, previne-se o publico para os fins convenientes, que estas casas se acham hypothecadas ao capital de 250$000 réis, que o mesmo sr. deve a este Monte-pio, por escriptura de 2 de Setembro de 1871, lavrada nas notas do tabellião Pimentel.

Escriptorio do Monte-pio Conimbricense 7 de Março de 1877.

O presidente da direcção — *Ignacio R. A. Sobral.*

18 QUEM precisar d'um official de sapateiro, para trabalhar por dia em casas particulares, póde dirigir-se a esta redacção, que ahi se diz quem é.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3091 | Terça feira 13 de Março de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Não é só o sr. visconde de Moreira de Rey, que se declarou em franca opposição ao actual governo. O sr. deputado José Dias Ferreira, na sessão de sexta feira, tambem explicou a sua posição em relação ao ministerio, terminando por se pronunciar em opposição a elle. E no mesmo sentido se declarou na seguinte sessão o sr. Vanzeller.

O sr. Dias Ferreira insistiu pela revogação do celebre decreto eleitoral de 18 de Março de 1869, que creou os grandes circulos eleitoraes.

Estimámos que o esclarecido deputado pugne por essa revogação, que é uma grande necessidade; pois que em quanto elle existir, rarissimo será o deputado da opposição que possa entrar no parlamento.

Como, porém, desejâmos ser justos, não podemos deixar de notar, que o sr. Dias Ferreira não tivesse, com a perseverante insistencia que o objecto exigiá, reclamado durante os seis annos do governo passado a revogação d'aquelle decreto; o que tanto mais seria um acto de justiça, quanto esse decreto havia sido fortemente censurado pelos chamados regeneradores, na occasião em que fôra publicado.

E estará o actual governo sinceramente resolvido a fazel-o revogar? E depois d'isso terá a abnegação, e o necessario amor da lei, da justiça e da liberdade para deixar sem pressão, nem corrupções exercer aos eleitores liberrimamente o seu direito?

Não acreditâmos. E não se extranhe este nosso scepticismo, porque é a amarga experiencia que nos tem feito desenganar.

Pois qual é o governo, quaes são as auctoridades, quaes são os mandões politicos, que têm deixado em plena liberdade os eleitores?

Se as eleições para as côrtes extraordinarias em Dezembro de 1820 foram na verdade completamente livres, e representaram a opinião publica, é porque ainda não tinham tido tempo o governo e os partidos de se organisar. Em compensação, porem, logo nas eleições para as côrtes ordinarias de 1822, começou activamente a lavrar a intriga nos partidos e o governo a fazer pressão nos eleitores.

Se em Dezembro de 1847, depois da guerra civil, houve o ministerio *Primavera*, que por causa do protocollo, e para satisfazer ás recommendações do governo inglez, tomou uma certa neutralidade na luta eleitoral; em compensação, lá estava o — centro cabralista — o qual com a protecção de muitas auctoridades das provincias, que desobedeciam ao proprio governo, suffocou o voto popular.

E de que têm servido as penalidades das diversas leis eleitoraes? De cousa nenhuma; a não ser para mostrar que as leis são impotentes, quando não ha moralidade.

De tudo isto resulta a lamentavel indifferença politica em que quasi todos se acham, o que torna facillimo aos governos o fazer com que sáiam eleitos os deputados que querem.

E já que começámos este artigo referindo-nos ao sr. José Dias Ferreira, vem a proposito o contar um facto bem caracteristico.

Estava s. ex.ª em 1870 no ministerio, e tratava-se de proceder ás eleições para deputados. Os seus amigos desejavam que fosse eleito por Coimbra, a fim de lhe dar uma demonstração de quanto reconheciam a sua intelligencia e os seus serviços.

Fizeram-se algumas reuniões preparatorias para isso. A ellas concorriam numerosos individuos, sendo alguns d'elles amigos fieis do sr. Dias Ferreira; mas outros muitos eram dos adoradores de todo o poder.

Esperava-se com rasão que a eleição fosse unanime e concorridissima.

Acontece, porém, que antes das eleições é demittido o ministerio; e agora é que se começam a ver as hesitações! Ficaram firmes os amigos sinceramente dedicados do sr. Dias Ferreira, mas desertaram uma grande parte dos taes individuos, desde que se soube que o novo governo mandára eleger por Coimbra o sr. Alberto Carlos Cerqueira de Faria!

O sr. Dias Ferreira deve saber tudo isto optimamente.

E que tinha havido durante tão poucos dias, que fizesse operar esta extraordinaria mudança em muitos dos chamados influentes? Havia deixado de ser o sr. Dias Ferreira uma das nossas maiores illustrações? Tinha praticado algum acto que o desvirtuasse perante o corpo eleitoral? Não! Apenas havia saido do poder para se tornar um simples cidadão!

Muito bem. E porque é que esses influentes eleitoraes em Coimbra, a que nos referimos, procederam com esta versatilidade?

Por dois motivos principaes. O primeiro, pela tendencia que ha na maior parte dos individuos em estarem sempre do lado do poder, não só pelas dependencias que d'elle têm, como porque só assim é que podem fingir que possuem grande importancia, a qual immediatamente perdem na opposição. E o segundo é pela desgraçada experiencia que ha, de que em regra não sae eleito senão quem o governo quer, para conseguir o quê pode usar de meios sem conta.

E a proposito diremos, que se o actual governo entregasse aqui em Coimbra a influencia politica ao partido pro-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MXCII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

O CHAVECO LIBERAL

N.º 11. Vol. I.

O'er the glad waters of the dark blue sea,
Our thoughts as boundless, and our souls as free.

BYRON.

Quarta feira 19 *de Novembro de* 1829

(CONCLUSÃO)

XIII

Reconhecimento do Papa.

A estas considerações podia junctar muitas outras; mas é longo e repisado tudo o que na materia se póde accrescentar. Todos os portuguezes sabem de cór estes argumentos, sabe-os a nação ingleza, sabe-os o proprio ministerio inglez: é teima de coração e cabeça, são paixões pessoaes as que movem estas indecentes transacções a respeito de Portugal. Resta a ver se o capricho de tres ou quatro homens de pueril vaidade e feminino capricho, hão de poder mais que a força da justiça, a opinião das nações e o interesse dos réis.

Façamos uma transição abrupta e violenta, — passemos do primeiro gabinete protestante para o primeiro gabinete catholico.

Suppõe-se possivel, e, ao escrever d'estas linhas é corrente que o Papa tenciona reconhecer D. Miguel. Algumas inducções ha para o crer, — muitas mais para o não crer.

Se por um lado as sympathias jesuiticas, o odio ás instituições e o receio d'ellas advogam pela usurpação; é forçoso confessar que Roma não é cega em seu amor nem em seu odio: o despotismo promette muito, suas searas são ferteis para os *colleitores* da Curia; mas até em Roma penetraram os principios da economia politica moderna, até lá está recebido que *muitos poucos* valem mais que *poucos muitos*, especialmente quando estes não são seguros nem promettem longa duração. Já lá vae o tempo, até na peninsula, já lá vae o tempo, (e Roma bem o sabe), em que um soberano e seu povo se contentavam de rogar e pedir, de chorar e lamentar-se porque o Papa favorecia e protegia a usurpação. Uma assembleia nacional portugueza legitimamente convocada, não se contentaria hoje de mandar publicar o *Ballatus ovium* como no tempo da restauração de 1640. As opiniões, que apenas abalaram então a superficie da credulidade velha, haviam de achar hoje larga base, e os principios do nosso illustre e nacional theologo o grande Antonio Pereira de Figueiredo, não foram semente lançada ao vento; em silencio foram germinando, cresceram entre abrolhos e apezar d'elles,—e se, a côrte de Roma se tiver feito mais odiosa pelo imprudente passo de reconhecer, ou proteger abertamente o usurpador —quando chegar o momento de se libertar a nação, a egreja portugueza ha de apparecer n'uma attitude que espantará a Curia.

Se o Papa em sua infallibilidade ultramontana não tem certeza de que D. Miguel e sua descendencia hão de ser pacificos senhores de Portugal, — seria uma imprudencia bem impropria e desnatural da finura romana o reconhecel-o ou ajudal-o abertamente agora.

Não fallo dos principios religiosos e moraes que sós eram bastantes para decidir o chefe da egreja catholica: se a politica e o interesse não valerem, que poderão esses outros desvalidos? Fallemos em coisa menos sentimental, e que além dos Alpes se reputa mais solida. Se o Papa reconhecer D. Miguel injuria mortalmente o soberano de uma grande nação catholica, cuja posição geographica e politica, cujo espirito e tendencia de principios inclinam mais para um schisma do que nunca pendeu a rivalidade grega ou a independencia ingleza. Ignora acaso a côrte de Roma quantos Photios já por lá se agitam? Quererá suscitar tambem um Henrique VIII? Pois um soberano é mais temivel inimigo que um patriarcha. — Se o mal pegasse no Brasil, o contagio por toda a America do Sul havia de ser rapido. E em quanto o Mexico já se resente da heretica vizinhança dos Estados Unidos do Norte, o fogo ateado no meio dia, não tardaria a communicar-se com a immensa labareda que vem do septentrião. — E um mundo *todo inteiro*, um mundo, cujos futuros (e proximos) hão de ser de tanta importancia e influencia nos destinos do universo —será quantidade desprezivel nos calculos da Curia romana?

Que do alto d'esse Vaticano d'onde seus decretos soavam temidos e obedecidos até os ultimos confins do globo — lance por elle os olhos o actual chefe da egreja, e contemple o que lhe resta de seu antigo poder.—A mais poderosa nação do velho mundo, a Russia, ameaçando devoral-o com seu milhão de bayonetas schismaticas. — Na Allemanha, apenas uma porção pequena o reconhece ainda.—Na sua mesma Italia — segundo a proverbial phrase do poeta, *schiavi si, ma schiavi ognor frementi*. — A França — e que promette a França ao poder e auctoridade papal? — A peninsula hispanica, esmagada de miseria,

gressista, desejavamos ver pára onde iam todos aquelles que com a maior submissão ahi se têm prestado a tudo quanto querem os mandões do chamado partido regenerador!

Dê-se esse caso, e será occasião de tornarmos aqui a publicar o que, sem sermos prophetas, dissémos em tempo n'este jornal. Havemos então de contar quantos são em Coimbra os membros do tal partido regenerador.

É o que acontece quando os partidos não são o resultado de ideias e principios definidos; mas unicamente a agglomeração hybrida dos transfugas de todas as parcialidades e corrilhos, reunidos unicamente por dependencias e interesses pessoaes.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um dos ramos de administração publica em que mais se abusa e transgride a lei, é sem duvida alguma o recrutamento.

É com esse elemento que os governos, auctoridades e mandões politicos trazem tudo subjugado. É com elle que vencem todas as eleições, e praticam impunemente as maiores arbitrariedades.

Temos bradado bem alto n'este jornal contra as injustiças e vexames em materia de contribuição de sangue; mas tudo é debalde, porque se se regularisasse esse serviço, perderiam os potentados eleitoraes o movel principal que têm para vencer as eleições.

Ainda assim, aqui continuaremos em o nosso posto, dando conhecimento ao publico do que por ahi vae.

Poderiamos apresentar numerosos exemplos dos escandalos que se permittem a este respeito. Limitar-nos-hemos hoje, porém, a um só.

Communica-nos do concelho da Louzã um nosso amigo, pessoa fidedigna, o seguinte:

«Meu amigo. — Aqui, como em outras partes, faz-se toda a qualidade de escandalo em materia de recrutamento.

«O contingente de 1870 ainda não está preenchido, por causa de um filho de José Maria Simões, do Casal dos Rios, criado do actual e sempiterno administrador substituto d'este concelho, com o que têm sido gravemente prejudicados muitos infelizes.

«O meu amigo, que está sempre prompto para defender a justiça e a moralidade, e a advogar a causa dos opprimidos, faria um grande serviço dando publicidade a este facto no seu *Conimbricense*.»

Eis ahi de que servem as leis e como as cumprem as auctoridades! Eis ahi o estado a que se acha reduzida a administração publica!

Diz-se que brevemente será nomeado governador civil para este districto. Estâmos para ver se inteirado que seja d'estes e identicos escandalos não trata de os cohibir!

No meio de tanta corrupção, injustiça e patronato, resta ainda a imprensa independente para dar conhecimento d'elles á nação. E existe essa imprensa, porque não tem sido possivel aos potentados o amordaçal-a; pois que vontade para isso não lhes falta.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. Paula Medeiros declarou na sessão da camara dos deputados de sabbado ultimo, que não votaria a pensão á sr.ª duqueza de Saldanha, em quanto não fosse approvado na camara dos pares o projecto para salvar da miseria os soldados pobres, que fizeram parte da divisão libertadora, desembarcada nas praias do Mindello em 8 de Julho de 1832.

Admirámo-nos de ainda haver quem se lembre hoje d'aquelles que se sacrificaram pela causa da liberdade. E como o sr. Paula Medeiros faz n'essa parte excepção á regra, aqui o louvâmos por isso.

Quem diria aos valentes do exercito liberal, que haveria para com elles no futuro uma tão grande ingratidão? Como supporiam que arriscavam a vida em numerosissimos combates, e derramavam o seu sangue, para chegarem a tempo de ser quasi um crime o haverem pegado em armas a favor da liberdade?

Repetimos os nossos louvores ao sr. Paula Medeiros; e com tanta mais satisfação, quanto notamos o contraste que faz com outros que foram em tempo dedicados partidarios da causa popular, e agora se prestam a ser até absolutistas.

O sr. Paula Medeiros redigia em 1846 em Coimbra o *Boletim official*, inspirado pelo sr. marquez de Loulé, para defender a causa popular. N'essa mesma occasião havia quem em Lisboa redigia outro jornal a favor da mesma causa, e que depois se tornou declarado retrogrado. E como este muitos outros exemplos podiamos apresentar.

Ao menos faça-se justiça, extremando-se uns dos outros.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Diz o nosso collega do *Diario Popular*, que o governo actual manda colligir em todos os ministerios os documentos necessarios para separar completamente a sua responsabilidade, da que pertence á administração regeneradora.

Sendo assim bem procede o governo; mas não é isso sufficiente.

Na sessão legislativa de 1876 sairam da camara os deputados da opposição, por não ser approvada a proposta que apresentaram, para se fazer uma syndicancia a todos os ministerios.

As rasões que então havia para essa exigencia, subsistem ainda hoje. E portanto rigorosa obrigação do partido progressista o instar para que se leve a effeito essa syndicancia.

Torna-se indispensavel habilitar o paiz a julgar com fundamento que tal foi a administração do ministerio chamado regenerador.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega do *Tribuno Popular* pergunta no ultimo numero, que é feito da associação liberal de Coimbra?

Na verdade deve causar extranheza uma tão prolongada inacção d'esta sociedade; mas para isso concorre poderosamente o grande desgosto que lavra em muitos liberaes por verem a maneira como têm corrido os negocios publicos.

Os factos irregularissimos e vexatorios que por ahi se têm praticado; as ingratidões que têm havido para com muitos liberaes; a descrença que ha na lealdade dos chefes politicos; e outros muitos motivos têm actuado fortemente no espirito de uma grande parte dos membros da associação liberal, levando-os a um indifferentismo, lamentavel não ha duvida, mas que é uma fatal consequencia d'esta deploravel situação em que temos vivido.

Desgraçadamente essa indifferença estende-se a outras associações de Coimbra, que ahi jazem no maior marasmo.

A associação liberal não abriu escolas; o centro promotor da instrucção popular, promove tudo menos a instrucção; a associação dos artistas tem fechada a sete chaves a sua bibliotheca; em fim parece que em tudo se retrograda, devendo-se aliás progredir.

Para quem tem crenças vivas nos principios liberaes; e para quem deseja que se diffunda a instrucção pelo povo, são factos estes bem dolorosos!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Temos mais progresso em Coimbra! Como se ainda fossem poucos os templos que n'esta cidade cessaram de estar entregues ao culto divino, achâmo-nos em vesperas de se fechar mais um e dos melhores d'esta terra!

A irmandade do Senhor dos Passos esteve sempre na egreja da Graça, pertencente aos religiosos eremitas calçados de Santo Agostinho, na rua da Sophia.

Pela extincção das ordens religiosas em 1834 foi concedido á mesma irmandade o permanecer na referida egreja, sendo o edificio do collegio entregue á camara municipal para quartel militar. Ha 8 annos passou a administração do mesmo quartel para o governo.

Junto á egreja ha o claustro, que sempre desde 1834, e sem nenhuma interrupção, esteve na posse e uso da irmandade; e para se ver o quanto isso é absolutamente indispensavel basta dizer-se, que é pelo dito claustro que ha a unica serventia para a torre da egreja; e egualmente é pelo mesmo claustro que ha a unica serventia para o côro, onde está o orgão.

Agora no sabbado ultimo, o sr. governador militar, allegando que a irmandade não tem titulo que lhe conceda o referido claustro, como se fosse pouco uma posse de 43 annos, mandou trancar todas as portas que communicam com elle!

Em consequencia d'isso deixou já no domingo de se celebrar missa na egreja da Graça; e têm de cessar alli todos os mais actos religiosos, entre os quaes se inclue a costumada exposição do Senhor dos Passos, que attrahía uma concorrencia extraordinaria de fieis áquella egreja!

Viva o progresso em Coimbra!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

soffre sim a dominação romana (e o que não soffre ella!); mas é solida até ahi na peninsula, tem bases seguras essa auctoridade? Não o creia o Papa, — que se ha de achar tristemente desenganado. — A Inglaterra — pois essa é seu melhor e mais fiel alliado hoje. Quem tal diria ao Papa João? Mas esta alliança é incestuosa e contra natura, não promette duração, e apenas a Gran-Bretanha se libertar do ministerio austriacó que a comprime actualmente, a côrte de Roma perde o seu maior apoio na Europa. — Uma nação christã resuscitou no oriente; mas (fatal estrella de Roma!) de novo entrada no gremio da christandade, veiu fazer corpo com os inimigos da egreja romana. S. S. póde continuar a nomear bispos de Athenas e arcebispos de Lacedemonia, mas s. ex.ª Capo d'Istria não paga annatas — e o Panhellenio não recebe bullas.

Assim está o mundo antigo para a auctoridade papal: já fallámos da situação do novo. — Em taes circumstancias não parece possivel que, por novas imprudencias, Roma queira arriscar o pouco que lhe resta da antiga auctoridade e — o que mais vale — dos antigos rendimentos.

Que o intempestivo e precoce reconhecimento de D. Miguel fora um passo da maior imprudencia e dos mais serios resultados assim presentes como futuros para a Curia romana, é tão simples e evidente, que me parece escusar mais demonstrações. Fal-o-ha o Papa? — Os inimigos do catholicismo certamente o desejam com muita ancia.

Conclusão.

Não tractarei especialmente de cada uma das outras potencias europeias: todas estão ligadas pelos principios da legitimidade, pelas obrigações que a si proprias se impozeram e com que se vincularam nos congressos de Vienna e Paris, de Tropau e Laybach.

Os vinculos de sangue que prendem a Austria mereceriam particular capitulo; mas assaz é sabido que essas considerações não entram nos calculos do conselho aulico, e que as sympathias e nobres sentimentos do filho do humano Leopoldo, vergam deante da ferrea tenacidade e jesuitica impassibilidade do chanceller da côrte e estado.

Recapitulemos pois as varias reflexões que em tão diffuso assumpto nascem, como do centro commum os infinitos raios de um circulo immenso. O estado actual de Portugal é inconsistente com os principios e com os interesses da Europa, e do mundo civilisado: — a fusão dos partidos não é practicavel com paridade de concessões: — o partido de D. Miguel tem mostrado sua inhabilidade para a supremacia; ainda quando o tolerasse a *justiça* não lh'o podia permittir a *conveniencia*: o restabelecimento da legitimidade é o unico arbitrio que resta a tomar, e que, salvando os principios europeus, póde salvar a independencia de Portugal e fazer cessar o estado anarchico d'aquelle paiz: — a Carta, não só não é perigosa, mas necessaria e indispensavel para este fim: — todo e qualquer outro arbitrio que se tomasse seria prejudicial aos interesses das potencias, de fataes consequencias para a tranquillidade da Europa, e de funestos resultados para os soberanos.

O *que* e o *como* da questão está, creio eu comprehendido no que fica exposto; a *quem* e o *quando* será tractado com mais vagar e remanso em separado capitulo. Demonstrada a necessidade da intervenção, naturalmente se segue examinar a quem compete e quando convém intervir.

Essa é a segunda parte das presentes reflexões, com a qual lhe daremos em breve devido complemento.

Angra 19 de Setembro de 1829. — Depois da gloriosa victoria alcançada contra as tropas do usurpador, tem reinado perfeito socego n'esta ilha, notando-se grande actividade no invicto capitão general conde de Villa Flor. Dos quatrocentos prisioneiros que aqui ficaram, passaram ás nossas fileiras a maior parte, que eram todos os soldados da divisão, que bateu em Coruche e no Prado os rebeldes que capitaneava o Chaves: alguns poucos por serem soldados que entraram em Hespanha com aquelle chefe revolucionario, não foram admittidos nas nossas fileiras, e trabalham hoje nos diversos pontos da ilha, que se fortificam para resistir a qualquer tentativa, que o usurpador do sceptro portuguez faça contra este baluarte da legitimidade.

A nau D. João VI appareceu ha poucos dias, depois de haver concertado no Fayal as avarias que recebeu. Fez retirar a fragata Perola, e uma corveta que aqui se achava, e ficou fazendo o bloqueio com dois brigues, que ainda hoje se conservam á vista, mas que breve se retirarão, apenas comece o inverno.

O espirito da ilha em geral é o melhor, e o da guarnição não se póde explicar a que subido ponto de enthusiasmo chega. Todos suspiram por novo ataque, para terem occasião de se assignalar, e poderem partilhar a gloria que coube na primeira victoria aos nobres e denodados voluntarios. Reina entre todos a mais perfeita união, e as auctoridades buscam solicitas offerecer o proveitoso exemplo da mais perfeita harmonia.

Esta vae pelo cutter condessa de Liverpool, que entrou n'esta ilha.

Impresso por R. GREENLAW, 39, Chichester Place, Londres.

O ex.mo sr. bispo conde dirigiu aos arciprestes, parochos e mais clero d'este bispado de Coimbra uma pastoral, com a data de 2 de Fevereiro, a qual acaba de ser impressa na imprensa da Universidade.

Lemol-a com a merecida attenção, e declarâmos que ha muito não vimos um documento d'este genero, que mais nos satisfizesse a todos os respeitos.

O digno prelado expõe n'ella as impressões que recebeu na sua ultima visita á diocese, e descreve tudo com uma singeleza que muito captivam o leitor. Não é o superior que falla com austeridade aos seus inferiores; é o companheiro nos trabalhos apostolicos, que se dirige aos seus cooperadores.

Na sua pastoral occupa-se o ex.mo bispo conde da bulla da cruzada, do estado das egrejas parochiaes, da sua sé cathedral, do seminario, de tudo em fim tão circumstanciadamente e com tão bom senso, que de certo muito proveito ha de vir para a administração da diocese, e para a educação dos alumnos que se destinam ao estado ecclesiastico, se os reverendos parochos cumprirem, como é de esperar, os conselhos e as recommendações que lhes são feitas pelo seu bom pastor.

Apesar de sermos pouco inclinados a grandes elogios, reconhecemos que seria da nossa parte uma grave injustiça, se não patenteassemos aqui com toda a franqueza o que sentimos da leitura da extensa, mas primorosa pastoral.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em o nosso collega do *Progresso* de Lisboa lê-se o seguinte:

«A scena passa-se no gabinete do sr. Mexia Salema, ministro da justiça.

Entra um deputado da antiga maioria, e juiz, e expõe ao nobre ministro que elle tinha combinado uns certos arranjos com o sr. Cardoso Avelino, de muito honrada memoria, para ir occupar uma determinada comarca, rendosa e bem parada. Para se effectuar a combinação eram necessarias varias contradanças e maroscas, que o sr. Cardoso Avelino deixára promptas. Faltava apenas levar os respectivos decretos á assignatura regia.

O deputado expoz os termos do *arranjo*, lastimou-se por o sr. Cardoso Avelino não o ter ultimado, e solicitou do sr. Mexia Salema, que levasse os decretos á assignatura de el-rei.

— Não sei nada d'isso, responde o nobre ministro.

— Mas é como lhe digo, insiste o deputado. A coisa estava combinada... faltava só assignar os decretos, e aqui está o sr. Thomaz Ribeiro que póde informar v. ex.ª

Entra *a proposito* o sr. Thomaz Ribeiro, que declara ao *seu* ministro ser aquillo verdade, e accrescenta:

— Se v. ex.ª quer trago-lhe já os decretos.

Resposta do sr. Mexia Salema:

— Não traga. Nada tenho com o passado, nem com os compromissos do meu antecessor. Hei de resolver esse ponto como me parecer mais conveniente para o serviço publico.

Tableau! O sr. Thomaz Ribeiro ficou com cara... de Thomé de Diu, e o deputado saiu furioso, indo para a *Aurea* esbravejar contra o ministro, e em voz tão alta, que o caso foi conhecido de todos os circumstantes.

Vê-se que está effectivamente no poder um governo de moralidade. E por isso os fundos sobem!»

Em quanto ao facto do actual ministro da justiça não se prestar a qualquer compromisso de favoritismo do seu antecessor, estamos de accordo nos louvores que lhe dirige o collega.

Teremos, porém, a certeza de que o mesmo ministro não praticará identicos favoritismos com outros individuos de differente parcialidade politica?

Ahi é que bate o ponto; e se assim for tanta censura merece o ministro passado como o presente.

Veremos o que o tempo mostra, e então fallaremos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTICIAS DE LISBOA

Do nosso collega do *Commercio do Porto* transcrevemos o seguinte:

Lisboa, 9 de Março, ás 8 h. e 36 m. da noite.

Os ministros apresentaram na camara dos deputados ás seguintes propostas de lei:

Confirmando os creditos extraordinarios creados pelo ministerio transacto.

Pedindo auctorisação para dispender 50 contos com a exposição de Paris.

Prorogando a auctorisação concedida ao governo sobre a applicação do saldo da receita e despeza do caminho de ferro do sul e sueste, para a continuação da construcção da parte comprehendida entre a estação de Quintos e Serpa, incluindo a ponte sobre o Guadiana no prolongamento do caminho de ferro de Quintos á Fronteira e das obras de ampliação da estação do Barreiro.

Designando o contingente das forças do exercito e da armada no futuro anno.

O sr. Francisco de Albuquerque pediu explicações relativas ás ideias do governo ácerca do caminho de ferro da Beira Alta.

O sr. Barros e Cunha respondeu que o governo deseja realisar todos os melhoramentos materiaes segundo as circumstancias do thesouro.

O sr. Marçal Pacheco pediu explicações com relação ao caminho de ferro do Algarve.

Respondeu-lhe o sr. marquez d'Avila no mesmo sentido do sr. Barros e Cunha ácerca do da Beira Alta.

O sr. Dias Ferreira discorreu sobre a necessidade da reforma eleitoral, declarando-se em opposição ao governo e perguntando quaes as opiniões d'este sobre a reconstituição do Banco de Portugal.

O sr. Carlos Bento respondeu em sentido desfavoravel á proposta do sr. Serpa, mas declarou-se contrario á liberdade de emissão.

O sr. marquez d'Avila, a respeito da lei eleitoral e outras propostas, ponderou que em consequencia de estar adiantada a sessão d'este anno, promettia que o governo na do proximo anno se occuparia de todas as questões mais importantes.

O sr. Camara Leme perguntou qual a opinião do governo relativamente á pensão á sr.ª marqueza de Saldanha.

O sr. presidente do conselho respondeu que o governo consideraria devidamente a viuva do marechal, apresentando n'esta sessão, se fôr possivel, uma proposta para se lhe conceder uma pensão.

Entrou em discussão na ordem do dia o parecer da commissão de fazenda respeitante ás emendas do orçamento da receita, sendo este approvado, depois de explicação entre o governo e o sr. Dias Ferreira, Thomaz Ribeiro, Luciano de Castro, Mariano de Carvalho, visconde de Moreira de Rey e Osorio de Vasconcellos.

O sr. ministro da guerra não acceitou a demissão pedida pelo director do collegio militar, o sr. José Paulino de Sá Carneiro.

O sr. Nogueira Soares deve chegar esta semana a Bombaim.

Foram hontem eleitos directores da Caixa de Credito Industrial os srs. Manoel Gomes da Silva, Antonio dos Santos Miguéis e Guilherme Sette.

— Idem 10, ás 8 h. e 15 m. da tarde.

Na camara dos deputados o sr. Paula Medeiros insistiu na necessidade da reforma da lei eleitoral, como havia proposto ha tempos, e declarou que não votaria a pensão á duqueza de Saldanha em quanto na camara dos pares não fosse approvado o projecto para salvar da miseria os soldados pobres que fizeram parte da divisão desembarcada no Mindello em 1832.

O sr. Osorio de Vasconcellos annunciou uma interpellação ácerca do caminho de ferro da Beira Alta.

O sr. Francisco de Albuquerque apresentou um projecto de lei para que o ponto de partida do caminho de ferro da Beira Alta seja defronte da Pampilhosa.

O sr. Wanzeller e visconde de Moreira de Rey insistiram pela reforma da lei eleitoral.

O sr. presidente do conselho declarou que iria á commissão dar explicações a este respeito.

O sr. Thomaz Ribeiro annunciou uma interpellação relativa a negocios do ultramar e patenteou a necessidade de se mandar uma expedição para Africa.

Entrando-se na ordem do dia foi approvado o projecto de emprestimo para a consolidação da divida fluctuante, depois de explicações entre os srs. ministros das obras publicas, da fazenda e presidente do conselho, visconde de Moreira de Rey e Dias Ferreira.

Consta que já não vae a missão diplomatica a Marrocos.

Desembarcou hoje uma machina para a fabrica de fiação de Coimbra.

O vapor «India» foi buscar carvão, e as peças para a fragata «D. Fernando», e canhoneira «Quanza».

O sr. Fontes foi promovido a coronel de engenheria.

Foram nomeados: o coronel de artilheria 1 para director geral interino de artilheria; o sr. Diogo Higgs coronel de lanceiros n.º 1; o sr. Bento da França ajudante de campo do sr. ministro da guerra; o sr. coronel Mourão chefe da 1.ª repartição do ministerio da guerra, o sr. Francisco Maria da Cunha chefe da 3.ª.

NOTICIARIO

Concerto. — Houve no dia 10 do corrente, no theatro academico, um concerto musical, em beneficio da sociedade philantropico-academica e dos asylos de mendicidade e infancia desvalida, em que tomaram parte muitas senhoras e cavalheiros amadores de musica.

Foi uma das festas mais explendidas, que n'este genero tem havido em Coimbra. O desempenho correu geralmente bem.

O concerto comprehendia peças de pequena orchestra, composta de instrumentos de arco, flauta, piano e harmonio; peças concertadas a vozes com acompanhamento de piano a quatro mãos e solos para vozes e instrumentos.

A pequena orchestra habilmente ensaiada e regida pelo rev.mo sr. Francisco José Brandão e composta dos srs. dr. Ignacio, Ferreira Cardoso, Severos, Macedo, Pinto, Roberto Correia, Aragão, Simões, Ferreirinha e dr. Guimarães, executou primorosamente dois septuors, extrahidos das operas de Meyerbeer, os *Huguenotes* e *Africana*, e um sexteto, extrahido da opera *Ildegonda*, do maestro Arrieta, habilmente instrumentados pelo sr. Brandão; e nos excerptos da 1.ª e 2.ª symphonia de Haydn, sendo estes executados com tal correcção e pureza, que bem deram a conhecer, que n'esta terra, um tanto ingrata para as bellas artes, ainda se encontra quem saiba interpetrar as bellezas da musica classica, tão injustamente menosprezada. O effeito d'esta peça foi surprehendente.

As peças concertadas a vozes foram a preghiera da opera *Moysés*, de Rossini, e o coro da *Caridade*, do mesmo auctor. N'estas peças tomaram parte as ex.mas sr.as baroneza de Fornellos, Motta, Bobella, Quadros, Alpoim, Costa Allemão, e os srs. barão de Fornellos, Portocarrero, Teixeira e Graça, que as desempenharam com bastante mimo. Principalmente a preghiera produziu excellente effeito, sendo magistralmente acompanhada no harmonio pela ex.ma sr.ª D. Ermelinda Macedo Pinto, pelos srs. Castro no piano e Ferreirinha no violoncello.

As peças de piano a quatro mãos foram desempenhadas em dois pianos pelas ex.mas sr.as Vasconcellos Abreu, e em um só piano pelas ex.mas sr.as Alarcão e Macedo Pinto (Carmo), Portocarrero e Motta, e todas tocaram com grande mimo, estylo e correcção. Em piano e harmonio foram desempenhados pelas ex.mas sr.as Macedos Pinto dois duetos com maestria, certeza e colorido inexcediveis.

Os sólos das vozes foram executados pelas ex.mas sr.as baroneza de Fornellos e Bobella. Esta sr.ª cantou com muito mimo e gosto a romanza *Fiori e Foglie* de Paravicini, em que mostrou os grandes recursos de sua potente voz, que se fôr entregue á educação de um habil maestro deve dar uma cantora de primeira ordem.

A ex.ma baroneza cantou a aria final do *Fausto* e uma cavatina do *Roberto* com grande arte, estylo, correcção e maestria, dando occasião a que os espectadores de Coimbra tivessem a dita de ouvir e apreciar a notavel cantora, que por tanto tempo fez a admiração dos frequentadores das academias musicaes de Lisboa e do theatro particular das Laranjeiras, onde o conde de Farrobo com a sua familia e pessoas das suas relações executou operas lyricas, que rivalisavam com o theatro de S. Carlos.

O sr. Castro foi quem acompanhou ao piano a ex.ma baroneza, deixando ver no pouco que tocou a grande escola musical em que fora educado.

Os solos de instrumentos foram executados no piano pelas ex.mas sr.as Macedo Pinto (Carmo), que tocou com bastante correcção a fantasia sobre a opera *Favorita* de Donizetti, e Macedo Pinto (Ermelinda), que desempenhou uma difficillima *fantasia* de grande execução e bravura de Dohler, sobre a opera *Anna Bolena* de Donizetti, e tocou com tal maestria e correcção, que em nada desmereceu o conceito em que é tida como uma das primeiras pianistas de Coimbra.

O sr. Manoel Ferreira Cardoso tocou na flauta uma fantasia de R. Galli, sobre motivos da opera *Lucia* de Donizetti. O sr. Cardoso é um verdadeiro artista de grande merito, e executou com optima qualidade de som e excellente articulação principalmente o *double piqué* da primeira variação, e muita pureza de estilo no phrasear das melodias.

Sem questão as honras da noute pertenceram ás ex.mas sr.as baroneza de Fornellos e Macedos Pintos e ao sr. Ferreira Cardoso, a quem mais pertence o nome de artistas consummados do que de meros amadores de musica.

São dignas de todo o elogio as ex.mas sr.as condessa de Murça e D. Maria do Carmo Osorio, e a respectiva commissão academica, por haverem promovido uma festa para um fim tão sancto e proporcionarem aos habitantes de Coimbra uma noite muito agradavel.

Cemiterio da Conchada. — Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

D. Maria Joaquina de Oliveira, ignora-se a naturalidade e edade, fallecida em 5 de Março de 1877.

Marianna de Jesus, filha de Bento Mendes e Michaela dos Santos, das Lages, de 4 annos, fallecida em 4.

João Antonio Damasio, filho de Damasio Antonio, e Maria da Piedade, do Coito de Mosteiro, de 73 annos, fallecido em 6.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada — 6:970.

Governador civil.—O sr. dr. Fernando de Mello cessou hontem de exercer o cargo de governador civil d'este districto, ficando interinamente a substituil-o o sr. secretario geral, Costa Gomes.

Administrador do concelho.—O sr. bacharel Jacintho Tavares de Medeiros deixou hontem o exercicio de seu cargo de administrador do concelho de Coimbra Ficou em seu logar o substituto, o sr. bacharel José Maria de Sequeira.

Regedor. — Tambem hontem pediu a sua demissão, o sr. José Pereira Junior, regedor da Sé Velha.

Mercado de Coimbra. — No mercado do dia 12 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 530 — Dito branco 530 — Dito de Celorico meudo 520 — Dito grando 490 —Milho branco 350—Dito amarello 370 — Feijão vermelho 740 — Dito branco da marinha 760 — Dito da terra 660 — Dito rajado 530 — Dito frade 540—Centeio 300 —Cevada 220—Batatas 320 cada 15 kilos —Grão de bico meudo 520—Dito graudo 650 —Favas 360 — Tremoços 300—Azeite reis 1$540—Vinho da Bairrada 900—Dito do Bairro 750 a 770.

Nova publicação.—Recebemos um exemplar da *Guia do Viajante na cidade do Porto e seus arrrebaldes, por Alberto Pimentel.*

É editor d'esta interessante publicação o nosso amigo e patricio o sr. J. E. da Costa Mesquita, estabelecido com loja de livros, na rua de D. Pedro, 87, proximo á rua da Cancella Velha, no Porto.

Agradecemos o exemplar com que fomos obsequiados.

—Egualmente recebemos a—*Historia natural. Botanica. Redigida em conformidade com o programma official dos lyceus.*

É auctor d'esta publicação o sr. Miguel Archanjo Marques Lobo, bacharel formado em Mathematica, Philosophia e Medicina pela Universidade de Coimbra e professor de mathematica e introducção á historia natural.

O sr. Marques Lobo já é muito conhecido por outras importantes publicações destinadas ao ensino, para o que é muito competente e no que presta um valioso serviço.

Agradecemos ao esclarecido auctor a sua offerta.

—E finalmente recebemos, e devidamente agradecemos o—*Elogio historico de José Victorino Damasio. Discurso lido perante a associação dos engenheiros civis portuguezes, por occasião da inauguração do retracto do illustre general na sala das suas sessões em 30 de Dezembro de 1876, por J. F. N. Delgado.*

Associação dos architectos.—Os corpos gerentes da associação dos architectos e archeologos portuguezes, eleitos na ultima assembleia geral, são os seguintes: presidente, o sr. J. Possidonio da Silva; vice-presidente, o general Feijó; secretarios, os srs. Valentim José Correia e visconde de Alemquer; archivista, o sr. José Maria da Silva Leal, e thesoureiro, o sr. Carlos Munró.

Nas secções de architectura, archeologia e construcção, ficaram reeleitos os socios que as compunham.

A assembleia approvou a admissão dos novos socios, os srs. Duarte Nazareth, visconde de Figanière, general Antonio Pedro de Azevedo e Manoel Peixoto de Galvão e Mello.

Classificação.—O jury para o concurso de delegados classificou os concorrentes da seguinte fórma:

A. C. Henriques 1 M B; 3 B.

Albertino Costa, Arriscado de Lacerda, Paulino do Valle, Correia Lemos, Cupertino Pinto, Canto e Sousa, Reis Lima, Figueiredo Moraes e Virgilio Castro 4 B.

Augusto Abreu, Lacerda Leite, Freire Themudo, Nunes Ferreira, Cesar Sá, Duarte Gil, Ignacio Trindade, Constante Pinto, Sampaio Mello, Pereira de Lima 3 B; 1 E.

Pimenta da Gama, Almeida Cunha, Pestana da Silva, Cunha e Silva, Araujo Sá, Lopes Cardoso, Andrade Pinheiro, e Pinto Rezende 2 B; 2 E.

Noticias de Lisboa. — O sr. ministro das obras publicas apresentou hontem na camara dos deputados uma proposta auctorisando o governo a levantar 3.271:043$229 réis em emissões para a conclusão do caminho de ferro do Minho e Douro; outra de 40 contos para occorrer ás despezas nos edificios e estabelecimentos publicos, visto não chegarem as quantias votadas.

Foram approvados os pareceres sobre as emendas no orçamento da despeza; força de mar e terra; contingentes de recrutas; e contribuição predial.

O sr. ministro da guerra declarou que logo que podêsse cumpriria a lei a respeito da reserva.

O sr. ministro do reino foi offerecer o governo civil de Braga ao sr. marquez de Vallada, que o aceitou.

ANNUNCIOS

46-Rua da Calçada-48

1 GRANDE sortimento de amendoas de Lisboa.
Espera-se variedade de amendoa franceza.

ALTA NOVIDADE

2 CARTONAGENS allemãs e francezas.
46-Rua da Calçada-48

Obras publicas do districto de Coimbra

Estrada districtal n.° 57. de Miranda do Corvo a Santa Comba Dão.

Miranda do Corvo á Louzã.

3 NO DIA 27 do corrente mez de Março, ás 10 horas da manhã, nas casas da administração do concelho da Louzã, se ha de proceder á arrematação em hasta publica, do fornecimento de 279mc,95 de pedra de alvenaria, e 21mc,85 de cal viva, para a construcção da ponte sobre o ribeiro d'Arouce entre os perfis 345 a 349.

O mappa de trabalho a executar e condições respectivas, estão patentes na repartição das obras publicas d'este districto, e na supradita administração do concelho da Louzã.

Para ser admittido a licitar é preciso fazer o deposito da quantia mencionada nas condições.

Coimbra 8 de Março de 1877.

O director
Julio Augusto Leiria.

ESTABELECIMENTO DE
MANOEL DA SILVA GONZAGA
51, Rua da Sophia, 55

GRANDE VARIEDADE EM
AMENDOAS DE LISBOA
E
FRANCEZAS

VARIADO SORTIDO E GOSTOS MODERNOS EM
Cartonagens e condeças para amendoas

RESTITUIÇÃO

5 A FAUSTINO JOAQUIM PESSOA GODINHO foram restituidas 4 libras, que lhe furtaram ha 4 annos, as quaes depositaram na mão do actual parocho de Taveiro, Antonio Mendes Ribeiro.

Nazareth da Ribeira 12 de Março de 1877.

Faustino Joaquim Pessoa Godinho.

COMPANHIA EDIFICADORA

6 VENDEM-SE acções d'esta companhia, com grande abatimento, na loja Salazar, no largo do Paço do Bispo.

ESSENCIA DE
SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

7 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

8 NO SABBADO, 17 do corrente, pelas 10 horas da manhã, haverá na egreja conventual de Tentugal, uma missa rezada, pelo eterno descanço do illm.° e exm.° sr. duque de Cadaval.

O HYMNO DE
S. M. I. O Sr. D. PEDRO IV
PARA MARCIAL

9 VENDE-SE na rua das Cozinhas, n.° 20, por 1$200 réis.

Amendoas de Lisboa

10 ACABA de chegar ao estabelecimento de José Tavares da Costa, um variadissimo sortimento da melhor qualidade, que vende a preços reduzidos.

TYPOGRAPHOS

11 NA IMPRENSA LITTERARIA, em Coimbra, precisam-se dois typographos habilitados, a quem se pagará por dia ou por obra, segundo a escolha dos interessados.

Quem quizer utilisar-se dirija-se ao administrador da mesma imprensa.

No Rego d'Agua

12 ARRENDA-SE junto ou separado uma loja e o terceiro e quarto andar das casas n.os 6, 8 e 10. Tracta-se na rua do Visconde da Luz, com José Teixeira da Cunha.

13 UMA SENHORA DE LISBOA, com esmerada educação, deseja encontrar em qualquer provincia uma familia respeitavel onde educar creanças: ensina portuguez, francez, inglez, hespanhol, principios de allemão, de desenho e de musica e bordado.

Resposta pelo correio para Lisboa, a M. Vaz, agencia d'annuncios Bastos & Gonçalves, rua dos Retrozeiros, 159—2.°.

14 PERANTE a camara municipal do concelho de Figueiró dos Vinhos, se acha a concurso, por espaço de trinta dias, a contar do dia 5 do corrente, o partido medico de Figueiró e Campello, com o ordenado de 400$000 réis, pulso livre e sujeito á tabella camararia, e mais condições que se acham patentes na secretaria da camara: sendo admittidos tambem ao concurso os medicos cirurgicos de Lisboa e Porto, devendo os concorrentes juntar aos seus requerimentos a publica-forma de suas cartas, e mais documentos que entenderem.

Figueiró dos Vinhos, 7 de Março de 1877.

O vice-presidente da camara,
Antonio Pedro dos Ramos Lopes Serra.

AGRADECIMENTO

15 D. MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER DA SIVA PEREIRA, summamente penhorada para com todos os ex.mos srs. que se dignaram tomar parte na sua pungente dôr pelo passamento de seu extremoso pae o dr. Francisco Raymundo da Silva Pereira, e bem assim aos que se dignaram fazer a honra funebre na egreja de Santa Cruz e no cemiterio, a todos em geral manifesta por esta fórma o seu eterno reconhecimento, visto que pelo seu estado de consternação o não póde fazer pessoalmente como desejava.

Não póde deixar de especialisar o digno parocho de Santa Cruz o rev.° sr. Joaquim Antonio d'Oliveira, e o ill.mo sr. João Marques Perdigão, thesoureiro da egreja, os quaes a expensas suas fizeram todos os actos de encommendação com a possivel decencia dentro da egreja; recebam suas s.as sinceros protestos de indelevel gratidão pela caridade que tão dignamente prestaram.

Coimbra, 6 de Março de 1877.

Substituições a militares

16 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.° 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

AGENCIA EM LISBOA

17 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico, incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.°

VINHOS VELHOS FINOS

18 LUIZ RUIVO DE FIGUEIREDO, vende com dinheiro á vista ou a prazo, no seu armazem em Antes, junto á estação do caminho de ferro na Mealhada, 30 ou 40 pipas de vinho velho tinto fino: algum tem 10 annos. Contrata-se com seu dono, depois de visto, na rua da Sophia, n.° 19 a 23.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3092 | Sabbado 17 de Março de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O systema inaugurado pelo ultimo ministerio, de crear mandões politicos nas differentes localidades, tocou as raias do maior escandalo e da maior devassidão.

Debalde qualquer pretendente ia a um concurso, e n'elle obtinha ser bem classificado. Se não levava para Lisboa a approvação do mandão politico da respectiva localidade tudo era inutil.

Dirigiam-se os concorrentes a solicitar o favoravel despacho da sua pretensão. Allegavam perante o ministro as suas habilitações, os seus serviços e o seu merecimento. Eram todos elles provados por documentos; e comtudo de nada valiam.

A primeira cousa que se lhes perguntava era se levavam o carimbo de approvação do mandão da sua terra! Se a resposta era negativa, o resultado já se sabia que se tornava desfavoravel.

Isto não era um ou outro facto isolado. Era um systema regularisado e levado ao auge do maior desaforo e impudencia!

Se havia excepção com respeito a alguma auctoridade ecclesiastica, não era isso devido a diversidade de sentimento do governo, mas o resultado da dignidade e energia d'essa auctoridade ecclesiastica, que tinha acostumado o ministro a saber que não toleraria impunemente, que se alterassem as suas propostas. Era attricção e não contricção.

Entre todos os ministerios aquelle onde maior corrupção póde haver, e onde podem ser mais numerosas as tranquibernias, é sem contestação o dos negocios ecclesiasticos e de justiça, por abranger dois ramos importantissimos.

A justiça e os ecclesiasticos são dois elementos da administração donde mais mal ou bem póde provir á sociedade. A justiça está confiada a honra e a propriedade dos cidadãos; e a classe ecclesiastica está entregue a doutrinação das familias, a educação religiosa, e para assim dizermos o futuro dos povos.

Como ha de, porém, haver quem administre a justiça com rectidão, assim como quem diffunda pelo exemplo e pela palavra os verdadeiros principios da moral, se não reunir as qualidades necessarias para desempenhar tão importantes e melindrosos cargos? Como hão de os funccionarios de todas as ordens satisfazer aos seus deveres, se a sua escolha fôr, não subordinada ao merito, mas dependente da sancção dos mandões politicos?

E estará o actual governo, especialmente o sr. ministro das justiças, resolvido a fazer cessar essas torpezas, que até agora se praticavam com a maior semceremonia?

Quererá que a moralidade continue a ser um nome vão, ou que se torne a norma invariavel do seu proceder?

Os actos dos ministros é que hão de dar a resposta a estas perguntas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um dos maiores vexames que o ministerio passado fez aos povos foi o chamamento da reserva.

Estavam os mancebos que d'ella faziam parte quasi todos collocados em empregos publicos, ou outros serviços, d'onde lhes provinha a sua subsistencia; e repentinamente, sem que houvesse guerra nacional ou estrangeira, são novamente chamados ao exercito.

O motivo que se allegava por parte do ministerio da guerra, era que não estavam preenchidos os contingentes distribuidos pelos districtos, concelhos e freguezias.

Mas de quem era a culpa? Não era das auctoridades, delegadas do ministerio? Não era isso a consequencia da desmoralisação, que se tinha estabelecido como systema de governo?

De modo que se castigavam os mancebos pelas culpas e relaxação do governo!

E admiram-se da grande repugnancia que ha da parte do nosso povo para a vida militar!

Depois das queixas incessantes da imprensa viu-se o governo, passado muito tempo, obrigado a licenciar a reserva; mas note-se, não se annullou por um decreto o chamamento da reserva — concederam-se licenças temporarias, que têm de se renovar successivamente.

É mister que o actual sr. ministro da guerra tome uma decisão definitiva a este respeito.

S. ex.ª não é culpado d'este vexame que estão soffrendo os mancebos; mas tem obrigação de dar as providencias indispensaveis para que elle cesse.

Os povos hão de avaliar o governo pelos seus actos, e não por palavras bombasticas, que para nada servem, e em que ninguem já acredita.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MXCIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

ANGRA DO HEROISMO



14 DE FEVEREIRO DE 1829 (1)

A data que recordamos hoje memora um dos factos mais importantes da historia dos progressos açorianos. E se por um lado nos falla da civilisação d'estas terras, por outro se liga á historia do movimento liberal nos Açores.

A Terceira proclamára, livre e despreoccupada, os principios liberaes no importante movimento de 22 de Junho de 1828, e em nome d'elles constituiu uma junta provisoria, assegurando assim a sua independencia da metropole, onde dominava o despotismo.

Começava-se uma lucta de gigantes. A Terceira tornara-se o palladio da liberdade portugueza.

A junta provisoria pensou que, n'uma terra, onde se proclamava a liberdade, a primeira liberdade a garantir era a liberdade do pensamento. A imprensa devia ser o primeiro monumento que se erguesse a symbolisar os novos principios.

Foi á Inglaterra, o paiz classico da liberdade, o refugio hospitaleiro dos emigrados portuguezes, que a junta provisoria da ilha Terceira mandou buscar a primeira typographia dos Açores.

A 14 de Fevereiro de 1829 chegava á ilha Terceira o navio que conduzia o batalhão academico e a nova typographia. A Terceira abrigava no seu seio, junto da grandiosa instituição da imprensa, a flor da mocidade portugueza — aquelles que haviam substituido a batina de academicos pela farda de soldados, deposto os livros para empunhar as armas, trocado as doçuras da patria pelo pão amargo do exilio.

Era feliz a coincidencia que fazia chegar á ilha Terceira a primeira typographia do archipelago dos Açores, trazendo como guarda de honra os bravos soldados do batalhão academico. E se tal coincidencia assignala esta pagina da historia insulana, outra mais notavel ainda a engrandece e nobilita.

O dia 14 de Fevereiro é o anniversario do nascimento de Guttemberg. A Terceira que proclamava a liberdade presta culto ao grande inventor da imprensa no proprio dia em que Moguncia, entre festejos e saudações, recorda o anniversario do seu filho dilecto.

Em 6 de Maio de 1829 sahiu á luz a primeira publicação periodica dos Açores sob o titulo — *Resoluções e despachos da junta provisoria da ilha Terceira.* Os typographos que trabalharam para esta publicação e outros que se seguiram foram dignos da instituição da imprensa. Sentimos não poder citar os nomes de todos, mas sabemos que n'esta missão se distinguiram Simão José da Luz Soriano, escriptor distincto, e Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque.

Publicou esta typographia as ordens do dia do capitão general conde de Villa-Flor, e em 17 de Abril de 1830 começou a publicar o primeiro periodico dos Açores — *A Chronica da Terceira.* Publicou as proclamações e decretos da regencia que, em nome da sr.ª D. Maria II, se installou na Terceira em 15 de Março de 1830, e a legislação official do governo do sr. D. Pedro de Bragança. Em 25 de Abril de 1832 esta typographia historica acompanhava a divisão liberal que, em S. Miguel, ia formar o exercito que depois desembarcaria no Mindello em 8 de Julho do mesmo anno. Depois da sahida de S. Miguel do exercito libertador, foi reconduzida a typographia á Terceira, onde continuou a servir, formando o nucleo da actual typographia do governo civil.

O primeiro prelo dos Açores ainda hoje existe n'aquella typographia. Desprezado e ignorado lá existe aquelle precioso monumento que devera ser conservado cuidadosamente, porque nos recorda uma das mais bellas paginas da historia liberal portugueza.

Pensamos que seria conveniente, para que de todo se não perca a memoria d'este facto, que n'aquelle prelo se inscrevesse não só a data da sua chegada á ilha Terceira, mas tambem uma legenda que recordasse a sua ligação com a historia liberal. É coisa facil, que de certo não se tem feito até agora por esquecimento, e por isso deixamos aqui este alvitre, certos de que será tido na conta em que o deve ser.

Saudando no anniversario que passa uma data festiva dos fastos açorianos, saudamos tambem o vulto gigante de Guttemberg e a ideia liberal que se acha ligada á introducção da imprensa nos Açores.

(1) Tendo no *Conimbricense* de 10 e 14 de Fevereiro ultimo publicado um numero da *Chronica da Terceira*, vem muito a proposito transcrever da *Ideia Nova*, jornal que se publica actualmente em Angra do Heroismo, este interessante artigo ácerca da typographia onde a mesma *Chronica* foi impressa.

Do proprio anno de 1829, em que foi introduzido o primeiro prelo typographico na ilha Terceira, possuimos a seguinte publicação alli feita:

«*Collecção de exercicios de artilheria, que por ordem de s. ex.ª o sr. conde de Villa Flor, governador e capitão general das ilhas dos Açores, foi impressa e adoptada para instrucção do batalhão de artilheria da cidade de Angra.*

«*Angra, impressão do governo, anno de* 1829.»

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Os factos praticados pelo sr. governador militar d'esta cidade, com relação á egreja da Graça, a cargo da irmandade do Senhor dos Passos, tem produzido n'esta cidade a sensação que era de esperar.

Felizmente o sentimento religioso ainda não está tão amortecido, que se presenceem estes actos com indifferença.

Pelo que vemos o sr. governador militar quer deixar vinculado n'esta cidade o seu nome a semelhante pendencia. Não lhe invejámos o desejo, nem a gloria que com isso ha de obter.

Na quarta feira reuniu-se em grande numero a junta geral da irmandade do Senhor dos Passos, para se deliberar o que convinha, em vista da violencia praticada pelo sr. governador militar, a qual collocava a irmandade, no caso de não ser repellida, nas circumstancias de ter de cessar com o culto divino na grandiosa egreja da Graça.

Resolveu-se que, antes de se representar ao governo, como o sr. bispo conde é o juiz nato da irmandade, se nomeasse uma commissão, para lhe ir expôr os factos occorridos, e ouvir o seu parecer.

Effectivamente nomeou-se a commissão, composta dos srs. José Julio Cesar, Antonio José Lopes Guimarães, Francisco Maria de Sousa Nazareth, Domingos Antonio de Freitas, Ignacio Raymundo Alves Sobral e Antonio José d'Oliveira, que todos já foram mesarios; e dos membros da mesa actual, o sr. padre Ricardo da Silva, escrivão; Augusto José Gonçalves Fino, procurador; e Antonio Dias Themido, thesoureiro.

Esta commissão dirigiu-se no dia seguinte ao paço episcopal, e ahi foi recebida com toda a deferencia e consideração pelo ex.mo sr. bispo conde.

S. ex.ª ouvindo a exposição que lhe foi feita, prometteu prestar todos os seus bons officios na representação que a irmandade vae dirigir ao governo, bons officios que de certo hão de ser valiosos, não só pela manifesta justiça da causa, como pela auctoridade de s. ex.ª, já na qualidade de digno prelado da diocese, já como respeitavel juiz nato da irmandade do Senhor dos Passos da Graça, agora affrontada pelo sr. governador militar.

Se não ha, parece haver o proposito de ir pouco a pouco acabando com as egrejas em Coimbra.

Tem deixado nos ultimos 43 annos de se celebrar o culto divino nas seguintes egrejas e capellas:

A egreja do collegio de S. Francisco da Terceira Ordem (os Borras) na Sophia, reduzida a uma medonha espelunca.

A capella do collegio do Espirito Santo, da ordem de Cister, na mesma rua.

A egreja do collegio de S. Boaventura (os Pimentas) na mesma rua.

A capella do hospital dos Lazaros, fóra de portas da cidade.

A egreja parochial de S. João de Santa Cruz, junto ao templo dos conegos regrantes de Santo Agostinho.

A antiga egreja parochial de S. Christovão (hoje theatro de D. Luiz).

A egreja dos eremitas descalços de Santo Agostinho (os Grillos).

A egreja da ordem da Santissima Trindade da Redempção dos Captivos.

A egreja do collegio dos monges de S. Jeronymo.

A capella de Santo Ignacio, fundada pelos jesuitas no Collegio das Artes.

A capella do collegio de S. Pedro, na rua do Infante D. Augusto.

A egreja do collegio de S. Boaventura (os Venturas) na mesma rua.

A capella do collegio de S. Paulo, apostolo, na mesma rua (hoje theatro Academico).

A capella do collegio de S. Paulo, primeiro eremita (da serra d'Ossa), na mesma rua.

A capella dos conegos seculares de S. João Evangelista (os Loyos), na mesma rua.

A magestosa egreja do collegio dos monges de S. Bento.

A egreja não menos magestosa do collegio da ordem de Christo de Thomar, arrasada com todo o collegio até aos fundamentos.

A capella de S. Martinho, proxima dos arcos de S. Sebastião, a qual foi de todo demolida.

E a egreja de S. Francisco, dos frades menores da observancia, além da ponte do Mondego.

Por este modo, durante o espaço de 43 annos deixaram de haver em Coimbra nada menos de 19 egrejas e capellas!

Ainda, felizmente, se salvaram de ter a mesma sorte, a egreja do Carmo, pertencente aos carmelitas calçados, na rua da Sophia, por ter sido entregue á Veneravel Ordem Terceira da Penitencia, que para isso deixou a sua capella além da ponte, junto á egreja de S. Francisco; e a grandiosa egreja da Graça, na mesma rua, pertencente aos eremitas calçados de Santo Agostinho, por haver sido entregue á irmandade do Senhor dos Passos, que n'ella sempre esteve.

Agora esta ultima, graças aos actos praticados pelo sr. governador militar, terá tambem de se fechar, se por acaso não houver quem ponha cobro a essas violencias.

Cousas de Coimbra!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Informam-nos que em alguns botequins do bairro alto d'esta cidade se tem ultimamente desenvolvido o jogo.

Dizem-nos que n'aquellas casas se juntam muitos individuos a jogar; e que até alguns estudantes de menor edade têm sido explorados no dinheiro que seus paes mandam para a sua subsistencia, e que esses mancebos inexperientes alli perdem.

Estimaremos que cessem de prompto estes abusos, para nos não vermos forçados a fallar mais claro.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso amigo o sr. Joaquim de Vasconcellos teve a bondade de nos offerecer um exemplar da memoria que acaba de publicar no Porto com o titulo — *A reforma de bellas artes (analyse do relatorio e projectos da commissão official nomeada em 10 de Novembro de 1875).*

As bellas artes estão muito descuradas em Portugal, e é muito limitado o numero das pessoas que tenham verdadeiro amor por ellas.

O sr. Vasconcellos faz excepção á regra. Ninguem conhecemos mais enthusiasta por esse estudo.

Podem as suas apreciações desagradar uma ou outra vez ás pessoas a quem dizem respeito, porque o sr. Vasconcellos é de uma inexcedivel liberdade de opinião; mas não se contestará a sua dedicação pelo progresso das artes entre nós, para o que não tem recuado deante dos mais graves sacrificios de todo o genero.

O sr. Vasconcellos faz a critica do trabalho da mencionada commissão, tanto — I no seu relatorio — II no projecto de lei organisando o ensino de bellas artes e sua applicação á industria, os museus artisticos e archeologicos, e o serviço dos monumentos historicos — III no projecto de decreto regulando os serviços cuja creação é proposta no projecto de lei.

A analyse do sr. Vasconcellos foi primeiro por elle publicada na *Actualidade*, e d'ella fez depois uma pequena tiragem em separado.

É um trabalho que revela muitos conhecimentos especiaes e onde ha muito que aprender.

Agradecemos ao nosso amigo a deferencia que teve comnosco.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em o numero passado referimo-nos á recommendação que fizera ao governo o sr. deputado Paula Medeiros, ácerca do projecto de lei, que está ha muito sem andamento na camara dos pares, no qual se procura dar alguns meios de subsistencia aos soldados do Mindello, que estão a luctar com a adversidade.

Na sessão da camara dos pares de 14 do corrente o sr. Mello e Carvalho instou egualmente pela resolução d'este negocio, lamentando a sorte d'aquelles bravos, que para ahi estão soffrendo privações e lutando com a miseria.

Se se tratasse de resolver a pretensão de algum grande potentado, já ha muito estaria resolvida; mas como é relativa a desvalidos, embora com serviços relevantes, de nada querem saber os pares do reino.

É por estes e outros factos identicos, que lavra tão grande descrença com relação aos homens e á politica. É por isso que já poucas pessoas estão resolvidas a servir de escada para os especuladores subirem.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A IMPRENSA
E
O JORNALISMO EM EVORA

Tendo dito ha dias n'este jornal, que julgavamos o sr. Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos, uma das pessoas mais competentes para escrever a historia da typographia na cidade de Evora, motivou isso, que o sr. Mattos nos enviasse um catalogo que tem colligido á força de muitas diligencias, das obras impressas em Evora.

Servindo-nos desses apontamentos organisámos a seguinte lista das imprensas de Evora, na sua primeira epocha.

1521 . . . . . . — Jacob Cromberger.
1553 a 1578 — André de Burgos.
Sem data . . . — Herdeiros de André de Burgos.
1581 . . . . . . — Christovão de Burgos.
1583 . . . . . . — Viuva de André de Burgos.
1581 a 1594 — Martim de Burgos.
1593 a 1609 — Manoel de Lyra.
1612 a 1616 — Francisco Simões.
1620 a 1625 — Lourenço Craesbeeck.
1623 a 1636 — Manoel Carvalho.
1657 a 1773 — Officina da Universidade, ou typographia Academica.

O sr. Tito de Noronha não conhece senão 46 edições feitas em Evora no seculo XVI. Porem o sr. Telles de Mattos indica 60 no seu catalogo. E ainda de certo se póde esse numero acrescentar com diversas outras edições, que não tem designação de imprensa, mas que são manifestamente de Evora.

Desde 1773 cessou a imprensa em Evora, e só alli appareceu de novo por occasião da guerra civil em 1846, com a publicação do *Boletim* da junta popular creada n'aquella cidade.

Não organisámos aqui a lista das imprensas desde 1846 até agora, porque receámos cair em alguma inexactidão. Para resolvermos varias difficuldades seriam necessarios mais alguns esclarecimentos do que aquelles que nos offerecem os apontamentos do sr. Mattos.

Ahi vae uma duvida importante: — Os differentes titulos das imprensas em Evora, desde 1846 em deante, representam outras tantas imprensas; ou para algumas são o resultado de haverem mudado de possuidor?

Por exemplo, aqui em Coimbra imprimiu-se em 1844 o periodico a *Opposição Nacional*, em uma imprensa, para isso creada, com o titulo de —*Typographia da Opposição Nacional*. E no anno de 1846 imprimiu-se o periodico o *Povo* em uma imprensa, com o titulo de —*Typographia do Povo*.

Quem não estiver ao facto da historia de Coimbra supporá, com rasoavel fundamento, que se trata de duas imprensas; e comtudo era a mesma typographia com diverso nome.

Podiamos apresentar mais exemplos identicos a este.

Vamos, porém, dar a lista dos jornaes que se tem publicado em Evora, extraida dos referidos apontamentos do sr. Mattos.

Boletim.—1846—Sob a direcção do conde de Mello. O primeiro numero que conhece o sr. Mattos é de 26 de Novembro. Impresso na typographia de Evora.

Chronica Eborense. — 1847 (13 de Janeiro a 14 de Junho), redigida pelo padre J. M. Moura Lampreia. Na typographia de Evora. Acrescentaremos pela nossa parte, que o padre Lampreia tinha sido o redactor do celebre *Procurador dos Povos*, publicado em Lisboa em 1840.

O Scholastico Eborense.—Desde 1 de Outubro de 1861 a 10 de Junho de 1863. Na typographia do governo civil.

Pharol do Alemtejo. — 3 de Maio de 1862 a 29 de Maio de 1863. Impresso em typographia propria.

A Voz da Infancia.—O 1.º numero em 13 de Setembro de 1863. Em o n.º 16 mudou para *Folha do Sul*, de que o sr. Mattos conhece até ao n.º 358. Da *Folha do Sul* podia-nos dar largas informações o nosso amigo o sr. dr. Augusto Philippe Simões, lente de Medicina, que foi o principal redactor d'esse muito interessante periodico. Imprimiu-se primeiro na typographia do *Pharol*. Do n.º 21 a 40 na imprensa *Alemtejana*, e d'ahi por deante em typographia propria.

A Gazeta do Meio Dia.—O n.º 1 em Março de 1864. Ainda existia em 1865. Na imprensa *Alemtejana*.

O Eborense. — O 1.º numero em 13 de Janeiro de 1864. Na typographia do governo civil.

O Clamor Artistico. — O 1.º numero em 13 de Agosto de 1865. Publicaram-se só 3 ou 4 numeros. Na imprensa *Alemtejana*.

Sul de Portugal.—O sr. Mattos nada nos informa d'este jornal, que julga se publicou em 1866. Parece-nos, porém, que, foi proprietario d'elle o sr. Tavares, que actualmente é proprietario do *Diario do Commercio*, que se publica em Lisboa.

Alemtejano.—O 1.º numero em 11 de Junho de 1866.

Sileno.—O 1.º numero em 6 de Maio de 1866. Publicaram-se só 4 numeros impressos em Evora. Depois, até ao n.º 23, foram impressos em Beja e Lisboa. Desde o principio eram feitas na capital as gravuras que apresentava.

Districto de Evora.—O 1.º numero em 1 de Janeiro de 1867. Imprimiu-se até Junho em typographia propria, e depois na de F. C. Bravo.

Perseverança.—Junho de 1867. Em typographia propria.

A esta lista dos periodicos de Evora, que organisámos sobre os apontamentos do sr. Mattos, entendemos que tambem se deve juntar o *Jornal de Evora*, muito embora se imprimisse em Lisboa.

O n.º 1, que temos aqui á vista, publicou-se em 1 de Novembro de 1863, sendo o artigo de introducção escripto pelo professor do Lyceu de Evora, o sr. Manoel Martiniano Marrecas.

Pelo menos temos desde já indicados 15 periodicos publicados em Evora. O nosso amigo, o sr. Henrique de Carvalho Prostes, na sua *Statistique de la presse periodique portugaise*, impressa em 1872, indica só 11 jornaes publicados n'aquella cidade.

O sr. Telles de Mattos informa-nos que se trata de publicar em Evora outro jornal, com o titulo de—*A Idéa*—redigido por estudantes.

Ahi ficam estes apontamentos, que muito estimaremos sejam desenvolvidos e completados pelo sr. Mattos, ou por quem for egualmente curioso.

Se tivessemos vivido em Evora de certo já hoje não estaria por publicar a historia da imprensa e do jornalismo n'aquella cidade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTICIARIO

Theatro Academico.—Ha já alguns annos, que é costume os estudantes do 5.º anno de Direito darem uma recita, em que só tomam parte os alumnos d'esse curso.

Representa esta festa um adeus á vida academica, ás liberdades annexas a este estado, ao alegre viver d'um mancebo que não tem ainda as pragmaticas obrigações da posição officiosa, nem os cuidados que logo após lhe hão de vir.

É o cantico saudoso a esse marco miliario, que separa duas das mais notaveis phases por que passam os estudantes, que em breve vão trocar as velhas batinas pelas graves sobrecasacas, pelo chapeu alto, que traduz seriedade, e pela cerimoniosa luva de pelica. É o adeus ás magras serventes, ás queridas *sebentas*, ás serenatas do Penedo, ás merendas do Rocio, aos passeios á Portella e Lapa dos Poetas!!

Mas não é isto só. É tambem uma festa de caridade! Não significa ella o obulo do opulento ao desfavorecido. É antes uma sentida manifestação, uma prova derradeira de almas generosas em favor dos collegas e amigos.

A sociedade philantropico-academica partilha da festa das andorinhas, que vão partir.

Este anno subiu á scena uma engraçadissima composição de *dois irmãos Siameses*, estudantes do 5.º anno. A reputação dos auctores já antecipadamente chamava as attenções.

O primeiro é um mimoso sonetista, um grande poeta pela alma e pela intelligencia, cujo nome se acha brilhantemente gravado na republica das letras.

Que o digam as suas *Miniaturas* e mil poesias espalhadas em jornaes litterarios, e ainda a que em 8 de Maio ultimo arrebatou todos os que assistiram ao sarau da Associação Liberal.

O sr. Gonçalves Crespo é um dos *dois irmãos*. O outro é o sr. D. Antonio Vasco de Mello, filho do sr. marquez de Sabugosa; tambem poeta e collaborador da *Harpa* e outros jornaes, onde tem exuberantemente revelado os seus dotes litterarios. É este cavalheiro o auctor d'uma comedia, o *Minuete*, ha poucos dias publicada, e cuja edição foi, com bastante pezar nosso, muito restricta, o que por certo é devido á sua grande modestia.

Na quarta feira os cartazes, sem mais *reclames*, annunciavam a 1.ª recita do curso do 5.º anno juridico. Subiu á scena a peça —*Extravagancias extraordinarias, ou as phantasias do Bandarra*.

A acção passa-se em Lavarrabos, arrabaldes de Coimbra, onde uma companhia d'actores vae dar tres recitas. O 1.º acto representa a hospedaria do Coelho Bravo, quartel dos actores. O 2.º acto é a primeira recita d'essa companhia com o dramalhão da velha escola —*Os Abutres da Sociedade*— (Pungente satyra dos auctores!!). O 3.º acto é coisa mais subida, porque é uma opera em italiano, letra dos dois irmãos, e musica do sr. Forbes Magalhães, tambem quintanista. O 4.º acto finalmente é *Caracalla*, a grande tragedia; a scena dos mortos, dos amores e dos impossiveis, com que Salvini e Rosa nos encheram de espanto e medo, e que agora nos enche de riso.

O espectaculo abriu por um hymno cantado por todo o curso e cuja bonita musica foi expressamente composta para esta occasião por um condiscipulo, o sr. Antonio Simões de Carvalho Barbas, cuja aptidão e talento musical é muito apreciado em Coimbra, e de quem nós com merecido louvor nos temos occupado por mais d'uma vez.

O desempenho de todos foi bom e até muito superior ao que era de esperar de mancebos, que na maior parte pisavam o palco pela primeira vez.

Entre todos distinguiu-se, porém, o sr. Manoel Augusto Pereira e Cunha, mancebo de grande talento dramatico. No papel de mulher elevou-se como ha muitos tempos não vimos egual em recitas de curiosos. Chegou a ter scenas em que antes parecia actor de vastos conhecimentos do que um amador. A pessoas competentissimas ouvimos nós dizer, que aproveitado ha mais tempo deixaria o seu nome vinculado com os dos primeiros actores dos bons tempos do theatro academico. E é uma verdade. Gesto, porte e phrase era tudo correcto. O rosto era espelho fiel das impressões que lhe iam n'alma.

Manoel Moreira Feio, no papel de Bandarra, que, se era sympathico no 1.º acto, tinha por certo muito d'ingrato nos restantes, por causa de ser desempenhado em differentes camarotes, houve-se com uma ingenuidade tão natural, que por certo só uma aptidão superior e convicção do caracter dado pelo auctor podiam fazer com que não cahisse no exaggerado, como quasi sempre succede em papeis d'essa natureza. O sr. Feio realisou n'aquelle bom velhote a creação do auctor. Os seus modos e dictos chistosos grangearam-lhe muitos applausos e não faltou a gargalhada expontanea.

Crespo que, por doença d'um condiscipulo, tomára conta do papel dois dias antes, foi recebido com uma prolongada salva de palmas. Foi muito apreciado, e mostrou que se tinha muito merecimento como auctor, tambem não lhe faltava como actor. Houve scenas em que foi muito além do que se esperava.

Manoel Paes é já conhecido do publico conimbricense, e em especial dos socios da academia dramatica. Basta só dizer que esta foi por certo a noite em que elle foi mais feliz. Sabe aproveitar-se das occasiões e conhece as regras da arte. Tambem não lhe faltaram merecidos applausos e chamadas.

Manoel Rufino da Graça, e Portocarrero, foram dois explendidos cooperadores do bom exito. Além de serem dois bons actores d'esta noite tinham além disso ainda a vantagem de serem tambem cantores de mimo. Desde o dueto deabertura do 1.º acto até ao fim cada vez que cantavam eram bisados.

O sr. Graça teve solos de muita correcção, e sem duvida o do Satan do 1.º acto e o bom desempenho do papel de Salmão deviam deixar satisfeitos os seus amigos, que ainda poucos dias antes o tinham ouvido n'um concerto n'aquelle mesmo theatro.

Portocarrero além das prendas d'actor e cantor, que já lhe conheciamos, apresentou uma nova. No 4.º acto appareceu d'um alçapão, imitando muito bem um trombone. (?) No 2.º acto, no papel de pae Sebastião, andou muito sensatamente, estigmatisando a sociedade, por dá cá aquella palha, e apparecendo no fim cercado de filhos!

Estes tres ultimos foram os cantores da opera, cuja musica de boa escola, e de excellente effeito, era devida ao talento do sr. Forbes de Magalhães, que até esta occasião era por nós ignorado e que se mostrou então um compositor de gosto.

Para não sermos demasiadamente prolixos não fallaremos tambem dos srs. Alfredo Arthur de Carvalho, Alexandrino de Andrade, Victor dos Santos, etc. etc.

O theatro estava muito bem ornado e apresentava este anno um novo enfeite: em todos os camarotes de 1.ª e 2.ª ordem estavam pendentes as pastas dos quintanistas e ornadas de festões entresachados de flôres.

O sr. Bahia, director dos scenographos, apresentou um panno de bocca em forma de cartaz dos espectaculos de Lavarrabos, muito bem pintado e de lindo effeito. Foi chamado ao proscenio no fim do espectaculo.

Os auctores e muitos dos actores tiveram chamadas especiaes. Os srs. Cunha e Simões Barbas receberam flôres e pombas, e o sr. Forbes recebeu uma bonita corôa de louros.

De proposito nos guardámos para o fim para fallarmos do sr. Freitas Barros, ensaiador da peça. A um trabalho excessivo, pontual, boa vontade e sobretudo á sua competencia dramatica, que é hoje reconhecida até em Lisboa e Porto, se deve mais que a tudo o bom desempenho do espectaculo. Toda ella estava bem marcada, mas principalmente algumas marcas dos côros produziam um bonito effeito. Quando não houvesse outros motivos bastava este para tornar esta recita por certo como a melhor das d'este genero anteriormente representadas.

O sr. Freitas com a sua competencia foi por certo a causa principal dos triumphos d'aquella noite. Cabem-lhe muitos louvores: chamadas e flôres não lhe faltaram.

—Hoje é a segunda recita.

Theatro de D. Luiz I.—Na proxima segunda feira, 19 do corrente, apresenta-se n'este theatro a companhia arabe argelina da tribu de Beni-Zoug-Zoug, que foi muito applaudida ainda ultimamente na cidade de Lisboa.

Temos ouvido fazer grandes elogios á agilidade e boa execução dos seus trabalhos, que no seu genero são os primeiros, que se tem visto em Portugal.

O sr. Correia d'Almeida é o emprezario, e não se poupou a despezas para que estas recitas fossem dignas do conceito que tem alcançado nas outras companhias que por vezes tem escripturado. Por isso contractou tambem para tocar violino nos intervallos a celebre directora da orchestra de senhoras de Vienna —D. Julia Blechschmidt, denominada o Paganini feminino, coroada com o primeiro premio do conservatorio de Francfort. A reputação d'esta eximia actriz, que por certo não tem rival na Europa, tem chegado ao apogeo da gloria.

Attestam-o os explendidos triumphos alcançados na Inglaterra, Allemanha, Russia, França, Italia, Estados Unidos, etc. etc.

Ainda ha poucos dias todos os jornaes de Lisboa pediam a esta senhora para mais vezes dar concertos.

No proximo mez virá a esta cidade toda a orchestra, se o publico agora acolher, como é de esperar, a sua directora.

Trasladação. — Na quinta feira de tarde chegaram á estação do caminho de ferro d'esta cidade, vindo de Thomar para o cemiterio da Conchada, os restos mortaes da extremosa filha do sr. bacharel Francisco Henriques de Sousa Secco, D. Anna Augusta Canaes de Sousa Secco, que na tenra edade de 4 annos havia fallecido n'aquella cidade, com a mais cruel dôr de seus paes, e profundo sentimento de todas as pessoas que a tinham conhecido.

Vinham no mesmo comboyo, 20 cavalheiros de Thomar, que expontaneamente quizeram dar esta prova de consideração ao sr. Henriques Secco, tomando parte na sua grande magoa.

Na estação estavam tambem muitos cavalheiros de Coimbra, da amisade e relações do sr. Henriques Secco, os quaes alli se dirigiram para egualmente se associarem a esta demonstração de pezar.

Seguiram todos para o cemiterio, e alli assistiram aos actos religiosos e collocação do caixão no mausoleu mandado fazer pelo sr. Henriques Secco. Tocava no cemiterio a philarmonica *Boa-União*.

Antes de fechado o mausoleu, o sr. bacharel José Maria de Freitas, presidente da camara de Thomar, proferiu algumas sentidas palavras, que muito comoveram os circumstantes.

Todo o acto foi muito apparatoso, e como poucas vezes temos visto.

Queixas. — Temos recebido repetidas queixas de negociantes d'esta cidade, em consequencia de serem varridas as ruas em pleno dia, com grave damno dos objectos do seu commercio, principalmente nas lojas de pannos e fazendas brancas.

Temos reclamado contra este facto, mas tudo tem sido inutil.

Sabemos que debalde se fazem estas queixas, porque serão sempre desprezadas; mas não ha de isso fazer que nós calemos.

Vá a responsabilidade a quem pertence, e agradeçam os negociantes a quem assim lhes manda estragar as fazendas.

Sermão.—No dia 25 do corrente, domingo de Ramos, haverá sermão depois da missa do Senhor Jesus, em S. Bartholomeu, subindo pela primeira vez ao pulpito o nosso patricio o rev.mo sr. Joaquim dos Santos Gonçalves.

Doença. — O nosso amigo o sr. Valentim José Rodrigues, com armazem de retem n'esta cidade, esteve ha dias gravemente doente; mas felizmente obteve já consideraveis melhoras, o que muito estimámos.

Machina.—Dizem de Lisboa, que no vapor *Constantin*, da companhia Peninsular, chegou uma machina motora para a fabrica de fiação e tecidos em Coimbra. Foi desembarcada com a cabrea a vapor da ponte do arsenal da marinha. A caldeira pesa 10:000 kilos, approximadamente. A machina é de alta e baixa pressão combinadas, sendo construida em Pantin, no Sena, pela sociedade central de que são directores C. Weyher & Richemon.

O jornal das senhoras. — Este interessante jornal publicado no Porto, tem correspondido ao seu programma, o qual em tempo inserimos no *Conimbricense*.

Publica diariamente artigos muito instructivos, que merecem ser lidos por todas as pessoas, e especialmente pelas mães de familia.

É digna de toda a protecção a empreza d'este jornal.

Novas publicações. — Recebemos e muito agradecemos:

—«*Infallibilidade do Papa. Dialogo. Interlocutores Erasmo, Diogenes e Timotheo.*

«Porto, typographia de Antonio José da Silva Teixeira—rua da Cancella Velha, 62—1877.»

—«*Ortigões, por Urbano Loureiro—Fevereiro de 1877.—N.º 5.*

Noticias de Lisboa. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

Lisboa, 13, ás 7 h. e 15 m. da tarde.

Na camara dos pares nada se passou de interessante.

Na dos deputados foi a sessão pouco demorada, sendo approvado o projecto relativo á pesca da baleia nos Açores. O sr. ministro da fazenda apresentou uma proposta de lei auctorisando o governo a vender os edificios das reaes cavalhariças e outros predios antigos que a administração da casa real indicar, devendo o producto da venda ser applicado para pagamento do juro e amortisação do emprestimo de 120 contos, que se levantar para o novo edificio das reaes cavalhariças e suas pertenças nos terrenos adjacentes ao palacio da Ajuda.

O sr. Pereira de Miranda apresentou um projecto de lei estabelecendo o direito de 5 réis por kilogramma na farinha de páu.

O sr. Marçal Pacheco apresentou tambem um projecto de lei auctorisando o governo a despender 300 contos do caminho de ferro do Algarve.

Houve hoje uma explosão no forno de fundição do arsenal da marinha, queimando-se um operario.

Começaram hoje os depoimentos das testemunhas no processo de D. Joanna Pereira. Foram interrogados o policia Antunes, um criado de D. Joanna e um visinho.

Seguir-se-ha depois o interrogatorio a D. Joanna Pereira.

—Idem, 14, ás 7 h. e 46 m. da tarde.

Na camara dos pares foi aggregado á commissão de fazenda o sr. Antonio de Serpa Pimentel, e á de marinha o sr. Andrade Corvo.

O sr. Miguel Osorio chamou a attenção do governo para a precaria situação em que se acha a viuva de Mousinho da Silveira.

O sr. conde de Cavalleiros pediu a protecção do governo para um artista residente em Villa Real, que inventou uma espingarda de novo systema.

O sr. marquez d'Avila e Bolama pro-

metteu que o governo se occuparia brevemente de ambos estes assumptos.

Na camara electiva, a commissão de verificação de poderes apresentou o parecer ácerca da renuncia da cadeira de deputado pelo sr. Francisco Mendes. A referida commissão é contraria a renuncia.

O sr. Pires de Lima apresentou um projecto de lei, limitando a 30:000$000 réis a licitação com que foi contractada a construcção do estabelecimento de banhos das Caldas de S. Jorge.

Foi apresentado o parecer da commissão de fazenda, approvando a proposta do governo sobre os tubos de ferro.

O sr. Pinto Bessa apresentou uma representação dos fabricantes portuenses de guarda-chuvas, pedindo o direito fixo na pauta.

O governo apresentou as seguintes propostas de lei: elevando a 5 o numero dos vogaes supplentes do Supremo Tribunal Administrativo; legalisando as despezas feitas na compra do material de guerra; pedindo auctorisação para dispender mais 125:000$000 réis na compra de mais material.

Foram approvadas as propostas relativas a creditos supplementares pedidos pelo ministerio transacto, e apresentadas ultimamente pelo sr. Carlos Bento.

A sessão de hoje durou pouco tempo.

Hontem, na reunião da commissão da reforma eleitoral, o sr. marquez d'Avila disse que seria melhor apresentar, na futura sessão, uma nova lei sobre a reforma eleitoral.

A commissão concordou em ser aceite a proposta do sr. Osorio de Vasconcellos, para terem voto independente do censo, os chefes de familia que soubessem ler e escrever.

O governo suisso pediu ao governo portuguez que entrasse com as possessões ultramarinas na união postal.

Falla-se que o sr. Barros Gomes será nomeado director da caixa de depositos e o sr. Pedro de Carvalho director geral das alfandegas.

Os diplomatas licenciados foram mandados recolher aos seus postos.

O sr. Dantas sahe sabbado para Londres.

Deve chegar hoje aqui o sr. visconde de Borges de Castro, nosso ministro na côrte do Brasil.

Chegou hoje d'essa cidade o sr. José Antonio Pereira Maia, que vem offerecer a S. M. el-rei um album com desenhos dos melhoramentos de praias de banhos.

—Idem, ás 10 h. e 26 m. da noute.

As experiencias que hoje tiveram logar no hyppodromo de Belem, de alguns utensilios agrarios, déram um resultado excellente. Assistiram el-rei o senhor D. Luiz, o senhor D. Fernando, o infante D. Augusto e o sr. Barros e Cunha, ministro das obras publicas.

Sahiu hoje para Macau o sr. Santos Nazareth.

Partida.—Retirou-se hontem para a sua casa de Vianna, o sr. Ventura Malheiro Reymão Telles de Menezes, sendo obrigado a partir em consequencia de sua ex.ma mãe ter dado uma queda.

Fazemos votos pelo rapido restabelecimento d'esta senhora.

ANNUNCIOS

Concurso

1 A CAMARA MUNICIPAL do concelho da Guarda faz publico, que se acha a concurso, por espaço de 60 dias a contar da data d'este annuncio, o partido de medicina d'este concelho, com o ordenado annual de 300$000 réis, pulso livre e com as condições, que estão patentes desde já, na secretaria da camara, para quem as quizer examinar.

Guarda 13 de Março de 1877.

O presidente

Francisco Antonio Patricio.

2 QUEM QUIZER comprar os livros de uma livraria, pertencente a um advogado, dirija-se á rua do Carmo, n.º 42, todos os dias das 9 horas da manhã até ás 5 da tarde.

AMENDOAS DE LISBOA

RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

LARGO DE S. JOÃO, 94, 96, 98

PREVENÇÃO

4 O DR. CALLISTO IGNACIO DE ALMEIDA FERRAZ, como representante de sua filha D. Branca Diamantina de Almeida Ferraz, constando-lhe que o bacharel Carlos Augusto Simões Ferreira, viuvo de D. Maria Joaquina de Oliveira, avó d'aquella sua filha, trata de vender os bens que a dita sua mulher possuia n'este concelho, previne o publico para que ninguem contrate com elle, porque a herança da dita sua mulher está sujeita á satisfação de parte dos bens que a fallecida devia entregar áquella sua neta, e além d'isso aos rendimentos da legitima materna da mesma sua neta, sobre o que pende processo no juizo de direito d'esta cidade; e para que não allegue ignorancia se faz este annuncio.

ESTABELECIMENTO DE

MANOEL DA SILVA GONZAGA

51, Rua da Sophia, 55

GRANDE VARIEDADE EM

AMENDOAS DE LISBOA E FRANCEZAS

VARIADO SORTIDO E GOSTOS MODERNOS EM

Cartonagens e condeças para amendoas

EDITAL

6 PELA REPARTIÇÃO DE FAZENDA do districto de Coimbra se faz saber, que no dia 2 de Abril proximo, verificar-se-ha no cofre central o pagamento dos juros do semestre que finda em 31 do corrente, das obrigações do emprestimo para a acquisição de navios de guerra, quer sejam de assentamento quer de coupons; isto, nos termos do edital d'esta data afixado na porta do mesmo cofre.

As relações em duplicado e que se acham á venda no cofre central, serão apresentadas nos dias marcados no mesmo edital. As que o não forem, só poderão ser pagos os juros na sexta feira, 13 de Abril, e nas segundas sextas feiras dos mezes seguintes.

Coimbra, 15 de Março de 1877.

O delegado do thesouro,

Antonio Joaquim de Vasconcellos.

Substituições a militares

7 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

AMENDOAS

46-Rua da Calçada-48

8 GRANDE sortimento de amendoas de Lisboa.

Espera-se variedade de amendoa franceza.

TINTA PRETA FABER

Qualidade superior

9 ESTA TINTA, destinada especialmente ás repartições do estado e aos escriptorios, conserva a sua limpidez e não amarellece nunca com a acção do tempo.

Ha botijas de litro, de meio litro, de quarto de litro e de oitavo de litro.

Vende-se na Livraria Academica.

ATTENÇÃO

JOAQUIM JOSÉ DUARTE

PRAÇA 8 DE MAIO

COIMBRA

10 COM estabelecimento de ferragens e tintas.

Tambem tem á venda, tanto ao retalho, como por arroba, flôr de cardo do Alemtejo para coar leite.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

11 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, canceros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dar, tros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

INSTRUCÇÃO PRIMARIA

PROGRAMMA

PARA OS

EXAMES DE ADMISSÃO

AOS

LYCEUS NACIONAES

12 VENDE-SE em todas as livrarias.

Tambem se remette franco de porte a quem enviar o seu importe em estampilhas do correio á ESCOLA POPULAR, rua da Calçada, n.º 101, Coimbra.

PREÇO 40 RÉIS.

13 UMA SENHORA DE LISBOA, com esmerada educação, deseja encontrar em qualquer provincia uma familia respeitavel onde educar creanças: ensina portuguez, francez, inglez, hespanhol, principios de allemão, de desenho e de musica e bordado.

Resposta pelo correio para Lisboa, a M. Vaz, agencia d'annuncios Bastos & Gonçalves, rua dos Retrozeiros, 159—2.º.

AMENDOAS

ESTABELECIMENTO DE

JOÃO CORREIA D'ALMEIDA

RUA DO VISCONDE DA LUZ, 11

COIMBRA

14 ACABA de chegar um completo sortimento das melhores amendoas de Lisboa, assim como um sortido de cartonagens dos gostos mais modernos, que vende a preços reduzidos.

ALTA NOVIDADE

15 CARTONAGENS allemãs e francezas.

46-Rua da Calçada-48

COMPANHIA EDIFICADORA

16 VENDEM-SE acções d'esta companhia, com grande abatimento, na loja Salazar, no largo do Paço do Bispo.

LIVROS DE MISSA E SEMANA SANTA

17 ENCADERNADOS em marfim, madreperola, bufalo, madeira, chagrin e carneira.

Preços muito reduzidos. — Vendem-se na

LIVRARIA ACADEMICA

18 VENTURA MALHEIRO REYMÃO TELLES DE MENEZES, a quem os incommodos de sua mãe obrigam a partir repentinamente para Vianna, pede por este meio a todas as pessoas que fizeram obsequio de o comprimentar, desculpem o não se despedir pessoalmente.

Amendoas de Lisboa

19 ACABA de chegar ao estabelecimento de José Tavares da Costa, um variadissimo sortimento da melhor qualidade, que vende a preços reduzidos.

20 VENDEM-SE 300 a 400 paus de castanho proprios para madeiramentos.

Na tanoaria da rua das Solas, em casa de Manoel Contente Pinto ahi se mostram.

21 A JUNTA DE PAROCHIA da freguezia da Sé Cathedral faz publico que, no dia 25 do corrente mez, pelo meio dia, na casa das suas sessões, ha de dar de empreitada, e pelo menor preço, o concerto dos telhados das egrejas de S. Pedro e S. Salvador da mesma freguezia. As condições podem desde já ser vistas e examinadas em casa do vogal da mesma Junta—Antonio Ferreira, ao Castello.

22 EM PODER do reitor da Sé está uma pulseira d'ouro, que foi achada n'uma das ruas d'esta cidade. Entrega-a a quem mostrar que é sua.

23 LEILÃO DE MOBILIA na rua do Correio, n.º 17, ámanhã e segunda feira.

24 QUEM precisar d'um official de sapateiro, para trabalhar por dia em casas particulares, póde dirigir-se a esta redacção, que ahi se diz quem é.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA

Por anno ... 3$200
Por semestre ... 1$600
Por trimestre ... 800

Annuncios por cada linha 40 reis.
Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA

Por anno ... 3$460
Por semestre ... 1$730
Por trimestre ... 865

Numero 3093 | Terça feira 20 de Março de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O sr. marquez de Avila e Bolama, interpellado na sessão de 17 do corrente pelo sr. deputado Paula Medeiros, ácerca dos graves e numerosos abusos no recrutamento; respondeu fazendo a promessa formal de na sessão do futuro anno apresentar uma proposta para a reforma da actual lei que regula aquelle serviço.

O sr. deputado interpellante observou com muita rasão, que essa reforma deve ser feita antes das eleições, pois que a não ser assim continuarão as auctoridades administrativas a manejar esta arma poderosa, com a qual corrompem e violentam os eleitores.

Por mais que se supponham grandes os abusos no recrutamento, sempre ficará essa supposição muito áquem da realidade. É mister viver nas provincias, e estar ao facto das injustiças, falsidades, má fé, e tranquibernias sem numero que se praticam, para se ver até que grau chegam as torpezas e corrupção n'esta importante ramo do serviço publico.

Os ministros são em regra os principaes culpados de tantas iniquidades que se praticam.

Querem que os seus subordinados vençam as eleições, e para isso dão-lhes carta branca a fim de usarem de todos os meios.

E se por acaso algum ministro do reino, no intervallo das eleições, insta com os governadores civis para que façam activar o recrutamento, sujeita-se a receber respostas como aquella que deu um chefe de districto:—«Ou hei de dar deputados, ou recrutas: se querem deputados, não me exijam soldados; se querem soldados, não me exijam deputados.»

Isto define bem, que tal é a moralidade que lavra na administração publica!

Tambem o sr. deputado Wanzeller, já na sessão de 10 do corrente se havia occupado d'este momentoso assumpto

Declarou ahi que podia transigir com o adiamento do preceito do serviço obrigatorio; com o que porém não transigiria, o que não aceitava em nenhuma lei futura do recrutamento, é o principio consignado no artigo 8.º, n.º 2.º da lei de 27 de Julho de 1855. Referia-se ás isenções por motivo de amparo.

Esta opinião do sr. Wanzeller é de muito peso, attenta a sua collocação junto ao supremo tribunal administrativo, onde tem tido numerosissimas occasiões de ver quaes os abusos, os escandalos enormes que se praticam, com o fundamento no celebre artigo que permitte o livramento dos mancebos, a titulo de amparo, que é uma porta aberta para as mais flagrantes iniquidades.

O sr. Wanzeller disse no seu discurso textualmente: — «É preciso examinar bem a verdade dos factos; e ouvir as queixas que se levantam continuamente nas localidades contra as injustiças que se praticam, e que denunciam uma grande desmoralisação, protegida aliás pela politica, *porque todos sabem a pressão que a auctoridade administrativa exerce com o recrutamento.*»

Ora ainda bem que vemos reproduzirem-se no parlamento as queixas que incessantemente temos feito n'este jornal. Ainda bem, que não ficámos isolados nos protestos energicos que temos feito contra os gravissimos escandalos que se têm praticado n'este districto no recrutamento.

Bem sabemos que os promovedores e executores d'esses attentados; os poderes, tanto publicos, como occultos, barafustam, por os não deixarmos descansadamente proteger os seus afilhados, á custa dos infelizes desprotegidos; mas tenham paciencia.

Não estâmos na Turquia, ou em Marrocos. Achámo-nos em um paiz com formulas liberaes; embora a lei, a justiça, a dignidade e os direitos mais sagrados dos cidadãos sejam calcados aos pés, pelos governos, pelas auctoridades, e pelos seus agentes e mandões politicos.

Contentem-se com praticar esses desaforos inauditos, o que já não é pouco. Hão de, porém, sujeitar-se, como leve compensação, a que d'elles seja inteirado todo o paiz.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Os numerosos pedidos de auctorisação que os actuaes ministros têm apresentado na camara dos deputados, para legalisar os excessos de despeza feita nos differentes ministerios, mostram o alto desprezo que se tem tido pelo parlamento, e a certeza que ha de ficar impune quem pratica semelhantes factos.

Não é uma ou outra verba de pouco momento, que por circumstancias extraordinarias e imprevistas tivesse de se despender; são muitos centenares de contos de réis, que os ministros despenderam, sem que para isso estivessem auctorisados legalmente.

Só de uma vez, para legalisar des-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MXCIV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOÃO BERNARDO DA ROCHA

Antes de proseguirmos em as noticias dos outros jornaes publicados durante a emigração liberal, transcreveremos hoje o que João Bernardo da Rocha diz na sua *Apologia*, impressa na imprensa da Universidade em 1838, acerca do seu *Portuguez*, publicado em Londres durante as duas vezes que emigrou para Inglaterra.

Ahi se verá as lutas que elle teve a sustentar com os *Mandões* d'aquelle tempo, pois que a praga dos *Mandões* já é antiga.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Como saí bacharel formado em Leis, que foi no anno de 1805, encaminhei-me logo para Lisboa, aonde, passados dois annos, alcancei o entrar e ser ajudante principal no escriptorio do antigo Joaquim José da Costa e Simas, um dos excellentes advogados que ahi havia: ao mesmo tempo, de companhia com o illustre Pato Moniz, comecei minha vida de jornalista, fazendo-me redactor do *Correio da Peninsula*. Este jornal, que teve logo boa saida, foi depois prohibido pelo governo; parte, por intrigas dos officiaes de secretaria, que só queriam que se vendesse a sua *Gazeta*; e parte, por a má vontade dos governadores da inquisição. Chamavam estes *venenoso* a esse escripto, e achavam-lhe sabor de liberdade, mui acre, pungente e nauseabundo para seus estomagos e paladares.

Então tomei eu logo resolução, a de saír para Inglaterra, e ahi escrever, com animo determinado a trabalhar por destruir o governo brutal dos *Mandões*, e introduzir o de lei na minha patria.

Para Inglaterra saí, mui doente e como em braços da morte, no anno de 1812; e quando eu cuidava que para mim estavam acabadas as tyrannias que deixára em Lisboa, mal me arreceava dos trabalhos que me esperavam em Londres. O conde do Funchal, então ministro de Portugal n'essa côrte, teve-me a pontos de estar a ser deitado fóra de Inglaterra; obrigou-me da parte d'el-rei, por aviso do grão visir, Lord Castlereagh, a ir a sua casa dizer-lhe o *benedicite*; e só depois me deu licença para residir, como preso, na capital, e dentro do raio de nove milhas. Passado algum tempo, como visse que seus rigores não lhe fundiram muito, voltou-se então para os afagos, mimos e obsequios, que lhe não responderam com maior fructo.

A poucos mezes de estante em Londres comecei a escrever no *Espelho*, uma gazeta que não podia prosperar, por os pesados direitos de estampa que pagava; e por isso, acabando com esse papel, comecei por minha conta o bem conhecido folheto, a que dei o nome de *Portuguez*, todo escripto, como disse, de minha mão, por os largos annos que durou, sem nenhuma ajuda de companheiro. Não será isso prova de que sou antes diligente, que perguiçoso? (1)

Do anno de 13 ao de 21 continuei a escrever esse jornal, até ao soar a hora da liberdade em Portugal, quando tive por acabada minha missão. A Portugal me recolhi; mas não durei muito ahi; que restaurado el-rei, como dizem, *aos seus inauferiveis direitos*, tornei para o meu pequeno sotão de Inglaterra, aonde, sem entrar por mim a desesperação, com vontade renovada continuei o *Portuguez* (e então me sairam da penna os melhores numeros d'esse jornal) sempre lidando e trabalhando por alcançar melhor restauração.

Nem me limitei sómente ao *Portuguez*; que muitas outras obras escrevi, em prosa, em verso (e este mui avantajado á prosa) na lingua materna, e no idioma inglez, sem nenhum desaire. Assim correm por ahi as *Apostillas á sentença de Moreira*, o *Appendix*; *Ode á batalha da Terceira*, o *Dithyrambo*, na occasião de quebrar a perna o rei toureiro, *a letter to the editor of the Globe*, e varias outras obras, que se publicaram, sem contar mais alguns escriptos, que tenho acabados, mas não viram ainda a luz da imprensa. Ora eis ahi provada a minha negligencia! Agora fico, que só me terão por descuidado os que de mim esperarem a fecundidade do Macedo Franciscano.

E tambem posso dizer, salva a modestia, que esse *Portuguez* deu boa ajuda, senão concorreu mui principal, para se entre nós estabelecer governo livre; e posso d'isso apresentar um testemunho maior de toda a excepção.

Quando os saudosos do antigo despotismo estranhavam a revolução de 24 de Agosto por o uso, que n'ella se fez, da força militar (como se direitos, não ajudados da força, valessem alguma cousa) e diziam, que el-rei olharia por nossas necessidades, e reformaria seu estado, se no Brasil soubesse do que se cá passava em Portugal: «bem sei (respondia Manoel Fernandes Thomaz) *queriam ver o milagre que nunca se viu; queriam que o governo despotico e corrupto admittisse de si reformação! Todavia, não aproveita a el-rei a ignorancia de facto, com que o querem pôr immune; pois ao rei absoluto tanto cabe o louvor do bem, como a censura do mal que faz ou deixa fazer a outros. Porém, ainda que assim não fôra por direito, é menos verda-*

(1) Nunca, apesar de esse jornal n'alguns annos dar bom proveito, e ancas para dois, nunca eu quiz tomar companheiro, por não perigar o segredo das correspondencias. De França mandou-se-me commetter para companheiro o notorio Candido José Xavier, que para isso me escreveu, assim como tambem m'o recommendou por carta o capitão Cardoso, ajudante do general Martins Pamplona. Era no tempo em que este, alugado pelo marquez de Marialva, nosso embaixador em Paris, escrevia ahi o *Contemporaneo*; e já se vê, que se esse Candido entrasse para a empreza do *Portuguez*, não ficaria mal servido o Marialva. Minha resposta foi, *que nem de socio nem de ajudante tinha necessidade.*

pezas feitas no ministerio da marinha, teve o sr. Mello Gouveia de pedir dois creditos, um de 700 contos, e outro de 412:794$449 réis.

O sr. ministro da guerra declarou que os 400 contos de réis votados para as obras das fortificações estavam gastos, e que eram precisos mais 80 contos para os trabalhos do proximo anno economico. Pediu tres creditos na importancia de 273 contos para material de guerra, já comprado ou encommendado pelo sr. Fontes, e para as obras das fortificações.

O sr. ministro das obras publicas pediu já um credito de 40 contos para as reparações dos edificios do estado e mais 3:271 contos para as linhas ferreas do Minho e Douro, por estarem consumidas as verbas destinadas a estes encargos.

Esperam-se mais pedidos de identica natureza, para legalisar importantes verbas gastas sem auctorisação das côrtes!

A este respeito diz um illustrado correspondente: — «É realmente assombrosa a semceremonia com que os srs. ministros gastavam sem lei sommas importantissimas, deixando aos seus successores a tarefa de as revelar ao paiz e ás côrtes, e pedir a sua legalisação!»

Na verdade é isso assombroso; porém mais assombroso é que se possam praticar estes attentados sem haver quem exija a responsabilidade aos seus auctores.

A que devassidão chegou a administração publica entre nós!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

É geral a espectativa ácerca das nomeações dos governadores civis, para preencherem o logar d'aquelles que pediram as suas demissões.

Os differentes partidos hão de, por certo, aferir por ahi a tendencia politica do governo.

Presume-se, por isso, que a maior parte d'essas nomeações só serão feitas depois do encerramento das camaras, porque o governo ha de cuidadosamente evitar um conflicto com ellas; o que se poderia dar, conforme os despachos se inclinassem mais para um do que para outro lado.

Será pouca toda a prudencia na nomeação dos governadores civis. Nada seria mais prejudicial e desastroso do que substituir umas auctoridades facciosas de um partido, por eguaes auctoridades de outra parcialidade.

O que se precisa primeiro do que tudo é que haja boa administração. Ao povo é em geral indifferente a origem politica das auctoridades. O que quer, e aquillo a que tem todo o direito, é que haja justiça e moralidade.

Teremos de passar pela decepção de ver que as novas auctoridades continuam a praticar as mesmas arbitrariedades das anteriores?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um esclarecido professor de instrucção primaria do concelho de Penacova dirigiu-nos uma carta, que não publicâmos por chegar a tempo em que a composição d'este jornal estava muito adeantada.

Queixa-se na sua carta, com toda a rasão, do desprezo em que é tida toda a classe do professorado primario. Como se não fôra bastante para a sua triste sorte, o ser minguadissimo o seu ordenado, ainda esse mesmo é recebido com atrazo indesculpavel.

Escreve-nos o referido professor em 17 de Março, e diz-nos que ainda não foram expedidas da repartição de fazenda d'este districto as ordens de pagamento relativas ao mez de Janeiro!

Attribue este facto á indolencia com que se faz semelhante serviço, sem que se queira saber da desgraçada situação dos professores.

Chamâmos para este objecto toda a attenção de quem pertencer, para que dê immediatamente as providencias que o caso exige.

A classe dos professores de instrucção primaria era merecedora de ser tratada de um modo muito diverso do que é.

E diz-se que se quer instrucção publica!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos da cidade da Praia o *Boletim official do governo geral da provincia de Cabo Verde*. Chegam as noticias até 24 de Fevereiro.

Em o n.º 5 do referido *Boletim* vimos duas portarias do governador geral, o sr. Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, que revelam firme vontade de moralisar a administração n'aquellas possessões, o que muito necessario se torna.

Um professor de instrucção primaria da ilha de S. Vicente e um amanuense interino da contadoria da junta da fazenda da provincia, rebateram folhas duplicadas dos seus vencimentos.

Chegando estes factos officialmente ao conhecimento do sr. Vasco Guedes, demittiu por portarias de 1 de Fevereiro os referidos empregados.

É este um salutar castigo. Se assim se tivesse procedido com os mais empregados que praticam os mesmos crimes, já elles se não repetiriam com tanta frequencia.

Aqui em Coimbra tambem já houve empregados que praticaram eguaes factos criminosos, ficando apesar d'isso impunes, e habilitados a continuar na sua industria de roubar o alheio.

Bem haja o sr. Vasco Guedes em não tolerar semelhante rapinagem.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Referimo-nos ha dias ao *Centro promotor de instrucção popular* d'esta cidade; e mostrámo-nos magoados por não vermos realisado, como desejavamos, o seu programma. Na combinação do recreio com a instrucção, temos visto que se dá muito mais preferencia ao recreio do que era para desejar, e sem duvida em opposição ao titulo da sociedade.

É certo, todavia, que foi nomeada uma commissão para fazer a reforma radical dos estatutos; e segundo as informações que temos, ha tenção de n'elles se dar largo desenvolvimento á instrucção popular.

Muito estimaremos que se dê a este importante e vital objecto a attenção que elle merece.

O titulo de *Centro promotor de instrucção popular* impõe grandes deveres á associação; e ou ella está de accordo com esse titulo, ou deve-o mudar.

Apesar da aversão que temos a toda a qualidade de jogo, ainda mesmo áquelle que não é prohibido; em todo o caso reconhecemos que não ha remedio senão permittir o jogo licito, como meio de distracção, e elemento indispensavel de receita; mas com a devida vigilancia e necessarias restricções.

É no entanto mister que, a par d'isso, se dê todo o impulso ao ensino, por meio das aulas e da leitura.

Está reconhecido, que é difficil, e mesmo pouco proficua a leitura na bibliotheca; e que pelo contrario ha muito quem solicite os livros para os ler em sua casa. Pois facilite-se essa tendencia, que aliás era uma das bases do decreto, que referendou o sr. D. Antonio da Costa, quando ministro da instrucção publica, para a creação das bibliothecas populares.

O gabinete portuguez de leitura do Rio de Janeiro permitte a leitura nos domicilios; e o mesmo acontece com as associações de identica natureza de Lamego e Alcobaça.

Os inconvenientes que podem trazer os emprestimos dos livros, são bem compensados com a utilidade que se tira do desenvolvimento da instrucção.

Antes os livros se deteriorem com o muito uso, do que com a traça, por estarem sempre fechados nas estantes. Basta que se prohiba a saida de livros de grande preço; os livros raros, ou com estampas. A todos os mais deve-se permittir a saida.

A bibliotheca do *Centro promotor de instrucção popular* carece dos livros publicados nos ultimos annos. Não será, porém, difficil obtel-os, logo que a sociedade se acredite. Da parte dos socios é que está o tornarem-se ou não dignos da protecção publica.

Em constando que ha nos socios vontade de aprender, poucos editores se recusarão a concorrer com as suas publicações para um fim tão util.

Além do titulo da sociedade impôr grandes deveres ao *Centro promotor*, tambem sobre a actual gerencia impende não menor responsabilidade.

Foi eleita representando um programma de progresso e reforma. A isso acresce que a presidencia está entregue a um dos socios mais illustrados do *Centro promotor*. Se, portanto, n'essas condições se não dér um forte impulso á leitura e ensino, é escusado esperar que esse facto se venha a realisar no futuro.

Ou o *Centro promotor* se regenera, cria para assim dizermos nova seiva, e se tira de um certo marasmo em que tem vivido; ou se encaminha para ser uma associação inutil, e até mesmo prejudicial.

Aos socios pertence a escolha. Lembrem-se do bem conhecido ditado — *Parar é morrer.*

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.



NECROLOGIO

Venho hoje lamentar a perda de um collega e amigo, que succumbiu a uma phtysica pulmonar, no dia 17 do corrente, contando apenas 23 primaveras!

Antonio do Espirito Santo já não existe! Exhalou o ultimo suspiro depois de ter recebido os sacramentos, e ter visto cheio de resignação aproximar-se a morte. Era a consciencia que lhe dizia: vaes trocar a terra pelo céu.

Foi o espectro implacavel da morte que nos roubou um ente no verdor dos annos.

Foi um tumulo aberto no jardim das lagrimas, que nos escondeu para sempre o cadaver d'um amigo sincero e dedicado.

Perdeu a arte typographica um dos seus filhos mais distinctos, deixando inconsolaveis seus irmãos do trabalho.

Sirvam estas palavras de lenitivo a sua desolada familia, e depozitemos uma lagrima de saudade na campa, que nos escondeu para sempre o cadaver de Antonio do Espirito Santo.

JACINTO SOARES.

CORRESPONDENCIA

Sr. Joaquim Martins de Carvalho—No *Conimbricense*, com data de 6 do presente, exarou v. um communicado assignado pelo sr. A. J. Barros.

Vendo quanto cabe no espirito do seu respectivo signatario, não quiz deixar espaçar mais tempo para mostrar que as minhas idêas se associam ao fim que esse communicado tem em vista — a punição do criminoso.

Joaquim Gaspar Coelho, residente nas Alhadas de baixo, sr. redactor, é um curandeiro que ha muitos annos se applica á profissão da medicina e cirurgia, sem habilitações, nem conhecimentos, quer proprios quer emanados d'alguma entidade scientifica; e é para notar que este homem, tendo sido ha muitos annos condemnado em policia correccional no tribunal da Figueira da Foz, a pena então imposta, só o inhibiu, *por vontade propria*, de fazer correr perigo em vida alheia pelo espaço de seis mezes!!!: *é que a auctoridade, fatigada physica e moralmente com tão grande castigo ao tal sujeitinho curandeiro, deixou-se adormecer...*

E dormiu largamente, annos, até que a iniciativa particular, (*embora pela coroa abençoada seja considerado despotismo o fazer respeitar a lei e cumprir*), tendo presenceado um conjuncto de factos crimes d'um grau tal, que só a succinta descripção horrorisa, fez mostrar á auctoridade, que ainda dormia, a culpabilidade que se assume por deixar correr á mercê da Providencia aquelles que reunem em si pela sua pratica illegal tantas causas de flagellos, a descrença, a apathia physica moral, a degradação organica, e a geração de muitas molestias.

Estas producções, pela conveniencia e imposição do curandeiro, já citado, são a consequencia necessaria do que *a sua elevada intelligencia* associada a outras é capaz.

Pondo agora de lado, senhores partidarios do curandeiro, aquelles que têm algum tacto intellectual, os vossos preconceitos ou crenças velhas, e reflectindo bem maduramente, veremos quanto é prejudicial a therapeutica d'um curandeiro ao desgraçado do ente, que afflicto geme no seu pobre leito, luctando com a falta de meios, com a falta de hygiene e por ultimo com a molestia e o proprio curandeiro! Não é a vida prestes a extinguir-se, debatendo-se com todos os elementos da morte?!

A miseria pensativa, na esphera em que vive o curandeiro, não bate só ás portas da intelligencia rude e bruta, vai mais longe; offusca ás vezes e em epochas por certos intervallos, pelo tracto, aquelles que *na persuasão do gozo d'alguns dotes intellectuaes, educados ou não*, se sujeitam, baixa e acintosamente, a apreciar como bom aquillo que elles em seus corações e nas primeiras edades das grandes evoluções intellectuaes reputariam um grande crime. Mas, sr. redactor, hoje que esta questão segundo affirmam os proselytos do curandeiro, Joaquim Gaspar Coelho, parece dominada pelo compadrio, por quanto o criminoso já bateu ás portas dos *politicos da politica*, já tentou ennodoar o sentimento do justo, e apregoa d'antemão a absolvição na decisão do jury, é mister que ao sanctuario da imprensa se conduzam os dados do crime, as circunstacias que o aggravam, e se faça desenrolar da maneira a mais clara as phases culpaveis de todos aquelles, sem excepção alguma, que tanto desejam para si a responsabilidade na absolvição do criminoso.

Continuaremos.

Figueira da Foz 16 de Março de 1877.

NOTICIARIO

Theatro Academico.—Como noticiámos no ultimo numero d'este jornal, foi no sabbado a segunda recita dos quintanistas de Direito.

Tudo o que então dissemos relativamente ao bom desempenho, confirmou-se ainda d'esta vez, chegando até a ser excedido em alguns pontos.

A opera teve agora melhor exito e execução, e mais nos convencemos de que a composição do sr. Forbes de Magalhães é d'um bom maestro. Tem ella o segredo da boa escola: vão-se-lhe descobrindo bellezas cada vez que de novo se ouve. Assim mencionaremos, por exemplo, a cavatina da 1.ª scena—*O che dolor*—cantada pelo sr. Graça; o trio da 4.ª scena—*voi parlate d'amore*—e finalmente o 2.º côro dos cavalleiros.

O sr. Forbes teve uma chamada especial, e Manoel Paes uma linda corôa artificial offerecida pelo sr. Bahia, director dos scenographos. Graça e Portocarrero foram de novo brindados com flores e palmas.

No fim do acto, o inspirado poeta Silva Ramos recitou d'um camarote uma sentida poesia em adeus aos seus companheiros de 5 annos.

Foi de surprezas esta recita.

No intervallo do 3.º para 4.º acto o sr. Victor dos Santos, que no 2.º acto tinha feito muito bem o papel de *Trampolina*, appareceu-nos a imitar M.lle Preziosi no—*En coulés-vous?* Vinha deslumbrantemente galante. Desde o pé até ao cabello apresentava um engraçadissimo *ensemble* de fórmas!... Parecia mais uma mulher, profundamente versada nos segredos da *toillete*, do que um simples estudante.

Isto pelo lado plastico. Pelo artistico teve gesto, voz, requebros e *salero* apropriadissimos. Foi inexcedivel na imitação.

Quando caiu o panno foi unanimemente applaudido, chamado e bisado. Tres pombas juncaram o palco e o quintanista o sr. Alfredo Arthur de Carvalho recitou-lhe d'um camarote a seguinte poesia, devida ao talento d'outro condiscipulo o sr. Antonio Julio de Sá Martins.

A
M.LLE VICTORINI PREZIOSI

Ao ver o teu semblante altivo e radioso,
O teu olhar azul aveludado, ardente,
Julgo-me transportado ás regiões do goso,
E penso que as huris me embalam brandamente,
Se escuto o teu cantar suave e melodioso.

Dá-nos um riso só, dos labios côr da aurora,
Solta mais um gorgeio, ó filha da harmonia,
Eu não sou o Romeu, que o amor da Julia implora,
Sou o selvagem só, que a luz do astro do dia,
Prostrado sobre a terra, humilde, absorto, adora.

Em principio estava este entre acto para ser cantado pelo sr. Ayres Garrido, que particularmente o tinha imitado muito bem. Mas como este sr. tem uma linda barcarola para abrir o côro dos bandidos, expressamente composta para a sua voz, para cantar na proxima recita de despedida, passou, por combinação entre os dois condiscipulos, para o sr. V. dos Santos.

O papel de *Caracalla* foi n'esta noite desempenhado pelo sr. José Pinto, que já se achava restabelecido da doença, que o impossibilitára de tomar parte na primeira recita. Apenas despontou na scena foi recebido por uma calorosa salva de palmas. Paga antecipada do excellente desempenho que depois deu ao papel. O seu reconhecido talento não foi nada desperdiçado n'esta occasião. Adequou á sua presença inesperada dictos engraçados, que produziram a gargalhada nos espectadores.

O sr. D. Antonio Vasco de Mello, para dobrar o coração da Livia Amada, appareceu vestido «á poeta Mantuano, recitando versos ao piano».... chistosa allusão á futura arte do seu amigo Eduardo Burnay, estudante do 2.º anno de Medicina!

O sr. marquez de Sabugosa assistiu á recita.

O sr. Alfredo Arthur de Carvalho foi muitissimo bem nos seus dois papeis, e deu-lhes uma conscienciosa interpretação, sabendo tirar partido até de insignificancias.

Alexandrino d'Andrade é conhecedor do palco e sabe encher as scenas. Pela sua parte não desmerece a obra do auctor.

Ayres Garrido, apesar de ainda não ter representado a melhor parte do seu papel, que pelo menos é a mais sympathica, e aquella em que deve fazer mais gosto, tem comtudo mostrado no restante facilidade e bom desempenho. A scena do reconhecimento do pae Sebastião é feita com verdade natural.

Fernandes Figueira continuou a merecer as palmas e a fechar muito bem o 2.º acto. Representa e falla com a naturalidade da conversa. Papel pequeno, mas bem aproveitado.

Veiga arranjou as maneiras d'uma damà d'aldeia, que assiste ao theatro de Lavarrabos. Foi bem escolhido para filha do Bandarra e neta de Adriano.

Duarte d'Andrade, no papel de Macrino, pisa com discrição e apresenta-se com a voz, porte e modos do homem que assassina os actores e se mata depois «para não ficar de semente».

É inegavel que cada um de per si concorre bem para o feliz desempenho de toda a peça.

Não fallamos dos restantes, por que já na noticia ultima fizemos largas considerações a respeito das suas valiosissimas aptidões scenicas, e isto mesmo confirmámos no principio d'esta.

O sr. Freitas Barros teve chamadas especiaes, e com justissimos fundamentos partilhou dos gloriosos triumphos.

Ouvimos dizer que o sr. Simões Barbas vae instrumentar o lindo hymno que fizera para a festa do seu curso, para ser tocado pelas philarmonicas no dia do ponto, em que é costume o curso do 5.º anno ir comprimentar os seus professores. É uma ideia feliz.

Asylo de Mendicidade. — Annunciámos ha dias, que a commissão administrativa do Asylo de Mendicidade havia contractado, pela quantia de 10:200$000 réis, a compra da casa pertencente aos herdeiros do sr. João Victorino de Moraes Duarte e Silva, na rua da Sophia, que fôra o antigo collegio de S. Francisco da Terceira Ordem (os Borras).

Agora, por decreto de 10 do corrente foi auctorisada a dita commissão, a alienar do seu fundo permanente a importancia de réis 22:000$000 de titulos de divida publica nacional; para, nos termos da lei de 12 de Outubro de 1871, comprar, com o producto de alienação, o referido edificio e respectiva cerca.

Despachos. — O sr. José Maria de Oliveira e Sá foi nomeado terceiro official da secretaria da Universidade.

E o sr. Antonio Maria da Silva foi nomeado porteiro da mesma secretaria.

Justo sentimento.—Veiu ha dias a esta cidade o nosso amigo o sr. José Maria Pereira, de Ferreira do Zezere, em consequencia de aqui haver fallecido seu bom filho, o sr. Vicente José Pereira, que frequentava os estudos para o estado ecclesiastico.

Este mancebo era, na opinião de todos os seus condiscipulos e de todas as pessoas que o conheciam, dotado de excellentes qualidades; merecendo por isso a estima geral.

Imfelizmente de nada valeram todos os esforços da medicina e da amizade para o salvar. Aprouve á Providencia Divina chamar para a outra vida aquelle digno mancebo, de que havia todo o direito a esperar um optimo cidadão e um exemplar ecclesiastico.

Associamo-nos a seu extremoso pae na profunda dor que soffre por tão grande perda.

Novas publicações. — Recebemos e muito agradecemos as seguintes publicações:

—«*Estudo sobre as classificações chimicas dos compostos organicos, por Antonio Joaquim Ferreira da Silva, bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra.*

«Coimbra, Imprensa da Universidade — 1877.

—«*Da reforma da legislação commercial, por Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro, doutor em Direito pela Universidade de Coimbra.*

«Lisboa, typ. de Christovão Augusto Rodrigues, rua do Norte, 145 — 1877.»

—«*Aventuras de terra e mar, pelo capitão Mayne-Reid. — O deserto d'agua. — Volume II.*

«Lisboa, Empreza Horas Romanticas, rua da Atalaya, 42 — 1877.»

— «*Cartilha maternal, ou arte de leitura, por João de Deus. Publicada pelo seu amigo Candido J. A. de Madureira, abbade de Arcozello.*

«Porto, livraria Universal de Magalhães & Moniz — largo dos Loyos, 12 a 14 — 1877.»

— «*Noutes de Vianna. — I — O segredo do lavrador, por João Caetano da Silva Campos.*

«Vianna do Castello, livraria Progresso de João Baptista Domingos, editor — 1877.»

—«*O Douro illustrado, redigido pelo visconde de Villa Maior, reitor da Universidade de Coimbra*— cadernetas 25 e 26 (ultimas), acompanhadas de uma primorosa *Carta do Douro e paiz vinhateiro desde a Barca d'Alva até S. João da Foz, segundo a carta do barão de Forrester.*

«Porto, livraria Universal de Magalhães e Moniz, editores — largo dos Loyos, 12 a 14 — 1876.»

---

deira a ignorancia de facto; porque el-rei lia o «Portuguez.» Quantas representações lhe não fez com lingua de fogo esse jornal? Denunciou-lhe com grande liberdade todos os crimes commettidos em Portugal, e o estado de perdição a que tinhamos chegado: el-rei não se póde chamar á ignorancia.»—(Tenho isto da bocca do sr. Silva Carvalho, que o ouvira ao patriarcha da revolução: agora póde ser que s. ex.ª já se não lembre d'isso.)

Ainda tenho outro documento; e vem a ser, o muito gasto que teve esse jornal, lido geralmente de todos, ainda que passado de uns a outros por debaixo do capote. Bem se póde affirmar, que ficavam bem dispostos e confirmados para a liberdade os animos que assim com a doutrina d'ella se deleitavam. Ora, se ainda isso não convence os incredulos de meus serviços, ajuntarei aqui um testemunho que não se póde recusar, e é, o odio novercal que os *Mandões* me tinham, e a continua perseguição que moveram contra minha pessoa, e contra o *Portuguez*.

No anno de 17 publicou-se no Brasil uma lei tão atroz, que nunca outra assim lançou a inquisição contra os hereges; e essa lei era para se executar em todos os que lessem, ouvissem ler, ou não denunciassem os que liam esse folheto. E tambem por esse tempo o conde de Palmella trabalhou com boa diligencia em me fazer todo o mal que podia: alcançou do sobredicto Castlereagh, que não fossem meus escriptos admittidos nos paquetes para o Brasil e Portugal, sob pretexto de que minhas obras estavam lá prohibidas, e eram por isso contrabando.

Certo que esta é a primeira vez que se prohibiu em Inglaterra, por ordem do governo inglez, o fazer contrabando em Portugal! Porém, o certo é, que d'ahi me veiu muito mal; porque, não havendo depois d'isso navio certo e seguro, por onde podessem ir meus escriptos, a venda d'elles devia ir a menos, mórmente ajuntando-se a esse estorvo o rigor com que eram malsinados no Brasil e em Portugal. Isso alcançou o sr. Palmella, homem infelicissimo em todas as suas diligencias na causa da patria e da liberdade; homemzarrão, bem afortunado em se servir a si, e alcançar bons despachos para o governo despotico.

Se o *Portuguez*, nos longos annos de sua milicia, serviu sempre a causa da liberdade, sem mostrar desvio, ainda teve outro preço o seu redactor, que desempenhou fielmente a sua epigraphe:

«Vereis amor da patria, não movido
«De premio vil, mas alto e quasi eterno;
«Que não é premio vil ser conhecido
«Por um pregão do ninho meu paterno.

Nunca eu acceitei peita ou suborno por artigos que escrevesse; nem me deixei endemoninhar por *Mandões*, que tomassem entrada comigo: nunca de mim se poderá dizer com verdade, que eu escrevia, como Rousseau copiava musica, a tantos soldos a pagina: sempre tive para mim, que o vender a verdade era um genero de simonia, que não se devia tolerar; e muito maior crime o da mentira fazer mercadoria: e esse exemplo honrado, para vergonha da imprensa, até em França e Inglaterra, não tem muitos imitadores! Haverá por ahi quem chame a este meu desinteresse loucura: pois vivemos em tempos que parece estar em honra o furtar; rouba-se com carta de seguro: e o nome de ladrão publico menos é infamia que brazão. Quando sae dos cargos algum d'esses Verres, não vae o povo sobre elle ás pedradas; não bramam contra elle as ondas da publica indignação; ouve-se sómente o saudoso estribilho dos invejosos — *soube-se aproveitar!*

Assim é verdade, que vivo em honrada mediocridade, com só o bem merecido ordenado que levo do meu officio; mas esse, e a limpeza da minha consciencia, dão-me abastanças. Muito rico podera eu estar, se tivesse querido não ir caminho direito, e antes seguir os atalhos que me mostrou a fortuna.

Mal eu cheguei a Inglaterra, tinha de sair d'ahi para Lisboa o doutor Abrantes, redactor principal do *Investigador Portuguez*; e com esse jornal me commetteu da parte do conde do Funchal, accrescentando, para incentivo, *que o governo dava para esse jornal quatorze mil cruzados de pensão*; e por isso eu o não quiz; que se o acceitára, iria contra o proposito com que sai de Portugal para Inglaterra, nem já podéra guerrear *Mandões*. E quando rejeitava eu escrever n'um jornal tão bem dotado? Quando tinha sómente cento e cincoenta libras para viver em Londres, dadas por um honrado negociante.—Ainda vive alguma gente que presenciou esse frustrado ajuste.

Quando a Lisboa chegou do Brasil, a primeira vez, o marechal Beresford, com poderes de Bachá da Natolia, e até isento da jurisdicção dos governadores do reino, mandou-me logo a Londres, por via de amigo seu, uma letra aberta, para eu me servir de dinheiro, e juntamente um longo aranzel, para eu defender sua auctoridade e systema militar, que era, amarrar no exercito todo o reino. Desforrei-me da injuria como me cabia: não lhe acceitei o seu dinheiro; e logo no seguinte numero do *Portuguez* escrevi com toda a minha força contra as tenções e regimento do marechal, que se vingou mal, mandando-me perseguir por justiça, com fundamento do que eu tinha escripto sobre a parcialidade d'elle na tragedia do tenente-rei de Almeida.—É fallecido o negociante, que em Londres me apresentou essa letra; mas ainda vive um senhor deputado, que então acompanhou esse negociante a minha casa.

Cheguei a Inglaterra, por a segunda vez, no anno de 1823; e logo me abalroou, em casa de minha amisade em Londres, a sr.ª Goldschmidt, mulher do banqueiro que tomou o nosso emprestimo de milhão e meio sterlino: ahi entrou logo comigo a contas essa senhora, que me disse (formaes palavras) *visse o que eu desejava, e tudo se me faria; não tinha necessidade a minha proposta de ir a Lisboa; pois tinha de Pamplona carta branca para se me dar o que eu pedisse.* Respondi, *que de Portugal só queria rapé e palitos.*

O sr. Palmella, ministro de estado por esse tempo, deve saber d'isso; senão, poderá confirmar a verdade do que levo dito o sr. conde de Villa-Real, então nosso ministro em Londres, o qual andava mettido n'essa transacção, e protestou, quando soube minha resposta, *que eu havia ser enforcado em Portugal, se cá tornasse.* E não entro em duvida, que havia ter cumprimento essa prophecia, se eu fosse tão sandeu, que n'esse tempo cá voltasse. Mais avisado andei; que nem me abalei ao chegar do Brasil a Carta, que não era para mim de amores.»

Fallecimento. — Falleceu hontem 19, pelas 8 horas da tarde, o sr. João Ventura de Castro, negociante com loja de fazendas brancas na rua do Visconde da Luz: tinha apenas 23 annos. A grande aptidão, que os seus patrões lhe conheceram como caixeiro de balcão deu logar a que elle emprehendesse estabelecer-se: era porém contrariado pela falta de recursos. O sr. José Antonio d'Amil, o homem incomparavel, aquelle que serviu de pae ao sr. Ventura e a seus irmãos, e que a nada se poupou para os dirigir e collocar bem, não quiz contrariar a vocação do seu pupillo e facultou-lhe quantos meios foram necessarios.

O sr. Ventura era activo e emprehendedor, e trabalhava por dar cumprimento á sua palavra: o que lhe faltou na sorte foi compensado exuberantemente pela grande alma do seu protector: deixou de existir sem ter faltado a um só compromisso. Deixa viuva e uma filhinha ainda de peito.

A seu cunhado, o sr. Manoel Augusto de Paiva, e ao sr. José Antonio d'Amil, aqui dirigimos os nossos sentimentos.

Cemiterio da Conchada. — Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

D. Rita de Jesus Candida, filha de Joaquim Carvalho Porto e D. Bernarda Joaquina, do Porto, de 37 annos, fallecida em 11 de Março de 1877.

Maria da Piedade, filha de José Antonio da Silva e Joanna Maria, de Coimbra, de 58 annos, fallecida em 12.

Clara Julia, filha de Antonio Caetano e Maria José, de Coimbra, de 10 mezes, fallecida em 14.

Francisco Fabiano Pereira, filho de Mauricio José Pereira e Girarda Maria de Jesus, de Lisboa, de 80 annos, fallecido em 16.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada — 6:991.

Theatro de D. Luiz. — Houve hontem o espectaculo n'este theatro, que annunciámos em o numero passado.

Não temos espaço para mais do que dizer, que a companhia dos arabes trabalhou de um modo admiravel, e que foi constantemente applaudida. E em quanto á sr.ª Julia Blechschmidt, que nos intervallos tocou no violino, não achamos expressões condignas para o seu relevante merecimento. É brilhantissimo o seu desempenho.

Os espectadores corresponderam com justiçá á celebre artista, applaudindo-a da maneira a mais enthusiastica.

Hoje ha outro espectaculo.

A ultima hora. — Acabâmos de receber de Lamego a seguinte noticia telegraphica:

«Lamego, 20 de Março, ás 9 horas e 20 minutos da manhã.

«A redacção do *Conimbricense*. — Pavoroso incendio esta madrugada. Ainda não está extincto. Reduzidos a cinzas os predios do visconde de Guedes, e damnificados muitos outros. Grandes prejuizos.»

ANNUNCIOS

CONVITE

1 JOAQUIM MARTINS DA CUNHA, na qualidade de curador fiscal da massa fallida de João Francisco da Silva, socio gerente que foi da firma — *Gavicho e Companhia*, convida todos os devedores a esta extincta sociedade, a pagar-lhe seus debitos, até 15 de Abril proximo, visto ser elle o unico auctorisado por sentença do tribunal do commercio d'esta cidade de 17 de Novembro do anno findo, a fazer essas cobranças e a liquidar todos os effeitos a ella relativos, segundo as forças do seu activo e passivo.

Coimbra 20 de Março de 1877.

Joaquim Martins da Cunha.

PHARMACEUTICO

2 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

CASA LISBONENSE

96-RUA DO VISCONDE DA LUZ-100

COIMBRA

3 ACABAMOS de receber da casa de Lisboa novo sortido de diversas fazendas, entre as quaes merecem especial menção os seguintes artigos:

Colchas fancezas brancas e de côr.
Mantilhas e veus.
Lindos tapetes para sala e quarto.
Pannos para mesa e piano.
Chapeus para senhora e creança.
Guarda-chuvas para homem e senhora.
Colarinhos modernos de bretanha de linho.
Adereços para senhora.
Uma variada collecção de precales em lindos gostos e côres firmes.
Lindissimas cartonagens para amendoas.

Continuamos a ter um bom sortimento de pannos brancos, e todas as fazendas do nosso commercio continuam a ser vendidas pelos preços mais baratos, seguindo o nosso systema: preço fixo.

4 PHOSPHOROS suecos amorphos **LEGITIMOS** — para revender — 33 % d'abatimento.

Semente d'**EUGALYPTOS.**

Variado sortimento de semente de hortaliças.

Arbustos para jardins.

Vende-se na rua do Visconde da Luz, n.º 12.

Antonio Mendes Simões de Castro.

5 HONTEM, 17 do corrente, pelas 10 horas da manhã, celebrou-se uma missa pelo eterno descanço do ill.^mo^ e ex.^mo^ sr. duque de Cadaval, na egreja matriz d'esta villa de Tentugal.

Assistiram a este acto religioso perto de 300 pessoas de todas as classes, com todo o respeito e devoção.

A missa foi celebrada pelo rev.^mo^ prior encommendado, padre Joaquim Fernandes Lapa.

Tentugal, 18 de Março de 1877.

Gil Pereira Gonçalves.

ARRENDAMENTO

6 ARRENDA-SE do proximo S. João em diante a fabrica de louça, sita no largo das Olarias, que foi do fallido João Francisco da Silva: trata-se com João Antonio da Cunha, fabricante de louça n'esta cidade.

Coimbra 19 de Março de 1877.

7 VENDE-SE o palacete da exm.ª viscondessa do Espinhal, da Louzã, situado na rua da Esperança, passando por cima do arco de D. Jacintha para a rua do Loureiro, d'esta cidade, com seu quintal e cisterna, e tendo além d'isso cocheira, lojas, etc.

Quem o pretender póde dirigir-se a Antonio Simões Ferreira, na rua dos Sapateiros, 49, o qual está auctorisado para ouvir os lanços que forem offerecidos.

8 ARRENDA-SE do proximo S. João por diante, uma ou duas lojas, na rua do Visconde da Luz, n.º 104, 106 e 108, bem como os andares da casa, n.º 47, na rua da Calçada.

Tracta-se com Francisco de Sousa Araujo, na dita rua, n.º 41 a 45.

PIANO

9 VENDE-SE um proprio para estudo. Couraça de Lisboa n.º 75.

AMENDOAS FRANCEZAS

Differentes qualidades

46-Rua da Calçada-48

11 ARRENDA-SE do proximo S. João por deante uma casa com forno e quintal, com todas as accommodações proprias para padejaria, com os n.^os^ 26, 28 e 30, na rua das Solas. Trata-se na rua da Sophia, n.º 68 a 70 — Coimbra.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

12 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Canceros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

Concurso

13 A CAMARA MUNICIPAL do concelho da Guarda faz publico, que se acha a concurso, por espaço de 60 dias a contar da data d'este annuncio, o partido de medicina d'este concelho, com o ordenado annual de 300$000 réis, pulso livre e com as condições, que estão patentes desde já, na secretaria da camara, para quem as quizer examinar.

Guarda 13 de Março de 1877.

O presidente

Francisco Antonio Patricio.

POMBOS

14 A SOCIEDADE do tiro dos pombos de Lisboa, compra pombos em partidas não inferiores a 50, pelo preço de 140 réis cada um; pagos no acto da entrega em qualquer estação dos caminhos de ferro do norte e leste e de sueste. Os vendedores podem, para mais esclarecimentos, dirigir-se aos chefes de estação ou ao secretario da sociedade, Luiz de Sequeira Oliva, e espingardeiro Imberton, rua Aurea, n.º 76, Lisboa.

Annuncio e protesto contra a Prevenção inserta em o n.º 3:092 do «Conimbricense».

15 CARLOS AUGUSTO SIMÕES FERREIRA, bacharel formado na faculdade de Direito, faz publico, que vende a sua quinta em Banhos Seccos, onde actualmente reside, e uma morada de casas na rua da Mathematica, com os n.^os^ 35 e 37.

Protesta contra a prevenção que ao publico faz o dr. Calisto Ignacio d'Ameida Ferraz, na qualidade de representante de sua filha natural, D. Branca Diamantina d'Almeida Ferraz, a fim de obstar á venda dos bens que ficaram da fallecida D. Maria Joaquina d'Oliveira, e de que é unico e universal herdeiro o dito bacharel.

Ninguem deve pois receiar de contractar ácerca dos alludidos bens com o referido bacharel Carlos Augusto Simões Ferreira, devendo considerar-se gratuita e por conseguinte destituida de fundamento uma tal prevenção.

CRIADO

16 N'ESTA REDACÇÃO se diz quem precisa d'um para uma quinta n'esta cidade, que saiba de agricultura.

17 VENDEM-SE 300 a 400 paus de castanho proprios para madeiramentos.

Na tanoaria da rua das Solas, em casa de Manoel Contente Pinto ahi se mostram.

AGRADECIMENTO

18 NA MINHA PROXIMA IDA, com as minhas filhinhas, a Villa-Cortez; e na minha cruel doença alli, recebi taes provas de affectuosa estima de boa gente d'aquella povoação, que me obrigam infinitamente ao agradecimento da maior gratidão.

Bem sei, que quando pequenos e grandes nos foram esperar, e nos receberam banhados em copioso pranto, — passando-se então alli a scena mais tocante e commovedora — era um tributo de respeitosa, e verdadeira saudade, á memoria honrosissima do meu divino anjo! da virtuosa mãe de minhas filhas! Mas é por isso mesmo, que a minha obrigação é mais forte, e durará comigo até ao ultimo momento d'este resto da minha atribulada vida; legando ainda aos caros penhores do meu amor sagrado, esta divida que não ha algarismos que a contem, nem expressões que a patenteiem: e que fica toda registrada dentro do meu coração........

Receba pois, aquella povoação inteira, pobres e ricos, este sincero testemunho do mais obrigante reconhecimento, que, por mim, e em nome das minhas filhinhas, endereço, aqui, a sentimentos tão generosos, e espontaneos.

Sandomil 18 de Março de 1877.

Francisco Maria de Gouveia e Cunha.

Amendoas de Lisboa

19 ACABA de chegar ao estabelecimento de José Tavares da Costa, um variadissimo sortimento da melhor qualidade, que vende a preços reduzidos.

Substituições a militares

20 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

ALTA NOVIDADE

21 CARTONAGENS allemãs e francezas.

46-Rua da Calçada-48

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3094 | Sabbado 24 de Março de 1877 | Anno XXX

COIMBRA



Quando na quarta feira se espalhou n'esta cidade a noticia de que em a noute antecedente havia fallecido o sr. dr. João Antonio de Sousa Doria, parecia que todas as familias tinham perdido um dos seus membros mais queridos. Foi geral e profunda a consternação!

— *Morreu o dr. Doria!* diziam todas as pessoas que se encontravam; e estas simples palavras resumiam em si uma honrosissima biographia!

Podia dizer-se, que havia luto geral na cidade. Os pobres, os ricos, todas as classes, todos os partidos, sem excepção nenhuma, profundamente lamentavam tão triste acontecimento; todos traziam para o louvor do fallecido um facto, uma virtude, um merecimento relevante de que haviam sido testemunhas, ou lhes constava pela fama publica.

Já hoje se torna quasi banal nas commemorações dos fallecidos o dizer-se, que foram bons filhos, bons esposos, bons paes e bons cidadãos. Digam, porém, todos os habitantes de Coimbra; ainda mais, digam-no as numerosas pessoas d'esta provincia e de fóra d'ella, que o conheciam, se terá havido pessoa a quem mais tenha cabimento aquella classificação!

Filho, irmão, esposo, pae, cidadão! Quem jámais desempenhou melhor do que o sr. dr. Doria os deveres, que todas estas qualidades e posições sociaes impõem? Quem foi mais extremoso pela sua familia? Quem mais amoravel e caritativo para com a pobreza? Quem mais dedicado pelos seus amigos?

— *Morreu o dr. Doria!* não é preciso dizer mais nada!

Filho do professor do Collegio das Artes, Antonio Joaquim dos Santos, e de D. Ignez Joaquina de Sousa Doria, nasceu o sr. dr. Doria na villa de Avô no dia 8 de Agosto de 1814.

No anno de 1824 matriculou-se na segunda aula de latim no referido Collegio; e seguindo regularmente os estudos preparatorios, terminou-os em philosophia racional e moral no anno lectivo de 1827 a 1828.

As luctas politicas, que n'este ultimo anno começaram, impossibilitaram o sr. Doria de passar á frequencia da Faculdade de Medicina na Universidade, a que se destinava.

Seu pae o sr. Antonio Joaquim dos Santos foi perseguido pelos seus sentimentos liberaes, estando por muito tempo preso na cadeia de Buarcos; e o sr. Doria, como bom filho, acompanhou-o sempre nas suas tribulações e padecimentos.

Com a restauração do governo liberal desanuviou-se a vida ao sr. Doria, e abriu-se-lhe alegre futuro. Apenas na edade de 20 annos e meio foi, por decreto de 3 e portaria de 20 de Janeiro de 1835, nomeado substituto da cadeira de rhetorica e historia no Collegio das Artes.

No anno de 1840 foi o professor de historia e antiguidades do Lyceu nacional d'esta cidade, o sr. dr. Manoel Bento Rodrigues (que posteriormente veiu a ser arcebispo de Mytilene, *in partibus*, bispo de Coimbra, e patriarcha de Lisboa) nomeado substituto ordinario da Faculdade de Theologia; pelo que foi despachado o sr. Doria para esse logar, por decreto de 2 de Setembro e carta regia de 9 de Novembro do mesmo anno de 1840.

Logo em Outubro de 1834 se havia matriculado o sr. Doria em Mathematica e Philosophia, como preparatorios para o curso medico. No anno de 1837 matriculou-se no primeiro anno da Faculdade de Medicina, que frequentou com distincção, até se doutorar n'essa Faculdade em 25 de Julho de 1843.

Pelos seus serviços foi merecidamente agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo.

O sr. Doria foi muitos annos, até Outubro passado, professor no seminario episcopal d'esta cidade; era actualmente o decano do Lyceu nacional, director do hospicio dos abandonados, clinico da Misericordia, e de quasi todos os conventos de religiosas e collegios de educação, além da clinica particular; emfim entregava-se a uma vida

FOLHETIM

MISCELLANEA

MXCV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

Tendo em o numero passado transcripto da *Apologia* de João Bernardo da Rocha, o que elle diz do *Portuguez*, que publicou em Londres; entendemos vir tambem a proposito o transcrever o que diz José Liberato Freire de Carvalho nas *Memorias* da sua vida, impressas em Lisboa em 1855, ácerca do *Campeão Portuguez*, por elle egualmente publicado em Londres.

JULHO DE 1819

Começo a escrever o meu Campeão Portuguez em Londres.

Acontecimentos até ao mez de Junho de 1823

Assim que cheguei a Londres, da minha volta de França, cuidei logo em mandar imprimir, para ser distribuido pelos meus amigos, o prospecto do meu jornal, que baptisei com o nome de *Campeão Portuguez, o Amigo do Rei, e do Povo;* porque segundo o plano que tinha traçado não pretendia escrever ao acaso; queria ter por mim dois grandes poderes — o *Povo, e o Rei,* afim de que a minha marcha tivesse os menos embaraços possiveis. N'este meu prospecto, que indicava a grande e nova bandeira, que ia arvorar, quiz mostrar o que era, e o que de mim se podia esperar, porque disse:

«O povo portuguez da Europa tem dado um grande exemplo de patriotismo e virtudes militares nos sete annos desde 1808 até o fim de 1814... mas que ganhou Portugal com tamanhas batalhas que pelejou, e tamanhos e tão heroicos sacrificios que fez? Louros, e louros mui verdes; porém plantados no meio de ruinas e cadaveres á maneira dessas magestosas e verdes palmeiras, que o olho do viajante apenas descobre na immensidade do deserto!... Hoje, sem governo proprio da sua cathegoria, e ainda sem a posse exclusiva de suas proprias riquezas, que o Brasil *inhumanamente* lhe devora em homens e dinheiro, Portugal é, de certo, um tristissimo exemplo das mais fataes vicissitudes humanas!...

«E será possivel que não haja um portuguez, amigo do Rei, e do Povo, que ouse levantar a voz a favor de tão nobre e illustre patria na hora da infelicidade? E morrerá ella como um d'esses infelizes mencionados pelo historiador Tacito, *inauditi atque indefensi*, sem defeza e processo? Não! ao menos a historia dirá, que ainda houve um portuguez, refugiado em terras estranhas, que se lembrou da patria, e por ella alçou uma voz livre, independente, e energica, sem curar de quantas perseguições lhe póde attrahir esta nobre defeza! Sua divisa será sempre a seguinte: *Fais ce que dois, advienne qui pourra... Faze o teu dever, succeda o que succeder!...* É evidente que muitos, que governam Portugal, em nome d'el-rei, pretendem suffocar, se é possivel, todo o desejo nacional de instrucção; e que se deve fazer n'este caso? Calar?... Por nenhuma fórma. Quando o inimigo apparece em maior força, convém dobrar immediatamente as guardas; e para esse fim é que vae ser publicado este jornal...»

No fim de Junho tinha já impresso, e distribuido pelos portuguezes de Londres o prospecto do meu jornal, e imprimi e distribui o meu 1.º n.º no 1.º de Julho do anno de 1819. Tinha eu, como já tenho indicado, traçado o plano da minha empreza, e não era meu intento tratar de questões abstractas de politica e liberdade; eu queria firmemente concorrer para libertar o meu paiz da dura escravidão em que estava, e da vil sujeição em que o tinha o Brasil. Era pois necessario descer ás questões especiaes, que para isto podiam concorrer; e para este fim, queria que o meu jornal fosse uma especie de *compendio*, ou para melhor dizer, de *cathecismo*, que ensinasse aos portuguezes o que tinham sido, e era preciso que tornassem a ser.

É verdade que n'esta luta me achava só, porque os dois collegas jornalistas, que estavam em Londres, não me ajudavam; um, como João Bernardo da Rocha, editor do *Portuguez*, nem tinha a intelligencia sufficiente para conhecer a situação actual, bem que homem *politicamente* honesto, nem era efficaz em seus trabalhos, por muito descuidado e preguiçoso; e o outro, Hypolito, editor do *Correio Brasiliense*, não tinha *probidade alguma politica*, e indifferente vendia a sua penna a quem melhor lha pagava. Apesar d'isto não desanimei; porque tinha a meu favor os desacertos, e até as injustiças dos dois governos portuguezes; as verdadeiras queixas, e intoleraveis soffrimentos dos dois povos, que eu sabia iam em augmento: e além d'estes poderosos auxiliares, o espirito de liberdade que tambem se ia manifestando na Hespanha da Europa da America. Portanto, a occasião era opportuna, e não a devia perder, como felizmente não perdi.

Era-me ainda preciso não assustar logo no principio o nosso governo, e com especialidade el-rei D. João VI., para que o meu pobre *Campeão* não morresse á nascença, antes dos leitores lhe tomarem o gosto; e em razão d'isto quiz-me pôr bem com el-rei. O primeiro artigo que appareceu no jornal, foi uma carta que lhe escrevi com a data do 1.º do mez. Procurei tratal-o com todo o respeito e cortezia; porém ao mesmo passo, em linguagem clara e verdadeira, lhe expuz como elle e seus antecessores tinham andado sempre enganados por seus ministros e validos, e que o andariam sempre, senão tivessem uma lingua independente, que lhe dissesse a verdade, e lhe mostrasse as necessidades dos povos. Esta lingua era a da imprensa livre, e corajosa, assim como era a que ia ter para com elle o *Campeão*. Depois das muitas verdades que lhe disse n'esta carta, conclui da maneira seguinte:

«Senhor. — *O Campeão Portuguez* só deseja ser imparcialmente julgado por V. M. Espera que o hade ser, e que antes de dar sobre elle a sua sentença V. M. confrontará as paginas do *amigo do Rei, e do Povo* com as allegações que houverem contra elle. N'esta esperança terá o *Campeão Portuguez* ainda muitas vezes a honra de se dirigir a V. M., e em todas ellas nunca se esquecerá de que é um leal e verdadeiro amigo do seu Rei, e do Povo. Deus guarde e proteja a V. M. annos dilatados; e abençoe seu augusto reinado, como sinceramente lhe deseja o *Campeão Portuguez*. — Londres 1.º de Julho de 1819.»

(Continuar-se-ha).

laboriosissima, e de certo já muito superior ás suas forças, só para servir de amparo e protecção á sua numerosa familia.

Além da regencia das suas cadeiras, e mais encargos, ainda achou tempo o sr. dr. Doria para escrever diversos livros applicados ao ensino da instrucção secundaria, os quaes estão muito vulgarisados.

Como clinico era o sr. Doria extremamente accessivel a toda a pobreza, que n'elle achava os maiores desvelos e o mais caridoso tratamento.

Como professor gozou sempre da estima geral dos seus discipulos.

Como cidadão era sinceramente estimado e quasi venerado; e bem o merecia, pois que aquelle nobre coração estava constantemente aberto para todas as pessoas.

Como chefe de familia... Que havemos de dizer n'este ponto, que não fique muito áquem do que todos sabem?!

Morreu o homem benemerito, o cidadão exemplarissimo.

— *Morreu o dr. Doria!*

Em demonstração de sentimento pela morte do sr. dr. Doria houve feriado geral na Universidade na quarta feira.

No mesmo dia de tarde concorreram á egreja de Santa Cruz, para assistir á encommendação do cadaver do illustre fallecido, muitos lentes da Universidade e professores do lyceu, e um concurso numeroso de academicos e cidadãos das diversas classes da sociedade.

Não só na egreja, mas no largo em frente d'ella via-se muito povo a presencear este acto funebre.

Todos se mostravam altamente penalisados pelo fallecimento de um cidadão, digno de toda a estima publica.

No seu transito para o cemiterio dirigiu-se áquelle local um concurso numerosissimo de pessoas de todas as classes, que quizeram ir dar esta demonstração a tão chorado fallecido; e dizemos chorado, não por hyperbole, mas por ser um facto real. As lagrimas corriam de quasi todos os rostos das pessoas que em grande concurso se viam no cemiterio.

Á borda da sepultura, o sr. Felix José da Costa Sotto Maior, estudante do 3.º anno de Direito, e natural de Angra do Heroismo, recitou de improviso um sentido discurso, em louvor das altas qualidades e distinctos merecimentos do sr. dr. Doria.

A cidade de Coimbra, o professorado e a academia souberam ser gratos á memoria d'áquelle cidadão, que reunia em si o conjunto das mais acrisoladas virtudes.

Estámos certos que por largos annos será recordado com saudade n'esta terra o nome do — *dr. João Antonio de Sousa Doria!*

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A fazenda publica tem sido roupa de francezes! As delapidações têm sido numerosas, e é por isso que durante a ultima situação politica se obstava por todos os modos á syndicancia ás diversas secretarias de estado.

A imprensa vae successivamente revelando os escandalos que se têm praticado. É materia inexgotavel.

Diz o nosso collega do *Progresso*, que um ministro déra uma sangria de 8:150$000 réis nos cofres publicos para pagar a divida do seu jornal a um visconde, muito illustre em geographia e em lettras.

O mesmo ministro poude sem offensa dos seus melindres mandar encadernar a sua livraria á custa das despezas do expediente do seu ministerio.

Um outro ministro demittiu um empregado honestissimo, roubando-lhe o sustento da sua familia, pelo crime inaudito de não haver consentido em silencio nas delapidações praticadas a seu lado.

A portaria original do augmento das tarifas saiu do escriptorio da companhia dos caminhos de ferro, e foi escripta por lettra de um empregado superior da mesma companhia! O ministro, que se antecipava a propôr a traficancia para lograr o parlamento, assignou o que lhe apresentaram feito, sem pejo pelos empregados da sua propria secretaria, envergonhados de verem na denuncia da lettra a indicação da veniaga!

Effectuavam-se transferencias de fundos, de modo a metter nas algibeiras de um amigo, e em prejuizo do estado, cerca de nove contos de réis.

Temos de resumir os factos, porque nos falta o espaço para os narrar.

Outro jornal de Lisboa revela, que o sr. Fontes mantinha no paço um espião, a quem pagava pelas despezas eventuaes do ministerio da guerra.

Quando saiu do poder o ultimo ministerio, ainda houve tempo, para, por meio de uma *portaria surda*, se mandar pagar 250$000 réis ao honrado espião!

Emfim nunca se acabaria se se quizesse registar todos actos de devassidão que se praticaram durante a ultima situação politica!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Continua o atrazo do pagamento aos professores de instrucção primaria. Do concelho de Taboa recebemos hontem a seguinte informação:

«Estamos no dia 22 de Março, e ainda não chegou a este concelho ordem de pagamento aos infelizes professores de instrucção primaria do mesquinho ordenado vencido no mez de Janeiro!!»

Isto é um grande desaforo! Parece haver o proposito de espesinhar e torturar os professores de instrucção primaria!

Por ventura os taes senhores empregados, pelas mãos de quem corre este serviço, estarão ainda a esta hora por embolsar do seu ordenado de Janeiro?!

Se lhes não fosse permittido receber o ordenado, senão quando o recebessem os professores de instrucção primaria, de certo se apressariam a cumprir as suas obrigações. Como, porém, estão pagos em dia, nada lhes importa.

Os professores de instrucção primaria estão sendo tratados como escravos.

Não só pedimos, mas em nome dos sagrados direitos da instrucção popular exigimos do governo toda a attenção para este grande escandalo; porque se não tratar de reformar radicalmente este serviço, ficará o mesmo governo responsavel por uma tal iniquidade.

E é para este resultado que muitas secretarias estão cheias de empregados publicos!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CORRESPONDENCIA

Sr. redactor.—Tendo sido noticiado pelo seu jornal de 17 do corrente Março, mas succintamente, a trasladação que se fez para esta cidade, dos restos mortaes da filhinha mais nova do sr. Francisco Henriques de Sousa Secco, fallecida em Thomar, consinta, que por elle mesmo, eu mais conhecedor d'esse acto verdadeiramente solemne, addite a sua noticia com a detalhada narração d'elle.

E principiarei por dizer: que, Coimbra deve com fundada razão, ter-se sentido exaltada, acabado de presencear esse acto grandioso, por maneira que a nobilita, e tão extraordinario pelas circumstancias de que foi revestido, que raro será, senão difficil, de ser repetido.

Tendo o sr. Francisco Henriques de Sousa Secco sido ferido pelo golpe profundo, da cruel provação e infortunio, em lhe ter fallecido o anno passado, quando estava ainda juiz de direito em Thomar, a sua muito interessante e querida filha mais nova, na edade dos quatro para os cinco annos — verdadeira edade dos encantos, que tantos tinha ella para attrahir todos os que a conheciam, — resolveram logo seus saudosos paes, fazerem trasladar os restos mortaes d'ella, para a terra que a vira nascer — Antuzede, onde tem a sua residencia — construindo ahi jazigo proprio em que podessem ser tambem arrecadadas juntamente as respeitaveis cinzas de sua boa mãe, alli sepultada.

Certas contrariedades, porém, que se deram á realisação do louvavel designio, de reunir sob a mesma campa, neta e avó, demoveu-os de prompto a fazer o jazigo no cemiterio da capital do concelho em Coimbra, para que a trasladação dos restos mortaes da filha querida, tivesse logar no dia do anniversario do seu fallecimento; com quanto por circumstancias da occasião fosse necessario antecipal-a para um dia antes, em 15 do corrente.

Foi n'este dia, que a cidade de Thomar, pelos seus respeitaveis e honrados habitantes, não se poupou de repetir, em escala sempre ascendente, as provas constantes do apreço, respeito e estima levada á dedicação, pelo seu outr'ora juiz de direito, e agora simples cidadão e seu muito devotado amigo, tributando honrosa homenagem, por forma de raro e singular exemplo, á memoria e ás cinzas d'aquella formosa innocente, que pelos seus naturaes encantos a todos attrahia; e fez com que a noticia inesperada da sua morte, fosse recebida com geral assombro, e com sentimento de profundo pezar por todos os que a conheciam mais de perto, que por ella derramaram lagrimas de verdadeiro pranto e dor.

Se o prestito funebre, que ha um anno a levou ao cemiterio de Thomar foi grande, imponente e respeitoso, excedeu a tudo isso agora na trasladação d'aquella cidade para o de Coimbra.

Thomar, pelas pessoas mais consideradas dos seus nobres habitantes, despovoou-se no dia 15 do corrente para acompanhar em numeroso e luzido prestito, os restos mortaes d'aquella innocente creança, filha do seu antigo juiz, para a estação do caminho de ferro em Payalvo, na distancia de 7 kilometros; donde ainda um grande numero d'aquelles respeitaveis cavalheiros, de dentro e fóra da cidade, seguiu acompanhando no comboyo, até serem acabadas as honras funebres ao fechar das portas do jazigo no cemiterio de Coimbra.

Não é isto para dizer, que Thomar se engrandeceu e nobilitou com tão singular e cavalheiroso feito de homenagem, porque nobres e grandes foram sempre, pelos seus proceder e sentimentos elevados os seus excellentes habitantes; se não para concluir que Coimbra e Thomar deveram ter-se sentido orgulhosas; uma pela grandeza d'essa singular e honrosa homenagem; a outra pela maneira sublime e de todo o ponto digna por que se esmerou em saber corresponder-lhe e receber os seus illustres hospedes; e, ambas pela maneira por que, levadas do mesmo pensamento, se deram as mãos para que o acto funebre que desempenhavam, fosse verdadeiramente solemne e imponente, como compensação para ao menos mitigar a profunda e justa dor dos paes, se é que compensação podesse haver para supprir a falta da filha estremecida, tão cedo roubada aos seus carinhos e ao mundo!

Agora sobre a trasladação desde o seu principio, permitta-me, sr. redactor, a narração de como as cousas se passaram até ao final d'ella.

Já é sabido que o prestito funebre organisado em Thomar, era composto d'um crescido numero de todas as pessoas principaes d'alli, e pode dizer-se de tudo quanto ha de bom n'aquella cidade e ainda de fóra d'ella.

Sahiu o prestito depois das 10 horas da manhã do dia 15 de Março corrente da egreja de Santa Maria, para a qual os restos mortaes da fallecida haviam sido levados do jazigo da familia dos srs. Silvas Magalhães, obsequiosamente offerecido pelo honrado membro d'essa familia o sr. Francisco Vizeu Pinheiro, para alli terem sido depositados.

D'esta egreja para o carro funerario que conduziu o feretro para a estação do caminho de ferro em Payalvo, pegaram ás argolas—os srs. juiz de direito e delegado do procurador regio da comarca, Fernando Affonso Vaz Preto Giraldes e Antonio Xavier de Sousa Cordeiro, e os srs. dr. Andre Augusto de Amorim e Silva, advogado, e Paulo Godinho da Silva, medico do partido de Ferreira do Zezere.

Seguiu o prestito atravez da cidade, por entre alas de povo postado nas ruas, até á estação de Payalvo, onde chegou depois das 11 horas e meia da manhã.

Pegaram ahi ao caixão do carro funerario para a carruagem do caminho de ferro, de antemão preparada a esse fim, os srs. — visconde da Torre da Murta; dr. Antonio Alves de Macedo, advogado; Joaquim Antonio Jacinto, medico do partido de Thomar; e Manoel Joaquim d'Araujo, negociante alli estabelecido.

De Payalvo partiu o comboyo depois do meio dia, seguindo n'elle, a acompanharem o feretro, como prova da mais espontanea e singular dedicação e deferencia, tributada aos paes da interessante e sympathica creança, os srs.—dr. José Maria de Freitas, presidente da camara de Thomar; dr. Antonio Alves de Macedo e dr. Andre Augusto de Amorim e Silva, advogados; barão d'Alvaiazere, Francisco Christovão Alves Pinheiro, e Joaquim Antonio Jacinto, substitutos do juiz de direito; Francisco Franco Velloso, Francisco Vizeu Pinheiro e Antonio Carlos da Silveira, escrivães da comarca: visconde da Torre da Murta, Paulo Godinho da Silva, medico do partido de Ferreira do Zezere; Thomé d'Almeida e Silva, Manoel Joaquim de Araujo, José Joaquim de Araujo e Feliciano Thomé da Silva, vereadores, abastados proprietarios e negociantes; e dr. Francisco Pinto da Costa Saleima, conservador da comarca; ao qual, sendo aqui o ultimo, cabe melhor logar pela sua iniciativa e assiduidade nos trabalhos em vulto e preparos precisos, para que em tudo este acto começasse em Thomar tão solemne e pomposo, como foi continuado e concluido em Coimbra.

Chegando pelas 4 horas e meia da tarde o comboyo á estação de Coimbra, era alli esperado por um luzido e numeroso cortejo, composto de pessoas respeitaveis, amigos e relações dos paes da finada, de dentro e de fóra da cidade, entre as quaes se achavam tambem algumas das pessoas auctoridades e titulares; e por muito povo no grande recinto exterior da estação.

Pegaram ao caixão, da carroagem do caminho de ferro para o carro funerario em caminho para o cemiterio, os srs. — barão d'Alvaiazere: dr. José Maria de Freitas, presidente da camara de Thomar; Francisco Alves Christovão Pinheiro e Thomé d'Almeida e Silva, vereadores da mesma.

Seguiu o prestito, em que se contavam umas vinte carruagens, por entre grande concurso de povo, principalmente dentro das ruas da cidade, até dar entrada no cemiterio depois de 6 horas da tarde, onde o esperava muito povo e a philarmonica *Boa-União*, rompendo com musicas apropriadas a dar realce ao acto, que correu solemne e sempre respeitoso, sob a insigne direcção do sr. conego Manoel Marques Pereira Ribeiro, e particulares amigos do sr. Francisco Secco.

Pegaram ahi ao caixão, para a capella do cemiterio e depois para o jazigo da familia, os srs. — juiz de direito da comarca, João Roberto d'Araujo Taveira; presidente da camara, dr. Lourenço d'Almeida Azevedo; conde das Canas, e Antonio Maria de Padua e Oliveira, parente proximo da finada.

A chave do caixão foi levada pelo sr. dr. Antonio Augusto Canaes de Campos, tio da fallecida, que fôra a Thomar para desempenhar a triste missão de acompanhar os restos mortaes da sua sobrinha até á ultima morada, onde repousa já, dormindo o somno eterno entre as frias pedras do tumulo, insensivel a todas estas pompas por ella, sem já poder receber nem corresponder, com todos os encantos que possuia, aos doces carinhos paternaes.

Tambem foi a Thomar, e de lá acompanhou o feretro, o reverendo vigario d'Antuzede, o sr. Antonio Soares Correia, que obsequiosamente se havia offerecido para desempenhar esta lugubre missão.

Depois das orações que a egreja determina, escutadas dentro da vasta capella do cemiterio, com verdadeiro recolhimento pelos circumstantes que a enchiam, foi o feretro levado por entre alas do luzido cortejo e muito povo que se via no cemiterio, ao jazigo da familia.

Antes de ser elle fechado, foi recitado pelo presidente da camara de Thomar, o sr. dr. José Maria de Freitas, e ouvida com silencioso respeito, o seguinte sentimental discurso, que a todos commoveu, dando o ultimo *adeus* ao anjo que se lhe ia esconder para sempre, de quem fôra extremoso amigo.

«Senhores! — O sentimento da amisade, amor e respeito, me trouxe de bem longe á beira do tumulo!

«Sopro da morte! porque levaste para os mundos desconhecidos a tenra florinha, que se creava na terra?! Flor de liz, vergontea querida de nobres e virtuosos paes, que mão foi essa, que te decepou sem dó?!

«Quem te apagou o brilho, ó candida estrella? — A morte..., esse poder supremo, immenso e aterrador, que tudo arrasta e envolve em seu negro manto!

«Choremos pois, senhores, que o pranto é justo; mas não, porque a entrada de um anjo no ceu, é sempre um dia alegre e festivo para Deus!»

Depois d'isto, só resta uma consideração a fazer.

Se para a morte podesse haver compensações, ninguem as tinha recebido ainda maiores e mais completas em tudo isto que se fez, do que os saudosos e inconsolaveis paes d'aquelle anjo querido, que voou ao ceu; mas não póde haver compensações algumas ahi, mormente quando se lastima e chora a falta d'uma filha tão justamente estremecida, que a morte lhes roubou.

O que se fez por deferencia aos paes, para honrar, com as pompas mundanas, os restos mortaes da filha querida, só serve então senão para lhes sanar a sua justa dor, no menos para os certificar de que tem amigos n'esta cidade e fóra d'ella em terras estranhas, que os prezam; e que é justo por bons titulos, o seu costumado reconhecimento e gratidão; agora, para darem o testemunho do elevado apreço com que, é indubitavel, receberam tão honrosa como obrigante e significativa demonstração da parte das pessoas mais consideradas de Coimbra e Thomar, concorrendo por tal fórma a honrar aquelle acto e fazel-o verdadeiramente solemne, respeitoso e imponente, como realmente foi em tudo.

Coimbra 20 de Março de 1877.

* * *

NOTICIARIO

Theatro de D. Luiz I. — É hoje definitivamente a ultima recita da companhia arabe-argelina, e em que continuará a tocar violino a sr.ª Julia Blechschmidt, que nas noites ultimas fez prodigios de execução e gosto.

Bastará dizer isto para os amadores não faltarem. É a ultima recita; por isso quem não quizer perder a occasião de se deliciar algumas horas, não falte hoje ao theatro de D. Luiz I.

O sr. Correia d'Almeida, a quem deve o publico conimbricense o ter visto e apreciado alguma das boas companhias, que ultimamente tem vindo a esta cidade, contractou de novo com o sr. Molina para vir aqui nos principios d'Abril a companhia de *Zarzuella*, com o *corpo de baile hespanhol*, e quadros vivos.

É prevenir-se com tempo, quem quizer ter logar. A assignatura já está aberta.

É a primeira vez que em Coimbra se apresenta parte d'esta companhia. A de canto já é nossa conhecida. De certo não esqueceu ainda Maldonado, Williams, Baracochêa, Riva, etc., etc.

Licenciatura. — Fez na quinta feira exame de licenciado para a Faculdade de Philosophia o sr. Antonio de Meirelles Guedes Pereira Coutinho Garrido.

Zelo municipal em Coimbra. — Ha muito tempo foram arrancados por alguns malevolos os tubos de ferro, que estavam no chafariz da Sé Velha, e por onde saia a agua para o tanque. Desde então nunca mais se providenciou a tal respeito, e se as criadas de servir querem encher as vasilhas que levam á fonte, têm de levar comsigo tubos de cana para collocar no logar dos de ferro!

Este facto, em uma cidade como Coimbra, não precisa de commentarios.

Louvavel acção. — O nosso amigo o sr. Manoel Antonio da Costa communica-nos o seguinte facto, digno de todos os elogios:

«*Sr. Martins de Carvalho.* — Hoje succedeu na loja de minha tia Innocencia Maria da Conceição, um caso pouco vulgar no tempo presente.

Um estudante, creança de 12 a 14 annos o maximo, veiu comprar rebuçados á dita loja. Quem lh'os pesou foi uma criada, de pouco mais ou menos a mesma edade, e não sei como, deu-lhe em logar d'um rebuçado, e incluindo no peso d'elles, duas libras e meia em ouro que, por serem d'uma mulher da Beira que as tinha dado a guardar, estavam na gaveta, mas embrulhadas em um papel semelhante aos em que se embrulham os rebuçados.

Não teria ainda passado meia hora quando o dito estudante entrou pela porta dentro dizendo: «Que rebuçados me deram? Fui a desembrulhar um para metter na bocca e em logar d'elle acho duas libras e meia, que aqui estão!!!» E entregou-as.

Chamei o pequeno para lhe dar alguma cousa, mas não quiz acceitar e nem ao menos o nome d'elle soube para o patentear e agradecer-lhe.

Portanto, sr. Martins, se achar isto digno de mostrar-se ao publico e tiver um cantinho disponivel no seu acreditado jornal, faça d'esta o uso que entender conveniente, publicando-a ou resumindo a noticia.

Disponha do limitadissimo prestimo de quem se confessa

De v. m.ᶜᵉ att.º ven. cr.º e obr.º

S. C. — Rua da Calçada — 21 de Março de 1877. — *Manoel Antonio da Costa.*»

«*Sr. Martins de Carvalho.* — Soube agora, que o pequeno estudante a quem se refere o caso das duas libras e meia, chama-se Antonio da Silva Vieira, estuda preparatorios, e é filho do sr. José João Gonçalves Vieira, natural de Algoso, concelho de Silves, Algarve, e que actualmente se acha gerindo o deposito academico de tabacos á Portagem.

O pequeno nem ao menos foi pedir conselho aos paes para praticar a boa acção de entregar aquelle dinheiro, o que fez de seu motu-proprio, contando-o depois ao pae, que pela severidade de seus honrados costumes lhe disse: — Não fizeste mais que o teu dever, e praza a Deus que eu nunca saiba que fazes o contrario.

Gloria a estes filhos e aos paes que os educam.

Sem mais sou

De v. m.ᶜᵉ att.º ven. e obr.º

S. C. — 23 de Março de 1877. — *Manoel Antonio da Costa.*»

O jornalismo em Evora. — O sr. A. R. Azevedo Bastos, muito curioso investigador e collecionador, residente em Santa Marinha, concelho de Mezão Frio, nos informa do seguinte:

«Sr. Joaquim Martins de Carvalho — 21 de Março de 1877. — No n.º 3092 do *Conimbricense* de 17 de Março vi uma lista dos jornaes que se tem publicado em Evora, devida ao sr. Telles de Mattos.

Póde juntar-se-lhe tambem — *A voz do povo — Pamphleto popular*, de que apenas sahiram 2 numeros. Este pamphleto ou jornal era impresso em Lisboa, não me recordo agora em que typographia, estabelecida na rua das Canastras, á Ribeira Velha. Cada numero consta de 16 paginas em 8.º Era escripto pelo sr. Joaquim de Aragão e defendia exaltadamente a ideia democratica. Os ditos numeros sahiram de Maio a Julho de 1871. É de crer que o sr. Telles de Mattos conheça este jornal, mas o não queira inserir na sua lista, pela sua forma de pamphleto. Custava 40 réis cada numero.

O *Sileno* era redigido pelo grande calligrapho e desenhador, o sr. Manoel Nunes Godinho, quando era professor no Lyceu Nacional de Evora. Hoje acha-se em Lisboa occupando identico logar em não sei que estabelecimento litterario, aonde se tem feito muito conhecido pelas suas lições de calligraphia e respectivos compendios.

Sou — De v. mt.º att.º venerador e obr.º — *A. R. Azevedo Bastos.*

Historia popular dos Papas. — O acreditado editor de Guimarães, o sr. Teixeira de Freitas, proprietario da livraria Internacional, já bem conhecido pelas valiosas e interessantes publicações que tem feito, começou agora a publicar a — *Historia popular dos Papas, desde S. Pedro até nossos dias, por J. Chantrel, versão da ultima edição franceza, por Antonio José de Carvalho.*

É uma publicação muito curiosa e muito instructiva, e de certo será bem acolhida dos leitores.

A edição é nitida, e publicada em fasciculos de 48 paginas em 4.º e em typo compacto (contendo a materia d'um volume de 150 paginas em 8.º)

Cada fasciculo em edição popular custa 120 réis, em melhor papel 150 réis, e de luxo 180 réis.

Agradecemos o primeiro fasciculo publicado, que acabamos de receber.

O Seculo. — Publicaram-se os n.ºˢ 7 e 8 do *Seculo*.

Contém os seguintes artigos: — Astronomia popular, por A. Zeferino. — A escravatura nas colonias portuguezas na Africa occidental, por Correia Barata. — Portugal no estrangeiro, por A. Zeferino. — As Universidades allemãs. — Os «Papous» da Nova Guiné. — Imprensa estrangeira.

Litteratura Occidental. — Acabamos de receber o fasciculo 1.º da *Litteratura Occidental — sciencias, lettras e artes* — publicada n'esta cidade.

Felicitámos a nova revista, á qual desejamos as maiores venturas.

Este fasciculo contem as materias, que se podem ver do seguinte summario:

«*Introducção.* — *Anarchia d'exame*, Alexandre da Conceição. — *O somnambulo* (poesia), Silva Ramos. — *A evolução do romantismo em Portugal*, Sergio de Castro. — *A uma defunta* (poesia), Coelho de Carvalho. — *Costumes madrilenos*, de Magalhães Lima (critica), D. Guiomar Torresão. — *Suspeita* (poesia), Nunes da Ponte. — *Folhas de Rosa*, dr. José Federico Laranjo. — *Desalento* (poesia), A. de Macedo Papança. — *Traços*, Julio Cesar Machado. — *Esphinge* (poesia), Gonçalves Crespo. — *Explorações oceanicas*, Luciano Cordeiro.»

O incendio em Lamego. — Communicam de Lamego o seguinte ao *Commercio do Porto*:

«Escrevo-lhe debaixo de uma impressão dolorosa. Esta noute houve na praça um incendio, o maior que se tem visto n'esta cidade. Ficou reduzida a cinzas a vastissima casa do sr. visconde de Guedes Teixeira, onde começou o incendio. Communicou-se á casa do Banco do Douro, que ficou toda destruida tambem, e ainda ardeu parte de duas casas visinhas.

Mobilia e valores foi tudo salvo do banco, não havendo para este o menor prejuizo, mesmo porque a casa era arrendada, e pertencia ao negociante o sr. Francisco Bernardino. Na casa do sr. visconde salvou-se quasi toda a mobilia, todos os papeis, e livraria. No importante estabelecimento de pannos do sr. Francisco Bernardino, estabelecido nas lojas do sr. visconde, salvaram-se todas as fazendas.

Mas os prejuizos materiaes das 2 casas do sr. visconde e do banco, e as ruinas das circumvisinhas, não se podem calcular em globo em menos de 50 contos de réis.

Parece que o incendio começou no alto da casa do sr. visconde, na parte que era habitada provisoriamente pela sr.ª D. Maria Candida Tavares, e attribue-se ao descuido de uma criada que estivéra fazendo de noute uma brazeira. De certo começou o incendio pelas 11 horas ou meia noute; mas só pelas 2 horas da noute ou mais tarde começaram as torres a dar signal de incendio.

A hora não podia ser mais impropria e os soccorros appareceram tardios. É certo que o incendio foi descendo desde os ultimos andares até aos fundamentos. Era tão voraz o fogo, e tão insufficiente o serviço da bomba, apezar de moderna, que foi reclamada a da Regoa, que veiu ás 8 horas da manhã; e graças ao serviço combinado d'ella com a da camara, o incendio não se communicou a mais predios. Houve graves receios de arder uma corrente de casas.

Nunca vi um espectaculo tão horroroso e medonho.

O sentimento é geral.

Lamego, 20 de Março de 1877. — * * *

Noticias de Lisboa. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto*, diz o seguinte:

Lisboa 22 de Março.

As duas casas do parlamento trabalharam hontem bastante, principalmente a camara dos pares, que approvou nada menos de cinco projectos todos importantes e entre elles o orçamento da receita e despeza do estado.

Já chegaram a Lisboa 690 volumes com os objectos que foram á exposição de Philadelphia. Trouxe-os o brigue *Saga*, que chegou d'alli hontem.

O antigo e honrado guarda-livros do banco de Portugal, o sr. Domingos José de Sá Barbosa, falleceu depois de longa e penosa enfermidade.

A sua perda é sentida por todos que poderam apreciar as altas qualidades que distinguiam tão respeitavel cavalheiro.

Está gravemente enfermo o decano dos medicos da real camara, o sr. dr. Manoel Carlos Teixeira.

Para a fabrica de estamparia estabelecida na quinta do Inferno, em Alcantara, foram hontem despachados na alfandega 40 volumes contendo machinismo, vindo de Inglaterra: e avaliado em 3:300$000 réis.

O sr. ministro da guerra vae visitar os quarteis, a fim de verificar a qualidade do rancho.

Consta que o governo approvou o contracto Gotto. Corre que ámanhã será publicado no *Diario*.

Ha 88 pedidos de indulto para a Semana Santa.

A entrega do bastão do marechal Saldanha ao regimento de infanteria 1, verificar-se-ha depois da Paschoa com toda a solemnidade.

ANNUNCIOS

CONVITE

1 SÃO CONVIDADOS todos os socios da Associação dos Artistas, para comparecerem na sala da mesma, pelas 7 horas e meia da noite de terça feira, 27 do corrente, para alli se deliberar a maneira de fazer com que a direcção apresente as contas da sua gerencia, que já deviam ter sido apresentadas em Janeiro passado.

Egualmente para se combinar n'uma lista dos corpos gerentes que hão de servir no presente anno.

É de esperar que todos os socios que prezam o bom nome da Associação, o seu progresso, e desenvolvimento, não faltarão a este convite; porque d'essa reunião depende o levantar-se a mesma Associação do marasmo em que tem jazido.

CASA MINERVA

JOSÉ MONTEIRO PINTO RAMOS

100 - RUA DA CALÇADA - 104

COIMBRA

2 IMPRESSÃO rapida em bilhetes de visita, timbres commerciaes e de phantasia, facturas, prospectos, cartas de aviso, adereces para estabelecimento, rotulos para pharmacias e outras diversas impressões tiradas na *minerva* com nitidez e perfeição, para cujos fins esta casa recebeu novos typos de Paris. Papeis finos estrangeiros e enveloppes, por grosso e a retalho. Tintas de impressão, copiar, proprias para carimbos e marcar roupas. Livros de missa. Bom sortido em vinhos do Porto e chás, para o que compete com preços de Lisboa e Porto.

Recebe encommendas pelo correio.

Amendoas de Lisboa

3 ACABA de chegar ao estabelecimento de José Tavares da Costa, um variadissimo sortimento da melhor qualidade, que vende a preços reduzidos.

4 ARRENDA-SE do proximo S. João por diante, uma ou duas lojas, na rua do Visconde da Luz, n.º 104, 106 e 108, bem como os andares da casa, n.º 47, na rua da Calçada.

Tracta-se com Francisco de Sousa Araujo, na dita rua, n.º 41 a 45.

LIVRARIA DE THEOLOGIA

5 ESTÁ incumbido da venda de uma, e mostra o respectivo catalogo — Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

PIANO

6 VENDE-SE um proprio para estudo, Couraça de Lisboa n.º 75.

Concurso

7 A CAMARA MUNICIPAL do concelho da Guarda faz publico, que se acha a concurso, por espaço de 60 dias a contar da data d'este annuncio, o partido de medicina d'este concelho, com o ordenado annual de 300$000 réis, pulso livre e com as condições, que estão patentes desde já, na secretaria da camara, para quem as quizer examinar.

Guarda 13 de Março de 1877.

O presidente

Francisco Antonio Patricio.

ALTA NOVIDADE

8 CARTONAGENS allemãs e francezas.

46 - Rua da Calçada - 48

CONVITE

9 JOAQUIM MARTINS DA CUNHA, na qualidade de curador fiscal da massa fallida de João Francisco da Silva, socio gerente que foi da firma—*Garicho e Companhia*, convida todos os devedores a esta extincta sociedade, a pagar-lhe seus debitos, até 15 de Abril proximo, visto ser elle o unico auctorisado por sentença do tribunal do commercio d'esta cidade de 17 de Novembro do anno findo, a fazer essas cobranças e a liquidar todos os effeitos a ella relativos, segundo as forças do seu activo e passivo.

Coimbra 20 de Março de 1877.

Joaquim Martins da Cunha.

AGRADECIMENTO

10 FRANCISCO HENRIQUES DE SOUSA SECCO e D. Maria Luiza Canaes de Campos Sousa Secco, extremamente penhorados e gratos pelas muitas e significativas demonstrações de consideração e estima, propria de verdadeiros amigos, com que os honraram os nobres habitantes do concelho e cidade de Thomar, por occasião de serem trasladados d'alli, no dia 15 do corrente, os restos mortaes da sua muito querida e sempre saudosa filha, Anna Augusta Canaes Sousa Secco; muito especialmente os mais respeitaveis cavalheiros ahi, que não só os acompanharam, como honrosa homenagem, até á estação do caminho de ferro em Payalvo; mas, muitos d'elles, ainda d'ahi até serem encerrados no jazigo do cemiterio em Coimbra: vem dar um publico testemunho do seu alto apreço e reconhecimento por tão subida honra, e agradecer-lhes em quanto o não podem fazer particularmente a cada um.

Egual testemunho e agradecimento enviam a todos os respeitaveis cavalheiros, d'esta cidade e de fóra d'ella, das suas relações e amisade, que concorreram dando as mãos aos nobres cavalheiros de Thomar, a prestar as ultimas honras n'aquelle acto funebre, e fazel-o verdadeiramente solemne e respeitoso; e em especial aos seus mais particulares amigos, que pelos seus importantes serviços de insigne direcção e aprestos em Thomar e aqui, conseguiram que tudo se fizesse e concluisse como eram seus desejos, para honrar as cinzas e a memoria da sua querida filha.

Tambem pedem desculpa de quaesquer faltas involuntarias, proprias da occasião triste.

PHARMACEUTICO

11 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. Jose Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

12 PHOSPHOROS suecos amorphos **LEGITIMOS** — para revender — 33 % d'abatimento.

Semente d'**EUCALYPTOS.**

Variado sortimento de semente de hortaliças.

Arbustos para jardins.

Vende-se na rua do Visconde da Luz, n.º 12.

Antonio Mendes Simões de Castro.

DECLARAÇÃO

13 O THESOUREIRO da Associação dos Artistas de Coimbra declara, que de ha muito está prompto a prestar as contas que lhe forem exigidas.

Coimbra 23 de Março de 1877.

Francisco Ferreira Rocha.

AGENCIA EM LISBOA

14 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico, incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.º

Substituições a militares

15 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

ALVIÇARAS

16 DÃO-SE a quem achasse um sacco, desde o Carquejo até ás Vendas da Pedreira, contendo os seguintes objectos: uma corda de carro, uma porção de stearina, esponjas, borrachas, ferros de limpeza, pentes, fivellas, e ferragem preta. Querendo entregal-o podem fazel-o na rua da Sophia, n.º 83.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

17 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e forma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

DINHEIRO A JUROS

18 N'ESTA redacção se indica a pessoa que empresta até 900$000 reis a juros sobre lettra, com bom fiador.

ESTABELECIMENTO

DE

MANOEL DA SILVA GONZAGA

51, Rua da Sophia, 55

GRANDE VARIEDADE

EM

AMENDOAS DE LISBOA

E

FRANCEZAS

VARIADO SORTIDO E GOSTOS MODERNOS

EM

Cartonagens e condeças para amendoas

20 ANTONIO NUNES DE SOUSA, e irmãos, da Covilhã, declaram, que têm o seu carro para aluguer. Preços convencionaes.

Covilhã 5 de Março de 1877.

ESPELHOS

21 EM MOLDURA OU SEM ELLA: variado sortimento de differentes preços e tamanhos.

108—Rua da Calçada—110

COIMBRA

Chapeus para sol

22 VARIADISSIMO sortimento para senhora, chegados no ultimo paquete de Bordeaux.

46 — *Rua da Calçada* — 48

AMENDOAS FRANCEZAS

Differentes qualidades

46 - Rua da Calçada - 48

Molduras douradas e pretas

24 GRANDE SORTIMENTO: vendem-se ao metro, e fazem-se caixilhos por medidas de todos os tamanhos, com perfeição e rapidez: preços commodos.

108—Rua da Calçada—110

COIMBRA

CRIADO

25 N'ESTA REDACÇÃO se diz quem precisa d'um para uma quinta n'esta cidade, que saiba de agricultura.

ATTENÇÃO

26 A CASA BOLSSON & POMBAR vae mandar a Paris, no mez de Abril proximo, um dos seus empregados, a fim de escolher e comprar fazendas.

Desde já recebem encommendas em todos os generos, tanto em Coimbra, na rua da Calçada, 86 a 90, como na sua filial da cidade do Porto, na rua de Santo Antonio, 159 a 161.

Coimbra, 20 de Março de 1877.

Bolsson & Pombar.

27 VENDEM-SE 300 a 400 paus de castanho proprios para madeiramentos.

Na tanoaria da rua das Solas, em casa de Manoel Contente Pinto ahi se mostram.

Estampilhas estrangeiras

28 NA RUA DA CALÇADA, n.os 163 a 165, acaba de se receber de Paris um grande e variado sortimento de estampilhas estrangeiras, que se vendem por preços baratissimos.

Á caridade publica

29 VAMOS CHAMAR a attenção das pessoas caridosas, para o estado lamentavel em que se acha uma familia muito honesta, e recolhida, que mora na rua de Sub-ripas, n.º 21. Compõe-se de tres irmãs, uma d'ellas bastante doente, e entrevada, sem terem absolutamente meios alguns; reduzidas á maior miseria e desamparo.

Em louvor da Sagrada Paixão e Morte do Redemptor pedimos ás almas bemfazejas que olhem para o quadro de miseria d'estas infelizes, e mandem-lhes o que poderem, e for da sua vontade; pois Deus lhes recompensará tão bem merecida acção.

Venda de pinheiros

30 ANTHERO DE AGUIAR FRAZÃO SOARES, residente na freguezia de Alfarellos, concelho de Soure, vende, no seu magnifico pinheiral da sua quinta da Paiança, limite da freguezia da Granja do Ulmeiro, e mui proximo da estação do caminho de ferro de Formozelha, sete mil pinheiros. Quem pretender, poderá contractar com seu dono até ao fim do mez de Março do corrente anno.

31 AMENDOAS DE LISBOA, e cartonagens para as mesmas. Largo da Feira, n.º 8, 10.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3095 | Terça feira 27 de Março de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Não entendemos que qualquer opposição seja conscienciosa em combater uma medida fóra do poder, se posteriormente fôr approvar a mesma, ou identica, só porque os ministros que a propõem são differentes.

Protestar, como protestou energicamente a opposição em 20 de Fevereiro de 1875, contra o projecto de lei de iniciativa do governo d'essa épocha, que tinha por fim auctorisar a nomeação de dois vogaes supplentes do supremo tribunal administrativo, para substituirem os effectivos nos seus impedimentos e faltas; e agora, na sessão de 23 do corrente, approvarem com a maior condescendencia, os homens da mesma opposição, o projecto de lei, apresentado pelo actual governo, que augmenta o supremo tribunal ainda com mais tres supplentes, é uma contradicção flagrante, e que exautora quem assim procede.

Temol-o dito e repetil-o-hemos as vezes que fôr preciso. Achâmo-nos felizmente desligados de todas as parcialidades politicas, com o que evitâmos de nos vermos forçados, por causa da chamada lealdade partidaria, a tomar a responsabilidade de actos que reprovâmos.

N'este posto da imprensa não temos de dar contas dos nossos actos e opiniões a nenhum centro politico; mas sim ao publico em geral, que julga e examina se somos, ou não, justos e imparciaes nas nossas apreciações.

N'estas circumstancias estâmos inteiramente livres para censurar tanto os actos dos governos, como os das opposições, que faltam ás suas promessas, e se desviam dos dictames do justo e do honesto.

Para nós as irregularidades, as injustiças e os abusos são censuraveis, de qualquer lado que provenham.

O que o povo deseja, o que quer, e aquillo a que tem direito, é que seja bem gerida a fazenda publica; que a moralidade seja a norma da administração; e que se distribua a justiça a todos com egualdade.

Desgraçadamente a experiencia tem mostrado que se procede quasi sempre de fórma diversa; e d'ahi vem a incredulidade que lavra em todas as classes da sociedade.

O povo está descrente, porque tem visto por amarga experiencia, que se promette na opposição uma cousa, e se pratica no poder outra muito diversa.

Viu o povo que entre aquelles que ha 30 annos eram os seus maiores arautos e defensores na imprensa, houve quem se tornou depois, quando á frente dos negocios publicos, o patrono de todos os abusos, o executor de todas as arbitrariedades.

Quem como nós combateu sem tréguas esses abusos e arbitrariedades, não deixará hoje de stygmatisar aos que praticarem outros eguaes ou identicos.

Nada será capaz de nos fazer arredar do nosso recto caminho.

Bem sabemos que quem assim procede tem de luctar com grandes embaraços e se expõe a numerosas contrariedades; mas tem a approvação dos homens de bem e da sua consciencia, e isso lhe basta.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Estâmos na épocha da creação dos supplentes!

Na sessão da camara dos deputados do dia 23 do corrente foi approvado o projecto de lei, creando mais tres supplentes para o supremo tribunal administrativo.

Na sessão immediata do dia 24 foi egualmente approvado outro projecto de lei, pelo qual são creados dois vogaes supplentes do tribunal de contas, vencendo pelo tempo de serviço que prestarem 800$000 réis por anno.

Não se vê senão crear empregos e augmentar a despeza! Cá estão os contribuintes para pagar tudo.

Boas economias são estas!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na sessão da camara dos deputados de 19 do corrente foi posto á discussão um parecer da commissão de saude publica, confirmado por outro da commissão de fazenda, para ser elevado o ordenado do guarda mór de saude publica de Ponta Delgada, de 500$000 réis que actualmente recebe, para 800$000 réis!

Este parecer era altamente apadrinhado, e eram numerosos os empenhos para se onerar a fazenda publica com mais este augmento de despeza.

O sr. Paula Medeiros combateu fortemente o parecer, no que foi coadjuvado por mais dois deputados; resultando que, apesar de todas as diligencias e empenhos, o parecer foi adiado, para ser ouvido o governo.

Não se póde ver sem indignação, que haja deputados que venham propor um augmento de mais 300$000 réis áquelle guarda mór, que já recebe réis 500$000, quando os professores de instrucção primaria estão reduzidos a receber 90$000 réis, pagos pelo estado, e 20$000 réis de gratificação dos municipios!

De modo que qualquer empregado não póde viver com 500$000 réis, e carece de mais 300$000 réis; e os professores de instrucção primaria hão de sustentar-se com 110$000 réis!

Egualmente em quanto se quer elevar aquelle ordenado a 800$000 réis, os parochos, que têm um trabalho constante, acham-se reduzidos a uma tenue congrua, que lhes não dá os meios de decente sustentação.

No continente do reino ha 3:803 parochos, dos quaes 850 têm um rendimento annual inferior a 100$000 réis; 1:800, um rendimento que não excede a 150$000 réis; e 960 um rendimento que não vae além de 200$000 réis.

Faça-se a comparação, e digam depois as pessoas imparciaes se se póde tolerar, que haja quem proponha e sustente nas côrtes o augmento do ordenado do guarda mór de saude de Ponta Delgada para 800$000 réis.

Estâmos para ver se as altas protecções ainda fazem approvar este desperdicio.

E foi para isto que se praticou o escandalo de deixar de nomear para o referido logar de guarda mór, o nosso patricio o sr. bacharel Manoel Lopes Guimarães, antigo delegado de saude em Ponta Delgada, que por muitas vezes exerceu aquelle emprego, como seu

---

FOLHETIM

MISCELLANEA

MXCVI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Em seguida, para que se não assustassem, escrevi em o n.º 2.º uma carta aos governadores de Portugal com a data de 16 do mesmo mez; e no n.º 3.º escrevi aos habitantes de Portugal e Algarves com data do 1.º d'Agosto.

Bem se vê como o *Campeão* foi cortez para todos, não só porque lhes escreveu a dar parte de que estava no principio da sua marcha, mas para lhes manifestar as suas intenções, e certifical-os de que seria justo para todos, e não faltaria com o respeito a ninguem.

Feitos os primeiros cumprimentos, entrei logo no meu assumpto; porque, como bom prégador, não queria entrar n'elle sem um exordio conciliador. Mostrei em toda a serie do meu primeiro volume o que haviam de mister os portuguezes para recobrar a liberdade que lhes tinham usurpado; e por isso lhes expliquei quaes eram as suas verdadeiras garantias, indicando-lhes praticamente como ellas até alli se lhes tinham roubado. E para lhes tornar mais palpaveis estas garantias, fui misturando-as com muitos factos da nossa historia, e com muitos exemplos praticos do que tinhamos sido, e como a nossa monarchia não era a de um governo absoluto, mas de um verdadeiro governo constitucional. E por uma exacta conclusão mostrei-lhes, assim como aos homens que nos governavam, que não era eu que devia ser considerado como revolucionario por lhes expôr estas verdades de factos, porém que os verdadeiros revolucionarios eram o nosso governo actual, e os antecedentes, com especialidade desde o reinado de D. João V, porque tinham completamente destruido a nossa antiga constituição com que se organisou a monarchia, e por muitos annos foi regida. Assim, era preciso que o governo revolucionario em que estavamos acabasse, e se nos restituisse um governo legal, e só isto era o que eu pedia, porque, como portuguez, tinha direito para o pedir.

Não fiquei porém aqui: sem medo, sem contemplações, nem receios de desagradar, disse isto mesmo a el-rei D. João VI, na carta que ao mesmo tempo lhe escrevi com data de 16 d'Agosto d'este mesmo anno, e que se acha impressa no volume primeiro do meu *Campeão*, em pag. 111. Sem phrases, nem disfarces, e como homem livre, e forte com o seu direito, fallei-lhe da maneira seguinte:

«Senhor. — Muitas vezes terão dito a v. «m. seus conselheiros, e ministros, que *os di-* «*reitos da sua real corôa não prescrevem*; e «com effeito lhe tem dito uma verdade inega- «vel. É porém natural que esses mesmos con- «selheiros e ministros nunca dissessem a v. «m. outra verdade, essencialmente ligada com «a primeira, isto é, que *os direitos do seu* «*povo tambem não prescrevem*. Pois esta assás «importante verdade ousa hoje revelar a v. «m. o *Campeão Portuguez*, que por muito «mais honrado se terá se, por acaso, for na «realidade o primeiro que a tenha tão franca «e lealmente annunciado: porque ella tanto «interessa ao throno, pessoa, e familia de v. «m., como a todo o povo portuguez.

«Senhor. — As palavras *direitos da corôa* «involvem em si outra ideia associada, que «se enuncia por outras palavras, que são: «—*os direitos do povo*. E a razão é bem cla- «ra, porque *sem povo* não ha throno nem co- «rôa, quando póde haver, e tem havido, povo «sem haver throno ou corôa. Logo para ha- «ver essa corôa é preciso que haja alguem «que a tenha dado, e esse alguem é o povo, «pois que este na ordem da natureza e das «ideias, é primeiro do que ella.

«Se a corôa e o throno não pódem exis- «tir *sem haver povo*, mui evidente ainda é, «que as corôas e os thronos são effeitos de «*pactos* entre os povos e os reis; e que estes «*pactos* não pódem ter existido, sem haverem «creado direitos e deveres, communs tanto «para os reis como para os povos. Logo te-

substituto, e que por promoção lhe pertencia.

Isto, porém, já não deve admirar, porque estámos em um paiz onde impera em tudo o mais desaforado patronato.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Todos reconhecem que é da maior conveniencia para Portugal o ser bem representado nas differentes exposições que se fazem nos paizes estrangeiros.

Para a ultima exposição em Philadelphia foram solicitados e remettidos muitos productos, já naturaes, já fabricados.

É, porém, mister que haja todo o cuidado e toda a promptidão em que sejam entregues aos expositores os objectos que mandaram para Philadelphia.

Não só é um dever; mas de se proceder de modo diverso resultaria que se não prestassem os mesmos, ou outros expositores a mandar os seus productos á futura exposição de Paris.

Ainda ha pouco vimos uma queixa em nome do sr. José Rodrigues Teixeira, ourives do Porto, o qual mandou para a exposição de Philadelphia, um calix, um paliteiro, duas salvas, um tinteiro, um buzio, e seis bolsas para dinheiro; sem que até agora lhe fossem restituidos esses objectos.

Além d'isso o governo, por intervenção dos seus commissarios, deve empregar todos os meios possiveis para que os objectos mandados para as exposições sejam transportados com todo o cuidado, a fim de voltarem ao poder de seus donos sem serem deteriorados.

É essa uma rigorosa obrigação, que é necessario cumprir em utilidade de todos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Segundo um annuncio que publicámos em o numero passado d'este jornal, vê-se que ha quem trate de reunir hoje os socios da Associação dos Artistas de Coimbra, para deliberarem sobre interesses d'esta sociedade.

Somos inteiramente alheios ás desintelligencias que têm lavrado na Associação dos Artistas; mas aquillo a que não somos, nem podemos ser insensiveis é á total indifferença havida por parte dos corpos gerentes da mesma Associação, com respeito á sua bibliotheca.

Não sabemos se os gerentes da sociedade querem continuar a ter como em carcere privado os seus livros, sem nenhuma utilidade publica, antes com manifesta burla das pessoas e corporações que na boa fé para alli os deram ou emprestaram.

A experiencia mostra que a leitura nas bibliothecas é quasi nulla; em quanto que não falta quem peça livros para ler em sua casa, nas horas vagas das suas occupações.

Seja como fôr: uma sociedade que, como a Associação dos Artistas de Coimbra, se acha reduzida ás simples operações de receber e pagar, sem praticar nenhum outro acto significativo da sua existencia; uma sociedade como esta em que se não reune a sua direcção e o seu conselho, nem uma só vez, ha 6 *mezes (!!!)*; se se não delibera a tomar alguma resolução energica, fica julgada como merece perante a opinião publica.

Fóra de Coimbra custará a acreditar, que ha *meio anno* não tenha havido quem admitta os individuos que pretendem entrar para socios!

Ainda se não sabe quando as contas serão apresentadas. A eleição para os novos cargos tarde se realisará, e por essa fórma já não póde haver o costumado bazar de 8 de Maio, que é uma das fontes de receita da Associação; e assim terá a nova direcção de luctar com essa falta de meios.

Além d'isso a Associação dos Artistas de Coimbra não foi creada para ser um simples monte-pio. Os créditos que chegou a adquirir provieram-lhe de actos muito diversos.

Como simples monte-pio era completamente desnecessaria. Para isso ahi estava o Monte-pio Conimbricense.

Quando uma sociedade como a Associação dos Artistas chega ás circumstancias, da quasi totalidade dos seus membros verem com a mais censuravel indifferença a atonia em que ella vive, essa sociedade caminha inevitavelmente para o seu aniquilamento. A questão é de mais ou menos tempo; mas o facto tem de se realisar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Informam-nos que no concelho de Montemór o Velho ha um individuo, que é ao mesmo tempo membro da camara municipal, regedor de parochia, e escrivão do juiz ordinario.

Entende-se n'aquelle concelho que se podem exercer cumulativamente semelhantes empregos!

Indicámos este facto como exemplo do modo como marcha a administração publica no districto de Coimbra!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O artigo que ha dias publicámos ácerca do *Centro promotor de instrucção popular* d'esta cidade, foi causa de que um nosso amigo e patricio, residente na villa da Figueira, nos dirigisse o interessante communicado, que abaixo inserimos.

É com muita satisfação que vemos os progressos do *Gabinete de leitura da Assembléa Figueirense*: e agora que se trata de reformar os estatutos do *Centro promotor*, convém que se veja o que se pratica com tão bons resultados n'outras terras.

O *Centro promotor* deve empregar todos os esforços para tornar a sua bibliotheca o mais circulante que fôr possivel. Alguma cousa se tem feito n'esse sentido, mas ainda é muito pouco em relação ao que deve ser.

Vejam os progressos do *Gabinete de leitura da Assembléa Figueirense* todos aquelles que, com a mais censuravel teimosia, e em guerra declarada á instrucção popular, se têm opposto a que a bibliotheca da *Associação dos Artistas* se torne circulante.

É melhor estarem os livros a crear traça e aferrolhados nas estantes, como presos condemnados a carcere perpetuo!

Vêem-se cousas em Coimbra, que se não praticariam nos logares mais sertanejos.

Eis ali o communicado que recebemos da Figueira.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

No *Conimbricense* de 20 do corrente, para incitar o *Centro promotor d'instrucção popular* a que faculte aos socios a leitura domiciliaria dos livros que compõem a sua bibliotheca, apontam-se, como exemplo a seguir, o *Gabinete Portuguez de Leitura* do Rio de Janeiro, e as associações de natureza e indole analogas com séde em Lamego e Alcobaça.

Desnecessario é ir tão longe buscar o que ás portas de Coimbra se encontra; pois que na Assembléa Figueirense póde achar-se modelo para taes instituições, sem que lhes difficultem a administração gerencias trabalhosas ou formalidades d'apparato. O assumpto é alli regulado especialmente pela parte do Regulamento interno que diz:

«Art. 41 O socio, que desejar levar algum livro para casa, poderá fazel-o, deixando o seu nome com a declaração do dia e do titulo e volume da obra que levar, inscripto em um livro para esse fim destinado.

«§ unico. Não é permittido levar mais que um volume por cada vez nem retel-o por mais de oito dias: se findo este prazo não tiver sido entregue, ou o fôr em estado de deterioração, o socio, que o tiver levado, fica responsavel pelo pagamento de toda a obra pelo preço constante do catalogo respectivo.

«Art. 42. O socio ou visitante, que fôr contra o disposto nos artigos antecedentes, será severamente estranhado, e, reincidindo, a direcção proverá conforme a lei.»

Convem acrescentar que rarissimas vezes tem havido occasião d'applicar este ultimo artigo, o qual, com o 41 e seu §, anda transcripto no começo de cada volume do gabinete de leitura, n'uma pequena folha impressa. Por deliberação das direcções não se permitte a saida dos livros que se podem considerar mais particularmente de consulta, como são os diccionarios de Navegação e Commercio, Historia e Geographia, etc., facilitando-se, ainda assim, o manusearem-se estes mesmos fóra da assembléa, precedendo accordo, ou assentimento do respectivo director. Para se avaliar a importancia que tem, e mais ainda a que ha de assumir o gabinete de leitura da Assembléa Figueirense (e com ella os de todas as associações identicas, como o Centro promotor), trasladaremos alguns periodos dos relatorios das ultimas direcções.

No que tratou da gerencia de 1871, e que é de todos o mais desenvolvido, lêem-se os seguintes periodos, que oxalá sirvam d'incentivo ás sociedades que miram a mais do que a simples recreio de seus associados:

«Tendo a tractar agora do gabinete de leitura, apraz-se a direcção em deter-se um pouco n'um assumpto que é tão caro a todos que prezam a instrucção. Creado ha poucos annos, e provido a principio de recursos excessivamente parcos, o gabinete de leitura, pela natureza mesma dos livros n'elle existentes então, era mais um gabinete de consulta do que um repositorio de abundantes obras, onde se encontrasse a instrucção a par de recreio — o util juncto com o agradavel.

«A medida, porém, que o fostes dotando, tem a experiencia mostrado o que elle pode vir a ser, assumindo todos os annos a saida de livros proporções inesperadas. É assim que, tendo saido em 1869 apenas 210 volumes, em setenta pediram-se 283, em setenta e um 356, em setenta e dois 358, em setenta e tres 644, e durante o anno da nossa gerencia 1:334. Quer dizer: em 6 annos o movimento do gabinete de leitura, em relação a livros, mais que sextuplicou, e em 1874 pediu-se mais que o dobro dos livros saidos em 1873, e quasi quadruplo dos de 1872! Não são os socios ordinarios apenas que se aproveitam d'este beneficio, e com prazer vemos que os extraordinarios começaram tambem a gozal-o. Assim, em 1869 somente 4 pediram livros, e aquelle numero ascendeu nos annos seguintes a 21, 59, 99, 200, e em 1874 attingiu a 333.

«Não nos chamarão pois utopistas, se avançarmos que o gabinete de leitura ha de ser no futuro um dos mais poderosos attractivos, não só para os figueirenses, como, e em especial, para os estranhos que temporariamente residam n'esta villa....

«.... Continha a nossa pequena collecção de livros, quando encetámos a gerencia que nos confiastes, 187 obras em 366 volumes, além de varios folhetos e opusculos etc. Contamos augmentar o gabinete com mais de 60 obras, nacionaes e francezas, quasi todas originaes, e que tractam de litteratura, historia patria, viagens, sciencias ao alcance de todos, etc. Em publicações periodicas temos tres de litteratura e sciencia (uma franceza e duas nacionaes) e quinze folhas politicas, representando os differentes partidos do paiz e os interesses especiaes do nosso districto administrativo....»

Os bons desejos da direcção foram muito além do que promettia no relatorio, pois que das sobras de differentes verbas fez tão fecunda applicação ao fornecimento do gabinete de leitura, que no anno seguinte (gerencia de 1875) este se achava como foi descripto no respectivo relatorio annual:

«A affluencia, sempre progressiva d'anno para anno, de procura e sahida de livros da bibliotheca d'esta nossa Assembleia, leva-nos á esperançosa convicção, de que o nosso gabinete de leitura ha de em mui proximo futuro constituir um dos mais importantes e concorridos attractivos não só dos nossos consocios ordinarios, mas ainda dos extraordinarios e até dos visitantes, sendo por isso muito para desejar, que em todos os annos subsequentes se destine á acquisição de livros de reconhecido merito e dos mais distinctos escriptores, nacionaes e estrangeiros, uma verba importante....

«.... Em 1874 elevou-se o numero de volumes pedidos ao de 1:334, e no da nossa gerencia ao de 1:360.

«Quando assumimos a gerencia d'esta assemblea, existiam n'esse nosso gabinete 292 obras; adquirimos durante ella 34; ficam por consequencia existindo no termo d'ella 326, afóra varios folhetos e opusculos, e uma volumosa collecção do *Diario do Governo*....»

Finalmente a direcção de 1876 disse mui concisamente, mas de modo bem significativo para mostrar a importancia que na Figueira se dá ao gabinete de leitura:

«Compraram-se para a bibliotheca 36$580 réis de livros, e encommendaram-se de França seis volumes da *Bibliotheque des merveilles*, continuação da obra (collecção) já existente n'esta casa. Deixamos pagas, conforme o costume, as assignaturas dos jornaes....»

Da comparação do que se executa na Assembleia Figueirense com um pequeno gabinete de leitura, filho exclusivamente dos recursos proprios, e do que se faz no *Centro promotor* com uma bibliotheca devida na quasi totalidade a offertas, resalta uma conclusão bem honrosa para esta terra, e que me parece dever estimular as direcções d'aquella associação a mudarem o rumo até hoje seguido, facultando aos socios a leitura, em casa, dos muitos livros que já possue. Proceder por outra fórma é imitar o erro economico do avaro que aferrolha os capitaes, furtando-os á circulação com irreparavel prejuizo seu, e das industrias, que poderiam ser exploradas e auxiliadas por elles; é mais ainda, e mentir ao titulo, e falsear a indole da sociedade, subtraindo aos seus membros os meios d'alcançarem essa *instrucção*, que se inscreveu no titulo da sociedade, e a cuja benefica influencia ella deve, sem duvida, grande parte do favor com que foi acolhida!

Figueira, Março de 1877.

N.

«mos ainda outra verdade inegavel, que os «reis assim como os povos tem direitos, e que «os de uns e de outros nunca *prescrevem*, «porque dimanam da mesma origem...»

Depois d'este exordio expliquei-lhe o que era a nossa monarchia; sobre que bases fôra fundada; e como a sua dynastia nos tinha privado dos nossos melhores direitos, que elle como rei justo, e homem de boa consciencia nos devia restituir, pouco importava que não fosse quem primeiro tivesse feito esta usurpação; porque todo o roubo, qualquer que seja a mão em que está, clama sempre por seu dono. Com muitas mais razões lhe fiz ver os nossos direitos, e a obrigação em que estava de nol-os restituir; e por fim concluí a minha carta como Massillon tinha concluido um dos seus sermões, que prégou diante de Luiz XV, e no qual lhe disse: — «Senhor! V. m. é mo- «narcha de uma nação livre, e bellicosa, e tão «ciosa de suas liberdades como de sua leal- «dade; e pois que sua auctoridade *vem toda* «*d'ella*, não deve v. m. empregal-a senão em «beneficio da mesma nação.»

Agora d'aqui pódem concluir qual foi sempre o meu caracter, como amei sempre a liberdade, e como em sua defeza fallei a el-rei, como, de certo, ninguem em meu tempo lhe fallou. E como a natureza, e a reflexão me dessem esta ousadia politica, longe de afrouxar no meu caminho, fui antes n'elle adiantando o passo.

Para melhor esclarecer os portuguezes, e para que todos soubessem o que tinhamos sido e o que eramos, tive para mim que nenhum melhor serviço lhes podia fazer do que apresentar-lhes o *Indice Chronologico* das nossas principaes côrtes, documento interessante, procurado, e achado pelo erudito e trabalhador João Pedro Ribeiro, que o offereceu á nossa Academia das Sciencias, da qual era membro. Alli teria elle ficado por muito tempo ainda escondido, como uma d'essas medalhas antigas, que a curiosidade guarda mui recatadamente, e que só a mesma curiosidade examina, se eu não tivesse a coragem de o ir arrancar d'alli, e expol-o aos olhos de todos, porque n'aquelles tempos o fallar em côrtes, e exigil-as, *era um crime de lesa-magestade*.

E tanto era assim, que o *Correio Braziliense*, que se vendia a todos que lhe pagavam, e então era o governo do Rio de Janeiro que o tinha a soldo, disse em o numero do mez de Setembro do anno de 1820, para atacar, malquistar, e matar se podesse o *Campeão Portuguez*: — Que diremos dos *empregados, que fomentaram a publicação da Chronologia das côrtes?* E até, para fazer esta accusação, mentiu; e bem o creio que de proposito; porque a quem elle, além do *Campeão*, pretendia ferir, eram os condes de Funchal, e Palmella, accusando-os indirectamente da publicação das côrtes de Lamego, e Coimbra, que eu publiquei no *Investigador Portuguez*, fazendo crer, que por insinuações d'elles era que eu as tinha publicado.

A esta maliciosa mentira lhe respondi eu no n.º 31 do *Campeão Portuguez* em Londres, volume 4.º, pag. 127, em um artigo, que tem por titulo — *Insinceridades do Correio Braziliense*, artigo, que quem for curioso, e o poder ler, não perderá o seu tempo, porque verá quem foi José Liberato Freire de Carvalho, e Hypolito José da Costa, auctor do *Correio Braziliense*.

Ao passo que ia adiantando os meus trabalhos, e fallando cada vez com mais clareza e energia, recebia noticias de Lisboa, que me annunciavam que a semente, que ia lançando á terra, começava a germinar, e que o dia da resurreição politica não estava longe. E mais eu acreditava n'estas noticias pelas que tinha de um jornalista hespanhol, meu amigo, que escrevia em Londres o *Hespanhol Constitucional*. Este já tinha escripto em o n.º 17, pag. 60, a seguinte prophecia:

«En el tiempo preciso, y perentorio
«Del anno veinte, en que Saturno rije,
«La *libertad* saldrá del purgatorio.

Sendo, portanto a situação de Hespanha mui analoga á nossa, e estando a opinião publica alli já tão desenvolvida, e prompta a manifestar-se, que duvida podia haver de que Portugal deixasse de lhe seguir o exemplo? A Hespanha deu emfim esse exemplo no 1.º de Janeiro de 1820 pela insurreição do exercito de Cadiz, insurreição que se communicou logo a toda a Hespanha. E nós portuguezes pouco tempo tardámos em os imitarmos, porque o brado de liberdade, que ouviu o Guadalquibir, ouviu-o o Douro poucos mezes depois, em 24 de Agosto do mesmo anno.

(*Continuar-se-ha*).

CORRESPONDENCIA

Lisboa, 25 de Março de 1877.

Não ha novidades politicas. O ministerio continua em santa paz, apoiado pelos seus amigos, e combatido por alguns mais insoffridos.

A contradança dos governadores civis annuncia-se para depois de encerradas as côrtes. Pelas diversas nomeações d'estes magistrados de confiança do governo, se poderá aferir a feição politica do mesmo.

Na proxima semana poucas vezes poderá funccionar o parlamento, e, por conseguinte, póde dizer-se que o actual periodo legislativo está terminado.

— O sr. ministro das obras publicas partiu hontem á noite para Thomar. Visitará a real fabrica de fiação d'aquella cidade, assistindo á distribuição das gratificações aos operarios que mais se distinguiram. Depois parte para o Minho, e mais tarde irá ao Algarve.

— Falleceu hontem o sr. Falcão da Fonseca, administrador da casa de Bragança, e indigita-se já para aquelle logar o sr. Cardoso Avelino, ex-ministro da justiça do ministerio passado.

— A relação de Lisboa deliberou hontem não tomar conhecimento do aggravo interposto pela tristemente celebre Joanna Pereira e seus cumplices, pela incompetencia da interposição, visto que ainda se não recorria da pronuncia.

— O sr. patriarcha publicou uma pastoral, na qual prohibe que as egrejas onde se celebrar a semana santa *estejam escuras*, de modo que não possa n'ellas exercer-se a vigilancia que o decoro aconselha. Muito bem andou o sr. patriarcha, mas muito melhor andaria se não consentisse que os referidos officios se alongassem por altas horas da noite, prohibindo que em diversas egrejas se canalisasse o gaz para dar mais realce... á belleza das damas!

— O sr. Miguel Paes, engenheiro chefe da tracção e conservação da linha de sueste, publica hoje no *Diario de Noticias* um interessante folhetim ácêrca de um projecto de construcção de uma ponte de ferro, que deve pôr em communicação Lisboa com a Outra banda, da linha de sueste, e servindo egualmente de estrada ordinaria. Têm, pois, os habitantes de Lisboa, em perspectiva, — se tal ideia se realisar — um passeio a pé ou de trem de Lisboa á Outra banda! Deve ser magnifico!

— É pessimo o estado sanitario da capital! E ainda bem, que os vendavaes e as chuvas têm purificado de alguma maneira a atmosphera pestilente em que se vive aqui. Na semana finda em 17 do corrente, houve em Lisboa 120 fallecimentos, predominando em mais larga escala as doenças dos orgãos respiratorios. Dir-nos-hão que para uma população tão densa, como a que se accumula na capital, não é para espantar a cifra. Parece-nos, porém, que a mortalidade não se elevaria a tão grandes proporções, se as condições hygienicas fossem mais favoraveis, — muito principalmente ás classes operarias.

— Ahi vão algumas noticias theatraes em primeira mão:

A empreza do theatro de D. Maria consultou os actores actualmente escripturados, a fim de saber d'elles se, no caso de futura adjudicação do mesmo theatro, poderia contar com os seus serviços. A resposta foi affirmativa e unanime; é um bom procedimento, que deve assegurar á empreza Biester & C.ª a administração da futura epocha theatral.

— Emilia das Neves ainda n'esta epocha dá o seu segundo beneficio de escriptura com o drama historico *A duqueza de Caminha*, original do sr. Sousa e Vasconcellos.

— Está a ensaios para o beneficio da actriz Virginia o drama *A varina*, original do sr. Fernando Caldeira.

— O beneficio da actriz Anna Pereira tem logar no dia 4 de Abril com o drama *Paraizos conjugues*, em dois actos, original, e o *Visconde de Letorière*, em tres actos, traducção, ornado de musica.

— Pinto de Campos, o consciencioso artista, tambem faz proximamente o seu beneficio, com o drama em 5 actos, extrahido do livro de Julio Diniz, pelo sr. Carlos Borges, *Os fidalgos da casa mourisca*.

— A associação de soccorros mutuos o *Pelicano*, uma das mais bem organisadas da capital, distribuiu aos seus associados o relatorio e contas da direcção relativas ao anno findo. Por elle se vê que o seu activo se elevou á quantia de 16:485$745 réis, subindo o movimento geral do capital á somma de 14:928$170 réis. O augmento de receita, no anno alludido, elevou-se á cifra de 2:683$500 réis, subindo tambem em escala progressiva a elevação da despeza. Os subsidios pecuniarios importaram em 7:310$345 réis, e os medicamentos, incluindo banhos, em 2:023$062 réis. O movimento de socios em 31 de Dezembro do anno findo era de 1:815, mais 163 do que em egual dia do anno de 1875.

A direcção, no seu relatorio, pede que sejam dados louvores aos facultativos da associação os drs. Gonçalves Correia, Martins Lavado e Gusmão Guerra, pela pontualidade em cumprirem os deveres dos seus cargos. São todos dignos de tal menção, mas consintam-nos que especialisemos aqui, sem deprimento dos dois primeiros, o sr. Guerra, pela assiduidade com que acode a visitar os doentes que lhe estão confiados. Em conclusão, como acima dissémos, a associação o *Pelicano*, é a melhor que actualmente existe em Lisboa, devido á sua boa organisação e á intelligencia dos membros de que se compõem os seus corpos gerentes, que primam todos em se desempenhar cabalmente da missão em que foram investidos.

— Continua chovendo, e ha prenuncio de novo vendaval. É pena, porque os preços reduzidos na linha do norte para as festas da semana santa deviam attrahir á capital grande numero de visitantes.

P. J. CONCEIÇÃO.

NOTICIARIO

Misericordia. — Os officios de trevas na real capella da Misericordia, na quarta, quinta e sexta feira começam ás 4 horas e meia da tarde.

Na quinta feira haverá missa solemne e exposição, ás 11 horas da manhã.

Na sexta feira terá logar ás 9 horas da manhã a solemnidade da Paixão, sendo orador o capellão da Santa Casa o rev.º padre Albino Ferreira Antunes Coelho. Á noute, depois do officio de trevas, pregará o sermão da Soledade o sr. bacharel Adolpho Ernesto Motta.

No sabbado terá logar a solemnidade do dia, ás 9 horas da manhã.

No domingo, ás 10 horas da manhã, haverá missa solemne, exposição, e procissão em volta do claustro. É orador o mesmo sr. bacharel Adolpho Ernesto Motta.

Egreja de S. Bartholomeu. — Na quinta feira santa haverá exposição do Sacramento n'esta egreja.

Na sexta feira á noite haverá sermão da Soledade, sendo pregador o rev.º parocho de Taveiro, Antonio Mendes Ribeiro.

E no domingo de Paschoa celebrar-se-ha a missa solemne, com sermão, pregado pelo rev.º sr. Antonio Maria Molha; terminando a festividade com a costumada procissão, se o tempo o permittir.

Boa acquisição. — No sabbado assignou-se a escriptura de compra que a Santa Casa da Misericordia d'esta cidade fez das tres moradas de casas, sitas ao fundo da Couraça dos Apostolos, que eram do sr. Joaquim Antonio Teixeira Barbosa. Estas casas eram sempre habitadas por pessoas, que pelos seus actos e palavras descompostas, davam uma pessima visinhança aos dois collegios de orphãos e orphãs.

As almas bemfazejas. — Vamonos outra vez dirigir ás pessoas caridosas, implorando uma esmola para uma infeliz senhora, muito doente, e com um filho que esteve ultimamente quasi cego, sem ter meios nenhuns para subsistir.

Esta senhora é a mesma, moradora na rua dos Anjos, a favor de quem ha tempo implorámos a caridade publica.

N'esta occasião em que a egreja commemora a Paixão e Morte do Redemptor ousamos dirigir-nos ás pessoas de coração bem formado, pedindo-lhes que soccorram aquella desgraçada, ou directamente, ou por nossa intervenção, pois que nos prestamos a fazer-lhe chegar á mão as suas esmolas.

A Providencia divina de certo recompensará largamente a quem fizer esta obra de caridade.

Cemiterio da Conchada. — Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

Antonio do Espirito Santo, filho de Manoel Luiz e Maria Antonia de Jesus, de Penacova, de 22 annos, fallecido em 17 de Março de 1877.

Alexandre Guimarães, filho de Antonio Fernandes e Gertrudes de Jesus, do Porto, de 58 annos, fallecido em 19.

João Ventura de Castro, filho de José Ventura de Castro e Felicia Pedrosa Ventura, de Coimbra, de 22 annos, fallecido em 19.

Dr. João Antonio de Sousa Doria, filho de Antonio Joaquim dos Santos e D. Ignez Joaquina de Sousa Doria, de Avô, de 62 annos, fallecido em 20.

Anna de Jesus Pereira, filho de Manoel Rodrigues e Luiza Lopes, de Friumes, de 70 annos, fallecida em 21.

Maria Joanna Correia, filha de Jacintho de Almeida e Margarida de Jesus, de Coimbra, de 80 annos, fallecida em 21.

José Baptista da Conceição, filho de Antonio Baptista e Maria da Encarnação, de Coimbra, de 48 annos, fallecido em 22.

Fortunata Felismina Dias Pessoa, filha de Manoel de Sousa, e Leonor Thomasia, de S. Silvestre, de 61 annos, fallecida em 22.

Gonçalo, filho de José Duarte d'Almeida Leitão e Rosa da Conceição Almeida, de Coimbra, de 15 mezes, fallecido em 23.

José Maria dos Santos, filho de José Simões Poiares e Maria da Conceição, de Serpins, de 26 annos, fallecido em 23.

Maria Fortunata Figueiredo Madeira, filha de João Homem e Maria Nogueira, de Valle da Vinha, de 92 annos, fallecida em 23.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada — 7:013.

Nova publicação. — Recebemos e muito agradecemos a seguinte publicação:

«*Camillo Castello Branco — Novellas do Minho — X — A viuva do enforcado — 1.ª parte.*

«Lisboa, livraria editora de Mattos Moreira & C.ª — Praça de D. Pedro, 68.

Compendio de historia. — Pedem-nos a publicação do seguinte:

Sr. redactor. — Rogo-lhe a bondade de mandar inserir no seu acreditado jornal o seguinte communicado, o que desde já lhe agradeço.

O sr. Joaquim Lopes Carreira de Mello acaba d'enriquecer o catalogo das suas publicações, com mais um compendio da historia de Portugal, para as escolas d'instrucção primaria complementar.

Este já bem conhecido e apreciavel escriptor e incansavel nos seus deveres como director do bem conhecido collegio de Nossa Senhora da Conceição, sito na rua da Esperança em Lisboa — empregando todos os esforços para que, o seu collegio, attinja o grau de perfeição a que elle deseja que corresponda.

Felicitamos o sr. Carreira de Mello por mais esta publicação, que de certo constitue um verdadeiro thesouro da infancia, porque contribue para os conhecimentos da nossa historia, para civilisação e cultura das letras.

Finalmente não tecemos elogios, porque o merecimento d'este compendio é superior a todos os louvores.

Sou — De v. att.º venerador obr.º — S. C. Março de 1877 — *J. M.*

Escolas de instrucção primaria. — No *Diario do Governo* de 24 do corrente lê-se o seguinte:

«Tomando em consideração o requerimento que me foi presente do digno par do reino dr. Vicente Ferrer Neto de Paiva, o qual, tendo mandado construir á sua custa duas casas para escolas de instrucção primaria, uma do sexo masculino já existente, e outra do sexo feminino que pede seja creada no logar do Freixo, freguezia de Villarinho, concelho da Louzã, districto de Coimbra, offerece ao estado as ditas casas, e bem assim a quantia de 2:500$000 réis em dinheiro para com o rendimento ser pago o ordenado de réis 130$000 á professora, uma gratificação de 10$000 réis ao professor, e o restante applicado á conservação dos edificios, mediante as clausulas seguintes: 1.º, que as

duas escolas fiquem sujeitas ás leis e regulamentos da instrucção primaria, e gosem no futuro os beneficios que houverem de ser concedidos ás escolas do mesmo grau; 2.º, que, se em algum tempo deixarem de existir no referido logar do Freixo ambas ou uma das escolas, seja qual fôr a causa, o governo ficará obrigado a restituir ao supplicante, ou a seus herdeiros e successores, 4:900$000 réis;

Attendendo a que os edificios dados foram construidos conforme a planta approvada pelo governo, e apresentam toda a segurança e commodidade, não só para os exercicios escolares, mas tambem para a residencia dos professores, valendo approximadamente 2:400$ réis, segundo o parecer do director das obras publicas do districto de Coimbra;

Attendendo á reconhecida utilidade da creação de uma cadeira de ensino primario para o sexo feminino no logar do Freixo, em vista do grande numero de creanças que d'ella podem aproveitar-se;

Annuindo de muito bom grado aos desejos manifestados pelo benemerito par do reino, e comprazendo-me de lhe dar os bem merecidos louvores pelo seu nobre e generoso intento:

Hei por bem, conformando-me com o parecer da junta consultiva da instrucção publica e do procurador geral da corôa e fazenda, aceitar o indicado offerecimento com as clausulas mencionadas, e crear uma escola primaria do sexo feminino no logar do Freixo, freguezia de Villarinho, concelho da Louzã.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 22 de Março de 1877. = REI. = *Marquez d'Avila e de Bolama.*

Agencia em Lisboa. — Creou-se ha pouco na capital uma agencia, com o titulo de — *Agencia-unica de economia domestica e financeira*, sob a firma *Caldeira & Bandeira*. Está estabelecida na rua do Ouro, n.º 140, 3.º andar (porta central).

Trata de encartes — liquidações de heranças — de administração de bens — de compra e venda de propriedades rusticas ou urbanas, e de heranças ainda não liquidadas — de compra e venda de fundos publicos — de emprestimos de capitaes, que possam ser obtidos do banco de Credito Predial, de algum outro estabelecimento de credito, ou de particulares — da cobrança de lettras e outros creditos — da compra de objectos para vestuarios, ou de fazendas e arranjos para elles, tanto para homens como para senhoras; mobilias e adornos de casas, e quaesquer utensilios para uso domestico, artistico, scientifico ou de agricultura, etc., etc.

Esta agencia é garantida pelo nosso patricio o sr. conselheiro José Maria Marques Caldeira; em vista do que não duvidamos pela nossa parte de a recommendar ao publico.

Todas as condições e esclarecimentos ácerca d'esta agencia vêem-se em um extenso programma, que se distribue a quem pretender qualquer transacção em Lisboa.

Despacho. — A sr.ª Anna da Conceição Quaresma foi provida, por tres annos, na escola de meninas, creada por decreto de 22 do corrente no logar do Freixo, freguezia de Villarinho, concelho da Louzã.

Aposentação. — Foi approvado na camara dos pares o projecto de lei, concedendo a aposentação ao sr. Herculano Santa Barbara, secretario dos hospitaes da Universidade.

Proposta. — Na camara electiva o sr. marquez de Avila e de Bolama apresentou uma proposta de lei para ser concedida á administração do Asylo de Mendicidade, de Coimbra, uma casa pertencente á antiga Inquisição, em Montarroio.

Soccorros para os inundados. — Reuniu-se em Lisboa, no dia 24, a commissão de soccorros para os inundados. Resolveu distribuir 12 contos. São esperadas mais 2:500 libras da subscripção promovida pela commissão portugueza no Rio de Janeiro.

Representação. — O sr. Pinheiro Chagas apresentou na camara dos deputados uma representação dos portuguezes residentes em Manau, imperio do Brazil, pedindo que seja responsavel o ministro que agraciou os cidadãos brasileiros Domingos Peixoto e Antonio de Miranda.

Legalisação. — O sr. ministro da marinha pediu a legalisação de mais 120:000$ réis dispendidos com as provincias ultramarinas.

Noticias de Lisboa. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

«Lisboa 26 de Março de 1877.

Na camara electiva, o sr. Pires de Lima chamou a attenção do governo para a necessidade de attender ao desenvolvimento da instrucção publica, bem como de evitar os passaportes falsos, combater a emigração e decretar o licenceamento da reserva.

Respondeu o sr. marquez de Avila, promettendo attender a todos estes assumptos.

O sr. José Luciano pediu a publicação dos documentos relativos ao contracto Gotto.

O governo prometteu publical-os.

Houve discussão a este respeito, trocando-se recriminações entre regeneradores e progressistas.

Foi votado sem discussão o projecto de expedição á Africa.

Foi tambem votado, depois de longa discussão, o projecto, contando para a promoção do sr. Cardoso Avelino, todo o tempo que esteve com a pasta de ministro.

A requerimento do sr. Pinto Bessa, a votação foi nominal.

O projecto foi approvado por 50 votos contra 4. Estes ultimos foram os srs. Luciano de Castro, Pinto Bessa, D. Miguel Coutinho e visconde de Moreira de Rey.

O sr. ministro da guerra visitou hoje os tribunaes militares.

Foi mandado elogiar o pessoal das estações telegraphicas de Valença e Lagos, pelo serviço que prestou por occasião das cheias.»

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS DE COIMBRA

Balancete em 30 de Setembro de 1876

Saldo do mez anterior	5:411$918
Recebido n'este mez	194$460
	5:606$408
Despendido n'este mez	128$132
Saldo que passa para Outubro	5:478$276

Balancete em 31 de Outubro de 1876

Saldo do mez anterior	5:478$276
Recebido n'este mez	178$442
	5:656$718
Despendido n'este mez	101$333
Saldo que passa para Novembro	5:555$385

Balancete em 30 de Novembro de 1876

Saldo do mez anterior	5:555$385
Recebido n'este mez	151$190
	5:706$575
Despendido n'este mez	134$340
Saldo que passa para Dezembro	5:572$235

Balancete em 31 de Dezembro de 1876

Saldo do mez anterior	5:572$235
Recebido n'este mez	288$716
	5:860$951
Despendido n'este mez	477$537
Saldo que passa para Janeiro de 1877	5:383$414

Coimbra 24 de Março de 1877.

O secretario da direcção
Seraphim Gomes de Abreu e Lima.

ANNUNCIOS

PIANO

1 VENDE-SE um proprio para estudo. Couraça de Lisboa n.º 75.

AMENDOAS

ESTABELECIMENTO DE JOÃO CORREIA D'ALMEIDA

RUA DO VISCONDE DA LUZ, 11

COIMBRA

2 ACABA de chegar um completo sortimento das melhores amendoas, de Lisboa, assim como um sortido de cartonagens dos gostos mais modernos, que vende a preços reduzidos.

3 ROGA-SE ao illm.º sr. Julio Augusto Gaspar da Cunha Serrão, escrivão de direito em Pombal, queira responder ás cartas que lhe tem dirigido um negociante de Coimbra.

Pedido

4 PEDE-SE a um sujeito de Condeixa queira mandar pagar a quantia de 39$060 reis, que deve a José Diniz de Carvalho, serralheiro n'esta cidade.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

5 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

AGRADECIMENTO

6 MANOEL MIRANDA, agradece por este meio, pois se acha impossibilitado de o fazer por outra forma, aos exm.ºs srs. dr. João Jacintho e Philippe do Quental, e ao sr. cirurgião Fonseca, pelo disvelo e carinho com que trataram durante a enfermidade ao seu criado José Maria dos Santos; e bem assim a todas as pessoas que acompanharam os restos mortaes d'este á sua ultima morada.

Hospitaes da Universidade de Coimbra

7 NO DIA 30 do corrente, pelas 10 horas da manhã, no claustro de S. Jeronymo, ha de arrematar-se em praça, se o preço convier, o fornecimento de 60 bancas de cabeceira de cerejeira, segundo o modello, que desde já se acha patente no mesmo local; e bem assim 60 pedras de marmore azul para as mesmas.

O arrematante fornecerá a madeira e todos os accessorios.

Administração dos Hospitaes da Universidade de Coimbra, 26 de Março de 1877.

O administrador
Costa Simões

PHARMACEUTICO

8 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

Substituições a militares

9 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

10 ANTONIO NUNES DE SOUSA, e irmãos, da Covilhã, declaram, que têm o seu carro para aluguer. Preços convencionaes.

Covilhã 5 de Março de 1877.

11 VENDEM-SE 300 a 400 paus de castanho proprios para madeiramentos.

Na tanoaria da rua das Solas, em casa de Manoel Contente Pinto ahi se mostram.

CASA MINERVA

JOSÉ MONTEIRO PINTO RAMOS

100 - RUA DA CALÇADA - 104

COIMBRA

12 IMPRESSÃO rapida em bilhetes de visita, timbres commerciaes e de phantasia, facturas, prospectos, cartas de aviso, adereces para estabelecimento, rotulos para pharmacias e outras diversas impressões tiradas na *minerva* com nitidez e perfeição, para cujos fins esta casa recebeu novos typos de Paris. Papeis finos estrangeiros e enveloppes, por grosso e a retalho. Tintas de impressão, copiar, proprias para carimbos e marcar roupas. Livros de missa. Bom sortido em vinhos do Porto e chás, para o que compete com preços de Lisboa e Porto.

Recebe encommendas pelo correio.

Amendoas de Lisboa

13 ACABA de chegar ao estabelecimento de José Tavares da Costa um variadissimo sortimento da melhor qualidade, que vende a preços reduzidos.

AMENDOAS FRANCEZAS
Differentes qualidades
46 - Rua da Calçada - 48

14 AMENDOAS DE LISBOA, e cartonagens para as mesmas. Largo da Feira, n.º 8, 10.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3096 — Sabbado 31 de Março de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

O parlamento é uma feira! Alli pouco mais se faz do que repartir pelos afilhados alguma cousa que ainda resta da fazenda publica.

Em economia quasi ninguem falla. Não se vê um projecto apresentado e approvado, que não traga comsigo augmento de despeza.

E com rarissimas excepções estão conformes os deputados n'esses esbanjamentos. Hoje approva-se uma proposta protegida por um certo grupo, para haver ámanhã direito a pedir a approvação de outra proposta protegida por diversa parcialidade.

Na sessão do dia 26 foram approvados os projectos de lei, concedendo á viuva do marechal do exercito, duque de Saldanha, a pensão annual e vitalicia de 2:400$000 réis, e ao duque de Saldanha, filho do marechal, a pensão de 2:000$000 réis.

Não se contentaram com uma pensão modica, e conforme o exige as circumstancias do thesouro. Temos mais o encargo annual de 4:400$000 réis, pelo fallecimento do duque de Saldanha.

No anno de 1834 foram concedidos ao mesmo duque, então marquez de Saldanha, 100 contos de réis em remuneração dos seus serviços, e egual quantia foi concedida aos duques da Terceira e Palmella.

Em os numerosos empregos que exerceu o duque de Saldanha recebeu sempre ordenados avultadissimos e quasi fabulosos, adiantamentos, ajudas de custo; emfim houve anno de receber dezenas de contos. E como foi sempre um grande perdulario, cá está a nação para carregar com mais 4:400$000 réis annuaes ainda depois do seu fallecimento.

Os deputados tudo approvaram, sem nem ao menos indagar se a viuva e filho do duque de Saldanha estavam na absoluta precisão de lhes serem votadas aquellas pensões annuaes!

Mas que querem, se na actual camara dos deputados ha nada menos de 87 empregados publicos! Alli a propriedade está quasi sem ter quem a represente. O orçamento do estado é que tem larguissima representação.

Elles não é que têm a culpa; mas sim os eleitores que para lá os mandam, ou deixam ir.

Os taes deputados seguem á regra de que — do pão do nosso compadre, grande fatia ao afilhado.

Vamos: os contribuintes são uma especie de limão. É espremer n'elle em quanto podér deitar algum sumo!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Não é só no recrutamento do exercito onde se praticam numerosos abusos e escandalos. O mesmo succede no recrutamento da armada.

Ahi vão alguns dados estatisticos, que mostram claramente a que ponto chegou a relaxação n'este serviço publico.

O contingente da armada, relativo a 1875 deu o seguinte resultado.

Ao departamento do norte pediram-se 349 recrutas, apresentaram-se 4, ficaram em divida 345.

Ao departamento do centro pediram-se 338, apresentaram-se 35, ficaram em divida 303.

Ao departamento do sul pediram-se 148, apresentaram-se 50, ficaram em divida 98.

Á ilha da Madeira pediram-se 60, apresentaram-se 11, ficaram em divida 49.

Á ilha Terceira pediram-se 19, apresentaram-se 6, ficaram em divida 13.

As ilhas de S. Miguel e Fayal pediram-se 57, e nenhum se apresentou.

Emfim, acrescentaremos que o numero de recrutas em divida com relação aos ultimos 15 contingentes pedidos, eleva-se a 5:000.

Eis o que é o recrutamento em Portugal!

Assim vae quasi tudo n'este paiz!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Finalmente depois das nossas queixas lá foram expedidas para os diversos concelhos do districto as ordens de pagamento aos professores de instrucção primaria, relativo ao mez de Janeiro.

Consta-nos que já estão promptas as folhas de Fevereiro.

Este serviço anda tão bem regulado, que foram expedidas as ordens do pagamento do mez de Novembro ultimo, ficando por esquecimento na repartição de fazenda d'esta cidade as folhas do mez de Outubro!

Isto não tem remedio, em quanto se não impozer aos empregados respectivos, a pena de não receberem o seu ordenado senão ao mesmo tempo que os professores.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MXCVII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Cabe-me aqui agora referir uma anecdota curiosa do que passei com o conde de Palmella não muitos dias antes do historico 24 de Agosto. Eu já disse que continuára a viver com elle, depois da questão que haviamos tido, na maior intelligencia, e que sempre o continuei a visitar e a condessa com a mesma familiaridade antiga.

Estava elle nomeado ministro do gabinete do Rio de Janeiro, e estava a partir para lá nos principios de Agosto. Soube eu então ter elle dito, que se não queria ausentar de Londres, sem se despedir de mim, e que se eu não apparecesse na embaixada, iria á minha casa dar-me o ultimo abraço. Não quiz saber mais, e fui eu quem o preveni.

Assim que estivemos ambos, a nossa conversação versou toda sobre os negocios de Portugal, e a este respeito me disse elle, pouco mais ou menos, as seguintes palavras: «Eu «vou para o Rio de Janeiro, e na qualidade «de um dos conselheiros d'el-rei faço tenção «de o aconselhar a que de prompto promulgue «algumas providencias uteis e necessarias a «respeito de Portugal, porque a minha sincera opinião é que alli não se póde continuar a governar como até aqui; e estou bem «certo que el-rei hade acceder ao que eu lhe «propuzer. Que lhe parece? não faço bem?»

— Muito bem! lhe respondi eu; mas o que eu tambem realmente penso, e que v. ex.ª não ha de ter tempo para executar essas suas boas intenções. E aquillo em que me fundo é, que vae partir para Lisboa onde se ha de demorar alguns dias; de lá ha de partir para o Rio, e ha de gastar na viagem talvez dois mezes, pouco mais ou menos; alli ha de consultar el-rei, e os seus collegas; e esta consulta não ha de levar menos de um mez; e por fim o que se resolver, ha de vir para Portugal; e tudo isto não póde durar menos de seis mezes. E pensa v. ex.ª, que os negocios de Portugal se hão de conservar, como estão, por todo este longo intervallo de tempo?

O conde olhou para mim muito admirado, e replicou-me: — «Pois está persuadido que «tão proxima esteja uma revolução em Portugal?...»

— Estou, certamente! Não recebe v. ex.ª cartas de Lisboa todos os paquetes, e não lhe dizem ellas o que alli se diz, e se passa? Ao menos as minhas annunciam-me uma mudança proxima; qual ella será, é que eu não lhe posso dizer.

O conde, sempre admirado do que eu lhe dizia, contentou-se em dizer-me por ultimo: — Melhor o fará Deus! eu ainda espero que as suas profecias se não hão de realisar, e que havemos de ter tempo para se executarem os meus planos. Os portuguezes não são tão resolutos, nem tão atrevidos para se arriscarem a uma revolução, mormente quando ha uma força, commandada por inglezes, muito sufficiente para os conter, ainda quando fossem temerarios...

A nossa conversação não foi mais adiante, porque eu não quiz replicar, vendo bem que era inutil, e que elle era como todos os *absolutistas*, os quaes nunca vêem o precipicio em que têm os pés, senão depois de n'elle cahirem.

O caso foi, que ao chegar o conde a Lisboa, se a revolução ainda não estava na rua, não tardou muito que o não estivesse. Sempre teimoso nas suas idéas, ainda teve a indiscrição de se unir aos governadores do reino para ter mão n'ella, mas n'esta tentativa se enganou, como se tinha enganado nos seus primeiros calculos; teve a felicidade de o deixarem partir são e salvo para o Rio de Janeiro, e de ser o portador d'esta boa nova para el-rei.

Alli, como se vê dos seus despachos que já correm impressos, ainda pretendia com os seus *elixires* diplomaticos, ora brandos, ora causticos, impedir ou serenar a impetuosidade da corrente, e só tirou por ultimo resultado ir desterrado para Villa-Viçosa!

Se a revolução a final cahiu, não foi elle quem com os seus *elixires* a frustrou; foram mãos mais poderosas, que fizeram o milagre, ajudadas pela inepcia, fraqueza, e não sei se diga, pelas baixas condescendencias do mesmo governo da revolução, que não soube ser revolucionario... É este sempre o vicio dos revolucionarios de *agua doce*: querem-no ser, mas não o parecer... depois de abaterem o idolo, são elles os primeiros, que se põem de joelhos diante d'elle, e o adoram!

Realisada que foi a revolução, e logo que entrou triumphante em Lisboa, vi eu bem que a minha *missão* estava acabada, e que já bem pouco tinha que fazer. Como o meu *Campeão* estava no seu segundo anno, quiz que o acabasse e que ao menos fosse ainda ajudando a mesma revolução na sua infancia, porque sabia que lhe haviam de apparecer novos inimigos, senão já capazes de a impedir, ao menos de a afrouxar e tornar-lhe os passos duvidosos e incertos.

Os inimigos que a não tinham podido impedir, nem tinham boas razões para a accusarem de desnecessaria e injusta, procuraram desacreditalsa pela fórma. Gritaram altamente contra as *novas*, e já queriam as *velhas*; de sorte que de revolucionarias que até alli eram, passaram a ser as unicas legitimas, santas, e justas. Eu tomei o partido das novas, e nem por isso julguei ter cahido em contradicção.

Como creio já notei, eu não tinha escripto ao acaso, havia feito um plano, e sobre elle é que dirigi sempre a minha penna. Pedi sempre a restituição das nossas antigas côrtes, porque via, que era o que eu só podia pedir sem passar pelo labeo de revolucionario, e porque não queria assustar o governo que me podia logo desde o principio impedir a minha marcha; e porque emfim sabia muito bem, que as côrtes velhas traziam no ventre as novas. Apparecendo as primeiras, não havia de tardar muito que não apparecessem as segundas, porque esta era a marcha do espirito humano, e a opinião do seculo.

(Continuar-se-ha).

Querem os nossos leitores saber qual a somma gasta com o chamamento da reserva até ao anno economico de 1875 a 1876?

Subiu á enorme quantia de 1:552 contos de réis!

Eis ahi o resultado, ou do capricho do ministro da guerra em chamar a reserva sem necessidade, ou a consequencia do governo consentir a relaxação das auctoridades, as quaes não fazem preencher o recrutamento, só para satisfazer aos potentados eleitoraes e aos mandões das differentes localidades.

Quando chegará o tempo em que se imponha aos ministros a responsabilidade pelos seus esbanjamentos?

Quando se dará n'este paiz um exemplo de moralidade?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A camara dos deputados legalisou mais uma irregular applicação dos dinheiros publicos.

Desde 1863 contribuia a provincia de Macau com 32 contos de réis, para juro e amortisação do emprestimo destinado a construir a ponte do arsenal e a comprar navios de guerra.

Durante, porém, o ministerio passado nunca foi recebida essa quantia no thesouro, porque o ministerio da marinha subrepticia e illegalmente lançava mão d'ella, e lhe dava a applicação que era da sua vontade.

No decurso de 5 annos, o governo furtou esses 32 contos á escripturação e á contabilidade do thesouro, e se recusou sempre a dar as explicações que ácerca d'esse assumpto lhe foram pedidas na camara dos deputados.

É assim que se respeita a lei!

Agora já foram legalisados esses actos pela camara dos deputados, lançando-se agua benta em cima de tudo.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na terça feira houve na sala da Associação dos Artistas uma reunião de muitos socios, para deliberarem sobre varios interesses da sociedade.

Foi larga a discussão, decidindo-se por fim nomear uma commissão, encarregada de formular uma lista dos socios, que devem ser votados para os differentes cargos.

Entre muitas censuras que se fizeram, pelo estado deploravel a que chegou a Associação dos Artistas, foi uma, a de se não ter nada providenciado para que os livros da bibliotheca utilisassem aos socios.

A esta censura ouvimos responder, que havia duvida em deixar sair da casa da Associação para as dos socios os livros que tinham sido emprestados pelo governo, em rasão de terem a marca de *propriedade do estado.*

Isto não era senão o remate da serie infinita de duvidas, de sophismas, de opposições, e de chicanas de toda a ordem, que desde 1870 têm havido, para se não levar a effeito a bibliotheca da Associação dos Artistas.

Estiveram os livros por alguns annos amontoados em uma casa escura sem haver estantes para elles; e tivemos de sustentar no *Conimbricense* uma renhida campanha para conseguir que se fizessem as estantes.

Fizeram-se finalmente, e n'ellas se collocaram os livros; e por signal que foi necessario que nós mesmos pessoalmente ahi os collocassemos; mas a má vontade contra a bibliotheca continuou sempre, sendo o resultado o que se tem visto.

Não ha um catalogo, não ha um regulamento, não ha nada!

Alguns membros dos corpos gerentes da Associação dos Artistas têm-se opposto, com a mais inaudita teimosia, a que a bibliotheca se torne circulante; fingindo não ver, que a leitura na casa da mesma Associação era por muitos motivos quasi impossivel; e que pelo contrario era indispensavel, que os livros fossem levados ao domicilio dos socios, para ahi poderem ser lidos commodamente por elles e suas familias.

Assim se pratica no Rio de Janeiro, em Lisboa, na Figueira da Foz, em Lamego, em Alcobaça, em toda a parte onde ha bibliothecas populares; com excepção apenas da Associação dos Artistas de Coimbra!

Agora, para complemento da chicana, vem allegar-se que ha perigo de se distrairem os livros que foram fornecidos pelo governo, por serem emprestados, e não dados.

Ora esses livros foram mandados *expontaneamente* para a Associação dos Artistas de Coimbra em Agosto de 1870, pelo benemerito ministro da instrucção publica, o sr. D. Antonio da Costa; e este mesmo ministro referendou com os seus collegas do ministerio, o decreto de 20 d'aquelle mez, pelo qual se mandavam crear em todo o reino bibliothecas populares.

Lê-se n'esse decreto:

«Artigo 1.º São instituidas as bibliothecas populares.

«Artigo 2.º Estas bibliothecas têm por intuito desenvolver os conhecimentos das classes populares por meio da leitura moral e instructiva.

«Artigo 3.º As bibliothecas populares ministram a leitura no estabelecimento e nos **domicilios.**»

Como é, portanto, que os livros cedidos pelo governo, eram restrictamente para estarem fechados na casa da Associação dos Artistas? Como se podia isso conciliar com a leitura no DOMICILIO, estabelecida no decreto de 20 de Agosto de 1870?

Além d'isso, não se providenceia em todas as bibliothecas populares a responsabilidade ao socio que não tornar a entregar o livro que levou da bibliotheca? E não se podia e devia aqui fazer o mesmo?

Diz-se, porém: independente do extravio, podem os livros emprestados para o domicilio damnificar-se ahi facilmente com o uso!

De certo! Mas abençoada damnificação essa!

Pois para que são os livros? É para estarem sentenciados a prisão perpetua, como os da Associação dos Artistas?

Que responderia o governo á mesa d'esta Associação, quando, achando-se os livros quasi todos estragados á força de uso, lhe dissésse: — «Senhor! Os livros cedidos em nome de vossa magestade á Associação dos Artistas de Coimbra, foram tão proveitosos, e a tal ponto chegou o uso d'elles, que já não podem continuar a servir: carecemos de outros.» — Acaso haveria governo, que responsabilisasse a Associação por taes livros? Pelo contrario, não se alegraria com a noticia de terem sido lidos tantas vezes, e não mandaria fazer nova remessa?

Os gerentes da Associação dos Artistas com o seu procedimento fazem recordar o que se praticava antes da descoberta da imprensa, em que os livros eram tão caros, que quem os possuia os segurava com cadeias de ferro a uma estante!

Diz-se ainda, que não ha vontade da parte dos socios em procurar os livros.

Então que queriam que fizessem os socios, não havendo catalogo, nem regulamento, nem registo da entrada e saida dos livros?

A principal culpa da nenhuma leitura não está da parte dos socios, mas dos corpos gerentes, que não facilitam, antes difficultam o uso dos livros. E' sobre elles que recae a responsabilidade de tão grande vergonha.

Não deve, porém, admirar, que os gerentes da Associação dos Artistas tenham tal indifferença pela sua bibliotheca, quando têm estado ha mais de 6 *mezes*, sem nem uma só vez se reunirem para tratar dos muitos e variados interesses da sociedade; transgredindo assim o artigo 52 dos estatutos, que manda reunir o conselho administrativo n'um dos primeiros dias de cada mez, e o artigo 70, que manda reunir a direcção nas quintas feiras da primeira e terceira semana de cada mez.

Estamos para ver se os socios continuam a presencear com impassibilidade uma semelhante degradação da Associação dos Artistas.

Se assim succeder diremos, que são dignos de tudo quanto lhes fazem.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A SOCIEDADE SECRETA DOS JARDINEIROS

Em os numeros do *Conimbricense* de 23 e 26 de Maio de 1868, e em o nosso livro — *Apontamentos para a historia contemporanea*, a paginas 55, démos noticia da sociedade secreta dos *Jardineiros*, descuberta em Coimbra em 11 de Julho de 1823, em uma casa na rua do Cabido, pertencente ao sr. José Guedes Coutinho Garrido, e hoje de seu filho o sr. Elysio Guedes Coutinho Garrido.

N'aquelle dia um criado do referido Garrido, indo a tirar agua de um poço, ahi achou grande numero de objectos pertencentes á dita sociedade, os quaes, sendo d'alli tirados, foram publicamente expostos no adro da Sé Velha.

O padre João Duarte Beltrão, que escreveu dois opusculos a este respeito, deu á sociedade dos *Jardineiros* o nome dos *Chicaras*, em rasão de estar a casa arrendada pelo estudante do 3.º anno de Medicina, Manoel Gomes da Silva, natural do Porto, e filho do secretario que fôra em 1820 da junta provisoria, Francisco Gomes da Silva, por alcunha o *Chicara*.

É bem sabido o grande escandalo que produziu em Coimbra o apparecimento dos objectos d'esta sociedade secreta; mas a verdade é, que da sua organisação interna nada se sabe; e por isso é muito apreciavel qualquer cousa que se descubra a este respeito.

Ha pouco tempo, um nosso estimavel amigo de Lisboa teve a bondade de nos offerecer uma importante obra em tres volumes, publicada no anno passado no Rio de Janeiro, com o titulo de — *Anno biographico brasileiro*. E' um vastissimo repositorio de noticias biographicas, que prendem quasi todas com a historia politica do Brasil.

De paginas 163 a 167 do 3.º volume, lê-se a biographia de Francisco Gé Acayaba de Montesuma, visconde de Jequitinhonha, natural da Bahia. D'ella extrahimos os seguintes periodos:

«Filho legitimo de Manoel Gomes Brandão Montesuma e de D. Narcisa Theresa de Jesus Barreto nasceu a 23 de Março de 1794, na cidade da Bahia, Francisco Gomes Brandão.

«Seu pae destinou-o para religioso da ordem seraphica dos franciscanos descalços, para a qual entrou a 4 de Outubro de 1808; mas no fim de sete mezes saiu do convento contra a vontade paterna, e quiz assentar praça no regimento de artilheria, o que não effectuou, porque a isso se oppozeram vivamente seus paes.

«Na Bahia seguiu o curso medico-cirurgico, e no fim de tres annos, tendo feito os respectivos exames, mudou de plano de carreira e em 1816 foi para a Universidade de Coimbra, na qual se formou em Leis, sendo premiado no 3.º anno.

«De Coimbra levou para a Bahia os germens da sociedade politica e secreta, que com outros academicos fundára com o nome de *Keporática*, ou dos *Jardineiros*.

«Na cidade de S. Salvador a que chegára em Setembro de 1821 installou a sociedade dos *Jardineiros*, e em Outubro tomou a redacção do *Diario Constitucional* que alli se publicava.

«Era ardente liberal e fez-se campeão da independencia do Brasil, sustentando a união da Bahia com o Rio de Janeiro sob o governo de D. Pedro, ainda principe regente, e no anno depois imperador.

. . . .

«A 7 de Dezembro (de 1822 no Rio de Janeiro) entrou para a *nobre ordem dos Cavalleiros de Santa Cruz*, sociedade secreta e maçonica regida por conselho, que tinha o titulo de *Apostolo*, cujo chefe era o imperador D. Pedro I, com o nome symbolico de *Romulo*.

«No dia 10 de Dezembro, Montesuma partiu para a Bahia, e chegou á Cachoeira, vencendo difficuldades. Publicou o periodico *Independente Constitucional*, e tomando conta do logar de secretario do conselho interino, prestou relevantes serviços.

«Foi então que, com muitos outros, para excitar por todos os modos o patriotismo brasileiro, tirou de seu nome os appellidos portuguezes, e começou a assignar-se *Francisco Gé* (nome de uma tribu de indios) *Acayaba* (nome de bella arvore do interior da America) *de Montesuma.*»

Vê-se, portanto: — 1.º Que a sociedade dos *Jardineiros* descoberta em Coimbra em Julho de 1823, já existia no anno lectivo de 1820 a 1821. — 2.º Que tambem entre os socios era conhecida pelo nome de *Keporática*.

Um nosso particular amigo, distincto professor do lyceu d'esta cidade, a quem consultámos, diz-nos, que a palavra — *keporática* — é grega e derivada de — *kepóros* — jardineiro; e esta é composta de duas: *kêpos*, jardim, e *óra*, cuidado: o que cuida e trata dos jardins, o cultor dos jardins, o jardineiro. Por consequencia — sociedade *Keporática* — vale tanto como — sociedade dos *Jardineiros*.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso amigo o sr. Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão escreveu-nos de Portalegre a carta que abaixo publicâmos.

Aproveitámos a occasião para acrescentar ao que já ha dias dissémos na breve noticia biographica do sr. dr. João Antonio de Sousa Doria, que por morte de seu pae, apesar da pouca edade que ainda contava, ficou logo sendo o chefe de toda a familia, educando seus irmãos, como se fossem filhos.

Actos de bondade como este praticou-os durante toda a vida, resultando d'ahi deixar os seus filhos nas mais precarias circumstancias, apesar de ter exercido o ensino publico longos annos.

Folgâmos pois do testemunho que vem dar pessoa tão competente como é o sr. Gusmão, em abono de um professor, que tanto honrou a sua classe, e que ainda no ultimo periodo das suas alquebradas forças manifestava o orgulho de haver servido a patria durante mais de 40 annos.

Daria o professorado exemplo de reconhecimento, devido á memoria de tão illustre collega, prestando a suas filhas a protecção, que seria muito nobre merecer-lhe a situação difficil em que ficaram.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Amigo sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Consternou-me a noticia da morte do dr. Doria, meu amigo desde muitos annos.

Fomos condiscipulos em rhetorica e poetica no real Collegio das Artes, quando n'elle ensinaram as humanidades os jesuitas; e, conforme o regulamento dos estudos seguido por estes padres, fui seu emulo durante o curso d'aquellas disciplinas.

Não carece de confirmação o que publicou no *Conimbricense* ácerca das virtudes e dotes moraes d'este professor intelligente e caridoso clinico; se carecesse de confirmação, corroboraria a verdade e justiça de taes assertos com meu testemunho.

Convivi intimamente com o dr. Doria em quanto estive em Coimbra, e tive frequentes occasiões de conhecer e apreciar o seu caracter nobilissimo.

Lamento a morte d'este excellente amigo, e, em desafogo da minha saudade, aqui lanço estas linhas, que folgaria vêr estampadas no *Conimbricense*.

Sou — De v. am.º e patricio mt.º obgd.º.

Portalegre 26 de Março de 1877. — *Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão.*

CORRESPONDENCIA

JUSTIÇA!

A experiencia tem-nos ensinado que — soffrer e calar — não são meios de fazer cessar abusos; conceda-nos pois, sr. redactor, que de um cantinho do seu muito lido jornal levantemos um grito contra as arbitrariedades que se praticam em Penella, porque é necessario expol-as ao sol da maior publicidade.

No dia 9 do corrente foi encontrado morto em sua casa, no logar das Bajancas Cimeiras, freguezia do Espinhal, julgado e comarca de Penella, Antonio Antunes Philippe, estando o cadaver suspenso do tecto por uma corda enlaçada ao pescoço. Suspeitando alguem que alli tinha havido homicidio, e que o auctor ou auctores d'elle haviam collocado o cadaver n'aquelle estado para que, ao vel-o, se julgasse que houvera suicidio, e podessem assim escapar á acção da justiça, o administrador do concelho deu conta do facto ao meritissimo juiz de direito, o qual mandou logo proceder a exame do corpo de delicto pelo juiz ordinario do respectivo julgado.

Até aqui a noticia de um facto que lamentamos; porque é horroroso ver o homem empregar a força de seu braço, ou qualquer outro meio, para levar a morte ao seio de uma familia; e mais horroroso ainda, se é a propria familia, que leva a morte a um de seus membros; e a medicina declarou que Antonio Antunes Philippe morrera, victima de aggressões violentas, e vagos rumores, que vieram acordar a justiça, dizem que ellas poderiam ter vindo de sua propria familia. É preciso pois que a justiça cumpra o seu dever, porque taes crimes não devem ficar impunes.

Affigura-se-nos, porém, que o modo, como as auctoridades locaes procederam na averiguação d'este facto e de suas circumstancias, ainda as mais essenciaes, longe de conduzir ao fim desejado, — o desaggravo da sociedade, — é um obstaculo a elle; peior que isso, é uma nova violencia ou antes uma serie de violencias, feitas á lei; porque desde o exame do corpo de delicto, base do processo, até ao enterro do cadaver, unico objecto, que foi sujeito a esse exame, não vemos mais que um longo estendal de inepcias, cujo aspecto não é menos repugnante do que aquelle que offereceu o mesmo cadaver, por espaço de 4 dias, exposto ao sol no meio do cemiterio de Penella, e no estado de completa nudez!

E, já que em tal fallamos, não percamos a occasião de, em nome de todos os Penellenses, darmos um publico testemunho de fundo reconhecimento ao digno agente do ministerio publico, ao digno juiz ordinario e mais pessoas que se julguem com direito a elle, pelo agradavel e edificantissimo espectaculo, que, só a troco de pura indignação, lhes foi proporcionado.

E não se offenda com tal agradecimento a provada modestia de s. s.ªs, porque não é intenção de ninguem offendel-a. O que os Penellenses não querem é que os extranhos venham alcunhal-os de ingratos: respeitam muito a modestia de s. s.ªs, mas hão de permittir-lhes que respeitem ainda mais o seu dever. Adiante!

Diziamos nós que nos parecia diametralmente opposto á lei o modo como as auctoridades locaes procederam desde o exame do corpo de delicto. E para que não succeda ainda agora o que tantas vezes ahi temos visto, — a impunidade, animando a novos crimes, e o espirito faccioso e hodiento, envolto no manto de suas iniquidades, a dormir o somno do justo, — convidamos os poderes competentes a informarem-se sobre a justiça ou injustiça de nossas apprehensões, porque vae n'isso o bem de todos.

Louvor a quem o tiver merecido, correcção a quem, devendo ser o primeiro a respeitar a lei, a tiver calcado aos pés, com gravissima offensa dos mais sagrados interesses sociaes.

Pergunta-se: porque, tendo apparecido os vestigios de um homicidio no dia 9, só no dia 13 se procedeu a exame de corpo de delicto, se é que tal nome póde ser dado no que ahi se fez? Os Penellenses respondem: porque o digno agente do ministerio publico e condignos empregados judiciaes, (vá a responsabilidade a quem tocar), gastaram dias a cogitar no maior ou menor incommodo de subir a serra do Espinhal.

Pergunta-se: porque tendo sido perpetrado o crime no logar das Bajancas Cimeiras e ordenando a lei expressamente que o exame de corpo de delicto seja feito no proprio local, onde permanecem os vestigios, se mandou transportar o cadaver para o cemiterio de Penella, a fim de se proceder aqui a esse exame? E Penella, que, admirada, presenciou isto, responde: porque o unico meio de suas senhorias se pouparem ao incommodo de subir a serra, e irem á casa onde permanecia o defuncto para procederem a exame sobre elle, sobre o que o rodeiava, pessoas, cousas, finalmente tudo o que podesse derramar alguma luz sobre o facto, era o defuncto descer a serra, atravessar a freguezia do Espinhal e vir a casa de s. s.ªs, não, porque emfim não gostariam da visita, mas ao cemiterio, que fica logo alli á entrada da villa, e é *um passeio recreativo*.

Ora, como elle não podia vir por seu pé, intimaram alguem para ter o incommodo de o transportar.

A medicina chegou lá, interrogou-o e elle com vozes, que só ella entende, respondeu: mataram-me! E os ministros da justiça social, que estavam alli e ouviram este grito, sacudiram a cabeça com ar de enfado, desviaram-se para longe do esquife mortuario, com o lenço recendente bem conchegado ainda ao nariz e dialogaram talvez da maneira seguinte.

— Sim, senhor! foi muito bem escolhido este local para o cemiterio! Pertinho de casa, bem ventilado, bonitas vistas....

— É verdade! Pena é que esteja tão descurado. A camara devia decidir-se a tractar d'isto... Ha dinheiro para tudo, menos para aqui!

— Diz bem... Tudo assim vae... Que vasto horisonte, que variado panorama!...

— Olhe, senhor, olhe lá adiante a serra do Espinhal como se estende a perder de vista...

— Sim, sim, a serra... Onde ficará o logar das Bajancas Cimeiras? Vejo tanto logarejo...

E um dedo apontou! e elles levaram a mão á testa em guisa de *abat-jour*, e alongaram a vista, mas ficava lá tanto em cima!...

Quereriam elles ver d'alli a casa onde appareceu morto Antonio Antunes, a corda que lhe afogava a garganta, os objectos que teriam sido instrumentos do crime, talvez as pessoas que o commetteram, ou alguem que podesse mettel-os no rastro dos criminosos?! Talvez! Ha vistas de tamanho alcance...

Pergunta-se: porque, depois d'aquelle exame, feito no dia 13 no cemiterio de Penella, se deixou estar alli o cadaver trez dias insepulto?... E Penella, que, indignada, presenciou isto, responde: porque o digno presidente da camara, ou quem em sua ausencia o representava, e os dignos parochos e todas as pessoas sensatas hesitavam deante da auctoridade que se lhes impunha, e tentavam obstar á violação dos decretos de 21 de Setembro e 8 de Outubro de 1835 e 2 de Abril de 1862.

Pergunta-se: porque, depois d'este espectaculo repugnante e prejudicial á saude publica, se deu ainda aos habitantes d'esta terra o gravissimo e novissimo escandalo de verem, no dia 15, a auctoridade administrativa ordenar a inhumação dos restos mortaes de um homem, que expirara no seio da egreja catholica, sem precederem os ultimos officios, que esta dispensa aos seus filhos?

Os Penellenses respondem — una voce: — porque os dignos parochos persistiram até ao fim em respeitar a lei, e as auctoridades civis e judiciaes, umas hesitaram por algum tempo, outras teimaram até ao fim em a desprezar e fazer desprezar. E conseguiram-n'o; foram finalmente intimados dois homens, sob pena de prisão, para irem sepultar, não, que ainda esta palavra tem cheiros de caridade e um resto de acatamento pelas cinzas de nossos irmãos, mas atirar a um fosso e cobrir de terra o cadaver de Antonio Antunes, como se fora o de um irracional, que a policia do municipio tivesse encontrado no meio de uma rua!

Ainda uma pergunta: porque se instaura processo contra dois pobres homens, que não fizeram mais do que suspender a practica de um acto, que lhes disseram ser um attentado contra as leis, civil e ecclesiastica? Se elles são criminosos, não o será tambem quem os levou a absterem-se de consummar esse acto?

Porque se não instaura processo contra o secretario da camara? E os parochos? Pois não se recusaram elles até ao fim a dar sepultura ecclesiastica e a fazer a encommendação do cadaver? Sim, recusaram; mas esses são uns *imbecis*, coitados, basta-lhes o seu mal!

O guarda do cemiterio, e o coveiro ou quem suas vezes fazia, esses, sim, são bastante instruidos, são homens, que têm mais consciencia da responsabilidade dos seus actos!!...

Homens, que tendes a vosso cargo vigiar pela observancia das leis, ahi tendes um triste sudario, — ou muito nos enganamos, — sobre o qual, embora vos custe, deveis demorar por um pouco vossas vistas.

Pedimos justiça! E pedem-vol-a tambem esses dois infelizes, perseguidos por amor d'ella.

Estamos cansados de a ver ludibriada por aquelles mesmos, a quem a sociedade paga para a fazerem respeitar.

Se tudo neste mundo tem um limite, porque não havia de tel-o a nossa paciencia?!

Penella 22 de Março de 1877.

NOTICIARIO

Semana santa. — Celebraram-se n'esta cidade com toda a pompa as solemnidades da semana santa.

Na quinta feira foi muito grande a concorrencia de fieis a visitar as diversas egrejas onde estava exposto o Santissimo Sacramento.

Houve os costumados officios na Sé Cathedral, capella da Universidade e capella da Misericordia.

O magestoso templo da Sé Cathedral estava brilhantissimo.

Notámos na quinta feira santa, que em algumas egrejas houvesse uma grande escuridão, chegando até a ser difficil distinguir as pessoas, e muito menos poder ler quem d'isso tivesse desejo.

Egual abuso foi já em Lisboa prohibido pelo sr. patriarcha; e como na quinta feira o exm.º sr. bispo conde visitou pessoalmente as egrejas, de certo poude notar este facto, que de anno para anno se aggrava, e que carece de ser reprimido, pelos inconvenientes a que pode dar logar.

Caridade. — Na quinta feira receberam-se esmolas na egreja de S. Bartholomeu, applicadas para os pobres entrevados da freguezia. Produziram a quantia de 15$100 réis.

Com a mesma applicação se receberam esmolas na egreja de Santa Cruz, para a respectiva freguezia. Ainda, porém, não sabemos o que produziram.

Machinismos. — N'esta semana tem sido conduzidos da estação do caminho de ferro, para a fabrica de fiação e tecidos no convento de S. Francisco além da ponte, uma grande caldeira, uma fornalha e outros objectos para aquella fabrica.

A caldeira era conduzida por 6 juntas de bois, e a fornalha por 11.

Faz-nos isto lembrar a peça de Paulo Cordeiro, que em 1833 passou n'esta cidade, vindo de Lisboa para o cerco do Porto, a qual era puxada por 18 juntas de bois.

Fallecimento. — O nosso amigo e patricio, o sr. José Francisco da Cruz, acaba de soffrer um dolorosissimo golpe. Na quinta feira santa falleceu sua extremosa filha mais velha, na florescente edade de 14 annos.

Esta menina era os encantos de seus paes e de todas as pessoas que a conheciam.

Damos ao sr. Cruz os mais sentidos pezames por tão lamentavel perda, e associamo-nos á sua justa dôr.

Ainda o jornalismo em Evora. — O sr. Antonio Martins Leorne diz-nos do Porto o seguinte:

«Além dos jornaes publicados em Evora, citados pelos srs. Telles de Mattos e Azevedo Bastos, deve juntar-se o

PERIODICO RECREATIVO

Semanario Eborense.

Era impresso em Lisboa na typographia de Francisco Xavier de Sousa, rua da Condessa, 19. Começou em 1847: 16 paginas, 8.º pequeno.

Encontrei na bibliotheca publica do Porto os 3 primeiros numeros d'este jornal litterario, com artigos em prosa e verso, dos quaes só uma poesia é firmada por A. Butler. Não indica dia ou mez de publicação, e nada tem por que se torne recommendavel, parecendo ser redigido por estudantes. Lê-se no seu programma:

«....Não pouparemos trabalho para inserirmos os melhores artigos, além do que promettemos no novo prospecto: nós lhe accrescentaremos alguns opusculos sobre differentes artes e sciencias, outras vezes substituiremos o romance por qualquer passagem da historia, util e agradavel. E como pela primeira vez se emprehende na cidade de Evora a publicação d'um *Periodico Recreativo*, nós esperamos da generosidade dos heroicos Eborenses queiram com benignidade desculpar os nossos erros, e com a sua assignatura ajudar a ardua tarefa a que nos propozemos.»

A assignatura era de 300 réis mensaes, e avulso 80 réis cada numero. Ignoro que tempo teve de existencia.»

Noticias de Lisboa. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

«Lisboa 26 de Março de 1877.

Hoje quando o sr. Mello Gouveia, ministro da marinha, ia para a secretaria, os cavallos da carruagem desbocaram-se, na rua Formosa, indo de encontro a uma carroça. O sr. ministro foi de encontro a um vidro das portinholas, ferindo-se com alguma gravidade.

Hontem, a sr.ª viscondessa de Trancoso, depois de um ataque de nervos, precipitou-se de uma janella do hotel Gibraltar, onde está hospedada. Fracturou apenas uma perna, não obstante ser grande a altura.

Na camara dos pares foram approvados os seguintes projectos:

De auctorisação para obras publicas no Algarve; da exposição de Pariz; da isenção de direitos dos machinismos para o abastecimento de aguas em Santarem e Lamego; de emprestimo de 40:000$000 réis para o observatorio metereologico e jardim botanico; e auctorisando a despeza de 80:000$000 réis para obras nas fortificações de Lisboa.

Realisou-se a interpellação annunciada pelo sr. Vaz Preto relativamente ao caminho de ferro da Beira Baixa.

O sr. ministro declarou não tomar compromisso, pois a obra dependia das circumstancias do thesouro.

Na camara electiva ficou adiado o parecer sobre as emendas feitas na camara dos pares, relativamente á proposta do caminho de ferro do Algarve.

Depois de larga discussão foram approvadas nominalmente por 47 votos contra 7, as pensões ao duque e duqueza de Saldanha.

Votaram contra os srs. Garrido, Pinto Bessa, José Guilherme, Seixas, Mello Freire, Medeiros e visconde de Moreira de Rey.

O sr. José Guilherme declarou approvar a pensão ao duque, mas rejeitar a da duqueza.»

«Lisboa 28 de Março de 1877.

Na camara electiva, o sr. Thomaz Ribeiro propoz se procedesse a um inquerito, a fim de se demonstrar quaes as auctoridades que protegem a escravatura e quaes as que ao contrario perseguem este trafico.

O sr. conde de Bertiandos apresentou uma representação da Associação Commercial de Braga, pedindo a revisão das tabellas das contribuições industrial e sumptuaria. Fez largas considerações a este respeito, bem como com relação á necessidade de se crear uma eschola de surdos-mudos.

Houve larga discussão a respeito dos actos do governador civil de Villa Real, tomando parte n'ella os srs. Marianno de Carvalho, Assumpção e Lopo Vaz.

Foram approvados os projectos, legalisando diversas despezas do ministerio da marinha.

Foi approvado, com alterações, o projecto que permitte á camara municipal de Villa Nova da Cerveira, lançar um imposto de 2 réis em cada litro de sal, imposto que se destinará a obras municipaes.

Foi tambem approvado o projecto, fixando em 20:000$000 reis o preço de licitação para as obras dos banhos das Caldas de S. Jorge.

Foi egualmente approvado com sensiveis alterações, o projecto para a avenida do Campo Grande.»

Antiguidades. — Lê-se no *Jornal da Noite* o seguinte:

«O sr. Estacio da Veiga esteve em Mertola, onde com effeito se descobriu a todo o norte da povoação, um vasto cemiterio, n'uma extensão quasi de dois kilometros, que ou fossem tres campos mortuarios, um junto ao Carmo, outro proximo a Santo Antonio e o terceiro contiguo a S. Sebastião, ou fosse um só, é coisa respeitavel e indicios de uma grande povoação e de muitas victimas que alli descansaram das fadigas da vida.

O sr. Estacio da Veiga mandou fazer algumas excavações em Santo Antonio e Carmo, e em suas proximidades, onde em todas se achavam fragmentos de ossadas quasi desfeitas, muitas das quaes com o ar se desfaziam.

Achou algumas inscripções de antigos seculos, sendo as mais antigas do V. Tambem descobriu no Castello um edificio subterraneo, com pavimentos de mosaicos, construidos com primor de arte, ficando por explorar a maior parte, porque o sr. Veiga não podia dispor de mais tempo. São vestigios que revelam a velha importancia d'esta localidade.

Ao sr. Estacio da Veiga foram offerecidas muitas moedas antigas de cobre e prata, achadas junto das muralhas nos descalvados da pavorosa e ultima enchente — umas de Portugal antigo, outras arabes, algumas romanas, do consulado, do baixo e alto imperio, muitas do reinado dos Philippes, etc., etc.»

ANNUNCIOS

AGRADECIMENTO

1 LUIZ XAVIER DE AMARAL CARVALHO agradece a todas as pessoas, que se interessaram pelas suas melhoras durante o tempo que esteve gravemente enfermo n'esta cidade.

A todos protesta o seu profundo reconhecimento, não podendo deixar de especialmente agradecer ao seu seu medico assistente e bondoso amigo o exm.º sr. dr. Philomeno da Camara; bem como aos distinctos clinicos os exm.ºs srs. drs. Antonio Gonçalves da Silva e Cunha, Philippe do Quental e Lourenço d'Almeida Azevedo.

Em Rio de Moinhos para onde partiu offerece o seu limitado prestimo.

CODIGO

PHARMACEUTICO

PORTUGUEZ

POR

Agostinho Albano da Silveira Pinto

Segunda edição posthuma

MAIS CORRECTA QUE A ANTERIOR

POR

José Pereira Reis

Preço...... 1$000 réis

2 VENDE-SE em Coimbra, na livraria de José Augusto Orcel, e no Porto, em casa do editor A. R. da Cruz Coutinho — rua dos Caldeireiros 18 e 20.

AGRADECIMENTO

3 RICARDO ANTUNES DE MACEDO agradece a todos os seus amigos, que tiveram a bondade de o visitar e procurar em sua casa, durante a sua doença. Aproveita este meio emquanto o não faz pessoalmente.

VENDA DE CASA

4 VENDE-SE uma no largo da Fornalinha, com tres andares, loja, saguão, e aguas-fortadas; propria para uma familia. Quem quizer pode dirigir-se ao procurador Abilio Maria Ladeiro.

5 SUBLOCA-SE em rasoaveis condições um primeiro andar e loja com forno, na Couraça dos Apostolos. Quem pretender dirija-se ao sr. Antonio Duarte Ariosa, na Praça 8 de Maio.

6 ARRENDA-SE do proximo S. João por diante, uma ou duas lojas, na rua do Visconde da Luz, n.º 104, 106 e 108, bem como os andares da casa, n.º 47, na rua da Calçada.

Tracta-se com Francisco de Sousa Araujo, na dita rua, n.º 41 a 45.

7 VENDEM-SE as casas com forno, no beco do Fanado, adro de Santa Justa, com os n.ºs 42, 44 e 46, pertencentes a Francisco de Almeida Correia, para pagamento ao Monte-Pio Conimbricense e outras pessoas a quem deve.

Quem quizer compral-as póde entender-se com seu dono, nas mesmas casas.

PREGOS

DA

FABRICA DA COMPANHIA PREVIDENTE

EM

LISBOA

Telhado n.º 1 a	7 —	65	réis o kilo
1/2 telhado	8 —	70	»
Galeota	9 —	75	»
1/2 galeota	10 —	80	»
Setia	11 —	85	»
Fasquiado	12 —	90	»
»	13 —	95	»
»	14 —	100	»
»	15 —	120	»

PREGOS

PARA

CALÇADO

De ferro —	75	réis o kilo
De zinco —	200	»
De cobre —	500	»

Processão da Resurreição

9 A MESA da irmandade do Sacramento de S. Bartholomeu e S. Thiago convida a todos os irmãos d'esta irmandade, para tomarem parte na procissão da Resurreição, que ha de ter logar no proximo domingo de Paschoa, pelas 2 horas da tarde, a qual tem de percorrer as ruas do Sargento Mór, Caes, Calçada, Visconde da Luz, Praça 8 de Maio, ruas do Corvo e Sapateiros, e Praça do Commercio.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

10 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «sandavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e forma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

CASA MINERVA

JOSÉ MONTEIRO PINTO RAMOS

100 - RUA DA CALÇADA - 104

COIMBRA

11 IMPRESSÃO rapida em bilhetes de visita, timbres commerciaes e de phantasia, facturas, prospectos, cartas de aviso, adereços para estabelecimento, rotulos para pharmacias e outras diversas impressões tiradas na *minerva* com nitidez e perfeição, para cujos fins esta casa recebeu novos typos de Paris. Papeis finos estrangeiros e enveloppes, por grosso e a retalho. Tintas de impressão, copiar, proprias para carimbos e marcar roupas. Livros de missa. Bom sortido em vinhos do Porto e chás, para o que compete com preços de Lisboa e Porto.

Recebe encommendas pelo correio.

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS

DE

COIMBRA

12 A MESA da assembleia geral officiou á direcção, a fim de que hoje sejam apresentadas á commissão fiscal as contas da sua gerencia no anno findo, para as verificar, e poderem ser examinadas pelos socios no decurso da proxima semana.

Coimbra, 31 de Março de 1877.

O Presidente,

Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

PIANO

13 VENDE-SE um proprio para estudo. Couraça de Lisboa n.º 75.

PHARMACEUTICO

14 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

15 VENDE-SE o palacete da exm.ª viscondessa do Espinhal, da Louzã, situado na rua da Esperança, passando por cima do arco de D. Jacintha para a rua do Loureiro, d'esta cidade, com seu quintal e cisterna, e tendo além d'isso cocheira, lojas, etc.

Quem o pretender póde dirigir-se a Antonio Simões Ferreira, na rua dos Sapateiros, 49, o qual está auctorisado para dizer o preço e ouvir os lanços que forem offerecidos até ao dia 15 de Abril.

1:600$000 RÉIS

16 HA PARA COLLOCAR esta quantia sobre hypothecas ou outras garantias: quem a pretender dirija-se a Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

Substituições a militares

17 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

18 ANTONIO NUNES DE SOUSA, e irmãos, da Covilhã, declaram, que têm o seu carro para aluguer. Preços convencionaes.

Covilhã 5 de Março de 1877.

AGENCIA EM LISBOA

19 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico, incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.º

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3097 | Terça feira 3 de Abril de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O sr. Antonio Ribeiro Saraiva dirigiu de Londres ao jornal o *Apostolo*, do Rio de Janeiro, de que é correspondente, uma carta com data de 8 de Março, a qual mandou por copia para o nosso collega de Braga, o *Commercio do Minho*, a fim de ahi ser reproduzida.

N'essa carta stygmatisa o sr. Ribeiro Saraiva, severa, mas merecidamente, os actos indignissimos praticados por muitos estudantes, que acompanhavam em Coimbra a procissão do Senhor dos Passos no principio da ultima quaresma.

Começa por notar o respeito com que em Inglaterra, n'um paiz protestante, se assiste ás ceremonias do culto catholico.

Actualmente em Londres o illustre prelado da diocese está dando cada domingo, na pro-cathedral, profundas, eloquentes e pias instrucções, de que se póde fazer alguma ideia pelos objectos das duas primeiras.

De ambas ellas o objecto geral foi — *O mundo*. Na primeira pronunciada, ou prégada, no domingo 18 de Fevereiro, o assumpto era — *O mundo fóra da egreja*. Na seguinte, prégada no domingo 25 do mesmo mez, era o objecto — *O mundo dentro da egreja*.

A erudição sagrada, a unção, a logica, a eloquencia sobria, mas vigorosa e persuasiva, resumbram das palavras de sua eminencia, com o effeito mais expressivo e persuasivo.

Quem poderia prever, ou predizer, diz com rasão o sr. Ribeiro Saraiva, faz agora 48 annos que chegou áquelle paiz, o que hoje alli se está vendo como cousa inteiramente natural e ordinaria, culto catholico o mais desafogado e sériamente praticado, em presença de congregações que enchem os templos, escutando, attendendo, e orando com a mais exemplar devoção?

E, acrescenta, não é só no serviço (missa e orações) da manhã; mas á noute, *todos os dias da semana*, estão as egrejas catholicas atulhadas de gente devota, sem excepção, com a maior attenção ás predicas, o respeito e mais profunda veneração ao Santissimo, o mais edificante decoro em todo o sentido!

Depois d'isto, diremos agora nós, é profundamente doloroso o apresentar como contraste ao que se passa em Londres, e que descreve o sr. Ribeiro Saraiva, o acto de pura selvageria praticado em Coimbra, improprio já não dizemos de catholicos, mas das pessoas de medeana educação.

Que diria um protestante, se presenceasse n'esta cidade, o que todos viram cheios da maior indignação, uma assuada escandalosissima atraz da procissão, em que se representavam os Passos da Paixão do Redemptor, acto tão grave e commovente, e no qual tomavam parte o ex.mo bispo conde, todas as auctoridades, e um concurso numeroso e respeitavel; assuada, dizemos, que chegou á enormidade de serem insultadas quasi todas as familias, que das janellas de suas casas estavam vendo passar a mesma procissão?

O que iria contar esse protestante para o seu paiz de uma terra, de uma classe, de uma Universidade que se dizem catholicas?

Bem sabemos que se não deve lançar a culpa d'este procedimento a uma corporação inteira; mas em todo o caso entendiamos que os academicos serios e bem educados, tinham a obrigação moral de conter os discolos, e impedir que elles praticassem factos, que póde haver quem injustamente lance á conta de todos.

Pois não é bastante as ideias de materialismo que por ahi se têm desenvolvido; ainda se ha de passar além, indo para o meio da rua dar provas, não só de falta de todo o principio religioso, mas de completa carencia de educação?

Os paes e mães de familia esmeram-se em regra em dar bons principios de moral a seus filhos, inoculando-lhes no coração sentimentos religiosos. Depois d'isso, suppondo a sua missão acabada, mandam-nos para os grandes centros de povoação, para as boas e más companhias, sem mais indagarem do seu comportamento; sem se lembrarem que n'um momento perdem todo o trabalho, todo o fructo da vigilancia de alguns annos!

FOLHETIM

MISCELLANEA

MXCVIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Assim mesmo com toda a minha prudencia não poude escapar o meu *Campeão* ao cutello assassino de Thomaz Antonio Villa Nova Portugal, (1) que sendo ministro no Rio de Janeiro o prohibiu, pensando que não seria mais lido, e que o ia fechar em uma das gavetas da sua secretaria. Foi porém já tarde, porque as sementes que tinha deitado á terra, já começavam a romper, e a se deixarem ver na superficie.

E como esta medida foi impotente, e ineficaz, bem como são todas as d'esta especie, direi o que n'esse tempo me escreveu o meu correspondente de Lisboa. Disse-me, formaes palavras: «Aqui chegou do Rio de Janeiro a ordem para prohibir o seu *Campeão*. Este governo, já mais prudente, não quiz tomar sobre seus hombros este peccado do estulto e velho Portugal; contentou-se em mandar pregar pelas esquinas de Lisboa a prohibição, assim como apparecêra em corpo e alma nas esquinas do Rio de Janeiro; e aconteceu exactamente, que n'esse dia desembarcasse são e salvo esse mesmo seu *Campeão*. Assim, ao passo que se estava executando este moderado *auto da fé*, atravessava elle triumphante as ruas de Lisboa, ás costas de um gallego, que eu ia acompanhando em distancia. Não tenha por isso susto, e fique certo, que se até agora o liam cem, de hoje em deante hade ser lido por duzentos, ou mil.»

Os meus ultimos trabalhos reduziram-se a acompanhar a revolução, auxiliando-a com todas as reflexões, ou documentos que pude haver para a fortificar, e fazer com que fosse geralmente bem aceita em todas as partes da monarchia, e dei fim á minha empreza no ultimo dia de Junho de 1821, depois de dois annos completos de não cessar de preparar o caminho da liberdade aos meus compatriotas. No meu ultimo numero me despedi dos portuguezes, e depois de lhes agradecer o muito que me tinham ajudado na minha obra, deilhes o motivo porque parava n'ella, dizendolhes, entre outras cousas:

«Concluida que fosse a nossa regeneração «politica, para a qual trabalhava o *Campeão* «*Portuguez*, já nada mais lhe ficava para fa«zer do que justificar com todas as suas for«ças esta mesma regeneração. Porém isto «mesmo fez elle em o n.º 28 do mez de Ou«tubro do anno passado, escrevendo um ar«tigo que intitulou—*Santos e justos motivos*, «*que tiveram os auctores da gloriosa contra*«*revolução do Porto em 24 de Agosto de* «1820. E não ficou ainda aqui; vendo que «havia apparecido uma nova *seita* politica, «que apesar de ter pejo para negar a justiça «e necessidade da nossa regeneração, todavia, «pretendia desacreditál-a por não resuscitar «as formas ineficazes das nossas côrtes anti«gas, o *Campeão* tomou ainda a empreza de «mostrar que as côrtes velhas eram incompa«tiveis com as luzes do seculo, e com as «actuaes necessidades da nação; o que com «effeito mostrou em o n.º 32 do mez de Fe«vereiro do presente anno.

«Sendo pois o objecto do *Campeão Por*«*tuguez* preparar a regeneração politica da «nossa patria, e justifical-a; já este seu grande «objecto está preenchido, e se deve dar por «acabada a sua *extraordinaria missão*. Foi, «em verdade, o *Campeão Portuguez* o afortu«nado *Precursor* da nossa regeneração, porque «á maneira do *Baptista*, não viu só em espi«rito, como os outros prophetas, a redempção «de Portugal, *mas apontou-a com o dedo*. «Quando o *Campeão* nascia no 1.º de Julho «de 1819, já a regeneração portugueza an«dava no ventre desde 22 de Janeiro de «1818. (2) Agora, exultando de jubilo e pra«zer, á maneira do velho Simeão, por ter «visto com seus olhos a por tantos annos sus«pirada redempção da patria, vae concluir seus «felizes trabalhos com agradecer aos nobres «portuguezes todos esses generosos auxilios «com que animaram a sua empreza, e com «dizer-lhes por *despedida*... etc., etc.»

Havia então muitos portuguezes em Londres, e com poucas excepções todos haviam applaudido a nova ordem politica que tinha regenerado a patria; e dos seus leaes sentimentos propozeram-se a dar um testemunho publico á maneira dos inglezes. Para esse fim se nomeou uma commissão, que me designou a mim para redigir um memorial congratulatorio ao congresso das côrtes constituintes; e a João Bernardo da Rocha, redactor do *Portuguez*, para formar outro para el-rei, em agradecimento de ter adherido á revolução. Escolheu-se o local mais distincto, que ha em Londres para taes ajuntamentos, que foi em *City of London Tavern*, com a clausula porem que só n'elle seriam admittidos portuguezes. O numero dos convidados foi de setenta e tantos, e no dia segunda feira 4 de Junho de 1821 se reuniram n'aquelle local para celebrar este acto solemnemente patriotico.

Leram-se n'aquelle ajuntamento os dois memoriaes, que ficaram approvados, e aos seus dois redactores se lhes deram os agradecimentos do costume.

Succedeu então n'este acto um caso notavel, que foi a reconciliação dos tres principaes jornalistas portuguezes que escreviam em Londres, que eram — eu José Liberato, Hypolito, e João Bernardo, e que ultimamente andavamos em guerra politica. Quem propoz esta reconciliação foi o portuguez A. J. Freire Marreco, que depois aqui veiu morrer em Lisboa, dizendo, que tendo todos concorrido de um modo ou de outro para a liberdade da patria, conseguida esta, não deviam ficar inimigos; assim propunha que alli mesmo se abraçassem.

A assembleia apoiou a proposta, e eu tanto que isto vi e ouvi, immediatamente fui abraçar o Hypolito, o que este me correspondeu, e depois fiz o mesmo a João Bernardo, que egualmente acceitou, e correspondeu ao meu abraço. Por esta forma os tres redactores alli demos, abraçando-nos, um testemunho publico de termos esquecido todas as nossas desavenças passadas.

Restava saber quem havia de ser o portador dos dois memoriaes; mas como já se sabia que eu tencionava partir para Lisboa, a mim se me incumbiu ser d'elles portador. Ainda direi como foram entregues.

(*Continuar-se-ha*).

(1) No volume 2.º do *Campeão*, pag. 29, está a carta notavel que lhe escrevi a este respeito.

(2) No vol. 4.º, pag. 66 do *Campeão Portuguez* em Londres se diz, quando se organisou a sociedade dos regeneradores do Porto, e quaes foram os primeiros associados.

A mocidade que teve boa educação, é facilmente seduzida por individuos relaxados e desmoralisados, que não contentes do seu pessimo caracter e da sua vida detestavel, fazem gala de chamar a si e aos seus habitos e costumes, os mancebos que para aqui vieram, influenciados pelas santas crenças religiosas, ensinadas por seus bons paes. Não só são maus, mas desejam que todos o sejam.

As más companhias são uma das principaes causas da relaxação dos costumes, da impiedade mesmo que por ahi se ostenta, com escandalo e indignação das pessoas de bem.

Os paes de familia limitam-se quando enviam seus filhos para Coimbra, a fazer uma recommendação banal a alguma pessoa d'esta cidade para os vigiar e pagar-lhes as mesadas; e com isso ficam muito descansados. Quanto em geral se illudem!

Essa pessoa limita-se a pouco mais do que a satisfazer a segunda das incumbencias. N'este turbilhão de tantos mancebos, quasi se não distinguem uns dos outros, e pouco se sabe do seu procedimento.

Quando as familias chegam a ser inteiradas verdadeiramente de tudo o que se passa, e querem dar remedio á tortuosa carreira que seguem seus filhos, já não podem.

Dêem-lhes educação religiosa; inspirem-lhes os sentimentos da mais austera moral; mas não deixem, quando elles venham seguir os estudos superiores, de indagar uma e muitas vezes, de pessoas prudentes e de probidade reconhecida, se seus filhos se desviam do caminho que lhes traçaram; indaguem sobretudo cuidadosamente, quaes são as suas companhias habituaes, porque por ellas podem ajuizar que tal será o proceder de seus filhos.

Não tratem só de fazer d'elles sabios; procurem sobretudo fazel-os virtuosos.

A sabedoria sem virtude é uma sabedoria falsa.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Á hora em que escrevemos estará encerrado o parlamento.

Resumem-se em pouco os seus actos. Augmentar a despeza do estado, e legalisar os desperdicios e arbitrariedades praticadas pelo ultimo ministerio.

E nem um só deputado teve a independencia e coragem de apresentar um projecto de lei, propondo a accusação criminal contra os ministros, que despenderam á larga os dinheiros publicos, sem que estivessem auctorisados legalmente para uma grande parte d'estas despezas!

Bem sabemos que essa proposta seria rejeitada pela grande maioria da camara, que está ás ordens de todos os poderes; mas ainda assim, quem a apresentasse tinha cumprido o seu rigoroso dever, e lá ficava o precedente estabelecido. Essa ameaça seria uma especie de espada de Damocles suspensa sobre a cabeça dos ministros, que no futuro tivessem o cynismo de praticar eguaes attentados aos do ministerio passado.

Os deputados merecem pelos seus altos feitos uma condigna distincção.

Nós propomos, que aquelles que foram subservientes (e foram-n'o na sua grande maioria), quando cheguem ás suas localidades, lhes sejam pelos eleitores conferidas corôas, feitas de resteas de alhos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Em o numero passado tocámos ligeiramente em um objecto, que precisa de ser mais desenvolvido. Queremos fallar da profunda escuridão em que se achavam algumas das egrejas d'esta cidade, por occasião das festas da semana santa.

Estão-se aqui repetindo os mesmos factos, que em Lisboa provocaram fortes reclamações, por parte das pessoas sinceramente religiosas.

Alli foi tal a resistencia de alguns parochos e mesas das irmandades a deixarem de praticar abusos semelhantes, que se tornou mister que o sr. patriarcha interviesse com a sua auctoridade, impondo severas penas aos que insistissem em ter na semana santa as egrejas em uma escuridão, que dava logar a se praticarem os maiores escandalos.

Vê-se que em Coimbra vae tomando este objecto as proporções de uma teima acintosa, e que se precisa que o ex.^mo^ prelado da diocese imponha a sua auctoridade para que cesse um facto tão censuravel.

Pois é na occasião em que o ex.^mo^ sr. bispo conde entende, e muito bem, que é conveniente augmentar a illuminação na sua sé cathedral, no que tem gasto quantias avultadas, a fim de evitar que com o auxilio da escuridão, se pratiquem os escandalos, que para vergonha de uma cidade catholica, ali se presenceavam durante os actos religiosos; é n'essa occasião, repetimos, que nas outras egrejas se augmenta cada vez mais todos os annos a escuridão?

Se nas egrejas parochiaes não ha os meios para diffundir por ellas a illuminação desde a porta até ao altar mór; não encubram completamente, como estão fazendo, todas a janellas.

Havendo claridade sufficiente não só se não obstaria, como succede, a que todas as pessoas religiosas possam usar dos seus livros de orações; mas não praticariam impunemente os discolos, como fazem, ás occultas, os factos escandalosos de estarem a entender com as pessoas de outro sexo, atirando-lhes punhados de amendoas, e dando outras provas de falta de toda a educação.

Esperamos que o digno prelado da diocese tomará este objecto na devida consideração.

Os actos religiosos devem ser praticados com todo o respeito; aliás, em logar de inspirarem a moralidade e incitarem ao cumprimento de todos os deveres; só fazem relaxar os costumes e desenvolver a indifferença e a incredulidade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A falta de espaço impediu-nos que dissessemos em o numero passado tudo o que desejavamos e era preciso ácerca da celebrada bibliotheca da Associação dos Artistas de Coimbra. Este objecto é quasi inexgotavel. Dava para escrever um bom volume.

A opposição umas vezes clara, outras occulta, á bibliotheca, tem-se revestido de todas as fórmas.

Quanto, porém, seria diverso esse procedimento, se a bibliotheca servisse para alguma satisfação pessoal? N'esse caso tudo se facilitaria, todos os attritos se desfaziam, e não haveria difficuldades, por maiores que fossem, que se não resolvessem.

A pobre bibliotheca foi infeliz! Não caiu nas graças dos poderes da Associação. É esse o seu mal.

Allega-se, por exemplo, para desculpar a teima em a bibliotheca não ser circulante, que em tempo se emprestou o *Mario*, do sr. Silva Gaio, a um socio, o qual ficou com elle, e o não restituiu.

E de quem é a culpa? Não é dos corpos gerentes em não terem um registo dos livros que saissem da bibliotheca, no qual os socios asignassem a sua responsabilidade? Não é dos mesmos corpos gerentes em não haverem organisado o indispensavel regulamento, pelo qual soubessem os socios quaes os seus direitos e deveres?

Quem ouvir fallar tantas vezes no *Mario* ha de imaginar, que os corpos gerentes da Associação dos Artistas de Coimbra estão muito ao facto dos livros que se acham na bibliotheca, e que tudo isto representa um grande amor que lhes têm! Quanto se illudem!

Nem um só, de todos os membros dos corpos gerentes da Associação, jámais leu até hoje um unico dos livros, que se acham nas estantes da bibliotheca. Para elles todos estão virgens!

Falla-se no *Mario*, e só no *Mario*, em rasão de uma dedicatoria que n'elle estava escripta por seu auctor, com referencia a um dos membros dos corpos gerentes. A não ser isso, quem saberia que o *Mario* havia existido na bibliotheca?

Diz-se tambem, que a bibliotheca tem catalogo dos seus livros.

Querem os nossos leitores saber a que chamam catalogo? É a uma relação que veiu de Lisboa, acompanhando os livros mandados pelo governo em Agosto de 1870; e ao principio de uma outra relação, aqui feita por curiosidade de um socio; mas sem divisão de materias, nem indicação da estante, tabella, e numero onde se acham!

A sinceridade com que se tem andado em tudo isto, demonstra-se, entre outros, pelo seguinte facto bem caracteristico.

Em 8 de Maio de 1874 tratou-se de fazer na sala da Associação dos Artistas de Coimbra uma reunião e festa politica; mas como os estatutos da sociedade expressamente prohibem alli taes reuniões, aproveitou-se a circumstancia de estarem concluidas as estantes, em resultado das nossas repetidas reclamações no *Conimbricense*, para se fingir que a festa era da inauguração da bibliotheca.

Na vespera, 7 de Maio, á noite, ainda não existia um só livro nas estantes; e foi mister, que nós alli os fossemos collocar, a pedido do principal membro dos corpos gerentes; no que fomos ajudados por dois amigos nossos, e em que tivemos não pouco trabalho essa noite!

Fez-se a reunião no dia 8 de Maio, a qual esteve brilhantissima. Fallou-se largamente da bibliotheca, e do proveito que d'ella se esperava para a instrucção popular.

Isto, porém, não era senão uma pura comedia, em que se fez tomar parte innocentemente, tudo quanto ha de respeitavel em Coimbra!

Que cumprimento deram os corpos gerentes da Associação ás solemnes promessas alli feitas? Como é que corresponderam á deferencia que tiveram com a mesma Associação tantas damas e cavalheiros, tanto povo de todas as classes, que foram tomar parte n'aquella festa de instrucção?

Respondam por nós os factos! Depois do dia 8 de Maio de 1874 ninguem mais fallou na bibliotheca. Representada a comedia, desceu o panno!

Diz-se que a pequena gratificação que recebe o guarda da sala da Associação, não permitte que se lhe exija a permanencia alli, e o serviço na bibliotheca.

Veja isto o publico! No dia 8 de Maio de 1874 alardearam-se perante um concurso respeitavel e numerosissimo, os serviços que a Associação dos Artistas de Coimbra ia prestar á instrucção com a bibliotheca que então se inaugurava. Era, porém, tão sincero o que se promettia; havia tal vontade de tornar uma realidade pratica aquella instituição, que depois d'isso se recusam, e têm como uma calamidade para a Associação dos Artistas, uns tristes reaes, que se déssem para o serviço da bibliotheca, ao mesmo, ou a outro guarda mais competente!

Todas as pessoas que assistiram á inauguração da bibliotheca da Associação dos Artistas de Coimbra têm agora que agradecer a quem os fez tomar a sério tão burlesca comedia!

A classificação que estes factos merecem não a faremos nós. Deixâmos o trabalho de a fazer ao publico imparcial.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ha muito se extranhava, que no meio da progressiva relaxação de costumes, e lamentavel descrença, que augmenta todos dias, não saisse da Universidade uma voz auctorisada, que bradasse álerta e chamasse ao verdadeiro caminho a mocidade transviada por doutrinas dissolventes e anti-religiosas.

A Universidade de Coimbra, essa instituição secular, que primou em todos os tempos, na grande maioria dos seus membros, em ser defensora dos dogmas catholicos, da moral e dos bons costumes; estava agora muda e silenciosa, na occasião em que mais precisava fallar, e fallar bem alto.

Felizmente acaba de sair da Faculdade de Theologia uma publicação, que vem preencher uma lacuna, que tanto se notava. Publicou-se o primeiro numero da *Revista de Theologia*, jornal religioso, scientifico, moral e litterario, redigido pelos srs. drs. Antonio Bernardino de Menezes, Manoel Eduardo da Motta Veiga, Antonio João de França Bettencourt e Manoel de Jesus Lino.

Da alta competencia dos illustrados redactores da *Revista de Theologia* ha direito a esperar, que esta publicação será digna da Universidade, e dos esclarecidos professores que a redigem.

Não podemos furtar-nos a transcrever os primeiros periodos do prospecto, que vem á frente do primeiro numero:

«É por todos geralmente reconhecido, por menos perspicaz que seja a sua observação, que as crenças religiosas, que fizeram sempre a gloria e a felicidade dos nossos maiores, estão, presentemente, se não de todo mortas e esquecidas, pelo menos muito entibiadas, enfraquecidas, ou desprezadas.

O fervor piedoso, a caridade ardente e viva, o espirito christão, que animava em outras éras os grandes heroes da patria, ahi jaz de todo perdido e abandonado, para ser recordado apenas, quando muito, como um *conto* legendario, ou como uma narração mythica d'algum chronista imaginoso e sem critica.

Portugal, o *reino fidelissimo*, que em outros tempos primou pelo seu vigor e firmeza na fé christã, parece, — transviado da verdadeira senda, e quasi de todo degenerado, —marchar com delirio para o abysmo, e fugir muito adrede d'imitar e seguir as pisadas d'aquelles que honraram a religião, e fizeram a gloria da patria.

E com o decaimento das crenças, ou com o indifferentismo religioso do seculo, corre parelhas infelizmente a dissolução dos costumes, e a perversão dos principios ainda os mais elementares da sã moral. E nem isso é para admirar. Quando as crenças religiosas se entibiam ou enfraquecem, é necessaria consequencia a corrupção e perversão dos costumes. A virtude e santidade da moral sobe ou desce isochronamente, na proporção que a fé inspira e anima, ou abandona de todo a consciencia humana.

E, quando se nega a espiritualidade da alma humana, a sua liberdade e immortalidade; — quando se nega por consequencia a responsabilidade moral dos actos que se praticam;—quando se nega a existencia do proprio Deus, embora se use e empregue ainda esse nome; — quando se negam e ridiculisam até as mais augustas verdades do christianismo;—quando, finalmente, se declara justa e legitima a cabal satisfação de todos e quaesquer desejos, de todos e quaesquer instinctos do homem, ainda dos mais desarrazoados e selvagens: — o que se pode esperar de taes crenças?! O que ha a esperar de taes principios de moral?! — Incontestavelmente que só a impiedade, a corrupção dos costumes, a selvageria, a dissolução social.»

Depois d'isso, passam os esclarecidos redactores a indicar as causas principaes, que têm concorrido para o estado desgraçado, em que se encontra a geração actual, e promettem envidar todos os esforços para as combater.

Damos as boas vindas á nova revista religiosa, desejando-lhe todas as prosperidades.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CORRESPONDENCIA

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Venho hoje tambem dar um quinhão á imprensa, *ainda que de pequeno quilate* que eu esboçarei, tendo em conta as provas já colhidas, ácêrca dos crimes constantemente praticados pelo curandeiro, residente nas Alhadas de baixo.

É certo que antes do Natal proximo passado, como já a v. foi communicado, se levou ao conhecimento da competente auctoridade a transgressão da lei por Joaquim Gaspar Coelho, na qualidade de curandeiro, dando larga pratica a uma profissão, que na pessoa do supra citado a consciencia, a razão, a sociedade e a lei reprovam.

Deu-se então cumprimento á participação, mandando-se intimar e inquirir trez testemunhas, o que fazia parecer ao primeiro alcance que tudo se encaminhava para que o reu respondesse em uma policia correccional; mas, segundo affirmam alguns individuos que se reputam versados no andamento da questão, o protectorado resolveu desenvolver-se em larga escala; e, sendo decorridos alguns dias, foram intimadas e inqueridas mais algumas testemunhas, para que d'este modo o reu ficasse ao abrigo da condemnação do exm.^o^ juiz em policia correccional, e sujeito, prestada primeiramente fiança, ao capricho de pressão d'alguns partidarios do criminoso, em audiencias geraes.

Continuando na *sua* pratica, foi novamente presente á respectiva auctoridade uma accusação com referencia a factos da mesma ordem; e, pelo depoimento de differentes testemunhas, se concluiu de sobejo, que o curandeiro marchava no mesmo *modus vivendi*, habitual, sem que a auctoridade tivesse podido obstar, nem tenha até hoje áquelle modo criminal constante.

O depoimento n'esta nova accusação foi tão convincente, que o exm.^o^ juiz d'esta comarca satisfez-se pelas declarações de quatro testemunhas; todavia ha pouco fui informado de que o tal *menino* curandeiro, no *seu subido estabelecimento*, nas Alhadas, juntamente com a sua *troupe*, que de dia para dia allicia e com quem tem estabelecido convenios secretos..., canta victoria, *por quanto tem os jurados pelo seu lado, metade da Figueira da Foz está agarrada, e o exm.^o^ juiz não liga importancia ás partes*; em vista do que e segundo se me afigura estão intimadas oito testemunhas para deporem no dia 31 de Março presente.

Póde, pois, o curandeiro estar certo de que o nobre juiz, jurisconsulto recto e d'uma intelligencia sagaz em todo o modo de proceder, e para quem a lettra da lei, escripta em nossos codigos, não é morta, fará investigar com a circumspecção desejada todas as circumstancias criminaes.

Não temos sequer o vislumbre d'uma pretensão a representar como inabalavel o systema da utilidade para os teimosos, na usança velha em acompanharem por conselhos e insinuações o curandeiro, desfazendo radicalmente o protectorado que tão desassombradamente vae crescendo, para tomar o primeiro passo na absolvição do culpado; mas queremos demonstrar alto, claro e desapaixonadamente aos julgadores do criminoso curandeiro, Joaquim Gaspar Coelho, e ao paiz inteiro, a gravidade do crime, e que opiniões a elle ligadas fazem mostrar prematuramente, e sem o mais pequeno remorso, um desenlace favoravel.

Julgo-me perplexo; mas o depoimento claro e justo, e sempre a mesma ideia com referencia aos actos do criminoso e por pessoas de grande authenticidade e em plena audiencia, não poderá de forma alguma ser tido á conta de desprezo para soffrimento dos desgraçados, que precarios já na linha de todos os seus habitos, se acham vergados, caminhando sob a pressão do jugo da pratica illegal do curandeiro, Joaquim Gaspar Coelho, com seus sectarios.

Seria stygmatisar o sentimento harmonico da sociedade em adopção do servilismo dos espiritos ineptos, repudiando a verdade para aproveitar a entidade criminosa, em prejuizo manifesto das leis e da sciencia, e lançar para junto d'outras mais uma pedra de ruina da sociedade, essa santa alliança, donde diverge pelas suas sagradas instituições o raio luminoso da civilisação. Seria acceitar a pratica de transigente á custa d'esses esforços contra as consciencias atormentadas no silencio da noite, roubando á civilisação a manutenção das leis, e finalmente seria deixar embaciar o bom pensar, para se precipitarem no crime aquelles mesmos, que hão de revestir os habitos de auctoridade.

Figueira da Foz 29 de Março de 1877.

NOTICIARIO

Malvadez. — No domingo, as grandes fechaduras das portas de ferro do Jardim Botanico, tanto a principal, que fica na direcção da fonte, como a defronte do Seminario, appareceram quebradas pelo lado de fóra do Jardim com grandes rombos. O rombo da fechadura da porta principal chegou a penetrar para o interior.

Ambas as fechaduras estão completamente inutilisadas.

As pyramides de bronze da porta que fica para o lado do Seminario tambem appareceram quebradas, e vê-se falta de algumas.

Proximo a cada porta achavam-se os fragmentos do rombo, que foi só praticado com o fim malevolo de destruir.

É mister ser dotado da maior perversidade de animo, para fazer taes destruições!

O que se pratica em Coimbra!

Asylo da Mendicidade. — Foi approvado na camara dos pares o projecto de lei, concedendo ao Asylo da Mendicidade de Coimbra, o edificio em Montarroio, onde tem estado, e que pertenceu á extincta inquisição.

Cemiterio da Conchada. — Na semana finda enterraram-se os seguintes cadaveres:

Marianna Rosa, filha de Manoel dos Santos e Carlota de Jesus, de Coimbra, de 35 annos, fallecida em 26 de Março de 1877.

Luiz Paes do Amaral, filho de Antonio Martins e Anna Paes, dos Pardieiros, freguezia de Vagos, de 49 annos, fallecido em 26.

Julia, filha de Maria Ludovina, de Coimbra, de 3 mezes, fallecida em 27.

Isabel Maria da Cruz, filha de José Francisco da Cruz e Marianna Costa de Jesus, de Coimbra, de 13 annos, fallecida em 29.

Maria das Dores de Mattos, filha de André Diniz e Jacinta Maria, de Coimbra, de 66 annos, fallecida em 29.

Antonio Martins Custodio, filho de José Custodio Martins e Emilia da Conceição, de Villa Nova de Monsarros, de 17 annos, fallecido em 31.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada—7:024.

Cultura do opio em Moçambique. — Lê-se no *Diario de Noticias* o seguinte:

«Como os nossos leitores sabem, o sr. Ignacio de Paiva Raposo, associado com varios cavalheiros, fundou em Lisboa uma sociedade anonyma para a cultura e commercio do opio em Moçambique, isto depois de ter obtido do governo a respectiva concessão. Depois de subscriptas as acções e chamados 5 por cento da ratificação sobre a primeira emissão do capital, que será de 800:000$000 réis, partiu para a India ingleza, a fim de estudar alli os processos da cultura e fabricação, para vir fazer seu ensaio pratico em Moçambique, nas regiões do Zambeze, que vão ser enriquecidas com este novo ramo agricola.

Chegou o sr. Paiva Raposo a 9 de Fevereiro a Bombaim, onde encontrou, como já hontem indicámos a mais affectuosa recepção, sendo pelos negociantes inglezes felicitado como iniciador de uma empreza destinada a largo futuro e consideraveis resultados.

Como é sabido, este commercio produz fabulosos lucros ao governo inglez, que recebe para si metade do producto, sendo dividida a outra metade pelo negociante e pelo productor. Foi tambem muito louvado o iniciador pelo modo como organisou a companhia, cujas acções lá lhe disseram poderem vir a ter grande valor. Paiva Raposo visitou as grande plantações de Maluá e Indose, examinando os processos de plantação e de colheita, perfeitamente praticaveis na região que pretende explorar. Ha bom terreno, clima proprio e abundancia de agua, que é o de que mais se precisa. Emfim as esperanças ficaram mais e mais robustecidas.

Elle partiu desde logo para Moçambique para fazer alli a experiencia pratica. N'um dos ultimos dias, telegraphando de Aden, dizia que seguia para a nossa colonia, levando contratados dez homens praticos nos respectivos trabalhos e os instrumentos agrarios indispensaveis, entre os quaes os ferros das incisões. A lavra das terras é feita a arado movido a bois; semeia-se em seguida a papoula; fazem-se os canteiros para as regas, que devem ser successivas e abundantes; monda-se, e por fim colhe-se, para o que ha instrumentos proprios, sendo o opio recolhido em grandes bategas de metal.»

Noticias de Lisboa. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

«Lisboa 31 de Março de 1877.

Na camara electiva houve hoje discussão, a proposito do projecto auctorisando a camara municipal de Vallongo a dispender do fundo de viação a quantia de 900$000 réis em reparações dos estragos causados pelas inundações. Não se chegou a nenhum resultado em consequencia da falta de numero de srs. deputados.

Foi approvado o projecto do governo relativo ao quadro dos empregados da secretaria da Escola Polytechnica de Lisboa.

Antes da ordem do dia alguns srs. deputados fallaram desfavoravelmente dos dignos pares, por estes terem alterado o projecto acerca da avenida do Campo Grande.

Na camara dos pares foi votado grande numero de projectos, e entre elles, o que auctorisa a pensão ao duque e duqueza de Saldanha; e o que se refere á contagem do tempo para a promoção do sr. Cardoso Avelino. Este ultimo foi impugnado pelo sr. Vaz Preto.

O sr. ministro das obras publicas visitou hoje as obras da estrada de Torres Vedras á Lourinhã. A recepção foi enthusiastica.

Hoje em assembleia geral do Banco hypothecario foram reeleitos os corpos gerentes. Para as duas vacaturas que havia foram eleitos os srs. Luiz Jardim e visconde da Praia Grande.

Vae grande indignação contra a camara dos pares por ter alterado consideravelmente o projecto approvado pela dos deputados, relativo á grande avenida que a camara municipal pretende abrir desde o Passeio Publico até ao Campo Grande.

As alterações inutilisam quasi completamente o primeiro projecto, porquanto fizeram desapparecer as expropriações por zonas e estabelecem o principio já existente das expropriações por utilidade publica.

Um additamento assignado pelos srs. conde de Rio Maior e Sequeira Pinto, no qual se propunha uma dotação annual á camara da quantia de 20 contos de réis para juro do emprestimo, que a mesma camara contraisse para a grande obra, não passou em consequencia de algumas considerações apresentadas pelo sr. presidente do conselho.

O procedimento da camara dos pares tem sido muito commentado e desfavoravelmente, e a proposito do que ella acaba de fazer com o referido projecto, são lembrados os seus actos n'estas ultimas sessões com respeito á camara popular.

Refiro-me á insistencia com que a camara alta tem alterado os projectos votados pela camara dos deputados, procedimento que, se o parlamento se não fechasse tão depressa, havia necessariamente de produzir um conflicto entre as duas camaras, o que não deixava de ser conveniente para levantar novamente a opinião da necessidade da reforma d'aquella antiga instituição.

Muitas vezes as grandes reformas originam-se em cousas á primeira vista de pouca importancia.

Já na sessão de quarta feira, quando o sr. secretario da camara electiva leu a mensagem da camara dos pares, acompanhando as alterações feitas ao projecto, auctorisando a camara municipal de Villa Nova de Cerveira a lançar um imposto sobre o sal para melhoramentos municipaes, muitos deputados protestaram em apartes, dizendo: — É de mais. — Isto não póde ser. — Até em impostos, a camara dos pares quer envolver-se. — Os pares fazem-se mestres de meninos — e outras exclamações por este gosto, que bem mostravam o descontentamento dos chamados eleitos do povo.

Muito melhor, porém, era que estes em vez d'estes protestos, que não têm consequencias, tomassem o seu logar e rejeitassem as emendas. D'ahi resultaria a nomeação de uma commissão mixta, e tantas vezes seria preciso recorrer-se a este expediente, que a camara alta havia de se cohibir do que vae parecendo um acinte.

Não se póde negar áquella casa do parlamento o direito de alterar os projectos que vão da camara dos deputados, mas esse direito só se manifesta em projectos em que o governo não tem empenho, porque n'estes ha quasi sempre accordo e passam sem alteração de uma só virgula, quando a maior parte das vezes não deviam ter nem sequer um voto approvativo.

Aproxima-se o encerramento das camaras e cresce a anciedade dos homens politicos para ver como o sr. presidente do conselho preenche as vagas deixadas pelas demissões dadas aos governadores civis que as pediram.

O sr. marquez de Avila tem sido n'este ponto de uma reserva verdadeiramente extraordinaria. Indigitam-se, é verdade, alguns cavalheiros conhecidos para aquelles logares, porém ao certo ninguem sabe o que fará o sr. presidente do conselho.

O sr. ministro das obras publicas, convencido da urgente necessidade de communicar a estrada de Braga e Chaves ás impor-

tantes thermas do Gerez, prometteu ao sr. deputado Guilherme de Abreu activar a construcção da parte do Caldo e mandar proceder á feitura do ramal para o Gerez, logo que esteja concluido e approvado o competente projecto.

A proposito vem dizer aqui, que na noticia que dei ha dias com respeito á construcção do lanço de Braga a Chaves, do lado de Chaves, onde se lê grande lanço, se devia ler segundo lanço.»

— Lisboa 2 de Abril de 1877.

«Noticias do Brasil dizem que tem havido no Rio de Janeiro alguns casos de febre amarella, mas como estão passados os calores, a epidemia declina.

Continuam as subscripções em favor das victimas das inundações.

O sr. Cardoso Avelino tomou hoje posse do seu novo cargo de administrador da casa de Bragança.

O contingente de tropa que devia ir para a ilha de S. Thomé, vae para Angola, por isso que aquella provincia não póde fazer face á despeza.

Vae ser nomeado amanuense da repartição de obras publicas de Coimbra o sr. Adelino Augusto da Costa.

A esquadra ingleza que andava na costa do Algarve recebeu ordem de voltar para Inglaterra.

Caiu hontem um raio no palacio do sr. Sequeira Pinto, que lambeu o papel de uma sala e alguns castiçaes. Não fez mal a ninguem.

A commissão de inquerito á padaria militar partiu hoje para Elvas, a fim de inspeccionar a succursal.

Morreu em Tavira o coronel reformado, José de Vasconcellos.

Caiu hontem um raio em Azambuja, que lambeu os fios telegraphicos.

Em Thomar caiu violenta trovoada, chuva a jorros e abundancia de pedra.»

Encerramento das côrtes. — No *Jornal da Noite* de hontem lê-se o seguinte:

«Encerrou-se hoje a sessão legislativa de 1877. Presidiu á reunião das duas camaras o sr. conde de Casal Ribeiro. O decreto do encerramento foi lido pelo sr. marquez d'Avila e de Bolama, presidente do conselho.

Os membros do gabinete estavam de uniforme.

Depois de encerradas as côrtes, ficaram na sala os pares e deputados, e como o governo desejasse fallar-lhes, constituiram-se em reunião de maioria. Tomou a presidencia o sr. conde de Casal Ribeiro, vice-presidente da camara dos pares, tendo á direita o sr. conselheiro Mamede que era presidente da camara dos deputados.

O sr. marquez d'Avila e de Bolama disse que o governo desejára despedir-se dos membros das duas casas do parlamento e agradecer-lhes a cooperação franca e desinteressada que recebeu. Acrescentou que para este fim teria pedido aos pares e deputados que se reunissem á noite como é costume. Não o fez por lhe constar que muitos deputados saiam de Lisboa hoje mesmo.

Disse mais que o paiz estava pacifico, e o estado da fazenda tão prospero que permittia ao governo realisar uma operação em condições mui vantajosas, e que não succederia assim, se as duas camaras não houvessem procedido patriotica e sensatamente como procederam.

O sr. presidente do conselho espera que a sessão futura correrá do mesmo modo, e que os deputados concluirão pacificamente o seu mandato, procedendo-se depois ás eleições com a maxima liberdade que o governo procurará assegurar.

Concluida esta allocução, e não havendo quem pedisse a palavra, o sr. presidente levantou a sessão.»

Belleza das touradas. — No *Diario de Noticias* de hontem lê-se o seguinte:

«Principiaram as touradas e começou com ellas a repetição de certos actos de malvadez que ellas inspiram a alguns individuos, que parecem ufanar-se em acentuar o caracter por vezes brutal de um divertimento que dizem amar. A força publica encarregada de manter a ordem na conducção dos touros para o circo tauromachico foi gratuita e raivosamente apedrejada a Entre Campos, e proximo da quinta do Manique, ficando bastante feridos alguns dos municipaes, que na segunda investida tiveram de oppôr a força á força, disparando tiros sobre a turba, e produzindo egualmente varios ferimentos. O gado tresmalhou-se com um rastilho de fogo que lhe deitaram e custou a arrebanhar.

Da communicação policial do Carmo não consta que a guarda municipal provocasse de modo algum a aggressão, que póde considerar-se por isso acto de voluntaria e espontanea malvadez, que a torna conseguintemente digna da mais severa punição.

Além do perigo proveniente de soltar o gado, que já tem causado aos moradores da cidade e arredores serias desgraças, ha o ataque violento á força policial que, quando procede em virtude da lei, é uma garantia de ordem e de liberdade. Vá a responsabilidade do conflicto a quem toque, e seja pedida com energia, procurando-se os provocadores, que a julgar pelos antecedentes, parece serem uns seres privilegiados ante os quaes toda a policia se intimida, e todo o poder legitimo se verga, porque as provocações dão-se sempre nos mesmos logares, ficam quasi sempre impunes, e ha motivo para as suppor dirigidas pelos mesmos individuos, e portanto de antemão preparadas. Qual o interesse que as determina? O mal pelo mal? Custa a crel-o, mas os factos auctorisam a hypothese.»

Roubo importante. — Com esta epigraphe lê-se o seguinte no *Noticioso*, de Valença, de sabbado ultimo:

«Na noite de 26 do corrente, das sete ás nove horas, foi roubado na freguezia de Gontinhaes, concelho de Caminha, o empreiteiro hespanhol do caminho de ferro do Minho, Fermin Berritz. Em quanto elle foi ceiar, o ladrão, ou ladrões, arrombaram-lhe a porta da entrada, e dirigiram-se á gaveta de uma mesa, onde tinha a chave de um bahú, no qual estava escondida a chave de um cofre de ferro, muito seguro, pesando 150 kilos. Não o sabendo abrir, por ser de segredo, arrastaram-n'o para o patim da entrada e d'alli o arremessaram abaixo. Abriram-n'o com um ferro de monte, arrancando-lhe a tampa e despedaçando-lhe o machinismo da fechadura. Roubaram todo o dinheiro que continha, no valor de 1:300$000 réis, sendo 10 mil e tantos reales em moeda hespanhola, e o resto em libras e prata portugueza. Levaram tambem da gaveta de uma mesa, dois rewolvers, e do bolso de um collete uma corrente de ouro, de relogio, no valor de 25$080 réis e alguns objectos mais, de pequena importancia.

As suspeitas do roubado recaem todas sobre um tal José Martinez, hespanhol, que se acha preso na cadeia d'aquella villa, e que, dias antes tinha ido pedir emprestado ao empreiteiro 3$500 réis, e por essa occasião observou onde existia a chave do cofre.

A auctoridade judicial da comarca procedeu ao auto de corpo de delicto, e ás mais diligencias que o acontecimento requer, para se vir no verdadeiro conhecimento de quem foram os auctores do roubo.»

ANNUNCIOS

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS DE COIMBRA

1 A MESA da assembleia geral confirmando o que annunciou n'este jornal, em data de 31 de Março ultimo, faz saber aos socios, que os livros e documentos de receita e despeza relativos á gerencia finda, estão patentes na casa da Associação em todos os dias, desde as sete horas da tarde, a fim de poderem ser examinadas.

Coimbra, 2 de Abril de 1877.

O Presidente,
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

Capa e batina

2 VENDE-SE uma para padre, quasi nova. Quem precisar d'ella póde dirigir-se a esta redacção.

AGRADECIMENTO

3 D. ANNA CANDIDA DE ALMEIDA CASTRO, D. Maria José Castro e Paiva, Manoel Augusto de Paiva e José Antonio d'Amil, d'esta cidade, agradecem cordealmente a todas as pessoas d'esta cidade e de fóra, que se dignaram tomar parte nos trabalhos e desgostos, por occasião da doença e fallecimento do seu prezado marido e irmão, cunhado e amigo o sr. João Ventura de Castro, e que o acompanharam á egreja e cemiterio: a todos protestam o seu reconhecimento e pedem desculpa de qualquer falta que hajam commettido.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

4 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

5 NO DOMINGO DE PASCHOA, estando uma senhora a assistir á festa da Resurreição, na capella da Misericordia d'esta cidade, dentro do recinto separado pela grade, collocou o seu chapeu de sol juncto da mesma grade, e ao sair não o encontrou. Não parece que em tal local e n'aquella occasião o chapeu lhe fosse subtraido, e por isso se faz este annuncio, a fim de que a pessoa que o levou o entregue a sua dona, cujo nome n'esta redacção lhe será declarado, podendo deixal-o na mesma redacção, que fará o favor de o fazer chegar ao poder de sua dona.

PHARMACEUTICO

6 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

7 OPTIMAS BENGALAS com estoque a 600 réis. Rua de S. João, n.º 5.

CASA MINERVA

JOSÉ MONTEIRO PINTO RAMOS

100 - RUA DA CALÇADA - 104

COIMBRA

8 IMPRESSÃO rapida em bilhetes de visita, timbres commerciaes e de phantasia, facturas, prospectos, cartas de aviso, adereces para estabelecimento, rotulos para pharmacias e outras diversas impressões tiradas na *minerva* com nitidez e perfeição, para cujos fins esta casa recebeu novos typos de Paris. Papeis finos estrangeiros e enveloppes, por grosso e a retalho. Tintas de impressão, copiar, proprias para carimbos e marcar roupas. Livros de missa. Bom sortido em vinhos do Porto e chás, para o que compete com preços de Lisboa e Porto.

Recebe encommendas pelo correio.

9 PELO JUIZO DE DIREITO da comarca de Coimbra, e pelo cartorio do escrivão Ayres Tavares Cabral, se ha de vender no dia 1 do proximo mez de Maio, por 10 horas da manhã, no tribunal judicial da cidade de Coimbra, uma propriedade denominada a Quinta do Valle de Arento, no limite de Penella, composta de terras de rega e de secca, olival, matta de carvalhos e outras arvores, e casas quasi demolidas, que parte do norte com Jeronymo Rodrigues, do nascente com o ribeiro do Valle d'Arento, do sul com o pinhal de Manoel Simões Santinho, e do poente com terra e olival de D. Carolina Maria Francisca de Brito Chaves, de Lisboa.

Coimbra 31 de Março de 1877.

O solicitador — *Abilio Maria Ladeiro.*

10 VENDE-SE o palacete da exm.ª viscondessa do Espinhal, da Louzã, situado na rua da Esperança, passando por cima do arco de D. Jacintha para a rua do Loureiro, d'esta cidade, com seu quintal e cisterna, e tendo além d'isso cocheira, lojas, etc.

Quem o pretender póde dirigir-se a Antonio Simões Ferreira, na rua dos Sapateiros, 49, o qual está auctorisado para dizer o preço e ouvir os lanços que forem offerecidos até ao dia 15 de Abril.

COMPANHIA COMMERCIAL & VINICOLA DA BAIRRADA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

CAPITAL 5.000:000$000 RÉIS
1.ª SERIE 500:000$000 »

11 SÃO prevenidos os senhores accionistas, a entrar com a 9.ª prestação de 10 por 100, ou 5$000 réis por acção, desde o dia 9 até 21 do presente mez.

Os pagamentos effectuam-se nos escriptorios da companhia, na Mealhada; Lisboa, rua da Esperança, n.º 224; Porto, rua de D. Maria II, n.º 40.

Mealhada 2 de Abril de 1877.

O presidente da direcção
Joaquim Lopes Carreira de Mello.

Substituições a militares

12 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3098 | Sabbado 7 de Abril de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Os nossos leitores viram em o numero passado d'este jornal, o que ha pouco occorreu em Lisboa, por occasião da chegada dos touros para alli serem corridos.

Presenceia-se isto n'uma cidade civilisada, e não se ha de lavrar um protesto geral e energico contra as corridas dos touros, esses espectaculos só proprios de selvagens?!

Que educação se dá ao povo com estes *divertimentos*, que provocam a dureza de coração, e a insensibilidade perante as maiores crueldades!

Em muitas cousas tem a nossa civilisação progredido; mas n'outras achâmo-nos estacionarios, se mesmo não retrogradâmos.

Uma dama que não veria sem desmaiar correr o sangue de um dedo, vae insensivelmente assistir a espectaculos crueis, em que se atormentam os animaes, e se expõem aquelles que os maltratam a serem victimas do seu furor!

Tratam os paes e mães de familia de dar em suas casas boa educação a seus filhos; e ao mesmo tempo entendem que não ha inconveniente em os levarem ás corridas de touros, acostumando-os desde tenra edade a verem praticar actos da barbaridade mais inaudita!

E não se levantará uma cruzada de toda a imprensa contra esta selvageria? Não chegará ainda a occasião de terem a coragem necessaria para affrontar a influencia dos interessados nas corridas dos touros?

É moda exaltar a audacia reformadora de Manoel Passos. Porque é, portanto, que se não ha de promover que se renove o decreto por elle referendado, que prohibiu aquelles espectaculos indignos de um povo culto?

Levante a imprensa periodica a sua voz auctorisada contra esta selvageria, e assim cumprirá honrosamente uma parte da sua nobre missão.

Abaixo as corridas de touros!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Já depois de havermos escripto o artigo antecedente, recebemos o *Jornal do Commercio* de Lisboa, onde lemos algumas palavras ácerca da ultima corrida de touros na capital, que nos fazem crer que a opinião da imprensa se começa a pronunciar contra o feroz espectaculo das touradas.

O nosso collega do *Jornal do Commercio* foi sempre muito apaixonado pelas corridas de touros, e por isso o que agora diz não só tem a importancia que lhe dá a auctoridade de que goza este jornal, mas a circumstancia de partir de um antigo defensor d'aquellas corridas.

Segundo diz o *Jornal do Commercio* as corridas de touros em Lisboa *estão muito proximo do seu termo*. Acrescenta, que não é possivel sustentar e auxiliar um *divertimento*, que provoca disturbios, como os de sabbado, havendo pedradas e tiros, e naturalmente ferimentos, e que entra n'um periodo de decadencia, por falta de touros e de artistas, e *pelas exigencias estupidas e brutaes do publico.*

N'esta corrida houve muitos *boleus*, e dois forcados sairam da praça *muito maltratados.*

Que civilisador espectaculo!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na sessão da camara dos pares de 21 do mez findo, o sr. Miguel Osorio Cabral protestou energicamente contra o jogo das loterias, instituição que julga prejudicialissima, pois com ella se estão estimulando as classes menos abastadas a um jogo immoral, se põem muitos individuos em risco de faltarem aos seus deveres, e procurarem haver illicitamente os meios para jogarem.

Além d'isso, a loteria é prejudicial ao estabelecimento das caixas economicas, que tão uteis são ás classes menos favorecidas da fortuna, por isso que o producto das economias dos membros d'essas classes, em logar de ser depositado nas referidas caixas, é distraido para aquelle jogo.

O sr. ministro da fazenda concordou com as ideias expostas pelo sr. Miguel Osorio, em relação ás loterias, e aos inconvenientes que resultam d'esta instituição, cuja conservação só se póde justificar pelo principal fim que tem em vista, que é a beneficencia; pois que por outra fórma não se podia sustentar este imposto, que a maior parte das nações conservam pela mesma rasão.

Declarou que o governo não estava habilitado a dizer que póde prescindir de um rendimento muito importante para a beneficencia publica.

Disse que as loterias estrangeiras fazem uma concorrencia á nossa, pelo que o governo estava resolvido a empregar todos os esforços tendentes a evitar os inconvenientes que resultam d'essa concorrencia.

Na opinião do sr. Miguel Osorio é facil resolver este negocio sem grave prejuizo nem para a fazenda, nem para a beneficencia publica.

A um paiz como o nosso, onde a caridade é a primeira das virtudes, e a mola real, para assim dizer, dos sentimentos e dos actos mais nobres, não é difficil proceder áquella organisação,

FOLHETIM

MISCELLANEA

MXCIX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

A minha vida particular, especialmente nos ultimos dois annos d'esta minha primeira estada em Londres, teve ainda incidentes que pareciam nunca fariam parte d'ella, por ter sido no seu principio destinada para a passar debaixo das abobadas de um claustro. Tive um *desafio*, e fui eu quem o exigiu: porque a honra foi sempre para mim objecto sagrado.

Vivia havia muitos annos em boa harmonia com João Bernardo da Rocha, redactor do *Portuguez*, mas este que, apesar de ter bom coração, tinha uma má cabeça, e a este defeito juntava uma ridicula vaidade, começou a indispor-se comigo, porque eu não seguia nem apoiava a sua politica, e talvez porque via que o meu *Campeão* ia tomando a dianteira ao seu *Portuguez*, tanto em razão da sua preguiça em o não escrever a tempo, como porque as suas ideias no que escrevia não iam tão directamente ao ponto que se desejava, como as minhas. Resultou d'aqui que um dia teve a imprudencia, e até a má creação de escrever em um dos numeros do seu jonal — que se dissesse o que eu, *em confidencia*, lhe tinha communicado, me havia de fazer a *cara vermelha!* Ora bem se vê, que este dito, além de estulto, grosseiro, e de homem mal creado, era tal que um homem de honra não podia deixar passar.

No mesmo momento em que isto li, escrevi-lhe uma carta em que lhe exprobava a sua má creação, e desaforo, e lhe dizia positivamente que me havia de dar uma satisfação ou desdizendo-se, e publicando quaes eram essas confidencias, que me podiam fazer a cara vermelha, ou não o fazendo assim, escolhesse as armas com que nos haviamos de bater; porque em toda a parte, e particularmente em Inglaterra, taes insultos não podiam passar impunes.

Eu tinha alli um amigo, Antonio Machado Braga, e que era tambem d'elle, e a esse pedi que lha entregasse para ser testemunha da entrega; e para que depois fosse um dos meus padrinhos no caso que elle tivesse a estulticia de me não dar uma satisfação, porque irrevogavelmente a queria ter, e elle m'a havia de dar por uma maneira ou por outra. O meu amigo incumbiu-se da remessa, e depois de lhe fazer ver não só a tolice do seu dito, porém ainda mais a pessima ideia que dava do seu caracter, resolveu-o emfim a dar-me uma satisfação por escripto no seu jornal, com a qual me satisfiz, e o caso aqui parou. Eu esqueci tudo, bem que a nossa amisade antiga ficou quebrada; porém algum tempo depois mostrei-lhe não só esquecimento de tudo que se havia passado, mas até gratidão por um acto que fez em honra minha.

Estando pobrissimo, e sabendo que os meus amigos de Londres me queriam dar de presente uma *caixa de oiro*, como realmente me deram, e para isso fizeram uma subscripção, quiz elle ter tambem parte n'ella com uma pequena quantia, e assim o fez; porque o seu nome está gravado na mesma caixa a par dos outros meus amigos. Nunca pude esquecer este obsequio que me fez, e sempre depois d'isto o tratei muito bem até á sua morte, que aqui em Lisboa veiu ter n'este mesmo anno em que escrevo, 1833.

Fui tambem ameaçado com dois libellos, que não tiveram effeito, porque os quizeram loucamente intentar. N'essa épocha tratava-se em Lisboa uma grande demanda entre inglezes, e portuguezes negociantes, que exigiam as fazendas que haviam sido remettidas a um certo *Moreira*, que depois de muitas traficancias fugira de Lisboa para a America Ingleza, onde morreu. N'esta demanda era muito interessado o meu amigo, de quem já fallei, Antonio Machado Braga, e o seu socio Vieira que em Lisboa tratava da demanda por conta dos negociantes inglezes, que lhes haviam dado credito ás fazendas que haviam mandado ao tal Moreira.

Eu era muito obrigado a estes dois honrados portuguezes, e publicava no meu *Campeão* algumas correspondencias, que me vinham de Lisboa sobre este assumpto. Em uma d'ellas vinha a biographia dos que particularmente se queriam apossar das fazendas dos negociantes inglezes, e um d'elles era notado pelas iniciaes — B. G. K. Um homem, que dizia ser filho do individuo a cujo nome pertenciam estas tres lettras, pretendeu levar-me ao *jury*, porque dizia que ellas correspondiam ao nome de seu pae, e eu o havia injuriado, publicando a sua biographia. A minha resposta foi que eu não injuriava seu pae, porque não lhe nomeava seu nome, nem mesmo podia advinhar se estas lettras o designavam; o que lhe podia affirmar era, que não era eu quem desacreditava seu pae, porém era elle que o desacreditava indo declarar em juizo, ao mundo todo que taes lettras designavam seu nome, o que ninguem sabia, porque podiam muito bem designar outros nomes.

O caso foi, que consultando os advogados, estes lhe disseram, que o libello não podia ter bom resultado, porque alli não havia nome algum particular designado, e quando mesmo podésse provar que aquellas lettras designavam só o nome de seu pae, eu não poderia ser condemnado em mais do que um *shilling*, que correspondia a uma absolvição. O homem teve a prudencia de desistir da accusação, e eu fiquei sem ter este incommodo.

(Continuar-se-ha).

porque não faltarão capitaes que a auxiliem, e suppram o rendimento das loterias de um modo muito vantajoso.

Medidas combinadas entre os srs. ministros da fazenda e do reino, podem dar em resultado a extincção das loterias, sem prejuizo para a santa casa da misericordia, ou para qualquer outro estabelecimento de beneficencia que aproveite com o jogo das loterias, esse incitamento constante ao vicio, auctorisado pelos poderes publicos.

Sem se tomar uma providencia que ponha termo ás loterias, será impossivel obstar a que se vendam por toda a parte e em grande copia as cautelas e bilhetes das loterias hespanholas.

Folgâmos com esta reclamação contra o jogo da loteria; porque apezar de não dar por emquanto resultado, um dia virá em que tendo-se desenvolvido a opinião das pessoas sensatas contra elle, chegue a ser extincto, com proveito da moralidade e do bem estar das pessoas de todas as classes.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Temos recebido queixas, e em especial do concelho da Figueira da Foz, contra a indefinida demora que têm no governo civil d'esta cidade a decisão dos recursos ácerca do recrutamento.

Amontoam-se alli os processos, e protrae-se a sua decisão; resultando d'isso grave prejuizo para os mancebos, que são obrigados ao serviço do exercito, por culpa de quem não dá andamento ás suas reclamações.

Estes factos repetem-se todos os annos, apezar dos protestos da imprensa independente.

Em todo o caso não deixaremos passar em silencio semelhantes abusos.

Quando mais não seja damos d'elles conhecimento ao publico, para saber o que está sendo o recrutamento n'este paiz.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Falleceu ha dias o empregado da repartição de fazenda d'esta cidade, o sr. Justino Ribeiro Machado, filho do antigo negociante de pannos da rua da Calçada, Manoel Ribeiro Machado.

A sua falta ha de ser muito sentida na repartição de fazenda, porque o sr. Justino era um empregado pontualissimo no cumprimento dos seus deveres e de uma assiduidade inexcedivel no serviço. Merecia bem o ordenado que recebia da nação.

Por esta occasião diremos, que temos ouvido repetidas queixas contra o sr. delegado do thesouro, em rasão da demora com que despacha as pessoas que vêm de fóra d'esta cidade á repartição de fazenda tratar dos seus negocios.

Dizem-nos que o sr. delegado faz esperar por muitas horas essas pessoas, obrigando-as muitas vezes a ficarem em Coimbra de um dia para o outro, com incommodo e prejuizo seu, o que se evitaria se houvesse mais zelo pelo serviço publico.

Estimaremos que se não repitam estes factos, para nos não vermos obrigados a voltar ao assumpto.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. reitor, visconde de Villa Maior, determinou que do dia 10 do corrente em deante, esteja aberta a bibliotheca da Universidade, desde as 8 horas da manhã até ás 6 da tarde.

É muito conveniente esta resolução, porque assim se amplia o tempo em que se acha aberta a bibliotheca, vindo a estar patente aos leitores 10 horas successivas por dia.

Torna-se, comtudo, indispensavel tomar algumas providencias ácerca do pessoal da bibliotheca.

Consta elle de dois officiaes, um continuo e um porteiro. E já ha alguns annos foi por absoluta necessidade admittido mais um amanuense extraordinario.

Este pessoal da bibliotheca é, porém, em parte nominal. Os dois officiaes, em rasão da sua edade, doença e longos serviços, pois que por exemplo um d'elles é alli empregado ha mais de 40 annos; estão impossibilitados de exercer os seus empregos, e já não vão á bibliotheca.

Fica, por isso, reduzido o pessoal ao continuo, porteiro, e amanuense extraordinario.

Não é difficil mostrar a quasi impossibilidade de elles fazerem o serviço durante 10 horas successivas cada dia, tendo de satisfazer aos pedidos dos numerosos academicos que alli vão consultar os livros.

Repetimos: é muito util e conveniente o augmento de numero de horas em que deve estar aberta a bibliotheca; mas é necessario tomar alguma providencia ácerca dos empregados.

O estado actual é que se não póde conservar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

As terriveis consequencias dos incendios, que frequentemente se repetem, deixando na desgraça numerosas familias, tem chamado a attenção de muitas pessoas em differentes terras do reino para este importante objecto.

Não se limitando a esperar os soccorros dos bombeiros municipaes, deliberaram-se a organisar associações de bombeiros voluntarios, sem outra mira senão o de serem uteis aos seus concidadãos. Nobilissima resolução é esta!

Funccionam já estas associações no Porto, em Guimarães e em Braga, e vae organisar-se outra em Lamego.

Têm adoptado os apparelhos mais aperfeiçoados para a extincção dos incendios e salvação das pessoas que n'elles podem correr risco de vida.

Estas associações estão-se desenvolvendo com tal enthusiasmo, que até já no Porto se publicou o primeiro numero do *Bombeiro Portuguez*, exclusivamente destinado a occupar-se de tudo o que diga respeito aos incendios, meios de os extinguir, ou minorar-lhes os effeitos.

Haverá um anno fallou-se em Coimbra de aqui fundar uma associação de bombeiros voluntarios; mas não passou de palavras.

Esta cidade quererá que muitas outras terras do reino lhe vão tomando a dianteira em instituições uteis e civilisadoras?

Como filho de Coimbra não podemos deixar de profundamente sentir esta indifferença!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Organisou-se no Porto uma companhia, com o titulo de *Melhoramento das praias*, sociedade anonyma de responsabilidade limitada, com o capital de 60:000$000 réis em duas series de 30:000$000 réis, divididas em 600 acções de 50$000 réis cada uma.

Tem por fim a construcção e estabelecimento de barracas portateis de madeira e zinco, proprias para banhos de mar, na Foz do Douro, Leça, Mathosinhos e Povoa de Varzim.

Por parte do fundador o sr. José Antonio Pereira Maya nos foi offerecido um album, contendo o projecto para a construcção das referidas barracas para banhos.

É na verdade um grande melhoramento. Ha alli a belleza, a commodidade e o aceio levados ao ultimo apuro.

Haverá na Foz do Douro casa para banhos quentes e estufas para secar roupas. Nas praias de Mathosinhos, Leça e Povoa de Varzim serão collocadas as barracas, estufas e salva-vidas nos locaes mais apropriados.

Torna-se muito recommendavel esta companhia, e é tanto mais apreciavel o seu intento, quanto todos os annos se vae desenvolvendo cada vez mais o uso dos banhos de mar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Tem-se n'estes ultimos tempos publicado em Portugal muitos livros, mas poucos são aquelles que preenchem o fim de diffundir com facilidade a instrucção pelo povo.

Uns não estão pelo seu preço ao alcance de todas as fortunas; outros são muito volumosos, e por isso improprios para as primeiras edades e para as pessoas muito occupadas com o trabalho, ou de curta intelligencia; e finalmente outros são em estilo muito elevado, e portanto difficeis de comprehender.

No estrangeiro são vulgarissimos os pequenos livros em que se espalham pelo povo os conhecimentos mais indispensaveis á vida. Na escola, na officina, no lar domestico, em toda a parte se acham esses manuaes, escriptos com clareza e sem pedantismo scientifico. Entre nós pouco ha n'esse genero.

Acaba, porém, de ser agora publicado em Lisboa, pelos bem conhecidos e acreditados editores os srs. Mattos Moreira & C.ª, um pequeno livro, de 157 paginas e pelo modico preço de 200 réis, que chamaremos livro de ouro.

Tem por titulo: — *Manual da infancia. A economia politica posta ao alcance das crianças, por Otto Hubner, para uso especial das escolas e bibliothecas populares (texto das escolas de Allemanha, França, Belgica, etc.); com uma carta do commissario dos estudos o exm.*[mo] *sr. Augusto José da Cunha: traducção de Francisco de Almeida.*

Eis ahi o typo que desejariamos que se adoptasse para os assumptos, que convem divulgar pela infancia e pelas classes operarias.

N'este pequeno tratado de economia politica está tudo exposto com uma admiravel clareza, sem que seja necessario fazer grande esforço para comprehender o que alli se ensina.

No fim de cada capitulo, para fazer fixar na memoria a doutrina n'elle desenvolvida, vem uma serie de perguntas, que obrigam o leitor a reflectir no que acaba de ler.

N'este pequeno livro tratam-se os seguintes pontos: — O trabalho — A propriedade — Capital e juro — As machinas — Divisão do trabalho — A troca — A moeda — Utilidade e preço — O fabricante e o artifice — O operario — O negociante — O banqueiro e o credito — O agricultor — O funccionario — O mestre e o sabio — O rico e o pobre — A miseria, suas causas e seus remedios — A carestia.

Não se supponha que tudo isto fórma um compendio de economia politica proprio para as aulas superiores. São conselhos e doutrinas comprehensiveis pela mais rude intelligencia.

Recommendamos, portanto, este *Manual da infancia* ás escolas, ás bibliothecas populares (menos á da Associação dos Artistas de Coimbra, porque é tempo perdido), aos operarios, aos agricultores, em fim a todas as pessoas que quizerem instruir-se, e que não tenham tempo nem meios para lerem grandes livros.

Seria muito para desejar que os editores os srs. Mattos Moreira & C.ª continuassem a publicar livros como este, ácerca dos outros ramos dos conhecimentos humanos, no que prestariam um assignalado serviço ao paiz.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Os artigos que temos publicado ácerca da nunca assás celebrada bibliotheca da Associação dos Artistas de Coimbra, deram causa a que um nosso amigo de Lisboa nos enviasse um documento, que muito apreciâmos. É o *Regulamento e catalogo da bibliotheca da Associação Civilisação Popular*. Tambem nos mandou os *Documentos respectivos á gerencia de 1875*.

Quando em Agosto de 1870 o illustrado ministro da instrucção publica, o sr. D. Antonio da Costa, fez á Associação dos Artistas de Coimbra um importante donativo de livros pertencentes ao estado; contemplou com egual porção de livros a Associação Civilisação Popular de Lisboa.

E emquanto a Associação dos Artistas de Coimbra correspondia á distincção que lhe fizera o sr. D. Antonio da Costa, lançando ao mais completo desprezo o seu brioso offerecimento; a Associação Civilisação Popular de Lisboa organisava a sua bibliotheca e o regulamento para ella; e não contente com isso, imprimia junto ao mesmo regulamento a relação de todos os livros, que possuia!

Por esta fórma a Associação Civilisação Popular não só estabelecia quaes os deveres e direitos dos socios; mas dava-lhes noticia de todos os livros existentes na bibliotheca, para facilmente os poderem pedir emprestados.

E ao mesmo tempo que os corpos gerentes da Associação dos Artistas de Coimbra, fingindo hypocritamente um grande zelo pelos livros, se oppõem a que elles sáiam da bibliotheca; a Associação Civilisação Popular, com a maior franqueza permitte no seu regulamento a leitura dos livros no domicilio, exceptuando só aquelles, que pelo seu valor é costume não deixar sair das bibliothecas populares.

Ainda mais, a Associação Civilisação Popular não só se presta a deixar ler aos socios os seus livros nos domicilios; mas até os faculta aos não socios, mediante as necessarias garantias.

Quem não estiver, como nós, inteirado do que se passa na Associação dos Artistas de Coimbra, ha de achar contradição no desprezo a que os membros dos corpos gerentes lançam tudo quanto diz respeito á bibliotheca, e o zelo apparente que manifestam pela conservação dos livros, oppondo-se a que elles sáiam para os domicilios dos socios.

Ahi vae a explicação. A saida dos livros para os domicilios obrigava a sociedade a dar uma pequena gratificação a um guarda, que fosse mais competente do que o que actualmente tem a sociedade; e egualmente era motivo de que os membros dos corpos gerentes tivessem algum trabalho em cuidar da bibliotheca, e regularisar o serviço d'ella. E é d'isso que elles querem fugir a todo o custo.

Oppõem-se á saida dos livros, porque bem sabem que sem essa permissão é o mesmo que se não existisse a bibliotheca, porque ninguem vae ler os livros á sala da Associação. Conseguem assim annullar a bibliotheca por um modo indirecto e traiçoeiro, no que satisfazem a sua culpavel inercia e o nenhum amor, antes aversão, que têm áquelle instituto.

É este o progresso e illustração que promovem os directores da Associação dos Artistas de Coimbra!

No *Regulamento da bibliotheca da Associação Civilisação Popular* ha disposições tão acertadas e aproveitaveis, que não podemos deixar de o publicar n'este jornal na sua integra.

Qual é o regulamento que ácerca d'este objecto póde apresentar a Associação dos Artistas de Coimbra?

Que vergonha!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

REGULAMENTO DA BIBLIOTHECA
DA
ASSOCIAÇÃO CIVILISAÇÃO POPULAR

Artigo 1.º A bibliotheca da associação Civilisação Popular compõe-se dos livros que são propriedade do estado, no respectivo catalogo designados com a letra — E —, e d'aquelles que a associação já possue e dos que possa adquirir de futuro e que são propriedade sua.

Art. 2.º Os livros que são propriedade do estado e foram entregues a esta associação por portaria de 27 de Agosto de 1870, publicada no *Diario do Governo* poderão, em conformidade com o decreto de 2 do mesmo mez e anno, **ser facultados aos leitores em suas proprias casas.**

§ unico. São exceptuados do emprestimo diccionarios, atlas e quaesquer outras estampas.

Art. 3.º A bibliotheca d'esta associação estará franca aos socios nos dias não sanctificados desde o anoitecer até ás nove horas da noite nos mezes de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro; até ás nove horas e meia nos mezes de Março, Abril, Setembro e Outubro; e até ás dez horas nos mezes de Maio, Junho, Julho e Agosto.

Nos domingos e dias sanctificados das nove horas da manhã ás duas da tarde.

§ unico. Quando haja possibilidade para ter um bibliothecario effectivo e devidamente retribuido, será a bibliotheca tambem franca ao publico.

Art. 4.º Nenhum volume sairá das salas d'esta associação sem que o socio a quem for emprestado assigne um termo de emprestimo, no qual termo se designará o seu nome, morada e profissão, assim como a obra, volume, formato, valor, e datas da saida e restituição.

§ 1.º O encarregado da bibliotheca poderá exigir, quando o emprestimo for feito a pessoa estranha a esta associação, que, além do termo de emprestimo, o leitor preste fiança ou deposite quantia egual ao valor da obra.

§ 2.º O prazo de emprestimo de qualquer volume nunca poderá exceder a oito dias.

§ 3.º Findo este prazo, e não se havendo restituido a obra, o conselho de instrucção procederá, do modo que julgar mais conveniente, contra o individuo, socio ou estranho, remisso na restituição; perdendo, comtudo, desde logo o direito a novo emprestimo.

Art. 5.º O conselho de instrucção nomeará d'entre os seus vogaes um, que servirá de bibliothecario; terá a seu cargo a boa organisação da bibliotheca, e apresentará ao mesmo conselho quaesquer providencias que tenham por fim tornar mais util a bibliotheca.

Art. 6.º O ajudante do professor de instrucção primaria, ou quem o substituir, será o empregado que facultará os livros a quem os requisitar, mediante as condições estabelecidas n'este regulamento.

§ 1.º Este empregado, que se denominará «ajudante do bibliothecario» é o immediato responsavel pelos livros, atlas ou quaesquer outras estampas confiados á sua guarda, e que receberá por inventario, assignando termo de responsabilidade. Quando, por qualquer causa, for dispensado d'este serviço, entregará tambem por inventario a bibliotheca.

§ 2.º O conselho, por indicação do bibliothecario, arbitrará a gratificação que o seu ajudante deverá receber.

Art. 7.º No fim de cada anno o bibliothecario apresentará ao conselho de instrucção uma estatistica do movimento da bibliotheca, em que entrará o augmento que houve de obras, addicionando-se estas ao catalogo.

A estatistica fará parte do relatorio, que o referido conselho tem de apresentar na primeira reunião annual da assembléa geral.

Art. 8.º A bibliotheca não conterá livro, estampa ou publicação onde se injurie a religião do estado, ou ultraje a moral publica, etc., condemnado pelos artigos 130.º e 420.º do codigo penal, quer seja por compra, donativo, emprestimo ou qualquer outra procedencia. Para maior observancia d'esta disposição só depois de vistas e auctorisadas pelo respectivo conselho, em sua reunião, é que as obras darão entrada na bibliotheca. Nas actas do conselho se mencionará a auctorisação referida.

Art. 9.º Quando o ajudante do professor, ou quem o substituir, não possa ou não queira desempenhar o serviço que n'esta qualidade lhe é incumbido, o conselho de instrucção, sobre proposta do seu vogal bibliothecario, nomeará outro individuo, preferindo os socios e sobretudo os já empregados na associação, dadas circumstancias eguaes.

Conselho de instrucção da associação Civilisação Popular, em 26 de Janeiro de 1875. — *José Antonio Dias*, presidente — *José Augusto da Silva* — *Ernesto Guilherme de Carvalho*, secretario — *Theophilo Ferreira* — *José Cypriano da Costa Goodolphim*, relator.

NOTICIARIO

Jornaes politicos de Lisboa em 1826. — Possuimos exemplares dos seguintes 8 jornaes politicos, que se publicavam em Lisboa no anno de 1826:

Gazeta de Lisboa.
O Portuguez.
O Oraculo politico e litterario.
A Bruxa encantada.
O Amigo do bem publico, ou o realista constitucional.
O Invencivel.
O Açoute dos periodiquistas.
O Espreitador.

Não sabemos se aqui acharão alguma novidade os colleccionadores de jornaes.

Concurso. — Perante o ex.[mo] sr. bispo de Coimbra se acha aberto concurso por provas publicas, pelo espaço de 30 dias, a contar de 27 do mez passado, para provimento da egreja parochial de S. Pedro do Sebal Grande, no concelho de Condeixa a Nova.

Bibliotheca Universal. — Esta bibliotheca, dos editores os srs. Lucas & Filhos, na rua dos Calafates, n.º 93, em Lisboa, publicou ultimamente o *Anjo da Caridade*, scenas da provincia, romance original do sr. Reis Amado.

Tem tido muito boa acceitação este interessante romance, e consta-nos que a edição está quasi esgotada.

A Bibliotheca Universal tem um incontestavel merecimento. Em quanto outras emprezas publicam só romances traduzidos, esta dá uma muito especial preferencia aos romances originaes portuguezes.

Dos 23 romances até agora publicados pela Bibliotheca Universal, apenas um é versão do estrangeiro.

D'ahi lhe provém a justa protecção dispensa pelo publico.

Convém animar os nossos escriptores, que com toda a rasão se queixariam se vissem que se preferia o que é estrangeiro ao nacional.

Esta empreza tem agora em publicação os *Jesuitas na côrte*, romance historico do nosso amigo e festejado escriptor o sr Antonio Francisco Barata, que tambem já escreveu para a Bibliotheca Universal outro romance historico — *Um duello nas sombras*, de que está a edição completamente esgotada.

Passadores de moeda falsa. — Diz o *Diario Illustrado*, que por diligencias do administrador do concelho de Torres Novas foram presos no dia 2, na freguezia de Assentiz, do mesmo concelho, Antonio Esteves Pereira e João Martins da Cruz, ambos do Sabugal e passadores de moeda falsa, encontrando-se-lhes na occasião da captura uma porção de libras, moedas de 2$000 e 500 réis no valor de 148$000 réis, tudo falso. A auctoridade administrativa procede nas suas diligencias para saber se ha mais implicados n'aquelle crime.

Outra prisão. — Diz o *Commercio do Porto*, que na quarta feira ultima foi capturado na Villa da Feira, por um guarda civil, Lino Antonio de Mesquita, por suspeitas de ter falsificado tres recibos de dominios á Santa Casa da Misericordia do Porto.

A prisão foi effectuada a requisição da mesma Santa Casa. O capturado estivera durante alguns annos encarregado de auxiliar a feitura do inventario das propriedades da Misericordia, tendo sido nomeado para aquelle serviço em 1869, mas não pertencia ao quadro dos empregados da Santa Casa. Ha um anno pouco mais ou menos tinham-lhe sido dispensados os seus serviços pela mesa actual.

Os recibos que deram causa a esta prisão haviam sido passados em 1873 e as propriedades a que diziam respeito os dominios pertenciam á sr.ª D. Felicidade Perpetua de Jesus Malheiro, viuva do sr. Antonio José de Araujo Malheiro, commerciante que foi d'esta praça.

O roubo calcula-se que exceda a 600$000 réis, não se tendo ainda podido averiguar a sua verdadeira importancia.

O preso foi entregue ao tribunal respectivo.

Noticias de Penella. — Communicam-nos o seguinte:

«Sr. redactor. — Para maior esclarecimento do publico ácerca dos factos de que deu noticia uma correspondencia de Penella, de 22 de Março, publicada em o n.º 3:096 do seu jornal, julgamos conveniente declarar, que o juiz ordinario e auctoridade administrativa, a que alli se refere, são uma e a mesma pessoa, — o sr. Manoel Augusto Julio, que accumula os dois cargos de — juiz ordinario substituto, e regedor.

Deu entrada, no dia 1 do corrente, nas cadeias d'esta villa, um tal Antonio Clino, que pelos modos tinha a mania de andar de noite a visitar as adegas dos visinhos. Se o não apanham, coitados dos lavradores, que ficavam, quando menos o julgassem, sem um quartilho em casa. Os maiores padecentes foram José Leal Arnaut e Manoel dos Reis.

Presume-se que o vinho era vendido por bom preço em uma taverna da terra.

Ha alguns annos a esta parte que Penella tem vivido em continuo sobresalto, porque os amigos do alheio, sabendo, por larga experiencia, que a policia d'esta terra é a policia mais infeliz do mundo, roubavam para ahi, noite e dia, e gosavam em santa paz os fructos da sua industria.

Agora que um está nas mãos da justiça, cumpra esta o seu dever. É preciso pôr um freio á ladroagem, aliás continuará a fazer das suas. Uma boa lição é sempre proveitosa.

Penella 5 de Abril de 1877.»

Funcção da semana santa. — Communicam-nos de Quiaios o seguinte:

«É esta a mais excelsa semana, que o anno tem, porque é n'ella, em que, nas egrejas onde se faz tal funcção, se reproduz a scena sublime, mas terrivel da obra da redempção do genero humano, caido do pedestal da graça pelo peccado do primeiro homem. Houve-a em Quiaios, e foi feita com aquella solemnidade possivel ás forças d'essa freguezia, attento o activo zelo do rev.º parocho da mesma.

Abrilhantou-a a musica, que, principalmente nos responsorios de quinta e sexta feira, despertou com os seus sons graves e plangentes, no coração dos ouvintes, um santo terror, por certo filho da fé no mysterio tremendo do grande drama da redempção.

N'esses dois dias, quinta e sexta feira, orou o rev.º parocho da Ferreira, de cujos labios se desprenderam palavras tão harmoniosas e tristes, como a voz da alma, que suspira, imitando o propheta Jeremias, quando sentado sobre as ruinas de Jerusalem, lamentava a sorte a que a esta cidade levaram os seus vicios e impiedades. Não se contentou porém o dito rev.º parocho em executar a missão de orador para que apenas tinha sido convidado; ajudou tambem os seus collegas no côro.

A egreja é de pequena capacidade, para n'ella se poder accommodar o povo de Quiaios, que todo queria assistir a estas solemnidades religiosas.

Pela publicação d'estas mal lançadas linhas no seu acreditado jornal lhe ficará muito grato o

De v. am.º venerador cr.º

Quiaios 4 de Abril de 1877.

* * *

Noticias de Lisboa. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

«Lisboa, 4 de Abril de 1877.

Como é já publico e em tempo noticiei, promove-se uma peregrinação a Roma, e consta que á frente d'ella se apresentará o sr. cardeal patriarcha de Lisboa.

Ha muita gente que attribue a esta idéa apparentemente piedosa, e como homenagem dos fieis ao pae da christandade, um fim politico e manifestação hostil a Victor Manuel, rei de Italia, que representa o partido liberal que o sustenta e o mantém no throno; e por este motivo pensa-se em se fazer uma manifestação liberal ruidosa, no dia que os peregrinos sairem de Lisboa, se sairem juntos, ou n'aquelles em que aqui se souber que são recebidos pelo Papa.

E assim como se organisam commissões para promoverem a peregrinação, do mesmo modo, consta, que se vão installar commissões para a propaganda da idéa da manifestação liberal.

Oxalá que n'esses actos publicos que se preparam não haja excessos, como tem succedido em outros paizes, e que todos se mantenham nos limites da legalidade.

O governo americano transferiu a sua estação naval de Nice para Lisboa. Com esta mudança muito vae lucrar a nossa capital, como lucrou Nice, que deve o seu notavel desenvolvimento aos 12 annos em que alli esteve a estação naval americana.

O governo francez, já porque entendeu de conveniencia contemplar com o maior numero de commodidades o commandante da estação, já porque assim pediam as boas relações com o governo dos Estados Unidos, poz á disposição do mesmo commandante um magnifico edificio do Estado para servir de deposito.

O nosso governo acaba de proceder da mesma fórma, facilitando-lhe os grandes armazens em Porto Santo para o mesmo fim. É um procedimento acertado e digno de louvor.

Veiu hontem no *Diario* a synopse dos trabalhos legislativos da camara electiva, durante a ultima sessão.

Por essa synopse vê-se que foram approvados e passaram para a camara dos pares 59 projectos; que 9 vieram com alterações da outra camara; 47 pareceres de diversas commissões foram approvados; ficaram pendentes 7 propostas de lei do governo; mais 65 projectos de lei de iniciativa dos deputados; e mais 46 pareceres de diversas commissões.

Estes algarismos são eloquentes e mostram bem o que vale a tal iniciativa parlamentar.

Espera-se o material dos torpedos que o governo passado mandou comprar ao estrangeiro. Esse material será depositado no forte de S. Pedro em Paço de Arcos. Deve vir no couraçado «Vasco da Gama».

Partiu esta noite para Guimarães, o distincto architecto e archeologo, Joaquim Possidonio, fundador e presidente da associação dos architectos e archeologos portuguezes. Vae reunir-se aos outros cavalheiros, que tiveram a honra de ser convidados pelo sr. Sarmento para vêr as ruinas de Citania; e d'esta visita teremos por sem duvida longas e curiosas noticias que sirvam para os estudos archeologicos em Portugal. Assim iremos acompanhando o movimento, com verdade admiravel, que vemos lá por fóra relativamente ás sciencias historicas e de antiguidades.

Consta que virá um engenheiro hollandez

construir os diques e obras hydraulicas do Ribatejo.

O sr. Marianno de Carvalho acompanhará o sr. ministro das obras publicas na sua visita ao Ribatejo.

O palacio da fallecida infanta D. Isabel Maria foi comprado por 21:650$000 réis pela sua antiga dama. Estava avaliado em 12:000$000 réis e é destinado a um collegio.

A familia real vae brevemente para Queluz.

Foi transferido da procuradoria régia para o tribunal de contas o sr. Sebastião de Figueiredo.

O emprezario da companhia dramatica do theatro da rua dos Condes, esteve hoje com o sr. marquez de Avila e de Bolama, reclamando contra a suspensão da peça «Revista do anno de 1876», no theatro Principe Real do Porto. O sr. marquez respondeu que approvava o acto praticado pela auctoridade e que elle emprezario requeresse em fórma para se proceder conforme fôr de justiça.

— Lisboa, 5 de Abril de 1877.

Vai com effeito ao Ribatejo examinar os estragos causados pelas ultimas inundações o sr. ministro das obras publicas.

Como as reparações a fazer são principalmente no circulo por onde é deputado o sr. Marianno de Carvalho, este cavalheiro acompanhará o sr. Barros e Cunha.

Diz-se que o sr. ministro das obras publicas está disposto a contractar um habil engenheiro hollandez, para o caso de ser preciso realisar algumas obras hydraulicas novas no nosso paiz, e para as quaes os engenheiros portuguezes se não julguem sufficientemente habilitados.

Isto deve sem duvida fazer-se depois de se verificar que com effeito carecemos absolutamente de recorrer aos estrangeiros.

Como disse em telegramma foi hontem vendido em leilão o palacio da finada infanta D. Isabel Maria. Estava avaliado em 12 contos de réis, e arrematou-o por 21:650$000 réis á sr.ª D. Theresa de Saldanha de Oliveira e Sousa, irmã do sr. conde de Rio Maior. Esta senhora vae alli estabelecer um collegio dirigido por irmãs de caridade.

Soube-se ante-hontem que tinham sido vendidos em Londres os objectos enviados ha cerca de um anno pela casa dos srs. condes da Anadia e que constavam de um jarro, duas bandejas, um vaso deteriorado e um remate, tudo de prata dourada e lavrada a cinzel com o peso de 8:090 grammas. Alcançou o importante preço de 6:500 libras sterlinas.

Deram hontem entrada na alfandega de Lisboa 110 caixas, contendo 2:500 espingardas Enfield, reprovadas pelo ministerio da guerra. Ficam á disposição do remettente J. P. Pedaing d'Ogen.

O governo recebeu aviso de se ter desenvolvido a epidemia nas batatas, na Allemanha.

Tem havido muitos casos de variola em Lisboa. Vae ser novamente recommendada revaccinação.

São esperados no Tejo mais tres navios de guerra americanos.

O sr. Nogueira Soares deve trazer resolvida a questão de Surrate.

Foi referendado o decreto, nomeando o sr. marquez de Vallada governador civil de Braga.

O sr. governador civil do archipelago dos Açores determinou a livre entrada alli do milho até 30 de Setembro proximo.

Consta que fôra hoje nomeada a commissão que ha de superintender nos trabalhos da futura exposição de Pariz.

Tomou hoje posse do logar de vogal do conselho das alfandegas, o sr. Daniel Cordeiro Feio.

O sr. commissario geral de policia mandou publicar um edital ácerca da variola em Lisboa.

Reuniu hoje a assembleia geral da Companhia de Mineração Transtagana. Estiveram presentes bastantes accionistas. Foram approvadas as conclusões do parecer do conselho fiscal. Foi reeleita a direcção e conselho fiscal.»

Missa. — Por alma do sr. José Joaquim Pereira Pinheiro, negociante que foi na cidade do Porto, celebrou-se hontem, 6 de Abril, missa na egreja de S. Bartholomeu, por ser dia do anniversario do seu fallecimento.

Egreja da Graça.—Consta-nos que do ministerio da guerra viera ordem ao sr. governador militar de Coimbra, para que evite escrupulosamente qualquer motivo, ou pretexto de conflicto com a irmandade do Senhor dos Passos.

Vae proceder-se á separação do claustro, para que aquella irmandade fique de todo independente do quartel da Graça, e possa communicar-se com o côro e a torre.

O sr. ministro da guerra andou n'este negocio com muito acerto e boa vontade.

Folgâmos de que os nossos clamores no *Conimbricense* e as reclamações da mesa da irmandade fossem devidamente attendidos.

ANNUNCIOS

ATTENÇÃO

1 UM INDIVIDUO, com boa calligraphia, deseja encarregar-se de qualquer escripturação, das 3 horas da tarde até á noite.

N'esta redacção se diz quem é.

Regimento de cavallaria n.º 8

Destacamento de Coimbra

2 JOÃO D'ALMEIDA DA CUNHA, alferes de cavallaria, commandante do destacamento estacionado n'esta cidade, faz publico, que no dia 12 do corrente mez, pelas 11 horas da manhã, no quartel do mesmo destacamento se ha de proceder á arrematação em hasta publica do fornecimento das rações de verde, precisas para os cavallos do referido destacamento.

As condições e mais clausulas do contracto estão patentes no quartel desde as 10 horas da manhã até ás 2 da tarde.

Quartel em Coimbra, 6 d'Abril de 1877.

João d'Almeida da Cunha.
Alferes de cavallaria n.º 8.

3 ROGA-SE ao illm.º sr. Julio Augusto Gaspar da Cunha Serrão, escrivão de direito em Pombal, queira responder ás cartas que lhe tem dirigido um negociante de Coimbra.

Officiaes de sapateiro

4 PRECISAM-SE de dois, que trabalhem bem na sua arte, pagando-se-lhes o seu merecimento.

12—RUA DO INFANTE D. AUGUSTO—20

O PRIMEIRO LIVRO DA INFANCIA
OU
A B C
Para meninos e adultos
POR
BRITO ARANHA
3.ª EDIÇÃO
Com a approvação do governo

5 ESTE livrinho que substitue com vantagem as antigas cartas do A B C, amplamente divulgado em nossas escolas primarias, mui util pelo systema para o ensino das creancinhas, e bem conceituado pelos professores, conta já tres edições de alguns milhares e acha-se á venda em todas as livrarias do reino.

Editor J. H. Verde. — Rua do Duque de Bragança, 6 e 8. LISBOA.

Preço 30 reis.

Aprendiz de sapateiro

6 PRECISA-SE de um, com alguma pratica, a quem se dará ordenado mensal conforme o seu merecimento.

12—RUA DO INFANTE D. AUGUSTO—20

QUEIJO FLAMENGO FRESCO
E DE
SUPERIOR QUALIDADE

ESTABELECIMENTO
DE
MANOEL DA SILVA GONZAGA
51 — SOPHIA — 55
COIMBRA

REZINA DE JALAPA DA TERRA

8 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, canceros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

ARRENDA-SE

9 A CASA da rua do Loureiro, n.º 57. Trata-se na rua do Corvo, n.º 54.

PHARMACEUTICO

10 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dár esclarecimentos e contractar.

Substituições a militares

11 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

12 RICARDO ANTUNES DE MACEDO, Praça 8 de Maio, acaba de receber o seu costumado sortimento de presuntos de Lamego.

Machina para costura

13 VENDE-SE uma da acreditada companhia **Singer**, com muito pouco uso, fazendo-se grande abatimento.

Trata-se na rua do Visconde da Luz, 35 a 39.

O UNIVERSO ILLUSTRADO
SEMANARIO DE INSTRUCÇÃO
E RECREIO

14 PUBLICOU-SE o n.º 13, contendo variados artigos, e duas gravuras, sendo a da 1.ª pagina — a vista exterior do convento da Ordem de Christo, em Thomar. Com este numero termina o 1.º trimestre, no qual a empreza já tem apresentado as seguintes vistas, d'assumptos nacionaes: Arco da rua Augusta—Villa Nova de Constancia — Ruinas da antiga sé de S. Paulo de Loanda — Castello de Alvito — Chafariz das sete bicas, nas Caldas da Rainha—Chalet da Pena, em Cintra—Castello d'Almourol—Salgueiral de Coimbra. Além d'estas tornam-se tambem notaveis—O retrato do visconde Lesséps—O castello d'Anif—e muitas outras excellentes gravuras.

Os preços da assignatura são — *Lisboa:* anno, ou 52 n.os 1$560 — semestre, 750 — trimestre, 380 rs.—*Provincias:* anno, 1$600 —semestre, 800 — trimestre, 400 rs.—Para as ilhas, é o mesmo preço das provincias, porém o pagamento será em moeda forte, e não se aceitam estampilhas.

Para Hespanha, anno, 2$000 rs.—Africa Occidental, anno, 2$000 rs. (moeda forte). — Brazil, anno, 2$500 rs. (moeda forte).

A empreza não fará remessas de assignaturas sem que as requisições venham acompanhadas da sua importancia.

Roga-se a todos os srs. subscriptores, cuja assignatura termina com o n.º 13, queiram ter a bondade de a renovar, afim de não soffrerem interrupção nas remessas.—O importe das assignaturas, bem como toda a correspondencia (franca de porte), dirigida a João de Campos Silva, rua de S. José, n.º 15 — 3.º

É unico representante d'esta empreza, na cidade do Porto, o sr. Eduardo da Costa Santos, rua de Santo Ildefonso, 8 e 10 — Livraria Civilisação.

CODIGO
PHARMACEUTICO
PORTUGUEZ
POR
Agostinho Albano da Silveira Pinto

Segunda edição posthuma
MAIS CORRECTA QUE A ANTERIOR
POR
José Pereira Reis

Preço...... 1$000 réis

15 VENDE-SE em Coimbra, na livraria de José Augusto Orcel, e no Porto, em casa do editor A. R. da Cruz Coutinho — rua dos Caldeireiros 18 e 20.

AGENCIA EM LISBOA

16 F. DE M. ALVIM, com escriptorio ha cinco annos, encarrega-se de tratar qualquer negocio (licito), civil, militar e ecclesiastico, incluindo encartes.

Arco do Bandeira 112 — 1.º

17 OPTIMAS BENGALAS com estoque a 600 réis. Rua de S. João, n.º 5.

Pedido

18 ROGA-SE ao sr. Francisco Augusto Ferreira, da Raiva, queira dar satisfação ás repetidas cartas que de Coimbra lhe têm sido dirigidas.

CAPA E BATINA

19 VENDE-SE uma para padre, quasi nova. Quem precisar d'ella pode dirigir-se a esta redacção.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3099 | Terça feira 10 de Abril de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Bem triste espectaculo estão dando alguns partidos n'este paiz.

Como se não tivessem individualidade propria; como se não podessem só por si, quando no poder, gerir os negocios publicos, põem-se em extatica adoração perante o sr. marquez d'Avila, e é d'elle que tudo esperam, é n'elle que depositam toda a confiança.

Seria curioso, se não fosse um symptoma da degeneração dos partidos, o vel-os na competencia de qual tem direito a ser mais ministerial, qual deve merecer de preferencia as boas graças dos ministros!

O sr. marquez d'Avila, o grande eleitor, ha de necessariamente estar enjoado com tanto servilismo!

Acha-se constantemente o seu gabinete cheio dos salvadores da patria, dos novos Dulcamaras, que offerecem os seus elixires regeneradores da sociedade.

Que é isto? Pois o sr. marquez de Avila não é a negação de todos os partidos? Não é elle conservador para uns, progressista para outros, e quem sabe se para alguns tambem republicano?

Então porque é que os partidos que se prézam de terem programmas claros e definidos, se prestam a uma tal humilhação?

Pois já n'este paiz um homem só por si, por mais elevado que seja na escala social, póde fazer annullar os partidos, sobresaindo unicamente elle, como se não houvesse aqui cidadãos independentes?

A absorpção de toda a personalidade politica era boa para um marquez de Pombal; mas isso admittia-se durante o governo absoluto, porque essa era a indole d'aquelle systema.

No governo constitucional os ministros devem ser no poder os representantes dos partidos, que predominam ou pelo seu numero, ou pela sua popularidade, ou mesmo pela sua audacia reformadora.

Os homens que agora estão no poder são a antithese de tudo isso.

Como é pois, que ha partidos que abdicam dos seus direitos, para se sujeitarem a receber uma ou outra graça do chefe do actual gabinete?

O tempo mostrará se estas artimanhas e indecencias dão força ou a tiram aos partidos que d'ellas usam.

Não é mais do que um suicidio politico o que ahi estamos a presencear.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Não é só em Coimbra que se tem praticado os mais desaforados escandalos em objecto de recrutamento. Esta arma formidavel dos governos e seus agentes nas diversas localidades tem sido tambem usada n'outros districtos.

As arbitrariedades praticadas no districto de Villa Real serviram de thema a uma interpellação na camara dos deputados, e estão sendo narradas na imprensa periodica.

O governador civil daquelle districto fez alistar no exercito, arbitraria e violentamente um mancebo, que a sorte não designára para pagar o tributo de sangue.

O *Commercio de Villa Real* publicou em um dos seus ultimos numeros uma carta, por onde se manifesta qual a impudencia a que chegou este negocio do recrutamento.

É a carta de um ecclesiastico, o qual pedindo a alguem que se empenhe com o sr. Pinto Carneiro para que seja dado por incapaz um recruta que protege, narra diversas injustiças semelhantes, ou mais graves que a que pede, feitas por intercessão ou ordem do governador civil.

Os factos que com a maior ingenuidade são relatados na referida carta, manifestam que tal tem sido a devassidão no serviço do recrutamento!

O actual governo tolerará esta desmoralisação?

Veremos se a moralidade que annunciou no seu programma fica só em palavras, ou se cumpre o seu rigoroso dever, castigando severamente os auctores de tão grandes attentados como por toda a parte se estão a praticar.

Esperemos e fallaremos depois.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A Academia Real das Sciencias de Lisboa prepara-se para festejar o centenario da sua fundação.

O aviso regio, pelo qual foi approvado o plano dos estatutos da mesma Academia, tem a data de 24 de Dezembro de 1779. É assignado pelo ministro do reino, visconde de Villa Nova da Cerveira, e dirigido ao duque de Lafões.

Como, porém, aquella data cae na força do inverno, e têm de ser convidados para tomarem parte nas festas que se hão de celebrar os principaes sabios estrangeiros, resolveu-se, por ser mais commodo, que se preferisse o mez de Maio do anno do centenario, e não o mez de Dezembro, muito embora fosse precisamente aquelle em que começou a existencia do mesmo instituto.

A Academia Real das Sciencias tem discutido o programma do acto solemne que projecta; mas ainda não estão resolvidos todos os pontos.

Espera-se que seja uma festa digna d'aquella illustrada corporação, que tantos serviços tem prestado ás lettras no decurso da sua existencia.

A iniciativa dos seus fundadores, o duque de Lafões, D. João de Bragança, e o sabio abbade José Correia da Serra, não ficou ingloria. Durante o seculo decorrido têm sido numerosissimas e do mais elevado merecimento as memorias em todos os ramos dos conhecimentos.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MC

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

O outro libello foi intentado pelos tres denunciantes da conspiração intitulada de Gomes Freire, e que por nome não percam: foram — José de Andrade Corvo de Camões; Pedro Pinto de Moraes Sarmento; e João de Sá Pereira Ferreira Soares.

Tinham elles mandado para o Rio de Janeiro uma conta dirigida a el-rei, mui circumstanciada dos seus bons serviços, pelos quaes lhe pediam recompensa. Esta conta, de que fôra portador o visconde de Juromenha poude ser vista por alguem que a copiou exactissimamente, e a mandou para Lisboa ao meu virtuoso amigo José Aleixo Falcão Wanzeller, que m'a remetteu para Londres; e eu publiquei no 1.º vol. do meu *Campeão*, a pag. 290.

Estes tres denunciantes achavam-se em Londres, e para alli tinham sido mandados pelos governadores do reino logo que appareceu a revolução do Porto, para os livrar das iras do povo que talvez os fizessem em pedaços. E não só para alli os tinham mandado, porém ordenando que fossem considerados addidos á embaixada. Por honra d'esta, os seus empregados não os quizeram lá receber debaixo d'aquelle titulo, e elles se viram desprezados, assim como por todos os portuguezes que então viviam em Londres.

Eu tive noticia de que se procurava com toda a ancia o numero em que vinha publicada a tal noticia, e que alguem tinha ido a minha casa pedindo querer compral-o, porque não os havia á venda em Londres. Eu dei ordem que se alguem lá tornasse a fazer aquelle pedido, lh'o dessem, mas lhe não accitassem dinheiro por elle. Com effeito, lá voltaram, e eu mandei dar gratuitamente o numero que tanto se desejava obter. Então sube com toda a certeza que o queriam para o mostrar a alguns advogados, e para ver se á vista d'elle podiam saber se estava no caso de ser accusado, e eu ser por tal publicação condemnado.

Passou-se muito tempo sem que tivesse noticia do negocio, e por fim me disseram que não houve advogado que os animasse a intentar-me o libello, porque o documento, que para elle tinham, em logar de ser contra mim, deviam elles antes olhar como motivo para me darem agradecimentos, pois que tinha publicado uma acção por que pediam recompensa.

O resultado de tudo isto foi que um dia appareceu em minha casa um dos tres denunciantes, — Pedro Pinto de Moraes Sarmento, o qual depois de mil satisfações de me ir procurar, pediu-me, que não quizesse ser inimigo seu nem dos seus companheiros, e antes me rogava se eu lhes faria o favor de admittir no meu jornal algumas linhas que os desculpassem. Fez-me uma larga exposição como tinham sido induzidos a praticar aquelle acto, concluindo por fim:—Como queria o sr. Liberato, que particularmente ainda rapaz, o official debaixo das ordens militares, tivesse força bastante para resistir ás ordens do meu general, e o commandante do exercito, Lord Beresford?

Disse-me ainda muitas mais cousas, e confesso que cheguei a condoer-me da sua desgraça; e assim commovido respondi-lhe, — que eu não tinha indisposição alguma pessoal contra elle nem contra os seus socios, e que só tinha publicado aquelle papel, como um documento historico de um acontecimento na realidade fatal, tanto para elles como para as victimas que tinham feito. E que para lhes mostrar que nenhuma inimizade tinha contra as suas pessoas, não teria mesmo difficuldade em publicar algumas desculpas, que quizessem dar d'aquelle acto, com tanto que isso fosse escripto com decencia, e em uma breve correspondencia, porque o meu jornal não as podia admittir longas. Que eu desejava fazer justiça a todo o mundo, e ser imparcial para todos, com tanto que no que se escrevesse nem se atacassem os meus principios, nem a causa que eu defendia. Recommendava-lhe porém, que a ninguem participasse ter estado comigo, nem revelasse o que entre nós se havia passado, porque nem a elle nem a mim convinha que a nossa conferencia transpirasse no publico. Assim m'o prometteu, e retirou-se.

Passados porém poucos dias, chegou-me aos ouvidos que estando na praça de Londres me fizera muitos elogios, e accrescentara que eu estava prompto para o defender assim como aos seus companheiros. Esta noticia irritou-me fortemente; e no mesmo momento peguei na penna e lhe escrevi uma carta, em que lhe dizia que elle era um homem sem brio e sem honra, porque tinha ido publicar o que havia ajustado ficasse em segredo; e em consequencia d'isso não contasse mais comigo, e não tornasse a subir a escada de minha casa. Elle assim o fez, e eu não tornei a ter mais noticia d'elle.

(Continuar-se-ha).

humanos, publicadas por socios da Academia. E apesar de uma certa má vontade, que mais ou menos sempre houve da parte de alguns escriptores, filha de despeitos pessoaes, é certo que os serviços da Academia são relevantes e incontestaveis.

Estas festas são convenientes por muitos motivos, não sendo o menor o fazerem estreitar relações entre os sabios dos diversos paizes, com o que as sciencias têm muito a lucrar.

A Universidade de Coimbra não se esqueceu em 1872 de festejar o seu centenario. É verdade que soffreu o desgosto de ver que quasi nenhum dos institutos scientificos e litterarios do reino se fez representar n'esta solemnidade; mas não deve ser isso motivo para que a mesma Universidade deixe de tomar parte, por meio de uma deputação, no centenario da Academia Real das Sciencias.

E a proposito do centenario da Universidade não deixaremos de perguntar pela memoria da Faculdade de Direito.

As memorias das Faculdades de Theologia, Medicina, Mathematica e Philosophia foram publicadas, e são documentos honrosissimos não só para os seus esclarecidos auctores, mas para a Universidade de que elles são filhos benemeritos.

A memoria do Direito foi incumbida ao decano da Faculdade o sr. dr. João de Sande Magalhães Mexia Salema. Infelizmente a morte veiu ceifar-lhe a vida, e impedir que podesse desempenhar-se da sua missão.

Passou em seguida essa incumbencia para o sr. dr. Bernardo de Serpa Pimentel, que é tambem muito competente para a satisfazer.

Estimaremos que o sr. Serpa leve a cabo a publicação da sua memoria; não só pela importancia d'ella, pois que a memoria de Direito deve necessariamente ser a mais vasta e interessante; mas porque seria para sentir que a collecção ficasse incompleta.

Quando se não houvesse tirado outro resultado do centenario da Universidade, senão a publicação das suas memorias, já era motivo para ser applaudido esse acto.

— Do centenario da Academia Real das Sciencias tambem ha muito a esperar, attenta a illustração dos seus membros.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega do *Jornal do Commercio* de Lisboa vem-nos revelar um grande acto de immoralidade praticado pelo ministerio passado.

A proposito de duas cartas, que publica, de dois fiscaes das alfandegas, os srs. José Maria Teixeira e José Maria Gaspar, que foram demittidos pelo ministro da fazenda, o sr. Serpa Pimentel, diz o collega que aquillo que diz o sr. Teixeira, confirma o que no publico corre; isto é, que os srs. Teixeira, Gaspar, e Almeida foram demittidos por serem agentes do sr. conselheiro Santos Monteiro na escandalosa venda de empregos, transferencias e promoções, que aquelle funccionario fazia quando era director geral das alfandegas!

Pergunta o *Jornal do Commercio*: — Os empregados demittidos são ou não culpados? Se o são, como o acto de os demittirem parece confirmar, culpado é tambem o conselheiro director geral, que o ministerio regenerador mandou recolher socegadamente a sua casa, com o vencimento de 1:300$000 réis annuaes. Se a simples *conivencia* com o ex-director geral foi motivo de serem demittidos os empregados, que tal era o foco de infecção que semelhante providencia aconselhava!

Dicto tudo isto pelo *Jornal do Commercio*, que foi altamente dedicado ao ministerio regenerador, é bem significativo!

Ainda este jornal pergunta mais: — Como é que ao ex-director geral se lhe manda dar 1:300$000 annuaes, para não continuar a fazer escandalosos negocios, e os seus cumplices são demittidos e ficam a pedir esmola para si e para as mulheres e filhos que sustentam?

Diz o collega, que o escandalo é enorme, e já agora quer ver que desenlace tem.

Escusa de esperar, porque já está bem desenlaçado. O alto empregado foi, e continua a estar aposentado com o ordenado de 1:300$000 réis, e os empregados subalternos ficam demittidos e sem ter que comer.

E' a moralidade do governo passado, e ha de ser a do actual.

Esteja certo d'isso.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Tem-se desenvolvido em Lisboa a terrivel molestia da variola (bexigas), de que já resultaram alguns casos fataes.

Em consequencia d'isso o commissario geral de policia publicou um aviso, convidando todas as pessoas, e em especial os chefes de familia, para que concorram ou façam concorrer ao instituto vaccinico official, onde serão gratuitamente vaccinadas, ou revaccinadas as pessoas que para esse fim alli compareçam.

Esta molestia devasta actualmente não só a Inglaterra e outros paizes da Europa, mas as nossas provincias ultramarinas da costa da Africa.

Convem, por isso, que se tomem as providencias que este mal exige.

A epidemia das bexigas pode estender-se de Lisboa para outros pontos do reino, e é mister estar prevenido para essa eventualidade.

O que se está praticando em Lisboa ácerca da vaccinação e revaccinação é urgente que se pratique em Coimbra.

Já o nosso grande epico dizia: — Nunca louvarei o capitão que diga — não cuidei.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Está annunciada para o anno proximo de 1878 a grande exposição universal de Paris.

Todos os paizes se preparam desde já para tomarem parte neste vasto certame da industria. Cada um na esfera da sua possibilidade, quer rivalisar nos productos expostos.

Aproxima-se o tempo, e não se devem poupar esforços para que Portugal se apresente alli dignamente.

Em Lisboa já se acha organisada a commissão que tem de colleccionar os productos para aquella exposição universal. É assim composta: — Presidentes, el-rei D. Fernando e o ministro das obras publicas; vice-presidente, Rodrigo de Moraes Soares; secretarios, Francisco Antonio de Vasconcellos e Venancio Deslandes; vogaes, marquez de Sousa Holstein, Antonio Maria de Amorim, Antonio Augusto de Aguiar, Margiochy Junior, Ernesto de Faria, João Ignacio Ferreira Lapa, Silvestre Bernardo Lima e Francisco Joaquim da Costa e Silva.

Sem duvida nas capitaes dos diversos districtos se terão de organisar commissões parciaes, para incitarem os industriaes e agricultores a mandarem os seus productos á exposição de Paris.

O districto de Coimbra tem-se havido honrosamente nas anteriores exposições; e por isso é de esperar que d'esta vez não queira desmerecer dos creditos adquiridos.

As auctoridades, as commissões, e em geral todos os cidadãos amantes da gloria da patria não se recusarão, por certo, a contribuir com tudo o que estiver ao seu alcance para que este districto seja dignamente representado n'aquella exposição universal.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

GRANDE ESCANDALO EM PRESPECTIVA

O auctorisado correspondente de Lisboa para o *Jornal do Porto* annuncia um facto, que se chegar a realisar-se será um dos maiores desaforos, que se tenham visto na administração publica.

Diz que, pela aposentação do actual thesoureiro da administração do correio de Coimbra, vae ser nomeado para este logar um outro empregado da mesma repartição, o qual menciona.

Devemos desde já dizer, que esse empregado é apenas praticante temporario, e que nem confirmado está.

O decreto regulamentar de 4 de Maio de 1853, em vigor, pelo qual unicamente se deve proceder em tudo quanto respeita aos logares do correio, oppõe-se terminantemente á projectada nomeação, annunciada pelo correspondente:

O artigo 32 d'esse decreto diz o seguinte:

«Não são de accesso os logares de thesoureiro pagador e de fieis: os empregados dos *quadros* serão, porém, n'elles providos *de preferencia*, quando reunam as qualidades necessarias para bem os desempenhar e se afiançarem devidamente.»

Determina mais o artigo 33:

«Na falta de empregados *que requeiram* e possam ser nomeados para os logares mencionados no artigo antecedente, serão estes *postos a concurso*, declarando-se nos respectivos annuncios a importancia das fianças, o vencimento que lhes compete, e o mais que necessario for para esclarecimento dos pretendentes.»

Ora: — 1.º Não foram consultados os empregados do quadro, a fim de ver se algum queria requerer: — 2.º O empregado a quem se diz vae ser dado este logar, quando requeresse, não podia ser attendido, porque é apenas praticante temporario, não está confirmado, e portanto não pertence ao quadro: — 3.º Só quando não houvesse empregado que requeresse, ou não estivesse habilitado, é que se poderia pôr a concurso o logar de thesoureiro; e note-se — a *concurso* — pelo que por fórma alguma poderia ser dado, como se diz que vae ser este, por simples graça ministerial.

Estamos para ver se este governo, que prometteu no seu programma ter por norma a *moralidade*, não faz mais do que continuar a devassidão do ministerio passado, calcando a lei, e procedendo despoticamente.

Pois contem comnosco.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Além do *Bombeiro Portuguez*, que começou a publicar-se no Porto, e a que nos referimos em o numero passado d'este jornal, tambem em Lisboa se publica o *Bombeiro*, de que já saíram á luz tres numeros.

O *Bombeiro* é dedicado a S. A. R. o principe D. Carlos, presidente honorario da Associação dos Bombeiros de Lisboa, e redigido pelos srs. José Ennes, Baptista Machado, Julio da Silva, e Marianno Cordeiro Feyo, bombeiros voluntarios da mesma cidade.

No Porto foi a Associação dos Bombeiros Voluntarios instituida em 26 de Agosto de 1876, a esforços dos srs. Alexandre Theodoro Glama, Domingos Ferreira Guimarães, Guilherme Gomes Fernandes e Roger Coverley.

Conta presentemente cerca de 300 socios protectores e 47 activos.

E' presidente honorario da Associação dos Bombeiros Voluntarios do Porto, S. M. El-Rei o sr. D. Luiz I, que a agraciou ultimamente com o titulo de Real Associação Humanitaria.

A Companhia de Bombeiros Voluntarios de Braga já approvou os seus estatutos, que foram organisados pelo sr. bacharel Adolpho Pimentel.

E' presidente da associação o sr. bacharel Jeronymo Pimentel, vice-presidente o sr. Fernando Castiço, e thesoureiro o sr. João Cunha.

Conta esta associação 30 socios activos e cerca de 150 protectores.

Tem tido valiosos donativos. Á sua parte os srs. bachareis José Borges e Eduardo Magalhães offereceram 100$ réis cada um.

Foram escolhidos para 1.º commandante o sr. Adolpho Pimentel, 2.º commandante o sr. José Borges, 1.º patrão o sr. Antonio Joaquim Pereira de Moraes, e 2.º patrão o sr. Lourenço de Magalhães.

Em Guimarães verificou-se no dia 19 do mez passado o exercicio de inauguração dos Bombeiros Voluntarios d'aquella cidade.

O exercicio foi dirigido pelo 1.º commandante o sr. José Martins de Queiroz Minotte, e pelo 2.º commandante o sr. Antonio Ribeiro da Costa Salgado.

N'aquelle dia foi pela primeira vez usado o uniforme, que consta de calça e *raglan* de panno mescla, avivado de vermelho, espia, cinto de couro com machado, capacete tambem de couro orlado de metal amarello e charlateiras. Os capacetes dos commandantes são de metal branco.

Os Bombeiros Voluntarios de Guimarães fornecerão um piquete para o theatro quando alli houver espectaculo.

Como se vê vão-se generalisando estas utilissimas instituições pelas terras principaes do reino. E quererá a mocidade de Coimbra ficar na inacção? Não se resolverá a imitar tão bons exemplos que lhes estão sendo dados?

Pois Coimbra estará condemnada a ser uma cidade morta para todo o progresso?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos do Porto, datada da casa de saude do medico Ferreira, uma carta do sr. juiz de direito Affonso Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães da Carvalhosa.

Queixa-se n'ella de ser victima da mais cruel e criminosa perseguição, achando-se recluso na referida casa de saude, para onde foi obrigado a entrar no dia 17 de Março ultimo, tendo sido a isso constrangido por varios individuos que não conhece, e que declararam terem sido mandados ao quarto em que residia no hotel da America, por ordem do commissario geral de policia.

Diz que chegando ao quarto n.º 4 foi violentamente obrigado a deitar-se, sendo logo amarrado com uma camisa de força, e compellido a permanecer assim deitado até a manhã do dia 21, em que lhe foi tirada, ficando o vestigio do seu tormento representado nas feridas que lhe foram feitas, e que ainda não acabaram de sarar.

Attribue este e outros factos anteriores que refere, a uma trama principiada em Cabo Verde, para ser inutilisado e jámais poder servir algum outro cargo, nem continuar a carreira da magistratura judicial, por se não poder soffrer a tempera dos seus principios de justiça, honra, dignidade e zello pelo desempenho dos seus deveres, como tambem o denotam a maneira como foram considerados os seus serviços no reino como administrador do concelho, e no ultramar como delegado e juiz de direito.

Queixa-se do mau alimento que lhe dão, e que lhe deteriora a sua melindrosa saude; e da falta de liberdade do uso de todas as cousas que lhe pertencem, e que lhe não tem sido entregues, não obstante serem pedidas.

Protesta usar de todas as acções criminaes e civis contra todas as pessoas que directa, ou indirectamente tenham tomado parte nos seus incommodos e privações.

Não publicamos a carta na sua integra, e resumimol-a, por não vir a assignatura reconhecida, e não podermos garantir o seu conteúdo. No entanto, havendo quem como n'este caso se nos dirige a fazer queixa de tal natureza, entendemos que não deviamos deixar de fazer menção d'ella.

Desde que em Lisboa foi em tempo preso o sr. Lupi, e mettido arbitratiamente no hospital de Rilhafolles, estamos prevenidos a este respeito, e não queremos pela nossa parte contribuir para suffocar as vozes dos queixosos.

Averigue-se a verdade e faça-se a justiça devida.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Á CARIDADE PUBLICA

Receamos tornar-nos importunos com os nossos pedidos, mas não podemos deixar de repetir as nossas instancias em vista da desgraça de que somos testemunhas.

Ha dias pedimos o auxilio da caridade publica a favor de uma infeliz senhora, que com um filho está na maior desgraça na rua dos Anjos.

Não fomos felizes em o nosso pedido, pois que quasi nada obtivemos.

Hoje renovamos esse pedido, porque as circumstancias da infeliz aggravam-se cada vez mais.

Appellamos, por isso, de novo para as almas bem formadas, pedindo uma esmola para esta desgraçada senhora.

Não seria possivel estabelecer-se uma mensalidade, producto de uma quotisação modica que cada pessoa desse, e que assegurasse a subsistencia a esta desventurada?

Em Coimbra, onde ha tantas pessoas caridosas, não poderia realisar-se uma obra tão santa?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CORRESPONDENCIA

Lisboa, 9 de Abril de 1877.

Fecharam-se as camaras. É serodia a noticia, mas nem por isso deve deixar de dar-se. O parlamento, nos seus ultimos momentos de vida, sanccionou todas as medidas e propostas do governo regenerador Até houve dois deputados, que, no penultimo dia de sessão, pediram para que se remunerassem os serviços prestados pelo marquez de Sá da Bandeira, e outros, nas pessoas dos seus parentes, abonando-se-lhes uma pensão!

É desenganar, meu amigo, as cousas vão como vão, e difficilmente se lhes dará remedio, em quanto o povo se não desilludir um dia de que trabalha para sustentar duzias e duzias de mandriões, que esbanjam tudo que adquirem em vida, e que deixam depois as viuvas á mingua, porque têem a certeza de que a nação as alimentará!

Veja o escandalo que se praticou, arbitrando uma pensão de dois contos e tanto á viuva do fallecido marechal duque de Saldanha! O homem prestou relevantissimos serviços á causa da liberdade, é certo, mas, em compensação, quanto recebia elle? Dezenas e dezenas de contos de réis por anno, como o meu amigo muito bem diz n'um seu artigo, escrevendo á cêrca do assumpto alludido. E depois, não é só isso. Para que se dá uma pensão ao filho do fallecido marechal? Pois é elle um homem invalido? Pois não tem elle uma patente superior no exercito, e não é casado com uma senhora, filha do conde de Bolhão, que lhe levou em dote uma avultada fortuna? Aonde está aqui a coherencia?

Em quanto se deixa perecer á mingua a viuva de Mousinho da Silveira; em quanto os herdeiros de Candido José Xavier não receberam, nem mesmo os ordenados que ficaram devendo a este illustre e prestante cidadão, abonou-se gratificações a uma senhora que tinha com que passar medianamente, e a um cavalheiro que é official superior do nosso exercito, e que possue uma fortuna assás consideravel!

Veja, pois, o meu amigo, e veja o povo, ao qual pertencemos, como se administram os dinheiros da nação... como as economias se praticam... como ha moralidade no poder... como as palavras do sr. presidente do conselho, proferidas quando se apresentou ao parlamento, são cumpridas! Economias! Quem acredita n'ellas? Ha de haver economias quando nascerem uns novos ministros, independentes, vontades de ferro, que não se deixem curvar aos caprichos e ás exigencias dos deputados, que vem ao parlamento sentar-se n'uma cadeira, para tratarem unicamente de si, deslustrando o mandato popular, de que foram investidos pelos seus contituintes.

— Não ha cousa alguma resolvida com relação á nomeação dos governadores civis. O sr. marquez de Vallada, nomeado governador civil de Braga, ainda não partiu para o seu destino, apesar de se ter despedido dos seus amigos n'uma ceia com que os brindou ha dias. Com relação a este empregado de confiança do governo, aqui tem o meu amigo a feição politica do governo-regenerador. É justo! Assim como o sr. marquez de Avila e de Bolama apoiou a politica regeneradora, é justo que esta fracção lhe corresponda agora e lhe pague na mesma moeda. Diz o povo — *amor com amor se paga*. Vamos pois vendo os desatinos que se praticam, para mais um desengano levarmos — que para mim bastava os que tenho observado.

— Os typographos da imprensa nacional estão em expectativa. Ha mais de um mez, uma commissão d'entre elles, apresentou uma petição ao exm.º sr. conselheiro administrador geral da mesma imprensa, na qual se pede uma percentagem sobre a actual tabella de preços por que se fazem as obras typographicas, e a qual vigora desde 1861. N'aquella epocha reconheceu-se a necessidade de augmento de preços nos trabalhos typographicos.

Ha treze annos, porém, que em tal tabella nunca mais se mecheu, como se vivessemos n'aquella edade de Saturno, *em que a terra dava o necessario para a vida sem ser preciso cultival-a*. É um engano. A terra agora cultiva-se, e quando o lavrador mal se precata, vêm as tempestades, as inundações, e... fica morrendo á mingua. Os typographos esperam anciosos pelo *veredictum* de s. ex.ª sobre este importante assumpto, que não será outro senão a deferencia ao pedido que, em phrases eloquentes, respeitosas e persuasivas, dirigiram a um cavalheiro de rectas intenções, e que tão acertadamente, com louvores de proprios e estranhos, tem sabido administrar e mantido á altura do merecido credito que goza hoje no paiz e fóra d'elle, o primeiro estabelecimento typographico. Aguardamos, pois, a resolução de s. ex.ª, a fim de, n'este mesmo logar, lhe agradecermos os seus bons serviços.

— Consta que a actriz Emilia Adelaide será escripturada, no seu regresso á patria, onde tantos admiradores do seu talento a esperam, no theatro de D. Maria.

— O *Jornal do Commercio* publicou ha dias um folhetim com relação ao drama do sr. Luiz de Campos, *D. Leonor de Bragança*, no qual se analysam defeitos que não existem no alludido drama.

O auctor do folhetim, diz-se, é conhecido pelo seu talento de jornalista e dramaturgo novel, o que não abona a censura feita a um seu collega, porque se lhe póde applicar o rifão portuguezissimo — *quem é o teu inimigo?*...

Ir á historia, fazer surgir d'ella dois ou meia duzia de vultos, trazel-os á tela do romance ou do drama, dando-lhe feições que a historia nos diz que elles não tiveram, é de um absurdo, que o auctor do folhetim, apesar de assim o querer, jámais faria, estamos certos. E vel-o-hemos, se o auctor do folhetim continuar na sua carreira de dramaturgo, na qual tão laureado tem sido.

Veremos, se, quando escrever um drama historico, põe de parte a fidelidade de caracter dos personagens que esboçar, para lhes dar um outro todo ficticio.

— Falla-se no sr. José da Costa Pinto Bastos, para governador civil de Lisboa.

Até á seguinte.

P. J. CONCEIÇÃO.

COMMUNICADO

PARA A REDACÇÃO

DA

«Correspondencia de Coimbra»

Copia da copia. — Ill.mo e ex.mo sr. — Como additamento a um artigo da *Correspondencia de Coimbra*, de 7 do corrente, a respeito da infeliz alienada Anna Mauricia, posso informar, que ella foi soccorrida pela Misericordia com o serviço clinico, com medicamentos e casa; e que dos Hospitaes da Universidade lhe foi ministrada a dieta, cama, roupas e o serviço d'enfermaria, consistindo em duas empregadas effectivas, de 9 a 18 de Fevereiro, que n'este dia foram substituidas por outra que alli se conservou até á saida da doente no dia 21 de Março.

Posso assegurar que da parte d'ambos os estabelecimentos vi sempre manifestado o maior empenho de que não houvesse a menor falta, não se fazendo questão das despezas nem por parte da Misericordia nem da parte dos Hospitaes.

Incluso remetto por copia dois officios que servirão de complemento a esta noticia.

Sou com toda a consideração — De v. ex.ª muito attento, venerador, criado obrigado.

Coimbra 8 de Abril de 1877. — O facultativo interno dos Hospitaes da Universidade, *Joaquim da Fonseca*.

Está conforme. — Secretaria dos Hospitaes da Universidade, 8 de Abril de 1877. — O secretario, *Herculano Santa Barbara*.

Copia da copia. — Administração do concelho de Coimbra. — N.º 112. — Ill.mo e ex.mo sr. — Em consequencia do officio de v. ex.ª, n.º 206, datado de 6 do corrente, vi-me collocado na dura necessidade de fazer recolher a enferma Anna Mauricia á casa de retenção, onde julgo que se tem aggravado sobremodo os seus padecimentos, e requisitei da Santa Casa da Misericordia os soccorros convenientes até que a mesma enferma possa dar entrada no Hospital de Rilhafolles.

A administração da Santa Casa concorre com todas as despezas que se fizerem; mas não póde tomar ao seu cuidado immediato qualquer doente, por se não achar habilitada com pessoal e as demais condições indispensaveis, que sómente pode fornecer o Hospital.

N'estas circumstancias pois rogo a v. ex.ª se digne enviar uma camisa de força e os individuos que a possam vestir á doente, ministrando enfermeiro, guarda, dieta, roupas, e o mais que for necessario para que a doente seja tractada no seu domicilio, por cuja despeza se responsabilisa, como já disse, a referida administração da Santa Casa da Misericordia.

Deus guarde a v. ex.ª — Administração do concelho de Coimbra, 8 de Fevereiro de 1877. — Ill.mo e ex.mo sr. Administrador dos Hospitaes da Universidade. — O Administrador do concelho, *João Jacinto Tavares de Medeiros*.

Está conforme. — Secretaria dos Hospitaes da Universidade de Coimbra, 7 de Abril de 1877. — O secretario, *Herculano Santa Barbara*.

Copia da copia. — Hospitaes da Universidade de Coimbra. — N.º 214. — Ill.mo e ex.mo sr. — Em vista do officio de v. ex.ª, n.º 112, datado de hontem, relativo á doente alienada Anna Mauricia, ponho á disposição de v. ex.ª duas empregadas, camas, roupas e o mais que for necessario para o tratamento da doente, incluindo a dieta. Se da parte da Santa Casa da Misericordia se offerecer alguma duvida em quanto a medicamentos, tambem fica á disposição de v. ex.ª a pharmacia do Hospital; e não faço egual offerecimento a respeito do serviço clinico, por não caber nas minhas attribuições.

As mencionadas despezas ficam a cargo d'esta administração.

Deus guarde a v. ex.ª — Administração dos Hospitaes da Universidade, 9 de Fevereiro de 1877. — Ill.mo e ex.mo sr. Administrador do concelho de Coimbra. — O Administrador, *Antonio Augusto da Costa Simões*.

Está conforme. — Secretaria dos Hospitaes da Universidade, 7 de Abril de 1877. — O secretario, *Herculano Santa Barbara*.

NOTICIARIO

Fallecimento e trasladação. — Falleceu em Oliveira de Azemeis, o nosso patricio o sr. bacharel Abilio Augusto Correia Bandeira, filho do antigo lente da Faculdade de Philosophia o sr. dr. Manoel Martins Bandeira.

O sr. Abilio Bandeira tinha 52 annos de edade, era advogado em Oliveira de Azemeis, e alli exerceu o cargo de presidente da camara.

Na sexta feira chegou á estação desta cidade o cadaver do fallecido para ser enterrado no cemiterio da Conchada.

Na estação era esperado por todo o definitorio da Veneravel Ordem Terceira da Penitenciaria, de que seu pae o sr. dr. Bandeira fora por muito tempo zeloso ministro. Tambem alli se achavam muitos outros cavalheiros e o reverendo parocho de Santa Cruz.

No cemiterio da Conchada estava a Veneravel Ordem Terceira, em grande numero, para assim darem todos um testemunho da consideração em que tinham o fallecido, que de tudo era digno pelas suas excellentes qualidades; assim como para prestarem a devida homenagem á memoria do sr. dr. Bandeira, cujo nome está vinculado a esta irmandade como um d'aquelles irmãos que mais serviços lhe prestaram.

Na capella do cemiterio fizeram-se ao fallecido os officios funebres; sendo o *Memento* cantado como é costume na Ordem Terceira.

O digno capellão do cemiterio, o sr. conego Manoel Marques Pereira Ribeiro, apesar do estado melindroso da sua saude, prestou-se a ir a Oliveira de Azemeis, a fim de acompanhar d'alli para Coimbra os restos mortaes do seu amigo. É este um acto muito louvavel, mas que já não estranham as pessoas que conhecem o inexcedivel genio obsequiador que tem este estimavel e bemquisto ecclesiastico. D'ahi vem a justa estima que todos lhe consagram.

Concerto. — Consta-nos que o mestre da banda do regimento de infanteria 9, o sr. Demetrio Leoni Muttilli, tenciona vir dar brevemente um concerto em Coimbra.

Toca magnificamente contrabaixo (rabecão). Tem tocado em muitos dos theatros da Europa.

Em Coimbra ainda não foi ouvido. É de esperar que no concerto que vem dar seja bem recebido, attendendo ao mimo com que toca um instrumento só proprio para acompa-

nhamentos, e em que aquelle habil artista desempenha muito bem partes cantantes.

O sr. Demetrio foi alferes na Italia, e tenciona tocar não só em Coimbra, mas em outras terras durante a digressão que vae fazer, em quanto durar uma licença que obteve.

Desordem e ferimento. — Hontem de noite houve na Praça do Commercio uma desordem entre estudantes, sendo alguns d'elles militares.

Um dos empregados de policia municipal, que interviera, foi gravemente ferido com um *boz* no nariz.

Os principaes desordeiros foram para o botequim da Alexandrina, foco de repetidas desordens, e por esse meio não poderam ser capturados.

Fallecimentos. — Falleceu em Lisboa o distincto lente da escola medico-cirurgica, o sr. dr. Bernardino Antonio Gomes; e em Cintra falleceu o nosso patricio o sr. Castilho e Mello.

Despacho. — O presbytero João Ferreira Pereira Dias foi apresentado na egreja parochial de S. Miguel do Sobral de Mortagua, diocese de Coimbra.

Jury de exames. — O jury dos exames dos candidatos do magisterio primario no districto de Coimbra, é assim composto:

Presidente, dr. Francisco Antonio Diniz, commissario dos estudos.

Vice-presidente, dr. José Joaquim Manso Preto, professor do lyceu.

Dr. Augusto Antonio da Rocha.
Gaspar Alves de Frias Ribeiro.
Augusto Pereira de Moura.
Francisco Antonio Marques.
Luiz Augusto Pereira Bastos.
Elvira Augusta das Neves Elizeu.
Maria Altina.
Perpetua Felicidade Candida Serra.

Exames de instrucção secundaria. — O *Diario do Governo* de sabbado ultimo publicou o seguinte decreto:

«Sendo-me presente a consulta em que a commissão encarregada da reforma do ensino secundario, reconhecendo a impossibilidade de organisar o projecto definitivo a tempo de ser apresentado ao governo antes de findar a actual sessão legislativa, propõe que sejam provisoriamente adoptadas algumas providencias regulamentares, aconselhadas pela pratica dos ultimos quatro annos e tendentes a tornar o systema dos exames finaes mais simples, economico e uniforme;

Hei por bem, conformando-me com a proposta da referida commissão, e tendo em vista o disposto no artigo 165.º do decreto com força de lei de 20 de Setembro de 1844, decretar o seguinte:

Art. 1.º Os exames finaes das disciplinas professadas nos lyceus nacionaes do continente do reino, serão feitos na séde das tres circumscripções: Lisboa, Coimbra e Porto, perante jurys que opportunamente forem nomeados pelo governo de entre os professores officiaes e durante os mezes de Julho e Agosto.

§ 1.º Cada uma das circumscripções compõe-se, na conformidade do artigo 67.º do regulamento de 31 de Março de 1873, dos districtos seguintes:

A primeira, Lisboa — dos districtos de Lisboa, Santarem, Portalegre, Evora, Beja e Faro;

A segunda, Coimbra — dos districtos de Coimbra, Leiria, Castello Branco, Aveiro, Guarda e Vizeu.

A terceira, Porto—dos districtos do Porto, Braga, Vianna do Castello, Villa Real e Bragança.

§ 2.º Nas ilhas adjacentes os exames continuarão a ser feitos em cada um dos respectivos districtos.

Art. 2.º Os alumnos internos dos lyceus e das aulas secundarias de Lamego, habilitados para exames finaes nos termos do capitolo 5.º do citado regulamento, são admittidos perante os jurys da circumscripção, a que pertencer o estabelecimento que tiverem frequentado.

Art. 3.º Os alumnos dos collegios ou escolas de ensino livre só podem fazer exames finaes na séde da circumscripção a que pertencer o districto, onde tiverem estudado ou residido nos ultimos dois mezes anteriores ao prazo estabelecido para a apresentação dos seus requerimentos.

§ 1.º Os requerimentos d'esta classe de alumnos serão apresentados aos reitores dos lyceus do districto onde os requerentes estudam ou residem, dentro do prazo determinado no artigo 60.º do regulamento de 31 Março de 1873.

§ 2.º Além dos documentos exigidos no artigo 58.º do mesmo regulamento, os requerentes são obrigados a exhibir documento authentico, passado pelo administrador do concelho ou bairro, provando a sua residencia nos dois mezes de que trata o presente artigo.

§ 3.º Os alumnos, que provarem ter estudado em paiz estrangeiro, são dispensados do documento a que se refere o § antecedente, e podem requerer no prazo legal admissão aos exames finaes na séde da circumscripção que mais lhe convenha.

Art. 4.º As relações dos alumnos, tanto internos como estranhos, habilitados para exames finaes, serão organisadas e remettidas ao governo na conformidade do que se acha disposto nos artigos 28.º e 62.º do regulamento de 31 de Março de 1873.

Art. 5.º Para se reconhecer a identidade de pessoa, os alumnos extranhos aos lyceus são obrigados a entregar, na occasião dos exames, aos presidentes das commissões, um attestado do pae, tutor, ou pessoa encarregada da sua educação, no qual se declare a disciplina ou discipinas que tiverem estudado, onde e com quem. Este attestado será tambem assignado pelo alumno e as assignaturas reconhecidas por tabellião.

§ unico. Os alumnos dos lyceus de fóra da séde da circumscripção onde forem admittidos a exame, entregarão egualmente aos presidentes das commissões declaração das disciplinas que frequentaram, passada pelo secretario do respectivo lyceu e assignada pelo alumno com reconhecimento de tabellião.

Tanto o attestado, como a declaração, devem ser segunda vez assignados pelos alumnos na presença do respectivo jury, quando forem chamados ao exame.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 28 de Março de 1877. — REI. — *Marquez d'Avila e de Bolama.*»

Jornaes politicos de Lisboa em 1826. — A proposito da noticia que démos em o numero passado, de exemplares de 8 jornaes que possuimos em as nossas collecções, publicados em Lisboa no anno de 1826; recebemos hoje a seguinte carta, que do Porto nos enviou o nosso amigo o sr. Antonio Martins Leorne, um dos mais activos e curiosos collecionadores de jornaes que conhecemos em todo o reino:

«Amigo e sr.—Porto 9 de Abril de 1877. — É para desacoroçoar! Eu que trabalho ha tanto tempo em collecionar jornaes, e respectivos apontamentos, quando julgo que estou a chegar ao seu termo, vem logo o desengano, de que me acho ainda muito longe de alcançar o que desejo, que era, e é, a mais completa collecção de jornaes portuguezes.

Dá motivo para estas linhas a noticia dos *jornaes politicos de Lisboa em* 1826, que vem no *Conimbricense* que hontem recebi, pois que n'ella vejo, nada menos do que 6 jornaes de que não tinha conhecimento, e são:

O Portuguez, de 1826. (Tenho varios jornaes com este titulo, mas nenhum é de 1826.)

Oraculo politico e litterario. (Tenho um simples apontamento.)

Bruxa encantada.

Amigo do bem publico, ou o realista constitucional.

Invencivel.

Açoute dos periodiquistas.

D'estes 4 ultimos não tinha o mais leve conhecimento, e louvo-lhe a noticia que d'elles dá.

Ora se estes *specimens* não estão encadernados, far-me-hia um grande favor, emprestando-m'os, e remettendo-os pelo correio, para assim eu ver e tomar os meus apontamentos: em seguida lh'os devolvo.

Com isto muito obsequiará, a quem é

De v. am.º e obgm.º cr.º
Antonio M. Leorne.»

Vamos satisfazer ao desejo do sr. Leorne, enviando-lhe por este correio specimens dos jornaes a que se refere.

O *Portuguez* de 1826, de que o sr. Leorne diz não ter conhecimento, foi publicado n'aquelle anno e no de 1827.

Era redigido por Almeida Garrett, Paulo Midosi, João Antonio dos Santos e outros.

Em consequencia dos tumultos em Lisboa, em as noutes de 24, 25 e 26 de Julho de 1827, conhecidos pelo nome de *archotada*, foram presos Paulo Midosi e outros seus collegas na redacção. Estiveram presos alguns mezes, e só sairam quando tiveram provimento no aggravo que haviam interposto.

ANNUNCIOS

REPARTIÇÃO DE FAZENDA
DO
DISTRICTO DE COIMBRA

1 SÃO CONVIDADOS os possuidores de titulos de divida publica fundada interna com assentamento, que quizerem receber os juros do presente semestre pelo cofre central d'este districto, a apresentar n'esta repartição, relações de suas inscripções, nos termos das instrucções de 8 de Outubro de 1857, e conforme se tem praticado nos ultimos semestres; advertindo que só se aceitarão as relações, cujas inscripções venham descriptas pela ordem numerica.

Egualmente se recebem, *desde já*, convindo aos interessados, as relações dos coupons acompanhadas d'estes.

Coimbra 8 de Abril de 1877.
O delegado do thesouro
Antonio Joaquim de Vasconcellos.

AGRADECIMENTO

2 D. MARIA AMELIA DA FONSECA BANDEIRA, D. Joaquina Emilia Correia Bandeira, D. Joaquina Umetilia Correia Bandeira, Manoel Augusto Correia Bandeira, Rufino Joaquim Borges de Castro e Antonio Teixeira Felix da Costa, agradecem por este modo, em quanto o não fazem pessoalmente, as inequivocas provas d'amizade que foram dadas a seu marido, filho, irmão e cunhado o bacharel Abilio Augusto Correia Bandeira, quando ultimamente esteve enfermo n'esta cidade, e os favores que todos ou alguns d'elles receberam por essa occasião.

Protestam em especial o seu reconhecimento ao distincto facultativo o ex.mo sr. dr. Ignacio Rodrigues da Costa Duarte, pelo assiduo cuidado e inexcedivel carinho que dispensou ao enfermo para lhe prolongar a existencia, e á dona e criados do Hotel Mondego pelo empenho que desenvolveram para suavisarem os padecimentos que o atormentavam, e para obsequiarem as pessoas de familia que o acompanharam.

Agradecem tambem á Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia e a todos os cavalheiros d'esta cidade, a parte que tomaram nas honras funebres prestadas em 5 do corrente aos restos mortaes d'aquelle seu marido, filho, irmão e cunhado, quando se sepultaram no cemiterio publico d'este concelho.

Emfim apertando em estreito abraço o ex.mo e rev.mo sr. conego Manoel Marques Pereira Ribeiro, confessam dever-lhe, além do mais, a alta fineza de se prestar da melhor vontade, com grave incommodo, e risco da sua saude, a ir a Oliveira d'Azemeis para d'alli acompanhar, como de facto acompanhou, para esta cidade o cadaver d'aquelle seu amigo.

COMPANHIA GERAL
DE
CREDITO PREDIAL PORTUGUEZ

3 POR ORDEM do ex.mo sr. governador da companhia paga-se em casa de Antonio José Alves Borges, em Coimbra, os dividendos de 8 %, sobre o desembolço de cada uma acção, relativos ao anno de 1876.

A venda na livraria
DE
MANOEL D'ALMEIDA CABRAL
161 — RUA DA CALÇADA — 165
COIMBRA

4 ESTUDOS JURIDICOS ácerca do projecto de codigo do processo criminal do sr. conselheiro José da Cunha Navarro de Paiva, por Francisco José de Medeiros, delegado do procurador regio na comarca de Chaves, seguidos de breve resposta aos mesmos estudos pelo auctor do projecto.

1 vol. 8.º, preço ..... 500 rs.
Pelo correio .... 520 rs.

ESSENCIA
DE
SALSA PARRILHA E CAROBA
GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

5 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Canceros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

300$000 RS.
A juro sobre hypotheca

6 DÃO-SE na praça 8 de Maio. Loja de Antonio Duarte Areosa.

7 QUEM QUIZER vender um exemplar da obra intitulada — *Memoria Historica e Descriptiva ácerca da Bibliotheca da Universidade de Coimbra* pelo doutor Florencio Mago Barreto Feio, — achará comprador na redacção d'este jornal.

8 N'ESTA REDACÇÃO se diz quem compra um exemplar do *Mario* do sr. Silva Gaio. Dá-se até ao dobro do seu primitivo preço.

Pedido

9 ROGA-SE ao sr. Francisco Augusto Ferreira, da Raiva, queira dar satisfação ás repetidas cartas que de Coimbra lhe têm sido dirigidas.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno .... 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno .... 3$460
Por semestre .... 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre .... 1$730
Por trimestre 800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, é na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre 865

Numero 3100 | Sabbado 14 de Abril de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O decreto de 28 de Março, que publicámos em o numero passado d'este jornal, ácerca dos exames de instrucção secundaria, tem produzido, como era de esperar, desagradavel impressão em muitos pontos do paiz.

Por noticia telegraphica de Faro consta, que os animos ficaram alli muito impressionados com as disposições do referido decreto. Nos lyceus do Alemtejo tambem é grande o descontentamento, assim como em Vizeu, Braga, e muitas outras povoações.

Consta que todas as camaras do Algarve vão representar.

Na verdade o caso não era para menos. Obrigar todos os annos os alumnos a virem, por exemplo, do Algarve a Lisboa, da Guarda e Castello Branco a Coimbra, e de Bragança e Villa Real ao Porto para fazerem os seus exames, é uma grande violencia.

Na edade d'aquelles alumnos quasi todos têm de vir acompanhados por seus paes ou tutores; e como não sabem o dia prefixo dos seus exames, os quaes podem ter logar no espaço de dois mezes, vêem-se forçados a antecipar-se, tendo de permanecer fóra de suas casas por muito tempo.

Por este modo só está nas circumstancias de obter a instrucção secundaria quem fôr muito rico. Um mancebo de elevada intelligencia, mas pobre, não póde cursar os estudos.

Que se exijam difficeis provas nos exames para só serem approvados os examinandos que tiverem merecimento, entende-se e justifica-se. Porém tornar a difficuldade dos estudos dependente dos meios pecuniarios, é retrogrado e contrario manifestamente ao progresso da instrucção.

Com a circumscripção que vem marcada no referido decreto ganha a cidade de Coimbra, porque aqui têm de concorrer os alumnos com os seus paes e tutores dos districtos de Aveiro, Vizeu, Guarda, Castello Branco e Leiria. Pois nem isso nos póde obrigar a deixar de dizer com franqueza a nossa opinião.

Para nós acima dos interesses da propria cidade em que nascemos está o amor da justiça, que mais do que tudo prezamos.

Devemos, porém, com toda a lealdade louvar uma disposição, que vem no mencionado decreto. E' aquella em que se determina que os jurys dos exames serão compostos dos professores *officiaes*.

Na verdade, o que por ahi se praticava com as nomeações dos membros dos jurys, tinha tocado as raias da maior devassidão e impudencia.

Havia-se feito d'essas nomeações uma arma da mais desaforada corrupção politica. Qualquer individuo se julgava habilitado a requerer o ser examinador.

Punham-se em jogo todas as tricas; lançava-se mão dos maiores empenhos para se obter aquellas lucrativas commissões.

O resultado era, que o ministro do reino, explorando mais este elemento de influencia politica, nomeava em regra para examinadores, não quem tinha mais merito, mas quem se apresentava protegido pelos agentes politicos da sua parcialidade.

Agora que as nomeações ficam restrictas aos professores *officiaes*, já se limita esse jogo, e ha mais facilidade de avaliar a competencia e aptidão de quem é nomeado.

Póde ainda haver erros e abusos, mas serão em muito menor escala.

Esta é a verdade, que expômos com toda a franqueza.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Foi nomeado governador civil do districto de Coimbra o sr. conselheiro Antonio Roberto de Oliveira Lopes Branco.

É a terceira vez que o sr. Lopes Branco aqui vem exercer este cargo. A primeira foi em 1842 e a segunda em 1868.

Virá s. ex.ª resolvido a administrar o districto por si e em conformidade das leis; ou deixará continuar o systema até aqui seguido, dos governadores civis estarem ás ordens de individuos, que põem e dispõem de todas as auctoridades e invadem todos os ramos da administração publica?

O tempo nos esclarecerá a esse respeito, e pelos seus actos apreciaremos o novo governador civil de Coimbra.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Acabámos de saber, que o sr. ministro das obras publicas, Barros e Cunha, depois de estar por sua ordem lavrado o decreto, nomeando para fiel da administração do correio de Coimbra, a um praticante temporario da mesma administração; reconhecendo ultimamente que esse despacho era manifestamente illegal, fizera inutilisar o decreto, mandando, como já mandou, consultar todos os empregados do quadro, sobre se queriam ou não concorrer ao dito logar, em conformidade do que dispõem os artigos 32 e 33 do regulamento postal, já por nós transcriptos em o numero anterior do *Conimbricense*.

Ao mesmo tempo que louvámos o ministro, em rasão de reparar ainda a tempo a grave injustiça que ia commetter, não podemos deixar de notar a leviandade com que se procede, tomando resoluções antes de se estudar a respectiva legislação.

Se por acaso o decreto se chegasse a publicar, em que posição ficava o ministro das obras publicas, tendo transgredido a lei, e prejudicado gravemente

---

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Depois d'estes dois ataques, de que esteve ameaçado o meu *Campeão*, não teve mais quem lhe quizesse fazer guerra por este modo, e eu tive um encontro de novo genero, que mostrava se fazia bom conceito de mim.

Tive uma visita de um ajudante do marechal Beresford, que fazendo-me mil cumprimentos da parte do marechal me disse, que elle, sabendo qual era a minha imparcialidade, me pedia lhe declarasse, se admittiria no meu jornal algumas linhas em sua justificação, porque havia de saber como acabava de ser como expulso de Portugal pelo novo governo que alli se havia installado.

Eu respondi-lhe que agradecia muito o bom conceito que o marechal fazia de mim, que ninguem mais do que eu avaliava os serviços que havia feito ao meu paiz, organisando n'elle um exercito que rivalisava com os melhores da Europa, e que portanto não tinha duvida em publicar qualquer communicação que me fizesse, com tanto que não fosse longa, fosse por elle assignada, fosse puramente pessoal, e não entrasse na politica, nem atacasse a nova ordem de cousas que havia em Portugal, e eu defendia. Entretanto, ousava fazer-lhe uma reflexão, e era, que me parecia não escolher elle o tempo proprio para fallar em sua defeza, porque quanto então dissesse, e escrevesse, nem havia de diminuir a desaffeição em que alli estava, mas antes talvez a augmentasse. Que as paixões estavam actualmente muito excitadas, e que na occasião em que as paixões dominam, não é facil fazer ouvir qualquer cousa que as contrarie. Que me parecia melhor guardar para mais tarde o seu projecto, a fim de se poderem melhor ouvir as suas palavras, e se avaliarem seus serviços, como era de justiça que o fossem.

O ajudante retirou-se, e passados dias voltou, dando-me mil agradecimentos da parte do marechal, e dizendo-me, que tomava o meu conselho, e que guardava para mais tarde dizer o que lhe conviesse. Assim o fez, porque passado tempo entregou a sua defeza e a dos seus tres cumplices ao redactor do jornal, intitulado — o *Padre Amaro*, que então se escrevia tambem em Londres, e a quem deu muito bom dinheiro para que lhe fizesse aquelle serviço.

Este redactor do *Padre Amaro* era aquelle mesmo *padre Joaquim*, de quem já fallei, quando estivera em Paris, e d'elle me servira para ser o meu guia nas diversas digressões que fiz n'aquella capital. Tinha-o conhecido como addido ao quartel general de Massena, quando estive como prisioneiro, e refens da cidade de Coimbra em Torres Novas; e apparecendo-me depois em Londres em um estado miseravel fiz, que os portuguezes lhe fizessem uma subscripção para a qual muito concorri com o meu dinheiro.

Com este auxilio se poz elle tambem a escrever, e no principio a contento de todos os que o tinham favorecido; mas depois mudou de tom, foi ingrato para os seus bemfeitores, assim como para mim, que além de o soccorrer como os outros quando chegou a Londres, ainda lhe emprestei dinheiro que nunca me pagou. Tinha habilidade, escrevia com graça, porém não tinha probidade alguma politica, e vendia-se a quem o comprava.

A uma d'essas compras, que lhe fez o conde de Palmella por meio de Nunes de Carvalho, de quem tambem já fallei, assisti eu como testemunha, porque elle não era sempre mui firme no que promettia.

Na emigração o fui encontrar ainda em Londres, onde começava a cahir em decadencia depois de haver desperdiçado as muitas libras que lhe dera o marechal Beresford pelo livro que escrevêra em seu abono; livro importante pelas pessoas de quem falla, e figuraram n'aquella horrivel tragedia, e que passaram sempre por lhe serem estranhas.

Este livro, que eu tive, e elle me mandou a Lisboa, foi objecto de muita curiosidade; porque estando eu na sala das Necessidades, como deputado, quando recebi o primeiro exemplar, todos o quizeram ver, notando alguem que alli mesmo existia um individuo de certa representação a quem eram applicaveis muitas phrases que n'elle se continham. Tive outro exemplar, que não sei como me levou caminho, o que hoje muito sinto; porque ainda alguem vive a quem o livro alludia.

Este *Padre Amaro*, quando o encontrei pela ultima vez em Londres, estava a soldo da embaixada, e logo depois tambem o ficou em parte ao dos dois validos de D. Pedro, Francisco Gomes da Silva, por alcunha o *Chalaça*, e Rocha Pinto, os quaes haviam sido obrigados a sahir do Rio de Janeiro antes da abdicação de seu amo o imperador. Por insinuação d'elles o padre escreveu muitos artigos contra os brasileiros, que de certo muito concorreram para o desagrado em que cahiu D. Pedro, a ponto de ser obrigado a abdicar.

ços interesses e os direitos dos empregados do correio de Coimbra?

O negocio andava-se tratando camarariamente e ás escondidas, para o ignorarem os empregados do correio d'esta cidade, e ainda antes de estar ultimada a aposentação do actual fiel thesoureiro; o que mostra o reconhecimento que havia da illegalidade do despacho que se solicitava.

Ainda mais uma vez podémos concorrer para se não levar a effeito um acto escandaloso, como tantos outros que por ahi se têm praticado.

Para nós a questão não é de pessoas; mas de lei e de moralidade.

Se não querem ser por nós censurados na imprensa têm um meio muito facil para o evitar. E' não praticar abusos e arbitrariedades, e pelo contrario cumprir fielmente a lei.

No passo que acaba de dar o sr. ministro das obras publicas vemos que foi intenção sua entrar no campo legal.

Resta-nos agora ver se desprezará o da moralidade.

Vamos ter occasião de saber, se o ministro das obras publicas de hoje é o mesmo deputado da opposição de ha pouco tempo.

O sr. Barros e Cunha bem nos ha de entender.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

No domingo ultimo esteve *magnifica* a corrida de touros em Lisboa.

Segundo nos diz o nosso collega da *Nação*, foi um dia de *jubilo* para o emprezario da praça de touros e para os *amadores*.

E nem podia deixar de ser geral a *alegria*, visto ser a corrida, na opinião auctorisada do collega, quasi que á moda de Hespanha: *bois desembolados, trambulhões sobre trambulhões, e homens tirados da lide nos braços de outros, e grandes ovações*.

Está claro, que o espectaculo é digno de *grandes ovações*, quando n'elle haja mortes, ou pelo menos ferimentos, e deslocações de membros!

Diz a *Nação*, que o primeiro que foi posto fóra do combate, foi o 1.º cavalleiro, Batalha, *sobre o qual o cavallo, levantando-se, caiu e deixou bastante magoado*, custando a desembaraçal-o da sella, e a evitar que o cavallo, cavalleiro, e os que lhe acudiram, não fossem colhidos em grupo pelo boi.

Então não é isto caso para encher de *jubilo os amadores?* Se algum motivo houve para o *jubilo* não ter sido completo, foi o cavalleiro não ficar alli morto. Não devem, porém, perder a esperança de ter em qualquer outro dia esse prazer.

Mas ainda na corrida de domingo houve mais motivos de *jubilo*.

Conforme refere a *Nação*, entrando em seguida o 2.º cavalleiro Monteiro, poz alguns ferros *bem postos, vingando o seu collega*, tendo depois por seu descuido, ou arrojo, a infelicidade *de ir pelos ares*, por effeito de uma cabeçada em cheio no peito do cavallo, *que ficou logo inutilisado*.

Vejam que causas de *jubilo* aqui vão! Ha nada mais justo do que aquelles ferros *bem postos*, para se *vingar* o cavalleiro do animal, culpado de haver repellido o outro cavalleiro, que o perseguira? Ha espectaculo mais aprazivel do que ver o cavalleiro *ir pelos ares* e ficar o cavallo *inutilisado?*

Ainda houve mais agradaveis sensações. Continua a *Nação* dizendo, que Roberto e Loureiro *foram colhidos*, e Peixinho filho, fugindo a um boi voador, *correu risco de deixar os miolos na trincheira de pedra*.

Bravo! Admiravel! Dois capinhas foram *colhidos* pelo touro, e se outro não morreu, em todo o caso o publico teve a satisfação de ver que *correu o risco de deixar os miolos na trincheira de pedra!* Se não foi d'esta, para outra vez será!

Prosegue a *Nação* dizendo, que não obstante a ferocidade dos bichos, se obraram prodigios de valor, e que foi notavel o arrojo com que o Roberto *tendo mettido uma farpa na testa de um boi, lh'a arrancou, quando apenas, depois de quebrada, tinha pouco mais de dez centimetros de cabo*.

Excellente!

E, emfim, para novo motivo de *jubilo*, segundo diz a *Nação*, os moços de forcado e campinos *andaram pelos ares e de rastos*.

E por isso que o collega conclue entendendo, que o emprezario e os amadores ficaram muito *satisfeitos!*

Assim será na opinião do collega; mas nós diremos que essa *satisfação* é sanguinaria, e que tudo isso é estupidamente selvagem e indigno de um povo civilisado!

E admiram-se da dureza dos nossos costumes, e dos crimes que com frequencia se commettem!

Pois se o povo vae assim educado, e a imprensa, falseando a sua nobre missão, em logar de contrariar essa preversão de animo, fomenta, applaude e incita a que se repitam tão barbares e crueis espectaculos, que ha a esperar?!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Antigamente a raridade das condecorações fazia-as tornar apreciaveis. Hoje dão-se distincções a qualquer individuo que tenha algum empenho para isso. Do merecimento não é mister saber.

Dão-se até titulos e commendas a homens indignos pelo seu comportamento de serem admittidos em uma sociedade honesta.

D'ahi resulta que pela maior parte as *distincções* já não *distinguem*.

Estas reflexões vêm a proposito de um livro que acabâmos de receber, com o titulo de — *Commendador e barão. Documentos para a historia dos consulados portuguezes no imperio do Brazil, colligidos e commentados por D. A. Gomes Percheiro*.

Trata-se de uma commenda da ordem de Christo dada pelo governo portuguez em 11 de Maio de 1876, ao dr. Antonio dos Passos de Miranda, presidente da provincia das Amazonas, no Brazil; e o titulo de barão de S. Domingos, concedido na mesma data ao dr. Domingos Monteiro Peixoto, presidente da provincia do Espirito Santo, n'aquelle imperio.

Os numerosos documentos que se lêem no livro que recebemos, mostram bem o que significam taes despachos!

Entre outros vê-se um protesto de 183 portuguezes, residentes em Manáos, contra o titulo de barão de S. Domingos, conferido ao mencionado dr. Domingos Monteiro Peixoto.

Ahi enumeram as perseguições feitas pelo tal barão aos portuguezes, entre as quaes especialisam particularmente as espadeiradas dadas em pleno publico, por ordem do agraciado, nos subditos portuguezes Francisco Lopes Cereja, Gabriel Antonio Alves, Manoel Pinto Cavadas, João de Oliveira Coelho, Fernando Teixeira da Costa, Antonio Soares da Rocha, Manoel Alves Leite e outros.

Nada mais justo do que ser agraciado com um titulo de barão pelo nosso governo, quem assim trata os portuguezes no Brazil!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos hontem o 115.º fasciculo do *Portugal antigo e moderno*, escripto pelo sr. Pinho Leal.

Vem muito curioso, dando o seu auctor noticia de numerosos factos politicos acontecidos de 1820 a 1832.

É digno de louvor o sr. Pinho Leal, porque apesar de pertencer ao partido miguelista, censura franca e desassombradamente os auctores das sanguinarias execuções de 7 de Maio de 1829 no Porto, e outras barbaridades praticadas durante o governo de D. Miguel. Essa imparcialidade honra o escriptor que a pratica.

Não têm sido poucas as vezes que alguns exaltados intolerantes nos têm censurado, em consequencia de havermos stygmatisado os auctores de muitos actos violentos, arbitrarios e indignos praticados durante o governo liberal por individuos, que só são liberaes no nome; e nunca essas censuras nos fizeram desviar do nosso caminho.

E' para sentir que no interessante fasciculo do *Portugal antigo e moderno* que temos presente se hajam introduzido alguns erros, e bem salientes.

Por brevidade limitar-nos-hemos a notar o seguinte.

Fallando dos acontecimentos do anno de 1821 diz o sr. Pinho Leal.

«As côrtes mandam jurar as bases da constituição, em 29 de Março; mas o patriarcha recusa-se a prestar este juramento, pelo que é desterrado para o Bussaco, e de lá para França.

«Este patriarcha era Fr. Patricio da Silva, nascido na casa do *Casarnal*, da aldeia dos Pinheiros, actual freguezia de Marrazes, provincia de Leiria.

«Foi o 7.º cardeal patriarcha de Lisboa.»

O patriarcha de Lisboa que não quiz jurar em 1821 as bases da constituição, e que por isso foi deportado para o Bussaco, não foi D. Fr. Patricio da Silva, mas sim D. Carlos da Cunha.

D. Fr. Patricio da Silva era em 1821 arcebispo de Evora, e só foi elevado a patriarcha de Lisboa depois que D. Carlos da Cunha falleceu em 1825.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Morreu pouco tempo depois em Londres, ainda em muito boa edade, e para se saber a originalidade de seu caracter, referirei a anecdota seguinte.

Estava elle pobre, e só vivendo das migalhas que lhe davam pela venda da sua penna; e como fosse amigo do padre Marcos, que tambem vivia pela generosidade dos dois validos de D. Pedro, disse-lhe quasi nas vesperas de morrer: meu bom amigo quero fazer testamento! O padre que muito bem sabia que elle nada tinha, respondeu-lhe: — estás doudo? De que queres tu fazer testamento, se nada tens? Ao que lhe replicou o moribundo: — Ó Marcos! quem é que morre? és tu, ou sou eu? deixa-me pois fazer testamento, e morrer á minha vontade! O padre Marcos deu-lhe uma gargalhada, e não sei se lhe fez ou não a vontade.

Tal era o caracter do *Padre Amaro*, que andou toda a sua vida ora pobre ora rico, sempre folgasão, vendendo-se a todos, e por fim com a mania de querer fazer testamento, quando não tinha um real de seu. Ouvi dizer que D. Pedro lhe pagára a mortalha e os torrões que lhe cobriram o cadaver em um dos cemiterios de Londres.

Como quero dar noticia das pessoas com quem vivi, e de quem recebi bom ou mau tratamento, e só quero fazer menção dos que já morreram, direi ainda que conheci em Londres dois fidalgos portuguezes, que nem honraram a sua patria, nem me foram gratos como deviam; porque os soccorri quando valiam menos do que eu, e não recusei servil-os.

Um foi D. Lourenço de Lima, que morreu conde de Mafra; o outro o celebre conde de S. Miguel, que para o servir, e mostrar-me grato para elle, em recompensa esteve a ponto de causar um grande embaraço e desgosto ao meu especialissimo e honrado amigo Custodio Pereira de Carvalho.

Ao conde tinha eu conhecido em Torres Novas em casa do marquez de Alorna; e apesar do que alli tinha sabido ácerca da immoralidade do seu caracter, tinha-lhe ficado agradecido pelo bem que alli me fizera. Tive dias, em que posso dizer sem vergonha que senti fome, e não pequena; e muitas vezes o conde, que era tão amigo do alheio como liberal para quem via em precisão, me convidou a tomar parte na sua comida, quando tambem felizmente a tinha. E isto era mais para agradecer, porque havia alli individuos, que, quando tinham alguma cousa para comer se escondiam, para não a repartirem com os que mais precisavam d'ella.

O conde condemnado á morte por ter entrado com Massena em Portugal, achava-se em Londres, e logo me foi visitar. Não tardou muito que me não pedisse dinheiro, e creio que foram 16 libras esterlinas, o que eu logo, sem hesitar lhe dei. Ia a passar-me um recibo, e eu respondi-lhe: «não quero o seu recibo, porque se a sua palavra não é bastante, o seu recibo para mim não val nada. Mas é que eu não lhe empresto este dinheiro, peço-lhe licença para m'o aceitar como um signal do meu reconhecimento. Quando v. ex.ª era mais rico do que eu, repartiu comigo o que tinha, e agora que eu o sou mais que v. ex.ª, rogo-lhe queira aceitar-me esta pequena quantia, como uma demonstração de quanto lhe estou agradecido pelo bem que já me fez.»

Este conde continuou a visitar-me muitas vezes, e a pedir-me que lhe fizesse algumas minutas de requerimentos que pretendia enviar para o Rio de Janeiro, e serem entregues a el-rei por via de sua tia que estava no paço como dama, ou camareira-mór.

Estando eu uma manhã com o meu bom amigo Custodio Pereira de Carvalho, que de ordinario quando ia para a praça me ia ver por me passar pela porta, entrou o conde, e eu lh'o apresentei. Elle começou logo a dizer, que acabava de receber uma lettra de sua tia, e que desejando descontal-a, não conhecia ninguem a quem pedisse para lhe fazer esse favor. O meu amigo que viu ser elle um portuguez e um conde, sem hesitação disse-lhe: — eu vou d'aqui para a praça, e se v. ex.ª m'a quer confiar, com muito gosto cuidarei em a descontar. E pegando-lhe na lettra, disse-lhe: — a firma é boa, e não haverá duvida em se fazer o negocio.

Eu fiquei logo a tremer, quando o meu amigo tão promptamente se quiz incumbir d'aquella diligencia, porque conhecia já muito bem o caracter do conde. Não sabia como avisasse o meu amigo, e estava desejando que este fosse o ultimo que se retirasse, mas não succedeu assim, porque foi o primeiro que se despediu. Na maior agitação, felizmente, ainda tive um recurso para o avisar, porque indo a descer a escada, levantei-me de repente, e disse para o conde: — esqueceu-me uma cousa importante que tinha para dizer ao meu amigo. E chegando ao alto da escada chamei por elle e disse-lhe em voz muito baixa — tenha cuidado com esse papel!...

Com effeito a letra era *falsa*, e se o meu amigo a apresentasse, havia de passar por um grande incommodo para provar de quem a tinha recebido, e não era sua; porque qualquer firma falsa tem *pena de morte* sem remedio, e á qual nem o rei póde perdoar! O conde, conhecida a falsidade, e sendo agarrado, era irremediavelmente enforcado. Eu, assim que isto sube, fiquei aterrado; e nunca mais admitti o conde em minha casa, e morreu sem que lhe tornasse a dar uma palavra.

(Continuar-se-ha).

Em o numero passado recommendámos a vaccinação e revaccinação n'esta cidade, visto a molestia da variola (bexigas) se ter desenvolvido em Lisboa, e poder Coimbra ser envadida por este terrivel mal.

O sr. delegado de saude accedeu promptamente ao nosso pedido, e abaixo publicámos um seu convite a essé respeito.

Na capital têm affluido muitas pessoas todos os dias ao instituto vaccinico official.

Por exemplo, na terça feira foram alli vaccinar-se 100 individuos, sendo 85 creanças, 15 adultos, e 10 menores da casa da correcção.

É para desejar que em Coimbra não seja desprezado este meio de se livrarem todas as pessoas de tão perigosa molestia.

Os paes de familia incorrem em uma grande responsabilidade moral, se não cuidarem de fazer vaccinar seus filhos. Aproveitem-se pois do ensejo que se lhes offerece.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

VACCINA

O delegado de saude d'este districto convida os chefes de familia, que tenham creanças para vaccinar, ou que elles mesmos, para seu beneficio, se queiram vaccinar ou revaccinar, a comparecer na administração do concelho, onde vaccina de braço a braço (gratuitamente) todas as quintas feiras, ás 9 horas da manhã.

NOTICIARIO

Um desenhista distincto. — Tivemos ha dias occasião de ver alguns desenhos de edificios, e alçados dos mesmos, feitos pelo sr. Pedro de Alcantara Paes Gago, desenhista da direcção das obras do Mondego e barra da Figueira, que estão obra primorosa.

O sr. Paes Gago, além do serviço da sua repartição, encarrega-se de qualquer trabalho d'este genero; e por isso o recommendamos a quem d'elle tiver precisão.

Dão-nos muito boas informações d'este empregado, tanto no cumprimento dos seus deveres, como em probidade e cavalheirismo.

Despachos. — O sr. Antonio Maria Antunes foi promovido por tres annos na cadeira da villa de Mira.

O sr. Diamantino José Henriques foi provido por tres annos na cadeira de Pecegueiro, concelho de Pampilhosa.

A sr.ª Augusta dos Santos Fonseca Paiva foi provida por tres annos na escola mixta de Antuzede, concelho de Coimbra.

Transferencias. — O sr. Bartholomeu de Moraes Bingre, professor vitalicio da cadeira da villa de Mira, foi transferido, pelo requerer, para a do bairro baixo da cidade de Coimbra.

O sr. José Joaquim da Cruz, professor vitalicio da cadeira do Amieiro, concelho de Monte Mór o Velho, foi transferido, pelo requerer, para a da villa da Figueira da Foz.

Governadores civis. — Foram nomeados governadores civis, do Porto o sr. Agostinho da Rocha, de Coimbra o sr. Lopes Branco, e de Vizeu o sr. Bernardo de Andrade.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Joaquim David dos Reis, filho de Francisco David dos Reis e Maria Barreta, de Pedrogão Grande, de 46 annos, fallecida em 31 de Março de 1877.

João, filho de Francisco Lino d'Oliveira Vaz e Maria da Costa, de Mira, de 29 mezes, fallecido em 1 de Abril.

Bernardo Diniz, filho de Antonio Diniz e Maria Rita, de Coimbra, de 14 annos, fallecido em 2.

Justino Ribeiro de Sousa Machado, filho de Manoel Ribeiro Machado e Maria Ignacia Candida, de Coimbra, de 67 annos, fallecido em 3.

Maria, filha de José Francisco e Emilia de Jesus, de Oliveira do Hospital, de 6 annos, fallecida em 4.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada — 7:032.

Telegramma. — Um telegramma de Londres, recebido no Porto, diz, que a Turquia tinha rejeitado todas as bases do protocollo, que a situação politica da Russia é muito critica e que todos os negocios estão paralysados em consequencia da mesma rejeição.

Nova publicação. — Recebemos e muito agradecemos o seguinte opusculo:

«*Roma e Portugal, ou exposição succinta dos beneficios que os portuguezes tem recebido dos romanos pontifices, desde a fundação da monarchia até hoje. — Reconhecimento a Sua Santidade Pio IX. — Offerecimento de subsidios em presença das circumstancias a que se vê reduzido. — Pelo padre José de Sousa Amado.*»

A importancia d'este opusculo reverterá toda em subsidio a Sua Santidade Pio IX. O producto será entregue ao thesoureiro nomeado pela commissão.

Companhia Commercial e Vinicola da Bairrada. — Na sua séde da Mealhada tomou posse do logar de primeiro guarda livros, ou contador geral, o sr. Francisco Gomes Loureiro, que foi primeiro caixeiro do Banco de Portugal.

Consta-nos que o sr. Loureiro é um empregado zeloso e de saber. A direcção d'esta companhia melhora sempre a sua posição, em todas as suas condições.

Tumultos. — A *Aurora do Lima* de Vianna diz em data de 11 do corrente o seguinte:

«Houve hontem grande reboliço na freguezia de Soutello, d'este concelho. Foi o caso que tendo fallecido o encommendado da referida freguezia, o sr. padre Costa Lima, o povo da mesma pretendia que elle fosse enterrado na sua egreja parochial, ao que se oppunham os parentes do fallecido, reclamando que fosse sepultado na egreja de Ancora, onde elles residem.

Os parentes, não tendo conseguido o seu intento, pela opposição que encontravam nos de Soutello, recorreram á auctoridade administrativa, pedindo-lhe ordenasse que o cadaver fosse para a egreja de Ancora.

A auctoridade não accedeu ao pedido d'aquelles, por isso que n'esta freguezia não existe cemiterio publico, e com razão, porque, segundo a lei, só poderia ser consentida a trasladação do cadaver para local onde houvesse cemiterio.

Á vista d'isto os parentes pediram para o cadaver ser sepultado no cemiterio d'esta cidade, ao que a auctoridade administrativa accedeu, ordenando ao respectivo regedor que não consentisse o enterramento na egreja de Soutello, devendo por isso o cadaver, depois dos officios funebres que alli tiveram hontem logar, ser transportado para esta cidade.

Até aqui tudo ia muito bem e regular, mas as coisas mudaram completamente, porque o povo de Soutello, fazendo pouco caso das ordens da auctoridade administrativa, pegou no cadaver, depois dos officios funebres, e sepultou-o na sua egreja parochial.

Parece que o regedor de Soutello, que alguns dizem estar tambem do lado dos recalcitrantes, officiára ao seu superior, dizendo-lhe que não tinha força, em vista da attitude do povo, para cumprir as suas ordens, e que pedia providencias. A auctoridade, segundo nos informam, pensou ao principio em fazer cumprir as suas determinações, e ate chegou a requisitar uma força de 40 praças de infanteria n.º 3, que devia hontem mesmo marchar para Soutello, mas a final entendeu que devia conformar-se com os factos consummados, e deu contra-ordem á força, como se nada tivesse havido!

Ahi tem o publico um frisante exemplo do que é no nosso concelho a administração e prestigio da auctoridade!»

Noticias de Lisboa. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

«Lisboa, 10 de Abril de 1877.

Reuniu hontem o conselho geral do commercio na repartição do sr. conselheiro Moraes Soares, director geral. Estiveram presentes os srs. Antonio Augusto de Aguiar, João Palha de Faria Lacerda, Mattos Correia, dr. Teixeira, Serzedello, Andrade Corvo, e Silvestre Bernardo Lima. Serviu de secretario o sr. Francisco Antonio de Vasconcellos.

O fim da reunião era para discutir as providencias que deviam adoptar-se para evitar a propagação do mal que invadiu os batataes americanos, destruidos pelo «colorado potato bette».

As resoluções foram: que havendo já recommendação especial nas alfandegas para se opporem á entrada de batatas de procedencia suspeita, se recommendasse novamente a mais rigorosa verificação d'aquelle genero, e assim tambem nas fazendas provenientes tanto da America como da Allemanha, attendendo a que entre as mercadorias idas para Bremen é que fôra encontrado o perigoso insecto.

Por causa da crise alimenticia, que occorre no archipelago açoriano, e a proposito da qual tem já sido adoptadas algumas providencias pelos repectivos governadores civis, foram requisitados ao governo 200:000 litros de milho.

Em uma carta de Elvas vi hoje que tinha desabado parte da grande trincheira da avenida da ponte do Guadiana.

De outras terras chegam egualmente informações de novos estragos causados pelos ultimos temporaes.

Vae tendo desenvolvimento a praga dos gafanhotos em Salvaterra do Extremo.

O governo francez mandou medalhas para os maritimos que salvaram os naufragos do navio francez «Nord» em Buarcos.

Chegaram os srs. barões de Marinho.

Reune na sexta feira a commissão da exposição universal de Paris, presidida pelo sr. D. Fernando.

As noticias do Brazil recebidas pelo ultimo paquete dizem que fôra reconhecido senador pela provincia do Rio Grande do Sul o marquez do Herval.

Tinha fallecido o barão de Itamby, pae do ministro do Brazil em Hollanda.

Falleceu tambem Luiz Antonio da Silva Soares, natural do Porto, filho de Antonio Soares e Anna Joaquina Rosa.

São pessimas as noticias relativas á secca no Rio Grande do Sul.

O sr. Lourenço de Carvalho vae tomar novamente conta do caminho de ferro do Douro.

Foi nomeado juiz para os Açores, o sr. Freire Themudo, juiz em Chaves.

Ao funeral do sr. dr. Bernardino Gomes, concorreram mais de 100 trens, indo os lentes de medicina, academicos, representantes da imprensa e funccionarios publicos.

Quando o cadaver descia á terra fallaram os srs. Sousa Martins e Thomaz de Carvalho.

Encerrou-se o summario de D. Joanna Pereira e cumplices. Foi-lhes intimada a pronuncia.

— Lisboa, 11 de Abril de 1877.

Corre que o decreto ultimamente publicado relativo á nomeação das commissões de exames será revogado.

Continuam as negociações para o emprestimo que o governo deseja contrahir para a consolidação da divida fluctuante, sendo ouvida a direcção do Banco de Portugal.

Na Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, o sr. Larcher propoz para que fosse adoptada Lisboa, como o *terminus* do caminho de ferro do sul e sueste, e os srs. Cabral, Conceiro, Tavares e Evaristo Rego propuzeram que se adoptasse o projecto do sr. Correia Paes, da ponte sobre o Tejo.

A bordo do vapor inglez «Elbe», entrado hontem, veiu Joaquim Pereira Necho, que assassinára o capitão do lugre-barca «Maria Claudina», na ultima viagem que este navio fez do Porto para o Rio de Janeiro. Necho vem para ser julgado nos nossos tribunaes.

El-rei D. Fernando e a sr.ª condessa de Edla foram hontem vêr o novo e explendido armazem de ourivesaria dos srs. Leitão & Irmão, do Porto, e aqui estabelecidos no largo das Duas Egrejas; e depois de examinarem os variados e riquissimos objectos *expostos*, compraram alguns.

O governo francez concedeu a medalha humanitaria de prata aos maritimos portuguezes Abel e João da Encarnação Pestana, pelos serviços que elles prestaram aos tripulantes do navio «Le Nord», naufragado em Buarcos.

Reune na proxima sexta-feira, pelas 2 horas da tarde, na sala do conselho de estado, no ministerio do reino, a commissão directora dos trabalhos preparatorios para a exposição de Paris, sob a presidencia de S. M. el-rei D. Fernando.

A administração geral das mattas do reino mandou, ha tempos, semear as dunas ao sul da barra da Figueira, a fim de fixar as areias. Parte das sementeiras foram destruidas pelos temporaes; todavia conseguirâm salvar uns 14 hectares.

Sabe-se que os empregados têem luctado com grandes difficuldades, mas o resultado obtido até hoje é muito animador. O pinheiro abrigado pelo matto nasceu com muito vigor e rapidamente se apresenta corpulento; e d'ahi inferem os nossos engenheiros florestaes, que aquelles extensos areaes poderão transformar-se dentro de pouco tempo em excellentes e productivas mattas.

Os vendavaes não conseguiram mover as areias; e o emprego dos ripados moveis, pela primeira vez usados em Portugal, da os mais lisonjeiros resultados, visto que as areias lançadas pelo Occeano encontram aquelle obstaculo, e a duna eleva-se sensivelmente, formando como um dique de abrigo para as sementeiras, livrando-as de futuro de novas invasões.

Aquelle local, segundo parece, é o mais difficil de arborisar por estar á beira-mar; mas parece que a proxima sementeira com aquelle apoio se desenvolverá em melhores condições.

Consta que o chefe da direcção florestal do norte, o sr. Pedro Roberto da Cunha mandou construir barcos para a conducção de matto, e prohibiu a venda d'elle no pinhal do Foja, para que não lhe falte na occasião em que seja mais necessario.

Continua a fallar-se na ida do sr. patriarcha de Lisboa a Roma com os peregrinos. Outros dizem, que irá mais tarde e com o fim de receber o barrete de cardeal e o competente annel, devendo tomar assento no sacro collegio e dar o seu voto nas questões que alli se tractarem.

Se esta ultima versão se verificar, o sr. D. Manoel será o segundo patriarcha de Lisboa que toma assento no sacro collegio.

Mas voltando á primeira versão, e dado o caso de s. ex.ª ir a Roma com os peregrinos, pergunta-se: — Poderá fazel-o sem licença do governo? E este deverá concedel-a? E concedendo-a, poderá s. ex.ª ler alguma allocução que não tenha sido examinada previamente pelo governo e que este não approvasse?

É isto o que perguntam os que, considerando aquelle prelado como funccionario do Estado, entendem que não lhe é licito tomar parte em manifestações, que com a apparencia de religiosas, tem no fundo uma feição politica desfavoravel á nova ordem de cousas em Roma.

Este negocio tem muito mais importancia do que geralmente se pensa, e póde ainda dar cuidado ao governo.

As circumstancias, que são melindrosas e que pódem aggravar-se de um momento para outro, como se receia, recommendam a maior prudencia e moderação de todos os lados. É de esperar que o principe da egreja olysiponense proceda de modo a não provocar conflictos com o Estado.»

Pergunta. — Consta-nos que o reverendo prior de Santa Cruz fôra convidado pelo sr. presidente da camara d'esta cidade, para ir conferenciar com elle aos paços do concelho; e que ahi lhe foi proposta a expropriação amigavel da casa contigua á egreja parochial e que d'ella faz parte, para ser demolida e continuar ahi a edificação dos novos paços do concelho.

A junta de parochia accederá a tal proposta, deixando prejudicar gravemente os interesses que lhe foram confiados?

ANNUNCIOS

REPARTIÇÃO DAS OBRAS PUBLICAS DO DISTRICTO DE COIMBRA

1 NO DIA 20 do corrente mez, pelas 12 horas do dia, na secretaria do governo civil e na presença do chefe do districto, terá logar a arrematação para a construcção do projecto que do ramal da estrada districtal n.° 54, proximo á povoação d'Arribana, deve seguir para a Figueira da Foz.

Os licitantes a este concurso farão as suas propostas em carta fechada, indicando n'ella o individuo que fica encarregado do projecto.

Em egualdade de preço, será preferida a proposta do individuo que melhor garantia der para a boa execução dos estudos; reconhecida esta pelos projectos que o dito individuo já tiver elaborado, e confirmada pelo director das obras publicas.

Os estudos principiarão 3 dias depois da adjudicação approvada pelo exm.° governador civil, sujeitando-se o arrematante ás condições do mesmo contracto, que estarão patentes desde hoje até ao dia 30 do corrente mez, das 10 horas da manhã ás 3 da tarde, na secretaria da direcção das obras publicas, exceptuando os dias sanctificados.

Coimbra 11 de Abril de 1877.

O director
Julio Augusto Leiria.

AGRADECIMENTO

2 MARIA DA CONCEIÇÃO BASTOS, Emilia de Jesus Pereira Guimarães, José Ferreira Martinho Bastos, Antonio José Lopes Guimarães e José Dias de Paiva, agradecem por este modo as provas de amizade que foram dadas a sua mãe, avó e sogra Anna de Jesus Pereira, durante a sua doença, áquellas que na occasião do seu passamendo ao eterno descanço os procuraram, e finalmente aos que acompanharam o prestito funebre á egreja e cemiterio, a todos protestam o seu reconhecimento e pedem desculpa de qualquer falta que involuntariamente tenham commettido.

CONVITE

3 A COMMISSÃO nomeada para formular a lista dos corpos gerentes da Associação dos Artistas no anno de 1877, convida os socios da referida associação, a reunirem-se na sala da mesma, no dia 17 do corrente, ás 7 horas e meia da noite, a fim de lhes ser apresentado o resultado dos trabalhos que tem desempenhado.

O presidente da commissão
Antonio Maria Martins.

ARRENDA-SE

4 A CASA da rua do Loureiro, n.° 57. Trata-se na rua do Corvo, n.° 54.



MOINHOS PARA MOER MILHO, TRIGO E OUTROS CEREAES

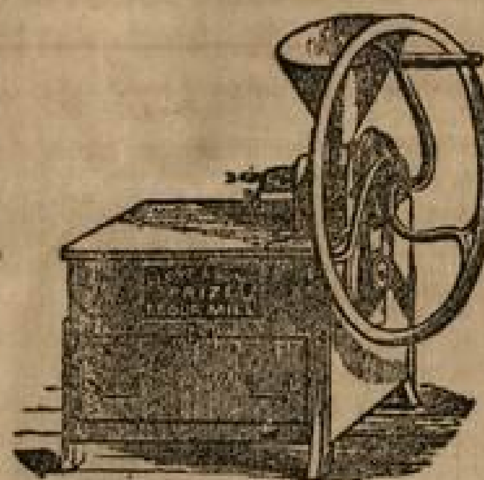


108—RUA DA CALÇADA—110

COIMBRA

5 SÃO movidos por uma só pessoa, sem se tornar muito difficil o seu movimento.

Offerecem grandes vantagens aos lavradores, porque móem e peneiram ao mesmo tempo, quando fôr necessario.



DEPOSITO

O seu unico deposito é em Coimbra, na rua da Calçada, n.ºs 108 a 110, onde tambem tem á venda um grande e variado deposito de machinas de costura dos melhores auctores.

Deposito de machinas americanas de coser

VICTORINO HENRIQUES LEBRE

COMPANHIA EDIFICADORA E INDUSTRIAL DE COIMBRA

6 NO DIA 18 do corrente, pelas 11 horas da manhã, se dará por arrematação o fornecimento de 150 pontaletes, com as dimensões que no acto da arrematação serão presentes.

Escriptorio da Companhia 13 de Abril de 1877.

Os directores
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Francisco Pedro da Silva.
José Maria Moura Barata Feio Terenas.

AGRADECIMENTO

7 JOSE' FRANCISCO DA CRUZ, e Maria de Jesus Costa da Cruz, vem por este meio agradecer, em quanto o não fazem pessoalmente, aos seus parentes e amigos a demonstração de sentimento que acabam de dar-lhes por occasião da doença e fallecimento de sua extremosa filha Isabel Maria da Cruz, e bem assim áquelles que se dignaram acompanhal-a á sua ultima morada e foram presentes ao seu enterramento, pedindo desculpa de qualquer falta involuntaria que por ventura possam commetter; protestando a todos a sua eterna gratidão.

8 NA RUA de Joaquim Antonio de Aguiar, n.° 20, 1.° andar, se põe palhinha em cadeiras por preços commodos.

ATTENÇÃO!

9 HA PARA ARRENDAR um 1.° andar com 6 casas na rua das Solas, n.° 5.

Até ao proximo S. João tracta-se com Daniel Guedes Coelho, na rua da Sophia.

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRICTO DE COIMBRA

10 ACHA-SE aberto concurso para um logar de aspirante de 2.ª classe da mesma repartição.

Finda em 22 de Maio de 1877.

CONVITE

11 ANNIBAL AUGUSTO PEREIRA e seu irmão Adriano Augusto Pereira, rogam ás pessoas da sua amizade a assistencia a uma missa, que pelas 7 horas e meia da manhã do dia 16 do corrente, farão celebrar na egreja da Sé Velha, pela alma de sua chorada mãe Maria da Luz Pereira.

É celebrante o exm.° sr. conego Manoel Marques Pereira Ribeiro.

Pedido

12 PEDE-SE a um sujeito assistente—Fóra de Portas—que queira mandar pagar uma divida que tem na rua do Visconde da Luz; se não quer que se lhe falle mais claro.

AVISO

13 O CONSELHO d'Academia Dramatica faz publico, que no dia 22 do corrente dará de arrematação, se o preço convier, a obra, que projecta fazer no salão da entrada do edificio do collegio S. Paulo.

As condições estão patentes todos os dias na secretaria d'Academia Dramatica desde as 4 até ás 7 horas da tarde.

Coimbra, 12 d'Abril de 1877.

O presidente
Adriano Cavalheiro
O secretario
Agostinho Viegas

PHARMACIA

14 ARRENDA-SE ou vende-se a unica, na villa de Pedrogão Grande. Aquem convier pode dirigir-se por carta fechada a A. J. Rosa, por Louzã, Castanheira de Pera. Dá informações.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

15 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

16 PERANTE a camara municipal do concelho de Figueiró dos Vinhos, continua aberto concurso por mais 30 dias a contar da publicação do presente annuncio, para o partido de medicina de Figueiró e Campello, com o ordenado de 400$000 réis, pulso livre, sujeito á tabella camararia e mais condicções que se acham patentes na secretaria da camara; sendo admittidos tambem ao concurso os medicos cirurgicos de Lisboa e Porto.

Figueiró dos Vinhos 9 de Abril de 1877.

O vice presidente da camara
Antonio Pedro dos Ramos Lopes Serra

Official de alfaiate

17 NECESSITA-SE de um para a provincia, que saiba fazer qualquer roupa que seja exigida pelo freguez, dando abonações de bom comportamento. A quem convier póde dirigir-se a José Teixeira da Cunha, rua do Visconde da Luz, 36. Coimbra.

18 SUBLOCA-SE, até ao S. Miguel, a casa n.° 50, na rua do Aguiar. Tem bonitas vistas e commodidades para uma numerosa familia.

19 N'ESTA REDACÇÃO se diz quem achou um chapeu de sol, na estrada da Beira; e será dado a quem dér os signaes e pagar este annuncio.

Substituições a militares

20 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.° 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

21 OPTIMAS BENGALAS com estoque a 600 réis. Rua de S. João, n.° 5.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3101 — Terça feira 17 de Abril de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

A actual situação politica vae-se accentuando e definindo. É a restauração do cabralismo, ou avilismo, como lhe quizerem chamar. Está tomando a feição pessoal, que era a caracteristica do conde de Thomar.

O sr. marquez de Avila e de Bolama pretende dar vida a elementos retrogrados, que pareciam mortos para a politica. Não nos admira que elle assim proceda, mas sim que haja quem se deixe embair, e não veja a direcção que vão tendo os negocios publicos.

A regeneração foi em 1851 organisada, parte do partido cabralista e outra do partido progressista, que cansados de lutas violentas entenderam dever fazer tregoas. Actualmente é chamada á administração publica de preferencia a parte cabralista d'aquelle partido; caminhando-se assim para a reorganisação das velhas phalanges de 1842 a 1846.

Comprehende-se que a generalidade do partido regenerador se não assuste com essa marcha politica, pois que ha desde certa epocha grande ponto de contacto entre elle e todos os elementos reaccionarios. Não se acha, porém, facil explicação na attitude tomada pelo partido progressista.

E é mister fallar claro. As cousas são o que são, independente do nome que lhes derem.

Quando o marquez de Saldanha chegou a Lisboa em Julho de 1846, vindo de Vienna d'Austria, foi logo cercado dos influentes do partido cabralista, instando com elle para se pôr á frente da reacção contra o governo do duque de Palmella, saido da revolução popular de Maio d'esse anno.

O marquez de Saldanha sabendo quanto o nome de cabralista era impopular no paiz, aceitou a incumbencia, mas com o protesto bem manifestado de que se tratava não da restauração do cabralismo, mas do antigo partido cartista.

Debalde, porém, se esforçou em fazer crer á nação que eram essas as suas intenções. Dentro em pouco o marquez de Saldanha estava arrastado pelo cabralismo puro, a ponto tal, que depois da guerra civil, teve de largar o poder em 18 de Junho de 1849, para ahi entrar de novo o conde de Thomar, e com elle o sr. Antonio José de Avila, actual marquez de Avila e de Bolama.

Chamem, portanto, conservador, cartista, ou avilista ao que por ahi se está a organisar; o que é certo é que se marcha para um governo com caracter pessoal, como era o cabralista; em logar de ser de ideias e de principios como é, ou devia ser o progressista.

Repetimos, comprehende-se, e explica-se que o partido regenerador se aproxime a essa organisação pessoal; porque é quasi a mesma a sua tendencia. O que, porém, se não comprehende, e muito menos se explica satisfatoriamente é a subserviencia do partido progressista, a sua annullação perante um homem, que nunca representou qualquer principio politico.

Dir-nos-hão que o partido progressista não tinha motivo para hostilisar a nova situação, que se seguia áquella que vigorosamente havia combatido. Não ha duvida: ninguem exigia isso; mas um partido com um programma quasi revolucionario como é o do progressista, tinha obrigação de tomar uma attitude, a que chamaremos de paz armada.

Ir, porém, bajular o sr. marquez de Avila e de Bolama; requestar-lhe os favores; disputar preferencias de servilismo com o partido regenerador; é renegar as nobres tradições do partido progressista, e inutilisar-se para vir a ser governo.

É a proposito diremos, que muito extranhámos que o partido progressista além de procurar a protecção do actual chefe do ministerio, trate de lisonjear e adquirir as boas graças da camarilha do paço.

É assim que procedem os partidos pessoaes, mas não quem tem independencia e dignidade.

O antigo partido progressista costumava subir ao poder pela imprensa, pela urna, pelo parlamento, e até pela revolução. Os homens das camarilhas é que entravam e entram no ministerio, em resultado das intrigas palacianas.

Por essa fórma é que se organisou o ministerio da *Belemzada* em 4 de Novembro de 1836, e o da *emboscada* de 6 de Outubro de 1846.

Partido que não póde governar senão pelo exclusivo apoio do paço, não é partido, é corrilho.

Os reis merecem o respeito que se lhes deve tributar como primeiros magistrados da nação; o mesmo que devia ser tributado ao presidente da republica, se Portugal tivesse essa fórma de governo.

Passar, porém, d'ahi á lisonja e á adulação, é improprio de homens livres!

Os reis que reinam bem, ou pelo menos manifestam vivamente esse desejo, são estimados como o era um D. Pedro V. — Aquelles que se tornam facciosos vão, como um D. Affonso VI fazer uma viagem da barra de Lisboa até ao castello de S. João Baptista da ilha Terceira, ou como D. Miguel do porto de Sines em direcção a Genova.

Quando para proteger a rainha D. Maria II, no seu golpe de estado de 4 de Novembro de 1836, desembarcaram em a noite de 4 para 5 na Junqueira, entre Alcantara e Belem, 600 a 700 soldados da esquadra ingleza; a não ser a grande popularidade e lealdade do visconde de Sá da Bandeira e de Manoel Passos, que poderam conter as massas do povo armado da capital, a rainha era obrigada a sair do reino, embarcando a bordo de algum dos navios d'aquella esquadra.

Depois que a mesma rainha, em seguida ás escandalosissimas eleições de deputados, do dia 3 de Agosto de 1845, entendeu dever sair do seu paço e ir a Thomar á residencia do ministro do reino Antonio Bernardo da Costa Ca-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCII

A SOCIEDADE DOS JARDINEIROS

Ao Conimbricense (1)

LONDRES, 7 DE ABRIL DE 1877

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Lendo agora no seu interessante papel, de 31 de Março, uns apontamentos ácerca da sociedade dos *Jardineiros*, descoberta, como v. relata na casa dos Garridos, etc., posso dar testemunho á exactidão dos particulares que o *Conimbricense* registra; e acrescentar alguns, tambem exactos, já presenciados por mim, já relativos a pessoas ligadas com a tal sociedade, ou ramo particular maçonico.

Não posso, já se entende, senão registrar o que vi, e o que me disseram — e tambem relatar uma curiosa tentativa que se fez inutilmente, para me metter ou recrutar na tal baboseira. Como todos os dados, mesmo assim destacados, a tal respeito, mas authenticos, podem ter seu interesse, eis aqui os de que tenho conhecimento pessoal, ou pela relação authentica de outrem — quanto me podem lembrar.

Direi primeiro, que um moço de Gouveia, João Bernardo Pinto de Beja, irmão de José Arsenio Pinto de Beja (que foi juiz de fóra, e como tal honrado e recto), pertencia, sem duvida, á tal Jardineirada — ainda que nunca m'o confessou. Tenho, porém, direito a conjectural-o assim, pelas circumstancias que irei relatando.

Primeiramente direi, que o tal João Bernardo, que andava no 3.° anno (de Canones, se bem lembro), e que, como tanta de nossa mocidade academica então estava fascinado inteiramente com as doutrinas irreligiosas de livros francezes, que se diziam *philosophicos*, mas que só o eram d'aquella *philozophia* que eu escrevo com *z* (porque, assim, significa *amiga das trevas, da sombra, do escuro, da confusão, da desordem*), emprehendeu arrastar-me a mim, *calouro* e *novato*, para as mesmas ideias e *philozophia*, irreligiosa e tola.

Perseguia-me continuamente, com seus argumentos, colhidos dos livros irreligiosos, e com suas persuasões das vantagens de entrar em sociedades secretas — «não na maçonaria» (dizia elle, para me illudir), «mas n'outras associações differentes, onde estava toda a gente de capacidade, etc.» Poderia repetir aqui algumas de suas respostas a minhas desculpas de render-me a suas razões; mas isso levar-me-hia muito longe.

Como esforço ou remedio heroico, para vencer minhas resistencias, convidou-me Beja, a mim e a meu irmão, a irmos jantar com elle.

Era na *rua do Correio*, quasi defronte da janella onde então se davam as cartas (antes da mudança que teve logar para a *rua das Fangas*).

Morava na mesma casa o dr. Barbosa, de *Philosophia*, o que atirou o tiro ao Santo Illydio (frade Bento, mathematico, que creio foi bispo depois), (2) ao antigo *Arco da Traição*. Vieram dois convivas mais assistir ao jantar, um d'elles não me lembra quem era; o outro era o mesmo *Francisco Gomes Brandão Montezuma*, meu condiscipulo então, no 3.° anno juridico, se bem me lembro, ou no 2.°

Durante o jantar e a tarde, disse-se muita cousa, indirectamente, como para excitar a minha curiosidade, e induzir-me a perguntar algumas explicações, de entradas e sahidas mysteriosas para aposentos interiores e mais recatados da casa, etc. Veiu até de uma vez Barbosa, com uma especie de mascara negra que lhe cobria a cara, e com um xambre, ou balandrau que não era batina; e depois de alguns motetes, como para provocar-me a pedir explicação de tudo aquillo, mas inutilmente, foi-se assim passando a tarde. A minha ideia foi, que lá dentro havia especie de loja ou «templo», ou gabinete maçonico ou secreto. Minha impassibilidade frustrou o intento, qualquer que fosse.

A noite, quando me despedia, desejando-

(1) Interrompemos n'este numero a publicação das memorias de José Liberato Freire de Carvalho, para dar logar á carta muito curiosa, que de Londres nos dirigiu o sr. Antonio Ribeiro Saraiva, ácerca da sociedade secreta dos *Jardineiros*, descoberta na rua do Cabido, d'esta cidade, em Julho de 1823.

MARTINS DE CARVALHO.

(2) Effectivamente o dr. Antonio de Santo Illydio da Fonseca e Silva foi eleito bispo de Aveiro, mas o papa Gregorio XVI, nunca o quiz confirmar.

MARTINS DE CARVALHO.

bral, para ahi lhe conferir, com affronta da nação portugueza, o titulo de conde de Thomar; — depois que em 6 de Outubro de 1846, para annullar a revolução popular de Maio d'esse anno, demittiu, por meio de uma emboscada, o ministerio do duque de Palmella, para o substituir por uma facção militar e reaccionaria, presidida pelo marquez de Saldanha; collocou-se nas circumstancias de ser, como infallivelmente era forçada a abdicar e sair do reino, se a insurreição nacional não fosse suffocada em 1847 pela intervenção de tres nações estrangeiras.

Quando, pelo contrario, depois que nos ultimos annos da sua vida, a mesma rainha D. Maria II se resignou a deixar de ter ministerios impopularissimos e cegos instrumentos da sua vontade pessoal, e veiu em viagem ás provincias do norte como que a fazer as pazes com a nação; ao fallecer em 15 de Novembro de 1853, quasi que haviam esquecido os seus aggravos, resultando d'isso que a sua morte foi geralmente sentida.

Quem tiver ouvidos que ouça! Os direitos e os deveres são mutuos entre o povo e o rei. De ambas as partes ha obrigações a cumprir.

O paiz está cansado de governos pessoaes e de camarilhas; e ai dos partidos, que se dizem populares, se abdicando da sua independencia, se entregam á mercê dos aulicos da côrte.

Em quanto é tempo acordem e tomem a posição que lhes é devida. Aliás a tomará o povo.

Entendam-n'o assim.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Vão-se generalisando as reclamações e protestos contra o decreto de 28 de Março ácerca dos exames de instrucção secundaria.

No domingo devia haver em Braga um grande *meeting* para se representar, pedindo a derogação do referido decreto.

Em Vizeu ia-se fazer o mesmo. Muitos habitantes de Portalegre já dirijiram uma representação ao governo.

Annunciam-se muitas outras representações de differentes terras do reino; e grande numero de jornaes se têm pronunciado no mesmo sentido.

A posição do governo e em especial a do sr. ministro do reino, é melindrosa; porque ou revoga o decreto, o que lhe ha de ser penoso de executar; ou o faz cumprir e levanta contra si a quasi totalidade dos examinandos e de seus paes e tutores, assim como de todas as numerosas pessoas, a quem aquella resolução veiu gravemente affectar.

É negocio muito serio, e que todos esperam ver como se resolve.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LISBOA

AS TOURADAS

14 de Abril de 1877.

Lisboa, rua Direita das Janellas Verdes, 28.

Sr. redactor. — Queira v. receber de uma sua compatriota os mais sinceros agradecimentos pelo seu artigo contra as touradas, e tambem as mais jubilosas felicitações por ser a sua penna a primeira, nas regiões do jornalismo nacional, que se atreveu ousada e denodadamente, a fazer o seu protesto contra o gosto mais brutal e mais embrutecedor com que uma nação se póde ludibriar.

Vangloriam-se os portuguezes dos seus nobres feitos historicos, dos seus escriptores, dos seus poetas, e não se envergonham de serem o unico povo na Europa, que de mãos dadas com a retrograda Hespanha cultiva um gosto tão barbaro, tão deshumano; que conserva um labeu tão degradante nos annaes da sua civilisação.

V. falla dos paes que levam seus filhos ás touradas; e o que me diz dos paes que *consentem* que seus filhos — esses jovens que deveriam cultivar tudo quanto póde ennobrecer a alma, tudo quanto póde habilitar o homem para ser o esteio moral de sua patria — se mascarem com roupagens de phantastica selvageria e entrem na lide com o bruto? O que esperam esses paes que seus filhos sejam senão *Marialvas*, perturbadores da ordem publica, filhos irreverentes, maridos immoraes e devassos, paes, — ah que paes! Que lições de ethica, de costumes ennobrecedores e humanitarios poderão dar ás creaturas que tem a desdita de lhes deverem o ser!

E o que me diz v. das damas delicadas que com as suas mãozinhas brancas, macias e *potelés* bordam bandeirinhas para adornarem as farpas, destinadas a dilacerarem uma creatura de Deus; uma creatura sensiente! As creches que essas damas patrocinam são excellentes instituições, porque protegem aquelles que se não podem proteger; mas os brutos, ainda que physicamente fortes, estando ao alvedrio do homem, tambem se não podem proteger. Causa arrepios o pensar na dureza, na deshumanidade de corações que não só se não confrangem com o padecer do desprotegido, mas que para seu deleite o promovem! Qual é a força motriz do feito tão ennegrecedor, — alma ignobil, ou ignorancia irreflectida?

Sr. redactor, continue v. na trilha que ha encetado — trilha illuminada por luzentes estrellas, e talvez surjam sectarios.

De v. criada e veneradora.

FRANCISCA D'ASSIS MARTINS WOOD.

CARTA DE LONDRES

O OPIO

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Londres, 9 de Abril de 1877. — Chegou-me esta noite o seu *Conimbricense* de 3 do corrente, e sinto não o ter lido mais cedo — é meia noite agora. Porém tendo-me posto a ler o *Times* de hoje, cheio de cousas e noticias do maior interesse, só ás 11 horas abri e comecei a ler o seu papel, que muito me interessou, pelo que adverte sobre os perigos de corrupção da mocidade em Coimbra. Muito me agrada o prospecto da nova *Revista Theologica*, etc. — ainda bem!

E porém, sobretudo, por causa da noticia que dá, da companhia para o cultivo do opio na Zambezia, que desejo advertir uma cousa, que talvez v. não saiba; porque a vergonhosa (para a Inglaterra) e iniqua questão de que fallo, teve logar ha 40 annos; e depois não se tem fallado mais n'isso, porque a cousa só faz deshonra, e devia fazer (e faz) vergonha á Inglaterra — fallo da celebre e immoral questão do opio.

O uso do opio, ou antes o *vicio* d'elle, como chamâmos vicio o do fumo, é dos effeitos mais perniciosos na China. E a ruina physica e moral dos homens e das familias; pois estraga o physico e o moral das pessoas, e reduz milhares e milhares de familias á miseria e á ruina total. Por isso, é severamente prohibida pelas leis a introducção da droga na China — que é o mercado d'onde vem a importancia ao infame trafico.

As ditas leis prohibitivas porém, deixaram de executar-se, pela corrupção das auctoridades, e empregados fiscaes chinezes; a quem os traficantes inglezes *untaram as mãos*: e assim havia em Cantão immensos depositos da droga prohibida, e o seu uso augmentou de maneira, e produziu taes calamidades, que o governo chinez, para pôr côbro ao abuso e aos grandes males que produzia, mandou a Cantão como governador e alto commissario, um mandarim de confiança, com ordem estricta de fazer executar as leis prohibitivas do veneno.

O dito mandarim (*Ly*, ou cousa assim, me parece era o nome) veiu á provincia, e apprehendeu, e confiscou, e queimou os immensos depositos do pernicioso veneno.

Queixaram-se os contrabandistas ao governo inglez (o dos Whigs); e este, sem vergonha ou consciencia, mandou a celebre expedição primeira contra a China; destruiu praticamente uma quantidade de *juncos*, (as embarcações chinezas); matou muita gente; e não só fez pagar á China pelo opio de contrabando que ella tinha apprehendido e destruido, uns tres milhões esterlinos, se bem me lembro), mas lhe impoz outra enorme somma a pagar, pelas despezas da guerra! — Desgrandes carretas vieram de Southampton para Londres, carregadas de *prata*; que tanto metal foi pago e tal tributo chinez, imposto por não querer o governo da China que se envenenasse a sua gente!

E é para um trafico assim pernicioso e immoralissimo, (ainda hoje vergonha e iniquidade da Inglaterra), que se auctorisa e forma uma companhia em nossa Africa Oriental!... A que mais infamias e vergonhas quererá condemnar-se ainda nossa patria que foi nobre, honrada, moral e christã, e por isso se elevou á gloria e á fama!

A vergonha porém não ha de pertencer a Portugal por muito tempo; pois aquella nossa Africa, e mais terra que lá temos ainda de nossas descobertas e conquistas, ha de a Inglaterra alliviar-nos d'isso — ajudada por esse liberalismo (isto é, *libercanguismo*) de que o sr. Joaquim Martins de Carvalho, continua a ser devoto! — não passando quasi numero do seu honrado papel, em que não descubra a mentira e a podridão de tal systema de partido!

No que hontem escrevi bem á pressa (porque tive muito mais que escrever) a respeito de Montezuma, chamei-lhe *barão*, devendo ser *visconde* — tanto vale uma cousa como a outra, = 0.

A. R. SARAIVA.

COMMUNICADO

Ha muitos annos, que os habitantes de Penella são victimas de varios roubos, e alguns d'elles de valor importante. Nunca se descobriu quem eram os auctores de taes crimes; e diga-se, em abono da verdade, que da parte das auctoridades locaes houve sempre um imperdoavel desleixo n'esta parte.

Devido porém á vigilancia e muita perseverança d'um benemerito filho d'esta terra, e prestante cidadão, o illm.º sr. José Leal Arnaut, foi descoberto um dos criminosos.

Eis o facto: ha muito que o sr. Leal Arnaut desconfiava, que lhe era roubado vinho, e verificou, que o ladrão, introduzindo-se na adega com chaves falsas, é quem lh'o roubava. Depois de varias tentativas, por espaço d'alguns mezes infructiferas, para evidenciar quem era o auctor d'aquelle roubo, na madrugada do dia 25 do mez proximo passado, foi encontrado e reconhecido um trabalhador d'esta terra, tentando arrombar-lhe a porta da adega, porque a fechadura já tinha sido substituida por outra mais segura.

Isto porém não era o bastante. Feito o exame, summario, e pronunciado o reu, tornava-se necessario captural-o, visto que o não poude ser em flagrante; e foi-o effectivamente na noite de 31 de Março proximo passado.

E se é certo, que a descoberta do criminoso se deve áquelle cavalheiro, não é menos certo, que á sua muita diligencia se deve a sua captura. Louvores pois a s. s.ª pelo importante serviço que prestou a esta localidade, e ao official da administração, e ao cavalheiro Zeferino de Serpa Quaresma, que o auxiliaram, na captura d'aquelle criminoso; e censura a quem, exercendo n'esta comarca ás funcções d'agente do ministerio publico, e tendo obrigação de se conservar no seu posto para empregar todas as diligencias para a captura d'aquelle criminoso, pois que assim lhe cumpria em desempenho do importante cargo que lhe está confiado, se ausentou d'esta comarca n'essa occasião, sem nem ao menos deixar quem o substituisse.

Penella 8 d'Abril de 1877.

Victorino Peres.

me muito livre d'aquelle confrangimento, insistiram em vir acompanhar-me até minha casa (na *Couraça dos Apostolos*, defronte do Hospital — a 3.ª casa, creio, abaixo da que foi do lente Fortuna, á esquina da rua da Mathematica). Vinham elles vestidos «de futrica» segundo a expressão escholastica.

Despediram-se cortezmente, á minha porta, e partiram Couraça abaixo. No dia seguinte constou, que uns estudantes tinham ido furtar umas gallinhas (não como desejando ou precisando roubar, mas como estudantada extravagante). Examinou-se o caso, todavia, e talvez por causa do capote escossez, verde e branco, de Brandão Montezuma, o certo é, que elle ficou *culpado*, ainda que não se proseguiu a dar effeito á culpa.

Veiu 1820 a 1823. — Em 1821, formei-me eu em Leis, e formou-se Montezuma; porém, sendo preciso, para tirar as cartas, *folha corrida*, e achando-se elle Montezuma notado, como culpado na historia das gallinhas, para correr folha, fez sua petição, em nome de Francisco Gomes *Brand Montez*. Em nome assim não se achou culpa no registo dos escrivães; e elle depois acrescentou o *ão* e o *uma*, tirou as suas cartas, e partiu para o Brazil. Eu não vi os documentos, porém isto celebrou-se então e nos annos seguintes, como caracteristico do meu condiscipulo, a quem não faltava nem talento nem ousadia.

Eu continuei no anno seguinte, 1821 a 1822, fazendo o 6.º anno de Leis, e ao mesmo tempo, o 1.º Mathematico; e então se celebrava a esperteza descoberta de Montezuma.

Varios brazileiros tinham entrado na tal ordem maçonica, que denomináram dos *Jardineiros*; e me disseram, que, em vez de suas insignias representarem os instrumentos de pedreiro, figuravam os de jardineiro ou hortelão — uma *enxadinha*, me disseram, um *ensinhozinho* de prata, etc.

Quando se descobriu, em 1823, na casa dos Garridos, como o *Conimbricense* exactamente descreve, a tal loja — ou antes os despojos e fragmentos d'ella, corri eu, como toda a gente, a ver aquillo; e fui parte para rectificar as ideias extravagantes e risiveis que se exprimiam sobre varios dos objectos exhibidos e extrahidos do poço.

Não havia muito, que eu tinha comprado na livraria da imprensa da Universidade, dois volumes, em francez, cujo titulo era *Annales*, ou *Annuaire Maçonique*, ou cousa assim; e alli tinha lido circumstanciada descripção da «loja», «templo», inscripções, instrumentos, ceremonias maçonicas, etc. E que era bem authentico o que eu lera, provou-se pelo facto, e porque tudo o que sahiu do poço, e o que restou ainda na loja escangalhada, que tambem fui ver no desvão, era exactamente como o livro descrevia. As *columnas* do «templo», com os seus J. e B. (*Jakin* e *Boos*), eram formadas de cilindros ôcos de lata, envernisados de amarello, para figurar dourado, que se encaixavam um nos outros, e tinham sido esmagados de proposito, desfazendo a forma cilindrica, depois de desencaixados, e foram deitados assim no poço. As inscripções eram bordadas, ou de galão branco estreito, cosido na baeta negra. As espheras que coroavam as columnas do «templo», eram tambem de lata e má-morte. Em fim tudo o que se achou era farraparia, era impostura e mentira, como a maçonaria.

Os balaustres que cercavam ou separavam o recinto do «templo», eram de madeira de pinho pintados de azul e branco *constitucional* (tudo muito á ligeira — imitando mobilia d'estudante).

O que até aqui expuz foi o que o publico viu e soube. Porem eu vim a saber algumas cousas mais particulares, que me contou em Lisboa, Manoel Odorico Mendes, antes de partir para o Brazil; entre outras, como elle mesmo tinha sido causa da irritação grande contra os brazileiros (que tiveram quasi todos, como elle, de fugir de Coimbra precipitadamente). E tinha elle Odorico dado causa a isso, por forte opposição que fizera ao meu condiscipulo Almeida Garrett, esquece-me se á recepção d'elle na «loja», ou em que questão ou objecto mui renhido na mesma «loja».

Tambem por elle sube, que os papeis e cousas de mais valor pertencentes á «loja» nos Garridos, foram transportadas para logar de segurança, por aquelle *Moucho*, de quem ha tempos fallava o *Conimbricense*, dizendo que estivera preso, etc.

E outra cousa curiosa, e que não é sabida, tambem a mim referida por Odorico foi: — Que antes de ir para os Garridos, a chafarica maçonica ou jardineira — ou maçonico-jardineira — estivera na *rua da Mathematica*; e que d'ahi se mudara, com grande horror da terrivel *profanação*; porque da casa visinha tinham feito um buraco na parede, por onde, encoberto pela trapagem, se escutavam furtivamente os mysterios, deliberações, e segredos do «templo»!

Odorico Mendes, e Manoel Alves Branco (homem capaz) (3) eram comigo membros da

(3) Manoel Alves Branco veiu a ser o ce-

NOTICIARIO

Senhor aos entrevados. — No domingo foi levado o Senhor aos entrevados da freguezia de S. Bartholomeu.

A irmandade do Santissimo ia numerosissima, parecendo uma procissão annual. Muitos anjos tornavam mais brilhante este acto religioso.

Atraz do pallio tocava a philarmonica *Boa União*.

Pelos entrevados, que estão em carencia de meios, foram distribuidas as esmolas que na quinta feira santa se obtiveram dos fieis, na egreja de S. Bartholomeu, e outras solicitadas posteriormente para esse fim.

O digno prior da freguezia, e os zelosos mesarios da irmandade do Santissimo não se pouparam a diligencias para que este acto fosse, como foi, muito grave e apparatoso.

Theatro Academico. — Ámanhã ha a ultima recita dos quintanistas de Direito.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Manoel Rodrigues, filho de José Rodrigues e Bernadina de Jesus, de Coimbra, de 27 annos, fallecido no dia 10 de Abril.

Guilhermina de Paula e Silva, filha de Eusebio de Paula e Silva e Maria Theresa, de Coimbra, de 17 mezes, fallecida no dia 10.

Maria da Encarnação, filha de Manoel Monteiro Marques e Theresa de Jesus, de Coimbra, de 71 anos, fallecida no dia 11.

João José Dias, filho de Feliciano José, e Marianna de Jesus, de Coimbra, de 74 annos, fallecido no dia 12.

Manoel Pinho de Carvalho, filho de Miguel Pinho de Carvalho e Maria Rosa, de Agueda de 57 annos, fallecido no dia 13.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada — 7:040.

Despacho. — O presbytero José Rodrigues Cravo Branco foi apresentado na egreja parochial de Santo Varão, diocese de Coimbra.

Sermão. — Fomos obsequiados pelo seu illustrado auctor, com um exemplar do *Sermão sobre a divindade de Nosso Senhor Jesus Christo, recitado na sé cathedral de Coimbra, pelo dr. Luiz Maria da Silva Ramos, lente cathedratico da Faculdade de Theologia na Universidade de Coimbra, professor de Theologia moral no seminario diocesano, e examinador pro-synodal do bispado.*

É dedicado ao exm.º sr. bispo conde, D. Manoel Correia de Bastos Pina.

Muito estimámos que o sr. dr. Luiz Maria da Silva Ramos se resolvesse a imprimir este primoroso sermão.

A linguagem é fluente, os argumentos habilmente deduzidos; emfim é um trabalho digno de todo o apreço.

Muito agradecemos o exemplar que o sr. dr. Silva Ramos teve a bondade de nos offerecer.

Novas publicações. — Recebemos e muito agradecemos as seguintes publicações:

— «*Apontamentos historicos do real mosteiro da Batalha, por F. A. G. Moraes Sarmento.*»

«Coimbra, imprensa Academica. — 1877.»

— «*Ortigões*, por Urbano Loureiro. — O n.º 6 de Março de 1877.»

Reclamação. — O nosso amigo o sr. Joaquim Martins da Cunha pede-nos a publicação da seguinte carta:

«*Sr. redactor.* — Permitta-me, que nas columnas de seu mui lido e illustrado jornal, eu chame a attenção da camara municipal, sobre um assumpto de immediato interesse publico.

Parece incrivel como a nossa municipalidade tanto descura as conveniencias de seus municipes.

O que se está presenciando diariamente no mercado de D. Pedro V, revela bem, que se existe n'esta cidade vereação, não zela ella, nem cuida em por côbro, ao que alli se está praticando, com verdadeiro detrimento das algibeiras dos cidadãos que têm familias a sustentar.

Os *atravessadores*, negociantes, incumbidos de fazer compras de legumes, hortaliças e fructas, etc., etc., para d'estes alimentos da vida fazerem remessas para o imporio de Lisboa, estão com essa industria prejudicando em grande parte o bolso dos consumidores d'esta cidade; comprando-se aqui essas vitualhas por maior preço, do que aquelle porque se estão vendendo na capital do paiz!... A causa d'isto provém, sem duvida, do desleixo da municipalidade, a quem cumpria velar, providenciando acerca d'este assumpto, não consentindo em caso algum, que os viveres expostos á venda no mercado, fossem pelo menos, até 10 horas da manhã, vendidos por junto, entretanto que os consumidores de retalho, se não tivessem abastecido dos necessarios para uso domestico.

Se a camara municipal attender seriamente para esta nossa queixa, accordando que no mercado se não façam vendas por junto, antes da hora indicada, terá com isso prestado valioso serviço a seus municipes. E com expedientes d'esta natureza que os vereadores se ennobrecem, grangeando com elles a sympathia publica.

O ser senador popular, é um encargo honroso, é verdade, do qual se tem a esperar a estima publica; mas essa honra não a dispensam as cadeiras, resulta do trabalho e do cabal desempenho das obrigações.

Eu, sr. redactor, lembrando deveres que nunca deviam ter esquecido á nossa vereação, tenho para mim, que prestando a ella bom serviço, não é elle de somenos importancia para os consumidores.

Pela inserção d'estas linhas em seu acreditado e sympathico jornal, mais uma vez obrigará o seu constante leitor e assignante.

Sua casa, 16 de Abril de 1877.

J. M. da Cunha.»

Noticias de Penella. — Communicam-nos de Penella o seguinte:

«Terça feira, 10 do corrente, foi levado processionalmente aos presos o sagrado viatico, sendo abrilhantado este acto pela Philarmonica Penellense, que para isso expontaneamente se offereceu, e pela presença de muitos cavalheiros.

Merecendo louvor todas as pessoas, que de tão boa vontade se prestaram a abrilhantar esta festa, merecem-no especialmente os exm.os juiz de direito e delegado do procurador regio, que a coroaram, dando áquelles desgraçados um abundante jantar.

Sentimos não ver n'este acto a illm.ª camara, ou ao menos pessoa que a representasse.

E a proposito lembra dizer que, desde o mez de Janeiro do corrente anno, vemos ahi uns homens todas as segundas feiras a procurar aquella illustre corporação, sem que até hoje a tenham encontrado.

Parece que se preparam grandes festejos para o primeiro dia em que suas senhorias se dignarem celebrar uma sessão ordinaria; e, sendo assim, para que elles possam ter o explendor, que o caso merece, lembramos ao illustre synedrio a conveniencia de avisar o publico com alguma antecipação.

Penella 13 de Abril de 1877.»

Noticias de Lisboa. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa 14 de Abril de 1877.

«Foi decidido que haja concurso documental para o provimento do logar de segundo official da alfandega de Lisboa.

Acha-se enfermo o sr. ministro da fazenda.

Chegaram hoje 16 volumes de bagagem pertencente ao imperador do Brazil.

Consta que os srs. Cortez e Venancio Deslandes vão ao concurso para os logares de supplentes do tribunal de contas.

Têm baixado as aguas do Tejo.

As searas que foram inundadas consideram-se inteiramente perdidas.

O conselho director da exposição de Paris, decidiu que o seu secretario o sr. Francisco de Vasconcellos vá a Paris, tratar da exposição portugueza e mais negocios relativos á sua installação.

Continua o boato de que o sr. Guilhermino de Barros vae ser nomeado governador civil de Lisboa.

Vem a Lisboa o nosso ministro em Vienna de Austria.

A companhia dos caminhos de ferro portuguezes interpoz recurso contra a multa de réis 100$000 que lhe foi applicada por causa do atrazo do comboyo.

A camara municipal de Arouca pediu ao governo para mandar construir a estrada de Burgo a Entre Rios.

Dizem de Bombaim que o sr. Nogueira Soares continua as negociações.

Vieram para Lisboa as visceras de um dos allemães exploradores que morreram em Angola.

Partiu para o estrangeiro o sr. Joaquim Pires Junior.

O commissario regio na exposição da Philadelphia pediu algumas mercês para os estrangeiros que o auxiliaram e concorreram para o bom exito da nossa exposição alli.

Têm havido inundações no Sado.

Parece que irá a missão especial a Marrocos.

Tem estado doente o sr. patriarcha.

El-rei bateu a cavilha no novo yacht *Sirius*, que mandou construir no estaleiro das galeotas.»

A questão do Oriente. — São graves as noticias ácerca da questão do Oriente. As ultimas noticias são as seguintes:

Constantinopla, 13. — A Porta recusou definitivamente acceder ás exigencias do Montenegro. O grão-vizir participou telegraphicamente ao principe Nikita que, não tendo dado resultado algum as negociações para a paz, o armisticio não será prolongado. Os delegados montenegrinos partirão na terça feira. Ancie-dade.

Paris, 13. — A linguagem da imprensa russa continua sendo muito bellicosa. O *Golos* diz que soou a hora da acção.

Londres, 14. — Derby, na camara dos lords, lastimou que a resposta da Turquia não fosse satisfatoria, não podendo calcular se conduzirá a solução pacifica. Granville annunciou que na segunda feira chamará a attenção do governo sobre a questão. Na camara dos deputados, Northcote desmentiu a noticia, publicada pelo *Nord*, ácerca de uma pretendida carta enviada por Derby para Constantinopla. Hartington atacou a politica do governo, tornando-o responsavel pela situação actual.

Londres, 14. — O ministro da guerra, Hardy, respondendo aos ataques da Hartington, disse que ainda não foi pronunciada a ultima palavra da Inglaterra no interesse da paz. Não seguirá a politica que conduza á guerra senão quando a violação da honra ou dos interesses do Reino Unido o justifiquem por

sociedade litteraria e poetica dos *Amigos das Lettras*, suggerida e instituida pelos Castilhos, pae, e filhos — que era publica, e tinha suas sessões na aula de Medicina do Hospital. Vieram os dois um dia visitar-me, e ficámos muito amigos. Eu morava então (1823) ao fundo da *rua da Mathematica*, onde, ao descer, vira para a esquerda, depois do angulo, na primeira ou 2.ª casa á direita com boa vista para sul e poente; e donde quasi se ouvia fallar, e perfeitamente gritar, no largo da Sé Velha.

Vindo Odorico Mendes visitar-me uma tarde, e demorando-se o serão, conversando, pois era de interesse sua conversação litteraria; quando estava para despedir-se e proceder para a *rua das Fangas*, onde morava, ouvimos desordens, vozerias, gritos de gente espancada, pedrada, barulho, no largo da Sé Velha mesmo — era depois das 10 horas da noite.

Percebendo eu que Odorico estava muito preoccupado pelo receio de sahir na ida para casa, disse-lhe: — «Meu irmão, e o outro companheiro (que moravam comigo) já partiram para ferias, estou só eu e o criado; tenho, pois, duas camas livres, teremos bastante ceia para dois; durma o meu amigo aqui, e não vá expor-se a algum insulto». — Acceitou elle, evidentemente com gosto; ceámos, ficámos conversando até mui alta noite antes de dormir.

De manhã, depois d'almoço, despediu-se até breve; mas, tanto elle, como todos os brazileiros desappareceram; e não tornei a saber mais d'elle senão passado um anno em Lisboa, onde recebi uma carta sua, remettida ao Augusto Castilho em Coimbra, com pedido de que m'a remettessem onde eu estivesse. Era uma carta de amizade e agradecimento, muito bem escripta, annunciando-me que ia partir para o Brazil no mesmo dia em que a carta foi por mim recebida.

Pensando eu então, que muitas vezes navios de commercio não são pontuaes em dar á vela, dirigi-me logo á *rua do Ouro*, á casa donde elle estava, a ver se o encontrava ainda. Não estava em casa, mas disseram-me que só partiria dentro de poucos dias. Deixei o meu bilhete e morada apontada; no dia seguinte veiu ver-me, jantou comnosco, passou comigo o dia todo, e então me confessou e contou como elle fora a causa d'aquella indisposição contra elle e os brazileiros; como se vira obrigado a salvar-se, etc. (4) Muito quizera eu ter memoria escripta dos muitos particulares mais, que me referiu, tocantes á historia d'aquella epocha em Coimbra. Mal diria eu ou elle, então, que o havia de ver morrer a meu lado, aqui em Londres, em uma carruagem ferrovial, em 1859, eu lhe havia de cuidar do enterro, e escrever-lhe o epitaphio que está gravado no padrão que marca a sua sepultura, em *Kensal Green!* — commemorando-o como traductor brazileiro de *Virgilio* e de *Homero*.

A respeito de *Brandão Montezuma*, direi mais, que veiu para aqui nomeado ministro do Brazil, em 1839, se bem me lembro (5); e me tractou com a maior affabilidade e interesse como amigo e condiscipulo antigo; muito senti, que o tirassem d'este logar dentro de poucos mezes depois.

Não tinha tornado a saber d'elle, senão vagamente, de que figurava de modo notavel nas camaras brazileiras. Vim a saber depois, por Lord Dundonald, o celebre *Lord Cochrane* da Grecia, do Chili, do Brazil, etc., que elle orara o mais energicamente em favor do mesmo Lord, apoiando os requerimentos e allegações, em que Milord pedia lhe cumprissem o que lhe prometteram, por lhes ganhar (que foi elle) a independencia do Brazil.

Eu traduzi as cartas e agradecimentos depois, etc., para o barão de *Jequitinhonha*, que tinha advogado na camara alta no Rio, com a maior energia, os direitos de *Dundonald* (a quem eu proprio contribui primeiro efficazmente, para elle receber as primeiras £ 10,000); porém, só muito depois vim a saber, que *Jequitinhonha*, não era outro senão o meu antigo condiscipulo Brandão Montezuma, e que com Beja, me quiz, mas inutilmente, fazer *maçonico-jardineiro*.

A. R. SARAIVA.

lebre visconde de Caravelas, por muitas vezes ministro no Brazil. Falleceu em 1855.

MARTINS DE CARVALHO.

(4) Uma das causas da indisposição contra os estudantes brazileiros, e que ia produzindo serio tumulto, foi a publicação no dia 3 de Abril de 1823, do 1.º e unico numero do *Brazileiro em Coimbra*, redigido pelo estudante do 5.º anno de Leis, natural da Bahia, Candido Ladislau de Figueiredo.

MARTINS DE CARVALHO.

(5) Foi em 1840, e esteve na Inglaterra 9 mezes.

MARTINS DE CARVALHO.

desembainhar a espada. Se assignou o protocollo foi porque por elle dava á Russia a ultimo probabilidade de desarmamento. Northcote certificou que a opposição não suggere politica alguma para substituir a que o governo segue.

Constantinopla, 14. — Fazem-se activos preparativos de guerra. Foram enviados reforços para o Danubio. Os navios de guerra partiram para o mar Negro e Mediterraneo. Varios consules da Russia na Turquia receberam ordem de partir.

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE

A primitiva questão do sr. dr. Luiz Albano versava sobre a admissão dos alienados nos hospitaes da Universidade. Não discuti, nem discuto este assumpto nos jornaes politicos. Acha-se elle commettido ao julgamento do governo com o parecer da junta consultiva de instrucção publica, onde tem assento alguns medicos de notoria illustração. Se resolverem contra o que tenho qualificado de *noções rudimentares de administração hospitalar*, não me ficará cabendo a responsabilidade do resultado. Em quanto porém não baixar ordem terminante em contrario, ou emquanto me couber a responsabilidade do facto, fique certo o sr. Luiz Albano, de que repetirei o anterior procedimento todas as vezes que se repetirem casos simillhantes.

Além de que, se os melhoramentos, louvavelmente emprehendidos pelo sr. Luiz Albano, foram bem interpretados no artigo da *Correspondencia de Coimbra* de 7 do corrente, tenho a satisfação de ver que já desistiu da anterior pretensão de fazer admittir os alienados nos hospitaes da Universidade; porque se propõe realisar o meu antigo *desideratum*, preparando uma casa especial, onde estes desgraçados possam ter o devido tratamento, sem perturbarem a tranquillidade dos outros doentes, que se acham entregues ao meu cuidado. — Bem haja.

A questão de meios, quasi sempre a mais importante, é n'este caso muito secundaria, porque a nossa divergencia era só de principios ou de doutrina. Se o sr. Luiz Albano conseguir que o governo, para o seu projecto, lhe ceda, como diz o artigo, os 500$000 rs. annuaes com que a Misericordia actualmente concorre para as despezas dos hospitaes da Universidade; ou se o mesmo governo lhe fizer concessões ainda maiores, tornando-se devedor em logar de credor da Santa Casa, nada terá com isso a administração que me está confiada, além das informações officiaes que poder prestar; porque n'esse caso, receberá a mais, em subsidio do Estado, as quantias que do seu cofre tiverem de passar para o projectado estabelecimento da Misericordia; pois que a creação d'este não influiria sensivelmente na despeza geral d'aquelles hospitaes. Nada temos que discutir a tal respeito; esse ajuste de contas terá de trocar-se entre o governo e a Misericordia sómente.

Tenho d'occupar-me d'outro ponto, que poderá dizer-se do foro intimo da minha profissão. No desempenho de minhas funcções, na qualidade de medico encarregado da admissão dos doentes, diagnostiquei d'alienação mental o padecimento de Anna Mauricia, depois de a ter examinado com os cuidados e attenção que o caso exigia; e o sr. Luiz Albano, aliás medico respeitavel, que nunca tinha visto a doente, e que n'esse tempo se achava em Lisboa, veiu depois mostrar ás turbas o erro grosseiro do meu diagnostico; não de qualquer molestia muito obscura, mas d'uma alienação mental reconhecida por toda a vizinhança, pelo empregado que me apresentou a doente, e pelos srs. mesarios e administrador do concelho que, vendo a louça quebrada, o enxergão rasgado e tudo em desordem no quarto respectivo, reclamavam no dia seguinte uma camisa de forças; e dispunham as cousas para a admissão da mesma doente em Rilhafolles!

Bem conheço o artificio com que se misturou, no artigo, o diagnostico com o prognostico. O prognostico, note-se bem, nada tinha n'este caso com a acceitação da doente. Diagnosticada a molestia d'alienação mental em estado de produzir sobresalto nas enfermarias, a doente não era admittida, quer se julgasse curavel quer incuravel.

Na qualificação de *incuravel*, que se lê no meu officio de 6 de Fevereiro, poderia ter-se dado um d'aquelles erros de prognostico, que por vezes commetti na minha pratica de clinico, sem que eu me vexe d'esta confissão, visto que nenhum collega, nem mesmo o sr. Luiz Albano, se julga privilegiado com a infallibilidade em prognostico de molestias. Em doentes porém, como esta, com ataques periodicos de alienação mental, furiosa umas vezes e outras vezes tranquilla, tendo nos intervallos ataques repetidos d'epilepsia; em casos como este, ha de permittir-me o illustrado collega que eu emitta a minha opinião, se bem que muito pouco auctorisada, de que o tempo decorrido, desde o dia 21 do mez passado até hoje, ainda não é sufficiente para se poder assegurar que já se conseguiu a cura da doente.

Emquanto ao empenho, que o sr. dr. Luiz Albano mostra de tornar bem patente o pessimo caracter que me attribue, de barbaro, deshumano, sem vislumbres de caridade, com um coração de fera, batendo com as portas na cara aos desgraçados que tenho obrigação de agasalhar, insultando a pobreza e a desgraça, e tornando-me, por este modo, escandaloso para com a auctoridade superior e perante a cidade inteira, procedendo com estupida brutalidade, na execução d'uma medida já de si inepta e selvagem: — a taes invectivas que, por outras palavras, o sr. Luiz Albano dirige, nos seus artigos a esta medida de que fui auctor e ao meu procedimento como seu executor — *nada respondo*.

Devo comtudo informar o publico de que, na execução de tão *barbara* medida, apesar do desaccordo que por duas vezes se deu com a administração do concelho, sempre vi do meu lado o governo civil com prompta e valiosa coadjuvação; sempre me achei d'accordo com todos os clinicos de quem ouvi opinião sobre o assumpto; e com a Faculdade de Medicina representada pelo seu delegado na junta consultiva d'esta administração. Direi mais que não vejo censurado o meu procedimento pela imprensa de Coimbra; que nunca vi reclamações, nem simples vestigios de que a cidade se ache escandalisada com esses actos da minha gerencia hospitalar; e que o proprio governo, que n'este humilde logar estou representando por delegação, ainda não me deu o menor indicio de se julgar conspurcado e deshonrado com as taes *barbaridades, estupidez, absurdos*, e *escandalos* do meu procedimento na admissão dos doentes.

COSTA SIMÕES.

ANNUNCIOS

MASSA FALLIDA

DE

JOSÉ MARIA DUARTE

1 TENDO o sr juiz commissario da fallencia designado o dia 25 do corrente para dar cumprimento ao que dispõe o artigo n.º 1184 do Codigo Commercial, são convidados todos os srs. crédores a comparecerem no referido dia, na rua do Visconde da Luz, n.º 102, pelas 10 horas da manhã.

Coimbra 16 d'Abril de 1877.

Os curadores fiscaes provisorios

Basilio Augusto Xavier de Andrade.
Domingos Antonio Simões da Silva.

RAPAZ

2 PRECISA-SE um com pratica de ferragens.
Rua do Visconde da Luz, n.º 1.

3 VENDEM-SE em conta 19 talhas de lata para 110 alqueires d'azeite cada uma; tambem se vende uma escorredeira completa, uma bomba e seis alqueires.

N'esta redacção se dão as informações.

EDITAL

O Dr. Francisco Antonio Diniz, commendador da Ordem de Christo, commissario dos estudos do districto de Coimbra.

4 FAÇO saber que o jury dos exames dos candidatos ás cadeiras de ensino primario n'este districto, na segunda época do corrente anno, reunido em sessão de hoje, tendo examinado os requerimentos dos mesmos candidatos e os documentos que os acompanhavam, resolveu dar como habilitados os que constam da primeira lista abaixo publicada, por se acharem aquelles requerimentos e documentos nos termos legaes; não considerando habilitados os que constam da segunda lista, ou porque não appareceu reconhecida a assignatura dos seus requerimentos, ou porque estes não vinham instruidos com todos os documentos que exige o artigo 4.º do decreto de 30 de Outubro de 1869, ou, finalmente, porque alguns d'esses documentos não se achavam devidamente reconhecidos.

Os candidatos inscriptos na segunda lista são convidados a reparar as alludidas faltas dentro do prazo de 10 dias, a contar de ámanhã; entendendo-se, não o fazendo, que desistem do concurso.

1.ª *lista*

Francisco dos Santos Malva
Julio Maria d'Andrade
Manoel Antunes Simões
Anna Rita Luiz
Maria Augusta da Conceição

2.ª *lista*

Francisco Antonio Mendes Junior
João Henriques de Campos
Joaquim Henriques da Silva
Joaquim Lourenço Junior
Padre Joaquim Nunes Nogueira da Silva
José Corrêa de Sousa Jorge
José Maria Fernandes Thomaz
Manoel Francisco Miraldo
Manoel Rodrigues Nogueira
Manoel Rodrigues de Noronha
Emilia Augusta da Conceição e Silva
Maria Germana Baptista da Cunha

E para que chegue á noticia de todos mandei publicar este edital.

Coimbra 16 de Abril de 1877.

O presidente do jury,
Francisco Antonio Diniz

AGRADECIMENTO

5 O IRMÃO, genros, filhos, cunhada e sobrinho do fallecido dr. João Antonio Sousa Doria, agradecem a todas as pessoas que tomaram parte no seu desgosto, ficando por este modo reparada alguma falta que involuntariamente commettam.

Antonio Joaquim Doria, José Alberto Côrte Real, José Antonio de Sousa Nazareth, Emilia Doria, Augusto Doria, Maria Isabel Doria, Ignez Doria, Maria José Doria, Julia Doria, Antonio Doria, Adelaide Doria, Rosa Doria, José Doria.

SABÃO MUITO BARATO

Grangeon & Comp.ª de Lisboa

6 CONTINUA a ter n'esta cidade o seu deposito na rua da Sophia, n.os 59 — 61.

O encarregado da venda, Joaquim Maria d'Almeida.

Pedido

7 PEDE-SE a um empregado da repartição de fazenda assistente — Fóra de Portas — que queira mandar pagar uma divida que tem na rua do Visconde da Luz; se não quer que se lhe falle mais claro.

ARREMATAÇÃO

8 A ORDEM TERCEIRA da Penitencia faz publico, que no dia 29 do corrente mez, ás 10 horas da manhã, no collegio do Carmo, dará de arrematação 39 vãos de cantaria para portas e janellas: as condições serão patentes no acto da arrematação.

O secretario, *Antonio José d'Oliveira.*

ESSENCIA

DE

SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

9 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Canceros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

10 A DIRECÇÃO da sociedade dramatica d'Anadia propõe-se dar de empreitada a construcção das paredes exteriores e uma das interiores do theatro d'esta villa e respectivo tecto, portas exteriores e janellas. A direcção fornece a cal, telha, e mesmo as madeiras e cavilhas necessarias para a armação do tecto.

A arrematação terá logar ao meio dia 6 de Maio proximo, na secretaria da camara municipal d'esta villa, onde estão patentes as condições da arrematação.

Anadia 13 d'Abril de 1877.

O presidente da direcção
Conde da Graciosa.

ARRENDA-SE

11 A CASA da rua do Loureiro, n.º 57. Trata-se na rua do Corvo, n.º 51.

PEDIDO

12 ROGA-SE ao sr. Francisco Augusto Ferreira, da Raiva, queira dar satisfação ás repetidas cartas que Coimbra lhe têm sido dirigidas.

13 SUBLOCA-SE, até ao S. Miguel, a casa n.º 50, na rua do Aguiar. Tem bonitas vistas e commodidades para uma numerosa familia.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3102 | Sabbado 21 de Abril de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Ainda que o sr. Lopes Branco já exerceu em Coimbra por duas vezes o cargo de governador civil, não sabemos se conhecerá bem todas as circumstancias d'esta cidade e districto.

A politica tem passado nos ultimos annos em Coimbra por notaveis alterações. Têm-se organisado e dissolvido corrilhos; e são muito diversos os elementos de preponderancia que se crearam.

Chegou n'esta cidade a haver governadores civis, que desceram á indignidade de se prestarem a não praticar acto nenhum como auctoridade publica, que fosse de encontro a influencias politicas que aqui se haviam estabelecido com a protecção do governo.

As decisões no recrutamento eram aferidas não pela lei e pela justiça, mas pela vontade caprichosa de potencias eleitoraes.

A mais simples nomeação de um regedor estava dependente de individuos que de tudo dispunham.

Os empregos só eram dados a quem obtinha previamente o carimbo dos directores da politica local.

Emfim, a administração publica annullava-se de todo perante um poder excepcional.

Não ha duvida que em 1842, durante o governo cabralino, em que o sr. Lopes Branco foi pela primeira vez governador civil de Coimbra, já aqui havia potencias politicas que queriam dar as leis no governo civil; e alguma cousa se deu no mesmo sentido em 1868, quando foi pela segunda vez governador civil n'esta cidade.

Comtudo, como em nenhuma das duas vezes chegou o sr. Lopes Branco a ser governador civil pelo espaço de tres mezes, não houve logar para essas influencias praticarem, tão largamente como n'estes ultimos annos, tudo quanto lhes era mister para desenvolver e firmar a sua preponderancia pessoal e politica.

O sr. Lopes Branco virá resolvido a administrar por si o districto e em conformidade da lei; ou sujeitar-se-ha a identicas dependencias como alguns dos seus antecessores?

Fará que o recrutamento seja uma cousa seria; ou permittirá que as decisões da commissão districtal sejam uma serie não interrompida de iniquidades?

Limitar-se-ha a exercer nas eleições a influencia moral da auctoridade; ou renovará os escandalos que se têm praticado, corrompendo e coagindo os eleitores?

Aguardaremos os seus actos, e ha de ser em vista d'elles que teremos de os apreciar.

Felizmente ainda nos não podemos acostumar a seguir uma certa escola, que por ahi vemos, de achar justo em uns, o mesmo que censurámos nos outros. Bem sabemos que esse systema é muito commodo; mas não deixa de ser um systema condemnavel.

É por isso que o povo está descrente de muitos dos nossos homens politicos, por ver que elles dizem e praticam na opposição o contrario do que depois dizem e praticam no poder.

Propalam que é da nossa parte uma utopia o querer que haja coherencia nos partidos. Assim será; mas deixem-nos pugnar por essa utopia; e sigam á vontade o seu caminho.

O *Conimbricense*, dizemol-o aqui bem alto, porque assim é preciso, não está dependente de influencia nenhuma, que possa coarctar-lhe a imparcialidade com que tem apreciado os actos publicos. Póde errar pela sua propria direcção, mas não pela alheia.

Unicamente tem de dar satisfação das suas opiniões ao publico.

Para que se incommodam com a marcha d'este jornal? Ha tanto quem goste de estar ao lado do poder, o dispensador das graças, dos favores e dos empregos — que não fazemos lá falta.

A administração que se vae inaugurar n'este districto será honesta, zelosa e justiceira? Pois sendo assim, apesar da proveniencia politica do novo governador civil, applaudiremos os seus actos.

Será, mais ou menos, uma continuação do que por ahi se tem presenceado, só com a differença dos influentes serem outros, e as injustiças e os favores serem praticados inversamente do que até agora? N'esse caso stygmatisaremos quem praticar esses actos com a mesma energia com que o fizemos durante a anterior situação politica.

Podem barafustar; podem dar largas ás suas expansões, porque perdem completamente o seu tempo. Estejam certos d'isso.

Já estamos enfastiados de tanto programma de *moralidade*, que na pratica não é em regra senão uma refinada mentira.

Pelas obras é que havemos de avaliar o governo e os seus delegados de confiança.

E já que nos obrigam a isso diremos tudo o que entendemos. O principal defeito do sr. Lopes Branco é gostar de ser lisonjeado. Temos d'isso numerosissimas provas. Conhecendo-lhe esssa fraqueza não faltará quem a queira aproveitar em seu beneficio.

Desejaremos que aconteça o contrario, e que a nova administração do districto seja inteiramente differente de algumas das anteriores, e que não continue os mesmos escandalos, que se tem praticado, com grave prejuizo do publico, e lamentavel descredito do actual systema politico.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Vae-se desenvolvendo cada vez mais o plano dos inglezes, de se irem pouco a pouco apoderando das nossas possessões na Africa oriental.

Consta pela ultima mala de Moçambique, que o sultão de Zanzibar occupou a bahia de Tungue, ao sul do Cabo Delgado, e dentro dos dominios portuguezes.

Pelo lado do sul os inglezes vão empolgando a republica de Transwaal; ao occidente estabelecem-se em Nyassa; ao norte principiam a instigar o sultão

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

D. Lourenço de Lima houve-se tambem comigo não como fidalgo, mas como homem sem brio. Visitava-me algumas vezes, e me fazia mil cumprimentos como quem já se preparava para me enganar.

Um dia me procurou, e depois de me contar o mau estado em que se achava, acabou por me pedir doze ou quinze libras esterlinas, dizendo-me que estava á espera de receber algum dinheiro de Lisboa, e que apenas o recebesse me dava a sua palavra de honra que m'as pagaria. Foram tantas, e tão baixas as lamurias que me fez, e as miserias que me contou, que eu enojado de o ouvir, dei-lhe o dinheiro que me pediu para mais depressa me ver livre d'elle.

Tanto que teve as libras na algibeira nunca mais me tornou a conhecer, apesar que se demorou ainda em Londres todo o tempo que lá estive, e nem mesmo quiz saber de mim quando eu e elle estavamos em Lisboa. É provavel que tão illustre fidalgo *só por esquecimento* levasse na algibeira para a sepultura a divida que debaixo da sua palavra de honra me prometteu pagar! Da minha parte nunca me cancei em lhe pedir ou mandar pedir o meu dinheiro; só fiz o que se costuma fazer á gente d'esta laia, desprezei-o, como um baixo caloteiro...

Agora que fallei em *esquecimento*, vem a pello o que, ha bons trinta annos, me contou mr. Guillot, negociante francez, então residente em Lisboa, andando nós passeando nos arcos das *aguas-livres*.

Não me lembra a que proposito se fallou em Alcobaça, e então me disse elle. — Vou contar-lhe um anecdota galante.

Um estrangeiro meu amigo indo ver o convento de Alcobaça, quiz examinar a livraria, mas chegando-se á porta estava ella fechada. Então o frade, que o acompanhava, disse-lhe: — tenha paciencia por um instante, em quanto vou buscar a chave.

Demorou-se o frade por algum tempo, e voltando deu por desculpa por a não trazer: «Não apparece, meu senhor, a chave, e agora consta que o ultimo bibliothecario, o mestre *Figueiredo*, a levara por *esquecimento* na algibeira para a sepultura»!...

Conto esta anecdota, porque o mestre *Figueiredo* era ainda um meu parente remoto; e como tivesse sido um d'aquelles que, como litterato, não mereceu o labeu de muitos dos seus collegas, não quiz deixar de lançar sobre a sua sepultura esta pequena *perpetua* em honra do seu nome.

O destino final que tiveram em Londres estes illustres fidalgos foi, que para livrar D. Lourenço de Lima de ir apodrecer em uma prisão em consequencia de seus calotes, o conde de Palmella, então ministro diplomatico alli, creou um logar novo na embaixada, nomeando-o bibliothecario d'ella. Esta nomeação fez rir muita gente, porém não foi assim o *Portuguez*, ou o *Correio Braziliense*, que amargamente o censurou.

Fallando elle uma vez comigo a este respeito, disse-me: «que queria que eu fizesse? Não havia de prevenir, que um homem, como D. Lourenço, que já tinha sido embaixador em França, e era aqui muito conhecido, fosse parar a uma prisão? Para o livrar d'este insulto, e de não enxovalhar o nome portuguez, pedi licença ao governo inglez para lhe dar este titulo, afim de estar a coberto dos muitos credores, que a toda a hora o podiam prender. O governo inglez, ouvindo as minhas razões, foi bastante generoso para consentir na creação d'este novo emprego, e em fechar os olhos sobre elle.»

D. Lourenço de Lima, voltando á Lisboa quando el-rei veiu do Brasil, foi condecorado com o titulo de *conde de Mafra*, provavelmente pelos serviços que fez na bibliotheca da embaixada de Londes!

O conde de S. Miguel, como não podesse ter passaporte portuguez, por estar condemnado á morte, poude escapar-se de Londres com um passaporte *austriaco*, que Palmella lhe poude obter do embaixador d'Austria, cuja côrte estava então em boa harmonia comnosco, em consequencia do recente casamento da primeira imperatriz do Brazil. Este conde de S. Miguel tinha ultimamente apparecido em uma gazeta com o vergonhoso nome de *swindler*, isto é, de baixo *gatuno*, por uma famosa gatunice que havia praticado.

(*Continuar-se-ha*).

para que nos invada o territorio da provincia; e por esta fórma diz com razão um nosso collega da capital, se não tomarmos cuidado, d'aqui a alguns annos a nossa occupação ficará limitada a uma estreita faxa de territorio na costa.

Eis ahi o futuro que se prepara para aquelles vastos e importantes territorios!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

As investigações acerca da imprensa e do jornalismo em Portugal vão merecendo toda a attenção dos curiosos, porque n'esses dois ramos, inteiramente ligados, se acham subsidios inexgotaveis para a nossa historia politica, litteraria e scientifica.

Acabámos de receber dos Estados da India, com data de 21 de Março, uma carta do digno director da imprensa nacional de Nova Gôa, o sr. Francisco João Xavier, offerecendo-nos um exemplar da sua *Breve noticia da imprensa nacional de Goa, seguida d'um catalogo das obras e escriptos, publicados pela mesma imprensa desde a sua fundação.*

Ao mesmo tempo nos communica o seguinte:

«Acerca da typographia e jornalismo em Goa nada ha escripto, e o meu livro é o primeiro ensaio n'este genero.

«Estou agora tratando de colher esclarecimentos e informações para ordenar outra egual noticia acerca da introducção das typographias particulares em Goa, dos jornaes e livros que d'ellas têm saido, que não são poucos, com o fim de completar a historia do movimento litterario da India portugueza.

«Não sei quando começará a impressão d'este novo trabalho, porque me faltam alguns esclarecimentos das praças do norte, para a sua conclusão.

«Entretanto hei de esforçar-me quanto estiver ao meu alcance para concluir e mandar ao prelo aquelle trabalho, e então terei occasião de offerecer a v. um exemplar, e outro ao Instituto d'essa cidade.

«Pelo vapor *Bretish India* tomó a liberdade de offerecer a v. alguns livros curiosos, que têm sido publicados ultimamente na imprensa nacional.»

Muito estimaremos que o activo e illustrado director da imprensa nacional de Nova Goa leve a effeito a sua nova publicação, no que prestará um relevantissimo serviço á historia e ás lettras patrias.

Pela nossa parte cumpre-nos agradecer as suas valiosas offertas, com que muito nos penhora.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LONDRES

AS TOURADAS

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Londres, 13 de Abril de 1877. — Saio raras vezes á noite, mas hoje, achando-me de camisa lavada, por que vinha de uma grande reunião — *meeting* — de catholicos de todas as classes (e por signal que estava cheissimo o immenso salão, sem quasi um logar vago), fui passar o serão a casa de um amigo, que, no ajuntamento tinha encontrado. Encontro em casa, pelas onze da noite, o seu *Conimbricense* de 7 de Abril, e deparo com o seu primeiro artigo, que me deu summo gosto, contra a selvageria das touradas.

Infelizmente para mim, sou velho bastante para me lembrar de 1820, e de que, tendo as touradas sido prohibidas pela rainha D. Maria I, como cousa barbara e brutal, foram os *civilisadores* do Porto, o meu amigo Fernandes Thomaz e companhia, quem permittiu e animou de novo a tal barbaridade; dizendo que era boa «para inspirar coragem ao povo, etc.»! E não ha duvida, que os nossos «Regeneradores» de então (que todavia valiam muito mais que os de agora), iam assistir com deleite á tal repugnante barbaridade.

A «civilisação» do Mindello preleva muito em merecimento á de 1820, em todo sentido de natureza semelhante.

Muito estimei saber (que o ignorava), ter o meu antigo socio e amigo Manoel Passos, querido abolir a tal infamia: a cabeça d'elle ás vezes ia um pouco de travéz; mas o coração e as intenções eram sempre boas, desinteressadas e patrioticas.

Incluo um bilhete de entrada para a reunião catholica de hoje, pois me deram dois. E vou-me deitar.

A. R. SARAIVA.

Accusa o sr. Ribeiro Saraiva os regeneradores do Porto de 1820, e todo o partido liberal de apaixonados das touradas.

É mister sermos justos. Essa mancha e vergonha é commum tanto ao partido liberal, como ao miguelista.

Se os regeneradores de 1820 permittiram as touradas, sabe muito bem o sr. Ribeiro Saraiva quanto D. Miguel era apaixonado pelos touros, a tal ponto, que os liberaes na emigração, entre muitas outras affrontas que lhe dirigiam, lhe chamavam o *rei toureiro!*

Era bem conhecida a sua predilecção pelo celebre picador Sedvem.

A nobreza, na sua grande maioria partidaria de D. Miguel, era apaixonadissima pelas touradas; e ainda hoje o nosso collega da *Nação* se deixa inspirar n'essas tradições.

Se isto acontece no partido miguelista, no liberal não falta que stygmatisar.

Em 1836, o ministro do reino, Manoel da Silva Passos, por um decreto de dictadura por elle referendado, prohibiu as touradas, como sendo um espectaculo indigno de um povo civilisado; mas logo no anno seguinte de 1837, a camara constituinte, cobrindo-se de eterno opprobrio, annullou aquelle decreto e permittiu de novo tão grande selvageria!

Este sanguinario espectaculo tem sido applaudido por liberaes e miguelistas. Ninguem póde atirar com a pedra ao adversario.

D. Miguel era apaixonado pelas touradas, e el-rei D. Luiz, sua esposa e filhos tambem lá vão!

Quando estes exemplos vêm de cima; quando a imprensa de todas as côres não se quer indispôr com o povo, que gosta d'esses actos de estupida crueldade, é mister muita coragem para affrontar toda essa pronunciada tendencia.

Repetimos, a culpa não é só de um partido, é de todos; não é só de uma classe da sociedade, é de todas ellas sem excepção.

E' uma vergonha nacional!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Como curiosidade aqui reproduzimos o bilhete que nos enviou com a sua carta o sr. Ribeiro Saraiva, para ser admittido á reunião a favor do collegio das missões estrangeiras de S. José em Londres:

St. Joseph's Foreign Missionary College, Mill Hill.

A MEETING

IN BEHALF OF

St. Joseph's Foreign Missionary College at Mill Hill

WILL BE HELD AT

WILLIS'S ROOMS,

KING STREET, ST. JAMES'S,

On Friday, April the 13th, at 2 p.m.

HIS EMINENCE THE CARDINAL ARCHBISHOP

WILL PRESIDE

ADMISSION TICKET.

Que traduziremos assim: — *Collegio das Missões estrangeiras, de S. José, em Hill Mill. — Na sexta feira, 13 de Abril, ás 2 horas da tarde, terá logar uma reunião em beneficio do Collegio das Missões estrangeiras, de S. José, em Hill Mill, nos salões Willis, rua do Rei, perto de S. James. — Presidirá Sua Eminencia o Cardeal Arcebispo. — Bilhete de admissão.*

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

OS HOSPITAES DA UNIVERSIDADE

Vae desvairada a questão dos hospitaes da Universidade: e não podemos seguil-a no caminho, por onde a leva o sr. Costa Simões no *Conimbricense* de 17 do corrente.

A nossa questão foi, e ainda é, o protesto contra o artigo da reforma proposta por s. ex.ª, onde se nega *absolutamente* entrada no hospital aos alienados, epilepticos, hystericos, etc., e a creanças: embora estes doentes padeçam molestia aguda, que careça de prompto soccorro.

Bem vê s. ex.ª que a estes casos se não referem as taes — *noções rudimentares de administração hospitalar* — que hoje ninguem contesta, nem eu impugnei.

A Misericordia de Coimbra não tem hoje, mas já teve, hospital seu. Vem implorar-lhe o beneficio da caridade um desgraçado ás portas da morte: ella manda-o conduzir ao hospital da Universidade, hoje de posse dos capitaes do que fôra seu, e a quem ainda subsidia annualmente.

O doente não é recebido; ou sendo-o, é depois expulso e exposto ao abandono.

Não será isto uma barbaridade, contra que deva insurgir-se o provedor da Misericordia?

A auctoridade administrativa toma conta d'um vagabundo doente, e remette-o para o hospital da Universidade, que o não aceita. Ella sente-se auctorisada a fazer sustentar o direito de obrigar á acceitação o sr. administrador dos hospitaes: mas para não luctar com um poder, que elle mesmo capricha em manifestar como absoluto, desiste: e manda metter o doente na enxovia, decorada com o nome de retenção, recorrendo em seguida á Misericordia.

Então esta, porque a sua missão é toda de caridade, acode logo, e trata de soccorrer o melhor que póde, mas sempre mal, o infeliz doente; que melhor ficaria em qualquer cantinho do hospital.

E como a Misericordia não póde convencer, nem vencer, o sr. administrador d'aquelle estabelecimento, busca maneira de se habilitar para poder de futuro prestar melhores e mais promptos soccorros aos infelizes, que se acharem em circumstancias analogas.

Parece-nos ser isto um acto humanitario; e é por isso que pugnamos por elle, sem cedermos da nossa questão primitiva. Se em Coimbra houvesse outro hospital, que recebesse os doentes, não admittidos no da Universidade, o nosso protesto não teria existido.

O sr. Costa Simões recusa-se a tractar a questão no jornalismo; e foge para o campo da personalidade, onde não podemos acompanhal-o. Attribue-nos intenções, que nunca tivemos, e por isso dispense-nos de lhe respondermos.

Permitta porém que façamos as seguintes rectificações:

1.ª Se ha *artificio na mistura do diagnostico com o prognostico*, a s. ex.ª se deve: nós apenas copiámos textualmente os motivos da recusa, dados no seu officio de 6 de Fevereiro ao sr. administrador do concelho, a quem diz — «A doente, além dos ataques nervosos, a que v. ex.ª se refere, padece de alienação mental em *estado chronico como incuravel*.»

2.ª Affirmámos que a alienação mental fôra passageira, e que se dera *alta* á doente depois de curada; porque assim o diz o digno clinico assistente na historia do tratamento, que exigimos.

3.ª e ultima. Nunca fizemos do sr. Costa Simões o triste conceito, que voluntariamente nos attribue: ao contrario repetimos ainda uma vez — que sempre prestámos, e continuaremos a prestar a s. ex.ª a consideração devida á sua aptidão e dedicação efficacissima — como professor, como clinico, e como cidadão probo e util; de quem sempre fomos, e continuaremos a ser amigo.

E daqui lhe fazemos uma cortezia, deixando-o ir com as ideias, que nos attribue; mas que nós não perfilhamos, e a que não respondemos.

E pondo ponto na questão, deixaremos de a tratar pelo lado scientifico; e de expor, que consideramos os hospitaes da Universidade, não só como estabelecimentos de caridade; mas tambem como escholas de medicina pratica, onde conviria encontrar a maior variedade de molestias, e d'exemplares.

Ao terminar seja-nos permittido dizer duas palavras aos jornaes de Coimbra, que se occuparam do assumpto. O *Progressista* de 21 d'Agosto, depois de dizer que *recusar os beneficios hospitalares a doentes alienados não seria só absurdo e immoral, mas cruel e infame...* e que *os alienados e creanças, não podem estar juntos com os outros doentes*, conclue — *que a caridade official não póde abandonar os doentes alienados*.

Assim o entendemos tambem; a divergencia está só na fórma da execução do principio.

O *Tribuno Popular* de 26 de Agosto é, na nossa opinião, quem melhor tractou da questão: e nós lhe agradecemos o favor, com que tão delicadamente acolhea as nossas intenções, collocando-as fóra do campo da politica.

Estamos de perfeito accordo com elle; mas entendemos que deve restringir-se o campo da discussão. Seria optimo poder instituir-se em Coimbra um hospital para alienados, com todos os aperfeiçoamentos, que a sciencia moderna reclama: outro para molestias nervosas, e outro para creanças.

Na impossibilidade porém de conseguirmos o optimo, pugnaremos ao menos pelo bom e indispensavel: e entendemos ser o que mais convém nas circumstancias actuaes, que provavelmente serão ainda duradouras.

O *Conimbricense* limitou-se a publicar em 22 de Agosto os *esclarecimentos*, a que temos respondido n'um artigo enviado á *Correspondencia de Coimbra*.

Resta-nos sómente fallar da — *Conta corrente*.

Dura ha mais d'um seculo a pretensão dos hospitaes a absorverem os rendimentos da Misericordia de Coimbra: e todos os governos têm sempre favorecido mais aquelle do que esta, apesar da sua melhor justiça.

Parece terem esquecido constantemente:

1.º Que as obras de caridade se não resumem todas no tratamento dos doentes pobres, de que sómente se encarregam os hospitaes.

A orphandade, a miseria, a velhice, o abandono fatal ou culpaminoso, a falta ou impossibilidade do trabalho, as calamidades publicas por inundações, carestias, incendios, etc., e muitos outros males que affligem a humanidade, não são menos dignos do beneficio da caridade: e de tudo isso se encarrega a Misericordia.

2.º A Misericordia não é senhora dos bens, que administra. Os encargos impostos pelos bemfeitores, que todas as leis têm sempre respeitado, são outras tantas obrigações imprescriptiveis. Desviar os rendimentos d'essa applicação, é fazer uma expoliação.

A Misericordia de Coimbra teve n'outro tempo um hospital, sustentado com o legado d'um bemfeitor: existia no da Conceição, e na enfermaria, chamada de Convalescença.

Por occasião da reforma dos estudos superiores mandou o marquez de Pombal por provisão de 16 de Abril de 1774, que o hospital da Convalescença se reunisse aos da Universidade, com todos seus fundos e rendas. A Universidade tomou posse em Agosto seguinte, recebendo da Misericordia réis 25:817$847; e com este capital o encargo annexo.

Deviam terminar aqui as exigencias á Misericordia para tratamento dos doentes: mas não foi assim.

Os alvarás de 18 de Outubro de 1806, e 14 de Dezembro de 1825, e outros continuaram a exigir mais recursos, e não só para o hospital da Universidade; mas ainda para o de S. José em Lisboa. As *Mesas* porém reclamavam sempre contra estas violencias.

Até que organisando a Misericordia o seu novo regulamento, approvado por alvará de 18 de Abril de 1851, foi-lhe imposta a consignação de mais 500$000 réis annuaes para os hospitaes da Universidade; os quaes ella tem pago religiosamente. O juro do capital entregue, junto a esta prestação, prefazem a quantia de 1:790$892 réis de contribuição annual!!

Ainda isto não bastou! — Era passado menos de meio anno, quando a celebre portaria de 21 de Setembro de 1851 veiu exigir, que a Misericordia de Coimbra incluisse no seu orçamento a quantia de 1:789$255 réis, para pagamento da despeza feita no anno anterior com os doentes pobres nos hospitaes da Universidade!

Parece incrivel, que sendo a contribuição annual da Misericordia ao hospital superior á despeza feita n'este com os doentes pobres, viessem ainda fazer novo pedido a quem não podia, nem devia pagar.

A portaria causou grave indignação; e deu logar a que se reunisse em resistencia uma imponente junta do definitorio, composta de 35 definidores, em que figuravam 9 dos mais abalisados lentes de Direito, e jurisconsultos de Coimbra, e dirigissem a Sua Magestade uma energica representação pedindo a revogação da portaria.

Não veiu a revogação: mas tambem se não insistiu mais na exigencia barbara; nem sabemos que outra analoga se tornasse a repetir.

Julgou-se então morta a questão da exigencia de mais dinheiro para o hospital da Universidade, mas foi engano.

O decreto de 22 de Junho de 1870, referendado pelo sr. Dias Ferreira, que creou a administração especial dos hospitaes da Universidade, restabelece ainda a questão nos artigos 18, 19 e 22.

Manda que o curativo dos doentes pobres do concelho seja pago pela Misericordia de Coimbra: e fixa em 240 réis a despeza diaria com cada um; e o mesmo é extensivo aos outros concelhos e misericordias.

Esta medida é, no nosso entender, uma das mais absurdas, mais barbaras, mais espoliadoras e mais odiosas, que tem saido dos conselhos da corôa.

Absurda, porque não estabelecendo relação com os recursos das misericordias, póde absorver todos os seus haveres, e restar ainda um deficit; tornando-se por isso inexequivel.

Barbara, porque póde deixar completamente sem recursos a orphandade, a velhice, e toda a sorte de miserias, que as misericordias soccorrem.

Espoliadora, porque lança mão do patrimonio dos pobres, contra a vontade dos bemfeitores, que lh'o legaram.

E finalmente odiosa, porque explora a desgraça, em detrimento das misericordias; pois manda que estas paguem 240 réis diarios por cada doente, quando o hospital não gasta metade d'aquella quantia!!

Em tal caso poderia o hospital dar o maximo desenvolvimento ás enfermarias, que a desgraça alheia redundaria em riqueza propria: e em vez de receber dotação do governo, poderia repartir com elle os pingues fructos d'esta torpeza: em cada 10 contos haveria pelo menos 5 a dividir!...

E foi com o fundamento n'esta disposição, que o sr. Costa Simões (se é que foi elle) organisou a conta corrente, que se lê no *Conimbricense* de 22 d'Agosto.

Uma exigencia de 10, ou 11 contos de réis por anno, feita á Misericordia de Coimbra, equivaleria a decretar a sua morte: ella teria de despedir os orphãos, e fechar as portas, entregando tudo aos hospitaes: e seria a maior das calamidades para Coimbra, dando logar a uma miseria publica espantosa!

Eis o motivo porque tal disposição tem sido e continuará a ser lettra morta; e cremos que ninguem será capaz de a *fazer* executar. O mesmo sr. Costa Simões não tem feito figurar aquella verba de receita nos seus orçamentos.

Parece-nos todavia que o decreto é susceptivel d'uma interpretação benevola, a respeito de Coimbra.

Diz no artigo 19, que os rendimentos das misericordias, incorporados na administração dos bens dos hospitaes de Coimbra, são levados em conta ás misericordias.

E no artigo 22 extingue a administração dos bens do hospital de Convalescença, que fôra o da Misericordia de Coimbra.

Temos pois encontro a fazer.

O capital entregue pela Misericordia ao hospital em 5 de Agosto de 1774, rende annualmente............	1:290$892
Que em 102 annos, até 1876, importa..................	131:670$984
A prestação de 500$000 réis annuaes, paga desde 1851, importa em réis..........	11:000$000
Somma...	142:670$984

E eis aqui a enorme quantia, com que a Misericordia de Coimbra tem contribuido para os hospitaes da Universidade, desde 1774 até 1876. Póde pois o sr. Costa Simões encontrar á vontade a despeza que requer.

Coimbra 19 de Abril de 1877.

L. ALBANO.

NECROLOGIO

Abatido e prostrado, pelo maior e mais cruel de todos os infortunios, que, ha perto de dezenove mezes, talhou, no sudario do meu divino anjo, a minha mortalha... sinto-me completamente caido, e abandonado de forças; e lastimo-me de não poder hoje arrastar-me, a cumprir o dever sagrado d'ir depositar uma prece, orvalhada com estas lagrimas, que me escaldam o rosto, no tumulo que vae guardar os restos mortaes de um dos cavalheiros mais distinctos, que tinha a provincia da Beira! Do meu particular amigo — a quem eu era devedor das mais altas finezas, o exm.º sr. Antonio de Mello Pinto Cardoso de Mendonça Stockler, cujo saudosissima memoria ahi fica gravada, no coração de todos os que tiveram a satisfação de gosar a convivencia do homem, que — sem necessidade de soccorrer-se ao acaso das honrosas tradições dos seus passados — tinha em si, o brasão das mais preciosas qualidades, que póde possuir o verdadeiro homem de bem.

Aquella franqueza sincera, aquella alma generosa, aquelle caracter nobre e elevado, que tão bem se ajustava, em sua magestosa figura; recommendava-se em toda a parte aonde apparecia, com a mais sympathica insinuação!

O seu porte grave, e maneiras attenciosas, mesmo para com os amigos com quem tinha mais familiaridade, captivava de um modo surprehendente, fazendo-se gosto de presencial-o.

Sempre delicado, urbano, e affavel por educação e por indole, era um perfeito homem de côrte, e um verdadeiro typo de dedicação e lealdade, como presentemente, rarissimas vezes se encontra! Era um principe.

Estendido no leito da dor e já com a sombra da morte sobre o rosto, recebeu os sacramentos com a resignação evangelica de verdadeiro christão, chamando ainda segunda vez o levita que lhe assistiu para se reconciliar.

O districto da Guarda, e muito especialmente a comarca de Cêa, ahi se deplora pela grande falta d'um dos seus mais nobres filhos, cuja perda quasi repentina custa a crer, e como que se nos affigura, que aquelle athleta desembaraçando-se da mortalha, se levanta do tumulo, e corre para nós, dizendo-nos «luctei com a morte e venci-a»!...

E, em parte, não é ficção; porque a imagem do nobre finado, continuará vivendo, ainda sempre fresca e pura, nos seios d'alma de seus numerosos amigos....

Pela nossa parte, e para que o nosso esquecimento lhe não seja mais pesado que a terra, soluçemos aqui a ingenua expressão da nossa suspirosa saudade, em eterno testemunho da nossa cordeal e sentida gratidão.

Sandomil 17 de Abril de 1877.

FRANCISCO MARIA DE GOUVEIA E CUNHA.

NOTICIARIO

Theatro academico. — Damos aos frequentadores d'este theatro a boa noticia de que o sr. Correia d'Almeida acaba de contratar em Lisboa a companhia tragico-hespanhola, de Carolina Civili, que apesar de italiana, declama em hespanhol.

Civili foi muito apreciada na nossa capital e toda a imprensa não se cançou de lhe tecer corôas.

Hoje acha-se no Porto, e o nosso collega o *Primeiro de Janeiro* fallava com bastante elogio do relevante merecimento que Civili mostrou na primeira recita.

Coimbra, se quizer, tem occasião de julgar por si nas noites de 27, 28 e 29 do corrente.

A assignatura já se acha aberta na *Livraria Popular*, rua do Visconde da Luz.

Concerto. — Chegou a esta cidade o sr. Demetrio Leone Mottilli, professor de contrabasso, a quem já ha dias nos referimos.

Consta-nos que dará o seu concerto na quarta feira proxima, no salão do theatro Academico; sendo coadjuvado por varios academicos, que da melhor vontade e cavalheiramente, a isso se prestaram.

Fallecimento. — Falleceu no dia 17 do corrente, no logar d'Assafarge, o pae do sr. padre Manoel Correia Amado, vigario d'aquella freguezia.

O fallecido era já d'avançada edade e d'um caracter honrado. Conservou até ainda ha pouco tempo um vigor desusado para tal edade, e bem como perfeito arranjo de todas as faculdades.

Damos os nossos pezames a toda a familia do finado.

Aguas. — Annunciamos hoje a importante publicação que acaba de editar o nosso amigo o sr. José Diogo Pires, proprietario da Livraria Central.

É um tractado sobre *Aguas*, devido á penna do sr. Antonio d'Assis Teixeira de Magalhães, doutor em Direito.

O sr. dr. Assis Teixeira tendo feito um aturado e proficuo estudo sobre o Codigo Civil, procurou desenvolver theorica e praticamente um dos pontos mais intrincados e de mais reconhecida utilidade para o nosso foro, qual é — a materia d'aguas.

É um volume de 383 paginas. A clareza com que está escripto, as numerosas e importantes notas que contêm, manifestam a alta intelligencia e muito estudo do seu auctor, podendo dizer-se sem favor que é um verdadeiro praxista.

Com este trabalho veiu o sr. Assis Teixeira prestar um relevante serviço aos proprietarios e á jurisprudencia patria. Nossos parabens.

Agradecendo o exemplar que nos foi offerecido, não podemos deixar de felicitar o editor pela acquisição e boa escolha dos livros que vae editando, e pela nitidez d'impressão com que os apresenta ao publico.

Mercado de Coimbra. — No mercado do dia 20 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 560 — Dito branco 540 — Dito de Celorico meudo 520 — Dito graudo 480 — Milho branco 350 — Dito amarello 380 — Feijão vermelho 740 — Dito branco da marinha 740 — Dito da terra 680 — Dito rajado 540 — Dito frade 500 — Centeio 280 — Cevada 220 — Batatas 340 cada 15 kilos — Grão de bico meudo 500 — Dito graudo 650 — Favas 360 — Tremoços 350 — Azeite reis 1$530 — Vinho da Beira 1$000 — Dito do Bairro 850 a 900 — Dito da Bairrada 1$150 a 1$200 réis.

O vinho tem subido de preço, entre outros motivos pela grande exportação que tem havido, principalmente para França.

E já muito sensivel a falta de vinho nas adegas.

Concurso. — Está a concurso pelo espaço de 30 dias, a contar de 18 do corrente, a egreja parochial de Alvôes da Serra (Nossa Senhora do Rosario), concelho de Ceia, diocese de Coimbra.

Os jornaes de Lisboa em 1826 — Recebemos do sr. Antonio Martins Leorne a seguinte carta:

«Amigo e sr. — Porto 18 d'Abril de 1877.

Devolvo, e agradeço os especimens que me mandou, para eu ver, dos jornaes publicados em Lisboa em 1826, sendo:

O Invencivel.

Bruxa encantada.

Amigo do Bem Publico, ou o Realista Constitucional.

Oraculo politico e litterario.

Açoute dos Periodiquistas.

Espreitador.

D'este ultimo já tinha *especimen* e respectivos apontamentos.

Do *Portuguez* redigido em 1826 por Garrett, Paulo Midosi e outros, tambem possuo alguns numeros.

Além d'estes jornaes todos publicados em Lisboa em 1826, ha mais os seguintes publicados alli no mesmo anno:

Gazeta de Lisboa.

Fiscal dos Abusos.

Solitario no seu Gabinete (Periodico Portuense).

Amigo da Carta.

Annaes da Sociedade Promotora da industria nacional.

Velho Liberal do Douro.

Velho Economico em observação ao Velho Liberal.

Trovão.

Clarim Portuguez.

Zabumba.

Espelho dos Jornalistas.

D'estes cinco ultimos não tenho *especimens*, nem os vi ainda. O *Solitario no seu Gabinete* com quanto traga por baixo do titulo a nota de *Periodico Portuense*, era impresso em Lisboa na *imprensa* da Viuva Neves e Filhos, e ignoro a razão porque sendo impresso em Lisboa, se declara *periodico portuense*.

O *Zabumba*, creio que não chegou a ser publicado, ou teve duração ephemera, como se deprehende do soneto abaixo.

O *Espelho dos Jornalistas* deu motivo para que José Daniel Rodrigues da Costa, publicasse em 1826 um folheto intitulado — *Segunda parte do Avô dos Periodicos, dirigida ao Espelho dos Jornalistas*, — em que este jornal é bastante verberado, terminando o folheto com as seguintes linhas:

....«Auguro a v. m., senhor *Espelho*, que não chegará ao fim do anno de 27 a sua Analyse, ou Apontoados de defeitos e louvores, que nos promette; porque Loterias, e Periodicos, hão de acabar muito antes por si mesmo: as Loterias como esponjas, por não terem já que chupar ao povo, o que se deve inferir da demora, que ha para as Rodas girarem: e os Periodicos, porque lhes ha de vir a faltar materia para encherem a Folha, e não terão mais remedio, que virem á unha uns com os outros para encher papel; porém porque póde succeder saltarem todos, como moscas, ao *Espelho*, não se lhe dê de ver no seguinte soneto, o que aconteceu uma noite em certa rua:

Em noute, que Setembro nos mostrava
  A lua cheia, e viração do Norte,
  De Cães uma guerrilha grande, e forte,
  N'um pobre Cão estranho se filava:
Elle a ganir os dentes lhes mostrava,
  Sem poder defender-se de outra sorte:
  Cançado de luctar, temendo a morte,
  Só pretendia ver se se escapava:
De uma janella esperta Cozinheira,
  Ao terceiro *agua vae;* (que é bem que diga)
  Agua, e ossos botou, muito ligeira:
Ora teve juizo a rapariga!
  Com ossos engodou chusma guerreira,
  Para o ferido Cão fugir da briga!

Este mesmo folheto traz no principio outro soneto, em que allude aos jornaes da epocha:

Fóra co'a profusão de taes Periodicos!
Isto sonho não é, nem é quimerico!
Com elles anda o Povo cadaverico
Inda apesar de terem preços modicos:

Poucos folhetos ha, sendo methodicos,
Porque os auctores tem genio colérico:
Uma Velha ao ler um veiu-lhe o esterico,
Que a si tornou com mil antipasmodicos:

Já temos um *Trovão*, *Clarins*, *Oraculo*,
Um *Velho Liberal* que é Methafisico,
Um *Espelho* de publico espectaculo;

Outros muitos, que afrouxam nosso fisico;
Inda Deus nos livrou, por certo obstaculo,
De um *Zabumba* soffrer, que morreu tisico.»

Além d'estes jornaes é natural que se publicasse mais algum, o que no momento não posso averiguar.

Seu am.º obrg.mo
Antonio M. Leorne.

Noticias de Lisboa. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa 18 de Abril de 1877.

O sultão de Zanzibar apossou-se da bahia de Tungue, que fazia parte do nosso territorio, em Moçambique, e fez a concessão de um terreno para o estabelecimento de uma feitoria ingleza.

O sr. Coelho de Almeida, nosso ministro em Vienna de Austria e que se achava no goso de licença, recebeu ordem de partir immediatamente para alli.

O recebedor da comarca da Ribeira Grande foi transferido para a de Mertola.

Chegou de Madrid, o secretario da nossa legação n'aquella côrte, o sr. visconde de Carnide.

Foi acceite a demissão do secretario geral do governo civil de Villa Real.

O governo vae convidar os industriaes a retirarem da alfandega, nos domingos e dias santificados, os productos que mandaram para a exposição de Philadelpia.

O sr. marquez de Sousa Holstein vae convidar os artistas de Lisboa e Porto, a concorrerem á exposição de Paris.

Sahiu do lazareto Joaquim Pereira Necho que matou o capitão do lugre «Maria Claudina», em que ia para o Brazil com sua irmã. Veiu enviado d'aquelle imperio para aqui, acompanhado por alguns agentes da policia brazileira.

Parece certo que o governo revogará o decreto relativo a exames.

Consta que o almirante inglez da esquadra do Mediterraneo espera aviso do governo turco para navegar para o Bosphoro.

Consta que os navios de guerra americanos que estiveram no Tejo irão tambem ao Bosphoro.

Questão do Oriente. — As ultimas noticias são as seguintes:

Krajova, 19. — As forças roumanias estão concentrando-se na Pequena Valachia e são dirigidas sobre Kalafat, onde diariamente chegam tropas, que serão commandadas pelo general Fadalieff.

Bucharest, 19. — A Russia está comprando na Roumania grandes quantidades de cereaes, a maior parte dos quaes paga a contado, no sentido de facilitar á Roumania a mobilisação do seu exercito. As camaras do principado devem reunir-se no dia 27 do corrente. Assegura-se que os russos não entrarão na Roumania antes d'esta data.

Ragusa, 19. — Todas as tribus albanezas, exceptuando a de Grada, se levantaram em armas contra os turcos. São avaliados em 12:000 os combatentes.

Petersburgo, 19. — Os navios mercantes existentes nos portos da Russia procedem com actividade ao complemento dos seus carregamentos. O czar chegará no domingo ao quartel do exercito do sul, em Kichenef. Crê-se que logo depois da sua chegada declarará a guerra á Turquia, dirigindo ao mesmo tempo uma nota-circular ás potencias. O general Ignatieff e os addidos militares das embaixadas estrangeiras partiram para Kichenef. Está-se procedendo á organisação das reservas. Os consules da Turquia perparam-se para partirem da Russia.

Petersburgo, 18. — O imperador e o grãduque herdeiro partem sexta feira para Kichenef, aonde devem chegar na segunda feira.

Constantinopla, 18. — É esperado aqui ámanhã o embaixador inglez, Layard. Corre o boato de ter havido um combate, entre turcos e Montenegrinos, nos arredores de Niksich. Continua reinando grande anciedade.

ANNUNCIOS

COLLEGIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NO EDIFICIO DA ESTRELLA EM COIMBRA

1 TEM a nova residencia d'este collegio bons quartos com optimas condições hygienicas.

A admissão dos alumnos internos e semi-internos é para meninos de 6 a 16 annos de edade.

Tambem se admittem externos.

As habilitações do director para o magisterio publico, seu incansavel cuidado, esmero e empenho pela educação e instrucção de seus alumnos, contando grande numero d'elles na magistratura, no exercito e no commercio; e seus bens na qualidade de proprietario, hão de garantir quanto diz respeito á espinhosa missão de que os paes de familia o encarregam.

Os meninos não estranham o amor e todos os cuidados de pae e mãe exemplares.

Edificio da Estrella, Coimbra.

Francisco Mendes Pinheiro.

2 NO DIA 6 do proximo mez de Maio vae á praça no juizo de direito da comarca da Figueira da Foz, pelas 12 horas, um predio penhorado na execução hypothecaria, que Joaquim Ferreira de Mello e outros, da comarca de Fafe, movem pelo mesmo juizo a Joaquim da Silva e sua mulher D. Candida Augusta Ferreira Couceiro, da villa de Pereira, comarca de Montemór o Velho, sendo esse predio no sitio da Vieira, comarca de Coimbra, e que se compõe de terras de semeadura e de rega, olival, matta de carvalhos e sobreiros, e terras de paul, tudo avaliado em 981$880 réis, que tem de ser arrematado no tribunal do dito juizo de direito da Figueira, e pelo cartorio do escrivão Jordão.

ASSOCIAÇÃO CONIMBRICENSE DO SEXO FEMININO

3 A REUNIÃO da assembleia geral, annunciada para o proximo domingo, 22 do corrente, fica transferida para o domingo immediato, 29 do mesmo mez.

Coimbra, 18 de Abril de 1877.

A presidente
Maria José de Campos Ferreira.

FESTIVIDADE

4 PELO MOTIVO da innundação no templo de Santa Cruz, d'esta cidade, na occasião em que se devia fazer a costumada festa aos gloriosos Santos Martyres de Marrocos, deixou esta de se fazer e ficou adiada para o dia 29 do presente mez; dia em que terá logar a mencionada festa, para o que se faz publico.

Coimbra, 21 de Abril de 1877.

O escrivão da mesa
Antonio Fernandes.

AGUAS
Das correntes não navegaveis nem fluctuaveis SEGUNDO O DIREITO CIVIL MODERNO

POR
A. d'Assis Teixeira de Magalhães
DOUTOR EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

5 Á VENDA na livraria Central de J. Diogo Pires — editor. Preço réis 1$500. Remette-se a quem enviar 1$600 réis, em vale do correio.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

6 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e forma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

ARRENDAMENTO

7 A DIRECÇÃO do Asylo da mendicidade de Coimbra pretende arrendar a parte do edificio do extincto collegio dos Borras, ao fim da Sophia, que pertencia, ao fallecido João Victorino Duarte Silva, o que terá logar no dia 6 de Maio proximo, ao meio dia, no claustro do edificio.

Arrendam-se todas as lojas, a egreja, toda a parte do edificio não restaurada, o segundo andar do edificio já restaurado, com frente para a rua da Sophia, que tem accommodações para tres familias, a antiga casa da livraria e o refeitorio, com uma pequena loja contigua, e que ficam nas costas do edificio.

Todas estas casas serão arrendadas junctas ou separadas como melhor convier ao Asylo; e os arrendamentos principiam pelo S. João.

No mesmo dia se receberão lanços para o arrendamento da cerca, advertindo, que este arrendamento só começa no 1.º de Novembro do anno corrente.

POMBOS

8 A SOCIEDADE do tiro dos pombos de Lisboa compra pombos, em partidas não inferiores a 30, pelo preço de 110 réis cada um, pagos no acto da entrega em qualquer estação dos caminhos de ferro do norte, leste e sueste. Os vendedores pódem para mais esclarecimentos dirigir-se aos chefes ou ao secretario da sociedade, Luiz Sequeira Oliva, e espingardeiro Imberton, rua Aurea, n.º 76 — Lisboa.

AGRADECIMENTO

9 JOSÉ ANTONIO BIZARRO, e sua mulher Maria da Conceição Bizarro, summamente penhorados pelas provas d'amisade que lhes dispensaram muitos cavalheiros, por occasião do passamento de seu sogro e pae, João José Dias, já em sua casa, já acompanhando ao cemiterio da Conchada, em 13 do corrente, especialisando d'entre esse numero, o exm.º sr. Antonio Maria de Sousa Bastos, que foi o incumbido de levar a chave do caixão; á todos tributam indelevel reconhecimento e infinda gratidão.

Coimbra, 20 de Abril de 1877.

José Antonio Bizarro.
Maria da Conceição Bizarro.

UNICO DEPOSITO DAS VERDADEIRAS MACHINAS DE COSER DA COMPANHIA FABRIL SINGER
JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA
32, RUA DO VISCONDE DA LUZ, 36
COIMBRA

10 A ESTE DEPOSITO já chegaram machinas de mão, tambem do auctor «SINGER», tornando-se muito recommendaveis pela simplicidade do trabalho e pela perfeição com que cosem em toda a classe de costura; dividindo-se o pagamento em prestações de 400 réis por semana.

Além d'estas se encontram no mesmo deposito grande sortido de machinas para familia, alfaiate, sapateiro e correeiro, continuando-se a facilitar o pagamento em prestações semanaes de 400 e 600 réis, segundo a classe da machina; e quando o comprador quizer adiantar as suas prestações abate-se 10 %.

D'esta forma ainda os menos abastados conseguirão sem grande sacrificio comprar uma das melhores machinas, as que tem sido mais premiadas, as que offerecem mais duração, as mais faceis para aprender, e que fazem mais perfeito trabalho, sem complicação de apparelhos, e unicas que cosem na fazenda mais fina, e de maior grossura, e que embainham, bordam a trancinha e a fios de seda, franzem, mettem cordões, guarnecem, fazem pregas, tudo a dois pespontos e sem alinhavar.

Ensino gratis no deposito ou em casa do comprador, sendo na cidade. Os preços são eguaes aos de Lisboa e Porto.

Arrendamento de casas

11 ARRENDAM-SE umas na rua do Rego d'Agua, n.os 6, 8 e 10, de S. Miguel em diante. São casas novas; tem bons commodos, e bonitas vistas. Tracta-se com José Teixeira da Cunha, rua do Visconde da Luz.

Venda de tijolo

12 VENDE-SE uma grande porção de tijolo de abobada, de muito boa qualidade, que tem de comprimento cada um 26 centimetros, largura 12 centimetros, e grossura 3 sentimetros. Quem o pretender queira-se dirigir-se á quinta da Portella, a tratar do ajuste com o feitor.

13 NA RUA de Joaquim Antonio de Aguiar, n.º 20, 1.º andar, se põe palhinha em cadeiras por preços commodos.

PEDIDO

14 ROGA-SE ao sr. Francisco Augusto Ferreira, da Raiva, queira dar satisfação ás repetidas cartas que Coimbra lhe têm sido dirigidas.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 reis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 reis. — Numero avulso 40 reis.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	863

Numero 3103 | Terça feira 24 de Abril de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Ha tempo temos assistido a um espectaculo dado por certas folhas periodicas, que nos têm produzido um effeito desagradavel, e suppômos que a muitas outras pessoas terá acontecido o mesmo.

Os nossos collegas da *Nação*, do *Bem Publico* e da *Palavra*, têm sustentado em extensos e numerosos artigos uma polemica sobre o catholicismo liberal e não liberal. E como se ainda isso fosse pouco, até já se julga o catholicismo incompativel com a actual dynastia!

Em logar de se diffundirem pelo povo as doutrinas religiosas, mas religiosas sem fanatismo; em logar de se incitar ao cumprimento de todos os deveres, e de se promover a reforma dos costumes publicos; empregam o tempo em questões que fazem lembrar os gregos em Constantinopla, no seculo XV, a degladiarem-se por interpretações de palavras theologicas, emquanto os turcos batiam ás portas da cidade.

As cousas chegaram já a ponto de que as polemicas não são só de jornal para jornal, mas entre os proprios collaboradores, como acontece na *Palavra*.

De modo que, quando se precisava mais do que nunca, que a boa doutrina fosse propagada, mas sem rancor, e sem o espirito de facção e de escola que tudo prejudica; é então que as paixões se exacerbam, e que se enchem columnas e columnas dos jornaes com polemicas, que dão em resultado o fazer crer que se não tem em mira um fim religioso, mas sim motivos politicos e de preponderancia partidaria.

Quão diverso é o que ahi vemos da doutrina do evangelho! Á moral, á doutrina de Jesus Christo, vemos substituir proposições intolerantes, e puramente mundanas.

Que querem que pense o publico quando vê um tal exclusivismo, um tão grande azedume? Persuadir-se-ha, e dão-lhe direito de assim pensar, que a religião não é o principal fim que se tem em vista; mas que se servem d'ella para intuitos politicos.

Repetimos, é quando os costumes estão deploravelmente relaxados; quando os laços da familia se enfraquecem cada vez mais; quando a indifferença religiosa augmenta; é n'essa occasião que se degladiam em nome da religião catholica, e se entretêm com disputas que manifestam haver graves desintelligencias entre os contendores, e que por baixo da capa da religião se encobrem fins bem alheios a ella.

No que empregam todo o seu tempo é em saber se se póde, ou não, ser catholico e ao mesmo tempo liberal, e até se quem fôr partidario da dynastia actual póde ser considerado como pertencente á religião catholica!

Mal sabem o prejuizo que causam á religião com essa intolerancia!

Ao mesmo tempo que em Portugal os escriptores catholicos estão dando este deploravel espectaculo; em Inglaterra, paiz protestante, o catholicismo desenvolve-se de um modo assombroso. Edificam-se egrejas; fundam-se escolas; praticam-se os actos religiosos com o maior respeito e acatamento; os jornaes e revistas catholicas espalham pelo povo a boa doutrina, com a placidez, filha do convencimento profundo da santidade da religião; emfim tudo alli progride, tornando-se o catholicismo respeitavel até para os mesmos protestantes.

É que na Inglaterra trata-se sériamente d'estes assumptos, sem se entreterem a disputar ácerca de catholicos liberaes, ou absolutistas. Alli raro será o inglez catholico que não seja liberal, e comtudo ninguem se lembra por este facto de lhe negar o direito de pertencer ao catholicismo.

Os inglezes são uns ignorantes. Nós é que somos uns grandes sabios!

E aproveitaremos esta occasião para responder ao que ha dias nos disse o sr. Antonio Ribeiro Saraiva em uma das suas cartas. Estranha que continuemos a ser devotos do liberalismo, não passando quasi numero nenhum do nosso jornal, em que não descubrâmos a mentira e a podridão de tal systema de partido.

Em resposta perguntaremos ao sr. Ribeiro Saraiva: — Como é que concilia o ter sido sempre dedicado partidaria do systema absoluto, e ao mesmo tempo haver, com muito louvavel independencia, censurado os abusos, erros, e arbitrariedades que se praticavam durante esse systema de governo, de que são provas, entre outras, as cartas que em 1832 e 1833 dirigia de Londres ao visconde de Santarem, ministro dos negocios estrangeiros de D. Miguel?

Replicar-nos-ha que combatia os abusos do systema, e não o systema em si. Pois nós fazemos outro tanto.

E ainda assim note-se, que fallando no systema liberal, não entendemos umas certas formulas permanentes e inalteraveis. Em logar d'isso pugnaremos pelas reformas que a experiencia fôr mostrando que são necessarias.

A nossa questão não é de dynastia senão emquanto ella representar os principios liberaes bem entendidos; pois que não tinhamos duvida nenhuma em preferir e sustentar a fórma republicana em Portugal, desde que a actual dynastia caminhasse para o absolutismo.

Para nós os principios estão acima dos homens.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos a *Representação dirigida a sua magestade el-rei o senhor D. Luiz I, pela junta de parochia de Santa Cruz de Coimbra, expondo a sua defeza contra a camara municipal d'esta cidade, que pretende expropriar uma casa que faz parte do historico e magestoso templo de Santa Cruz, monumento nacional.*

É assignada a representação pelo reverendo prior e presidente, o sr. padre Joaquim Antonio de Oliveira, e pelos vogaes os srs. bacharel Apollino Augusto de Almeida Araujo Pinto, José Julio Cesar, Francisco José Vieira Braga, e Joaquim Augusto dos Santos Natividade.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCIV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Nos meus ultimos dias de Londres fui espectador de um grande, e bem notavel acontecimento, — a accusação e julgamento da rainha Carolina, mulher de George IV, por *adultera*.

Desde os primeiros dias do casamento mostrou o rei uma aversão para sua esposa, sem comtudo, que isso obstasse a que ella tivesse d'elle uma filha, a princeza Carlota, que casou com Leopoldo, hoje rei da Belgica, e morreu de parto. Como a rainha se visse sempre desprezada pelo marido, tomou a resolução de ir viajar.

Andou correndo a Italia, a Allemanha, a Grecia, creio que até em Constantinopla; mas assim que soube da morte de George III, e que seu marido ia ser coroado rei, poz-se de volta para Inglaterra para mostrar que não prescindia da honra de tambem ser coroada rainha.

O marido, tanto que soube que ella já estava em França, e a ponto de passar a Inglaterra, mandou-lhe fazer grandes propostas para que não viesse, e offerecer-lhe grandes quantias de dinheiro para que se conservasse no continente. Ella porém, que era de um caracter elevado e forte, recusou todas as propostas, e declarou positivamente que vinha para Inglaterra, porque de nenhum modo desistia da honra de ser coroada rainha.

Assim o executou; e então o marido para lhe negar esta distincção, que por caso algum lhe queria conceder, recorreu ao expediente vergonhoso e ridiculo de a accusar de adulterio com um dos seus criados. Para este insolito processo foram mandadas buscar testemunhas, e estas as mais vis, dos paizes em que viajára, ou residira.

O processo instaurou-se na camara dos pares, e a rainha de um caracter summamente energico tomou a vigorosa resolução de ir assitir todos os dias ás sessões d'este infame processo, para lá ouvir todas as accusações as mais torpes, que alli se lhe fizeram.

Ora é de saber, que o publico tinha levado muito a mal este procedimento d'el-rei, e como elle já não era bem visto pelas suas muitas irregularidades, ou antes devassidões, muito mais o ficou com este tão pouco decente, e até escandaloso acto de vingança contra sua mulher. Começou portanto a ser injuriado por todos os modos, e especialmente com pasquins, e caricaturas debaixo de todas as fórmas; e a rainha a ser festejada com as maiores demonstrações de sympathia.

Como nem um só dia deixasse de se apresentar na casa dos Lords, para assistir ao andamento do seu processo, apenas sahia de casa, era logo acompanhada por uma numerosa quantidade de individuos de todas as classes, e tão numerosa que pelas ruas por onde ía não se podia transitar.

Eram constantes os vivas, que na phrase ingleza se exprimiam pelas affectuosas palavras — *the Queen Caroline for ever!* e ainda mais extremosa era a affeição que as senhoras inglezas lhe mostravam, que não sendo uso apparecerem ás janellas, todas estas estavam povoadas de um grande numero, que, ao passar, lhe lançavam flores, e acenavam com os lenços. Eu fui testemunha d'este tão novo, como raro espectaculo, talvez nunca visto em Inglaterra.

O processo começou a enfastiar cada vez mais o publico pelas cousas que alli se referiam, e já os mesmos pares podiam com difficuldade entrar na casa do parlamento sem serem insultados; mas a indignação publica chegou ao ultimo auge, quando se viram desmentidas, e jurando falso a maior parte das testemunhas, que eram todas gente baixa, e pela maior parte criados, e criadas de servir dos hoteis onde a rainha tinha estado ou pernoitado.

Assim estando as cousas n'este ponto, que podia gerar um movimento serio, julgou prudente a camara dos pares, quando chegou a occasião de votar, fazer o que sempre costuma praticar, quando rejeita qualquer proposta: decidiu, que o negocio ficasse adiado para d'alli a seis mezes, que equivaleu a ser rejeitado. George IV, que não poude conseguir que a mulher fosse condemnada, tomou a vingança, que podia tomar, porque era das suas prerogativas, e não consentiu em que fosse coroada rainha. Assim acabou esta vergonhosa scena, e mais vergonhosa para o marido do que para a mulher...

Ia-se aproximando o fim de Julho do anno de 1821, já estavam promptas as duas felici-

Quando se começou a fallar nos projectados paços municipaes, expozemos n'este jornal os motivos que nos levavam a combater esse projecto, e entre elles eram os que a junta de parochia de Santa Cruz vem agora apresentar; com respeito á casa que se trata de expropriar, e que está ligada á egreja.

O tempo vem-nos dar razão; e hoje vemos os membros d'aquella junta de parochia, (que de certo ninguem dará como suspeitos de hostis á camara municipal, antes alli ha alguns que lhe são particularmente afeiçoados), reclamar com louvavel independencia contra o intento da mesma camara.

Estimâmos isso, e que a junta de parochia de Santa Cruz assim cumpra dignamente os seus deveres.

Diz na sua representação a junta:

«Senhor. Na casa alludida estão tres das capellas lateraes do templo; as escadas que conduzem ao côro e orgão; as casas do orgão; e uma outra escada para o tecto da egreja, sobre o qual funccionam os machinismos, necessarios para a armação do templo. Ainda que a expropriação não comprehendesse a parte da casa, onde estão as capellas e escadas, sendo estas conservadas (o que é quasi impossivel a respeito da escada para o tecto da egreja, que sobe muito mais alto que os paços projectados) ficariam tão escuras e acanhadas estas pertenças da egreja, que a junta não poderia consentir tal projecto, sem contra elle representar a vossa magestade.

Ha comtudo, senhor, outros motivos para a nossa representação. Na casa que nos pretendem expropriar ha uma servidão indispensavel para o claustro do Silencio, sacristia e interior da egreja, e pela qual se faz diariamente o serviço do templo. Sem ella não fica entrada para o edificio, quando as aguas o invadem e lhe tomam a porta principal; junto da qual subiram á altura de um metro e oitenta e dois centimetros no dia tres de Janeiro ultimo.

Outro mal ainda maior nos provirá da expropriação. A egreja de Santa Cruz foi primorosamente reedificada no reinado de el-rei D. Manoel, mas em condições que não asseguram a sua solidez. As suas abobadas repousam em paredes relativamente fracas, e que teriam cedido ao peso que supportam, se as não amparassem outras abobadas do primitivo templo, que era de tres naves e muito mais largo que o actual. Parte d'estas abobadas, construidas pela piedade do nosso primeiro rei, teria de ser demolida, supprimindo-se uma das mais importantes forças do complicado systema do edificio de Santa Cruz, que os poderes publicos classificam de monumento nacional. O templo manoelino, que o terremoto de 1755 tanto damnificou e enfraquecêra (como attestam as brechas de quinze centimetros de largura nas paredes amparadas pelas antigas abobadas) de certo caminharia apressadamente para a sua ruina, concorrendo para isso ainda mais os ultrages dos homens, que os estragos do tempo.

A casa acerca da qual representamos a vossa magestade, foi, por uma resolução impensada, incluida na lista dos bens postos em hasta publica pelo ministerio da fazenda; mas uma representação da junta, informando das circumstancias do edificio, foi attendida por vossa magestade, que se dignou reconhecer então, como de certo reconhecerá hoje, que aquella casa faz parte integrante da egreja de Santa Cruz, e que era prejudicial alienal-a; e, se a alienação era um mal, muito peior é a demolição.»

Eis ahi parte dos motivos que nós apresentámos contra a obra dos novos paços municipaes.

A junta de parochia de Santa Cruz tem-se havido com independencia n'este objecto, e na sua sessão de 14 do corrente deliberou escolher para seu advogado o sr. dr. Manoel de Oliveira Chaves e Castro, a fim de fazer valer quaesquer interesses e direitos, que a junta possa ter e allegar com relação á dita casa.

Resolveu mais a mesma junta, que se officiasse ao ministerio das obras publicas sobre a conveniencia de ser nomeada uma commissão para estudar as obras que é mister fazer no templo, a fim de obstar a que no futuro as inundações alli causem prejuizos, como os que houve no ultimo inverno; e pedindo que, para este fim, seja proposto ao poder legislativo o contrair-se um emprestimo, servindo de base á amortisação do capital e pagamento dos juros a verba de 600$000 réis, mandada applicar annualmente á mesma egreja pela lei de 30 de Março de 1861.

Em quanto a junta pugna briosamente com este zelo pelos interesses da egreja de Santa Cruz e suas dependencias, a camara municipal quer fazer demolir uma casa que é essencial á mesma egreja.

Não precisâmos de dizer mais nada. Basta registar os factos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Cada vez se torna mais sensivel a decadencia dos partidos em Portugal. As questões que entre elles se ventilam são mais de palavras sem sentido do que de principios definidos.

Essas disputas têm quasi unicamente por fim ver qual o partido que ha de obter mais cadeiras no parlamento. E ainda se fosse pelos legitimos esforços de cada parcialidade, e pela maior ou menor influencia alcançada sobre os eleitores! Mas não é isso: procura-se exclusivamente adquirir o diploma em resultado de um *despacho* do ministro, grande eleitor.

Quando as cousas chegam a estes termos, os eleitores não sabem quem hão de preferir. Medem os candidatos pela mesma bitola, e votam em quem lhes manda a auctoridade.

Costuma-se dizer, que é defeito dos velhos achar bom o antigo, e mau o moderno. Seja assim, mas não é necessario saber muita historia patria para ver a differença enorme, que fazem os partidos de hoje, comparados com os de ha 30 e 40 annos.

Que rigidez de principios outr'ora, que convicções profundas, que coragem na luta, que abnegação! E hoje! Miseria e só miseria é o que se vê!

Em o numero do *Conimbricense* de terça feira da semana ultima fizemos algumas considerações a este respeito; e muito folgâmos de agora ver que o illustrado correspondente em Lisboa da *Actualidade* pensa exactamente como nós.

Diz elle na sua correspondencia de sabbado:

«Disse hontem que se acha em Lisboa o sr. abbade de S. Paio d'Arcos de Val de Vez, enviado em missão especial junto do sr. marquez d'Avila e Bolama para solicitar o perdão ou absolvição geral para os peccados politicos do sr. Rocha Peixoto, que vê em perigo a sua influencia no districto de Vianna, influencia a que o sr. presidente do conselho se diz disposto a fazer guerra sem treguas. Parece que não obstante os protestos de dedicação feitos pelo sr. abbade, o sr. marquez de Avila não mostra muitos indicios de se compadecer do penitente, no qual não parece aproveitarem muito bons propositos de arrependimento que manifesta, mas nos quaes nem todos acreditam.

A chegada do sr. abbade de S. Paio teve as honras de ser por algumas horas objecto de commentario dos politicos, que costumam estacionar debaixo das arcadas do Terreiro do Paço; e houve quem reparasse que o embaixador appareceu com cara de pouco satisfeito depois da visita que fez ao ministerio do reino, onde dizem que encontrou os ares turvos.

Segundo as affirmativas dos amigos do sr. abbade, este veiu a Lisboa só para saber noticias da saude da sr.ª marqueza d'Avila, que tem estado um pouco incommodada. Vejam que cousas pequeninas e mesquinhas se envolvem na politica.

Nos tempos antigos, quando havia convicções profundas, quando havia verdadeiros partidos politicos, perfeitamente estremados, com principios, tendencias e opiniões claramente definidas, existia talvez intolerancia, havia de certo um grande facciosismo, mas os partidarios mostravam firmeza de convicções e persistencia de ideias, e sujeitando-se ás alternativas dos azares da politica, acceitavam-lhe as consequencias, sem se bandearem nem transigirem.

Hoje que vemos? A maioria é sempre de quem governa. Quem tem o poder na mão vê sempre em volta de si a acompanhal-o a multidão dos que querem ser do grupo dominante, dos que apoiaram os homens de hontem, dos que offerecem a sua adhesão aos homens d'hoje e dos que não pedem sempre a sua pouca ou muita influencia ao serviço dos que governam — sejam elles quem forem — contanto que lhes deixem aberta uma gretinha do celeiro das graças.

Que baixezas e vergonhas se não praticam para ser acceito em taes condições? Esquecem-se as offensas e as injurias, esquecem-se os antagonismos; põe-se de parte tudo.

E assim morrem os partidos fortes, sérios e honestos que são o esteio e a vida do systema constitucional.»

Tem muita razão o esclarecido correspondente.

Ha uma tendencia pronunciadissima da parte dos nossos homens politicos em procurarem alcançar as graças do poder.

Empregos, *despachos* de deputados, favores de toda a ordem, tudo se solicita dos ministros; ainda que para isso seja necessario renegar todo o passado.

Defende-se o pró e o contra com a maior semceremonia.

Vejam como o sr. marquez de Avila e de Bolama — o *progressista* de 1850 — está sendo elogiado e elevado nas azas da fama! Até nos parece que o acham bonito!

Se elle está no poder!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE

O sr. Luiz Albano já não se oppõe á recusa da admissão dos alienados nos hospitaes da Universidade; agora oppõe-se unicamente a uma recusa *absoluta*. Essa recusa absoluta nunca eu defendi nem me consta que ninguem defendesse. Falla por mim a disposição respectiva do meu projecto de regulamento, que transcrevo em seguida:

Copia do artigo 8.º do regulamento da acceitação dos doentes, approvado na sessão da junta consultiva dos hospitaes da Universidade de 10 *de Agosto de* 1876.

Artigo 8.º — Não são admittidos os doentes alienados, nem os que soffrem ataques habituaes de epilepsia, histerismo e similhantes, que pelo seu estado possam produzir o sobresalto e desassocego dos outros doentes do hospital. É tambem vedada a admissão de creanças que, estando nas condições de perturbarem egualmente o socego das enfermarias, poderem ser tractadas nos seus domicilios pelos recursos das misericordias, ou d'outras instituições de caridade.

Está conforme. — Secretaria dos hospitaes da Universidade de Coimbra, 21 de Abril de 1877. — O secretario, *Herculano Santa Barbara.*

Já se vê que a recusa em questão não é *absoluta*, nem o foi nunca.

O decreto de 22 de Junho de 1870 é ruinoso para a Misericordia de Coimbra; o que todos nós lamentamos. Torna-se porém muito notavel o empenho, que mostra o sr. Luiz Albano, de misturar o meu nome com o odioso d'essa disposição legislativa; sabendo que eu, longe de a defender, pelo contrario tenho reclamado officialmente contra ella, apesar de não ter para isso procuração bastante de s. ex.ª

Empenhe o sr. Luiz Albano todos os seus esforços para que a lei, n'esta parte, seja derogada; e prestará um grande serviço não só á Misericordia; mas tambem aos hospitaes, ainda que lhe pareça que não.

A questão de contas bem sabe o sr. Luiz Albano que não é comigo. Ha-de trocar-se entre o governo e a Misericordia, como já por outra vez se disse. A insistencia de se involver o meu nome n'essas contas só revela o mesmo proposito, da parte do sr. Luiz Albano (que aliás se diz meu amigo), de me apresentar perante o publico n'uma posição odiosa. Tem o quer que seja de singular *esta amisade*.

COSTA SIMÕES.

Estavamos chegados ao fim de Julho do anno de 1821; eu já tinha feito todas as minhas despedidas, e ajustado contas com o meu especialissimo amigo Custodio Pereira de Carvalho, que me deu ordens para receber o dinheiro que me fosse preciso tanto em França como em Hespanha, por onde fazia tenção de ir para Portugal, e no primeiro de Agosto de este anno sahi de Londres acompanhado por outro bom amigo Antonio Machado Braga, em direcção a Brighton, porque d'esta vez queria tomar outra estrada em França para Paris, e por isso deixei o caminho de Dover e Calais.

Chegamos a Brighton onde perto d'esta linda cidade ha um pequeno porto chamado Newhaven, do qual partiam os paquetes para Diepe, primeiro porto de França, e logo alli fui pagar a passagem para embarcar sem demora para o outro lado.

Na despedida o meu bom amigo Machado, que só por amisade é que me tinha alli acompanhado, disse-me: — pois que não quiz acceitar o jantar que os seus amigos lhe queriam dar, elles sempre querem dar-lhe uma publica demonstração do muito que o estimam, e respeitam, e por isso lá em Lisboa lhe será entregue um presente que lhe querem fazer. — E que presente é esse que me tencionam dar? lhe perguntei eu. — Lá o saberá! foi a resposta que me deu. E depois de um apertado abraço, retirou-se, e eu entrei no paquete.

Embarquei á noite, e no outro dia de manhã estava em Diepe. Tomei logo alli logar em um coche que ia para Rouen, e cheguei ainda lá com sol. Dormi alli aquella noite, e no outro dia de manhã, já sol nado, parti na diligencia para Paris, onde tambem cheguei sem incommodo, e ainda com sol.

Quiz d'esta vez atravessar a Normandia para ao menos pisar o paiz d'onde sahiram os ultimos conquistadores de Inglaterra commandados por Guilherme, denominado o *Bastardo*, que desembarcou com a sua gente em Hastings, onde eu estive um verão, e encostado a uma grande pedra, sobre a qual diz a tradicção popular, que elle almoçára logo que desembarcou.

Chegado que fui a Paris, como eu já sabia parte d'aquella grande cidade, e me lembrava da rua onde já estivera, dirigi-me á rua Colombier, no bairro de St. Germain, em que morava o meu antigo amigo João Freire Salazar, a quem encontrei em casa, me abraçou muito, e me deu um excellente quarto para viver em quanto me demorasse em Paris. Fui logo no outro dia procurar tambem o meu amigo Aillaud, no caes de Voltaire, que quiz ficasse em sua casa, o que não acceitei por já estar bem accommodado, e mais á minha vontade, e sem cerimonia.

Os poucos dias que me demorei em Paris foi para refrescar memorias antigas, e para ver se cumpria uma mensagem de que estava incumbido. Era ella para o velho Verdier, afim de ver se conseguia leval-o comigo para Lisboa, d'onde havia muito estava ausente com desgosto da sua familia, que muito desejava tornar lá a vel-o. Foram porém baldadas todas as minhas diligencias. Entre as muitas razões que me deu, disse-me a final com uma das suas graças costumadas: — Como quer que vá para Lisboa, onde serei obrigado a dar *excellencia* a um homem, a quem eu dava a minha de *doze* quando me ia á noite allumiar e ao abbade Correia com um lampeão, quando sahiamos da casa de João Antonio Pinto?.... Não vou, não vou! está dito.

Não tendo emfim nada que fazer em Paris, e depois de ver alguns dos meus antigos conhecimentos, e mais algumas curiosidades, tomei logar em uma das diligencias para Bordeaux. Como alli o meu amigo Lecussan Verdier tinha uma filha casada, deu-me para ella uma carta, e muito me pediu que a fosse ver, e lh'a entregasse em mão propria.

(*Continuar-se-ha*).

CARTA DE LISBOA

Lisboa, 22 de Abril de 1877.

Meu amigo. — Não lhe fallo de politica. A temperatura elevou-se, e o calor apparece, para nos comprimentar. V. definiu a politica do actual gabinete no seu artigo de fundo do penultimo numero do seu jornal, e isso basta, para que eu me forre a trabalho tão inglorio. Dizendo-se que é cabralista puro, está dito tudo. Veremos as consequencias de taes tergiversações, de politica tão mesclada, de subserviencias tão illogicas.

— As attenções dos politicos voltam-se para a guerra entre a Russia e a Turquia, que, segundo despachos, deve ser declarada na proxima terça feira. Não se assuste, porém, o meu amigo, que Portugal não se collocará em pé de guerra, nem chamará de novo as reservas, nem nós lá iremos pelejar a favor de uma nem de outra. Mas sentiremos as consequencias indirectas; foi gorado o emprestimo de 6 milhões e meio de libras sterlinas que o governo tentava negociar, a fim de consolidar a divida fluctuante interna e externa. As inscripções, que ainda ha pouco se achavam a 50,80 e 50,90, foram já cotadas a 48,85. E apesar de tudo as complicações que se originaram lá fóra *só indirectamente nos affectam!*

— Discute-se na imprensa politica uma questão de chouriços e batatas, que um cavalheiro trouxe de Aveiro para seu uso domestico. É de tal magnitude e importancia a questão, que um jornal politico, tratando-a, deu-lhe os fóros de artigo de fundo! Os grandes homens!

— Hontem subiu ao tribunal da relação de Lisboa, o aggravo interposto do despacho do juiz do 3.º districto criminal, que pronunciou D. Joanna Pereira. A relação tambem aceitou a appellação do sr. Lupi, que muitos querem dar por doido!

— Ha quinze dias, meu amigo, que eu me dei ao trabalho de procurar a *esperança*, a segunda das virtudes theologaes, sem a qual o homem deserê, desespera, e, por fim... suicida-se. De resto, se não gritei, como Archimedes: *Eureka!* vim ao conhecimento de que aquella joven menina, de olhos negros, de donairoso porte, gentil e *coquette*, fazendo negaças á maior parte da humanidade, estava alojada... na boceta de Pandora! O meu amigo sabe o mythologico conto, e forro-me por isso ao trabalho de lh'o mencionar.

Aos meus collegas da imprensa nacional disse-lhes que socegassem, porque, uma vez descoberta a morada da creança, tantas instancias lhe haviamos de fazer que a esquiva se apiedaria de nós. Mas responderam-me que, se a *esperança mythologica* reside na boceta de Pandora, a esperança real, a esperança positiva, a esperança toda affectos e delicias, a esperança que dá tom, nervo e chic *aos que esperam*, residia no verbo respeitavel do ex.mo conselheiro administrador geral da imprensa nacional, com relação ao pedido que ha tempos dirigiram a s. ex.ª Ainda lhes disse que socegassem, porque s. ex.ª ha de fazer justiça recta e inteira, como é proprio do seu caracter independente, ao numeroso pessoal do estabelecimento que tão sabia e acertadamente dirige.

Impaciencias de rapazes, que julgam que os negocios mais graves e serios se decidem assim *ex-abrupto*. Eu, por mim, ancioso espero o *consummatum est* de s. ex.ª n'este importantissimo assumpto, que contende com a viscera mais exigente que a humanidade possue — o estomago — para tecer a s. ex.ª os louvores merecidos, se o requerimento fôr deferido — que não póde deixar de ser — ou, no caso negativo — o que Deus afaste — chorar como Mario sobre as visceras esphaceladas do meu estomago em permanente dieta!

— Saiu hoje para Bordeus no paquete do Pacifico o sr. conde de Lencastre.

— O distincto professor de chimica, o sr. Antonio Augusto de Aguiar, continua a publicação regular das suas conferencias. Saiu á luz a 13.ª do segundo volume. Agradecemos a s. ex.ª a sua offerta.

— E mais cousa alguma ha de que se faça menção. Pequenos nadas, que não interessam ao publico conimbricense.

Até á seguinte.

P. J. CONCEIÇÃO.

NOTICIARIO

As religiosas de Cellas. — De um livro manuscripto de 1805, copiamos a seguinte nota das propinas da entrada das noviças e profissões d'estas, no convento de religiosas de Cellas, suburbios de Coimbra, conforme as disposições do capitulo geral de 1789:

NA ENTRADA	
Dote	800$000
A abbadessa	21$520
A prioreza	1$920
Mestra das noviças	6$720
Cantora mor	1$920
Aos dois padres, a ambos	8$000
Aos ditos de assignar a escriptura	9$600
Pratica do confessor	4$800
Provisão dos padres secretarios	4$800
Botica e sacristia	20$000
Converso do N. Ill.mo, de subscrever a provisão	$480
A cada religiosa e pupilas	$960
A cada medico e cirurgião	$960
A cada boticaria e sangradeira	$960
Ás duas moças da sacristia, a ambas	2$400
A moça do noviciado	1$200
Aos moços da feitoria e sacristia, a cada um	1$200
Ao escrivão da casa	1$200
A cantora mór do *Te Deum* na entrada	4$800
A que toca o orgão na entrada	$960
A que canta o verso	$960
PROFISSÃO	
A abbadessa	6$720
A prioreza	1$920
Mestra das noviças	4$320
Cantora mór	1$920
A cada religiosa e pupila	$960
Aos dois religiosos, a cada um	4$000
Pratica do confessor	4$800
Sangradeira e boticaria, a cada uma	$960
A cada medico e cirurgião	$960
Aos moços da feitoria e sacristão, a cada um	$600
Ao escrivão da casa	$600
Uma secular pagava de piso	60$000

Senhor aos entrevados. — No domingo foi o Senhor aos entrevados da freguezia de Santa Cruz.

Ia numerosa a irmandade do Santissimo, e viam-se entre as suas alas muitos anjos, elegantemente vestidos.

Fazia a guarda de honra uma força de infanteria, aqui estacionada, levando á sua frente a philarmonica Boa-União.

O digno prior e os mesarios da irmandade do Santissimo não se pouparam a diligencias para que este acto religioso fosse feito com todo o esplendor.

Bispo de Angra. — Chegou a Lisboa, vindo da ilha Terceira, o sr. D. João Maria, bispo de Angra. Ficou a governar aquelle bispado o antigo vigario geral, o rev.º sr. Antonio José Ferreira de Sousa, tio do nosso particular amigo o sr. Antonio Maria Seabra d'Albuquerque.

Um crime celebre. — Está traduzido e posto á venda no escriptorio do *Jornal do Commercio*, rua de Belver, Lisboa, o ultimo romance do notavel escriptor francez Emilio Gaberiau — *O Velhinho de Batignolles.* — É a historia commovente de um grande crime, de um dos crimes mais celebres que têm assombrado Paris, e que deu muito que fazer á policia d'aquella capital.

Entre os romances modernos, poucos terão adquirido com tanta justiça a nomeada de que este foi precedido.

A edição portugueza é barata — 200 réis o volume, impresso a duas columnas, e com a materia que poderia conter-se em tomos de muito maior preço.

Bibliographia. — O sr. Antonio R. de Azevedo Bastos, muito curioso colleccionador de jornaes, communica-nos de Santa Marinha, concelho de Mesão Frio, o seguinte:

«Tenho nas minhas collecções uma publicação que se póde tambem incluir no numero dos jornaes. Intitula-se — *A restauração e os seus inimigos em cartas successivas.* Ignoro quem fosse o seu auctor. Possuo até ao n.º 12; ignoro se sahiram mais algumas. No fim das tres ultimas — (10.ª, 11.ª e 12.ª) vem a indicação: — *A continuação d'estas cartas sahirá impreterivelmente em todas as quintas feiras.* A 1.ª e 4.ª têm 11 pag. — a 2.ª 16 — 3.ª, 5.ª e 8.ª 10 — 6.ª, 7.ª e 9.ª 8 — 10.ª 11.ª e 12.ª 7 — cada uma.

Foram todas impressas na Imprensa Nacional: até á 9.ª em 1833 e as restantes em 1834. Só da oitava por deante é que são impressas *com licença.*

A decima versa sobre as *maquinações surdas dos miguelistas*; a undecima *sobre os acontecimentos do dia 16 de Dezembro na cidade do Porto*; a duodecima *sobre o decreto de 16 de Janeiro do presente anno.* Estas tres são um pouco violentas.

As outras têm os seguintes titulos: — a 1.ª *Vantagens e utilidade do systema representativo*; a 2.ª *Refutação das objecções que se têm feito contra o systema representativo*; a 3.ª não tem titulo, mas occupa-se de diversos assumptos; a 4.ª *Dos inimigos do systema representativo*; a 5.ª e 6.ª não têm titulos especiaes; a 7.ª *Dos dizimos*; a 8.ª *Dos capitães-mores e mais empregados miguelistas*; a 9.ª tambem não tem titulo.

Considero esta collecção rara, porque algumas pessoas illustradas a quem a tenho mostrado nunca tiveram noticia d'ella, e nem mesmo a tenho visto em alguma livraria particular.»

Novas publicações. — Recebemos e muito agradecemos as seguintes publicações:

— «*Eduardo Coelho.* — *Historias de hoje.*

«Lisboa, typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, impressor da casa real, rua dos Calafates, 110 — 1877.»

— «*Empreza editora, Carvalho & C.ª* — *Bibliotheca romantica* — *Um conflicto na côrte, romance historico, por Alberto Pimentel.*

«Lisboa, escriptorio, rua Larga de S. Roque, 100.»

— «*Historia Universal, por Cesar Cantu.* — O fasciculo 27.

— «*Diccionario popular.* — Os fasciculos 50 e 51.»

— «*Historia popular dos Papas.* — O fasciculo 2.º»

— «*Relatorio e contas da sociedade para o melhoramento dos banhos do Luso em 1876.*»

— «*O Seculo, publicação de philosophia popular e de conhecimentos para todos.* — Os n.os 9 e 10, que contém: — A questão Africana, por Correia Barata. — Astronomia popular, por A. Zeferino. — Portugal no estrangeiro; o Congresso geographico de Bruxellas e as nossas colonias Africanas, por A. Zeferino. — Os Partidos politicos. — Imprensa estrangeira.»

Noticias de Lisboa. — O correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa 20 de Abril de 1877.

Parece que se verifica brevemente a noticia da ida de uma missão especial a Marrocos, offerecer ao imperador, não só as insignias da Ordem da Torre e Espada, em que já se fallára, mas tambem alguns brindes, segundo o estylo, provas de sympathia e affecto e de boas relações entre os governos e os soberanos.

Os brindes que a missão levará para o imperador são: um serviço de prata lavrada, obra de artistas nacionaes, expressamente executada para esse fim; algumas armas brancas e de fogo, e uma collecção dos foguetes de guerra, do invento do sr. Tavares.

Não posso dizer, comtudo, se este inventor irá ou não á côrte do sultão fazer experiencias com os seus foguetes, porque, segundo ouvi, ainda não está decidido este ponto.

O sr. Antonio de Sant'Anna comprou o medalheiro da fallecida infanta D. Isabel Maria.

Encontram-se n'elle algumas collecções valiosas, taes como: medalhas de cobre dos czares e czarinas russas com allegorias aos factos da vida d'aquelles imperadores, medalhas de ferro, ovaes, emmolduradas em latão, representando os bustos dos homens mais notaveis da sciencia, da politica, das lettras, na revolução, desde Homero até Voltaire, desde Archimedes até Newton, Demosthenes, Platão, Rosseau, Mirabeau, Delille, Ovidio e outros.

É uma collecção muito apreciavel e valiosa, e que estaria bem em um dos nossos estabelecimentos scientificos, bibliotheca, academia, etc., se julgassem judicioso ampliar e enriquecer os medalheiros que elles porventura possuam e conservem, ou reunir estes e outros valores em um só instituto.

— Lisboa 2 de Abril de 1877.

Reuniu-se a commissão de soccorros, presidindo S. M. a rainha.

O sr. Fontes conferenciou hoje com o sr. marquez de Avila e Bolama por espaço de mais de uma hora no ministerio do reino.

O sr. Andrade Corvo pediu a demissão de membro da commissão encarregada de julgar sobre a melhor peça representada no theatro de D. Maria.

Questão do Oriente. — As ultimas noticias são as seguintes:

Bucharest, 20. — Foi publicado um decreto, ordenando a completa mobilisação do exercito roumano. As camaras serão convocadas em sessão extraordinaria para 25 do corrente.

S. Petersburgo, 20. — O czar partiu hoje de manhã para Kichenef. Assegura-se que a Russia adiou as manifestações das suas resoluções até 29 do corrente.

Berlim, 20. — O jornal «Nordeutsche Zeitung» desmente os boatos dos preparativos militares na Allemanha.

Bucharest, 21. — O jornal «Roumanul» protesta contra a violação do territorio roumano seja qual for o auctor d'essa violação.

Constantinopla, 21 — Layard acaba de chegar a esta cidade. Têem abandonado Constantinopla muitissimas pessoas.

Constantinopla, 20. — Layard teve uma longa entrevista com o gran-vizir. O consulado russo em Kars, na Armenia, foi atacado.

S. Petersburgo, 21. — A circular do principe de Gortschakoff foi expedida hontem. O manifesto da Russia será distribuido ulteriormente apoz a chegada do czar a Kichenef.

Londres, 21. — O «Standard» diz que a

Inglaterra deverá tomar as armas para se oppor a quem quer que seja que se dirija sobre Constantinopla.

Londres, 23. — A esquadra ingleza da Mancha vae reforçar a esquadra do Mediterraneo.

Ragusa, 22. — O consul russo n'esta localidade partiu para Cettinge a fim de communicar ao principe Nicolau varias instrucções para a guerra.

Paris, 20. — A Porta invoca o tratado de Paris de 1856 e convida a Roumania a fim de entender-se com ella para o territorio roumano não ser ameaçado da invasão da Russia.

Constantinopla, 23. — O pessoal da embaixada russa embarcou hontem á noute no yacth *Henrichk*, partindo em seguida para Odessa.

Assegura-se que o sultão irá tomar o commando das tropas do Danubio.

Ragusa, 21 á tarde. — Os insurgentes da Bosnia e Herzegovina operando de accordo com os montenegrinos iniciaram um movimento aggressivo contra os turcos a fim de se opporem ao reabastecimento de Niksich.

Londres, 21 á tarde. — O 5 0|0 turco baixou hoje a 8 3|4 em consequencia dos boatos que têm corrido ácerca de se haverem rompido as hostilidades entre os turcos e montenegrinos. Os relatorios vindos de Bagdad indicam 117 fallecimentos durante a ultima semana em consequencia da peste.

Kicheneff, 21 pela manhã. — O czar passará segunda feira revista geral ás tropas da planicie de Unguein. O estado maior do exercito do sul já saiu de Kicheneff para Ungheim e Shalp.

Paris, 22 á tarde. — O general russo Tchernieff que commandou as tropas servias durante a guerra do principado contra a Turquia partiu para Kicheneff.

Athenas, 22 á tarde. — O governo hellenico desejoso de manter estricta a neutralidade aconselhou socego e paciencia ás populações limitrophes da Grecia.

Constantinopla, 22 á tarde. — O embaixador inglez Mr. Layard censurou a circular da Porta a respeito do protocollo.

Em Londres declarou que em consequencia dos morticinios praticados pelos turcos na Bulgaria, a Inglaterra não póde apoiar a Turquia.

Propaganda republicana. — Vão começar no centro republicano em Lisboa prelecções republicanas dadas pelo sr. Latino Coelho.

Prisões. — Telegrammas de Vizeu dizem que foram alli presos tres moedeiros falsos.

Recrutamento. — O supremo tribunal administrativo decidiu favoravelmente os seguintes recursos, a fim de que os respectivos mancebos fiquem isentos do serviço do exercito:

CONCELHO DE MIRANDA DO CORVO

Freguezia de Rio de Vide. — Antonia de Jesus, viuva de Manoel Simões, pelo filho Luiz.

CONCELHO DA LOUZÃ

Freguezia de Foz de Arouce. — Maria de Jesus, viuva de Antonio Collaço, por seu filho Francisco.

Freguezia de Villarinho. — Antonio Carvalho, pelo filho Joaquim.

CONCELHO DA PAMPILHOSA

Freguezia de Machio. — Manoel das Neves, pelo filho Alfredo.

CONCELHO DE POIARES

Freguezia de Santo André. — Mathias Ferreira Povoa, pelo filho José.

Manoel Pedro, pelo filho José.

CONCELHO DE ARGANIL

Freguezia de Celavisa. — Antonio da Cruz, filho de outro e de Anna Maria, já fallecidos.

Freguezia de Folques. — José Nunes Pinto e Maria do Carmo, por seu filho José.

Doença. — Tem estado gravemente doente com uma pneumonia o sr. bacharel Luiz Pereira de Abranches, contador d'esta comarca.

Desejamos as suas melhoras.

ANNUNCIOS

AVISO

1 A COMMISSÃO EXECUTIVA da *Associação liberal de Coimbra*, convida todos os socios fundadores, para que no dia 29 do corrente, pelas 12 horas da manhã, se dignem comparecer na sala do *Centro promotor de instrucção popular*, na praça do Commercio, para em assembleia geral eleger os socios que faltam para preencher o seu numero legal.

CONVITE

2 A SOCIEDADE philarmonica *Boa União* deliberou fazer celebrar uma missa de *requiem* e *libera me*, na egreja de Nossa Senhora do Carmo, pertencente á Veneravel Ordem Terceira da Penitencia, no dia 27 do corrente, pelas 8 horas da manhã, para suffragar a alma do seu prezadissimo amigo e facultativo, o ex.[mo] sr. dr. João Antonio de Sousa Doria.

A sociedade, desejando que este acto religioso se torne mais solemne, pede a todos os amigos do ex.[mo] finado se dignem assistir a elle.

O presidente
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

3 A DIRECÇÃO da sociedade dramatica d'Anadia propõe-se dar de empreitada a construcção das paredes exteriores e uma das interiores do theatro d'esta villa e respectivo tecto, portas exteriores e janellas. A direcção fornece a cal, telha, e mesmo as madeiras e cavilhas necessarias para á armação do tecto.

A arrematação terá logar ao meio dia 6 de Maio proximo, na secretaria da camara municipal d'esta villa, onde estão patentes as condições da arrematação.

Anadia 13 d'Abril de 1877.

O presidente da direcção
Conde da Graciosa.

UM CONFLICTO NA CORTE

ROMANCE HISTORICO
ORIGINAL DE
ALBERTO PIMENTEL
2 VOLUMES 1$000 RS.

4 ACABA de sair á luz este romance, que é sem duvida o melhor de quantos o seu auctor tem escripto e sem embargo de alguns d'elles contarem já quatro edições. A venda em todas as livrarias de Lisboa e Porto, e remette-se franco de porte a quem enviar a sua importancia ao escriptorio de Carvalho & C.ª, na rua Larga de S. Roque, 100, 1.º — Lisboa.

5 JOSÉ CORREIA LEMOS, na rua da Calçada, estando para receber um bom sortimento de fazendas proprias da estação, deseja liquidar uma grande porção d'artigos do seu estabelecimento, e isto com grande reducção de preços; assim como muita **roupa feita** de medidas e preços differentes.

6 JOSÉ CORREIA LEMOS vende uma porção de madeira de choupo, e tambem um guarda-vento de boa madeira, proprio para egreja.

PEDIDO

7 ROGA-SE ao sr. Francisco Augusto Ferreira, da Raiva, queira dar satisfação as repetidas cartas que Coimbra lhe têm sido dirigidas.

Papeis para forrar casas

8 NOVA COLLECÇÃO recebida directamente das fabricas.
Preços commodissimos.

46, Calçada, 48.

9 DR. GAMA vende ou aluga a sua casa na rua do Correio.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

10 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assas conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Canceros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

11 QUEM QUIZER comprar uma fabrica de sabão, prompta a funccionar, falle com seu dono José Correia Lemos, na rua da Calçada, que vende tambem **cem** barricas de rezina americana e portugueza, e outras materias primas para o sabão.

AS MULHERES

ORIGINAL DE
J. C. CARDOSO

REFUTAÇÃO FORMAL AO FOLHETO
OS MARIDOS
ULTIMAMENTE PUBLICADO
POR UMA SOCIEDADE DE SENHORAS DESILLUDIDAS

12 ESTE LIVRO deve ser lido por todas as pessoas: — pelos homens casados, para que reconsiderem nos maus effeitos da sua bondade; pelas mulheres, para que aprendam a emendar os seus erros, e pela mocidade celibataria para que tire d'elle uma lição proveitosa.

Preço 200 réis

Á venda nas principaes livrarias e no escriptorio da *Bibliotheca do Cura de Aldeia*, rua do Almada, 266 — Porto.

DENTISTA
CEREGHETTI DOMINIQUE

CIRURGIÃO DENTISTA
SUISSO

13 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas, que extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fundo da rua das Figueirinhas, n.º 52.

Substituições a militares

14 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

15 PADRE MANOEL MARTINS, estudante do 1.º anno de Direito, dá lições de Francez, todos os dias em sua casa, na rua de S. João, n.º 17, ás cinco horas da tarde.

Pedido

16 ROGA-SE ao sr. governador militar d'esta cidade, queira providenciar ácerca de uns cães, que costumam estar á porta do quartel da Graça, os quaes mordem em quem passa, como aconteceu no domingo de tarde, em que um d'elles mordeu uma creança, que socegadamente acompanhava seu pae.

Venda de propriedades

17 VENDE-SE uma quinta com boa terra de semeadura, e arvores de fructo: tem muita agua para rega e para uso domestico; e tem boa casa de habitação para uma familia e casa para criados.

Vende-se tambem um olival por cima da Fonte do Castanheiro, com boa terra de semeadura, um bocado de vinha ao cimo, e algumas arvores de fructa.

Um casal, com oliveiras e casas de habitação e boa terra de semeadura, na estrada que vae do arquinho da quinta das sr.as Fonsecas para a Fonte do Castanheiro.

Todas estas propriedades se vendem, se o preço convier.

Está auctorisado para esta venda José de Figueiredo Pinto, na rua da Calçada, n.º 93, na qualidade de herdeiro e testamenteiro do fallecido Joaquim José Ferreira, para dar aos interessados as partes que lhes pertençam d'esta herança.

Coimbra 24 de Abril de 1877.

SABÃO MUITO BARATO

Grangeon & Comp.ª de Lisboa

18 CONTINUA a ter n'esta cidade o seu deposito na rua da Sophia, n.os 59 — 61.

O encarregado da venda, Joaquim Maria d'Almeida.

19 NA RUA de Joaquim Antonio de Aguiar, n.º 20, 1.º andar, se põe palhinha em cadeiras por preços commodos.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3104 | Sabbado 28 de Abril de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O nosso collega da *Nação*, em o seu numero de quarta feira enumera os vicios do systema monarchico representativo.

Diligenceia tornar saliente o papel secundario, que fazem os reis n'este systema; e diz que o paiz precisa de um rei, que reine e governe; que se identifique com a nação; que ouça pessoalmente as queixas dos subditos, e faça justiça; que seja responsavel moral e legalmente; que mande, em vez de ser vassallo dos ministros; que não assigne de cruz, nem resolva os negocios do estado por exclusiva indicação alheia; que tenha acção propria, embora attenda os conselhos da prudencia e da experiencia.

Assim a *Nação*, para evitar os inconvenientes do systema monarchico representativo, vae preferir um systema em que um só homem faz a lei, a qual póde derrogar a seu arbitrio.

E ainda no proprio governo absoluto está isento o rei de ser vassallo dos ministros?

Entre outros exemplos indicaremos D. Affonso VI, que era dominado pelo conde de Castello Melhor, e D. José, que durante os seus 27 annos de reinado foi um cego instrumento do marquez de Pombal, e assignava de cruz tudo quanto elle queria.

Em quanto aos reis fazerem justiça no systema absoluto, já tivemos um rei, D. João II, que entendeu ter direito para fazer justiça por suas mãos, assassinando elle mesmo a seu primo o duque de Vizeu. Não fallando no assassinato juridico por elle mandado fazer no duque de Bragança.

O terem os reis acção propria póde dar o resultado da nação ficar á mercê dos seus caprichos, de que já tivemos em Portugal um lamentavel exemplo na teima de D. Sebastião em ir com a expedição a Africa, apesar de todos os conselhos prudentes em contrario; e alli ir sepultar a flor da nobreza e do exercito portuguez, seguindo-se 60 annos de duro captiveiro hespanhol.

Relativamente a identificarem-se os reis com a nação, tivemos reis absolutos, como um D. Fernando, que para satisfazer as suas paixões sustentou numerosas guerras com a Hespanha, sem se condoer das desgraças que d'ahi provinham ao reino.

Podiamos acrescentar muitos outros exemplos, mas bastam-nos estes para mostrar que taes são as vantagens do systema absoluto.

O systema representativo com os seus defeitos, que os tem, como todas as cousas humanas, não é tão mau como o pinta a *Nação*. E temos para assim o dizer uma opinião auctorisadissima.

É nada menos do que a do padre José Agostinho de Macedo, o insuspeito redactor do *Espectador*, do *Desapprovador*, do *Jornal Encyclopedico*, da *Besta Esfolada* e do *Desengano*.

E para que se não duvide do que dizemos vamos transcrever as suas proprias palavras.

Com a data de 12 de Maio de 1822 publicou elle em Lisboa, na imprensa de Antonio Rodrigues Galhardo, o — *Manifesto á nação, ou ultimas palavras impressas de José Agostinho de Macedo.* A paginas 3 diz este escriptor:

«Combati a maçonaria, porque a considerei como occulta, e mysteriosa, e contra a qual clamavam tantos livros, tantos factos, e tantas leis. Fui convidado para ella por dois individuos vivos; respondi que eu não era homem, que me expozesse (n'aquelle tempo) a amanhecer ou na Inquisição, ou no Limoeiro; porque as leis do reino a proscreviam, e as da egreja, a condemnavam; isto são verdades, porque as leis subsistem, e as bullas não se calam.

«Sou egual, e ainda digo, que para se estabelecer o governo representativo, *o mais justo de todos*, e até se quizessem o governo popular, ou democratico puro, não necessitava de ser pedreiro livre. Para isto me bastou o conhecimento, e o estudo da historia universal, não n'esses miserrimos compendios, mas nos annaes de Sirmondo, e Salianno, e nos vastos escriptos de Grevio, de Holstenio, e de Muratori. Alli pela combinação das épocas, e dos factos se conhece que o governo representativo, que adoptámos, *é o melhor, pelo equilibrio que põe entre os governantes e os governados, entre a auctoridade dos que mandam e a soberania das nações que obedecem.*»

Eis a opinião de José Agostinho de Macedo, apresentada n'um dos intervallos lucidos que ás vezes tinha.

Veja a *Nação*: — *O governo representativo é o melhor, pelo equilibrio que põe entre os governantes e os governados, entre a auctoridade dos que mandam e a soberania das nações que obedecem.*

E' esse o principal fundamento do governo representativo, e que nós não poderiamos expôr melhor do que José Agostinho de Macedo.

Até que alguma vez haviamos de ser do partido e opinião do celebre padre!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Apesar de discordarmos das opiniões expostas em parte do artigo principal do nosso collega do *Tribuno Popular*, de quarta feira ultima, ha um ponto d'elle em que nos achâmos de accordo. E' quando referindo-se á administração d'este districto diz:

«Estâmos de tal forma opprimidos, que não precisâmos do interesse alcançado pela injustiça. Basta que a lei cumprida accentúe os principios da moralidade, por largo tempo esquecidos pelo despotismo dos mandões. Queremos restabelecida a independencia da auctoridade, para que a lei se imponha desaffrontada nos tribunaes, em vez de ser subservientemente offendida pelas imposições caprichosas de uma instancia particular. E tanto basta para que a força invencivel da moralidade grangeie á au-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Na diligencia em que entrei, e que era para seis pessoas, fomos largando umas no caminho e tomando outras para diversos sitios, o que não deixava de ser agradavel pelas diversas caras que ia vendo, tanto de homens como de mulheres. O que muito me custou foi a primeira noite que passei na carruagem, que andava de noite e de dia, parando só o tempo necessario para comer, e para as mudas de cavallos. Succedeu porém que passei outra noite, que n'aquellas alturas me pareceu deliciosa, porque achando-nos só dois viajantes na carruagem, deitamo-nos atravessados sobre os dois assentos, e alli dormimos regaladamente toda a noite, apesar de irmos sempre correndo, segundo o costume.

Cheguei finalmente a Bordeaux, sem incommodo de maior, e só com aquelles que são indispensaveis a quem viaja de noite e de dia sem parar. Ainda n'esse tempo não pude atravessar a bella ponte que Napoleão mandou formar sobre o Garonne, e passámos o rio em uma barca.

Bordeaux é uma linda cidade, bem que antiga, e com ruas mui estreitas, e mal alinhadas, porém tem bellas praças, e bellos caes, mui compridos e largos. Era egualmente mui agradavel o passeio publico, e não menos os que vão até o porto, á praça real, e ao chamado dos *amores*. N'ella havia tambem bons hoteis; e em um dos principaes estive eu alojado, e por signal que ahi me vi atormentado com perguntas pelo dono d'elle ácerca do nosso conde de S. Miguel, que ahi tinha estado, e de lá tinha sahido sem pagar um real.

Fui entregar a carta á filha do amigo Verdier, que me fez mil obsequios, parte dos quaes não acceitei, porque queria viver á minha vontade no hotel em que estava pelo pouco tempo que alli fui forçado a demorar-me. Fui tambem no collegio, onde então estavam os filhos de um novo amigo, que por este motivo adquiri, que foi o bom e honrado *Garrido*, que ainda hoje em dia, em que isto escrevo, 17 de Outubro de 1853, vive, e está proximo a fazer *oitenta e sete annos*, creio que no proximo Novembro.

Havia tido recommendação de Lisboa, para os ir ver, e offerecer-me para lhe levar noticias para seu pae; o que elles fizeram dando-me cartas para elle. D'aqui é que nasceu a nossa amizade, que até hoje dura. Tambem lá havia mais alguns filhos de portuguezes, dos quaes trouxe cartas para seus parentes.

Fui obrigado a demorar-me em Bordeaux mais de um dia, porque não havia diligencias regulares para Bayonna, que era o meu caminho.

Chegada que foi a occasião de partir para lá, assim o fiz; mui trabalhosa a viagem, porque o caminho era então mui difficil, pelas muitas arêias, que ha entre Bordeaux e Bayonna, e é uma especie de terreno como nós temos entre Alcoentre e Rio-Maior, todo coberto de areaes e muito profundos.

Napoleão tinha mandado construir alli uma estrada de grandes troncos de madeira, porém já estava em tão mau estado, que a diligencia foi forçada a retardar a sua marcha por algumas horas, de sorte que quando cheguei a Bayonna já tinha partido a de Hespanha, e fui obrigado a demorar-me alli dois dias. Bayonna tem pouco que ver; é unicamente uma praça forte da fronteira, e está situada na confluencia de dois rios, o Nive e o Adour, com um mau porto, pelas muitas areias que o fazem perigoso.

Chegou o dia de sahir de França, e entrar em Hespanha; e então passei o Bidassoa, pequeno rio, que divide as duas grandes nações, mas não tão pequeno como o Caia, que no verão se passava quasi a pé secco.

Entrei em Irun, primeira cidade de Hespanha, triste, e sem cousa digna de se notar, e só por ser a grande entrada de uma das principaes nações da Europa. Chegámos ainda cêdo, occupei o tempo em ir á alfandega mostrar a minha bagagem, e apresentar o meu passaporte, dois incommodos terriveis por que passam os viagantes. E eu ainda o tive maior, porque sendo a primeira vez que fazia uma tão longa viagem, tive a imprudencia de trazer comigo dois pequenos babús de roupa, e um criado, dois trastes quasi inuteis nas viagens, porque além de muito dispendiosos, dão um trabalho incalculavel.

Assim recommendo ás pessoas que me lerem, que se algum dia viajarem em paizes estranhos, nunca levem comsigo criado, ou grande quantidade de roupa, porque acham em toda a parte, onde param, criados de sobejo; e quanto á roupa é melhor mandal-a fazer no caminho do que leval-a comsigo.

Como tinhamos que subir aquella parte dos Pyrineus, mudou-se de carruagem para uma mais pequena, e que só levava quatro pessoas, e pesou-se a bagagem de cada uma, para que não levasse mais do que estava determinado por lei. N'esta operação como eu já disse que levava dois baús, foi-me preciso deixar um em Irun, que felizmente depois me chegou são e salvo, e intacto a Madrid.

(Continuar-se-ha.)

ctoridade o prestigio necessario para aniquilar os ambiciosos que têm por lei unica o desejo, e por instrumento a força da dominação.»

E' exactamente isso por que n'este jornal temos incessantemente pugnado.

«*Queremos restabelecida a independencia da auctoridade, para que a lei se imponha desaffrontada nos tribunaes, em vez de ser subservientemente offendida pelas imposições caprichosas de uma instancia particular.*»

Eis ahi o que nós queremos, e aquillo que temos todo o desejo de exigir.

E haverá da parte do novo chefe do districto a energia sufficiente para isso? Ou virá aqui fazer o papel de condescendente com todos, deixando em ultimo caso imperar a vontade de certos e determinados individuos?

Ainda a custo de nos chamarem pessimista diremos, que pouco ou nada esperamos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega do *Campeão das Provincias* diz no seu ultimo numero o seguinte:

«*Tentativa de assassinato.*—Na noute de 19 para 20 do corrente foi gravemente ferido e acha-se em perigo de vida o sr. Francisco Adelino Bingre, da villa de Mira.

Este nosso amigo foi esperado e assaltado por cinco sicarios d'aquelle concelho, e se não fôra o soccorro do sr. José Pessoa dos Santos, seria irremediavelmente victima d'aquelles malvados.

O estado lastimavel e desmoralisador a que tem chegado aquelle concelho, é devido á falta de castigo pela vergonhosa protecção das auctoridades.

É horrivel o que se passa n'aquelle concelho; são as terriveis scenas da Beira postas em pratica em Mira.

Pedimos aos poderes publicos providencias, e com especialidade ao exm.º sr. Lopes Branco, muito digno governador civil do districto de Coimbra.

O estado de Mira é, repetimol-o, calamitoso. Alli não ha segurança porque não ha auctoridade.»

O collega pede providencias ao novo governador civil de Coimbra, o sr. Lopes Branco.

Por ora perde o seu tempo em lhe pedir providencias. O sr. Lopes Branco é um mytho.

Vem hoje, vem ámanhã, vem d'aqui a um mez; e elle sem vir, apesar de já ter havido um correspondente d'esta cidade para um periodico, que deu a noticia d'elle aqui haver chegado!

A isto acrescem as interminaveis perguntas:—Sae o secretario geral? Fica o secretario geral?

E assim se vae passando o tempo, continuando a machina administrativa montada do mesmo modo que até agora.

Ha por ahi innocentes que esperam que tudo isto tenha uma reforma radical. Ao menos vão-se entretendo com essa esperança.

E' mister muito boa fé para esperar acção e força de elementos caducos, gastos e já demasiado conhecidos!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LISBOA

Á EXCELLENTISSIMA SENHORA

DUQUEZA DE CADAVAL

Ex.ma sr.ª—A pessoa que tem a honra de dirigir estas linhas a v. ex.ª leu com indizivel confrangimento de coração, que uma commissão de senhoras officiára a v. ex.ª pedindo um curro de toiros, das excellentes manadas de v. ex.ª, para serem corridos por fidalgos *nacionaes*. Este pedido ferino terá já chegado a v. ex.ª—Apoz elle surge o pedido plangente de uma só mulher, obscura, isolada, sem apoio e talvez sem sympathia entre os seus conterraneos,—pedido que com voz de dôr dirige ao coração de v. ex.ª para que não acceda; para que se erga acima dos preconceitos humiliantes da época, gloriosa protectora das creaturas que a Providencia poz sob o dominio de v. ex.ª

Desde o momento, illustre senhora, que v. ex.ª der o fatal *sim*, essas creaturas serão extrahidas da sua legitima arena, levadas com terror por sitios e para sitios desconhecidos, sem o alimento necessario, sem se poderem desalterar, e chegadas ao fim da sua penosa jornada, serão encurraladas e do alto do curral bem espicaçadas para que na sua *bravura*, dizem, não haja collapso.

Não passemos ao vil Coliseo: paremos á porta. Já v. ex.ª vê a quantos soffrimentos um mero *sim* póde dar passaporte! Oh, não o solte, minha senhora! Não o solte, pela agonia e suor frio d'aquelle que morreu de morte affrontosa por querer fazer bem aos homens, lh'o supplico.

Póde comparar-se o merito de uma concessão tal como exigem de v. ex.ª, com a fulgurosa gloria de se ter alteado acima de um gosto perverso e pervertedor, para cobrir com a egide da sua protecção esses pobres brutos? Na hora extrema, e esta, tarde ou cedo ha de chegar, o «Anjo da Meia Noite» segredará ao coração de v. ex.ª:—Não temas coração de mulher; lembra-te do teu curro protegido.—Ah! que lenitivo, passar os umbraes da vida com recordo tão animador—entrar nas regiões ignotas da eternidade, allumiada por tão fulgurante auréola como a de ter protegido os desprotegidos, os indefezos!

Entremos agora, minha senhora, no sangrento, embrutecedor Coliseo. O que vemos alli? Quaes são os actos de valor dignos de jovens do seculo 19—filhos nobres de uma nação que não quer ser desprezada, tida por abjecta pelas outras nações? Cravar farpas no costado de brutos, a quem nem mesmo deixam livres as armas que a natureza lhes deu para se defenderem!

Comprehendo que é compativel com a dignidade do ente racional entrar em lide com os da sua especie, se a occasião é tal que nobilite o acto; que é nobre ir a longinquas terras, affrontando perigos e soffrendo a intemperie de climas ingratos para bem da sciencia; ou emfim estudar, aprender, buscar a verdade onde quer que a sua luz bruxuleia ainda encoberta; cultivar as bellas artes, a musica, a pintura, a esculptura, a poesia.... ah, que vasto e que digno campo de proezas humanas!—mas vestir-se de toireador e com braços desaffrontados e armas na mão entrar na lide com animaes privados do seu principal meio de aggredirem, é indigno de homens bem nascidos, e que deveriam ser bem educados,—é um labeo vergonhoso para o nosso paiz,—é um feito da mais vasta e nefasta transcendencia, qual o embrutecimento do coração humano!

Paralysa-me o pulso uma tão sombria visão!

Sou—ex.ma sr.ª Duqueza de Cadaval.

De v. ex.ª humilde criada

FRANCISCA D'ASSIS MARTINS WOOD.

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE

Continuam os equivocos do sr. Luiz Albano. A junta consultiva d'esta administração dos hospitaes é presidida pelo administrador, tendo por vogaes natos um delegado da Faculdade de Medicina e o provedor da Misericordia. O presidente e o delegado da Faculdade de Medicina approvaram o artigo 8.º do regulamento da acceitação dos doentes; e o sr. Luiz Albano, como provedor da Misericordia, votou contra. Logo, diz o sr. Luiz Albano, o artigo não foi approvado por maioria; ficou *empatado!* Então isto é serio?!

Ainda d'esta vez o sr. Luiz Albano estranhará que eu lhe diga, que se acha de encontro a *noções rudimentares* do quer que seja?! E poderá estranhar-se tambem que não prosiga n'uma polemica, que tomou semelhante caminho?

O segundo equivoco do sr. Luiz Albano consiste em suppôr, que me apresentei *mascarado* com os esclarecimentos, que dei á imprensa em Agosto passado. O sr. Luiz Albano não se dirigiu a mim n'essa epocha, porque já tinha fechado a discussão comigo em sessão da junta consultiva. Pedia a opinião da imprensa a respeito do seu voto em separado; e eu limitei-me a mandar ás redacções de todos os jornaes politicos de Coimbra aquelles apontamentos; declarando por escripto e com a minha assignatura, que podiam auctorisar com o meu nome a veracidade d'aquelles factos, no caso de quererem fazer uso dos mencionados apontamentos.

Eu não tratei nem trato de discutir o artigo nos jornaes politicos; já o disse por outra vez. Fechei essa discussão com o encerramento da sessão da junta consultiva, onde o artigo foi approvado; e avaliei como pude officialmente, perante o governo, o voto em separado do sr. Luiz Albano. Era o que me cumpria fazer e nada mais.

Quando baixar a resolução do governo, qualquer que ella seja, fique certo o sr. Luiz Albano de que a executarei com toda a lealdade emquanto me conservar n'este logar; mas antes d'isso, essa parte das funcções do meu cargo continuará correndo sob minha responsabilidade. Se o sr. Luiz Albano entende que estou attentando contra as leis do paiz, contra simples regulamentos, ou que estou escandalisando a moral publica, requeira processo contra os meus *despotismos*, assim qualificados por s. ex.ª; e afaste para bem longe este flagello da humanidade.

Terceiro equivoco. Eu nunca disse, nem foi dito por ninguem, que, para ter os alienados em segurança, não era possivel armar em casa forte um pequeno quarto em *qualquer canto dos hospitaes*. Não podia dizer-se tal; porque, além de os haver com essas condições de mais ou menos segurança em differentes pontos, ha uma enfermaria de prisão, ha pouco reconstruida e muito segura, onde são recolhidos os presos que adoecem nas cadeias da cidade.

O que disse e o que repito é que, alli e em nenhum ponto dos edificios dos hospitaes, eu posso ter os alienados nas condições a que refere o projecto de regulamento, sem perturbarem o andamento das molestias dos outros doentes; e sem lhes causar sustos e sobresaltos com as gritarias, alaridos e disturbios de toda a ordem, que são proprios d'aquelle estado. Já vê o sr. Luiz Albano que a difficuldade, de fechar *entre ferros* os doidos furiosos em *qualquer canto do hospital*, não é a que se tentou remover com as disposições do artigo impugnado.

Quarto equivoco. Ao 3.º dia *estava curada* a infeliz Anna Mauricia, diz o sr. Luiz Albano; e todos sabem que o seu medico só lhe deu alta 30 dias depois! *A barbara* recusa da admissão d'esta doente teve logar a 6 de Fevereiro; e tem a data de 8 o officio da administração do concelho em que se lê o seguinte: —«*Rogo a v. se digne enviar uma camisa de força e os individuos que a possam vestir á doente.*» E a doente estava curada ao 3.º dia!

Ainda porém que o estivesse, esse resultado posterior nada podia ter com o facto da minha recusa em acceitar uma alienada, em estado tal que, dois dias depois, carecia d'uma camisa de força. N'este ponto é que deveria procurar-se a condemnação do meu procedimento, se elle a merecesse.

Por outro lado; ou a mulher se fingiu alienada e eu por estupidez não soube descobrir o fingimento; ou se reconheci que não estava doida, fiz de má fé a falsa declaração de que o estava, sómente para cevar os maus instinctos de barbaridade que o sr. Luiz Albano me attribue. Em todo o caso, o que se quer, é que a *estupidez*, ou a *ferocidade* do administrador dos hospitaes, sobresaia no quadro sobre um fundo de sabedoria, caridade inexcedivel, de sentimentos d'humanidade, e de tudo quanto ha de bom e de louvavel, como apanagio exclusivo do actual provedor da Misericordia.

Quinto equivoco. O outro alienado, a que se refere o sr. Luiz Albano, foi o que poz em confusão todas as salas da 3.ª enfermaria, atirando com louça e maltratando a quem se lhe approximava, etc.; e que posteriormente na casa da retenção fez taes disturbios, que motivaram a reclamação do delegado do procurador regio contra a conservação d'este louco n'aquella casa, pelo *incommodo insupportavel* que estava causando aos presos visinhos—exactamente pelo mesmo motivo, por que eu tinha reclamado a sua remoção para fóra do hospital.

Este alienado não saiu do hospital com outra *molestia aguda*, como assevera o sr. Luiz Albano. Essa outra molestia era uma ulcera atonica na perna esquerda. Auctorisa-me a fazer esta declaração o sr. dr. Ignacio, que tratou o doente no hospital; e que depois continuou a visital-o, quando era tratado pelo nosso collega o sr. Araujo Pinto. Depois da sahida, continuou a ser soccorrido pelo hospital com roupas, cama, dieta e medicamentos. Nunca foi abandonado.

Sexto equivoco. Se a Misericordia é devedora aos hospitaes e não paga, a culpa é do administrador, diz o sr. Luiz Albano; porque não promove a competente cobrança.

Vejamos. O decreto de 22 de Junho de 1870 incumbe o administrador dos hospitaes de mandar, aos governos civis, a conta da despeza com o tratamento dos pobres dos differentes concelhos; e de requerer ao mesmo tempo, a estes magistrados, que façam incluir esta despeza, como obrigatoria, nos orçamentos das corporações respectivas. Entre este pedido e a approvação d'aquellas verbas orçamentaes, não apparece a acção do administrador em cousa nenhuma; e só depois d'approvadas é que o administrador pede o pagamento; e, se este lhe é recusado, recorre de novo ao governo civil; como se está dando actualmente com as quantias, que vão entrando em cofre, d'algumas corporações do districto de Vizeu.

O sr. Luiz Albano sabe que tenho mandado em tempo competente aquellas contas; e que tenho requerido ao governo civil, que as faça incluir nos orçamentos. Se essas verbas tivessem sido approvadas, e eu não tivesse pedido o seu pagamento, n'este caso, e só n'este, é que teria cabimento a censura que me dirigiu.

Não me cumpre saber se a Misericordia de Coimbra é devedora, se credora. Cumpre-me coordenar a relação dos doentes pobres conforme a lei vigente; e cumpre-me receber as quantias, que se acharem approvadas nos orçamentos das corporações respectivas, como divida aos hospitaes. O ajuste de contas a que se refere o sr. Luiz Albano, terá de trocar-se entre a Misericordia e o governo; já poderia dispensar-me de o repetir.

E de tudo o mais, de que me occupei n'este artigo, quasi que tambem não passa d'uma repetição do que eu já tinha dito n'outros; e a continuação seria desperdicio de tempo, que me é muito preciso para as minhas occupações.

COSTA SIMÕES.

NOTICIARIO

Concerto.—Teve logar na quarta feira, no Club Academico, o annunciado concerto dado pelo sr. Demetrio Leone Mottilli. O concerto não foi no theatro, mas no salão, cujas condições acusticas são excellentes.

O sr. Mottilli foi coadjuvado pelos srs. Simões Barbas, Ferreira Cardoso, Macedo, Costa e José Lucio.

O merecimento dos tres primeiros inutil é engrandecer, pois são bem conhecidos do publico, como ornamento da arte e verdadeiros professores.

O sr. Costa revelou-nos notaveis dotes musicaes, que já haviamos admirado na recita do 5.º anno em que elle acompanhou no piano alguns dos actores.

Quanto ao sr. José Lucio possue uma excellente voz de baritono, que modela perfeitamente.

Relativamente ao sr. Mottilli, todos os elogios seriam poucos. É realmente admiravel como elle extrae de um instrumento tão ingrato, como é o contrabaixo, as bellas harmonias que nos foi dado escutar.

Em tudo que executou houve-se magistralmente. Tambem os applausos não lhe faltaram, assim como a todos os que tomaram parte no concerto.

A concorrencia era regular.

Quitação.—O sr. Antonio Maria Seabra d'Albuquerque foi julgado quite para com a fazenda publica, pela sua gerencia de 1 de Junho de 1875 a 30 de Junho de 1876, como thesoureiro do cofre da imprensa da Universidade.

Cemiterio da Conchada.—Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Francisco, filho de Carlos Correia e Rita de Jesus, de Santa Clara, de 3 annos, fallecido em 15 de Abril de 1877.

Manoel de Almeida, filho de Antonio de Almeida, da Silva de baixo, de 27 annos, fallecido em 16.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada—7:046.

Artista distincto.—O sr. Augusto Cesar Torres, muito conhecido pelos seus trabalhos a crayon, foi o escolhido pela acreditada empreza de Lisboa, *Serões Romanticos*—Belem & C.ª, para desenhar os retratos em tamanho natural, que offerece a quem angariar 15 assignaturas da sua nova obra—*Os Lobos de Paris*. E este, além dos muitos outros, que offerece, um brinde de muito merecimento.

Recommendamos a leitura do annuncio, que vae na secção competente.

4:000 estudantes palliteiros.—O nosso collega da *Lucta* cita em o seu numero de quarta feita, alguns disparates de escriptores estrangeiros, tanto antigos, como da actualidade, ácerca das cousas de Portugal.

N'esse genero ahi lhe apresentamos uma curiosidade, que achámos no—*État present du royaume de Portugal en l'année MD. CCLXVI*—impresso no anno de 1775 em Lauzana.

Fallando da Universidade de Coimbra lê-se a paginas 212:

«Esta Universidade contém mais de 4:000 estudantes, que passam a sua vida na dissipação e na ignorancia. A sua principal occupação é de fazer pequenos ponteiros de salgueiro, conhecidos em Hespanha e na Italia pelo nome de *palitos*.»

Eis ahi como os estrangeiros escrevem ácerca de Portugal!

D'este mesmo livro poderiamos extrair muitos outros disparates. Limitar-nos-hemos ao seguinte.

Lê-se a paginas 217:

«Ha um numero consideravel de poetas portuguezes, alguns dos quaes são soffriveis. O melhor de todos e o mais conhecido nos paizes estrangeiros é Camões.

«O seu poema, que intitulou mal a proposito as Lusiadas, *porque elle se chamava Luiz*, é versificado com enthusiasmo e facilidade.»

As typographias em Evora.—Em o numero do *Conimbricense* de 17 de Março ultimo organisámos, em vista de uns apontamentos que nos foram fornecidos pelo sr. Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos, a lista das typographias em Evora, desde 1521 até 1773, em que ellas cessaram n'aquella cidade.

Não organisámos a lista das typographias, desde o anno de 1846 em que a imprensa alli se restabeleceu, em rasão de recearmos cair em algum equivoco, visto poder acontecer que algumas typographias tivessem mudado de titulo, sem comtudo serem differentes.

Agora, porém, podemos supprir essa falta com a seguinte nota que nos enviou o sr. Telles de Mattos.

«Amigo e sr.—Depois de muito indagar cheguei a formar relação das seguintes typographias em Evora desde 1846.

1.ª

A typographia de Evora em que foi impressa a *Chronica Eborense* é a do governo civil.

2.ª

A typographia do *Pharol* é a mesma da *Gazeta do Meio Dia*, *Clamor Artistico*, *Sul de Portugal* e *Voz da Infancia*, ou *Imprensa Alemtejana*, de que se dizia dono A. M. Tavares.

3.ª

Typographia do *Districto de Evora* e *Perseverança*.

4.ª

Typographia de F. C. Bravo; (*Folha do Sul*, *Sileno* e *Giraldo*).

Hoje só existem duas, a do governo civil, e a de F. C. Bravo.

Em 1846 tinha um particular uma pequena typographia para seu recreio, e nunca publicou obra nem jornal algum. Nada mais sei.

Evora 23 de Abril de 1877.

Seu amigo e obrg.mo—*Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos*.»

Notamos n'estas informações do sr. Telles de Mattos, que em Evora houve mais um jornal, além d'aquelles que ha dias mencionamos por sua informação. É o *Giraldo*.

Novas publicações.—Recebemos, e muito agradecemos as seguintes publicações.

—«*A actualidade do direito civil legislado, Estudos criticos de direito civil applicados ao codigo portuguez.—A emphyteuse e o usufructo, por Eduardo Alves de Sá, doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, socio correspondente da Academia Matritense de jurisprudencia e legislação, e advogado em Lisboa.*

«Lisboa, typ. de Christovão Augusto Rodrigues, rua do Norte, 145—1877.»

—«*Diario da viagem á Terra Santa em 1857, por Fr. Antonio Taveira Pimentel de Carvalho, cavalleiro da ordem de Malta. Revista e annotada por Luiz de Figueiredo da Guerra.*

«Coimbra, imprensa da Universidade—1877.»

—«*Bibliotheca do Cura de Aldeia—Henrique Perez Escrich—Os desgraçados, traducção de J. Cruzeiro Seixas. (Obra illustrada)—Volume I.*

«Porto—escriptorio da empreza, rua do Almada, n.º 266—1877.»

Noticias de Lisboa.—O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

—Lisboa 26 de Abril de 1877.

Fallou-se hontem muito em crise ministerial e chegou-se até a dizer que saiam dois ministros, o da fazenda e obras publicas, e isto porque o resto do gabinete votava que se désse ao sr. patriarcha o subsidio de 8 contos de réis para ir a Roma com a peregrinação, servindo de pretexto o solicitar o barrete cardinalicio e o competente annel.

Outra versão era que ao poder moderador parecia conveniente substituir os actuaes ministros por outros que tenham dado provas de energia e actividade em occasiões difficeis, visto que são graves as circumstancias em que se acha a Europa depois da declaração da guerra, feita pela Russia á Turquia.

Não obstante estes boatos se repetirem com insistencia, verificou-se que eram infundados.

A origem do primeiro, é, como já tive occasião de dizer, a pretensão do sr. patriarcha áquelle subsidio.

S. ex.ª quer ir a Roma com a peregrinação e deseja aproveitar a occasião para alcançar o barrete cardinalicio.

O governo, segundo se assevera, não duvida dar o subsidio, mas não *n'esta occasião*; isto é, o governo não quer a responsabilidade do patriarcha de Lisboa e esmoler mór da casa real ir com subsidio do estado tomar parte em uma manifestação politica contra o rei de Italia, chefe de uma nação amiga, representante do partido liberal de uma grande nação, e pae da rainha de Portugal.

Emquanto ao segundo boato, talvez proviesse da longa conferencia que teve no ministerio do reino com o sr. presidente do conselho o sr. Fontes Pereira de Mello.

Dizia-se que este cavalheiro estivera no paço, e d'alli fôra fallar ao sr. marquez de Avila e de Bolama, indo este logo em seguida ter com el-rei.

Ignora-se o que o sr. presidente do conselho passou com o sr. Fontes e depois com S. M., mas não parece que de taes conferencias resultasse crise, porquanto os ministros á noite estiveram tranquillamente discutindo em conselho os decretos que hão de ser hoje levados á regia sancção.

Voltando ao primeiro boato direi, que quaesquer divergencias que porventura se levantassem no seio do gabinete por causa do subsidio ao sr. patriarcha, ellas se desvaneceram e que ha geral accordo em não se dar esse subsidio n'essa occasião.

Outra questão, porém, se levantou tambem e é se o governo deve ou não deve dar licença áquelle prelado, aos bispos e mais dignidades ecclesiasticas que a solicitarem; visto que não poderão sair do paiz sem o fazerem, e isto independentemente de qualquer subsidio.

Parece que sobre este ponto é que não ha ainda perfeito accordo, porque alguns ministros votam pela recusa da licença e outros pela concessão.

Ainda outro ponto que não deixa de ter importancia, e é—caso vão algumas dignidades da egreja a Roma sem pedirem licença do governo, ou pedindo-a e sendo-lhes ella negada o que cumpre ao governo fazer? Deve fechar os olhos a este acto de desobediencia e de pouca consideração pelo governo do estado? Deve limitar-se a mandar suspender o pagamento áquelles prelados até regressarem ao reino e pedirem perdão da sua culpa? Deve além da suspensão de vencimento mandar intentar processo contra elles?

Estas hypotheses têem sido discutidas pelos ministros, mas parece que até agora não tomaram resolução definitiva, comquanto a maioria propenda para a ideia de se conceder a licença.

—Lisboa 26 de Abril, ás 7 h. e 15 m. da tarde.

Continuam os boatos de crise ministerial.

Consta que o sr. Carlos Bento se oppõe a que se abra um credito extraordinario de 100 contos para as obras do caminho de ferro do Algarve, allegando não haver auctorisação do parlamento para isso. O sr. Barros e Cunha insiste.

Diz-se que sahirá do ministerio o sr. Carlos Bento, ficando o sr. Barros e Cunha interinamente, com a pasta da fazenda.

Parece comtudo que chegarão a um accordo.

Foi assignado o decreto ácerca dos exames, no qual se exceptuam os seminaristas alumnos que não seguem os cursos superiores.

O sr. Beires, governador civil do districto de Faro, foi transferido para o de Aveiro.

Esteve um dia pessimo: a ventania foi horrivel; o Tejo agitadissimo. Os maritimos providenceiam para pôr a salvo os seus barcos. Os vapores fogem do quadro para se abrigarem proximo do Aterro.

—Lisboa 26 de Abril, ás 10 h. e 40 m. da noute.

Sae depois de ámanhã para o estrangeiro o sr. Fontes.

Foi nomeado secretario do governo geral de Moçambique o sr. capitão Henrique Dias de Carvalho.

Moeda falsa.—De Vizeu communicam ao *Commercio do Porto*, em data de 23 do corrente o seguinte:

«Fomos hoje, e toda a cidade, surprehendidos por um acontecimento grave. Seriam 10 horas da manhã quando repetidos apitos da policia civil davam o signal de assalto á casa de habitação de José Lopes de Sousa Pinheiro, latoeiro de amarello, que tambem trabalha em prata e outros metaes, a fim de lhe dar busca por virtude de denuncia vinda da administração do concelho de Sabugal, a proposito do dinheiro falso que de ha tempo alli era passado.

A respectiva auctoridade soube que era fabricado em Vizeu, e assim o havia participado ao sr. commissario de policia, mandando-lhe dois homens encarregados de pôr tudo em pratos limpos. Havia tres dias que estes, de combinação com a policia, se apresentaram ao sr. Lopes de Sousa, fazendo-lhe a encommenda de alguns centos de libras falsas, e quando já parte d'ella estava prompta, e o resto em caminho de aviamento, eis que lhe entram em casa os srs. juiz de direito, delegado do procurador régio, commissario de policia, administrador do concelho e seu escrivão, e outros empregados e guardas da policia, que cercavam a casa, e apprehenderam logo 19 libras de zinco e bismutho galvanisadas a ouro, e 7 apenas fundidas, como as outras, dos mesmos metaes e côr de zinco, as quaes todas não eram cunhadas com o emprego do balancé, mas em fórma de barro fino que não appareceu.

As libras são de *cavallinho* e sem elle; e apesar da sua perfeição, conhece-se bem a sua falsidade pelo peso, e um pouco pelo toque.

Tambem foram apprehendidas no mesmo acto duas barras de zinco, uma das quaes se achava já n'uma colher de ferro para ser fundida, duas pilhas de galvanisação, uma d'ellas a trabalhar, e outros objectos com destino ao mesmo crime.

De tudo se lavrou o competente auto, e sendo interrogado o sr. Lopes de Sousa ácerca d'estes objectos, e do acto que estava praticando, respondeu que estava dourando aquellas libras a pedido e por encommenda dos taes sujeitos do Sabugal; que estavam presentes, e que lh'as tinham elles trazido, sem saber o fim a que as destinavam.

Foram immediatamente presos, e deram entrada na cadeia d'esta cidade o dito Lopes, a mulher, um filho de 18 annos de edade, e um aprendiz, cujo nome ignoro.

Esta importante diligencia foi perfeitamente planeada e concluida. O sr. Lopes é d'esta cidade, pertencente á familia por alcunha dos Lixadinhos, é muito conhecido por sua rara habilidade. Estivera na Guarda alguns annos, e alli por esse motivo lhe chamavam o Faz Tudo.

Pena é que tanta habilidade fosse tão mal empregada, e que d'ella proviesse o mal que está soffrendo.»

Questão do Oriente.—As ultimas noticias são as seguintes:

Eucharest, 24.—O gran-duque Nicolau, commandante em chefe do exercito russo do sul, dirigiu uma proclamação aos roumanos, annunciando-lhes a passagem das tropas russas pela roumania. Declara ter esperança que a occupação seja por pouco tempo.

Kicheneff, 24.—O imperador passou revista ao exercito. Na sua allocução ás tropas o czar exprimiu a magua que o afflige pela necessidade de ser derramado o sangue dos seus soldados, mas a honra da Russia está offendida. «Espero, accrescentou, que a manteremos todos do primeiro ao ultimo». O primeiro destacamento do exercito, embarcado em quarenta vapores-transportes, transpoz hontem a fronteira, atravessando o Pruth em Restmack. A passagem das tropas continua hoje. O governo roumano declarou que retirava as suas tropas, cedendo ante a força.

Petersburgo, 24.—O manifesto do imperador recorda a sua constante solicitude pela paz e os esforços pacificos empenhados, conjunctamente com as potencias, pára levar a Porta á concessão de reformas em favor dos seus subditos christãos. «Havendo a Porta repellido o desejo unanime das potencias, a honra da Russia obriga-a a recorrer ás armas, pedindo a bençãc de Deus sobre os seus exercitos, aos quaes ordenámos transponham a fronteira do Pruth». A nota circular de Gorstchakoff tem a data de 19 de Abril, e exprime exactamente as mesmas ideias do manifesto do imperador.

Constantinopla, 24.—Foi mandada recolher a Constantinopla a embaixada turca de Petersburgo.

Vienna, 24 á tarde.—A circular turca diz que por fórma alguma provocou a Russia e que antes pelo contrario buscava satisfazer os desejos das potencias. Invoca a favor da Turquia o tractado de Pariz de 1857, appellando para a mediação das potencias signatarias d'esse tractado.

S. Petersburgo, 25 pela manhã.—Foram declarados em estado de sitio os districtos dos governos de Taurid e Crimea, Ilherson, Bessarabia. Tem havido inundações desastrosas no sul da Russia, sendo consideravel o numero das pessoas afogadas.

Constantinopla, 25 á tarde.—Na fronteira da Azia têm-se já trocado muitos tiros entre os turcos e russos. Os turcos fortificam-se em Dubrondja na Bulgaria. A peste augmenta em Bagdad. Assegura-se que as tropas russas do Caucaso iniciaram um movimento de avance.

Constantinopla, 25.—Passaram a fronteira aziatica numerosas tropas russas, havendo combate com as tropas ottomanas. As tropas turcas de Widdin occuparam Kalafat, na margem roumana do Danubio.

Considera-se aqui muito pouco provavel a mediação immediata.

Constantinopla, 26.—A nova nota da Turquia ás potencias certifica que as tropas russas invadiram a Turquia antes da declaração de guerra, e chama a attenção das potencias sobre este proceder anormal.

ANNUNCIOS

1 NA TARDE dos dias 5 e 6 do proximo mez de Maio terá logar no Jardim Botanico um bazar, a beneficio dos pobres que são soccorridos pela Sociedade Consoladora dos Afflictos.

EDITAL

O dr. Francisco Antonio Diniz, commendador da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, commissario dos estudos do districto de Coimbra, etc.

2 FAÇO SABER que o jury dos exames dos candidatos ás cadeiras de ensino primario, n'este districto, na presente epocha, reunido hoje para o fim de examinar os documentos ultimamente apresentados por aquelles dos candidatos, que não haviam instruido devidamente os seus requerimentos, resolveu que as provas escriptas de todos os candidatos que foram julgados habilitados, sejam dadas no dia 30 do corrente mez; seguindo-se nos dias 1, 2 e 3 de Maio as provas oraes dos que forem approvados n'aquellas.

Outrosim resolveu que as provas escriptas das concorrentes a cadeiras sejam dadas no dia 4; seguindo-se no dia 5 as provas oraes das que forem approvadas nas escriptas.

E para que chegue á noticia de todos os interessados mandei publicar este edital.

Coimbra, 27 de Abril de 1877.

Francisco Antonio Diniz.

Venda de propriedades

3 NO DIA 6 de Maio proximo, pelas 10 horas da manhã, em casa do ill.^mo sr. Francisco Pedro da Silva, no largo da Sé Velha, se venderão em praça particular, as seguintes propriedades, sendo convidados para assistir a esse acto os interessados, ou quem os representar.

Uma quinta com boa terra de semeadura e arvores de fructo. Tem muita agua de rega, e boa agua para uso domestico, boa casa nova de habitação, que serve para familia, e casa para criados e forno para cozer.

Um olival proximo da Fonte do Castanheiro, com boa terra de semeadura e oliveiras; um bocado de vinha e algumas arvores de fructo.

Um casal pequeno com boa terra de semeadura, oliveiras e casas de habitação, sitas na estrada que vem do arquinho da quinta das senhoras Fonsecas para a Fonte do Castanheiro.

Está auctorisado para esta venda José de Figueiredo Pinto, na qualidade de herdeiro e testamenteiro do fallecido Joaquim José Ferreira, d'esta cidade, para dar cumprimento ás disposições de seu testamento. Tudo se vende se o preço convier.

Coimbra 24 de Abril de 1877.

José de Figueiredo Pinto.

AGRADECIMENTO

4 JOAQUIM SIMÕES FERREIRA, faltando-lhe o tempo para agradecer individualmente a todas as pessoas que o honraram com sua visita e cumprimentos n'esta cidade, agradece por este meio e offerece os seus serviços em Pinhel.

5 BASILIO AUGUSTO XAVIER D'ANDRADE, na rua das Figueirinhas, n.º 46, tem um pequeno orgão que aluga.

Novidades Juridicas

6 CODIGO CIVIL ANNOTADO pelo conselheiro José Dias Ferreira, tomo 5.º....... 2$000

Aguas, segundo o direito civil moderno, pelo dr. Assis Teixeira, 1 vol.............. 1$500

Codigo do processo civil, seguido do — Mappa da nova divisão judicial e de um repertorio alphabetico, 1 vol... $600

Livraria central de J. Diogo Pires.

SERÕES ROMANTICOS

Empreza editora Belem & C.ª

RUA DA CRUZ DE PAU, 26. LISBOA

OS LOBOS DE PARIS

POR

JULES LERMINA

VERSÃO DE JULIO DE MAGALHÃES

ORNADO COM

15 MAGNIFICAS ESTAMPAS

40 PAGINAS POR SEMANA 50 RS.

CADA ESTAMPA 10 RS.

7 ESTA EMPREZA offerece, além do brinde geral que é o MAPPA DA AFRICA, colorido, mais os seguintes:

A quem prescindir da commissão

Uma duzia de photographias da propria pessoa que angariar 5 assignaturas.

O mesmo brinde, com a collecção da obra e um mappa a quem angariar 10.

Um retrato a crayon em tamanho natural, copia da photographia enviada á Empreza pela pessoa que angariar 15.

Um retrato a crayon, uma duzia de photographias, um exemplar da obra a quem angariar 20.

Um relogio de prata, Remontoir, do melhor auctor a quem angariar 40.

Uma inscripção de 100$000 réis a quem angariar 100.

Recommenda-se a leitura do prospecto.

CERVEJA PORTUGUEZA

8 DA ACREDITADA fabrica da Trindade de Lisboa.

Vende-se em Coimbra na mercearia de Pitta d'Eça.

Rua do Cego 2 a 6.

ARRENDAMENTO

9 ARRENDA-SE do S. João em deante, por um ou mais annos, uma morada de casas de cinco andares e loja, reedificada de novo, propria para uma familia numerosa e com boas vistas, sita na rua dos Sapateiros, n.º 42.

Quem pretender dirija-se a José Duarte Areosa, na mesma casa.

NO ESTANCO E MERCEARIA

DA

VIUVA BENTO DA ESQUINA

14, PRAÇA 8 DE MAIO, 17

10 SE VENDE muito em conta, além de muitas outras sementes, — repolho — couve tronxuda, do Algarve, lombarda, murciana e flor, — espinafres — couve chicoria, de pão d'assucar, hespanhola, e brocolos.

11 FRANCISCO CORREIA LOPES tem na Carapinheira um orgão pequeno de bonito formato, de oitava larga, e de facil transporte, que vende ou aluga.

Quem o pretender dirija-se ao annunciante para a Carapinheira.

A Associação Conimbricense do Sexo Feminino

12 NO RELATORIO de contas d'esta associação, que tem por alcance sahtificar a gerencia de 1876, assevera-se que a socia n.º 517 recebeu, de soccorros prestados pela munificencia d'esta instituição, 340 réis em metal de fino toque. Em vista d'esta asserção genuinamente falsa, a socia faz declarar o que se segue:

Nunca reclamou soccorros alguns d'esta associação; e portanto não lhe apraz que se lance mão do seu nome, ou para occultar qualquer beneficio que deva ser piedosamente encoberto com um veu de mysterio, ou para qualquer fim caritativo, por mais virtuoso que seja. Finalmente extranha e deplora que tanto de leve se obre em assumpto d'esta ordem, sem respeito a susceptibilidades e melindres d'outrem.

CENTRO PROMOTOR

DE

INSTRUCÇÃO POPULAR

13 TENDO a direcção deliberado que no no dia 8 de Maio proximo futuro haja na sala d'esta sociedade uma reunião de familias, assim se participa aos dignos associados para seu conhecimento.

Coimbra 27 de Abril de 1877.

O 1.º secretario

Augusto José Gonçalves Fino.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

14 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «sandavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e forma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

Instrucção primaria

15 UM INDIVIDUO de bons costumes, deseja aproveitar o tempo que lhe resta das suas occupações diarias, ensinando instrucção primaria por casas particulares.

N'esta redacção se diz quem é.

16 ARRENDA-SE a casa n.º 24 a 26 da rua da Moeda: contém 2 andares, bom forno e casa para lenhas. Trata-se com a viuva Bento da Esquina, praça 8 de Maio, 14 a 17.

THEATRO ACADEMICO

17 OS ESPECTACULOS annunciados para os dias 27, 28, e 29, ficam transferidos para os dias 2, 3, e 4 de Maio.

AOS VINHATEIROS

18 NA MERCEARIA de Pitta d'Eça vende-se o mais superior enxofre moido e flor d'enxofre a preços commodos.

Recebem-se encommendas d'este artigo para vir directamente para qualquer estação da via ferrea, sendo porção.

Garante-se a qualidade.

Rua do Cego, n.º 2 a 6.

AGRADECIMENTO

19 ANTONIO SIMÕES FERREIRA, e seus filhos Joaquim Simões Ferreira, Luiz Carlos Simões Ferreira, Maria Emilia Simões Ferreira, e Mariana Candida Simões Ferreira, summamente penhorados pelos obsequios que receberam dos seus patricios e amigos durante a doença e por occasião do fallecimento de sua prezada mulher e mãe D. Maria da Encarnação Simões Ferreira, agradecem por este meio a quem o não poderam fazer pessoalmente, especialisando o seu muito amigo dr. João Augusto d'Almeida Araujo Pinto, pela assiduidade e cuidado com que lhe assistiu na sua doença.

20 ANNOTAÇÕES ao Codigo Civil portuguez pelo conselheiro José Dias Ferreira, volume 5.º, com um supplemento a todos os volumes, 1 vol. 8.º ...... 2$000

Pelo correio .... 2$080

Está á venda na livraria de Manoel d'Almeida Cabral.

Rua da Calçada 163 a 165.—Coimbra.

21 BASILIO AUGUSTO XAVIER D'ANDRADE, na rua das Figueirinhas, n.º 46, tem para vender um orgão grande, perfeitamente construido e com quatorze registos.

Quem o pretender dirija-se ao annunciante.

Monte-pio Conimbricense

22 POR ordem do ex.^mo sr. presidente da assembléa geral são avisados todos os socios para no dia 29 do corrente, pelas 10 horas da manhã, comparecerem na sala da Associação Commercial d'esta cidade, a fim de lhes serem presentes as contas do semestre findo em Dezembro de 1876.

Coimbra, 25 de Abril de 1877.

O secretario da assembléa geral.

A. J. Gonçalves da Cunha.

EXAMES DE ADMISSÃO AOS LYCEUS

Em rasão de se achar o sr. commissario dos estudos occupado com o serviço dos exames dos candidatos a magisterio primario, cuja urgencia lhe foi superiormente recommendada, e de fazerem parte do jury dos mesmos exames mais trez srs. professores d'este lyceu, resolveu-se que os exames de admissão aos lyceus, que estavam marcados para o dia 1.º de Maio e seguintes, fossem adiados até que findassem os dos candidatos ao professorado; ficando assim os membros do jury d'estes exames desembaraçados para irem tomar assento nas mêsas dos de admissão aos lyceus, para os quaes foram nomeados.

Começarão pois estes exames no dia 7.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3105 | Terça feira 1 de Maio de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A proxima peregrinação a Roma tem dado logar a varias e encontradas apreciações, conforme são diversas as opiniões politicas e religiosas de quem escreve.

De Portugal preparam-se muitas pessoas para ir áquella viagem; e diz-se que irão alguns prelados, um dos quaes é o sr. patriarcha de Lisboa.

Ultimamente correu a noticia de que o governo annuia a dar para esse fim 8 contos de réis ao sr. patriarcha. Uns negavam o facto, e outros affirmavam-n'o. Parece, porém, que se não verifica.

Tambem se tem ventilado na imprensa, se o governo deve, ou não permittir que os prelados vão a Roma.

O nosso illustrado collega do *Diario da Manhã* apresenta a este respeito opiniões, que são exactamente as nossas.

Não deve o governo dar quantia alguma para esta viagem. É um acto de expontanea vontade, a que não são obrigados os prelados; e por isso quem quizer ir deve ser á sua custa, e não á custa do estado.

Além d'isso, o facto de conceder subsidio aos prelados fazia dar um caracter official á peregrinação a Roma; o que podia trazer sérias complicações.

Isto em quanto ao subsidio. Agora pelo que respeita á licença aos prelados, a qual entendem alguns escriptores que se deve negar, somos de parecer contrario.

Portugal é catholico. D'este paiz, em conformidade do que se está praticando nos outros, querem dirigir-se a Roma muitas pessoas, a prestar as suas homenagens ao pontifice Pio IX. Estão no direito de assim proceder, e mal avisado andaria o governo, se o quizesse impedir a quem quer que fosse.

Somos liberaes, e por isso mesmo não queremos que se negue a pessoa alguma o exercicio de nenhum direito.

Assim como nós, com toda a rasão nos queixariamos de nos prohibirem o exercer qualquer acto, que a lei não contrariasse, tambem não deveriamos querer que se impedisse a saida do reino a quem n'esta occasião quer ir a Roma.

A não ser isso, applicar-se-hia com rasão a essa intolerancia a bem conhecida sentença — Quereis ser livres, mas não sabeis ser justos.

O governo não tem que intervir n'essa peregrinação com auxilios pecuniarios, para que não está auctorisado, e que trariam comsigo o inconveniente de dar um caracter official ao que deve ser meramente particular; mas ao mesmo tempo não deve por modo nenhum obstar á saida dos prelados do reino.

É assim que procede quem ama verdadeiramente a liberdade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

No domingo, ao meio dia, reuniu-se a assembleia geral dos socios fundadores da Associação liberal de Coimbra.

O fim especial da reunião era para dar cumprimento aos estatutos, que determinam que a classe dos socios fundadores esteja sempre preenchida com o numero de 50.

Faltavam já 12 socios, em rasão de haver fallecido um, terem-se despedido alguns e haverem mudado de residencia outros.

Por estar ausente o digno par do reino, o sr. Miguel Osorio Cabral, porque tinha ido ao Porto assistir á inauguração da Associação liberal Portuense, foi eleito presidente da assembleia geral dos socios fundadores o sr. dr. Bernardo de Serpa Pimentel.

Serviram de secretarios os srs. drs, José Joaquim Fernandes Vaz e Manoel Emygdio Garcia.

Procedendo-se á eleição dos 12 socios, que haviam de passar para a classe de fundadores, ficaram eleitos os srs.:

Frederico Pereira da Graça.
Augusto Pinto da Costa Salema.
João Antonio Cardoso.
José Duarte Areosa.
Manoel Antonio da Costa.
Bacharel Pedro Augusto Martins da Rocha.
Dr. Manoel Marques de Figueiredo.
Dr. Manoel de Oliveira Chaves e Castro.
Ernesto Lopes de Moraes.
Dr. Augusto Filippe Simões.
Francisco Antonio Ferreira Junior.
Bacharel José de Moraes Pinto de Almeida.

O sr. José Alberto Corte-Real propoz, e foi unanimemente approvado, que sabendo-se que á mesma hora se estava a inaugurar no Porto a Associação liberal d'aquella cidade, se lhe enviasse uma felicitação.

Em consequencia d'isso foi immediatamente expedida pelo telegrapho a communicação seguinte:

«*Urgente* — Miguel Osorio Cabral, par do reino — Palacio de Crystal, Porto — Os socios fundadores da Associação liberal de Coimbra, reunidos em assembleia geral, felicitam-se pela inauguração da Associação liberal Portuense, e saudam os seus benemeritos fundadores — *Bernardo de Serpa Pimentel — Manoel Emygdio Garcia — José Joaquim Fernandes Vaz.*»

Tendo a classe dos socios fundadores da Associação liberal de Coimbra perdido, por fallecimento, um seu distincto socio, o sr. José Maria Pinto, resolveu-se que se lançasse na acta um voto de sentimento a este fervoroso liberal e digno cidadão.

Além d'isso decidiu-se, que na sessão da assembleia geral da Associação liberal de Coimbra, que para isso se destinasse, fosse lida uma memoria em justo louvor do sr. José Maria Pinto, a quem a causa da liberdade deve muitos serviços.

A assembleia incumbiu da redacção d'essa memoria o socio fundador Joaquim Martins de Carvalho.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCVI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Era já quasi no fim do dia, quando entrámos na carruagem para Victoria onde era a primeira paragem. Andámos toda a noite, subindo aquella maravilhosa estrada; e muito senti não gosar do magestoso espectaculo d'aquella parte dos Pyrineus.

Descançámos um pouco em Tolosa, já alta noite, para comer, e na madrugada nos achámos em uma tal asperesa de caminho, que foi preciso que nos apeassemos, e deitar-se uma junta de bois á carruagem para a ajudarem a subir. É alli tão ingreme a montanha, que não foi possivel dar mais suave direcção á estrada; e então ainda vi as alturas gigantescas d'aquelles grandes colossos de penedia; e fiquei admirado como a mão do homem tinha podido fazer por alli uma estrada por onde eu tinha corrido toda a noite sem dar um tombo.

Quando chegámos a Victoria, famosa por alli ter ficado para sempre quebrado o sceptro do rei José, era já a manhã muito avançada. Parámos em uma boa hospedaria, onde soubemos que descançariamos até quasi á noite. Eu que ia um pouco fatigado, fui mudar de roupa, fiz a barba, e fui deitar-me na cama para descançar e dormir, recommendando ao meu criado que me fosse chamar, quando o jantar estivesse prompto. Dormi, e descancei, e comi com muito bom appetite.

Acabando o jantar cuidou-se logo nos preparos para a continuação da jornada. Mudou-se de carruagem para uma maior, e n'ella então fomos seis passageiros de quatro que eramos desde Irun. Victoria pareceu-me bem situada, porque está em uma extensa planicie, e tem um ar alegre. Estava-se-lhe arranjando um passeio publico, que me pareceu havia de ser lindo pelo muito arvoredo que já tinha plantado; e nada mais vi, porque passei todo o tempo que alli estive, a mudar de roupa, vestir-me, dormir, e comer.

Já bem tarde entrámos na diligencia para Madrid; andámos, segundo o costume, toda a noite, passámos o Ebro ás escuras, e costeámos o grande e notavel castello de Pancorvo sem nada podermos ver do caminho por onde iamos correndo. Haviamos sahido da Byscaia, e atravessavamos a Castella-velha.

Ao romper do dia estavamos em Burgos, mas apenas a pude ver, porque depois de tomarmos o nosso chocolate, disse-nos o conductor da diligencia, se queriamos ver a cathedral, fossemos lá de pressa em quanto se mudavam os cavallos, o que fizemos, mas com tanta pressa, que apenas pude lançar os olhos para aquelle magnifico edificio, que passa pelos mais bellos da architectura. Tambem apenas tive tempo para olhar para a estatua de bronze de Carlos III, porque já nos estavam a chamar, e foi preciso ir a correr metter-nos na carruagem.

D'alli até Madrid nada pude ver que podesse notar, porque se viajava com muita rapidez, e uma parte do caminho era de noite. Sei que em uma madrugada chegámos ás visinhanças de Madrid na Castella-nova, situada em uma longa planicie, rodeada de montanhas, e que quasi se não vê senão quando se entra n'ella.

Fomos emfim mui felizes n'esta ultima jornada, porque era tal n'esse tempo o perigo de ser assaltado pelos ladrões que infestavam as vizinhaças da capital, que as diligencias vinham já por alli escoltadas por cavallaria. Nós escapámos a este insulto, mas não succedeu assim aos passageiros que logo chegaram depois de nós, porque foram atacados e roubados, apesar da escolta de cavallaria que os acompanhava.

O dia em que cheguei a Madrid era um dia de Agosto e muito quente, e apenas me apeei, perguntei logo onde morava o nosso ministro, que era o meu antigo amigo, Manoel de Castro Pereira, que me recebeu, como se costuma dizer, com os braços abertos, e se me prestou para tudo o que eu alli precisasse.

Não fiquei em casa d'elle, não só porque não tinha commodos sufficientes, mas porque o meu desejo foi sempre estar independente, e á minha vontade sem o mais pequeno constragimento. Já estive eu em casa alhea, mais por obsequio a quem m'a offereceu, do que por precisar d'ella; e a experiencia depois me mostrou o mal de ter acceitado, porque aquelles que fazem taes offerecimentos, ou é por simples comprimento, ou porque n'isso levam seu interesse, como comigo aconteceu; mas o contar como isto foi, fica para mais tarde, se chegarem até esse tempo as Memorias que estou escrevendo.

(Continuar-se-ha.)

O sr. bacharel Joaquim d'Almeida da Cunha fez algumas reflexões ácerca da apathia em que tem estado a Associação liberal.

Tem muita rasão o sr. Almeida da Cunha. Esta Associação foi creada para mais alguma cousa do que para commemorar os fastos gloriosos do partido liberal.

No artigo 3.º dos estatutos incumbe-se á Associação liberal uma variada e importante missão, que não deve ficar só no papel.

E mister que haja iniciativa, porque sem ella os socios, por habitual indolencia, pouco, ou nada fazem.

Passou-se um anno, e só agora, na proximidade do dia 8 de Maio, é que parece crear nova vida a Associação liberal de Coimbra.

E' já tempo de acordar, e de mostrar por factos positivos, que não foi inutilmente que ella foi fundada.

Joaquim Martins de Carvalho.

E' sempre objecto para felicitações o ver progredir a industria entre nós.

O sr. Ayres Augusto Quaresma de Almeida, á custa dos maiores esforços e emprego de avultados capitaes, acaba de estabelecer uma importante fabrica de papel, junto á ponte do Espinhal.

Teve de construir o edificio desde os alicerces; e fez a acquisição de excellentes machinas, que se fazem em Inglaterra, indo para esse fim áquelle paiz.

O papel vae tendo consumo em escala progressiva; e por isso é para estimar que haja mais este estabelecimento industrial, onde elle se fabrique.

Além d'isso esta fabrica e todas as mais que n'este districto se forem creando, têm a vantagem de dar emprego a numerosos operarios. Assim se evita que muitos individuos vão procurar no Brasil os meios de subsistencia.

Egualmente a fabrica de lanificios, que se anda a construir no antigo convento de S. Francisco, além da ponte d'esta cidade, vae já em bastante adeantamento.

E' para folgar que em breve possam alli começar em exercicio as machinas que têm chegado do estrangeiro.

Coimbra estava costumada a viver em uma certa inercia, tornando-se quasi exclusivamente dependente da Universidade. E' tempo de acordar d'esse lethargo, e de se desenganarem todos que uma das principaes fontes da prosperidade publica é a industria.

Torna-se, porém, muito necessario que á frente d'esses estabelecimentos estejam sempre pessoas zelosas e praticas nas diversas especialidades. Da economia e boa direcção é que depende em grande parte o desenvolvimento das industrias.

Em 1840 fundou-se n'esta cidade uma sociedade exploradora de pedreiras lithographicas; mas em logar de presidir a essa industria a indispensavel economia e acertada direcção, crearam-se logo grandes ordenados para diversos empregados, que eram sufficientes para uma grande companhia. O resultado foi que esta empreza cessou dentro em pouco.

Para exemplo de esclarecida direcção póde ver-se a fabrica de lanificios de Castanheira de Pera, concelho de Pedrogão Grande, pertencente ao sr. Antonio Alves Bebiano. A' inexcedivel actividade d'este industrial se deve o grande credito a que têm chegado os lanificios da sua fabrica.

Oxalá que em Coimbra, e n'outros muitos pontos do districto possamos ver o mesmo.

Joaquim Martins de Carvalho.

Refere o nosso collega do *Diario Popular*, que o gado que ia para ser corrido no domingo, na praça do Campo de Sant'Anna em Lisboa, passava na sexta feira, ás 6 horas, pelas ruas de Villa Franca de Xira, aonde foi estrematado por alguns curiosos.

Um touro investiu alli com um pobre velho e deixou-o com as tripas de fóra e em perigo de vida, e tres homens tiveram de entrar n'um tanque cheio de agua, para fugir á perseguição dos touros.

Estes factos devem merecer os applausos dos apaixonados pelas touradas. Só lamentarão que as desgraças fossem poucas.

Joaquim Martins de Carvalho.

Abaixo publicâmos uma carta que nos dirigiu o nosso respeitavel amigo, o sr. padre Joaquim Martins Nobre, antigo parocho que foi da freguezia de Santa Cruz, d'esta cidade, a proposito da projectada expropriação da casa da junta de parochia d'aquella freguezia, contigua ao seu magestoso templo.

O sr. Martins Nobre historiando factos que a respeito d'esta casa e do claustro do Silencio se deram comsigo, quando foi parocho de Santa Cruz; elogia a actual junta de parochia pelo seu procedimento.

Temos, porém, a dizer-lhe, que póde riscar da sua carta esses elogios. A junta... não dizemos bem, a sua maioria, por motivos que ella deve saber melhor do que nós, lavrou no dia 27 de Abril uma acta, calculada a annullar o effeito da representação da mesma junta dirigida ao governo.

Assim era mister, para não passar em julgado, que em Coimbra se póde impunemente praticar algum acto de independencia contra os potentados d'esta terra.

Felizmente, seja dito em seu louvor, o reverendo prior da freguezia de Santa Cruz, presidente da junta, e o vogal o sr. Francisco José Vieira Braga, recusando-se a sanccionar esse acto indecoroso, assignaram vencidos e com declarações.

E além d'isso, o honrado e independente secretario da junta o sr. Amadeu Fructuoso da Silva Rocha, recusou-se nobremente a lavrar uma semelhante acta; pelo que teve ella de ser escripta por um dos vogaes da maioria da junta, e por tal modo, que no dia 26 se começaram duas actas, que foram ambas riscadas e trancadas, sem se poderem concluir, e só se atreveram a levar a effeito tão inqualificavel resolução na terceira acta, lavrada no dia 27.

Não commentâmos, nem isso é preciso.

Joaquim Martins de Carvalho.

Sr. redactor. — Pelo que acabo de ler no seu *Conimbricense* de 24 d'Abril presente vejo, que estima que a junta de parochia da freguezia de Santa Cruz d'essa cidade cumpra com os seus deveres, oppondo-se á expropriação d'uma casa que faz parte do historico e magestoso templo de Santa Cruz; e eu que em 1863 parochiei aquella egreja tambem me congratulo pelo seu procedimento, pois que já no meu tempo a camara pretendia usurpar á egreja o claustro do Silencio, não obstante ser uma parte integrante d'aquelle templo. Digo parte integrante, porque está rodeado de capellas; porque era cemiterio dos frades; por n'elle se fazerem as procissões e por ter a sua entrada pela mesma egreja.

Para provar o bom desejo que a camara d'aquelle tempo tinha em expropriar ou para melhor dizer, profanar aquelle claustro, digno de respeito por todos os titulos direi o que me lembrar, e se passou entre mim e o exm.º conde das Canas, então presidente da camara; e depois na presença da junta, que convoquei a seu pedido.

Estava eu na Misericordia, onde era thesoureiro, e alli mandou o exm.º conde das Canas um empregado para me dizer que s. ex.ª desejava fallar comigo, e que se eu ainda tinha demora elle iria alli em pessoa para me inteirar sobre o que pretendia.

Respondi que ainda tinha demora, e que se s. ex.ª tinha alguma cousa a dizer-me, podia dirigir-se a mim, e que alli mesmo podiamos fallar; não se fez esperar muito e compareceu.

Depois dos comprimentos do costume, disse o seguinte: — Que a camara queria reparar o claustro do Silencio, porque estando proxima a exposição do Porto, elle e o templo devia ser visitado por muitos nacionaes e estrangeiros, e que era vergonhoso que o encontrassem n'aquelle estado; e por isso que esperava que me não oppozesse, querendo que este negocio ficasse para assim dizer entre mim e elle.

A isto respondi-lhe, que bem sabia s. ex.ª que tal negocio não podia ser resolvido só por mim, e que se o fosse dir-lhe-hia que não consentiria em tal; mas como era negocio que devia ser tractado por toda a junta, que só a ella devia recorrer.

N'esse caso, disse elle, que convocasse eu a junta, e o avizasse para pessoalmente expôr o que pretendia.

Convoquei a junta, a quem fiz sciente do que tinha passado com elle, e qual foi a minha resposta. A junta depois de approvar tudo o que eu tinha dito, designou o dia e hora, em que o exm.º presidente da camara devia comparecer; e sendo presente, repetiu o mesmo que me tinha dito na Misericordia pouco mais ou menos: teve porém o desgosto de nada obter da junta.

Protestou então que conseguiria o claustro por outros meios e acrescentou o seguinte: — Que a camara tinha obtido o claustro por um decreto, o qual revogava a portaria pela qual a senhora D. Maria II o tinha concedido á egreja; que tinha tomado posse de todo o edificio, contiguo á egreja, inclusivamente do claustro, e não só d'este, mas de tudo quanto encerrava o circulo, começando pela rua do Montarroio, ao açougue, rua das Figueirinhas até á praça de Samsão, etc.

Para que o publico soubesse qual era a pretensão da camara publiquei alguns communicados no seu *Conimbricense*, se bem me lembro, em que mostrava que a camara, na posse que tomou, calcára aos pés o decreto, pois que era impossivel que lhe concedesse tudo quanto ficou dentro do circulo que ella talhou; e para o provar dizia eu, que dentro do dito circulo havia a torre da egreja, que não obstante estar separada da egreja, lhe pertencia, e que a camara apenas lá tinha o seu relogio, porque a junta lh'o concedia; que havia casas particulares dentro do mesmo circulo, e não constava que seus donos as quizessem ceder á camara; que na rua das Figueirinhas havia uma capella pertencente á Misericordia, e uma egreja parochial que pertencia aos frades, e que depois a junta alli mandára fazer um edificio para arrendar, visto que a egreja se inutilisou e que nunca a camara lhe contestára o seu direito, nem á Misericordia a posse da sua capella; que o decreto só lhe concedeu o que a camara pediu, que era casa para as suas repartições, e que o claustro não estava no caso; além d'isto que o claustro estava rodeado de capellas expostas ao culto; que dava passagem para o côro, e para o santuario, de que a egreja ficaria privada, se a camara expropriasse o dito claustro; e finalmente que a egreja tinha entrada por fóra, e que os altares que se achavam debaixo d'uma arcada do lado direito tambem estavam debaixo do edificio de que a camara se queria apossar; o que tudo mostrava que o decreto de modo algum queria privar a egreja d'estes adjuntos, que póde dizer-se eram parte integrante do dito templo, etc.

Esta minha correspondencia fez recuar a camara d'então, mas talvez não produza o mesmo effeito na de hoje, porque quem faz o mais, tambem está habilitado para fazer o menos. São velharias que envergonham a nação e por isso vá tudo por terra; o que escapou ao martello destruidor de 1834, tenha tambem agora a sua vez.

Bem anda pois a junta actual em defender os seus direitos; torna-se digna dos maiores louvores, e se infelizmente não conseguir o que pretende, ao menos não fica responsavel pela sua incuria, e por não conhecer os deveres que tem a cumprir.

Se v., sr. redactor, achar que estas mal lançadas linhas são dignas de occupar um canto do seu periodico, muito obsequeia o seu antigo assignante.

Aldeias 27 de Abril de 1877.

O padre *Joaquim Martins Nobre*.

JOÃO DE LEMOS

Sr. Joaquim Martins de Carvalho.—Quinta d'Anta, 27 de Abril de 1877. — Seduzido e penhorado pelo benevolo acolhimento que v. me fez ultimamente na sua casa—o *Conimbricense*, e conservando-me, com escrupulo, n'aquelle campo, em que nos damos e, por mercê de Deus, nos daremos sempre as mãos, vou aproveitar-me da sua generosa e amigavel hospitalidade, conversando com v. sobre assumptos, que ainda tem relação com a minha anterior carta.

Instrucção, instrucção; escholas, escholas; é o brado exclusivo, e não sei se muito consciente e consciencioso, de certos progressistas, que olham as coisas pela rama, assim entre nós como lá por fóra.

Cuido, porém, que tal brado para ser na verdade civilisador carece de alliar aquelles substantivos com os competentes adjectivos, que lhes definam e caracterisem a natureza; isto é—*escholas boas e boa instrucção*.

Pretendem alguns que a instrucção é a unica fonte da moral, e já tenho lido e ouvido—*multipliquem as escholas e podem fechar as cadeias*.

Deploravel engano! Tristissimo erro, que as estadisticas destroem todos os dias!

E tão longe se levou já a exaggeração e cegueira, n'este ponto, que alguns jornaes francezes chegaram a dizer que *o mestre-eschola é quem tinha vencido em Sadowa e em Sedan*. Outros inculcavam a necessidade de se augmentar o orçamento da instrucção publica para se poder diminuir o orçamento da justiça e da guerra.

Effectivamente teriam estes rasão se se não esquecessem do adjectivo a que me referi. As escholas christãs e a instrucção, tendo por base a religião, com certeza diminuiam nos estados as despezas da justiça e da guerra. Mas *escholas e instrucção* sem lhes presidir a cruz?!... Os registros criminaes que digam o que valem.

Não se admire comtudo v. de saber que houve jornaes em França, de intelligencia tão obscurecida e de patriotismo tão frouxo, que pozeram o *mestre-eschola a triumphar em Sadowa e em Sedan*. A Prussia é, por toda a parte, a deusa da moda.

Mais para admirar é ainda que o sr. *Sarcey*, um dos admiradores das *escholas prussianas*, e que se havia esfalfado a clamar pela instrucção *sem adjectivo*, e pelos livros e jornaes *sem nenhum freio*, derramados ás mãos cheias, venha, ha pouco, no seu jornal, *Le XIXe siècle*, referindo-se á moralidade em Allemanha, citar como completamente exactos alguns trechos d'um auctor allemão, recentemente traduzido em francez pelo sr. *Tissot*, e que deitam por terra com a brutalidade implacavel dos algarismos os seus antigos clamores irreligiosos sobre instrucção e escholas.

Ora ouça v. o sr. *Sarcey* e a sua citação. Diz elle: «O mal chegou a ponto que o doutor *Johannès Scherr* (o auctor traduzido), indignando-se contra a indulgencia dos jurados, observa em bom e doce prussiano, que ha gente que nada detém senão o medo da cadeia e do cadafalso», e continua n'estes termos:

«É necessario riscar do codigo todo vão «sentimentalismo; e uma precisa modificação «se vae já fazendo n'este sentido. Nem se póde «deixar de a acceitar, quando se lêm os re«sultados que *Hansofer* nos apresenta na sua «estadistica de 1872.

«*Verifica-se alli, que, apezar dos progres«sos da instrucção publica, não ha nenhum «melhoramento no estado moral; antes pelo «contrario, ha progresso constante nos cri«mes, nos suicidios e na corrupção.* A crimi«nalidade das mulheres augmenta; porque o «numero dos infanticidios é maior de dia para «dia. Emfim, o progresso dos suicidios cresce «continuamente e a população tende sempre a «diminuir.

«O abuso da aguardente caminha ao lado «da degradação moral. *Engel* e *Frantz* attri«buem-lhe, e não sem motivo, a diminuição «da longevidade na Prussia n'estes ultimos «annos. Accresce ainda ás outras causas de «desmoralisação, a prostituição, que se multi«plica em proporções assustadoras. Em quanto «de 1858 a 1863, a população de Berlim só «cresceu 20 por 100, a prostituição augmen«tou 60 por 100. As enfermidades que a im«moralidade traz comsigo tiveram um desen«volvimento incrivel. Finalmente, o numero «dos divorcios augmenta, porque todos querem «correr atraz da fortuna e dos gosos materiaes «e entregar-se ás loucuras da ambição e do «dinheiro».

E que taes são os fructos da eschola e da instrucção sem a unica verdadeira fonte da moral e da civilisação—o christianismo!

Escholas, escholas; instrucção, instrucção! De accordo. Ninguem de bom senso rejeita isso em these, antes reconhece a salutar influencia da instrucção christã. Ha cerca de dezenove seculos que a arvore da cruz é a arvore da sciencia do bem, da liberdade e prosperidade dos povos. Á sua sombra, o ignorante sabe tudo; sem ella, o sabio tudo ignora, porque não sabe o mais especial da vida e da morte: *Initium sapientiæ timor Domini*.

J. de Lemos.

NOTICIARIO

Senhor aos presos.—No domingo foi processionalmente levado o Sacramento aos presos da cadeia d'esta cidade.

A irmandade do Santissimo de Santa Cruz ia numerosa, e com ella muitos anjos. Tambem faziam parte do prestito os meninos orphãos.

Atraz do pallio iam os srs. juiz de direito, delegado do procurador regio, escrivães e officiaes de diligencias, administrador do concelho e governador militar.

Pegava na umbella o sr. secretario geral, servindo de governador civil.

Fazia a guarda de honra uma força de infanteria 14, commandada por um subalterno, levando á sua frente a philarmonica Conimbricense.

A cadeia estava muito bem ornada, tanto interior como exteriormente.

O digno prior de Santa Cruz, o sr. padre Joaquim Antonio de Oliveira, antes de dar a communhão aos presos fez-lhes uma allocução muito apropriada áquelle acto solemne.

Depois de dada a communhão, foi distribuido por ordem da Mesa da Misericordia, por um orphão, a quantia de 300 réis a cada preso.

Á uma hora da tarde foi dado um abundante jantar a todos os presos.

Assistiram a este acto os srs. juiz de direito, delegado, administrador do concelho, escrivães do juiso e officiaes de diligencias, e alguns academicos.

A despeza foi, como tem sido pratica nos mais annos, feita pelos membros da camara, auctoridades e empregados judiciaes, e administrador do concelho.

O zeloso e bemquisto carcereiro o sr. Sebastião José Luiz de Mattos, foi incançavel em que a cadeia estivesse devidamente preparada, para a augusta ceremonia da communhão dos presos, e para todos os mais actos d'aquelle dia.

Senhor aos entrevados. — No mesmo dia foi levado o Sacramento aos entrevados da freguezia da Sé Cathedral d'esta cidade.

N'esta freguezia é costume fazer-se com muita pompa semelhante acto religioso; e este anno não desmereceu dos anteriores.

Ia numerosissima a irmandade do Santissimo, e entre as suas alas viam-se 48 anjos.

Adeante do pallio iam muitos ecclesiasticos, alguns d'elles paramentados.

Levava o vaso sagrado o digno reitor da Sé, o sr. padre Antonio Garcia dos Santos; e a umbella era conduzida pelo deão o sr. conselheiro Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo.

Fazia a guarda de honra uma força de infanteria, commandada por um alferes; indo além d'isso na frente da irmandade dois soldados de cavallaria, e quatro na rectaguarda da força do destacamento. Tocava a philarmonica Boa-União.

Não só todas as casas das ruas do transito estavam vistosamente ornadas de cobertores, mas a rua da Mathematica, largo do Castello, e parte da rua dos Estudos, estavam enbandeiradas.

Atraz da procissão era extraordinaria a concorrencia de povo.

Festividade.—No domingo celebrou-se na egreja de Santa Cruz a festa dos Santos Martyres de Marrocos.

Foi este anno transferida do seu proprio dia em 16 de Janeiro, em rasão de ter sido então inundada a egreja.

A fabrica de papel da Ponte do Espinhal. — Já depois de estar composto o artigo em que damos conta da nova fabrica de papel da Ponte do Espinhal, pertencente ao sr. Ayres Augusto Quaresma de Almeida, recebemos, como curiosidade, que muito apreciâmos, a primeira folha de papel que alli foi feita.

A fabrica começou a funccionar no dia 10 de Abril.

O machinismo foi dirigido pelo habil artista o sr. Henrique Hibbard, que presentemente se acha em Villa Nova de Gaya a dirigir uma grande obra de tanoaria a vapor.

Parte dos acentos dos machinismos foram collocados pelo nosso patricio o sr. Abel da Silva Espingarda, que tem merecido pelo seu zelo e bom trabalho todo o apreço do sr. Hibbard.

O activo e emprehendedor proprietario d'esta fabrica, o sr. Quaresma de Almeida teve de luctar com grandes difficuldades para a levar a effeito. Bastará indicar a grande trovoada de 19 de Maio de 1876, que alli causou grandes damnos; a trovoada de 18 de Junho, e os extraordinarios temporaes do passado inverno.

Tudo venceu a vontade perseverante do sr. Quaresma de Almeida, pelo que lhe damos sinceros parabens e a toda a sua familia.

Cemiterio da Conchada. —Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

José de Oliveira Guimarães, filho de Francisco da Silva e Antonia Margarida, de Guimarães, de 50 annos, fallecido em 22 d'Abril de 1877.

Elvira, filha de Felisberto Pereira e Rita de Jesus, de Coimbra, de 2 annos, fallecida em 23.

Manoel José Brandão, filho de Bernardo José Brandão e Theresa dos Santos, de Bordallo, de 65 annos, fallecido em 24.

Maria Ladeira, filha de José Lopes e Rosa Ladeira Diniz, de Bordallo, de 60 annos, fallecida, em 24.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada—7:052.

Apresentação.—O presbytero Pedro Borges foi apresentado na egreja parochial de Nossa Senhora das Neves de Pousaflores, diocese de Coimbra.

Transferencia. — Beatriz Amalia Guia, habilitada com *distincção* nos exames da segunda epocha de 1875, e professora vitalicia da eschola de meninas de Miranda do Corvo, foi transferida, pelo requerer, para a eschola de meninas da freguezia de Sernache, concelho de Coimbra.

Recrutamento.—O supremo tribunal administrativo julgou favoravelmente os seguintes recursos, a fim de que os respectivos mancebos fiquem isentos do serviço do exercito.

Concelho de Arganil

Freguezia de Pombeiro. — José, filho de José Lourenço.

Freguezia de Sarzedo.—Antonio Carvalho, pelo filho Antonino. — Joaquim Ventura, pelo filho Manoel Joaquim.

Concelho de Pampilhosa

Freguezia de Vidual. — José Fernandes, viuvo, pelo filho Antonio.

Concelho de Figueira da Foz

Freguezia de Lavos. — Manoel, filho de José Camarão.

Concelho de Goes

Freguezia de Alvares. — José, filho de Domingos Alves Lopes, viuvo de Maria Alves.

Historia Universal. —Recebemos o fasciculo 28, com o qual se completa o 5.º volume da *Historia Universal por Cesar Cantu.*

Já por muitas vezes nos temos referido a esta importante obra, e por isso hoje nada mais temos a dizer do que repetir os nossos louvores ao infatigavel editor o sr. Francisco Arthur da Silva, que se tem esforçado para que a publicação da *Historia Universal* seja feita com toda a regularidade.

Nova publicação. — Recebemos e muito agradecemos a seguinte publicação.

«*Flores romanticas—Emilio Gaboriau—O senhor Lecoqc—(Aventuras d'um preso e de um agente de policia)—Versão de J. B. de Mattos Moreira, illustrações de Manoel de Macedo.—Volume I.*

«Lisboa, livraria editora de Mattos Moreira & C.ª—Praça de D. Pedro, 68—1877.»

Exames de instrucção secundaria. — Por decreto de 26 de Abril foi modificado em parte o outro decreto de 28 de Março ácerca dos exames de instrucção secundaria.

Exceptuou-se da obrigação dos exames nos lyceus de Lisboa, Porto, e Coimbra os estudantes dos seminarios e aquelles que não quizerem seguir cursos superiores. Estes exames serão feitos nos primeiros dez dias de Julho.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 28 de Abril de 1877.

«Calaram-se os novelleiros e estão desmentidos os boatos de crise ministerial.

Acerca da supposta origem com respeito ao caminho de ferro do Algarve, diz-se que por fim o sr. ministro da fazenda cedeu e dará o dinheiro que for preciso para a continuação das obras.

Emquanto ao subsidio ao sr. patriarcha, foi resolvido que se não désse n'esta occasião os 8 contos pedidos por s. em.ª para ir solicitar o barrete cardinalicio e o competente annel, mas que se lhe dê licença para ir a Roma com os peregrinos, e bem assim todos os prelados que a peçam ao sr. ministro dos negocios ecclesiasticos.

Em consequencia d'esta resolução parece que o sr. patriarcha não sahirá de Lisboa, deixando de presidir á peregrinação, como tencionava e como se empenhavam as pessoas que a promovem.

Falla-se em que algumas d'essas pessoas se lembraram de offerecer ao sr. patriarcha os meios de que carecesse para ir a Roma, mas duvida-se que tal ideia chegue a realisar-se.

Affirma-se que o sr. ministro dos negocios estrangeiros deu instrucções especiaes ao nosso ministro junto de Sua Santidade com respeito aos peregrinos.

Crê-se que por causa da peregrinação tem tido frequentes conferencias com o sr. marquez de Avila os dois ministros, marquez de Oldoini e monsenhor Sanguini, o primeiro representante de Victor Manoel e o segundo do Padre Santo.

É fóra de duvida, que na côrte do rei de Italia são mal vistos os peregrinos, por isso que alli se tomam como manifestações politicas e hostis á actual ordem de cousas as peregrinações.

Diz-se que a allocução que ha de ser dirigida ao Papa pelos peregrinos portuguezes é muito desfavoravel ao rei de Italia e feita de molde a provocar uma resposta não menos desagradavel.

Parece-me isto bastante imprudente, como será tambem qualquer manifestação, de que já se tem fallado, contra a peregrinação, quando ella sair para o seu destino.

Os excessos são sempre perigosos e com assumptos religiosos mau é fazer politica.

O sr. Fontes Pereira de Mello não sae hoje para o estrangeiro como se dizia. S. ex.ª naturalmente parte no principio do proximo mez.

Diz-se que este cavalheiro recommendou aos seus correligionarios da provincia a organisação de centros politicos.

Chegou ante-hontem, vindo de Hespanha, um personagem da Turquia, e foi hospedar-se no hotel Central. Dizem que é o ex-gran-vizir Midhat-pachá, que anda em viagem pela Europa. É homem de altura regular, barbas brancas, de pouco mais de 60 annos de edade. Quando entrou no hotel vestia o trajo oriental, mas depois apresentou-se com o traje europeu.

— Lisboa, 28 ás 5 h. e 36 m. da tarde.

Os empregados que fizeram o arresto nos gigos despachados no caminho de ferro pelo sr. José Luciano de Castro foram suspensos um por 15 dias e outro por 5. A sentença manda restituir a multa, declarando-a illegal e contraria aos regulamentos e instrucções ha muito dadas ácerca dos arrestos.

— Lisboa, 28 ás 8 h. e 40 m. da tarde.

Os productos industriaes portuenses que vieram de Philadelphia vão para o Porto com o fim de serem entregues aos expositores.

Chegou esta manhã o couraçado *Vasco da Gama*; teve uma arribada á sahida de Inglaterra.

No dia 10 foi a pique á entrada da barra de S. Francisco (Brasil) o brigue portuguez *Colete 2.º*

Não reuniu hoje o conselho director da exposição de Paris em consequencia da doença do dr. Moraes.

Causou muita sensação na praça do Rio de Janeiro a descoberta da falsificação de uma importante firma, que figura como acceitante de cinco letras de 10 contos. A casa commercial John Moore & C.ª descontou ha tempo aquellas letras. Ultimamente, quando levaram uma d'ellas aos acceitantes, os srs. Manoel Irmão & C.ª, foi então que estes deram pela falsificação da firma.

Por ora é segredo o nome do criminoso, mas consta que fugiu e que a policia o persegue.

Continuam no Rio de Janeiro grandes preparativos para festejar a chegada alli do general Osorio, marquez d'Erval, que vae tomar assento no senado.

—Lisboa, 28, ás 10 h. e 50 m. da noute.

Partiu esta noute para o Porto o sr. Agostinho da Rocha: o sr. marquez de Vallada parte ámanhã.

Dizem que el-rei D. Fernando e sua esposa a sr.ª condessa de Edla vão a Roma.

O sr. general Canavarro foi nomeado commandante da sub-divisão de Chaves.

Foi para o Porto o auto e arma do homicida Necho, accusado da morte do capitão do brigue «Claudio».

Foram presos tres passageiros com passaportes falsos, e o engajador, que vieram da provincia.

Telegramma particular affirma que no segundo combate na Asia os russos foram batidos, tendo 2:000 homens fóra de combate.

Chegou hoje da Bahia o sr. barão de Monte Santo.

Guerra do Oriente. — As ultimas noticias são as seguintes:

Londres, 27, pela manhã. — A declaração da neutralidade da Inglaterra vae ser publicada immediatamente em nome da rainha.

Bork disse na camara dos deputados que nenhum dos belligerantes manifestou intenções de bloqueio. O almirantado informou que Hobart, official da marinha ingleza ao serviço da Turquia, não pode continuar, sendo official inglez, a tomar parte nas hostilidades.

Constantinopla, 27, pela manhã.—No primeiro combate havido em Lokhruksom perto de Batoum, as tropas russas foram derrotadas perdendo algumas centenas. O combate continua. A esquadra russa bombardeou Toluscteî (?).

Buckarest, 27, pela manhã. — Entraram na Roumania 80:000 russos, que se concentram em Barboche, parecendo dirigir-se sobre Dobroudja.

As tropas roumanas evacuaram Kalafat. Estão em Galatz duas canhoneiras inglezas, a fim de de protegerem os seus nacionaes. Os turcos ainda não fizeram movimento aggressivo contra as fronteiras roumanas.

Constantinopla, 27. — Ainda não houve combate algum no Danubio. Na Asia proximo de Batoum houve um combate desfavoravel aos russos. Os turcos bombardeiam Potina na fronteira da Russia.

Primeira communhão. — No domingo proximo ha de fazer-se esta solemnidade no Collegio Ursulino com a assistencia de s. ex.ª o sr. bispo conde, que se digna ministrar a sagrada communhão, e o sacramento da confirmação ás meninas.

Museu Technologico. — Acabâmos de receber uma primorosa publicação — primorosa no objecto em si e na parte material. É o *Museu-Technologico, revista das industrias portuguezas e estrangeiras e dos principios scientificos em que as mesmas se fundam. Publicação mensal e illustrada.*

É director da nova e interessante revista o sr. M. da Maia Alcoforado, com a collaboração de muitos industriaes.

A impressão é feita na acreditada typographia dos srs. Lallemants Frères, em Lisboa, e bastará dizer isso para se saber que é magnifica.

Desde o fallecimento de Fradesso da Silveira parecia estarem abandonados os importantes assumptos industriaes; e por isso muito estimamos que o sr. Maia Alcoforado se resolvesse a uma tão util empreza, que não só dá merecido credito ao seu director e collaboradores, mas honra a propria nação.

Agradecemos o exemplar com que fomos brindados.

Desastre.—De Condeixa nos communicam o seguinte:

«No domingo, 29 de Abril ultimo, chegaram a Condeixa pelas 10 horas do dia, em um caleche, dois francezes que têm andado a viajar pelo reino; e que n'aquella occasião vinham de Pombal.

No meio da villa mandaram parar o caleche, a fim de se demorarem algum tempo.

O cocheiro, descendo da almofada, tirou os freios dos cavallos, para lhes dar ração. Saiu do carro, quando ao cocheiro, um dos francezes, ficando o outro dentro. N'esta occasião deitaram inadvertidamente, perto dos cavallos, um foguete, de que resultou estes espantaram-se, e como estavam desenfreados largaram a toda a brida por uma das ruas da villa, não dando a espantosa carreira, em que iam, logar a que o passageiro que tinha ficado dentro do carro podesse saltar fora.

Chegados ao fundo da rua precipitaram-se de uma ribanceira que tem cinco a seis metros de altura, resultando da quéda quebrar-se o carro de tal forma, que só se lhe aproveitam as rodas e as molas: tudo o mais ficou feito em estilhaços.

Um dos cavallos quebrou pela espinha dorsal, e o francez que ia dentro do carro feriu-se na cabeça, nas mãos, braços, e pernas, sendo, comtudo, muito feliz na quéda; porque os ferimentos não são perigosos ao que parece.

É merecedor dos mais elevados elogios o digno clinico, o exm.º sr. Ignacio Rodrigues de Almeida, pelos promptos soccorros que, com toda a delicadeza e esmero, tem prestado ao ferido.

Condeixa 1 de Maio de 1877.

Antonio Rocha da Fonseca.

ANNUNCIOS

LA ACADEMIA

Revista de la cultura hispano-portugueza, latino-americana

1 SE PUBLICA todas las semanas, en 16 páginas, con illustraciones.

Recebe assignaturas a *Livraria Academica*. Rua da Calçada, 183 a 185.

Para banda marcial

2 VENDEM-SE dois contrabaixos e um saxe-trompa. Quem os pretender dirija-se a Augusto Gomes Paes, ao Arco de Almedina.

3 NA RUA das Padeiras, 23, vende-se uma boa carroça, cavallo e arreios.

ESTABELECIMENTO DE ALFAIATE DE ANTONIO AUGUSTO DA PAIXÃO JUNIOR

PREMIADO
COM A MEDALHA DE PRATA
NA EXPOSIÇÃO DISTRICTAL DE COIMBRA
E COM O DIPLOMA DE MERITO NA DE VIENNA D'AUSTRIA

4 PARTICIPA aos seus freguezes e mais pessoas de sua amisade, que além do bom sortimento de fazendas que costuma ter, acaba de receber um abundante e variado sortimento de fazendas proprias para a presente estação; havendo os mais apurados e modernos gostos. Encontra-se tambem bom sortimento de collarinhos, punhos, mantas do pescoço, o que ha de mais moderno, lenços, bengalas, chapeus de sol, luvas de pelica e casemira, meias de fio de Escocia e muitas outras bijouterias.

Os seus preços continuam a ser os mais modicos como sempre costuma.

8, RUA DO INFANTE D. AUGUSTO, 10
COIMBRA

LIVRARIA ACADEMICA

HISTORIA UNIVERSAL
POR
CESAR CANTU

PUBLICADOS 27 FASCICULOS

Preço de cada um 250 réis.

Obras em publicação

5 DICCIONARIO de geographia universal.

Diccionario popular, historico, geographico, etc.
Viagens maravilhosas de Julio Verne.
Portugal antigo e moderno.
Historia de Portugal. Edição illustrada.
Os Filhos de Menfi. Romance illustrado.
Os desgraçados. Idem.
Castro Freire. Diccionario francez-portuguez.
As duas Dianas. Romance illustrado.
O Conde de Monte-Christo. Idem.
Os Tres Mosqueteiros. Idem.

ARRENDAMENTO DE CASAS

6 ARRENDAM-SE umas casas de dois andares, na rua da Esperança, com excellentes vistas, n.ºs 39 a 40; e as lojas e sobre lojas, na rua da Calçada, n.º 187, em que esteve a tabacaria Havaneza, do S. João por diante. Trata-se com seu dono e tabellião M. J. de Sousa, na dita rua da Calçada.

AGRADECIMENTO

7 D. MARIA AUGUSTA LUCAS DE OLIVEIRA e José de Oliveira e Silva, summamente penhorados para com as pessoas que se interessaram durante a doença, e tomaram parte na sua justa dôr, por occasião do fallecimento e funeral de seu prezado esposo e irmão, José de Oliveira Guimarães, vêem por este meio agradecer-lhes as suas provas d'affecto e dedicação, a que sempre se confessarão altamente gratos.

ACABA DE CHEGAR

Á LIVRARIA ACADEMICA

Assis Teixeira. Aguas das correntes não navegaveis nem fluctuaveis......	1$500
J. Dias Ferreira. Commentario ao Codigo Civil. Volumes 1 a 5..	10$000
Nova tabella dos emolumentos judiciaes....................	$200

183, RUA DA CALÇADA, 185

QUEIJO FLAMENGO NOVO

45-PRAÇA DO COMMERCIO-48
COIMBRA

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

10 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

NO ESTANCO E MERCEARIA DA VIUVA BENTO DA ESQUINA

14, PRAÇA 8 DE MAIO, 17

11 SE VENDE muito em conta, além de muitas outras sementes, — repolho — couve tronxuda, do Algarve, lombarda, murciana e flor, — espinafres — couve chicoria, de pão d'assucar, hespanhola, e brocolos.

OBRAS PUBLICAS DO DISTRICTO DE COIMBRA

Estrada districtal n.º 57 de Miranda do Corvo a Santa Comba-Dão — Lanço de Miranda do Corvo á Louzã.

12 NO DIA 11 do proximo mez de Maio, ás 10 horas da manhã, nas casas da administração do concelho da Louzã, se ha de proceder á arrematação em hasta publica, de cinco tarefas de pedra britada entre os perfis n.ºs 238 a 252, 252 a 269, 269 a 305, 305 a 323, 323 a 349.

O mappa do trabalho a executar e condições respectivas estão patentes na repartição das obras publicas d'este districto, e na supradita administração do concelho da Louzã.

Para ser admittido a licitar, é preciso fazer o deposito da quantia mencionada nas condições.

Coimbra 30 de Abril de 1877.

O director
Julio Augusto Leiria.

Venda de propriedades

13 NO DIA 6 de Maio proximo, pelas 10 horas da manhã, em casa do ill.mo sr. Francisco Pedro da Silva, no largo da Sé Velha, se venderão em praça particular, as seguintes propriedades, sendo convidados para assistir a esse acto os interessados, ou quem os representar.

Uma quinta com boa terra de semeadura e arvores de fructo. Tem muita agua de rega, e boa agua para uso domestico, boa casa nova de habitação, que serve para familia, e casa para criados e forno para cozer.

Um olival proximo da Fonte do Castanheiro, com boa terra de semeadura e oliveiras; um bocado de vinha e algumas arvores de fructo.

Um casal pequeno com boa terra de semeadura, oliveiras e casas de habitação, sitas na estrada que vem do arquinho da quinta das senhoras Fonsecas para a Fonte do Castanheiro.

Está auctorisado para esta venda José de Figueiredo Pinto, na qualidade de herdeiro e testamenteiro do fallecido Joaquim José Ferreira, d'esta cidade, para dar cumprimento ás disposições de seu testamento. Tudo se vende se o preço convier.

Coimbra 24 de Abril de 1877.

José de Figueiredo Pinto.

14 ARRENDAM-SE tres andares e aguas-furtadas, com bons commodos, d'umas casas na rua da Louça, n.ºs 25, 27, 29, com egual frente para a rua do Corvo, n.ºs 48, 50.

Trata-se na rua da Gala, n.º 18.

15 ARRENDA-SE a casa n.º 24 a 26 da rua da Moeda: contém 2 andares, bom forno e casa para lenhas. Trata-se com a viuva Bento da Esquina, praça 8 de Maio, 14 a 17.

SABÃO MUITO BARATO

Grangeon & Comp.ª de Lisboa

16 CONTINUA a ter n'esta cidade o seu deposito na rua da Sophia, n.ºs 59 — 61.

O encarregado da venda, Joaquim Maria d'Almeida.

Substituições a militares

17 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

18 DR. GAMA vende ou aluga a sua casa na rua do Correio.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eçá Aguiár. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3106 | Sabbado 5 de Maio de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O nosso collega do *Tribuno Popular* trata no seu ultimo numero da maneira como tem corrido a administração publica n'este concelho e districto.

Muito folgâmos de ver que o illustrado collega nos vem auxiliar em a nossa cruzada contra as arbitrariedades que por ahi se tem praticado. Se toda a imprensa independente assim tivesse procedido era de crer que a audacia dos potentados d'esta terra não tivesse ido tão longe.

Diz o *Tribuno Popular* que — «ha muito tempo que a administração d'este districto, e mais particularmente do concelho, anda subordinada a influencias irresponsaveis, que exercem sobre ella um predominio vexatorio, nocivo, e superior a tudo quanto é permittido desculpar na falta de decoro e legitimo exercicio da auctoridade publica.»

Acrescenta mais o collega que — «a historia do recrutamento, das obras districtaes e concelhias, dos empregos, emfim de toda a administração, é bem sabida e corre ainda debaixo de nossos olhos, para que seja preciso expol-a agora n'este logar.»

De certo, a historia dos numerosos escandalos que por ahi se têm praticado não é mister repetil-a. Está largamente desenvolvida em quasi todos os numeros do *Conimbricense* d'estes ultimos annos. E apesar de nos havermos achado quasi só, não temos desistido do nosso empenho, porque é o da justiça e da moralidada.

O collega faz em seguida algumas reflexões ácerca da projectada reeleição da camara municipal d'esta cidade, as quaes apesar da muita consideração que nos merece, diremos que nos parece peccarem pela base.

Anda o collega persuadido que a presente administração, presidida pelo sr. marquez d'Avila e de Bolama, é essencialmente differente da regeneradora; e sobre essa base architecta as suas considerações.

O collega está illudido, e tambem o está o partido progressista. O tempo mostrará se sim ou não nos enganâmos.

O sr. marquez de Avila e de Bolama trata de conservar tudo como estava quando tomou a presidencia do conselho; e se alguma differença ha em qualquer mudança, é em acentuar ainda mais a sua tendencia retrograda.

Se nenhum governador civil tivesse pedido a demissão, de certo nenhum seria substituido. Esse mesmo pouco movimento que ha nas auctoridades administrativas é, exclusivamente, devido á precipitação com que algumas pediram a demissão dos seus cargos.

Se o sr. Fernando de Mello não tivesse pedido a demissão de governador civil, sem nenhuma duvida ahi se conservaria á frente do districto.

Logo, a vinda do sr. Lopes Branco não é motivada por o governo querer reformar a marcha administrativa no districto de Coimbra; mas unicamente devida á necessidade de preencher um logar vago.

Que admira, portanto, que estando na cidade e districto de Coimbra a machina administrativa montada como d'antes; sendo o jogo o mesmo, e as mesmas as influencias, se trate de fazer reeleger a camara d'esta cidade?

Pois o collega acredita sériamente que o sr. Lopes Branco vem contrariar essas influencias, e organisar uma administração independente, e inteiramente diversa da que até agora tem havido?

Quanto se illude! Isso seria exigir quasi o impossivel!

«Póde por ahi haver muito apparato; póde o sr. Lopes Branco fazer na fórma do seu invariavel costume allocuções aos habitantes do districto; póde emfim por ahi haver alguma leve mudança; mas de real e de positivo nada esperámos.

Não dizemos tudo isto dominados por má vontade. Oxalá que nos enganassemos, é que vissemos da parte da nova auctoridade superior uma resolução energica, e uma vontade firme de governar segundo a lei, e sem estar ás ordens de potentados politicos.

A larga experiencia e conhecimento dos homens tem-nos posto de sobreaviso a esse respeito.

Fazemos a justiça ao collega de que procedendo, como suppomos, o novo governador civil com culpavel frouxidão, e consentindo em representar no districto um papel secundario, não deixará de se collocar na sua devida posição, censurando essa marcha administrativa.

Não vê o *Tribuno Popular* a pressa que tem o sr. Lopes Branco em vir exercer o cargo de governador civil?!

Não se desengana de que tudo isto é apenas uma comedia, preparada de modo, que, salva alguma insignificante alteração, fique tudo como estava?

Pois que motivo póde suppôr que levaria o sr. Lopes Branco a reformar profundamente o districto?

Seria porventura para cumprir as ordens do governo?

Então entra na cabeça de ninguem, que o sr. marquez de Avila e de Bolama queira contrariar os elementos regeneradores, elle que está por todos os factos mostrando, que só tem em vista preparar o terreno para que, depois de sair do ministerio, volte ao poder o partido da regeneração?

Como ha de o sr. marquez de Avila e de Bolama, o homem da *lei das rolhas* de 1850, dar força ao partido progressista?

Forte cegueira!

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCVII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Pedi ao meu amigo que me mandasse alugar uma casa, proxima á sua, onde podesse estar a meu commodo, e que fosse decente, o que elle logo fez; e ao mesmo tempo lhe perguntei, se em Madrid havia casa de banhos publicos, que me queria ir lavar, e refrescar por vir muito fatigado, especialmente por ter sido obrigado a passar algumas noites na carruagem.

Disse-me que as havia excellentes, e me mandou logo mostrar uma d'ellas. Confesso, que a achei tão boa, tão commoda, e aceiada como as melhores de Londres ou Paris.

Passei um tempo muito agradavel em Madrid, que apesar de ser quentissima no verão, tem excellentes fructas, e principalmente melões deliciosos que se criam nas margens do Tejo, e vem vender-se á capital. Sim, gostei muito d'esta bella capital, porque tem ruas excellentes, muito boas praças, bellas fontes e bellos passeios publicos, como o do Prado e o do Bom Retiro.

Os jardins d'esta casa real estavam um pouco damnificados desde o anno de 1808, em que Napoleão bombardeou Madrid para lá collocar seu irmão José; e muito mais o estava o palacio, porque n'elle se fortificaram os francezes, e em consequencia d'isto soffreu muito da artilheria hespanhola. N'este jardim do Bom Retiro ha uma cousa singular, que é uma estatua equestre, que hoje me não lembra de quem seja, e por tal arte feita que o cavallo, com as mãos levantadas se sustenta só nos dois pés.

Outra cousa singular que tem Madrid é uma soberba ponte sem rio, porque lançada sobre o Mançanarez, este é antes um pequeno regato do que um rio.

Não é meu proposito fazer a descripção de Madrid, mas sómente dizer que lá estive, que muito gostei d'esta villa ou cidade, e que d'ella sahi com saudades, porque lá passei bellos e mui agradaveis dias. Sempre direi comtudo, que é digna de se ver, porque tem grandes edificios, e o palacio real é um d'elles, pois talvez seja um dos mais magnificos da Europa.

No anno de 1821 que lá estive, se conservava em Hespanha como se sabe, o systema constitucional; não estavam porém as côrtes abertas, mas em vez d'ellas havia as sociedades patrioticas onde eu ia muitas vezes para ouvir aquelles discursos de fogo dos hespanhoes, que então estavam no maior enthusiasmo da sua liberdade.

A respeito d'estas sociedades havia um fidalgo titular hespanhol, muito amigo do nosso ministro Castro Pereira, e com quem fiz conhecimento, o qual as detestava, e não as podia tolerar.

Um dia que estavamos conversando lhe disse eu, que muito gostava de ir alli assistir aos debates das importantes questões que lá se tratavam. Ao que elle me respondeu: — Pois na minha opinião taes sociedades e taes debates não se deviam consentir; são perigosissimos...

Assim parecerá a v. ex.ª, repliquei-lhe eu com toda a moderação, mas se eu aqui governasse, fazia com que se restabelecessem ainda muitas mais! — Muitas mais? é possivel!... Eu lhe dou a razão do meu dito, continuei eu a dizer-lhe: — Estas sociedades duram de ordinario toda a noite, e acabam muitas vezes depois das dez e onze horas, e a gente que de lá sahe, gente de toda a qualidade, e até senhoras, vão mui contentes para suas casas, rindo ou cantando o — *traga-la perro!* Desafogaram e expressaram as as suas ideias, e com isto vão contentes e satisfeitos.

Que seria porém se os prohibissem de fallar? Grande parte havia de conspirar, e se esconderia para isso nos logares mais occultos. Então não é melhor que exponham em publico as suas ideias, e com isso se contentem, do que vão ás escondidas communical-as a cabeças loucas, e as façam conspiradoras? A quem se nega o poder de expressar livremente as suas ideias, dá-se-lhe carta de conspirador, e revolucionario; e por isso melhor é que desafogue seus pensamentos, e que os governos saibam o que geralmente se pensa, do que andem ás escuras, e muitas vezes com os pés sobre um volcão, que os vae engulir.

O meu fidalgo ficou calado, e só se contentou com dizer-me, que o negocio era muito delicado, e não era para se resolver de repente.

Eu desejava muito ver alguns sitios reaes nas vizinhanças de Madrid, porém o receio de cahir na mão dos ladrões não me animava a tentar taes viagens. Appareceu porém uma circumstancia favoravel para satisfazer parte dos meus desejos. Fernando VII foi com a côrte para a Granja, ou Santo Ildefonso, e em consequencia d'isto se pozeram guardas por toda a estrada que ia para lá. O meu amigo Castro Pereira teve tambem necessidade de ir n'esta occasião fallar com os ministros, que estavam com el-rei, e assim me aproveitei da sua companhia para fazer esta digressão que muito desejava.

(Continuar-se-ha.)

Emquanto ao sr. Lopes Branco não faltarão proclamações, officios, regulamentos, projectos; mas tudo ficará em nada.

Vem ahi estar dois a tres mezes, como fez em 1842 e 1868; ausenta-se depois; e que se arranje quem cá ficar: isto é, os mesmos potentados e as mesmas influencias que até agora.

Quem quizer que se deixe illudir.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Pelo que podemos deduzir do artigo do nosso collega o *Progressista*, no seu ultimo numero, parece-nos que vae reconhecendo a posição falsa em que se acha collocado o partido progressista em presença do ministerio, presidido pelo sr. marquez de Avila e de Bolama.

O collega não julga prudente e util o meio que alguns recommendam de entregar o poder a homens sem côr politica, quando os verdadeiros partidos andam em lucta accesa.

E com effeito, que papel está representando o partido progressista perante o sr. marquez de Avila e de Bolama, homem sem côr politica, ou se alguma tem é inteiramente opposta á do programma d'aquelle partido?

O resultado que ha de tirar o partido progressista d'essa condescendencia em que tem andado é de perder a força moral, e inhabilitar-se para vir a ser governo.

Engana-se se suppõe que pela marcha que leva vem a subir ao poder. Cada vez se afasta mais d'elle.

O caminho que devia seguir era o da independencia, e da mais austera firmeza de principios.

A sua alliança com reaccionarios em politica prejudica-o gravemente.

Como querem que seja avaliado o facto de estarem hoje, progressistas e regeneradores, em competencia de quem ha de mais e melhor incensar o sr. marquez de Avila e de Bolama?!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Acabâmos de receber a triste noticia de haver fallecido em Evora, no dia 1 do corrente, o digno delegado do procurador regio d'aquella comarca, e nosso amigo, o sr. bacharel Francisco Augusto de Napoles Figueiredo e Veiga, filho do sr. bacharel José Maria de Figueiredo e Veiga, de Goes.

Foi para nós uma surpreza esta dolorosa noticia. O fallecido era um mancebo dotado de excellentes qualidades, e que tinha adquirido a geral estima, tanto no cargo de administrador do concelho, como na de delegado.

Avaliâmos quanto seu extremoso pae e seus tios hão de sentir tão profundo golpe.

Acompanhamol-os na sua grande dôr, e damos-lhes sinceros pezames.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LONDRES

AMOREIRAS

Sr. Joaquim Martins de Carvalho.—Londres, 25 de Abril de 1877.

Acabo de ler em a *Nação* de 17 do corrente, uma carta, com data de 17 de Março ultimo, de Villa Nova de Caria, e assignada *José de Sousa M. Faião*, concernente a um interessante artigo de nossa producção, e que muito importa promover, o da seda.

O sr. Faião faz um verdadeiro serviço em sua interessante carta (e promette escrever mais), no que expõe e aconselha no assumpto; e oxalá que os seus conselhos não sejam desprezados. Importa-me agora principalmente attender ao seguinte extracto da mesma carta:

«No tempo que o partido reformista» (aborrece-me como bichos a palavra *partido*, e muito mais me aborrece a cousa que ella exprime; esta imitação infame de Inglaterra, é a ruina dos paizes onde tal praga se introduz) «esteve no poder, mandou plantar nas rampas dos aterros da estrada de Trancoso a Lamego, grande quantidade de amoreiras; que se tivessem sido bem tratadas, dariam em pouco tempo grande rendimento para o estado; por isso que nas margens d'esta estrada, na distancia de 14 leguas, se criam os melhores casulos conhecidos pelos mercadores italianos e francezes; chegando o sr. Charles Ozani, que aqui fez por muitos annos o commercio de casulos para extrair ovos de bichos de seda, e que o mesmo commercio já tinha feito em toda a Europa, *a classificar o casulo de algumas freguezias do concelho de Sernancelhe, os melhores do mundo*».

As palavras sublinhadas no fim do extracto é que desejo agora principalmente advertir; interessando-me, não só pelo natural sentimento em favor *«do ninho meu paterno»*, mas porque me parece ter direito a minha casa e familia, a tal ou qual parte n'essa vantagem da boa producção de seda no concelho da minha terra; e eis aqui a razão.

Meu avô materno (que, por assim dizer tomou conta de mim desde a mais tenra infancia — e a quem tanto devo dos sentimentos verdadeiramente portuguezes que me inspirou), era mui protegido e privado do marquez de Pombal — cuja casa paterna em Sernancelhe, o dito marquez quiz que elle lhe comprasse, e é hoje a minha e de meus irmãos.

Tinha Pombal o maior empenho em promover a cultura da seda no reino; mandou vir da China a semente das amoreiras brancas (que na minha terra chamavam *da India*); fez plantar muitas em Lisboa e n'outras partes; e quanto podia recommendava o objecto aos seus amigos.

Por essa razão, e porque meu avô era portuguez ás direitas, ou como hoje mais communmente se diz, verdadeiro patriota; e tambem provavelmente, por saber que isso agradaria ao marquez; mandou de Lisboa para Sernancelhe, dos viveiros formados na capital, uma quantidade consideravel da planta das ditas amoreiras.

O mau tempo ou más precauções durante os demorados transportes da época (em que nem sonhada era a ferrovia) fez que *uma só* d'essas plantas vingasse—e eu a conheci, já muito velha, em o nosso *Rape* (uma de nossas melhores fazendas).

Então mandou meu avô vir a semente de novo, que o governo distribuia, e plantou alfobre ou viveiro (de que eu ainda conheci restos), donde sacou planta, de que cercou varias de nossas fazendas, e plantou em logares idoneos — como sem duvida ainda hoje se hade poder observar. Estas plantações destinadas ao sustento do bicho (quando já um tanto crescido, pois ao principio era folha da amoreira ordinaria que se usava e convinha), podava-se de tres em tres annos dos braços ou ramos maiores; porque a folha nos rebentões novos era maior e mais viçosa para sustento dos bichos.

A prova de que os cuidados de meu avô não foram inuteis, está em que, quando as arvores cresceram e serviram á producção da seda, decretou-se e deu-se-nos uma medalha de prata, que foi cunhada para o effeito, por ser meu avô o maior cultivador e productor de seda em toda a comarca — então muito grande, denominada *de Pinhel*, e comprehendendo a de Trancoso.

A dita medalha, tendo em uma face uma fiadeira extrahindo dos casulos a seda; e creio que da outra as armas portuguezas, é, provavelmente, conservada ainda em minha casa.

D'esta relação se vê, como, sem tanto palavrorio e espalhafato liberangal (em que principalmente consiste o novo systema de impostura e falatorio), se sabia attender aos interesses nacionaes. N'uma cousa porém Pombal muito os offendeu, que foi em se dispensar da reunião das côrtes legitimas do reino; introduzindo assim um despotismo estrangeiro.

A. R. SARAIVA.

CARTA DE EVORA

BIBLIOGRAPHIA

Amigo e sr. Martins de Carvalho.—Evora, 1 de Maio de 1877.

O jornal de Evora intitulado — *Giraldo Sempavor* — só teve o 1.º numero, e foi publicado em Janeiro de 1863.

O *Sul de Portugal* começou em Maio de 1866, e durava ainda em Janeiro de 1867.

Para ver, dou um *fac simile* das assignaturas de Christovão de Burgos e Francisco Simões, impressores em Evora (1).

Achei as duas assignaturas entre os papeis do arcebispo D. Theotonio, e estão n'um termo de avaliação da livraria que fôra do bispo do Algarve D. Francisco Cano, livraria que foi doada á Cartuxa, e pelos dois *livreiros* (titulo que elles têm no termo) avaliada em réis 300$000 em Maio de 1598; não dizem porém de quantos, nem quaes livros constava.

A livraria de Scala Cœli (Cartuxa de Evora) era a melhor que havia nos 14 conventos de frades d'esta cidade e proximidades. Foi a *unica* do reino onde acharam codices gregos da versão dos Setenta os commissarios que a Universidade de Oxford mandou a Portugal em 1791, e foram o dr. Herbert Hill e dr. Roberto Holmes. Estes pediram ao D. Fr. Manoel do Cenaculo Villasboas, então bispo de Beja, fizesse a conferencia: elle porém incumbiu d'isso Fr. Vicente Ferreira, trabalho de que ainda hoje existe o borrão na bibliotheca publica Eborense.

Tambem pertencia á Cartuxa de Evora o famoso Atlas de Fernão Vaz Dourado.

Infelizmente muitos livros e manuscriptos d'este convento foram vendidos a peso; outros levados pelos religiosos da casa. No espolio do ultimo—D. Bruno da Transfiguração—que foi meu visinho, comprei eu—as obras de Quevedo, da edição de Anvers, 1799 — e dous manuscriptos — o regulamento dos visitadores da Cartuxa, — copia feita em 1827, e uns *Estatutos* da Cartuxa (já não tem frontispicio) de letra do principio do seculo XVII. Supponho que todos tres eram da Cartuxa, e que elle os trouxera para casa.

N'esta época da extincção houve *vandalismos incriveis*. Tendo sido recolhidos na Casa Pia os livros e manuscriptos dos conventos de frades de Evora e terras dos arredores, foram os de pergaminho, que tinham illuminuras, cortados em tiras para fazer correias de soldados no exercito (?) dos alumnos da Casa Pia. Felizmente na quasi totalidade dos cortados eram livros de coro, por serem os de maior formato.

Conto isto por tradicção, bem como me têm dito que o riquissimo cartorio do convento dos freires de Aviz apodrecera quasi todo n'um celleiro.

Mais poderia ainda dizer sobre este assumpto, porém ponho termo a este mal alinhavado aranzel dizendo, que me desculpe a grande massada que lhe tenho dado n'esta e outras duzias de cartas com que lhe tenho inutilisado o tempo.

Seu am.º obrg.mo

JOAQUIM ANTONIO DE SOUSA TELLES DE MATTOS.

(1) Não reproduzimos os *fac similes* dos impressores de Evora, Christovão de Burgos e Francisco Simões, que n'esta carta nos mandou o sr. Telles de Mattos, porque era necessario mandal-os gravar.

NOTICIARIO

Julio Edmundo Potenciano Bonhomme.—Falleceu ha dias em Lisboa na edade de 78 annos e meio, um francez, Julio Edmundo Potenciano Bonhomme, que se tornou celebre em tempo pela condemnação que contra elle houve, e pela reclamação que a seu respeito e de outros francezes fez o governo de Luiz Filippe, mandando a Lisboa uma esquadra commandada pelo almirante Roussin, a qual entrou no Tejo no dia 11 de Julho de 1831, aprisionou a esquadra portugueza alli fundeada, e impoz humilhantes condições ao governo de D. Miguel.

Em relação a Mr. Bonhomme, os factos praticados na Sé Cathedral d'esta cidade, na quinta feira santa de tarde, 3 de Abril de 1828, e que motivaram a sua condemnação, constam da seguinte sentença:

«Accordam em relação, etc. Vistos estes autos, que na conformidade do decreto do dito senhor, com data de 29 de Julho proximo passado, se fizeram summarios pelo accordão paginas 45 ao reu preso Edmundo Potenciano Bonhomme, professor de lingua franceza, solteiro, filho de Potenciano Bonhomme, e de Felicidade Borda, natural de França, de edade de 32 annos, morador na Calçada da Estrella, e preso na cadeia da cidade aos 18 de Setembro proximo passado, pronunciado no summario a que o juiz de fóra do crime da cidade de Coimbra procedeu em 21 de Abril de 1828, e de novo instaurou por ordem do mesmo senhor em 5 de Junho proximo passado, pelas escandalosas irreverencias e sacrilegos ultrages praticados contra a magestade divina na egreja cathedral d'aquella cidade em os dias de quinta e sexta feira maior do referido anno de 1828.

Pelos summarios prova-se que na dita egreja, e em as tardes e noutes dos dias declarados, se commetteram as maiores profanações, e muito principalmente na capella do Santissimo Sacramento, que é fronteira a outra onde em quinta feira das endoenças se faz o sagrado deposito do mesmo Santissimo Sacramento, na qual entraram muitos estudantes, que com a maior desenvoltura e escandalo estavam atirando com amendoas aos peitos de umas mulheres prostitutas, até que estas tambem entraram para dentro, e pondo as capas e mantilhas que levavam no supedaneo do altar, e em cima d'este e da credencia juntamente com as capas das batinas dos estudantes, dos quaes um estava em mangas de camisa, e então ahi com a maior irreverencia e indecencia se deitaram, estando encobertos com as cortinas que n'esse dia estão corridas.

Como de vista e facto proprio com ella acontecido jura o padre thesoureiro da Sé — testemunha n.º 6 — do primeiro summario, quando em a tarde de quinta feira santa entrou na dita capella, e viu aquelle ajuntamento ao clarão das luzes do throno (que estava fronteiro) tendo primeiro corrido e aberto uma das cortinas da dita capella, e o mesmo assim o affirmam as testemunhas — 1 — e 3 — do segundo summario. E porque a todos causasse escandalo semelhantes posições e factos, veiu o meirinho da conservatoria com os verdiaes para expulsar d'aquelle logar os impios malvados, o que logo não conseguiram por opposição d'elles; porém vindo o auxilio dos soldados de caçadores foram obrigados a sair, sendo n'esta occasião que entre os outros estudantes foi visto e conhecido o reu, que então frequentava o primeiro anno juridico, ser um d'aquelles perversos que conjunctamente praticou tão detestaveis irreverencias e sacrilegos ultrages contra a magestade divina, e com opprobrio de nossa santa religião, e desprezo do logar sagrado, e geral escandalo d'aquella cidade, como de o terem presenciado juram as testemunhas n.º 1 — e 15 do primeiro summario, com as quaes concorda pelo ter ouvido a de n.º 12 do segundo summario.

Sendo proximamente interrogado o reu sobre estes abominaveis factos, responde que na tarde e noute do dia quinta feira santa não fôra á Sé, porque em todo esse tempo estivera em casa de uns brasileiros a jogar o voltarete. Esta coarctada na conformidade da Ord. (ainda que estivesse provada) não excluia a possibilidade da commissão do delicto: o mesmo conceito merece a sua allegação, posto que fundada nas disposições geraes do direito civil e patrio, porque ella comtudo não destroe a prova resultante dos summarios, vistos e combinados os depoimentos das testemunhas que fazem culpa ao reu como socio da nefanda associação colligada a ultrajar a magestade divina e o seu santo culto.

Crime abominavel, porque atacando e insultando a sociedade christã no que ella tem de mais respeitavel, o seu perpetrador mostra bem que nada respeitará, e que até ousará violar todas as leis, pois que foi capaz de desprezar o objecto da sua maior veneração, com geral escandalo d'este reino, e no qual o reu se achava benignamente acolhido e protegido debaixo das leis da hospitalidade.

Portanto condemnam o reu Edmundo Potenciano Bonhomme a que seja açoutado pelas ruas publicas d'esta cidade, e que depois vá degredado por dez annos para Angola, em cincoenta mil réis para as despezas da relação, e nas custas.

Lisboa 11 de Dezembro de 1830. — *Castro — Barbosa — Carneiro Vieira — Duarte — Monteiro — Pinto Coelho.*»

Ainda o mesmo Bonhomme. — Publicamos aqui as certidões do registo civil e do baptismo de Bonhomme, apresentadas por elle na Universidade, quando se matriculou no primeiro anno mathematico e primeiro philosophico em 1825.

Os documentos existentes são copia dos originaes, os quaes foram entregues a Bonhomme, segundo uma carta d'elle, existente na secretaria da Universidade, e o despacho do vice-reitor.

«Departamento de Ionne — *Mairie* da cidade de Auxerre — Extracto do acto do nascimento no anno *Setimo*.

«No primeiro *Frimaire*, anno *Setimo* (20 *de Novembro de* 1798), na casa da camara, etc., ás tres horas da tarde, perante mim official publico compareceu o sr. *Potentien Bonhomme*, negociante na praça da casa da camara, o qual me declarou, que hontem ás 5 horas da tarde nasceu d'elle e de *Edmée Felicité Borda*, sua mulher, um filho varão, que me apresentou, ao qual deu o pronome de *Edme Potentien*.

Este acto foi feito em presença de *Etienne Borda*, avô do menino, e de *Marie Calineau*, mulher de *Edme Beaujean*, de maior edade, a qual declarou não saber assignar.

«*(Assignam no registo Bonhomme, Borda, e Robert, official publico.)*

«Extrahido conforme ao registo por nós *Maire* da cidade de Auxerre, cavalleiro da ordem real da legião de honra, a 6 de Outubro de 1816.

«*(Com a assignatura do Maire, e com tres sellos — Almeida.)*»

«Extracto do registo dos actos religiosos da santa egreja parochial de S. Julião du Sault, na diocese de Troyes.

«A 13 de Junho de 1807, eu *Edme Borda*, sacerdote cura de Resses, abaixo assignado, e com o consentimento do sr. cura d'esta parochia, ministrei as cerimonias do baptismo a *Edme Potentien Bonhomme*, de edade de 8 annos e meio, filho legitimo do sr. *Potentien Bonhomme*, negociante de mercearia em Auxerre, parochia de Santo Eusebio, e de *Edmée Felicité Borda*, presentemente n'esta cidade, em casa do sr. José......

«*(O mais não se póde ler na sua totalidade, mas sempre se lê o que é necessario para se conhecer que foi baptisado, e a certidão foi passada em 3 de Novembro de 1816 — Almeida.)*»

Junto a esta copia das certidões está na secretaria da Universidade, a seguinte carta original de Bonhomme, escripta por elle de Lisboa em 4 de Agosto de 1829, quando já se achava preso e havia sido riscado, mas ainda não tinha sido sentenciado. Traduzimol-a do francez:

«Sr. — Perdoe-me se ouso incommodal-o ainda, mas como me tem já tantas vezes obsequiado, e o que eu lhe vou pedir depende inteiramente do sr. e entra nas attribuições do seu cargo; rogo-lhe que tenha a bondade de me fazer remetter as minhas certidões de nascimento e de baptismo, que estão na secretaria da Universidade, onde não são já necessarias, pois que a Universidade tendo-me riscado não quer já nada de commum comigo, da mesma fórma que eu não desejo fazer mais parte d'ella.

«Digne-se pois perdoar as minhas impertinencias e fazer este ultimo favor ao seu dedicado e obediente servo — *Bonhomme*. — Lisboa, 4 de Agosto de 1829.»

—«*Ficando copia, junta a esta carta, entregue-se a certidão do baptismo. — Coimbra 7 de Agosto de 1829 — Vice-Reitor.*»

Festividade.—Haverá no Seminario d'esta cidade, no dia 10 do corrente, quinta feira da Ascensão, a costumada festividade.

Pregará de tarde o nosso patricio o sr. Joaquim dos Santos Gonçalves, estudante do 3.º anno, e que ainda ha pouco tivemos o gosto de ouvir.

Adiamento. — No dia 6, primeiro domingo d'este mez, não póde haver Lausperenne em S. João de Almedina. Fica por isso transferido para o dia 13.

Queixas. — Temos recebido queixas do jogo que todas as noutes se dá em um botequim ao Marco da Feira, d'esta cidade, onde ha frequentes desordens, sendo a ultima na segunda feira. Muitos filhos de familia alli são explorados.

Chamamos a attenção da auctoridade para estes factos.

Apresentação.—No dia 27 do mez passado reuniu-se a 2.ª classe da *Academia Real das Sciencias*. Estavam presentes os academicos os srs. Teixeira de Vasconcellos, presidente, Pinheiro Chagas, secretario, Bulhão Pato, Thomaz Ribeiro, e Aragão, socios effectivos; e socios correspondentes, Silveira da Motta, Alberto Pimentel, e visconde de Benalcanfôr.

Tractando de varios assumptos mereceu especial attenção o livro sobre *Aguas*, do sr. dr. Antonio de Assis Teixeira de Magalhães. O sr. Teixeira de Vasconcellos apresentando á 2.ª classe a obra do sr. Assis, indicou a inscripção dos differentes capitulos e observou que, tendo-se o auctor referido ao nosso codigo civil, ás fontes a que recorreu, e ao commentario feito ao codigo pelo sr. Dias Ferreira, lhe parecia muito conveniente que se submettesse este trabalho á commissão de jurisprudencia, que é presidida pelo insigne auctor do codigo civil e a que pertencem o esclarecido auctor do commentario e outros jurisconsultos notaveis, a fim de ser discutido o livro do sr. Assis Teixeira.

A 2.ª classe concordou que se remettesse o livro á secção respectiva para o fim indicado.

A obra sobre *Aguas* do sr. Assis Teixeira tem sido muito bem recebida e apreciada, não só pelos mais abalisados jurisconsultos do nosso paiz, mas tambem dos estrangeiros.

A discussão dos socios da *Academia Real das Sciencias* é mais uma gloria para o seu auctor.

Uma pianista distincta. — Pelos jornaes de Lisboa vemos que no dia 29 de Abril findo houvera no theatro de S. Carlos um concerto, que esteve concorridissimo, em beneficio do eximio pianista compositor o sr. Emilio Lami.

Ao piano tocaram tres distinctas pianistas, uma das quaes é a exm.ª sr.ª D. Palmyra Manitto, filha do nosso estimavel amigo e patricio o sr. bacharel Antonio Rodrigues Manitto, que ha muitos annos reside em Setubal, onde tem adquirido merecidas sympathias, não só pelas suas qualidades pessoaes, mas como clinico e presidente da camara municipal, cargo que tem exercido repetidas vezes, e em que tem prestado importantes serviços áquella cidade.

A exm.ª sr.ª D. Palmyra Manitto, que tem 18 annos de edade, e é a mais velha das duas extremosas filhas do nosso amigo, foi tocar a S. Carlos a pedido de seu mestre o sr. Lami; e alli manifestou, com applauso geral, o quanto tem aproveitado com as suas lições.

Muito folgâmos com isso, porque se a ex.ma sr.ª D. Palmyra não nasceu em Coimbra, é d'esta terra seu bom pae, e aqui viveu por longos annos seu avô o sr. bacharel Antonio Rodrigues Manitto, acreditado advogado.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

Lisboa 2 ás 5 h. e 57 m. da tarde.

O conselho da direcção geral das alfandegas, considerou fundada em direito a sentença do director da alfandega de consumo relativa ao arresto feito em alguns gigos despachados pelo sr. José Luciano de Castro, no caminho de ferro, declarando irregular o arresto, e que se alguma vez se procedeu do mesmo modo, a repartição andou mal; finalmente que pela difficuldade de apreciar as intenções dos empregados que podiam ter sido apenas excessivamente zelosos, recommenda-os á benevolencia e á equidade do director da alfandega de consumo.

O sr. ministro da fazenda conformou-se com este accordão, mandando ir o processo ao director da alfandega de consumo para os fins convenientes.

O sr. José Luciano de Castro desistiu do requerimento contra os empregados.

Foi confirmada pela Relação a pronuncia de D. Joanna Pereira.

No dia 28 do corrente será o julgamento da causa do seguro do vapor «Insulano» contra o «City of Meca».

O consul de Siam subscreveu para os inundados com 269 libras.

Noticias da India dizem que o vice-rei da India concedeu sem subvenção auctorisação á companhia do caminho de ferro de Bellarija a Jua.

Foi confirmado no cargo de governador da ilha de S. Thomé e Principe o sr. Eduardo Fontes Mello.

O rewolver disparado contra o capitão Lynch, quando sahiu o Tejo a escuna «Cora», foi-o involuntariamente por um marinheiro.

Falleceram a sr.ª viscondessa de Menezes, e os srs. Seraphim José de Sousa Bastos e João Feliciano Marquez Pereira.

O rei da Belgica convidou o presidente e dous delegados da exploração africana a irem a Bruxellas conferenciar.

Entrou esta tarde o vapor «Zaire» procedente dos portos de Africa.

Partiu hoje para a sua viagem ao estrangeiro o sr. Fontes Pereira de Mello.

— Lisboa 3 de Maio, ás 8 h. e 10 m. da noute.

O governo brasileiro permittiu que seja transferida para Londres a séde da Companhia Telegraphica Platina Brazileira, sendo a companhia obrigada a ter um representante no Rio de Janeiro.

Continua alli o processo das letras falsas. O criminoso que se chama Reginaldo Arthur Landon já está preso. Era mui bemquisto e fino cavalheiro, dispondo de grande credito.

Falleceu o antigo negociante da praça do Rio de Janeiro, o sr. Alexandre Drysdole.

Consta que o director da alfandega de consumo deu por expiada a pena da suspensão aos empregados do arresto feito ao sr. José Luciano de Castro.

Partiu para Roma o sr. Mathias de Carvalho, nosso ministro junto da côrte do rei de Italia.

O governo vae rescindir o contracto com a Companhia das Aguas do Porto.

Foi expedida ordem para ser construido o lanço da estrada de Ovar a Entre Rios, entre Santo Antonio de Burgos a Arrossomo. O orçamento é de 38:238$090 réis.

Foi concedido á camara municipal de Vianna do Castello o subsidio de 558$000 réis para a construcção do lanço de estrada comprehendido entre Castendo e Esmolfe.

Hontem ao recolher a casa, tendo vindo da Junta do Credito Publico, onde fôra receber os juros de 300 contos de réis em inscripções, falleceu repentinamente o abastado capitalista o sr. Seraphim José de Sousa Bastos, que negociou muitos annos no Rio de Janeiro. Veiu d'alli em 1850 e trouxe importante fortuna, que augmentou consideravelmente em transacções com o thesouro. Era homem muito methodico e de extraordinaria economia. Deixou testamento e parece que contemplou alguns seus parentes residentes na provincia do Minho, onde elle nascera. Creio que era de Basto. O seu testamenteiro é o sr. Manoel José de Seixas.

Quando a escuna ingleza «Cora» ia hontem a sair, em frente de Belem, um dos tripulantes, que tomára um rewolver para examinal-o, segundo contam, disparou-o, e a bala foi entrar no ventre do capitão Lynch, commandante d'aquella escuna.

O capitão foi conduzido em maca para terra e entrou no hospital inglez. Hontem consideravam-n'o livre de perigo.

O delegado do procurador regio em Villa Franca vae querellar das pessoas que transgrediram alli as posturas, na conducção do gado bravo para a ultima tourada em Lisboa, e de que resultou a morte lastimavel do velho Barbado.

Guerra do Oriente. — As ultimas noticias são as seguintes:

Galatz, 1 de Maio. — Foi suspensa a navegação no baixo Danubio por ordem das auctoridades militares russas. Nenhum russo passou ainda de Braila e Jassy. O caminho de ferro de Unqueny a Jassy está debaixo de agua, em consequencia das inundações. Os russos em varios sitios operam os seus movimentos com agua até aos joelhos.

S. Petersburgo, 1. — O exercito russo que opera na Asia menor tomou Bayazid, antiga cidade forte na Armenia. Um vapor mercante inglez, navegando sem as necessarias precauções no porto de Kerti (Crimeia), abalroou com um torpêdo. Foi destruido, perecendo toda a tripulação.

Paris, 2. — Continuam activamente em Inglaterra os preparativos de guerra. Ha já muitas munições embarcadas e estão tomadas todas as disposições bellicas. Foi calorosamente applaudida nas camaras a declaração do ministro Decazes.

Os turcos apresaram dous navios de guerra roumanos.

É grande a emigração dos habitantes das margens do Danubio.

Premio vinicola. — A Companhia Commercial e Vinicola da Bairrada teve os seus excellentes vinhos premiados na exposição de Philadelphia.

ANNUNCIOS

NOVA AGENCIA LISBONENSE

SOB A DIRECÇÃO DE

F. DE M. ALVIM

ESCRIPTORIO

112, ARCO DO BANDEIRA, 112

LISBOA

1 TRATA de substituições e mais negocios militares; e de negocios judiciaes, ecclesiasticos e civis. *Não recebe dinheiro* adiantado mediante garantia.

Em breves dias abrirá n'esta cidade uma succursal d'esta agencia, bem como na do Porto e Elvas.

SUBSTITUIÇÃO A MILITAR

2 QUEM precisar e queira ser servido economicamente dirija-se a F. de M. Alvim, escriptorio Arco do Bandeira, 112 — Lisboa.

AGRADECIMENTO

3 MARIA DAS DORES LEITE, e sua irmã Anna de S. José, penhoradissimas pelos obsequios que lhe prestaram muitas pessoas da sua amizade, durante a doença, e no fallecimento de seu muito presado marido e cunhado Manoel Antonio Leite, vêem por este meio, na impossibilidade de o fazerem por outro, testemunhar a todos o seu profundo reconhecimento e gratidão, especialmente aos dignos facultativos os exm.os srs. drs. João Jacinto da Silva Correia, e João Augusto de Almeida Araujo Pinto, que com tanta pericia e cuidado se dignaram tratal-o, não se poupando a esforços para ver se o salvavam da terrivel enfermidade de que foi victima. Egualmente agradecem a todas as pessoas que se interessaram para que o funeral se fizesse com a devida decencia e aos que o acompanharam á sua ultima morada.

Papeis para forrar casas

4 NOVA COLLECÇÃO recebida directamente das fabricas. Preços commodissimos.

46, Calçada, 48.

5 DR. GAMA vende ou aluga a sua casa na rua do Correio.

CASA LISBONENSE

96, RUA DO VISCONDE DA LUZ, 100

COIMBRA

6 ACABAMOS de receber nas melhores condições um lindo sortido de fazendas proprias para a estação. Merecem ser mencionadas pela sua novidade.

Fazendas de lã para vestido.
Cortes de linho » »
Chapeus para senhora e menina.
Chapeus do sol para homem.
Ditos para senhora.
Tapetes para sala e quarto.

Temos como sempre um lindo sortimento de percaes e pannos brancos, e outros muitos artigos, que vendemos pelo preço mais barato, segundo nosso systema um só preço.

ESTABELECIMENTO DE ALFAIATE

35, RUA DO BORRALHO, 37

COIMBRA

7 N'ESTE estabelecimento se encontram cazemiras modernas, de xadrez, proprias para a estação, dando fatos promptos para vestir por 9$000 réis.

Leccionista de francez

8 PADRE RICARDO SIMÕES DOS REIS dá lições de francez em sua casa, da Couraça dos Apostolos, n.º 35, desde as 11 horas da manhã até á 1 da tarde, e desde as 4 da tarde até ás 6.

COLLEGIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

NO

EDIFICIO DA ESTRELLA

EM

9 TEM a nova residencia d'este collegio bons quartos com optimas condições hygiênicas.

A admissão dos alumnos internos e semi-internos é para meninos de 6 a 16 annos de edade.

Tambem se admittem externos.

As habilitações do director para o magisterio publico, seu incansavel cuidado, esmero e empenho pela educação e instrucção de seus alumnos, contando grande numero d'elles na magistratura, no exercito e no commercio; e seus bens na qualidade de proprietario, hão de garantir quanto diz respeito á espinhosa missão de que os paes de familia o encarregam.

Os meninos não estranham o amor e todos os cuidados de pae e mãe exemplares.

Edificio da Estrella, Coimbra.

Francisco Mendes Pinheiro.

NO ESTANCO E MERCEARIA DA VIUVA BENTO DA ESQUINA

14, PRAÇA 8 DE MAIO, 17

10 SE VENDE muito em conta, além de muitas outras sementes, — repolho — couve tronxuda, do Algarve, lombarda, murciana e flor, — espinafres — couve chicoria, de pão d'assucar, hespanhola, e brocolos.

HISTORIA UNIVERSAL

DA EGREJA

PELO

DR. JOÃO ALZOG

PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE FRIBURGO EM BRISGAU

Publicada
sob a direcção do rev.º desembargador, o sr.
JOSÉ FERREIRA GARCIA DINIZ
e com a approvação
e sob os auspicios do Episcopado Lusitano

VOLUME 1.º

PREÇO 1$000 RÉIS

11 CONTINUA aberta a assignatura para esta obra na Imprensa Litteraria de Coimbra, em todas as livrarias e em Lisboa, no escriptorio da bibliotheca catholica, rua Formosa, n.º 17.

VENDE-SE POR PREÇO LIMITADO

ENXOFRE DE PRIMEIRA QUALIDADE

NO

ESTABELECIMENTO

DE

ANTONIO FERNANDES

52, RUA DO CORVO, 56

COIMBRA

12 JOSÉ FERREIRA & IRMÃOS, das Fontainhas, retiram a procuração da mão de Manoel Coelho, da Cruz de Ferro, da Louzã, não podendo contractar com elle.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

13 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

14 PADRE MANOEL MARTINS, estudante do 1.º anno de Direito, dá lições de Francez, todos os dias em sua casa, na rua de S. João, n.º 17, ás cinco horas da tarde.

AOS SOCIOS DO

MONTE-PIO CONIMBRICENSE

E

AO PUBLICO

15 O SOCIO, n.º 326, abaixo assignado, declara que não só vae publicamente mostrar a falsidade da accusação que lhe faz a direcção d'esta sociedade, no seu relatorio, mas tambem tenciona chamal-a aos tribunaes para alli provar em como não é verdadeira essa accusação.

Coimbra, 5 de Maio de 1877.

Antonio Maria da Costa.

PHARMAEUTICO

16 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

DENTISTA
CEREGHETTI DOMINIQUE

CIRURGIÃO DENTISTA

SUISSO

17 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas, que extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fundo da rua das Figuierinhas, n.º 52.

ELEMENTOS DE TRIGONOMETRIA RECTILINEA

COMPOSTOS SEGUNDO OS ARTIGOS DO

PROGRAMMA OFFICIAL

PARA O ENSINO D'ESTA SCIENCIA NOS LYCEUS

POR

J. ADELINO SERRASQUEIRO

18 Á VENDA na livraria de J. Digo Pires

PREÇO 800 RÉIS

Monte-pio Conimbricense

19 EM VIRTUDE do disposto no art. 2.º § 3.º do Regimento interno, são convocados todos os socios a comparecer na casa da Associação Commercial no dia 6 do corrente pelas 10 horas da manhã.

Coimbra, 5 de Maio de 1877.

O secretario da assembleia geral

A. J. Gonçalves da Cunha.

20 ARRENDA-SE a casa n.º 24 a 26 da rua da Moeda: contém 2 andares, bom forno e casa para lenhas. Trata-se com a viuva Bento da Esquina, praça 8 de Maio, 14 a 17.

21 ARRENDA-SE, com muitos commodos, uma casa acabada de novo na rua das Padeiras, n.º 34.

PRATICANTE

22 NA PHARMACIA Araujo e Silva, em Oliveira d'Azemeis, precisa-se d'um com pratica e abonação.

Trata-se na rua dos Estudos, n.º 38, Coimbra. Offerecem-se vantagens.

ATTENÇÃO

23 NA RUA DO LOUREIRO, n.º 65, recebem-se estudantes por preços commodos.

ARRENDAMENTO DE CASAS

24 ARRENDAM-SE umas casas de dois andares, na rua da Esperança, com excellentes vistas, n.ºs 39 a 40; e as lojas e sobre lojas, na rua da Calçada, n.º 187, em que esteve a tabacaria Havanesa, do S. João por diante. Trata-se com seu dono o tabellião M. J. de Sousa, na dita rua da Calçada.

25 ARRENDAM-SE tres andares e aguas-furtadas, com bons commodos, d'umas casas na rua da Louça, n.ºs 25, 27, 29, com egual frente para a rua do Corvo, n.ºs 48, 50.

Trata-se na rua da Gala, n.º 18.

SABÃO MUITO BARATO

Grangeon & Comp.ª de Lisboa

26 CONTINUA a ter n'esta cidade o seu deposito na rua da Sophia, n.º 59 — 61.

O encarregado da venda, Joaquim Maria d'Almeida.

Substituições a militares

27 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

ULTIMAS NOTICIAS

— Lisboa 4 de Maio de 1877.

Uma commissão de negociantes de cereaes foi hoje declarar ao sr. Moraes Soares que havia abundancia de trigos, não havendo motivo de receio de falta de cereaes, pois que se espera importante colheita.

Consta que o governo mandou dissolver a Associação dos Livres Pensadores e dos Enterros Civis.

O governo concedeu um subsidio ao sr. Felix de Brito Capello, a pedido da Academia Real das Sciencias, para fazer estudos ácerca dos peixes nas costas e rios de Portugal, e sobre a industria da pesca.

Vae ser nomeado chefe da 5.ª repartição do ministerio da guerra o sr. Brito Pereira Coutinho.

Appareceram hoje no mercado alguns titulos turcos. É a primeira vez que isto succede, que haja memoria. Não houve transacções.

Foram já admittidos alguns trabalhadores que tinham sido despedidos dos armazens da alfandega.

A Academia Real das Sciencias vae approvar os pontos do concurso para conceder uma medalha de ouro á melhor memoria.

Hontem de manhã foi vista, a 12 milhas ao noroeste do cabo da Roca, uma grande baleia, que alguns maritimos julgaram, á primeira vista, que seria casco de navio naufragado.

O capitão do vapor inglez *Gongera*, que entrou hontem de manhã em o nosso porto, disse que avistára o monstruoso animal, e que depois vira que um vapor de guerra hollandez tentára aproximar-se-lhe e dar-lhe caça.

(Commercio do Porto).

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$480
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3107 — Terça feira 8 de Maio de 1877 — Anno XXX



É hoje dia de galla para a cidade de Coimbra! Commemoram os seus leaes habitantes o fausto dia 8 de Maio de 1834, em que entrou n'esta cidade o exercito libertador, commandado pelo nobre duque da Terceira.

Haviam decorrido 6 annos, durante os quaes a maior tyrannia tinha pesado sobre todos os liberaes. Epocha da mais cruel intolerancia foi essa em que ficaram reduzidas á ultima desgraça numerosas familias, que viam os seus chefes nos patibulos, ou emigrados, ou nas prisões, e os seus bens todos sequestrados.

Do alto do pulpito, frades indignos d'essa classe, falseando a doutrina do evangelho, prégavam e incitavam aos actos da maior intolerancia.

Ouvimol-os nós, ouviu-os toda esta cidade, escolher até os actos de penitencia publica, para fulminar os *malhados* e atribuir-lhes os castigos da Providencia.

Viviam todos os liberaes em sobresalto. Ninguem na vespera podia dizer a sorte que teria no dia seguinte.

Um bando de abjectos caceteiros fazia tremer ainda os cidadãos mais pacificos. E note-se, que impomos a responsabilidade dos seus maleficios ao governo d'esse tempo, porque chegou a transigir com o principal d'esses verdugos, fazendo d'aqui transferir, para lhe dar satisfação, uma das rarissimas auctoridades que lhe queria cohibir os crimes.

Foram 6 annos de incessante martyrio; e só quem os soffreu é que póde bem avaliar que alegria, que expansão immensa seria a que tiveram todos os liberaes, quando pelas 10 horas da manhã do dia 8 de Maio de 1834 poderam abraçar os seus libertadores!

E que sacrificios, que heroismo foi mister para aquelles bravos, relativamente poucos em numero, poderem vencer o exercito do absolutismo!

Que fomes, que privações, que trabalhos de todo o genero tiveram de soffrer, para nos conquistar a liberdade!

Só uma dedicação sem limites; só convicções profundas podiam dar animo durante os azares de uma guerra tão prolongada. Tinham essa dedicação e essas convicções aquelles bravos, e por isso venceram.

Salve, glorioso dia 8 de Maio! Salve, valentes da villa da Praia, do Porto, de Almoster, de Asseiceira, e de mil combates, em que derramastes o vosso sangue pela causa da liberdade!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Durante os primeiros annos que se seguiram ao fausto dia 8 de Maio de 1834, eram pelos conimbricenses enthusiasticamente festejados os dias commemorativos dos principaes acontecimentos da nossa historia liberal.

Nas festas do dia 8 de Maio tomava uma parte distincta a guarda nacional, imitando a entrada em Coimbra do exercito libertador.

O dia 4 de Abril, anniversario da rainha D. Maria II, tambem nunca esquecia n'estas commemorações.

Houve, porém, nos dias 8, 9 e 10 de Julho de 1835 uma festa, que excedeu a todas, para recordar o desembarque do exercito libertador nas praias do Mindello.

Pelas 5 horas da tarde do dia 8, a força então estacionada em Coimbra, veiu rio acima, em uma esquadrilha de barcos, vistosamente embandeirados, desembarcar ao caes das Ameias.

D'alli marchou a tropa, com as figuras da *Liberdade* e da *Fama*, a cavallo, na frente, pelas ruas do Sargento Mór, dos Gatos, da Calçada, do Coruche, praça de Samsão, ruas da Sophia, do Carmo, Direita, e dos Sapateiros, até entrar na praça de S. Bartholomeu já depois de trindades.

Ainda n'aquella épocha havia ao cimo da praça, afastado egualmente dos dois lados, um chafariz. Construira-se ahi uma elegante e elevada pyramide, que assentava em dois pedestaes, e tudo firmado n'uma escadaria em volta e cercada de grades.

Cada um dos quatro retabulos do pedestal inferior tinha o seu quadro illuminado.

O primeiro, para o norte, tinha as armas da nação em ponto grande.

O segundo, para o nascente, tinha as bandeiras, com os numeros e nomes dos corpos, que haviam desembarcado no Mindello, a saber: — *caçadores* n.ºs 2, 3, 5 e 12 — *batalhão de voluntarios da rainha* — *batalhão sagrado* — *batalhão academico* — *regimentos de infanteria* n.ºs 3, 6, 10 e 18 — *batalhão de francezes* — *batalhão de inglezes.*

O terceiro, para o sul, com as armas do immortal libertador da patria, e por baixo estes dois versos:

Tremei cobardes, vosso esforço é vão!
O guerreiro morreu, mas ellas não!

E o quarto, para o poente, com os tropheus ganhados aos inimigos.

O pedestal superior tinha tambem quatro retabulos e quatro quadros por cima e na mesma direcção dos do inferior.

O primeiro quadro, para o norte, tinha o retrato em ponto grande da rainha D. Maria II, o qual, e os outros tres quadros do mesmo pedestal, foram pintados pelo benemerito liberal d'esta cidade, o sr. Jeronymo Filippe Simões, que ultimamente veiu a fallecer sendo escrivão no Porto.

O segundo quadro, para o nascente, tinha um ovado bordado de ramagem, sustido n'um pedestal imitando marmore. N'esse ovado lia-se a seguinte quadra:

Lusa espada fiel em mãos do heroismo
Votado á gloria no Mindello assoma,
E treme, e ruge o monstro, e foge ao ver-lhe,
Ao sentir-lhe o valor, qual não viu Roma!

No referido pedestal imitando marmore liam-se os seguintes dias das acções do exercito libertador: — 1829, Agosto 11 — 1832, Julho 23; Agosto 11; Setembro 8, 9, 10, 16, 29; Outubro 10, 14, 24; Novembro 14, 17, 28 — 1833, Janeiro 8; Março, 4, 24; Abril 9, 10; Junho 25; Julho 5, 23, 25; Agosto 18; Setembro 3, 5, 13, 14, 15, 19, 22.

O terceiro quadro, para o sul, tinha o symbolo da constituição (um olho bem aberto, com doze raios em circumferencia, e na extremidade de cada um d'elles uma lettra do nome) no cimo de uma pyramide com uma serpente, symbolo da eternidade, em roda, que com a bocca pegava no symbolo da constituição. Na pyramide estavam escriptos os dias das quatro épochas notaveis da nossa regeneração politica — 1832, Julho 8 — 1833, Junho 24, Julho 5 e 24.

O quarto quadro tinha um ovado semelhante ao do segundo, com a seguinte quadra:

Inda hontem d'impio Nero á iniquidade
Sujeita a patria sem cessar gemia,
Mas d'aurora o luzir d'este aureo dia
Vem trazer-lhe o prazer co'a Liberdade!

No pedestal tinha os outros dias das acções do exercito libertador, a saber: — 1833, Outubro 10, 11, 12, 16, 25; Novembro 11; Dezembro 1, 12, 21 — 1834, Janeiro 3, 15, 17, 25, 30, 31 — Fevereiro 10, 18, 22, 27; Março 2, 4, 10, 11, 15, 23, 26, 31; Abril 2, 4, 7, 11, 12, 30; Maio 5, 8, 9, 15, 16, 18.

Toda a grande pyramide com os seus ornatos e emblemas estava brilhantemente illuminada.

A alguma distancia, mais para o centro da praça, mas afastados para os dois lados, estavam levantados dois tablados, tambem com illuminação. No do nascente appareceu a figura do *Porto* com algemas nos pulsos, e no poente as de *Lisboa, Lamego, Vizeu, Coimbra*, e a mesma *Lysia*, bem trajadas, e todas com grilhões.

Formada em linha a força militar pela praça abaixo, deu o governador, tenente coronel Frias, os primeiros vivas á Rainha, á Carta, e aos defensores de uma e outra.

Seguiram-se tres descargas de fogo de alegria; apoz do que a *Liberdade*, precedida da *Fama* subiu ao tablado aonde estava a figura do *Porto* e lhe quebrou as algemas, dando-lhe em troca uma lança e um escudo. Depois d'aquelle genio ter recitado um epigramma bem adequado ás circumstancias, passou a *Liberdade* ao outro tablado a quebrar os grilhões ás outras cidades, pela mesma ordem com que tinham sido restauradas, e ultimamente a *Lysia*, recitando cada uma d'estas figuras um epigramma.

Acabada esta scena retirou-se a tropa, e montando a cavallo todas as figuras sairam em bando pelas ruas da cidade, regressando depois á praça, aonde se conservaram até depois da meia noute, subindo constantemente girandolas de foguetes ao ar.

No dia seguinte, 9 de Julho, pelas 10 horas da manhã, houve um solemne *Te-Deum*, cantado a instrumental, na egreja de S. Bartholomeu.

Á noute, accesa que foi a illuminação, descobrindo-se o retrato da rainha, e ao som dos hymnos liberaes, resoaram de toda a multidão de espectadores calorosos vivas.

Além dos numerosos foguetes, tambem subiu ao ar um balão todo branco, com estrellas azues claras.

Seguiu-se repetidas vezes uma bem dirigida dança, por seis pares de curiosos, no tablado opposto ao da musica.

Queimou-se uma grande porção de bonito fogo de vistas; e recitaram-se muitos sonetos, allusivos ao objecto do festejo.

Em a noute do dia 10, repetiram-se a illuminação, a dança e as poesias, e queimou-se muito fogo do ar.

Todas estas festas foram promovidas por uma commissão, composta dos cidadãos bacharel José da Fonseca Veiga, Manoel José Teixeira Guimarães, João Antonio de Carvalho, José Joaquim Grijó, Joaquim Ferreira Machado, Ma-

noel Rodrigues Bruno, e Manoel José da Cunha Novaes.

A despeza, apezar de muito trabalho ser feito gratuitamente por curiosos, importou na quantia de 375$960 réis; e para ella subscreveram 51 conimbricenses liberaes.

Têm decorrido desde os dias 8, 9 e 10 de Julho de 1835 em que houve estas festas populares, quasi 42 annos; e dos referidos 51 subscriptores ainda existem 7, os srs. Manoel José da Cunha Novaes, Antonio de Campos Mallo, bacharel José da Fonseca Veiga, Antonio Maria de Sousa Basto, conselheiro Fortunato Raphael Pereira de Senna, dr. Nuno José da Cruz, e Francisco José Gonçalves de Lemos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

SUB-PREFEITURA DE COIMBRA

4.ª REPARTIÇÃO. — N.º 10

Ill.mo sr. — O sr. sub-prefeito, testemunha ocular da maneira, com que os bons patriotas d'esta cidade acabam de festejar o anniversario do desembarque das tropas libertadoras nas praias do Mindello, me encarrega de participar a v. s.ª para o fazer sciente aos mais senhores directores, e contribuintes, que agradece da sua parte não só a ideia bem concebida e desenvolvida de celebrar um dia, que abriu o caminho á nossa regeneração politica; mas mais que tudo o modo por que os senhores directores souberam guiar os povos d'esta comarca a participarem das gratas sensações, que lhes inspirava um dia tão celebrado nos annaes da nossa restauração, esquecendo-se ao mesmo tempo dos horrores, que a usurpação havia acarretado sobre as victimas de tão extremada fidelidade; o que tudo vae hoje ser levado ao conhecimento de sua magestade.

Possam pois sempre dias tão gloriosos serem celebrados por uma maneira tão brilhante, que desmentindo os nossos adversarios, lhes apresentam a differença dos nossos principios, e acreditam a probidade, a honra, e os bons sentimentos dos verdadeiros patriotas conimbricenses!

Deus guarde a v. s.ª Secretaria da sub-prefeitura de Coimbra 11 de Julho de 1835. — Illm.º sr. *Manoel José Teixeira Guimarães*, capitão da 1.ª companhia da guarda nacional. — *Justino Antonio de Freitas*, secretario.

O ADEUS DE UM PROSCRIPTO

LYRA

Nós patriae fines, et dulcia linquimus...
Nós patriam fugimus.

VIRGILIO.

Rompe a aurora: adeus esposa...
Oh! cruel adeus extremo!
Sinto o compassado remo
Estas aguas já cortar.
Mais não posso demorar-me,
Eis a hora d'embarcar.

Lá m'espera sobre as ondas
O veloz baixel Britanno;
Vamos ver se no Oceano
Doce abrigo posso achar.
Mais brandura que na terra
Lá talvez heide encontrar.

Vou fugir furias que infestam
Desgraçada Lusitania:
Na feliz, culta Britannia
Meigo asylo procurar.
Pae, irmãos, amigos, tudo
É forçoso abandonar.

Mas tu choras? Ah! suspende
O teu pranto mavioso,
Qué ser póde suspeitoso,
Que nos póde atraiçoar.
Para os monstros sanguinarios
É delicto suspirar.

Ah! não chores, que meu peito
Vil remorso não opprime:
Culpas não tenho: é meu crime
Um nobre, um livre pensar.
É-me gloria a fatal lista
Dos proscriptos augmentar.

Quiz na patria ver o imperio
Da Razão, e da Equidade;
Quiz de augusta Liberdade
Levantado ver o altar.
Nem quiz ser traidor ao throno,
Nem aos ceus quiz perjurar.

Mas lá chamam: é preciso
Nosso duro apartamento:
Ao inconstante elemento
Vou meus dias confiar.
Póde ser, oh! ceus, que nunca
Nos tornemos a abraçar.

Porém um momento... espera...
Depõe timida esse pejo...
Leva-me este ardente beijo
Para ao nosso filho entregar.
Dir-lhe-has que o pae saudoso
Lh'o manda do pé do mar.

Um governo atroz nos rouba
Poucos teres da ventura,
Não me deixa a sórte dura
Nada mais que lhe mandar.
Leva-lhe tu d'essa praia
Conchinhas para brincar.

Quando lá possa entender-te,
Conta-lhe o amor que eu lhe tinha;
Qual será a saudade minha,
Toda a vez que me lembrar.
Conta-lhe os males da patria,
Conta-lhe o nosso dezar.

Nutre-lhe o peito innocente
Na santa moral divina,
Que amar os homens ensina,
Que manda um Deus adorar:
Que só dos impios é proprio
Os juramentos violar.

Se lhe fallares nos trances
Que passei... em mil perigos,
Meus perversos inimigos
Não ensines a odiar.
Impia facção que os impelle
Mais se deve criminar.

Baixos, crueis instrumentos
Da ignorancia, da maldade,
A que negra atrocidade
Nós os vimos entregar!
Tão execrandos delictos
É tormento recordar.

O roubo, a morte, os incendios
Como vagarão sem freio!
Nosso filhinho em teu seio
Chegarão a assassinar.
Do mundo o sangue a taes tigres
Mal poderá saciar.

Mas ó dôr, onde me levas?
Fugir só cumpre; é já dia...
Dos nautas a gritaria
Vae as vélas levantar.
Parto, adeus, ó esposa, ó patria...
Não posso mais que chorar.

Londres — 1828.

JOSÉ PINTO REBELLO DE CARVALHO.

PROCLAMAÇÕES

8 e 9 de Julho de 1832

Soldados! — Aquellas praias são as do malfadado Portugal: alli, vossos paes, mães, filhos, esposas, parentes e amigos suspiram pela vossa vinda, e confiam nos vossos sentimentos, valor e generosidade.

Vós vindes trazer a paz a uma nação inteira, e a guerra somente a um governo hypocrita, despotico e usurpador. A empreza é toda de gloria; a causa justa e nobre; a victoria certa.

Os vossos companheiros d'armas virão engrossar as vossas fileiras, e ambicionarão a honra de combater ao vosso lado: e se alguns ainda houver, que desacordados pretendam continuar a defender o despotismo, lembrae-vos que tendes diante de vós, aquelles mesmos illudidos portuguezes, que, na villa da Praia fugiram da presença do vosso sangue frio, e da vossa coragem.

Vencedores de S. Miguel e de S. Jorge! de quem, nem os combates da villa das Vellas, da Urselina e da Calhêta, nem a posição inexpugnavel da Ladeira da Velha poderam conter o enthusiasmo e a valentia! Alli tendes a patria que vos chama: alli, achareis a recompensa de vossos serviços; o termo dos vossos soffrimentos; o complemento da vossa gloria.

Soldados! Seja o vosso grito de guerra: Viva a Senhora D. MARIA II e a CARTA CONSTITUCIONAL. Seja o vosso timbre: *protecção aos inermes, generosidade aos vencidos.* — D. PEDRO, DUQUE DE BRAGANÇA.

Portuguezes! — É chegado o tempo de sacudir o jugo tyrannico, que vos opprime. Á frente do exercito libertador, que tenho a gloria de commandar em chefe, eu vos offereço a paz, a reconciliação, e a liberdade. Vinde, portuguezes de todas as classes e opiniões, unir-vos ás bandeiras da vossa legitima rainha a senhora D. MARIA II. Animae-vos. Contae com a minha protecção. Não hesiteis um só instante. Salvae a vossa honra em quanto é tempo. Estae certo que cumprirei, fielmente, as promessas, que vos fiz no meu manifesto.

Livrar a humanidade opprimida; restabelecer a ordem; restaurar o throno legitimo de minha augusta filha, e com elle a CARTA CONSTITUCIONAL, que vos dei e vós livremente jurastes, eis os motivos, que me moveram (confiado na vossa cooperação) a pôr-me á testa de tão nobre e justa causa.

São estas minhas *unicas* vistas. Meu *unico* interesse é a gloria e o vosso bem. Nem outro podia ser o do chefe da serenissima casa de Bragança, descendente primogenito dos vossos reis, e que espontaneamente abdicou (para sempre) duas corôas.

Portuguezes! entrae nos vossos deveres. Proclamae novamente os inauferiveis direitos da vossa soberana e a Carta Constitucional. Aproveitae-vos do soccorro, que venho prestar-vos. Ajudae-me a salvar a patria, que me viu nascer. Mostrae ao mundo, que não sois traidores; que não sois perjuros; que estaveis constrangidos, e que sois dignos de gozar d'aquella liberdade, que vos é garantida na mesma Carta. Não vos deixeis illudir por aquelles, que vos pintam o governo constitucional como inimigo da nossa santa religião; esses são decididamente hypocritas que se valem da mesma religião, para abusarem da vossa boa fé. A protecção e o respeito á religião de nossos paes é, e continuará a ser, um dos meus principaes cuidados e do governo.

Não temaes vinganças particulares: os soldados que me seguem, obedecem á minha voz. *Ninguem será privado, nem da sua vida, nem dos seus direitos civis, nem das suas propriedades:* de nenhuma d'estas garantias gozaes actualmente debaixo do governo usurpador.

Ministros do altar; ministros de todas as graduações; portuguezes em geral, abandonae immediatamente o usurpador. Não queiraes, por vossa obstinação, introduzir a guerra civil (que eu desejo evitar) no malfadado Portugal, já cançado de tanto soffrer, exhausto de todos os meios, e reduzido ao ultimo apuro de miseria e de aviltamento. Lembrae-vos, que vossos maiores se engrandeceram e tiveram nome na historia porque souberam apreciar a liberdade. Não me obrigueis a empregar a força para vos libertar. Não percaes uma tão boa occasião de mostrar ao mundo, que ainda sois dignos de formar uma nação livre. Concorrei pela vossa parte para derribar a tyrannia, acabar com os horrores do mais feroz despotismo, estabelecer a *paz*, a *reconciliação*, e a *liberdade*. REFLECTI, e DECIDI-VOS. — D. PEDRO, DUQUE DE BRAGANÇA.

Leaes habitantes da cidade do Porto. — A impressão agradavel que em mim tem feito o interesse verdadeiro que tendes tomado pela justa causa de minha augusta filha, e pelo triumpho da CARTA CONSTITUCIONAL, corresponde á ideia que eu havia formado da vossa lealdade e do vosso patriotismo; e a adhesão que manifestastes hoje áquelles dois sagrados principios, e á minha imperial pessoa, penhoram por extremo o meu coração.

Illustres portuenses, pela vossa conducta pacifica em tão extraordinarias circumstancias e no calor do vosso enthusiasmo provastes, mais uma vez, que sois dignos de gozar dos beneficios de um governo livre e justo: as vossas esperanças não serão illudidas.

Recebei, pois, fieis portuenses, em nome da senhora D. MARIA II, minha augusta filha e vossa rainha, e em meu nome, a expressão do mais vivo agradecimento; e tende por certo que se os vossos sacrificios tem sido grandes, grande ha de ser a recompensa que a historia vos prepara; e que, se tendes sido victimas de um despotismo feroz e sanguinario, um governo de mansidão e de justiça vem comigo cerrar as feridas, rasgadas pela oppressão e pela tyrannia. — D. PEDRO, DUQUE DE BRAGANÇA.

SONETOS

I

Sombras, sombras d'heroes, vós, que immoladas
Fostes do despotismo ao genio horrendo;
Sombras, sombras d'heroes, que inda gemendo
Andaes em torno a nós amarguradas;

Vós, que a patria respeita, e crê sagradas,
Vós, que ovantes no Olympo estaes vivendo,
Vós, que chorastes, nossos ferros vendo,
Folgae: nossas cadeias são quebradas.

Das cinzas vossas nos bradou a gloria;
Valor extincto á sua voz assoma,
Valor, que abriu o templo da Memoria.

Despotico poder já nos não doma:
Ante taes feitos, que serão na historia
Dias dourados, quaes viu Grecia e Roma?

II

Flores do Pindo, graciosas flores,
De illustres vates pela mão colhidas,
Sois á virtude, ao merito devidas
De nossos immortaes libertadores.

Musas, tecei-lhes perennaes louvores,
Além dos évos prolongae-lhes as vidas;
Alcem as frontes de laureis cingidas
Ao céu da gloria, aos numes sup'riores.

Templos, altares a seu nome ergâmos;
Empunharam o candido estandarte
Da liberdade, de que nós gozâmos.

Serão famosos sempre em toda a parte;
São dos numes aquelles que adorâmos,
São heroes de Minerva, heroes de Marte.

III

Cançou-se de escutar nossos gemidos
Das espheras o arbitro potente;
Viu de Lysia o semblante descontente,
Viu seus pulsos c'os ferros denegridos.

Aos Lusos povos, filhos seus queridos,
Manda um genio do Olympo omnipotente,
O genio do valor audaz, ardente:
Eis baixa, eis nossos despotas punidos.

Poude em fim uma vez, poude a ventura
Ser socia do valor: um deus escude
A causa nossa, a nossa causa é pura.

Mas não temaes, que o fado se nos mude:
A clemencia succede á força dura;
Do crime em cinzas renasceu virtude.

IV

Affonso, ó grande Affonso, ó rei famoso,
Pae, fundador, heroe da monarchia,
Tu, cuja lança a morte precedia,
Cujo sceptro na paz era piedoso,

Surge, surge, phantasma luminoso,
Do mudo horror da região sombria:
Vê teus filhos, conhece-os n'este dia;
E nume volta ao perennal repouso.

Entre os espectros dos heroes do mundo
Vae contar as acções, que á Lusa historia
Vão grangear respeito o mais profundo.

D'um despotismo tal colher victoria!...
Trocar horrores em prazer jucundo:...
Ah! não tem par a Lusitana gloria.

ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO.

A GUARDA NACIONAL DE COIMBRA

Principio e fim do discurso recitado no dia 4 de Abril de 1836 na sé cathedral de Coimbra, pelo sr. padre Antonio Alves Martins (actual bispo de Vizeu), na occasião da benção da bandeira do brilhante corpo da guarda nacional da mesma cidade.

Grande dia, Conimbricenses, grande dia fez hoje a natureza raiar sobre o horisonte; dia sem egual nos passados annaes da patria; dia memoravel para os portuguezes: porisso que pondo termo a antigos males, a seculos de barbaridade e degradação em que viviamos, vae firmar novas épocas de ventura para a Lusa gente.

Dias de eterna memoria tem havido assás, e bem modernos.

O 8 de Julho em que se firmou aquelle pavilhão da liberdade sobre as areias do Mindello, esse dia, em que as phalanges libertadoras se acantonaram n'essas para sempre memoraveis praias, foi grande.

O 29 de Setembro, em que esse immenso poder de vandalos, orgulhosos, ousaram penetrar o sanctuario da liberdade, esse dia, em que a morte exercendo seus direitos crueis sobre a humanidade, fez os maiores estragos no campo de Marte, foi dia grande.

O 25 de Julho, em que os louros francezes, colhidos nas praias berberescas, vieram murchar em frente da cidade eterna, esse dia, em que o vencedor d'Argel conheceu a differença que havia em combater barbaros, ou homens livres, esse dia, cujo resultado a Europa inteira ambicionava realisado, esse dia, em que os libertecidas fundamentavam suas loucas esperanças, foi dia em que se cobriu de gloria o heroe Portuguez.

Porém, não cedendo a primasia o Franco heroismo, deslocam-se essas massas enormes, e em breve a capital soffre um rigoroso assedio; os murchos louros querendo reverdecer, assestam-se bocas de fogo a centos, e já por toda a linha nada mais se ouve, que os signaes da morte: porém o Franco orgulho é calcado aos pés á vista de Lisboa, qual outr'ora soffreu no mesmo logar: confuso, e segunda vez vencido, Bourmont já não existe.

A carnagem d'Almostér, que decidiu quasi a sorte da guerra, Asseiceira, e outros, foram sem duvida dias grandes, e de muita gloria: porém o dia d'hoje é superior a todos esses; ganharam-se grandes batalhas, e por isso taes dias tornaram-se notaveis n'um seculo; porém o dia d'hoje é maior que os seculos todos: por esses dias victoriosos decidiu-se a sorte do paiz, conseguiu-se a liberdade da patria; pelo dia d'hoje consolida-se a mesma liberdade, e a patria recebe uma duração eterna.

De nada vale conseguir um bem, se o não podemos conservar; é portanto o dia d'hoje superior a todos, por isso que nos assegura a posse eterna d'aquillo que tanto sangue nos custou.

Hoje os ceus benignos, que tão visivelmente protegeram a causa da liberdade, interpondo seu omnipotente braço em favor dos opprimidos, abrindo seu thesouro de graças fazem chover suas divinas bençãos, sobre aquelle tropheu bicolor, sacro emblema das liberdades patrias; hoje o ministro do Senhor, estendendo suas ungidas palmas sobre aquelle pavilhão, faz communicar-lhe o divino influxo, que altas promessas ligáram a tão augusta ceremonia.

Hoje aquelle sagrado penhor, resultado de tantas victorias, abençoado pelo ceu, vae ser entregue á salvaguarda d'este corpo respeitavel de cidadãos honrados, este corpo tão venerando pelos altos fins a que é destinado, que basta só a lei chamar a qualquer cidadão para o seu gremio, para elle se tornar um homem nobre, e mais que tudo um cidadão livre.

Hoje a propria liberdade vae ser entregue á guarda da nação.

Hoje todos os cidadãos perante as sacras aras, estendendo suas dextras outr'ora captivas, hoje livres, e armadas, alli sobre aquelle tropheu da liberdade jurarão defendel-a eternamente.

Alli jurarão jámais tornarem a entrar n'essas tenebrosas cavernas donde surgirám; alli jurarão odio eterno á tyrannia onde quer que ella se encontre: seus braços armados jámais deporão as armas; estão compromettidas honra, vida, liberdade, e tudo; e por isso ninguem poderá duvidar de sua fidelidade, e só a morte poderá desmentir suas promessas.

Ceus! Que mil prodigios obrastes em favor dos opprimidos! para que os illudidos conhecessem, que a causa da liberdade é a causa do mundo, é a vossa causa?! Não desampareis os portuguezes para que elles saibam conservar aquillo que vós lhe outorgastes.

. . . .

Portugal ha passado por vicissitudes, que são originaes, e não se encontram nos annaes de outros paizes. Debaixo de varias fórmas se lhe tem apresentado liberdade, mas sempre combatida, tem encontrado uma barreira invencivel na illusão dos portuguezes. Tem lutado com todos os prejuizos, que se firmavam na ignorancia que era habitual a todas as classes do Estado.

Foi necessario que o Todo Poderoso obrasse os maiores prodigios para que ella se firmasse eternamente; foi necessario que a Providencia permittisse chegar entre nós ao maior apuro os effeitos da tyrannia.

Sim por vezes nós temos visto tremular sobre o solo portuguez aquelle tropheu da liberdade, nós d'aqui a vimos retirar-se espavorida, não podendo medir-se com a prepotencia do tyranno; e que dias ominosos se não passaram em sua ausencia?! Que scenas d'horror nós não presenciámos?!! Rodaram por essas praças as cabeças de seus adoradores, que não poderam emigrar com ella!! Crearam-se alçadas, commissões mixtas, que decidiam sem piedade das vidas de tantos cidadãos sem crime! Enchem-se as cadeias já existentes, edificam-se outras, espeluncas subterraneas são o asylo da innocencia ultrajada: inventam-se novos generos de morte, aqui se fuzila, além se garroteia, acolá são arrastados pelas ruas publicas, e de seus corpos depois de queimados, recebe o mar com desprezo as cinzas.

Mas! nos seculos futuros, na posteridade, quem poderá dar assenso a que se perpetrassem taes crimes na patria minha!! Patria de heroes, que te converteste em covil de monstros!!!

Persegue, captiva, e mata tigre de Hircania, impio Miguel?! Podeste tirar mil vidas aos portuguezes: mas a firmeza d'alma?... o prazer de serem victimas da liberdade?... não conseguiste arrancar-lh'o do peito!!!! Porém corra-se um véu, vote-se tudo a um esquecimento eterno; para que a natureza amotinada não conspire contra os auctores de tão horrorosos attentados. Mas se houver um só entre os portuguezes, que ainda suspire pelos tyrannos, os ceus fulminarão sobre elle seus raios vingadores.

Grandes phenomenos politicos tiveram logar n'um e n'outro hemispherio, para que o pavilhão da liberdade de novo tremulasse sobre o solo portuguez, e fosse primeiro firmar-se no proprio logar do sacrificio.

Porém já as cohortes inimigas avançam sobre as linhas da cidade eterna, e o grande Pedro, ouvindo o estrondo das armas, que já tinham profanado o sacro territorio vôa a seu encontro... Mas que dôr pungente d'improviso o assalta, quando as ruas de mortos juncadas lhe vedam a rapida carreira?! Indeciso Pedro, por sentimentos que descrever se não podem; sobe em fim a um montão de cadaveres, e d'alli, por entre essa nuvem de fumo, que já a cidade cobria, levanta aos ceus iracundos olhos, e lhe dirige piedosas supplicas. —Ceus! Porque sorte adversa, eu que abdiquei duas corôas, que julguei mais honroso vir libertar a patria; porque acerbo destino sou condemnado a sobreviver a este montão de ruinas?!! Porque fado iniquo sou forçado a calcar aos pés estes cadaveres livres, que juráram comigo libertar a patria?!! São estas as suas, e minhas recompensas?!! Porque me não tiraes a existencia, que de nada jámais serve, que prolongar minha desgraça?!

Mas eis que do lado do norte, vibram o ar desconcertadas vozerias, clarins, caixas, roucos sons, trombetas, desordem tudo! Avançam já as tyrannicas legiões, e até ousaram profanar o sacro asylo da liberdade! Pedro vôa, chega e vence: firma com seu punho sobre o reducto aquelle pavilhão, e clama victoria, victoria! Corre d'um a outro extremo da linha, e já inimigos não ha, tudo fugiu espavorido.

Onde apparece este signal, lá a victoria, no mar, na terra, S. Vicente, Almada, Almoster, Asseiceira, corre emfim todo o paiz, e a quem vença já não encontra. É pois o grande Pedro, o heroe do mundo: os seculos não pódem marcar limites a sua gloria; despreza corôas, vence batalhas, e para coroar seu heroismo, jázem a seus pés dous tyrannos vencidos!!

Verá pois o mundo, e a posteridade, se tem existido um só mortal, a quem o grande Architecto prodigalisasse eguaes favores. Não parou aqui porém sua gloria; prostrado a seus pés o torvo despotismo, implora o não merecido perdão: como prezas da guerra deviam ficar captivos, Pedro dá-lhe liberdade; como tyrannos deviam ser punidos, Pedro dá-lhe amplo perdão!!

Excedeu portanto todos os vencedores, porque se venceu tambem a si proprio, venceu a mesma gloria!!

Perdoou Pedro, perdoemos tambem, sigamos o seu nobre exemplo; ainda mais devemos a seus manes, a suas venerandas cinzas!!! Mas que digo!!... Cinzas de Pedro... Ah!! Não?! Pedro não morreu, elle ainda existe.

Pedro reinará no coração dos portuguezes, em quanto se conservar em seu poder aquelle penhor da liberdade, que hoje aqui se jurou durar eternamente, e ainda além da eternidade.

ANNIVERSARIO

Coimbra, 4 de Abril de 1836

Os habitantes d'esta cidade, que nunca deslisaram do seu patriotismo e amor á Carta e á rainha, não podiam deixar passar o dia 4 d'Abril, anniversario da senhora D. Maria II, sem dar uma prova da devoção civica, que sempre os tem animado. Já no dia antecedente uma nobre porção da academia tinha antecipado este festejo, fazendo construir á sua custa um pequeno, porém lindo theatro, onde repetirão com a habilidade, que os caracterisa, a famosa tragedia de Catão, depois de terem recitado um bello elogio á nossa joven rainha, cujo retrato apparecendo no fundo do theatro excitou um nobre enthusiasmo a todas as pessoas mais luzidas d'esta cidade de ambos os sexos, que presenciavam aquelle bello espectaculo.

Raiou o dia 4, cuja aurora foi annunciada por girandolas e toques de sinos, até que ás 9 horas do dia marchou a guarda nacional d'esta cidade no mais luzido aceio para a egreja da cathedral, onde houve uma missa cantada, a que assistiram todas as auctoridades da terra; depois do que fez a camara a offerta da bandeira á referida guarda, seguindo-se depois um bello discurso do egresso Fr. Antonio Alves Martins, analogo ao objecto, e ás circumstancias do dia. Depois que acabou a missa e se cantou um solemne *Te Deum*, marchou a guarda nacional para o largo da Universidade, onde vieram fazer a parada, manobrando na melhor ordem, e dando as descargas do estilo, a que se seguiram os vivas á rainha e á Carta, que foram pronunciados com o maior enthusiasmo, e com uma alegria filha do mais nobre patriotismo de soldados, que tinham derramado o seu sangue nas fileiras da rainha.

Á noite houve illuminação em toda a cidade, tornando-se mui distincta a illuminação no largo de Samsão á porta do quartel da guarda nacional, onde estava o retrato da nossa adorada rainha, estando alli constantemente tocando a musica da mesma guarda, no meio de immenso concurso de povo. Houve além d'isso uma esplendida e brilhante companhia na *Sociedade Conimbricense*, aonde concorreram muitas senhoras distinctas e conspicuas pelo seu constitucionalismo.

Assim se passou este dia, que não póde deixar de marcar uma época brilhante nos nossos fastos; muito mais quando nos lembramos, que a sua solemnisação anda sempre a par da nossa futura prosperidade, e existencia politica.

(*O Academico*, jornal de Coimbra).

CANTATA

Lá onde em noute eterna, em sombra escura
Geme a Virtude; e o Crime a fronte erguendo,
Calca aos pés a Rasão, e a Humanidade!
Lá onde da verdade
O nume se despreza; e ondé segura
Só vive a Tyrannia!
Ante a qual de pavor foge a Ventura;
Ante o Odio, a Inveja
Seus pulsos remordendo
De continuo sem fructo estão gemendo;
Das furias a peor a torva Erynis,
Dest'arte erguendo a voz, ás socias falla:
«Nós, que da Lysia os venturosos fados
«Em fados infernaes mudar soubemos,
«Nós, que um povo de heroes, de semi-deuses
«Curvados transformámos
«Em rebanho servil, que flagellámos;
«Nós, que arrancando a genios bemfazejos,
«Benignos genios, da virtude socios,
«Os destinos do Tejo,
«Á força de os curvar a ferreo jugo,
«Quasi de todo extincto
«Temos nos Lusos o valor innato;
«Nós emfim, cujas leis no Inferno escriptas
«Em bronzeas taboas pelas mãos de fogo
«Tem conduzido á borda
«Do sepulchro voraz, do mesmo abysmo
«Um povo, que por certo
«Nunca sonhou soffrer o despotismo:
«Socios meus, eia! ao cumulo levemos
«As infernaes façanhas:
«Extinga-se uma vez o nome, a fama
«Da Lusitana gente.
«Não tendes visto como a gloria sua
«Ao Lethes sobranceira
«Tem de grandes acções enchido o mundo?»

Disse: e tremendo a abobada sombria
Encheu de horror os desgraçados manes:
Ouve-lhe a voz a candida Virtude;
Treme de susto aos infernaes accentos
E, chamando a Rasão, e a Liberdade,
Que maldita oppressão lançára em ferros,
As mãos erguendo aos céus, assim lhes falla:
«Tê quando os vis grilhões, e o jugo austero,
«Que nosso collo com vergonha opprime,
«Ha de trocar em dias de amargura,
«Dias de gloria, porque em vão chorâmos?
«Quebre-se o jugo, a rectidão triumphe:
«Eis o tempo marcado á Lusa gloria.»

Disséra: e d'entre os céus o auctor dos mundos
A Elysia volve compassivos olhos;
E eis em pó seus grilhões, seu jugo em nada.
Eis d'uma luz mais pura
Brilha na terra a candida virtude;
De chofre a tyrannia então baqueia;
De novo têm vigor as leis d'Astreia.

Trocou-se a nossa sorte,
Findou o nosso desdouro;
De novo a edade d'ouro
Dos céus se vê baixar.

De novo volve Astreia
C'o a meiga Liberdade;
Não geme a humanidade,
Já póde respirar.

Cessou da Lysia o pranto,
Cessaram seus gemidos;
Por fim seus ais sentidos
O céu quiz escutar.

Trocou-se a nossa sorte,
Findou nosso desdouro,
De novo a edade d'ouro
Dos céus se vê baixar.

AUGUSTO FREDERICO DE CASTILHO.

ANNIVERSARIO

Coimbra, 8 de Maio de 1836

São tão fortes as impressões que a feroz perseguição do usurpador deixou nos animos dos amigos da rainha e da Carta durante aquella calamitosa época, que ainda hoje os habitantes das cidades e villas do reino não podem deixar de festejar com alegria proporcionada á compressão que os oppriniu, os anniversarios da recuperação da sua liberdade.

O dia 8 de Maio foi o anniversario do nosso resgate, em que o afortunado duque da

Terceira entrou n'esta cidade á frente de 2:500 bravos, levando diante de si as hordas do usurpador, que fugiam por toda a parte espavoridas; e por isso os seus habitantes não podiam deixar de festejar este dia de tão importantes consequencias para a sua liberdade, e que preparou a victoria da Asseiceira, e o termo d'esta guerra fratricida.

Com effeito o destacamento da tropa regular aqui estacionada; o corpo de voluntarios fixos, e a guarda nacional de infanteria e cavallaria, cujo enthusiasmo pela liberdade não póde ser excedido, se reuniram na manhã do dia 8 na ponte d'Agua de Maias, donde marchåram logo ás 10 horas, recordando bem ao vivo as gratas scenas de prazer, que tiveram logar n'esta cidade por aquelles sitios por onde marchou a tropa libertadora; concluindo por fazerem a parada no largo da Universidade, e recolhendo depois a seus quarteis, onde tinham para a noute preparada uma grande illuminação, que foi espontaneamente imitada por todos os habitantes.

Escusado é referir o applauso que todos os cidadãos prestaram a estes actos. — As janellas das ruas estavam cheias de senhoras, que á porfia derramavam flores na passagem da tropa; e por toda a parte a alegria estava pintada no semblante dos cidadãos.

A *Sociedade Conimbricense* não podia deixar escapar esta occasião de ostentar o seu patriotismo; e por isso resolveu d'ante-mão dar um luzido baile, a que devessem concorrer todas as pessoas de ambos os sexos mais conspicuas pelo seu patriotismo, e decidido amor á liberdade. Podemos afiançar, que o objecto correspondeu perfeitamente ás esperanças de todos os socios. Nunca houve um concurso mais brilhante de senhoras, que se apresentáram no maior aceio, prolongando-se o divertimento da sociedade até ás duas horas da noute.

Eis aqui pois em pequeno esboço a maneira por que foi celebrado este dia, pelos habitantes d'esta cidade, em cujos corações trasborda o amor á liberdade e á nossa joven rainha.

(*O Academico*, jornal de Coimbra).

NOTICIARIO

A Associação Liberal de Coimbra. — Para commemorar o fausto anniversario do dia 8 de Maio de 1834, serão hoje distribuidas esmolas a muitas familias necessitadas d'esta cidade, producto de uma subscripção promovida entre os membros da Associação Liberal.

Em um dia de tão grata recordação para os liberaes de Coimbra, é justo que a alegria entre tambem em casa das familias a quem a sorte tem sido adversa.

Ainda a junta de parochia de Santa Cruz. — Recebemos uma carta do nosso amigo o sr. padre Joaquim Martins Nobre, a qual não podemos publicar por absoluta falta de espaço.

Em rasão do que ha dias expozemos, relativo á nova acta da maioria da junta da parochia de Santa Cruz, o sr. Nobre retira o elogio que lhe dirigia na sua carta que no dia 1 publicamos; e ao mesmo tempo louva o nobre procedimento do reverendo prior, presidente da junta de parochia, e do vogal o sr. Francisco José Vieira Braga; assim como tece os devidos encomios ao honrado e independente secretario da junta, o sr Amadeu Fructuoso da Silva Rocha.

Festividade.—Egualmente por falta de espaço não podemos publicar na integra a descripção de uma festividade que houve a S. Sebastião, no dia 29 de Abril, no logar de Laceiras, freguezia de Cabanas, concelho do Carregal.

Diremos, porém, que a festa foi para implorar o Omnipotente, a fim de que livre aquella povoação de uma febre de mau caracter, que ha mezes alli tem feito muitas victimas.

Orou ao evangelho o reverendo sr. padre João Vicente da Rocha, parocho de Canas de Senhorim, já muito acreditado pelas suas predicas; e de tarde pregou o reverendo sr. padre Manoel do Nascimento, de Oliveirinha, que tambem muito commoveu os fieis presentes.

A missa foi acompanhada pela musica vocal e instrumental de Cabanas, de que é director o reverendo sr. José da Costa e Cunha. Tanto este, como o mestre e mais membros da philarmonica, são dignos de elogios. Agradaram muito, tanto na missa, como na extensa procissão, que percorreu perto de 3 kilometros.

Cemiterio da Conchada. —Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Manoel Antonio Leite, filho de João Antonio Leite e Joanna Maria, de Coimbra, de 39 annos, fallecido no dia 29 de Abril de 1877.

Miguel de Borba, filho de Manoel Borba e Margarida da Conceição, de Lisboa, de 46 annos, fallecido em 2 de Maio.

Theresa Felix, filha de pae incognito e Joanna Felix, da Raiva, de 39 annos, fallecida em 3.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio da Conchada—7:060.

Despachos. — O sr. Delfim José de Oliveira foi nomeado juiz ordinario do julgado de Penella.

A sr.ª Emilia Augusta de Sousa Carvalho foi provida, por tres annos, na escola de meninas de Arazede, concelho de Monte-mór o Velho.

A sr.ª Theresa Carolina do Carmo foi provida, por tres annos, na escola mixta da Camarneira, freguezia dos Covões, concelho de Cantanhede.

O presbytero Domingos Coelho de Carvalho, parocho collado na egreja de Nossa Senhora da Conceição de Arega, diocese de Coimbra, foi apresentado na egreja parochial de Santa Maria Magdalena de Alvaiazere, da mesma diocese.

Nova publicação. — O nosso estimavel amigo o sr. bacharel Cassiano Pinto Pereira Neves, de Lamego, teve a bondade de nos offerecer um exemplar da sua recente publicação. — *A sepultura ecclesiastica e os suicidas, analyse de uma diatribe contra um Prelado respeitavel.*

Agradecemos ao illustrado escriptor o seu obsequio.

ANNUNCIOS

AGRADECIMENTO

1 ANTONIO LEITÃO agradece a todas as pessoas que o visitaram, ou mandaram saber do seu estado de saude, durante a prolongada doença que padeceu; e com especialidade ao ex.mo sr. dr. José Maria Pereira Coutinho, pelo zelo e actividade com que o tratou em doença tão grave, assim como ao ill.mo sr. Luiz José Candido, cirurgião da Associação dos Artistas d'esta cidade.

ATTENÇÃO

2 ARRENDA-SE por um ou mais annos, um predio, com 3 andares, e aguas furtadas, na rua da Calçada, n.º 47.

Trata-se na mesma rua, n.º 41 a 45.

LEILÃO

3 NO DIA 13 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na rua da Sophia, n.º 147, hade ter logar a arrematação do resto de todos os effeitos pertencentes á massa fallida de Francisco Borges Gonçalves, a saber: uma porção de ouro em obra, tabacos, uma armação de loja envidraçada muito boa, e outros objectos que estarão patentes no acto da arrematação.

Os administradores da massa
Antonio d'Almeida e Silva
Domingos Barata Diniz.

ARREMATAÇÃO

4 A QUINTA na Arregaça, olival á Fonte do Castanheiro, e Casal na estrada que vae para a mesma Fonte, irão novamente á praça no domingo, 13 do corrente, ao meio dia, em casa do sr. Francisco Pedro da Silva, á Sé Velha.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

5 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

PRATICANTE

6 NA PHARMACIA Araujo e Silva, em Oliveira d'Azemeis, precisa-se d'um com pratica e abonação.

Trata-se na rua dos Estudos, n.º 38, Coimbra. Offerecem-se vantagens.

7 ARRENDAM-SE tres andares e aguas-furtadas, com bons commodos, d'umas casas na rua da Louça, n.os 25, 27, 29, com egual frente para a rua do Corvo, n.os 48, 50.

Trata-se na rua da Gala, n.º 18.

8 N'ESTA REDACÇÃO se diz quem tem um cypreste para vender, tão alto e tão grosso que dá taboas de 70 centimetros de largura.

ESTABELECIMENTO DE ALFAIATE

35, RUA DO BORRALHO, 37
COIMBRA

9 N'ESTE estabelecimento se encontram cazemiras modernas, de xadrez, proprias para a estação, dando fatos promptos para vestir por 9$000 réis.

UNICO DEPOSITO DAS VERDADEIRAS MACHINAS DE COSTURA SINGER

PARA FAMILIA, ALFAIATE, SAPATEIRO E CORREEIRO

10 VENDEM-SE a prestações semanaes de 400 reis segundo a classe da machina, e a prompto pagamento menos 10 por cento.

SINGER

As melhores machinas que se conhecem, que cosem toda a qualidade de costura e que servem para trabalhar quer á mão quer de pé

SINGER

São as que têm sido mais premiadas, as que offerecem mais duração, as mais faceis para aprender, as que fazem mais perfeito trabalho sem complicação de apparelhos.

SINGER

São as mais rapidas no trabalho, e que embainham, bordam a trancinha e a fios de seda, franzem, mettem cordões, guarnecem, fazem prégas, tudo a dois pespontos sem alinhavar.

Os preços são eguaes aos de Lisboa e Porto. Ensino gratis no deposito ou em casa do comprador, sendo na cidade. Reducção de preço nas agulhas e torçaes.

JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA
32, RUA DO VISCONDE DA LUZ, 36
COIMBRA

COLLEGIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NO EDIFICIO DA ESTRELLA EM

11 TEM a nova residencia d'este collegio bons quartos com optimas condições hygienicas.

A admissão dos alumnos internos e semi-internos é para meninos de 6 a 16 annos de edade.

Tambem se admittem externos.

As habilitações do director para o magisterio publico, seu incansavel cuidado, esmero e empenho pela educação e instrucção de seus alumnos, contando grande numero d'elles na magistratura, no exercito e no commercio; e seus bens na qualidade de proprietario, hão de garantir quanto diz respeito á espinhosa missão de que os paes de familia o encarregam.

Os meninos não estranham o amor e todos os cuidados de pae e mãe exemplares.

Edificio da Estrella, Coimbra.

Francisco Mendes Pinheiro.

VENDE-SE POR PREÇO LIMITADO
ENXOFRE DE PRIMEIRA QUALIDADE
NO
ESTABELECIMENTO
DE
ANTONIO FERNANDES
52, RUA DO CORVO, 56
COIMBRA

PHARMACEUTICO

12 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3108 | Sabbado 12 de Maio de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O nosso esclarecido collega do *Tribuno Popular* faz no seu ultimo numero algumas reflexões ao que haviamos dito do novo governador civil d'este districto, o sr. Lopes Branco.

Diz o collega, que tem a certeza de que o sr. Lopes Branco não é homem *que deslise a auctoridade das suas mãos, a submetta a poderes occultos, ou se preste a tomar a direcção suprema do districto,* **sem estar completamente desembaraçado dos torpedos ainda atravessados no seu caminho,** *que é o caminho da moralidade, do dever, do decoro e respeito restituidos ao exercicio do poder publico.*

Muito bem. Nós já dissemos, que nada confiâmos, porque o actual governo não tem acção e iniciativa, e por isso não inspira inergia nos seus subordinados; antes lhes ha de pôr peias e os ha de coagir quando porventura alguns quizerem fazer as reformas radicaes indispensaveis.

Em todo o caso o collega afiança-nos essas reformas, e uma marcha inteiramente diversa da que tem havido n'este districto até agora; e por isso esperaremos por ellas. Veremos quem se engana. Sobre tudo a respeito dos taes celebres **torpedos** parece-nos que o collega tem de passar por uma grande decepção.

Seja, porém, como fôr, dizemos-lhe sinceramente, que estimaremos ser nós os illudidos; e n'essas circumstancias esteja certo o collega que não recusaremos os merecidos louvores no novo chefe do districto; assim como lhe não pouparemos censuras se virmos só apparato sem obras.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTAS POLITICAS

Temos em nosso poder tres extensas cartas do sr. Antonio Ribeiro Saraiva. Uma datada de 28 de Abril, e as outras de 1 e 2 de Maio corrente.

A primeira trata de assumptos das nossas possessões de Africa; e as duas restantes occupam-se de factos da nossa historia politica, em replica a uma resposta que ha dias demos ao sr. Ribeiro Saraiva. E finalmente ainda este sr. promette mandar uma quarta carta, para complemento do que diz n'aquellas duas.

Resolvemo-nos a pôr, por emquanto, de lado a primeira, para dar de preferencia publicidade ás cartas politicas.

Como essas cartas são extensas, e a nossa resposta tem tambem de ser desenvolvida, não as podemos acompanhar já hoje com as nossas reflexões, em vista das limitadas dimensões d'este jornal. Reservamo-nos, porisso, para começar em o numero seguinte a fazer as considerações, que a importancia do assumpto está pedindo.

Entretanto não podemos deixar desde já de fazer um reparo.

O systema liberal, de que tão duramente nos falla o sr. Antonio Ribeiro Saraiva, será talvez um monstro peor do que o de Horacio. Todos os liberaes serão homens sem fé, sem honra, sem dignidade nenhuma. Demos que tudo assim seja. Mas o sr. Ribeiro Saraiva tambem de certo nos ha de conceder, attenta a sua illustração, que esse systema não é pessimo em todas as suas partes.

Pois nem ao menos terá a vantagem de durante elle se publicarem franca e livremente cartas tão violentas e tão sem contemplações, como as do sr. Ribeiro Saraiva, contra um tal systema e os seus partidarios?

No tempo do governo absoluto quem se atreveria, já não dizemos a publicar taes escriptos, mas nem ao menos a manifestar, por qualquer outro modo, a mais insignificante parte do que n'elles se diz?

N'aquella épocha só tinham liberdade para em Portugal escrever os redactores de jornaes, como a *Tripa Virada*, o *Cacete*, a *Trombeta Final*, o *Mastigoforo*, a *Contra-mina*, o *Correio do Porto*, a *Defeza de Portugal*, a *Besta Esfolada*, o *Desengano*, o *Verdadeiro Ecco de Portugal*, e outros de tão veneranda memoria como estes.

Os homens liberaes, que haviam emigrado para o estrangeiro, tendo podido escapar ás forcas e ás prisões, se queriam escrever, tinham de se servir dos preles da Inglaterra, da França, da Belgica, do Brasil, e da ilha Terceira.

E para os seus escriptos poderem entrar em Portugal e aqui serem lidos, que difficuldades e perigos havia! Infeliz de quem era apanhado com algum d'elles!

E nas prisões? Receber alli e transmittir noticias era um crime irremissivel!

Nos horrorosos subterraneos da torre de S. Julião tinham-se visto obrigados os desgraçados presos a adoptar meios engenhosissimos, para ás occultas dos seus crueis guardas se poderem communicar.

Nas famosas prisões da praça de Almeida viam-se na necessidade os infelizes presos, para poderem receber ou enviar alguma noticia, de se servirem de variados inventos e de sympathicos de todos os generos.

Nos troços da hortaliça, em papeis em branco servindo de embrulho a qualquer cousa, no centro de bocados de papelão collados, no proprio papel pardo, nas costuras dos bonnets, na louça branca toda escripta com agua de sal e outro ingrediente, nas folhas publicas escriptas sympathicamente em volta, e outras vezes picadas as suas letras, nos esconderijos delicados de caixas, chocolateiras, e até no papo de gallinhas vivas e no interior do peixe preparado, assim como no interior do mesmo pão, quando a final o não partiam; entre a pelle de coelhos mortos, que se vendiam para se prepararem na prisão, nas mesmas cartas particulares pelo seu virgulado; em tudo isso escreviam, ou de qualquer modo se aproveitavam os torturados presos! E por fim, d'esses mesmos meios ficaram impedidos, porque gradualmente os vigilantes guardas iam

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCVIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Ainda estavamos no mez de Agosto, e sahindo uma manhã mui cedo de Madrid disse-me o meu amigo, leve o seu capote, porque ainda hoje ha he sentir frio. Pareceu-me isto cousa bem extraordinaria, mas tomei o seu conselho. Em o nosso caminho para Santo Ildefonso era preciso passar a grande cordilheira, que separa as duas Castellas, e que desde Burgos se chama *Somo-Sierra*, e depois toma o nome de *Guadarrama*, e a final no mais elevado, pelo qual passa a estrada, se chama o desfiladeiro de *Navacerrada*. Quando pois chegámos a este ponto, e onde descançámos um pouco antes de principiar a descer a montanha, declaro, que não só tive frio para me embrulhar no capote, mas não contente com isto, me fui sentar a uma pequena fogueira que alli tinha um homem em uma miseravel baiuca ou taberna. Tomando um pouco de descanço, começámos a descer o grande desfiladeiro que, apesar de tão elevado e ingreme, tem uma tão bella estrada em zig-zag, que sem difficuldade fomos correndo por ella em a nova carruagem. Ao descer se estendem os olhos por uma longa e vasta planice entre dois profundos valles da Castella-velha, no meio da qual, como sobre um elevado pedestal, se vê Segovia, collocada sobre um immenso rochedo.

Aos pés da montanha do Guadarrama está a bella e deliciosa habitação real, denominada Santo Ildefonso, ou a Granja, a qual se compõe do palacio, que nada tem de maravilhoso, e dos ricos jardins que o rodeiam. Ha n'elles lindas cascatas e fontes, tudo á imitação de Versailles, que Philippe V quando veiu para rei de Hespanha, quiz imitar, bem que em miniatura. E tambem alli quiz ser enterrado, porque lá tem o seu tumulo que é digno de ver-se.

Passeando nos jardins, tive occasião de vêr Fernando VII, esse homem historico, tão ingrato, tão vil, e tão cobarde como tyranno. Andava tambem não digo passeando, mas antes correndo nos mesmos jardins com um grande cão ao lado, e com tamanha semcerimonia o fazia, como era aquella com que o tratavam as muitas pessoas que lá estavam sentadas ou passeavam, entre as quaes tambem eu estava.

Concluidos os negocios que o nosso ministro alli tinha a tratar, fomos na volta para Madrid ao Escurial, situado na mesma Castella-velha. É um sitio tristissimo, porém ao menos pensei eu que me pareceria melhor a vista do palacio e convento, maravilha, da qual tamanho alarde fazem os hespanhoes. Enganei-me, porque ainda, por assim dizer, costumado a ver as magnificas prespectivas dos palacios do Louvre, das Tulherias, Luxemburgo, e ultimamente do de Madrid, pensava que n'este edificio acharia alguma cousa, que se lhes assemelhasse. Não foi assim, porque so vi um grande edificio, sem belleza alguma externa, que mais me pareceu um grande quartel de soldados do que um palacio real, monumento da vaidade de um grande soberano.

Até essa época não tinha eu bastante ideia da nossa Mafra, que so a tinha visto muito creança, quando la fui assistir á profissão de meu irmão D. Antonio, mas quando voltei a Portugal n'este anno de 1821, e a vi de perto, então fiquei certo de que o Escurial nem de longe, como edificio, se póde comparar em belleza de architectura com o nosso.

Este grande edificio do convento e palacio do Escurial, edificado em um paiz secco, esteril, e rodeado de montanhas, é monumento menos de religião do que de vaidade do fanatico hypocrita Filippe II, denominado por alguns o *Demonio do meio-dia*, e por outros o *Tiberio hespanhol*. Foi dedicado a S. Lourenço em memoria da grande batalha de S. Quintino, que os hespanhoes ganharam aos francezes no decimo sexto seculo, no dia deste santo. Por este motivo, ou fosse ideia do monarcha, ou do architecto, se lhe deu a fórma externa de umas *grelhas*, nas quaes diz a sua lenda fôra o santo martysado.

Toda a sua maior belleza, segundo os entendedores, está em que sendo de uma figura tão irregular exteriormente, é regularissimo no interior, como se fosse um perfeito quadro. Disseram-me lá, que constava de muitas mil janellas, e ainda de maior numero de portas, numero de que me não lembro. O certo é que o seu exterior não é agradavel, e não inculca o que é dentro.

(*Continuar-se-ha.*)

tudo descobrindo; chegando até a examinar minuciosamente a comida antes de entrar nas prisões!

Compare-se aquelle tempo com o de hoje; aquella incommunicabilidade com a liberdade de agora!

Presentemente os direitos são eguaes para todos os cidadãos, a qualquer partido que pertençam; graças ao systema representativo, tão amaldiçoado pelo sr. Antonio Ribeiro Saraiva.

E queremos, porventura, com isto dizer, que não tenha havido abusos e actos censuraveis? Não, por certo! A perfectibilidade não se póde achar nas cousas humanas. O caso está em preferir dos males o menor.

Ahi vae a primeira carta politica do sr. Ribeiro Saraiva.

Irá a segunda carta na terça feira; e n'esse mesmo numero começaremos a nossa resposta.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Londres, 1.º de Maio de 1877. — Ha muito me tenho divertido em ver o sr. Joaquim Martins de Carvalho (com quem não posso defender-me de nutrir grande sympathia), de continuo, e com talento consideravel, á bulha comsigo mesmo; portanto pensando de boa fé, que outros são susceptiveis da mesma anomalia!

Hontem á noite, recebendo o *Conimbricense* de 24 de Abril, tinha-o posto de parte para examinal-o hoje; e hoje, com effeito é que o examinei, porque, tentando-me a lançar-lhe os olhos por acaso, á uma depois da meia noute, e acertando com o meu nome; quiz, naturalmente, ver a que proposito alli vinha, e só me fui deitar depois de lido todo o papel.

Na cauda de uma discussão, em que eu não quero agora entrar, a respeito de catholicismo de varias côres, encontrei estes periodos, que agradeço ao honrado escriptor:

«E aproveitâmos a occasião para responder «ao que ha dias nos disse o sr. Ribeiro Sa«raiva em uma das suas cartas. Estranha que «continuemos a ser devotos do liberalismo, não «passando quasi numero nenhum do nosso jor«nal, em que não descubrâmos a mentira e «podridão do tal systema de partido.

«Em resposta perguntâmos ao sr. Ribeiro «Saraiva: — Como é que concilia o ter sido «sempre dedicado partidario do systema abso«luto, e ao mesmo tempo haver, com louvavel «independencia, censurado os abusos, erros, e «arbitrariedades que se praticavam durante «esse systema de governo, de que são provas, «entre outras, as cartas que em 1832 e 1833 «dirigia de Londres ao visconde de Santa«rem?»

Hei de copiar e responder tambem ao resto do artigo do sr. Martins de Carvalho até ao fim, mas vamos por partes. A primeira fallacia (que é intencional) está, como succede as mais das vezes, em confundir as ideias, por falta de propria e exacta definição das palavras. É por isso que se escrevem resmas e resmas de papel, muitas vezes, sem chegar-se a concluir cousa de proveito; porque um que usa a mesma palavra, que outro dos disputantes, entende n'ella estar fallando de *alhos;* e o contendor a toma por *bugalhos*. O resultado é *terem* ambos, e *não terem* rasão.

Estranho, sim — e muitissimo — que o sr. Joaquim Martins continue a ser devoto de um systema em que, como pela theoria se póde mostrar, e pela pratica o mesmo sr. está mostrando todos os dias (e n'este mesmo numero demonstra), não ha mais que impostura, corrupção, mentira, palavrorio chôcho e indefinido, lucta de interesses pessoaes e individuaes, capa de velhacos. Este vicio radical e demonstravel — e pelo sr. Joaquim Martins demonstrado n'este mesmo numero do seu papel, — quer elle curar com pello do mesmo cão; com um systema que põe a influencia e poder que o sustenta, nas mãos dos proprios que o disfructam e *exploram* em seu proprio proveito!

¿Não é uma fallacia, uma irrisão, uma verdadeira mangação, fallar de *deputados*, de *representantes da nação*, quando vemos que os taes representantes só representam os interesses ambiciosos e sofregos de um corrilho de homens, que querem ir gozar elles e seus amigos os pães e os peixes; cujo empenho e patriotismo se reduz ao que os francezes tão propriamente exprimem, em sua chistosa linguagem, nas breves palavras: — *Ote-toi de là que je m'y mette?*

Chamam a essa porcaria *systema representativo*, e têm rasão; representa, sim, ¿mas o quê? Um bando de egoistas, impostores, intrigantes, ambiciosos, avidos de subir e de enriquecer seja como fôr, com a bôcca cheia de palavras fallazes, pondo o ramo n'uma parte, e vendendo n'outra o vinho.

O sr. Martins de Carvalho, sem duvida, viu alguma vez uma nora, com uma fileira, um rosario de alcatruzes — *todos furados* — e que, quando em acção e movimento, metade estão cheios, e metade vazios; os vazios fazendo seu possivel para se *encherem* e chegar á lympha; os cheios mui vaidosos e fartos, mas todos sustentando-se uns aos outros e mutuamente repartindo entre si a *agua* do poço (até ficarem vazios, quando a roda os fórça a despejar).

Ahi tem a imagem, o sr. Joaquim Martins de Carvalho, do seu systema favorito; e assim havia de ser o republicano (que elle diz accitaria), dès que fosse estabelecido e fundado nas mesmas bases que o balôfo e falso liberalismo que por lá voga. Esse liberalismo (que está mui longe de significar o amor da justa e honrada liberdade), é o que o bom dr. Francisco Gomes da Silva (*o Chicara*), que aqui foi meu medico e muito meu amigo — por quem vim a saber muitas manhas da familia *liberanga*, — sempre acompanhava, ao mencional-o, do epitheto parenthetico (*«do alheio»*). ¿Quem se atreverá a negar que o bom Francisco Gomes tinha rasão? Ora, torno a repetir, o sr. Joaquim Martins de Carvalho é *liberal* de outra maneira, *elle em si* estou certo d'isso; e o amigo *Chicara* de certo lhe não applicaria, conhecendo-o, o seu parenthesis, alludindo ao seu *coração;* tenho minhas duvidas, porém, que deixasse de applical-o á sua *cabeça*, se o homem vivesse ainda, e lesse o *Conimbricense*.

No meu diccionario particular, «governo liberal» significa um governo *sensato e justo;* tanto me importa que seja d'essa fórma (d'aqui macaqueada), ou de outra; e «governo constitucional» é o que se firma, ou é fundado, ou assente em constituição do estado. Um governo modelado sobre uma qualquer das constituições que o *abbé Sieyès*, tinha compostas por elle, na sua estante ou papeleira, tambem era «constitucional» n'esse sentido. Mas constituição real e existente de uma nação, é o modo por que a mesma nação foi formada, cresceu, vive, e existe como sociedade e communhão politica.

Portugal, pois, tinha uma constituição, e muito bella, e muito nobre, e muito sabia, e muito semelhante á de Inglaterra em suas essencias; e essa era a legitima, e a que todo o portuguez tinha direito de reclamar e obrigação de sustentar. Deixou de praticar-se, quanto á reunião das côrtes, até 1828, pela rasão, principalmente, que a descoberta do ouro no Brazil, nos fins do reinado de D. Pedro II, dispensou el-rei D. João V de ter que pedir dinheiro aos povos.

O marquez de Pombal, vindo com as tradições de Austria, e da França de Luiz XIV, que então vogavam na Europa, tambem se dispensou de convocar ou consultar as côrtes; porque isso lhe dava a elle e a el-rei D. José poder e auctoridade maior e mais absoluta. Porém o que verdadeiramente foi causa de el-rei D. José lhe conferir poder absoluto, e de a nação lh'o consentir, foi, 1.º a actividade e capacidade que elle desinvolveu para remediar e reparar as calamidades do terremoto de 1755 (origem do poder e ascendencia do marquez); 2.º a bondade e vantagem verdadeira de muitas das suas providencias governativas e leis, bem que já eivadas, em parte, dos effeitos do philosophismo francez, e das inspirações d'uma fórma (*aristocratica* lhe chamarei) de maçonaria, o *Illuminismo*, que consistia em governarem os ministros despoticamente em nome do rei ou do imperador.

A influencia do ouro e producções do Brazil, e a educação de Pombal á maioria dos homens que influiram e governaram no reinado de D. Maria I, fez que se não requeresse reuniões das côrtes — todo mundo olhando para o Brazil. Quando veiu a regencia *(illegal)* de D. João VI, que a não devia assumir sem o consentimento das côrtes nacionaes, os favoritos do principe, persuadiram-lhe, que era perigoso reunir a representação nacional quando a França começava a ferver nos principios da revolução; e fez-se elle regente, sem ceremonia.

Veiu a guerra peninsular, veiu a paz, vieram os erros do governo e da côrte no Brazil; veiu a revolução de 24 de Agosto; e veiu a maçonaria nossa senhora deitar a nação a perder.

Passo á época da morte de D. João VI. O dever do governo era convocar as côrtes nacionaes logo e tratar então com D. Pedro, e ver, se elle queria entrar no logar de seu pae como *imperador de Portugal, Brazil e Algarves:* se quizesse, muito bem; se não quizesse, chamarem ás côrtes o rei legitimo, que n'esse caso era el-rei D. Miguel; e reformar ou addicionar então regularmente na constituição o que fosse necessario, á moda legitima, e á de Inglaterra, ou melhor, á nossa de 1641.

A minha ideia, e não só minha, (que então era eu um rapazete) era essa, de reformar as cousas pelo modo legitimo; o que eu disse na minha primeira carta ao *Conimbricense*, da minha primeira conversação com o duque do Cadaval, indica isso; assim como indica ideia analoga da parte do mesmo duque.

Foi um erro mui grande (contra que meu proprio pae sempre clamava) o terem-se demittido as côrtes de 1828, antes de funccionarem, e se ordenarem as cousas da nação, como ficaram as de 1641 — que era cousa regular e devida. Foi um erro mui grande; porém, se tal erro não se emendou (como se intentava, *e como se havia de emendar*), a culpa foi da presumpçosa e insignificante minoria, que, deitada fóra do reino por Povoas, e vindo intrigar para Inglaterra, conseguiu a final (graças aos erros e despropositos do governo em Portugal), o vir finalmente a ser imposta ao reino, pela infamissima quadrupla alliança — que sem ella, apesar de todos os erros do governo legitimo, nunca o aladroado Mindello vinha a dominar e a opprimir Portugal, a degradal-o, a roubal-o, a perdel-o, a destinal-o a ser uma provincia de Hespanha e nada mais — que n'isso hade vir a dar; para a Inglaterra tomar o resto de nossas possessões.

Se eu tivesse tido, de 1829 a 1838 ou 1839, como tenho tido desde então, os meios de copiar todas minhas cartas e communicações, por ellas poderia mostrar claramente, com especialidade, em minhas correspondencias com o duque de Cadaval, como era para a acção e convocação das côrtes que appellava, e com que contava, para ver ordenar como convinha, reformar, etc., as cousas do reino e da monarchia, accommodal-as ás circumstancias actuaes e á civilisação da época, á semelhança do que fez a Inglaterra, já depois que eu cá estou até por duas, ou mesmo tres vezes.

Foi a guerra pertinaz, as intrigas fomentadas pelo liberalismo revolucionario, pelos Whigs inglezes, por Luiz Philippe, etc., que impediu cuidar-se n'outra cousa, pelo momento, que defender-se a gente contra isso tudo.

E outro elemento, infelizmente, que foi do mais pernicioso effeito, foi a incapacidade e má escolha que se fez de empregados para varios logares; isto principalmente pelo erro de julgar-se da aptidão e capacidade de muitos individuos para logares e empregos importantes, só por sua *adhesão*, como diziam, ao principe e ao systema. Uma cousa, todavia, convém dizer, e é, que se a capacidade faltava, muitas vezes, n'outro sentido (no intellectual e politico), havia, geralmente, honestidade moral, com poucas excepções.

E deve ainda notar-se, que o partido revolucionario, por meio da maçonaria occulta, e de intrigas perfidamente manejadas, tentava de indispor o sr. D. Miguel, e o governo, ou antes certa camarilha, de quem o chôcho conde de Basto se tornou pau-de-cabelleira, contra os homens de quem os revolucionarios pedristas mais se temiam — até contra o insignificante individuo que isto diz. Poderia escrever volumes sobre estas cousas, mas nem tenho tempo nem paciencia, e já escrevi muito mais do que tencionava.

Agora o que ainda perguntarei ao sr. Joaquim Martins, é com que se auctorisa a dizer que eu defendi o governo *absoluto* (no *sentido*, já se entende, de *despotico?* — pois em verdade, não é o mesmo). Nunca, nem uma só vez, admitti semelhante cousa a respeito do governo legitimo de Portugal, como *cousa normal;* e só por abuso, que contava se havia de remediar — (e havia, se não fosse a guerra encarniçada dos flibusteiros immoraes, que só desejavam roubar, desmoralisar, degradar, aviltar, arruinar nossa patria, em todo sentido, moral e politico, como o fizeram, e está patente — *ex fructibus eorum cognoscetis eos*).

¿Quem foi que deu em Portugal o primeiro exemplo dos assassinatos e atrocidades por motivos e disputas politicas? Foram os taes senhores liberangas, no Minho, quando Povoas os enxotava para a Galliza.

Eu estava em Paris, mas lá me chegaram essas noticias e factos; e se alguem tivesse uma collecção da *Quotidienne*, para que eu escrevi todo esse anno, até principios de Setembro, por lá, creio, havia de achar vestigios d'isso.

¿Mas que se havia de esperar dos que quizeram logo em Plymouth, assassinar o marquez de Lavradio e sua familia, quando alli chegaram, indo para Roma; e que só escaparam, porque um inglez, que os não conhecia, e por acaso, e providencialmente ia passando, ao ver o tumulto dos furiosos assassinos, correu á auctoridade, e fez com que chegasse a tempo soccorro, que salvou o marquez e comitiva, que estavam no maior perigo e consternação? Tenho o facto do mesmo capitão Johnson (que vim a conhecer, e foi muito meu amigo), assim como o tenho dos papeis inglezes.

¿Como se atreve o sr. Joaquim Martins a fallar das execuções legaes (advirta-se que eu as desapprovei sempre e lamentei, como grandes erros) que tiveram logar, em individuos, alguns conhecidos meus, quando incorreram em crime capital, segundo as leis existentes, especialmente depois da decisão das côrtes de 1828? Foi um erro grande taes execuções, como tantos outros commettidos pelo sr. D. Miguel, e seu governo; mas não tem isso comparação com o crime abominavel dos milhares de assassinatos atrozes commettidos pela cafila do Mindello, dos que a quadrupla alliança os poz em posse do triste Portugal.

Aqui deante dos meus olhos tenho os dois volumaços do *Journal de la Haye*, para o qual escrevi mais de 2 annos (e me sustentou, em quanto o que era meu se me roubou escandalosamente em Lisboa, á morte de meu pae); e n'elle inseri uns 291 (ou 391), d'esses assassinatos «liberaes», com todas as especificações o mais escrupulosas, de nomes, datas e circumstancias, tanto de assassinos como de assassinados — e boa parte d'esses crimes com as circumstancias as mais atrozes.

Não publiquei mais, porque entendi que 391, era bastante para amostra; e não só tinha muitos mais nas listas que me mandaram; mas o *Ecco* d'esse tempo, que a meu exemplo, se poz a publicar listas assim, dizem-me publicou até uma bagatela de *quatorze mil;* e eu ahi tenho, não toda, mas boa parte da collecção do tal *Ecco*.

É sabido e positivo, que o meu *Aguiar de casaca virada*, animou e encorajou confidencialmente essas atrocidades; em quanto ostensivamente — para deitar poeira nos olhos dos representantes estrangeiros, — publicava circulares de embofia recommendando *moderação!*

Bastará por hoje; responderei ao resto do artigo do sr. Joaquim Martins de Carvalho; e creia que se o não estimasse, e muito, não tomaria este trabalho.

A. R. SARAIVA.

NOTICIARIO

A Inquisição de Evora. — O nosso amigo o sr. Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos tem feito estudos especiaes ácerca da inquisição de Evora. Pelas listas dos autos de fé se veiu ao conhecimento dos penitenciados nos annos abaixo referidos. Falta verificar ainda as noticias de 102 annos.

Seguimos na órdem dos annos, a escala descendente do numero dos infelizes queimados pela inquisição.

1596 — Queimadas 18 pessoas. Penitentes 175. Um dos queimados era cego!

1572 — Queimadas 17 pessoas, sendo 13 homens e 4 mulheres. Penitentes 79. Assistiu el-rei D. Sebastião a este agradavel espectaculo.

1625 — Queimadas 12 pessoas, sendo 10 homens e 2 mulheres, e mais 3 estatuas queimadas. Penitentes 105.

1600 — Queimadas 12 pessoas, sendo 5 homens e 7 mulheres, e mais 2 estatuas de um homem e uma mulher, fallecidos nos carceres. Penitentes 98.

1619 — Queimadas 12 pessoas, sendo 4 homens e 8 mulheres. Penitentes 83 homens e 36 mulheres. Assistiu o rei intruso Filippe de Castella, seu filho e filha.

1594 — Queimadas 11 pessoas, sendo 5 homens e uma mulher, e uma estatua. Penitentes 165.

1584 — 1591 — 1657 e 1664 — Em cada um d'estes quatro annos foram queimadas 11 pessoas.

1673 — 1575 e 1662 — Em cada um d'estes tres annos foram queimadas 10 pessoas. Nos autos de fé dos annos de 1573 e 1575 assistiu el-rei D. Sebastião.

1632 — Queimados 6 homens, e 12 estatuas. Penitentes 87 homens e 96 mulheres.

1629 — Queimadas 4 pessoas, sendo 2 homens e 2 mulheres, e 16 estatuas. Penitentes 43 homens e 159 mulheres.

1667 — Queimadas 4 pessoas, sendo 1 homem e 3 mulheres, e 2 estatuas. Penitentes 84 homens e 132 mulheres.

1665 — Queimadas 4 pessoas, sendo 1 homem e 3 mulheres. Penitentes 72 homens 117 mulheres.

1660 — Queimados 3 homens. Penitentes 82 homens e 118 mulheres.

1670 — Queimadas 3 pessoas, sendo 1 homem e 2 mulheres. Penitentes 115 homens e 129 mulheres. — Este auto de fé durou dois dias!

1630 — Unico auto de fé em que ninguem morreu queimado! Penitentes 84 homens e 165 mulheres.

Houve autos de fé nos annos de 1585, 1592, 1616 e 1627, sem que se saiba o numero de penitentes. Suppõe-se alem d'isso, com todo o fundamento, que no referido anno de 1592 houve dois autos de fé.

Festejos. — Na terça feira, fausto anniversario do dia 8 de Maio de 1834, tocaram logo de madrugada pelas principaes ruas da cidade, as philarmonicas *Boa União* e *Conimbricense*, subindo ao ar numerosos foguetes. De dia e á noute repetiram-se as mesmas manifestações festivas.

De manhã foram, como já annunciamos, distribuidas esmolas a grande numero de familias necessitadas. O sr. dr. Manoel Emygdio Garcia, presidente da 3.ª secção — *assistencia mutua* — da Associação Liberal de Coimbra, e o sr. Frederico Ferreira, secretario da mesma secção, foram incansaveis n'esta obra de caridade.

De tarde houve no hotel Central, ao principio da rua da Sophia, um magnifico jantar, a que assistiram muitos liberaes d'esta cidade.

Fizeram-se numerosos e enthusiasticos brindes, tornando-se principalmente notaveis os discursos do sr. dr. Garcia.

A noute teve logar nas salas do *Centro promotor* uma luzida reunião de familias. Houve canto, musica, e dança; terminando a reunião depois das quatro horas da madrugada.

Theatro de D. Luiz I. — O sr. Correia d'Almeida acaba de contractar para vir a este theatro dar algumas recitas a companhia que agora delicia os frequentadores dos *Recreios de Lisboa*.

Ninguem decerto se esqueceu das bellas noites que alli passou quando Williams nos arrebatava com as *Malagueñas*, Maldonado com sua extensa e educada voz e Pocovi com os seus saleros, que juntos no saber d'artista tanto agradaram.

Pois de novo teremos entre nós a companhia de zarzuella, de que é director o apreciavel sr. Molina, que nunca se poupa a esforços para corresponder aos justos creditos que entre nós tem alcançado. A sr.ª Villó e Carceller, que aqui estiveram ha annos voltam agora, e Baracochea, Lacaria e Riva continuarão a fazer parte d'esta excellente companhia, que é das primeiras do seu genero que entre nós se tem visto.

Mas duas novas surprezas se juntam a estas agradaveis noites, vindo trabalhar nos intervallos a *companhia dinamarqueza de quadros plasticos* e a notavel velocipidista Philomena, a quem o jornaes da capital cognominaram de *bella italiana*, porque no seu notavel trabalho de grande equilibrio e agilidade muscular, junta um porte gracioso, com um lindo rosto em que se miram dois negros olhos, uma bocca graciosa e pequena, e um pé saltitante e vaporoso, encimado por uma elegante perna apertada por fina malha, apta para mover as rodas do velocipede, que em apertados nós dará mil voltas, verdadeiros prodigios d'equilibrio e agilidade.

E não faltar quem quizer aproveitar esta occasião, que talvez muito tarde se lhe torne a proporcionar, e com um tempo, (por desgraça), tão adequado para theatro.

Instituto de Coimbra. — O sr. dr. Augusto Philippe Simões dará hoje á noute, no Instituto d'esta cidade, uma prelecção sobre as antiguidades prehistoricas da peninsula iberica.

Partida. — O sr. Demetrio Leoni Mutilli partiu d'esta cidade em direcção á Covilhã, onde vae dar alguns concertos. É de esperar que n'aquella cidade seja bem apreciado o merito do habil artista.

Horas Romanticas. — Da acreditada empreza — *Horas Romanticas* — de Lisboa, recebemos as seguintes publicações, que muita agradecemos:

«— *Viagens maravilhosas. — Julio Verne. — Miguel Strogoff. — Traducção de Pedro Vidoeira.*»

«— *Fernandez y Gonzalez. — Os filhos do Monfi. — Traducção de A. M. da Cunha e Sá. — Volume I.*»

«— *Aventuras de terra e mar, pelo capitão Mayne-Reid. — Os naufragos da ilha de Bornéo. — Traducção de A. M. da Cunha e Sá. — Desenhos de Férat, gravuras de Hildibrand. — Volume I.*»

A egreja de Santa Cruz. — O nosso amigo o sr. padre Joaquim Martins Nobre communica-nos o seguinte:

«Sr. Joaquim Martins de Carvalho — Para a junta de parochia (a maioria) da freguezia de Santa Cruz, d'essa cidade, se convencer das obrigações que tem a cumprir, e que deve ser alheia a tudo, que tende a destruir, e damnificar o templo, do qual deve ser vigilante sentinella, vou continuar a narração de factos acontecidos no meu tempo, e a firmeza e caracter da digna junta, a que tive a honra de presidir.

Veiu a Coimbra o exm.º sr. Possidonio Narciso da Silva, illustre archeologo, algum tempo antes de 1865, e por esta occasião tirou varias plantas dos monumentos mais antigos d'essa cidade; e visitando o templo de Santa Cruz, não escapou á sua curiosidade e investigação um altar envidraçado, collocado de traz do pulpito debaixo da arcada do lado direito.

Ha n'este altar a imagem do Senhor amortalhado, esculpido em uma só pedra; os varões que o desceram da cruz, Nossa Senhora e S. João, e varias mulheres que o seguiram, tudo de pedra e que póde dizer-se um primôr d'arte.

Logo que o sr. Possidonio regressou a Lisboa, fez com que (parece-me que foi por portaria) a junta fosse intimada para entregar as ditas imagens, allegando que estavam n'um canto escuro, em desprezo, etc., etc., as quaes elle queria collocar no seu museu archeologico.

Oppuz-me com toda a junta, e não foram logo entregues; e passado algum tempo apparece-me o mesmo sr. Possidonio na sachristia da egreja, pedindo-me licença para tirar o molde do rico pulpito da egreja, que queria apresental-o na exposição.

Respondi-lhe que não haveria da minha parte opposição, comtanto que elle se responsabilisasse por qualquer damno; mas que assim mesmo era necessario consultar a junta, pois que por mim só nada podia resolver. Convoquei a junta, expuz-lhe qual era a sua pretensão, e a condição que eu lhe tinha posto. A junta annuiu da melhor vontade, approvando o meu procedimento.

Apparece com effeito o sr. Possidonio (estava hospedado nas Lagrimas) com artifice de Lisboa para dar principio a tal trabalho. Estava eu, e toda a junta inquietos e receiosos de que baixasse outra portaria para entregarmos as ditas imagens, sendo-nos imposta alguma pena. Não sei porque inspiração me veiu á lembrança de que aquelle sr. era o mesmo que, como acima digo, tinha tirado a planta de varios edificios algum tempo antes, e que não seria outro, o que influiu para a egreja de Santa Cruz ficar privada d'aquella preciosidade.

Mandei limpar no dia seguinte o altar, pozeram-se-lhe toalhas lavadas, e na primeira occasião, em que o dito sr. appareceu, travei com elle o seguinte dialogo — «se elle como amante das antiguidades, admirava aquelle pulpito,» — e em resposta disse — «que era digno de ser encerrado em carteira de marroquim e fechado com fechos de ouro; tal era o apreço que dava áquella obra d'arte.»

Continuei com o meu dialogo, dizendo — «n'este templo ha cousas admiraveis, e admira que o queiram despojar de algumas preciosidades que ainda conserva, e que lhe vou mostrar» — e conduzindo-o para o altar disse-lhe — «veja v. ex.ª como é falso o que se foi dizer a Lisboa!!! Estarão porventura em abandono estas imagens? Não está o seu altar mais decente do que os dois que estão dos lados? Estão por ventura os outros envidraçados como este? Dizem que está ás escuras, tendo aqui um lampadario acceso de noite e dia!!! Seria por ventura logar mais decente para estas imagens o museu em Lisboa, do que este magestoso templo onde se conservam os restos mortaes dos nossos primeiros reis?»

Depois de alguns minutos respondeu-me — «fui eu que tive a culpa de serem exigidas estas imagens, mas o dito por não dito; socegeum porque aqui se conservarão.»

Conheci então que a minha inspiração fôra verdadeira, participei á junta o que se passou, e todos vimos com prazer terminada uma questão que se suppunha proxima, e que talvez tivesse bem tristes consequencias.

Sirva isto de lição á maioria da junta de Santa Cruz; compenetre-se dos seus deveres, e se se não acha com forças para isso, peça a demissão, que lhe fica mais honroso.

Pela terceira vez, sr. redactor, espero que este aranzel occupará uma columna do seu muito lido jornal, pelo que lhe ficará summamente obrigado o de

V. att.º e venerador obrg.º

Aldeas 4 de Maio de 1877. — *Padre Joaquim Martins Nobre.*»

Exposição de Philadelphia. — Traducção do inglez da parte do relatorio do jury internacional da exposição de Philadelphia que diz respeito aos vinhos da Companhia Commercial e Vinicola da Bairrada: — *«Vinho muito rico e perfeitamente bem composto. O vinho branco tornou-se notavel.»*

Donativo. — Communicam-nos o seguinte:

«Sr. Martins de Carvalho. — N'esta data acabo de entregar ao sr. José Francisco Carquejo, digno thesoureiro da junta de parochia e da irmandade do Santissimo e Nossa Senhora do Rosario, d'esta freguezia, a quantia de 9$000 réis, esmola, com que, a meu pedido, vem auxiliar a reedificação da capella da Senhora da Piedade, o meu amigo e sr. David d'Oliveira Tavares, d'esta mesma freguezia, residente na provincia de S. Paulo — imperio do Brazil.

Parabens a este benemerito cidadão.

Oliveira de Cunhedo, 6 de Maio de 1877. — *Luiz da Costa Gomes.*»

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa 9 de Maio de 1877.

Consta que o sr. patriarcha e seu secretario, assim como alguns peregrinos, partem para Roma no dia 14 do corrente. Parece que o producto obtido pela subscripção para Pio IX não chega a 10 contos.

A assignatura real, que devia effectuar-se hoje, ficou transferida para sexta-feira.

O sr. Barros e Cunha tem andado incommodado, mas não obstante tem ido á secretaria.

O sr. governador civil de Coimbra prestou hoje juramento.

Brevemente apparecerá a venda o livro do sr. Fernandez de los Rios, intitulado «A minha missão em Portugal! — Historias de hontem para lição de ámanhã».

N'este livro o seu auctor desvenda o mysterio da politica peninsular secreta em Portugal de 1869, e conta a historia da candidatura do senhor D. Fernando ao throno de Hespanha; narra as intrigas com que se combateu em Portugal a candidatura democratica; a existencia de uma liga iberica, positiva e pratica; a agonia em que encontrou a força do iberismo, e grande quantidade de documentos. São estes os pontos principaes do livro.

O sr. arcebispo de Mitylene vae receber carta de conselho.

Foi apresentado ao sr. ministro da fazenda o parecer do conselho geral das alfandegas, approvando o procedimento do director da alfandega de consumo a respeito do arresto feito a alguns generos pertencentes ao sr. José Luciano de Castro.

ANNUNCIOS

1 NO JUIZO DE DIREITO da comarca da Figueira da Foz, volta á praça no dia 20 do corrente mez de Maio, pelas doze horas da manhã, um predio no sitio da Vieira, freguezia da Anobra, comarca de Coimbra, composto de terra de semeadura e de rega, olival e mata de carvalhos e sobreiros, e terra de paul, penhorado pela execução hypothecaria que Joaquim Ferreira de Mello, e outros, da comarca de Fafe, movem a Joaquim da Silva e sua mulher D. Candida Augusta Ferreira Gouceiro, de Pereira, que se hade pôr em arrematação no tribunal judicial da villa da Figueira da Foz, junto á praça da Alegria, no sobredito dia, sem valor, por ter ido já á praça e não ter tido lançador.

ARREMATAÇÃO

2 A QUINTA na Arregaça, olival á Fonte do Castanheiro, e Casal na estrada que vae para a mesma Fonte, irão novamente á praça no domingo, 13 do corrente, ao meio dia, em casa do sr. Francisco Pedro da Silva, á Sé Velha.

3 ARRENDA-SE, com muitos commodos uma casa acabada de novo na rua das Padeiras, n.º 34.

ELEMENTOS
DE
TRIGONOMETRIA RECTILINEA
COMPOSTOS SEGUNDO OS ARTIGOS DO
PROGRAMMA OFFICIAL
PARA O ENSINO D'ESTA SCIENCIA NOS LYCEUS
POR
J. ADELINO SERRASQUEIRO

4 Á VENDA na livraria de J. Digo Pires

PREÇO 800 RÉIS

5 ARRENDA-SE um armazem, na rua das Figueirinhas, n.º 8.

VENDA DE CASA

6 VENDE-SE uma morada de casas sitas na rua da Calçada, d'esta cidade, que tem os n.ºs de policia de 142 a 156. Quem as pretender pode dirigir-se ao solicitador Abilio Maria Ladeiro, na rua da Calçada, n.º 39, 3.º andar, que está encarregado da venda.

LOJA PARA ARRENDAR

7 ARRENDA-SE do S. João em deante a loja, n.º 84 e 85, na praça do Commercio. Trata-se na rua da Calçada, n.º 54.

APRENDIZ

8 PRECISA-SE de um, para a loja de chapeus de sol, rua das Sófas, n.º 17. Dá-se ordenado merecendo-o.

BAZAR

9 COMO não tem sido possivel realisar o bazar a favor dos pobres por causa da chuva, no dia em que se annunciou; avisâmos que fica transferido para os dias 12 e 13 no Jardim Botanico, se o tempo permittir.

ARRENDAMENTO DE CASAS

10 ARRENDAM-SE umas casas de dois andares, na rua da Esperança, com excellentes vistas, n.os 39 a 40; e as lojas e sobre lojas, na rua da Calçada, n.º 187, em que esteve a tabacaria Havaneza, do S. João por diante. Trata-se com seu dono o tabellião M. J. de Sousa, na dita rua da Calçada.

AGRADECIMENTO

11 FRANCISCO TELLES BAPTISTA, sua mulher Maria da Nazareth, seus filhos e genros, vêm por esta forma testemunhar reconhecidamente a todas as pessoas que se dignaram acompanhar os restos mortaes de sua filha, irmã e cunhada, Albertina Telles, desde a sua morada até á egreja de S. Bartholomeu.

Agradecem egualmente á benemerita philarmonica *Conimbricense*, bem como aos cavalheiros que, com a melhor vontade, se promptificaram a cantar na egreja o *libera me*.

Ao exm.º sr. dr. José Maria Pereira Coutinho tambem não podem deixar de consignar-lhe aqui um voto do mais sincero reconhecimento pelo zelo, actividade e excessivos esforços que empregou para salvar a vida da finada.

Para com todos, pois, se confessam profundamente gratos.

NOVA AGENCIA LISBONENSE

SOB A DIRECÇÃO DE

F. DE M. ALVIM

ESCRIPTORIO

112, ARCO DO BANDEIRA, 112

LISBOA

12 TRATA de substituições e mais negocios militares; e de negocios judiciaes, ecclesiasticos e civis. *Não recebe dinheiro* adiantado mediante garantia.

Em breves dias abrirá n'esta cidade uma succursal d'esta agencia, bem como na do Porto e Elvas.

ESTABELECIMENTO DE ALFAIATE

35, RUA DO BORRALHO, 37

COIMBRA

13 N'ESTE estabelecimento se encontram cazemiras modernas, de xadrez, proprias para a estação, dando fatos promptos para vestir por 9$000 réis.

14 DR. GAMA vende ou aluga a sua casa na rua do Correio.

ARRENDAMENTO

15 ARRENDA-SE do S. João em diante a casa, n.º 14, da rua dos Sapateiros, que consta de 3 andares e eirado, reparada de novo, muito propria para pouca familia.

Tracta-se com a firma — Antonio Rodrigues Lucas & C.ª, na mesma rua.

PHARMACEUTICO

16 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

Leccionista de francez

17 PADRE RICARDO SIMÕES DOS REIS dá lições de francez em sua casa, da Couraça dos Apostolos, n.º 35, desde as 11 horas da manhã até á 1 da tarde, e desde as 4 da tarde até ás 6.

18 ARRENDA-SE ao fundo da rua da Moeda, um bom armazem, com 18,90 de comprimento, e 15,54 de largo, com 4 bons canteiros para cascaria, e 2 boas pias para azeite; e um celleiro no primeiro andar com as mesmas dimensões. Quem pretender falle com seu dono Ricardo Antunes de Macedo, Praça 8 de Maio.

19 JOANNA MARIA, vende a sua casa na rua de Tingerodilhas, n.º 104 a 106: compõe-se de loja (e segundo sobrado) com tres andares e aguas furtadas, e despejo.

DENTISTA

CEREGHETTI DOMINIQUE

CIRURGIÃO DENTISTA

SUISSO

20 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas, que extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fundo da rua das Figuierinhas, n.º 52.

EDITOS DE 30 DIAS

21 PELO JUIZO DE DIREITO de Coimbra e cartorio do escrivão Cabral, correm editos de 30 dias, pelos quaes são chamados e citados os credores incertos e os legatarios desconhecidos ou domiciliados fóra da comarca, para assistirem, querendo, ao processo de inventario de menores de João José Dias, morador que foi no terreiro da Erva, d'esta cidade.

Coimbra 27 de Abril de 1877.

SUBSTITUIÇÃO A MILITAR

22 QUEM precisar e queira ser servido economicamente dirija-se a F. de M. Alvim, escriptorio Arco do Bandeira, 112 — Lisboa.

LOJA EM BOM SITIO

23 PARA negocio de fazendas brancas ou mercearia, com boa armação. N'esta redacção se diz quem arrenda.

ATTENÇÃO

24 JOSÉ ANTONIO D'AMIL, morador no largo das Olarias, traspassa o estabelecimento de fazendas brancas da rua do Visconde da Luz, n.os 31 a 33, d'esta cidade, e vende a dinheiro ou a prazo as fazendas alli existentes, e convida os devedores ao fallecido sr. João Ventura de Castro, a pagarem-lhe os seus debitos. Tanto o estabelecimento como as fazendas convém a quem pretender estabelecer-se.

25 N'ESTA REDACÇÃO se diz quem tem um cypreste para vender, tão alto e tão grosso que dá taboas de 70 centimetros de largura.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

26 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

Venda de bens

27 VENDE-SE um casal com boas casas d'habitação, terra de semeadura, vinha, laranjeiras e mais arvores de fructo, com sua mina d'agua, que rega parte do terreno no sitio da Cumeada, proximo do Observatorio novo. Quem pretender comprar pode dirigir-se a Gaudencio Coelho, na rua das Solas, n.º 60, que está auctorisado para contractar até ao dia 23 particularmente, e no dia 23 praça publica no mesmo local.

PRATICANTE

28 NA PHARMACIA Araujo e Silva, em Oliveira d'Azemeis, precisa-se d'um com pratica e abonação.

Trata-se na rua dos Estudos, n.º 38, Coimbra. Offerecem-se vantagens.

29 TODAS AS PESSOAS que tiverem objectos empenhados que passem de um anno para cima, em casa de Maria do Carmo, moradora na rua dos Estudos, n.º 8, e os não tirarem por espaço de um mez, vendem-se.

ATTENÇÃO

30 ARRENDA-SE por um ou mais annos, um predio, com 3 andares, e aguas furtadas, na rua da Calçada, n.º 47.

Trata-se na mesma rua, n.º 41 a 45.

LEILÃO

31 NO DIA 13 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na rua da Sophia, n.º 147, hade ter logar a arrematação do resto de todos os effeitos pertencentes á massa fallida de Francisco Borges Gonçalves, a saber: uma porção de ouro em obra, tabacos, uma armação de loja envidraçada muito boa, e outros objectos que estarão patentes no acto da arrematação.

Os administradores da massa
Antonio d'Almeida e Silva
Domingos Barata Diniz.

Substituições a militares

32 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

33 NO DIA 20 do corrente mez de Maio deve ser arrendado todo o edificio, que foi a antiga roda dos expostos em Montarroio, e onde tem estado ultimamente estabelecido o Asylo da Mendicidade. Tem dois andares, lojas e quintal com agua. A praça será no mesmo edificio ao meio dia, assistindo a direcção.

Venda de propriedades

34 EFFECTUAR-SE-HA, em Banhos Seccos, no dia 13 do corrente, pelas 11 horas da manhã, convindo o preço, a venda da quinta pertencente ao bacharel Carlos Augusto Simões Ferreira.

Egualmente se vende uma propriedade, que se compõe de casas, vinha e oliveiras, sita no Adro dos Judeus e proxima á dita quinta.

35 NO DIA quinta feira, 17 de Maio, pelas doze horas da manhã, na alameda do Jardim Botanico, se hãode arrematar, se o preço convier, as nesperas da cerca de S. Bento.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

GUERRA DO ORIENTE

Bucharest, 9. — As baterias russas destruiram as fortificações levantadas pelos turcos n'uma ilha do Danubio em frente de Braila. Os turcos incendiaram o mosteiro de Therapontе, sobre o Danubio. Os russos tiveram um homem morto e um canhão desmontado. Os turcos recomeçaram hoje violento canhoneio contra Kalafat, destruindo uma caserna e a alfandega. As baterias roumaicas de Kalafat causaram um incendio em Widdin.

Londres, 10. — A esquadra ingleza da Mancha, reforçada com mais tres couraçados, recebeu ordem de estar prompta para partir no dia 28 do corrente. Reina extrema actividade no arsenal de Wolwich.

Tiflis, 10. — Houve, perto de Kars (Asia), um energico combate entre a cavallaria russa e quatro batalhões turcos. Os russos tiveram dois officiaes e oito soldados feridos. Os turcos tiveram muitos mortos.

Bucharesth, 10. — O principe Carlos da Roumania vae tomar o commando em chefe do exercito roumaico.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3109 — Terça feira 15 de Maio de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

CARTAS POLITICAS

I

Sr. Antonio Ribeiro Saraiva. — Coimbra 15 de Maio de 1877. — Apezar de militarmos em campos politicos diversos, respeito, como devo, o austero caracter de v. s.ª (dou-lhe o tratamento de *senhoria*, porque sei que não gosta da moderna e tão vulgarisada *excellencia*). Para mim é sempre digno de toda a consideração o homem honrado, fiel aos seus principios politicos, que por elles se sacrifica, tanto na prosperidade como na adversidade.

Posto isto, ha de permittir o sr. Antonio Ribeiro Saraiva, que eu da mesma fórma, coherente com os principios liberaes que tenho seguido desde que comecei a ter o uso da rasão, faça alguns reparos ás obsequiosas cartas que ultimamente me tem dirigido.

As antigas côrtes portuguezas, ou tres estados do reino, comquanto fossem na quasi generalidade dos casos apenas consultivas, ainda assim, incommodavam os reis, que prefeririam governar sem ouvir as queixas dos povos. D'ahi veiu que desde 1698 deixou totalmente de haver côrtes.

Luiz XIV de França tinha entrado de botas e esporas na sala do parlamento, e o mandára fechar, dizendo — *O estado sou eu!*

Esta linguagem agradou a D. Pedro II e D. João V, e por isso nunca mais fizeram reunir os tres estados.

O sr. Antonio Ribeiro Saraiva explica este facto pela abundancia do ouro do Brazil, que tornava nos reinados d'aquelles dois monarchas, desnecessaria a convocação das côrtes; assim como entende que se as mesmas côrtes foram postas de parte no reinado de D. José, foi pelas ideias que o marquez de Pombal havia trazido de França e da Austria; e que fôra pelo receio que incutia a revolução franceza, que se não convocaram as côrtes quando o principe D. João assumiu a regencia, pelo estado de demencia da sua mãe D. Maria I.

De modo que, umas vezes por um motivo, outras por diverso, foram decorrendo desde 1698 até 1820 nada menos de 122 annos, sem se reunirem os tres estados; e assim continuariam as cousas, se em 1817 alguns liberaes se não arriscassem a perder a vida, como effectivamente perderam; e se apesar d'essa mallograda tentativa, outros liberaes não tivessem a audacia de arrostar todos os perigos para proclamar a revolução do Porto, no dia 24 de Agosto de 1820.

E diga-se, porque assim é mister, que a não serem essas, tentativa e revolução effectuada, as côrtes nunca se convocavam; D. João VI continuaria indefinidamente no Brazil, passando Portugal de metropole a ser colonia; os quadros da officialidade do exercito estariam sempre preenchidos de inglezes; e as altas classes da sociedade achar-se-hiam até hoje gozando de privilegios vexatorios e escandalosos, á custa do infeliz povo.

A regencia deixada em Portugal pelo principe regente D. João, quando lhe constou a revolução de 24 de Agosto de 1820, fez no dia 29 immediato uma proclamação, em que chamava *preversos* aos seus auctores, e lhes dirigia as maiores ameaças. Logo, porém, que se desenganou que o movimento era cousa séria, mudou de linguagem, para ver se annullava a revolução na sua origem; fez outra proclamação no dia 1 de Setembro, em que promettia convocar côrtes, nomeando immediatamente uma commissão destinada a proceder aos trabalhos necessarios para a prompta reunião d'ellas.

Aquelles barbaros; aquelles homens sanguinarios, que mandaram enforcar e queimar o infeliz Gomes Freire de Andrade e seus 11 companheiros de infortunio, no dia 18 de Outubro de 1817, sem permittirem (que crueldade!) que D. João VI fosse ouvido antes da execução da sentença; aquelles despotas que em a noute de 10 para 11 de Setembro de 1810 haviam, sem processo, nem sentença, mandado arbitrariamente prender em Lisboa e outras terras do reino 48 cidadãos, os quaes depois de estarem mettidos em rigorosos segredos no Limoeiro e em S. Julião da Barra, foram no dia 18 enviados para a ilha Terceira, onde permaneceram muitos annos; aquelles desprezadores de todos os direitos, e inimigos de todas as liberdades — já em 1 de Setembro de 1820, na presença da revolução triumphante, promettiam convocar côrtes! Que innocentes!

A vontade, porém, que elles tinham de as convocar póde-se ver nos opusculos impressos em 1810, na impressão regia, com o titulo de — *Exame dos artigos historicos e politicos, que se contem na collecção periodica intitulada Correio Braziliense, ou Armazem Litterario, no que pertence sómente ao reino de Portugal.*

Estes opusculos sairam anonymos, mas foram escriptos pelo desembargador José Joaquim d'Almeida Araujo Correia de Lacerda, por inspiração da regencia do reino.

Não se tratava só de n'elles se combater as côrtes segundo o systema moderno; mas fazia-se o mesmo ás proprias côrtes antigas dos tres estados!

Depois de varias considerações para mostrar os inconvenientes da reunião dos tres estados do reino, acrescentava o auctor a paginas 16 do primeiro opusculo: — «Por esta causa os reis de Portugal, que por tantos seculos tem feito a gloria d'esta nação, *foram pro-*

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCIX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Consta o Escurial de convento, e de palacio como a nossa Mafra, e toda essa massa junta é que fórma esse grande edificio, que na phrase hoje vulgar, podemos chamar monstro. A porta por onde ordinariamente se entra, não tem especialidade alguma; dentro do edificio é que ha uma magnifica escada com rica e formosa pintura a fresco, que representa a batalha de S. Quintino.

A egreja, que mais se póde chamar uma capella, do que uma egreja em proporção do colosso a que pertence, é rica em marmores, mas que não podem causar admiração a quem tiver visto a nossa Mafra, onde os olhos não vêem senão marmores, e os pés não calcam senão marmores. N'ella ha preciosas pinturas, e entre ellas as de um nosso pintor portuguez, talvez bem pouco conhecido em Portugal, Affonso Sanches Coelho, que viveu no reinado de Filippe II, e a quem este monarcha chamava sempre o *Ticiano* portuguez. De outro grande pintor portuguez do mesmo appellido, e chamado Claudio Coelho, vi eu tambem o primor das suas pinturas — *a adoração da hostia*, na sacristia da egreja do convento do Escurial. Acabava de ser restituida pelo governo francez aos hespanhoes, porque entre outras muitas mais preciosidades, que os francezes levaram da Hespanha para França, tinha ido esta preciosa pintura.

Viveu este nosso grande pintor nos reinados de Filippe IV, e de Carlos II; e esta sua celebre pintura representa Carlos II, com muitos senhores da sua comitiva, ajoelhado diante da hostia consagrada, que o prior do convento tem nas mãos em acção do desaggravo da profanação de um impio. Antonio de Araujo, conde da Barca, sendo secretario d'estado, pediu ao bem conhecido Bartolozzi, que então estava em Lisboa, que gravasse este quadro, o que elle executou.

Quando eu era administrador da Imprensa Nacional fui lá encontrar uma grande quantidade de estampas d'esta gravura, e d'ellas mandei pôr muitas á venda, para fazer conhecidas entre nós não só a pintura original, porém a copia. A chapa de cobre deve estar hoje na Academia das Bellas-Artes, á qual a dei com permissão do governo. Uma das singularidades d'esta pintura é, que todos os senhores da côrte que assistiram a esta cerimonia, estão alli retratados, bem como el-rei, os frades, e os mais concorrentes.

Uma das peças d'aquelle vasto edificio, que merece ver-se, é a capella onde se enterram os reis de Hespanha. É toda construida de marmore preto, com um grande e rico candelabro suspenso no centro; e tem em roda das paredes de ambos os lados aberturas, nichos, ou camarotes para n'elles se depositarem os caixões: muitos d'elles já os tinham.

Depois de examinarmos as principaes curiosidades, e darmos uma vista de olhos ao palacio e jardins, pozemo-nos em caminho para Madrid sem termos nenhum mau encontro.

Isto já era em Setembro, e me dispunha para partir para Lisboa, e passando o tempo em ver mais algumas curiosidades de Madrid, tive grande satisfação em notar em toda a classe de individuos, a saudade que ainda conservavam da nossa princeza, uma das mulheres de Fernando VII. Não se podiam esquecer da sua piedade, e de ser a mãe dos pobres, e das creanças desvalidas, as quaes ia muitas vezes, disfarçada, lavar, e vestir ás casas de asylo onde habitavam. Tambem á custa das suas rendas particulares tinha mandado continuar nas obras de um grande edificio, para servir de Museu de pinturas, e outras ricas curiosidades.

Fernando VII tinha abandonado aquellas obras, e vendo um dia que ellas continuavam, perguntou quem havia dado ordem para isso. Respondendo-lhe que fora a rainha, então, como envergonhado, mandou que se continuassem, e se fizessem á custa do estado.

Á cerca d'essa nossa rainha direi o que presenciei em Londres, quando alli chegou a noticia da sua morte. Estava eu uma noite em casa do conde de Palmella, e na mesma sala estavam outros individuos, e entre elles um medico. Chegaram as cartas do correio, o conde começou a abril-as, e de repente disse: — Uma triste noticia! morreu a nossa rainha de Hespanha! Teve um d'aquelles ataques de perder os sentidos, e ficar como morta, e como este se prolongasse por muito tempo julgaram os medicos que na realidade tinha morrido. Estava ella pejada, e já muito adiantada, e os mesmos medicos para verem se salvavam a creança, fizeram-lhe a operação denominada *Cesárea*, ou *Cesariana!*

No mesmo momento o medico que estava presente, exclamou — *mataram-na!* Se estivesse realmente morta, accrescentou elle, o parto fazia-se naturalmente; porque a creança pelo seu proprio peso cahia do ventre, já sem vigor para a suster!...

Não sei que grau de probabilidade, ou de certeza possa ter esta opinião; o que sei é, que eu presenciei este facto.

(Continuar-se-ha.)

gressivamente moderando o uso d'estas assembléas; e subrogando-o por tribunaes, encarregados dos diversos ramos da administração; os quaes, sendo compostos de homens preparados por grandes estudos, e por grande experiencia, são consultados sobre todos os negocios graves, que importam á felicidade da nação; precedendo informações dos magistrados; audiencia das camaras, que representam cada povoação; e conseguindo-se, por um methodo cheio de sabedoria e de dexteridade, o conhecimento de tudo que póde importar á prosperidade geral, sem os riscos, que a podem retardar ou destruir.»

Os reis, não haviam *moderado progressivamente*, como dizia erradamente o auctor dos opusculos, a convocação das côrtes; mas tinham-as suspendido repentinamente e por tempo illimitado desde 1698, sem que até 1810, em que elle escrevia, se tivessem reunido uma unica vez!

Aos reis, e á regencia não convinha, apesar das cautellas e espirito de exclusivismo e de privilegio, que dominava a organisação dos tres estados, que elles se reunissem. E se isso acontecia a essas côrtes, que odio elles não teriam ás modernas!

Quando D. João VI, faltando aos mais solemnes juramentos, se ausentou de Lisboa para Villa Franca de Xira, no dia 30 de Maio de 1823, para se reunir a seu filho D. Miguel, e aboliu a constituição de 1822; prometteu, por uma sua proclamação do dia 3 de Junho, dar aos portuguezes uma nova constituição, em que se proscreveriam principios, que a experiencia tinha mostrado incompativeis com a direcção pacifica do estado.

Em seguida, por decreto de 18 de Junho nomeou D. João VI uma junta, para preparar um projecto de *Carta de lei fundamental da monarchia*.

A boa fé, porém, com que tudo isto era feito, veiu o tempo demonstral-o.

Decorre um anno, sem que esta junta fizesse semelhante projecto; e só acorda em Junho de 1824, para apresentar o seu parecer, de que se não devia fazer uma carta de lei fundamental, mas sim limitar-se a que se pozessem em vigor os antigos tres estados do reino; o que effectivamente D. João VI sanccionou, por decreto de 4 do mesmo mez de Junho.

No dia 5, immediato, foi nomeada nova junta, para proceder LOGO, SEM PERDA DE TEMPO, a preparar o projecto das instrucções necessarias para a convocação dos tres estados, eleição dos procuradores e proseguimento das mesmas côrtes.

Muito bem! Não queriam côrtes á moderna; viessem ao menos á antiga!

Pois isso mesmo era uma nova burla! Se havia quem innocentemente esperasse, que o governo absoluto se prestaria a voluntariamente convocar côrtes, embora fossem quasi só consultivas, em breve se desenganou.

Decorreu o resto do anno de 1824; seguiu-se todo o de 1825; assim como o espaço de tempo até ao dia 10 de Março de 1826 em que falleceu D. João VI; e nem esses mesmos tres estados se convocaram nunca!

Eis ahi o que poderia esperar do governo absoluto a nação, se em 24 de Agosto de 1820 se não tivesse levantado em massa proclamando a sua liberdade!

Queixa-se o sr. Antonio Ribeiro Saraiva de que a regencia, que ficou por morte de D. João VI, não tivesse convocado as côrtes dos tres estados, para ahi se declarar quem tinha direito ao throno portuguez.

Quem ouvir isto ha de imaginar, que aquella regencia era composta de liberaes, a quem convinha levar tudo de salto para conseguirem os seus fins.

Vejâmos de quem era composta essa regencia. Constava dos seguintes membros:

Infanta D. Isabel Maria.
Cardeal patriarcha, D. Fr. Patricio da Silva.
Duque de Cadaval.
Marquez de Vallada.
Conde dos Arcos.

E além d'estes, mais dos ministros e secretarios de estado das seis repartições, os quaes então eram os seguintes:

Conde de Porto Santo.
Conde de Murça.
Conde de Barbacena.
Joaquim José Monteiro Torres.
José Joaquim de Almeida Araujo Correia de Lacerda.
Fernando Luiz Pereira de Sousa Barradas.

Pondo de parte a infanta D. Isabel Maria, que não deve entrar n'esta apreciação, restam-nos 10 membros da regencia. Agora saiba-se que eram tão liberaes, que 8 d'elles assignaram posteriormente o assento dos chamados tres estados, de 11 de Julho de 1828, em que o infante D. Miguel foi reconhecido rei de Portugal; o 9.º, Correia de Lacerda, tinha sido sempre de ideias absolutistas, porém morreu antes da convocação dos tres estados de 1828; e apenas um unico dos ministros, membro da regencia, Sousa Barradas, não pertenceu ás referidas côrtes.

Eis ahi os liberalões que deixaram de convocar as côrtes pela morte de D. João VI; eis ahi aquelles que enviaram ao Rio de Janeiro, para felicitar a D. Pedro, pela sua subida ao throno, e pedir-lhe que mandasse para rainha *a primogenita de suas filhas D. Maria II*, o duque de Lafões, o arcebispo de Lacedemonia, e Francisco Eleuterio de Faria e Mello, todos liberaes do mesmo jaez, visto que egualmente assignaram depois o assento dos tres estados de 11 de Julho de 1828!

Para elles era legitimo D. Pedro, comtanto que mantivesse em Portugal o absolutismo, e como consequencia necessaria todos os enormes privilegios de que gozavam a nobreza e o alto clero; e deixava de o ser se seguisse marcha diversa. É o que aconteceu.

Estavam todos os absolutistas tranquillos, reconhecendo pacificamente a D. Pedro. Chega, porém, no principio de Julho de 1826 a Carta Constitucional por elle outhorgada; e desapparecem logo todos os seus direitos e passam para o infante D. Miguel!

Põe-se o partido absoluto em campo, e rompe a guerra civil na occasião em que, segundo as ordens da regencia do reino, se havia de jurar a Carta Constitucional em 31 de Julho de 1826.

O sr. Antonio Ribeiro Saraiva, que foi um dos mais activos agentes da revolução absolutista de 1826 e 1827, sabe perfeitamente se antes de chegar a Carta a Portugal havia rompido essa reacção, ou se foi só depois da Carta ser mandada jurar.

Sem as novas instituições liberaes de certo não romperia a revolução, e continuaria D. Pedro a ser pacificamente aceite e reconhecido como legitimo rei d'este reino. E para o provar bastará o facto de não ter havido resistencia nenhuma no paiz, desde que a regencia, por decreto de 20 de Março de 1826, determinou que todos os actos officiaes fossem expedidos em nome de D. Pedro, rei de Portugal. É que a questão principal não era de direitos ao throno, e de ser este ou aquelle que reinasse, mas sim de fórma de governo e de se manterem os privilegios existentes.

Os partidarios de D. Miguel não se limitavam a proclamar os seus direitos ao throno — queriam que elle fosse *absoluto*. Dizemos *absoluto*, sem confundirmos, como suppõe o sr. Ribeiro Saraiva, essa qualidade com a de *despotico*.

Aqui temos presentes tres proclamações, uma sem designação de terra e data, porém manifestamente impressa em Hespanha em Dezembro de 1827, e duas manuscriptas, de Novembro e Dezembro do mesmo anno, em que os revoltosos, que então estavam emigrados n'aquelle paiz, acclamavam não só D. Miguel como legitimo rei de Portugal, mas acrescentavam — *Viva el-rei absoluto, o sr. D. Miguel I, nosso senhor!*

Que humilhante linguagem! *Absoluto e nosso senhor!* E' mister para isso ter perdido os mais vulgares sentimentos de independencia!

E todos liam pela mesma cartilha. Tambem aqui temos a *Copia da representação que os estudantes realistas da Universidade fizeram ao sr. D. Miguel I* — em 25 de Abril de 1828. — Esta representação, que, diga-se o que se quizer dizer em contrario, era assignada por um bando de rebeldes, pois que nem ainda se haviam reunido os chamados tres estados, e se achava o infante a reger o reino segundo a nomeação de seu irmão D. Pedro; terminava pelas palavras sacramentaes — Viva o sr. D. Miguel I, *rei absoluto de Portugal!*

Ainda assim os estudantes miguelistas da Universidade foram menos felizes do que os habitantes de Setubal.

Em quanto em Coimbra, se quizeram no dia 25 de Abril de 1828 ver D. Miguel, seu *rei absoluto*, tiveram de lhe collocar o retrato na frontaria da sé cathedral, no meio de uma grande illuminação; os habitantes da então villa de Setubal, foram no mesmo dia, em que alli houve identicas acclamações, contemplados com um *prodigio*.

Com este titulo de *prodigio* dava conta a *Trombeta Final* de Lisboa, n.º 63, de 30 do mesmo mez de Abril, que em Setubal, pelas 2 horas da tarde do dia 25, achando-se junto o povo e a camara para lavrarem voluntariamente o auto de acclamação do sr. D. Miguel, *rei absoluto de Portugal e Algarves*, escurecendo-se o sol, fôra visto por todo o povo uma especie de meteoro, e no meio d'elle **uma corôa imperial, suspensa por dois anjos!**

Na verdade, depois d'esta clara manifestação da vontade divina, parece que era bem escusada a convocação dos tres estados do reino, para reconhecer os direitos de D. Miguel, como *rei absoluto*. Aquelle *prodigio* valia mais do que todas as côrtes antigas e modernas!

Continuarei.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebêmos uma extensa e interessante carta do sr. conselheiro Jorge Cesar de Figanière, ácerca de um ponto que diz respeito á historia do jornalismo.

Em consequencia de trazermos agora entre mãos algumas publicações, que não desejamos interromper, e que nos levarão ainda alguns numeros d'este jornal, não podemos publicar desde já a carta do sr. Figanière; o que faremos logo que nos seja possivel.

Cumpre-nos entretanto agradecer ao illustre escriptor, um dos mais distinctos bibliographos portuguezes, o dignar-se honrar com os seus sempre valiosos escriptos as paginas do *Conimbricense*.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Para se entender o que o sr. Antonio Ribeiro Saraiva diz no principio da carta que abaixo publicâmos, devemos dizer, que nos enviou ao mesmo tempo um pequeno folheto, parte de outro maior, com o titulo de *Cartas conspiradoras*.

Foi impresso em 9 de Julho de 1844, e n'elle reproduziu o sr. Ribeiro Saraiva uma série de cartas, que de Londres havia dirigido para Portugal em 1836 a um seu amigo, sob o pseudonymo de *Caio Junio Chrispo*.

O partido miguelista preparava então uma revolução, para pôr de novo D. Miguel no throno; e o sr. Ribeiro Saraiva dava repetidos conselhos, tendentes a evitar precipitações, e a fazer com que quando a revolução rebentasse, não se mallograsse por mal dirigida.

Em carta de 30 de Novembro de 1836 dizia o sr. Ribeiro Saraiva: — «Eu vou provavelmente fazer uma digressão ao *Norte*, por convite de alguem do mesmo *Norte*.» — É a isso que faz referencia o sr. Ribeiro Saraiva na carta que hoje publicâmos.

A falta de espaço impede-nos de transcrever para aqui as interessantes *Cartas conspiradoras*, mas em todo o caso ahi vae um dos curiosos conselhos, que o sr. Ribeiro Saraiva dava em uma sua carta de 23 de Novembro de 1836:

«1.º Devem os Realistas guardar-se com grande cuidado, de fallar ou gabar-se de proxima volta do Senhor D. Miguel a Portugal; devem fallar e obrar como inteiramente independentes d'Elle, como se d'Elle não recebessem, nem esperassem instrucção ou direcção alguma. Deve, finalmente, fallar-se d'El-Rei como se não fizesse mais que uma Parte accidental e accessoria da Causa Nacional, como sendo o seu Representante obrigado, a sua Bandeira, o Sujeito em que se exercita a acção das Leis Fundamentaes do Reino; o Ente Passivo, e não o Motor, ou Arbitrio, ou Agente Principal e activo, do systema. Assim, o seu Nome não deve ser pronunciado jámais em publico pelos Realistas; em logar d'elle, não se lhes deve ouvir senão, «*Leis Fundamentaes da Monarchia — Independencia, Honra, e Dignidade Nacional — Libertação da degradante influencia estrangeira — Direitos do Povo Portuguez, de possuir o Governo, e o Soberano, que as suas Leis e Costumes designam, e não o que estrangeiros e facções injustamente lhe dictem, etc., etc.*» — Isto é preciso, porque, sendo ainda muito grande a irritação existente n'este paiz contra a Pessoa, individualmente, de Sua Magestade (em razão das atrozes preoccupações creadas contra Elle pelas calumnias da Imprensa, e communicadas a esta pelos Pedristas aqui refugiados, desde 1828), com facilidade se moveria a opinião publica, e mesmo o Parlamento Britannico, a prestar mão forte e auxilio ao Ministerio contra qualquer tentativa de Restauração em Portugal que parecesse ter principio nas determinações de El-Rei mesmo. Em quanto, pelo contrario, se o movimento em Seu favor se fizer sem que se veja tel-o a Elle por auctor; mas antes que apresente o caracter de acto espontaneo, independente, e proprio, do Povo, ou da Nação, já o publico aqui, como o Parlamento, se acharão muito menos dispostos a sustentar o Governo em tentativas que quizesse emprehender para opprimir a vontade, o voto nacional, do mesmo Povo ou Nação Portugueza.»

Limitâmo-nos a esta transcripção por não termos espaço para mais.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LONDRES

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Londres 2 de Maio de 1877.

Eu tenho varias *superstições* (de que *todavia*, nem pretendo nem quero emendar-me) como é, a de olhar tudo quanto succede, seja como for, como disposição, ou permissão, da Providencia Divina — isto, mesmo em cousas pequenas e na apparencia insignificantes. Aqui tem um exemplo fresquissimo, d'este momento mesmo:

Ao voltar agora da missa (porque, como aqui faz muita gente *fanatica*, vou á missa todos os dias, ainda sem serem domingos ou dias santos), entrepiquei, ao tirar a gravata, com um massozito de papeis velhos atados. Olhando a ver o que era aquillo achei que logo no topo estava esse folhetorio, que lhe remetto, parte de collecção maior. E, como por desenfado, em quanto o meu moço me punha na mesa o meu chá (meu constante almoço) deitei os olhos ao *sujo* folheto, que me não deixará mentir na qualificação. Já não tinha ideia, ou me lembrava do conteúdo do folheto fragmentario; li a 1.ª, li a 2.ª pagina, e a final fui lendo tudo no fim do almoço.

Acto continuo: encontrei a cousa tão a proposito, depois da estirada missiva que hontem lhe escrevi, e fui eu proprio deitar no correio, que peguei, n'esta penna, e me puz a escrever isto, que hoje irá para o correio, juntamente com o velho folheto. Como v. em vez de olhar para a sustancia das cousas, a meu e a outros respeitos, se deixa cegar por uma preoccupação que faz a gente rir, em favor do que chama «systema liberal»; estimarei o possa comparar com o meu «absolutismo», tal como resumbra do sujo farrapo que chegará ás suas mãos ao mesmo tempo que estas linhas; e que, provisoriamente ao menos, poderá supplementar o que ainda deixei sem resposta mais cabal, na minha estirada epistola de hontem.

Acrescentarei aqui umas palavrinhas, em explicação do que alli digo a respeito de minha proxima partida então para Allemanha, Austria; pois é cousa que se não divulgou no tempo, porque assim se me exigiu. Saiba-se, que aquella viagem minha foi a pedido do embaixador austriaco então, o principe d'Esterhazy, e á custa da sua embaixada; com o fim, de que eu fosse a Vienna assistir (isto é *ajudar*) uma conferencia, ou congresso, das tres potencias do Norte, que tinham assentado, reconhecer D. Carlos V, logo que elle tomasse Bilbau. Então se esperava a todo momento que a cidade ia cahir no poder do mesmo D. Carlos — e não cahiu, pela rivalidade tola de *Villa Real*, contra o velho e habil general Eguia (e pela intervenção do melhor coronel inglez de engenheiros, *Colqhoun*, que os Whigs, perfidamente, lá mandáram dirigir os christinos; e empurrou para diante a Espartero, na celebre ponte de Luchana, que Villa Real desguarneceu por despeito a Eguia).

Mas o meu objecto agora é, dizer a razão porque Esterhazy assim me enviava, e era, o ter visto, nas minhas longas correspondencias para Vienna, como eu tinha mostrado, e indirectamente insinuado, a necessidade para Portugal, e mesmo para a Hespanha, de uma reforma, e restabelecimento de suas verdadeiras constituições; accommodando-as ás circumstancias da epoca e civilisação de nosso seculo. Além de que, a embaixada austriaca, com quem eu tinha estado em grande relação e intimidade, conhecendo as minhas ideias, me tinha dado muitas outras provas de confiança.

Receavam os tres governos do Norte, que se D. Carlos triumphasse, rodeado como estava por influencias ignorantes e sinistras, fosse estabelecer na Hespanha um systema estulto e retrogrado; que em breve perturbasse e revolucionasse de novo a Peninsula. E tendo visto como eu advogava pelas modificações e reformas que as circumstancias da epoca e da civilisação pediam; por isso desejava-se eu estivesse em Vienna, durante a projectada conferencia — que era negocio secreto entre as tres Potencias do Norte, e muito apoiado por Alcudia, o representante de D. Carlos em Vienna, que se impacientava infinitamente com os despropositos e estupida conducta da côrte ou roda do bom D. Carlos; excellente e honrada pessoa, mas que não tinha inventado a polvora, e era levado a cousas e medidas fóra do escolio e das exigencias da posição.

Infelizmente, no mesmo dia (o de Natal, pela manhã) em que eu cheguei a Vienna, chegou tambem a noticia telegraphica, de ter-se levantado o sitio de Bilbau. E assim tudo se frustrou; voltando eu para Londres, passadas algumas semanas, mas depois de muito interessantes conversações em Vienna, com Metternich, Bombelles, Alcudia, Binder, Villa Secca, etc. — Estes senhores não tinham ainda podido ouvir as sabias opiniões do Barbeiro Queluz e do Areopago do Bem Formoso, ácerca da minha total incapacidade — de que convenceram mais tarde, o sr. D. Miguel, e sua Esposa ultimamente.

A. R. SARAIVA.

NOTICIARIO

Tentativa de roubo. — No sabbado, pelas 9 horas da noute, entrou um homem com uma arca ás costas na loja do sr. Antonio Duarte Areosa, na praça 8 de Maio.

Pediu para alli a deixar, dizendo que continha vidros, e que depois a viriam buscar para levar para a estação do caminho de ferro. Pousando a arca em cima de um dos mostradores, foi-se embora.

Depois das 10 horas subiu o sr. Areosa com um dos caixeiros para o andar superior, a fim de se recolherem; mas ficou ainda na loja, outro caixeiro, o sr. Antonio de Paulo Cardoso, o qual passado algum tempo começou a sentir mecher sem saber aonde.

Pondo-se de observação veiu a verificar que estava alguem dentro da arca; pelo que chamou o sr. Areosa e mais familia.

Foi logo requisitada uma força da guarda da cadeia de Santa Cruz, e vindo dois soldados e aberta a arca, saiu d'ella um rapaz de 17 a 18 annos, d'esta cidade, mas que ha tempo se achava em Lisboa.

No domingo de manhã confessou elle perante a auctoridade administrativa, que viera da capital com um caixeiro que ha annos fôra do mesmo sr. Areosa, e que de combinação entrára na arca, para de noute abrir a porta da loja ao seu companheiro.

Vê-se agora, que foi o mesmo caixeiro, que no anno passado praticou o roubo ao sr. Areosa, achando-se de manhã uma das portas abertas.

O facto do rapaz se metter na arca, sujeitando-se a todas as eventualidades, é de uma grande audacia para aquella edade.

Na mesma noute de sabbado para domingo appareceram forçadas algumas portas ao fundo da rua das Figueirinhas.

Anda activa a ladroagem em Coimbra.

Prisão. — Já poude ser capturado o caixeiro que fôra do sr. Areosa, e que de Lisboa viera para commetter o roubo na sua loja, de combinação com o rapaz achado dentro da arca.

Logo que percebeu que havia sido mallograda a sua empreza, dirigiu-se a pé para a Mealhada, a fim de ahi comprar bilhete, evitando assim o compral-o na estação de Coimbra, com o que poderia facilmente ser descoberta a sua direcção.

Apesar dessa esperteza, poude ser capturado na estação d'esta cidade, quando vinha da Mealhada com bilhete pago para o entroncamento.

Infanticidio. — No domingo appareceu em um insua pertencente ao sr. commendador Francisco da Silva Oliveira, o cadaver de uma creança recemnascida. Suppõe-se que a creança fôra lançada ao rio, e para alli conduzida pela cheia.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Julia da Conceição Feio, filha de Antonio de Sousa Feio e Maria Carolina Feio, de Coimbra, de 3 annos e 5 mezes, fallecida em 5 de Maio de 1877.

Albertina Telles, filha de Francisco Telles Baptista e Maria de Nazareth, de Coimbra, de 13 annos, fallecida em 6.

Domingos Ribeiro, filho de Antonio Ribeiro e Josepha do Angelo, de Pinheiro d'Azere, de 59 annos, fallecido em 8.

Antonio de Almeida Ribeiro, filho de Joaquim de Almeida Ribeiro e Joaquina Maria de Vasconcellos, de Lafões, de 74 annos, fallecido em 9.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio — 7:065.

Premios na exposição de Philadelphia. — No *Diario do Governo* de sabbado ultimo começou a publicar-se a relação dos expositores portuguezes, premiados na exposição internacional de Philadelphia em 1876.

Na parte da lista já publicada encontramos os seguintes premiados no districto de Coimbra:

Condessa da Anadia, Santa Clara (Coimbra) — Azeite e vinho.

Francisco Augusto Mendes de Alcántara, Oliveira do Hospital — Legumes.

Joaquim Paes de Abranches, Coimbra — Vinho.

Albino José de Freitas Almeida & Irmãos, Coimbra — Vinho.

Antonio Correia Araujo, Coimbra — Bolachas.

José Ferreira Pinto Bastos, Coimbra — Vinho.

Costa Pereira & Filho, Figueira (Coimbra) — Vinho.

Miguel Osorio Cabral e Castro, Coimbra — Vinho.

José de Almeida Castro, Coimbra — Legumes.

José Francisco da Cruz, Coimbra — Bolachas e bolos.

Francisco Garcia de Carvalho, Arganil (Coimbra) — Vinagre.

Fernando Affonso de Almeida Coutinho, Cantanhede (Coimbra) — Vinho.

Convento de Cellas, Santo Antonio dos Olivaes (Coimbra) — Frutas seccas.

Albino Justiniano de Carvalho, Condeixa (Coimbra) — Figos seccos.

Bernardo Augusto Lopes & C.ª, Figueira (Coimbra) — Vinho.

Alipio de Oliveira de Sousa Leitão, Penacova (Coimbra) — Vinagre.

Christiniano Augusto da Silva Moura, Midões (Tábua) — Vinho.

Pedro José de Mesquita, Sinde (Tábua) — Azeite de oliveira.

Francisco Thiago de Magalhães, Sinde (Tábua) — Vinho.

José Lopes Guimarães, Coimbra — Vinho.

Francisco Abranches do Amaral Guerra, Coimbra — Vinagre.

Francisco Abranches do Amaral Guerra, Coimbra — Vinho.

Alfredo de Moura Mattoso, Soure (Coimbra) — Vinho.

Moraes & Moura, Figueira (Coimbra) — Vinho.

Francisco Thiago de Magalhães, Sinde (Tábua) — Aguardente.

Pedro José de Mesquita, Sinde (Tábua) — Vinho.

Guilherme Francisco Pereira Nunes, Oliveira do Hospital — Vinho.

Fortunato Vieira das Neves, Tábua (Coimbra) — Vinho.

Antonio José da Silva Poiares, Cantanhede (Coimbra) — Tremoços.

José Clemente Pinto, Coimbra — Trigo.

Tres Mundos. — Foi tal o bom acolhimento que teve o livro — *Tres Mundos* — do sr. D. Antonio da Costa, que havendo-se de todo esgotado a edição, apparece agora á luz a segunda. É o maior elogio que se pode fazer a esta magnifica publicação.

Quem ainda a não possue póde agora obtel-a.

O sr. D. Antonio da Costa, sempre incansavel nos seus trabalhos literarios, apesar da doença que o tem opprimido, corrigiu e muito augmentou os *Tres Mundos* n'esta segunda edição.

No logar competente vae o respectivo annuncio.

Prisão. — Communicam-nos de Alfafar o seguinte:

«Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Espero dever-lhe o obsequio de inserir no seu muito lido e interessante jornal o *Conimbricense* o seguinte:

No dia 4 do corrente foi o sr. Manoel Dias Balthazar, d'este logar de Alfafar, á villa de Condeixa, e alli prendeu uma burra, em que fôra montado, a uma argola, como é de costume fazerem os individuos que vão áquelle mercado. Retirou-se para ir comprar o que lhe era necessario, e d'ahi a pouco voltou, e deu pela falta d'ella. Veiu-lhe consequentemente a desagradavel ideia de lh'a terem furtado; e immediatamente tractou das mais activas investigações, não só procurando-a, mas convidando pessoas para na noite seguinte verem se a viam saír d'alguma casa, onde por ventura estivesse.

Em quanto o sr. Manoel Dias Balthazar se mortificava em Condeixa, com o alforge, que tinha levado, ás costas, passava um individuo a cavallo na *burra*, em Alfafar, por ao pé d'um filho do dito Manoel Dias Balthazar e outras pessoas, que logo reconheceram a burra; e até um homem lh'a segurou para elle montar, pois tinha caido d'ella abaixo: e o *honrado* dizendo que a tinha comprado por tres libras e meia.

Constando, portanto, isto á familia do sr. Manoel Dias Balthazar, e que este em Condeixa a andava procurando, partiram logo em seguimento d'aquelle, o qual, tendo passado, já fóra do logar, por uma filha do dono da burra, saltou fóra da estrada por um atalho, e foi descançar e comer á Cerrada, onde arraçoou a burra, para melhor poder fazer jornada.

Quando ia a saír d'alli, dois vizinhos do sr. Manoel Dias Balthazar prenderam o *melro*, e o trouxeram á presença do sr. regedor da parochia da freguezia de Podentes, bem como a burra apparelhada de albardão, enxerga, manta e estribos, como o dono a tinha levado para Condeixa.

O roubador negou-se a dizer d'onde era; dizia chamar-se Fernando, não declarando o appellido ou appellidos que tem; mas, apesar da sua finura, *está cantando na gaiola*.

A justiça está cumprindo o seu dever.

Damos os parabens ao sr. Manoel Dias Balthazar, por casualmente tornar a ver a sua burrinha; aos dois que corajosamente prenderam o tal *Fernando*, e a este, por se ver livre do ardente sol do verão, que tanto mal faz, ás vezes.

Alfafar, 8 de Maio de 1877.

De v. s.ª criado obrigadissimo — *Um Alfafarense*.»

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa 12 de Maio de 1877.

O sr. Guilhermino de Barros prestou hoje juramento como governador civil de Lisboa.

Consta que o sr. dr. Nunes de Vasconcellos, juiz da Relação dos Açores, será nomeado governador civil de Vizeu e o sr. Barreiros, delegado em Lisboa, governador civil de Vianna.

A auctoridade prohibiu a representação no theatro da rua dos Condes, do aproposito «A questão dos chouriços».

O tempo está magnifico.

Consta que o filho primogenito do fallecido sr. D. Miguel casa com a filha do imperador da Russia.

O *Diario do Governo* deve publicar na segunda feira a circular convidando os productores portuguezes a concorrerem á exposição de Pariz. A circular será acompanhada das necessarias instrucções e modelos.

O sr. Paiva Raposo já começou na Zambezia as experiencias da plantação do opio.

O sr. Fernando Boa Tempo, empregado no ministerio das obras publicas, partiu para Tanger, em serviço official. Parece que será para averiguar o estado do mercado de cereaes em Marrocos.

As folhas inglezas, recebidas hoje em Lisboa, trouxeram noticia mais desenvolvida do modo como os agentes inglezes tomaram conta da republica do Transwaal. É uma especie de occupação militar porventura com algumas circumstancias aggravantes.

Foi exonerado o governador geral da pro

vincia de Moçambique, e nomeado para esse logar o sr. Francisco Maria da Cunha.

Guerra do Oriente. — As ultimas noticias são as seguintes:

Londres, 11. — Partiu d'esta cidade o embaixador russo, o conde Schouvaloff.

Londres, 11. — Bourk disse na camara dos deputados, que o governo deseja manter a neutralidade absoluta, mas que não assistirá impassivel a que se ponha em pratica a politica coercitiva que as potencias repudiam. O governo tem strictamente seguido a politica de Canning, a qual consiste na neutralidade e absoluta protecção dos interesses inglezes.

Mas importa aos interesses da Inglaterra e do mundo civilisado, que o paiz não adopte resolução que crie embaraços, quando maior necessidade tem de conservar a mais completa liberdade de movimentos. Relativamente á neutralidade do canal de Suez, Bourk disse que ouvia fallar na intenção de fechar o canal aos navios de guerra russos, mas não conhece nenhum regulamento relativo a esta questão. O governo foi convidado a fechar aquella passagem com navios de outras nações.

Bucharest, 11. — Os turcos da cidade de Fustuckdina, margem direita do Danubio, e 3 monitores turcos, bombardearam Olteniza.

Os roumanos responderam, fazendo fogo contra Tortuckai, mas cujos prejuizos foram insignificantes.

As baterias russas de Braila metteram a pique os maiores monitores turcos da esquadrilha do Danubio.

Vienna, 12, á tarde. — Corre o boato de que que os musulmanos da Criméa se revoltaram e occupam a estrada de Simpheropol.

Londres, 12, á tarde. — Proseguiram hoje na camara dos deputados os debates ácerca da questão oriental. Por ultimo foram adiados para segunda feira, com a condição de terminarem na sessão d'esse dia.

Celebra-se ámanhã em Londres um *meeting* anti-russo.

Bucharest, 12, á tarde. — A camara dos deputados roumaica approvou hoje, por 29 votos contra 28, uma ordem do dia equivalente á declaração de independencia da Roumania. Pereceram 200 praças de marinhagem em consequencia da explosão do monitor turco em frente de Braila.

S. Petersburgo, 12, á tarde. — Foi determinado á esquadra russa que se acha na America, sob o commando do almirante Boutakoff, o regresso immediato para Cronstadt.

Paris, 13. — Telegrammas officiaes turcos noticiam um combate importante, empenhado na sexta feira nos arredores de Batoum. Depois de uma lucta porfiada, os russos teriam sido repellidos, deixando no campo 4.000 mortos. Tambem noticiam varias escaramuças pouco importantes para os lados de Kars e Ardahan, favoraveis aos turcos.

Missa. — Alguns typographos da imprensa da Universidade, vão mandar celebrar na egreja da Sé Velha, no dia 17 do corrente, pelas 7 horas da manhã, uma missa por alma do seu collega Antonio do Espirito Santo. É celebrante o rev.° padre José Dias, estudante do 4.° anno de Direito, e tocará durante este acto a benemerita philarmonica *Boa-União*.

Associação Conimbricense do Sexo Feminino. — Em assembleia geral de domingo foi eleito o seguinte conselho director d'esta associação:

D. Maria José de Campos Ferreira.
D. Carolina d'Almeida e Cunha.
D. Julia Balbina de Sousa.
D. Clotilde da Exaltação Cardoso.
D. Emilia Ferreira Porto
D. Maria Rodrigues Teixeira de Brito.
D. Maria do Carmo Cardoso.

Conferencia. — No sabbado realisou o sr. dr. Augusto Filippe Simões, no salão do Instituto, a sua annunciada conferencia ácerca das *antiguidades pre-historicas da peninsula iberica*.

O sr. dr. Filippe Simões fallou por espaço de uma hora sobre este importante assumpto, com aquella competencia que todos lhe reconhecem, sendo que s. ex.ª é em Portugal o escriptor que mais profundamente tem estudado as antiguidades pre-historicas.

Sobre a mesa, junto da qual fallava o sr. dr. Simões, via-se um grande numero de objectos antigos, de pedra, silex e bronze, pertencentes ao museu da secção de archeologia do Instituto, e o orador apresentou alguns como prova para corroborar varios argumentos.

A sala estava completamente cheia. Assistiram o sr. reitor e grande numero de professores da Universidade, secretario geral, juiz de direito, delegado do procurador regio, director das obras publicas, vice-reitor do seminario, muitos socios do Instituto, grande multidão de academicos, etc.

Ouvimos que se seguirá a fazer conferencia o sr. Miguel Osorio, que talvez fallará ácerca de Gallileu e da sua condemnação pela inquisição.

ANNUNCIOS

ASSOCIAÇÃO LIBERAL

1 A COMMISSÃO EXECUTIVA da *Associação Liberal de Coimbra* convida todos os socios para se reunirem no proximo domingo, 20 do corrente, ao meio dia, na sala do Centro Promotor, na praça do Commercio, a fim de se proceder ás eleições determinadas no artigo 11 dos Estatutos.

PREVENÇÃO

2 OS ABAIXO ASSIGNADOS, em opposição ao annuncio, n.° 19, publicado n'este jornal, n.° 3:108, de 12 do corrente, em nome de Joanna Maria, (é Joanna Maria Candida Alves) declaram como prevenção, em conformidade com o preceito estabelecido em os artigos 1:033 e 1:038 do Codigo Civil Portuguez, que quem comprar a casa annunciada, sita na rua de Tingerodilhas, fica obrigado a satisfazer á massa fallida de João Francisco da Silva, a quantia de 248$223 réis, de que a annunciante é devedora solidaria com José dos Reis dos Santos, além das despezas feitas com a conciliação, que teve logar em 8 d'este mez, sob pena das cominações marcadas na lei.

Coimbra, 14 de Maio de 1877.

Os curadores fiscaes provisorios
Joaquim Martins da Cunha
Miguel dos Santos e Silva.

TRES MUNDOS

POR

D. ANTONIO DA COSTA

SEGUNDA EDIÇÃO

3 VENDE-SE em todas as livrarias de Coimbra. — Preço 600 réis.

ELEMENTOS DE TRIGONOMETRIA RECTILINEA

COMPOSTOS SEGUNDO OS ARTIGOS DO PROGRAMMA OFFICIAL PARA O ENSINO D'ESTA SCIENCIA NOS LYCEUS

POR

J. ADELINO SERRASQUEIRO

4 Á VENDA na livraria de J. Digo Pires

PREÇO 800 RÉIS

VENDA DE CASA

5 VENDE-SE uma morada de casas sitas na rua da Calçada, d'esta cidade, que tem os n.os de policia de 142 a 156. Quem as pretender pode dirigir-se ao solicitador Abilio Maria Ladeiro, na rua da Calçada, n.° 39, 3.° andar, que está encarregado da venda.

PHARMACEUTICO

6 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

NOVIDADE EM COIMBRA

Ferros para lustrar camisas

JOSÉ SEVERO

61 — ARCO DE ALMEDINA — 63

COIMBRA

AOS AMADORES

8 UMA bella flauta, de optima madeira, com 8 chaves.
Rua de Quebra Costas, n.° 60.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

9 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

ATTENÇÃO

10 JOSÉ ANTONIO D'AMIL, morador no largo das Olarias, traspassa o estabelecimento de fazendas brancas da rua do Visconde da Luz, n.os 31 a 33, d'esta cidade, e vende a dinheiro ou a prazo as fazendas alli existentes, e convida os devedores ao fallecido sr. João Ventura de Castro, a pagarem-lhe os seus debitos. Tanto o estabelecimento como as fazendas convém a quem pretender estabelecer-se.

11 NO PROXIMO domingo, 20 do corrente, na casa que foi do fallecido João Victorino de Moraes Duarte e Silva, na rua da Sophia, pelas 11 horas da manhã, se hade vender a mobilia alli existente, pertencente ao fallecido; e uma burra de ferro pertencente ao sr. Paulo de Moraes.

APRENDIZ

12 PRECISA-SE de um, para a loja de chapeus de sol, de J. Serio Veiga, rua das Solas, n.° 17. Dá-se ordenado merecendo-o.

AGRADECIMENTO

13 OS ABAIXO ASSIGNADOS, summamente penhorados para com os srs. Izaac Torres Veiga, José da Silva Bica, Thomaz Augusto da Cunha Machado, e Francisco Augusto da Cunha Machado, encarregados de solicitar esmolas para os entrevados da freguezia da Sé Cathedral, e promover que o Sacramento lhes fosse levado com a solemnidade devida; vêem por este meio protestar áquelles srs. o seu reconhecimento e dar-lhes um voto de louvor pelo modo como se houveram no desempenho da sua commissão, não se poupando a trabalho e esforços para que a procissão do Senhor aos entrevados se fizesse no dia 29 do passado mez de Abril com a solemnidade propria de um acto tão edificante.

E mais agradecem a todos os srs. ecclesiasticos, que da melhor vontade se prestaram a acompanhar o Senhor, aos alumnos do Seminario, e a todas as pessoas que concorreram para que aquella festa se fizesse tão pomposa e brilhante.

As esmolas recebidas por esta commissão formam 22$000 réis, que se repartiram escrupulosamente pelos entrevados pobres.

O resto da despeza foi feita pela confraria do SS., pela commissão e signatarios.

Coimbra 7 de Maio de 1877.

O conego *José Ferreira Fresco.*
O reitor *Antonio Garcia dos Santos.*

14 A VIUVA do alquilador Manoel da Candida, moradora na rua do Moreno, d'esta cidade, faz publico, que no dia 20 do corrente, pelas 10 horas da manhã, fará praça particular e venderá se o preço lhe convier, 3 cavallos e um jumento com os competentes arreios de cavallaria.

CARTILHA MATERNAL E QUADROS PARA ESCOLAS

PELO

METHODO — JOÃO DE DEUS

15 Á VENDA na Livraria Bertrand, 73 Chiado, 75. Cada collecção de 33 quadros custa, em papel 3$500; cartonada, 9$000; envernisada, 20$000; em album 9$000 réis. Cartilha 300 réis. Quadros e cartilha remettem-se francos de porte a quem enviar a respectiva importancia a Antonio da Costa Terenas, rua dos Fanqueiros, 114 — 1.° — Lisboa.

ESTABELECIMENTO DE ALFAIATE

35, RUA DO BORRALHO, 37

COIMBRA

16 N'ESTE estabelecimento se encontram cazemiras modernas, de xadrez, proprias para a estação, dando fatos promptos para vestir por 9$000 réis.

17 ARENDA-SE, com muitos commodos uma casa acabada de novo na rua das Padeiras, n.° 34.

SUBSTITUIÇÃO A MILITAR

18 QUEM precisar e queira ser servido economicamente dirija-se a F. de M. Alvim, escriptorio Arco do Bandeira, 112 — Lisboa.

Leccionista de francez

19 PADRE RICARDO SIMÕES DOS REIS dá lições de francez em sua casa, da Couraça dos Apostolos, n.° 35, desde as 11 horas da manhã até á 1 da tarde, e desde as 4 da tarde até ás 6.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$468
Por semestre	1$600		Por semestre	1$736
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3110 — Sabbado 19 de Maio de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

CARTAS POLITICAS

II

Sr. Antonio Ribeiro Saraiva. — Coimbra 18 de Maio de 1877. — Diz v. s.ª, que Portugal tinha uma constituição, e muito bella, e muito nobre, e muito sabia, e muito semelhante á de Inglaterra em suas essencias; e que essa era a legitima, e a que todo o portuguez tinha direito de reclamar e obrigação de sustentar.

Muito bem. Quando mesmo assim fosse, como havia qualquer portuguez de reclamar essas côrtes?

Por meio da revolução? — Mas se fosse mallograda, esperava-o a sorte que teve Gomes Freire de Andrade e seus companheiros de infortunio.

Pela discussão e reclamação pacifica? — Mas ainda assim, quem usasse d'esses meios, não se livrava da accusação de conspirar contra a tranquillidade do estado.

E não faltam exemplos. Depois das execuções de 1817 publicava-se em Londres o *Campeão Portuguez*, redigido alli por José Liberato Freire de Carvalho. Tinha por fim especial esse periodico pedir a convocação dos tres estados do reino, e mostrar a necessidade d'elles.

Quer o sr. Ribeiro Saraiva saber como lhe respondia a regencia? Era pelo seguinte edital de 10 de Fevereiro de 1820, afixado nas ruas de Lisboa, e de que possuimos um exemplar:

«El-rei nosso senhor tomando em consideração, que o periodico publicado em Londres, com o titulo de *Campeão Portuguez, ou o Amigo do Rei e do Povo*, contém discursos, *que visivelmente mostram o damnado projecto de destruir a confiança, que os vassallos de sua magestade tem no seu governo e nos seus ministros*; foi servido mandar, *que seja prohibido n'estes reinos tão perverso escripto*, debaixo das penas impostas pelas leis contra os que introduzem, divulgam, ou retêm livros, ou escriptos prohibidos. E para que chegue á noticia de todos, se mandou afixar o presente edital. — Lisboa, 10 de Fevereiro de 1820. — *João da Silveira Zuzarte.*»

Era claro, portanto, que ninguem ousaria pelos meios legaes pedir em Portugal a convocação das côrtes, e que só se poderiam obter pela revolução: — e é isso que se veiu a effectuar em 24 de Agosto de 1820.

Mas diz-se, que essa revolução não se contentou com os antigos tres estados, e que foi adiante, saindo das côrtes de 1821 e 1822 uma constituição democratica, origem dos nossos males e discordias.

Então julgava-se possivel, que no seculo XIX se admittissem umas côrtes, compostas de tres braços — clero, nobreza, e povo; ficando este ultimo, que formava a grande massa da nação, annullado perante aquellas duas classes privilegiadas?

Uma tal organisação poder-se-ia admittir no tempo em que os reis eram de *direito divino*; mas não n'uma épocha em que a philosophia e a rasão haviam feito ver quaes os direitos do povo.

Quando em 1789 o rei de França Luiz XVI se viu obrigado, pela força dos acontecimentos, a convocar os *estados geraes* — o terceiro estado, isto é, o povo, recusou-se energicamente a reconhecer o clero e a nobreza como classes, ou braços independentes; pelo que estes tiveram de ceder. Ficou assim representado todo o paiz, sem distincção, e não o *povo*, o *clero* e a *nobreza*, separados como classes.

Diz o sr. Ribeiro Saraiva, que podiam os mesmos tres estados fazer as reformas nas cousas do reino e monarchia, accommodal-as ás circumstancias actuaes e á civilisação da épocha, á semelhança do que fez a Inglaterra, por duas, ou mesmo tres vezes, durante o tempo que alli têm residido.

Então os direitos e garantias de que gozam os inglezes, e as reformas feitas na sua organisação politica, tem sido só o resultado de pacificas discussões? Ou não terá antes sido a acção popular, até mesmo com a mão armada, que tem obrigado os reis e os governos a ir ampliando as liberdades d'aquella nação?

Porque é que houve na Inglaterra as lutas politicas na primeira metade do seculo XVII, acompanhadas da execução do infeliz Carlos I em 1649, e subsequente republica, presidida pelo protector Cromwell?

Porque é que houve em 1688 a famosa revolução, que expulsou do throno, e para sempre, os Stuarts, sendo chamado para começar a nova dynastia o principe de Orange?

A Inglaterra tem sabido insurreccionar-se contra os governos oppressores; e o sr. Ribeiro Saraiva, que ahi vive n'esse paiz ha perto de meio seculo, não ignora quanto os inglezes ainda hoje se glorjam da sua revolução de 1688, d'onde data principalmente a sua importancia politica.

Falla-nos o sr. Ribeiro Saraiva das reformas parlamentares que se têm effectuado nos ultimos tempos na Inglaterra, para mostrar que tambem em Portugal identicas reformas se poderiam ter feito pelos antigos tres estados do reino.

Ora ahi vae um exemplo de como se têm operado taes reformas, para que se veja como procede o que nos diz o sr. Ribeiro Saraiva.

A grande revolução de Paris, em Julho de 1830, pela qual foi expulso do throno Carlos X, causou um grande abalo em todas as nações.

Reclamavam-se ha muito reformas na Inglaterra; porque havia alli liberdade *civil*, mas a *politica* ainda estava muito restricta.

Pois nem a revolução liberal franceza poude fazer com que o ministerio inglez de lord Wellington annuisse á *reforma parlamentar*, proposta pelos membros mais importantes do parlamento britannico.

O discurso do rei Guilherme na abertura das côrtes em 2 de Novembro de 1830, pela maneira reservada como se referia á França; pelos altos elogios ao rei da Hollanda, e a promessa do reconhecimento de D. Miguel, dependente apenas de uma amnistia por elle dada, irritaram os animos ao ultimo ponto.

Quando lord Wellington saiu das camaras, um immenso concurso de povo que o esperava, chegou a apupal-o, a assobial-o, soltando mil ameaças. Começaram então a apparecer numerosos grupos na cidade e fóra d'ella; circulavam proclamações, chamando o povo ás armas, pedindo a reforma parlamentar, a extincção da nova policia, e a demissão do ministerio.

Em Carlisle foi o duque de Wellington queimado em estatua com a copia da falla do rei; e em Kent e outros condados houve grandes incendios.

Ainda mais se exacerbou o povo quando o duque de Wellington declarou nas camaras; que terminantemente se opporia a qualquer reforma parlamentar, *porque a presente organisação do governo, era a melhor das organisações possiveis*; e sobretudo se exacerbou a publica indignação, á noticia da medida adoptada pelo governo de fazer suspender a ida do rei á cidade, onde era esperado, para assistir á solemne funcção da posse do novo Lord Mayor, que se devia effectuar no dia 9 de Novembro; resolução tomada a pretexto de uma projectada revolução, que devia rebentar na occasião do festejo.

A pressão da opinião publica estava sendo tão forte, que no dia 15, indo a votar-se na camara dos communs a proposta de sir H. Parnell, a fim de que fosse nomeada uma commissão para examinar a lista civil, e dar depois conta do seu exame — apezar de se oppôr a essa proposta o lord Chanceller, foi ella depois de uma vigorosa discussão approvada por 233 votos contra 204.

Não poude mais resistir lord Wellington; pelo que teve de pedir a sua demissão com todo o ministerio a que presidia.

Seguiu-se-lhe o ministerio liberal de lord Grey, e foi esse que fez a reforma parlamentar.

E são exemplos como este, que o sr. Antonio Ribeiro Saraiva nos vem adduzir, para mostrar que tambem em Portugal se podiam fazer pacificamente as reformas dimanadas dos proprios tres estados do reino!

Pois acredita sinceramente alguem, que o alto clero e a nobreza se prestassem a abdicar dos seus vastos privilegios? Porventura haviam de ser os interessados nos abusos, que os haviam de reformar? Nem servirá de exemplo a guerra que fizeram ás côrtes em 1821 as classes prejudicadas nas reformas que ellas iam decretando?

Á não ser por impulso popular e revolucionario, poder-se-hiam levar a effeito reformas, já não dizemos com o alcance das de Mousinho da Silveira e Aguiar, mas outras muito mais limitadas?

Accusa-se o governo liberal de 1820 de haver mandado proceder ás eleições de uma fórma inconveniente, e com o fim de se fazer uma constituição modelada pela hespanhola, ou que em todo o caso não fosse menos liberal do que ella.

Então quem é que para isso promoveu a manifestação militar de 11 de Novembro de 1820 em Lisboa? Seria acaso Manoel Fernandes Thomaz e os outros membros liberaes do governo provisorio?

Não! Foi Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, o futuro visconde do Peso da Regua e commandante do exercito de D. Miguel; e Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, o futuro visconde de Canellas, activo partidario de D. Miguel na revolução absolutista de 1826 a 1827.

Eis ahi os promovedores d'esse movimento militar.

Os homens prudentes do partido liberal oppozeram-se quanto possivel a esse facto, e tanto assim, que no dia 13 de Novembro sairam do governo Fernandes Thomaz, Braamcamp de Sobral, Fr. Francisco de S. Luiz, e Ferreira de Moura; e só a elle voltaram quando no dia 17 houve por parte do partido liberal uma reacção contra os actos dirigidos pelos absolutistas Gaspar Teixeira e Antonio da Silveira no dia 11.

Tendo, como já dissemos, deixado

de haver a convocação dos tres estados desde 1698, reuniram-se elles finalmente passados 122 annos em Junho de 1828.

E para que? Seria para fazer as reformas indispensaveis na sua organisação, assim como na legislação patria, muita da qual estava já quasi obsoleta? Não! Foram convocados, porque era assim mister, para dar uma apparencia de legalidade á usurpação de D. Miguel.

Tinham quasi todos os governos reconhecido a legitimidade de D. Pedro e de sua filha D. Maria II; havia D. Miguel prestado solemnes juramentos de fidelidade á rainha e á Carta Constitucional, tanto em Vienna de Austria, como em Lisboa, em presença do parlamento, na qualidade de regente; e tornava-se porisso mister encubrir o attentado da usurpação com umas fórmas apparentemente legaes.

Acabada aquella comedia, preparada de tal modo, que tinha havido até a inaudita indignidade de mandar por aviso do intendente geral da policia do reino de 17 de Maio de 1828, instaurar devassas de suborno, a par da eleição dos procuradores, contra quem votasse em *individuos facciosos* e que pelos seus sentimentos e opiniões politicas se tivessem pronunciado *inimigos dos verdadeiros principios da legitimidade*, e sectarios das *novas instituições* — isto é, por outros termos, contra quem votasse em alguem do partido liberal — depois d'aquella comedia, repetimos, nunca mais se tornaram a reunir os tres estados.

Allega o sr. Antonio Ribeiro Saraiva, que seu pae sentira, que as côrtes dos tres estados se separassem em 1828, sem terem primeiro feito as reformas indispensaveis.

De que valia, porém, essa opinião quasi singular, contra a aversão que a generalidade do partido absoluto tinha a toda a ideia de liberdade, por mais limitada que ella fosse?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

III

Sr. Antonio Ribeiro Saraiva. — Coimbra 19 de Maio de 1877. — Na sua carta diz v. s.ª, que sem a infamissima *quadrupla alliança*, apesar de todos os erros do governo de D. Miguel, nunca os homens do Mindello viriam a triumphar.

Engana-se, por certo. Sem a quadrupla alliança podia a guerra prolongar-se mais; mas por fim o partido liberal havia de vencer. Era questão de tempo. D. Miguel e o seu systema de governo não podiam permanecer em Portugal.

Pois o sr. Ribeiro Saraiva reconhece, que as tres côrtes absolutistas do norte, (aliás altamente favoraveis a D. Carlos nas suas pretensões ao throno de Hespanha, e que em 1836 o queriam reconhecer logo que o seu exercito se apoderasse de Bilbau), receavam que se elle triumphasse, rodeado como estava de influencias *ignorantes* e *sinistras*, fosse estabelecer n'aquelle paiz um systema *estulto* e *retrogrado*, que em breve perturbasse e revolucionasse de novo a peninsula; — e suppõe que D. Miguel se poderia conservar em Portugal, estando cercado de eguaes influencias *ignorantes* e *sinistras*, e tendo aqui tambem um systema *estulto e retrogrado?!*

Era suppôr o impossivel!

Revolta-se o sr. Ribeiro Saraiva contra a *quadrupla alliança;* mas parece-nos que não acharia a intervenção tão má, quando o commodoro inglez Walpole metralhava nas aguas da Terceira, em 16 de Janeiro de 1829, os navios que conduziam para aquella ilha o conde de Saldanha e outros subditos fieis á rainha D. Maria II, — áquella mesma rainha, que o governo de Inglaterra havia em 1826 reconhecido como legitima!

Vamos, porém, aos factos positivos. O tratado da *quadrupla alliança* foi assignado em Londres em 22 de Abril de 1834. Ora que acontecimentos tinha havido antes d'esse tratado?

Haviam os liberaes ganhado contra a esquadra miguelista a brilhante victoria da villa da Praia, na ilha Terceira, no dia 11 de Agosto de 1829.

Tinham conquistado todas as ilhas dos Açores; organisado a expedição, que veiu desembarcar no Mindello; resistido valentemente no Porto aos numerosissimos ataques do exercito miguelista, e em especial aos de 29 de Setembro de 1832 e 25 de Julho de 1833.

Haviam dirigido uma expedição ao Algarve, e destruido alli a esquadra miguelista; tinham vencido as forças de Telles Jordão na Cova da Piedade, e entrado em seguida em Lisboa no dia 24 de Julho de 1833.

Em fim haviam alcançado a victoria de Almoster em 18 de Fevereiro de 1834, e obrigado D. Miguel a restringir-se á defensiva em Santarem.

Eis ahi o estado da campanha, quando se assignou a *quadrupla alliança* em 22 de Abril de 1834!

Eis ahi o que os soldados da liberdade haviam praticado antes d'essa alliança!

Sem ella tambem se havia de concluir gloriosamente a luta, embora com mais ou menos mezes de demora.

Extranha-se a entrada em Portugal da divisão hespanhola de Rodil. E porque veiu ella? Não andava D. Carlos, protegido altamente por D. Miguel, a preparar n'este paiz uma columna de partidarios seus, para entrar em Hespanha, e ir-se unir aos exercitos carlistas das Vascongadas?

Sinto que a falta de espaço e a necessidade de ser resumido, me impessa de publicar na integra umas cartas muito curiosas e inteiramente ineditas, de que aqui tenho uma copia fiel, escriptas em 1833 e 1834 pelo jesuita hespanhol Ramon José de Frias, mestre dos filhos de D. Carlos. Ainda assim farei d'ellas alguns extractos, que traduzo do hespanhol em que são escriptas.

Escrevia o jesuita Frias, de Santarem, em data de 6 de Outubro de 1833, a um seu amigo de Coimbra:

«Chegou finalmente o momento que vae decidir da nossa sorte. El-rei Fernando morreu a 29 do passado Setembro de um ataque apopletico, que o arrebatou em 5 minutos. Em consequencia d'isso o nosso rei o sr. D. Carlos V se dirige a apoderar-se do seu reino. O meu companheiro o acompanha, e eu fico para cuidar do principe das Asturias e de seus augustos irmãos, acompanhando a rainha; e todos juntos seguiremos as pisadas de nosso rei.»

Em outra carta datada da Guarda em 18 de Novembro de 1833, o jesuita Frias, depois de dar conta das marchas que tinham seguido por differentes terras proximas da fronteira, acrescentava:

«As noticias de Hespanha são boas. As provincias Vascongadas e a Castella a Velha levantaram-se em nosso favor, e passa já de 40 mil homens o nosso exercito; mas ainda não podémos atravessar a fronteira. Hoje, porém, se diz, que se aproximam de Zamora para nos receber. Deus nosso senhor o queira.»

Em carta de Villa Real de Traz os Montes, dizia o jesuita Frias em data de 6 de Janeiro de 1834:

«Ha perto de um mez que estamos n'esta villa, onde nos reunimos já perto de 500 hespanhoes, entre os quaes ha um senhor bispo, que sua magestade nomeou ministro universal, e tres generaes. Temos percorrido quasi todo Portugal, e tocando já na raia de Hespanha, não nos ha sido permittido ainda pisar o seu solo. Comtudo esperamos em Deus, que não tardará muito, pois é sua a nossa causa.»

Este bispo, a que se referia o jesuita Frias, nomeado ministro universal por D. Carlos, era o celebre bispo de Leão, D. Joaquim Abarca, uma d'aquellas *influencias*, (na phrase do sr. Ribeiro Saraiva), *ignorantes* e *sinistras*, que cercavam aquelle principe!

E finalmente dizia o mesmo Frias em carta datada de Vizeu em 4 d'Abril de 1834:

«Sua magestade leva uma guarda de um batalhão, que se poude organisar aqui de gallegos e soldados emigrados, com excellentes officiaes. Tambem tem 100 cavallos, quasi todos hespanhoes, todos os quaes, com os mais emigrados e comitiva, compomos um exercito de mais de mil combatentes.

«As provincias Vascongadas e a Navarra cantam victoria, e triumpham dos exercitos inimigos, que desconfiam já de as sujeitar. O fogo sagrado communicou-se já ás mais provincias, que estão com as melhores disposições de o receber.»

Eis ahi, segundo esta insuspeita narração do jesuita Frias, o estado das cousas em Abril de 1834. — Na Hespanha, triumphando a revolução absolutista a favor de D. Carlos; e em Portugal, o mesmo D. Carlos, protegido abertamente por D. Miguel, organisando forças, e diligenciando por todos os modos entrar á mão armada n'aquelle paiz.

N'estas circumstancias, que admiração póde causar ao sr. Ribeiro Saraiva que se assignasse em Londres, em 22 do mesmo mez de Abril, o tratado da quadrupla alliança; e que ao mesmo tempo entrasse em Portugal uma divisão hespanhola, por ordem da rainha Christina, governadora do reino, na menoridade de sua filha D. Isabel II?

E por ventura teria ella para assim proceder menos rasão e motivo, do que o duque de Angouleme, quando em 1823 entrou com o exercito francez em Hespanha, a fim de suffocar o systema liberal n'aquelle paiz, e restabelecer alli o governo absoluto de Fernando VII, o rei mais ingrato e sanguinario, que tem visto toda a Europa nos ultimos seculos; e que em malvadez e crueldade só acha parallelo com o outro rei de Hespanha do seculo XVI, Filippe II — o *Demonio do Meio Dia?!*

Ainda assim, quem sabe! Talvez a invasão absolutista de 1823 se justifique pela santidade da causa!

O duque de Angouleme não invadiu a Hespanha em virtude de alguma *infamissima* quadrupla alliança, na phrase do sr. Ribeiro Saraiva; mas em nome da alliança forjada nos congressos de Tropau, Laybach e Verona, a que os reis absolutos, interessados n'ella, chamaram *santa!*

E na verdade, que maior santidade podia haver do que tratar de algemar e escravisar os povos?!

Concluirei.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Com muita satisfação publicamos hoje um communicado, que nos foi dirigido de Arganil, ácerca das audiencias geraes n'aquella comarca.

Folgamos que o jury soubesse tão exemplarmente cumprir a sua nobre missão.

Nós que em tempo aqui censurámos severa, porem merecidamente, o jury de Arganil, pela iniqua absolvição do assassino João Brandão, estimamos ter esta occasião de fazer o devido elogio aos jurados, que alli serviram nas ultimas audiencias.

Tambem damos os devidos louvores aos magistrados de Arganil e mais pessoas que concorreram para que a instituição do jury, uma das mais importantes conquistas do systema liberal, vá produzindo tão bons resultados.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

AUDIENCIAS GERAES
EM
ARGANIL

Ha muitos annos, que n'esta comarca a corrupção no jury era em larga escala, dando a maior parte das vezes nas causas crimes o seu *veredictum* injusto. Quantas e quantas vezes vimos nos absolver reus, havendo contra elles uma prova plena, e legal, que não deixava a menor duvida da sua criminalidade? Os bellos e convincentes discursos do ministerio publico, as testemunhas, ainda mesmo de vista, e presenciaes dos factos criminosos nada influiam no animo dos jurados, quando estes estavam pedidos, por certas influencias locaes. É verdade, que ainda havia um ou outro jurado, que não se deixando corromper, e guiado só pela sua consciencia, se oppunha a essas decisões iniquas, ficando assim em minoria, e por isso campeava quasi sempre a immoralidade.

As audiencias geraes n'este semestre principiaram no dia 26 d'Abril, e terminaram no dia 5 de Maio, correndo tudo regularmente.

Foram julgados 11 processos crimes, sendo 18 os individuos accusados por differentes crimes, d'assassinato e roubo, de ferimentos mais ou menos graves, abuso d'auctoridade, fogo posto, e furtos.

Em todas as audiencias houve sempre muita concorrencia de espectadores, sendo extraordinaria no dia do julgamento dos malvados, que mataram e roubaram a infeliz mulher de Goes.

No julgamento de João Brandão, e mais cumplices na morte do ferreiro de Varzea, não houve maior concorrencia do que n'este; porque agora até as escadas do tribunal estavam atulhadas de gente, que anciosa esperava por a decisão do jury.

O meritissimo juiz de direito d'esta comarca, o sr. Henrique Pinto, na exposição, que fazia aos jurados, das provas tanto pela parte d'accusação, como da defeza, foi sempre o mais imparcial possivel, cumprindo egualmente o seu dever o digno delegado do procurador regio, o sr. Correia Leal, não deixando de apontar a minima circumstancia ou indicio do crime, que descobria ao correr da discussão.

Estes dois intelligentes magistrados, na inquirição das testemunhas faziam sempre por descobrir a verdade, quer fosse a favor, quer contra os reus, para o jury dar o seu *veredictum* justo e consciencioso.

Em tres processos foram absolvidos os reus alli indiciados; em todos os mais foram todos condemnados, sendo quatro reus degredados para a Africa, um por 8 annos, e tres por toda a vida, que foram exactamente os tres reus de Poiares, que assassinaram barbaramente e roubaram a mulher de Goes, não lhes valendo de nada a grande protecção, que se desenvolveu a favor d'estes malvados, nem os eloquentes discursos dos srs. advogados, Luiz Carlos Simões Ferreira, da Louzã, e José Albino Nunes da Silva Carvalho, de Tondella, e hoje residente em Coimbra, e nem a coadjuvação do advogado o sr. Luiz Caetano Lobo, parocho d'esta villa d'Arganil.

Os mais criminosos tiveram pena de prisão temporaria, podendo um ou dois remil-a a dinheiro.

Temos assistido a muitas audiencias geraes, em differentes annos, n'esta comarca; nunca vimos, que os jurados nas suas decisões andassem com mais acerto e independencia, pelo que não podemos deixar de lhes dar os nossos sinceros parabens, e bem assim ao integerrimo presidente do tribunal e ao digno ministerio publico, por tão bem desempenharem a sua missão.

Arganil 14 de Maio de 1877.

O amigo da moralidade.

NOTICIARIO

Principio de incendio. — Na quinta feira, ao romper da manhã, descubriu-se que havia incendio na loja de mercearia do sr. José Tavares da Costa, á Portagem, pertencente ao valioso predio do sr. bacharel José Maria Coutinho.

Felizmente, em rasão de não ter havido na loja circulação de ar, o fogo não tinha passado de uma estante até ao tecto de um dos lados; mas se houvesse mais alguma demora, desenvolver-se-hia e podia ameaçar toda a grande casa.

Foram promptos os soccorros, o que atalhou o incendio.

O prejuiso principal, alem da parte da estante queimada, foi o chá ter-se damnificado com o cheiro do fumo.

Em todo o caso tanto a casa, como as fazendas da loja estavam seguras.

Damos sinceros parabens ao sr. bacharel José Maria Coutinho e ao sr. José Tavares da Costa, por se terem livrado dos grandes prejuisos e desgostos que podiam ter, e que o seguro de certo não lhes compensava.

Theatro Academico. — É esperada, n'esta cidade, a companhia do Gymnasio de Lisboa, para dar na proxima semana algumas recitas no theatro Academico.

Levará á scena os *Engeitados*, o *Saltimbanco*, o *Paralytico* e outras peças.

Esculptor distincto. — O sr. Fransisco Antonio dos Santos, muito habil esculptor d'esta cidade, continua a aperfeiçoar-se cada vez mais na sua bella arte. Tem adquirido merecidos creditos, e são muitas as encommendas que lhe estão sendo feitas.

Folgamos com isso, porque estimamos que os artistas habeis e amigos do trabalho, sejam devidamente considerados.

Ha tempo foi o sr. Santos a Ovar fazer umas figuras para ornato de uma fonte, que a camara municipal alli mandou construir.

N'esta semana concluiu o busto de um academico da faculdade de Direito, que ha tres annos falleceu, e que os seus condiscipulos agora mandam collocar em um mausoleu no cemiterio

Vae o mesmo artista fazer um mausoleu de gosto manoelino, segundo um primoroso desenho do sr. Luiz Augusto Pereira Bastos; e tem varias outras incumbencias.

O sr. Santos trabalha ao cimo do bairro de Montarroio.

Approvações. — O sr. José Joaquim da Fonseca, distincto professor de ensino primario em Valezim, concelho de Ceia, que ha tempo mereceu, pelos seus relevantes serviços no magisterio, ser agraciado com o grau de cavalleiro de Nossa Senhora da Conceição, teve agora mais a satisfação de ver, que 5 dos seus alumnos que vieram fazer exame de instrucção primaria n'esta cidade, todos ficaram approvados.

O sr. Fonseca tem tido a rara felicidade de nunca ter sido reprovado nenhum dos seus numerosos discipulos, que tem feito exame de instrucção primaria.

Premios. — Publicâmos em seguida o resto da relação dos expositores do districto de Coimbra, que foram premiados na exposição de Philadelphia:

Joaquim Antonio Simões, Figueira (Coimbra) — Vinho.

Alberto Leitão, Penacova (Coimbra) — Favas.

Joaquim Antonio Simões, Figueira (Coimbra) — Aguardente.

Joaquim Antonio Simões, Figueira — Vinagre.

Direcção das obras da barra do Mondego, Figueira (Coimbra) — Casca para cortume e madeira.

José Augusto dos Santos Fera, Figueira (Coimbra) — Vinho.

Domingos Antonio de Freitas, Coimbra — Vinho.

Manoel Coelho da Fonseca, Oliveira do Hospital (Coimbra) — Vinho.

D. Maria José Lopes Pedrosa, Figueira (Coimbra) — Aguardente, feijão e chicharos.

Seraphim Garcia Ribeiro, Oliveira do Hospital — Aguardente.

Antonio Simões dos Reis, Condeixa (Coimbra) — Feijões e ervilhas.

Antonio Dias Themido, Coimbra — Cognac.

Mercado de Coimbra. — No mercado do dia 18 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 580 — Dito branco 580 — Dito de Celorico meudo 600 — Dito graudo 550 — Milho branco 390 — Dito amarello 400 — Feijão vermelho 740 — Dito branco da marinha 740 — Dito da terra 700 — Dito rajado 550 — Dito frade 520 — Centeio 320 — Cevada 240 — Grão de bico meudo 520 — Dito graudo 650 — Favas 360 — Tremoços 350 — Azeite réis 1$520 a 1$540 — Vinho da Beira 1$000 — Dito do Bairro 1$000 — Dito da Bairrada 1$300 réis.

As machinas de coser. — Encontrámos n'um jornal inglez *(The News of the World)* a seguinte noticia:

«Diz-se que o duque de Edimburgo (segundo filho da rainha de Inglaterra) entabolára negociações para a compra do esplendido palacio que ultimamente construiu em Paignton, Torbay, o millionario americano, e agora finado J. Singer. O edificio contem um bonito theatro particular, além de todos os requisitos de uma grande habitação destinada a alojar pessoas de alta jerarchia.

Quem hoje ignora o nome de Singer? Quem hoje não usa roupa feita com a machina de Singer? Modista, costureira, alfaiate, sapateiro, a dama que costura por dilettantismo — devem todos os seus agradecimentos a esta invenção de ha dois dias.

O fabrico das machinas de coser, é tão recente, que apenas temos tido tempo de realisar o desenvolvimento d'este ramo de industria. A sua breve historia, porem, marca um dos triumphos mais emphaticos do seculo mechanico, como bem se póde designar o seculo em que vivemos.

Nós porém vemos algo mais no desenvolvimento d'esta industria e na espantosa prosperidade do inventor; vemos n'este caso como n'outros muitos que já pertencem á historia, a morte ignominiosa da opposição gratuita e vulgar.

J. M. Singer, operario pobre de Nova York, deu publicidade ao seu invento no anno de 1850. Um ou dois annos depois o sr. Eduardo Clark, individuo abastado, entrou em sociedade com Singer, fornecendo fundos para um pequeno estabelecimento onde se fabricassem as machinas. Isto já era um grande passo para o pobre operario; mas por muito tempo infructuoso, por se ter levantado contra o invento e o inventor a procella da opposição, desfraldando todos os seus signos de irrisoria fatuidade.

Uns juravam que a coisa era impossivel, outros riam do pretencioso automato, outros censuravam o pensador operario por tentar sair da sua esphera, outros diziam que tirar o trabalho áquelles que comem para o dar a uma coisa de metal e madeira que não come nem bebe era injustiça que bradava ao céu.

Singer poderia ter respondido aos seus detractores. Mas não respondeu: era homem de acção, não de palavras: e a opposição continuava com o seu alarido, sendo os que fallavam mais alto os das classes a quem o invento de Singer promettia não só vantagens pecuniarias, mas tambem allivio nas suas penosas fainas.

Por muito tempo não foi possivel ao inventor conseguir que ao menos fizessem prova da sua machina. Singer, porem, não era dado ao desanimo. Alicerceado nas suas firmes convicções, jamais parou; caminhou sempre ora tropessando, ora caindo, mas nunca jazendo por terra.

Decorreu o tempo, mas não sempre assim, porque no anno de 1863 já os socios tiveram de ampliar consideravelmente os seus meios de fabrico; já a associação se havia desenvolvido em companhia, e já achavam difficuldade, mesmo com todas estas vantagens, para satisfazerem as exigencias do publico, particularmente nos mercados estrangeiros.

O progresso continuou com movimento de tal modo accelerado, que só podemos ajuizar d'elle pelos seus estupendos resultados. Hoje a factoria que ha coisa de 6 annos a companhia Singer estabeleceu em Glascow, occupa uma superficie de 147,000 pés quadrados e tem 4 andares. A força motriz é de 113 cavallos, e de 30 a de uma machina auxiliar. 1,500 obreiros trabalham alternadamente dia e noite, e não bastam, porque a exportação tem sido por algum tempo, termo medio, de 3,684 machinas semanalmente, em quanto que as ordens recebidas durante o mesmo periodo, elevam-se a mais de 13,000 por semana! Isto é só em Glascow, mero estabelecimento de affiliação!»

Louvores merecidos. — Lemos com prazer no *Jornal do Porto* o seguinte elogio feito ao meritissimo juiz de direito de Felgueiras, o sr. bacharel Eugenio da Costa e Almeida, que em tempo exerceu dignamente o cargo de administrador do concelho de Coimbra, e aqui conserva além de grande parte da sua familia, numerosos amigos.

«*Felgueiras, 9 de Maio de* 1877. — Terminaram n'esta comarca as audiencias geraes d'este semestre. Como membro do jury, não nos cabe a nós dizer se elle se conservou á altura da benefica instituição que representa; mas do que não podemos dispensar-nos é de levar ao conhecimento de todos que foi poderosa e efficazmente auxiliado pelas luzes, imparcialidade e benigna rectidão do digno presidente do tribunal, o exm.º sr. Eugenio da Costa e Almeida, actual juiz de direito d'esta comarca.

A lucidez, clara deducção e inexcedivel imparcialidade com que expõe e conclue os seus notaveis relatorios; a lhaneza e cortezania de tracto (um dos seus estimados predicados) com que especialmente distingue os cidadãos jurados, que o auxiliam na alta missão de julgar que todos desempenham; a humanidade e doce moderação de que usa, com reconhecida vantagem social, na applicação das penas estabelecidas na lei; os vastos conhecimentos juridicos que os competentes lhe encontram, unidos a uma singular robustez de espirito; emfim, as elevadas qualidades moraes que revela como homem e como exemplar chefe de familia — tudo isto o cerca da mais respeitavel auctoridade como magistrado, e faz confessar a todos que, se é difficil egualal-o, é sem duvida impossivel exceder-o, no conjuncto de predicados que o exornam.

Caracteres e espiritos como este honram a magistratura, e honram o paiz.

Os habitantes d'esta comarca bemdizem a hora em que lhes foi enviado pelo governo um homem que tão bem comprehende e desempenha a difficil missão que lhe foi confiada; e nós, como o mais obscuro membro do jury d'esta comarca, não podemos deixar de significar aqui, interprete de todos os collegas, o nosso publico testimunho de reconhecimento e gratidão pela delicadeza e consideração com que temos sido tractados, pelo valiosissimo auxilio que temos recebido das luzes e alta imparcialidade de s. ex.ª o sr. dr. Eugenio da Costa e Almeida.»

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa 15 de Maio de 1877.

Verificou-se hoje a sessão solemne da Academia Real das Sciencias, assistindo SS. MM. el-rei o sr. D. Luiz e o sr. D. Fernando. A concorrencia foi numerosa.

O sr. Latino Coelho leu o elogio historico do sr. José Bonifacio de Andrada, que causou sensação, principalmente pelas suas ideias democraticas.

O sr. Thomaz Ribeiro leu o elogio historico do sr. visconde de Castilho.

A perda do vapor «Atlantico» no Tejo causou grandes prejuizos. O navio estava seguro em 110 contos nas companhias Loyd, de Londres, e Atlantique, do Havre.

Tinha carga a bordo de cereaes no valor de 6 contos de réis. O prejuizo total foi seguramente de 200 contos.

Vae organisar-se uma expedição de obras publicas para Cabo Verde.

Começa depois de ámanhã a vigorar o Codigo de processo civil.

De todos os recursos vindos da Relação do Porto, que entraram hoje em julgamento no Supremo Tribunal de Justiça, só o em que era recorrente o ministerio publico e recorridos Manoel Lopes de Figueiredo e João Lopes de Figueiredo é que foi julgado, sendo-lhe negada revista.

— Lisboa 16 de Maio de 1877.

Consta que o nosso governo, accedendo ao convite do governo hespanhol, a fim de nomear um membro para compôr o jury parra a classificação de vinhos, escolheu o sr. João Ignacio Ferreira Lapa, que deve partir brevemente para Madrid.

Falleceu o sr. general Duarte Fava.

Veio de Roma um Breve, determinando que as Ordens Terceiras fiquem sujeitas aos respectivos prelados.

Foi promovido a general de brigada e nomeado commandante da 2.ª brigada de infanteria de instrucção e manobra, o sr. Jacinto Augusto Camacho.

Sahiu hoje do Limoeiro o sr. Guedes, genro do sr. Felix Pereira de Magalhães.

O funeral do sr. José Dionysio de Mello e Faro esteve muito concorrido.

Chegou de Hespanha o sr. conselheiro Antonio José Duarte Nazareth.

O governo mandou que fosse adiada a exposição triennal da Academia Portuense de Bellas Artes, bem como o grande concurso para o fim do corrente anno.

Foi recebido hoje pelo sr. marquez d'Avila e de Bolama o novo ministro da Belgica.

— Lisboa 17 de Maio de 1877.

A direcção geral das alfandegas, ordenou que recolham á alfandega de Lisboa, os empregados que andam fóra em commissão, isto em consequencia do augmento de trabalho que ultimamente tem havido n'aquella casa fiscal.

Diz-se que o governo vae resolver se deve ou não pedir agora ao governo inglez a rectificação dos convenios celebrados com a republica do Transwall.

Vae ser publicada brevemente uma refutação ao livro do sr. Fernandez de los Rios, na parte das conclusões que se referem a Portugal. Intitula-se «El antagonismo de los portuguezes á la union iberica, bajo el punto de vista politico, historico y economico».

Noticias de França. — Communicam de Paris o seguinte:

Paris, 16. — Mac-Mahon escreveu uma carta a Julio Simon, manifestando-lhe a sua surpreza de vêr que nem elle nem Martel tenham combatido na tribuna a abrogação da lei de imprensa de 1875, apesar de se ter combinado em que os ministros a combateriam, e pergunta se o ministerio tem ainda sobre a camara a influencia necessaria para fazer prevalecer os seus intuitos. Mac-Mahon diz na carta:

«Tenho perante a França uma responsabilidade que me preoccupa mais que nunca.»

Em consequencia d'esta carta Julio Simon pediu a demissão, que Mac-Mahon acceitou, chamando o duque Audiffret Pasquier.

Paris, 17. — Mac-Mahon recebeu esta manhã muitos personagens, aos quaes significou o firme proposito em que se encontra de manter a politica de paz com todas as potencias, e reprimir com energia as manifestações ultramontanas que possam apparecer.

Guerra do Oriente. — As ultimas noticias são as seguintes:

Londres, 15. — Lord Derby pronunciou na camara algumas palavras, indicando existir intimo acordo entre a Inglaterra e a Austria. Estas palavras causaram profunda impressão.

Buckarest, 15. — Os canhões russos de grosso calibre, proximo de Braila, alcançam, atravessando o Danubio, a cidade turca de Matchim na margem direita.

Constantinopla, 15. — Um despacho turco diz que a esquadra turca bombardeou o porto fortificado russo de Soykaoum Kalleh, no Caucaso. Os turcos desembarcaram e derrotaram os russos e ficaram senhores da posição. Os russos concentram-se nos arredores de Kars.

Londres, 16. — Diz um despacho de Bel-

grado que se está alli fazendo inventario nos armazens do governo, para se conhecer a exactidão da quantidade de provisões disponiveis para homens e cavallos. Por toda a parte se fazem preparativos, como se fôra para uma guerra. Unicamente da Russia depende se a Servia entrará em campanha.

Ministerio francez. — Já está organisado o novo ministerio francez, segundo se vê da seguinte parte telegraphica:

Paris, 17. — A esquerda da camara dos deputados propoz hoje uma interpellação ao ministerio demissionario, para que explicasse os motivos da demissão. Christophle recusou responder á interpellação antes de conferenciar com os collegas. A camara, não obstante, resolveu passar á discussão immediata do assumpto. Gambetta apresentou, em nome da esquerda, uma ordem do dia, que foi approvada por 355 votos contra 154. Em seguida a camara decidiu adiar os seus trabalhos.

O novo gabinete francez ficou assim constituido:

Duque de Broglie, senador da direita, presidencia e justiça.

Fourtou, conservador liberal, interior.

Caillaux, monarchico, finanças.

Paris, monarchico, obras publicas.

Meaux, monarchico, agricultura e commercio.

Brunet, monarchico, instrucção publica.

As pastas dos estrangeiros e da guerra continuam a cargo dos anteriores ministros, Decazes e Berthaut, cuja demissão não foi aceita.

A pasta da marinha foi confiada interinamente a um dos ministros.

Syndicancia. — Communicam-nos o seguinte:

«Houve no dia 24 do passado, na egreja matriz de S. Salvador de Maiorca, uma syndicancia, pelo respectivo arcipreste, sobre o procedimento do padre coadjutor, que se acha actualmente parochiando esta egreja por contracto que fez com o parocho collado na mesma.

Esta syndicancia, promovida sem graves motivos, foi devida á maledicencia de um terceiro, ambicioso d'aquelle logar; porém, menos digno de o occupar pelos seus peores exemplos. E quando, pois, a maledicencia triumphe, o que não aconteça, esta parochia, como todas as de mais, requer um padre de um comportamento irreprehensivel, para que os parochianos, aprendendo nos seus bons exemplos, prosigam no caminho da religião e da moralidade; o que não farão, se, infelizmente, tiveram de continuar a presencear aquelle, que está dando o ambicioso levita.»

Visita episcopal. — O ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. bispo conde, proseguindo no louvavel empenho de visitar todas as egrejas da sua diocese, partiu hoje para Goes, começando pela egreja d'aquella villa o serviço de visita, que destinou para este anno.

D'alli seguirá o illustre prelado, segundo nos consta, para todas as demais freguezias, que compõem o arciprestado de Arganil, que são ao todo, 18.

Fazemos votos sinceros para que s. ex.ª tire d'esta visita fructos eguaes aos que tem colhido das anteriores; e para que a sua saude se não resinta com o pesado trabalho que tomou sobre seus hombros, e a affrontar o qual só podia leval-o o muito zelo que o anima pelo bem espiritual do rebanho confiado ao seu cuidado.

ANNUNCIOS

ASSOCIAÇÃO LIBERAL

1 A COMMISSÃO EXECUTIVA da *Associação Liberal de Coimbra* convida todos os socios para se reunirem no proximo domingo, 20 do corrente, ao meio dia, na sala do Centro Promotor, na praça do Commercio, a fim de se proceder ás eleições determinadas no artigo 11 dos Estatutos.

ARRENDAMENTO

2 ARRENDAM-SE dois andares e aguas-furtadas de umas casas na rua da Calçada, n.º 39. Quem precisar dirija-se á mesma rua, n.º 73 a 75.

DECLARAÇÃO

3 JOAQUIM ANTONIO PEREIRA MADURO, parocho de Sernache, do concelho de Coimbra, tendo formado tenção de acompanhar os nossos irmãos portuguezes na sua convicta peregrinação a Roma, como indiscretamente annunciou o jornal *Campeão das Provincias*, no seu numero 2:571 de 21 de Abril ultimo; declara ao respeitavel publico, que desistiu da sua pretensão, não por falta de fé, vontade, ou meios pecuniarios; mas sim porque se lhe renovaram com maior intensidade os seus padecimentos rheumaticos á ultima hora, privando-o assim de levar a cabo seus ardentes desejos; comtudo zeloso de tão grande felicidade, mesmo do leito das dores sauda os seus compatriotas com o *Salve fratres peregrini Lusitanorum: Salve Pontifex Magnus Pius IX: Salve Sancta Ecclesia Catholica Romana*. Serás perseguida, mas nunca vencida.

4 ANTONIO JOSÉ DE SOUSA, da rua do Lourgiro, n.º 69, tem para vender portas, janellas e caixilhos com vidraças, tudo em bom uso.

DENTISTA
CEREGHETTI DOMINIQUE
CIRURGIÃO DENTISTA
SUISSO

5 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas, que extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fundo da rua das Figueirinhas, n.º 52.

Aviso aos possuidores de obrigações prediaes, e ao portador.

6 A COMPANHIA geral de credito predial portuguez, convida os possuidores de obrigações prediaes, e de obrigações ao portador, que queiram receber os juros em Coimbra, a irem a casa do sr. Antonio José Alves Borges, na rua do Visconde da Luz, entregar até o dia 1 de Junho proximo, as relações e coupons para os effeitos convenientes.

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE

7 NO DIA 30 do corrente, pelas 11 horas da manhã, na secretaria dos Hospitaes da Universidade, hade arrematar-se o fornecimento de 10 milheiros de azulejo sem pintura, se convier o preço.

Administração dos Hospitaes da Universidade, 12 de Maio de 1877.

O administrador
Costa Simões.

ARREMATAÇÃO

8 NÃO TENDO podido effectuar-se no dia 13 a arrematação, annunciada n'este jornal, da quinta do bacharel Carlos Augusto Simões Ferreira, em Banhos Seccos, fica transferida para o dia 27 do corrente, no mesmo local, e ás 4 horas da tarde.

COMPANHIA
DE
FIAÇÃO E TECIDOS
DE
COIMBRA

9 SÃO CONVIDADOS os srs. accionistas d'esta companhia a reunirem-se em assembleia geral, no edificio de S. Francisco da Ponte, d'esta cidade, no dia 31 do corrente, pelas 11 horas da manhã, para os effeitos do art.º 23 dos Estatutos da mesma companhia.

Coimbra 17 de Maio de 1877.

O presidente da assembleia geral
Luiz de Mello Tocho Soares d'Albergaria e Castro.

VENDA DE CASA

10 VENDE-SE uma morada de casas sitas na rua da Calçada, d'esta cidade, que tem os n.^{os} de policia de 142 a 156. Quem as pretender pode dirigir-se ao solicitador Abilio Maria Ladeiro, na rua da Calçada, n.º 39, 3.º andar, que está encarregado da venda.

PHARMACEUTICO

11 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

AOS AMADORES

12 UMA bella flauta, de optima madeira, com 8 chaves.
Rua de Quebra Costas, n.º 60.

ATTENÇÃO

13 JOSÉ ANTONIO D'AMIL, morador no largo das Olarias, traspassa o estabelecimento de fazendas brancas da rua do Visconde da Luz, n.^{os} 31 a 33, d'esta cidade, e vende a dinheiro ou a prazo as fazendas alli existentes, e convida os devedores ao fallecido sr. João Ventura de Castro, a pagarem-lhe os seus debitos. Tanto o estabelecimento como as fazendas convém a quem pretender estabelecer-se.

AGRADECIMENTO

14 JOÃO ANTONIO DA CUNHA, por si e em nome de sua familia, penhoradissimo pelas muitas provas d'estima e dedicação, que recebeu das pessoas de sua amisade pela occasião do passamento e funeral de sua para sempre chorada irmã, vem por este meio, visto não poder ir pessoalmente, agradecer a todas essas pessoas, tributando-lhes eterna gratidão.

CARTILHA MATERNAL
E
QUADROS PARA ESCOLAS
PELO
METHODO — JOÃO DE DEUS

15 Á VENDA na Livraria Bertrand, 73 Chiado, 75. Cada collecção de 33 quadros custa, em papel 3$500; cartonada, 9$000; envernisada, 20$000; em album 9$000 réis. Cartilha 300 réis. Quadros e cartilha remettem-se francos de porte a quem enviar a respectiva importancia a Antonio da Costa Terenas, rua dos Fanqueiros, 114 — 1.º — Lisboa.

VENDE-SE

16 UMA linda espingarda de carregar pela culatra; e egualmente se vende um cão perdigueiro bem ensinado, botas e rede de caça, e uma porção de cartuxos em parte já carregados.
Estanco na rua Larga, n.º 3.

COPEIRA
Venda de propriedade

17 VENDE-SE uma propriedade no sitio da Copeira, que consta de terra de insua, casas de habitação e curraes, olival com terra de semeenteira alta, que parte do norte e sul com o dr. Alexandre de Campos, nascente o rio. Anda arrendada. Para tractar, e dar esclarecimentos está auctorisado Joaquim Pereira Machado, residente na rua da Moeda d'esta cidade, e bem assim João Baptista Caneva Junior, do logar de Escapães, concelho de Cantanhede, que tambem dará as informações.

ESTABELECIMENTO
DE
ALFAIATE
35, RUA DO BORRALHO, 37
COIMBRA

18 N'ESTE estabelecimento se encontram cazemiras modernas, de xadrez, proprias para a estação, dando fatos promptos para vestir por 9$000 réis.

19 ARENDA-SE, com muitos commodos uma casa acabada de novo na rua das Padeiras, n.º 34.

Substituições a militares

20 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.
Preços baratissimos.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

21 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros, syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e forma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3111 | Terça feira 22 de Maio de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

CARTAS POLITICAS

IV

Sr. Antonio Ribeiro Saraiva. — Coimbra 22 de Maio de 1877. — Ainda a proposito do horror que a v. s.ª inspira a *infamissima* quadrupla alliança diremos, que aos revoltosos absolutistas em 1826 e 1827 parece não ter inspirado tanto horror a intervenção estrangeira em as nossas questões civis.

E a não ser assim, como é que aceitaram do governo hespanhol a mais publica e desaforada protecção; sendo-lhes permittido entrar repetidas vezes n'um ponto d'aquelle paiz e sair por outro; podendo alli armar-se; sendo-lhes dados soccorros de todo o genero; e consentindo-se que, por exemplo, em Villa Nova de la Serena acclamassem com toda a ostentação e publicidade a D. Miguel em 22 de Setembro de 1826?

O escandalo da interferencia do governo hespanhol a favor dos revoltosos absolutistas portuguezes havia chegado a tal ponto, que o ministro dos negocios estrangeiros de Portugal, D. Francisco de Almeida, se viu obrigado a dirigir em data de 27 de Novembro de 1826 uma nota ao conde de Casa Flores, embaixador da Hespanha em Lisboa, na qual se lhe queixava de haver entrado em Villa Viçosa um corpo formado pelos rebeldes portuguezes, que se tinham refugiado em Hespanha, havendo estes para aquelle fim recebido armas das auctoridades hespanholas.

Declarava-lhe mais constar haverem sido distribuidas 500 armas a paizanos portuguezes, que se achavam na fronteira, assim como que um parque de artilheria ligeira, em Badajoz, se dispunha a marchar por ordem superior para se reunir aos insurgentes.

Terminava D. Francisco de Almeida declarando ao conde de Casa Flores, que em quanto o governo hespanhol não désse uma explicação clara e satisfatoria de um tão inaudito insulto, se deveria considerar como suspenso das funcções de embaixador em Portugal.

Factos como estes successivamente se repetiam, em completo desprezo do direito das gentes; vendo-se, por isso, necessitado o governo portuguez a solicitar o auxilio da Inglaterra, o que se effectuou com a vinda da divisão commandada pelo general Clinton.

Compare-se agora esta interferencia da Hespanha a favor dos partidarios do absolutismo em Portugal, em affronta do governo liberal, reconhecido por quasi todas as nações; com o infamissimo tratamento que tiveram os liberaes, que em Julho de 1828 se viram obrigados a entrar na Galliza!

Do que elles alli soffreram só se poderia achar exemplo nos cafres da Africa, ou nos caraibas da America!

E ainda ha quem falle em intervenção, e em *infamissima* quadrupla alliança!

Admira-se o sr. Ribeiro Saraiva, que fallemos das execuções de pena capital que houve n'este paiz, durante o governo de D. Miguel, visto terem sido feitas segundo as leis existentes!

Dado mesmo, que aquelle governo não fosse usurpador, e portanto illegal tudo quanto d'elle dimanasse; concedendo que as sentenças das sanguinarias alçadas e commissões mixtas, não fossem quasi sempre uma alta iniquidade; — porventura as penas não dependiam para serem executadas da approvação de D. Miguel? Não estava na mão d'elle o evitar que se derramasse o sangue de tantos cidadãos, que em geral não tinham outro crime senão o de serem fieis aos seus juramentos á rainha e á Carta, em quanto D. Miguel e muitos dos seus sequazes tinham incorrido em perjurio, com escandalo de todo o mundo civilisado?!

Que barbaros! E era um governo que se dizia extrenuo defensor da religião catholica, d'essa religião toda de paz e caridade, que não dava tréguas á forca e ao carrasco!

Um governo, que entre outros horrores, pratica o de mandar executar um infeliz liberal, em 23 de Julho de 1833, no caes de Sodré em Lisboa, na occasião em que se estavam batendo os dois exercitos contendores na Cova da Piedade, e na vespera de entrar o duque da Terceira na capital, é um governo impossivel! Para elle se conservar seria mister descrer de toda a civilisação!

Limita-se o sr. Ribeiro Saraiva a chamar *chocho* ao conde de Basto! *Chocho* é o homem já de edade avançada, que tem as faculdades intellectuaes decaidas; aquelle que quasi já não tem imputação no que faz.

Mas a José Antonio de Oliveira Leite de Barros, o sanguinario conde de Basto, o ministro favorito de D. Miguel, o verdugo do partido liberal, o homem sem coração, mau por instincto, cruel por natureza, e de quem não consta de acção de humanidade que jámais praticasse; a um semelhante ministro, não se póde sem grave injustiça chamar só *chocho*. Era um tigre com figura humana, que perseguia para satisfazer ao seu coração ferino; o que elle manifestava bem significativamente, quando dizia com inaudito cynismo, que para os liberaes emigrados havia balas, e para os que estavam no reino tinha forcas!

Queixa-se o sr. Ribeiro Saraiva dos *milhares de assassinatos atrozes commettidos pela cafila do Mindello, dos que a quadrupla alliança os poz em posse do triste Portugal.*

N'este objecto posso fallar de rosto levantado, porque ahi estão as paginas dos 30 annos d'este jornal, desde o n.º 1 da sua publicação com o titulo de *Observador* em 16 de Novembro de 1847, para provar que ninguem jámais se insurgiu na imprensa portugueza com mais energia do que eu e os mais redactores que este jornal tem tido, contra esses e outros crimes, que se têm praticado.

É, porém, mister, não direi justificar, mas explicar as causas d'esses crimes. Só assim é que a apreciação póde ser imparcial.

Em primeiro logar ha uma grande exaggeração no numero a que o sr. Ribeiro Saraiva diz que subiram os assassinatos. Tambem li as listas publicadas não só no *Ecco* de Lisboa, a que se refere, mas egualmente no *Portugal Velho*, e em um folheto impresso clandestinamente em Lisboa em 1838; e não se vêem ahi, nem aproximadamente, as exaggerações do sr. Ribeiro Saraiva.

Deixarei, porém, esse ponto, porque, quer seja um, quer sejam milhares os assassinatos, o crime é sempre digno da mais energica reprovação.

Desde 1828 a 1834 haviam decorrido 6 annos, em que o partido liberal tinha sido victima das maiores perseguições e atrocidades, praticadas pelo governo de D. Miguel e seus agentes em todo o reino.

As forcas trabalhavam activamente, soffrendo n'ellas o ultimo supplicio grande numero de infelizes liberaes.

As prisões estavam atulhadas de presos; e não se tratava só de os reter n'ellas, mas sim de alli os martyrisar. As horrorosas crueldades praticadas para com os infelizes presos do Limoeiro, da torre de S. Julião da Barra, da praça de Almeida, e de muitas outras terras do reino, parecerão no futuro uma mentira, por se não suppôr que a tanto chegasse a fereza de um governo em Portugal!

Os cacetteiros organisados em batalhões de voluntarios e empregados publicos, traziam aterrados aquelles liberaes, que ainda restavam sem estarem nas prisões, ou terem emigrado.

Os sequestros haviam reduzido á miseria milhares de familias; sendo assim castigadas as mulheres e filhos dos liberaes, apesar de estarem innocentes nos actos que a elles eram imputados!

Em Estremoz tinham sido no dia 27 de Julho de 1833, assassinados a golpes de machado, com o maior sangue frio, e para deshonra da humanidade, 33 desgraçados presos liberaes, entre os quaes se contavam o brigadeiro de cavallaria Sebastião José de Mira, e o coronel de milicias de Evora Francisco Pereira de Sousa e Menezes!

Em Novembro de 1833 tinham sido infamemente assassinados pelas forças miguelistas, grande numero de soldados e officiaes, feitos prisioneiros pelo general Lemos no desastre de Alcacer do Sal.

Acrescente-se o facto de em Maio de 1834, depois da convenção de Evora Monte, se ter mandado para suas casas a maior parte dos militares, que tinham andado com as armas na mão por muito tempo, e que assim se iam achar desempregados, entregues ás suas paixões; e sem que as auctoridades locaes tivessem força para se fazerem obedecer nas diversas localidades.

Considere-se mais, que no Algarve andava o Remechido com as forças miguelistas revoltadas; que em Albufeira, com inaudito desprezo de uma prévia e solemne capitulação, fizeram as guerrilhas miguelistas uma horrivel matança em todas as pessôas que alli encontraram no dia 26 de Julho de 1833; que além d'esses cobardes e infamissimos assassinatos, mataram mais os guerrilhas no Algarve, só no referido anno de 1833, segundo uma lista nominal e com designação de occupações, que aqui tenho, 162 liberaes; e que nos annos subsequentes, até á total extincção das mesmas guerrilhas, se augmentou extraordinariamente o numero das suas victimas.

Ajuntem-se as circumstancias de andar activamente a guerra civil em Hespanha, chegando por algumas vezes os exercitos de D. Carlos a pôr alli em grande risco a causa liberal, o que se reflectia fortemente entre nós; — de em Portugal lavrar o schisma religioso, que trazia os animos altamente excitados; — e do partido miguelista andar em permanente conspiração, do que podem ser provas, entre outras, a abortada tentativa das Marnotas, e as revelações das *Cartas conspiradoras* do sr. Ribeiro Saraiva.

Reflicta-se bem em todo este quadro; veja-se que numerosas causas de desordem, de vingança, de excitação de paixões, e de dissolução de vinculos so-

ciaes; e diga-se depois imparcialmente, se admira que em todo o reino se praticassem os crimes de que se queixa o sr. Ribeiro Saraiva, embora estejam muito longe de chegar ao numero que indica!

E como o sr. Ribeiro Saraiva, para stygmatisar o partido liberal, lança á sua conta todos os crimes que se commetteram em Portugal no anno de 1834 e seguintes, é mister fazer uma reflexão importante.

As perseguições e atrocidades durante o governo de D. Miguel, deve-se juntar a consideração do que teria de presencear o reino de Portugal, se por acaso o exercito miguelista podesse entrar no Porto, em qualquer dos assaltos que deu áquelle baluarte da liberdade.

Se o governo de D. Miguel e os seus satelites, apesar de terem deante de si a possibilidade de serem vencidos pelos liberaes, e perante o natural receio de futuras represalias, não deixaram de commetter toda a qualidade de attentados e de horrores; imagine-se o que seria, se vencido completamente o partido liberal, já nada os contivesse!

Só a ideia do que aconteceria em todo o reino faz tremer!

E estas considerações não são banalidades da nossa parte. Temos documentos para as justificar.

Em Setembro de 1832 preparava-se o commandante do exercito de D. Miguel, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, visconde do Peso da Regua, para dar, como effectivamente deu no dia 29 d'esse mez, um assalto á cidade do Porto.

Para isso expediu uma *ordem do dia* em 17 de Setembro, assignada pelo seu chefe de estado maior, João Borges de Sequeira e Alpoim, para regular o assalto.

Vamos em seguida publicar o principio e o fim d'essa *ordem do dia*, monumento de eterna infamia:

ORDEM DO DIA

17 de Setembro de 1832

Illm.º e exm.º sr. — S. ex.ª o sr. visconde do Peso da Regua, tenente general, conselheiro de guerra e commandante do corpo do exercito de operações, tem determinado assaltar a cidade do Porto, *para de uma vez* **acabar** *com os rebeldes que alli se estabeleceram:* para um tão justo como honroso fim é necessario dar alguma ordens, as quaes quer que v. ex.ª faça constar aos commandantes das brigadas para estes as communicarem aos commandantes dos corpos, e estes aos seus subordinados; e vem a ser:

....

....

«6.ª Que s. ex.ª permittirá quando o inimigo estiver vencido, que os soldados **possam resarcir-se dos trabalhos e privações que têem soffrido, em algumas das casas dos constitucionaes do Porto**, recommendando que devem respeitar as propriedades dos estrangeiros por todos os modos, e aquellas casas dos homens honrados que andam nas fileiras realistas, e dos empregados que as abandonaram para não viverem com os rebeldes. O sr. general mandará logo julgar em conselho de guerra aquelle que sem ordem commetter algum attentado, ou se desviar das fileiras em quanto o inimigo não estiver debellado.

Os soldados portuguezes que combatem pela patria, pelo seu rei e pela sua religião, não precisam razões para os animar. A coragem e o valor lhes é natural: a victoria acabando os inimigos nos dará a paz e o socego e a gloria. O sr. general por uma ordem fará saber onde estabelece o seu quartel general no dia do ataque, assim como o detalhe aos srs. officiaes destinados para o commando das columnas e dos corpos que as devem formar.

Deos guarde a v. ex.ª Quartel general em Aguas Santas 17 de Setembro de 1832. — Illm.º e exm.º sr. visconde de Santa Martha. — João Borges de Sequeira e Alpoim, chefe do estado maior do exercito d'operações.»

Eis ahi a sorte que esperavam os liberaes existentes na cidade do Porto! Gaspar Teixeira queria **acabar** com elles! E, cousa torpe e infame, auctorisava os soldados miguelistas a dar o saque ás casas dos constitucionaes d'aquella cidade!

Tem-se visto exercitos indisciplinados commetterem excessos; não é raro que os soldados, depois de assaltarem qualquer praça, embriagados pela victoria pratiquem numerosos attentados; mas o que é novo na historia, é serem officialmente auctorisados os soldados pelo seu chefe, a praticarem o saque na cidade que está para ser assaltada!

Isso estava reservado para o commandante do exercito do sr. D. Miguel I, rei absoluto de Portugal e dos Algarves, o ex.mo sr. Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, muito digno visconde do Peso da Regua!

Por aqui se póde ver o que succederia nas outras terras do reino, se D. Miguel conseguisse vencer os liberaes!

E por esses e muitos outros identicos motivos, que não obstante as grandes discordias que tem havido entre as differentes fracções do partido liberal; as guerras civis, os erros, os abusos, as transgressões de lei, e numerosos actos dignos da maior censura que se tem praticado desde 1834 — que D. Miguel e o seu systema politico se não poderam mais restabelecer em Portugal.

Nem tantos desatinos praticados tornaram possivel o restaurar-se a sua dynastia e systema de governo!

E' que o absolutismo, quer com o antigo jugo de ferro; quer acobertado com a capa de illustrado, não é mais possivel n'este paiz!

A sociedade deve marchar, e não retroceder!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. visconde de S. Jeronymo acaba de ser agraciado com a grã cruz da ordem de S. Thiago.

Todos os homens liberaes, todos os apreciadores dos serviços, illustração e merito relevante d'este respeitabilissimo cidadão, folgarão sobremaneira com a elevada distincção que lhe foi dada.

Condecorações como esta, conferida ao sr. visconde de S. Jeronymo; ao unico deputado de 1820 ainda existente; ao illustrado lente jubilado da Faculdade de Direito; ao dignissimo reitor que foi da Universidade; ao cavalheiro exemplar, cuja austeridade de caracter póde servir de norma a todos; ninguem deixa de sinceramente applaudir.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso amigo o sr. Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos escreve-nos de Evora o seguinte:

Amigo e sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Conheço apenas de 143 autos de fé as listas na inquisição de Evora, e d'ellas extrahi as mais notaveis. O resumo total d'aquelles 143 autos, que eu conheço dão — 467 queimados — 180 estatuas — e 11:248 penitenciados — o que somma 11:895 desgraçados que soffreram tractos de polé, e outras *curicias* inquisitoriaes.

A respeito da inquisição no Brazil achei um documento, que deve andar impresso; não obstante isso não será talvez muito conhecido: cil-o:

«A inquisição ou tribunal do santo officio não se tendo até ao presente estabelecido ou reconhecido no Brazil; S. A. R. o principe regente de Portugal, guiado por uma politica illuminada e liberal, aproveita-se da occasião do presente tratado para declarar espontaneamente em seu nome e no de seus herdeiros e successores, que não será estabelecida para o futuro a inquisição nos estados da corôa de Portugal na America Meridional. S. M. britannica, em consequencia d'esta declaração de S. A. R. o principe regente de Portugal, se empenha da sua parte e declara que o artigo 5.º do tratado de 1654, em virtude do qual certas isenções de auctoridade da inquisição são exclusivamente concedidas aos vassallos inglezes, sejam consideradas nullas e de nenhum effeito nos estados da corôa de Portugal na America Meridional; e S. M. britannica consente que esta abrogação do artigo 5.º do tratado de 1654 se estenda a Portugal, logo que a inquisição seja abolida n'este paiz por ordem de S. A. R. o principe regente; e geralmente a todas as outras partes dos estados de S. A. R., onde pelo tempo adiante fôr abolido este tribunal.»

Extrahido do tratado assignado no Rio de Janeiro a 19 de Fevereiro de 1810 pelo conde de Linhares e por Strangford.

Deduzo eu que em 1810 havia já ideias de abolir a inquisição, que só deixou de existir em 1821.

Já lhe offereci duas listas de autos de fé em Vizeu e Ferreira de Ave — e agora offereço uns extractos dos estatutos da Cartuxa de Evora, por me parecerem curiosos, ineditos e quasi desconhecidos: são os estatutos da ordem. Juntei algumas cousas que tenho ouvido; — porque nascendo em 1843, não podia ser testemunha ocular.

Entre os meus papeis tenho alguns relativos aos Franciscanos da provincia, cuja cabeça foi por muito tempo o convento de S. Francisco de Evora. D'elles lhe dei (me parece) noticia.

Evora 16 de Maio de 1877. — *Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos.*»

O documento ácerca da inquisição no Brazil, a que se refere o sr. Telles de Mattos, está ha muito publicado.

E' o artigo 9.º do tratado de paz e amizade entre sua magestade britannica e o principe regente de Portugal, datado de 19 de Fevereiro de 1810; em cuja data foi egualmente assignado o outro ominoso tratado de amizade, commercio e navegação entre Portugal e Inglaterra.

Ácerca d'estes tratados podem consultar-se o *Correio Braziliense*, a *Historia da guerra civil*, do sr. Simão José da Luz Soriano, e outras publicações.

O sr. Telles de Mattos, pela leitura do referido artigo suppõe, que já em 1810 havia ideias de abolir a inquisição, que só deixou de existir em 1821.

Engana-se completamente. O governo absoluto nunca teve taes ideias; e aquelle artigo foi introduzido no tratado pela pressão do governo inglez.

O ministro dos negocios estrangeiros, conde de Linhares, para annullar o effeito d'esse artigo 9.º ácerca da inquisição no Brazil, tinha querido fazer acompanhar o mesmo tratado de um artigo secreto; e por fim, enviando do Rio de Janeiro para Londres o tratado para alli se effectuar a troca, dizia a seu irmão, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, embaixador em Inglaterra, em data de 20 de Março de 1810, o seguinte:

«Egualmente ordena suas alteza real, que v. s.ª faça observar a esse ministerio, para que chegue ao conhecimento de sua magestade britannica, que sua alteza real se prestou, **com não pequena violencia, á approvação dos artigos que dizem respeito á inquisição**, pois que não obstante o mesmo augusto senhor considerar as disposições dos mesmos como favoraveis aos interesses conhecidos da sua real corôa, comtudo sua alteza real resolveu-se com difficuldade a sancionar uma variação nos principios politicos adoptados pelos seus augustos maiores, e que por inveterados podiam achar apego e adhesão da parte dos seus vassallos; mas que sua alteza real, tendo em vista as representações, **summamente energicas do ministro de sua magestade britannica**, e cuidando que isso era do particular interesse de sua magestade britannica, não offendendo a adopção de taes principios a sua consciencia, por isso se resolvêra a adoptal-os, e se lisonjeava que sua magestade britannica consideraria esta deferencia de sua alteza real como uma não pequena prova do sincero desejo que sua alteza real tinha de comprazer em tudo com os justos sentimentos de sua magestade britannica, e como um grande fundamento que sua alteza real continuaria a receber da parte de sua magestade britannica aquellas mesmas provas de amisade e de verdadeiro interesse, que sua alteza real confessa com particular satisfação ter até aqui recebido. Sua alteza real recommenda muito a v. s.ª, que faça valer este objecto com viva e particular actividade, a fim de que essa côrte fique cada dia mais persuadida dos sentimentos que animam sua alteza real, e da reciprocidade que o mesmo augusto senhor tem direito a esperar.»

Convém que isto se torne bem publico, para que se saiba que sem a revolução de 24 de Agosto de 1820 não se veria Portugal livre do tenebroso tribunal da inquisição.

Illude-se quem suppozer, que do governo absoluto podiam vir esta e outras que taes reformas.

O povo se quiz a liberdade teve de a conquistar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CARTA DE LONDRES

Ao «Conimbricense»

Londres, 13 de Maio de 1877. — Eis aqui como o correspondente do *Times* em Roma d'alli relata o que respeita aos peregrinos inglezes á capital do catholicismo, no papel de ante-hontem:

OS PEREGRINOS INGLEZES

«Roma, 10 de Maio de 1877. — Esta manhã ás 7 horas, os peregrinos inglezes, em numero de uns 200 leigos e 90 ecclesiasticos, juntáram-se em S. Pedro (no Vaticano) e ouviram missa e receberam a communhão das mãos do cardeal Howard. Ao meio dia foram recebidos por Sua Santidade, e então uma adresse bellamente illuminada, mandada pelos catholicos de Inglaterra, foi lida pelo bispo de Clifton, e apresentada, juntamente com outra assignada pelo cardeal arcebispo de Westminster e pelos seus doze suffraganeos, e outras de varias dioceses e instituições catholicas, acompanhado isso por uma offerta de quinze mil libras, e uma quantidade de vestimentas ecclesiasticas, e ornamentos de egreja, calices, etc., (de que o Papa dá a missões e dioceses pobres); sendo as offertas apresentadas pelo duque de Norfolk (a primeira personagem d'Inglaterra depois da familia real).

«O Papa que estava acompanhado pelo cardeal Howard, e por onze outros cardeaes, respondeu á adresse de pé deante do throno. Exprimiu a consolação que sentia em ver ante-si uma tão larga assembleia de filhos d'Albião. Deu graças a Deus pelo progresso da fé na Inglaterra, e pelas muitas conversões ahi já effeituadas; mas que isso não era de admirar, porque sabia que seus santos protectores, e especialmente S. Gregorio Magno, seu predecessor, tinha rogado por ella Inglaterra.

«Por este resultado elle agradecia tambem ao governo inglez, que concedia a liberdade na Gran-Bretanha e suas colonias — e não só liberdade, mas protecção á egreja catholica. Relatou como, ha poucos annos, um estadista inglez, um membro do gabinete, tinha recommendado a um bispo catholico, de instar com os seus collegas para que augmentassem seus esforços em moralisar as classes inferiores do povo inglez. Pediu-lhes, que continuassem suas orações e supplicas pelo progresso da fé, para que esta augmentasse todos os dias mais e mais na Inglaterra.

«Depois da benção apostolica foram os peregrinos mais distinctos apresentados individualmente a sua santidade pelo honoravel e rev.º monsignor Stonor.

«De tarde visitáram os peregrinos successivamente as basilicas de Santa Cruz de Jerusalem, de S. João de Latrão, e de S. Clemente, onde a basilica subterranea tinha feito para elles illuminar o prior, o padre Mullody.»

Esta basilica de S. Clemente, o 4.º Papa, ou 3.º depois de S. Pedro, está debaixo de duas outras: a nova actual, e outra que se segue abaixo, que se julgou muito tempo ser a primitiva de S. Clemente. Este padre Mullody, irlandez, e guardião do hospicio a que a basilica pertence, imaginou por leves indicios (hade haver, se bem me recordo, uns 15 annos, pouco mais ou menos), que debaixo d'esta basilica devia estar outra, que devia ser a verdadeira primitiva do Papa S. Clemente. Pediu esmolas para fazer as custosas excavações, e teve a fortuna de descobrir, com effeito, o que imaginára. Achou a basilica primitiva, e com isso os monumentos da maior importancia e do mais vivo interesse para o catholicismo, provando como este tem hoje os mesmos ritos, vestimentas, imagens, etc., como tinha n'aquelle primitivo tempo.

Nas paredes se vêm pinturas a fresco dos sacerdotes com as mesmas vestimentas como agora se usa, ou apenas com a differença insignificante de ser a casula mais bicuda, em vez de arredondada como agora commummente as vemos (ainda que em algumas egrejas aqui mesmo se usam já como essas primitivas exactamente).

Ha tres annos, fui eu ver tudo isso (com luzes, ja se sabe, porque tal fundo subterraneo é inteiramente escuro; e no dia antes, tinha lá ido com o mesmo objecto, o actual *speaker* ou presidente aqui da camara dos communs — que então estava em Roma no mesmo hotel onde eu me achava, com a sua familia, — e examinou com o maior interesse aquelles interessantissimos monumentos do christianismo catholico.

Infelizmente, como em toda Roma o chão ou terreno tem crescido tanto; de sorte que mesmo os monumentos de muito menor antiguidade estão todos n'um plano para o qual é preciso descer do actual 12, 15 e mais degraus; o chão d'esta ultima basilica está inundado de agua, e foi preciso pôr taboas sobre que se anda para observal-o.

Na mesma excavação d'esta basilica primitiva, se descobriu tambem a primitiva muralha de Roma, construida por Servio Tullio. Como o leito do Tibre tem levantado tanto (a semelhança do nosso Mondego ahi mesmo em Coimbra), fica a basilica actualmente abaixo do nivel do rio, e por isso assim se acha inundada.

A. R. SARAIVA.

CARTA DE LISBOA

Sr. redactor, — Li ha pouco no *Zoophilo* (n.º 9) um artigo ácerca das touradas, que termina assim:

«Se para uma tentativa de roubo ou homicidio, ha devassas, pesquizas e procedimentos das auctoridades, ás quaes cumpre zelar pela segurança dos individuos, é certo que para uma tentativa, ou antes proposito pensado, de praticar aquillo que põe em perigo as vidas de indeterminado numero de pessoas, tudo quanto não fôr uma devassa, pesquiza e descobrimento, seguidos de uma punição severissima e exemplar infligida aos auctores e cumplices de tão atroz crime, será uma verdadeira affronta aos fôros de povo culto; um verdadeiro escarneo ás leis que devem ser a salvaguarda da sociedade. Tal impunidade dos delinquentes, e tal frouxidão da parte dos que deveriam descobril-os e processal-os inexoravelmente, é um escandalo ainda maior, se é possivel, do que o proprio escandalo das touradas, n'um tempo em que tanto se apregoam a suavidade dos costumes e o acatamento no progresso e civilisação, que d'esta forma e por estes meios nunca deixarão de ser uma verdadeira utopia.

«A verdade é esta; e não ha sophismas nem pretextos que a desmintam.»

Não ha por certo; e o que realmente surprehende é que entre os filhos de um solo europeu e de paiz que se pavoneia da sua civilisação — de um paiz que bastas vezes assume o emblema da justiça para pesar e aferir os defeitos e erros de paizes vizinhos, haja tão poucos homens — ah! tão poucos — que sintam na sua consciencia o peso d'esta verdade, e tantos que o não sintam, ou que, sentindo-o, se esforçam para oppôr a realidades sophismas e pretextos.

Os srs. vereadores da camara municipal de Lisboa, com o seu distincto presidente á frente, são dos *muitos* insensiveis ás increpações justissimas que aquella verdade lhes lança em rosto. Elles, que não se ruborisam de ver as suas — miseraveis porque infructuosas — posturas violadas, escarnecidas nas crueis touradas; elles que a um tempo prohibem e sanccionam os maus tratos aos animaes; elles, digo, são responsaveis perante Deus, perante a dignidade abatida do povo portuguez, dos males que n'aquelles theatros de desdoiro nacional, — n'aquelles antros de ferocidade humana pullulam de um solo nauseabundo de sangue; de um solo pisado pelo homem ferino, mas talvez já entre as garras da morte, e pela fera engaiolada, aggredida com sevicias inauditas, — victimas lamentaveis de uma infatuação insulsa e vergonhosa no seculo XIX.

Mas encerram-se os males das touradas nos recintos das touradas? Ah, não! São de uma transcendencia pavorosa.

Essas damas que com tanto primor se ataviam para comparecerem nos theatros de dôr e de sangue de que fallamos, deveriam abrigar em seu seio corações compassivos e ternos, porque emfim são mulheres, — são do sexo a quem o Creador confiou a delicada tarefa de ministrar a entes essencialmente indefesos. Abrigam ellas em seu seio esses corações? Despontaria no nosso intimo a impia ideia de que o Creador errara no seu intuito, se os lugubres annaes dos povos no seu estado bruto ou inculto nos não mostrassem até que ponto a natureza humana pode ser pervertida e degenerada!

E qual é a situação infausta onde o coração da mulher possa ser mais completamente afastado da senda de caridade, de compaixão e de doçura que a sua missão sublunar lhe abre, do que a situação de espectadora de sevicias sangrentas; inspirando os effluvios de sangue, de uma atmosphera de morte; ouvindo os brados de creaturas trazidas alli para o unico fim de que a estulticia habilmente lhes crave ferros no corpo!

Pára aqui o mal? Não, por certo. Essa plebe excitada, embriagada de gozo brutal, sae d'esse recinto nefasto, mais dura, mais insensivel á dôr, mais embrutecida do que entrou: nelles não tem a patria filhos que a honrem, não tem nem protectores, nem defensores, — tem sómente demolidores, destructores.

E dos outros, — dos que, pertencendo ao patriciato, se mascaram de toureiros, e cubiçam as honras de capinhas, matadores, *espadachins*, o que espera a patria?

Bem se póde antever que nenhum d'elles terá logar luzido nos annaes de seu paiz. Aquelles a quem Portugal deveu a sua preponderancia de outr'ora não foram toureadores. Foram homens dados a emprezas serias e honrosas; foram homens estudiosos, navegadores ousados, e valentes guerreiros; homens que, sem terem as vantagens que a illustração do nosso seculo offerece á mocidade, souberam immortalisar os seus nomes. Os *nossos* valentes Theseus serão correctamente interpretados pelas gerações vindoiras; ou talvez um ignominioso silencio vele com a sua nefasta sombra essas existencias ignobeis e nullas.

Sou de v. ex.ª att.º ven.º

Lisboa, rua direita das Janellas Verdes, 28 — 14 de Maio de 1877.

F. W.

NOTICIARIO

Associação Liberal de Coimbra. — Reuniu-se no domingo, ao meio dia, em uma das salas do Centro Promotor, a assembleia geral da Associação Liberal d'esta cidade.

Presidiu interinamente o presidente da commissão executiva, o sr. Miguel Osorio Cabral; e como, segundo os estatutos, todas as vezes que se reune a assembleia geral, se tem de eleger a mesa que ha de servir n'esse acto; foram eleitos, presidente o sr. commendador Olympio Nicolau Ruy Fernandes, e secretarios os srs. Antonio José Gonçalves da Cunha e José Melchiades Ferreira Santos.

O sr. dr. Garcia, um dos secretarios da commissão executiva, leu o relatorio da gerencia da sociedade, com as contas respectivas.

Os srs. Corte Real e Almeida da Cunha fizeram algumas observações, a que responderam os srs. dr. Garcia, Miguel Osorio e Abilio Roque de Sá Barreto.

Por proposta do sr. Miguel Osorio foi approvado um voto de louvor ao Centro Promotor, pela maneira briosa com que se havia prestado a ceder a sua casa para as duas ultimas reuniões da Associação Liberal; tanto mais para agradecer, quanto a falta de casa apropriada tinha sido uma das difficuldades com que a mesma Associação havia lutado para dar desenvolvimento ao disposto nos seus estatutos. Egualmente propoz outro voto de louvor para a Associação dos Artistas, pelo emprestimo que algumas vezes fizera da sua casa á Associação Liberal.

Foram essas propostas approvadas pela assembleia.

O sr. dr. Garcia propoz, e foi approvado, um voto de louvor a todos aquelles socios, que da maneira mais franca e caritativa tinham concorrido para os soccorros distribuidos a muitas familias necessitadas.

E finalmente tambem foi approvado um voto de louvor á commissão executiva, pelo zelo que da sua parte havia manifestado na gerencia da Associação

Depois de approvado o voto de louvor ao Centro Promotor de Instrucção Popular, pediu a palavra o presidente do mesmo Centro, o sr. bacharel Joaquim de Almeida da Cunha, e em nome da direcção declarou, que punha á disposição da Associação Liberal aquella casa para as reuniões que lhe fossem precisas; pois que devendo reputar-se as duas sociedades irmãs nos seus intuitos, cumpria que se auxiliassem mutuamente.

Esta declaração do sr. Almeida da Cunha foi recebida com geraes applausos e agradecimentos por toda a assembleia.

Depois d'isso usou da palavra o sr. dr. Augusto Rocha, fallando com muita fluencia, e fazendo largas considerações ácerca da Associação Liberal e da nossa actual situação.

As observações do sr. dr. Augusto Rocha motivaram um elegante e mesmo enthusiastico discurso do sr. dr. José Joaquim Fernandes Vaz, que foi repetidas vezes applaudido pela assembleia.

Procedeu-se em seguida á eleição da commissão executiva e ficaram eleitos: — presidente, o sr. Miguel Osorio Cabral; secretarios, os srs. dr. José Joaquim Fernandes Vaz e Manoel Emygdio Garcia; e procurador, o sr. Abilio Roque de Sá Barreto.

Como a hora já ia muito adiantada, pois que as discussões haviam tomado muito tempo; resolveu-se que se reunisse novamente a assembleia geral da Associação Liberal de Coimbra, no domingo proximo, 27 do corrente, ás 11 horas da manhã, para se occupar dos mais assumptos que estavam dados para ordem do dia.

A reunião de domingo ultimo esteve muito animada, pelos discursos dos differentes socios que usaram da palavra, e muito particularmente pelos dos srs. drs. Augusto Rocha e Fernandes Vaz.

O 5.º anno de Direito. — Terminaram no sabbado as aulas na faculdade de Direito.

Para celebrar o ultimo ponto academico foram os estudantes do 5.º anno em alegre digressão pelo Mondego acima. A *Lapa dos Poetas* foi o local destinado para o adeus dos companheiros de cinco annos. Ao voltar era já noite e o rio apresentava um bonito effeito. Uma pequena *flotilha* cheia de fachos accesos, espelhando milhares de raios na superficie das aguas, e o espaço a cuspir lumes de vivas côres, que deixavam entrever os alegres grupos, tal era o aspecto do Mondego na volta da digressão.

No logar do Cerieiro, esperavam alguns condiscipulos que não poderam ir, e a philarmonica *Conimbricense* tocava o novo hymno dos estudantes d'este curso, que o condiscipulo o sr. Simões de Carvalho Barbas de proposito instrumentára para esta occasião. Muita gente esperava a chegada dos academicos, que d'alli foram com a philarmonica comprimentar os seus tres lentes.

Se agora tudo eram alegrias, na manhã seguinte esperava-os um dever honroso, mas tristissimo.

No fim do seu 2.º anno fallecera-lhes um condiscipulo, um amigo. Quizeram, porém, que antes de se separar, ficassem guardadas na urna funeraria as cinzas do irmão, que se finára no trabalho. Foi no domingo pelas 9 horas da manhã a inauguração do mausuleu.

Ao descubrir-se o busto, que o encima, o condiscipulo o sr. José Soares Ribeiro de Castro, que fôra o particular amigo do fallecido estudante Gil d'Oliveira Pontes — disse, cheio de viva commoção, palavras de sentida amisade, que fizeram rebentar as lagrimas aos circumstantes.

Este acto principiára por uma missa, por alma do finado, resada pelo sr. rev.º Domingos de Sousa Moreira Freire, tambem condiscipulo.

Este sr., que é dedicado amigo d'um nosso patricio o sr. Bernardino Pinto, assim como o fôra do seu fallecido pae o sr. José Maria Pinto, foi resar um responso sobre a sepultura d'este.

Foi o segundo condiscipulo que este curso deixou no cemiterio. O primeiro foi o sr. Basilio Ribeiro Leite de Sousa e Vasconcellos, que tambem morrera nos principios do segundo anno universitario. Em tempo competente démos a noticia d'este facto.

N'este mesmo dia pelas 6 horas da tarde, foi o jantar da despedida do curso no hotel do Caminho de Ferro. Principiou por brindes enthusiastas e terminou por lagrimas de saudade pelos irmãos, que se separavam.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Rosa Ennes, filha de José Joaquim Borges da Silveira e Doroteia Narcisa Ennes, da ilha de S. Jorge, de 14 annos, fallecida em 13 de Maio de 1877.

Recem-nascido, filho de Francisco da Costa e Constancia Maria da Costa, de Coimbra, de 8 dias, fallecido em 14.

Recem-nascida, filha de Encarnação e pae incognito, de Coimbra, de 2 horas, fallecido em 15.

Sara da Conceição, filha de Antonio Maria da Cunha e Maria da Conceição, de Coimbra, de 16 annos, fallecida em 15.

Recem-nascido, filho de Maria Emilia e pae incognito, de Coimbra, de hora e meia, fallecida em 17.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio — 7:075.

Actos criminosos. — Pelas 11 horas da noute de domingo ultimo, um grupo de estudantes, a quem já se havia posto o ponto, pelo que, segundo costume antigo, andavam fazendo troça áquelles estudantes de outras faculdades, que ainda continuam os seus estudos; não se limitando a troças inoffensivas, quebraram as vidraças do primeiro andar das casas do sr. Raphael Rodrigues de Oliveira, ao fundo da rua de S. João, onde moram alguns estudantes de Mathematica; chegando a arremessar com uma garrafa para dentro do quarto em que reside um d'esses estudantes, em risco de o ferir. E egualmente quebraram os vidros de outras casas no bairro alto, e apagaram muitos candieiros da illuminação.

Sabemos o que é toleravel na mocidade academica, segundo praticas tradicionaes; mas passar d'ahi a causar prejuizos de terceiro, é motivo da mais severa censura.

Mais actos criminosos. — Informam-nos de que das 10 para as 11 horas da noute de 18 do corrente, tres officiaes inferiores do exercito maltrataram a mulher e filha do sr. Adelino Borges, sapateiro, morador na rua da Sophia, n.º 130; e egualmente

maltrataram o dito Adelino Borges, por querer acudir ás offendidas.

Queixa. — Temos recebido queixas de grandes troças que costuma haver em uma taberna no cimo da rua de S. João. Chamamos a attenção da auctoridade para estes factos.

Governador civil. — Chegou hontem a esta cidade o sr. conselheiro Antonio Roberto de Oliveira Lopes Branco, e hontem mesmo entrou no exercicio do seu cargo de governador civil d'este districto.

Festas da Rainha Santa. — A mesa da irmandade da Rainha Santa Isabel, acaba de resolver que a festividade em honra da santa padroeira de Coimbra tenha logar nos dias 5, 6, 7 e 8 de Julho proximo futuro, e que seja feita com luzimento e esplendor superior ao dos annos antecedentes.

Já hontem ficou installada a commissão encarregada da ornamentação dos largos 8 de Maio e da Portagem, e das ruas da Calçada e Visconde da Luz; e espera-se que em breve se organisarão tambem as commissões que tratem do embellezamento das ruas por onde ha de passar a imagem da Santa Rainha, na sua vinda de Santa Clara para o templo de Santa Cruz.

Opportunamente daremos publicidade ao respectivo programma.

É, pois, official a noticia de festejos tão pomposos.

Oliveiras. — É extraordinaria a amostra nas oliveiras d'este concelho, e n'aquelles de que temos noticia. Se não vier a ser prejudicada com o tempo, deve haver muito abundante colheita este anno.

Despacho. — O sr. João Rodrigues dos Santos foi promovido á propriedade da cadeira das Febres, concelho de Cantanhede.

O Universo Illustrado. — Publicou-se o n.º 20 d'este interessante jornal de Lisboa. Contém: Coimbra (com uma excellente gravura, executada no atelier do sr. J. Pedroso, a qual representa a vista geral d'esta cidade) — O ramo de camelias, romance original de R. da Motta — As flores, por Silva Pereira — Galeria de homens celebres, por A. Valera — Pedra d'Alvidar (gravura de Pedroso) — Meteorologia, nuvens, por Alberto Veiga — Recordações d'um velho alfarrabista — A mesa, a gaita de folle e o sacco (conto) — Biblicthecta de Paris.

Errata. — Na segunda *carta politica*, publicada em o numero passado d'este jornal, pagina 2.ª, columna 1.ª, linhas 1 a 4, onde se diz, que os *tres estados* se reuniram pela primeira vez, depois de 1698, passados 122 annos, em 1828; deve ler-se 130 annos. Aquelles 122 annos são applicaveis ao intervallo de 1698 até á revolução de 1820.

Noticias de França. — O governo francez resolveu que sejam reprimidos severamente pelos meios legaes quaesquer escriptos ou actos tendentes a illudir o paiz ácerca das intenções do marechal, insinuando que as consequencias do procedimento de Mac-Mahon serão a guerra ou um golpe d'estado.

Guerra do Oriente. — Por noticias de S. Petersburgo do dia 19 do corrente, consta que os russos tomaram, por assalto, a cidade e praça turca de Ardahan, na Armenia. Encontraram alli 60 canhões e muitas munições. Os russos confessam haver soffrido no assalto 235 baixas entre mortos e feridos.

As noticias de Athenas annunciam que a Grecia vae abandonar a politica passiva e declarar guerra á Turquia.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa 19 de Maio de 1877.

O sr. Carlos Bento foi hoje para Cintra. Corre com insistencia que s. ex.ª deixa brevemente a pasta da fazenda, sendo substituido pelo sr. marquez de Avila e de Bolama.

Consta officialmente que a peste bovina augmenta na Corunha.

O sr. Justino Augusto Amorim de Azevedo foi nomeado administrador do concelho de Monção.

Falleceu repentinamente em Evora o sr. José Joaquim de Moura Amaral, sobrinho do finado arcebispo de Braga.

Foi absolvido em Niza o antigo escrivão do Crato, o sr. Manoel José Guapo, que em tempo fôra condemnado a 12 annos de degredo e cujo processo fôra annullado pelo Supremo Tribunal.

ANNUNCIOS

ASSOCIAÇÃO LIBERAL

1 A COMMISSÃO EXECUTIVA da *Associação Liberal de Coimbra* participa a todos os socios que, por deliberação da assembleia geral, celebrada no dia 20 do corrente, ha de ter logar a nova reunião da mesma assembleia no proximo domingo, 27 do corrente, ás 11 horas da manhã, na sala do Centro Promotor de Instrucção Popular, na praça do Commercio, a fim de ouvir ler o elogio funebre do fallecido socio o sr. José Maria Pinto, pelo sr. Joaquim Martins de Carvalho; e para as secções, em que se subdivide a Associação, elegerem os respectivos presidente, vice-presidente, e secretario, quando o não tenham feito até áquelle dia.

Coimbra, 21 de Maio de 1877.

O presidente
Miguel Osorio Cabral.

AGRADECIMENTO

2 OS ABAIXO ASSIGNADOS, penhorados para com o illm.º e revm.º sr. padre Luiz José Dias, e para com a philarmonica *Boa União*, pelos obsequios que lhes dispensaram por occasião da missa, que foi celebrada por alma do seu collega Antonio do Espirito Santo, vêem por esta forma testemunhar-lhes a sua mais profunda gratidão.

Coimbra, 22 de Maio de 1877.

Adriano Augusto Pereira.
Joaquim Maria Ferreira.

EDITAL

3 PELA repartição de fazenda do districto de Coimbra se faz publico, que no dia 30 de Junho proximo, verificar-se-ha no cofre central, o pagamento dos juros do 1.º semestre de 1877, das obrigações das quatro series emittidas do emprestimo para os caminhos de ferro do Minho e Douro, — isto nos termos do edital d'esta data, affixado na porta do mesmo cofre central.

As relações tanto de assentamento como de coupons, serão em duplicado e apresentadas nos dias marcados no mesmo edital. As que o não forem só poderão ser pagos os juros na sexta feira 6 de Julho de 1877, ou nas primeiras sextas feiras de cada mez.

Coimbra, 19 de Maio de 1877.

O delegado do thesouro
Antonio Joaquim de Vasconcellos.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE COIMBRA

4 SÃO CONVIDADOS os srs. accionistas d'esta companhia a reunirem-se em assembleia geral, no edificio de S. Francisco da Ponte, d'esta cidade, no dia 31 do corrente, pelas 11 horas da manhã, para os effeitos do art.º 23 dos Estatutos da mesma companhia.

Coimbra 17 de Maio de 1877.

O presidente da assembleia geral
Luiz de Mello Tocho Soares d'Albergaria e Castro.

NEVE

5 ALBINO DOS SANTOS MARQUES faz publico, que já tem neve, no seu estabelecimento, largo da Feira, n.º 14, que póde servir desde as 10 horas da manhã, até ás 10 horas da noute, em sua casa, ou em casas particulares, ou para fóra da terra.

COMPANHIA EDIFICADORA E INDUSTRIAL DE COIMBRA

6 NO DIA 24 do corrente, ás 11 horas da manhã, ha de ter logar, no escriptorio da companhia, a arrematação do fornecimento de $4^{m3},87$ de cantaria lancil das pedreiras de Outil. As condições mostram-se a quem desejar examinal-as.

Escriptorio da Companhia 21 de Maio de 1877.

Os directores
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Francisco Pedro da Silva.
José Maria de Moura Barata Feio Terenas.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

7 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Canceros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

8 NA SEXTA FEIRA, 25 do corrente, anniversario da morte de José Doria, haverá uma missa resada na egreja de S. Bartholomeu, pelas 7 e meia horas da manhã.

PHARMACEUTICO

9 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

ALVIÇARAS

10 DÃO-SE ALVIÇARAS a quem entregar no Adro de Baixo, casa n.º 3, um periquito, que fugiu na manhã do dia 21 do corrente da mesma casa.

LOTERIA

Extracção em 29 de Maio
5:000$000

11 BILHETES a 5$000 rs., meios a 2$500 rs., quartos a 1$300 rs., oitavos a 650 rs. e cautellas de differentes preços.

Muito bom sortimento de chá para differentes preços e qualidades, assim como chá preto de ponta branca. Grande sortimento de ponteiras para charutos e cigarros, tanto em espuma como em cerejeira, e varias bijouterias, que tudo se vende com resumida commissão no

ESTABELECIMENTO DE JOÃO ANTONIO CARDOSO
219, RUA DA CALÇADA, 223
(CASA AZUL)
COIMBRA

12 O BACHAREL JOAQUIM d'ALMEIDA DA CUNHA, abre no dia 1 de Junho uma aula para *aperfeiçoamento na traducção de francez para portuguez, e exercicios de traducção de francez para portuguez*, especialmente destinada aos que pretendem habilitar-se para exame.

102 — Rua de J. A. d'Aguiar — 102

Despedida

13 D. MARIA AMALIA RAMALHO DE MOURA, tendo-se retirado precipitadamente de Coimbra e não podendo despedir-se de todas as pessoas de sua amizade e conhecimento, aproveita hoje a occasião de offerecer ás mesmas pessoas a sua casa em Lisboa, na rua do Olival, n.º 50, 1.º andar, ás Janellas Verdes, pedindo-lhes desculpa d'aquella falta motivada pela sua inesperada saida.

Reconhecimento de gratidão

14 JOAQUIM MANOEL PEREIRA, vem por este meio, emquanto o não faz pessoalmente, agradecer a todas as pessoas que o visitaram, ou mandaram saber de sua saude durante a sua grave enfermidade, de que hoje se acha quasi restabelecido; devido ao desvelo e bom acerto do seu illustrado medico, o exm.º sr. dr. Lourenço d'Almeida Azevedo, a quem d'aqui envia um eterno agradecimento. Tambem aqui agradece ao illm.º sr. Fonseca, digno cirurgião effectivo do Hospital da Universidade, as maneiras extremamente carinhosas com que sempre o tratou durante a sua estada alli; bem como o illm.º sr. fiscal, e ao criado dos quartos particulares, o sr. João Loureiro, que sem exaggeração foi o seu verdadeiro enfermeiro. Aos seus prezados amigos os illm.os srs. Antonio Henriques de Carvalho, e João Antonio Cardoso, que muito concorreram para o melhoramento de sua saude, sendo este ultimo incansavel nos meios do seu transporte para o quarto particular aonde foi tratado. Ao exm.º sr. dr. Gama, que o principiou a tratar, mas que por falta de commodidades adequadas, não poude continuar com o seu tratamento. Aos illustres academicos, (seus companheiros de mesa) os srs. Magalhães, e seu compatricio Saraiva. Finalmente ao seu illustre amigo, illm.º sr. Barata Diniz, que foi o primeiro que lhe deitou um vesicatorio, e ao seu amigo o sr. Fortunato Augusto de Sá, que foi sempre incansavel em lhe prestar os seus relevantes serviços. A todos, pois, protesta o seu profundo reconhecimento de gratidão.

Coimbra 18 de Maio de 1877.

15 DR. GAMA vende ou aluga a sua casa na rua do Correio.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 reis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 reis. — Numero avulso 40 reis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3112 — Sabbado 26 de Maio de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

Depois de uma demora, que parecia quasi interminavel, está finalmente em exercicio do cargo de governador civil d'este districto o sr. conselheiro Antonio Roberto de Oliveira Lopes Branco.

Vem s. ex.ª collocar-se á frente de um districto, sequioso de justiça e de boa administração.

Estará disposto a cortar pela raiz as causas de tanto motivo de queixa que por ahi tem havido?

Dizem-nos que esperemos e confiemos; e comtudo, confessâmos que nos custa a ser superiores á grande descrença que temos, fundada nas repetidas decepções por que havemos passado.

Ainda mesmo que o sr. governador civil quizesse fazer as reformas radicaes, que são indispensaveis, duvidâmos que o governo lhe désse força necessaria para isso, porque lhe não convém que se altere a marcha administrativa até aqui seguida.

Sr. Lopes Branco! Ignora v. ex.ª, que n'este districto as auctoridades estão sem força, e que em geral são apenas instrumentos de potentados eleitoraes?

Desconhece que o recrutamento tem sido uma arma terrivel, empregada para trazer subjugados os eleitores, favorecendo os afilhados, e coagindo os independentes?

Se não sabe, indague e informe-se; mas indague e informe-se com as pessoas honestas e alheias a toda essa devassidão e desaforo administrativo.

Não sabe o sr. governador civil os abusos que vão em muitas confrarias, algumas das quaes não prestam contas ha mais de 20 annos?

Procure inteirar-se e verá a que pontos têm chegado os abusos e escandalos n'esse ramo de serviço publico; para o que têm concorrido as auctoridades locaes e o proprio conselho de districto, que em logar de examinar as contas, as retem em seu poder por muitos annos; dando assim logar ao desleixo e malversações de muitos gerentes das irmandades.

Não está ao facto o sr. governador civil dos escandalos praticados por muitas camaras municipaes, que empregam o dinheiro dos contribuintes em fazer estradas e embellezamentos de exclusiva utilidade dos seus protegidos, descurando ao mesmo tempo o que é de urgencia e utilidade geral?

Pois indague, e saberá a razão porque muitas camaras municipaes se querem eternisar na administração publica; quando em regra os cidadãos costumam evitar os cargos gratuitos, que sendo honesta e independentemente exercidos, não trazem senão incommodos e graves desgostos.

Está informado de que alguns chefes d'este districto têm tolerado, que haja quem ponha e disponha de tudo o que tem de se resolver no governo civil; ficando reduzida a auctoridade superior a ser um indecente manequim; desautorando-se a si, e fazendo repercutir nos seus subordinados essa falta de prestigio e de dignidade?

Está inteirado de que houve governadores civis que não escolhiam os administradores de concelho, e nomeavam os regedores de parochia; mas que os nomes de uns e outros lhes eram impostos pelos potentados eleitoraes?

Saberá por acaso dos inauditos escandalos e das graves injustiças, que se têm praticado por muitas vezes no governo civil, tanto na commissão districtal, como na junta de revisão, em objecto de recrutamento, essa contribuição de sangue, que tão pesada é para os povos?

Ignora, que por vezes a auctoridade superior do districto tem arbitrariamente gasto quantias avultadas nas obras da cadeia penitenciaria, sem para isso estar auctorisada pela commissão respectiva?

Está sciente de que n'esta cidade se têm feito prisões illegaes, contra o expressamente disposto no codigo penal?

Se não sabe, e quer cumprir com os seus deveres, indague uma e muitas vezes; e depois verá qual é o quadro das miserias, injustiças e indignidades que por ahi vão.

Quererá o sr. Lopes Branco atalhar o mal, e pôr-lhe o verdadeiro remedio? Ou virá aqui, como em 1842 e 1868, estar apenas dois ou tres mezes, fazer muito apparato, expedir muito officio, e ausentar-se em seguida, deixando tudo como d'antes?

Estamos cansados de palavras: queremos obras e obras proveitosas.

Apesar da nossa descrença, dizemol-o sinceramente, muito estimariamos achar motivos para louvar a nova auctoridade.

Veremos e apreciaremos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Para sahir de Madrid achava duas difficuldades; uma era o receio dos ladrões, e ainda não ter podido encontrar um bom companheiro de viagem, não só para me tornar menos pesadas as despezas, porém para me servir de guia e companhia em tão longa viagem, porque n'aquella época não havia diligencias para Badajoz. Aconselhou-me o meu amigo Castro Pereira, que para diminuir o primeiro inconveniente fosse fallar com o general Murillo, governador militar de Madrid, e pedir-lhe que me desse uma escolta de cavallaria para me proteger, dizendo-me, que o general era muito cortez e cavalheiro, e que se podesse me não negaria este favor.

Fui com effeito fallar-lhe, e declaro, que me tratou não só com todas as attenções, mas com a maior benevolencia, e polidez. Disse-me comtudo, que lhe não era possivel dispensar um unico cavallo, porque eram mui poucos os que havia em Madrid, e mesmo apenas bastavam para guarnecer a estrada da Granja, onde estava el-rei, e era preciso tel-a bem guardada, pela correspondencia diaria que havia, e era necessario haver entre aquelle sitio e Madrid. Que me poderia porém dar uma escolta de infanteria de 6 ou 8 homens, que sempre era um meio para conter os salteadores.

Acceitei a offerta, e com os meus agradecimentos me despedi do general, que se houve comigo na retirada com a mesma cortezia e affabilidade, com que me tinha tratado na entrada. Faltava-me agora um companheiro de viagem que não só podesse tomar quinhão nas despezas, mas fosse homem capaz. Este tambem appareceu, e foi um juiz que ia nomeado para a Audiencia de Caceres.

Feitas as minhas despedidas, e tomando conhecimento com o meu companheiro de viagem, que era excellente homem, determinámos o nosso dia de partida, alugando um d'esses coches hespanhoes, puchados por cinco mulas, e que não obstante todo este apparato são tão vagarosos, como se fossem arrastados por duas.

A nossa caravana constava pois de 6 soldados de infanteria, e um cabo; o conductor do coche, e um criado; eu, e o meu companheiro; e dois criados, um meu, e outro d'elle: e ao todo 13 pessoas, e todos armados a seu modo. Eu, e o meu companheiro com pistolas, assim como os nossos criados; os homens do coche com as suas carabinas; e os soldados com as suas espingardas.

Sahimos uma tarde de Madrid, porque aquelles conductores de coches já tem as suas marchas marcadas, e não ha nenhum que as altere, porque só em certas pousadas é que se póde achar alguma cousa para comer, e casa melhor ou peor para passar as noites. N'aquelle tempo, não sei se ainda hoje se pratica o mesmo, nas pousadas ou estalagens não se dava senão pão e vinho; a comida mandavam comprar fóra os viajantes para lá se fazer; e por isso durante o dia, para maior cautela, se ia comprando pelo caminho o que apparecia para se mandar fazer nas pousadas; e de ordinario eram diversas qualidades de caça, que vinham offerecer á venda nas estradas.

Como sahissemos de tarde de Madrid, fomos dormir a poucas leguas distante da capital; e logo alli nos succedeu não termos nada para comer á noite. Era uma pequena povoação onde n'aquelle dia se tinham corrido touros, e por mais que os nossos criados e caleceiros procurassem por toda a terra alguma cousa que comprassem para se comer, nada encontraram, dizendo-lhes, que tudo se havia consumido pelos curiosos que tinham vindo ver os touros.

Appareceu não sei porque artes, um ovo que o meu bom companheiro me cedeu, e me serviu de ceia com algum pão. Elle mandou fazer um guisado de pimentões vermelhos como açafrão, guisado, que só a boca e estomago de um hespanhol podem tragar, e ficou mui satisfeito. Os conductores, os soldados, e os nossos criados accommodaram-se como poderam com pão e vinho.

Eu já fallei nas bellas frutas que havia em Madrid; porém o que mais me admirou foram as melancias que encontrámos junto ao Tejo em Almaraz. Ao descer para o rio ha uma descida chamada a calçada de Oropeza, onde se estavam vendendo melancias, e alli nos demorámos um pouco para descançar, e nos refrescarmos com ellas. Confesso porém que nunca as vi de um egual tamanho. Comprámos uma para levarmos, que era tão grande que foi preciso cortal-a ao meio para a metter no sacco do coche.

Descemos para o rio, que alli corre muito estreito entre penedos, e não passámos na ponte, porque ainda se conservava cortada desde a guerra peninsular. Fizemos a passagem em uma grande barca, apesar de que o rio levava alli bem pouca agua, e tão pouco profunda, que a esse mesmo tempo a estava atravessando uma grande manada de porcos que ia para algum montado.

Não tinhamos até alli tido nenhum mau encontro, mas quando nos fomos entranhando na Estremadura, não nos faltaram sustos. Passava-se ás vezes um dia sem se encontrar uma só povoação, e não se viam senão extensissimas campinas, proprias para trigo, e onde, apenas ao longe se ouvia o som dos chocalhos dos grandes rebanhos de ovelhas que por ellas pastavam.

No meio d'esta solidão appareciam então algumas especies de *Oasis*, como estas ilhas de verdura no deserto, que eram extensos, e mui copados montados, ou bosques de azinheiros, e sobreiros, onde de ordinario, tambem apparecem os salteadores para atacar os viajantes. Então quando n'elles entravamos diziam os conductores: — agora todos a pé!... O que logo faziamos, indo os soldados na frente com as suas armas engatilhadas; os conductores nos flancos com as suas carabinas promptas, nós, com a bagagem mais importante, no centro, e atraz do coche.

Felizmente, comtudo fomos bem succedidos, porque nunca fomos atacados. Ao chegar á borda do rio tive uma alegria inexplicavel; lavei-me nas suas aguas, e disse comigo; ellas vão chegar ao meu paiz; e dar noticia de que volto a elle depois de quasi oito annos de ausencia.

(Continuar-se-ha.)

Ahi vae mais um exemplo para se ver o que é a administração publica n'esta cidade.

Informam-nos que só no juizo ordinario do bairro baixo estão para julgar mais de 200 processos de multas municipaes.

Seria caso para admirar, que apenas n'um dos bairros da cidade houvesse tantos transgressores das posturas que resistissem a pagar as multas voluntariamente, sujeitando-se a ter de satisfazer, em vez de 250 réis, perto de 6$000 réis em que importa o processo judicial.

Explicam-nos, porém, este facto. Não só foram remettidos para o poder judicial os nomes dos incursos na penalidade das posturas, que não quizeram pagar, mas até aquelles a quem se não fez o mais insignificante aviso de que estavam multados e deviam ir satisfazer ao cofre da camara a importancia da multa.

Antes de hontem um negociante e proprietario d'esta cidade soube pela primeira vez, que havia tido tres multas, e que estavam instaurados processos judiciaes por todas ellas!

Não ha nome que condignamente classifique procedimento como este!

Serem os cidadãos processados para pagamento de multas, sem aviso prévio para saber se a querem pagar, é uma grande iniquidade!

Eis ahi a que estão sujeitos os habitantes de Coimbra.

Joaquim Martins de Carvalho.

Continua a publicar-se com toda a regularidade em Lisboa o *Diccionario Popular*, sendo sempre curiosissimo.

Um *Diccionario* de tão vastas proporções, está sujeito a incorrecções inevitaveis, por mais competente que seja o seu director. Em tantas noticias e artigos não se póde attender perfeitamente a tudo.

Convém, todavia, que haja o possivel cuidado para se não dar um facto, que tem já por varias vezes acontecido no *Diccionario Popular*, que é apparecerem dois artigos historicos, ou biographicos, no mesmo fasciculo, parecendo que são differentes, quando na realidade são ácerca do mesmo assumpto.

No fasciculo 54, que hontem recebemos, acontece isso, apparecendo duas vezes a biographia do reitor da Universidade, *Pedro Sanches Farinha de Baena*; e havendo divergencia de datas entre um e outro artigo.

N'um diz-se que fôra nomeado reitor da Universidade em Agosto de 1719, e no outro diz-se que fôra em 31 de Março d'esse anno. Uma das datas pelo menos está errada; e suppômos com todo o fundamento que o estão ambas.

N'esta occasião em que estamos a escrever não temos tempo de ir á secretaria da Universidade verificar o documento original; mas o que podemos desde já dizer, é que na *Gazeta de Lisboa*, n.° 23, de 8 de Junho de 1719, se diz, que no dia *1 de Junho* fizera el-rei D. João V a mercê do logar de reitor da Universidade, a Pedro Sanches Farinha de Baena, desembargador dos aggravos e deputado da mesa da consciencia e ordens.

Tambem em um dos artigos biographicos se diz, que Sanches de Baena fallecera em 15 de Março de 1722, e n'outro que fôra em 25 de Março.

A primeira data está errada; a segunda é que está certa.

O reitor Sanches de Baena falleceu repentinamente na egreja da Graça d'esta cidade, quando no dia 25 de Março de 1722 estava alli assistindo á missa e sermão, na festa da Annunciação de Nossa Senhora, celebrada pelos eremitas calçados de Santo Agostinho.

E finalmente notaremos, que n'um dos artigos biographicos, fallando-se do celebre *rancho da carqueja*, composto de estudantes desordeiros da Universidade, e que aqui houve durante o reitorado de Sanches de Baena, se diz que o estudante que foi degolado, se chamava *Domingos Jorge*, quando era Francisco Jorge Ayres.

Fazemos estas observações, repetimos, com o fim de que se evitem quanto possivel as incorrecções em publicação tão importante e valiosa como é o *Diccionario Popular*.

E já agora que tratamos d'este objecto, faremos tambem alguns reparos a um interessante jornal, que se publica em Lisboa, o *Universo Illustrado*.

No seu ultimo numero traz uma gravura da cidade de Coimbra, a qual é acompanhada de um artigo descriptivo. Ha ahi algumas inexactidões, e até contradicções. Falta-nos, porém, agora o tempo e espaço para as notar.

Em todo o caso, não podemos deixar de indicar uma inexactidão que vemos no artigo biographico de *Joaquim Antonio de Aguiar*, que vem no mesmo numero.

Diz-se ahi: — «*Restabelecido, porém, o governo de D. Miguel, em 1823, Aguiar fôra mandado sair do collegio.*»

Ora em 1823 não foi restabelecido o governo de D. Miguel. O que se restabeleceu foi o governo absoluto de D. João VI.

Tambem no mesmo artigo se diz que as tropas de Napoleão Bonaparte entraram em Portugal em 1808, quando foi em 1807, 1809 e 1810, e portanto nenhuma das invasões em 1808.

Bom é que haja a possivel cautela n'estes e outros factos, para que não desmereça um jornal tão curioso.

Joaquim Martins de Carvalho.

Recebemos do sr. Antonio Ribeiro Saraiva tres cartas, e uma d'ellas muito extensa.

O sr. Ribeiro Saraiva não quiz esperar para ver nem ao menos a nossa primeira carta; e antecipou-se a enviarnos umas interminaveis divagações.

Se tivesse tido mais alguma paciencia veria que respondemos clara e precisamente aos diversos pontos da sua carta que publicámos, e que era inteiramente inutil o que agora nos diz.

Não temos nenhuma duvida em discutir com o sr. Ribeiro Saraiva, mas é mister restringir tudo a pontos precisos.

Divagações, e além d'isso divagações repetidas, de nada servem nem esclarecem; antes só fazem escurecer os assumptos.

Parece-nos conveniente que o sr. Ribeiro Saraiva veja primeiro toda a nossa resposta, e depois diga os pontos em que não concorda.

Antes d'isso julgâmos tudo extemporaneo.

Ha, porém, em uma das cartas do sr. Ribeiro Saraiva, que agora recebemos, uma parte, relativa á recente annexação da republica de Transwal, na Africa, á colonia ingleza do Cabo, que entendemos dever transcrever, porque aquella annexação tem feito recear que no futuro sejamos gravemente prejudicados na nossa colonia de Lourenço Marques.

O sr. Ribeiro Saraiva envia-nos, traduzido do *Times*, o discurso de Lord Carnavon, ministro das colonias, ao apresentar na camara do pares o *bill da Africa do Sul*; juntando-lhe algumas considerações.

Não podemos hoje fazer essa publicação, por falta de espaço; mas irá em o numero seguinte.

Joaquim Martins de Carvalho.

Vae-se mostrando cada vez mais a alta difficuldade de escrever a historia do jornalismo portuguez; já não dizemos completa, mas sem demasiadas deficiencias.

Em todo o caso excellente serviço fazem os eruditos investigadores, trazendo a publico o que poderem descobrir n'este assumpto, que é importantissimo, por ser um elemento indispensavel para a historia politica, litteraria, scientifica, e de todos os outros ramos dos conhecimentos humanos.

O sr. Antonio Martins Leorne, bem conhecido collecionador de periodicos, ácerca dos quaes tem publicado interessantes noticias, deu conta em o n.° 3068 do *Conimbricense* de 23 de Dezembro de 1876, de ter achado em uma collecção de folhetos, 8 numeros de um periodico chamado o *Anonymo*, e de que até ahi não tinha nenhum conhecimento, publicado em Lisboa em 1753.

Motivou esta noticia do sr. Leorne, que o esclarecido escriptor de Braga o sr. José Joaquim da Silva Pereira Caldas publicasse em o n.° 15 do 2.° volume da *Borboleta*, d'aquella cidade, de 21 de Janeiro do corrente anno, um artigo, dando mais desenvolvida informação ácerca do *Anonymo*, em vista dos numeros que possue.

E finalmente vem agora o sr. conselheiro Jorge Cesar de Figanière, distinctissimo bibliographo portuguez, na carta que abaixo publicâmos, dar uma noticia ainda muito mais desenvolvida e curiosa ácerca do *Anonymo*.

É assim que a pouco e pouco se vão ajuntando os elementos para a historia do jornalismo em Portugal.

Eis ahi a carta do sr. Figanière.

Joaquim Martins de Carvalho.

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Lisboa 8 de Maio de 1877.

Em o numero do *Conimbricense* de 23 de Dezembro ultimo publicou v. um interessante folhetim, ácerca do periodico litterario impresso em Lisboa no seculo passado com o titulo *O Anonymo*.

O sr. Antonio Martins Leorne, da cidade do Porto, assiduo investigador da historia do jornalismo em Portugal, e auctor do folhetim, declára que em um pequeno volume de miscellanea, que o acaso lhe deparou, fôra encontrar oito numeros seguidos do mesmo periodico, de que não tinha o mais leve conhecimento.

Ahi diz o sr. Leorne que, apesar das investigações a que procedera, ignorava ainda quem fosse o seu auctor, e que suppunha serem aquelles oito numeros, de que faz meuda resenha, os unicos publicados.

Ora declarando v., no seu numero de 3 de Janeiro do corrente anno, que o sr. Henrique de Carvalho Prostes, não menos infatigavel investigador n'esta especialidade, lhe communicára de Lisboa que tambem nenhum conhecimento tinha do *Anonymo*, bem se póde ajuizar da sua extrema raridade.

Pareceu-me pois que alguma cousa devia dizer sobre o assumpto, visto o interesse com que são acolhidas hoje as noticias tendentes a esclarecer algum ponto menos conhecido da historia geral do jornalismo no nosso paiz.

A primeira noção que tive do periodico de que se trata data de 1841, em que comecei a reunir os materiaes para a minha *Bibliographia Historica Portugueza*.

Se me não falha a memoria creio que foi na riquissima livraria das Necessidades, poucos annos depois transferida para o palacio da Ajuda, que tive occasião de ver um numero avulso do *Anonymo*. N'elle se dava noticia de varias inscripções sepulchraes que existiam na capella mór da Sé de Lisboa, e que poucos annos antes tinham desapparecido sob o camartello dos reformadores de então.

O assumpto do folheto, e o modo por que o auctor se expressava, despertaram em mim, desde logo, a ideia de o attribuir ao beneficiado Bento Morganti, distincto archeologo e illustrado escriptor d'aquella época.

Recorrendo pois a *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, a essa obra monumental que, apesar das suas incorrecções e omissões, será sempre benemerita das lettras patrias, vi que me não tinha enganado.

No tom. IV, pag. 73, ampliando o que escrevera no tom. I, pag. 506 e 507 da mesma *Bibliotheca*, diz o abbade de Sever, ao referir-se a Morganti, o seguinte:

Compoz: «Collecção de discursos intitulados *O Anonymo*, impressos nos annos de 1752, 1753 e 1754, na officina de Pedro Ferreira. 4.°»

Fiz diligencias para ver se conseguia haver á mão algum exemplar d'essas collecções, mas debalde.

Soube depois que o zeloso e intelligente bibliophilo Antonio Manoel do Rego Abranches as possuia entre as suas preciosidades bibliographicas. Ignoro porém qual o destino que por sua morte tiveram. Talvez o filho, que pouco tempo lhe sobreviveu, dispozesse d'ellas, como o fez com outros livros raros que passaram ao Brazil.

O auctor do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Innocencio Francisco da Silva, cuja perda todos deplorâmos, não deixou de fazer menção do *Anonymo* entre os escriptos de Morganti.

No tom. I, pag. 35 do mesmo *Diccionario*, a que seguramente teria posto o ultimo remate, para gloria sua e do seu paiz, se não foram os continuados desgostos e contrariedades que lhe minaram a existencia, transcreveu elle apenas o que achou em Barbosa, mas no tom. VIII (I do supplemento), pag. 375, deu noticia de dois numeros que viu, d'aquella publicação periodica, ambos impressos em 1754.

Do proprio a que acima me refiro transcreveu uma boa parte o conego Luiz Duarte Villela da Silva, no ultimo capitulo da sua memoria historica ácerca da Sé de Lisboa.

Essa memoria, publicada em 1857 no vol. XIII da *Revista Universal Lisbonense*, de que então era redactor e proprietario Sebastião José Ribeiro de Sá, sahiu infelizmente tão inçada de erros de copia e de impressão, que tornaram fastidiosa a sua leitura.

Tanto as inscripções sepulchraes reproduzidas por Villela, como os letreiros por elle transcriptos, e que se achavam no antigo sino do relogio da mesma Sé, feito por mestre João, francez, no reinado d'el-rei D. Fernando, e na era de 1315, de que n'aquelle mesmo numero do *Anonymo* dava noticia Bento Morganti, ficaram pouco menos que inintelligiveis na *Revista* de Ribeiro de Sá.

Em resultado de novas diligencias que fiz recentemente, e em confirmação do que fica expendido, darei agora a lista de trinta e dois numeros do *Anonymo*, que tenho presentes. É a que vae no papel junto.

Se v. achar que estas informações, ácerca de tão rara e curiosa publicação, podem ter cabimento na sua muito apreciada folha, é possivel que os interessados n'este genero de litteratura procurem desenterrar do pó do esquecimento os poucos numeros que faltam, para completar a serie dos que ahi deixo apontados.

Creia que sou com toda a consideração e estima.

De v. constante leitor e cr.° mt.° att.°
Jorge Cesar de Figanière.

Anno de 1752

N.° 2 *Dos meios de enriquecer, e da industria que a necessidade dá aos homens.* — 7 paginas (9 a 15).
N.° 4 *Reflexões sobre os Livros.* — 7 paginas (25 a 31).
N.° 5 *Discurso sobre os Curadores* (1). — (pag. 33 a 40).
N.° 6 *Reflexões sobre as Livrarias.* — (pag. 41 a 48).
N.° 7 *Das Modas.* — (pag. 49 a 56).
N.° 8 *Sobre os pobres mendicantes.* — (pag. 57 a 64).
N.° 9 Sem titulo expresso; trata porém dos mal casados. — (pag. 65 a 72).
N.° 10 *Do bom e mau uso da Dança.* — (pag. 73 a 80).
N.° 11 *Sobre a reputação em geral, e da delicadeza do credito a respeito dos Mercadores.* — 7 paginas (81 a 87).
N.° 12 *Sobre a bebedisse.* — (pag. 89 a 96).

Os n.os 2, 4 e 5 têm no fim

Lisboa:
Na Officina de Pedro Ferreira Impressor da Augustissima Rainha Nossa Senhora (2).
Com todas as licenças necessarias.

Achar-se-hão estes papeis, e os mais, que se seguirem na mesma Impressam, e nas lojes de Antonio Rodrigues na Rua Nova, e de José da Costa defronte de Santo Antonio.

Os n.os 6, 7 e 8 dizem simplesmente

Lisboa:
Na Officina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustissima Rainha N. S.
Anno 1752 (3).

Os n.os 9, 10, 11 e 12 não têm indicação alguma, nem mesmo a do anno.

Anno de 1753

N.° 1 *Doentes imaginarios.* — O primeiro d'este anno de 1753. — (pag. 1 a 8).
N.° 2 (pag. 9 a 16). — N.° 3 (pag. 17 a 24). — N.° 4 (pag. 25 a 32). — N.° 5 (pag. 33 a 40). — N.° 6 (pag. 41 a 48). — N.° 7 (pag. 49 a 56). — N.° 8 (pag. 57 a 64).

Estes oito numeros são os mesmos que vêm indicados no folhetim do *Conimbricense* de 23 de Dezembro de 1876.

N.° 9 *Dos bens de Fortuna.* — (pag 65 a 72).
N.° 10 *A peste das conversações.* — (pag. 73 a 80).
N.° 11 *Sobre os Eclypses.* — 12 paginas (81 a 92).
N.° 13 Ultimo d'este Anno de 1753 (textual). — *Intelligencia de uma Inscripção antiga.* — (pag. 97 a 104).

Os n.os 1, 2, 7, 8 e 11 não tem a indicação da Officina, e o segundo nem mesmo a do anno.

Os n.os 3 e 4 dizem no fim

Lisboa:
Na Officina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustissima Rainha Nossa Senhora
Anno do Senhor 1753.

Os n.os 5 a 10 e o n.° 13 acabaram do mesmo modo, quanto á indicação da Officina, mas têm a declaração do anno na frente.

Anno de 1754

N.° 1 Primeiro da terceira Collecção. — *Dos dentes humanos.* — 12 paginas. — Não o vi, mas parece ser o que aponta Innocencio Francisco da Silva, no logar citado do seu *Diccionario*.
N.° 2 *Conversão da fealdade.* — pag. 13 a 20).
N.° 3 *Da Sabedoria.* — (pag. 21 a 28).
N.° 4 *Dos Sonhos.* — (pag. 29 a 36).
N.° 5 *Utilidade do Vinho.* — (pag. 37 a 44).
N.° 7 *Modo de desterrar os obstaculos que impedem a fazer bem ao proximo.* — (pag. 53 a 60).
N.° 8 *Dos Bailes publicos e de mascaras.* — 12 paginas (61 a 72).
N.° 9 *Dos habitos virtuosos.* — (pag. 73 a 80, por engano marcada 86).
N.° 10 *Dos homens em geral.* — (pag. 81 a 88).
N.° 11 *Descripção allegorica do estado do homem no mundo.* — (pag. 89 a 96).
N.° 12 O ultimo da terceira Collecção (textual). — *Contra a Impudencia.* — 7 paginas (97 a 103).
N.° 13 Primeiro da quarta Collecção. — Veja-se o que digo com referencia ao n.° 1 d'este mesmo anno.
N.° 14 É o que vi em 1841, e o que teve presente o conego Luiz Duarte Villela da Silva.

Os de n.° 2 a 8 têm no fim a declaração da Officina, o que falta nos quatro subsequentes; todos porém trazem o anno na frente.

Cumpre finalmente observar que Diogo Barbosa Machado, na enumeração que faz dos manuscriptos de Morganti, no tom. IV da sua *Bibliotheca*, impresso em 1759, dá noticia dos que seguem:

«Cem discursos sobre varios assumptos para servirem de continuação aos papeis *Anonymos*, que sahiram impressos nos annos de 1752, 1754 e 1754, fol.»

«Memoria das sepulturas e inscripções antigas que se achavam na Basilica de Santa Maria. 4.°»

«Descripção do sino do relogio da Basilica de Santa Maria, com as inscripções, sellos e armas que n'elle se achavam, feita e debuxada pela mão do author.»

O assumpto d'estes dois ultimos é o de que trata o n.° 14, acima indicado.

(1) Curandeiros, charlatães.

(2) No n.° 4 e no n.° 5 lê-se mais na mesma linha: Anno de 1752.

(3) A Carta de privilegio de Pedro Ferreira, como *impressor de livros da Côrte*, acha-se registada na Torre do Tombo, Chancellaria de D. João V, Liv. 76, fol. 362. É datada de 25 de Maio de 1730.

NOTICIARIO

Theatro Academico. — Foi no dia 23 do corrente a primeira recita que a companhia dramatica do theatro do Gymnasio de Lisboa deu em Coimbra.

A companhia abriu a serie de representações, que aqui tenciona dar, com uma chave d'ouro. Antonio Pedro no *Paralytico!*

Que mais se poderia desejar?

Antonio Pedro, hoje o primeiro actor portuguez, revela bem o seu genio no quasi impossivel papel de Jeronymo e tem a habilidade de obrigar o espectador a abstrahir do drama, dos actores, de tudo emfim, para sómente o ver a elle!

N'elle tudo é talento; talento natural e espontaneo que quasi o faz chegar ás maiores alturas do genio!

Notarmos aqui uma scena em que o notavel actor se distinguisse seria impossivel, porque não ha em Antonio Pedro uma palavra, um gesto, por mais insignificante que seja, que não revele um grande artista!

Para o apreciar condignamente seria necessario uma grande penna e um grande livro!

O resto do desempenho foi bom, distinguindo-se bastante Gil.

A concorrencia era numerosa.

Na noite seguinte representou-se o drama em 4 actos, *Fernanda*, original de Victorien Sardou, e traducção de Ernesto Biester.

O desempenho foi bom por parte de todos os actores, distinguindo-se bastante Polla e Amelia Vieira.

Polla no 1.° e 4.° acto, foi inexcedivel de verdade.

É incontestavelmente um dos primeiros ornamentos do theatro portuguez.

Amelia Vieira está uma actriz muito correcta e boa parte lhe coube dos muitos applausos com que os actores foram victoriados.

Posser é um mancebo estudioso e no futuro ha de ser um bom actor se trabalhar.

A concorrencia era diminuta.

Associação Liberal de Coimbra. — Na eleição da commissão executiva, que teve logar no domingo passado, e de que demos conta no ultimo numero d'este jornal, esqueceu mencionar o vice-presidente. Por isso aqui reproduzimos completa a lista dos eleitos:

Presidente — Miguel Osorio Cabral.

Vice-presidente — Dr. Bernardo de Serpa Pimentel.

Secretarios — Dr. José Joaquim Fernandes Vaz e Dr. Manoel Emygdio Garcia.

Procurador — Abilio Roque de Sá Barreto.

Estreia. — No dia 19 do corrente fez a sua estreia, no tribunal d'esta cidade, o sr. Antonio Alexandrino Pereira de Andrade, estudante do 5.° anno de Direito.

A sala estava cheia de academicos que acudiam a escutal-o.

O seu primeiro passo na tão difficil como nobre senda da advocacia foi seguro e firme; o seu verbo foi fluente e insinuante; a sua argumentação vigorosa e clara. Não o fez vacillar a circumstancia de ter por antagonista o seu condiscipulo e nosso amigo o sr. Bernardino Pinto, bem conhecido n'esta cidade pelo modo distincto como se tem havido na sua, curta ainda, mas já tão nomeada vida do foro, e que sendo o advogado do auctor mais uma vez affirmou os seus bem fundados creditos.

Quem ouvisse o sr. Alexandrino de Andrade e o não conhecesse havia de suppôr que estava alli, não o novel patrono, que manejava pela primeira vez a arma da defeza em prol de seus constituintes, mas sim o advogado experimentado, que já conhecia perfeitamente todos os meandros d'aquelle labyrintho do foro: e assim o parecia quando arrebatado de enthusiasmo fez sentir em duas phrases incisivas o perigo de vir desenrolar perante a publicidade dos tribunaes o sudario de certos crimes, que mais valera ficarem sotterrados no sepulchro do silencio.

O brilho da sua estreia hade illuminar-lhe toda a carreira forense encetada n'esta cidade, e continuada talvez em Villa do Conde, sua terra natal, ou onde quer que seja, e os perseguidos da justiça hão de encontrar n'elle um patrono zeloso e incansavel, que ha de desenvolver toda a sua intelligencia e actividade para lhes vingar a sua causa.

Quem tão bem principia não póde deixar de vir a ser uma illustração no sacerdocio da advocacia. Assim é de esperar do seu talento robusto, que sob outras fórmas já tantas vezes se tem affirmado, e assim o desejamos.

Novas publicações. — Recebemos e muito agradecemos as seguintes publicações:

— «*Flores Romanticas, edições illustradas — Crimes de Diogo Alves, por Leite Bastos, illustrações de Manoel de Macedo.*

«Lisboa, livraria editora de Mattos Moreira & C.ª — praça de D. Pedro, 68. — 1877.»

— «*Leituras populares, publicação religiosa, instructiva, e recreativa.* — 1876-1877.

«Lisboa, livraria Catholica, calçada do Carmo (ao Rocio), n.° 6, 1.° andar. — 1877.

— «*Relatorio da direcção da Companhia de fiação e tecidos de Coimbra e parecer do conselho fiscal para apresentar em assembleia geral de 31 de Maio de 1877.*

«Coimbra, imprensa da Universidade — 1877.»

— «*D. Emilio Castellar. — A formula do progresso, traduzida do hespanhol, por Narciso Alberto de Sousa.*

«Coimbra, livraria Popular, editora, de José Correia de Almeida Junior — 1877.»

— «*Principios elementares de chorographia portugueza, para uso das escholas de instrucção primaria, por Francisco Marques Perdigão. — Decima edição, correcta e melhorada.*

«Coimbra, livraria de J. Augusto Orcel, rua das Fangas, n.° 1 — 1877.»

Erratas. — Na carta do sr. Antonio Ribeiro Saraiva, que publicámos em o n.° 3108 de 12 do corrente, na pagina 2.ª, columna 1.ª, paragrapho 6.°, onde se lê — (que é intencional) — leia-se — (que *não* é intencional).

Na columna 3.ª, paragrapho 4.°, onde se diz — como *ficaram* as de 1641 — deve lêr-se — como *fizeram*, etc.

Na columna 4.ª, paragrapho 4.°, onde se lê — *dos* que a quadrupla alliança — deve lêr-se — *des* que a quadrupla alliança.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa 24 de Maio de 1877.

Partiu hontem para Londres, por via de Madrid e Pariz, o sr. Hermenegildo de Brito Capello, distincto official de marinha e um dos exploradores escolhidos para a expedição geographica portugueza á Africa central. Vae tractar dos preparativos para aquelle notavel emprehendimento. Foram-se despedir d'elle á *gare* alguns amigos, um dos secretarios da sociedade de geographia e o seu futuro companheiro n'aquella expedição o sr. major Serpa Pinto, que parte hoje para Pariz em egual missão. Apesar da escassez de tempo e graças á actividade dos expedicionarios, a expedição partirá de Lisboa no dia 5 de Julho.

Houve hoje sessão da segunda classe da Academia Real das Sciencias. Foi offerecido a esta classe o volume sexto das obras completas do cardeal Saraiva (frei Francisco de S. Luiz). Foram eleitos socios effectivos na secção de sciencias economicas e administrativas os srs. José Silvestre Ribeiro e Antonio Maria do Couto Monteiro.

Foi mandado reforçar o destacamento de Coruche com 30 praças de infanteria e 20 de cavallaria, com receio de novo tumulto no sabbado por causa das ferias.

O sr. marquez de Avila e de Bolama, em consequencia de se achar muito constipado, não foi hoje a despacho.

Reuniu hoje o conselho director da exposição de Paris, resolvendo enviar o projecto da installação dos productos portuguezes n'aquelle certame. Ao senhor D. Fernando fica a faculdade da escolha.

Foi nomeado fiscal do ministerio das obras publicas o sr. Nunes Vasconcellos.

O sr. juiz substituto Avelino começou o inquerito sobre as faltas commettidas na penitenciaria central. Foram inqueridas muitas testemunhas.

Hoje deve vir na folha official publicada uma boa noticia para os nossos vinicultores, que com justificado desgosto têm visto perderem-se as suas vinhas pelo *phyloxera vastatrix*.

A noticia é transcripta de uma folha franceza, que publica o extracto de uma carta na qual se diz, que muitas das vinhas abandonadas por estarem atacadas d'aquelle terrivel mal, começaram repentinamente a florescer e promettem dar fructo este anno. O caso tem-se dado em differentes pontos, o que causou verdadeiro enthusiasmo entre os lavradores que julgavam perdidas para sempre as suas vinhas.

Tambem é grande o pezar d'aquelles que suppondo inutil a conservação das vinhas, as mandaram cortar e as substituiram por outras culturas.

O phenomeno que se está dando em França não é provavel que se repita em Portugal? Oxalá!

Vae tomando notavel incremento na ilha da Madeira a cultura e commercio do assucar.

O anno passado a exportação elevou-se a 526:572 kilogrammas no valor de 121:126$ réis.

Deve observar-se que todo o consumo do assucar da ilha é da producção da mesma.

A crise politica em França. — Lê-se no *Diario de Noticias* o seguinte:

«A imprensa franceza discute a mensagem do presidente Mac-Mahon ás camaras, e ao mesmo tempo nota que a leitura d'ella no senado, pelo duque de Broglie, foi singularmente interrompida por significativas demonstrações.

O *Journal des Débats*, dando conta da ultima sessão do senado, diz:

— Separou-se o parlamento com os gritos repetidos *Viva a republica!* Algumas vozes da direita gritaram: *Viva a reacção!* Mas não ouvimos a ninguem: *Viva o marechal.*

A mensagem fôra mandada affixar em todas as ruas de Paris para se lhe dar completa publicidade.

O novo ministro do interior mandára circular aos prefeitos annunciando a mudança ministerial. Resume-se assim: a politica do sr. presidente é, no interior, a ordem rigorosamente mantida; no exterior, a paz escrupulosamente resguardada. Os esforços do governo tenderão a esse duplo fim, que lhes são exigidos pelos interesses e pelo voto da nação. O marechal Mac-Mahon, pois, conta,

para o auxiliarem n'essa missão, a prudencia de todos os bons cidadãos.

Fôra nomeado para sub-secretario do interior o sr. Reille, candidato do tempo do imperio e membro do partido do *appêllo ao povo*.

Os deputados republicanos á saida da camara e depois do decreto do adiamento assignaram um manifesto, que já vemes nas folhas, e com a declaração de que recebera a adhesão do sr. Thiers. N'esse documento, os deputados declaram que a França, em as novas eleições para que seja convocada, saberá manter as instituições fundadas.»

Guerra do Oriente. — As ultimas noticias são as seguintes:

S. Petersburgo, 19. — Escrevem de Tiflis com data de 17: A esquadra ottomana, reforçada com dois vapores, renovou o bombeamento de Sukum-Kalé. Grande parte da cidade fôra destruida. As tropas russas retiraram além do rio Madjar. O general Soris Melikow participava do campo, em Ardahan, que no dia 16 tinham sido tomadas de assalto as fortificações avançadas das alturas de Ghelarcberdinsk, comprehendendo o forte Elariogla, cujo plano fôra traçado pelos engenheiros e tem grande importancia.

Nove baterias russas de 40 peças, construidas n'uma noite, romperam o fogo de manhã e desmontaram duas peças aos turcos. O triumpho pertencera ao regimento Elisabethopol, da columna do general Devel, que, depois de ter batido o inimigo em Oltchek, n'um combate encarniçado, apoderou-se das alturas fortificadas. Os russos tomaram 9 peças e grande quantidade de munições e armas. Tiveram 14 mortos e 74 feridos, d'entre estes 4 officiaes. A perda dos turcos devia de ser muito grande.

Dr. João Doria. — Ninguem ignora as tristes circumstancias em que ficaram quatro das filhas d'este dignissimo cidadão.

A companhia do Gymnasio, que actualmente está em Coimbra, e que já em Lisboa expontaneamente se foi offerecer á commissão, encarregada de promover a recita que em beneficio d'aquellas senhoras se deu ultimamente no theatro de S. Carlos; quiz agora coroar o seu cavalheirismo, offerecendo-se a pessoa d'aquella familia, para dar um beneficio com a mesma intenção n'esta cidade.

É desnecessario elogiar uma acção tão nobre.

Logo que isto constou, organisou-se uma commissão de amigos do fallecido sr. dr. João Doria, para coadjuvar a companhia do Gymnasio; e a respeitavel senhora D. Emilia Adelaide Pereira Coutinho, que já antecipadamente tinha manifestado o desejo de se promover este beneficio, quiz aggregar o seu nome aos dos mais mesmbros da commissão, tomando uma parte activa n'esta obra meritoria.

O conselho da Academia Dramatica prestou franca e briosamente o seu theatro, e n'elle haverá o beneficio na segunda feira proxima, levando a companhia á scena o applaudido drama — *Saltimbanco*, e uma comedia pelo actor Taborda e actriz Maria das Dores.

É de esperar que os habitantes de Coimbra e a academia dêem uma prova de quanto veneram a memoria do sr. dr. João Antonio de Sousa Doria.

Aposentação. — O sr. bacharel Joaquim Maria de Miranda e Oliveira, juiz sem exercicio, foi aposentado com o ordenado de 600$000 réis, concedendo mais a terça parte, e ficando com as honras de juiz da Relação.

Despacho. — Foi nomeado escrivão de direito da comarca de Coimbra, o sr. Augusto Gomes Pimentel, sendo exonerado, como requereu, o sr. Manoel Antonio Pimentel.

Transferencia. — O sr. bacharel Aloysio Augusto de Pinho, delegado em Villa Franca do Campo, foi transferido para Povoa de Lanhoso.

ANNUNCIOS

AGRADECIMENTO

1 A ASSOCIAÇÃO CONSOLADORA DOS AFFLICTOS de Coimbra agradece a todas as pessoas que com os seus donativos ou assistencia concorreram para o bom exito do bazar que se effectuou nos dias 12, 13 e 14 de Maio.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE COIMBRA

2 PREVINEM-SE os srs. accionistas que a reunião da assembleia geral annunciada para 31 do corrente, ás 11 horas da manhã, terá logar ás 5 horas da tarde do mesmo dia.

O presidente da assembleia geral
Luiz de Mello Tocho Soares d'Albergaria e Castro.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

3 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

ARRENDAMENTO

4 POR DIMINUTO preço arrenda-se o 2.º andar do predio n.º 31, no largo de S. Salvador, por 4 mezes, tendo principio no seguinte mez até ao ultimo do proximo futuro Setembro.

A entrada para o referido andar é pela rua do Loureiro, n.º 54; e alli mesmo ha pessoas, que tratarão d'esse negocio.

CARTILHA MATERNAL E QUADROS PARA ESCOLAS PELO METHODO — JOÃO DE DEUS

5 Á VENDA na Livraria Bertrand, 73 Chiado, 75. Cada collecção de 33 quadros custa, em papel 3$500; cartonada, 9$000; envernisada, 20$000; em album 9$000 réis. Cartilha 300 réis. Quadros e cartilha remettem-se francos de porte a quem enviar a respectiva importancia a Antonio da Costa Terenas, rua dos Fanqueiros, 114 — 1.º — Lisboa.

PHARMACEUTICO

6 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

COMPANHIA COMMERCIAL & VINICOLA DA BAIRRADA

7 PEDE-SE aos senhores accionistas d'esta companhia, que liberaram, declarem se querem receber as suas acções nominaes, ou ao portador. A declaração pode ser dirigida á sède, na Mealhada, ou aos escripturarios da companhia em Lisboa e Porto.

Mealhada 21 de Maio de 1877.

O presidente da direcção
José Lopes Carreira de Mello.

AGRADECIMENTO

8 O NEGOCIANTE José Tavares da Costa, penhoradissimo pelos immensos favores e provas de sincera amizade que recebeu de todos os seus collegas e numerosos amigos d'esta cidade, interessados todos na extincção do incendio que houve no seu estabelecimento na manhã de 17 do corrente, evitando pela sua dedicação que elle tomasse proporções assustadoras; vem por este meio cumprir o grato dever de lhes pedir que aceitem como verdadeiro este seu publico testemunho de gratidão.

Agradece egualmente aos dignissimos representantes da companhia de seguros Fidelidadade a combinação amigavel, e o modo prompto e cavalheiroso com que immediatamente o indemnisaram dos prejuizos que soffreu. São bem conhecidos do publico o bom nome, o credito, o modo como religiosamente esta companhia satisfaz os seus compromissos; mas factos como este mais augmentam a sympathia que ella tão justamente merece.

Recebam pois todos esta singela expressão do seu eterno reconhecimento.

Coimbra, 25 de Maio de 1877.
José Tavares da Costa

NEVE

9 SORVETES desde as 4 horas da tarde até ás 10 da noite. Recebe-se qualquer encommenda para casas particulares, na rua do Visconde da Luz, n.º 62, 1.º andar.

ATTENÇÃO

10 JOSÉ ANTONIO D'AMIL, morador no largo das Olarias, traspassa o estabelecimento de fazendas brancas da rua do Visconde da Luz, n.ºs 31 a 33, d'esta cidade, e vende a dinheiro ou a prazo as fazendas alli existentes, e convida os devedores ao fallecido sr. João Ventura de Castro, a pagarem-lhe os seus debitos. Tanto o estabelecimento como as fazendas convém a quem pretender estabelecer-se.

11 ARRENDA-SE um armazem, na rua das Figueirinhas, n.º 8.

Substituições a militares

12 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

13 O BACHAREL JOAQUIM d'ALMEIDA DA CUNHA, abre no dia 1 de Junho uma aula para *aperfeiçoamento na traducção de francez para portuguez, e exercicios de traducção de francez para portuguez*, especialmente destinada aos que pretendem habilitar-se para exame.

102 — Rua de J. A. d'Aguiar — 102

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE

14 NO DIA 30 do corrente, pelas 10 horas da manhã, no edificio de S. Jeronymo, hão de vender-se em praça publica alguns objectos d'ouro de doentes pobres fallecidos n'estes hospitaes, bem como fato, calçado, trapo branco, etc.

Administração dos Hospitaes da Universidade, 21 de Maio de 1877.

O administrador
Costa Simões.

UNICO DEPOSITO DAS VERDADEIRAS MACHINAS DE COSTURA SINGER PARA FAMILIA, ALFAIATE, SAPATEIRO E CORREEIRO

15 ACABA de chegar pela primeira vez a nova machina de braço com pé vibrante para sapateiro. A sua construcção é admiravel na solidez. Os primorosos trabalhos que executa em obra fina até á de maior grossura, e a facilidade no aprender convidam o comprador ao deposito.

SINGER

As melhores machinas que se conhecem para familia e alfaiate, que cosem em toda a qualidade de costura e que servem para trabalhar quer á mão quer de pé.

SINGER

São as que têm sido mais premiadas, as que offerecem mais duração, as mais faceis para aprender, as que fazem mais perfeito trabalho sem complicação de apparelhos.

SINGER

São as mais rapidas no trabalho, e que embainham, bordam a trancinha e a fios de seda, franzem, mettem cordões, guarnecem, fazem prégas, tudo a dois pespontos sem alinhavar.

Vendem-se a prestações semanaes de 400 réis, segundo a classe da machina, e a prompto pagamento menos 10 por cento.

Os preços são eguaes aos de Lisboa e Porto. Ensino gratis no deposito ou em casa do comprador, sendo na cidade. Reducção de preço nas agulhas e torçaes.

JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA
32, RUA DO VISCONDE DA LUZ, 36
COIMBRA

ARRENDA-SE

16 O PRIMEIRO ANDAR de uma casa no largo do Romal, com 6 quartos e boa cozinha. Quem precisar dirija-se a José Marques Pinto, na Praça do Commercio.

AVISO

17 A UM CAVALEIRO que reside em Ancião pede um negociante de Coimbra o especial favor de lhe mandar satisfazer uma divida que por sua dignidade já deveria estar paga.

Se continuar com a sua costumada indifferença a não fazer caso d'este dever serei mais explicito.

Coimbra, 26 de Maio de 1877.

ARRENDAM-SE

18 UMAS casas com quintal, ou sem elle, e agua em Mont'arroio. Trata-se na rua do Asylo, n.º 20.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3113 — Terça feira 29 de Maio de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

O objecto mais indispensavel para as povoações é a salubridade. Da falta de limpeza, da exhalação dos miasmas é que se originam a maior parte das molestias.

Este assumpto está merecendo toda a attenção da imprensa e das corporações que sabem e querem zelar os interesses publicos.

A cidade de Coimbra, porém, está muito longe das circumstancias que eram para desejar.

A canalisação das ruas e praças, principalmente do bairro baixo, acha-se quasi completamente obstruida com os entulhos e immundicies.

Ha canos que não foram limpos n'estes ultimos 15 annos! É facil de suppor o estado em que se acham.

Os ourinoes collocados em differentes pontos da cidade raras vezes são lavados. Chegam a exhalar um fetido tal, que se faz sentir até a bastante distancia. E' preciso que os visinhos reclamem uma e muitas vezes a limpeza d'elles, para que sejam mandados lavar.

No cerco dos Jesuitas, local em proximo contacto com a cidade, e na base do hospital, faz-se diariamente o deposito das immundicies. As pessoas que passam na estrada immediata, que é uma das communicações com o bairro alto, sentem um cheiro absolutamente insupportavel.

As ruas, principalmente as que se aproximam do rio, estão sendo depositos de toda a immundicie que alli querem lançar.

Passam-se annos sem que os saguões de muitas casas sejam limpos.

Dentro mesmo de algumas habitações falta a limpeza indispensavel. Nas cavalharices amontoam-se os estrumes; em muitos quintaes fazem despejo os moradores circumvizinhos; e chega até a tolerar-se em alguns pontos da cidade o gado suino.

Emfim os habitantes estão por toda a parte cercados de elementos delecterios, e respirando, em logar de um ar saudavel, um veneno que lentamente lhes altera a saude.

Temos instado, e repetiremos incessantemente as nossas intancias para que se attenda á limpeza da cidade. E' esse o ponto principal que deve merecer os cuidados das municipalidades.

Algumas camaras têm começado a tomar providencias ácerca d'este importante objecto; mas em breve o desleixo, as contemplações e os compadrios, vem fazer desistir d'esse louvavel proposito.

Pois nenhum acto das camaras seria mais util e digno dos publicos louvores, do que o cuidar incessantemente pela limpeza da cidade.

Repetiremos as nossas reclamações as vezes que fôr preciso, porque a salubridade interessa a todos, sem distincção de classes ou fortunas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Houve no domingo a assembleia geral da Associação Liberal de Coimbra.

Como esta sessão era a continuação da antecedente, tomou a presidencia o sr. commendador Olympio Nicolau Ruy Fernandes, e serviram de secretarios os srs. Antonio José Gonçalves da Cunha e José Melchiades Ferreira Santos.

Em cumprimento da anterior deliberação da assembleia geral leu o socio fundador, Joaquim Martins de Carvalho, o elogio funebre do socio fallecido o sr. José Maria Pinto.

Concluida a leitura, a assembleia geral, por proposta do sr. dr. Manoel Pereira Dias decidiu, que se lançasse na acta um voto de louvor ao socio Joaquim Martins de Carvalho, pelo modo como se havia desempenhado da incumbencia da mesma assembleia; e egualmente resolveu que a memoria fosse impressa.

Fallaram ácerca da necessidade que ha da Associação Liberal arrendar uma casa para as suas reuniões, os srs. Joaquim José Rodrigues de Sousa, Miguel Osorio Cabral e Abilio Roque de Sá Barreto.

Foi approvada uma proposta do sr. Olympio para que a Associação Liberal de Coimbra felicite a Associação Liberal do Porto, no dia 8 de Julho, anniversario do desembarque do exercito libertador nas praias do Mindello.

O sr. dr. Augusto Rocha propoz que a assembleia geral nomeasse uma commissão, para se occupar da organisação de um programma claro e definido, em que se estabelecessem os principios fundamentaes, que devem servir á resolução das importantes questões que na Associação Liberal se podem suscitar.

O sr. dr. Antonio Zeferino Candido tratou de mostrar que não era necessario esse programma, porque nos estatutos estão bem definidos os principios da Associação, e regulado o modo de os executar.

Houve sobre este assumpto uma larga e interessante discussão, em que tomaram parte os srs. drs. Rocha, Zeferino, e Pereira Dias.

Este ultimo socio, procurando conciliar ambas as opiniões, mostrou a necessidade da Associação Liberal ter um periodico, onde se discutissem os seus principios.

Por fim foi approvada pela assembleia geral uma proposta do sr. dr. Pereira Dias, para se chamar a attenção da secção respectiva para este objecto.

Ficaram organisadas tres das quatro secções em que se divide a Associação Liberal, deixando ainda de se organisar a 1.ª, em rasão de não haver já tempo, visto ter-se prolongado muito a reunião.

As tres secções ficaram assim constituidas:

2.ª SECÇÃO — *Impressão de livros, jornaes, ou outras publicações de propaganda liberal.*

Presidente — Commendador Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Tal era n'esta época o receio de cahir nas mãos de alguns dos salteadores que infestavam a Hespanha, que o conductor não se atreveu a seguir a estrada principal por *Merida*; tomou a de Truxillo. Em Merida havia um sitio mui notavel pelos roubos que alli se faziam, e tinha o nome fatal de *El confessionario*, porque alli, junto a uma grande pedra, os ladrões faziam sentar os passageiros, e os obrigavam a confessar o dinheiro que levavam e conforme a confissão, ou lhes roubavam só o dinheiro, ou os matavam.

Seguimos pois a estrada de Truxillo, por onde passámos e fomos direitos a Caceres, que era o termo da viagem do meu companheiro.» Alli chegados em uma tarde quiz elle que ficasse aquella noite em sua casa, mas eu não lhe acceitei a offerta, e só os bons refrescos que me deu, que ao uso hespanhol consistiram em bom chocolate, e excellentes doces.

Como Badajoz já não estava muito distante, e parecia não haver perigo algum até lá, assentámos em despedir a nossa guarda militar, pagando-a ambos de ida e volta. Ajustei tambem com elle todas as nossas despezas que tinhamos feito em commum, e com toda a egualdade, e em tudo com bizarria e bom accordo, e despedi-me d'elle ficando muito bons amigos, porque na realidade era homem honrado, e um verdadeiro cavalheiro. Na manhã seguinte parti só com o meu criado para Badajoz, onde cheguei ainda muito cedo.

Nas horas de dia que me restavam, vi o pouco que Badajoz tinha que ver; e o que alli de mais notavel encontrei, foi ver que na parte da muralha onde se abrira a brecha, quando ultimamente fôra tomada pelo exercito combinado, estava a data do mez e anno d'este successo, e isto com ballas de artilheria formando lettras.

Alli tambem me disseram, que as primeiras tropas, que haviam entrado na praça, haviam sido os portuguezes, que ao passo que ainda se combatia na brecha, tinham podido galgar a muralha por outro lado, e assim posto a guarnição entre dois fogos, obrigando-a logo a se render. Um egual comprimento tambem já me tinham feito os francezes quando, passando por Bayona, me disse um official, que me andava mostrando a praça, terem sido os caçadores portuguezes os primeiros que n'ella entraram. E accrescentou: E soubemos logo isso, porque o fogo dos vossos caçadores distinguia-se sempre do fogo dos caçadores inglezes pela vivacidade e vigor com que o faziam.

Depois de passar uma noite em Badajoz, dirigi-me para Elvas. Uma obra, que muito ennobrece esta cidade, é a sua grande ponte sobre o Guadiana, na sahida para Portugal, e que consta de 28 arcos. Passada ella descobre-se uma extensa campina, por meio da qual passa o Gaia, que divide os dois reinos, e que merece tão pouco o nome de rio, que em Setembro, quando o passei, levava tão pouca agua, que o passavam a pé sobre umas pedras, que nas provincias chamam pôldras ou alpondras.

Quando cheguei a Elvas já era no fim da tarde, porém ainda muito a tempo para ir á alfandega, e mandar pôr o visto no meu passaporte pela auctoridade competente. Perguntando quem era disseram-me ser o governador general Stubbs. Eu não o conhecia, nem elle a mim, a não ser pelos meus escriptos: assim mesmo mandou saber de mim, e convidar-me para sua casa.

Fui immediatamente procural-o, e recebeu-me, como se fossemos antigos amigos: passei com elle parte da noite, e não lhe quiz aceitar mais nada do que chá, dizendo-lhe que desejava partir quanto antes para despedir o coche hespanhol em que vinha, pois se me tornava agora mui dispendioso, sendo pago só por mim.

O obsequio que lhe pedi foi, que sabendo que no Alemtejo tambem então appareciam salteadores, e por elles não havia muito tempo tinha sido atacado o general Pepe, desejava que me desse dois soldados de cavallo para me acompanharem até Aldeia-gallega. Como por toda a estrada rondavam então patrulhas de cavallaria, deu-me uma ordem para os requerer, quando o julgasse preciso, aos commandantes das patrulhas, e para estes me acompaharem de um posto a outro.

Mui agradecido a todos os obsequios d'este honrado general, a quem pelo tempo adiante tive occasião de melhor o conhecer, e de estreitar com elle amisade, parti no dia seguinte d'Elvas, que apenas atravessei sem poder ver cousa alguma do que n'ella ha de notavel.

(Continuar-se-ha.)

Vice-presidente — Joaquim Martins de Carvalho.

Secretario — Antonio José Gonçalves da Cunha.

3.ª SECÇÃO — *Assistencia mutua.*

Presidente — Dr. Manoel Emygdio Garcia.

Vice-presidente — Abilio Roque de Sá Barreto.

Secretario — Frederico Ferreira.

4.ª SECÇÃO—*Commemorações festivas.*

Presidente — Adriano Pereira da Graça.

Vice-presidente — Bacharel Manoel José da Cunha Novaes Junior.

Secretario — Joaquim José Rodrigues de Sousa.

Tanto esta como as antecedentes sessões têm sido muito animadas.

A falta de casa cada vez se faz mais sentir. Apesar da boa vontade do Centro Promotor não se deve estar sempre a abusar da sua franqueza.

Uma das maiores necessidades da Associação Liberal é fazer conferencias populares, e sem uma casa apropriada não se podem effectuar.

A commissão executiva tem amplos poderes para isso; e de certo os seus dignos membros não deixarão de fazer as possiveis diligencias para se desempenhar d'essa incumbencia.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Os estudos archeologicos estão merecendo toda a attenção dos curiosos.

Fazem-se successivas investigações e descobertas; analysa-se; emprega-se a critica esclarecida; e assim se vão ampliando os conhecimentos historicos.

Ultimamente entendeu-se ser de muita vantagem a creação de gabinetes ou museus onde se fossem reunindo e classificando os objectos achados, e que andando dispersos se perdiam ou damnificavam, como infelizmente tem acontecido a muitos.

O Instituto de Coimbra organisou uma secção de archeologia, e aos esforços incansaveis dos seus membros se deve a creação do *museu de archeologia*, onde já se acham muitos e interessantes objectos, que de certo successivamente se irão augmentando.

Faltava, porém, um catalogo, em que se désse conhecimento exacto do que já existe no *museu de archeologia*. A esse trabalho se prestou o benemerito socio do Instituto, o sr. bacharel João Correia Ayres de Campos.

Acha-se felizmente terminada tão valiosa publicação, com o titulo de—*Catalogo dos objectos existentes no museu de archeologia do Instituto de Coimbra a cargo da secção de archeologia do mesmo Instituto* — 1873-1877.

O sr. Ayres de Campos não se limitou a um simples catalogo. Dá minuciosa noticia dos objectos existentes no *museu de archeologia*, sendo exactissimo, como costuma ser em tudo, nas inscripções; e acompanha cada um d'esses objectos com todas as noticias que poude alcançar que lhes digam respeito; tornando assim muito proveitoso e instructivo o catalogo.

Só uma força de vontade como a do sr. Ayres de Campos podia realisar um tal trabalho!

O catalogo divide-se nas seguintes partes:

Objectos de pedra, bronze, ferro e barro (epochas pre-historica, romana, dos godos, dos arabes, e portugueza).

Esculpturas, armas e outros objectos, não comprehendidos nas epochas precedentes.

Manuscriptos — desenhos e photographias — moedas.

Além das muitas notas no fim de cada pagina; seguem de paginas 49 a 62 as notas mais desenvolvidas.

E termina o catalogo com os seguintes documentos e noticias:

Acta da sessão da commissão de archeologia do Instituto de Coimbra, de 2 de Abril de 1873.

Acta da sessão da commissão de archeologia do Instituto de Coimbra, de 4 de Fevereiro de 1874.

Doadores e depositantes dos objectos existentes no *museu de archeologia* do Instituto de Coimbra desde 15 de Maio de 1873 até 28 de Março de 1877.

Socios do Instituto de Coimbra inscriptos na secção de archeologia do mesmo até 31 de Dezembro de 1876.

Associados correspondentes da mesma secção.

O sr. Ayres de Campos não carece dos nossos louvores por este seu importantissimo trabalho. Quem como o sr. Ayres de Campos teve a dedicação e o não vulgar patriotismo de fazer os *Indices* do cartorio da camara de Coimbra, está já bem conhecido como um cidadão prestantissimo, e cujo nome ficará vinculado a todas as memorias d'esta cidade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Vamos publicar a parte da carta do sr. Ribeiro Saraiva, com data de 16 de Maio, relativa á annexação da republica de Transval á colonia ingleza do Cabo da Boa Esperança.

O sr. Ribeiro Saraiva acompanha o discurso do ministro das colonias, Lord Carnavon, das costumadas accusações ao partido liberal, pelo estado das nossas possessões da Africa.

Não temos duvida em confessar, que a par de muitas providencias proveitosas, tem havido muitos erros e abusos na administração d'essas possessões; mas isso não dá direito ao sr. Ribeiro Saraiva, a pintar só com agradaveis côres todos os negocios do ultramar durante o governo absoluto, ao mesmo tempo que agora acha tudo mau e até pessimo.

Se fosse preciso não teriamos duvida em mostrar com documentos, o estado verdadeiramente lamentavel das nossas colonias durante o systema absoluto.

Ainda assim não deixaremos de citar o relatorio official do estado das egrejas do reino de Angola, dirigido em 27 de Setembro de 1799 ao bispo d'aquella possessão, D. Luiz de Brito Homem, pelo vigario geral Manoel Dantas Lima, para ser enviado á rainha.

Por elle se via que se achavam faltas de pastor nada menos de 25 parochias; estando muitas egrejas em ruina.

E isto era no tempo em que no reino de Angola havia tres conventos e tres hospicios.

Não ha duvida que houve missões religiosas de muita utilidade; mas tambem não faltaram actos irregulares praticados por muitos frades em as nossas possessões. Egualmente o podiamos provar largamente.

Dizemos isto, não para exaltar a administração do systema liberal; mas para mostrar que o sr. Ribeiro Saraiva não póde lançar com justiça, sobre este systema, tudo quanto houver de máu em as nossas colonias de Africa.

Ao menos já alli extinguimos a escravatura; e bastaria esse beneficio á humanidade e á civilisação, para não deverem ser tão desabridas as censuras á época actual.

N'essa parte não se dá hoje a anomalia extranhada pelo governador de Angola, D. Miguel Antonio de Mello, em officio de 3 de Fevereiro de 1800: — «*Pretendermos reduzir ao gremio da santa egreja os negros de Angola, e ao mesmo tempo entreter e conservar o commercio da escravatura, são dois fins que entre si repugnam.*»

Convém que todos os escriptores, que forem dotados de verdadeiro amor nacional, diligenceiem que se trate de melhorar a administração das nossas possessões.

N'esse ponto não deve haver partidos. E' um campo neutro para todos se reunirem.

Se agora ha erros e defeitos, houve-os tambem no antigo tempo.

Trate-se de procurar o remedio, que é o que importa á nação.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Instigou-me esta manhã (quando ia a pegar n'outro trabalho que tenho e muito preciso de fazer, por minhas circumstancias particulares), o abrir o *Times* de hontem (pois á noite recebo o papel, e o leio de ordinario na manhã seguinte), e n'elle encontrei logo o relatorio do discurso, antehontem, de Lord Carnavon, na camara dos pares, que traduzo integral e fielmente, relativo á annexação, sem ceremonia, da republica do Transval — como se hade annexar tambem brevemente a nossa bahia e territorio de Lourenço Marques, e assim ir preparando as cousas para a verificação do annuncio do grande Cameron (a quem os nossos academicos deram uma festa), que «*as fronteiras da colonia ingleza do Cabo de Boa Esperança, é o Zambezi*». — Passando, por tanto (e por agora) só a bahia de L. Marques, Sofala, etc., a augmentar as *pequenas* colonias inglezas.

Sem as brutalidades de D. Pedro, que o sr. J. Martins de Carvalho terá podido ler para o fim do livro da correspondencia do padre *Delvaux*, seriamos nós que, nos 40 annos que se tem passado, teriamos creado um imperio em Africa, que nos faria respeitar e considerar, e excluiria o dos inglezes, que agora contam absorver tudo, e não hade tardar, o consigam.

Eis aqui o relatorio parlamentar do *Times* de hontem:

«CAMARA DOS PARES. — *Bill da Africa do Sul.* — Ao apresentar-se o relatorio d'este Bill, propoz Lord Carnavon — (o ministro das colonias) — este inserisse depois da clausula 69 uma clausula, auctorisando Sua Magestade em conselho a ajuntar á colonia do Cabo, ou á colonia de Natal, qualquer territorio possuido por S. Magestade em qualquer parte da Africa do Sul; mas o tempo em que tal união se asseguraria, poderia ser mais curto ou mais longo; e antes que a confederação alli se podesse effeituar, poderia haver necessidade urgente de providenciar para o bom governo de territorios que cahissem debaixo do dominio de Sua Magestade.

«Ainda que, na precedente noite havia tido a satisfação de communicar a suas senhorias satisfactorias noticias em relação á annexação do Transval, comtudo o estado das cousas era tão critico, que se precisava toda a precaução. Por esta razão, julgava elle acertado formar-se a clausula que elle agora propunha; mas esta clausula continha a determinação de que se não proclamasse tal annexação, até que na legislatura da colonia a que o territorio tinha de annexar-se, passasse uma lei determinando que aquelle particular territorio ficasse constituindo parte da colonia.

«Dentro dos ultimos 15 dias, a legislatura da colonia do Cabo tinha passado uma lei em favor da união de Griqualand com aquella colonia. O Bill providenciaria para a admissão a unir-se qualquer colonia, estado, ou territorio, que pedisse ser admittido. Depois d'isso daria poder para que a colonia de Natal se annexasse á colonia do Cabo: e ultimamente daria poder para se subdividir o territorio do Cabo em qualquer extensão.

«Mencionaria tambem, que um volume de papeis já preparado, e outro mais pequeno que se estava preparando, dariam a suas senhorias plena informação a respeito das occorrencias no Transval e territorios adjacentes, até o tempo da annexação do primeiro.

«Faria tambem observar, que não havia desejo algum da sua parte para a annexação de Zululand ao territorio britannico.» — (A isto devemos nós acrescentar, «*por agora*», pois essa pera ainda não está madura; quando o estiver ella nos cahirá no cesto por si mesma).

«Sentiria muito que tal annexação succedesse. Queria antes fiar isso á influencia das leis inglezas e á civilisação ingleza em geral, para assegurar a tranquillidade nos paizes circumvizinhos.» — (Aqui devia Milord acrescentar, se quizesse deixar a cousa claramente, «e ás intrigas inglezas, para suscitar divisões n'esses paizes, e n'elles crear, comprar, etc., um partido inglez, que faça brevemente amadurar a pera).

«E acrescentaria, que a possivel necessidade de annexar Zululand, diminuia muito com o tomar-se o Transval; porque o perigo real que o Zulu corria antes era, que os Boers Hollandezes do Transval tratavam de arrogar-se o territorio Zulu. E essas arrogações de territorio eram para nós fonte de extremo perigo.»

Eis ahi. Agora perguntarei eu, se ha cousa mais transparentemente hypocrita, que um semelhante discurso? Não hade tardar muito, que razões semelhantes se alleguem para mostrar, que era indispensavel á Inglaterra tambem o annexar o territorio e bahia de Lourenço Marques; onde os missionarios protestantes sei eu, que ha muito trabalham em para isso preparar as cousas; e como esses não são *jesuitas*, que as podiam *brutalisar* catholicamente, bom é que se impinja a civilisação protestante ingleza; que inspire ás populações o desejo e appetite de ser tambem annexados ao territorio britannico.

D'esta sorte, se vae realisando a proposta e desejo do inglez que, tendo examinado as nossas possessões d'Africa Oriental, e descripto seus productos, riquezas e circumstancias, concluia, na serie de artigos que sobre isso appareceu no *Morning Herald* (hoje fallecido), que a Inglaterra devia appropriar-se aquellas, para ter alli outro imperio da India — mesmo para o caso de, por alguma desgraça, vir a perder o actual.

Não hade tardar muito que se hão de ver alluviões de inglezes, a ir apossar-se dos terrenos auriferos e rios d'aquellas nossas possessões, para emprestarem depois esse mesmo oiro aos nossos liberangas, e agigantar mais a nossa brilhante divida. — (Até outro dia). — Viva a liberdade liberanga!

A. R. SARAIVA.

Recebemos hontem a seguinte carta, em que o sr. Ribeiro Saraiva já se refere á primeira carta que lhe dirigimos:

«Sr. Joaquim Martins de Carvalho.—Londres, 22 de Maio de 1877.

Só agora (4 e meia da tarde, depois do meu jantar) pude ler a resposta de v. á minha carta do 1.º d'este mez. E sem entrar em particulares ou discussões para que agora não tenho vagar, direi primeiro, sinceramente, que lhe agradeço a citação tão precisa de factos e documentos e nomes que a sua resposta contem; muitos dos quaes eu não sabia, outros não conhecia tão individualmente, etc. Assim vamos suscitando factos e circumstancias, que talvez depois combinados venham a dar em resultado, modificar v. algumas de suas ideias, como eu algumas das minhas; pois, por tenaz que sou em minhas convicções, não ha ninguem mais docil em ceder á razão e aos argumentos, quando na verdade são convincentes — e sobretudo sinceros.

Agora limitar-me-hei á explicação particular de um facto que v. censura e cita, como uma prova de que não havia sinceridade, na reforma que se tinha intentado da constituição antiga e legitima portugueza, segundo a intenção de D. João VI, e se bem me lembro, promettida n'um documento do arcebispo de Evora, Fr. Patricio, que depois foi patriarcha —creio era de 24 de Junho de 1824. Isto, me parece, não era mais que o seguimento da reforma constitucional, cujo projecto e proposta fôra encarregada a Palmella, Faria Carvalho, Antonio José Guião, e não sei quem mais, em Junho de 1823, creio eu.

O meu objecto particular agora é, explicar o modo por que esse projecto se frustrou, e as causas d'isso. N'esse tempo estava em Madrid um corpo diplomatico estrangeiro muito contrario á revolução; Pozzo di Borgo, por exemplo, e outros dos mesmos sentimentos. As nossas duas princezas que estavam na Hespanha, sabendo d'aquella promessa de reformas de D. João VI., representaram aos diplomaticos das côrtes do Norte e de França, que aquelle projecto de reformas em Portugal não era mais que um meio de resuscitar a mesma revolução que acabava de cahir.

As representações d'estes diplomaticos fizeram que as suas côrtes representassem ao governo de Madrid, que elle, como o mais interessado e poderoso na peninsula, convinha impedisse o fazer-se reviver a revolução em Portugal, debaixo do pretexto das promettidas reformas, etc. Em consequencia do quê, o governo hespanhol intimou ao nosso o cessar n'esses procedimentos reformistas.

Um governo mais energico e mais zelador da dignidade e interesses nacionaes, houvera respondido á Hespanha, que se occupasse ella com as suas cousas, e nos deixasse a nós modificar e accommodar as nossas ás exigencias do nosso tempo e das circumstancias do paiz. Em vez d'isso, porém, deixou-se cahir tudo ao chão; occupou-se o tempo em preparar a expedição que havia de ir para o Brazil (de que Saldanha, então no Porto, era preconisado commandante); veiu a tola Abrilada conduzida parte por imbecis, parte por traidores sem duvida; não se fallou mais de expedição para o Brazil (que a Inglaterra não queria); foi Stward a Lisboa forçar D. João VI a consentir na separação — e seguiu-se o mais que é sabido.

Eu tinha, nas minhas correspondencias para Vienna (onde eram copiadas e enviadas uma copia para Petersburgo, e outra para Berlim) tratado de mostrar o erro que fôra, o impedir-se que se reformasse em Portugal, se addiccionasse a constituição verdadeira e legitima do reino, segundo as necessidades da Europa; e como se devia ter feito depois de acontecimentos e convulsões taes como a guerra da peninsula, a ausencia da côrte no Brazil, a revolução de 1820, a contra-revolução de 1823, etc.

Essa foi a razão porque se desejava eu estivesse em Vienna, para ajudar, e suggerir, e informar, sobre cousas e circumstancias da peninsula, na conferencia projectada, que falhou por ter falhado D. Carlos em tomar Bilbau então.

A menção d'estas circumstancias poderá não deixar de ter algum interesse.

A. R. SARAIVA.

Diremos como esclarecimento a esta carta do sr. Ribeiro Saraiva, que é de 18 de Junho de 1823 o decreto que creou a junta encarregada de preparar o projecto de carta de lei fundamental da monarchia portugueza; e que essa junta constava dos seguintes membros—conde de Palmella, presidente, Antonio José Guião, arcebispo de Evora, Francisco de Borja Garção Stockler, Francisco Manoel Trigoso de Aragão Morato, João de Sousa Pinto de Magalhães, José Antonio Faria de Carvalho, José Antonio de Oliveira Leite de Barros, José Joaquim Rodrigues de Bastos, José Maria Dantas Pereira, D. Manoel de Portugal, Manoel Vicente Teixeira de Carvalho, marquez de Olhão, monsenhor Gordo, e Ricardo Raymundo Nogueira.

Em quanto ao decreto referendado pelo ministro da justiça, o arcebispo d'Evora, D. Fr. Patricio da Silva, depois patriarcha de Lisboa, que aceitando o parecer d'aquella junta, mandou pôr em vigor as antigas côrtes dos tres estados do reino, não é como suppõe o sr. Ribeiro Saraiva, de 24 de Junho de 1824, mas sim de 4 d'esse mez.

A junta creada por decreto do dia immediato, 5 de Junho, encarregada de proceder *logo, e sem perda de tempo*, a preparar o projecto das instrucções necessarias para a sua convocação, eleição de procuradores, e proseguimento das mesmas côrtes, foi composta do conde de Barbacena, pae, D. Miguel Antonio de Mello, Antonio José Guião, José Vaz Correia de Seabra, e José Antonio Faria de Carvalho.

O sr. Ribeiro Saraiva cáe n'um equivoco, suppondo a celebre *Abrilada* como uma das causas de se não levar a effeito a convocação dos tres estados do reino; pois que o decreto que os mandou restaurar é de 4 de Junho de 1824; e a *Abrilada, tola, imbecil, e traidora* (segundo a propria classificação do sr. Ribeiro Saraiva), tinha sido em 30 de Abril antecedente.

E' exacto o que diz o sr. Ribeiro Saraiva, ácerca das intrigas do corpo diplomatico estrangeiro, em Madrid, para obstar a que em Portugal se convocassem os tres estados.

Porém aos manejos empregados para isso pelas duas princezas que estavam n'aquella capital, deve tambem o sr. Ribeiro Saraiva ajuntar os da imperatriz D. Carlota Joaquina, que em Lisboa era a alma de toda a reacção.

E apesar de não termos espaço, nem ser nosso intento fazer hoje desenvolvidas reflexões ao que diz o sr. Ribeiro Saraiva, não podemos deixar de mostrar, que bem desnecessarios se tornavam aquelles manejos e intrigas; pois que a projectada convocação dos tres estados não era senão uma burla. Vamos provar o que dizemos.

Em despacho de 10 de Julho de 1824, dizia o seguinte o ministro dos negocios estrangeiros, marquez de Palmella, ao conde de Porto Santo, nosso embaixador em Madrid, para lhe mostrar que os absolutistas não deviam recear os tres estados:

«Cada um dos tres braços *será reduzido a um pequeno numero de individuos*; os do clero e da nobreza *eleitos debaixo da influencia immediata d'el-rei por compromissarios que S. M. escolherá*; os procuradores das camaras *eleitos só pelas pessoas que andam na governança de cada uma d'essas camaras, e reduzidos a um procurador só por cada comarca.*

«É da intenção de S. M. que estas côrtes, ás quaes só é concedida a faculdade *de consultar sobre os objectos que lhe forem propostos pelo governo*, e que de facto não serão mais do que *um grande conselho de estado*, tenham mui curta duração.»

Que lhe parece, sr. Antonio Ribeiro Saraiva?! Não eram magnificas estas côrtes?!

E na verdade, do systema e governo absoluto podia esperar-se cousa diversa?!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CORRESPONDENCIA

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — No *Conimbricense* de que v. é digno redactor tenho visto que em varias comarcas já tiveram logar as audiencias geraes, e, a proposito dos crimes n'ellas julgados, elogios bem tecidos aos magistrados judiciaes pela maneira cordata e recta como a sua missão foi desempenhada. Aqui, na Figueira da Foz, despertou-se um pouco mais tarde, e a prova é que o primeiro dia de audiencias geraes é no dia 4 do proximo Junho.

O réu que hade ser julgado n'este dia é o curandeiro, Joaquim Gaspar Coelho, das Alhadas de baixo, o criminoso que apesar de terem sido patentes por duas vezes á auctoridade os repetidos crimes, e ter-se prestado a devida fiança, meio legal, que serviu ao curandeiro para continuar a praticar a illegalidade, o que actualmente se verifica, conta com a protecção dos jurados no seu julgamento, o que ha de fazer reunir alli grande numero de espectadores para verem, se o protectorado escandaloso consegue uma victoria já promettida.

No orgulho em que é tido este tribunal, pela rectidão das suas sentenças, teremos occasião de apreciar agora, se a fama do passado lhe é ou não bem cabida.

Voltando aos casos crimes do curandeiro, Joaquim Gaspar Coelho, tenho a dizer a v. e a quem estas linhas quizer ler, que a medicina empregada por tal individuo tem sido demasiadamente nociva, e senão vejamos: — O curandeiro foi chamado para ver dois doentes, ambos affectados d'uma phtysica pulmonar; ao primeiro applicou-lhe dezoito sanguesugas na região do estomago, e se até essa época ainda andava de pé, foi condemnado fatalmente a guardar o leito durante dois mezes e no fim succumbiu! Ao segundo applicou-lhe a sangria; mais algum tempo que o primeiro sobreviveu; infelizmente já é cadaver! Para um terceiro doente em que a molestia era um phleimão diffuso em um dos braços, a sua therapeutica limitava-se a cataplasmas maturativas de galbano e aguardente; a inflammação attingiu o duplo do braço são, e, se não fosse n'essa occasião chamado um facultativo, que com difficuldade, e não pequena, debellou o padecimento, a morte do braço por gangrena seria a consequencia immediata! Para um quarto doente em que a affecção era uma anemia rheumatismal e um leve catarrho bronchico, applicou-lhe sobre a região do thorax uma grande porção de sanguesugas. A anemia accentuou-se d'um modo surprehendente e a familia teve de recorrer á sciencia d'um facultativo, que com grande trabalho poude levantar d'aquelle miseravel estado o doente que já se considerava phtysico!

Não querendo, sr. redactor, encher paginas do seu jornal com mais exemplos, o que posso fazer pela abundancia d'elles, paro aqui, porque estes são de sobejo para julgar quanto póde a ignorancia do curandeiro, Joaquim Gaspar Coelho, d'onde resulta um perigo gravissimo e milhares de desgostos. E, se n'estes factos, alguem porque ignore a sciencia medica, descrê do perigo da therapeutica do citado curandeiro, consulte a medicina ao proprio facultativo que nos deu a conhecer estes exemplos, e muitos outros que com a maior indignação reprovarão semelhantes actos.

E, sr. redactor, para proteger o curandeiro, Joaquim Gaspar Coelho, ensina-se ás testemunhas de defeza, que não negam a generalidade dos factos, a deporem que é por motivo de exercer a caridade... mas perigosa, que se presta a ir visitar os doentes; que na sua residencia não ha facultativo; e que só em casos de absoluta necessidade elle é chamado.

Toda esta defeza é falsa. A ambição aos proventos, que da profissão que illegalmente exerce e seus conhecimentos lhe resultam é a unica mola que o guia, por quanto não se póde invocar a caridade para commetter um crime d'esta ordem, e tanto mais quanto se acham dois facultativos á distancia da localidade da residencia do curandeiro, pouco mais da meia hora de tempo; exerce a clinica até na propria freguezia onde habitam os dois facultativos de que um é medico do partido da camara municipal d'este concelho, partido que contém em seu perimetro todas as freguezias onde o curandeiro tem exercido a profissão medico-cirurgica; e n'uma outra a de Quiaios, onde ha muitos annos reside um facultativo da eschola de Lisboa.

Por este pequeno esboço, sr. redactor, d'uma maneira clara se deprehende que não é preciso recommendar á justiça o curandeiro para que lhe seja dado o castigo, se a julgarmos despida de preconceitos; mas, como a nossa convicção não é essa pelas scenas baixas e torpes que influencias partidarias têm desempenhado, acatamos o desenlace do julgamento para nos não pouparmos a trabalho d'esta ordem.

Figueira da Foz 27 de Maio de 1877.

NOTICIARIO

Festividade. — No domingo celebrou a Veneravel Ordem Terceira da Penitencia a festividade da Santissima Trindade.

De tarde houve a costumada procissão.

Roubo. — Em a noute de domingo para segunda feira roubaram uma junta de bois, de uma casa ao Almegue, suburbios d'esta cidade.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

João Maria da Cunha, filho de Pedro Antonio da Cunha e Maria do Carmo, de Montemór-o-Velho, de 41 annos, fallecido em 19 de Maio de 1877.

Elvira Antonia da Conceição Oliveira, filha de José Maria de Oliveira e Maria da Conceição, de Coimbra, de 3 annos, fallecida em 21.

José Fernandes, filho de Manoel Fernandes e Libania de Jesus, de Coimbra, de 3 annos, fallecido em 24.

Antonio Ignacio Gouveia, filho de Antonio Ignacio Gouveia e Luiza Maria, de Coimbra, de 33 annos, fallecido em 25.

Total dos cadaveres enterrados no cemiterio — 7:079.

Exoneração. — O sr. bacharel João Jacinto Tavares de Medeiros foi exonerado, a seu pedido, de administrador do concelho de Coimbra.

Transferencia. — O sr. bacharel Pedro de Medeiros e Albuquerque, administrador do concelho da Louzã, foi transferido para cargo identico no concelho da Figueira da Foz.

Jubilação. — O sr. dr. Miguel Leite Ferreira Leão, lente cathedratico da Faculdade de Philosophia, foi jubilado com o augmento do terço do ordenado.

Apresentação. — O presbytero Antonio Maria de Mello Napoles, parocho collado na egreja de Nossa Senhora das Neves, de Cadafaz, diocese de Coimbra, foi apresentado na egreja parochial de S. Pedro da Varzea de Goes, na mesma diocese.

A Revista de Theologia. — Ácerca d'este novo periodico de Coimbra nos diz o sr. Ribeiro Saraiva o seguinte:

«Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Londres, 21 de Maio de 1877 (á noite).

Paz á politica hoje; tanto mais que v. tem lá, me parece, papelada bastante minha, até de mais.

Acabo de ler o primeiro artigo na *Revista de Theologia*, que recebi no dia 17, e que não tinha podido ler antes. E dou os parabens ao sr. doutor Motta Veiga; pois o seu artigo é excellente em doutrina, estilo e espirito.

Confesso que antes de lel-o peguei no papel com alguma desconfiança, pela superficialidade, linguagem, e leveza, que é caracteristica da maior parte do que ahi se escreve agora em Portugal. Felizmente o seu *Conimbricense* falla portuguez que se entende tambem.

O sr. doutor M. E. Motta Veiga deve ter sido discipulo de um homem que ahi havia (e espero haja ainda), que era de mão cheia, na mesma Faculdade Theologica, o doutor Rodrigues, que ha annos era Lente de Prima, e me fez o favor de mandar-me varios de seus magnificos sermões. Um dos que muita saudade me fizeram foi o que pregou no funeral do meu antigo mestre e amigo, o padre José Vicente Gomes de Moura, que não deixou por lá muito quem o valesse.

Espero que os seguintes artigos da *Revista de Theologia* sejam no mesmo espirito, doutrina e seriedade; hei de il-os lendo, mas quem tem que vadear por gazetas quasi como *lençoes impressos*, para saber alguma cousa da guerra do Oriente, e agora das cousas de França, resta-lhe pouco tempo para outras leituras. — Vou escrever algumas linhas a

respeito da *Revista de Theologia* no excellente papel catholico d'aqui o *Catholic Standard*.

E por hoje «não enfado mais» a v. — que era o fecho das cartas dos soldados ás familias, no tempo da guerra peninsular. — *A. R. Saraiva*.»

Theatro Academico. — Houve hontem no theatro Academico á récita dada pela companhia do Gymnasio, a favor das quatro filhas solteiras do sr. dr. João Antonio de Sousa Doria.

A enchente foi extraordinaria, tanto na plateia, como nos camarotes. Muitas pessoas deixaram de entrar por não poderem.

A companhia foi muito applaudida, e na poesia, a *Caridade*, recitada pelo sr. Posser, foram geraes as demonstrações, ficando o palco juncado de flores, o que se renovou no fim do espectaculo.

A commissão promotora do beneficio, a expensas suas, deu depois de terminada a récita uma ceia volante á companhia.

Em rasão de não poder comparecer o distincto actor Santos, pelo seu melindroso estado de saude, e o sr. Polla se achar ausente; a commissão, para dar uma demonstração do apreço em que tem aquelles actores, enviou a cada um, pelo actor Posser, dois *bouquets*.

Este actor, commovido até ás lagrimas, agradeceu á commissão esta prova de delicadeza; tornando-se geral a sensação em todos os presentes.

É digno de louvor o conselho da Academia Dramatica, que chegou a ceder o seu camarote especial para ser vendido.

Tambem se deve registar, que todos os assignantes de camarotes prescindiram do abatimento de preço a que têm direito.

A companhia do Gymnasio retira hoje para o Porto.

A commissão promotora do beneficio era composta da ex.ma sr.a D. Emilia Adelaide Pereira Coutinho, e dos srs. dr. Nuno José da Cruz, dr. Jacinto Alberto Pereira de Carvalho, dr. Augusto Rocha, bacharel Augusto Cesar da Cruz Ferreira, bacharel Manoel Barata de Lima Tovar, Annibal Alvares da Silva, Francisco Xavier da Motta Portocarrero, Francisco Maria de Sousa Nazareth, Paulo José da Silva Neves, José Antonio dos Santos, e Frederico Ferreira.

Chegada e partida. — O sr. João Pereira Guerra, intimo amigo da familia Doria, e um dos membros da commissão que levou a effeito no theatro de S. Carlos o beneficio a favor das quatro filhas solteiras do sr. dr. Doria, chegou a esta cidade no sabbado e entregou, em nome da commissão, ao seu amigo sr. Antonio Doria, o producto d'aquelle beneficio.

O sr. Guerra retirou-se para Lisboa no domingo.

Prisão. — Já foi capturado o ladrão que roubou a junta de bois, no sitio do Almegue, a que nos referimos na terceira pagina d'este jornal. Tambem lhe foi apprehendida a junta de bois.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa 26 de Maio de 1877.

É fóra de duvida que os enterros civis preoccupam sériamente o sr. presidente do conselho.

S. ex.a, além da portaria que fez expedir á camara, e da qual já me occupei, deu instrucções particulares ao sr. secretario geral, servindo de governador civil, para contrariar por todos os meios ao seu alcance aquelles enterramentos, em consequencia do que o mesmo funccionario convocou os regedores e communicou-lhes o seguinte:

1.° Que os regedores deverão prestar particular attenção ao serviço dos enterramentos;

2.° Que logo que conste que algum se quer fazer civilmente busquem evital-o por meios suasorios;

3.° Que quando o enterramento é feito civilmente por falta de meios pecuniarios, o regedor deve fornecel-os á familia do morto para fazer o enterramento catholico;

4.° Que no caso da familia insistir no enterramento civil, por ser essa a sua vontade ou por obediencia á disposição do finado, os regedores forneçam um trem ao parocho da freguezia, a fim de que elle acompanhe o cadaver ao cemiterio.

As noticias officiaes de Macau nada adiantam.

Sabia-se que em Saigon ainda fazia estragos o cholera-morbus; mas não estava isto officialmente declarado.

Na segunda-feira será publicada e distribuida a circular dirigida aos industriaes pela secção de industria, preparatoria da exposição de Pariz.

Chegou esta manhã de Elvas o regimento de artilheria 2. Vem em pouca força. Foi aquartelar-se no castello de S. Jorge, mas é transferido para Belem.

Não é exacto que se faça transferencia nos aquartelamentos entre infanteria 1 e 5, cavallaria 4 e artilheria 1.

A familia real sáe ámanhã para Queluz.

Casa quarta-feira o sr. Lourenço de Carvalho, director do caminho de ferro do Douro. A noiva é a filha do sr. conde de Casal Ribeiro.

Um telegramma de Roma diz que chegaram hontem alli as pessoas que foram na companhia do sr. cardeal patriarcha.

Guerra do Oriente. — As ultimas noticias são as seguintes:

Constantinopla, 25. — Os russos bombardearam os fortes de Kars na Armenia, os quaes responderam vigorosamente. Foram reduzidas a silencio as baterias postadas na margem esquerda do Danubio, em frente de Kisova.

A Porta reclamou o contingente ao bey de Tunis.

Londres, 25. — Diz o «Times» que parte da esquadra russa sahida da America regressa a Cronstadt, e a outra parte vae para as aguas de Gibraltar, apresar os navios que tragam armas para a Turquia.

Constantinopla, 25. — Os russos apertaram os seus ataques contra Kars. Continuam avançando sobre Erzerum. Está imminente uma batalha. Foram repellidas com perdas as forças russas que tentaram lançar uma ponte em Batum.

ANNUNCIOS

AGRADECIMENTO

1 OS ABAIXO ASSIGNADOS, alumnos da Eschola Normal e Gradual de Instrucção Primaria e Instituto Calligraphico d'esta cidade, approvados nos recentes exames d'instrucção primaria no Lyceu Nacional da mesma, agradecem, penhoradissimos, aos seus dignos e habilissimos professores, os ill.mos srs. Luiz Adelino Lopes da Cruz e Manoel de Jesus Cesar Duque, os muitos e grandes esforços que, doutrinando-nos, empregaram para nos obterem assim o feliz resultado de nossos exames.

Oxalá que elles de futuro continuem a proporcional-os aos demais seus alumnos, firmando d'esta sorte cada vez mais seus creditos e dando aos paes e familias dos mesmos a satisfação que os nossos acabam d'experimentar, sendo nós, por auctorisação d'elles, os fieis transmissores de sua gratidão.

Coimbra, 28 de Maio de 1877.

José Victorino Parada da Silva Leitão
José Maria Cypriano Pereira da Silva
Cesar Augusto Pereira Caldeira
Alexandre Augusto de Sousa Duarte
Joaquim dos Santos Figueiredo
Joaquim Antonio Pedro
Benjamim Craveiro
Alfredo Thomaz de Brito
Domingos Gomes de Moraes Sarmento
Manoel Marques Cardoso
Francisco Lopes Correia
Joaquim do Espirito Santo Ferreira Junior.

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS DE COIMBRA

2 CONTINUAM abertas as aulas nocturnas d'esta associação, a mesa da qual lembra aos paes dos alumnos a necessidade de vigiarem que estes sejam assiduos em sua frequencia e compareçam ás horas competentes, visto que taes faltas não se tem justificado, como era mister.

Coimbra, 28 de Maio de 1877.

O Presidente,
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

POMBOS

3 A SOCIEDADE do tiro dos pombos de Lisboa compra pombos, em partidas não inferiores a 50, pelo preço de 140 réis cada um, pagos no acto da entrega em qualquer estação dos caminhos de ferro do norte, leste e sueste. Os vendedores podem para mais esclarecimentos dirigir-se aos chefes ou ao secretario da sociedade, Luiz Sequeira Oliva, e espingardeiro Imberton, rua Aurea, n.° 76 — Lisboa.

CASA LISBONENSE

4 CHAPEUS modelo Paris para senhora.
Chapeus de differentes feitios para creança.
Fazendas de lã muito modernas para vestido.
Córtes para verão.
Saias »
Leques.
Flores francezas para chapeu.
Sombrinhas para verão.
» de seda.
Chapeus de sol para homem.
Bengalas.
Lindissimas gravatas para senhora.
Ditas para homem.
Um saldo grande de boas chitas largas para vender a 135 réis o metro.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

5 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.a, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

ARRENDA-SE

6 O PRIMEIRO ANDAR de uma casa no largo do Romal, com 6 quartos e boa cozinha. Quem precisar dirija-se a José Marques Pinto, na Praça do Commercio.

CAIXEIRO

7 PRECISA-SE de um com pratica ou sem ella, na Livraria Popular, rua do Visconde da Luz, n.os 58, 60 e 62.

Administração geral das mattas do reino

Venda de carvalhos e cedros

8 NO ministerio das obras publicas, gabinete da administração geral das mattas, se recebem propostas até ao fim do corrente mez para a compra dos carvalhos e cedros que estão caidos na matta do Bussaco.

As condições d'esta venda estão desde já patentes no referido gabinete.

Lisboa, 17 de Maio de 1877.

O chefe da divisão florestal do norte, Pedro Roberto da Cunha.

CRUCIFIXO

9 VENDE-SE um de boa esculptura, proprio para egreja. Couraça de Lisboa, n.° 75.

10 ARRENDA-SE a casa n.° 60 da rua das Fangas. Tem bons commodos, e um pequeno jardim.

11 ARRENDA-SE, com muitos commodos uma casa acabada de novo na rua das Padeiras, n.° 34.

ARREMATAÇÃO

12 TERÁ LOGAR, no dia 31 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na relojoaria do sr. Carvalho, na rua da Sophia, a venda da quinta, sita em Banhos Seccos, do bacharel Carlos Augusto Simões Ferreira, já annunciada n'este jornal e que devia effectuar-se no mesmo local de Banhos Seccos.

13 QUEM QUIZER comprar uma morada de casas, na rua da Fornalhinha, junto á rua dos Sapateiros, com n.os 5 a 9, acabadas de novo, e de muito boa construcção; pode dirigir-se ao mesmo prédio, aonde se tratará do seu ajuste.

14 D. MARIA GERMANA BAPTISTA E CUNHA, vende um Casal no sitio da Cumeada, proximo d'esta cidade, que tem casas de habitação, terras de semeadura, com agua, vinha, oliveiras, e mais arvores de fructo. Pode ser examinada em qualquer dia e hora, e recebem-se no mesmo local os lanços, até 15 de Junho.

15 O BACHAREL JOAQUIM d'ALMEIDA DA CUNHA, abre no dia 1 de Junho uma aula para *aperfeiçoamento na traducção de francez para portuguez, e exercicios de traducção de portuguez para francez*, especialmente destinada aos que pretendem habilitar-se para exame.

102 — Rua de J. A. d'Aguiar — 102

PHARMACEUTICO

16 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

NEVE

17 SORVETES desde as 4 horas da tarde até ás 10 da noite. Recebe-se qualquer encommenda para casas particulares, na rua do Visconde da Luz, n.° 62, 1.° andar.

18 ARRENDA-SE um armazem, na rua das Figueirinhas, n.° 8.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno........ 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno........ 3$460
Por semestre........ 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre........ 1$730
Por trimestre........ 800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre........ 865

Numero 3114 | Sabbado 2 de Junho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Aproxima-se a exposição de Paris, e é indispensavel que a auctoridade superior d'este districto, e todas as pessoas d'elle que se interessam pelo progresso da agricultura, da industria e de todos os ramos em que se divide a actividade humana, se apressem a empregar todos os esforços para que n'aquelle vasto certamen a que são convidados todos os paizes, sejamos dignamente representados.

E' mister promover que o districto de Coimbra mostre qual é o seu desenvolvimento.

Ha em regra uma certa indolencia; e porisso carece-se que a auctoridade, por si, pelos seus delegados, e pelas commissões organisadas na cabeça do districto e nos concelhos, convidem e estimulem todos os agricultores e industriaes a que se prestem a mandar á exposição universal de Paris tudo aquillo que possa mostrar o que somos e o que podemos.

Não é indispensavel que se exponham só objectos de grande valor e de luxo; o que se prefere é o que fôr util, e relativamente barato; aquillo de que maior proveito venha á communidade em geral.

O que se deve desejar principalmente é que os productos expostos sejam o resultado do trabalho, das diligencias, ou do impulso individual.

O contrario d'isto é falsear os fins da exposição universal, e apresentarmo-nos alli com um numero extraordinario de objectos expostos, dando em resultado o fazer-se um juizo muito diverso do que merecemos.

Haja realidade e verdade, e não phantasmagorias. E' para isso que se devem dirigir todos os esforços.

Póde servir de norma para o que agora ha a fazer, a direcção que houve em 1862 n'este districto, para a exposição universal de Londres e geral de Lisboa, n'esse mesmo anno.

Além dos trabalhos da commissão organisada n'esta cidade, e das creadas nos diversos concelhos, foi percorrer as principaes localidades do districto, o distincto official de marinha e inspector da repartição dos pesos e medidas, o sr. Francisco Teixeira da Silva, que ao mesmo tempo era na commissão aqui instituida, o vice-presidente da secção de industria fabril.

Nos concelhos a que se dirigiu, resolveu muitas difficuldades, animou, e empregou as mais preseverantes instancias para que não só fossem muitos os objectos mandados á exposição, mas sobretudo que representassem o verdadeiro movimento e progresso agricola e industrial do districto de Coimbra.

Póde ver-se a esse respeito o seu muito curioso *Catalogo dos productos enviados pela commissão districtal de Coimbra para a exposição universal de Londres e geral em Lisboa, seguido de alguns dados estatisticos relativos a diversas industrias*.

Todos os productos eram acompanhados de minuciosos e interessantes esclarecimentos, para habilitarem os classificadores na exposição de Londres a avaliar com exactidão e conhecimento de causa, qual a importancia e merecimento dos objectos mandados á mesma exposição.

Por exemplo, dois vellos de lã, preta e branca, remettidos directamente do governo civil, eram acompanhados de um mappa da producção de lãs no districto, dividido pelos concelhos, pelas qualidades e quantidades, e com os respectivos preços.

Alguns productos enviados á exposição por varios fabricantes de louça d'esta cidade, eram acompanhados por uma interessante nota, a qual aqui reproduzimos, para que se possa avaliar a differença que haverá de então para hoje no movimento e preços dos objectos de louça fabricados em Coimbra.

«Em Coimbra ha nove fabricas de louça fina e grossa.

Os capitaes empregados nos edificios em que os estabelecimentos estão montados — em rendas, foros, etc. regulam por 5:500$000 réis.

Gastam de materias primas:

Barro branco e vermelho 600 carradas a 300 réis, dos arredores de Coimbra, Anobra e Condeixa. Areia do mar 2 carros, a 2$400 réis, da Figueira. Chumbo 8:800 kg. a 110 réis da mina do Braçal. Estanho 930 kg. a 695 réis, comprado em Coimbra. Fezes de ouro 70 kg. a 165 réis — idem. Esmalte 180 kg a 695 réis — idem. Antimonio 50 kg. a 270 réis — idem. Zarcão 45 kg. a 160 réis — idem.

Que produzem:

Pratos ordinarios, 14:000 duzias, a 60,

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Ainda pouco tinhamos andado depois de termos sahido da praça, quando reparei que quasi ao lado do coche marchava um official a cavallo. Como eu ia só mais o meu criado disse-lhe, que se apeasse, e fosse dizer áquelle senhor, que se queria fazer com mais commodidade a sua jornada, eu lhe offerecia um logar comigo, e elle criado lhe levaria o cavallo.

Era um official ainda de pequena patente, e acceitou o meu convite. Ambos já juntos um do outro, natural era que entrassemos logo a conversar. Disse-me o meu hospede, que estava de guarnição na praça, onde havia pouco tinha casado, e que agora o mandavam para longe, e ia a Lisboa requerer que o deixassem ficar onde estava, porque o sahir de Elvas lhe causava grande tortura. Eu disse-lhe tambem quem era, que ia para Lisboa, e que talvez lá lhe podesse ser de algum proveito para conseguir o que desejava. N'este caso se lhe agradasse fazer toda a jornada na minha companhia, me daria com isso muito gosto, e até me fazia um favor especial, porque tambem assim iria mais seguro de não ser atacado, visto dizer-se que a estrada andava bem suja de ladrões.

Mostrou-se o meu novo companheiro muito agradecido, acceitou as minhas offertas; e foi para mim, assim como para elle uma grande fortuna o nosso inesperado encontro, porque eu ia mais socegado, e elle, por minha intervenção, como direi, conseguiu o que desejava.

Fizemos uma excellente camaradagem, e por fim uma jornada feliz. Eu convidei-o sempre a comer comigo, não consenti, que fizesse despeza alguma nas estalagens onde dormiamos, ou jantavamos, e elle da sua parte fazia tambem quanto lhe era possivel para se tornar agradavel, dando-me ideias das terras por onde passavamos, e mostrando-se moço valente e resoluto, quando lhe parecia que podia haver perigo. N'estes casos saltava fóra do coche, montava a cavallo, preparava as suas pistolas, e se punha prompto para arrostar a qualquer perigo que podesse haver.

Devo agora dizer, que até áquelle tempo eu fazia uma triste ideia do nosso Alemtejo, e suppunha-o um deserto de Africa em miniatura; mas depois que fui vendo as terras por onde passava, as casas das aldeias mui caiadas, e que em todas as partes achavamos sempre muito que comer, então vi, que o verdadeiro retrato de Africa era a Estremadura hespanhola, muito mais deserta, sem n'ella haver muitas vezes cousa que se podesse comer, e em geral com casas, ao menos as das pousadas ou estalagens, de um exterior feio, e sem nenhuma das commodidades que deseja ter qualquer viajante.

Sem nenhum perigo, e sem nos ser preciso pedirmos soldados para nos acompanharem, chegámos uma tarde a Aldeia-gallega, onde pernoitei, e no dia seguinte embarquei para Lisboa. Devo tambem agora aqui declarar, que estando em Madrid tinha recebido uma carta do meu mui antigo e especial amigo José Aleixo Falcão Wanzeller, em que me dizia: — que assim que eu chegasse a Lisboa, não me devia ir apear senão a sua casa; e isto exigia elle da nossa antiga e velha amizade.

Em consequencia d'este offerecimento, logo que desembarquei em Lisboa, procurei outro antigo amigo, Lourenço Vieira, antigo socio de outro amigo de quem já fallei, Machado Braga, para pedir-lhe que me indicasse bem a rua onde morava o meu bom José Aleixo Falcão, e ao mesmo tempo me ajustasse as ultimas contas com o meu cocheiro ou conductor hespanhol, a quem eu ainda estava devendo parte das despezas da jornada. Por causa do receio dos ladrões eu havia mettido pouco dinheiro na algibeira, e tinha ajustado com o meu conductor, que viesse fazendo as despezas, no que elle tinha concordado.

Havia exactamente dois mezes que eu tinha gasto na minha jornada, porque sahi de Londres no primeiro de Agosto, e desembarquei no Caes das Columnas no ultimo de Setembro. Tive uma viagem muito agradavel e feliz, e só me foi mui dispendiosa, porque eu n'aquelle tempo, não costumado a fazer longas viagens por terra, não sabia o que ellas custavam, e o modo de as tornar mais economicas.

Em primeiro logar trazia comigo uma bagagem desnecessaria, e em segundo logar um criado, que tambem não precisa um viajante, quando viaja só, porque os acha em toda a parte, e muito mais baratos. O caso é que mettendo em Londres na algibeira *cem soberanos* com alguns mais trocos, quando cheguei a Lisboa já não foram bastantes para as despezas que tinha feito.

Fui portanto, para cumprir com os desejos do meu amigo Falcão, dormir a sua casa na rua do Telhal. É bem de conjecturar com que alegria nos abraçámos, depois de doze annos que não nos tinhamos visto, e durante os quaes tinhamos ambos passado, e soffrido grandes trabalhos.

Eu havia sido levado refens, e preso pelo exercito de Massena; havia d'alli fugido, e em paga havia estado preso por ordem dos algozes do Rocio, tanto em prisão fechada como de menagem, por espaço de perto de tres annos; e por fim tinha sido forçado, para livrar-me d'esta perseguição estulta e tyrannica a retirar-me para Inglaterra; e o meu virtuoso amigo havia sido tambem mandado prender pelos mesmos algozes, estivera como preso politico, nos carceres da Inquisição; e depois *setembrisado*, e mandado em desterro com outros muitos martyres do despotismo para as ilhas, onde permanecera por alguns annos.

Nunca tive satisfação mais completa, nem senti tamanho prazer, como o que experimentei, quando cheguei a Lisboa; porque me vi comprimentado por todas as classes de pessoas, que eu não conhecia, e que até nas ruas me abraçavam, e me davam as boas vindas. Então conheci, sem o duvidar, que bem, e a proposito tinha escolhido a epigraphe do meu *Campeão*, copiada do nosso Camões nos Lus. c. V, est. 100:

«...Não deixe emfim de ter disposto
«Ninguem a grandes obras sempre o peito;
«Que por esta ou por outra qualquer via
«Não perderá seu preço e sua valia.»

(Continuar-se-ha.)

80 e 160 réis a duzia. Dictos finos, 6:400 dictas, a 160 e 320 réis — idem. Tigellas ordinarias, 11:500 dictas a 20, 60 e 80 réis — idem. Dictas finas, 10:500 dictas, a 160 réis — idem. Pratos, taças e tigelões 3:000 dictas a 300 réis — idem. Tigelões pequenos ordinarios 2:500 dictas, a 40, 160 e 240 réis — idem. Tacinhas grossas 700 dictas, a 120 e 130 réis — idem. Dictas finas, 900 dictas, a 200 réis — idem. Bules, 50 dictas, e chicaras, 180 dictas — preços muito variados. Vasos 100 duzias, a 420 e 720 réis a duzia. Bacias e jarros, 6 dictas, a 2$400 réis — idem. Alguidares, 300 dictas, a 480 réis — idem. Panellas, 40 dictas, a 200 réis — idem. Caçoulas, 30 dictas, a 60 e 80 réis — idem. Almotolias, 40 dictas, a 80 réis — idem. Sorteio gallinheiro, 2:000 dictas a 300 réis — idem. Dicto meio gallinheiro, 2:500 dictas, a 240 réis — idem. Seirinhas, 250 dictas, a 160 réis — idem.

Em cujo fabrico se empregam, 9 mestres, 87 homens maiores de 16 annos, e 15 menores de 16 annos.

Estas fabricas gastam — em combustivel 120:000 feixes de carqueija a 2$000 réis o milheiro, 40 carradas de mato a 1$200 réis, 12 carros de lenha e cavacos a 2$000 réis; em carretos de materias primas 150$000 réis — dos productos ao local do consumo 30$000 réis.

Os mercados são Coimbra e seus arredores, duas Beiras, Alemtejo, Algarve, Ilhas, Africa Portugueza, Hespanha e Brazil.»

Bastam-nos estes exemplos para se ver o interesse, que podem inspirar esclarecimentos tão importantes.

E' assim que se póde fazer juizo da proveniencia, desenvolvimento, qualidade, preço, e applicação, que têm os objectos expostos.

A não ser isto serão taes certamens apenas uma ostentação improductiva. Realidade e mais realidade é o que se precisa.

Já se vê qual a dedicação e competencia que é mister por parte de todas as pessoas, que patrioticamente tomarem a seu cargo o promover que o districto de Coimbra seja bem representado em Paris.

E' um assumpto muito sério, e para o qual chamâmos toda a attenção do sr. governador civil, Lopes Branco.

N'isto não ha partidos, nem parcialidades a preferir. A preferencia está no merito e boa vontade dos cidadãos que quizerem prestar um tão relevante serviço á sua patria.

Animem-se os agricultores e industriaes, e mostrem o que podem e valem.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. governador civil acaba de dirigir uma circular aos administradores de concelho d'este districto.

Diz ahi o sr. Lopes Branco, que é do seu dever declarar nos termos mais positivos, que cumpre comprehender aos administradores de concelho, que a sua auctoridade é essencialmente benefica; e que fóra d'esta natureza não podem praticar, nem consentirá outros actos que não dimanem da lei.

Que, ainda que a feição d'elle, governador civil, podesse considerar-se partidaria, de modo algum toleraria, que administradores e regedores creassem, ou conservassem uma clientella, nem pelo terror de vinganças e vexames, nem á força de favores escandalosos.

Declara que ainda assim não se deve suppôr, que o governo seja uma entidade, sem a acção do seu direito de conservação; mas que os seus delegados sómente devem e podem usar d'elle, mantendo o de todos que, em diversos campos, se proponham legalmente a combatel-o, com plena segurança d'essa garantia constitucional, de fórma que nunca alguem tenha de queixar-se de uma violencia, ou de um direito offendido.

Recommenda, por isso, muito expressamente a auctoridade superior aos administradores de concelho, que no exercicio das suas funcções façam sempre *justiça egual* a todos, sem querer saber, quem lh'a requer, ou para não a fazer, ou deixar de fazel-a, sob paixões partidarias, ou por amizade ou desaffeições.

Determina o sr. Lopes Branco aos administradores, que examinem, se nos seus concelhos *ha influentes, que se inculquem, e até se imponham ao povo, e explorem a simplicidade da sua confiança, inculcando-lhe valimento poderoso nas repartições publicas, e junto de auctoridades, a fim de se encarregarem de negocios, e nomeadamente do livramento de recrutas, á custa de sommas de dinheiro, ou de quaesquer extorsões ou interesses; indicando á auctoridade superior o nome d'essas pessoas, com todos os esclarecimentos que possam fornecer informação segura dos factos, que constituem este trafico infame, o qual por muitas partes tem rebaixado a auctoridade publica, victima innocente d'estas veniagas petulantes.*

Recommenda-lhes mais, que ponham debaixo das suas vistas, e protejam os bons costumes; e que, aonde não chegarem as faculdades das suas attribuições, usem da persuasão mais benevola para o conseguir, sem vexame para ninguem, nem offender o credito das familias, ou de individuos.

Chama a sua attenção sobre o estado em que se acham nos seus respectivos concelhos a instrucção primaria, dando conta, de como os professores desempenham os seus deveres; se são disvellados pelo adiantamento dos seus discipulos, e morigerados; e se o numero dos alumnos, que frequentam as escolas, corresponde ás condições da população e exigencias de cada freguezia, empregando todos os meios da sua persuasão, para que as frequente o maior que fôr possivel.

Previne tambem os administradores, de que sómente póde conservar, e nomear para regedores de parochia pessoas de reconhecida moralidade, honradez, independencia e inteira confiança.

E finalmente recommenda-lhes que estabeleçam com todas as auctoridades a maior harmonia, de fórma que por meio d'ella possa cada uma por si, nos diversos ramos de serviço prover á melhor administração dos concelhos.

Applaudimos francamente a doutrina d'esta circular. Resta, porém, saber se ella será executada, ou se não passará do papel.

Esteja certo o sr. Lopes Branco, que se se limitar a expedir esta e outras circulares, sem indagar escrupulosamente como as auctoridades cumprem os seus deveres; se mesmo se não mostrar rigoroso contra os recalcitrantes nada consegue.

O mal n'este districto tem lançado raizes muito fundas; e é mister muita força de vontade para lh'as extirpar.

No districto de Coimbra tem-se ha muito organisado poderes extra-legaes, que dominam mais do que as auctoridades.

O governo em Lisboa nunca despachava pretendente algum sem prévia approvação d'esses potentados.

Aqui em Coimbra quem mandava menos era o governador civil; e nos diversos concelhos acontecia o mesmo. Nenhum recruta era livre sem o beneplacito d'esses influentes.

E note o sr. Lopes Branco, que esses livramentos não eram, em geral, como parece suppôr, por dinheiro. Eram para fins eleitoraes e politicos; para ganhar influencia; para trazer a todos na dependencia, começando pelas proprias auctoridades locaes.

Ainda ha muito pouco tempo se negociou uma influencia rural d'este concelho pelo livramento de um mancebo. Havia-se-lhe afiançado que ou o mancebo seria livre, ou se pagaria a substituição. Não foi preciso o dinheiro, porque houve meios de conseguir o livramento. As molas estão bem montadas para tudo isto.

Factos como este têm-se ahi repetido constantemente.

Proceda o sr. Lopes Branco a uma rigorosa syndicancia, e verá o que encontra. E não se fie em documentos officiaes, que pela maior parte são uma desaforada burla.

Repetimos, louvâmos a doutrina da circular; mas duvidâmos que seja cumprida.

Não nos satisfazemos só com palavras.

A machina administrativa d'este districto está estabelecida sobre um systema da mais inaudita e impudente corrupção.

Confessâmos que nos custa a tomar a sério as circulares do sr. Lopes Branco emquanto virmos continuarem os mesmos agentes que até aqui.

Servirão essas circulares para lançar poeira nos olhos dos que não estão ao facto do que vae por todo este concelho e districto. Servirão para augmentar o catalogo das allocuções do sr. Lopes Branco. De real, porém, nada resultará.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Temos mais outra allocução do sr. Lopes Branco.

Diz s. ex.ª que a natureza da sua auctoridade é benefica e moralisadora. Pois não tenha duvida, que ha de moralisar bem o districto como elle está organisado!

Suppôr que póde fazer alguma reforma proveitosa, com o pessoal existente, é desconhecer completamente o estado do districto de Coimbra!

Preferiamos mais obras e menos palavras.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

AO DISTRICTO DE COIMBRA

Cabe-me a honra de vir mais uma vez administrar este districto, nunca até hoje solicitada, nem appetecida, mas que por isso mesmo mais aprecio; e no desempenho dos deveres, de que me encarreguei, desejo tanto corresponder á confiança, com que me foi entregue a auctoridade, que acceitei, como em todos os concelhos merecer aquella, de que depende a força moral dos meus actos.

E com a confiança do districto tambem agora conto, da mesma fórma que a tive, as vezes anteriores que já aqui vim exercer o mesmo cargo. E hei de merecel-a; porque para mim foi sempre dever capital no exercicio de funcções publicas fazer *justiça a todos*, sem me importar quem a requer, isento sempre em toda a parte de quaesquer paixões, ou de embaraços que me tolham a livre acção d'ellas; e a firmeza, com que a auctoridade faz justiça egual, é sempre retribuida com a confiança pronunciada de todos.

Será possivel que haja, a quem eu desagrade; mas de uma violencia, ou de acto menos justo e pouco reflectido, ou de uma deslealdade, nunca haverá quem se queixe contra mim.

A natureza da minha auctoridade é benefica, e moralisadora, e ella promove tambem e protege todo o progresso razoavel, e os melhoramentos possiveis, e n'este intuito conto com a coadjuvação franca e leal de todos; por isso que a politica, que é sincera, e filha sómente de patriotismo puro, reconhece que, fóra dos debates partidarios, resta o bem publico, para o qual concorrem em harmonia cordeal os homens de divergencias as mais profundas.

E se é meu desejo promover a todo o districto, quantos beneficios eu poder, a esta cidade, berço da carreira de que me honro, quizera juntar aos disvellos, que já me tem merecido, prova maior de quanto a amo.

A ordem é sempre a condição obrigada de um povo civilisado, a conservação da qual depende do respeito reciproco de *todas as classes* entre si, e pelos bons costumes; e estas indicações hão de merecer-me tambem particular attenção.

Vem a esta cidade fazer parte da sua população, a maior parte do anno, uma classe numerosa de mancebos, para na carreira das letras se habilitarem a servir o paiz nos differentes ramos, que as leis têem creado, para prover-se á instrucção e moralisação de todos, á conservação da ordem publica, e á administração civil, e da justiça nos tribunaes; e habilitações d'esta ordem exigem depois da educação na familia, aquella que vem do tracto na sociedade, com a qual por ultimo se adquire a outra, de que ainda depende o bom desempenho de todos os cargos, e funcções publicas.

A estes mancebos, quanto a natureza da minha auctoridade me permitte que lhes falle, basta invocar-lhes os seus brios, para confiar que até me coadjuvarão em tudo, que d'elles dependa, para manter n'esta cidade o respeito á lei.

Confio pois, que a minha administração ha de merecer o apoio do districto, afiançando, que terá sempre accesso franco a mim, quem quizer procurar a auctoridade, que represento, ou para proteger algum direito que se queira manter; precaver, ou reprimir qualquer attentado, ou violação da lei; ou para se me inspirar toda a ideia, com que eu possa promover o bem publico.

Secretaria do governo civil do districto de Coimbra, 28 de Maio de 1877.

O governador civil,
A. R. O. Lopes Branco.

Chamâmos toda a attenção das auctoridades para a seguinte communicação que acabâmos de receber.

E' mister que factos d'esta ordem sejam severamente punidos, e que os malfeitores não dêem as leis n'este concelho.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«No dia 29 de Maio, ás 10 horas da manhã, na estrada da Beira, e sitio do Calhabé, Antonio, arrendatario do exm.º sr. Francisco Cabral Metello, encontrando n'aquelle sitio o seu criado João, que vinha guiando uma junta de bois, atirou-lhe duas valentes pancadas. O criado caiu immediatamente no chão, e o sangue era a jorros na estrada.

O malvado fugiu em seguida com os bois e o carro, e com tanta pressa ia, que o carro impessou no aqueducto que tambem serve de assento e destruiu metade.

O sr. Abilio da Fonseca, lavrante, e um mestre fogueteiro, que móra no mesmo sitio, e Antonio Maria da Fonseca, que andava sachando milho perto d'aquelle sitio, vieram trazer o infeliz ao hospital, o qual poucas horas depois foi sacramentado, e não sei se já falleceu!

Quando os homens voltaram de o conduzir ao hospital, disse-lhes o malvado (que ainda passeia livremente!) — Vocês ainda o levaram ao hospital? Julgava que elle tinha ficado morto!

Tambem consta que o mesmo malvado fizera outra morte na terra, e que veiu para aqui para se escaper á justiça. Bom será que agora se apurem estas cousas e que a justiça não durma.»

CARTA DE LONDRES

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Londres, 25 de Maio de 1877.

Vou agradecer-lhe a discreta resolução de ter mandado ao *Commercio do Minho* a minha traducção do excellente discurso do cardeal Manning no domingo de Paschoa; e mais particularmente, pela carta tão sensata e cortez, com que se serviu acompanhar a dita remessa.

Parece-me, póde ter a presumpção, de que nenhum outro redactor de jornaes em Portugal assim procedia de moto proprio, ao mesmo tempo tão digno e urbano. E alguma prova d'isso posso já dar de facto — prova não decisiva, mas que justifica assaz a minha presumpção, — na conducta incivil, e descortez, e anti-cavalheira da redacção do *Commercio do Porto*, em relação á mesma primeira carta minha, que v. inseriu no *Conimbricense*, a respeito dos jesuitas e da Africa.

Enviando á mesma redacção do *Commercio do Porto* aquella minha primeira carta (e isto na fé do que um conhecido e amigo do redactor principal me tinha asseverado — que o mesmo redactor era homem cortez e cavalheiro); pedia-lhe, que, se não podesse commodamente dispôr de espaço no seu jornal, ou achasse objecção a publicar o artigo, tivesse a bondade de remettel-o (como da minha parte) ao *Commercio do Minho*. O tal «cavalheiro» redactor não fez uma ecusa nem outra; atirou com o meu artigo e com o meu recado para o cesto dos papeis velhos — mandando artigo e auctor á tabua. Ainda bem, que eu sei como, no logar d'elle, nunca assim procederia; e o que v. acaba de praticar mostra irrefragavelmente, que não deixaria de fazer, sendo-lhe supplicado, aquillo que de moto proprio e bom senso acaba de fazer para com o *Commercio do Minho*.

Ainda que, porém, não foi para me obsequiar que o *Commercio do Porto* deixou de mandar (talvez porque lhe não inclui ao mesmo tempo um *sello de vintem*) o meu artigo ao papel de Braga; ainda lhe agradeço a descortezia; por esta me ter suscitado a ideia e resolução, de remetter ao *Conimbricense* e a v. o meu dito artigo.

Quanto ao discurso do cardeal Manning, cujas previsões o facto da guerra no Oriente veiu tão depressa dobrar o valor, não deixei de hesitar ao remettel-o ao *Conimbricense*, em razão da longura do artigo por uma parte, e por outra do limitado espaço da sua folha. Mas, por outro lado, lembrando-me do modo obsequioso e cortez com que v. tinha publicado as outras minhas cousas, pareceu-me, não devia deixar de transmittir-lhe um documento d'aquella natureza e valor.

De v. am.º e respeitador mt.º obr.º
A. R. SARAIVA.

NOTICIARIO

Te-Deum. — Amanhã em todas as egrejas parochiaes d'esta cidade, e conventos de religiosas, assim como em todo o bispado, será solemnisado o 50.º anniversario da sagração episcopal do actual pontifice Pio IX.

Assim foi determinado na seguinte parte da pastoral, dirigida pelo digno prelado aos reverendos arciprestes, parochos, clero e fieis d'esta diocese.

«Porém, amados filhos em Jesus Christo, não esqueçamos com os nossos projectos no futuro os nossos deveres no presente: e, já que por dom especial da Providencia divina contamos poder solemnisar no dia 3 do proximo mez de Junho o quinquagesimo anniversario da sagração episcopal do nosso SS.mo Padre Pio IX, acontecimento tão fausto como singular nos annaes da egreja, vamos n'esse dia ao templo render graças a Deus Todo Poderoso por este motivo e lucrar a indulgencia plenaria que, sem jubileu, sua santidade concede a todos os fieis d'um e d'outro sexo, que, assistindo ao santo sacrificio da missa no mesmo dia em qualquer egreja ou oratorio, depois de confessados e fortalecidos com a sagrada communhão, dirigirem a Deus devotas preces pela conversão dos peccadores, pela propagação da fé catholica e pela paz da santa egreja.

Para este fim recommendamos ao nosso ill.mo e rev.mo cabido que n'aquelle dia celébre em a nossa Sé Cathedral um solemne *Te-Deum* em acção de graças por este fausto acontecimento, visto que nós, por andarmos então em nossa visita episcopal, se Deus não mandar o contrario, não poderemos tomar parte n'esta solemnidade, como muito desejavamos. Eguaes recommendações fazemos tambem ás preladas dos conventos do nosso bispado, que estiverem no caso de as poderem attender; e aos nossos RR. parochos recommendamos egualmente que, depois da missa conventual d'aquelle dia, ou á hora que julgarem mais conveniente, dêem com os seus freguezes graças a Deus, pelo modo por que as circumstancias especiaes de cada parochia o permittirem, por nos haver concedido a assignalada mercê de podermos celebrar tão feliz anniversario; e que dirijam todos fervorosas orações ao céu, para que Deus Nosso Senhor conserve, proteja e avivente o nosso SS.mo Padre Pio IX, e para que console seus dias e allivie as angustias e amarguras de seu pontificado com a posse e livre exercicio de seus direitos, e com o triumpho e exaltação da santa egreja catholica.»

Procissão do Corpo de Deus. — Em rasão de estar o tempo chuvoso deixou de haver n'esta cidade a procissão do Corpo de Deus.

Destacamento. — Chegou hontem a esta cidade um destacamento de infanteria 9, para substituir o que aqui estava de infanteria 14.

Novas publicações. — Recebemos e muito agradecemos as seguintes publicações:

— «*Duas palavras aos socios do Monte-Pio Conimbricense extranhos aos acontecimentos occorridos n'esta associação.*

«Coimbra, imprensa da Universidade — 1877.»

— «João Caetano da Silva Campos — *Noites de Vianna — II — O assassino.*

«Vianna do Castello, livraria Progresso de João Baptista Domingues — editor, 1877.»

Os peregrinos portuguezes em Roma. — Communicam de Roma em data de 29 de Maio o seguinte:

«O papa recebeu esta manhã os peregrinos portuguezes. O cardeal patriarcha de Lisboa leu uma mensagem a que Pio IX respondeu louvando os sentimentos e qualidades dos portuguezes. Lembrou os feitos historicos de Portugal e fallou da maldade da época actual, dizendo que a hostilidade dos pedreiros livres contra a egreja catholica convida os catholicos ao combate. Em seguida os peregrinos entregaram ao papa as suas dadivas.»

Approvação distincta. — Communicam-nos o seguinte:

«Fez o seu exame d'instrucção primaria no lyceu d'esta cidade de Coimbra, o joven Francisco de Gouveia Bandeira, ainda menor de 12 annos, e n'elle se houve com o melhor desempenho, tanto na prova escripta, como na oral, respondendo prompta e precisamente ás perguntas dos dignos examinadores, que lhe reconheceram o merito, tornando-o distincto com 16 valores. Parabens aos ex.mos paes. — *J.*»

Mudança. — A infeliz senhora, a favor de quem algumas vezes temos implorado a caridade publica, que morava na rua dos Anjos, n.º 17, 2.º andar, mudou-se para a rua da Trindade, n.º 29, 1.º andar. As almas bemfazejas, que queiram praticar essa obra de caridade, pódem mandal-a soccorrer n'esta nova residencia

Praça do Porto. — Diz o *Commercio Portuguez*, que a exportação de vinho continua muito regular, havendo-se despachado no mez de Abril findo 5:690 pipas.

E de notar o grande augmento que tem havido na exportação para o Brazil, que attingiu já a 2:094 pipas, o que demonstra que os nossos vinhos vão tendo cada dia mais apreço nas terras de Santa Cruz.

Os preços dos cereaes tem subido muito, e a cotação actual é de 1$200 réis por alqueire de trigo americano, e de 10$200 a 10$500 réis por barrica de farinha de egual procedencia.

Não obstante esta alta, as padarias do Porto ainda não subiram os preços do pão, nem da bolacha.

O milho branco do estrangeiro regula de 540 a 560 réis desensaccado; e com tendencia para subir.

A exportação de gado vae sendo importantissima tanto que, além dos antigos vapores da carreira, começaram a vir carregar semanalmente os vapores de uma companhia hespanhola.

Conferencias na Citania. — Como é sabido, diz o *Commercio do Porto*, não se poude verificar no dia primeiramente designado por causa do mau tempo, a projectada conferencia ás ruinas de Citania.

O distincto promotor d'esta romagem scientifica, o sr. dr. Martins Sarmento, acaba de marcar novo dia para a conferencia, a qual se realisará irrevogavelmente em 9 de Junho proximo.

Os cavalheiros convidados passarão esse dia na Citania e á noite ser-lhes-ha offerecido um baile pela cidade de Guimarães.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa 28 de Maio de 1877.

Já está em Lisboa, vindo de Elvas, o regimento de artilheria 2.

Quando a officialidade d'este corpo foi comprimentar o sr. ministro da guerra, disse-lhe s. ex.ª que tinha ordenado aquella transferencia, por assim entender de conveniencia para o serviço; que a sua opinião é de ser necessario crear um segundo corpo de artilheria de posição; e que na proxima sessão proporia a creação do quarto regimento de artilheria, que terá o seu quartel em uma das provincias do norte.

A linguagem do sr. ministro da guerra indica que sua ex.ª já não insiste pela sua sahida do governo, como fez no principio.

El-rei foi ao deposito do material dos torpêdos e demorou-se alli perto de duas horas, conversando com os officiaes encarregados do mesmo deposito e com o sr. ministro da guerra, que fôra esperar S. M.

Parece que as obras da doka vão começar brevemente e bem assim se fará acquisição dos vapores necessarios para as experiencias e para a instrucção dos artilheiros destinados áquelle serviço especial.

Em alguns circulos assevera-se que está realisado o emprestimo com a casa Baring de Londres. Parece que o emprestimo foi pelo preço de 49 e meio.

Esta noite, porém, precisa de confirmação.

A familia real vai hoje para Queluz.

Não foi hontem, como tencionava, por isso que S. M. a rainha quiz ir á noute ao Passeio Publico, onde se fazia festa em beneficio de uma instituição de caridade.

Vão fazer-se obras no palacio da Ajuda.

Para este fim foram alli o sr. ministro das obras publicas e dous engenheiros, que percorreram o palacio a fim de averiguarem onde as obras são mais necessarias.

S. M. el-rei assistiu a esta inspecção.

Deve ser hoje julgado no tribunal do commercio o processo proposto para julgamento em 22 de Fevereiro ultimo e ficára adiado, contra os proprietarios do «City of Meca», por diversas companhias de seguros.

— Lisboa 29 de Maio de 1877.

Dizem da Bahia, officialmente, que o portuguez Manoel Soares Pereira, que fôra condemnado á morte, e que deu origem a notavel polemica, foi posto em liberdade plena. Já estava alli empregado.

Foi nomeado superior das missões portuguezas nas Indias orientaes o rev.º Antonio Thomaz da Silva Leitão.

Continuam as negociações para o emprestimo.

O sr. presidente do conselho foi hoje á secretaria do ministerio do reino.

É esperada uma portaria relativa aos enterros civis.

O sr. Ernesto de Faria pediu a demissão do logar de administrador geral das mattas do reino.

A familia real foi hoje para Queluz.

O rev.º prelado de Moçambique requereu para voltar ao reino.

Foi approvado pelo governo o traçado da Companhia Carris de Ferro do Porto, do largo da Aguardente á Cruz das Regateiras, pela rua do Costa Cabral.

No julgamento do vapor inglez «City of Meca», o jury declarou provados quasi todos os pontos dos factos allegados no libello, e não provados os da defeza dos réus. Ha ainda a resolver pontos de direito.

O transporte «Africa» sahiu hontem de manhã.

A assignatura real verificar-se-ha ámanhã.

Agitação em Hespanha. — Diz o *Diario Popular* o seguinte:

«Corria hontem com geraes creditos a noticia de que tinha rebentado revolução na Biscaia e na Catalunha, estando interrompidas as communicações de Madrid para o norte. Em todas as provincias reina grande agitação, e em especial na Galliza. Em Badajoz a municipalidade pediu a demissão, e tambem na provincia de que a cidade é capital havia grande agitação.

Parece que os emigrados republicanos e carlistas, residentes em Paris, desappareceram d'alli, como disse o nosso correspondente.

Sabemos ao certo que a agitação e os receios de movimento revolucionario são geraes em quasi toda a Hespanha.

A questão dos fueros, o recrutamento agora imposto ás vascongadas, a pessima situação economica, os trabalhos dos republicanos e dos carlistas fazem suppôr que, se não rebentou já uma revolução, é pelo menos probabilissima, conforme indicava a ultima carta do nosso solicito correspondente em Madrid.»

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario Popular* o seguinte:

«Um telegramma de Bucharest publicado pelo *Times*, diz que existem negociações para a paz. A revista financeira da *Época*, diz que ha confiança em que a guerra se localise, e que se falla de uma especie de arbitragem da Inglaterra e da Allemanha para esse fim, affirmando-se que a Russia está disposta a dar garantias ácerca dos seus projectos futuros. Acreditamos que a guerra se localise, como sempre nos pareceu, mas d'ahi á paz ainda irá algum tempo.

Sem batalha decisiva, não é crivel que a Russia ou a Turquia se disponham a depôr as armas. A paz nas circumstancias actuaes não daria nenhuma compensação dos sacrificios feitos a qualquer dos dois estados belligerantes.

Uma correspondencia de Tultcha confirma a intenção dos turcos não defenderem a Dobroudja, lançando fogo a todas as povoações e abandonando-as em seguida.

Diversos jornaes estrangeiros trazem despachos de Constantinopla, relativos á manifestação dos softas, manifestação annunciada ha dias pelo telegrapho. Este acontecimento foi mais importante do que então parecia.

Uns dois mil d'estes agitadores reuniram-se no dia 24 nos arredores da camara, pretendendo entrar.

O presidente consentiu em receber uma commissão, e entraram na camara cinco softas, naturaes de Ardahan, os quaes deram conta da sensação causada pela perda de Ardahan. Censuraram o comportamento dos generaes e pediram medidas energicas que evitem ao imperio desastres similhates.»

O presidente aquietou-os como poude e acabada a sessão conferenciou com o grão-visir, o qual foi logo dar parte ao sultão de todo o acontecido.

Em resultado d'esta agitação decretou-se em Constantinopla o estado de sitio, ordenaram-se visitas domiciliarias para recolher armas, auctorisou-se o desterro summario de todo o individuo suspeito, e prohibiram-se as reuniões.

Em consequencia das feridas que recebeu em um combate junto de Kars, sob o commando de Komaroff, falleceu o general principe Tchelonaieff.

Telegrammas de Routschouk dizem que os russos foram vistos em Turu-Severin, e que os servios tratam de pôr-se abertamente na offensiva. O conde Andrassy está resolvido a fazer occupar a Servia por um exercito de sessenta mil homens.

Os russos tratam de introduzir vinte mil homens no territorio servio.

E' caso assentado em Constantinopla, que o chefe da praça de Ardaban, que dispunha de doze batalhões e de noventa e duas peças de artilheria, não resistiu como era do seu dever.

Londres, 29, de manhã. — O *Times* insere um telegramma de Bucharest, asseguramdo existirem negociações para a paz.

Athenas, 28, á tarde. — Realisou-se n'esta cidade uma grande manifestação popular favoravel á guerra contra a Turquia.

Athenas, 29, á tarde. — Uma manifestação de 5:000 pessoas pede a guerra. Comoundouros foi encarregado de formar novo ministerio.

Londres, 31. — O *Daily-Telegraph* diz que os russos quizeram estabelecer a sua artilheria nas alturas situadas entre Kaisetan, e o campo de Ali-pachá, mas que foram repellidos depois de um sangrento combate de dez horas. Perdas consideraveis.

Constantinogla, 30. — (Official.) Os turcos retomaram Ardaban.

S. Petersburgo, 30. — Despachos officiaes annunciam grandes chuvas no Danubio e no Caucaso. Por este motivo estão demorados os movimentos militares e o transporte de munições.

S. Petersburgo, 31. — (Origem official.) O despacho official de Constantinopla annunciando a retomada de Ardaban pelos turcos é considerado aqui evidentemente falso, pois que o telegramma recebido hoje de Tiflis não menciona similhante facto.

Concurso. — Está aberto o concurso, pelo espaço de 30 dias, a começar em 1 do corrente, para o provimento da egreja de Santa Maria Magdalena do Rabaçal, concelho de Penella, diocese de Coimbra.

Recrutamento. — O supremo tribunal administrativo decidiu favoravelmente os seguintes recursos, a fim de que os respectivos mancebos fiquem isentos do serviço do exercito.

CONCELHO DE MIRANDA DO CORVO

Freguezia de Semide. — Joaquim Antonio Brandão, pelo filho Manoel.

CONCELHO DA PAMPILHOSA

Freguezia da Pampilhosa. — Antonio Roque, pelo filho José.

ANNUNCIOS

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1 NO DIA 3 do proximo mez de Junho, pelas 10 horas da manhã, na secretaria dos hospitaes da Universidade hade dar-se de arrematação, (se o preço convier), o fornecimento de pão, broa e carne de vacca para o consumo dos mesmos hospitaes em todo o anno economico de 1877 a 1878. As condições estarão patentes no acto da praça.

Administração dos hospitaes da Universidade 29 de Maio de 1877.

O administrador
Costa Simões.

AGRADECIMENTO

2 ANTONIO DORIA, por si e em nome de suas quatro sobrinhas solteiras, filhas de seu sempre chorado irmão dr. João Antonio de Sousa Doria, agradece o beneficio generosamente offerecido, e dado em favor d'estas, pela companhia do Gymnasio, no theatro Academico d'esta cidade, em a noite de 28 do mez passado, e protesta egual reconhecimento ao conselho da Academia Dramatica, á commissão promotora do beneficio, á imprensa da localidade, e a todas as pessoas, que se dignaram contribuir para a sua realisação, especialisando, com muito particular acatamento, a exm.ª sr.ª D. Emilia Adelaide Pereira Coutinho, pela acrisolada e valiosa cooperação com que honrou as beneficiadas.

Coimbra, 1 de Junho de 1877.

Antonio Doria.
Maria Isabel de Sousa Doria.
Ignez de Sousa Doria.
Julia de Sousa Doria.
Adelaide de Sousa Doria.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE COIMBRA

3 EM HARMONIA com a disposição do art. 22 dos estatutos d'esta companhia são convidados os srs. accionistas a reunirem-se em assembleia geral, no dia 17 do corrente, para todos o effeitos do art. 12 e seus §§, e bem assim do art. 23.

Coimbra, 1 de Junho de 1877.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

4 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

Despedida

5 NÃO ME DANDO LOGAR a estreiteza do tempo a despedir-me pessoalmente de todos os cavalheiros, que me honraram com os seus favores durante a minha estada n'esta cidade, uso d'este meio para, despedindo-me e assegurando-lhes a minha eterna gratidão, lhes offerecer o meu limitadissimo prestimo em Lisboa, travessa Nova de S. Domingos, n.º 63.

Carlos Augusto Posser.

6 D. LEONARDA THERESA LEITE FORJAZ previne por este meio aos srs. lojistas e mercieiros d'esta cidade, que de hoje em deante não satisfaçam pedido algum em seu nome, de generos, ou fazendas de qualquer natureza que sejam, sem seu immediato pagamento, ou escripto por ella assignado, que o auctorise.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

7 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

BAZAR

8 A SOCIEDADE philarmonica *Conimbricense*, tenciona realizar um bazar de prendas, em seu beneficio, nos dias 7 e 8 de Julho proximo, occasião dos festejos da Rainha Santa Isabel, na Praça do Commercio d'esta cidade.

Coimbra 1 de Junho de 1877.

Monte-Pio Conimbricense

9 ESTA ASSOCIAÇÃO annuncia o emprestimo de 600$000 réis a juro modico, com boa hypotheca.

Por ordem do presidente da commissão administradora

Miguel Braga
Secretario.

CASA LISBONENSE

10 CHAPEUS modelo Paris para senhora. Chapeus de differentes feitios para creança.

Fazendas de lã muito modernas para vestido.

Córtes para verão.
Saias »
Leques.
Flores francezas para chapeu.
Sombrinhas para verão.
» de seda.
Chapeus de sol para homem.
Bengalas.
Lindissimas gravatas para senhora.
Ditas para homem.

Um saldo grande de boas chitas largas para vender a 135 réis o metro.

ARRENDAMENTO

11 POR DIMINUTO preço arrenda-se o 2.º andar do predio n.º 31, no largo de S. Salvador, por 4 mezes, tendo principio no seguinte mez até ao ultimo do proximo futuro Setembro.

A entrada para o referido andar é pela rua do Loureiro, n.º 54; e alli mesmo ha pessoas, que tratarão d'esse negocio.

Venda de tijolo

12 VENDE-SE uma grande porção de tijolo de abobada, de muito boa qualidade, que tem de comprimento cada um 26 centimetros, largura 12 centimetros, e grossura 3 centimetros. Quem o pretender queira dirigir-se á quinta da Portella, a tratar do ajuste com o feitor.

13 ELYSIO GARRIDO vende ou arrenda a sua casa na rua do Cabido, n.º 8. Para tratar, do meio dia ás duas horas.

14 UMA senhora habilitada a ensinar cinco linguas, bordados e principios de musica e de desenho, deseja collocar-se em casa de familia respeitavel, em qualquer provincia, para educar crianças. Dirigir-se por carta a M. Vaz, agencia Bastos e Gonçalves, rua dos Retrozeiros, 159, Lisboa.

ARRENDA-SE

15 O PRIMEIRO ANDAR de uma casa no largo do Romal, com 6 quartos e boa cozinha. Quem precisar dirija-se a José Marques Pinto, na Praça do Commercio.

NEVE

16 SORVETES desde as 4 horas da tarde até ás 10 da noite. Recebe-se qualquer encommenda para casas particulares, na rua do Visconde da Luz, n.º 62, 1.º andar.

COMPANHIA COMMERCIAL & VINICOLA DA BAIRRADA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

CAPITAL RS. 5.000:000$000
1.ª SERIE RS. 500:000$000

17 SÃO PREVENIDOS os srs. accionistas para entrarem com a 10.ª prestação de 10 %, ou 5$000 réis por acção desde o dia 1.º até 14 do proximo mez de Julho.

Feito o integral pagamento com a 10.ª entrada podem desde logo receber as acções definitivas.

Os pagamentos effectuam-se na séde da companhia, na Mealhada, e nos seus escriptorios, Lisboa, rua da Esperança, n.º 221; no Porto, rua de D. Maria II, n.º 40.

O presidente da direcção
Joaquim Lopes Carreira de Mello.

17 O BACHAREL JOAQUIM d'ALMEIDA DA CUNHA, abre no dia 1 de Junho uma aula para *aperfeiçoamento na traducção de francez para portuguez, e exercicios de traducção de portuguez para francez*, especialmente destinada aos que pretendem habilitar-se para exame.

102 — Rua de J. A. d'Aguiar — 102

PHARMACEUTICO

18 PRECISA-SE d'um habilitado, e que dê boa abonação, para ir administrar uma pharmacia na cidade da Praia. José Diniz Simões, praça 8 de Maio, Coimbra, está encarregado de dar esclarecimentos e contractar.

CARTILHA MATERNAL E QUADROS PARA ESCOLAS PELO METHODO — JOÃO DE DEUS

19 Á VENDA na Livraria Bertrand, 73 Chiado, 75. Cada collecção de 33 quadros custa, em papel 3$500; cartonada, 9$000; envernisada, 20$000; em album 9$000 réis. Cartilha 300 réis. Quadros e cartilha remettem-se francos de porte a quem enviar a respectiva importancia a Antonio da Costa Terenas, rua dos Fanqueiros, 114 — 1.º — Lisboa.

20 DR. GAMA vende ou aluga a sua casa na rua do Correio.

21 ARRENDA-SE, com muitos commodos uma casa acabada de novo na rua das Padeiras, n.º 34.

ATTENÇÃO

22 JOSÉ ANTONIO D'AMIL, morador no largo das Olarias, traspassa o estabelecimento de fazendas brancas da rua do Visconde da Luz, n.ºs 31 a 33, d'esta cidade, e vende a dinheiro ou a prazo as fazendas alli existentes, e convida os devedores ao fallecido sr. João Ventura de Castro, a pagarem-lhe os seus debitos. Tanto o estabelecimento como as fazendas convém a quem pretender estabelecer-se.

CRUCIFIXO

23 VENDE-SE um de boa esculptura, proprio para egreja. Couraça de Lisboa, n.º 75.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3115 | Terça feira 5 de Junho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

O magestoso templo de Santa Cruz, pela sua bella architectura, por conter em si os restos mortaes dos dois primeiros reis da monarchia portugueza, e por muitas recordações historicas, que lhe andam associadas, merece a maior veneração de todos os amantes das glorias nacionaes. Portanto, é um restricto dever das pessoas a quem compete, empregar todos os esforços para restaurar, ou ao menos conservar este monumento.

Edificado na parte baixa da cidade, comquanto afastado do Mondego, tem soffrido as consequencias do alteamento que sem interrupção vae tendo o rio, o qual nada poupa nas suas inundações.

Por egual motivo desappareceram de todo ha seculos os conventos de S. Domingos, Sant'Anna e S. Francisco, edificados nas margens do *placido* Mondego. E do antigo mosteiro de Santa Clara apenas ahi restam algumas paredes.

Aquelle rio tão minguado no verão, avulta no inverno a ponto de se tornar caudalosissimo, destruindo tudo o que se lhe oppõe.

A egreja de Santa Cruz tambem não tem sido por elle respeitada.

Quando no principio do seculo XVI foi edificada de novo pelo rei *afortunado*, ficou aquella egreja com tres degraus acima do largo de Samsão.

Parecia ser isso sufficiente para a preservar das inundações, mas o tempo veiu mostrar o contrario.

No principio do seculo XVIII começaram as aguas a invadir a egreja; e foram crescendo de modo, que o sabio e infeliz Bento de Moura Portugal, preso por ordem do marquez de Pombal no forte da Junqueira em Lisboa, e ahi fallecido a 27 de Janeiro de 1776, dizia no seu projecto de obras do Mondego, para preservar o bairro baixo de Coimbra das suas inundações — projecto, que com outros inventos escreveu no carcere 7.º d'aquelle forte em as margens de um livro, com um ossinho de gallinha, e tinta de ferrugem — que as inundações do Mondego já então chegavam ao altar mór da egreja de Santa Cruz, havendo-se algumas ahi elevado a mais de 5 palmos.

Foi sendo successivamente levantado o largo de Samsão, até que no anno de 1794 estava exactamente nivelado com o adro; e com mais outra elevação n'essa épocha, o adro começou a ficar inferior ao largo, e as aguas da chuva sem terem escoante. Como recurso provisorio foi o largo atravessado desde a egreja, em direcção ás differentes ruas que alli desembocam, com fundos regos; mas reconheceu-se que se não podia conservar uma tal irregularidade; vendo-se em fim os conegos regrantes na necessidade de consentir, que em frente do grande adro se collocasse uma facha com dois degraus para o interior, levantando-se todo o largo na mesma proporção.

Parecia assim estar assegurada a egreja de Santa Cruz contra as inundações; tanto que fazendo o sr. Antonio Ribeiro Saraiva, quando sextanista da faculdade de Leis, por suas infatigaveis e muito louvaveis diligencias, imprimir no anno de 1821, na imprensa da Universidade, o livro — *Inventos e varios planos de melhoramento para este reino, escriptos nas prisões da Junqueira, por Bento de Moura Portugal* — punha pela sua parte a seguinte nota, referindo-se ao ponto em que Bento de Moura fallava das inundações entrarem na egreja de Santa Cruz:

«Não se note aqui *Bento de Moura* de inexacto, por agora não entrarem as cheias na egreja do mosteiro de Santa Cruz; porque quando elle escrevia, de facto entravam, pois não se tinha ainda alteado a praça de Samsão, até á altura, em que agora está; como se vê das grades do atrio da mesma egreja.»

Era isto escripto e publicado pelo sr. Ribeiro Saraiva em 1821; e, cousa notavel, ainda dentro do mesmo anno vinham os factos desmentir a confiança que então havia de que a cheia não entraria na egreja de Santa Cruz!

No dia 24 de Dezembro d'esse anno de 1821, uma extraordinaria inundação do Mondego entra no bairro baixo e invade aquelle templo!

Decorrem depois d'isso 10 annos, e no de 1831 outra grande cheia entra na cidade e ameaça de tudo subverter. Os conegos regrantes, justamente receosos, fazem a toda a pressa atravessar fortes pranchas na porta da egreja de Santa Cruz, e egualmente na da immediata egreja de S. João Baptista, tudo bem calafetado; mas não evita essa prevenção que o magestoso templo seja invadido pelas aguas.

No anno de 1843 repete-se a mesma invasão; assim como nos annos de 1852, 1856, 1860, 1872 e 1876.

Nem o haver-se levantado extraordinariamente o largo de Samsão em 1859, a ponto de ficarem sendo 7 e 8 os degraus que descem para o adro da egreja, tem impedido que as cheias ahi entrem, quando é grande a elevação das aguas; porque estas entram pela canalisação que no adro serve de escoante á chuva.

Se, porém, é quasi impossivel impedir a entrada das grandes cheias na egreja de Santa Cruz; ha uma outra inundação, que n'este anno alli se tem visto por varias vezes, e que se póde e deve evitar.

No interior do magnifico claustro do Silencio passa uma runa, a qual, quando a chuva é muita, rebenta; resultando d'isso encher-se impetuosamente o claustro com a agua, que d'alli vem precipitar-se em toda a egreja, onde causa graves prejuizos, enxovalhando tudo e impedindo que alli se celebre o culto divino por muitos dias.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Creio que foi logo no dia seguinte, em que havia theatro em S. Carlos, que o meu amigo Falcão me convidou a lá ir, porque tinha tomado um camarote. Assim o fiz, e então tambem alli me vi comprimentado por grande numero de pessoas, tanto conhecidas como desconhecidas, entre os quaes recebi comprimentos de alguns secretarios d'estado, e de alguns deputados. Entre os secretarios d'estado da época havia um meu antigo amigo, Filippe Ferreira, e outro apenas conhecido, que era Silvestre Pinheiro, que tomou por mim muita affeição, e um interesse particular. É preciso que declare aqui que, segundo o meu caracter, apesar d'estes meus conhecimentos, e de um mui particular do homem o mais respeitado e influente, Manoel Fernandes Thomaz, nada pedi quando cheguei a Lisboa.

Muito satisfeito com o acolhimento publico, e com a consideração e respeito que todos mostravam por mim, com isso me contentava; e tambem bom é que diga, nem o governo nem os homens influentes do congresso jámais me tinham offerecido cousa alguma, ou dito se a desejava, ou pretendia. Assim se passaram alguns mezes, e eu vivia contente, porque n'esse tempo eu tinha com que viver independente, e ainda não havia lançado os olhos para o futuro.

Um dia porem estando com Silvestre Pinheiro disse-me elle: — Os seus amigos incumbiram-me de lhe fazer uma proposta, e vem a ser: — se o senhor Liberato quereria auxiliar a nossa situação actual, escrevendo a favor d'ella, e *das pessoas que a dirigem?* Então teria a recompensa que desejasse, e que fosse propria para o modo de vida que queria tomar.

N'esta proposta vi eu logo uma cousa que muito me enfastiou, mas como me era feita por um homem, que mostrava ter por mim muita consideração, respondi-lhe: — Se fosse outra pessoa, que não é a de v. ex.ª, eu responderia talvez com algumas phrases um pouco severas; mas não o farei agora. Pelo que vejo, esses meus chamados amigos ainda suppõem que os meus serviços, até aqui feitos á causa da liberdade, não são sufficientes para eu ter por elles alguma recompensa, e por isso querem que faça outros de novo para a poder merecer! Ora isto com effeito, não sei que me parece! Ou é insulto ou desprezo! ao menos não sei que nome lhe haja de dar...

E o que ainda vejo n'esta proposta é, que na realidade não querem que eu faça novos serviços á liberdade, querem que defenda as medidas boas ou más, que possam tomar os homens que actualmente dirigem os nossos negocios... Para isso não sou capaz, nem o fui quando me era preciso ganhar o meu pão para viver. Nunca me sujeitei a escrever a contento de pessoa alguma; sempre quiz ser independente, e só escrever o que entendesse; e isso espero farei em quanto viver.

Por consequencia, esses chamados meus amigos, pódem guardar as suas recompensas para quem por esse preço as queira merecer; a mim não me servem; nunca lh'as pedi, nem pedirei; porque já posso bem avaliar qual seja a sua amisade...

Silvestre Pinheiro ficou muito serio, e como de certo visse que eu tinha razão, como depois m'o mostrou, contentou-se com simplesmente dizer-me: — pois eu darei essa resposta como a acabo de ouvir.

Não me demorei mais tempo com elle, apertei-lhe a mão, e retirei-me.

Eu já disse que vinha incumbido de Londres de entregar a el-rei, assim como ao congresso, as duas congratulações, que os portuguezes d'alli lhe enviavam. Como Filippe Ferreira era o ministro do reino, pedi-lhe que quizesse saber d'el-rei, como queria receber a que lhe era destinada, e em que dia, e a que hora.

Respondeu-me, que a receberia da minha mão no primeiro dia de audiencias na Bemposta, que de ordinario as fazia nas quintas feiras.

Assim no primeiro dia que a houve, e d'isso me avisou Filippe Ferreira, lá me dirigi com o meu grande pergaminho congratulatorio para o apresentar a el-rei. Era a audiencia mui numerosa, e chegada que foi a minha vez beijei a mão real, e sem discurso algum preparado, disse-lhe pouco mais ou menos. — Que tal era o respeito, amor, e gratidão que todos os portuguezes lhe mostravam, que até os que estavam em paizes estrangeiros não se esqueciam de lhe dedicar as suas mais respeitosas homenagens. Que eu acabava de chegar de Inglaterra, e vinha encarregado de lhe entregar pessoalmente aquelle documento de lealdade e amor dos portuguezes alli residentes.

Mas em quanto isto lhe dizia, reparei que fechava os olhos, e parecia insensivel. Immediatamente parei, e esperei que acordasse; porém foi quasi por um instante que pareceu

É portanto de toda a necessidade, que se mude a direcção d'aquella runa, passando-a para fóra do mosteiro. Feita essa obra, muito util e necessaria, já não haverá as frequentes inundações interiores da egreja, restando só as provenientes das grandes cheias, as quaes felizmente costumam ter annos de intervallo.

Além d'isso, o quasi completo entulhamento em que está a runa, que atravessando por baixo do largo de Samsão, hoje 8 de Maio, segue por entre as ruas Direita e da Moeda, tambem concorre para aggravar os prejuizos que as inundações interiores causam á egreja.

Se aquella runa não estivesse, como está, convertida n'um vasto deposito de immundicie, teria por ella facil saida a agua. Mas como está obstruida até quasi ao cimo, em rasão de não ter sido limpa talvez ha 15 annos (!), as aguas demoram-se dentro da egreja, causando ahi os damnos que são de todos sabidos.

Expômos aqui estas considerações, desejando que sejam attendidas; pois que muito nos magôa ver a deterioração de um templo tão magestoso, e digno do maior respeito por todos os motivos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

✝ Continua o jogo a produzir os seus funestos resultados em Coimbra. Sobretudo a classe a que este vicio se torna mais prejudicial é sem duvida á academica.

Recebendo em regra uma mesada, que apenas chega para viverem modestamente, os estudantes que são attraidos ao jogo vão alli perder aquillo que lhes era indispensavel para a sua subsistencia — o que seus paes lhes mandam, sabe Deus muitas vezes com que sacrificios!

A consequencia d'isso é o verem-se forçados a entregar-se nas mãos da usura, obrigando-se a condições durissimas e quasi impossiveis de satisfazer. D'ahi vem as assignaturas de letras, que tão faceis são de fazer, como difficeis de cumprir.

Um abysmo chama outro. A usura tem relação immediata e fatal com o jogo. Sem este, sem a falta de prudencia na direcção da vida, pouco obteriam aquelles que quizessem alcançar rapidos e fabulosos interesses com o emprestimo do dinheiro.

E o que é para extranhar é que nem os mais fataes exemplos, nem o verem-se as graves difficuldades em que frequentemente se acham os que se entregam ao vicio do jogo, faça deter os imprudentes n'esta estrada de perdição!

Desenganemo-nos: o jogo, sendo já em si um grande vicio, é a origem de quasi todos os mais.

A falta de pundonor, a aversão ao estudo e ao trabalho, acompanham muito de perto o jogo de azar.

O jogador, por mais decente que tenha sido a sua educação, não tem duvida nenhuma em se sentar á mesma mesa com o individuo de costumes mais prevertidos. A mesa de jogo nivela todas as condições, e aproxima os mais oppostos caracteres.

O homem que na rua se envergonharia de apertar a mão a um qualquer devasso, não hesita em ter com elle toda a convivencia e intimidade quando se acham n'uma espelunca de jogo. E collocado n'esse declive, os resultados são faceis de prever.

Lamentavel cegueira!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Consta-nos que o sr. governador civil d'este districto officiára á camara municipal, pedindo-lhe esclarecimentos ácerca das providencias por ella adoptadas em favor da limpeza da cidade e da salubridade publica; e chamando toda a sua attenção para este importante objecto.

A primeira necessidade das povoações é sem duvida a salubridade, e por consequencia quando ella é desprezada fica pesando sobre as camaras e mais auctoridades uma responsabilidade muito grave.

Temos reclamado por muitas vezes as devidas providencias, mas sempre debalde; e estimaremos, por isso, que em fim se trate com o necessario zelo d'este momentoso ramo de serviço publico.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Um mau fado persegue esta cidade no objecto de instrucção primaria!

Depois do que tinha havido com o professor nomeado para a escola do bairro baixo, o qual logo depois de despachado requereu um anno de licença e por fim pediu a demissão; foi ha tempo provido o referido logar em outro concorrente, que era professor no concelho de Mira.

Consta, porém, que este mesmo que requereu vir para esta cidade, agora já mudou de parecer! Por esta fórma continuarão as cousas como têm estado ha dois annos!

E admiram-se que se ensine instrucção primaria na cadeia!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

As barbaridades praticadas nos bois por alguns carreiros, fazem revoltar todas as pessoas que as presenceiam.

Ainda ha dias vimos um carreiro obrigando malevolamente os bois a correrem com o carro por uma rua muito ingreme! Não se contentava que elles subissem gradualmente, na proporção da difficuldade da inclinação da rua; queria que elles subissem com toda a ligeireza; e como não podiam, espetava-lhes cruelmente o aguilhão no corpo!

Que fazem os vigias da camara quando presenceiam estas e identicas barbaridades?

Pois porque aquelles animaes são irracionaes, não têm direito a não serem maltratados?

Bom era que os vigias olhassem um pouco por este objecto, e que não procurassem só multar os desgraçados, que muitas vezes apenas por ignorancia commettem alguma infracção das posturas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O nosso collega do *Progressista* faz no seu numero de quinta feira uma apreciação severa, mas justa, do procedimento do sr. dr. Diogo Forjaz.

Ter conseguido, depois de ser jubilado em lente cathedratico de Direito, voltar outra vez ao quadro da Faculdade; subir a lente de prima, ganhando com isso o augmento do ordenado; e ultimamente, a pretexto de uma commissão, deixar de vir prestar o devido e indispensavel serviço, fazendo pesar sobre o lente de vespera, o sr. conselheiro Henriques Secco, os costumados onus de lente de prima, sem as vantagens correspondentes, que todas são para o sr. Forjaz; é um facto verdadeiramente inqualificavel!

Mas que querem, se os deputados estão promptos a favorecer os seus collegas, haja ou não motivo justificado para isso!

Faz muito bem o sr. Forjaz. Vá recebendo o seu ordenado sem fazer serviço na Universidade, e que se arranje quem quizer.

O tempo actual é de quem melhor sabe viver.

Andar atrelado á corda do sino não é nada agradavel. Os passeios são mais commodos e hygienicos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. dr. Diogo Forjaz e o serviço universitario. — O *Diario Illustrado* e outros jornaes deram-nos a importante noticia de que o sr. dr. Diogo Forjaz tinha sahido de Lisboa para o *Lagoal*; e, como s. ex.ª não tem vindo fazer serviço universitario, e se diz que faz parte de uma commissão de serviço publico, ficámos intendendo que o Lagoal é a séde da tal commissão.

Mas qual será a commissão que o sr. Forjaz foi exercer ao Lagoal?

A primeira difficuldade, para resolver o problema, é saber onde existe e até se existe esta importantissima terra. Os mappas e as estatisticas guardam silencio a respeito d'ella.

Alguem nos disse que o Lagoal é quinta ou casal onde s. ex.ª vae no verão descançar das fadigas dos passeios que no inverno dá pelas ruas de Lisboa; mas não nos satisfaz a explicação, porque temos conhecimento do caracter rigido de s. ex.ª, e este não lhe permittiria que fosse para a sua quinta comer a regalada o ordenado annual de 1:200$000 réis, deixando os seus collegas da Universidade sobrecarregados com o serviço que pertencia a s. ex.ª, e o lente de vespera com os encargos e despezas inherentes ao decano e director da faculdade.

Outros disseram-nos que o Lagoal é um grupo de lagôas, existente, por exemplo, na lua, e que o sr. dr. Forjaz foi estudar o commercio maritimo para de lá o transplantar para o nosso codigo commercial.

Será assim! mas nós diremos que se é certo que o sr. dr. Forjaz vae estudar direito commercial na lua, dos seus interesses cuida elle admiravelmente cá na terra; e não é dos mais pêcos; porque logo á primeira pancada arranjou 400$000 réis por anno, e sabe Deus aonde a coisa irá parar, porque o sr. dr. Forjaz não é homem que se fique por aqui.

Emfim o tempo resolverá o problema: o que fôr soará.

---

esta scena muda. El-rei abriu os olhos, e com rosto alegre olhou para mim; e então tornei a repetir-lhe; que eram os seus subditos de Londres que lhe offereciam aquelle testemunho do seu respeito, e affeição, e pedi-lhe que me dissesse a quem o devia entregar.

Já muito alegre, disse-me que o entregasse ao camarista, que se bem me lembra era o marquez de Loulé. Tornei a beijar-lhe a mão, e despedi-me.

Vindo já alguns passos para traz, chamou-me o mesmo camarista, dizendo-me que el-rei me queria ainda fallar. Perguntou-me então quando tinha chegado, e se era eu quem tinha escripto o *Campeão* em Londres?

Respondi-lhe que sim, e muito risonho deu-me a mão a beijar, e despediu-me. Sube depois, que elle já estava meu amigo, e que tinha perdido as prevenções que lhe haviam inspirado contra mim, não tendo levado a mal as duas cartas que lhe escrevi de Londres, e publiquei no *Campeão*.

Não querendo passar por novo ceremonial, entreguei o outro pergaminho, dirigido ao congresso, ao ministro Filippe Ferreira, para o dar da minha parte ao presidente, o que elle se incumbiu de fazer, e assim acabou esta minha commissão.

Esquecia-me dizer, que tambem tive a fortuna de alcançar, que o meu official, companheiro de viagem conseguisse o que pretendia por minha intercessão. Candido José Xavier, que eu conhecia desde a época que pela primeira vez estive em Paris, achava-se já em Portugal com a pena de morte perdoada, graças á revolução, e ainda em cima estava premiado, porque era director da secretaria da guerra, da qual era ministro Pamplona, tambem perdoado, e bem recompensado. Eu nada queria pedir a este homem, mas lembrando-me do antigo conhecimento com Candido José Xavier, recommendei-lhe com muito empenho o meu bom camarada de viagem.

O sr. Candido, que ainda até alli não tinha tomado os ares de fidalgo, e de grande senhor, o que depois tomou quando o duque de Bragança tambem o tomou por seu intimo conselheiro, despachou-o como desejava; e mui contente e agradecido se despediu de mim, e voltou para o Alemtejo, e para os braços de sua mulher.

Estavamos já em 11 de Dezembro d'este anno de 1821, quando veiu a minha casa o amigo de quem já fallei ao chegar a Lisboa, A. Lourenço Vieira, e me disse: — acabo de receber de Londres este presente que lhe mandam os seus amigos com esta carta: veja o que é, e leia a carta. Era uma caixa de marroquim, e dentro d'ella *uma caixa de ouro, com um bello diamante no meio da tampa*. A carta era a que se segue:

«Ill.^{mo} sr. José Liberato Freire de Carvalho. — Londres, 1.º de Outubro de 1821. — Sahiu v. s.ª de Inglaterra para a patria gosar do espectaculo lisonjeiro de um paiz regenerado. Sahiu, mas cá deixou memorias, e saudades que nunca se apagarão entre os portuguezes que o trataram e conheceram, deleitados com a honradez e amenidade do caracter de v. s.ª, ou instruidos por as doutrinas do que escreveu em grande proveito da liberdade publica. Longo tempo viverão essas lembranças, que só com a vida d'elles acabarão; mas como esta seja cousa tão fragil, e perecedora, determinaram alguns portuguezes dar a v. s.ª de seus sentimentos uma memoria de mais longa duração, por a qual, ainda que insignificante, seja aos vindouros transmittido o testemunho, (como nacional) das virtudes, e merecimentos de v. s.ª Por isso lhe rogamos queira acceitar n'essa caixa de ouro (menos puro do que as virtudes de que é reconhecimento) uma prova e documento d'amisade, estima, e gratidão, com que temos a honra de ser — De v. s.ª — Compatriotas, amigos e admiradores agradecidos — Antonio Joaquim Freire Marreco — João d'Oliveira — Antonio Machado — José Maria da Silva — Joaquim José Bandeira — Joaquim José da Silva Lima — João Ferreira Pinto Bastos — Manoel Joaquim Soares — Henrique José da Silva — Daniel Nunes Ribeiro — João Teixeira de Carvalho — Manoel Antonio de Freitas, por si, e por D. R. de Faria — Custodio Pereira de Carvalho — João Bernardo da Rocha — A. M. Pedra.»

Estes nomes estão egualmente gravados em uma folha de ouro no reverso ou interior da tampa; depois ainda outros se lhes accrescentaram em Lisboa, e n'ella estão gravados em torno do rebaixo por onde a caixa fecha. São elles os de — José A. Falcão, de A. L. Vieira, e do marechal Felisberto Caldeira Brant, que morreu marquez de Barbacena. Este deu o diamante que a caixa tinha no meio da tampa; mas que, descravando-se, sem o perceber, eu perdi no vapor em que vim para Lisboa do Porto no anno de 1833. Em um dos lados está tambem gravada a época em que a recebi.

Esta tão publica e nobre demonstração de amisade e consideração para comigo mostrou-me, que com effeito eu valia alguma cousa; e tambem alguma cousa tinha feito a bem da liberdade da minha patria. E este testemunho, junto aos muitos, que eu já tinha recebido depois que chegára a Lisboa, tem sido um dos mais gloriosos para a minha vida, particularmente reflectindo quão pouco tem sido apreciados pelos governos de todas as côres em que tenho vivido, só porque em mim não tem encontrado um panygerista, ou um instrumento docil, e maneavel para os servir a seu geito.

(Continuar-se-ha.)

NOTICIARIO

Commemoração. — No domingo, para solemnisar o 50.º anniversario da sagração episcopal do actual Pontifice Pio IX, celebrou o cabido da sé cathedral d'esta cidade um solemne *Te-Deum*. Officiou o deão, o sr. conselheiro Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo. Não assistiu o ex.^{mo} bispo conde, por andar na continuação da sua visita á diocese.

Egualmente houve *Te-Deum* nas egrejas parochiaes de S. Bartholomeu e Santa Cruz.

Na egreja das religiosas de Santa Theresa houve missa cantada, e de tarde Ladainha e *Te-Deum*.

Á missa fez uma pratica ao altar, o sr. dr. Luiz Maria da Silva Ramos, lente cathedratico da Faculdade de Theologia; e de tarde pregou o sr. padre Augusto Eduardo Nunes, estudante do 3.º anno da mesma Faculdade.

No cruzeiro da referida egreja de Santa Theresa viam-se as armas de Pio IX.

Esta festividade foi feita á custa de esmolas de varios devotos.

Em as mais egrejas das religiosas de Santa Clara, Sant'Anna e Cellas tambem se solemnisou este anniversario.

Houve na real capella da Misericordia *Te-Deum*, o qual foi transferido para este dia, e que era destinado a terminar no fim de Maio o Mez de Maria.

Durante o dia repicaram os sinos das egrejas, subindo ao ar muitos foguetes.

Na parte superior do templo de Santa Cruz tinha sido elevada uma grande bandeira, com as armas de Pio IX. E além d'isso, á noite houve illuminação na frente do mesmo templo.

Apparecimento de cadaver. — No dia 27 de Maio faltou ao toque de recolher o soldado n.º 98 da 2.ª companhia do destacamento de infanteria 14, então estacionado n'esta cidade, por nome Antonio Luiz Marques.

Faziam-se varias conjecturas a este respeito, sabendo-se, porém, que era soldado bem comportado, economico e que estava proximo a acabar o tempo de serviço.

No dia 2 do presente mez appareceu o cadaver d'este soldado, na valla do campo de S. Silvestre; e no dia 3 appareceu no Salgueiral, para baixo da casa da ferramenta toda a roupa d'elle, dobrada, á borda d'agua, estando dentro de um bolço 2$500 réis em prata.

Suppõe-se que indo-se banhar ao Salgueiral se afogára, e fôra levado pela corrente até ao sitio onde foi encontrado.

Não consta que o cadaver tenha ferimentos, e nem por parte da auctoridade ha indicio de haver criminalidade.

Aposentação. — O sr. Herculano Aprigio Alves de Araujo Santa Barbara foi aposentado no logar de secretario da administração dos hospitaes da Universidade de Coimbra, com o vencimento annual de 441$325 réis, nos termos da carta de lei de 10 de Abril ultimo.

Promoção. — O sr. dr. Francisco Augusto Correia Barata, lente substituto mais antigo da Faculdade de Philosophia, foi promovido ao logar de lente cathedratico da mesma Faculdade.

Auctorisação. — O sr. Joaquim Maria Lopes, escrivão do julgado de Ançã, na comarca de Cantanhede, foi auctorisado para exercer as funcções de tabellião de notas no mesmo julgado.

Gabinete portuguez de leitura na Bahia. — Fomos obsequiados com um exemplar do *Relatorio da direcção do Gabinete portuguez de leitura da Bahia, apresentado á assembleia geral ordinaria em 6 de Maio de* 1877.

Este util e civilisador instituto possue 3:033 obras em 4:320 volumes.

A direcção fez organisar um novo catalogo dos livros do Gabinete de leitura, o qual foi impresso.

Pelo relatorio se vê, que no dia 31 de Outubro do anno passado foi por esta associação brilhantemente festejado o 38.º anniversario de el-rei o sr. D. Luiz I.

Os socios são 504, que se decompõem em 338 effectivos (contribuintes), 59 effectivos (ausentes), 96 honorarios, e 11 subscriptores.

Muito estimaremos todas as prosperidades do Gabinete portuguez de leitura da Bahia, e cumpre-nos agradecer á sua zelosa direcção a attenção que teve comnosco.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Vicente de Almeida, filho de Antonio de Almeida e Maria da Conceição, de Coimbra, de 64 annos, fallecido em 26 de Maio de 1877.

Eduardo Lopes, filho de Joaquim Lopes e Maria José, de Coimbra, de 21 mezes, fallecido em 27.

D. Maria Isabel da Conceição Vieira, filha de Manoel da Silva e D. Maria Isabel da Silva, de Algoso, districto de Faro, de 52 annos, fallecida em 26.

José Pereira Arede, filho de Antonio Pereira Arede e Maria Joaquina, de Pindello, fallecido em 27.

Virginia, filha de José Ferreira Gallinha e Candida da Conceição, de Coimbra, de 4 mezes, fallecido em 28.

Adelaide Virginia de Almeida, filha de Joaquim Correia de Almeida e Maria da Conceição Severo, de Coimbra, de 11 mezes, fallecida em 31.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:090.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa 1 de Junho de 1877.

Parece que a ideia de se estabelecer o correio no edificio em que estão actualmente alguma repartições da alfandega, ideia apresentada com enthusiasmo pelo sr. ministro dos obras publicas, encontra bastante opposição na classe commercial.

Creio que a direcção da Associação Commercial se vae occupar d'este assumpto, e é provavel que seja convocada a assembleia geral da mesma associação a fim de dar o seu parecer.

Pensa-se na organisação de uma agencia telegraphica, de combinação com um importante jornal de Pariz, para fornecer á imprensa portugueza noticas estrangeiras.

Parece fóra de duvida que no proximo mez de Julho começarão os trabalhos no caminho de ferro de Cacilhas á Cezimbra, com um ramal para o Pinhal Novo.

A sociedade fundada em Bilbau, denominada «polvora dynamite», cujo privilegio foi concedido a A. Nobel, foi habilitada a exercer a sua industria em Portugal, por intervenção de agentes especiaes com poderes de directores, tendo por isso existencia juridica em Portugal.

Foi approvado e ratificado o traspasse do caminho de ferro americano, que liga as ruas de Braga á proxima estação do caminho de ferro do Minho, feito pelo concessionario do mesmo caminho á companhia carris de ferro de Braga, traspasse que havia sido feito por escriptura lavrada em Junho ultimo.

Foram apresentadas na ultima reunião do conselho director dos trabalhos preparatorios para a exposição de Pariz, os ante-projectos e desenhos relativos ao edificio onde hão de ser installados os productos portuguezes.

O conselho agradeceu e teceu elogios aos trabalhos do sr. Vasconcellos, durante a sua permanencia em Pariz, no desempenho da sua commissão. Os srs. Vasconcellos e dr. Deslandes, secretarios do conselho, foram apresentar a el-rei D. Fernando, como presidente do conselho, tres desenhos.

— Lisboa 2 de Junho de 1877.

Falla-se muito no que se passou no ultimo conselho de ministros, e affirma-se que o sr. Barros e Cunha, ministro das obras publicas, fizera desenvolvida exposição a fim de convencer os seus collegas da necessidade do gabinete se occupar quanto antes das seguintes questões:

1.º O equilibrio da receita e despeza, ou o estabelecimento immediato de um regimen de administração que a elle mais proximamente conduza.

2.º A instrucção popular; creação de escholas e de mestres em todas as localidades onde d'elles haja carencia, bem como o incitamento da frequencia escholar e reforma dos methodos de ensino.

3.º Organisação do exercito e dos quadros das reservas, de modo que o effectivo d'aquelle esteja apto a ser utilisado, n'um momento dado, com a instrucção efficaz, e estas sabendo a que corpos e companhias pertencem para n'elles se incorporarem, se repentinamente fossem chamadas, em qualquer eventualidade.

4.º Reforma eleitoral, alterando a actual circumscripção dos circulos.

Os collegas do sr. ministro das obras publicas apoiaram-n'o, concordando na urgencia de se tractar d'estas questões. É, porém, provavel que alguns d'elles sejam resolvidos (se forem) quando o parlamento funccionar.

Dizia-se hontem que tinha havido uma crise commercial muito séria em Loanda, suspendendo pagamentos algumas casas d'aquella praça.

Cartas de Porto de Moz dão a noticia de em audiencia geral no dia 30 do mez passado, ter sido julgado Candido José, d'esta villa, que em Agosto findo foi preso em flagrante delicto como passador de moeda falsa. O tribunal conservou-se de principio a fim repleto de espectadores, e o jury mixto d'esta comarca e das de Leiria e Alcobaça declarou por maioria não estar provado o crime, pelo que foi o réu absolvido. Foi defensor do réu o recebedor d'esta comarca o sr. dr. Joaquim Antonio de Carvalho. Tambem hontem foi julgado na comarca de Alcobaça o réu João Luiz Beato, pronunciado alli como cumplice no assassinato do barão de Porto de Moz, e que ha pouco se apresentára voluntariamente, sendo egualmente absolvido.

Ao meio dia de 29, no meio de grande concurso de povo, assistindo o director da obra, o general o sr. Joaquim da Costa Cascaes e as auctoridades, foi elevada a grande columna do monumento das linhas de Torres Vedras, no cimo da serra que domina a villa de Alhandra. Sobre um pedestal de 7 metros de altura foi elevada a columna que tem 28 tonelladas de peso e 1^{m},70 de diametro. Não occorreu novidade. Subiram aos ares muitas girandolas de foguetes. O general, ao assentar a columna, dirigiu-se ao zeloso encarregado da obra, o sr. Sousa Ramos, dando-lhe os parabens e abraçando-o. Á noite, a musica percorreu a villa, houve fogueiras, baile campestre e illuminação. Regosijos na villa.

Noticias de Hespanha. — *Madrid*, 31. — (Origem official). São completamente falsos os boatos alarmantes.

Reina tranquillidade em toda a peninsula. Houve hontem recepção no palacio da mãe da ex-imperatriz Eugenia, em honra d'esta.

O general Cabrera. — Lê-se no *Diario da Manhã* o seguinte:

«O celebre general hespanhol Ramon Cabrera, conde de Morella, que falleceu a 24 de Maio, em Wentworth, nasceu na Catalunha, em Tortosa, em 31 de Agosto de 1810.

Destinava-se ao estado ecclesiastico, quando em 1833 entrou na vida politica, alistando-se nas fileiras carlistas como chefe de guerrilhas.

Tres annos depois os liberaes fuzilavam-lhe, por ordem de Mina, a mãe e as suas tres irmãs, crime que elle vingou com tremendas represalias.

Batido e perseguido, passando por morto, reappareceu de repente, á frente de um exercito, em Valencia, ficou vencedor em Bunol, e Burjasol, e vencido e ferido em Torre Blanca; mas retomando a offensiva apoderou-se de Morella, e marchou com D. Carlos sobre Madrid.

Foi então que o pretendente o nomeou conde de Morella, tenente-general e governador geral do Aragão, de Valencia e de Murcia. Quando a defecção de Maroto destruiu as esperanças dos carlistas, Cabrera foi o ultimo que sustentou a lucta nas montanhas da Catalunha e do Aragão, até que foi derrotado por Espartero, em 6 de Julho de 1840.

Refugiado em França, Cabrera mostrou-se hostil á camarilha de D. Carlos, e foi destituido pelo pretendente; porém, depois que este abdicou, Cabrera aproximou-se do conde de Montemolim, e em 1848 tentou reaccender a guerra na Catalunha, e foi derrotado em 1849.

Enriquecido pela guerra civil e pelo seu casamento com uma senhora ingleza, descontente com o espirito absolutista e clerical que dominava na côrte do pretendente, Cabrera não quiz tomar parte na insurreição carlista de 1854, e absteve-se egualmente de entrar na lucta sustentada pelos carlistas contra o rei Amadeu e a republica hespanhola.

Todos se recordam que o velho caudilho mostrou-se favoravel á restauração de D. Affonso III, e que procurou contribuir para ella, lançando na balança o seu nome e a sua influencia sobre os seus antigos companheiros de armas.

Cabrera morreu renegado pelos carlistas e em termos equivocos com os affonsistas, cujo triumpho elle desejava, e pelos quaes todavia não combateu.»

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario Popular* o seguinte:

«As folhas russas dão grande importancia ao facto de terem os dois officiaes russos feito saltar o monitor ottomano, e citam-n'o como uma das mais audaciosas acções mencionadas na historia da guerra. O governo russo mandou condecorar os dois valentes officiaes, e agradecer ao major rumnico, que os auxiliou em tal empreza. Dizem que este major é um official muito distincto, que recebeu a sua educação militar em França e tem viajado pelo mundo civilisado.

O ministro da guerra, em Constantinopla, mandou pedir tropas ao bey de Tunis.

Parece que parte da esquadra russa, que tem estado na estação da America, voltou a Cronstadt; e a outra parte tomará posição em frente de Gibraltar para aprezar os navios que se dirijam á Turquia com contrabando de guerra.

Não está confirmada ainda a noticia de que os turcos tenham conseguido reoccupar Ardahan.

Dizem de Vienna que foi descoberta uma conspiração em Braila entre os circassianos que fazem parte do exercito russo. Certo numero de officiaes e soldados foram fusilados em Crajova.

Krysicki, um dos chefes da sublevação polaca, em 1863, foi condemnado á morte e fusilado em Varsovia.

A folha official de S. Petersburgo annuncia que o principe persa Mohamed-ali-Mirza entrou no exercito russo do Caucaso, com o posto de tenente.

Dizem que o imperador da Russia não sairá de S. Petersburgo antes de 8 d'este mez.

Um telegramma de Berlim diz que o littoral do Caucaso, no Mar Negro, está inteiramente nas mãos dos turcos e dos insurgentes. Elles occuparam tambem a estrada de Vladikaukas a Tiflis, cortando assim as communicações do exercito russo com todos os seus portos de abastecimento. A estrada do Mar Caspio era a unica livre.

Este despacho é do *Times*.

No dia 26 os russos continuavam o bombeamento de Kars, mas esta praça defendia-se muito bem, no dizer do correspondente do *Dally Telegraph*. As baterias ottomanas respondiam ás dos russos com rapidez e precisão. Esperava-se uma grande batalha entre a ala esquerda dos russos e ala direita dos turcos.

Tinham chegado a Constantinopla 2:000 milicianos do exercito territorial, e considerava-se alli como seguro o exito da expedição de Sukum-Kale.

Dizia Moukhtar-pachá, que a tomada de Ardahan custara aos russos 6:000 homens. Se fosse exacto que os turcos tinham alli uma guarnição de 10:000 homens, provar-se-ia n'esse caso que os tiros dos defensores de Ardahan eram certeiros.

Parece que fôra communicada aos governos europeus, que a Romania se considerava já independente da Turquia.

S. Petersburgo, 1. — Ha noticia de varios combates felizes das tropas russas contra os insurgentes do Caucaso, cuja pacificação se julga proxima.

Tiflis, 31. — Os turcos foram completamente desbaratados nas proximidades de Berli. Perderam dois canhões, muitas munições, dois estandartes e grande numero de prisioneiros entre elles um pachá

Athenas, 2. — Na camara Coumondouros declarou qual a politica do novo governo, que vae occupar-se immediatamente de preparativos militares.

Londres, 2. — O *Times* annuncia que Schouvaloff volta a Londres, portador de uma nota assegurando que a Russia não tocará nos interesses inglezes, ainda que se faz an-

tever o caso, para obter promptamente a paz, de que a Russia devesse occupar temporariamente Constantinopla.

Festas da Rainha Santa. — Installou-se hontem a commissão encarregada de promover os festejos da Rainha Santa Isabel.

Consta-nos que a mesma commissão fôra hoje apresentar-se ao sr. governador civil, pedindo-lhe para aceitar a presidencia d'ella, e ao mesmo tempo para a coadjuvar nos seus trabalhos.

O sr. Lopes Branco respondeu que acceitava de bom grado essa presidencia, porque entendia que o seu cargo lhe incumbia de tomar a iniciativa em todos os actos que podessem concorrer para o explendor do culto catholico, e ao mesmo tempo para o engrandecimento d'esta cidade.

ANNUNCIOS

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1 NOS DIAS abaixo designados, pelas 10 horas da manhã, na secretaria d'estes hospitaes ha de dar-se de arrematação, (se o preço convier), o fornecimento dos generos e artigos seguintes para o consumo dos mesmos hospitaes durante o anno economico de 1877 a 1878.

No dia 8 do corrente mez

Assucar branco e amarello fino, arroz, farinha de trigo, presunto, toucinho, aletria, macarrão, queijo nacional, manteiga nacional, chá verde, café moido, cigarros, rapé e simonte.

No dia 10 do corrente mez

Feijão frade e rajado, grão de bico, azeite, vinagre, vinho branco e tinto, vinho do Porto, alcool a 30° cartier, aguardente a 20° cartier, bolacha doce e d'agua e sal, marmelada, geleia de marmello, e doce de cabaço secco e de calda.

Do dia 17 do corrente mez

Gallinhas, frangãos, carneiro, leite de cabra e de burra, cevada, linhaça, cebo preparado, sanguesugas, lenha, carvão de cepa, e agua.

Os generos fornecidos serão apresentados nas respectivas repartições por conta dos fornecedores, quando as quantidades requisitadas excederem a 15 kilogrammas.

Administração dos hospitaes da Universidade 4 de Junho de 1877.

O administrador
Costa Simões.

Pedido

2 ROGA-SE ao sr. Julio Augusto Gaspar da Cunha Serrão, escrivão do juizo de Direito na villa de Pombal, responda como deve ás cartas que lhe tem dirigido um negociante de Coimbra.

ATTENÇÃO

3 ARRENDAM-SE umas casas na rua da Alegria, n.º 63, com 9 quartos, sala de visitas, e sala de mesa com um terrasso annexo.

Trata-se na mesma rua com Justino Ribeiro, feitor das senhorias da mesma casa.

ATTENÇÃO

4 A CASA Bolsson & Pombar, recebeu um grande sortido de camisas, colares e punhos, de cor e brancas, da ultima novidade, peugas, lenços, mantas de viagem inglezas, vindas directamente das fabricas, tudo por preços muito baratos.

Coimbra 3 de Junho de 1877.

Bolsson & Pombar.

COLLECÇÃO DE MANUAES

Manual das Damas, ou breve tratado de fazer flores artificiaes, ornado de estampas explicativas, seguido de uma collecção de segredos e processos necessarios para a conservação das differentes peças da toilette de uma dama, 1 vol.... 500

Manual de jogos, ou collecção dos jogos mais usados na boa sociedade, tanto de cartas como de dados, incluindo o voltarete, xadrez, damas, dominó, banca, whist, boston, manilha e trempe, tres setes, cassino, estenderete, arrenegada, zanga, etc., 1 vol.... 600

Manual do prestigiador, ou livro de sortes divertidas tanto de mãos como de cartas e physica recreativa ao alcance de todos, ornado de 80 estampas explicativas, 1 vol.... 500

Manual do conserveiro e confeiteiro, ou modo de preparar differentes e delicados bolos, pasteis, doces, gelados, etc., 1 vol.... 240

Manual do saboeiro, ou arte de fabricar toda a qualidade de sabão branco, amarello, raiado, duro, molle; differentes sabões aromaticos e medicinaes proprios para toucador de senhora, augmentado com a facil preparação de muitos sabonetes de superior qualidade, como Windsor, transparentes, fluctuantes, de tirar nodoas, etc., 1 vol.... 160

Manual dos sonhos, ou arte de advinhar o futuro, explicação completa dos sonhos e apparições nocturnas, 1 vol.... 120

Manual de dança, ou methodo facil de aprender a dançar sem auxilio de mestre, contendo todas as marcas, figuras, tempos, passos e posições da polka, mazurka, scottisch, lanceiros, imperiaes, caçadores, da rainha, etc., 1 vol.... 120

Manual do cozinheiro, contendo as mais modernas e curiosas receitas, para se prepararem saborosos petiscos da cozinha portugueza e franceza, e todos os manjares pertencentes á arte de copeiro e pastelleiro; e com o modo de pôr uma mesa no gosto moderno com estampas explicativas, 1 vol.... 240

Manual do charadista, ou nova collecção de charadas, enigmas e advinhações, 1 vol.... 160

Manual de sinas, ou verdadeiro oraculo das damas e cavalheiros, seguido da explicação facil das sinas e sonhos, e maneira de cada um advinhar o seu futuro, por meio de um baralho de cartas, augmentado com a linguagem e emblema das flôres, 1 vol.... 120

Manual do fogueteiro, ou collecção de curiosos processos pertencentes á arte de pyrotechnica, no qual se ensina a preparar polvora de todas as côres, tão apreciada nos fogos de artificio, luzes de bengalla, fachos luminosos, chuva de prata, cascatas ardentes, 1 vol.... 160

Manual do distillador, ou modo facil de preparar differentes vinhos preciosos e vinagre branco e tinto; e toda a qualidade de licores finos e exquisitos; cervejas e genebra; aguas-ardentes, cidras e geropigas; gelados, sorvetes e varias conservas; todos os preparados para o toucador das damas, taes como: agua de colonia franceza, agua de melissa, leites e varias massas para amaciar a pelle, etc., seguido de um tratado de distillação, 1 vol.... 600

Manual de physica recreativa, jogos de cartas, ligeireza de mãos, etc., ornado de estampas, 1 vol.... 60

Manual do jardineiro, e do cultivador, ou modo de cultivar os jardins; em que se trata da variedade das flôres e da sua cultivação, e seguido do emblema e linguagem das flôres, ornado de estampas, 1 vol.... 400

Manual do sangrador, ou meio facil de sangrar com perfeição; contendo todas as explicações necessarias para se conhecer os differentes vasos sanguineos, arterias e veias, etc, 1 vol.... 160

Manual do jogo do bilhar, regras e leis do dito jogo, 1 vol.... 120

Todos estes Manuaes se acham á venda em Lisboa na livraria de J. J. Bordalo, travessa da Victoria, n.º 42, 1.º andar, proximo ao largo de S. Nicolau, e são remettidos francos de porte a quem enviar o seu importe em estampilhas do correio.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

6 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

ARRENDA-SE

7 UMA CASA acabada de novo, para pouca familia, em Mont'arroio, rua de Cima, n.º 31 (quintal). Quem a pretender dirija-se ao mesmo local.

Venda de propriedades

8 NO DIA 10 de Junho, ao meio dia, em casa do ill.mo sr. Francisco Pedro da Silva, largo da Sé Velha, se venderão as propriedades abaixo mencionadas, para o que são convidados os interessados, ou quem os represente.

Uma quinta no sitio da Arregassa, com boa terra de semeadura, arvores de fructo, muita agua de rega e de beber. Tem casa de habitação para uma familia e para criadas, forno e outras commodidades. Póde-se ver quando se quizer.

Um olival por cima da Fonte do Castanheiro, com muitas oliveiras, e um bocado de vinha. Tem boa terra de semeadura, que pega com o sr. Antonio Maria Gonzaga.

Um casal defronte das casas da mesma quinta, com oliveiras, terra de semeadura, e com casas de habitação.

Todos estes bens pertenciam ao fallecido Joaquim José Ferreira, d'esta cidade.

Está auctorisado a fazer esta venda, José de Figueiredo Pinto, na qualidade de testamenteiro do fallecido.

Coimbra, 2 de Junho de 1877.

9 SUBLOCA-SE, até ao S. Miguel, a casa n.º 50, na rua de J. A. de Aguiar. Tem bonitas vistas e commodidades para uma numerosa familia.

Trata-se na rua do Norte, loja da Imprensa da Universidade.

A. J. DANTAS GUIMARÃES

24-RUA DO VISCONDE DA LUZ-30
COIMBRA

10 ACABA de receber este estabelecimento um lindo sortido de mantas de seda largas para senhora, que vende a 80, 100, 200, 400 e 500 réis.

Meias para senhora, e peugas de algodão para menina a 70, 90 e 100.

Lenços brancos e de côr a 20, 30 e 40 réis.

Ditos brancos abainhados a 400 réis a caixa com lindas estampas.

Ditos de seda, a 400 e 500 réis, e grandes de 1$200 a 600 réis!

Colchas brancas lavradas a 1$800 réis.

Colletes de espartilho a 400 réis.

Chitas adamascadas para colcha; e de côres firmes para vestido a 120 réis o metro.

Patentes abretanhados, e bretanhas cruas a 90, 100, 110 e 120 réis.

Pannos crus a 60, 70 a 80 réis.

Linhos, e lãs para vestidos: — gostos novos.

CASA LISBONENSE

11 CHAPEUS modelo Paris para senhora. Chapeus de differentes feitios para creança.

Fazendas de lã muito modernas para vestido.

Córtes para verão.
Saias »
Leques.
Flores francezas para chapeu.
Sombrinhas para verão.
» de seda.
Chapeus de sol para homem.
Bengalas.
Lindissimas gravatas para senhora.
Ditas para homem.

Um saldo grande de boas chitas largas para vender a 135 réis o metro.

AVISO

12 A CASA Bolsson & Pombar, recebeu ultimamente de Paris e Londres um sortido de pianos e orgãos dos seguintes auctores: Erard, Herse, Bord, Aucher Frères, Foche & Fils ainé, Jèrome Thibouville Lamy; ao preço de 32 a 100 libras, todos garantidos pelos mesmos auctores. Os orgãos são do preço de 20 a 60 libras, de 8 a 12 registos, caixas de musica etc.

Coimbra 3 de Junho de 1877.

Bolsson & Pombar,



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

13 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

14 UMA senhora habilitada a ensinar cinco linguas, bordados e principios de musica e de desenho, deseja collocar-se em casa de familia respeitavel, em qualquer provincia, para educar crianças. Dirigir-se por carta a M. Vaz, agencia Bastos e Gonçalves, rua dos Retrozeiros, 159, Lisboa.

15 ARRENDA-SE um armazem, na rua das Figueirinhas, n.º 8.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA
Por anno.... 3$200
Por semestre.... 1$600
Por trimestre.... 800

Annuncios por cada linha 40 réis.
Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno.... 3$460
Por semestre.... 1$730
Por trimestre.... 865

Numero 3116 | Sabbado 9 de Junho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A mendicidade tem merecido em todos os tempos a attenção das pessoas que se interessam pelo bem estar da sociedade. Tem-se estudado este cancro social; tem-se procurado os meios de o poder extinguir ou atenuar; e comtudo o mal permanece em todos os paizes, com maior ou menor intensidade.

Não se póde, nem deve prohibir completamente a mendicidade; mas convém diligenciar que se não abuse do direito incontestavel de implorar a caridade publica.

A par de verdadeiros necessitados e de invalidos, a quem a sociedade tem obrigação de soccorrer; apparecem falsos mendigos, que apparentam deformidades que não têm, para abusarem da bondade das pessoas caridosas.

Se é digno de soccorro aquelle que já não póde trabalhar por carencia das forças indispensaveis; se mesmo em occasião de crise, na agricultura ou na industria, é justo que se auxiliem aquelles que momentaneamente não podem obter a subsistencia pelo seu trabalho; tambem se não deve tolerar, que as pessoas validas, procurem unicamente subsistir á custa dos cidadãos bemfazejos.

A especulação é levada a ponto de haver individuos, que alugam creanças para com ellas chamar em seu favor a caridade publica.

Especuladores ha, que largam as suas terras para virem vadiar nos grandes centros de população, fugindo d'um trabalho honesto para uma vida de crapula.

Em Coimbra ha diversos estabelecimentos, que estão beneficiando muito a pobreza. Os hospitaes da Universidade e Ordem Terceira, a Misericordia, e os asylos de mendicidade e da infancia; a que se póde juntar os monte-pios, associação dos artistas, associação consoladora dos afflictos, e outros institutos de beneficencia e educação, acodem a muita necessidade, e amparam muita miseria. E comtudo ainda não são sufficientes para livrar a cidade da mendicidade publica!

Em Paris ha os soccorros domiciliarios, que fazem diminuir consideravelmente a pobreza.

Os soccorros dados pelas commissões de beneficencia são de duas especies: temporarios e annuaes.

Têm direito aos soccorros annuaes os cegos, os paralyticos, os epilepticos, e os velhos de 65 annos de edade para cima.

São soccorridos temporariamente os feridos, os doentes, as mulheres no momento do parto; aquellas que tendo uma creança de peito têm além d'isso mais filhos sem ter meios de os alimentar; os chefes de familia que têm tres filhos menores de 14 annos; as viuvas que têm dois filhos de tenra edade, ou que tendo só um estão gravidas de seis mezes.

Os soccorros dados pelas commissões de beneficencia suspendem-se quando o indigente entra n'um hospital, quando pelo seu trabalho póde ganhar a sua subsistencia, ou quando tem um comportamento reprehensivel.

A receita das commissões de beneficencia consiste no subsidio que lhes dá a administração de assistencia publica, nas subscripções e esmolas que se pedem nas egrejas e varios legados.

Os soccorros domiciliarios não se limitam unicamente a fornecer aos indigentes dinheiro ou objectos necessarios para vestido e sustento por meio das commissões de beneficencia, estendem-se tambem a procurar trabalho ás pessoas validas, que por qualquer circumstancia se acham sem ter onde se empreguem.

Tratando d'este assumpto, diz o sr. João Cardoso Ferraz de Miranda, no seu *Relatorio ácerca de alguns estabelecimentos de beneficencia existentes em Londres, Paris, Belgica e Roma*, que a organisação bem regulada do serviço de soccorros a domicilio é no entender de todos os homens competentes o meio mais efficaz de diminuir a miseria e soccorrer mais moral e economicamente o necessitado.

Entre nós tal serviço não existe, nem por assim dizer se conhece; e no entanto, acrescenta o sr. Ferraz de Miranda, sem elle se organisar serão impotentes todos os esforços para diminuir a mendicidade que nos afflige.

Os soccorros domiciliarios estabelecidos por freguezias, exigindo-se um certo tempo de residencia na localidade para dar direito a obtel-os; a organisação do serviço medico para os indigentes em suas proprias casas; uma commissão parochial que se incumbisse de arrumar as creanças que caissem em abandono pela morte ou doença dos paes; que procurasse entre as pessoas abastadas trabalho para as mães de familia e mulheres que d'elle carecessem, etc., evitaria muitos males filhos da miseria, e muitos actos de desmoralisação que são a consequencia da extrema necessidade.

Para combater a mendicidade são necessarias muitas e bem combinadas providencias.

No entanto, é mister, que a auctoridade não cruze os braços e veja impassivel os abusos que se praticam por parte dos falsos mendigos.

Se merece toda a protecção a verdadeira pobreza; se têm direito aos soccorros publicos aquelles infelizes a quem a sorte foi adversa; tambem se não deve tolerar a especulação e a vadiagem.

O sr. governador civil de Coimbra, conde da Graciosa, querendo reprimir os pobres simulados, e proteger os verdadeiros indigentes, publicou em data de 30 de Agosto de 1859 um edital, no qual estabelecia regras, segundo as quaes se podesse exercer a beneficencia publica, quanto á legitimidade das pessoas verdadeiramente necessitadas.

Algumas das providencias d'esse edital eram acertadas; mas outras foram mal recebidas, principalmente a que obrigava os pobres a munirem-se de uma licença administrativa, não podendo pedir sem trazerem ao peito uma medalha de metal branco.

Tinha o sr. governador civil por fim com essas medalhas o poder-se verificar quem eram os verdadeiros, ou os falsos mendigos; mas essa especie de carimbo official que se lançava na pobreza parecia vexar os pobres, e a medida aliás feita com boa intenção foi em breve caindo no esquecimento.

Este assumpto é muito grave, e não convém ácerca d'elle tomar-se qualquer

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXIV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Passado algum tempo achando-me com o ministro dos negocios estrangeiros Silvestre Pinheiro, disse-me elle: «Persuadido de que o senhor Liberato quererá ajudar o governo a levar ávante a nossa regeneração, para a qual tão efficazmente tem concorrido, desejava que quizesse alguns dos logares que lhe vou propôr, cuja proposta estou certo de que ha de ser approvada pelos meus collegas. Nós precisamos muito de quem nos represente nas côrtes estrangeiras com lealdade e efficacia, e n'esta persuasão lembrava-me que fosse para Madrid com o caracter de ministro diplomatico.»

Eu depois de o ouvir, e lhe agradecer a sua lembrança, respondi-lhe: — por duas razões não posso acceitar; a primeira é, que em Hespanha está hoje um amigo meu, Manoel de Castro Pereira, com quem ha pouco estive e alli me tratou com toda a amisade e distincção. Alem d'isto vi, que lá era tratado com todo o respeito não só pelos seus collegas, a quem me apresentou, mas ainda pelo ministerio, por quem era olhado com toda a consideração, o que particularmente verifiquei quando fui com elle á Granja, onde estava el-rei Fernando VII, com parte de seus ministros. Então n'este estado em que estou com Manoel de Castro parece bem a v. ex.ª que vá tomar-lhe o logar? Isso é cousa que eu nunca faria, porque é contra o meu caracter e principios.

E ainda tenho outra razão para não acceitar, qual é a repugnancia invencivel pela vida diplomatica. Posso aqui asseverar-lhe com toda a verdade, que sempre fui e sou pouco ambicioso; que os meus desejos são ter uma vida independente, e nunca me ligar a empregos, que me tirem a liberdade das minhas acções, e com especialidade a empregos dados pelo governo, do qual então me faria de facto dependente, quando não fosse escravo; o que tambem repugna ao meu caracter.

Com este caracter e sentimentos nenhum emprego me seria mais insupportavel, porque não sendo ambicioso, e desejando viver sempre independente, tomaria uma vida a mais desgostosa que podia ter, e até impossivel que a podesse por muito tempo tolerar. Seria obrigado a andar todos os dias a fazer cortezias ou na côrte ou na casa dos ministros; a fazer visitas aos meu collegas, e a recebel-as d'elles; a dar-lhes jantares; e a soffrer outras mais impertinencias, que não se dão com o meu genio, e que deveras me repugnam, e por tal modo, que me não posso contrafazer.

O ministro calou-se, e só me disse: pois bem, não decidamos hoje nada, medite bem no que lhe acabo de propôr, e para a outra vez que fallarmos, decidiremos o negocio. Assim me despedi d'elle, e quando tornámos a conversar, perguntou-me: então em que resolução está? Na mesma, lhe respondi.

A isso replicou elle: vejo que uma das difficuldades que tem para não acceitar o que lhe propuz, é não querer ir occupar o logar do seu amigo Manoel de Castro, e por isso ainda lhe faço outra proposta: — vá para Roma, onde precisamos ter pessoa dos seus principios, e da nossa confiança. — A isso lhe repliquei de repente: — isso ainda é peior, e tem para mim maiores difficuldades. Não sabe v. ex.ª os embaraços que ahi tem tido e ainda tem a confirmação da nomeação de S. Luiz para Bispo de Coimbra? Que cousas se mandariam dizer para Roma a meu respeito? De certo o governo não podia escolher peior negociador do que eu em taes tempos, e quando ahi se trata negocio tão importante e tão serio.

O ministro pensou um pouco no que eu lhe acabava de dizer, e respondeu-me, parece-me que tem razão; julgo comtudo, que ainda podemos fazer outro arranjo; vá para França, onde não póde ter as mesmas difficuldades.

Não vou, não, meu amigo, porque assim lho posso chamar á vista das propostas que me tem feito; não vou para parte nenhuma, e particularmente n'esse caracter, porque o meu

medida definitiva, sem ser muito pensada. Talvez conviesse ouvir a opinião dos chefes dos estabelecimentos de beneficencia, que pela pratica que têm, estão habilitados a dar um parecer adoptavel e que produza resultados proveitosos.

O nosso fim nas palavras que ahi deixâmos é chamar a attenção dos poderes publicos para este importante objecto.

Estude-se e resolva-se o que fôr mais conveniente.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

No domingo ultimo praticou-se um facto no Porto, perante o qual entendemos não dever ficar silenciosos.

De manhã, o ex.^mo bispo d'aquella diocese, D. Americo, celebrou missa de pontifical, havendo *Te-Deum* com o Santissimo exposto, em acção de graças por chegar o actual Pontifice Pio IX ao seu 50.° anniversario episcopal.

Assistiu a este acto religioso o cabido, os parochos da cidade, muitos outros ecclesiasticos, e um concurso numeroso de pessoas de todas as classes.

Á porta da Sé fazia a guarda de honra uma força da guarda municipal, com a respectiva banda.

Ao terminar esta solemnidade, um grande grupo de individuos, que esperavam á saida as pessoas que tinham ido á egreja, fizeram grande vozeria, entre gritos de — viva a liberdade. Em seguida, a par de muitos insultos até a senhoras, um individuo, para dar uma prova do seu grande amor pela liberdade, espancou uma das pessoas que tinham saido do templo!

O espancado e ferido, segundo relata o *Commercio do Porto*, fugiu até á rua Chã, vendo-se obrigado a refugiar-se no portal da casa do sr. Montenegro, onde se fechou por dentro.

Que é isto? Pois a liberdade é a intolerancia e a oppressão?!

Pela parte que nos pertence, como liberaes que somos, e do que muito nos prezâmos, não devemos deixar de aqui protestar energicamente contra este attentado.

Então a liberdade consiste em qualquer individuo querer forçar a outro a proceder contra a sua opinião e consciencia?

Por isso que nos revoltâmos contra toda a qualidade de vexame, violencia e perseguição do tempo do absolutismo; com muito maior indignação nos insurgimos contra todo e qualquer acto, que hoje se pratique, contrario á liberdade que tem todo o cidadão de fazer o que a lei não prohibe.

De mais, sendo a religião catholica a do estado; como é que se extranha que se pratiquem os actos do culto d'essa religião?

Que liberdade é a d'esses intolerantes? Pois isto é liberdade?

Já tivemos occasião de citar, e nunca será demais o repetir este bello principio, que lemos em o n.° 1 do *Amigo do Povo*, publicado em Coimbra em 3 de Maio de 1823 pelos irmãos Passos: — «*O crime é sempre crime, e o despotismo é sempre despotismo, ainda que appareça embrulhado nas vestes candidas da liberdade.*»

Era assim que os illustres irmãos Passos, estes constantes defensores das ideias liberaes, antecipadamente stygmatisavam os procedimentos indignos, como aquelle que houve no domingo ultimo na cidade do Porto!

O direito e as garantias que queremos e exigimos para nós, temos rigorosa obrigação de as mantermos nos outros.

Não entendemos, nem podemos entender a liberdade de diverso modo.

Quem é intolerante e perseguidor não é, nem póde ser liberal; e por isso não deve pertencer a este partido.

Aquelles que assim procedem, sem duvida eram elles mesmos capazes de perseguir os liberaes no tempo do absolutismo. A explicação d'isso é facil. Acha-se na regra de que os extremos se tocam.

Tal gente é a deshonra de todos os partidos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na terça feira falleceu na sua casa de Ourentã, concelho de Cantanhede, o sr. dr. Manoel de Carvalho Coutinho e Vasconcellos.

Havia-se doutorado na Faculdade de Direito, no dia 17 de Julho de 1859.

A sua dissertação inaugural que imprimiu n'esse anno, era sobre o seguinte argumento: — *O navio francez Charles et Georges, capturado pelos portuguezes nas aguas de Moçambique, deve considerar-se — boa ou má preza?*

O sr. dr. Manoel de Carvalho defendeu com solidos argumentos a justiça de Portugal na grave pendencia com a França ácerca d'aquelle navio.

Sendo nomeado juiz de direito no ultramar, chegou a ser juiz da relação de Góa.

O novo clima em que foi habitar fez affectar gravemente a saude do sr. dr. Manoel de Carvalho, pelo que teve de regressar a Coimbra.

Nas proximidades d'esta cidade viveu por muito tempo em companhia de sua familia, até que progredindo a molestia, teve de mudar a residencia para a sua quinta de Ourentã, onde falleceu.

O sr. dr. Manoel de Carvalho era filho do sr. Mathias de Carvalho Mendes Coutinho e Vasconcellos, e irmão dos srs. drs. Antonio de Carvalho Coutinho e Vasconcellos, e Mathias de Carvalho Coutinho e Vasconcellos, ambos da Faculdade de Philosophia. Já não vive senão este ultimo, servindo na carreira diplomatica.

Nos annos de 1859 a 1861 o sr. dr. Manoel de Carvalho fez parte da redacção d'este jornal o *Conimbricense*, publicando n'elle muitos e bem escriptos artigos com a inicial — *M.* — ácerca de varios assumptos politicos.

Sentimos o fallecimento do nosso amigo e damos sentidos pezames á sua familia.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Publicámos ha tempo n'este jornal o extracto de uma carta que haviamos recebido do Porto, do sr. bacharel Affonso Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães da Carvalhosa, juiz de direito no quadro da magistratura no ultramar, sem exercicio, mas com vencimentos.

Recebemos agora outra carta, em que o sr. Affonso Pinto de Mesquita renova as suas queixas por todos os procedimentos que para com elle têm havido, até o levarem, a pretexto de demente, para a casa de saude do medico Ferreira, onde se acha.

Juntamente com a carta recebemos tambem a copia de um requerimento, que pela sua grande extensão não podemos publicar, mas que foi dirigido aos srs. presidente da relação do Porto, procurador regio e governador civil.

O sr. Affonso Pinto de Mesquita relata n'esse requerimento tudo o que lhe tem succedido, e os factos que comsigo têm sido praticados a datar de 1873, quando na villa do Mindello da ilha de S. Vicente, na qualidade de juiz de direito que era da comarca de Barlavento, julgou a barca portugueza *Mondego*, por haver sido aprezada no porto da mesma villa, como implicada no trafico da escravatura.

Não podemos avaliar com perfeita segurança todos os factos narrados pelo sr. juiz de direito; mas o que é certo é que causa uma penosa sensação a sua leitura.

O requerimento termina pela seguinte fórma:

«Que significa exm.° sr. tudo isto para inutilisar um empregado publico, que se vê só nas mãos de medicos, auctoridades e familia, cujo proceder significado nos escriptos até agora existentes e principalmente nos processos agora e quando esteve no hospital da Misericordia, instaurados pelo principio de demencia, ou menomania, que não podem provar, e por cujo motivo o obrigam a estar clausurado e não gozar da sua liberdade, para o publico não conhecer o seu proceder?

Collocado n'esta mais que nenhuma outra gravissima situação, a quem póde recorrer um semelhante paciente?

Sómente por meio de reclamação perante os chefes dos poderes publicos, que têm tido n'esta cidade intervenção contra a privação da sua liberdade e de seus direitos, é o unico expediente que na presente occasião se lhe apresenta em harmonia com o exposto e tão violento e criminoso despotismo, e é assim que agora procede perante v. ex.ª, o exm.° sr. governador civil do districto e o exm.° sr. procurador regio; e por isso

Pede a v. ex.ª que, ligando á presente representação a consideração que merecer, faça que por ella o supplicante obtenha a justiça que pretende — E R. M.

Porto — Casa de saude do medico Ferreira, 11 de Maio de 1877.

O juiz de direito — AFFONSO PINTO DE MESQUITA CARVALHO MAGALHÃES DA CARVALHOSA.»

Seja como fôr, é mister que as auctoridades examinem imparcialmente as queixas e allegações do sr. juiz de direito, e procedam como pede a rasão, a justiça, e a humanidade.

Não estamos em um paiz de barbaros.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

CORRESPONDENCIA

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Acabo de ler no seu acreditado jornal, o *Conimbricense*, n.° 3:110, uma correspondencia de Ar-

ganil datada de 14 de Maio de 1877, em que — *o amigo da moralidade* — diz ao publico, resumidamente, a fórma como correram as audiencias geraes n'aquella comarca, faz elogios aos meritissimos juiz de direito e delegado, dando-lhes os parabens e ao jury, por bem desempenharem a sua missão.

Faz mais detida menção dos tres reus de Poiares, julgados e condemnados como perpetradores do barbaro assassinato e roubo a uma mulher de Goes; e é por causa de tal julgamento, que venho pedir a v. para dar cabimento, em um cantinho do seu jornal, ao pouco que vou dizer.

Se o crime foi commettido na noite do dia 24 para 25 de Junho de 1876; e se é verdade, como convictamente penso, que dois dos réus estavam n'essa mesma noite em Poiares, a condemnação foi injustissima, pois que não gozam do privilegio de Santo Antonio.

Emquanto ao terceiro réu nada digo, por se não darem com relação a elle as mesmas circumstancias. — É o caso: alguns individuos de Poiares resolveram festejar, mais solemnemente do que o usual, com fogueiras, musica, etc., na cabeça do concelho, a noute do dia 23 para 24. O dia 23 foi dia sanctificado (SS.^mo Coração de Jesus); trabalharam com afan n'este dia, armando uma especie de capella improvisada, onde collocaram a imagem de S. João, etc., etc.

Na tarde d'este dia e á noute choveu abundantemente, pelo que não poderam realizar os festejos. O dia de S. João appareceu alegre e risonho, não chovendo em todo elle, e porisso tiveram elles á noute logar.

É certo, que um grande numero de pessoas affirmam, uns que viram, outros que viram e fallaram, e outros que viram, fallaram e associaram com os dois réus, isto no tempo decorrido desde antes do começo dos festejos, até depois da meia noute, hora a que se recolhiam a casa.

Isto não só se affirmou e affirma, mas, segundo me consta, provou-se por mais de 12 testemunhas, inquiridas por deprecada na comarca de Penacova, que, posto não fossem ellas das mais distinctas camadas da sociedade, ha algumas, que pelo conhecimento, que tenho, de trato com ellas, são tão dignas de credito, como as que põem gravata, e gozam de boa e merecida reputação. É, pois, para mim, ponto de fé, que os dois réus irmãos, Joaquim e Carlos Martins, estiveram em Poiares, desde a tarde do dia 24 até depois da meia noite.

De Poiares a Goes não serão menos de 15 kilometros, de mau caminho. Vamos por o lado a elles mais desfavoravel, e supponhamos, que, mesmo de noute, venciam cada kilometro em oito minutos, podiam, sahindo ás doze e meia horas da noute, estar em Goes ás duas e meia da madrugada? Pelo S. João ás trez é manhã. — Podiam pois n'essa noute commetter o assassinato e roubo?

Não é uma ou duas pessoas, das muitas que estavam nos festejos, a affirmar a estada d'elles tambem alli; são 20, 30, 40, ou mais; umas affeiçoadas, outras indifferentes e outras até desaffeiçoadas, e parte d'ellas os acompanharam até perto de sua casa, e outros houve, que, n'esta occasião, os reconheceram.

Por ventura apresentar-se-hia por parte da accusação uma prova presencial tão clara, que annullasse a da defeza?

É certo que uma d'ellas é falsa. Qual é?

Se é possivel conhecer-se, castiguem-se os falsarios, para exemplo. Se estão innocentes, e o futuro o aclara, quantas consciencias devem vir a sentir aguda dôr! Se o não estão, não hão de tambem os falsarios sentil-a, quando se lembrarem que, com o seu depoimento, queriam libertar do justo castigo, os perversos, que d'elle tão merecedores foram?

Sou insuspeito, e provoco a todos em geral, para que alguem diga, se, com as minhas debeis forças, eu concorri para a protecção a favor d'elles, no seu julgamento. Se me perguntarem do que penso ácerca da conducta d'elles, direi francamente, que gosam fama de pouco leaes nos seus pequenos negocios, e de serem trampolineiros; reunindo a isto uma cerrada estupidez; mas no caso sujeito, baseado nos fundamentos, que deixo expostos, salvo o respeito devido ao tribunal, que os julgou, em quanto me não convencerem, de que as pessoas, a quem ora dou credito, são falsarias, ou que o crime foi praticado em noite diversa, heide continuar a reputal-os innocentes.

Não quero com isto dizer, que por circumstancias que se dessem no correr da audiencia, a decisão dos julgadores, posto que errada fosse, á vista d'essas circumstancias não tenha sido justa e consenciosa; antes pelo contrario estou convencido, que n'ellas ellas actuaram. Mas tudo isto se casa bem.

Eu já vi na comarca da Louzã (sendo lá delegado, o que hoje é juiz; homem intelligente, probo e recto, o ex.^mo sr. dr. Antonio Alberto Torres Carneiro), ser julgado um réu, d'um logar denominado os Meroicinhos, accusado e condemnado a degredo pelo crime de assassinato, que commettera na pessoa de um vendilhão ambulante.

Todo o tribunal ficou com a sua consciencia tranquilla, e convencidissimo de que a sua decisão fôra justissima.

E sabem quando teve dôr de consciencia, e viu que os fortes indicios muitas vezes nos illudem?

Foi quando, mezes depois, o acaso trouxe á Louzã o supposto assassinado com a sua cavalgadura carregada de fazendas, e elle de perfeita saude, exercendo a sua industria.

Não é caso singular este; muitos identicos se têm dado.

Poiares 4 de Junho de 1877.

JOÃO FERREIRA DE CARVALHO.

NOTICIARIO

Periodicos portuguezes e anglo-portuguezes em Bombaim. — O nosso amigo o sr. Henrique de Carvalho Prostes, no seu interessante mappa estatistico dos jornaes portuguezes, organisado em 1873, não menciona nenhum jornal que tenha sido publicado na possessão ingleza de Bombaim. E' porque lhe faltaram de todo os elementos para isso.

Felizmente podemos hoje preencher essa lacuna, graças ás informações que acabamos de receber do sr. Francisco João Xavier, digno director da imprensa nacional de Nova Goa.

Vê-se que só em Bombaim se tem publicado nada menos de 14 periodicos portuguezes e anglo-portuguezes.

Eis a noticia d'elles:

Mensageiro Bombayense. — Semanal. Começou em 17 de Março de 1831; durou até 26 de Janeiro de 1832. Não sabemos se continuou além d'esta data. — Redactor, Antonio Filippe Rodrigues.

Investigador Portuguez em Bombaim. — Semanal. Começou em 6 de Agosto de 1835, acabou em 28 de Dezembro de 1837; e foi substituido pelo *Pregoeiro da Liberdade.* — Redactor, José Valerio Capella.

Pregoeiro da Liberdade. — Semanal. Começou em 6 de Janeiro de 1838; acabou em 28 de Junho de 1846. — Redactor, Antonio Simeão Pereira.

Indio Imparcial. — Semanal. Começou em 16 de Agosto de 1843, acabou em 9 de Fevereiro de 1844. — Redactor, Antonio Filippe Rodrigues.

Observador. — Semanal. Começou em 4 de Julho de 1846, e acabou em 12 de Setembro de 1848. — Redactor, Antonio Simeão Pereira.

Abelha de Bombaim. — Semanario politico, litterario e commercial. Começou em Setembro de 1848. Cessou em 31 de Agosto de 1861. Publicado em imprensa propria. Seu redactor Luiz Caetano de Menezes era natural de Goa.

O Patriota. — Anglo-portuguez. Tem saido em diversos formatos, e em diversos periodos; ordinariamente sem periodo certo, e occasionalmente, com largas interrupções. Ainda agora sáe de quando em quando algum n.° em folheto de 8.° grande. O n.° 3.° da nova serie (Janeiro de 1860) foi impresso em Goa na imprensa nacional, achando-se aqui o redactor Vicente Luiz da Silva, natural de Bombaim.

A Estrella do Norte. — Anglo-portuguez. Em fol. Começou em 9 de Novembro de 1862; cessou em Julho de 1864. Redactor José Antonio de Viveiros, natural de Bombaim. — Mercantille Press.

O Portuguez em Bombaim. — Em fol. pequeno. Começou em Março de 1863. Durou 6 mezes. O ultimo n.° saiu lithographado por se achar em processo o redactor Luiz Correia da Silva, nascido em Goa, descendente de europeu.

O Echo de Bombaim. — Anglo-portuguez. Em fol. Começou em 6 de Junho de 1863, cessou em 25 de Maio de 1864. Redactor Miguel de Sousa, natural de Bombaim.

O Anglo-Portuguez. — Começou em 3 de Março de 1866 em fol. peq. Passou a fol. grande do n.° 6 em diante, volvendo a fol. peq. no n.° 36 até o n.° 47, de 26 de Janeiro de 1867, suspendendo então a publicação. Redactor da parte portugueza João Filippe de Gouveia, europeu, ex-tenente do exercito de Portugal.

Reappareceu logo depois em 9 de Fevereiro de 1867 com o n.° 48, e redacção de Manoel Pedro de Sousa Franklim, natural de Goa. Acabou no mesmo anno; o ultimo n.° que vimos foi o n.° 83 de 12 de Outubro.

O Indio. — Fol. pequeno. Anglo-portuguez. Começou em 4 de Julho de 1872, cessou em 7 de Novembro do mesmo anno. Redactor, Justiniano Couto, natural de Goa. Artificial Press.

O Echo Portuguez. — Anglo-portuguez. Em fol. Começou em 7 de Março de 1873; acabou em Setembro do mesmo anno. Redactor o mesmo.

Recomeçou em Janeiro de 1874, e cessou em Fevereiro do mesmo anno. Printing Press.

A India Catholica. — Fol. pequeno. Começou em 21 de Janeiro de 1874, e continua. Redactor o padre W. Clarke, e outros jesuitas. Examiner's Pres.

N. B. — A maior parte d'estes jornaes de Bombaim são semanaes.

Periodicos portuguezes em Damão. — Na possessão portugueza de Damão houve os seguintes dois periodicos:

O Portuguez em Damão. — Jornal politico. — Começou em 18 de Julho de 1835, acabou em 8 de Agosto do mesmo anno. Sahiram 4 n.^os, um cada semana. Na imprensa nacional do governo. — Cessou quando saiu o *Investigador Portuguez em Bombaim.*

A Sentinella da Liberdade na guarita de Damão. — Jornal politico. — Redactor, João de Sousa Machado. — Começou em 4 de Setembro de 1837, acabou em 16 de Dezembro do mesmo anno. — Sairam 11 numeros. Semanal, posto que com algumas irregularidades.

Lithographado, na lithographia de Gustavo Henrique Oom.

Cessou com a extincção da prefeitura.

Periodico maratha e portuguez em Ribandar. — Esperamos obter da India algumas informações, que nos faltam, para poder publicar completo o extenso e curioso catalogo dos periodicos publicados em Goa e suas dependencias, desde o primeiro, a *Gazeta de Goa*, começada em 22 de Dezembro de 1821, até aos da actualidade.

No entretanto daremos hoje noticia do seguinte interessante periodico, que principiou no anno passado de 1876, e ainda continua.

Dexassudharanikxó (isto é, *Desejoso da civilisação do paiz*) em lingua maratha. Mensal. Cada n.° em folheto de 8 pag. em 8.° Saiu o 1.° n.° em Julho de 1876, 2.° em Agosto, e 3.° em Setembro do mesmo anno, suspendendo n'este a sua publicação. Impresso em Ribandar, na typographia da *Imprensa*. Redactor Atmarama Purxotomo Suktoncar.

Tornou a apparecer em formato de fol. pequeno, de 4 pag. na mesma typographia, em parte maratha, e em parte portuguez. Semanal. Saiu o 1.° n.° em 3 de Janeiro de 1877, e continua. Redactor da parte maratha o mesmo: da parte portugueza Placido da Costa Campos.

Festividade. — Celebrou-se hontem na egreja de Santa Cruz d'esta cidade a festividade do Santissimo Coração de Jesus.

Falta de trocos. — Está-se sentindo muito n'esta cidade a falta de moedas de 5 réis para trocos.

Chamamos para este facto a attenção do sr. delegado do thesouro, a fim de que faça a necessaria reclamação d'este dinheiro.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 5 de Junho de 1877.

Confirmo a noticia que dei em telegramma com respeito ás terminantes declarações feitas pelo governador da antiga republica do Transwall, de que o governo britannico mantem os contractos e tractados feitos pela republica, assim como garante as dividas pela mesma contrahida. D'este modo devemos ter como certo, que será em breve construida a linha ferrea que liga o Transwall com Lourenço Marques, obra de grande vantagem commercial.

Parece que a chamada conspiração descoberta em S. Thomé não é cousa de importancia. Pelo menos é o que se deve concluir das informações officiaes, não receiando as auctoridades que a ordem podesse ser alterada. Os trabalhos agricolas continuavam regularmente, mas a colheita do café é inferior á do anno passado.

Dizia-se hontem que a sentença no pleito intentado pela companhia franceza de seguros contra os proprietarios do «City of Mecca», pelo naufragio por abalroamento do vapor portuguez «Insulano», não resolve a questão, como geralmente se esperava, por isso que o meritissimo juiz declara que o desastre se deu em aguas neutras e que por isso não é este o tribunal competente para a acção.

Parece, conforme disse em telegramma, que ficaram resolvidas todas as duvidas que se oppunham, em Londres, á realisação do emprestimo que o governo se propozera contrahir alli. Ultimar-se-ha brevemente esta operação financeira.

Outra noticia importante posso dar-lhes, e espero que venha a confirmar-se. Assegura-me pessoa fidedigna, que o nosso governo recebeu participação official de que o gabinete de Saint-James, notificando a annexação do Transwall, declarou, em virtude d'esse mesmo acto, que serão mantidos os tractados e convenios que a republica tinha com as outras nações, e por consequencia construiria a linha ferrea que d'alli hade ir entroncar com o caminho de ferro de Lourenço Marques, já contractado com a companhia representada pelo sr. Moodie. Se assim é, podem julgar-se em parte removidas as difficuldades que se nos afiguravam muito graves com a annexação do Transwall.

Sabe-se de Bombaim, que o conselheiro Nogueira Soares estava no palacio que o vice-rei da India ingleza possue no Hymalaia. Regressaria á Europa pelos fins de Maio. Dizem que é já portador do tractado celebrado entre Portugal e a Inglaterra, a fim de regular as relações commerciaes entre as possessões portuguezas da Asia e as inglezas. A carta que dá estas informações, acrescenta que as condições do tractado não são, como se divulgára na imprensa britannica e portugueza da India, desfavoraveis a Portugal; no entretanto, os plenipotenciarios assignaram esse convenio *ad referendum*. Veremos se se verificam taes informações.

A camara municipal de Lisboa mandou consultar a commissão encarregada de dar um plano geral para as novas ruas da capital sobre a abertura de uma rua que atravesse a quinta de Santa Barbara até á travessa da Cruz de Taboado, e para a qual a companhia dos mercados offereceu uma faixa de terreno de 10 metros de largura.

Partiu para o Bussaco o sr. Andrade Corvo. Demorar-se-ha alli alguns dias.

Voltou de Vienna, com licença, o conde das Alcaçovas, secretario da legação portugueza na côrte austro-hungara.

Lê-se em uma folha scientifica de Paris, que tendo os professores e alumnos da fragata-eschola franceza «Flore» visitado o observatorio astronomico de D. Luiz, em Lisboa, hoje dirigido pelo sr. Pinto Capello, e em outro tempo sob a zelosa direcção do illustre professor o sr. Fradesso da Silveira, cuja memoria é e será saudosa, disseram elles que acharam aquelle estabelecimento scientifico um dos primeiros que tem visitado na Europa.»

A guerra do Oriente. — Lê-se na *Actualidade* o seguinte:

Vienna, 6. — Os russos dispõem-se a formar acampamento na fronteira da Austria.

Os turcos bombardearam Stochi no dia 2, mas os russos repelliram em seguida um desembarque tentado por elles.

As tropas russas occupam varios desfiladeiros no caminho de Erzeroum, de cuja praça se aproximam duas fortes columnas.

Inundações e calores têm affligido o exercito russo, no qual se manifestaram alguns casos de typho e desynteria.

---

genio, e o meu modo de pensar não são proprios para esse modo de vida. E accrescentei: para lhe mostrar quanto desejo servil-o, e ser-lhe agradecido, vou propôr-lhe uma cousa, que talvez ninguem fosse capaz de lhe propôr.

Pois que pensa que eu lhe posso ser util n'esta occupação, digo-lhe que quando julgue de grande importancia o meu serviço n'este emprego, antes acceitarei ser nomeado secretario de legação do que ministro, comtanto, bem entendido, que vá com um homem *decente*, de capacidade, e que não seja capaz de nos envergonhar lá fóra, como conheço alguns que alli tem feito bem triste figura; e em uma palavra, que seja homem dos meus principios, e com quem me possa dar em boa harmonia. E para concluir tudo de uma vez, digo-lhe ainda, que acceitarei este para mim repugnante emprego só quando não achar outro que nomeie em meu logar, e que n'elle tenha confiança, porque n'este caso peço-lhe como amigo, me dispense d'este para mim grande sacrificio, que só a v. ex.ª faço pelo modo com que sempre me tem tratado e distinguido; o que ainda não encontrei em todos estes senhores, que hoje aqui tem influencia, e que muito bem me conhecem.

Silvestre Pinheiro olhou para mim como admirado, e disse-me, ora agora vejo que o senhor Liberato é um homem unico, e que não será possivel encontrar outro do seu caracter! Pois rejeita ser ministro, e resolve-se a ser secretario? Isso nunca me ha de esquecer! Sempre o respeitei, e de hoje em diante mais o heide respeitar!

O resultado de tudo isto foi que d'ahi a pouco foi nomeado para ministro em França Sebastião Botelho, e Silvestre Pinheiro me deu parte que iria com elle na qualidade de secretario da legação. Eu respondi-lhe, que uma vez ter dado a minha palavra, a queria cumprir, e só uma cousa queria ainda pedir-lhe, e era, que se alguem lhe pedisse este logar, e visse que era capaz, e com as qualidades proprias de o bem desempenhar nas circumstancias actuaes, lh'o désse, porque n'isso me fazia um grande obsequio, e até um especialissimo favor.

Eu dei com effeito o meu sim, bem que com bastante repugnancia, porque bem conhecia Sebastião Botelho, de quem era amigo, e homem de bons principios; mas não tinha um caracter como eu desejava, e talvez como homem fizesse acções que me desagradassem, e não fossem proprias do logar que ia representar. Foram comtudo tamanhas as instancias de alguns amigos, e com especialidade as de um prezadissimo, José Aleixo Falcão, que não pude resistir.

Felizmente não se realisou a nomeação de Sebastião Botelho, e pediu o logar de secretario da legação de Paris, o desembargador José Diogo Mascarenhas Neto, que era homem muito digno, e me foi substituir; o que eu muito estimei, e agradeci ao ministro. Por este modo me vi livre de um embaraço que muito me atormentava, e no qual só por condescendencia me tinha mettido, e para não mostrar que me queria esquivar de servir uma causa, pela qual tanto tinha trabalhado, e muito desejava que fosse levada ao fim.

Passados alguns dias me disse então Silvestre Pinheiro: e porque motivo não se ha de empregar em alguma cousa que seja util, e auxilie o governo na difficil situação em que se acha? Bem vê, que tendo nós tantos inimigos, que conspiram contra o nosso actual systema politico, senão tivermos pessoas de confiança, e que o sirvam do coração, não é possivel sahirmos bem dos muitos embaraços em que nos vemos, e das tramas que todos os dias se estão traçando para desacreditar, e deitar abaixo o edificio politico, que tão felizmente se poude começar a construir. Veja, se acha alguma situação em que se possa empregar, e que sirva para manter esta nova ordem de cousas.

A isto respondi-lhe: o que já me lembra, e que de boa bontade acceitaria, seria o ter um logar na sua secretaria; porque com v. ex.ª muito folgaria de servir; o que com outro ministro talvez não quizesse.

E então quer isso? e faz-lhe conta um tal emprego? Se tão pouco deseja, e com tão pouco se contenta, nenhuma duvida ha em que se cumpram seus desejos, e já d'aqui lhe agradeço a sua lembrança, cousa, que nunca ousaria propôr-lhe, porque não a julgava digna nem do seu merecimento, nem dos seus serviços.

(*Continuar-se-ha.*)

ROUBO

Continuam n'esta cidade os roubos com uma audacia que espanta.

Em menos de um anno foram roubadas as lojas do sr. José Apparicio dos Santos, ao fundo da praça do Commercio; do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar, na rua do Cego; do sr. João da Fonseca Barata, na praça do Commercio; do sr. Augusto Luiz Martha, na rua do Sargento Mór; e do sr. José Tavares da Costa, no largo da Portagem. Tentaram roubar a loja do sr. Antonio Duarte Areosa, no largo 8 de Maio. Egualmente tentaram por duas vezes roubar a loja do sr. Joaquim Henriques Junior, ao cimo da rua do Cego; e finalmente em a noite de quinta para sexta feira roubaram a nova loja do mesmo sr. Joaquim Henriques Junior, ao fundo da rua do Cego, com frente para a praça do Commercio.

Abriram uma forte fechadura da loja, entraram dentro, abriram o contador do gaz, accenderam uma luz, arrombaram com um formão a gaveta onde suppunham estaria dinheiro em prata, o qual não acharam por ter sido pelo sr. Joaquim Henriques Junior conduzido á noute para sua casa; e por fim levaram uma caixa onde estava o valor de cinco libras em cobre, deixando ficar duas caixas com elle.

Tudo isto se fez socegadamente, n'um dos sitios mais publicos, sem ninguem notar o facto, quer á entrada, quer á saida do ladrão ou ladrões; exactamente como tem acontecido nos roubos anteriores!

A repetição d'estes crimes, que todos têm ficado impunes, traz em sobresalto os habitantes da cidade; porque ninguem vê assegurada a sua propriedade.

Em Coimbra não ha policia nenhuma, e existem poucos elementos para ella. Carece-se, portanto, que as auctoridades tomem este objecto no mais sério cuidado.

Os cidadãos honestos não devem estar á mercê dos vadios e ladrões.

Joaquim Martins de Carvalho.

ANNUNCIOS

Acaba de publicar-se o

1 CURSO DE PHILOSOPHIA ELEMENTAR para uso das escolas por Joaquim Alves de Sousa, professor do lyceu nacional de Coimbra, 3.ª edição muito ampliada, em 2 tomos: comprehendendo o 1.º Psychologia, Logica e Metaphysica; e o 2.º Moral, Direito natural, Direito internacional e Historia da philosophia.

Vende-se em Coimbra. Preço, em broch. 1$600 réis.

CASA MINERVA

100, RUA DA CALÇADA, 104

COIMBRA

2 ACABA de receber directamente de Paris 500 resmas de papel em 8.º P. Bath. Um sortido em prensas para copiar. Tintas e outros accessorios para o mesmo fim.

Magnifico sortido em vinhos do Porto e chás. Preços razoaveis para revender.

Dinheiro sobre hypotheca

3 EMPRESTA-SE a juro rasoavel, por espaço de um ou mais annos, até á quantia de 600$000 réis.

Quem pretender dirija-se á rua de Quebra-Costas, n'esta cidade, n.º 38.

Pedido

4 ROGA-SE a um sr. ecclesiastico residente na villa d'Ovar o favor de mandar satisfazer o que está devendo em uma livraria d'esta cidade; não o fazendo terá o dissabor de ver estampado o seu nome no numero seguinte d'este jornal.

Leilão na rua das Solas

5 NO DIA 17 do corrente Junho, ás 10 horas da manhã, vender-se-hão em leilão, convindo o preço, todos os moveis existentes no Hotel Coimbra, na rua das Solas, n.º 23, constando de camas de ferro, enchergões, colchões, roupas das mesmas e outras roupas; mesinhas de cabeceira, lavatorios, mesas de quarto, toucadores, regadores e baldes; uma marqueza, cadeiras differentes, louças e vidros pertencentes a casa de mesa, fogão e outros utensilios de cozinha, e muitas miudezas, que estarão patentes.

O leilão continua no immediato domingo, 24, á mesma hora. Prefere-se vender tudo junto.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

6 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

7 A MESA da irmandade da Rainha Santa Isabel desejando manter a boa ordem, gravidade e decencia, que deve sempre observar-se nos actos religiosos e solemnes, e para evitar abusos que tão reparados têm sido e justamente censurados nos annos anteriores, previne as pessoas que tiverem a devoção de offerecer *anjos* para a procissão, que este anno hade ter logar no dia 8 do proximo Julho, de que os referidos *anjos* só poderão acceitar-se uma vez que pela sua edade estejam no caso de acompanhar a procissão a pé em todo o seu transito desde a egreja de Santa Cruz á do Real Mosteiro de Santa Clara.

A mesa egualmente previne de que não poderão ser admittidas a fazer parte da procissão meninas com o habito das freiras de Santa Clara, quando excedam a edade dos dez annos.

Coimbra 9 de Junho de 1877.

ARREMATAÇÃO

(1.º ANNUNCIO)

8 NO DIA 17 do corrente, pelas 10 horas da manhã, á porta do tribunal de justiça e perante o meritissimo juiz presidente do tribunal do commercio, hão de arrematar-se a quem maior lanço offerecer sobre a quantia de 600$000 réis, todas as dividas activas pertencentes á massa fallida de Francisco Borges Gonçalves.

O escrivão

José Lourenço da Costa.

Verifiquei a exactidão.

Araujo Taveira.

AGRADECIMENTO

9 OS ABAIXO ASSIGNADOS, esposa e irmãos do fallecido sr. José Joaquim de Moraes, agradecem extremamente penhorados a todas as pessoas que se dignaram tomar parte no desgosto que tão triste acontecimento lhes motivou, e a todas as que acompanharam o finado á sua ultima morada; não podendo deixar de particularmente mencionar o digno facultativo o illm.º sr. dr. Abel Rodrigues de Carvalho, que tão solicito foi em applicar os recursos da sciencia para salvar aquelle de quem foi sempre tão dedicado amigo. Agradecem egualmente ao digno prior de Penacova, a prova de consideração com que os honrou, fazendo acompanhar aquelle acto funebre pela philarmonica d'aquella villa, cuja direcção lhe pertence. A todos, pois, protestam a sua eterna gratidão.

D. Anna Augusta de Oliveira Moraes.
D. Maria José de Moraes.
D. Maria do Nascimento Moraes.
Pedro Moraes.
Antonio Joaquim de Moraes.
Joaquim Antonio de Moraes.
Fortunato Joaquim de Moraes.

LOJA DE FAZENDAS BRANCAS

E

MODAS

NA

42 — RUA DA CALÇADA — 44

COIMBRA

Antonio Maria Cardoso

10 ACABA de receber um lindo e variado sortimento de fazendas de lã modernas para vestidos — saias, córtes para vestido, sombrinhas para senhoras, chapeus de sol para homem, gravatas para senhora — ditas para homem, chitas largas a 110—120—130 réis o metro, lãs de 140—160—180—200 réis o metro, saias brancas feitas a 700—800—900 réis, lenços de seda a 400—600 réis, lenços de algodão a 20—40 réis, mantas de seda a 100—200—400—500 réis, linhos para vestido, calçado para senhora, panno abretanhado a 90—100—110 réis, pannos crus a 60—70—100 réis o metro.

AGRADECIMENTO

11 OS ABAIXO ASSIGNADOS, em extremo penhorados para com todas as pessoas que tomaram parte na sua dôr pela irreparavel perda de seu muito prezado e infeliz irmão o sr. José Joaquim de Moraes, e especialmente para com todas as pessoas que o acompanharam á sua ultima morada, vêem por este meio protestar a todos o seu reconhecimento e gratidão, sentindo não o poderem fazer pessoalmente, como desejavam.

Pedem desculpa d'algumas omissões que se deram nos convites, ás quaes foram completamente extranhos por se acharem a esse tempo auzentes, o que muito os contrariou. Por não offender a modestia de tantos cavalheiros, que tão dedicados foram sempre a seu prezado e chorado irmão, deixam de mencionar aqui seus nomes, mas tomam no devido apreço o quanto lhes devem. Recebam, pois, todos a sua mais sincera gratidão e a certeza de que ella só terminará, quando deixar de os acompanhar a triste lembrança da perda de um irmão que tão extremamente lhes era caro.

D. Maria José de Moraes.
D. Maria do Nascimento Moraes.
Pedro Moraes.
Antonio Joaquim de Moraes.
Joaquim Antonio de Moraes.
Fortunato Joaquim de Moraes.

12 ARRENDA-SE um armazem, na rua das Figueirinhas, n.º 8.

INSTITUTO CALLIGRAPHICO

DE

LUIZ ADELINO LOPES DA CRUZ

Calligrapho honorario da casa real e director da Escola Normal e Gradual d'instrucção primaria de Coimbra

13 ANNUNCIA que aperfeiçôa em 12 lições a letra, por mais ordinaria que seja, não só áquelles individuos que se dedicam ao commercio e ao professorado, mas tambem áquelles que desejem concorrer aos exames de desenho no proximo mez de Julho, em que, na conformidade do decreto de 23 de Setembro de 1872, têm de passar por uma prova calligraphica.

Os alphabetos a aprender são os que constam do programma official.

Os dias em que têm logar as mencionadas lições, são terças, quintas e domingos, em horas para tal fim convencionadas.

Os resultados do aproveitamento de seus numerosos discipulos, leccionados tanto n'esta cidade como na invicta cidade do Porto, acham-se em exposição n'este instituto e na livraria do sr. José Maria Severo.

49, Rua de Quebra Costas, 49.

COPEIRA

14 A VENDA da propriedade annunciada com as confrontações do norte e sul, dr. Alexandre de Campos, e nascente rio, será effectuada em praça particular no dia 17 do corrente, que será feita em casa de Joaquim Pereira Machado, na rua da Moeda d'esta cidade; e por isso as pessoas que desejarem a compra da mesma, poderão alli comparecer por as 12 horas da manhã.

O annunciante — *João Baptista Correa Junior.*

AGRADECIMENTO

15 A COMMISSÃO promotora do beneficio, realisado no dia 28 de Maio, proximo passado, a favor das quatro filhas solteiras do fallecido e benemerito dr. João Antonio de Sousa Doria, agradece summamente penhorada ao conselho da Academia Dramatica, aos membros da orchestra do theatro Academico, á companhia do Gymnasio, á direcção da companhia do gaz, e á philarmonica Boa-União, o generoso concurso com que se prestaram á realisação do dito beneficio, e bem assim a todas as pessoas, que concorreram para o resultado tão completo d'aquella festa de caridade.

Coimbra 6 de Junho de 1877.

D. Emilia Adelaide Pereira Coutinho.
Dr. Nuno José da Cruz.
Dr. Jacintho Alberto Pereira de Carvalho.
Dr. Augusto Rocha.
Bacharel Manoel Barata de Lima Tovar Pereira Coutinho.
Bacharel Augusto Cesar da Cruz Ferreira.
Bacharel Francisco Xavier da Motta Portocarrero.
Annibal Alvares da Silva Junior.
Francisco Maria de Sousa Nazareth.
Paulo José da Silva Neves.
José Antonio dos Santos.
Frederico Ferreira



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

13 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3117 | Terça feira 12 de Junho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Consta-nos que a mesa de Santa Casa da Misericordia d'esta cidade tenciona expôr á visita do publico os seus collegios de orphãos e orphãs, em um dos ultimos dias d'este mez, ou no principio do seguinte.

Achámos acertada essa resolução, para que todos possam ver e apreciar as reformas que alli se têm operado.

Effectivamente nos ultimos annos têm sensivelmente melhorado as condições dos dois collegios; e a importancia sempre crescente d'estes estabelecimentos póde-se avaliar, sabendo-se que sóbe a 83 o numero dos orphãos de ambos os sexos alli educados.

Umas vezes a falta de meios, e outras a má direcção d'aquelles collegios fazia com que em épochas anteriores fosse muito defeituosa a educação physica e moral dos orphãos da Santa Casa.

Geralmente tem havido, e ainda se não extinguiu de todo, uma certa prevenção ácerca dos orphãos e orphãs da Misericordia. As familias para casa de quem iam as orphãs, e os mestres que recebiam os orphãos, queixavam-se do seu mau serviço, e da negação que tinham a permanecer por muito tempo nas occupações que lhes eram destinadas.

As maiores queixas eram contra as orphãs. Depois de decorridos muitos annos saiam dos collegios acanhadas, desconfiando de tudo e de todos, e sem aptidão nenhuma.

Educadas como se fossem freiras da ordem mais rigorosa, e sem serem preparadas para o destino que em regra vêem a ter, achavam-se depois fóra do collegio, ignorando tudo o que lhes convinha, e só afeitas ás intrigas e caprichos em que tinham vivido por muitos annos.

Os orphãos saíam do collegio enfezados, rachiticos, com doenças de ophtalmia, mal sabendo ler, e com todos os defeitos provenientes da sua descurada educação.

Presentemente têm diminuido esses inconvenientes; mas ainda ha muito a que attender, tornando-se mister que sejam incessantes as diligencias e esforços das mesas administradoras da Santa Casa, para que se tire da grande despeza que se faz com os orphãos e orphãs, o proveito e a utilidade, que tiveram em mira os generosos bemfeitores da Misericordia.

Quem quizer inteirar-se do que convém á educação physica e moral dos orphãos, não deve deixar de ler uma e muitas vezes o excellente — *Relatorio da administração da Real Casa Pia de Lisboa, de 20 de Outubro de 1859 a 31 de Outubro de 1860, apresentado a s. ex.ª o ministro do reino, pelo provedor José Maria Eugenio de Almeida.*

Todos os educadores da mocidade, e directores de estabelecimentos de beneficencia, têm n'este primoroso relatorio um guia seguro para se regularem.

Aquelle illustrado provedor achou a Casa Pia no estado mais deploravel em todo o sentido, devido principalmente á extraordinaria accumulação dos orphãos, para os quaes não havia casa sufficiente, nem meios de os alimentar.

Empregou logo todas as diligencias para fazer diminuir o numero dos orphãos; e além d'isso, na parte physica, providenciou para que os orphãos que ficaram tivessem — um ar puro durante o dia e noute — limpeza do corpo e das roupas — exercicios e recreios — alimentação sufficiente e propria — e visitas sanitarias frequentes.

Uma comida mais condimentada, mais forte, mais variada, fixada, não como anteriormente pelo arbitrio dos empregados, mas por meio de uma tabella examinada e approvada pela administração, foi substituida a comidas insipidas, a um uso exaggerado de legumes, e a comidas quasi constantemente as mesmas, enjoadas por isso facilmente.

Passou-se a dar comida de carne cinco dias na semana, e uma pequena merenda, para não estarem as creanças sem alimentação no longo intervallo que ha do jantar á ceia.

Determinou-se que os orphãos fizessem todos os dias, com plena liberdade, um passeio de algumas horas na cerca, o que d'antes só se dava raras vezes no anno; e foi restabelecida a aula de gymnastica.

Chamâmos para este assumpto toda a attenção da mesa da Santa Casa da Misericordia d'esta cidade. E' indispensavel fazer com que os orphãos tenham o exercicio physico que fôr possivel, sem prejuizo da sua educação moral. Egualmente não póde, nem deve continuar o antigo systema de nunca se consentir que as orphãs sáiam do collegio senão por motivo de molestia. Convém que percam aquelles modos carrancudos e desconfiados com que se apresentam deante dos proprios mesarios, quando raras vezes elles vão fazer uma visita ao collegio. E' mister que se habilitem a ser boas costureiras e cozinheiras, e a prestarem com desembaraço e com perfeição os serviços que geralmente lhes são incumbidos pelas familias que as recebem em suas casas.

Emquanto á educação intellectual e moral precisa-se de desenvolver e aperfeiçoar a instrucção primaria. Para esse ponto deve-se dirigir particularmente a attenção das mesas; porque como em regra os orphãos se destinam para o trabalho manual, é sufficiente que saibam bem o primeiro ensino. Os estudos superiores só por muita excepção, e quando se mostre um merito distincto, se deve consentir nos orphãos.

Alguns escriptores, principalmente inglezes, chegam a aconselhar que se não façam excepções na educação que se dá nos estabelecimentos publicos de creanças pobres, nem ainda a favor das que sobresairem pelo brilho das qualidades mais eminentes do espirito. Allegam que se entre os filhos das classes pobres apparecem intelligencias superiores, são estas as que, consagrando-se aos trabalhos mechanicos, introduzirão n'elles os progressos que os desenvolvem e nobilitam, e que n'esses trabalhos poderão achar muitas vezes a origem de um nome celebre ou de uma grande fortuna. Dizem que é o talento e o genio que faltam ás artes mechanicas, e não os doutores e os litteratos que faltam á sociedade.

Parece-nos ainda assim que esta

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Entrei pois para a secretaria dos negocios estrangeiros por um decreto d'el-rei, e conforme um novo regulamento, que com a sancção real se acabava de dar a esta repartição publica. Fiquei addido ao gabinete do ministro, e de accordo com elle comecei os meus trabalhos.

Entre elles houve dois de grande importancia, e pelos quaes mostrou o ministro que andava muito de boa fé em os negocios de que estava encarregado. O primeiro foi a *circular*, que se remetteu a todos os agentes diplomaticos, residentes nos paizes estrangeiros, para que fizessem vêr ás côrtes onde residiam, qual era o espirito da nossa regeneração politica; e o systema, e marcha actual de governo, que pretendia seguir, e que já tinha adoptado como base inalteravel da sua marcha futura.

O segundo não foi menos importante. Tratava-se então de uma questão melindrosa com Roma, que era a confirmação da nomeação de S. Luiz para bispo de Coimbra. E sabido como elle havia feito parte do governo do Porto na revolução do anno de 20, e o papa não era a favor d'ella como o não eram as potencias do continente. Era preciso, portanto, tomar uma resolução prompta e decisiva; e esta se tomou, digna de uma potencia independente, e que sabia manter os seus direitos.

Quem n'essa época estava em Roma, como agente diplomatico dos nossos negocios era Pedro de Mello Breyner, homem muito honrado e liberal, mas timido e irresoluto, e sem a energia sufficiente para resistir ás pretenções do papa. Os seus ultimos officios tinham confirmado que esse era o seu caracter, e era preciso responder-lhe.

A resposta que eu escrevi, foi a seguinte: «que participasse, como *ultimatum*, ao governo papal, que sua magestade, quando nomeava os seus bispos, sabia muito bem que eram capazes da dignidade para a qual os nomeava, e por conseguinte exigia, que sem réplica alguma se confirmasse a que havia feito na pessoa de Fr. Francisco de S. Luiz para bispo de Coimbra. E que no caso de se querer ainda por meio de novas duvidas retardar esta confirmação, *pedisse immediatamente* o seu passaporte, e sahisse de Roma.»

Esta resolução energica produziu logo effeito, porque acabaram por uma vez todas as duvidas e chicanas, e expediu-se a confirmação.

Por estes dois factos se vê que Silvestre Pinheiro desempenhava bem o seu officio de secretario dos negocios estrangeiros; mas apesar d'isso havia indisposições contra elle a outros respeitos, e não era bemquisto pela gente que influia nos negocios politicos, tanto dentro como fóra do congresso, ou camara dos deputados. O facto que vou narrar o deu a mostrar.

O ministro, com a approvação d'el-rei, havia organisado a sua secretaria, e nas novas nomeações que para ella tinha feito, entrava eu. O congresso tomou d'aqui pretexto para guerrear Silvestre Pinheiro; desapprovou a nomeação que elle tinha feito em nome d'el-rei, com frivolas razões, e entre ellas que se estava para fazer uma lei, que regulasse todas as secretarias d'estado, e por isso não tivesse effeito algum a que se havia promulgado para a dos negocios estrangeiros.

D'este acto do congresso se vê que eu tambem, como de *trambolhão* fui lançado, *sem cerimonia*, fóra d'aquella secretaria. E como visse que no governo actual, eu, que tanto havia trabalhado para o collocar onde estava, nem sequer me tinha podido manter em um logar de official de secretaria, assentei logo comigo de não querer nada da actual governança.

Disse immediatamente ao ministro, que me dava por despedido, e nunca mais entrava na sua secretaria na qualidade de empregado n'ella. Elle fez todas as diligencias para que eu ainda me não desse por despedido, dizendo-me, que o negocio havia de ter alteração, e que a sua nomeação havia de ser confirmada, ou elle se havia de *demittir* de ministro.

Eu assim mesmo não quiz conformar-me

opinião é apresentada com demasiado rigor. Admittimos a excepção, quando ella fôr perfeitamente justificada; e que se não pratiquem favoritismos e abusos como têm havido muitas vezes no collegio dos orphãos.

Não se deve sem duvida contrariar abertamente a disposição da ultima vontade do bemfeitor do collegio dos orphãos, o dr. Caetano Correia de Seixas, que permittia que os orphãos que desejassem seguir o estudo, e quizessem ser religiosos, ou clerigos, podessem estar e permanecer no collegio até á edade de 25 annos. É, porém, mister modificar essa disposição.

As ideias que predominavam no tempo em que o dr. Caetano Correia de Seixas fez o seu testamento, levavam-n'o a ser exclusivamente o estado ecclesiastico aquelle que destinava para os orphãos que quizessem seguir os estudos.

Agora não se deve adoptar esse exclusivismo. Aos orphãos em geral basta a instrucção primaria bem sabida, para as occupações modestas a que se destinam. Quando, porém, apparece entre elles algum de merecimento excepcional, deve-se-lhe permittir que siga a carreira ecclesiastica, ou qualquer curso superior para que tiver vocação. E' uma violencia que produz os peores resultados, contrariar as vocações dos orphãos, quando ellas são bem pronunciadas, e não o resultado de veleidades.

Não terminaremos estas considerações sem acrescentar, que temos extranhado muito que desde 1875 nunca mais se publicasse nenhum relatorio da Misericordia.

Deve-se a iniciativa da publicação dos relatorios da Santa Casa ao provedor, o sr. dr. Florencio Mago Barreto Feio, que deu á luz o seu interessante relatorio em 1861. Seguiu-se em 1862 o sr. dr. Francisco de Castro Freire; em 1863 o sr. dr. Manoel dos Santos Pereira Jardim; em 1864 o sr. dr. Francisco de Arantes; em 1865 outra vez o sr. dr. Francisco de Castro Freire; em 1866 o sr. dr. José Gomes Achilles; em 1867 o sr. dr. Joaquim Cardoso de Araujo; e em 1868 o sr. dr. Manoel de Oliveira Chaves e Castro. Houve d'alli em deante interrupção até ao anno de 1875 em que publicou o seu relatorio o sr. dr. Luiz da Costa e Almeida.

Desde então nada se sabe da Santa Casa da Misericordia. Parece um mysterio o que alli se passa.

Pois é um grave erro que commettem os provedores da Misericordia. O publico gosta de ser inteirado do modo como corre a administração dos estabelecimentos de caridade. Se vê que a gerencia é zelosa, e se reconhece que a applicação é justa, interessa-se pela boa sorte d'esses estabelecimentos, e d'ahi vem muitas vezes as doações que lhes são deixadas em testamento.

A Misericordia do Porto póde n'este ponto servir de modelo a todas. Os relatorios dos seus provedores são vastos repositorios de pareceres e providencias, em que ha muito que aprender.

A epocha actual é toda de publicidade; e por isso ninguem se deve eximir a tornar bem patentes os actos da sua administração.

A exposição que vae fazer dos collegios dos orphãos a mesa da Misericordia é muito conveniente; mas entendemos que deve completar esse acto louvavel com a publicação do seu relatorio.

E ainda fazemos notar o facto de nunca se enviar á imprensa periodica da localidade os orçamentos da receita e despeza da Santa Casa, apesar de serem impressos todos os annos.

Publicidade ampla é o que se precisa; e o jornalismo póde prestar bons serviços, discutindo e emittindo o seu parecer ácerca dos actos das diversas administrações publicas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Uma gravissima responsabilidade pesa sobre os prelados da egreja. Para ter na devida consideração o seu elevado ministerio, cumpre-lhes vigiar muito de perto pelo estado de conservação dos templos, pelo comportamento dos parochos e mais clero, e pela doutrinação das ovelhas confiadas ao seu cuidado pastoral.

E não devendo limitar-se a procurar informações, que muitas vezes são erradas, e filhas das paixões, da amizade, ou do odio; carecem de ir pessoalmente ás diversas localidades da sua diocese, para examinar, inquirir, aconselhar, espalhar a solida doutrina do evangelho, e providenciar em tudo o que comporte a sua acção e poder episcopal.

E', porém, muito difficil a visita a todo o bispado. Para irem percorrer montanhas tão escabrosas e ingremes, que fazem aterrar as proprias pessoas acostumadas a ellas, quanto mais aos prelados apenas habituados a viver nos seus paços episcopaes; para affrontarem o extremo calor, ou o frio, e sujeitarem-se ás consequencias funestas que d'ahi podem provir á saude; é mister serem inspirados pela consciencia intima das importantes obrigações que contrairam no momento da sua sagração.

Eis porque o virtuoso arcebispo de Braga, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, pedia instantemente que lhe tirassem aquella *braga* que a rainha D. Catharina lhe havia lançado; não descançando até que Filippe II, cedendo ás suas vivas instancias, o aliviou de tão grande peso.

Na actualidade está percorrendo o exm.° bispo de Coimbra o arciprestado de Arganil, em continuação da visita que nos ultimos annos tem feito ás differentes parochias da diocese. Sabemos que tem sido esta parte da sua visita uma das mais penosas; mas que a tudo tem resistido o illustre prelado, graças ao seu vivo desejo de visitar todas as egrejas, ainda aquellas que foram construidas nas serranias mais invias e alcantiladas.

Se o exm.° bispo conde levar, como se espera, a toda a conclusão a visita pastoral á sua diocese, será sem duvida o primeiro prelado de Coimbra que a effectue.

Em 1742 começou o bispo D. Miguel da Annunciação a percorrer o bispado; mas não poude ultimar a visita. E nem admira que assim acontecesse; porque a fundação do magnifico seminario, que ahi vemos, lhe roubava todas as attenções e cuidados.

O bispo D. Francisco de Lemos, apezar de ser dilatado o tempo em que administrou esta diocese, viu-se embaraçado com a accumulação da reitoria da Universidade, além das vicissitudes provenientes, já de haver saido do ministerio o seu grande protector o marquez de Pombal, já pela sua ausencia do reino. Em regra D. Francisco de Lemos, quando se achava em Coimbra, apenas saia até á sua quinta de S. Martinho do Bispo ou a Eiras.

Os subsequentes bispos D. Francisco de S. Luiz, D. Joaquim de Nazareth, D. Manoel Bento Rodrigues, e D. José Manoel de Lemos tambem não fizeram a visita regular ao bispado. Diversas causas os impediram de cumprir esse dever.

Estava reservado para o exm.° sr. D. Manoel Correia de Bastos Pina o poder levar a effeito a visita pastoral á diocese de Coimbra; e os fructos que d'ahi tem colhido para a religião, e para a moral são já assignalados.

Os povos, muitos dos quaes nunca entre si viram um prelado da egreja, recebem ao illustre prelado conimbricense no meio de immenso jubilo.

As suas homilias, cheias de toda a unção evangelica; o carinho com que acolhe ainda aos mais pobres e desamparados da fortuna; o zeloso cuidado com que a tudo providenceia; tornam a visita do exm.° bispo de Coimbra, d'um proveito incalculavel, para a religião e para a sociedade.

Folgâmos muito de poder aqui registar estes factos altamente honrosos para este principe da egreja.

E ninguem nos taxará de exaggerados no que dizemos, porque ahi está todo o bispado de Coimbra para o confirmar.

Se já hoje não ha o fervor evangelico de um D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e de um D. Fr. Caetano Brandão; é muito para louvar que se faça ao menos o que o tempo permitte em cumprimento das graves obrigações do episcopado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O serviço do caminho de ferro está cada vez peor. As carruagens causam nojo a quem n'ellas entra. Um estrangeiro que por acaso percorra o nosso caminho de ferro, ha de necessariamente fazer o mais deploravel juizo da administração d'este paiz.

Na quarta feira, quando chegou á estação do caminho de ferro d'esta cidade o comboyo que vinha de Lisboa na direcção do Porto, era ahi esperado por grande numero de passageiros que queriam fazer viagem.

Foi mister acrescentar mais uma carruagem de segunda classe; mas quando os passageiros entraram n'ella viram o espectaculo mais repugnante. Não se descreve facilmente como se achava aquella carruagem!

A indignação dos passageiros foi geral. Fizeram tão energicos protestos, que os empregados não tiveram remedio senão apresentar outra carruagem.

Parece incrivel que não haja quem olhe por este serviço, e que reprima uma tal relaxação.

É uma vergonha o que se presenceia no caminho de ferro!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

com o seu pedido, a nomeação não foi adiante, e o ministro não *se demittiu!*.......

Eu comecei a tractar comigo mesmo o que faria, e que modo de vida tomaria; e o que me pareceu mais confórme ao meu caracter, e que até alli me tinha dado muita honra, foi voltar ao de *jornalista*, que n'aquelle tempo podia ainda ser mui proveitoso; porque, segundo o que eu ia vendo, os homens, que haviam subido mui alto para conquistar o logar que occupavam, principiavam, ao menos, no meu conceito, *sensivelmente* a descer do brilhante pedestal, em que a fortuna os tinha posto.

Em quanto eu meditava no meu novo plano de vida, Filippe Ferreira, que eu depois de muitos annos conhecia, e agora era ministro do reino, propôz-me o logar de administrador da imprensa regia, logar de que havia sido demittido quem o servia por desaffecto ao actual governo. Eu não acceitei, não só porque não queria occupar emprego algum no actual governo, mas porque os meus principios foram sempre, como vulgarmente se diz, não ser herdeiro dos bens do enforcado, como em nossa terra já alguem o tinha sido...

Entrei pois na larga estrada, e para mim sempre honrada, de jornalista. E entrei n'ella em sabbado, 6 de Abril do anno de 1822. No meu prospecto disse: — «O meu novo jornal terá o titulo do *Campeão Portuguez em Lisboa*... e como estou persuadido que a subsistencia a mais honrada e honesta é aquella que se adquire por meio da industria e trabalhos pessoaes, e que nenhuns trabalhos são mais *honrados e honestos* do que aquelles, que se dirigem a promover o bem geral da terra em que nascemos; tomei a resolução, e esta *firme*, de me lançar nos braços do publico, de promover lealmente a sua causa; e *só do publico* receber desde hoje em diante o pão que me deve alimentar.»

A minha appellação ao publico teve os melhores resultados, porque as subscripções foram numerosas, e a venda avulsa foi excessiva: houve dias, que ao meio dia tinha vendido ou distribuido *mil exemplares;* de sorte que me foi preciso reimprimir muitos numeros.

O objecto que primeiramente tive em vista foi fazer ver *os males que a nossa politica regeneração tinha destruido, e os bens que ia produzindo;* e de caminho não cessava de recommendar que não confundissem nunca a causa com os homens que a dirigiam, pois que ella era santa e justa, e elles podiam errar, ou ser-lhe infieis, havendo sempre meios legaes para os punir ou para fazer passar para outras mãos a direcção dos negocios publicos.

Como começassem a apparecer os symptomas da separação do Brazil, não só lá, mas aqui mesmo entre os deputados que de lá tinham vindo, e tinham assento no congresso nacional, comecei a fazer todas as diligencias para persuadir ambos os povos do interesse que tinham de se conservarem unidos, e não cessei de os chamar á paz e á concordia.

Vendo porém que eram inuteis as minhas vozes, e que aquelle que mais devia trabalhar pela união era o principe real, que pela maior das estulticias, e por uma politica absurda, e verdadeiramente *hybrida* ou *anti natural*, procurava alienar a mais rica parte da sua herança, só para satisfazer uma vaidade pueril, e as ambições dos seus maiores inimigos os brazileiros, escrevi em o n.° 8.° do 1.° volume as seguintes notaveis palavras: — «Conservemos o Brazil, se este de *boamente* deseja conservar-se unido comnosco; porém não gastemos do nosso dinheiro um só real para forçar esta união: tudo o que com elle gastarmos, feitos todos os calculos, será dinheiro lançado á rua. O que seguramente nos convém é fallar francamente ao Brazil, e se elle teimar em querer separar-se de nós, fazermos a nossa separação como bons amigos, ou como dois irmãos, que em boa paz se separam da casa paterna, e amigavelmente dividem a herança de seus paes, com reciprocas vantagens.»

Mas de nada valeram as minhas palavras; quizeram máus conselhos e ainda peior politica, que se conservasse o Brazil á força de armas; e para isso se preparou uma divisão, que, como todos sabem, lá emfim desembarcou, e teve um vergonhosissimo resultado. Ao menos, eu pela bôcca do *Campeão*, mostrei, que via mais longe do que os nossos pygmeus politicos, que até me disputaram um logar de official de secretaria!

Em todo este miseravel negocio, que nem o povo nem o congresso bem comprehenderam, o mais que me feriu o coração, como portuguez, foi ver o agente principal que os brazileiros empregavam, e que nem mais nem menos era o principe real, que como louco, corria a *desherdar-se*....

(Continuar-se-ha.)

AO VISCONDE DE JUROMENHA

Quinta d'Anta, 10 de Junho de 1877.

Meu caro visconde:

Aposto que não adivinhas a agradavel visita — das mais agradaveis da minha vida — que tive aqui, n'uma das ultimas tardes do passado mez de Maio?

— Foi este?... Foi aquelle?... Foi aquelloutro?...

Não adivinhas, já vejo; e mais toca-te de bem perto.

Foi nada menos que teu sobrinho e meu primo, *M. l'abbé de Bellune*.

— Como assim? Pois elle está em Portugal? Pois elle dirigiu-se ahi antes de vir por Lisboa?...

Não, não é isso; socega, homem. Não foi elle. Ou antes, não foi elle, e foi elle.

Não foi elle, porque não tive a boa fortuna de o ver pessoalmente em minha casa. E foi elle, porque me visitou o seu espirito, e o seu melhor espirito, sem duvida.

Estava eu, n'uma d'aquellas tardes de Maio, conversando com os de casa na varanda d'este meu eremiterio, quando me entra pela porta dentro, no correio da Figueira, um volume com o seguinte titulo: HEURES DE TRISTESSE ET D'ESPÉRANCE, ENTRETIENS SUR LA VIE ET SUR LA DOULEUR, PAR M. L'ABBÉ DE BELLUNE, *Secrétaire de S. G. Monseigneur l'Archevêque de Tours*.

Pareceu-me isto um enigma. Como chegou o meu nome a Tours, merecendo-me o brinde d'aquelle livro?

Reparando, porém, no alto do frontispicio da obra, li estas palavras manuscriptas — HOMAGE DE L'AUTEUR — *J. de Bellune*. Foi então que o enigma se me escureceu de todo.

Alguns dias depois, uma amavel e obsequiosa carta de tua irmã, muito minha senhora, veiu, finalmente, esclarecer e desfazer o enigma. Á sua extrema e indulgente benevolencia é que eu devi aquelle obsequio, *chocalhando* (perdoe-me s. ex.ª a expressão) para Tours, que eu era curioso de escriptos d'aquelle genero.

Bem haja s. ex.ª pelos consoladores momentos que me proporcionou. E cabia agora aqui dizer alguma coisa do livro. Que posso, porém, dizer d'elle depois do que já tu disseste na *Nação*, e mais ainda, do que diz o sr. arcebispo de Tours na sua approvação, estampada á frente do volume?

Deixarei, pois, de parte a, aliás mui valiosa, apreciação do sacerdote das letras, para citar só a do sacerdote dos altares do Deus vivo, tambem cultor das letras, e mais competente no assumpto. Diz na sua approvação o sr. arcebispo de Tours:

«O leitor achará na obra não só doutrina «sempre pura, mas tambem uma pasmosa pin«tura do coração humano em lucta com o sof«frimento. É, além d'isto, notavel esta obra «pela riqueza do estylo e da imaginação, «abundando em pensamentos elevados; em «sentimentos verdadeiros e patheticos; em li«ções eloquentes, e reflexões justissimas.

«Segundo se propõe o auctor, este livro «fará comprehender melhor, estimar, acceitar, «e porventura amar o soffrimento; pelo me«nos, deve inspirar aos christãos a resignação «a que estão obrigados, fazendo-lhes admirar «esta virtude no seu mais sublime heroismo.»

Que se póde accrescentar a isto para que esta obra seja avidamente procurada, lida e meditada por todos os que soffrem? E são tantos!... tantos!...

Pela minha parte, não sei juntar nada áquelle juizo de tamanha competencia; e tambem já quasi que me dei de suspeito, declarando as relações do parentesco.

Não ha, todavia, suspeição que me estorve de admirar o mancebo illustre, que, n'esta época de insulto, de escarneo, de perseguição e hostilidade ao *padre* em quasi todas as nações, tem a edificante abnegação, a admiravel coragem, de abandonar as riquezas e honras que o esperavam no mundo, e a que lhe dava n'elle direito a sua posição, e vae expontaneamente, por effeito de vocação innegavel, abraçar-se á cruz do insulto e do escarneo, *resignando-se* d'antemão a todas as *horas de tristeza* com os olhos fitos nas *horas de esperança*, que elle sabe tirar do proprio soffrimento!

Que formoso espectaculo não é este para toda alma nobre e generosa!

Abençoado sejas, joven padre, que assim attestas exemplarmente que

A loucura da Cruz não morreu toda
Após dezoito seculos! — Quem chore
Do soffrimento o Heroe existe ainda. (1)

Fazes mais; vaes, como que attrahido pelo opprobrio e pelas dores, vincular-te ao sacerdocio, hoje quasi martyrio; e, nos momentos que te deixam livres os trabalhos da vinha do Senhor em Tours, escreves deliciosas paginas em que ensinas aos desgraçados a amar a desgraça, a aceitar de bom grado os hombros ao madeiro com que todos, mais ou menos, vamos caminhando ao Calvario, e nos bordas o caminho das viçosas flores da esperança, que no alto d'elle apparece realisada em luz eterna, se não desviamos os olhos d'Aquelle, que lá subiu para nos remir.

Que livro é o teu livro, joven padre! É a paraphrase sublime da terceira bemaventurança:

«Bemaventurados os que choram, por«que elles serão consolados!

Não ha muito que um respeitavel prelado francez se lamentava do pouco, ou nada, que hoje era procurado o estado ecclesiastico pelos filhos das classes mais elevadas da sociedade, apontando as nocivas consequencias; e ahi estás tu, joven padre, fazendo brilhantissima excepção, e confirmando as justas previsões d'aquelle prelado distincto, porque ao vigor dos deveres a que te acostumou naturalmente uma educação esmerada, vens reunir a doçura do tracto e a polidez da linguagem, coisas estas tão proficuas ao clero em todos os tempos, e muito mais n'este seculo, que vive, ou que morre, de espiar o padre e lhe almotaçar até os seus mais insignificantes gestos.

Abençoado, pois, sejas mais uma vez, joven padre, pela boa sombra que tua bella figura projecta no mundo, como salutar exemplo que lhe dás; pela suave e polida voz com que lhe fallas; pela convicção e unção que resumbra de tuas palavras; pelo encanto de que sabes cercar as lagrimas; e, finalmente, pelas consolações que descobres aos infelizes nas saudades do ceu.

É livro para tristes o teu livro; e, portanto, para todos.

Aperto-te cordealmente a mão, meu visconde; e sou sempre

teu primo e amigo
J. DE LEMOS

---

(1) A. Herculano.

NOTICIARIO

Festividade. — No domingo celebrou-se na egreja da Sé Velha, com o costumado esplendor, a festa annual do Santissimo Sacramento.

De manhã pregou o sr. padre Antonio Mendes Ribeiro, prior de Taveiro, e de tarde o sr. padre Augusto Eduardo Nunes, estudante do 3.° anno de Theologia.

Seguiu-se a procissão, que ia muito numerosa.

Fazia a guarda de honra uma força de infanteria 9, indo á sua frente a philarmonica *Boa-União*.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Joaquim Simões Aveleira, filho de José Simões Aveleira e Maria Amada, do Sobral, freguezia de Ceira, de 26 annos, fallecido no dia 1 de Junho de 1877.

Francisco Ferreira, filho de Antonio Ferreira e Maria Rosa, de Coimbra, de 52 annos, fallecido em 3.

Maria do Carmo, filha de Maria Joaquina, de Nogueira do Cravo, de 36 annos, fallecida em 7.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:097.

O diccionario de Moraes. — É bem sabido o alto merecimento e o justificado credito que tem o diccionario da lingua portugueza, por Antonio de Moraes e Silva.

Apesar de se terem feito seis edições d'este diccionario, achava-se elle completamente esgotado, sem que apparecesse á venda, o que era geralmente sentido.

Em vista disso, o sr. Joaquim Germano de Sousa Neves, com imprensa na rua da Atalaya, n.° 65, em Lisboa, obteve a propriedade do referido diccionario; e está procedendo á setima edição d'elle.

Os creditos de que gosa o sr. Sousa Neves dão-nos a segura garantia de que a sua edição do diccionario de Moraes ha de ser digna da aceitação publica.

E com effeito o 1.° fasciculo já publicado vem justificar essa confiança.

O papel é muito bom, o typo novo; e a isso acresce que esta edição é revista, correcta e largamente ampliada por pessoas muito competentes, a quem o sr. Sousa Neves encarregou esse serviço.

O preço é modico, a fim de pôr o diccionario ao alcance das mais modestas fortunas.

Publicam-se cadernetas semanaes de 24 paginas (72 columnas em typo meudo) a 120 réis, ou fasciculos mensaes de 96 paginas (288 columnas) a 480 réis.

Os assignantes das provincias receberão cada fasciculo mensal, franco de porte, por 500 réis.

O importe das assignaturas será enviado em vales do correio, ou ordens particulares, e só na absoluta impossibilidade d'estes meios se recebem estampilhas.

Toda a correspondencia, franca de porte, deverá ser dirigida á typographia de Sousa Neves, rua da Atalaya, 65, Lisboa.

Estimaremos que o sr. Sousa Neves veja coroados os seus louvaveis esforços dos melhores resultados.

Novas publicações. — Recebemos e muito agradecemos as seguintes publicações:

— «*Nova collecção de theoremas e problemas de arithmetica elementar, demonstrados e resolvidos para servirem de modelo aos alumnos dos lyceus e collegios, e aos candidatos ao magisterio primario e secundario. Por Diogo Nunes.* — 1.° e 2.° fasciculos, a 200 réis cada um.

«Lisboa, livraria editora de Mattos Moreira & C.ª — praça de D. Pedro, 68. — 1877.»

— «*Diccionario popular*» — Os fasciculos 55 e 56.

Festividade em Eiras. — Communicam-nos o seguinte:

«No proximo domingo, 17 do corrente, celebrar-se-ha na extincta villa d'Eiras a festividade de Nossa Senhora do Rosario.

De manhã haverá missa solemne, acompanhada a instrumental, e bem assim a tocante cerimonia da primeira communhão aos meninos, para isso preparados com muita antecipação pelo zeloso parocho e professor.

Ao evangelho subirá á cadeira da verdade o rev.^mo^ arcipreste de Souzellas, que mais d'uma vez tem mostrado o seu talento oratorio.

De tarde haverá vesperas e subirá ao pulpito o rev.^mo^ prior de Taveiro, muito elogiado, mas que ainda não tivemos o gosto de ouvir.

Em seguida começará a sahir a procissão, onde mais uma vez teremos de admirar a philarmonica *Boa-União*, habilmente dirigida pelo sr. Augusto Paes.

A egreja deve chamar a attenção dos visitantes, porque alem de ser um templo magestoso, está de novo reparada, e depois de armada, convenientemente, deve produzir um effeito encantador.

São dignos de todo o louvor os zelosos mesarios, — o exm.° sr. dr. Antonio José Paes da Silva, sua incomparavel e virtuosa esposa, e o rev.^mo^ parocho, pois que nenhum se poupa a despezas e esforços para abrilhantar esta solemnidade.»

Visita episcopal. — De Celavisa, concelho de Arganil, nos communicam o seguinte:

Sr. redactor. — Quem tiver presenciado a maneira digna como os povos do arciprestado de Arganil tem recebido o exm.° e rev.^mo^ sr. bispo conde na visita pastoral que lhes anda fazendo, ficará certo de que ainda o nosso povo é muito religioso.

Sua ex.ª rev.^ma^ principiou a sua visita pela egreja de Goes e mais freguezias d'aquelle antigo concelho, sendo em toda a parte acompanhado pelo clero e povo, que em massa o segue respeitoso, escutando com a mais religiosa attenção suas santas praticas, sempre cheias d'uma tão celeste unção, que fazem verter expontaneas lagrimas, e levam após de si os corações dos ouvintes.

Mas Arganil é que tem dado as maiores e mais justas provas do seu regosijo, merecendo bem aparada penna a descripção dos festejos com que recebeu o seu illustre prelado e conde.

No sabbado, 2 do corrente, veiu s. ex.ª visitar a egreja da parochia de Celavisa, sendo acompanhado pelo sr. arcipreste reitor de Arganil, clerezia e pessoas de qualidade d'aquella villa, recolhendo-se á casa de residencia do reverendo parocho, donde uma bem ordenada e numerosa irmandade, e grande concurso de povo vieram acompanhar s. ex.ª para a egreja, que, pelo bom arranjo e decencia com que estava ornada, agradou a s. ex.ª, merecendo-lhe louvores a mesa da irmandade do SS., e a junta de parochia, que ha annos a esta parte tem sido activas no bom governo e administração dos seus aliás pequenos rendimentos, devendo-se dar por bem pagos da sua particular dedicação o reverendo parocho, e os illm.^os^ srs. Joaquim Augusto Mendonça, e Joaquim Nunes.

Fóra do templo tudo annunciava tambem ser dia de festa na freguezia, pelo aspecto imponente que apresentavam as ruas tapetadas de flores, sobresahindo numerosos arcos vestidos de floridos e cheirosos ramos, de cujos mastros se espanejavam bandeiras de variegadas cores, além das lindas colxas que guarneciam todas as janellas e varandas. Declaro que nem á pessoa do rei se fariam festejos mais sinceros.

Tudo merece um principe da egreja que, como este, sabe respeitar-se, tornando-se digno do amor e veneração dos povos confiados á sua guarda, que vêem n'elle um verdadeiro apostolo, com os mesmos privilegios e auctoridade que Jesus Christo conferiu aos discipulos, de quem é successor.

Deus nos conserve por largos annos a preciosa vida e saude do nosso preclaro e santo bispo, para felicidade dos povos e lustre da santa egreja.

Pela publicação d'estas linhas serei com o devido reconhecimento. De v. venerador mt.° att.° e cr.° obrg.°. — Celavisa 6 de Junho de 1877. — *Abilio Duarte Nunes Gaspar.*»

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario Popular* o seguinte:

A marcha do exercito russo sobre o Danubio póde considerar-se terminada. A extrema direita formada pelo 9.° corpo, está acampada em Zimica a Turn Magurell, dando a mão aos corpos 8.° e 12.°, que têm os quarteis generaes em Giurgewo e em Oltenitza. O 11.° corpo occupa Ismail, Galatz e Braila, formando a ala esquerda, cuja extremidade, sustentada pelo 7.° corpo está em Kilia.

São cinco corpos de exercito comprehendendo dez divisões de cavallaria e cinco de infanteria, que sob o commando do grão-duque Nicolau estão promptos para transpôr o Danubio e invadir a Bulgaria. Cada um dos corpos representa 30:000 homens e 96 peças de artilheria. O exercito de operações conta portanto 150:000 homens de infanteria, 14:720 de cavallaria e 540 peças, das quaes 480 na infanteria e 60 na cavallaria. A estas forças deverão juntar-se os 4.°, 13.° e 14.° corpos, cuja mobilisação se ordenou ultimamente, e que representam 90:000 homens e 288 peças de artilheria.

Houve um combate violento de artilheria entre Kalafat e Widdin. Foi aberto o fogo por uma bateria turca, rebentando muitos incendios em Widdin. Os voluntarios servios, que vão para a Roumania, não são admittidos em os novos corpos que se estão formando n'este principado.

Os russos fazem grandes preparativos para

formar um corpo em Podwolezith, sobre a fronteira austriaca

Para oppôr-se á passagem do exercito russo, perfeitamente organisado e dirigido por generaes intelligentes, conta a Turquia com 227 batalhões, 14 esquadrões, 338 peças de artilheria, algumas baterias de metralhadoras, as tropas que guardam os desfiladeiros dos Balkanes e os irregulares.

O governo turco prohibiu aos periodicos que fallem dos movimentos de tropas, e que publiquem noticias de guerra a não ser as officiaes. Em Constantinopla foram presos treze alumnos da escola militar e mettidos em uma fortaleza. A situação da Turquia é cada dia mais critica, reconhecendo-se em Constantinopla que o exito das operações na Asia se acha gravemente compromettido.

Sitiada Kars com mais ou menos vigor, o exercito russo dirige por fim os seus esforços principalmente contra Erzeroum, e as tropas de Muktar-pachá, sem se importar com Batoum e a cadeia de pequenas fortificações que o inimigo possue.

X **Falta de policia.** — Communicam-nos o seguinte:

«Em a noute de domingo houve na Couraça dos Apostolos umas scenas escandalosas, que revelam a mais completa falta de educação popular, e mostram que n'esta cidade cada um faz o quer, sem receio de que a auctoridade lhe peça contas. O que ahi se está passando é de todo o ponto insupportavel e inaudito.

Os habitantes d'aquella rua foram atormentados toda a noute com um chuveiro de palavras obscenas, e uma algazarra infernal. Uns quatro caloiros, um novato de direito, e dois outros individuos, quebraram as vidraças da casa d'um cidadão inoffensivo, e insultaram-lhe as filhas e espesa. Por ultimo entraram-lhe em casa, fechando a porta, intimando-o a que não bulisse!

Em fim foi o cumulo da desordem, que durou muitas horas, em que podia haver muitas victimas, se não se desse n'um local de gente pacata.

O principio d'esta desordem foi por causa d'uma tolerada, que alli existe.

Sabemos que ao sr. administrador do concelho já foi dirigido um requerimento assignado pela maior parte dos habitantes da rua, para ella ser d'alli removida. Esperamos que a auctoridade lhe defira, e mande policiar aquelle local, foco de constantes desordens.»

ANNUNCIOS

PIANO

1 VENDE-SE um piano inglez horisontal de 5 e meia oitavas, bom para estudo. Quem o quizer ver, dirija-se ao annunciante, rua do Salvador, n.º 26.

O MELHOR DOS DICCIONARIOS PORTUGUEZES

ANTONIO DE MORAES E SILVA

DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA

7.ª EDIÇÃO

MELHORADA E MUITO ACCRESCENTADA COM GRANDE NUMERO DE TERMOS

2 PUBLICA-SE um fasciculo de 50 paginas em 4.º a tres columnas todos os mezes.

A venda o 1.º fasciculo

500 RÉIS.

LIVRARIA ACADEMICA
183 - RUA DA CALÇADA - 185
COIMBRA

CÉSAR AUGUSTO FALCÃO

SOLICITADOR ENCARTADO EM LISBOA

3 FORMULARIO GERAL para escrivães e mais empregados subalternos de todos os tribunaes de primeira e segunda instancia, em harmonia com o Codigo do Processo Civil.

PREÇO 500 RÉIS

Envia-se franco de porte a quem remetter a sua importancia em estampilhas de correio á

LIVRARIA ACADEMICA
183, RUA DA CALÇADA, 185
COIMBRA

FESTEJOS DA RAINHA SANTA

4 QUEM PRETENDER comprar um arco, seis columnas grandes e pequenas, tudo de madeira, uma corôa grande de lata, duas effigies da Rainha Santa Isabel, e oito escudos, tudo em muito bom uso, falle a José Antonio Bizarro, morador na rua dos Sapateiros, que está auctorisado para contractar a venda d'estes objectos.

LOJAS COM ARMAÇÃO

11 - Praça do Commercio - 11

5 TRATA-SE o arrendamento com Manoel Caetano da Silva.

6 QUEM ACHOU um **broche de ouro** e queira restituil-o, na fabrica do gaz receberá alviçaras.

CASA MINERVA

100, RUA DA CALÇADA, 104
COIMBRA

7 ACABA de receber directamente de Paris 500 resmas de papel em 8.º P. Bath. Um sortido em prensas para copiar. Tintas e outros accessorios para o mesmo fim.

Magnifico sortido em vinhos do Porto e chás. Preços razoaveis para revender.

Dinheiro sobre hypotheca

8 EMPRESTA-SE a juro rasoavel, por espaço de um ou mais annos, até á quantia de 600$000 réis.

Quem pretender dirija-se á rua de Quebra-Costas, n'esta cidade, n.º 38.

ARREMATAÇÃO

(2.º ANNUNCIO)

9 NO DIA 17 do corrente, pelas 10 horas da manhã, á porta do tribunal de justiça e perante o meritissimo juiz presidente do tribunal do commercio, hão de arrematar-se a quem maior lanço offerecer sobre a quantia de 600$000 réis, todas as dividas activas pertencentes á massa fallida de Francisco Borges Gonçalves.

O escrivão
José Lourenço da Costa.

Verifiquei a exactidão.
Araujo Taveira.

10 UMA senhora habilitada a ensinar cinco linguas, bordados e principios de musica e de desenho, deseja collocar-se em casa de familia respeitavel, em qualquer provincia, para educar crianças. Dirigir-se por carta a M. Vaz, agencia Bastos e Gonçalves, rua dos Retrozeiros, 159, Lisboa.

Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

11 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

Pedido

12 ROGA-SE ao sr. Julio Augusto Gaspar da Cunha Serrão, escrivão do juizo de Direito na villa de Pombal, responda como deve ás cartas que lhe tem dirigido um negociante de Coimbra.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

13 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

Acaba de publicar-se o

14 CURSO DE PHILOSOPHIA ELEMENTAR para uso das escolas por Joaquim Alves de Sousa, professor do lyceu nacional de Coimbra, 3.ª edição muito ampliada, em 2 tomos: comprehendendo o 1.º Psychologia, Logica e Metaphysica; e o 2.º Moral, Direito natural, Direito internacional e Historia da philosophia.

Vende-se em Coimbra. Preço, em broch. 1$600 réis.

15 ARRENDA-SE um armazem, na rua das Figueirinhas, n.º 8.

16 DR. GAMA vende ou aluga a sua casa na rua do Correio.

OBRAS CURIOSAS

Acasos da fortuna, livro de sortes divertidas em que por virtude de dois dados vem cada um no conhecimento das fortunas, heranças, amisades e amores que póde vir a ter, e outras galantes sortes. 1 vol. 160

Nova collecção de receitas e segredos uteis e necessarios a todas as familias e aos artistas em geral, contendo mais de 200 differentes receitas, e a maneira de engommar a polimento. 1 vol. ... 500

Tratado do Voltarete, ou resumo das leis do dito jogo. 1 vol. 60

Confidente dos amantes, collecção de modellos de cartas de amores, seguido do jogo dos amores. 1 vol. 120

Coisas portuguezas, dedicadas a el-rei D. Luiz I, e ornado do retrato do auctor Luiz d'Araujo. 1 vol. 600

Clero (o) e a Sociedade, opusculo por um bacharel em Theologia. 1 vol. 120

Cinco Novellas. Estas Novellas tornam-se recommendaveis, pois em cada uma é vedada uma lettra vogal, sendo na 1.ª o *A*, na 2.ª o *E*, na 3.ª o *I*, na 4.ª o *O*, e na 5.ª o *U*, por J. J. Bordalo. 1 vol. . 400

Collecção de poesias ternas e amorosas para os namorados. 120

Compendio de historia Sagrada desde a creação do mundo até ao primeiro seculo christão, para uso das escolas, por J. J. Bordalo. 1 vol. 120

Cantigas do fado, escriptas delicadamente por Luiz d'Araujo, para se cantarem ao piano e á guitarra (100 motes glosados) 1 vol. 300

Contemporaneos celebres, contendo as biographias de A. M. Fontes Pereira de Mello, Cesar Machado, etc. 1 vol. 400

Mysterios do Alemtejo, collecção de carapuças de varias cores. 1 vol. 200

Physionomia das damas, ou arte de conhecer as pessoas pelas feições do rosto, indicando as regras certas para se conhecer a propensão para o amor e a amisade, ornado de estampas. 1 vol. 500

Recreio honesto, collecção de 40 jogos de prendas e penitencia. 1 vol. .. 160

Rol da roupa que se dá á lavadeira, em livro, riscado e claros para escrever a quantidade de roupa que leva, e a que fica em divida (util ás donas de casa) 120

Tratado de orthographia da lingua portugueza, por J. J. Bordalo. 1 vol. .. 120

Todas estas obras são remettidas francas de porte para as provincias, a quem enviar o seu importe em estampilhas do correio, á livraria do editor J. J. Bordalo, travessa da Victoria, 42, 1.º andar — Lisboa.

COMPANHIA COMMERCIAL & VINICOLA DA BAIRRADA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

CAPITAL RS. 5.000:000$000
1.ª SERIE RS. 500:000$000

17 SÃO PREVENIDOS os srs. accionistas para entrarem com a 10.ª prestação de 10 %, ou 5$000 réis por acção desde o dia 1.º até 14 do proximo mez de Julho.

Feito o integral pagamento com a 10.ª entrada podem desde logo receber as acções definitivas.

Os pagamentos effectuam-se na séde da companhia, na Mealhada, e nos seus escriptorios, Lisboa, rua da Esperança, n.º 224; no Porto, rua de D. Maria II, n.º 40.

O presidente da direcção
Joaquim Lopes Carreira de Mello.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3118 | Sabbado 16 de Junho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A noticia mais importante que tem corrido n'estes ultimos dias é a de estar em via de conclusão o emprestimo de £ 6.500:000 para a consolidação da divida fluctuante.

Parece ser vantajosa a operação em quanto ao preço por que é effectuada; e de certo o é na circumstancia de livrar o governo da exigencia dos capitaes, por parte dos crédores do estado.

Ao mesmo tempo, porém, que reconhecemos isto diremos, que este beneficio, attendendo ao que se tem praticado até agora, não é senão provisorio.

O ultimo ministerio regenerador tambem contrahiu em 1874 o grande emprestimo de 38:000 contos nominaes, para consolidar a divida fluctuante. Apregoou-se essa operação como uma das mais vantajosas que tinha havido entre nós; affluiram de um modo extraordinario os capitaes ao emprestimo; e comtudo a divida fluctuante, qual outra hydra, ahi nos apparece outra vez em proporções assombrosas!

Que importa, portanto, consolidar semelhante divida, se não fôr essa operação acompanhada da economia indispensavel nas despezas publicas?

Os emprestimos foram sempre o salvaterio de quasi todos os governos. E é tal o habito inveterado de os contrahir, que já dos ministerios passou ás juntas geraes de districto e camaras municipaes, as quaes em geral só tratam de antecipar os seus rendimentos, por meio de emprestimos. Pouco importa as difficuldades com que se possam achar os gerentes futuros.

O systema dos emprestimos tem sido largamente adoptado pelas differentes administrações desde 1831.

Antes da convenção de Evora Monte contrairam-se os seguintes emprestimos:

Em 23 de Setembro de 1831, auctorisado pela regencia da Terceira, com Augustin Ardoin, £	2.000:000
Em 23 de Outubro de 1832, sendo ministro da fazenda Mousinho da Silveira, com o mesmo banqueiro, £	600:000
Em 14 de Setembro de 1833, auctorisado por Silva Carvalho, e contratado por Mendizabal, £	2.000:000
Total, £...	4.600:000

Depois da convenção de Evora Monte, sendo ministro Silva Carvalho, contrairam-se os seguintes emprestimos:

Em 7 de Julho de 1834, contratado com J. & S. Ricardo & C.ª, de Londres, e Ardoin, de Páris, £	1.000:000
Em 1 e 3 de Abril de 1835, contratado com Nathen Mayer, Rothschild, £	4.000:000
Em 29 de Abril de 1835, contratado com Rothschild, £	2.000:000
Em 23 de Junho de 1836, contratado com Isaac Lyon Goldsmith (denominado fundo provisorio), £	900:000
Total, £...	7.900:000

Depois da revolução de 9 de Setembro de 1836, sendo ministro da fazenda João de Oliveira (o barão e conde de Tojal), contrairam-se os seguintes emprestimos:

Em 9 de Agosto de 1837, contratado com Goldsmith, £	613:500
Em 14 de Outubro de 1837, contratado com o mesmo, em notas promissorias, £	33:350
Total, £...	646:850

Limitando-nos só até esta épocha temos os seguintes emprestimos:

Antes da convenção, £	4.600:000
Administração de Silva Carvalho, £	7.900:000
Depois da revolução de Setembro, £	646:850
Total, £...	13.146:850

Reconhecemos, que estes emprestimos foram até certo ponto a consequencia forçada da guerra civil; mas tambem é evidente que houve muitos desperdicios, e que alguns dos contratos mereceram a Silva Carvalho graves censuras.

Temos aqui presentes duas cartas originaes de Silva Carvalho, escriptas em Novembro de 1835 para um seu amigo de Coimbra, em que elle se lamenta das difficuldades em que se via para gerir a fazenda publica; mas ainda assim, são inegaveis os erros e desperdicios que então houve.

Bastará notar o facto da suppressão da avultada somma de 8:299:045$400 réis de papel moeda, que circulava sem juro; levantando-se para o extinguir o emprestimo, em 7 de Julho de 1834, de £ 1.000:000, com pesados juros, cujo producto, assim como o dos mais emprestimos, depressa voltou para onde tinha vindo; e o que é mais lamentavel, não se tendo levado ao fim a promettida extincção do papel moeda!

Levantaram-se emprestimos, tambem estrangeiros, para a conversão da divida em consolidada; mas em parte consumiram-se nas despezas correntes.

Egualmente o governo teve grande culpa no desbarate de parte dos bens das 510 casas religiosas extinctas, (380 de religiosos e 130 de religiosas). Não ha duvida que a épocha era má, e a fiscalisação difficil; mas tambem é inegavel que o governo podia evitar muitas das depredações que houve; sendo certo que as propriedades que se venderam relativamente pouco produziram.

Convenientemente fiscalisadas que fossem as vendas dos bens nacionaes, podia-se com essa receita acudir a muita necessidade da fazenda publica; mas não aconteceu assim, e ficámos sem propriedades nacionaes, e a divida augmentada em logar de diminuida.

Os desperdicios chegaram a ser escandalosos. Nada ha que justifique o ministerio de Silva Carvalho de estabelecer aos conselheiros do supremo tribunal de justiça o ordenado de 8 mil cruzados; aos conselheiros do thesouro 5 mil cruzados; e em geral aos altos empregados n'esta proporção.

Depois da revolução de 9 de Setem-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXVI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Além do que eu, e todos sabiam pelas noticias do Rio de Janeiro, tinha lido em uma gazeta ingleza as palavras seguintes: *«que o Principe Real declarara, queria ser o primeiro em dar fogo ás peças, apontadas contra a divisão portugueza!...»* Confesso, que esta ousadia, que esta enormidade, me fizeram, em verdade, ferver o sangue! não me pude conter; escrevi-lhe duas cartas, que se acham no mesmo volume 1.º do meu *Campeão*; a primeira com a data do 1.º de Junho de 1822, e a segunda com a de 3 de Agosto do mesmo anno.

Em ambas lhe levei muito a mal, ainda que em linguagem mui cortez e decente, o seu procedimento. Em ambas francamente lhe disse, que os brasileiros so o acatavam n'aquella occasião, porque lhes servia de *instrumento*, e na primeira com toda a indenpendencia, accrescentei, formaes palavras: — *O melhor tratamento que d'elles póde esperar é ser enviado para a Europa são e salvo; mas já depois de não poder apparecer com honra diante de seu Augusto Pae, e da nobre nação portugueza!* Na segunda ainda com mais clareza lhe fallei, e lhe fiz a fatal prophecia, que a final se realisou; porque com todo o valor de honrado portuguez e de homem livre, assim lhe fallei: — «Uma verdade direi eu pois agora a V. A. R., e attenda bem para ella: — *Os instrumentos só prestam para concluir qualquer obra: depois d'ella acabada, ou se põem para o lado, ou se quebram.*» Pelo tempo adiante, quando ambas as minhas prophecias se cumpriram, vi bem, que o duque de Bragança não me olhava com bons olhos; mas eu tinha feito o meu dever, e elle não fez o seu...

Continuaram por todo o anno de 1822 os meus trabalhos de jornalista; e um dos assumptos em que sempre me empenhei, foi em teimar em que se olhasse para as finanças; e por muitas vezes repeti: — que *a deficiencia do thesouro publico era o mais rico erario com que sempre contam os descontentes;* que se pagasse pontualmente, e que se não confundissem dividas velhas com dividas novas, e que emfim era necessario sabermos por uma vez o que tinhamos, e o que deviamos.

Ia-se aproximando o termo em que deviam acabar as côrtes constituintes, que já iam parecendo longas de mais, e estavam chegadas as novas eleições: eu escrevi duas cartas aos eleitores, recommendando-lhes a boa escolha de deputados, e que se acautelassem das intrigas, que já começavam a ferver, e da influencia que o governo parecia querer ter n'ellas. Eu da minha parte nunca me inculquei, nem dei a entender que desejava ser eleito; apesar d'isso a governança tanto legislativa, como executiva, como eu lhe não agradava, e via a boa opinião que tinha ganhado pelos meus escriptos, tanto fóra como dentro do reino, começaram a manobrar logo para que eu não fosse nomeado.

Constando-me pois que em uma ou mais freguezias de Lisboa, e ao mesmo tempo em muitos dos circulos de Coimbra e Vizeu havia quem espalhasse que eu era inelegivel, 1.º porque me tinha naturalisado em Inglaterra, 2.º porque não estava secularisado; julguei responder a estas mentiras, dizendo no meu *Campeão*: — «Declaro, que não estou naturalisado em Inglaterra; e declaro mais, que a minha secularisação legal se concluiu em 1818; o que se póde ir verificar á camara ecclesiastica de Coimbra. Eu não ambiciono a honra de deputado, mas nunca quererei ser d'ella excluido por intrigas, e malicia de alguns homens.»

Em quanto eu aqui assim respondia em Lisboa a essa gente, que por baixo ciume me queria roubar uma cadeira de deputado, que a nação me queria dar, recebia uma carta de Vizeu, escripta por um padre, de quem me não lembra o nome, em que me pedia lhe dissesse francamente se estava ou não secularisado, porque todos n'aquelle circulo eleitoral me queriam eleger seu repre-

bro de 1836, quiz o illustre ministro Manoel Passos pôr um dique a estes esbanjamentos. Achou antecipados mais de 4:000 contos; um *deficit* da quantia de 4.453:632$208 réis; 3:000 contos de papel moeda não amortisado, apesar de para isso se ter contraido o emprestimo a que já nos referimos; a maior, e melhor parte dos bens nacionaes já vendidos; uma divida fluctuante moderna de 4:000 contos; e o thesouro vexado com 5 milhões para os juros dos emprestimos estrangeiros.

Manoel Passos começou logo por ser severo nas despezas publicas; cerceou muitas verbas improductivas; diminuiu muitos ordenados, principiando pelos dos proprios ministros; e mostrou que possuia vontade sincera de pôr um termo aos desperdicios escandalosos que tinha havido, e que tinham feito dar aos ministerios cartistas, o nome de *devoristas*.

O seu amor á industria nacional mostrou-o Manoel Passos nas pautas protectoras, que decretou.

Emfim no meio de alguns erros que commetteu, não se lhe poderá negar um verdadeiro patriotismo.

O mal, porém, tinha cavado muito fundo; e por isso a situação financeira continuou a mesma com pequena differença.

O systema dos emprestimos tornou a ser a panaceia do costume.

Em 31 de Dezembro de 1841 fez o sr. Antonio José d'Avila, então ministro da fazenda, a celebre operação financeira, que se dizia tinha per fim — pagar em dia — acabar a agiotagem — conservar o credito dos fundos nacionaes — facilitar a transição da divida estrangeira para Portugal — levantar 4:000 contos em dinheiro para cobrir o *deficit* do anno economico — pagar ao banco 600 contos dos descontos — amortisar 1:000 contos da divida corrente das classes activas — 2:000 da das classes inactivas — 500 contos da divida das classes activas até 1838 — e converter em divida interna 2:375 contos da divida externa.

Apezar d'essas pomposas promessas os ordenados não se pagaram em dia; e pelo contrario se foram atrazando cada vez mais.

Em 1844 o governo de Costa Cabral realisa uma verdadeira antecipação dos rendimentos publicos, com o emprestimo de 4:000 contos, feito pelos novos contratadores do tabaco.

A guerra civil de 1846 e 1847 aggrava ainda mais a situação financeira; de modo que, quando o sr. Lopes Branco aceitou a pasta da fazenda em 29 de Janeiro de 1849, não obstante o haver-se interrompido a ordem dos pagamentos, por deliberação das camaras, com a nova promessa de se pagar em dia, já os pagamentos se achavam atrazados em mais 5 mezes; e todos os ramos da fazenda publica no estado mais deploravel.

De 1851 em deante é que os emprestimos tomaram um desenvolvimento quasi fabuloso. É de justiça dizer-se, que parte d'esses emprestimos foram applicados para os caminhos de ferro, e outros melhoramentos; mas tambem é certo, que a par d'isso, nunca se desperdiçou e desbaratou tanto a fazenda publica.

Em presença do que se praticou parecem até economicos os *devoristas* de 1834 a 1836!

Posteriormente, quando em 1866 estava no poder a chamada fusão, tinha chegado a fazenda publica ás circumstancias do sr. Fontes Pereira de Mello apresentar no orçamento de 1866 a 1867 o enorme *deficit* de 5.246:509$687 réis!

A divida publica está hoje elevada a uma somma espantosa. Vamos tornar isto sensivel por meio dos algarismos.

No anno economico de 1842 a 1843, sendo ministro da fazenda o barão do Tojal, apesar de já ter avultado muito a divida com os emprestimos desde 1831, ainda assim os encargos da junta do crédito publico, tanto na divida interna como na externa, não passavam da quantia de 2.677:009$830 réis.

Actualmente os juros da divida consolidada são 10.138:000$000 réis. Juntando mais a quantia de 877:500$000 réis, em que importarão os juros annuaes do emprestimo de £ 6.500:000 que se está a contrair, subirão todos os juros da divida publica á espantosa quantia annual de 11.015:000$000 réis!

Logo, comparando os annos de 1843 e de 1877; isto é, o espaço de 34 annos, vê-se que se elevaram os juros da divida publica, nada menos de 8.338:000$170 réis!!!

Ainda mais. No anno economico de 1841 a 1842, sendo ministro da fazenda o sr. Antonio José d'Avila, foi orçada a receita ordinaria e extraordinaria em 11.091:279$210 réis.

Por esta fórma, se a receita publica actual fosse ainda a mesma de então — depois de pagos os 11:015 contos de juros da divida nacional, apenas cresceriam 76:279$210 réis para com essa quantia satisfazer a todos os outros encargos do estado!!!

É certo que no ultimo anno economico foi a receita do estado de 24:336 contos de réis; porém ficando agora os juros da divida publica em 11:015 contos, segue-se que se gastam, só com essa applicação, 45 por cento de toda a receita annual!!! E' assombroso!

Iremos ainda buscar para as nossas comparações uma épocha mais afastada — o espaço de 49 annos.

Em 11 de Fevereiro de 1828 o ministro da fazenda Manoel Antonio de Carvalho, depois barão de Chancelleiros, apresentou ás côrtes o orçamento do estado, e com elle a descripção da divida publica de Portugal no 1.º de Janeiro d'aquelle anno.

A somma de toda a divida, segundo essa descripção, era de 39:100 contos. Assim, pagando nós agora de juros annuaes 11:015 contos, vem a ser, só os juros, mais da quarta parte de todo o capital da divida d'aquella épocha!

Consolemo-nos, porém, porque temos muito bons financeiros que dizem, que uma nação é tanto mais rica quanto mais deve!

E ficam os ministros muito satisfeitos quando contraem novos emprestimos!

Diz-se que o sr. Carlos Bento convocára ha dias para o ministerio da fazenda os srs. Serpa, Dias Ferreira, Saraiva de Carvalho e Casal Ribeiro, não podendo comparecer o sr. Braamcamp, a fim de com elles conferenciar ácerca dos meios de fazer com que os ministerios não realisem despeza nenhuma, sem que o da fazenda tenha sido preliminarmente dotado com os recursos para essa despeza.

Fallou-se do equilibrio da receita e despeza, e da melhor dotação dos nossos serviços publicos, e diz-se que todos concordaram na necessidade de augmentar a receita permanente do thesouro.

E porque não concordaram tambem em diminuir a despeza?

Vão-se, porisso, preparando os contribuintes para pagar mais tributos, visto que os actuaes ainda são poucos!!

Todos fallam em diminuir e extinguir o *deficit*, mas nunca chega essa tão apregoada edade de ouro. Se a receita augmenta, muito mais augmenta a despeza.

Em regra os ministros da fazenda não querem dizer toda a verdade ao paiz, allegando que o conhecimento exacto do estado da fazenda publica póde prejudicar as nossas finanças perante nacionaes e estrangeiros.

E assim vamos vivendo de enganos, como aquelles negociantes que querem occultar aos seus crédores as más circumstancias em que se acham; de que não resulta senão o aggravamento da sua precaria situação.

Um dos raros, ou talvez o unico ministro da fazenda que teve a coragem de expôr com franqueza a situação da fazenda publica, foi em 1835 e 1836, Francisco Antonio de Campos, barão de Villa Nova de Foseôa; o que lhe valeu as mais acres censuras de todos aquelles que gostam só de illusões.

Terá o actual ministro da fazenda a força de vontade de fallar claro, e de pôr uma peia a esta roda de desperdicios, que ameaça de tudo subverter?

Duvidâmos muito, porque o systema de todos é viver de falsas apparencias.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

> Ainda mesmo que o sr. governador civil Lopes Branco quizesse fazer as reformas radicaes, que são indispensaveis, *duvidâmos que o governo lhe desse força necessaria para isso, porque lhe não convém que se altere a marcha administrativa até aqui seguida.*
>
> (*Conimbricense* de 26 de Maio de 1877).

Consta que o sr. Lopes Branco abandona o districto de Coimbra.

Os factos extraordinarios passados n'estes ultimos dias vêem confirmar plenamente a apreciação que temos feito do actual governo e das circumstancias em que o sr. Lopes Branco foi nomeado para este districto.

Era claro ainda aos menos perspicazes, que no governo do sr. marquez d'Avila e de Bolama, apesar do seu apregoado programma de *moralidade*, não convinha alterar o systema de devassidão administrativa que se havia estabelecido n'este districto e em muitos outros do reino.

E quem o duvidasse teria agora occasião de se desenganar, na presença dos factos que levaram o sr. Lopes Branco ao conflicto em que se acha.

Os mandões de Coimbra e d'outros concelhos do districto, oppõem-se por todas as fórmas a que a machina administrativa lhes sáia das mãos. Elles bem sabem, que sem terem as auctoridades e tribunaes administrativos ás suas ordens não têm importancia alguma; e é por isso que se desorientam de todo ao mais pequeno receio de que lhes fuja o poder.

O sr. Lopes Branco quiz pôr um termo a esta torpe devassidão que corroe o districto de Coimbra; mas não só não encontrou no sr. marquez de Avila e de Bolama a força necessaria para isso; mas, segundo geralmente consta, o mesmo sr. ministro do reino teve a indignidade de dar a alguns d'aquelles mandões carta branca, pela qual os concelhos onde elles predominam, ficam totalmente fóra da acção politica do governador civil!!!

Esta degradação de todo o principio de auctoridade não precisa de commentario!

Para se avaliar até que ponto chegou a relaxação e a impudencia, resultante d'este estado de cousas, convém que se saiba, que alguns mandões levam o seu arrojo a não consentirem que os respectivos administradores do concelho se apresentem ao governador civil quando elle officialmente os chama, e de fazerem com que respondam ás circulares do chefe do districto, em termos descortezes e até insolentes!

Levar-nos-hia muito longe a circumstanciada narração dos incriveis atrevimentos e inauditas petulancias, officiaes e extra-officiaes, que se têm praticado.

São estas as consequencias da torpissima marcha administrativa creada pela ultima situação politica, e que não quer contrariar o sr. Antonio José d'Avila, marquez d'Avila e de Bolama!

Nós que sempre temos aqui fallado com o maximo desassombro, prevendo tudo o que se está presentemente realisando, não podemos deixar de lamentar a situação em que o inqualificavel procedimento do governo collocou o sr. Lopes Branco.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

sentante. Felizmente eu conservava uma certidão authentica do processo da minha secularisação, feito perante a camara ecclesiastica de Coimbra, e certidão que meu irmão mais velho Luiz Antonio me tinha mandado a Londres. Remetti-lh'a, e com ella se desvaneceram todas as duvidas, e eu fui nomeado deputado pelo circulo de Vizeu. Por quasi todos ou todos os das provincias do norte fui eu quem teve mais votos para primeiro supplente, de sorte que ainda que não entrasse na camara por Vizeu, havia de lá entrar por outra parte, porque houve muitas vacaturas. Assim por este modo triumphei de todos esses mesquinhos embaraços, que me quizeram oppôr os meus adversarios politicos.

Por esse tempo me aconteceu tambem um caso que para mim foi extraordinario. Recebi pelo correio uma carta anonyma de uma senhora das provincias do norte, em que me pedia a esclarecesse sobre um ponto que tinha relação com a minha ida para Inglaterra. E respondi-lhe no meu *Campeão*, referindo-lhe com toda a verdade o facto de que me pedia explicação. E por occasião d'este incidente tivemos uma mui longa e assás interessante correspondencia por alguns annos, sem nunca nos vermos. Devo porém declarar, que toda esta correspondencia foi litteraria ou politica, e que para mim, que então estava desterrado em Coimbra, foi muito gostosa, e de summo entretenimento, porque a dita senhora mostrava ter muito talento, tinha lido muito, e bem mostrava ter educação superior ás pessoas do seu sexo, particularmente as que recebem uma educação puramente portugueza.

A final nos fomos encontrar na emigração, e pessoalmente nos conhecemos; mas a este tempo já ella tinha outros cuidados; era mãe de familia, e a nossa correspondencia epistolar já havia tempo que tinha acabado. Succedeu depois d'isto, que achando-nos nós caminhando até alli na mesma estrada politica, mas que tinha dois caminhos, ella um dia tomou para o da direita, e eu para o da esquerda, e nunca mais nos tornámos a encontrar...

A constituição estava feita, e as côrtes constituintes se fecharam em Novembro de 1822. A ideia que fiz dos trabalhos d'este nosso novo congresso politico está bem explicita em um dos artigos do meu *Campeão*, n.º 32, do mez de Novembro, e é a seguinte:

«Em resumo concluo, que grandes bens deve toda a nação ás côrtes extraordinarias e constituintes, e que por ellas a mesma nação lhe deve estar em grandes obrigações. E digo ainda mais: que em duas epocas mui distinctas e notaveis se devem as mesmas côrtes politica e historicamente dividir, das quaes a primeira é desde a sua installação em 26 de Janeiro de 1821 até á chegada de el-rei a Lisboa, e seu desembarque no dia 4 de Julho do mesmo anno 21; a segunda, desde este memoravel dia 4 de Julho do mesmo anno até ao dia 4 de Novembro de 1822 em que ellas fecharam seus trabalhos. Na primeira época mostraram e desenvolveram as nossas côrtes geraes extraordinarias e constituintes tudo quanto se póde conceber de grande e magnifico em seus debates, em suas decisões; e como assim se pozeram a par das mais augustas e mais respeitaveis assembleias do mundo; na segunda época, com verdade se póde affirmar, que não só não poderam manter-se no elevado posto que tiveram na primeira, mas até d'elle mui consideravelmente desceram. Dar as causas ou razões d'esta notavel differença não pertence ao *Campeão Portuguez*: é isto um patrimonio da historia...»

Na minha opinião um erro capital que commetteram as côrtes constituintes foi o não terem creado uma guarda nacional. Digam o que quizerem; mas sem esta instituição, e bem organisada, não póde haver segurança para a liberdade: é a sua unica garantia. Se quizerdes saber, sem vos enganardes, qual é o governo que quer ser absoluto, bem que o disfarce com algumas formulas externas de liberdade, é aquelle que não quer a guarda nacional, e que, debaixo de mil pretextos, a não organisa, ou a supprime quando existe. Taes governos tudo confiam da tropa de linha, e só julgam esta capaz de o sustentarem.

Estultos, não tem visto por experiencia em todos os paizes, e desgraçadamente em Portugal, que a tropa mercenaria, *sem consciencia*, e egoista, tanto apoia a liberdade como o despotismo, ou o poder absoluto, comtanto que lhe paguem? Hoje é liberal, porque lhe pagaram para o ser, ámanhã é despotica, faútora do poder absoluto, porque este tambem lhe paga, e ella já comeu o que ganhou, gritando *viva a liberdade!* O sargento, que na ultima revolução passou de soldado a este posto, quer em outra, sem lhe importar em que sentido ella se faz, passar a alferes; este a tenente, e assim em proporção, de escala em escala, todos querem subir até generaes, porque esse é o meio de se ganharem rapidamente as patentes. Nós hoje temos em Portugal um pequeno exercito com uma *officialidade monstro*; e porque? Pela louca moeda com que temos pago as revoluções...

(*Continuar-se-ha.*)

NOTICIARIO

Regresso.—S. ex.ª o sr. bispo conde recolheu a esta cidade na quinta feira ultima, tendo concluido á parte da visita a esta diocese, que destinára para este anno.

Consta-nos que o illustre prelado chegára mui fatigado, em razão do trabalho da visita, penosissimo sempre, mas que d'esta vez vieram consideravelmente aggravar os perigosos e quasi intransitaveis caminhos que teve de percorrer em grande parte das freguezias do arciprestado de Arganil.

Não soffreu, todavia, a sua saude alteração notavel; pelo que sinceramente felicitamos a s. ex.ª

Festividade.—É feita este anno com grande pompa a festividade da Rainha Santa Isabel na egreja de Santa Cruz. A musica a grande instrumental está incumbida ao habil professor e nosso patricio, o sr. Augusto Gomes Paes.

Bibliographia. — O nosso estimavel amigo o sr. Antonio Maria Seabra de Albuquerque, offereceu-nos um exemplar da sua *Bibliographia da imprensa da Universidade de Coimbra, nos annos de* 1874 *e* 1875.

Esta publicação foi primeiro feita no jornal o *Instituto*, e agora sáiu impressa em separado.

Por varias vezes, á porporção que se ia publicando, fomos apreciando este interessante trabalho como elle merecia; e porisso agora nada temos a acrescentar.

O sr. Seabra já havia publicado egual *Bibliographia*, com respeito aos annos de 1872 e 1873; e os dois volumes, ficam sendo um vasto manancial de noticias historicas e que hão de ser muitas vezes consultados com proveito, porque o seu illustrado auctor teve o maior cuidado em que todas as datas e circumstancias fossem da mais rigorosa exactidão.

Alem disso o sr. Seabra faz á impreasa da Universidade um valioso serviço, por tornar bem conhecidas e apreciadas as publicações que alli se fizeram n'aquelles annos.

Muito agradecemos ao nosso bom amigo a sua offerta, que temos na devida conta.

Discursos de José Estevão. — Por iniciativa do nosso illustrado collega do *Districto de Aveiro* vão ser publicados os *Discursos mais notaveis do grande orador portuguez José Estevão Coelho de Magalhães*, collecionados pelo sr. Joaquim Simões Franco.

José Estevão foi um dos nossos primeiros oradores, e por isso sem duvida será muito apreciada a collecção dos seus principaes discursos.

A obra formará um grosso volume em 8.º, com perto de 400 paginas, impressa em typo novo, e bom papel. Para a tornar mais interessante levará a biographia de José Estevão, devida á penna do finado e talentoso escriptor Rebello da Silva, e será illustrada com o retrato do eloquente tribuno.

O preço para os assignantes (franco de porte) será de 800 réis.

Toda a correspondencia deverá ser dirigida ao editor o sr. Antonio Augusto de Sousa Maia, em Aveiro.

Historia popular dos Papas. — Recebemos de Guimarães o 3.º fasciculo da *Historia popular dos Papas desde S. Pedro até nossos dias, por J. Chantrel, versão da ultima edição franceza, por Antonio José de Carvalho.*

Esta obra tem recebido a approvação de muitos prelados do reino, assim como dos arcebispo de Tours e bispo de Beauvais.

Publica-se em fasciculos de 48 paginas em 4.º a duas columnas e em typo compacto (contendo a materia de um volume de 150 paginas em 8.º). Custa cada fasciculo da edição popular 120 réis e da edição superior 150 réis. Os fasciculos são enviados aos assignantes pelo correio, por conta do editor.

A obra constará de 30 fasciculos pouco mais ou menos.

A correspondencia deverá ser dirigida á livraria Internacional do sr. Teixeira de Freitas, rua de S. Damaso, em Guimarães, onde se recebem assignaturas, e nas casas dos srs. correspondentes.

Real d'agua. — Recebemos e muito agradecemos a — *Interpretação official de alguns artigos das instrucções regulamentares de 11 de Dezembro de 1873, sobre a fiscalisação do imposto do real d'agua, por José Maria dos Santos Neves, escripturario de fazenda no concelho de Anadia.*

Festividade. — Transcrevemos do *Jornal da Guarda* a seguinte noticia, por dizer respeito ao nosso amigo e patricio o rev.mo sr. Abel Augusto de Sousa, digno conego da Sé da Guarda:

«Festejou-se com muita solemnidade no dia 3 do corrente, na Sé Cathedral d'esta cidade, o anniversario episcopal de Pio IX.

Foi encarregado do sermão o sr. dr. Abel Augusto de Sousa, que orou com muita profusão e eloquencia, mostrando mais uma vez a erudição e capacidade de que é dotado.

Em duas partes dividiu o sr. dr. Abel o seu discurso: — na 1.ª demonstrou a grandeza social de Pio IX como Pontifice e como soberano; — na 2.ª fallou da sua grandeza manifestada no modo verdadeiramente sublime como tem exercido estas duas soberanias.

Fallando da 1.ª parte, demonstrou que assim como nenhuma sociedade pode realisar o fim para que fôra creada, sem que haja um chefe que contenha os associados nas suas respectivas espheras, — assim tambem Jesus Christo não podia instituir a sua Egreja sem que lhe desse um chefe — um primado. Mostrou depois quanto é grande a jurisdicção d'esse primado, e como se estende por todo o globo; combateu o paganismo, o mahometismo, o lutheranismo e o scisma grego, fazendo realçar a religião catholica como a unica que offerece o balsamo consolador d'um futuro melhor para todos, e até mesmo para aquelles que á beira do tumulo, n'essa hora extrema, em que todas as illusões se desvanecem, tremem do seu passado.

No desenvolvimento da 2.ª parte fez ver como Pio IX tem exercido a caridade em todos os sentidos, subsidiando, já varios bispos da Italia, já os Paizes Baixos que viram perdidos os seus haveres por caudalosas innundações, já os nossos compatriotas do Algarve, já empregando esforços em favor da infeliz Polonia esmagada pela Russia, já querendo obstar com toda a energia á luta sanguinaria que a França travou com a Prussia.

Por ultimo fallou sua ex.ª da perpetuidade do poder espiritual, e das virtudes, tanto apostolicas, como civicas que ennobrecem Pio IX.»

O imperador do Brazil. — No dia 13 partiu de Paris para Londres o imperador do Brazil.

Noticias de França.—*Paris*, 13. — As esquerdas parlamentares estão de accordo para recusar a approvação integral do orçamento se o ministerio não se demittir depois do voto de censura que se seguirá a uma interpellação.

Assegura-se que o ministerio está decidido a não recorrer a novo adiamento.

A dissolução considera-se inevitavel e proxima.

Pena de morte. — *Londres*, 13. — A camara dos deputados rejeitou, por 155 votos contra 50, uma proposta favoravel á abolição da pena de morte.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 13 de Junho de 1877.

O sr. conselheiro Francisco Maria da Cunha, governador geral de Moçambique, deve seguir para aquella provincia no proximo mez de Julho.

O sr. Antonio Augusto de Abreu pediu a exoneração de delegado do procurador geral da corôa e fazenda em Quilimane.

Sahem ámanhã para Cabo Verde o júiz de direito e o delegado de Guiné.

Foi decretado, por proposta do governador de S. Thomé e Principe, que os empregados da junta de fazenda d'aquella provincia vençam, desde 6 do corrente, data do decreto, além dos competentes ordenados, as seguintes gratificações annuaes: secretario réis 400$000, thesoureiro geral 170$000 réis, escripturario servindo de contador 200$000 réis, amanuense 111$000 réis e porteiro réis 30$000.

Foi julgado incapaz do serviço activo o sr. Cabral Calheiros, coronel de artilheria e lente da escola do exercito.

Mais de 100 pessoas foram hontem prestar a ultima homenagem ao infeliz Mariano Ghira, acompanhando-o á sepultura. Quando o caixão descia para o jazigo, a conhecida professora, a sr.ª Canuto, em phrases dolorosas disse o ultimo adeus ao finado.

Hoje tem havido grande concorrencia, como é costume esta noute, á praça da Figueira, onde se vendem milhares e milhares de vasos de majaricões e se passa a noute inteira em danças e cantares.

Em muitos pontos da cidade ha bailes campestres onde se reunem as familias de artistas e operarios.

Veiu hontem a Lisboa o sr. marquez de Vallada, governador civil de Braga. O nobre marquez, segundo me consta, demorar-se-ha em a nossa capital até o principio do mez.

No dia 24 de Julho ha parada, como nos annos anteriores, e da parte do governo, ao que me dizem, executar-se-ha tudo como nos annos anteriores, em que se commemora dia tão festivo para a grande familia. N'esse dia deve ser inaugurada a estatua do valente marechal duque da Terceira, no monumento da praça dos Romulares (Caes do Sodré). Vão sendo nomeadas, em varias freguezias, commissões para os festejos. Já tenho noticia de que as ha na Encarnação, Santos-o-Velho, S. Paulo, na rua larga de S. Roque, Alcantara, etc.

Em o novo concurso para a illuminação do passeio do Rocio, a camara municipal põe como condição obrigatoria, conservar aberto o passeio em as noutes dos domingos e dias sanctificados ou de festas nacionaes; e facultativa dous dias na semana á vontade e segundo as conveniencias do arrematante. Será aceita á proposta do que offerecer maior somma para o cofre municipal.

Hontem, na occasião em que acudia ao signal de incendio com o carro n.º 8, falleceu repentinamente na rua Nova do Carmo, o conductor Luiz Duarte, casado e com dous filhos, natural do concelho de Coimbra, onde tem a familia. A corporação dos bombeiros deve fazer-lhe o funeral com a ceremonia do costume. O feretro vae sobre uma carreta do serviço das bombas, e formam o acompanhamento as guarnições de dous ou tres carros do districto a que o fallecido pertencia.

O ministro allemão, sr. barão von Prich, pediu hontem á capitania do porto de Lisboa que lhe concedesse espaço no Tejo para fundear a esquadra da sua nação que é esperada n'estas aguas. O ministro, que está em Cintra, virá então a Lisboa.

Hontem, no pateo de D. Fradique, foi atacado um sujeito por dois gatunos, indo um d'estes armado de faca. A policia poude captural-os; um deu o nome de Francisco José de Sá Garcia, tem 26 annos de edade e disse-se natural do Porto; e o outro, o de Victorino Francisco Tavares.

O sr. Freitas Fortuna, proprietario de uma imprensa no Porto, offereceu-se para imprimir gratuitamente o boletim da sociedade de geographia de Lisboa. A direcção da sociedade vae agradecer-lhe a offerta

Hoje ha, no Campo Pequeno, aposta no «cricket» entre os membros do club de Lisboa, e os officiaes da fragata ingleza «Euridyce».

Foi approvado o projecto do lanço da estrada districtal d'Evora a Santa Margarida, sita entre Evora e a margem direita do Varrana, na extensão de 2:900 metros. O orçamento é de 4:287$330 réis.

Foi submettido á approvação do governo o projecto definitivo do lanço da estrada districtal de Mira á Figueira, entre a Tocha e a Corujeira, na extensão de 7.321m,32.

As obras estão orçadas em 7:300$000 réis.

Foi concedida definitivamente a mina de manganez da Malhada do Judeu, concelho de Mertola, ao sr. Abilio dos Santos Bandeira.

Foi declarada de 1.ª ordem a estação telegraphica de Amarante.

O 2.º tenente da armada, sr. Alves do Rio, foi requisitado á marinha para fazer serviço astronomico provisorio na commissão geodesica.

Consta que o emprestimo realisado pelo nosso governo sae a 48 3/4 e que a casa Baring adianta já 9.000:000$000.

Verificou-se uma reunião de agricultores de Torres Vedras para prepararem as amostras destinadas á exposição de Pariz.

Falleceu o sr. Pantaleão Nogueira, recebedor do concelho dos Olivaes.

Guerra do Oriente. — As ultimas noticias são as seguintes:

Constantinopla, 11. — Na noute de 9 para 10 do corrente os russos, com seis chalupas, tentaram lançar torpedos contra os couraçados turcos, fundeados em Sulina. A tentativa mallogrou-se. Tres dos barcos-torpedos foram mettidos a pique e a guarnição feita prisioneira. Tres dos torpedos rebentaram, mas sem causar prejuizo.

Londres, 12. — N'um jantar que lhe foi offerecido pela corporação dos alfaiates, a que tambem assistiu Midhat-pachá, Derby affirmou com insistencia a necessidade de que seja mantida a paz da Europa; e acrescentou: —

«Devemos estar promptos para defender os nossos interesses quando sejam atacados, mas devemos tambem lembrar-nos de que o grande interesse inglez é a paz.» O *Times* diz que a Russia accelera uma leva de 218 mil homens.

Ploiesti, 12. — O principe Carlos offereceu, em condições que pareceram acceitaveis ao estado maior russo, a cooperação do exercito romaico.

S. Petersburgo, 13. — A folha official de hoje diz que está contratado no estrangeiro pelo governo russo, um emprestimo de 375 milhões de francos em titulos de 500, com o juro de 5 %.

Roustschouk, 12. — Continua o canhoneio entre Giurgevo e Roustschouk.

Alexandria, 11. — O contingente egypcio partiu para Constantinopla em dez vapores transportes, escoltados pela esquadra turca.

Philarmonica Boa-União. — Teve logar na terça feira a eleição da direcção d'esta sociedade, que ficou composta da seguinte fórma:

Presidente — Commendador Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Vice-presidente — Padre Antonio Rodrigues de Paiva.
Secretario — Jacintho Nunes Soares.
Thesoureiro — Daniel Guedes Coelho.
Vogaes — Antonio dos Santos Cruz.
» — José da Cunha.
» — Antonio Ignacio.

Fallecimento. — Falleceu hontem n'esta cidade, na edade de 59 annos, o sr. Bartholomeu Cardoso Bingre, guarda de primeira classe do corpo auxiliar das alfandegas. Era natural de Mira, e parente do celebre poeta Bingre.

Festividade em Condeixa. — Communicam-nos o seguinte:

«No dia 8 do corrente houve em Condeixa a solemnidade do SS. Coração de Jesus; que a egreja commemorou n'esse dia. Ha muito que aqui se não fez festa tão brilhante.

A egreja estava primorosamente adornada; e o quadro edificante da primeira communhão de meninos realçou muito a festa.

O orador foi o sr. padre Augusto Eduardo Nunes, estudante do 3.º anno de Theologia, que arrebatou a todos os ouvintes com a sua eloquente palavra, deixando-os maravilhados, apregoando que já ha muito não ouviram discurso tão bello e edificante.

O coro esteve magnifico, devido aos esforços d'alguns curiosos da terra e ajudados por vozes de Coimbra. Não esperavamos que se sahissem tão bem, e porisso são dignos de todo o elogio.

A procissão foi apparatosissima; adornada com uma infinidade d'anjos, ricamente vestidos, indo adiante os meninos e meninas que commungaram e em seguida as irmandades de N. Senhora e Santissimo Sacramento; atraz do pallio ia a philarmonica da terra, tocando lindas marchas.

Parabens aos dignos festeiros que promoveram festa tão brilhante, mostrando que em Condeixa ainda ha bastante religião.»

ANNUNCIOS

DEPOSITO ACADEMICO DE TABACOS
LARGO DA PORTAGEM
COIMBRA

1 CONSTANDO-ME que tem corrido differentes boatos a respeito d'este deposito, pelo facto de se terem fechado as portas no dia 27 de Maio proximo findo, tenho a declarar a todas as fabricas de tabacos e aos meus freguezes, que se fecharam em attenção ao sr. José João Gonçalves Vieira, meu administrador no citado deposito, lhe ter succedido a infelicidade de perder sua esposa.

Adelino do Nascimento Machado.

VENDA DE CASAS

2 QUEM QUIZER comprar, ou arrendar umas casas sitas na rua da Mathematica, n.º 46 e 48, dirija-se a Antonio Baptista de Almeida Pereira, de Ovar.

COMPANHIA EDIFICADORA E INDUSTRIAL DE COIMBRA
Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

3 NO DIA 19 do corrente, pelas 12 horas do dia, terá logar a arrematação do fornecimento de $9^{m3},13$ de cantaria, segundo as dimensões e mais clausulas do contracto, as quaes pódem desde já ser examinadas no escriptorio da mesma Companhia, á Sé Velha.

Os directores
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Francisco Pedro da Silva.
José Maria de Moura Barata Feio Terenas.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

4 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4 Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

AGRADECIMENTO

5 A MESA da irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de S. Christovão (Sé Velha) agradece ás irmandades do Santissimo das freguezias de Santa Cruz e S. Bartholomeu a sua deferencia, concorrendo com tão grande numero de irmãos á procissão que teve logar no dia 10 do corrente. Egual agradecimento dirige aos exm.os srs. governador civil d'este districto e provedor da Santa Casa da Misericordia, o primeiro acompanhando a procissão, e o segundo mandando o collegio dos orphãos.

Coimbra, 13 de Junho de 1877.
O juiz — *Olympio Nicolau Ruy Fernandes.*



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

6 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 32.

FESTEJOS DA RAINHA SANTA

7 A COMMISSÃO dos festejos em honra da Protectora de Coimbra, a Rainha Santa Isabel, carecendo de saber quaes os recursos de que póde dispôr para dar começo aos trabalhos da decoração das ruas, toma a liberdade de por este meio solicitar dos cavalheiros a quem foram dirigidas cartas, a elevada fineza de enviarem *com a possivel urgencia* ao thesoureiro da mesma commissão, o sr. Antonio José Dantas Guimarães, as quantias com que se dignarem subscrever; isto quando a commissão, que hoje vae pessoalmente receber a resposta, não encontrar em casa aquelles cavalheiros.

Coimbra 16 de Junho de 1877.

X PEDIDO

8 ROGA-SE ao illm.º e revm.º sr. Antonio da Silva Carrelhas, bacharel formado em Direito, residente na villa de Ovar, o favor de mandar pagar o que está devendo em uma livraria d'esta cidade.

Pede-se-lhe mais, queira restituir um diccionario que na mesma livraria pediu emprestado.

PIANO

9 VENDE-SE um piano inglez horisontal de 5 e meia oitavas, bom para estudo. Quem o quizer ver, dirija-se ao annunciante, rua do Salvador, n.º 26.

LOJAS COM ARMAÇÃO
11 - Praça do Commercio - 11

10 TRATA-SE o arrendamento com Manoel Caetano da Silva.

Dinheiro sobre hypotheca

11 EMPRESTA-SE a juro rasoavel, por espaço de um ou mais annos, até á quantia de 600$000 réis.

Quem pretender dirija-se á rua de Quebra-Costas, n'esta cidade, n.º 38.

O LIVRO DE S. CYPRIANO

12 COM UMA GRAVURA, que representa um milagre feito pelo mesmo santo.

Remette-se pelo correio a quem enviar 600 réis em estampilhas. Carta a A. M. Fonseca — Bomjardim, 385 — Porto.

CASA MINERVA
100, RUA DA CALÇADA, 104
COIMBRA

13 ACABA de receber directamente de Paris 500 resmas de papel em 8.º P. Bath. Um sortido em prensas para copiar. Tintas e outros accessorios para o mesmo fim.

Magnifico sortido em vinhos do Porto e chás. Preços razoaveis para revender.

14 ÁMANHÃ estará patente ao publico o edificio do Asylo da infancia, d'esta cidade, havendo pelas 11 horas na capella do mesmo Asylo missa rezada, e durante a qual tocará a philarmonica *Boa-União*.

15 PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL do correio de Coimbra, se faz publico, que a contar do mez de Julho proximo futuro, os paquetes francezes da carreira do Brazil e Rio da Prata, que partem de Bordeus no dia 5 de cada mez, passam novamente a fazer escala pelo porto do Rio de Janeiro, na sua viagem de ida.

Coimbra, 15 de Junho de 1877.
O administrador
Augusto Cesar de Sousa.

BIBLIOTHECA PENINSULAR
VOLUME I
D. ANTONIO DE TRUEBA
CONTOS ESCOLHIDOS

16 ESTÃO publicadas as primeiras folhas d'este volume, que conterá os melhores contos do celebre escriptor hespanhol.

Assigna-se por fasciculos ou por volume: — preço de cada fasciculo 130 réis; — preço do volume 500 réis.

A importancia dos fasciculos ou dos volumes deve previamente ser enviada em estampilhas ou vales do correio ao director da **Bibliotheca Peninsular** — Travessa de S. Julião — Figueira da Foz.

Pedido

17 ROGA-SE ao sr. Julio Augusto Gaspar da Cunha Serrão, escrivão do juizo de Direito na villa de Pombal, responda como deve ás cartas que lhe tem dirigido um negociante de Coimbra.

18 ARRENDA-SE um armazem, na rua das Figueirinhas, n.º 8.

Acaba de publicar-se o

19 CURSO DE PHILOSOPHIA ELEMENTAR para uso das escolas por Joaquim Alves de Sousa, professor do lyceu nacional de Coimbra, 3.ª edição muito ampliada, em 2 tomos: comprehendendo o 1.º Psychologia, Logica e Metaphysica; e o 2.º Moral, Direito natural, Direito internacional e Historia da philosophia.

Vende-se em Coimbra. Preço, em broch. 1$600 réis.

Substituições a militares

20 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

21 NO DIA 24 do corrente, por 9 horas da manhã, e junto á porta d'entrada para a quinta do dr. José Maria de Lima e Lemos, á Cumiada, vender-se-hão em praça particular, se o preço convier, um casal com casas, oliveiras e terra de semeadura, sito n'aquelle mesmo local, e outro predio rustico com oliveiras e terra de semeadura, sito ao Cidral e pertencentes a D. Maria de Jesus Henriques.

Como procurador. — *Bento Pereira de Miranda.*

22 UMA senhora habilitada a ensinar cinco linguas, bordados e principios de musica e de desenho, deseja collocar-se em casa de familia respeitavel, em qualquer provincia, para educar crianças. Dirigir-se por carta a M. Vaz, agencia Bastos e Gonçalves, rua dos Retrozeiros, 139, Lisboa.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno .... 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno .... 3$460
Por semestre .... 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.	Por semestre .... 1$730
Por trimestre 800	Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre 865

Numero 3119 | Terça feira 19 de Junho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Quem nos suppozesse exaggerados em os nossos repetidos protestos contra a devassidão administrativa que ha muito lavra no districto de Coimbra; quem duvidasse da inteira verdade das nossas queixas contra a ingerencia illegal de muitos potentados politicos nos actos do recrutamento, nas decisões dos tribunaes administrativos, nas eleições de deputados, municipaes, e até dos estabelecimentos de piedade; tem agora sobejo motivo para se desenganar e rigorosa obrigação de nos fazer plena justiça, em presença do que está succedendo n'este districto.

O machinismo acha-se de tal modo montado, que a auctoridade superior é vilipendiada e desobedecida por muitos dos seus subordinados; porque estes estão certos da impunidade, em vista da protecção franca e audaciosa que lhes dispensam os mandões que os fizeram nomear e ás ordens de quem estão.

Pela sua parte o governo, que apenas trata de se sustentar no poder, torna-se indifferente a esse estado anormal, fugindo de crear attritos na sua marcha politica, ou antes impolitica.

O sr. Lopes Branco, nos poucos dias que esteve n'esta cidade a exercer o cargo de governador civil, teve provas de sobejo para ver a que ponto havia chegado a desmoralisação administrativa n'este districto.

Pois suppunha que era possivel governar o districto de Coimbra, sem se prestar a receber em tudo as instrucções e ordens dos potentados da cidade e dos diversos concelhos? Não sabia que quem manda menos são os governadores civis e as mais auctoridades?

Se pareceram duras ao sr. Lopes Branco as nossas palavras, e se duvidava das nossas previsões, reconhecerá agora que eram verdadeiras, provenientes do largo conhecimento do estado do districto, e só filhas do nosso caracter franco e independente.

Ha mais de seis annos, que se tem posto em acção n'este districto a mais desenfreada corrupção politica. Aqui para certos individuos não ha lei, não ha justiça, não ha deveres a cumprir. O que se quer, aquillo que unicamente se pretende é mandar, e dispor de tudo e de todos, a fim de que as eleições não representem mais do que a vontade pessoal dos potentados.

Para isso tem-se organisado uma vasta rede, que tarde se desfará, sobretudo em quanto houver governos sem moralidade, sem brio, e sem pundonor.

A fim de se tecer essa rede, todos os meios têm parecido licitos, por mais illegaes e injustos que sejam.

Emprego nenhum n'este districto se tem dado ha mais de seis annos, sem que os mandões das respectivas localidades declarem préviamente aos ministros quem ha de ser o individuo nomeado. Ao mesmo tempo a indicação não é feita para o governo, sem que o pretendente escolhido faça uma formal declaração de que fica para tudo ás ordens de quem o propõe.

Póde-se avaliar que elementos de força se criam só com esta corrupção, auctorisada pelos governos!

E a tal rigor chegou a ser levado este systema de fazer nomeações, que, por um unico despacho que um ministro das obras publicas fez, em contrario dos desejos de certos mandões, recebeu d'elles a mais formal demonstração de desagrado, para que ficasse sabendo que quem tinha a primazia n'esse ponto eram elles e não os ministros; pois que era bastante que em recompensa lhes tivessem algemada a vontade e a consciencia dos eleitores!

A'cerca do recrutamento é escusado fallar. Não ha ninguem que ignore que muitos administradores não passam attestado, não praticam acto algum em materia de recrutamento, sem receberem primeiro as instrucções dos potentados da localidade.

Se o pae, ou familia do mancebo recrutado dispõe de votos, ou este é protegido por quem disponha d'elles, e se preste a ser cego instrumento dos potentados politicos, tem o livramento seguro. Se, porém, o mancebo pertence a pae, ou familia independente, e que se não sujeite a ser dominado, difficilmente conseguirá a isenção do serviço do exercito.

O que acontece nas regedorias e administrações de concelho, é o que se pratica nas outras instancias.

Assim, qualquer cidadão independente, que vê que um seu visinho, tendo ido abdicar da sua dignidade perante os mandões politicos, conseguiu por essa fórma o que pretendia; principia pela sua parte a esmorecer, reconhecendo que nada obtem com a sua inteireza de caracter; pelo que lá vae tambem forçadamente offerecer-se para o que d'elle se pretenda.

Esses potentados, para estenderem a todos os ramos da administração publica a sua acção, introduzem-se nas camaras municipaes, commissões de recenseamento, juntas geraes, conselhos de districto, commissões districtaes, e nem escapam as misericordias e toda e qualquer corporação d'onde lhes possa vir o poder.

As estradas e outros melhoramentos municipaes, são quasi sempre subordinados não ás conveniencias publicas, mas aos interesses de corrilho.

A um tal systema, tão methodicamente estabelecido, nada resiste.

Não ha eleição, não ha algum direito publico, que possa ser exercido livremente.

Por este modo as garantias consignadas na Carta Constitucional, e as regras e disposições das leis transformaram-se na burla mais indecente.

Veja-se onde fica o § 12 do artigo 145 da Carta: — «*A lei será egual para todos*, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.» !!!

E' este o estado em que o sr. Lopes Branco veiu achar o districto de Coimbra. A sua culpa foi de antes de para aqui se dirigir não estar completamente inteirado d'esta situação anormal, a fim de n'essa conformidade impor ao governo as necessarias condições para a sua administração, e não vir sujeitar-se a ser ludibriado e escarnecido.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXVII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Aproximava-se a época da installação das côrtes ordinarias, e bem proximo a esta época, morreu o principal executor da grande obra da nossa regeneração politica do memoravel anno de 1820. Foi Manoel Fernandes Thomaz, que deixou de viver em 19 de Novembro do anno de 1822, ás 10 horas e meia da noite. Eu já dei a entender como elle havia sido injusto e pouco grato para comigo; nunca deixei de reconhecer as suas raras virtudes civicas, e o seu alto merecimento, o que lhe mostrei no fim da vida, e no que a seu respeito escrevi no meu *Campeão* d'este mesmo mez. Eis-aqui o que escrevi ácerca da sua pessoa, e alli se acha escripto entre outras muitas cousas que d'elle disse:

«Ninguem, em verdade, era mais proprio do que o sr. Manoel Fernandas Thomaz para intentar e acabar tão arriscada e difficil empreza; porque a natureza o dotára de muita ousadia e resolução em conceber, e de muita tenacidade e vigor de caracter em executar o que havia concebido. E se a isto accrescentarmos, que enlaçava todas estas superiores virtudes com a mais sublime de todas ellas, — um ardente amor pela fama, e pela gloria, acharemos, que para ser um dos primeiros regeneradores da nossa patria ninguem pareceu mais proprio do que elle. Portugal com toda a razão lamenta a perda de tão distincto cidadão; porém morreria elle mais cedo do que a sua gloria? Talvez que não; porque quando se toca o maximo das perfeições humanas, como senão possa passar mais adiante, ha sempre grande perigo em toda a paragem que se faz.

«Se me é licito comparar o sr. Manoel Fernandes Thomaz com alguns dos grandes homens da antiguidade, digo: que muita semelhança encontro entre elle e *Valerio Publicola*. Foi aquelle cidadão romano um dos primeiros fundadores da liberdade; e depois de haver sido quatro vezes consul, morreu tão pobre, que a republica lhe mandou fazer o funeral. As damas romanas lhe tributaram ainda uma honra extraordinaria, porque por elle andaram de luto um anno inteiro. Como aquelle illustre romano, exerceu tambem o sr. Manoel Fernandes Thomaz importantes empregos, e apesar d'isso morreu pobre! Não é preciso que as damas portuguezas tomem luto um anno inteiro por elle, é porém do nosso dever que tão benemerito cidadão seja sepultado á custa da nação; e que por conta da patria corra a sustentação de sua viuva, bem como a educação de seus filhos, até que elles, mostrando-se herdeiros das virtudes de seu pae, possam, como filhos da patria, ser competentemente empregados no publico serviço.»

A par d'isto que escrevi, fiz ainda o que passo a relatar fielmente. Eu morava então no fim da rua do Ouro, perto do Terreiro do Paço, em uma casa que tinha entrada pela rua dos Retrozeiros, n.º 120. Um dia appareceu-me em casa José Pereira Pessoa, que eu conhecia havia muitos annos, e disse-me: Sabe o que se passa? Está gravemente doente Manoel Fernandes Thomaz, e em sua casa não ha com que se lhe compre uma gallinha para lhe fazer um caldo. Quem o está soccorrendo, e faz todas as despezas é Roque Ribeiro de Midões (que depois morreu visconde).

Eu immediatamente lhe respondi: E porque se lhe não hade fazer uma subscripção? Esta hade ser mui popular, e hade produzir bom resultado. Vamos tental-a, e já; mas hade ser uma subscripção franca, geral, e que não tenha ar algum de um subterfugio para alguem comer á sombra d'ella. Vá immediatamente fallar com José da Silva Carvalho, que é ministro, com os contractadores do tabaco, que então eram o que hoje é barão de Foscôa, e José Antonio da Fonseca, e com mais algumas pessoas notaveis, e influentes, diga-lhes a ideia que temos, e convide-os para uma reunião em sua casa, que n'aquella época era no palacio chamado do *Frederico*, junto a S. Pedro de Alcantara. No emtanto eu vou já aqui escrever uma especie de prospecto, mostre-lh'o, e depois veremos na reunião se o adoptam, ou querem outro.

O prospecto, que eu tambem publiquei no meu *Campeão* de Novembro, foi o seguinte:

«Entre os nossos primeiros compatriotas,

Agora que o sr. Lopes Branco se acha em Lisboa, pergunte-se ao sr. marquez d'Avila e de Bolama, se quando era simplesmente Antonio José d'Avila, e exercia em 1836 o cargo de governador civil de Evora, e em 1840 o de administrador geral do Porto, toleraria uma semelhante relaxação administrativa; e se consentiria em receber imposições dos potentados d'aquelles districtos?

Pergunte-lhe se os seus chefes, um dos quaes era em 1836 o ministro do reino, Agostinho José Freire, e em 1840 o outro ministro do reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, entendiam a administração publica de fórma, que permittissem que os governadores civis e administradores geraes ficassem impotentes perante os atrevimentos dos seus subordinados, e á mercê dos mandões politicos, entidade desconhecida na Carta Constitucional de 1826 e Constituição de 1838?

Se o sr. marquez de Avila e de Bolama entende a administração d'essa fórma, nomeie para este districto qualquer homem sem brio algum, que se preste a representar aqui o mesmo papel ignobil que coube ao nunca assás celebrado governador civil, visconde de Villa Mendo.

Sendo assim, já o governador civil não acha attritos. Em perdendo os sentimentos da propria dignidade; em estando prompto a ser um indecente instrumento dos mandões politicos, tudo caminhará sem difficuldades, nem resistencias.

Mas então fallem e procedam claramente. Rasguem primeiro a Carta Constitucional e todas as garantias n'ella consignadas; annullem as leis reguladoras da liberdade e direitos dos cidadãos; e digam francamente que quem governa, quem dispõe de tudo são os potentados politicos.

Ficará assim cada cidadão sabendo que o arbitrio é que impera n'este paiz, e n'essa conformidade regulará as suas acções.

Antes isso, do que fallar em leis e deveres; quando se atropellam aquellas e se desprezam estes!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O sr. marquez de Sousa e Holstein teve a bondade de nos offerecer um exemplar da sua memoria — *A escola e as tradições do infante D. Henrique* — que é a primeira das *Conferencias celebradas na Academia Real das Sciencias de Lisboa ácerca dos descobrimentos e colonisação dos portuguezes na Africa.*

A segunda classe da Academia deliberou instituir algumas conferencias, onde publicamente se tratassem varios pontos relativos aos descobrimentos de Portugal, aos nossos esforços e diligencias no que respeita á civilisação da Africa, e ás relações d'este continente com o nosso paiz.

Tendo sido proposto este assumpto em assembleia geral, resolveu a primeira classe tomar parte n'estas conferencias; e coube a primeira ao sr. marquez de Sousa e Holstein.

No dia 14 do corrente celebrou-se a sessão publica da Academia, a que assistiu numeroso concurso, calculando-se em 600 pessoas, incluindo 100 senhoras.

A sala estava brilhantemente illuminada a luz electrica, devido á boa vontade do socio correspondente o sr. José Julio Rodrigues, distincto professor da Escola Polytechnica.

O sr. marquez de Sousa e Holstein leu a sua memoria, que foi ouvida com a maior attenção.

Pela nossa parte, já que não tivemos o prazer de assistir a essa sessão, satisfizemo-nos em ler o exemplar da *Conferencia* que o illustre academico nos offereceu.

E' um estudo primoroso o do sr. marquez de Sousa n'esta memoria. O grande vulto do iniciador das nossas descobertas, o infante D. Henrique, duque de Vizeu, é alli magistralmente posto em relevo.

Causa verdadeiro enthusiasmo a leitura d'aquellas paginas em que se descrevem com mão de mestre os esforços tenacissimos do infante e dos seus cooperadores, para descobrirem paizes até então apenas conjecturados, e com que se engrandeceu o até então modesto reino de Portugal, adquirindo uma elevada importancia perante todos os paizes da Europa.

O sr. marquez sustenta alli a prioridade dos nossos descobrimentos, que alguns escriptores invejosos debalde nos quizeram contestar.

A reunião na villa de Sagres de muitos sabios e navegadores, attraidos alli pela fama das diligencias empregadas pelo infante D. Henrique, a fim de descobrir a costa d'Africa, além do cabo Não, é pintada pelo sr. marquez de Sousa de um modo admiravel.

A linguagem é fluente e portugueza de lei; as imagens de grande effeito; e tudo digno do seu esclarecido auctor e da Academia de que faz parte.

O sr. marquez de Sousa e Holstein entende, e muito bem, que apesar da nobreza herdada, a verdadeira fidalguia está no merito proprio. Filho do illustre duque de Palmella, do inimitavel traductor dos Lusiadas para a lingua franceza, quiz acrescentar ás suas honras genealogicas, as do estudo, e do amor pelas bellas artes e pelas glorias nacionaes, que são de certo as mais estimaveis.

Ainda bem que emquanto alguns fidalgos se entretêm no *civilisador* e *util* emprego de correr touros, ha quem como o sr. marquez de Sousa se engrandece pelo seu merecimento e illustração.

Dizemos isto levados unicamente pela verdade e pela justiça; pois que de certo ninguem nos suspeitará de lisonjeiros. Seria esse o ultimo dos defeitos que podessemos possuir.

As conferencias vão continuar na Academia, seguindo-se agora o sr. Pinheiro Chagas, de quem ha tambem muito a esperar.

Todas as conferencias formarão no fim um interessante volume, com o que se augmentarão os creditos dos seus auctores, e da Academia Real das Sciencias de que são dignos membros.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O esclarecido correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto* diz em data de 14 do corrente o seguinte:

«Na sessão annual de «Anti-Slavery Society» em Londres, o tenente Young, celebre explorador britannico, que em uma conferencia em Paris nos apresentou aos olhos da Europa, como negreiros, mostrou-se muito penalisado por ter de asseverar que o trafico da escravatura ainda era muito frequente nas possessões arabes e portuguezas.

Referindo-se aos desmentidos que lhe foram dados pelo parlamento e pela imprensa de Portugal, disse que elle não tinha sido exaggerado e que apenas proferira a verdade.

Acrescentou que acabava de receber uma carta de um amigo, o qual estando doente ao pé de uma cabana no Nyassa viu uma porção de escravos, quasi mortos de fome e que tinham trazido por aquelle sitio. O tenente Young disse mais que não havia duvida de que em Portugal se tinham feito boas leis, porém na Africa eram lettra morta; que já muitas vezes elle tinha dado fuga a escravos, e que, na sua qualidade de inglez não podia proceder de outra maneira; que acreditava principalmente na influencia moral, e que uma duzia de inglezes, no lago Nyassa, acabaria com o trafico da escravatura n'aquelle local; que a missão que alli enviara a egreja livre de Escocia, já tinha trabalhado muito n'aquelle sentido, e que Livingstonia tinha-se quasi tornado uma cidade de refugio para os milheiros de escravos, nús e esfaimados, que eram trazidos para aquella região.

A insistencia de Young em dizer que os portuguezes fazem escravatura, póde não ter fundamento; mas elle fallou verdade, quando disse que as nossas leis para o ultramar são alli letra morta, porque effectivamente as auctoridades praticam taes abusos e violencias, que bem provam que são a sua vontade e o seu arbitrio as unicas leis que vigoram.

E isto repete-se, porque os governos são sempre fracos para punir as auctoridades que assim procedem e a impunidade anima-os a continuarem no mesmo systema.

D'ahi vem o estado desgraçado em que se acham as nossas provincias de alem-mar!»

É inteiramente exacto o que diz o correspondente do *Commercio do Porto*. Temos, porém, a acrescentar que não é só no ultramar que as nossas leis são lettra morta. Tambem no continente em muitos casos acontece o mesmo.

O rigor da legislação só é applicado aos pobres e desprotegidos. O peixe graudo escapa pela malha.

Os cidadãos que se não prestam ao que d'elles exigem os mandões são uns verdadeiros parias da sociedade. O tempo só vae bom para os potentados e os seus clientes. Os que não estiverem n'essas circumstancias, são lançados no mais completo desprezo, e vivem como se para elles não houvesse direito, nem justiça.

A lei *será*... (isto é, *ha de ser* para as calendas gregas), *egual para todos*.

Ora como esse futuro ainda não chegou, vão-se contentando os povos com a lei ser *desegual*: — favoravel para os poderosos e seus protegidos, e dura e injusta para com os fracos e desamparados.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

que muito tem honrado a patria com suas virtudes civicas, ou entre os primeiros motores da nossa actual, gloriosa, e sagrada regeneração politica, ha, com effeito, um, entre todos, que por circumstancias mui particulares deve merecer á nação um publico e geral agradecimento; e é elle o illustre cidadão Manoel Fernandes Thomaz. N'esta nobre persuasão muitos cidadãos se congregaram no dia 12 do corrente para deliberar sobre este importante assumpto. E como vissem que nenhum testemunho de agradecimento podia ser tão nacional, como aquelle que lhe fosse tributado indistincta e geralmente por todas as classes de cidadãos, por isso resolveram abrir em beneficio d'elle, e de sua mulher e seus filhos uma publica subscripção, para a qual são universalmente convidados todos os cidadãos. Acceitam-se para ella todas e quaesquer quantias; porque é justo que a ninguem seja vedada a satisfação de poder cumprir com seus bons desejos, segundo as suas possibilidades. Eia pois, portuguezes, pagae esta divida sagrada ao nobre regenerador, que, para vos dar a liberdade, não só exhauriu seus bens e fortuna, mas até suas proprias forças e vida, que está a ponto de perder, e que nada tem, e está *pobre!* Tem este illustre cidadão mulher e filhos: quem se recusará pois, em tal caso, a consideral-os como filhos da patria?»

Houve com effeito a reunião em casa de José Pessoa; assistiram não só os ministros d'estado, mas os contractadores do tabaco, e um grande numero de individuos distinctos por sua riqueza e posição social; e todos concordaram em que se fizesse a subscripção, e nos termos do prospecto. Logo alli se nomeou um thesoureiro geral, que foi José Antonio da Fonseca, e se lhe ordenou que elle nomeasse os recebedores nos differentes bairros da capital.

Eu que nunca conservei rancor pessoal contra Manoel Fernandes, e que sempre avaliei com justiça o seu grande merecimento, e o grande, e perigoso serviço que tinha feito ao seu paiz, achando-me então com fortuna bastante, e até de sobejo para lhe mostrar quanto sempre o tinha estimado, apesar de nem sempre seguir a sua politica, subscrevi logo com uma quantia, que julguei proporcionada aos rendimentos, que então tinha, e que podia mui bem dar sem querer passar por *vaidoso*. Os meus lucros do *Campeão*, e o ordenado de deputado, que então era excessivo, deviam desviar de mim toda a ideia de uma ridicula vaidade. Subscrevi pois com *cem mil réis* na fórma, quantia que entreguei e da qual ainda conservo o recibo. Está elle concebido nos termos que vou transcrever:

«Contribuiu o illm.° sr. José Liberato Freire de Carvalho com a quantia de cem mil réis na lei, para a subscripção nacional, que se abriu a favor do regenerador o sr. Manoel Fernandes Thomaz, sua mulher e filhos. — Lisboa 23 de Novembro de 1822. — José Antonio da Fonseca. — Réis 100$000.»

Nas costas do recibo está o nome de recebedor, que é:

«N.° 2. — Nascimento.»

NB. É um ourives da rua do Ouro, que ainda hoje vive.

No primeiro de Dezembro de 1822 se abriram as cortes ordinarias, e eu, como deputado por Vizeu, fui tomar assento n'ellas. A maioria era excellente, e bem o mostrou ella pelo protesto que assignou, quando prudentemente viu que era preciso separar-se. N'elle ha os nomes de setenta e tantos deputados, entre os quaes está *o meu*. O que faltou a estas côrtes foi um governo intelligente, energico, altamente possuido do amor da liberdade, e resoluto a resistir a todas as seducções e ameaças das nações estrangeiras, que se preparavam para suffocar o systema constitucional tanto em Hespanha como em Portugal. As nações principaes, que conspiravam contra nós eram a Hespanha e a França, e isto faziam á cara descoberta; e quem as auxiliava até um certo ponto era Inglaterra, porém sempre coberta, *como é seu costume*, com a mascara da hypocrisia, fingindo que nos defendia.

Eu não quero dizer que os ministros fossem traidores, porem eram timidos, assustaram-se com as ameaças estrangeiras, ou cederam a ellas por falsas promessas, e não desenvolveram a energia que deviam ter para neutralisar, ou suffocar a conspiração interna, que nasceu, se criou, e tornou forte, sem elles darem por isso, ao menos ao que pareceu, até o momento em que ella se desmascarou, e os deitou por terra, assim como a nossa constituição. A razão, que eu tenho para suppôr que ameaça ou promessas estrangeiras os desviaram do seu dever, é um facto, que eu presenciei, e de que vi os resultados. Para melhor se entender o que elle foi, serei um pouco mais explicito.

(Continuar-se-ha.)

EXPOSIÇÃO DOS COLLEGIOS E CERCA DA MISERICORDIA

O dr. Luiz Albano de Andrade Moraes, provedor da Santa Casa da Misericordia de Coimbra, etc.

Faço saber, que em virtude da resolução tomada pela mesa da Santa Casa, serão expostos ao publico, nos dias 28 e 29 do corrente, os seus collegios de orphãos e orphãs; e bem assim a cerca, officinas e mais dependencias, pela fórma seguinte:

1.° No dia 28 serão admittidas sómente as auctoridades de Coimbra, os representantes da imprensa periodica, e mais pessoas que receberem convite especial.

2.° A mesa receberá estes visitantes na casa do despacho, ás 4 horas da tarde, e os acompanhará na visita.

3.° O collegio dos orphãos, e cerca estão patentes no dia 29, desde as 10 horas da manhã á uma da tarde, e das 3 ás 7 da tarde.

4.° O collegio das orphãs será exposto sómente das 3 ás 7 horas da tarde. Para este collegio se entrará pela portaria da rua do Collegio Novo; e se sahirá pela porta interior, que vem dar ao collegio dos orphãos: sem ser permittido aos visitantes retroceder na sua marcha.

5.° Será prohibido tocar em quaesquer objectos expostos nas aulas, nas casas de trabalho, ou em qualquer outra repartição.

Secretaria da Santa Casa da Misericordia de Coimbra, 17 de Junho de 1877.

Dr. Luiz Albano.

JOÃO DE LEMOS

Quinta d'Anta, 14 de Junho de 1877.

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Com razão, do alto do pulpito de Nossa Senhora de Pariz, o rev.° padre *Roux*, da companhia de Jesus, n'uma de suas admiraveis conferencias do Advento de 1875, discorrendo pelos males do nosso tempo, dizia o seguinte:

«Olhae a *imprensa:* auxiliar precioso, e «já hoje necessario da verdade. De facto, e «mesmo de direito pretende ella ter a liber«dade da blasphemia e a immunidade do ata«que. A justiça é-lhe menos sagrada que essa «liberdade de perdição, para ella um princi«pio, um progresso, e mesmo uma necessi«dade. Por isso, a vêdes vós andar ahi des«norteada quasi constantemente. *Propaga o «erro, sustenta a mentira, espalha a impie«dade e diffama a Egreja:* OS MALEDICTIONE ET «AMARITUDINE PLENUM EST. *(Psalmo XIII, 5.°)*»

Tem razão o bom do jesuita. E quer v. saber o que ultimamente me trouxe á lembrança aquellas justas palavras do pregador francez? Foi constar-me que tinha chegado, ha poucos dias, como novidade, a estes sitios, o *caldo requentado* de uma noticia calumniosa contra os padres, e, conseguintemente contra a religião santa, de que são ministros; e que é preciso desmentir, pelo damno que taes patranhas causam nos espiritos simplices e sem cultura.

É o caso:

No *Times* de 26 ou 27 *de Março d'este anno*, com o titulo apetitoso e proprio da illustração protestante — *Ignorancia e superstição* — appareceu uma historia de phantasia, com logar de scena em Hespanha — *Cervera, provincia de Logroño*, onde um sacristão, para aterrar uma familia, em cuja casa jazia o cadaver de um livre pensador, que morrera impenitente, representou o papel de diabo, procurando arrebatar o morto (como inventaram que tinha sido prognosticado pelos padres á vista da sua impenitencia), encarregando-se o sacristão de figurar a realisação do prognostico; mas que, sendo vigilantemente guardado, e de mão armada, o alludido cadaver por alguns membros da familia, fôra morto o fingido diabo a tiros de pistola; seguindo-se a intervenção da policia, que prendeu o parocho e outros padres como verificados cumplices do sacristão-diabo.

Ora esta divertida historia tem apenas o pequeno inconveniente de ser uma gorda e ridicula mentira!!

Não sei, nem me importa saber, que jornal portuguez se fez echo da falsa historia, vindo offerecel-a, em corrompido alimento, á singella gente do campo. Destas boas almas nunca faltam e Deus lhes perdoará, se poder.

O que sei é que o jornal corretor de taes contos sediços do diabo, que morreu, em serviço do diabo, que não morreu, teve o innocente esquecimento de não dizer aos seus leitores que o proprio *Imparcial*, de Madrid, donde provavelmente extrahiu a calumnia, e que foi quem primeiro lhe deu circulação em Hespanha, confessou, em seguida, que fôra victima *d'uma grosseira burla.* Acresce ainda que *El Siglo Futuro*, outro jornal madrileno, inseriu, logo depois da publicação do miseravel invento, uma carta do parocho de Cervera, protestando que nem estava preso nem o seu sacristão morto; que a *España*, folha liberal hespanhola, bem conhecida, declarou, que a historia era UMA COMPLETA FALSIDADE; e que a *Correspondencia*, folha ministerial do vizinho reino, annunciou que *iam ser perseguidos competentemente os auctores da calumnia!*

De tudo isto se esqueceu, com pasmosa innocencia, o tal almocreve de petas, ou não chegou ao seu conhecimento senão *a historia da carochinha*, apimentada pelo odio aos padres e á religião!!

Ainda mal que não faltam reparos que fazer a alguns, poucos, padres, sujeitos, como homens, ás fraquezas da humanidade. Para que é, pois, preciso phantasiar historias ridiculas e estupidamente incriveis? E que auctoridade póde ter um jornal, que as reproduz sem criterio, e que, depois de desmentidas, se não apressa a rectifical-as?

A imprensa póde e deve ser um facho de luz, um grande instrumento de civilisação, *um auxiliar precioso e já hoje necessario da verdade*, como diz o padre *Roux*; mas ha de ser a imprensa séria e digna d'este nome; a imprensa, que não é cega escrava da impiedade, com prejuizo e ruina dos grandes interesses sociaes; a imprensa, que (qualquer que sejam as suas ideias) tem por norte a probidade; a imprensa, que não propaga conscientemente falsidades, e que faz as espontaneas e precisas rectificações, preferindo a verdade a tudo. Esta, sim; e posso afoutamente proclamal-o nas columnas d'este probo jornal, esta póde alumiar e alumia; esta póde fazer bem e faz; a outra... de si propria se queixará um dia!

J. DE LEMOS.

NOTICIARIO

Impressores em Evora.—Em o numero do *Conimbricense* de 5 de Maio ultimo publicámos uma carta do sr. Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos, em que nos dava algumas noticias bibliographicas. E como haviamos publicado em 17 de Março a lista dos impressores d'Evora, na sua primeira época, enviou-nos o sr. Mattos os *fac-similes* da assignatura de *Christovão de Burgos*, impressor n'aquella cidade em 1581, e egualmente o *fac-simile* da assignatura de *Francisco Simões*, impressor na mesma cidade, de 1612 a 1616.

Dissemos ao publicar aquella carta, que não podiamos reproduzir os *fac-similes*, por ser necessario mandal-os gravar.

Vendo isto o sr. Albino Caetano da Silva Pinto, filho do sr. Manoel Caetano da Silva, proprietario da acreditada typographia na praça do Commercio, teve a bondade de se nos vir expontaneamente offerecer para gravar os referidos *fac-similes*.

Com effeito podemol-os hoje apresentar n'este jornal, devendo pela nossa parte declarar, que ficaram da mais rigorosa exactidão.

Se quando em 1868 publicámos o nosso livro *Apontamentos para a historia contemporanea* aqui houvesse um gravador, e tão habil como é o sr. Albino Caetano, sem duvida teriamos acompanhado a historia da imprensa em Coimbra dos *fac-similes* das assignaturas da maior parte dos impressores d'esta cidade, os quaes haviamos obtido, graças ás mais infatigaveis diligencias.

O sr. Albino Caetano está-se aperfeiçoando cada vez mais na bella arte da gravura. Ao seu amor pelo trabalho reune a circumstancia, para nós muito apreciavel, de um comportamento exemplar; tornando-se digno de toda a estima.

Resta-nos agradecer ao habil artista os repetidos obsequios que nos tem feito, e que nos summamente apreciamos.

Governador civil. — No domingo saiu d'esta cidade em direcção a Lisboa o sr. governador civil Lopes Branco.

Na sua ausencia ficou interinamente a fazer as suas vezes, o membro mais velho do conselho de districto, o sr. bacharel José Maria Coutinho.

Theatro. — A companhia do Gymnasio vem a Coimbra dar 4 recitas pela occasião das festas da Rainha Santa.

Leva á scena as melhores peças do seu variado reportorio: são ellas a *Torre de Babel, Avó, Paralytico, Saltimbanco.*

Escusado será pois dizer mais, visto que Coimbra não desconhece que n'esta companhia se acham os nossos primeiros artistas, Antonio Pedro, Taborda e Polla.

Desgraça. — No sabbado cahiu uma rapariga n'um poço d'uma quinta, proxima da Cruz dos Morouços, de que falleceu.

No domingo foram o juiz ordinario do bairro baixo d'esta cidade, e dois facultativos, fazer o exame no cadaver da finada.

Outra. — Hontem houve uma explosão de polvora na casa de um dos fogueteiros na Conchada.

Além do damno na casa ha a lamentar o grave ferimento em dois homens. Um d'elles ficou no estado mais lamentavel e sem nenhuma esperança de vida.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

D. Maria da Piedade Vasconcellos, filha de Francisco das Neves e Maria Rita, de Coimbra, de 80 annos, fallecida em 10 de Junho de 1877.

D. Anna Emilia de Miranda, de Coimbra, de 64 annos, fallecida em 10.

Anna da Gloria, filha de Manoel Simões e Angelica da Conceição, de Coimbra, de 16 mezes, fallecida em 14.

Bartholomeu Cardoso Bingre, filho de Antonio Cardoso Souto Maior e Raymunda Bingre, de Mira, de 59 annos, fallecido em 16.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:104.

Instituto recommendavel. — Chegámos felizmente a uma épocha em que a educação feminil se reconhece como cousa de maxima importancia.

Cada mulher que se educa, disse um distincto auctor, é uma escola que se abre no seio da familia. E disse uma grande verdade.

Quem desconhece que é a mãe a educadora por excellencia, e quem ignora que tem a maior influencia no futuro as impressões recebidas na infancia? Mas para que a mãe seja uma boa educadora, é mister que ella tenha recebido tambem em devido tempo a conveniente educação. D'aqui a necessidade dos collegios feminis.

Felizes os paes, felizes as familias quando podem encontrar uma casa de educação em boas condições para confiar-lhes suas filhas.—Sempre que se nos depara occasião de galardoar o verdadeiro merito e os bons serviços d'alguem, temos n'isso a maior satisfação.

Tivemos as melhores informações ácerca de uma casa de educação feminil, estabelecida na cidade do Porto, na rua dos Lavadouros, n.° 24. E o Collegio de Nossa Senhora da Conceição, o qual gosa de bem fundados creditos, pelo esmero e carinho com que as suas directoras, a exm.ª sr.ª D. Anna Candida da Fonseca Braga, e D. Laura Laurentina da Fonseca Braga, alli ministram ensino e educação ás creanças do sexo feminino.

Muitas meninas instruidas e educadas n'este collegio têm feito exames publicos no lyceu do Porto, nos quaes têm obtido distinctas approvações.

Recommendando aos paes de familia este collegio, entendemos fazer-lhes um bom serviço; e ás exm.ªs directoras não podemos deixar de lhes dirigir os nossos emboras pelos grandes beneficios que prestam á sociedade na santa cruzada da educação da infancia.

Festividade. — Teve logar no domingo, 17 do corrente, a festividade a Santo Antonio do Paço do Conde. Propõem-se a fazer a festa por devoção, para o anno de 1878, os seguintes senhores:

Antonio Vicente do Amaral Monteiro
José Maria de Abreu
Antonio Dias Themido
José Pedro de Jesus
Manoel da Conceição Ningre
Antonio de Tentugal
Joaquim de Campos Lobo
Abel das Neves Elizeu
Manoel Geada Junior
Adelino Cabello
José Bernardes de Carvalho
Francisco da Costa
Pedro Correia
Guiomar Clementina Janeiro
Maria da Conceição Patroa
Conceição Patroa
Maria da Conceição Mello
Antonio Maria d'Almeida.

Theses. — O nosso amigo, o sr. José Frederico Laranjo offereceu-nos um exemplar das suas theses de Direito, que hão de ser defendidas no dia 28 do corrente. Agradecemos ao sr. Laranjo a sua offerta.

Correspondencia da Figueira. — Este nosso esclarecido collega entrou no segundo anno da sua publicação. Damos-lhe, porisso, os devidos parabens.

Ainda o Jury de Arganil — Recebemos de Arganil o seguinte communicado:

«Sr. Joaquim Martins de Carvalho.—Sinto que a minha correspondencia, publicada no seu independente jornal, em o n.° 3:110, na qual historiei resumidamente o que se passou nas audiencias geraes d'esta comarca no semestre passado, fosse d'alguma maneira despertar o sr. João Fereira da Carvalho, da Vendinha de Poiares, para vir no mesmo jornal, n.° 3:116, quebrar lanças a favor dos dois reus, Joaquim e Carlos Martins, seus visinhos, que assassinaram e roubaram o anno passado uma mulher de Goes, sem se importar do terceiro reu, por nome Damasio, que tambem foi cumplice n'este crime horroroso, dando a intender, que só este foi quem o commetteu.

Antes do julgamento d'estes reus dizia-se por toda a parte que os dois, que defende o sr. Carvalho, eram absolvidos, não por estarem innocentes, mas porque tinham fortes protecções de pessoas até d'essa cidade e do Porto, de quem alguns jurados dependiam. Felizmente essas protecções de nada valeram para o jury consciencioso e independente d'Arganil, que desprezou as cartas de empenho, que havia recebido d'alguns seus amigos.

Sinto que o sr. Carvalho, um dos cavalheiros de Poiares, que eu muito estimo e respeito, não presenciasse toda a discussão no julgamento d'estes tres reus, e o que se passou entre os dois reus irmãos, e os seus illustres advogados, os quaes a grande custo conseguiram dos mesmos o prescindirem das testemunhas da defeza do concelho da Pampilhosa, que vinham jurar, que os ditos dois reus, Joaquim e Carlos Martins, quando foi do assassinato d'aquella infeliz mulher, se achavam em Fajão, vindo assim a ser um milagre muito maior, do que aquelle que praticou Santo Antonio. Este, estando a pregar em Padua, veiu a Lisboa livrar seu pae da forca. Mas Joaquim e Carlos Martins, quando fizeram o assassinato e roubo em Goes estavam em tres partes, em Fajão, Goes e Poiares!!!!

Fraca defeza: negassem embora o crime, mas confessassem, que n'essa noite estiveram em Goes; porque effectivamente foram então alli vistos: e não deixassem de frequentar

aquella terra depois da perpetração d'aquelle delicto.

Os depoimentos das testemunhas de defeza, inqueridas por deprecada em Penacova, não foram conformes entre si, e divergiram muitas das respostas, que os dois reus Joaquim e Carlos Martins deram ao meritissimo juiz o sr. Aragão Moraes. Os reus nas respostas a este magistrado disseram, que seriam 10 para 11 horas da noite se recolheram do arraial, e foram deitar-se, indicando muitas pessoas que com elles estiveram no mesmo, succedendo depois com espanto verem-se muitas testemunhas inquiridas por precatoria em Penacova, e nenhuma das pessoas indicadas n'aquellas respostas!!!!

Algumas das testemunhas de defeza disseram, que os dois reus, irmãos, quando foi do assassinato, estavam em Poiares, no arraial, d'onde recolheram seriam dez horas da noite, e outras disseram que os viram alli, e estiveram com elles, e seriam duas para as tres horas depois da meia noite, quando se retiraram do arraial. Ainda bem, que o sr. Carvalho, sendo amigo d'esses divertimentos musicaes não nos disse que os viu lá no arraial.

Em todo este drama, o que é mais importante são as revelações, que fizeram Damasio e Joaquim Martins depois de condemnados, e o que se passou na sala proxima á do tribunal entre os dois reus, irmãos, e os seus advogados, chegando um d'estes a dizer, se não prescindissem das testemunhas de defeza, que estavam para depôr, que de certo eram degredados para as costas da Africa. Isto, e o que alli mais se passou, foi por mim presenciado, e por outras pessoas, que estavam na sala e proximo d'ella.

E ainda o sr. Carvalho dirá, que estes reus estam innocentes?

Um dos illustres advogados dos reus apresentou na audiencia do seu julgamento a mesma cantilena, que agora apresenta o sr. Carvalho, com a differença, que aquelle fez menção d'um facto dado em Coimbra, e este d'um outro, que teve logar na Louzã, sendo então delegado o sr. Torres Carneiro.

Mas isto de nada vale, antes estamos convencidos cada vez mais, que o jury deu o seu *veredictum* consciencioso, fundado no que presenciou durante a discussão, e no que ouviu lá fóra.

Em quanto ao reu de Meroicinhos, comarca da Louzã, levou-se n'essa occasião á evidencia, que foi elle e não outro, que assassinou um homem, que não se reconheceu bem quem era pelo seu estado de putrefacção, mas que parecia ser certo vendilhão ambulante, que mais tarde entrou nas ruas da Louzã com uma cavalgadura a vender fazendas brancas.

Aquelle é que commetteu tão nefando crime; a identidade da victima é que não se poude conhecer, porque o cadaver já se achava em estado bem deploravel.

Finalmente, se o sr. João Ferreira de Carvalho estivesse ao facto de tudo quanto deixo dito, de certo não vinha, como cavalheiro, defender em publico estes dois criminosos, condemnados por toda a vida para as costas da Africa, por terem barbaramente assassinado e roubado uma mulher em Goes.

Com a publicação d'estas linhas v. faz um bom serviço á sociedade, e um especial favor a quem se preza de ser — De v. am.º venerador e cr.º obrg.mo — Arganil 16 de Junho de 1877. — *O amigo da moralidade.*

Despacho. — O sr. bacharel Eugenio Augusto das Neves Elysen foi promovido ao logar de secretario da administração dos hospitaes da Universidade, vago pela aposentação do sr. bacharel Herculano Aprigio Alves de Araujo Santa Barbara.

Outro. — O sr. Luiz de Oliveira Miranda Rocha foi promovido á propriedade da cadeira de ensino primario de Cabeço de Portomar, concelho de Mira.

Eleição de deputados. — No dia 8 de Julho ha de proceder-se á eleição de um deputado nos circulos de Soure, Estremoz e Silves.

O conde de Chambord. — E' esperado no Vaticano o conde de Chambord.

Guerra do Oriente. — A Russia pediu á Austria para consentir a passagem das suas tropas pela Servia.

A legião polaca saiu no dia 17 de Constantinopla, e julga-se que para entrar desde já em operações.

Noticias de França. — Participam de Paris no dia 17, que fôra lida no senado a mensagem do presidente Mac-Mahon, expondo as causas pelas quaes o congresso é dissolvido. Este documento causou viva sensação.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 16 de Junho de 1877.

O sr. ministro das obras pulicas parte hoje para o Bussaco a fim de verificar quaes as obras que é necessario fazer nos aposentos destinados a sua magestade a rainha.

O secretario geral de Coimbra recusou a transferencia para Vizeu, e por isso parece que será demittido.

Foram approvados os estatutos do montepio dos bombeiros e da associação Progresso Portuense de todas as classes.

Toda a imprensa applaude o emprestimo e as condições.

A legação hespanhola publicou um annuncio convidando o general Lagunero a comparecer.

O Nuncio dá na quinta-feira jantar diplomatico.

O imperador do Brazil é esperado aqui no fim do mez.

Parece que o sr. Corvo rejeita o logar de vogal da junta consultiva de instrucção publica.

Verificou-se a reunião da grande commissão liberal, nos paços do concelho. Estiveram presentes mais de 100 membros, entre elles, 7 generaes, companheiros de D. Pedro. Foi nomeada um commissão executiva.

A requerimento da camara municipal foi levantado o embargo que o sr. Torres fizera no passeio do Rocio, sendo rescindido o contracto.

O sr. engenheiro Luiz Mousinho foi mudado da junta consultiva de obras publicas para o caminho de ferro de Estremoz.

O sr. engenheiro Macario Santos foi nomeado para servir no ministerio da marinha, na organisação dos trabalhos technicos para as obras publicas do ultramar.

— Lisboa, 18 de Junho.

O sr. ministro das obras publicas chegou hoje do Bussaco, indo immediatamente a Queluz fallar com SS. MM.

Chegou o sr. governador civil de Coimbra. Parece que o sr. marquez d'Avila annue a todas as suas propostas.

Houve bastantes ferimentos, em consequencia das pranchadas e cutiladas que se déram hontem quando a multidão sahia do Passeio Publico. O sr. vice-presidente da camara participou aos seus collegas que não occorrera nenhum incidente notavel.

Foi approvado por maioria o procedimento do sr. vice-presidente. Foi expedida uma portaria ao sr. governador civil, pedindo-lhe informações minuciosas ácerca do conflicto. O sr. governador civil acha-se enfermo desde sabbado. Ainda ninguem sabe quem ordenou que se distribuissem as espadeiradas. O *Diario de Noticias*, *Diario Popular* e *Jornal da Noite* censuram os excessos da policia.

É esperado aqui o sr. conde de Thomar.

Peorou em Madrid o sr. Alexandre de Castro, embaixador em Lisboa.

É esperado o coronel hespanhol Priamo Soller.

Deve apparecer ámanhã na folha official uma portaria do sr. ministro do reino, perguntando á camara municipal qual a rasão do seu proceder na questão do contracto da illuminação do Passeio Publico.

O sr. ministro mandará proceder a um inquerito policial.

Houve hontem grave desordem em Alhandra entre alguns trabalhadores. Houve varios ferimentos.

CORRESPONDENCIA

Maiorca 14 de Juho de 1877.

Sr. redactor. — Nunca pensei que o meu humilde, insignificante e desconhecido nome teria, alguma vez, que ser estampado nas columnas do jornalismo. Ninguem diga: d'esta agoa não beberei.

Como exordio ao assumpto, que hei de tractar, peço a v. a especial fineza de, no seu muito lido e acreditado jornal, dar publicidade á seguinte

DESPEDIDA

Senhores: — Quando em Novembro de 1873 eu sahi de minha casa com destino para aqui e encontrei na cidade de Aveiro um amigo meu, que me disse ter ouvido *d'alguem* que já aqui estava um coadjutor, referindo-se a mim e que este tinha dito *bem boas coisas* a respeito d'esse *alguem*, logo previ a grande tempestade, que, mais cedo, ou mais tarde, descarregaria sobre mim.

Houve, comtudo, um momento de calmaria; porém as nuvens foram-se agglomerando encastelladas, impellidas por um *ponto* e convergindo n'outro: o vento começou a soprar com violencia: a palida luz do raio dividiu as nuvens em diversas direcções e apoz isto ouviu-se o roncar medonho do trovão: a tempestade rebentou e eu fui o martyr de seus effeitos: se o sou justa, ou injustamente depende da vossa e não da minha apreciação.

Vós não ignoraes, por certo, a espinhosa tarefa, que, ha mais de trez annos, tem carregado sobre meus debeis hombros. Não me tenho poupado a trabalhos, durante o calor e o frio, já de dia, já de noite: muitos de vós pódem ser testemunhas d'esta minha asserção, e o repicar do sino no silencio das noites e algumas tenebrosas, por varias vezes, tem dado a conhecer o que acabo d'affirmar-vos. Terei tido algumas faltas, como nunca deixará de as haver em todos os diversos misteres de que se occupa a sociedade humana; mas essas, juro-o pelas minhas ordens, nunca foram motivadas por negligencia, ou descuido, ou por deferencia a alguem; mas sim pela difficuldade maxima de as prevenir. N'este ponto a minha consciencia que não presumo laxa, está tranquilla e o remorso não me dilacera a alma.

Vós não ignoraes, egualmente, o que é passado a meu respeito desde o dia 21 d'Abril, d'este anno. Uma accusação promovida, e o que custa mais, por aquelles que eu julgava serem meus amigos, subiu ao conhecimento do exm.º bispo d'esta diocese: srs. é bem certo que o nome d'amigo dá-se a muitos; mas os que o são realmente são mui poucos; todavia perdôo-lhes de todo o meu coração perante Deus, porque desejo que elle tambem me perdôe: a sociedade tel-os-ha na conta que merecem.

A aspiração invejosa *d'alguem*, cegueira humana! ao logar que com mais trabalho e menos interesse tenho, e o desejo de vingança d'outros, vergonha e baixeza propria das almas tibias! vós o sabeis perfeitamente, foi a mola real de todos estes factos: cumpriram-se em parte os seus desejos, em parte não, nem se cumprirão. Será occasião de fallar mais largamente sobre este assumpto e á luz da publicidade.

N'este momento para mim, talvez o mais solemne de toda a minha vida, porque vos fallo d'este altar para baixo e na occasião em que estou para celebrar o mais augusto dos sacrificios da nossa santa religião, é do meu dever agradecer-vos duas coisas: a benevolencia e urbanidade com que sempre me tendes tractado, primeira; a parte que tendes tomado em minha defeza em vista dos ultimos acontecimentos, segunda. Não vos posso retribuir: só me confesso summamente penhorado para comvosco, offerecendo-vos o meu limitadissimo valimento em qualquer parte, onde me encontre.

Deseja-vos felicidade e mil venturas o que tem sido e hoje deixa de ser vosso.

Coadjutor — José Fernandes.

ANNUNCIOS

1 PELA repartição de fazenda do districto de Coimbra, se faz saber aos possuidores de titulos de divida publica fundada, que no cofre central do districto se acha aberto o pagamento dos juros do presente semestre.

Coimbra 16 de Junho de 1877.

O delegado do thesouro
Antonio Joaquim de Vasconcellos.

MUDANÇA DE CARTORIO

2 O ESCRIVÃO E TABELLIÃO, José Lourenço da Costa mudou o seu cartorio para a rua do Corvo, n.º 23.

JÁ CHEGARAM

3 OS MAPPAS — **Carta do theatro da guerra** — abrangendo: Imperio russo, Turquia d'Europa e d'Asia, Roumania, Montenegro, Servia, Persia, Imperio d'Austria, Italia e Grecia.

360 rs. — pelo correio 400 rs.

NA LIVRARIA ACADEMICA

FABRICA DE LOUÇA VERMELHA DE JOAQUIM CARVALHO

49, RUA DO JOÃO CABREIRA, 51

COIMBRA

4 ENCARREGA-SE de qualquer encommenda de telhões e manilhas como as do Porto, mas vidradas por dentro e de todas as qualidades; assim como sifões, curvos, tijolo e ventiladores, que tudo faz por preços commodos.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

5 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

6 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno .... 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno .... 3$460
Por semestre .... 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,	Por semestre .... 1$730
Por trimestre 800	e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre 865

Numero 3120 | Sabbado 23 de Junho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Praticou-se ultimamente um vexame, perante o qual não podemos nem devemos ficar silenciosos.

E' sabido que sua magestade a rainha, se resolveu a ir residir no Bussaco, durante o tempo que sua magestade el-rei fôr tomar as aguas de Vidago.

Em consequencia d'isso foi o sr. ministro das obras publicas, Barros e Cunha, ao Bussaco, a fim de preparar os aposentos para a habitação da rainha.

Muitas familias costumam arrendar casa n'aquella matta, para ahi irem viver no verão, e esse arrendamento é effectuado segundo as *Instrucções regulamentares para o arrendamento das casas pertencentes á administração do Bussaco*, datadas de 18 de Março de 1875, e expedidas pela repartição da administração geral das mattas do reino. Estas instrucções, assignadas pelo sr. administrador geral E. de Faria, foram publicadas officialmente em o *Conimbricense* de 23 de Março de 1875.

Estavam essas casas arrendadas para este anno; mas como o sr. ministro das obras publicas as queria para sua magestade a rainha, acabam por deliberação sua de ser avisadas as familias que as haviam arrendado, de que o arrendamento estava annullado, em rasão de sua magestade querer ir passar n'ellas a estação calmosa!

Este acto cheira ao puro absolutismo. Pois nós voltámos ao tempo em que os aposentadores móres mandavam despejar as casas a seus donos, quando os reis nas suas viagens precisavam d'ellas? Retrogradámos por ventura á épocha em que os habitantes do bairro alto de Coimbra eram obrigados a sair das suas residencias, quando d'ellas precisavam os estudantes, lentes, e mais empregados da Universidade?

Por muito elevado que seja o respeito que se tribute á rainha, quer como senhora, quer como esposa do primeiro magistrado do paiz, é certo que sua magestade n'este caso não tem mais direitos do que qualquer outro cidadão.

Fazer-se portanto annullar os arrendamentos, realisados em conformidade com as competentes instrucções; e impedir que vão residir no Bussaco familias que com isso contavam, fiadas na fé dos contractos, é um acto violento e arbitrario.

Os ministros, primitivamente aduladores do povo, e que depois se tornam aduladores da realeza, são os mais servis. Querem fazer esquecer com as suas lisonjas o mau effeito que nos paços reaes possam ter causado as suas velleidades de independencia.

Para cessarem os oppressivos privilegios das aposentadorias, e outros muitos de egual jaez, é que houve a revolução de 24 de Agosto de 1820; e não para, posteriormente, durante o systema liberal, se repetirem esses e outros que taes vexames.

Já, porém, nos ia esquecendo. A lei *será*... egual para todos; mas ainda não chegou o tempo em que *ha de ser*.

Emquanto não chega essa *egualdade* vae o sr. ministro das obras publicas fazendo annullar os arrendamentos das casas do Bussaco, impedindo que para ellas vão as familias que as haviam arrendado, só para ser agradavel á realeza.

Fique ao menos aqui registada mais esta arbitrariedade, para juntar a tantas outras que successivamente se praticam.

Joaquim Martins de Carvalho.

A brutalidade com que a força publica espancou e feriu grande numero de cidadãos, que no domingo se achavam no Passeio Publico em Lisboa, ou passavam na sua proximidade, vem confirmar uma certa tendencia que se nota ha tempo de tratar os cidadãos com toda a dureza.

Essa força creada e mantida para garantir a segurança e tranquillidade publica, abusa em muitos casos da sua missão, entendendo que deve empregar a violencia como primeiro e ultimo argumento.

O que acaba de se praticar em Lisboa é o mesmo que a cidade de Coimbra presenceou em Julho do anno passado, em que a força militar atirou descargas sobre os cidadãos inoffensivos, matando um e ferindo outros.

Formou-se n'esta cidade um processo d'esse attentado; foram ouvidas testemunhas auctorisadas e respeitaveis; ficaram plenamente provados os factos de que era arguido o commandante da força; porém o commandante da divisão em Vizeu, fundado na permissão do codigo militar, abafou o processo e não consentiu que elle progredisse!

Eis ahi a sorte que espera os cidadãos pacificos.

Caminhem assim, e depois queixem-se de que voltemos ao tempo em que havia uma forte animosidade contra a força publica.

O emprego das armas só se justifica na ultima extremidade; e ainda assim a prudencia pede que haja toda a moderação, devendo lembrar-se quem usa d'ellas, que póde ser victima quem nenhuma culpa tem nos excessos praticados.

Joaquim Martins de Carvalho.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXVIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(continuação)

Na mesma época em que o governo francez se dispunha a ir derribar a constituição hespanhola, que na sua quéda tambem havia de levar comsigo a nossa, formava-se em França uma grande conspiração contra o governo, e esta conspiração devia ser auxiliada pelo exercito francez, que ia entrar em Hespanha, fazendo com que alli se revoltasse contra o governo que para lá o mandava. Para isto precisava-se de dinheiro, como sempre é preciso para levar ao fim todas as conspirações.

Os conspiradores francezes, lembrando-se que tanto Hespanha como Portugal eram interessados no bom exito d'esta revolta, mandaram emissarios aos dois governos da peninsula para tratarem com elles sobre este objecto, e verem se podiam tambem obter algum soccorro pecuniario, para com elle poderem trazer ao seu partido a tropa que entrasse em Hespanha, e sustental-a por algum tempo.

A Lisboa o emissario, que chegou, foi Mr. de Souligné, homem mui conhecido e abonado pelo nosso ministro que então estava em Paris, João Francisco d'Oliveira, pae do conde do Tojal que aqui foi ministro d'estado.

Foi Mr. de Souligné magnificamente recebido pelos nossos ministros, que lhe deram explendidos jantares, e o trataram com tamanha familiaridade politica, que até elle mesmo se admirou, segundo o que a mim me contou, porque eu tive estreitas relações com esse individuo.

Que aconteceu porém passado pouco tempo? Foi, que o homem que ao principio tinha sido tão distinctamente recebido, passou a ser pessimamente tratado pelos mesmos ministros, que até o alcunharam de espião, e o ministro da justiça chegou a dar ordem ao intendente da policia, que o prendesse, e fizesse saír do reino.

Esta tão repentina mudança bem mostra que mão occulta agarrou os nossos ministros, os fez tomar nova vereda politica, quer fosse por medo ou por agrados!... Para livrar Mr. de Souligné de algum insulto, foi necessario procurar-lhe um asylo onde se occultasse, e depois tomar-lhe um logar no paquete de Inglaterra, onde eu o fui acompanhar mais um bom amigo, já hoje fallecido, negociante d'esta praça com a firma de *Duarte Irmãos*.

O que um pouco mais tarde me convenceu de que o ministerio era n'este facto instrumento da politica estrangeira, foi o que me disse outro amigo depois da catastrophe, que nos aconteceu, amigo, que entrava em alguns segredos da politica do tempo, porque já tinha estado empregado em uma das nossas legações estrangeiras. As suas palavras, foram, taes e quaes, as seguintes: — E quem nos havia de dizer, que o nosso *Silvestre* tambem andava mettido n'isto?... Silvestre Pinheiro era ainda n'esta época um dos secretarios d'estado.

O facto é que logo em Traz-os-Montes se deram signaes de contra-revolução, e o governo pediu poderes extraordinarios, dos quaes não soube ou não quiz aproveitar-se, porque as côrtes liberalmente lhos deram. E succedeu então um caso bem digno de notar-se, e que mostra a nenhuma confiança que se póde ter na lealdade da tropa paga.

Como o que se começava a passar em Traz-os-Montes tambem começava a dar cuidado, toda a officialidade dos regimentos, que havia em Lisboa, e eram muitos, quiz mostrar a sua fidelidade, e quiz tambem declaral-a altamente perante os deputados.

Uns apóz outros, isto é, a officialidade de cada um se apresentou na camara, a qual lhes deu as honras da sessão, dando-lhes entrada na sala. Todos pela mesma boca álli juraram sobre suas espadas, que dariam alma e vida pela constituição e liberdade, e foram tratados pela asembleia com toda a sorte de distincção; e que succedeu depois? que nenhum d'esses officiaes deixou de ser traidor á causa que tinha jurado defender; e todos foram proclamar o poder absoluto em Villa-Franca, atraz do infante, e fugindo torpemente de Lisboa!

Eis-aqui pois o que é a tropa, o que então foi e o que tem continuado a ser até á época em que isto estou a escrever, quero dizer em 13 de Fevereiro de 1854.

O grande erro das côrtes constituintes havia sido o não ter creado uma *guarda nacional*, e ter entregue á tropa a defeza da constituição, sem se lembrar do exemplo, que já lhe tinha ella dado, ou parte da sua officialidade, quando esteve a ponto de no mesmo anno de 1820 destruir tudo o que se tinha tão gloriosamente feito no Porto.

As côrtes ordinarias, com um tempo tão limitado para trabalhar, apenas poderam lembrar-se d'isto, no que realmente já se pensava; e por isso a constituição e a liberdade entregues a mãos mercenarias, apenas acharam bons desejos nos cidadãos, particularmente nos de Lisboa, de a defender, e morrer por ellas, porque todos no mesmo momento se armaram, e se não poderam sustental-as, o que então não era possivel, ao menos fizeram um grande serviço, mantendo o socego na capital na ausencia e fugida da tropa; socego, que preveniu grandes desgraças, que sem elle era muito de temer que acontecessem.

Eu antecipei este successo, que é já do tempo da sessão extraordinaria, e que pouco tempo mediou entre a ordinaria que tinha findado no ultimo de Março do anno de 1823; e o antecipei, porque tinha alguma relação com o que já se ia passando em Traz-os-Montes.

(Continuar-se-ha.)

Continuam os ladrões completamente ás soltas n'esta cidade; e proseguem nas suas costumadas proezas.

Até aqui ainda havia intervallos de mezes nos roubos que por alli se praticavam. Agora são já semanaes, e dentro em pouco passarão a ser diarios.

E praticam os ladrões os roubos nas lojas das praças e ruas principaes; nos sitios de mais passagem; como que para mostrar o nenhum receio que têm.

Em a noite de terça para quarta feira tentaram arrombar uma das portas da loja do sr. José Apparicio dos Santos, ao cimo da rua do Visconde da Luz.

Forçaram com alavancotes os taipaes; procuraram quebrar os ferros que seguram as portas; e só desistiram em vista da solidez com que tudo estava construido.

Foram vistos da uma para as duas horas da noute tres individuos encostados á referida porta; estando um outro de observação, proximo do arco de Almedina.

Esta situação de Coimbra está sendo gravissima; e parece-nos que já havia motivo de sobejo para a Associação Commercial se reunir e occupar-se d'este assumpto, que a todos interessa.

Se os poderes publicos não garantem a segurança da propriedade dos cidadãos, cumpre a estes cuidar sériamente em semelhante objecto.

A este estado se acha reduzida a cidade de Coimbra!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Os factos occorridos em Villa Real e de que acabâmos de ser informados pelo nosso collega do *Commercio de Villa Real*, mostram até que ponto chegou o arbitrio e audacia dos mandões n'este paiz!

Durante o ultimo governo, chamado irrisoriamente regenerador, e que era o protector nato de todas as auctoridades despoticas, e potentados oppressores dos cidadãos, o governador civil de Villa Real forçou a assentar praça como refractario a um pobre e desvalido mancebo, chamado Matheus dos Santos, que ainda não tinha 21 annos de edade, que não havia sido recenseado, e era domiciliado n'aquella villa ha mais de sete annos.

Este acto despotico e arbitrario fez indignar a opinião publica, dando logar a uma interpellação na camara dos deputados.

Esses protestos e os clamores da imprensa obrigaram o actual governo a mandar dar baixa do serviço militar ao referido mancebo, por ter sido a isso compellido illegal, injusta e despoticamente, pelo governador civil de Villa Real, a fim de livrar escandalosamente um seu afilhado.

Deixaremos agora fallar por nós o *Commercio de Villa Real*, narrando os attentados praticados n'aquella localidade, depois da baixa dada ao referido mancebo:

«Tendo constado n'esta villa que fôra attendida a petição de Matheus dos Santos, que é pobre, quizeram muitos cavalheiros d'aqui e de fóra promover-lhe uma subscripção, e para este fim haviam-se reunido alguns d'elles no dia de hontem (19 de Junho) na sala das sessões do centro progressista, que é no edificio da redacção d'esta folha.

Seriam 7 horas da tarde quando para lá se dirigia uma banda de musica com o unico fim de tocar dentro do edificio, porém ao chegar á travessa de S. Domingos saem-lhe á frente uma turba de individuos, conhecidos como desordeiros, capitaneados por alguns empregados fiscaes, d'antemão convidados, e armados de rewolvers, não deixam passar a musica, ameaçando de morte todo aquelle que passasse adiante!

Digam os leitores se uma tal aggressão e tão violentas ameaças feitas a pessoas inermes e inoffensivas, é ou não, um attentado contra a liberdade, e sendo, como foi, praticado na presença das auctoridades sem estas o impedirem, antes dando-lhe consentimento, faz recair ou não, sobre ellas toda a responsabilidade.

Mas ainda aqui não pára a aggressão.

Pouco depois, chegava o mancebo Matheus dos Santos á porta da alludida casa e os mesmos individuos obstaram, á força, não só que parasse o carro em que elle vinha, mas tambem a que elle entrasse no alludido edificio, ameaçando de morte com rewolvers e facas o cocheiro, fustigando os cavallos e obrigando o carro a seguir adiante!

A prudencia e cordura dos cavalheiros que promoveram a subscripção a favor do mancebo Matheus é que valeu em tão perigosa conjunctura, e obstou a graves conflictos, aconselhando e influindo com a sua auctoridade para que o povo indignado não castigasse os desordeiros com a severidade que mereciam.

Esta segunda provocação a individuos pacificos, que estavam dentro de sua casa, por sicarios e caceteiros capitaneados por gaiatos da mesma laia, e achando-se a pouca distancia o governador civil e administrador do concelho, sem obstarem a taes insultos, dando ordens e instrucções a desordeiros seus amigos e agentes, é a prova mais evidente de que elles ordenaram estas offensas e quizeram promover desordens e rixas, postergando os seus deveres, e mostrando o odio felino pela derrota que a baixa de Matheus dos Santos lhes annunciava, e pelo triumpho da moralidade.

Tudo estava planeado para a desordem, porque até mandaram apagar os candieiros da rua, aonde queriam promover o conflicto.

O governador civil e administrador do concelho collocaram-se no campo do Tabolado, a 80 metros de distancia, e era d'alli que animavam os desordeiros, alguns dos quaes acompanharam o governador civil até ao ponto em que elle se conservou, e dirigiam a *batalha*.

Esses cavalheiros mandaram fechar a porta principal do edificio, que foi violentamente abalada com empurrões dos sicarios, para obstarem a que elles alli entrassem e consummassem os seus projectos.

N'esta occasião foi por elles espancado um empregado da typographia que se dirigia para a porta do mesmo edificio.

Tendo a poucos passos de distancia a guarda da cadeia e a do governo civil não mandaram um unico soldado para o local em que se estavam passando estes acontecimentos que chegaram logo ao conhecimento de toda a villa.

Os desordeiros conservaram-se armados á porta do edificio d'esta redacção, e ameaçando e insultando pelo largo espaço de tempo de duas horas ou mais.

Só a capital d'este districto tem a infelicidade de ver as principaes auctoridades a sanccionarem desordens e provocações contra a liberdade individual e contra os direitos do povo.

O governo não póde consentir a continuação d'este estado de cousas, porque de um momento para outro póde a estulticia dos representantes de um governo que o paiz viu sumir com prazer, causar inumeras desgraças porque a prudencia tem limites.»

Eis ahi o que se passa em Villa Real! São os mandões a quererem impor-se e opprimir os cidadãos pacificos.

Pratica-se uma inaudita arbitrariedade contra um infeliz mancebo; e ainda agora, depois d'elle livre das garras do despotismo, recalcitram e ameaçam as pessoas independentes, que pretendem protestar contra tão grave iniquidade!

O recrutamento, temol-o aqui dito muitas vezes, é a arma mais terrivel de que lançam mão as auctoridades e os mandões com quem ellas se acham ligadas.

No districto de Coimbra têm sido praticados os maiores desaforos na contribuição de sangue, a mais pesada de todas. Em Villa Real e outras terras pratica-se o mesmo.

Que liberdade e justiça esta!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A demissão do ministerio francez, e a subsequente proposta da dissolução da camara dos deputados pelo marechal Mac-Mahon, podem trazer as mais sérias consequencias não só para a França, mas para os outros paizes da Europa.

E' por isso que interessa summamente tudo o que possa esclarecer aquelles actos e tenda a prever os seus resultados.

Fomos obsequiados de Londres com o numero do *Foreign Times*, de 9 do corrente, onde vem um curioso artigo ácerca da situação da França. Ainda que a proposta de dissolução já posteriormente foi apresentada, não diminuiu ella a importancia das considerações ahi feitas.

Parecendo-nos que seria apreciado esse artigo pelos nossos leitores, traduzimol-o, e em seguida o publicâmos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

POLITICA INTERIOR

O MINISTERIO

O ministerio occupou a quinzena em demittir aproximadamente 60 prefeitos, 150 ou 200 sub prefeitos, muitos magistrados e juizes de paz, *maires* e guardas campestres, e em os substituir por antigos funccionarios dedicados do imperio.

Eis em quanto á parte material.

Relativamente á politica, consiste em declarar a guerra santa contra os republicanos de todas as cores, protestando ao mesmo tempo o desejo de manter as instituições actuaes, a paz com as potencias estrangeiras, e de impedir as agitações ultramontanas ou monarchistas antes de 1880.

Que fará elle?

Vae prorogar uma segunda vez a camara por um mez?

Vae dissolvel-a em seguida?

Vae ensaiar de mandar com a camara tal como está?

Prorogar a camara na segunda vez, é adiar a dissolução para 15 de Julho, e as eleições para o mez de Agosto; mas antes d'esta eleição geral virá em Julho a eleição parcial dos conselhos geraes, que se fôr contraria ao ministerio, obrigará M. de Broglie a se retirar antes das eleições geraes.

Dissolver a camara em seguida e fazer as eleições geraes em Julho, é deixar aos prefeitos muito pouco tempo para preparar as povoações em favor dos candidatos officiaes.

Marchar com a camara, é expor-se a que ella vote o orçamento em geral, e não condusa á crise na occasião do orçamento dos cultos, do ordenado do marechal e dos ministros; e a dissolução em semelhantes circumstancias collocaria evidentemente os eleitores do lado dos republicanos.

Em fim, o ministerio está seguro de fazer votar n'este momento a dissolução da camara?

É duvidoso.

Na realidade, o ministerio ainda não tomou nenhuma decisão, e não sabe verdadeiramente qual tomar: marcha segundo os acontecimentos, faz condemnar os jornaes, irrita as populações, e está um pouco menos avançado hoje, do que no dia em que o marechal, pelo conselho dos seus amigos, deu um golpe de estado, demittindo M. Julio Simon.

O MARECHAL

O marechal Mac... Soulouque, como dizia espirituosamente um jornal ordinariamente idiota, o *Radical*, que por uma vez que teve espirito, foi condemnado em 3,000 francos de multa, sem contar com a prisão do gerente; Mac... Soulouque, dizemos nós, depois de ter feito o seu golpe de estado, porque tal é o nome dado pelos jornaes de toda a Europa á demissão de M. Julio Simon, achou-se muito embaraçado quando foi mister aproveitar-se d'elle. Não tinha atraz de si nem Persigny no interior, nem Saint Arnauld na guerra, nem Magnan commandando a cidade de Paris; isto é, homens decididos a jogar a cabeça pelo seu chefe; e sobretudo não tinha o prestigio do nome de Napoleão, que enthusiasma o povo, e desde então, sem homens dedicados e sem o prestigio do nome, que fazer de um golpe de estado?

Assim o marechal, novo Soulouque, achou que era mais facil macaquear um Napoleão do que imital-o; e collocando-se ao abrigo da sua pretendida lealdade, declarou querer-se conter na legalidade.

Um golpe de estado legal é uma novidade, ou pelo menos é um golpe de estado errado.

Eis aqui onde está o embaraço do marechal: o seu ministerio não sabe que fazer, e elle ainda menos.

É mister que a crise acabe; em um mez, ou em cinco mezes, pouco importa, mas é preciso que acabe.

Se os candidatos officiaes vencem, o que não é provavel, M. de Mac-Mahon achar-se-ha em presença de uma camara imperialista, legitimista e orleanista; não sendo ahi contados os republicanos.

Sendo os turcos batidos, é necessario dividir a presa; os imperialistas reclamarão a maior parte, os legitimistas proclamarão a guerra santa e o restabelecimento do papa, os orleanistas combaterão a bandeira branca e a aguia, unindo-se alternativamente cada um d'estes partidos com a minoria republicana para bater os seus rivaes.

Que fará o marechal?

Sustentará os imperialistas, elle e o seu exercito?

Se sim, precisa de ceder o logar a Napoleão IV.

Unir-se-ha aos legitimistas?

Se sim, carece de ceder o logar a Henrique V.

Juntar-se-ha aos orleanistas?

Estes não podendo por agora reclamar a corôa, e obrigados por consequencia a alliar-se aos republicanos, é um ministerio Dufaure, ou mesmo Julio Simon, que é necessario organisar, e o marechal conservará a presidencia com ministros, que na sua prorogação da camara declarou incapazes de governar.

Se o marechal aceita esta situação, será ella singular.

Se não aceita, é mister que se ausente.

De sorte que se este infeliz presidente tem eleições conforme aos seus desejos, tem tres probabilidades sobre uma de se ir embora.

Se as eleições nomeiam uma camara radical, que fará o presidente?

Aceitará um ministerio Barodet?

Se sim, será divertido.

Dissolverá uma segunda vez a camara?

O gracejo será muito longo.

Carece, portanto, ou que se ausente, ou que faça um verdadeiro golpe de estado.

Ir-se embora, é duro; cantariam detraz d'elle:

«*Buona sera, Don Basilio.*»

Fazer um golpe de estado? O general Galiffet declarou que se lhe opporia com os seus homens; o duque do Aumale aprecia infinitamente mais Paris e Chantilly que Londres ou Claremont, e poderia portanto, elle e o seu exercito de Amiens, oppor-se a um golpe de estado imperialista.

Ah! pobre marechal, que ides fazer n'esta galera?

Disse-se n'alguma parte, que val mais não ter espada, do que ter uma espada de pau.

Verdadeiramente lamento o marechal.

OS LEGITIMISTAS

Os legitimistas não se acham contentes, não só porque o não estão nunca, mas porque se lhes annuncia que se quer reprimir as agitações ultramontanas, e emfim se expulsa D. Carlos, este descendente directo de Luiz XIV, que alguns pretendem que o conde de Chambord deve proclamar seu successor como rei de França, e elles ameaçam de não votar no senado a dissolução da camara.

OS ORLEANISTAS

Os orleanistas não se acham contentes; o duque d'Aumale está frio com M. Broglie, e sobretudo com M. Fourtou, que não dá o poder senão aos imperialistas, e os orleanistas podiam facilmente reunir-se aos republicanos.

OS IMPERIALISTAS

M. de Cassagnac é logico: quando se faz um golpe de estado, diz elle, faz-se completamente, e não se falla de legalidade: que se proclame Napoleão IV, e tudo estará terminado.

Sim, mas Mac-Mahon não quer proclamar ninguem; acha-se bem onde está.

Se o *Figaro* chega a fundir todos os partidos, será extremamente habil; mas não o acreditamos.

OS REPUBLICANOS

Os republicanos em presença do perigo, reunem-se todos em volta de M. Thiers e M. Gambetta, e seguirão sem hesitar a via indicada pelos dois chefes de fila.

Esta via é simples: aceitar a dissolução se fôr proposta; se não fôr, dar immediatamente combate ao ministerio, para o forçar a marchar adeante.

Nas eleições geraes, nomear uma camara republicana, forçar o marechal a largar o posto, e nomear M. Thiers presidente.

RESUMO

Em seis mezes, M. Thiers será presidente, ou Napoleão IV será imperador, ou a França será prussiana.

NOTICIARIO

Operação. — Foi operado no hospital da Universidade de Coimbra, no dia 21 do corrente mez de Junho, Fernando Viegas, de 22 annos de edade, filho de pae incognito e de Anna Brigida, natural e residente em Rio-Torto, concelho de Gouveia.

Pelo processo da talha lateralisada foram-lhe extrahidos tres calculos, tendo o mais pequeno o volume d'um ovo de gallinha.

Assistiram á operação grande parte dos lentes da faculdade de Medicina, e os estudantes do curso medico que se acham em Coimbra.

Applicaram o chloroformio os srs. drs. Filippe do Quental e João Jacintho da Silva Correia; vigiou o pulso o sr. dr. Fernando Augusto d'Andrade Pimentel e Mello; segurou o cateter o sr. dr. Lourenço d'Almeida e Azevedo; e ministrou os instrumentos o sr. dr. Antonio Maria de Senna.

Serviram d'ajudantes para segurar as pernas do doente e outros misteres, um estudante de cada anno, os de numeros mais baixos, a saber: os srs. José Albano do Couto Tavares Segurão, do 5.º anno; Antonio Gonçalves d'Almeida Brandão, do 4.º anno; Adolpho Augusto Juzarte Rollo, do 3.º anno; Eduardo Burnay, do 2.º anno, e Antonio Correia Lemos, do 1.º anno.

Operou o distincto operador o sr. dr. Ignacio Rodrigues da Costa Duarte.

A operação durou 11 minutos, e correu com toda a regularidade.

Desgraça. — Na quinta feira morreu afogado um rapaz proximo ao porto de S. Martinho. Indo nadar ao Mondego foi arrastado para um poço e ahi se afogou, não lhe podendo valer outros dois rapazes que haviam ido com elle.

Beneficio. — Na quarta feira, 27 do corrente, haverá no theatro Academico uma recita em beneficio da viuva e filho do nosso antigo collega do *Tribuno Popular* o sr. bacharel Manoel Antonio da Silva Rocha. Tomam parte no espectaculo alguns academicos.

É justissima a applicação d'este beneficio. O sr. Silva Rocha foi sempre um intelligente e zeloso empregado e excellente chefe de familia.

Deixou por sua morte viuva e filho nas mais lamentaveis circumstancias; e por isso é de esperar que produza bom resultado a recita que se vae dar com aquelle fim.

Cousas só de Coimbra. — Communicam-nos o seguinte:

«No dia 13 do corrente foram chamadas á presença do sr. substituto do administrador d'este concelho duas pobres mulheres, por suspeitas de terem exposto um recem-nascido. O sr. substituto sem ter provas algumas mandou metter na cadeia de Santa Cruz as duas mulheres: uma para sair teve hontem de prestar fiança com a qual gastou 6$000 réis, e a outra não tendo nem 10 réis para tremoços, ainda alli se acha! Desejavamos que o sr. substituto nos dissesse em que lei se fundou para prender as mulheres e conserval-as presas até hoje.

«Admittimos que o sr. substituto não tenha bem presente as attribuições do seu officio, mas n'esta terra de doutores qualquer lhe indicaria o artigo 253, nota B., do *Codigo Administrativo*, que diz: — «*Não havendo flagrante delicto, não póde o administrador do concelho ordenar a prisão, mas sómente proceder a investigações necessarias e transmittil-as aos magistrados judiciaes; fazendo o contrario commette abuso de auctoridade, pelo qual póde ser punido com a pena de prisão de tres mezes a tres annos nos termos do artigo 291 do Codigo penal.*»

Raridade. — O nosso amigo o sr. bacharel José Maria Rosa de Carvalho, da quinta do Espinheiro, suburbios d'esta cidade, enviando-nos um ramo de oliveira, com tres azeitonas do anno passado, e flor do actual, diz-nos o seguinte:

«Amigo e sr. Mando-lhe um ramo d'oliveira com tres azeitonas pretas do anno passado, as quaes foram apanhadas, haverá 15 dias, em Bragança, proximo ao castello para o lado do nascente, por um empregado do jardim da Universidade, que alli foi colleccionar plantas.

«Eram duas as oliveiras que alli estavam n'uma baixa com fruto e flor; e teriam cada uma dois cestos grandes de azeitonas.

«O empregado quando voltou a Bragança viu-se rodeado de povo e de militares, que admiravam aquelle phenomeno, e todos queriam possuir um ramo.»

Os acontecimentos de Lisboa. — No dia 20 do corrente houve um grande *meeting* no theatro da rua dos Condes, para se protestar contra o attentado commettido em a noute de 17, pela força armada, espancando e ferindo a muitas das pessoas que se achavam indefezas e pacificamente reunidas no local do Passeio Publico.

Presidiu o sr. Theophilo Braga, e foi lida e unanimemente approvada uma representação n'aquelle sentido.

Em seguida a commissão convocadora do *meeting* dirigiu-se, acompanhada de muito povo, a casa do sr. marquez de Avila e de Bolama, e lhe entregou a representação.

O sr. ministro do reino louvou a maneira cordata como tinham procedido todos os cidadãos, e prometteu dar plena satisfação aos direitos offendidos.

Com effeito, no dia 21 appareceram no *Diario do Governo* os seguintes documentos officiaes:

«Usando da faculdade que me confere o artigo 106.º do codigo administrativo; hei por bem dissolver a camara municipal do concelho de Lisboa, e ordenar que, na conformidade do disposto no artigo 107.º do mesmo codigo, se proceda, dentro do prazo de trinta dias, á eleição da camara que tem de gerir os negocios do municipio até ao fim do presente biennio.

«O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 20 de Junho de 1877. — REI. — *Marquez d'Avila e de Bolama.*»

«Por decreto de 20 de Junho, exonerado o bacharel Guilhermino Augusto de Barros do cargo de governador civil do districto de Lisboa.

«Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 20 de Junho de 1877. — *Luiz Antonio Nogueira.*»

«Tendo-se ordenado ao governador civil do districto de Lisboa, em portaria de 18 do corrente mez, que informasse o governo com urgencia ácerca das desordens e tumultos occorridos no Passeio Publico do Rocio na noite de 17, a fim de ficar o governo habilitado a tomar as providencias necessarias para reprimir as demasias de quem as houvesse praticado no conflicto que alli se deu entre o povo e os agentes da força publica; e podendo acontecer que n'estas occorrencias caiba alguma responsabilidade á auctoridade policial, a cuja disposição esteve a força que interveiu no mesmo conflicto: ha sua magestade el-rei por bem ordenar que o commissario geral de policia de Lisboa seja suspenso do exercicio de suas funcções, até que o governo, depois de devidamente informado, resolva o que mais justo lhe pareça ácerca da responsabilidade que possa caber-lhe nos factos de que se trata.

«O que se communica ao governador civil de Lisboa para seu conhecimento e devida execução.

«Paço, em 20 de Junho de 1877. — *Marquez de Avila e de Bolama.*»

«Sua magestade el-rei ha por bem ordenar ao general commandante geral das guardas municipaes, que faça activar os trabalhos do corpo de delicto e investigação a que mandou proceder, para averiguar se houve ou não excesso no emprego da força armada, que interveiu no conflicto que teve logar no Passeio Publico na noite de 17 do corrente, a fim de que, reunidas todas as informações que se mandaram colher a respeito d'aquella occorrencia, se possa tornar effectiva a responsabilidade dos que por ventura tenham abusado da sua auctoridade ou desattendido as ordens dos seus superiores.

«Determina outrosim o mesmo augusto senhor que o commandante geral faça as mais instantes recommendações á força do seu commando, para que em todos os actos do seu serviço, e especialmente quando haja de intervir na manutenção da ordem publica por meios coercivos, proceda sempre com a maior prudencia e cordura, não recorrendo aos meios extremos senão quando seja absolutamente indispensavel para manter a ordem e o respeito á lei.

«O que se communica ao mencionado commandante geral para que assim o faça cumprir.

«Paço, em 20 de Junho de 1877. — *Marquez d'Avila e de Bolama.*»

Mais noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 21 de Junho de 1877:

«Quando hoje, por occasião do julgamento do actor Salazar, o juiz, o sr. Rangel de Quadros, no fim do depoimento das testemunhas, perguntava se o policia Castello Branco tinha deitado a mão ao terçado, recebendo resposta negativa e dizia á terceira testemunha — pois andou mal — os espectadores romperam uma furiosa pateada. O juiz empallideceu, mas nada disse, ordenando particularmente que viesse tropa. Veiu uma força da municipal, ficando a maior parte á porta do tribunal. Quando o advogado Valle censurava os excessos da policia, e quando foi lido o *veredictum* do jury absolvendo o reu, houve muitas palmas e bravos.

Consta que o commissario geral de policia será substituido pelo commissario Fernandes Coelho.

A demissão do sr. Guilhermino Barros é mal recebida.

Houve conflicto na alfandega entre um despachante e um empregado. Aquelle foi preso e este suspenso. Os despachantes requereram a transferencia do empregado.

Foi nomeada a commissão municipal, entrando n'ella os srs. conde de Rio Maior, Margiochi, Bessone, Ribeiro da Cunha, Daun e Lorena, Tedeschi, Alves Chaves, Camara (Manoel), Rogrigues Camara, Barros Gomes e Polycarpo Anjos.

Falla-se em varias mudanças no pessoal administrativo e indicam-se para governador civil de Lisboa os srs. visconde de S. Januario, Agostinho da Rocha e governador civil de Coimbra.

Falleceu o sr. general reformado Champalimaud.

Guerra do Oriente. — *Londres*, 20. — O governo pediu um credito de cinco milhões de libras na eventualidade da guerra. Receia-se que a guerra não possa localisar-se.

Londres, 19. — Bourke disse na camara que não se fizera o pedido de neutralisação do canal de Suez, e que por isso não fôra recusado. A Porta não respondeu á intimação da Inglaterra relativa ao canal.

Ragusa, 19. — São 70:000 turcos que vão penetrar no Montenegro.

Nostar, 19. — (Official). — Os turcos bateram os montenegros nos desfiladeiros de Ostrov, tomando-lhes armas e munições.

Noticias de França. — *Paris*, 19. — O deputado Choiseul apresentou na camara uma ordem do dia em nome das esquerdas, censurando o governo e declarando que este não tem a confiança do paiz. O ministro Paris disse que o senado fallará ámanhã, e que, se resolver a dissolução, o paiz julgará por sua vez entre as esquerdas e a colligação de conservadores. A ordem do dia foi approvada por 363 votos contra 158.

Versailles, 29. — A camara dos deputados approvou o voto de censura das esquerdas contra o governo por 363 votos contra 158.

Paris, 20. — O senado votará a dissolução ámanhã. Julga-se por 10 votos de maioria. Ha agitação em Paris. Falla-se em imminente sublevação na Grecia.

ANNUNCIOS

COMPANHIA DE
FIAÇÃO E TECIDOS
DE
COIMBRA

1 A DIRECÇÃO d'esta companhia, em conformidade com o parecer do conselho fiscal e resolução da assembleia geral de 17 do corrente, previne os srs. accionistas, que deverão effectuar o pagamento da 3.ª prestação de 25 % sobre o nominal das suas acções até ao dia 30 do corrente. No Porto deverá effectuar-se este pagamento na caixa filial do banco Lusitano, e em Coimbra em casa do sr. Antonio Rodrigues Pinto, no largo de S. Bartholomeu.

Coimbra 20 de Junho de 1877.

Os directores
Mendonça Cortez.
Neves e Mello.
Matheus dos Santos.

CASA NA FIGUEIRA

2 ALUGA-SE uma bonita casa situada no bairro novo, com accommodações sufficientes e completamente mobilada. Tem quintal. Trata-se na Figueira com o sr. Francisco Maria de Oliveira Junior.

EDITAL

3 A DIRECÇÃO da Associação Dramatica da Anadia faz novamente publico, que no domingo 1 de Julho, ao meio dia, será posta em praça nos paços do concelho da dita villa a construcção do theatro, que se propõe edificar.

As suas suas dimensões são 25m,0 de comprimento sobre 14m,0 de largura e 6m,0 d'altura na frente. A direcção fornece a cal e a madeira para a armação do theatro.

Anadia 20 de Junho de 1877.

O 1.º secretario
Alexandre de Seabra.

ORATORIO

4 VENDE-SE muito em conta. Largo da Sé Velha, n.º 21.

COMPANHIA
DE
FIAÇÃO E TECIDOS
DE
COIMBRA

5 A DIRECÇÃO d'esta companhia annuncia, que na sexta feira, 29 de Junho, pelas 10 horas da manhã e no edificio de S. Francisco da Ponte, d'esta cidade, dará de empreitada diversas obras d'alvenaria e cantaria, e bem assim receberá propostas para o fornecimento da cal em pedra de que precisa.

Todos os esclarecimentos, relativamente aos trabalhos de cantaria e alvenaria a executar, podem ser pedidos todos os dias a qualquer hora no mesmo edificio, desde a presente data até ao dia 28 do corrente.

Coimbra 22 de Junho de 1877.

Os directores
Mendonça Cortez.
Neves e Mello.
Matheus dos Santos.

PAPEL PARA EMBRULHAR

6 SEGUNDA FEIRA, 25 do corrente, pelas 11 horas da manhã, na imprensa da Universidade, vender-se-ha em praça uma porção de papel impresso, se convier o preço que fôr offerecido.

O administrador
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

RAPAZ

7 PRECISA-SE d'um para loja de relojoeiro, de edade de 14 a 16 annos, de bons costumes e que dê fiador. Ensina-se por caridade sendo pobre.

N'esta redacção se diz.

AGRADECIMENTO

8 ADRIANO LEMOS DE VASCONCELLOS, summamente penhorado pelas subidas provas d'estima e consideração, que acabou de receber d'algumas pessoas da sua amizade, prestando-lhe os seus relevantes serviços e tomando parte nos seus desgostos pela occasião do fallecimento de sua extremosa mãe, vem por este meio, na impossibilidade de o fazer pessoalmente, manifestar-lhes os seus mais profundos agradecimentos em testemunho de reconhecimento e eterna gratidão.

NEVE
SORVETES

9 NA RUA VISCONDE DA LUZ até ás 10 horas da noite.

Toma-se qualquer encommenda grande ou pequena.

---

10 O PAROCHO de Louriçal, diocese de Coimbra, faz publico, que se acha vaga a coadjutoria d'esta freguezia; e por tanto qualquer ecclesiastico, que a pretenda, se póde dirigir a elle, em carta fechada, pelo correio de Pombal, notando que tem 100$000 réis, capellania em milho, perto de 300 alqueires, cavalgadura para serviço, lenha, e mais tarde, será augmentado seu salario.

Louriçal 20 de Junho de 1877.

José de Mattos de Carvalho.

COMPANHIA GERAL
DE
CREDITO PREDIAL PORTUGUEZ

11 TENDO-SE procedido no dia 18 do corrente mez ao sorteio para o reembolso dos titulos e obrigações prediaes, municipaes e districtaes em circulação, pela fórma designada no artigo 35.° dos estatutos d'esta companhia, sairam sorteadas as seguintes:

Em obrigações prediaes de 6 por cento os n.os

201 a 210
931 a 940
1:501 e 1:502
1:504 a 1:510
1:581 a 1:590
1:631 a 1:640
2:261 a 2:270
2:321 a 2:330
2:381 a 2:390
2:991 a 3:000
3:081 a 3:100
3:241 a 3:250
3:371 a 3:380
3:591 a 3:600
3:701 a 3:710
3:951 a 3:960
4:541 a 4:550
4:751 a 4:760
5:161 a 5:170
5:261 a 5:270
5:721 a 5:730
6:831 a 6:840
6:981 a 6:990
7:951 a 7:960
8:131 a 8:140
8:401 a 8:405
8:407 a 8:410
9:041 a 9:050
9:681 a 9:690
11:531 a 11:540
12:011 a 12:020
12:081 a 12:090
12:181 a 12:190
13:501 a 13:510
13:661 a 13:670
14:141 a 14:150
14:281 a 14:290
14:971 a 14:990
15:131 a 15:140
15:371 a 15:380
15:671 a 15:680
16:311 a 16:320
16:441 a 16:450
16:571 a 16:580
16:681 a 16:690
17:721 a 17:730
18:061 a 18:070
18:101 a 18:110
18:231 a 18:240
18:281 a 18:290
18:361 a 18:370
18:871 a 18:880
19:013 a 19:020
19:121 a 19:130
19:141 a 19:150
19:251 a 19:260
19:351 a 19:360
19:951 a 19:960
20:221 a 20:230
20:641 a 20:649
21:041 a 21:050
21:801
21:807 a 21:810
21:951 a 21:960
22:011 a 22:020
22:051 a 22:060
22:231 a 22:240
22:681 a 22:690
22:851 a 22:860
22:981 a 23:000
23:301 a 23:310
23:621 a 23:630
23:721 a 23:730
23:831 a 23:840
24:081 a 24:090
24:251 a 24:260
24:351 a 24:360
24:451 a 24:460
24:881 a 24:890
25:211 a 25:220
25:831 a 25:840
25:991 a 26:000
26:351 a 26:360
26:731 a 26:740
26:941 a 26:950
28:011 a 28:020
28:751 a 28:770
29:561 a 29:570
29:761 a 29:770
30:161 a 30:170
30:441 a 30:450
30:501 a 30:510
30:721 a 30:730
31:031 a 31:040
31:161 a 31:170
31:331 a 31:340
32:061 a 32:070
32:601 a 32:610
33:041 a 33:050
33:101 a 33:110
33:831 a 33:840
34:221 a 34:230
34:481 a 34:490
34:571 a 34:580
35:041 a 35:050
35:611 a 35:620
35:831 a 35:840
36:501 a 36:510
36:831 a 36:840
37:601 a 37:610
37:821 a 37:830
38:131 a 38:140
38:211 a 38:220
38:231 a 38:240
38:651 a 38:660
38:771 a 38:780
39:101 a 39:110
39:251 a 39:260
39:291 a 39:300
39:311 a 39:320
39:391 a 39:400
39:691 a 39:700
40:061 a 40:070
40:971 a 40:980
41:561 a 41:570
42:591 a 42:600
43:121 a 43:130
43:951 a 43:956
43:959
44:111 a 44:120
45:461 a 45:470
46:271 a 46:280
46:525 a 46:530
46:971 a 46:980
47:421 a 47:430
47:561 a 47:570
47:951 a 47:960
48:881 a 48:890
50:211 a 50:215
50:217 a 50:220
50:234 a 50:240
50:731 a 50:740
51:031 a 51:040
51:112 a 51:116
51:118
51:151 a 51:160
51:331 a 51:334
51:338 e 51:339
52:241 a 52:250
52:811 a 52:820
53:271 a 53:280
53:401 a 53:410
53:881 a 53:890
54:081 a 54:090
54:491 a 54:500
56:201 a 56:210
56:471 a 56:480
57:251 a 57:260
57:281 a 57:290
57:491 a 57:500
58:221 a 58:230
58:561 a 58:570
58:611 a 58:620
59:401 a 59:410
59:591 a 59:600
59:781 a 59:790
59:831 a 59:840
59:941 a 59:950
60:261 a 60:262
60:264 a 60:270
61:201 a 61:210
61:271 a 61:280
61:621 a 61:630
61:881 a 61:890
63:451 a 63:460
64:781 a 64:790
66:501 a 66:510
66:591 a 66:600
67:991 a 68:000
68:471 a 68:479
68:941 a 68:950
69:421 a 69:430
69:771 a 69:780
69:841 a 69:850
70:031 a 70:040
71:181 a 71:200
71:341 a 71:350
71:551 a 71:560
72:451 a 72:460
72:585 a 72:590
72:694
73:191 a 73:194
73:199
73:531
73:533 a 73:535
73:537
74:223 a 74:230
74:451 a 74:456
74:458 a 74:460
74:471 a 74:477
75:561 a 75:570
76:051 a 76:060
76:121 a 76:130
76:311 a 76:320
77:041 a 77:050
77:101 a 77:110
77:191 a 77:200
78:121 e 78:122
78:129 a 78:130
78:301 a 78:310
78:971 a 78:980
79:011 a 79:020
79:311 a 79:320
79:371 a 79:380
79:521 a 79:530
79:781 a 79:790
80:651 a 80:670
80:741 a 80:750
81:261 a 81:270
81:291 a 81:310
82:091 a 82:110
82:161 a 82:170
82:641 a 82:650
82:981 a 82:990
83:471 a 83:480
83:541 a 83:550
84:201 a 84:210
85:481 a 85:490
85:991 a 86:000
86:451 a 86:460
86:701 a 86:710
86:931 a 86:940
87:261 a 87:270
87:501 a 87:510
87:821 a 87:830
88:111 a 88:120
88:321 a 88:340
88:351 a 88:360
88:691 a 88:700
89:771 a 89:780
90:411 a 90:420
90:521 a 90:530
90:721 a 90:730
91:841 a 91:850
91:951 a 91:960
92:001 a 92:010
92:611 a 92:620
92:731 a 92:740
92:921 a 92:930
96:661 a 96:670
97:721 a 97:730
97:941 a 97:950
98:471 a 98:480
99:571 a 99:580
100:411 a 100:420
100:441 a 100:450
101:711 a 101:720
101:941 a 101:950

Em obrigações municipaes de 6 por cento os n.os

38	813	1:292	1:935	2:237
62	866	1:293	1:945	2:247
78	881	1:299	1:962	2:267
122	913	1:372	1:994	2:354
278	920	1:379	2:006	2:393
291	941	1:485	2:059	2:421
344	1:020	1:499	2:102	2:426
352	1:039	1:635	2:105	2:431
380	1:044	1:645	2:107	2:450
568	1:048	1:701	2:111	2:506
570	1:063	1:727	2:128	2:525
591	1:137	1:765	2:134	2:530
679	1:155	1:861	2:203	2:544
703	1:212	1:903	2:232	

Em obrigações districtaes de 6 por cento os n.os

54—393—540—549—2:326 a 2:330—3:901 a 3:910—4:251 a 4:260

O pagamento d'estas obrigações e seus juros do 1.° semestre do corrente anno terá logar no largo de Santo Antonio da Sé, n.° 23, e em todas as capitaes dos districtos quando assim convenha aos interessados e estes o reclamarem com a devida antecipação.

O pagamento das obrigações terá logar do dia 30 do corrente mez em diante.

Desde o dia 1.° de Julho proximo futuro inclusivè em diante cessa de pleno direito o vencimento dos juros para os referidos titulos.

O que assim se annuncia para conhecimento dos interessados.

Lisboa 18 de Junho de 1877.

O vice-governador,
Luiz de Castro Guimarães.

VENDEM-SE
AGUAS DAS CALDAS DA RAINHA
NA PHARMACIA DE
DOMINGOS BARATA DINIZ
COIMBRA

LEILÃO

13 NO DOMINGO, 24 do corrente, na rua das Solas, n.° 23, haverá leilão para vender mesas, cadeiras, commodas, alguns lavatorios, toucadores, garrafas, copos, calices, candieiros de metal, palmatorias, roupas, pentes, escovas, alguns colchões e enxergões, louças, faqueiros, bacias de metal, pingadeiras de cobre, tachos, pellas, fogões, latas, arcões, papeleiras, armarios, e outras mais miudezas.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

14 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

---

15 ARRENDA-SE um armazem, na rua das Figueirinhas, n.° 8.

---

16 NO DIA 24 do corrente, por 9 horas da manhã, e junto á porta d'entrada para a quinta do dr. José Maria de Lima e Lemos, á Cumiada, vender-se-hão em praça particular, se o preço convier, um casal com casas, oliveiras e terra de semeadura, sito n'aquelle mesmo local, e outro predio rustico com oliveiras e terra de semeadura, sito ao Cidral e pertencentes a D. Maria de Jesus Henriques.

Como procurador. — *Bento Pereira de Miranda.*

ULTIMAS NOTICIAS

Demissão. — Por decreto de 18 do corrente foi demittido o sr. secretario geral do governo civil de Coimbra, José da Costa Gomes.

Transferencias. — O secretario geral do districto de Vizeu foi transferido para Coimbra, e o de Villa Real para Vizeu.

Camara municipal de Lisboa. — Reuniu-se hontem a camara municipal de Lisboa para assignar um protesto contra a sua dissolução. A eleição camararia ha de ter logar em 15 de Julho.

Congresso. — Foram nomeados delegados de Portugal no congresso que se deve verificar na Suissa, para o estudo da phyloxera, os srs. dr. Manoel Paulino de Oliveira, lente de Philosophia, visconde de Coruche, e José Luiz Barros Cunha.

Noticias de França. — Segundo participação de Paris do dia 21 consta, que a camara dos deputados recusára votar as contribuições directas.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		
Por anno	3$200	
Por semestre	1$600	
Por trimestre	800	

Annuncios por cada linha 40 réis.
Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$400
Por semestre	1$730
Por trimestre	865

Numero 3121 | Terça feira 26 de Junho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Aproxima-se a épocha em que os arrozaes vão, segundo o costume, prejudicar gravemente a saude publica.

Temos recebido queixas a esse respeito, e em especial com relação ás freguezias da Ribeira de Frades, Taveiro, e Ameal, d'este concelho.

Alli, como em muitas outras partes, tem-se tolerado a cultura do arroz sem a auctoridade exigir a indispensavel licença.

Collocadas as povoações d'aquellas freguezias na esquerda do Mondego, o vento norte, predominante no verão, arremessa os miasmas provenientes da sementeira do arroz sobre as povoações que lhe ficam ao sul, e alli desenvolvem febres de máu caracter, que dizimam os seus habitantes.

Um proprietario de uma d'aquellas freguezias veiu por varias vezes requerer providencias ao governador civil d'este districto, o sr. visconde de Villa Mendo: este promettia-as; dizia que ia officiar ao administrador do concelho; e apesar de tudo, nunca se cumpriram essas ordens, se é que foram dadas.

Os interesses d'aquella cultura são muito grandes; as influencias muito poderosas; e por isso prefere-se antes tolerar aquelles abusos e os prejuizos que elles causam á saude, do que contrariar as influencias eleitoraes, que se tem cuidadosamente angariado e attrahido.

Se houvesse por parte da administração publica o devido zelo e cuidado para promover o bem estar dos povos, não se permittiam as infracções das leis e respectivos regulamentos, que se estão a praticar com frequencia.

Nos excellentes *Estudos economicos e hygienicos sobre os arrozaes*, pelo sr. João de Andrade Corvo, publicados em 1860, e que fazem parte do vasto *Relatorio sobre a cultura do arroz em Portugal e sua influencia na saude publica, apresentado a s. ex.ª o sr. ministro dos negocios do reino pela commissão creada por portaria de 16 de Maio de 1859* — lê-se a paginas 502 o seguinte:

«A commissão dos arrozaes teve, nas suas excursões, occasião de fallar com muitos individuos occupados nos trabalhos ruraes, tanto no districto de Leiria como no de Aveiro: ora, *á excepção dos proprios donos dos arrozaes*, a ninguem mais ouvimos, os membros da commissão, dizer que a cultura do arroz não era poderosa e funesta causa de insalubridade. *No rosto amarello e angustiado dos desgraçados habitantes das localidades onde os arrozaes mais abundam, era-nos facil ler incontestaveis provas de que as representações contra esta cultura tinham, infelizmente, fundamento n'uma dolorosa experiencia.*»

E' esta a opinião auctorisada de pessoa tão competente como é o sr. Andrade Corvo. Apenas os proprios donos do arroz é que dizem que essa cultura não é poderosa e funesta causa de insalubridade. Não ha nada mais significativo do que isto!

E na verdade não admira que os interessados desprezem, em seu proprio proveito, a saude dos seus concidadãos; mas o que se torna digno de severa censura é que as auctoridades, a quem compre evitar tudo o que possa prejudicar a saude dos seus administrados, desprezem os protestos e reclamações que lhes dirigem as victimas d'aquella insalubre cultura, preferindo proteger os interessados, já por causa de influencias eleitoraes que tudo dominam, já muitas vezes por motivos ainda mais indecorosos.

A insalubridade dos arrozaes e as deploraveis consequencias que elles produzem, podia-se demonstrar por numerosissimos documentos. Porém em razão da falta de espaço limitar-nos-hemos a poucas citações.

O nosso patricio e amigo o sr. bacharel Antonio Rodrigues Manitto, acreditado clinico em Setubal, respondeu em 2 de Novembro de 1859, pela fórma que abaixo se verá, a estes quesitos, que lhe foram officialmente propostos: — «Póde-se attribuir á cultura do arroz o apparecimento ou augmento das doenças na localidade? Qual é a orientação das povoações em que essas doenças se manifestam mais pronunciadamente em relação aos arrozaes?»

«Respondo affirmativamente com o seguinte mappa do movimento do hospital d'esta villa, devendo notar-se que a cultura do arroz tem augmentado todos os annos desde 1846, em que a exportação por este porto era de 57:400 arrobas, e em 1858 de 160:000 (!), e as differenças que se observam nos annos de 1850 a 1853 no movimento do hospital, coincidem com a menor producção de arroz: facto este devido a circumstancias meteorologicas.

Anno 1846	doentes	1:093
» 1847	»	1:114
» 1848	»	1:131
» 1849	»	1:347
» 1850	»	1:241
» 1851	»	1:305
» 1852	»	1:363
» 1853	»	1:256
» 1854	»	1:427

«As povoações ao nascente e sul dos arrozaes são aquellas onde as molestias referidas se manifestam com mais intensidade.

«A classe dos trabalhadores, os que trabalham nos arrozaes, e d'estes os que vêem de fóra, são os mais atacados.»

Em resposta a um outro quesito respondia o sr. Manitto, que o movimento do hospital de Setubal era, termo medio, de 1:350 doentes, e que d'estes, 300 eram provenientes dos arrozaes e marinhas.

Passando a outra localidade mais perto de nós, vamos transcrever o que dizia o administrador do concelho de Mira, o sr. Francisco Florido da Cunha Toscano, em seu officio de 11 de Setembro de 1852:

«Ha quatro annos que aqui principiou a cultura do arroz, e ha quatro annos que aqui principiaram tambem as febres intermittentes, sesões e outras molestias que nunca aqui grassaram; e á medida que o cultivo se tem augmentado, assim tambem as molestias indicadas, as quaes têm sido e continuam a ser fataes. No anno preterito morreram n'esta freguezia, que conta perto de 7:000 habitantes, 298 pessoas, e na presente estação raro é o dia em que se dão á terra menos de 3 a 4 pessoas. Acabo de fazer um calculo, e, sem exaggerar, posso asseverar que estão doentes n'esta freguezia 2:000 pessoas. No logar da Presa, que tem 119 fogos, só 7 fogos deixam de ter doentes; e ha ahi uma familia composta de 13 pessoas, das quaes 9 estão com sesões.

«N'este logar é aonde a cultura do arroz é maior. Antes de aqui se cultivar arroz eram estas doenças raras, e só appareciam com ellas aquelles individuos que costumam ir para o Alemtejo, e lá se occupam no amanho das terras do arroz. V. ex.ª muito bem sabe que altas capacidades sygmatisam á cultura do arroz nas povoações, assim como outras a defendem; porém a experiencia vem em favor d'aquelles mostrar-nos a conveniencia de se tomarem serias medidas. O clamor do povo já se manifesta, e mesmo alguns proprietarios que cultivam arroz mostram vontade de que se prohiba a cultura.»

O sr. Andrade Corvo, e com elle os outros dois membros da já mencionada commissão, os srs. Sebastião Betamio de Almeida e Manoel José Ribeiro, terminavam o seu interessantissimo relatorio a paginas 551 e 552 pela seguinte fórma:

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXIX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Agora volto ainda á sessão ordinaria, porque no ultimo dia das suas funcções houve um caso, que me diz respeito, e que desejo manifestar, porque mostra qual foi sempre o meu caracter, a minha independencia, e a franqueza com que sempre mostrei as minhas opiniões.

Na sessão do dia 13 de Fevereiro entrou em discussão a verba do orçamento, relativa a um contracto que o governo tinha feito para a compra de vinte mil armas. Eu combati logo esta verba por excessiva, e o resultado da minha opposição foi que ficasse adiada, e que sobre ella se pedissem esclarecimentos ao governo. Passou-se um mez inteiro sem que o governo respondesse e desse esclarecimentos alguns sobre o tal contracto das armas. No emtanto publicavam-se no *Diario do Governo* artigos não só em abono do contracto, e vantagens d'elle, mas tambem em desabono do deputado, ou deputados que tinham a audacia de se oppor a elle, uma vez que o governo o approvava. Emfim como era preciso dar uma resposta á camara, chegou ella passado um mez, e segundo o costume foi logo remettida á commissão de fazenda, da qual eu era dos membros.

N'ella dei o meu voto em separado, declarando, que convencido cada vez mais da illegalidade do contracto, daria na discussão d'aquella verba do orçamento as razões da opposição. Ia-se aproximando o fim do mez de Fevereiro em que se devia encerrar a sessão parlamentar, e aquella verba do orçamento não vinha ao congresso: tão persuadido estava o ministro da fazenda de que ella era lesiva, e claramente prejudicial á fazenda publica, que estava com grande receio de a trazer á discussão, sabendo que me oppunha a ella. Não podia eu adevinhar esta demora, e não a attribuia senão a verem se algum dia faltava á camara e n'este intervallo a podessem approvar sem haver quem se lhe oppozesse, porque os votos já de antemão estavam arranjados.

Da minha parte decidi-me logo a não me ausentar um só instante da camara, e esperar que n'ella apparecesse o objecto de tamanho empenho; e como estivesse certo que havia de apparecer antes do encerramento, fiquei socegado e bem disposto para o combate. Emfim chegou o dia 29 de Fevereiro, o ultimo da existencia da sessão ordinaria; houve a sessão de manhã, e a verba não se apresentou: recorreu-se então á ultima extremidade, que foi uma sessão nocturna, porque n'esse intervallo podia eu ter uma dôr de barriga, ou outro qualquer incommodo, e assim passar livremente o *mimoso* contracto do ministro, porque, segundo se dizia, o contractador preferido era um dos seus parentes...

Como os dias de inverno n'aquelle mez ainda eram muito curtos, e porque tambem eu como bom e leal campeão, não me quizesse ausentar da camara, não quiz ir jantar a casa, e mandei vir o meu jantar para a sala da commissão, onde jantei. Mas ainda bem eu não tinha engolido o meu ultimo bocado, quando me vieram chamar á pressa, e dizer-me, que já se tinha aberto a sessão, e que lá se estava propondo a grande questão. Não fiz mais que dar um pulo da cadeira em que estava sentado, e correr á sala mastigando o meu ultimo bocado. Era a sombra de Nino que ia perturbar tão commoda, e serviçal assembleia!

Eu estava tão senhor do meu assumpto, e estava tão penetrado da justiça da minha causa, que sendo por caracter pouco fallador; e tendo sempre aversão a grandes discursos, n'aquella noite me excedi, e fui extenso como-

«Nos dois districtos de Leiria e Aveiro, em 8 concelhos completos e mais 19 freguezias pertencentes a outros concelhos, em que se produziram nos dois annos de 1857 e 1858 proximamente 13:800 hectolitros de arroz, foi a mortalidade effectiva de 7:932. Se a relação entre os obitos e a população se houvesse conservado a mesma que era antes de haver arrozaes, o numero de fallecidos n'estes dois annos não deveria exceder 5:224. Assim pois houve n'esses concelhos e freguezias 2:708 obitos, que se devem attribuir á maior mortalidade resultante das doenças causadas pelas emanações dos arrozaes.

«As informações dos facultativos mostram, que em todas estas localidades só reinaram com intensidade as doenças paludosas. Assim pois n'estas localidades que tomámos para exemplo, 16 *hectolitros de arroz custaram uma vida!*

«*Os arrozaes oppõem-se aos verdadeiros progressos da agricultura;*

«*A insalubridade dos arrozaes é um facto demonstrado;*

«*A cultura dos arrozaes deve ser substituida por outras culturas regadas, que não prejudiquem a saude dos homens, que augmentem a fertilidade do solo, que tornem mais segura e melhor a alimentação do povo, e engrandeçam indefinidamente a riqueza publica.*»

Eis ahi a conclusão do parecer dos membros que compunham a commissão, encarregada de dar o seu voto ácerca d'este importante objecto.

Assim respondiam cavalheiros competentissimos aos interessados na continuação de uma cultura, que tão gravemente prejudica ás povoações estabelecidas nas suas proximidades.

E ainda se se consentisse a cultura do arroz só nas localidades onde ella em tempo foi permittida, precedendo os devidos exames, ao menos não se transgrediam com isso as leis e os regulamentos; mas, como acontece no concelho de Coimbra, e em especial nas já mencionadas freguezias de Ribeira de Frades, Taveiro e Ameal, tolera a auctoridade que se cultive o arroz, sem a prévia e indispensavel licença!

E' por este modo que se cumprem as disposições legaes; é assim que as auctoridades desempenham os seus deveres, e como se cura da saude dos cidadãos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Segundo se vê de um edital do sr. administrador substituto d'este concelho, o qual n'este numero vae publicado, é prohibido do 1.º de Novembro futuro em deante a todos o uso de pesos e medidas do systema antigo, e só se poderá usar dos pesos e medidas do systema legal.

A proposito diremos, que sendo a substituição dos pesos e medidas do antigo systema pelo novo de grande vantagem para a uniformidade das transacções; está servindo este systema de capa de muita fraude para o publico, que por fim de contas é quem vem a ser a victima dos especuladores.

Aqui em Coimbra, ao mesmo tempo que os negociantes honrados dão pontualmente o peso que os seus freguezes lhes pedem; ha outros que abusando da inexperiencia do povo, o enganam por todos os modos.

É frequente em algumas lojas o pedir uma criada de servir um *arratel* de qualquer genero; e o negociante ou o seu caixeiro dar-lhe não o peso de 459 grammas, correspondentes ao *arratel*, mas apenas 400 grammas; e assim em proporção nos outros pesos.

E não são por esta fórma unicamente defraudados os compradores; mas são tambem prejudicados os negociantes honrados, que não podem competir com os que usam de má fé nas suas transacções.

O publico está sendo escandalosamente explorado por todos os modos.

Para isto não olha nem a camara, nem os vigias seus empregados. Tolera-se toda a qualidade de traficancia, sem que haja quem faça punir os seus auctores.

Os vigias da camara só guardam a sua actividade para algum desgraçado.

Ainda no sabbado alli foi multada uma pobre mulher, pelo grande crime de conduzir adeante de si uma jumenta, a qual trazia á cidade para aqui lhe vender o leite. E como a mulher era obrigada a ir deante da jumenta, não escapou essa importante falta ao zeloso empregado da camara.

Ao mesmo tempo, porém, que contra esta e identicas transgressões das posturas municipaes se dirige toda a actividade dos vigias; não tratam como era seu rigoroso dever, de verificar se as mercadorias são vendidas segundo o peso legal, e se se dá ao comprador exactamente o que elle pede, ou uma quantidade muito diversa.

E' este um objecto da mais alta importancia; e comtudo despreza-se, como se despreza quasi tudo o que verdadeiramente interessa aos cidadãos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Continuam as queixas do publico contra as insupportaveis exhalações do deposito de immundicies, estabelecido no cerco dos Jesuitas.

A salubridade é uma das maiores necessidades das povoações, e por isso para esse fim devem convergir todos os esforços e diligencias das corporações e auctoridades. Em Coimbra, porém, colloca-se aquelle foco de infecção muito proximo da cidade e de uma estrada frequentadissima.

No verão, sobretudo, é intoleravel o cheiro de semelhante deposito. Quando o vento caminha d'aquelle lado, em direcção á cidade, o pessimo cheiro invade todo o mercado.

Quem duvidar póde facilmente desenganar-se, passando na estrada que segue para o bairro de S. Bento, e verá até que ponto vae o cheiro que são da immundicie depositada no cerco dos Jesuitas.

A isto acresce o ser feito esse deposito em um cerco, que está em contacto immediato com o hospital.

Na *Gazeta hebdomadaria de medicina e cirurgia* de Paris, de 16 de Dezembro de 1864, vem o parecer da sociedade de cirurgia d'aquella cidade, a proposito da reconstrucção do *Hotel Dieu*, e alli se estabelecem entre outros principios para um bom hospital, o seguinte:

«2.º A atmosphera d'um hospital será tanto mais pura quanto mais afastada estiver das agglomerações populosas.

O hospital de Coimbra se não está perfeitamente n'esta condição proposta pela sociedade de cirurgia de Paris, ainda assim acha-se n'um dos extremos da cidade.

Entendeu, porém, a camara municipal, que devia ir collocar o deposito das immundicies, contra todos os preceitos da hygiene, nas proximidades d'esse hospital.

Repetimos, a salubridade é uma das primeiras necessidades das povoações; e por isso continuaremos a reclamar contra o deposito das immundicies no cerco dos Jesuitas.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O centro eleitoral republicano democratico de Lisboa, quando em Julho do anno passado a força militar praticou em Coimbra os bem sabidos excessos contra muitos cidadãos, apressou-se a lavrar um protesto contra esses factos. Agora o mesmo centro eleitoral, em seguida aos actos violentos praticados na capital pela força publica veiu egualmente apresentar o seu protesto.

Este zelo pelos direitos dos cidadãos honra aquelle centro; e nós entendemos por isso dever publicar em o nosso jornal o alludido documento.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

PROTESTO
DO
CENTRO ELEITORAL
REPUBLICANO DEMOCRATICO
DE
LISBOA

Em cumprimento da resolução unanime da assembleia geral, realisada no dia 18, do centro eleitoral republicano democratico de Lisboa, o directorio, reunido em sessão na noite de 21, a que estiveram presentes quasi todos os membros, residentes na cidade, approvou unanimemente e declarou urgente a publicação do seguinte protesto contra as violencias praticadas para com o povo pela força publica:

«O centro eleitoral republicano democratico de Lisboa, soube, com a mais profunda indignação, os acontecimentos succedidos na noite de 17 no Passeio Publico do Rocio.

Depois de centenares de cidadãos serem, inesperada e tumultuariamente, privados do recreio que n'aquelle logradouro municipal é de uso proporcionar-se-lhes, e quando a multidão havia já saido do vedado recinto, — a força publica, sem provocação sensivel, e sem a minima intimação, desembainhou as espadas e com brutal fereza acutilou indistinctamente homens no vigor da edade e velhos na decrepitude, espancou senhoras que devia respeitar e creanças que todos deviam proteger. A furia dos soldados foi tal que chegaram a levar a perseguição apoz os fugitivos ao longo das ruas que distanciavam do largo do Passeio, e a invadirem, para cevar os seus ferozes instinctos sanguinarios, os edificios particulares, onde a multidão se refugiara. Note-se que o povo estava desarmado, e que não oppunha a estes attentados a minima resistencia. Affirmam os jornaes que perto de 30 pessoas ficaram feridas, algumas perigosamente.

É indiscriptivel a commoção que taes actos causaram em Lisboa; revelam-n'a apenas levemente os unanimes clamores que suscitaram na imprensa, e o grande numero de cidadãos, que attrairam ao comicio popular, realisado hontem.

Mas o facto sanguinolento e profundamente estranho n'um paiz culto, succedido no Passeio não é infelizmente singular; antes parece simples elo d'uma cadeia systematica de actos em que os directos agentes subalternos do poder executivo servem de instrumento cego d'uma ideia reservada, applicada com insistencia em todas as occasiões, até nas menos apropriadas, para reprimir, com o terror e o sangue, toda a ideia de dignidade civica, que tente levantar-se no espirito publico.

Para o provar podiamos citar muitos factos, mas apontaremos apenas os mais recentes.

O anno passado na cidade de Coimbra, ás portas do governo civil, foi o povo, traiçoeira e vilmente, fusilado, a pretexto d'uma assuada de estudantes de preparatorios.

Ha poucos dias os parciaes do governador civil de Villa Real, de rewolver engatilhado na mão, impediram uma manifestação pacifica, modesta e caridosa, que alguns cidadãos tentavam effectuar, pelo triumpho obtido legalmente contra o arbitrio das auctoridades locaes em materias de recrutamento, em que tudo insta pela mais egual e escrupulosa justiça.

Ultimamente no Porto foram acutilados alguns cidadãos, que protestavam desarmados, contra as violencias e pancadas que os municipaes na casa da guarda infligiam a um desgraçado ebrio.

O centro não póde ver indifferente todos estes factos extraordinarios, gravemente attentatorios da liberdade, direitos e vida dos cidadãos, da lei e da ordem publica.

Se são systematicos, se obedecem a uma ideia, a uma senha mysteriosa, como se póde suppor, mas não desejamos acreditar — conviria que todos os cidadãos, amantes da liberdade e da ordem, se congregassem para combater, dentro da lei, este inimigo occulto da civilisação, e da dignidade humana. Porém devemos por agora pensar que taes factos não são mais do que a logica consequencia da profunda desorganisação social em que nos achamos, da ruindade da nossa legislação administrativa, monstruosamente centralisadora, e sobretudo da pessima organisação da força publica policial, quer se denomina policia civil, guarda municipal ou destacamentos do exercito, postos ao serviço da administração concelhia.

Urge portanto atacar o mal na sua origem.

As providencias, adoptadas pelo governo com relação aos acontecimentos do dia 17, se mostram o intuito de dar satisfação á opinião publica da capital indignada, são, alem de attentatorias dos sãos principios liberaes, incompletas e relativamente injustas.

Pelos factos succedidos em Villa Real e no Porto, ainda o governo não tentou sequer dar a menor satisfação á opinião publica.

Urge que a dê.

Porem não bastam todos esses meios repressivos de momento.

Tambem as auctoridades do districto de Coimbra foram demittidas pelos fusilamentos ahi realisados o anno passado, e isso não obstou a que violencias de quasi egual gravidade se não estejam repetindo este anno em localidades diversas.

É necessario pois que o governo, punidos com severa justiça os reus de todos estes attentados contra os direitos individuaes, proceda a uma organisação das forças de policia de modo que taes factos se não repitam, que os corpos que as compõem se rejam por estatuto meditado e proprio de paizes liberaes, que jámais a força armada use das armas contra o povo, sem que este seja intimado determinado numero de vezes a dispersar, que se adopte emfim para taes casos as formalidades inglezas, estatuidas n'uma nação livre, e de que seculos de boa pratica tem provado a sensatez.

A vida dos cidadãos é sagrada, e não deve estar dependente da furia insana de agentes secundarios da auctoridade, pagos pelo povo para manter a segurança individual, e que são frequentemente os principaes motores da sua perturbação.

Assim pois, o centro eleitoral do partido republicano democratico de Lisboa protesta contra todos os attentados da força publica perpetrados contra o povo desarmado, e, — posto só considerar como remedio efficaz dos males apontados uma reforma profunda no sentido democratico das instituições politicas da nação, — aguarda que os poderes publicos punam os crimes realisados, e procedam ás reformas necessarias e urgentes para evitar a sua repetição.»

---

nunca tinha sido. Não quero copiar o que lá disse, porque este meu discurso está na totalidade impresso no *Diario* da sessão ordinaria do anno de 1822, e no terceiro volume do meu *Campeão* em Lisboa, onde occupa dez paginas; e alli tambem o imprimi, não por vaidade, mas pelo motivo que logo direi. Referirei comtudo algumas phrases, e com especialidade as ultimas que foram bem notaveis.

No principio disse, dirigindo-me ao presidente: «Já na sessão de 13 d'este mez eu me oppuz a esta verba do orçamento, que é relativa ao contracto das armas, cuja approvação agora aqui se pede, mas declaro, que as informações do ministro me tem convencido cada vez mais da justiça da minha opinião; porque não encontro n'ellas senão maiores e mais fortes motivos para ter como monstruoso e lesivo semelhante contracto...»

E conclui com as provas, e calculos os mais claros e evidentes, dizendo — «Em verdade, senhor presidente, quando considero ou attentamente medito em tudo isto que se ousou escrever em uma folha do *Diario do Governo*, e quando alli vejo os insultos, e ataques directos feitos aos deputados que dentro d'esta casa tiveram bastante energia para dizerem o que entendiam sobre este importante assumpto; tenho toda a razão para suppor, que ha quem pretenda suffocar as vozes dos representantes do povo dentro d'este augusto congresso! Sim, senhor presidente! nenhuma duvida tenho em dizer, que o auctor ou auctores do ataque, assim como escreveram aquelle escandaloso artigo, tambem *se podessem* mandariam arrancar d'esta sala por esbirros a alguns deputados, que aqui se atrevem a fallar livremente, bem como na camara dos deputados de França ainda ha pouco aconteceu com o representante *Manoel!* Mas eu já sou assás velho para ter medo! Direi, portanto, sem contemplações nem receios, livremente a minha opinião; e como assim, voto contra o parecer da commissão; e reprovo o contracto como illegal, lesivo para a fazenda publica, e a todos os respeitos monstruoso.»

O congresso ouviu-me no maior silencio; e as minhas ultimas palavras causaram assombro a muitos que me não tinham por tão ousado: deram-me os parabens; mas chegada a votação foi o contracto approvado! Ninguem teve coragem para apoiar abertamente o meu voto; todas as consciencias estavam já dadas ao ministro, e pela entrega d'ellas, e por algumas phrases do constante *cantor* das virtudes do ministro, Xavier Monteiro, passou livremente a *Stigie* o filho querido do ministro, o contracto das armas!

Eu esperava que o *Diario do Governo* do dia seguinte, dando conta da sessão da noite antecedente, ao menos diria, que o contracto se approvára, e que ninguem a elle se havia opposto senão o deputado José Liberato; mas nem sequer pronunciou o meu nome: tal era o espirito da governança do dia! O *Diario* obedecia a seus amos! mas que amos! bem pequenos! bem insignificantes! bem miseraveis! E que maravilha que D. Miguel, quasi desapercebido por elles, fugisse para Villa-Franca! N'este caso me resolvi a publicar no meu *Campeão* aquelle verdadeiro improviso, porque senão foi pelas mesmas palavras, é de certo exacto nas razões e nas provas.

Em o n.º 60 do meu *Campeão*, com data de 24 de Maio de 1823, e o penultimo da sua publicação, para que o publico nem por um momento duvidasse da razão que tivera para tão tenazmente me oppor áquelle contracto, publiquei eu na ultima pagina o seguinte annuncio:

«Para que o publico cabalmente conheça a grande ultilidade que tirou a fazenda nacional do contracto das 20:000 armas feito com Gonçalo José de Sousa Lobo, recommenda-se, que se leiam com attenção as duas portarias com datas de 9 e 10 de Maio, as quaes para o mesmo conhecimento do publico se acham trancriptas no *Diario do Governo* dos dias 13, e 15 do corrente.» Isto queria dizer, que o contractador não cumprira com o contracto!...

(Continuar-se-ha.)

José Maria de Sequeira, bacharel formado em Direito, administrador substituto do concelho de Coimbra por sua magestade el-rei, que Deus guarde, etc.

Faço saber, que do primeiro do futuro mez de Novembro d'este corrente anno é prohibido a todos o uso de pesos e medidas do systema antigo, e sómente poderão usar dos pesos e medidas do systema legal, em conformidade com o disposto nos termos da lei de 10 de Agosto de 1860, e decreto de 29 de Dezembro de 1861, ficando sujeitos ás penas legaes todos aquelles que fizerem uso d'aquelles pesos e medidas.

E para que chegue á noticia de todos mandei passar o presente edital e outros de egual theor, que serão afixados nos logares mais publicos, e do costume.

Coimbra 22 de Junho de 1877.

José Maria de Sequeira.

D. Manoel Correia de Bastos Pina, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, bispo de Coimbra, conde de Arganil, do conselho de sua magestade, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, par do reino, etc.

Fazemos saber a todos os alumnos que se destinam á vida ecclesiastica, e que pretendem fazer os exames de estudos preparatorios, exigidos nas portarias de 16 e 18 de Setembro de 1873 para a matricula no 1.º anno do curso de sciencias ecclesiasticas do nosso seminario, que os referidos exames começarão no dia 5 de Julho, e que devem apresentar os seus requerimentos, devidamente documentados e inscrever-se no respectivo livro das matriculas perante o M. R. vice-reitor do nosso seminario até ao dia 2 do referido mez.

Dada em Coimbra, sob nosso signal e sello de nossas armas, aos 20 de Junho de 1877.

Bispo Conde.

NOTICIARIO

A festividade da Rainha Santa. — Publicâmos em seguida o programma das festas da Rainha Santa Isabel:

«A mesa da irmandade da Rainha Santa Isabel faz publico, que nos dias 5, 6, 7 e 8 do proximo Julho terão logar as festas em honra da augusta padroeira de Coimbra, devendo estas celebrar-se com toda a pompa e explendor do costume.

No dia 5, pelas 8 horas da tarde, a imagem da Rainha Santa sairá do real mosteiro de Santa Clara, sendo precedida pela respectiva irmandade, e acompanhada por uma guarda de honra.

Feito o trajecto da ponte sobre o Mondego, o cortejo entrará na cidade pela rua do Sargento Mór, seguirá pela Praça do Commercio, rua dos Sapateiros, largo do Pocinho, rua da Louça, Praça 8 de Maio, dando entrada no magestoso templo de Santa Cruz.

A Santa Rainha será alli recebida debaixo do pallio, e depois de conduzida ao altar, que d'antemão estará preparado, cantar-se-ha um solemne *Te Deum* a grande instrumental.

Nos dias 6, 7 e 8 a sagrada imagem estará exposta na egreja de Santa Cruz, onde receberá a visita e orações dos fieis.

No dia 7, pelas 10 horas da noite, será queimado o fogo preso no largo da Portagem e Caes Novo, tocando por esta occasião a philarmonica *Boa União*.

No dia 8, domingo, pela 10 horas da manhã, cantar-se-ha na egreja de Santa Cruz missa solemne com exposição do SS. Sacramento; sendo orador ao evangelho o rev.º sr. Augusto Eduardo Nunes, alumno distinctissimo da Faculdade de Theologia.

Pelas 5 horas da tarde d'esse mesmo dia sairá da egreja de Santa Cruz a solemnissima procissão, que ha de conduzir em triumpho a imagem da Santa Rainha para o real mosteiro de Santa Clara. Serão convidadas as irmandades do costume, bem como todas as auctoridades e pessoas distinctas, que nos annos anteriores se têm dignado honrar este acto com sua assistencia.

A mesa da irmandade confia muito na piedade e sentimentos religiosos do povo conimbricense, e particularmente espera que os habitantes das ruas, por onde ha de ser conduzida a imagem da Santa Rainha, empenharão todo o seu zelo e boa vontade, a fim de que as galas e explendor, com que tanto se têm acreditado nos annos preteritos, se repitam este anno, de modo que seja recebida com o mais fervoroso enthusiasmo pelos filhos de Coimbra a visita que lhe faz a sua augusta padroeira.

Coimbra 25 de Junho de 1877.»

Festividade. — No domingo houve festividade na egreja de Santa Cruz d'esta cidade, por ser o dia do seu orago, S. João Baptista. Ao mesmo tempo muitas creanças, devidamente cathequisadas pelo digno prior da freguezia, receberam solemnemente a primeira communhão.

Mercado de Coimbra. — No mercado do dia 25 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 520 — Dito branco 520 — Dito de Celorico meudo 350 — Dito graudo 520 — Milho branco 330 — Dito amarello 330 — Feijão vermelho 750 — Dito branco da marinha 700 — Dito da terra 650 — Dito rajado 500 — Dito frade 480 — Centeio 320 — Cevada 220 — Grão de bico meudo 520 — Dito graudo 600 — Favas 370 — Tremoços 330 — Batatas, 15 kilos, 320 — Azeite réis 1$340 a 1$550 — Vinho da Beira 1$000 — Dito da Bairrada 1$150 réis.

N'estes ultimos dias tem tido sensivel baixa no preço quasi todos os cereaes e legumes, devido ás favoraveis noticias agricolas que se tem recebido.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Joaquim Antonio de Nazareth, filho de José da Rosa, e Maria de Nazareth, de Santa Clara, de 77 annos, fallecido em 16 de Junho de 1877.

Gloria, filha de Fructuoso dos Santos Helleno e Maria Emilia Guedes, de Coimbra, de 9 mezes, fallecida em 18.

João Maria Tavares, filho de Antonia Tavares, da Figueira da Foz, de 19 annos, fallecido em 20.

Maria da Conceição, filha de José Maria Vieira e Maria da Conceição, de S. Francisco, de 1 anno, fallecida em 20.

Maria José, filha de José Francisco Correia e Theresa Rosa de Oliveira, de Coimbra, de 68 annos, fallecida em 21.

D. Guilhermina Rosa Vieira Machado, filha de Bento José Machado e D. Joanna Maria Vieira da Motta, de Ponte do Lima, de 38 annos, fallecida em 21.

Maria da Conceição, filha de Luiz dos Reis e Anna de Jesus, de Coimbra, de 12 e meio annos, fallecida em 22.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:117.

Hypericum androsæmum. — (Linn.) — O nosso amigo o sr. bacharel José Maria Rosa de Carvalho, da quinta do Espinheiro, nos diz ácerca d'esta planta o seguinte:

«Esta planta rara, está sendo muito procurada em Coimbra por a virtude de desfazer e expellir da bexiga as pedras ou areias. Recordamo-nos de a termos visto junto ás vallas do campo, no tempo em que procuravamos ninhos e molluscos para a nossa collecção. Deve encontrar-se no extenso choupal que se prolonga desde a ponte de S. Facundo a Lavarrabos; pois é ahi que nos parece a termos visto, e para lá enviamos a quem a quizer obter; recommendando a quem lá houver d'ir, que se abstenha de beber das aguas insalubres d'aquellas vallas.»

Anthericum planifolium. — (Linn.) — O sr. Rosa de Carvalho diz-nos mais o seguinte:

«Foi ao pae do sr. dr. Antonio Felizardo Augusto de Sousa que ouvimos por a primeira vez (haverá 5 annos) fallar da virtude d'esta planta, cuja raiz purga sem irritar. Fazem d'ella muito uso em Traz os Montes, onde lhe dão o nome vulgar de disciplinas, attendendo á fórma de suas raizes. Usam d'ella em decocção, ficando livre a cada um o servir-se de maior ou menor quantidade de raiz no cozimento.

«O dito sr. contou-nos curas maravilhosas obtidas com este purgante. Esta liliacea é vulgar nos suburbios de Coimbra: encontra-se nos pinheiraes em terrenos magros e aridos.»

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 23 de Junho de 1877.

A commissão municipal tomou hoje posse, nomeando presidente o sr. conde de Rio Maior, e vice-presidente o sr. Moraes Carvalho.

O ex-presidente, o sr. Luiz de Almeida Albuquerque, leu um relatorio dos trabalhos da camara dissolvida e n'elle referiu-se tambem ás questões do Passeio Publico.

O conselho da Eschola-Polytechnica propoz o sr. Marianno de Carvalho para lente proprietario pela vacatura do fallecido sr. Ghira.

Consta officialmente que fôra nullo o resultado das experiencias com o isolador Graveiro Lopes.

Corre o boato de que fôra demittido o commissario geral de policia, e o commissario o sr. Mascarenhas.

O governo mandou vir a Lisboa o sr. Nogueira Soares, antes de assignar o contracto feito em Londres com respeito á India.

A camara municipal dissolvida distribuiu um relatorio e n'elle explica a questão do Passeio.

O presidente da commissão municipal disse hoje que ella se limitaria ao expediente até ser substituida.

Foi demittido o sr. Francisco Manoel da Silva, chefe da estação de 1.ª classe do caminho de ferro do sueste.

Noticias de França. — *Paris*, 22. — Discutiu-se hoje no senado, o pedido da dissolução da camara dos deputados, que foi impugnado por Berthaud. O ministro de instrucção publica, Brunet, disse:

«Não daremos golpe de estado; somos defensores da republica moderada e conciliadora; relativamente ás candidaturas officiaes, o ministerio cingir-se-ha a indicar os verdadeiros amigos de Mac-Mahon.»

O governo não decretará o estado de sitio se os radicaes o não forçarem a isso. Acerca das relações externas, Brunet disse, que não existe perigo algum, pois que a França quer a paz. O ministro concluiu, supplicando ao senado que approvasse a dissolução. Fallou ainda Laboulaye contra o pedido, sendo a final approvada a dissolução da camara dos deputados por 150 votos contra 130.

O tribunal de appellação confirmou a sentença de 13 mezes de prisão proferida pelo tribunal contra Bonnet Duverdier, presidente do conselho municipal de Pariz, por offensas a Mac-Mahon.

Guerra do Oriente. — As ultimas noticias são as seguintes:

Pesth, 21, á tarde. — Receia-se que os turcos, pouco seguros da attitude da Servia, se adiantem aos russos passando o Danubio, e occupem Gladova.

Paris, 22, á tarde. — Considera-se imminente a passagem do Danubio pelos russos para a banda de Nikopolis.

Erzeroum, 19, á tarde. — Houve sabbado uma batalha entre 12:000 turcos e 20:000 russos perto de Sadikan. Os turcos foram batidos e obrigados a retirar para Delibara, deixando no campo 600 mortos, entre os quaes o commandante Mohemet. O addido militar inglez Rembali ia sendo aprisionado pelos cossacos.

S. Petersburgo, 20, de manhã. — Um ukase imperial emitte um emprestimo interno de 200 milhões de rublos a 5 °/₀ ao portador.

Constantinopla, 22, á tarde. — Recomeçou o bombardeamento entre Viddin e Kalafat. Os russos abandonaram a ilha em frente de Pyrgos. Terminou o combate de Osbreg. Os montenegrinos evacuam a Herzegovina para defenderem o seu paiz. A Porta notificou ás potencias que deixará a navegação do canal de Suez livre a todas as embarcações, com excepção das de nacionalidade russa.

Braila, 22, á tarde. — Passaram o Danubio defronte de Galatz 6:000 russos. Está concluida a ponte de Braila.

A guarnição de Matchin composta de forças turcas vae-se reconcentrando.

Constantinopla, 23. — Os turcos occuparam o Montenegro com os dois corpos de exercito que cercavam o principado. O principe Nikita fugiu para Cattaro, na Dalmacia.

Braila, 23. — Os russos, em seguida a terem passado o Danubio, apoderaram-se hontem mesmo, depois de um combate encarniçado, das alturas que dominam Matschin. A posse d'esta cidade pelos russos está imminente.

S. Petersburgo, 24. — Os russos entraram em Maschin, cuja guarnição saira antes.

Formatura. — Concluiu hontem a sua formatura em Direito o sr. Ayres Guedes Coutinho Garrido, filho do sr. Elysio Garrido, residentes n'esta cidade. O sr. Ayres Garrido, de quem algumas vezes temos fallado com merecido elogio, n'esta ultima prova academica continuou a manter os justos creditos de estudante de talento e d'applicação. O seu modo de proceder durante o tirocinio academico são garantia para o exacto cumprimento das suas obrigações em qualquer carreira da vida publica a que agora se dedique.

É a terceira formatura que o sr. Elysio Garrido tem o gosto de ver concluir a seus filhos, além do doutoramento do sr. dr. Alberto Garrido, actual deputado da nação.

Receba toda a familia os nossos cordeaes parabens.

Beneficio. — É definitivamente no sabbado proximo a recita que alguns academicos dão em beneficio da viuva e filho do nosso antigo collega na redacção do *Tribuno Popular*, o sr. bacharel Manoel Antonio da Silva Rocha.

O espectaculo constará das comedias *Inglezes e francezes* e *Crimes do Brandão*, uma scena comica, aria da *Traviata*, symphonia da *Semiramis*, e sortes de prestidigitação.

Para que este espectaculo tenha um bom exito veiu do Porto a primeira actriz da companhia do Baquet, Emilia Eduarda. Esta sympathica e conscienciosa actriz prestou-se generosamente a tomar parte no espectaculo, não exigindo remuneração pelo seu trabalho. É realmente digna de louvor uma tão caritativa acção.

Revista de Lisboa. — Começou a publicar-se na capital um periodico com este titulo, de que é redactor principal o nosso patricio o sr. bacharel José Maria Pereira de Lima.

No primeiro numero que recebemos, e que vem muito interessante, além dos artigos do seu esclarecido redactor principal, contém artigos e poesias de escriptores muito acreditados na republica das lettras, como são os srs. Candido de Figueiredo, Julio de Vilhena e João de Deus.

Desejâmos toda a fortuna ao novo collega.

Pavoroso incendio. — Acabâmos de receber o *Commercio do Porto*, que nos dá a noticia de estar a lavrar na calçada das Freiras, em Villa Nova de Gaya, um horroroso incendio.

Começou o sinistro nos armazens de vinhos e aguardentes da firma Gassiot, do Porto.

A aguardente inflammada corria a jorros pelas ruas e communicou-se aos outros armazens d'aquelle quarteirão.

Ha receios de se destruir o convento das freiras, que está proximo do local do sinistro.

A aguardente incendiada vae até ao Douro.

Ainda se não sabe a extensão que tomará tão pavoroso incendio.

ANNUNCIOS

AVISO

1 HONORIO DA COSTA, morador na rua do Infante D. Augusto, participa a todos os seus freguezes, que desde o dia 20 do corrente mez de Junho está desligado de seu filho; ficando o annunciante, para com os seus freguezes, do mesmo modo que até aqui, prompto para tudo.

EUCALYPTO

2 VENDE-SE um na freguezia de Sazes, que tem de circumferencia junto á terra 1^m,14 e pouco diminue até á altura de 4^m,4. Até 6 metros d'altura é quasi direito.

Substituições a militares

2 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

ANTONIO DIAS THEMIDO

COM

LOJA DE MERCEARIA

47 - PRAÇA DO COMMERCIO - 48

EM

COIMBRA

PRIMEIRO LICORISTA

PREMIADO NAS EXPOSIÇÕES DE COIMBRA, VIENNA DE AUSTRIA COM A MEDALHA DO PROGRESSO, E EM 1876 NA DE PHILADELPHIA

3 PARTICIPA aos seus amigos e freguezes, que tem um variado sortimento de licores nacionaes e estrangeiros; champagne, genebra de Hollanda, vinhos do Porto, aguardente de cana, chá desde 1$920 a 3$200 o kilogramma; sirop de groseille, e de orchata, etc., que tudo vende a preços rasoaveis, e para revender a quem lhe compre de 12 garrafas para cima faz abatimento.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

4 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

MUDANÇA DE CARTORIO

5 O ESCRIVÃO E TABELLIÃO, José Lourenço da Costa mudou o seu cartorio para a rua do Corvo, n.º 23.

ALVIÇARAS

6 DÃO-SE a quem entregar na rua das Azeiteiras, n.º 12, um chapeu de seda, com a mão de crystal, que se perdeu ao Caes das Ameias, no dia 12 do corrente.

7 LUIZ DE CARVALHO DAUN E LORENA e sua mulher D. Maria Manoela de Brito Castro Figueiredo e Mello da Costa Lorena, protestam novamente contra o annuncio publicado pela 2.ª repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, no *Diario do Governo* n.º 136, de 20 do corrente mez e anno, em a lista n.º 1000, no qual se diz que «pela quinta forma se venderá em praça perante o governador civil d'este districto, no dia 20 de Julho do corrente anno, o fôro de 52'220 de azeite ás safras, imposto em um olival com sua terra lavradia no sitio de Villa Franca, ou quinta da Portella, chamado — o manguinha, — prazo em vidas com laudemio de quarentena, de que são senhorias directas as religiosas do convento de Nossa Senhora d'Assumpção, de Semide, e emphyteutas os herdeiros de Antonio de Brito, da quinta da Portella.»

O olival a que se refere o annuncio é livre, e nem a casa do sr. Antonio de Brito, ou de seus antepassados pagou em tempo algum fôro áquelle convento.

Este protesto é a renovação dos que foram publicados no *Conimbricense* de 4 de Junho de 1867, 16 de Fevereiro de 1869 e 3 de Março de 1877; e para que ninguem, por ignorancia, arremate o mencionado e supposto fôro, será publicado todas as vezes que elle appareça mettido em lista para venda.

Quinta da Portella, 23 de Junho de 1877.

D. Maria Manoela de Brito Castro Figueiredo e Mello da Costa Lorena.

Luiz de Carvalho Daun e Lorena.

ARMAÇÃO DE LOJA

8 VENDE-SE uma em muito bom estado, pertencente á massa fallida de Francisco Borges Gonçalves: quem a pretender dirija-se a Antonio d'Almeida e Silva, rua da Sophia, 65.

OS PEREGRINOS

POESIA

Por um devoto arrependido

Preço 100 réis

Á VENDA NA LIVRARIA

BERTRAND

CHIADO, 73 A 75 — LISBOA

Venda de propriedades

9 VENDEM-SE na Figueira da Foz as seguintes propriedades: — Diversos dominios directos de milho e dinheiro em predios situados nas Abbadias — Uma propriedade de marinhas na Murraceira, que regula por 216 talhos denominados a Marinha da Marchanta no Esteiro de Aveiró — Uma propriedade de casas e terra de cultivo contigua, denominada a quinta do Paúl. Para tratar com Luiz d'Albuquerque do Amaral e Cardoso, em Céa.

ARREMATAÇÃO

10 NA QUINTA FEIRA, 5 do proximo mez de Julho, pelo meio dia, na casa das obras da Universidade, hão de arrematar-se diversas obras de carpinteiro, pedreiro e lavrante, em globo ou separadas, que devem ser feitas no edificio do Laboratorio Chimico.

Os apontamentos e condições estão patentes desde já no local onde se ha de verificar a arrematação.

RAPAZ

11 PRECISA-SE d'um para loja de relojoeiro, de edade de 14 a 16 annos, de bons costumes e que dê fiador. Ensina-se por caridade sendo pobre.

N'esta redacção se diz.

Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

13 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

CASA NA FIGUEIRA

12 ALUGA-SE uma bonita casa situada no bairro novo, com accommodações sufficientes e completamente mobilada. Tem quintal. Trata-se na Figueira com o sr. Francisco Maria de Oliveira Junior.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE COIMBRA

13 A DIRECÇÃO d'esta companhia, em conformidade com o parecer do conselho fiscal e resolução da assembleia geral de 17 do corrente, previne os srs. accionistas, que deverão effectuar o pagamento da 3.ª prestação de 25 % sobre o nominal das suas acções até ao dia 30 do corrente. No Porto deverá effectuar-se este pagamento na caixa filial do banco Lusitano, e em Coimbra em casa do sr. Antonio Rodrigues Pinto, no largo de S. Bartholomeu.

Coimbra 20 de Junho de 1877.

Os directores
Mendonça Cortez.
Neves e Mello.
Matheus dos Santos.

FABRICA DE LOUÇA VERMELHA DE JOAQUIM CARVALHO

49, RUA DO JOÃO CABREIRA, 51

COIMBRA

14 ENCARREGA-SE de qualquer encommenda de telhões e manilhas como as do Porto, mas vidradas por dentro e de todas as qualidades; assim como sifões, curvos, tijolo e ventiladores, que tudo faz por preços commodos.

O LIVRO S. CYPRIANO

15 COM UMA GRAVURA, que representa um milagre feito pelo mesmo santo.

Remette-se pelo correio a quem enviar 600 réis em estampilhas. Carta a A. M. Fonseca — Bomjardim, 585 — Porto.

16 ARRENDA-SE um armazem, na rua das Figueirinhas, n.º 8.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA

Por anno .... 3$200
Por semestre .... 1$600
Por trimestre 800

Annuncios por cada linha 40 réis.
Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA

Por anno .... 3$460
Por semestre .... 1$730
Por trimestre 865

Numero 3122 | Sabbado 30 de Junho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Os abusos escandalosos que se praticam em muitas povoações d'este districto, aonde muitos barbeiros e curandeiros fazem uso, sem habilitações algumas, da medicina e cirurgia, devem merecer todo o cuidado das differentes auctoridades.

Os povos são illudidos por aquelles charlatães, e não é raro que paguem com a vida a sua imprudente confiança.

Chega o atrevimento dos taes curões até empregarem remedios perigosissimos, que só podem ser applicados por quem tiver os estudos e habilitações legaes.

Contam em regra esses individuos com a impunidade; e assim se animam a proseguir no seu criminoso mister.

E' verdade que ha pouco tempo foi processado e punido na comarca da Figueira um d'esses curandeiros; mas é apenas um facto singular, pois que as auctoridades dos outros pontos do districto não procedem do mesmo modo contra os curandeiros que dispõem da saude e da vida dos cidadãos.

Acerca d'este assumpto diz uma auctoridade competente: — «é extraordinariamente crescido o numero de charlatães que por todo o Portugal criminosamente manipulam drogas medicinaes, e sem sciencia, nem consciencia receitam e applicam em dóses arbitrarias remedios os mais violentos, ou quando menos substancias desconhecidas em materia medica e therapeutica, e só aconselhadas pela mais crassa ignorancia. Alguns até se abalançam a maiores commettimentos, porque não é raro lançarem mão de instrumentos cirurgicos e praticarem operações das que requerem profundos conhecimentos anatomicos e pathologicos. Ha taes que percorrem as povoações a tratar intermittentes com carbonato de chumbo, ou outras drogas por elles acreditadas. Uns encanam membros fracturados, outros extrahem scirros e reduzem hernias, e finalmente tambem os ha que emprehendem operações ophtalmologicas.»

Ora um paiz onde isto se tolera dá um documento do mais completo estado de relaxação.

Este objecto é da maior gravidade e para elle chamâmos toda a attenção dos poderes publicos.

Já no regimento do physico mór de 22 de Janeiro de 1810 se providenciava severamente contra os charlatães.

Posteriormente, pelo § 11 do artigo 16 do decreto de 3 de Janeiro de 1837 se determinou competir ao conselho de saude publica do reino: — «prevenir as auctoridades administrativas competentes da existencia de quaesquer medicos estrangeiros, cirurgiões, etc., sem habilitação ou licença para curar; bem como da venda de remedios particulares de composição secreta, que não estejam approvados pelo conselho, a fim d'aquelles inhibirem a continuação do curativo, ou a venda de taes remedios; ou então para relaxarem ao poder judicial os individuos n'isso implicados, quando de semelhante abuso se tenha seguido prejuizo á saude dos povos, ou quando reincidam na pratica d'elle.»

O codigo penal em vigor estabelece pena no § 2.º do artigo 236, para os que sem titulo legitimo exercem acto proprio de qualquer profissão que o exija.

Portanto as auctoridades, em cumprimento dos seus deveres, têm na legislação elementos sufficientes para cohibir e fazer punir os charlatães e curandeiros, que estão a illudir e a explorar os povos, pondo em imminente risco quem por ignorancia e na boa fé n'elles confia.

E', porém, mister, que as camaras municipaes cumpram pela sua parte com o dever que a moral e as leis lhes incumbem. O remedio não está só em punir os curandeiros, mas tambem em proporcionar aos povos, clinicos legalmente habilitados. Sem elles debalde se pretenderá extinguir completamente aquelle grande cancro da sociedade.

O decreto de 18 de Setembro de 1844 providenciava ácerca d'este assumpto, obrigando todas as camaras municipaes do reino á creação de partidos. E com effeito é esse um dos principaes deveres que as camaras têm a cumprir. A saude dos povos está primeiro que tudo.

A este respeito dizia com muito acerto o conselho de saude publica do reino, no *Relatorio geral do serviço da repartição de saude no anno de* 1862: — «Alguns dos partidos creados possuem tão vasta área, que um facultativo só não basta para as suas necessidades clinicas. Outros são retribuidos com tão diminuto ordenado, cerceado de mais a mais todos os annos, que os facultativos não se demoram nas terras, e por consequencia os partidos andam quasi sempre vagos e postos a concurso.»

E' por isso que ao mesmo tempo que instâmos para que sejam punidos os curandeiros e charlatães; reclamâmos das camaras municipaes os partidos indispensaveis, e proporcionados á área dos municipios e á população de que constam.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

E' geralmente reconhecida a necessidade de policia em Coimbra. Os attentados contra a propriedade que ahi se estão repetidas vezes a praticar, sem que haja quem obste a esses crimes, ou capture os seus auctores, tem ha muito feito calar no animo de todos o convencimento da indispensabilidade de uma força organisada e permanente, que procure manter a boa ordem e vigie pela segurança pessoal e pelos haveres de cada um.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Entretanto a conspiração ia-se formando, os bandos fora da capital organisavam-se, e dentro d'ella a corrupção ia ganhando a tropa, ou para melhor dizer, a sua officialidade, porque esta é o verdadeiro instrumento que põe em acção os soldados.

Tinha-se convocado uma sessão extraordinaria, e ao governo haviam-se-lhe dado todos os poderes extraordinarios que havia pedido, para com elles impedir que os contra-revolucionarios executassem seus intentos. Foi n'esta sessão extraordinaria, que se viu toda essa hypocrita demonstração de lealdade, que no seio da representação nacional foi ostentar a pouco briosa officialidade, que n'essa época commandava as tropas que guarneciam a capital.

A contra-revolução tambem ahi se deu bem a conhecer, quando el-rei lhe mandou participar que a rainha não queria jurar a constituição. Este facto tambem logo deu a conhecer os transfugas do partido liberal para o campo da rainha, e um d'elles, mui notavel por suas exaggeradas demonstrações liberaes, foi o celebre deputado *Bastos*, que ainda depois se fez famoso, no tempo da Carta, por sua dobrez, perfidia, e ambição torpe.

O congresso em que a rainha já teve defensores, foi leal, e constante na sua maioria; recommendou a el-rei, que fizesse executar a lei... mas o monarcha era fraco, e quem sabe se dentro em seu coração estava desejando uma mudança de cousas?...

Quem se persuade que um rei, e mormente já neto, e filho de rei, folga com o systema constitucional, ou é demente ou não é sincero. Um rei só por força, e por necessidade finge que está contente com semelhante systema: chegada a occasião, lança-se a elle como animal raivoso, e com toda essa *innata* fome do poder que herdou; e se póde, não se dá por satisfeito, sem ver correr rios de sangue...

No meio de todos estes symptomas de mau agouro, tudo parecia estar no maior socego, sem medo nem receio do futuro, e o mesmo ministerio não dava signal algum de susto. A final deu signal de si, e veiu pedir ao congresso nova auctorisação para conservar os poderes extraordinarios, porque acabava o termo que se lhe tinha dado para exercer os primeiros. Esta proposta foi remettida a uma commissão, da qual por fatalidade eu já era membro, ou então fui nomeado.

A minha opinião foi logo que se lhe concedessem, mas só depois de, em conformidade da lei, ter apresentado o relatorio do modo porque tinha exercido os primeiros, e de dizer francamente o estado do paiz. N'este voto fui apoiado por um collega, mas o resto queria que se lhe dessem sem se cumprir previamente o que a lei exigia. O governo tambem assim o pedia, e teimava n'este pedido, e eu e o meu collega tambem teimavamos em a nossa opinião.

Depois de uma luta de alguns dias, como fosse necessario que a commissão desse o seu parecer, se estava elle a lavrar com os dois votos contra, quando nos vieram dizer, — *já não é perciso; tudo está perdido; fugiu o infante com parte da tropa!...*

Com effeito, el-rei acabava de mandar ao congresso uma carta do filho, em que este lhe dava parte da sua aventura, que toda ella era para lhe restituir seus *inauferiveis* direitos, como então emphaticamente se chamavam.

Devo agora aqui declarar como então se pozeram a descoberto os insignes talentos do heroe! porque a carta andou correndo todas as mãos dos deputados. E na verdade, nem uma creança com oito dias de escola escrevia uma carta tão miseravel! Era uma vergonha não para elle, mas para nós portuguezes sermos ludibriados por um individuo, que mostrava tamanha ignorancia, e que tinha passado a tal ousadia no meio de um governo, que tinha todos os poderes para o prevenir, e até esmagar, se fosse necessario!

Eu não digo, nem jámais me persuadi, que os ministros fossem, no rigor do termo, *traidores*, mas eram fracos, inertes, infatuados com as pastas e sem força nem talentos para desempenharem o cargo que serviam. Tambem não duvido, e tive alguma razão para assim o pensar, que a influencia estrangeira entrou profundamente no seu modo de proceder: promessas, ou ameaças paralisaram a sua acção, porque não é de presumir que a tanto chegasse a sua ignorancia!

Fugir toda a tropa da capital quasi a um tempo, era negocio premeditado antes; e como se podia fazer uma conspiração d'esta sem que désse signal a um governo esperto e vigilante? Foi este um acontecimento dos meus dias que lhe não posso dar favoravel solução!... E muito mais se augmenta a minha perplexidade, quando me lembra o que já ha pouco escrevi ácerca do que me disseram de um dos ministros...

(Continuar-se-ha.)

N'este ponto não ha divergencia. Os vigias municipaes para pouco mais servem do que para lançar multas, não com o fim de promover a policia na cidade, mas porque n'isso acham uma fonte de receita. Os archeiros da Universidade tambem em regra pouco fazem, sujeitos como se acham a numerosas dependencias da academia.

E', porém, mister que nos entendâmos. O corpo de policia virá a ser escrupulosamente organisado de um pessoal prudente e conciliador, que ao mesmo tempo que faça manter a ordem, trate a todos os cidadãos com a devida urbanidade; ou teremos de ver aqui repetidas as scenas de Lisboa e do Porto?

A policia é necessaria; a policia é conveniente; mas em logar de ser util tornar-se-ha prejudicial, se em vez de saber cumprir os seus deveres, com moderação; toma os ares de quem tudo domina, querendo decidir as questões á pancada.

Todos querem e desejam a policia n'esta cidade; mas egualmente todos querem e desejam que o commandante, subalternos e praças da policia civil que se crear, sejam dotados da maior prudencia e cordura.

De mais, sendo Coimbra uma cidade excepcional, em razão de n'ella viver a academia, composta em geral de mancebos na edade das paixões mais pronunciadas, e com quem póde haver repetidos e graves conflictos; é mister aqui, mais que em parte nenhuma, todo o bom senso no desempenho dos deveres que incumbe aos mantenedores da tranquillidade publica.

Repetimos, reconhecemos a indispensabilidade de um corpo de policia n'esta cidade; mas se ella ha de ser organisada de gente imprudente e desordeira, que n'esta terra venha dar logar á repetição das scenas da guarda de segurança publica de 1841, então val mais não a haver.

Os exemplos dos factos occorridos nas terras onde ha a policia, devem-nos pôr de sobreaviso para que, quando ella se chegue a organisar em Coimbra, haja o maior cuidado na escolha do seu pessoal.

Aliás póde acontecer, que uma instituição necessaria e que todos requerem, se torne em um foco de intrigas e desordens.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Apesar de vivermos em uma épocha chamada de progresso, praticam-se cousas em Portugal, que nos fazem voltar aos tempos das pragmaticas de um D. João V.

Tem-se fallado de factos occorridos com o sr. marquez de Vallada, governador civil de Braga, que não acreditariamos se os não vissemos referidos em varios jornaes auctorisados.

Guiar-nos-hemos pelo *Diario de Noticias*, que ninguem accusará de apaixonado em politica.

Por umas mesquinhas questões, e para satisfazer ao sr. marquez foi demittido o sr. coronel de infanteria 8, Marques da Costa; assim como foi transferida para Vianna a ala direita de infanteria 3, que estava em Guimarães.

Esta transferencia foi por não ter o commandante, o sr. coronel Oliveira, ido á *gare* esperar o sr. marquez de Vallada com a força do seu commando; entendendo o sr. Oliveira que ao sr. marquez não cabiam essas honras. E a demissão do sr. Marques da Costa foi, pelo contrario, por lhe ter dado honras de mais, isto é, illegaes.

Eis ahi os grandes pontos de administração em que se occupam o governo e as suas auctoridades!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Progridem com actividade as obras principiadas em Mont'arroio, pela companhia edificadora e industrial de Coimbra. Abaixo publicâmos um annuncio d'esta companhia, pondo a concurso o fornecimento de varios materiaes e serviços.

Está-se procedendo á construcção do primeiro lanço de casas; e tivemos occasião de ver ha dias a planta das casas do segundo e terceiro lanços, feita pelo sr. Estevão Parada. E' um bello trabalho, que vem confirmar os merecidos creditos de que o sr. Parada já goza ha muito tempo.

As casas em construcção constam de loja, um andar e agua furtada. No segundo lanço têm as casas, loja, dois andares e aguas furtadas; e as casas do ultimo lanço, serão as mais pequenas, tendo só loja e aguas furtadas.

Todas as casas de certo hão de ter prompta venda, e com interesse para a companhia. O ultimo lanço é destinado para familias pobres; e é sem duvida essa uma grande vantagem para o publico, attendendo a que das demolições de muitos predios que se tem feito na cidade, resulta o haver diminuido o numero das casas ao alcance das pessoas de poucos meios.

Estimaremos que a companhia prosiga na sua empreza, de que muito proveito ha de resultar á cidade.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

COMPANHIA

EDIFICADORA E INDUSTRIAL

DE

COIMBRA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

Faz-se publico que até o dia 8 de Julho proximo se recebem propostas para o fornecimento dos objectos seguintes, devendo n'aquelle mesmo dia abrir-se praça para se proceder á competente arrematação.

Preço por kilo de pregos de diversas bitolas.

304 fechos para portas e janellas.

100 fechaduras.

656 dobradiças. Tudo isto conforme os exemplares que podem ser examinados no escriptorio da mesma companhia (largo da Sé Velha) todos os dias não sanctificados, das 10 horas da manhã ás 3 da tarde.

Outrosim se procederá á arrematação do fornecimento de 228^{m2},0 (6840 telhas) de telha, e 100^{m3} de cal viva.

Tambem se dará de empreitada o transporte de toda a madeira, que esta companhia possue no pinhal de S. Marcos, pertencente ao sr. José Duarte Areosa, cujo numero de carradas está calculado em 400.

A abertura da praça será ás 11 horas da manhã do dia designado, e as condições podem todos os dias ser examinadas.

Os directores

Olympio Nicolau Ruy Fernandes.
Francisco Pedro da Silva.
José Maria de Moura Barata Feio Terenas.

O nosso estimavel amigo o sr. commendador João Elisario de Carvalho Monte-Negro, enviou-nos da Nova Louzã, provincia de S. Paulo, no Brazil, o communicado que abaixo publicâmos. Chegou-nos á mão com grande atrazo, e por isso só hoje o podemos inserir n'este jornal.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O HOSPITAL DA LOUZÃ

Quando estive em Portugal, na época da collocação da pedra fundamental do hospital da Misericordia da Louzã, prometti á digna commissão edificadora do mesmo hospital, de mandar publicar um romance a expensas minhas, do qual opportunamente offereceria mil exemplares á mesma commissão para os mandar passar como por subscripção, em beneficio do patrimonio d'essa casa de caridade; obrigando-me pela minha parte a passar aqui no Brazil outro egual numero de exemplares, cujo producto reverteria ao patrimonio do hospital em questão.

Já n'aquella época o nosso festejado e distincto escriptor o sr. Pinheiro Chagas gozava bastante popularidade no Brazil, na sua qualidade de romancista, popularidade esta que, seja dito de passagem, tem sempre crescido.

Por esta razão, e pelas nossas relações de amisade, dirigi-me ao sr. Pinheiro Chagas, pedindo-lhe que tivesse a bondade de encarregar-se de escrever um romance, para que eu podesse satisfazer a minha promessa, a cujo pedido s. ex.ª benevolamente annuiu; recebendo n'essa occasião, e por instancias da minha parte, uma modica retribuição pelo seu trabalho litterario.

O meu particular amigo o sr. Brito Aranha, dignou-se tomar a si a parte material da obra, para cujo fim comprou papel que importou em algumas centenas de mil réis (que tambem paguei), e cerca de um anno depois, o illustre auctor do *Peregrino* (nome que se deu ao romance) mandou algumas paginas do seu romance á acreditada officina do sr. Castro Irmão, de Lisboa; e mais tarde fez outras remessas; de modo que se acham impressas perto de 100 paginas do *Peregrino*.

O meu honrado amigo o sr. Pinheiro Chagas, por motivos certamente alheios á sua vontade, suspendeu ou antes interrompeu o seu trabalho; tendo-me porém asseverado em varias cartas, que em breve recomeçará o romance, a cujo trabalho porá termo o mais breve que lhe seja possivel.

Estavam as cousas n'este estado, quando algumas pessoas (ao que me consta), tanto em Portugal como por aqui, começáram a fazer-me arguições por se terem passado tantos annos, sem que eu désse cumprimento á minha palavra.

Victima de intrigas e de calumnias, não iria á imprensa protestar contra mais esta nova arguição, com que certas pessoas pretendem ferir o meu melindre, e quiçá arrefecer o amor que sempre consagrei ás cousas importantes do meu paiz, se esta questão não viesse talvez a prejudicar futuros interesses do patrimonio do hospital da terra onde nasci.

Por mais d'uma vez quiz esclarecer o publico sobre a verdade da succinta narração que ora faço com toda a lealdade; recuando porém, ao lembrar-me que, procedendo assim, poderia, máu grado meu, offender a susceptibilidade do nosso eminente escriptor. Releve-me porém s. ex.ª, se agora vou além do meu proposito, visto que a isso me obrigam imperiosos deveres.

Soceguem os impacientes—o sr. Pinheiro Chagas, caracter nobre e de coração generoso, como é, não hade concorrer para diminuir o patrimonio do hospital da Louzã, onde mais tarde os enfermos devem encontrar guarida aos seus soffrimentos.

Descancem tambem pela minha parte.

Embora profundamente magoado com desgostos que me poderiam ser poupados sem prejuiso de ninguem — eu saberei cumprir a minha palavra, embora a subscripção do *Peregrino* seja a ultima a fechar o pequeno numero de subscripções que tenho iniciado e coadjuvado para cousas da minha patria.

Nova-Louzã, 1 de Março de 1877.

Monte-Negro.

NOTICIARIO

Os christãos novos e a Misericordia de Coimbra.—No dia 4 de Julho de 1614, sendo provedor da Santa Casa da Misericordia d'esta cidade, o bispo conde D. Affonso de Castello Branco, procedeu-se ás eleições para os differentes cargos da nova mesa.

Foi eleito para escrivão, Francisco da Silva, christão novo, ou *da nação*, como chamavam aos judeus e seus descendentes.

Uma parte dos irmãos, levados por intolerancia religiosa, revoltaram-se contra a escolha d'este escrivão; promovendo que os outros irmãos eleitos não acceitassem os seus cargos, e até riscando-se alguns dos amotinados de irmãos da Misericordia.

O bispo D. Affonso de Castello Branco, que tinha pessoalmente presenciado na Misericordia parte d'estes factos, procedendo com um espirito de tolerancia religiosa, que lhe faz muita honra, e que não era nada vulgar n'aquella épocha, dirigiu á mesa uma carta, em que fortemente censurava os irmãos que haviam praticado aquelles excessos.

Ao mesmo tempo, o conde de Odemira, que estava n'essa occasião na quinta da Portella, suburbios d'esta cidade, constando-lhe a saida d'aquelles irmãos, dirigiu á mesa uma carta, honrosissima para elle e para a irmandade da Misericordia, offerecendo-se para ser irmão da mesma irmandade.

Inteirado Philippe II d'estes factos, e attendendo á intercessão do bispo D. Affonso de Castello Branco, que fallecera já depois d'essa intercessão, dirigiu em 3 de Junho de 1615 uma carta á mesa da Misericordia, em que resolvia que, sem embargo do escrivão da mesa, Francisco da Silva, ser *da nação*, acabasse de servir o dito officio.

Ao mesmo tempo, porém, impellido pela intolerancia religiosa decidiu por alvará da mesma data, que se não podessem eleger para irmãos da Misericordia pessoas, que fossem *da nação*.

Na mesma data, expediu Philippe II outro alvará em que determinava, que os irmãos que pelo motivo da eleição do escrivão da mesa se haviam riscado da irmandade, não fossem mais admittidos n'ella, sem sua licença.

Decorreram alguns annos, e o desembargo do paço, por provisão de 7 de Fevereiro de 1620, deliberou que fossem admittidos os irmãos, que estavam riscados; e que pelo contrario se riscassem os irmãos que se achassem presos pelo santo officio.

Com effeito, a mesa da Misericordia, em cumprimento d'essa provisão, riscou em 12 de Abril do mesmo anno de 1620 varios irmãos, que estavam presos pelo santo officio, entre os quaes se incluia o infeliz dr. Antonio Homem, que veiu a padecer pena de fogo em Lisboa no anno de 1624.

Em seguida vão todos esses curiosos documentos.

Carta do bispo conde D. Affonso de Castello Branco. — «Tenho entendido que alguns homens com grande atrevimento e pouca consciencia andavam subornando aos irmãos eleitos na Misericordia, estando eu presente, que não acceitassem o officio para servirem na Misericordia, sendo obra de tanto serviço de Nosso Senhor; e bastava ser eu provedor o anno passado, e fazer o que elles tem visto, como tambem na cidade, para por meu respeito, quando não houvera o de Deus, que está acima de tudo, não commetterem semelhantes desordens; e outros me dizem que pediram que os riscassem; e tudo isto é pura paixão, inveja e fraqueza de animo; e para que saibam que a Misericordia os honra, e elles não a Misericordia, elejam logo outros, e eu darei conta a sua magestade, para que estes não tornem a servir, nem sejam admittidos, como tambem se andarem amotinando, como fizeram, heide fazer queixume a sua magestade para os castigar como merecem. Façam-o vossas mercês assim logo, porque convém á auctoridade d'essa casa, e por ella acudirei eu sempre como faço pelos pobres.

Guarde Deus muitos annos. D'esta quinta de S. Martinho, 12 de Julho de 1614. — O bispo Conde. — Aos irmãos da mesa da Misericordia de Coimbra».

Carta do conde de Odemira. — «Disseram-me que foram a essa mesa algumas pessoas renunciar os logares que tinham de irmãos d'ella, os quaes se hão agora de prover por vossas mercês em outras pessoas; e porque estou visinho a essa cidade, e cedo determino ir viver a ella, e servir a essa Santa Casa é o maior bem e de mais honra que ha na terra, me farão vossas mercês muito grande mercê em me quererem eleger por irmão d'ella em um dos logares renunciados, e espero mostrar no serviço d'essa Santa Casa o conceito d'esta mercê, que eu terei por de muita estima. E assim a espero para ir tomar juramento e fazer tudo o mais, que vossas mercês ordenarem no serviço d'essa Santa Casa; e de cada um de vossas mercês aqui me darei por mui obrigado por esta mercê.

Deus guarde a vossas mercês. D'esta quinta da Portella, a 12 de Julho de 1614. — O conde de Odemira. — Ao provedor e irmãos da Misericordia de Coimbra.»

Carta e alvarás de Philippe II. — «Provedor e irmãos da casa da Misericordia da cidade de Coimbra. Eu el-rei vos envio muito saudar. Tendo respeito ao que me enviastes dizer por vossa carta, ácêrca da eleição que se fez o anno passado, de Francisco da Silva, para escrivão da mesa da dita Casa, e considerando eu a elle ser irmão antigo e á intercessão que o bispo conde, que Deus perdôe, fez em seu favor, hei por bem que sem embargo ser da nação acabe de servir o dito officio de escrivão para que foi eleito. — Francisco Ferreira a fez em Lisboa a 3 de Junho de 1615. — João Travassos da Costa a fez escrever. — Rei.»

«Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que me enviaram dizer por sua carta o provedor da Misericordia da cidade de Coimbra ácêrca do modo com que se faz a eleição dos officiaes da dita casa; hei por bem que d'aqui em deante se não possa eleger para irmãos d'ella pessoas que sejam da nação. E mando que esta declaração se faça no compromisso, se já não estiver prohibido por elle; e que este alvará se cumpra e guarde inteiramente como n'elle se contém. — Francisco Ferreira o fez em Lisboa a 3 de Junho de 1615. — João Travassos da Costa o fez escrever. — Rei.»

«Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem, que havendo respeito ao que me enviaram dizer por sua carta o provedor e irmãos da Misericordia da cidade de Coimbra, ácêrca do modo como se houveram alguns dos ditos irmãos da Misericordia ao tempo que se fez a eleição do cargo de escrivão da mesa d'ella, para o qual foi nomeado Francisco da Silva; e visto o mais que constou das diligencias que n'este particular se fizeram: hei por bem e mando que os irmãos que por respeito da dita eleição se riscaram o anno passado, não sejam outra vez admittidos á irmandade sem minha licença. E este alvará se cumprirá inteiramente como n'elle se contém. — Francisco Ferreira o fez em Lisboa em 3 de Junho de 1615. — João Travassos da Costa o fez escrever. — Rei.»

Provisão. — «D. Philippe por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar, em Africa senhor de Guiné, etc. Faço saber a vós corregedor da comarca da cidade de Coimbra, que havendo respeitos que me a isso movem; hei por bem que sejam admittidos os irmãos que estavam riscados por razão de serem admittidos á irmandade os da nação hebrea, sem embargo da provisão que sobre isso era passada, e que se risquem os irmãos que estiveram presos pelo santo officio. E quanto aos mais que forem da dita nação vos mando que os ouçaes para se saberem as razões que têm para não serem riscados, e me enviareis suas respostas, com o capitulo da provisão ou regimento que falla n'esta materia, que tudo será entregue na mesa do desembargo do paço com vossa carta, e a copia d'esta provisão, que cumprireis e fareis dar á execução, assim e da maneira que n'ella se contém.

El-rei nosso senhor o mandou pelos doutores Alvaro Lopes Moniz e Antonio Cabral, ambos do seu conselho e seus desembargadores do paço. Francisco Ferreira a fez em Lisbôa a 7 de Fevereiro de 1620. — João Pereira a fez escrever — Antonio Cabral — Alvaro Lopes.

Irmãos riscados. — Em cumprimento da provisão antecedente, a mesa da Misericordia, em sessão de 12 de Abril de 1620, deliberou riscar da irmandade os doutores Antonio Homem, Matheus Lopes da Silva, Jorge Coutinho Botelho, o advogado Antonio Dias de Almeida, e o subscrevente Antonio de Azevedo, por se acharem presos pelo santo officio.

Distincção. — O nosso amigo o sr. commendador Manoel dos Santos Junior acaba de ser agraciado com a commenda da ordem de Isabel a Catholica de Hespanha.

Folgâmos muito que fosse dada ao sr. Santos Junior esta distincção, e por ella lhe damos cordeaes parabens.

O agraciado é um abastado proprietario e negociante d'esta cidade; e além dos seus serviços como presidente da Associação Commercial, tem prestado ao commercio d'esta terra e de outros pontos do reino valiosos auxilios, na qualidade de presidente da direcção do utilissimo banco Commercial de Coimbra, instituição que lhe deve, mais do que a ninguem, a sua existencia.

Quando a maior parte dos bancos passavam por uma terrivel crise, a que muitos succumbiram, o banco Commercial de Coimbra sustentou-se inabalavel, mantendo o seu bem estabelecido credito; e para isso concorreu efficazmente a acreditada firma do digno presidente da sua direcção.

Bastariam estes factos para tornar o sr. Santos Junior merecedor da graça que lhe acaba de ser conferida, e pela qual lhe repetimos as nossas felicitações.

Theses. — Na quinta feira defendeu theses na Faculdade de Direito, o distincto academico o sr. José Frederico Laranjo.

Formatura. — No dia 26 do corrente fez a sua formatura na faculdade de Direito, o nosso amigo e patricio o sr. Bernardino Henrique Coelho Pinto. Felicitamos cordealmente o nosso amigo por ver felizmente terminada a sua carreira litteraria.

O sr. Coelho Pinto, pela sua intelligencia, applicação ao estudo e comportamento exemplar é digno de um brilhante futuro.

Acto de Medicina. — Fez o seu acto do 4.º anno de Medicina o nosso amigo e patricio, e distinto alumno daquella faculdade, o sr. Joaquim de Mariz Junior.

Damos-lhe por isso sinceros parabens, assim como a toda a sua familia.

Deposito de vinhos. — A companhia vinicola da Bairrada principiou os seus depositos de vinhos engarrafados n'esta cidade. No logar competente vae o annuncio.

Recrutamento. — O supremo tribunal administrativo julgou favoravelmente os seguintes recursos, a fim de que os respectivos mancebos fiquem isentos do serviço do exercito:

CONCELHO DE GOES

Freguezia de Alvares. — Bernarda Maria, por seu neto Francisco, filho de Manoel das Neves.

Freguezia da Varzea. — Luiz, filho de José Maria Simões Carneiro.

CONCELHO DE MIRANDA DO CORVO

Freguezia de Miranda do Corvo. — Manoel Lopes, por seu filho Joaquim.

Manoel Pedro, por seu filho José.

Manoel Joaquim da Silva, por seu filho Adelino.

CONCELHO DE POIARES

Freguezia de Santo André. — Theresa Ferreira, casada com Fernando Simões, por seu filho Francisco.

Freguezia de S. Miguel. — Antonio Francisco, por seu filho Benjamim.

CONCELHO DE ARGANIL

Freguezia de Folques. — Maria Joaquina, viuva de Antonio Braz de Oliveira, por seu filho Francisco.

Resolução. — Sobre os requerimentos dos srs. juiz commissario e curadores fiscaes da massa fallida do sr. João Francisco da Silva, em que o primeiro pedia a revogação d'estes, foi resolvido em 26 do corrente, em assentada do tribunal do commercio, o seguinte

Despacho

O tribunal do commercio de primeira instancia, ouvidas as explicações do juiz commissario e dos curadores fiscaes, resolve por maioria não exonerar aquelle nem revogar estes, que deverão continuar as suas funcções até á liquidação da massa; por isso que tendo confiança n'um e n'outros, espera que cedendo-se de parte a parte de qualquer capricho, cessem entre elles os conflictos.

Coimbra, 26 de Junho de 1877.

O presidente — João Roberto d'Araujo Taveira.

José Antonio da Costa Braga Junior.
Manoel José da Costa Soares Junior.
Antonio José Dantas Guimarães.
João Lopes de Moraes Silvano.
João Antonio Cardoso.
José Apparicio dos Santos.
José Simões de Moura e Sá.
João Correia d'Almeida.

Visita episcopal. — Communicam-nos de Eiras o seguinte:

«No dia 18 do corrente passou na freguezia d'Eiras, acompanhado do sr. conego Fresco, o ex.^mo bispo conde, e visitou a egreja parochial e capella do Espirito Santo. Achou tudo na melhor ordem e aceio, do que muito gostou.

Pena foi que s. ex.ª não tivesse vindo no dia antes, quando a egreja matriz se achava ainda armada.

Apesar de se não esperar por tal visita, o ex.^mo prelado foi por todos recebido enthusiasticamente. Houve muito foguete, repiques de sinos e cobertores ás janellas.

A festividade que no dia 17 teve logar n'esta freguezia esteve acima de todo o elogio, e por isso nada direi.

Já me esquecia dizer-lhe que o virtuoso prelado deixou uma esmola para as pessoas mais necessitadas; e que foi acompanhado até ao paço pelo ex.^mo sr. dr. Antonio José Paes da Silva e reverendo vigario da freguezia.»

Festividade no Sébal. — Communicam-nos o seguinte:

«Teve logar no dia 24 do corrente mez de Junho no logar e freguezia do Sébal, suburbios de Condeixa, a festividade no Santissimo Coração de Jesus.

A egreja estava primorosamente adornada, e a grande profusão de lumes que ardiam em todos os altares, bem como o respeitoso acatamento com que o povo esteve durante a festa, constituiam um recinto surprehendente.

Teve tambem logar a edificante ceremonia da primeira communhão dos meninos, o que foi feito com muita decencia e esmero.

A missa foi acompanhada pela philarmonica de Condeixa, que desempenhou com muita proficiencia, tanto no côro como na rua a acompanhar a procissão, todas as peças que tocou, tornando-se por isso digna de elogios.

Orou na festa de manhã, assim como á saida da procissão, de tarde, o sr. dr. Luiz Maria da Silva Ramos, lente da Faculdade de Theologia, que mostrou com muita eloquencia, em seus discursos, a grandeza do assumpto, deixando satisfeitos a todos os ouvintes.

A procissão esteve bastante apparatosa e foi acompanhada de grande concorrencia de povo.

São, pois, dignos de elogios o digno parocho, bem como os mordomos da festa pela maneira com que diligenciaram o seu bom andamento. Não o é menos o sr. Antonio Augusto de Mattos Mascarenhas de Mancellos pelos auxilios que prestou, a fim de que tudo corresse com luzimento e brilho: receba, por isso, s. ex.ª os nossos parabens, que d'aqui e com toda a sinceridade lhe inderessâmos.

Condeixa 28 de Junho de 1877. — *Antonio Rocha da Fonseca.*»

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 27 de Junho de 1877.

Promove-se uma grande reunião para indicar os nomes dos futuros vereadores, que hão de servir até ao fim do corrente anno. É um comicio eleitoral como se fazia nos tempos em que os partidos andavam mais animados do que hoje e em que os usos politicos eram seguidos mais á risca do que tem sido n'estes ultimos tempos.

A lista que hade sahir d'essa reunião terá em opposição a dos actuaes vereadores, não de todos mas da maioria.

Elles tambem já se reuniram para se occuparem do assumpto, mas faltaram, o sr. Fonseca que disse particularmente não querer saber mais de camara, e o sr. Alves que declarou hontem na imprensa não acceitar a reeleição.

Consta que os dous vereadores filiados no partido progressista, os srs. Victorino Estrella Braga e Zophimo Pedroso, declararam que se abstinham de entrar na lista por lealdade partidaria; e o sr. Simões Carneiro, que tambem está no mesmo partido não compareceu.

Hoje de manhã ha tres exautorações na praça nova do castello de S. Jorge. São exautorados um soldado de caçadores 11, outro de artilheria 3 e outro de caçadores 6. Este ultimo estava na reserva.

Nada se sabe officialmente ácerca do emprestimo. Consta, porém, que o emprestimo aberto em Paris e Londres foi bem recebido; julga-se que ficava fechado com quantia muito superior á pedida.

O sr. ministro das obras publicas vae ao Porto assistir á inauguração da exposição horticola.

Chegaram presos do Funchal, 9 marinheiros de um navio austriaco, accusados de haverem assassinado o capitão.

Partiu hoje para o Douro a despedir-se da familia o explorador africano Serpa Pinto.

Incendios em Villa Nova de Gaia e no Porto. — Communicam do Porto o seguinte:

«Pessoa fidedigna assevera-me que os prejuizos causados no incendio de Villa Nova são calculados em 90 contos; foram queimadas 900 pipas de vinho e aguardente, e sómente 60 contos estavam seguros. Vê-se que foram exaggeradissimas as versões que correram.

No incendio da rua de Santa Catharina os prejuizos montam a 10 contos. Estava tudo seguro.»

Noticias de França. — Diz a *Democracia*, que os 130 membros do senado que votaram contra a dissolução comprehendem todos os membros das tres esquerdas que estiveram presentes na sessão e mais um membro da extrema direita, o sr. Hervé de Saisy.

Os 148 senadores que votaram pela dissolução, comprehendem 140 das direitas monarchistas, mais 8 senadores pertencentes ao grupo constitucional, que são: os srs. Boissonet, Bompard, Dieudé-Defly, Fourichon, de Lestapis, Paulmier, general Riffault, general Pourcet, Salmon.

Entre os doze senadores que não tomaram parte na votação, pertencentes á direita, são os srs. d'Audiffret Pasquier e Raoul Duval que não quizeram dar o seu voto, e os srs. Paul Dupont e Kergarion que não estiveram presentes.

Quatro pertencem ao grupo constitucional e são os srs. Andlau e Wallon que não votaram, e M. M. Aubrelique e Gouin que não compareceram por doença.

Quatro membros da esquerda não compareceram: os srs. Littré e Lanfrey por incommodo de saude, general Chanzy e almirante Jourès por causa de serviço publico.

Guerra do Oriente. — *Bucharest* 26.—Os cossacos atravessaram o Danubio a noite passada, e occuparam Hirsowa, que fôra antes evacuada pelos turcos.

Continua o bombardeamento de Giorgevo, onde as balas já alcançaram a casa do consul da Allemanha e o gymnasio.

Buda-Pesth, 26. — Tisza declarou na camara que o governo não decidiu cousa alguma sobre mobilisação ou occupação militares. Porem a monarchia não permittirá a occupação do territorio visinho por qualquer potencia estrangeira.

Paris, 26. — Parece imminente a tentativa dos russos para passarem o Danubio nas proximidades de Roustschouk. A agencia geral russa desmente os boatos inquietadores ácerca das relações da Russia com as potencias. Declara que antes da guerra, a Russia recebeu as seguranças necessarias e cumprirá lealmente as promessas que fez, não sendo duvidoso que as potencias cumprirão as suas, que asseguram a manutenção da paz.

Bucharest 26. — As camaras roumanas serão encerradas amanhã.

Corre o boato de que os russos passaram o Danubio em Pistowa.

Constantinopla 26. — Na camara dos deputados, as sessões vão ser prorogadas por quinze dias.

Está imminente a entrada dos turcos em Cettinge.

Amnistia. — No dia 28 do corrente foi votada no conselho de estado, por unanimidade, e sem discussão, a amnistia do sr. marquez de Angeja, e dos outros implicados na conspiração chamada da *pavorosa*.

Queixa. — Alguns moradores da rua de J. A. de Aguiar têm-se-nos queixado de que anda uma grande porção de gaz extraviado por quasi todas as casas d'aquella rua. Era bom que a companhia mandasse examinar a causa d'isto, para que os habitantes não continuem a soffrer, como até aqui, tão pessimo cheiro.

A MISERICORDIA DE COIMBRA

Hontem estiveram abertos os collegios dos orphãos e orphãs da Santa Casa da Misericordia d'esta cidade.

Tres vezes têm sido franqueados aquelles collegios ao publico. A 1.ª no domingo 30 de Junho de 1861, sendo provedor o sr. dr. Florencio Mago Barreto Feio; a 2.ª no domingo 31 de Maio de 1874, sendo provedor o sr. dr. Luiz da Costa e Almeida; e a 3.ª na sexta feira, 29 de Junho de 1877, sendo provedor o sr. dr. Luiz Albano de Andrade Moraes.

Aquelles collegios têm tido grandes reformas nos ultimos annos. Os provedores os srs. drs. Cesario Augusto de Azevedo Pereira e Manoel Marques de Figueiredo começaram alguns melhoramentos nas differentes repartições d'aquelle edificio. O sr. dr. Luiz da Costa seguiu-se dando extraordinario desenvolvimento ás obras dos dois collegios, e com um zelo inexcedivel. E foram continuando essas reformas os provedores os srs. drs. Francisco dos Santos Donato e Antonio dos Santos Viegas, e agora o sr. dr. Luiz Albano.

A actual mesa mandou fazer no collegio das orphãs uma camarata, dois quartos para empregadas, uma casa para se vestirem as orphãs, uma sala de recepção, gavetões para a roupa das orphãs, uma cozinha-escola para as orphãs, e o levantamento de um muro que havia caido no cerco em rasão dos temporaes.

Gostámos muito de ver o aceio e bom arranjo de todas as repartições da casa; mas o que mais chamou a nossa attenção foram as aulas de ensino.

Na aula de desenho, regida pelo sr. Luiz Augusto Pereira Bastos, vimos progressos notaveis. Não podemos deixar de especialisar os desenhos feitos pelos orphãos Francisco Gil, de 12 annos de edade, e Abilio Augusto Serra, de 11 annos. Sobretudo o primeiro d'estes dois promette vir a ser um artista muito distincto.

Na aula de ensino primario, regida pelo sr. padre Joaquim dos Santos Assumpção, ha grandes melhoramentos na parte pratica. A geographia, a contabilidade e o systema metrico são alli ensinados por meios facillimos e ao alcance das mais curtas intelligencias.

N'esta aula, além dos dois já mencionados alumnos de desenho, notámos mais o orphão Eduardo Mendes, de 12 annos, e Carlos Alberto dos Santos, de 9 annos.

Em geral ficámos muito satisfeitos com o adiantamento de todos os orphãos.

O vice-reitor d'este collegio é o sr. padre José Pedro de Mello Coutinho.

A regente do collegio das orphãs é a sr.ª D. Maria d'Assumpção da Costa Coelho, e a mestra é a sr.ª D. Maria da Conceição Martins das Dores.

Agradou-nos muito o aproveitamento das orphãs, na sua totalidade. Cumpre-nos, porém, como acto de justiça especialisar a orphã Maria da Conceição dos Prazeres, de 16 annos, que estando impossibilitada de poder escrever com a mão direita, escreve com a esquerda de um modo verdadeiramente admiravel. Egualmente formámos nota, pela sua perfeição, da escripta da orphã Rachel do Carmo.

Devemos tambem registar a orphã Eugenia da Conceição, de 16 annos, no trabalho de bordados; e a orphã Virginia Rosa, de 14 annos, no fabrico de doces e na execução de bordados.

Vimos diversos trabalhos de bordados de varias orphãs, muito apreciaveis.

Um grande melhoramento é sem duvida a cozinha-escola, creada para fazer com que as orphãs aprendam a cozinhar. Era essa uma grande falta na educação das orphãs. E no pouco tempo que têm tido de pratica, já algumas têm mostrado muita aptidão para este serviço.

É isso muito conveniente, para que vão acabando alguns preconceitos que havia a respeito da educação das orphãs.

Em razão do nosso jornal se estar já a imprimir, não podemos desenvolver mais esta noticia. Seriamos, porém, injustos se aqui não louvassemos francamente o digno mesario o sr. Fortunato do Valle da Encarnação, director das obras dos collegios.

Um zelo como o seu, desenvolvido em todo o anno da sua gerencia, raras vezes se encontrará.

Não queremos com isto encurtar os elogios aos mais mesarios que os merecerem; mas o sr. Fortunato do Valle não póde, nem deve deixar de ser muito particularmente especialisado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

ANNUNCIOS

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1 NO DIA 8 do proximo mez de Julho, pelas 12 horas da manhã, na secretaria dos hospitaes da Universidade, volta á praça para se arrematar, se o preço convier, o fornecimento do pão tremez para o consumo dos mesmos hospitaes, pelo tempo que decorre desde 16 do referido mez até 30 de Junho de 1878. As condições estão desde já patentes na secretaria.

Administração dos hospitaes da Universidade, 28 de Junho de 1877.

O adminisirador
Costa Simões.

DILIGENCIA ENTRE COIMBRA E GOUVEIA

2 JOAQUIM AUGUSTO DOS SANTOS NATIVIDADE faz publico, que do dia 4 inclusivè de Julho, vae mudar para de noite a sua diligencia que tem entre Coimbra e Gouveia, a sair de Coimbra ás 5 e meia da tarde, e de Gouveia ás 4 da tarde; sendo diaria.

Os bilhetes em Gouveia vendem-se em casa dos srs. Rebello & Pires; e em Coimbra em casa do annunciante.

Tambem faz publico que continua a ter bons caléches, coupés, e char-á-banes, que aluga por preços commodos.

Coimbra 28 de Junho de 1877.
Joaquim A. S. Natividade.

FESTAS DA RAINHA SANTA

3 A ANTIGA CASA particular situada na Couraça de Lisboa, n.º 17, continua a receber hospedes.

VINHO DO BUSSACO

4 PREPARADO na companhia Vinicola da Bairrada. Vende-se na Calçada, em casa do sr. Melchiades, e na Feira, em casa do sr. Adelino. Preço por garrafa 200 réis, e por caixa 3$200 réis.

MUITA ATTENÇÃO

5 PRECISA-SE de um praticante de pharmacia com 4 a 5 annos de pratica. N'esta redacção dão-se os esclarecimentos.

Novidade Juridica

Repertorio geral alphabetico DAS ANNOTAÇÕES AO CODIGO CIVIL PORTUGUEZ DO CONSELHEIRO JOSÉ DIAS FERREIRA

6 Á VENDA na livraria de J. Diogo Pires — editor.
Preço 500, pelo correio 520.

MARÇANO

7 JOAQUIM JOSÉ DUARTE, na praça 8 de Maio, precisa d'um, preferindo-o com alguma pratica de commercio, e de bom comportamento.

Venda de propriedades

8 VENDEM-SE na Figueira da Foz as seguintes propriedades: — Diversos dominios directos de milho e dinheiro em predios situados nas Abbadias — Uma propriedade de marinhas na Murraceira, que regula por 216 talhos denominados a Marinha da Marchanta no Esteiro de Aveiró — Uma propriedade de casas e terra de cultivo contigua, denominada a quinta do Paúl. Para tratar com Luiz d'Albuquerque do Amaral e Cardoso, em Cêa.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

9 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

COIMBRA

10 VENDE-SE um predio nobre de casas, na rua dos Loyos, ao largo da Feira, com habitação para residir e outras para alugar, com lojas, etc.

Dão-se informações na rua do Rego de Agua, n.º 18.

11 N'ESTA REDACÇÃO se diz quem vende 2 pannaes grandes em bom uso, para armar barracas em feiras.

12 A COMMISSÃO dos festejos da Rainha Santa, da rua do Corvo, vende todos os utensilios da dita festa, cujo producto será entregue ao Asylo de Mendicidade.

Antonio Diniz de Carvalho está auctorisado para vender.

Pedido

13 ROGA-SE ao sr. Julio Augusto Gaspar da Cunha Serrão, escrivão do juizo de direito na villa de Pombal, responda como deve ás cartas que lhe tem dirigido um negociante de Coimbra.

Não respondendo até 15 do corrente mez se fallará mais claro.

14 A SOCIEDADE PHILARMONICA *Conimbricense*, tendo de effectuar o seu bazar nos dias 7 e 8 do proximo mez de Julho, para cujo fim já pediu ás pessoas philantropicas, suas affeiçoadas e amigas, uma offerta qualquer; vem respeitosamente lembrar a todas essas pessoas, que a offerta com que se dignarem obsequial-a, poderá por especial favor ser entregue no estabelecimento do sr. José Antonio da Costa Braga Junior, na praça do Commercio.



ANTONIO DIAS THEMIDO COM LOJA DE MERCEARIA

47 - PRAÇA DO COMMERCIO - 48

EM



COIMBRA

PRIMEIRO LICORISTA

PREMIADO NAS EXPOSIÇÕES DE COIMBRA, VIENNA DE AUSTRIA COM A MEDALHA DO PROGRESSO, E EM 1876 NA DE PHILADELPHIA

15 PARTICIPA aos seus amigos e freguezes, que tem um variado sortimento de licores nacionaes e estrangeiros; champagne, genebra de Hollanda, vinhos do Porto, aguardente de cana, chá desde 1$920 a 3$200 o kilogramma; sirop de groseille, e de orchata, etc., que tudo vende a preços rasoaveis, e para revender a quem lhe compre de 12 garrafas para cima faz abatimento.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

16 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

MUDANÇA DE CARTORIO

17 O ESCRIVÃO E TABELLIÃO, José Lourenço da Costa mudou o seu cartorio para a rua do Corvo, n.º 23.

ALVIÇARAS

18 DÃO-SE a quem entregar na rua das Azeiteiras, n.º 12, um chapeu de seda, com a mão de crystal, que se perdeu ao Cæs das Ameias, no dia 12 do corrente.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3123 | Terca feira 3 de Julho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A folha official publicou um interessante relatorio do consul geral de Portugal no Rio de Janeiro, ácerca dos factos principaes occorridos n'aquella cidade no anno de 1876, concernentes á emigração portugueza, á epidemia da febre amarella, que tanta mortalidade causou nos portuguezes, ás providencias adoptadas para preserval-os do contagio, e ao modo por que se houve o consulado geral durante a quadra em que grassou aquelle terrivel flagello.

No referido anno de 1876, o numero total de passageiros portuguezes entrados no Rio de Janeiro, procedentes do continente do reino, e ilhas adjacentes, foi de 8:623.

Este numero subdivide-se do seguinte modo:

Do sexo masculino — maiores de 14 annos 6:070, e menores de 14 annos, 1:401. Total 7:471.

Do sexo feminino — maiores de 14 annos 890, e menores de 14 annos, 262. — Total 1:152.

No relatorio do consul geral notam-se alguns abusos, para os quaes chama a attenção do governo.

Na matricula dos navios consentem-se algumas vezes tripulantes em numero superior áquelle que corresponde exactamente ás lotações e apparelhos; e egualmente se admittem como marinheiros individuos que não pertencem á profissão maritima.

Entende o consul geral que a tabella das rações de bordo dos navios mercantes deve ser alterada, pelo que respeita ao maximo presumivel do numero de dias que na viagem dos portos do reino para o Brazil podem consumir os navios mercantes. Segundo a tabella em vigor, esse maximo é calculado em 40 dias para o Maranhão ou Pará, 50 para a Bahia e Pernambuco, 60 para o Rio de Janeiro e 70 para o Rio Grande do Sul; e os capitães são obrigados a embarcar mantimentos n'esta proporção, com relação ao numero de passageiros que conduzem.

É indispensavel tornar obrigatorio o embarque de mantimentos para um numero de dias muito superior áquelle que se acha determinado, pois não é raro que de Lisboa e Porto se gaste na viagem até ao Rio de Janeiro de 70 a 80 dias, por effeito de temporaes, ou força de ventos contrarios.

O consul geral pondera ao governo a conveniencia de excitar a observancia por parte das auctoridades portuguezas das disposições legislativas ácerca da emigração clandestina.

Relativamente á emigração ha um periodo no relatorio do consul geral, que entendemos dever transcrever na integra: — «Cumpre egualmente que as auctoridades policiaes portuguezas empreguem a maxima vigilancia para descobrir quaes são os engajadores de raparigas menores, destinadas a alimentar a população das casas de prostituição n'esta cidade, e obstar a que continue trafico tão infame; *pois, infelizmente, é verdade que grande é o numero d'essas raparigas que vem para aqui ostensivamente, como tendo pago as suas passagens, com todas as formalidades legaes, e para se dedicarem a misteres honestos, mas que desembarcam em direitura para os prostibulos, onde as obrigam a demorar-se até que tenham pago real e superabundantemente as suas passagens.*»

Eis ahi a triste e degradante sorte a que em geral os engajadores reduzem as raparigas menores, que vão illudidas de Portugal para o Brazil. E' por isso do mais rigoroso dever das auctoridades, o empregarem toda a vigilancia contra os auctores da desgraça de tantas raparigas, seduzidas por homens sem consciencia alguma.

Vamos agora ver a sorte que espera no Brazil muitos dos portuguezes que para alli vão.

O flagello da febre amarella atacou no Rio de Janeiro de preferencia os estrangeiros que tinham pouco tempo de residencia n'aquelle paiz; sendo o numero dos portuguezes muito superior aos individuos de outras nacionalidades.

Foram tratados nos hospitaes publicos durante o 1.º semestre de 1876, 2:591 portuguezes, dos quaes falleceram 928. A mortandade geral de portuguezes, durante o referido periodo, foi de 2:600; sendo o numero de fallecidos de febre amarella de 1:887 e de 713 os que falleceram de outras doenças.

E' esta a felicidade dos nossos compatriotas, que levados pela ambição do lucro embarcam para o Brazil. Em Portugal só se falla dos que voltam ricos d'aquelle paiz; mas finge-se ignorar a sorte desgraçada que tem a maior parte, terminando pela morte, ou ao menos pela ruina da saude, que os acompanha toda a vida.

O consul geral do Rio de Janeiro recommenda que se dê toda a publicidade ao seguinte:

1.º Que os recemchegados fornecem o maior numero de doentes, provando-se pelas estatisticas que não só o dos atacados como a gravidade do mal, está na rasão inversa do tempo de residencia no paiz; cumprindo, portanto, evitar o mais possivel chegar ao Brazil nos mezes de Janeiro a Maio, em que de ordinario a febre amarella se desenvolve em caracter epidemico.

2.º Que a experiencia tem mostrado que, em grande numero de casos, o desenvolvimento da molestia é immediatamente provocado ou por desordem da digestão, occasionada pelo uso de ali-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Um só regimento ficou com el-rei, que se foi metter na Bemposta. Estou certo que só por timidez não seguiu o filho; o coração de certo o levava para Villa-Franca, mas o medo o retinha na Bemposta.

Se elle, como era rei fosse homem, e podesse ser um verdadeiro rei constitucional, ou se pelo menos tivesse a seu lado alguem a quem a liberdade pulasse no peito, ainda tinha um meio infallivel de suffocar a conspiração; era correr rapidamente para Coimbra ou para o Porto, proclamar alli o filho e a mulher rebeldes, e chamar á roda de si as tropas das provincias que ainda não estavam seduzidas; e com este meio estou seguro que havia de triumphar. Mas nem elle era homem para um feito d'esta natureza, nem tinha quem o podesse resolver a tomar este expediente energico.

Houve alguem a quem elle lembrasse, mas não se encontrou braço, nem coração para o executar!... D. João VI, atemorisado de que ia a ser deposto pela mulher, e pelo filho, seguiu os impulsos do medo e do coração, e tomou o caminho do filho, que alli se viu desamparado por aquelles mesmos que o tinham talvez aconselhado, e que viram que no caminho do poder absoluto era mais seguro acompanhar o pae do que o filho.

Assim que o rei fugiu, o congresso teve por prudencia separar-se, e alli se viu que ainda havia homens de caracter e energia, porque protestaram contra a violencia, e firmaram o seu protesto com setenta e tantas assignaturas, entre as quaes está a *minha* (1).

N'este desamparo absoluto da tropa e do rei, a capital se conservou no maior socego, porque o povo em geral mostrou um bom senso extraordinario, e cada cidadão quiz ser o defensor da ordem publica. Quem tambem muito concorreu para que ella se não alterasse foi um brioso militar de grande patente, e creio que o unico da sua classe que não desertou das bandeiras da liberdade: foi, porque é preciso honrar seu nome, o *general Avilez*, que ultimamente morreu conde do mesmo nome, e bem o mereceu, porque foi homem e cidadão honrado, e militar brioso.

Então tambem presenciei um espectaculo curioso: os valentões politicos da época, ou se esconderam ou fugiram para fóra do reino; e alguns houve que fugiram da sala no ultimo dia em que voluntariamente se adiou e assignou o seu protesto, só para não o assignarem. E ainda tão feios actos de covardia aqui não ficaram; houve tambem quem se fosse offerecer ao governo absoluto para o servir, e quem o *ficou servindo!*

Eu nem fugi, nem por aquelles primeiros dias me escondi; andei de dia e de noite por toda a parte, ninguem me maltratou, antes encontrei em todos muita estimação e respeito. E essa, e esse experimentei eu com muita especialidade, porque no dia em que demos fim á nossa tarefa politica não tinha ido de sege para as Necessidades, para comprazer com um amigo, que eu não queria que lá faltasse até á ultima hora. Era elle um pouco medroso, e receava algum insulto do povo, o que eu nunca receei; e por isso para o levar lá comigo propuz-lhe um expediente que foi, de irmos embarcados até Alcantara.

Assim o fizemos. Quando entrei na sala poucos individuos ainda lá estavam, mas entre esses poucos estava Borges Carneiro. Eu expuz-lhe que era de absoluta necessidade acabarmos n'aquelle dia com honra os nossos trabalhos, porque não era prudente esperarmos pela gente de Villa-Franca, que sabe Deus como nos trataria, e não convinha que fossemos alli deshonrados, e comnosco a representação nacional. Convenceu-se, assim como os mais que lá estavam, das minhas razões, e foi elle quem propoz o adiamento das sessões, que eu apoiei, Moura, e mais alguem. Todos foram da mesma opinião, menos dois ou tres, que gritaram que nos deviamos ir metter em Elvas! isto é na gaiola, para que nos podessem depennar á sua vontade! O caso é que foi approvada a proposta, e se cuidou logo em ir redigir o protesto, em que tambem se tinha concordado.

Foi elle incumbido a uma commissão; e em quanto esta trabalhava, a sala encheu-se de povo, que por toda a parte nos cercava, e não havia um canto onde não estivesse um grupo fallando com a maior animação. Emfim tribunas, sala, cadeiras de deputados estavam completamente occupadas, e cada um tomava o logar que achava vago.

Não deixou isto de me dar algum cuidado, porque n'esse dia tinha faltado a guarda por muitas horas, e eu não sabia, se entre tanta gente haveria quem nos pretendesse insultar, ou fazer ainda cousas peiores. Em consequencia d'este meu receio fui dar um passeio por dentro e fóra da sala, para ver se podia co-

(1) Não foram *setenta e tantos*, mas sim 61 os honrados deputados que protestaram no dia 2 de Junho de 1823 contra o absolutismo. Entre esses 61 está o nome do illustre liberal o sr. Basilio Alberto de Sousa Pinto, secretario da camara, e hoje visconde de S. Jeronymo.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

mentos indigestos, ou pelo resfriamento, ou pela insolação, ou por excesso de trabalho; sendo necessario recommendar aos estrangeiros recemchegados, que, por isso mesmo que estão mais aptos a contrair a molestia, devem abster-se rigorosamente de commetter qualquer abuso em relação á alimentação e infringir os preceitos da hygiene.

Pela parte que nos toca damos publicidade a estes conselhos, para utilidade dos nossos compatriotas.

Joaquim Martins de Carvalho.

O nosso collega do *Campeão das Provincias* noticia em seu ultimo numero um acto de selvageria praticado em Maiorca, ácerca do qual tambem d'alli recebemos uma carta.

No dia 21 de Junho findo saiu em Maiorca de uma diligencia, que ia de Coimbra, um rapaz decentemente vestido, que teria 20 annos pouco mais ou menos, pretendendo alli descançar.

As diligencias param em qualquer das duas tabernas, que bordam a estrada; e por infelicidade o recemchegado tomou conhecimento com uns ociosos que se achavam n'uma d'ellas a jogar.

Depois de fingidamente relacionados, não tardou muito tempo que elles, desconfiando que o rapaz levava dinheiro comsigo, inventassem um pretexto de estarem por elle offendidos, para se metterem todos em desordem. Assim aconteceu: deram-lhe pancadas, rasgaram-lhe o fato e camisa, e por fim ficou elle sem algum dinheiro que levava. E tudo isto praticado impunemente na presença do proprio regedor da terra!

O sr. Manoel Bacellar Faria dos Santos, pessoa de reconhecida bondade, vestiu o rapaz, dando-lhe camisa e mais algum fato, de que precisava; e o sr. padre Honorato, com egual franqueza e compaixão, levou-o para sua casa, dando-lhe repouso n'aquella noute.

Eis como corre a administração publica! E' esta a segurança de que gozam os cidadãos!

E no entanto o districto acha-se como que sem chefe; pois que ao sr. governador civil que ahi está, em rasão da sua interinidade, pouco se póde exigir.

Joaquim Martins de Carvalho.

Em Aveiro está convocada uma reunião para domingo proximo, a fim de se proceder á discussão e approvação do projecto de estatutos para a associação dos bombeiros voluntarios, que alli se trata de crear.

As utilissimas instituições dos bombeiros voluntarios vão-se generalisando por muitas terras do reino. Os cidadãos que d'ellas fazem parte dão com isso prova d'uma abnegação e civismo que muito os honra.

Porque é que a mocidade de Coimbra não se resolve a imitar tão nobre exemplo?

Não haverá n'esta cidade quem tome a iniciativa d'esta empreza, digna de todos os louvores?

Joaquim Martins de Carvalho.

O nosso patricio, o sr. capitão de artilheria, Cypriano Leite Pereira Jardim, filho do nosso amigo o sr. visconde de Monte-são, acaba de fazer um importante invento na arma de artilheria. O sr. Jardim alcançou vencer uma difficuldade que até hoje não tinha sido resolvida na França e Allemanha, apesar da elevada competencia dos officiaes d'essa arma, n'aquellas nações.

Sabemos que a officialidade de artilheria, existente no polygono de Vendas Novas, felicitou cordealmente o sr. Jardim, pelo fructo que tem tirado dos seus estudos e da sua intelligencia.

Pelo commando geral de artilheria foi expedida uma portaria, em data de 16 de Junho ultimo, na qual se dão os maiores louvores ao nosso patricio.

O *Jornal do Commercio* de Lisboa, de quinta feira ultima, publica um artigo com o titulo — *Escola pratica de artilheria* — em que se fazem merecidos elogios ao sr. Jardim pelo seu invento. Vamos transcrever para o nosso jornal alguns periodos d'esse artigo.

Resta-nos felicitar o sr. capitão Jardim, e a seu pae o sr. visconde de Monte-são. Muito estimamos ver que os nossos patricios, pelo seu saber e bom comportamento, honram a terra que lhes deu o ser.

Joaquim Martins de Carvalho.

«O tiro de morteiro, o mais difficil de executar em vista do exiguo comprimento da boca de fogo e do systema de pontaria, tem provado este anno que, apezar dos ultimos aperfeiçoamentos introduzidos na artilheria, não são de todo o ponto inuteis as bocas de fogo de alma lisa, que, manobradas com talento, podem dar ainda resultados proveitosos.

O nosso vagar em applicar as innovações de cada dia nem sempre traz más consequencias: viu-se na ultima guerra franco allemã, que os morteiros estriados, empregados pelos allemães, não deram os resultados que se preconisava, nascendo por essa occasião entre os officiaes opiniões muito desencontradas sobre a conveniencia da adopção de taes bocas de fogo, decidindo-se muitos d'elles a final pela conservação dos morteiros de alma lisa. Se na bateria de morteiros, commandada pelo distincto capitão Abreu e Sousa, se alcançaram resultados tão satisfatorios que o numero dos tiros no alvo foi superior á somma dos dos tres annos antecedentes; na bateria de ricochete foram muito além do que se podia esperar, sobretudo se se attender ao que se tem conseguido desde que, póde dizer-se, existe o Polygono. Estes resultados foram devidos ao incessante trabalho e zelo de seu talentoso commandante o capitão Jardim. Todos sabem quanto é incerto o systema de pontaria usado n'esta especie de tiro, analogo ao da pontaria dos morteiros. O referido capitão é já vantajosamente conhecido pela invenção de uma espoleta experimentada ha tres annos no Polygono, e com tão bom resultado, que a commissão incumbida de seu exame entendeu que o auctor devia proseguir em aperfeiçoar o invento, e fazer apenas algumas modificações hoje realisadas, e em via de serem experimentadas.

O capitão Jardim, vendo o tempo que se perdia com o quadrante, quer francez, quer prussiano, para medir a elevação da boca de fogo, lembrou-se de o substituir por uma graduação traçada no munhão, onde um freio de prumo accusava promptamente a elevação ou abaixamento da boca de fogo. Este meio sobreleva aos já conhecidos pela sua rapidez e facilidade de execução, a ponto que qualquer que saiba ler o realisa, o que não acontece com o quadrante.

Se a elevação se achava reduzida á maxima simplicidade, não succedia o mesmo com a direcção, porque o meio usado além de muito moroso é difficil e grosseiro. Lembrou-se por isso de modificar o quadrante de nivel prussiano, acrescentando-lhe uma bussola de declinação, conseguindo-se assim com um só instrumento realisar simultaneamente a direcção e a elevação. D'esta fórma dada uma vez a direcção á boca de fogo, não ha mais do que medir o angulo da agulha e nos tiros seguintes leval-a a marcar o mesmo, ou corrigil-o segundo os desvios observados. Só quem está habituado a fazer as pontarias com o systema usado póde avaliar o que se lucra com a innovação. Felicitâmos pois o seu auctor por ter conseguido com o seu quadrante dar ao tiro das bocas de fogo de bronze a precisão que lhes é tão essencial.»

NOTICIARIO

A canonisação da Rainha Santa e a Misericordia de Coimbra. — «Aos 7 dias do mez de Setembro de 1625 annos, na casa do despacho d'esta Santa Casa, estando todos os irmãos á mesa, disse o sr. dr. Francisco Lopes Pacheco, provedor, que via tantas festas que todas as communidades faziam á canonisação da Rainha Santa, que tambem esta Casa que tivera sempre por padroeiros os reis de Portugal, devia de sair com alguma demonstração de festas; porém como não podia ser com festas profanas, senão divinas, ordenasse uma missa e prégação muito solemne, e que fosse o derradeiro domingo de Setembro; a qual se fez com toda a pompa e solemnidade que podia ser, achando-se presente toda a irmandade e a egreja muito bem concertada, com muitas caçoulas e pivetes. E prégou n'este dia, n'esta Santa Casa, o nosso irmão o dr. Antonio Fernandes de Carvalho, tão levantado no que disse, como de suas letras e virtudes se esperava.

«E aos 4 de Outubro assentou o dito sr. provedor, que se fosse dar esmola á sua custa, e despeza, á honra da Santa Rainha, ao terreiro de Santa Clara, onde se recolhessem todos os pobres que n'esta cidade se achassem; e a esmola se distribuisse á porta da *Rosa*, onde aconteceu aquelle famoso milagre das *rosas*; o que se fez estando a mesa encorporada, com muita caridade e zelo; e a todas as religiosas pobres, que constou por um rol que a abbadessa mandou ao sr. provedor, se mandou dar de esmola a cada uma a esmola de umas botinas.

«E acabada esta esmola, veiu o sr. provedor com a mesa á cadeia d'esta cidade; e a todos os pobres presos deu esmola, conforme a qualidade de suas pessoas; e tudo o mais que cresceu, mandou que se viesse distribuir na mesa d'esta Santa Casa, com os pobres de que informassem os irmãos que presentes estavam, o que fez com muita pontualidade.

«Tambem se fizeram á noute de sabbado muitas luminarias por todas as partes, onde podiam estar; e charamelas que tangeram por muitas vezes.

«O que tudo seja em louvor da Santa, honra de Deus, e proveito de nossas almas.

«Antonio de Vasconcellos da Cunha, escrivão d'esta Santa Casa, o fiz e escrevi, dia, mez e era *ut supra* — O dr. Pacheco, provedor. — Antonio de Vasconcellos da Cunha — Jorge Gonçalves Guterres — Antonio de Seixas — Manoel da Costa — Ruy de Albuquerque — João da Costa — Manoel Simões — Agostinho Maldonado — Jorge de Carvalho — Domingos Quaresma.»

---

lher quaes eram as intenções da maioria d'aquelle povo, tão extraordinariamente numeroso.

Encontrando então alguem conhecido, perguntei-lhe: Que quer esta gente? podemos julgar-nos seguros, e sem perigo? A resposta foi logo: pódem! pódem! sr. Liberato! toda esta gente está aqui para os defender! não tenham susto!... Honra pois seja feita ao leal povo de Lisboa, a quem aqui quero dar este signal de agradecimento!

O meu conhecido tinha razão; este povo brioso estava alli para nos proteger e defender se fosse preciso.

Assim que a commissão concluiu o seu trabalho, voltou á sala, e no mesmo momento o povo largou as cadeiras, em que alli tinha estado, e com o maior socego se retirou para onde podesse ouvir o que se ia ler. Foi quasi unanime a approvação; formou-se a acta da sessão, e do *adiamento*, e tudo se concluiu na maior paz, socego e respeito á representação nacional.

Sacudimos o pó dos nossos sapatos, como recommenda o evangelho em casos taes como aquelles em que nos achavamos, e fomos saindo da sala. Então é que se passou uma nova scena no pateo á medida que iamos saindo. Foram numerosos, repetidos, e estrondosos os applausos que tivemos, e os nomes de muitos deputados, entre elles o *meu*, foram por muitas vezes repetidos! honra, de que em toda a minha vida nunca me esqueci, sempre agradecido ao bom conceito, que tenho merecido á honrada povoação de Lisboa.

Como eu, como já disse, não tivesse ido de sege para a camara, achava-me alli um pouco indeciso sobre o que devia fazer para me transportar para Lisboa. Era ainda alli tanta a gente, que eu estava esperando que se fosse ella embora para tomar uma deliberação, quando um desconhecido veiu ter comigo, e comprimentando-me, disse-me: — pelo que vejo, não apparece a sua sege?

É que eu não vim de sege, respondi-lhe; vim embarcado: estou esperando que se vá diminuindo esta multidão de gente, para ao depois me retirar, e embarcar-me, como o fiz de manhã.

Então, n'este caso, replicou o desconhecido, quero que vá na minha companhia, porque tenciono ir tambem embarcado.

Eu acceitei agradecido a sua obsequiosa offerta, e indo com elle, a poucos passos nos encontrámos com muitos seus conhecidos, que todos me fizeram muitas festas, e com elles fui até á praia onde tomaram um bote, e com elles d'este modo cheguei a salvo a Lisboa. É preciso advertir que eu não conhecia pessoalmente nenhum d'estes individuos que tão bem me trataram.

Na despedida todos se me offereceram para o que podesse precisar em época tão arriscada, e muitos me deram as suas moradas para que os podesse procurar, quando assim me fosse necessario. Despedi-me de todos, dando-lhes mil agradecimentos, e realmente bem penhorado do bom conceito que lhes merecia. Assim se acabou a retirada que fizemos em boa ordem das Necessidades n'aquelle dia fatal para a liberdade portugueza.

Recolhi-me a casa á espera da nova scena que se devia representar na volta d'el-rei de Villa-Franca, que tinha muito maior perigo do que aquella que se acabava de representar. Como a cidade estivesse no maior socego, andei de noite e de dia por ella sem o menor incommodo, porque com effeito, nem um só disturbio houve que podesse causar susto: era tal a disposição em que estavam todos os habitantes, sem haver um unico soldado, que influisse respeito aos mal intencionados, que estes se conservaram tranquillos! tanto é que conheciam o espirito da maioria dos honrados habitantes!

Mas a procissão de Villa-Franca devia chegar; e então era preciso muita prudencia e cautella para me não expôr temerariamente a algum insulto, ou cousa ainda peior. Eu vivia n'esse tempo em uma casa no fundo da rua do Ouro, junto ao Terreiro do Paço, e do lado direito que fazia esquina para a rua dos Retrozeiros, por onde tinha a porta de entrada, com o n.° 120, primeiro andar. Assim pela frente via toda a extensão da rua dos Retrozeiros até á Magdalena, e ninguem podia por ella descer sem que eu não podesse examinal-o, se quizesse.

Annunciou-se, portanto, que el-rei devia chegar, e que indo á Sé, de lá havia de descer exactamente pela rua que eu tinha em frente. Então fechei-me em casa, e puz-me á espera por entre as vidraças para ver entrar o cirio contra-revolucionario. Chegou emfim esse dia, que era um dos primeiros do mez de Junho, e por signal de um calor excessivo.

Então por entre as vidraças de uma das minhas janellas comecei a ver descer da Magdalena para a rua do Ouro aquella *saturnal* politica, entre a qual descia D. João VI em um carro descoberto entre alaridos, vozerias, e exclamações horriveis de uma multidão frenetica, que dava *vivas ao poder absoluto!* e *morras* á constituição, aos deputados, e á liberdade!

Esta multidão frenetica vinha, como commandada, pelo infante D. Miguel, que vestido *como campino*, representava n'essa orgia torpe, feia e hedionda, o heroe da peça.

Confesso que tive vergonha de ser homem, já não digo, portuguez, quando vi esse rei de barbaros, que entrasse em uma cidade, tomada de assalto, puxado por homens e portuguezes, entre os quaes figuravam altas jerarchias, e até algum titular! Ao nivel de bestas de trem, haviam invejado a sorte das

Desgraça. — Na sexta feira achando-se em Cantanhede um fogueteiro a fabricar o fogo de vistas, para a festa da Rainha Santa, d'esta cidade, houve uma explosão, de que resultou ficar elle gravemente ferido, alcançando tambem o sinistro a uma sua filha.

No domingo veiu para o hospital da Universidade o dito fogueteiro.

Outra. — No domingo, proximo da estação do caminho de ferro d'esta cidade, foi um homem atropelado por um carro que vinha para Coimbra. Ficou em muito mau estado, e teve de ser conduzido em uma maca para o hospital.

Queixas. — Temos recebido queixas de umas danças que ha desde quinta feira na rua da Galla, e que incommodam todos os habitantes d'aquella rua, pela algazarra que constantemente alli se faz, misturada com palavras obscenas. Chamâmos a attenção das auctoridades administrativas para estes factos.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

José, filho de José Mendes e Theresa de Sousa, de Coimbra, de 9 mezes e 20 dias, fallecido em 26 de Junho de 1877.

José Marques de Campos, filho de Joaquim Marques de Campos e Rosa da Conceição, de Eiras, de 65 annos, fallecido em 26.

Antonia da Costa, filha de José Martins e Maria da Costa, de Buarcos, de 90 annos, fallecida em 28.

D. Candida Rachel Monteiro Baptista, filha de Antonio Joaquim Baptista e D. Rita Ludovina Monteiro Baptista, de Coimbra, de 52 annos, fallecida em 29.

Carolina Amalia de Vasconcellos, filha de paes incognitos, de Coimbra, de 55 annos, fallecida em 29.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:128.

O museu Cenaculo, em Evora. — Jazia desprezado o *museu Cenaculo*, desde que d'aquella cidade saira o sr. dr. Augusto Philippe Simões.

As camaras, a quem cabia a guarda d'elle e a sua conservação e augmento, voltadas para outros objectos, não viam o *museu* que era de dia para dia deteriorado pelo rapazio e soldadesca, que n'elle tinha prompto e constante ingresso.

Alguns cippos romanos e outras pedras eram quebradas, ou lascadas pelo arremeçar contra ellas de balas de ferro, que alli se guardam do antigo deposito de materiaes de guerra.

N'estas circumstancias ia desapparecendo pouco a pouco a mais numerosa collecção de lapides romanas que temos no reino, em Evora reunida pelos esforços do nosso amigo, o sr. dr. A. F. Simões.

Um outro nosso amigo houve que, lamentando com o sr. dr. Camara Manoel aquelle abandono e esquecimento, teve a satisfação de deliberar este cavalheiro a fallar no caso ao actual presidente da camara de Evora.

Acolhendo elle benignamente a ideia de se resguardar o *museu* do vandalismo a que estava exposto, ordenou se lhe fizessem portas de madeira, em quanto se não mandassem fazer outras de ferro, obra que ficaria para melhor ensejo.

Está, pois, ao abrigo de destruição o *museu Cenaculo*, de Evora, o museu que se vae engrandecer com outras acquisições, taes como uma inscripção romana posta em um mijadeiro (!) á Porta Nova, e que, quanto o consente a leitura, diz:

.... ORA · IVNIO
.... *IAIOCA*
.... *OAP* · OQV
.... *ACA*

Sublinhadas vão as letras duvidosas, mas, de crer é que brevemente se possa ler inteira esta inscripção, suspeitosa de Resendiana pelo dr. E. Hübner.

Louvores, pois, aos srs. dr. Camara Manoel, talentoso e afavel engenheiro districtal de Evora, e ao actual presidente do municipio eborense pelo serviço que fizeram á causa dos seculos volvidos; que é hoje tão querida dos amadores de antiguidades em toda a Europa, se não é no mundo inteiro.

O Diario Illustrado. — Este nosso esclarecido collega da capital entrou no 6.° anno da sua publicação.

Nos 5 annos já decorridos tem este periodico adquirido grande popularidade, para o que se não tem poupado a esforços a empreza e redacção.

A publicação de um jornal diario em Portugal, com variadas gravuras, acompanhadas de interessantes artigos descriptivos, e pondo os leitores ao facto dos acontecimentos que vão tendo logar até em paizes muito distantes de nós, é uma empreza arrojadissima, e de que muitos duvidavam.

O tempo veiu, porém, mais uma vez mostrar, que a vontade bem dirigida tudo vence.

Damos ao collega as nossas felicitações.

A camara de Lisboa. — Promette ser muito disputada a eleição da camara de Lisboa.

No domingo á noute houve duas reuniões preparatorias; uma contra a reeleição da camara dissolvida, e outra a favor.

A primeira foi no theatro de S. Carlos, e alli se approvou a seguinte lista: — Serzedello Junior, Antonio Augusto Aguiar, Simões Carneiro, Camara Manoel, Rodrigues Camara, dr. Luiz Jardim, Affonso Pequito, dr. Alves Branco, D. Luiz de Carvalho Daun e Lorena, Guimarães Drak, visconde de Alemquer, e Vergolino Oliveira.

Ficou eleita uma commissão executiva para tratar da eleição.

A segunda reunião foi na rua da Magdalena, e votou-se por unanimidade a ideia da reeleição da camara dissolvida. Fallaram n'esse sentido varios cidadãos, e entre elles o nosso patricio o sr. bacharel José Maria Pereira Lima.

Conferencia. — Está destinada para hoje, na Academia Real das Sciencias a conferencia feita pelo sr. Pinheiro Chagas.

Exercicios militares. — No mez de Setembro haverá, por espaço de 20 dias, exercicios militares no campo de Tancos.

Reunir-se-hão alli uma brigada de infanteria, um regimento de cavallaria e uma bateria de campanha, sob o commando de um general de brigada.

Exposição horticola. — Abriu-se na sexta feira, no Palacio de Crystal, do Porto, a exposição horticola-agricola.

Calcula-se em 8:000$000 réis o valor das plantas alli expostas.

Assistiu á abertura da exposição o sr. ministro das obras publicas.

Condemnação. — Foi condemnado a 3 mezes de prisão na praça de Elvas, o major de infanteria 15, o sr. Bandeira de Figueiredo, por ter espancado um tambor.

D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. — No dia 19 de Junho findo, por auctorisação do exm.° sr. arcebispo de Braga D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa, procedeu-se á abertura do tumulo do respeitavel arcebispo D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, existente em Vianna do Castello, na capella mór da egreja que foi do convento de Santa Cruz da ordem dos Prégadores, do patriarcha S. Domingos, onde hoje está a séde parochia de Nossa Senhora de Monserrate.

A abertura foi feita na presença do administrador do concelho, parocho da freguezia e outros ecclesiasticos.

No auto d'este acto solemne, publicado na *Actualidade*, se declara, que:

«Levantada a ultima fachada de marmore que servia de base á pyramide tumular, encontrou-se um cofre de cedro já em sensivel deterioração do tempo, na face superior do qual se evidenciava claramente a incisão de tres aberturas quadrangulares espelhadas a cristal — traça — como se evidencia das chronicas e particularmente da grandiosa epopêa que serve de epicedio á memoria do grande arcebispo — fôra indicada quando os restos d'este Adão tres vezes grande, foram postos á veneração e ás vistas do amor affectuosissimo dos seus filhos, antes de entrarem no cenotaphio.

«Aberto o cofre, achou-se então em excellente estado de conservação e ordem toda a ossada maior, desde o craneo, columna vertebral, e tibias d'aquelle, cujo corpo duas povoações egualmente illustres na historia disputaram com tanto amor como veneração.

«N'essa occasião se evidenciou que um cheiro balsamico e agradavel rescendia d'aquellas preciosas reliquias, e todos então de joelhos e em signal de profunda veneração pela memoria de tão illustre prelado — duplamente grande assim em virtudes como em letras — talentos que rivalisaram com os primeiros do seu agitado seculo, virtudes que empanaram grandezas de heroicidade aos mais distinctos varões da sua época, e todos, digo, disseram em uma voz: *Esta é a ossada do sr. D. Frei Bartholomeu dos Martyres cuja authenticidade aqui solemnemente juramos, por ninguem, antes de nós aqui ter vindo.*

Em seguida o reverendo Francisco Esteves Pereira levantou um responso a que todos os presentes responderam; findo o que se tornou a collocar a tampa do cofre de cedro, ficando este devidamente sellado com o sello da administração d'este concelho, para assim ser presente á visita que o exm.° sr. arcebispo primaz tinha aprazado para ámanhã vinte do corrente.»

A crise politica em França. — Diz o *Diario de Noticias*, que os senadores da esquerda publicaram o manifesto á França. Pedem a reeleição dos 363 deputados, como já haviamos indicado, sendo este acto imposição ao paiz como se fizera em 1830 para a reeleição dos 221.

O sr. Thiers ia dirigir uma circular aos seus eleitores, e esperava-se que esse documento fosse como um novo manifesto á França.

Guerra do Oriente. — O *Diario de Noticias* diz o seguinte:

«Por causa do bombardeamento ao longo do Danubio, ficou destruida a casa do consul inglez em Rustchuk, e muito damnificada a do consul francez. A maior parte dos consulados está situada na linha mais ameaçada pelas balas dos russos, e por isso todos devem soffrer mais ou menos.

Um telegramma de Pera, diz: O jornal *Bassiret* annuncia que Moukhar-pachá alcançára grande victoria e fizera mil prisioneiros russos. Esperava-se que os russos atacassem Batum no dia 27.

O correspondente do *Daily News* diz que os russos tinham effectuado segunda passagem do Danubio em Hirsova, ao sul da Braila. Fizeram juncção com os destacamentos que passaram por Matchin, e preparavam-se a atacar a linha de defensa dos turcos, que

---

mulas da raça de *Alter!* tinham-nas substituido; e se davam assim, prostituindo a dignidade de homens, por honrados! Então me acabei de confirmar no conceito, que já tinha feito da condição e instinctos da especie humana; que esta era a *mais ridicula* de toda a creação!

Não se pódem descrever os acontecimentos dos dias que se seguiram a esta saturnal hedionda. Por mais de oito noites foi a cidade obrigada a illuminar-se, e em todas ellas, assim como nos dias que as precederam, as gritarias e blasfemias foram taes e quaes como as que já annunciei: isto é, *morras* á liberdade! e *vivas* ao poder absoluto!

Esquecia-me dizer o caso risivel que aconteceu na manhã seguinte á d'esta horrorosa entrada. Na gazeta do governo appareceu um annuncio que dizia: — *que se iam vender as parelhas que haviam puxado pela carruagem d'el-rei na sua vinda de Villa-Franca; e que quem as quizesse comprar, as acharia á venda não sei se em Belem, ou no Campo de Santa Anna* (1).

Nunca se soube quem foi o d'esta feliz lembrança: depois de todas as averiguações apenas se soube que alta noite se tinha mandado aquelle annuncio para a imprensa, e que alli, sem n'elle se advertir, se tinha impresso e publicado na gazeta como um annuncio ordinario. Quando se deu por elle, já depois de estarem muitas folhas distribuidas, foi que houve o barulho, e por uma parte a zanga, e por outra as risadas. Mandaram-se recolher as que já estavam distribuidas, e que uns entregaram, e outros não; e fez-se uma nova edição da folha da gazeta, que se mandou distribuir aos assignantes.

Entre esta algazarra de vivas e morras houve ainda um episodio que quero noticiar, porque elle indica o que é o animal homem bem analysado, e bem considerado em todas as suas feições moraes. Um individuo da alta jerarchia, e que até hoje tem representado eminentemente em todas as nossas scenas politicas, dominado então por todas as furias do absolutismo, foi, e é provavel com mais companheiros do seu zelo pelos *inauferiveis*, ao Paço das Necessidades, e entrando com a espada na mão pela sala onde fôra o congresso nacional, como alli já não encontrasse os deputados, voltou-se contra as cadeiras, e cutilada aqui, e cutilada acolá, deixou muitos braços e pernas quebradas. Foi uma grande batalha que deu, e de que ficou vencedor; e portanto merece que seja recordada. Não menciono o seu nome, porque em outros actos da vida politica se tem mostrado, senão arrependido, ao menos moderado e pacifico. São alienações mentaes, ou vertigens, a que certas cabeças estão sujeitas, e isto comprova o que já disse ácerca do animal homem (2).

Ouvindo contar este facto, então vi a prudencia que haviamos tido em nos separarmos antes da vinda d'el-rei com os seus *inauferiveis*, porque aquelle acto de demencia absolutista, indica que aquillo que se fazia ás cadeiras, estava guardado para nós, se houvessemos alli estado á espera dos nossos conquistadores. É verdade que esse foi o heroismo que dizem tiveram os senadores romanos na primeira invasão Gauleza; mas os Gaulezes d'esse tempo eram mais humanos do que os nossos absolutistas do anno de 1823; porque aquelles se contentaram, segundo dizem, em puxar pelas barbas a alguns dos velhos senadores; e como nós as não tivessemos, é provavel que os nossos heroes do seculo XIX nos deixassem sem algum braço ou perna, como deixaram a muitas cadeiras em que estivemos sentados.

(Continuar-se-ha.)

(1) Vê-se que José Liberato Freire de Carvalho, quando escreveu as memorias da sua vida, não tinha presente o numero da *Gazeta de Lisboa* onde foi publicado o famoso annuncio a que se refere, porque a redacção d'elle não é como menciona. E não admira isso, attenta a raridade d'esse numero, em rasão do governo haver mandado logo recolher todos os exemplares, que já haviam sido distribuidos pelos assignantes, fazendo-os inutilisar e substituir por uma outra edição, em que foi supprimido o dito annuncio.

Tambem nós, quando em 1868 publicámos o livro — *Apontamentos para a historia contemporanea* — referindo-nos a este annuncio a paginas 51, não podémos dar a nota exacta d'elle, o que hoje estâmos habilitados a fazer.

Na *Gazeta de Lisboa* (edição supprimida), n.° 138, de quinta feira, 12 de Junho de 1823, lia-se o seguinte memoravel annuncio:

«*Para o dia 24 do corrente mez se ha de arrematar em hasta publica umas parelhas de bestas, que puxaram o carrinho d'El-Rei, quando mudou de bestas a Arroios.*»

A publicação d'este annuncio importou a demissão e prisão do redactor da *Gazeta de Lisboa*, Diogo de Goes Lara de Andrade; não lhe valendo a justificação da sua innocencia, publicada em uma carta que dirigiu da cadeia á *Gazeta de Lisboa*, o que se póde ver em o numero de segunda feira, 16 de Junho de 1823.

Joaquim Martins de Carvalho

(2) Este individuo que acutilou as cadeiras do congresso nacional, no salão do paço das Necessidades, e de que José Liberato aqui occulta o nome, era D. Gastão Fausto da Camara, depois agraciado com o titulo de conde da Taipa.

Joaquim Martins de Carvalho.

se estende ao longo da muralha de Trajano, de Pchonawoda a Kustendje.

A passagem principal devia todavia effectuar-se, no centro, entre Nicopolis e Rustchuk.

Em Giuergevo e Kalafat havia muitos incendios.

O governador de Ardahan, Hassein-Sabic-Pachá, foi fuzilado em Erzerum, por haver rendido a praça.

Bucharest, 29. — As tropas russas que passaram o Danubio em Sistowa elevam-se ao numero de 50:000 homens. As perdas dos russos foram 1:200 homens. Os turcos devastaram os arredores de Sistowa. Parece que se retiram para os Balkans.

Athenas, 29. — Está resolvido o incidente das caixas de munições turcas apprehendidas em Corfu. O ministro Photiades declarou que a sua nota não contém ameaça alguma. As munições serão transportadas para Trieste. Deligeorgis vae submetter á camara dos deputados o projecto de um emprestimo de 40 milhões de drachmas.

Bucharest, 30. — Os rumaicos desmontaram uma ponte do Sereth, e transportaram-na para Kalafat, onde estão concentrados 40:000 soldados. Não existe ainda nenhum accordo ácerca da cooperação militar da Servia e da Roumania.

Constantinopla, 30. — Vieram da Asia noticias de que os russos foram alli batidos.

Constantinopla, 30. — Sabe-se que os russos continuam a passar o Danubio. Entre Kalafat e Widdin ha forte bombeamento. O exercito ottomano fez um movimento de concentração. Julga-se que depois procurará a defensa no quadrilatero. Activam-se as operações. Ha noticias de novas inundações:

Londres, 30. — A Russia aconselhou a Servia e a Roumania a conservarem-se na defensiva, deixando-lhes a responsabilidade se procederem de outra fórma. Assegura-se que passaram o Danubio em Sistowa 120:000 russos.

O *Bassiret*, de Constantinopla, disse que Suleiman-Pachá entrára em Cottinié. Outro despacho acrescenta que essa entrada estava imminente.

De Ragusa noticiavam que, depois de Suleiman-Pachá e Ali-Saib terem feito a junção, tinham tomado posições entre Spouz e Podgoritza.

Os montenegrinos, entrincheirados em frente de Spouz, receberam a revista do principe Nikita, e pareciam decididos a defender palmo a palmo o solo das suas montanhas.

As tropas russas no Dobrudscha compõe-se dos corpos do exercito 11 e 14; o 1.º commandado pelo principe Schahowski, e o 2.º pelo tenente-general Keiumerman; estes dois corpos avançavam com pouca resistencia dos turcos.

As bombas da artilheria russa de 15 centimetros causam grandes destroços.

Foram destruidos mais dois barcos russos pelos monitores turcos do Danubio.

O consulado inglez em Rustchuck foi incendiado por quatro bombas que cairam simultaneamente dentro do edificio. O consul salvou-se com difficuldade, perdendo os seus haveres e os archivos do consulado.

Nas noticias da ultima hora do *Temps*, de 28, vem a de que o principe Nikita fugira para Cattaro, conforme o nosso telegramma particular.

Roubo. — Ao sr. Jeremias Gired, relojoeiro no Porto, roubou um seu empregado 57 relogios, avaliados em 1:067$540 réis.

Prisão. — Foi hontem, 2, preso em Paris, D. Luiz Zorrilla, depois de uma busca á sua casa, e apprehensão dos seus papeis. É accusado de attentar contra a segurança do estado hespanhol.

Despacho. — O sr. padre Manoel Fernandes Toscano foi apresentado na egreja de Nossa Senhora da Assumpção de Villa Nova do Casal, diocese de Coimbra.

A guerra do Oriente. — Pelas ultimas noticias do dia 1 soube-se que está empenhado vigorosamente o combate sobre o Danubio.

O emprestimo. — Consta que o sr. Baring telegraphou ao nosso governo, dizendo-lhe que responde pelo emprestimo.

Fallecimento. — Falleceu nas Caldas da Rainha, o sr. Francisco Antonio Rezende, medico do hospital d'aquella villa, ao qual havia prestado relevantes serviços.

Musica. — A philarmonica *Boa-União* tocará no sabbado de tarde, na rua dos Gatos, em um pavilhão alli mandado collocar por uma commissão organisada expressamente para esse fim.

ANNUNCIOS

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS DE COIMBRA

1 O SR. Luiz Adelino Lopes da Cruz, digno secretario da mesa da assembleia geral e habil calligrapho, prestou-se a dar, durante o corrente mez, um curso nocturno de calligraphia aos alumnos das aulas d'esta associação, começando ás 8 prefixas da noute, a começar de hoje: depois d'aquella hora não se permitte a entrada aos alumnos, ás familias dos quaes se previne o que fica referido.

Coimbra, 1 de Julho de 1877.

O presidente

Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

PHARMACIA

2 PRECISA-SE de um ajudante que tenha os preparatorios, ou esteja habilitado, para uma pharmacia em Coimbra. Quem estiver no caso dirija-se a esta redacção.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

SEM EGUAL

3 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

MUDANÇA DE CARTORIO

4 O ESCRIVÃO E TABELLIÃO, José Lourenço da Costa mudou o seu cartorio para a rua do Corvo, n.º 23.

BOMBAS FRANCEZAS PARA JARDIM

5 ACABA de chegar um bom sortido, á rua da Calçada, n.º 41 a 45.

DENTISTA

CEREGHETTI DOMINIQUE

CIRURGIÃO DENTISTA

SUISSO

6 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas, que extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fundo da rua das Figueirinhas, n.º 52.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

7 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

8 QUEM QUIZER comprar uma casa de madeira, ou palheiro, na costa de Mira, que tem 5 quartos, sala para visitas, casa de jantar, despensa, cozinha, agua furtada, e cavalharice, tudo pegado, no melhor sitio da praia, livre das innundações das areias e da agua, póde fallar com Antonio Ignacio Torreira, da Porcariça.

Tem a mobilia precisa, cadeiras, bancos, mesas e alguma louça.

FESTAS DA RAINHA SANTA

9 A ANTIGA CASA particular situada na Couraça de Lisboa, n.º 17, continua a receber hospedes.

BOA MADEIRA DE CASTANHO

10 HA PARA vender uma grande porção de couceiras de differentes larguras, tendo algumas mais de 2 palmos e meio de largo.

Largo da Sé velha, n.º 21.

ALVIÇARAS

11 DÃO-SE a quem entregar na rua das Azeiteiras, n.º 12, um chapeu de seda, com a mão de crystal, que se perdeu ao Caes das Ameias, no dia 12 do corrente.

Contra-annuncio

12 VENDO o annuncio n.º 12 do *Conimbricense* de 30 de Junho passado, surprehendeu-me ver que a commissão dos festejos da Rainha Santa, da rua do Corvo, auctorisa o sr. Antonio Diniz de Carvalho a fazer venda dos utensilios que ornavam a dita rua na occasião da festa.

Desejava saber se o encarregado da venda tem auctorisação de todos os commissionados para a fazer.

Como commissionado no rateio das despezas protesto por tal venda.

Coimbra, 2 de Julho de 1877.

Antonio Fernandes.

DILIGENCIA ENTRE COIMBRA E GOUVEIA

13 JOAQUIM AUGUSTO DOS SANTOS NATIVIDADE faz publico, que do dia 4 inclusivè de Julho, vae mudar para de noite a sua diligencia que tem entre Coimbra e Gouveia, a sair de Coimbra ás 5 e meia da tarde, e de Gouveia ás 4 da tarde; sendo diaria,

Os bilhetes em Gouveia vendem-se em casa dos srs. Rebello & Pires; e em Coimbra em casa do annunciante.

Tambem faz publico que continua a ter bons caléches, coupés, e char-à-bancs, que aluga por preços commodos.

Coimbra 28 de Junho de 1877.

Joaquim A. S. Natividade.

Substituições a militares

14 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

600$000 RS.

15 EMPRESTA-SE esta quantia a juro modico, sobre boa hypotheca. Para tratar, no largo da Feira, 8 a 10.

FABRICA DE LOUÇA VERMELHA DE JOAQUIM CARVALHO

49, RUA DO JOÃO CABREIRA, 51

COIMBRA

16 ENCARREGA-SE de qualquer encommenda de telhões e manilhas como as do Porto, mas vidradas por dentro e de todas as qualidades; assim como sifões, curvos, tijolo e ventiladores, que tudo faz por preços commodos.

COIMBRA

17 VENDE-SE um predio nobre de casas, na rua das Loyas, ao largo da Feira, com habitação para residir e outras para alugar, com lojas, etc.

Dão-se informações na rua do Rego de Agua, n.º 18.

18 DR. GAMA vende ou aluga a sua casa na rua do Correio.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3124 | Sabbado 7 de Julho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A necessidade de desenvolver a arboricultura cada vez se faz mais sentir.

O augmento verdadeiramente prodigioso que tem tido nos ultimos trinta annos as construcções tanto publicas, como particulares; e em especial os caminhos de ferro e os telegraphos electricos; têm dado consumo a um extraordinario numero de arvores.

Todos os dias se derrubam numerosos pinheiros, que levaram muitos annos a chegar ao grau de desenvolvimento necessario para o fim a que se destinam; e não são proporcionalmente substituidos por outros, que no futuro venham preencher o vacuo que deixam os que agora são cortados.

D'ahi resulta o preço elevado a que têm subido todas as madeiras de construcção, e a lenha para combustivel.

Já em 1855 a Sociedade Agricola do districto de Leiria fazia notar, quanto tem sido rapido o augmento do preço das madeiras: — «Tem sido tão grande a procura n'estes ultimos annos, que, apesar da grande abundancia de madeiras (no districto de Leiria ha unicamente esta abundancia), o preço d'estas e da lenha em especial tem *quadruplicado e mais ainda*. O pinheiro, que em 1846 se vendia por 300 reis, não se alcança hoje facilmente por 1$200 rs.»

Desde certa épocha têm os governos dado alguma attenção a este importante ramo da agricultura; mas ainda assim está muito longe do que era indispensavel.

Pela sua parte os cidadãos tambem alguma cousa têm feito. Comtudo, proprietarios ha que se deixam vencer pela inercia, em rasão do egoismo de não quererem esperar o tempo necessario para obter o interesse nas plantações das novas arvores.

Quem assim procede devia lembrar-se, que nem todas as arvores são tão demoradas no crescimento que os individuos que as plantam não possam em sua vida alcançar d'ellas proveito; e que egualmente se deveriam lembrar, que se os seus antepassados assim pensassem, não veriamos hoje por todo esse reino tantas e tão productivas oliveiras, tantos sobreiros, castanheiros, pinheiros e mais arvores indispensaveis e que fazem a riqueza da nação.

Já em 1813 dizia José Bonifacio de Andrada e Silva, na sua *Memoria sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*: — «Sem matas, a humidade necessaria para a vida das outras plantas e dos animaes vae faltando entre nós; o torrão se faz arido e nu. Tojo, estevas, urzes, e carqueijas apenas vestem alguns cumes e assomadas, algumas gandras e chans. Diminuidos os orvalhos e chuveiros, diminuem os cabedaes, certos e perennes, dos rios e das fontes; e só borrascas arrazam os valles e costas, inundam e subterram as searas.»

A este proposito dizia ha annos um jornal da ilha da Madeira: — Quereis agua de rega para fertilisardes vossos campos, para cultivardes terrenos aridos, até hoje incultos? Quereis conservar e augmentar as fontes que existem, e fazer apparecer outras novas? Quereis chuvas mais frequentes, mais egualmente distribuidas? Quereis defender dos estragos do vento e dos nevoeiros as vossas vinhas, cearas, hortas e pomares? Quereis melhorar o clima? Quereis mais egualdade nas estações? — *Conservae como objectos sagrados os arvoredos que existem; plantae, semeae, creae novos arvoredos!*»

E' para isso que devem concorrer governos, juntas geraes, camaras municipaes, e cidadãos em particular. A todos e cada um na esphera da sua acção e individualidade, cumpre contribuir para um objecto de maxima utilidade.

Não se deve esperar tudo só dos governos. Estes têm rigorosas obrigações a satisfazer; mas os municipios e os cidadãos tambem podem e devem auxiliar a administração central. Do conjuncto d'esses elementos é que póde resultar o vermos cobertos os baldios, as cumeadas e as dunas de arvores, uteis debaixo de numerosos aspectos.

O municipio de Peniche servirá sempre de norma a todos aquelles que quizerem tomar a serio este valioso objecto.

A camara do referido concelho, só no espaço de tempo decorrido de 1848 a 1865, fez semear de penisco a vasta extensão de 2.570:000 metros quadrados de terreno. Para isso todos os annos votava uma verba no seu orçamento; e pela sua parte o governo veiu louvavelmente em auxilio da mesma camara em 1864 e 1865 com a quantia de réis 500$000.

O sr. João Maria de Magalhães, no seu *Relatorio sobre a arborisação dos terrenos baldios no concelho de Peniche*, publicado no *Archivo Rural* de 20 de Abril de 1864 diz, que a solicitude da camara de Peniche não ficou só n'este ponto. Crear um pinhal que de futuro se tornasse uma fonte de receita para o municipio, acudir ás necessidades dos povos vizinhos e da industria, *e fixar as areias das dunas, salvando assim a propriedade agricola*, ainda não era tudo; o seu intento foi além, e quiz que os particulares fossem elles mesmos proprietarios florestaes. *Tem, pois, mandado distribuir pelos proprietarios do concelho grandes quantidades de penisco, com a condição de semearem*; e desde 1850 até hoje (26 de Março de 1864) tem conseguido que estes particulares semeassem terrenos de quasi 40 hectares.

A iniciativa da sementeira do penisco no concelho de Penisco deve-se ao benemerito escrivão do municipio o sr. Pedro Cervantes de Carvalho Figueira. Todas as difficuldades elle resolveu, e nunca deixou de dar impulso a esta sua nobre empreza.

Emquanto isto se pratica no concelho de Peniche, o districto de Coimbra jaz como que abandonado, se exceptuarmos a arborisação effectuada por conta da direcção das obras do Mondego.

No *Relatorio apresentado á junta geral do districto na sua sessão ordi-*

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Outro episodio da mesma época, que mostra o que são as paixões politicas, e que valor tem as cabeças d'esse animal, chamado homem, praticado por outro homem de alta jerarchia, foi o seguinte, conforme me contou pessoa de grande respeito. Um dos nossos bons cidadãos, que tinha formado uma especie de guarda civica nos poucos dias em que estivemos sem tropa, e guarnição alguma na cidade, achando-se em uma especie de revista que lhe fazia um dos heroes de Villa-Franca, quer fosse por esquecimento, ou por amor que conservava ao laço nacional das duas côres azul e branco, tinha-o ainda no chapeu. Eis que de repente o nosso heroe com toda a cortezia de um valente realista, e animado pelo santo furor da seita, se chegou a elle, lh'o arrancou do chapeu, e em signal de triumpho o calcou aos pés!...

Este heroe, tão desprezador do novo laço nacional, passados alguns annos, deu-se por muito honrado, e até feliz de o poder pôr no seu chapeu de plumas!... Tambem não menciono o seu nome, porque na sua vida futura praticou actos tão heroicos, e entre elles alguns tão burlescos, que não quero que as sombras d'estes escureçam a muita luz dos outros que ornam o seu retrato. Quanto mais, nos revezes da vida fomos depois algumas vezes camaradas; e só hoje me quero lembrar d'essa boa camaradagem, e não dos tristes successos que a romperam...

El-rei tinha nomeado o seu novo ministerio, entre o qual havia dois homens muito meus conhecidos, Pamplona, depois conde de Subserra, e conde de Palmella, que morreu duque. A nenhum d'elles procurei nem pedi favor: puz-me, como se diz, á capa, á espera do futuro. Sempre acautelado, metti-me em casa, e deixei ir correndo a tempestade sem a provocar, nem fugir d'ella como creança que tem medo. Ora D. João VI, que na minha opinião tinha mais medo do filho, como instrumento da mulher, do que dos constitucionaes, que sempre o haviam tratado com respeito, para ter sempre n'elles algum apoio, prometteu-lhes em Villa-Franca uma Carta Constitucional, e chegando a Lisboa confirmou a sua promessa nomeando uma commissão para a redigir. Esta, com effeito, foi nomeada, e o conde de Palmella a annunciou aos portuguezes e á Europa com todo o luxo de phrases diplomaticas de que se costumava servir.

Esta circumstancia fez com que eu me resolvesse a conservar-me incognito, sempre mettido em casa, e espreitando a marcha dos acontecimentos. Como não entendessem comigo, eu tolerava a minha sorte, e o que só desejava era, que o meu nome esquecesse aos que então nos dominavam. Em consequencia d'isto não via quasi ninguem; e apenas, entre tres ou quatro pessoas que em todo esse tempo admitti em minha casa, só duas eram da minha particular amisade, e com quem francamente fallava sobre os negocios do tempo.

Estas duas pessoas eram dois velhos amigos, — José Aleixo Falcão, e o então coronel João Freire Salazar, que a final morreu brigadeiro aqui mesmo em Lisboa. Ambos elles tinham particular relação com Pamplona, e como soubesse que lhe frequentavam a casa, procurei indagar d'elles, se lá haviam ouvido fallar no meu nome. Ambos me disseram, que sim o tinham ouvido, e sempre em bem; e que contra mim não havia indisposição; e por consequencia nenhuma medida hostil tinha que recear, porque já se começavam a annunciar desterros de alguns meus collegas deputados.

Assim se passaram dois ou tres dias, quando não sei se foi José Aleixo ou Freire que me veiu dizer, que Pamplona se lembrava do meu nome para que fizesse parte dos redactores da nova constituição, e que muito desejava saber se acceitaria. Creio que foi João Freire, que me fez a pergunta, ao qual promptamente respondi: — que da minha parte lhe podia claramente dizer: «que eu não tinha ainda perdida a vergonha a ponto de me esquecer de que havia, bem poucos dias antes, como deputado, jurado defender a constituição que elle tanto concorrêra para que fosse violentamente derribada,

naria de 1874, dizia o governador civil:

«Nem o estado, nem os districtos, nem os municipios têm empregado tantos esforços quantos eram precisos para dar á arborisação o desenvolvimento que ella podia ter, e que por todas as considerações convinha que tivesse, e todavia seriam bem empregados todos os sacrificios que se fizessem, porque se attenderia a uma grande necessidade publica, e se aproveitariam os elementos d'uma importante riqueza.

«É o districto de Coimbra um d'aquelles em que é urgente e da maxima conveniencia dar impulso á arborisação, porque ha extensissimos tratos de terreno que só para ella se podem aproveitar, e porque do que se tem feito é pouco, e muito o que resta a fazer.

«Temos no districto uma extensão de costa, que não tem menos de 50 kilometros, desde o logar das Casas da Barra ao N. de Mira até ao Rego da Leirosa. Da extremidade N. até á Murtinheira e palheiros de Quiaios, na extensão de 32 kilometros, são tudo areaes que podem ser arborisados, e egualmente o podem ser os que se estendem desde o Cabedello da Figueira até o Rego da Leirosa, com o comprimento de 9 kilometros.

«A extensão da superficie de todos estes areaes, não se póde calcular em menos de 1:800 hectares, *e todavia nada ha feito relativamente á sua arborisação !!*

«Pelo que respeita ás terras do interior, basta ver a carta junta ao relatorio ácerca da arborisação geral do paiz, para se conhecer e avaliar a grandissima extensão de solo inculto em serras, collinas e cumeadas, que poderia aproveitar-se para a arborisação.»

Chamâmos, por isso, toda a attenção do governo, dos municipios e dos particulares sobre este assumpto, que é sem duvida um dos mais importantes em que se póde empregar a sua actividade.

Não devemos ficar estacionarios, quando os outros paizes estão applicando todos os seus cuidados para a arboricultura. Em 1857 dizia o sr. João de Andrade Corvo, no *Relatorio sobre a exposição universal de Paris*, na secção de *agricultura*: — «As matas estão hoje sendo, por toda a Europa, um dos ramos da industria agricola, que mais chama a attenção dos economistas e dos governos. A's matas não se prende só o interesse immediato da producção de combustivel e de madeira de construcção, liga-se tambem uma grave questão de meteorologia e de conservação do solo aravel.»

Pois se por toda a Europa merece tanta attenção este objecto, não queirâmos nós ser exceptuados d'essa regra geral. Vae n'isso a nossa utilidade, e até o nosso credito como nação.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O estabelecimento da Santa Casa da Misericordia, digno de toda a consideração pelos santos fins do seu instituto, parece que devia ser extranho a todos os odios politicos. Infelizmente não acontece assim, e até de uma casa de *misericordia* e *caridade* se faz um dos muitos meios de preponderancia pessoal, que por ahi se têm organisado.

Nos antigos tempos do obscurantismo foram mandados excluir da Misericordia todos os irmãos que tivessem a nota de *christãos novos*. No tempo do governo de D. Miguel foram expulsos de irmãos da Misericordia todos os liberaes; e até uma das mesas chegou a commetter a iniquidade de expulsar um orphão de 11 annos de edade, unicamente por os seus parentes serem liberaes e estarem presos.

Parece que estas tradições de intolerancia ainda não esqueceram n'aquelle estabelecimento de *caridade*.

Os eleitores que hão de fazer as mesas, são escolhidos cuidadosamente de um certo grupo, com a ordem expressa de elegerem individuos determinados e da mesma parcialidade, com absoluta exclusão de qualquer irmão, que supponham que se não presta a subcrever cegamente a tudo quanto os potentados politicos lhes ordenarem.

Ao mesmo tempo escusa de pretender ser irmão da Misericordia qualquer cidadão, que não leve o carimbo dos mesmos potentados. Nenhuma mesa, vista a dependencia em que se acham, se atreveria a despachar um requerimento para irmão, sem que primeiro pedisse o beneplacito aos poderes que hoje dão as leis na Misericordia.

Parece que uma parte dos habitantes de Coimbra incorreram na pena de excommunhão maior.

O compromisso da Misericordia de Coimbra, feito em 1620, épocha de intolerancia religiosa, determinava, como primeira das condições para qualquer individuo poder ser admittido a irmão, que fosse limpo de sangue, *sem alguma raça de mouro ou judeu*.

Essa disposição está hoje obsoleta; mas foi substituida por uma outra, e é, que não possa ser mesario ou irmão pessoa alguma, que não agrade por qualquer motivo aos mandões politicos da cidade.

Elles substituem para todos os effeitos o compromisso da Misericordia.

Tal é a indignidade a que se chegou n'esta terra!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Quando se solicitavam por parte do governo civil de Coimbra os productos para a exposição de Philadelphia, foram recebidos no mesmo governo civil esses productos. D'ahi foram enviados para Lisboa, e depois para a exposição.

Tinham todo o direito os expositores de esperar, que da mesma fórma como lhes haviam recebido no governo civil os objectos que enviavam para a exposição; voltassem agora para o governo civil esses mesmos objectos, a fim de alli lhes serem entregues.

Têm-se-nos, porém, queixado alguns expositores d'esta cidade, de que ainda estão sem os seus productos, pois que se os quizerem receber têm de ir ou mandar a Lisboa, se é que elles lá estão!

Eis ahi o zelo e lealdade com que se procede em tal assumpto!

N'este facto ha não só uma falta de boa fé; mas de mais a mais vae-se com isso difficultar que se obtenham productos para a proxima exposição de Paris.

De modo que, pede-se e insta-se com muitos cidadãos, para que pratiquem o acto de patriotismo de concorrer para que Portugal fosse dignamente representado na exposição de Philadelphia; e agora pagam-lhes esse serviço não lhes entregando aqui os seus productos que mandaram!

As consequencias são faceis de prever. Vá, porém, a culpa a quem toca.

É assim que se desempenham muitos serviços publicos n'este paiz!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O acreditado correspondente de Braga para o nosso collega do Porto, a *Actualidade*, relata-lhe um conflicto que ha dias houve entre o sr. deputado Miguel Maximo da Cunha Monteiro, e o sr. governador civil d'aquelle districto, marquez de Vallada.

O sr. Monteiro tinha um recruta seu protegido, que havia requerido resalva, allegando não chegar á altura legal.

O sr. governador civil designára o meio dia para a hora da reunião, a fim de ser examinado o recruta.

A essa hora, pois, entrou no governo civil o sr. Monteiro, e perguntando pelo sr. marquez, responderam-lhe que ainda não tinha chegado. O sr. Monteiro, replicando que não podia estar á espera do sr. marquez, mandou entrar o recruta, viu que não chegava ao estalão, e despediu-o.

Quando o sr. governador civil entrou na secretaria, e lhe disseram o occorrido, s. ex.ª reprovou asperamente o procedimento do sr. Monteiro, chegando a questão entre ambos a tomar proporções graves.

Este facto succedido em Braga vem corroborar o que por muitas vezes temos dito, da audacia com que os potentados politicos querem dispôr do recrutamento, para manter a sua influencia pessoal.

Aqui em Coimbra os chamados influentes politicos decidiam completamente de todos os actos do recrutamento. Governador civil, commissão districtal, junta de revisão, administradores de concelho e regedores, todos estavam á sua disposição.

Acostumados, portanto, a curvarem-se-lhes submissas todas as auctoridades e membros dos tribunaes; hão de necessariamente desatinar e revoltar-se desde que achem alguma resistencia ás suas imposições.

Teremos muito que ver.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ácerca dos factos occorridos em Maiorca, e de que demos conta em o ultimo numero d'este jornal, recebemos mais a seguinte carta:

«Sr. redactor. — É um facto averiguado o que v. publicou no seu jornal de terça feira, e que tambem já noticiou o *Campeão das Provincias* com referencia a um acto de selvageria, praticado em Maiorca, no dia 21 de Junho passado, em que um individuo inoffensivo, que por acaso aqui appareceu, foi barbaramente maltratado.

---

para agora acceitar a commissão de ir ajudar a fazer outra, que a annullasse e prescrevesse; e que, portanto, não só não acceitava, mas rejeitava com indignação tão vil e desprezivel emprego.» Não sei se lhe deu ou não a minha resposta, tal e qual lh'a dei; o que sei é, que passados poucos dias tive ordem para me ir apresentar á nova intendencia de policia.

Esta, de novo creada pelo ministerio dos *inauferiveis*, fazia as suas sessões no antigo palacio do Rocio, e para lá me dirigi logo, sem hesitar. Era um sabbado de tarde. Acheime na presença de Simão Ferraz que, sendo um dos juizes dos bairros de Lisboa, havia fugido para Villa-Franca com o infante, e alli se havia associado a Pamplona, ambos auxiliadores do mesmo infante, de quem se haviam servido como *instrumento* para a contra-revolução. Tanto um como outro, como tivessem desertado da bandeira do seu *instrumento* para a do pae, isto é para a de el-rei, pagaram depois a deserção que fizeram, quando D. Miguel lhes poude pôr a mão por cima. O novo intendente teve por premio da sua deserção ser nomeado chefe da policia com o titulo de *barão de Rendufe*, e Pamplona o ser nomeado primeiro ministro com o titulo de *conde de Subserra*. Mas vamos ao que se passou então comigo perante esta nova auctoridade.

Assim que alli cheguei disse-me o Ferraz: — tenho ordem para lhe communicar da parte de sua magestade, que hoje mesmo deve sair de Lisboa com o destino para Coimbra, onde se apresentará ao corregedor da comarca, e d'elle receberá as ordens que lhe vão ser transmittidas. Aqui já está prompto o seu passaporte.—Eu ouvi-o com toda a tranquillidade, e respondi-lhe: — Obedeço ás ordens de sua magestade, porém não as cumpro, nem posso cumprir hoje. El-rei é mui benigno; sabe muito bem que tenho até agora aqui exercido o emprego de deputado, e que devo ter uma casa, e pelo menos meia duzia de camisas para arranjar, e que n'esse caso seria uma violencia inaudita fazer-me sair hoje, e a esta hora de Lisboa. Não; el-rei não é capaz de querer que em seu nome se pratique uma tal violencia. Portanto, declaro que estou prompto a obedecer, porém não hoje; porque não posso: apenas peço uma pequena demora...—E qual é ella me replicou o intendente?—A de ámanhã, que é domingo; foi a minha resposta; e dou a minha palavra, que na segunda feira de madrugada sairei de Lisboa, e irei para o meu destino.

O meu homem olhou para mim mui sisudo, e disse-me: pois bem, seja assim; como o promette, fico certo que hade cumprir com a sua palavra.—E póde d'isso ficar certo, lhe respondi; nunca faltei a ella...

Assim entregou-me o passaporte, fallando-me com muita cortezia, e dizendo-me, que a minha residencia não havia de ser na cidade, mas na sua visinhança, a meio quarto de legua, na freguezia de S. Martinho do Bispo, e na quinta e casa de Monte-são, que pertencia a uma minha irmã.

Despedimo-nos por tanto, na paz do senhor; e d'alli fui direito a casa do meu amigo Ricardo José Duarte, contei-lhe o que acabava de passar, e com elle fiz os arranjos, que me pareceram necessarios, pedindo-lhe, que tomasse conta da minha casa, que no emtanto, eu deixava tal e qual, e com os criados que tinha, até que á vista do que fosse acontecendo eu tomasse novas providencias a este respeito.

Segundo o que me tinha dito o intendente ácerca da minha residencia em Coimbra, vi logo que todo aquelle itinerario não podia ser obra senão de Pamplona, porque no ministerio só elle é que conhecia a minha familia, e podia saber que minha irmã tinha uma casa, e vivia em Monte-são, e freguezia de S. Martinho do Bispo. Que não era por odio que me dava aquelle desterro, porque á vista de outros que se tinham dado a alguns dos meus collegas, o meu era muito moderado, e o mais humano possivel.

Então me convenci por cousas que já tinha ouvido, que contra mim havia reclamações por parte do ministro francez ácêrca do que eu tinha escripto no meu *Campeão*, sobre Luiz XVIII, que então governava a França. E como não quizesse tomar parte em a nova ordem de cousas, nem acceitar o que se me propunha, natural era que alguma satisfação se quizesse dar ás reclamações do governo francez. E ainda outra prova tive de que o meu desterro tambem era satisfação á politica franceza, o ser dos poucos que se conservaram por mais tempo no desterro, que além de mim só me constou fossem dois; um Manoel de Macedo, que esteve na sua casa de Verride, e que tinha o crime de conduzir o patriarcha até ás fronteiras do reino; e o outro o general Pêgo, desterrado na Figueira, porque se tinha recusado a reconhecer logo a força politica de Villa-Franca. Nós fomos os tres ultimos, a quem se quebraram os desterros, passados mais de dois annos.

(*Continuar-se-ha.*)

Este individuo, tal era o estado deploravel em que ficou, depois dos maus tratos, com todo o seu fato rasgado e cheio de pancadas, que causou compaixão a todos que o viram, sendo aconselhado a que fosse á Figueira queixar-se á auctoridade administrativa, visto não ter obstado a todas aquellas scenas de barbaridade o proprio regedor, que, segundo se diz, tambem estava presente.

Foi; e parece que o sr. administrador, em vista da queixa do offendido, mandára chamar á sua presença o regedor, interrogando-o sobre o acontecido.

Que lhe havia pois dizer o regedor? Deveria, confessando a verdade, comprometter-se?!...

Presentemente os actos de gravidade vão assim passando impunes, e principalmente quando n'elles entram *as pessoas*, que, sendo as unicas interrogadas sobre elles, pretendem desfigural-os, como n'este caso, por conveniencia propria.

Se merecem toda a censura aquelles ociosos que por malicia se associaram ao individuo estranho para no fim o maltratarem, não nos queixamos especialmente d'elles, porque em toda a parte ha mais ou menos individuos malevolos e atrevidos; queixamo-nos sim, e muito principalmente, com toda a razão, do regedor, que, se é que estava presente, como se diz, e não quiz obstar áquelles excessos, unicamente por passar por bondoso para com os seus patricios, que d'outra qualidade não póde vangloriar-se, sendo por isso um máu regedor, merece, incontestavelmente, uma lição severa.

É mais uma proeza do regedor de Maiorca. Já são tantas!...

Maiorca, 5 de Julho de 1877.»

O nosso collega da *Correspondencia da Figueira*, transcrevendo o nosso artigo, acrescenta o seguinte:

«Já por vezes nos occupámos das tristes consequencias do jogo em algumas das povoações do concelho. É mister que a auctoridade competente providenceie a este respeito para expurgar os coitos onde se aninham os jogadores de profissão. Dê-lhes caça, que fará um grande serviço á moralidade, e obrigue os seus delegados a cumprir as disposições da lei.»

Pela nossa parte pouco ou nada esperâmos das auctoridades, emquanto ellas forem, como até aqui, nomeadas e conservadas exclusivamente para fins eleitoraes.

Em convindo aos mandões politicos das diversas localidades, escusa a imprensa de se cançar em fazer queixas dos abusos na administração publica.

Os mandões estão sendo o quinto poder do estado. Perante elles de nada vale a Carta, as leis e a justiça.

Pois caminhem assim, que vão bem.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTICIARIO

Diogo de Goes Lara de Andrade e a Gazeta de Lisboa. — Em uma das notas que juntámos ao folhetim do numero antecedente d'este jornal dissemos, que o facto da publicação do annuncio para a venda das *parelhas de bestas*, que haviam puxado ao carrinho de el-rei D. João VI, e publicado em a *Gazeta de Lisboa*, de 12 de Junho de 1823, importara a demissão e prisão do redactor da mesma *Gazeta*, Diogo de Goes Lara de Andrade.

Vamos hoje publicar a carta que Lara de Andrade dirigiu á *Gazeta de Lisboa*, explicando como os factos se tinham passado; carta que foi publicado em o numero de 16 de Junho.

Por uma coincidencia notavel, o celebre annuncio saiu publicado exactamente no mesmo numero em que se publicava a — *Relação dos officiaes, QUE TIVERAM A HONRA de puxar pelo carrinho em que vinha el-rei nosso senhor, desde o sitio dos Anjos até á Sé, e d'alli até ao paço da Bemposta, no memoravel dia 5 de Junho da gloriosa entrada de sua magestade n'esta capital, no regresso de Villa-Franca.*

Veja-se agora o espanto que havia de causar, depois de uma relação de 44 officiaes da primeira e segunda linha, incluindo dois *coroneis*, sendo um d'elles o *conde da Cunha*, os quaes haviam tido a HONRA de servir de *bestas*, puxando ao carrinho de el-rei D. João VI, o sair publicado na *gazeta official do governo*, e no mesmo numero em que se lia a referida relação, o seguinte annuncio:

«*Para o dia 24 do corrente se hade arrematar em hasta publica umas parelhas de bestas, que puxaram o carrinho d'El-Rei, quando mudou de bestas a Arroios.*»

Na imprensa periodica de certo nunca houve um episodio mais curioso e mais a proposito. O auctor que teve esta feliz lembrança, com razão se havia de rir á gargalhada, pelo bom resultado da sua pungente satyra.

Ahi vae agora a carta de Diogo de Goes Lara de Andrade, escripta do Limoeiro:

«Sr. redactor. — Ha muito que a inveja e a malignidade tem recorrido a toda a sorte de estratagema para me perderem na opinião publica; e ultimamente me urdiram uma trama em que infelizmente fiquei compromettido, por não me occorrer que chegaria a tanto a maldade dos meus inimigos.

Entre diversas cartas recebidas pelo correio de quarta feira, 11 do corrente, achei uma em que por *ordem superior* se me ordenava — fizesse inserir na *Gazeta*, com a brevidade possivel, o annuncio incluso.

Sem attender ao contheudo do annuncio, e só á respeitavel personagem em cujo nome elle me era enviado, e achando-me occupado em muitos objectos serios da redacção de que estava encarregado, indiquei ao compositor no mesmo annuncio, quando lh'o enviei com outros artigos, que o pozesse na *Gazeta* do dia seguinte, quinta feira, e nunca mais me passou pela vista tal annuncio, pois que eu me não achava ha muito encarregado de ler as provas, onde poderia ler o annuncio, e então conhecer o seu fatal contexto.

Á vista da singella exposição do facto, parece-me inutil protestar pela innocencia das minhas intenções; pois que um só argumento bastava para destruir quanto se possa dizer sobre a minha cumplicidade em tão nefando annuncio, por quanto, ainda quando eu não tivesse nada a receiar nem da parte das auctoridades, nem pela conservação do meu logar, seria preciso ter absolutamente perdido o uso da razão, para chamar gratuitamente sobre mim o odio de um tão grande numero de pessoas vilmente offendidas no indecoroso annuncio em questão.

A minha culpa está unicamente em não ler o annuncio, pela boa fé em que estava, e pelo muito que n'essa occasião tinha que fazer.

Confiado pois na justiça e rectidão dos offendidos, espero que elles dirijam toda a indignação que sobre mim devia recair, se tudo quanto digo não fosse a exacta verdade, contra aquelles ou aquelle que tão perfidamente me comprometteu, e me sacrificou.

Sou, etc. — *Diogo de Goes Lara de Andrade*, redactor da *Gazeta de Lisboa*. — Cadeia da cidade 12 de Junho de 1823.»

Rainha Santa. — Na quinta feira, pelas 8 horas da tarde, uma salva de tiros e girandolas de foguetes annunciavam á cidade de Coimbra, que as portas do real mosteiro de Santa Clara se acabavam de abrir para dar passagem á sua padroeira, a santa esposa do rei-lavrador.

As florinhas silvestres exhalavam aromas delicados, e o Mondego tinha deixado o manto escuro de suas aguas, para ornar-se de fios de prata!

Era o preito de homenagem prestado pela natureza ás virtudes da santa Isabel de Aragão.

Abriam o prestito quatro batedores de cavallaria. Seguia-se o guião com a irmandade da santa. Quasi no fim ia o andor com a imagem; debaixo e após do qual muitos fieis cumpriam as promessas de que os milagres da santa se tinham tornado credores.

Fechava o prestito a philarmonica *Boa-União*, seguida por uma força de infanteria, sob o commando de um subalterno, e terminando por trinta soldados de cavallaria.

Á entrada da rua do Sargento-Mór levantava-se um arco, terminado por um quadro, em que se representava Santa Isabel, com o regaço cheio de rosas e dando esmola a um pobre. Uma fileira de columnas, encimadas por estrellas de gaz e ligando-se aquellas por festões de murta com flores, completavam o ornato da rua, terminando por um bonito pavilhão de fórma rectangular, destinado para os pobres, que em presença da santa tinham de receber o obulo da caridade.

Para egual fim, e a poucos passos de distancia, no Adro de Cima, levantava-se um elegante pavilhão, de fórma octogonal, luxuosamente ornado e de cujo centro pendia um rico lustre de crystal. Oito porticos, d'onde pendia egual numero de candieiros de gaz, com globos de vidro de lindas côres, e cujas columnas eram em parte vestidas por delicadas flôres naturaes, formavam as oito faces do pavilhão. A cupula superior era exteriormente orlada pelas armas portuguezas e pelas de Santa Isabel. Este pavilhão em riqueza e brilho excedia muitissimo aos dos annos antecedentes.

Assim como na rua do Sargento-Mór, não faltavam n'esta as duas orlas de columnas, festões, flôres e bandeiras.

A praça do Commercio apresentava este anno um novo enfeite. Á entrada erguiam se duas grandes columnas de base quadrangular terminando em cone, d'onde sahia uma haste para uma grande bandeira.

Do meio e na parte superior de cada columna sahia um candieiro de tres lumes.

Outras duas columnas em tudo eguaes a estas estavam no fim da praça.

Seguiam-se depois duas fileiras de columnatas, ligadas por arcos e encimados por bandeiras de vivas côres e com as armas dos reis de Portugal.

O passeio central da praça apresentava um gosto novo e de bonito effeito. Parecia uma grande nave formada por treze arcos de cada lado, ligados uns aos outros e de cujo centro pendia um candieiro de gaz com dois bicos. A grande profusão de lumes, bandeiras, flamulas e galhardetes completavam a harmonia d'este local.

No largo do Pocinho erguia-se um obelisco, terminando superiormente por uma grande estrella de gaz.

Na rua de Tingerodilhas parecia, que se entrava n'um logar privilegiado. Julgavamonos n'um d'aquelles sitios encantados, com que em creança nos embriagavam a imaginação. É impossivel, a quem não visse, descrever a belleza d'esta rua. Milhares de flores, lumes, cores vistosas e delicadas, damascos vestindo as paredes, bandeiras atravessando aquelle pequeno espaço, e um elegante arco levantado no centro da rua e formado por quatro columnas que se junctavam superiormente por quatro braços em forma de — SS —, d'onde nascia um quadro com a imagem da Rainha Santa, tal era o agradavel conjuncto d'esta rua.

A imagem da santa foi recebida, ao entrar no templo de Santa Cruz, debaixo do pallio, e ahi foi cantado um solemne *Te-Deum* a grande vocal e instrumental.

Honrosa distincção. — O Instituto de Coimbra, reunido em assembleia geral, concedeu ao sr. Francisco Martins Sarmento, de Guimarães, o diploma de socio honorario, que é a distincção mais subida com que esta respeitavel associação scientifica e litteraria póde galardoar o verdadeiro merito. Esta honra foi muito bem cabida no sr. Martins Sarmento; foi uma prova da grande conta em que o Instituto tem os relevantes serviços prestados por este cavalheiro á historia e archeologia do paiz, na exploração e estudo das ruinas da Citania de Briteiros, por s. ex.ª emprehendidos com verdadeira dedicação, e não se poupando a grandissimos dispendios, sem o mais pequeno auxilio dos poderes publicos.

Theatro. — A companhia do Gymnasio de Lisboa veiu dar tres recitas no theathro Academico por occasião dos festejos da Rainha Santa.

Á hora em que está saindo o nosso jornal deve estar a representar-se o drama do sr. Ennes os *Lazaristas*. A recita devia principiar ás 3 horas da tarde. Por esta fórma pódem conciliar-se a recita e as illuminações da noite. Foi uma excellente lembrança, que deve servir de conveniencia para as pessoas que quizerem assistir a uma e outra cousa.

Amanhã é a ultima recita.

Companhia Edificadora.—Consta-nos que no dia 4 do corrente se reuniu o conselho fiscal, e que a directoria lhe apresentou o relatorio e balanço, e juntamente a proposta para se dar o juro de 5 %, ou 500 réis por acção, aos titulos de que se tiver effectuado o pagamento das prestações.

Fallecimento. — Falleceu no hospital d'esta cidade o fogueteiro de Cantanhede, victima da explosão que noticiamos em o numero passado d'este jornal.

A exposição horticola do Porto, e o jardim botanico de Coimbra. — D'esta exposição tambem faz parte o herbario preparado pelos alumnos de botanica da Universidade, e que consta de 96 plantas expostas em seis *vitrines* collocadas na galeria do lado esquerdo da entrada. Esse herbario acha-se perfeitamente preparado, sendo tal trabalho feito sob a direcção do lente de botanica e director do jardim botanico, o sr. dr. Julio Augusto Henriques. Junto de cada planta acha-se um pequeno mappa, com a descripção da organisação da flor, localidade onde foi encontrada, familia a que pertence, etc., etc.

Mercado de Coimbra. — No mercado do dia 6 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 520 — Dito branco 520 — Dito de Celorico meudo 540 — Dito graudo 480 —Milho branco 340—Dito amarello 350 — Feijão vermelho 700 — Dito branco da marinha 600 — Dito da terra 560 — Dito rajado 480 — Dito frade 460 — Centeio 300 —Cevada 220 —Grão de bico meudo 520 — Dito graudo 600 — Favas 360 — Tremoços 330 — Batatas, 15 kilos, 380 — Azeite réis 1$300 — Vinho da Beira 1$000 — Dito do Bairro 1$100—Dito da Bairrada 1$200 réis.

Recrutamento. — O supremo tribunal administrativo julgou favoravelmente os seguintes recursos, a fim de que os respectivos mancebos fiquem isentos do serviço do exercito:

CONCELHO DE COIMBRA

Freguezia de Santo Antonio dos Olivaes. — Domingos Francisco Tanazio, por seu filho João.

Antonia Maria, viuva de João Lopes, por seu filho José.

Freguezia de S. Martinho do Bispo. — Manoel Serrano, por seu filho José.

CONCELHO DE PAMPILHOSA

Freguezia de Pampilhosa. — Antonio Affonso dos Reis, por seu filho Antonio.

ANNUNCIOS

CAMARA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE TABOA
Emprestimo de 2:000$000 rs.

1 ACHANDO-SE auctorisada esta camara por accordão do ex.mo conselho de districto de 20 de Novembro de 1875, a contrair um emprestimo de 3:500$000 réis, com juros inferiores a 7 % e amortisação em 10 annos, pagos pela receita de viação, para a construcção da estrada municipal de Taboa a Midões; e não precisando para isso a mesma camara, actualmente, senão a quantia de 2:000$000 réis, que está resolvida a receber emprestada, pela julgar sufficiente para o indispensavel: vae pelo presente annuncio convidar qualquer estabelecimento de credito, capitalistas, banqueiros, ou mesmo particulares, que queiram contractar-se com a camara a respeito do referido emprestimo, a enviarem no prazo de 20 dias, a contar da publicação d'este, nos jornaes das respectivas localidades, suas propostas em carta, dirigida ao presidente, para serem aceites as que mais convierem, com approvação ainda do ex.mo conselho de districto, e ficando em todo o caso a camara com o direito de pagar antes de expirar o prazo de 10 annos para a amortisação, se se julgar para isso habilitada.

Secretaria da camara municipal de Taboa, 2 de Julho de 1877.

O escrivão da camara
José dos Santos Gonçalves.

Contra-annuncio

2 INVOCANDO para elle o artigo 9.º da lei de 17 de Maio de 1866, sobre liberdade de imprensa periodica, declara e faz publico o abaixo assignado, em resposta ao annuncio n.º 7, publicado no *Tribuno Popular*, n.º 2235, de 4 do corrente, a qualquer que seja o andrajeiro d'essa esteril e extravagante producção, que firme a accusação feita com o seu nome, e junte-lhe as provas, como cumpre a todo o homem que se preza, e n'esse caso encontrar-nos-ha defrente para lhe destruirmos pela base a calumnia; ou continua escondido no manto do incognito, e então n'este estado, o caminho a seguir para o poltrão, é aquelle que está indicado na lei; e não se queixe depois que lhe não admittimos a prova.

Coimbra, 5 de Julho de 1877.

Joaquim Martins da Cunha.

---

3 A COMMISSÃO dos festejos da Rainha Santa, da rua do Corvo, vende todos os utensilios da dita festa, cujo producto será entregue ao Asylo de Mendicidade.

Antonio Diniz de Carvalho está auctorisado para vender.

VINHO DO BUSSACO

4 ESPECIALISSIMO, preparado pela companhia vinicola da Bairrada. Preço por garrafa 200 réis, por caixa 2$700 réis.

Vende-se na loja do sr. Melchiades, na rua da Calçada; no sr. Adelino, no largo da Feira.

Breve se põe á venda vinho d'outras qualidades, e da mesma companhia.

ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS
DE
COIMBRA

5 O SR. Luiz Adelino Lopes da Cruz, digno secretario da mesa da assembleia geral e habil calligrapho, prestou-se a dar, durante o corrente mez, um curso nocturno de calligraphia aos alumnos das aulas d'esta associação, começando ás 8 prefixas da noute, a principiar de hoje: depois d'aquella hora não se permitte a entrada aos alumnos, ás familias dos quaes se previne o que fica referido.

Coimbra, 1 de Julho de 1877.

O presidente

Olympio Nicolau Ruy Fernandes.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

6 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

ALVIÇARAS

7 PERDEU-SE um collar de ouro, com uma cruz, desde o hotel do Caminho de ferro, até ao correio geral. Quem o achasse e o queira restituir achará seu dono no mesmo hotel do Caminho de ferro, e receberá alviçaras.

AVISO

8 A MESA da irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de S. Bartholomeu e S. Thiago deliberou não fazer parte da procissão da Rainha Santa Isabel, que hade sahir da egreja de Santa Cruz para a do convento de Santa Clara no proximo domingo, 8 do corrente.

O que se communica a todas as pessoas, que costumam entregar ao cuidado d'esta mesa alguns anjos de embellezamento da referida procissão, para providenciarem, como melhor lhes aprouver.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

9 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, além de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não causando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e forma sangue novo e puro.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, 2, 4, Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

ALTA NOVIDADE

10 CARAMELLOS e xarope de groseille para refrescos, acham-se á venda no estabelecimento de mercearia de José Tavares da Costa, 225, rua da Calçada, proximo á Portagem, 231.

O mesmo estabelecimento continua a ter os melhores generos do seu ramo, tendo tambem um bom sortimento de vinhos champagne, da Madeira, Porto, etc., cerveja ingleza das melhores fabricas, e engarrafada nas mesmas, salame de Italia, ostras, lagostas, conservas *variantes*, sardinhas de Nantes, alcaparras, etc. Grande sortimento de biscoutos inglezes avulso e em pequenas latas de phantasia para presente. Um completo sortimento de chá para todos os preços, chegado recentemente e experimentado por pessoas competentes.

Ás boas qualidades dos generos, e os preços mais rasoaveis, reune mais a rarissima exactidão de pesos e um aceio pouco vulgar nos estabelecimentos de mercearia.

Coimbra 7 de Julho de 1877.

---

11 NA FIGUEIRA DA FOZ, rua de traz do Paço, n.º 6 A, loja de moveis, João da Fonseca Plangana tem para alugar aos banhistas uma casa bem mobilada e com serviço de louças para almoço e jantar e trem de cozinha, para toda a épocha de banhos, preços commodos.

FESTAS
DA
RAINHA SANTA

12 A ANTIGA CASA particular situada na Couraça de Lisboa, n.º 17, continua a receber hospedes.

---

13 FERNANDO DE GAMBOA VASCONCELLOS AYLLA arrenda a sua quinta de Santo Antonio com casas para viver o arrendatario, lojas, lagar, e alambique; tambem arrenda a casa nobre, toda, ou parte d'ella.

Quem pretender pode dirigir-se-lhe em carta para Taboa, ou fallar com Bernabé de Mattos, morador em Santo Antonio dos Olivaes, que dará os esclarecimentos; isto até dia de S. Miguel, para o arrendamento correr do dia 15 de Outubro em deante.

OFFICINA
DE
ESTEIREIRO

14 AO CIMO da rua das Fangas, n.º 56, se fazem e concertam esteiras de todas as qualidades, de combinação com o esteireiro da casa real. Fazem-se esteiras d'uma só peça de 48 metros em quadrado.

Tambem se põe palhinha de toda a qualidade em cadeiras, e faz vassouras de miolo de junco, que afiança mais do que as de piassaba.

DENTISTA
CEREGHETTI DOMINIQUE
CIRURGIÃO DENTISTA
SUISSO

15 FAZ SABER ao respeitavel publico conimbricense, de quem ha recebido tantas provas de consideração, que continua a residir n'esta cidade.

O mesmo annuncia a todas as pessoas, que extrahe dentes e as raizes, e limpa os dentes com a maior perfeição, sem deteriorar o esmalte dos mesmos; tambem empasta e orifica os que estiverem cariados, com pasta não conhecida até hoje; tem bom elixir para dôr de dentes; cura o escorbuto, e todas as molestias da bocca; tira callos sem que a pessoa operada sinta o menor incommodo; podendo desde logo usar de calçado apertado, e andar com todo o desembaraço, como se nunca tivesse tido callos.

Praça 8 de Maio, ao fundo da rua das Figueirinhas, n.º 52.

DILIGENCIA
ENTRE
COIMBRA E GOUVEIA

16 JOAQUIM AUGUSTO DOS SANTOS NATIVIDADE faz publico, que do dia 4 inclusivé de Julho, vae mudar para de noite a sua diligencia que tem entre Coimbra e Gouveia, a sair de Coimbra ás 5 e meia da tarde, e de Gouveia ás 4 da tarde; sendo diaria.

Os bilhetes em Gouveia vendem-se em casa dos srs. Rebello & Pires; e em Coimbra em casa do annunciante.

Tambem faz publico que continua a ter bons caléches, coupés, e char-à-bancs, que aluga por preços commodos.

Coimbra 28 de Junho de 1877.

Joaquim A. S. Natividade.

600$000 RS.

17 EMPRESTA-SE esta quantia a juro modico, sobre boa hypotheca, n'esta cidade. Para tratar, no largo da Feira, 8 a 10.

---

19 DR. GAMA vende ou aluga a sua casa na rua do Correio.

CASA LISBONENSE
RUA DO VISCONDE DA LUZ
COIMBRA

NOVA REMESSA

19 CHAPEUS enfeitados para senhora.
Ditos para senhora sair á praia.
Ditos de diversos feitios para creança.
Ditos para homem.
Leques — alta novidade.
Saias de diversas qualidades.
Cobertas brancas e de côres.
Tapetes de diversos tamanhos.

E muitas outras fazendas de moda, que vendemos pelo preço mais barato segundo o nosso systema, preço fixo.

UNICO DEPOSITO
DAS
VERDADEIRAS MACHINAS DE COSTURA
SINGER
PARA FAMILIA, ALFAIATE, SAPATEIRO E CORREEIRO

20 ACABA de chegar pela primeira vez a nova machina de braço com pé vibrante para sapateiro. A sua construcção é admiravel na solidez. Os primorosos trabalhos que executa em obra fina até á de maior grossura, e a facilidade no aprender convidam o comprador ao deposito.

SINGER

As melhores machinas que se conhecem para familia e alfaiate, que cosem em toda a qualidade de costura e que servem para trabalhar quer á mão quer de pé.

SINGER

São as que têm sido mais premiadas, as que offerecem mais duração, as mais faceis para aprender, as que fazem mais perfeito trabalho sem complicação de apparelhos.

SINGER

São as mais rapidas no trabalho, e que embainham, bordam a trancinha e a fios de seda, franzem, mettem cordões, guarnecem, fazem prégas, tudo a dois pespontos sem alinhavar.

Vendem-se a prestações semanaes de 400 réis, segundo a classe da machina, e a prompto pagamento menos 10 por cento.

Os preços são eguaes aos de Lisboa e Porto. Ensino gratis no deposito ou em casa do comprador, sendo na cidade. Reducção de preço nas agulhas e torçaes.

JOSÉ TEIXEIRA DA CUNHA
32, RUA DO VISCONDE DA LUZ, 36
COIMBRA

GUERRA DO ORIENTE

Londres, 5. — Os turcos esperam que as tropas de Moukhtar-pachá entrem hoje em Kars. A divisão russa que foi batida em Aleshguerd soffreu muitas perdas. Um despacho russo menciona que alguns voluntarios do exercito russo penetraram por surpreza em um reducto avançado de Kars e encravaram tres canhões. A ala esquerda do exercito russo que penetrou na Bulgaria está n'uma posição perigosa se os turcos operarem com actividade.

Pesth, 5. — Ultimas noticias da Asia. Os russos bombardearam vigorosamente Kars nos dias 25 e 26 de Junho; mas cessaram o fogo no dia 27, começando a retirada. Os turcos no dia 2 d'este mez atacaram dez mil russos entrincheirados em Karakdissa. Os russos, depois de renhido combate, foram desalojados das suas posições, abandonando munições e viveres, deixando muitos mortos no campo de batalha, e levando centenares de carretas cheias de feridos.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3125 | Terça feira 10 de Julho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A operação do emprestimo de £ 6.500:000, que ao principio se afigurava muito facil, encontrou ultimamente graves difficuldades, que impediram que se podesse collocar toda a somma.

A subscripção em Paris e Londres não passou de £ 3.000:000; pelo que o governo teve de pedir aos capitalistas portuguezes que tomassem firmes um milhão nominal ao preço da subscripção, recebendo da casa Baring o bonus de um por cento.

O banco *Lisboa & Açores* aceitou o convite, habilitando assim o governo a pagar toda a divida fluctuante externa; ficando, porém, a divida interna por satisfazer.

Reconhecendo o governo a má impressão que faria agora em Londres a insistencia em emittir as restantes £ 2.500:000, que não haviam sido cobertas, mandou ordem para aquella praça a fim de se limitar a operação ao que já estava effectuado.

Attribue-se este desastre a diversas causas. Ao mesmo tempo que se abria esta subscripção estavam os governos de varios paizes a pretender contrair outros emprestimos, o que difficultava a operação portugueza.

O *Times* em Londres, e um jornal financeiro de Paris publicavam artigos altamente desfavoraveis a Portugal, e que se suppõem inspirados por banqueiros interessados em o nosso descredito. E emquanto esses jornaes publicavam taes artigos, os nossos agentes nas duas capitaes não se apressavam, como era do seu rigoroso dever, a rectificar aquellas apreciações, umas falsas, e outras exageradas.

Seja como fôr, o que é certo é que este embaraço na collocação de todo o emprestimo, deve fazer reflectir sériamente em a nossa marcha financeira.

Tem-se abusado do credito de um modo espantoso. Admittem-se os emprestimos em casos excepcionaes; mas o constante systema de levantar dinheiro para pagar o juro da divida publica e o *deficit* que todos os annos apparece no orçamento, ha de ser necessariamente fatal ao nosso credito.

Não é possivel que no estrangeiro se veja indifferentemente a frequente repetição de emprestimos, com que se onera cada vez mais a divida portugueza.

Os emprestimos são como certos remedios, que applicados a proposito e nas dóses convenientes podem curar o doente; mas que no caso contrario conduzem á morte.

Ainda ha 4 annos se contraiu o avultado esprestimo de 38:000 contos para pagar a divida fluctuante; e já hoje nos vemos precisados de contrair outro emprestimo de £ 6.500:000 libras. E a avaliar o futuro pelo passado, dentro em poucos annos haverá necessidade de levantar outro emprestimo.

Vamos a esse respeito transcrever uns interessantes esclarecimentos do acreditado jornal do Porto, o *Commercio Portuguez*. Os algarismos fallam mais alto do que todas as reflexões.

«Em 1873 emittiram-se 38:000 contos nominaes para pagamento das letras do thesouro que andavam em circulação; esse emprestimo teve um grande exito no paiz, foi muitas vezes coberto e depois d'elle o preço dos fundos subiu. Julgou-se que estava a questão resolvida e o thesouro ficava desafogado. Mas a realidade dos factos desmentiu essas supposições.

A divida que devia estar paga em Janeiro de 1874, reappareceu da seguinte forma:

30 de Junho de 1874	2.017:012$430
31 de Dezembro, idem	3:682:900$000
Janeiro de 1875	não se publicou a nota
27 de Fevereiro	3.615:451$152
31 de Março	3.566:500$000
30 de Abril	3.595:500$000
31 de Maio	3.663:000$000
30 de Junho	3.653:000$000
31 de Julho	4.015:000$000
31 de Agosto	3.960:000$000
30 de Setembro	4.435:000$000
30 de Outubro	4.076:600$000
30 de Novembro	5.177:400$000
31 de Dezembro	5.284:450$000
31 de Janeiro de 1876	5.538:950$000

Em 31 de Maio de 1877 esta divida excedia a 10:000 contos.

Esta ultima verba refere-se só á divida *interna;* não está aqui computada a somma dos supprimentos levantados em Londres.

Por esta fórma, no curto espaço de quatro annos gastaram-se cerca de 14 mil contos de réis, além da receita ordinaria.»

A caminharmos assim, o nosso futuro financeiro tem de ser deploravel; e por fim quem soffre as consequencias das imprudencias e má administração publica é a nação.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na folha official de sabbado ultimo vem publicadas as commissões de exames finaes de instrucção secundaria.

Para a segunda circumscripção (Coimbra), foi nomeado presidente dos exa-

---

FOLHETIM
MISCELLANEA
MCXXIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Agora necessario é que conte como tinha caido nas iras do governo de Luiz XVIII. Estando ainda da primeira vez em Londres, fui de lá no anno de 1819 a Paris. E como lá me constasse que no governo dos *cem dias* se tinha impresso um livro muito notavel contra a familia dos Bourbons, pela parte mui positiva que haviam tido no processo e morte de Luiz XVI, procurei obtel-o, porque na volta de Luiz XVIII tinha sido muito procurado, prohibido e poscripto, e só com grande difficuldade se podia achar um exemplar. Pude, com effeito obter este livro, que não sei hoje como se me desencaminhou, e o tinha comigo em Lisboa n'essa época.

Como esta fosse a época em que Luiz XVIII fazia marchar contra a Hespanha um exercito para acabar com a constituição hespanhola, e de caminho com a nossa, que já começava a ser ameaçada pelas revoltas interiores que se iam manifestando em Traz-os-Montes, eu, que n'esse tempo escrevia o *Campeão de Lisboa*, e que todo o meu intento era defender a revolução do anno de 20 com todas as suas consequencias, assentei, que nada melhor podia fazer do que desacreditar Luiz XVIII, tornando-o odioso aos portuguezes, e dizendo-lhes quem era o homem que estava empregando forças para destruir a liberdade hespanhola, e de caminho a nossa.

Assim desde o n.º 48 por diante comecei a publicar peças importantissimas para desmascarar o caracter hypocrita do actual governo francez, presidido por um rei, que tanto tinha concorrido para levar seu irmão e rei ao cadafalso! Hoje tudo isso se ignora, e mesmo creio que bem poucos portuguezes tivessem noticias de taes factos, a não ser pelo meu *Campeão*. E como d'este talvez bem poucos exemplares restem, ou nenhum, para que se saiba a ousadia que eu tive em escrever o que escrevi contra aquelle potentado, o assassino da nossa liberdade e da hespanhola, assim como o havia sido de seu irmão, vou aqui somente transcrever um documento que se acha no 2.º vol. do meu *Campeão* a pag. 377.

Luiz XVIII, antes de ser rei tinha o titulo de *conde de Provence*, e sempre ambicioso procurou tirar a corôa a seu irmão. A revolução abriu-lhe o caminho para esta tentativa, e antes d'ella ter começado, dirigiu os primeiros ataques contra o irmão perante a assembleia, intitulada dos *Notaveis* que precedeu á dos estados geraes, que se constituiram em assembleia nacional. Eis-aqui uma carta que elle escreveu em 13 de Maio de 1787 ao duque de Fitz James, por ella se vê como desde logo pretendeu desacreditar o irmão, e dar por illegitimos seus filhos, para assim já ter uma porta aberta para lhe succeder, quando não fosse logo como rei, ao menos como regente. A carta é litteralmente a seguinte:

«Como é que succede, meu querido duque, que já esteja quasi no fim a assembleia dos notaveis, e que não tenhaes ainda sequer tocado uma só palavra na grande questão? Creio, que não podeis duvidar que os notaveis nem um só momento hão-de hesitar sobre a veracidade dos documentos, que ha mais de seis semanas já lhes apresentastes; isto é, que *os filhos do rei não são seus!* Estes documentos provam evidentemente o criminoso comportamento da rainha. Sendo vós um vassallo tão cordialmente affeiçoado ao sangue de vossos reis, por certo haveis de ter grande pejo de dobrar os joelhos diante d'estes fructos adulterinos. Ámanhã, ide propôr um relatorio na minha commissão a este respeito, porque eu estarei ausente, e meu irmão *Artois*, que não tem commissão ámanhã, irá então presidir á minha. Uma vez que bem se examine o facto de que se trata, as consequencias são mui faceis de tirar. No parlamento, que não ama a rainha, não acharemos grandes difficuldades, mas quando as houvesse, ou elle as quizesse suscitar, em nossa mão temos meios para que elle seja prudente. No que toca aos *Estados geraes*, primeiro se ha de fallar muito n'elles antes que seriamente se cuide em os convocar. Em uma palavra, é preciso tentar a obra, assim como é necessario sahirmos bem d'ella; pois que as nossas pretensões estão fundadas em verdade. Só assim me poderei esquecer dos sacrificios enormes que tenho sido obrigado a fazer para adquirir estas provas. Sei muito bem que ellas não hão-de ser do agrado d'el-rei; mas aqui para nós, sendo elle, como é, um mero instrumento nas mãos de sua mulher, *merecerá, por ventura, reinar?* Sim, meu Fitz James, elle é *um pobre rei*, e a França é digna de ter um verdadeiro monarcha. — Assignado, Luiz Estanislau Xavier.» (1)

Este documento foi copiado de uma obra intitulada os *Prisioneiros do Templo*, por Mr. Regnaut Varrin, em que andam transcriptas duas cartas famosas de Luiz XVIII, da authenticidade das quaes nunca ninguem duvidou, depois de serem por mais de uma vez impressas, pois que é um facto notorio e sabido que Regnaut Varrin as teve do *governo do directorio* que houve em França. Esta como já disse é datada de Versailles em 13 de Maio de 1787, e dirigida ao Duque de Fitz James.

Agora digam os que me lerem, se um homem do meu caracter e principios politicos, e em tal época, podia poupar um individuo tão desprezivel como este, e que estava com mão armada a descarregar um golpe de morte sobre a liberdade peninsular! Como homem livre servi-me tambem das minhas armas, para ver se desarmava o braço do despota, tornando-o odioso ao mundo; não o consegui, mas honro-me muito d'este meu acto de coragem, e até do desterro que tive, se para elle, como supponho, este acto concorreu.

(Continuar-se-ha.)

---

(1) O imperador d'Austria nunca a quiz receber em seus estados.

mes o sr. conselheiro Francisco de Castro Freire.

Folgamos que o governo assim desaffrontasse este cavalheiro.

O sr. Castro Freire, pela independencia do seu caracter, e porque não servia aos fins que se tinham em vista, foi grosseiramente desconsiderado pelo governo, chamado regenerador, deixando de o nomear para presidente da commissão dos exames em 1874, para o substituir por outro lente da Universidade, no mesmo mez de Julho em que houve a disputada eleição da Misericordia de Coimbra, e foi annullada a primeira das eleições pelo famoso e nunca assás celebrado accordão do conselho de districto.

Era mister castigar todos aquelles que se não prestassem a tudo o que fosse da vontade dos mandões d'esta terra.

E como n'este caso estava o sr. conselheiro Castro Freire, foi castigado para exemplo, e para que ninguem suppozesse que podia impunemente ter aqui independencia.

Felizmente deixou de continuar n'este anno essa baixa vingança, e acha-se de novo nomeado o sr. Castro Freire, para a presidencia da commissão de exames.

Estamos tão pouco acostumados a actos de justiça, que nos surprehendeu que se praticasse este.

Louvamos, por isso, o ministro a quem elle se deve.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Temos presente uma publicação, feita n'esta cidade, a qual muito apreciamos.

É o n.º 1 do *Archivo Bibliographico*. Consta-nos que esta publicação é devida ao nosso amigo o sr. D. Duarte de Alarcão, sendo coadjuvado pelo empregado na bibliotheca da Universidade, o sr. Alcantara Carreira.

Além da parte bibliographica publicar-se-hão no *Archivo*, documentos, que tenham intima ligação com a historia politica e litteraria do nosso paiz, ou que pela sua importancia mereçam o interesse publico; bem como quaesquer escriptos ineditos, e livros cujas edições estejam esgotadas ou esquecidas, manuscriptos importantes, que digam respeito ao mesmo assumpto e ás descobertas na India, Africa, etc, os quaes, para orgulho nosso, incitamento proprio, e lição a estranhos, é urgente redimir da indigna obscuridade em que têm jazido.

Póde por aqui avaliar-se a importancia do *Archivo Bibliographico.*

N'este primeiro numero começa-se a publicação de um manuscripto da bibliotheca da Universidade, ácerca da nossa possessão de Lourenço Marques, por Fr. Francisco de Santa Theresa.

Segue-se tambem o principio da traducção para o francez, do episodio dos Lusiadas — *O Adamastor* — feita em 1772 por mr. Sulpice Gaubier de Barrault, major da praça de Lisboa, offerecida a el-rei D. José, juntamente com a traducção do episodio da — *Morte de D. Ignez de Castro.*

Na secção biographica vem a promessa de se começar a publicar em o numero immediato a biographia do celebre dr. Antonio Nunes Ribeiro Sanches.

E finalmente termina este primeiro numero, principiando a publicar-se a relação das — *Obras concernentes á historia de Portugal, existentes na bibliotheca da Universidade — nota extrahida dos catalogos da mesma bibliotheca, de Junho de 1877.*

E' muito util a publicação d'esta parte dos catalogos, para facilmente se saber os livros que existem na bibliotheca, que sirvam de subsidio para a historia d'este reino.

Já em 1840 se publicou n'esta cidade, na *Chronica Litteraria*, uma interessante noticia dos *Escriptores da historia portugueza em geral, naturaes de Portugal e suas conquistas.*

Agora a publicação feita no *Archivo Bibliographico*, restringe-se aos livros d'esse ramo da historia, existentes na bibliotheca da Universidade; mas tem a vantagem de dar uma ideia do que ha sobre historia patria n'este estabelecimento.

Póde ser que essa publicação venha a servir de incitamento, a que um dia se publique o catalogo dos numerosos manuscriptos que tem aquella bibliotheca, á imitação do que já se fez com respeito á bibliotheca publica de Evora.

Na parte publicada do catalogo no *Archivo Bibliographico*, notámos o dizer-se que não tem frontespicio o exemplar dos *Applausos da Universidade a D. João IV.*

Acrescentaremos pela nossa parte, que na bibliotheca da Universidade deve haver pelo menos mais dois exemplares dos referidos *Applausos*, (com o titulo completo de *Applausos academicos da Universidade de Coimbra a El-Rei Nosso Senhor D. João IV*), impressos em Coimbra, na imprensa de Diogo Gomes Loureiro, em 1641; ambos os quaes têm frontespicio. Um d'elles estava no grande salão, por baixo do primeiro pavimento da bibliotheca: e o segundo está dentro de um dos volumes da riquissima miscellanea de publicações feitas desde a acclamação de D. João IV, em Dezembro de 1640, e annos subsequentes, até á victoria de Montes Claros no reinado de D. Affonso VI.

Tambem notámos no catalogo do *Archivo Bibliographico*, o mencionar-se apenas a segunda edição da *Historia breve de Coimbra*, por Bernardo de Brito Botelho, feita em 1874 pelo nosso amigo o sr. Antonio Francisco Barata; e não a primeira edição de Lisboa, em 1733.

Ha 8 annos vimos na bibliotheca da Universidade um exemplar da primeira edição da *Historia breve de Coimbra;* mas suppomos que posteriormente d'alli desappareceu, como têm desapparecido outros livros raros.

Terminando damos os parabens aos iniciadores da publicação do *Archivo Bibliographico*, fazendo sinceros votos para que prosigam n'esta empreza, no que sem duvida prestarão um importante serviço ás lettras patrias.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

AS GAZETAS EM PORTUGAL

Acabámos de receber de Lisboa o primeiro numero da *Evolução litteraria, publicação quinzenal de litteratura amena e instructiva.*

Vemos n'este jornal artigos de algumas pessoas muito auctorisadas na republica das lettras; pelo que ha muito a esperar da nova publicação.

Seja-nos, porém, permittido fazer alguns reparos a um artigo do sr. Carlos de Oliveira, com o titulo de — *Os jornaes.*

Lê-se alli:

«Em França saiu á luz da publicidade o 1.º jornal com o titulo de *Gazeta de França* em Abril de 1631, sendo seu fundador Richelieu e redactor o medico Theoprasto Reuandot (*alias Theophrasto Renaudot*), e em Portugal a *Gazeta de Lisboa* em 1715, sendo substituida depois pelo *Diario da Regencia* e este pelo *Diario do Governo* em 1834.»

Aqui ha varios erros e confusões, que cumpre rectificar.

Deixando de parte a *Gazeta de França*, que julgámos com todo o fundamento que não começou, como diz o artigo, em Abril de 1631, mas sim em 30 de Maio d'esse anno; devemos dizer que muito antes de 1715 houve *Gazetas* em Portugal.

A primeira foi no mez de Novembro de 1641, seguindo-se até Setembro de 1647. A sua publicação era quasi sempre mensal.

Na bibliotheca da Universidade ha 36 numeros d'essas *Gazetas*, a começar no primeiro em Novembro de 1641; sendo o ultimo dos que alli existem, o de Novembro de 1646.

Seguiram-se os *Mercurios*, desde 1663 até Julho de 1667.

Em 10 de Agosto de 1715 começaram outra vez as *Gazetas*. Deve-se porém saber, que o n.º 1 publicado n'esse dia 10 de Agosto tinha o titulo de — *Noticias do estado do mundo;* e em o n.º 2 de 17 de Agosto é que começou o titulo de *Gazeta de Lisboa*. Estas *Gazetas* eram chamadas de Monterroio, por ser seu redactor desde o principio até 31 de Janeiro de 1760, José Freire de Monterroio Mascarenhas.

Em 22 de Julho de 1760 começaram as *Gazetas de Lisboa*, chamadas dos *officiaes de secretaria;* sendo seu redactor o poeta Pedro Antonio Correia Garção. Duraram só até 8 de Junho de 1762, em que foram mandadas suspender por ordem do marquez de Pombal.

Principiaram de novo as *Gazetas de Lisboa* no reinado de D. Maria I, em 4 de Agosto de 1778.

Em 4 de Dezembro de 1807 foram substituidas na *Gazeta* as *armas reaes* portuguezas pelas *aguias* francezas, por ordem de Junot. A redacção era dirigida pelo intendente geral da policia, Pedro Lagarde.

Desde 24 de Agosto de 1808 até 15 de Setembro inclusivè, não houve *Gazeta* (effeito da batalha do Vimeiro em 21 de Agosto, até ao embarque dos francezes em 15 de Setembro).

No dia 16 de Setembro saiu a *Gazeta* outra vez e com as armas reaes portuguezas.

Conservou o titulo de *Gazeta de Lisboa* até 30 de Dezembro de 1820.

Desde 1 de Janeiro de 1821 até 10 de Fevereiro immediato foi substituido esse titulo pelo de *Diario do Governo.*

Desde 12 d'esse mez de Fevereiro até 4 de Julho do mesmo anno (dia do desembarque em Lisboa de D. João VI) teve o titulo de *Diario da Regencia.*

No dia seguinte, 5 de Julho, mudou outra vez para o titulo de *Diario do Governo*, e assim se conservou até 4 de Junho de 1823.

No dia immediato, 5 de Junho, (entrada de D. João VI em Lisboa, indo de Villa Franca) voltou a usar do antigo titulo de *Gazeta de Lisboa.*

Continuou assim até 24 de Julho de 1833 (entrada do exercito liberal em Lisboa).

No dia immediato, 25 de Julho, mudou para o titulo de *Chronica Constitucional de Lisboa;* durando esse titulo até 30 de Junho de 1834.

Em 1 de Julho d'esse anno mudou para *Gazeta Official do Governo*, até 4 de Outubro seguinte.

No dia 6 do mesmo mez de Outubro passou a ter o titulo de *Gazeta do Governo*, o qual durou até 31 de Dezembro do mesmo anno de 1834.

No dia 1 de Janeiro de 1835 publicou-se com o titulo de *Diario do Governo*, conservando esse titulo até 31 de Outubro de 1859.

Em 1 de Novembro d'esse anno mudou o titulo para *Diario de Lisboa*, que teve até 31 de Dezembro de 1868.

E finalmente no dia 2 de Janeiro de 1869 voltou ao anterior titulo de *Diario do Governo*, que conserva até hoje.

São estes, o mais resumidamente que nos é possivel, os esclarecimentos que podemos dar ácerca do artigo que acaba de publicar o sr. Carlos de Oliveira, no 1.º numero da sua *Evolução Litteraria.*

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Referimo-nos ha dias a uma queixa do nosso collega do *Campeão das Provincias*, por causa dos maus tratamentos que em Maiorca haviam feito a um rapaz.

Tambem recebemos duas cartas ácerca do mesmo facto, das quaes démos conhecimento aos nossos leitores.

O dito rapaz, que se chama José da Silva Rocha, vendo-se por esta fórma maltratado, dirigiu-se á Figueira, para se queixar ao sr. administrador do concelho, das pessoas, que assim haviam procedido para com elle, e do regedor, por não ter impedido esses excessos.

O sr. administrador do concelho officiou ao sr. regedor de Maiorca para se informar do acontecido; e enviou-nos tanto o seu officio, como o officio em resposta do regedor. Ambos vão abaixo inseridos.

Será tudo quanto quizer o sr. regedor de Maiorca; mas é certo que as queixas do que vae por aquella freguezia se repetem successivamente. Alli ha uma vadiagem constante; alli ha jogo nas tabernas, o que se torne necessariamente o foco de desordem.

O rapaz ficou em tal estado, que por comiseração, um cavalheiro de Maiorca lhe deu roupa para se vestir; e um ecclesiastico o recolheu em sua casa.

Em quanto não houver uma refórma radical hão de repetir-se estes e identicos factos.

A policia não póde continuar no abandono em que tem estado.

Recebemos tambem uma carta do sr. regedor de Maiorca sobre o mesmo assumpto. O fim d'ella fica, porém, preenchido, com a publicação do seu officio, em resposta ao sr. administrador do concelho da Figueira, o qual por esta auctoridade nos foi enviado.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Administração do concelho da Figueira da Foz. — N.º 311 — Illm.º sr. — Acaba de vir queixar-se a esta administração José da Silva Rocha, de Quintella, districto de Vizeu, que hontem, pelas 8 horas da noite, na taberna de Fernando da Costa Lapão, fôra insultado por Antonio Penas, chegando este a maltractal-o corporalmente, e a rasgar-lhe a roupa que trazia vestida; e que estando v. s.ª n'aquelle local presenceando a desordem, não empregou os meios de apasiguar, antes auxiliou os insultos feitos ao queixoso. Sendo este facto muito para estranhar e digno de censura, queira por isso informar-me circumstanciadamente sobre o succedido, e dar-me nota das testemunhas que presencearam aquelle facto. Deus guarde a v. s.ª — Figueira da Foz, 22 de Junho de 1877. — Illm.º sr. regedor da freguezia de Maiorca. — O administrador, *Pedro de Medeiros e Albuquerque.*

Illm.º sr. — Ao officio que hontem recebi de v. s.ª sob o n.º 311, tenho a responder o seguinte:

Ha tres ou quatro dias que n'esta villa passeia um individuo, que nos é desconhecido, frequentando as tabernas, e dizendo que andava a ver se alguem o queria para criado, chegando até a ir offerecer-se a algumas casas. Na tarde de quinta feira proxima passada estava elle jogando o fito, não na taberna de Fernando Lapão, mas n'outra casa do mesmo individuo; e comparecendo eu n'aquelle local, vi que o dito desconhecido dirigia alguns insultos a Antonio de Freitas Cavalleiro Junior, seu parceiro do jogo, pelo simples facto d'este lhe perguntar se queria mudar o *belho.*

Reprehendi-o immediatamente, fazendo-lhe ver tal inconveniencia, e aconselhando o outro para que terminasse o jogo, a fim de evitar algum incidente. Não obstante, o dito desconhecido, continuando a dirigir os mesmos insultos, caminha para Antonio de Freitas Cavalleiro, agarrando-se um ao outro, os quaes ajudei a separar, e mandei retirar, retirando-me tambem eu para casa de Fernando Lapão.

Disseram-me depois que o tal desconhecido, frustrado o seu intento, talvez de desordem, despira casaco, colete e camisa, rasgando esta como se estivesse doido; o que foi presenciado pelas testemunhas Antonio Pinto dos Santos, Antonio dos Santos, Henrique Augusto d'Oliveira, Fernando da Costa Lapão, e Adelino Fernandes Fresta, todos de Maiorca. Eis a informação mais circumstanciada e verdadeira, com v. s.ª verá pelo depoimento das testemunhas. Deus guarde a v. s.ª — Maiorca, 23 de Junho de 1877. — Illm.º sr. administrador do concelho da Figueira da Fóz. — O regedor, *Joaquim Augusto d'Oliveira.*

NOTICIARIO

A princeza D. Maria Francisca Benedicta. — No anno de 1839 publicou o sabio D. Fr. Francisco de S. Luiz a sua interessante — *Lista de alguns artistas portuguezes.*

Esta lista divide-se em — *Architectos — Arte de escrever — Esculptores e Entalhadores — Gravadores — Constructores de navios — Pintores, Desenhadores, Miniatores, Bordadores, etc. — e Musicos.*

Na secção dos *Pintores* notâmos uma falta sensivel, que vamos hoje reparar. É nada menos que o nome da virtuosa princeza, D. Maria Francisca Benedicta.

Esta illustre princeza nasceu em Lisboa, no dia 25 de Julho de 1746, e foi filha dos reis de Portugal, então principes do Brazil, D. José I e D. Marianna Victoria de Bourbon.

Tres dias antes de fallecer el-rei D. José, o que succedeu no dia 24 de Fevereiro de 1777, e quando este monarcha se achava gravemente doente no leito da dôr, casou-se a princeza D. Maria Francisca Benedicta, com seu sobrinho o principe D. José, filho da rainha D. Maria I e de el-rei D. Pedro III.

Este principe, em quem toda a nação depositava grandes esperanças, falleceu apenas na edade de 27 annos, no dia 11 de Setembro de 1788.

Depois da sua viuvez, a princeza D. Maria Francisca Benedicta applicou grande parte das suas rendas em crear um estabelecimento, que imortalisou o seu nome.

Tendo comprado uma quinta junto ao logar de Runa, concelho de Torres Vedras, e juntando-lhe outros predios, fez ahi começar no dia 18 de Junho de 1798 um hospital para invalidos militares.

A princeza teve o prazer de assistir á abertura do hospital no dia 25 de Julho de 1827, em que completava 81 annos de edade.

Passados dois annos, em 18 de Agosto de 1829, falleceu a illustre princeza no palacio da Ajuda.

Agora para mostrarmos o direito que esta princeza tem de figurar tambem na lista dos *Pintores*, organisada por D. Fr. Francisco de S. Luiz em 1839, vamos transcrever alguns periodos do *Elogio historico da princeza D. Maria Francisca Benedicta*. Este elogio saiu anonymo; mas sabe-se que foi escripto por Francisco Manoel Trigoso de Aragão Morato. Além d'isso diz-se impresso em 1836 em Paris; mas reconhece-se facilmente que a edição é portugueza. Foi impresso em Lisboa.

Francisco Manoel Trigoso, depois de fallar de varias prendas da princeza D. Maria Francisca Benedicta, occupa-se da *pintura*, e diz:

«Não sendo possivel fazer uma relação individual dos primores d'esta arte em que sua alteza tanto se abalisou, fecharei o presente elogio com a noticia dos principaes quadros por ella desenhados e pintados.

O primeiro pela sua grandeza, e pela perfeição com que foi executado, é o painel d'uma das capellas da basilica do Coração de Jesus, fundada pela rainha D. Maria I. Tem a invocação do Coração de Maria.

Bem no meio da parte quasi superior do painel está o Coração da Virgem, atravessado com uma espada, cercado de estrellas, e um grupo de seraphins de cada lado. Sobre o coração está o Espirito Santo em figura de pomba. Seguem-se ao lado direito os archanjos S. Gabriel e S. Miguel, a quem correspondem do esquerdo S. Raphael, e o Anjo Custodio do reino. No meio da parte quasi inferior do painel está uma almofada, em cima d'ella uma salva, e sobre esta uma corôa, um sceptro e um coração, que não podem significar senão a corôa e sceptro de Portugal e o coração da rainha fundadora, pois que o Anjo Custodio aponta com a mão esquerda para estes objectos, e com a direita para o Coração de Maria Santissima, em acto de lhe dedicar devota e humildemente o reino de Portugal e coração da rainha.

Este painel do lado direito tem escripto *Maria Anna Portugaliæ Infans hanc dexteram partem invenit, delinivit, et pinxit;* e do esquerdo *Maria Benedicta Princeps hanc sinistram partem invenit, delinivit et pinxit* 1789. Donde se conhece que foi este grande quadro inteiramente concebido e executado pelas duas princezas.

Aos mestres da arte pertence julgar do seu merecimento; e se lhe notarem algumas pequenas imperfeições no colorido, comparando-o com bellos quadros de professores da escola italiana que ornam as outras capellas, nada terão que dizer contra a felicidade da invenção, nem contra a perfeição do desenho.

Em uma capella particular tenho visto um painel de Nossa Senhora com o titulo da Conceição, delineado e pintado pela princeza: é semelhante ao desenho que depois fez sobre o mesmo objecto e que foi gravado por Joaquim Carneiro da Silva: os olhos levantados ao céu, as mãos cruzadas sobre o peito, o diadema de estrellas que lhe cinge a fronte mostram a gloria da Virgem, e a sua profunda humildade e devoção.

Deixo outras pinturas possuidas por pessoas particulares, de que tenho noticia; e apenas lembrarei que entre os paineis de assumpto não sagrado, tem um logar distincto uma cabeça de preta pintada ao natural, que sua alteza deu graciosamente ao seu medico o doutor Pinheiro, e que a sua familia hoje conserva.»

Parece-nos, portanto, que a princeza D. Maria Francisca Benedicta, merece ser contada na lista dos *pintores portuguezes;* assim como a infanta D. Maria Anna, acima mencionada.

A festa da Rainha Santa. — Nos dias em que esteve na egreja de Santa Cruz a imagem da Rainha Santa Isabel, houve alli sempre grande concorrencia de povo.

No sabbado foi o exm.º sr. bispo conde celebrar missa n'aquella egreja.

Á noute renovaram-se as illuminações na cidade, havendo fogo preso á Portagem, a que asistiu muito povo.

No domingo de manhã celebrou-se a festa da Rainha Santa Isabel. Pregou o sr. padre Augusto Eduardo Nunes.

De tarde houve a procissão, dirigindo-se ao mosteiro de Santa Clara.

As ruas do transito estavam vistosamente ornadas.

Na procissão tomavam parte os meninos orphãos; a que se seguiam as irmandades da Senhora da Piedade de Cellas, Senhora da Conceição da Ponte, e Rainha Santa, no fim da qual era conduzido o andor da santa protectora de Coimbra.

Depois iam as irmandades do Senhor Jesus de Santa Justa, Santissimo de S. Christovão e Santa Cruz, e Veneravel Ordem Terceira da Penitencia; a que se seguia o clero.

Detraz do pallio iam todas as auctoridades e a camara municipal.

Numerosos anjos embellezavam as alas da procissão.

Fazia a guarda de honra o destacamento de infanteria 9, aqui estacionado; uma força de 150 praças de infanteria 18, que vieram expressamente do Porto, e um esquadrão de cavallaria.

Tocavam alternadamente a musica do regimento 18, e a philarmonica *Boa União.*

Desde Santa Cruz até ao alto de Santa Clara havia muito povo a ver este acto religioso.

Policia. — Durante os dias da festa da Rainha Santa, apesar dos poucos empregados de policia que ha n'esta cidade, foi o serviço feito com toda a vigilancia e actividade. Foram tomadas algumas providencias preventivas, e tudo correu com o maior socego.

São dignos de louvor as auctoridades, e em especial o escrivão da administração do concelho, o sr. Antonio de Freitas Barros.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Antonio Maria do Carmo, filho de João Ferreira e Maria da Piedade, de Coimbra, de 49 annos, fallecido em 30 de Junho de 1877.

José, filho de Francisco Rodrigues de Macedo e Rosa do Carmo, de Coimbra, de 23 mezes, fallecido em 30.

Manoel das Neves, filho de João das Neves e Marcellina de Jesus, do Zambujal, de 50 annos, fallecido em 3 de Julho.

Antonio da Silva Soares, filho de Manoel da Silva Soares e Joaquina de Sousa Martins, de S. Cosme de Gondomar, de 28 annos, fallecido em 5.

Libania da Conceição, filha de Maria Theresa e pae incognito, de Miranda do Corvo, de 42 annos, fallecida em 6.

D. Maria Joanna de Oliveira Almeida, filha de Manoel da Costa e Helena Maria de Oliveira, de 63 annos, fallecida em 6.

Recem-nascido, filho de Francisco Lopes e Libania da Conceição, de Coimbra, de 32 horas, fallecido em 6.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:141.

Exames preparatorios para o estado ecclesiastico no seminario de Coimbra. — Principiaram estes exames no dia 5 do corrente mez, sendo as mesas respectivas compostas dos professores de instrucção secundaria do seminario, sob a presidencia de professores da instrucção superior theologica do mesmo estabelecimento.

Foram ellas organisadas pela forma seguinte:

Presidente e director geral dos exames, arcediago Antonio José da Silva, vice-reitor do seminario.

Portuguez (curso completo)

Presidente — Dr. Luiz Maria da Silva Ramos, lente da Universidade e professor de sciencias ecclesiasticas no seminario.

Vogaes — Dr. Antonio João de França Bettencourt, lente da Universidade, e professor no seminario. — Gaspar Alves de Frias Ribeiro, professor do lyceu e do seminario.

Francez

Presidente — Antonio Xavier de Sousa Monteiro, conego da Sé e professor de sciencias ecclesiasticas no seminario.

Vogaes — Dr. Manoel Paulino d'Oliveira, lente da Universidade e professor do seminario. — Dr. Francisco Antonio Diniz, professor do lyceu e do seminario.

Latim

Presidente — Dr. Bernardo Augusto Madureira, lente da Universidade e professor de sciencias ecclesiasticas no seminario.

Vogaes — Dr. José Joaquim Fernandes Vaz, lente da Universidade e professor do seminario. — Manoel Simões Dias Cardoso, professor do lyceu e do seminario.

Arithmetica e geometria

Presidente — Dr. Luiz da Costa e Almeida, lente da Universidade e professor do seminario.

Vogaes — Dr. Antonio Maria de Senna, lente da Universidade e professor do seminario. — Firmino Augusto de Magalhães, professor do lyceu e do seminario.

Philosophia racional e moral

Presidente — Dr. Francisco Antonio Rodrigues d'Azevedo, lente jubilado da Universidade e professor de sciencias ecclesiasticas no seminario.

Vogaes — Dr. Antonio João de França Bettencourt, lente da Universidade e professor do seminario. — Joaquim Alves de Sousa, professor do lyceu e do seminario.

Geographia e historia

Presidente — Dr. Manoel de Jesus Lino, lente da Universidade e professor de sciencias ecclesiasticas no seminario.

Vogaes — Dr. José Augusto Sanches da Gama, lente da Universidade e professor do seminario. — José Frederico Laranjo, licenciado da faculdade de Direito e professor no seminario.

Consta-nos que na reunião preparatoria para este serviço, a qual teve logar no dia 4, e á qual presidiu o exm.º sr. bispo conde, achando-se presentes o sr. vice reitor e todos os membros das mesas, se congratulara s. ex.ª com o corpo do professorado por ver concedida a este seminario, em virtude das ultimas medidas geraes, a faculdade de que elle já em tempo gosava de serem os exames dos ordinandos que o frequentam feitos pelos seus professores; e da qual foi privado, não por motivo de inconvenientes que aqui se dessem, mas por força de medidas tambem geraes em que foi comprehendido.

Declarou que desde 1864 instára pela concessão d'esta faculdade, não porque desejasse ver baixar o nivel da instrucção secundaria no seu seminario; mas porque, por um lado, sendo actualmente mui poucos os mancebos que se dedicam á vida ecclesiastica, e esses mesmos quasi todos pobres, sendo por isso uns gratuitamente sustentados no seminario, e vivendo outros fora d'elle á custa de esmolas e subscripções, achava durissimo que elles para serem admittidos aos exames fossem obrigados a ir pagar aos lyceus propinas pesadissimas para as suas tristes circumstancias.

E por outro lado porque, tendo os ultimos regulamentos e programmas para os exames finaes de instrucção secundaria tido sómente em vista as habilitações, que em geral se exigem para as differentes carreiras sociaes, sem attenderem ás especiaes que se requerem nos alumnos que se dedicam á vida ecclesiastica, acontecia que em relação ao latim, que tão necessario é ao padre, sómente se lhes exigia exame da 1.ª parte, prescindindo-se do de latinidade: e na logica tambem só ao exame da 1.ª parte eram obrigados, dispensando-se-lhes a moral e o direito natural, cujos conhecimentos são tão essenciaes a quem tem de seguir os estudos superiores de Theologia.

Que, sendo o ensino e os exames feitos dentro do seminario, acabava d'uma vez o primeiro inconveniente; e podia já para o proximo anno facilmente remediar-se o segundo, para o quê adoptaria, de accordo com os respectivos professores, as providencias necessarias.

Accrescentou mais o illustre prelado, segundo nos informam, que pelo que respeitava á fórma como deveriam correr os exames que iam principiar, pouco tinha a dizer; visto como a superior competencia e respeitabilidade de todos os vogaes dos jurys das differentes disciplinas eram segura garantia de que este serviço havia de fazer-se com a maxima regularidade.

Que não podia, todavia, abster-se de manifestar o empenho que tinha de que ninguem podesse com fundamento dizer que os exames no seminario de Coimbra eram exames de

favor ou de *benevolencia;* porquanto não queria para este estabelecimento senão justiça e disciplina; e nem outra cousa convinha aos professores e mais empregados d'elle.

Que, em harmonia com estas ideias, havia recommendado ao sr. vice-reitor que, de accordo com os srs. professores, não admittisse a exame os alumnos internos que pela sua frequencia não offerecessem, pelo menos, grande probabilidade de approvação.

Depois d'estas considerações do ex.^{mo} prelado, deu o sr. vice-reitor conhecimento do numero de alumnos, tanto internos como externos, que haviam requerido admissão a exames no seminario, o qual é ao todo de 120, distribuidos pela forma seguinte: — em portuguez e oratoria 12 internos e 14 externos; em francez 14 internos e 20 externos; em latim 9 internos e 3 externos; em logica 10 internos e 3 externos; em geometria 18 internos e 1 externo; em historia 11 internos e 5 externos.

Passou-se em seguida a regular os dias e horas do serviço de cada uma das mesas; e feito isto levantou o ex.^{mo} prelado a sessão.

Fallecimento. — Os nossos collegas da *Nação* acabam de soffrer uma dolorosa perda, com o fallecimento do sr. Miguel Pedroso, cavalheiro que merecia a geral estima.

Acompanhamol-os, assim como aos irmãos do fallecido, na sua justa dôr.

Recrutamento. — O supremo tribunal administrativo julgou favoravelmente os seguintes recursos, a fim de que os respectivos mancebos fiquem isentos do serviço do exercito:

CONCELHO DE PENELLA

Freguezia do Espinhal. — Antonio Monteiro, pelo filho Antonio.

CONCELHO DE COIMBRA

Freguezia de Sernache. — Joaquim Bento, pelo filho Antonio.

CONCELHO DE MONTEMÓR O VELHO

Freguezia de Montemór o Velho. — Joaquim de Oliveira Perpetuo, por seu filho José.

CONCELHO DE ARGANIL

Freguezia de Arganil. — Maria Duarte Dias, viuva de Joaquim Marques, por seu filho Joaquim.

CONCELHO DE SOURE

Freguezia de Soure. — João Contente, filho de José Contente e de Carlota Caetana.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 7 de Julho de 1877.

Sahiram hoje os exploradores de Africa. O bota-fóra esteve concorridissimo. O primeiro brinde foi feito pelo sr. ministro da marinha a el-rei e aos exploradores. Seguiram-se outros brindes. O sr. conselheiro Pereira da Silva offereceu uma penna de ouro aos exploradores.

Chegou inesperadamente o revm.° cardeal patriarcha, pelo que não houve recepção solemne.

Partiu hoje para o Porto o sr. Antonio Augusto Texeira de Vasconcellos.

Parece ser infundado o boato de que S. M. a rainha não tencione ir passar ao Bussaco a temporada que seu augusto esposo deseja ir passar a Vidago. Parece que o sr. conselheiro Nazareth fez diversas indicações, a fim de que o convento que tem de servir de aposento a S. M. a rainha, possa offerecer-lhe maiores commodidades.

Para o proximo dia 24 de Julho ha viagens a preços reduzidos entre Lisboa e Porto e algumas estações intermediarias.

— Lisboa, 9 de Julho de 1877.

Corre o boato de que o sr. dr. Corte Real será nomeado secretario geral para Coimbra.

A junta consultiva de obras publicas approvou hoje as modificações feitas no projecto da canalisação de Lisboa, indicadas pelo governo ao sr. engenheiro Gotto.

Guerra do Oriente. — *Constantinopla,* 7. — Está confirmada a noticia de que os russos foram forçados a evacuar toda a Armenia, perseguidos pelo exercito ottomano. No Danubio espera-se batalha importante.

Paris, 7. — A noticia da derrota geral dos russos na Armenia, affirmada pela embaixada turca, tem causado sensação nos circulos politicos.

Pesth, 7. — Assegura-se que a Austria, de accordo com a Russia, fará occupar brevemente a Bosnia.

Londres, 7. — O *Daily News* annunciou que o Egypto organisou uma guarda especial para o canal de Suez. Tres vapores estacionarão em Suez, Ismailia e Port-Said, tendo a seu bordo postos de gendarmes.

Madrid, 7. — Um despacho official do embaixador hespanhol em Constantinopla, recebido pelo governo de Madrid, annuncia que os turcos expulsaram da Armenia os russos. Esta noticia produziu viva sensação.

ANNUNCIOS

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1 ACHA-SE vago o logar de ajudante de pharmacia d'estes hospitaes. Recebem-se requerimentos na secretaria dos mesmos hospitaes até 30 de Agosto proximo.

É documento essencial a carta de pharmaceutico.

Administração do hospitaes da Universidade de Coimbra 7 de Julho de 1877.

O administrador
Costa Simões.

CAMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE TABOA

Emprestimo de 2:000$000 rs.

2 ACHANDO-SE auctorisada esta camara por accordão do ex.^{mo} conselho de districto de 20 de Novembro de 1875, a contrair um emprestimo de 3:500$000 réis, com juros inferiores a 7 % e amortisação em 10 annos, pagos pela receita de viação, para a construcção da estrada municipal de Taboa a Midões; e não precisando para isso a mesma camara, actualmente, senão a quantia de 2:000$000 réis, que está resolvida a receber emprestada, pela julgar sufficiente para o indispensavel: vae pelo presente annuncio convidar qualquer estabelecimento de credito, capitalistas, banqueiros, ou mesmo particulares, que queiram contractar-se com a camara a respeito do referido emprestimo, a enviarem no prazo de 20 dias, a contar da publicação d'este, nos jornaes das respectivas localidades, suas propostas em carta, dirigida ao presidente, para serem aceites as que mais convierem, com approvação ainda do ex.^{mo} conselho de districto, e ficando em todo o caso a camara com o direito de pagar antes de expirar o prazo de 10 annos para a amortisação, se se julgar para isso habilitada.

Secretaria da camara municipal de Taboa, 2 de Julho de 1877.

O escrivão da camara
José dos Santos Gonçalves.

INSTITUTO CALLIGRAPHICO

Aperfeiçoamento de lettra em 12 lições

3 O CALLIGRAPHO Luiz Adelino Lopes da Cruz continua a aperfeiçoar em **12 lições** as lettras das pessoas que se dediquem ao commercio, ao professorado, e das que concorram aos exames de desenho, ou quaesquer outras que pretendam o mesmo fim.

49 — RUA DE QUEBRA COSTAS — 49

4 ARRENDA-SE uma quinta com casa de habitação.

Na rua de S. Jeronymo, n.° 25, se prestam todos os esclarecimentos.

VINHO DA SERRA DA ESTRELLA

ESPECIALIDADE

Garrafa.................. 180 réis
Recebe-se vazia por .. 40 réis

183, Rua da Calçada, 185
DEFRONTE DA PHARMACIA SALEMA

6 VENDEM-SE umas casas defronte do collegio dos Grillos; 160 pinheiros na serra das Torres, para o lado do Chão do Bispo, bons para madeira de soalho, e caixal.

Arrenda-se uma quinta, nos suburbios d'esta cidade, com terra de semeadura, alta e baixa, celleiro, casas para arrendatarios, abegoarias, e muita agua de nascente, e mina.

Informações em casa de Abilio Maria Ladeiro, na Calçada.

7 A CAMARA MUNICIPAL de Pedrogão Grande faz publico, que se acha a concurso por 30 dias, a contar de 8 do corrente, o partido de 40$000 réis, como subsidio para sustenção d'uma botica n'esta villa, pôr se achar fechada a que havia, pelo fallecimento do boticario, proprietario da mesma.

ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE
SEM EGUAL

8 ESTA MARAVILHOSA e excellente preparação é sem duvida o melhor depurativo do sangue, por ser feita de plantas, cuidadosamente escolhidas e assás conhecidas na clinica medica, por homens doutissimos e abalisados, contra as molestias syphiliticas, como sejam: Cancros de mau caracter, Bubões, Dartros, Empingens, Escrophulas, Ulceras, Rheumatismo articular, gottoso e syphilitico, Escoriações da pelle, etc., etc., e todas as molestias, que tenham sua origem na impureza do sangue.

Os attestatos de illustres facultativos e particulares são garantias que nos têm parecido sufficientes para offerecer ao publico como verdadeiras provas da sua efficacia.

A ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA é applicada em pequenas doses, por serem certos os seus effeitos, e para que a cura se torne mais rapida, aconselhamos as nossas «Pilulas vegetaes assucaradas da resina da Jalapa da terra» em doses moderadas, fazendo expellir grande quantidade de materias e humores viciados, que se espalham pela economia, devido ao sangue não estar puro.

As pessoas, que necessitarem de tomar depurativos, devem procurar os que reunam todos os predicados, com a ESSENCIA DE SALSA PARRILHA E CAROBA.

Seu uso não prohibe que se tome banho frio ou morno.

Acompanha cada frasco um folheto, indicando o modo de applicar esta maravilhosa preparação, e n'elle se acham attestados de abalisados medicos, affirmando seus optimos effeitos.

Deposito geral, Sarzedello & C.ª, Lisboa, e nas principaes pharmacias.

VINHO DO BUSSACO

9 PREPARADO pela companhia vinicola da Bairrada. — Séde na Mealhada.

Garrafa 200 réis. Caixa com 12 garrafas 2$700 réis.

183, Rua da Calçada, 185
DEFRONTE DA PHARMACIA SALEMA

OPTIMO VINHO DE CHAMPAGNE

10 CHEGOU á Livraria Popular, uma remessa de differentes qualidades, e superiores vinhos de Champagne, da acreditada casa — *G. Dieres Monplaisir fils* — os quaes pelas suas excellentes qualidades têm merecido o serem comprados de preferencia a outros pelos verdadeiros amadores. — Chama-se a attenção para as recommendaveis marcas — Ay Cremant or — Fleur de Sillery — Oeil de Perdix de Bourg — Sillery — Ay Sillery.

Além dos preços fixos ha abatimento de 5 p. c. na compra de 6 garrafas para cima.

Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

11 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.° 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.° 52.

12 NA FIGUEIRA DA FOZ, rua de traz do Paço, n.° 6 A, loja de moveis, João da Fonseca Piangana tem para alugar aos banhistas uma casa bem mobilada e com serviço de louças para almoço e jantar e trem de cozinha, para toda a epocha de banhos, preços commodos.

ALVIÇARAS

13 DÃO-SE ALVIÇARAS a quem entregar na rua do Carmo, n.° 24, um cordão de ouro, que se perdeu no dia 9 do corrente, desde a rua da Sophia até ao principio da rua do Visconde da Luz.

OFFICINA DE ESTEIREIRO

14 AO CIMO da rua das Fangas, n.° 56, se fazem e concertam esteiras de todas as qualidades, de combinação com o esteireiro da casa real. Fazem-se esteiras d'uma só peça de 48 metros em quadrado.

Tambem se põe palhinha de toda a qualidade em cadeiras, e faz vassouras de miolo de junço, que afiança mais do que as de piassaba.

BANCO ALLIANÇA

15 DO DIA 16 do corrente em deante paga-se aos srs. accionistas d'este banco o dividendo de 2 e meio p. c., ou réis 1$500 por acção.

Coimbra 11 de Julho de 1877.

Os correspondentes
José Luiz Ferreira Vieira & F.^{os}

ALVIÇARAS

16 QUEM ACHASSE um lenço de cambraia com ramos bordados com retroz da Italia, que se perdeu desde a rua do Almoxarife até á rua da Magdalena, e o queira entregar, receberá alviçaras na rua do Almoxarife, n.° 19.

REDES DE ARAME

17 J. SERIO VEIGA, rua das Solas, vende 8 redes com aros de ferro proprias para celleiro, por 11$000 réis.

Tem 8 palmos d'altura, e 2 e meio de largo.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno...... 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno...... 3$560
Por semestre...... 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre...... 1$730
Por trimestre...... 800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre...... 865

Numero 3126 — Sabbado 14 de Julho de 1877 — Anno XXX

COIMBRA

São bem sabidas as nossas opiniões contra as loterias e todo o jogo de azar. Emquanto, porém, se não extingue a loteria portugueza, e visto o allegar-se que parte do seu rendimento é indispensavel para auxiliar alguns estabelecimentos pios, é claro que nada justifica o escandaloso abuso da franca venda que por toda a parte se faz dos bilhetes da loteria de Hespanha.

Se a loteria portugueza se desculpa com a protecção ás casas de caridade; como se ha de justificar a tolerancia da venda da loteria hespanhola, a qual é expressamente prohibida e vem prejudicar gravemente a loteria nacional?

Em quasi todos os relatorios da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, desde o anno economico de 1870 e 1871, tem o provedor o sr. conde de Rio Maior chamado a attenção do governo para este importante assumpto.

No relatorio de 1871 a 1872 reconhece o sr. conde de Rio Maior, que a loteria portugueza só é *justificada pelos fins de caridade a que se destina;* mas visto por emquanto o seu rendimento ser indispensavel, mostra a necessidade de reformar a organisação e systema da loteria portugueza, e pede providencias contra a venda da loteria hespanhola.

Depois de varios alvitres ácerca d'este objecto, termina o sr. conde de Rio Maior dizendo:

«N'este sentido consinta v. ex.ª que lhe roguemos a sua valiosissima intervenção para o efficaz cumprimento das leis que prohibem a venda de loterias estrangeiras. O decreto de 5 de Novembro de 1851, além das penas de prisão e multa, estabelecia no artigo 19.°, que os bilhetes e utensilios para a fabricação d'elles fossem apprehendidos, que, no caso de serem premiados, metade do premio fosse dado ao apprehensor, e a outra metade distribuida pelos estabelecimentos pios mais necessitados.

«Estas attendiveis disposições, que impunham aos culpados a perda de valores ás vezes importantes, e que estimulavam o zêlo dos agentes policiaes, promettendo-lhes parte nos premios dos bilhetes apprehendidos, não podem ser consideradas hoje como subsistentes depois da promulgação do codigo penal, embora a portaria do ministerio do reino de 10 de Agosto de 1865 mandasse equitativamente cumprir o decreto de 5 de Novembro, emquanto á apprehensão dos bilhetes e utensilios.

«O codigo penal, no artigo 489.°, § unico, declara expressamente que a perda dos objectos e instrumentos apprehendidos em contravenção, só póde ser pronunciada quando a lei especialmente a decretar. De modo que aos contraventores do artigo 270.° do codigo penal, o qual prohibe toda a loteria que não for auctorisada por lei, sómente póde ser applicada a pena comminada no artigo 271.° de multa, conforme a sua renda, de quinze dias a tres mezes.

«Póde pois variar a multa entre 1$500 réis e o maximo de 180$000 réis, calculada a renda na conformidade do artigo 41.° do mesmo codigo. Esta penalidade poderia ser talvez bastante para reprimir os delictos a que se refere, se o poder judicial não a applicasse ordinariamente com tal moderação, que a torna suavissima aos individuos que se entregam ao commercio illicito de bilhetes da loteria hespanhola, e ainda encontram bons lucros n'esse commercio, mesmo soffrendo com largos intervallos uma ou outra condemnação, sempre mais proxima do minimo que do maximo da multa, e mesmo tendo de pagar as respectivas despezas do processo.

«A brandura na applicação das penas contribue tambem para fazer propagar o criminoso abuso da venda de bilhetes e cautelas da loteria hespanhola, que se pratica com o maior descaro, não só nas lojas dos cambistas, mas em todas as ruas da cidade. Estes factos, reconhecidos officialmente e difficeis de evitar em absoluto, pódem comtudo ser combatidos com vantagem, se a policia com incessante energia proceder ás diligencias necessarias que a aturada impunidade dos contrabandistas, agora mais do que nunca, deve provocar da parte dos agentes da auctoridade.

«A mesa termina aqui as suas ponderações ácerca das loterias, repetindo com o Conselho Geral de Beneficencia, que é urgente haver severidade, principalmente em Lisboa e no Porto, com os contraventores da loteria estrangeira, e lembrando então a possibilidade de a conseguir nos tribunaes, se os representantes do ministerio publico tomarem em particular consideração estes processos, requerendo a applicação rigorosa da respectiva pena, principalmente nos casos de reincidencia, e recorrendo sempre para o tribunal superior, quando a sentença de primeira instancia houver sido excessivamente benevola.

«Os interesses da beneficencia, os lucros offendidos da fazenda publica motivam estas nossas reflexões, que a iniciativa illustrada de v. ex.ª póde fortalecer com o seu poderoso auxilio.»

Além do crime que se commette na venda da loteria hespanhola, praticam-se outros na fraude com que muitos cambistas abrem as cautellas.

O nosso collega do Porto, o *Jornal da Manhã,* tem revelado varios d'esses furtos escandalosos.

O portador da cautella suppõe que se a sorte lhe fôr favoravel receberá o que está marcado no verso (que é metade do que devia ser), mas quando trata de cobrar esse escasso premio, reconhece então ter sido roubado duplamente. As cautellas não têm garantia de pagamento, e são muitas vezes abertas por quem nada possue de seu. Todas as cautellas são anonymas e apenas indicam a rua, mas não o numero da casa.

Ainda mesmo que o portador da cautella receba o que n'ella está indicado, não deixa de ser roubado em quasi outro tanto.

Segundo os planos das cautellas, promettem os cambistas ao portador de uma cautella de 300 réis o seguinte, livre de todos os descontos:

PLANO

PREMIOS			PERTENCE-LHE
1 —	160:000	pesetas.....	384$000
1 —	80:000	»	192$000
1 —	40:000	»	96$000
1 —	20:000	»	48$000
1 —	10:000	»	24$000
18 —	3:000	»	7$000
2 —	2:000	»	4$800
2 —	1:000	»	2$400
400 —	600	»	1$440
446 —	400	»	$960

873 premios 18:000 bilhetes.

Para que se veja que tal é o roubo, o nosso collega do Porto organisou um

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXIV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Antes de escrever a minha sahida de Lisboa, quero aqui mencionar dois nomes honrados, de quem recebi um particular favor, assim como comigo o receberam todos os meus collegas deputados. Estes nomes são o do actual barão de Foscôa, que hoje ainda vive, e o de José Antonio da Fonseca, que já morreu. Ambos elles eram os caixas do contracto do tabaco n'aquella época, e pelo contracto é que os deputados recebiam o seu subsidio mensal.

As côrtes separaram-se, e deram fim aos seus trabalhos, como já mencionei, e ainda nos principios da sessão extraordinaria. Não me lembra hoje quantos dias tinha durado, e por conseguinte que quantia de subsidios se nos deviam. O certo é que nem nós estavamos em estado de a requerer, e segundo me constou, tambem o novo governo não estava disposto a dar-nos cousa alguma. O caso porém foi, que a final recebemos o subsidio, e eu recebi o meu no largo do Conde Barão, e na mesma casa onde ainda hoje mora o barão de Foscôa.

Disseram-me que tanto este como o seu companheiro *Fonseca* haviam declarado ao governo, que nada lhe pagariam, em quanto não satisfizessem o que se devia aos deputados. O certo é que recebemos essa divida, e se nos affirmou, que havel-a era devido ás instancias, e declarações dos dois honrados caixas. Assim não quiz omittir aqui os seus nomes, porque actos de generosidade, e de honra, e com especialidade em taes épocas, a favor dos vencidos, são mui raros, e bem poucas vezes se encontram na vida, quando sobre esta carrega o peso da desgraça.

Meado de Junho do anno de 1823 até ao fim de Dezembro do anno de 1826.

Assim como o tinha promettido ao intendente da policia, assim o cumpri. Não me lembra em que dia d'este mez, mas sei muito bem que foi na segunda feira, em que, passado o domingo, estivera na intendencia, sahi de Lisboa ao amanhecer d'aquelle dia, a cavallo, e com um arrieiro tambem a cavallo, que me levava uma mala em que tinha mettido a roupa mais precisa para os primeiros dias. Fiz uma jornada a mais rapida que podia fazer; porque não me queria encontrar com o grosso do cirio que vinha chegando de Traz-os-Montes, commandado pelos Silveiras, e que vinha buscar a Lisboa não só as honras do triumpho, porém os interesses materiaes, como hoje se chamam na linguagem moderna.

No primeiro dia fui dormir adiante de Rio-Maior, no logar que se chama *alto da Serra;* no segundo adiante de Pombal, cousa de uma legua; e na manhã do terceiro me achei em Coimbra, tendo felizmente escapado aos incommodos que receava, apesar de já ser obrigado a passar por entre a vanguarda dos vencedores, que já encontrei em grande força em Condeixa, onde eram recebidos entre arcos de flores, e no meio dos maiores applausos e vivas!

Fui apear-me na praça á casa de meu cunhado, a quem pedi fosse immediatamente dar parte da minha chegada ao corregedor, que era natural das visinhaças de Coimbra, e se bem me lembro de Cantanhede, e se chamava Pedro Henriques. Apresentei-me a elle quasi á noite; e d'elle recebi toda a cortezia, que nem sempre se encontra em os nossos chefes de justiça, quando se lhes apresenta um homem, como eu, na desgraça do governo.

Elle já sabia o que se exigia de mim por communicações recebidas de Lisboa, e por isso foi escusado dizer-lhe a razão porque alli me achava, e vinha residir em Montesão. O que simplesmente lhe disse foi: — que esperava me fizesse o favor, quando houvesse alguem que me quizesse culpar de transgredir as ordens do governo, de não proceder contra mim sem me ouvir; porque eu já d'alli lhe dava a minha palavra de honra, que viviria o mais socegado possivel, e que nem por palavra nem por obra faria cousa que podesse offender o governo: em uma palavra, que havia de cumprir á risca o que convinha á minha situação, na conformidade do que de mim se exigia.

Cumpri á risca a minha palavra, e o corregedor tambem se houve sempre mui leal e cavalheiramente comigo, porque apesar de ter havido alguem que me quizesse malquistar, imputando-me actos que nunca fiz, tambem elle nunca fez caso d'essas miseraveis denuncias, e me deixou não só viver tranquillo e socegado, mas até consentiu, que se ampliasse um pouco mais o sitio do meu desterro como ainda direi.

(Continuar-se-ha.)

plano, fazendo a conta do duro a 900 réis, que é o menos por que se póde vender, tomando por base o bilhete que custa 12 duros, por 12$000 réis, e sendo a cautella tambem de 300 réis.

Devia pertencer á fracção, cuja entrada é de 300 réis, livre de todos os descontos, o seguinte:

PLANO

PREMIOS			PERTENCE-LHE
1 —	160:000	pesetas.....	720$000
1 —	80:000	»	360$000
1 —	40:000	»	180$000
1 —	20:000	»	90$000
1 —	10:000	»	45$000
18 —	3:000	»	13$500
2 —	2:000	»	9$000
2 —	1:000	»	4$500
400 —	600	»	2$700
446 —	400	»	1$800

873 premios 18:000 bilhetes.

Veja-se que roubos se estão a praticar em Portugal!

Permitte-se que se venda uma loteria expressamente prohibida pela lei. Consente-se que se abram cautellas sem limites, e sem garantias para os compradores, os quaes muitas vezes não acham quem lhes pague o premio quando por acaso lhes cahe em sorte. E por fim ainda se permitte que os compradores, quando mesmo achem quem lhes pague, recebam pouco mais de metade da quantia a que tinham direito.

Com razão dizia o sr. conde de Rio Maior no seu relatorio da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, do anno economico de 1871 a 1872, que os jogadores da loteria, são dominados por uma paixão que *se esquiva a quaesquer argumentos do raciocinio.*

Reconhecem que são roubados; e comtudo, tal é a sua cegueira, que se prestam á escamotação do seu dinheiro, o qual lhes custou o suor do rosto para ganhar!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

AINDA AS GAZETAS EM PORTUGAL

Tendo dado em o numero passado noticia das *Gazetas* em Portugal, e desejando que essa noticia seja a mais completa e exacta que fôr possivel, temos a acrescentar o seguinte.

Dissémos, que a *Gazeta de Lisboa* se publicára até 30 de Dezembro de 1820, e que no dia 1 de Janeiro de 1821 fôra substituida pelo *Diario do Governo.*

Devemos, porém, fazer notar, que na *Gazeta de Lisboa* de 17 de Outubro de 1820 se declara, que d'esse dia em deante se publicaria o *Diario do Governo*, continuando comtudo a mesma *Gazeta.*

Vê-se, portanto, apesar do *Diario do Governo* de 1 de Janeiro de 1821 começar com o n.º 1, que já havia *Diario* desde 17 de Outubro de 1820.

E' esta uma singularidade digna de se registar — de haver desde 17 d'Outubro de 1820 até ao fim d'esse anno, ao mesmo tempo *Gazeta* e *Diario*; e o que é mais, redigidos ambos os periodicos pelo mesmo redactor, Joaquim José Pedro Lopes.

Em Coimbra não ha, que nós saibamos, esses numeros do *Diario*, havendo-os só de 1 de Janeiro de 1821 em deante; mas sabemos da sua publicação, pela declaração da *Gazeta de Lisboa* de 17 de Outubro de 1820, e subsequentes referencias que lhe faz a mesma *Gazeta* até ao fim do anno.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Recebemos o fasciculo 61 do *Diccionario Popular*, publicado em Lisboa.

Continuam-se n'este fasciculo os artigos historicos dos individuos do appellido de *Barbosa*, e egualmente se vêem ahi muitos outros artigos interessantes.

Entre elles merece especial menção a biographia do celebre Antonio de Araujo e Azevedo, conde da Barca, nosso enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Hollanda; depois ministro em Lisboa, e ultimamente ministro no Brazil.

Devemos porém dizer, que o illustrado auctor d'essa extensa biographia cahiu em um equivoco, que nos cumpre rectificar. E' em attribuir ao conde da Barca actos que lhe não pertencem, pelo menos directamente, mas sim a outro ministro.

Fallando da administração do conde da Barca, depois de ser nomeado ministro em 1814 no Rio de Janeiro, continua dizendo:

«Terminada esta questão diplomatica pela substituição do embaixador inglez no Rio de Janeiro, logo o nosso ministro já então agraciado com o titulo de conde da Barca, teve occasião de mostrar a sua energia e sentimentos liberaes nas luctas que sustentou com a curia romana

Deliberára Pio VII restaurar a companhia de Jesus, e communicando a bulla a todos os soberanos catholicos pediu-lhes a sua execução.

Accederam alguns aos desejos do pontifico, mas D. João VI aconselhado pelo conde da Barca deu ordem ao seu representante em Roma que não acceitasse discussão a tal respeito e que afastasse de principio e com firmeza qualquer proposta que a curia lhe fizesse.

Chegando logo depois ao Brazil representações e queixas das auctoridades da Madeira contra os delegados do santo officio, que na ilha estavam commettendo os maiores excessos e vexames, apressou-se o conde da Barca em officiar ao bispo e ao governador, dando as providencias que o caso reclamava, e ao mesmo tempo deu ao nosso embaixador em Roma instrucções para requerer a abolição do santo officio.

Recusando a Santa Sé, queria Antonio de Araujo que o soberano extinguisse por sua propria auctoridade o odiado tribunal; faltando porém ao principe a energia necessaria para tão arrojada determinação, o ministro teve de ceder, mas dentro em pouco obrigou a curia a desistir das pretensões que teve a proposito da confirmação do arcebispo de Evora.

Tinha D. João VI escolhido para essa diocese fr. Joaquim de Santa Clara, e a santa sé para confirmar a nomeação exigia que o eleito abjurasse os erros enunciados na oração funebre em honra do marquez de Pombal, e ao nosso embaixador foi entregue o modelo da declaração que o prelado devia fazer.

Quiz fr. Joaquim de Santa Clara terminar a questão pedindo a el-rei que o exonerasse do cargo, mas o conde da Barca não lhe admittiu o requerimento, desapprovou ao nosso representante em Roma o ter acceitado o modelo da declaração e deu-lhe ordem para fazer saber á curia que se a nomeação não fosse confirmada, o soberano procederia segundo a disciplina consuetudinaria.

A vista d'esta intimação a curia cédeu, e fr. Joaquim de Santa Clara tomou posse da diocese para que fôra eleito.»

Engana-se o esclarecido auctor d'esta biographia. O ministro que energicamente resistiu ás exigencias da curia romana, por occasião da nomeação de D. Fr. Joaquim de Santa Clara para arcebispo de Evora, não foi o conde da Barca, Antonio de Araujo e Azevedo, mas sim o marquez de Aguiar, D. Fernando José de Portugal.

Acerca d'este importante assumpto dirigiu o marquez de Aguiar um officio datado de 30 de Julho de 1816 ao ministro plenipotenciario em Roma, José Manoel Pinto de Sousa; outro officio na mesma data ao arcebispo eleito d'Evora; e uma carta de aviso em 12 de Agosto immediato, ao patriarcha eleito de Lisboa.

A curia romana negava a confirmação a D. Fr. Joaquim de Santa Clara, por lhe imputar suspeitas em doutrina, approvação do concilio de Pistoia, e escandalo de algumas proposições no elogio funebre do marquez de Pombal, recitado nas suas exequias; declarando a curia que só se lhe concederia a confirmação, se D. Fr. Joaquim de Santa Clara confessasse e abjurasse os erros imputados, escrevendo uma carta ao pontifice em conformidade de uma nota do cardeal Gonsalvi, e de um modelo suggerido para este fim pela curia romana ao ministro de Portugal em Roma.

O marquez de Aguiar dirigiu por isso o seguinte energico officio ao nosso ministro em Roma:

«Pelo officio de v. s.ª de 20 de Março passado, que foi presente a sua magestade, ficou o mesmo augusto senhor na intelligencia do que n'elle pondera ácêrca da nomina do cardeal que lhe pertence, e que já se verificou; e das intrigas e máu caracter do auditor da nunciatura em Lisboa, Vicente Machi, que v. s.ª julga conveniente ser d'alli removido, aproveitando-se occasião opportuna da nomeação de novo nuncio, para se evitarem as cabalas, e negociações que elle promove com mão occulta, e de que tira vantajosos lucros; difficultando a expedição dos negocios de Portugal n'essa côrte, como v. s.ª experimentou, quando tractou da desmembração da jurisdicção do arcebispado de Evora para a real capella de Villa Viçosa, em conformidade do que lhe foi encarregado no officio de 8 de Julho de 1814.

As mesmas intrigas, e malevolencia do referido auditor attribue v. s.ª a difficuldade, que encontra na confirmação de Fr. Joaquim de Santa Clara, nomeado arcebispo de Evora, sendo obrigado a tractar immediatamente com sua santidade a fim de deslindar os embaraços que tem havido, imputando-se-lhe suspeitas nos principios religiosos, approvação do concilio de Pistoia, e escandalo no elogio funebre que recitou nas exequias do marquez de Pombal, o que tudo v. s.ª suppõem urdido e forjado pelos inimigos do arcebispo nomeado, e protegido e apadrinhado pelo sobredito auditor; e sendo-lhe necessario para este fim e para terminar este negocio decorosamente, dirigir ao secretario de estado diversas notas que promette remetter em occasião opportuna.

Não tendo estas ainda chegado, recebi uma carta do referido Fr. Joaquim de Santa Clara, acompanhada da nota, que a v. s.ª dirigiu o cardeal Gonsalvi, em que se exigia que o nomeado, para merecer a confirmação, deveria confessar os seus erros, abjural-os, pedir d'elles perdão, e sujeitar-se ás doutrinas da santa sé, pelos motivos que se lhe imputavam, acima expostos: de um modelo por v. s.ª enviado, para escrever o mesmo nomeado arcebispo ao santo padre n'esta conformidade, e de uma copia da carta escripta por elle, em consequencia d'isto, sem comtudo imital-o absolutamente, pelo não dever fazer em consciencia. Na sobredita carta que me dirigiu, depois de ter dado os motivos, porque assim o practicára, roga a sua magestade o allivie do arcebispado que pelos annos, e achaques julga superior ás suas forças.

El-rei meu senhor, a quem foram presentes todos estes papeis, viu com muito desprazer o procedimento da curia romana, duvidando confirmar, e por ventura pela primeira vez em Portugal, um arcebispo nomeado, imputando-se-lhe defeitos tão graves por asserções vagas e indeterminadas, e que não podem recahir em um lente de Theologia de muito saber, probidade, e regular conducta: e desapprovou que v. s.ª acceitasse o modelo que lhe dirigiu o secretario de estado, e o suggerisse ao nomeado, para por elle escrever a sua santidade, não podendo esperar das suas luzes e conhecimentos n'esta materia, e do seu conhecido zelo, que por este modo annuisse áquella indiscreta pretensão, e refinado modo de ganhar auctoridade, para vir a conseguir-se, que sejam nomeados bispos os que professarem doutrinas ultramontanas, e agradarem por isso á curia romana; sendo este procedimento offensivo aos direitos do real padroado, adquiridos por antiquissima, immemoravel, e não interrompida posse, e que constituem uma das regalias da soberania, e dos que a sua magestade competem como protector da religião e da egreja, e como soberano a quem toca vigiar que os eleitos para os bispados, e mais prelazias sejam pessoas idoneas; e tambem do seu real decoro, por se pretender frustrar uma nomeação de sujeito tão digno do arcebispado, imputando-se-lhe o vicio capital de suspeição em doutrina, em que se argue a nomeação.

É além d'isto de pessimo exemplo este procedimento, que dará logar á continuação de pretensões immoderadas da parte da curia romana, e que será desapprovado e censurado nas côrtes dos soberanos catholicos.

Pelo que, e porque não convém de nenhum modo que da sua christandade, e veneração ao santo padre se tire partido para invadir a auctoridade real, está el-rei meu senhor na firme resolução de manter illesos os seus reaes direitos e regalias, e me ordena participe a v. s.ª que o seu procedimento em tal caso deveria ter sido não acceitar o descomedido modelo, e menos suggeril-o ao nomeado, instar e replicar, com energia e vehemencia até conseguir a confirmação, expedindo a competente bulla, limpa de qualquer imputação, que arguisse a nomeação, servindo-se a este fim das doutrinas de direito publico-ecclesiastico, e universal, approvadas pelos escriptores orthodoxos, e pela Universidade de Coimbra, e que são familiares a v. s.ª e dando immediatamente conta a sua magestade para deliberar o que mais conviesse ao seu real serviço.

N'esta mesma conformidade manda o mesmo real senhor desapprovar ao arcebispo nomeado o haver escripto a carta, confessando erros que não tinha, e que vinha a arguir a injustiça, ou falta de circumspecção na sua eleição, o que é assaz indecoroso, e em o que ganhou já muito a curia romana.

Segundo o que fica exposto deverá v. s.ª haver-se a este respeito, no caso em que o negocio não esteja ainda concluido, chegando até a ameaçar com rompimento, e com estar sua magestade deliberado, no caso de se não verificar a confirmação, a mandal-a fazer dentro no reino na fórma da antiga disciplina, segundo o exemplo de outros soberanos catholicos, como practicou em tempo não remoto Luiz XV em França, o que comtudo só deve practicar-se no ultimo extremo, e com expressões convenientes ao acatamento devido á pessoa e alta jerarchia do santo padre: e quando aconteça que esteja expedida a bulla, e já executada com placito regio, concedido no real nome pelos governadores do reino, v. s.ª pedirá, e instará efficazmente que se dê uma competente satisfação a sua magestade por este estranho e indecoroso procedimento; ficando v. s.ª tambem na intelligencia de que aos governadores do reino se expede ordem n'esta occasião para que não concedam o placito regio, se a bulla de confirmação de que se trata não vier em fórma ordinaria, e sem menção de defeitos imputados ao arcebispo e por elle de algum modo confessados. Deus guarde a v. s.ª Palacio do Rio de Janeiro 30 de Julho de 1816. — *Marquez d'Aguiar.* — Sr. José Manoel Pinto de Sousa.»

Vê-se, portanto, que foi o marquez de Aguiar que resistiu á curia romana, e não o conde da Barca, como por equivoco se diz na sua biographia, publicada no ultimo fasciculo do *Diccionario Popular.*

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PREMIOS

Faculdade de Theologia

1.º ANNO

Distincto — Alfredo Elviro dos Santos, filho de José Innocencio dos Santos, de Cascaes.

2.º ANNO

Accessit — João Bernardo Heitor d'Athaide, filho de Sebastião Lourenço d'Athaide, de Gôa.

Distinctos pela ordem da matricula

José Pinto Rachão Junior, filho de José Pinto Rachão, d'Agueda.

Francisco Rodrigues da Cruz, filho de Manoel da Cruz, d'Alcochete, districto de Lisboa.

José Pires Antunes, filho de Manoel Pires, de Penha Garcia, districto de Castello Branco.

3.º ANNO

Premios

1.º Augusto Eduardo Nunes, filho de José Maria Nunes, de Portalegre.

2.º Manoel d'Azevedo Araujo e Gama, filho de José d'Azevedo Araujo e Gama, de Cerdal, districto de Vianna.

4.º ANNO

Accessit

1.º Luiz José Dias, filho de Manoel José Dias, de Merufe, districto de Vianna do Castello.

2.º José Joaquim de Abreu do Couto de Amorim Novaes, filho de Manoel Ignacio Amorim Novaes, de Balugães, districto de Braga.

Distincto — Antonio José de Barros, filho de João Baptista de Barros, de Chamsim, districto de Braga.

5.º ANNO

Premio — Joaquim Alves da Hora, filho de Antonio Alves da Hora, de Leça de Palmeira, districto do Porto.

INFORMAÇÕES

Joaquim Alves da Hora, MB — 16.
Joaquim Miguel Espada, B — 11.

Faz-se publico, que os exames de todas as disciplinas, excepto os de mathematica (1.ª parte) e os de introducção á historia natural, de todos os alumnos do lyceu e dos estranhos que requereram perante o exm.º reitor do lyceu nacional de Coimbra, começarão no dia 16 do corrente á hora e pela ordem das listas que vão ser affixadas na casa de entrada da sala dos exames do mesmo lyceu.

No dia 18 começarão os de introducção á historia natural; e préviamente se annunciará quando convem começar os de mathematica (1.ª parte).

Em seguida a estes exames terão logar os exames dos alumnos internos, e dos estranhos dos outros lyceus, pela ordem seguinte: Aveiro, Castello Branco, Guarda, Leiria, Vizeu e Lamego.

Com a devida antecipação serão annunciados nos jornaes de Coimbra, e ás portas dos respectivos lyceus, os dias em que terão de começar estes exames.

Os examinandos estranhos deverão apresentar ao presidente dos exames d'esta circumscripção, na conformidade do artigo 5.º do decreto de 28 de Março ultimo um attestado de pae, tutor ou pessoa encarregada de sua educação, no qual se declare onde e com quem estudaram as disciplinas de que fizeram exame. O attestado deve ser assignado tambem pelo alumno, e as duas assignaturas reconhecidas por tabellião.

Os alumnos internos dos lyceus, comprehendidos na 2.ª circumscripção, substituirão este attestado por uma certidão de frequencia passada pelo secretario do respectivo lyceu, assignado pelo alumno, e reconhecido por tabellião.

Os examinandos apresentar-se-hão vestidos decentemente, e não são obrigados a trajar batina.

O presidente dos exames
FRANCISCO DE CASTRO FREIRE.

NOTICIARIO

Festividade. — A festa de Santa Comba, que se costuma fazer no dia 20 do corrente, na sua capella de Valle-meão, aros d'esta cidade, proximo do convento das freiras de Cellas, fica transferida para o domingo proximo, 22 do corrente.

Recrutamento. — O supremo tribunal administrativo julgou favoravelmente os seguintes recursos a fim de que os respectivos mancebos fiquem isentos do serviço do exercito:

CONCELHO DE COIMBRA

Freguezia da Sé Nova. — José, filho de Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto.

Freguezia de Souzellas. — Joaquina Santa, viuva de João Soares Cardoso, por seu filho Manoel.

CONCELHO DE CANTANHEDE

Freguezia de Outil. — Antonio Simões, por seu filho Manoel.

CONCELHO DE SOURE

Freguezia de Samuel. — José de Freitas, por seu filho Manoel.

CONCELHO DE CONDEIXA

Freguezia de Anobra. — Maria Ribeiro, viuva, pelo filho João.

CONCELHO DE TABUA

Freguezia de Candosa. — Antonio da Costa Santos, por seu filho Antonio.

CONCELHO DE MONTEMOR O VELHO

No recurso de recrutamento militar do anno de 1876, n.º 1:621, interposto por José Domingues, a favor de seu filho Manoel, da freguezia de Arazede, concelho de Montemór-o Velho, do districto de Coimbra, foi dado provimento, para o fim de ser o nome do reclamado eliminado do recenseamento da freguezia de Arazede, e inscripto no da freguezia de Cadima, seu domicilio legal.

Mercado de Condeixa no dia 10. — Regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 510 — Dito mourisco 520 — Milho branco 370 — Dito amarello 370 — Feijão vermelho 700 — Dito branco 660 — Dito rajado 620 — Cevada 260 — Tremoços 340 — Favas 400 — Batatas 360 — Vinho 1$200 — Azeite 1$500 réis.

A condessa de Montijo. — Diz o *Diario de Noticias*, que no comboio da manhã chegou na quarta feira a Lisboa a ex-imperatriz dos francezes, D. Maria Eugenia de Guzman e Porto Carrero, marqueza de Moia e condessa de Montijo, vinda de Hespanha, onde foi visitar os seus parentes.

Vinha acompanhada pelo conde de Primal, uma dama e tres criados. Hospedou-se no Hotel Central. El-rei e a rainha foram visital-a ás 11 e meia e demoraram-se até cerca das 2 da tarde, tendo-os a viuva de Napoleão III acompanhado á porta.

Ás 9 horas da noite el-rei foi novamente visital-a ao hotel. A illustre princeza embarcou em Belem cerca da meia noite para bordo do paquete *Elbe*, que na madrugada de quinta feira deveria seguir para Southampton. Pelo ministerio dos estrangeiros foi-lhe visado o passaporte.

O sr. marquez d'Avila fôra de manhã cumprimentar e offerecer os seus serviços á ex-imperatriz. Esta senhora tem 51 annos.

É, como se sabe, uma dama elegante, de levantada educação, e a edade e os soffrimentos não conseguiram apagar em seu rosto os clarões da belleza nativa.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 11 de Julho de 1877.

O *Diario do Governo* deve publicar hoje importantes documentos pelo ministerio das obras publicas.

Segundo se diz, um dos documentos consiste em uma portaria suspendendo todas as gratificações dadas sem auctorisação legal por aquelle ministerio, e consta que taes gratificações ascendem quasi a 100 contos de réis, tirados da verba votada para estradas.

O outro documento é a rescisão de um contracto feito com um fornecedor das obras da Penitenciaria.

Diz-se que tambem será publicada uma portaria alterando o actual serviço da construcção e exploração dos caminhos de ferro do Minho e Douro, e determinando que com urgencia sejam enviadas para o ministerio das obras publicas todas as contas, contractos, etc., das direcções dos mesmos caminhos.

Se estes documentos forem como se annunciam, mais uma vez se demonstra a necessidade de um rigoroso inquerito ás secretarias de Estado, inquerito proposto ha annos pelo sr. Rodrigues de Freitas quando tinha assento na camara electiva, e tambem proposto em uma das ultimas sessões legislativas pelas opposições então historica e reformista.

Uma outra cousa demonstrarão aquelles documentos e é que os collegas do sr. ministro das obras publicas não o acompanham no pensamento, aliás digno e patriotico, de fazer conhecidos do paiz os actos praticados pelo governo regenerador nos diversos ramos de serviço publico, porquanto é fóra de duvida que o ministerio das obras publicas não foi o unico onde se commetteram desperdicios e illegalidades.

No ministerio da guerra, por exemplo, despendeu-se dinheiro ás mãos cheias em gratificações, ajudas de custo e adiantamentos, e comtudo o actual sr. ministro d'aquella pasta ainda não deu publicidade ás providencias que adoptou, para pôr ponto em taes esbanjamentos.

E vem a pelo lamentar que o parlamento fosse tão prompto em votar as legalisações propostas pelo actual ministerio, das despezas extra-orçamentaes, feitas pelo governo regenerador.

Sabe-se por telegramma que os dous exploradores africanos chegaram sem novidade á Madeira, onde deviam ter sido cumprimentados em nome da sociedade de geographia de Lisboa, pelos seus socios correspondentes os srs. A. R. de Azevedo, Camara Leme, Salles Caldeira e F. C. de Sousa.

A folha official publicava hontem o accordão do tribunal de contas, que, desattendendo á allegação e confirmando os accordãos recorridos, julga o sr. José Maria Frederico Bartholomeu devedor á fazenda publica da quantia de 189:710$273 réis, differença que se encontrou entre o debito e o credito da sua conta em recibos interinos pela sua gerencia como pagador da 1.ª divisão militar no periodo decorrido desde 1 de Julho até 31 de Dezembro de 1868. O accordão condemna o sr. Bartholomeu no pagamento da referida somma.

Hontem, conforme já disse em telegramma, no Supremo Tribunal de Justiça, foi o julgamento de revista crime, em que eram recorrentes D. Joanna Pereira, viuva, seu filho, Carlos Filippe Pereira, e João da Silva, o carroceiro, accusados de cumplicidade no homicidio do pianista Cypriano Soares, caso que já foi, mui longamente referido, sendo mencionadas as diversas peripecias e incidentes de tão notavel pleito. A revista fôra interposta do accordão da relação de Lisboa, a qual confirmára, como participei em tempo, o despacho de pronuncia proferido pelo digno juiz do 3.º districto criminal, declarando-se que a pronuncia era sem substituição de fiança pela cumplicidade no crime alludido. O Supremo Tribunal, na sessão de hontem, negou a revista e confirmou o accordão recorrido.

— Lisboa, 12 de Julho de 1877.

Causaram, como se esperava grande impressão os documentos a que hontem me referi e que vieram publicados na folha official, especialmente a portaria revogando todos os despachos concedendo gratificações e ajudas de custo, *não descriptas no orçamento nem auctorisadas por lei*. Pena foi, porém, que a portaria não indicasse qual a somma empregada n'essas despezas illegaes e d'onde ella provinha.

Tambem veiu publicada a portaria a que me tinha referido, alterando o serviço da construcção e exploração dos caminhos de ferro do Douro e Minho, mas esta providencia appareceu incompleta, porque dizendo a portaria que fica existindo uma só direcção de construcção, e outra de exploração dos dois caminhos, não vieram as nomeações dos dois funccionarios que hão de dirigir aquelles serviços.

Contrario ao que eu hontem tambem tinha annunciado não veiu a portaria rescindindo um contracto feito com um fornecedor das obras da Penitenciaria. Creio que virá hoje e que o contracto se refere ás obras de um gazometro.

Foi fixado em 210$000 réis o preço das substituições dos recrutas no anno de 1877, sendo de 610$000 réis o preço das substituições para os refractarios.

Consta que o sr. Boaventura José Vieira vae dirigir a construcção da linha ferrea do Douro.

Regressou o sr. Lacerda, secretario geral de Cabo Verde.

Guerra do Oriente. — Os jornaes estrangeiros recebidos hontem, diz o *Diario de Noticias*, não contêem noticias de grande interesse com relação á presente campanha.

O czar, segundo o *Times*, acha-se envolvido em uma guerra, que em breve servirá para mostrar a força do seu imperio, e lhe é necessario empregar todos os esforços para traxer esta força em acção. A campanha da Asia póde com difficuldade ser continuada no plano original do czar sem o reforço, quando menos, de 50:000 homens.

A guerra, na Bulgaria, exigirá extraordinario numero de homens, muito mais ainda que o czar suppõe. A Russia nunca pensou, ou não quiz acreditar, acrescenta o *Times*, que a Turquia estivesse tão bem armada como ella agora se apresenta. A Inglaterra tem fornecido á Turquia couraçados e dinheiro; Krupp os seus formidaveis canhões, e os Estados Unidos espingardas e rewolvers de nova invenção. Apesar d'isso, a Russia tem de lutar, na passagem do rio Danubio e conservar as communicações sem interrupção.

Vista a força naval ottomana, n'aquellas aguas, poderá esta vir a sêr ainda o maior inimigo dos russos, se os turcos se resolverem a collocar um homem competente para commandar a esquadrilha dos monitores.

As participações officiaes russas confirmam a derrota de dois dos seus exercitos, na Asia, um commandado por Melikoff e o outro do commando de Tergoukarof. Melikoff, por uma simulada marcha dos turcos, achou-se envolvido pela frente e pela rectaguarda, e quando julgava que podia sustentar as suas posições, bateu em retirada sobre o valle do Aram.

Ao mesmo tempo sabia-se que ao sul, o corpo de exercito de Tergoukarof, com cujo reforço devia contar, para marcharem ambos contra Erzerum, era derrotado em Delibaba, n'um affluente do Aram e retirára para Alachgend ou Topra-kalé.

Este general pretendia soccorrer Bayazid, emquanto Melikoff, fortificando-se no valle do Aram, guardava a estrada de Kars contra as forças victoriosas.

Os turcos tinham mandado reforçar o exercito da Armenia.

N'um telegramma do principe, commandante do exercito do Caucaso, diz que por ter Dervich-pachá recebido reforços consideraveis em Batum, o general Oklobjio foi obrigado a concentrar o seu exercito em posição mais vantajosa.

Dizem de Pesth que as forças rumaicas tentaram passar o Danubio e foram repellidas pelos ottomanos com grandes perdas.

Erzerum, 9. — Os russos foram perseguidos até á fronteira, mas entrincheiraram-se no castello de Bayzid. Foram intimados para se renderem.

Constantinopla, 10. — Receberam ordem de partir as ultimas tropas existentes na fronteira do Montenegro. Nove vapores turcos bombardearam Salina no dia 8 do corrente, causando bastantes prejuizos.

Londres, 10. — A esquadra ingleza do Mediterraneo será reforçada com dois grandes couraçados e varias canhoneiras. Diz o *Standart* que a Inglaterra e a Austria se entenderam para uma acção simultanea. A Austria occupará a Bosnia, assegurando a Inglaterra ir a Constantinopla.

Constantinopla, 10. — Morreu o ministro da guerra, Redif-pachá.

Londres, 11. — O *Standart* publica um despacho telegraphico de Berlim dizendo que o embaixador inglez declarou ao principe de Bismarck, que a Inglaterra não permittiria que os russos occupassem Constantinopla; ao que Bismarck respondeu que essa occupação seria comtudo o melhor meio de conseguir o termo da guerra.

Eleição municipal. — Está sendo disputadissima a eleição municipal em Lisboa.

Appareceram quatro listas. A da reeleição; a protegida pelo governo e seus amigos; a de uma commissão de logistas; e a de alguns membros influentes do partido avançado.

Julga-se que não vencerá completamente nenhuma das listas.

Abandono. — Appareceu hontem de madrugada, n'uma valleta do becco da Carqueija, uma creança recemnascida do sexo masculino. Foi immediatamente recolhida no hospicio dos abandonados.

Missa. — Na segunda feira, 16 do corrente, pelas 8 horas da manhã, manda a Santa Casa da Misericordia celebrar uma missa na sua capella da Senhora do Carmo, na rua das Figueirinhas.

ANNUNCIOS

AGRADECIMENTO

1 A SOCIEDADE philarmonica *Conimbricense*, agradece penhoradissima todos os obsequios que recebeu dos cavalheiros e senhoras, que se dignaram cooperar para a realisação do seu basar.

Manoel José da Cunha Novaes, *presidente*.
Julio Monteiro da Silva, *secretario*.
Antonio Rodrigues Braga, *thesoureiro*.
Abel Ferreira das Neves Elyseu, *director*.
Manoel Teixeira, 1.º *vogal*.
Jorge da Silveira Moraes, 2.º *idem*.
Innocencio Augusto Simões, 3.º *idem*.

MUDANÇA EM COIMBRA

2 O ESTABELECIMENTO de quinquilherias e papeis pintados de Antonio Joaquim Valente mudou para a rua da Calçada, n.º 100, e alli vende muitas das fazendas que tem para liquidar, com 50 p. c. de menos.

Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de S. Christovão.

3 SÃO convidados os irmãos da referida irmandade para comparecerem na sacristia da egreja da Sé velha no proximo domingo, 15 do corrente, pelas 10 horas e meia da manhã, a fim de se proceder á eleição para os differentes cargos da mesma irmandade.

Antes de se começar o acto eleitoral serão recebidos os annuaes de que estejam em debito alguns irmãos, e cujo pagamento precisem effectuar para poderem ser admittidos a fazer parte da assembleia e a votar nas eleições.

Coimbra, 9 de Julho de 1877.

O juiz da irmandade
Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

PREVENÇÃO

4 NA ACÇÃO de separação de pessoas e bens, intentada por D. Clementina Rodrigues da Silva, do imperio do Brazil, contra seu marido José Bello da Silva, residente em Buarcos, na comarca da Figueira da Foz, foi decretada a separação de pessoas, e homollogada esta deliberação pela sentença do theor seguinte.

«Julgo por sentença, e hei por homollogadas as decisões do conselho de familia constantes do auto retro, interpondo a minha auctoridade judicial para todos os effeitos legaes; e custas pelo réu, a quem n'ellas condemno, Figueira 2 de Junho de 1877.—José Maria da Costa.»

Prosegue-se no inventario dos bens.

E previne-se que ninguem contracte de qualquer forma com o dito José Bello da Silva, sobre os bens ou dividas do casal, em quanto o inventario não estiver findo, sob a pena da lei,—artigo 1030 e seguintes do Codigo Civil, protestando-se desde já pela annullação de taes actos. O que se faz publico para não se poder allegar ignorancia.

BIBLIOTHECA CATHOLICA
LUSO-BRASILEIRA
17 — RUA FORMOSA — 17
1.º andar
LISBOA

HISTORIA UNIVERSAL DA EGREJA
Está em distribuição o 9.º fasciculo

5 A HISTORIA UNIVERSAL DA EGREJA do dr. Alzog consta de quatro volumes, e é remettida por fasciculos ou por volumes, brochados ou encadernados, conforme desejarem os srs. assignantes.

As remessas serão regularissimas, e a obra estará completa em curto prazo.

O preço da HISTORIA UNIVERSAL DA EGREJA competirá com o das edições estrangeiras. Quando, no adiantamento da obra, se vir que attinge maior numero de folhas de que as calculadas, os srs. assignantes receberão estas gratuitamente.

Os srs. assignantes a quem temos enviado fasciculos, preferindo receber por volume as obras que publicarmos, poderão devolver os fasciculos recebidos, indicando se querem os volumes *encadernados* ou *brochados*.

O preço das encadernações será o da officina.

A importancia das assignaturas póde ser remettida por estampilhas ou vales do correio.

REZINA DE JALAPA DA TERRA

6 PURGANTE favorito dos ricos e pobres de todo o imperio do Brazil, «saudavel e innocente» por ser inteiramente vegetal, não entrando n'elle outras quaesquer substancias.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA, alem de não terem resguardo algum, satisfazem todas as necessidades, expellindo os humores viciados e corrompidos, causa de todos os soffrimentos do genero humano, como sejam affecções biliosas, cancros-syphiliticos, ulceras, doenças intestinaes, dartros, enchaquecas, inflamações do estomago, falta de apetite, hemorroidas, hydropysia, ictericia, rheumatismo, etc., etc.

AS PILULAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA são confeitadas, agradaveis á vista e ao paladar, não cansando nauseas nem calafrios, como essas beberagens copiosas e insipidas que o estomago mais forte repugna.

AS PILULAS ASSUCARADAS DE REZINA DE JALAPA DA TERRA é um purgante seguro, innocente e efficaz, tornando-se tão util á humanidade, que quasi não o póde dispensar, pela suavidade com que faz os seus effeitos.

Estas pilulas são puramente vegetaes e não contém a minima particula de oleo de croton ou de outra qualquer substancia drastica, como muitas outras que se intitulam taes.

Emfim é o purgante vegetal e puramente vegetal, que limpa e fórma sangue novo e puro.

Deposito geral, Saraedello & C.ª, 2, 4. Largo do Corpo Santo, 14 a 18, Lisboa; e nas principaes pharmacias.

AGRADECIMENTO

7 A MESA da irmandade da Rainha Santa Isabel agradece penhorada a honra muito distincta que recebeu das irmandades, corporações, auctoridades e mais cavalheiros, que se dignaram de tomar parte e concorrer com a sua presença para o maior explendor da festividade religiosa que a cidade de Coimbra ha pouco celebrou em honra da sua augusta Padroeira.

A mesa egualmente deixa consignada um voto de louvor e bem merecido reconhecimento a todas as pessoas, que tanto se esmeraram em tornar pomposos e brilhantes os festejos publicos em honra da Santa Rainha, conseguindo, por seu zelo e boa vontade, que egualassem em grandeza e magestade e mesmo excedessem os dos annos anteriores.

Coimbra, 12 de Julho de 1877.

NOVIDADE JURIDICA
FORMULARIO
DAS

Petições e mais articulados do processo ordinario e das petições dos processos especiaes, preparatorios e incidentes, segundo o codigo de processo civil, com algumas notas sobre a fórma do processo, seguido d'um appendice dos numeros da *Revista de legislação e de jurisprudencia* em que se tracta alguma das materias contidas no codigo civil.

POR

FRANCISCO FERREIRA CAMÕES

(ADVOGADO EM COIMBRA)

8 Á VENDA na *Livraria Central* de J. Diogo Pires.

1 vol. grande em 8.º preço.... 1$000 réis
Pelo correio................ 1$040 réis

CAMARA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE TABOA
Emprestimo de 2:000$000 rs.

9 ACHANDO-SE auctorisada esta camara por accordão do ex.ᵐᵒ conselho de districto de 20 de Novembro de 1875, a contrair um emprestimo de 3:500$000 réis, com juros inferiores a 7 % e amortisação em 10 annos, pagos pela receita de viação, para a construcção da estrada municipal de Taboa a Midões; e não precisando para isso a mesma camara, actualmente, senão a quantia de 2:000$000 réis, que está resolvida a receber emprestada, pela julgar sufficiente para o indispensavel: vae pelo presente annuncio convidar qualquer estabelecimento de credito, capitalistas, banqueiros, ou mesmo particulares, que queiram contractar-se com a camara a respeito do referido emprestimo, a enviarem no prazo de 20 dias, a contar da publicação d'este, nos jornaes das respectivas localidades, suas propostas em carta, dirigida ao presidente, para serem aceites as que mais convierem, com approvação ainda do ex.ᵐᵒ conselho de districto, e ficando em todo o caso a camara com o direito de pagar antes de expirar o prazo de 10 annos para a amortisação, se se julgar para isso habilitada.

Secretaria da camara municipal de Taboa, 2 de Julho de 1877.

O escrivão da camara
José dos Santos Gonçalves.

10 ARRENDA-SE uma quinta com casa de habitação.

Na rua de S. Jeronymo, n.º 25, se prestam todos os esclarecimentos.

11 VENDEM-SE umas casas defronte do collegio dos Grillos; 160 pinheiros na serra das Torres, para o lado do Chão do Bispo, bons para madeira de soalho, e caixal.

Arrenda-se uma quinta, nos suburbios d'esta cidade, com terra de semeadura, alta e baixa, celleiro, casas para arrendatarios, abegoarias, e muita agua de nascente, e mina.

Informações em casa de Abilio Maria Ladeiro, na Calçada.

REDES DE ARAME

12 J. SERIO VEIGA, rua das Solas, vende 8 redes com aros de ferro proprias para celleiro, por 11$000 réis.

Tem 8 palmos d'altura e 2 e meio de largo.

ACÇÕES
DA
COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS
DE
COIMBRA

13 VENDE-SE em Coimbra uma grande porção d'ellas, e muito baratas. N'esta redacção se diz.

14 A CAMARA MUNICIPAL de Pedrogão Grande faz publico, que se acha a concurso por 30 dias, a contar de 8 do corrente, o partido de 40$000 réis, como subsidio para sustenção d'uma botica n'esta villa, por se achar fechada a que havia, pelo fallecimento do boticario, proprietario da mesma.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

15 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes: em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

16 NA FIGUEIRA DA FOZ, rua de traz do Paço, n.º 6 A, loja de moveis, João da Fonseca Plangana tem para alugar aos banhistas uma casa bem mobilada e com serviço de louças para almoço e jantar e trem de cozinha, para toda a epocha de banhos, preços commodos.

ATTENÇÃO

17 ACHA-SE n'esta cidade uma senhora de Lisboa com boa pratica de gommar. Quem precisar de seus serviços dirija-se á rua Direita, n.º 37, 3.º andar.

EM CELLAS

18 ARRENDA-SE umas casas grandes com boas commodidades, e bom quintal, aonde esteve o exm.º sr. dr. Bernardo d'Albuquerque, na rua que vae para Santo Antonio.

Tambem se arrendam mais cinco moradas de casas mais pequenas com suas competentes lojas.

Tracta-se com seu dono José Correia Lemos — Coimbra.

19 PELA administração central do correio de Coimbra se faz publico, que no dia 19 do corrente, pelas 11 horas da manhã, se recebem lanços n'esta mesma administração, e nas directorias dos correios de Montemór o Velho e Figueira, para a conducção diaria das malas, em carruagem, entre Coimbra e aquella ultima villa.

Coimbra 12 de Julho de 1877.

O administrador
Augusto Cesar de Sousa.

COIMBRA

20 VENDE-SE um predio nobre de casas, na rua dos Coros, ao largo da Feira, com habitação para residir e outras para alugar, com lojas, etc.

Dão-se informações na rua do Rego de Agua, n.º 18.

21 DR. GAMA vende ou aluga a sua casa na rua do Correio.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno........ 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno........ 3$460
Por semestre........ 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,	Por semestre........ 1$730
Por trimestre........ 800	e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre........ 865

Numero 3127 | Terça feira 17 de Julho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Segundo dispõe a carta de lei de 15 de Março ultimo, deverá proceder-se no dia 31 de Dezembro do corrente anno de 1877 ao recenseamento geral da população do reino e ilhas adjacentes.

Vae portanto repetir-se, passados 14 annos, o recenseamento que se effectuou em 31 de Dezembro de 1863.

Para levar á execução aquella carta de lei, já foram publicados em data de 6 de Junho o decreto e competentes instrucções.

Ahi se recommenda aos governadores civis, administradores de concelho ou bairro, regedores de parochia e respectivas commissões, que empreguem desde já todos os meios de publicidade e persuasão, que estiverem ao seu alcance, a fim de que os cidadãos se convençam da importancia do recenseamento a que vae proceder-se no interesse de todos e da boa administração do paiz.

Na verdade convém que todos se prestem da melhor vontade a concorrer para que o recenseamento da população seja o mais exacto possivel. As estatisticas estão merecendo a maior attenção em as nações estrangeiras; e sem duvida Portugal não quererá ficar na rectaguarda dos paizes civilisados.

A estatistica que se pretende tem muito alcance. Procura-se saber o numero de fogos e de individuos, sendo estes divididos pelos dois sexos, com especificação das suas edades; se sabem ler e escrever, ou só ler; e em relação ás creanças se frequentam a escola. Além d'isso, em que circumstancias especiaes se acham; isto é, se são surdos-mudos, cegos, idiotas e alienados. Que profissão, officio, ou occupação social têm, etc.

O publico deve desenganar-se de que o recenseamento que se vae realisar, longe de preparar meios governativos de oppressão e vexame, não tem outro fim senão proteger os individuos, fomentar as forças productivas da nação no interior, e manter a sua dignidade no exterior.

Apesar das penas que são impostas áquelles que, nas listas que lhes forem em tempo opportuno distribuidas, omittam voluntariamente alguma pessoa ou alterem maliciosamente alguma circumstancia especial; é de esperar de todos os cidadãos, que sejam escrupulosamente exactos nas suas declarações, levados a isso menos pela penalidade em que podem incorrer, do que pelo desejo de cumprirem um dever sagrado.

Junto aos governadores civis, administradores de concelho e regedores de parochia, haverá commissões, compostas de funccionarios publicos ou pessoas idoneas, para fiscalisarem, verificarem e commentarem os resultados das operações do recenseamento.

Serão commettidas as operações do recenseamento a agentes especiaes, escolhidos escrupulosamente nas localidades d'entre as pessoas, que mais conhecedoras forem das circumstancias da sua população.

Estes agentes serão retribuidos; e com toda a justiça determina o decreto de 6 de Junho ultimo, que em egualdade de circumstancias sejam preferidos os individuos que collaboraram no censo effectuado em 31 de Dezembro de 1863, com zelo e intelligencia.

Limitamo-nos hoje a estas informações, não nos dispensando de voltar ao assumpto, que é importante.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Não podemos deixar de extranhar que tenha sido tão prolongada a ausencia do sr. governador civil d'este districto.

E' certo, que o seu logar está preenchido na forma da lei (visto tambem não haver aqui secretario geral), pelo membro mais velho do conselho de districto; mas é facil de reconhecer, qualquer que tenha sido o zelo do sr. bacharel José Maria Coutinho, que a interinidade do cargo que exerce difficulta a sua acção administrativa. Nunca se viu em Coimbra um facto semelhante, de estar por tanto tempo sendo exercido interinamente pelo membro mais velho do conselho de districto, o logar de governador civil.

São numerosas as attribuições da auctoridade superior do districto; ha sempre muito a que attender; e muitas responsabilidades só as póde tomar a auctoridade effectiva.

Para nós é indifferente que seja governador civil o sr. Lopes Branco, ou qualquer outro; o que desejamos, aquillo de que o districto carece é que haja quem administre, e sobretudo quem administre bem.

O sr. Lopes Branco já depois da sua nomeação se demorou muito tempo em Lisboa; e agora está outra vez succedendo o mesmo. Ignorâmos se a culpa é sua ou do governo; se bem que nos affirmam que o governo, e especialmente o sr. marquez de Avila, longe de lhe dar força, lhe levanta novas difficuldades.

Fallámos com esta franqueza, porque não podemos, nem devemos ficar silenciosos perante a indifferença a que está sendo lançado o districto de Coimbra.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Consta-nos que ha dias, em uma das conferencias da imprensa da Universidade, presidida pelo sr. visconde de Villa Maior, se fallára ácerca da grande edição do diccionario grego existente nos armazens da mesma imprensa, e que foram apresentados varios alvitres a respeito d'ella.

E' para lamentar que a decadencia a que tem chegado o gosto pela lingua grega entre nós, haja concorrido para que fosse tão pouco proveitosa uma obra monumental, como é a d'aquelle diccionario, devido ás longas fadigas de alguns dos nossos mais distinctos hellenistas, e que custou á imprensa da Universidade quantia superior a 15:000$000 réis.

A indifferença por esta lingua, aliás tão util, tem chegado a ponto de haverem ahi sido approvados estudantes, que pouco mais sabem do que o alphabeto grego!

Esta relaxação provém em grande parte do decreto de 17 de Novembro de

FOLHETIM
MISCELLANEA
MCXXV

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

No mesmo dia em que cheguei a Coimbra, fui dormir a Montesão em casa de minha irmã. É bem de imaginar com que alegria abracei as minhas duas irmãs D. Maria e D. Catharina, que havia perto de dez annos não tinha visto, porque na minha volta de Inglaterra tinha sempre permanecido em Lisboa.

Meus irmãos Francisco e Luiz me vieram tambem logo ver, e me considerei mui contente de me ver no meio da minha familia, e de ter por meu desterro uma boa situação que era a casa e quinta de Montesão, que collocada á borda da estrada que vae para Figueira, e a meio quarto de legua distante de Coimbra, se estendia até ás margens do Mondego. Meu irmão Luiz queria que eu fosse passar com elle alguns dias na sua casa da Tapada, a uma legua distante de Coimbra, e situada entre os rios Ceira e Mondego; mas como o local do meu desterro era positivamente Montesão, não me resolvi a satisfazer-lhe a vontade sem consultar o corregedor.

A este foi fallar logo meu irmão, e elle com toda a bondade consentiu no seu pedido, com tanto que todas as vezes que me ausentasse de Montesão o participasse ao escrivão da correição, para que sempre alli se soubesse o logar em que estava no caso que de Lisboa viesse alguma ordem a meu respeito. Assim tive mais esta prova da bondade do corregedor, e se alongou mais o terreno do meu desterro; com esta faculdade ora estava em Montesão, ora na Tapada, e tanto em um como em outro sitio a minha principal occupação era passear a cavallo, na Tapada por montes e valles, e em Montesão pelos deliciosos campos do Mondego, que no verão são encantadores.

Em todo este tempo não visitei, nem recebi visitas de ninguem, nem puz os pés em Coimbra, e o mais que fazia era quando estava em Montesão ir pela estrada até ao Rocio de Santa Clara, dar alli duas voltas e tornar para casa. Em um d'estes meus passeios encontrei casualmente Manoel de Serpa, que nunca mais tornei a ver; e nos passeios que fazia pelas margens do Mondego encontrei algumas vezes Thomaz de Aquino, que por alli andava caçando; e foram estes os unicos dois meus antigos collegas com quem fallei por momentos, apesar de haver quem fosse dizer ao corregedor que eu tinha communicações e fazia clubs com pessoas suspeitas; o que felizmente nunca acreditou, e veiu a saber ser uma calumnia.

Além dos parentes e visinhos que me vinham visitar e a minha familia, creio que nunca recebi visita de pessoa alguma estranha além de duas, o actual secretario da Universidade, o conselheiro Vicente José de Vasconcellos, antigo conhecimento da minha familia, e de um inglez, casado em Coimbra com uma senhora *Campos*, que vinha muitas vezes passear pelas visinhanças da casa em que estava, e me dizia que aquella habitação e quinta muito lhe agradavam, porque se pareciam um pouco com as casas de campo inglezas. A visita d'este inglez era-me sempre muito agradavel, porque me dava noticias do mundo politico de que eu estava completamente fóra, e me dava para ler as gazetas inglezas.

Nos tempos em que ia estar na Tapada em casa de meu irmão Luiz, só vi uma vez um meu antigo conhecido, João Freire de Salazar, que indo para a sua casa perto da Louzã, ficou uma noite comnosco. Tambem em quanto alli estive nunca sahi fóra da freguezia, e só por duas vezes, e por poucos dias, fui estar com meu irmão, e cunhada no Fiscal, onde era a casa d'ella. Assim ninguem teve uma vida mais regular do que eu tive durante o meu desterro.

Communicações por escripto só as tive constantes e regulares com aquella senhora da Beira, de quem já fallei, e que procurou a minha correspondencia. Por ella é que ia sabendo o que se ia passando entre nós; e como a politica ainda dos mais exaltados da farça de Villa-Franca ia tomando nova direcção, e se começava a fallar em uma nova ordem de cousas.

El-rei, como tambem já disse, tinha promettido, ainda estando em Villa-Franca, uma *Carta* apropriada ás luzes do seculo, e esta Carta havia sido annunciada pelo então conde de Palmella com toda a pompa de expressões

1836, o qual, ao mesmo tempo que dispõe que a lingua grega continuará a ser *preparatorio* para as sciencias naturaes, na fórma dos estatutos da Universidade; permitte, que os alumnos dêem conta d'este exame *até ao fim do seu curso*. Egualmente determina o mesmo decreto, que os estudantes de Theologia para poderem obter as suas cartas, deverão fazer os exames de grego e hebraico antes da matricula no 4.º anno; podendo comtudo sem esses exames obter o grau de bacharel.

Essa permissão foi confirmada pela portaria de 19 de Setembro de 1840.

São faceis de ver as consequencias d'estas disposições. Os estudantes guardam para o fim dos seus cursos o estudo do grego, limitando-se ao menos possivel; e os examinadores, para lhes não cortarem a carreira, fecham muitas vezes os olhos á ignorancia dos examinandos, tornando-se por isso estes actos uma deploravel burla.

Muito avisadamente diz a este respeito o sr. Coelho de Moraes, na sua erudita — *Memoria sobre a utilidade do estudo da lingua grega, e sobre as providencias litterarias que têm sido dadas em Portugal ácerca do estudo da mesma lingua* — impressa em Coimbra no anno de 1851: — «O estudo do grego no fim do curso das sciencias naturaes de nada serve aos estudantes; e de modo algum convém o nome de — *preparatorio* — ao estudo de uma lingua, cujo exame se permitte e faz, no fim do curso de uma faculdade; e não só lhe não convém este nome, mas tal denominação até repugna com a significação da palavra. Quando os estudos da faculdade estão acabados, e vae proceder-se á formatura do estudante, o estudo e exame de grego já não prepara, nem serve de utilidade; o medico n'aquella hora já tem aprendido *materialmente* (como dizem os estatutos) *o grande vocabulario dos termos technicos da sua profissão*; agora já os não aprende philosophicamente por meio do estudo o mais superficial da lingua grega.»

Por esta fórma se despreza o conhecimento de uma lingua, cuja utilidade está largamente demonstrada na referida memoria do sr. Coelho de Moraes; assim como na outra memoria: — *O estudo das linguas grega e latina é necessario para o perfeito conhecimento da portugueza*, do sr. Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão, impressa em Lisboa em 1865.

Já em tempo Fr. Fortunato de S. Boaventura, na sua *Memoria do começo, progressos e decadencia da litteratura grega em Portugal, desde o estabelecimento da monarchia até ao reinado do sr. D. José I*, publicada no tomo VIII, parte 1.ª das Memorias da Academia Real das Sciencias; ao mesmo tempo que descrevia o desenvolvimento a que chegara o conhecimento da lingua grega em Portugal no seculo XVI; se lamentava de haver decaido o estudo d'essa lingua no fim do mesmo seculo, em todo o XVII, e até ao meado do XVIII.

No reinado de el-rei D. José I, pelo alvará de 28 de Junho de 1759 se tomaram varias resoluções para tornar a fazer crear o gosto pela lingua grega. Os estatutos da Universidade tambem providenciaram para o estudo d'esta lingua, e ainda algumas disposições se tomaram no reinado de D. Maria I.

O que os estatutos da Universidade determinavam relativamente aos estudantes do curso juridico, não foi cumprido. Como, porém, foi posto em vigor no anno de 1829, viram-se então obrigados a matricular-se na 1.ª aula de grego 101 estudantes, e na 2.ª 15; e em 1830, na 1.ª 49, e na segunda 29.

No mencionado anno de 1829, a fim de promover e facilitar o estudo da lingua grega, resolveu o reformador da Universidade D. Francisco Alexandre Lobo, depois de ouvir uma junta de varios lentes, que se procedesse á organisação e impressão de um diccionario grego, em razão da raridade e alto preço dos diccionarios publicados nos paizes estrangeiros.

Foi encarregado esse trabalho aos sabios hellenistas o dr. Antonio José Lopes de Moraes, e padre José Vicente Gomes de Moura. Decidiu-se acertadamente que a interpretação das palavras gregas fosse feita em latim, e não em portuguez, como alguem propunha. E com effeito tem o latim a vantagem de poder ser entendido em todas as nações, o que não aconteceria se a interpretação fosse em portuguez.

Para base e texto original do diccionario tomaram o dr. Lopes de Moraes e padre Gomes de Moura o diccionario grego de Benjamin Hederico, edição de Leipsick de 1796.

Os illustrados redactores do novo diccionario desenvolveram extraordinariamente o de Hederico; sendo tudo feito como era de esperar dos seus profundos conhecimentos da lingua grega.

N'esse trabalho foram coadjuvados por Fr. Fortunato de S. Boaventura, Fr. José de Sacra Familia, Fr. João do Carmo, e pelo sr. padre Antonio Ignacio Coelho de Moraes.

Em razão das vicissitudes da guerra civil, e injustissima demissão que em 1834 teve o padre José Vicente Gomes de Moura, dos logares que exercia, de membro da directoria geral dos estudos, de director da imprensa da Universidade, e de professor do real Collegio das Artes; ficou suspensa a continuação do diccionario grego, que então estava no principio da lettra *Lambda*.

Em 1839 foi reparada a injustiça de que havia sido victima o padre Gomes de Moura, sendo jubilado por carta regia de 14 de Agosto d'esse anno, com a expressa clausula de continuar a impressão do diccionario greco-latino, quanto o permittissem a sua edade e molestias.

Assim o fez Gomes de Moura, continuando o diccionario até ao fim da sua vida, em 2 de Março de 1854.

Seguiu-se n'este encargo o sabio hellenista, e hoje professor jubilado do lyceu d'esta cidade, o sr. padre Antonio Ignacio Coelho de Moraes, o qual, além de levar ao fim o diccionario, completou-o com um extenso appendix, já principiado por Gomes de Moura, em que se acrescentavam não só os grandes progressos que no estrangeiro tinham modernamente tido os diccionarios de Hederico, de Planche e de C. Alexandre, mas os resultados do seu proprio estudo e investigação.

Ficou, portanto, sendo o diccionario greco-latino, impresso na typographia da Universidade de Coimbra, uma obra que honra a nação portugueza.

Infelizmente a decadencia sempre progressiva das linguas classicas entre nós; e um desamor cada vez mais pronunciado pelo estudo das humanidades; fizeram com que o importantissimo diccionario grego tenha jazido ha muitos annos sepultado, e quasi como ignorado nos armazens da imprensa da Universidade.

Ao principio, na esperança de uma grande extracção do diccionario, era a tiragem de cada folha de alguns milhares de exemplares. Quando, porém, em 1839 se continuou a sua impressão, resolveu-se limitar a tiragem d'ahi em deante a 900 exemplares.

Conviria fazer a diligencia para facilitar a venda do diccionario grego; e mesmo tornal-o conhecido no estrangeiro.

O diccionario greco-latino, feito pelos distinctos hellenistas portuguezes, tendo por base o de Benjamin Hederico, dizem todas as pessoas competentes na materia, que se póde apresentar nos mercados estrangeiros com merecido crédito para os seus auctores e para a nação portugueza, de que foram dignos filhos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

AGRADECIMENTO

Dr. Manoel Nunes Giraldes e sua mulher D. Maria Emilia da Silva Campos Mello Giraldes, agradecem a todas as pessoas de suas relações que os obsequiaram com os seus comprimentos; pedindo desculpa de o não terem feito pessoalmente por motivos imperiosos que os obrigaram a recolher á sua casa da Covilhã, onde lhes offerecem os seus serviços.

COMMUNICADO

A QUESTÃO DA SOLICITAÇÃO

Desde que o tribunal ecclesiastico da Guarda se resolveu, depois de escandalosamente instado e intimado por quasi toda a imprensa portugueza, a discutir se o sr. padre Grainha solicitou ou não ad turpia uma sua penitente, todas as attenções se fixaram no sr. Francisco Manoel Martins Manso, actual governador do bispado da Guarda.

Pelo nosso lado, desejando dar toda a liberdade de acção ao julgador, e reservando-nos o direito de, em occasião opportuna, pedir certidão de todo o processo, depozemos tambem a penna para seguirmos em silencio, mas com escrupulosa attenção, os passos judiciaes do sr. Manso, que poderá ser uma excellente pessoa, mas nunca um prelado que inspire confiança á diocese.

Quem, como o sr. Manso, entrou para o governo da diocese pisando a pés juntos o direito ecclesiastico, que prohibe aos bispos nomearem seus vigarios geraes os seus parentes por consaguinidade e portanto a estes acceitarem a nepotica nomeação; quem, como s. s.ª, tem arrastado a dignidade de prelado pelo lado do ridiculo, e prostituido a auctoridade até confiar a educação moral da mocidade chamada ao sacerdocio a um padre inintelligente, ignorantissimo, e rude, não obstante ser seu primo e viver no proprio paço episcopal, não póde de certo merecer a confiança dos homens serios, maxime n'uma questão do maior interesse publico, que tanto incommoda o jesuitismo, confraria a que o sr. Manso pertence.

Mas se nos repugna fazer pressão sobre os tribunaes, se entendemos que é um crime prejudicar o andamento regular das justiças na investigação da verdade, julgamos convenientissimo e obrigação de todo o homem de bem protestar contra os desvios d'um juiz, que parecendo ter por norma não respeitar a legalidade, agora mais que nunca está empenhado em illudir a consciencia publica e affrontar a moralidade.

Não queremos que o sr. Gainha seja condemnado, se está innocente, mas tambem não desejamos, se elle é um criminoso, que seja absolvido.

Exigimos que a acção proficua e magestosa da lei fira o supposto culpado ou levante de sobre elle o opprobrio em que a mais negra das accusações o envolve.

Queremos e devemos saber se alli está o phariseu, o Tartufo, o torpe seductor de mulhéres, ou está o apostolo victima da maledicencia e calumnia. Queremos e devemos saber se para este padre o confessionario é um logar de seducção e torpeza, ou um logar de perdão e justiça, se dentro d'elle está o bom pastor, que, segundo a phrase brilhante do evangelho dá a vida pelas suas ovelhas, ou está o lobo voraz e faminto espreitando e despedaçando a victima innocente e incauta.

E poderá o sr. Manso esclarecer a opinião publica, o sr. Manso que desprezando os clamores da imprensa, a accusação vivissima e insistente que a mulher fazia e faz ainda ao sr. Grainha, a agitação de tantas consciencias e a indignação de todo o clero serio e honrado, officiou, sem ter procedido a investigações judiciaes, como lhe é ordenado expressamente pela bulla de Bento IV, ao seu delegado na Covilhã, recommendando-lhe que tranquillizasse o padre accusado, assegurando-lhe da sua parte que estava convencido da sua innocencia e de que a mulher o accusava por influencia da gente liberal?

Não sabemos; o que affirmamos sem receio de desmentido serio é que o processo que o sr. Manso foi obrigado a instaurar contra o sr. Grainha, depois de seis mezes de criminoso silencio, está sendo organisado por forma a mais irregular e tumultuaria, pretendo-se até as disposições elementarissimas das constituições diocesanas

O paragrapho 1.º do livro 5.º, titulo 1.º das constituições do bispado da Guarda prohibe sob as penas do paragrapho 6.º do mesmo livro e titulo, que se recebam denuncias contra pessoa determinada sem serem assignadas e juradas pelo denunciante. A lei quer, e com justissima razão, que não devendo a honra e a reputação do homem estar á mercê de qualquer devasso que se lembre de o intrigar com as justiças, o accusador tome a inteira responsabilidade da accusação.

Mas o sr. Manso, que não escrupulisa em ser um prelado illegalmente constituido, apesar de andar a resar e a cantar por essas ruas com os jesuitas e com um rapazio, que tem mais força pulmonar que educação moral e religiosa; o sr. Manso que por espirito de boa camaradagem quer salvar o padre accusado, oppoz mais uma vez o seu seraphico arbitrio á lei, e manda juntar ao processo umas cartas anonymas em que se fazem ridiculas accusações a uma testemunha qualificada, accusações que nenhuma relação tem com a questão da solicitação, nem mesmo podem constituir materia criminal.

Pois o sr. Manso lembra-se de destruir o depoimento da testemunha com os documentos anonymos, que a accusam de ter amaldiçoado um dia a hora em que se ordenára, de ter dito que com um prelado inepto não era de admirar a apostasia, e não sabemos de que mais?

Amaldiçoar a hora em que se fez alguma coisa, póde significar apenas um momento de arrependimento, o que não raras vezes acontece na vida do homem; dizer que um prelado inconveniente póde provocar um padre á apostasia é uma innocentissima verdade, que não admitte contestação séria, e nunca se póde fazer d'isto um crime, como o sr. Manso pretende fazer, mandando abrir um inquerito contra a testemunha por taes motivos.

Absolva-se o padre accusado, mas absolva-se de modo que a opinião publica concorde com a sua absolvição. As decisões dos tribunaes que não são inspiradas pela justiça, mas pelo favoritismo, não absolvem nem honram, mas condemnam e infamam, principalmente o que tem a desgraça de se aproveitar d'ellas.

Guarda 13 de Julho de 1877.

---

que ordinariamente emprega quem não tem tenção de cumprir o que promette. E isto é o que succedeu, porque passado pouco tempo o mesmo ministro Palmella annunciou ao publico com egual luxo de linguagem, que a tal Carta já não convinha, e que em vez d'ella se convocariam os TRES ESTADOS DO REINO, que eram e só podiam ser os garantes, e mantenedores da nossa liberdade, e com os quaes se tinha creado a monarchia, e com elles se havia augmentado, e representado uma brilhante figura no mundo.

Tudo isto, e que nunca se verificou, annunciou o ministro Palmella sem escrupulo algum de consciencia, conservando-se ministro, e como disposto a annunciar tudo o que se lhe mandasse, com tanto que continuasse a ser ministro.

Esta versatilidade politica, e esta indifferença pelo que o mundo diria ácerca do seu caracter como homem de estado, só se poderia encontrar em um ministro portuguez!... Um ministro inglez, deixava logo o seu logar, pedia a demissão, e não tinha coragem para assim abater o seu caracter politico á face da Europa! Assim o fez Pitt, quando viu a necessidade da curta paz de Amiens.

Mas não só por este modo se fez que el-rei faltasse á sua palavra, no que elle indifferentemente consentiu, mas esse mesmo ministerio, que tanto abusava da paciencia dos portuguezes, começou a dar largas a uma perseguição não só estupida, mas brutal, creando *devassas*, ou consentindo que se creassem, para perseguir os que, *como elles*, tinham jurado a constituição, a tinham servido, e enchido as barrigas á sombra d'ella!

Entre todas as perseguições d'essa época a mais memoravel pela sua immoralidade e bruteza foi a que se fez em Coimbra, e de que eu fui espectador no tempo do meu desterro.

Armaram-se em *denunciantes* os discipulos contra seus mestres por terem nas suas lições inculcado o governo constitucional, e a obediencia á constituição; e uma das victimas que mais soffreu foi meu irmão Francisco Freire de Carvalho, hoje conego da Sé patriarchal de Lisboa, com carta de conselho.

Era elle n'esse tempo professor de Historia e Geographia na Universidade de Coimbra, e por tal modo o perseguiram, com testemunhas assalariadas dos seus *proprios descipulos*, que foi preso, perdeu a cadeira, e por fim de alguns mezes de prisão, desterrado para um pequeno convento na costa do mar, não longe da Ericeira, chamado Penhafirme.

Eu, escrevendo, entre outros successos, o que se passou n'essa época em Coimbra, disse no meu *Ensaio Politico sobre as causas que prepararam a usurpação do infante D. Miguel*, o seguinte em pag. 29, 2.ª edição: — «Tão monstruosos pareceram este e outros processos, que formavam o corpo d'aquella horrorosa *devassa*, que se mandou ella depois recolher e trancar! o ultimo acto do poder absoluto e despotico! quando para salvar a reputação de seus esbirros e algozes, até priva as victimas do direito natural de se poderem queixar contra seus proprios assassinos, roubando-lhes o corpo de seus publicos delictos!»

Em todo este anno de 23 vivi mui soccegado e tranquillo, até 30 de Abril do anno seguinte de 1824, em que o infante teve o arrojo de conspirar contra o seu pae, e o pretendeu desthronar.

Tanto que tive noticia d'este acontecimento puz-me logo em cautella, porque não duvidei de que me podesse tambem chegar a mim alguma porção das medidas tyrannicas, que já se haviam tomado contra varias pessoas.

Eu nas côrtes ordinarias tinha votado contra a mãe, e o meu voto foi que se lhe impozesse a lei que já se, tinha imposto ao patriarcha, que não tinha querido jurar a constituição. Mas felizmente aquelle attentado se mallogrou, e eu tornei a ficar no meu antigo socego.

Passei o resto d'este anno sem nenhum incommodo, conservando sempre o meu modo de vida ordinario, e o mesmo me aconteceu no anno de 1825, até que no fim d'elle tive uma participação do corregedor em que me dizia estava findo o meu desterro, e podia pedir passaporte para ir para onde quizesse.

Estava a esse tempo minha cunhada D. Rosa a banhos em Buarcos, e meu irmão Luiz tinha vindo a casa por negocios domesticos; pediu-me, que em logar d'elle fosse á Figueira para conduzir sua mulher, acrescentando, que até esta viagem me faria bem, porque daria mais exercicio ás pernas que até alli havia tido meio-agrilhoadas.

Acceitei a commissão que me dava, parti para a Figueira e Buarcos, e acompanhei minha cunhada para casa, com uma circumstancia que nos tinha podido ser fatal; porque vindo embarcados pelo rio Mondego acima, no meio d'elle houve de repente uma enchente tal, ou como por lá se diz uma *cheia* tão forte, que com o maior trabalho e perigo podémos desembarcar no porto chamado de Montesão, onde minha irmã tinha a sua casa, e eu o logar especial do meu desterro.

(Continuar-se-ha.)

NOTICIARIO

O conde de Funchal e a curia romana. — Tendo publicado em o numero passado d'este jornal o celebre officio dirigido pelo marquez de Aguiar ao nosso ministro em Roma, acerca da confirmação do arcebispo de Evora, D. Fr. Joaquim de Santa Clara; parece-nos vir a proposito publicar hoje um officio dirigido de Florença, em 5 de Abril de 1830, pelo conde de Funchal, ao cardeal Albani.

Protestava n'esse officio o conde de Funchal, contra o facto que constava, de D. Miguel estar resolvido a abdicar das antigas prerogativas da corôa portugueza, na nomeação dos bispos, deixando ao pontifice o nomeal-os de seu *motu proprio*.

Vamos transcrever esse documento da *Chronica da Terceira* de 3 de Julho de 1830, onde o encontrámos; e egualmente as reflexões que lhe faz a redacção da *Chronica*.

Como desejamos, porém, ser imparciaes diremos, que duvidamos muito que a noticia sobre que se báseava o protesto do conde do Funchal fosse verdadeira.

Apesar das ideias dominantes no governo de D. Miguel, não suppomos que resignasse o direito de nomear os bispos portuguezes. Até provas em contrario estamos persuadidos de que não foi o pontifice, mas sim D. Miguel que fez a nomeação de Fr. Fortunato de S. Boaventura e Fr. José da Assumpção; o primeiro para arcebispo de Evora, e o segundo para bispo de Lamego.

E para fundamentar esta nossa presumpção basta dizer, que D. Miguel conservou o direito do beneplacito régio, como já aqui tivemos occasião de mostrar em polemica com o nosso collega da *Nação*.

Eis ahi o que lemos na *Chronica da Terceira*:

«Desde o principio da monarchia portugueza sempre os senhores reis d'este reino consideraram como uma das suas melhores prerogativas o direito de nomear todos os bispos do reino, e dominios, o qual lhes compete indubitavelmente por titulo de padroado, pela pósse constante, e por força dos direitos da magestade ácerca dos negocios ecclesiasticos. Esta prerogativa indisputavel foi agora sacrificada pela usurpação á van esperança de ser reconhecida pela santa sé, e o governo de Lisboa não teve pejo de offerecer ao summo pontifice que provesse *de motu proprio* os bispados vagos. Felizmente o santo padre não quer comprar por uma escandalosa injustiça uma prerogativa que todos os seus predecessores reconheceram de bom grado; e houve um portuguez honrado, e fiel servidor da rainha fidelissima, que não perdeu um só momento sem reclamar a conservação dos direitos da corôa d'esta augusta rainha: este portuguez foi o conde de Funchal, embaixador da senhora D. MARIA II na côrte de Roma, e julgamos-nos felizes de poder apresentar a nossos leitores esta reclamação.

Carta confidencial do exm.º conde de Funchal ao eminentissimo cardeal principe Albani

Meu senhor. — Não esperava ver-me na necessidade de importunar de longe a vossa eminencia sobre negocios politicos. Ousava lisonjear-me com a esperança de que a luta desgraçada que no meio da Europa civilisada se estabeleceu entre o espirito de partido, pelo menos inconsiderado, e a legitimidade opprimida terminariam sem novos incidentes ou episodios mais attendiveis pelo enfado que motivam que pelo effeito que podem ter no progresso da boa ou da má causa. Acaba porém de ser-me annunciado um facto importante, do qual não posso contestar a veracidade, e que só v. em.ª póde illucidar ou desmentir.

Ardentemente desejaria achar-me em circumstancias de consultar a fonte suprema de toda a auctoridade legitima em Portugal, ou pelo menos a regencia, que por sua ordem deve achar-se estabelecida na ilha Terceira; mas de cuja installação ainda não recebi a participação official. Como porém me não é possivel fazel-o conto com a indulgencia de v. em.ª dirigindo-lhe esta carta confidencial, para que o meu silencio absoluto não possa em tempo algum ser interpretado como prova de consenso ou falta de zelo.

Escrevem-me, eminentissimo senhor, que o governo de Lisboa tem concluido o projecto de prover os bispados vagos em Portugal sem o preliminar indispensavel da nomeação régia, preliminar que não poderia actualmente ser satisfeito, e que para conseguir o seu fim induziria indirectamente S. S. a nomear os seus bispos *motu proprio*.

Não digo, eminentissimo senhor, que esta informação seja exacta; porém sendo-o, é mister confessar, que a usurpação se delata a si mesma, e que a sua má consciencia a serve mal. A prerogativa da corôa que os soberanos de Portugal mais ciosos se tem mostrado de conservar intacta, tem sido o padroado ecclesiastico, e a nomeação dos bispados vagos não só nos paizes directamente submettidos á sua auctoridade, mas tambem n'aquellas regiões remotas e barbaras, onde a perioridade das descobertas, e os grandes feitos dos portuguezes, mais ainda se ennobreceram levando a ellas primeiro que alguns outros as luzes do evangelho.

A historia das contestações que tem tido logar na congregação de *Propaganda fide* attestam o que deixo dito. Como acontece pois, eminentissimo senhor, que a mesma mão que tão avida arrebata uma corôa usurpada, sacrifique tanto de leve, a sua mais bella prerogativa? É porque as suas intenções são sinistras! a interpretação é obvia! É a falsa mãe descoberta e punida por Salomão.

Se as nomeações futuras houvessem de ser deixadas ao livre arbitrio de S. S. estou certo que recahiriam em sujeitos tão recommendaveis pela sua piedade como pela devoção ao legitimo soberano; mas a usurpação não seria tão generosa por tal preço!! O seu fim é totalmente outro, são outras as suas intenções; porem confio implicitamente no espirito esclarecido de S. S., e não menos em suas virtudes, e estou convencido de que o santo padre reconhecerá a cilada, a que pretendem attrahil-o, e rejeitará espontaneamente o presente falso que se lhe offerece.

Quaes são pois os verdadeiros projectos, e a mira immediata do governo de Lisboa? Não me acho iniciado nos seus segredos para poder desenvolvel-os, ainda que facilmente posso adevinhar alguns d'elles. Receio porém abusar da paciencia de vossa eminencia e julgo ter dito assáz para evidenciar em todo o tempo a minha opposição ao projecto de que se tracta, e para servir de base ás medidas que s. m. i. el-rei D. Pedro IV, na qualidade de tutor de sua augusta filha a rainha D. MARIA II, julgar conveniente adoptar.

Rogo a vossa eminencia queira em meu nome reiterar, etc. — *Conde de Funchal.* — Florença 5 de Abril de 1830. — *A. s. eminencia o sr. cardeal principe Albani.*»

Doutoramento. — No domingo tomou o grau de doutor na Faculdade de Direito, o sr. José Frederico Laranjo.

Abriu a ceremonia pela costumada missa resada na real capella da Universidade, seguindo depois o doutorando acompanhado pelo corpo docente para a sala grande ou dos capellos. Ahi o sr. Laranjo apresentou um excellente discurso, elegantissimo pela fórma e pelas ideias, e cheio de expressões generosas e sinceras.

Deu o grau de doutor o sr. conselheiro Henriques Secco, que está fazendo de decano da Faculdade, e que apresentou um bonito discurso em portuguez e dividido em tres partes.

Orou tambem na mesma lingua o sr. dr. Pina Abranches, e em latim o sr. dr. Chaves e Castro.

Assistiram muitas senhoras e cavalheiros, uns chamados pelas relações d'amisade, outros pelos creditos de trabalhador profundo e atarado de que merecidamente goza o sr. Frederico Laranjo.

Alem de muito versado nas sciencias sociologicas é o sr. dr. Laranjo d'um caracter rectissimo e d'uma probidade scientifica inexcedivel. N'isso está por certo a sua maior gloria.

Ao novo doutor e a toda a sua familia d'aqui lhe enviámos sinceros parabens.

Universidade de Coimbra. — Publicámos em seguida a estatistica da frequencia e dos actos finaes na faculdade de Philosophia, no anno lectivo e bimestre de 1877.

1.º ANNO — 1.ª *Cadeira*

Matriculados 73, perderam o anno 17, licenciados 12, faltaram ao ponto 4, riscaram-se da matricula 3, desistiu do acto 1, reprovados 17, approvados simpliciter 12, approvados nemine discrepante 13.

2.º ANNO — 2.ª *Cadeira*

Matriculados 37, perderam o anno 10, licenciados 5, faltou ao ponto 1, reprovados 3, approvados simpliciter 6, approvados nemine discrepante 13.

3.º ANNO

3.ª *Cadeira*

Matriculados 15, perderam o anno 7, riscaram-se da matricula 2, licenciados 3, reprovados 4, approvados simpliciter 7, approvados nemine discrepante 22.

4.ª *Cadeira*

Matriculados 18, perderam o anno 2, approvados simpliciter 5, approvados nemine discrepante 11.

4.º ANNO

5.ª *Cadeira*

Matriculados 23, perdeu o anno 1, licenciados 2, approvados simpliciter 9, approvados nemine discrepante 11.

6.ª *Cadeira*

Matriculados 13, riscado da matricula 1, approvados nemine discrepante 12.

5.º ANNO

7.ª *Cadeira*

Matriculados 13, perderam o anno 2, licenciado 1, approvado simpliciter 1, approvados nemine discrepante 9.

8.ª *Cadeira*

Matriculados 7, perdeu o anno 1, approvados nemine discrepante 6.

Total geral 229; sendo 97 approvações nemine, 40 simpliciter, 24 reprovações, 23 licenciados, 6 matriculas sem effeito, e 40 perdas de anno.

Sua magestade a rainha no Bussaco. — Em uma correspondencia para o *Commercio Portuguez*, do Porto, entre varias noticias do Bussaco, se diz o seguinte:

«Tambem se diz que, em quanto estiver sua magestade, ficam prohibidos os jantares na matta, noticia esta que desagrada ás pessoas que vivem actualmente em Luso e que costumavam mandar os jantares para a fonte de S. Silvestre, ou para a de Santa Theresa.»

Ha gente que com as suas adulações parece apostada a tornar odiosa a monarchia.

Devendo concorrer para que seja agradavel a ida de sua magestade a rainha para o Bussaco, pelo contrario, se se confirmar o que acima se diz, fazem desgostar o povo, prohibindo-lhe a diversão que tinha desde longos annos, de ir jantar na matta.

Grande tempestade. — De Gouveia dizem a um jornal do Porto, o seguinte:

«É ainda debaixo da mais dolorosa impressão que tomo a penna para noticiar-lhes o lastimoso estado a que foram reduzidos estes tres concelhos limitrophes — Ceia, Gouveia e Celorico — na tarde do dia 7 do corrente.

Um medonho vendaval, seguido de copiosa chuva, verdadeira tromba marinha, de saraiva de grande volume, trovões que abalavam as montanhas, e relampagos, faiscas e raios, que cruzavam em todas as direcções, — finalmente, uma tempestade horrorosa com todo o seu tetrico apparato pesou sobre estes concelhos, qual espada de exterminio, assolando e destruindo quanto encontrou na sua passagem.

Os regatos momentaneamente se transfor-

maram em rios caudalosos, arrastando pontes e moinhos, e damnificando consideravelmente os açudes das nossas fabricas, fazendo paralysar em todas o movimento. Os milheiraes dos nossos campos foram varridos, e os vinhedos, olivaes e castanheiros, despedaçados.

Só a casa da viuva Rainha e filhos soffreu de prejuizo contos de réis. A agua, despenhando-se como um diluvio em torrentes pela encosta, invadiu-lhes o quintal e o jardim, as salas do primeiro andar da casa que habitam, a adega e as cavallariças, e visitou pela mesma fórma outras muitas casas da villa. Caiu um raio na quinta dos Francos e outro junto da capella do Calvario, mas felizmente não houve victimas.

Não nos recordamos de tão medonha tempestade. Felizmente durou apenas meia hora, mas são incalculaveis os prejuizos.

Ainda hontem a mais luxuriante vegetação cobria estes valles e encostas, e hoje são destroços e ruinas.

Grandes e pequenos proprietarios todos soffreram muito, e alguns ficaram reduzidos á miseria.

Grande é o poder de Deus. Elle se amercie de nós!»

Guerra do Oriente. — O *Diario de Noticias* diz que no dia em que os russos levantavam o cerco de Kars, sem combate, diante do exercito de Mukhtar-pachá, no Danubio, segundo dizem, a cavallaria entrava em Tirnova, cidade de 30:000 habitantes, séde do antigo patriarchado da Bulgaria, e capital do antigo reino. Este facto, a confirmar-se, tem grande importancia, porque causará profunda sensação nas populações bulgaras.

Affirmam que os russos, ou o principe Tcherkaski, que representa o governo moscovita na Bulgaria, começara os seus actos por expulsar d'aquella região os representantes da aristocracia musulmana, e confiscar-lhes os bens d'elles e os das obras pias, nas mesquitas, que valem muito.

Em volta de Kars, os russos deviam ter 60:000 homens.

Os telegrammas russos confessam o augmento da insurreição no Caucaso.

A camara servia foi interrompida, porque 25 membros pediram para resignar os logares. Portanto, a camara, que devia ter 134 deputados, dos quaes 33 de nomeação do principe, ficou reduzida a 103, e sem poder funccionar, em vista do regulamento que determina a fórma das deliberações para serem validas.

A entrada dos turcos em Kars causou grande alegria e enthusiasmo. A população veiu ao encontro das tropas para os abraçar.

As tropas russas, que entraram em Ternova, segundo a *Gazeta de Colonia*, occuparam tambem Novoselo e Silvi.

O governo inglez ordenou aos seus consules na Turquia, para que enviassem informações authenticas com respeito ás annunciadas atrocidades commettidas pelos russos.

Londres, 13. — Um despacho official de Bucharest desmente o boato de estar concluida uma convenção militar entre a Servia e a Rumania. O *Morning-Post* insere um telegramma de Vienna, desmentindo o boato de proxima entrevista dos imperadores da Allemanha e da Austria.

Vienna, 13. — Assegura-se que na batalha travada ha dois dias nos arredores de Plewna os turcos obtiveram vantagens. Passou quinta feira á vista de Corfou uma esquadra conduzindo o exercito turco que operava contra o Montenegro. Os montenegrinos recomeçaram as hostilidades.

Bucharest, 14. — O exercito russo do Caucaso, tendo recebido grandes reforços, vae invadir novamente a Armenia. Os russos investiram Rustschuk. Está preparado em Floresti um acampamento para 80:000 homens.

Molestia das vinhas. — Appareceu o phyloxera nas vinhas da margem do Dão.

Molestia das figueiras. — O governo mandou estudar a molestia das figueiras no Algarve.

Cavallos. — Está nomeada uma commissão para estudar os melhoramentos a introduzir na raça cavallar e na remonta de cavallos para o exercito.

Eleição municipal de Lisboa. — Ficou vencida a lista da reeleição da camara municipal de Lisboa. A lista escolhida na reunião do theatro de S. Carlos venceu toda por grande maioria.

Ficaram eleitos os seguintes cidadãos:

Antonio Augusto de Aguiar
Antonio José Pereira Serzedello Junior
Antonio Vergolino dos Santos e Oliveira
Francisco Romano de Almeida da Camara Manoel
Joaquim José Rodrigues da Camara
José Maria Alves Branco Junior
José Tedeschi
Luiz de Carvalho Daun e Lorena
Luiz Leite Pereira Jardim
Rodrigo Affonso Pequito
Visconde de Alemquer.

Tractado. — Parece que o governo não approva algumas clausulas do tractado de commercio celebrado com o governador da India ingleza.

Attentado. — Hontem de tarde, um dos soldados do destacamento de infanteria 9, que estavam de guarda no mercado de D. Pedro V, d'esta cidade, começou a provocar o sr. Luiz Gonzaga, com loja na mesma praça, e a algumas mulheres que vendiam pão e que alli se achavam.

O sr. Gonzaga reprehendeu-o pelos factos que estava a praticar; mas elle em logar de se conter, respondeu-lhe com desprezo e modos ameaçadores.

O negociante insultado deu parte d'este acontecimento ao sr. commandante do destacamento, o qual mandou logo render o soldado.

Quando este se preparava para ir para o quartel, o sargento da guarda da cadeia, que fora attraido para o mercado em razão do povo que para alli caminhava, reconheceu que o soldado havia carregado a arma; pelo que, receiando algum attentado, lhe tirou d'ella o cartuxo.

Chegado, porém, á rua da Sophia, onde o referido negociante tem outra loja, o mesmo soldado tratou outra vez de carregar a arma, para dar um tiro no sr. Gonzaga.

Foi-lhe então tirada a arma; mas ainda quiz ferir o sr. Gonzaga com a bayoneta, o que não poude conseguir.

Chegando o soldado ao quartel, foi mandado metter no calabouço, e em a noute immediata saiu d'esta cidade, sendo remettido preso para o seu corpo em Lamego.

Desordem. — Consta-nos que em a noute de 15 para 16 do corrente houve grande desordem no bairro alto em um botequim, proximo ao Castello.

Quasi todas as noutes alli ha desordens e gritos, que amotinam toda a vizinhança, provenientes do jogo.

ANNUNCIOS

DECLARAÇÃO

1 O ABAIXO ASSIGNADO declara para todos os effeitos, que desde o dia 1 de Junho findo deixou de ser o agente n'esta cidade do jornal burlesco — *Trinta Diabos Junior*, — não tomando a responsabilidade de qualquer correspondencia publicada n'aquelle jornal.

Coimbra, 1 de Julho de 1877.

Annibal Augusto Pereira.

---

2 MARIA JOANNA, casada com José Gomes, do logar da Cruz dos Morouços, freguezia de S. Francisco, do concelho de Coimbra, previne o publico de que este seu marido se acha em estado de demencia, para que ninguem lhe empreste, nem faça contracto algum com elle, protestando a annunciante por si e seus filhos ainda menores contra quaesquer dividas que elle contraia, assim como contra quaesquer outros contractos que com elle se celebrem.

PERDEU-SE

3 UM ANNEL de pedra d'armar, desde os arcos de S. Bento até ao Jardim Botanico. A quem o achasse e o quizer entregar, n'esta redacção se lhe dirá quem é seu dono, que dará alviçaras.

DILIGENCIA
ENTRE A
FIGUEIRA E FORMOSELHA

4 ALBANO CUSTODIO, participa que no dia 25 do corrente principia a sua diligencia a carreira entre esta villa e Formoselha, sendo o serviço entre Montemór e Formoselha feito em barco, em quanto os trens não poderem atravessar.

Sae da Figueira ás 6 horas e meia da manhã.

E de Formoselha de tarde, logo depois da chegada do comboio do sul.

O serviço entre a Figueira e Montemór é feito em hora e meia.

PREÇO — fóra .... 500 réis
» — dentro ...... 600 »

Cada passageiro póde levar gratis 15 kilos de bagagem, e pelo excendente pagará 20 réis por kilo.

Os bilhetes vendem-se na Figueira e Formoselha, no escriptorio do sr. Antonio Bernardes Branco.

N. B. — Os passageiros têm meia hora de descanso em Montemór.

O annunciante participa por esta occasião ao publico, que tem para alugar por preços commodos char-à-bancs, caleches, etc., etc.

Figueira, 14 de Julho de 1877.

Albano Custodio.

ALVIÇARAS

5 QUEM ACHASSE uma carteira com papeis, e tres letras commerciaes, que se perdeu, desde a villa de Soure até á estação da mesma villa, queira entregal-a a Francisco Antonio Vasco, chefe da estação da mesma villa, que receberá alviçaras.

QUEM PERDEU

6 UMA CARTEIRA desde a estação de Soure, até Soure, com alguns objectos de valor, dirija-se á mesma villa, a João Maria Quaresma Brandão, porque dando os signaes certos lhe será entregue.

ATTENÇÃO

7 ACHA-SE n'esta cidade uma senhora de Lisboa com boa pratica de gommar. Quem precisar de seus serviços dirija-se á rua Direita, n.º 37, 3.º andar.

Substituições a militares

8 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

9 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes: em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

---

10 VENDEM-SE umas casas defronte do collegio dos Grillos; 160 pinheiros na serra das Torres, para o lado do Chão do Bispo, bons para madeira de soalho, e caixal.

Arrenda-se uma quinta, nos suburbios d'esta cidade, com terra de semeadura, alta e baixa, celleiro, casas para arrendatarios, abegoarias, e muita agua de nascente, e mina.

Informações em casa de Abilio Maria Ladeiro, na Calçada.

ARREMATAÇÃO

11 PRETENDE-SE dar de empreitada uma obra de carpinteiro n'umas casas no Rego d'Agua, onde terá logar a mesma arrematação no domingo, 22 do corrente, pelas 11 horas da manhã.

Para informações, José Teixeira da Cunha, rua do Visconde da Luz.

BOA MADEIRA DE CASTANHO

12 HA PARA vender uma grande porção de conceiras de differentes larguras, tendo algumas mais de 2 palmos e meio de largo.

Largo da Sé velha, n.º 21.

PREVENÇÃO

13 NA ACÇÃO de separação de pessoas e bens, intentada por D. Clementina Rodrigues da Silva, do imperio do Brazil, contra seu marido José Bello da Silva, residente em Buarcos, na comarca da Figueira da Foz, foi decretada a separação de pessoas, e homollogada esta deliberação pela sentença do theor seguinte:

«Julgo por sentença, e hei por homollogadas as decisões do conselho de familia constantes do auto retro, interpondo a minha auctoridade judicial para todos os effeitos legaes; e custas pelo réu, a quem n'ellas condemno. Figueira 2 de Junho de 1877. — José Maria da Costa.»

Prosegue-se no inventario dos bens.

E previne-se que ninguem contracte de qualquer fórma com o dito José Bello da Silva, sobre os bens ou dividas do casal, em quanto o inventario não estiver findo, sob a pena da lei, — artigo 1030 e seguintes do Codigo Civil, protestando-se desde já pela annullação de taes actos. O que se faz publico para não se poder allegar ignorancia.

MUDANÇA EM COIMBRA

14 O ESTABELECIMENTO de quinquilherias e papeis pintados de Antonio Joaquim Valente mudou para a rua da Calçada, n.º 100, e alli vende muitas das fazendas que tem para liquidar, com 50 p. c. de menos.

ACÇÕES
DA
COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS
DE
COIMBRA

15 VENDE-SE em Coimbra uma grande porção d'ellas, e muito baratas. N'esta redacção se diz.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3128 | Sabbado 21 de Julho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Demos conta ha dias das queixas que têm feito os expositores, que d'esta cidade mandaram productos para a exposição de Philadelphia, por não haverem recebido esses productos.

Os motivos de queixa não estavam, porém, só reservados para Coimbra. Os ourives do Porto tambem têm sido ludibriados nas suas reclamações.

Tiveram já de fazer duas representações ao governo.

Na primeira pediam a entrega dos productos que se não venderam e o dinheiro dos que se haviam vendido. Depois d'essa representação começaram os reclamantes a ser entregues dos seus productos, mas emquanto ao dinheiro não apparece.

E' por isso que acabam de dirigir segunda representação ao governo, pedindo que lhes seja entregue o seu dinheiro!

Que vergonha! O governo portuguez a representar de caloteiro, e sobretudo de caloteiro para com os expositores, que se prestaram a ir honrar esta nação na exposição de Philadelphia!

Com justa indignação dizem os ourives do Porto na segunda representação: — «Os abaixo assignados, senhor, aproveitam esta occasião para amargamente se queixarem a vossa magestade do abandono e nenhum zelo que houve para com os productos que enviaram áquella exposição! Gravissimos são os prejuizos que alguns soffreram, e todos mais ou menos os sentiram, lastimando profundamente que nenhumas providencias se houvessem dado para evitar que a maior parte dos productos chegassem aqui em lamentavel estado, alguns d'estes totalmente inutilisados!!»

As consequencias d'este indigno procedimento do governo hão de necessariamente sentir-se nas seguintes exposições; e por isso dizem com razão os ourives do Porto: — «D'esta fórma, senhor, quem annuirá a enviar seus productos ás exposições estrangeiras, lembrando-se que, ao recebel-os finda a lucta, os encontrará ou totalmente perdidos ou gravemente deteriorados? E que além d'isto terá de fazer grandes despezas para conseguir que voltem ao seu poder, bem como o producto d'aquelles que se venderam?!»

Os expositores do Porto, assim como os de Coimbra, e das outras terras do reino, onde se dão as mesmas circumstancias, não pedem nenhum favor; reclamam aquillo a que têm incontestavel direito.

E' portanto com justiça que dizem os ourives do Porto ao terminar a sua representação: — «Os abaixo assignados não pedem senão o que lhes pertence: esperam confiadamente que vossa magestade attenderá a tão justa supplica, e haverá por bem ordenar que sem mais delongas se mandem entregar aos requerentes as quantias que lhes pertencem, e que têm a haver pela venda dos seus productos n'aquella exposição, na fórma que deve constar da conta corrente, enviada por quem alli foi representar a nação portugueza, e que existe archivada na respectiva repartição.»

Em as nações estrangeiras custará a acreditar que em Portugal se pratiquem semelhantes factos!

O papel que n'este objecto está representando o governo portuguez é na verdade indecente!

Pois largue o que tem em seu poder, e que lhe não pertence.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Consta que o sr. Lopes Branco pedira a demissão do cargo de governador civil do districto de Coimbra.

Eis ahi o estado em que nos achámos depois de muitos mezes!

Este districto é aquelle que o governo mais abandona á sua sorte. Considera-o como um burgo podre!

Veremos agora quem para ahi nos mandam; se é que o sr. marquez de Avila não está resolvido a conservar tudo n'esta terra em permanente interinidade.

Temos governador civil interino, secretario geral interino, administrador do concelho interino, e até governador militar interino!

Semelhante situação é propria e digna do sr. ministro do reino!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

As reflexões que ha dias fizemos contra os abusos escandalosos, que por todo este districto estão praticando os charlatães e curandeiros, deram logar á seguinte carta, que de Arganil nos escreve o sr. Paredes:

«*Patricio:* — Se o appêllo feito por essa redacção ás auctoridades competentes no seu *Conimbricense* de 30 de Junho proximo passado, contra os abusos escandalosos praticados pelos charlatães no exercicio da medicina e da cirurgia, póde encontrar écho n'um ou n'outro espirito illustrado, é todavia mister que se falle repetidas vezes n'este assumpto, tão descurado por todos, e que se tornem bem conhecidos, bem palpaveis os factos desaforados, crueis, homicidas, que todos os dias se praticam n'alguns... em todos os concelhos do alto districto de Coimbra, para que um dia se lhe dê o urgente remedio.

Custa-me dizel-o; mas é forçoso fazer conhecer a todos o estado de ignorancia dos povos do alto districto, aonde é raro encontrar quem saiba ler e escrever, achando-se assim eivados de erroneos e insensatos prejuizos, de que um infinito numero de barbeiros abusa, exercendo n'elles, desassombradamente, a arte de curar, chegando a tentar operações d'alta cirurgia, a receitar todos os medicamentos, e levando alguns o descaro até a assignar as receitas!

E estas receitas são aviadas em todas as boticas!

Parece incrivel que isto se faça em 1877; mas é a pura verdade.

E contra tão torpes e inconvenientes abusos eu me associo a essa illustrada redacção, protestando por esta fórma, já que nem nos chefes do districto, nem nos collegas é facil encontrar o apoio necessario para a extincção de tão grande mal para a humanidade.

Sou com toda a consideração e respeito — De v. att.º venerador e mt.º obgd.º — Arganil, 15 de Julho de 1877. — *Antonio Paredes.*»

Effectivamente repetem-se os motivos de queixa contra os abusos dos curandeiros.

A saude publica não póde nem deve estar á mercê dos charlatães, que exploram a ignorancia do povo.

Este objecto tem sido muito desprezado, mas é mister que as auctoridades cumpram com os seus deveres, reprimindo os criminosos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXVI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Chegou o anno de 1826, e em 10 de Março d'este anno morreu el-rei D. João VI quasi de repente, e com todas as suspeitas de haver sido ajudada a sua morte, como diziam os nossos antigos, com *peçonha*. O caso é que ninguem duvidou n'essa época reconhecer, como herdeiro da corôa, seu filho D. Pedro, porque foi acclamado como tal; e sem que os mesmos *honestos* miguelistas de hoje reclamassem, se mandou participar esta noticia a D. Pedro, e de caminho foi uma deputação em que entrava, segundo me recordo, o *duque de Lafões*, para o comprimentar como novo rei portuguez, com o titulo de Pedro IV.

A morte d'el-rei renovou esperanças e projectos para uma nova mudança politica, mas quando n'isto se pensava, chegaram as segundas vias dos despachos do Rio de Janeiro, pelos quaes se soube que D. Pedro não só acceitava e assumia temporariamente o titulo de rei de Portugal, mas dava a seus novos subditos uma Carta Constitucional, da qual tambem chegaram alguns exemplares. Era isto, segundo me lembro, nos principios de Julho de 1826.

Estas noticias começaram a fazer logo variar as cabeças dos absolutistas, e amigos de D. Miguel, porque foram mal recebidas pelo governo que ainda havia entre nós depois da morte d'el-rei, ao passo que o povo todo, em geral, as recebeu com a maior alegria e enthusiasmo.

Nós então, os bons portuguezes leaes aos principios de liberdade, podiamos ser comparados ao naufragante, que livre de um naufragio, em que tinha estado em perigo de perder a vida, se via em uma praia, onde se dava por feliz de achar uma simples cabana de pescador em que se abrigasse, bem que não encontrasse a bella casa em que já tinha vivido.

Quem desde logo se mostrou defensor da nova Carta foi o hoje duque de Saldanha, que estando no Porto como governador militar, a fez logo publicar, e escreveu em Julho de 1826 á infanta para que sem demora fizesse o mesmo.

Saldanha deu logo n'essa occasião a demonstrar a sua pouca firmeza de caracter; porque tendo começado aqui em Lisboa a sua carreira politica com bem maus agouros para a liberdade, mudou felizmente, para melhor, as suas opiniões, e fez bons serviços n'esta crise. Já elle tambem tinha escripto ao conde de Barbacena, mas nem este, nem os seus collegas tinham feito caso da sua recommendação, e não se publicava aqui em Lisboa a *Carta*, e até d'ella se mandavam publicar extractos infieis para a desacreditarem.

Por boa fortuna tinha chegado a Lisboa, mandado por Saldanha, o coronel Pizarro, que morreu barão de Sabrosa, o qual, de certo, muito tinha concorrido para a notavel conversão politica do mesmo Saldanha; e como visse a hesitação, e pouca ou nenhuma vontade, que mostrava o governo em cumprir com as ordens do rei, concordou com os commandantes dos corpos da guarnição de Lisboa, que se lhe fizesse uma representação a este respeito. Fez-se ella e foi assignada pelo conde de Lumiares, marquez de Valença, Henrique da Silva, e os tenentes coroneis Lemos, Manoel Vaz, Jeronymo Pereira de Vasconcellos, e outros mais officiaes.

Na *Gazeta* de 16 ou 17 d'este mesmo mez de Julho se publicou este documento. Tambem por pessoa bem instruida nos negocios d'esse tempo sube, que Saldanha estava disposto a marchar sobre Lisboa com a força necessaria para a execução prompta de todas as ordens que haviam chegado do Rio de Janeiro!... prova, de que a espada tanto faz como desfaz!...

Em quanto porém tudo isto assim se passava, chegou com as primeiras vias dos despachos, e com o autographo da Carta Constitucional Sir Carlos Stuart, que havia estado na côrte do Rio de Janeiro como *plenipoten-*

Demos em o numero passado d'este jornal uma resumida noticia do diccionario greco-latino, impresso na imprensa da Universidade.

Havia constado ao sr. padre Antonio Ignacio Coelho de Moraes, muito digno e esclarecido professor jubilado do lyceu nacional d'esta cidade, que tencionavamos dizer alguma cousa a esse respeito; e por isso teve a bondade de escrever uma interessante noticia ácerca do mesmo diccionario para nos offerecer.

Aconteceu, porém, que recebemos essas informações do sr. Coelho de Moraes, exactamente á mesma hora em que na terça feira se andava a distribuir na cidade o *Conimbricense* em que ia o nosso artigo.

Não obstante isso, vem de pessoa tão competente essa memoria, e são ahi relatados os factos com tal precisão, que não podemos deixar de a publicar.

Devemos agradecer ao sr. Coelho de Moraes o obsequio da interessante noticia que nos enviou.

Acrescentaremos pela nossa parte, que da commissão creada em 1829 pelo bispo de Vizeu e reformador dos estudos, D. Francisco Alexandre Lobo, já hoje não existem senão dois membros.

O primeiro é o sr. dr. Manoel José Fernandes Cicouro, natural de Pennas Roias, antiga comarca de Miranda do Douro, doutorado na Faculdade de Canones, no dia 7 de Janeiro de 1821. E' actualmente chantre de sé patriarchal de Lisboa.

Apezar de sair anonyma, sabemos que é do sr. Cicouro a seguinte traducção impressa em 1823 na imprensa da Universidade: — «*Pastoral do bispo de Troyes sobre a impressão de maus livros, e nomeadamente sobre a nova edição das obras completas de Voltaire e de Rousseau. Traduzida em portuguez por* ***» — A pastoral é precedida de um extenso prologo do traductor.

O sr. dr. Cicouro está na avançada edade de perto de 88 annos, o que mostrámos pela seguinte certidão.

«O padre Jeronymo Lourenço, cura em S. João Baptista, na villa de Pennas Roias, certifico em como revendo o livro dos assentos dos baptismos da dita villa, a folhas 88 achei um assento do theor seguinte:

Manoel, filho legitimo de Francisco Fernandes Cicouro, natural d'esta villa, e de Maria Fernandes, natural de Sanhoane, e n'esta villa moradores, neto paterno de Francisco Fernandes Cicouro, e de Catharina Martins, naturaes d'esta villa, materno de Antonio Fernandes Linhares, e Anna Martins, naturaes do logar de Sanhoane, nasceu aos dez dias do mez de Novembro de 1789 e nove; foi baptisado solemnemente por mim o parocho de esta freguezia de S. João Baptista abaixo assignado, dentro da egreja matriz d'esta freguezia, na pia baptismal d'ella, e lhe puz os santos oleos.

Foram seus padrinhos Manoel Gonçalves, e Isabel Rita, naturaes d'esta villa; testemunhas José Gonçalves e Francisco Xavier, solteiros, naturaes d'esta villa, e uns e outros d'este bispado de Bragança, de que para constar fiz este termo, que assignei com as testemunhas.

Pennas Roias, Novembro 16 de 1789, e nove. — O padre Domingos Martins Filgueiras — José Gonçalves — De Francisco Xavier uma cruz.

E não se continha mais em o dito assento, que *verbo ad verbum* aqui copiei do proprio livro a que me reporto. — Pennas Roias, 14 de Setembro de 1812. — O padre *Jeronymo Lourenço.*»

O segundo é o sr. padre Antonio Ignacio Coelho de Moraes, natural de Cativellos, concelho de Gouveia, formado em Canones em 1827, e professor de grego jubilado do lyceu d'esta cidade.

A proposito diremos, que foi seu condiscipulo e se formou egualmente em Canones no anno de 1827, João José d'Antas Barbosa Amorim Guerra, natural de Lisboa, o qual sendo durante o governo de D. Miguel juiz de fóra de Montemór o Velho, foi traiçoeiramente assassinado por individuos do seu mesmo partido, com tiros de espingarda, na occasião em que n'uma noute, attraido pelo estrondo de foguetes que de proposito haviam lançado, chegára a uma das janellas de sua casa.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Noticia da impressão do Lexicon Grego-Latino na imprensa da Universidade de Coimbra no seculo XIX, desde 1829 até 1873.

Consta, que já no seculo XVIII, no reinado d'el-rei, o sr. D. José I, o professor de grego de Lisboa, Custodio José d'Oliveira, fôra encarregado de compor um lexicon grego-latino para uso das escolas de grego do reino de Portugal, recebendo por este trabalho uma gratificação annual de 200$000 réis; não consta porém, que o dicto professor apresentasse em tempo algum o fructo do seu trabalho; e assim foram correndo os annos até o de 1829.

No anno de 1829 foi nomeado reformador dos estudos em Portugal D. Francisco Alexandre Lobo, bispo de Vizeu. Este tomando a peito reformar as disciplinas preparatorias para a Universidade, entrando tambem o estudo da lingua portugueza, nomeou uma commissão *ad hoc*, composta dos doutores, Antonio José Lopes de Moraes, lente da cadeira de Exegetica do Novo Testamento na Universidade, e conego magistral da sé metropolitana d'Evora; Fr. Fortunato de S. Boaventura, monge de Cister; Fr. José da Sacra Familia, da ordem dos Agostinhos descalços no collegio de Santa Rita, ambos doutores da Faculdade de Theologia, e professores do real Collegio das Artes; Manoel José Fernandes Cicouro, oppositor da Faculdade de Canones; do padre José Vicente Gomes de Moura, professor do mesmo real Collegio das Artes; e do bacharel formado em Canones, Antonio Ignacio Coelho de Moraes, como secretario, e collaborador.

Installada esta commissão, e dando principio aos seus trabalhos, tractou-se logo de formar o plano da selecta portugueza para uso das escolas de instrucção primaria, sendo encarregados d'este trabalho os membros da commissão considerados mais aptos para elle: a escolha porém dos classicos, e a leitura, e approvação das peças, que d'elles deviam ser extrahidas para a composição da selecta, levou mais tempo do que se presumia: entretanto chegou a formar-se e a approvar-se o plano; não chegou porém a entrar na imprensa pela razão, que abaixo direi.

Tractou-se tambem logo da selecta grega poetica, cujo plano tinha sido feito pelo já citado professor de grego de Lisboa Custodio José d'Oliveira, e approvado por alvará de 17 de Julho de 1772, assignado pelo bispo de Beja D. Fr. Manoel do Cenaculo: tractou-se tambem do novo compendio da grammatica grega, e do lexicon grego.

Quanto ao lexicon grego-latino accordou-se em que era melhor escolher-se uma das ultimas edições do lexicon de Benjamin Hederico, e imprimir-se esta, accrescentando-lhe porém alguns vocabulos, que podessem aproveitar-se dos diccionarios gregos, que a bibliotheca da Universidade possuisse.

Foram encarregados do trabalho da revisão, e do additamento, o dr. Antonio José Lopes de Moraes, o qual por alguns annos tinha sido substituto das duas cadeiras de grego do real Collegio das Artes, e o sr. padre José Vicente Gomes de Moura, professor proprietario de grego; mas como este se achava tambem encarregado das selectas latinas, e da grammatica latina, foi substituido pelo dr. Fr. Fortunato de S. Boaventura, tambem professor de grego.

Estes dois membros da commissão trabalharam sempre com assiduidade no lexicon grego-latino, até que o segundo foi nomeado arcebispo d'Evora, e reformador; então entrou em seu logar para collaborador o dr. Fr. José da Sacra Familia, e depois pela saida d'este para a cadeira de Philosophia racional e moral do bairro de Belem em Lisboa entrou Fr. João do Carmo, tambem da ordem dos Agostinhos descalços no sobredicto collegio.

Em 1831 o bispo de Vizeu deixou (desgostoso) o logar de reformador, e recolheu-se á sua diocese: entrou então para este emprego o nomeado arcebispo d'Evora Fr. Fortunato de S. Boaventura, o qual mandou logo dissolver a commissão, e suspender os seus trabalhos, excepto a continuação do lexicon grego-latino: o respectivo secretario d'ella entregou na secretaria da Universidade o livro das actas das sessões, e os papeis concernentes aos seus trabalhos, e cobrou recibo.

Continuou pois a impressão do lexicon debaixo da direcção do dr. Antonio José Lopes de Moraes até Maio de 1834, no qual mez terminando a guerra civil dos dois irmãos pela convenção de Evora-monte, muitos lentes, e professores, foram privados dos seus empregos em virtude de medidas geraes, que se decretaram.

Achava-se então a edição do lexicon no principio da lettra — Λαμβδα —, e aqui ficou sem se continuar, até que o sr. padre José Vicente tendo requerido de novo a sua jubilação obteve com effeito essa mercê, com a obrigação porém de continuar a edição do lexicon grego-latino, por determinação de 14 de Agosto de 1839.

Antes de passarmos adiante cumpre advertir, que a edição do lexicon de Hederico, que tinha sido adoptada, continha tres partes, a saber — *Hermeneutica*, que comprehende a significação das palavras; — *Analytica*, que explica as palavras empregadas nos differentes dialectos, e as reduz aos termos da lingua commum; e *Synthetica*, que ensina a verter o latim para grego. Ora o sr. padre José Vicente tinha levado a impressão do lexicon quasi até ao fim da lettra — Ω — da parte hermeneutica, quando Deus o chamou ao seu santo reino em 2 de Março de 1854.

O governo, para que esta obra não ficasse por acabar, determinou por uma portaria do ministerio do reino de 17 de Junho de 1851, que o então professor de grego do lyceu nacional de Coimbra, Antonio Ignacio Coelho de Moraes, continuasse a edição do lexicon, do mesmo modo que d'ella cuidára o sr. padre José Vicente: continuou pois este trabalho o sobredito professor, rematando o pouco que restava da parte hermeneutica, e accommettendo as outras duas partes, a analytica, e a synthetica.

Ora no espaço d'annos decorridos desde 1830 até 1840 tinham apparecido novas edições mais accrescentadas do mesmo lexicon de Hederico, como a de Gustavo Pinzger, novos diccionarios gregos francezes, como os de Planche, e Mr. Alexandre, e este apparecimento tinha obrigado o sr. padre José Vicente a fazer um appendice ao nosso lexicon, o qual appendice contava já em manuscripto — 5:033 vocabulos até á palavra — Θερμαντής, quando a morte suprehendeu o auctor.

Como o sr. padre José Vicente ainda não tinha visto o diccionario grego-francez de Mr. Alexandre muito accrescentado, foi forçoso, que o actual professor de grego, encarregado da continuação, começasse de novo o appendice, e permittiu Deus, que o levasse ao fim,

---

ciario d'el-rei D. João VI! Então cessaram todas as duvidas e todas as incertezas, e a *Carta* foi promulgada, destinado o dia para o seu juramento, e as ordens recebidas completamente se cumpriram.

Por esse tempo estava eu mui descançado no meu desterro da quinta de Montesão, só com algumas ideias confusas do que se tramava em segredo, e entregue aos meus sonhos politicos, que se reduziam a estar capacitado de que havia de haver uma mudança, e para melhor, mas sempre incerto como ella se operaria.

No meio d'estes meus sonhos me appareceu a visitar-me um amigo antigo, que eu ainda não tinha visto durante a minha estada alli: este amigo era Joaquim Maria de Andrade, lente de Mathematica, que quasi me morreu nos braços em Londres para onde se havia retirado como emigrado; e do qual já dei noticia no Livro 3.° dos meus Annaes da usurpação. Este foi quem me levou a boa nova de termos uma *Carta Constitucional*, dada por D. Pedro, e da geral alegria que este acontecimento havia produzido em Lisboa, e estava produzindo em Coimbra, aonde eu fui no dia seguinte, e presenciei a alegria e enthusiasmo com que em geral alli se havia recebido esta noticia.

Achando-me livre nas minhas acções, e um pouco mais consolado de ver que as sementes da liberdade que eu tinha ajudado a lançar á terra, não tinham morrido, e iam tomando raiz, bem que ainda um pouco definhadas, aproveitei-me da occasião em que dois amigos meus iam para a Figueira, e fui com elles, e lá estive cousa de um mez sem mais outro intento que do divertir-me.

Voltando a Coimbra, recebi cartas do meu irmão Francisco que se achava em Lisboa, e que depois de preso e desterrado havia achado bom acolhimento em el-rei, e no novo ministerio de *Barradas* e *Lacerda*, que haviam succedido ao de Pamplona e Palmella, nas quaes me convidava a ir para Lisboa.

Para me obrigar mais a ir para lá dizia-me, que alguns amigos me pediam egualmente isso, e entre elles me nomeava Agostinho José Freire, e D. Francisco d'Almeida, hoje conde de Lavradio, e que então era ministro na regencia da infanta.

Pelo tempo adiante vi que nenhum d'estes dois individuos era meu verdadeiro amigo; e fui obrigado a cortar com elles todas as relações.

A Agostinho José Freire conhecia eu do tempo das côrtes de 23, que havia sido n'ellas meu collega, e a D. Francisco conhecia-o desde Paris, onde me havia encontrado com elle no anno de 1821, quando voltei de Inglaterra para Portugal, e em tempo em que elle se mostrava mui affeiçoado á revolução do anno de 20, que depois, como outros muitos, guerreou, porque não satisfez seus interesses, não alcançando d'ella o que desejava, e com especialidade, se bem me lembro, a agencia diplomatica de Paris. Em consequencia d'estas cartas de meu irmão Francisco resolvi logo ir para Lisboa.

Entretanto que não ia para Lisboa, presenciei o alvoroço e interesse que tomavam em Coimbra e suas visinhanças as eleições dos eleitores que haviam de nomear os novos deputados, que se haviam de eleger em Vizeu, como cabeça do circulo eleitoral d'aquelle districto.

A todas estas intrigas e pretensões fui completamente indifferente, porque achando-me n'aquella occasião reduzido á classe de *proletario*, como hoje quasi estou, isto é sem uma renda de quatrocentos mil réis, para poder ser deputado, e nem mesmo então eleitor, porque não tinha renda alguma que me conferisse a honra de cidadão activo ou passivo, não tomei interesse algum pelas diversas pretensões, e até opiniões dos que estavam dispostos a entrar n'esta nova lide politica: todos trabalharam á sua vontade, e eu me mostrei sempre um mero espectador. Mas assim é que se governa o mundo! Um homem como eu, conhecido como escriptor publico depois de muitos annos, e que ainda havia bem pouco tempo tinha sido deputado, só porque lhe faltavam alguns tostões, tinha perdido o direito de cidadão activo, isto é, não podia tornar a ser eleito deputado! Exactamente o que hoje me acontece!

Depois de ter sido por quatro vezes representante do meu paiz, uma em 1822 e 23, a segunda em 1834, e as duas ultimas na revolução chamada de Setembro, hoje acho-me privado de direitos, que já por quatro vezes exerci; e perdi, por assim dizer, a minha capacidade intellectual e politica pela incapacidade *monetaria!* Com effeito, não é bem verdadeira a minha maxima de que o homem é o animal mais ridiculo de toda a creação?...

(Continuar-se-ha.)

completando a somma de 32:000 vocabulos, pouco mais ou menos.

A impressão de todo o lexicon acabou no anno de 1873. Cumpre porém advertir, que as partes hermeneutica e analytica, tem no frontispicio a data de 1845; a synthetica a de 1856; e o appendice a de 1861.

Concluido o diccionario, o professor de grego foi encarregado por uma portaria do ministerio do reino com data de 29 de Agosto de 1873 da segunda edição aperfeiçoada da grammatica grega, de que é auctor, a qual edição se acha já no fim da lexilogia.

Coimbra 15 de Julho de 1877.

A. I. C. de Moraes — Professor jubilado de grego do lyceu nacional de Coimbra.

COMMUNICADO

DIVISÃO JUDICIAL

Meu caro redactor. — Comarca de Santa Combadão, 15 de Julho de 1877. — Não hesito um momento, em vos pedir um cantinho do vosso jornal, para as seguintes linhas; attendendo, a que sois bem conhecido, como defensor denodado dos legitimos interesses dos povos.

Com a nova divisão judicial ficou esta comarca sendo talvez a mais anomala de todo o paiz; bastará dizer-se, que demarca com tres districtos, Coimbra, Aveiro e Vizeu, medindo em comprimento, nada menos de 50 kilometros.

Diz a lei, que quando a quarta parte da população diste da sede da comarca mais de 15 kilometros, terá ahi logar uma comarca: aproveita pois esta disposição ao actual concelho do Carregal.

Não conta este concelho menos de 3:000 fogos, e nenhuma das suas freguezias dista menos de 15 kilometros de Santa Comba, ficando a maxima parte da sua população a mais de 20, taes são as freguezias de Oliveira do Conde, Cabanas e Beijoz, que contam 2:000 fogos.

Já vê, meu caro redactor, a justiça, que assiste a estes povos, pedindo á commissão nomeada pelo ministerio da justiça, para rever a ultima divisão judicial, lhes seja creada uma nova comarca entre Santa Comba e Mangualde.

Poderá ser a capital da nova comarca a actual villa do Carregal, ficando composta do actual concelho do Carregal, juntando-lhe as freguezias de Canas, do concelho de Nellas, e Parada, de S. João de Areias. Quando porém Santa Combadão não possa dispensar Parada para a sua conservação, poderão ficar sede da nova comarca Cabanas ou Oliveira do Conde; ficando composta do actual concelho do Carregal e das freguezias de Canas e Carvalhal Redondo, no concelho de Nellas. Qualquer d'estas povoações fica no centro d'estes povos, e ambas muito importantes.

É Cabanas incontestavelmente a primeira aldeia do districto pela sua riqueza e população; pois tem mais de 500 fogos.

Oliveira do Conde é uma antiga villa, bastante populosa, possuindo um solo feracissimo, com boas vias de communicação, distando apenas meio kilometro de estrada nacional, que conduz da Fozdão a Mangualde, com boas casas para a habitação dos empregados; finalmente muito nas condições de ser a sede da nova comarca.

N'este sentido vão estes povos representar á illustrada commissão, a fim de serem attendidos n'esta sua tão justa pretensão, e por elles será bemdita, deferindo-lhes, como esperamos, um tão justo pedido.

Um amigo da justiça.

NOTICIARIO

Roubo importante. — Ha poucas semanas uns caiadores e pintores que trabalhavam na antiga casa da quinta da Costeira, pertencente ao sr. Antonio Maria Barata Lopes de Carvalho, do concelho de Goes, descobriram grande porção de dinheiro em ouro, que o pae do dito sr. tinha ha annos escondido, e que seus donos ainda não haviam achado.

Os taes caiadores devendo entregar o dinheiro achado a seu legitimo dono, como é expresso em differentes artigos do Codigo Civil, acharam mais conveniente repartil-o entre si, ausentando-se em seguida para as suas terras, onde logo começaram por comprar propriedades.

De semelhante roubo tarde ou nunca se teria conhecimento, se não fôra o zelo e inergia do actual administrador do concelho de Mangualde, que apenas lhe constou que em uma loja d'aquella villa se pesava ou trocava grande quantidade de peças de 8$000 réis, suspeitou que fossem roubadas, e por isso telegraphou logo para o sr. administrador de Arganil, para o fim de se averiguar, se por ventura aquellas peças tinham sido subtrahidas á casa da Costeira, visto que os trocadores tinham saido d'esta casa poucos dias antes.

Effectivamente verificou-se que o dinheiro era da casa da Costeira, em virtude do que se procedeu ao competente auto, que está nas mãos do sr. delegado da comarca de Arganil, sendo para desejar que não se mostre menos zeloso e energico do que as auctoridades de Mangualde, na perseguição e punição dos criminosos.

Ainda o mesmo roubo. — Ácerca d'este facto acabamos de receber mais as seguintes informações:

«Trazendo o sr. Antonio Maria Barata Lopes de Carvalho, da Varzea de Goes, uns pintores em uma capella que tem contigua ás casas que habita, os quaes se chamavam, o mestre, Joaquim Alves, do concelho de Mangualde, e os officiaes José Pereira, e um irmão ainda rapaz, do concelho de Vizeu; quando tinham a obra quasi concluida, faltando apenas o dar algumas mãos de cal fina n'um pequeno espaço de parede, disseram-lhe que queriam ir a casa passar as festas do S. João, e que passadas ellas voltavam, tanto para concluir aquella obra, como para fazer mais as de algumas pessoas que alli tinham ajustado.

Passados poucos dias, o administrador de Mangualde mandou uma parte telegraphica ao de Arganil, e este officiou ao de Goes, dizendo que aquelles homens tinham em uma loja pesado uma porção de peças d'ouro, que diziam ter achado em casa do sr. Antonio Maria Barata.

O digno administrdaor prendeu logo o tal Joaquim Alves, e dando-lhe busca achou-lhe umas 60 e tantas libras, que elle confessou ter trocado a um negociante que caminhava para o Porto, além d'um talão de contribuição de registo, que tinha pago ha poucos dias de umas casas e quintal que havia comprado por cento e tantos mil réis.

Recebeu o sr. Antonio Maria Barata uma carta anonyma da dita villa de Mangualde, em que lhe diziam o mesmo e recebeu cartas dos mesmos pintores em que confessavam ser certo o terem achado dinheiro na capella, não dizendo a quantia, só sim o official José Pereira lhe mandou 15 peças de 8$000 réis, dizendo que o mestre lhe tinha dado 19, mas que já tinha gasto 4, e mais recebeu d'um rapaz seu visinho, que lhes dava servidão quando trabalhavam em cal, 10 moedas de ouro em cruz, que lhe deu o tal mestre. Já se vê que para elle assim ter dinheiro com tanta abundancia, devia ficar com grande porção.

As auctoridades de Mangualde acharam que havia criminalidade n'este acontecimento, e que se provou haver furto; mas o delegado de Arganil entendeu o contrario, dizendo que não é crime qualquer achar dinheiro em casa d'outro, principalmente estando ha mais de 30 annos, pelo que fez com que se soltasse o tal Joaquim Alves, pintor.

Desejava, porém, que o digno magistrado provasse em como havia mais de 30 annos que o dinheiro estava enterrado.

Ha a certeza que tinha sido alli posto pelo pae do sr. Antonio Maria Barata, o qual tinha a mania de esconder o dinheiro, principalmente quando se fallava em ladrões, e já com esta é a 3.ª vez que na dita capella tinha apparecido.»

Doença. — Tem estado doente de muita gravidade o sr. Domingos Clemente Vieira Machado, escrivão de fazenda d'esta cidade.

É isto geralmente sentido, porque o sr. escrivão de fazenda, durante o tempo em que se acha em Coimbra, tem sabido grangear a estima geral pelo seu exemplar comportamento.

Recrutamento. — O supremo tribunal administrativo julgou favoravelmente o recurso de José Rodrigues Jacob, por seu filho Manoel, da freguezia de Outil, concelho de Cantanhede, a fim de que este fique isento do serviço do exercito.

Festa de Nossa Senhora do Carmo em Tentugal. — Communicam-nos o seguinte:

«*Sr. redactor.* — Não podemos furtar-nos á manifestação do grato sentimento que nos causou a festividade da Senhora do Carmo em Tentugal, povoação distante d'esta cidade alguns kilometros. E' summamente agradavel ver aquella gente de costumes brandos e porte grave, dirigir-se com toda a devoção para o templo, onde as virgens de Senhor continuamente impetram a misericordia divina para allivio de tantas miserias que affligem a pobre humanidade.

No dia 16 do corrente foi a festa da Senhora do Carmo, no convento das carmelitas de Tentugal. O templo estava adornado com muito gosto e decencia, sendo por isso muito dignas de elogio as piedosas senhoras que ainda alli residem. Para esta festividade apresentou-se logo de manhã a philarmonica *Boa-União*, de que é actualmente director o nosso intelligente patricio, o sr. Augusto Gomes Paes.

As festividades catholicas quando enriquecidas por torrentes de harmonia, como foram aquellas que durante a festividade se desempenharam da orchestra, organisada pelo sr. Paes, arrebatam a alma para essas estancias da eterna felicidade, onde só moram as potencias celestes. Podemos afoutamente dizer que aquella festividade póde ser egualada, mas não excedida.

A missa, composição do exm.° conego Xavier Monteiro, é excellente: alli se encontram bellezas que é muito difficil deparar-se com ellas em composições eguaes. Os *kiries* são admiraveis; o *quoniam*, dueto de tenor e baixo, é escripto com um mimo e sentimento taes que nos arrebatam; em summa esta composição do illustre conego póde dizer-se que é obra d'um maestro consummado.

Notámos tambem uma especialidade na musica sacra executada: é o *Tantum ergo* do mesmo sr. Monteiro. As vozes casando-se brandamente umas com as outras e o harpejado da orchestra apresentam um effeito agradabilissimo.

Pelo que respeita á execução não podemos deixar de especialisar o sr. Casimiro de Abreu e o *tiple*, que muita pena temos em não lhe sabermos o nome, mas sabemos que é menino orphão na Santa Casa da Misericordia. O *tiple* apesar da sua tenra edade, dispõe d'uma voz potente e bem timbrada, mostrando no *laudamus*, sólo, uma grande vocação para a musica. O sr. Abreu é um *maestro*, já pelo modo como regeu toda a orchestra durante a festividade, já pela sua incontestavel *eschola* em musica sacra.

Das columnas d'este illustre jornal enviamos muitos parabens ao sr. Augusto Gomes Paes, e muito desejamos que, a despeito de alguns obstaculos que póde encontrar, progrida e nos prepare momentos tão deliciosos como os que nos preparou, dando-nos uma orchestra que nada deixou a desejar, e continuamente faça por levantar os nossos patricios da apathia em que tem estado e estariam, se a vontade do nosso conterraneo não fosse tão energica, mostrando que apezar de simples curiosos pódem rivalisar com algumas bandas regimentaes. Parabens á philarmonica *Boa-União*.

Ao muito illustrado redactor do *Conimbricense* pede a publicação d'esta pequena e despretenciosa noticia.

Um amigo venerador e obrigadissimo. — *L. C.*»

Processo Roriz. — Diz a *Actualidade* do Porto, que terminou no dia 16, ás 5 horas e meia o julgamento d'este processo.

A concorrencia era ainda maior do que no dia antecedente, assistindo além d'isso, dentro da teia, grande numero de advogados dos auditorios do Porto. Isto era de esperar, attendendo á notabilidade da causa, e á reputação de que gozavam os cavalheiros que deviam tomar parte nos debates.

Effectivamente o publico não se enganou. O discurso do ministerio publico e dos advogados, sobretudo o do sr. Alexandre Braga, foram dignos de serem ouvidos.

Este ultimo foi realmente notavel no vigor de argumentação, e na belleza das imagens.

Os leitores, para melhor avaliarem os debates, podem vel-os na nossa secção tachygraphica, que hoje continuamos a publicar.

Em seguida foram formulados os quesitos, para o jury dar o seu veredictum, sendo o reu absolvido.

Esta resolução foi recebida com manifestações de agrado por parte do publico, especialmente quando o sr. juiz, em harmonia com a decisão do jury, lavrou a sentença de absolvição, vendo-se até forçado a lembrar ao publico o quanto eram improprias do logar aquellas manifestações.

No tribunal e immediações havia mais de tres mil pessoas á espera do resultado.

A ex-imperatriz Eugenia. — Por noticia de Londres, do dia 17 consta que chegou a Southampton, a bordo do vapor *Elbe*, da companhia da Mala Real Ingleza, a ex-imperatriz Eugenia.

Morte do sr. D. Isidoro de Noronha. — Diz o *Diario da Manhã*, que falleceu no dia 12 de Junho, em Ucassaim, na India portugueza, monsenhor D. Isidoro de Noronha, arcediago da Sé primacial.

O illustre finado nascera em 1815. Em 1840 partiu para Roma onde se formou pela *Universidade Gregoriana*, recebeu o titulo de *monsenhor* e foi nomeado camareiro do papa.

O sr. D. Isidoro foi nomeado bispo de Moçambique, mas houve por causa d'essa nomeação grandes debates com a Curia, que parece que nunca confirmou este bispo de Moçambique, o que deu origem a varios folhetos que o sr. D. Isidoro de Noronha escreveu.

Lembram-se de certo em Lisboa os nossos leitores d'este sacerdote canarim, baixo, de rosto accentuadamente cobreado, revelando viveza e intelligencia na sua conversação, e occupando-se constantemente da questão da sua prelazia.

Recebemos com grande pesar a noticia do seu fallecimento, trazida pelos jornaes da India.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 19 de Julho de 1877.

O assumpto obrigado de todas as conversações no mundo politico é o da transferencia dos srs. Lourenço de Carvalho e João Joaquim de Mattos das direcções dos caminhos de ferro do Douro e Minho, o primeiro para a do caminho de ferro do Algarve e o segundo para vogal da junta consultiva de obras publicas e minas.

Está, pois, o sr. Lourenço de Carvalho transferido para o Algarve e substituido pelo sr. Boaventura José Vieira, que já recebeu instrucções especiaes do sr. ministro das obras publicas e que deve partir para essa cidade hoje ou ámanhã.

Os serviços d'este distincto engenheiro são importantes e valiosos. Em todas as commissões de que tem sido encarregado revelou muita competencia, alliada a inconcussa probidade. E' um digno substituto dos cavalheiros que iniciaram os trabalhos de construcção dos dois caminhos do Estado no norte do paiz, e não lhes ficará atraz em zelo, capacidade e honradez.

Como já disse em telegramma, deve brevemente verificar-se o despacho do sr. Guilhermino de Barros para ajudante do procurador geral da corôa e fazenda. É uma justa reparação da precipitada demissão que lhe foi dada de governador civil de Lisboa, e uma escolha muito acertada, porque s. ex.ª n'aquelle cargo póde prestar relevantes serviços ao paiz.

Parece que sempre se verifica o boato que se propalou logo que foi vendido o palacio da finada infanta D. Isabel Maria, em S. Domingos de Bemfica.

Disse-se então e repete-se agora com a maior insistencia, que vae ser estabelecida alli uma congregação religiosa, com a invocação de S. Domingos, e que já se acham no edificio algumas irmãs de caridade francezas.

Se assim succeder, chegou a Portugal a vez de ter a questão religiosa a inquietar os animos e a excitar as paixões, como está succedendo em muitos outros paizes.

Foram approvadas as clausulas com que foi concedido á companhia carris de ferro de Braga assentar e explorar as suas linhas no recinto da estação de Braga; e approvado

tambem o projecto do lanço da estrada districtal de Monte-mór-o-Velho a Figueiró dos Vinhos, situado entre Monte-mór-o-Velho e Ladroeira, na extensão de 928m,54.

Fallecimento. — Falleceu em Mogofores o sr. José Caldeira Pinto de Albuquerque, juiz da relação de Lisboa.

Prisão.—A policia fez em Lisboa uma prisão importante. Capturou ao allemão José Lagorvitz, o qual fugira da cadeia de Francfort, onde estava preso por fallencia fraudulenta e roubo.

Guerra do Oriente. — Por noticias de Bucharest de 19 consta, que os russos occuparam Boernawda. Os turcos evacuaram-na, tendo-a primeiramente incendiado.

Egualmente os russos tomaram Kesanlif, cidade ao sul dos Balkans, e marcharam sobre Philipopoli.

Está imminente uma batalha na Asia, entre Kars e Bayzid.

Despacho. — O sr. José Antonio dos Santos foi nomeado para o logar vago de official da secretaria dos hospitaes da Universidade.

Classificação.—Os candidatos a professores de instrucção primaria, que ultimamente fizeram exame n'esta cidade, ficaram assim classificados:

Bons

Francisco dos Santos Malva.

Padre Joaquim Nunes Nogueira da Silva, professor em Alqueidão, freguezia de Paião, concelho da Figueira da Foz.

José Maria Fernandes Thomaz.

Julio Maria de Andrade, professor na Tocha, concelho de Cantanhede.

Anna Rita Luiz.

Sufficientes

Joaquim Henriques da Silva.

Manoel Antunes Simões, professor em Loriga, concelho de Ceia.

Manoel Rodrigues Nogueira.

Manoel Rodrigues Noronha, professor na freguezia de Ancas, concelho de Anadia.

Emilia Augusta da Conceição e Silva.

Maria Augusta da Conceição, professora na Ribaldeira, freguezia de S. Pedro dos Dois Portos, concelho de Torres Vedras.

ANNUNCIOS

Declaração e agradecimento

1 FAZ-SE publico, que na causa de divorcio intentada pelo bacharel Antonio Gomes da Silva Sanches, de Arganil, contra sua mulher D. Maria Augusta Caldeira Pina, os membros do conselho de familia de Arganil, deliberaram por unanimidade, em 9 do corrente, que julgavam não provadas as accusações; não auctorisando por isso a separação na fórma requerida; mas que, attendendo a que se dão circumstancias pelas quaes não podem os conjuges conviver em boa harmonia, e usando da faculdade que lhes confere o artigo 469 do codigo do processo, deliberaram do mesmo modo, que auctorisavam a separação provisoria das pessoas dos conjuges, pelo tempo de 10 annos, não havendo separação de bens, e sendo o auctor condemnado nas custas.

Por esta occasião agradece a mesma D. Maria Augusta Caldeira Pina ao illustrado conselho de familia, meritissimo juiz e delegado, per acreditarem na sua innocencia; e egualmente agradece aos habitantes de Arganil o interesse que tomaram na sua justificação.

Coimbra 20 de Julho de 1877.

D. Maria Augusta Caldeira Pina.

ALUGA-SE

2 O PREDIO n.º 95, na rua das Fangas, cujos commodos são superiores á sua apparencia. Falle-se, até 15 de Agosto, na rua d'Aguiar, 116.

ALVIÇARAS

3 DÃO-SE a quem achasse um brinco de ouro e o queira entregar na Couraça dos Apostolos, n.º 49.

DILIGENCIA
ENTRE A
FIGUEIRA E FORMOSELHA

4 ALBANO CUSTODIO, participa que no dia 25 do corrente principia a sua diligencia a carreira entre esta villa e Formoselha, sendo o serviço entre Montemór e Formoselha feito em barco, em quanto os trens não poderem atravessar.

Sae da Figueira ás 6 horas e meia da manhã.

E de Formoselha de tarde, logo depois da chegada do comboio do sul.

O serviço entre a Figueira e Montemór é feito em hora e meia.

PREÇO — fóra........ 500 réis
» — dentro...... 600 »

Cada passageiro póde levar gratis 15 kilos de bagagem, e pelo excendente pagará 20 réis por kilo.

Os bilhetes vendem-se na Figueira e Formoselha, no escriptorio do sr. Antonio Bernardes Branco.

N. B. — Os passageiros têm meia hora de descanso em Montemór.

O annunciante participa por esta occasião ao publico, que tem para alugar por preços commodos char-à-bancs, caleches, etc., etc.

Figueira, 14 de Julho de 1877.

Albano Custodio.

INAUGURAÇÃO
DA
PRAÇA DE TOUROS
EM
POMBAL

Durante os celebres festejos a Nossa Senhora do Cardal, nos dias 27 e 29 de Julho de 1877

5 ACABA de construir-se uma praça de touros na villa de Pombal, proximo da estação dos caminhos de ferro: acha-se edificada com a maxima solidez, e rivalisa com as primeiras praças da provincia, já pela commodidade, que dá aos concorrentes, já pelas condições magnificas, em que se encontra. Nos dias 27 e 29 hão-de celebrar-se n'aquella villa os decantados festejos a Nossa Senhora do Cardal, cuja tradição se acha espalhada por todo o paiz, pela ceremonia do forno, a que, todos os annos, assiste grande numero de pessoas para presenciarem uma antigualha, cujo principio se perde na noite dos tempos, e que tem servido d'assumpto a muitos escriptores de justa celebridade: n'esta occasião o circo tauromachico será inaugurado com duas esplendidas corridas de 12 bravissimos touros, em cada tarde, pertencentes aos afamados lavradores de Gollegã os srs. Theodoro Dias d'Oliveira, Manoel Vieira, e Domingos Henriques. — Vêm bandarilhar os habeis e destros capinhas — Calabaça, Sancho, Caixinha e outros.

Será uma festa digna de vêr-se, porque os concorrentes terão não só a funcção d'egreja, as illuminações, os fogos de artificio e as touradas, mas tambem poderão deliciar-se, dando alguns passeios nas cercanias da villa, que, por alguns annos serviu de desterro ao grande heroe de 1755. A empreza dos caminhos de ferro põe comboios a preços reduzidos.

Substituições a militares

6 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

7 SERAPHIM GOMES D'ABREU LIMA, de Coimbra, vende uma sua propriedade de terra no campo do Bolão, sitio do Carreirinho, tendo uma e meia geira de extensão. Recebe lanços, — declarando que, querendo o comprador, recebe parte do preço da venda, e a outra parte fica na mão do mesmo comprador, ao premio que se convencionar.

GAZOZAS
E
CERVEJA INGLEZA E PORTUGUEZA
15 — PRAÇA DO COMMERCIO — 18
COIMBRA

PREVENÇÃO

8 NA ACÇÃO de separação de pessoas e bens, intentada por D. Clementina Rodrigues da Silva, do imperio do Brazil, contra seu marido José Bello da Silva, residente em Buarcos, na comarca da Figueira da Foz, foi decretada a separação de pessoas, e homologada esta deliberação pela sentença do theor seguinte.

«Julgo por sentença, e hei por homologadas as decisões do conselho de familia constantes do auto retro, interpondo a minha auctoridade judicial para todos os effeitos legaes; e custas pelo réu, a quem n'ellas condemno, Figueira 2 de Junho de 1877.—José Maria da Costa.»

Prosegue-se no inventario dos bens.

E previne-se que ninguem contracte de qualquer forma com o dito José Bello da Silva, sobre os bens ou dividas do casal, em quanto o inventario não estiver findo, sob a pena da lei,—artigo 1030 e seguintes do Codigo Civil, protestando-se desde já pela annullação de taes actos. O que se faz publico para não se poder allegar ignorancia.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

9 SAE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

Venda de Propriedade

10 NO DIA 29 do corrente Julho, á uma hora da tarde, em casa do sr. Antonio Ribeiro, em Santo Varão, vender-se-ha a quem mais dér, convindo o preço, a quinta chamada da Matta, freguezia da Carapinheira do Campo, que consta de casa de habitação, lagar de fazer azeite, moinhos de fazer farinha, com dois casaes de pedras, pomar de laranja, arvores de fructo, terras de semeadura, vinha, olivaes, pinhal e mattos, e junto a ella uma matta de pinheiros que pertencia ao morgado dos Alves.

11 SUA EX.ª o general da divisão, visconde de Sagres, commandante da 1.ª divisão militar, em virtude de ordens recebidas do ministerio da guerra, manda annunciar, que no dia 5 de Setembro proximo futuro, pelo meio dia, em uma das salas do seu quartel general na rua de S. José, se hade proceder á arrematação em hasta publica, do fornecimento dos generos que forem necessarios para a alimentação de toda a tropa que existe de guarnição, vier a existir ou a transitar pela cidade de Lisboa, e da que pertencendo ou vindo a pertencer á mesma guarnição tenha o seu aquartelamento nos concelhos de Belem, Oeiras e Olivaes durante o tempo que decorrer desde o dia primeiro do proximo mez de Outubro até ao dia 30 de Setembro do futuro anno de 1878.

Os generos a fornecer serão: — legumes, massas, carnes verdes e ensacadas, gorduras, bacalhau, azeite, vinagre, batatas, cebollas, alhos, pimenta, cravo, colorau e erva doce, sal, café, chá, assucares, manteiga e pão alvo para sopa.

Todos estes generos especificadamente estão designados e divididos em quinze lotes ou especies nas condições para a arrematação, que desde já se acham patentes no referido quartel general, em todos os dias não sanctificados, desde as 11 horas do dia até ás 4 da tarde, onde podem ser examinadas e mesmo copiadas por todos a quem convier.

Poderá cada um dos concorrentes arrematar quantos lotes pretender, e n'essa conformidade fazer as suas propostas em relação a cada lote.

As propostas serão entregues em carta fechada, na referida secretaria do quartel general, até á hora em que se installar o conselho que tem de presidir á arrematação, havendo cada uma inscripto no enveloppe o nome do proponente.

Para ser admittido á arrematação precisa cada proponente depositar préviamente na caixa de depositos da Junta do Credito Publico, á ordem do exm.º sr. ministro da guerra, em dinheiro ou em titulos de divida publica fundada, pelo seu valor no mercado, por cada lote que pretender arrematar, as importancias designadas na tabella que faz parte das alludidas condições; podendo os que fizerem offerta para mais d'um lote depositar na localidade as quantias correspondentes a esses lotes.

Cada proposta assignada pelo proponente e por seu fiador idoneo, devidamente reconhecidas as suas assignaturas, conterá expressa e terminante declaração de que se sujeita ás condições estabelecidas para esta arrematação; o titulo do deposito effectuado e a declaração da maxima percentagem por que o offerente se sujeita a que lhe seja abatida em cada lote na importancia do valor dos generos que fornecer em cada mez e a cada um dos corpos da guarnição, calculada essa importancia pela media dos preços correntes nos mercados publicos da capital, no mez a pagar.

Conhecidas que estejam todas as propostas, abrir-se-ha a praça referindo-se a licitação á maxima precentagem offerecida em relação a cada lote; e arrematando-se a final a quem maior percentagem offerecer.

Os centractos provisorios que em seguida á arrematação forem lavrados ficarão dependentes d'approvação superior.

Quartel general da 1.ª divisão militar, 17 de Julho de 1877.

O chefe de estado maior
Candido Xavier de Abreu Vianna,
Tenente coronel.

ATTENÇÃO

12 ACHA-SE n'esta cidade uma senhora de Lisboa com boa pratica de gommar. Quem precisar de seus serviços dirija-se á rua Direita, n.º 37, 3.º andar.

MUDANÇA EM COIMBRA

13 O ESTABELECIMENTO de quinquilherias e papeis pintados de Antonio Joaquim Valente mudou para a rua da Calçada, n.º 100, e alli vende muitas das fazendas que tem para liquidar, com 50 p. c. de menos.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA
Por anno........ 3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno........ 3$460
Por semestre........ 1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre........ 1$730
Por trimestre........ 800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre........ 865

Numero 3129 | Terça feira 24 de Julho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Continua o sr. marquez de Avila e de Bolama a deixar este districto sem auctoridade superior effectiva.

Em estado interino, ou quasi interino se tem achado a administração publica do districto de Coimbra já ha muito tempo.

Assim estão paralisados negocios importantes, e se descuram os mais caros interesses d'esta localidade.

Muitos e graves objectos ha que tractar na administração do districto; bastantes reformas a effectuar; numerosos abusos a extinguir; e não obstante, tudo se acha como que abandonado.

O sr. ministro do reino entende que deve continuar esta situação anomala, e sem precedente na administração publica.

E tanto mais extranheza causa este facto, quanto vemos que em outros districtos se segue uma marcha diversa do de Coimbra.

Provém isso da falta de pensamento politico do governo, que quer gerir os negocios publicos, apoiando-se nos diversos partidos.

Ainda ultimamente vimos um acto do sr. marquez de Vallada, como governador civil de Braga, de que de certo haveria necessidade de praticar outros eguaes no districto de Coimbra, se se quizesse e soubesse reformar os abusos que por ahi vão.

O ramo de administração publica em que mais escandalos se praticam é inquestionavelmente o do recrutamento. As iniquidades chegam a ser revoltantes.

Nas irmandades e confrarias tambem se têm praticado grandes abusos, no que são culpados directamente muitos dos seus administradores, assim como as auctoridades e membros dos conselhos de districto que os consentem. Ha n'este districto irmandades que não prestam contas ha mais de 20 annos!

Por varias vezes nos temos occupado d'esses assumptos, sem que vejamos pôr cobro a taes abusos.

O sr. marquez de Vallada acaba de tomar uma deliberação, digna de aqui ser registada. E' a dissolução da mesa da irmandade do Bom Jesus do Monte, e a nomeação de uma commissão, composta de cidadãos muito auctorisados.

O alvará em que tomou essas providencias é do theor seguinte:

«Tendo-se apresentado n'este governo civil repetidas e gravissimas queixas contra a pessima gerencia da mesa da irmandade do Bom Jesus do Monte, erecta na freguezia de Tenões, suburbios d'esta cidade;

Considerando que essas queixas são fundadas em factos, que revelam por parte da referida mesa uma completa ausencia de zelo e interesse pela prosperidade d'aquelle Santuario, que sendo um verdadeiro monumento nacional attrahe a admiração até de immensos estrangeiros, que todos os annos o visitam;

Considerando, que a mesa, a que preside o secretario geral d'este governo civil, não tem dado, como era sua rigorosa obrigação, contas da sua gerencia ha muitos annos;

Considerando que ella se tem recusado a admittir como irmãos pessoas de reconhecida probidade e valia, de todas as classes da sociedade, com manifesto desprezo dos legitimos interesses da mesma irmandade;

Attendendo a que á auctoridade administrativa na observancia das leis e regulamentos compete adoptar as medidas, que julgar convenientes a fim de cohibir taes abusos e melhorar a administração das corporações, cuja superintendencia lhe está confiada, e usando das attribuições que me confere o artigo 226 n.º 2.º do Codigo Administrativo:

Hei por dissolvida a mesa da referida irmandade, e por nomeada, como effectivamente nomeio, para a administrar até ao dia em que pelos respectivos estatutos se deva proceder a nova eleição, uma commissão composta do bacharel formado em direito, proprietario, capitalista, antigo deputado da nação portugueza e magistrado, José Maria Rodrigues de Carvalho:

O bacharel formado em medicina e philosophia, Antonio Maria Pinheiro Torres e Almeida.

O bacharel formado em direito, Antonio Brandão Pereira, proprietario.

O bacharel formado em direito e vigario geral, Manoel da Conceição da Costa e Silva.

O bacharel formado em direito e advogado, Nicolau Barata de Mello Marinho Falcão.

O bacharel formado em theologia e abbade de S. Pedro de Maximinos, Manoel José d'Oliveira Guimarães.

O conego bacharel formado em theologia, Joaquim Alves Matheus.

O commendador Fulgencio José da Costa Guimarães.

Bento Miguel Leite Pereira, proprietario.

João Augusto da Cunha, proprietario e negociante.

O bacharel formado em direito e antigo secretario geral d'este districto, João Carlos Pereira Lobato d'Azevedo.

Antonio Cerqueira d'Amorim, proprietario.

João Antonio da Silva Pereira.

Visconde de Negrellos.»

N'este alvará ha um ponto que particularmente chama a nossa attenção, em razão da semelhança que tem com identicos factos aqui praticados em Coimbra.

E' quando declara o sr. marquez de Vallada, que a mesa da irmandade do Bom Jesus do Monte se tem recusado a admittir como irmãos pessoas de reconhecida probidade e valia, de todas as classes da sociedade, com manifesto desprezo dos legitimos interesses da mesma irmandade.

Se o sr. marquez de Vallada aqui estivesse governador civil n'esta cidade, teria occasião de verificar que os mesmos factos se têm praticado na irmandade da Misericordia.

Este instituto, que devia ser unicamente de piedade, está ha muito dominado por influencias politicas, que impedem a entrada na irmandade de todo e qualquer cidadão que se não preste a coadjuvar os intuitos dos individuos que alli dominam, votando cegamente na lista que se lhe impozer.

E' essa a primeira, senão a unica qualidade que se exige aos cidadãos que desejarem fazer parte d'aquella corporação.

Quem não estiver n'esse caso, escusa de se lembrar de ser irmão da Misericordia, por mais respeitavel que seja.

E' o mesmo que, segundo diz o sr. marquez de Vallada, praticava a mesa da irmandade do Bom Jesus do Monte.

Ao menos em Braga ha quem tente cohibir taes abusos; mas no districto de Coimbra corre tudo á lei da natureza.

Esta desegualdade não é mais do que o reflexo da marcha contradictoria do governo.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXVII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Principio do anno de 1827 até aos fins do anno de 1828.

No principio de Janeiro do anno de 1827 sahi de Coimbra para Lisboa em companhia do meu sempre constante amigo João Freire Salazar, e de seu primo Jeronymo Colaço, que na emigração foi morrer de doença no Porto, depois de para alli ter ido de França, onde sempre estivera durante o seu desterro da patria. No primeiro dia fui dormir á quinta das Pontes, de Jeronymo Colaço, e d'alli todos partimos para Lisboa.

Passados poucos dias depois de alli ter chegado, fui procurar D. Francisco d'Almeida á sua secretaria, que me recebeu com todas as demonstrações de antigo conhecido, e me fez os offerecimentos os mais rasgados, e taes como de ordinario fazem todos os homens, que não tem tenção de os cumprir. Toda esta primeira entrevista se passou nos comprimentos ordinarios, e não fallamos em negocios. Prometti-lhe que em poucos dias voltaria, e então tratariamos do que me dizia respeito.

Assim o fiz; e perguntando-me o que me conviria n'aquella occasião, eu que nunca tive vistas ambiciosas, e o que sempre desejei foi viver o mais possivel socegado e independente, respondi-lhe: que os meus desejos eram ter alguma cousa em que me empregasse, e em que podesse ser util ao estado em que estavam os nossos negocios politicos; e o que no entanto me lembrava era ser empregado na sua secretaria dos negocios estrangeiros, onde já tinha servido por pouco tempo no ministerio de Silvestre Pinheiro. O que eu queria era ter occupação em que senão exigisse de mim grande responsabilidade, e que ao mesmo tempo me deixasse gosar de socego, o que eu mais desejava na vida.

Ficamos n'isto, não me mostrando que tivesse difficuldade alguma a minha modesta pretensão. Em consequencia d'isto procurei-o mais algumas vezes, afim de ver se ella se realisava, ou tinha alguma inconveniencia; e o que comecei a encontrar n'elle foram palavras dubias e incoherentes, dizendo-me sempre que *esperasse*, e que em breve se resolveria o meu negocio. Desde logo entrei a conhecer o homem com quem tratava, e a desconfiar d'elle; e por fim d'isto plenamente me convenci, quando por ultimo me disse, que se precisavam fazer na sua secretaria algumas mudanças, e que no entanto fosse fallar com o ministro da justiça.

Eu que sou, e sempre fui paciente, comecei, comtudo, a emfastiar-me d'estas trapaças, que já olhava como taes, mas para que não parecesse que turbava, como se diz, de repente, e querendo mostrar-me sempre prudente, fui fallar com o outro ministro. Era elle em uma segunda nomeação de ministerio pela infanta, Luiz Manoel de Moura Cabral; porque o primeiro ministerio, que ella nomeára, havia sido composto dos individuos seguintes: — Saldanha para a guerra; Trigoso para o reino; Barradas, interino para a justiça; Hermano Braamcamp para a fazenda; D. Francisco d'Almeida para os negocios estrangeiros; e Quintella para os da marinha.

Recebeu-me muito bem o ministro da justiça Moura Cabral, e foi muito mais sincero comigo do que D. Francisco d'Almeida, porque logo me disse com toda a franqueza, que desejava muito empregar-me, mas que por ora não era possivel, porque por nenhum modo se queria que eu figurasse em cousa alguma n'esta ordem de cousas, por ter sido deputado nas côrtes da revolução de vinte, que se procurava fazer esquecer, substituindo-lhe uma cousa que elle suspeitava, e para a qual viam que eu não servia. Que o meu maior inimigo era *Trigoso*, de quem D. Francisco d'Almeida era mais do que pupillo, porque era seu *obedientissimo* servo. Comtudo, que *esperasse*, e que ficasse certo de que n'elle sempre acharia quem advogasse os meus interesses, porque conhecia o muito que eu sempre tinha trabalhado a favor da liberdade, e isto tambem sempre com muita moderação e prudencia.

Eu agradeci-lhe os seus bons desejos, e o modo leal com que me tratava, accrescentando, que desistia desde já de todas as minhas pretensões; não queria, nem pedia nada, e não

As obras publicas n'este reino têm sido um largo manancial para os especuladores. O povo é quem paga as consequencias dos escandalosos esbanjamentos que se tem feito dos dinheiros publicos.

Depois dos grandes desperdicios descobertos nas obras da celebre Penitenciaria de Lisboa, e de que a auctoridade judicial está a tomar conhecimento, seguem-se agora as obras dos caminhos de ferro do Minho e Douro.

As expropriações no caminho de ferro do Minho custaram mais do dobro do que estava calculado, sendo as avaliações feitas como negocio de compadres.

N'este caminho ha empreiteiros que têm ganho grandes sommas.

Na linha ferrea do Douro, ha um empregado, que desde Dezembro ultimo tem recebido de ordenado, *cada mez*, 290$000 réis!!! Um irmão do engenheiro recebia 100$000 réis por mez! E n'esta proporção outros!

Ao mesmo tempo os professores de instrucção primaria recebem por mez apenas 9$000 réis!

Pelo ministerio das obras publicas tem-se pago avultadas gratificações a empregados, sem estarem auctorisadas por lei.

Em fim tem sido um desbarato geral da fazenda publica.

Os interessados n'estas comedellas levantam altos gritos por agora lh'as supprimirem.

E admiram-se da divida publica ter constantemente augmentado! Pois como hão de chegar as rendas do estado, em vista de taes esbanjamentos?

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Nas laboriosas investigações a que procedemos, para publicar em o nosso livro — *Apontamentos para a historia contemporanea* — a noticia circumstanciada dos assassinatos e ferimentos nos lentes e conegos, no dia 18 de Março de 1828, além de Condeixa, quando iam em commissão a Lisboa, para felicitar por parte da Universidade e cabido ao infante regente D. Miguel; achámos sempre a opinião generalisada e sem contestação, de que um dos assassinos, o estudante Domingos Joaquim dos Reis, filho do capitão mór de Cintra, Maximo José dos Reis, era afilhado de D. Carlota Joaquina.

Contava-se até que a imperatriz rainha, para proteger o afilhado se interessara com seu filho o infante D. Miguel, ao que elle resistira, em razão da grande atrocidade do crime.

Recebemos ha dias de Lisboa, o fasciculo 119 do *Portugal antigo e moderno* — do sr. Pinho Leal, e ahi vêem narradas as circumstancias d'aquelle attentado.

Vê-se claramente, que o sr. Pinho Leal seguiu tudo o que dissémos em o nosso livro — *Apontamentos para a historia contemporanea* — com quanto o não cite.

Notámos, porém, uma alteração que fez á nossa narrativa; pois que tendo nós dito, guiados pela crença geral, de que o estudante Domingos Joaquim dos Reis era filho de D. Carlota Joaquina; o sr. Pinho Leal diz:

«O reu era afilhado da *senhora infanta D. Isabel Maria;* mas esta circumstancia não obstou a que fosse castigado com todo o rigor da lei.»

Resolvemo-nos, portanto, a indagar este facto, a fim de apurar a verdade. Para isso procurámos na secretaria da Universidade a certidão de edade do referido estudante.

Não a achámos alli; e effectivamente reconhecemos que não havia necessidade de alli estar, por quanto Domingos Joaquim dos Reis frequentava no anno lectivo de 1827 para 1828 o primeiro anno de Mathematica, como *voluntario;* e n'aquelle tempo não se exigia a certidão de edade senão quando o estudante *voluntario* quizesse transitar para *ordinario*, ou *obrigado;* o que ainda se não tinha dado. Tratámos, por isso, de solicitar a certidão de edade de Domingos Joaquim dos Reis, na parochia de S. Martinho de Cintra, onde elle nascera. Essa certidão é a que se segue:

«Norberto Ernesto da Fonseca, prior da freguezia de S. Martinho, villa e concelho de Cintra, diocese de Lisboa.

Certifico que vendo o livro 7.º d'assentos de baptisados d'esta freguezia, n'elle a folhas 149 verso achei o assento seguinte:

Em os 26 dias do mez de Maio do anno de 1807, n'esta parochial egreja de S. Martinho, matriz da villa de Cintra, pelas 4 horas da tarde, baptisou o reverendo padre Joaquim Rodrigues Soares, economo n'esta egreja, e poz os santos oleos, a Domingos, que nasceu aos 11 dias do presente mez, filho legitimo do capitão Maximo José dos Reis e de D. Maria do Rosa do Carmo, parochianos d'esta freguezia e moradores nos paços reaes d'esta villa e recebidos na freguezia de S. João Degolado da Terragem. Foi padrinho Domingos Pereira, avô do baptisado, morador no logar de Villa Verde, da freguezia da Terrugem, e invocaram por madrinha Nossa Senhora das Dôres; e para constar fiz este termo, que comigo assignou, dia mez e anno *ut supra*. — O cura Jacintho Rodrigues Soares. O padre Joaquim Rodrigues Soares.»

E nada mais constava do referido assento a que me reporto e que aqui fielmente copiei. Parochial de S. Martinho de Cintra, 19 de Julho de 1877. — O prior *Norberto Ernesto da Fonseca.*

Vê-se, portanto, que não é exacta a opinião geral que seguimos de ser Domingos Joaquim dos Reis afilhado de D. Carlota Joaquina; não o sendo egualmente a rectificação que agora fez o sr. Pinho Leal, no seu *Portugal antigo e moderno* — de ser afilhado da infanta D. Isabel Maria.

Não tinha nada de provavel o que diz o sr. Pinho Leal; por quanto havendo nascido a infanta D. Isabel Maria no dia 4 de Julho de 1801, ainda não tinha 6 annos quando Domingos Joaquim dos Reis foi baptisado em 26 de Maio de 1807.

A crença geral de ser madrinha d'elle D. Carlota Joaquina, provém sem duvida de Domingos Joaquim dos Reis haver nascido nos paços reaes de Cintra.

Ainda que este ponto seja de pouca importancia, desejámos ser escrupulosamente exactos em tudo, e apurar a verdade quanto nos fôr possivel.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Do concelho da Louzã nos enviaram o communicado que abaixo publicâmos.

O povo está infelizmente sobrecarregado com impostos de todos os generos, que lhe tornam a vida cada vez mais difficil.

E ainda se as imposições para as estradas fossem sempre bem applicadas! Muitas vezes, porém, não acontece assim, fazendo-se obras que apenas interessam aos mandões das localidades.

Eis ahi o communicado a que nos referimos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Não sei se o defeito é da lei, mas acho impossivel que ella auctorise o systema adoptado n'este concelho, que me dizem em nada se parece com o dos concelhos vizinhos: logo ha arbitrio n'umas partes e humanidade em outras.

A camara adoptou a media de 160 réis por dia aos trabalhadores; 600 réis aos carros e 500 réis por dia a qualquer cavalgadura.

Vá isso de barato. O que não póde ser, o que repugna absolutamente, é obrigar o lavrador que tem, por exemplo, 3 filhos e 2 criados, uma junta de bois e uma besta, a dar, como serviço braçal, 3 dias de serviço cada filho, cada criado, cada junta de bois e cada cavalgadura; de modo que paga pelos 3 filhos, 9 dias a 160 — 1$440 — pelos criados, 6 — 960 — pelos bois, 3 — 1$800 — e por uma cavalgadura, 3 dias — 1$500 — o que tudo faz a modica quantia de 5$700 réis.

Além d'isso obrigaram o chefe da casa a percorrer, conforme a distancia á sede do concelho — 30 — 40 — e alguns 60 kilometros. Eu explico o facto.

Foram avisados os chefes de familia, ou alguem por elles para irem á cabeça do concelho declarar o pessoal que tinham. — Perderam um dia e andaram, alguns, os que moravam a 10 kilometros de distancia, 20 kilometros, ida e volta.

Depois, foram avisados por edital de 17 de Setembro, que tenho presente, para irem outra vez á cabeça do concelho, declarar se davam serviço braçal ou se pagavam a dinheiro. Outro dia perdido e outros 20 kilometros, ida e volta.

E no fim de tudo, e como esgoto de todas as alcavalas, obrigados, se não todos, muitos a irem terceira vez, á cabeça do concelho, buscar o talão do serviço prestado, ou pagar o dinheiro em que foram cotados. Outro dia perdido e outros 20 kilometros!!

Desgraçado povo: era melhor tirar-te a pelle por uma vez! Já pagas 40 ou 50 por cento para viação publica. Pagas contribuição municipal de levar coiro e cabello. Agora o serviço braçal que te deixa nú — congruas — manifestos — derramas parochiaes — direitos de consumo no que comes e bebes. Que mais resta se não tirar-te a pelle, pobre povo!!

E tudo isto para que? Para vermos 2 ou 3 estradas municipaes começadas, que, pelo seu mau risco, a ninguem aproveitam, só se for aos romeiros do S. João, de S. Braz, ou do arcebispo de Cantuaria!

Este concelho tem immensa gente, que, não tendo nada absolutamente de seu, vivem em fazendas arrendadas, dando-lhes o dono d'ellas, bois para o cultivo.

Muitos d'estes desgraçados, foram com os seus bois dar os 3 dias de serviço, e nem ás suas casas voltaram sem os dar, empenhando-se em mais de 600 réis por dia para pasto do seu gado, que, como todos sabem foi carissimo.

Além d'isso outras peripecias se deram, descontando quartos de dia aos trabalhadores, que pela sua distancia se apresentaram mais tarde, vindo alguns de vespora dormir ao pé do trabalho ou immediações.

Estes factos passaram-se em Fevereiro e Março; e agora esperamos que se repitam breve para serem duas vezes no anno.

As estradas velhas, estão intransitaveis, com pedras caidas, silvas e vallas, causadas pelas invernias; mas as auctoridades dizem que querem fazer as novas e não se importam das velhas. O que é velho deita-se para a rua.

Se tivessemos governador civil, se tivessemos mesmo administrador do concelho e uma camara que se compenetrasse do verdadeiro bem do concelho, de certo attenderia ao que se expõe; mas tudo está interino! Esperemos pelos proprietarios!»

---

mais o tornaria a incommodar com as minhas visitas; o que executei, acabando por uma vez de frequentar toda a nova gente que então dirigia os nossos negocios, e que os ia dispondo para o resultado que depois tiveram.

Foi Trigoso um dos grandes hypocritas politicos dos nossos tempos; porque absolutista no coração, foi deputado nas côrtes constituintes, ajudou a fazer a Constituição, e a jurou sem escrupulo; tornou a jural-a nas côrtes ordinarias como deputado; quiz n'esse tempo ter relações comigo; procurou-as, e teve-as; e depois com a mesma impassibilidade de espirito acceitou a missão de ser um dos membros da factura da nova Constituição promettida por el-rei, falseando o juramento que tinha dado á que se acabava de annullar, e de tratar como impia; e por fim declarando-se por meu inimigo, e impedindo que eu figurasse, ainda em logar bem subalterno, em a nova ordem politica; e tratando-me de exaltado, e até *de irreligioso*, por ter fugido á constante e pertinaz perseguição que se me fazia, havia dois annos, indo refugiar-me em Inglaterra.

Este homem era um dos nossos chamados devotos; batia nos peitos nas egrejas; *jurava e perjurava* com a maior serenidade de consciencia, ora a favor do branco, ora preto; ora era constitucional, ora absolutista quando assim convinha aos seus interesses; e até para os cumprir, se lhe fosse necessario, juraria o mesmo *alcorão*, se o Grão-Turco de Constantinopla aqui o viesse promulgar como *Carta* religiosa e politica.

Em conformidade do novo plano dos que governavam em nome da Carta, nomearam-se os novos deputados, com recommendação que não fossem dos homens de 20, que se davam como exaltados e perigosos; e se abriram as novas côrtes, que timidas e irresolutas nada fizeram; nem cousa alguma podiam fazer. A divisa da época era a *moderação!* e com esta moderação é que se começou a abrir o caminho para a vinda de D. Miguel, o homem destinado para vir cortar a arvore da liberdade em Portugal, antes que ella creasse raizes.

Entretanto as revoltas em Traz-os-Montes e no Algarve e Alemtejo iam tomando força, porque agora o que se pretendia era annullar tudo o que D. Pedro tinha ordenado como rei; e para isto se executar preparava-se tudo para que viesse D. Miguel como regente, por isso que ainda senão podia negar abertamente que D. Pedro fosse o rei legitimo. Para isto se realisar começou-se a disputar a quem pertencia a regencia na falta do rei; toda a gente sensata era de opinião que, segundo a Carta, e independentemente da nomeação que já tinha, e do exercicio em que estava da mesma regencia, só á infanta D. Isabel Maria é que ella pertencia; mas a facção era sempre pertinaz em teimar que pertencia a D. Miguel.

Por este mesmo tempo adoeceu gravemente o general Saldanha, que tinha ido para o Alemtejo com uma força respeitavel, e o seu logar de ministro da guerra se deu por muito boa fortuna interinamente ao marquez de Valença.

Quiz a facção absolutista aproveitar esta occasião, e o novo estratagema a que recorreu foi nomear Lord Beresford commandante em chefe do exercito portuguez como d'antes havia sido. Este inglez já se achava em Lisbôa, para onde tinha vindo com instrucções do seu governo. Porque este conforme a sua habitual e constante hypocrisia politica, não se queria oppor abertamente ás ordens de D. Pedro, porém indirectamente ia manejando as cousas para que elle chamasse o irmão para Portugal, e o nomeasse regente para assim o ir dispondo para os successos futuros. O governo inglez queria, em uma palavra, tirar toda a influencia no governo de Portugal a D. Pedro, para melhor e á sua vontade aqui o governar, como depois de tantos annos estava costumado a fazer.

Por boa fortuna, como já disse, era o marquez de Valença, ministro da guerra interino; e logo abertamente se oppoz a esta nomeação, na qual teimava *D. Francisco d'Almeida*, que era ministro dos negocios estrangeiros. O mesmo Saldanha declarou, tanto que soube o que se passava, que se tal nomeação se fizesse, elle não tornaria a entrar no ministerio da guerra, e até não servia mais como militar.

Quem de certo o mantinha n'estas boas disposições era o coronel Rodrigo Pinto Pizarro, que tinha a seu cargo a primeira direcção dos negocios da guerra, e havia sido, como sempre depois foi, o seu *anjo da guarda* para que não caisse em muitos outros precipicios, em que no futuro caiu, quando o não teve a seu lado para lhe dar a mão. Assim unido nos mesmos sentimentos com o marquez de Valença fez uma forte opposição a Lord Beresford; e até escreveu a este respeito uma memoria importante e energica, que foi lida á infanta regente para que não approvasse tão absurda pretensão.

Assim, pela forte opposição do marquez de Valença e de Rodrigo Pizarro se paralisou esta intriga, formada pela facção liberticida, apoiada com especialidade por D. Francisco d'Almeida, a qual tinha por primeiro fim acabar com a influencia de Saldanha, e collocar-nos novamente debaixo da espada ingleza, para melhor se apressar a vinda do usurpador, que era já o grande plano interno e *externo* para derribar a *Carta*.

(*Continuar-se-ha.*)

NOTICIARIO

Touros. — Sem duvida é hoje quasi desconhecida uma bulla de Pio V contra as touradas, a qual, por isso mesmo, publicâmos. — Pio V, de *Bosco*, foi eleito em 1566, e governou a egreja de S. Pedro 6 annos, 3 mezes e 25 dias.

Bulla de nosso mui santo padre Pio Papa V, sobre a prohibição de correr touros e outras alimarias, e annullação dos votos e juramentos feitos pelo tempo sobre isto mesmo.

Pio, bispo servo dos servos de Deus, *ad perpetuam rei memoriam.*

Cuidando nós mui solicitamente (segundo que estamos obrigados) pela obrigação do officio pastoral, sobre a saude do povo christão, por divina dispensação encommendado a nosso cuidado; procuramos apartar perpetuamente todos os fieis d'esse mesmo povo dos perigos dos corpos, que lhes pódem sobrevir, e da perdição de suas almas.

Por tanto posto que o abominavel uso dos desafios, induzido pelo diabo, para que com ensanguentada morte dos corpos, tambem ganhe a perda das almas, esteja já prohibido por decreto do concilio Tridentino. Todavia ainda em muitas cidades e outros logares, muitos para mostrar suas forças e ousadia em jogos publicos e particulares, não cessam de andar aos touros e commetter outras bestas feras, donde tambem nascem muitas vezes mortes de homens, cortamento de membros, e perigos das almas.

Pelo que nós considerando estes jogos, onde se correm touros e feras em cercos, ou em praças, serem alheios da piedade e caridade christã. E querendo que de todo se desfaçam estes jogos ensanguentados e torpes de demonios, e não de homens. Querendo tambem ter conta com a saude das almas, quanto com a ajuda de Deus podemos; a todos e a cada um dos principes christãos eminentes em qualquer dignidade, tanto ecclesiastica, como secular, ainda que imperial e real, ou qualquer outra, ou de qualquer titulo, ou a quaesquer communidades, e republicas, prohibimos e defendemos por esta nossa constituição (que ha-de durar para sempre), que sob pena de incorrerem, *ipso facto*, em excommunhão, e extrema maldição, não permittam em suas provincias, cidades, terras, villas e logares, fazerem-se jogos d'esta maneira, onde se corram touros e outras bestas feras.

Tambem vedamos aos soldados e ás outras demais pessoas, que nem a pé, nem a cavallo ousem de sair nos ditos jogos, aos touros e a outros animaes feros. E se algum dos taes, no tal espectaculo morrer, não seja enterrado em sagrado.

Da mesma maneira tambem prohibimos aos clerigos, assim regulares, como seculares, que tiverem beneficios, e ecclesiasticos, ou forem constituidos em ordens sacras, que sob pena de excommunhão se não achem presentes aos taes espectaculos. E desfazemos e annullamos, determinamos e declaramos, que perpetuamente se tenham por desfeitos os votos que até aqui são feitos e ao diante se fizerem (os quaes tambem defendemos de todo que se não façam), por quaesquer pessoas, universidade, ou collegio, sobre o tal correr de touros, posto que como elles falsamente cuidam seja em honra de sanctos ou quaesquer outras solemnidades e festas ecclesiasticas, as quaes se devem celebrar e honrar com divinos louvores, alegrias espirituaes e obras pias, e não com os taes jogos; e mandamos a todos os principes, condes, e barões feudatarios da egreja romana, sob pena de serem privados dos feudos, que têm d'essa mesma egreja romana: e aos mais principes christãos, e sobreditos senhores das terras, exhortamos no Senhor e mandamos em virtude de sancta obediencia, que por reverencia e honra do nome divino façam guardar exactissimamente as cousas sobreditas em seus senhorios e terras, para que recebam d'esse mesmo Deus copiosissimo premio de tão boa obra.

Mandamos tambem a todos os veneraveis irmãos patriarchas, primazes, arcebispos, bispos, e outros ordinarios dos logares, em virtude da santa obediencia, sob protestação do divino juizo, e ameaça da maldição eterna, que façam publicar sufficientemente estas nossas presentes letras nas cidades e bispados proprios, e procurem que as cousas sobreditas sejam guardadas, e as ecclesiasticas censuras. Não obstante quaesquer constituições, e ordenações apostolicas, e excepções, privilegios, indultos, faculdades e letras apostolicas, concedidas a quaesquer pessoas, de qualquer qualidade e condição que sejam, sob quaesquer theores e fórmas e com quaesquer clausulas, ainda derogatorias de outras mais efficazes e desacostumadas, e decretos tambem revogatorios, e outros em genero, ou em especie, ainda de motu proprio, e por qualquer outra maneira approvados e inovados: aos quaes revogamos em especial e expressamente: tendo nas presentes os theores d'elles por expressos, e quaesquer outras cousas em contrario.

Queremos tambem que as presentes letras sejam publicadas como é costume em nossa chancellaria apostolica, e praça do campo da Flor, e se escrevam entre as constituições, que hão de durar para sempre. E queremos que aos treslados d'ellas, ainda impressos, subscriptos por mão de algum notario publico e sellados com o sello de algum prelado, se dê em toda a parte totalmente a mesma fé que ás mesmas se teria se fossem apresentadas, ou mostradas.

Portanto a ninguem seja licito quebrar, ou com temeraria ousadia contradizer a esta carta de nossa prohibição, interdito, annullação, decreto, declaração, mandado, exhortação, derogação e vontade.

E se alguem presumir intentar isto, entenda que incorrerá na indignação de Deus Todo Poderoso, e de seus bemaventurados apostolos S. Pedro e S. Paulo.

Dada em Roma, em S. Pedro, no anno da encarnação do Senhor de M.D.LXVII, o primeiro de Novembro no segundo anno de nosso pontificado.»

O padre Manoel Bernardes diz na *Nova Floresta*, tomo 2.º, pagina 17, a tal respeito o seguinte: — «Emende-se o querermos honrar os santos com touros, jogo que os summos pontifices não approvam, e de si está mostrando ser de barbaros...»

D'aqui se infere que mais disposições pontificias existem contra as touradas.

Nós apenas conhecemos no presente a que ahi fica.

O sr. bacharel João Correia Ayres de Campos dá-nos noticia nos seus *Indices e Summarios*, de diversas disposições a tal respeito, sendo a mais curiosa a de que *os touros se corressem com as pontas cortadas*. Vide paginas 128, 160, 161, 197, 227, 279 e 312.

Uma provisão do desembargo do paço á camara de Evora, em 20 de Outubro de 1676, recommenda tambem que se não corram touros *sem as pontas cortadas*.

Das disposições ácerca das touradas, exaradas nos livros da camara de Evora, resulta que os reis portuguezes protegeram sempre taes espectaculos barbaros, ordenando um alvará, datado de Alvito em 7 de Setembro de 1503, *que se possam tomar carretas para os tranqueiros.*

Sem embargo do lucto pela morte de D. Manoel, ordenou D. João III que se corressem touros na vespera do Corpo de Deus. Tem a carta regia a data de Lisboa em 24 de Maio de 1522.

O incoherente cabido de Evora pedira em 1724 para que se não corressem touros na vespora do Corpo de Deus, e uma carta de Diogo de Mendonça Corte Real á camara, datada de Lisboa em 6 de Junho d'aquelle anno, louva-a por haver accedido ás humanitarias intenções dos conegos; mas estes logo em Agosto seguinte, em carta do dia 7 á camara dizem *que promptificam uns mastros para corridas de touros.*

De Lisboa, em 2 de Maio de 1582, diz el-rei á camara: *que por concessão de Sua Santidade e sem embargo das letras de Pio V, possam correr touros, excepto nos domingos e dias sanctificados.*

Presentemente, em logar de se estabelecerem novas casas de caridade, ou crearem alguns institutos pios em beneficio da humanidade, acabam de se construir em Aveiro, e em Pombal magnificas praças de touros!

É este o progresso da nossa epocha!

Exame de desenho. — No meio da indifferença com que vemos a maior parte dos artistas pela instrucção, folgâmos muito de poder aqui mencionar o nome de algum que honrosamente faz excepção á regra.

O sr. Benjamin Ventura, d'esta cidade, tendo completado quatro annos no officio de carpinteiro, acaba agora de fazer exame no lyceu nacional, do curso completo de desenho linear, ficando approvado.

Foi alumno na aula da Associação dos Artistas; e além d'isso, o professor d'essa aula, o sr. Antonio Augusto Gonçalves Neves, offereceu-se briosamente para gratuitamente o ensinar em sua casa.

A familia d'aquelle mancebo pede-nos para em seu nome agradecermos ao sr. Gonçalves Neves o seu distincto favor.

Registâmos, por isso, aqui com o merecido elogio o nome do sr. Benjamin Ventura, que procedendo de um modo diverso da maior parte dos individuos da sua classe, aproveita as horas vagas do seu trabalho manual para estudar; e egualmente o do sr. Gonçalves Neves, que o coadjuvou no seu louvavel desejo de aprender.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Antonio da Fonseca, filho de José da Fonseca e Anna da Piedade, de Coimbra, de 9 mezes, fallecido em 14 de Julho de 1877.

Antonio, filho de Augusto Chuvas e Candida Maria, de Coimbra, de 18 mezes, fallecido em 14.

Sebastião Simões da Silva, filho de Augusto Simões da Silva e Zilia da Costa e Silva, de Coimbra, de 12 mezes, fallecido em 14.

Emilia Marques, filha de Servio Marques e Joaquina Santa, da Pedrulha, de 30 annos, fallecida em 15.

Manoel de Sousa, filho de Joaquim de Sousa e Comba Maria, de Abilheira, de 40 annos, fallecido em 17.

Julia Bandeira, filha de Alfredo Torquato Seixas Bandeira e Maria Helena de Jesus, de Tentugal, de 6 mezes, fallecida em 18.

Maria da Luz, filha de João Bernardes e Maria Barbara de Jesus, de Oliveirinha, de 32 annos, fallecida em 20.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:157.

Os dois mundos. — Com o titulo de — *Os dois mundos, illustração para Portugal e Brazil* — vae publicar-se em Paris um periodico mensal, com a collaboração dos primeiros escriptores e artistas portuguezes e estrangeiros.

Temos presente o prospecto, contendo duas magnificas gravuras. Na parte material tudo indica que será uma publicação primorosa.

Propõe-se esta *Illustração* fazer desfilar deante dos olhos dos leitores um valiosissimo panoramma, comprehendendo: monumentos, — reproducções das obras primas da pintura ou da estatuaria, bem como das maravilhas da industria, — as grandes obras, — os grandes maquinismos, — ceremonias publicas, — marinha, — petrechos de guerra, — scenas de costumes, — typos de todos os paizes, — sport, — retratos de homens eminentes nas lettras, nas sciencias, nas artes ou na politica, — n'uma palavra, um conjuncto variado, a que se póde bem chamar uma encyclopedia pittoresca.

Os escriptores que vêem annunciados para collaborar nos *Dois mundos* são dos mais acreditados e populares de Portugal; e dão, por isso, a garantia de que a redacção corresponderá á importancia do periodico.

O director e proprietario é o sr. Salomão Saragga; e a acreditada empreza *Horas Romanticas* assumiu a responsabilidade da gerencia em Portugal de tão magnifico periodico, garantindo como propria a sua publicação, e ligando-se por contracto com o editor de Paris.

É gerente n'este reino o sr. David Corazzi, na rua da Atalaya, n.º 42, em Lisboa.

A empreza já tem correspondentes em muitas localidades.

O formato será em grande folio de 16 paginas, não tendo nunca menos de 6 ou 7 preenchidas com gravuras de primeira ordem. O papel, a julgar pelo do prospecto, será excellente. A distribuição far-se-ha regularmente no dia 15 de cada mez, saindo o primeiro numero no mez de Agosto proximo.

O preço da assignatura para Portugal e colonias será, por 6 numeros 1$500 réis, 3 numeros 800 réis e numero avulso 300 réis.

As pessoas que desejarem receber os exemplares directamente de Paris, pelo correio, poderão fazel-o declarando-o no acto da assignatura. Estes numeros só serão expedidos quando o seu importe tenha sido recebido pelo gerente do periodico em Portugal, o sr. David Corazzi.

Esta publicação é inquestionavelmente uma das mais importantes e arrojadas que ultimamente se têm emprehendido em portuguez, e que parece destinada a um exito brilhantissimo.

A empreza appella para o publico illustrado portuguez e para os nossos irmãos do Brazil; e nós estamos bem persuadidos que não será debalde.

Mercado de Condeixa no dia 20. — Regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 550 — Dito mourisco 520 — Milho branco 360 — Dito amarello 350 — Feijão vermelho 650 — Dito branco 600 — Dito rajado 550 — Favas 360 — Cevada 260 — Tremoços 300 — Batatas 300 — Vinho 1$200 — Azeite 1$500 réis.

Festividade. — Communicam-nos o seguinte:

«No dia 15 do corrente festejou-se na egreja de Condeixa a Velha com toda a pompa o seu orago, S. Pedro.

A egreja estava optimamente adornada, ardendo em todos os altares grande quantidade de lumes.

Esteve o Santissimo exposto. A missa foi acompanhada pela philarmonica *Boa-União*, cujo desempenho foi digno de elogios.

Á tarde, pelas seis horas, depois do sermão e ladainha, saiu a procissão, a qual ia muito apparatosa, vendo-se em suas alas a irmandade do Santissimo e um subido numero de anjos.

Em seguida ao pallio tocava a dita philarmonica, e atraz d'esta via-se uma numerosa concorrencia de fieis que acompanhavam a procissão.

São dignos de louvores o festeiro, bem com o digno parocho, por se não pouparem a fadigas a fim de que toda a festa corresse com magnificencia.»

Viagem real. — Sua magestade el-rei sae de Lisboa com sua magestade a rainha no dia 31, pelas 11 da noite, devendo a sr.ª D. Maria Pia chegar á Mealhada ao romper do dia, e d'alli seguir para o Bussaco.

El-rei deve estar no Porto ás 9 ou 10 horas da manhã, e não se demora n'aquella cidade. Consta, porém, que na volta de Vidago se demorará um dia no Porto.

O sr. ministro das obras publicas acompanha el-rei.

Boato desmentido. — Diz o correspondente da *Actualidade*, que são falsos os boatos de crise ministerial espalhados em Lisboa. O sr. Casal Ribeiro pediu explicações ao sr. marquez d'Avila ácerca das ultimas portarias do caminho de ferro do Minho. O sr. Avila respondeu que o governo mantinha o resolvido.

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario de Noticias* o seguinte:

S. Petersburgo, 24, ás 7 h. e 55 m. — 50:000 russos, saídos de Nicopolis, marcham a sitiar a praça de Widdin, na fronteira do Danubio. Os turcos abandonam Bakgna, Sulein, Sentiri (?). Os russos concentram-se em Yamboli, sobre a qual avançaram pela passagem do Ferro, a fim de irem atacar Andrinopoli, a 180 milhas de Constantinopla.

Constantinopla, 19. — Mehemet-Ali-Pachá vae tomar o commando do exercito turco da Bulgaria em substituição de Abdul-Kerim-Pachá.

Paris, 21. — Reouf-Pachá foi nomeado ministro da guerra da Turquia. O centro do exercito russo da Asia está em Kurckdera, na linha de Kars a Alexandropol. Confirma-se que marcham sobre Widdin 50:000 russos. Corre o boato de que a Inglaterra occupará Gallipoli. Na quarta feira devem partir de Portsmouth tres vapores transportes com tropas, ignorando-se com que destino. Partiu para o Danubio uma fragata russa para armar os monitores apresados em Kikopoli.

Ultimas noticias. — Por noticias de Londres de hontem, 23, consta que se ordenára o embarque de varios regimentos inglezes com destino ao Mediterraneo. Os periodicos fallam na occupação de Gallipoli e dos Dardanellos.

Constava em Lisboa, que em consequencia d'este facto soffreram os fundos em Londres grande baixa.

BANCO COMMERCIAL
DE
COIMBRA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

RESUMO DO ACTIVO E PASSIVO EM 30 DE JUNHO DE 1877

ACTIVO

Accionistas	6:590$320
Acções de bancos e companhias	17:350$000
Acções para emittir	1.700:000$000
Caixa	12:151$146
Contas correntes	60:256$063
Creditos	24:392$644
Despezas de installação	1:884$397
Diversas contas devedoras	2:300$521
Emprestimos a camaras municipaes	40:082$324
Emprestimos hypothecarios	23:096$000
Ditos sobre penhores	8:328$001
Letras em carteira	186:210$613
Moveis e utensilios	1:656$507
Transacções em suspenso	5:040$335
Réis	2.089:347$871

PASSIVO

Capital	2.000:000$000
Depositos á ordem	35:297$748
Depositos a prazo	42:231$330
Devedores e crédores geraes	330$809
Diversas contas crédoras	8:985$729
Dividendos	573$200
Fundo de reserva	1:920$055
Réis	2.089:347$871

Banco Commercial de Coimbra, 20 de Julho de 1877.

Os gerentes
Manoel dos Santos Junior.
José Barbosa Lima.

ANNUNCIOS

Substituições a militares

1 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

DILIGENCIA
ENTRE A
FIGUEIRA E FORMOSELHA

2 ALBANO CUSTODIO, participa que no dia 25 do corrente principia a sua diligencia a carreira entre esta villa e Formoselha, sendo o serviço entre Montemór e Formoselha feito em barco, em quanto os trens não poderem atravessar.

Sae da Figueira ás 6 horas e meia da manhã.

E de Formoselha de tarde, logo depois da chegada do comboio do sul.

O serviço entre a Figueira e Montemór é feito em hora e meia.

PREÇO — fóra .... 500 réis
» — dentro ...... 600 »

Cada passageiro póde levar gratis 15 kilos de bagagem, e pelo excendente pagará 20 réis por kilo.

Os bilhetes vendem-se na Figueira e Formoselha, no escriptorio do sr. Antonio Bernardes Branco.

N. B. — Os passageiros têm meia hora de descanso em Montemór.

O annunciante participa por esta occasião ao publico, que tem para alugar por preços commodos char-à-bancs, caleches, etc., etc.

Figueira, 14 de Julho de 1877.

Albano Custodio.

LEILÃO
DE
MOBILIAS

Com assistencia do solicitador d'esta cidade

ABILIO MARIA LADEIRO

3 POR MOTIVO de retirada, se venderá em leilão no proximo domingo, 29 do corrente, ás 10 horas da manhã, a mobilia da casa da rua do Loureiro, pertencente ao exm.º sr. Francisco Amado de Mello Ramalho, cuja mobilia consta de sophá e doze cadeiras estofadas de damasco encarnado, muito antigas e exactamente eguaes ás que estão na sala da recepção da Universidade. Marqueza com seis cadeiras estofadas de setim, mesas de pau preto com embutidos, ditas de pé de galo muito antigas. Commodas e meias commodas, camas de ferro com enxergões e colxões, lavatorios de madeira e ferro, mesas, toucadores, fogão de quarto, guarda louça de pau preto, apparadores, e outros muitos objectos de mesa e cozinha, que estarão patentes no acto do leilão, e que tudo será vendido se o preço convier.

BANCO COMMERCIAL
DE
COIMBRA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

4 A COMEÇAR no dia 25 do corrente, ás segundas, quartas e sextas feiras, pagar-se-ha aos srs. accionistas d'este banco, nos locaes abaixo mencionados, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde, o dividendo relativo ao 1.º semestre do corrente anno, dois e meio por cento, ou mil duzentos e cincoenta réis por acção.

Coimbra — Séde do banco.
Mangualde — Filial do mesmo.
Porto — Banco Nacional.
Lisboa — Correia & C.ª, rua dos Douradores, 178.
Braga — Jeronymo José Pereira Pinheiro & F.os
Vianna — Elias Augusto Vieira de Araujo.

Coimbra, 21 de Julho de 1877.
Pelo Banco Commercial de Coimbra.
Os gerentes
Manoel dos Santos Junior.
José Barbosa Lima.

OBRAS PUBLICAS
DO
DISTRICTO DE COIMBRA

Construcção do novo paço episcopal

5 NO DIA 31 do corrente mez de Julho, ás 10 horas da manhã, na administração do concelho de Coimbra, se hade proceder á arrematação em hasta publica do fornecimento de 43mc.,491 de pedra de cantaria em desbaste das pedreiras de Outil.

Egualmente se arrematará tambem o fornecimento de 45mc.,00 de cal em pedra posta na obra.

O mappa da medição e condições respectivas estão patentes na repartição das obras publicas, e no local da obra na cerca de Santa Anna.

Para ser admittido a licitar, é preciso fazer o deposito da quantia mencionada nas condições.

Coimbra 21 de Julho de 1877.

José Gaspar de Mattos.

AGRADECIMENTO

6 NÃO PODENDO o presbytero Thomaz Joaquim d'Almeida, pelo mau estado de saude, e urgencia de sahir de Coimbra, agradecer pessoalmente as muitas finezas com que o obsequiaram as pessoas da sua amisade, mandando saber do estado de sua querida mãe, e acompanhando posteriormente os restos mortaes d'ella á sua ultima morada; pede desculpa de recorrer a este meio para protestar o seu reconhecimento, e agradecer egualmente o sentimento que os seus amigos tomaram na sua dôr.

Venda de fructa

7 NO DIA 29 de Julho do corrente anno, pelas 12 horas da manhã, na alameda do Jardim Botanico, se ha de arrematar, se o preço convier, a fructa da cerca de S. Bento.

AVISO

8 VENDE-SE uma casa no sitio das Arcas de Agua, em praça, no dia 29 do corrente, pelas 12 horas do dia. Quem pretender dirija-se á mesma casa.

9 FAZ-SE publico que todos os exames de instrucção secundaria requeridos perante os reitores do Lyceu de Aveiro, Castello Branco, Guarda, Leiria, Vizeu e Lamego, e que estão por fazer, hão de começar no dia 1 de Agosto no Lyceu de Coimbra.

As pautas serão affixadas na casa de entrada da sala dos exames. Ficam prevenidos os examinandos de que devem apresentar-se munidos do documento de que trata o artigo 5.º do decreto de 28 de Março ultimo.

Os alumnos do districto de Coimbra serão considerados supplentes, nos dias que lhes forem designados nas respectivas pautas.

Coimbra, 23 de Julho de 1877. — O presidente da commissão de exames fiscaes na 2.ª circumscripção. — *Francisco de Castro Freire.*

COMPANHIA
EDIFICADORA E INDUSTRIAL
DE
COIMBRA

10 POR ORDEM do exm.º sr. presidente da assembleia garal d'esta companhia, são convocados todos os srs. accionistas, conforme estabelece o art. 24 dos estatutos, a reunirem-se no dia 13 de Agosto proximo, por 10 horas da manhã, no edificio do Gremio Litterario, largo da Sé velha, afim de se tratar ahi do seguinte:

ORDEM DO DIA

Apreciação do relatorio e contas da directoria; discussão e votação do parecer do conselho fiscal; fixação do dividendo ou juro, que deva distribuir-se pelos accionistas e da percentagem que deve ficar constituindo o fundo de reserva. Tambem se tractará um outro assumpto d'interesse para a companhia. Proceder-se-ha, em acto continuo, á eleição para os cargos da mesa da assembleia geral, em conformidade com o preceito do art. 25 dos mesmos estatutos; assim como á d'um membro para o conselho fiscal.

Coimbra, 24 de Julho de 1877.

O secretario da assembleia geral
Joaquim Martins da Cunha

Venda de Propriedade

11 NO DIA 29 do corrente Julho, á uma hora da tarde, em casa do sr. Antonio Ribeiro, em Santo Varão, vender-se-ha a quem mais dér, convindo o preço, a quinta chamada da Matta, freguezia da Carapinheira do Campo, que consta de casa de habitação, lagar de fazer azeite, moinhos de fazer farinha, com dois casaes de pedras, pomar de laranja, arvores de fructo, terras de semeadura, vinha, olivaes, pinhal e mattos, e junto a ella uma matta de pinheiros que pertencia ao morgado dos Alves.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

12 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

MUDANÇA EM COIMBRA

13 O ESTABELECIMENTO de quinquilherias e papeis pintados de Antonio Joaquim Valente mudou para a rua da Calçada, n.º 100, e alli vende muitas das fazendas que tem para liquidar, com 50 p. c. de menos.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3130 | Sabbado 28 de Julho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Vão-se já sentindo os effeitos da incuria do governo e seus delegados na exposição de Piladelphia.

Os industriaes, receiando que lhes aconteça na proxima exposição de Paris o mesmo que n'aquella, offerecem grandes duvidas em se prestarem a mandar para a nova exposição outros productos.

Era de esperar este acontecimento, em vista do desleixo que houve na fiscalisação dos objectos que foram para Philadelphia.

E tanto mais é isso para sentir, quanto a Portugal convinha por todos os motivos ser dignamente representado na exposição de Paris, a qual vae ser a maior e mais explendida que até aqui tem havido.

No domingo houve no Porto, a convite do sr. governador civil, uma reunião de industriaes e outras pessoas, para fazerem parte de uma commissão que promova a concorrencia de productos para a exposição de Paris.

Presidiu á reunião o sr. Gustavo Adolpho Gonçalves e Sousa, director do Instituto Industrial Portuense, visto ter sido nomeado pelo conselho director dos trabalhos preparatorios para a referida exposição, para dirigir esses trabalhos na secção do norte, comprehendendo todos os districtos até Coimbra.

N'essa reunião fizeram-se amargas queixas por parte de varios expositores.

Segundo refere o nosso collega do *Commercio do Porto*, o sr. Pereira Cardoso Junior disse que desejava saber a quem competia a responsabilidade dos productos que se extraviassem ou que voltassem inutilisados, porque em todas as exposições a que concorrera tinha sido infeliz, á excepção da de Vienna d'Austria; que tinha concorrido á exposição de Paris de 1855 e que os seus productos, justamente os de mais valor, não chegaram ao Porto, e os que chegaram vinham de todo inutilisados; que na exposição de Londres de 1862, a *vitrine* dos seus productos não chegou a ser exposta por haver ficado debaixo de um balcão, por desleixo; que na exposição de Paris de 1865 tinha ficado sem os melhores dos seus productos e os que chegaram ao Porto vieram estragados; e, finalmente, que na exposição de Philadelphia, tendo mandado 21 frascos com laminas de ouro, só recebeu 14, não vindo 7 dos mais importantes, e d'esses mesmos frascos que vieram, chegaram alguns quebrados; que o que tinha acontecido a elle succedeu a quasi todos os expositores, e por isso desejava saber se o governo se responsabilisava por qualquer falta que houvesse.

O sr. Molarinho disse, que era talvez dos expositores que mais tem soffrido, porque aos outros ainda lhes têm chegado alguns objectos, mas que a elle, infelizmente, nada lhe tem sido restituido, como aconteceu na exposição de Madrid; que no ultimo certamen tambem soffreu muito; que tinha tenção de não voltar mais a nenhuma exposição, mas que não podia deixar de concorrer á de Paris, porque se tratava de uma nação pela qual tinha a maior sympathia.

O sr. Luiz Ferreira de Sousa Cruz disse, que não podia fazer parte da commissão, porque elle e os seus collegas estavam immensamente desgostosos por não terem sido attendidas pelo governo as suas reclamações sobre o direito do ferro; que não podiam competir com os estrangeiros em preço, porque a obra prima estava sobrecarregada com 5 % de direitos *ad valorem*; que o governo favorecia muito mais as obras estrangeiras do que as do seu paiz; que ainda ultimamente tinha prescindido dos direitos de uns tubos para agua para uma camara municipal; que nós pouco utilisámos, concorrendo com os productos das nossas fundições ás exposições estrangeiras; pois que onde podiam tirar algum resultado era das que houvesse no nosso paiz.

O sr. Vaz Cerquinho disse que não podia assignar as cartas de convite, nem mesmo coadjuvar os trabalhos como desejaria, porque havia oito dias que tinha assignado uma representação a S. M., fazendo sentir o pouco zelo que houve e tem havido com os objectos que foram enviados á exposição de Philadelphia; e que por isso não podia pedir a qualquer pessoa que concorresse á exposição sem primeiro ter sido deferida essa representação.

Fallaram mais algumas outras pessoas presentes ácerca d'este assumpto, dando algumas explicações o sr. presidente da reunião.

Por fim foi approvada a seguinte proposta do sr. Freitas Fortuna:

«1.º Se o governo tomava sobre si a responsabilidade dos objectos extraviados e deteriorados, tendo por origem o desleixo do commissario ou empregados.

2.º Que o governo faça uma boa escolha do commissario e empregados.

3.º Qual o tempo da demora depois de encerrada a exposição para a reentrega dos objectos.»

Nós estimaremos muito que os industriaes se resolvam a mandar os seus productos á exposição de Paris; mas entendemos que elles têm todo o direito a exigir previamente as necessarias garantias de que se não irão agora repetir os mesmos factos occorridos na exposição de Philadelphia.

Pois o governo convida os industriaes a enviarem os seus productos para as exposições; insta com elles; consegue por fim que annuam aos seus pedidos; e depois de servido, não trata de fazer devidamente fiscalisar os objectos expostos nas exposições, e de empregar todos os esforços para que elles sejam em devido tempo restituidos aos expositores, e sem serem damnificados?

E' por isso necessario que o governo dê todas as garantias que se lhe pedem.

Dadas ellas, entendemos que bem procederão os industriaes em se prestarem a mandar os seus productos para a exposição de Paris.

Devem lembrar-se de que com isso se honram a si e á nação a que pertencem.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

No *Diario do Governo* de quarta feira ultima vem um documento que demonstraria, se ainda houvesse necessidade d'isso, a *promptidão* e até *rapidez* com que os negocios publicos são tra-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXVIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Todas estas intrigas, que eu estava vendo, por tal fórma me tinham enfastiado, que comecei a aborrecer-me de estar em Lisboa, e estava determinado a voltar para Coimbra, e alli annullar-me inteiramente, sem mais me importar com os negocios do tempo, que tão nebulosos para o futuro já se me começavam a representar.

N'esse tempo a casa que eu constantemente frequentava com alguns amigos, que alli iamos lamentar a desgraçada sorte que nos estava ameaçando, era a de Ignacio Pizarro, irmão do honrado visconde de Bobeda, que morava na rua da Figueira, junto ao Chiado. Alli, o dono da casa, eu, e os mais amigos tinhamos assignado uma representação a D. Pedro, em que se lhe expunham as intrigas que se formavam para que seu irmão viesse ser regente, e se lhe pedia, que por nenhum modo consentisse em tal, porque ia visivelmente arriscar a sua corôa, assim como a de sua filha D. Maria da Gloria. Era esta uma segunda representação, que se lhe mandava por pessoa particular, que de boca lhe expozesse tambem o que se passava, por que já outra no mesmo sentido lhe tinha sido enviada por Saldanha, mandando para este feito, um homem capaz, que era o capitão *Praça* que depois desgraçadamente foi morrer emigrado em França (1).

Em uma noite em que eu me ia despedir do dono da casa e dos amigos que alli costumavam ir, um dos quaes era o bem conhecido, mui jovial e erudito velho *Verdier*, disse-me Ignacio Pizarro:—Aqui esteve o Rodrigo, e recommendou-me que lhe participasse, que o general Saldanha muito lhe desejava fallar.—Eu, que já tinha perdido o mau conceito que havia feito de Saldanha, á vista do bom uso que elle estava fazendo da influencia que tinha em a nova ordem de cousas em que nos achavamos, resolvi-me a demorar a minha sahida de Lisboa, e a ir-lhe fallar.

Tinha elle voltado depois da sua doença a Lisboa, e tinha, sem que ninguem o esperasse, tomado como de *assalto* a sua secretaria, com espanto de seus antigos collegas, e até do ministro inglez *Acourt*, que julgavam não tornaria a entrar no ministerio. Recebeu-me com toda a affabilidade possivel, e com toda aquella cortezania de cavalheiro que tem para todos, e disse-me, que muito me desejava conhecer, e tinha para me propor um negocio, em que esperava eu o auxiliasse, porque conhecia os meus principios, e o muito que eu o podia auxiliar na perigosa crise em que estavamos.

Eu não o conhecia, e nunca tinhamos fallado; e creio que por informações de Rodrigo Pizarro é que me quiz fallar, e ter pessoal conhecimento de mim. Depois de me expor com toda a franqueza qual era a situação em que estavamos, annunciando-me cousas que eu já sabia, e muitas outras particulares que eu ingnorava, disse-me: tudo parece encaminhar-se para um resultado fatal, que é a perda da liberdade, e irmos cair nas mãos de D. Miguel, que já bem tem mostrado o que é, e o que virá a ser, se por uma triste fatalidade D. Pedro consentir que venha a ser regente. Quem para este fatal resultado está especialmente concorrendo é a *Gazeta de Lisboa*, dirigida debaixo da influencia do official-maior da secretaria dos negocios estrangeiros, *Rademaker*. Eu pelo menos, quero desde já quebrar este instrumento de que se serve a facção para corromper a opinião publica; e n'este

(1) Quem quizer saber mais miudamente as intrigas d'esta época, pode ler, se algum exemplar tiver escapado do meu *Ensaio sobre as causas, que prepararam a usurpação de D. Miguel*, o que alli escrevi; porque em tudo ha verdade; e é o que eu vi, presenciei, e o que depois mais particularmente li em um papel, que me communicou o proprio general Saldanha, hoje duque do mesmo nome; o que senão ha de negar.

ctados no supremo tribunal administrativo.

A junta geral do districto de Coimbra, na sua sessão de 1 de Maio de 1865, repartiu pelos 17 concelhos do mesmo districto a contribuição predial.

Não seguiu a base exclusiva das matrizes, como reclamavam os dois procuradores por Coimbra; mas tomou o termo medio do rendimento dos ultimos tres annos, e as informações que da riqueza relativa dos concelhos deram alguns dos procuradores. Eram 7 os procuradores estranhos ao concelho de Coimbra, que venceram os d'esta cidade.

Resultou d'ahi que foi lançada ao concelho de Coimbra a quantia de réis 18:950$000, em logar de 15:440$530 réis que lhe pertenceriam se se seguisse a base das matrizes.

Esta mancommunação dos procuradores estranhos ao concelho de Coimbra deu em resultado, que por exemplo, o concelho de Soure que em 1864 pagára 6:100$000 réis, passou em 1865 a pagar só 5:000$000 réis.

A maioria da junta valeu-se para a sua deliberação da faculdade que lhe conferia o artigo 63 das instrucções de 7 de Agosto de 1860.

Para que se saiba que tal é a latitude deixada ás juntas geraes no referido artigo 63 das instrucções, aqui o transcrevemos:

«A junta geral do districto fará a repartição pelos concelhos, como julgar justa e proporcional ao rendimento dos predios nos mesmos concelhos, tendo em attenção os dados estatisticos que poder reunir.»

Vê-se, portanto, que logo que se mancommune a maioria dos membros da junta geral, podem esmagar o concelho, ou concelhos que ficarem em minoria, porque têm ampla faculdade para fazerem o que quizerem, sem que a lei os contenha no seu facciosismo. A recommendação de terem em attenção os dados estatisticos não passa de uma burla.

N'este jornal o *Conimbricense* se pugnou, em o numero de 6 do referido mez de Maio de 1865, para que na lei se limitasse a 10 por cento, para mais ou para menos do calculo das matrizes, o arbitrio concedido ás juntas no referido artigo 63 das instrucções. Procurava-se assim pôr algum limite a tal arbitrio.

A camara municipal de Coimbra, de que n'essa epocha era presidente o sr. visconde, e hoje conde das Canas, deliberou na sua sessão do mesmo dia 6 de Maio, que se recorresse da contribuição predial lançada a este concelho pela junta geral, logo que se apresentasse á camara a competente intimação; e que se representasse ao corpo legislativo pedindo a limitação do arbitrio que as leis facultavam ás juntas geraes na distribuição d'aquella contribuição.

Com effeito a camara municipal de Coimbra levou logo o recurso para o supremo tribunal administrativo.

Passava-se isto no mez de Maio de 1865; e até hoje não havia noticia do resultado d'esta reclamação.

Agora, porém, no *Diario do Governo* de 25 do presente mez de Julho, vem publicado o accordão do supremo tribunal administrativo de 26 de Abril do corrente anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1877 — isto é, decorridos 12 ANNOS (!!!!!!!!!!!) depois do recurso da camara de Coimbra — em que nega provimento ao mesmo recurso, e confirma a decisão da junta geral!!!

12 ANNOS levou aquelle activo tribunal a dar esta laboriosa deliberação! — 12 ANNOS!!! — 12!!!

Em muito menos tempo de certo resolveram todos os seus problemas Euclides e Archimedes!

Assim vae quasi toda a administração publica no reino! No supremo tribunal administrativo dormem o somno do justo os processos que para alli vão; e o mesmo acontece nos conselhos de districto com as contas das irmandades, e outras muitas pendencias!

Em Agosto de 1874 foi um recurso de varios cidadãos de Coimbra para o mesmo supremo tribunal administrativo, contra o famigerado accordão do conselho de districto, que annullou a eleição da mesa da Santa Casa da Misericordia d'esta cidade.

Já lá vão 3 ANNOS sem apparecer decisão alguma d'aquelle tribunal; e veja-se que esperanças póde haver em que d'alli saia qualquer deliberação a esse respeito!

O recurso da camara municipal de Coimbra, contra a distribuição da contribuição pela junta geral do districto, foi levado para o supremo tribunal administrativo em Maio de 1865; e só agora, passados 12 ANNOS, é que foi decidido: logo seguindo-se proporcionalmente o mesmo tempo, o recurso de alguns cidadãos de Coimbra contra o memoravel accordão do conselho de districto, em Agosto de 1874, só virá a resolver-se no supremo tribunal administrativo d'aqui a 9 ANNOS, porque só então se completarão os 12 ANNOS que levou a sair d'alli o recurso da camara de Coimbra de Maio de 1865.

Que administração em Portugal!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A proposito de um communicado do concelho da Louzã, que publicámos em o numero passado, referimo-nos aos muitos motivos de queixa que tem o povo, na oppressão de que é victima.

Apresentaremos hoje mais exemplos a esse respeito.

Um proprietario do Ameal, d'este concelho de Coimbra, possue duas pequenas propriedades no concelho de Condeixa, uma das quaes está em nome de Antonio Carriço, viuvo, do Ameal, e outra em nome de Antonio Monteiro, tambem do Ameal.

Em tempo competente dirigiu-se a Condeixa para pagar a contribuição directa municipal; e na respectiva repartição lhe disseram, que não havia alli os recibos que elle procurava.

Em vista d'isso voltou para a sua terra muito descançado.

Decorre tempo, e é citado para pagar em Condeixa a contribuição das referidas propriedades; pelo que teve de ir satisfazer o que devia.

Encontra porém para pagar o seguinte:

Da propriedade em nome de Antonio Carriço, que estava carregada em 35 réis de contribuição, teve de satisfazer não só essa quantia, aliás insignificante, porém mais 630 réis de custas e sello, e 1$000 réis de deprecada para ser citado no concelho de Coimbra, e de guia para entrar no cofre da camara municipal de Condeixa com os 35 réis. Total 1$665 réis!

E da propriedade em nome dos herdeiros de Antonio Monteiro, que estava carregada em 20 réis, teve de pagar de custas e sello 630 réis, e de outra deprecada e guia para ir pagar os 20 réis em Condeixa, 1$000 réis. Total 1$650 réis!

Isto é, por duas contribuições municipaes na importancia total de 55 réis, teve de satisfazer 3$315 réis!!!

Eis ahi como está organisada a nossa administração!

Mas que querem, se as leis, em vez de serem feitas por proprietarios independentes, e que saibam quanto custa a vida do lavrador, são feitas exclusivamente por empregados publicos, que só tratam de crear proventos para a sua classe, á custa do povo?

A cobrança das contribuições, em logar de se fazer de uma fórma benefica, e com os avisos convenientes; é dirigida de modo que o povo seja esfolado com variadissimas alcavalas.

E não querem que os contribuintes clamem contra os governos, os deputados e todos aquelles que em logar de concorrer para os alliviar, só procuram meios de os vexar e opprimir!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A bulla do Pontifice Pio V, ácerca das touradas, que publicámos em o numero passado d'este jornal, motivou que o nosso bom amigo, o sr. Dr. D. Victorino da Conceição Teixeira Neves Rebello, lente de prima jubilado da Faculdade de Theologia, nos enviasse a carta que abaixo inserimos.

Folgâmos ter dado causa ás curiosas informações do sr. D. Victorino.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Li em o noticiario do seu *Conimbricense*, n.º 3129, a bulla ou constituição de S. Pio V, datada do anno de 1567, que começa — *De salute* — na qual prohibe debaixo de penas gravissimas, quaes são as de excommunhão maior e privação de sepultura ecclesiastica, a corrida de touros, e assistencia a este barbaro espectaculo.

Como, porém, esta bulla tenha sido por outras bullas dos successores de S. Pio V moderada, e mitigada com relação aos reinos das Hespanhas e de Portugal, julguei conveniente, já para melhor intelligencia dos factos historicos, que aponta, já para tirar escrupulos, que o não conhecimento das alterações que aquella bulla Piana teve posteriormente á sua publicação, possa fazer nascer, offerecer a v. em linguagem vernacula, mas traduzida livremente, a annotação que Fr. Manoel de Santo Ambrosio, faz á dita bulla Piana, no seu Compendio de Theologia moral, tom. 3.º, pag. 153, edição de Lisboa de 1807, a qual é como segue:

«Os hespanhoes, habituados, desde longo tempo, aos barbaros espectaculos da corrida de touros, manifestaram sempre grande repugnancia em se abster de taes espectaculos, e muitas vezes traduziram esta sua repugnancia em tumultos.

«Philippe II, rei das Hespanhas e o mesmo I de Portugal, conhecendo perfeitamente o genio intolerante de seus vassallos, dirigiu supplicas a Gregorio XIII, para que se dignasse moderar e mitigar o rigor da prohibição, e das penas fulminadas em a bulla citada do seu immediato predecessor S. Pio V.

«Gregorio XIII recebeu benevolamente estas supplicas; e pela bulla, que começa — *Exponi nobis* — levantou as censuras, e penas lançadas contra os militares, e outros seculares que corressem touros ou fossem espectadores das corridas dos touros; deixando as mesmas censuras e penas em seu vigor a respeito dos clerigos e religiosos, que tivessem beneficios ecclesiasticos. Acrescentou, porém, que as corridas de touros se não fizessem nos dias festivos.

«Os hespanhoes não se contentaram com esta mitigação. Houve até theologos e juristas, que espalharam por meio de falsas interpretações, doutrina contraria ás constituições Piana, e Gregoriana.

«Informado Sixto V de tudo isto, escreveu a Jeronymo, bispo de Salamanca, ordenando-lhe a exacta observancia das sobreditas constituições, e que se necessario fosse, para reprimir os transgressores, implorasse o auxilio do braço secular. Foi sem feliz resultado que o bispo de Salamanca publicou a bulla de Sixto V, que começa — *Nuper siquidem*.

«Vendo pois Clemente VIII o nenhum resultado das constituições Piana, Gregoriana, e Sixtina, cedendo mais, que seus predecessores, ao genio dos hespanhoes, tirou pela sua bulla, que começa — *Suscepti muneris* — conservadas todavia as condições da bulla Gregoriana, as censuras, e penas, fulminadas pela bulla Piana; e permittiu aos seculares as corridas dos touros, e a sua assistencia; e esta tambem aos clerigos seculares, mas admoestando-os a que se abstivessem de presenciar estes espectaculos barbaros, lembrando-se da sua dignidade, e do seu officio. Emquanto porém aos religiosos mandou que se observassem em todo seu rigor as constituições Piana, e Gregoriana.

«Esta constituição Clementina diz sómente respeito aos reinos das Hespanhas, sob o dominio de Philippe II, e por conseguinte ao reino de Portugal. Não deve pois ser extendida a outros reinos, ou nações. N'estas deve ser observada a constituição — *De salute* de S. Pio V.»

DR. D. VICTORINO DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA NEVES REBELLO.

---

apuro de circumstancias pedia mui encarecidamente ao sr. Liberato quizesse, ainda que fosse por pouco tempo, incumbir-se da redacção d'este papel.

Eu fiquei pasmado com esta proposta, porque a não esperava, e era diametralmente opposta aos meus principios; e por isso respondi-lhe: — Sinto não poder condescender com o que v. ex.ª me pede, com especialidade por duas razões: a primeira, porque eu não vendo as minhas opiniões a ninguem, e não escrevo a soldo de pessoa alguma, qualquer que ella seja; e em segundo logar, porque ainda, apesar da Carta, não temos liberdade de imprensa, erro imperdoavel que tem commettido os nossos deputados.

A estas minhas razões respondeu Saldanha: Que quanto á censura, os meus artigos não haviam de ser censurados, e podia escrever o que quizesse, pois sabia muito bem em que sentido havia de escrever, porque, pela forma, havia de ter um censor particular que senão havia de intrometter no que eu escrevesse. E quanto ao ordenado, não me destinava nenhum, e por *este meu* favor teria por fim a recompensa que pedisse, e que fosse compativel com o meu merecimento e circumstancias.

A ouvir-lhe estas razões occorreu-me uma ideia, e disse-lhe: — pois n'este caso lembra-me uma cousa: eu já fui official, ainda que por bem pouco tempo, da secretaria dos negocios estrangeiros, e ainda ha pouco se me negou esse emprego, que eu julgava não se me poderia recusar, e se me recusou por miseraveis intrigas; se v. ex.ª póde fazer com que eu tenha immediatamente este emprego, vou desde já incumbir-me da redacção da *Gazeta*. Esta é actualmente propriedade dos officiaes d'aquella secretaria, e como um dos proprietarios vou redigil-a sem mais salario do que o de um simples official ordinario, e sem escrupulo, porque escrevo em um papel que é meu. O que só quero é, que por ora todos os meus trabalhos se limitem aos de redactor da *Gazeta*, sem me ir pôr em contacto com o official-maior.

Saldanha approvou a minha ideia, e declarou-me, que não havia difficuldade alguma em se me conceder o que eu pedia, e que dentro de dois ou tres dias seria nomeado official dos negocios dos estrangeiros. Por este modo ficámos concordes; e me despedi d'elle, que morava então na calçada de Santa Anna, com todas as demonstrações de reciproca cordialidade, como se fossemos amigos depois de muito tempo.

Tudo se concluiu como estava ajustado: fui immediatamente nomeado official de secretaria, sem que houvesse o mais pequeno embaraço; incumbi-me da redacção da *Gazeta* contra a vontade dos que se tinham até alli mostrado meus inimigos politicos, e até do official-maior Rademaker, que me quiz negar as gazetas estrangeiras. Mas todos estes obstaculos em um momento se removeram; tal era a influencia que n'essa época tinha Saldanha no espirito da infanta!

Eu tinha morado até alli em uma hospedaria no Caes de Sodré, e por uma casualidade me tinha mudado para outra que então dirigia o meu bom amigo *Pedro Paes da Costa*, intulada a *Romana*, amigo que alli felizmente fui encontrar e que desde aquelle tempo até hoje o tem sido com uma lealdade e affeição que é difficil encontrar, e taes, que não tenho expressões com que as possa manifestar; tamanhas ellas tem sido!

N'esta hospedaria fui ganhar outro amigo, José Frederico Marecos, de quem o fui sempre até á morte d'elle, acompanhando-o até á sepultura, e ajudando a levar até lá em meus braços o seu cadaver. Não estava elle então em boa fortuna, e Pedro Paes da Costa m'o recommendou para que o empregasse na redacção da *Gazeta*, que até alli só era redigida por mim sem ter ninguem que me ajudasse.

Fallei logo a Saldanha para que me permittisse convidal-o para me ajudar, e elle sem difficuldade me concedeu o que lhe pedia, promettendo-me que, quando podesse, daria logo emprego certo ao meu ajudante, pois que era moço de merecimento, segundo eu lhe dizia.

Comecei logo a escrever no estilo costumado, sempre honesto e decente, porém forte e energico; e o caso foi que resuscitei a *Gazeta*, que até alli quasi ninguem lia, e a tornei popular e bemquista de todos os amantes da liberdade. Mas os nossos negocios internos começavam a peiorar, e apesar de toda a energia de Saldanha a facção triumphava, e elle se viu no estado de dar a sua demissão, porque a infanta assustada pelos receios que lhe inspiravam os facciosos, e pela certeza de que seu irmão lhe vinha tirar a regencia do reino, cedeu a tudo que d'ella se pretendia, e assim sacrificou a liberdade e o socego do paiz ás malevolas intenções dos estupidos portuguezes, que preferiam o absolutismo á dignidade de homens livres, á qual a Carta Constitucional os tinha elevado.

(Continuar-se-ha.)

NOTICIARIO

Guerra contra os cães. — Um parocho, nosso amigo e assignante, enviou-nos a carta que abaixo publicamos.

O nosso amigo foi mordido por um cão; e sem duvida, quando escreveu a sua carta canicida, estava ainda com as dores das dentadas.

«Sr. redactor. — Excitado pelas dores da mordedura de um cão, ignorando ser hydrophobo, não posso deixar de clamar de alto e bom som na arena da imprensa, que sendo esta uma classe de animaes tão damninha, e na maior parte prejudicial á nação, devia ser extincta, pondo de parte só a guarda das manadas, e os que são destinados á caça; e fóra d'isto não ha animal mais inutil, nem mais incommodativo, porque para guarda nada servem, antes muitas vezes compromettem o proprio dono, dando a entender ao ladrão onde está a vigia, e esta confiada no latido do cão dorme a somno solto, e o ladrão tira com a maior desfaçatez a sua presa, (muito embora digam o contrario); e se o cão se torna hydrophobo, e raivoso, oh ceus, que prejuizos, que estragos causa!! Animaes, pessoas, e tudo que encontra é victima, e esmordaçando, lhes communica esse fatal veneno, que não tem remedio, nem cura.

Ora é certo que a classe mais pobre é a que maior mania tem em possuir estes animaes, aos quaes, ou não propina o preciso sustento, e por esta causa se tornam raivosos, ou se lh'o dá falta com elle aos proprios filhos, ficando por isso rachiticos, e de pouco desenvolvimento, o que ainda é um mal maior, por quanto faz despezas com uma propriedade forçada d'onde ao fim do anno nenhum resultado tira, mais do que sujar-lhe a propria casa, sendo o conductor de innumeraveis moscas, pulgas, mau cheiro, e aturdir os ouvidos com bulha infernal.

Além do que vae dito, esta mania tem-se generalisado tanto em Portugal, que metade de seus habitantes tem o seu cãozinho, e se em parte assim se não póde julgar, ha outros que os tem ás duzias, e isto como regalo, com os quaes fazem grossas despezas, e indo á porta d'estes cavalheiros o pobre, o desgraçado, não ha pão, não ha um caldo para lhes matar a fome, porque tudo é devorado pelos cães, que é perciso ver gordos e nedios, e quando Deus quer penteados e lavados com sabão, e o pobre sem camisa e quasi nú, sem que demova a compaixão do amante cadeleiro.

Na verdade tendo este nosso Portugal aproximadamente quatro milhões de habitantes, devemos julgar metade d'elles uns pelos outros com o seu cachorro, e n'este pensamento temos dentro da nação pelo menos dois milhões de cães, os quaes não pódem ser alimentados com menos de uma quarta de pão por semana, formando um total de doze alqueires e meio de pão annualmente para cada um, e aqui temos nos vinte e cinco milhões de alqueires de pão, que faltam para alimentação do povo, e na riqueza nacional gastos superfluamente. Parece isto á primeira vista uma chimera, mas desgraçadamente, sr. redactor, é uma verdade incontestavel, e absoluta.

Ora á vista de tamanho desperdicio não seria justo, que o governo de sua magestade tomasse em conta esta fonte de riqueza, lançando uma decima rasoavel a estes animaes? Parece-me que sim, porque aquellas pessoas, que precisam d'elles não se enfadariam com essa contribuição, e os que os tem por gosto pagariam da melhor vontade, e sem hesitar.

Quem duvidará que os povos levariam a bem este passo do governo, sendo em recompensa alliviados da contribuição de sumptuaria, e os pobres da renda de casas, que tanto lhes custa, no que o thesouro nacional auferiria mais vantagens e com menos clamores?

Pelo que é tempo que os poderes publicos descerrem os olhos, e aproveitem esta ideia tão util para todos, atalhando tamanho cancro que sensivelmente corroe a povoação, e a patria: e se em outra época menos especuladora se lançou contribuição ás janellas, tão injustamente, e hoje o fisco da fazenda nacional se torna tão minucioso nos interesses do thesouro, parece que deve aproveitar este ramo de serviço; e a decima lançada aos cães não só é justa, mas de muito alcance, e digna de louvor a um governo de egualdade, e que tem em vista o bem geral....

Pela inserção d'estas linhas no seu acreditado jornal lhe fica muito devedor o seu constante leitor, que se não assigna, por susto, e temor dos cães, que mordem á calada, e por isso não quer ser conhecido por ora.»

O padre Gonçalves. — O esclarecido escriptor e investigador o sr. José Joaquim da Silva Pereira Caldas, de Braga, publicou no ultimo numero da *Borboleta*, d'aquella cidade, uma noticia bibliographica do celebre padre Joaquim Affonso Gonçalves, notavel sinologo portuguez.

O padre Gonçalves era natural do Tojal, provincia de Traz os Montes, onde nasceu em 23 de Março de 1781.

Entrou em 17 de Maio de 1799 na congregação da Missão, com o orago de S. Vicente de Paulo; e em 1812 foi para Macau, onde residiu até ao seu fallecimento em 3 de Outubro de 1841.

O sr. Pereira Caldas dá uma minuciosa e muito interessante noticia das varias publicações que fez o padre Gonçalves, tendentes a vulgarisar entre nós o conhecimento da lingua chineza, as quaes são muito apreciadas pelos amadores dos estudos sinologos.

Mereceu o padre Gonçalves ser inscripto pela real sociedade asiatica de Londres em o numero dos seus socios.

O governo portuguez tambem lhe conferiu o grau de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa.

Esteve sempre ao seu cuidado o collegio de S. José de Macau, onde pela carta regia de 13 de Fevereiro de 1800 se creára um seminario consagrado á educação dos missionarios naturaes da China.

Além dos conhecimentos theologicos, proprios da sua profissão ecclesiastica, era o padre Gonçalves versado nas disciplinas mathematicas, assim como no estudo geral das linguas europeas e asiaticas. Na musica era olhado como um mestre consummado.

Prestou o sr. Pereira Caldas um bom serviço com este seu laborioso estudo bibliographico, vulgarisando as noticias ácerca do illustre portuguez, o padre Gonçalves.

Depois de publicado na *Borboleta*, fez o sr. Pereira Caldas tirar 50 exemplares em separado, brindando-nos com um d'elles, o que muito agradecemos.

Fallecimento. — O nosso amigo e patricio o sr. bacharel José Ribeiro Rosado, esclarecido advogado nos auditorios d'esta cidade, acaba de soffrer uma profunda dôr, com o fallecimento no Brazil de seu irmão o sr. Antonio Ribeiro Rosado.

Sabendo quanto o nosso amigo é extremoso para com a sua familia, avaliamos a sua justa magoa por tão sensivel perda.

Damos-lhe, por isso, os sentimentos.

Desastre. — No dia 24 do corrente mez, estando dois homens a cavar areia, por sua conta, em uma propriedade do sr. Antonio Maximo Branco de Mello, junto a Condeixa, caiu uma sorriba sobre elles, de que resultou morrer um dos homens arrebentado, pouco tempo depois, e ficar o outro mal tractado.

Esta desgraça teve origem na pouca cautela com que estavam a cavar a areia.

Santo Antonio. — No dia 5 de Agosto celebrar-se-ha a costumada festa, na Portella, a Santo Antonio, havendo fogo preso na vespora.

Segundo nos affirmam os festeiros têm-se esforçado para que este anno esta festividade se desempenhe com a maior pompa possivel, sendo de esperar grande concorrencia n'aquelle local.

Concurso. — Estão a concurso pelo espaço de 20 dias, a contar de 26 do corrente, as seguintes cadeiras de instrucção primaria do sexo masculino, n'este districto: — Souzellas, concelho de Coimbra; Amieiro, concelho de Montemór o Velho; e Algaça, concelho de Poiares.

Apresentação. — O presbytero João Simões Donario dos Santos foi apresentado na egreja parochial de Santa Maria Magdalena do Rabaçal, diocese de Coimbra.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 24 de Julho de 1877.

Todas as festas hoje correram admiravelmente. A alvorada, apesar da muita chuva, attrahiu grande concorrencia. Quando el-rei descobriu a estatua do duque da Terceira, foram levantados muitos vivas. O sr. marquez da Fronteira, muito commovido não poude conter o pranto, sendo abraçado pelo sr. D. Fernando. As tropas apresentaram-se perfeitamente. Ha muitas illuminações, algumas magnificas. A noute está excellente. Veiu muita gente de fóra assistir aos festejos.

O principe real D. Carlos faltou por se ter achado doente. Dizem que fôra acommettido de bexigas. Os ministros foram convidados para jantar no paço.

— Lisboa, 25 de Julho de 1877.

Como disse em telegramma, o principe real D. Carlos não compareceu ás festas, por motivo de doença. Parece que foi atacado de variola. Como é natural, se S. A. R. não estiver completamente restabelecido até ao fim do mez, a rainha adiará a sua partida para o Bussaco.

Noticias do Brazil dizem que se realisára a inauguração do caminho de ferro de S. Paulo ao Rio de Janeiro.

O dividendo do banco do Brazil no semestre findo foi de 9$000 réis por acção; o do Rural, idem; o do Commercial 9 1/2 do capital realisado; o do Industrial 8$500 rs.; o do Commercio 3$600 rs.; o do Predial 1$000 rs.; e o da companhia Commercio e Lavoura 10$000 reis.

As companhias de seguros offereceram uma casa ao inspector dos incendios, do Rio de Janeiro, em attenção aos seus bons serviços.

A actriz Emilia Adelaide achava-se gravemente enferma.

O sr. Lopes Branco pediu a exoneração de governador civil de Coimbra.

O sr. João Mamede Fragateiro foi nomeado secretario geral do districto de Villa Real; o d'esta localidade foi transferido para Vizeu, e o d'este districto para Coimbra.

Foi concedido o subsidio de 200$000 rs. para obras na egreja de Esgueira.

O principe D. Carlos vae melhor.

Falleceu o sr. governador geral da India, Tavares de Almeida.

Chegaram o sr. conde de Thomar, nosso ministro em Roma, e o sr. conselheiro Rivara.

— Lisboa, 26 de Julho de 1877.

Consta que já foi nomeado governador da India o sr. Sergio de Sousa.

O sr. Fontes é esperado no principio de Agosto.

Falla-se em uma reunião dos regeneradores.

O director do caminho de ferro de sueste ficou encarregado da direcção do caminho de ferro do Algarve, emquanto se não resolver nova direcção.

O sr. dr. Loureiro vae ao Porto para crear a commissão de soccorros a favor das victimas da secca no Ceará.

Consta que o governo recebeu um telegramma, affirmando que o nosso ministro em Paris é estranho ás intrigas dos possuidores de titulos em Paris e Londres.

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario de Noticias* o seguinte:

Os jornaes põem em duvida a alliança da Austria, Inglaterra e Turquia; mas affirmaram que em todo o caso, a attitude da Austria e a inactividade da Servia podem causar serias difficuldades á Russia, que contava com a cooperação da Servia e a benevolencia da Austria.

O correspondente do *Times*, em Bucharest, affirma que o numero total de prisioneiros turcos em Nikopole não excedeu a 2:000 homens, e a artilheria é de systema antigo.

O ministro da justiça, Mahmoa-pachá e alguns generaes tinham partido para Andrinopla. Sairam de Constantinopla muitas tropas regulares e de voluntarios com direcção áquella cidade.

Continuava a agitação na Thracia e Macedonia. Os estudantes, em Athenas, pediam com enthusiasmo guerra contra a Turquia.

O exercito de Moukhtar-pachá, na Asia, no dia 18 estava em Akpinar, a 4 horas de marcha de Kars, e ficára entricheirado em Gran-Tagda a 20. O exercito russo, retirando para Alexandropol, estava na visinhança de Kapak-Teve.

A divisão de Van operára a sua juncção com a direita do exercito ottomano, e as forças combinadas acampam em Tapuriski. As tropas do general Lory Melikoff occupavam Kurak-Dara

Os insurgentes bosniacos incendiavam as aldeias turcas ao longo da planicie de Celebrich, mas poupavam algumas casas de ottomanos. Os nizans tinham sido batidos e refugiavam-se na fortaleza de Skoljena. Os insurgentes tomaram 1:000 bois e 3:000 carneiros. 600 homens da Herzegovina, commandados por Musich, marchavam para Bagranie, e operariam na fronteira do Montenegro.

Londres, 25. — Corre o boato de que os turcos foram batidos em Eski-Saghra, situada na vertente sul dos Balkans, e em Plewna, Bulgaria. A imprensa conservadora ingleza continua a recommendar a occupação de Gallipoli. Diz o *Times* que a esquadra ingleza que está em Besika recebeu ordem de partir para Gallipoli.

Constantinopla, 24. — No sabbado os russos foram repellidos em Kaila, entre Schumla e Osman-bazar. Tambem soffreram um revés em Kodiu, nas proximidades de Rustschuk.

Bucharest, 24. — Os rumaicos acceitaram occupar Nikopoli em substituição das forças russas, que foram reforçar o corpo de exercito que opera em Plewna.

Ainda a guerra do Oriente. — Lê-se no mesmo jornal o seguinte:

«Dizem de Bucharest que os russos têem augmentado os seus meios de transporte para facilitar a marcha da vanguarda; todavia, ainda são grandes as difficuldades do transporte.

As noticias transmittidas pelos turcos são-lhes favoraveis. Por toda a parte elles têem derrotado os moscovitas; porém estes affirmam que continuam a avançar pelos Balkans.

Segundo o *Evening-Standard*, o seu plano é ir em direcção de Gallipoli.

O primeiro corpo russo, que passou os Balkans ao longo da vertente meridional da cordilheira, dirigiu-se sobre Burgos pelo Aidas.

Um telegramma de Constantinopla diz que o corpo russo, em marcha sobre Philippopolis, fôra atacado por 12000 turcos, em Kalofer, nos arredores de Kasanlyk. Os russos, repellidos com grandes perdas, retiraram para Aski-Saghra.

A posição do gran-duque Nicolau, em Tirnova, melhorára, o que parece indicar que elle estivera alli em má situação. O gran-duque recebera numerosos reforços, e por isso julgavam-n'o os russos ao abrigo de qualquer desastre.

Duas divisões russas tinham reforçado a vanguarda em Yoni-Saghra e occuparam o acampamento ottomano depois de um combate.

A embaixada ottomana, em Paris, annunciou, como verdadeira a derrota dos russos em Plevna. As forças eram commandadas por Osman-pachá, que governa Widdin.

S. Petersburgo, 25. — O periodico *Golos* deixa entrever a possibilidade de proximas negociações para a paz. Acrescenta que, entaboladas taes negociações, a Russia não será muito exigente.

Constantinopla, 25. — Em consequencia dos progressos dos russos nos Balkans a situação aqui tornou-se muito perigosa. Começou em Kavarna o massacre dos christãos. A fim de protegel-os partiu para aquelle porto do mar Negro um navio inglez. Um relatorio de Namik-pachá confessa que o exercito turco tem perdido 40:000 homens por deserções e enfermidades.

Paris, 25. — Um telegramma de S. Petersburgo diz que as demonstrações da Inglaterra não causaram alli emoção alguma. O desembarque em Gallipoli conduziria á mesma collisão como se as tropas inglezas se juntassem ao exercito turco.

Londres, 26. — Celebrou-se um *meeting* em Bradford. John Bright pronunciou um discurso no qual declarou receiar que as exigencias da Inglaterra provoquem contra ella uma coalisão europea, affirmando que a verdadeira politica da Inglaterra deve ser a neutralidade.

Constantinopla, 25. — Os turcos ficaram vencedores em Rasgrad. Os russos tambem foram batidos em Schumla por Eyoub-Pachá. Concentram-se em Yambolt grandes forças turcas. Os russos abandonaram completamente o districto de Bayazid.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguite:

— Lisboa, 27 de Julho de 1877.

O sr. Fontes Pereira de Mello tem estado na Suissa. Dizem que estará de volta em Lisboa na proxima quinzena de Agosto.

N'essa épocha, ou antes d'isso, segundo ouvi, o partido regenerador vae ter uma reunião para tractar de negocios politicos relativos á posição que lhe convirá sustentar na opposição. Boatos que menciono sem os garantir e por terem circulado hontem nos diversos grupos que habitualmente se formam debaixo das arcadas do Terreiro do Paço, onde fallam de tudo e inventam muita cousa.

A familia real regressará ao paço da Ajuda no fim do mez. Sua magestade el-rei D. Luiz, segundo as ordens passadas, deve sair para Vidago no dia 1 do mez que vem, mas parece que, para abreviar a jornada, não se demorará no Porto.

Confirma-se a nomeação do sr. Sergio de Sousa para governador da India.

Falleceu o abastado capitalista o sr. Marcellino de Brito. Deixou varios legados no valor de 72 contos. O remanescente da herança, que é calculado em 400 contos, deixa-o ao sr. visconde de Ribeiro da Silva.

Foi aceita a demissão pedida pelo sr. Lourenço de Carvalho de director do caminho de ferro do Algarve.

Hoje na reunião do conselho director da exposição de Paris, o sr. ministro das obras publicas declarou que tendo o parlamento votado 50 contos para as despezas da exposição, todos os orçamentos deviam ser feitos n'esta conformidade, porque elle não auctorisaria nem mais um ceitil.

Hoje o calor foi extraordinario.

A commissão municipal resolveu enviar á camara do Porto as plantas e alçado do novo mercado da Ribeira Nova.

Foi exonerado pelo pedir de consul geral da Suissa o sr. Jorge Oneill, e nomeado para mesmo logar o sr. Alvaro Ferreira Pinto Basto.

Foi promovido a vice-almirante o sr. Sergio de Sousa. Será agraciado com o titulo de conde da Varga.

Atravez d'Africa. — Recebemos o primeiro fasciculo d'esta interessantissima e valiosa publicação, que muito agradecemos.

No logar competente vae o respectivo annuncio.

Misericordia. — No dia 7 de Agosto proximo futuro terá logar na capella da Misericordia a festividade S. Caetano, padroeiro do collegio dos orphãos.

Haverá Senhor exposto, missa cantada e sermão, sendo orador o rev.º padre Manoel Joaquim dos Santos Neves.

A novena começa amanhã, e será sempre as 6 horas da tarde em ponto.

ANNUNCIOS

QUEM QUIZER

1 COMPRAR os leirões que Thomé Monteiro, morador no alto de Santa Clara, possue junto aos fornos da cal, n'esta cidade, compareça no dia 5 de Agosto, pelas 9 horas da manhã, na eira dos mesmos leirões, que se venderão se o preço convier.

FESTIVIDADE

2 É O DIA 26 de Agosto que está destinado para a festa, que é costume fazer-se n'esta freguezia da Carapinheira a Nossa Senhora das Dôres.

Observar-se-hão na egreja os mesmos escandalos como o anno passado, chegando a prohibir-se á entrada na sacristia da mesma egreja?

. . .

LOTERIA

Extracção em 1 de Agosto

6:000$000

JOÃO ANTONIO CARDOSO

219, RUA DA CALÇADA, 225

COIMBRA

3 TEM Á VENDA grandes sortimentos de bilhetes, meios, quartos, oitavos, e cautellas de todos os preços, assim como um bom sortido de chá de differentes preços e qualidades, e chá preto de ponta branca.

MUDANÇA EM COIMBRA

4 O ESTABELECIMENTO de quinquilherias e papeis pintados de Antonio Joaquim Valente mudou a rua da Calçada, n.º 100, e alli vende muitas das fazendas que tem para liquidar, com 50 p. c. de menos.

ATRAVEZ D'AFRICA

VIAGEM

DE

ZANZIBAR A BENGUELLA

POR

V. L. CAMERON

Traducção do inglez

POR

FRANCISCO DE LENCASTRE

Dois volumes contendo 800 paginas (comprehendidas as notas).

152 *gravuras sendo 27 de pagina e as demais intercaladas no texto, e um mappa d'Africa com o itenerario do viajante.*

1.º FASCICULO

Cada fasciculo de 32 paginas 120 réis

5 N'ESTE PREÇO está comprehendido o das estampas e o do mappa que se hade distribuir com o segundo volume.

Publica-se um fasciculo por semana.

Pede-se aos srs. subscriptores o obsequio de enviarem adiantadamente em vales ou estampilhas a importancia de cinco fasciculos, ou de a entregarem nas livrarias que se tiverem encarregado de receber assignaturas.

Das quantias recebidas, será enviado aviso de recepção.

Correspondencia a Francisco de Lencastre — 10, Largo de S. Martinho, 2.º — ou na Livraria Ferreira, 132, rua do Ouro, 134. — Lisboa.

N. B. — Temos a satisfação de declarar, que circumstancias posteriores á emissão dos prospectos para a publicação d'esta obra permittem dal-a por preço muito inferior ao que se havia annunciado.

Ha entretanto alguns exemplares em papel superior pelo preço de 160 réis por fasciculo. Depois de completa custará a obra, aos que não forem subscriptores, mais vinte por cento.

BANCO COMMERCIAL

DE

COIMBRA

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

6 A COMEÇAR no dia 25 do corrente, ás segundas, quartas e sextas feiras, pagar-se-ha aos srs. accionistas d'este banco, nos locaes abaixo mencionados, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde, o dividendo relativo ao 1.º semestre do corrente anno, dois e meio por cento, ou mil duzentos e cincoenta réis por acção.

Coimbra — Séde do banco.

Mangualde — Filial do mesmo.

Porto — Banco Nacional.

Lisboa — Correia & C.ª, rua dos Douradores, 178.

Braga — Jeronymo José Pereira Pinheiro & F.ºs

Vianna — Elias Augusto Vieira de Araujo.

Coimbra, 21 de Julho de 1877.

Pelo Banco Commercial de Coimbra.

Os gerentes

Manoel dos Santos Junior.

José Barbosa Lima.

---

7 DÃO-SE a juro de 5 por cento, reis 500$000 sobre hypotheca, que tenha o valor do triplo.

Amadeu Fructuoso da Silva Rocha está auctorisado a effectuar o emprestimo.

DINHEIRO A JURO

8 DÁ-SE até a quantia de 600$000 com boa hypotheca. Quem pretender pode dirigir-se ao solicitador João Arrunho da Costa, rua do Corpo de Deus, n.º 20, 1.º andar, das 7 horas ás 9 da manhã, e das 2 ás 6 da tarde.

---

9 A CONFRARIA do SS. da freguezia de Murtede, devidamente auctorisada para mandar pintar a talha da egreja da mesma freguezia, faz publico, que no dia 5 de Agosto proximo, pelas 9 horas da manhã, no adro da egreja parochial, ha de arrematar a obra, a quem por menos a fizer. As condições achar-se-hão patentes no acto da arrematação.

Murtede 25 de Julho de 1877. — O presidente, *Joaquim Pessoa de Campos.*

LEILÃO

DE

MOBILIAS

Com assistencia do solicitador d'esta cidade

ABILIO MARIA LADEIRO

10 POR MOTIVO de retirada, se venderá em leilão no proximo domingo, 29 do corrente, ás 10 horas da manhã, a mobilia da casa da rua do Loureiro, pertencente ao exm.º sr. Francisco Amado de Mello Ramalho, cuja mobilia consta de sopha e doze cadeiras estofadas de damasco encarnado, muito antigas e exactamente eguaes ás que estão na sala da recepção da Universidade. Marqueza com seis cadeiras estofadas de setim, mesas de pau preto com embutidos, ditas de pé de galo muito antigas. Commodas e meias commodas, camas de ferro com enxergões e colxões, lavatorios de madeira e ferro, mesas, toucadores, fogão de quarto, guarda louça de pau preto, apparadores, e outros muitos objectos de mesa e cozinha, que estarão patentes no acto do leilão, e que tudo será vendido se o preço convier.

Substituições a militares

11 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

12 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

ACÇOES

DA

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS

DE

COIMBRA

13 VENDE-SE em Coimbra uma grande porção d'ellas, e muito baratas. N'esta redacção se diz.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3131 | Terça feira 31 de Julho de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Tem ultimamente chamado a attenção publica um notavel artigo da *Gazette Financière*, de Paris.

E' sabido que este periodico tratou de difficultar o emprestimo que o governo portuguez solicitou em Paris e Londres, para satisfazer a divida fluctuante.

A *Gazette Financière* tem activamente diligenciado que Portugal pague um emprestimo, que D. Miguel contraiu em Paris no anno de 1832; não obstante o saber, que a regencia da Terceira tinha em tempo competente declarado que dava por nullos todos os emprestimos que D. Miguel contraisse, visto a sua illegitimidade.

No artigo da *Gazette Financière* a que nos referimos, relata o redactor Et. Valber varias conferencias, que diz haver tido com o nosso ministro em Paris, o sr. Mendes Leal.

Diz que este ministro se tornára intermediario entre o referido redactor e o nosso governo em Lisboa. Fallara-se até em se apresentar ao parlamento um projecto de lei favoravel aos crédores do emprestimo.

Entre os factos narrados pela *Gazette Financière*, o mais grave é a declaração que faz o seu redactor, de que antes de se abrir o ultimo emprestimo em Paris, para satisfazer a divida fluctuante portugueza, o sr. Mendes Leal affirmara ao redactor d'aquelle periodico, *que o novo emprestimo não seria emittido, sem que ficasse em fim resolvida a questão do emprestimo real de* 1832.

A isto acrescenta a *Gazette Financière*:

«Poucos dias depois comprehendiamos que o sr. ministro de Portugal quizera apenas ganhar tempo. Pela nossa parte não o perdemos. Por isso e como escreviamos no nosso numero de 28 de Junho: «demos o signal, não de um ataque, mas de uma reivindicação justa, e fomos em breve seguidos pela maxima parte dos nossos confrades da imprensa financeira.»

«Á excepção de infima minoria toda a gente ouviu isto: «Que não se devia emprestar a um estado, que repudiou as dividas de um dos seus governos, e toda a gente concordou.»

E' quasi escusado notar a semcerimonia com que a *Gazette Financière* chama *real* ao emprestimo feito por D. Miguel.

Se D. Pedro ficasse vencido no Porto, e D. Miguel fosse reconhecido pelas nações estrangeiras como legitimo rei de Portugal, por acaso o seu governo prestar-se-hia a pagar os emprestimos que o mesmo D. Pedro havia contraido em Londres e Paris para sustentar a causa liberal?

Os banqueiros que emprestaram o seu dinheiro a D. Miguel, não sabiam quaes as eventualidades da questão dynastica, que então se debatia em Portugal?

Seja, porém, como fôr, o ponto essencial agora não é esse. O que se precisa de saber é se sim, ou não o sr. Mendes Leal praticou os factos tão claramente mencionados pela *Gazette Financière*.

Pela nossa parte diremos, que o sr. Mendes Leal não nos merece o conceito de praticar semelhante traição contra o governo que representa; mas em todo o caso as affirmativas da *Gazette Financière* são tão positivas, que deveriam ter sido promptamente desmentidas.

Esperâmos no entanto pelas explicações officiaes, que se tornam indispensaveis, para então julgarmos imparcialmente os factos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Está nomeado governador civil de Coimbra o sr. dr. José Joaquim Fernandes Vaz, lente cathedratico da Faculdade de Direito.

A avaliarmos pela sua intelligencia e aptidão, não seria facil fazer escolha mais acertada do que a do sr. Fernandes Vaz.

Irá, porém, o nomeado satisfazer como auctoridade superior do districto ao muito que promette o seu crédito?

Estará resolvido a reformar o districto, combatendo energicamente a devassidão politica, reformando os abusos, e fazendo severamente executar as leis?

Praticará agora como governador civil, os actos por que pugnava quando opposição, e na qualidade de membro distincto do partido progressista?

Ha muito a esperar do sr. dr. Fernandes Vaz, e por isso tanto mais teremos direito e obrigação de ser exigentes para com a nova administração que se vae inaugurar.

Estimaremos não passar por mais uma decepção; e pelo contrario folgaremos encontrar motivos para os nossos louvores.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O *Diario do Governo* declara que fôra approvado o orçamento da camara de Coimbra, com modificações.

Consta-nos que a camara, para a exigencia do imposto do vinho, considerava a retalho toda a medida inferior a uma pipa; mas o governo annullou esta expoliadora e illegal deliberação da camara, por ser opposta ao artigo 142 do codigo administrativo.

Dizem-nos mais que ficou prohibido o exigir-se o imposto aos feirantes pelo local occupado na feira de S. Bartholomeu.

Egualmente nos informam que foram eliminados 270$000 réis, destinados para gratificações.

O governo andou louvavelmente n'estas deliberações, porque principalmente a exigencia da camara de Coimbra em relação ao vinho, era de levar couro e cabello aos consumidores, que já não pagam pouco á fazenda.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Não podemos deixar de nos associar ao nosso collega da *Nação*, nas queixas que faz contra a deshumanidade que ultimamente houve para com alguns

---

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXVIX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Forçado Saldanha a dar a sua demissão, desfez-se o antigo ministerio, no qual não tinha querido entrar Palmella, dizendo, que não aceitava senão com a condição de ser *primeiro ministro*, e ser *excluido* Saldanha!... Olhem os meus leitores que eu não escrevo mentiras; escrevo a verdade; (1) e é preciso que se pintem os homens taes quaes tem sido, porque a historia não deve ser aduladora, nem servil. Na composição do novo ministerio entrou o *historico* conde da Ponte d'aquella época, e chamo-lhe historico pela notavel figura que então representou.

O povo sensato da capital, tanto que teve noticia de que Saldanha se havia demittido, ficou consternado, e por tres dias e tres noites, que se denominaram das *archotadas*, esteve na maior inquietação, pedindo que se lhe não désse a demissão. Deixaram-no desafogar, entretendo-o com esperanças e frivolas promessas, até que se publicou officialmente a nomeação do conde da Ponte.

Então o povo começou a ajuntar-se na praça do Commercio, e este ajuntamento causou tanto susto ao novo ministro, que sem proclamação alguma, nem ordem para que se retirasse, foi elle ministro em pessoa carregal-o com a espada na mão! N'esta barbara empreza teve por socios homens, que depois se viram obrigados a emigrar!

Assim estes imbecis, que assim estavam chamando o tyranno, e servindo um dos seus instrumentos, por bem pouco não estiveram no caso d'elle os premiar como mereciam pela sua má cabeça, ou, não digo bem, pela sua falta de caracter, e solidez de principios.

Acabada que foi esta civica batalha da praça do Commercio, então o *absolutismo* vencedor, entregou-se resoluto a todo o seu instincto de servidão e bruteza cruel. Abriram-se devassas em todos os bairros da capital, e annunciou-se officialmente, que por um *triz* senão proclamára a republica! e que, portanto, era necessario prevenir tamanha calamidade!

N'esta scena feroz e burlesca não podia deixar de representar o novo redactor da *Gazeta de Lisboa*. Eu tinha escripto artigos apropriados ás nossas circumstancias, e com aquelle vigor e independencia que sempre tenho mostrado em meus escriptos; porém aquelle que mais tinha ferido a nova gente que governava, foi um que escrevi sobre a *opinião publica*, sua influencia, e seus effeitos; o resultado pois que se seguiu foi o ver-me em um dia excluido da redacção da *Gazeta*, e logo no seguinte demittido de official de secretaria.

Não quiz esperar pela terceira admoestação porque conhecia muito bem com que classe de individuos lidava, e não podia ser outra senão a *prisão*. Não lhe quiz dar esse gosto, e tomei logo as minhas medidas para não cair nas garras do leão.

Era um dia de manhã, disse ao meu amigo Pedro Paes, que me arranjasse alguma roupa que alli tinha, e a mettesse em um bahú e que na minha volta á noite me tivesse apalavrado um gallego, que não fosse das visinhanças, para me levar o meu pequeno trem, porque eu já não dormia aquella noite em sua casa.

Fui d'alli direito, e já por travessas que não fossem muito frequentadas, a rua da Quintinha, onde então morava meu irmão Francisco; contei-lhe o que se passava, e que n'aquella mesma noite me ia pôr em logar seguro, do que a seu tempo lhe daria noticia.

Dado este primeiro passo fui ter com um amigo, que era o negociante Ricardo José Duarte, que morava na rua dos Fanqueiros, expuz-lhe a situação critica em que estava, e pedi-lhe me quizesse recolher em sua casa, ao menos por alguns dias, porque eu já n'aquella noite não dormia na hospedaria em que estava. Este bom amigo com toda a boa vontade me respondeu, que me recolhia, e desde logo me considerei seguro e livre das vinganças dos meus inimigos.

Concluidos que foram estes preliminares, sendo já noite fechada, tornei á hospedaria; o meu bom amigo Pedro Paes tinha já tudo disposto como eu lho tinha pedido, e então lhe disse que fizesse o favor de me acompanhar; e eu, elle, e o gallego com o meu bahú fomos direitos á rua dos Fanqueiros, e entrei no mesa

---

(1) Veja-se o meu *Ensaio historico*. já citado.

passageiros, que chegaram a Lisboa no vapor *India*, vindo de Cabo Verde, tendo fallecido seis durante a viagem.

Relata o collega, que uma pobre criada, que embarcára doente, recommendada por um dos facultativos da armada em serviço na estação de Cabo Verde, veiu sempre na enfermaria; mas a despeito da febre que se apossára d'ella em terra, e a não deixou em quanto não aportou a Lisboa, alimentaram-n'a apenas com bolaxa de marinheiro e pão bolorento, sendo vista com muito mais caridade pelo chamado enfermeiro, do que pelo medico do navio.

Seguira tambem viagem para Lisboa um infeliz mulato, preso, de ferros aos pés. A pobre victima, logo que se viu acorrentada, perdeu o animo, adoeceu, e em breves dias era cadaver, tendo expirado em completo abandono, como se fôra um irracional.

A bordo não havia um padre para ministrar aos moribundos o sustento espiritual.

E assim morreram mais cinco desgraçados, além de tres que tinham fallecido na viagem de Angola para Cabo Verde!

Na verdade é digno da mais severa censura o abandono em que se deixam os enfermos nos navios do estado, sem que os facultativos cuidem d'elles com o devido zelo; e egualmente sem que nos mesmos navios vão capellães, que celebrem missa, e dêem os sacramentos da penitencia e eucharistia aos passageiros que os requeiram ou d'elles tenham urgencia.

Nós não estâmos em um paiz de selvagens, para que se descurem os interesses moraes e physicos dos individuos que fazem viagem em os navios do estado.

O sr. ministro da marinha deve attender a este objecto, que é muito grave.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Sabemos que têm sido muito apreciadas pelos nossos leitores as memorias da vida de José Liberato Freire de Carvalho, escriptas por elle mesmo, e que estâmos publicando n'este jornal.

N'uma épocha em que tanto motivo tem havido para a descrença nos nossos homens politicos, é isso um symptoma de que felizmente o povo ainda não está corrompido, e aprecia a independencia e o merecimento onde elles existem.

José Liberato póde servir de norma para todos os que quizerem ser homens de bem, e que prezem acima de tudo a honra e a verdade.

No folhetim que hoje publicâmos refere-se José Liberato aos tumultos de Lisboa de 24, 25 e 26 de Julho de 1827, originados na demissão do general Saldanha, do cargo de ministro da guerra.

Era então aquelle illustre liberal redactor da *Gazeta de Lisboa*, e em castigo da sua independencia foi bruscamente demittido pelo novo ministro, conde da Ponte, do logar de redactor da referida *Gazeta* e de official da secretaria dos negocios estrangeiros.

José Liberato diz nas suas memorias, que o seu artigo ácerca da *opinião publica*, foi aquelle que mais irritara os absolutistas.

Poucas pessoas estarão hoje em circumstancias de poder ter á mão esse artigo, e por isso vamos transcrevel-o da *Gazeta* para o *Conimbricense*.

Veja-se que inergia e independencia eram necessarias, para publicar no periodico official do governo, a *Gazeta de Lisboa*, do dia 28 de Julho de 1827, e com a data de 27 de Julho, logo em seguida aos tumultos na capital, o artigo ácerca da *opinião publica*, que em seguida se lê!

Lisboa, 27 de Julho

DA FORÇA DA OPINIÃO

Conta-se que ao entrar em *Roma* o *gaulez Breno*, lhe perguntára um velho *romano*: — «E como te atreves, ó barbaro, a vir aqui insultar-nos? Qual é o teu direito?» — Consta tambem, que o barbaro lhe respondêra: — «Entro aqui pelo direito mais sagrado que ha em a natureza: o meu direito é a força.» — Mal pensava então o barbaro *gaulez*, que por esse mesmo direito, que elle chamava sagrado, viria um dia em que as *Gallias* seriam tambem entradas e taladas, e acabariam por ser uma provincia *romana*. A estulta ideia d'este barbaro tem sido, e ainda é hoje a de todos aquelles, que falsamente se persuadem que a força physica é tudo, e que a força moral não é nada. Quem é que teve mais força nos tempos modernos do que *Napoleão Bonaparte?* Ninguem. Apesar d'isso, chegou-lhe tambem a sua hora, e no dia da infelicidade foi obrigado a exclamar: *attentei contra a publica opinião, e morri!* Assim morrerão todos os que, não fazendo caso das grandes lições da experiencia, contarem só com a força physica do momento, e desprezarem, mal avisados, a irresistivel força moral, que nasce da opinião.

Ha uma grande differença entre a força physica e a força moral: a primeira diminue sempre, e consome-se com o uso e com o tempo; a segunda cresce sempre, augmenta-se, e robora-se com o mesmo uso e com o tempo. E a razão é evidente, porque toda a força physica tem um termo, e toda a força moral é illimitada como é illimitado o desenvolvimento das faculdades intellectuaes da especie humana. Se é pois uma verdade innegavel, que toda a força physica cede ao tempo, como é que tantos homens irreflectidos só põem sua confiança n'esta força, e desprezam com uma espantosa cegueira a força moral, sempre crescente e poderosa? A unica razão que se póde dar d'esta notabilissima inconsequencia, é a força cêga das paixões, que obscurece alguns entendimentos humanos, e irremediavelmente os leva ao precipicio.

Um dos motivos por que em geral se faz tão pouco caso da opinião é, porque vendo-a nascer sempre fraca, e quasi obscura, insensatamente se persuadem, que a sua infancia é de seculos, e que nunca ou com difficuldade chega a um estado de consistencia e robustez. Mas este erro é crassissimo; porque sendo verdade que a opinião, assim como todas as cousas, tem a sua infancia, comtudo, o seu desenvolvimento é de ordinario tão rapido, que muitas vezes entre o seu nascimento e a sua edade robusta apenas se póde marcar intervallo. É a opinião exactamente a imagem da faisca de fogo escondida no centro da pederneira, e n'este estado apenas percebida; mas que ao primeiro toque do fuzil é muitas vezes capaz de produzir um incendio inextinguivel. Desgraçados aquelles que desprezam esta sua immensa força vital, e que sempre se persuadem, que a hora do seu desenvolvimento ainda não chega!

Sendo este o caracter da opinião, e sendo esta o resultado necessario de um juizo, que simultaneamente sempre fazem muitos homens ácerca do mesmo objecto, é evidentissimo, que quando este simultaneo juizo sobre um objecto dado, for feito geralmente por toda uma nação, exprime elle sem duvida a vontade geral; e n'este caso o resistir-lhe com tenacidade e ousadia será, com effeito, uma temeridade perigosa, de que nunca pódem nascer senão mui fataes consequencias. Para estas grandes verdades devem sempre olhar com muita attenção os governantes; porque, não o fazendo assim, o menor risco que pódem correr é o desprezo: e que força ou influencia póde ter um governo se chega a cair no publico desprezo?

Se o resistir á opinião, quando ella é muito publica e geral, é o meio seguro de perder a força moral, e apoz esta logo a força physica; tambem o seguir prudente e pausadamente a mesma opinião, é o meio poderosissimo de conseguir e conservar ambas as forças, isto é, a força moral e a força physica, sem as quaes nunca se pódem exigir respeito e obediencia. O governo mais forte, mais poderoso, e mais energico, que hoje se conhece na *Europa*, é o governo britannico. E donde é que elle tem tirado, e ainda tira toda a sua força, todo o seu poder, e toda a sua energia? É da opinião publica, a alma d'esse prodigioso governo. Sem primeiro estar seguro de que a sua marcha politica é conforme com a opinião geral da nação, nunca o ministerio *inglez* ousa dar um passo: e d'aqui resulta, que, uma vez em movimento, corre sempre forte e resoluto, porque está certo, que nenhuns embaraços encontrará em seu caminho.

Como poderá, portanto, acontecer o mesmo em uma nação em que teimosamente se desprezar a publica opinião, e onde os membros que compozerem o governo não gosarem d'esta prerogativa essencial? Não é possivel que tal succeda; e o resultado inevitavel será, que, principiando por ser desprezados, serão a final desobedecidos. Se ainda podesse haver alguma duvida ácerca dos poderosos effeitos da opinião, os ultimos acontecimentos d'esta capital, que todos temos presenciado ou ouvido, seriam uma prova irrefragavel de quanto acabamos de dizer; isto é: que o arrostar a opinião é luctar contra um rochedo, que fica sempre impassivel, deixando prostrado quem a elle inconsideradamente se arremesse.

Não sejam pois inuteis as lições da experiencia: a opinião ou se ha de dirigir com muita sabedoria e prudencia; ou se ha de arrostar temerariamente com ella. O primeiro meio é o mais prudente; o segundo é o mais arriscado e temerario; e pode ter resultados fataes.»

A este justo stygma lançado contra o governo por José Liberato na *Gazeta de Lisboa* de 28 de Julho de 1827, respondeu o novo ministro dos negocios da guerra e interino dos estrangeiros, conde da Ponte, com o seguinte *supplemento* á *Gazeta* do mesmo dia:

«Tendo-se na *Gazeta* do dia 27, e continuado na de hoje a inserir artigos, que pelo seu conteúdo demonstram não só a falsidade d'elles, mas tambem no redactor d'ella, um espirito contrario a toda a boa ordem, e opinião do governo, socego publico, e Carta Constitucional, julgou-se de absoluta precisão encarregar-se a redacção da mesma *Gazeta* a quem não abuse da confiança que o governo põe na pessoa que deve dirigir este tão importante trabalho.

Para José Liberato Freire de Carvalho

Sendo os artigos que v. m. inseriu na *Gazeta de Lisboa* de hontem, e de hoje, contrarios á Carta Constitucional, dirigidos a atacar a auctoridade da serenissima senhora infanta regente, e oppostos á opinião do seu governo, manda sua alteza, em nome d'el-rei, demittir a v. m. de redactor da mesma *Gazeta*. O que participo a v. m. para sua intelligencia.

Deus guarde a v. m. *Caldas da Rainha*, em 28 de Julho de 1827. — Conde da *Ponte*.»

Ainda não contente o conde da Ponte com esta vingança, fez publicar na *Gazeta de Lisboa* de 1 de Agosto de 1827 o seguinte decreto:

«Attendendo a que *José Liberato Freire de Carvalho* tem manifestado na redacção da *Gazeta de Lisboa*, de que o tinha incumbido, um espirito contrario á boa ordem e ao socego publico, dirigido a atacar a minha auctoridade, opposto á opinião do governo e á Carta Constitucional: Hei por bem, em nome d'el-rei, de o demittir do logar de official da secretaria d'estado dos negocios estrangeiros. O conde da *Ponte*, do conselho de sua magestade, par do reino, ministro e secretario de estado dos negocios da guerra, encarregado interinamente da repartição dos negocios estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar. Paço da villa das *Caldas da Rainha*, em 28 de Julho de 1827. — *Com a rubrica da serenissima senhora INFANTA REGENTE*. — Conde da *Ponte*.»

A mocidade de hoje tem muito que aprender no caracter de homens liberaes, mas liberaes sinceros, como era José Liberato Freire de Carvalho.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

porto de salvação, a casa do meu amigo Ricardo.

Já era tal a confiança que eu tinha em Pedro Paes, que não tive difficuldade alguma em lhe dar a saber o logar e casa em que me ia refugiar. Tambem elle correspondeu bem ao bom conceito que já fazia da sua probidade e amisade com que me havia até alli tratado; porque passado logo um ou dois dias foi ter com elle um ajudante da intendencia, o *Neto*, e lhe offereceu um avultado premio em dinheiro, e um emprego, para que dissesse para onde eu tinha ido, ou onde estava.

Este honrado amigo deu-me logo a grande prova do seu caracter leal e verdadeiramente *nobre*, recusando todas as promessas que se lhe faziam para me entregar, e dizendo, que eu lhe havia pago o que lhe devia pela minha hospedagem, e que havia sahido da sua casa sem lhe dizer para onde ia. Por mais instancias que lhe fez, não poude tirar d'elle outras palavras.

Assim esta primeira prova de honradez me deu a conhecer que eu tinha adquirido um verdadeiro amigo, cuja amisade tem durado até o dia de hoje 27 de Março de 1854 em que escrevo estas linhas, e em consequencia da qual tenho sempre recebido mui valiosos serviços e as provas mais convincentes de que no mundo ainda ha almas *nobres* e honestas, em que a desgraça, ou a má fortuna se poder plenamente confiar.

Entre dois grandes amigos, sempre leae e constantes, que tenho encontrado na minh longa carreira da vida, Pedro Paes da Cost é um d'elles. Eu já fiz menção, como devi do seu nome, no meu *Ensaio sobre as causa que prepararam a usurpação de D. Migul* em pag. 114.

Entrei em casa do meu amigo Ricard José Duarte, que me recebeu como se di, com os braços abertos, e me tratou em quaro alli estive com todo o carinho, e attenções e bom amigo.

Depois de lá estar sube que estava *pronunciado*, e que em uma lista, que o intendente *Bastos* dera ao visconde de Santarm, um dos novos ministros, á meia noite do 1.º de Agosto d'este anno de 1827, e lista qu se compunha de 140 individuos, era eu o prirriro culpado que n'ella ia. Entre muitos noes, que com o meu figuravam n'aquella denuria, achavam-se tambem o do ex-ministro Guerriro, do desembargador Leitão; do conde d'Iva, filho; de Rodrigo Pinto Pizarro; do arceispo, d'Elvas; e de outros muitos individuosbem conhecidos n'essa epoca.

Ao mesmo tempo o ministro, o dos egocios estrangeiros, conde da Ponte, deu iigne testemunho da cabeça que tinha, e do pequenho vulto, que eu n'ella lhe fazia, porque em *uma nota* aos ministros estrangeiros participou — que o redactor da *Gazeta*, que nem mais nem menos *era eu*, que escrevo estas linhas, tinha sido demittido! Foi como eu já escrevi no meu *Ensaio*, uma participação que fez aos seus alliados de que tinha vencido uma grande potencia!

Assim todos os governos da Europa, que então estavam em boa harmonia com Portugal, receberam esta alegre noticia, e não sei se mandaram pôr luminarias. Ora diga-se agora, que um homem, tão notavel como eu, deve ser taxado de vaidoso por escrever as memorias da sua vida!...

Para desviar todas as pesquizas que era natural se fizessem para me agarrarem, porque sabia que havia ordem para me prenderem, escrevi para Londres, mandei um artigo como de quem acaba de chegar, no qual expunha o que me tinha acontecido, e todos os mais successos que se tinham passado antes da retirada de Lisboa. Pedia pois que alli se imprimisse e publicasse em um periodico, intitulado — o *Padre Amaro*, que eu sabia vinha para aqui. Assim se executou, e creio que foi este o motivo, porque me não constou que se fizessem diligencias para saber onde estaria escondido.

Depois de estar algum tempo em casa do meu amigo Ricardo, como visse que não podia deixar de lhe causar algum incommodo, porque a casa não tinha muita capacidade para conservar um hospede na minha situação por muito tempo, lembrei-me de mudar de asylo, e de procurar o de um homem, que depois de largos annos se dava por meu amigo, e esse mesmo, que passados outros muitos annos, mostrou, como ainda direi, que o não era. Pareceu receber-me com muito gosto, e para lá me mudei, sendo especialmente recebido por sua excellente e virtuosa mãe como se fosse um dos seus filhos.

Estava esta boa senhora já em edade avançada, e completamente cega; eu fazia-lhe companhia, lia-lhe livros de que ella gostava, e os meus dias se iam passando em aquella nova mansão mui quietos, e livres de todo o receio. Mas os negocios politicos cada vez mais tomavam peior figura, e o que mais se receava era a vinda de D. Miguel, da qual já se não duvidava.

Passava-se isto nos fins do anno de 1827, e eu não me atrevia a tomar resolução alguma antes da vinda do homem que muito se temia, por ser já bem conhecido o seu caracter, e pelas poucas esperanças que havia de o ter mudado.

(Continuar-se-ha.)

Os nossos amigos os srs. commendador João Elisario de Carvalho Montenegro e bacharel José Daniel de Carvalho Montenegro, residentes em a Nova Louzã, provincia de S. Paulo, do Brazil, apesar de viverem longe da sua terra natal, nunca se esquecem de tudo o que possa contribuir para o seu engrandecimento.

Ultimamente promoveram uma subscripção entre as pessoas empregadas na sua colonia — Nova Colombia — e outras pessoas estranhas á mesma colonia, com applicação ás obras da egreja matriz da villa da Louzã.

Abaixo publicamos duas listas de subscriptores. As verbas mencionadas são em moeda fraca. Produziu tudo, em moeda forte, a quantia de 393$300 rs. Devendo acrescentar, que o sr. José Daniel já anteriormente tinha dado só á sua parte mais a quantia de 100$000 réis.

As qualidades dos srs. Montenegros são já bem conhecidas, para que careçam de aqui lhe fazermos elogios por mais esta nobre acção.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

NOTA DA SUBSCRIPÇÃO

Em 30 de Junho de 1875

Antonio da Serra Henriques	20$000
José Ignacio de Serra	10$000
Manoel Viriato de Serra	10$000
Manoel Francisco Lopes	10$000
Manoel Rodrigues Miguel	10$000
Manoel Antunes	10$000
	70$000

Em 30 de Junho de 1876

José de Almeida	9$500
Damião Francisco	9$500
José Duarte	9$500
José dos Santos	9$500
Joaquim Fernandes Querido	9$500
Aurelio Francisco Augusto	9$500
Alvaro Francisco Agostinho	9$500
Josino Ferreira	9$590
Manoel Carvalho	9$500
	85$500
	70$000
	155$500

Em 31 de Janeiro de 1877

Juros sobre 70$000 rs. em 19 mezes a 10 p. c.	11$081	
Juros sobre 85$000 rs. em 7 mezes	4$956	16$037
		171$037

Esta quantia ao cambio de 222 produz em moeda forte 77$000 réis.

Houve engano em 500 reis, cuja quantia tambem se manda entregar.

João Elisario de Carvalho Monte-Negro.

Relação das pessoas, que contribuiram para as obras da nova egreja da Louzã em Portugal, empregadas na colonia — Nova Colombia.

José Luiz Ferreira	19$000
João Bernardo Cortez da Gama	19$000
Antonio Rodrigues	10$000
Joaquim Fernandes	10$000
João Simões	10$000
Cesar Rodrigues	9$000
José Bernardo Nunes	15$000
João Luiz Simões	10$000
João Baptista Nogueira	15$000
João Gonçalves	10$000
Manoel Henriques	10$000
Luiz Francisco	10$000
Manoel Fernandes	10$000
Diogo Simões	9$000
José Pedro	9$000
Manoel Mendes	9$000
Manoel do Rosario	8$000
José Francisco	9$000
Antonio Pompeu	10$000
Manoel Filippe	10$000
Francisco Coelho	10$000
Manoel Mendes Forneas	8$000
Agostinho de Mattos	9$000
Manoel dos Santos Bahia	9$000
José Simões Louzã	10$000
Esmola d'uma missa e d'uma promessa, que fizeram os colonos, e eu appliquei para as obras da mesma egreja	4$000
	271$000

Subscripção de pessoas estranhas á colonia

Joaquim Rodrigues Louzã	50$000
José Rodrigues Louzã	25$000
Manoel Mendes	25$000
Antonio Maria Marques	50$000
Joaquim Lopes Coelho	50$000
Antonio Baptista Duarte	10$000
Annibal Caetano	10$000
Cesar Ferreira Pinto	30$000
José Ferreira Pinto	10$000
João Antunes dos Santos	5$000
Arthur Pinto	5$000
Um Poiarense	16$000
José Ferreira Tunes	10$000
Manoel Dias de Carvalho	10$000
Dionisio de Sousa Pinto	3$000
José Francisco Coimbra	2$000
Antonio Fernandes de Carvalho	2$000
Francisco Henriques	2$000
Eusebio Ramos	2$000
Antonio Ferreira	2$000
Manoel Luiz Antunes	1$000
Cesar Augusto Tavares Santiago	10$000
D. Maria da Soledade Augusta Santiago	10$000
D. Maria Umbelina Santiago Ferreira	10$000
D. Eduarda Augusta Santiago Andrade	10$000
Antonio Tavares Santiago	10$000
João Tavares Santiago	10$000
Antonio Luiz Moreira	5$000
Bernardino José d'Andrade	5$000
	390$000
Dos colonos	271$000
	661$000

Nova Louzã 26 de Novembro de 1876.

José Daniel de Carvalho Montenegro.

COMMUNICADO

Meu prezadissimo amigo e sr. — Em um communicado anonymo d'esta cidade, publicado no *Conimbricense* do dia 17 do corrente mez, apparecem cinco accusações contra o exm.º governador d'este bispado.

É a primeira — que o sr. Manso entrára para o governo d'esta diocese *pisando a pés juntos* o direito ecclesiastico, que prohibe aos bispos o nomearem seus vigarios geraes os seus consanguineos, e por tanto a estes o aceitarem a nepotica nomeação. Porém d'onde consta essa disposição legislativa da egreja? Nem em decreto nenhum pontificio, nem nas actas dos concilios ecumenicos, que têm havido até hoje desde o começo da egreja, se descortina semelhante prohibição.

Talvez a veja o auctor do communicado na declaração da sagrada congregação dos bispos em 1577, 1611, 1622 e 1624, e tambem no decreto do concilio Romano em 1725. Mas quem hoje ignora que todos esses concilios foram provinciaes, e que essas declarações não apparecem authenticamente publicadas em parte nenhuma?

Concedamos, porém, que o direito canonico fallou como fallaram essas pretendidas declarações da sagrada congregação dos bispos, e como fallou esse decreto do concilio Romano. Nem mesmo assim melhora a posição do auctor do communicado.

Não é doutrina professada pela grande maioria de canonistas, que só é verdadeiro vigario geral aquelle que exerce a jurisdicção contenciosa e a jurisdicção voluntaria? Ora o sr. Manso, antes de adoecer o exm.º e revm.º prelado diocesano, seu tio, não era verdadeiro vigario geral, na phrase dos canonistas, pois não exercia a jurisdicção voluntaria, a qual pertence ao provisor; exercia apenas a jurisdicção contenciosa.

E não se queira sophismar esta nossa conclusão, appellando-se para o facto de o sr. Manso hoje, durante a doença grave do exm.º e revm.º prelado, ter sobre seus hombros o governo do bispado. Mesmo assim ainda este sr. não é verdadeiro vigario geral: é simplesmente governador do bispado. O officio que hoje exerce é extraordinario e transitorio, ao passo que o de vigario geral é ordinario e permanente.

É pois concludente que a primeira accusação nenhum fundamento tem, pois a sua materia não foi ferir nenhuma disposição legislativa da egreja.

Não menos injusta é a segunda accusação, a qual diz — que o sr. Manso arrastára a dignidade de prelado pelo lodo do ridiculo, andando a rezar e a cantar por estas ruas com os jesuitas e com o rapazio.

É verdade que ha tempos estiveram n'esta cidade dois missionarios; porém nunca vi o sr. Manso andar a rezar e a cantar com elles e com o povo por estas ruas.

Concedâmos porém que succedeu effectivamente o que assevera o auctor do communicado. Mesmo assim a materia d'esta accusação não é de receber. O sr. Manso tendo assim procedido não teria perturbado a ordem moral, religiosa e social d'este povo. Este facto teria sido o producto de uma convicção profundamente religiosa; e seria elle mais um dos muitos, que vemos gravados nas paginas da historia da egreja, com louvor, para serem imitados e seguidos.

Tambem não é de receber outra accusação, que no mesmo communicado apparece. Diz-se n'elle — que o sr. Manso prostituira a sua auctoridade até ao ponto de confiar a educação moral da mocidade, chamada ao sacerdocio, a um padre inintelligente, ignorantissimo e rude, não obstante ser seu primo e viver no proprio paço episcopal. Porem este padre não foi nomeado vice-reitor pelo sr. Manso. A sua nomeação já conta muitos annos de vida.

Não basta allegar-se que um individuo é ignorante e rude. Deve-se, para o desenho ser completo, apontar os factos, em que se baseia essa asserção. Ora esses factos é que o auctor do communicado não produziu ainda.

E que diremos nós da quarta accusação, aonde se diz — que o sr Manso officiára, sem ter procedido a informações judiciaes, ao seu delegado na Covilhã, recommendando-lhe que tranquillisasse o padre accusado (o padre Grainha), assegurando-lhe de sua parte, de que estava convencido de sua innocencia, e de que a mulher o accusava por influencia da gente liberal?

Tambem não a baseia o auctor do communicado em facto algum incontestavel, nem ainda em outro qualquer que careça de demonstração. É uma simples affirmação feita por um escriptor anonymo. Ninguem a póde rasoavelmente acreditar, porque ninguem sabe se n'esse escriptor ha ou não a necessaria sciencia de facto, e a necessaria probidade. Quem procedesse de modo diverso expôr-se-ia ao perigo de ter por factos historicos factos puramente fabulosos.

Em quanto á ultima accusação que no mesmo communicado se vê, nada diremos. O processo ainda não está concluido. Elle será publicado. E então o publico, pensador e consciencioso, concluirá, se o auctor do communicado caiu ou não em erro quando affirmou — que o processo instaurado contra o mesmo padre fôra organisado por forma a mais irregular e tumultuaria, preterindo-se n'elle até as disposições as mais elementares das constituições diocesanas.

Guarda 28 de Julho de 1877.

NOTICIARIO

D. Fr. Braz de Barros. — O ultimo fasciculo do *Diccionario Popular*, de Lisboa, que acabamos de receber, traz a biographia de D. Fr. Braz de Barros, monge de S. Jeronymo, reformador dos conegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra, e bispo de Leiria.

Lê-se ahi:

«Foi elle quem fez as constituições d'esse bispado, *que o seu successor, D. Pedro de Castilho, mandou imprimir.*»

Ha aqui uma confusão, em que já haviam tambem cahido os eruditos escriptores Diogo Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*, e Innocencio Francisco da Silva, no seu *Diccionario Bibliographico*.

Pelo que se lê no periodo que acima transcrevemos da biographia de D. Fr. Braz de Barros, publicada no *Diccionario Popular*, parece que o bispo de Leiria D. Pedro de Castilho, não fez mais do que mandar imprimir as constituições d'aquelle bispado, feitas por D. Fr. Braz de Barros; quando as constituições são duas, e impressas por cada um d'esses bispos.

As constituições de D. Fr. Braz de Barros são hoje rarissimas. Não tem data, nem nome do impressor; mas devem ter sido impressas entre os annos de 1545 e 1550, em que este prelado foi bispo de Leiria. Com bom fundamento suppomos que foram impressas na typographia dos conegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra, onde se imprimiram outras publicações de D. Fr. Braz de Barros.

No frontespicio, na base de uma portada, gravada em madeira, lê-se — *Constituições do bispado de Leiria*.

Nas columnas dos lados estão pendentes varias armas. Na cimalha vê-se um pelicano abrindo o peito, e dois golfinhos virados para elle. Por baixo da cimalha, entre as duas columnas, está um quadro representando a Annunciação de Nossa Senhora.

No verso do frontespicio lê-se a carta da publicação das Constituições pelo bispo D. Fr. Braz de Barros.

O typo é gothico. O livro é em 4.º pequeno, de *xliii* folhas, numeradas só de um lado.

Tem depois o *Reportorio das constituições* em 7 paginas, sem numeração.

Agora para que se veja, que as constituições impressas pelo bispo de Leiria, D. Pedro de Castilho, são diversas, basta ver o seu titulo, que é o seguinte:

«*Constituiçoens synodaes do bispado de Leiria. Feytas & ordenadas em Synodo pello Senhor Dom Pedro de Castilho Bispo de Leiria &. E por seu mandado Impressas, em Coimbra por Manoel D'araujo Impressor del Rey N. S. na Vniversidade de Coimbra. Año* 1601.»

O titulo está mettido em uma portada gravada em madeira. O livro é em folio pequeno, e consta de xx-136 paginas. Na ultima pagina tem uma gravura em madeira, representando S. Pedro e S. Paulo.

Posse. — Tomou hoje posse do cargo de governador civil de Coimbra, o sr. dr. José Joaquim Fernandes Vaz. Assistiram a este acto mais de 130 pessoas de todas as classes; apesar de não ser geralmente sabido, que a posse se realisava hoje.

Barbaridade. — Em a noute de domingo para segunda feira, pela uma hora, tres individuos, na rua da Sophia, espancaram desapiedadamente o acarretador por nome Sancho. Levaram a infamia e a cobardia a ponto de lhe darem por muito tempo, estando elle caido por terra.

O espancado gritava *aqui del-rei*, sem que nem auctoridade, nem força alguma lhe acudisse!

Os espancadores, depois do seu alto feito, vieram para a praça 8 de Maio. Passado tempo foram todos tres, seguidamente, ao local do espancamento, ver se estava morto o acarretador.

Este alli ficou perto de tres quartos de hora e só depois d'isso se poude a muito custo levantar, e lá se foi arrastando até se ir deitar, extenuado de forças, á porta das casas do sr. commendador. Francisco da Silva Oliveira.

Isto pratica-se impunemente em Coimbra!

Festividade. — No domingo ultimo celebrou-se na egreja da Sé Velha a festa a S. Christovão. Pregou o reverendo vigario de Assafarge, Manoel Correia Amado, que pela primeira vez orou n'esta cidade, e agradou a todas as pessoas presentes.

Fallecimento.—Falleceu no domingo, depois de prolongada molestia, o sr. escrivão de fazenda d'esta cidade, Domingos Clemente Vieira Machado.

Este fallecimento é geralmente sentido, porque o sr. Machado tinha sabido ganhar em Coimbra as sympathias de todas as pessoas.

Formatura. — Os estudantes do 5.° anno da faculdade de Medicina fizeram hontem a sua formatura, ficando todos plenamente approvados.

Calor. — Tem n'estes ultimos dias estado um calor insupportavel.

Pela sua parte a camara municipal não tem mandado regar rua alguma, nem ao menos os principaes passeios publicos.

Por esta forma não ha refrigerio para a povoação.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Abilio Eduardo, filho de paes incognitos, de Coimbra, de 18 mezes, fallecido no dia 21 de Julho de 1877.

Francisco Maria de Sousa Moreira, filho de João Pedro de Sousa e Rita de Jesus Sousa, de Braga, de 33 annos, fallecido em 21.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:165.

Audiencias geraes. — Começaram no sabbado as audiencias geraes n'esta comarca.

Mercado de Coimbra. — No mercado do dia 30 regularam os generos pelos seguintes preços:

Trigo tremez 530 — Dito branco 530 — Dito de Celorico meudo 560 — Dito graudo 500 — Milho branco 350 — Dito amarello 350 — Feijão vermelho 640 — Dito branco da marinha 580 — Dito da terra 500 — Dito rajado 440 — Dito frade 450 — Centeio 340 — Cevada 230 — Grão de bico meudo 480 — Dito graudo 550 — Favas 360 — Tremoços 330 — Batatas, 15 kilos, 300 — Azeite réis 1$540 — Vinho da Beira 1$150 — Dito do Bairro 1$030 — Dito da Bairrada 1$250 réis.

Obras publicas. — Mandou-se proceder á construcção de um ramal de estrada nos campos de Maiorca, entre as casas derrubadas e o Arquinho, na extensão de 1:785 metros. Metade da despeza é paga pela camara da Figueira.

Sua magestade a rainha. — Consta que sua magestade a rainha tenciona partir para o Bussaco no dia 7 de Agosto.

Governador civil. — Foi nomeado governador civil de Bragança o sr. Claudio Mesquita da Rosa.

Mercê regia. — O sr. general José de Vasconcellos Correia foi agraciado com o titulo de conde de Torres Novas.

Grandes incendios. — Ardeu todo o convento de Rendufe e parte da egreja, a duas leguas de Braga.

Tambem ardeu um grande armazem de vinhos em Villa Nova de Gaya.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE MEDICINA

Premios e distincções

1.° ANNO

Premios (sem distincção) — Luiz Pereira da Costa — Paulo Guedes da Silva e Almeida.

Distinctos (por ordem da matricula) — Antonio Manoel da Costa Lereno — João de Babo da Silva Telles — Zeferino Candido Falcão Pacheco.

3.° ANNO

1.° *Premio* — Antonio Dias de Gouveia.

2.° » — Francisco da Graça Miguens.

Accessit — Antonio Maria de Freitas Motta.

Distincto — João Henriques Tierno.

4.° ANNO

Partidos (sem distincção) — Joaquim Augusto de Sousa Refoios — Luiz Augusto Teixeira Lobato.

Accessit (por ordem da matricula) — Antonio Gonçalves da Cunha Ferrão — José de Azevedo Castello-Branco.

Distinctos (por ordem da matricula) — Joaquim de Mariz Junior — Julio Augusto d'Oliveira Baptista.

5.° ANNO

Premio — Nuno Silvestre Teixeira.

Accessit (sem distincção) — Antonio de Jesus Lopes — João Felicio Nunes Paes Coelho do Amaral — Luiz Augusto Lopes da Costa.

Informações distinctas e boas

MB — 17 *valores*

Nuno Silvestre Teixeira.

MB — 16 *valores*

Antonio de Jesus Lopes.
João Felicio Nunes Paes Coelho do Amaral.
Luiz Augusto Lopes da Costa.

B — 15 *valores*

Antonio Felicio Nunes Paes Coelho do Amaral.
Maximino José de Mattos Carvalho.
Antonio Vieira da Rocha.

B — 14 *valores*

Adriano Emilio de Sousa Cavalheiro.
Augusto Alfredo de Mattos Chaves.
Francisco de Salles da Costa Lobo.
Henriques dos Santos Pinto
Luiz Xavier Correia Gomes.

B — 13 *valores*

Francisco Mendes Callado.
Manoel Ferreira Cardoso.

B — 12 *valores*

Abel Augusto de Campos Paiva.
João Maria de Moura Mattoso Vasconcellos.
Antonio José de Sousa e Pereira.

B — 11 *valores*

José Albano do Couto Tavares Segurão.
Antonio Casimiro da Cruz Teixeira.
Vicente José Borges de Alcantara.
Augusto da Silva Rosado.
Eugenio Eloysio Alvares Fortuna.

ANNUNCIOS

LECCIONISTA

DE

MATHEMATICA ELEMENTAR

(1.ª E 2.ª PARTE)

1 MANOEL ALVES BRANCO, continua a leccionar para os exames em Outubro.

DEPOSITO

DAS

VERDADEIRAS MACHINAS AMERICANAS

DE

COSER

DE

Elias Howe J.or



Weeler & Wilson

V. H. LEBRE

108, rua da Calçada, 110

COIMBRA

2 SÃO estas sem contestação as melhores machinas de costura, tanto para familia, como para industriaes. São as que menos cançam no trabalho, e as que fazem todos os trabalhos sem alinhavar. São as que fazem menos ruido, e as que têm merecido os melhores premios em todas as exposições, sendo os ultimos na de Philadelphia em 1876.

Continua a vender a prestações, á vontade do comprador; ensino gratis; preços resumidos. Torçal, algodão, agulhas, oleo, e accessorios. Concertam-se machinas de todos os systemas.

EDITOS DE 30 DIAS

(1.° ANNUNCIO)

3 PELO JUIZO DE DIREITO da comarca de Coimbra e cartorio do escrivão, José Lourenço da Costa, se processam uns autos d'execução commercial, nos quaes a requerimento do exequente Joaquim Martins da Cunha se passaram editos, citando os executados Antonio Maria de Gouveia e mulher D. Rita Julia Almeida e Sousa, residentes em parte incerta, para no prazo de 10 dias, seguintes ao de 30, contando-se este desde a publicação do 2.° e ultimo annuncio, lhe pagarem a quantia de 325$025 réis, juros e custas que se vencerem e fizerem até integral pagamento; ou para no indicado prazo nomearem á penhora bens sufficientes para tal pagamento, com pena de se devolver ao exequente o direito d'essa nomeação.

Verifiquei a exactidão. — *Araujo Taveira.*

ESCANDALO

4 HA NO GOVERNO CIVIL de Coimbra um empregado, que ha muito negoceia em substituições de recrutas. A tanto chegou o escandalo em Coimbra! Este ramo de negocio não é proprio de um empregado.

RESPOSTA

5 DEVE-SE continuar, em certas occasiões, a prohibir a entrada na sachristia, por causa dos que roubaram a caixa das Almas, e os bens á sr.ª Maria da Luz Rainho.

Quem cabritos vende... Tire a mascara da cara e póde voltar. Se for firma a quem se possa responder sem quebra de dignidade, achar-nos-ha sempre promptos.

***

Venda de fructa

6 NO DIA sexta feira, 3 de Agosto do corrente anno, pelas onze horas da manhã, na alameda do Jardim Botanico, (ou no claustro do edificio) se hade arrematar, se o preço convier, a fructa da cerca de S. Bento.

RELOGIOS

DE

1$200 A 2$500

SEVERO

61 — ARCO DE ALMEDINA — 63

COIMBRA

NOVO METHODO

DE

GUITARRA

ENSINANDO POR UM MODO MUITO SIMPLES E CLARO A TOCAR ESTE INSTRUMENTO POR MUSICA OU SEM MUSICA, COMPOSTO POR

JOÃO MARIA DOS ANJOS

Preço 200 réis

SEVERO

61—ARCO DE ALMEDINA—63

COIMBRA

HOSPITAES DA UNIVERSIDADE

DE

COIMBRA

9 NA SECRETARIA d'estes hospitaes recebem-se requerimentos até ao 13 do proximo mez de Agosto para os logares de praticantes de enfermaria, e ajudantes de enfermeiros. Os concorrentes devem apresentar-se na dita secretaria, no dia 14 do mesmo mez, pelas 10 horas da manhã, para se conhecer se têm a necessaria habilitação de leitura e escripta. E' documento necessario um attestado da administração do concelho da sua residencia, do qual conste a occupação e comportamento do requerente.

Administração dos hospitaes da Universidade de Coimbra, 30 de Julho de 1877.

O administrador
Costa Simões.

10 JOSE' ALVES DE OLIVEIRA, residente n'esta cidade, na rua dos Sapateiros, n.° 60, arrenda duas quintas no sitio da Copeira, uma chamada Maldorme, composta de insuas com agua nativa, com laranjeiras e mais arvores de fructo, vinhas e olivaes, uma grande e linda mata, com soutos de castanheiros e um lindo arvoredo que faz lembrar o Bussaco, com matos e pastos para gados, com casas de lavoura, celleiro, adega e eira, e uma bella casa, com lindas vistas e bons commodos para uma familia decente.

Outra chamada Correio mór, com casas de habitação, insua e monte, com olivaes e mais arvores e com matos.

AGRADECIMENTO

11 FRANCISCO RODRIGUES DE ALMEIDA agradece a todas as pessoas, que na occasião do enterro de sua prezada esposa assistiram ás cerimonias religiosas, que se lhe fizeram na egreja de S. Bartholomeu, e que a acompanharam á sua ultima morada. E como lhe não foi possivel ter conhecimento individual de todos, por isso lhes agradece por este modo, pedindo-lhes desculpa.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA

Por anno .... 3$200
Por semestre .... 1$600
Por trimestre 800

Annuncios por cada linha 40 réis.
Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA

Por anno .... 3$160
Por semestre .... 1$720
Por trimestre 865

Numero 3132 | Sabbado 4 de Agosto de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Tem novo chefe superior o districto de Coimbra.

Capacidade para bem exercer o seu cargo ninguem lhe contesta. — Aptidão para resolver proficientemente os negocios publicos todos lhe reconhecem.

N'estas circumstancias, por si favoraveis e lisonjeiras, só resta saber se a nova auctoridade se delibera a traçar na sua marcha administrativa um caminho recto, e sem tergiversações.

Não hesitaremos em approvar e louvar os actos justos do actual governador civil do districto de Coimbra; mas qualquer que possa ser a deferencia que elle nos mereça, não recuaremos tambem na missão de o advertir, se por acaso alguma vez virmos que nos seus actos politicos e administrativos se desvia da norma, que elle deve ter em mira acima de tudo — A MORALIDADE.

O districto de Coimbra está sequioso de justiça. Tem-se ha longo tempo praticado em muitos dos differentes concelhos de que elle se compõe uma serie infinita de escandalos, iniquidades, violencias e desaforos de todo o genero.

Quem governa menos são as auctoridades. Estão em regra subordinadas a mandões, que de tudo têm disposto. Estradas municipaes e districtaes, recrutamento, empregos, irmandades, e outros muitos meios, taes são os elementos de que se servem os potentados politicos para dominar e subjugar os votos dos eleitores, e apparentarem uma influencia, que não é devida a merito proprio, mas á acção illegal que lhes têm concedido os governos e os governadores civis d'este districto.

O recrutamento, sobretudo, é a arma mais terrivel de que se têm servido os mandões e as auctoridades, para conseguirem sustentar o seu poderio. E' o recrutamento a espada de Damocles, que está suspensa sobre os povos, e que os têm cruelmente subjugados.

Investigue minuciosamente o novo governador civil de Coimbra o que vae por muitos dos concelhos do districto, e encontrará attestados falsos, mentiras officiaes e officiosas, processos abafados, o numero de recrutas distribuido ás freguezias por preencher; emfim achará tudo quanto póde escogitar a mais infrene devassidão administrativa e politica.

Temos ha annos clamado aqui bem alto contra tamanho escandalo; temos incessantemente pedido justiça. Mas que importava pedil-a, se no poder e na administração estavam enthronisados os individuos, que só viviam, só imperavam pelo atropelamento de todas as leis e de todos os deveres?!

Vimos hoje d'esta tribuna da imprensa pedir á nova auctoridade superior do districto uma reparação a tanta iniquidade, a tão grande affronta da moral e do direito! Vimos pedir-lhe que reforme a administração; que se não limite só a fazer mudança de pessoal, mas sobretudo que faça reforma profunda e completa no modo de proceder dos seus subordinados.

Bem sabemos, que a auctoridade superior, que quizer sinceramente combater essas immoralidades, tem de luctar com os numerosos elementos sustentados sobre a base do favoritismo e das maiores torpezas. Não ignorámos, que os mandões e potentados eleitoraes, se hão de servir dos muitos meios, ha longos annos á sua disposição, para contrariar e procurar por todas as fórmas impedir a acção da auctoridade que quizer ser honesta.

Não importa! Cumpra o seu dever. Abra uma nova era na administração do districto, que não faltará quem abençõe a auctoridade recta e justiceira.

A corrupção ainda não lançou tão extensas ramificações, que não haja na sociedade numerosos cidadãos independentes, que applaudam o chefe superior do districto que quizer inaugurar uma épocha de justiça e moralidade.

Acabe-se por uma vez com a desenfreada e torpe devassidão, que tem dominado o districto de Coimbra.

Se assim proceder, a auctoridade superior terá o apoio dos homens de bem. Mas se hesitar terá de soffrer as consequencias da sua marcha dubia.

Pela parte que nos toca nada temos que alterar em o nosso programma.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

As despezas extraordinarias em que se tem envolvido, e tenciona continuar a envolver a camara municipal de Coimbra, vão produzindo os seus naturaes resultados.

E' preciso exaggerar a receita, porque tudo é pouco para as grandes despezas do municipio, graças á sua economica e zelosa vereação.

Já na sessão legislativa passada foi apresentado um projecto de lei, a requerimento da camara de Coimbra, para aqui se renovar o vexatorio imposto dos carros; e se não fosse o bom senso dos membros da respectiva commissão da camara dos deputados, que de proposito pozeram pedra sobre este iniquo projecto de lei, já estaria em execução em Coimbra mais esse tributo.

Em todo o caso a camara d'esta cidade ainda não perdeu as esperanças de conseguir que esse imposto seja approvado no parlamento.

A illegal, exorbitante, e oppressiva classificação de vinho a retalho, estabelecida pela camara no actual orçamento, obrigando ao tributo municipal toda a quantidade inferior a pipa, era outra rede que queria lançar aos consumidores. E a não ser o governo, que se oppoz a essa deliberação, teriam os contribuintes de pagar mais esse arbitrio.

Não pensem, porém, os cidadãos que se livram da oppressão da camara de Coimbra.

A vereação precisa de dinheiro, e muito dinheiro, para satisfazer ás suas velleidades e caprichos; e como o governo lhe obstou ao aggravamento do imposto no vinho, irá necessariamente augmentar a contribuição directa, a qual começando em 5 por cento, está já em 10; e agora subirá para quanto fôr da vontade dos senhores d'este municipio.

Não contente a camara com a enorme despeza com que está sacrificando os contribuintes, na desnecessaria e one-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXVX

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Chegou emfim D. Miguel em Fevereiro do anno de 1828, mez, no qual tambem perdi um bom parente, Francisco Freire de Macedo, meu primo co-irmão, e desembargador da relação de Lisboa, magistrado integro, e que senão morresse tão cedo, occuparia hoje um dos primeiros logares da magistratura actual.

D. Miguel mostrou logo as tenções com que vinha: completou a usurpação; e o descontentamento se manifestou tambem logo em muitas partes do reino, e com toda a energia, bem pouco depois na cidade do Porto. As prisões dos que eram suspeitos de não adherir á usurpação começavam a se fazer; e eu tambem comecei a olhar para a minha situação com mais particular attenção.

Sabia muito bem, que a casa em que estava era vigiada pela policia, e que bem podia acontecer que houvesse alguma visita domiciliaria, o que com effeito aconteceu, quando eu já lá não estava; e alem d'isto na mesma escada, e nas sobre-lojas, morava um escrivão que não tinha bom nome: em consequencia d'isto que sabia, resolvi-me a mudar quanto antes de habitação.

Como depois de muitos annos conhecesse umas mulheres costureiras que moravam sós, e eram pessoas em quem me podia fiar, procurei saber se me poderiam receber, e ir refugiar-me em casa d'ellas, porque era o logar menos suspeito que podia escolher, para não cair nas mãos dos meus inimigos. Assim que tive a certeza de que me podiam receber, e o faziam de muito boa vontade, mudei-me logo, sem mais esperar um momento para casa d'ellas.

Moravam então em mau sitio; porque era perto do Campo de Santa Anna, e quasi defronte do convento do Desterro, pertencente aos frades Bernardos. Assim mesmo não hesitei, fiz de noite a minha mudança, e achei-me na companhia das duas mulheres em uma casa mui pequena, em que apesar disso me arrangei o melhor que poude ser.

Mas isto acontecia já por fins do mez de Maio, e julguei que era preciso mudarmos de casa porque estava dando incommodo ás minhas hospedeiras. Para isso comtudo havia difficuldades, mas era preciso vencel-as. A primeira era que se tornava necessario pôr escriptos na casa, seguia-se o vir gente vêl-as para as alugar, e como me havia eu de occultar aos visitantes? Por felicidade a casa tinha sobre a escada um grande armario, em que podia estar sentado commodamente, e esconder-me n'elle quando viesse algum curioso.

Assim acontecia: quando alguem batia á porta, ia-me logo metter no meu covil, e a quem perguntava de que servia o armario, respondia-se-lhe, que para trastes velhos, e para cousas de nenhuma importancia. Por boa fortuna minha ninguem teimou em querer ver o armario, e d'esta primeira difficuldade escapei, apesar de haver quem alugasse a casa. Achou-se outra mui proxima com o espaço necessario para eu alli estar sem muito incommodo das minhas senhorias, porém ainda muito mais proxima aos meus vizinhos frades Bernardos.

Era emfim chegado o fim de Junho, e era preciso fazer a mudança em um tempo que tudo eram festas a D. Miguel, e que mesmo em frente da porta da casa, d'onde devia sahir, se faziam grandes fogueiras a S. Pedro com grandes danças e cantigas ao novo rei Miguel. Não havia remedio, era absolutamente preciso desalojar no ultimo de Junho, e como o havia eu de fazer, sendo-me preciso passar pelo meio das fogueiras, e das folganças que as acompanhavam?

As mulheres, que tem expedientes para tudo, ainda nos casos mais difficeis, propozeram-me um meio que não tive remedio senão acceitar. E foi elle que me vestisse com um dos seus vestidos, e de capa e lenço na cabeça sahisse sem temor no meio d'ellas. Assim, tal e qual, aconteceu; arranjaram-me como poderam, e eu sahi são e salvo d'aquelle perigo; ninguem attendeu para mim, tão entretidos todos estavam no seu brinquedo, e entrei sem mau encontro em a nova casa que

rosa construcção dos paços municipaes; fel-os edificar encurtando consideravelmente o espaço que havia em frente do convento de Santa Cruz, tornando assim de um effeito deploravel aquelle local, e difficultando alli o transito publico.

Foi, porém, isto feito de proposito para os planos que estão em projecto. Pretende-se, depois de concluidos os paços municipaes, demolir os valiosos predios que se acham em frente d'elles, para fazer um largo.

Póde-se avaliar com que onus irá ser sobrecarregado o municipio, na demolição de predios de tal importancia como são os dos srs. José Clemente Pinto, d'esta cidade, viscondessa de Maiorca, Pessoa Arnaud, da quinta de Voimarães, e outros de grande valor! Não fallando na barbaridade que se pratica em continuar a diminuir cada vez mais o numero de habitações em Coimbra, em logar de as augmentar como tão preciso se torna!

Prosigam no seu vandalismo; vão reproduzir ao principio da rua da Sophia o espectaculo vergonhoso e repugnantissimo que se está presenceando á Portagem.

Cá estão as bolças dos contribuintes para tudo pagar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Repetem-se as provas da *actividade* do supremo tribunal administrativo!

Ha dias demos noticia de um accordão d'este tribunal, ácerca de um recurso da camara municipal de Coimbra, de Maio de 1865; isto é, passados 12 ANNOS. Agora temos outro accordão; mas diga-se a verdade em abono d'aquelle tribunal: este só se demorou 9 ANNOS. Houve uma diminuição de 3 annos. E' caso para agradecer.

A junta geral d'este districto, na sua sessão de 4 de Agosto de 1868, distribuiu pelos 17 concelhos do mesmo districto a contribuição predial; e emquanto distribuiu ao concelho de Coimbra a percentagem de 7,2 por % do rendimento collectavel designado nas matrizes, aos outros concelhos distribuiu só 4, 5 e 6 por %.

Como a lei dá todo o arbitrio ás juntas geraes, os procuradores dos diversos concelhos mancommunam-se contra o concelho de Coimbra, que apenas tem dois procuradores, e lançam a este concelho toda a quantia que querem.

A camara municipal d'esta cidade, recorreu logo para o supremo tribunal administrativo da decisão da junta geral, no mesmo mez de Agosto de 1868.

Allegava que a propriedade nos outros concelhos do districto consta de bens de raiz, cultivados por seus proprios donos, e de casas tambem por elles habitadas, ao passo que no concelho de Coimbra os bens de raiz e as casas andam quasi todos arrendados, sendo por isso mais facil de verificar, e mais exacto o rendimento collectavel, d'onde resulta que esta base é desvantajosa a este concelho.

Concluia a camara pedindo que a percentagem ao concelho de Coimbra fosse reduzida a 6,5 por % do rendimento collectavel dos predios inscriptos na matriz, que era a percentagem media em relação á de todos os outros concelhos do districto.

Decorreram perto de 9 ANNOS, e em data de 17 de Maio d'este anno de 1877 houve por bem despertar do seu somno lethargico o supremo tribunal administrativo, para denegar provimento ao recurso.

A deliberação da junta geral de Coimbra foi tomada em 4 de Agosto de 1868; e o accordão do supremo tribunal administrativo foi publicado no *Diario do Governo* de 2 do corrente mez de Agosto!!! 9 ANNOS de intervallo!

Já é actividade!

Mas não se cuide que estes factos se praticam unicamente no supremo tribunal administrativo. A molestia é contagiosa.

O tribunal de contas trabalha com o mesmo zelo. Por exemplo, estão n'este tribunal as contas da camara municipal de Coimbra dos annos de 1856 e 1857, de que era presidente o sr. dr. Antonio Augusto da Costa Simões, e ainda até hoje não saiu d'alli a decisão d'ellas!

Tudo assim vae!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

No *Conimbricense* de 17 de Abril ultimo publicámos uma carta do sr. Antonio Ribeiro Saraiva, em que fallando da sociedade secreta dos Jardineiros, descoberta em Coimbra em 11 de Julho de 1823, conta o que em certa occasião passára com o estudante do 3.º anno de Canones, João Bernardo Pinto de Beja, o qual o convidára para entrar em sociedades secretas.

Agora recebemos de Gouveia uma carta do sr. bacharel João Bernardo Beja, em que trata de rectificar os factos narrados pelo sr. Ribeiro Saraiva. Abaixo publicâmos essa carta.

E já que tivemos de nos referir a dois tão antigos alumnos da Universidade, ambos os quaes ainda são vivos, parece-nos não vir fóra de proposito dizer a respeito de ambos o seguinte:

1.º O sr. João Bernardo Freire de Andrada e Beja, que tal era o nome que usava quando frequentava a Universidade, completará no corrente mez de Agosto, 82 annos, pois que nasceu na villa de Gouveia, no dia 23 de Agosto de 1795. Foram seus paes José Pinto Beja e D. Feliciana Joaquina de Andrada Freire.

Veiu matricular-se no 1.º anno Juridico da Universidade em 1814. Em 1818 completou o 4.º anno de Canones. Abandonou então a Universidade; mas em 1820 voltou a concluir os seus estudos, matriculando-se no 5.º anno de Canones, em que se formou no anno de 1821.

2.º O sr. Antonio Ribeiro Saraiva fez no dia 10 de Junho ultimo 77 annos, pois que nasceu em Sernancelhe, antiga comarca de Trancoso, aos 10 de Junho de 1800.

Eram seus paes o desembargador José Ribeiro Saraiva e D. Francisca Xavier Constantina de Moraes Macedo. E foram seus padrinhos, o marquez de Castello Melhor, Antonio José de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, e a marqueza de Castello Melhor e condessa da Calheta, D. Maria José de Assis Mascarenhas.

Veiu o sr. Antonio Ribeiro Saraiva matricular-se no 1.º anno Juridico em 1816, formando-se na Faculdade de Leis em 1821.

No anno lectivo de 1821 para 1822 frequentou o 6.º anno; mas não se chegou a doutorar.

N'esse mesmo anno frequentou o 1.º anno das Faculdades de Mathematica e Philosophia; e no anno de 1822 para 1823 frequentou o 2.º anno das mesmas Faculdades. Não continuou, porém, com esses novos estudos.

Eis agora a carta do sr. João Bernardo Beja.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Tem despertado minha attenção o prurido levantado no *Conimbricense* do mez de Abril, com uma celebre correspondencia de Londres, em que me distribue o papel de propagandista do jardineirismo, pela razão de estar alucinado com o philosophismo francez, como tanta da mocidade academica, que não obteve do correspondente a mercê do seu criterio.

O jardineirismo, de que se começou a fallar na achada dos destroços do poço dos Garridos, pelo que tem colhido a imprensa, parece poder attribuir-se ao brazileiro Montezuma, que pela confrontação das datas devia ser caloiro com o correspondente; e a sua calouríce que este se diz perseguido por minhas solicitações, sem attenção á distancia das habitações, e frequencia negativa de tractos. Bolhas de sabão para curar espinhos que doem, talvez como os do Bem Formoso.

Entretanto para o que lhe possa prestar, lá descobre agora no seu quinto anno a tentativa de seducção no convite para um pretendido jantar, que não passou de uma d'aquellas brincadeiras tão frequentes entre a estudantada d'esse tempo; e a que devia esquivar-se se suspeitasse cavilação. O sombreado em que envolve o caso, reclama mais dilatada escripta.

Decidido em Outubro de 1820 a ir ultimar a carreira academica interrompida em 1818 por motivos de saude, e achando occupada pela senhoria a casa da antiga morada (1), tive de acceitar um quarto deshabitado na que occupava o oppositor Barbosa, que tambem n'esse anno concluiu o curso juridico; e que apesar da pecha do tiro ao frade, que lhe *requestava a parenta educanda sob sua vigilancia*, me consta merecera a consideração dos reformadores bispo Lobo e arcebispo Fortunato, e que em 1834 sahira para o estrangeiro.

N'um dos dias das ferias do Natal conseguiu Barbosa comprar um lombo, o que não era então muito facil; e conveiu-se patuscar com elle, convidando cada um dos companheiros o conhecido que quizesse. Eu, advertido no curso, decidi-me pelo correspondente, por julgal-o com mais cordura entre os poucos conhecidos.

Na declinação da tarde acudiram os convidados; e entre elles o condiscipulo Montezuma, a quem por certo a policia academica não consentiria a taes horas atravessar as ruas mais frequentadas da cidade disfarçado em futrica, para ir a horas mortas furtar as gallinhas de que não carecia.

Como quer que fosse, a comezana passou divertida com os gracejos da rapaziada, sem carecer de estimulos da couca para a gargalhada.

Estas deturpações de mau gosto poderão satisfazer a malicia do especulador sombrio; mas nem aproveitam á causa para que se adduz, nem acreditam quem as emprega, confiado na difficuldade de encontrar quem saiba como as cousas se passaram depois de mais de meio seculo de oscilações para ser desmentido.

Se o favoritismo não tivesse tantas vezes embrulhado nas leviandades juvenis a falta da precisa capacidade para os negocios mais importantes, póde ser que os povos não tivessem a queixar-se de tantas desgraças, nem a imprensa conscienciosa a repellir tantos dislates.

Apesar do que se tem escripto em tempos e com fins diversos, o presente seculo, fez-se cargo de patentear que os conciliabulos á porta fechada, ou entreaberta, com mais ou menos apparato para fascinar basbaques, não passam de maquinações para levantar nos escudos o mais audaz ou mais manhoso, que reparta com a sua clientella os proventos publicos.

No meu desprendimento de figurar no mundo não admitto outros compromissos além das attenções devidas entre as differentes classes sociaes. Não quebro lanças por haver vantagens, nem reparar perdas. Amoldo-me como posso ás circumstancias que não criei nem posso dominar.

Aqui tem o *Conimbricense* decifrado o meu philosophismo pratico (1).

O segredo da consciencia tem foro privilegiado.

E para mais completa informação ajuntarei que elle me tem allienado a vontade dos exaltados de todas as côres, accusando-me uns de liberdadeiro, outros de anticonstitucionalismo, outros de miguelismo da rendufada, e outros de caipira da convenção. É mundo!...

Desculpe a insignificancia e fique em paz.

Gouveia 29 de Julho de 1877.

João Bernardo Beja.

(1) Na primeira épocha dos seus estudos até 1818, morou o sr. João Bernardo Beja no becco da Amoreira; e quando voltou em 1820 foi residir na rua do Correio, hoje de Joaquim Antonio de Aguiar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

(1) O *Conimbricense* não, porque nada tem com isso; mas sim o correspondente de Londres.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

---

tinhamos alugado. Foi um novo e bem curioso incidente entre os muitos que me tem acontecido na vida.

Na minha nova casa estava eu muito á larga, e a meu commodo; e só o que mais me tormentava eram as risadas que davam os frades, que muito bem ouvia, e as cantigas do *rei chegou*, que de manhã até á noite me cantava uma mulher que vivia nas lojas. Assim mesmo considerava-me livre de perigo, e o que mais cuidado me dava era o resultado que teria a revolução do Porto, da qual ia sabendo a marcha por um *padeiro* vizinho, muito constitucional, e que dava as noticias que havia ás duas mulheres de quem elle era amigo.

Eu estava determinado a não tomar resolução alguma sem ver o que a final fazia o Porto; no caso de resistir tencionava conservar-me em Portugal, mas quando o resultado não fosse feliz, estava decidido a ir-me immediatamente embora sem esperar mais um momento.

Emfim chegou a solução d'esse desgraçado impulso politico, dado contra a usurpação, bem conhecido por todos, e eu não hesitei um momento em tomar a minha ultima resolução. Escrevi immediatamente ao meu amigo Ricardo José Duarte, em cujas mãos tinha ainda algum dinheiro, restos das minhas economias, e pedia-lhe que me tomasse um logar no primeiro paquete que fosse para Inglaterra.

Felizmente, passados poucos dias, estava um a sahir, e respondeu-me, que me aprompta̧sse para partir, e que me recommendaria ao capitão. Deixei sem demora a casa das minhas hospedeiras, e em um dia á noite fui ter á casa onde já tinha estado, e onde ainda tinha alguma roupa, para d'alli fazer a minha.

Tudo isto foi obra de poucos dias; e feitos todos os meus arranjos, o meu amigo Ricardo disse-me, que havia de ir a casa de um seu amigo que morava em Buenos-Ayres, onde encontraria o capitão do paquete, a quem já estava recommendado, e com elle iria para bordo. Dei parte ao meu novo amigo Pedro Paes da Costa da minha partida para Inglaterra, e elle em um dia á noite veiu buscar-me em uma sege e foi comigo para Buenos-Ayres.

Lá encontrei o capitão, que me recebeu muito bem, e me prometteu ser-me util em tudo o que d'elle precisasse, o que bem cumpriu; e despedindo-me do meu amigo Pedro Paes fomos n'essa mesma noite para o paquete, e me achei emfim livre do todo o perigo nos dominios inglezes.

Encontrei lá alguns emigrados, que faziam a mesma viagem, e pelos mesmos motivos, os quaes todos me conheceram, bem que eu não conhecesse pessoalmente nenhum. Era isto quasi pelos fins de Novembro do anno de 1828. Sahiu emfim da barra o paquete, e fizemos uma viagem feliz até Falmouth, onde desembarquei com os meus companheiros.

Estava contentissimo, porque estava em terra conhecida, e que fôra sempre, e ainda hoje é, muito da minha affeição; e porque já me tinha dado asylo e hospitalidade em outra crise perigosa.

Fim do anno de 1828 *até quasi ao fim do anno de* 1833.

Achando-me em Falmouth era a minha tenção tomar um logar em algumas das diligencias que iam para Londres, porque sempre preferi viajar por terra a viajar por mar. Mas em o numero dos meus companheiros do paquete encontrei um individuo, ainda de pouca edade, que me disse ser filho do conde de Sabugal, e que ia para casa do marquez de Palmella. Elle estava pouco endinheirado, e tão pouco que, tomando-lhe affeição, lhe adiantei algum dinheiro para acabar a viagem, dinheiro, que Palmella me restituiu briosamente.

Sabendo as minhas tenções veiu pedir-me, que fossemos antes por mar para Londres, porque era muito mais barato, e estava a partir para lá um excellente vapor. Condescendi com o seu pedido, e embarcámos com effeito no tal vapor.

Esta condescendencia porém ia-me sahindo fortemente cara, porque em a noite de 7 para 8 de Dezembro tivemos uma tão rija tempestade no canal, que a não ter acalmado, davamos necessariamente á costa ou do lado de Inglaterra ou de França. Assim que me vi livre d'este perigo, disse ao capitão do vapor, que me pozesse em terra no porto mais proximo; e que eu lhe dava o importe da passagem até Londres. Não teve o capitão difficuldade em me fazer o que lhe pedia; e como o porto mais proximo que tinhamos era Portsmouth, alli me desembarcou com grande prazer meu. De Portsmouth tomei a diligencia para Londres, e lá cheguei em poucas horas são e salvo.

(*Continuar-se-ha.*)

COMMUNICADO

Sr. redactor do *Conimbricense*. — Ha n'esta villa um correspondente do *Jornal da Noite*, que na sua *bombastica* e *campanuda* correspondencia, veiu fallar de uma opposição a um beneficio no theatro, que uma sociedade, composta de *varios individuos* queria dar para a construcção d'um hospital.

Entre estes individuos parece-nos descortinar o nobre correspondente. Este senhor quer para si a gloria da lembrança; hade tel-a, se a tiver merecido; não lhe queremos roubar esse parto tão philantropico, que o seu auctor quer apregoar *urbi et orbi*; mas pretendemos demonstrar-lhe exuberantemente a sua má fé, quando asseverou que havia opposição a tal beneficio: narraremos como as coisas se passarem, sem deturpar os factos, e havemos destruir-lhe essa supposta opposição acintosa, creada só na fecundissima imaginação de s. s.ª; mas primeiro queremos saber a quem nos havemos de dirigir.

Queira pois s. s.ª descobrir-se, para sabermos, quem é tão famigerado progressista, e teremos occasião de conversar, ainda que de acanhadas ideias e *sentimentos sem classificação*.

Peço a v., sr. redactor, a publicação d'estas linhas no seu muito lido jornal, pelo que lhe ficarei summamente agradecido.

Pombal 31 de Julho de 1877.

Francisco José Pimenta.

NOTICIARIO

O emprestimo de D. Miguel. — Agora que tanto se tem occupado a imprensa do emprestimo contraido por D. Miguel em Paris, no anno de 1832, tem todo o cabimento o publicarmos o decreto da regencia da Terceira de 23 de Agosto de 1830, que transcrevemos da *Chronica da Terceira*, n.º 19, de 30 do mesmo mez de Agosto.

«A regencia dos reinos de Portugal e Algarves, e seus dominios, considerando que são manifestamente irritos, nullos, e de nenhum effeito todos os actos emanados do governo de S. A. R. o infante D. Miguel depois do dia 25 de Abril de 1828, ou sejam passados debaixo do nome de regente, ou de rei, por ter sido n'aquelle dia que mais descobertamente se manifestou o projecto, que seguidamente se desenvolveu e consummou, de usurpar para sua alteza a corôa de que por inconcusso direito de hereditaria successão, pelas leis fundamentaes do reino, e pelo direito publico de todas as monarchias hereditarias, indubitavelmente pertencia ao senhor D. Pedro IV, e depois d'elle, e por sua formal abdicação a sua magestade fidelissima a senhora D. MARIA II, sua augusta filha; e attendendo que d'aquella manifesta nullidade, somente pódem ser com razão exceptuados os actos ordinarios de justiça, ou de administração, que por sua natureza não tem um caracter politico, nem pódem ser retardados; a mesma regencia querendo prevenir desde já qualquer duvida que de futuro possa occorrer em negocios da fazenda publica, e tirar toda a occasião de fraude ou engano, declara em nome da rainha, que nunca serão reconhecidos como obrigatorios para a corôa portugueza, antes a todo o tempo e em todo o caso serão havidos por nullos, irritos, e de nenhum effeito quaesquer emprestimos, pagamentos antecipados, ou outros contractos onerosos á fazenda publica de Portugal e Algarves e seus dominios, ou feitos sobre bens moveis ou de raiz pertencentes á mesma fazenda, que o governo de S. A. R. o infante D. Miguel tenha celebrado depois do dia 25 de Abril de 1828, ou celebre d'aqui em diante com alguma pessoa, sociedade, companhia, ou corporação portugueza, ou estrangeira. O ministro e secretario de estado o tenho assim entendido e faça executar, dando ao presente decreto a maior publicidade que seja possivel, tanto dentro como fóra dos dominios portuguezes. — Palacio do governo em Angra 23 de Agosto de 1830. — *Marquez de Palmella. — Conde de Villa-Flôr. — José Antonio Guerreiro. — Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque.*

Convalescença. — Está em convalescença Fernando Viegas, de Rio Torto, concelho de Gouveia, que foi operado da talha no hospital d'esta cidade, extrahindo-se-lhe tres calculos, em 21 de Junho passado, como noticiámos.

Nos ultimos trez dias antes da operação oscilava o pulso entre 72 e 74 pulsações, a temperatura entre 37,0 e 37,2. Nos dias immediatos á operação apenas o pulso subiu a 88 pulsações, conservando-se a mesma temperatura; e depois do dia 29 ficou oscilando o pulso entre 60 e 66 pulsações, e a temperatura entre 36,0 e 37,0. Estas observações foram feitas todos os dias pela manhã e á noite.

Nove dias depois da operação principiaram a sahir as primeiras gotas d'ourina pela uretra, aos 23 tinha a ourina tomado o seu curso natural, deixando de sair pela ferida; ao cabo de 34 dias estava esta cicatrisada.

Não sobreveio accidente ou complicação alguma inherentes á operação; apenas o doente accusou por vezes colicas intestinaes, em consequencia de constipação de ventre, que foram debelladas pelos laxantes.

O tratamento interno foi, segundo as circumstancias e indicações alternado: calmante, antiphlogistico e laxante: o local consistiu unicamente em injecções com agua tepida, sem apposito ou apparelho algum, e por fim cauterisações com o nitrato de prata, para animar a granulação da ferida.

Evasão. — Um contratador de milho da praça de D. Pedro V, d'esta cidade, achou de falta 24 alqueires d'aquelle genero.

Na quarta feira foi encontrado um rapaz de 13 annos de edade a vender alguns saccos, com marca conhecida, e que tinham estado em poder do referido contratador.

Foi preso o rapaz para averiguações; sendo mettido em uma casa da cadeia, junto á torre, onde estava um preso.

No entanto a auctoridade administrativa mandou chamar o pae e mãe do rapaz, os quaes são de uma das freguezias ruraes d'este concelho.

Chegando elles á administração do concelho na manhã de quinta feira, foi um empregado á cadeia para trazer o rapaz, a fim de ser perguntado; mas não o encontrou, porque havia fugido!

De noute despira-se, ficando completamente nú; poude assim atravessar a grade; atou ao fato d'elle um cache-nez, que lhe emprestou o preso que estava na mesma prisão; deixou-se escorregar, deu depois um salto, e safou-se!

Até agora não se sabe o caminho que levou.

Barbaridade. — Na quarta feira appareceu o cadaver de um recemnascido lançado na pipa, que recebe as immundicies aos Oleiros, e que d'alli é conduzida para o cerco dos Jesuitas.

Que deshumanidade!

Desgraça. — Na terça feira, proximo de Poiares, caiu uma mulher de cima de um carro, o qual lhe passou por cima das pernas. Ficou em muito mau estado.

Viagem real. — Na sua viagem para Vidago chegou sua magestade el-rei á estação do caminho de ferro d'esta cidade, pelas 5 horas e um quarto da manhã de quarta feira ultima. Era alli esperado pelo commandante interino da 2.ª divisão, chefe e sub chefe do estado maior, auctoridades locaes, e muitas outras pessoas: fazendo a guarda de honra a força de infanteria 9 e cavallaria 8 aqui estacionada.

Sua magestade a rainha. — Consta que sua magestade a rainha parte ámanhã para o Bussaco. O comboyo seguirá ás 11 horas e meia da noite. O pessoal do serviço compõe-se de 30 pessoas.

Jubilação. — O sr. Antonio Dias Ferreira, professor vitalicio da cadeira de ensino primario de Pombeiro, concelho de Arganil, foi jubilado com o ordenado annual de réis 90$000.

Apresentação. — O presbytero Julio da Silva Carvalho, parocho collado na egreja de S. Sebastião das Means, foi apresentado na egreja parochial de Nossa Senhora da Assumpção de Tentugal.

Despacho. — O sr. José Augusto de Freitas foi nomeado director do correio de Soure.

Relatorio. — Recebemos e agradecemos o relatorio da gerencia da *Companhia edificadora e industrial de Coimbra, e parecer do conselho fiscal.*

A direcção propõe no seu relatorio o seguinte:

«Que as contas de despezas de installação, de escriptorio, moveis e utensilios, sejam amortisadas em 10 por cento;

Que seja dividido pelos srs. accionistas, a titulo de juro, 500 por acção, estando estas ao abrigo do que dispõem os estatutos;

Que passe para fundo de reserva 5 por cento dos lucros liquidos;

Que passe para saldo do anno seguinte a quantia restante, do saldo de ganhos e perdas, depois de deduzidas as verbas propostas, d'onde se deve pagar a contribuição industrial, que for lançada a esta companhia no corrente anno;

Que a assembleia geral resolva sobre o destino que deva dar-se ás acções de conta propria.»

Compendio de desenho linear elementar. — Recebemos esta utilissima publicação, que acaba de fazer o sr. José Miguel de Abreu, professor proprietario da cadeira de desenho annexa á faculdade de Mathematica. Agradecemos ao seu illustrado auctor o exemplar que nos offereceu.

No logar competente vae o respectivo annuncio.

Camara de Lisboa. — Tomou posse a nova camara de Lisboa. Ficou presidente o sr. D. Luiz de Carvalho Daun e Lorena, e vice-presidente o sr. Dr. Luiz Leite Pereira Jardim.

Soccorros para o Ceará. — Promovem-se soccorros em Lisboa e outras terras do reino para os povos do Ceará, no Brazil, que estão soffrendo muito, em consequencia da grande secca que alli houve.

A grande commissão de Lisboa para os inundados, reuniu-se ha dias, e verificou que se haviam recebido 217:000$000 réis; despendido 153:800$000 réis; e que portanto ainda restavam 63:200$000 réis.

Apresentou sua magestade a rainha uma proposta, para que a commissão destinasse para acudir aos infelizes do Ceará, a quantia de que se podesse dispor.

Esta proposta foi unanimemente approvada.

Festividade em Polares. — Communicam-nos o seguinte:

«No dia 12 de Agosto do corrente hade celebrar-se em Santo André de Poiares a festa annual da Senhora das Necessidades, que se venera na sua grande e magnifica capella, situada além da ponte, proxima á cabeça do concelho.

Esta solemnidade, que se tem tornado cada vez mais concorrida por innumeros devotos, tanto do concelho como de fóra d'elle, que vem alli render graças á milagrosa imagem, e cumprir os votos que lhe fazem em occasião de angustia, promette ser este anno mais apparatosa e brilhante, do que nos anteriores.

No dia 11 á noite haverá o costumado arraial com fogo preso e do ar, assim como bazar e leilão de prendas em beneficio da philarmonica *Fraternidade*, a qual, apresentando-se pela primeira vez fardada n'esta festividade, desempenhará bonitas e variadas peças de musica do seu já abundante reportorio.

No dia seguinte de manhã terá logar a missa solemne com exposição do Santissimo, bem como a communhão aos meninos, e sermão; e de tarde a procissão até á cabeça do concelho, na qual figurarão cerca de 10 anjos, e depois novo sermão.

A festa e arraial continuará ainda no dia 13, se fôr possivel realisar-se o projecto da transferencia da feira, ou de parte d'ella, para o arraial da capella.

Poiares, 1 de Agosto de 1877. — *Um devoto da Senhora das Necessidades.*»

Guerra do Oriente. — *Vienna*, 31. — A Austria vae mobilisar já 90:000 homens.

Londres, 31. — A imprensa d'aqui publicou hoje telegrammas dos seus correspondentes confirmando a derrota dos turcos perto de Rustchuk, ficando em poder dos russos 8:000 prisioneiros, 30 peças, bandeiras, munições e armas.

Constantinopla, 30. — Osman-Pachá e Mehemet-Ali-Pachá operam no sentido de fazerem juncção em Tirnova, para cortar do grosso do exercito invasor as forças russas que passaram os Balkans. Os montenegrinos atacaram Niksich, mas foram repellidos.

Londres, 31. — O *Times* desmente o boato da remessa de novas tropas para Malta. Tambem annuncia que o czarewitch desbaratou perto de Rustschuk o exercito do commando de Eyoub-Pachá.

Vienna, 31. — A mobilisação do exercito austriaco comprehenderá provavelmente quatro divisões na Croacia e na Dalmacia. As divisões mobilisados estacionarão na fronteira.

Londres, 1 de Agosto. — Diz o *Times* que a resposta de Northcote na camara dos deputados significa que a camara dos deputados guardará a neutralidade. O *Daily Telegraph* insere um despacho, annunciando que Osman-Pachá bateu 60:000 russos em Plevna, e Suleyman-Pachá ficou vencedor no combate travado nos Balkans. Niksik está sendo bombardeada pelos montenegrinos, mas recusa render-se. Foram repellidas as tropas russas que de Ardahan (Asia) marchavam para Erzeroum em reconhecimento.

Londres, 1. — Camara dos deputados. — Wolff declarou que na sexta feira proporá que se tomem as medidas necessarias para assegurar as garantias de manutenção dos tratados de navegação do Danubio, Bosphoro e Dardanellos. Respondendo a Whalley, disse Northcote que é muito duvidoso que o governo peça este anno qualquer credito supplementar para enviar tropas ao Oriente; na actualidade seria isso inutil. Julga não dever dar mais amplas explicações com respeito ás intenções do governo ácerca da guerra do Oriente.

Vienna, 2 (á tarde). — Suleyman-Pachá e Reouf-Pachá retomaram Eski Saghra, cortando assim a retirada ás tropas russas commandadas pelo general Gourke.

Suleyman-Pachá está em frente de Kerantik.

Mehemet-Alli-Pachá permanece em Rasgrade.

Osman-Pachá marchou de Lowatz sobre Trinowa.

Londres, 2 (á tarde) — Diz o *Times* que se estabeleceu um accordo entre a Italia e a Allemanha, pelo qual o governo italiano seguirá com respeito ao Oriente a politica allemã.

O general inglez Dichniron vae inspeccionar as fortificações de Gallipoli.

Grande incendio. — Consta por noticias de Lisboa, que houve um pavoroso incendio na fabrica da companhia de algodões de Xabregas. A perda foi total é avaliada em 145:800$000 réis. Estava segura nas seguintes companhias: Fidelidade, por 25:000$000 réis; Norwich, por 20:000$000 réis; Bonança, por 20:000$000 réis; Douro, por 15:800$000 réis e Segurança do Porto, por 25:000$000 réis.

A propria companhia tomára tambem seguro por 15:000$000 réis. Ficaram, em resultado d'este incendio, 190 operarios sem trabalho.

Mercê regia. — O sr. Sergio de Sousa foi agraciado com o titulo de visconde de Sergio de Sousa.

Milho. — Vae ser mandado de Lisboa mais milho para a ilha de S. Miguel, onde ha grande necessidade d'elle.

Chegada. — El-rei chegou a Vidago ás 5 horas e meia da manhã de hontem.

Doença. — O nosso amigo o sr. Frederico Ferreira tem estado bastante doente. Felizmente n'estes ultimos dias tem obtido algumas melhoras, com o que muito folgamos.

Nova publicação. — Consta-nos que vae sahir brevemente á luz da publicidade um novo methodo de doutrina christã compendiada — devido á penna do nosso estimavel patricio o sr. bacharel Motta. É uma boa nova para os professores d'instrucção primaria.

Aposentação e despacho. — Ao sr. Adriano de Sousa Affonso, fiel-thesoureiro da administração central do correio d'esta cidade, foi concedida a aposentação com o ordenado por inteiro; sendo nomeado para o substituir o sr. Augusto Cesar de Sousa Bastos, empregado da mesma administração.

ANNUNCIOS

1 AO EX.mo SR. JOAQUIM DOS SANTOS E SILVA, digno e habilitadissimo chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico da cidade de Coimbra, vem o abaixo assignado agradecer o disvello e solicitude com que se dignou leccional-o nas materias de pharmacia, e o subido empenho que mostrou pelo bom exito dos seus trabalhos. Usa pois o signatario d'este meio para tornar bem patente a sua gratidão, e fazer sciente aos habilitandos a pharmaceuticos quanto este habil leccionista se interessa pelo adeantamento dos seus leccionandos.

Tentugal 29 de Julho de 1877.

Antonio Brandão Pereira de Mello.

DESPEDIDA

2 JOANNA MARIA CANDIDA e sua familia, ausentando-se d'esta cidade para a villa de Alcobaça, onde estabeleceram uma nova fabrica de louça branca, não lhes sendo possivel despedir-se das pessoas da sua amisade, por a sua partida ser quasi repentina, o fazem por este modo, offerecendo alli a sua casa, e o seu prestimo, protestando a todos a sua estima e eterna gratidão.

3 DOMINGO, 12 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na praça do Commercio, n.º 12 a 15, se ha de vender a quem mais dér, se o preço convier, um olival no sitio do Candieiro, proximo ao logar do Bordallo, com cento e quarenta e tantas oliveiras, outras arvores de fructa e um tanque d'agua.

EDITAL

4 PELA REPARTIÇÃO de fazenda do districto de Coimbra se faz saber, que no dia 18 do corrente mez de Agosto, pelas doze horas do dia, e n'esta mesma repartição, se tomarão os lanços que forem offerecidos em hasta publica pelo rendimento dos direitos de portagem da ponte da Portella sobre o rio Mondego.

O arrendamento será por tempo de um anno, ou por tres, conforme convier ao governo, e para este fim se acceitarão os dois em separado, começando porém a vigorar o contracto no dia em que a portagem fôr entregue ao arrematante, porisso que fica dependente da approvação do ministerio da fazenda.

O governo poderá rescindir o contracto logo que isso seja conveniente ao serviço publico, não havendo logar a indemnisações, e fazendo-se a liquidação até ao dia da rescisão «*pro rata temporis.*»

Além do preço da arrematação pagará mais o arrematante 1/6 por cento com respeito a cada anno do contracto, como se acha estabelecido na tabella n.º 3 junta á lei de 2 de Julho de 1867, e bem assim o emolumento pelo alvará de correr.

O arrematante será obrigado a prestar fiador idoneo ao pontual pagamento do preço do contracto, assignando um e outro letras pela importancia de cada trimestre a pagar a 3, 6, 9 e 12 mezes. O acceite porém das letras não terá effeito de novação de contracto, visto o arrematante ficar sujeito a ser removido logo que falte ao pagamento de algumas d'ellas; devendo por este facto considerar-se rescindido o contracto, para serem novamente postos em praça os direitos de portagem, e proceder-se contra o arrematante e seu fiador, não só pelo que tiver deixado de pagar, mas por toda a diminuição do preço, que possa resultar da nova praça.

As demais condições com respeito á administração, conservação, policia, escripturação e cobrança dos direitos segundo a respectiva tabella, acham-se desde já patentes n'esta repartição para quem as pretender ver.

E para constar se passou o presente e outros de egual theor, para serem afixados nos logares mais publicos d'esta cidade, em todos os concelhos do districto, e publicados nos periodicos da terra.

Repartição de fazenda do districto de Coimbra em 1 de Agosto de 1877.

O delegado do thesouro

Antonio Joaquim de Vasconcellos.

EDITOS DE 30 DIAS

(2.º ANNUNCIO)

5 PELO JUIZO DE DIREITO da comarca de Coimbra e cartorio do escrivão, José Lourenço da Costa, se processam uns autos d'execução commercial, nos quaes a requerimento do exequente Joaquim Martins da Cunha se passaram editos, citando os executados Antonio Maria de Gouveia e mulher D. Rita Julia Almeida e Sousa, residentes em parte incerta, para no prazo de 10 dias, seguintes ao de 30, contando-se este desde a publicação do 2.º e ultimo annuncio, lhe pagarem a quantia de 325$025 réis, juros e custas que se vencerem e fizerem até integral pagamento; ou para no indicado prazo nomearem á penhora bens sufficientes para tal pagamento, com pena de se devolver ao exequente o direito d'essa nomeação.

Verifiquei a exactidão. — *Araujo Taveira.*

6 PADRE RICARDO SIMÕES DOS REIS recebe estudantes em sua casa, na Couraça dos Apostolos, n.º 35, ficando sua responsabilidade dependente das instrucções que receber dos paes ou tutores, que lhe confiarem a direcção de seus filhos ou pupillos. O mesmo dá lições de francez e portuguez a alumnos internos e externos, e coadjuva os primeiros, até onde saiba e possa, em qualquer outra disciplina, que estudarem.

7 VENDE SE uma boa egua preta, que pucha a carro, só e de parelho, e tambem dá cavallaria. Joaquim Esteves Correeiro está encarregado da venda.

MUDANÇA

8 JOSÉ DUARTE AREOSA, mudou a sua residencia para a rua de Mont'arroio, n.º 33, 2.º andar, bem como o seu escriptorio e deposito de sabão, para a mesma rua, n.º 29 a 31, loja.

Aos srs. facultativos

9 AQUELLE que quizer substituir outro da armada ou do ultramar, mediante vantagens pecuniarias (1:200$000 réis) durante 4 annos de serviço obrigatorio, dirija-se a C. V., travessa do Pombal, 64, 1.º, Lisboa.

LECCIONISTA
DE
MATHEMATICA ELEMENTAR
(1.ª E 2.ª PARTE)

10 MANOEL ALVES BRANCO, continua a leccionar para os exames em Outubro.

Rua do Borralho, n.º 22.

LEILÃO
DE
MOBILIAS
Com assistencia do solicitador d'esta cidade

ABILIO MARIA LADEIRO

11 POR MOTIVO de retirada, se venderá em leilão no proximo domingo, 5 do corrente, ás 10 horas da manhã, a mobilia da casa da rua do Loureiro, pertencente ao exm.º sr. Francisco Amado de Mello Ramalho, cuja mobilia consta de sophá e doze cadeiras estofadas de damasco encarnado, muito antigas e exactamente eguaes ás que estão na sala da recepção da Universidade. Marqueza com seis cadeiras estofadas de setim, mesas de pau preto com embutidos, ditas de pé de galo muito antigas. Commodas e meias commodas, camas de ferro com enxergões e colxões, lavatorios de madeira e ferro, mesas, toucadores, fogão de quarto, guarda louça de pau preto, apparadores, e outros muitos objectos de mesa e cozinha, que estarão patentes no acto do leilão, e que tudo será vendido se o preço convier.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

12 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

ATTENÇÃO

13 VENDE-SE uma bonita espingarda de dois canos, de carregar pela culatra, um bom cão perdigueiro, bem ensinado, assim como todos os petrechos de caça, isto por seu dono se achar impossibilitado d'este exercicio. Póde tudo ser visto no largo da Feira, n.º 2 (ao Castello).

CONVITE

14 ANTONIO DA COSTA convida toda a sua familia, e mais pessoas, a assistirem na segunda feira, 6 do corrente, pelas 6 horas e meia da manhã, na egreja de S. Pedro, a uma missa pelo eterno descanso da sua sempre chorada mãe.

EMPREGADO

15 UM RAPAZ, com 20 annos de edade e longa pratica de commercio, possuindo excellente calligraphia, offerece-se como empregado (ou para administrar) algum estabelecimento, ou fabrica de qualquer ramo de negocio na provincia ou Lisboa.

Tem pratica de cobrança e tambem se offerece para este mister.

Presta todas as abonações que se exijam.

Carta a F. M. Araujo, rua das Flores, n.º 61. — Porto.

JOSE' MIGUEL DE ABREU

COMPENDIO
DE
DESENHO LINEAR ELEMENTAR
PARA USO

Dos alumnos de instrucção primaria e em geral dos principiantes de desenho

PREÇO 500 RÉIS

16 VENDE-SE nas principaes livrarias.

Substituições a militares

17 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

18 QUEM pretender comprar a casa sita no largo de S. João, n.º 5, falle com o solicitador Abilio Maria Ladeiro, que está encarregado da venda.

19 TENDO SIDO rogado por um professor do Porto para arranjar assignaturas para um jornal devotado á nossa classe, que se projectava publicar, agradeço por este meio aos dignos collegas d'este concelho de Arganil, Goes, Pampilhosa, Oliveira do Hospital, Penacova, etc., que se dignaram annuir ao meu convite, posto que por agora não se realisasse tal publicação.

Celavisa 1 de Agosto de 1877.

O professor, *Abilio Nunes Duarte.*

MUITA ATTENÇÃO

20 NA LADEIRA do Seminario vendem-se por junto ou em separado os seguintes objectos: guarda vestidos de cedro de Italia; toillete do mesmo pau com pedra marmore; dous lavatorios com pedra marmore e espelho; mesa para jantar; dita de jogo; sofá e 14 cadeiras de mogno; 12 de nogueira; guarda-louças; um serviço de porcelana; outro de Sacavem; um espelho de sala; e outros objectos, que se poderão ver das 10 horas ao meio dia. Note-se que tudo está completamente novo.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		Annuncios por cada linha 40 réis. Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar. Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200		Por anno	3$460
Por semestre	1$600		Por semestre	1$730
Por trimestre	800		Por trimestre	865

Numero 3133 | Terça feira 7 de Agosto de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

São numerosas as attribuições da auctoridade superior do districto; e é necessario muito criterio e actividade para bem se desempenhar da sua missão.

Um dos primeiros assumptos que deve merecer os seus cuidados é sem duvida o do recrutamento.

Os abusos e escandalos que se têm praticado n'este districto são tantos e de tal ordem, que o novo governador civil precisa de tomar muito particularmente a seu cargo o investigar tudo quanto diz respeito a este importante ramo do serviço publico.

O recrutamento é um cancro social. D'elle se têm servido os mandões e potentados politicos para disporem dos votos dos eleitores.

E tão inveterados estão os abusos no recrutamento, que muitas pessoas julgam de justiça o obter o livramento de mancebos seus protegidos, em boas circumstancias de fortuna, e com excellente saude, embora esses livramentos vão prejudicar alguns infelizes filhos de familia, exclusivo amparo de seus paes.

Se, porém, causa extranheza que haja quem solicite essas iniquidades; indigna e revolta ainda mais que haja auctoridades e tribunaes que se prestem a pratical-as.

Á nova auctoridade superior do districto, se estiver resolvida a executar fielmente os seus deveres, cumpre tomar este negocio na maior attenção.

Bem sabemos, que os mandões e potentados politicos se hão de servir d'essa arma para lhe impedir a acção administrativa; — sem duvida ha de ser difficil acostumar os povos a uma rigorosa austeridade nas decisões do recrutamento, habituados como se acham a viver á sombra do favoritismo; mas esses embaraços, que na verdade são graves, não devem fazer trepidar a auctoridade.

Com quanto seja opinião geralmente adoptada, que se torna incompativel a justiça no recrutamento com o vencimento das eleições; nem assim a auctoridade honesta deve hesitar na marcha a seguir.

Nós não pedimos á auctoridade que vença eleições; mas sim que seja justa, e que tenha por unica norma do seu procedimento — a moralidade.

Reconhecemos o risco que corremos de nos chamarem utopistas. Deixem-nos, porém, viver embalados n'essas utopias.

E de mais, com o tempo os povos, que virem que a justiça é a regra invariavel de proceder da auctoridade superior e dos seus delegados, hão de-se ir pouco a pouco acostumando á ideia de que só é chamado ao serviço do exercito quem a lei determina; e por fim as auctoridades hão de adquirir a legitima influencia, proveniente da rectidão dos seus actos, o que bem compensará as contrariedades dos mandões, por se verem desapossados do seu poderio torpe e illegal.

Na administração das irmandades tem muito em que se occupar a auctoridade superior.

Havemol-o aqui dito, e repetil-o-hemos todas as vezes que fôr preciso. Existem n'este districto muitas irmandades e confrarias, que não prestam contas ha longos annos. E' facil de avaliar que enormes abusos se terão introduzido em corporações que assim são deixadas sem a devida fiscalisação.

Para sermos justos devemos tambem dizer, que n'este objecto não são os unicos culpados os administradores das irmandades; mas egualmente as auctoridades locaes, a superior, e os membros do conselho de districto, que em logar de promoverem e facilitarem este serviço, o contrariam com a sua inercia e desleixo.

Umas vezes não querem as mesas das irmandades prestar as devidas contas; e outras são os administradores do concelho, governadores civis e membros do conselho de districto que nenhum caso fazem de as examinar.

Por esta fórma se vae cada vez mais atrazando este serviço, que está convertido n'um verdadeiro cahos.

A hygiene publica n'esta cidade e nas mais povoações do districto, é outro assumpto de grande ponderação.

Ainda que á auctoridade superior nem sempre pertença directamente este serviço, mas sim ás camaras municipaes, delegado e sub-delegados de saude; comtudo está na sua mão influir efficazmente para que aquellas corporações e empregados publicos attendam com o indispensavel zelo a este importante objecto.

Particularmente em Coimbra tem sido descuradissima a saude publica.

Por exemplo a canalisação no bairro baixo da cidade está totalmente entulhada de immundicies, que com estes calores exhalam um fetido insupportavel, e são a origem de muitas doenças.

Nos arrozaes tem-se praticado graves abusos, tolerando-se a sua cultura sem a indispensavel licença, e com ruina da saude dos povos.

Tem sido este outro elemento do poderio eleitoral dos mandões, que preferem a tudo fazer a vontade a quem se prestar a cumprir as suas ordens.

A instrucção publica tambem deve merecer toda a attenção da auctoridade superior.

E' indispensavel verificar e fazer verificar, se as casas das escolas estão nas condições que os regulamentos exigem; se os professores cumprem com os seus deveres; qual a frequencia das aulas e o aproveitamento dos alumnos.

Não basta haver escolas; é mister

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXXI

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Chegado que fui a Londres, fui logo direito a casa do meu bom amigo Custodio Pereira de Carvalho, que morava ainda na sua antiga casa, muito minha conhecida, no City Road, Alssofo's Terrane, e que me recebeu com os braços abertos por me ver alli livre dos perigos a que me tinha visto exposto, e por ter tomado o conselho de sahir de Lisboa, o que elle me tinha mandado dizer que fizesse.

Como então tivesse em casa uma familia muito sua conhecida, não podia eu ficar alli a dormir; alugou-me nas visinhanças um *Lodgis*, simplesmente para dormir, e disse-me, que para o mais estava todos os dias aberta a sua casa, onde eu devia almoçar, jantar, tomar chá, e emfim estar como se fosse em minha propria casa. E assim começou logo a acontecer: eu ia dormir ao quarto que tinha alugado, e de manhã, depois de fazer a barba, de me lavar, e vestir, ia para casa do meu amigo, onde estava todo o dia, e alli lia, escrevia, recebia quem me visitava, e em uma palavra, vivia como se fosse em minha propria casa, sem constrangimento nem etiqueta de fórma alguma, e como se fosse um membro da familia; o que sempre assim me aconteceu em todo o tempo que durou a minha emigração.

Já a esse tempo estava em Inglaterra, e no deposito de Plymouth, essa briosa e valente tropa, que desamparada de *proposito*, e *systematicamente* por homens que eram *instrumentos* da politica ingleza, tinha ainda, no meio da sua infelicidade, encontrado um verdadeiro portuguez, uma alma corajosa, e um espirito verdadeiramente livre e incorruptivel, que se incumbiu de seus destinos, e tomou a nobre resolução de a livrar das garras do tyranno, salvando-a de mil perigos, até a levar á Inglaterra.

Este verdadeiro portuguez foi o illustre brigadeiro *Joaquim de Sousa Pizarro*, que morreu visconde de Bobeda, o qual, auxiliado por dois homens, não menos resolutos, nem menos portuguezes, o ajudaram a levar ao cabo tão difficil e arriscada empresa. Estes dois homens, cujos nomes bem é que nunca a historia esqueça, eram seu irmão mais velho, o brigadeiro Gaspar Pizarro, e o joven, sempre valente e honrado, major Bernardo de Sá Nogueira, que ainda hoje vive com o titulo de visconde de Sá da Bandeira.

Acabei de dizer, que esta nossa tropa, primeira pedra do grande reducto que se formou contra a usurpação de D. Miguel, fôra de *proposito*, e *systematicamente* desamparada! Entre muitas provas que o tempo deu d'esta verdade, bastará citar esta, que não é equivoca, nem se apresenta disfarçada. Em uma gazeta portugueza, que se publicava em Plymouth quando a tropa alli estava, gazeta, que se dizia ser redigida pelo *Padre Marcos* debaixo do titulo do *Portuguez emigrado*, e que era escripta debaixo da influencia de Candido José Xavier, então o commandante do deposito, escreveu-se litteralmente o seguinte: — «Que as cousas do Porto tinham acabado como deviam acabar! porque não das armas, porém da cooperação da politica Europea é que se devia esperar toda a mudança em os negocios de Portugal.» Então querem-no mais claro? Eis-aqui pois o que Palmella foi fazer ao Porto, tendo artes para ligar a esta politica o sempre voluvel Saldanha!

Tinha-me esquecido dizer que assim que cheguei a Londres me fui apresentar a Palmella, que então alli figurava como o primeiro agente dos nossos negocios, e a quem não tinha tornado a ver desde 1821 na occasião da despedida, quando sahi de Londres para Lisboa. Recebeu-me muito bem, e me apresentou ao secretario da nossa legação José Balbino, que morreu visconde de Tilheiras, e que eu já conhecia desde 1814, epocha de minha primeira estada em Inglaterra, e com quem depois sempre vivi em boa amisade até á sua morte, e de quem tambem recebi confidencias curiosas, porque elle teve muita parte na gerencia dos negocios da emigração. Disse-me Palmella, que receberia subsidios com os mais emigrados, o que acceitei, porque não era um favor particular, mas uma medida geral, que se havia tomado em beneficio de todos os emigrados.

N'esse tempo tratava-se da grande questão dos destinos da nossa tropa emigrada, e que se achava no deposito de Plymouth. Os inglezes estavam a ponto de dissolver o deposito, fazendo sahir os soldados e voluntarios portuguezes de Inglaterra, ou dispersando-os pelas provincias. O marquez de Palmella, como seu fiel instrumento, e determinado a levar ao fim a manobra do Porto que tão cobarde e torpemente tinha executado, fazia todas as diligencias para que aquelles fieis patriotas se resolvessem a ir para o Rio de Janeiro; mas elles firmes na sua lealdade se recusavam, e diziam, que iriam para toda a parte menos para o poder de D. Pedro, que tinha *mutilado* metade da patria, e ainda em cima para o conseguir tinha mandado *razar* soldados por-

que d'ellas se tire o resultado que ha direito a esperar.

N'este objecto é talvez Coimbra a terra do districto em que elle é mais abandonado.

Fez a camara municipal no bairro alto uma casa detestavel para a escola de instrucção primaria; e ainda para isso foi necessario que houvesse um donativo importante de um cidadão.

No bairro baixo temos estado sem escola, ou como se a não houvesse, sendo necessario que um preso dê lição á infancia na cadeia publica!

Em Coimbra entende-se que só se deve tratar do ensino secundario e superior.

Acostumaram-se á aristocracia scientifica; e por isso as auctoridades e camaras municipaes julgam que descem da sua prosapia se se occuparem da instrucção primaria; como se não fosse esta a mais indispensavel, e a base para as outras!

O jogo é outro cancro social em Coimbra. Em toda a parte este vicio é deploravel; mas n'esta cidade, attentas as suas circumstancias especiaes, é das mais fataes consequencias.

Os mancebos que para aqui vêem estudar, são explorados nas casas de jogo. Ahi perdem o dinheiro que suas familias lhes mandam para a sua subsistencia; e ahi se degradam, nivelando-se com os homens mais devassos.

Das perdas no jogo seguem-se as dividas avultadissimas que contrahem, tendo de pagar juros fabulosos; e das noutes empregadas em tão detestavel vicio resulta a nenhuma applicação ao estudo, que sendo o unico fim para que os paes mandam seus filhos para esta cidade, é exactamente aquillo de que menos se occupam.

A respeito do jogo terá muitas difficuldades que vencer a auctoridade superior. Este vicio é protegido por muitos empregados publicos, os quaes hão de embaraçar a acção da auctoridade, em vez de a auxiliarem. Precisará, por isso, o chefe do districto, se quizer cumprir com os seus deveres, e extinguir, ou pelo menos diminuir e difficultar o jogo prohibido, vigiar muito particularmente a acção dos seus subordinados.

O melhoramento das cadeias, e outros muitos ramos da administração publica devem merecer egualmente a attenção da autoridade superior.

E já que fallámos nas cadeias do districto, vem como ideia associada a celebre penitenciaria d'esta cidade.

E' indispensavel que o actual governador civil proceda a um serio exame n'este negocio. Indague qual a somma enorme que alli se tem gasto, unicamente empregada em destruir; quaes as gratificações que se têm dado; emfim que caminho tem levado os dinheiros do districto.

Verifique o que ha n'este e outros serviços analogos, e de certo ficará espantado do que encontra.

De um outro assumpto se occupou ha dias o governador civil de Vianna, em uma interessante circular dirigida por elle aos administradores do concelho e camaras municipaes d'aquelle districto. E' o dos cemiterios.

No districto de Coimbra tambem ha muito que fazer a esse respeito.

Convém indagar se ha localidades onde, contra as expressas disposições da lei, se enterram os cadaveres nas egrejas; e se os cemiterios estão construidos nas devidas condições.

Emfim muito tem a auctoridade superior em que cuidar, se estiver resolvida a combater e destruir os numerosos abusos que se têm introduzido n'este districto.

A missão é difficil, porém mais gloria caberá a quem a quizer e souber cumprir.

Joaquim Martins de Carvalho.

A viagem de el-rei a Vidago tem-se prestado a largos commentarios por parte da imprensa periodica, fazendo cada jornal as reflexões a sabor das suas opiniões e interesses partidarios.

E' motivo de reparos o ver a azafama com que cada partido quer mostrar que as manifestações populares são maiores, ou menores conforme está um ou outro no poder!

Se governam os chamados regeneradores, prepara-se a comedia quando viaja o rei; se governam os progressistas temos nova comedia. E tudo isto com o fim de se demonstrar de cada uma das vezes ao rei, que o povo está muito satisfeito, e que qualquer dos dois partidos é mais monarchico do que o seu adversario.

Comedia, e sempre comedia!

Quando D. Miguel chegou a Coimbra em Outubro de 1832 veiu a esta cidade uma multidão innumeravel de povo de toda a provincia para o ver; e quando D. Maria II veiu a Coimbra em Abril de 1852, aconteceu exactamente o mesmo.

Se estas manifestações eram exclusivamente politicas, como se conciliam uma com a outra?

O povo gosta de novidades e de espectaculos; e além d'isso foi creado, suppondo que os reis são de massa diversa dos mais homens.

Apesar de estarmos n'um systema liberal ainda conservâmos muitos privilegios e praticas do governo absoluto.

Apenas o principe real, ou infante tem dois, ou tres annos de edade, já está nomeado cabo honorario para qualquer regimento; antes de chegar ao uso da razão já é alferes ou tenente; e quando muito aos 16 annos está coronel, brigadeiro, e tudo quanto lembra á phantasia dos aulicos do paço.

A verdade é que todos os partidos, porque convém aos seus interesses, favorecem estas velleidades reaes, e andam ao desafio, qual ha de ser mais adulador da realeza.

Miserias e grandes miserias!

Joaquim Martins de Carvalho.

O sr. Marques Gomes, incansavel investigador, já bem conhecido e acreditado pelas *Memorias de Aveiro*; o esboço biographico de *D. Duarte de Menezes*; e outras publicações, em que tem revelado uma vontade perseverante, acaba de publicar — *O districto de Aveiro, noticia geographica, estatistica, chorographica, heraldica, archeologica, historica e biographica da cidade de Aveiro e de todas as villas e freguezias do seu districto*, impresso na imprensa da Universidade.

A noticia ácerca do districto de Aveiro é um vasto e importante repositorio de informações, relativas áquella circumscripção administrativa.

O sr. Marques Gomes principia por dar uma descripção do districto em geral, e depois passa a tratar de cada um dos concelhos.

E' curiosissimo o trabalho do esclarecido escriptor, e oxalá que o seu exemplo fosse imitado nos outros districtos do reino.

No districto de Coimbra já ha muito tinhamos a interessante *Memoria historico-chorographica dos diversos concelhos do districto de Coimbra*, pelo sr. conselheiro Henriques Secco; e o *Mappa do districto de Coimbra*, pelo mesmo illustrado escriptor.

Em relação ao districto administrativo de Aveiro fica agora preenchida esta lacuna, graças ao sr. Marques Gomes.

E para que veja a merecida attenção que prestámos á sua memoria, diremos, que o filho de Aveiro, barão de Almofalla, não era, como diz, José Antonio da Silva Leão, mas sim Antonio José da Silva Leão; e que a batalha mencionada na mesma biographia, dada em 1846, não foi em Torres Novas, mas sim em Torres Vedras.

Na biographia de José Estevão diz que elle se matriculára em 1825 na Faculdade de *Direito* da Universidade de Coimbra.

Bom é que haja precisão nos termos, e por isso diremos, que n'aquella épocha não havia ainda a Faculdade de *Direito*. Em logar d'ella havia as duas Faculdades de *Leis* e *Canones*.

O estudante que quizesse seguir qualquer d'essas Faculdades, começava por frequentar o curso Juridico, que era commum a ambas, e que durava dois annos. No fim d'elles, o estudante ia ou para Leis ou para Canones; como lhe conviesse.

Pelo decreto dictatorial de 5 de Dezembro de 1836, referendado por Manoel da Silva Passos, ficaram aquellas

---

tuguezes, e a outros coberto de insultos, sem mesmo ter pejo de o fazer como portuguez, e até como principe, a quem Portugal todo cabia por herança!

Palmella que via esta honrada resistencia, mas que não tinha coragem para resistir a seus amos, os inglezes, e até mesmo ao novo imperador do Brazil, que queria lá esses mesmos portuguezes, que já tinha insultado, para que agora lhe servissem de apoio contra a má vontade dos brazileiros, que começava a conhecer; (1) quiz ainda ver se por bons modos os podia persuadir a que fizessem aquella fatal viagem. Para esse fim mandou-lhes de Londres dois missionarios a Plymouth para ver se os convertiam; e foram estes José da Silva Carvalho, e Rodrigo da Fonseca Magalhães; mas nada conseguiram, porque prégaram no deserto; e a nossa boa gente se conservou firme no seu proposito.

Palmella como visse tamanha resistencia, e talvez para desviar de si a grande responsabilidade em que ficava por querer privar a rainha d'este poderoso apoio que tinha na Europa, só para condescender á desleal politica do governo inglez, e com as ambições pouco paternaes de D. Pedro, resolveu-se emfim, ao menos pela fórma, expor o que se passava a Lord Wellington, chefe do ministerio, o que fez em uma nota official com data de 2 de Janeiro do anno de 1829.

O governo inglez teimou em não consentir que a nossa gente fosse para a ilha Terceira, e respondeu resolutamente, que o impediria; o que, assim mesmo, não assustou a nossa gente, que deu á véla para lá no dia 6 d'este mesmo mez em que quatro navios mercantes, commandada por Saldanha, de quem já se queriam desfazer, por verem o arrependimento que mostrava pela tristissima figura, que lhe haviam como obrigado a fazer na vergonhosa scena do Porto.

Todos sabem o fim que teve essa expedição; e como a deslealdade ingleza se houve para com ella, impedindo que os emigrados fossem para uma terra *ainda sua*, e que não estava no poder do usurpador, deslealdade e injuria, que portuguezes degenerados, e que nos tem governado, tem engulido sem sequer, ao menos, mostrarem, que se sentiam, que as sentem, e nunca lhes póde esquecer!

Felizmente na expedição iam dois homens energicos, e que poderam dirigir a volubilidade de Saldanha; e esses dois homens eram os dois Pizarros, o velho commandante dos briosos, que se retiraram pela Galliza, e Rodrigo Pinto Pizarro, os quaes provavelmente foram os que deram o bom conselho de irem pedir hopitalidade aos francezes; e como alli foram generosamente recebidos, e como com egual generosidade ahi foram tratados, direi logo; porque é preciso que diga primeiro como a ilha Terceira ainda era nossa.

Por um d'esses actos de intrepidez, coragem, e resolução, acto, que só per si caracterisa um homem, se tinha conservado a ilha Terceira. Lembrando, ainda que tarde, de a ir soccorrer para não cair no dominio do usurpador, como já tinha caído a Madeira, foram nomeados, ou se offereceram alguns individuos para iram senão soccorrel-a, ao menos animal-a a que se conservasse fiel. Por boa fortuna estava lá de guarnição o batalhão 5.° de caçadores, e tinha por commandante o brioso major *Quintino*, que havia podido conserval-a em o nosso partido.

Como em Inglaterra estivesse ainda a fragata brazileira em que a rainha viera para a Europa, n'ella embarcaram para a Terceira os dois irmãos Cabreiras, o general Diocleciano Leão Cabreira, e Sabastião Drago Cabreira, com muitos officiaes tanto de patente como inferiores, e um só paisano, que era o medico José Gomes Bracklami.

Quando alli chegaram, tão más informações acharam do estado da ilha, e da pouca probabilidade de se poder conservar por muito tempo, que quasi todos começaram a recear de desembarcarem. Então o resoluto geral Diocleciano disse para os seus companheiros: — pois eu desembarco! e vou unir-me a esse valente batalhão 5.°, que é digno de ser animado na sua fidelidade. Quem quizer acompanhar-me, siga-me! Seis homens só, e resolutos como elle, o seguiram, que foram: — O medico José Gomes Bracklami; o alferes de cavallaria 12, Jorge Vanzeller; o tenente de infanteria 7, José Maria Taborda; o alferes de cavallaria, Narciso de Sá Nogueira; o capitão de milicias de Lagos, Bernardo Mendes da Costa; e o tenente de cavallaria 12, D. Vasco Guterres da Cunha, que quinze dias depois se arrependeu, e saiu da ilha.

Por esta fórma o general Diocleciano Cabreira se poz a par do venerando brigadeiro Joaquim Pizarro, que já tinha salvado parte dos *Penates* da liberdade, conduzindo-os pela Galliza para Inglaterra! Estes dois grandes nomes, que só depois mereceram algumas tardias contemplações dos nossos governadores, em quanto largamente se tinham com caracteres insignificantes, ou cousa ainda peior, foram as duas grandes columnas que sustentaram o edificio constitucional, para que não desabasse até aos tres milagrosos dias de Julho de Paris de 1830, que o firmaram, e annunciaram a futura quéda do usurpador, acontecimento, sem o qual era inevitavel a nossa escravidão, como ainda a seu tempo farei ver na continuação d'estas Memorias.

(*Continuar-se-ha.*)

(1) Em uma historia contemporanea do Brazil, escripta pelo doutor Constancio, e que eu já citei em uma nota no fim do meu 1.° vol. dos *Annaes da usurpação*, está bem claro o que aqui digo. Não invento; refiro factos....

duas Faculdades substituidas pela actual de Direito.

Portanto não se póde sem erro usar o nome de Faculdade de Direito, antes de 5 de Dezembro de 1836.

Devemos mais acrescentar, que José Estevão não veiu começar os seus estudos na Universidade em 1825, mas sim em 1826.

Fallando da divisão administrativa do districto de Aveiro, diz o sr. Marques Gomes, que a lei de 29 de Outubro de de 1840 restabeleceu a anterior denominação de governadores civis, e fez o administrador de concelho de nomeação regia.

Esta segunda parte é exacta; mas na primeira, em relação ao restabelecimento dos governadores civis, ha um erro manifesto; pois que semelhante cousa não se lê n'essa lei, a qual aliás conservou os administradores geraes.

Depois que por decreto dictatorial de 11 de Setembro de 1836, referendado por Manoel da Silva Passos, foi determinado que em logar dos governadores civis houvesse administradores geraes, conservaram-se estas ultimas auctoridades sem interrupção, até serem restabelecidos os governadores civis, pelo codigo administrativo de 18 de Março de 1842.

Resta-nos agradecer ao sr. Marques Gomes o obsequio da offerta da sua valiosa memoria.

E' para desejar que se anime a proseguir em estudos identicos, para o que mostra tão proveitosa inclinação.

Joaquim Martins de Carvalho.

NOTICIARIO

O mosteiro de Rendufe. — Já haviamos transcripto do *Commercio de Braga* a noticia que adiante se verá, ácêrca do mosteiro de Rendufe, incendiado no dia 29 de Julho ultimo, quando recebemos do infatigavel e esclarecido escriptor o sr. Pereira Caldas, a sua memoria — *O mosteiro de Rendufe da ordem Benedictina, devorado pelas chammas em 29 de Julho de* 1877.

Dá minuciosa noticia da sua fundação, assim como dos seus principaes abbades.

De varias outras noticias do mosteiro de Rendufe transcrevemos as seguintes:

«XI. — Em 1809, na invasão do nosso paiz pelo exercito francez do general Soult ao mando de Napoleão, arvorou-se o mosteiro de Rendufe n'um castello fortificado.

Os monges e os collegiaes armaram-se em defeza da patria, fazendo causa commum com o povo das cercanias, e com as tropas a que se reuniram.

Abandonaram os exercicios religiosos; e adornados dos atavios militares, hostilisaram os nossos invasores com garbo e denodo.

XII. — Depois da retirada do exercito francez, acolheram-se de novo ao mosteiro de Rendufe, assim os religiosos como os seus collegiaes.

Não foi no entanto possivel, nem á austeridade do prelado, nem á seriedade dos mestres, corrigir então os excessos dos collegiaes, e induzil-os a reatar o fio dos estudos, interrompidos na occasião do seu alistamento patriotico.

Acostumados á vida soldadesca, não se reaccommodavam aos exercicios claustraes — preferindo aos aromas do incenso o cheiro da polvora, e o clangor das cornetas ás harmonias do orgão.

XIII. — No meio d'este estado anarchico, surgiam conflictos graves a cada instante no mosteiro de Rendufe — appellidado então entre o povo o *castello dos tyrolezes*.

A obediencia monastica desceu n'esses dias ao maximo do postergamento: — e o mosteiro teve de ser entrado á força — não sem resistencia — por tropas alli enviadas de Braga.

XIV. — Sobresaiu n'esta lucta collegial o nosso finado amigo Antonio do Carmo Velho de Barbosa, filho egregio de Barcellos, de quem soubemos estas especies em nosso berço nas Caldas de Vizella, estando alli a banhos este illustrado parocho de Leça do Bálio.

D'elle soubemos egualmente, que o fizeram andar de convento em convento com os companheiros, em castigo da turbulencia contra os superiores: — não sendo elle ainda assim dos mais punidos, graças á insinuação da palavra de que a natureza o dotára, aproveitada opportunamente em defeza propria.

Alguns dos collegiaes — sem egual compromettimento escolar — pagaram em rigoroso carcere o excesso da insubordinação.»

O sr. Pereira Caldas imprimiu apenas 50 exemplares da sua memoria do *Mosteiro de Rendufe*, brindando-nos com um d'elles, o que devidamente lhe agradecemos.

Passagem. — Hontem, perto das 8 horas da manhã, chegou á estação d'esta cidade, de passagem para a Mealhada, o comboio conduzindo sua magestade a rainha, o principe real e o infante.

Achavam-se alli o prelado da diocese, as differentes auctoridades, e grande numero de outras pessoas.

Fazia a guarda de honra a força militar estacionada n'esta cidade.

Transferencias. — Foi transferido o sr. Severiano Augusto Bizarro, escrivão de fazenda de Soure, para identico logar n'esta cidade de Coimbra.

O sr. Alberto Eduardo de Sousa, escrivão de fazenda do concelho de Albergaria, foi nomeado para identico emprego em Soure.

Concurso. — Está a concurso pelo espaço de 30 dias, a contar de 4 do corrente, o provimento da egreja de Nossa Senhora da Assumpção de Santa Combadão, diocese de Coimbra.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Domingos Clemente Vieira Machado, filho de Bento José Machado e D. Joanna Vieira Maria Machado, de Vieira, de 47 annos, fallecido em 28 de Julho de 1877.

Luiza da Costa, filha de José da Costa e Theresa da Costa, de Alcabideque, de 84 annos, fallecida em 29.

Eugenio, filho de José Antonio Leite Ribeiro e D. Clara Candida Leite da Rocha, de Coimbra, de 18 mezes, fallecido em 29.

Luiz, filho de Luiz Pereira da Motta e Adelaide Augusta, de Coimbra, de 6 mezes, fallecido em 21.

Joaquina da Conceição, filha de José Carvalho e Bernarda Rosa, de Coimbra, de 74 annos, fallecida em 2 de Agosto.

Antonio de Sousa, filho de Manoel de Sousa e Maria do Carmo, de Coimbra, de 21 mezes, fallecido em 3.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:178.

Casa de modas. — Chamamos a attenção dos nossos leitores para o annuncio publicado n'este jornal, de uma casa de modas, que se vae abrir na villa da Figueira da Foz.

Nova hospedaria em Luso. — A concorrencia de pessoas que procuram Luso e Bussaco na estação presente, tem exigido e continuará a exigir pelo tempo adeante o estabelecimento de hoteis que forneçam boa acommodação a quem demanda estes pittorescos logares.

No anno passado inaugurou-se em Luso uma nova hospedaria, que muito conhecida é já pelo nome de *hospedaria da Carolina*, e que tão bons creditos alcançou desde o seu principio que no actual anno tem sido procurada por familias de muita distincção, que alli encontram um tratamento muito regular, muito socego e muito aceio.

O proprietario do hotel, para satisfazer as exigencias das pessoas que ultimamente têm concorrido ao seu estabelecimento, viu-se obrigado a tomar de arrendamento mais duas casas, onde albergou os seus hospedes.

A Palavra. — Este nosso esclarecido collega do Porto, entrou no 6.° anno da sua publicação. Felicitamol-o por isso, desejando-lhe todas as prosperidades.

A caridade publica. — Recebemos do sr. Innocencio Maria Correia Durão a seguinte carta, para a qual chamamos toda a attenção das pessoas caridosas:

«Amigo e sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Hontem, pelas 10 horas da noute, estando eu sentado em um dos bancos da praça velha, a tomar o fresco da noute, por acaso passou por mim um homem, antigo contractador de sardinha, na rua das Azeiteiras, a quem conheço ha muitos annos, e a quem, por favor, tenho escripto algumas das suas correspondencias com negociantes de Lisboa, que lhe faziam remessas de sardinha, para elle aqui vender; e com o lucro d'esse seu trabalho sustentava-se a si, e sua decrepita mulher, a qual, em quanto poude, sempre vendeu sardinha na praça d'esta cidade.

Das correspondencias por mim escriptas, sempre vi que este homem foi exacto no cumprimento dos seus deveres; o que prova a sua honradez, e fidelidade, para com os seus correspondentes.

Depois de me comprimentar, perguntei-lhe pelo seu estado de saude, e meios de subsistencia: respondeu-me de tal fórma, que me contristou em extremo.

Disse-me que a sua antiga, e já antiga, e chronica molestia (ataques d'asma fortissimos, com mui curtas interrupções, e uma fortissima tosse, que causa do ouvir-lh'a) o quebrantára a ponto de não poder continuar com a venda da sardinha; e por essa causa se tinha despedido dos seus correspondentes de Lisboa; e que um d'elles, por dó, e esmola, lhe havia mandado meia libra.

Que agora estava vivendo das esmolas, que sua decrepita mulher podia haver da caridade de suas antigas companheiras, e conhecidas bemfazejas; e que, alguns dias se passavam, sem que tivessem cousa alguma de que sustentar-se; porque elle, de per si, se envergonhava de andar mendigando de porta em porta.

Contristou-me esta narração a ponto tal, que me resolvi a levar ao conhecimento de v. este painel tão triste, e compungente, rogando-lhe, em nome da caridade e philantropia, de que Deus se aprouve dotal-o, a esmola de, no seu muito lido e acreditado jornal, recommendar á caridade publica os nomes d'estas duas desgraçadas victimas da doença, velhice, e miseria; no que v. fará uma grande obra de caridade, que Deus lhe recompensará.

Achando v. que o meu pedido é attendivel, muito obsequiará o

De v. am.° e cr.° mt.° venerador

Coimbra 3 de Agosto de 1877.

N. B. — Os nomes dos infelizes consortes são os seguintes: — João Bernardes, e sua mulher Maria das Dores, moradores na rua das Azeiteiras, em Coimbra.

Innocencio Maria Correia Durão.

O mosteiro de Rendufe. — Ácerca d'este antigo mosteiro benedictino, que acaba de ser presa das chammas, lê-se o seguinte no *Commercio do Minho*, de Braga:

«Era o mosteiro de Santo André de Rendufe situado em paragem pittoresca, a duas leguas ao norte d'esta cidade, em territorio do concelho de Amares, actualmente.

«Foi começado a edificar pelo anno de 1100 da era vulgar, por D. Egas Paes de Penagate, fidalgo dos principaes na côrte de D. Henrique, e pelo mesmo acabado e dotado liberalmente no anno de 1107.

«Em 1569 foi reformado pelo cardeal infante D. Henrique, como legado da Sé Apostolica.

«Todo elle foi reedificado no primeiro quartel do seculo actual.

«A egreja é edificação do commendatario D. Henrique de Sousa, grande bemfeitor que foi d'aquelle convento.

«O mosteiro tinha outr'ora a jurisdicção de quatro coutos: — o do mosteiro, o de S. Thiago de Sabariz, o de S. Pedro de Codeceda, o de Santa Maria de Paredes Seccas. D'estes perderam com o andar dos tempos os dous ultimos, conservando os outros dous até á suppressão das ordens monasticas, em 1834.

«Na invasão franceza, em 1809, os monges d'este convento tornaram-se notaveis pela resistencia tenacissima que offereceram ao exercito invasor, arvorando o mosteiro n'um castello fortificado. Abandonando os exercicios religiosos, e acompanhados dos seus collegiaes, uniram-se ao povo das cercanias e ás tropas, e pelejaram com grande denodo pela defeza da patria.

«Deste mosteiro saíram varões notabilissimos, tanto pela sua illustração como pela sua piedade, a enumeração dos quaes é sobremaneira difficil, se não impossivel, como é o escrever hoje uma historia exacta e completa de cada uma das nossas ordens monasticas.»

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario Illustrado* o seguinte:

«São importantissimos os telegrammas recebidos hontem. Os turcos ficaram vencedores em toda a linha nos differentes combates em que se empenharam, collocando os russos em situação bastante difficil.

As folhas francezas, recebidas hontem, deixavam prever isto mesmo. O correspondente do *Temps*, dizia-lhe no dia 30 de Vienna: — «Assegura-se que a juncção de Osman-Pachá e de Mehemet-Pachá se fará em Tirnova, com o fim de cortar o 8.° corpo russo. A situação é grave».

Commentando esta noticia, escreve aquella folha:

«A gravidade da communicação que nos fez o nosso correspondente de Vienna, a ninguem escapará. Se o facto da juncção dos dois exercitos turcos carece ainda de confirmação, é certo que está na ordem das cousas possiveis, porque deve ser o objectivo dos generaes ottomanos. E se isto se der, o que succederá ao corpo russo que opera do outro lado dos Balkans?

Os turcos tomaram Lowatz, como hontem mencionamos, e occupam tambem, segundo se diz, Gabrova, por onde Mehemet-Ali communica com Osman-Pachá. Um e outro avançam com 50:000 homens cada um, de leste e de oeste, com o fim de entalarem os seus adversarios entre dois fogos.

No quartel general russo estão furiosos por causa do revez de Plewna, que custou ao exercito o sangue dos seus mais bravos soldados, e aos generaes Krudener e Schildner responder a conselho de guerra.

Admittimos que elles se tivessem inconvenientemente aventurado contra forças infinitamente superiores. Mas quem ousaria accusal-os de temeridade e imprudencia, quando o proprio estado-maior, depois da advertencia da campanha da Armenia, segue, com admiração da Europa, o plano que alli foi posto em pratica, e do qual nem mesmo o bom resultado o justificaria theoricamente?

Acreditamos ainda no triumpho final dos russos; mas esta crença não obsta a que reconheçamos que têem praticado algumas faltas, e que ainda hão de talvez commetter outras.»

A isto acrescenta o *Journal des Debats*:

«É preciso que os russos tenham um grande desprezo pelos turcos e muita confiança em si proprios, para ousarem fazer o que fazem.

Em presença de um exercito europeu qualquer, a sua situação seria das mais criticas.»

Esta mesma folha publica o seguinte telegramma, que lhe dirigiu o seu correspondente de Constantinopla:

«*Pera, 29 de Julho.* — A derrota de Syleyman-Pachá é desmentida.

Midhat-Pachá offereceu os seus serviços ao sultão.

A noticia relativa ao assassinio dos christãos em Kawarna foi exaggerada.»

O quartel general russo explica nos seguintes termos o revez que experimentaram no dia 20, em Plewna, as tropas do czar:

«No dia 20 de Julho o tenente general Schildner-Schuldnar atacou á frente da 1.ª brigada da 5.ª divisão, a cidade de Plewna, pelo lado norte, ao mesmo tempo que o regimento de Kostroma, com oito bôccas de fogo, a atacava pelo lado leste. O ataque não foi bem succedido. O inimigo estava em maior numero que se julgava.

O general Schildner-Schuldner retirou em direcção de Biela. No dia 21 chegaram-lhe reforços.

As perdas da 1.ª brigada da 5.ª divisão foram as seguintes: — o coronel Rosenboom, commandante do regimento 17, de Arkangel, e 14 officiaes mortos; o general Knorring e 36 officiaes feridos; praças de pret, entre feridos e mortos, 1:878.

O coronel Kleinhaus, commandante do regimento de Kostroma, foi morto. Faltam promenores sobre as perdas que teve este regimento. As perdas da cavallaria e da artilheria foram insignificantes.»

Principio de incendio. — Depois da uma hora da noute passada, houve quem reparasse que saia fumo de uma loja de mercearia, pertencente ás grandes casas do sr. Francisco de Sousa Araujo, ao cimo da rua do Visconde da Luz.

Tocaram logo os sinos a fogo; acudiram as bombas, e viu-se que havia começo de incendio em uma loja subterranea, proveniente de uma porção de café que hontem de tarde havia sido torrado, e se lançara n'um caixão.

Felizmente a promptidão dos socorros fez com que o fogo se extinguisse em pouco tempo, com insignificante prejuiso.

Festividade — No domingo proximo terá logar na Sé Cathedral, com toda a pompa, a festividade de Nossa Senhora da Boa-Morte: celebrar-se-ha missa cantada a grande instrumental; havendo de tarde procissão.

São oradores, de manhã o rev.º sr. Julio da Silva Carvalho, e de tarde, o rev.º sr. Antonio Mendes Ribeiro.

Na vespera á noute haverá fogo preso no largo da Feira, tocando a philarmonica *Boa União*.

Despachos. — O sr. José Alexandrino Beja da Silva foi promovido á propriedade da cadeira de ensino primario de Tentugal, concelho de Montemór o Velho.

O sr. padre José Dias Ferreira foi provido, por tres annos, na cadeira de Pombeiro, concelho de Arganil.

Noticias de Luso. — Em data de hontem nos communicam de Luso o seguinte:

«Passou por aqui s. m. a rainha ás 9 e meia horas da manhã. Toda a povoação e a grande colonia de banhistas se foram postar junto da capella de S. João, ao cimo da rua Costa Simões, para ver sua magestade e o seu cortejo. S. m. vinha n'um trem puchado a duas parelhas, e no mesmo trem vinham os principes. Quatro raparigas da localidade espargiram sobre a rainha e seus filhos grande quantidade de flores.

Além d'outras pessoas vinham no cortejo os srs. José de Beires e dr. Fernandes Vaz, governadores civis de Aveiro e Coimbra; dr. Antonino, presidente da camara da Mealhada; bispo conde; conde da Graciosa e filho; conselheiro Nazareth; visconde de Prime; visconde de Foz de Arouce; dr. Constantino, administrador do concelho da Mealhada; José Lebre; José Luiz Ferreira Freire, etc.

Os banhistas residentes em Luso resolveram solemnisar a vinda de sua magestade. Promoveram uma subscripção, com cujo producto enfeitaram de postes, bandeiras e grinaldas de buxo uma porção da estrada de Vizeu, contigua á povoação, e pegaram á philarmonica da Anadia, que esteve tocando na occasião da passagem de sua magestade. Ao restante da subscripção, que era a parte mais avultada, foi dada uma applicação a mais racional e a mais conveniente: repartir-se por mais de 50 pobres das proximidades, escolhidos segundo uma relação que foi pedida ao vigario da freguezia. Merece os maiores louvores quem promoveu acção tão meritoria e tão sympathica.

Da Mealhada e do Bussaco não lhe posso dizer nada, porque não tenho tempo de colher informações, e eu só assisti ao que se passou em Luso. Sei só que sua magestade se apeou no adro do convento, entrou pelo claustro, foi á egreja fazer oração, e que depois se recolheu aos seus aposentos, onde na sala deu beija-mão ás pessoas do cortejo.»

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 6 de Agosto de 1877.

Foi hoje preso um sujeito chamado Carlos Augusto Matta Rebello, na occasião em que apresentava no escriptorio do sr. visconde de Ribeiro da Silva dous recibos falsificados de 10 contos cada um sobre a commissão de soccorros aos inundados. O falsificador tinha ido primeiro ao banco de Portugal receber o dinheiro, mas como alli não pagaram foi depois ao escriptorio do sr. visconde, que é o thesoureiro da commissão.

A noute passada descobriu-se uma tentativa de incendio nos pavilhões dos recreios Wytboine com massa phosphorica.

Pelo ministerio da guerra foi determinado que sejam licenceadas para a reserva todas as praças que tenham direito a baixa até o anno de 1880, quando não hajam solicitado a readmissão.

Sáe ámanhã para a Africa o explorador Iwens, a fim de se juntar á expedição.

ANNUNCIOS

FIGUEIRA DA FOZ

MODAS E CONFECÇÕES

FILIAL
DOS
ARMAZENS DE MODAS E CONFECÇÕES
DE
ALFREDO C. C. CABRAL
DE
LISBOA

Praça Nova (junto ao theatro)

1 ESTA FILIAL deve abrir no dia 8, ou 10 do corrente; os preços são os mesmos dos armazens de Lisboa e o sortimento abundante.

Fazem-se vestidos e chapeus com a maxima brevidade e perfeição, podendo examinar-se os modelos de chapeus e vestidos expostos. Costumes para banho (ultima novidade de Paris). Perfumarias das melhores fabricas inglezas. Luvas de pellica para soirées, passeio e praia; e todos os mais artigos de fazendas, modas, confecções, fanqueiro e retrozeiro.

O proprietario pede a honra da visita tanto das exm.as figueirenses como das visitantes áquella villa.

MUITA ATTENÇÃO

2 NA LADEIRA do Seminario vendem-se por junto ou em separado os seguintes objectos: guarda vestidos de cedro de Italia; toillete do mesmo pau com pedra marmore; dous lavatorios com pedra marmore e espelho; mesa para jantar; dita de jogo; sofá e 14 cadeiras de mogno; 12 de nogueira; guarda-louças; um serviço de porcelana; outro de Sacavem; um espelho de sala; e outros objectos, que se poderão ver das 10 horas ao meio dia. Note-se que tudo está completamente novo.

3 O BILHETE INTEIRO n.º 3595 da loteria de Madrid, a extrahir-se em 16 de Agosto corrente, pertence ao sr. José Martins do Monte.

ARRENDAMENTO

4 ARRENDA-SE do S. Miguel em diante, o predio n.º 1 a 3, da rua das Cozinhas, reparado de novo, e muito proprio para pouca familia. Pode desde já tratar-se com seu dono, na rua dos Sapateiros, n.º 49.

Substituições a militares

5 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

6 QUEM pretender comprar a casa sita no largo de S. João, n.º 5, falle com o solicitador Abilio Maria Ladeiro, que está encarregado da venda.

ESTUDANTES

7 RECEBEM-SE na rua do Corpo de Deus, n.º 152.

Substituições a militares

ANTONIO AUGUSTO DA PAIXÃO JUNIOR
RUA DO INFANTE D. AUGUSTO, 8
COIMBRA

8 ENCARREGA-SE de substituições a militares no governo civil de Coimbra, por preços commodos.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

9 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 80; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

10 PRECISA-SE DE UM PRATICANTE para a pharmacia da Santa Casa da Misericordia d'esta villa da Figueira da Foz, e que tenha 3 annos de pratica. Além de cama e mesa, terá ordenado correspondente ao estado de seu adiantamento.

Quem pretender dirija-se ao annunciante na Figueira da Foz.

O provedor,
Antonio dos Santos Rocha.

Venda de propriedades

1.º ANNUNCIO

11 PELO JUIZO de direito desta cidade e cartorio do escrivão Santos, se faz publico que, no dia 15 do corrente, pelas 10 horas da manhã, á porta do tribunal judicial, se hão de vender a quem maior lanço offerecer, as propriedades abaixo declaradas, tendo esta venda logar em virtude de execução que João Gonçalves de Lemos, da Louzã, move ao dr. Raymundo Venancio Rodrigues, d'esta cidade. As mesmas propriedades são sitas em diversas ruas d'esta cidade, e vão á praça por metade do seu valor, em consequencia de não ter apparecido lançador quando a sua venda se annunciou pela primeira vez.

Uma morada de casas sita na rua dos Anjos, com os n.os 30 e 32, avaliada em 2:300$000 réis.

Outra morada de casa sita na rua do Norte, com os n.os 11 e 13, avaliada em 200$000 réis.

Outra morada de casas sita na rua do Guedes, que parte do norte e nascente com rua publica, avaliada em 1:500$000 réis.

Outra morada de casas com forno, sita ao arco do Collegio Novo, que tem os n.os 2 e 4, avaliada em 900$000 réis.

Coimbra, 3 d'Agosto de 1877.
Verifiquei a exactidão.
Araujo Taveira.

Associação Conimbricense do Sexo Feminino

12 DO 1.º DE AGOSTO corrente até nova ordem fica auctorisado o cobrador da Associação Conimbricense do Sexo Feminino a cobrar a quota semanal de 50 reis, segundo a deliberação do conselho da mesma associação em 29 de Julho proximo passado, motivado pelo excesso da despeza sobre a receita, e fundamentada no art. 47 dos estatutos

Coimbra, 3 de Agosto de 1877.
A secretaria
Julia Balbina de Sousa

LIVROS CURIOSOS

Benedictinos de S. Nicolau, romance por Alexandre Dumas 80
Secretario portuguez, ou methodo facil de escrever toda a especie de cartas particulares, e correspondencias commerciaes, seguido d'um formulario de notas de requerimentos, memoriaes e petições, obra util a todos os chefes de familia e pessoas do commercio, 1 vol. 600
Cozinheiro completo, nova arte de cozinheiro, copeiro, confeiteiro e licorista, contendo o methodo de trinchar, servir e pôr uma mesa com todas as formalidades, ornado de estampas explicativas, 1 vol. 600
Uma visita a Madrid, descripção curiosa por J. M. Pereira Rodrigues, 1 vol. 400
Castigo da avareza, bonita novella original 100
Castigo da soberba, bonita novella original 100
Historia de Emilia depois de enterrada noiva, escripta por ella mesma .. 60
A mulher casada deve bater em seu marido! obra chistosa. 60
O premio da virtude, ou o terremoto de Lisboa em 1755, novella historica. 120
Remorso, pequeno romance. 80
Secretario dos jovens, collecção de modellos de cartas amorosas 120
Velleda episodio do poema os *Martyres* de Chateaubriand — *O mergulhador* por Schiller — *Pró e contra* por B. Nogueira, 1 vol. 160
Castello de Salobrenha, conto granadino, seguido do romance *Amor de filha* 80
Cantigas populares, usadas em differentes terras da provincia e ilhas ... 80
Taboada maravilhosa, ou arte de qualquer poder fazer versos sem ser poeta 60

Todas estas obras são remettidas para as provincias francas de porte a quem enviar a sua importancia em estampilhas do correio, á livraria de J. J. Bordalo, travessa da Victoria, n.º 42, 1.º andar, Lisboa.

Tambem se remettem catalogos gratis, de todas as obras que se vendem n'esta livraria, como historias, romances, livros de estudo, comedias, dramas, scenas comicas, etc., incluindo as seguintes:

COMEDIAS
POR
LUIZ D'ARAUJO

Um marido em suores frios, 120 — *Grandes* afflicções d'um esposo, 120 — *O grande chocolate* de Mathias Lopez, 120 — *Baroneza* dos dentes, 120 — *O Passeio Publico* á noite com fogos, côros e balões, 120 — *O doutor* João da Cruz, 120 — *Com medo* da revolta, 160 — *Por causa* d'uma mulher, 120 — *O Frontão* municipal, 120 — *Dois operarios* em greve, 80 — *Os picadores* de porta, 80 — *As touradas* de José Diogo, 120.

SCENAS COMICAS

A carreira do sr. Carreira, 80 — *A carestia* dos alimentos, 60 — *A greve* dos senhores barbeiros, 60 — *Um toleirão* (poesia), 60 — *Um contribuinte* em pancas, 60.

14 PADRE RICARDO SIMÕES DOS REIS recebe estudantes em sua casa, na Couraça dos Apostolos, n.º 35, ficando sua responsabilidade dependente das instrucções que receber dos paes ou tutores, que lhe confiarem a direcção de seus filhos ou pupillos. O mesmo dá lições de francez e portuguez a alumnos internos e externos, e coadjuva os primeiros, até onde saiba e possa, em qualquer outra disciplina, que estudarem.

LECCIONISTA
DE
MATHEMATICA ELEMENTAR
(1.ª E 2.ª PARTE)

15 MANOEL ALVES BRANCO, continua a leccionar para os exames em Outubro.

Rua do Borralho, n.º 22.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA		ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Por trimestre	[illegible]

Annuncios por cada linha 40 reis.
Correspondencia por linha 30 reis. — Numero avulso 40 reis.
Assigna-se e vende-se n'esta imprensa,
e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.
Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.

Numero 3134 | Sabbado 11 de Agosto de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

Por uma carta de um official do exercito, escripta de Lisboa para esta cidade, sabemos, que se trata de promover uma grande manifestação, em que tome uma parte muito importante a officialidade da capital, na occasião em que alli chegar o sr. Fontes Pereira de Mello, de regresso da sua viagem ao estrangeiro.

A arrogancia com que a carta é escripta, assim como o que d'ella se deprehende, revelam claramente, que se procura dar a esta manifestação uma tal importancia, que actue fortemente no animo do chefe do estado, e o leve a mudar a presente situação politica.

Por outras vias se confirma esta noticia.

Não temos nada com o governo actual; mas temos tudo com a ordem publica.

Da mesma fórma como reprovariamos severamente que os officiaes do exercito fizessem alguma manifestação politica a favor do ministerio, presidido pelo sr. marquez de Avila e de Bolama; assim stygmatisaremos com egual energia tudo quanto pratiquem os mesmos officiaes para que elle saia do poder.

E' necessario que fallemos claro, e que não voltemos ao tempo em que as guardas pretorianas de Roma punham e dispunham do governo do imperio.

O exercito é essencialmente obediente. A sua unica missão é manter a ordem e a tranquillidade do paiz.

Ainda em 19 de Maio de 1870 se presenceou na capital um grande attentado, em que uma parte da força militar obrigou a sair das cadeiras do poder o ministerio então existente. E ainda que aquillo que agora se projecta é uma manifestação na apparencia pacifica; em todo o caso vê-se que se trata de um ensaio para planos maiores, se fôr preciso.

Fallamos a tempo para nos entenderem.

Vamos caminhando para uma situação politica, que n'um ponto tem alguma semelhança á dirigida pelo duque de Palmella em 1846.

No dia 23 de Julho d'aquelle anno chegou a Lisboa, a bordo do vapor inglez *Pachá*, vindo de Vienna de Austria, o marquez de Saldanha. Immediatamente começaram os principaes agentes cabralistas a intrigar para fazer cair a situação politica d'aquella épocha, o que conseguiram com a emboscada de 6 de Outubro.

Quem tiver ouvidos que ouça; e quem tiver olhos que veja.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A nossa illustre camara municipal é dotada de um amor pelo bem estar do povo, como não será facil encontrar outra semelhante em todo o reino.

No seu zelo pelos interesses geraes e municipaes, lembrou-se agora, quasi no fim dos dois annos da sua gerencia, de pedir ao governo que extinga o tributo que pagam os passageiros na ponte da Portella.

Que santa gente!

Ao mesmo tempo que os dignos membros do senado conimbricense requerem, que não continue aquelle tributo, representam ao governo para que seja apresentada na camara dos deputados uma proposta de lei, a fim de na cidade de Coimbra se restabelecer o vexatorio imposto dos carros; — e se já ha muito não está em cobrança esse imposto, é por a isso se oppôr a commissão da camara electiva a quem foi remettida á referida proposta!

Os dignos vereadores pedem a extincção do tributo na ponte da Portella, para armar ao effeito, e porque os não prejudica nas extraordinarias despezas em que estão envolvidos; e solicitam o restabelecimento do imposto sobre os carros e mais vehiculos, porque pretendem obter dinheiro, quaesquer que sejam os meios que para isso empreguem!

Em quanto os coherentes representantes do municipio de Coimbra solicitam, que se supprima o imposto do transito na ponte da Portella, — diligenceiam que se restaure n'esta cidade o imposto dos carros, o qual foi mandado excluir do orçamento da camara de Coimbra, pelo ministro do reino, marquez de Loulé, em portaria de 31 de Maio de 1861; na qual portaria elle, entre outras cousas declarava, que pelo artigo 7.º do decreto de 19 de Abril de 1832 haviam sido revogadas todas as leis, regimentos, provisões, foraes, posturas, avisos, etc., que restringissem a liberdade do commercio interno do paiz; e que por isso o aviso regio de 2 de Abril de 1802, em que a camara d'esta cidade se fundava para cobrar o tributo dos carros, estava comprehendido na sancção do referido decreto — *visto que difficultava o transito, e restringia e embaraçava o commercio interior do reino.*

E são os benemeritos e esclarecidos vereadores da camara de Coimbra que pretendem restabelecer n'esta cidade um imposto — *que difficulta o transito, restringe e embaraça o commercio interior do reino* — os mesmos que vêm representar em sentido opposto com relação á ponte da Portella!

Sinceramente o dizemos: ainda não vimos caçoada egual!

E' muito zombar do publico!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Está chegada a épocha em que todos os annos se pratica o grande escandalo, de se jogar publica e francamente na villa da Figueira da Foz o jogo de parar.

Este impudente desprezo das leis tem sido desaforadamente consentido

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXXII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

A nossa gente, desembarcando em França, foi alli recebida com os braços abertos, e para que assim acontecesse muito concorreram duas causas; a primeira, ser Hyde de Neuville, ministro da marinha, e que bem conhecia já D. Miguel, porque estava em Lisboa na famosa *abrilada* de 1824; e a segunda, não reconhecer o governo francez o reinado de D. Maria II, apesar de ter em Paris homens que diziam ser seus representantes, e que eram oppostos á vinda da nossa gente para França. A elles respondia o governo francez, que não reconhecia senão um general, que com a sua tropa tinha vindo pedir hospitalidade á França. E como este general era Saldanha, teve elle então occasião para prestar grandes serviços á gente que commandava, e á causa que defendia.

Em quanto as cousas iam acontecendo estava eu em Londres, e começava a examinar como os nossos negocios alli corriam. Fui ao principio muito bem recebido pelos emigrados que alli estavam; e como pela direcção de alguns de bom nome alli se publicava um jornal, intitulado o *Paquete de Portugal*, não me recusei a escrever alguns artigos para elle, que de certo não o deshonraram.

Vendo porem em pouco tempo que a politica que seguia não era conforme com os meus principios fixos e inalteraveis, e parecendo-me muito mal como se apoiava a politica de Palmella, com especialidade, o empenho que tinha havido em mandar para o Brazil a nossa gente, e o desgosto que tinha causado a sua vinda para França, que para mim era um acontecimento felicissimo; entrei desde logo não só a não escrever mais para o *Paquete jornal*, mas até a retirar-me da convivencia dos seus cooperadores, e mais individuos, que faziam parte da sua sociedade. D'aqui devia acontecer o que depois aconteceu, e o que gradualmente foi tomando mais vulto; isto é, ser considerado como homem que não era da confraria, e não bebia pela mesma taça do licor politico, que então se ministrava a estomagos sempre promptos a digerir todo o alimento que se lhes dá.

Quem então ministrava essa larga taça de licor politico, sempre accommodado ás vistas dos nossos inimigos, que nos queriam pôr debaixo do cutelo de D. Miguel, era Palmella, que figurava de primeiro agente nos negocios de Portugal por parte da rainha. Tinha a sua côrte na casa em que residia, e n'ella estava sempre rodeado de mil cortezãos, entre os quaes nomes notaveis da revolução de 1820, que o aconselhavam, apoiavam, e não sei se serviam como criados do paço. Ora é bem de ver, que eu não era homem capaz de entrar em tão alta companhia; e por consequencia nunca a frequentei, e deplorava em segredo por que fatalidade o Creador tinha dado tão voluveis consciencias a algumas das suas creaturas!...

Achando-me, como por assim dizer só, e fora de toda a politica dominante, concentrei-me comigo mesmo. Tinha levado para Inglaterra o meu manuscripto da traducção dos Annaes de Tacito, ao qual já tinha um verdadeiro amor de pae, e não podia largar; e tencionava dar-lhe uma vista mais pausada, o que pela minha vida sempre atribulada nunca tinha podido fazer com verdadeiro socego de espirito.

A época em que com mais vagar e mais attenção o tinha examinado havia sido no tempo do meu desterro em Coimbra, e só então é que pude conferir com os dois traductores francezes *Dureau de la Malle*, e *Gallon de la Bastide*, porque devo confessar, que o meu primeiro trabalho só se concluiu á vista dos commentadores latinos, que foram com especialidade *Brottier*, e *Oberlino*. Apenas tive então á vista uma traducção hespanhola, cujo nome me não recordo, e nunca a consultava senão depois de feita a traducção de um paragrapho a meu modo. Ou boa ou má não é traducção de alguma franceza; porque nenhuma vi senão já muito depois de ter concluido o meu trabalho.

Quando estava n'este proposito recebi uma carta do meu amigo João Pedro Aillaud, que estava em França, e alli era livreiro acreditado, o qual me dizia, que constando-lhe, que eu tinha uma traducção portugueza dos Annaes de Tacito, lhe dissesse se a queria vender, porque estava determinado a mandal-a imprimir por sua conta.

Ora no estado em que estava, como emigrado, ter uma ajuda de custo, quando menos o esperava, era para mim uma grande fortuna; assim, bem que visse que o meu trabalho merecia uma séria revisão; respondi-lhe, que de mui boa vontade lhe acceitava o seu offerecimento, e o que só me pezava era não ter ainda a perfeição que lhe desejava dar. Que apesar disso lhe remetteria o manuscripto, que o mandasse examinar por pessoa competente, e com especialidade o mostrasse a Silvestre Pinheiro; e se as pessoas que o vissem, o julgassem digno de ser impresso, alli o punha

pelos administradores do concelho d'aquella localidade.

Estamos para ver, se este anno se permittirá, como nos annos antecedentes, que alli se arruinem numerosos individuos, sem que a auctoridade ponha o menor obstaculo a isso.

Chamámos toda a attenção do novo chefe do districto para este grave objecto, na intelligencia de que nada nos fará recuar em as nossas reclamações.

Queremos saber se n'este paiz ha algum poder superior ás leis.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Entre muitos abusos que se praticam n'esta cidade, um que muito prejudicial póde ser, é o deposito de petroleo que se faz em muitas lojas.

Ninguem ignora que o petroleo é altamente inflamavel; e as terriveis consequencias que podem haver se elle se incendiar.

Ás auctoridades cumpre vigiar este objecto, prohibindo que ninguem possa ter dentro da cidade senão a porção indispensavel de petroleo para um limitado commercio. Quem quizer ter grande quantidade d'elle procure uma casa fóra da cidade.

Egualmente é mister prohibir a agglomeração de avultadas porções de palha, carqueija e outros combustiveis.

As posturas municipaes não se fizeram para ficarem sendo letra morta.

Cumpre prevenir a tempo, em vez de lamentar os acontecimentos depois de já não terem remedio.

São muitos e altamente prejudiciaes os incendios, que ultimamente tem havido em differentes terras do reino.

Estes exemplos devem pôr-nos de sobreaviso.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

A relaxação nos serviços publicos estende-se a quasi tudo.

Como se fosse ainda pouco o atrazo das decisões do supremo tribunal administrativo em materia de recrutamento, acresce a grande demora que ha em publicar no *Diario do Governo* os accordãos d'aquelle tribunal.

Quem fôr obrigado a assentar praça indevidamente, não consegue sair do serviço do exercito sem ser publicada a sua isenção na folha official.

Ora acontece, que a publicação das deliberações do supremo tribunal administrativo anda sempre em atrazo de tres e quatro mezes; e assim, graças ao desleixo *bureaucratico* têm os mancebos, que por ventura ficarem livres da vida militar, de servir mais esse tempo, de que aliás estavam dispensados, se se dormisse menos nas secretarias em Lisboa.

O povo soffre por todos os modos as consequencias da pessima organisação em que estão os serviços publicos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Na segunda feira falleceu n'esta cidade um veterano da guerra peninsular.

Vão terminando de todo as venerandas reliquias dos bravos, que defenderam a terra natal da invasão franceza, e que por fim em successivos combates foram internar o inimigo no seu proprio paiz.

Apezar da humildade da sua posição, não se dirá que o *Conimbricense* deixou passar em silencio a morte de um valente da guerra da peninsula.

O sr. José Maria Teixeira, servente da bibliotheca da Universidade, falleceu na avançada edade de 91 annos, menos 33 dias, pois que nasceu no logar e freguezia de Lorvão, concelho de Penacova, no dia 8 de Setembro de 1786.

Assentou praça em o mez de Abril de 1811, no batalhão de caçadores 11, em que teve o posto de cabo.

No dia 6 de Abril do seguinte anno de 1812, tomou parte no mesmo corpo, em o mortifero e heroico assalto da praça de Badajoz, que teve de se render á bravura do exercito anglo-luso.

Seguiu toda a campanha; entrando por fim nas batalhas de Vittoria de 21 de Junho de 1813, dos Pyreneus de 28 a 30 de Julho, Nivelle a 10 de Novembro, e Nive a 9 de Dezembro, todas em 1813; Orthez a 27 de Fevereiro de 1814, e Tolosa, termo da grande campanha, em 10 de Abril immediato. N'esta ultima batalha foi gravemente ferido.

Regressou em seguida á patria com todo o exercito, continuando na vida militar.

Em 1823, na revolução absolutista do conde de Amarante, achava-se o sr. José Maria Teixeira no dia 13 de Março na acção de Santa Barbara, em Traz os Montes, a favor da causa liberal. Foi, porém, ahi prisioneiro, com quatro batalhões de caçadores, graças á impericia do brigadeiro Pamplona, o qual tambem ficou prisioneiro. No começo da acção havia-se entregado ao inimigo o regimento de infanteria 21.

Como depois o general Luiz do Rego, pelas suas acertadas manobras fez sair do reino as forças do conde de Amarante, com ellas teve de ir o sr. José Maria Teixeira.

Regressou ao reino no mez de Junho immediato, em resultado da revolução absolutista de Villa Franca de Xira.

Em 1824 obteve a baixa do serviço. E na guerra civil de 1828 a 1834, como D. Miguel chamasse ás armas os soldados com baixa, teve outra vez de alistar-se, e serviu até á convenção de Evora Monte.

No fim da guerra veiu ser em Coimbra criado do provisor d'este bispado, o sr. padre Manoel Domingues de Gouveia.

Tendo este fallecido, foi o sr. José Maria Teixeira empregado pelo sr. dr. Manoel de Serpa Machado no logar de servente da bibliotheca da Universidade, sendo sempre honradissimo no seu procedimento.

Deixou viva sua mulher, Maria Rosa, na avançada edade de 90 annos, que fez em 10 de Maio ultimo.

Ha a notar a circumstancia de que ella acompanhou seu marido em toda a guerra peninsular até á batalha de Tolosa, em França, onde lhe acudiu no seu grave ferimento.

Saiba-se agora, que esta respeitavel e decrepita mulher de 90 annos, se vae achar desde já reduzida á miseria, porque não só fica sem os 300 réis diarios que recebia seu marido, mas egualmente sujeita a sair da casa do collegio dos Paulistas, que ella habitava na qualidade de guarda dos livros alli existentes.

E haverá n'este paiz um governo, que não acuda a esta desgraça, e que não obste a tão grande vergonha para nós todos os portuguezes?

Uma mulher de 90 annos de edade, companheira de trabalhos de um veterano da guerra da peninsula, condecorado com as medalhas d'aquella campanha, o qual agora falleceu de perto de 91 annos, vae carecer dos meios de subsistencia.

E não se evitará isto?

Em honra de Portugal ainda o não acreditámos.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Ao benemerito e bravo tenente general Bernardo José de Abreu, e a todos os valentes que ainda vivem, e que tomaram parte na brilhante victoria da villa da Praia, na ilha Terceira, felicitámos hoje, 11 de Agosto de 1877, 48.º anniversario d'este feito heroico e sempre memoravel nos fastos da historia liberal.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

COMMUNICADO

Sr. redactor. — Sabemos já quem é o *digno* correspondente do *Jornal da Noite*. S. s.ª julgou que ninguem lhe responderia; enganou-se. Seria melhor o silencio, e não lhe darmos importancia, porque a não merece, mas é um dever esclarecer a verdade vilipendiada, e aniquilar quaesquer impressões, que o communicado do muito conhecido correspondente tenha causado no animo de pessoas, que o não conhecem.

Para os que o conhecem de sobejo, e sabem a historia miseravel do que se tem passado, seria inutil gastar tempo.

Vamos pois historiar os factos, com taes caracteres de verdade, que até o sr. Sousa Junior hade ficar confundido, se tiver algum pudor, e hade arrepender-se de ter escripto uma correspondencia, com que julgou eternisar-se.

S. s.ª não pode negar que, para se levar á scena o Thamaturgo Santo Antonio, foi necessario recorrer a um emprestimo na importancia de duzentos e setenta e tantos mil réis; que os individuos, que faziam parte da sociedade dramatica, como s. s.ª, se obrigaram, não por escriptura, mas por palavra (que vale mais ainda) a dar as representações, que fossem necessarias para o pagamento d'aquella divida; e s. s.ª sabe que muitos credores ao theatro já estão pagos, mas que ainda se deve quarenta a cincoenta mil reis aos ill.mos srs. Abilio de Macedo, Carvalho Motta, e a mim; sabe tambem que esta divida já podia estar solvida, se não tivessemos consentido, de bom grado, que se dessem tres beneficios, um á sr.ª D. Julia Novaes, outro para os inundados, promovido pelo ex.mo sr. D. Manoel Lobo da Silveira, administrador n'esse tempo, e que teve a delicadeza de ir pessoalmente fallar aos credores, pedindo-lhes licença para levar a effeito o beneficio, e o terceiro finalmente á sr.ª Maria Isabel Pereira.

Ora pergunto eu agora a s. s.ª, quem será mais philantropico, nós, que ha tres annos estamos no desembolso, ou s. s.ª, que nem um real emprestou? Desculpe-me esta pergunta e a minha pouca modestia. Não póde pois negar o que deixo dito, e se o fizer será tido como vil mentiroso.

Ainda mais: estavamos proximos aos festejos do — bodo — e era conveniente levar alguma coisa á scena, para amortisar algum credito; mas s. s.ª tinha de tal sorte espalhado a discordia entre a sociedade dramatica, que foi impossivel poder-se levar a recita projectada, e até desacreditando o drama — *O milagre da Senhora do Cardal* — escripto pelo sr. Diogo de Sequeira, do Porto!!!

Não se espante dos pontos de admiração, porque é o meu fraco, quando vejo censores d'esta ordem.

Alguem teve então a lembrança de organisar uma outra sociedade dramatica, com o fim unico de dar um beneficio para a construcção de um hospital, e em uma reunião, que fizeram, foram excluidos alguns, que tinham por divisa o pagamento da divida. Achei tão justa a lembrança, quão ridicula a exclusão.

É ella humanitaria, e tudo quanto se possa fazer a beneficio do hospital é pouco, ninguem o contesta, mas mais justo é primeiro pagar-se a divida; foi o que sempre disse, e os mais credores.

Como vêm pois s. s.ª com uma catilinaria de provocações e insolencias? S. s.ª devaneia-se tanto, alardeando philantropia, que não tem!!

Pelo que vejo gosta de ver o seu nome em letra redonda: não tem bom gosto.

Continuaremos: porque não toma sobre si a divida? Quem se atreveria depois a contestar o beneficio? Pois nós estamos por embolsar ha tres annos, e não nos terá isto sido penoso? Então porque não faz s. s.ª, ou a nova sociedade tambem um sacrificio outro tanto tempo?

Agora percebo, é porque lhe falta a força e coragem, mas sobeja-lhe a vaidade e vangloria. Bastante me magoa o ter de dizer que já em tempo aquelles, que s. s.ª fulmina com os taes *sentimentos sem classificação*, deram beneficios a favor dos presos, e outros a favor dos pobres, que bemdiziam os seus bemfeitores. Ninguem pois fez opposição, lembrei que primeiro se devia solver a divida, e em seguida dar um beneficio á philarmonica d'esta villa, que sempre de bom grado se prestou gratuitamente a ir tocar em todas as recitas, e depois se daria um, ou mais beneficios a favor do hospital; e a isto chama s. s.ª opposição acintosa na sua correspondencia do — *Jornal da Noite* — n.º 1983!!

E que necessidade tinha o cofre do hospital, de encerrar em si uma tão diminuta quantia de vinte a trinta mil réis, por espaço de tres, quatro, ou mais annos, quando com esta quantia já se amortisava metade da divida? O orçamento para a construcção do hospital é de seis contos de réis, quando será concluida a obra?

Tem pois s. s.ª, e essa nova sociedade tempo bastante, para dar os beneficios, que ninguem impugnou, nem impugna.

Ora eis aqui a tal opposição accintosa, eis aqui esse invento desprezivel e abjecto, sahindo da *moleirinha* do correspondente do — *Jornal da Noite* — eis aqui essa obra monstruosa, cujo merito grangeará a seu auctor um pedestal, que lhe hade perpetuar a sua gloria de escriptor!!

Lamentamos que um jornal serio tenha aqui um correspondente, que hade concorrer para o seu descredito. Aconselhamos pois a s. s.ª para que se deixe de ser escrevinhador maldizente, calumniador, enredador e mexeriqueiro, para não levar ao fim a sua obra, que tem encetado, de desharmonia n'esta villa.

Com repugnancia escrevo estas mal traçadas linhas, mas impera em mim a necessidade de fazer triumphar a verdade.

Detesto os calumniadores traiçoeiros, por funestos que são, e desprezo-os. Não lhe responderei mais, a não ser para pôr o publico ao facto de certas coisinhas....

A v., sr. redactor, peço o obsequio de fazer inserir no seu acreditado jornal estas linhas, pelo que lhe tributo um dever de gratidão.

Pombal 7 de Agosto de 1877.

Francisco José Pimenta.

NOTICIARIO

Fallecimento e legados. — Falleceu no dia 7 do corrente, no hospital d'esta cidade, Francisco da Fonseca Vieira, da freguezia de Caramos, concelho de Felgueiras, o qual em tempo estivera no Brazil.

Fez testamento, deixando os seguintes legados:

Ás suas duas sobrinhas, Elydia e Emerenciana, filhas de seu irmão Joaquim, 11 apolices na divida publica do Brazil, do valor nominal de 1:000$000 réis, a cada uma d'ellas.

A seu sobrinho Joaquim, filho do referido irmão, 6 apolices do mesmo valor.

A seu sobrinho Alfredo, filho do mesmo irmão, 3 eguaes apolices.

De todas as apolices acima mencionadas é apenas o usofructo, sendo a propriedade para os filhos de cada um.

A sua cunhada D. Rosa Soares de Oliveira Vieira, viuva do referido irmão, a quantia de 50$000 réis mensaes, em moeda do Brazil, em quanto viva fôr.

A seu sobrinho José, filho do irmão Manoel, o usofructo de 6 apolices, e a propriedade d'ellas para os filhos d'este, se os tiver legitimos.

Á sociedade portugueza de Beneficencia do Rio de Janeiro uma apolice de divida publica do Brazil, e do mesmo valor nominal.

Á caixa de D. Pedro V, da mesma cidade, outra egual apolice.

A' sua afilhada Maria, filha de João Correia da Silva, duas apolices, do mesmo valor.

Ao seu afilhado Alfredo, filho do mesmo, outra apolice.

Dá por saldo de contas até 30 de Junho de 1872, todas as contas que tinha com o dito João Correia da Silva.

Ao seu afilhado Francisco, filho de Pelingrino Maria de Mendonça, a quantia de réis 300$000, moeda do Brazil.

Todos estes legatarios declara serem residentes no Brazil.

Ás suas sobrinhas Anna, Maria e Marianna, filhas de seu irmão Antonio, a cada uma, duas inscripções da junta do credito publico d'este reino. É só o usofructo, e a propriedade é para ser repartida egualmente por todas as filhas de sua sobrinha Maria, a qual se acha casada.

Ás suas sobrinhas Leonor, e Maria, filhas de seu irmão Manoel, a cada uma o usofructo de duas inscripções, e a propriedade para seus filhos legitimos, se os tiverem.

A seus sobrinhos João, casado, filho de sua irmã Maria, o usofructo de 4 inscripções, e a propriedade para seus filhos.

A seu irmão Bernardino o usofructo de 2 inscripções, e não tendo filhos legitimos, passará a propriedade para os filhos de seu irmão João.

Todas estas inscripções são do valor nominal de 1:000$000 réis cada uma; e todos estes legatarios são residentes no concelho de Felgueiras.

A José Maria de Campos 200$000 réis. Ás filhas do mesmo — Emilia, 300$000 réis, e Maria, 45$000 réis; e ao filho Francisco 10$000 réis.

Ao mesmo José Maria de Campos todos os seus bahus, malas e roupas.

A D. Maria do Rosario Magalhães, réis 45$000 — A José Francisco da Costa Pereira o seu relogio e corrente de ouro. — A sua afilhada Anna, filha de José Alonso Espoim, 200$000 réis.

Todos estes legados são em moeda forte, e os legatarios residentes na cidade do Porto.

A sua irmã Maria, viuva, residente em Felgueiras, 9$000 réis mensaes, em quanto fôr viva.

Ao seu afilhado, filho de um tal Quintal, o qual foi baptisado na freguezia de Santo Antonio dos Pobres, do Rio de Janeiro, e hoje residente em S. Pedro do Sul, n'este reino, 100$000 réis fortes.

A quantia de 200$000 réis para ser repartida por 100 pobres da sua freguezia de Caramos.

Ao asylo do Barão de Nova Cintra, réis 100$000. — Ao recolhimento das Raparigas Abandonadas, 100$000 réis. — Ao hospital dos Lasaros e Lasaras 100$000 réis, a cada um. — Ao hospital dos entrevados de Cima de Villa, 100$000 réis.

Deixa os seus escravos Domingos e Maximinno, livres e forros, e alem disso deixa a quantia de 50$000 a cada um, em moeda fraca.

Nomeia para seus herdeiros usofructuarios do remanescente de sua herança, a sua irmã Anna; a seu sobrinho Joaquim, e sua sobrinha Anna, estes filhos de sua irmã Maria; a seu sobrinho João, filho de seu irmão Antonio; e sua sobrinha Anna, filha de seu irmão Manoel; a todos em partes eguaes.

Se porém alguns d'estes legatarios lhe não sobreviver, serão os seus filhos, herdeiros da propriedade da parte remanescente da sua herança.

Nomeia para para seus testamenteiros, em primeiro logar a seu sobrinho Joaquim Antonio Pinto da Fonseca, em segundo a seu sobrinho João da Fonseca e Sousa, em terceiro a José Teixeira dos Guimarães, e em quarto a Antonio José de Carvalho, todos residentes em Felgueiros; e no Rio de Janeiro, em primeiro logar João Correia da Silva, em segundo Manoel Ribeiro Pinheiro, e em terceiro Jaaquim da Fonseca Vieira.

Romaria. — Terá logar, no dia 15 do corrente mez, a festividade da Senhora da Nazareth, na Ribeira, d'este concelho; a qual tem sido muito concorrida nos annos transactos.

A commissão encarregada de conduzir o cyrio, d'esta cidade para o local referido, mais uma vez tem diligenciado para que a magnificencia e esplendor d'este acto não fique áquem d'aquelle com que tem sido desempenhado nos annos anteriores.

Na noite da vespora a philarmonica *Conimbricense* tocará algumas peças de musica, á porta da egreja do Carmo (d'onde no dia immediato sairá a bandeira), havendo não só illuminação, mas tambem um gracioso *fogo artificial*, depois do qual subirá ao ar um balão.

A bandeira é conduzida este anno pelo sr. Manoel Paula de Santa Clara, trazendo-a, na volta, o sr. José Correia dos Santos para a egreja do Carmo, onde será cantada uma ladainha.

É digna de louvor a commissão pelo zelo expontaneo que tem apresentado em tornar esta festa religiosa o mais grave e de maior apparato possivel.

Monumento. — Na ultima sessão da commissão Primeiro de Dezembro de 1640 foi resolvido começar as obras do monumento levantado em Lisboa aos restauradores, sob a direcção do auctor do projecto o sr. Antonio Thomaz da Fonseca, professor da Academia de Bellas-Artes, e a superintendencia do coronel Maciel, membro da commissão.

O auctor do projecto recebeu os 500$000 réis que estavam votados para o artista que tivesse os seus desenhos approvados pela commissão.

Incendio. — Dizem de Belem, que no dia 8 do corrente, ás 6 horas da tarde rebentou violento incendio no armazem da companhia dos americanos, a Santo Amaro. Arderam 2:000 molhos de feno. Compareceu promptamente o pessoal dos incendios de Belem e de Lisboa, o presidente da camara de Belem e vereador do pelouro e mais auctoridades.

Camara municipal de Lisboa. — A camara municipal resolveu rescindir o contracto feito com o sr. Torres, para a illuminação do Passeio publico, e abrir o passeio á sua custa, sendo a entrada franca.

O sr. Pequito propoz a nomeação de uma commissão para estudar os melhoramentos a fazer na capital e pedir ao governo os rendimentos municipaes; fazendo a camara as despezas locaes.

Explorador para Africa. — Diz o correspondente em Lisboa do *Commercio do Porto*, que partiu, emfim, o terceiro explorador para a Africa. O estimado, animoso e intelligente official da marinha portugueza, Roberto Ivens, seguiu no dia 8, á tarde, no vapor *Benguella* para o seu destino. Vae reunir-se aos seus dous audaciosos e distinctos companheiros, que devem honrar, e por sem duvida honrarão, a Sociedade de Geographia e Portugal, dando tambem maior lustre aos seus nomes.

Á disposição do sr. Ivens, da commissão da sociedade de geographia, e de outros cavalheiros, pela maior parte officiaes de marinha, o arsenal pozera dous dos seus melhores escaleres de gala devidamente tripulados.

Na ausencia do sr. ministro da marinha, que está no Bussaco, representou aquelle ministerio o sr. conselheiro Francisco Costa, director geral dos negocios do ultramar.

A bordo, como succedera com a partida dos outros distinctos exploradores, a empreza convidou o sr. Ivens, o director geral, a commissão e os demais cavalheiros, a servirem-se de um copo de agua na camara, e alli houve discursos e brindes.

O sr. Francisco Costa fallou do futuro das colonias portuguezas; o sr. visconde de S. Januario do serviço da sociedade de geographia; o sr. Luciano Cordeiro da cooperação valiosissima que dava a marinha portugueza para esta empreza de exploração na Africa; o sr. Ivens, negociante britannico e tio do sr. Roberto Ivens, referiu-se aos feitos dos portuguezes e ao que elles fizeram em outros tempos, para entregar a Africa á sciencia e á humanidade, etc. Foi uma despedida sympathica e enthusiastica. O sr. Ivens, explorador, agradeceu a todos tantos obsequios e distincções. Elle saberá, de certo, corresponder aos votos que se fazem pelo bom exito do seu patriotico encargo.

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario de Noticias* o seguinte:

Crêem em Vienna, que estando agora a Turquia victoriosa contra os russos e com superioridade militar que nunca teve, desde a guerra do principe Eugenio, todas as probabilidades de negociações para a paz estão por emquanto fóra da discussão. N'esta eventualidade, pensa um correspondente do *Times*, haverá certamente nova crise ministerial em Constantinopla, e Server-Pachá será demittido.

Despachos officiaes confirmam as derrotas dos russos em Plewna no dia 1. As forças russas compunham-se da ala direita do corpo do exercito na Bulgaria com 40:000 homens approximadamente. Os russos deixaram no campo mais de 8:000 homens mortos e 12:000 feridos, sendo a perda total superior a 50 por cento, do numero dos homens que entraram na luta.

Os russos atacaram Plewna quatro vezes successivas, sendo sempre repellidos. O seu objectivo era apoderar-se da estrada que vae a Sofia. O monitor turco *Kilidjali*, com tres canhoneiras que partiram de Totrakan, bombardearam varias baterias russas no Danubio e voltaram depois a Silistria.

O corpo do exercito russo, commandado pelo principe Schackowski, que operou ao sul de Plewna teve 4:000 homens mortos.

Os dois corpos, que atacaram Plewna, eram commandadas pelos generaes Krudner e Tchakotskoi, e tinha 180 peças de artilheria. O seu plano era fazer um movimento envolvente.

Quando Krudner avançou, a resistencia dos ottomanos foi muito pequena, e isto o animou; mas tendo avançado mais, teve que recuar diante do fogo muito vivo e mortifero dos turcos.

O general Tchakotskoi, vendo que Krudner não alcançava nenhuma vantagem, deu ordem de atacar; porém os seus soldados, recebidos com o fogo de artilheria e fuzilaria terrivelmente sustentado, viram em pouco tempo rareadas as suas filheiras.

Dizem que regimentos inteiros ficaram destruidos.

Os russos, depois de terem sido derrotados, retiraram-se na maior desordem. As tropas russas estavam espalhadas pelas estradas na maior confusão; soldados de diversas armas em bandos, vendo-se officiaes sem solda-

---

á sua disposição. Quanto ao preço, que me désse o que entendesse; porque era o verdadeiro juiz na materia, e além disso era meu amigo, e estava certo de que n'este negocio se havia de haver comigo como tal.

A resposta foi, que os votos eram que se imprimisse, e que me dava por elle *mil francos*, preço que julgava racionavel tanto para mim como para elle. Como é bem de crer acceitei a offerta, como se diz, com ambas as mãos, e em bem pouco tempo recebi os mil francos, que n'aquelle tempo eram uma grande fortuna para mim. Eis-aqui como se imprimiram os meus *Annaes*, e o que me obrigou a não ser muito escrupuloso em consentir que se imprimissem, sem lhes dar uma ultima revisão, como estava disposto a dar-lhes.

O governo inglez, e Palmella seu instrumento, tinham ficado altamente desgostosos da vinda da nossa gente para França, e do agasalho que alli tinha recebido, e continuava a receber. Era transtorno muito sensivel que tinha soffrido a sua politica, porque se conservava na Europa uma força que ainda podia incommodar D. Miguel, e por isso se buscaram outras artes para ver se esta força se inutilisava.

O marquez de Palmella, como homem que se dizia só encarregado dos negocios, chamados da rainha, tirou o commando a Saldanha das tropas, que tinham vindo com elle para França, esperando talvez que esta mesma tropa perdesse o espirito de corpo, e se começasse por si mesma a debandar; e dado este primeiro passo entrou-se de novo a procurar todos os meios para ver, se a resolviam a ir para o Brazil: era esta a grande ideia, sempre fixa, sempre invariavel. Comtudo não houve artes, nem manejos que a podessem seduzir, nem alterar seus briosos sentimentos. Resistiu sempre a tudo, e pelos mesmos motivos que já tinha dado...

Vendo-se a tenacidade com que resistia a todas as seducções, até ao pouco caso que d'ella se fazia, porque nunca cousa alguma se lhe deu para a sua subsistencia, lembrou-se Palmella de mandar a Paris um homem, que fosse bem capaz de examinar alli o que se passava, e ver se podiam haver novos meios de realisar o grande projecto. Este homem foi José Balbino, que indo ter com Saldanha, disse-lhe, que os desejos de Palmella eram que tornasse a embarcar, e partisse com a tropa para o Rio de Janeiro.

O conde, e o general Pizarro, immediatamente lhe declararam, que não iam, nem davam ordem aos emigrados para embarcar; acrescentado porém ao mesmo tempo, que por nenhuma fórma influiriam para que não fossem. Queria-se a todo o custo que não existisse na Europa um obstaculo que *difficultasse* as negociações com D. Miguel; porque era sabido que já antes tinha havido, quando a tropa ainda estava em Plymouth, quem á boca cheia dizia a quem o queria ouvir: — *que nada se podia fazer em quanto em Plymouth estivesse reunida tanta canalha!* Tambem se tinha espalhado, não sei se com verdade, que um individuo que muito havia figurado na regeneração do anno de 20, havia aconselhado Palmella a que fizesse com o governo inglez que nos levasse a Portugal *com Carta, ou sem ella!!!*

Como José Balbino visse que nem Saldanha, nem Pizarro estavam destinados a embarcar, houve conselho entre elle, o conde de Villa-Real, e Candido José Xavier sobre o que n'aquelle caso conviria fazer. Decidiram, que se mandasse a Londres *D. Luiz de Noronha*, empregado na legação de Paris, para que informasse com verdade Palmella do que na realidade se passava. D. Luiz chegou a Londres em 20 de Março d'este anno, e o resultado da sua missão foi levar ordens a José Balbino para desistir da commissão, a que tinha ido.

Haverá um mez que o mesmo D. Luiz de Noronha, que depois d'aquella época tem servido em algumas missões diplomaticas, me disse na casa em que isto estou escrevendo: — «que depois de muitas razões que tinha dado a Palmella, lhe lembrára a responsabilidade em que ficava de teimar na partida dos emigrados para o Brazil, porque dava a entender que de proposito queria tirar á rainha o unico apoio, que tinha na Europa contra o usurpador do seu throno, que eram aquelles leaes portuguezes! E que então se decidira em um conselho do marquez de Barbacena, ministro brazileiro, e Palmella, que emfim não se insistisse mais na viagem da tropa para o Brazil.

E disse-me mais o mesmo D. Luiz de Noronha, cousa que eu ignorava, e até não tinha noticiado nos meus Annaes, «que quem mais teimava em que os emigrados fossem para o Rio de Janeiro, era Candido José Xavier, que estava determinado a ir para lá, talvez com esperanças de alli ser o commandante da tropa, que D. Pedro tambem lá queria, para com ella se fortificar contra as más intenções que já ia descobrindo nos brazileiros.»

A este mesmo Candido José Xavier se attribuia o dito: — *que Saldanha era mais perigoso á frente da canalha, do que D. Miguel á frente dos Silveiras!*

Em todos os manejos que se faziam em Paris para tirar toda a influencia a Saldanha, tanto no espirito da tropa como no do governo francez, que só com elle queria tratar, tinha Palmella um devotissimo instrumento em D. Francisco de Almeida, que hoje tem o titulo de conde de Lavradio. Entre este e Saldanha chegou a haver um desafio, que não teve más consequencias.

(Continuar-se-ha.)

dos e soldados sem officiaes. O correspondente de uma folha ingleza diz que a confusão foi tal que lembrava a celebre batalha occorrida na America durante a guerra civil *Bull's run*.

Depois da derrota dos russos em Plewna, e durante a noite, grande numero de bashi-bazouks foi ao campo e degolou os feridos russos que alli encontrou como para vingar as atrocidades commettidas pelos russos contra os musulmanos.

Dizem de Shumla que uma parte do exercito russo na Dobrudscha vae de novo atravessar o Danubio para ir reforçar o corpo do exercito russo em Sistova.

— Os turcos dizem que as suas perdas em Plewna foram insignificantes, apenas 100 mortos e 300 feridos.

Os correspondentes dos jornaes estrangeiros affirmam que os turcos em Plewna mostraram grande coragem e bateram-se com a maior valentia.

O exercito turco está agora dividido da seguinte fórma:

Ao norte entre Rustchuck e Silistria, 50:000 homens, sob o commando de Eschref-Pachá; ao centro, Shumla, 80:000 homens, commandados por Mehemet-Alli; a oeste, entre Widdin e Plewna, 45:000 homens, commandados por Osman-Pachá; ao sul, o exercito de Suleyman-Pachá, composto de 60:000 homens, não contando o corpo do exercito que se acha em Sofia, cujo numero exacto não se sabe.

De Batum foram enviados para Varna 25 batalhões de infanteria para reforçar a guarnição de Adrianopla.

Os turcos tratavam de cortar as communicações do principe Mirsky com o general Gourko nos Balkans.

A passagem de Gabrova-Shipka, nos Balkans, occupada pelos russos, está sendo fortificada e tem mantimentos para um mez.

O gran-duque Nicolau ficou bastante commovido com a derrota dos russos em Plewna, e julga-se que não se empenhará em outro combate senão depois de ter recebido reforços.

Noticias de Lisboa. — O correspondente do *Commercio do Porto* diz o seguinte:

— Lisboa, 9 de Agosto de 1877.

Está a chegar a Lisboa o sr. conselheiro Mendes Leal, nosso ministro em Paris. Muito se tem fallado d'este cavalheiro n'estes ultimos dias, chegando-se a asseverar que deixa aquella missão, que está reservada, uns dizem que para o sr. Carlos Bento, outros que para o sr. Fontes Pereira de Mello.

O sr. Mendes Leal vem gozar a licença que lhe foi concedida e não para dar explicações, como se disse, do seu procedimento com respeito ao que publicou a *Gazette Financière* de Paris, relativamente ao emprestimo. Estas explicações já estão dadas ao sr. ministro dos negocios estrangeiros, que parece ter ficado satisfeito com ellas.

Não devo occultar que na hypothese do sr. Mendes Leal deixar a missão em Pariz, além dos dous cavalheiros citados, falla-se tambem no sr. conde d'Alte, que tem representado o nosso paiz em diversas côrtes.

Esta nomeação a realisar-se seria muito para lamentar, porque não reune o sr. conde os predicados e qualidades que exigem uma legação d'aquella importancia e principalmente nas actuaes circumstancias.

Por vezes tenho feito sentir a necessidade de serem substituidos alguns dos nossos actuaes diplomatas por pessoas de grande capacidade e que nos representem dignamente nas côrtes estrangeiras, e não seria de certo com a substituição de um cavalheiro como o sr. Mendes Leal pelo sr. conde d'Alte, que se attenderia a essa necessidade por todos reclamada, mas que nem todos têem a sufficiente hombridade para o dizerem em publico e com inteira franqueza.

Consta que foi atacado de bexigas o infante D. Affonso. Já está no Bussaco o distincto medico Barbosa.

Vae decretar-se a construcção do lanço da estrada real do Porto a Valença, entre os sitios Feyal e Silva, na linha ferrea de Guimarães.

Vão ser construidas casas para guardas das passagens de nivel.

A perda do palheiro da Companhia Carris de Ferro é superior a 4:000$000 réis.

ANNUNCIOS

CASA MINERVA

151 - RUA DA CALÇADA - 155

COIMBRA

1 ACABA de receber um sortido de tinta para impressão em latas de 1, 2 e 3 kilos, assim como grande variedade em papeis para forrar casas.

LECCIONISTA DE MATHEMATICA ELEMENTAR

(1.ª E 2.ª PARTE)

2 MANOEL ALVES BRANCO, continua a leccionar para os exames em Outubro.

Rua do Borralho, n.º 22.

ARRENDAMENTO

3 JOSÉ MARIA D'OLIVEIRA E SÁ, arrenda o seu quintal com casas, telheiro, e agua para rega que possue na rua das Parreiras em S. Francisco: quem o pretender dirija-se á rua de Joaquim Antonio d'Aguiar, n.º 91.

Venda de propriedades

2.º ANNUNCIO

4 PELO JUIZO de direito desta cidade e cartorio do escrivão Santos, se faz publico que, no dia 15 do corrente, pelas 10 horas da manhã, á porta do tribunal judicial, se hão de vender a quem maior lanço offerecer, as propriedades abaixo declaradas, tendo esta venda logar em virtude de execução que João Gonçalves de Lemos, da Louzã, move ao dr. Raymundo Venancio Rodrigues, d'esta cidade. As mesmas propriedades são sitas em diversas ruas d'esta cidade, e vão á praça por metade do seu valor, em consequencia de não ter apparecido lançador quando a sua venda se annunciou pela primeira vez.

Uma morada de casas sita na rua dos Anjos, com os n.os 30 e 32, avaliada em 2:300$000 réis.

Outra morada de casa sita na rua do Norte, com os n.os 11 e 13, avaliada em 200$000 réis.

Outra morada de casas sita na rua do Guedes, que parte do norte e nascente com rua publica, avaliada em 1:500$000 réis.

Outra morada de casas com forno, sita no arco do Collegio Novo, que tem os n.os 2 e 4, avaliada em 900$000 réis.

Coimbra, 3 d'Agosto de 1877.

Verifiquei a exactidão.

Araujo Taveira.

ARRENDAMENTO

5 SEGUNDA FEIRA, 20 do corrente, pelas onze horas da manhã, na imprensa da Universidade, hão de arrendar-se por tempo de um anno, a começar no proximo S. Miguel, as casas contiguas á dita imprensa e á mesma pertencentes, sitas na rua do Norte e rua da Ilha.

Coimbra, 10 de Agosto de 1877.

O administrador da imprensa

Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

6 VENDEM-SE caixilhos com vidros já usados, em muito bom estado para janella, de uma casa, que se demoliu na rua do Corpo de Deus.

Quem quizer comprar dirija-se a Victorino Henriques Lebre.

AVISO ÁS SOCIAS

Da

Associação Conimbricense do Sexo Feminino

7 NO ANNUNCIO publicado n'este jornal, em 7 d'Agosto corrente, e assignado pela secretaria, Julia Balbina de Sousa, determina-se que, do dia 1.º d'Agosto, *ate nova ordem*, seja cobrada a quota semanal de 50 reis, pelo excesso de despeza sobre a receita.

Mas deixa porém de ser valida esta deliberação do conselho director, não só porque desde já protestamos interpor recurso á assembleia geral em harmonia com o art.º 26 dos estatutos; mas tambem porque o conselho não mostrou ainda documentalmente, á mesma assembleia geral, o citado excesso de despeza sobre a receita.

E n'estas circumstancias foram essa, e as mais providencias annexas (que se occultaram no dito annuncio), determinações inconvenientes e arrojadas, pois que não competem exclusivamente ao conselho director, e cuja execução não póde legalmente ter logar, sem que para tal fim seja convocada a assembleia geral, e por ella votada e approvada qualquer proposta ou deliberação.

Uma socia.

8 PRECISA-SE DE UM PRATICANTE para a pharmacia da Santa Casa da Misericordia d'esta villa da Figueira da Foz, e que tenha 3 annos de pratica. Além de cama e mesa, terá ordenado correspondente ao estado de seu adiantamento.

Quem pretender dirija-se ao annunciante na Figueira da Foz.

O provedor,

Antonio dos Santos Rocha.

NOVO HOTEL DA CAROLINA

EM LUSO

AO MEIO DA RUA

COSTA SIMÕES

PREÇOS COMMODOS

9 TAMBEM fornece jantares para o Bussaco.

AMASSADOR DE PÃO

10 VENDE-SE um em bom uso, no largo de S. Salvador, n.º 31, por preço commodo.



Diligencia entre Coimbra e Figueira da Foz de João Adelino de Sousa.

11 SÁE de Coimbra ás 5 horas da manhã, e da Figueira ás 2 e meia da tarde.

Venda de bilhetes; em Coimbra na loja do sr. João Gomes de Sousa, rua do Visconde da Luz, n.º 88; na Figueira na loja do sr. José da Silva Fonseca, praça do Commercio, n.º 52.

12 PADRE RICARDO SIMÕES DOS REIS recebe estudantes em sua casa, na Couraça dos Apostolos, n.º 35, ficando sua responsabilidade dependente das instrucções que receber dos paes ou tutores, que lhe confiarem a direcção de seus filhos ou pupillos. O mesmo dá lições de francez e portuguez a alumnos internos e externos, e coadjuva os primeiros, até onde saiba e possa, em qualquer outra disciplina, que estudarem.

FOGO ARTIFICIAL

13 NA TERÇA FEIRA, 14 do corrente, haverá em frente da egreja do Carmo, fogo artificial, intitulado — **Pim, pam, pum.**

FIGUEIRA DA FOZ

MODAS E CONFECÇÕES

FILIAL DOS

ARMAZENS DE MODAS E CONFECÇÕES

DE

ALFREDO C. C. CABRAL

DE

LISBOA

Praça Nova (junto ao theatro)

14 ESTA FILIAL já se acha aberta ao publico; os preços são os mesmos dos armazens de Lisboa e o sortimento abundante.

Fazem-se vestidos e chapeus com a maxima brevidade e perfeição, podendo examinar-se os modelos de chapeus e vestidos expostos. Costumes para banho (ultima novidade de Paris). Perfumarias das melhores fabricas inglezas. Luvas de pellica para soirees, passeio e praia; e todos os mais artigos de fazendas, modas, confecções, fanqueiro e retrozeiro.

O proprietario pede a honra da visita tanto das exm.as figueirenses como das visitantes áquella villa.

VENDA DE MADEIRA E TELHA

15 GUILHERME DA SILVA ROCHA, vende a que possue na fabrica do Cano dos Amores.

MUITA ATTENÇÃO

16 NA LADEIRA do Seminario vendem-se por junto ou em separado os seguintes objectos: guarda vestidos de cedro de Italia; toillete do mesmo pau com pedra marmore; dous lavatorios com pedra marmore e espelho; mesa para jantar; dita de jogo; sofá e 14 cadeiras de mogno; 12 de nogueira; guarda-louças; um serviço de porcelana; outro de Sacavem; um espelho de sala; e outros objectos, que se poderão ver das 10 horas ao meio dia. Note-se que tudo está completamente novo.

A QUEM CONVIER

17 PRETENDE-SE na rua da Calçada, ou praça de S. Bartholomeu, hoje do Commercio, uma morada de casas regulares, para moradia de familia, e baixos proprios para estabelecimento commercial.

Quem estiver no caso pode participal-o na redacção d'este periodico, dizendo a renda annual que pretende.

18 QUEM pretender comprar a casa sita no largo de S. João, n.º 5, falle com o solicitador Abilio Maria Ladeiro, que está encarregado da venda.

Substituições a militares

19 JOÃO DE PINHO, rua da Calçada, n.º 211, em Coimbra, encarrega-se de substituições a militares no governo civil de Coimbra; e em Lisboa, Elvas, Setubal, Abrantes, e outras terras onde estiverem os corpos do exercito.

Preços baratissimos.

O CONIMBRICENSE

REDACTOR E RESPONSAVEL — JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO

ASSIGNATURAS SEM ESTAMPILHA			ASSIGNATURAS COM ESTAMPILHA	
Por anno	3$200	Annuncios por cada linha 40 réis.	Por anno	3$460
Por semestre	1$600	Correspondencia por linha 30 réis. — Numero avulso 40 réis. Assigna-se e vende-se n'esta imprensa, e na rua do Cego, na loja do sr. Joaquim Pitta d'Eça Aguiar.	Por semestre	1$730
Por trimestre	800	Publica-se ás terças feiras e sabbados de tarde.	Por trimestre	865

Numero 3135 | Terça feira 14 de Agosto de 1877 | Anno XXX

COIMBRA

A enorme relaxação na administração das irmandades e confrarias, não é só d'este districto de Coimbra. O mesmo vae nos outros districtos do reino.

Por exemplo, de 1:000 e tantas confrarias e irmandades que existem no districto de Braga com um capital superior a 2:000 contos de réis, não chegam a 60 as que têm prestado contas nas respectivas administrações de concelho!

O sr. governador civil, marquez de Vallada, para pôr um termo a este grande abuso, e para dar cumprimento ao numero 3.º do artigo 248.º do codigo administrativo, dirigiu uma circular aos administradores de concelho, para que, sem perda de tempo, enviem as referidas contas, a fim de serem devidamente approvadas.

Veja-se agora quaes as consequencias de tão grande relaxação. As contas que eram faceis de verificar, apresentadas em tempo competente; hoje são um cahos, tanto para as mesas das irmandades, como para os administradores de concelho e para o conselho de districto.

E ainda que no districto de Coimbra as irmandades e confrarias não tenham tão grande importancia como no districto de Braga; não deixam de possuir valiosos capitaes.

Segundo um mappa elaborado no principio do anno de 1869, havia no districto de Coimbra 290 irmandades e confrarias, sendo 203 legalmente erectas e 87 illegalmente.

Tinham de capitaes 607:931$413 réis; dos quaes eram em titulos, réis 461:594$056, e em propriedades, réis 196:337$357.

Os rendimentos eram 38:906$383 réis.

E' claro, portanto, que a administração d'estes capitaes não póde andar entregue, como até aqui, ao mais censuravel desleixo.

Depois de se saber quaes as irmandades que têm, ou não compromissos, segue-se o examinar se as disposições d'elles são cumpridas.

Este assumpto é muito grave e digno de toda a attenção das competentes auctoridades e tribunaes.

O que a experiencia está mostrando é que a fiscalisação das contas das irmandades precisa de uma grande reforma.

Antigamente havia os provedores de comarca, que eram especialmente encarregados d'este serviço.

Agora os administradores do concelho e membros do conselho de districto, quasi nenhum cuidado prestam a este objecto da sua competencia; e assim se vão cada vez mais amontoando as contas, e tornando quasi impossivel o seu exame.

A verdadeira politica está na boa administração; e o que até agora tem havido não é administração, nem nada.

Cada um faz o quer, sem haver quem lhe peça contas.

Isto não póde, nem deve assim continuar.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Tocou agora a sua vez ao municipio de Anadia na solicitude do supremo tribunal administrativo.

No anno de 1868 foi pela junta geral do districto de Aveiro distribuida ao concelho de Anadia a quota de réis 5:249$661, do contingente da contribuição predial.

A camara d'aquelle concelho julgou-se aggravada pela junta geral; em vista do que recorreu d'essa decisão para o supremo tribunal administrativo.

Decorreram desde então 9 annos; e só em data de 12 de Abril do corrente anno de 1877 é que se resolveu o mesmo tribunal a decidir o referido recurso, indeferindo-o.

Pelo que temos mostrado, muitos dos recursos que sobem ao supremo tribunal administrativo, só são resolvidos passados 9 até 12 annos. E isto é quando se resolvem; pois que, por exemplo, um recurso sobre uma questão eleitoral d'este municipio de Coimbra, que nós levámos para aquelle tribunal em 1862, até hoje não teve resolução alguma, apezar de haverem decorrido 15 annos!

E ainda no accordão sobre o recurso da camara de Anadia, a que acima nos referimos, ha a notar o facto de ter elle a data de 12 de Abril de 1877, e só apparecer publicado no *Diario do Governo* em 10 do corrente Agosto!

Por esta fórma, só para o accordão chegar da competente secretaria até á imprensa nacional, onde se imprime o *Diario do Governo*, gastaram-se nada menos de 4 mezes — muito mais do que seria necessario para ir de Lisboa á China!

No mesmo *Diario do Governo* de 10 de Agosto, vem outro accordão do supremo tribunal administrativo, em que nega provimento ao recurso de Filippe de Sousa Belford, de Lisboa, por o haveram inscripto como banqueiro, ou capitalista negociante, na matriz industrial relativa ao anno de 1867.

Acerca do recurso do dito Belford proferiu o competente accordão o conselho de districto de Lisboa em data de 29 de Agosto de 1868; e só agora, decorridos 9 annos, é que houve por bem o supremo tribunal administrativo de dar o seu accordão.

Veja-se se temos ou não motivo para dizer, que muitas das decisões do supremo tribunal administrativo regulam entre 9 a 12 annos!

Teremos, portanto, que esperar longos annos, até que se resolva o supremo tribunal administrativo a dar a decisão ao recurso de varios cidadãos d'esta cidade, feito em Agosto de 1874, contra o famoso e nunca assás celebrado accordão do conselho de districto d'esta cidade, que annullou a eleição da mesa da Misericordia de Coimbra — esse mo-

FOLHETIM

MISCELLANEA

MCXXXIII

O JORNALISMO NA EMIGRAÇÃO

JOSÉ LIBERATO FREIRE DE CARVALHO

(CONTINUAÇÃO)

Entre todas estas intrigas me conservava sempre retirado em Londres, vivendo, por assim dizer só comigo, e escrevendo. Alli escrevi o meu *Ensaio politico sobre a constituição e governo de Portugal*, livro, que depois foi reimpresso em Lisboa no anno de 1843.

O que deu motivo a este meu escripto foi o seguinte. O meu bom amigo Custodio Pereira de Carvalho, em casa de quem estava, instava constantemente comigo para que escrevesse alguma cousa contra o governo inglez, que tanto mal nos estava fazendo, e sempre nos tinha feito com as falsas apparencias de boa amisade; porém a isto eu lhe replicava, que estando elle dando-me hospitalidade, não me parecia decente nem honesto escrever directamente contra elle: que emfim, veria se o poderia fazer com certa decencia, sem mostrar, que directamente o queria atacar.

Assim pois me lembrei de fazer uma especie do *Resumo* da historia de Portugal, porque n'elle necessariamente me havia de encontrar com os inglezes, e então não podia deixar de mencionar o que elles nos tinha feito e ainda nos estavam fazendo. Com esta ideia, e com este proposito é que foi escripto o meu *Ensaio*.

Concluido que foi, lembrando-me, que o meu amigo Aillaud o quereria imprimir, como tinha feito ao Tacito, mandei-lhe para Paris o manuscripto para que o mostrasse a Silvestre Pinheiro, e sobre elle désse o seu parecer. Este foi favoravel, e em consequencia do seu voto Aillaud se determinou a imprimil-o, não comprando-mo, mas dizendo-me, que feitas as despezas, repartiriamos os lucros. Concordei com a resposta: o Ensaio pela primeira vez alli se imprimiu, e depois lá mesmo foi traduzido em francez pelo doutor Constancio, e egualmente impresso.

Como senão conseguisse o fim de obrigar a nossa gente a ir para o Rio de Janeiro, foi ella indo como se diz, á formiga para a Terceira, e a final foi em maior força com o conde de Villa-Flor, hoje duque da Terceira. A este deu-se o titulo de governador e capitão general da ilha, e negou-se esta honra e recompensa ao homem, que a tinha salvado; e com o seu aspecto, sua resolução, e com o seu nome a tinha sabido conservar fiel, tranquillisando tudo dentro, mettendo respeito não só aos nobres e clero que a queriam entregar ao usurpador, mas aos mesmos inimigos, que depois teve á vista, e nunca ousaram atacal-o.

Foi depois de tudo isto que D. Miguel conheceu a importancia da ilha, porque ella ia a ser o deposito de todos os que se iam oppondo á sua usurpação. Lembrou-se então de a conquistar, e para este fim é que mandou uma grande expedição. Como ella falhou, é bem sabido de todos; mas o que é preciso que todos saibam, é que não foi aos talentos, nem boas disposições do governador que se deveu este resultado feliz, mas á intrepidez dos homens que se queriam mandar para o Rio de Janeiro, e com a falta d'elles privar o throno da rainha do seu unico apoio na Europa.

Estes homens, a quem se deveu o triumpho das nossas armas contra as do usurpador, foram os *voluntarios*, que se haviam aggregado á tropa de linha; e é o mesmo conde de Villa-Flor, que o confessou no seu officio de 15 de Agosto d'este anno de 1829, dizendo: — «Toda a guarnição d'esta ilha, officiaes, e soldados de todas as armas, se portaram, segundo as posições em que se achavam, como cumpria aos defensores da mais santa e generosa causa. *A principal gloria d'este dia pertenceu porém aos voluntarios da senhora D. Maria II. A narração exacta do seu comportamento, que acabo de referir, é o seu elogio; e quando factos proclamam a gloria de um corpo, todas as expressões são fracas e inferiores ao merecimento.*»

A rainha, que por este mesmo tempo havia sido mandada chamar por seu pae para o Rio de Janeiro, recebeu esta agradavel noticia da victoria da ilha Terceira ao embarcar no dia 27 de Agosto d'este anno com a nova imperatriz. Por estes mesmos dias chegou a noticia de ter o imperador nomeado uma regencia, para representar os direitos de sua filha, que era composta de Palmella como presidente, do marquez de Valença, e José Antonio Guerreiro.

Achava-me eu sempre em Londres, vivendo só comigo, e escrevendo, quando dois casos notaveis me aconteceram, nos quaes nunca poderia pensar tivesse occasião de figurar. O primeiro foi achar-me nomeado para executar uma missão *quasi diplomatica*; e outro, o da

numento perduravel de infrene facciosismo, e prova evidente d'aquillo de que são capazes os mandões e seus satelites d'esta cidade!

Ficará esse recurso sepultado nas secretarias d'aquelle tribunal, assim como ficou o que para alli levámos em 1862, com respeito á eleição da camara de Coimbra?

Assim será; mas estejam certos, que nada será capaz de abalar a nossa constancia em bradar bem alto contra esta denegação de justiça!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Não deve admirar o desprezo a que em geral são lançadas as posturas municipaes d'esta cidade, quando é a propria camara que as rasga e dá o exemplo para que ellas não sejam cumpridas.

Determinam as actuaes posturas no seu artigo 97, o seguinte:

«O terreno destinado para deposito de materiaes, e todo o logar onde se fizerem obras de edificação ou reedificação d'algum predio confinante com a rua publica, *será defendido na sua frente com um tapume de madeira*, e collocado na distancia que a repartição technica da camara indicar na respectiva licença; sob pena de 1$000 a 2$000 réis.»

Agora quem quizer ver como a camara municipal de Coimbra cumpre as suas posturas, não tem mais do que passar pelo largo 8 de Maio. Alli encontrará espalhado um grande numero de carradas de pedra de alvenaria, na frente do edificio pertencente á junta de parochia de Santa Cruz, sem ser defendido o terreno em que ella se acha, com o tapume de madeira, determinado nas posturas.

Precisamos de saber, se os vigias municipaes já cumpriram as suas obrigações, multando os vereadores na quantia estipulada no artigo 97 das posturas; ou se guardam o seu zelo para algum desgraçado e desprotegido cidadão.

Mas ainda temos mais. A camara municipal prohibe, e com razão, que a limpeza dos saguões se faça fóra do tempo que decorre da meia noite até ás 5 horas da manhã.

Pois é essa mesma camara que manda ou permitte, que ás 10 horas e meia da noite seja transportada para o cerco dos Jesuitas, a pipa que nas Olarias recebe as immundicies, que alli todos os dias vão ser despejadas.

De modo que, por causa do mau cheiro, condemna a camara quem antes da meia noite fizer os despejos dos saguões; e ao mesmo tempo é a propria camara que dá o exemplo da relaxação do serviço municipal, mandando percorrer as ruas da cidade com a pipa das immundicies, antes d'aquella hora!

Os zeladores municipaes tambem já multaram os vereadores por este desprezo dos seus mesmos regulamentos?

E' assim que em Coimbra se respeitam e cumprem as posturas municipaes!

Mas que querem, se os vereadores se julgam com poder para tudo!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

O jogo vae produzindo as suas lamentaveis e necessarias consequencias.

Hontem, Francisco de Salles, casado, de Cellas, perdeu em Santo Antonio dos Olivaes uma porção de dinheiro ao jogo.

Em resultado d'isso, pelas 9 horas da noite, o mesmo Salles tendo no logar de Cellas uma altercação com Francisco Dias, alli residente, correu a sua casa, armou-se de um rewolver, e procurou o dito Francisco Dias, que encontrou na taberna de Antonio Pereira Cairutas. Disparou-lhe quatro tiros pela janella da taberna, dos quaes um foi empregado n'uma perna do aggredido.

Como por milagre não causaram os tiros outros damnos, o que justamente era para recear, visto haver mais gente reunida na taberna.

O aggressor tratou logo de se evadir para Coimbra. Foi seguido pelos cabos e povo; mas teve a audacia de no caminho disparar dois tiros contra os que o seguiam, de que por grande felicidade escapou um dos cabos, pois lhe passaram as balas junto á fronte.

Ultimamente poude ser preso em uma casa d'esta cidade, onde se refugiára.

O ferido foi conduzido na mesma noite para os hospitaes da Universidade.

Não acham que é esta uma consequencia muito agradavel do jogo?!

Teremos muito que ver!

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Apenas tinhamos acabado de escrever a noticia do crime antecedente, quando recebemos de um nosso estimavel amigo a seguinte carta, em que se nos relata um outro attentado.

«Sr. Joaquim Martins de Carvalho. — Hontem domingo, 12 do corrente, pelas 6 horas da tarde, estando na minha quinta da Machada, ouvi chamar por mim pedindo soccorro.

Parti logo estrada abaixo e encontrei uma rapariga coberta de sangue, e affirmando-me n'ella, reconheci ser a criada do sr. dr. Chaves, que vinha para a minha quinta.

Disse que quem lhe havia feito aquelles tratos tinha sido o Eduardo, filho de Manoel Antonio, das Lages. Querendo zombar d'ella a tinha levado para a asinhaga do Magistral pelos cabellos, e lhe tinha tapado a bocca dando-lhe muita pancada.

Serve esto, sr. Martins, para lhe pedir que no seu independente jornal publique este facto, a fim de que as auctoridades tomem conhecimento d'elle.»

* * *

Chamamos toda a attenção das auctoridades para tão grande crime, esperando que empregarão todos os meios ao seu alcance, para que elle não fique impune.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

Abaixo publicâmos uma carta que nos dirigiu de Luso um illustrado cavalheiro, nosso amigo.

Por ella se vê plenamente confirmado tudo quanto dissémos ácerca do Bussaco, na occasião em que se andavam fazendo os preparativos para ir alli residir sua magestade a rainha.

Eis ahi a que reduziram o Bussaco! Aquelle sitio pittoresco, aquella matta magestosa, frequentada de nacionaes e estrangeiros, já se difficulta a quem a quer gozar!

Mal fazem os aulicos, os aduladores da magestade com este procedimento!

N'uma época chamada das luzes e do progresso, em que parecia que a independencia de caracter devia ser um facto vulgar; é pelo contrario quando vemos mais rebaixada a dignidade humana.

Os partidos n'este paiz estão reduzidos a saber qual ha de ser mais servil á realeza.

Os grandes principios e as ideias elevadas pozeram-se de parte. Trata-se agora só de agradar ao rei.

Parece que voltámos ao tempo do direito divino, em que se não fallava senão no altar e no throno!

Abre-se qualquer jornal, e encontra-se logo: — *Parte telegraphica de Vidago* — Sua magestade tomou banho ás tantas horas; sua magestade entrou em casa ás tantas; sua magestade jantou; sua magestade dormiu; sua magestade acordou; sua magestade saiu a pé; sua magestade saiu a cavallo! — E assim por este teor.

Não ha nada mais insignificante, soez e ridiculo!

Em relação ao Bussaco acontece exactamente o mesmo.

Não fazem assim senão acostumar os reis a pensar, que a unica cousa que interessa ao paiz, é saber os seus actos mais triviaes.

A este estado fizeram descer a nação portugueza!

Que se respeite o chefe do paiz, nada mais justo e conveniente. Mas passar d'esse respeito a uma bajulação, a um servilismo, a uma lisonja podre e abjecta, é a ultima degradação a que póde chegar o cidadão livre.

Causa tristeza comparar a nobreza, a independencia, e a austeridade de procedimento dos partidos, no tempo em que em Portugal havia grupos politicos, que mereciam ter essa classificação; com o rebaixamento, a humildade, a trivialidade de ideias dos chamados partidos de hoje.

Não se procura por parte de nenhum grupo politico, ennobrecer-se, exaltar-se, crear força e prestigio, por meio de actos dignos, doutrina solida e convincente, e pela independencia propria dos homens que se prezam.

Apenas se cuida em adular o rei, em se tratar só d'elle, em mostrar que a nação portugueza está sempre em extatica adoração ao reinante!

A regra é esta: — Os adversarios têm-se sustentado no poder com o apoio do paço, — conseguido á custa da ignobil degradação da dignidade humana? Pois tratemos nós de mostrar que ainda somos mais servis e aduladores do que elles; e que por isso temos mais direito a esse apoio.

Pois antes nunca subir ao poder, do que obtel-o, e conserval-o por meios tão indecorosos.

Manoel da Silva Passos, José Alexandre de Campos, barão da Ribeira de Sabrosa, Sá da Bandeira, e outros liberaes, de antes quebrar do que torcer, fallavam respeitosamente ao monarcha, mas sem faltar ao que deviam á sua propria dignidade. Quando a insensatez do imperante os collocava na forçosa alternativa de escolher entre o rei e o povo, não hesitavam nem um momento.

Vão errados os partidos quando têm por unico sustentaculo as camarilhas e as antecamaras dos paços reaes.

Dir-se-ha, porém: — Mas os nossos adversarios politicos de certo se aproveitarão d'essa austeridade do nosso caracter, da nossa independencia e probidade, para nos intrigarem; e ficará sendo o poder um privilegio para elles!

Pois seja assim, embora! Os partidos de convicções, se é que os ha, devem preferir perder tudo, menos a honra.

A phantasmagorica irresponsabilidade estabelecida nas constituições, nem sempre têm salvado os reis, quando querem que predominem exclusivamente os seus caprichos, teimas e velleidades. — Rambouillet, Holy-Rood, e Cherbourg, ainda se não riscaram dos mappas geographicos.

Em fim chega a miseria n'este paiz a ponto de que, até os chamados *republicanos*, como que se envergonham e receiam de se classificarem por taes, e adoptam por isso o nome mais suave, menos aspero e assustadisso de *democratas!*

Tudo isto dá a medida dos partidos em Portugal!

Eis alli agora a carta do nosso amigo.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

«Sr. redactor do *Conimbricense*. — Luso, 11 de Agosto de 1877.

Foi o redactor do *Conimbricense* o unico jornalista do paiz, que soube fustigar com desassombro a prepotencia inaudita do sr. Barros e Cunha, quando este sr. expulsou do Bussaco muitas familias, que tinham alugado morada no convento, por meio de um contracto solemne, e feito com todas as formalidades; é por isso que hoje me dirijo a v. a dizer-lhe mais alguma cousa relativa a este negocio.

Hontem dirigi-me ao Bussaco, e comigo dezenas de pessoas, para visitar o convento, mas nem sequer nos permittiram descançar nos assentos do cruzeiro: uma sentinella de arma no braço não me deu licença, nem ás senhoras que iam na minha companhia, para alli entrar. Repellido d'aquelle logar, dirigimo-nos ao jardim para por lá seguirmos á fonte do Carregal: uma nova sentinella fez-nos dar meia volta á direita, sem mais ceremonia.

Finalmente encaminhamo-nos á fonte de Santa Theresa, onde nos deixáram beber agua.

Aqui encontrámos uma prova de quanto é capaz a audacia de um aulico. A fonte era encimada por uma pequena cruz de pedra, e mais abaixo havia um nicho destinado á imagem de Santa Theresa; pois bem, o sr. Barros e Cunha poz fóra o signal da nossa redempção, e substituiu-o por uma esbranquiçada figura de barro, com pretensões a representar a sr.ª D. Maria Pia, sob a fórma da Caridade!

O sr. Barros e Cunha, já que não poude ter occasião de expulsar os frades do Bussaco, vae expulsando o symbolo do christianismo. Fez-lhe o mesmo que aos miseros peccadores, a quem expulsou d'alli.

N'aquella mesma tarde encontrámos ás portas de Coimbra, mas fóra dos muros já se vê, uma escolhida e numerosissima reunião de familias, que jantavam alli, sem agua, nem sombra, porque, segundo me affirmáram, não lhes déram licença de jantar na matta.

Finalmente, temos aqui encontrado algumas das familias, que o sr. Barros e Cunha poz fóra do Bussaco, para dar logar a sua magestade a rainha. Todos se queixam amargamente, porque suas magestades tem Queluz, Cintra, Mafra, Villa-Viçosa, e bem podiam ter a generosidade de deixar, que alguns dos seus vassallos, em geral empregados publicos com miseros ordenados, alli fossem descançar alguns dias da estação calmosa.

Luso sem o Bussaco morre; mas, pelo que se vae vendo, o Bussaco, propriedade nacional, verdadeiro logradoiro publico, logar franco, que atrahia nacionaes e estrangeiros, vae ser transformado em apanagio da casa de Bragança. O sr. Barros e Cunha, e com elle os que esperam lucrar com as bajulações, que este sr. faz ao paço, são capazes de muito mais. O illustre estadista, que o anno passado presidiu um *meeting* em Lisboa, onde se achavam alliados historicos e republicanos, bem sabe que tem de curvar muito a espinha, para fazer perdoar aquelles seus assomos de pequeno jacobino.

Dizem que sua magestade ignora o papel odioso, que o sr. Barros e Cunha lhe faz representar n'este triste negocio. Cremol-o firmemente; mas esperamos que el-rei, sabendo da verdade, que indignamente lhe tem occultado, dê os *devidos* agradecimentos ao leviano ministro, que envolveu o nome respeitado da sr.ª D. Maria Pia n'uma desairosa acção, da qual só o sr. Barros e Cunha é responsavel.

Garantimos toda a verdade de tudo o que dizemos; e mais poderiamos ainda contar, e contaremos, se na imprensa apparecer quem ponha na minima duvida os factos que acabamos de narrar.

Um banhista de Luso.»

NOTICIARIO

Festividade. — No domingo celebrou-se na sé cathedral d'esta cidade a festa de Nossa Senhora da Boa-Morte.

Pregaram, como já annunciámos, os srs. padre Julio da Silva Carvalho, e Antonio Mendes Ribeiro.

No magestoso templo via-se a magnifica eça, obra ainda dos jesuitas.

De tarde houve a costumada procissão, que percorreu as principaes ruas do bairro alto.

Fazia a guarda de honra uma força de infanteria 9, levando á sua frente a philarmonica *Boa-União*.

Na vespera, á noite, tinha havido no largo da Feira fogo preso, tocando nos intervallos a mesma philarmonica.

Associação Liberal de Coimbra. — Temos ouvido estranhar que se não haja até agora impresso o relatorio da Associação Liberal d'esta cidade, apesar de assim se ter resolvido na ultima assembleia geral.

Cemiterio da Conchada. — Na semana passada enterraram-se os seguintes cadaveres:

Elizia da Purificação, filha de paes incognitos, de 24 annos, fallecida em 4 de Agosto de 1877.

Agostinho da Silva Rocha, filho de Adelino da Silva Rocha e Anna Eduarda, de Coimbra, de 15 mezes, fallecido em 4.

José, filho de Adelino Borges e Maria de Jesus, de Coimbra, de 5 annos, fallecido em 4.

Maria, filha de Antonio Ferreira e Maria da Conceição, da Pedrulha, de 5 annos, fallecida em 5.

José Maria Teixeira, filho de Luiz Teixeira e Antonia Alves, de Lorvão, de 91 annos, fallecido em 6.

Julio, filho de Antonio Simões e Thereza de Jesus, de Coimbra, de 11 mezes, fallecido em 7.

Maria Guilhermina de Sousa, filha de Alexandre de Almeida e Margarida Joaquina de Sousa, do Armental, de 28 annos, fallecida em 7.

Francisco da Fonseca Vieira, filho de José da Fonseca e D. Maria José Vieira, de Caramos, concelho de Felgueiras, de 63 annos, fallecido em 7.

José Maria, filho de João Maria e Maria José, de S. Francisco, de 15 mezes, fallecido em 9.

Francisco José Gonçalves Lemos, filho de João Gonçalves e D. Marianna Gonçalves, de Sernache dos Alhos, de 69 annos, fallecido em 9.

Maria do Nascimento, filha de Paulo Antunes Ramos e Jacintha da Encarnação, de Coimbra, de 13 mezes, fallecida em 9.

Viriato, filho de Antonio Pacheco Moreira Lobo e Maria Castanheira, de Coimbra, de 10 mezes, fallecido em 9.

Total dos cadaveres enterrados n'este cemiterio — 7:194.

Insulto e espancamento. — Informam-nos do seguinte facto criminoso, ha dias praticado n'esta cidade:

«No dia 7 do corrente, pela uma hora da tarde, foi insultado e espancado, por um grupo de estudantes, que se achava defronte do lyceu, o sr. Manoel Augusto Rodrigues da Silva, quando vindo do Laboratorio Chimico, aonde é empregado, recolhia a sua casa aos Arcos do Jardim.

Notabilisaram-se em o feito como provocadores e espancadores os srs. Crispulo Alpoim Cerqueira Borges Cabral, do lyceu d'esta cidade, e José de Mello Borges Junior, do lyceu de Vizeu.

O espancado que, apesar de rapaz, é dotado da maior cordura e prudencia, não deu a minima causa a tão insolito procedimento, que unicamente foi devido ao reconhecido genio discolo dos aggressores.

Sabemos que se tem feito todos os esforços para subornar as auctoridades, as testemunhas, e a propria parte; esperamos porém que para segurança individual de todos nós, todos saibam cumprir com o seu dever.»

Nova publicação. — Recebemos e muito agradecemos a — *Resposta que no recurso á corôa, interposto pelo rev.º parocho de Cacia, deu Manoel Augusto de Sousa Pires de Lima, vigario geral e governador do bispado de Aveiro.*

Lemos detidamente esta publicação, e pareceu-nos que o nosso amigo e patricio o sr. dr. Lima, vigario geral em Aveiro, demonstra cabalmente a justiça com que foi collocado um parocho encommendado na freguezia de Cacia, d'aquelle bispado, e de que largamente se tem occupado a imprensa periodica.

O sr. dr. Lima funda-se na sua argumentação, nos verdadeiros principios do direito canonico e direito civil.

Proposta importante. — O correspondente em Lisboa da *Actualidade* diz o seguinte:

«Foi enviada á junta consultiva d'obras publicas, para informar, a proposta de uma companhia franceza, já organisada em Paris com o capital de oito mil contos de réis, para a navegação entre a Europa e a nossa Africa Occidental e para a colonisação da provincia d'Angola. A proposta de que se trata é da mais alta importancia e as condições não podem deixar de ser consideradas como tendo um grandissimo alcance.

A companhia compromette-se a promover a emigração europeia para a provincia, e a introduzir em Angola 7:000 colonos no prazo de cinco annos. Reclama, entre outras vantagens, a concessão gratuita de terrenos, além dos beneficios geraes designados na lei como isenção de direitos para o material de trabalho, ferramentas, machinas, sementes, gados, etc., isenção d'impostos por determinado numero d'annos, etc. Esta proposta deve ser publicada brevemente e é tal o proposito dos iniciadores d'esta empreza de levarem por deante o seu emprehendimento, que estão já escolhidos os individuos que hão de ir a Angola escolher os terrenos para a companhia.

A questão colonial é aquella que deve principalmente preoccupar hoje os governos d'este paiz. E pelo alargamento da nossa preponderancia nos sertões africanos, e pelo desenvolvimento da agricultura e pelo aproveitamento dos riquissimos jazigos mineraes das nossas provincias d'Africa, que nós podemos alargar a area da nossa actividade mercantil, abrir novos mercados aos productos da industria portugueza e crear ao paiz solidos elementos de prosperidade.

O nosso corpo commercial ainda se não compenetrou bem da ideia de que na Africa póde estar o remedio para alguns males que nos affligem e de que no trafico para as costas occidental e oriental ha elementos para reanimar a nossa decadente marinha mercante, para dar nova vida a alguns ramos de industria e para arredar do paiz as consequencias dos erros accumulados de ha muitos annos.

A nós falta-nos a actividade e o arrojo das raças anglo-saxonicas, e a sua teimosia, a sua persistencia. Os nossos negociantes circumscriptos em limites acanhados, realisando as suas operações n'uma area estreita, temem as expedições longiquas, as especulações arriscadas, as eventualidades de tentativas audaciosas, que pódem não ser sempre felizes. A Africa assusta-os; aquelle clima ardente, as tribus mais ou menos bellicosas dos sertões, a falta de certos recursos, o medo das febres, atemorisa-os. E depois, dizem alguns, não estamos nós sentindo agora as consequencias do arrojo de certas especulações? Os prejuizos que a praça de Lisboa está soffrendo com a apurada situação das casas commerciaes d'Angola e S. Thomé, não é indicio bastante de que a Africa não dá tanto como promette? Os que assim fallam esquecem que o Brazil — um dos paizes com quem temos mais largo commercio — custou por muitos annos grandes sacrificios á metropole e que nem sempre os negociantes de Portugal tiveram que se louvar das negociações que alli concluiam. E não obstante isso o Brazil representa hoje para nós um commercio de cerca de seis mil contos de réis, no qual auferimos lucros vultados.

Emquanto nós achamos embaraços insuperaveis para estabelecer o nosso commercio no ultramar e para o desenvolver, os estrangeiros conseguem pela sua actividade e perspicacia auferir lucros espantosos d'aquillo mesmo que nós desprezamos.

Emquanto de Portugal vão annualmente a Moçambique tres ou quatro navios, pertencentes á praça de Lisboa, os francezes e os inglezes mandam lá uma quantidade avultada de embarcações.

Só a casa *Regis Ainé*, de Marselha, tem 16 navios empregados no commercio d'aquella provincia, e os lucros fabulosos auferidos do seu magnifico systema de negociar causaria assombro aos nossos timidos commerciantes se elles os ganhassem bem, se vissem o magnifico material de que ella dispõe, os vastos armazens em que ella accumula os productos d'exportação e importação nos diversos portos da costa e conhecessem como funcciona regular e systematicamente aquella série de agencias e de casas filiaes, que obedecem a um plano commum e a uma direcção unica.

Os nossos argentarios, tão promptos em fornecerem dinheiro á divida fluctuante ou em subscrever sommas fabulosas para emprezas bancarias d'exito mais ou menos problematico, recuam sempre que se lhes falla em formar uma companhia para o commercio de Africa ou para o estabelecimento de uma empreza nacional de navegação a vapor para as nossas possessões.

Onde os inglezes e os hollandezes auferem lucros fabulosos, affirmam alguns nossos compatriotas que só ha prejuizos a receiar.

Por isso, vae pouco a pouco passando á mão d'estrangeiros esse trafico que nos podia ser tão proveitoso.»

A guerra do Oriente. — Lê-se no *Diario de Noticias* o seguinte:

Todos os telegrammas indicam que está imminente uma batalha proximo de Plewna. Os russos reforçados iam alli buscar a desforra de um grande desastre. Era o maior desejo do gran-duque Nicolau.

As forças de Ahmed-Eyoub concentradas nas visinhanças de Rasgrad, tinham 40:000 homens. Mehemet-Ali estava entre Rasgrad e Plewna com duas alas defensivas apoiadas pe-

---

ser obrigado a entrar em uma empresa militar, e essa bem perigosa; porém estava escripto, que a minha vida, ao que parecia, ser só destinada para se passar obscura dentro de um claustro, tivesse emfim bem extraordinarios episodios.

Foi o caso: o marquez de Barbacena, que tinha acompanhado a rainha para o Rio de Janeiro, havia sacado algumas lettras sobre o ministro brasileiro *Mattos* a favor da causa da emigração, e que deviam ser cobradas e recebidas por Palmella, que era por quem se faziam todas as despezas. O ministro tinha pago sem difficuldade algumas, mas restava ainda uma de *cinco mil libras* que elle não queria pagar. Estava-se no maior apuro, porque, como se diz, não havia real.

Estando eu pois mui socegado em casa do meu amigo, e sem relações algumas com a côrte, que rodeava Palmella, recebi um dia um bilhete de José Balbino, em que me dizia, que a bem do serviço da rainha, e da causa em que estavamos envolvidos, quizesse ter a bondade de ir á casa da embaixada, porque tinha um negocio grave para me communicar.

Fiquei pasmado quando me propoz o negocio, porque era elle, nem mais nem menos, que fosse ver se conseguia do ministro brazileiro, que nos pagasse aquella quantia. Ora eu não tinha relações particulares de amisade com elle: conhecia-o, sim, e me tratava bem; mas para um negocio d'esta natureza parecia-me que era preciso mais alguma cousa. Expuz-lhe a minha difficuldade para entrar n'esta negociação, e a todas as minhas respostas respondeu José Balbino, que pelo bem da causa devia fazer este sacrificio, Que a alguem tinha lembrado o meu nome, e que se tinha assentado em que só eu poderia conseguir do ministro aquelle pagamento, que era o unico recurso que havia nas delicadas circumstancias em que nos achavamos. Nunca pude saber quem foi o que se lembrou de mim para esta negociação.

Com muita repugnancia acceitei emfim esta commissão, e me dirigi a casa do ministro Mattos, não querendo que se dissesse, que eu era um homem que nenhum sacrificio queria fazer a bem dos emigrados e da rainha. Feitos os comprimentos do costume, não sabia como começasse a minha negociação: a final para lhe dar principio por um modo um pouco jovial, disse-lhe: dou uma noticia a v. ex.ª de um caso bem singular, que me acaba de acontecer; deitei-me hontem pobre, e achome hoje rico! sou possuidor de uma lettra de cinco mil libras, sacada pelo sr. marquez de Barbacena sobre v. ex.ª, e presumo, que não hade deixar de honrar tão respeitavel nome como o do marquez...

O ministro olhou para mim, sorriu-se, e respondeu-me: conheço muito bem o estratagema a que recorreram; acharam bom padrinho...

A isto lhe repliquei, tambem sorrindo-me: esta lettra é hoje minha; está na minha mão, e por uma rara casualidade poude chegar ao meu poder, e não tem v. ex.ª motivo algum para deixar de m'a pagar, sendo o sacador pessoa de tanto respeito.

Pois muito bem! digo ao sr. Liberato, que lh'a pago, porque, como emigrado, tambem tem interesse no seu pagamento; porém declaro-lhe, que é uma fineza que lhe faço; porque muito o respeito.

Agradeci-lhe com todas as expressões que pude este distincto obsequio, e elle então accrescentou: — hoje não lhe posso pagar senão metade d'esta quantia, mas dou-lhe a minha palavra, que em poucos dias pagarei o resto; e que para isso não é preciso que o sr. Liberato torne a minha casa, porque eu mandarei á sua a ordem para este pagamento, o que lhe certifico debaixo da minha palavra de honra.

É bem de presumir a alegria em que fiquei em ser tão bem succedido n'esta minha negociação: fui logo direito á casa da embaixada com o meu *cheque* ou ordem para receber as *duas mil e quinhentas libras*, e alli encontrei José Balbino, que me deu mil abraços pelo bom exito da minha missão.

Passados poucos dias o ministro Mattos cumpriu a palavra que me tinha dado, mandou-me a casa a ordem para o pagamento restante das outras duas mil e quinhentas libras, a qual fui immediatamente entregar a José Balbino.

Como este negocio havia sido só tratado entre mim e elle, não quiz nem pretendi fallar a Palmella. O caso foi, que d'este nem sequer recebi um *bem haja!* no que tambem nunca fiz reparo, bastante satisfeito por ter concluido um negocio que elle com todo o seu nome e auctoridade que tinha, não poderá conseguir.

D'este meu bom serviço, que nunca ninguem me levou em conta, não posso dar hoje testemunhas, porque tanto José Balbino como o marquez já não existem, mas existirá ainda o ministro *Mattos*, que poderá dar testemunho da minha verdade. É provavel, que nunca leia estas linhas que estou escrevendo, porém é dever meu declarar, que foi um distincto obsequio, que me fez, porque lhe fiquei sempre muito obrigado; e pelo qual muito estimo ter hoje occasião de mencionar o seu nome pelo seu modo de cavalheiro com que se houve comigo, fazendo-me tão honrosa distincção.

(Continuar-se-ha.)